FICHA DE META DADOS – CEDIM 2018/2	
Nome da Pasta	Comissão Pastoral da Terra
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	958
Quantidade e tipo de documentação	Apostilas, artigos, jornais, boletins, cartazes, relatórios, depoimentos, manifesto e documentação variada.
Dia/ Mês/Ano	18/02/1984 – 16/02/2017
Formato	A4, A3, papel cartão, papel revista, jornal, ofício
Resumo	Contém documentação variada referente à Comissão Pastoral da Terra.
Palavras-Chave	Boletins; Cúria; Nova Iguaçu; Campo Alegre; Prefeitura; Fazenda Boa Vista; CNBB; Comissão Pastoral da Terra; O Grito dos Excluídos; Encontro Metropolitano de Agroecologia; Romaria da Terra; Queimados; EMATER; UNIVERDE;
Notas explicativas	A documentação foi doada para digitalização pela Cúria metropolitana de Nova Iguaçu, local em que estão depositados os documentos originais. Mantemos a mesma organização da documentação que se encontra no Arquivo da Cúria: de forma geral, trata-se de Fundos, que estão subdivididos em caixas.

Campo Alegre

memórias em movimentos

e as gerações em luta



Nova Iguaçu
2011

Este livro pertence a Pe Geraldo Lima

Escola Municipalizada de Campo Alegre

EQUIPE DA ESCOLA MUNICIPALIZADA DE CAMPO ALEGRE-2011

Direção:
Romário Silveira Machado

Corpo Docente:
Alessandra Farias de Meneses – Prof. II – Orientadora Pedagógica
Cláudia Lacerda da Silva Nascimento – Prof. II – CPP
Isabel Cristina Nunes da Silva – Prof. II – Orientadora Pedagógica
Joelma de Morais Andrade – Prof. II – Incentivadora da Palavra
Nilda Maria – Prof. II – Professora Regente
Rosane da Costa Martins – Prof. II – Orientadora de Atividades do Horário Integral

Secretaria:
Maria Bernadete Bolzano – Prof. II – Auxiliar de Secretaria
Norma Helena da Silveira – Prof. II – Agente Administrativo

Equipe de Apoio:
José Renato Tavares Brito – Vigia
Josélia Silva Fernandes Rodrigues – Merendeira
Marinalda Bernardo de Souza – Aux. de Cozinha
Marli Pacheco Verly – Merendeira
Sebastião da Silva Musqueira – Vigia

Coordenação da Educação do Campo – SEMED/Nova Iguaçu:
Luana Carvalho Aguiar Leite

Equipe da Licenciatura em Educação de Campo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro:
Marilia Campos – Coordenadora Pedagógica LEC/UFRRJ
Ramofly Bicalho – Professor-Pesquisador LEC/UFRRJ
Débora Figueira da Silva – Estudante da LEC/UFRRJ, Estagiária em E.M. Campo Alegre e militante do MST
Silvino Benevenuto - Estudante da LEC/UFRRJ
Sonia Ferreira Martins - Estudante da LEC/UFRRJ e militante da CPT
Suellen Santos de Carvalho - Estudante da LEC/UFRRJ, Estagiária em E.M. Campo Alegre e militante do MST
Nilton César Silva dos Santos - Estudante da LEC/UFRRJ e militante do MST
Érica Silva de Souza - Estudante da LEC/UFRRJ e militante do MST
Lucas do Amaral Afonso - Estudante da LEC/UFRRJ e militante do MST

Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST:
Elisângela das Dores Carvalho
Lara Douetts

Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Antônio Lacerda

Apresentação

O presente livro resulta do trabalho coletivo de professores, educandos, funcionários, pais, estudantes universitários e comunidade. Este processo se iniciou no ano de 2011 a partir de encontros de formação continuada no interior da escola acerca da Educação do Campo, articulados pela UFRRJ e pelos movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST e Comissão Pastoral da Terra-CPT), sendo fruto de um processo de gestão democrática e popular da escola.

Por ser experiência coletiva, este livro tem como objetivo a construção da identidade da escola do campo a partir de duas vertentes:

1-resgate e registro da história da escola desde o momento da ocupação de Campo Alegre na década de 80 até os dias atuais;

2 – inserção de práticas/reflexões agroecológicas no interior da escola no diálogo com os moradores locais, ouvindo os mais antigos, dentro e fora do espaço escolar.

Quanto às questões teórico-metodológicas que guiaram a presente construção, destacamos:

1 – o princípio do Estudo da Realidade Local (Paulo Freire) - pesquisando coletivamente a realidade, busca-se partir das experiências sociais para voltar a intervir nesta realidade através de diversas atividades;

2 –as atividades foram elaboradas para séries diversas e que não estão ordenadas, de forma que o(a) educador(a) poderá escolher os materiais e as atividades com as quais irá trabalhar, inclusive criando novos materiais, ampliando o próprio livro.

3 – a ideia de um currículo autoral e dialógico guia o presente trabalho - educadores, educandos e comunidade poderão construir novas atividades e registros, ampliando o livro.

Bom proveito!

Os autores.

Agradecemos a todos e a todas que participaram da construção coletiva deste material didático de Educação Popular!





Dedicamos o registro dessas memórias de luta a Luiz Fernando de Jesus - militante e liderança da Comissão Pastoral da Terra – Baixada Fluminense

In memoriam

Bloco I

Eu, meus colegas e minha escola



QUEM SOU EU?

História do meu nome

Faça um desenho de você!

Gente tem Sobrenome

Todas as coisas tem nome
Casa, janela e jardim.
Casas não tem sobrenome,
Mas a gente tem sim.

Todas as flores tem nome
Rosa, Camélia e Jasmim
Flores não tem sobrenome
Mas a gente sim.

O Chico é Buarque
Caetano é Veloso
O Ari foi Barroso também
Entre os que São Jorge
Tem o Jorge Amado
E o outro que é o Jorge Bem

Quem tem apelido
Dedé, Zacarias
Mussum e a Fafá de Belém
Tem sempre um nome
E depois do nome
Tem sobrenome também

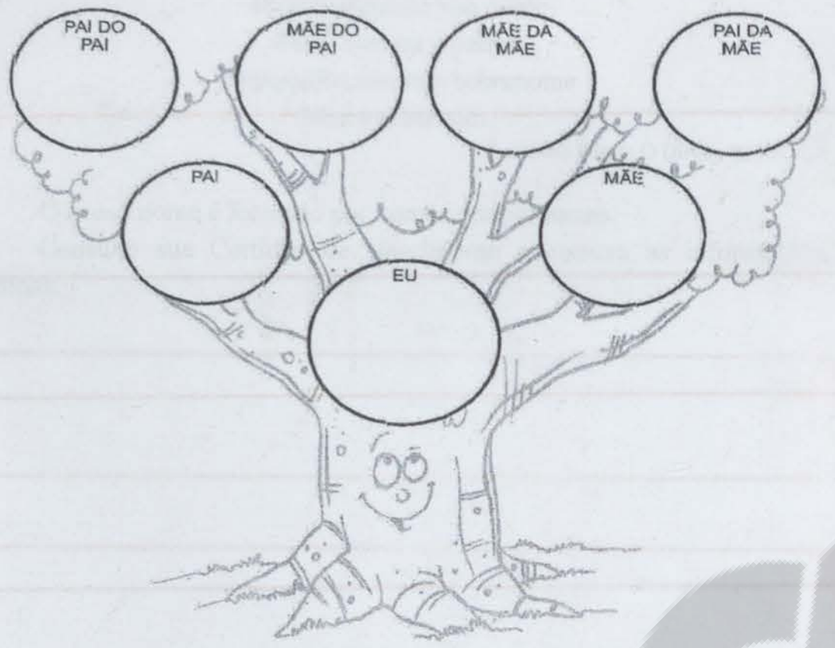
Todo brinquedo tem nome
Bola, boneca e patins
Brinquedos não tem sobrenome
Mas a gente sim.

Toquinho Disco: O Direito da Criança

O nosso nome é formado por nomes e sobrenomes.

Consulte sua Certidão de Nascimento e escreva as informações pedidas.

Complete sua árvore genealógica fazendo o desenho de cada ume anotando o nome deles:



MINHA IDENTIDADE

Cole ou desenhe seu retrato

Nome completo: _____

Data de Nascimento: _____ Idade: _____

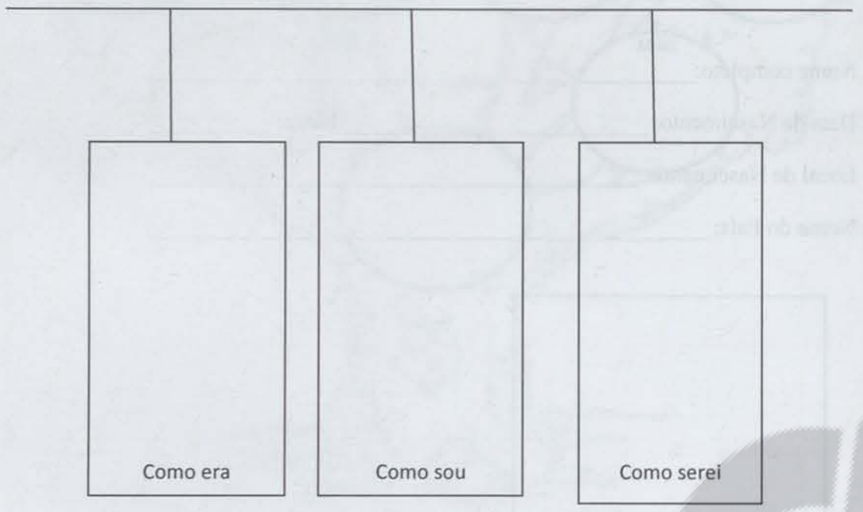
Local de Nascimento: _____

Nome do País: _____

Marque seu polegar direito, usando tinta de carimbo ou guache

LINHA DO TEMPO

Vamos completar a linha do tempo da sua vida colando fotografias ou desenhando:



Minha Turma:

Vamos fazer um painel com o nome e data de nascimento de todos os estudantes e professora de nossa turma?

Mural das atividades da turma durante o ano:

Vamos montar um mural em que anotaremos nossas atividades durante esse ano?

Fevereiro

Março

Abril

Maio

Junho

Julho

Agosto

Setembro

Outubro

Novembro

Dezembro

Minha sala de aula:

Atividade 1: Vamos fazer uma maquete da nossa sala de aula como se ela estivesse sendo vista de cima? (Sugestão de matérias; isopor ou papelão, caixa de fósforos, tinta guache, papeis colorido, cola e durex)

Atividade 2: A partir da observação da maquete (vista de cima), faça abaixo o desenho de sua sala de aula.

Somos iguais e diferentes

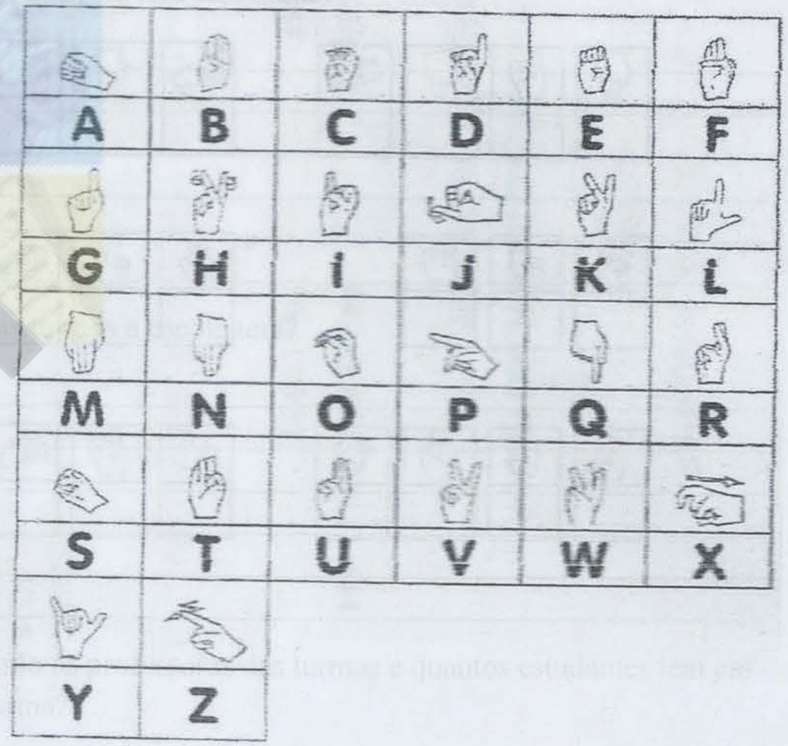
Somos iguais em quê?

Somos diferentes em quê?

Debata com seus colegas e professora e faça o registro de suas opiniões abaixo:

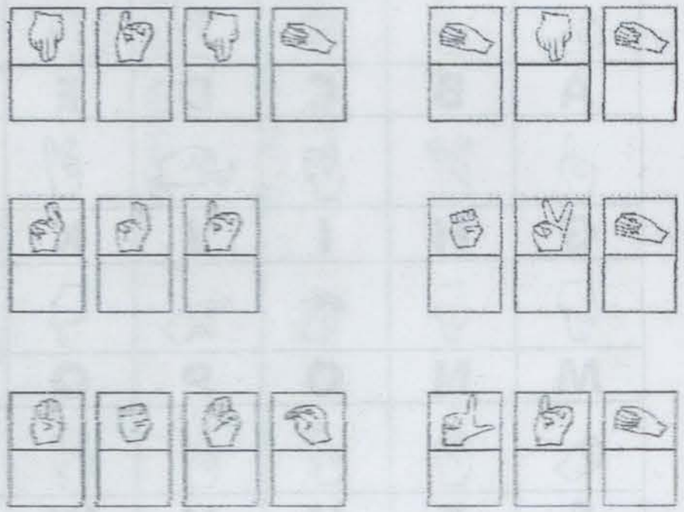
A língua brasileira dos sinais

Muitas pessoas nascem com deficiência auditiva, por isso não conseguem falar. Mas elas podem se comunicar por meio de sinais com as mãos e com os dedos.



Desafiando você!

Consulte o quadro acima e substitua os sinais pelas letras e descubra os nomes das pessoas. Depois, pinte de vermelho os nomes femininos e de azul os nomes masculinos.



Minha escola:

Qual é o nome da nossa escola?

Vamos pesquisar?

Por que a escola tem este nome?

Quantas turmas a escola tem?

Quem são as professoras das turmas e quantos estudantes tem em cada turma?

Quem é a direção da escola?

Quem mais trabalha na escola? Trabalham em quê?

Você conhece a história desta escola? Pergunte a alguém mais velho, vamos pesquisar...

Vamos fazer uma roda de conversa com nossos convidados e consultar os materiais do bloco 3 deste livro.

BLOCO 2:

AGROECOLOGIA



AGROECOLOGIA: o que é?

Vó me explicou em outro dia o que é Agroecologia...

Antigamente, a gente não utilizava nenhum desses venenos que vocês usam hoje. Quando tinha doença na roça, nós pulverizavamos com água de fumo e urina de animais. Para adubar a terra, colocávamos folhas, cascas de alimentos e frutos. Além disso, deixávamos a terra em repouso por um tempo para que ela pudesse recuperar sua capacidade de produzir. Também nunca plantávamos o mesmo tipos de alimentos.

Pesquisa:

Pergunte para os mais velhos como eles plantavam antigamente:

VAMOS AO SUPERMERCADO FAZER COMPRAS?

Recorte e cole o que você e sua família comprariam no supermercado no carrinho abaixo:



Converse com sua professora e pergunte: de onde vieram os alimentos e de que forma foram processados?

Feira da roça:



Vamos ver juntos e debater o filme "O veneno está na mesa"?

A partir do filme, expresse aqui o que você entendeu por:

AGROTÓXICO





AGROTÓXICOS

VENENOS NO NOSSO PRATO!

Você sabia que todos os dias quando almoçamos e jantamos ingerimos uma quantidade enorme de venenos? Nossos alimentos estão contaminados porque as lavouras em todo o Brasil são pulverizadas com grande quantidade de agrotóxicos.

Você sabia?
Cada brasileiro consome 5,2 litros de venenos por ano.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2009. Mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras, de acordo com dados oficiais.

Os agrotóxicos contaminam a produção dos alimentos que comemos e a água (dos rios, lagos, chuvas e os lençóis freáticos) que bebemos!

A partir da análise do filme e do texto acima, escreva em poucas linhas qual a importância da Reforma Agrária.

AGRONEGÓCIO



AGROECOLOGIA

DIA DA CONSERVAÇÃO DO SOLO

15 DE ABRIL

O homem aprendeu a lavrar o solo, a plantar e a colher. Mas, ao mesmo tempo, ele foi destruindo a fertilidade do solo, através deexploração exagerada da terra e das queimadas. É importante a conscientização do valor do solo, pois é no solo que germinam as sementes e crescem as plantas, que servem de alimento para o homem e para os animais. O homem deve tomar todos os cuidados para conservá-lo. Por tamanha importância, se comemora no dia 15 de abril o dia da Conservação do Solo.

Vocês acham que todos os solos sãoiguais?

Vamos coletar um pouco dos diferentes tipos de solos e vamos analisá-los? Descreva em poucas palavras quais são eles:

COBERTURAS DO SOLO:



Pra que serve?

Algumas práticas agrícolas podem danificar o solo como, por exemplo, a monocultura. Pesquise e escreva abaixo sobre isso.

Horta



Texto:

HORTA NA ESCOLA

A horta escolar nos permite uma troca de saberes magníficaem que todos podem participar dessa experiência: alunos, professores, funcionários da escola e a comunidade. Trabalhar na horta requer disciplina e responsabilidade, pois precisamos regá-la diariamente e estar em constante contato com ela.

Desafios:

A horta necessita ser regada 2 vezes por dia. Quantas regadas eu darei na horta durante uma semana?

Fizemos 3 canteiros de alface, em cada canteiro replantamos 12 mudas. Quantas mudas teremos replantadas nos três canteiros?

No quadro a seguir, temos alguns itens que podem cultivados na horta. Vamos achá-los?

CENOURA

ALFACE

COUVE

TOMATE

BETERRABA

CHICÓRIA

PESQUISA PARA CASA:

1 –Você tem horta em casa?

( ) Sim. ( ) Não.

2 – Caso tenha, o que é cultivado?

3 – Você ajudou a plantá-la?

( ) Sim. ( ) Não.

4 – Quais os tipos de hortaliças você gosta de comer?

Relacione a importância de se ter uma horta em casa e consumo de alimentos saudáveis na feira:

Calendário de plantio

Geralmente, as verduras são cultivadas o ano todo, mas todas têm época especial do ano para serem plantadas.

Ano todo: alface, rabanete, salsa, cebolinha, almeirão, nabo, tomate, etc.

De setembro a janeiro: beterraba, pimentão, quiabo, etc.

De fevereiro a junho: repolho, couve-flor, etc.

De outubro a março: agrião, alcachofra, etc.

Hortaliças que podem ser semeadas definitivamente: abóbora salsa, quiabo, pepino, etc.

Hortaliças deverão ser semeadas no canteiro e, depois de crescidas, as mudinhas deverão ser transplantadas para um lugar definitivo.

Vamos fazer o calendário de plantio da nossa horta escolar ou de nossa casa?

Instrumentos para fazer a horta:

Indique os instrumentos que precisamos ter para montar a horta. Desenhe e escreva um pequeno texto explicando para que serve cada um deles.

Vamos desenhar e escrever o nome de três animais que mais encontramos na horta?

Os insetos que encontramos na horta e em nossas comunidades são indicadores vivos da saúde do nosso ambiente. Cada animal tem sua função e importância na horta. Se, por acaso houver falta ou excesso de um determinado animal (BIO-indicador), é sinal de que algo estranho está acontecendo na planta ou na horta.
(Sugestão: pesquise e debata o que significa "desequilíbrio ecológico").

Além da horta, cultivar um jardim é uma ideia genial, dá mais vida e beleza ao ambiente. Que tal desenharmos algumas flores?

Precisaremos de uma garrafa de refrigerante de 2 litros, tesoura, papel alumínio, terra e semente ou plantas bem pequenas.

Corte a parte inferior da garrafa ao redor da base do rótulo. Guardando a tampinha da garrafa, lave bem as duas partes cortadas com água. Forre a parte inferior da garrafa com papel alumínio e encha três quartos dela com terra para plantar. Plante semente de feijão, flores ou plantas pequenas. Regue até o solo ficar úmido. Agora, encaixe a parte superior da garrafa na base cheia de terra. Lacre com fita adesiva transparente e coloque o jardim em uma área ensolarada. Por causa da condensação, não precisará regá-lo novamente.

RECICLAGEM PARA A HORTA:

Identifique materiais que podem ser reciclados e usados na horta:

SEMENTES

O que são sementes crioulas?

_____

_____

_____

_____

Desenhe as sementes que são utilizadas na horta da escola ou de sua casa:

EXPERIÊNCIA:

Que tal observarmos a germinação de uma semente?

Nome da semente: _____

Dia do plantio: ___/___/___

Dia em que apareceu a raiz: _____

Dia em que apareceram as folhas: _____

Outros acontecimentos:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

LIXO

LIXO ORGÂNICO

LIXO INORGÂNICO

O QUE FAZEMOS COM NOSSO LIXO?

Qual o destino do lixo de sua casa?

Qual o destino do lixo de nossa escola?

Foto do lixão



Sugestão: Vamos ver juntos o filme “Ilha das Flores”?

PLANTAS MEDICINAIS:

Quais plantas medicinais vocês conhecem?

NOME	PRA QUE SERVE

Abaixo segue algumas plantas medicinais que podemos encontrar na nossa comunidade e quais seus benefícios para a saúde

1 – ALFAVACA: Utiliza-se no xarope para combater febre e tosse, já no chá para melhorar a digestão, além de ser calmante. Também serve como tempero caseiro.

2- BABOSA: Utiliza-se para fazer pomada para combater doenças de pele, tais como: eczemas, erisipelas, inflamações e queimaduras. Pode-se usar também no xampu para fortalecer a raiz do cabelo.

3 – BOLDO: Usa-se o sumo para problemas no fígado e no xampu para combater os piolhos. Entre seus benefícios, está o seu poder de cicatrização.

4 – CAMBARÁ CHUMBINHO: Usar as flores no xarope para combater asma, coqueluchee tosse.

5 – CAPIM LIMÃO: Pode ser utilizado no chá e no suco como calmante natural.

6- ERVA CIDREIRA: Usado no chá como calmante e no xarope para combater resfriado.

7- ERVA DE SANTA MARIA: Usa-se no xampu para combater piolhos e no chá como vermífugo.

8- HORTELÃ: No chá, é usado como vermífugo, como calmante e para cólica uterina. É utilizado no xampu para combater piolho e no xarope para expectorar.

9 – MELÃO DE SÃO CAETANO: Usa-se na pomada para combater sarnas e problemas de pele causados por parasita e no xampu para limpar o couro cabeludo.

10- TAMARINO: A polpa é laxante e o chá combate a febre.

CATALOGAÇÃO:

Vamos reconhecer as ervas medicinais:

ERVAS MEDICINAIS

Receita caseira: Xampu antipiolho



Pegar um punhado das seguintes ervas:

Melão de São Caetano;

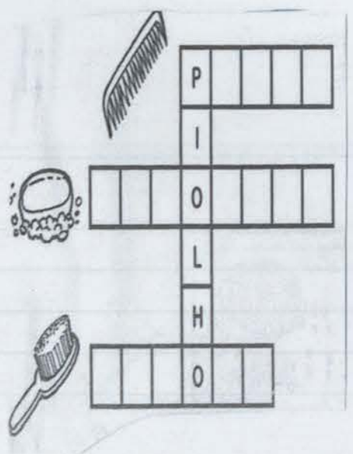
Boldo;

Losna.

Levar ao fogo em um litro de água, deixar ferver durante uns quinze minutos (15min.), depois retirar as ervas e acrescentar 200 gramas de sabão de coco ralado. Mexer até dissolver o sabão. Usar esse xampu duas vezes na semana.

Vamos nos divertir eliminando esse piolho realizando as atividades abaixo:

Cruzadinha do piolho:



Complete o quadro da higiene:

	Palavra	Letra inicial	Letra final	Total de letras
	PIOLHO			
	PENTE			
	ESCOVA			
	SABONETE			
	XAMPU			

Caça-palavras

Procure abaixo as palavras que expressem o que usamos para eliminar a turma dos piolhos:



P	O	N	T	E	D	E	N	T	E
L	E	N	T	E	M	E	N	T	E
S	A	B	O	N	E	T	E	N	T
X	U	X	P	E	N	T	E	S	E
X	U	X	A	B	A	N	D	O	S
X	A	M	P	U	B	O	N	D	E
X	U	V	A	S	B	A	N	H	O







DIA DO TRABALHADOR RURAL

25 DE JULHO

Enquanto o grande latifundiário se enriquece com a venda de grandes quantidades de um mesmo produto, o trabalhador rural é explorado, não recebendo sequer o valor adequado pelo seu trabalho.

Debata em sala de aula sobre o tema trazido nessa afirmativa, construindo um texto coletivo.
Registre nas linhas abaixo o texto que foi construído.

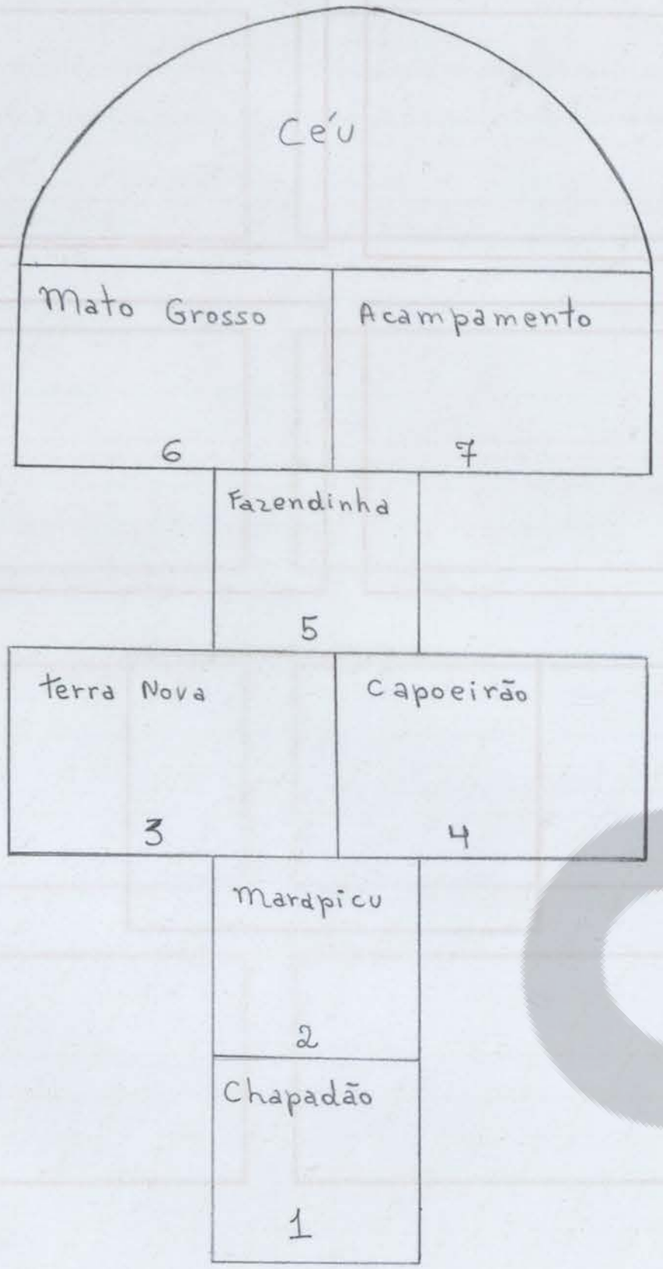
O alfabeto do campo

Alô Criançada!

Com as letras do alfabeto do Campo você pode aprender e se divertir.
Realize as atividades, ilustrando e pintando com os animais que existem no campo.

Amarelinhadivertida

Oi criançada! Venha conhecer brincando as regionais de Campo Alegre!



Bloco III

Histórias de Campo Alegre



DIVERSOS SABERES

Uma das características da Educação do Campo é a valorização dos saberes. Diante desta afirmação, vejamos a atividade desenvolvida pela turma de 3º ano.

Paródia (Poeira – Ivete Sangalo)

Guerreira

Ter uma comunidade
Que quer mais liberdade
Que cuida bem da
Natureza
Que planta amizade
Tem vida de verdade
Não vive só de brincadeira

Depende da Unidade
Da solidariedade
Precisa ser assim
Trabalhar de verdade
Agir com lealdade
Precisa de gente guerreira

Guerreira, guerreira, guerreira
Tem que ser guerreira.

A paródia citada acima mostra algumas características da comunidade do campo. Circule no texto palavras que melhor identificam as características de quem é do Campo, depois escolha uma palavra ou mais e forme uma frase.

Vamos construir a maquete do nosso assentamento? Então, vamos ao trabalho!

ATIVIDADES INDIVIDUAIS:

1º) Pinte a casa, as portas, janelas e o telhado;

2º) Recorte a casa e o telhado nas linhas indicadas;

3º) Dobre a casa nas linhas indicadas e depois cole as abas internamente.

ATIVIDADES COLETIVAS:

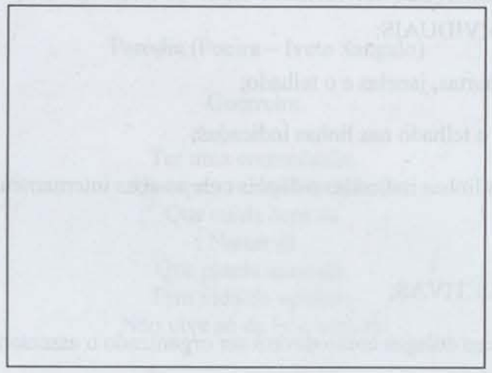
1º) Converse com seus colegas como deverá ser organizado o assentamento.

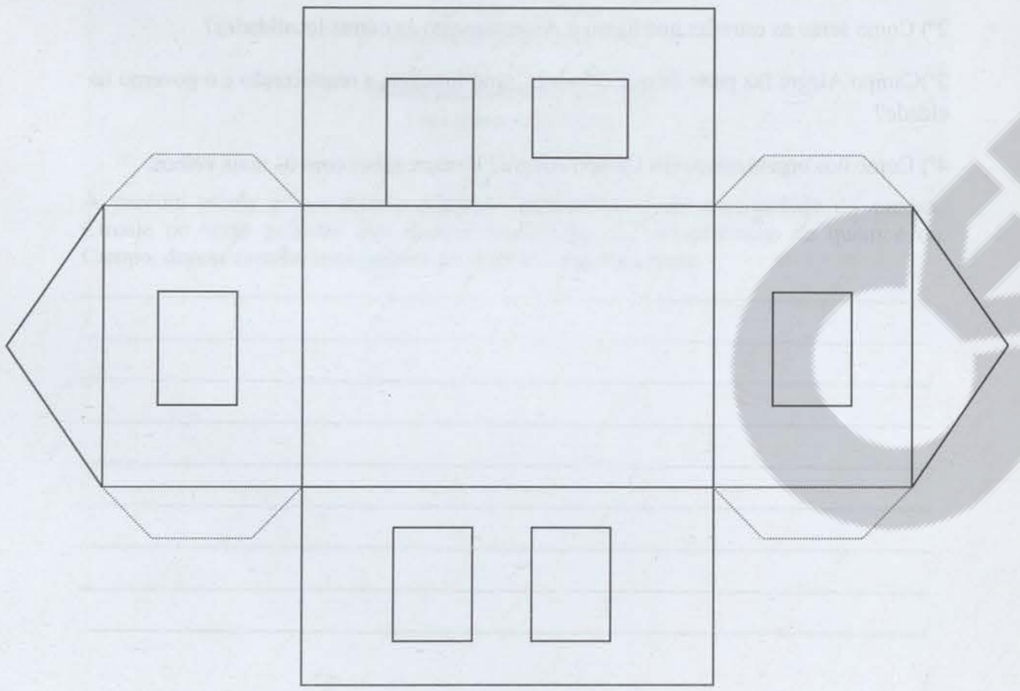
Onde ficará a Praça? Onde ficará o comércio? Terá Escola? Posto de saúde? O que mais é necessário na nossa comunidade? Os moradores terão uma Associação para se encontrarem e discutirem os seus problemas? Desenhem, planejem e montem.

2º) Como serão as estradas que ligam o Assentamento às outras localidades?

3º)Campo Alegre faz parte de que cidade? Como funciona a organização e o governo na cidade?

4º) Como nos organizamos em Campo Alegre? Procure saber com os mais velhos.





PESQUISANDOAS HISTÓRIAS DE CAMPO ALEGRE

Nossa intenção é resgatar a história da luta pela terra em Campo Alegre, valorizando as histórias de vida, memórias, identidades, saberes, sonhos e desejos dos seus inúmeros sujeitos individuais e coletivos. Buscamos compreender o papel desempenhado pelos **MOVIMENTOS SOCIAIS**, tais como a CPT – Comissão Pastoral da Terra e o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Além disso, existem também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e a Cooperativa local.

Precisamos também conhecer como os trabalhadores do campo conquistaram e ajudaram a organizar a **Escola Municipalizada de Campo Alegre**. Os avanços e recuos dessa luta por terra, educação, justiça, cidadania, permanência e dignidade no campo já duram, aproximadamente, **trinta anos** de ocupação, resistência, solidariedade e trabalho coletivo. Esses valores devem ser constantemente retomados por todos nós.

Vamos pesquisar a realidade atual de Campo Alegre? (sugestões de temas geradores)

.A produção agrícola:

- Quem produz em Campo Alegre? O que produz?
- Como a produção é transportada e comercializada?
- Os produtores recebem algum apoio? De quem?
- Por que os produtos agrícolas são tão caros no supermercado?

As escolas do campo:

- .Quantas escolas existem em Campo Alegre?
- As escolas trabalham a realidade do campo?
- As escolas estão em boa condição de funcionamento?
- Qual a relação das escolas de Campo Alegre com as demais escolas de outras áreas rurais?

Leia coletivamente os textos das páginas seguintes: "A escola com que eu sonho"; "No campo, mais de 37 mil escolas fechadas" (jornal O Globo, 31/10/2011); "Em Nova Iguaçu, projetos esbarram em problemas estruturais" (Revista POLI ano II nº 13). Depois, debata com seus colegas e a professora a situação de nossas escolas do campo. Ao final, construa um TEXTO COLETIVO no papel pardo com a opinião de todos.

Gustavo Stephan



ALUNOS DA Escola Municipal Campo Alegre, na zona rural de Nova Iguaçu, cultivam uma horta: realidade do campo para a rotina de aula

Escola cria livro em assentamento

Material didático retrata realidade de quem vive no campo e será usado em 2012

Marcelo Remigio
marcelo.remigio@oglobo.com.br

• Na contramão do fechamento de colégios rurais em todo o país, professores da Escola Municipal Campo Alegre, na zona rural de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, e as 1.200 famílias que vivem no assentamento local lançaram no início do ano um desafio: evitar o esvaziamento das salas de aulas. Material didático específico para o campo, mudanças na direção — o novo diretor mora no assentamento —, a abertura de uma turma de educação infantil e o desenvolvimento de atividades que refletem a realidade dos alunos, como o cultivo de uma horta, levaram ao aumento do número de matrículas de 40 para 75.

Ao longo deste ano, os professores, em parceria com pesquisadores da área de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e com pedagogos da Secretaria Municipal de Educação, desenvolveram um livro didático voltado para estudantes de áreas rurais. Lições de alfabetização, ciências, meio ambiente, língua portuguesa, cidadania e matemática foram ambientadas no assentamento de Campo Alegre e transportadas para o papel. O material será apresentado no final de novembro e usado pelos alunos do primeiro ao quinto ano a partir de 2012.

— Esses são os primeiros passos de nosso desafio. O próximo já está em análise pela Secretaria de Educação, que é a criação de turmas do quinto ao nono ano. Hoje, as crianças que chegam ao sexto ano saem de Campo Alegre e vão estudar em Queimados ou Nova Iguaçu. É uma outra realidade, nem sempre as escolas estão preparadas para recebê-los. Sem contar que, com a distância, vem o risco de os estudantes abandonarem as salas de aula — afirma o diretor da escola, Romário Silveira, de 43 anos.

Romário alerta para a necessidade das escolas rurais. De acordo com ele, a transferência de alunos do campo para a cidade pode levar a problemas de adaptação por causa do perfil dos estudantes.

— São alunos de baixa renda, extremamente carentes — afirma Romário.

Para quem chega à escola de Campo Alegre, chamam a atenção alguns alunos que, ao entrarem na sala de aula, tiram os sapatos. Para eles, o colégio é a segunda casa e ficar descalço é estar à vontade, além de não sujar o chão. Com horário integral, os estudantes recebem três refeições: café da manhã, almoço e jantar. Os alunos reaprendem a se alimentar. Até pouco tempo, era comum parte dos estudantes comer apenas arroz e feijão e evitar outros alimentos.

— Pelo fato de só haver arroz e feijão em casa, e nada mais. Muitos não conheciam outra coisa — explica Romário.

Campo Alegre é um dos mais antigos assentamentos do estado, com 26 anos. Foi o primeiro a ser regularizado após a ditadura militar e serviu de modelo para outras ocupações. Nova Iguaçu possui 12 escolas rurais e a de Campo Alegre, com 24 anos, é a única num assentamento. Outras duas estão próximas a áreas de reforma agrária.

EDUCAÇÃO





HERONILDO SONHA com a reabertura da escola que funcionava em frente de casa

EDNALVA RECEIA que a escola onde leciona seja extinta, pois duas salas estão fechadas

No campo, mais de 37 mil escolas fechadas

Problemas de acesso, infraestrutura e formação de professores afetam área rural, onde analfabetismo chega a 23

Karine Rodrigues
karine.rodrigues@oglobo.com.br
Letícia Lins
leticia.lins@oglobo.com.br

• ESCADA (PE) e RIO. "Vai reformar?"; "Quando é que as aulas começam?"; "Vai ter 6ª série?", pergunta, quase sem pausa, Heronildo José de Araújo, 11 anos, confundindo a equipe de reportagem com autoridades da prefeitura de Escada, município a 62 quilômetros da capital pernambucana. Ele vive em uma casa no Engenho Canto Escuro, em frente à Escola Municipal Tiradentes, um dos 37.776 estabelecimentos de ensino rurais do país que fecharam as portas nos últimos dez anos, segundo dados do Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC).

— Não gosto de viajar todos os dias para tão longe — reclama o menino, que sente enjoo no sacolejo do ônibus escolar e tem dois irmãos que também estudam muito distante de casa.

O número de escolas fechadas impressiona, mas está longe de ser o único dado que chama atenção na educação do campo, onde existem cerca de 80 mil estabelecimentos de ensino. Entre a população de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo na zona rural chega a 23,3%, três vezes maior do que em áreas urbanas, e a escolaridade média é de 4,5 anos, contra 7,8 anos, mostra estudo de 2009 da socióloga Mônica Molina e mais dois especialistas para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

— A ausência do Estado na garantia do direito à educação se traduz na precariedade da oferta. As alterações ocorridas nos últimos dez anos foram pequenas. Os professores são mal formados, não há infraestrutura e nem material pedagógico — avalia Mônica, professora da Universidade de Brasília (UnB).

Segundo ela, o fechamento das escolas, em geral, resulta de expansão do agronegócio e da nucleação — quando escolas de menor porte são extintas e os alunos, transferidos para unidades mais distantes e maiores. Mônica observa ainda que as diretrizes do setor dizem que a nucleação deve ser feita após os cinco anos iniciais do ensino fundamental e, preferencialmente, em escolas situadas também no campo, e não na área urbana.

Na opinião de Mônica, as políticas públicas para o campo precisam não só vincular o desenvolvimento à educação, mas garantir outros direitos:

— Ter acesso à terra é a primeira condição para o cidadão permanecer onde está e levar os filhos para a escola. O que está causando o fechamento das escolas não é só a nucleação. As áreas rurais estão sendo engolidas pela concentração fundiária. E os pais enfrentam de tudo para as crianças estudarem.

Que o diga José dos Santos, que foi morar na periferia de Escada para garantir o estudo dos filhos. Com o fechamento da Tiradentes, este ano, os dois filhos ficaram quatro meses sem aula.

— A escola era pequena, mas servia à comunidade. Tinha 14 alunos. Era pobre, não tinha luxo, mas fechar é muita perda — lamenta a mulher de José, Edna, que, assim como o marido, estudou somente até a 4ª série e deseja bem mais para os filhos.

Com pós-doutorado em Educação, Eliane Dayse Furtado, da Universidade Federal do Ceará (UFC), também considera que a nucleação está por trás de boa parte do fechamento das escolas. Foi o que constatou ao percorrer 14 estados das cinco regiões do país em projetos de formação de educadores rurais. Na ocasião, também ouviu reclamações sobre precariedade do transporte escolar.

— Outro dia, em Redenção (CE), as crianças ficaram três semanas sem aula porque o único ônibus quebrou. E, quando chove, ele não passa — conta ela.

Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Sonia de Jesus observa que, apesar dos problemas que comprometem a qualidade na educação do campo, quem mora na área rural quer frequentar a escola:

— Tem estabelecimentos sem banheiro, com paredes rachadas, sem material pedagógico. Mas, ainda assim, a população quer estudar. E há professores que, apesar dos problemas, fazem de tudo para dar aula.

Ednalva Cavalcanti, que hoje ensina 12 alunos, é assim, mas está desanimada, pois acha que a Escola Santa Rita, em Escada, está marcada para morrer: das três salas, duas estão fechadas.

— É triste ver o pessoal indo embora para dar lugar à cana — diz, informando que, em média, os alunos passam apenas três horas na escola, considerada uma das mais conservadas da área rural do município, pois tem alpendre, luz e água.

Entre 2007 e 2011, seis escolas municipais cerraram as portas em Escada, diz a secretária de Educação do município, Elizabeth Cavalcanti, explicando que a Tiradentes fechou por falta de alunos no Canto Escuro, onde O GLOBO computou, pelo menos, 20 moradias próximas:

— No engenho, só há quase adultos e adolescentes.

As três pesquisadoras ressaltam que a educação no campo é melhor nos assentamentos, por pressão e organização de movimentos sociais, como MST, que, recentemente, lançou a campanha "Fechar escola é crime".

O MEC informa que municípios, estados e DF recebem apoio técnico e financeiro por meio de várias ações e programas para educação do campo, onde estão quase 50% das escolas da educação básica do país, e diz que está elaborando um programa para implementar a Política de Educação do Campo. Destaca ainda que orienta para que a nucleação ocorra "quando realmente necessária", e dentro das diretrizes da área. ■

A ESCOLA COM QUE EU SONHO

Josenir de Fátima da Silva •
Pedagoga

'Acolhimento e respeito às identidades'

• Moro em Campo Alegre desde a criação do assentamento e vejo a realidade das crianças que vivem em áreas rurais. A escola ideal é a que respeita a diversidade e a identidade de cada aluno, seja ele rural ou urbano. É a escola que está na cidade preparada para receber um aluno que vive distante, no campo, e respeite seu universo, da mesma forma que uma escola rural precisa estar pronta para abrigar um estudante da cidade. São saberes diferenciados, alunos que vivem realidades distintas, mas que nem por isso devem correr o risco de serem excluídos.

A escola ideal é aquela que vai oferecer material didático voltado para o campo e para a cidade e que não negue o direito dessa criança de escolher o seu futuro. Fiz pós-graduação no Rio e, muitas vezes, tive dificuldade de chegar na universidade porque chovia muito e não conseguia sair de Campo Alegre porque o ônibus atolava. Pensei em desistir, mas recebi em troca de professores e colegas de turma o incentivo. Vejo que a escola ideal é isso: acolhimento e respeito às diversas identidades.

A população do campo:

Converse com sua professora por que, no Brasil, tantas pessoas saem do campo para procurar emprego na cidade. Nesse debate, procure saber:

- Por que dizem que tem cada vez menos gente no campo?
- Existe terra para todos?
- Quem são os principais proprietários de terra no Brasil?
- Você já ouviu dizer que ainda existe trabalho escravo?
- Por que os jovens não querem mais viver no / do campo? O que os jovens de Campo Alegre pensam sobre isso? Entreviste alguns jovens que você conheça.

Os Grandes Negócios próximos a Campo Alegre:

- Você já ouviu falar no Arco Metropolitano? De que forma ele vai afetar nossa localidade?
- Você conhece o Distrito Industrial? O que pensa sobre ele?
- Já ouviu falar em Turismo Rural? Existe isso em Campo Alegre?
- Quais os impactos do empreendimento imobiliário Cidade Paradiso para Campo Alegre?

Construa um grande álbum com seus colegas sobre esse assunto em sala. Depois, leve o álbum para ser apresentado em outra turma. Peça ajuda à professora.

Questões para pesquisa:

Que histórias de Campo Alegre você conhece? Quem contou?

Conversando com os moradores mais antigos sobre Campo Alegre no passado, procure saber quais as principais mudanças aconteceram. (Exemplo: quando os mais velhos se lembram da época do acampamento, costumam dizer que o povo era mais unido. Será verdade? Por que tantas mudanças ocorreram depois que cada família foi para o seu lote?) Compartilhe em sala de aula com colegas e professora as informações que você descobriu e anote no espaço abaixo.

Você sabe o que é um movimento social? Faça uma pesquisa sobre os movimentos sociais que você conhece na sua região.

Você conhece as Regionais que fazem parte de Campo Alegre (veja o jogo da amarelinha)? Fale um pouco do prazer e das dificuldades que você tem em viver na sua Regional. Seus colegas pertencem a quais Regionais? Anote o que você descobrir nas linhas a seguir. Monte um painel em sala também.

ORGANIZAÇÃO E LUTAS

ACAMPAMENTO



Acampamento Marapicu

CASA DE FARINHA



















(Música farinhada)

Eu vou fazer uma farinhada
E vou chamar a criançada
Quem quiser fazer farinha venha peneirar assim (2X) (todos cantando em Círculo)
Eu vou fazer uma farinhada
E vou chamar a _____(todos cantando em Círculo)
E vou chamar a criançada
Quem quiser fazer farinha venha peneirar assim (2X) (todos cantando em Círculo)

(Ciranda – casa de Farinha)

Mandei fazer uma casa de farinha
Tão maneirinha que o vento possa levar
Ou passa Sol, passa chuva
Ou passa vento
Só não passa o movimento do cirandeiro a rodar.

Cozinha Comunitária
















Grupo Criativo
das
Senhoras de
Campo Alegre



CRIANÇAS

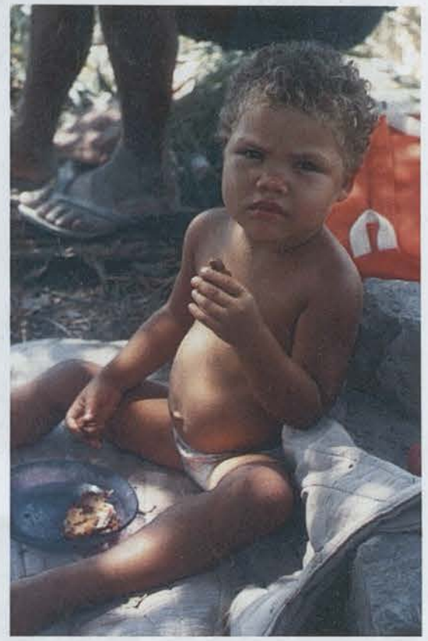








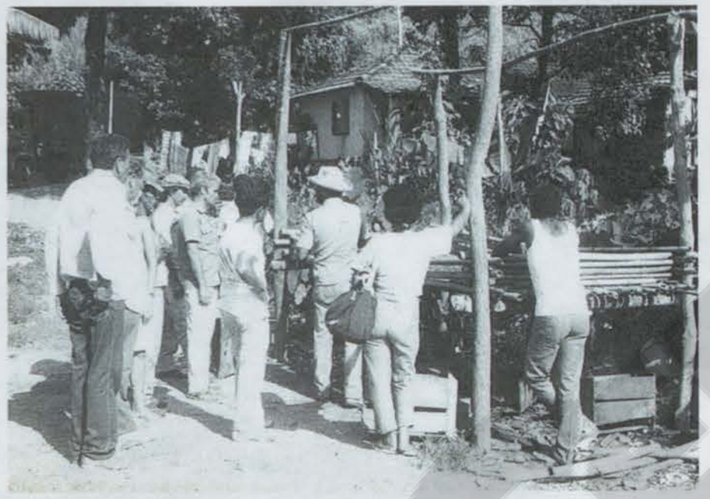






ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO









MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
BRASIL

CPT
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

ROÇA E CAMPONESES







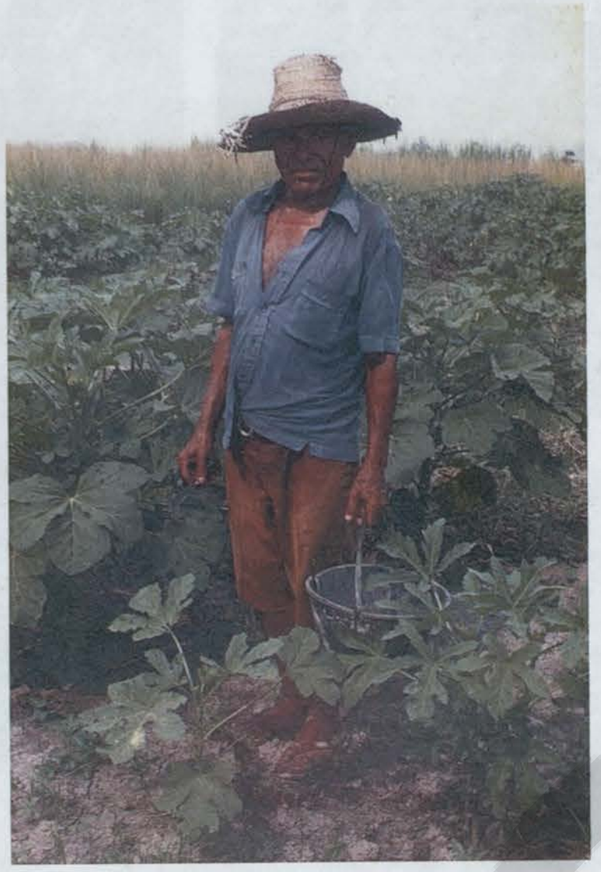












REGIONAIS





HISTÓRIA DE CAMPO ALEGRE

(atividades realizadas pela professora Janete)

1- A partir da leitura dos documentos e da reportagem abaixo, converse com seus colegas e com o professor sobre a ocupação de Campo Alegre.

Documento do grileiro/ documento dos ocupantes/ reportagem

- Você sabe o que significa ocupação?

- O que você acha que é?

(A partir do desdobramento sobre o assunto com os alunos, dividir os alunos em grupo)

Exemplo de execução desta atividade:

Na turma do 3°/4° ano de escolaridade de 2011, a partir da leitura e debate sobre estes textos, se dividiu em grupos de acordo com seus interesses sobre Campo Alegre:

Grupo 1: Deseja morar e trabalhar em Campo Alegre - 09
Grupo 2: Deseja morar em Campo Alegre, mas trabalhar fora – 04
Grupo 3: Deseja sair de Campo Alegre - 03
Grupo 4: Não sabe – 01

A partir de então, foi proposto um questionamento aos grupos:

Geral: Quais são seus direitos? Quais são seus deveres?

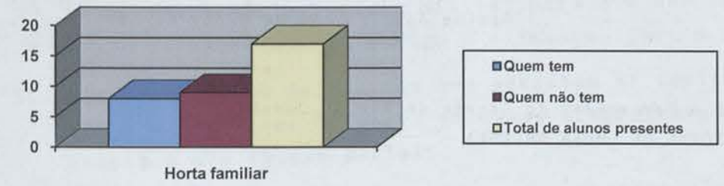
Específico:

Grupo 1: Por que você quer trabalhar e morar em Campo Alegre?
Grupo 2: Por que você quer morar aqui, mas trabalhar fora daqui?
Grupo 3: Por que você quer ir embora de Campo Alegre?

Agora vamos construir um gráfico de barras com essas informações?

Exemplo:

*QUEM TEM HORTA EM CASA?



E. M campo alegre.
Data 04/11/11.
Nome: Thatiane graciete da Silva Alves
1
1. Quais são os seus direitos?
os meu direito é mora aqui e trabalha aqui
2 Quais são os deveres?
Trabalha e cuida da paisagem
3 Por que você quer mora e trabalha em campo alegre?
por que campo alegre é bom para trabalha.

E. M. campo alegre
Data: 04/11/11
Nome: Lorrane cristina ribeiro grito
Grupo: 01
1- Quais são os seus direitos?
Meu direitos é ficar a qui
2- Quais são os seus deveres?
Tra balha é cuida das paisazes
3- por que você quer morar e trabalhar em campo alegre?
proque o campo alegre. e bom e legal

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1984.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro
Eng. LEONEL DE MOURA BRIZOLA

No mês de janeiro de 1984, cerca de 300 famílias, em sua maioria de agricultores sem terra, ocuparam parte da Fazenda Campo Alegre, na localidade de Queimados, município de Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro.

Os agricultores em seu esforço de dar a esta área uma destinação social produzindo para si e para o povo da cidade vêm sofrendo inúmeras violências.

Tentativas de assassinato, ameaças de morte, destruição de casas e lavouras, saques e todo tipo de provocações e humilhações vêm sendo cometidas pela ação combinada de jagunços e policiais da 55º Delegacia de Queimados.

Em várias reuniões e ofícios os trabalhadores denunciaram e pediram providências aos órgãos estaduais afetos ao problema, a saber : Secretaria de Habitação e Trabalho, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança, Secretaria de Promoção Social, Comissão de Assuntos Fundiários, Conselho de Defesa Civil e Direitos Humanos, Comando da Polícia Militar no Estado, Batalhão da Polícia Militar de Queimados, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, Delegacia de Polícia de Queimados, Promotoria de Justiça de Nova Iguaçu.

A natureza da ocupação, as denúncias já ocorridas e seus fundamentos estão expostos no anexo que ora lhe enviamos.

Como nenhuma providência efetiva foi tomada no sentido de por fim às violências e garantir aos trabalhadores o uso e posse da terra, nos dirigimos a V. Exº para que atenda às seguintes reivindicações:

1. O fim das perseguições e violências de que são vítimas os trabalhadores de Campo Alegre.
   a. apuração de responsabilidades e punição imediata dos policiais da 55º Delegacia - Queimados - envolvidos na prática dessas violências.
   b. desarmamento dos jagunços e grileiros e o encaminhamento das punições previstas em lei.

   c. determinação a Polícia Militar para que não impeça a entrada de materiais de abrigo e alimentos para o Mutirão.

II. A concretização de medidas que garantam às famílias do Mutirão o uso e posse da terra em Campo Alegre para que esta cumpra a sua função social.

Certos de que o atendimento destas reivindicações correspondem ao programa do Governo do Estado e aos anseios de uma população que quer a construção de uma sociedade mais justa com a melhoria das condições de vida e trabalho.

Atenciosamente

MUTIRÃO CAMPO ALEGRE

JORNAL DO BRA
Data: 18/01/
Caderno 1º Pág.

Famílias de lavradores invadem fazenda em Queimad

Cerca de 300 famílias de lavradores invadiram e estão ocupando há 10 dias a Fazenda Campo Alegre, em Queimados, Nova Iguaçu, que acreditam estar abandonada, e afirmam que não sairão enquanto o Governo do Estado não legitimar a situação ou cumprir a promessa de colocá-los em Itaíva, no Norte fluminense. Eles haviam sido expulsos de Xerém, há seis meses, e depois de um terreno da América Fabril, na Rio—Petrópolis. O Governo chegou a cadastrá-los e a demarcar 86 glebas em Itaíva.

Vivendo sob toldos e sob tensão provocada por ameaças de pessoas que se dizem proprietárias, mas não comprovam a posse da terra — são grileiros e jagunços, dizem os lavradores — e pela presença constante da polícia, eles ontem chegaram a receber um comando da PM com certa hostilidade, mas tiveram uma surpresa: o Major Évio, o Capitão Marques e o Tenente Tiamerote foram fazer uma averiguação da situação para informar as autoridades" e garantiram que eles não seriam molestados.

Os lavradores chegaram a fazer roçados em trechos da fazenda e fizeram também uma divisão preliminar das terras que caberiam a cada família, que receberia de 20 a 30 mil metros quadrados. Ocuparam a sede da antiga fazenda, uma casa em ruínas, como centro do que chamam Mutirão do Campo Alegre, instalando nela as crianças e as mulheres. Os homens dormem sob toldos e lonas (usados para cobrir carga de caminhão) estiradas entre árvores, formando um improvisado e rudimentar acampamento. Cavaram poços de água e sumidouro para esgotos. Sem poder trabalhar e sem recursos, eles estão se alimentando de doações obtidas pela Pastoral da Terra e pela Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu, que também está dando assistência jurídica.

Os lavradores reconhecem que estão em situação irregular, ocupando terra alheia, mas repelem os supostos proprietários, que estariam fazendo ameaças mandando derrubar os marcos e rondando o acampamento com armas à mostra. "Não queremos a posse da terra nem títulos de propriedade. Queremos apenas trabalhar, plantar e tirar nosso sustento", explica João da Silva Bastos, um dos mais velhos, tido como líder. Segundo ele, se os lavradores não procurarem a roça, vão ter que engrossar a multidão de favelados nas cidades ou aumentar a população das favelas.

Ontem, depois de um dia inteiro de tensão, na expectativa de uma investida de "jagunços armados", no final da tarde uma patrulha da PM (2ª Companhia) chegou a assustá-los quando surgiu na estrada-poeirenta de 11 quilômetros que leva à Via Dutra. Os lavradores se concentraram no caminho e cercaram o carro quando parou. Mas o Major Évio os tranqüilizou. Desceu, reuniu-se com eles sob um toldo, riu, ouviu histórias e garantiu-lhes que não seriam molestados, prometendo manter uma patrulha no local dia e noite. Mas exigiu que não construíssem nada e proibiu a entrada de material de construção e de novos ocupantes até que as Secretarias de Agricultura e de Habitação tomem providências.

Os moradores da Vila Kennedy já estão providenciando a escritura definitiva de suas casas. A hipoteca que separava 3 mil 845 famílias da propriedade foi suspensa pelo Banco Nacional da Habitação, após o Governo do Estado assumir a dívida, estimada em 32 mil UPCs (cerca de Cr$ 240 milhões), dos financiamentos para a compra das casas.

A Companhia Estadual de Habitação (Cehab) obteve a legalização das casas junto a todos os órgãos responsáveis por esta burocracia. Cada proprietário gastará Cr$ 16 mil relativos à certidão de ônus reais e à escritura definitiva, sem qualquer despesa adicional, segundo o diretor de operações imobiliárias da Cehab, Jorge França.

A Vila Kennedy completa 20 anos nesta sexta-feira. Inaugurada em 20 de janeiro de 1964, tinha por objetivo abrigar os moradores das favelas do Pasmado, Esqueleto e Humaitá. A primeira gleba, com 1 mil 300 casas, foi financiada com recursos da USAID (Aliança para o Progresso), em 10 anos.

A segunda e terceira glebas, com mil 845 casas, foram financiadas pelo Plano A do BNH, com prazo de 15 anos. Como não havia o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o saldo devedor dos financiamentos ao final do prazo continuou sendo cobrado dos moradores, que, em sua maioria, se recusaram a pagar prestações adicionais. Este saldo devedor das 3 mil 8[illegible] casas está em torno de 32 mil UPCs e o protocolo de intenções entre o BNH e o Governo do Estado, assinado [illegible], permitiu que fosse suspensa a [illegible]



Grileiros não comprovaram a posse da terra

Para Laerte Resende Bastos, fundador do Núcleo Agrícola Fluminense, a história de Campo Alegre "é a continuação de um trabalho que recomeçou em 1978 aqui no Estado do Rio de Janeiro". Há um ano, mais de 1 mil lavradores se reuniram em Parque Estoril para discutir a necessidade de terras "que não fossem comprovadamente de ninguém", caso da área de Campo Alegre, em Nova Iguaçu:

– Um belo dia, após fazermos um levantamento completo da área e depois de descobrirmos que os grileiros que se diziam proprietários das terras não tinham como comprovar a sua posse, viemos para cá. Chegamos à meia-noite, quase a uma hora da manhã. Todos os lavradores que vieram sabiam que esse sistema de ocupação de terras era perigoso. Nós nunca escondemos isso de ninguém. Foi por isso que deu certo. As trezentas famílias (a integrante de uma delas, Ricardina de Oliveira, teve uma filha, Elizabeth, a primeira criança a nascer em Campo Alegre) vieram dispostas a lutar. A maior parte desse pessoal é composta de lavradores que vieram do interior do Estado e não conseguiram emprego nas cidades, e de camponeses procedentes do Nordeste, que ficaram desempregados. Apenas 10% desse pessoal é formado por pessoas que viviam em total estado de miséria na cidade grande e que queriam trabalhar.

No início da ocupação, os lavradores tiveram que replantar "as roças que foram queimadas por vários grileiros". O pior deles, segundo Laerte, era o coronel José Inácio, "que mandava seus jagunços atirar na gente".



Laerte Resende Bastos foi o fundador do Núcleo Agrícola Fluminense. Hoje, como um dos líderes da comunidade, ele vê seu esforço vitorioso.

Começo da luta

A luta pela reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro começou em 1962, segundo Laerte, que é filho de camponeses e, na época, fundou a Associação dos Lavradores de Duque de Caxias:

– Naquela época, a palavra de resistir à repressão daqueles que [illegible] violência contra a gente. Depois [illegible] a posse de [illegible] parceiros [illegible] Baixada Fluminense. Ampliamos a [illegible] regiões como Campos, Macaé, [illegible] buleiro. Depois de 1964 [illegible] houve mais queima de barracos e [illegible] ças. Quando veio o golpe de 1964, [illegible] mos o povo todo. A mobilização [illegible] depois que terminaram todas as [illegible] dições de resistência. Aí, cada um [illegible] seu canto, aguardar os acontecimentos.

Em 1978, Laerte, junto com [illegible] Paula Amaral, Delário Ribeiro e [illegible] culada, fundava o NAF, com o objetivo [illegible] "ocupar um espaço que estava [illegible] mado por pelegos, que faziam o [illegible] grileiros". O Núcleo Agrícola [illegible] "começou a organizar os camponeses [illegible] a volta ao campo", conta Laerte:

– O pessoal estava perdido por [illegible] çamos a nossa luta retomando áreas [illegible] tinham sido tiradas em Morro Grande, [illegible] vari e Penha Caixão. Em 1979, ajudamos [illegible] criação do mutirão de Nova Aurora, [illegible] posto por aqueles que queriam terra [illegible] para morar. Não podemos deixar de [illegible] nar o trabalho que a Comissão de [illegible] da Terra fez aqui na Baixada. Eles [illegible] daram muito. E, agora, vamos dar [illegible] as autoridades do Estado e com [illegible] ses uma forma de trabalho para ser [illegible] em Campo Alegre. A melhor proposta [illegible] trabalho coletivo.

MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

CGC 27.975.838/0001-57 - Reg. N.º 3218 Cartório do 8.º Ofício
Publicado no Diário Oficial da P.M.N.I. em 22/02/84

Avenida Mutirão, 1000 - Campo Alegre - N. Iguaçu

p/ Sada
24-10-84

REGIMENTO INTERNO DOS COLETIVOS

Art. 1º - A participação nos Coletivos é personalíssima. O companheiros não poderá se substituir por quem quer que seja no trabalho.
Art. 2º - Só poderá participar dos Coletivos quem puder dar, no mínimo, três dias de serviço por semana.
Art. 3º - O financiamento/empréstimo será exclusivamente para alimentação, ração, sementes, inseticidas e adubos.
Art. 4º - A cada companheiro, que assim requerer, será concedido um empréstimo para alimentação, que nunca poderá ultrapassar a metade do correspondente a um dia do salário mínimo regional.
Art. 5º - Poderá participar dos Coletivos o companheiros que tenha sítio individual, bem como aquele que não tem, desde que seja sócio do MCA.
Art. 6º - O montante em dinheiro apurado com a venda dos produtos do Coletivo, depois de deduzidas as despesas de custeio e fundo de reserva, será distribuído entre os companheiros, abatendo o valor de seus empréstimos individuais, proporcionalmente ao número de horas de serviço prestado.
Art. 7º - O controle das despesas obedecerá a critérios rígidos estabelecidos pela Diretoria do MCA, com vistas a evitar o desperdício de sementes e adubos, bem como uma distribuição racional de alimentação.
Art. 8º - O companheiros que não estiver correspondendo, poderá ser afastado grupo em reunião do seu Coletivo, por voto da maioria simples.
Art. 9º - Efetuada a colheita, os produtos serão vendidos a compradores escolhidos pelo grupo, e por valores previamente combinados, sendo expressamente proibida a venda de qualquer produto dos Coletivos, por membro deste, isoladamente.
Art.10º - Aquele que se desligar do grupo a que pertence, por qualquer motivo, receberá sua parte, mas na época das vendas da roça a que tenha participado, e na produção das horas trabalhadas.
Art.11º - O companheiro poderá fazer horta para consumo próprio nas áreas preparadas pelos Coletivos, mas em local por esses indicados.
Art.12º - O companheiro cujos filhos, esposa ou agregados, queiram trabalhar nos Coletivos, poderão fazê-lo, sendo o valor da hora trabalhada calculada pelo grupo, quando o trabalho executado não for de produção igual à média normal.
Art.13º - O Coletivo poderá plantar em qualquer área que estiver parada e nesse caso, por um período mínimo de dois anos, sem que o companheiro perca o seu direito de posse, caso demonstre capacidade para cultivar a referida rea.
Art.14º - O companheiro que não fizer compra de alimentos e preferir pagar pensão, poderá pegar em dinheiro o financiamento de alimentação nas mesmas condições.
Art.15º - O companheiro poderá retirar só para alimentação de sua família qualquer produto produzido pelos Coletivos com desconto de 50% (cinquenta por cento) do preço de venda.
Art.16º - Os grupos serão formados sempre por 10 companheiros e a área inicial será de 10 hectares.
§ 1º - Assim constituídos poderão observar o melhor aproveitamento, acertos ou falhas entre os grupos, que serão iguais em número de pessoas.
Art.17º - Os pagamentos das dívidas contraídas, serão retirados a cada operação de venda, na proporção de 60% (sessenta por cento) do total vendido naquele ato. Se no final da colheita observar-se que o desconto foi maior que a receita, o MCA devolverá imediatamente aos companheiros a diferença. Se total descontado não deu para pagar a dívida, o MCA repassará a mesma para colheitas futuras com desconto acrescido ao normal.
Art.18º - O produto em dinheiro das vendas efetuadas, poderão ser rateados no ato desta, ou depositado na conta bancária do MCA e creditado na Conta Corrente de cada grupo para futuro rateio entre seus membros.
Art.19º - Fica estabelecido o valor de Cr$3.000,00, como ajuda de custo para alimentação.

1985

REGULAMENTO DO MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

DE QUEM É A TERRA?

A terra foi conquistada por todos os trabalhadores juntos. Por isso ela não pode ser propriedade de ninguem.

A terra pertence ao MUTIRÃO, mas cada ocupante tem direito de usar um lote para si próprio e para sua família.

O lote não é comprado. A Diretoria do MUTIRÃO distribui os lotes para os mais necessitos e que aceitem as regras do regulamento. Quem der dinheiro para obter terra perde o dinheiro e a terra.

Por isso é proibido fazer qualquer tipo de negócio com o lote. Se alguem conhecer alguma irregularidade deve imediatamente comunicar para a Diretoria que tomará as providencias.

Só tem direito ao lote aqueles que querem trabalhar na agricultura e que não tenham outro emprego fixo com salário alto, não sejam proprietários nem comerciantes. Também não tem direito ao lote quem é funcionário público civil ou militar (inclusive policial) nem aqueles que tem aposentadoria que baste para manter a família.

Para garantir o seu lote, o ocupante deve logo iniciar a capina e limpeza da terra fazendo o seu preparo para lavoura. Deve também começar a construção da casa. Se em três dias não fizer isso, perde o direito ao lote que será distribuído para outro candidato.

QUAIS SÃO AS OBRIGAÇÕES DO POSSEIRO?

Todos que entraram na terra assumiram alguns compromissos com seus companheiros. Os compromissos mais importantes são:

1. Cultivar a terra de maneira permanente;
2. trabalhar em grupos nos lugares que forem escolhidos;
3. dar todo apoio na luta daqueles que ainda não conquistaram a terra. Esse apoio deve ser dado em qualquer lugar onde houver luta pela terra;
4. dar todo tipo de ajuda que estiver a seu alcance para os companheiros mais necessitados;
5. comparecer nas reuniões e assembléias marcadas pelo Mutirão. Nessas reuniões haverá lista de presença, e a ausência é considerada falta grave;
6. cumprir os Regulamentos e fiscalizar para que todos cumpram. Uma parte muito importante do Regulamento é aquela que proibe explorar o trabalho de outras pessoas, mesmo pagando salário ou sob forma de parceria (meação, terça, etc), também é proibido vender, alugar ou ceder o lote;
7. respeitar as regras de BEM-VIVER com os outros ocupantes e suas famílias. Cada vizinho é um irmão e assim tem de ser tratado. A alegria de um é a alegria de todos. A desgraça de um é a desgraça de todos;
8. quem pegar sítio terá que morar no mesmo com a família dentro de um prazo razoável e combinado;
9. quem trabalha em coletivo pode ser casado ou solteiro, morar no local ou fora;
10. solteiro não pode pegar sítio, só se tiver uma companheira;
11. esposa ou companheira não poderá pegar sítio se o companheiro já tiver ou se um ou o outro estiver impedido pelo regulamento;
12. quem passar direito de posse ganha na luta, não poderá pegar terra mesmo que seja em outra ocupação;
13. o posseiro não poder fazer queimada, prender passarinho, caçar e desmatar os picos dos montes;
14. Reuniões: dos aceirados 3º sábado às 9h, dos sem terra 1º sábado às 9h, do conselho às 4as. feiras de 15 em 15 dias às 15h.

CASO DE DESISTÊNCIA

Se por motivo justificado o posseiro tiver de desistir de seu lote, só poderá transferi-lo depois de 1 ano, terá de devolvê-lo para a Diretoria do Mutirão de Campo Alegre. Nesse caso terá direito a ser indenizado pelo trabalho que fez na terra mas de maneira alguma poderá vender a terra.

Vamos também preencher nossa ficha de inscrição?

FICHA DE INSCRIÇÃO:

NOME _____

NASCIDO _____ NATURAL _____ ESTADO CIVIL _____

FILIAÇÃO: PAI _____

MÃE _____

IDENTIDADE Nº _____ INSCRIÇÃO Nº _____ RECEBEU LOTE EM _____

NOME DA ESPOSA OU COMPANHEIRA _____

FILHOS MAIORES _____ MENORES _____

RESIDÊNCIA _____

PROFISSÃO _____ EMPREGADO ( ) DESEMPREGADO ( )

RENDA FAMILIAR _____ POSSUI CASA _____ OU TERRA _____

Campo Alegre, _____ de _____ de 1985.

Associado

Presidente do Mutirão de Campo Alegre

CEDIM

UFRRJ
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

Dom Enemesio Angelo Lazzaris: "Reforma Agrária não foi prioridade de nenhum dos governos democráticos".



Em sua participação na coletiva de imprensa da sexta-feira, 12 de abril, o bispo de Balsas (MA) e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Enemesio Angelo Lazzaris falou sobre a apresentação do Documento "A Igreja e a questão agrária no Século XXI".

Dom Enemesio explicou que o Documento é uma continuidade das reflexões que a CNBB tem feito ao longo dos anos. E citou o ano de 1954, quando se realizou a 2ª Assembleia Geral dos Bispos e cujo tema central foi a "Reforma Agrária", o bispo também lembrou o ano de 1980 quando na 18ª AG o tema foi "Igreja e problemas da terra" e mais recentemente, em 2006, quando foi lançado o Documento "Os pobres possuirão a terra".

Dom Enemesio ressaltou que o Documento apresentado na 51ª AG composto por um breve histórico, quatro capítulos e conclusão "quer fazer entender de maneira crítica as velhas e novas razões do sofrimento e da violência que marcam e ensanguentam a nossa terra hoje talvez mais que ontem". E reforçou dizendo que "de maneira clara o documento faz entender que a sempre prometida Reforma Agrária não foi prioridade de nenhum dos governos democráticos, menos ainda do governo atual".

O bispo fez uma alerta para a situação opressora que se encontram os povos indígenas, quilombolas, sem terras e escravizados do campo, que estão em condições degradantes. "Precisamos atuar, precisamos anunciar as coisas boas, mas precisamos denunciar as tantas formas de opressão, os gritos, as injustas que este povo sofre".

No final da coletiva o presidente da CPT disse que o episcopado apela para que os poderes executivo, legislativo e judiciário permita que os camponeses tenham vez e voz. "Declaramos apoio aos pequenos que buscam oportunidade de vida na terra, na floresta e nas águas. Apoiamos as organizações camponesas e suas lutas pela terra e por políticas públicas que lhes garantam acesso ao serviço saúde. Estamos juntos na resistência contra toda forma de violência que atinge a vida dos trabalhadores e suas famílias. Nos colocaremos contra a grilagem e esforçaremos sempre mais para combater o trabalho escravo".

O arcebispo de Mariana (MG) e ex-presidente da CNBB, dom Geraldo Lyrio Rocha, estava presente na coletiva e pediu a palavra para falar sobre o assunto. Com a palavra dom Geraldo questionou se a questão agrária está sendo discutida em nosso país e se há algum partido político levantando este assunto. "Não é que a questão não exista, é que se faz vista grossa, se silencia".

Dom Geraldo aproveitou para ressaltar que Documento "quer dizer um grito dos que estão pedindo socorro e a Igreja quer ser porta-voz de todos aqueles que são vítimas desta situação gravíssima em nosso país".

E esclareceu: "Sabemos que esse Documento vai provocar reações porque é um documento que toma posição clara e definida. É lógico que esperamos que ele tenha repercussão no Congresso Nacional, que ele possa trazer uma contribuição para um debate mais amplo na sociedade".

CEDIM

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e seis dias do ano de dois mil e seis, na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu – SEMDES/ICAT, sito a rua Otávio Ascoli, 328 – Centro – Nova Iguaçu – RJ, às dezesseis horas e quarenta minutos, deu início a reunião, com os presentes inscritos abaixo, referente ao Imóvel denominado Fazenda Boa Vista – Marapicu, vistas a necessidade de regularização dos camponeses ali localizados. Danielle de Souza Moreira – Subsecretária Municipal da SEMDES, relatou o contato com o INCRA através do superintendente Mário Lúcio, onde infelizmente não será possível presença nesta reunião, porém fortalece o compromisso do reconhecimento das famílias rurais ali titularizadas pelo assentamento municipal, após a mesma também mencionou que mediante atividades internas jurídicas os procuradores Dr. Walter – Dívida Ativa e Dr. Marcos Gomes, contataram por telefone informando da impossibilidade de presença, mas ambos, se colocam a disposição para dias posteriores e contatos telefônicos. Fátima Cristina Ferreira da Silva – Caixa Econômica Federal, referendou que o projeto já foi aprovado pela Diretoria Nacional da Caixa Econômica Federal, aguardando assinatura da Presidente para encaminhamento do referido documento, porém algumas determinações se tornam indispensáveis para o bom funcionamento do acordo, tais como: minuta do termo de acordo a ser elaborado pelos procurados acima citados e Dr. Sérgio Andrada – Departamento Jurídico da CEF, comunicando-se por e.mail, onde se estabelece uma data para finalização o dia vinte e oito do mês corrente para apresentação do termo final, às 13h. Nesta data deverão estar presentes o procurador do Município de Nova Iguaçu e preposto da CEF com autorização para assinatura do termo de acordo, o qual deverá ter pedido de homologação pelo juízo da vara de fazenda pública da Comarca da Nova Iguaçu.

Presentes:

Nome	Instituição	Telefone	E.mail	Assinatura
Danielle de Souza Moreira	Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu - SEMDES	21 3770-6078	danielle@sulrj.com	
Rudá Mendes	EMATER-RIO / Nova Iguaçu	21 2767 2863	eslocni@emater.rj.gov.br	
Maria Auxiliadora V dos Santos	Associação dos Camponeses de Marapicu	3794-7960		

Sérgio Andrada	Cef	21 2202-3346	sergio.andrada@caixa.gov.br	Sérgio Andrada Advogado - OAB/RJ 93.742 Matr. 068.997-0 CAIXA JURIR/RJ
Fátima Cristina Ferreira da Silva	CEF	21 2202-3840	fatima.f.silva@caixa.gov.br	FATIMA CRISTINA FERREIRA DA SILVA Gerente de Serviço - Mat. 064042-6 CAIXA - GILIE/RJ
Padre Geraldo Lima	Comissão Pastoral da Terra	3769-6739 9974-9665	geraldojoaolima.@link21.com.br	Pe Geraldo Lima
José Luiz Rolim Olimpio	Associação Camponeses do Marapicu	3463 4195		José Luiz Olimpio

CEDIM

Maria Auxiliadora V dos Santos

Conjuntura Social e Documentação Eclesial

ENCARTE DO BOLETIM DA CNBB – 14/01/93
FONE: (061) 225-2955 – FAX: (061) 225-4361
TELEX: (61) 1104 e (61) 4954 CNBB BR
Caixa Postal 02067 – (70259-970) Brasília – DF

139

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Nós, os 150 Delegados, integrando as 35 Paróquias da Diocese de Santa Maria (RS), reunidos na 22ª Assembléia Diocesana de Pastoral, nos dias 5 e 6 de dezembro de 1992, em Santa Maria, avaliamos e elaboramos o objetivo e as prioridades pastorais para os próximos dois anos, os quais serão posteriormente comunicados e confiados às comunidades.

A partir disso queremos manifestar nossa posição sobre realidades que nos preocupam e que impedem a realização do Projeto de Deus:

I - COM RELAÇÃO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Demonstramos nossa preocupação com o reflexo negativo da programação das redes de televisão, nos filmes e programas em geral, com cenas de violência, terror, assassinatos, estupros, seqüestros e com "banhos de sangue". Os filmes e novelas, em que o sexo e as relações afetivas são vulgarizadas negativamente, estão deformando a visão de jovens, crianças e adultos e cultivando a violência na sociedade.

Acreditamos na força dos veículos de comunicação e achamos que devem urgentemente integrar-se numa Campanha de Defesa dos valores mais altos da educação e da moral.

Apesar de reconhecer que esta "realidade" violenta que nos cerca é reflexo e produto de problemas sociais, econômicos e da crise porque passa o País e não são sempre criados pelos meios de comunicação, julgamos que estes estão fazendo um papel de "realimentadores" da violência, baseados no relato e na reação da sociedade em geral.

Conclamamos os dirigentes das redes de Comunicação Social a nortearem sua programação mais pelos valores éticos, morais e culturais que promovem a vida e menos por valores de "marketing" econômico, e a comunidade a exercer o senso crítico diante das mais variadas programações apresentadas pelos Meios de Comunicação Social.

E, neste sentido, apoiamos o manifesto dos educadores do 3º Seminário Internacional de Educação Popular, realizado em Santa Maria, 27 e 28 de outubro p.p..

II - COM RELAÇÃO A ÉTICA NA POLÍTICA

Pensamos valer para a realidade atual o que Rui Barbosa na 1ª República comentava: "De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra; de tanto ver crescer a injustiça; de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus; o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto".

- Queremos, pois, manifestar nosso repúdio contra a corrupção, subornos, favorecimentos e tratamentos desiguais na apuração de atos ilícitos, desvio dos bens públicos e outras formas de roubos, falcatruas e desonestidades na sociedade brasileira.

- Propomos para todos os Educadores, Agentes de Pastoral, Lideranças, Grupos, Associações, Cooperativas, Sindicatos, na Política partidária e cidadãos brasileiros, um profundo e insistente apêlo de uma reeducação nos valores éticos morais.

III - COM RELAÇÃO A LUTA PELA TERRA

É inaceitável para nós que num País com tanta terra boa para agricultura, existem aproximadamente 12 milhões de agricultores sem terra. Isto tudo devido a absurda concentração fundiária, onde dos 5 milhões de proprietários rurais, somente 46 mil possuem 162 milhões de hectares, praticamente a metade das terras úteis para a agricultura. E o pior é que estas famílias para conquistar um pedaço de terra têm que passar por tanto sofrimento e humilhações, como o caso das 33 famílias acampadas há um ano na fazenda Santa Maria, em Santa Maria-RS, que há mais de 3 anos vêm sendo empurrados de um lado para outro do Estado.

Não imaginávamos que, depois de um ano, a situação destas famílias continuasse ainda sem nenhuma solução.

- Existem no RS 1436 famílias de agricultores Sem Terra acampadas à espera de solução.

- Os planos de Reforma Agrária tanto a nível Federal e Estadual, na prática não passaram de falsa expectativa. Infelizmente, não se nota vontade política para uma verdadeira Reforma Agrária, pois até hoje as 3009 famílias assentadas em 81 assentamentos no RS só o foram porque tiveram disposição de se organizar e lutar.

- Finalmente queremos mais uma vez reafirmar nossa convicção da necessidade de um amplo processo de reforma agrária com uma devida política agrícola como caminho para a solução dos graves problemas sociais e da retomada do processo de desenvolvimento econômico e social.

Neste sentido conclamamos a todas as pessoas, de modo especial os cristãos, a participarem ativamente na busca de soluções para os graves problemas agrários e agrícolas, dando especial atenção à aprovação das leis complementares aos artigos da Constituição que tratam desta questão e a revisão constitucional.

IV - COM RELAÇÃO A LUTA PELA MORADIA

Existe um grande déficit habitacional na cidade e no campo. Só na cidade de Santa Maria, esse número chega a 15 mil famílias sem teto. Esse problema se constitui num dos maiores atentados ao direito a vida digna. Existe uma profunda especulação e exploração Imobiliária, considerando o baixo poder aquisitivo da população que não possui casa própria.

Propomos que nossas Igrejas organizem a Pastoral da Moradia, onde seja necessário e valorizem a Campanha da Fraternidade 93.

Propomos também o apoio a todo movimento popular de luta pela moradia. Conclamamos as administrações Públicas, Municipais, Estaduais e Federal a fazerem loteamentos habitacionais e a subsidiarem projetos populares de construção de casas em mutirões.

Diante desses graves problemas que assolam a população brasileira, especialmente os mais pobres, somos chamados a ser SAL, LUZ e FERMENTO para participarmos do processo de construção de uma nova sociedade, sinal do Reino de Deus.

Santa Maria, 06 de dezembro de 1992.

FOLHA INFORMATIVA CPT - RJ nº.02 10.03.86

EXTRAÍDO DO BOLETIM CNRA

Campanha Nacional Pela
REFORMA AGRÁRIA

INFORMA

Rio de Janeiro

nº 14 - Jan/Fev - 1986

REFORMA AGRÁRIA: UMA PROMESSA

A nova República inaugurou o seu segundo ministério mantendo Nelson Ribeiro no MIRAD. Enquanto a violência aumenta no campo, a Reforma Agrária é, ainda, uma promessa não cumprida pelo governo; e, cada vez mais, uma bandeira de luta dos movimentos populares engajados na Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Este Boletim recolheu e sistematizou, neste número, principalmente as informações publicadas na grande imprensa sobre: planos regionais, desapropriações, ocupações, conflitos e violência no campo.

A Campanha pretende retomar suas iniciativas, este ano, a partir de sua próxima reunião de coordenação a ser realizada, se possível, no mês de março.

PLANOS REGIONAIS

Rio de Janeiro

O Plano Regional de reforma agrária do Rio de Janeiro, prevê, para o ano de 1986, o assentamento de 1700 famílias e a regularização de outras 1800 nos municípios de São João da Barra, Campos, Cabo Frio, Magé, Nova Iguaçu, Parati, Angra dos Reis, Macaé, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Silva Jardim, Araruama, Casimiro de Abreu e Paracambi. Em 86, o INCRA deverá aplicar Cr$ 175 bilhões para o cumprimento destas metas. O Plano, elaborado pela regional do INCRA, prevê, ainda, para 87, o assentamento de 3.500 famílias; para 1988, 5.200; para 1989, 5.600. O total de assentamentos previstos deverá beneficiar 16 mil famílias; cerca de 80 mil pessoas. No Estado do Rio são 140 áreas de conflito, localizadas, principalmente, em 33 dos 65 municípios entre o extremo sul de Parati e o extremo norte de São João da Barra. (JB, 21.12.85)

CONFLITOS

Rio de Janeiro

Segundo o Jornal do Brasil, o Estado do Rio de Janeiro mantém um latifúndio de 300 alqueires, em Italva, distrito de Campos, onde existem 200 colonos explorados em regime de semi-escravidão. São posseiros e meeiros que trabalham na fazenda experimental, mantida pela Siagro Rio (empresa de serviços e insumos básicos para a agropecuária) (JB, 22.12.85)

DESAPROPRIAÇÕES

Rio de Janeiro

Segundo o secretário executivo da Comissão de Assuntos Fundiários, Edgar Ribeiro de Souza, foram desapropriados cerca de 44 milhões de metros quadrados dos quais 40 em áreas rurais.

Na Fazenda Campo Alegre, em Queimados, Nova Iguaçu, numa área de 3.500 hectares, foram assentados lavradores expulsos de outros locais ou desempregados.

A Fazenda Engenho Novo, na zona oeste, foi desapropriada para evitar o despejo de 85 famílias.

Em Magé, duas áreas foram desapropriadas: uma de 2 milhões de metros quadrados, onde estão assentadas 90 famílias; e a Fazenda Santa Rosa, cuja área é de 306 mil metros quadrados.

Na Fazenda experimental de Italva foram assentadas 31 famílias.

Em Maricá, foi desapropriada a Fazenda Inoã, de 800 mil metros quadrados. (JB, 15.01.86)

OCUPAÇÕES

Rio de Janeiro

A Fazenda do Capixaba, no município de Nova Iguaçu, foi ocupada por cerca de 50 famílias. Essas terras (devolutas) foram desapropriadas em 1958 e cercadas pelos grileiros de Sebastião Ferreira da Silva. Sebastião se diz proprietário das terras, ameaçando invadí-las com jagunços e expulsar os lavradores. No entanto, chamado pela Comissão de Assuntos Fundiários, da Secretaria Estadual de Habitação e Trabalho, não compareceu, deixando de apresentar os documentos de posse. (JB, 28.01.86)

JB - 110386

Decreto transforma em área de reforma agrária fazenda em Nova Iguaçu

Brasília — Por força de um decreto proposto pelo ministro Nelson Ribeiro e assinado pelo presidente José Sarney, os 2 mil 780 quilômetros quadrados da Fazenda Boa Esperança, em Nova Iguaçu, foram declarados área prioritária para fins de reforma agrária e estão sendo entregues à administração do INCRA para o assentamento definitivo de 61 famílias em lotes individuais.

Essa fazenda, embora situada próxima a grandes centros consumidores (entre os rios São Pedro e Guandu e a estrada de ferro), encontrava-se praticamente inexplorada, tendo sido tomada por um grupo de 73 famílias de agricultores, agora reduzido, mediante acordo com os proprietários, a apenas 45 famílias.

Salvo pelas máquinas, e equipamentos agrícolas e pelas benfeitorias já existentes, toda a terra fica agora sob a responsabilidade do INCRA, para "imediata reformulação da estrutura fundiária e criação de até 61 unidades familiares". O prazo de atuação do governo nessa área é limitado a três anos, podendo ser prorrogado.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - RONDÔNIA

NOTÍCIAS DA TERRA

Boletim Informativo - CPT - Porto Velho - Maio/2001

nº12



CPT denuncia irregularidades na Sudam

Pág. 3

Romaria da Terra - RO

Pág. 4-5

Vitória dos acampados da fazenda Urupá

Pág. 6

Os apelos de Deus na atual crise da água

Pág. 8

EDITORIAL

As comemorações dos 25 anos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) serão encerradas no 1º Congresso Nacional da CPT, que será realizado no período de 28 de maio a 1º de junho, em Bom Jesus da Lapa (BA). As celebrações irão orientar e fortalecer o compromisso da entidade em três grandes temas: Terra, Água e Direitos, em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nesta edição, destacamos a 6ª Romaria da Terra de Rondônia, que tem como tema "Criar Raízes para uma Vida Longa" e o lema "Plantar e Colher, Comer e Viver", a ser realizada no dia 29 de julho, em Ji-Paraná, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar, incentivando a permanência do homem na terra, cultivando-a como fonte de vida e dom de Deus para alimentar as pessoas do campo e da cidade.

Um outro assunto, apresentado na página 3, diz respeito às denúncias da CPT com relação à Sudam. A CPT acha inadiável uma CPI da Sudam e que não se restrinja a analisar as últimas denúncias que ganharam as manchetes dos jornais, mas que vá fundo e faça uma devassa em todos os projetos aprovados, do início até agora, obrigando aos que desviaram recursos a devolvê-los ao erário público e incorporar suas terras ao patrimônio da União para serem destinadas à reforma agrária.

Na página 8, temos o artigo "Os apelos de Deus na atual crise de água", cujo autor é Marcelo Barros. Esse artigo é um alerta sobre o sistema de vida do planeta que está ameaçado e a água se torna o bem mais precioso, onde 1 bilhão e 75 milhões de seres humanos não têm água.

Informes

Grito da Terra

O Grito da Terra Brasil 2001 será realizado no período de 3 a 6 de julho, em Porto Velho. O evento será promovido pela Fetagro (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia), Projeto Pe. Ezequiel, CPT, Diocese de Ji-Paraná, e Cootraron.

Reunião da CPT

A próxima reunião da coordenação regional da CPT/Rondônia acontecerá nos dias 25 e 26 de junho, no Centro de Formação São Francisco, em Ariquemes.

Assembléia da CPT

Após a reunião de coordenação, será realizada a Assembléia Geral da CPT, nos dias 27 e 28 de junho, também no Centro de Formação São Francisco.

Jornada de Luta

A Jornada Nacional de Luta contra a Impunidade no Campo, Produtos Transgênicos, Multinacionais, Importações e Áreas de Livre Comércio das Américas foi realizada pelo MST, MPA e CPT, no período de 17 a 24 de abril, em Ji-Paraná.

Congresso Nacional da CPT discute Terra, Água e Direitos

O 1º Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) , que será realizado no período de 28 de maio a 1º de junho, em Bom Jesus da Lapa (BA), discutirá três grandes temas: Terra, Água e Direitos, que vão orientar os trabalhos da entidade nos próximos quatro anos. A questão de Gênero, Espiritualidade e Políticas Públicas será trabalhada nos temas principais como norteadores da reflexão. O evento contará com a participação de lideranças da CPT de todo o país, principalmente com a presença maior de agricultoras e agricultores. Da Regional Rondônia participarão 17 representantes, dos quais, 11 são agricultoras e agricultores.

"Os dois mil anos do nascimento de Cristo, o novo milênio e os 25 anos de CPT serão celebrados no nosso Congresso", disse Jair Bruxel, da CPT/RO, acrescentando que "ao longo desses anos, a CPT vem prestando serviços pastoral, jurídico e técnico, em prol do homem e da mulher do campo".

Para os cepetistas, o Congresso será uma oportunidade de ver e rever a história de luta da entidade na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. "Unir forças, fortalecer razões, vencer barreiras, preservar e continuar a história da CPT, é o que faremos com a benção de Maria, e O Bom Jesus da Lapa", finalizaram.

EXPEDIENTE

Informativo da Comissão Pastoral da Terra - Regional Rondônia

Coordenador
João Damasio Vieira

Responsáveis pelos Artigos e Matérias
Equipe da CPT-RO

Jornalista Responsável
Marilza de Paiva Rocha
Registro Prof. nº 026 DRT/RO

Editoração Eletrônica
Marcos Lemke

Rua Álvaro Maia, 1034
Bairro Olaria
C.P. 1051 CEP 78900-970
Porto Velho - RO
Tel.: (0xx69) 224-480
Fax.: (0xx69) 223-1135

E-mail: cpt@enter-net.com.br

Tiragem: 2.000
É permitida a reprodução total ou parcial das matérias, desde que citada a fonte.
Impressão:
ABG Gráfica e Editora
Av. Equador, 978 - N. Porto Velho - PVH/RO
Tel.: 69 212-0159
e-mail: abg@enter-net.com.br

CPT denuncia irregularidades na Sudam

Nos últimos dias, avolumam-se as denúncias de corrupção praticadas por políticos, funcionários públicos e empresários desviando recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam. A CPT, acompanhando o desenrolar das denúncias e investigações, quer lembrar que isso não é nenhuma novidade.

A Sudam, criada pelo regime militar para promover a ocupação da Amazônia, transferiu terras públicas para empresas privadas, e realizou a latifundização da Amazônia, a maior concentração de terras de que se tem conhecimento. As empresas se instalaram na região com recursos públicos graças à renúncia fiscal do governo. Esses recursos, repassados às empresas a título de incentivos fiscais, foram responsáveis pela invasão de áreas indígenas, pela maior parte dos conflitos de terra na Amazônia; provocaram a expulsão de milhares de famílias de posseiros; e a morte de muitos trabalhadores. Parte dos recursos dos empreendimentos foi destinada a contratar pistoleiros e a corromper policiais e autoridades. Para serem implantados esses empreendimentos, foi utilizada a mão-de-obra de trabalhadores, conhecidos como peões, muitos dos quais foram submetidos às condições de trabalho escravo. (Em 1970, uma operação da Polícia Federal, em Santa Terezinha, no Mato Grosso, resgatou mais de 500 homens, submetidos a essas condições pela Codeara - Cia. de Desenvolvimento do Araguaia – ligada ao Banco de Crédito Nacional - BCN). Milhares desses trabalhadores, grande parte anônimo, foram vitimados pela malária, enquanto outros morreram pelas mãos de pistoleiros e gatos (empreiteiros).

Com os recursos da Sudam, promoveu-se, sem dúvida nenhuma, o maior desmatamento já ocorrido no Brasil em curto espaço de tempo. Só na região do Araguaia mato-grossense a expansão da área de pastagens plantadas passou de 27.000 ha em 1960, para 161.700 ha em 1970, e alcançou 1.157.800 ha em 1980. Uma agressão ao meio ambiente nunca antes imaginada.

A corrupção é a marca mais duradoura da Sudam. Grande parte dos projetos não realizam o que propunham quando solicitavam aprovação. E está na memória dos moradores da região, como o mesmo gado era contado várias vezes, em fazendas diferentes, pelos fiscais da Sudam. Enquanto os fiscais eram distraídos, os vaqueiros manejavam o gado de uma fazenda para outra. Os recursos destinados ao desenvolvimento da Amazônia engordaram bancos e empresas no Sull. Esses recursos, aplicados no desenvolvimento das comunidades indígenas e sertanejas teriam mudado a qualidade de vida das mesmas. Estudos e reportagens feitos durante o decorrer desses anos todos mostraram, em detalhes, tudo isso que afirmamos.

Se fossem investigados todos os projetos aprovados pela Sudam, possivelmente, poder-se-ia contar nos dedos das mãos aqueles que não praticaram irregularidades, sobretudo os projetos agro-pecuários.

Essa situação foi denunciada muitas vezes pela Igreja e pela própria CPT. O primeiro a levantar a voz, mostrando a realidade da Amazônia a partir do novo modelo implantado, foi Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia e um e dos fundadores da CPT. Sua carta pastoral "Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social", publicada na data de sua ordenação episcopal, em 23 de outubro de 1971, foi um grito de alerta a toda a nação. Em 1977, o mesmo dom Pedro, e mais Dom Henrique Froelich, de Diamantino (MT), dom Moacyr Grecchi, de Rio Branco (AC), e presidente da CPT, dom Alano Maria Pena, de Marabá (PA) e dom Tomás Balduíno, de Goiás, e presidente do Cimi, perante a CPI da terra, na Câmara Federal, traçaram o quadro da realidade desfilando um rosário de injustiças praticadas pelos empresários apoiados pela Sudam.

No decorrer dos 25 anos da CPT, de modo especial na década de 70, a CPT continuou mostrando à opinião pública os desmandos do capital na Amazônia, afetando diretamente índios, posseiros e peões.

Diante de tudo isso, a CPT acha inadiável uma CPI da Sudam e que não se restrinja a analisar as últimas denúncias que ganharam as manchetes dos jornais, mas que vá fundo e faça uma devassa em todos os projetos aprovados, do início até agora, obrigando aos que desviaram recursos a devolvê-los ao erário público e a incorpor suas terras ao patrimônio da União para serem destinadas à reforma agrária. Com isso, se daria satisfação à consciência nacional, que se sente agredida diante do conhecimento dos desmandos que até hoje, à plena luz do dia, são impunemente praticados.

É hora de resgatar a dignidade desta nação, e voltar os olhos e a atenção para os pobres da Amazônia, para que eles definam o melhor projeto que respeite seus valores e cultura, e preserve suas imensas riquezas naturais, patrimônio de todos.

Fonte: Informe da Rede CPT, nº 11

Romaria da Terra será em Ji-Paraná

A 6ª Romaria da Terra, que terá como tema "A Agricultura Familiar - Criar Raízes para uma Vida Longa e Feliz" e o lema "Plantar e Colher, Comer e Viver", será realizada no dia 29 de julho, em Ji-Paraná, a partir da 8 horas. A Romaria deste ano se propõe a fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar, incentivando a permanência na terra, cultivando-a como fonte de vida - dom de Deus - para alimentar as pessoas do campo e da cidade. O evento será promovida pelo IECLB - Sínodo da Amazônia -, as dioceses de Guajará Mirim, Porto Velho e Ji-Paraná, e as entidades Cepami - Centro de Estudos da Pastoral do Migrante -, Cimi - Conselho Indigenista Missionário e CPT.

Conforme explicou o arcebispo de Porto Velho, dom Moacyr Grechi, a 6ª Romaria quer fortalecer as inúmeras iniciativas de trabalhos coletivos de grupos, associações, comunidades e outros, que através da agricultura familiar, vêm tentando melhorar e garantir uma alimentação mais barata e saudável para todos. "Na caminhada do povo de Deus aconteceram muitas Romarias, desde Abraão, que partiu com seu povo; Moiséis, que conduziu o povo em busca da terra prometida; e hoje somos nós, o povo de Deus, que continuamos perseguindo o sonho de ter terra para trabalhar, casa para morar, escola para estudar, ou emprego para se ter vida digna".

Os promotores da Romaria querem discutir propostas para construção de uma sociedade justa e fraterna; que se possa garantir e assegurar a permanência no homem e da mulher do campo e mesa farta para as pessoas que moram nas cidades.

Histórico das Romarias da Terra de Rondônia

1ª Romaria: 20/06/1987 - Ji-Paraná
Lema: Resistir, Partilhar, Não Migrar

2ª Romaria: 17/06/1989 - Ji-Paraná
Lema: Terra preservada, vida defendida.

3ª Romaria: 13/06/1991 - Porto Velho
Lema: O trabalho gera a vida onde a terra é repartida

4ª Romaria: 13/08/1994 - Jaru
Lema: Reforma Agrária: Combate à fome e promoção da vida

5ª Romaria: 14/08/1997
Lema: Terra Repartida comida no campo e na cidade. Local: Ariquemes e Ouro Preto

A Caminho da 6ª Romaria da Terra – RO

Agricultura familiar: Criar raízes para ter uma vida digna e feliz. Plantar e colher comer e viver.

O anseio, a esperança e certeza dos agricultores e agricultoras, e o desejo profundo de se criar raízes na terra, ter uma vida digna e feliz, é o grito constante do povo da terra. Terra mãe e irmã não pode ser ameaçada, queimada, envenenada, negociada... "Terra de Deus terra de Irmãos".

Diante dessa realidade, estamos animados e motivados a celebrar os 2 mil anos de nascimento de Jesus Cristo, e tendo presente os "500 anos do descobrimento do Brasil", que trouxe ao povo dessa terra, além de extermínio de muitos povos indígenas, a escravidão e a dívida social... Assumimos o tema na 6ª Romaria da Terra, Agricultura Familiar: criar raízes para ter uma vida digna e feliz.

Com esse tema, queremos reafirmar nossa opção e fincar o pé na terra, plantar e colher, comer e viver.

Em nosso estado, a Romaria da Terra se caracteriza por ser uma oportunidade onde podemos trabalhar, em nossos grupos, em comunidade, movimentos, entidades, pastorais, assuntos urgentes e de interesse dos agricultores e agricultoras e, também, ser um espaço de animação e denúncia. Enquanto anunciamos que a terra é "mãe", é de Deus, é de todos os filhos e filhas da terra; que nos foi dada pelo Criador para que atenda às necessidades de todos para uma vida digna e feliz; denunciamos que há muitos irmãos e irmãs nossos morrendo de fome, sem casa, sem trabalho, sem terra, sendo expulsos do campo, da vida, principalmente pelo baixo preço dos produtos, a produção para exportação, a falta de reforma agrária e pelo individualismo e ganância dos latifundiários, que em suas mãos concentram a terra, desviando-a de seu objetivo principal: ser lugar e sustento de todos os que querem ter raiz na terra, plantar e colher, comer e viver.

A Romaria da Terra é um momento forte, um espaço privilegiado de educação para uma consciência de disseminação da realidade que envolve a agricultura familiar em nossos dias.

A 6ª Romaria da Terra é uma manifestação de fé e compromisso com a agricultura familiar: criar raízes para ter uma vida digna e feliz, cujo sentido nos remete para a essência da vida no campo em todos os tempos que é a cooperação familiar, a solidariedade a organização comunitária com perspectiva de vida mais digna para todas as famílias.

A 6ª Romaria da Terra será em Ji-Paraná, no dia 29 de julho de 2001, com início às 8:00 horas.

Desperte em todos os romeiros e romeiras a fé a esperança de que a agricultura familiar, com espaço de justiça, de vida e de sustento para todos, seja concretizada.

Ir. Ivonete Aparecida Paes
CPT-RO

Migração e Agricultura Familiar

Os organizadores da 6ª Romaria da Terra elaboraram uma cartilha destacando quatro temas: Migração, Agricultura Familiar (o que é), Situação da Agricultura Familiar e Resistência e Alternativa da Agricultura Familiar, que irão servir de reflexão e motivação para os romeiros e romeiras que participarão deste grande encontro.

Migração

Milhares de famílias, empurradas pela propaganda oficial, vieram tentar realizar seus sonhos em terras de Rondônia. Algumas saíram de sua terra de origem direto para cá, outras já estavam peregrinando por estradas há tempos, passando de um estado para outro, sem encontrar a terra desejada, um lugar que pudesse acolhê-las como filhos e filhas da terra.

Chegando aqui, tinham logo uma decepção, pois o que se ouvia falar de Rondônia na propaganda oficial era muito diferente da Rondônia real, que tinha muito mato, muito bicho, muitas doenças, muito isolamento das famílias nas linhas ou picadas . Não foi fácil, não.

Agricultura Familiar (o que é?)

A Agricultura Familiar é uma forma de desenvolver a produção agrícola, que tem como base a força de trabalho a unidade familiar dentro do sistema produtivo. Em algumas ocasiões, como exemplo na época da colheita, contratam-se pessoas para auxiliar no serviço.

É da Agricultura Familiar que sai boa parte dos alimentos, que vão sustentar os trabalhadores e trabalhadoras da cidade, tais como; arroz, feijão, mandioca, milho, entre outros.

A Agricultura Familiar é a saída para o desemprego, para a distribuição de renda. A Agricultura Familiar pode acabar com a fome, com a violência, com a pobreza. Porém, o descaso dos Governos Federal e Estadual para com a Agricultura Familiar, tem levado muitas famílias a deixarem o campo e migrarem para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Apesar de seu importante papel, na garantia da alimentação a toda população brasileira, a Agricultura Familiar ainda é tratada como "agricultura do atraso", "agricultura primitiva", que não merece apoio através de políticas públicas sérias.

Situação da Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar tem sobrevivido a duras penas graças à força, disposição e firmeza daqueles que acreditam que a terra e a família são a segurança do futuro, a certeza do trabalho justo e a fonte de vida. Desde o plantio até a comercialização, quase tudo acontece pela única e exclusiva criatividade da família.

Com o avanço do modelo agrícola de exportação, buscando atender primeiramente a outros países, temos visto cada vez mais a segurança alimentar do nosso povo comprometida. Essa situação tem se agravado devido a Agricultura Familiar não se encaixar nesse modelo de exportação, que requer grandes recursos e muita tecnologia, e por isso tem sido colocada de lado pelos Governos e atendida, minimamente, através de políticas públicas compensatórias sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento e fortalecimento a médio e longo prazos.

Agricultura Familiar: Resistência e Alternativa

Defender a Agricultura Familiar é construir um modelo alternativo a esse que exclui milhares de agricultores e agricultoras da produção. Resistir à política oficial desse Governo, é ser uma força que se opõe, é lutar em favor de algo novo.

É através da Agricultura Familiar que se resgata o sentido bíblico da terra. "A terra dará seu fruto, vocês co-

Foto: Marcos Lemke



merão dele com fartura e viverão nela com segurança" (Lv 25, 19). A terra deixa de ser uma mera mercadoria, que pode ser comprada e vendida, destruída pelo uso abusivo de agrotóxicos e insumos químicos, acumulada nas mãos de poucos, entre outras tantas desvantagens.

A terra passa a ser um bem de toda a humanidade e, portanto, merece ser bem cuidada e preservada para as gerações futuras.

A valorização e o incentivo da agricultura familiar reforçam, assim, uma reorganização e um planejamento de nossas cidades, onde não mais veremos pessoas mendigando, caindo na marginalização e no desemprego.

Fazenda Urupá

VITÓRIA DOS TRABALHADORES

Após 4 anos morando embaixo de lona preta, as 300 famílias acampadas na Fazenda Urupá, no ACAMPAMENTO PADRE EZEQUIEL, do MST, no município de Mirante da Serra, conseguiram a terra tão esperada. Foram muitas lutas e sacrifícios. Foi necessário teimar, resistir e acreditar que finalmente a justiça prevaleceria.

Muitas promessas não cumpridas, longas negociações e insegurança pela contínua presença de pistoleiros. Tudo isso foi enfrentado com coragem pelo povo organizado.

A CPT tem contribuído com a vitória dos trabalhadores para conquistar a terra, através do acompanhamento jurídico, da articulação e mediação política, sensibilizando a sociedade através da imprensa, bem como, com a presença dos seus agentes de pastoral nos momentos mais difíceis e de maior tensão.

O assentamento Pe. Ezequiel é com certeza um referencial para a reforma agrária no estado de Rondônia. É também um símbolo do poder do povo organizado, que aponta caminhos para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Foto: Pe. João



Crianças do acampamento festejam conquista da terra

O MST esta programando uma comemoração da vitória para os dias 23 e 24 de junho, na sede da fazenda, que terá um caráter cultural e político, onde todas as entidades que apóiam a causa da reforma agrária estarão participando.

Assembléia Geral da CPT escolhe nova coordenação

A X Assembléia Geral Ordinária da CPT, regional Rondônia, será realizada nos dias 27 e 28 de junho, no Centro de Formação São Francisco de Assis, em Ariquemes. Constam na pauta, uma análise da conjuntura, apresentação da Missão e Organicidade da CPT, mudanças no Regimento Interno e escolha da coordenação para o triênio 2001/2004.

O coordenador da CPT, João Damasio Vieira, disse que de acordo com o Regimento Interno participam da assembléia, os membros efetivos do Conselho Regional, três representantes por paróquia, sendo um agente pastoral e dois escolhidos entre lavradores e lavradoras.

Desconstruir para Construir

* Jair Bruxel

Vamos refletir juntos o "desconstruir e construir".

Ao pensarmos que já sabemos tudo, vivemos tudo e sentimos tudo, reduzimos as possibilidades de novos desafios, de novas teorias e práticas. As facilidades nos dias modernos de visualizar, ter informações, nos acomodam. Agora, quem quer crescer deve concentrar seus esforços no presente, para que o futuro seja promissor. Essa ação exige uma prática democrática, dinâmica e de relações humanitárias, caso contrário, as tendências continuístas nos vão sufocar à medida que queremos impô-las. Aqui temos o desafio da desconstrução.

Imaginem uma casa de 25 ou 30 anos de existência e nosso sonho é a reforma dela. Queremos aumentá-la, colocar nova pintura, novo telhado, etc.. e quando fizermos o levantamento do material, mão-de-obra, tempo de serviço e outros gastos, e fizermos os cálculos, chegaremos à conclusão que ficaria mais caro a reforma do que uma construção nova e que ainda, não seria a casa dos nossos sonhos. Um remendo nem sempre expressa o sentimento do novo.

Assim é a nossa vida. Participamos de uma porção de coisas, "assumimos" vários cargos e encargos, mas, quando fazemos uma avaliação de tudo, pouca coisa útil sobrou, o efeito esperado não veio. A frustração, o sentimento de culpa nos vêm logo tomar satisfação, e pedir respostas, e o que podemos fazer? Desconstruir conceitos, teorias, práticas e construir novidades, pensamentos e reflexões diferentes juntos.

Coluna Bíblica

A BIBLIA TEM RAZÃO

O primeiro capitulo do Gênesis narra a criação do homem e da mulher, mostra o lugar e sua importância dentro do Projeto de Deus: eles são o ponto mais alto e o centro de toda criação. Feitos à imagem e semelhança de Deus, possuem o dom da criatividade, da palavra e da liberdade. A humanidade é chamada a dominar e a transformar o universo, participando da obra da criação.

"... E DEUS CRIOU O HOMEM E A MULHER À SUA IMAGEM... OS ABENÇOOU E DISSE: SEJAM FECUNDOS, MULTIPLIQUEM-SE, ENCHAM E SUBMETAM À TERRA"... (Gen.1,27-28)

Pela narração da criação, já se vê que a terra pertence a Deus e ao povo de Deus.

Veja só! Quando o povo estava escravo no Egito, e o Faraó atormentado pelas pragas que devastavam o país, chama Moisés para implorar a proteção de Javé e pede: "... rezem a Javé, porque já chegam esses trovões e chuvas de pedras. Eu os deixarei partir, e vocês não ficarão mais aqui," ao que Moisés responde: quando eu sair da cidade, estenderei as mãos para Javé, os trovões cessarão e não haverá mais chuvas de pedras, para que você saiba que a terra pertence a Javé... (Ex 9, 27-29)

No livro do Gênesis, a história de Abraão está diretamente ligada à história de toda a humanidade. Com ele começa a surgir o embrião de um povo, que terá a missão de trazer a benção de Deus para todas as nações. Esse povo será portador do PROJETO DE DEUS:Toda nação que se orientar por esse Projeto, estará refazendo na criatura humana a imagem e semelhança de Deus, desfigurada pelo pecado. O caminho começa pela fé. Abraão atende o chamado divino e aceita o risco sem restrições. Ele percorre a futura TERRA PROMETIDA; isso mostra que o Projeto, do qual ele é portador, é histórico, encarnado dentro das inseguranças e conflitos humanos.

Deus promete a Abraão simplesmente aquilo que qualquer nômade desejava: TERRA para os rebanhos, Filhos para cuidar deles.

O que Deus promete é exatamente o que a pessoa aspira para responder às suas necessidades vitais.

Por trás das necessidades estão as aspirações e, dentro delas, está a PROMESSA DE DEUS.

O capitulo 25 do livro do Levitico é todo atravessado pela certeza que a Terra pertence unicamente a Deus que a dá como herança a todo o povo.

Os Profetas Zacarias e Malaquias afirmam que Javé é o rei de toda Terra. Os ídolos desaparecerão, juntamente com a opressão, à medida em que o projeto de Deus for implantado na humanidade, tudo se tornará sagrado: o povo e as coisas. Surgirá então uma nova humanidade adoradora do verdadeiro e único Deus! Assim, a religião será fonte de vida e não será meio para justificar a exploração e opressão.

Quando o projeto de Deus for reconhecido e vivido dentro do seu povo, todas as nações se converterão: em vez de explorar e oprimir, vão repartir o que têm e o que sabem.

Em Deuteronômio vemos que a vida do povo na terra dependerá de sua atitude para com Deus: se for fiel à Aliança, terá vida e prosperidade; se for infiel, terá carestia e morte.

No Egito, onde dominava a desigualdade, o sustento era custoso e exigia muito trabalho. Na TERRA PROMETIDA, onde reinava a JUSTIÇA DE JAVÉ, a vida era repartida com IGUALDADE, proporcionando abundância e prosperidade para todo o povo.

Portanto, a conquista e a vida na terra dependerão da atitude que o povo tiver diante do projeto de Deus, tal atitude acarretará bênçãos ou maldições.

Também em Deuteronômio, há leis que ajudam o povo a viver na JUSTIÇA e na PROSPERIDADE: a fidelidade ao projeto de Deus atrái as bênçãos, porém, se o povo for infiel, servindo a outros "deuses", realizando projetos contrários ao de Javé, atrairá maldições. "Maldito seja quem desloca a cerca de seu vizinho". (Deu. 19,14 - 27,17)

"Ai daqueles que deitados na cama, ficam planejando a injustiça e tramando o mal. É só amanhecer o dia já executam porque têm o poder em suas mãos. Cobiçam campos e os roubam; querem uma casa e a tomam"... (Miquéias2, 1-2)

"Aí daqueles que ajuntam casa a casa, campo a campo, até que não haja mais lugar, e ficam como únicos moradores no meio da terra" (Isaías 5,8)

O livro de Números apresenta a necessidade de manter a Terra sem opressores; ela deve ser purificada de qualquer tipo de idolatria, que poderia manter uma sociedade baseada na injustiça e desigualdade.

A TERRA, DADA POR Deus, deverá ser repartida com igualdade entre todos, "dêem como herança uma parte maior para aquele que é mais numeroso e uma parte menor para aquele que é menos numeroso". (Num. 33,50-56)

A lei descrita no capitulo 25, do Levitico, abre duas grandes perspectivas:

1ª) O respeito para o ciclo da natureza (aspecto ecológico) e 2ª) o respeito para Deus, reconhecendo-o como único proprietário da terra (aspecto teológico). Ele dá a terra igualmente para todos, para que todos possam usufruir dela (aspecto social). Portanto, a lei supõe a devolução da terra a Deus, para que ela seja redistribuída entre todos.

Se alguém, por algum motivo, foi obrigado a vender, sua propriedade, terá direito de resgatá-la. Essa lei impede a formação de latifúndio, evitando surgirem desigualdades sociais.

Todos têm direito a casa própria e são protegidos por uma lei que impede a ação arbitrária de despejos e extorsões (uso da força).

Também é exigida a solidariedade para quem está sofrendo apuros, e proíbe aproveitar-se da miséria do outro. Quem foi libertado por Deus não pode ser escravizado ou explorado por ninguém.

Quando os injustiçados se descobrem, não só como vítimas, mas principalmente como AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO na história, surgem a possibilidade e a coragem de desmascarar os opressores. E nós temos a certeza que a justiça um dia se tornará realidade, porque o nosso Deus é o Deus vivo que age na história. O que importa é que o justo tome consciência e se mantenha fiel porque é através da fidelidade que Deus agirá, realizando a justiça: libertará os oprimidos e injustiçados – punirá os opressores.

Se tem um prazo que até parece longo, é porque Deus age com a pessoa respeitando a liberdade. (Rabacuc cap.2)

No livro do Apocalipse, cap.21, reside toda nossa esperança de transformação, em que o PROJETO DE DEUS será vivido na sua intensidade "... vi', então, um novo céu e uma nova terra"...

Aqui é apresentada a meta da história, que é a plena realização da ALIANÇA de Deus com a humanidade. O fim da história, é a VIDA.

Deus promete a renovação de tudo, pois Ele é o Senhor da história, a fonte e o fim da vida.

A nova humanidade é lugar de PARTILHA e de REUNIÃO FRATERNAS. As nações repartem suas riquezas e BEM-COMUM.

A vinda de Jesus é progressiva e se manifesta através do TESTEMUNHO daqueles – aquelas que continuam o que ele fez: manifestar a verdade, revelar o amor do Pai, provocar conversão.

É assim que a constante vinda de Jesus destrói o mundo injusto. Para construir o mundo novo.

"VI UM NOVO CÉU E UMA NOVA TERRA"

Ir. Ana Stela Almeida Silveira

Os apelos de Deus na atual crise de água

Marcelo Barros

Quando um bispo de Igreja neo-pentecostal deu um chute em uma imagem religiosa, houve protestos de bispos, padres e de muita gente católica. Quando empresas de garimpo matam nossos rios com mercúrio e ameaçam a vida das pessoas e animais que dependem daquela água, quem sente esse crime como profanação a algo sagrado? A verdadeira espiritualidade vai além do religioso e se revela em uma atitude de amor para com todas as criaturas. Tal atitude é urgente porque estamos em uma situação de risco. O sistema de vida no planeta Terra está ameaçado e a água se torna o bem mais precioso. Hoje, 1 bilhão e 75 milhões de seres humanos não têm água. Até o ano 2025, conforme um estudo da ONU, esse problema afetará metade da humanidade.

O 2º Fórum Mundial da Água, realizado na Holanda, no ano passado, constatou que, no mundo, em cada duas pessoas, uma não tem esgotos. Em cada cinco, uma não tem acesso à água potável. A cada ano, seis milhões de pobres, dos quais quatro milhões de crianças, morrem de enfermidades ligadas a águas contaminadas. Os 110 ministros presentes ao Fórum foram tímidos em denunciar o caráter predatório e anti-ecológico do sistema econômico mundial. Constataram, no entanto, que, por dia, um africano utiliza 10 litros de água, um francês, 150 e um americano, 425 litros.

A revista Veja, de 18 de abril passado ,trazia como matéria de capa "A vingança da natureza". A revista Super interessante – julho 2000 – mostra que o Brasil é um dos países mais ricos em água doce. Entretanto, muitos de seus rios foram transformados em esgotos e inúmeras fontes secaram. Ano a ano, o rio São Francisco tem o seu volume d´água diminuído e as margens destruídas. Em cidades grandes, como o Rio de Janeiro, a qualidade da água não é boa. Em Recife, a maioria da população tem água nas torneiras de 48 em 48 horas. Em todas as cidades brasileiras, ainda imperam o desperdício e a poluição irresponsável.

Há diversos motivos para esta crise. O planeta Terra tem 75% de sua superfície ocupada por oceanos, mas a água doce representa apenas 2,5% desse total. No último século, a população mundial aumentou muito e na maioria dos países a urbanização se fez de modo descontrolado. Até aqui, a humanidade se comportou como se a água fosse um bem inesgotável e usou os recursos hídricos de modo irresponsável e injusto.

Atualmente, todo mundo reconhece que a água é um recurso natural limitado e pode acabar. Tem valor econômico e competitivo no mercado. Essa concepção ajuda, mas não atinge a raiz do problema. É raciocínio de ordem mercantil e não propõe a solução mais profunda: uma relação de amor e carinho com a terra e a água. Isso tem sido aprofundado pelas religiões dos povos da floresta e pela espiritualidade ecumênica.

Os índios dos Andes acreditam que Viracocha, suprema manifestação de Deus, vive nas águas do Titicaca, o lago sagrado. O povo dos Orixás venera, em cada cachoeira de água doce, a morada de Oxum, manifestação divina na beleza feminina.

Na Bíblia, quando Moisés se aproximou da sarça ardente, no alto do Horeb, Deus lhe disse: "Tira as sandálias dos teus pés porque esta terra é sagrada". A Bíblia fala da água como símbolo do Espírito de Deus que derrama sobre o universo uma vida nova. São Bento prescreve aos monges: "qualquer ferramenta de trabalho ou instrumento da casa seja considerado tão sagrado como um cálice do altar". Podemos alargar essa relação a toda a natureza e assim lidar com a terra e a água. Destruindo a terra, as fontes de água desaparecem. Mantendo com ela uma relação de amor, participaremos do "cio da terra" e dela receberemos saúde e vida.

Na busca de soluções para a crise atual, há caminhos que dependem dos órgãos governamentais e de políticas estratégicas. O mais urgente, no entanto, é cada pessoa tomar consciência da realidade e cuidar da água com amor. Uma espiritualidade ecumênica pode nos ajudar a descobrir na crise de água um apelo de Deus para a paz do mundo e a integração do universo.



PASSOS PREVISTOS

Já está delineado um cronograma de reuniões e eventos em preparação do **Grito**. Em abril, o assunto entra de cheio na reunião das Pastorais Sociais que será realizada em São Paulo, nos dias 6 e 7, na Casa de Encontros de Santa Fé. A equipe de coordenação aproveitará a noite do dia 6 para uma reunião especial.

Em seguida, no dia 8 de abril, na sede do SPM, em São Paulo, acontecerá uma reunião com outras entidades sindicais e de movimentos populares que já estão aderindo à iniciativa do **Grito**.

Ainda em abril, o assunto vai ser colocado no decorrer do Seminário sobre a Semana Social, que vai se realizar em Brasília.

Em maio, as Pastorais Sociais se reúnem, em Itaici-SP, por ocasião da Assembléia da CNBB, quando se fará uma avaliação da preparação e se decidirá os novos encaminhamentos.

No dia 30 de maio haverá reunião da coordenação do **Grito** no SPM.

UM CARTAZ PARA O GRITO

A Pastoral Operária ficou incumbida de recolher as primeiras sugestões para o cartaz de divulgação do **Grito dos Excluídos**. A proposta procura visualizar diversos rostos gritando. Para verbalizar o **Grito** achamos que não poderia faltar a palavra Vida, ou talvez que o cartaz já trouxesse concretizações do **Grito**, clamando por terra, saúde, trabalho, moradia.

Em todo o caso, o projeto será reapresentado na reunião das Pastorais Sociais, em abril, com as devidas alterações. Quem quiser enviar sugestões ainda é tempo.

UM MUTIRÃO DE BOLETINS

Ficou distribuida assim a sequência de boletins, com os temas centrais e com as Pastorais responsáveis pela elaboração:

- No mês de abril a PO assume o tema do Trabalho;
- Em maio, o SPM prepara o boletim sobre as Migrações;
- Em junho entra em ação a Pastoral da Saúde com o boletim enfocando o assunto;
- Em julho a CPT e MST abordarão o tema da Terra;
- E em agosto sairá o último boletim, sobre Moradia e Marginalizados, com a contribuição da Cáritas, SPM, PO e Central dos Movimentos Populares.

APOIO: SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ABC

O GRITO DOS EXCLUÍDOS

"A VIDA EM PRIMEIRO LUGAR"

Boletim nº 01 - MARÇO 95 - SETOR PASTORAL SOCIAL - CNBB

Editorial

PREPARANDO O GRITO

Desde novembro de 94, o grupo formado pela Cáritas, Pastoral Operária e Pastoral dos Migrantes vem se reunindo com o objetivo de organizar e dinamizar o Grito dos Excluídos.

Em continuidade, no dia 24 de fevereiro, com a participação do padre Luiz Bassegio e de D. Demétrio Valentini, respectivamente, assessor e bispo responsável pelo setor Pastoral Social da CNBB, foram dados os principais encaminhamentos.

Antes de mais nada, o **Grito** quer se colocar como desdobramento e continuação da Campanha da Fraternidade, ampliando sua repercussão pelo envolvimento das Pastorais Sociais e também de outros movimentos que a ele quiserem associar-se.

Ao mesmo tempo, o **Grito** quer ser denúncia da exclusão, e conter propostas concretas de sua superação.

Neste sentido, deverá se concretizar em clamor por terra, saúde, emprego, moradia, e demais direitos essenciais à vida.

Não será, portanto, um "gemido"de lamentações, mas um grito consciente e concreto.

Como "grito dos excluídos",deverá contar com a participação deles, que precisará ser pensada e favorecida.

O evento do **Grito** será no dia 07 de setembro, e consistirá em várias atividades em nível nacional: celebrações, romarias, concentrações, atos culturais... Quem sabe, suba do Brasil inteiro um grito semelhante àquele que o povo de Israel soube erguer aos céus do Egito.

Para ir amadurecendo estas propostas, e garantindo os diversos encaminhamentos, que o núcleo de coordenação propõe uma sequência de Boletins mensais, que servirão de referência para a preparação do **Grito dos Excluídos**.

A C/F 95 E O GRITO DOS EXCLUÍDOS

A Igreja no Brasil, nos últimos anos, por meio das Campanhas da Fraternidade, tem procurado voltar a sua atenção especialmente para os esquecidos da sociedade, os que estão à margem do caminho, aqueles que para a economia de mercado não existem. Ao fazer isso, ela procura ser fiel a Jesus Cristo. Aliás, para ser fiel a Ele, a Igreja tem que privilegiar a esta camada de nossa sociedade. Ela encontra o rosto do Senhor Jesus no rosto dos excluídos.

Ao voltar-se para os excluídos, a Igreja não se preocupa apenas com os que estão fora da economia. A exclusão é mais ampla, abrange uma gama imensa de variadas situações. O fato é, porém, que no Brasil, país de terceiro mundo, dominado por um sistema que gera a exclusão, a situação dos desempregados, dos migrantes, sem-teto, menores de rua, sem-terra, prostitutas, presos e outros, é mais dramática. Essa tendência vai se aprofundando na medida em que forem sendo implementadas medidas determinadas pela política neoliberal.

A Campanha da Fraternidade não se esgota, porém, com o fim do período de quaresma, ou no Domingo de Páscoa. Ela deve continuar. É neste sentido que se coloca a realização do **Grito dos Excluídos** no dia 07 de setembro deste ano. Ele quer continuar e aprofundar o tema que a CF levantou. Quer ser um instrumento, por meio do qual os próprios excluídos possam se manifestar, expressar seus anseios, necessidades e reivindicar os seus direitos.

A Campanha, portanto, deve desencadear outros eventos para que a preocupação com os excluídos nos acompanhe sempre.

ALGUNS DADOS

Dando sequência ao primeiro boletim, seguem mais alguns dados que mostram como se dá a exclusão no Brasil:

Educação: 20,2 milhões de analfabetos.

Saúde: De cada mil crianças que nascem, 51,6 morrem antes de completar um ano de idade. No Nordeste, morrem 88,2 crianças.

Sem Terra: Há no Brasil 4,8 milhões de trabalhadores sem terra e 16 milhões de indigentes no campo.

Um pouco de Teologia

Sem grito não há salvação. É o que, pensando bem, dá para concluir da história sagrada.

"Ouvi o clamor do povo, e desci para libertá-lo" Foi assim que Deus desencadeou a libertação de Israel da escravidão do Egito. Foi preciso primeiro que o povo gritasse.

Foi após o grito lançado em uníssono pelo povo que por sete vezes rodeou Jericó, que as muralhas caíram, e todos puderam entrar na cidade (Jos.6, 16).

Foi com um sonoro grito que Davi se lançou contra Golias, para derrotar sua empáfia (1Sam.17, 20).

O grito de guerra era a voz de comando para animar o povo a se lançar confiante contra os inimigos, quando a fatalidade levava para o confronto (1Sam.17,52).

Quantas vezes os salmos mencionam o grito dirigido a Deus, na confiança em seu auxílio (Salmo 3,5; 9,13; 28,2; 39,3).

E, na cruz, no momento supremo em que Cristo entregava sua vida pela salvação da multidão, diz o Evangelho que por duas vezes Jesus lançou um grande grito, antes de entregar o seu espírito. (MT 27, 46-50).

É pelo grito que nos unimos em busca da libertação, por ele criamos força para enfrentar as dificuldades e derrubar os obstáculos, com ele expressamos nossa confiança em Deus, por ele nos unimos ao brado redentor de Cristo, que continua clamando pela voz dos excluídos.

11.ª Caminhada da Terra – 02 de julho de 2000

Trabalhadores do campo e da cidade, estaremos juntos celebrando a Terra Conquistada – Esperança de Vida Nova. Você também estará conosco celebrando a memória de **Resistência, Índia, Negra e Popular**, em Campos no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Se Você não participou ainda; não perca! Quem já veio estará em Campos em 02 de julho. Todos Vocês que lutam por trabalho, por melhores salários, por moradia, transporte, saúde, educação virão se juntar a nós trabalhadores rurais e assalariados da cana. Estaremos reivindicando vida digna e Reforma Agrária. Uma reforma que assente cinco milhões de sem terra do país. As terras do Brasil precisam ser de quem planta e sustenta a vida do povo. Por isso é que juntos à Campanha Nacional pela Reforma Agrária, estamos propondo uma lei que estabeleça o módulo máximo de propriedade em 35.000 hectares. Assim não faltará terra para ninguém . E os pequenos e médios produtores não se sentirão ameaçados.

Fazemos isto em nome da nossa fé, pois nosso Deus, o Deus de Abraão, Isac, Jacó e Moisés, libertou o povo do Egito e o fez conquistar a Terra de Canaã, na Palestina. O livro do Êxodo nos recorda esta conquista. "Entre nessa terra, disse Deus, e a conquiste, esta é a terra que prometi a vossos pais".

Com a nova lei de Reforma Agrária, deixaremos de ser o maior país do mundo em concentração de terra e de renda. Vamos gritar um basta ao pagamento da Dívida Externa, que está roubando o dinheiro das desapropriações e matando o povo. Esta luta por terra, trabalho e vida digna é nossa, Deus nos chama. Ele nos dará força, coragem, inteligência, para levá-la até o fim; Deus o Deus da vida, o Deus da Bíblia, está convocando todos os cristão, evangélicos, católicos ou de outras religiões a se juntarem nesta caminhada de libertação.

Os trabalhadores dos assentamentos do Estado do Rio de Janeiro convocam-nos para esta grande Caminhada, que terá a seguinte programação:

8:00h - Café da Manhã – no Assentamento Zumbi dos Palmares, oferecido pelos lavradores - Concentração no núcleo III

8:30h – Acolhida e boas vindas às caravanas de romeiros

9:30h - Encenação de abertura e início da Caminhada dirigida pelo Pastor Ricardo da Igreja Metodista

12:00h – Almoço: Benção e partilha dos alimentos

12:30h – Tribuna livre (com cantos, denúncias, poesias, e apresentações)

15:00h – Celebração final com benção e envio para semear vida e fartura na Caminhada.
Venha conosco gritar: Queremos outros 500 anos, sem discriminação, exploração, miséria e mortes. Índio, negros, mulheres e trabalhadores(as) estaremos todos juntos. Até lá!

Informações:

CPT-RJ Campos – (24) 722 2404
Paulo Poeta(assentado) (24) 99018664
Nova Iguaçu Pe. Geraldo Lima (21) 767 8570 ou Fax:767 7773

CANTOS

1. CANTO DOS MÁRTIRES DA TERRA

1. Venham todos, cantemos um canto que nasce da terra/canto novo de paz e esperança, em tempos de guerra/.Neste instante há inocentes tombando nas mãos de tiranos Toma terra, ter lucro,matando : são esses seus planos.

REF: Eis o tempo de graça, eis o dia da libertação/De cabeças erguidas de braços unidos,irmãos. Haveremos de ver,qualquer dia, chegando a vitória: o povo nas ruas fazendo a história,/crianças sorrindo em toda a nação.

2. Lavradores:Raimundo,José,Margarida, Nativo.../assumir sua luta e seu sonho, por nós é preciso. Nós havemos de honrar todo aquele que caiu lutando/contra os muros e cercas da morte,jamais recuando

3. Comapanheiros, no chão desta Pátria é grande a peleja/no altar da Igreja o seu sangue bem vivo lateja/Sobre as mesas de cada família há frutos marcados/ e há flores vermelhas gritando por sobre os roçados.

4. Ó Senhor,Deus da Vida,escuta esse nosso cantar/pois contigo o povo oprimido há de sempre contar Para além da injúria e da morte, conduz nossa gente/ Que o Reino triunfe na Terra deste continente.

2. UTOPIA

1. Quando o dia da paz renascer/ quando o sol da e sperança brilhar/ Eu vou cantar/quando o Povo nas ruas sorrir/ e a roseira de novo florir/ Eu vou cantar.
Quando as cercas cairem no chão/ quando as mesas se encherem de pão/ eu vou cantar/ quando os muros que cercam os jardins/destruidos então os jasmins/ vão perfumar.

REF: VAI SER TÃO BONITO SE OUVIR A CANÇÃO ; CANTADA DE NOVO/ NO OLHAR DO HOMEM A CERTEZA DO IRMÃO/ REINADO DO POVO.

2. Quando as armas da destruição/destruidas em cada Nação/ eu vou sonhar/E o decreto que encerra a opressão/ assinado só no coração/ vai triunfar/ Quando a voz da verdade se ouvirÉ e a mentira não mais existir/ será, enfim/ tempo novo de eterna Justiça/ sem mais ódio,sem sangue ou cobiça/ vai ser assim.

3. O PROFETA

1. Antes que te formasses dentro do ventre de tua mãe/antes que tu nasecesses, te conheci, te consagrei/para ser meu profeta entre as nações eu te escolhi/ irás aonde te envio e o que eu mando proclamarás.

REF: TENHO DE GRITAR;TENHO DE ARRISCAR AI DE MIM SE NÃO O FAÇO/ COMO ESCAPAR DE TI? COMO NÃO FALAR, SE TUA VOZ ME QUEIMA DENTRO? TENHO DE ANDAR,TENHO DE LUTAR/ AI DE MIM SE NÃO O FAÇO/ COMO ESCAPAR DE TI,COMO NÃO FALAR,SE TUA VOZ ME QUEIMA DENTRO.

2. Não temas arriscar-te, porque contigo eu estarei/Não temas anunciar-me:por tua boca eu falarei/entrego-te meu povo para arrancar e derrubar/ para edificar,destruirás e plantarás.

3. Deixa os teus irmãos,deixa teu pai e tua mãe/abandona a tua casa porque a terra gritando está/ Nada tragas contigo porque a teu lado eu estarei:/ é hora de lutar porque meu povo sofrendo está.

(4) RECEBER A COMUNHÃO

REF: Receber a comunhão com este povo sofrido/ é fazer aliança / com a causa do oprimido (bis)

1. Celebrando a Eucaristia/ a vida a gente consome/ a lutar pela Justiça acabando com a fome/ pra que o outro seja gente/pra que ele tenha nome.

2. Celebrar a Eucaristia/ com famintos e humilhados/ com o pobre lavrador/sem ter nada no roçado/é estar em comunhão com Jesus Crucificado.

3. Celebrar a Eucaristia/ é também ser torturado/é ser perseguido e preso/é ser marginalizado/ser entregue aos tribunais numa cruz pra ser pregado.

4. Celebrar a Eucaristia/é a festa antecipada/de um povo que assume uma vida partilhada/É a força dos pequenos/nesta grande caminhada.

5. Vai também ao nosso lado/nesta santa Eucaristia/ a companheira de luta/a santa Virgem Maria;guardará no coração,de seu povo a agonia.

(5) PELOS CAMINHOS DA AMÉRICA

Pelos caminhos da América (3 vezes)
Latinoamérica!

1. Pelos caminhos da América/há tanta dor,tanto pranto/nuvens,mistérios e encantos/que envolvem nosso caminhar Há cruzes beirando a estrada/pedras manchadas de sangue/apontando como setas/que a liberdade é pra lá...

2. Pelos caminhos da América/há monumentos sem rosto/heróis pintados,mau gosto/livros de história sem cor/ caveiras de ditadores/soldados tristes calados/com olhos esbugalhados/vendo avançar o Amor!

3.Pelos caminhos da América/há mães gritando qual loucas/antes que fiquem tão roucas/digam aonde acharão/seus filhos mortos levados/na noite da tirania/mesmo que matem o dia/elas jamais calarão.

4. Pelos caminhos da América/no centro do continente/marcham punhados de gente/com a vitória na mão/Nos mandam sonhos,cantigas/em nome da liberdade/com o fuzil da verdade/combatem firme o dragão.

5.Pelos caminhos da América/bandeiras de um,novo tempo/vão semeando no vento/ frases teimosas de Paz/Lá na mais alta montanha/há um pau d'arco florido/ um guerrilheiro querido/que foi buscar o amanhã/.

6. Pelos caminhos da América/há um índio tocando flauta/recusando a velha pauta/ que o sistema lhe impôs/No violão um menino/e um negro toca tambores/há sobre a mesa umas flores/pra festa que vem depois.

(6) O SENHOR DISSE: EU VI,EU VI

REF: O Senhor disse:eu vi, eu vi/a aflição do meu povo/e desci para livrar.
Eu sou Javé,quer dizer "Deus é com nós/
Unidos numa só voz, vamos Israel libertar

1.Eu vou tirar daquele país cruel/para uma terra espaçosa/onde mana leite e mel
Eu sou o Deus de vosso pai Abrãao/de Isac e de Jacó/Sou o Deus Libertação.

2. Sou compassivo que escuta minha gente que perdoa o pecador mas não tenho por inocente/Caminho para o Egito com Moisés e Aarão/e que hoje estou com todos em frente à Libertação.

3. Eu sou o Deus que deu tempo pra nascer e dou tempo pra morrer e dou tempo pra plantar/E dou tempo pra chorar e dou tempo pra sorrir/E tempo pra construir e tempo pra guerrear.

4. Eu vou mandar aonde mora os cananeus os hiteus e os ferezeus,os que faz a exploração/que hoje ainda vive massacrando o povo/E E Javé voltou de novo/gritando libertação.

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX· POSTAL 1243 · CEP 20001-970 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL· (021) 232 0495 - Fax: (021) 221 4109

CARTA-CONVITE

Caríssimo companheiro,

"Firma o pé na estrada
amanhã será um novo dia".

Com esta carta queremos lhe fazer um convite na firme convicção de podermos nos ajudar a levar nossos companheiros lavradores à consciência de sua importância na construção hoje do Brasil que queremos .

A preocupação do movimento Sem Terra , de que fizessemos atividades que ajudem os trabalhadores rurais a assumirem a luta da terra é a mesma que nos move, por isso é que vamos promover um encontro sobre Terra e Biblia para lavradores nos dias: 19 , 20 e 21 de agosto deste, gostariamos de poder contar com a sua participação,

Vamos recuperar nossa história pessoal de caminhada, e como o povo de DEUS realiza esta caminhada e como nós, povo de Deus hoje precisamos realizá- la. É importante que você venha.

Vamos iniciar na sexta feira às 18 : 00Hs e termina no domingo com o almoço, venha com sua animação e instrumentos. Esperamos que este encontro seja tão agradável como o que aconteceu em Bom Jardim , em junho deste ano.

É necessário trazer roupa de banho e cama.

Esta encontro se realizará na casa das irmãs em Shangrilá

OBS: Indicações para chegar lá: tomar o ônibus na rodoviária velha próxima do calçadão em NOVA IGUAÇU, o onibus "GENECIANO"da empresa Vera Cruz. Soltar em frente à Igreja católica Nossa Senhora Aparecida em Shangrilá. A casa das Irmãs fica em frente à Igreja.

Fraternamente lhe aguardamos

P.e Geraldo Lima.

Pe. Geraldo Lima

Pela Comissão Pastoral da Terra.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1994

ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

NIA Rural

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão
Científica e Tecnológica em Agroecologia

II ENCONTRO METROPOLITANO DE AGROECOLOGIA

CARTA POLÍTICA



MAGÉ, 02 DE SETEMBRO DE 2012

CEDIM

Olá!

O II Encontro Metropolitano de Agroecologia, ocorrido em Rio D´Ouro, Distrito Agrícola de Magé/RJ, nos dias 31 de agosto, 1 e 2 de setembro de 2012. teve o tema "Fortalecendo um território agroecológico". Este evento foi uma realização da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e do Projeto Semeando Agroecologia da AS-PTA, e contou com o apoio da Emater Rio, Prefeitura Municipal de Magé, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – (SFA/RJ), Ceasa-RJ, UFRRJ e Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto. Oficinas, visitas a experiências, feira da agricultura familiar, rodadas temáticas de discussão e atividades culturais mobilizaram os participantes durante os três dias de evento, que ao final elaboraram e decidiram sobre o uso desta Carta Política que Você tem em mãos!

Boa leitura e bom uso!

CARTA POLÍTICA DO II ENCONTRO METROPOLITANO DE AGROECOLOGIA

Entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2012, cerca de 300 pessoas da região metropolitana do Rio de Janeiro e de outros municípios, reuniram-se em Magé, para discutir o fortalecimento e a construção de territórios agroecológicos nesta região. Somos agricultoras e agricultores familiares, rurais e urbanos, criadores, pescadores, militantes da reforma agrária e de pastorais, assentados e acampados, estudantes, educadores, consumidores e assessores, que lutamos por uma agricultura saudável e contra as injustiças sociais e ambientais.

Denunciamos a violência social e ambiental do atual modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico, de especulação imobiliária e instalação de grandes indústrias poluentes. Este modelo antidemocrático só serve aos interesses do grande capital, desrespeitando os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, e

Cooperativa dos Agricultores Familiares de Magé – COOPAGÉ

Defensores do Planeta

Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG/RJ

Fundação Xuxa Meneghel

Grupo de Agricultura Ecológica – GAE/UFRRJ

Grupo Capim Limão/UFRJ

Grupo Mutirão de Agroecologia – MAE/UFF

Grupo de Agroecologia Boldinho

Instituto de Política para o Cone Sul - PACS

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Rio

Pró Jovem Adolescente

Rede de Agricultura Urbana Carioca

Rede Ecológica de Consumidores

Reserva do Patrimônio Particular e Natural (RPPN) - El Nagual

União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES

Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo

ENTRE EM CONTATO:

www.agroecologiarj.org / agroecologiario@hotmail.com

Entidades da Sociedade Civil e Movimentos Sociais, que compõe a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), presentes no Encontro que subscrevem e apoiam esta carta:

Amigos da Horta

ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

Associação Rio Antigo de Ecologia e Cultura

Associação dos Pescadores da Pedra de Guaratiba - APP

Associação dos Agricultores de Vargem Grande – AGROVARGEM

Associação dos Agricultores do Mendanha

Associação dos Agricultores do Rio da Prata – AGROPRATA

Associação dos Camponeses de Marapicu

Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu – AFERNI

Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá – ALCRI

Campanha permanente contra os Agrotóxicos e pela vida

Centro de Ação Comunitária – CEDAC

ComunitáImpegnoServizoVolontariato - CISV

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável - CEDRO

Cooperativa Univerde

pressionando os agricultores e pescadores de forma dramática. A instalação da siderúrgica TKCSA na baía de Sepetiba, a construção do arco rodoviário metropolitano, o aterro sanitário de Seropédica sobre o aqüíferoPiranema, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e projetos imobiliários em áreas rurais e de preservação ambiental, são manifestações desse modelo que precisamos denunciar.

Os governos têm atuado para favorecer a implementação desse modelo e não se preocupam com a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população, nem com a preservação ambiental. Até mesmo as escolas do campo estão sucateadas e não atendem às necessidades da população.

As populações resistem no território ao modelo hegemônico. Por outro lado, apresentam outra forma de desenvolvimento baseado nas iniciativas agroecológicas e de promoção da saúde, produzindo alimentos de qualidade, sem agrotóxicos, organizando grupos de plantas medicinais, feiras da roça, feiras agroecológicas, sindicatos, associações e cooperativas. Este trabalho infelizmente conta com pouco apoio das políticas públicas.

Para fortalecer essas iniciativas trabalhamos em rede, de forma solidária, e autônoma em relação aos governos e aos partidos políticos. Seguiremos mobilizados e organizados, pois temos a certeza de que o nosso trabalho aponta caminhos promissores para o futuro.

O mapa da região metropolitana que queremos construir é um mapa agroecológico, com uma agricultura familiar cada vez mais forte e numerosa, consumidores organizados, com muitas feiras da roça, ofertando alimentos de qualidade para a população, com múltiplas práticas de preservação do patrimônio cultural de uso das plantas medicinais, e com escolas do campo de qualidade.

CEDIN

Na nossa luta por políticas públicas e considerando o contexto das eleições municipais, queremos promover um debate democrático em nossas comunidades e municípios.

Apresentamos as nossas reivindicações:

1) Que parem imediatamente as violações dos direitos dos agricultores e pescadores ao seu território.

2) Que seja feita a regularização fundiária, criados assentamentos da reforma agrária, reconhecidos os territórios da agricultura familiar e da pesca artesanal e disponibilizados espaços para a prática da agricultura urbana.

3) Revisão imediata dos planos diretores municipais para que sejam reconhecidas as áreas rurais de todos os municípios da região.

4) Que os governos municipais garantam o apoio à agricultura familiar e à pesca artesanal estruturando as secretarias de agricultura e de pesca e criando planos e projetos municipais.

5) Que sejam criadas políticas de incentivo à transição agroecológica e de promoção de segurança alimentar e nutricional, com apoio às feiras da roça, feiras da agricultura familiar e feiras agroecológicas e campanhas de incentivo ao consumo dos alimentos produzidos localmente, e financiamento da produção com enfoque agroecológico e dos produtos da pesca artesanal.

6) Democratização e fortalecimento dos conselhos de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento rural.

7) Cumprimento da lei da alimentação escolar com produtos dos próprios municípios e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos, como políticas de promoção da agroecologia e de segurança alimentar e nutricional.

8) Garantia de assistência técnica pública e gratuita e com enfoque agroecológico, com a participação de organizações da sociedade civil.

9) Garantia do direito dos agricultores familiares e pescadores artesanais à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

10) Criação e reabertura das escolas do campo, de ensino fundamental e médio, com uma educação contextualizada e de qualidade, orientada pela pedagogia da alternância.

11) Implementação da Estratégia Saúde da Família nas áreas rurais, de uma forma articulada com conhecimentos e práticas alternativas locais, como a produção e o uso das plantas medicinais.

12) Proibição do uso de agrotóxicos e transgênicos nos municípios e banimento imediato dos 14 agrotóxicos analisados pela ANVISA, muitos já proibidos em outros países.

Este encontro é um marco histórico para a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Temos a clareza dos grandes desafios que temos pela frente, e sabemos que para enfrentá-los precisamos fortalecer as nossas organizações e nos articularmos em rede. Seguiremos estudando o que acontece nos nossos territórios, ameaças e resistências.

Temos o compromisso de valorizar e defender as experiências que estamos construindo, e de multiplicá-las, porque esses são caminhos promissores para o nosso futuro e das próximas gerações.

PELA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS
AGROECOLÓGICOS E EM DEFESA DA VIDA!

CEDIM

FÓRUM AFRO SOCIAL BAIXADA CONSCIENTE

ENTIDADES DO COLEGIADO: COBRA - GRUPO ÁGAPE - SINTERGIA - CABEÇA DE NEGRA - SIMTRACOMM / NI - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS - HERDEIROS DE ZUMBÍ - REDE DE MULHERES DA BAIXADA FLUMINENSE - AGANJÚ - QUILOMBO 32 - CUT

CARTA DE REPÚDIO

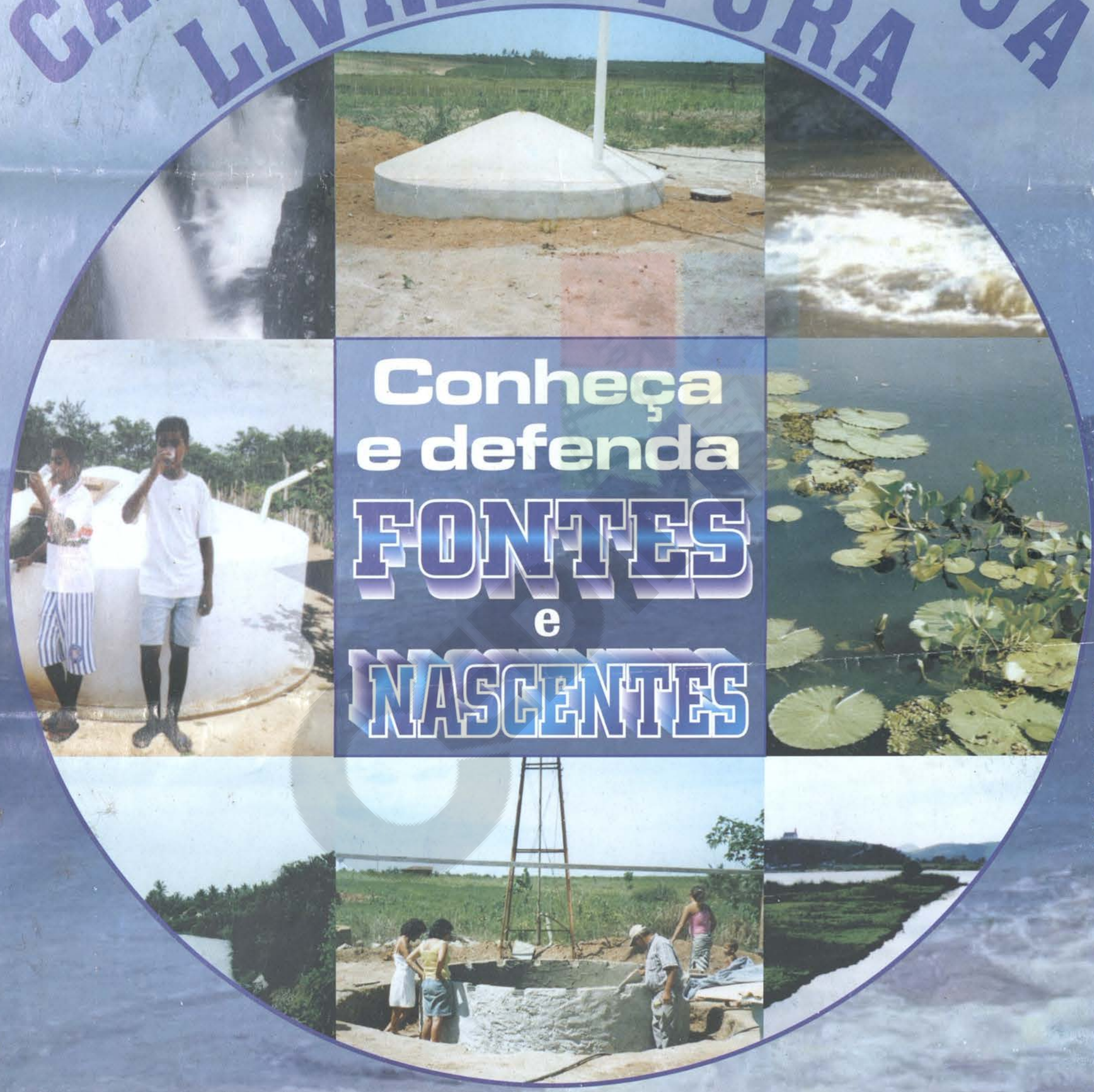
O FÓRUM AFRO SOCIAL BAIXADA CONSCIENTE que vem lutando incansavelmente a favor dos **DIREITOS HUMANOS** e da **INCLUSÃO SOCIAL** da População. Vem de público **REPUDIAR** as chacinas ocorridas na Baixada Fluminense e demonstrar sua **SOLIDARIEDADE** com as famílias vitimadas por esta **BARBÁRIE**, onde a grande maioria das vítimas são negros e Afrodescendentes.

Nós como Sociedade Civil Organizada cobramos das Autoridades competentes providências urgentes para elucidação dos crimes e o fim deste **QUADRO CALAMITOSO.**

NÃO À IMPUNIDADE!

Telefone: 97957655 / 87396124 / 91048196 / 87368548 / 96334158 / 96565993 / 96747303

CAMPANHA POR ÁGUA LIVRE E PURA



Conheça e defenda FONTES e NASCENTES

Participe da Campanha: Cisterna de Placa para uma família assentada.

Comissão Pastoral da Terra-ES/RJ

Apoios: PPM, Manos Unidas, MZF, CÁRITAS Nacional, Escolas, Igrejas, Sindicatos e Comunidades.

Arte: DigiArt - 2725-7175 / 9821-4478

REPARTIR A TERRA

para MULTIPLICAR O PÃO





Fotos: Arquivo Contag

CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE LIMITA O TAMANHO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL



Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

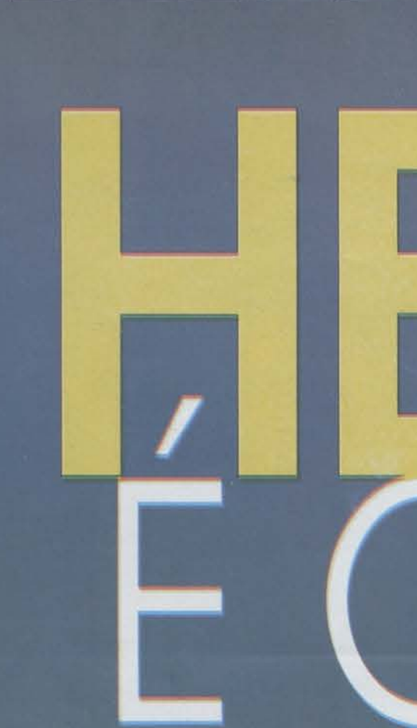
ABRA · ANMTR · APR · ASPTA · CAPOIB · CÁRITAS · CESE · CIMI · CNASI · CNBB · CONDSEF · CONIC · CONTAG · CPT · DESER · ESPLAR · FASE · FASER
FEEAB · FIAN-Brasil · IBASE · IBRADES · IDACO · IFAS · INESC · MAB · MLST · MLST de Luta · MNDH · MPA · MST · Pastorais Sociais CNBB · PJR · REDE BRASIL

VISUAL GRÁFICA - 291-7088

HEDIONDO É O LATIFÚNDIO

Senadores e deputados federais inimigos da Reforma Agrária que aprovaram relatório da CPMI da Terra classificando as ocupações de latifúndios como *crime hediondo* e *ato terrorista*

SENADORES



Senador
ÁLVARO DIAS
PSDB/PR

Foi presidente da CPMI da Terra

Não colocou em votação pedidos de quebra de sigilo bancário e fiscal de entidades patronais que movimentaram mais de 1 bilhão de reais de recursos públicos;



CESAR BORGES
PFL/BA



FLEXA RIBEIRO
PSDB/PA



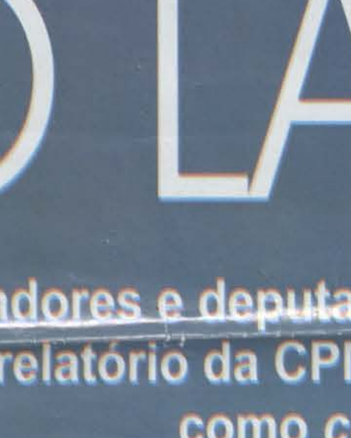
GILBERTO GOELLNER
PFL/MT



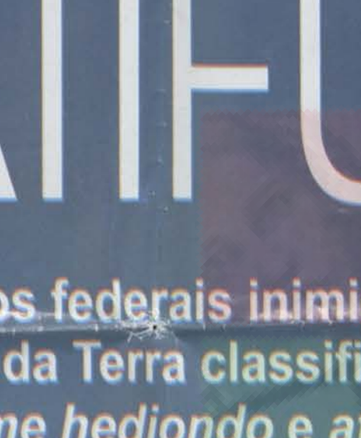
Deputado
ABELARDO LUPION
PFL/PR

Autor do Relatório Substitutivo, aprovado pela comissão

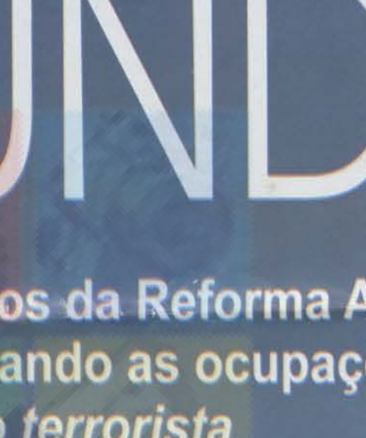
. Está sendo processado no Supremo Tribunal Federal por fazer uso de caixa dois, onde movimentou, ilicitamente, mais de 4



JUVÊNCIO DA FONSECA
PDT/MS



MOZARILDO CAVALCANTI
PTB/RR



WELLINGTON SALGADO
PMDB/MG

DEPUTADOS







Foto: Roosewelt Pinheiro/Abr, reprodução site (respectivamente) | Fotos Deputados: Kaiten Yanzun, Elton Bomfim/Agência Câmara, Agência Câmara, SECS, SECS, Roosewelt Pinheiro/Abr, Agência Câmara (respectivamente).



Senador
ÁLVARO DIAS
PSDB/PR

Foi presidente da
CPMI da Terra

. Não colocou em votação pedidos de quebra de sigilo bancário e fiscal de entidades patronais que movimentaram mais de 1 bilhão de reais de recursos públicos;

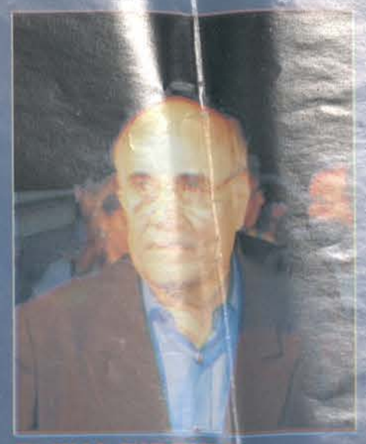
. Não convocou fazendeiros envolvidos em ações ilegais que impediram o Incra de fazer vistorias ou com processo no Tribunal de Contas da União por mau uso de recursos públicos;

. Divulgou na imprensa, de forma ilegal, fatos mentirosos sobre dados sigilosos de movimentos e entidades de trabalhadores rurais com o único objetivo de desmoralizar a luta pela Reforma Agrária.

SENADORES



CESAR BORGES
PFL/BA



FLEXA RIBEIRO
PSDB/PA



GILBERTO GOELLNER
PFL/MT



JUVÊNCIO DA FONSECA
PDT/MS



MOZARILDO CAVALCANTI
PTB/RR



WELLINGTON SALGADO
PMDB/MG

DEPUTADOS



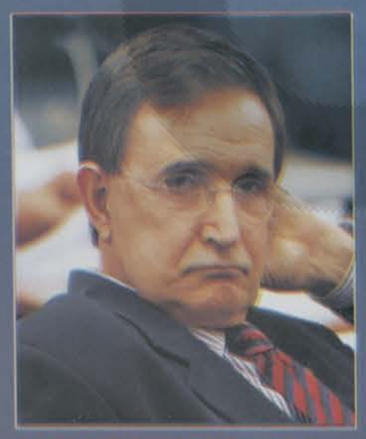
JOSUÉ BENGTSON
PTB/PA



LUIS CARLOS HEINZE
PP/RS



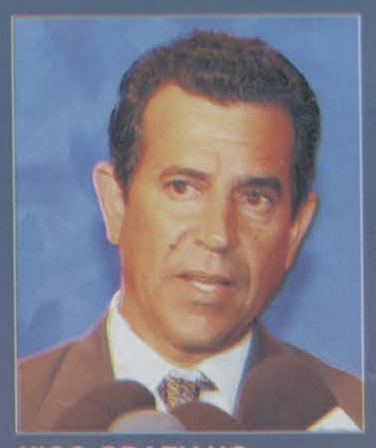
MAX ROSENMANN
PMDB/PR



MOACIR MICHELETTO
PMDB /PR



ONYX LORENZONI
PFL/RS



XICO GRAZIANO
PSDB/SP



Deputado
ABELARDO LUPION
PFL/PR

Autor do Relatório Substitutivo, aprovado pela comissão

. Está sendo processado no Supremo Tribunal Federal por fazer uso de caixa dois, onde movimentou, ilicitamente, mais de 4 milhões de reais em campanhas eleitorais (STF/Inquérito nº 1872-4/40);

. Defende sempre o não pagamento das dívidas dos latifundiários com o Estado;

. Defende os proprietários rurais acusados de criarem milícias privadas;

. É contra a emenda constitucional que propõe a expropriação de fazendas que utilizam trabalho escravo.

NÃO VOTE NELES!

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Fotos Senadores: Roosewelt Pinheiro/Abr; Marcello Casal Jr./Abr; Divulgação; Geraldo Magela/Agência Senado; Divulgação; Roosewelt Pinheiro/Abr; Reprodução site; Reprodução; Fotos Deputados: Kelen Vanzini; Elton Bormim/Agência Câmara; Agência Câmara; SEOS; SEOS
ARTE: LUCIANE UDOVIC
Janeiro 2006

Jornada nacional por SOBERANIA ALIMENTAR

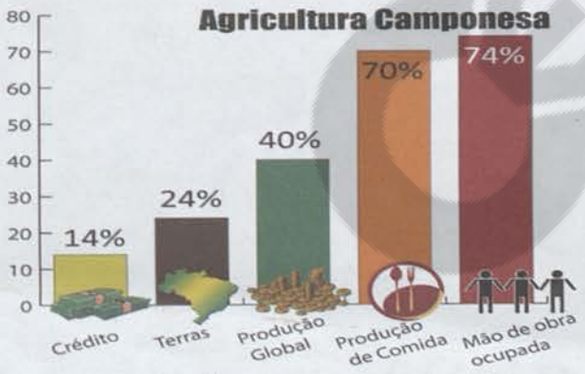
De 14 a 18 de outubro

soberania Alimentar

Soberania alimentar tem a ver com: direito a preservar os recursos naturais, produzir e a se alimentar. Comida sã e saudável, cultura camponesa, sistemas locais de produção, industrialização e comercialização, necessidade de politicas públicas de apoio a produção e abastecimento de alimentos.

> Para que um povo seja livre ele precisa ser soberano. Por isso nosso Plano camponês defende a soberania alimentar, energética, genética e hídrica.

O governo não investe em créditos e terras para o campesinato, mesmo assim produzimos mais alimentos que o agronegócio:



Para o MPA alimentação saudável não pode ser um privilegio para quem tem dinheiro, todas as famílias necessitam de alimento em quantidade equalidade. O agronegócio que domina a maioria das terras do Brasil tem todo o apoio do governo não produz alimento para o povo, não podemos continuar sendo enganados!!!

Oque ameaça a sociedade

- O governo não apoia a reforma agrária e a produção de alimentos saudáveis;
- Cada Brasileiro consome por ano 5,2 litros de agrotóxico, o uso dos venenos e defendido pelo agronegócio e pelas multinacionais;
- Esse ano foram plantados no Brasil cerca de 67 milhões de hectares com sementes transgênicas! Os transgênicos são altamente perigosos para a saúde humana e a natureza;
- mais de 3mil brasileiros foram mantidos como escravos *por latifundiários* em 2012;
- O Brasil possue 27 milhões de hectares plantados com soja ,9,6 milhões de hectares com cana 6,7 milhões de hectares com Pinus e eucalipto;
- O Brasil é o segundo país no mundo que mais concentra terras nas mãos de poucas pessoas;



As multinacionais e o agronegócio

As empresas multinacionais do agronegócio tentam vender a ideia de que o uso de tecnologias que elas comercializam (adubos químicos, venenos, maquinas pesadas, sementes transgênicas...) podem acabar com a fome no mundo.
Esse é o discurso usado desde a segunda guerra mundial, no entanto todos os dias cerca de um bilhão de pessoas acordam e vão dormir com fome.

Mesmo produzindo menos da metade dos alimentos, o governo investe em créditos e terras para o agronegócio:



Agronegócio= povo com fome !!!



O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, são mais de 1 bilhão de litros de venenos jogados na agricultura o que equivale a mais de 5 litros de agrotóxicos por pessoa ao ano.

O uso abusivo de agrotóxicos deixou de ser uma questão relacionada especificamente à produção agrícola e se transformou em um problema de saúde pública e preservação da natureza.

Para lutar contra esta problemática a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, propõe a construção da Agroecologia como alternativa na produção de alimentos sem venenos.

Papel do campesinato

O papel histórico da agricultura camponesa é produzir alimentos saudáveis, sem venenos e sem exploração das famílias produtoras e consumidoras, através de uma agricultura diversificada onde o principal objetivo é o abastecimento popular.

Estamos nas ruas hoje lutando contra o Agronegócio que só leva fome e miséria para o povo, lutamos por mudanças no modelo de produção e distribuição de alimentos, somos camponeses e gostamos e queremos continuar morando no campo.Só o campesinato pode produzir alimentos de qualidade e baratos!!!

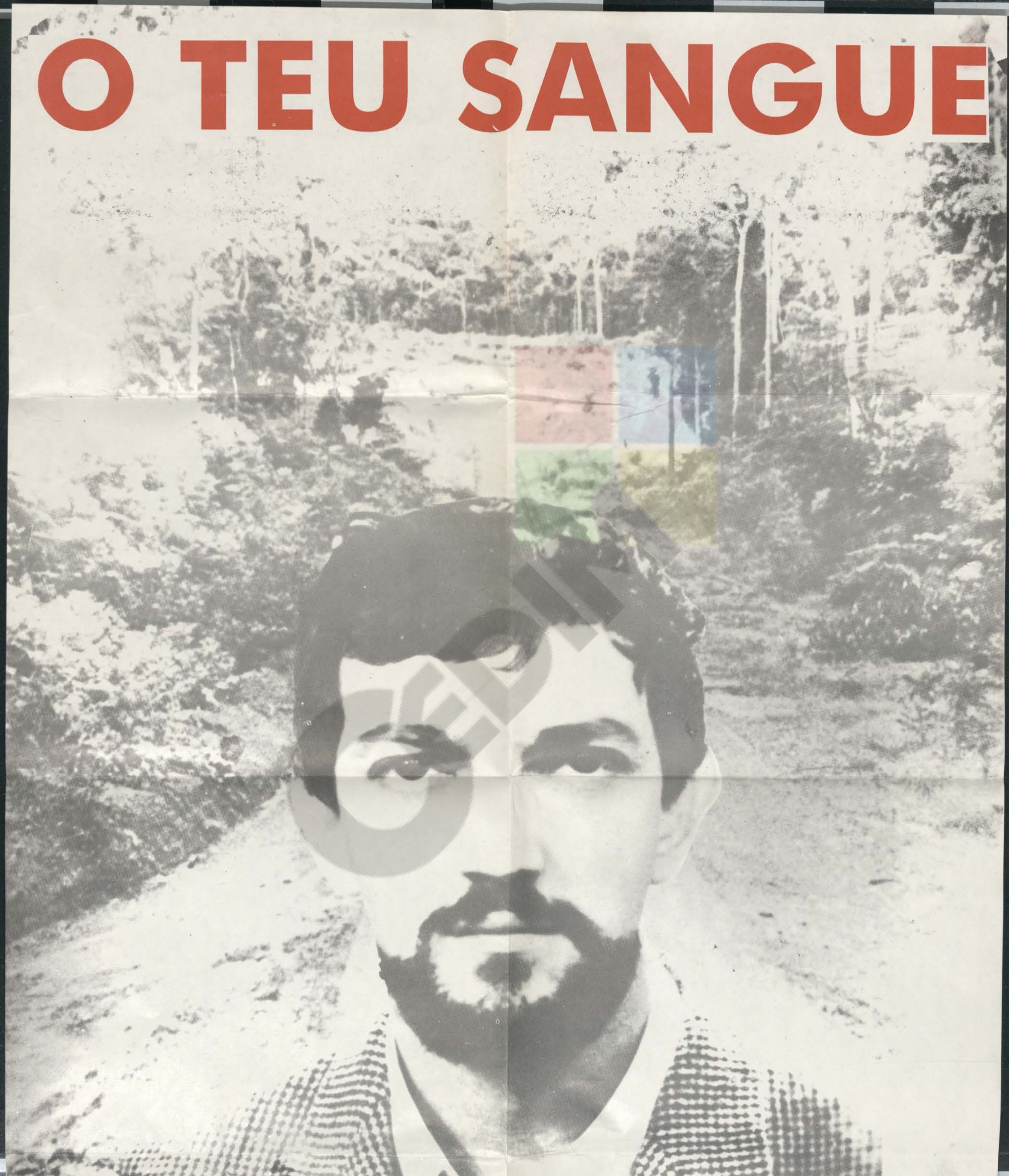
CAMPO E CIDADE JUNTOS NESSA LUTA!

Lutamos Por....

- **Plano Camponês:** Que o governo crie Políticas de estruturação da Agricultura camponesa, com a realização da reforma agrária. criação linhas de crédito que sejam pagos com alimentos. Programa de industrialização e mecanização camponesa. Política publica que possibilite a transição para a agroecologia. Fim do fechamento das Escolas no campo.Criação da Conabrás 100% estatal;
- **Legislação sanitária específica para a agricultura camponesa:** que permita a adequação das agroindústrias familiares e comunitárias , ampliando o abastecimento de alimentos a partir do local;
- **Crédito subsidiado para pequenas agroindústrias, máquinas e veículos de cargas;**
- **Isenção da cobrança de água para as famílias camponesas que produzem alimentos;**
- **Reabertura das escolas do campo garantindo uma educação apropriada a realidade;**
- **Contenção da queda do preço do café conillon e arábica, garantindo um preço justo e viável para as famílias;**

Nos faça uma visita www.mpabrasil.org.br e www.contraosagrotoxicos.org

O TEU SANGUE





ANIMA A NOSSA LUTA

10 ANOS DO MARTÍRIO DO Pe. ***EZEQUIEL RAMIN***

LINHA 10, KM 4 (**E**SCOLA **F**AMÍLIA **A**GRÍCOLA) CACOAL-RO

DATA: 23/07/95

REFORMA AGRÁRIA

Por que?

- DOS 5,2 MILHÕES DE PROPRIETÁRIOS RURAIS, APENAS 540 MIL SÃO DONOS DA MAIOR PARTE DAS TERRAS NO BRASIL (80%).
- 42 MILHÕES DE HECTARES DE TERRAS APROVEITÁVEIS ESTÃO INEXPLORADAS E 240 MILHÕES, MAL UTILIZADAS.
- AS MULTINACIONAIS JÁ SE APROPRIARAM DE MAIS DE 35 MILHÕES DE HECTARES DE TERRA NO BRASIL.
- CRESCEU PARA 24 MILHÕES O NÚMERO DE PESSOAS QUE MIGRARAM PARA OUTROS ESTADOS ENTRE 1970 E 1980.
- EXISTEM CERCA DE 11 MILHÕES DE DESEMPREGADOS NAS CIDADES E 12 MILHÕES DE CAMPONESES SEM TERRA.
- 8,7 MILHÕES DE ASSALARIADOS RURAIS RECEBEM MENOS DE UM SALÁRIO – MÍNIMO.
- A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS POR HABITANTE VEM CAINDO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS, EM RAZÃO DO APOIO GOVERNAMENTAL À GRANDE PROPRIEDADE
- ENTRE 1979 E 1983, 269 MIL FAMÍLIAS DE PEQUENOS PRODUTORES ENFRENTARAM CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA.
- ENTRE 1979 E 1983 FORAM ASSASSINADOS CAMPONESES, POSSEIROS, BÓIAS-FRIAS, GARIMPEIROS, DIRIGENTES SINDICAIS RURAIS E ADVOGADOS, NA LUTA PELA POSSE DA TERRA E NA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES. SOMENTE NOS 3 PRIMEIROS MESES DE 1984 FORAM ASSASSINADAS 17 PESSOAS, NÚMERO SUPERIOR A TODO O ANO DE 1980, 1981 E 1982.
- EM 480 ANOS, OS INDÍGENAS FORAM REDUZIDOS DE 5 MILHÕES PARA 220 MIL PESSOAS E APENAS UM TERÇO DE SEUS TERRITÓRIOS ESTÁ OFICIALMENTE DEMARCADO.

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

CONTAG / CPT / CIMI / CNBB - LINHA 6 / ABRA / IBASE

CEDIM

ARTE: DANIEL C. 1984.

TERRA É VIDA

CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA PELA CONQUISTA DA TERRA

UMA CAMINHADA • UMA ROMARIA

21 de setembro 1986. 8 às 18h
local: Pedra Lisa (Município de Nova Iguaçu)

Em Pedra Lisa começaram as lutas pela conquista da terra no Estado do Rio de Janeiro.

É o lugar onde hoje, mais de 100 famílias despejadas de seu chão, retomam a luta pela desapropriação e assentamento.

Tornou-se ponto de referência da caminhada por uma REFORMA AGRÁRIA.

O QUE QUEREMOS

Celebrar a vida e morte dos lavradores na luta pela terra de irmãos

União e mobilização dos trabalhadores do campo e da cidade na luta pela Reforma Agrária.

Chamar a atenção para a urgência dos problemas ligados a terra.

Denunciar a violência e impunidade dos assassinos de lavradores, sindicalistas, religiosos e advogados.

Incentivar as diversas Igrejas a assumir conjuntamente a caminhada dos lavradores.

Em Pedra Lisa, lavradores, expulsos de suas terras, buscam reconquistá-la.

Com eles os lavradores do Estado do Rio e todos os que abraçam a REFORMA AGRÁRIA revivem hoje a caminhada do Povo de Deus em busca da terra prometida.

PARTICIPEMOS TODOS!

LEIA E DIVULGUE ESTE BOLETIM. RESERVE ESTA DATA.

Comece já esta caminhada preparando-a em sua comunidade.

Promoção: CPT-RJ; IECI; COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DE NOVA IGUAÇU; CEDI; CUT; CARITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU; COMISSÃO NACIONAL DE PASTORAL OPERÁRIA; FASE NACIONAL; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA; IBESC; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS; PASTORAL ECUMÊNICA DA TERRA; IBASE; FAETEC; IBRADES; IGREJA METODISTA

TERRA É VIDA E AMOR

JUSTIÇA PARA O POVO LUTADOR



8ª ROMARIA DA TERRA

CAMPO ALEGRE — QUEIMADOS

24 DE JULHO DE 1994

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU — CPT/RJ

DIOCESE DE JI-PARANÁ - RO/MT

Av. Marechal Rondon - Centro - RO
Caixa Postal 182 - CEP 78961-390
Fone (069) 421-3281 - Fax (069) 422-1200

CELEBRAÇÃO DO MARTÍRIO DO PADRE EZEQUIEL RAMIN

DIA 23 DE JULHO DE 1995, EM CACOAL - RO

No dia 23 de julho deste ano, nós da Diocese de Ji-Paraná-RO/MT, estaremos celebrando os dez anos do martírio do Pe. Ezequiel Ramin, missionário comboniano, assassinado por jagunços na fazenda Catuva, Município de Aripuanã/MT , no dia 24 de julho de 1984.

Estamos enviando esta carta-convite, para que na sua Diocese, entrem em sintonia conosco e assim possamos celebrar juntos os mártires que deram sua vida pelo Reino de Deus.

Que possamos seguir as pegadas de nossos mártires e que o SANGUE derramado anime a nossa caminhada na fé e luta por mais justiça social.

Atenciosamente,

Coordenação da Pastoral

Ji-Paraná, 06 de Abril de 1995

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz

Brasília, 10 de fevereiro de 2014
SCJP – C – Nº 0095/14

Estimados Irmãos no Episcopado!

Por ocasião da 51ª Assembleia Geral dos Bispos em 2013 examinou-se o documento sobre a questão agrária brasileira, ocasião em que, depois de análise exaustiva, a Assembleia deliberou indicar critérios de reformulação desse texto, solicitando seu retorno por ocasião da 52ª da Assembleia Geral, em 2014.

O texto elaborado pela Comissão Episcopal especificadamente designada e que ora encaminhamos em anexo **"Igreja e Questão Agrária no início do século XXI"**, foi reformulado conforme instruções da Assembleia.

Tendo em vista a proximidade da Assembleia de 2014, encaminho aos irmãos no Episcopado o referido texto, encarecendo sua leitura e eventuais sugestões, correções e aperfeiçoamentos, a fim de serem incorporados ao texto para apresentá-lo à 52ª Assembleia Geral da CNBB. Queiram se servir da **Ficha de Emendas em anexo**.

Pedimos que as observações sejam enviadas até o dia **10 de março de 2014**, no seguinte email: psocial@cnbb.org.br

Atenciosamente,

Dom Itamar Vian, OFMCap
Arcebispo de Feira de Santana - BA
Presidente da Comissão Episcopal para o texto sobre a Questão Agrária

SE/Sul - Q. 801 - Conj. "B" - CEP 70200-014 - Caixa Postal 2037 - CEP 70259-970 - Brasília-DF - Brasil - Fone: (61) 2103-8300/2103-8200 - Fax: (61) 2103-8303
E-mail: pastoralsocial@cnbb.org.br – Site: www.cnbb.org.br

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Nova Iguaçu, 15 de junho de 2010.

De: Coordenação Diocesana
Para: Prefeitura municipal de Paracambi

A/c Srº Ronaldo José Candido da Silva

A Comissão Pastoral da Terra junto com outros movimentos sociais do campo e da cidade irão realizar no dia 25 de julho de 2010, a partir das 06:00 da manhã a 13ª Romaria da Terra que acontecerá no município de Paracambi. Em vista disto e contando com a parceria da Prefeitura deste município, vimos por meio desta solicitar alguns itens para uma melhor organização e funcionamento do evento, dentre elas:

- Forneci mento de água;
- Banheiros químicos (masculino e fem,inino);
- Estrutura de Palanques – Oficial (Grande celebração);
- Estrutura de Palanque (local encontrão);
- Som para palanque;
- Som para a caminhada;
- Som para a divulgação;
- Espaço para exposição artesanal;
- Segurança pública (guarda municipal);
- Espaço para encostar os ônibus;
- Viaturas de ambulância;
- Viatura de Polícia;

Recebi o original em 18/06/10
Ronaldo José Candido da Silva
Chefe de Gabinete

Por fim, contando com vossa generosa solidariedade, desde já agradecemos e nos colocamos a disposição para maiores contatos.

Pe. Geraldo Lima
Assessor Diocesano da Comissão Pastoral da terra

Comissão Pastoral da Terra
Rua: Dom Adriano Hypólito, 08 – Moquetá/NI
Tel: 9974 - 9665 (Pe. Geraldo Lima) / 9147- 8872 (Luis)

Obs. Enviar Ofício p/ XXIV Batalhão de Queimados BPM. solicitar - Viaturas de Polícia.

Tema: 50 ANOS NA BAIXADA LUTANDO POR TERRA, AGUA E ECONOMIA SOLIDÁRIA.
Lema: TERRA E AGUA, DONS DE DEUS DIREITO DO POVO (Lv. 25,23)

Eis a proposta:

Função	Piso salarial (Sal.mínimo)	Teto salarial (Sal.mínimo)
A - Serviços Gerais	*1,50*	*4,20*
B - Secretaria/Recepção		*7,51*
C - Área técnica		*10,16*
D - Sec.Executiva/Assessoria		*16,86*

Na Área técnica, compreendendo os serviços de: 1- Documentação; 2. Comunicação; 3- Informática; e 4- Administração, todos os serviços estarão no mesmo nível salarial. Porém à administração será conferido, a título de gratificação de cargo, um percentual de 15% sobre o salário percebido pelos agentes deste nível.

Ainda com relação à remuneração queremos destacar alguns elementos essenciais e que devem ser observados no momento da fixação da remuneração dos agentes, seja em nível de assessoria, seja dos serviços internos.

a - Nenhum Regional, nos seus diversos níveis, deve ultrapassar o teto salarial praticado pelo secretariado nacional;

b - o salário base deve ser o mesmo para trabalhos iguais;

c - o menor salário, dentro de um mesmo Regional, não deverá ser inferior a 1/4 do maior salário;

d - ao determinar a remuneração dos seus agentes o Regional deverá considerar: o custo de vida na região, o mercado local, o trabalho realizado, os recursos disponíveis;

e - a remuneração deverá ser suficiente para assegurar uma vida digna aos agentes;

f - estar atento para as convenções do sindicato da categoria na região;

g - para a reposição de perdas e/ou reajustes salarias serão observados os acordos e convenções do sindicato representante da categoria, sem prejuízo de eventuais negociações.

4 - Benefícios

Constitui - se em direito adquirido dos agentes da CPT o salário família de 5% do salário percebido, por cada filho menor de 15 anos;

Propomos também que a CPT passe a adotar o sistema de gratificação por anuênio. Isto é, por cada ano de serviço prestado à CPT o agente tenha um acréscimo de 1% sobre o seu salário.

5 - Critérios para admissão

Para admitir novos agentes a CPT deverá: realizar seleção prévia com critérios pré-estabelecidos;

Submeter o aprovado a um período de experiência: 90 dias para o serviço interno; 180 dias para assessoria;

Durante o período de experiência a remuneração será de 80% da remuneração, salário base, dos agentes de seu nível com mais tempo de serviço.

6 - Horas extras

A legislação trabalhista permite que à duração normal do trabalho seja feito o acréscimo de horas extras, desde que não excedentes a 02 horas diárias. Pagamento de horas extras nunca foi prática na CPT. Recentemente temos acordado para esta questão. Assim entendemos que horas extras devem ser autorizadas-é o que dizem também a legislação e doutrina trabalhistas- Não devem ficar ao critério do agente. Ainda assim, quando for necessário e houver autorização, ou seja acordo, deve se optar pela compensação das horas ou dos dias trabalhados.

7 - Livro ponto

A marcação ou registro de pontos é obrigatória nos Regionais com mais de 10 agentes(parágrafo 2o. do artigo 74 da CLT).

Goiânia, 05 de setembro de 1.994.

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Postal, 749 · CEP 74.001-970 · Goiânia · Goiás · Brasil
Fone 062/224 4436 · Fax 062/225 4967 · Nodo Alternex CPTNAC

Política Salarial na CPT

Proposta de Critérios

Duas tentativas de formulação de um plano de cargos e salários para a CPT resultaram infrutíferas. Não por ineficiência de seus propositores, nem por resistência ou indisciplina dos Regionais. Mas pela própria natureza da CPT, suas peculiaridades e originalidade que não se amoldam à rigidez de um plano daquela natureza, sob pena de se inviabilizar a sua própria existência. Estas considerações foram embasadas em avaliações de outras entidades de natureza e características semelhantes às da CPT. Considerando estas avaliações, entendemos ser mais adequado que se elaborem critérios para uma política salarial.

Um dos elementos a ser observado em uma política salarial é o que diz respeito à função da pessoa, ou seja, qual a sua responsabilidade e o que ela faz. Na CPT, com raras exceções, este elemento não é muito definido. Todo mundo faz de tudo um pouco. A proposta que apresentaremos de definição de funções, teve por base uma consulta aos Regionais, que nos enviaram informações a respeito do seu quadro de pessoal e o que faz cada um. Assim, propomos uma definição bem simples. Ei-la.

2 - Funções

a) **Serviços Gerais**, compreendendo aí os serviços de rua, banco, correio, entregas, compras, fax, xerox, almoxarifado, pacotes e limpeza;

b)**Secretaria/Recepção**, que compreende os serviços de telefone, xerox, recepção, datilografia, digitação, controle de agenda, leitura, seleção e recorte de jornais, arquivo, infra estrutura de encontros, vendas de publicações, contatos externos, tomada de preços para compras e solicitação de passagens;

c)**Área Técnica**, compreendendo os serviços de:

1-Documentação- pesquisa, organização, sistematização e elaboração, organização e conservação de biblioteca e arquivos;

2-Comunicação- edição de publicações, contatos com a imprensa, elaboração de notas, divulgação, alternex, articulação da comunicação entre os Regionais e equipes;

3-Informática- programação, digitação, instalação e manutenção de programas, aquisição de material próprio, manutenção dos equipamentos e treinamento do pessoal da equipe;

4-Administração- responsável pelo setor de pessoal, pela concretização do ato de admitir e demitir- assinar carteira e dar baixa na carteira-, folha de pagamento, movimentar contas bancárias com o coordenador e ou tesoureiro, administrar e zelar pela conservação e preservação do patrimônio, organizar contabilidade, prestação de contas dos projetos financeiros às entidades financiadoras.

d)**Secretaria Executiva/Assessoria**, a assessoria compreende todos os assessores, sem distinção da formação técnica. Assessores educacionais, jurídicos, agrônomos, teológico pastoral, político, etc.

3 - Remuneração

Ainda aqui não queremos incorrer na pretensão de, diretamente, determinar tetos ou pisos salariais para os Regionais. Contudo, adotaremos o sistema adotado também por outras entidades, ou seja, apresentaremos uma proposta de níveis salariais para o Secretariado Nacional, que servirá de baliza para que os Regionais, dentro de suas peculiaridades, realidades locais e disponibilidade de projetos, estabeleçam os níveis salariais de seus agentes.

Pensamos em um sistema de tetos salariais, funcionando como piso os tetos salariais dos níveis imediatamente inferiores. Única exceção a esta sistemática se encontra no nível A, para o qual propomos um piso salarial. Isto para que se tenha uma margem de mobilidade, prevendo-se os reajustes e reposições necessários. Isto não significa que os salários estarão necessariamente nos tetos.

A vinculação ao salário mínimo é apenas para que se tenha um ponto de referência.

Os valores propostos são para um regime de trabalho de 40 horas semanais, ou seja, 08 horas diárias e foram encontrados da seguinte forma: fizemos uma média dos níveis salariais praticados por Cimi, Cáritas e MEB, no mês de abril, deste ano, para funções análogas às que temos na CPT.

Tendo como ponto de partida estes elementos e as pessoas, o que fazem e o que percebem pelo seu trabalho, é que formulamos para o Secretariado Nacional a proposta de níveis salariais que se segue:

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Postal, 749 · CEP 74.001-970 · Goiânia · Goiás · Brasil
Fone 062/224 4436 · Fax 062/225 4967 · Nodo Alternex CPTNAC

PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL

1. Considerandos:

1.1. Considerando que já existe uma política de plano de cargos e salários no Secretariado Nacional;

1.2. Considerando que a norma de se obedecer os tetos salariais estabelecidos em salários mínimos para os diferentes níveis já normatizados para diferentes categoriais;

1.3. Considerando que a inflação se faz presente com seu índice elevado, corroendo significativamente o poder aquisitivo do salário;

1.4. Considerando a política de reajuste salarial do governo a ser realizado de quatro em quatro meses; ou outro período a se estabelecer.

2. Proposta de reajuste salarial para o Secretariado da CPT Nacional.

Tendo presentes os considerandos apresentados, propõe-se o seguinte procedimento:

2.1. Não se alteraria o teto salarial e seriam respeitados os níveis salariais estabelecidos;

2.2. Haveria apenas um reajuste ou correção nos salários, tentando resgatar seu poder aquisitivo;

2.3. Para isso a folha de pagamento a se efetuar cada mês, corrigiria o índice inflacionário do mês anterior; visto que não é possível tê-lo no fim do mês a ser pago; observando-se ainda que o processo não é cumulativo;

2.4. Os reajustes mensais, dados como abonos, não seriam registrados na carteira de trabalho. Seriam, porém, integrados e registrados em carteira apenas decorridos os quatro meses ou outros períodos de reajuste oficial.

Obs.: E de se notar que tal procedimento não aumentaria o teto salarial, já definido na política adotada. Seria apenas, como se disse, uma correção dos salários.

OB. Homologada no Conselho Nacional (27.31/07/92.

Goiânia, 20 de julho de 1992

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

- PLANO DE SALÁRIOS -

Nível G - ASSESSOR COORDENADOR .... teto máximo de 12,5 Salários Mínimos

Nível F - ASSESSOR ..... teto máximo de 11,0 Salários Mínimos

Nível E - COORDENADOR DE ÁREA ..... teto máximo de 09,0 Salários Mínimos

Nível D - ENCARREGADO DE SETOR .... teto máximo de 08,0 Salários Mínimos

Nível C - TÉCNICO ESPECIALIZADO ... teto máximo de 07,0 Salários Mínimos

Nível B - SECRETÁRIO/A ..... teto máximo de 05,0 Salários Mínimos

Nível A - AUXILIAR GERAL ..... teto máximo de 04,0 Salários Mínimos

---

OBSERVAÇÕES -

1 - A base de cálculo para os salários mínimos foi de Cr$ 23.131,68 em vigor no dia 29 de julho de 1991, com os abonos.

2 - Os tetos estabelecidos acima são os considerados máximos para os respectivos cálculos. Os salários sempre deverão ficar abaixo destes índices, sendo de competência das respectivas instâncias de decisão do Regional ou Nacional fixar o salário mais conveniente, considerando a realidade local e a disponibilidade de recursos.

3 - Poderá ser autorizada a concessão - independentemente do recolhimento de salário-família determinado em lei - de um abono educacional para os filhos menores de 15 anos de até 5 (cinco) % sobre o salário recebido pelas pessoas que os tiverem. Em caso de ambos os pais estarem contratados, somente um deles terá este direito.

4 - Os reajustes e aumentos dos salários serão definidos por negociação entre o quadro de pessoal com as seguintes instâncias:
- nos Regionais, com o Colegiado ou instância semelhante
- No Secretariado Nacional, com o Conselho Diretor
os quais fixarão, levando em conta a conveniência local, os índices a serem aplicados, podendo inclusive optar por índices permanentes como a Caderneta de Poupança ou o salário mínimo. Nesta negociação, deverão ser considerados os seguintes critérios:
- disponibilidade de recursos
- trabalho realizado
- competência e dedicação.

5 - A indicação acima de tetos em salários mínimos não indica a indexação dos salários das pessoas aos mesmos. Estes tetos não podem ser considerados como bases salariais, mas apenas referências máximas.

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

- PLANO DE CARGOS -

Nível G - ASSESSOR COORDENADOR

Inclue o Secretário Executivo e os Assessores no topo de carreira. Os critérios de promoção são os anos de trabalho, competência e nos casos em que os assessores estão encarregados de projetos específicos dentro da CPT.

Nível F - ASSESSOR

São os que entram na equipe, em fase de integração - com menos anos de casa e que se dedicam a atividades gerais de Assessoria.

Nível E - COORDENADOR DE ÁREA INTERNA

Trata-se de funcionário encarregado de grande área de atividade dentro dos Secretariados: Secretaria Geral ou Serviços Especiais.

Nível D - ENCARREGADO DE SETOR

São os funcionários que coordenam setor específico dentro das grandes áreas, como publicações, arquivo, serviços gerais, etc.

Nível C - TÉCNICO ESPECIALIZADO

São os que realizam atividade específica dentro dos diversos setores dos Secretariados: Digitação, pesquisa, etc.

Nível B - SECRETÁRIO/A

São os que realizam atividades integradas aos setores internos. São atividades mais gerais como: recepção, atendimento, etc.

Nível A - AUXILIAR GERAL

São as pessoas não especializadas, em início de carreira, que realizam tarefas mais simples nos secretariados, como limpeza, entregas, recados, pacotes, etc...

Obs.: A mudança de nível está vinculada a uma rígida avaliação interna onde se considera: dedicação, competência e tempo, a qual deverá ser aprovada: No caso do Secretariado Nacional, pelo Conselho Diretor Nacional e, no caso dos Regionais, pelo Colegiado ou órgão semelhante.

- O quadro de pessoal atual deverá, considerada a avaliação, ser distribuido no atual plano, com as correspondentes responsabilidades e salários.

Dica: Este plano de cargos será interpretado pelos Regionais como referência para a elaboração de um próprio, considerando a realidade local, e levando em conta a disponibilidade de recursos.

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Postal, 749 - CEP 74.001 - Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: (062) 224-4436 - Fax: (062) 225-4967 - Nodo Alternex - CPTNAC

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

CAPÍTULO I - DA ENTIDADE

ARTIGO 1º.- A Comissão Pastoral da Terra, também denominada pela sigla CPT, é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter religioso e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Goiânia, capital do Estado de Goiás, Brasil.

ARTIGO 2º.- A CPT rege-se por seus Estatutos Sociais, aprovados pela Assembléia Geral, e regula suas atividades pelo presente Regimento.

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 3º.- A Assembléia Geral é órgão supremo para deliberar sobre todas as questões referentes à vida e ao trabalho da CPT.

ARTIGO 4º.- A Assembléia Geral, convocada de acordo com as determinações estatutárias será composta de lavradores e agentes pastorais, representando os Regionais da CPT, integrantes do Conselho Diretor, do Secretariado Nacional, Assessores, o representante da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB e convidados.

PARÁGRAFO 1º. As representações dos Regionais na Assembléia serão compostas normalmente de cinco pessoas, sendo três (3) lavradores e dois (2) agentes pastorais, entre os quais estará o Coordenador Regional ou seu substituto.

PARÁGRAFO 2º. - É conveniente a participação, na Assembléia Geral, do Bispo que acompanha a CPT no Regional, como integrante da mesma representação, não sendo, no entanto, sua presença computada na composição prevista no parágrafo anterior.

ARTIGO 5º.- As decisões da Assembléia Geral serão tomadas mediante voto declarado dos presentes habilitados, com exceção no que se refere às eleições.

ARTIGO 6º.- Tem direito a voz e a voto na Assembléia Geral:
a)os representantes dos Regionais;
b)os integrantes do Conselho Nacional;
c)o representante da Comissão Episcopal de Pastoral, da CNBB.

PARÁGRAFO 1º. - Aos demais presentes somente será permitida a voz, mas não o voto.

PARÁGRAFO 2º. - Não será permitido o voto por procuração.

CAPÍTULO III - DAS GRANDES REGIÕES

ARTIGO 7º.- Os Regionais da CPT reúnem-se em Grandes Regiões geográficas, definidas neste Regimento e, durante a Assembléia Geral, indicam uma pessoa de sua respectiva Grande Região para compor o Conselho Diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO - A indicação do Diretor e seu Suplente da Grande Região se fará mediante voto descoberto exercido pelos representantes regionais integrantes da mesma presentes na Assembléia Geral.

ARTIGO 8º. - O Diretor, além de suas atribuições atinentes às funções do Conselho Diretor, terá como responsabilidades:
a) promover o relacionamento entre os Regionais que fazem parte de sua Grande Região;
b) exercer atividades de representação da Presidência ou do Conselho Diretor, por delegação especial, junto às diversas instâncias da CPT em sua Grande Região.

CAPITULO IV - DOS COORDENADORES REGIONAIS

ARTIGO 9º. - Os coordenadores regionais serão escolhidos pelas respectivas Assembléias Gerais de seus Regionais, de acordo com Regimento próprio, e deverão ter necessariamente uma opção de fé, integrados numa das igrejas Cristãs, voltada, no seu trabalho pastoral, à luta pela libertação dos oprimidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os coordenadores Regionais, deverão ser confirmados pelo Conselho Diretor.

CAPITULO V - DOS REGIONAIS

ARTIGO 10. - Compõem os Regionais da CPT todas as pessoas integradas de acordo com o Artigo 4o. dos Estatutos Sociais da Entidade.

ARTIGO 11. - A estrutura e funcionamento dos Regionais, ressalvadas as determinaçòes deste Regimento e dos Estatutos Sociais da CPT, serão determinados e regulados por Regimento próprio.

ARTIGO 12. - Os Regionais mantêm vinculação pastoral e funcional com a CPT Nacional, além da ligação jurídica, nos casos das filiais.

PARÁGRAFO 1º. - A presença da CPT Nacional nos Regionais dar-se-á, concretamente, através do Conselho Diretor e do seu Secretariado Nacional.

PARÁGRAFO 2º. - Os integrantes do Conselho Diretor terão plena liberdade de se deslocarem pelos Regionais, desempenhando atribuições de acordo com as suas decisões internas.

PARÁGRAFO 3º.- O Secretariado Nacional far-se-á presente nos Regionas através do Secretário Executivo e Assessores, mediante convite ou, periodicamente, acompanhando os Regionais em suas atividades e fornecendo subsídios no encaminhamento das linhas gerais de ação da CPT.

PARÁGRAFO 4o. - Os Regionais que foram constituídos juridicamente como filiais da CPT Nacional ficam obrigados a terem os devidos registros contábeis e de pessoal e apresentarão ao Secretariado Nacional balancete e demonstrações de contas no fim do exercício financeiro.

ARTIGO 13. - Sendo direito de cada Diocese, ou Distrito Eclesiástico, ou instância de outra Igreja, ou até região rural de uma Diocese, constituir comissões diocesanas, ou distritais, ou de instâncias de outras Igrejas ou locais de Pastoral da Terra, para que possam usar o nome da CPT devem, além de assumir as linhas e princípios da CPT Nacional e Regional, ser confirmadas pela Assembléia Regional ou pelo Conselho Diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO - O coordenador diocesano, ou distrital ou de instância de outra Igreja ou local será apresentado ao Secretariado Regional para ser confirmado e então ter direito a integrar a estrutura do Regional.

CAPÍTULO VI - DO SECRETARIADO NACIONAL

ARTIGO 14. - O Secretariado Nacional é órgão de confiança do Conselho Diretor e é composto de um Secretário Executivo, assessores e uma equipe de pessoal interno.

ARTIGO 15. - O Secretário Executivo será escolhido ou confirmado na mesma cerimônia de posse do Conselho Diretor, que confirmará também os nomes dos demais integrantes do Secretariado Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO - As atividades do Secretário Executivo serão determinadas pelo Conselho Diretor e o mesmo está autorizado a operar por procuração.

CAPÍTULO VII - DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 16. - A Assembléia Geral é o orgão supremo para deliberar e efetuar a eleição do Conselho Diretor da CPT.

ARTIGO 17. - As eleições para Presidente e Vice-Presidente da CPT serão realizadas por meio do voto expresso pelos membros integrantes da Assembléia Geral da CPT.

PARÁGRAFO 1º. - Para a realização das eleições, serão escolhidos pela Assembléia Geral, através do voto declarado, três (3) pessoas, sendo um (1) presidente e dois (2) secretários, para integrarem e dirigirem os trabalhos da mesa receptora.

PARÁGRAFO 2º. - Para efetuar as eleições, serão confeccionadas cédulas, estando indicado o local em que deverão ser colocados os nomes do Presidente e do vice-Presidente escolhidos pelos votantes.

PARÁGRAFO 3º. - As cédulas deverão ser rubricadas pelo presidente da mesa receptora, eleito pela mesma Assembléia.

ARTIGO 18. - Eleita a mesa receptora, os candidatos deverão se inscrever ou serem inscritos para participar das eleições.

ARTIGO 19. - A eleição do Presidente e Vice-Presidente realizar-se-á através do voto direto e secreto dos membros da Assembléia Geral descritos no Artigo 6o. deste Regimento.

PARÀGRAFO ÚNICO - Para ressalvar a plena participação de todos os integrantes da Assembléia Geral, os Regionais reunir-se-ão, antes da votação, para análise e avaliação conjunta das candidaturas apresentadas.

ARTIGO 20 - Terminada a votação para os cargos, serão apurados os votos imediatamente pela mesa receptora sob a direção do seu presidente.

PARÀGRAFO 1º. - As eleições somente serão válidas se integrarem as votações a maioria absoluta dos votos .previstos neste Capítulo.

PARÀGRAFO 2º. - Para ser considerado eleito, o candidato deverá obter dois terços (2/3) dos votos. Caso no primeiro escrutínio isto não seja conseguido haverá um segundo escrutínio onde deverá obter maioria absoluta, e, se assim não for eleito, passar-se-á a um terceiro ou mais escrutínios onde apenas a maioria simples será exigida.

ARTIGO 21 - Após proclamados os vencedores pela mesa receptora, os eleitos terão assento à mesa, sendo imediatamente empossados pelo seu Presidente.

CAPITULO VIII - DA MANUTENÇÃO E PATRIMÔNIO DA CPT

ARTIGO 22 - Constituem fontes de manutenção e patrimônio da CPT o previsto no Artigo 19 dos seus Estatutos Sociais.

PARÀGRAFO 1o. - Não se pedirá ou se receberá dinheiro que tenha como procedência a exploração de pessoas, averiguando-se, em cada caso, a finalidade da doação e o modo de arrecadação.

PARÀGRAFO 2o. - Fica eliminada a possibilidade de conseguir recursos junto a pessoas e/ou entidades que, de uma forma ou de outra, interfiram ou criem empecilhos à caminhada de libertação do povo oprimido.

ARTIGO 23 - Os projetos de manutenção financeira dos Regionais e do Secretariado Nacional da CPT serão encaminhados diretamente aos organismos de ajuda após serem devidamente aprovados pelo Conselho Diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os projetos realizados e encaminhados por Dioceses, paróquias ou outras entidades, que digam respeito ao trabalho da CPT, deverão ser comunicados ao Secretariado Regional.

ARTIGO 24 - Na aplicação das verbas no âmbito da CPT, procurar-se-á dar prioridade aos encontros de trabalhadores e, em suas atividades, primar pela simplicidade.

ARTIGO 25. - Os Regionais que não se constituem com personalidade jurídica de filiais, procurarão se ligar a outras entidades de igreja para o devido apoio, evitar a burocracia e regular suas obrigações fiscais e financeiras.

ARTIGO 26. - A aquisição de imóveis por qualquer setor da CPT deverá receber a aprovação do Conselho Diretor.

CAPITULO IX - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

ARTIGO 27. - Os Regionais constituídos juridicamente como filiais ficam obrigados às determinaçòes do Parágrafo 4o. do Artigo 12 do presente Regimento.

ARTIGO 28. - os Regionais que não são filiais deverão apresentar ao Secretariado Nacional uma prestaçàò de contas simplificadas, onde constaràò as entradas, discriminando genericamente as fontes de recursos, e as saídas, discriminando as aplicaçòes nos seguintes blocos: encontros, viagens, pessoal, material de escritório, publicaçõeś e outras despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO - os comprovantes das entradas e saídas ficarão arquivados nos próprios Regionais.

CAPITULO X - DAS PUBLICAÇÕES

ARTIGO 29. - As publicaçõeś realizadas pelo Secretariado Nacional deverão ter cópia enviada aos Secretariados Regionais.

ARTIGO 30. - Os Secretariados Regionais enviarão cópia de suas publicaçõeś aos demais Secretariados e ao Secretariado Nacional.

ARTIGO 31. - As publicaçõeś que eventualmente venham a ser lançadas pela CPT Nacional serão examinadas e aprovadas por uma equipe de editoria, formada pelo Secretário Executivo e dois (2) assessores do Secretariado Nacional.

ARTIGO 32. - Os preços das publicaçõeś deverão se manter em torno do seu custo, para serem acessíveis ao povo a que, em princípio, se destinam.

ARTIGO 33. - Todas as publicaçõeś no âmbito da CPT deverão ter como objetivo a fé e a luta dos trabalhadores e agentes pastorais e serão sempre um serviço à sua vida, trabalho e organizaçãò livre e autônoma, observados os objetivos gerais da CPT, as decisões e orientaçõeś de suas Assembléias e reuniões do Conselho Nacional.

CAPITULO XI - DO RELACIONAMENTO COM OUTRAS ENTIDADES

ARTIGO 34. - A CPT é organismo de Igreja, ligada pastoralmente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - e com caráter ecumênico que a faz desejar e acolher a participaçàò das outras Igrejas Cristãs, com direitos de membros.

PARÁGRAFO 1º. - A vinculaçãò pastoral com a CNBB é realizada através do Bispo responsável pela linha 6 - Dimensão Profética e Transformadora, e, em colaboraçãò com a linha 5, no que se refere à sua prática ecumênica, seguindo as normas dos acordos estabelecidos segundo os Estatutos da CPT.

PARÁGRAFO 2º. - A CPT apresentará à CNBB um cronograma anual dos encontros nacionais e regionais, as eventuais modificaçòes havidas em sua organizaçãò e direçãò e o quadro de disponibilidade de recursos para as suas atividades.

PARÁGRAFO 3º. - A convite da Comissão Episcopal de Pastoral - CEP, a CPT se fará representar em suas reuniões através de um ou mais integrantes do Conselho Diretor ou do Secretariado Nacional.

ARTIGO 35. - O relacionamento da CPT com as outras Igrejas Cristãs se realizará através dos agentes destas igrejas e que são membros efetivos da CPT, ou por convites de participação em suas reuniões.

ARTIGO 36. - Tanto a CPT Nacional como os Regionais e as equipes locais manterão contato com os órgãos da CNBB de sua jurisidção e com os Bispos ou Pastores de suas áreas, comunicando os nomes dos reponsáveis eleitos em suas respectivas Assembléias, as linhas de ação e programa a serem realizados.

ARTIGO 37. - A CPT se relacionará, autonomamente, com as entidade representatativas da classe trabalhadora, e com outras com que tenha afinidades, com elas podendo firmar convénios. Esse relacionamento, ainda se dará através:
a) dos lavradores, que, membros efetivos da CPT, atuam diretamente nas entidades;
b) dos agentes pastorais que se colocam em posição de apoio e serviço na luta pelos direitos dos lavradores e pela liberdade e autonomia sindical;
c) de assessoria às atividades dos organismos da classe trabalhadora, respeitando sempre a sua autonomia;
d) da colaboração com organismos dos trabalhadores em estudos da situação agrária, na movimentação dos trabalhadores rurais em reinvindicações de seus direitos, na formação de uma consciência de classe e na organização sempre mais forte e mais arraigada em suas bases.

ARTIGO 38. - A CPT se relaciona também com outras entidades, tanto do país como do exterior, que se dedicam ao serviço da classe trabalhadora;
a) com atividades comuns, quando existirem os mesmos ideais e a mesma pedagogia, respeitadas as características específicas de cada entidade;
b) através de encontros entre seus assessores para o aprofundamento e compreensão da realidade agrária do país e América Latina;
c) convidando seus representantes como obvservadores nos encontros da CPT.

ARTIGO 39. - A CPT se relaciona com os partidos políticos e outros grupos que visam, em seus programas e encaminhamentos, a transformação da atual sociedade através da livre e ampla participação dos trabalhadores na política do país e na conquista de suas aspirações, nomeadamente a Reforma Agrária.

PARÁGRAFO 1º. - A CPT, em seu trabalho educativo, acompanha e apoia os lavradores a tomar parte ativa na política do país.

PARÁGRAFO 2º. - A CPT defende o princípio da autonomia do movimento popular e sindical frente aos partidos políticos e outros grupos, respeitando as opções partidárias dos que dela participam.

RELATÓRIO - 2º SEMESTRE -

CPT/ NOVA IGUAÇU - BRASIL.

PROJETO C- 212/2143A

INDICE.

1- CARTA DE APRESENTAÇ%O.

2- ANALISE CONJUNTURAL.

3- ACOMPANHAMENTO DAS AREAS.

4- COMISS%O DOS ASSENTADOS.

5- QUEST%O SINDICAL.

6- COMUNICAÇ%O.

7- FORMAÇ%O.

8- ROMARIA.

9- CDMT.

10- FINANÇAS.

11- AVALIAÇ%O GERAL.

CEDIM

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
EQUIPE DE NOVA IGUAÇU
PROJETO C- 212/2143A

Nova Iguaçu, 10 de abril de 1992.

Prezadas Senhoras e Prezados Senhores.

Estamos apresentando nosso Relatório de atividades do período de julho a dezembro de 1991.

Este trabalho é fruto de nossos encontros de reflexão, avaliação e programação, em perspectiva também de nossa atuação para o ano de 1992.

Consideramos fundamental a continuidade de nosso compromisso na CPT, como serviço de apoio e assessoria aos trabalhadores do campo nos momentos de conflitos, nas campanhas sindicais, na formação de líderes, na organização da produção, nas experiências das cooperativas, e sobretudo queremos contribuir para o avanço desta força social organizada que é a classe trabalhadora do Campo.

Sentimos que a falta de recursos econômico neste momento prejudicaria esta continuidade porque a maior parte do trabalho na sua expressão mais significativa está sendo desenvolvido por pessoas liberadas, com a importante colaboração dos voluntários.

Os pequenos avanços e os desafios que a realidade sempre nos apresenta nos estimula a uma solidariedade efetiva, tendo em conta que a falta de apoio, de recursos, a não definição da situação fundiária da maioria dos assentamentos deixa os mesmos mais abandonados, sem referencial e sem colaboração para conseguir atingir os objetivos fundamentais.

Aproveitamos o ensejo para comunicar a entrada na CPT de um novo voluntário: Marcos Andre da Silva Pereira.

Em anexo mandamos também alguns materiais ligados à Romaria a organização das mulheres e outras realidades.

Mais uma vez apresentamos nossas desculpas pelo atraso, devido a um conjunto de situações de nossa equipe. No entanto aguardamos manifestação a respeito dos documentos enviados e desde já agradecemos, também em nome dos trabalhadores do Campo da Baixada Fluminense.

Fraternalmente.

CPT/NOVA IGUAÇU.

Lodovica Peirotti

LODOVICA PEIROTTI
COORDENADORA

2. ANÁLISE CONJUNTURAL.

Nos últimos 6 meses a situação conjuntural em noss_ unicipio teve poucas mudanças em relação ao semestre anterior.

Os trabalhadores vem participando de um forum mont_ pelo Governo Municipal, o qual tem feito a promessa de resolver _escoamento das mercadorias, criando espaços de venda no Munici_. Com isso promoveu encontros com grandes nºs de trabalhador_ mobilizado pela SEDAF (Secretaria de Desenvolvimento e Assunt_ undiários) orgão do Governo Municipal.

O Governo Estadual está totalmemte voltado para me_ar a aparência do grande Rio em função da ECO 92 (grande ev_ internacional de ecologia que acontecerá com sede no Rio de _iro). Enquanto isso o Governo Federal está distribuindo ti_s irregulares e assentando familias em terras desfavoráveis _odução, com o objetivo de passar uma boa imagem do governo atu_ para a população rural.

Os Governos Municipais já estão pensando nas eleiç_ de 1992, com isso vem distribuindo máquinas em péssimass condiç_ de uso aos assentamentos.

A EMATER (Empresa de Manuntenção e Extensão Rura_ que deveria ser mantida pelas prefeituras para dar melhor ass_ncia técnica aos lavradores, está com as portas quase fechadas, _overno Estadual não tem pago os salários aos técnicos e as pr_turas alegam não terem dinheiro para o combustível e manuntenç_s veículos. Enquanto isso acontece, os trabalhadores produzem _ assistência técnica um produto de baixa qualidade, dificultand_nda mais a venda de sua mercadoria.

Já que a presença dos orgãos competentes do Govern_o tem criado uma politica voltada para a categoria com a qual t_lhamos, nossa equipe está estudando para solucionar uma micro_te desse problema: ajudando os trabalhadores a escolher um_ea para desenvolver um trabalho coletivo e alternativo onde o_utros trabalhadores também possam participar da experiência.

Este trabalho será desenvolvido com a cooperação _PT/RJ e de várias entidades.

3. ACOMPANHAMENTO DAS AREAS.

Para uma avaliação de nossa atuação especifica na eas, procuramos relatar de uma forma particular a atuação em assentamento, e também a relação Estado e Trabalhador, que m feitas através da SEHURB (Secretaria Estadual de Habita Urbana e Rural), EMATER (Empresa de Manutenção e extenção l), INCRA (Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agr).

3.1. VILA DE CAVA.

O assentamento de Vila de Cava continua no proces e discussão e realização em referência a saúde, educação, traba coletivo e cooperativa. Ao mesmo tempo com a intervenção do A, vem se criando uma situação de insegurança junto aos tra adores, devido ao processo de demarcação das terras que o INC sta implantando no assentamento (so demarcando as terras d rabalhadores que cultivam e residem no assentamento). Por outr do para os trabalhadores está cada vez mais claro que a req ização fundiária das terras é fundamental para a resolução problemas ligados á produção e comercialização .

A falta de acesso ao credito (emprestimos) ao p to de reforma agrária e a falta total de recursos, obriga os t alhadores a procurar biscates na cidade para contribuir no su to da familia e isso impede uma presença produtiva na lavoura.

Avaliamos que os avanços destes ultimos seis (6) m s são pequenos, mais de muita importância, destacam se:

- Relacionamento e exigência ao INCRA para consequ regulamentação das terras.
- Grupos de trabalhadores que se ocupam da produç área coletiva.
- Grupo de mulheres iniciando a cooperativa da coz comunitária artezanal, com o apoio da Entidade " VISÃO MUNDIAL O objetivo deste grupo é:
  - criar uma forma de trabalho coletivo.
  - aproveitar a pequena produção que ainda não condições de comercialização.
  - beneficiar essa mercadoria para vender nas as livres, nas casas de encontros, festas e no comercio próximo.
  - apoiar a escola comunitária que alfabetiza epara as crianças para o entrosamento na escola públi
  - continuar o trabalho com a medicina popular idando da saúde da população do assentamento com utiliz sistemática das ervas medicinais.
  - contribuir com a realização da horta coleti e ervas medicinais.

A partir de setembro o assentamento conta com a as oria técnica da EMATER, que junto com a CPT incentiva os novos os a participação de outras experiências alternativas, atra de cursos, visitas a outros assentamentos.

3.2. PEDRA LISA.

A presença e atuação da CPT no assentamento de Pe Lisa constituiu-se neste último semestre de 1991 com a parti ção nas assembléias quinzenais e com visitas semanais ás fa as com o objetivo de um melhor conhecimento das dificuldades is e conflitos existentes, individualização de propostas de nização e trabalho coletivos, ajuda na organização interna criar condições para assumir de forma mais atuante e democrá as propostas seja a nível de grupos ou a nível do conjunto do ntamento.

3.3. MUTIRÃO DA FÉ.

A continuidade de nosso trabalho nesse 2º semestre deu através de encontros quinzenais com a participação de 12 as, com o objetivo de discutir questões importante no momen como: a organização do assentamento, a situação a nível sindic e outros problemas; e no mesmo tempo iluminar a realidade co Palavra do Evangelho.
Este trabalho foi realizado por uma equipe de 4 p as sendo duas com experiências e duas que estão iniciando o tra na CPT.

Abrimos um espaço de comunicação com os trabalhad que será retomado após as eleições sindicais.

3.4. PARACAMBI.

Neste último semestre, apesar das dificuldades enc radas nas assembléias, o Mutirão teve avanços no que diz respe a sua organização interna. Foram criados alguns critérios pa evitar o repasse da terra e dessa forma garantir a permanenci lavrador no campo.

Outro fator positivo foram os constantes questiona os e pressões em relação a postura do Governo através da SE . Para assumir o seu papel de uma política voltada para a pro o e comercialização.

A grande dificuldade do assentamento na administra dos seus bens comunitário, despertou a necessidade de se te acompanhamento mais direto e profundo dos materiais existen no Mutirão; foi iniciado um trabalho em conjunto com a CAPINA operação e Apoio a Projetos de Inspiarção Alternativas) que a e tem grande experiência na administração de bens comunitário. abalho constitui- se de ajudar os trabalhadores na auto gesta sses bens, isso ajuda a iliminar perdas no uso dos mesmos, ac smo tempo se viabiliza alternativas em função da falta de uma p tica agrícola e agrária no Municipio de Paracambi.

(SEGUE)

As assembléias que e o forum mais amplo, tem acont[illegible]o com uma participação maior dos lavradores despertando assi[illegible] necessidade de uma melhor organização e mobilização para vence[illegible] obstáculos que são impostos pelo Governo tanto Federal quanto [illegible]adual e Municipal, com isso temos como perspectivas avançar [illegible]vestir nessas necessidades do assentamento, através de parti[illegible]ção nas assembléias e nas visitas as áreas, investindo força[illegible]mbém na organização e mobilização em função das eleições do[illegible]ndicato dos trabalhadores Rurais de Paracambi.

3.5. CAMPO ALEGRE.

Nste semestre foi muito dificil o acompanhamento a[illegible]ssentamento, pois a situação econômica ficou muito ruim e ist[illegible]rovocou uma grande desarticulação nos trabalhos.
O grupo de mulheres do Capoeirão que estavam fabr[illegible]do velas medicinais e o grupo de mulheres do Chapadão que ja[illegible]iava a fabricação de sabão, ao avaliarem que este tipo de p[illegible]ção não trazia de imediato nemhum retorno econômico e que a q[illegible]ão da sobrevivência é fundamental, se dispersaram e foram em[illegible]ca de trabalho domêstico na cidade.

Com todas as dificuldades as mulheres da cozinha a[illegible]anal se mantem firme na fabricação de doces caseiros, o impas[illegible]inda esta no processo de comercialização, neste sentido nós da[illegible]incentivamos e assessoramos um encontro entre as mulheres de ou[illegible]assentamentos para juntos conversarmos sobre a comercializaç[illegible]neste encontro participaram 14 mulheres dos 5 assentament[illegible]ue já produzem doces caseiros.

O encaminhamento dado foi que o melhor seria inves[illegible]num processo de comercialização coletivo e não só isolado.

As assembléias regionais priorizaram neste período[illegible]scutir sobre as eleições dos regionais que irão ocorrer no inic[illegible]do semestre seguinte.
As eleições da direção do sindicato prevista para d[illegible]mbro/91 ou fevereiro do próximo semestre no qual muitos trabal[illegible]ores desses regionais fazem parte da chapa de oposição, também[illegible] momento de avaliação e planejamento para o próximo ano.

As assembléias gerais não tiveram muito êxito, poi[illegible]iu mais ainda a representatividade, e muitos momentos tornou-[illegible] um espaço para campanha política partidária.

Algo que neste período conseguiu de certa forma d[illegible]assos foi a COUAMCA (Cooperativa da União dos Associados do M[illegible]ão de Campo Alegre) em outubro foi realizado uma assembléia ge[illegible]dos associados para completar os cargos necessários; conselh[illegible]iscal e conselho administrativo, também foi discutido sobre o[illegible]do projeto ACRA em Campo Alegre.

(SEGUE)

A cooperativa conta hoje com um trabalho efetivo n criação de galinhas
e terminando a 1a etapa do investimento e financ nto na plantação de maracuja.

Após a assembléia foi retomada a necessidade da C são voltar a se encontrar para avaliar as prioridades levantad tirar encaminhamentos que viabilize um maior aprofundamento esma, e uma maior participação do conjunto dos associados nes rocesso.

Como ja falamos anteriormente a Comissão é compos r 2 membros da COUANCA 2 da UANCA (União das Associações do M ão de Campo Alegre) 1 membro da CPT e 1 membro do ACRA (Ass ção de Cooperação Rural da Africa e America Latina).

Nos meses de novembro e dezembro a Comissão se r periodicamente, onde conseguiu elaborar um calendário de vidades para janeiro e fevereiro de 1992, este calendário tem prioridade assembléias em cada regional, para juntos perceber que é prioridade, e uma assembléia geral para votar as mesm

O que foi votado na assembléia:

- investimento no armazém da cooperativa;
- saúde - contratar 1 médico que possa fazer um panhamento a nível de formação e informação;
- fabriqueta de suco de maracujá (isto será a istrado pelo grupo de mulheres);
- compra de máquinas para fazer ração;
- investir no espaço próximo do centro comunitári plantação de mudas que possa beneficiar os associados;
- compra de material para o escritório da coopera , para melhor viabilizar os trabalhos;

- Revestimento do teto do centro comunitário.

PESPECTIVAS

- COZINHA ARTEZANAL:

  - contactar outras áreas para articular a co ialização coletiva;
  - criar espaço de formação através de videos, contros;
  - integrar o trabalho da cozinha com a cooper va;
  - acelerar a construção da cozinha artezanal.

REGIONAIS:

  - tentar fazer valer os encaminahmentos tirad na avaliação do final do ano;
  - investir no acompanhamento de apenas 3 regi is;
  - criar condições para que as eleições sejam is democráticas possivel.

COOPERATIVA:

  - amadurecer a discusão na comissão;
  - contribuir na articulação da cooperativa co os regionais.

3.6 PAES LEME.

O inicio deste 2º semestre de um modo geral, cons iu- se de uma série de atividades exigindo de nossa parte maio rticipação junto ao assentamento.

A situação de ameaça a alguns lavradores, (até h ão esclareci- da pela policia) provocou o afastamento temporári muitos dire- tores da associação do assentamento. Tal fato po litouo reapa- recimento de divergência existente sobre a conce de organiza- ção e condução do assentamento, no interior da p a diretoria.

De 59 familias 35 sustentam a proposta de titula os lotes ape- nas para os que residem e plantam a terra, com re do de 5 dire- tores. Os demais defendem a titulação para todos até hoje lu- taram e plantam sem residir, caracterizando- se m um processo de divisão do assentamento.

Por outro lado, a interferência do Estado através SEHURB, vem tendo grande influência na medida em que ora refo as 35 fami- lias, ora reconhece como representante as antigas eranças, já não se percebe a perspectivas de um trabalho cole , outrossim de ações particulares.

Desta forma, a SEHURB sob a alegação de falta de nização do assentamento vem se negando a dar respostas concr ás necessi- dades básicas dos trabalhadores, confirmando assi "politica de descaso" referida no relatório anterior.

Nossa atuação até o final do semestre foi a de pr ar estabele- cer uma discusão com os 2 grupos, a partir da pr a diretória com o objetivo de se avaliar os fatos, as falas e elação com a secretária, buscando saídas para o impasse que se abeleceu.

Percebemos que embora tenha se chegado a uma prop de caráter mais essencial, o relacionamento entre os trabalh es encontra- se bastante fragilizado No entanto, tal prqblemát vem provocan- do maior discusão da situação na asembléia normal ue vinha se tornando bastante submissa ás propostas que alg lideranças impuseram.

é também no interior desse impasse vivido pelos alhadores que as mulheres do assentamento decidem sustentar a p sta de Bazar com a venda de objetos e roupas usadas. O grupo q aminha de mo- do oscilante, vem tentando definir sua estrutura jetivo de mo- do tímido mas decidido.

Além dos aspectos e problemáticas até aqui relata a tônica de nossas intervenções neste semestre esteve também ada á prepa- ração da Romaria da Terra e ao processo de const ção de chapa da Oposição Sindical, que implicou em diversos con os, reuniões e visitas ao assentamento.

(SEGUE)

A perspectiva de se centrar forças num trabalho co[illegible]quenos grupos de família, ocorreu embora de modo timido, com[illegible]o já começa a se pensar e discutir propostas para algumas dema[illegible] do assentamento. Entretanto, em função do atual quadro de di[illegible]a de poder, a discussão vem acontecendo de modo lento.

4. COMISSÃO DOS ASSENTADOS.

Neste 2º semestre não acompanhamos de perto esta c[illegible]ssão, pois tivemos que priorizar outros setores. Sabemos en[illegible]tanto que no momento eles passam por dificuldades de se encontr[illegible]n e de dar continuidade ao trabalho.

Pretendemos dar continuidade ao acompanhamento no [illegible]ximo semestre.

CEDIM

5. QUESTÃO SINDICAL

NOVA IGUAÇU.

No Municipio de Nova Iguaçu, neste 2º semestre os t[illegible]alhadores sofreram um certo abalo com o assassinato do presi[illegible]e do sindicato dos trabalhadores rurais, por motivos que não [illegible]am esclarecidos e nem apurados por parte das autoridades comp[illegible]ntes até a presente data; apesar da mobilização e pressão feit[illegible]m torno do ocorrido.
Este fato levou á uma mudança na direção do sindica[illegible](antes já não muito comprometido)que passou a priorizar aper[illegible]uma categoria de trabalhadores que já estão aposentados ou en[illegible]inhando aposentadoria.

A eleição foi marcada para os dias 5 e 6 de dezembr[illegible]endo adiada por irregularidades que levou á 3 assembléias da ca[illegible]oria com o objetivo de: -modificar os estatutos e eleger uma c[illegible]ssão eleitoral. Neste sentido a eleição foi adiada para fever[illegible]o de 1992.

PARACAMBI.

Após a intervenção feita pela oposição no início do [illegible]o, o sindicato esta sendo desafiado pela categoria a assumir [illegible]s de perto as políticas agrárias na região, acompanhando de pe[illegible]as demarcações feita pelo INCRA, nos assentamentos locais.

A eleição está prevista para final de 1992, e os tr[illegible]lhadores estão pensando na possibilidade de uma composição de c[illegible]pa que venha compor: oposição, assossiação de pequenos produtore[illegible]algumas pessoas do sindicato. Porém essa decisão ainda não f[illegible]consolidada, pelo fato de existir dentro da categoria posiçõ[illegible]contrarias.

AVALIAÇÃO.

No Municipio de Nova Iguaçu e Paracambi, bem como e[illegible]uitos outros, vem cada vez mais diminuindo o nº de trabalha[illegible]es rurais na ativa em dia com o sindicato; o que acontece é que [illegible]sindicatos não tem conseguido dar respostas conjunta á luta p[illegible]ítica, organizativa e econômica que os trabalhadores travam, f[illegible]ndo com que os mesmos se organizem somente em torno das cooperal[illegible]as e associações, na tentativa de resolverem os problemas e[illegible]nômicos, e com isso enfrentarem a política agricóla do Governo [illegible]e benefecia somente aos grandes produtores.

6. COMUNICAÇÃO.

Avaliamos que neste 2º semestre a elaboração do Letim ficou bastante prejudicada, pois a equipe passa por um p sso de restruturação. Com o objetivo de se capacitar já que o canismo de comunicação nas áreas rurais são tão precários. P utro lado a equipe procurou priorizar a elaboração de panfl e materiais em apoio a oposição sindical de Nova Iguaçu.

7. FORMAÇÃO.

A linha temática e os encaminhamentos para a fo ão dos agentes não diferenciaram do 1º semestre, já explecitad o 1º relatório. Neste sentido nos dias 14 e 15 de setembro/91 p cipamos de um encontro de reflexão e aprofundamento Pastoral a tir da temática Fé e BIBLIA sob a pedagogia libertadora na ót da realidade rural. Este encontro que contou com a participaç de representantes das CPT's de algumas áreas, foi assessorado o Pastor SERGIO da igreja Luterana e assessor da CPT/Nacional.

Procurando responder as demandas especificas de nização e administração de pequenas conquistas e experiênci lternativas dos trabalhadores, foi realizado um seminário sobre nistração de Bens Comunitário com o objetivo de se estabelece a trôca de experências concretas, avanços e dificuldades dos tes nas áreas. O seminário ocorreu nos dias 19 e 20 de outubro/ sob a assesoria da Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de piração Alternativas), com a participação conjunta de técnico grônomos e agentes de diversas entidades, tais como: CPT, S Bento, Acra, Departamento rural da Cut (Central Unica dos Tr hadores), Associação de Trabalhadores Rurais de Conceição d cabu; este seminário fez suscitar a problemática relativa á ção metodológica e pedagógica entre trabalhadores x agentes trabalhadores x técnicos, a serem aprofundados em 1992.

De um modo geral, a formação desenvolvida em 199 m sido positiva na medida em que aponta novas demandas; ajuda repensar a relação concreta com os trabalhadores e entre as de s entidades.

8. ROMARIA.

A Romaria da Terra do estado do Rio de Janeiro no utirão da Fazenda da Conquista no Municipio de Valença conse u mobilizar boa parte da diocese que se fez presente com quase 30 ônibus de todos os regionais de pastoral,
A diocese de Nova Iguaçu, manifestou aos camponeses do estado sua solidariedade e fez sentir sua presença como uma esperença para os camponeses alcançarem suas reinvindicações junto ao governo e a sociedade.

(SEGUE)

Foi uma presença de fé e solidariedade que já se ifestava nas inúmeras reuniões de preparação e articulação qu uve para o evento.

A CPT de Nova Iguaçu participou das reuniões gera as Comissões realizadas na CPT/RJ, de fevereiro á julho, sendo nos últimos dois meses eram quase semanais e duravam de 2:00 00 horas. Na sede da diocese de Nova Iguaçu realizamos uma reu a cada mês para mobilização das comunidades, contando com um dia de 20 a 40 pessoas que recebiam informes e repassavam par comunidades, com a finalidade de integrar os trabalhadores da de e do campo nos objetivo da Romaria.

Mensalmente a coordenação da CPT/Nova Iquaçu, inf va na reunião do conselho de pastoral o andamento e preparativo mesma. Distribuimos mais de 1.000 cartazes, vendemos mais d 0 camisetas e outros objetos de propaganda, distribuimos folhet nformativos e os subsídios para o triduo de preparação da Romari as comunidades.

A CPT, percorreu toda a área rural de Nova Iquaçu e tem assentamentos, para convocar os camponeses e articular ida através dos ônibus que foram conseguidos.

Fez se também com a assessoria da CPT em todos assentamentos o triduo de preparação para a mesma.

Houve também a participação de Entidades e Partid que se animaram com a proposta. Em geral vimos uma boa aceitaç por parte de todos.

AVALIAÇÃO.

A 5a Romaria da Terra foi o momento de manifesta rural mais forte de 1991, reunindo mais de 30.000 pessoas de do o Estado no Municipio de Valença. Com esta mobilização a Rom a da Terra promovida pela CPT, consequiu se tornar uma refer la ás lutas dos lavradores no Estado em termo de suas reivindi ões agricólas e agrárias, se tornando momento de manifestação po ica e religiosa mais representativa do Estado no ano.'

Para nós da CPT esta manifestação nos fornece dados significativos para a análise da realidade com a qual vivenciámos, tendo em vista que os lavradores com quem trabalhamos são "RUURB S" ou sejam trabalhadores rurais e urbanos ao mesmo tempo.

Na dimensão da significação política da Romaria, pode se entender a sua proposta pelo número de trabalhadores que el são capazes de mobilizar, talves possamos dizer que é a maior concentração popular de setores do campo; que incentiva as lutas sociais e reforça a mobilização em torno de direitos coletivamente definidos pelos trabalhadores.

Outro aspecto importante analisado é que a Romaria exerce grande influência pedagógica e política nas lutas sociais.

9. CDMT- COMISSÃO DIOCESANA DO MUNDO DO TR[illegible]LHO.

A CDMT é um forum de Pastorais que se aglotinaram [illegible] dar encaminhamentos conjuntos as atividades da diocese de No[illegible]quaçu.

Neste 2º semestre trabalhamos especificamente a " S[illegible]na Social". Que foi um conjunto de discusões com os trabalhado[illegible] de todas as categorias e de todas as comunidades da diocese e [illegible]utras dioceses do Estado, as discusões eram realizadas nas co[illegible]dades de uma forma bem simples e esclarecedora do objetivo da m[illegible].
Foi elaborado um documento e enviado a Brasilia C[illegible]al do Pais, junto com três representantes eleitos num forum ma[illegible].

A Semana Social contribuiu com uma nova convicção [illegible]ue o projeto de uma nova sociedade justa e fraterna para o Bras[illegible]precisa ser pensado e elaborado por todos.

A grande riqueza do país está no povo brasileiro, [illegible]ua fé e nos seus valores morais. Por isso a Semana Social teve [illegible]ropósito de convocar os trabalhadores para uma busca em conjun[illegible]esse projeto.

Com a Semana Social surgiu a vontade de criar espa[illegible]de reflexões de diálogo para encontrar soluções para os problema[illegible]o povo trabalhador.

CEDIM

10. FINANÇAS.

OBSERVAÇÕES.

1- O quadro do pessoal liberado foi alterado apart e agosto/91, conforme carta de apresentação do relatório do 1º stre/91. Os salários seguiram a política salarial do Governo.

2- De acordo com a nossa previsão. os gastos da eq ultrapassaram a estimativa orçamentária do projeto acarretan m uma defasagem no cumprimento da totalidade do mesmo. Esta asagem está pautada na situação da " crise " estrutural - con ural vivenciada em nosso país, e ainda em função do surgime de novas demandas ocorridas em 1991.

3- As despesas com o carro nos meses de julho e ag , ultrapassaram a estimativa orçamentária em função do desga do próprio carro e com a preparação da Romaria da Terra.

Desta forma os custos do projeto, estimados aparti s necessidades e da realidade inflacionária de 1989 sofreram e-direcionamento:

- não efetuamos a compra da TV e VIDEO, outrossim, curamos utilizar o da diocese ou da CPT/RJ quando necessário. ado a necessidade e oportunidade efetuamos a compra de um efone, conforme relatório anterior.

Foram estas as principais considerações que tinham tecer.

(SEGUE)

PROJETO C- 212/2143A

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/ NOVA IGUAÇU.

RELATÓRIO FINANCEIRO 2º SEMESTRE DE 1991.

HISTÓRICO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1- REVISTAS						17.500,00	17.500,00
2- DESP./CARRO/SEGURO	336.040,00	189.223,00	148.355,00	170.040,00	58.850,00	5.700,00	
4- BOLETIM	10.000,00	22.520,00					32.520,00
5- CURSOS/AGENTES							
6- ENCONTRO/EQUIPE	3.925,00	46.780,00	7.520,00	5.000,00			63.225,00
7- ENCONTRO/LAVRADORES						5.000,00	5.000,00
8- TELEFONE	14.321,00	12.500,00	8.874,55	5.000,00	20.800,00	25.000,00	86.495,55
9- MATERIAL/SEDE	2.745,00	6.280,00	1.498,00	1.990,00		250,00	12.763,00
10- LIVROS							
11- QUADRO NEGRO							
12 - FILME/REVELAÇÃO			5.000,00				5.000,00
13- TV/VIDEO/FITAS							
14- SALÁRIOS	170.000,00	168.000,00	320.040,00	320.040,00	320.040,00	452.740,00	1.750.860,00
15- TOTAL	564.381,00	578.653,00	622.369,55	686.724,00	428.690,00	510.190,00	3.391.007,55

ENTRADA	
SALDO	3.882.466,00
APLICAÇÕES FINANCEIRA	1.478.299,59
TOTAL	5.360.765,59

SAÍDA	
1º SEMESTRE	1.969.758,04
2º SEMESTRE	3.391.007,55
TOTAL	5.360.765,59

11. AVALIAÇÃO GERAL.

Apesar da desorganização politica por parte do Gov[illegible], que continua provocando a desarticulação no movimento dos [illegible]balhadores; a equipe procurou apoiar as campanhas sindicais, f[illegible]ção de novas lideranças, organização da produção com grupos de h[illegible]ns e mulheres, saúde popular através da medicina natural, co[illegible]rativas e a participação dos trabalhadores nas instâncias mais [illegible]las como: Romaria da Terra.

DIFICULDADES.

Nosso trabalho sofreu uma deficiência por falta de [illegible]ursos, para locomoção de pessoas, manutenção do carro, materia[illegible]presso e na formação dos trabalhadores, fazendo com que algumas [illegible] nossas atividades ficassem sem conclusão.

PERSPECTIVAS.

Mesmo diante dessas dificuldades achamos, importan[illegible] continuidade do nosso compromisso como CPT junto aos trabalh[illegible]res, sobretudo frente aos conflitos de violência que estão ac[illegible]ecendo no campo, pois queremos contribuir com o avanço e orga[illegible]ação dos trabalhadores rurais interessados a lutar por uma [illegible]iedade justa.

Relacionamos abaixo o total de atividades específic[illegible]dos assentamentos, e o total de horas de trabalho que cada age[illegible] contribuiu.

ASSEMBLÉIAS DOS ASSENTAMENTOS	108
VISITAS NAS ÁREAS	60
REUNIÃO COM AS DIRETORIAS	28
REUNIÃO COM GRUPO DE MULHERES	30
OUTROS CONTATOS	25

CARGA HORARIA.

ROSANGELA (PAES LEME)	380:20 min.	(UNTARIA).
AGOSTINHO (PAES LEME)	523:00 HORAS	(UNTARIO).
LODOVICA (VILA DE CAVA)	252:00 "	(UNTARIA).
MARCIO (MUTIRÃO DA FÉ)	30:00 "	(UNTARIO).
JOANA D'ARC (VILA DE CAVA)	125:00 "	(UNTARIA).
SONIA (CAMPO ALEGRE)	450:00 "	(ERADA).
MARCIA (PEDRA LISA)	380:00 "	(ERADA).
MARIA DE FATIMA (MUTIRÃO DA FÉ)	40:00 "	(UNTARIA).
CLAUDIO (PARACAMBI)	490:00 "	(UNTARIO).
GERALDO (CAMPO ALEGRE)	240:00 "	(ESSOR).
GENEROSA (VILA DE CAVA)	110:00 "	(UNTARIA).
GRACIANO (MUTIRÃO DA FÉ)	35:00 "	(UNTARIO).

CEDIM

11. AVALIAÇÃO GERAL.

Apesar da desorganização política por parte do Gov[illegible], que continua provocando a desarticulação no movimento dos [illegible]balhadores; a equipe procurou apoiar as campanhas sindicais, f[illegible]ção de novas lideranças, organização da produção com grupos de h[illegible]ns e mulheres, saúde popular através da medicina natural, co[illegible]ativas e a participação dos trabalhadores nas instâncias mais [illegible]las como: Romaria da Terra.

DIFICULDADES.

Nosso trabalho sofreu uma deficiência por falta de [illegible]ursos, para locomoção de pessoas, manutenção do carro, materia[illegible]presso e na formação dos trabalhadores, fazendo com que algumas [illegible] nossas atividades ficassem sem conclusão.

PERSPECTIVAS.

Mesmo diante dessas dificuldades achamos, importan[illegible] continuidade do nosso compromisso como CPT junto aos trabalh[illegible]res, sobretudo frente aos conflitos de violência que estão ac[illegible]ecendo no campo, pois queremos contribuir com o avanço e orga[illegible]ação dos trabalhadores rurais interessados a lutar por uma [illegible]iedade justa.

Relacionamos abaixo o total de atividades específic[illegible] dos assentamentos, e o total de horas de trabalho que cada age[illegible] contribuiu.

ASSEMBLÉIAS DOS ASSENTAMENTOS	108
VISITAS NAS ÁREAS	60
REUNIÃO COM AS DIRETORIAS	28
REUNIÃO COM GRUPO DE MULHERES	30
OUTROS CONTATOS	25

CPT
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL. (021) 285-6840

2º CURSO DE AGENTES PASTORAIS NOVOS

Local: Casa de Oração
Data: 06, 07 e 08 de fevereiro de 1987

DIA 06 - 6ª FEIRA
18:00 horas - Chegada
19:00 horas - Jantar
20:00 horas - Apresentação da pauta e discussão
- Objetivos
- Pesquisa: 1) Quais os problemas que existem na sua área?
2) Quais os problemas que você encontra no seu trabalho como assessor?

DIA 07 - SÁBADO
07:00 horas - café
07:30 horas - oração de abertura
08:00 horas - Ínicio 1. Questão Agrária no RJ (Fernando Moura)
. Reforma Agrária no Brasil
. Audio-visual sobre Reforma Agrária
10:00 horas - café
10:15 horas 2. Questão jurídica (Dyrce)
. Notificação, despejo, etc..
12:30 horas - almoço
14:00 horas 3 Questão sindical (Vera)
. Apresentação e discussão do filme LAMPARINA

DIA 08 - DOMINGO
07:00 horas - café
07:30 horas - celebração eucarística
08:30 horas 4. Questão pastoral
. histórico da CPT
. reflexão sobre os textos bíblicos
. como a Igreja se compromete com a luta da terra
. como podem se comprometer com a pastoral terra

Término às 16:00 horas

ROMARIA DA TERRA EM PARACAMBI: POR QUÊ?

Paracambi está comemorando 50 anos de emancipação. A Diocese de Nova Iguaçu esta completando 50 anos de fundação.

Nossa Diocese através de Dom Adriano Hipólito e a Pastoral da Terra criaram todos as condições necessárias para a retomada da luta pela terra e por Reforma Agraria no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1984, com a Ocupação de Campo Alegre deu-se inicio a essa luta e Paracambi foi a primeira Ocupação nascida na esteira de Campo Alegre,isto se deu em 07 de setembro de 1985 com a ocupação das terras do atual Mutirão Vitoria da União. O apoio e participação do Padre Matheus e do Mutirão Nova Aurora foram decisivas no desencadeamento desse processo.

Há anos atrás, trabalhadores rurais sem terra com o apoio do MST e CPT tentaram ocupar as terras da Fazenda Rio Novo, em Paracambi,o que na ocasião foram impedidos pelos grileiros e a policia . Em 2009 outro grupo de trabalhadores ocuparam a mesma fazenda, que na ocasião já havia sido vistoriada pelo INCRA e dada como improdutiva,mesmo assim foram despejados, e estão acampados a beira da estrada debaixo das lonas preta., eles aguardam que o governo federal através do INCRA, cumpram sua obrigação de destinar as terras improdutivas para a Reforma Agrária. Nesta mesma região, na Estrada da Ponte Coberta surgiram mais duas Ocupações e aguardam decisão do INCRA para que seja feita a desapropriação e o assentamento das famílias. Paracambi, se uni para fortalecer as lutas dos Trabalhadores Rurais.

Neste País a Agricultura Familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos que abastece o mercado interno, em quanto o agronegócio, que recebe muito dinheiro do governo produz para exportação, explorando os trabalhadores rurais muitas vezes em regime de escravidão. Nós, os trabalhadores rurais e a sociedade civil organizada reivindicamos:

- Que o INCRA e outros órgãos governamentais acelerem o processo de desapropriação das terras ocupadas e o assentamento das famílias que estão vivendo em situação precária.
- Que promova políticas publicas (agrícola e agrária), contemplando a agricultura familiar como parte da Reforma Agrária buscada a mais de 50 anos em nosso imenso pais.
- Assim estamos resgatando a dignidade dessa classe laboriosa que alimenta a nação desde o início da colonização.

Comissão Pastoral da Terra

Caixa Postal, 749 · CEP 74.001-970 · Goiânia · Goiás · Brasil
Fone 062/224 4436 · Fax 062/225 4967 · Nodo Alternex CPTNAC

Goiânia, 30 de novembro de 1993

Prezados(as) Coordenadores(as) Regionais

Acreditamos ser de vosso conhecimento todo processo avaliativo do Secretariado Nacional, acompanhado pelo Conselho Nacional e encaminhado pelo Conselho Diretor.

Este processo culminou com a avaliação feita pelo Conselho Nacional no dia 26 de novembro de 1993, quando vários problemas ficaram evidenciados.

No Conselho Diretor, atendendo à insistente solicitação do Conselho Nacional para que tomasse uma decisão, depois de muita reflexão, e considerando as implicações de qualquer decisão, decidimos demitir o quadro atual de assessoria e o administrador da CPT.

Com esta atitude não desmerecemos as qualidades das pessoas dispensadas, nem sua contribuição dedicada no serviço da CPT. Contudo, entre as alternativas levantadas e analisadas, adotamos esta para podermos reestruturar e viabilizar o trabalho da CPT como um todo.

Neste momento queremos convocar os regionais para que contribuam neste processo de reestruturação da assessoria nacional discutindo e aprofundando as seguintes questões:

1) Como queremos a assessoria a nível regional e nacional ?

2) Como pensamos redimensionar a articulação dos regionais, nas grandes regiões e destas com as instâncias nacionais ?

3) Que mecanismos devemos criar para que o Secretário Executivo desenvolva melhor seu trabalho ?

Diante da seriedade do momento em que vivemos, pedimos que as grandes regiões se articulem e encaminhem, através de seus diretores, propostas concretas sobre a assessoria, para podermos definir uma proposta global na próxima reunião do Conselho Diretor que será nos dias 04-06/01/94.

Na certeza de que esta decisão será compreendida e assumida pelo conjunto dos membros da CPT, contamos com a solidariedade e o apoio que se traduzirá nas contribuições solicitadas e na participação ativa de todos neste processo.

Fraternalmente.

Irio Luiz Conti
Secretario Executivo

** Topico: movimento contra a revisao **
** Escrito 10:56 am Sep 28, 1993 por cptnac em ax:ax.brasil
**

MOVIMENTO CÍVICO CONTRA A REVISÃO

RELATÓRIO

1. Informe do dia 22:

Evidenciando que a proposta de Revisão Constitucional em nada contribui para o entendimento nacional, o dia de ontem no Congresso Nacional foi dos mais tumultuados dos últimos tempos. De nosso ponto de vista vale salientar que a decisão do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, de iniciar a sessão sem o quorum mínimo exigido, foi o detonador da confusão estabelecida.

Não podemos aceitar passivamente a pecha de que o tumulto foi ocasionado por estudantes, membros da OAB, sindicalistas. A OAB inclusive tirou documento a respeito.

Salientamos ainda, que sem a resistência feita pelo Movimento, o projeto teria sido votado, fixando o dia 6 como o início da Revisão.

A leitura do Projeto de Resolução dá início ao processo de Revisão.

A votação está sendo prevista para o dia 29/09/93.

2. Orientação para o dia 29

A orientação do Movimento para o dia 29 é a seguinte:

1- reforçar a mobilização nos Estados;

2- os comitês estaduais devem insistir na remessa de telegramas ou fax para suas bancadas federais, insistindo no voto NÃO à revisão;

3- sendo possível, armar os painéis públicos até o sábado;

4- fazer o possível para pressionar, com faixas e presença no aeroporto, na segunda e terças feiras.

Em Brasília:

27 e 28 - Seminário das estatais e do serviço público, contra as privatizações;
28 - carreata, concentração no Gran Circular, às 16 hs;
28 - reunião na Secretaria do Movimento, na OAB, às 14 hs;
29 - manhã: - passeata dos estudantes;
- corpo a corpo no Congresso;
- VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO

** Fim do texto de ax:ax.brasil **

DIA 11/12 10:00h - Plenário
10:45h - cafezinho
11:00h - celebração

Depois do almoço - Reunião do Colegiado até 18 horas.

Levar: - livros p/ vender.
- cânticos.
- ~~faq~~ canetas.
- papeis.
- relatórios da Reunião.

× 1. Dificuldade de caracterização da terra na região.
(quem controla a terra na região.)

2. As equipes não tem critérios definidos para trabalhar com tal ou tal categoria. ~~de trabal~~

3. Não distinguem a relação com as entidades de apoio e ~~com~~ as relações c/ o Estado,
(que deve ser luta e posse).

4. Atuação sem planejamento, e ausência de trabalho de formação.

5. Alianças - (não sabem fazer)

— Como passar esta metodologia p/ os padres e agentes de pastoral.

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX· POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL· (021) 285·6840

ENCONTRO DE AVALIAÇÃO CPT-RJ

DIA 09/12 (3ª feira)

17:30h - chegada
18:30h - jantar
19:30h - apresentação do pessoal
- liturgia de abertura
20:00h - apresentação da pauta
- tirar a coordenação
20:30h - apresentação dos relatórios: Painel = (Vera)
- levantamento dos pontos mais importantes - Geraldo
- método: cochicho
- encaminhar os pontos → método
- perguntas
- divisão em grupos
21:30h - descanso

Dia 10/12

07:30h - café
08:00h - animação // - GR. L; turgisco:
08:30h - questões metadológicas (Fernando Brito) - (acompanhamento, organização...)
9,30 09:00h - trabalho em grupos — (entrada novos nos grupos -
10:30h - cafezinho
10.15 10:45h - plenário . relato
1030 . síntese
11.30 - Questões metodológicas . discusão
12:00h - almoço
13:30h - releitura das decisões da última Assembléia, quanto as linhas de ação
- grupos: cada grupo com um tema: (pergunta para se situar:)
- TERRA: As lutas pela terra que a CPT apoia, estão apontando em direção da R.A. (F. Moura)
- SINDICALISMO: P or que o sindicalismo rural no estado do Rio não avançou? (Vera)
- IGREJAS: Quais as dificuldades que existem no relacionamento entre a CPT e as Igrejas? Por quê? (Ermanno e Geraldo) // Fé e Compromisso
- Política: A nossa atuação nas eleições e na campanha pró-constituinte tem sido fraca? por quê? (Luissela)

1. Coord - Gev
2. Ajuda Vera
3. Tempo Jorge
4. Questões de fundamento

14:30h - plenário : TERRA
15:30h - café
16:00h - plenário : SINDICALISMO
17:00h - Plenário : IGREJAS
18:00h - tempo livre
18:30h - jantar
19:45h - plenário : POlÍLITA
20:45h - liturgia Penitencial
21:15h - repouso

DIA 11/12

07:30h - café
08:00h - síntese do dia anterior: (Vera)
08:30h - análise da conjuntura atual....?
09:15h - planejamento: grupos divididos pelas linhas de ação: terra, sindicalismo, políticas, igrejas. (O que você acha mais importante e urgente realizarmos nestes 6 meses próximos a nível de ... ou terra?
ou sindicalismo?
ou política?
ou igrejas?

Comissão Pastoral da Terra

Caixa Postal, 749 - Fone:(062) 223 4039
74.000 - GOIÂNIA - Goiás - Brasil

Amigo Coordenador Regional

Sensível às preocupações dos Regionais, a Diretoria da CPT decidiu, em sua reunião de novembro, que se organizasse um processo de avaliação da situação política criada palas eleições. A utilidade é evidente. Basta lembrar a questão das ações em vista da Constituinte...

Mas, em nosso caso, esse levantamento já pode ser considerado material para a VIº Assembléia da CPT, a realizar-se em agosto de 1987. Precisaremos descobrir juntos os desígnios de Deus para nós que constituimos a CPT. Entre outras coisas, isso quer dizer: analisar a realidade social para descobrir mais claramente os desafios do nosso tempo, para que seja possivel redefinir formas adequadas de ação...

De imediato, contudo, temos dois encaminhamentos:

1- envio de um questionário aos Regionais para juntar informações que permitam uma análise a nível nacional;

2- constituição de uma equipe de cientistas sociais para analisar os dados, produzindo um texto a ser enviado aos Regionais, como devolução sistematizada.

Para que a reunião desta equipe possa ocorrer na primeira quinzena de janeiro, a fim de agilizar o processo de análise, precisamos da colaboração de todos os Regionais no sentido de preencher os questionários até meados de dezembro, remetendo-os imediatamente ao Secretariado Nacional, para que cheguem até o fim de dezembro. Se alguém não fizer estará prejudicando o todo, além de seu próprio Regional.

Certos de contar com a colaboração de todos, nos despedimos desejando-lhes bons trabalhos.

Fraternalmente

Ivo Poletto

N.B.- A mesma ficha de levantamente pode servir também para fazer um quadro dos deputados estaduais, referência necessária para o Regional. Seria ótimo se enviassem também cópia das fichas dos deputados estaduais para o Secretariado Nacional.

ELEIÇÕES: VITÓRIA DE QUEM?

QUESTIONÁRIO SOBRE CADA DEPUTADO FEDERAL E SENADOR ELEITO

1- DADOS PESSOAIS

1.1- NOME.....

1.2- IDADE..... 1.3- PROFISSÃO.....

2- FILIAÇÃO E ATIVIDADE PARTIDÁRIA

2.1- PARTIDO.....
2.2- SUBGRUPO PARTIDÁRIO .....
2.3- TEM ALGUM CARGO NO PARTIDO?..... QUAL? .....
2.4- TEVE ALGUM CARGO ELETIVO? ..... QUAL?.....

3- FONTES DE SUA RENDA PESSOAL

3.1- AUTÔNOMO?..... QUAL?.....
3.2- ASSALARIADO?..... QUAL EMPREGO?.....
3.3- OUTRAS.....

4- PROPRIEDADE DE TERRAS

4.1- POSSUI?.....
4.2- ONDE?..... TAMANHO.....
.....
.....
.....
.....

5- FINANCIAMENTO DA CAMPANHA

5.1- AUTOFINANCIOU?.....
5.2- FINANCIADO POR OUTROS:
5.2.1- QUEM?.....
5.2.2- IMPLICANDO QUE COMPROMISSOS?.....
.....
.....

6- LIGAÇÃO COM GRUPOS E/OU AUTARQUIAS

6.1- TEM LIGAÇÃO?.....
6.2- QUAL O GRUPO OU AUTARQUIA?.....
6.3- EXERCEU ALGUM CARGO?..... QUAL?.....

7- PRÁTICA ANTERIOR EM RELAÇÃO:

7.1- AO MOVIMENTO POPULAR EM GERAL: APOIO?..... INSTRUMENTALIZAÇÃO? ..... COMBATE?.....
7.2- AO MOVIMENTO DOS SEM TERRA: APOIO?..... COMBATE?.....
7.3- À PASTORAL DA TERRA: APOIO?..... COMBATE?.....

8- EM RELAÇÃO À UDR:

8.1- PARTICIPANTE?..... COMO?.....
8.2- SIMPATIZANTE?.....

CEDIM

Comissão Pastoral da Terra

Caixa Postal, 749 - Fone:(062) 223 4039
74.000 - GOIÂNIA - Goiás - Brasil

O Pacote do Governo contra a Inflação

- Significados e consequências

JOÃO PEDRO STÉDILE
Assessor Econômico da CPT Nacional

1 - INTRODUÇÃO

Após uma articulação entre os três ministros da área econômica: Fazenda, Planejamento e Trabalho com o Palácio do Planalto, o governo adota medidas de emergência contra a INFLAÇÃO.

O caráter das medidas foi uma surpresa geral, pois elas não foram discutidas nem mesmo por todo o ministério do governo e muito menos pelo Congresso, entidades da sociedade civil e o povo em geral. Ao estilo da Velha República, do dia para a noite, o presidente transforma em lei, através de DECRETO-LEI, o que 4 ou 5 pessoas acharam "bom" para o país. O novo governo havia criticado duramente o uso de decretos-leis pelo regime militar e prometera à nação jamais voltar a usá-los. Mas, como promessa de político não vale nada, tudo continua igual...

As medidas do chamado "pacotão" visaram atacar unicamente a inflação. O Presidente da República as classificou de "guerra de vida ou morte".

Vamos ver, então, com detalhes o significado e alcance dessas medidas contra a inflação.

2 - CAUSAS DA INFLAÇÃO

A inflação como todos sabemos é o aumento generalizado e constante dos preços das mercadorias numa economia. No caso da economia brasileira, a inflação vem crescendo assustadoramente desde 1973 (na época, se deu como causa a crise do preço do petróleo), até alcançar nos últimos seis meses uma média mensal de 15% de aumento de todas as mercadorias, equivalendo a uma inflação anual de 255%. Essa situação caracterizava um dos problemas mais sérios da economia e colocava o Brasil entre as economias mais inflacionadas do mundo.

Na teoria econômica, o aumento generalizado dos preços numa economia qualquer, tem fundamentalmente as seguintes causas:

1 - A oferta de produtos na economia ou a produção de bens, é menor que a procura. Ou seja: Quando o poder de compra da população aumenta e as mercadorias disponíveis são escassas, então a tendência dos preços das mercadorias é subir o preço, pois a procura é grande.

2 - Quando uma economia é muito dependente das exportações e do comércio internacional. Nesse caso, os governos costumam desvalorizar a moeda nacional para aumentar a competitividade no exterior e, com isso, há um aumento de preços internos dessas percadorias exportadas, e das mercadorias importadas, afetando, em decorrência, o preço de todas as mercadorias.

3 - Especulação financeira por parte dos capitalistas. Ou seja: São criadas condições na economia em que os que possuem capital preferem mantê-lo na forma de capital financeiro, ou seja, em dinheiro e aplicá-lo em especulação, emprestando a altos juros, ou em transações ilícitas. E desviando a aplicação de investimentos produtivos destinados a aumentar a produção de mercadorias. No Brasil isso vem ocorrendo com OPEN, OVER, bolsa de valores, bolsas de mercadorias, câmbio negro do dólar, etc...

4 - O déficit público. O governo gasta mais do que recebe em impostos e,para cobrir essa diferença, toma dinheiro emprestado dos capitalistas, na forma de Notas Promissórias Públicas conhecidas no Brasil como ORTNs. Para que os capitalistas emprestem, o governo paga altos juros. Com isso, aumenta a taxa média de juro, elevando o custo financeiro de todas as empresas que produzem, as quais,em consequência, repassam os custos para os preços das mercadorias. Além disso, estas operações estimulam os empresários a somente destinarem seus investimentos a aplicações financeiras.

5 - O clima psicológico que se cria na sociedade devido ao fato de que todas as mercadorias aumentam o seu preço todo o mês. Então, desde os grandes empresários, que o fazem por determinação do controle de preços, até o pequeno trabalhador autônomo, todos elevam os preços todos os meses, para se proteger de uma inflação que imaginam vai acontecer e que, com essa paranóia coletiva, acaba acontecendo mesmo.

6 - Especulação por parte de grandes comerciantes com a produção agrícola, sobretudo de produtos escassos na sociedade, ou em épocas de safras frustradas. Como ocorreu recentemente no Brasil com café, leite, carne, feijão e arroz.

7 - O controle oligopólico ou monopólico da produção. Ou seja: Existem algumas mercadorias que são produzidas por poucas empresas e essas empresas se organizam e manipulam os preços e custos de acordo com esse poder de controlar toda a produção. Com isso, aumentam os preços quando querem.

No Brasil existem muitos produtos que estão sob controle oligopólico de sua produção. A maioria deles controlados por multinacionais. Isso contece desde a maizena (que é produzida por uma única multinacional) até os carros e televisões.

3 - QUAIS CAUSAS DA INFLAÇÃO QUE O GOVERNO QUIZ ATACAR NO BRASIL ?

O governo sabe que, para ter um controle efetivo na inflação, teria que tomar medidas que atacassem a todas essas sete causas assinaladas acima. No entanto, numa economia dependente como a brasileira, existem algumas causas que são estruturais da própria economia capitalista e que também deveriam ser atacadas. O que vale dizer: Que, nessas condições, jamais se conseguiria eliminar totalmente a inflação de um país dependente, mantendo-se as regras da economia de mercado, ou seja, o capitalismo.

Para procurar baixar sensivelmente o nível da inflação, que já havia atingido índices muito perigosos, que provocavam agitação social, o governo brasileiro resolveu tomar algumas medidas, visando basicamente:

1º - Agir sobre o clima psicológico que havia na sociedade, em que todo mundo aumentava os preços, se preparando e estimulando a inflação.

2º - Forçar os empresários, os capitalistas em geral, a voltar a investir seus capitais em investimentos produtivos, deixando de aplicá-los no setor financeiro e em especulação.

3º - Atender as pressões de banqueiros internacionais e do FMI, que estavam cada vez mais inquietos com os níveis da inflação, e com os rumores de agitação social proposta pelos sindicatos, com categorias fazendo dissídios coletivos nacionais e até falando-se em greve geral.
(Uma greve geral no país traria como consequência política o rompimento do governo com o FMI).

4 - MEDIDAS BÁSICAS QUE O GOVERNO TOMOU PARA ALCANÇAR AQUELES OBJETIVOS

Para tentar atingir aqueles objetivos - baixar o nível da inflação e os três pontos assinalados acima - o governo adotou basicamente as seguintes medidas:

1º - Congelou os preços de todas as mercadorias, serviços e salários. Ou seja: Congelou a relação que existe entre o poder de compra e o preço das mercadorias.

2º - Eliminou a correção monetária, que seria um dos fatores que mais alimentava a inflação constante e o clima psicológico que havia na sociedade.

3º - Criou uma nova moeda, o CRUZADO, com taxa de câmbio fixa em relação ao dólar. Com isso estabeleceu bases de maior confiança para as relações comerciais e tentou dar mais competividade às exportações brasileiras.

Como se vê, as medidas não se destinaram a atacar a inflação como um todo, atacando a todas as suas causas, o que representaria um saneamento em geral da economia, mantendo os ganhos da população.

As medidas tomadas, do ponto de vista econômico, terão a eficiência de baixar significativamente os níveis de inflação, mas atendem os interesses de apenas um setor da sociedade: os capitalistas. E, entre os capitalistas, sobretudo a burguesia industrial.

Também a burguesia agrária, produtora para exportação, também se beneficia destas medidas, porque as mesmas congelaram a relação de preços no pico mais alto que os preços do café, carne, cacau e laranja, já atingiram no mercado interno.

Haveriam outras medidas que também poderiam baixar o nível da inflação, que poderiam preservar os interesses de toda a população. Como, por exemplo, o ataque ao déficit público que, no Brasil, é uma das principais causas da inflação. E o controle dos juros e do mercado financeiro. E, por outro lado, se pode conseguir fazer baixar o nível dos preços das mercadorias, garantindo o aumento geral do consumo, onde as empresas compensam a taxa de lucro pelo volume de vendas que fazem, garantindo elevadas quantias de ganhos.

Ou seja: Mesmo dentro das bases de uma economia capitalista, o governo poderia ter conseguido baixar os níveis da inflação com medidas que preservassem os interesses populares e atingissem mais outros setores da burguesia.

5 - CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS - SOBRETUDO PARA OS TRABALHADORES

1 - Estabilizou a atual exploração do trabalho, mantendo constante a taxa de exploração ao congelar os salários e preços. Com isso se espera que os empresários aumentem seus lucros e, com a certeza de que os salários vão se manter fixos, a realização dos seus lucros é garantida pelo governo. E, em troca, voltariam a investir na produção de mercadorias.

Do lado dos trabalhadores haverá uma brutal redução no consumo total, sobretudo dentro de 3 a 4 meses, ou melhor, a partir de maio. E a redução de consumo da população traz, como consequência, maiores recursos de capital para investimento.

2 - O salário mínimo decretado em novembro foi de 600 mil cruzeiros. Ao congelar o salário em fevereiro, o governo deveria levar em conta a inflação que houve de novembro até fevereiro, que foi de 63%. Logo, o salário deveria ser congelado em pelo menos 978 cruzados. Como foi congelado em 800 cruzados, só neste ato, não foram levados em conta 33% da inflação, representando uma perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora em 22%. Assim, além de congelar uma situação de exploração altamente desfavorável aos trabalhadores, o governo, só no congelamento, já roubou dos trabalhadores 22%. E isso representa, na economia geral, 22% do total das mercadorias que serão capitalizadas pelos empresários.

3 - O governo sabe que a inflação continuará existindo em certos níveis. Mas, já se precaveu disso no próprio decreto. Só vai reajustar os salários se a inflação anual ultrapassar os 20%. Logo, além dos 22% roubados no ato, o governo está disposto a continuar diminuindo o poder de compra do assalariado até o limite da inflação de 20%.

4 - Todos os preços foram congelados na data de 26 de fevereiro. No caso de alguns produtos agrícolas, como café, carne, tomate, o governo tabelou justamente em preços jamais atingidos em toda a história, em termos comparativos. Ou seja: Garantiu a manutenção de lucros elevadíssimos e especulativos de todos os fazendeiros que se dedicam a esses produtos.

5 - O salário mínimo foi congelado em 58 dólares mensais. É um dos mais baixos do mundo. Segundo o DIEESE, se for seguido o decreto de 1939, que determina que o salário mínimo deve garantir a sobrevivência e as necessidades básicas de uma família de 2 adultos e 2 crianças, esse salário deveria ser de 3.300 cruzados, o que corresponderia, no mínimo, a 230 dólares mensais.

6 - Será impossível controlar os preços de aluguéis e serviços profissionais, como médicos, dentistas, advogados, etc.. Com isso,a classe média alta, que vive de rendas e de altos salários, também se beneficiou do decreto.

7 - O seguro-desemprego, colocado no decreto, não terá nenhuma validade para a classe trabalhadora como um todo. Apesar de ter sido criado, ele traz tantos impedimentos que, dificilmente, um trabalhador se enquadrará nas condições para conseguir seu benefício.

Basta lembrar: Dos últimos 48 meses, o trabalhador deve ter trabalhado, no mínimo, 36 meses (geralmente os desempregados ficam sem trabalho por um longo período).
O trabalhador terá de estar desempregado há trinta dias e não receber nenhum outro recurso durante os quatro meses do benefício.
Se ganhava até 3 salários mínimos, receberá o equivalente a 70% do salário, ou seja, 560 cruzados. E somente poderá receber o seguro durante 4 meses.
Na prática, é o seguinte: O trabalhador que conseguir preencher essas condições (além de ter estado empregado durante pelo menos 6 meses antes do desemprego), terá um abono de 2.240,00 cruzados. O que, para as condições de vida do nosso povo, não deve ser nenhum seguro !
E isso tudo registrado em carteira. Só nisso estão fora os assalariados agrícolas e cerca de 20% de todos os desempregados urbanos do país.

8 - Ficaram intocáveis no programa do governo, a taxa de juros e o déficit público que são fundamentais, a longo prazo, para combater a inflação e sobretudo sanear a economia.

6 - CONSEQUÊNCIAS GERAIS - ESPECIALMENTE PARA OS TRABALHADORES RURAIS

1 - Recentemente foi feito um estudo pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, com bases em dados colhidos no estado do Paraná e na Fundação Getúlio Vargas. O estudo analisou a correlação de preços entre o que o agricultor vinha recebendo pelos seus produtos e o que estava pagando pelos produtos que compra.
O resultado é que nos produtos de pequenos agricultores, como batata, feijão, mandioca, milho, leite, essa relação vem se degradando constantemente deste 1980. Ou seja: o pequeno produtor precisa trabalhar cada vez mais, para receber cada vez menos. E essa relação nunca esteve tão baixa em toda a história da agricultura moderna.
Agora, o governo congelou essa correlação de preços. Logo, congelou a situação da maior exploração que os pequenos produtores já tiveram em toda a história.

2 - Se a nível de economia geral vai haver uma brutal diminuição no consumo, ou redução de compra, isso vai diminuir o mercado de alguns produtos agrícolas, pois os operários não terão condições de comprar e, com isso, o preço tende a cair abaixo da própria tabela, prejudicando ainda mais o pequeno agricultor pela falta de mercado.

Para os pequenos agricultores, que produzem para o mercado interno, interessa que os trabalhadores urbanos tenham um alto póder de compra.

3 - Os financiamentos rurais foram atualizados pelo reajuste até fevereiro, em cruzados, e agora só sofrerão os juros de 3 a 6% ao ano. Na prática, não mudou nada.
O agricultor vai pagar seus empréstimos com correção monetária como era antes. Porque, daqui para frente, se espera que a inflação caia próximo a zero. Ora, antes, os 6% de juros numa inflação de 250% não eram percebidos. Agora, 6% numa inflação muito pequena, vão representar um alto custo para o produtor.

Portanto, na questão do financiamento, praticamente não altera nada.

4 - Os fazendeiros que se dedicam ao gado, café, laranja, cana e cacau, tiveram seus extraordinários lucros garantidos e congelados. Com isso, terão recursos abundantes e certamente aplicarão em terras. Espera-se, portanto, que o preço da terra (que não está congelado) deverá continuar subindo e, qualquer aumento terá um significado muito grande, porque os demais preços estão congelados

A terra estará mais concentrada e será um bem ainda mais raro para os pequenos agricultores.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

O Governo da "Nova República" conseguiu uma vitória política, com base em medidas econômicas, sobre a classe trabalhadora. Articulando sigilosamente esse programa de impacto, conseguiu a desarticulação dos agricultores do Sul, que estavam aumentando sua luta contra os juros e a dependência dos bancos. Conseguiu também surpreender, momentaneamente, as centrais sindicais, os dissídios nos sindicatos urbanos e as grandes mobilizações que estavam programadas para breve.

O povo está iludido momentaneamente com o congelamento de preços e somente vai sentir o significado do pacote em maio, quando não haverá mais o reajuste do salário mínimo (para 1.200, como deveria) e continuará nos 800 cruzados.

Essa paulada na classe trabalhadora pode ser lida nas declarações entusiásticas de apoio ao governo dos empresários, dos banqueiros, do FMI, dos banqueiros internacionais, e do próprio Delfin Neto.

O PMDB e o PFL mantêm-se unidos para garantir o sucesso do programa. É o "colégio eleitoral" da economia !

São Paulo, 03 de março de 1986.

C E B E M O

Rhijngeesterstraatweg 40
P.O. Box 77
2340 AB Oegstgeest - Holanda
telefone : +31 71 159159
telefax : +31 71 175391

TELEFAX

FAX Nº : 09-55 62 225 4967
PARA : CPT Nacional
A/C :
DATA : 10-11-1992

Esta transmissão consiste de 09 folha (s) inclusive esta.
Caso não receba todas as folhas. contatar pelo telefone acima mencionado.

Prezados Amigos,

Segue aqui o texto do grande projeto da CPT (C-212/3000), como foi discutido e aprovado na Comissão de Projetos de Cebemo.

Enviamos esse texto agora de forma informal, por que talvez pode se útil na preparação dos dias de discussão que vamos ter em Goiânia. O texto difere em alguns lugares da proposta da CPT.

Como texto de contrato, ainda não tem o 'status' de oficial. Oficial será quando enviado com carta assinada pelo nosso Diretor Geral, mais ou menos no final deste mês.

Com saudações cordiais e até breve,
por Cebemo

Fabio Poelhekke.
seção do Brasil

CONTRATO DE CO-FINANCIAMENTO (TEXTO AINDA NÃO OFICIAL)

1. OBJETIVOS DA CPT

(definidos na 8a. Assembléia Geral Ordinária)

I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral das igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluidos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

2. DIRETRIZES E LINHAS DE AÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

1 - Luta pela Terra
a) Animar a luta pela terra, como resistência, conquista, e permanência e colaborar numa Reforma Agrária nova, como processo de uma transformação social integral, garantindo a plena cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

b) Valorizar, incentivar e interligar formas alternativas de organização, produção, comercialização, saúde, educação, contrapostas à logica capitalista do lucro pelo lucro.
c) Promover a solidariedade aos trabalhadores e suas familias nos conflitos e denunciar a violência, apoiando a prevenção, autodefesa e segurança da vida.
d) Promover campanhas e ações que visem o julgamento e a condenação dos responsaveis pelos crimes e pela violência no campo, acabando com a impunidade.
e) Dar atenção ao meio ambiente, obra do Criador e indispensavel à preservação da vida dos povos da terra, especialmente à regiao Amazônica, vitima de um desenvolvimento destruidor dos povos que nela habitam.

2 - Lutas dos Trabalhadores
a) Reforçar as formas próprias ja existentes de organização dos trabalhadores, como sindicatos, associações, cooperativas e movimentos.
b) Apoiar o movimento e a luta das mulheres trabalhadoras rurais.
c) Promover o diálogo entre as varias entidades e movimentos engajados na luta pela terra.
d) Apoiar e desenvolver um trabalho com assalariados rurais e trabalhadores sazonais, com vista à sobrevivência e organização que lhes é propria e aprofundar a discussão da importância da conquista da terra.

3 - Formação e Informação
a) Continuar a formação dos trabalhadores, trabalhadoras rurais e agentes considerando as situações, as culturas e as dimensÃes da pessoa humana, com especial atenção à juventude rural.
b) Recolher e divulgar, especialmente entre os trabalhadores e trabalhadoras, experiências alternativas de vida e resistência na luta [illegible] saúde e outras.
c) Incentivar as diversas manifestações populares, como resgate de identidade cultural.
d) Recuperar a memoria da luta pela terra e a historia da CPT nesta caminhada.

4 - Fé e Ecumenismo
a) Aprofundar a leitura bíblica a partir da vida do pobres da terra como fonte e motivação da caminhada.
b) Valorizar a mística e a religião do povo como força de resistência e transformação profética da sociedade, apoiando as celebrações de fé próprias dos pobres da terra.
c) Atuar em conjunto com as comunidades cristãs de base e as pastorais populares.
d) Dinamizar a colaboração e integração entre as Igrejas para que sejam serviço aos pobres da terra, visando o crescimento e aprofundamento da fé, a partir de suas lutas.

5 - Solidariedade ativa aos outros povos da América Latina e Caribe
a) Promover encontros e ações que incentivem a solidariedade.
b) Abrir espaços em nossas assembléias, encontros e boletins para outros povos do Continente.
c) Celebrar as datas marcantes da caminhada de libertação da América Latina e Caribe.

3. RELAÇÕES CPT - CEBEMO

A CPT, em todas as suas instâncias, sempre considerou fundamental encontrar formas de melhorar a sua comunicação com as organizações de solidariedade e de financiamento. Coloca-se de modo particular o desafio de apresentar às contrapartes na Europa e América do Norte as iniciativas, os acertos, os resultados do esforço e as dificuldades e recuos.

Busca-se sempre mecanismos que pudessem superar as distâncias e passassem a integrar os companheiros das agências nos trabalhos da CPT, seja no que se refere à necessidade de aumentar o esforço e a dedicação, seja na perspectiva de buscar incentivar a autonomia dos grupos ja organizados, como na incorporação de novas áreas de atuação e investimento.

Por isso é que, frente à proposta de CEBEMO de reformular os mecanismos que conduzem as nossas relações financeiras, o Conselho Nacional da CPT entende que a mesma segue o rumo de implantar um regime de co-responsabilidade equitativa, o que parece necessário neste tipo de relações.

O Conselho está plenamente ciente de que a proposta apenas se refere aos projetos de CEBEMO, nao se estendendo às demais entidades de ajuda e solidariedade. Eventualmente, caso revele bom e eficiente, poderá ser estabelecido um processo de discussão com outras agências as quais tanto poderão optar por um sistema semelhante, introduzir variantes particulares ou, mesmo, manter a sistemática atual de relacionamento.

Foram levantados pontos positivos e negativos da proposta. Os negativos foram:

Primeiro, porque aumenta as estruturas internas na CPT, obrigando a criar instâncias de decisão, avaliação e organização além das ja existentes.

Segundo, porque resultará numa maior valorização de discussões financeiras nas instâncias nacionais da CPT, podendo prejudicar outros encaminhamentos.

Terceiro, porque poderia provocar uma centralização de comando quanto à aplicação de recursos, o que poderia interferir, em alguns casos, na liberdade e no principio da autonomia dos Regionais.

Quarto, porque unifica as datas de renovação dos projetos com CEBEMO fazendo com que todos eles entrem em expectativa quanto às negociações, havendo o perigo de, em caso de não-renovação, um grande grupo de Regionais sejam submetidos a dificuldades insuperaveis ao mesmo tempo.

Os pontos positivos considerados foram:

Primeiro, porque a proposta permite uma maior transparência na disponibilidade e aplicação de recursos por parte dos Regionais e Nacional, fazendo com que todos tenham conhecimento e percepção das atividades e dos gastos.

Segundo, porque conduz a uma sadia discussão sobre distribuição de verbas entre os regionais, havendo troca de experiências e de mecanismos de auto-controle ou auto-financiamento que precisam ser partilhados, evitando, inclusive, disparidades regionais.

Terceiro, porque os Regionais poderão ter acesso aos recursos mediante meios mais democráticos que simplesmente enviar o seu projeto à entidade e depender exclusivamente da mesma quanto à sua aprovação.

Quarto, porque aumenta a co-responsabilidade dos Regionais e do Nacional no que se refere à definição de suas atividades e ao pedido de recursos.

Quinto, porque aprimora os mecanismos de auto-avaliação e controle de aplicações, levando a um maior conhecimento sobre as atividades e sobre os resultados obtidos nas atividades de CPT.

Sexto, porque a proposta é entendida como um compromisso de CEBEMO em ajudar a CPT a longo prazo.

Levados em conta todos estes dados e informações, o Conselho Nacional da CPT, reunido nos dias 27 e 28 de julho de 1992, decidiu aprovar a proposta de relacionamemto prático entre CPT e CEBEMO, iniciando um processo de implementação da seguinte:

Tramitação dos projetos

I - Elaboração dos projetos

Os Regionais e o Nacional elaboram os seus projetos a partir de suas necessidades, condições de trabalho, realidade local. A definição das prioridades, e das atividades internas e externas, dentro de linhas amplas de ação da CPT, numa perspectiva de planejamento, deverá ser a prioridade máxima dentro deste novo esquema de realização dos projetos dos Regionais e do Nacional.

A elaboração dos projetos ocorrerá no início do terceiro ano do triênio.

II - Planejamento de Atividades

1 - Os Regionais e o Secretariado Nacional devem definir uma programação de atividades no início de cada ano ou no fim do ano anterior, dentro das linhas gerais de ação previstas pelas respectivas assembléias e outras instâncias de decisão. Trata-se do que poderia ser chamado de "atividades sistemáticas da CPT".

2 - Dentro da programação, os Regionais deverão também manter uma margem de manejo suficientemente flexível para as atividades chamadas de "emergenciais" (problemas não previstos, conflitos, etc). Isso significa que, no fechamento das contas dos projetos, procurar-se-a encontrar um equilíbrio e estabelecer relações entre os trabalhos sistemáticos e os trabalhos emergenciais, fazendo com que um e outro estejam sempre inseridos nas linhas gerais de ação da CPT. E' importante vincular as atividades emergenciais ao trabalho planejado e, principalmente, inserir as ações especiais da CPT dentro da programação prevista no início do ano, para se chegar a uma unidade de ação e com todas as atividades plenamente integradas.

Assim, no âmbito do planejamento das atividades, a sistemática proposta é a seguinte:

1 - A cada ano, os Regionais e o Nacional fazem sua programação para o desenvolvimento do projeto.

2 - No final do ano, os Regionais e o Nacional procurarão fazer uma avaliação sobre as atividades planejadas e como as atividades emergenciais realizadas tiveram relação e foram inseridas no conjunto da programação da CPT.

Para isso, haverá a necessidade de um registro circunstanciado sobre as ações e intervenções da CPT, em todas as atividades, mesmo as que não fizeram parte do seu planejamento.

E é importante insistir na relação que deve ocorrer entre o planejamento de atividades e os respectivos projetos de financiamento.

III - O Conselho de Projetos

Os projetos, realizados pelos Regionais e Nacional, dentro de critérios bem definidos de planejamento, serão enviados a um Conselho de Projetos, composto por 5 pessoas eleitas (por maioria absoluta) pelo Conselho Nacional da CPT, o qual os avaliará e definirá a sua aprovação. O mandato dos integrantes deste Conselho será de 4 (quatro) anos.

Todas as questões relacionadas a verbas e dinheiro passam, a partir da implantação desta proposta, a ser de responsabilidade da Comissão de Projetos e não mais serão objeto de discussão ou pedidos entre os Regionais e CEBEMO. Desta maneira, CEBEMO deixa de ter uma relação financeira com os Regionais e, assim, poder-se-ão aprofundar as relações de solidariedade.

Eventuais sobras ou faltas de recursos deverão ser resolvidas pelo Conselho de Projetos e não por CEBEMO que apenas aprova um montante global trienal.

IV - Critérios de avaliação

Os critérios de avaliação dos projetos considerarão, além das linhas gerais de ação da CPT, os interesses dos trabalhadores e as diversas situações da realidade local:

a) O montante global aprovado por CEBEMO. A entidade financiadorá aprova um fundo total para três anos. Este fundo tem uma quantia global fixa, a qual, em princípio, não será alterada nas posteriores renovações. A CPT saberá antècipadamente qual será a verba total disponível e assim poderá desenvolver negociações internas quanto às necessidades e perspectivas dos seus projetos. - O total de recursos solicitados pelos projetos apresentados não poderá ultrapassar este montante.

b) O equilíbrio das atividades previstas dentro do Regional e Nacional com os gastos com pessoal, viagens, encontros, atividades de pastoral, formação e infra-estrutura.

c) A capacidade de realização de atividades por parte das equipes responsáveis pelo Projeto, seguindo as avaliações locais e o seu planejamento.

d) O incentivo à participação local, à busca da autonomia e à participação da mulher nas atividades globais da CPT.

V - Saneamento dos projetos

Os projetos sobre os quais o Conselho de Projetos tiver objeções para a sua aprovação, serão devolvidos, acompanhados por um parecer circunstanciado sobre os motivos da não-aprovação. Os Regionais e o Nacional poderão, no caso da rejeição do seu Projeto, modifica-lo, integrando-o à recomendação do Conselho de Projetos ou, senão, recorrer ao Conselho Diretor da CPT que dará decisão definitiva sobre o assunto.

VI - A liberação de recursos

Concluídos os trâmites relacionados à apreciação dos projetos, o seu conjunto, especificando as suas procedências, é enviado a CEBEMO para a liberação direta de recursos. A remessa dos recursos não será centralizada, sendo que cada regional os receberá diretamente e negociará com CEBEMO a melhor forma de receber o dinheiro (se em datas fixas, parceladamente, etc.).

No que se refere à solidariedade, às ações concretas e ao apoio, as relações sempre serão diretas entre CEBEMO e os Regionais e, no que couber, com o Secretariado Nacional.

VII - A duração dos projetos

Os projetos terão o prazo de duração fixado em três anos. No decorrer deste período, os Regionais e o Nacional manterão CEBEMO informada sobre o andamento dos mesmos, as atividades desenvolvidas, os acontecimentos e ações vinculadas ao trabalho previsto no planejamento.

No decorrer do triênio, serão aprofundadas as relações e comunicações entre CEBEMO, os Regionais e o Nacional para que a renovação dos projetos se torne um fato normal e seja motivado como uma consequência necessaria.

VIII - A administração local dos projetos

Cada Regional terá uma pessoa encarregada do Setor de Projetos e Relatórios, sendo que o conjunto destas pessoas serão capacitadas e atualizadas para estas atividades pelo Programa de Formação da CPT.

IX - Os relatórios anuais

Ao final de cada ano, os administradores dos projetos apresentarão um relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas, aplicações, despesas, saldos. Este relatório será levado pelo administrador à reunião do Conselho de Projetos (no início do ano seguinte) que o apreciará, dirimirá as dúvidas (estas persistindo, requererá novas informações, as quais serão integradas ao Relatório), considerando-se o mesmo, feito isso, aprovado.

O relatório também deverá ter a si integrada uma ampla avaliação sobre as atividades desenvolvidas. Para isso, é importante que os Regionais e o Nacional implementem um sistema cuidadoso de registro de atividades, procurando fazer constar:

- o que foi feito, o que foi obtido, avanços, resultados.

Além disso, os relatórios deverão incorporar uma relação entre as atividades desenvolvidas e o planejamento feito no ano anterior e procurar vincular as iniciativas emergenciais dentro das linhas gerais de ação definidas pelas respectivas instâncias da entidade.

No final de cada ano, será feita uma auditoria em cada um dos projetos por auditor legalmente registrado. Esta auditoria será acompanhada pelo respectivo administrador de cada projeto.

X - Atividades para o final do triênio

Ao final dos três anos, atividades específicas serão realizadas no âmbito desta proposta:

a) Uma avaliação por parte do Conselho de Projetos, que servirá também de encaminhamento na renovação do montante global.

b) Um Encontro Nacional da CPT sobre Projetos e Relatórios, com a presença dos encarregados por estas atividades nos Regionais e no Secretariado Nacional e de representantes da agência financiadora, onde se discutirá e se desenvolverá uma ampla troca de experiências sobre as práticas locais, os conteúdos dos projetos e relatórios e uma forte avaliação.

c) Uma Reunião de um grupo especial para a auto-avaliação/discussão interna da CPT. Este grupo será formado por pessoas que não fazem parte da CPT, mas que conhecem e acompanham os nossos trabalhos (pessoas convocadas a cada vez) para uma opinião/avaliação crítica global do conjunto de nossas atividades. Este Grupo reunir-se-a antes da renovação dos projetos, no decorrer do segundo semestre do segundo ano do triênio.

XI - As instâncias na CPT

As instâncias de decisão na CPT sobre questões relacionadas a projetos mantidos com CEBEMO serão:

a) O Conselho de Projetos, que é a instância de decisão política sobre o assunto dentro da CPT.

b) O Conselho Diretor da CPT, que é a instância imediata superior para eventuais recursos.

XII - A Secretaria Executiva de Projetos

Para o acompanhamento, administração e controle desta proposta e podendo também assumir os encaminhamentos dos projetos mantidos com outras entidades de ajuda, o Secretariado Nacional, com a aprovação do Conselho Diretor da CPT, constituirá uma Secretaria Executiva do Conselho de Projetos, com duas pessoas, sendo uma, assessor de planejamento, e outra encarregada dos serviços de secretaria interna, as quais desenvolverão, entre outras, as seguintes atividades:

a) Implementar as decisões e encaminhamentos do Conselho de Projetos e do Conselho Diretor da CPT.

b) Subsidiar os Regionais no planejamento de suas atividades e na aplicação dos seus recursos, através de informações e dados ou presença nos Regionais, promovendo uma discussão político-educativa sobre os projetos e relatórios.

c) Ajudar os Regionais na solução dos seus problemas relacionados a projetos, relatórios e busca de recursos.

d) Aprofundar as relações entre os Regionais e o Nacional com outras agências internacionais (utilizando para isso os conteúdos dos projetos e relatórios).

XIII - Manutenção da Estrutura

Os recursos para as reuniões e viagens do Conselho de Projetos, manutenção de Secretaria Executiva (pessoa e infra-estrutura) e realização das auditorias, será objeto de projeto especifico, incluido no montante global a ser aprovado trianualmente por CEBEMO.

XIV - As CPTs Diocesanas

Com relação aos projetos mantidos por CEBEMO com CPTs Diocesanas, o encaminhamento será o seguinte:

a) Haverá um atendimento no primeiro triênio, mantendo as atuais relações e os respectivos montantes.

b) No decorrer deste primeiro triênio, os projetos das CPTs Diocesanas serão integrados aos projetos dos Regionais correspondentes.

c) Nos estados em que esta integração não for possivel, desenvolver-se-a a perspectiva do diálogo com as equipes e bispo local a fim de que, a médio prazo, os projetos sejam unificados.

XV - Definição do primeiro triênio

Pará o primeiro triênio deste acordo, com o objetivo de unificar o vencimento dos projetos de CEBEMO com a CPT, os Regionais e o Nacional deverão definir um montante para as suas atividades anuais.

Os pedidos de todos os Regionais serão somados e o montante total obtido (acrescido pelo necessário para a Secretaria de projetos, as reuniões e as auditorias) será a verba total de CEBEMO para a CPT, por ano. Cada projeto anual será multiplicado por três e corresponderá à disponibilidade de recursos para todo o triênio.

RESUMO DAS ATIVIDADES DESTE ACORDO

1 - No final de cada ano:
   a - Realização de Relatório de Atividades e Financeiro por parte dos Regionais e do Nacional sobre o desenvolvimento de seus projetos aprovados por CEBEMO.
   b - Realização, por parte dos Regionais e Nacional, do planejamento de atividades para o ano seguinte.
2 - No início de cada ano:
   - Reunião do Conselho de Projetos para avaliar e aprovar os Relatórios relativos ao ano anterior e apresentados pelos Regionais e Nacional.
3 - No final do segundo ano do triênio:
   - Reunião de avaliação da CPT por grupo especial.
4 - No início do terceiro ano do triênio:
   - Reunião do Conselho de Projetos para aprovação dos projetos e encaminhamento do pedido global a CEBEMO. Esta reunião será feita conjuntamente, no terceiro ano, com a reunião prevista no item 2 acima.
5 - No final de cada triênio:
   - Encontro Nacional sobre Projetos e Relatórios, reunindo não apenas os Regionais auxiliados por CEBEMO mas todos os Regionais e o Secretariado Nacional da CPT.

XVI - Inicio da implantação do acordo

O Conselho Nacional da CPT e Cebemo entendem que o primeiro triênio - de 1 de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1995 - será "ad experimentum" , podendo sofrer modificações eventuais para a sua continuidade, apos avaliação.

Neste triênio Cebemo visitará regularmente (uma ou duas vezes por ano) a Secretaria de Projetos e manterá outras formas de contato regular para colaborar com a realização do acordo. Também, na medida do possível, serão visitadas CPTs regionais e diocesanas; a Secretaria de Projetos receberá informações à respeito destas visitas de Cebemo.

4. DADOS FINANCEIROS

Para os anos 1993, 1994, e 1995, a soma total da contribuição de Cebemo para as atividades da CPT será de

Nf 6.750.000,-

Este valor resulta da soma dos diferentes projetos nacionais, sub-regionais e diocesanos, discriminados nos orçamentos em anexo. Os orçamentos foram elaborados em base aos dados apresentados para 1993, sintetizando-os em algumas rúbricas orçamentárias principais e tomando em conta contribuições de outras entidades e contribuições locais monetárias.

Vários dos projetos (contratos) vigentes no momento, têm ainda um saldo a receber de Cebemo. O total destes saldos está incluido no valor mencionado acima.

Com a entrada em vigor do novo projeto global, os contratos atuais perdem a validade.

Cebemo achou procedente incluir no valor aprovado também um fundo para aquisição de equipamentos duradouros indispensáveis para as CPT's, como carros, motos, barcos, equipamentos de escritório, etc., a critério do Conselho de Projetos da CPT.

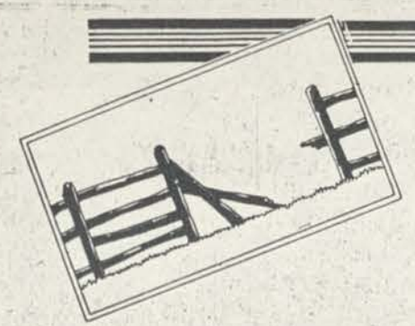
Discriminação da contribuição de Cebemo para o triênio:

Norte:		
CPT Regional Acre (antigo projeto C-212/2089A)	Nf	459.000
CPT Regional Amazonas/Roraima (antigo projeto C-212/1033C)	Nf	393.000
CPT Regional Pará (parte do antigo projeto C-212/1183B)	Nf	435.000
CPT Sub-regional Amapá (parte do antigo projeto C-212/1183B)	Nf	174.000
CPT Regional Tocantins (antigo projeto C-212/1113C: Paraíso, Bico, São Félix)	Nf	730.000
CPT Sub regional Conceição do Araguaia (parte do antigo projeto C-212/1113C)	Nf	342.000

Nordeste:	
CPT Regional Nordeste (antigo projeto C-212/2118B)	Nf 1.100.000
CPT Diocesana Propriá (SE) (antigo projeto C-212/1940)	Nf 150.000
CPT Diocesana Itapipoca (CE) (antigo projeto C-212/1246B)	Nf 232.000
CPT Regional Maranhão (antigo projeto C-212/1001B)	Nf 460.000
CPT Diocesana Pinheiro (MA) (antigo projeto C-212/2602R)	Nf 135.000
Centro-Oeste:	
CPT Regional Goiás (antigo projeto C-212/1807B)	Nf 240.000
Sudeste:	
CPT Regional Rio de Janeiro (antigo projeto C-212/1149D)	Nf 414.000
CPT Diocesana Volta Redonda (RJ) (antigo projeto C-212/2015A)	Nf 87.000
CPT Diocesana Nova Iguaçú (RJ) (antigo projeto C-212/2143B)	Nf 99.000
CPT Diocesana Itaguaí (RJ) (antigo projeto C-212/1611A)	Nf 90.000
Sul:	
CPT Regional Rio Grande do Sul (antigo projeto C-212/1210B)	Nf 403.000
CPT Diocesana Chapecó (SC) (antigo projeto C-212/2632)	Nf 108.000
Nacional:	
CPT Nacional - Formação (antigo projeto C-212/1644B)	Nf 180.000
CPT Nacional: Conselho e Secretaria de Projetos (novo financiamento)	Nf 519.000
TOTAL GERAL	Nf 6.750.000

A relação florim - dólar americano é atualmente approximadamente US$ 1 = Nf 1,75. Esta relação é sujeita a flutuações (nos últimos anos entre 1,85 e 1,55).

TOTAL P.09



No Rio de Janeiro, os sem terra mostram que a organização e a resistência é que levam à conquista da terra. Foi assim que chegaram à vitória com o **Mutirão de Paracambi** e a ocupação de Valença. Em São Paulo — Estado com milhares de hectares de terras públicas — as autoridades não encaminham nenhuma solução. Os lavradores respondem com ocupação.

RIO DE JANEIRO

Paracambi resiste e vence

A antiga Fazenda do Barreiro já era. Agora, nesta terra existe o **Mutirão de Paracambi,** já famoso em todo o Rio de Janeiro. Os sem terra fizeram a ocupação em setembro de 85, foram despejados por um juiz obediente às pressões dos latifundiários. Acamparam durante quatro meses à beira da estrada e se instalaram por duas vezes nos jardins do Palácio da Guanabara exigindo do governo do Estado que levasse adiante o processo de desapropriação da área. Foi um período de luta, resistência, organização e solidariedade que acabou arrancando a anulação das decisões da justiça dos latifundiários.

A emocionante entrada na terra desatou um rico processo de solidariedade. Em pouco tempo os sem terra, através de suas comissões, conseguiram doações de foices, enxadas, sementes e plantadeiras manuais. Iniciaram logo uma roça comunitária, drenando o terreno. O Sindicato dos Metalúrgicos de Paracambi não só ofereceu sua sede, telefone e clínica dentária, como mobilizou os associados para conseguirem ferramentas nas empresas



Arquivo SEM TERRA

A terra em Paracambi é um *Mutirão*: na foto, a posse da vitória.

essa aliança do Sindicato operário com o **Mutirão** camponês.

Problemas é que não faltam. O terreno é muito acidentado, a divisão justa dos lotes é muito difícil. Melhor seria a roça comunitária. Mas é preciso vencer resistências e educar para o trabalho solidário e

recebeu a **Imissão de Posse,** (autorização) da justiça para entrar na fazenda não providenciou até agora nem o topógrafo, nem entregou os imóveis ao **Mutirão** e muito menos forçou o latifundiário a retirar seu gado das terras.

Além disso, muitos camponeses

pados estão agora reclamando um lote. Mas a terra é pequena e só cabem as 64 famílias que permaneceram acampadas. O **Mutirão** está funcionando como centro de organização desses que também querem terra. É desse jeito que prossegue a luta pela Reforma Agrária. No mesmo sentido, os jovens foram organizados no **Mutirão-Mirim,** com autonomia para administrar uma lavoura coletiva cuja renda reverterá em benefício da luta pela Reforma Agrária.

O apoio maciço da população de Paracambi manifestou-se na Campanha da Fraternidade. O povão fez uma caminhada até o **Mutirão,** com faixas e cartazes e cantando canções. O povo ouviu a história da luta camponesa e os grupos de visitantes conheceram as terras, as cachoeiras, as nascentes de água. Violeiros animaram as danças. E um poeta anônimo improvisou uma quadra que já é popular em Paracambi:

Vem, vamos embora / sem esperar
José Sarney
Quem sabe faz a Reforma / não

Valença: ocupação derrota o domínio do latifúndio

Os trabalhadores rurais de Valença, no Estado do Rio, acabam de abrir a primeira brecha no domínio secular e absoluto do latifúndio na região. Driblaram a ocupação militar e o cerco policial e ocuparam as terras há muito abandonadas da Fazenda Conquista, na madrugada de 21 de fevereiro. Foi a primeira e vitoriosa contestação aberta ao latifúndio em Valença. Isto foi possível devido à organização e espírito combativo da Comissão dos Sem Terra, nos quadros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. São 600 hectares duma fazenda falida há anos, arrematada em leilão pelo governo do Estado.

Na primeira tentativa, há pouco mais de um mês, a Polícia Militar ocupou a área em operação de guerra, bloqueou estradas e montou um esquema ao longo do Vale do Paraíba. Era para esmagar qualquer tentativa de ocupação alternativa. Depois manteve vigilâcia militar em todos os acessos à Fazenda Conquista. Agora, essa vigilância foi burlada pela habilidade dos camponeses, quebrada pela sua organização combativa e desmoralizada pela maciça solidariedade à ocupação. Na primeira investida, só entraram 60 famílias. Agora, as 25 famílias retidas do outro lado do arame já estão instaladas no acampamento inicial da ocupação.

O principal convocador da repressão contra os camponeses vem sendo um tal de doutor Alavi, presidente do diretório do PDT, que sonhou usar aquelas terras para fazer seu curral eleitoral. Mas o governo Brizola não teve como apoiá-lo diante do impacto da luta dos camponeses. A Polítca Militar cercou a fazenda, impedindo qualquer acesso à visitas, alimentos, medicamentos. Era proibido passar. Uma comissão foi ao Rio prestigiada por todos os **Mutirões** do Movimento Sem Terra. Os telefones palacianos não paravam: "Diga ao governador que nosso **Mutirão** está muito preocupado com o que se passa em Valença. Assim não dá pé."

Essa solidariedade chegou a um patamar mais alto com a presença de dezenas de dirigentes sindicais metalúrgicos e da CUT Regional Sul-Fluminense junto aos ocupantes de Valença. Estavam reunidos em Volta Redonda as lideranças sindicais das empresas da Siderbrás para organizar sua campanha salarial. Ao saberem da violência anti-camponesa, não vacilaram. Como um só homem, lideranças de todas as tendências e correntes sindicais acorreram unidas. A aliança operário-camponesa estava em ação no desafio comum ao latifúndio.

Em conseqüencia dessas pressões somadas, o governo estadual concordou em liberar a área para as 85 famílias, levantar o cerco policial. O projetado loteamento eleitoral sofreu uma séria derrota.

SÃO PAULO

Enquanto o governo do Rio de Janeiro cede às pressões dos sem terra desapropriando áreas por utilidade pública (Paracambi) ou comprando em leilão (Valença), o de São Paulo não faz nada. Isto apesar de possuir mais de 600 mil hectares de terras públicas próprias para assentamento e de prometer que até o final de 1985 estariam prontos projetos de utilização e assentamento nessas mesmas áreas. Só não concluiu esses projetos porque essas áreas — em sua maioria —, estão nas mãos de grandes arrendatários amigos das autoridades estaduais.

Na reunião que o governador Franco Montoro (PMDB) teve na primeira semana de fevereiro com representantes de oito acampamentos de sem terra (agora já são treze, com 2.980 famílias), ele nem sequer tratou do assunto terras públicas. Se limitou a pedir calma e insistir que os lavradores aguardem a aplicação do Plano Regional de Reforma Agrária de São Paulo.

Sem resultados da parte do governo do Estado, na semana seguinte os sem terra foram à Brasília para uma audiência com o ministro Nelson Ribeiro. O ministro revelou que solução à vista só para as 54 famílias acampadas há um ano em Birigui. E assim mesmo para depois da aplicação do Plano Regional. Para as demais, pediu paciência.

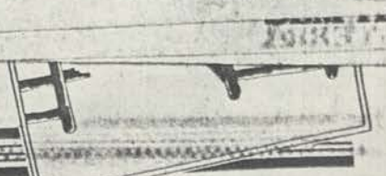
Enquanto as autoridades — sejam estaduais ou federais — enrolam e não dão solução, os sem terra respondem com mais ocupações. Na manhã de 23 de fevereiro, 350 famílias ocuparam parte da Fazenda Pirituba, no município de Itaberá. A fazenda tem 17 mil hectares, sendo que em 3.872 deles estão assentadas 173 famílias que conquistaram a terra. O resto está nas mãos de 13 grandes arrendatários protegidos do governo estadual.

SEM TERRA

Página 4

Página 2

Página 14



EXTRADO DO MARÉ

Chapa 2 vence eleição dos lavradores: Paraty



A Chapa 2 ganhou a eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty com uma diferença de 7 votos para a segunda classificada, a Chapa 1. A Chapa 2, encabeçada por Valdevino dos Remédios e Valentim Conceição, teve um total de 274 votos contra os 262 votos da Chapa 1, que foi encabeçada por Acyr Soares e Jorge Porto. A chapa 3, encabeçada por Jair Silva e Amâncio Feliciano, teve um total de 83 votos. Nessa segunda votação, foram encontrados 17 votos em branco e 32 votos nulos, perfazendo um total de 668 votos.

Realizada nos dias 15 e 16 de março, a segunda votação — causada por falta de maioria de votos no primeiro pleito — transcorreu bem mais tranquila do que a primeira, e superando as expectativas dos próprios candidatos, trouxe à Praça do Chafariz de Paraty ainda mais votantes do que quando da primeira votação.

A posse da nova diretoria eleita está marcada para o dia 18 de abril, e os eleitos deverá dirigir o Sindicato por três anos.

O PT reconquista seu espaço no sindicato

A eleição sindical em Paraty mostrou em primeiro lugar, e de forma bem clara, o que cada chapa concorrente representava. A Chapa 1 contou com o apoio integral do Prefeito Edson Lacerda, do PMDB; das comunidades que aparentemente resolveram seus problemas de terra, como Taquari, Barra Grande e Trindade; do ex-presidente do INCRA, Modesto da Silveira; do Deputado federal do PMDB, Denisar Arneiro; do presidente da FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro), Eraldo Lírio; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis, de alguns latifundiários e de pessoas ligadas ao PDS paratiense. A Chapa 2 recebeu o apoio do Partido dos Trabalhadores e do PDT (na segunda votação), da CUT (Central Única dos Trabalhadores); da CPT (Comissão Pastoral da Terra) regional e de vários municípios fluminenses; do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Angra dos Reis; do Movimento dos Sem-Terra; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu; da Associação de Moradores e Amigos do Serrado e Axixá-Itacuruçá; do Sindicato dos Bancários e Engenhariros do Estado do Rio de Janeiro; da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e da Associação de Moradores da Ilha das Cobras e Parque da Mangueira. Enquanto a Chapa 3 se fez representar pelo PDS com o apoio do PDT local (apenas na primeira votação).

A pequena diferença de votos levou a vitória para a Chapa 2, o que significa no entendimento dos petistas, a vitória dos trabalhadores rurais de Paraty que estão lutando pela terra contra os grileiros. Os trabalhadores rurais se organizaram pela segunda vez para colocar na direção do Sindicato sua luta de resistência para que os posseiros de Paraty, nas suas terras, e não nas periferias das cidades.

Significativa foi a participação do eleitorado nos dois pleitos, superando as expectativas com um comparecimento maior na segunda votação, o que vem demonstrar um alto grau de interesse do trabalhador rural na definição de seu destino.

A pequena diferença de votos entre os dois principais concorrentes demonstrou claramente a divisão de forças dentro do Sindicato, o que forçará a chapa vencedora a realizar um trabalho que satisfaça não só aos seus eleitores, mas também aos 262 eleitores da Chapa 1 e os 83 da Chapa 3, trabalho esse que, sem dúvida, só beneficiará a classe trabalhadora de um modo geral.

REUNIÃO

Hospita médicos

A discussão sobre a assinatura de um convênio global entre o INAMPS e Hospital e Maternidade Codrato de Vilhena parece agora caminhar com maior objetividade. Na próxima segunda-feira haverá uma reunião da Comissão Internacional Municipal de Saúde, na qual serão convidados os integrantes da provedoria do Hospital e membros do Corpo Clínico.

O convênio global é desejado pelo Secretário Municipal de Saúde, que poderia assim integrar o hospital ao sistema que criou para a Prefeitura. Pedro Abílio esclarece que será construída uma rede de postos de atendimento médico em todo o município, que servirá a segurados ou não do INAMPS. Nos casos mais delicados, o encaminhamento indicado seria o hospital, mas esbarraria no caso de um paciente não gozar dos benefícios previdenciários. O convênio global elimina o problema, pois, o INAMPS pagaria, apesar de quantia menor, por todos os atendimentos, independente da filiação do doente ao INAMPS.

Ocorre que o Corpo Clínico do hospital resiste à medida, porque passariam os médicos a ser funcionários do hospital e receber seus salários diretamente da provedoria, que além de atrasar o pagamento desconta 12% de uma doação obrigatória para a entidade. Na semana passada, o médico Heraldo Fiães Lima chegou a acusar a direção do hospital de não prestar conta da aplicação do dinheiro que confisca da classe médica. Por causa da declaração, publicada no MARÉ, surgiram boatos de que o provedor Jorge Elias Miguel se prepara para processá-lo judicialmente.

Jorge, no entanto, disse que nada tem a declarar sobre o assento, que está entregue à administração do hospital.



Comissão Pastoral da Terra

Caixa Postal, 749 · CEP 74.001-970 · Goiânia · Goiás · Brasil
Fone 062/224 4436 · Fax 062/225 4967 · Nodo Alternex CPTNAC

(1)

Goiânia, 9 de Agosto de 1993

Prezados amigos,

Por vontade da IX Assembléia Geral da CPT, reunida em Goiânia, de 3 a 7 deste, assumimos, juntamente com Dom Jorge Marskell, a direção desta entidade.

Queremos reafirmar nossa estreita comunhão com as Igrejas e entidades que solidariamente participam em nossa ação pastoral e no "compromisso evangélico de promover a dignidade do homem e da mulher do campo".

De acordo com os recentes dados do IPEA, grande parte dos miseráveis do Brasil ou estão no campo ou são fruto do êxodo rural. Tomados de compaixão diante do sofrimento do povo, queremos revestir-nos da solicitude de Cristo pelos empobrecidos e excluídos do acesso condições de vida humana.

Nesta pastoral, denominada de fronteira, caracterizada pelo serviço à vida em situações limite, é muito importante a solidariedade de todos os que acreditam no Deus vivo e de todos os que lutam na esperança de um mundo novo.

Rogamos que nos ajudem a superar nossa fraqueza e encontrar o caminho que a História e o Evangelho nos apontam para melhor podermos servir nossos irmãos lavradores.

Cristo Jesus, Senhor da Vida, Ele "ontem, hoje e sempre", seja nosso caminho e luz.

Em Cristo, irmão menor,

Fraternalmente,

Dom Orlando O. Dotti

D. Orlando O. Dotti
Presidente da Comissão Pastoral da Terra

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Postal, 749 · CEP 74.001-970 · Goiânia · Goiás · Brasil
Fone 062/224 4436 · Fax 062/225 4967 · Nodo Alternex CPTNAC

A LUTA PELA TERRA E A LUTA NA TERRA

Comunicado da 9a. Assembléia Nacional da CPT

De 3 a 7 de agosto de 1993, realizamos em Goiânia, Goiás, a 9a. Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT, com 121 participantes, entre delegados católicos e evangélicos - lavradores e lavradoras, religiosas, sacerdotes, pastores e bispos -, assessores e representantes de entidades afins.

As avaliações feitas pelos 20 regionais da CPT e os testemunhos dados, na Assembléia, pelos lavradores e lavradoras presentes, nos desenharam a dramática situação do campo brasileiro. Ele está especialmente submetido a todas as conseqüências de exclusão das maiorias, eixo básico do modelo neoliberal que nos domina. Mas esses testemunhos mostraram também o arco-íris de criatividade e organização com que o povo contesta esse modelo assassino.

PROJETOS DE MORTE

A política agrícola só chega, com suas verbas e privilégios, aos monopólios econômicos e políticos, às grandes empresas, ao latifúndio explorador, sempre socialmente improdutivo, e às "indústrias" da seca, da irrigação e das barragens. A Reforma Agrária saiu inclusive do vocabulário da política oficial.

Agravou-se em todo o país a violência contra o povo lavrador, como o demonstra nosso relatório anual "Conflitos no Campo '92". Praticada pelas forças do latifúndio e seus pistoleiros, essa violência conta, cada vez mais, com a cobertura de autoridades e até com a participação direta de policiais. E cresce a impunidade dos assassinos e seus mandantes, pela morosidade ou conivência de muitos setores do poder judiciário.

O abandono programado com que a política oficial trata o povo lavrador, vem agravando as condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais. Essa política chega agora ao extremo de negar a milhares de camponeses até seus direitos previdenciários, por causa de uma absurda burocracia discriminadora.

O Nordeste sofre a maior seca do século em número de atingidos. Continua marginalizado e proibido pela politicagem local e pelas esmolas oficiais. O Brasil dos grandes se nega a assumir, de uma vez por todas, a viabilidade econômica e social do Nordeste e a contribuição cultural específica da Região, demonstradas pelo documento do Fórum de Ação Permanente para o Semi-Árido do Nordeste Brasileiro.

Em outubro próximo, termina o prazo constitucional para a demarcação das terras indígenas no País. Mais da metade dessas terras espera ainda a demarcação, quando 80% das demarcadas já estão sendo invadidas ou violadas por madeireiras, mineradoras e outros intrusos.

Uma nova e gravíssima ameaça paira agora particularmente sobre a população camponesa, assim como sobre as conquistas legais básicas de toda a população brasileira: o propósito inconstitucional e perverso da maioria do Congresso de fazer uma ampla revisão da Constituição Nacional. Essa Constituição, para nós, já é precária, e não foi ainda implementada nem regulamentada.

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Postal, 749 · CEP 74.001-970 · Goiânia · Goiás · Brasil
Fone 062/224 4436 · Fax 062/225 4967 · Nodo Alternex CPTNAC

DIRETRIZES E LINHAS DE AÇÃO DA CPT

(Biênio 1993/95)

"Vão às encruzilhadas
e convidem para a festa
todos os que encontrarem."
Mt. 22,9

I - LUTA PELA TERRA E NA TERRA

1 - Cultivar uma verdadeira paixão pela mãe terra e lutar criativamente pela terra e na terra;

2 - Assumir com outras organizações do campo ou da cidade, a luta pela terra, como resistência, conquista e permanência e colaborar numa autêntica Reforma Agrária, como processo de uma transformação social integral garantindo a plena cidadania;

3 - Valorizar, incentivar e interligar formas alternativas de organização, produção, comercialização, saúde, educação e transporte, em contraposição à lógica capitalista do lucro pelo lucro;

4 - Promover a solidariedade às famílias dos trabalhadores e trabalhadoras nos conflitos e denunciar a violência, apoiando a prevenção, autodefesa e segurança da vida;

5 - Promover campanhas e ações que visem o julgamento e a condenação dos responsáveis pelos crimes e pela violência no campo com o fim da impunidade;

6 - Assumir e repensar globalmente a luta pela terra de forma criativa e solidária, cooperando na elaboração de planos de desenvolvimento alternativos, com políticas públicas adequadas, tendo em vista as realidades diferentes e as experiências acumuladas pelo movimento a nível local e nas Grandes Regiões;

7 - Conhecer a legislação agrária e agrícola, cobrando do Congresso Nacional as mudanças que se fazem necessárias e repassando informações aos trabalhadores e trabalhadoras;

8 - Assumir, apoiar e colaborar na implementação da causa dos excluídos, especialmente dos(as) assalariados(as) rurais, em relação a todos os seus direitos sociais, a partir da realidade de cada região;

9- Apoiar a demarcação e titulação das terras dos remanescentes de quilombos, assim como a demarcação e homologação das terras indígenas e das reservas extrativistas;

10. Estar presente nas lutas dos trabalhadores e em suas diferentes formas de organização:
a) Sendo presença solidária, celebrativa e animadora;

b) Acompanhando, informando e assessorando-os em vista do seu crescimento e autonomia, priorizando algumas áreas e tendo em vista um projeto global;

4. Assumir o ecumenismo como atitude de vida, dinamizando a colaboração e comunhão entre as Igrejas cristãs e outras religiões para que sejam serviço aos pobres da terra.

IV - SOLIDARIEDADE ATIVA ENTRE OS TRABALHADORES E COM OS OUTROS POVOS DO SUL

Definir uma política solidária de relações internacionais que tenha como base:

1. A luta pela terra dos povos do Sul, principalmente entre os povos da América Latina e Caribe e do continente africano, pela sobrevivência e auto-afirmação cultural e religiosa;

2. A posição da CPT numa política comum junto com as entidades e instituições afins, frente ao Mercosul e à problemática dos "brasiguaios", "brasivianos" e outros;

3. O relacionamento fraterno com as comunidades e entidades que apoiam lutas dos trabalhadores, e também para informar e denunciar investimentos opressores do capital internacional;

4. O estreitamento das relações entre a Comissão Pastoral da Terra e as Pastorais Indígenas, de Defesa dos Direitos Humanos e outras;

5. A garantia de espaços em suas assembléias regionais e nacional para a participação de representantes de outros povos do continente;

6. Celebração das datas marcantes da caminhada de libertação da nossa América;

7. A criação de um espaço internacional de divulgação de notícias referentes à luta pela terra e na terra - no Brasil e nos países de nossa América - e, de acontecimentos relativos aos povos do Sul, para a população brasileira.

DESTAQUES

1 - NO COMBATE À FOME

Apoiar as iniciativas que visam combater a fome e a miséria, dando especial atenção às que propõem mudanças estruturais na sociedade, como a Reforma Agrária.

2 - NA PROBLEMATICA DO MEIO AMBIENTE

Dar atenção à problemática do meio ambiente para que seja tratado como questão vital da humanidade, se opondo ao desenvolvimento destruidor que vitima as populações envolvidas e trabalhando alianças com grupos ambientais que defendem a reforma agrária e a agricultura socialmente apropriada.

9ª. Assembléia Nacional da CPT

Goiânia/GO, 03 a 07/08/1993.

Eles o Reconheceram



NO PARTIR DO PÃO

Alagoinhas, 25 de março de 1996.

Aos Irmãos do Conselho Presbiteral da
Diocese de Nova Iguaçu

SAUDAÇÕES EM CRISTO RESSUSCITADO

Primeiramente quero saudar a este Conselho, a Dom Werner, a todos os Padres, Religiosas e Leigos engajados de nossa Diocese.

A todos quero enviar os votos de FELIZ PÁSCOA e que a Ressureição de Jesus nos dê ânimo novo para ajudar o povo de Deus da Baixada a se libertar e encontrar a porta do direito e da cidadania.

Quem lhes escreve é Pe.Geraldo Lima, atualmente gozando de ano sabático, conforme decisão conjunta deste presbitério. Aproveito a oportunidade para agradecer a Diocese esse descanso, que tem muito me ajudado a refazer as forças e se pereparar para mais uma década de serviço pastoral.

Nos quatro primeiros meses aproveitei para fazer um cruso de formação pastoral que muito me ajudou na atualização e troca de experiências no nível latino-americano.

Neste tempo posterior tenho aproveitado para estudar, visitar a família, amigos, comunidades onde trabalhei, colegas de fraternidade que me pediram ajuda.

Neste sentido é que estive na Diocese de Leopoldina e agora aqui em Alagoinhas.

Estou indo para a paróquia de Rio Maria no Sul do Pará, substituir durate o mês de abril o Pe.Ricardo Rezende, que está ameaçado de morte.

Em maio quero tirar mais para estudo e oração e estarei em Goias, Mato Grosso e em Angra dos Reis.

Em junho estarei dedicado aos lavradores do Estado do Rio trabalhando com a CPT estadual. Meu ponto de referência tem sido sempre a Catedral de Nova Iguaçu, onde o campanheiro Agostinho me acolheu.

Porisso em julho estarei aí ajudando Agostinho na preparação da Assembléia da Associação Nacional de Presbíteros do Brasil.

Estou pensando na minha volta à Diocese e como poderei dar o melhor de mim para a construção do reino.

Estou pensando a curto e médio prazo e vou elaborar uma proposta para apresentar para este Conselho.

Envio por Vocês a quantos por mim perguntarem os mais sinceros votos de FELIZ PÁSCOA e firmeza na caminhada.

Fraternalmente, do amigo,

Pe.Geraldo Lima

Eles o Reconheceram



NO PARTIR DO PÃO

Alagoinhas, 25 de março de 1996.

Caríssimo(a) Amigo(a) [redacted]

Justiça e Paz se Abraçarão

Quem lhe escreve é seu amigo e companheiro Pe.Geraldo Lima, cesepista 95 fazendo o ano sabático e com muita vontade de contar para todos o que estou sentindo e vivendo.

Dirijo-me a Vocês amigos e amigas de caminhada do Brasil e da nossa Pátria grande a América Latina, especialmente os e as colegas do CESEP/95 e os irmãos de Fraternidade.

Visitando comunidades de base em Minas e na Bahia, chego a conclusão de que se os brasileiros que comem o suficiente visitassem tantas familias, tantas crianças passando fome, dividiriam a metade de sua refeição com eles e não faltaria para ninguém. Que isto aconteça no Brasil, que aconteça em nossa América Latina; são os votos de Páscoa que quero enviar a todos os que me são caros e dizer-lhes: "Como Jesus queremos carregar nossa cruz para poder ressuscitar. Senhor muito obrigado por me ensinares a amar pois o amor me purifica e me faz ressuscitar". Povo latino-americano repete comigo: "Se com Cristo morremos com Cristo vamos ressuscitar". Com a solidariedade, partilha e comunhão, construiremos uma nova Humanidade e não haverá excluidos na festa da vida.

Me sinto bem e disposto, a saúde tem me ajudado.

Neste momento preparo-me para viajar a Rio Maria no Sul do Pará, ficarei aí um mês,substituindo o Padre Ricardo Rezende que não pode permanecer por causa de ameaças de morte. Em Minas Gerais tem um grupo de Padres Diocesanos, que há anos vem refletindo e tirando encaminhamentos quanto à ação missionária dos padres diocesanos. São eles que há uns dois anos vem incentivando a ida de padres a Rio Maria por um ou dois meses para substituir Ricardo. Pe. Ricardo está trabalhando com a CPT e se dedica a escrever um livro sobre "Trabalho escravo no País.

Aos Irmãos da Fraternidade, sobretudo os 71 que estiveram conosco em Belo Horizonte, quero dizer que foi muito bom a gente ter parado. Martin fez-nos buscar nossas raízes. Charles de Foucauld se apresentou a nós com muitas exigências de não fazermos outra coisa se não amar do geito que Jesus amou. E o amor não é expontâneo e gostoso. Ele é fruto de fé, de consciência, de convicção e de opção. Ele é gratuito e fecundo. É ele que vai gerar em nós as virtudes da regularidade e fidelidade de que nos falava o Pe. Manuel Asi do Paquistão. Compromisso é questão de amor. Isto me tem questionado e feito meditar.

Padre Nelito no retiro de BH me convidou a assessorar com ele o Encontro de CEBs da Diocese de Leopoldina.

Fizemos um trabalho gostoso em cima do Tema da Campanha da Fraternidade 96 - Política e Fraternidade. Explicamos o livro da CNBB: o analfabeto político, os tipos de eleitores e de políticos, foram alguns dos temas que tratamos. Por este Brasil a fóra, a CF/96, está possibilitando a muitos pobres mudaram o País discutindo política sem mêdo de ser feliz. Vamos sonhar que este trabalho traga ganhos para o povo nas eleições que haverá no Brasil e Nicaraguá este ano.

Em janeiro viagei para o Rio Grando do Sul, andei visitando meus amigos Armindo e Agostinho e descansando. No final participei do Seminário do PT para prefeitos e vereadores. Foi muito gratificante, a gente sentiu que a democracia integral já está aí; que a participçaõ popular acontece sempre que os administradores criam espaço. E se os administradores deixam, surgem iniciativas e creatividades que respondem e resolvem os problemas do povo. E a gente se convenceu que não há democracia sem orçamento participativo. Por isso que oito administrações do PT constam entre as melhores do Brasil e Porto Alegre está sendo apresentada como experiência válida.

Neste sentido foi importante a visita que fizemos a Diadema, à Silvia e Arquimedes. Me fiz acompanhar de Sônia, ex-cesepista e candidata a vereadora pelo PT em Queimados. Ficamos encantados com o sistema de saúde, educacional e lazer do município. Nos convencemos que é possível satisfazer as necessidades essenciais do povo, havendo seriedade, transparência, ética e sensibilidade políticas.

Aqui na Bahia, sobretudo no município de Cipó pude constatar exatamente o inverso disso e como políticos tipo ACM e Valdir (prefeito) podem transformar o povo num simples curral eleitoral para garantir seus interesses. Não fazem, não deixam fazer e perseguem a oposição chegando às raias da escravidão.

Mas aí tambem tem resistência e nos poucos dias que lá estive consegui reunir gente, conversar e alentar a esperança de que a criação do PT pode ser uma chance de mundança para médio ou longo prazo.

Tenho buscado articulações em Salvador para que os ajudem. No dia 8 de março nasceu a Mensagem para as Mulheres que começou a ser gestada no aniversário de Flor esposa de Galo no CESEP. No dia da passeata das mulheres, puxada pelo Movimento das Lavadeiras em Alagoinhas-BA, eu a dei a conhecer. Muitas que tem visto, gostaram. Quem quizer pode pedir-me.

A luta por terra para plantar e para morar aquí na Bahia caminha, visitei os assentamentos e foi bom ver como a presença da Igreja junto aos mais pobres pode se tornar uma chance de organização e avanço de suas lutas. Neste sentido foi muito importante para mim conhecer Pe.Manoelito, Irmã Consolata e suas colegas. Aí a partir da leitura da Bíblia o povo de Deus está renascendo.

O mês de maio vou tentar dedicar mais ao estudo e a oração. Preciso apronfundar Bíblia e Liturgia. Junho pretendo consagrar ao trabalho com camponeses no meu Estado. Em julho, Pe.Agostinho me convocou para ajudá-lo na preparação da Assembléia da Associação Nacional de Presbíteros, estarei em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

E assim termina meu ano sabático que tem sido uma grande graça de Deus e um momento de renovação do corpo e do espirito. Para que Você participe dos sentimentos que está Páscoa me suscita é que lhes escrevi esta carta. Feliz Páscoa 1996.

Geraldo Leima

Seu Irmão Geraldo

P.S.: Aos amigos do CESEP, pergunto por que a maioria não dei nenhum sinal se receveu ou não minha saudação de Natal. Enviei para todos. Ao menos um cartãozinho serve para dizer que estamos vivos e continuamos amigos.

Nova Iguaçu, 14 de Dezembro de 1995

Queridos amigos do CESEP 95
"Anuncio para Vocês uma boa notícia." Lc 2,10

Um mês após nos separarmos escrevo-lhes para celebrar o Nascimento do Salvador, partilhando boas notícias. Êle está nascendo na nossa vida, na vida do povo. A saudação, Mensagem de Natal, que estou lhes enviando é a primeira boa notícia, que será motivo de alegria para todos. Ela é a síntese do nosso curso, partindo da descoberta do EU COMIGO até a Democracia Integral. Ela é o light-motiv da nova dimensão de nosso engajamento na ressurreição dos sonhos e esperanças do povo. Vocês sabem que em 3 meses eu tive meu carro batido duas vezes e se foram minhas economias. Quando voltei tinha R$ 3,00 no bolso. Mas chegou a boa notícia. Saiu minha aposentadoria e estou recebendo três salários e meio. Saí do vermelho, inclusive percebendo também três meses atrasados. Quero que vocês participem da alegria desse seu amigo, que há cinco anos lutava para se aposentar.

Outra coisa que a Providência de Deus me preparou foi um bom lugar onde posso ficar à vontade neste ano sabático, cercado por amigos e confidentes da têmpera de Agostinho e Rogério. Eles me acolheram aqui na Catedral de Nova Iguaçu, como irmão e companheiro nas lutas e nas descobertas dos novos mapas da festa. Poder viver aqui com estes dois é uma grande graça. Rogério é salesiano, teólogo e assessor da PO nacional. Agostinho é pároco da Catedral, Vigário Geral, Presidente da Associação Nacional de Presbíteros e animador da PO nacional. ele faz verdadeiros milagres para estar em tudo, ver em terceira dimensão, ter propostas, encaminhamentos para tudo, ter tempo para cuidar do corpo de 73 anos e ainda encontrar espaços pra gente jogar um buraco, ver um futebol, bater uns papos importantes e acolher os amigos.

E por falar em acolher, nunca vi ninguém mais amadurecido e levando a sério a solidariedade com os colegas do que Ele. Agora mesmo está feliz porque conseguiu enviar para uma clínica especializada na Itália um padre que há cinco anos, morando aqui, causou-lhes muitos cuidados. Agora mesmo está preocupado com um padre jovem que tem uma doença incurável e não se sabe o que fazer para que não piore. Dia 30 de novembro Pe. Augustinho completou 53 anos de serviço sacerdotal, concelebramos com ele e eu lembrei a todos esta amizade tão fraterna que a todos nos engrandece e encanta e foi grande a alegria.

Quanto às Mulheres quero lhes avisar para torcer pelo PT, ou seja pelo ex-cursistas do CESEP que estão se candidatando. Aqui Sônia Martins está discutindo sua candidatura para vereadora em Queimados com boas chances. Em Diadema, a companheira que acolhen os estágios do CESEP, ela com Sônia cursista do CESEP/88, também está se candidatando. Vamos lá mulherada!

O Movimento das Mulheres Cristãs de Queimados está completando 10 anos. Estou muito ligado a ele, pois ajudei a fazer nascer e crescer. A data foi comemorada na casa de Sônia com uma linda celebração, foi um recuperar a memória e jogar a bola pra frente. A Novidade foi a criação do grupo de adolescentes, meninas e meninos ligados ao Movimento de Mulheres.

Fiquei contente também de ver aqui quem hoje está impulsando o movimento é uma jovem, mãe solteira, que cresceu muito nos últimos anos. Pra frente Fatinha!

Sinto também que no interno da Igreja, por aqui, tem-se conseguido valorizar mais a participação das mulheres. Aqui na Catedral a revelação de um Deus com rosto de mulher e Mãe e uma pregação endereçada à maioria feminina, tem mexido com mentes e corações. aliás eu me realizo nestas celebrações onde o povo tem vez e voz, e sente feliz. Também nos batismos isto está

acontecendo. Há muitas ministras. Uma delas me encantou quando chamou as mães dos batizandos para em volta da mesa, rezar, tocar e abençoar a água batismal.

Aqui em Nova Iguaçu Doutora Rose criou uma clínica especializada: mulher e saúde. Aí haverá consultas, cursos, oficinas e salão de beleza e estética. Dra. Rose diz: "Sonhamos com um espaço para cuidar de nossa saúde. Um lugar onde a gente se sinta respeitada, valorizada... Um local de troca de experiências, crescer, reafirmar nossa identidade feminina". Melhores informações com MUSA - rua Maria Campos de Carvalho 17 - Centro - Nova Iguaçu RJ - Brasil (fone 021-761 2179) ou me peçam por escrito.

Sobre os 300 anos de Zumbi as comemorações por aqui tiveram um saldo político bem avançado. O nome Zumbi dos Palmares está se impondo como uma referência de libertação a nível nacional. Este nome conseguiu unificar os diversos movimentos afros, unificá-los com o Movimento Sindical combativo e com o Movimento Popular de conquista de terra pra morar ou plantar. Esta unificação está gestando um Movimento Político mais amplo a nível nacional. As Senadoras do PT, Benedita da Silva e Marina, juntamente com alguns deputados que abraçaram esta bandeira, não só já estão fazendo pressão, mas já apresentaram ao presidente da República um conjunto de propostas alternativas.

Isto foi o que a gente conseguiu deduzir e avaliar após ter participado com os integrantes dos Movimentos Negros das comemorações em Brasília. Tivemos passeata, sessão solene na Câmara dos Deputados, Sessão conjunta Especial do Congresso Nacional. Aconteceu um show com a participação de artistas e grupos culturais que finalizou com o recital Musical Missa dos Quilombos de Milton Nascimento. Na sessão do Congresso Paulo Paim do PT fez um excelente discurso, recuperando a história, denunciando a situação atual e apresentando as propostas que estão em trâmite no Congresso para mudanças. Se alguém estiver interessado pode dizer-me que eu mando xerox.

Participei também de um grupo fé e política, uma confraternização com [illegible] celebração. O importante é fazer fazer, criar espaços para que os leigos se assumam onde estiverem, como sujeitos de mudança.

À Mônica, Luciano, ao meu grupo de teoria e prática [illegible] sobretudo, quero afirmar que estou me sentindo muito bem comigo mesmo, bem de saúde, descansando, fazendo algumas coisas que gosto num bom austral. Já fui ao médico para ver a pressão e estou indo ao psicólogo para tratar problemas que o curso de CESEP fez aflorar.

E por falar em Curso CESEP, tenho divulgado nossos cursos e encontrado boa aceitação. Consegui uma grande vitória. Tenho um amigo que anos atrás se inscreveu e não foi aceito. E não lhe foram explicadas as razões. Como se trata de um padre da minha idade, muito comprometido com o Movimento de transformação eclesial e popular, fez com que se criasse um grande mal estar entre ele e seus amigos e o CESEP. Pois é, ele se chama Armindo Capellari é de Porto Alegre e é um dos primeiros inscritos para o Curso do CESEP/96.

Não lhes escrevi no início que esta carta está cheia de boas notícias? Estou enviando a todos os cursistas/95. Quero ver a reação de Vocês e Paulina não vai poder reclamar que não lhe escrevi.

Neste NATAL E ANO NOVO 96 desejo toda alegria e felicidade da Trindade do Céu e da Trindade da terra para todos aqueles que amam com coração sincero.

Um terno abraço de

Geraldo Lima.

ANO SABÁTICO - 1995/1996



O que o espírito me deu a conhecer para eu ser capaz de construir um novo Geraldo e uma nova humanidade.

- Geraldo , tu tens que te querer muito bem, pois és a mais linda invenção de Deus nosso Pai.

-Não tenhas vergonha nem medo de fazer para ti e para os outros , perguntas que incomodam e exigem mudanças.

- Serás o Geraldo que , os que te conhecem, querem que sejas,se souberes reservar tempo para aprofundar , rezar , planejar.

- Carisma e instituição... busques o equilíbrio. Sentir, emocionar-se, indignar-se, animar, vibrar é bom. Para fazeres história, tens que parar, avaliar, planejar, organizar. O 3º Milênio vai precisar de tua experiência.

- Cria espaço para que o povo celebre sua vida no dia-a-dia.

Igreja inserida na cultura do povo, possibilita a celebração da festa da vida, da alegria, da fé e da comunhão.

- Viva e faça viver, livre, conciente, feliz. Que os jovens saibam conjugar os verbos : viver ... amar ... responsabilizar ... humanizar ...

-Geraldo nunca esqueças que o Pai reinicia todos os dias , a criação do mundo, não só em cada criança que nasce , mas também em teu corpo e no corpo das pessoas .

- Falar palavras de vida , ternura , esperança e paz , é bom , mas ouvir , perguntar , questionar , deixar perguntas no ar , pode ser mais libertador . Suscite descobertas e respostas .

-Geraldo , tu ainda vais descobrir o que a Trindade está querendo te revelar , quando se mostra com o rosto de índio , de negro e de mulher. O teu Dues tem rosto latino-americano .

- Que bom reconheceres no Cristo Ressucitado , suspenso na cruz , a voz dele te dizendo : "Eu te ressucito hoje em teu corpo, para construires um novo Geraldo, uma nova humanidade , uma nova terra , uma democracia integral , assim , darás tua vida para acabar com a exclusão".

"Estou contigo todos os dias até o fim do mundo"

Vocês filhos e filhas da luz , estejam atentos ... Pois o mesmo Espírito lhes fala como falou a mim.

Nova Iguaçu , agosto de 1996.



Nova Iguaçu, 04 de Janeiro de 2000

Sob o lema que adotei na minha ordenação – "crucificado com Cristo para dar a vida por meus irmãos" me dirijo ao irmão - bispo D. Werner e aos irmãos do Conselho Presbiteral, para informar e agradecer a experiência missionária que vivi na Prelazia do Xingú, no Pará, com D. Ervin Krautler.

Foram dois anos de graça que preencheram minhas aspirações e responderam, no meu entender, também aos anseios do Santo Padre por ocasião da nova Evangelização no Novo Milênio.

Desde minha ordenação, ainda que com limitações, procurei exercer o ministério a serviço dos pobres, aceitando compromisso em áreas distantes ou em pastorais específicas.

Desta vez pude sentir as lutas e dificuldades daqueles que se desafiam a entrar mata à dentro em busca de terra para sobreviver, progredir e implantar no coração da Amazônia a civilização.

Sem investimento nem ajuda técnica, sem conservação das estradas esta implantação se torna um desafio quase insuperável. Só a determinação e a ousadia dos pobres enfrentam esta situação. A Igreja católica tem sido, nestas circunstâncias, a fonte de organização, animação e esperança para a convivência e resistência dos colonos.

O Movimento Sindical, o Movimento pela Sobrevivência da Amazônia, o Movimento das Mulheres, o CIMI e a CPT é o que tem dado, ao longo destes anos, sustentação aos lavradores para não sucumbirem frente as dificuldades.

O que fiz nestes quase dois anos, foi me inserir naquela realidade e aí dar o meu serviço, quer seja como administrador dos Sacramentos ou como Educador Social; contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da organização dos trabalhadores do campo e das cidades.

Agradeço a Deus e às Igrejas de Nova Iguaçu e da Prelazia do Xingú a oportunidade desse serviço que me amadureceu como pessoa e como presbítero e me ensinou como se pode e deve resistir em meio a tantas dificuldades.

Estou de volta e desejo retomar as atividades nesta nossa Diocese dando continuidade as experiências acumuladas nestes 35 anos de exercício ministerial a serviço dos pobres.

Durante o mês de janeiro estou participando de um retiro em Goiás Velho, orientado pelo beneditino Dom Marcelo Barros e pelo Padre Celso Pedro da Silva, assessor da CNBB, pois faço parte da Fraternidade Sacerdotal "Charles de Foucauld".

A partir do mês de fevereiro estou à disposição e aguardo com espírito de pobreza, a critério do Bispo e deste Conselho, o campo pastoral em que poderei ser útil.

A todos, os meus votos de que o Ano Jubilar seja um ano de bênção sem exclusões.

Fraternalmente.

Pe Geraldo João Lima.

Pe. Geraldo João Lima

AOS CRISTÃOS, AMIGOS E POVO SOFREDOR

Nesta Pàscoa 1999 Você e a Humanidade
podem estar vivenciando sentimentos de
desconfiança: "O mundo está perdido!".
De desânimo: " Ëu lutei mas
não adiantou nada." De conformismo :
"Não contem comigo . Sou um vencido.
Ë Jesus gritou: "Pai, tudo está consumado!"
Sexta feira santa, 15 horas.
Domingo :Jesus ressuscitou
e hoje lhe diz :" A paz esteja com Você.
Receba o Espírito Santo !
Não tenha medo!Sou Eu mesmo
.Eu vencí o mundo!
Ë Jesus disse à tempestade:"
Cale-se. E a paz voltou.
""Levante-se Você tem
uma longa caminhada a fazer.
Ëu sou a ressurreição e a vida
. Quem crê em mim viverá para sempre.
O meu mandamento é que vocês amem
uns aos outros como Eu amei Vocês.
"Voces, povo meu, pobre, doente,
desempregado, excluido,abandonado
:"Não fiquem tristes, Eu vou para o Pai,
mas lhes enviarei o Espírito Santo
Que ficará para sempre com Vocês
Ë Você já acolheu em seu coração
Espírito de Cristo?:



SOU EU... NÃO TENHAM MEDO

FELIZ PÁSCOA !
CRISTO RESSUSCITOU!
ALEGREM-SE ALELUIA !

Equipe Psatoral da Paróquia Imaculada Mãe dos Pobres.

Medicilândia PA, 25 de março de 1999.

"Há uma Terra somente"[1]

Artur Messias

Só recentemente o Ser Humano vem se dando conta de que o planeta Terra está morrendo e que Ele está morrendo junto. Esqueceu-se que para sobreviver depende do alimento, da água, possíveis de serem renovados somente em um ambiente saudável, num solo fértil e limpo. A maioria da população mundial está exposta a graves riscos ambientais, seja no local de trabalho, de moradia ou no ambiente em que transita. No Brasil, muitas populações estão perdendo o acesso à terra, às florestas e aos rios, porque estão sendo expulsas por grandes projetos agropecuários, hidrelétricos, madereiros e imobiliários. Isso demonstra a estreita relação existente entre degradação ambiental e degradação social, conforme podemos observar no texto abaixo.

"(...)O excessivo crescimento tecnológico criou um meio ambiente no qual a vida se tornou física e mentalmente doentia. Ar poluído, ruídos irritantes, congestionamento de tráfego, poluentes químicos, riscos de radiação e muitas outras fontes de estresse físico e psicológico passaram a fazer parte da vida cotidiana da maioria das pessoas. Esses múltiplos riscos para a saúde não são apenas subprodutos casuais do progresso tecnológico; são características integrantes de um sistema econômico obcecado com o crescimento e a expansão, e que continua a intensificar sua alta tecnologia numa tentativa de aumentar a produtividade.

Alem dos riscos para a saúde que podemos ver, ouvir e cheirar, existem outras ameaças ao nosso bem estar que podem ser muito mais perigosas, porque nos afetarão numa escala muito maior, no espaço e no tempo. A tecnologia humana está desintegrando e perturbando seriamente os processos ecológicos que sustentam o nosso meio ambiente natural e que são a própria base da nossa existência. Uma das mais sérias ameaças, quase totalmente ignoradas até recentemente, é o envenenamento da água e do ar por resíduos químicos tóxicos."

"(...) Essas enormes quantidades de lixos químicos perigosos são resultados dos efeitos combinados do crescimento tecnológico e econômico. Obcecados com a expansão, com os lucros crescentes e o aumento de produtividade, os Estados Unidos e outros países industrializados desenvolveram sociedades de consumo competitivas, que induzem as pessoas a comprar, usar e jogar fora quantidades cada vez maiores de produtos de pouca utilidade. Para produzir esses artigos – aditivos alimentares, fibras sintéticas, plásticos, drogas e pesticidas, por exemplo – foram desenvolvidas tecnologias que envolvem o consumo intensivo de recursos, sendo que muitas delas dependem maciçamente de produtos químicos complexos; e, com a produção e o consumo em constante aumento, o mesmo aconteceu com os resíduos químicos, que são subprodutos inevitáveis desses processos de fabricação."

"(...) Enquanto a produção e o consumo se aceleravam nesse ritmo febril, tecnologias apropriadas para dispor dos subprodutos indesejáveis não foram desenvolvidas. A razão de tal negligência é simples: ao passo de que a produção de bens de consumo descartáveis era altamente lucrativa para os fabricantes, o tratamento apropriado e a reciclagem dos resíduos não o eram."

"(...) O consumo excessivo e nossa preferência pela alta tecnologia criam quantidades enormes de coisas inúteis, como requerem em sua fabricação, gigantescos montantes de energia. A energia não renovável, derivada de combustíveis fósseis, aciona a maior parte dos nossos processos de produção, e com o declínio desses recursos naturais a própria energia tornou-se um recurso escasso. Em suas tentativas para manter, e até aumentar, seus níveis correntes de produção, os países industrializados do mundo têm explorado ferozmente os recursos disponíveis de combustíveis fósseis. Esses processos de produção energética podem vir a causar perturbações ecológicas e um sofrimento humano sem precedentes."

(In "O Ponto de Mutação", de Fritjof Capra. Pág. 226, 227. Editora Cultrix)

[1] Título de Documento da ONU sobre o meio ambiente divulgado em 1972, na cidade de Estocolmo.

Após uma pausa para uma respiradazinha, continuemos na reflexão sobre a atualidade ambiental do planeta Terra. Sabemos que ao abordar esse tema não é possível deixar de recorrer as reflexões de Leonardo Boff, que há mais de 20 anos vem construindo uma teologia baseada na complementação entre o Homem e o Meio Ambiente. Em sua mais recente obra, "Do iceberg à Arca de Noé", defende mais uma vez a necessidade de uma "nova ética planetária", para fazer frente aos cenários de cataclismos aos quais estamos subjugados, consciente ou inconscientemente.

De forma didática, refere-se a um primeiro cenário como conservador e dominado pela lógica do neoliberalismo, **" que mostrou sempre parca sensibilidade ecológica e social, tolerando o agravamento das contradições internas"**. Por adotar o regime de máxima exploração dos recursos naturais, visando o lucro exacerbado, nega ou pelo menos interrompe o processo evolutivo ao qual a natureza e a humanidade estão sujeitas. É preciso buscar sempre a harmonia na luta diária pela existência, tal como ocorre entre os demais seres vivos, ou mesmo entre os índios.

Um segundo cenário, ao qual chama de **reformista**, teria consciência do que vem ocorrendo com o planeta, mas aposta em sua "capacidade de regeneração". Logo, não propõe grande mudanças na lógica consumista e predadora que adotamos no trato com a natureza, mas defende que desenvolvamos mecanismos compensatórios, isto é, que possam minimizar os efeitos destruidores. Tal visão, segundo Boff, teria dado origem ao conceito de "desenvolvimento sustentável", que considera uma:

> *" (...) falácia do sistema do capital para incorporar o discurso ecológico a um tipo de desenvolvimento linear, predador e criador de desigualdades. Que contradiz e anula o sentido originário de sustentabilidade, que visa sempre o equilíbrio de todos os fatores. Mas, pelo menos, introduz técnicas menos poluentes, evita a excessiva quimicalização dos alimentos e se preocupa não só com a ecologia ambiental, mas também com a ecologia social, buscando diminuir a pobreza, embora com políticas pobres para com os pobres. Esta solução representa apenas um paliativo, não uma alternativa à situação atual."*

Já o cenário de uma nova ética planetária, ao qual chama de libertador, pressupõe uma radical compreensão sobre a nossa condição humana. Coloca-nos numa relação horizontal com os demais seres vivos, tirando a prepotência de nos auto-intitularmos como **senhores do mundo**. " *(...) um novo pacto social mundial, no qual os sujeitos de direitos não sejam apenas os humanos, mas também os seres da natureza"*. A essa compreensão denominou de "democracia ecológico-social-planetária" ou de "biocracia".

Nunca é demais acentuar para nós mesmos que a palavra **HOMEM** vem de *húmus*, que significa terra fecunda. Portanto, somos parte e parcela da terra. Pertencemos a ela e não ela nos pertence. A própria palavra **ECOLOGIA**, criada em 1866 pelo alemão Ernest Heikel, que foi discípulo de Darwin, tem o significado de Ciência Doméstica, isto é, Ciência que se propõe a cuidar da Casa Comum, do Planeta, local em que todos vivemos juntos e articulados entre si.

Isso fica bem mais claro quando analisamos o que Leonardo Boff conceitua como sendo Ecologia. Trata-se de uma definição que a gente deve ler, reler e nunca mais esquecer. Claro, que isso só acontecerá se a incorporarmos em nossa visão de cidadania. Vamos lá:

> *" Neste planeta terra, não habitam apenas os seres humanos. Nele estão todos os demais seres, desde os microorganismos, vírus, bactérias e fungos (95% da vida) até os solos, as rochas, as águas, a atmosfera., os vegetais e os animais. Em outras palavras: na terra se encontram todos os ecossistemas vivos e inertes, com seus devidos representantes. Como fazer para que todos possam continuar existindo, desenvolvendo-se, convivendo e satisfazendo suas necessidades básicas, em colaboração (sinergia) e em paz? Este é o propósito básico da ecologia. Para atingi-*

lo, faz-se mister preservar e fortalecer as relações que todos mantém entre si. Por isso a ecologia, mais que se ocupar com cada um dos seres tomados isoladamente (as águas, as florestas, os animais e os seres humanos), preocupa-se com as relações que existem entre eles e de todos com os seus respectivos meio ambientes. Numa palavra: a ecologia se ocupa com a comunidade de vida. A ecologia vive de relações, pois entende que o universo, a comunidade planetária e todos os seres vivem uns pelo outros, com os outros e para os outros, pois tudo tem a haver com tudo em todos os momentos, em todos os lugares e em todas as circunstâncias".

É preciso assumirmos o quanto antes um comportamento mais responsável em relação a nossa parte do Planeta, criando uma nova mentalidade de agir na comunidade local, para proteger a comunidade global.

Essa **nova mentalidade** foi conceituada magistralmente no documento **"Carta da Terra"**, adotada pela ONU como uma Declaração Universal, a exemplo da Declaração dos Direitos Humanos. Aprovada em 14 de março de 2000 pela UNESCO, após 8 anos de discussões em todos os continentes, a **Carta da Terra** teve uma comissão de redatores ilustres: Leonardo Boff, Mikhail Gorbachev, Mercedes Sosa e outros.

Seu principio Básico é **"a Vida, a defesa da Vida em todas as suas formas e manifestações".**

"Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a esse propósito, é imperativo que, nós, os povos da terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações". (Carta da Terra)

O documento radicaliza ao denunciar e propor que "**o meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, da diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado".**

A partir dessa sensação de pertencimento a uma sociedade civil global é possível construir um mundo democrático e humano. Trata-se de desencadearmos uma verdadeira revolução cultural em meio a sociedade capitalista de mercado que vivemos e a qual nos curvamos; combater o consumo desenfreado, o desperdício, a degradação ambiental , a degeneração humana, a exclusão social, e todas as formas de discriminações. Tudo isso é fundamental para a nossa própria sobrevivência futura. É tarefa urgente, cotidiana e requer uma verdadeira mudança na mente e no coração. Devemos isso à Terra, a Deus e ao nosso próximo que ainda virá.

Artur Messias
Tel.: 3763 5567

COMO O BRASIL AJUDA A PROVOCAR À MORTE DO PLANETA TERRA

- O Brasil emite anualmente cerca de 200 milhões de toneladas de carbono com o desmatamento e sobretudo com as queimadas e os incêndios florestais;

- Na geração de energia as termelétricas passaram a ser prioridade, aumentando a emissão de gases e deixando de lado outras matrizes como a energia solar e a eólica;

- O atual modelo agrícola centrado na monocultura de grãos e na pecuária extensiva, articula-se com a exploração predatória de madeira, gerando fortes impactos nas florestas;

- Esse ecossistema abriga cerca de 20.000 espécies vegetais, que equivale a 33% de todas as espécies nativas do país e a quase 10% de plantas existentes na Terra;

- Originalmente os domínios da Mata Atlântica cobriam uma área de 1,3 milhão de Km2 em 17 estados brasileiros, o que correspondia a 15% do território nacional. Hoje está restrita a 100 mil Km2, que corresponde a cerca de 8% da área original;

- Dos 202 animais em extinção no Brasil, 171 habitam em floresta de mata atlântica;

- Dados do IBGE dão conta de que 15 milhões de brasileiros não tem acesso a rede de água e 39 milhões não contam com esgotamento sanitário;

- Diariamente produzimos 125 mil toneladas de lixo, sendo que 68,5% do lixo é despejado em lixões e alagados a céu aberto contaminando fontes de água superficiais e subterrâneas;

- O Brasil é o 3° consumidor mundial de agrotóxicos, só perdendo para os Estados Unidos e o Japão.

Governo quer transformar o latifundio em empresa capitalista, modernizar a terra capitalista - não é mais necessário Reforma Agraria. Os trabalhadores disponiveis serão assumidos pelas empresas rurais.

FORÇA SINDICAL - fundação do Medeiros, postura Agressiva p/ reformar o Capitalismo. Resolver as situaçõs imediatas da Classe Trabalhadora.

⇨ Politica Econômica - manter a politica salarial (salário 70 dólares) / indice de desemprego alto.
Competição do trab. do campo e do trab. da cidade.
Volta ao campo como alternativa de sobrevivência p/ o trabalhador
Hora das Ocupações

⇨ Aliança Brizola - Collor - vão conseguir Brizola dinheiro p/ desapropriaçõs p/ fins de Reforma Agraria no sentido da politica do governo passado e em convênio c/ o Gov. Federal.
- Intervenção cada vez menor do Est. nas empresas rurais e urbanas (isto é prejuizo dos pequenos e medios) dai a proletarização do pequeno e medio produtor.

⇨ Secretaria Estadual de Agricultura desaparelhada de pessoas e recursos p/ fazer valer uma politica agricola favoravel aos trabalhadores.
Governo de desaparelho, - que desestabiliza. A saida da "Zelia", porque Collor não podia lançar novo pacote. O novo ministro pode. MACRI Trabalhador no Poder como Ministro. (observação desta proposta)
- MACRI - caricatura - Compra - desvio de atenção.
p/ passar uma imagem moralista do Gov. Collor.
Cabrera - diz - Est. do Rio não é prioritário na politica agraria e agricola. Vão centrar forças no Nordeste, onde os Ministros tem suas fazendas.
~~Brizola - aliança c/ Gov. Federal~~ -
Partidos que eram de centro esquerda, foram p/ direita
PMDB - PDT / PT e CUT - marcha grande! Bancarios duas chapas artistas se degladiando.

- Assessoria a agentes de pastoral
- a lideranças rurais

- Resistência dos ks na terra.
- Ocupações de terra - luta pela terra
- Assalariados
- Comercialização - Assentamentos
= Pastoral = reflexão e celebração da Vida. < pastoral de massa →

Presença CPT Mangaratiba < emergência - conflito / assistência jurídica.

= fixar o trabalhador rural na terra
= ajudar a se organizar em cooperativas de produção e venda
= ajudar as autoridades ~~ao~~ ~~ao~~ municipais a ver as situações de conflitos (interessar a prefeitura local p/ que descubra o problema e assuma)

CPT Diocesana

- apoio das associações rurais ao sindic. rural
- CPT - promover escolas de formação agrícola e integrada.

CPT - Regional; R/ intervenção + político junto ao INCRA, SEAF Meios de Comunicação
- Intervenção na política agrária e agrícola.

CEDIM

"Vale mais um pé no chão do que a caneta no papel."

O "P" da CPT - crise - Administrar esta crise -
o novo modo da CPT ser?

- Franco // Autonomia da Pastoral ou — (crise)
V. Redondo // Autonomia dentro da Pastoral - (riqueza)

Autonomia - na organização e administração

· Identidade CPT - eixo da Vida, do humano.
- laço social - político e econômico.
— Assessoria que responda as necessidades.

CEDIM

Rasângela - Experiência - Terra. (Terra e Negro) Terra = Fartura
Memória da Mãe - pegar as coisas no pé - até dizer chega - fartura.
- Trab. em Goiaz e depois na CPT.

- Geraldo - experiência c/ terra, louca e dura - mas alegre.
- Conflito (as famílias mineiras no Paraná contra as famílias dos gringos apoiados pelos paulistinos). Pagaram a terra 3 vezes e tiveram que trabalhar de agregados.
Em 16 anos mudaram 24 vezes de donos.
(Faziam o trabalho c/ muito gosto, era muito bonito.
Época de colheita era ocasião de festa.
Festas no terreiro da casa - contavam história, cantavam e dançavam -
- Ter que ir p/ a periferia da cidade. não tinha mais terra - só casa. O maior sofrimento do Pai e mãe não poder plantar. A grande vontade do pai é voltar para a terra. fixar a casa na terra.
Meu sonho, voltar a plantar no campo. (relação da terra. fonte da vida, mãe de negro, mãe de índio.)
Tinha mais tempo p/ viver - a luz dia lua.
Longa história de ser escravos dos donos da terra.
(experiência da minha avó)
- compra a terra e leva p/ onde? (como o feijão do armazém)
- "Silvia": Avó e Avó nunca tiveram um pedaço de terra.
Hist. p/ construir casa - terra p/ moradia - mundo urbano.
nunca conseguiu terminar a casa e morreu antes de
"Casa em Ipiabas" que foi de escravos - significou ter acesso ao mínimo de direito (do povo negro)



Você hoje tem coragem de definir (3)
pra Você o que é Terra?
O que é Água pra Você
Você já disse ou ouviu após
um fracasso, dar água, não pra ti?
Aquilo que lhe passaram,
provavelmente não foi o mais
prazeiroso e estimulante.
Para mim e muitas tantas pessoas,
índias, negras ou nativas
A TERRA É VIDA. A TERRA
É MÃE E preciosa. A água é o sangue,
é a vida que corre nas veias
do solo.
Água não é lixo ou poluição.
Nunca mais Você dirá: Isto não
dar em nada, vasou, dar água.
Por favor, respeite a Terra, a
vida e as águas. - Vamos, grita
comigo.
A TERRA É VIDA! A AGUA É SANGUE.
~~RESPEITO!~~ A TERRA É MÃE! RESPEITO!

Diante da Terra e da Agua a palavra é Respeito! Pare! Pense... e Reflita. Tenha coragem para confessar e mudar o que é pra Você Terra e Agua..

(4)

CEDIM

ASSEMBLEIA DIOCESANA

ANÁLISE AGRÁRIA E AGRICOLA.

Fernando Moura - Paiva - Sônia Martins - Geraldo Lima.

— Na Analise de Conjuntura p/ a Assembleia Dioc. é só análise da realidade urbana.

- IBGE - Presença do Latifundio nestes municipios.

O Est. do Rio é Est. profundamente urbanizado e a região do grande Rio é mais urbanizado

96% do RJ = é urbana - Reunião Metropolitana

99% dos Municipios são urbanos.

O Est. do Rio - sofreu intenso processo de urbanização de 1964 — 1980 -

- Produto Interno Bruto no interior do Estado é 2%

- O RJ é um setor mais industrializado.

- Atualmente de 1.400.000 descrescem p/ 500.000 mil pessoas.

— ~~Proce~~ Isto este acontece com o avanço do Latifundio e expansão urbana p/ as áreas rurais e desenvolvimento do turismo.

sitios de Lazer/Pesque e pague: avança e vai ocupando a parte rural.

Região da Baixão, marcada por conflitos.

só 14% da area rural são utilizado pela agricultura a 7% do terr

22% " " não são " " " torio total do estado

A maioria dos estabelecimentos são ate de 10" hect / ocupam 4% da area total -

- 200 areas com mais de 1000 hect. —

O numero total dos estabelecimentos rurais no Est. possou de 50.000 p/ 25.000 - os estabelecimentos ~~mais~~ de 10 hect -

Nos Anos 80 - os conflitos de terra se deram na região sul fluminense atraves do turismo e da área da Rio Santos

Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati
Et. tb. Ammama - Aquarema e Cabo Frio. / Nos anos 70 e 80 m
Ai temos ~~estamos~~ grandes conflitos -
Nos anos 80 o conflito se acirra com as ocupações
- Se concentram nos Municipios Paracambi.
Japeri - Queimados Nova Iguaçu
- Anos 80 os conflitos na Baixada passam a ser os principais no Est. do Rio.
- Nos anos 90 o MST avança p/ norte fluminense -
- fracasso da industria açucareira. = Trabalhadores ocupados só no periodo da safra. (corte da cana)

1997 - Capelinha - Conceição de Macabu.
- Usina São João - ocupação - e outras usinas.
Nos anos 90 há um deslocamentos dos conflitos p/ o Norte fluminense. É a região onde estão a maior parte dos latifundios no Est. Só Campos tem 33% de territorio -

3.800 familias acampadas -
18 Acampamentos pelo MST
2 " pela FETAG.
} concentrados em 2 regiões Região dos Lagos e Norte Fluminense

1999 - FETAG começam a ocupar terra e se concentram nas Baixadas Litorâneas -
Acampamento
≠ Olga Benário - Mangaratiba
= Manoel Congo - Valença.
MST - decidiu concentrar as ações da Ref. Ag. = Norte do Estado Médio Paraiba.
Isto vai permitir ações produtivas conjuntas entre os acampamentos.

- A Baixada não tem mais grande número de acampamento.
- Ha inexistência de grandes estoques de latifundios nesta região - Sobra poucos latifundios nesta região.

Campo Alegre: nunca foi feita a regularização fundiária
Daí nem teve acesso a crédito, à infra-estrutura e
População rural 578.000 - 4% da População.
1995 - 175.000 trabalhadores rurais.
Nós últimos 10 anos, o único produto que não caiu foi o tomate.

Fazenda Sant'Ana em Miguel Pereira - fazenda grande - poderia ser ocupada -

1. Normandia (Japeri) 25 famílias
2. Pedra Lisa - 26 família.
3. S. Bernardino - N. Iguaçu - 49 Fam / 3 guilheiros e capichaba.
4. S. Pedro - Terra do Estado - Jacambe = 100 (tem área, grande g. dá p/ ocupar) 85%
5. Campo Alegre = 93 Família 65 capoeiras. Acampamento Fazendinha Chapadão 118 / Mato Grosso 97
6. Vitoria Unicão 61 famílias. Terra Nova 24
7. Abrigo 82 Paracambi 82 fam.
8. Boa-Esperança. Guandú 34
9. Paes Leme = 51 famílias.
10. Mut. da Fé = 51 famílias

- Saber o nome dos proprietários
- Ir no cartório e pedir registro de imóveis.
- Ver o cartório que serve àquela região. (V. Cava)

Reforma Agrária - forma de acabar c/ a Violência
- e não ser visto como algo violento.

- Boa Esperança - Guandu -
a realidade dos trabalhadores melhorou após a ocupação.

= Tirar representantes

= Dia 25 de julho - Celebrar 20 anos de Campo Alegre e do MST.

= Emater - de N. Iguaçu - de Paracambi - { Conceição - Mariela
Leri // Joaquim - Maria José

- Discutir na reunião do Centro-Sócio-Político
MST - colocaria Alguem pra acompanhar a CPT.

DIA 28 : INFRA-ESTRUTURA

1º PRIORIDADE = INSTITUTO DE EDUC.
2º " : Monteiro Lobato.
3º " João Luis

16.h Marcha do Desenvolvimento Rural.

PRAÇA -

Final Show de artista locais

Hilario entra em contato -



A Agricultura Presente no Desenvolvimento na Baixada.

A Baixada tem sim Agricultura

"Recuperando Terra pra Planta

Agricultura Familiar presente na Baixada.

"Grito da Agricultura" Familiar # Grito dos lavradores da Baixada.

Marcha Viva da Ag. Familiar.

Agricultura na Baixada em Morrow X Baixada Fluminense

Marcha: Baixada Viva pela Agricultura Familia

"Um Ano do CMD resgatando a Agricultura"

Resgatando A Agricultura Familiar

A está Viva.

- Dia a Agricultura Familiar presente!
-

FAIXA - DO - RESGATE

SOMOS ~~DA~~ AREA RURAL

~~Resgatamos~~ nosso espaço ~~nosso sp~~

Presentes nos Municípios da Baixada.

Cada Assentamento trazer sua faixa.

— 2ª feira ~~EN~~

10 hs. Rn. de Prep. 28 de julho.

Agricultura na Baixada familiar viemos aqui para ficar

~~Nova Iguaçu~~

A Baixada ~~precisa~~

O povo da Baixada exige —

agricultura ecológica.

A

Perguntas — Resposta Agricultura

Quem põe o pão na sua mesa?

A agricultura camponesa.

Agricultura Familiar presente neste lugar.

ASPTA 22538317

Denis 97695506

CEDIM

O nosso inimigo forte é o agronegócio.

Assentados - trabalhar o caráter jurídico dos camponeses

Agroecologia - resgate agricultura diversificada

Preservação ambiental

- Natureza preservada e produção diversificada (ecologia) é garantia da autonomia dos lavradores
- garantia de diversidade de produção
- transporte p/ levar a produção.
- Ribeirinhos - 4 comunidades - campos.
- "Mística pela terra"
- construir e fazer valer políticas públicas enfrentando o governo.
- MST. parceria especial.

- Radio Comunitária
- espaço cultural (oficinas)

CEDIM

A consciência ecológica e a prática de uma agricultura natural.

O Que diz a lei no Brasil - Constituição Federal 1988

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ..... e o poder público tem o dever de defende-lo e preserva-lo para as atuais e futuras gerações

• Canto Chote Ecológico "Não posso respirar."

• O que nos diz hoje a Palavra de Deus.
(introdução: Geraldo).

Leitura. Vivians.

• Explicação: Pe Agustinho Preto

Geraldo introduz as bençãos chamando as pessoas.

• Oração de Benção dos Lavradores, da Terra, da Água, das plantas, das frutas, das àrvores. (padres, pastores e representantes das igrejas.

Geraldo chama alguem pra fazer o sentido da Partilha. (Juvenal)

• PAI NOSSO.

~~Canto~~. Motivação.

• Abraço da PAZ - Partilha. Encerramento. cantos.

"Obrigado Senhor agradeço obrigado Senhor.

Obs: Os camponeses(as) que trouxeram produtos para a partilha - no final da celebração eles devem apanhar seus produtos e distribuir.

---

gritos: - Quem põe o pão na sua mesa?
- É a agricultura camponesa.
Quem chegou para cobrar?
O agricultor familiar.

Quem abastece a sua mesa?
a agricultura camponesa.
É que ousa se chamar
De agricultor familiar

CELEBRAÇÃO DIA DO ~~TRABALHADOR~~ AGRICULTOR RURAL.

MES DO TRABALHADOR REAL

CHAMADA - (Sonia) juvenal - Canticos = Alcimar

Canto: Boa tarde céus. (Geraldo). juvenal - Sentido.

MISTICA DO MST.

2. Animação DIA DOS TRABALHADORES (juvenal e Sonia.

Canto "Deus chama a gente pra um MOMENTO NOVO.

3. "Vem entra na roda Você tb." Introdução a Fala sobre A REALIDADE - DIFICULDADES E LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS. (Geraldo).

- Fala o Trabalhador Rural (Luis Fernando)
- Canto: "A CLASSE ROCEIRA..

4. Celebras as conquistas, Vitórias, Avanços da organização dos Trab. Rur. motivos para dar glória, louvores e ação de graças. (Geraldo).

juvenal.

CFAIXAS:
- CONSELHO MUNICIPAL RURA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL.
- Novos Assentamentos no RJ. (Acampamento do Parque Estoril
- Novos Acampamentos,
- RECUPERAÇÃO DA ÁREA RURAL
- EDUCAÇÃO NO CAMPO - SEMINÁRIO

Lavradores entram com as faixas.

- Apresentação (Luis Fernando // Luis Fernando Ligação Vitória com a Biblia:
- Canto: ~~A rosa dos cacha~~ Deus chama a gente pra um MOMENTO NOVO

APALAVRA DE DEUS

5. Todos estas conquistas e avanços foi possivel porque lavradores, educadores, associações e diversas organisações da sociedade acreditaram, lutaram e venceram. com fé em si, fé em Deus, fé na caminhada.

(Entrada da Biblia - Viviane - Biblia (roupa) dançando.

6. O que Deus nos fala hoje, aqui agora - "Será que nós tambem somos povo de Deus? Já experimentei na minha história que Deus me ama?

A história dos lavradores na terra ~~nos~~ nos falam.

(Livro pag. 51. A terra na vida dos lavradores - (Viviane).

- Canto: "A terra guarda a raiz.

Os lavradores na vida da terra _____ juvenal. pág 51

Hist. da Terra na Baixada Luis Fernando
1940
- Cinturão Verde p/ a Cidade do Rio de Janeiro

Expulsão dos trabalhadores pelos
Sulinos a serviço de especuladores imobiliários
- gado meio de mascarar a invasão imobiliária
- crescimento da população na Baixada
Cresceu 360% enquanto no Rio cresceu
40%.

Luta dos lavradores nos anos 50 e 60, a luta
dirigida pelo PCB era pelo uso-capião
Anos 80 o palco dos maiores conflitos volta
a ser a Baixada.

CEDIM

I Ligação do céu com a Terra

Igreja Comprometida c/ a libertação dos empobrecidos e escravos -

- A defesa dos oprimidos -

assassinato de um louvador.

D. Adriano - — Explosão de bomba no sacrário da catedral

- SEXTA FEIRA SANTA EM VICARIA DE CAVA.

- ORIGEM DA CPT N. Iguaçu

Pagou com seqüestro, perseguição difamação

CEDIM

Frei Luciano CPT Nac.

Os jovens e o mundo de hoje estão vivendo um momento crucial - 40 anos.

A CPT também "Almanaque a CPT" publicou" com o camponês do Amazonas "Faz escuramas em canto".

Almanaque

① fazer Memória

② Rebeldia

③ Esperança

Em preparação p/o Congresso da CPT 2015

Documento Preparatório p/o congresso.

Organicidade - Formação - Sustentabilidade da CPT.

Evangelizar não é doutrinar mas dar boas notícias.

Voluntários da CPT se dedicam por paixão e não por dinheiro

sustentabilidade financeira, política, pastoral.

caixa d'água do Brasil, o cerrado está sendo esgotada.

Sustentabilidade financeira — aceitar ou não aceitar dinheiro público ou da Petrobras.

O que a CPT não pode faltar no Brasil ou em nossa região

Formação da CPT parte do Engelh interpretado por Paulo Freire e em defesa dos pobres (através da educação popular).

Comunicação - Informe

(1) Sal - Experiência Post. sande
- Açúcar - campos.
- Mel.

(2) - Doc. ler e divulgar.
Abaixo assinado até fim de janeiro

Enc/ mostrou p/ min com nível "CPT" da CPT-RS

Avaliação = Afirmação, fiel a intuição original e desafidora p/ se encarnar e responder a realidade atual do povo trabalhador rural. Força Joalm =



= Eu procurei dar minha contribuição do meu geito mas gostaria que vocês pudessem me ajudar e me falar. Peço desculpas se em alguma coisa não corresponde às expectativas de vocês.

Viviane: ~~mar 2~~ marcar 2 minutos p/ cada um - Depois se dá um aviso pra pessoa terminar.

1) De que forma essa experiência contribui para o "ser CPT"? Para fortalecer a identidade / missão da CPT?

2) A nossa prática está em sintonia com as propostas metodológicas estudadas?

3) É prática na nossa atuação parar para fazer essas reflexões? Se sim, com qual periodicidade?

CPT = acompanha e assessora lavradores na sua conquistas reivindicatórias e às suas organizações e movimentos visando melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania.

- a fé cristã suscita a solidariedade aos pobres do campo — promove e preserva o justo campones de ser cristão e alimenta a prática ecumênica.
- promove formas alternativas de utilização do solo (defesa do meio ambiente).
- busca trazer os trab.Rs que estão à margem do processo social, para se inserirem em suas organizações.
- levar as Igrejas, comunidades e religiões a defender e promover a vida e a cooperação entre todos para garantir o bem estar comum do povo.
- levar as Igrejas, comunidades e religiões a descobrir e respeitar e promover formas culturais que promovem a justa distribuição das terras, a melhoria da produção e comercialização e a defesa dos trabalhadores (as) esmagados pela opressão e trab. escravo — denunciar —
— Est. da Bíblia — Celebrações — Atividades —
— Formar agentes para ~~esta~~ promover este trab. junto aos lavradores.

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001970 RIO DE JANEIRO · RJ
TEL. : (021) 232 0495 Fax: (021) 221 4109

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1994

A Comissão Pastoral da Terra do Rio de Janeiro declara para os quaisquer fins, que GENEROSA DE OLIVEIRA SILVA e SONIA FERREIRA MARTINS, eleitas em Assembléia no dia 18 de junho de 1993, tornaram-se Coordenadoras dessa entidade de Pastoral com plenos poderes para tomar dicisões e assinar documentos.

Generosa de Oliveira Silva

Sonia Ferreira Martins

CEDIM

Avaliação

com as visitas é que cheguei perto e comecei a tomar pé das coisas. Senti mais a realidade dos trabalhadores e o trabalho das equipes.
Foi um aproximar-se e tomar pé para começar a desenvolver um trabalho.
A carta que enviei para as áreas foi bom com diretriz e desafio como a gente pode aproveitar da visita para estar incentivando as linhas da CPT nas áreas. Mas não houve ainda uma preocupação das equipes no sentido de estar aproveitando a visitas para estar discutindo o dia-a-dia do trabalho. A visita acaba ficando mais polarizada com os coordenadores de área. Nas áreas que prepararam se pode fazer alguma coisa de preparação para a Romaria - N. Senhora, Friburgo, Macaé, Trajano, mas se pode dizer o mesmo de V. Redonda, Valença, Itaguaí. Aliás Itaguaí foi a única área que não quis me receber. Até hoje deve estar marcando a data para eu ir lá. Tenho consciência de que o trabalho tem que ser com as equipes e junto com elas trabalhar com pedras, irmãs pastoras, para aplainar os caminhos para o trabalho da CPT.

TERRA É VIDA E AMOR

JUSTIÇA PARA O POVO LUTADOR

8* ROMARIA DA TERRA

CAMPO ALEGRE - NOVA IGUAÇU

Dia 24 de julho já está bem pertinho, e, muita coisa anda acontecendo :

- festival de música, festa do trabalhador rural, reunião das comissões de animadores, recepção, barraqueiros, segurança e saúde.

Está faltando pouca coisa, por isso, VENHA PARTICIPAR da assembléia final de preparação da Romaria. Será no dia **16 DE JULHO, SÁBADO, ÀS 10:00 HS** NO CRUZEIRO.

Comissão Local - Campo Alegre
CPT - Nova Iguaçu

TERRA É VIDA E AMOR

JUSTIÇA PARA O POVO LUTADOR

8* ROMARIA DA TERRA

CAMPO ALEGRE - NOVA IGUAÇU

Dia 24 de julho já está bem pertinho, e, muita coisa anda acontecendo :

- festival de música, festa do trabalhador rural, reunião das comissões de animadores, recepção, barraqueiros, segurança e saúde.

Está faltando pouca coisa, por isso, VENHA PARTICIPAR da assembléia final de preparação da Romaria. Será no dia **16 DE JULHO, SÁBADO, ÀS 10:00 HS** NO CRUZEIRO.

Comissão Local - Campo Alegre
CPT - Nova Iguaçu

* – Assessor Past. Experts em 3 coisas = ou p/ articular os (cons.)

– transar religiosidade vivida num espaço eclesial – (fé e expressão / que sirva p/ a transformação da sociedade.

– – dif. os agentes { – c/ fé explícita e prática
– c/ fé " sem
– sem fé e c/ prática solidária

– articulação com as Igrejas.

– Em Minas CPT – surgiu depois das CEBS – a CPT busca agentes nas CEBS – (q. está em decadência)

– No Est. do Rio, não –
– Comunidades rurais se reunem semanalmente
– Paróquias tem no mínimo 13 comunidades.
– CPT não tem nenhuma inserção com estas comunidades.

"A gente priorizou trabalhar c/ lideranças S/Terra sindicais" Ecumenismo p/ quem não [illegible]

Expressão evangélica – solidária – nos grupos "macumbas"

"As Comunidades Eclesiais de Base de V.R. são apáticas.

Nós não temos clareza como CPT – o nosso trabalho past. como explicitar a fé. A CPT é "anfíbio". Se se tem uma fundamentação teológica – Past. dentro da CPT = Nova Era e Olística

– Discurso empolgado – fecha os espaços para a CPT – em vez de ouvir este discurso q. se quer ouvir ordo

José Jorge.

Past. — nunca foi priorizada na CPT-RJ. solicitado na CPT. no Leste-1

— no próprio Leste 0 - ouve um questionamento à CPT.

— A CPT, não tem argumento teológico p/ responder à exigências past, das dioceses.

= Jerominho não "aproveitou dados do 7º Intercontinental e São domingos.

— Enc. c/ Lavradores - Terra e Bíblia.

= Enc. Past. (Ecumenismo)

- Forma como se relaciona =

- Quem vai se opondo aos bispos são os próprios leigos.

Geraldo" - enrolado - tem resistência das equipes - por onde você passa tem rolo compressor =

- Não acha vão nome interesse do pessoal preparar Enc. com os trabalhadores.

— Preparar Enc. "Fé e Mística".

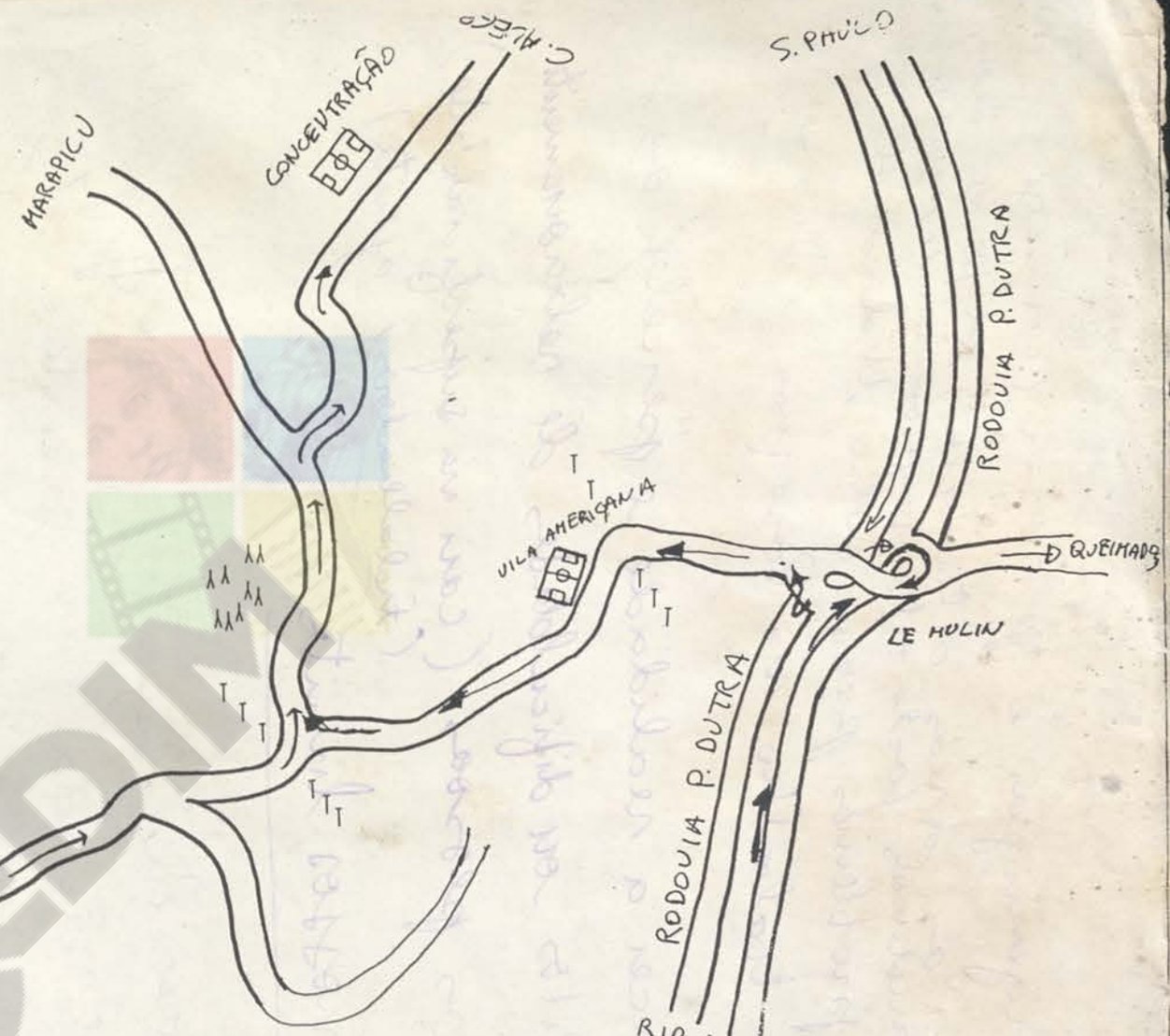
- Se organizar e planejar (consigo e com as áreas o trabalho) Se perder nos papeis e anotações. Gastar + tempo procurando papel do que planejando.
- Cria problemas para a outra Metade do meu trabalho na Paróquia e Diocese =

- Conhecer a realidade e perceber os conflitos ou dificuldades de relacionamento entre as pessoas (cair na superficialidade). (trabalhadores e agentes)
- Ver nossos limites.

Ter consciência que só é uma Ig. profética e que não dá para aceitar tudo o que a Igreja tradicional quer impor. Sei que precisamos ser politicos com eles como eles procuram ser conosco.

Espero dos Colegas

- Que a gente faça periódicamente análise de conjuntura da situação agraria, agricola, econômica, e eclesial - tenha tenhamos análise comum -
- Que consigamos trabalhar mais juntos. "(em equipe)"
- Que a gente tenha creatividade p/ entre nós encontrar espaços de revisão de nossa relação; lazer e celebração.



8ª Romaria da Terra em Campo Alegre
Diocese de Nova Iguaçu - RJ

1) Avaliação do Secret.
2) Contas - CPT
3) Informes *
4) Grande Região (CPT-Nac)
5) Confraternização
6) "Recesso"
7) Planejamento 94 (Relatório)

Casa da Ribeira
No ponto final do ônibus de Angra // apanhar o ônibus Retiro da Ribeira e saltar no ponto final

Nomicio
Avaliação = Virada - Transição - (Renovação do Secretariado) = "Conceição de Macabu.
Em Assembleia CPT - RJ. Dificuldade de se reunir - C. Luis e Weverton.
Entra Sônia - (transição) =

Secretariado - herdava uma relação c/ as áreas muito desgastada
- relação quebrada área - regional (autoritarismo do Secretariado)

- Planejamento 94 - se conseguiu avançar juntamente com as áreas. (As áreas se contrapuseram c/ Itaguaí para avaliar a relação secretariado e áreas.

- Equipe CPT - Itaguaí - entraves = c/ questão do Luis Fer: houve retrocesso forte c/ relação ao secretariado.
Se complicou de uma maneira muito forte c/ a questão do julgamento de Jorge Garcia - em 1º de dezembro
Trabalhadores de Eldorado - falha pesado do Regional
- c/ grande angustia e que no momento do julgamento se sentiram largados.

Telefonemas
- Marcia
- D. Mauro

* Falta de informações, sem uma só pessoa do Regional no julgamento *
- "Assembleia Positiva"
- Eu não estou satisfeito do que se fez e do meu trabalho
- A gente não conseguiu se organizar.
- Temos a necessidade de uma definição melhor de papeis.
- Papel = o que é da assessoria e o que é da Coordenação.

Ferenosa - sobrecarregada de trabalho

Ferenosa: A partir de Abril, o Secret. não se reune mais regularmente
* A secret. 93 começou "descoordenado" Não avaliamos as áreas nem redimidiu o acompanhamento das áreas no começo do ano. Ficamos meio solto
Crise interna foi tb. depois da Assembleia *
* Relação * fraca no "Secretariado" - Ferenosa se sentiu só e muito desanimada p/ toca a C.P.T -
Até que ponto os pessoas no secretariado se sentiram companheiras

Conjuntura - fóra da Conjuntura, CPT - fóra das coisas.
Coisas da Terra - CPT é convidada e não vai.
do Trem da Hist. - Filme sobre a Terra - CPT à margem
- Avaliação do Trab. Escravo = se queixaram da não participação dos Trabs. rurais *
* Crise interna - crise financeira = preocupações = insegurança financeira * - Horários - de "começar"

"Nossa Identidade" = Assessoria e Coordenação X Equipe CPT. N. Sg.
Assessoria influência, tem poder de informação, é bom pra eles, trazer as coisas - ajuda mas não ajuda.

Aurélia: Avaliação da prática - crescimento e amadurecimento do pessoal..
- secretariado - é mais fácil entender a agenda do que sistematizar o trabalho.
Se trabalhou desesperadamente na correria.
Nos deixamos engolir pela Conjuntura..
Se pode sentar e discutir coisas de uma maneira madura. O grande mal é o comodismo e não se reflete.

Rio Bonito

Super-exploração de trabalho-demiência.

1. Carteiras - não assinadas - c/ desconto habitacional.
2. Trabalho de crianças -
3. Doenças.

- senhora - Marido doente - trabalhava de sol a sol - trabalho pesado sofreu derrame.
- ganha R$ 3, por pé de laranja lima que capina.

— Trabalho irregular: justificança Crianças tem necessidade.

— Grande exploração de mão de obra esta exploração faz parte da economia da cidade e do movimento social na

= Mau uso da terra - agrotóxico - ~~cau~~ causou a terra e não dá mais pra plantar laranja e transforma as terras da laranja para criar gado.

#

- As maiores fazendas estão em Araruama.

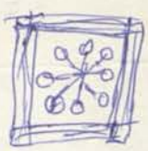
Mauricio = duas questões: Rio - não se consegue comprovar trab. escravo, mas se consegue detetar a realidade no trab. rural assalariado no Rio de Jan. e no Brasil.

Dados do (PEA -) 25% dos trab. Rurais tem carteira assinada - 75% não tem.

2ª) - Este tipo de trab. super-explorado é o q. garante a sustentação destas famílias.
(Cuidado)

3ª) A gente está intervindo não a partir de uma solicitação dos trabalhadores, mas a partir de uma pessoa da secret.

- Como a gente intervem numa situação destas?
- Quais os "passos"



=

Algaci = "caso das crianças" devemos pedir ajuda junto ao Cons. Estadual de Proteção da Criança e Adolescente!!
Ivanir e Claudio - parceiros.
- Crianças apanhando pesos acima de suas forças.

Demonstrativo da política pública do Brasil

"Jornal Maioria Falante"

Forum - CPT
Bento Rubião
Mandato Togo.
Cons Est. Crian. e Adolesc.

- 1 questão diante disso o que a Prefeitura pode fazer

- Riper: sugestão: faltou - existem crianças exploradas em outros setores - (ex. fábrica de bananada).
- existem os despejados
- era importante dar mais uma aprofundada lá.
- produção (ver) politicamente ver o q. é importante.

apurar

Pu. CPT - MACAE
Vania - Andreiva - Joana



- Projeto - Cantagalo
- " Cambucais

Atitude educativa Nossa - não ser assistencialista.

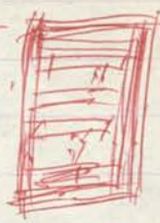
Vânia - pede informação sobre "Fomento" "Titulação" (Poli?)

Joana: Informes: "Conceição - projeto - sementes - "ensaio do milho."

As mulheres fizeram farinha de mandioca no Mut. S. Domingo.
- Falência da Usina - "Sindicato" - Andreia exije 20% e não abre mão. 5% p/ Sindicato.

- Sexta - feira - Enc. Mulheres Sto Domg. - Saúde da Mulher e Cidadania.

Conceição - 23 Comunidade e 18 Pastorais Assembleia Paroquial anual.



Material de Pastoral p/ refletir (Joana).

Se não tem subsídio não tem como caminhar.
- Past. - sufoco - presença eclesial na cidade.
- existe cobrança da CPT na Comunidade.
- Voluntarios - ~~estão~~ no sufuco = ~~2 dias~~

Ação e reflexão ao mesmo tempo.

Cambucais - se pucha, cria espaço p/ expressão da fé.
- As vezes a gente deixe de fazer isso e faz só encaminhamento político.
- Igreja - Macae - q não se compromete com o sol

A existência
Calendario pesado - (liberado não dá conta, imagina p/ os voluntarios)
Isto está agindo e não refletindo.
- subsídio é importante -

x

Varia Rn. Planejamento 94 é pra afastar - o voluntario das áreas -
Objetividade da CPT, o que a gente quer ser junto dos trabalhadores *
- Marcar nossa postura que está lá não só pra coisa material

—

- "Formação Politica" Amélia

PARA FECHAR ARQUIVO

1 ~~Pro~~ Com Mals Procurar "ARQUIVO"
2 Com Mals " "Cancelar" ou "Conservar"
3 " " " "Fechar"
4 " " " Operação Encerrada"
5 " " " "OK"
6 Desligar botão da ~~Computa~~ Impressora, do computador e de energia.

417
283
70
64

3 CPT-NI.

1. os trabalhadores rurais do Brasil devem aumentar suas lutas pela conquista da terra (reforma agrária)
   - defender sr terminha
   - consigam condições p/ plantar
2. Atuando no Sindic. (se interligar - Mutirões, Mov. dos Sem Terra, Sindic. rurais)
3. União trabalhadores - Campo - cidade - 1º de maio
4. Reforma agrária - decisão dos lavradores; Os "sem terra" não querem nem favor, nem migalhas, nem remendo, como alguns governantes andam oferecendo.
   - Querem mudança geral. -
   - Só se conquista com organização dos Sem Terra e com o apoio de todos os que acreditam que isso é bom para toda a nação.
5. Reforma agrária deve ser encarada hoje como algo a ser conquistado por meio da mobilização e organização dos trabalhadores e não como algo que venha como dádiva do poder público.

- PARÓQUIA - { Campo Alegre CPT. / Conselho Paroquial.
- JOC - Nova Iguaçu - e Estado.
- Comissão Dioc. de Past. Op.
- Desempregados a) Catedral b) Sta. Rita. c) Gráfica d) Pesquisa.
- Movimento Adolescentes e Crianças.
- AÇÃO SINDICAL - (Metalúrgicos) ?
- Fraternidade Sacerdotal.
- Conselho Regional de Presbíteros.

CEDIM

P.e Eduardo

Seu Amazonas (Fremaisa) está solicitando telhas q lhe pedi.

O ESTADO DO RIO PRECISA DE ASSESSORIA PASTORAL NA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.?

= BRASIL = Maior país de concentração de renda do mundo
Maior país de concentração de terra do mundo.
É e continua sendo. É a direita liderada pela bancada ruralista no Congresso continua impondo ao país seus interesses. Porisso é que a Reforma Agrária não sai do papel e da Televisão não passa pela a terra, não beneficia os 8.000,000 de trabalhadores sem terra. Porisso que apesar da luta da Cidadania desencadeada em boa hora pelo Betinho a fome avança alastradora por este país e as condições de vida dos trabalhadores se deteriorem dia-a-dia.
Porisso o pouco que o Movimento Popular da Terra fez avançar na lei de regularização da Reforma Agrária está ameaçado pela Revisão Constitucional controlada e impulsionada por aqueles que só querem terra para negócio.
São eles que paralisam o Congresso e o processo de aplicação da URV para exigir o perdão de suas dívidas enquanto os pequenos produtores do sul são obrigados a entregar suas terras ao banco para pagar suas dívidas.
E a Imprensa se cala e omite frente a esta exploração e não defende a maioria da população comprometida na defesa da vida, das condições de trabalho digno, e de alimentação p/ todos.
Onde estava a imprensa que não falou nada sobre a Criação da Central dos Movimentos Populares. Porque se omitia?

é uma situação de exploração extrema -
nas sociedades estruturadas com base no sistema capitalista
(em todas as suas fases e em sua expressão neo-liberal atual,)
as maiorias populares são condenadas à marginalização
e à in-defensibilidade. Nestas situações, a luta e a defesa
do Povo assume uma importância decisiva.
Quando a bancada ruralista consegue no congresso Nacional constituinte neutralizar o movimento popular que se manifestou com 1.400.000 assinaturas a favor de reforma agraria popular, onde fica a responsabilidade dos que são batizados em nome de Cristo, defensores da Vida e da justiça? Onde estão as Igrejas - que ostentam e honram o seu nome e deixam os preferidos de Cristo serem esmagados, excluidos e totalmente impossibilitados de garantir para a população do país uma alimentação boa e barata indispensavel para a Saude e o bem estar da comunidade?
Onde estão as Igrejas cristãs, que dois mil anos depois de Cristo, se calam e se omitem frente a exploração de mão-de-obra escrava a que são submetidos milhares de trabalhadores no Brasil e no Estado do Rio?
Será que isto não basta para justificar a presença da CPT como entidade que acompanha a vida e a luta dos excluidos, denunciando as situações injustas, excludentes e desumanas a que a classe dos trabalhadores rurais se vê relegada pela Política agraria e agricola totalmente controlada pela classe ruralista?
Como é possivel que as Igrejas se calem e cruzem os braços? E como é importante que a CPT com seus agentes e assessores tenham condições de manter viva na sociedade e para dentro das Igrejas o escandalo da fome, ampliado na concentração de terra. Os cristãos não podem dormir sossegados enquanto perdurar esta situação.
Como fazer chegar à sociedade organizada e sensibilizada por estes problemas encaminhamentos a nivel da base e das diversas instancias organizativas o clamor dos excluidos

A Assessoria Pastoral da CPTRJ se coloca no âmago (3)
das contradições dos ~~prop~~ problemas sociais, políticos
estruturais ainda não resolvidos. Pelo caminhar da
Historia todos os que se revoltam com esta situação
veem na CPT uma referência para apoiar a articulação ~~as~~ das
lutas e expressar a solidariedade das Igrejas, de uma maneira ~~orga~~ ~~articulada~~
~~e eficaz a lutas~~ ~~apoiar religiosa e tecnicamente as lutas~~
organizada e eficaz às lutas
dos trabalhadores rurais no Estado do Rio.
E todos sabem que o Estado do Rio, com a cidade
do Rio de Janeiro, antiga capital, contem a parcela maior
da sustentação do sistema neo-liberal e ao mesmo
tempo o maior número de entidades, organizações,
e mobilizações populares de resistência com
canais de comunicação eficazes. O que acontece no Rio reperante no Brasil e no mundo
Porisso é que a CPT promove todos os anos a
Romaria da Terra. Porisso é que está chamando
os pastores e todas as Igrejas que defendem a
vida para participar dessa caminhada.
Porisso é que surgem denúncias contra ~~os~~ os
extermínios dos índios, dos lavradores e dos trabalha-
dores das periferias. Porisso é que a CPT está empenha-
da na formação integral dos seus agentes pastorais
nas seis áreas onde estamos presentes, para que
no interior de suas Igrejas e Municípios transmi-
tam este espírito novo e não deixem perecer a resistência e a esperança.
Porisso é que agentes e assessores estão empenhados
em capacitar, esclarecer, articular os apoios aos trabalhadores rurais
para que cresçam em suas conquistas e consigam
mais espaço em nossa sociedade e nas igrejas.
Se isto é missão de todos os agentes e assessores com
ito maior razão será missão do assessor
ral. ~~Fazer a~~ Sensibilizar Bispos, padres, pastores, agentes

pastorais para a urgência destes problemas e a (4)
necessidade premente de ter hoje, aqui e agora uma
atuação que case o Movimento Popular e Sindical
Com ~~os Movimentos~~ as atuações dos Homens e Mulheres
de Boa vontade e de todas as religiões na defesa
da vida ameaçada e na busca de estruturais
sociais-politicas-econômicas e culturais que
diga para o país e para o mundo o Brasil
e o Estado do Rio que o povo sonha.

- A conjuntura agrária estadual não está presente, nem a agrícola.
- Precisa colocar também a Programação?
- O que concretamente a Pastoral faz (ou fará)?

39.000.00.0
71.000 Dólares
a chegar - p/ ano 94.

Obs. Em tempo

× A presença da Assessoria Pastoral no Estado do Rio se faz necessária e indispensável também frente às contradições e incompatibilidades que são geradas no interior do Regional Leste 1 da CNBB. Como Regional dividido e incapaz de uma ação pastoral ~~de conjunto~~ articulada que seja luz para os trabalhadores excluídos, ~~está~~ se constitui num apelo constante
× aos cristãos para que na força do Espírito chamem bispos, pastores e agentes a uma conversão que signifique compromisso pastoral concreto com todos os ~~excluídos da terra neste estado~~ os apartados do bolo da vida neste estado.

COMO SE FAZ ANÁLISE DE CONJUNTURA

Este texto quer, a partir de um exercício teórico-prático, levar os participantes a compreenderem e se apropriarem da metodologia de análise de conjuntura. Ele está dividido em duas partes:

Na primeira aborda alguns elementos necessários à análise de conjuntura: como se estrutura a sociedade, o que é análise de conjuntura, o que a diferencia da análise de estrutura, a importância do acesso às informações e do saber fazer uma leitura.

Na segunda parte traz um roteiro para uma análise de conjuntura, que pode ser participada.

I – ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DE CONJUNTURA

1. O QUE É ANÁLISE DE CONJUNTURA?

"As conjunturas (são) como momentos históricos específicos de uma sociedade que decorrem do modo como se combinam as propostas, as intervenções, as ações, enfim, a vontade política dos diferentes agentes sociais, com as possibilidades oferecidas pelas suas respectivas bases objetivas de existência. Analisar conjunturas é analisar a ação, o movimento que resulta, num determinado momento histórico, da intervenção e da correlação de forças do conjunto de agentes sociais" (Grzybowski, 1985: 2s).

Para fazer análises de estrutura e de conjuntura de uma sociedade, é preciso considerar suas diferenças básicas:

- estabilidade, duradoura x mudança, desenvolvimento histórico;
- contradições principais, fundamentais x contradições secundárias

Toda sociedade tem características estáveis, básicas, duradouras que formam sua estrutura, como a economia, a produção, o estado, os grupos sociais (classes), a cultura, etc. No entanto, a sociedade atravessa fases distintas ou momentos de mudança em seu desenvolvimento histórico, momentos estes chamados conjunturais.

Assim, numa análise da estrutura da sociedade se busca suas características básicas, as mais ou menos estáveis. D'outra parte, quando se faz uma análise de conjuntura se busca estudar o momento histórico concreto que atravessa tal sociedade, a sociedade em mudança.

Quanto aos problemas e às contradições existentes na sociedade, podem ser fundamentais ou secundários. A contradição fundamental, básica - como por exemplo, o conflito de interesses entre oprimidos e opressores, entre maioria dominada e minoria dominante - corresponde à estrutura. As contradições secundárias - por exemplo, a divisão intra-classe oprimida ou opressora - surgem, às vezes, encobrindo os problemas básicos.

Na análise da estrutura de uma sociedade vemos os grupos sociais que existem e a força político-econômica de cada um. Na análise de conjuntura estes mesmos setores sociais se encontram em movimento, medindo força, se enfrentando. Trata-se na conjuntura de analisar a correlação de forças dada para direcionar/redirecionar as ações políticas.

2. COMO SE ESTRUTURA A SOCIEDADE

Pode-se dizer que a sociedade se estrutura em dois grandes níveis totalmente articulados: a superestrutura e a infraestrutura. Antonio Gramsci chama de *Bloco histórico* à estrutura global na qual se inserem, como momentos dialéticos, a infraestrutura econômica e as superestruturas político-ideológicas.

Quanto à superestrutura podemos fixá-la em dois grandes "planos":

. o plano da *"sociedade política ou Estado"*, que corresponde à função de *"domínio direto ou de comando"*, que se expressa no Estado e no governo *"jurídico"*.

. e o plano chamado de *"sociedade civil"* (composta pelos organismos chamados comumente de "privados"), que corresponde à função de *"hegemonia"* - isto é, de *domínio indireto* - que o grupo dominante exerce em toda a sociedade:

BLOCO HISTÓRICO

Superestrutura político-ideológica

- *"Sociedade política ou Estado"*: *Coerção* (dominação direta ou comando através dos *aparelhos estatais de coerção*: jurídico, policial e político), disciplina. Campo do domínio político.
- *"Sociedade civil"*: *Consenso "espontâneo"* (dominação indireta através dos *aparelhos de hegemonia* ou organismos de participação política da sociedade: escolas, Igrejas, Meios de Comunicação, organizações profissionais, sindicatos, partidos políticos, associações, instituições de caráter científico e artístico, etc.). Campo do domínio ideológico, da *direção cultural e política*.

Hegemonia x contra-hegemonia

Infraestrutura econômica

R I C O - A base material da sociedade: As relações de produção (o trabalho) são as bases, os fundamentos da estrutura social.
"Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real". (Engels)

"Estas funções (de domínio direto e de hegemonia) são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais (orgânicos) são os 'comissários' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: I) do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo". (Gramsci, 1989: 10s)

A sociedade civil, por sua vez, é um espaço da luta pela hegemonia. Espaço contraditório, pois nela estão em luta os detentores do poder buscando legitimar e garantir o "*status quo*" e a classe trabalhadora em luta contra-hegemônica. Intelectuais e organizações da sociedade civil são "orgânicos" a uma classe (grupo social) quando sua intervenção - social, cultural e política - favorece a essa classe (grupo social) em luta pela hegemonia na sociedade.

Os aparelhos de hegemonia são os responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias que permitem a uma classe impor-se como dirigente.

Hegemonia ou poder espiritual da classe dominante é o fenômeno da conservação das idéias e valores dos dominantes (ideologia), mesmo quando esta dominação de classe é percebida e se luta contra ela.

"Uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (isto é, o controle jurídico, político e policial da sociedade), mas ela é hegemônica sobretudo porque suas idéias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação". (Chauí, 1997: 110)

As atuais relações de produção (trabalho) estabelecidas em nossa sociedade têm suas matrizes no sistema econômico capitalista. No sistema capitalista de produção há um constante conflito de interesses entre patrões e classe trabalhadora. Tratam-se de classes antagônicas, pois de um lado estão os proprietários dos Meios de Produção (capital, empresa, maquinaria) que a todo custo querem aumentar seu capital (capitalizar) – para aumentar seus lucros competem entre si e exploram a mão-de-obra - e de outro os detentores da Força de Trabalho (operariado e todos aqueles que vendem sua força de trabalho) e querem uma remuneração justa e vida digna.

O sistema capitalista de produção começa a surgir por volta do século XVI com o mercantilismo e tem sua justificação ideológica no liberalismo (sistema de idéias que justifica o capitalismo), hoje com formato neoliberal. Sempre regido pela lógica do mercado, do lucro, da competição, da exploração, o capitalismo, inicialmente mercantilista, tornou-se industrial (operário) e atualmente é financeiro.

"Aliviar a labuta diária de algum ser humano não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia". (Marx, 1984: 7s)

3. REQUISITOS PARA UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Além de conhecer como funciona a estrutura da sociedade, o animador popular/dirigente político precisa municiar-se constantemente de informações, saber lê-las em profundidade, para articulá-las à sua realidade de classe.

a) A informação

Quem detém informação e conhecimento tem poder. "Saber é poder", diz Francis Bacon. Historicamente, a capacidade de preservar a informação/conhecimento sempre foi uma questão de poder. O filme "O nome da Rosa" expressa isso muito bem. Até agora, a melhor técnica para preservar a informação/conhecimento tem sido a escrita. Até a invasão - o "descobrimento' - da América, a escrita, e conseqüentemente, a informação/conhecimento, esteve restrita às elites. Com a invenção da imprensa, - Gutenberg - aumentaram as possibilidades de acesso à escrita e a preocupação com a alfabetização da população: os protestantes, para ampliar o acesso à leitura da Bíblia, investiram na alfabetização de seus seguidores.

A imprensa só começa efetivamente a funcionar a partir da Revolução Francesa (1789). A necessidade da burguesia, que já detinha o poder econômico (infraestrutura), de consolidar seu poder político exigia a circulação das informações/conhecimentos a fim de criar um novo consenso. *Djorno, djornale* = informações, imprensa que circula diariamente para as pessoas poderem se situar.

No entanto, é preciso ter claro o sentido que atribuímos à leitura, à alfabetização. Muitas pessoas, e principalmente, a elite no poder, restringem a alfabetização ao letramento sem vincular linguagem e realidade. Paulo Freire nos ensina que

alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto. Para ele, "a leitura do mundo precede a leitura da escrita". Bertold Brechet também nos chamou a atenção, seu Poema "O Analfabeto Político" fala do analfabetismo político, da falta de consciência do eleitor.

E o que nos propomos neste momento é aprender a ler a realidade sócio-político-econômica, aprender a ler o seu contexto para sermos sujeitos da história.

Não basta, por exemplo, termos dados, informações sobre nossa realidade. É necessário processar esses dados, proceder à sua análise. Ter clareza até no processo de recolher as informações.

Quem detém as informações pode mais... Neste sentido, as informações que se nos apresentam são filtradas pelos interesses de quem a veicula. A elite não divulgaria informações que a pudessem comprometer, destruir.

b) A leitura e seus níveis[1]

Leitura é toda a atividade de *interpretar*, ou seja, de *atribuir significados* a uma série de fenômenos (fenômeno significa aquilo que se manifesta): acontecimentos, fatos, dados, livros, etc.; é toda prática de dar significados ao mundo que nos cerca e à nossa própria vida.

Trata-se, neste sentido, de uma atividade *muito* ampla. Ela é efetuada *toda* vez que *lemos* um significado em algum acontecimento, numa atitude, num texto escrito, num comportamento, num quadro, num mapa, etc.

Podemos denominar a tudo isso de *leitura do mundo*. Ora, para poder fazer uma leitura do mundo à nossa volta, adequada, articulada e coerente, é preciso saber observá-lo, recolhendo as informações dos mais variados tipos e das mais diversas fontes.

As informações podem ser auditivas (escutar algo), olfativas (sentir cheiro), visuais (ver algo), palatáveis (gosto), auditivas (ouvir algo), táteis (sentir na pele) e sinestésicas (capacidade de sentir o espaço através dos próprios movimentos).

Ao ligar as *informações* recebidas às suas *experiências* anteriores, o leitor chega ao significado dos fenômenos.

O termo *texto* vem do latim e significa *"tecido"* e é entendido como qualquer significado articulado através de uma linguagem determinada. Neste sentido, um quadro, uma foto, um desenho, um mapa, um jornal, um livro, um filme, um evento, um acontecimento, uma atitude, um comportamento, etc., são textos com linguagens próprias. Trata-se de identificar a sua especificidade e de se apropriar do modo mais adequado de lê-los.

D'outro lado, o grau de profundidade e de engajamento de qualquer leitura depende de nossa experiência, sexo, país e época em que vivemos, da classe e consciência de classe, de nossa história, nosso conhecimento/vivência.

A leitura crítica

Um texto, seja escrito, oral, visual, etc., pode ser lido por prazer (algo mais subjetivo, pois está ligado à preferência pessoal, ao deleite) e/ou de forma crítica. A leitura crítica aflora quando nos perguntamos: O que isto significa? O que isto quer dizer?

A *leitura crítica* é um tipo de leitura que busca uma compreensão mais abrangente do texto. Ela mobiliza, além do sentimento, as capacidades racionais (exemplo, a capacidade de analisar textos, separar suas partes, estabelecer relações entre elas e outros textos, sintetizar idéias, etc.). Trata-se de um *diálogo com o texto*, que em geral *não é transparente*, para conquistá-lo, objetivando direcionar/redirecionar comportamentos, ações, organizar e sistematizar idéias e projetos, etc.

Níveis de leitura crítica

A leitura crítica pode ser mais e menos profunda. A profundidade da leitura crítica depende da capacidade de se atingir seus níveis denotativo, interpretativo (conotativo), crítico e problematizador. Da sua profundidade depende em muito nossa performance política.

A leitura crítica do jornal

Tomando um jornal, como exemplo, podemos discriminar esses níveis de leitura assim:

1. ***Nível denotativo***:

A leitura denotativa de um jornal visa compreender o **sentido mais literal, direto, superficial, do texto**. Responde à pergunta: *o que traz o texto?* Comporta, entre outros elementos:

. dados sobre o jornal: donos, tiragem, periodicidade etc.
. dados dos articulistas
. tipos de notícias veiculadas, como são desenvolvidas as notícias
. como o jornal distribui internamente as notícias, o que mais destaca, o que menos destaca
. sua acessibilidade quanto ao preço, conteúdo, apresentação

2. ***Nível interpretativo***:

---

[1] Este item sobre leitura baseia-se fundamentalmente em ARANHA e MARTINS, 1992: 10-26.

Seguindo este modelo do teatro, iremos fazer um paulatino aprofundamento da conjuntura. Para tanto, daremos os seguintes passos: **1. Descrição da realidade; 2. preparação do material levantado; 3. análise deste material; 4. síntese da análise.**

1º momento: Descrição da realidade político-social

Este trabalho consiste numa espécie de mapeamento descritivo da situação do momento. Ele cobre os aspectos:

a) **Descrição dos ACONTECIMENTOS**, ou fatos sócio-político-econômicos relevantes, ligados à realidade atual. Parte do nível local, passando pelo municipal, regional e estadual, até chegar ao nacional e internacional.

Para isso, responder:

- *Que acontecimentos sócio-político-econômicos identificamos:*
  - *da parte da classe trabalhadora?*
  - *da parte da classe no poder?*

(Considerar, conforme referência acima, os acontecimentos desde a realidade local até internacional).

b) **Descrição dos CENÁRIOS.** Por cenários entende-se os espaços ou ambientes onde se desenvolvem determinados acontecimentos ou conflitos, as ações da trama social e política. É como o terreno em que se desenrola uma batalha ou o campo em que se disputa uma partida.

O cenário de um conflito pode se deslocar de acordo com o desenvolvimento da luta: passar das ruas e praças para o parlamento, daí para os gabinetes ministeriais e daí para os bastidores, para o judiciário...

"A capacidade de definir os cenários onde as lutas vão se dar é um fator de vantagem importante. Quando o governo consegue deslocar a luta das praças para os gabinetes já está de alguma forma deslocando as forças em conflito para um campo onde seu poder é maior. Daí a importância de identificar os cenários onde as lutas se desenvolvem e as particularidades dos diferentes cenários" (Souza, 1987: 12).

Para tanto, responder:

- *Em que cenários estão ocorrendo estas lutas, estão se dando estes acontecimentos?*

c) **Identificação dos ATORES** envolvidos nesses acontecimentos, procurando especificar todos aqueles que influem ou podem influir na conjuntura.

Ator é alguém que representa, encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Determinado indivíduo, instituição (sindicato, partido político, jornal, rádio, emissora de TV, igreja, etc.), categoria social e classe (empresários, latifundiários, trabalhadores rurais, operariado, servidores públicos, etc.) pode ser ator social. São atores sociais quando representam algo para a sociedade (grupo, classe, país), encarnam uma idéia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia.

"As classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou subordinação" (Souza, 1987: 13).

Responder:

- *Quais são os atores sociais envolvidos nos acontecimentos? Atores tanto da parte dos trabalhadores como da elite no poder?*

d) **Definição do CONTEXTO** ou ambiente político geral que marca o momento histórico vivido e que circunscreve os cenários e acontecimentos da atual conjuntura de luta (ditadura, democracia etc.). De acordo com o contexto, os cenários de poder e de luta contra esse poder, serão necessariamente diferentes.

Para essa definição responder à pergunta:

- *Qual o clima político-econômico (contexto) em que atualmente se desenrola a luta atual das classes populares em torno de...?*

e) **Identificação das QUESTÕES CENTRAIS** colocadas em evidência na luta social e política num determinado momento. Estas questões fazem parte do debate dos partidos políticos, dos sindicatos, dos movimentos sociais em geral e estão na grande imprensa.

Para identificar as questões centrais colocadas, responder:

- *Quais são as grandes questões políticas, sociais e econômicas do governo e da classe trabalhadora neste momento: preocupações centrais do governo, grandes projetos, questão operária, questão agrária, questão política, relação igreja-estado?*

2º momento: Preparação do material descritivo para a análise

Este é o momento de organizar e sistematizar o material descrito, de criar o método de análise adequado. Inclui:

- a definição do(s) acontecimento(s) determinante(s), que serão o foco central da análise;
- a hierarquização dos atores, segundo sua importância na questão sócio-econômica, do ponto de vista do grupo;
- a escolha dos passos, procedimentos e do universo de conceitos e categorias a utilizar para analisar a conjuntura descrita acima.

Para cumprir esta etapa da análise de conjuntura, cabe responder:

- *Quais dos acontecimentos levantados podem ser considerados mais determinantes na luta político-social? (hierarquizá-los)*
- *Em que cenários se desenrolam? (hierarquizá-los)*
- *Quais são as questões centrais colocadas, as mais importantes? (hierarquizá-las)*
- *Qual a força, a fraqueza e a importância de cada um dos atores na luta político-social? (hierarquizá-los)*
- *Que passos, procedimentos, conceitos e categorias, utilizar na análise de conjuntura?*

3º momento: Análise

Este é o momento mais trabalhoso, o da análise propriamente dita. Busca-se ir além da dimensão aparente dos fenômenos, à compreensão deles na sua complexidade, na constelação das suas relações e no seu movimento. Isto pressupõe que não nos enganemos chamando de "realidade" aquilo que não passa de aparência, disfarce, fachada do concreto. Neste sentido, a análise e a síntese da conjuntura ajudam-nos a aproximar-nos mais do concreto para podermos transformá-lo.

A análise consiste em ***decompor o tema central ou o acontecimento*** a analisar nos seus diversos componentes, sejam eles fatos, fenômenos, problemas ou situações. É preciso estudá-los **separadamente**, assim como **nas suas interações**, visando detectar os pontos de tensão, conflito ou contradição e identificar, para cada acontecimento ou ator, a contradição que é mais abrangente e determinante em relação às outras. Pois tão importante quanto aprender o sentido de um acontecimento é perceber quais as forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram.

Assim também, é preciso *estudar os atores*, tanto cada um em si, como nas suas relações uns com os outros. Analisar as forças e as debilidades de cada ator e seus interesses comuns, conflitantes ou antagônicos. Identificar a principal ou as principais debilidades.

É preciso também analisar as articulações da conjuntura da luta sócio-econômica com a estrutura da sociedade, partindo do local e do imediato para o mais global e mediato, ligando o específico ao geral. Pois os acontecimentos têm em geral relação com a história, com o passado, com as relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo. É esta articulação que geralmente revela as causas mais profundas dos fenômenos da conjuntura.

Trata-se, na verdade, de buscar o fio condutor dos acontecimentos; de procurar, pesquisar o encadeamento, a lógica, as articulações, os sentidos comuns dos acontecimentos. Quando somos capazes de perceber a lógica interna de uma determinada política econômica ficará mais fácil entender o sentido dos decretos, das ações e até mesmo das visitas dos ministros do Planejamento ao FMI, Banco Mundial, etc.

Por exemplo, a submissão do governo e partidos que lhe dão sustentação só será compreendida se examinarmos os interesses e a lógica da fração dominante da classe que controla o Estado, em particular, o Executivo.

Outros elementos podem contribuir para a análise, como informações que estão fora do campo da experiência dos participantes, o levantamento e o estudo de dados sócio-econômicos, etc.

Para cumprir esta etapa, pode-se responder às seguintes perguntas:

- *Como os atores sociais se relacionam? Seus interesses e conflitos?*
- *Como se caracterizam as forças e as fraquezas (debilidades) de cada ator social?*
- *Como os atores sociais/políticos estão envolvidos nas grandes questões e acontecimentos?*
- *Que contradições, movimentos, estão na origem de cada acontecimento, de cada questão? Por quê?*
- *Como as grandes questões e os acontecimentos mais importantes se relacionam? Como se articulam à estrutura da sociedade? Seus possíveis desdobramentos e repercussões mais gerais?*
- *Qual o fio condutor dos acontecimentos, sua lógica e seus sentidos comuns?*

4º momento: Síntese

O trabalho de síntese é o momento conclusivo da análise de conjuntura. Mas uma análise de conjuntura só tem sentido quando se desdobra em um planejamento da ação política, incluindo a definição das estratégias e táticas.

De acordo com nossos objetivos, conforme definição nossa no início deste exercício, esta análise se desdobra...(conferir objetivos definidos). *Entendemos a*

Governo quer transformar o latifundio em empresa capitalista, modernizar a terra capitalista, não é mais necessario Reforma Agraria. Os trabalhadores disponiveis serão assumidos pelas empresas rurais.

FORÇA SINDICAL - fundação do Medeiros, tem postura Agressiva p/ reformar o Capitalismo. Resolver as situações imediatas da Classe Trabalhadores.

- Politica Econômica do gov. visa manter a politica salarial (salário 70 dólares) c/ indice de desemprego alto.
  Competição do trab. do campo e do trab. da cidade.
  Volta ao campo como alternativa de sobrevivência p/ o trabalhador
  Hora das Ocupações
- Aliança Brizola Collor - vão conseguir Brizola dinheiro p/ desapropriações p/ fins de Reforma Agrária no sentido da politica do Governo passado e em convênio c/ o Gov. Federal.
- Intervenção cada vez menor do Est. nas empresas rurais e urbanas (isto c/ prejuizo dos pequenos e médios) dai a proletarização do pequeno e medio produtor.
- Secretaria Estadual de Agricultura desaparelhada de pessoas e recursos p/ fazer valer uma politica agricola favoravel aos trabalhadores.

Governo de Collor / aparelho, que desestabiliza. A saida da "Zélia", porque não podia lançar novo pacote. O novo ministro pode. MAGRI Trabalhador no Poder como Ministro. (esvaziamento desta proposta)

- MACRI - caricatura - Compra - desvio de atenção. p/ passar uma imagem moralista do Gov. Collor.

Cabrera - diz - Est. do Rio não é prioritário na politica agraria e agricola. Vão centrar forças no Nordeste, onde os Ministros tem suas fazendas.

~~Brizolas - aliança c/ Gov. Federal~~ -

Partidos que eram de centro esquerda, foram p/ direita PMDB - PDT! / PT e CUT - racha grande! Bancarios duas chapas cutistas se degladiando.

Nova Iguaçu: { Generosa, Ludovica, Claudio, Marcia
Sônia, Augustinho, Joana, Rosângela.
"Geraldo"

"Petrópolis"

- V.R.
- N.I
- VALENÇA.
- ANGRA.
- Cabo Frio
- Assalariados Weverson, Joana.
- Norte Friburgo.
-

1 – Claudio
2 – "Moda"
3 – Ludo
4 – Mauricio
5 – Manoel Vital
6 – Manoel Barboza
7 – Fernando
8 – Cristina.
9. Generosa.
10 Joana.
11. Mauro.

Situação – Entidades – Personalidades –

* Nunca o Brasil teve política agrícola e agraria – Os trabalhadores não têm o mínimo de assistência social, médico, escola, condução. Daí a evasão p/ a cidade / Falta ~~modos de~~ apoio à comercialização p/ os pequenos e médios produtores

– Collor: Promessa dar aos lavradores 1 milhão de hectares p/ lavradores. (100 mil famílias 1991)

– Janio Quadros, que deu certo ponto de vista da Burguesia

– Neste ano – Ministro da ~~Refor~~ Agricultura, empresário q. está afim de fazer colonização agrícola.
- favorecer aos grandes empresários rurais
- política agrícola de exportação –
- O que de concreto o Governo tem feito p/ o pequeno e médio trabalhador produtor
- O que que Governo com a presença do MAGR / e o Apoio à ~~Central Sindica~~ Força Sindical?



Carta da VI Romaria das Águas e da Terra

"Por isso, em todo lugar por onde passar a torrente, os seres vivos que a povoam terão vida... porque a água da torrente provém do Santuário". (EZ 47,9 e 12b)

Nós, romeiros e romeiras da VI ROMARIA DAS ÁGUAS E DA TERRA DE MINAS GERAIS, aqui estamos pisando o solo e bebendo a Água de Salinas é uma das mais pobres do estado, marcada pela escassez de chuvas, terra do Sal e do Sol, região do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha.

A implantação de barragens, a monocultura de eucalipto e os projetos de irrigação trouxeram o desmatamento desordenado, a devastação do meio ambiente, a utilização intensiva de agrotóxicos, a extinção de alguns rios e a poluição de outros, como o Rio Salinas. A Barragem de Irapé, no Rio Jequitinhonha, e a Barragem de Berizal, no Rio Pardo, devem expulsar cerca de 7.000 trabalhadores(as) de suas terras.

Vivemos um momento totalmente novo da história do universo. Chegamos à consciência de que terra, água, plantas, animais, vida e humanidade formam um único corpo vivo, totalmente unido e dependente um do outro.Temos apenas este planeta para morar. Importa cuidar dele como cuidamos da nossa casa e do nosso corpo. E estamos todos ameaçados pela violência na próxima esquina, pelas armas químicas e nucleares, pela agressão à natureza, pela falta de terra para trabalhar, pelas grandes barragens e pela marginalização dos seres humanos. Desta vez não haverá uma "Arca de Noé" para salvar alguns e deixar perecer os demais. Ou nos salvamos todos ou perecemos todos.

Cada vez mais somos despertados pela consciência de que somos uma única família. E este sentimento nos faz criar ações de solidariedade, ocupar terras, ruas e praças, cantar, protestar, organizar e celebrar. Por isso, denunciamos, profeticamente:

- a brutal desigualdade social que se agrava no país, enquanto o governo se submete aos grandes grupos do capital e às exigências do FMI e do Banco Mundial;
- a crescente e inaceitável proteção ao latifúndio, através de medidas compensatórias ilusórias, como Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e "terra pelo correio";
- o impedimento, de forma autoritária e inconstitucional, à desapropriação de áreas ocupadas, mesmo griladas ou improdutivas;
- os transgênicos, a chamada "revolução verde!" e a atual agricultura que incorpora os últimos avanços da tecnologia devastadora do solo, das águas e da vida;
- os projetos de privatização das águas e da transposição do Rio São Francisco;
- toda forma de exclusão social e de agressão à natureza, bem como a existência, em nosso meio, de trabalho escravo e infantil que ferem radicalmente a dignidade humana.

Fazemos nossas, as proféticas palavras de Betinho "É preciso reafirmar que sem a democratização da estrutura fundiária brasileira, não haverá a plena democratização da sociedade, e não seremos capazes de eliminar definitivamente a fome e a miséria a que estão submetidas parcelas imensas da população brasileira".

Chega de vermos tantos irmãos e irmãs condenados a viverem "gemendo e chorando nesse vale de lágrimas" como "os degredados filhos de Eva". Queremos sim: "Vida, doçura, esperança nossa, Salve!" Que a terra seja nosso corpo! Que a água seja nosso sangue! Grito de esperança neste tempo de penúria e privação.

"A terra tinha com a vida um cordão umbilical. Cercada, virou coisa de alguém, não de todos. Mas, a história muda. E agora, é o momento de pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém. É bem social e não privado. É patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. É para gerar alimento, emprego e vida. É bem para todos nós. Esse é o único destino possível para a terra".

A partir de Salinas, lançamos nosso grito de esperança: Somos Povo de Deus em caminhada na luta por Terra e Água. E assumimos:

- a missão de defender, junto à Mãe Terra e à Irmã Água, como constitutiva do ser humano, da vida como um todo e do meio ambiente. Dádiva divina, não podemos aceitar que a Terra e a Água sejam reduzidas a uma mercadoria e a um bem particular. Nenhum ser humano tem o direito de negar terra e água a qualquer semelhante ou a qualquer outro ser vivo;
- o apoio à luta pela mudança radical do modelo neoliberal dominante, contribuindo para a construção de um projeto popular e democrático para o nosso país, o que vem sendo gestado pelos Movimentos Populares.
- Garantir o futuro da espécie humana como um todo e, as condições de seu desenvolvimento;
- Defender e proteger nossas águas e lutar por Reforma Agrária.

A terra é dom de Deus(Lev. 25,23) e mãe da vida, não apenas um lugar de produção. Antes, é espaço de vida que inspira o sonho e a luta por uma sociedade nova, assentada nos valores das diferentes culturas negras, indígenas e ribeirinhas.

Na caminhada de luta por *"um novo céu, uma nova terra e uma nova água"* (cf Is 65,17), muitos companheiros e companheiras tombaram pelas mãos criminosas do latifúndio e da estrutura fundiária iníqua, regando a terra com seu sangue, fazendo brotar frutos de justiça e solidariedade. "São cruzes, sem nomes, sem fotos, sem data. Memórias de um tempo onde lutar por seus direitos é um defeito que mata".

É urgente descobrirmos que "somos mais filhos e filhas da Terra do que do Céu". Tudo que acontece à Terra e à Água acontece aos seus filhos e filhas. O mandato de Deus *"dominai a terra"* deve ser entendido como cuidar dela, pastoreá-la.

Deixamos o nosso abraço e o nosso alerta: ou o ser humano se torna o *anjo protetor* da Mãe Terra e da Irmã Água, ou ele será o *anjo exterminador* da nossa única casa comum, o planeta terra. Ou recriamos a vida com relações de fraternidade, ou vai acontecer a extinção da raça humana.

Na esperança de nos reencontrarmos na VII Romaria das Águas e da Terra, em Águas Formosa -Vale do Mucuri, nos despedimos.

Salinas – Norte de Minas, 19 de agosto de 2001.

Nova Iguaçu, 13 de agosto de 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Preparação do 3º Seminário "Da terra ferida, brota um clamor de justiça – Os impactos do uso dos agrotóxicos".

Presentes: Maira, Flávio e Irmã Elleanor.

- Dia: 21 de setembro de 2013. Horário: 8:30 às 13:00 horas. Local: Auditório da UFRRJ/NI ou Cenfor

- Público convidado: camponeses, ambientalistas, pessoas dos movimentos sociais, dos Conselhos de Desenvolvimento Rural dos municípios da Baixada, etc.

- Possíveis parceiros: AFERNI (Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu), Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Baixada Fluminense, Movimento dos Trabalhadores Rurais, UFRRJ, Movimento dos Pequenos Agricultores, etc.

- Realizar contatos para convidar a ser parceiros: AFERNI, Sindicato, MST, MPA (Flávio), UFRRJ (Maira).

- Cartaz: Maira ficou de fazer uma proposta. Uma ilustração é a charge do Latuff que saiu no Jornal da CPT, edição nº 38, Abril/Junho 2013.

- Alimentação: CPT e/ou UFRRJ.

- Ornamentação do espaço: fazer um "Varal" com fotografias de assentamentos, trabalhadores rurais, produções agroecológicas, etc.

- Tentar solicitar aos camponeses para fazer exposição dos produtos da terra.

- Expositores dos Eixos (Maira – favor colocar as propostas):
a) Alzenir (Produtora Rural – Univerde/NI);
b) Cosme (MST);
c) Mariela (Escolinha de Agroecologia/NI);
d) ... (Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos)

- A "Mesa" dos expositores pode ser ornamentada com produtos agrícolas.

- Proposta de cronograma do evento:

- 08:30: Acolhida e recepção com lista de presença;
- 09:00: Abertura do evento;
- 09:05: Mística a partir do desenho do cartaz ou outra;
- 09:15: Composição da 1ª Mesa composta por dois expositores (15 minutos cada – quais expositores?);
- 09:45: Abertura para o debate com o público (propor metodologia);
- 11:00: Lanche;
- 11:15: Composição da 2ª Mesa composta por dois expositores (15 minutos cada – quais expositores?);
- 11:45: Abertura para o debate com o público (propor metodologia);
- 12:45: Considerações finais dos organizadores.

- Precisamos amadurecer a metodologia, pois podemos pensar em outra forma. Por exemplo, será possível realizar trabalhos em grupos para debater as idéias dos expositores? Dividir o grande grupo em quatro subgrupos, tendo cada um uma temática e depois socializá-las em plenário? Etc.

- Estas foram anotações feitas em conversas entre Maira e Flávio num primeiro momento e num segundo entre Flávio e Irmã Elleanor (cronograma). As mesmas são o início para a construção do seminário.

CEDIM

O que se quer alterar na Constituição?

No artigo 186, em que a Constituição define a função social da propriedade, queremos introduzir um **quinto inciso, limitando o tamanho de todo latifúndio no Brasil a uma área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais.** (No RJ ± 500 hectares)

Terras acima de 35 módulos fiscais seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público. **O módulo fiscal é uma referência estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais.** Ele varia de região para região, e é definido para cada Município a partir de vários fatores, como a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. Nos Estados do Sul, cujo módulo fiscal gira em torno de 20 ha, este limite seria cerca de 700 ha. Nos Estados do Norte, onde o tamanho do módulo é cerca de 100 ha, este limite giraria em torno de 3500 ha.

A introdução desta medida resultaria numa disponibilização imediata de grandes extensões de terras para as famílias acampadas, sem que para tanto tenham de ser dispendidos recursos públicos para indenização. Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios, poderiam ser empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e à assistência técnica visando a viabilização dos assentamentos.

Participe da Campanha!

1) **Fazendo a mais ampla divulgação possível, através de todos os meios à sua disposição, sobretudo nas escolas, igrejas, locais de trabalho, associações e sindicatos, para que a sociedade tome consciência da gravidade da questão agrária e da premência em se realizar uma ampla reforma agrária;**
2) **Fazendo pressão sobre os parlamentares para que votem a favor da Emenda Constitucional** que limita o tamanho da propriedade e acaba com o latifúndio no Brasil.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo conclama todas as pessoas para que ajudem a fazer a **coleta de milhares assinaturas em todo o Brasil, para demonstrar aos parlamentares qual é a vontade do povo.** A folha de assinaturas pode ser conseguida junto à Secretaria do Fórum ou qualquer uma de suas entidades. Reproduza a mesma e colete o máximo de assinaturas!

Vamos lutar para que fique expresso em nossa Constituição um limite máximo para a propriedade rural no Brasil. **Assim poderão ser criadas possibilidades reais de acesso a terra para milhões de trabalhadores rurais sem terra, estabelecendo condições para a redução da miséria no Brasil!**

A Secretaria do Fórum é desempenhada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O endereço para contato é:

Comissão Pastoral da Terra
Rua 19, nº 35, 1º Andar, Ed. Dom Abel
74030-090 Goiânia -GO
Tel. ++62-2126466 Fax ++62-2120421
E-Mail: cptnac@cultura.com.br

CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE LIMITA O TAMANHO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

UMA MEDIDA DE JUSTIÇA:

ACABAR COM ~~500 ANOS DE~~ LATIFÚNDIO



Foto: Teresa Cofre

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO

ABRA - APR - CAPOIB - CÁRITAS -
CESE - CIMI - CNASI - CONIC - CONTAG - CPT
- FASE - IBASE - IBRADES - IFAS - INESC -
MAB - MLST - MNDH - MPA - MST - PJR - REDE BRASIL

O que é a Campanha?

A Campanha é uma **ação de conscientização da sociedade brasileira** a respeito da **injusta realidade agrária do País** e uma **ação de pressão sobre os nossos políticos** para que **introduzam na Constituição Federal mecanismos que limitem o tamanho da propriedade da terra no Brasil, eliminando os latifúndios.**

O direito à propriedade é geralmente interpretado como garantia de um direito absoluto e ilimitado, legitimando a concentração, nas mãos de poucas pessoas e grupos, de imensas áreas, enquanto a maioria se encontra excluída. **Estas poucas pessoas, os latifundiários, há 500 anos impedem através da força e com base em leis por eles mesmos aprovadas, que seja promovida uma ampla distribuição das terras no Brasil.**

A Campanha entende que o Estado brasileiro tem a obrigação de **garantir o direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela precisam para trabalhar e ganhar o pão para si e para sua família.** Esta Campanha é um instrumento de resgate da cidadania e **não se prende a razões de cunho ideológico.** Ela visa **superar o latifúndio, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão da cidadania de milhões de brasileiros.**

Muita terra em poucas mãos!

Uma breve análise da estrutura agrária brasileira mostra que existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no país que ocupam uma área de 331.364.012 ha. Desse total, **os minifúndios representam 62,2 % dos imóveis, ocupando 7,9 % da área total. No outro extremo verifica-se que 2,8 % dos imóveis são latifúndios que ocupam 56,7 % da área total.** Lamentavelmente, o Brasil ostenta o deplorável título de país com o quadro de **segunda maior concentração da propriedade fundiária, em todo o planeta.**

À concentração soma-se a improdutividade da terra. O Incra considera que, na média nacional, **62,4 % da área total dos imóveis rurais no país é improdutiva.**



Mas o governo está realizando a reforma agrária?

A reforma agrária no Brasil, até hoje, nunca foi tratada como uma prioridade. No governo atual, que não deixa de se autoproclamar, em todos os momentos, como tendo sido aquele que realizou o maior número de assentamentos - e realmente o fez - as iniciativas ainda são muito tímidas e, somente realizadas em função da pressão exercida pelos movimentos sociais.

O discurso governamental afirma sua oposição ao latifúndio, mas **a política agrária do Governo Federal desapropriou, nos últimos três anos somente 3,4 milhões de hectares, ou seja, menos de 2% dos hectares necessários para assentar todas as famílias sem terra, estimadas em pelo menos 4,5 milhões.**

Neste ritmo seriam necessários no mínimo 50 anos para assentar todos os trabalhadores rurais sem-terra do país!

E a população das cidades, o que tem a ver com isto?

A reforma agrária passou a ser entendida pela sociedade como uma solução não somente para os setores do campo, mas também como **uma proposta para o conjunto da sociedade, como fator de geração de emprego e renda, de diminuição do êxodo rural e do inchaço e violência das cidades, ou seja de desenvolvimento sustentável.**

A história inclusive mostra que **a maioria dos países que hoje são considerados desenvolvidos, possuem uma agricultura forte e passaram por processos amplos de reforma agrária**, isto é, de repartição das terras ou de limitação do seu tamanho. Numa palavra, **a reforma agrária traz desenvolvimento!**

Tabela por Estado

ESTADO	MÓDULO MÁXIMO (em hectares)	MÓDULO MÍNIMO (em hectares)	MAIS FREQUENTE (em hectares)	Nº IMÓVEIS ATINGIDOS PELA PEC
Região Norte				
Rondônia	60	60	60	347
Acre	100	70	100	257
Amazonas	100	80	100	433
Roraima	100	80	80	286
Pará	75	5	70	2.890
Amapá	70	50	70/50	96
Tocantins	80	70	80	1.637
Região Sul				
Rio Grande do Sul	40	5	20	4.082
Santa Catarina	24	7	20	896
Paraná	30	5	18	2.578
Região Nordeste				
Maranhão	75	15	75	1.149
Piauí	75	15	70	580
Ceará	90	5	55	202
Rio Gr. do Norte	70	7	35	345
Paraíba	60	7	55	77
Pernambuco	70	5	14	1.124
Alagoas	70	7	16	403
Sergipe	70	5	70	24
Bahia	70	5	65	1.674
Região Sudeste				
Minas Gerais	70	5	30	4.193
Espírito Santo	60	7	20	428
Rio de Janeiro	35	5	10	1.410
São Paulo	40	5	16	6.003
Centro/Oeste				
Mato Gr. Do Sul	110	15	45	5.351
Mato Grosso	100	30	80	8.428
Goiás	80	7	30	5.036
Distrito Federal	5	5	5	189

Participe da Campanha

1) Fazendo a mais ampla divulgação possível, através de todos os meios à sua disposição, sobretudo escolas, igrejas, locais de trabalho, associações e sindicatos, para que a sociedade tome consciência da gravidade da questão agrária e da premência em se realizar uma ampla reforma agrária;

2) Fazendo pressão sobre os parlamentares para que votem a favor da Emenda Constitucional que limita o tamanho da propriedade e acaba com o latifúndio no Brasil.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo conclama todas as pessoas para que ajudem a fazer a coleta de milhares de assinaturas em todo o Brasil, para demonstrar aos parlamentares qual é a vontade do povo. A folha de assinaturas pode ser conseguida junto à Secretaria da Campanha ou qualquer uma de suas entidades. Reproduza a mesma e colete o máximo de assinaturas! Vamos lutar para que fique expresso em nossa Constituição um limite máximo para a propriedade rural no Brasil. Assim poderão ser criadas possibilidades reais de acesso à terra para milhões de trabalhadores rurais sem terra estabelecendo condições para a redução da miséria no Brasil.

Endereço para enviar as folhas assinadas:
Secretaria da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra no Brasil
SDS-Bloco P-36, Ed. Venâncio III, Sala 204
70.393-900 - Brasília - DF
Tel.: 0(xx)61 -323-1770 / Fax: 321-4130
E-mail: forumrefagraria@yawl.com.br

Prazo: Fim de maio de 2002 (Poderá ser prorrogado)

Apoio: Cáritas Alemã e Catholic Relief Service (CRS)

Visual Gráfica (62) 291-7088

REPARTIR A TERRA *para* MULTIPLICAR O PÃO



CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE LIMITA O TAMANHO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL



Forum Nacional Pela Reforma Agraria e Justiça no Campo

ABRA * ANMTR * APR * ASPTA * CAPOIB * CÁRITAS * CESE * CIMI * CJB * CNASI * CNBB * CONDSEF * CONIC * CONTAG * CPT * DESER * ESPLAR * FASE * FASER * FEEAB * FIAN-Brasil * IBASE * IBRADES * IDACO * IFAS * INESC * MAB * MLST * MLST de Luta * MNDH * MPA * MST * Pastorais Sociais CNBB * PJR * REDE BRASIL

O que é a Campanha?

A Campanha é uma ação de conscientização da sociedade brasileira a respeito da injusta realidade agrária do País e uma ação de pressão sobre os nossos políticos para que introduzam na Constituição Federal mecanismos que limitem o tamanho da propriedade da terra no Brasil, eliminando os latifúndios. O direito à propriedade é geralmente interpretado como garantia de um direito absoluto e ilimitado, legitimando a concentração, nas mãos de poucas pessoas e grupos, de imensas áreas, enquanto a maioria se encontra excluída. No país existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados ocupando uma área de 331.364.012 ha. Os minifúndios representam 62,2 % dos imóveis e ocupam 7,9 % da área total. Os latifúndios são 2,8 % dos imóveis e ocupam 56,7 % da área total. O Brasil tem a segunda maior concentração da propriedade fundiária, em todo o planeta. Os latifundiários, impedem através da força e em leis por eles mesmos aprovadas, que seja promovida uma ampla distribuição das terras no Brasil. A Campanha entende que o Estado brasileiro tem a obrigação de garantir o direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela precisam para trabalhar e ganhar o pão para si e para sua família. Esta Campanha é um instrumento de resgate da cidadania e não se prende a razões de cunho ideológico. Ela visa superar o latifúndio, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão da cidadania de milhões de brasileiros.

Mas o governo não está realizando a reforma agrária?

A reforma agrária no Brasil, até hoje, nunca foi tratada como uma prioridade. O governo atual, mesmo tendo feito o maior número de assentamentos, como sempre proclama, só desapropriou, nos últimos três anos 3,4 milhões de hectares, ou seja, menos de 2 % dos hectares necessários para assentar todas as famílias sem terra, estimadas em pelo menos 4,5 milhões. Neste ritmo seriam necessários no mínimo 50 anos para assentar todos os trabalhadores rurais sem-terra do país!

E a população das cidades, o que tem a ver com isto?

A reforma agrária passou a ser entendida pela sociedade como uma solução não somente para os setores do campo, mas também como uma proposta para o conjunto da sociedade, como fator de geração de emprego e renda, de diminuição do êxodo e do inchaço das cidades, de distribuição de terra e de renda, ou seja de desenvolvimento sustentável. A história inclusive mostra que a maioria dos países que hoje são considerados desenvolvidos, possuem uma agricultura forte e passaram por processos amplos de reforma agrária, isto é, de repartição das terras ou de limitação do seu tamanho. Numa palavra, a reforma agrária traz desenvolvimento!

O que se quer alterar na Constituição?

No artigo 186, em que a Constituição define a função social da propriedade, queremos introduzir um quinto inciso, limitando o tamanho de todo latifúndio no Brasil a uma área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais.

Terras acima de 35 módulos fiscais seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público. O módulo fiscal é uma referência, estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais. Ele varia de região para região, e é definido para cada Município a partir de vários fatores, como a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. Varia de 5 hectares nas proximidades dos grandes centros urbanos, a 110 hectares no Mato Grosso do Sul. A emenda sendo aprovada, afetaria somente pouco mais que 50 mil propriedades. Na tabela abaixo você pode ver, para cada estado, o módulo máximo, o mínimo e o mais freqüente e o número aproximado de propriedades que seriam atingidas.

A introdução desta medida resultaria numa disponibilização imediata de mais de 200 milhões de hectares de terra para as famílias acampadas, sem que para tanto tenham de ser despendidos recursos públicos para indenização dos proprietários. Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios, poderiam ser empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e à assistência técnica visando a viabilização dos assentamentos.

CANTO DE ENTRADA

CANTO DE ENTRADA

REF. Igreja é povo que se organiza
Gente oprimida buscando
libertação
Em Jesus Cristo, a
Ressurreição.

1-O operáriol lutando pelo direito/De reaver a direção do Sindicato/ O pescador vendo a morte de seus rios/Já se levanta contra esse desacato
2- O seringueiro com sua faca de seringa/ se libertando das garras do seu patrão/A lavadeira mulher forte ,destemida/lava sujeira, injuustiça e opressão.

3- Bosseiro unido que fica na sua terra/E desafia a força do invasor Indio poeta que pega sua viola/Que canta a vida, a saudade e a dor.

4- É gente humilde,é gente ppobre, mas é fprte;/Dizendo a Cristo: meu irmão, muito obrigado/ Pelo caminho que você nos indicou/Pra ser um povo feliz e libertado.

GLÓRIA : . . . . . .

CANTO DO OFERTÓRIO

Refrão - Os Cristão tinham tudo em comum/dividiam seus bens com alegria Deus espera que os dons de cada um/se reparta com amor no dia a dia.

1-Deus criou este mundo para todos/Quem tem mais é chamado a repartir/ Com os outros o pão, a instrução/E o progresso, fazer o irmão sorrir.

2- Mas, acima de alguém que tem riquezas/Está o homem cresce em seu valor E, liberto, caminha para Deus/ Repartindo com todos o amor.

3- No desejo de sempre repartimos/Nossos bens, elevemos nossa voz/Ao trazer pão e vinho para o altar/Em que Deus vai se dar a todos nós.

ACLAMAÇÃO AO EVANGELHO:

PELA PALAVRA DE DEUS SABEREMOS POR ONDE ANDAR/ ELA É LUZ E VERDADE PRECISAMOS ACREDITAR.

1- Cristo me chama, Êle é Pastor/Sabe meu nome:fala,Senhor
2- Sei que a resposta vem do meu ser/"Quero seguir-te, para viver".
3- Mãos estendidas, pedem meu pão/Devo parti-lo com meu irmão.

CANTO DA COMUNHÃO:

- O POVO DE DEUS

O Povo de Deus no deserto andava/mas à sua frente alguém caminhava/O povo de Deus era rido de nada/Só tinha a esperança e o pó da estrada/Também sou teu pobre , Senhor,/ E estou nesta estrada/Somente a tua graça/ Me basta e mais nada

2-

2- O povo de Deus também vacilava/às vezes custava a crer no amor. O povo de Deus, chorando rezava/Pedia perdão e recomeçava/ Também sou teu povo Senhor/ E estou nesta estrada/Perdoa se às vezes/Não creio em mais nada.

3- O povo de Deus, também teve fome/E tu lhe mandaste o pão lá do céu/ O povo de Deus cantando deu graças/Provou teu amor/Teu amor que não passa/ Também sou teu povo, Senhor, /E estou nesta estrada/Tu és alimento/na longa caminhada.

4- O Povo de Deus, ao longe avistou/A terra querida que o amor preparou/O povo de Deus corria e cantava/E nos seus louvores/Teu poder proclamava/ Também sou teu povo, Senhor, e Estou nesta estrada/Cada dia mais perto da terra esperada.

- - - - - - - - - - - - - - - - - -

CANTO DE MEDITAÇÃO

REFRÃO- VEM, ESPÍRITO SANTO VEM, VEM ILUMINAR.

1- Nosso caminho vem, iluminar/ 2- nossas Famílias vem, iluminar/ 3-Nossos encontros vem, iluminar/ Nossas [illegible] vem, iluminar/ Nossa caminhada vem, iluminar/ Nossa esperança vem, iluminar/ Toda Igreja vem, iluminar.

CANTO FINAL :

1- Caminhando e cantando/e seguindo a canção/somos todos iguais/braços dados ou não/ Nas escolas, nas ruas, campos construções/Caminhando e cantando e seguindo a canção.

Refrão- VEM , VAMOS EMBORA/QUE ESPERAR NÃO É SABER/QUEM SABE FAZ A HORA/ NÃO ESPERA ACONTECER. (Bis)

2- PELOS CAMPOS A FOME em grandes plnaações/Pelas ruas marchando/indecisos cordões/Inda fazem da flor /Seu mais forte reffrão/E acreditam nas flores/ vencendo o canhão.

3- Há saldodos armados/amados ou não/Quase todos perdidos/de armas na mão/ Nos quartéis lhes ensinam/antiga lição/De morrer pela Pátria /e viver sem razão.

4- Nas escolas/nas ruas/campos,construções/somos todos soldados, armados ou não, /Caminhando e cantando/ e seguindo a canção/Somos todos iguais/ braços dados ou não.

5- Os amores na [illegible] mente, as flores no chão/A certeza na frente/ a história na mão/Caminhando e cantando e seguindo a canção, /Aprendendo e ensinando uma nova lição.

A COMUNIDADE

19 - 7 - 87

ACONTECERÁ HOJE

Leitura da Carta do Conselho de Saude em todas as Comunidades de Caxias Vejam com quem está a Se voces!

A visita do pessoal que participa do 7º Encontro de Solidariedade nas práticas de Libertação. Bem-vindos!

O encerramento desse mesmo encontro será hoje, às 16 horas na Catedral de Caxias. Vale a pena participar.

A assembleia do Conselho Comunitário de Transportes de Caxias, às 14 h no Sindipetro, rua José de Alvarenga, ao lado do Colégio São Francisco.

SAUDE - CALAMIDADE PUBLICA EM CAXIAS

No ano passado fizemos a Manifestação na Figueira por um Hospital. No mes passado refletimos sobre a Saúde, e vimos que nada funciona bem em Caxias.

Dia 23 e 24 fazemos uma nova manifestação em Caxias, montando na praça do Pacificador uma Barraca Hospital e decretando Estado de Calamidade Pública na Saúde de Caxias. A força do povo depende de seu apoio e pedimos sua presença de acordo com o esquema abaixo:

Quinta de manhã: Pilar, Graças, Cid. Meninos, V.Alegre, Sta.Cruz.

Quinta a tarde: Figueira, Cristo Rei s.José Op.,S Pedro, S Judas, Santana e Vila Mariza.

Sexta de manhã: Rosário, S Paulo, Aparecida, Sagrado, S Antonio, Ana Clara.

Sexta a tarde: S José, S Francisco, Trindade, Esp.Santo, C Elíseos, B. Retiro, Cristo Libertador, S João, S Sebastião e Santa Terezinha.

Quem não puder nesse horário, pode e deve ir noutro horário.
Haverá Palavra Livre para denúncias.
Levem Faichas e Cartazes.

CLUBES DE MÃES

Haverá um encontro para as animadoras dos Clubes da Região da Periferia, dia 31/7 às 15h em Santa Cruz da Serra. Vamos nos unir!

PRE JOVEM - CURSO BÍBLICO

Será do dia 27 ao dia 31 de julho em dois locais:

Pilar: das 18,30 às 20,30 horas

Rosário: das 17 às 19 horas.

SEGUIMENTO

Sexta(24), às 19h, na passarela da Figueira, será a saida de mais um Seguimento. Devem levar: Bíblia, caderno, toalha, lençol, fronha, roupa de frio (lá só tem 1 cobertor) O Seguimento será em Santa Rosa, no caminho prá Petrópolis.

ASSOCIAÇÃO DE SARACURUNA

Convida todos os sócios para a eleição da diretoria para 87 e 88 que acontecerá dia 26 às 13h na Escola Pedro Jacinto (antiga Parque Moderno). Não faltem.

CATEQUESE

Vai haver Assembléia e Dia de Formação para todos os Catequistas da paróquia, dia 2/8 das 8 às 16 horas, no Pilar. Levar lanche.

A entrega das contribuições de cada Comunidade é até segunda dia 20.

AGENDA

19 - Catedral, 16h encerramento do 7º encontro de solidariedade.
20 - Entrega contribuições Catequese
23 e 24 Manifestação da Saúde.
24 - Catedral, 19,30 Filme das CEBS
25 - Figueira, 19,30, Eq. de Noivos.
26 - Figueira, 14,30, Anim.Liturgia.
22 - Sarac.19h,Prep.Assembl.Catequese
26 - Eleição AM Saracuruna, 13h.
26 - DIA DOS AVÓS (vale celebrar8)

FESTAS DE HOJE

Festa de São Judas Tadeu
Festa das Graças

Em Saracuruna, Feira da Comunidade com participação das comunidades da área, e outros grupos.

CIRCULO BIBLICO

- Canto e oração inicial
- Comentarista: Hoje para iluminar nosso encontro vamos ler Efésios 4,2-6.
(Momento de silencio para pensar na leitura).
- Dirigente: Perguntar ao grupo: Quem lembra qual o assunto do Círculo Bíblico da semana passada? Nossa comunidade, nosso Grupo de Familia já esta participando?

-Fato da Vida: (conversa de duas pessoas do Grupo de Familia de D. Geralda)

Dona Graça: Que bomita a celebração de domingo!

Dona Penha: Puxa, eu faltei! O que aconteceu na celebração?

Dona Graça: É que Julia está esperando neném e fizeram uma celebração bem bonita prá apresentar ela e o marido na comunidade.

Dona Penha: Pois é, agora a gente começa a se preparar para o batizado desde quando se fica grávida. Entra no grupo de familia e é apresentado na comunidade.

Dona Graça: Ma comunidade a gente se prepara junto. A celebração foi toda especial. O pessoal da equipe liturgica escolheu uns cantos bem bonitos, se deixou de lado as outras intenções. Na hora do ofertório os padrinhos também foram apresentaram e falaram tão bonito!

Dona Penha: Agora vai ser assim?

Dona Graça: Vai. Só que cada comunidade, cada grupo de familia vai fazer a sua celebração e apresentar os pais e os padrinhos.

Dona Penha: É muito bom isso. Só assim a gente, pais e padrinhos e a comunidade compreende e se compromete com o batismo.

- Canto (à escolha)

Dirigente: Pergunta ao grupo

O nosso grupo também se preocupa com o batismo na nossa comunidade? O nosso grupo tem trabalhado da mesma forma que o grupo de D. Geralda? Nosso Grupo de Familia já sabe que ele é a porta de entrada para quem pede o batismo?

(Tempo para as respostas)

Vamos agora ler no nosso livrinho de batismo o ponto número 5. Vamos ver se o ponto 5.9 e 5.11. Vamos falar um pouco sobre eles. (Momento de Conversa)

Comentarista: Para terminar vamos fazer nossos pedidos (preces) e rezar um Pai Nosso.

Maria,Maria:

Maria,Maria é um dom,uma certa magia
uma foça que nos alerta.
Uma mulher que merce viver e amar
como outra qualquer do planeta.

Maria,Maria é o som,é a cor,é o suor,
e é a dose mais forte,lenta,
de uma gente que ri,quando deve chorar
e não vive apenas,aguenta.

Mas é preciso ter força,é preprecisso ter
raça,é preciso ter sonho senpre,
quem traz no corpo essa marca Maria,Maria
mistura a dor e a alegria.

Mas é preciso ter manhba é preciso ter raça
é preciso ter sonho sempre
quem traz na pele esta marca
possui a estranha mania de ter fé na vida.

O xote das meninas:

1.Mandacaru quando fulora na seca
é o sinal que a chuva chega no certaõ
toda menina que enjoa da boneca
é sinal que o amor já chegou no coraçaõ.

2.Meias compridas
naõ quer mais sapatos baixo
vestido bem pintado
naõ quer mais vestir timai
ela só quer,saber de namorar(bis)

3.De manhã cedo já esta pintada
só vive suspirando sonhando acordada.
o pai leva ao doutor a filha adoentada
naõ come nem estuda,
naõ dorme naõ quer nada.

4.Mas o doutor nam examina,
chamado o pai de lado
lhe diz logo em surdina:o mal é da idade
e pressa menina
naõ tem um remedio em toda medicina

Pra naõ dizer que eu
naõ falei de flores;

1:caminhando e cantando
e seguindo a cançaõ
somos todos iguais,braços ou naõ
nas escolas,nasruas,campos,construçoes
caminhando e cantando
e seguindo a cançaõ.

REF: VEM,VAMOS EMBORA,
QUE ESPERAR NAÕ é SABER
QUEM SABE FAZ A HORA,
NAÕ ESPERA ACONTECER.

2.Pelos campos há fome
em grandes plantaçoes
pelas ruas marchando
indecisos cordoes,
ainda fazem da flor
seu mais forte refraõ
e acreditam nas flores
vencendo canhaõ.

3.há soldados armados,
amados ou naõ,
quase todos pertidos
de armas na maõ
nos quarteis lhes ensinam
antigas liçoes
de morrer pela patria
e viver sem razaõ.

4.Nas escolas,nas ruas,
campos,construçoes
somos todos soldados
armados ounaõ
caminhando e cantando
e seguindo a cançaõ
somos todosiguais,
braços dados ou naõ.

5.Os amores na mente,
as flores no chaõ
a certeza na frente,
a historia na maõ
caminhando e cantando
e seguindo a cançaõ
aprendendo e ensinando
uma nova liçaõ.

Trem das onze:

1.naõ posso ficar
nem mais um minuto com voçê
sinto muito amor,
mas naõ pod ser.
moro em jaçanã,
se eu perder esse trem
que sai agora às onze horas
só amanhã de manhã.

2.além disso,mulher,
tem outra coisa:
minha mae naõ dorme
enquanto eu naõ chegar.
sou filho único,
tenho minha casa pra olhar,
mas,eu naõ posso ficar...

CANTOS

1- CIO DA TERRA.

I- Debulhar o trigo/ recolher cada bago do trigo/ forjar do trigo o milagre do pão/ e se fartar de pão...

II- Decepar a cana/ recolher a garapa da cana/ roubar da cana a doçura do mel./ Se lambuzar de mel...

III- Afagar a terra conhecer os desejos da terra/ cio da terra propícia à estação/ e fecundar o chão.

2- NÃO NOS MOVERÃO.

* Não, não, não nos moverão/ como uma árvore firme junto ao rio./ não nos moverão.

I- Unidos aos operários não nos moverão./ Unidos em nossas fábricas/ não nos moverão. Como uma árvore...

II- Unidos aos lavradores não nos moverão./ Pela Reforma Agrária não nos moverão. Como uma árvore...

III- Unidos aos índios não nos moverão./ Em sua luta pela terra não nos moverão. Como uma árvore...

IV- Unidos aos negros não nos moverão./ contra a marginalização não, nos moverão. Como uma árvore...

V- Unidos às mulheres não nos moverão./ Na conquista de seus direitos não nos moverão. Como uma árvore...

VI- Unidos na luta não nos moverão./ Unidos até a morte não nos moverão. Como uma árvore...

3- TREM DAS ONZE.

I- Não posso ficar nem mais um minuto com você/ sinto muito amor, mas não pode ser./ Moro em Jacaré, se eu perder esse trem que sai agora, as onze horas./ Só amanhã.

II- Além disso, mulher, tem outra coisa: minha mãe não dorme/ enquanto eu não chegar./ Sou filho único, tenho minha casa pra olhar, mas, eu não posso ficar...

4- ANDANÇAS.

I- Vi tanta areia andei/ da lua cheia eu sei/ uma saudade imensa/ vagando em verso eu vim/ na mão direita rosas, vou levar.

2- Olha lua mansa se derramar/ o luar descansa meu caminhar/ seu olhar em festa me faz feliz/ lembrando a seresta que um dia eu fiz.

3- Já me fiz a guerra por não saber/ que esta terra encerra meu bem querer/ e jamais termina meu caminhar/ só o amor me ensina onde vou chegar.

III- Rodei de roda andei/dança da moda eu sei/cansei de ser sozinho/ verso encantado usei/meu namorado é rei/nas lendas do caminho onde andei.

IV- No passo da estrada só faço andar/tenho minha amada na acompanha /vim de longe léguas rodando eu vim/vim não faço tréguas sou mesmo assim.

2-ROMARIA DA TERRA — CANTOS

ROMARIA DA TERRA FAZ O POVO REUNIR/UMA LUTA SEM GUERRA NÓS LUTAREMO POR TI.

a- A terra é sagrada,feita por Nosso Senhor/Ele fez e deu ao homem e também ensinou/Que é nela que vivemos e a ela pertencou./E tão linda a natureza,é obra do Criador/E Deus deu inspiração, o homem fez a plantação, foi assim que começou.

b- Mais ao passar do tempo, que o povo aumentou começou a ambição/e a terra negociou, uns compravam e outros não / E a força eles tomou, fazendeiros e jagunços matando o trabalhador / e as famílias que eram donas, hoje vivem no abandono, nem suas terras ficou.

c- Amigo trabalhador veja a nova situação / nós queremos trabalhar e não temos condição / a terra que era nossa, hoje é toda do patrão / desemprego na cidade virou uma maldição / precisamos nos unir e nós vamos resistir por a terra em nossas mãos.

4 DIRETO TRABALHADOR

O POVO DE DEUS 2

1. O povo de Deus, no deserto andava,/ mas à sua frente alguém caminhava./ O povo de Deus era rico de nada,/ só tinha a esperança e o pó da estrada.
: Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada,/ somente a tua graça/ me basta e mais nada. (bis)

2. O povo de Deus, também vacilava,/ às vezes custava a crer no amor./ O povo de Deus chorando rezava,/ pedia perdão e recomeçava.
: Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada,/ perdoa se às vezes/ não creio em mais nada. (bis)

3. O povo de Deus, também teve fome,/ e Tu lhe mandaste o pão lá do céu./ O povo de Deus cantando deu graças,/ provou teu amor, teu amor que não passa.
: Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada / Tu és alimento na caminhada. (bis).

4. O povo de Deus, ao longe avistou/ a terra querida que o amor preparou./ O povo de Deus corria e cantava/ e nos seus louveres seu amor proclamava.
: Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada/ cada dia mais perto/ da terra esperada. (bis)

NOSSA VISTA CLAREOU 5

REF: DE REPENTE NOSSA VISTA
CLAREOU, CLAREOU, CLAREOU.
E DESCOBRIMOS QUE
O POBRE TEM VALOR,
TEM VALOR, TEM VALOR!

1. Nós descobrimos o valor da união
que é arma poderosa e derruba até dragão.
E já sabemos que a riqueza do patrão
e o poder dos governantes
passam pela nossa mão.

2. Nós descobrimos que a seca do Nordeste
que a fome e que a peste
não é culpa de Deus Pai.
A grande culpa é de quem manda no país
fazendo o pobre infeliz,
deste jeito é que não vai.

3. O que nós vemos é deputado e senador,
militar e jogador recebendo seus milhões.
Enquanto isso o povo trabalhador
derramando seu suor
tem que viver de tostões.

4. Temos certeza que Deus Pai Libertador
Lá na Bíblia
nos deixou o caminho prá seguir.
Unir seu povo que era escravo no Egito
o Faraó ficou aflito e Moisés pode partir.

MIGRANTE 3

1. Peregrino nas estradas
de um mundo desigual,
espoliado pelo lucro e ambição do capital.
Do poder do latifúndio enxotado e sem lugar,
já não sei pra onde andar...
Da esperança eu me apego ao mutirão.

REF: QUERO ENTOAR UM CANTO
NOVO DE ALEGRIA
AO RAIAR AQUELE DIA
DE CHEGADA AO NOSSO CHÃO.
COM MEU POVO
CELEBRAR A ALVORADA
MINHA GENTE LIBERTADA
LUTAR NÃO FOI EM VÃO.

2. Sei que Deus nunca esqueceu
dos oprimidos o clamor
e Jesus se fez do pobre solidário e servidor.
Os profetas não se calam
denunciando a opressão.
pois a terra é dos irmãos...
E na mesa igual partilha tem que haver.

3. Pela força do amor o universo tem carinho
e o clarão de suas estrelas
ilumina o meu caminho
nas torrentes da justiça
meu trabalho é comunhão
Arrozais florescerão...
E em seus frutos liberdade colherei.

REFORMA AGRARIA

ASSOCIAÇÕES JÁ!



CANÇÃO DE MARIA 6

VIRÁ O DIA EM QUE TODOS
AO LEVANTAR A VISTA
VEREMOS NESTA TERRA
REINAR A LIBERDADE (bis).

1. Minha alma engrandece o Deus Libertador
se alegra meu espírito em Deus meu Salvador.
Pois Ele se lembrou do seu povo oprimido
e fez de sua serva a mãe dos esquecidos.

2. Imenso é seu amor, sem fim sua bondade
prá todos que na terra
lhe seguem na humildade,
bem forte é nosso Deus, levanta o seu braço,
espalha os soberbos, destrói todos os males.

3. Derruba os poderosos
dos seus tronos erguidos
com sangue e suor do seu povo oprimido.
E farta os famintos, levanta os humilhados,
arrasa os opressores, os ricos e os malvados.

4. Proteja o seu povo com todo o carinho
fiel é seu amor em todo o caminho.
Assim é o Deus vivo que marcha na história
bem junto do seu povo em busca da vitória.

Terra
Lei
de
Deus

SINDICATO



OFERTÓRIO DO POVO 4



: QUEM DISSE QUE
NÃO SOMOS NADA
E QUE NÃO TEMOS NADA
PARA OFERECER
// REPARE NOSSAS
MÃOS ABERTAS
TRAZENDO AS OFERTAS
DO NOSSO VIVER (bis).



1. A fé do homem nordestino
que busca um destino
e um pedaço de chão
a luta do povo oprimido
que abre caminho
transforma a nação.
// Ô, Ô, Ô, Ô, recebe Senhor. (bis)

2. Retalhos de nossa história
bonitas vitórias
que meu povo tem.
Palmares, Canudos, Cabana
são lutas de ontem
e de hoje também.
// Ô, Ô, Ô, Ô, recebe Senhor. (bis)

3. Aqui trazemos a semente
sangue desta gente
que fecunda o chão.
Do Gringo e tantos lavradores
Santo e operários
em libertação.
// Ô, Ô, Ô, Ô, recebe Senhor. (bis)

4. Coragem de quem dá a vida
seja oferecida
com este vinho e pão.
É força que destrói a morte
e muda a nossa sorte
É RESSURREIÇÃO.
// Ô, Ô, Ô, Ô, recebe Senhor. (bis)





MOVIMENTOS POPULARES

ROMARIA DA TERRA FAZ O POVO REUNIR/NUMA LUTA SEM GUERRA NÓS LUTAREMO POR TÍ.

a-A terra é sagrada,feita por Nosso Senhor/Ele fez e deu ao homem e também ensinou/Que é nela que vivemos e a ela abençoou./E tão linda a natureza,é obra do Criador/E Deus deu inspiração, o homem fez a plantação, foi assim que começou.

b- Mais ao passar do tempo, que o povo aumentou começou a ambição/e a terra negociou, uns compravam e outros não / E a força eles tomou, fazendeiros e jagunços matando o trabalhador / e as famílias que eram donas, hoje vivem no abandono, sem suas terras ficou.

c- Amigo trabalhador veja a nova situação / nós queremos trabalhar e não temos condição / a terra que era nossa, hoje é toda do patrão / desemprego na cidade virou uma maldição / precisamos nos unir e nós vamos resistir por a terra em nossas mãos.

DIREITO DO TRABALHADOR

O POVO DE DEUS 2

1. O povo de Deus, no deserto andava,/ mas à sua frente alguém caminhava./ O povo de Deus era rico de nada,/ só tinha a esperança e o pó da estrada.
: Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada,/ somente a tua graça/ me basta e mais nada. (bis)

2. O povo de Deus, também vacilava,/ às vezes custava a crer no amor./ O povo de Deus chorando rezava,/ pedia perdão e recomeçava.
: Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada,/ perdoa se às vezes/ não creio em mais nada. (bis)

3. O povo de Deus, também teve fome./ e Tu lhe mandaste o pão lá do céu./ O povo de Deus cantando deu graças,/ provou teu amor, teu amor que não passa.
: Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada./ Tu és alimento na caminhada. (bis).

4. O povo de Deus, ao longe avistou/ a terra querida que o amor preparou./ O povo de Deus corria e cantava/ e nos seus louvores seu amor proclamava.
: Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada/ cada dia mais perto/ da terra esperada. (bis)

NOSSA VISTA CLAREOU 5

REF: DE REPENTE NOSSA VISTA
CLAREOU, CLAREOU, CLAREOU.
E DESCOBRIMOS QUE
O POBRE TEM VALOR,
TEM VALOR, TEM VALOR!

1. Nós descobrimos o valor da união
que é arma poderosa e derruba até dragão.
E já sabemos que a riqueza do patrão
e o poder dos governantes
passam pela nossa mão.

2. Nós descobrimos que a seca do Nordeste
que a fome e que a peste
não é culpa de Deus Pai.
A grande culpa é de quem manda no país
fazendo o pobre infeliz,
deste jeito é que não vai.

3. O que nós vemos é deputado e senador,
militar e jogador recebendo seus milhões.
Enquanto isso o povo trabalhador
derramando seu suor
tem que viver de tostões.

4. Temos certeza que Deus Pai Libertador
Lá na Bíblia
nos deixou o caminho prá seguir.
Unir seu povo que era escravo no Egito
o Faraó ficou aflito e Moisés pode partir.

MIGRANTE 3

1. Peregrino nas estradas
de um mundo desigual,
espoliado pelo lucro e ambição do capital.
Do poder do latifúndio enxotado e sem lugar,
já não sei pra onde andar...
Da esperança eu me apego ao mutirão.

REF: QUERO ENTOAR UM CANTO
NOVO DE ALEGRIA
AO RAIAR AQUELE DIA
DE CHEGADA AO NOSSO CHÃO.
COM MEU POVO
CELEBRAR A ALVORADA
MINHA GENTE LIBERTADA
LUTAR NÃO FOI EM VÃO.

2. Sei que Deus nunca esqueceu
dos oprimidos o clamor
e Jesus se fez do pobre solidário e servidor.
Os profetas não se calam
denunciando a opressão.
pois a terra é dos irmãos...
E na mesa igual partilha tem que haver.

3. Pela força do amor o universo tem carinho
e o clarão de suas estrelas
ilumina o meu caminho
nas torrentes da justiça
meu trabalho é comunhão.
Arrozais florescerão...
E em seus frutos liberdade colherei.

REFORMA AGRÁRIA

ASSOCIAÇÕES JÁ



CANÇÃO DE MARIA 6

VIRÁ O DIA EM QUE TODOS
AO LEVANTAR A VISTA
VEREMOS NESTA TERRA
REINAR A LIBERDADE (bis).

1. Minha alma engrandece o Deus Libertador
se alegra meu espírito em Deus meu Salvador.
Pois Ele se lembrou do seu povo oprimido
e fez de sua serva a mãe dos esquecidos.

2. Imenso é seu amor, sem fim sua bondade
prá todos que na terra
lhe seguem na humildade,
bem forte é nosso Deus, levanta o seu braço,
espalha os soberbos, destrói todos os males.

3. Derruba os poderosos
dos seus tronos erguidos
com sangue e suor do seu povo oprimido.
E farta os famintos, levanta os humilhados,
arrasa os opressores, os ricos e os malvados.

4. Proteja o seu povo com todo o carinho
fiel é seu amor em todo o caminho.
Assim é o Deus vivo que marcha na história
bem junto do seu povo em busca da vitória.

Terra

Lei

de

Deus



OFERTÓRIO DO POVO 4



QUEM DISSE QUE
NÃO SOMOS NADA
E QUE NÃO TEMOS NADA
PARA OFERECER
// REPARE NOSSAS
MÃOS ABERTAS
TRAZENDO AS OFERTAS
DO NOSSO VIVER (bis).





1. A fé do homem nordestino
que busca um destino
e um pedaço de chão
a luta do povo oprimido
que abre caminho
transforma a nação.
// Ô, Ô, Ô, Ô, recebe Senhor. (bis)

2. Retalhos de nossa história
bonitas vitórias
que meu povo tem.
Palmares, Canudos, Cabana
são lutas de ontem
e de hoje também.
// Ô, Ô, Ô, Ô, recebe Senhor. (bis)

3. Aqui trazemos a semente
sangue desta gente
que fecunda o chão.
Do Gringo e tantos lavradores
Santo e operários
em libertação.
// Ô, Ô, Ô, Ô, recebe Senhor. (bis)

4. Coragem de quem dá a vida
seja oferecida
com este vinho e pão.
É força que destrói a morte
e muda a nossa sorte
É RESSURREIÇÃO.
// Ô, Ô, Ô, Ô, recebe Senhor. (bis)





MOVIMENTOS POPULARES

C A N T O S

1 OFERTÓRIO (CF'92)

- Ofertar nossa vida queremos,/ com gesto de amor, doação./ Procuramos criar um mundo novo trazer para o povo a libertação. DE BRAÇOS ERGUIDOS, A DEUS OFERTAMOS AQUILO QUE SOMOS E TUDO O QUE AMAMOS./ OS DONS QUE NÓS TEMOS COMPARTILHAREMOS, AQUELES QUE SOFREM, SORRIR OS FAREMOS.
- A injustiça que fere e que mata,/tanto homem, criança e mulher,/ faz o jovem viver sem sentido,/frustrado, perdido, distante da fé.
- Com o pão e o vinho se tornam / Corpo e Sangue de Cristo Jesus /transformemos a realidade,/ pra ser de verdade esperança e luz!
- Juventude, milhões pelo mundo,/ tanto anseio de libertação!/ Gente nova, sem cercas e muros,/ constrói seu futuro, liberta o irmão.
- Na família, primeira escola,/aprendemos a lei do amor./ Nos estudos, uma habilidade,/com seriedade,/buscamos, Senhor.



2 COMUNHÃO (CF'92)

- À beira do lago dos teus afazeres,/ eu abro horizontes de luta e esperança./ A pescas maiores convoco teus braços:/que leves a paz, onde impera a vingança. O TEMPO NÃO PÁRA, CHEGOU MINHA HORA./ EU VOU PARA O PAI, MAS EU FICO POR PERTO:/ EU SOU ESTE PÃO, ESTE VINHO ESTE AMOR!/ PERFAZ O CAMINHO QUE ENCONTRAS ABERTO!
- A história dos homens tem tanta cobiça, inveja, opressão e desdém pelos fracos... Chegou novo tempo de plena mudança:/sou luz, boa nova aos teus olhos opacos.
- Revelo outro lado, que é pleno de brilho:/ é assim que meu Pai quer a vida de todos!/Pois, vai, transfigura essa terra dos homens:/ implanta a justiça, demite os engodos!
- Não penses que a dor é dos céus um castigo./ Meu Pai não se move por vil julgamento,/ mas quer corações bem fiéis, renovados;/ não fere o caído lhe dá seu sústento.
- Te quero comigo. Proclama bem alto:/"Ó vós que esbanjastes, voltai para casa! Plantemos de novo o sustento de todos, que a vida se alegra, que a paz não se atrase!"
- Supera estas leis que têm dupla medida: condenam o pobre, o mais fraco,o pequeno, enquanto mantêm a opressão e a mentira. Em vez de mil pedras, semblante sereno!



3 POVO DE DEUS

- O povo de Deus no deserto andava/ mas à sua frente alguém caminhava./ O povo de Deus era rico de nada só tinha esperança e o pó da estrada.
TAMBÉM SOU TEU POVO, SENHOR, ESTOU NESTA ESTRADA:/ PERDOA SE ÀS VEZES NÃO CREIO EM MAIS NADA.(bis)
- O povo de Deus também vacilava./Às vezes custava a crer no amor./ O povo de Deus, chorando, rezava,/ pedia perdão e recomeçava.
TAMBÉM SOU TEU POVO,SENHOR,E ESTOU NESTA ESTRADA:/ PERDOA SE ÀS VEZES NÃO CREIO EM MAIS NADA:(bis)
- O povo de Deus também teve fome / e tu lhe mandaste o pão lá do céu./ O povo de Deus , cantando deu graças,/ provou teu amor, teu amor que não passa./ TAMBÉM SOU TEU POVO, SENHOR, E ESTOU NESTA ESTRADA,/ TU ÉS ALIMENTO, NA LONGA CAMINHADA. (bis)

4 UTOPIA

- Quando o dia da paz renascer/quando o sol da esperança brilhar,/ eu vou cantar!/Quando o Povo nas ruas sorrir e a roseira de novo florir,/eu vou cantar!/ Quando as cercas caírem no chão,/ quando as mesas se encherem de pão / eu vou cantar!/ Quando os muros que cercam os jardins,/destruídos, então os jasmins / vão perfumar!
VAI SER TÃO BONITO SE OUVIR A CANÇÃO / CANTADA DE NOVO./ NO OLHAR DO HOMEM A CERTEZA DO IRMÃO: / REINADO DO POVO.

5 GLÓRIA DOS POBRES

- Glória a Deus nas alturas!/ É o canto das criaturas.(BIS)/ Rios e matas se alegram / teus pobres por ti esperam.(BIS)/ Paz para o povo sofrido:/ é o grito do oprimido.(BIS) A terra mal repartida / clama por tua justiça.(BIS)
GLÓRIA, GLÓRIA / GLÓRIA TE DAMOS SENHOR!
GLÓRIA, GLÓRIA, / VENHA TEU REINO DE AMOR!
- Glória a Jesus, nosso guia!/ Filho da Virgem Maria / veio pro meio dos pobres / pra carregar nossas dores!/ Filho do Altíssimo Deus / por nós na cruz padeceu! Venceu a morte e a dor/ pra nos dar força e valor.
- Glória ao Espírito Santo,/ que nos consola no pranto./ Que orienta a Igreja,/ para que do pobre ela seja,/ que deu coragem a Pedro, e aos santos, seus companheiros:/ que hoje junta esse povo / a buscar um mundo novo!



6 IRÁ CHEGAR

- Irá chegar um novo dia / um novo céu, uma nova terra,/ e um novo mar / E nesse dia os oprimidos / numa só voz a liberdade irão cantar.
- Na nova terra o negro não vai ter corrente / E o nosso índio ... ser visto como gente/ na nova terra, o negro,o índio e o mulato branco e todos vão comer num mesmo prato.

7 MOMENTO NOVO

- Deus chama a gente pra um momento novo de caminhar junto com seu povo./ É hora de transformar o que não dá mais, sozinho isolado ninguém é capaz. / POR ISSO VEM,/ ENTRA NA RODA / COM A GENTE TAMBÉM / VOCÊ É MUITO IMPORTANTE:
- Não é possível crer que tudo e fácil, há muita força que produz a morte, gerando dor, tristeza e desolação / é necessário unir o cordão./ Há força que hoje faz brotar a vida, / atua em nós pela sua graça,/ é Deus que nos convida prá trabalhar / o amor repartir e força juntar.

8 Ó QUE COISA BONITA

Ó QUE COISA BONITA (BIS)/ Deus Pai Libertador/criar negra cor, ô que coisa bonita.
Ó QUE COISA BONITA (BIS)/ Jesus é nosso Irmão sem separação/ ô que coisa bonita.
Ó QUE COISA BONITA (BIS)/ O Espírito a fé a força o axé / ô que coisa bonita.
Ó QUE COISA BONITA (BIS) / Mãe por Deus escolhida, Negra-aparecida/ ô que coisa bonita.

9 CANÇÃO DE MARIA

VIRÁ O DIA EM QUE TODOS AO LEVANTAR A VISTA / VEREMOS NESTA TERRA REINAR A LIBERDADE.
- Minha alma engrandece O Deus libertador./ Se alegra o meu espírito Em Deus meu salvador,/ pois ele se lembrou de seu povo oprimido / E fez de sua serva a Mãe dos esquecidos.
- Louvemos nosso Pai / Deus da libertação. Que acaba a injustiça / miséria e opressão Louvemos nosso irmão / que luta com valia Fermentando a história/ Pra vir o grande dia.

10 A BÍBLIA É A PALAVRA DE DEUS SEMEADA NO MEIO DO POVO. / QUE CRESCEU CRESCEU E NOS TRANSFORMOU / ENSINANDO-NOS VIVER UM MUNDO NOVO.

11 ANIMADOS PELA FÉ / E BEM CERTOS DA VITÓRIA/ VAMOS FINCAR NOSSO PÉ/E FAZER A NOSSA HISTÓRIA/E FAZER A NOSSA HISTÓRIA ANIMADOS PELA FÉ.

12 NOSSOS DIREITOS,VEM!/ NOSSOS DIREITOS VEM!/ SE NÃO VIR NOSSOS DIREITOS/ O BRASIL PERDE TAMBÉM. (BIS)

13 DE REPENTE NOSSA VISTA CLAREOU/CLAREOU CLAREOU/ E DESCOBRIMOS QUE O POBRE TEM VALOR,TEM VALOR!

14 VIVA,VIVA A MULHER DESTA NAÇÃO,/QUE VAI GERANDO NO VENTRE / A NOVA SEMENTE DA LIBERTAÇÃO./ E VEM TRAZENDO NO SANGUE,/ A SEMENTE NOVA DA REVOLUÇÃO!

15 UM CLAMOR DE JUSTIÇA ESTÁ NO AR / UM CLAMOR DE JUSTIÇA ESTÁ NO AR.

16 PÕE A SEMENTE NA TERRA/ NÃO SERÁ EM VÃO:/ NÃO TE PREOCUPES A COLHEITA / PLANTAS PARA O IRMÃO (BIS).

17 ATO PENITENCIAL

- Senhor,tende piedade e perdoai a nossa culpa./ E perdoai a nossa culpa!/PORQUE NÓS SOMOS VOSSO POVO QUE VEM PEDIR VOSSO PERDÃO!
- Cristo tende piedade e perdoai a nossa culpa./ E perdoai a nossa culpa!
- Senhor tende piedade e perdoai a nossa culpa / E perdoai a nossa culpa!

18 SOMOS GENTE NOVA VIVENDO A UNIÃO/SOMOS POVO SEMENTE DE NOVA NAÇÃO-Ê Ê/ SOMOS GENTE NOVA VIVENDO O AMOR / SOMOS COMUNIDADES,POVO DO SENHOR, Ê,Ê.

19 AVE, CHEIA DE GRAÇA, AVE CHEIA DE AMOR SALVE, Ó MÃE DE JESUS! A TI NOSSO CANTO E NOSSO LOUVOR (BIS).

20 EIS O TEMPO DE GRAÇA/ EIS O DIA DA LIBERTAÇÃO DE CABEÇAS ERGUIDAS,/ DE BRAÇOS UNIDOS IRMÃOS!
HAVEREMOS DE VEZ QUALQUER DIA,/ CHEGANDO A VITÓRIA; O POVO, NAS RUAS, FAZENDO A HISTÓRIA,/ CRIANÇAS SORRINDO, EM TODA A NAÇÃO (BIS).



21 IGREJA É POVO QUE SE ORGANIZA/GENTE OPRIMIDA BUSCANDO A LIBERTAÇÃO./ EM JESUS CRISTO, A RESSURREIÇÃO.

22 VAMOS PLANTAR MAIS UM POUCO DE AMOR DE CABOCLO E FAZER MUTIRÃO / PRA COMEÇAR NÓS JÁ TEMOS / SEMENTE QUE É CRISTO, É JESUS COMUNHÃO.

23 NA DIGNIDADE DO TRABALHO SOLIDÁRIOS À VOSSA MESA NOS SENTAMOS, Ó SENHOR. FRUTIFICAI,POR VOSSA GRAÇA ESTA PARTILHA, PARA O TRABALHO DOS IRMÃOS TER MAIS VALOR!

24 QUEM DISSE QUE NÃO SOMOS NADA QUE NÃO TEMOS NADA PARA OFERECER / REPARE AS NOSSAS MÃOS ABERTAS / TRAZENDO AS OFERTAS DO NOSSO VIVER.

25 QUERO ENTOAR UM CANTO NOVO DE ALEGRIA AO RAIAR AQUELE DIA / DE CHEGADA AO NOSSO CHÃO./ COM MEU POVO CELEBRAR A ALVORADA MINHA GENTE LIBERTADA:/ LUTAR NÃO FOI EM VÃO.



PARA REFLEXÃO

"Demini, Watorik, 19 de agosto de 1993

Quero comunicar para todos do mundo inteiro que está continuando a matança do meu povo. Muitos yanomamis acabaram de ser mortos pelos garimpeiros; foram homens, mulheres, moças, rapazes e até crianças na região de Xideia e Homoxe.
Várias vezes isto aconteceu desde a primeira chacina de Papiu em 1987. Mas ninguém ficou preso até agora, nem castigado.
Por isso fico muito revoltado porque eles querem acabar com meu povo. Agora eu quero que as autoridades do governo brasileiro tomem as devidas providências para a retirada definitiva de todos os garimpeiros que ainda estão trabalhando nas terras yanomami.
Tem também que pegar os criminosos, processar e botar na cadeia. Não só eles. Tem também que processar os empresários e os políticos que são responsáveis por esses garimpeiros, que mandam eles brigar com os Yanomami.
Todos os Yanomami estão muito preocupados com esta chacina, porque a mesma coisa pode acontecer com eles no Catrimani, no Demini, no Tootobi, no posto Yano, Araea e outras malocas distantes, onde não tem posto da FUNAI ou da FNS ou missão.

Assim são as palavras de minha raiva do que aconteceu."

Davi Kopenawa Yanomami

Fonte: Tempo e Presença - nº 270 - p. 29

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

1993 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional dos Povos Indígenas.

1993 também foi o ano em que venceu o prazo final, determinado pela Constituição Federal, para que o Governo demarcasse todas as terras indígenas no Brasil,
1993 destacou-se também pelo genocídio:

- 42 índios foram assassinados em função de conflitos por invasão de suas terras;
- 17 guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, se suicidaram em função da falta de perspectivas de continuarem vivendo como guarani devido à falta de terras, principalmente;
- 454 índios morreram, vítimas de outras violências, como acidentes e doenças.

513 ÍNDIOS MORTOS NO SEU ANO INTERNACIONAL.
Isto representa 0,2% da população indígena, o que, projetado sobre a população brasileira como um todo, daria 300.000 mortos.

ALIANÇA SOLIDÁRIA

Em agosto do ano passado fomos surpreendidos com a notícia da chacina de 16 pessoas do povo Yanomami. A maioria eram crianças que foram barbaramente trucidadas a golpe de facão. O crime foi cometido por garimpeiros invasores da área indígena.
Só do povo Yanomami morreram ou foram mortos, nos últimos 6 anos, aproximadamente 2.000 pessoas - crianças, mulheres e homens - em conseqüência do contato com a nossa sociedade.
Lembramos com pesar a violência praticada contra as pessoas e os povos indígenas. Violência, muitas vezes, brutal e assassina. Outras, sutil e maliciosa, como o preconceito e a discriminação.
Lembramos com pesar que temos sido beneficiários da exploração e espoliação praticada contra os povos mais antigos do Brasil.
Lembramos com alegria que estes mesmos povos estão resistindo, crescendo e se organizando.
Como cristãos comprometemo-nos com a luta dos povos indígenas e com eles estabelecemos alianças justas. Respeitamos o seu jeito de ser diferente e reconhecemos os seus direitos. Juntos queremos construir uma sociedade em que haja lugar para todos.
Este compromisso nos vem do Evangelho. Cristo, que sofreu a violência da cruz e a superou no domingo de Páscoa, é a fonte de nossa força e do nosso compromisso na luta ao lado dos povo, aos quais é negado o direito de viver uma vida plena.

Para maiores informações e pedidos, faça contato com:

COMIN - Conselho de Missão entre Índios
Caixa Postal 14
Tel: 051 592 1763
Fax: 051 592 3288

93001-970 SÃO LEOPOLDO - RS



"No começo, quando não tinha branco, não tinha avião, era só Yanomami. E chegou o tempo em que o deus do branco fez o Nabé (forasteiro). O nosso deus, Omamë, morava com os Yanomami, ensinava eles. Quando mudou o tempo, apareceu o Nabé, começou a voar avião, a andar barco no rio. Até essa época, ninguém sofria com doenças, os Yanomami viviam muito bem, tinha muita alimentação, as crianças não sofriam como hoje. Os Yanomami começaram a ficar tristes (doentes) e Omamë foi embora" — Ivanildo Wawanaweytheri Yanomami.

"Os brancos têm muita mentira morando neles. Quando não sabemos os segredos das letras eles são perigosos, causam medo e os brancos nos enganam, os marreteiros não nos pagam". — Noba Kulina, professor da aldeia Sobral, Alto Purus, Acre.

HISTÓRIA ANTIGA

"Antigamente, nesta terra só morava índio.
Morava bonito. Cantava, fazia festa,
caçava e pescava.
Família morava tudo junto numa maloca
que Kulina chama de *odsa beje*.
Na maloca os velhos contavam histórias antigas.
História antiga ensinava Kulina viver bonito.
Não tinha fofoca.
A terra era de todos.

Depois chegou branco.
Branco queria terra de Kulina
para cortar seringa, para botar fazenda.
Branco matou muito Kulina.
Abusou de mulher de Kulina.
Levou criança para criar.
Kulina quase que acaba.
Sobrou pouco e
virou escravo de seringueiro.

Agora Kulina é pouco.
Mora tudo longe, em casa pequena.
Agora velho não pode mais
contar história antiga.
Agora Kulina quer mercadoria, quer roupa,
quer munição, quer sal.
Kulina tem que trabalhar duro
para comprar mercadoria.
Se Kulina não conhece dinheiro,
branco engana, não paga certo.
Quando Kulina aprende ler, fazer cálculo,
aí branco não pode mais enganar Kulina.
Quando terra de Kulina tiver demarcada,
aí Kulina vai viver bonito como antigamente.

Meu nome é *Bosi Cacohuari Madija*".

Fonte: Histórias dos Kulina
São Paulo, CIMI/CEDI/OXFAM, 1984, p. 70

KULINA

Nos vales dos rios Purus e Juruá, no Acre, Amazonas e Peru, moram os MADIJÁ (Kulina). Esta nação indígena está distribuída em 40 aldeias e somam aproximadamente 5.000 pessoas.
A história deste povo é marcada por contatos violentos com os não-índios. Essas violências iniciaram no século passado e continuam até os dias de hoje. Empresas seringalistas contratavam grupos para entrar nos matos e matar os índios das regiões onde havia as seringueiras para a produção da borracha. Essas expedições eram denominadas de "correrias". Milhares de Kulina foram exterminados dessa maneira.
Os Kulina resistem cada vez mais aos avanços sobre suas terras. Como o Governo Federal não demarca e protege esses territórios indígenas, eles próprios estão se organizando e fazendo isto, através da autodemarcação e expulsão dos invasores e madeireiros.
A cada dois anos, todo o povo Kulina reúne-se na Assembléia Kulina. Este ano, a Assembléia acontecerá na Aldeia do Rio Acuráhua, AM, no mês de setembro. O principal assunto da reunião será: a garantia das terras Kulina como forma de preservar sua cultura e suas vidas.

* * *

"Daqui a pouco os fazendeiros vão chegar para acabar com a gente e só através do papel (educação escolar) o branco não vai tomar a nossa terra"

Toroso Kulina, professor do Ajitini, Médio Juruá, Amazonas.

YANOMAMI

A nação indígena YANOMAMI ocupa desde tempos imemoriais; cerca de 3.000 anos, uma extensa área de floresta tropical na região da fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Estão distribuídos em 320 aldeias, totalizando, nos dois países, uma população de 20.000 pessoas. No Brasil, eles ocupam uma área entre os estados do Amazonas e Roraima.
Até o ano de 1987, os Yanomami eram no Brasil aproximadamente 9.000 pessoas. Nesse ano, iniciou seu violento genocídio. Sob o patrocínio dos governos federal e de Roraima, as terras Yanomami foram invadidas por garimpeiros e mineradoras. Esses invasores, sedentos de ouro, levaram a morte e destruição. Resultado disto é que os Yanomami são hoje no Brasil somente 7.000 indivíduos. Em 6 anos de contato, 20% de seu povo já foi exterminado e o meio ambiente sofreu danos irreparáveis.
Em 1992, o Governo Federal criou o Parque Yanomami, pressionado e acusado por essa tragédia. Contudo, a área continua sendo invadida e os índios assassinados. Tanto políticos e garimpeiros, como mineradoras querem acabar com o Parque e dessa forma acelerar o fim dos Yanomami . Isto é o que muitas pessoas chamam de integração.
O Brasil é constantemente denunciado no exterior por não garantir a vida de seus cidadãos Yanomami e é acusado de estar exterminando seus povos indígenas.

* * *

"— Eles (os garimpeiros) começaram a atirar. Primeiro mataram um homem, depois as mulheres e, finalmente, as crianças que foram cortadas com golpes de facão - relatou Simão Yanomami, mostrando com gestos como eram desferidos os golpes."

MUSICA : CANTO DAS CRIATURAS (MÃE BAIXADA)
AUTOR : GERALDO BASTOS
GRUPO : NAVIO CULTURAL

MÃE BAIXADA
SEUS FILHOS PERDIDOS
CANSADOS, ABATIDOS
SEM LAR E SEM CHÃO
DIVIDIDOS
EM SEITAS DO MEDO
DÃO PAZ AO ESPIRITO
MAS TRAEM A UNIÃO

MENSAGEIROS
INFIÉIS AO EVANGELHO
O SANGUE DA LUTA
MANCHOU NOSSO CHÃO
REUNIDOS
NÓS SOMOS MAIS FORTES
QUE O ANJO DA MORTE
A EXPLORAÇÃO

VEM DE LÁ, VEM DE LÁ, VEM DE CÁ
UM CANTICO NOVO
NUM BRADO DO POVO
OCUPE A TERRAIRMÃO (BIS)

E TEM PRANTOS
DE MÃES NEGRAS E BRANCOS
MENOR DELINQUENTE (SERA ?)
JOVEM,INDIO, ANCIÃO
IRMÃ LUA, IRMÃO SOL, IRMÃO VENTO
IRMÃO CHÃO FIRMAMENTO
VIVA CONSTELAÇÃO
REUNIDOS
SÃO A PROVA DE AMOR
DE UM DEUS LIBERTADOS
SEM VÉU, REVELAÇÃO

VEM DE LÁ, VEM DE LÁ, VEM DE CÁ
UM CANTICO NOVO
NUM BRADO DO POVO
OCUPE A TERRA IRMÃO (BIS)

ESTE SÍRIO
ESPERANÇA DE UM POVO
LUZ DE UM MUNDO NOVO
OFUSCOU COM CLARÃO
ARMAÇÃO DE UM SISTEMA FALIDO
QUE NOS FAZ DESUNIDOS
MAS SE ENGANOU ESTÁ PERDIDO
AINDA SOMOS IRMÃOS

R REFRÃO (2 x)

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
CARITAS DIOCESANA - CF/87

L A N Ç A M E N T O - C Â N T I C O S

1. Virá o dia em que todos, ao levantar a vista, veremos,nesta terra,reinar a liberdade!

   1.Minha alma engrandece o Deus Libertador, se alegra o meu espírito em Deus meu Salvador, pois Ele se lembrou do seu povo oprimido e fez de sua serva a mãe dos esquecidos.
   2.Imenso é seu amor, sem fim sua bondade, pra todos que na terra O seguem na humildade. Bem forte é nosso Deus,levanta o seu braço,espalha os soberbos,destrói todos os males.
   3.Derruba os poderosos dos seus tronos erguidos,com o sangue e o suor do seu povo oprimido.E farta os famintos,levanta os humilhados,arrasa os opressores,os ricos e malvados.
   4.Louvemos nosso Pai,Deus da libertação,que acaba a injustiça,miséria e opressão.Louvemos os irmãos que lutam com valia,fermentando a história,pra vir o grande dia.

2. 1.Povo,que és peregrino,buscas a libertação,ergue teus olhos ao alto,ao teu Senhor,teu perdão! Ergue teus olhos ao alto,ao teu Senhor, teu perdão!
   2.A terra que te prometo terá leite, terá mel. Lembra-te dela,meu povo,quando a injustiça for fel! Lembra-te dela,meu povo, quando a injustiça for fel!
   3.Atravessando o deserto,faz da tua sede esperança! Supera todo cansaço,olha a Terra Prometida! Supera todo cansaço, olha a Terra Prometida!
   4.Povo que tens,como herança,Cristo que ressuscitou,rompe os caminhos do medo,novo Sol já despontou. Rompe os caminhos do medo, novo Sol já despontou.
   5.Se a noite for prolongada e não houver mais luar,pensa que são como estrelas os sulcos dos passos teus.Pensa que são como estrelas os sulcos dos passos teus.

3. 1.O Povo de Deus no deserto andava,mas à sua frente Alguém caminhava.O Povo de Deus era rico de nada,só tinha a esperança e o pó da estrada.Também sou teu Povo,Senhor,e estou nessa estrada. Somente a Tua graça me basta e mais nada.
   2.O Povo de Deus também vacilava,às vezes custava a crer no amor.O Povo de Deus chorando rezava,pedia perdão e recomeçava.Também sou teu Povo,Senhor,e estou nessa estrada,perdoa se,às vezes,não creio em mais nada.
   3.O Povo de Deus também teve fome e Tu lhe mandaste o Pão lá do céu.O Povo de Deus cantando deu graças,provou teu amor,teu amor que não passa.Também sou teu Povo,Senhor, e estou nessa estrada,Tu és o alimento,na longa caminhada.
   4.O Povo de Deus ao longe avistou a Terra querida que o Amor preparou.O Povo de Deus sorria e cantava,e nos seus louvores Teu poder proclamava.Também sou teu Povo,Senhor, e estou nessa estrada,cada dia mais perto da Terra esperada.

4. "Eu vim para que todos tenham vida, que todos tenham vida plenamente".

   1.Reconstrói a tua vida em comunhão com teu Senhor,reconstrói a tua vida em comunhão com o teu irmão."Onde está o teu irmão,eu estou presente nele".
   2.Quem comer o Pão da vida viverá eternamente.Tenho pena deste povo que não tem o que comer.Onde está um irmão com fome,eu estou com fome nele.
   3.Eu passei fazendo o bem,eu curei todos os males.Hoje és minha presença junto a todo sofredor.Onde sofre o teu irmão,eu estou sofrendo nele.
   4.Entreguei a minha vida pela salvação de todos.Reconstrói,protege a vida de indefesos e inocentes.Onde morre o teu irmão,eu estou morrendo nele.
   5.Vim buscar e vim salvar o que estava já perdido.Busca salva e reconduze quem perdeu toda esperança.Onde salvas teu irmão, tu me estás salvando nele.
   6.Este Pão,meu corpo e vida,para a salvação do mundo,é presença e alimento nesta Santa Comunhão.Onde está o teu irmão,eu estou também com ele.
   7.Salvará a sua vida quem a perde,quem a doa.Eu não deixo perecer um daqueles que são meus.Onde salvas teu irmão,tu me estás salvando nele.

5. Quero entoar um canto novo de alegria,ao raiar aquele dia de chegada ao nosso chão.Com meu povo celebrar a alvorada,minha gente libertada, lutar não foi em vão!

   1.Peregrino nas estradas de um mundo desigual,espoliado pelo lucro e ambição do capital, do poder do latifúndio enxotado e sem lugar,já não sei pra onde andar. Da esperança eu me apego ao mutirão.
   2.Sei que Deus nunca esqueceu do oprimido o clamor e Jesus se fez do pobre solidário e servidor.Os profetas não se calam,denunciando a opressão,pois a terra é dos irmãos e, na mesa,igual partilha tem que haver.

3.Pela força do amor o universo tem carinho e o clarão de suas estrelas iluminam meu caminho.Nas torrentes da justiça meu trabalho é comunhão.Arrozais florescerão e,em seus frutos, liberdade colherei.

6. Pai, ó Pai nosso, quando é que este mundo será nosso!?

1.Pai nosso,quando o mundo será nosso,dos pobres,nossos irmãos? Pai nosso,como é duro ver minha gente crucificada pela opressão!
2.Pai nosso dessa América ferida,Ah vida! quanta aflição! Pai nosso,quem enxugará o pranto dos povos destas nações?
3.Pai nosso,o coração de nossa gente despedaçada quer solução! Pai nosso,a esperança do presente é igualdade,repartição!
4.Pai nosso,quando a terra será nossa,dos povos,sem aflição? Pai nosso,quando a terra será nossa, dos pobres desta Nação?

7. Ó Pai, somos nós o Povo eleito, que Cristo veio reunir!

1.Pra viver a sua vida,aleluia,o Senhor nos enviou,aleuia!
2.Pra ser Igreja peregrina,aleluia, o Senhor nos enviou,aleluia!
3.Pra anunciar o Evangelho, aleluia, o Senhor nos enviou,aleluia!
4.Pra servir na unidade, aleluia, o Senhor nos enviou, aleluia!
5.Pra celebrar a sua glória, aleluia, o Senhor nos enviou, aleluia!
6.Prà construir um mundo novo, aleluia, o Senhor nos enviou, aleluia!
7.Pra caminhar na esperança,aleluia, o Senhor nos enviou,aleluia!
8.Pra ser sinal de salvação, aleluia, o Senhor nos enviou,aleluia!

8. Vinde pais, vinde mães, vinde filhos, vinde irmãos, vinde todos louvar nosso Deus que defende os mais pobres e a justiça a todos fará.

1.Aqui eu vim dizer que muito trabalhei,cumpri o meu dever,em Ti eu confiei.
2.Lutei o dia inteiro para ganhar meu pão,não pensei em dinheiro,pensei na salvação.
3.Os pobres sempre esperam o dia da união,o dia da justiça e da libertação.

9. 1.Povo que luta cansado de mentira,cansado de sofrer,cansado de esperar.Povo que luta cansado de esperar, procura a redenção!

Porque Ele é luz,verdade, justiça,bem,perdão,paz,esperança,amor e redenção!

2.Povo que luta por terra onde há fartura,por paz sem fingimento,por vida partilhada; povo que luta por vida partilhada, procura a redenção!
3.Povo que espera colheitas mais serenas,verdades mais profundas,caminhos mais fraternos; povo que espera caminhos mais fraternos,procura a redenção!

10. Quem disse que não somos nada,que não temos nada para oferecer, repare nossas mãos abertas, trazendo as ofertas do nosso viver!

1.A fé do homem nordestino que busca um destino,um pedaço de chão; a luta do povo oprimido,que abre caminho, transforma a Nação. Ô, ô, ô! Recebe,Senhor!
2.Retalhos de nossa história,bonitas vitórias que meu povo tem: Palmares,Canudos,Cabanos, são lutas de ontem e de hoje também.Ô, ô, ô! Recebe, Senhor!
3.Aqui trazemos a semente, sangue desta gente que fecunda o chão; do Gringo e tantos lavradores, Santos operários em libertação. Ô, ô, ô! Recebe, Senhor!
4.Coragem de quem dá a vida seja oferecida neste vinho e pão; é força que destrói a morte e muda nossa sorte, é Ressurreição! ô, ô, ô! Recebe, Senhor!

11. Eu vou cantar um bendito, um canto novo, um louvor:

1. ao Deus do povo oprimido,que ouviu do pobre o clamor.
2. ao Deus que livra seu Povo das garras do faraó.
3. ao Deus que leva seu Povo para uma terra melhor.
4. ao Deus que nos deu seu Filho, dos pobres Libertador.
5. Jesus por nós deu a vida, a Lei maior ensinou.
6. Jesus revive nas lutas do povo trabalhador
7. Um povo forte e unido bendiz e louva o Senhor.
8. Santo, santo, santo é o Senhor,
9. o Deus do universo, Deus nosso Salvador
10. Bendito o que vem em nome do Senhor,
11. hosana nas alturas a Deus nosso Senhor!

11ª Caminhada da Terra

Você que participou ou que vai participar pela 1ª vez, venha se unir a esta Romaria ou Caminhada, que já se tornou tradicional em nosso Estado. Será dia **02 de julho** no assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes.

A luta que trava os trabalhadores rurais sem terra junto com os companheiros combativos das cidades, levam-nos a acreditar que a tão sonhada, esperada, urgente e necessária Reforma Agrária, já está acontecendo, nas lutas, mortes e conquistas de nossos irmãos do campo.

A Bíblia diz que a terra é de Deus, que a terra é de irmãos e tem que ser repartida. " Entre nessa terra e a conquiste, esta é a terra que prometi a vossos pais" . Que a organização dos sem terra arranque de nós a pecha de ser o país de maior concentração de terra e de renda do mundo. Vamos gritar: Basta, Deus quer isto de nós, por isso estamos convocando a todos cristãos, evangélicos, católicos ou irmãos de outras religiões a se unirem a nós nesta Caminhada e Celebração. Terra conquistada, esperança de vida nova. Queremos fazer neste ano a memória dos 500 anos de resistência índia, negra e popular

Os trabalhadores do campo, desempregados das usinas estão ainda sem indenização, pois as usinas faliram. Resolveram ocupar as terras da cana, transformando-as em terra de produção. Vamos celebrar e nos unir a eles nesta luta. Por isso convidamos a todas as Igrejas para a seguinte programação:

8:00h - Café da Manhã – no Assentamento Zumbi dos Palmares, café oferecido pelos lavradores - Concentração no núcleo III

8:30h – Acolhida e boas vindas às caravanas de romeiros

9:30h - Encenação de abertura e inicio da Caminhada dirigida pelo Pr Ricardo da Igreja Metodista

12:00h – Almoço: Benção e partilha dos alimentos

12:30h – Tribuna livre (com cantos, denúncias, poesias, e apresentações)

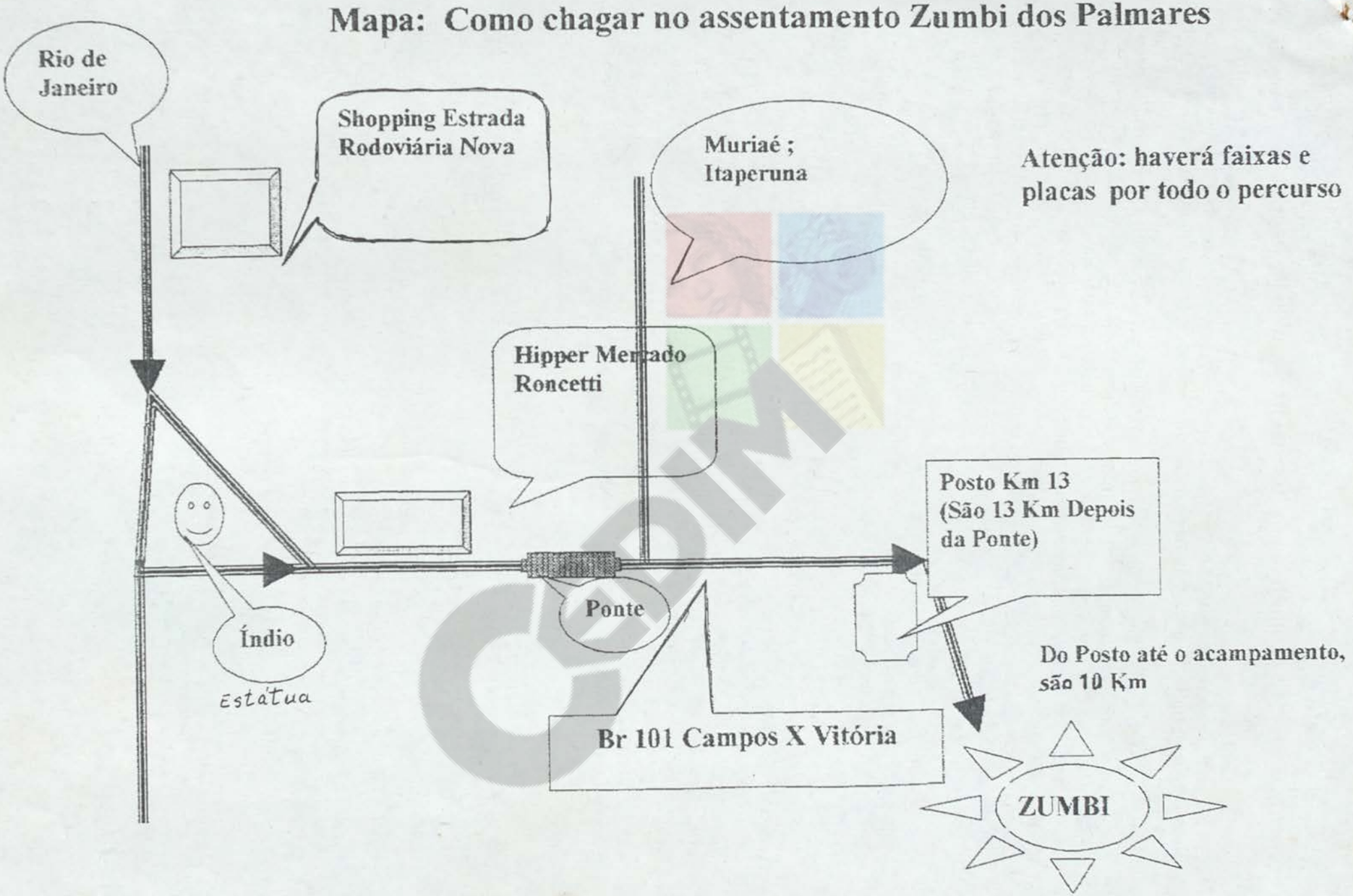
15:00h – Celebração final com benção e envio para semear vida e fartura nas caminhadas. Venha conosco gritar: Queremos outros 500 anos, sem discriminação, exploração, miséria e mortes. Índio, negros, mulheres e trabalhadores(as) estaremos todos juntos. Até lá!

Informações:

e-mail:**cptrj@rol.com.br**
cptrj@ig.com.br
cptrj@bol.com.br

CPT-RJ Campos – **(24) 722 2404**
Paulo Poeta(assentado) **(24) 99018664**
Nova Iguaçu Pe. Geraldo Lima **(21) 767 8570 ou Fax:767 7773**

Mapa: Como chagar no assentamento Zumbi dos Palmares



C:\cpt\weriaton\mapa Zumbi.doc

CEDIM

11.ª Caminhada da Terra – 02 de julho de 2000

Trabalhadores do campo e da cidade, estaremos juntos celebrando a Terra Conquistada – Esperança de Vida Nova. Você também estará conosco celebrando a memória de **Resistência, Índia, Negra e Popular**, em Campos no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Se Você não participou ainda; não perca! Quem já veio estará em Campos em 02 de julho. Todos Vocês que lutam por trabalho, por melhores salários, por moradia, transporte, saúde, educação virão se juntar a nós trabalhadores rurais e assalariados da cana. Estaremos reivindicando vida digna e Reforma Agrária. Uma reforma que assente cinco milhões de sem terra do país. As terras do Brasil precisam ser de quem planta e sustenta a vida do povo. Por isso é que juntos à Campanha Nacional pela Reforma Agrária, estamos propondo uma lei que estabeleça o módulo máximo de propriedade em 35.000 hectares. Assim não faltará terra para ninguém . E os pequenos e médios produtores não se sentirão ameaçados.

Fazemos isto em nome da nossa fé, pois nosso Deus, o Deus de Abraão, Isac, Jacó e Moisés, libertou o povo do Egito e o fez conquistar a Terra de Canaã, na Palestina. O livro do Êxodo nos recorda esta conquista. "Entre nessa terra, disse Deus, e a conquiste, esta é a terra que prometi a vossos pais".

Com a nova lei de Reforma Agrária, deixaremos de ser o maior país do mundo em concentração de terra e de renda. Vamos gritar um basta ao pagamento da Dívida Externa, que está roubando o dinheiro das desapropriações e matando o povo. Esta luta por terra, trabalho e vida digna é nossa, Deus nos chama. Ele nos dará força, coragem, inteligência, para levá-la até o fim; Deus o Deus da vida, o Deus da Bíblia, está convocando todos os cristão, evangélicos, católicos ou de outras religiões a se juntarem nesta caminhada de libertação.

Os trabalhadores dos assentamentos do Estado do Rio de Janeiro convocam-nos para esta grande Caminhada, que terá a seguinte programação:

8:00h - Café da Manhã – no Assentamento Zumbi dos Palmares, oferecido pelos lavradores - Concentração no núcleo III

8:30h – Acolhida e boas vindas às caravanas de romeiros

9:30h - Encenação de abertura e início da Caminhada dirigida pelo Pastor Ricardo da Igreja Metodista

12:00h – Almoço: Benção e partilha dos alimentos

12:30h – Tribuna livre (com cantos, denúncias, poesias, e apresentações)

15:00h – Celebração final com benção e envio para semear vida e fartura na Caminhada.
Venha conosco gritar: Queremos outros 500 anos, sem discriminação, exploração, miséria e mortes. Índio, negros, mulheres e trabalhadores(as) estaremos todos juntos. Até lá!

Informações:

CPT-RJ Campos – (24) 722 2404
Paulo Poeta(assentado) (24) 99018664
Nova Iguaçu Pe. Geraldo Lima (21) 767 8570 ou Fax:767 7773

Pe. Geraldo

Companheiros, vou fazer alguns lembretes importantes para os que irão organizar caravanas para a XI Romaria da Terra:

- É importante saber que do Rio de Janeiro à Campos são aproximadamente 4h de viagem. Cada um deve calcular o tempo de viagem, e se organizar para chegar em Campos as 8h da manhã, pois é o horário que está previsto para servir o café que a equipe esta se organizando para oferecer. Se chegarem mais cedo não tem problema porque já terá gente esperando nas entradas e também no local da concentração a partir das 6:30h da manhã. As 8:30h inicia a celebração, para que possamos aproveitar o dia para as apresentações e troca de experiência das comunidades. Então está previsto o início as 8:00 e a celebração final as 16:00h.
- Cada um deve trazer seu lanche, com algo a mais para partilhar ou trazer dinheiro para comprar nas barracas.
- Trazer sementes de flor, árvore ou cereais para ser oferecido para os acentuado.
- Cada caravana prepare cartazes, faixas e traga os instrumentos musicais que tiverem para contribuírem com a animação.
- O percurso que vamos fazer é de 4km.
- É muito importante se cada comunidade, ou assentamento tivesse alguma experiência positiva para contar, e se tiver algo para expor é só comunicar antes para que possamos preparar o espaço de exposição.
- Gostaríamos de saber com antecedência o número de ônibus que virá para que equipe de infra estrutura possa se organizar melhor.
- As cartilhas ainda não estão prontas, mais como ainda temos um tempo, cada comunidade poderá nos informar o número de cartilhas que vai precisar, assim que ficar prontas enviaremos a quem solicitar, e quem puder contribuir para as despesas de correio agradecemos.
- Para participar da tribuna livre na parte da tarde, gostaríamos que nos comunicassem antes para organizar o tempo dessa atividade (Que as apresentações não passem de 10minutos).
- As camisetas já estão prontas, mais gostaríamos que cada comunidade pudesse nos ajudar para que todos pagassem o quanto antes, pois dependemos do retorno desse dinheiro para gastos com passagens, combustível, para que possamos garantir uma boa organização.
- Já temos uma proposta de uma encenação para a abertura da caminhada que estamos formando um grupo para assumir.
- A caminhada da terra terá três paradas cada uma com um enfoque:

» 1ª a resistência do índio (estamos em contato, para que os índios de Angra dos Reis assumam essa apresentação e reflexão);

» 2ª A resistência negra(estamos em contato com o movimento negro do Rio de Janeiro para que assumam esse momento);

3ª resistência dos movimentos populares que aí teremos, o MST, MPA e outros que vamos estar em contato.

Se tiverem outras sugestões poderão encaminhá – la para a CPT.

Até dia 2 de julho!

Inês Sátiro Polidoro

Inês F. Polidoro

CAMISETA - ROMARIA - TERRA - 2000

	Nome	Encomenda	Nº de Camisetas	Endereço	Levadas
1.	Mano - (Obra Kolping)		10	fone: 4051452	10 c pg.
2.	Dailton - (Nilópolis	6	6 (a pagar)	7917146	#
3.	Dionésio Pereira (Caxias)		6	92122439	6 c pg.
4	Antonia Pedroza da Silva Niteroi (S. Gonçalo)	7 pg	3 pg.	Paróquia de Gramacho 3P-46-3M. 603-2075 -	10 c pg.
5.	Comunidade Moqueta -	3	3.	Dulceia - 6 pg. / Zacarias P pg. João Ribeiro p. (pg.	pg. 3 -
6.	Rosimar (São Cristovão) G		1	7687477.	pg. 1 c
7.	José Pedro		5.	———	pg. c 5
8	José Pedro G		2.	———	2 c pg
9	José Miguel	20	20		
10	Carlos GG		1.	———	pg. 1 c
11	Cleonice - M.		1.	———	pg. 1 c
12	Evandro (	10	10 (01/06 pg)	Paroq. de Santa Eugenia	pg.
13	Rosimar	1	1.	"	pg.
14	Carlos Henrique	4	4	"	pg.
	Pago à Lencineia	CPT-RJ -	13/05/2000 -	R$325,00 + R$25,00	=
	Recebidas de Lencineia -		em 13/05/ 45	|| Total 73.	
	A receber —	28 —	28		
15	Maninha (Bonsucesso)	5	5	2804675 Rio	
16	Salvador	2	2	———	pag.
17	Pe Geraldo	2	2		pg.
18	Salvador	1	1		pg.
19.	Fr. Auxiliador.	5 2	(faltam 3) 5 2	Sta Rita	pg.
20	Conceição	10	10	Volta Redonda	pg.
21	Nair Jane	5	5	Sind. Domést. N. Iguaçu	
22	Elza -	4 3 pg.	4	Sto. Elias	3 pg.
23.	Jorcemi	1	1.	JOC	pg.
24 -	Anônimo	1	62 / 11 / 73 1	— 01/06	pg.
Catorze — 2					
	Obs - as 10 do Evandro já foram pagas à CPT Lencineia. pg. geraldo/01/06				

XIª ROMARIA DA TERRA -
PROPOSTA DO FORUM DAS PASTORAIS SOCIAIS
Para Reunião do Dia 13.

(1) - Antecipar a Celebração de Encerramento para as 15 horas -
- Justificativa: povo de muito longe (Volta Redonda que vai retornar à sua casa de madrugada, caso seja mantido o horário das 16 horas).

(2) Não esquecer de mandar em tempo o mapa geográfico com indicações precisas de como chegar ao local da Romaria.

(3) Que os subsídios já tragam a programação do dia da Romaria.

XI ROMARIA DA TERRA - ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - R.J. 02 DE JULHO DE 2.000.

A Romaria da terra
é uma perigrinação
gente visitando gente
em busca de solução
um caso muito comum
em grande população.

-2-

Hoje em Zumbi dos Palmares
a grande concentração
nesta grande Romaria
saudando a cada irmão
celebrando as nossas vidas
juntos partilhando o pão.

-3-

Saudando a todos irmãos
nesta longa caminhada
e a nossa comitiva
vinhemos lá da Baixada
trazer nossas saudações
a esta gente acampada.

-4-

Somos de Nova Iguaçu
e trouxemos as saudações
em nome do nosso povo
unir nossos corações
juntando nossos pedidos
em nossas celebrações.

-5-

Juntando a nossa esperança
motivados de alegria
participar juntamente
nesta grande Romaria
partilhando vida nova
Cristo na Eucaristia.

-6-

Juntos aos trabalhadores
ou do campo ou da cidade
aqui vinhemos trazer
a solidariedade
o abraço em Jesus Cristo
sinal da nossa unidade.

-7-

Somos povo que caminha
em busca de solução
para os nossos problemas
saúde e educação
terra para trabalhar
e adquirir o pão.

-8-

Deus esteja em vossos lares
paz em cada coração
muita justiça e amor
firmeza na decisão
nosso cordial abraço
e um grande aperto de mão.

Autor: Luiz F. Neto

Comunidade São João Batista

Piam - Diocese de Nova Iguaçu.

6ª ROMARIA DAS ÁGUAS E DA TERRA

TERRA E ÁGUA! CLAMOR DE VIDA!



POVO DE DEUS EM CAMINHADA NA LUTA POR TERRA E ÁGUA

Salinas, 19 de agosto de 2001

PROMOÇÃO:

ARQUIDIOCESE DE MONTES CLAROS - MG / PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO - SALINAS
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE MINAS GERAIS
CASA DE PASTORAL COMUNITÁRIA - MONTES CLAROS
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DA MICRO-REGIÃO RIO PARDO

LIVRO DE CANTOS

1. A bandeira do Divino

Os devotos do Divino
Vão abri sua morada
Pra bandeira do Menino
Ser bem-vinda, ser louvada

Deus vos salve esse devoto
Pela esmola em vosso nome
Dando água a quem tem sede
Dando pão a quem tem fome

A bandeira acredita
Que a semente seja tanta
Que essa mesa seja farta
Que essa casa seja santa

Que o perdão seja sagrado
Que a fé seja infinita
Que o homem seja livre
Que a justiça sobreviva

Assim como os três Reis Magos
Que seguiram a estrela-guia
A bandeira segue em frente
Atrás de melhores dias

No estandarte está escrito
Que ele voltará de novo
E o rei será bendito
Ele nascerá do povo

Este Rei é Jesus Cristo
Que nasceu lá em Belém
E que luta e caminha
Na nossa vida também

Festejamos a vitória
Que Jesus nos trouxe um dia
Pra que a fé mantenha firme
A justiça e alegria

Pois a nossa fé ensina
Que ele voltará de novo
E a comunidade grita:
Ele nascerá do povo

2. A glória de Deus

Olha a glória de Deus brilhando,
Aleluia! (bis)

Nosso Deus é o artista do universo
É a fonte da luz, do ar, da cor.
É o som, é a música, é a dança.
É o mar jangadeiro e pescador.
/É o seio materno sempre fértil,
É beleza, é pureza e é calor!. (bis)
Aleluia! Aleluia! Vamos criar
Que é pra glória de Deus brilhar!

Nosso Deus é caminho e caminhada,
Do seu povo para a libertação.
Onde quer que esteja um oprimido,
É Javé que promove a redenção.
/Ele quebra a força do tirano
E garante a vitória da união. (bis)
Aleluia! Aleluia! Vamos lutar
Que é pra glória de Deus brilhar!

Nosso Deus é a voz que se levanta,
É o canto, o gemido e o clamor
É o braço erguido para a luta
é o abraço em nome do amor.
/É o pé conquistando novo espaço,
é a terra, é o fruto, é flor. (bis)
Aleluia! Aleluia! Vamos amar
que á pra glória de Deus brilhar!

Nosso Deus está brilhando noite e dia
Pelos campos e praças do país
É presença na voz da meninada
Que convoca um futuro mais feliz.
/É a infinita razão de plena vida.
Todo o povo cantando hoje bendiz./
Aleluia! Aleluia! Vamos cantar
que é pra glória de Deus brilhar!

3. Água de chuva

Colher a água/ Reter a água
Guardar a água/ Quando a chuva cai
do céu/ Guardar em casa
Também no chão/ E ter a água
Se vier a precisão

No pé da casa você faz sua cisterna
E guarda a água que o céu lhe enviou / É dom de Deus, é água limpa, é coisa linda / Todo idoso, o menino e a menina/ Podem beber que é água pura e cristalina

Você ainda vai lembrar dos passarinhos / E dos bichinhos que precisam de beber
São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos / Fazendo isso honrará a São Francisco,
A Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero

Você ainda vai lembrar que a seca volta
E vai lembrar do velho dito popular "É bem melhor se prevenir que remediar" / Zele os barreiros, os açudes e as aguadas / Não desperdice sequer uma gota d'água!

4. Animados pela fé

O teu povo, Senhor, está sofrendo
Caminhando de um lado para outro
Uma vida mais justa está querendo
Pois senão vai migrar até estar morto.

Animados pela fé
E bem certos da vitória
Vamos fincar nosso pé
E fazer a nossa história
E fazer a nossa história
Animados pela fé.

Desse jeito que a coisa está andando
O sistema escraviza e nos domina
Ele é o mal que está nos desviando
Da verdade que Cristo hoje ensina.

A estrutura da nossa sociedade
Força o povo para a migração
Os da roça vão para a cidade
Sempre em busca de melhor situação.

Nas indústrias os que são operários
Demitidos também têm que migrar
Quando tentam melhorar o salário
Outra fábrica têm que procurar.

Mas quem lucra com esse vai e vem
São os grandes enquanto sofre o povo / Já é hora de os pobres se unir bem / Para juntos construir um mundo novo.

É verdade que nós neste mundo
Somos sempre um povo a caminho
Mas Deus nunca se afasta um segundo
Acompanha e ajuda com carinho.

5. Assim já ninguém chora mais

Sabemos que o capitalista
Diz não ser preciso
Ter Reforma Agrária
Seu projeto traz miséria
Milhões de sem terra/ Jogados na estrada/ Com medo de ir pra cidade
Enfrentar favela
Fome e desemprego
Saída nessa situação/ É segurar as mãos / De outros companheiros

E assim já ninguém chora mais
Ninguém tira o pão de ninguém
O chão onde pisava o boi
É feijão e arroz, capim já não convém

Compadre junte ao Movimento
Convide a comadre e a criançada
Porque a terra só pertence
A quem traz nas mãos
Os calos da enxada
Se somos contra o latifúndio
Da Mãe Natureza somos aliados
E viva a vitória no chão
Sem a concentração dos latifundiários

Seguimos ocupando terra
Derrubando cercas, conquistando o chão/ Que chore o latifundiário
Pra sorrir os filhos de quem colhe o pão/ E a luta por Reforma Agrária
A gente até pára se tiver, enfim,
Coragem a burguesia agrária
De ensinar seus filhos a comer capim

6. Ave, cheia de graça

Ave, cheia de graça,
Ave, cheia de amor
Salve, ó mãe de Jesus
A ti nosso canto e nosso louvor!

Mãe do Criador – Rogai
Mãe do Salvador – Rogai
Do libertador – Rogai por nós
Mãe dos oprimidos – Rogai
Mãe dos esquecidos – Rogai
Dos desvalidos – Rogai por nós

Mãe do bóia-fria – Rogai
Causa da alegria – Rogai
Mãe das mães Maria – Rogai por nós/ Mãe dos humilhados – Rogai
Dos martirizados – Rogai
Dos marginalizados – Rogai por nós

Mãe dos despejados – Rogai
Dos abandonados – Rogai
Dos desempregados – Rogai por nós
Mãe dos pecadores – Rogai
Dos agricultores – Rogai
Santos e doutores – Rogai por nós

Mãe do céu clemente – Rogai
Mãe dos doentes – Rogai
Do menor carente – Rogai por nós
Mãe dos operários – Rogai
Dos presidiários – Rogai
Dos sem-salário – Rogai por nós

Mãe imaculada – Rogai
Mãe santificada – Rogai
Para Deus doada – Rogai por nós
Mãe dos consagrados – Rogai
Dos vocacionados – Rogai
Para Deus doados – Rogai por nós

7. Axé

Irá chegar um novo dia
Um novo céu, uma nova terra, um novo mar/ E neste dia os oprimidos
Numa só voz a liberdade irão cantar

Na nova terra o negro não vai ter correntes / E o nosso índio vai ser visto como gente
Na nova terra o negro, o índio e o mulato / O branco e todos vão comer no mesmo prato

Na nova terra a mulher terá direitos
Não sofrerá humilhação nem preconceito
O seu trabalho todos vão valorizar
Nas decisões ela irá participar

8. Baião das comunidades

Somos gente nova vivendo a união
Somos povo semente da nova nação êê./ Somos gente nova vivendo o amor / Somos comunidade, povo do Senhor êê.

Vou convidar os meus irmãos trabalhadores, / Operários, lavradores, / Biscateiros e outros mais... / E juntos vamos celebrar a confiança / Nossa luta na esperança
De ter terra, pão e paz, êê.

Vamos chamar os índios que ainda resistem / As tribos que ainda insistem / No direito de viver.
E juntos vamos, reunidos na memória, / Celebrar uma vitória / Que vai ter que acontecer êê.

Convido os negros, irmãos no sangue e na sina / Seu gingado nos ensina / A dança da redenção.
De braços dados no terreiro da irmandade
Vamos sambar na verdade
Enquanto chega a razão êê.

Vamos chamar Oneida, Rosa, Ana e
Maria, / A mulher que noite e dia
Luta e faz nascer o amor.
E reunidos no altar da liberdade
Vamos cantar a verdade
Vamos pisar sobre a dor êê.

Vou convidar a criançada e a
juventude/ Tocadores nos ajudem
Vamos cantar por aí.
O nosso canto vai encher todo o país
/ Velho vai dançar feliz
Quem chorou vai ter que rir êê.

Desempregados, pescadores,
desprezados / E os marginalizados
Venham todos se juntar
À nossa marcha pra nova sociedade
Quem nos ama de verdade
Pode vir, tem um lugar êê.

9. Baião do peregrino sofredor

Bendita seja esta marcha,
Dos pobres, dos sofredores
Romeiros de São Francisco
De Jesus os seguidores

Já chegou a hora,/ Tempo de alegria
Festa dos pequenos
Nesta grande Romaria

Das favelas e dos becos
Do abandono nós chegamos
E a ti nosso Deus clemente
Reunidos nós clamamos

Da terra somos expulsos
Pela força da ambição
vem, Senhor, fazer justiça
Aos pobres desta nação

No corpo trazemos as marcas
Do sofrimento e da dor
Na alma trazemos a força
De Cristo Nosso Senhor

De ladrões e preguiçosos
Somos sempre acusados
Da riqueza que criamos
Não somos recompensados

Nas cadeias torturados
Nos tribunais sem defesa
Deus dá vida e liberdade
Vem saber nossa pobreza

Menores, negros, mulheres,
Deficientes e pisados
Reunidos na irmandade
Nós seremos libertados

Com Jesus, servo bendito
Com Maria Mãe das Dores
Com os mártires, nossos santos
Seremos libertadores

Nossa festa toma conta
Da cidade e do sertão
A força nova da vida
Brota em cada coração

10. Bendito dos romeiros da terra

Bendita e louvada seja
Esta santa romaria.
Bendito o povo que marcha
Bendito o povo que marcha
Tendo Cristo como guia. (bis)

Sou, sou teu, Senhor,
Sou povo novo, retirante, lutador!
Deus dos peregrinos,
Dos pequeninos, Jesus Cristo
Redentor!

No Egito, antigamente,
Do meio da escravidão.
Deus libertou o seu povo,
Hoje ele passa de novo
Gritando a libertação. (bis)

Para a terra prometida
O povo de Deus marchou
Moisés andava na frente
Hoje Moisés é a gente
Quando enfrenta o opressor. (bis)

Caminheiros na estrada
Muita cerca prende o chão.
Todo arame e porteira
Merece corte e fogueira
São frutos da maldição. (bis)

Quem é fraco, Deus dá força
Quem tem medo sofre mais.
Quem se une ao companheiro
Vence todo cativeiro
É feliz e tem a paz! (bis)

Mãos ao alto, voz unida
Nosso canto se ouvirá.
Nos caminhos do sertão
Clamando por terra e pão
Ninguém mais nos calará. (bis)

Meu São Francisco das Chagas
Da matriz de Canindé.
Seja nossa companhia
Nesta grande romaria
Pra terra que a gente quer. (bis)

11. Cântico das criaturas

Onipotente e bom Senhor
A Ti a honra, glória e louvor
Todas as bênçãos de Ti nos vêm
E todo o povo te diz amém!

Louvado sejas nas criaturas
Primeiro o sol, lá nas alturas
Clareia o dia, grande esplendor
Radiante imagem de ti, Senhor

Louvado sejas, pela irmã lua
No céu criaste, é obra tua
Pelas estrelas, claras e belas
Tu és a fonte do brilho delas

Louvado sejas pelo irmãos vento
E pelas nuvens, o ar e o tempo
E pela chuva que cai no chão
Nos dá sustento, Deus da criação

Louvado sejas, meu bom Senhor,
Pela irmã água e seu valor
Preciosa e casta, humilde e boa,
Se corre um canto a ti entoa

Louvado sejas, pela irmã morte
Que vem a todos, ao fraco e ao forte
Feliz aquele que em ti amar
A morte eterna não o matará

Bem aventurado quem guarda a paz
Pois o Altíssimo o satisfaz
Vamos louvar e agradecer
Com humildade ao Senhor bendizer

12. Ciranda da Comunhão

Partir o pão na mesa
Partilhando em mutirão
Acabando com a fome
Fazendo comunhão.

O Pão e o vinho, frutos da terra
São alimentos na caminhada!
As nossas mãos, os nossos sonhos
São alimentos na caminhada!

Meu irmão índio, sobrevivente
É resistência na caminhada!
Meu irmão negro, Axé pra gente
É resistência na caminhada!

Criança e jovem, mulher e homem
Nossos irmãos na caminhada!
Desempregados e abandonados
Nossos irmãos na caminhada!

Os nossos mártires, irmãos de
sangue
São as sementes na caminhada!
Os perseguidos, fiéis na luta
São as sementes na caminhada!

O povo unido em favor da vida
De mãos unidas na caminhada!
As pastorais e comunidades
De mãos unidas na caminhada!

Jesus amigo, Ressuscitado
É companheiro na caminhada!
Nossa senhora, Mãe da Esperança
É companheira na caminhada!

13. Descobrimos lá na base

Descobrimos lá na base que a
Reforma Agrária/ Do papel não vai
sair / Pelo pedaço de chão para
colher o nosso pão
Vamos ter que nos unir
Companheiro e companheira
Vitória vai ser ligeira se todos se
organizarem / A gente faz
acampamento, tira pão o sustento
E Reforma Agrária é pra já.

E vamos entrar naquela terra e não
vamos sair / Nosso lema é ocupar,
resistir e produzir

A gente faz caravana
Arrisca entrar em cana mas tem que
ser por aí
Sindicatos combativos
Isto tudo é preciso
Para a luta prosseguir
A classe trabalhadora
Que é a mais sofredora
Já começa a perceber
Que nós somos maioria
E que vai chegar o dia
Com um novo amanhecer

Pelo fim do latifúndio
Chega João, chega Raimundo
Isso vai ter que mudar
Nessa América Latina
Será que a nossa sina
Vai ser sofrer sem parar
Mas eu nisso não acredito
Por isso eu tenho dito
Vamos todos dar as mãos
É a força popular levantando essa
bandeira
Reforma Agrária é no chão

Se for dura essa parada
A gente pega na marra
Não dá pra ser diferente
Pois os homens têm dinheiro
Compram armas no estrangeiro
Pra poder matar a gente
Contra esse capitalismo
Vamos firmes, decididos
Não deixar pra outra hora
É a classe organizada
Passo a passo nessa estrada
Construindo a sua história

14. Deus nos abençoe

Deus nos abençoe, Deus nos dê a
paz! / A paz que só o amor é que nos
traz! (bis)

A paz na nossa vida, no nosso
coração
E a benção para toda criação!

A paz na nossa casa, nas ruas, no
país
E a benção da justiça que Deus quis!

A paz pra quem viaja, a paz pra
quem ficou / E a benção do conforto
a quem chorou!

A paz entre as igrejas e nas religiões
E a benção da irmandade entre as
nações!

A paz pra toda a terra e a terra ao
lavrador
E a benção da fartura e ao louvor!

15. Deus seja louvado no pão partilhado

Deus seja louvado, no pão partilhado
No pão partilhado, Deus seja
louvado!

Bendito e louvado seja/ Este santo
sacramento / Deus no céu nos dê a
glória/ Cá na terra o alimento!

Bendita e louvada seja/ Esta santa
Eucaristia! / Corpo e sangue de
Jesus/ Filho da Virgem Maria!

Bendita seja esta ceia/ Entre irmãos
compartilhada / Onde está o cálice
bento/ E a hóstia consagrada!

Bendita fruta ligeira/ Vinda da terra
sagrada! / Bendita a mão
companheira/ Seja sempre
abençoada!

Glória ao Pai e glória ao Filho/ Glória
ao Espírito também! / Pelo amor e
pelo tempo/ Agora e sem fim, amém!

16. Floriô

Arroz deu cacho e o feijão floriô
Milho na palha, coração cheio de
amor.

Povo sem terra fez a guerra por
justiça / Visto que não tem preguiça
esse povo de pegar
Cabo de foice, também cabo de
enxada / Pra poder fazer roçado e o
Brasil se alimentar

Com sacrifício debaixo da lona preta
Inimigo fez careta mas o povo
atravessou / Romperam cercas que
cercam a filosofia / De ter paz e
harmonia para quem plantar amor

Erguendo a fala gritando Reforma
Agrária / Porque a luta não pára
quando se conquista o chão
Fazendo estudo, juntando a
companheirada / Criando cooperativa
pra avançar a produção

17. Força de paz

O pão sofrido da terra
Na mesa da refeição
O pão partido na mesa
Se torna certeza
E se faz comunhão.
O corpo do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

Vinho de festa e alegria
É vida no coração
Vinho bebido na luta
Se torna conduta
De libertação.
O sangue do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

Palavra vindo do Reino
Na boca de cada irmão
Palavra que fortalece,
Anima, esclarece
A nossa união.
Palavra do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

Flores dos jardins dos campos
Sorriso exposto no altar
Flores molhadas no pranto
De quem deu a vida
Pra vida mudar.
A vida de quem tombou
É força viva de paz! (bis)

Água trazida da fonte
Matando a sede que mata
Água da chuva no chão
Traz vida e traz pão
Pra gente e pra mata.
Água da vida, Jesus,
É força viva de paz! (bis)

Ceia, sagrada aliança
Ato supremo do amor
Ceia, encontro e esperança
De Jesus com a gente,
Transformando a dor.
A ceia do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

Louvor que nasce da história
Do dia-a-dia do povo
Louvor ao Deus verdadeiro
Fiel justiceiro
Pai do mundo novo.
O nome do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

18. Javé, o Deus dos pobres

Javé, o Deus dos pobres, do povo sofredor / Aqui nos reuniu pra cantar o seu louvor
Pra nos dar esperança e contar com sua mão / Na construção do Reino, Reino novo, povo irmão.

Sua mão sustenta o pobre
Ninguém fica ao desabrigo
Dá sustento a quem tem fome
Com a fina flor do trigo

Alimenta os nossos sonhos
Mesmo dentro da prisão
Ouve o grito do oprimido
Que lhe toca o coração

Cura os corações feridos
Mostra ao forte o seu poder
Dos pequenos é a defesa
Deixa a vida florescer

19. Jubileu da terra

Jubileu da terra
É repartir o chão
É pôr os pés na terra
É pôr as mãos no chão
É resgatar a terra
Que é de cada irmão
Porque a Terra é do Senhor.

Nação dos Pataxós
Xukurus e Cariris
Tupis, Yanomamis
Hã-Hã-Hães e Guaranis
Depois de tanto sangue
Depois de tanta guerra
Que a terra seja índia
E que os índios tenha terra

E aos remanescentes
De negros quilombolas
Enfim "Terra Brasilis"
Seja nossa e seja vossa
Depois de tanto sangue
Depois de tanta guerra
Que a terra seja negra
E que os negros tenham terra

Pequenos lavradores
Os posseiros e sem-terra
Enfim, alcancem o sonho
De justiça e paz na terra
Depois de tanto sangue
Depois de tanta guerra
Que a terra volte ao povo
E que todos tenham terra

20. Lamento do povo

Clamando pela posse da terra
No campo milhares estão
Esse grito está incomodando
A quem sempre viveu da exploração

O que posso fazer? / O que tenho a dizer, meu Pai? / Que se faça justiça, repartam as terras
Partilhem o pão entre nós, filhos teus

Não posso mais enumerar
Os mártires deste país
Na roça e também na cidade
Só tem crueldade correm rios de sangue

A quem servem a lei e o poder?
A polícia e a constituição?
Assassinam sem piedade,
permanecem impunes
Criminosos desta nação

Passo a passo, fazemos caminho
Sempre em busca de organização
De mãos dadas, sigamos em frente
Formando a corrente pra libertação

21. Liberdade

Liberdade, vem e canta e saúda este novo sol que vem / Canta com alegria o escondido amor que no peito tem. / Mira o céu azul, espaço aberto pra te acolher! (bis)

Liberdade, vem e pisa este firme chão de verdes ramagens
Canta louvando as flores que ao bailar do vento trazem sua mensagem. / Mira essas flores, abraço aberto pra te acolher! (bis)

Liberdade, vem e pousa nesta dura América triste e vendida / Canta com os seus gritos nossos filhos mortos e a paz ferida. / Mira este lugar, desejo aberto pra te acolher! (bis)

Liberdade, liberdade, és o desejo que nos faz viver / És o grande sentido de uma vida pronta para morrer. / Mira o nosso chão banhado em sangue pra reviver
Mira a nossa América banhada em morte pra renascer.

22. Missão de todos nós

O Deus que me criou
Me quis, me consagrou
Para anunciar o seu amor! (bis)

Eu sou como a chuva em terra seca
Pra saciar, fazer brotar
Eu vivo pra amar e pra servir!

É missão de todos nós
Deus chama
Eu quero ouvir a sua voz!

Eu sou como flor por sobre o muro
Eu tenho mel, sabor do céu
Eu vivo pra amar e pra servir!

Eu sou como estrela em noite escura
Eu levo a luz, sigo a Jesus
Eu vivo pra amar e pra servir!

Eu sou como abelha na colméia
Eu vou voar, vou trabalhar
Eu vivo pra amar e pra servir!

Eu sou, sou profeta da verdade
Canto a justiça e a liberdade
Eu vivo pra amar e pra servir!

23. Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Pai, Filho, Espírito Santo
Luz de Deus em todo canto
Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Que o bem nos favoreça
Que o mal não aconteça
Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Que o coração do meu povo
De amor se torne novo
Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Que a colheita seja boa
Que ninguém mais vague à toa
Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Deus abençoe os artistas
As crianças e as catequistas
Nas horas de Deus, amém!

24. Nova luz

A Palavra de Deus já chegou
Nova luz clareou para o povo. (bis)
Quando a Bíblia Sagrada se abriu
Todo pobre já viu mundo novo. (bis)

Quem andava espalhado se ajuntou
Quem vivia como cego enxergou.
Por todo canto já nasceu comunidade / E no caminho da verdade/ Muita gente já entrou.

Quem vivia explorado, protestou.
Quem calava só por medo já gritou.
Por todo canto os pequenos vão se unindo / A liberdade vai surgindo
E todo velho renovou.

A semente da Palavra se espalhou
Caiu no campo-coração-de-lavrador.
Pela favela a semente germinou/ E na colheita vai ter festa, meu senhor.

25. Ofertório do povo

Quem disse que não somos nada
Que não temos nada para oferecer
Repare nossas mãos abertas
Trazendo as ofertas do nosso viver

A fé do homem nordestino
Que busca um destino, um pedaço de chão/ A luta do povo oprimido que abre caminho, transforma a nação

ÔÔÔÔ Recebe, Senhor (bis)

Retalhos de nossa história, bonitas vitórias que meu povo tem
Palmares, Caldeirão, Canudos, são lutas de ontem e de hoje também

Aqui trazemos as sementes, sangue dessa gente que fecunda o chão
Do gringo e tantos lavradores, santos e operários em libertação

Coragem de quem dá a vida seja oferecida neste vinho e pão
É força que destrói a morte e muda nossa sorte, é ressurreição

26. O Povo de Deus

O povo de Deus no deserto andava
Mas à sua frente alguém caminhava.
O povo de Deus era rico de nada
Só tinha a esperança e o pó da estrada.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada/ Somente a tua graça / Me basta e mais nada.

O povo de Deus também vacilava
Ás vezes custava a crer no amor.
O povo de Deus chorando rezava
Pedia perdão e recomeçava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada / Perdoa se às vezes não creio em mais nada.

O povo de Deus também teve fome
E Tu lhe mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus cantando deu graças / Provou teu amor, amor que não passa./ *Também sou teu povo, Senhor, / E estou nesta estrada*
Tu és o alimento na longa jornada.

O povo de Deus ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou.
O povo de Deus sorria e cantava
E, nos seus louvores, teu amor proclamava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada/ Cada dia mais perto da terra esperada.

27. Ordem e progresso

Esse é o nosso país,
Essa é a nossa bandeira.
É por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira. (bis)

Queremos mais felicidade
No céu desse olhar cor de anil
No verde, esperança sem fogo,
Bandeira que o povo assumiu. (bis)

Amarelo, seus campos floridos,
As faces agora rosadas.
Se o branco da paz se irradia,
Vitória das mãos calejadas. (bis)

Queremos que abrace esta terra
Por ela quem sente paixão.
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação. (bis)

A ordem é ninguém passar fome,
Progresso é o povo feliz.
A reforma agrária é a volta
Do agricultor à raiz. (bis)

28. O Senhor é Santo

O Senhor é Santo,
Santo é nosso Deus.
O Senhor é Santo, o Senhor é Pai,
O Senhor é Deus! (bis)

Bendito o que vem
Em nome de Deus chegou
E nas alturas se ouve um hino:
Hosana ao Senhor!

Todo o céu e toda a terra
Estão cantando o amor
Bendito seja, bendito seja
Nosso Senhor!

Hosana nas alturas,
Hosana ao nosso Deus.
Todo o povo canta o seu amor,
O Senhor é Deus!

29. Pai Nosso dos Mártires

Pai Nosso dos pobres marginalizados!
Pai Nosso, dos mártires, dos torturados!

Teu nome é santificado
Naqueles que morrem defendendo a vida / Teu nome é glorificado
Quando a justiça é nossa medida
Teu reino é de liberdade,
De fraternidade, paz e comunhão
Maldita toda violência
Que devora a vida pela repressão.

Queremos fazer tua vontade
És o verdadeiro Deus libertador
Não vamos seguir as doutrinas
Corrompidas pelo poder opressor
Pedimos-te o Pão da Vida
O pão da segurança, o pão das multidões / O pão que traz humanidade / Que constrói o homem em vez de canhões

Perdoa-nos quando por medo
Ficamos calados diante da morte
Perdoa e destrói os reinos
Em que a corrupção é a lei mais forte
Protege-nos da crueldade,
Do esquadrão da morte, dos prevalecidos / Pai Nosso revolucionário / Parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos

30. Povo novo

Quando o Espírito de Deus soprou
O mundo inteiro se iluminou
A esperança na terra brotou
E um povo novo deu-se as mãos e caminhou

Lutar e crer, vencer a dor,
Louvar ao Criador
Justiça e Paz hão de reinar
E viva o amor!

Quando Jesus a terra visitou
A boa nova da justiça anunciou
O cego viu, o surdo escutou
E os oprimidos das correntes libertou

Nosso poder está na união
O mundo novo vem de Deus e dos irmãos
Vamos lutando contra a divisão
E preparando a festa da libertação

Cidade e campo se transformarão
Jovens unidos na esperança gritarão
A força nova é o poder do amor
Nossa fraqueza é força em Deus Libertador

31. Presença de Deus

Eu sinto a presença de Deus,
É na luta, é na luta, é na luta.:

Jesus cristo, o irmão, companheiro,
Seu exemplo deixou para nós,
Vamos todos olhar pra frente
E ajudar muita gente sem vez e sem voz.

Quando o povo encara de frente
As pessoas que estão no poder,
É o espírito santo que age e vai
dando coragem pra luta vencer.

Quando o povo está reunido,
Exigindo os direitos que tem,
Vai formando a comunidade
Na grande irmandade, na busca do bem.

Quando o povo esta refletindo
Os problemas da sociedade,
O Espírito Santo ilumina
E a todos ensina a vencer a maldade.

Quando o povo sai pelas ruas,
Protestando e reivindicando
Vai chamando a atenção do individuo
que não dá ouvido ao que está se passando.

32. Procissão da Palavra

A comunidade dança alegre e canta
Acolhendo agora a Palavra Santa

A Palavra vem, fala ao coração
Chega como a chuva
fecundando o chão

Bem-aventurado povo feliz
Quem vive a Palavra
E a Deus bendiz

Vamos caminhar, irmãs e irmãos,
Já chegou a hora da nossa missão

33. Religião libertadora

É por causa do meu povo
machucado
Que acredito em religião libertadora.
É por causa de Jesus Ressuscitado
Que acredito em religião libertadora.

È por causa dos profetas que anunciam, / Que batizam, que organizam, denunciam.
É por causa de quem sofre a dor do povo / É por causa de quem morre sem matar.

É por causa dos pequenos e oprimidos, / Dos seus sonhos, dos seus ais, dos seus gemidos.
É por causa do meu povo injustiçado, / Das ovelhas sem rebanho e sem pastor.

È por causa do profeta que se cala,
Mas até com seu silêncio grita e fala.
È por causa de Jesus que anunciava
Mas também gritava aos grandes: Ai de vós!

É por causa do que fez João Batista
Que arriscou mas preparou a sua vinda. / É por causa de milhões de testemunhas
Que apostaram suas vidas no amor.

34. Romaria da Terra

Romaria da Terra
Faz o povo reunir
Numa luta sem guerra
Nós lutaremos por ti! (bis)

A terra é sagrada
Feita por Nosso Senhor
Ele fez e deu ao homem
E também nos ensinou
Que é nela que vivemos
E ela abençoou
É tão linda a natureza
É obra do Criador
Deus deu a inspiração
O homem fez a plantação
Foi assim que começou

Mas no passar do tempo
Que o povo aumentou
Começou a ambição

E a terra negociou
Uns compraram e outros não
E à força eles tomou
Fazendeiros e jagunços
Matando o trabalhador
As famílias que eram donas
Hoje vivem no abandono
Sem suas terras ficou

Amigo trabalhador
Veja a nossa situação
Nós queremos trabalhar
E não temos condição
E a terra que era nossa
Hoje é toda do patrão
Desemprego na cidade
Virou maldição
Precisamos resistir
E nós vamos conseguir
Pôr a terra em nossas mãos

35. Salve a Romaria

Irmãos, esta é a mãe terra
Nosso Deus assim deixou
Hoje somos peregrinos
Pelos caminhos que Cristo andou

Meu povo é um povo romeiro
Desde os tempos de Abraão
Vamos nesta marcha santa
Esta terra é tanta em tão poucas mãos

Salve, salve a caminhada
Salve, salve a Romaria
Em busca da nova aurora
De um novo dia!

Em nome de tantos povos
Que habitam este imenso chão
Dos índios tão massacrados
Um clamor sagrado de conversão

Ninguém é dono da terra
Pois a terra é mais que mãe
Disse o mestre, disse o rio:
Não quebre esse fio de inspiração

Bendita escrava Anastácia
Salve o negro rei Zumbi
Das terras da liberdade
Novos quilombos façam surgir

Quem vem nesta romaria
Da promessa é seguidor
Será sempre abençoado
E acompanhado na luz do amor

Bendita seja esta marcha
Dos romeiros da esperança
Quem tem Deus na companhia
Luta noite e dia mas não se cansa

Bendita a história sagrada
Do Beato Conselheiro
Salve a luta dos sem terra
E dos sem teto do mundo inteiro

36. Santa Mãe Maria

Santa Mãe Maria, nesta travessia,
Cubra-nos teu manto cor de anil.
Guarda nossa vida, mãe Aparecida,
Santa padroeira do Brasil.

Ave, Maria! Ave, Maria!

Mulher peregrina, força feminina,
A mais importante que existiu.
Com justiça queres que nossas mulheres,
Sejam construtoras do Brasil.

Com amor divino, guarda os peregrinos,
Nesta caminhada para o além.
Dá-lhes companhia, pois também um dia / Foste peregrina de Belém.

37. Se calarem a voz dos profetas

Se calarem a voz dos profetas
As pedras falarão
Se fecharem uns poucos caminhos
Mil trilhas nascerão

Muito tempo não dura a verdade
Nestas margens estreitas demais
Deus criou o infinito pra a vida ser sempre mais

É Jesus este pão de igualdade
Viemos pra comungar
com a luta sofrida do povo que quer
Ter voz, ter vez, lugar
Comungar é tornar-se um perigo
Viemos pra incomodar
Com a fé e a união nossos passos
um dia vão chegar

O Espírito é vento incessante
Que nada há de prender
Ele sopra até o absurdo
que a gente não quer ver

No banquete da festa de uns poucos
Só rico se sentou
Nosso Deus fica ao lado dos pobres
Colhendo o que sobrou

O poder tem raízes na areia
O tempo o faz cair/ A união é a rocha
que o povo Usou para construir

38. Sem medo de ser mulher

Pra mudar a sociedade
Do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher

Porque a luta não é só dos companheiros / Participando sem medo ser mulher / Pisando firme sem pedir nenhum segredo
Participando sem medo ser mulher

Pois sem mulher a luta vai pela metade/ Participando sem medo ser mulher / Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo ser mulher

Na aliança operário-camponesa
Participando sem medo ser mulher
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participando sem medo ser mulher

39. Sobradinho

O homem chega, já desfaz a natureza/ Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia / Diz que dia menos dia
vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia / Do beato que dizia que o sertão ia alagar

O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão (bis)

Adeus Remanso, Casanova, Santo Zé / Adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir / Debaixo d'água lá se vai a vida inteira / Por cima da cachoeira a gaiola vai subir / Vai ter barragem no salto do Sobradinho / E o povo vai-se embora com medo de se afogar

Remanso, Casanova, Santo Zé, Pilão Arcado, / Sobradinho
Adeus, adeus, adeus

40. Somos todos roceiros

Somos todos roceiros da casa do pai,/ E posseiros das terras deixadas pra nós. / Vamos todos fazer a partilha, irmão, / Entre todas famílias sem terra e sem pão.

Vamos plantar mais um pouco
De amor de caboclo e fazer mutirão.
Pra começar nós já temos
Semente que é cristo, é Jesus comunhão.

Se um dia a tarefa pesar como a cruz, / Ou nos ombros da gente, ou nos ombros do irmão, / Vamos todos pedir um reforço a Jesus, / Que Ele vem ajudar, se houver união.

Mas se grande alegria, igual brilho reluz, / Ou no peito da gente, ou no peito do irmão, / Vamos todos mostrar gratidão a Jesus, / Que Ele vai se alegrar, Ele vê o coração.

Mas chegando a tristeza que ofusca a luz, / Ou nos olhos da gente, ou nos olhos do irmão, / Vamos todos mostrar nosso pranto a Jesus, / Que Ele vem consolar quem tiver aflição.

Mas chegando a riqueza que cega e seduz, / Ou a alma da gente, ou na alma do irmão, / Vamos todos doar uma parte a Jesus, / Que Ele vai demonstrar o que é gratidão.

Se andamos na estrada que não mais conduz, / ou os passos da gente, ou nos passos do irmão, Vamos todos voltar para o Cristo Jesus, / Que Ele faz caminhar, Ele é direção.

Se as coisas são caras e o pão se reduz, / Ou na mesa da gente, ou na mesa do irmão, / Vamos todos pedir para o Cristo Jesus / Que Ele mostre ao governo esses homens sem pão.

41. Terra, pão e lar

A terra Deus deixou, Deus deixou
Pra gente trabalhar, trabalhar
Agindo neste chão, pra não faltar o pão / Na mesa de ninguém.
A terra Deus deixou, Deus deixou
Pra gente habitar, habitar
Plantar e produzir, colher e repartir
E ao Pai erguer as mãos.

E ao Pai erguer as mãos – pra agradecer / Trabalho, chuva e pão – e bendizer / Rogar do seu amor: acrescentar justiça
Entre nós, saúde e paz

E ao Pai erguer as mãos – pra alertar / Há gente aos milhões – sem pão, sem lar / Rogar do seu amor: a união / Pra gente restaurar a criação

42. Teu nome, ó Maria

Como é bonito teu nome, ó Maria
Cantando a vida, quanta alegria!
No teu nome o nome de cada mulher
Que na vida busca sempre o que Deus quer.

Como é bonito teu rosto, ó Maria
Paz e ternura, luz irradia!
Nos teus olhos todo jovem pode ver
A certeza do futuro renascer.

Como são lindas tuas mãos, ó Maria/ Porta-estandarte da estrela-guia! //
Uma mão pra consolar quem está chorando / E a outra encorajar quem está lutando.

Como são belos teus pés, ó Maria
Descendo os montes, paz anuncias!
// Companheira mais fiel deste meu povo / Nos caminhos do amanhã, do mundo novo.

Como é bendito teu ventre, ó Maria
Trazendo o fruto da profecia!
Quem na vida ao amor se faz fiel
É profeta do Divino Emanuel.

Como é bonito te ver, ó Maria

43. Utopia

Quando o dia da paz renascer
Quando o sol da esperança brilhar
– Eu vou cantar!
Quando o povo nas ruas sorrir
E a roseira de novo florir – Eu vou cantar!
Quando as cercas caírem no chão
Quando as mesas se encherem de pão – Eu vou cantar!
Quando os muros que cercam os jardins / Destruídos, então os jasmins vão perfumar!

Vai ser tão bonito se ouvir a canção,
Cantada, de novo
No olhar da gente a certeza de
irmãos, Reinado do povo!

Quando as armas da destruição
Destruídas em cada nação – eu vou cantar!
E o decreto que encerra a opressão
Assinado só no coração, vai triunfar.
Quando a voz da verdade se ouvir
E a mentira não mais existir, será enfim/ Tempo novo de eterna justiça,
Sem mais ódio, sem sangue ou cobiça – Vai ser assim!

44. Vence a tristeza

Vence a tristeza, enxuga o pranto,
ó meu povo,
Vem cantar um canto novo.
O Deus da vida aqui está!

Quem ama a Deus e está unido ao seu irmão / Não há porque ficar com me~o e sem saber
O que vai ser do mundo amanhã
Quem da fome vai sobreviver
Está em nós a luz do amor que vai vencer (bis)

O pobre grita e o seu grito não é em vão / E cada esforço em nome dele vai valer / É por isso que vou a cantar, / Deus amigo me escuta e me vê / Semente boa está na terra e vai nascer.(bis)

Como é bonito, ó meu Deus, a terra, o mar, / A flor, o pássaro e uma mão plantando a paz
Tudo é nosso e nós somos irmãos.
O futuro é a gente quem faz
Deus é amor e quem ama sempre é capaz. (bis)

45. Xote da certeza

Se algum dia perguntarem pra você
Não tenha medo, diga com muita certeza / Quem espera e não se cansa com a peleja / Vai ver um dia tempo novo amanhecer.

Afirme alto, grite forte e sem demora
A luta é dura mas jamais será em vão/ E só quem traz a cor do sangue em suas mãos
Verá um dia a alegria da vitória!

Eu sei que vai acontecer
Um dia novo tempo bom de se viver
Eu sei que vai, vai ser agora
O dia em que seremos donos da história!

Nesta manhã a alegria vai reinar
E todo será visto como irmão
Fazendo festa na chegada da vitória
Vamos pra frente caminhando mão na mão.

CEDIM

CEDIM

LETRA: JOSÉ ANTÔNIO E JOÃO RENATO.
MÚSICA: JOSÉ ANTÔNIO;
INTERPLETE: JOSÉ ANTÔNIO E CORAL.
PARÓQUIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO
TÍTULO: TERRA,AMOR,VIDA E JUSTIÇA PARA O POVO LUTADOR.

REFRÃO: É O QUE QUEREMOS E QUE PEDIMOS E QUE IMPLORAMOS SIM.
(BIS) TERRA,AMOR,VIDA E JUSTIÇA PARA O POVO LUTADOR.
(BIS) QUE BOM SE TIVÉSSEMOS TODAS ESSAS COISAS
(BIS) SEM PEDIR UM POR FAVOR.

DEUS CRIOU O CÉU,A TERRA EO MAR, E NOS DEU TUDO
COM MUITO AMOR, ENVIOU SEU FILHO AMADO QUE SE
FEZ JUSTIÇA E POR NÓS SE ENTREGOU; OS HOMENS
SE ESQUECEM DE TODAS ESSAS COISAS E PREVALECE A
AMBIÇÃO, ADIQUIRE UM PODER E NÃO FAZ JUSTA DIVISÃO.

REFRÃO (BIS)

O DONO DA TERRA É O SENHOR DEUS E REI DA JUSTIÇA.
NÃO HÁ OUTRO DONO DA TERRA QUE ATENDA O NOSSO CLAMOR,
O POVO LUTADOR DE DEUS VENCERÁ A AMBIÇÃO DOS TAIS
PODEROSOS QUE PENSAM ESTAR COM A RAZÃO.

REFRÃO (BIS)

DEVEMOS PLANTAR A ESPERANÇA NESTA TERRA MAL DIVIDIDA.
FAZER BROTAR COM AMOR A JUSTIÇA JÁ PERDIDA.
DIZER UM SIM A VIDA E LUTARMOS MUITO MAIS ESQUECERMOS
DAS DERROTAS QUE A VITÓRIA VEM PRÁ NÓS.

REFRÃO (BIS)

Proposta de Celebração

• Início da apresentação (teatro)

A luta pela conquista da terra na Bíblia:

Na última cena os atores juntamente com os pastores e padres presentes fazem a Benção da Terra e da Água misturando a terra com a água, saem do palco e marcam nos punhos dos participantes com a terra, fazendo uma cruz.

Benção da Terra e da Água

(Duas pessoas rezam, alternando as vozes)

Maria: Ó Deu Onipotente e bom Senhor, a luz de tua face brilha nos campos e praças desta terra. A terra que sempre foi um sinal do teu amor.
Célio: Do Egito libertaste o teu povo e o conduziste para uma terra onde corre leite e mel. Com leis justas garantiste o uso da terra para o bem de todos. Pelos profetas denunciaste a concentração da terra nas mãos de poucos e defendeste o direito dos órfãos, viúvas e estrangeiros. A terra foi obra de tuas mãos e dom aos homens e mulheres, para dela zelarem com carinho. Salmodiavam os cantores tuas maravilhas realizadas nesta terra.
Maria: Jesus, teu filho, com barro da terra abriu os olhos do cego e o fez ver teu projeto original: mulher e homem criados a tua imagem e semelhança. Inspirada por teu Espírito, na nova comunidade não havia necessitados, tinha tudo em comum, partlhavam entre si os bens e a terra
Célio: E, nesta terra, os indígenas, teus filhos amados, já há muito buscavam a terra sem males. Os negros ensaiavam a tua liberdade nas terras dos quilombos. E, hoje, os pobres e humilhados, sem terra, se revestem com tua força e bradam aos quatro cantos: ocupar, resistir, produzir.
(Agora todos estendem as mãos sobre as vasilhas com barro)
Maria: Por isso, que venha teu Espírito sobre esta terra, abençoa este barro, terra e água misturadas, que queremos repartidos.
Célio: Sela nos punhos deste povo uma aliança com a causa da justiça de teu reino: tua terra, terra irmãos, terra de irmãs. Floresça a paz e fartura nestes campos abençoados, regados com o sangue dos mártires.
Por Cristo, Nosso Senhor, Amém! Axé! Sauidi! Aleluia!

Dado um tempo todos são convocados a fazer a oração da caminhada

Oração da Caminhada

- Que a terra produza com fartura, para saciar a fome de todos

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos!(levantando os punhos marcados com barro)

- Que os pequenos produtores não percam a esperança com a terra, diante de tantas dificuldades

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos(levantando os punhos marcados com barro)

- Que sejam demarcadas as terras indígenas.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos (levantando os punhos marcados com barro)

- Que seja feita a Reforma Agrária.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos (levantando os punhos marcados com barro)

- Que cessem as injustiças contra os sem terra

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos (levantando os punhos marcados com barro)

- Que sejam punidos os responsáveis pelo massacre do Eldorado do Carajás e Corumbiara

- Que não sejam esquecidos os mártires da terra: Chico Mendes, Wilson, Pe. Josimo, Pe. Gabriel, Dom Oscar Romero, Sepé Tiaraju, Osiel Alves, Margarida, Sebastião Lã.

Rezemos agora o Pai Nosso ecumênico:

Pai Nosso que estás no céu, santificado seja seu nome. Venha a nós o teu reino. Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia daí - nos hoje, perdoa-nos as nossas dívidas , assim como nós perdoamos aos nossos devedores. E não nos deixe cair em tentação, mas livra-nos do mal, pois teu é o Reino, o Poder e a Glória para sempre. Amém!

Ofertar os frutos da terra para uma família da comunidade.

» 2.º Parte

Com a cruz na frente (com pano branco e vermelho) iniciamos a Caminhada da Terra cantando:

1.ª Parada: Manifestação dos índios de Angra dos Reis;

2.ª Parada: Manifestação dos negros

3.ªParada: Manifestação do MST, MPA e se tiver, também o Movimento das Mulheres e Sindicatos.

CEDIM

Últimos encaminhamentos da Caminhada

Tivemos reunião no dia 4 de junho onde estiveram presentes pessoas de comunidades aqui do centro e alunos da UENF e da pastoral universitária.

Apresentamos a proposta da missão nos assentamentos e acampamentos, o material do tríduo.

Os participantes acharam melhor fazer os encontros antes entre eles, para ter melhor conhecimento do conteúdo. Já fizemos dois encontros só restando o último para a próxima semana.

Estamos indo em cada assentamento e acampamento para mobilizar os grupos para que nos dias 28, 29, e 30 esperem os missionários que vão fazer os encontros.

Estamos também indo nos bairros para tentar mobilizar Campos a participar da Caminhada.

OBS:. Na programação da XI Caminhada da Terra, não são 35.000(trinta e cinco mil) hectares e sim módulos.

CEDIM

Comissão Pastoral da Terra
Igreja Metodista

Companheiros estamos animados na organização da XI Caminhada da Terra. Adotamos a palavra Caminhada no lugar de Romaria, porque esta responde melhor à dimensão ecumênica.

Cremos que a implantação do Reino de Deus, se dá quando ajuntamos esforços e somos convidados ou mesmo desafiados para lutar contra qualquer força que produza a morte. Unido aos companheiros da Pastoral da Terra na certeza de que o Deus libertador continua a construir sua história, a Igreja Metodista de Campos está convocando as Igrejas cristãs do Estado do Rio de Janeiro para a grande Caminhada da Terra, que se dará no dia 02 de julho. Contamos com sua oração e forças para que tudo saia como Deus quer, pois Ele tem abençoado o seu povo.

Estamos encaminhando tudo da melhor forma possível para que esse momento seja um renovador para nossa esperança no Deus vivo e que venham fortalecer a luta por mais vida.

Ines Fátima Polidoro
Comissão Pastoral da Terra
Rua Oliveira Botelho, 172 - 722 2404
Campos dos Goytacazes - Centro

Pr. José Ricardo de Almeida Sales
Igreja Metodista
Av. Sete de Setembro, 332 - 722 70 35
Campos dos Goytacazes - Centro

CEDIM

Pe. Geraldo

Companheiros, vou fazer alguns lembretes importantes para os que irão organizar caravanas para a XI Romaria da Terra:

- É importante saber que do Rio de Janeiro à Campos são aproximadamente 4h de viagem. Cada um deve calcular o tempo de viagem, e se organizar para chegar em Campos as 8h da manhã, pois é o horário que está previsto para servir o café que a equipe esta se organizando para oferecer. Se chegarem mais cedo não tem problema porque já terá gente esperando nas entradas e também no local da concentração a partir das 6:30h da manhã. As 8:30h inicia a celebração, para que possamos aproveitar o dia para as apresentações e troca de experiência das comunidades. Então está previsto o início as 8:00 e a celebração final as 16:00h.
- Cada um deve trazer seu lanche, com algo a mais para partilhar ou trazer dinheiro para comprar nas barracas.
- Trazer sementes de flor, árvore ou cereais para ser oferecido para os acentuado.
- Cada caravana prepare cartazes, faixas e traga os instrumentos musicais que tiverem para contribuírem com a animação.
- O percurso que vamos fazer é de 4km.
- É muito importante se cada comunidade, ou assentamento tivesse alguma experiência positiva para contar, e se tiver algo para expor é só comunicar antes para que possamos preparar o espaço de exposição.
- Gostaríamos de saber com antecedência o número de ônibus que virá para que equipe de infra estrutura possa se organizar melhor.
- As cartilhas ainda não estão prontas, mais como ainda temos um tempo, cada comunidade poderá nos informar o número de cartilhas que vai precisar, assim que ficar prontas enviaremos a quem solicitar, e quem puder contribuir para as despesas de correio agradecemos.
- Para participar da tribuna livre na parte da tarde, gostaríamos que nos comunicassem antes para organizar o tempo dessa atividade (Que as apresentações não passem de 10minutos).
- As camisetas já estão prontas, mais gostaríamos que cada comunidade pudesse nos ajudar para que todos pagassem o quanto antes, pois dependemos do retorno desse dinheiro para gastos com passagens, combustível, para que possamos garantir uma boa organização.
- Já temos uma proposta de uma encenação para a abertura da caminhada que estamos formando um grupo para assumir.
- A caminhada da terra terá três paradas cada uma com um enfoque:

» 1ª a resistência do índio (estamos em contato, para que os índios de Angra dos Reis assumam essa apresentação e reflexão);

» 2ª A resistência negra(estamos em contato com o movimento negro do Rio de Janeiro para que assumam esse momento);

3ª resistência dos movimentos populares que aí teremos, o MST, MPA e outros que vamos estar em contato.

Se tiverem outras sugestões poderão encaminhá – la para a CPT.

Até dia 2 de julho!

Inês Fátima Polidoro

Inês F. Polidoro

CAMISETA - ROMARIA - TERRA - 2000

	Nome	Encomenda	Nº de Camisetas	Endereço	Levadas
1.	Mano - (Obra Kolping)		10	fone: 4051452	10 c pg.
2.	Dailton - (Nilópolis	6	6 (a pagar)	7917146	#
3.	Dionésio Pereira (Caxias)		6	92122439	6 c pg.
4.	Antonia Pedrosa da Silva Niteroi (S. Gonçalo)	7 pg	3 pg.	Paróquia de Gramacho 3P-46-3M. 603-2075 -	10 c pg.
5.	Comunidade Moqueta -	3	3	Dulceia - 6 pg. / Zacarias P pg. João Ribeiro p. (pg.	pg. 3 -
6.	Rosimar (São Cristovão) G		1	7687477.	pg. 1 c
7.	José Pedro		5.	———	pg. c 5
8	José Pedro G		2	———	2 c pg
9	José Miguel	20	20		
10	Carlos GG		1	———	pg. 1 c
11	Cleonice - M.		1.	———	pg. 1 c
12	Evandro (	10	10 (01/06 pg)	Paroq. de Santa Eugenia	pg.
13	Rosimar	1	1.	"	pg.
14	Carlos Henrique	4	4	"	pg.
	Pago à Lucineia	CPT-RJ -	13/05/2000 -	R$325,00 + R$25,00	=
	Recebidas de Lucineia -		em 13/05/ 45	|| Total 73.	
	A receber —	28 —	28	||	
15	Maninha (Bonsucesso)	5	5	2804675 Rio	
16	Salvador	2	2	———	pg.
17	Pe Geraldo	2	2		pg.
18	Salvador	1	1		pg
19.	Fr. Auxiliador.	5 2	(faltam 3) 5 2	Sta Rita	pg
20	Conceição	10	10	Volta Redonda	pg
21	Nair Jane	5	5	Sind Domést. N. Iguaçu	
22	Elza -	4 3 pg.	4	Sto. Elias	3 pg.
23.	Jorcemi	1	1.	JOC	pg.
24 -	Anônimo	1	62 / 11 / 73 1	— 01/06	pg.
Estoque — 2					

Obs - as 10 do Evandro já foram pagas à CPT Lucineia. pg. geraldo/01/06

—	Nome	Numeros de Camisetas	Endereços	
25	Helena -	6.5	catedral	— + 1 pg.
26	Evandro	1	Sta Eugênia	1
27	Flavio	1	"	1
28.	Austin	3	3	3 pg.
29	Japeri Artur	1	1	pg.
30	João Moquete	2	2	pg.
31	Maria José	levou 5 a pagar		pg.

Passagens-Onibus Catedral: Sta. Rita. — R$ 120,00
catedral: — 15,00

32) 1 Dalva - 1 pg. — 45,00
33 Pº Geraldo - 9 pg. — Camisetas Romaria

126
7
2
135
5
675
9
664

144

De David.
53 encomendadas
40 - Extra
45 Lucineia
138 — Total,
2 devolvidas
136 Total a pagar.

31
5
5

Pago a Lucineia - dinheiro ~~225,00~~ 250,00
Pago a Ines - (3/07) ~~cha~~ (Ines — 25,00
230,00
+ 505,00
155,00
R$ 655,00

subsidios — R$ 500

(144
136
08

XIª ROMARIA DA TERRA -
PROPOSTA DO FORUM DAS PASTORAIS SOCIAIS
Para Reunião do Dia 13.

(1) - Antecipar a Celebração de Encerramento para as 15 horas -

- Justificativa: povo de muito longe (Volta Redonda que vai retornar à sua casa de madrugada, caso seja mantido o horário das 16 horas).

(2) Não esquecer de mandar em tempo o mapa geográfico com indicações precisas de como chegar ao local da Romaria.

(3) Que os subsídios já tragam a programação do dia da Romaria.

XI ROMARIA DA TERRA - ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - R.J. 02 DE JULHO DE 2.000.

A Romaria da terra
é uma perigrinação
gente visitando gente
em busca de solução
um caso muito comum
em grande população.

-2-

Hoje em Zumbi dos Palmares
a grande concentração
nesta grande Romaria
saudando a cada irmão
celebrando as nossas vidas
juntos partilhando o pão.

-3-

Saudando a todos irmãos
nesta longa caminhada
e a nossa comitiva
vinhemos lá da Baixada
trazer nossas saudações
a esta gente acampada.

-4-

Somos de Nova Iguaçu
e trouxemos as saudações
em nome do nosso povo
unir nossos corações
juntando nossos pedidos
em nossas celebrações.

-5-

Juntando a nossa esperança
motivados de alegria
participar juntamente
nesta grande Romaria
partilhando vida nova
Cristo na Eucaristia.

-6-

Juntos aos trabalhadores
ou do campo ou da cidade
aqui vinhemos trazer
a solidariedade
o abraço em Jesus Cristo
sinal da nossa unidade.

-7-

Somos povo que caminha
em busca de solução
para os nossos problemas
saúde e educação
terra para trabalhar
e adquirir o pão.

-8-

Deus esteja em vossos lares
paz em cada coração
muita justiça e amor
firmeza na decisão
nosso cordial abraço
e um grande aperto de mão.

Autor: Luiz F. Neto

Comunidade São João Batista

Piam - Diocese de Nova Iguaçu.

Política

Um relato da "festa" dos 500 anos do descobrimento do Brasil

O **Correio** *publica abaixo os principais trechos do discurso da senadora* ***Marina Silva*** *(PT-AC), proferido na última quarta-feira, no Congresso Nacional. Trata-se do relato da senadora sobre o que aconteceu com os índios durante a comemoração dos 500 anos, no dia 22 de abril de 2000.*

Como alguém que participou de toda a comemoração, sinto-me na obrigação de fazer um registro acerca do que ouvi, vi e senti nos 500 anos de casa grande e senzala do nosso país. Cheguei em Coroa Vermelha mais ou menos às 4h30 da manhã do dia 22. Por volta de 7h30 da manhã, um grupo de pessoas do CIMI e dos movimentos populares acordaram a mim e aos bispos dizendo que tínhamos de ir imediatamente à aldeia Pataxó, pois estava havendo um conflito entre manifestantes e policiais. Deslocamo-nos às pressas para o local do conflito. Havia 120 pessoas presas por um cordão humano de policiais. Durante toda a manhã, ficamos no local da Funai, tentando negociar a saída das 120 pessoas presas.

Aproximadamente às onze horas, fomos informados de que os índios tinham marchado da Assembléia Indígena para a Praça das Pitangueiras. A maioria dos manifestantes impedidos de se dirigir à Praça das Pitangueiras resolveu acompanhar a marcha dos índios em torno de duas mil pessoas. Na Assembléia Indígena, estavam uns 2.500 índios. A comissão de frente, o grupo que liderava a marcha indígena, uma das coisas mais bonitas que vi na vida, era formado por índios Urubu-Xavantes e Pataxós e outros índios também guerreiros, pintados, paramentados com arcos, flechas e bordunas. Eles vinham pacificamente, numa caminhada rápida, numa carreira. Garbosamente, imponentemente, os índios caminhavam com a única certeza de que atravessariam a barreira policial. A certeza era tanta que confessavam entre si, com um tom de preocupação, que talvez nós não passássemos, mas que eles passariam, pois, como a festa comemorava os 500 anos do Brasil, o governo não bateria nos índios. Eles acreditavam nisso.

Estavam marchando jovens, negros, funcionários públicos, intelectuais e até alguns turistas que iam à margem da estrada. Andamos mais ou menos três quilômetros no passo dos Xavantes quando nos deparamos com o primeiro pelotão de choque. Eles apressaram o passo. Fiquei com medo porque não sabia o que aconteceria. O Comandante Wellington Müller havia dito que ninguém chegaria a Porto Seguro. Por tratar-se de um homem autoritário,

poderia dar alguma ordem inesperada.

Imaginei que deixariam passar os índios, que estavam na frente, e que prenderiam os demais manifestantes, inclusive nós parlamentares. Mas estaria tudo bem se os índios pudessem passar. Os índios queriam ir à Praça das Pitangueiras não para vaiar o presidente da República, pois não tinham carro de som, corneta, absolutamente nada. Os índios queriam fazer um ritual, uma dança. Tinham certeza de que, 500 anos depois de um massacre, o governo, com um presidente da República sociólogo e uma primeira-dama antropóloga, não comemoraria apenas com o colonizador. Talvez houvesse espaço, ao menos na praça, para que os colonizados pudessem fazer seu ritual de passagem para os novos 500 anos.

No entanto, isso não foi permitido. A primeira bomba de gás caiu bem próxima aos meus pés. Alguém me empurrou no barranco, e caí na praia. Ouvi estampidos por todos o lados: eram bombas de borracha. Os urubu-xavantes, os pataxós, os kaingangues, os daiovás, os kaxinawás, todos eles guerreiros que faziam a comissão de frente passaram. E eles fecharam a passagem, covardemente. Os índios sentaram-se no chão, não desistiram.

Vi, então, o que é coragem, o que é dignidade. Muitos de nós, na primeira careta dos autoritários, sairia correndo. Mas eles não, eles não poderiam desonrar seus caciques; eles não poderiam envergonhar as mulheres nem os jovens; eles não se poderiam constituir em parte da vergonha do povo brasileiro que, 500 anos depois, os tratou pior que no primeiro contato. Foi pior porque, há 500 anos, a história estava acontecendo. Era a realidade empírica. Não havia reflexão, não havia sociólogo sofisticado, não havia antropóloga famosa fazendo teses, sínteses e antíteses sobre o massacre dos índios pelos colonizadores. Naquela época, não havia tudo isso, mas agora há toda uma reflexão.

A Igreja pediu perdão 500 anos depois; o governo não. O governo ratificou tudo o que havia feito e ainda fez pior. Fiquei envergonhada, triste, massacrada, junto com os índios. Doeu ver na praça os negros apanhando, os jovens sem sonho, o pelourinho acontecendo novamente na Bahia. Mas nada doeu mais que ver os xavantes, os guerreiros índios que acreditavam que dessa vez seriam tratados como gente, como pessoas. Eles acreditavam nisso, e confesso que também acreditei.

Não sei por quanto tempo, mas eram bombas e estampidos. Corremos pela praia. No meio da rua, vinha o pelotão de choque da PM do Coronel Wellington Müller; na praia, vinha a cavalaria pelas nossas costas. Inicialmente, os índios nos tutelavam na manifestação. Uma demonstração das mais belas do mundo: quinhentos anos depois, os brancos seriam tutelados pelos índios. Mas isso não aconteceu. O sertão ainda não virou mar. A profecia do beato não se cumpriu. Se pelo menos os índios tivessem passado, o sertão teria virado mar por alguns minutos. Mas, o mar, para os índios, continuou em Porto Seguro. Os Antônios, os Fernandos, os Césares, os policiais estavam comemorando, enquanto os índios apanhavam.

- Campo Alegre tem que dar certo! (confirmar com da paróquia)
- Não, não não nos moverão || Bom dia deus / terra.
Unidos em Campo Alegre
Não nos moveram

Para: Pe. Geraldo Lima

ELEBRAÇÃO DA MEMÓRIA.

EM COMEMORAÇÃO AOS 20 ANOS DO ASSENTAMENTO CAMPO ALEGRE.
DIA 17 DE JULHO DE 2004 NO ASSENTAMENTO.

11h

01 – Pe. Geraldo motiva a colhida: Em Nome de Deus, que é Pai e Mãe , do Espírito Santo que Move as Comunidades rumo a terra para resgata-la da Escravidão e construir uma terra sem males iniciemos essa celebração acolhendo cada um, cada uma todos e todas na paz que por ela lutamos! (durante a acolhida entre os presentes todos e todas cantam : É bonita Demais, as mão que conduzem a paz.....) abraço da paz || Todos padres e pastores saudam
Introdução da caminhada - Trabalho escravo, desempego, trabalho escravo.

02 - um grupo da comunidade fazer as motivações da celebração, pensei quem sabe fosse preparada a partir do seguinte: éramos quem? Viemos de onde? Somos quem? E o que querem a bendizer a Deus? Após as falas cantar ou intercalar as seguintes músicas : peregrino e venho de longe eu sou do sertão...
obs.: suponho que começaremos a celebração em um lugar para revivermos a caminhada.....
- Pe Mateus - Como aconteceu a ocupação e o 1º ano.

03 – Memória : quem sabe aqui o MST poderia assumir e preparar um momento de lembranças da luta pela terra no estado, inclusive de Campo Alegre. Igreja e C.A
(durante intercalar com músicas que marcaram a luta, como: povo de Deus, A terra de Adão, nossos direitos vem, de repente minha vista clareou e outros...)
Leitura da palavra de Deus ?????? e Reflexão em Mutirão.... Leitura de Moisés Freire

Gelson Pastor Eduardo Juvenal

3.1 Motivar para uma profissão de Fé espontânea .Em que nós acreditamos. Após algumas colocações cantar: Eu acredito que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menos.

04 – Ofertório : uma pequena reflexão e cantar : Quem disse que não somos nada. Apresentar a terra e cantar a terra é Deus....Apresentar a água e cantar: colher a água...apresentar as sementes e cantar: põem a semente na terra e apresentar os frutos e cantar pão em todas as mesas... Completar o altar com bandeiras símbolos e signos e terminar cantando: Quem disse que não somos nada...

Luis Geraldo chama os Pastores-padres.

05 – Momento da partilha, do compromisso.
Fazer um pequena introdução e motivar a comunidade que expresse momentos que comungamos pra valer com a causa, com a luta.Distribuir o pão e o vinho....
Cantar: receber a Comunhão com esse povão sofrido...Comungar é tornar-se um perigo

06 – Agradecimentos... (entrega das sementes) 71 anos D. Dalva é aniversariante do mês
Uma mensagem da Comunidade a Deus e a pessoas que contribuíram e contribuem na luta.....
E canta: Esse é o nosso país.....
Um abraço Juvenal até sexta, dia 02/07/04.....

Sônia - padre Geraldo - Anchieta - Mateus (Agradecimento)
- Benção / Abraço

- chamar os martires e lembrar o povo. diz: Você está presente
Limberg / Sebastião Lan / João do Sindicato - / Filho do seu Gurandir do Mutirão Sta Fé
Contribuição um real do almoço - José Sanitário
- Penitencial: drogas, prostituição, mortes, ausências de políticas públicas
- chamar as Igrejas p/ se penitenciar por não ter atuado e defendido

clientelistas politico-partidários. Sei também que havia funcionários-fantasma que nunca prestaram nenhum serviço e mesmo assim auferiram polpudos salários. Não empresto minha voz a eles. Aliás, seja exigida dessas pessoas a devolução de todo o dinheiro injustamente recebido! Preocupam-me, sim, os deserdados e violados em seus direitos.

Como cidadão brasileiro que sou e, mais ainda, como portador do título honorífico de Cidadão Altamirense que me foi outorgado pelos serviços prestados à comunidade e ao município, através do Decreto Legislativo 019/92 de 07 de dezembro de 1992, apresento meu protesto mais veemente contra a intransigência do poder executivo municipal no trato da questão dos demitidos e de seus direitos à indenização pelo tempo de serviço prestado a esta comuna.

Nunca me filiei a um partido político e não pretendo fazê-lo. O que me move como bispo e pastor não são bandeiras partidárias, mas o Evangelho do Senhor! Não posso calar-me e jamais me calarei diante de injustiças deliberadamente cometidas, partam elas de onde partirem.

Quando, em 1º de janeiro deste ano subi, pela primeira vez em minha vida, a um palanque para saudar um Prefeito de Altamira recém-eleito e empossado, o fiz com a consciência de bispo e pastor, aproveitando o momento para, em nome dos que o elegeram e também daqueles que não lhe consagraram seu voto, fazer-me porta-voz das esperanças, das expectativas e dos anseios do povo de Altamira. Insisti naquela hora e o repito hoje com maior vigor ainda: „Sejam banidos tanto da Câmera como da Prefeitura todos e quaisquer trâmites, decisões ou apenas tentativas que contradizem os padrões da moralidade e da ética." Pois bem: Demitir de um cargo ou de uma função a quem quer que seja, sem pagar-lhe a devida indenização, é e continua sendo até o fim dos tempos um ato imoral, contrário à ética. Não há lei humana que possa inverter esta sentença!

A Igreja do Xingu declara-se solidária com todas as pessoas cujos direitos continuam, até o presente momento, lesados. Sei que as vozes que há meses clamam sem serem ouvidas não se calarão até o dia em que a justiça triunfar sobre a iniquidade.

Altamira, 10 de agosto de 1997

Erwin Krautler
Bispo do Xingu

com clareza a exigência de estabelecer um limite para o tamanho da propriedade em vista do cumprimento da sua função social.

117 Os governos devem cumprir seu dever legal de *combater a grilagem*, arrecadando para a reforma agrária as terras ainda devolutas. Devem impedir também que empreendimentos instalados em terras ocupadas ilegal ou irregularmente sejam financiados com recursos públicos. Além disso, a Receita Federal e outros órgãos arrecadadores de impostos devem se certificar do caráter legal e legítimo da posse dos imóveis que tributam.

118 *Não reconhecemos a opção pelo agronegócio como saída para o campo brasileiro.* Como também não aceitamos uma política agrícola que se preocupa mais com o aumento da produção de mercadorias a serem exportadas, do que com a mesa do povo. Também não se pode aceitar que financiamentos destinados à agricultura familiar submetam o pequeno produtor aos interesses do agronegócio exportador.

119 É necessária e urgente uma *política agrícola que tenha como base a promoção social da vida no campo* e seja voltada para as necessidades e condições dos produtores familiares, comunitários e cooperativados; que os apóie em cada fase da produção e lhes ofereça assistência técnica adequada e em diálogo com a cultura camponesa e lhes garanta preços justos para os produtos.

120 Mesmo depois de aprovada a lei da biossegurança, *continuamos contrários ao plantio e à comercialização de sementes transgênicas.* Além de não haver estudos conclusivos sobre os riscos para a saúde humana e de reduzir a biodiversidade, elas podem contaminar outras espécies. O mais grave, porém, é que favorece, de maneira escancarada, as grandes empresas controladoras dos grãos, cujo único objetivo é o lucro e, por isso, buscam ter o controle de toda a cadeia alimentar. Com isso ficam ameaçadas a soberania e a segurança alimentares do povo e aumenta a dependência dos produtores, excluindo aos poucos os mais pobres. A clandestinidade com que esse processo cresce no país, as dificuldades de fiscalização e os progressivos adiamentos para que sejam efetivadas as normas legais nos confirmam ainda mais em nossa posição.

121 *Discordamos da atitude do governo brasileiro que se recusa em admitir a água como um direito fundamental da pessoa humana.* Os direitos humanos — no caso o direito à água — não podem estar sujeitos às injunções da política e às pressões de empresas interessadas em transformar a água em negócio. E urgimos que o Congresso leve à frente, com firmeza, a *revisão da legislação hídrica* brasileira conforme pediu o abaixo-assinado da Campanha da Fraternidade de 2004.

com clareza a exigência de estabelecer um limite para o tamanho da propriedade em vista do cumprimento da sua função social.

117 Os governos devem cumprir seu dever legal de *combater a grilagem*, arrecadando para a reforma agrária as terras ainda devolutas. Devem impedir também que empreendimentos instalados em terras ocupadas ilegal ou irregularmente sejam financiados com recursos públicos. Além disso, a Receita Federal e outros órgãos arrecadadores de impostos devem se certificar do caráter legal e legítimo da posse dos imóveis que tributam.

118 *Não reconhecemos a opção pelo agronegócio como saída para o campo brasileiro.* Como também não aceitamos uma política agrícola que se preocupa mais com o aumento da produção de mercadorias a serem exportadas, do que com a mesa do povo. Também não se pode aceitar que financiamentos destinados à agricultura familiar submetam o pequeno produtor aos interesses do agronegócio exportador.

119 É necessária e urgente uma *política agrícola que tenha como base a promoção social da vida no campo* e seja voltada para as necessidades e condições dos produtores familiares, comunitários e cooperativados; que os apóie em cada fase da produção e lhes ofereça assistência técnica adequada e em diálogo com a cultura camponesa e lhes garanta preços justos para os produtos.

120 Mesmo depois de aprovada a lei da biossegurança, *continuamos contrários ao plantio e à comercialização de sementes transgênicas*. Além de não haver estudos conclusivos sobre os riscos para a saúde humana e de reduzir a biodiversidade, elas podem contaminar outras espécies. O mais grave, porém, é que favorece, de maneira escancarada, as grandes empresas controladoras dos grãos, cujo único objetivo é o lucro e, por isso, buscam ter o controle de toda a cadeia alimentar. Com isso ficam ameaçadas a soberania e a segurança alimentares do povo e aumenta a dependência dos produtores, excluindo aos poucos os mais pobres. A clandestinidade com que esse processo cresce no país, as dificuldades de fiscalização e os progressivos adiamentos para que sejam efetivadas as normas legais nos confirmam ainda mais em nossa posição.

121 *Discordamos da atitude do governo brasileiro que se recusa em admitir a água como um direito fundamental da pessoa humana.* Os direitos humanos — no caso o direito à água — não podem estar sujeitos às injunções da política e às pressões de empresas interessadas em transformar a água em negócio. E urgimos que o Congresso leve à frente, com firmeza, a *revisão da legislação hídrica* brasileira conforme pediu o abaixo-assinado da Campanha da Fraternidade de 2004.

com clareza a exigência de estabelecer um limite para o tamanho da propriedade em vista do cumprimento da sua função social.

117 Os governos devem cumprir seu dever legal de *combater a grilagem*, arrecadando para a reforma agrária as terras ainda devolutas. Devem impedir também que empreendimentos instalados em terras ocupadas ilegal ou irregularmente sejam financiados com recursos públicos. Além disso, a Receita Federal e outros órgãos arrecadadores de impostos devem se certificar do caráter legal e legítimo da posse dos imóveis que tributam.

118 *Não reconhecemos a opção pelo agronegócio como saída para o campo brasileiro.* Como também não aceitamos uma política agrícola que se preocupa mais com o aumento da produção de mercadorias a serem exportadas, do que com a mesa do povo. Também não se pode aceitar que financiamentos destinados à agricultura familiar submetam o pequeno produtor aos interesses do agronegócio exportador.

119 É necessária e urgente uma *política agrícola que tenha como base a promoção social da vida no campo* e seja voltada para as necessidades e condições dos produtores familiares, comunitários e cooperativados; que os apóie em cada fase da produção e lhes ofereça assistência técnica adequada e em diálogo com a cultura camponesa e lhes garanta preços justos para os produtos.

120 Mesmo depois de aprovada a lei da biossegurança, *continuamos contrários ao plantio e a comercialização de sementes transgênicas.* Além de não haver estudos conclusivos sobre os riscos para a saúde humana e de reduzir a biodiversidade, elas podem contaminar outras espécies. O mais grave, porém, é que favorece, de maneira escancarada, as grandes empresas controladoras dos grãos, cujo único objetivo é o lucro e, por isso, buscam ter o controle de toda a cadeia alimentar. Com isso ficam ameaçadas a soberania e a segurança alimentares do povo e aumenta a dependência dos produtores, excluindo aos poucos os mais pobres. A clandestinidade com que esse processo cresce no país, as dificuldades de fiscalização e os progressivos adiamentos para que sejam efetivadas as normas legais nos confirmam ainda mais em nossa posição.

121 *Discordamos da atitude do governo brasileiro que se recusa em admitir a água como um direito fundamental da pessoa humana.* Os direitos humanos — no caso o direito à água — não podem estar sujeitos às injunções da política e às pressões de empresas interessadas em transformar a água em negócio. E urgimos que o Congresso leve à frente, com firmeza, a *revisão da legislação hídrica* brasileira conforme pediu o abaixo-assinado da Campanha da Fraternidade de 2004.

Romaria da Terra e das Águas

C O N V O C A Ç Ã O

Aos caminhantes que sonham com uma terra sem males!

Irmãos e irmãs, companheiros e companheiras de caminhada!

Estamos vivendo um tempo Jubilar! Tempo de celebrar a caminhada, tempo de celebrar as conquistas! Tempo de Celebrar a Vida! Todas as Vidas! Quem nos convoca é o Deus Pai Mãe de todas as coisas!

É com essas motivações e com Lema: **Terra e água, dom de Deus e direito do povo**, que a Comunidade de Paracambi, no dia **25 de julho de 2010** se transformará no Santuário da Natureza. Esta será a **14ª. Caminhada da Terra e das Águas na Diocese de Nova Iguaçu**, e fará parte das celebrações do Jubileu da nossa Diocese.

No dia 25 e julho, a Diocese de Nova Iguaçu será a Casa da Mãe Terra, da Irmã Água e todos os componentes da Natureza, acolhendo todas as Comunidades do Estado do Rio de Janeiro para um Grande Dia de confraternização, dia de Fazer memória, dia de Caminhar, dia de Celebrar e de nos comprometermos a ser um dos defensores e multiplicadores das alternativas que irão salvar a Mãe Natureza: a reforma agrária, a agroecologia, a saúde alternativa.

Queremos também somar forças com o Mutirão de enfrentamento ao agrohidronegócio; contra os monocultivos; contra a prática do trabalho escravo; contra a privatização e poluição das águas, contra os grãos transgênicos e contra os agrotóxicos.

Venham todos e todas para cantarmos juntos um hino ao Deus dos Pequenos!

Contatos:

Pe. Geraldo João Lima – 9974-9665 _ geraldojoaolima@ig.com.br

Luiz Fernando de Jesus – 9147-8872 - Luiz_jesus@oi.com.br

Centro de Direitos Humanos – 2768-3822 –cdh.ni@ig.com.br

CPT - Campos 2227325612 cptrj@oi.com.br

Moção: Mãe Terra

No dia 25 de outubro, neste estabelecimento educacional e cultural, a Comissão Pastoral da Terra realizou um Seminário sobre a Mãe Terra ferida.

Todos e todas aqui somos parte da Mãe Terra , fonte de vida, alimento e ensinamento, que provê tudo o que necessitamos para viver bem.

Neste encontro nós solenemente proclamamos que a Terra não é coisa, onde se joga lixo, mas uma mãe que gera, alimenta e promove vida para todos, por isso é que a Proclamamos : Nossa Mamãe Terra.

E quando fazemos isto fazemos eco a toda experiência histórica dos índios em nossa América que nos passaram essa cultura milenar.

No encontro do dia 25 fizemos nesta casa uma mística da terra onde realizamos duas coisas importantes: Leitura e divulgação do PROJETO DE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA MÃE TERRA – elaborado na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos de Pachá Mama, Cochabamba, Bolívia, abril 2010.

Após a leitura pedimos a todas as pessoas presentes que representavam entidades, associações ou grupos que assinassem o documento em nome das mesmas assumindo o compromisso de divulgá-lo. Após isso fizemos um gesto simbólico e indígena de nos ajoelhar a pedir a benção à Mãe Terra beijando a terra , plantas, sementes e frutos que estavam no chão.

Estamos propondo como PATORAL DA TERRA , que saibamos recuperar a tradição dos indígenas donos destas terras que há 13.000 tem sabido cuidar e preservar esta terra, que pisamos, muito melhor do que nós estamos fazendo.

Por isso estamos propondo nós fazermos nosso, de todas as pessoas e entidades presente, este projeto de DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA MÃE TERRA. Ele foi preparado em Cochabamba por 119 povos e países representados.

Concretamente seria ler o documento, colher Assinaturas e comprometer-se a divulgá-lo.

Pe. Geraldo Lima

Pela Comissão Pastoral da Terra e os Organizadores do curso de Agroecologia de Nova Iguaçu

Na confluência da Serra e da Baixada;
No ano do jubileu dos 50 anos da Criação da Diocese de Nova Iguaçú;
No ano dos 50 anos da emancipação do Município 'Paracambi';
E nos 40 anos da criação da Paróquia São Sebastião de Lages.

Queremos acolher e ecoar o clamor dos povos da Terra que lutam pela regularização fundiária de suas terras ocupadas.
Queremos fazer ecoar neste instante o clamor dos Povos da Terra ,índios ,quilombolas, ribeirinhos - expulsos pelas barragens e plantações de hidro-agronegócio.
Queremos acolher e fazer ecoar o clamor dos homens e mulheres do campo.
Queremos levantar a memória solidária de nossos mártires: Sebastião ..., Irmã Dorot, Chico Mendes, da família nordestina sacrificada pelo furor do tráfico no bairro Amapá de Caxias.
Não podemos esquecer as famílias trucidadas em N. Iguaçu e Queimados.
Queremos lembrar Irma Filomena e a luta por moradia popular.
Queremos lembrar Pe Josimo da Pastoral da Terra do Bico do Papagaio.
Apagado por causa das denúncias contra o Latifúndio depredador.
Queremos lembrar o jovem Padre Gisley Gomes da Pastoral da Juventude eliminado por aqueles que não querem ouvir o grito: Chega de violência e extermínio de jovens.
Queremos lembrar e denunciar toda luta e suor dos sacrificados por que lutaram contra uma política não liberal, ~~depredado~~, homicida e destruidora do eco-sistema hidro-agro-negócio com as monoculturas, exportação e trabalho escravo.
Queremos reascender a nossa consciência crítica e nosso compromisso libertador.
Contamos com a luz,a força, e a ternura de vosso Espírito para prosseguirmos a caminhada que D.Adriano nos legou,em solidariedade e ecumenismo.
Com todas as lutas e esperança da gente de nossa terra, no Estado do Rio ,no Brasil;
Em nossa Pátria grande, a América Latina. Queremos construir juntos a sociedade do bem viver para todos.
Senhor Deus Mãe da Mãe da Terra, dá-nos manter a utopia da Terra sem males.
Dá-nos construir com a cabeça, as mãos e coração no presente a sociedade onde aconteça vosso Reino de Paz, Vida e Justiça para todos.

Aprendemos como crianças a chamar a Deus de Pai.
Hoje as mulheres que estudam teologia ,nos convidam a chamar Deus de Mãe.
Deus é a fonte, a sustentação e a plenitude de tudo, o carinho, ternura e cuidado que nossos pais e mães tiveram ou tem conosco, mostram como age o nosso Deus Mãe e nos mantém vivos , alegres e de bem com a vida.
Deus providenciou para você uma Mãe humana e uma Mãe Terra.
Portanto a Terra é nossa Mãe.
O ar que você respira é Deus que te dá por meio da Mãe Terra, o alimento que hoje te sustenta não vem da Mãe humana, mas da Mãe Terra.
Você precisa de segurança, chão para os teus pés, senão você cai e morre.
Quem te dá e quem te salva é a Mãe Terra.
Mas você ainda hoje não sabe o nome da vida que só a tua Mãe terra te dá.
Presta atenção... guarda e propaga... A vida que a Terra lhe dá chama-se Água.
Água é vida, você é água.
Mais da metade do seu peso é água. Você repete em seu corpo a mistura de matéria sólida e líquida que existe na terra.
Por isso eu lhes dou um conselho. Desculpe, eu não, a tua Mãe Terra. Cuida bem de tua Mãe, defenda o ar para todos , a água pura para todos, os alimentos saudáveis para todos e não se esqueça nunca de beber os dois litros de água por dia para manteres o equilíbrio do teu corpo.
Não guarde esse conselho só para ti, propague-o para os filho,netos,parentes,amigos e inimigos, sadios e doentes.
que todos saibam mamar nos seios da Mãe Terra - esta Mulher Maravilhosa, mãe,bela,forte e poderosa.
Esta Mãe é sem dúvida o presente mais precioso que o Deus Pai e Mãe nos deu
Pe Geraldo João Lima
Pastoral da Terra
N.I

Cartas de Amor
Nº 10

À TERRA

Disse o velho índio à tribo, mantendo no olhar o brilho: "O que acontecer à terra, acontecerá a seus filhos".

É a sentença dada pela própria natureza, que mostra aos homens tão "fortes" a sua grande fraqueza; por não saber conviver, destroem só para fazer, da morte surgir riqueza.

E assim despem a terra, de toda sua cobertura, deixando à mostra as feridas em sua carne batida, veias secas, sem poder levar a vida.

Parece uma chapa quente expulsando os animais, os pássaros e os insetos; povos perdem os direitos, deixando de ser sujeitos, e vão se amontoando em alguns poucos locais.

Em seu ventre machucado jogam os fortes venenos, como se fosse remédio. Os filhos que nela vivem misturando a dor e o tédio, procuram sem resultado, o ar puro, que vinha de trás da encosta. Hoje a chuva cai e lava deixando os ossos à mostra.

Como a careca do homem se descabela a montanha, luzindo ao calor do sol que bate em sua crosta dura, onde as unhas dos arados passam, mas já não arranham.

Folhas secas já não caem. A terra morre de fome. E se ela nada produz, nada os seus filhos comem. Sem água a terra endurece. O peixe some, e então no homem, a fome cresce.

Quando a lua surge no alto, já não tem o que fazer. Olha acanhada e não vê aquele trabalhador que, banhado de suor, parava pra adormecer.

As fases da lua não vogam, crescente, cheia ou minguante, isso ficou tão distante, esquecido na memória, porque hoje a grande glória, das modernas invenções é cuidar das plantações com água que queima o abrigo, como se milhões de insetos fossem todos inimigos.

Muita contaminação, muita fome, muita sede. Não há canto de cigarras nem gente que arma redes. Já não se espalham sementes, nem há vizinhos e visitas, falta pomares floridos, danças, vestidos de chita.

Os pobres tocos das árvores, abraçados às cicatrizes, olham tristes para os troncos que arrastados vão embora. Igual à população que um dia deixou o sertão; sem raízes vive agora.

Terra escura, vermelha ou matizada, deixou de sorrir porque se aposentaram as enxadas. Em cada cabo havia gente, com os pés espalhando o mato e que produziam canções naquele mundo pacato.

O silêncio das enxadas calou o braço sofrido que ficou sem serventia, como o dia de chuva forte. A terra perdeu aos poucos milhões de seus habitantes, as empresas transformaram sábios em ignorantes.

Não se sabe o que se planta, o que se colhe e o que se come. Hoje nos laboratórios sementes mudam de nome, que depois vão lá pra terra como se fosse uma guerra onde há duas partes lutando. A cada palmo plantado, tanques, em tratores traçados, vão a vida bombardeando.

A terra boa, mas queimada, perde sua vitalidade, enquanto os braços balançam na total ociosidade. Sempre é tempo de alertar, com a sã filosofia; que um povo não será livre e nem terá alegria, enquanto seu alimento e todas as sementeiras, forem, produzidas e trazidas, de fora de suas fronteiras.

D. Luciano Bergamin

Comissão Pastoral da Terra
Rua Antonio Faria da Silva, 266
CEP 28.055.080 – Campos dos Goytacazes/RJ
Tele: 22 2732 5612 – E-mail cptrj@oi.com.br

Nova Iguaçu, dezembro de 2010.

A
CARITAS NACIONAL – Brasília. DF.
Aos cuidados de:Maria Leônia Marques – Setor de Projetos.
Assunto : Prestação de Contas

Estimadas companheiras Estimados companheiros,
Depois de um ano de trabalho e com um resultado bastante positivo da experiência que desenvolvemos junto com os camponeses e camponesas da Baixada a partir da ferramenta metodológica da Escolinha de Agroecologia, como vocês poderão observar no relatório e nos documentos colocados em anexo. Vimos lhes apresentar também a prestação de contas do importante apoio oferecido pela CARITAS para o fortalecimento dessa experiência na Diocese de Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro.
Mais uma vez queremos agradecer pelo apoio e pela confiança nos trabalhos realizado pela CPT em todo Brasil e especialmente na Baixada Fluminense.

Certo de termos cumprido o que assumimos no Projeto:

Pela Comissão Pastoral da Terra/RJ

Juvenal José da Rocha – Coordenador – Administrativo.

Pe. Geraldo João Lima – Acompanhante Teológico.

Luiz Fernando de Jesus – Agente da Pastoral responsável pela Escolinha.

D. Luciano Bergamin – bispo diocesano.

CÁRITAS BRASILEIRA
SECRETARIADO NACIONAL

FUNDO FNS

Nº 3564

CNPJ nº 33.654.419/0001-16
Entidade de Fins Filantrópicos - CNAS nº 43.306/66 de 20/12/66
Decreto de Utilidade Pública Federal nº 61.155 de 14/08/67
SDS Bloco P nº 36 Ed. Venâncio III salas 410/41443214.5400 Fax: 3214.5404
CEP 70393-900 - Brasília-DF e-mail: caritas@caritas.org.br

11.700,00

Recebemos da CÁRITAS BRASILEIRA a quantia de:

ONZE MIL SETECENTOS REAIS

Através de: TED **Via Banco:** BRASIL **Data:** 9/11/2009

Referente a: FNS 102/2009 - SABERES AGROECOLÓGICOS.

Carimbo da Entidade

NOVA IGUAÇU RJ., 09 de novembro de 2009

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/RJ

02 325 913/01 14-32

CEDIM

Comissão Pastoral da Terra
Rua Antonio Faria da Silva, 266
CEP 28.055.080 – Campos dos Goytacazes/RJ
Tele: 22 2732 5612 – E-mail cptrj@oi.com.br

RELATÓRIO ENVIADO A CARITAS NACIONAL PROJETO – CPT/RJ CARITAS FNS 102/2009 – SABERES AGROECOLÓGICO.

01 - Olhar Sobre a Experiência.

A Escolinha de Agroecologia é uma experiência muito bem sucedida junto aos camponeses e camponesas no que diz respeito ao fortalecimento das práticas agroecológicas no Estado do Rio de Janeiro. É uma experiência em educação popular que possibilitou a integração de agentes técnicos e camponeses manter uma comunicação contínua sobre as práticas agroecológicas. Como comprovação disso foi o Prêmio CREIA que ela recebeu em dezembro, dia 06 informação anexa dos serviços prestados ao ambiente

02 - Ações Realizadas:

Como pode ser observado do Cronograma de atividades, a Escolinha desenvolveu seu programa utilizando três dinâmicas:

1ª.A Troca de saberes entre os participantes, experiências que cada um acumulou durante seu contato com a proposta e práticas agroecológicas.

2ª. O Intercâmbios a experiência bem sucedidas na Agroecologia.No campo da pesquisa acadêmica e nas experiências locais nos sítios de camponeses da Região.

3ª. Estudo de conteúdo: O Estudo com mais aprovação foi a da Homeopatia na Agropecuária, que ofereceu uma alternativa concreta para a recuperação do meio ambiente e a proteção das pessoas, das plantas. Bio fertilizantes fáceis de fazer de aplicar e com preços módicos.

03 - Público Envolvido:

São camponeses da baixada fluminense de municípios de Queimados, Paracambi, Japeri, Piraí e Nova Iguaçu., estudantes universitários e agentes de pastoral
A turma iniciou com 69 e termina o ano de 2010 com 40 integrantes.
Indiretamente o Programa atinge a 600 famílias camponesas na Região da Baixada.

04 - Resultados Alcançados.

Camponeses produzindo de forma agroecológica.
Camponeses comercializando produtos agroecológicos na Feira em Nova Iguaçu.
Jovens camponeses se integrando na Universidade nos Projetos de Inter-vivência e Curso de Graduação em Educação do Campo.
Camponeses interferindo na Matriz produtiva das Comunidades.
Camponeses trabalhando a preservação do ambiente, utilizando os bios fertilizantes e o sistema agro-florestal.

05 - Continuidade:

A repercussão positiva da experiência está apontando para 2011/2012 receber apoio d e um Projeto feito de forma coletiva pela ASPTA do Rio de Janeiro junto a PETROBRAS Cabendo a CPT manter a articulação e a organização metodológica junto com a EMATER.
Em anexo lista de presença, Cronograma dos Encontros, Comunicado do Prêmio e CD com as Fotos.

Responsável pela Elaboração do Relatório

Luiz Fernando de Jesus – Agente Responsável pelo Projeto
Contato: luiz_jesus@oi.com.br cel 21 914778872
Juvenal José da Rocha – Coordenação CPT/RJ

CEDIM

Comissão Pastoral da Terra
Rua Antonio Faria da Silva, 266
CEP 28.055.080 – Campos dos Goytacazes/RJ
Tele: 22 2732 5612 – E-mail cptrj@oi.com.br

RELATÓRIO FINANEIRO DO PROJETO. CPT/RJ CARITAS

FNS 102/2009 – SABERES AGROECOLÓGICO.

Encontros e Estudos	Março a novembro	Passagens 200,00 Alimentação 300,00	R$ 500,00	Passagens R$ 2.000,00 Alimentação R$2.500,00
Intercâmbios	Março a Novembro	Aluguel de ônibus R$ 150,00 Alimentação R$ 150,00	R$ 300,00	Aluguel de ônibus R$ 1.350,00 Alimentação R$ 1.350,00
Assessoria.	Março a Novembro	Pagamento de Monitor.(Curso de Homeopatia	R$ 500,00	Assessoria e ajuda de custo R$ 4..500,00
Total				11.700,00

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

01 – Passagens (combustível e Vale transporte) R$ 2.000,00

02 – Alimentação= R$ 3.850,00

03 – Aluguel de ônibus= R$ 1.350,00

04 – Assessoria Pedagógica R$ 4.500,00

Total – R$ 11.700,00

Em anexo cópias dos recibos e Notas fiscais..

Certo de termos cumprido o propósito do Projeto:

Pela Comissão Pastoral da Terra /RJ

Juvenal José da Rocha – Coordenação Administrativa

Luiz Fernando de Jesus – Agente responsável pela Experiência

CEDIM

"Resgate e Difusão dos Conhecimentos Rumo a Soberania Popu

Centro Acadêmico de Agronomia - Seu Juvenal
Grupo de Estudos Agroecológicos - "AgroCrioulo"

Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro
2008

Convite

A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil com o Centro Acadêmico de Agronomia "Seu Juvenal" e a Uni Estadual do Norte Fluminense - UENF tem o prazer de convi estudantes de Agrárias, Biológicas, Humanas , Exatas, agr professores, movimentos sociais e a sociedade civil em ge VI Encontro Regional de Agroecologia - VI ERA. O encontro dos dias 19 a 24 de Abril de 2008 no campus da UENF.

I- INFORMAÇÕES

1.1. Caracterização
Encontro de âmbito regional (MG, RJ e ES) entre estudantes agricultores, profissionais, pesquisadores e entidades qu tecnologias voltadas para agricultura sustentável.
1.2.Endereço
Comissão Organizadora do VI ERA - Centro Acadêmi Agronomia
Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Av. Alberto Lamego, 2000 - Campos dos Goytacazes - CEP 28013-600 -

1.3. Participantes
Estima-se um público de, aproximadamente 400 pessoas, entr de graduação, pós-graduação, profissionais da área de agr biologia, sociologia, comunicação, técnicos agrícolas, et agricultoras da região, entidades governamentais e não go movimentos sociais populares e sociedade como um todo.

II - APRESENTAÇÃO

No Brasil e no mundo, a adoção generalizada do modelo tecn fundado na químico-moto mecanização gerado pelo desenvolv tecnologias da chamada Revolução Verde, agudizou o histór fragmentação e de decomposição social e econômica da agri intensificando o desemprego rural, os processos migratóri a favelização urbana. Apesar do aumento de produtividade, não permitiu a eliminação da pobreza rural e da fome em n Além dos efeitos sociais excludentes, engendrou também gr ambientais que se irradiaram por todos as biomas do país impede ou dificulta a avaliação dos custos embutidos nos

levaram ao aumento da produtividade no campo.
A insustentabilidade do modelo agrícola amplamente difundi
Revolução Verde, tem motivado muitas discussões no mundo
possíveis alternativas ao padrão produtivo a ele inerente
Considerando a atual situação agrária do país e todo seu c
histórico o VI Encontro Regional de Agroecologia (ERA) te
discutir e contribuir no debate de uma agricultura susten
com que sejam ampliadas as preocupações com o social e o
assim como científico, técnico, cultural e ético. Este es
de discutir e trazer, juntamente com agricultores, pesqui
estudantes, a realidade e as alternativas da vida no camp
princípios sustentáveis e agroecológicos e suas experiênc

III - HISTÓRICO

Os estudantes de Agronomia do país organizam-se em nível n
1954, quando fundado o Diretório Central dos Estudantes d
do Brasil (DECEAB). Devido a repressões ao movimento estu
década de 60 os avanços ficaram comprometidos. Finalmente
1972 fundando a Federação dos Estudantes de Agronomia do
sendo esta a máxima entidade representativa desses estuda
da União Nacional dos Estudantes - UNE.
A partir dos anos 70, os estudantes de agronomia começaram
necessidade de desenvolver esforços para, por um lado, en
criticamente o modelo de desenvolvimento agropecuário que
implantado no país, buscando analisar suas conseqüências
melhorar a qualidade do ensino da agronomia, aproximando-
realidade, demandas e necessidades da maioria dos trabalh
familiares rurais, situados em condições marginais no con
modelo.
A FEAB congrega os Centros e Diretórios de mais de 80 esco
agronomia de todo o Brasil, organizada em coordenações na
realizando trabalho nas bases, subsidiando discussões atr
núcleos de trabalho permanente (NTP's), assim como partic
promovendo diversas lutas com movimentos e entidades.
São bandeiras de luta da FEAB: Agroecologia; Movimentos So
Populares; Universidade; Relações Internacionais; Juventu
Ciência e Tecnologia; Formação Profissional.
A promoção de discussões sobre Agroecologia se dá desde 19
de interações com outras entidades (FAEAB, MST, AS-PTA, C
resultou em 4 Encontros Nacionais de Agricultura Alternat
década de 80. Por superlotações nos eventos, viabilizaram
Regionais de Agricultura Alternativa (ERAA). De acordo co
Plenária Final do 43° Congresso Nacional de Estudantes de
(CONEA), o evento passou a chamar-se Encontro Regional de
(ERA), e este de novo nome foi o V ERA realizado na Unive
de Minas Gerais. No 50° CONEA o Centro Acadêmico "Seu Juv
e assume a realização do VI ERA.

IV - OBJETIVOS

A realização do VI ERA tem como objetivos:

Ampliar e difundir o debate agroecológico;
Discutir uma nova abordagem da agricultura no país;
Construir propostas para a solução de problemas relacionad
soberania alimentar;
Resgatar a valorização das sementes crioulas;
Discutir o projeto de agricultura do governo;
Propor alternativas de inclusão social;

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E PELA JUSTIÇA NO CAMPO

CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE ESTABELECE UM LIMITE MÁXIMO À PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

Uma medida de justiça: *"ACABAR COM - 500 ANOS DE - LATIFÚNDIO: REPARTIR A TERRA PARA MULTIPLICAR O PÃO"*

O que é a Campanha?

A Campanha pela Emenda Constitucional que Estabelece um Limite Máximo à Propriedade da Terra no Brasil quer ser um instrumento para garantir o aceso à propriedade da terra a todos aqueles que precisam dela para trabalhar e assim garantir o pão para si e para sua família A propriedade da terra no Brasil tem sido até agora um direito absoluto e ilimitado, concentrando nas nãos de poucas pessoas e grupos imensas àreas, enquanto a maioria se encontra excluída deste direito.

— Mas há ainda tanta terra assim nas mãos de latifundiários no Brasil?

Infelizmente sim. Uma breve radiografia da estrutura agrária brasileira, com base nos dados do Atlas Fundiário do Incra, mostra que existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no país que ocupam uma área de 331.364.012 ha. Desse total, os minifúndios (incluindo os não identificados) representam 62,2 % dos imóveis, ocupando 7,9 % da área total. No outro extremo verifica-se que 2,8 % dos imóveis são latifúndios que ocupam 56,7 % da área total. Lamentavelmente, o Brasil ostenta o deplorável título de país com o quadro de segunda maior concentração da propriedade fundiária, em todo o planeta. À concentração soma-se a improdutividade da terra. O Incra considera que, na média nacional, 62,4 % da área total dos imóveis rurais no país é improdutiva.

— Mas o governo não vive dizendo que está realizando a reforma agrária?

Dizer, diz, só que isto não é verdade. A reforma agrária no Brasil, até hoje, nunca foi tratada como uma prioridade. No governo atual, que não deixa de se autoproclamar, em todos os momentos, como tendo sido aquele que realizou o maior número de assentamentos, e realmente o fez, mas as iniciativas ainda são muito tímidas e, somente realizadas em função da pressão exercida pelos movimentos sociais. O discurso governamental afirma sua oposição ao latifúndio, mas a política agrária do Governo Federal desapropriou, nos últimos três anos 3,4 milhões de hectares, ou seja, menos de 2 % dos hectares necessários para assentar todas as famílias sem terra, estimadas em pelo menos 4,5 milhões. Neste ritmo seriam necessários no mínimo 50 anos para assentar todos os trabalhadores rurais sem-terra do país.

— E a população das cidades, o que tem a ver com isto?

A reforma agrária passou a ser entendida pela sociedade como uma solução não somente para os setores do campo, mas também como uma proposta para o conjunto da sociedade, como fator de geração de emprego e renda, de diminuição do êxodo e do inchamento das cidades, de distribuição de terra e de renda, ou seja de desenvolvimento sustentável. Dado o desemprego e a deterioração da qualidade de vida nos centros urbanos brasileiros, a vida nas cidades fica cada vez mais insustentável. Neste contexto, a reforma agrária é um elemento central de um novo rumo para desenvolvimento no Brasil.

— Como a Instituição de um Limite Máximo da Propriedade pode ser introduzida na legislação no sentido de impulsionar a reforma agrária?

Trata-se de introduzir um instrumento constitucional que viabilize e agilize a Reforma Agrária. No mesmo artigo 186 em que a Constituição define função social da propriedade, queremos introduzir um inciso V, limitando o tamanho de todo latifúndio no Brasil. Terras acima de 35 módulos fiscais seriam automaticamente passíveis de utilização para fins de reforma agrária. O módulo fiscal constitui uma referência de área que varia conforme a região, e é definido a partir de vários fatores, como a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. A introdução desta medida resultaria portanto numa disponibilização imediata de grandes extensões de terras para as famílias assentadas, sem que para tanto tenham de ser dispendidos recursos públicos no campo da indenização dos proprietários. Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios, poderiam ser então empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e à assistência técnica visando a viabilização dos assentamentos.

— Como é possível contribuir para que esta proposta de Emenda Constitucional seja efetivamente incorporada?

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo* conclama a todas as pessoas que para que expressem o seu apoio, divulguem e mobilizem escolas, locais de trabalho, associações, sindicatos, a respeito da necessidade da incorporação na Constituição Brasileira de uma Emenda que estabeleça o limite máximo de propriedade no nosso país. Queremos portanto que fique expresso em nossa constituição sob forma de limite de tamanho, o controle social do latifúndio, que tem sido, com o apoio do judiciário, da polícia e das milícias privadas, o grande entrave à Reforma Agrária. Assim poderão ser criadas possibilidades reais de acesso à terra para milhões de

trabalhadores rurais sem terra, permitindo, assim, a ampliação e a redinamização da base produtiva do país e, por conseguinte, estabelecendo condições para a redução da miséria no Brasil.

Por favor contribua para um mundo mais justo apoiando este abaixo assinado!

** O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo existe desde 1995 com o objetivo de contribuir para a articulação das ações desenvolvidas pelas várias entidades que apoiam a realização da reforma agrária no Brasil. O Fórum tem um caráter amplo e pluripartidário, reunindo movimentos sociais e organizações não governamentais como a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), a APR (Animação Pastoral Rural), a Cáritas Brasileira, o CAPOIB (Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a CNASI (Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA), o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a CPT (Comissão Pastoral da Terra),a FASE (Federação de Órgãos de Assintência Social e Educacional), o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), o IFAS (Instituto de Formação e Assessoria Sindical), o INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos), o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), o MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos), o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a PJR (Pastoral da Juventude Rural), a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, entre diversas outras entidades.*

NOME	IDENTIDADE	ASSINATURA
01.		
02.		
03.		
04.		
05.		
06.		
07.		
08.		
09.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17,		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		

Enviar para: CPT - Comissão Pastoral da Terra - Rua 19, Nr. 35, 1. Andar, 74030-090 Goiânia - GO
Tel **(062) 212 6466** *Fax* **(062) 212 0421** *E-mail cptnac@cultura.com.br*

CEDIM

Nova Iguaçu, 25 de agosto de 2012.

PLATAFORMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRÍCOLA DA BAIXADA FLUMINENSE

Aos Candidatos a Prefeito nos municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi e Queimados.

Há tempos alguns municípios da Baixada Fluminense, vem sendo implementada uma proposta de desenvolvimento baseada única e exclusivamente voltada para o setor industrial e imobiliário, esquecendo ou não atendendo as áreas rurais. Hoje, existem grandes projetos do capital sendo desenvolvidos na Baixada que contribuem para a expulsão de trabalhadores do campo, como por exemplo, o Arco Metropolitano, a expansão de parques industriais, entre outros. Isto lamentavelmente está associado a um projeto de sociedade centrada na questão urbana, tanto que hoje o Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística na sua classificação territorial não considera nenhum município da Baixada Fluminense tendo áreas rurais. Neste sentido, nós agricultores rurais dos diferentes municípios da Baixada Fluminese/RJ, unidos aos movimentos sociais do campo e da cidade, vimos através desta apresentar uma "Plataforma Agrária e Agrícola" para todos os candidatos a prefeito nos diferentes municípios que compõem a região pastoral da Diocese de Nova Iguaçu.

As propostas estão divididas em 09 eixos:

1. **Regularização Fundiária:** Contribuir na busca junto aos governos Estadual e Federal a Regularização Fundiária das Ocupações, Acampamentos e Assentamentos de nosso município, como uma ampla política pública de democratização da propriedade da terra, de distribuição de renda produzida na agricultura e na fixação da população no meio rural da Baixada Fluminense.
2. **Infra-estrutura:**

2.1- Garantir a implementação do Programa de Eletrificação Rural nas áreas de acampamento e assentamento; Implementar de imediato revisão das atuais tarifas de energia elétrica cobradas da população do campo, garantindo o acesso a todos a preços compatíveis com sua renda;

que contemple educadores com formação voltada pra a realidade do campo; promover, através da Secretaria Municipal de Educação, a construção de um PPP (Projeto Político Pedagógico) de forma participativa (comunidade, profissionais da educação, movimentos sociais afins) que dialogue com a realidade do campo, garantindo uma educação contextualizada; Investir na superação do analfabetismo e ampliar cursos e turmas de Educação de Jovens e Adultos; Colocar o município como mediador na interlocução com a Secretaria Estadual de Educação para promoção do Ensino Médio para os sujeitos do campo; Fortalecer o Fórum Municipal de Educação do Campo de Nova Iguaçu; Viabilizar programas de Educação Profissional de Nível Técnico e informática aos jovens das áreas rurais; Implementar bibliotecas escolares e comunitárias nas áreas rurais;

7. Comercialização: Fortalecer, apoiar e/ou criar as Feiras da Roça nos espaços públicos centrais; Priorizar a compra de alimentos das ocupações de terras e assentamentos locais e/ou regionais conforme propõe a Lei Nº 11947|2009, que reza o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a merenda escolar; Criação de uma política de crédito rural, em especial para investimento nos pequenos e médios estabelecimentos agrícolas;

8. Agricultura Urbana: Apoiar as iniciativas já existentes e fomentar em outras localidades;

9. Criar nos Municípios as Secretarias de Agricultura.

Assinam: Acampamento Marli Pereira Silva, Paracambi

Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu/RJ

Comissão Pastoral da Terra – Nova Iguaçu/RJ

Licenciatura em Educação do Campo/ UFRRJ

Movimento de Orçamento Participativo (Japeri)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Univerde

EMATER-NI/RJ

Vereadora Marli – Câmara Municipal de Nova Iguaçu

Fernando Cide – Vice-prefeito pelo PC do B

Secretaria de Educação Município de Nova Iguaçu/RJ

Secretaria Meio Ambiente de Nova Iguaçu

CEDIM

ASSEMBLEIA DAS EQUIPES DA CPT RJ - NOVA IGUAÇU E CAMPOS- 9, 10, 11 de Novembro 2012

Casa de Oração Frei Jordão Mai
Diocese de Nova Iguaçu

PROPOSTA DE PROGRAMACAO

NOITE DE SEXTA FEIRA: *PARTILHA DE VIDA*

- 18 hs – ACOLHIMENTO CHEGADA
- 19hs - JANTA
- 20 hs – ORAÇAO E PARTILHA DE VIDA
- 10 :30 hs - BOA NOITE PARA TODOS/AS

MANHA DE SABADO: *VER E ANALISAR A REALIDADE*

- 7hs– CAFÉ DE MANHA
- 8hs – ORACAO DA MANHA (CAMPOS)
- 8:30 hs – APRESENTACAO E PAUTA DA ASSEMBLEIA/ CONSIDERAÇOES INICIAIS/ SE TIVER PROPOSTAS DE PAUTA. (obs. Escolheremos os nossos moderadores e secretários)
- 8:45hs– PARTILHA DA FORMACAO NACIONAL (Flavio com apoio do Barrinha)
- 10:00 hs – PAUSA
- 10: 15h – DEBATE SOBRE A COLOCACAO DO FLAVIO
- 11h – A NOSSA REALIDADE E OS DESAFIOS QUE ESTAMOS VIVENDO. QUAL É A NOSSA RESPOSTA COMO EQUIPES: PERANTE AS NOSSAS LIMITACOES? (Recursos materiais e humanos) QUAL É A NOSSA CONTRIBUICAO ESPECIFICA JUNTO COM OS OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS E PARCEIROS?
- 12: 00 h – ALMOÇO

TARDE De SABADO: *AVALIACAO E PLANEJAMENTO*

- 13hs – DESCANSO
- 13: 45hs – RETORNAR AO TRABALHO
- 14hs - 1.AVALIAR A NOSSA MISSAO (SOMBRAS E LUZES 2013) 2. AS PRIORIDADES/ PERSPECTIVAS 2013 (Dividir por equipe)
- 15: 00hs – SOCIALIZAR A AVALIACAO
- 15h45hs -- PAUSA
- 16hs – PLANEJAMENTO
- 18hs - ORACAO DA TARDE
- 19 hs- JANTA
- 20 hs – CONFRATERNIZACAO

MANHA DE DOMINGO: *CELEBRACAO EUCARISITICA E ENVIO*

- 7hs- CAFÉ DA MANHA
- 8hs - ORAÇAO INICIAL BEM BREVE
- 8:30hs –ULTIMAS CONSIDERAÇOES – AVISOS, ENCAMINHAMENTOS,
- 9: 45hs – PAUSA
- 10hs- CELEBRAÇAO FINAL (proposta de celebração Eucarística Pe. Geraldo)
- 12hs- ALMOÇO

"O que queremos, enquanto classe trabalhadora, enquanto camponeses e camponesas, não esta pronto como uma resposta, pelo contrario, esta sendo construído por pés que sentem o solo como raízes, por mãos que seguram enxadas e canetas, e por povos que cultivam e esperam a colheita da mesma maneira que os pais esperam sua prole. E como dizia um grande semeador: "Sendo convocados a decifrar a rebeldia dos gestos dos códigos e mirar o rumo." ***Movimento dos pequenos Agricultores - MPA***

Romaria da Terra: por que?

A Diocese de Nova Iguaçu através de Dom Adriano Hypólito e a Pastoral da Terra criaram todas as condições para retomada da luta pela terra e por Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1984, com a ocupação de Campo Alegre, deu-se início a essa luta e inspirados pela organização desses trabalhadores que ousaram romper as cercas da fome e da miséria, provocadas pelos latifúndios, ocorreram várias ocupações na baixada fluminense e desta experiência resultou em vários mutirões de cooperação, solidariedade, companheirismo e partilha, orientados pelo sentimento de mundo novo, justiça e amor a vida como nos ensinou Jesus Cristo.

As experiências de luta e resistência dos trabalhadores na Baixada Fluminense, levaram a construção do MST e sempre contou com o apoio da CPT, sendo presenças vivas, pautando a necessidade da divisão das terras e a viabilidade da Reforma Agrária.

São os pequenos, camponeses e agricultores familiares responsável por mais de 70% da produção de alimentos que abastece mercados internos, enquanto o grande proprietário, que recebe muito dinheiro do governo, produz para exportação, enriquecendo a si próprios sem se preocupar com o povo brasileiro. Nem sequer pensam na qualidade da alimentação, pois utilizam sementes transgênicas e grande quantidade de agrotóxicos que adoece a humanidade.

Ainda temos mais de 4,5 milhões de brasileiros sem terra e os Tubarões do Latifúndio, agora na forma de Agronegócio, envenenam os alimentos, a terra, a água, os animais e concentram cada vez mais a natureza nas mãos de poucos. Destroem a natureza e a humanidade como parte dela, apoiados pelos governos com ações de contra Reforma Agrária.

Mas a luta pela liberdade continua!

Por isso, nós trabalhadores da cidade, trabalhadores rurais, assentados, acampados, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, caiçaras, comunidades tradicionais, sem terras e indígenas, seguimos em romaria e reivindicamos:

- Que o INCRA-RJ (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro) realizem as desapropriações de terras para assentar as mais de 500 famílias que hoje moram em barracos de lona lutando por um pedaço de terra para produzir o pão.
- Que os municípios promovam políticas públicas para estimular as gerações futuras a viver no campo.
- Que as Prefeituras e o Estado resolvam a infra-estrutura dos assentamentos já existentes e que estão em situação de precariedade sem estradas, luz elétrica e habitações.
- Que as Prefeituras cumpram a lei da merenda escolar, comprando os alimentos da agricultura familiar local e estimulando os pequenos a produção agrícola local.
- Que o governo Federal e Estadual, pare imediatamente com as políticas de contra Reforma Agrária, dando vida digna aos pequenos agricultores para viverem no campo.

Seguimos em Romaria, para libertar a natureza das mãos do agronegócio.
É para Liberdade que Cristo nos Libertou!

PASTORAL
DA TERRA

Santa Maria, 12 de Setembro de 1992

Queridas irmãs e irmãos da Caminhada e da Esperança!

Nòs, participantes do VIII Encontro Intereclesial das comunidades Eclesiais de Base, escrevemos esta carta para partilhar com vocês algo do que vivemos, celebramos e com que nos comprometemos. O encontro realizou-se aqui em Santa Maria, Rio Grande do Sul, de 8 a 12 de Setembro. Este já è o VIII encontro que expressa o amadurecimento de uma longa caminhada. Ele se realiza neste momento tão grave de crise nacional. Com todo o povo brasileiro estamos nùma busca de saìda ètica e democràtica.

1. QUEM SOMOS E O QUE FIZEMOS?

Somos 2238 delegadas e delegados do Brasil e 88 de outros paìses da Amèrica Latina e do Caribe, representando nossas comunidades. A presença e a atuação das mulheres foi marcante e significativa. Participaram conosco 106 irmãs e irmãos de Igrejas Evangèlicas, 43 Ìndios, 1 Pajè, dois Pais de Santo e uma Mãe de Santo, 30 irmãos de outros continentes: Àsia, Àfrica e Europa. Participaram 50 assessoras e assessores. Estiveram presentes 98 Bispos que nos acompanharam, assim como 35 Pastoras e Pastores, e muitos Padres e Religiosas. Recebemos cartas de apoio, inclusive uma carta do Papa, que nos fortalece na caminhada. Havia 1450 pessoas nas equipes de serviço. Fomos acolhidos com muita hospitalidade nas casas do povo de Santa Maria. Tudo isto jà foi uma experiência de comunhão que ficarà para sempre na nossa lembrança.

Às Igrejas e ao povo de Santa Maria, nossa gratidão!

O assunto do nosso encontro foi: "O povo de Deus renascendo das Culturas Oprimidas". Mais que uma simples reflexão, fizemos uma experiência de evangelização a partir dos povos e culturas oprimidas. Por isso houve alguns momentos fortes de tensão e de sofrimento. Tudo o que è novo, nasce com dor de parto, mas tambèm traz alegria. Nosso encontro foi uma grande celebração, com muitos momentos de alegria e festa, de confraternização e comunhão.

È difìcil comunicar tudo o que vivemos e descobrimos. Mas queremos partilhar os pontos mais importantes, como Boa Nova de Jesus Cristo que enche o nosso coração.

2. O CAMINHO DAS NOSSAS REFLEXÕES.

O CATIVEIRO QUE SE CRIOU E QUE JÀ DURA 500 ANOS.

Nestes dias refletimos sobre os ùltimos 500 anos da història do Continente, e constatamos que foram um longo cativeiro, mais longo que o cativeiro da Babilonia. Os opressores diziam que nossos deuses eram falsos; nossos ritos, superstição; nossos mitos, heresia; nossos costumes,

pecado. As mulheres continuam sendo tratadas como objetos. Fomos espancados e marginalizados, e fizeram de nós um povo de migrantes. Chegamos a rebelar-nos contra eles. Eles pareceram mais fortes, mas não nos conseguiram vencer: "somos brotos de velhas raizes".

E agora moramos nas roças, em favelas e cortiços, nas periferias das cidades e fomos reduzidos a mão de obra barata. Vivemos de um biscate ou de um salário que não consegue matar nossa fome. Somos gente sem terra, sem comida, sem saúde, sem moradia. Somos a massa sobrante. E ainda temos que ouvir, diariamente, que somos gente preguiçosa, sem cultura e sem educação.

A cruz de Cristo foi usada como cabo da espada que nos matava em nome de Deus. E as Igrejas eram enfeitadas com o ouro, tirado da terra com o preço de nosso sangue. Mesmo assim não conseguiram destruir nossas raizes religiosas e nossa fé no Deus da vida!

O NOVO QUE ESTAMOS DESCOBRINDO.

Tudo isto nos foi feito. Mas com a ajuda da Bíblia conseguimos ouvir a voz de Deus que já vinha de longe, já estava dentro das nossas tradições, e nos dizia: "Vocês são os meus servos! Vocês são as minhas preferidas! Eu os escolhi!" (Is 41, 9; 42,1). E dizia ainda: "Consolem meu povo! Consolem meu povo! Chegou ao fim o cativeiro!" (Is 40, 1-2). A Bíblia nos ajudou a descobrir que Deus estava conosco e nos falava pela vida!

Nestes dias, mais uma vez, partilhando nossas experiências, ficou claro para nós, que temos uma missão a cumprir. Muitos pensam que nossa vida não tem valor, mas temos certeza do chamado de Deus, do Deus de sempre! (Is 49, 3-4). O Deus de nossos Pais, que vem recebendo tantos nomes carinhosos: Tupã, Olorum, Elohim, Pai, Mãe, Pachamama. Ele não nos abandonou! Ao longo do caminho, no meio da nossa luta, Ele se deu a conhecer a nós como Deus-conosco na pessoa de Jesus (Lc 24, 31). Foi um grande Pentecostes!

Partilhamos a alegria da experiência que fazemos do Deus que vem caminhar conosco e manifesta sua presença nos nossos diferentes povos e culturas, nas lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, na caminhada dos migrantes, na participação das mulheres, na resistência dos negros e dos indígenas. Esta é a boa notícia que anunciamos a todos vocês, aqui, de Santa Maria.

3. O COMPROMISSO QUE ASSUMIMOS:

1. Nós nos comprometemos, em solidariedade com os INDÍGENAS, a lutar pela demarcação de suas terras e pela sua autonomia, e a respeitar suas expressões religiosas como primeiro passo de um processo de inculturação do Evangelho. Que o resgate das culturas massacradas seja feito pelos próprios indígenas com o acompanhamento solidário dos agentes comprometidos com a causa indígena.

2. Nós nos comprometemos, em solidariedade com os NEGROS a respeitar as diferenças das culturas e a lutar para que possam expressar sua fé, de maneira própria, na Igreja. Nós Negros assumimos nossa negritude na Igreja e na Sociedade, mantendo viva nossa memória de resistencia ontem e hoje, nos Quilombos, Terreiros, Irmandades, lutas e organizações negras.

3. Nós nos comprometemos, em solidariedade com as MULHERES a lutar por uma Igreja onde a mulher tenha igualdade de Direitos, e seja respeitada na sua identidade feminina. E nós mulheres afirmamos nosso direito de participar, em todos os níveis de decisão e poder. Nos comprometemos a lutar pela auto-valorização do nosso corpo, redescobrindo a nossa sexualidade, construindo o novo nas relações homem-mulher. Queremos ser reconhecidas nos Ministérios que já exercemos. Nosso empenho deve ser, mais ainda, pela conquista não apenas das assembléias e tribunas mas também dos altares e dos púlpitos. É fazendo que se aprende! O que não está oficializado se oficializa pela prática!

4. Somos todos TRABALHADORES. Temos em comum a experiência de criar a vida e ser empobrecidos. Nós nos comprometemos a fazer da Democracia a raiz do nosso comportamento na Família e na Comunidade. Participando plenamente na luta dos partidos comprometidos com a causa do povo, queremos fazer da Democracia também a raiz da Sociedade, na Política e na Economia. A Igreja tem o papel de assumir e celebrar esta Democratização e de formar cristãos para realizá-la. Celebrando os Sacramentos a partir da vida do povo, ela ilumina e anima, com a Bíblia, as diferenças da cultura e as lutas por vida abundante para todos.

5..Nós nos comprometemos, em solidariedade com os MIGRANTES a lutar para que a Igreja seja um lugar acolhedor onde todos se sintam em casa, uma Igreja que dê apoio ao movimento popular, fortaleça a luta pela Reforma Agrária e Urbana, e promova uma Espiritualidade da Terra. Uma Igreja onde se viva o Ecumenismo na prática, onde as diversas confissões e culturas, partindo da sua fé comum no Deus da Vida, procurem unir-se em defesa da vida do Povo.

Foi uma grande alegria a experiência do encontro com tantos companheiros e companheiras de países Latino-Americanos, Caribenhos, Africanos e Asiáticos, assim como a presença solidária de irmãos do primeiro mundo.

Nova Esperança nasceu para nós. Novos desafios surgiram pela frente. Como os discípulos de Emaús, cheios de coragem no meio da noite, voltamos para Jerusalém, para nossas COMUNIDADES.

O Senhor está vivo! A caminhada continua!

"Mulher Viva Bem, melhor qualidade de vida para mulheres agricultoras da baixada fluminense- RJ").

Edilene Santos Portilho e Sandra Regina de Oliveira Faustino

Introdução

Este projeto visa atender mulheres de áreas rurais da região da baixada fluminense. As ações dizem respeito a: Assistência técnica aos grupos de produtoras rurais, envolvendo ações ligadas a produção agroecológica de alimentos e o seu aproveitamento integral; o cultivo e plantas medicinais favorecendo o etnodesenvolvimento regional.O projeto inclui também o incentivo a comercialização dos produtos oriundos da produção agroecológica e o desenvolvimento de discussão que envolvem gênero.

Justificativa

Dados da região e das famílias agricultoras.

Objetivo Geral

Incentivar a melhoria da qualidade de vida das mulheres agricultoras da baixada fluminense, através do suporte da extensão rural produção e aproveitamento e comercialização de alimentos e medicamentos saudáveis.

Objetivos específicos

- Melhorar a qualidade nutricional da alimentação familiar através da produção de alimentos em áreas domésticas;
- Auxiliar no planejamento familiar dos participantes do projeto;
- Incentivar no aproveitamento integral de alimentos;
- Incentivar à prática do trabalho familiar e comunitário.

Metas

- Capacitação e Acompanhamento técnico para aproveitamento integral de alimentos e preparação de remédios fitoterápicos;
- Capacitação e assistência técnica produção agroecológica;
- Incentivo à comercialização de produtos agroecológicos;
- Discussão de gênero e organismos de amparo à mulher.

Meta 1. Capacitação e Acompanhamento técnico para aproveitamento integral de alimentos e preparação de remédios fitoterápicos.

- Realizar 06 cursos teórico-práticos de aproveitamento integral de alimentos;
- Realizar 04 cursos teórico-práticos de manipulação de ervas para produção de remédios fitoterápicos;
- Realizar 01 oficina para catalogar as plantas de uso medicinais
- Realizar 02 visitas de troca de experiências dos grupos que trabalham fitoterapia.

Meta 2. Capacitação e assistência técnica produção agroecológica;

- Realizar 05 cursos teórico-práticos de produção agrícola em sistema agroecológico: 02 de horta agroecológica, 02 de sistemas agroflorestais, 01 práticas e técnicas agroecológicas;
- Realizar 01 curso de coleta e propagação de sementes agrícolas e florestais;

Meta 3. Incentivo à comercialização de produtos agroecológicos

- Realizar feiras mensais de âmbito municipal de produtos agroecológicos;
- Criar marca, selo e embalagem para os produtos e divulgação dos produtos.

Público-alvo

Mulheres agricultoras dos municípios baixada fluminense do estado do Rio de Janeiro.

Metodologia

O projeto compreenderá de encontros e oficinas que será a base da capacitação das mulheres. Os encontros compreenderão momentos de culminâncias de cada etapa das capacitações, neste momento proposto haverá atividades como relato de experiências, exposições de produtos, etc. Oficinas teórico-prática e, estabelecendo conceitos básicos sobre os temas: Horta familiar; aproveitamento de alimentos; consumo de alimentos saudáveis e manipulação de alimentos; Produção e utilização de plantas medicinais e condimentares.

As oficinas são tidas como um momento de construção, aprendizagem e de troca de saberes entre as participantes. Estas serão subdivididas em:

A formação será baseado na pedagogia da alternância em que serão utilizados:

Caderno da realidade

Colocação em comum

Ficha pedagógica

Construção do projeto produtivo

1. Mobilização e Sensibilização das mulheres dos municípios, através de reunião planejamento das ações a partir da realidade das comunidades
2. Cursos de produção agroecológica em 3 comunidades, contemplando 100 mulheres. Os cursos serão ministrados quinzenalmente, terá uma base teórica prática. Nos cursos serão priorizados ferramentas que valorizem a participação das mulheres e baseados em seus problemas reais.
3. Estágio de vivência – Acontecerá no Sítio Utopia em Alagoa Nova, área de referência da produção orgânica do estado. Participaram do estágio grupos de 05 agricultores (as) de cada comunidade participante do projeto, totalizando 20 agricultores. Esse (s) representante (s) desempenhará um papel fundamental na implementação das mudanças que se fazem necessárias propostas neste projeto. Os agricultores que participarão serão multiplicadores desse conhecimento aos demais quilombolas de suas comunidades.
4. Elaboração do projeto produtivo.
5. Encontro de mulheres agricultoras da baixada fluminense – RJ O encontro ampliado será realizado com as 100 beneficiárias do projeto tendo como objetivo a troca de experiências entre os grupos, reflexão sobre o projeto, seus resultados, as dificuldades e oportunidades da produção agroecológica e emancipação das mulheres agricultoras.

Esquema das Capacitações

Módulo I	Módulo II
CapacitaçõesOficinas teóricas – prática Oficinas práticas	Encontros – que incentivem as trocas de experiências e comercialização de produtos
8 meses	4 meses

Recurso Humano

- 01 Economista doméstica;
- 01 Licenciada em Ciências agrícolas;
- 01 pessoa responsável por secretaria, registro e prestação de contas.

Padre Geraldo

Gmail by Google

Renata felippe <secretaria.arcanjo@gmail.com>

[3o ENCONTRO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO] - relatório

1 mensagem

ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO AARJ <agroecologiario@hotmail.com>
6 de dezembro de 2013 10:21

Para: CEDRO <cedro2007@gmail.com>, Claudemar ASPTA <claudemar@aspta.org.br>, CPT TJ <cptrj@oi.com.br>, Diego <drangelfraga@gmail.com>, Eronilde - MST <ero_pa@yahoo.com.br>, Projeto Agricultura Urbana - ASPTA <urbana@aspta.org.br>, Vera Lunardi <vlunardi@gmail.com>, Viviane Ramiro <vivianeramiro@gmail.com>, Alcimaro Martins <martinsalcimaro@gmail.com>, Alexandre Gollo <alexmgollo@yahoo.com.br>, Bernardete Montesano <bernagroecologia@yahoo.com.br>, Denis Monteiro <denisagroecologia@gmail.com>, Generosa CEDRO <generosa07@gmail.com>, Guilherme Strauch <gstrauch58@gmail.com>, Monica Chiffoleau <monichiffoleau@yahoo.fr>, Silva Regina <silviaregina10@gmail.com>

Caros,

Segue com um pouco de atraso, o relatório do III Encontro Estadual de Agroecologia e II Festa das Sementes.

Fechamos o ano com as atividades previstas e decididas nas reuniões da Coordenação Política cumpridas!

O encontro cujo tema foi "Agrobiodiversidade, Sementes e Territórios" refletiu o acúmulo e a articulação de diversas experiências que se desenvolvem no estado, nos temas da reforma agrária, da economia solidária, da agricultura urbana e periurbana, da saúde pelas plantas medicinais, das sementes crioulas, da educação do campo e do consumo e alimentação agroecológica popular.

O encontro foi mais um momento, promovido pela AARJ, para tirar do isolamento as experiências de resistências e de práticas agroecológicas e perceber que a agricultura camponesa tem algo em comum, e tem um papel fundamental na sociedade, que nada mais nada menos, é nos alimentar com qualidade e respeito ao meio ambiente. Esta agregação ficará maior e mais forte quando os protagonistas de experiências agroecológicas do estado do Rio de Janeiro se encontrarem com outros agricultores de outras cidades do país. Com certeza, a agricultura agroecológica do Rio de Janeiro estará mais preparada para participar do III Encontro Nacional de Agroecologia.

A realização do Encontro Estadual de Agroecologia, da Festa das Sementes e da Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro nos coloca mais desafios para nos manter articulados, seguindo na resistência por uma agricultura verdadeiramente agroecológica!

O Grupo Executivo da AARJ se reunirá no dia 15 de janeiro, a fim de organizar os encaminhamentos necessários para dar continuidade as atividades e propostas da AARJ.

Bom fim de ano para todos!

CASA ECOLOGICA PARA SAIR DO ALUGUEL
PROJETO PILOTO *(moradia ecologicamente correta)*

PASSOS

1 - Conseguir o terreno (coletivo e /ou individual)
2 – Definir o quantitativo de Casa
3 – Criar os critérios para o pagamento e o local do armazenamento do material
4 – Ver o Arquiteto e planta
5 – Ver os patrocinadores em cima do imposto de renda
6 - Ver uma ong para viabilizar (MNDH), secretaria do meio ambiente N.I, PETROBRÁS., BNDES., FIOCRUZ., UNIVERSIDADES.,
7 – Preparar o projeto (antes uma casa modelo)
8 – Organizar a equipe articuladora

PERFIL DOS ATENDIDOS

- Grupo de pessoas que não tem onde morar ou desempregado e terão direito a partir do mutirão, eles serão os protagonista que protagonizará também para outros, criando uma rede de solidariedade.

- Marcar uma reunião com equipe parceira e de viabilidade[

CEDIM

O Estado, as pessoas e a Reforma Agrária. Para que serve o Estado?.

Quando se fala em sem terra ou em movimento sem terra, vem logo a nossa mente, um bando de pessoas, vestidas de vermelho, com enxadas e foices nas mãos e barracas de plásticos de lona pretos. Essa é a imagem que as mídias passam para nós. Mas a verdade, não interessa mostrar!

O ocorrido em Corumbiara, Estado de Rondônia em 1995, mais conhecido como **MASSACRE DE CORUMBIARA**, onde 11 trabalhadores do campo foram mortos, acusados de serem invasores de terras, a mídia vendeu que era um bando de baderneiros, que invade e destrói o que é dos outros.

Mas a verdade é outra! **O MASSACRE DE CORUMBIARA** foi planejado pelos fazendeiros do Estado de Rondônia e o julgamento foi uma verdadeira farsa. Os policiais que foram condenados tiveram direito a mais um julgamento e foram absolvidos. Já os camponeses, foram condenados e sem direito a um novo julgamento.

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) prontamente acionou a OEA (Organização dos Estados Americanos) para que interviesse no caso. A apuração da OEA mostrou que houve falhas gravíssimas nas investigações feitas exclusivamente pela polícia de Rondônia.

O governo Brasileiro até hoje está com o Relatório da OEA engavetado. Esse relatório indica e solicita uma nova investigação sobre o caso do **MASSACRE DE CORUMBIARA**, nada mais.

O Comitê Nacional em Defesa dos Camponeses buscou vários entendimentos para saber do Governo, o porquê nada fez sobre o relatório da OEA e até agora não obtivemos respostas!

Restou-nos procurar por parlamentares que pudesse ajudar. Foi protocolado na Câmara dos Deputados um ***PEDIDO DE ANISTIA POLÍTICA AOS TRABALHADORES CAMPONESES DE CORUMBIARA, projeto de número 2000/2011***, que tramita na Câmara dos Deputados.

Essa foi o único caminho que encontramos para chamar a atenção da sociedade e buscar uma solução para o caso. Portanto, precisamos da sua ajuda!!!

Para maiores informações, temos alguns Blogs e páginas de internet que vocês podem acessar e saber que estamos falando para vocês. Ajude-nos, ajude o Brasil a corrigir este crime contra os trabalhadores do campo.

http://joaopaulo.ning.com/profile/Tiagofrancisco

http://www.reflexoesemversos.com.br/

http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-41.htm

http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4531

http://institutonacionaladelinoramos.blogspot.com

http://hastalavictoriasempre.blogspot.com/

http://camponescorumbiara.blogspot.com/

http://institutonacionaladelinoramos.blogspot.com/2011/09/anistia-aos-trabalhadores-rurais-de.html

La Vía Campesina
Secretaría Operativa Internacional
Jalan Mampang Prapatan XIV No 5
Jakarta Selatan 12790, Jakarta - Indonesia
Tel +62 21 7991890
Fax +62 21 7993426
viacampesina@viacampesina.org
Contacto Campaña Global por la Reforma Agraria:
viacampesina_cgra@amnettgu.com
Tel: +504 235 9915 //+504 232 2198

FIAN
Secretariado Internacional
P.O. Box 10 22 43
D – 69012 Heidelberg - Germany
Tel + 49 6221 65300 30
Fax +49 6221 830545
fian@fian.org

Campaña Global por la Reforma Agraria

RED DE EMERGENCIA

0703AGTM 22.02.2007

Guatemala: Asesinato de dirigente campesino y sus hijos, Zacapa

El 6 de febrero de 2007 fueron asesinados el dirigente campesino Israel Carías Ortiz y sus hijos Robin Aroldo Ramírez, de 11 años, y Luswin Alexis Ramírez, de 9 años. El crimen ocurrió aproximadamente a las 10:30 horas en el camino de Zacapa a la comunidad de los Achiotes. Israel Carías Ortiz fue dirigente local del Comité de Unidad Campesina (CUC) y de la Asociación Campesina Integral de Desarrollo Los Achiotes (ACIDEA). Se considera que los asesinatos se enmarcan en el conflicto por la tierra de la Finca Potrero de Aceituna, aldea de los Achiotes, municipio de Zacapa.
Ante tal situación es muy importante llamar la atención del gobierno de Guatemala para que investigue el crimen, proteja a la comunidad, a la dirigencia campesina, y a la vez busque la solución del conflicto agrario. Por favor, envíe una carta al Vice-Presidente de Guatemala, con copia al Fiscal General y el Comité de Unidad Campesina.

Antecedentes:

Desde hace muchos años, las 80 familias que conforman la Asociación Campesina Los Achiotes han solicitado al Estado de Guatemala por medio de la Procuraduría General de la Nación, recuperar esta finca de 988 hectáreas que desde el 20 de noviembre de 1951 pertenece al Estado con el derecho real inscrito en el correspondiente Registro Público de la Propiedad.

La Procuraduría General de la Nación afirma que la Finca Potrero de Aceituna es tierra nacional, por lo que ha realizado gestiones para recuperarla a favor de la nación. Eso significa que los ganaderos particulares, quienes se han apoderado de la finca ilegalmente, tendrán que respetar los derechos de la nación. Últimamente se han efectuado los trámites para la medición de dichas tierras que, según informaciones recientes, podrían ser entregadas dentro de pocos meses a la comunidad campesina de Los Achiotes.

En este contexto, las tensiones entre los ganaderos y la comunidad se han incrementado en los últimos meses. En particular, fueron amenazados los dirigentes locales de la Asociación, entre ellos Israel Carías y el dirigente regional del CUC, Abelardo Roldán. FIAN conoce al Sr. Carías y el caso desde 2001, y deplora profundamente la muerte de este dirigente y de sus hijos Robin y Luswin.

Preito de gratidão ao Pe. José Comblin

O que dizer neste momento do falecimento de Pe. José Comblin?

Conheci este grande guerreiro antes de ver em pessoa. Nos anos de 1962-1966 estudei teologia no seminário diocesano da diocese de Haarlem (Holanda). Foi aí que encontrei um livro dêle em holandês "Ik zag een nieuwe hemel en een nieuwe aarde"= (Vi um novo céu e uma nova terra). O livro me fez sonhar da perspectiva de uma nova era que estava para iniciciar no tempo do Concílio Vaticano II. Nem de longe tinha consciência que o apóstolo João, querido de Jesus, tinha escrito o livro do apocalipse como carta de consolação às comunidades de cristãos oprimidos e perseguidos. A grande realidade do tempo de João é que a boa nova da grande alegria passa por um vale de lágrimas. "Quem semeia entre lágrimas, recolhe a cantar."

Empolgado com a perspectiva de uma igreja renovada e a chegada do Reino da Justiça e Paz, fraternidade e partilha, resolvi me oferecer para o serviço da missão. Os caminhos de Deus são misteriosos. Cheguei no Nordeste do Brasil em junho do ano 1970.

Levei um grande susto ao ver e sentir os clamores dos oprimidos que como ovelhas eram abatidas e massacradas. Minha primeira tentação era, após cinco anos conforme o contrato entre os bispos, voltar para minha terra. Senti-me incapaz de enfrentar as inúmeras situações de miséria revoltante, brutalidade e morte sem sentido. Porém fiquei continuando, muitas vezes chorando e não querendo mais ouvir os gritos silenciosos de grandes multidões de pobres que não sabiam para onde ir e o que fazer para se libertarem. Naquela época não queria ser um turista que está aí para passeiar sem compromisso.

Foi a partir dos anos de 1973 que aos poucos fui conhecer o Pe. José, que dedicava sua vida com inteligência, ciência, fortaleza e teimosia à causa dos marginalizados no campo, plantando a boa semente do Evangelho nos corações dos preferidos de Jesus, como por último plantou ainda uns dias atrás o pé de Pau Brasil para dar sombra à cova de sua sepultura. A imagem me faz lembrar do profeta Jonas, que, após o cumprimento da missão se sentia debaixo de um árvore para ter sombra e contemplou que sua mensagem aos Ninivitas deu outros resultados que os esperados por ele. Ele ficou frustrado ainda mais quando a sombra que buscava debaixo da árvore desapareceu. A arvore secou.

Sem dúvida vai demorar muito antes que o pau Brasil, plantado por Pe. José vai dar a sombra que está procurando. O pau Brasil cresce muito lento. Também podemos dizer que isso não importa. Paz do cemitério não é a verdadeira paz. A melodia de Luís Gonzaga ressoe na minha cabeça: "Minha vida é andar por este país, para ver se um dia descanso feliz, guardando as recordações das terras onde passei, andando pelos sertões e amigos que lá deixei.....

Não sinto dor ou saudade neste momento. Somente gratidão por sua coerência com o Evangelho e a vivência até o último suspiro com o projeto de Deus para com os pequenos desta terra. Rezo e espero que Deus me dê um pouco de sua coragem de perseverar até o fim no cumprimento da missão. Obrigado Pe. José por sua vida e seu exemplo

Pêsames para você Monica, companheira e servidora fiel que tem dedicado sua vida de serva humilde à causa da evangelização e apoio a Pe. José em todos os momentos. Sem dúvida é você que mais do que qualquer um vai sentir a ausência do nosso guerreiro. Só as palavras do Evangelho ajudam para passar pelo vale de sombras: "Não tenhas medo. Estou com você até os confins do tempo"

Ao acompanhar daqui na Holanda o enterro que está acontecendo por volta deste horário, ouço na minha mente a canção do salmo: "Se Deus nos levar pra casa do nosso exílio, isso será nosso grande sonho".

Adeus a todos

Pe Luís Weel, Rechtestraat 162, 1483 BH De Rijp - Holanda

O autoritarismo e o presente

MARIO SIMAS

Há 25 anos, em São Paulo, o universitário Alexandre Vannucchi Leme foi torturado até a morte nos porões da ditadura militar. O fato repercutiu nacional e internacionalmente, sensibilizando o papa Paulo 6º e mobilizando, em nome do respeito ao ser humano, o que havia de melhor em nossa sociedade, para que a verdadeira Justiça se instalasse no Brasil.

Os Poderes da República não ignoraram, do menor ao mais alto escalão, o brutal e covarde assassinato. Com a exceção do jurídico, honroso e limpo voto vencido do ministro-general Rodrigo Octávio Jordão, do Superior Tribunal Militar, não houve decisão ou determinação do Poder Judiciário ou do Ministério Público, por mais instados, para que a morte do infortunado jovem fosse apurada em toda a extensão e seus autores fossem responsabilizados.

Mestres (não comprometidos, por ação ou omissão, com o sistema) e alunos da USP constituíram comissões paritárias, para que o país conhecesse o crime perpetrado contra o preso incomunicável nos xadrezes do DOI-Codi, do 2º Exército. Dezoito centros acadêmicos da nossa universidade, três da PUC/SP e outros do interior do Estado declararam-se em luto.

A igreja, monoliticamente, assumiu postura obediente ao imperativo evangélico de amor à verdade e à justiça e não se calou. Dentre outros importantes atos, foi rezada missa, em 30 de março de 1973, na Catedral da Sé, vista por 3.000 participantes e concelebrada pelo bispo de Sorocaba (cidade de Alexandre) e por 15 padres.

O cardeal Arns falou a respeito da vida e da dignidade do homem: "Se é grande a dor de uma mãe que vê seu filho morto, muito maior é a daquela que nem pode ver seu filho morto". Os algozes do estudante de 22 anos, quartanista de geologia, buscando fugir à responsabilidade, haviam sepultado às escondidas e em lugar secreto seu cadáver, como se fora o de um indigente.

Quando a impunidade grassa, vem à lembrança a injustiça daqueles tempos. Caminhamos, é certo, mas muito pouco

Hoje, quando a impunidade grassa em nossos pretórios e o rigor da lei penal abate-se apenas sobre os pobres, vem-nos à lembrança a injustiça daqueles tempos. Caminhamos um pouco, é certo —mas muito pouco.

O Exército, para nosso orgulho, deu-nos o general Cândido Rondon, que, no trato com os índios e em consonância com a igreja, sempre pregou: "Morrer, se preciso for; matar, nunca". Atualmente, na faraônica Brasília, também marcada pela violência em todas as áreas, um índio é queimado vivo, para gáudio de jovens abastados.

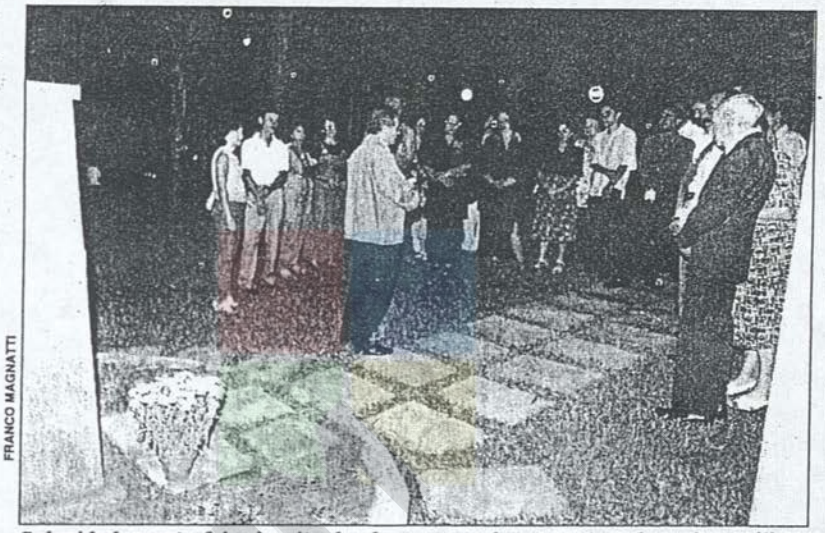
A vida e o sofrimento de Alexandre não podem ter sido em vão. É preciso ir adiante. A verdadeira política tem por fim promover a justiça —é uma lição milenar. A impunidade de ontem projeta-se no presente: Candelária, Corumbiara, Carajás, Carandiru e 42º DP, processos que não caminham, em que a justiça não se faz presente. Os discursos políticos, por melhor que seja a retórica, sem a consequente ação de nada valem. Não passam de sofismas.

Chega a ser inacreditável que, para certos olhos, nos dias que correm, lutar para que os grandes valores humanos sejam respeitados e para que a Justiça prospere esteja fora de moda. Não se deve esquecer a lição que há de nortear sempre os verdadeiros políticos e os autênticos juízes: "Os que abandonam a lei louvam o ímpio; os que observam a lei o combatem" (Provérbios, 28, 4).

Mario Simas, 63, advogado, é membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e autor do livro "Gritos de Justiça". Foi presidente do Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo.

Alexandre Vannucchi Leme, uma praça e a vitória da democracia

Adalberto Vieira



FRANCO MAGNATTI

Solenidade, sexta-feira à noite, lembra o sorocabano morto pelo regime militar

Só o conheci de janela. Literalmente. Ele vinha buscar sua irmã Miriam - a menina mais bonita da minha classe, no velho "Getúlio Vargas" - na Eugênio Salerno. Morria de ciúmes.

Liguei fatos a nomes somente anos depois, militando politicamente fora daqui. Soube do martírio, da tortura e da morte.

Meus companheiros partilharam do que de pior se espera da vida: a falta de perspectiva histórica e política...

Em 1978, repórter aqui desta casa, fui cobrir a inauguração da praça Alexandre Vannucchi Leme. Presentes, além do prefeito da época Theodoro Mendes, do deputado federal Flávio Chaves, um amigo da imprensa em São Paulo, o então pouco conhecido Fernando Morais. Ele havia estado em Cuba e trouxe para dona Égle (mãe de Alexandre) um poema de Gabriel García Marques. Foi tão comovente que meu primeiro filho tem o nome do anjo.

Luiz Eduardo Greenhalgh, deputado federal pelo PT e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara comentou ontem comigo que em 78, quando Theodoro quis dar o nome de Alexandre a um logradouro, os vereadores que votaram à favor, foram investigados pelo então Deops, de triste memória.

Luiz Eduardo presidiu o Comitê Brasileiro pela Anistia e sua atuação, ao lado de outros amigos resultaram na Anistia do governo Figueiredo. Sexta-feira, à noite, voltei à mesma praça. Estavam lá dona Égle, o pai, as irmãs, o tio (que ainda na minha cabeça é o "padre" Aldo) e a Miriam, mais bonita do que nunca, sobrinhos, netos, sei lá...

O deputado estadual Renato Simões (PT), também presente na homenagem feita na pequena praça e que preside a Comissão de Direitos Humanos na Assembléia, está empenhado em resgatar a história da memória das pessoas torturadas e mortas pela ditadura.

Eu passo quatro vezes ao dia ao lado da praça Alexandre Vannucchi Leme, pois é caminho da minha casa. Uma vez, meu filho, aquele que tem o nome que homenageia o escritor colombiano, me perguntou por que eu, sempre, ao passar pelo local dizia: presente!. É simples, mas ao mesmo tempo complicado pra quem tem 13 anos. Um dia eu explico, ou já será um fato histórico. Em todo caso, Alexandre Vannucchi Leme, estou presente sempre que passar pela sua praça que é uma vitória da democracia.

Jornal Imprensa do Sul... pag 14
Sorocaba 22/03/95



Ecologia!

Reunião CPT

= Dia 23. Fazer Agenda CPT ida às Áreas.

= Conselho Dens. R. = CMDR - Luis Gerald

= = Esc. Agr. Luis - Aurea - Geraldo.

- Feira - Luis e Sônia.

= Acompanhar os trabs. Rurais =

Semana A 6 - 11

Meio-Ambiente 5 de junho - 12

Sábado = Feira

8 encerra na feira.

5ª feira dia 9 Queimados

Dia 4

= Celebração de Abertura da Rn. Past.

- Agroecologia Luis CPT

= Mesquita - Nilcan

- Tingua. Onda Verde.

- Secretaria do meio ambiente.

- Filha do Povo

- ASPTA - Márcio

- Mesa Redonda. (Obertal)

Trazer jornal CPT

Sônia Áurea.

Mês de Abril Enc. de Fom.

Junho - Semana do Meio Ambiente

Julho - " do Trabalhador

Olá padre geraldo,
tudo bom,
Como o senhor pediu, estou mandando as perguntas relacionadas as contribuições da CPT na luta pela terra na baixada fluminense.
Abraço para o senhor

Em Terça-feira, 10 de Novembro de 2015 13:50, Valèria Barros Costa <valeriacosta_a@hotmail.com> escreveu:

Oi amor, Tudo bem?
Acho importante que vc faça as seguintes perguntas:
1- Quando e como o Sr. se engajou na luta através da CPT?
2-Quando a CPT Rio de Janeiro foi institucionalizada? Quem era a c
3- Naquela época qual era a sua função como agente pastoral?
4-Como a CPT apoiava as lutas da Baixada nas décadas de 80?
E nas décadas seguintes?

5-Quais foram as principais .conquistas? As que mais emocionam o senhor de lembrar?
6-Segundo o senhor quais foram os grandes nomes nos conflitos ocorridos na baixada?
7- Quem eram os atores? Opressores e oprimidos?
8-Quais foram os acampamentos e assentamentos nos quais a CPT mais ajudou nas conquistas?
Qual o papel da CPT hoje? O que ela faz para apoiar a reforma agrária na baixada na atualidade ?

Valéria Barros Costa
Engenheira Agrônoma
COOPERAR- RJ

"Seja a mudança que você quer ver no mundo."
Dalai Lama

CEDIM

Mais um dia de luto.

Contra a violência no campo e na cidade

"Um povo que não conhece sua história, não vive sua cultura e não lembra os companheiros mortos, é um povo fraco e se arrebenta no primeiro combate". (MST – 1988)

Dia 17 de abril, em Eldorado do Carajás, 19 trabalhadores sem terra foram assassinados pela polícia militar. O Mundo assistiu pela televisão mais um massacre, mais um dia de violência.

A violência não acontece só no sul do Pará, a Transamazônica possui problemas fundiários graves, como o caso da Fazenda Pedra Roxa, Castelo dos Sonhos e tantos outros que estão prestes a explodir caso o governo não estabeleça uma política fundiária séria e o INCRA e o ITERPA cumpram seu papel de executores do processo agrário junto aos trabalhadores rurais.

Convidamos você, que também não concorda com toda essa violência para uma celebração religiosa. Nesse dia vamos lembrar dos mortos e perseguidos, tanto no campo como na cidade, dos homens, mulheres e crianças violentados em seus direitos de cidadania. Haverá manifestações em todo Brasil.

PROGRAMAÇÃO:

15:00 horas Abertura:

- ☞ Mostra de fotografias, vídeos sobre a questão da terra

17:00 horas Celebração Religiosa

LOCAL:

- ☞ Em frente ao INCRA

Em favor da vida:

STR Altamira, MPST, UFPA – Altamira, prelazia do Xingu, LAET, APRAR, CIMI, CPT, Movimento de Mulheres, Fórum dos Movimentos Populares, D. A., SOS Vida, SINTEPP, SINTESP, Instituto Metodista, Conselho Tutelar, Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses, Mutirão Pela Cidadania

PROPOSTA DE PAUTA

Hora	Quinta-feira - 16/04	Sexta-feira - 17/04	Sábado - 18/04	Domingo -19/04
8 a 10	**Conjuntura**: Cada área coloca a síntese da situação económica, política, social e religiosa de seu município. Levantamento de casos gritantes. Depoimentos	Levando em conta as conclusões das 2 sessões sobre a Conjuntura e do trabalho da tarde, como vamos agir? -como Prelazia -como área	Início de reflexão sobre uma Assembléia do Povo de Deus da Prelazia do Xingu em 1999. -Retrospectivo da III pontos positivos e negativos Propostas: Tema, processo, etc.	
10:30 a 12:30	Em grupos interdisciplinários, fazer levantamento de possíveis posições e ações diante destas situações.	Tempo para debate, oradores livres. Decisões.	Debate, aprofundamento	Encerramento com almoço.
14:30 a 15:30	**Estudo** do documento da Assembléia das Regionais Norte I e II. Leiam e comentem: 1. Estamos dentro ou fora deste documento com nossa atuação pastoral? Dê exemplos. 2. Tem novidades? Falta alguma coisa? Levando em conta nosso objetivo e prioridades da Prelazia (sem nos limitar aos mesmos), quais os apelos para nós? O que queremos fazer?	Dom Erwin	Comunicações -CF 98 - Educação -Eleições	**Quarta-feria à noite:** - 15/04 -Oração e introdução -Apresentações -Levantamento da pauta: assunto e tempo que precisa -Equipes/horário -Trabalho de grupo por área: Preparem a apresentação da Conjuntura económica, política, social e religiosa de seu município. Cada área terá 5 a 8 minutos de apresentar na quinta
16 a 18	Plenária: Resultados dos grupos	Comunicações-(o levantamento destas comunicações será feita quarta à noite.)		
20:00	Missa Crismal — na Catedral.	Tempo disponível para reuniões por categorias	Confraternização - Churrasco	

CeDI

40 anos CPT

Comissão Pastoral da Terra

Aos leitores e leitoras do Pastoral da Terra,

O Pastoral da Terra teve sua primeira edição em 1975, ano da criação da Comissão Pastoral da Terra, e se mantém até hoje. Já faz algum tempo que você recebe nossa publicação. Alguns fizeram assinatura anos atrás, alguns poucos religiosamente a renovam a cada ano.

Como hoje a CPT se defronta com dificuldades financeiras, pois diminuíram os recursos de nossos apoiadores, está buscando formas de se autossustentar. Entre as diversas ações nesta direção, decidiu atualizar a lista de assinantes do Pastoral da Terra e fazer uma campanha de assinaturas, a fim de cobrir os custos de produção, impressão e distribuição.

Por isso solicitamos:

- Renove sua assinatura – (confirme e/ou atualize seu endereço) e deposite o valor da assinatura (R$ 10,00 – Brasil / US$ 20,00 - Exterior) no Banco do Brasil – Agência 1610-1 CC/ 116855-X;
- Faça uma assinatura de apoio com valor superior aos R$ 10,00;
- Presenteie um amigo com uma assinatura;
- Seja um divulgador ou propagador do Pastoral da Terra.

Com isso você estará contribuindo para que a CPT, em fidelidade à sua missão, continue a desenvolver seus trabalhos em todo o Brasil no combate ao trabalho escravo; no acompanhamento às comunidades camponesas perseguidas e expulsas da terra; no apoio às comunidades que buscam uma produção agroecológica, livre de agrotóxicos; no registro dos conflitos em que os trabalhadores e trabalhadoras do campo estão envolvidos e das violências que sofrem.

Faça sua assinatura preenchendo a ficha abaixo e envie-a junto com o comprovante de depósito/transferência para o endereço:

Comissão Pastoral da Terra - Rua 19, nº 35, 1º andar, Ed. Dom Abel – 74030-090 – Goiânia – Goiás

Ou pelo e-mail: cpt@cptnacional.org.br ou pelo Facebook: **Comissão Pastoral da Terra**, anexando cópia do comprovante de depósito/transferência.

Se você fizer cinco assinaturas e se responsabilizar pela sua distribuição pagará somente o valor de quatro assinaturas, R$ 40,00.

ASSINE OU RENOVE SUA ASSINATURA

NOME COMPLETO: _____

ENDEREÇO: _____ NÚMERO: _____

CIDADE: _____ ESTADO _____ PAÍS _____

NÚMERO DE ASSINATURAS: _____ BRASIL ☐ EXTERIOR ☐

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
RUA DOM ADRIANO HIPOLITO 8 A – MOQUETÁ
NOVA IGUAÇU – CEP. 26 285 -330

Missões populares

A Comissão Pastoral da Terra realizara nos dias 16, 17,18 e 19 de Junho de 2016, as missões populares que tem como objetivo aquecer as comunidades rurais para a XV Romaria Estadual da Terra e das Águas, cujo tema: Da Terra e das águas Feridas Brotam clamores de justiça.

As áreas que irão nos acolher são:

- Acampamento Marli Pereira Nunes - Paracambi
- Associação dos Produtores de Marapicu – Nova Iguaçu
- Pequenos produtores rurais do Parque Ipanema - Queimados
- Regional Matogrosso – Novo Iguaçu

A Equipe esta composta das seguintes pessoas:

- Maria Betânia dos Santos
- Sonia Ferreira Martins
- Alcimario Junior
- Padre Geraldo João Lima
- Flávio Alberto Martins Ferreira
- Diamara Costa Lira
- Celeste
- Mario
- Fátima Sacramento.
- Janaina – LEC
- Geraldo Bastos
- Antônio Lacerda
- Letícia
- Gisilane

Aqui quem precisa, leva pois a comunidade cristã sobre quem tem pouco dinheiro ou não tem nada.

CEDIM

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
RUA DOM ADRIANO HIPOLITO 8 A – MOQUETÁ
NOVA IGUAÇU – CEP. 26 285 -330

Proposta de programação

1. Mística
2. Apresentação
3. Introdução
    - Objetivo das Missões
    - Apresentação da proposta da programação
4. Chuva de ideias sobre a memoria da ocupação
5. Construção coletiva da linha do tempo
6. Entrelaçar esta memoria com a historia da Romaria.

PROPOSTAS DE CONTINUIDADE
das MISSÕES POPULARES = DA CPT
Para Assentamentos, grupos Populares, No Anos da Misericórdia.
Comunidades e grupos jovens –
Como Superar a Crise do Aquecimento
global da Terra, a escassez da agua e
os problemas agroecológicos?
Palestra do Teólogo Frei Leonardo Boof.
"Crise oportunidade de crescimento."
Passar o video, fazer a reflexção e
realizar o Abaixo Assinado para
creação da Rede de Consumidores Agroeco-
lógicos. Divulgar a ~~celebração~~ ~~come-~~
~~moração da ONU propondo~~
a DECRAÇÃO UNIVERSAL DA ONU SOBRE OS DIREITOS

cmi brasil
centro de mídia independente
www.midiaindependente.org

sobre o cmi | ajuda | contato | seja voluntário | política editorial | notícias | publique

português | español
english | esperanto
Outras mídias

Brad Will
Oaxaca 27.10.2006

rádio cmi
impressos
vídeos e documentários

Publique!
Publique o seu vídeo, áudio, imagens e textos diretamente do seu navegador.

Notícias
Cobertura imediata dos acontecimentos ligados aos novos movimentos.

Política Editorial
Saiba sobre a política de publicação do CMI.

Seja um voluntário
Participe desse projeto de democratização da mídia.

Contato
Mande sua mensagem para nós.

Ajuda
Como publicar as suas notícias em diferentes formatos.

Sobre o CMI
Conheça os princípios do Centro de Mídia Independente.

Bate-papo do CMI
Acesse a nossa sala de bate-papo. "Saiba como".

Apoie o Indymedia
Conheça os outros projetos do CMI e contribua com a mídia independente.

Artigos Escondidos
Matérias repetidas, sem conteúdo ou que violam a Política Editorial.

Receba o boletim do cmi

Seu e-mail

MTST ocupa há 4 dias prédio na Av. Mem de Sá, Rio de Janeiro

Por MORADIA 07/11/2007 às 18:16



O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocupa há 4 dias o prédio de n. 234 na Avenida Mem de Sá, Rio de Janeiro.

No momento, 68 famílias, dentre elas 22 crianças, encontram-se em um dos 572 prédios vazios garantidos para a habitação popular que o INSS detém no estado. O imóvel foi habitado há 14 anos atrás, quando os até então moradores foram despejados por um pedido de reintegração de posse.

O MTST exige a ocupação imediata dos vazios urbanos, responsáveis em boa parte pelo déficit imobiliário de 3 milhões de moradias na cidade. Os/as ocupantes necessitam urgentemente da doação de alimentos ou qualquer tipo de ajuda. A solidariedade ao movimento é crucial neste momento.

Links:: Fotos | MTST

>>Adicione um comentário

Comentários

Força MTST!
Maycon de Oliveira 08/11/2007 10:51
✉ maycon-roger@bol.com.br

Mesmo após toda a cooptação que sofreram inúmeros movimentos sociais, o MTST continua sua luta dura contra a burguesia asqueroza. São acontecimentos desse tipo que nos dão fôlego para continuar na luta por uma sociedade igualitária. No Brasil, onde a luta de classes sofre um recuo constante, o MTST se mostra um movimento de luta forte e que não se deixa levar pelas falsas conciliações de classe empreendidas pelo governo traidor que aí está. FORÇA MTST!!!

avante
Túlio Cerquize 08/11/2007 16:22

A estrutura há 14 anos, fica abandonada, então não vejo problemas em uma ocupação pacífica, o problema talvez seja a indigência de uma reforma no prédio.

Querem mais o quê?
INDIGNADO 11/11/2007 14:17

Além de morar sem pagar, também querem comida de graça? Que mundo é esse em que vocês pensam que vivem? Um mundo onde uns trabalham para outros usufruirem os benefícios sem fazer esforços?

NOVA IGUAÇU
OSEIAS MOV SEM TETO 99383576.

17 de abril é uma data muito importante para os camponeses de todo o mundo. Pois em 1996 este dia foi marcado pelo **Massacre de Eldorado dos Carajás** ocorrido no sul do Pará, como resposta a **Via Campesina** escolheu como o **dia mundial da luta campesina.**



Aqui na baixada fluminense, nossa luta continua no fortalecimento da agricultura camponesa em contraponto ao modelo destruidor de desenvolvimento Capitalista e sua face no campo agronegócio e o capitalismo verde.

A Soberania de nosso território tem um exemplo significativo: a **Feira da Roça**, e reconhecemos nela um espaço de dialogo do campo e da cidade, fortalecendo a conquista do pão e **soberania alimentar** do povo.

Lembramos em especial neste ano de nosso grande lutador **Luis Fernando de Jesus,** que muito nos ensinou sobre os perigos da especulação imobiliária, crescimento industrial, arco-metropolitano dentre outros obstáculos, e também o seu exemplo de consciência crítica que alimentou **a resistência camponesa e suas conquistas por direitos**.

solidariedade campo e cidade
apac

Luís da CPT Presente! Presente! Presente!

APAC – Associação dos Produtores Autônomos da Cidade e do Campo
http://apac-cidade-campo.blogspot.com.br/

Ano 2070. Acabo de completar 50 anos, mas a minha aparência é de alguém de 85. Tenho sérios problemas renais porque bebo pouca água. Creio que me resta pouco tempo. Hoje sou uma das pessoas mais idosas nesta sociedade. Recordo quando tinha 5 anos.

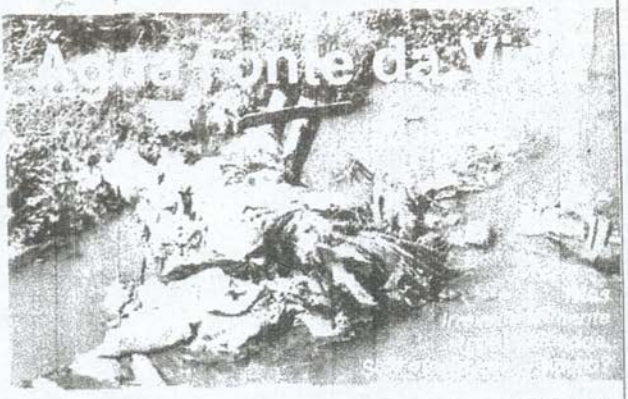
Tudo era muito diferente. Havia muitas árvores nos Parques; as casas tinham bonitos jardins e eu podia desfrutar de um banho de chuveiro aproximadamente uma hora.

Agora usamos toalhas em azeite mineral para limpar a pele. Antes, todas as mulheres mostravam as suas formosas cabeleiras. Agora, raspamos a cabeça para mantê-la limpa sem água. Antes, meu pai lavava o carro com a água que saía de uma mangueira. Hoje os meninos não acreditam que utilizávamos a água dessa forma. Recordo que havia muitos anúncios que diziam para CUIDAR DA ÁGUA, só que ninguém lhes dava atenção; pensávamos que a água jamais poderia terminar.

Agora, todos os rios, barragens, lagoas e mantos aqüíferos estão irreversivelmente contaminados ou esgotados. Antes, a quantidade de água indicada como ideal para se beber era oito copos por dia por pessoa adulta. Hoje só posso beber meio copo. A roupa é descartável, o que aumenta grandemente a quantidade de lixo; tivemos que voltar a usar os poços sépticos (fossas) como no século passado porque as redes de esgotos não são mais usadass por falta de água.

A aparência da população é horrorosa: corpos desfalecidos, enrugados pela desidratação, cheios de chagas na pele pelos raios ultravioletas que já não têm a capa de ozônio que os filtrava na atmosfera.

Imensos desertos constituem a paisagem que nos rodeia por todos os lado. As infecções gastrintestinais, enfermidades da pele e das vias urinárias são as principais causas de morte.



A indústria está paralisada e o desemprego é dramático. As fábricas dessalinizadoras são a principal fonte de emprego e pagam aos empregados com água potável ao invés de salário.

Os assaltos por um bidão de água são comuns nas ruas desertas. A comida é 80% sintética. Pela ressequidade da pele, uma jovem de 20 anos está como se tivesse 40.

Os cientistas investigam, mas não há solução possível. Não se pode fabricar água, o oxigênio também está degradado por falta de árvores, o que diminuiu o coeficiente intelectual das novas gerações.

- Papai! Por que a água acabou?

Alterou-se a morfologia dos espermatozóides de muitos indivíduos. Como conseqüência, há muitos meninos com insuficiências, mutações e deformações. O governo até nos cobra pelo ar que respiramos: 137 m³ por dia por habitante adulto. Quem não pode pagar é retirado das "zonas ventiladas", que estão dotadas de gigantescos pulmões mecânicos que funcionam com energia solar.

Não são de boa qualidade, mas se pode respirar. A idade média é de 35 anos.

Em alguns países ficam manchas de vegetação com o seu respectivo rio que é fortemente vigiado pelo exército. A água tornou-se um tesouro muito cobiçado, mais do que o ouro ou os diamantes. Aqui não há árvores porque quase nunca chove; e quando chega a se registrar uma precipitação, é de chuva ácida; as estações do ano têm sido severamente transformadas pelas provas atômicas e da indústria contaminante do século XX.

Advertiam-se que havia de cuidar do meio ambiente, mas ninguém fez caso. Quando a minha filha me pede que lhe fale de quando era jovem, descrevo o quão bonitos eram os bosques; lhe falo da chuva e das flores; do agradável que era tomar banho e poder pescar nos rios e barragens; beber toda a água que quisesse; o quanto nós éramos saudáveis!

Ela pergunta-me:

- Papai! Por que a água acabou?

Então, sinto um nó na garganta; não posso deixar de me sentir culpado porque pertenço à geração que terminou destruindo o meio ambiente ou simplesmente não prestou atenção a tantos avisos.

Agora, nossos filhos pagam um preço alto e, sinceramente creio que a vida na terra já não será possível dentro de muito pouco tempo porque a destruição do meio ambiente chegou a um ponto irreversível.

Como gostaria de voltar atrás e fazer com que toda a humanidade compreendesse isso quando ainda podíamos fazer algo para salvar ao nosso planeta Terra!

Documento extraído da revista biográfica "Crónicas de los Tiempos" de Abril de 2002.

Angra dos Reis, 27 de novembro, 1986

Ao COLEGIADO da CPT-RJ
Através do Coordenador, Pe. Geraldo Lima

Caros Companheiros:

A Coordenação da CPT-Diocese de Itaguaí, ao fazer a avaliação semestral dos seus trabalhos no dia 26 de novembro, 1986, entre outros pontos, chegou a seguinte conclusão sobre a Assessoria Jurídica que vem sendo feita pelo Advogado Artur Marwel:

Considerando que o seu trabalho profissional no acompanhamento dos processos judiciais em Paraty e Itacuruçá tem sido positivo;

Considerando que o seu relacionamento pessoal com os trabalhadores também é bastante positivo;

Considerando que esta Coordenaçao pediu a recontratação do Artur no ano passado, para trabalhar em nossa Diocese, e que a partir daí formulou junto com ele uma proposta de trabalho que não vem sendo posta em prática, dado as suas falhas:

*Faltando ao compromisso assumido de trabalhar três dias por semana;

*Faltando várias vezes nas reuniões da Coordenação Diocesana da CPT;
*Faltando nas reuniões de base em Itacuruçá, Mangaratiba, e Paraty;
*Faltando nos cursos em Mangaratiba e Paraty;
*Faltando ou chegando atrazado nos compromissos;

Como o compromisso assumido pelo Artur foi de exercer um trabalho de Assessoria Educacional voltado para a conscientização, onde utilizaria o trabalho jurídico apenas como subsídio no processo educacional - consideramos que suas falhas prejudicam o andamento da caminhada da Comissão Pastoral da Terra da Diocese e

por isto, achamos inconveniente e desgastante continuar contando com o trabalho de Artur, assessorando na Diocese, de forma que colocamos os seus trabalhos a disposição da CPT Regional.

Gostariamos que a CPT Regional continue dando assistência jurídica nos processos de Itacuruçá da forma que julgar mais conveniente.

Atenciosamente,

Ir. Josefina C. Rios
pela Coordenação

Obs. Cópia dado: D. Vital
Dr. Artur Marwel

Comissão Pastoral da Terra
Fone: (062) 223-4039 ou 224-4436 — Telex: (062) 2605-PTTC-BR
Caixa Postal, 749 CEP 74.000 — Goiânia — Goiás — Brasil

VENDER GATO POR LEBRE

A VELHA RECEITA DO NOVO MINISTRO DA AGRICULTURA PARA REFORMA AGRARIA

As organizações dos trabalhadores rurais forma excluidas das recentes decisões tomadas pelo Governo Federal a respeito da política agrícola e Reforma Agrária. A própria escolha de Antonio Cabrera para Ministro da Agricultura mostrou a prática autoritária e personalista do Presidente Collor ao tratar a questão.
Existem indicações claras das diretrizes governamentais em relação ao campo: sob o nome de reforma agrária estão sendo elaborados projetos de parceria e colonização; as mudanças mais profundas são proteladas em nome de um novo cadastramento e descentralização, aplicação de uma política agrícola liberal.

1- PARCERIA E COLONIZAÇÃO

Estes antigos expedientes estão surgindo como forte alternativa a uma reforma agrária no início desse governo.

1.1- O Projeto Parceria do Min. Cabrera quer modernizar uma forma de exploração, combatida pelos trabalhadores rurais desde 1950. Esse idéia vai na linha do comodato de Iris Rezende, enquanto governador de Goias em 1982 a 86 e da Bolsa de Arrendamento, lançada pelo Banco do Brasil em Uberaba-MG. Uma citação do Globo Rural N.42 ,Maio/89 dispensa qualquer comentário: "A idéia surgiu em 1985, quando percebeu-se a intranquilidade dos fazendeiros de gado da região com o anúncio do PNRA".
Essa projeto é uma obra de engenharia conservadora apenas para aumentar a produção de grãos de exportação, dar lucro aos bancos, industriais de insumo e deixar intactos os grandes latifúndios.
A mola mestre desse projeto são as cooperativas altamente capitalizadas que vão fazer a seleção dos "sem terra vocacionados".
A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que se ofereceu para gerir este projeto, se posicionou na Constituinte ao lado da UDR na votação contra a reforma agrária.

1.2 Na proposta do Ministro, 2 por cento do aumento da produção deve vir de novas fronteiras. Essa colocação deixa claras indicações de uma retomada de projetos de colonização. A escolha do novo Secretário Executivo do Ministério, Lourenço Vieira, ex- Presidente do Incra no governo Geisel, reforça essa análise. Convém, no entanto, fazer algumnas observações. Os projetos de colonização irão inevitavelmente privilegiar o cerrado e o Centro-Oeste. O governo deverá se mostrar sensivel a questão ecológica por razão de marketing, e dificilmente implantará projetos na floresta densa da Amazônia. O cerrado é também o lugar de implantaçaõ do projeto JICA hoje denominado PRODECER (Programa do Desenvolvimento do Cerrado). Cabe lembrar, por fim, que os trabalhadores rurais ha anos vem pedindo a suspensão dos projetos de colonização, porque concentram a terra nas mãos mais capitalizadas ou são abandonados pela falta de incentivos em regiões culturalmente adversas. Essas medidas não enfrentam ainda o problema da reforma agrária .

A sugestão de utilizar o FGTS para o trabalhador rural ter

acesso a terra e freiar o éxodo rural é exdruxula. A quantia de assalariados no campo com carteira assinada é muito baixa e recebem um salário de miseria.

2-PROTELAMENTO VIA DESCENTRALIZAÇÃO E CADASTRAMENTO

O Presidente Collor prometeu uma "reforma agrária justa, equilibrada e sem conflitos". O balanco do PNRA- menos de 10 % das metas cumpridas- prova que a reforma agrária não se resolve por decretos.

No periodo de 1985 a 89, ocorreram 2973 conflitos de terra, envolvendo 2.263.347 pessoas, segundo dados da CPT nacional. As áreas desapropriadas, no mesmo período, somam 790 e foram assentadas apenas cerca de 50.000 famílias, correspondendo a 250.000 pessoas. Caso o governo pretenda fazer uma reforma agrária sob o lema "Terra, Trabalho e Paz", as áreas dos 2973 conflitos- acima mencionadas- deveriam se tornar metas prioritárias para desapropriações e assentamentos.

A proposta de criação de um Conselho Nacional de Política Fundiária, e cadastramento de propriedades rurais implica, na prática, um protelamento de medidas mais abrangentes. O enfoque dado pelo Min. Cabrera a iniciativa privada deixa bem claro o enorme peso que terá a classe ruralista no Conselho. Caberá aos produtores "profissionais" posição de destaque e aos milhões de trabalhadores rurais uma representação simbólica.

3- POLITICA AGRICOLA LIBERAL

O novo governo diz que vai estabelecer "uma verdadeira política agrícola, que atenda aos pequenos e médios produtores. No entanto, grandes incertezas estão pairando sobre essas pretenšoes. O Ministério da Agricultura foi esvasiado com a recente reforma administrativa. A Embrater e o BNCC foram extintos. A Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Cobal e Cibrazem vão ser vinculados ao Ministerio da Econômia e o ITR será cobrado pela Secretaria da Receita Federal. Indagado sobre as altas taxas de juros do mercado, o ministro apenas respondeu que ia trabalhar em conjunto com o Ministério da Econômia.

O Min. Cabrera está adotando as teses mais liberais em relação a política agrícola, preconisando o fim de todos os subsídios e abertura a todas as formas de capital, inclusive estrangeiro. A medio e longo prazo, tais medidas prejudicarão, consideravelmente, os pequenos e médios produtores, sempre mais vulneraveis à presença do grande capital.

Diante dessas considerações, podemos concluir que temos aí mais um governo que mostra claramente a falta de vontade política de fazer reforma agrária. Continua portanto válido o esforço de organização de trabalhadores rurais para apresentar as suas exigências e encaminhar soluções :

1- Retomar as propostas sufragadas por 1.200.000 assinaturas que os trabalhadores rurais apresentaram a Assembléia Nacional Constituinte e rejeitadas pela maioria do Congresso composto, por mais de 50 por cento, de proprietários de terra.

2- Participação proporcional das organizacões dos Trabalhadores Rurais na determinação de uma política fundiaria com base paritária. Os Trabalhadores Rurais deveriam ter um representação numericamente majoritária.

3- E mais: agilização imediata dos processos de desapropriação parados no Incra, dando prioridade as áreas de conflito e revisão da titularidade da terra.

Goiânia, 20 de Abril de 1990

Secretariado Nacional da CPT

UDR PREMIADA POR COLLOR

Nestes dias o Presidente Collor nomeou para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária o criador de búfalos, Antônio Cabrera Filho, latifundiário, dono de 23 fazendas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás, com cerca de 200.000 (duzentos mil) hectares de terra e que contribuiu para os leilões da UDR (União Democrática Ruralista) a fim de combater a reforma agrária na Constituinte.

Sarney teve 5 ministros da Reforma Agrária. Collor tem o segundo em 15 dias. Roriz saiu dizendo que não queria fazer reforma agrária, e que o governo não lhe deu dinheiro para implantar uma política agrícola séria. E agora o que vai fazer Cabrera? Está prometendo fazer recadastramento de propriedades, assentamentos pela iniciativa privada para agricultores "alfabetizados". Essas promessas são as propostas da UDR. Vejamos as notícias dos jornais do dia 01.09.87:

"Ronaldo Caiado foi recebido por Marcos Freire numa audiência de 65 minutos. Caiado apresentou 5 propostas da UDR para a reforma agrária:

1 - imediata definição de uma nova política agrícola plurianual;
2 - identificação e quantificação de todos "os vocacionados" a serem assentados;
3 - participação da iniciativa privada nos assentamentos;
4 - assentamento nas terras do governo;
5 - atualização do cadastro de propriedades ruraris."

O novo ministro assumiu como suas essas propostas. Está claro que o Collor dos descamisados vestiu a camisa da UDR, que é a entidade dos latifundiários mais atrasados, especuladores de terras, responsáveis pela morte de muito dos 551 lavradores assassinados durante a Nova República.

Fazer assentamentos com a participação da iniciativa privada é querer repetir a fracassada experiência de colonização dos militares que levaram famílias do Sul e do Nordeste para a Amazônia e Mato Grosso. Esses colonos ficaram abandonados e, ao mesmo tempo, conflitos de terra se multiplicaram no Brasil inteiro, aumentando a fome e o número dos milhões de sem-terra.

Nunca imaginamos que, na hora da democratização do Brasil, um Ministério tão importante para a produção de alimentos, fosse entregue a uma organização facista, representado por um fanático de criação de búfalos.

Os trabalhadores rurais não esqueceram ainda o abaixo-assinado de hum milhão e duzentos mil entregue à Constituinte exigindo reforma agrária.

Nós, entidades abaixo relacionadas, conclamamos os trabalhadores, a sociedade civil e o Congresso Nacional a tomar atenção e posição firme frente ao caráter antidemocrático, antinacional e concentrador da terra deste governo que está instaurando um novo padrão de acumulação da renda, no Brasil.

A luta pela reforma agrária e por uma política agrícola voltada para os interesses da maioria da sociedade brasileira continuará!

Brasília, 05 de abril de 1990.

DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
da Central Única dos Trabalhadores

MST - Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CPT - Comissão Pastoral da Terra

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1991

Queridos companheiros,

Faz alguns meses estamos nos reunindo periodicamente para discutir os problemas ligados à intervenção nas áreas de assentamento e junto aos trabalhadores rurais.

Nós achamos necessário as entidades se questionarem sobre as suas atuações na atual conjuntura tão difícil. Achamos também que hoje tem um acúmulo de experiências em parte desperdiçadas por falta de união na intervenção de ditas entidades, com grandes prejuizos para o próprio movimento.

A fragmentação e a falta de uma estrátegia comum limitam muito a potencialidade que juntos teríamos.

O objetivo não é de aprisionar as várias entidades dentro de uma camisa de força, mas ter um forum de discussão para desencadear ações comuns, na salvaguarda da autonomia de cada entidade, visando melhorar as nossas atuações.

Já foram planejados e realizados 3 seminários (1 em novembro sobre o Governo Brizola de 83-87, outro em fevereiro sobre a história dos movimentos sociasis no campo, e outro em maio sobre o crédito rural e a comercialização. Ditos seminários são destinados aos agentes de pastoral as assessorias e as lideranças de trabalhadores rurais com a finalidade de melhorar os nossos conhecimentos e poder capacitar a nossa intervenção. É claro que os objetivos do forum e o planejamento realizado para o ano 1991 estão abertos para serem discutidos e para incorporar novas propostas.

Neste sentido queremos convidá-los para a próxima reunião que está marcada para o dia 12/06 às 10:00 horas na Sede da CPT/RJ na Rua Ipiranga no 100 casa 03 Telefone 285 6840, provavelmente estaremos em novo endereço na Rua Santo Amaro, 191 na Glória, favor confirmar antes.

Contamos desde já com a sua presença, saudamos com um grande abraço.

CPT/RJ - Comissão Pastoral da Terra
ACRA - Associação para a Cooperação Rural na África e América Latina
Quintal de São Bento

QUESTÕES PARA SEREM APROFUNDADAS PELAS EQUIPES

1. PASTORAL

Na última reunião do Colegiado (15 e 16 de maio) surgiram as seguintes questões sobre a Pastoral da CPT:

1.1."Os Agentes da CPT, para desenvolverem sua prática pastoral, precisam estar inseridos em uma Comunidade".

1.2. "A prática Pastoral da CPT deve respeitar a dimensão das diversas Igrejas a que pertencem os trabalhadores, incentivando sua participação, sem, contudo, favorecer a qualquer uma".

1.3. "A prática pastoral da CPT deve visar o envolvimento das Igrejas, dos Bispos, Padres e pastores nas questões de conflito".

* Considerando essas afirmações, explicite a concepção de trabalho pastoral da sua equipe : como a equipe compreende a ação Pastoral da CPT.

* Qual a relação dessa concepção com a prática da equipe.

2. OBJETIVOS

Na discussão de avaliação dos objetivos da CPT foram levantadas as seguintes questões:

2.1. " No secretariado o espaço não é fraterno, o clima é pesado e as áreas não se sentem bem".

2.2."As Áreas estão fechadas em si mesmas e se encontram de forma superficial nos nos Colegiados"

2.3. "As atividades de formação são pontuais, descoladas das bases e das realidades das lutas... a assessoria do Regional é a última a ser requisitada".

2.4. "As áreas não promovem formação para seus membros".

2.5. "Existe uma tensão entre a autonomia das áreas e o papel do Secretariado".

* As causas destes problemas não foram claramente identificadas. Tanto as áreas como o Secretariado foram responsabilizados.

** Aprofunde na equipe uma discussão sobre as causas que dificultam a realização dos objetivos da Entidade visando: a interligação, a assessoria e a formação de agentes de Pastoral.

3. LINHAS DE AÇÃO

- Constatou-se menor intensidade das lutas de resistência na terra e a quase inexistência de lutas dos Sem Terra pela conquista da terra. Na discussão surgiram as seguintes posições:

* incentivar novas lutas pela terra
* lutar apenas pela consolidação das áreas de assentamentos rurais já existentes.

- Constatou-se que a situação dos STRs é muito precária mas não se discutiu sobre o nosso trabalho junto aos Sindicatos.
- Não ocorreu nenhuma discussão sobre a nossa prática com os pequenos produtores e as práticas alternativas.

3.1. Discuta e faça propostas que venham melhorar a intervenção da Entidade junto às lutas dos trabalhadores rurais.

4. METODOLOGIA

Nessa parte foram levantadas as questões seguintes:

*"Investe-se em quadros intermediários, mantidos artificialmente (sem trabalhode base)"
*"Paternalismo na relação com o trabalhador rural e suas formas de organização".
*" Dificuldade de se relacionar com os Bispos e outras entidades".
*" Quanto ao trabalho de base, foi considerado superficial".
*" Faltam critérios para se tomar a decisão de trabalhar com esta ou aquela categoria".
*" Falta um processo de avaliação e planejamento de forma mais permanente".

4.1. Identifique o paternalismo (como se dá) em suas diversas dimensões na relação da equipe com os trabalhadores rurais.

4.3. Em que consiste o trabalho de base da equipe/área (como é desenvolvido).

5. ESTRUTURA

5.1. Ainda é válida a atual estrutura da CPT? O secretariado ainda tem função?

5.2. Caso esta estrutura deva permanecer, qual deve ser a relação e a autonomia das equipes locais, área e Secretariado.

CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA, DANÇA, TEATRO E MÚSICA MARCAM REPÚDIO À ESCRAVIDÃO NOS 105 ANOS DA LEI ÁUREA

Um grande ato público que se realizará amanhã, dia 13 de maio, a partir do meio-dia, em frente à agência do Banco Econômico, na Rua Ouvidor, lembrará os 105 anos da Lei Áurea. O Dia Nacional de Luta contra a Escravidão reunirá trabalhadores rurais e urbanos numa grande celebração ecumênica, que dará início a um espetáculo de dança afro, teatro e música, cujo ponto alto será a apresentação do sambista Marquinhos Satã e a Banda Espaço de Tempo.

O Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, estará presente com uma peça encenada por atores-lavradores, seguindo-se a apresentação do cantor Marcos Lucena, que cantará músicas de Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro, acompanhado pela Banda Sol. Os percussionistas da Banda Baticum trarão para o asfalto o som fantástico de seus instrumentos. Será lançado o dossiê "Conflitos no Campo Brasil 92, Luta e Sonho na Terra", elaborado pela Comissão Pastoral da Terra. Uma exposição de fotos revelará a trágica realidade dos escravos brasileiros.

Durante o ato, que contará com a presença de parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil, entre as quais a OAB, a ABI e o Tortura Nunca Mais, serão coletadas assinaturas para o abaixo-assinado de apoio ao projeto do deputado Carlos Kayath (PTB-PA). Já enviado à mesa da Câmara dos Deputados, o projeto prevê a desapropriação de todas as fazendas onde for constatado trabalho escravo. Nesta relação inclui-se a Usina Aliança, na Bahia, de propriedade do Banco Econômico, onde 1.400 canavieiros vivem em regime de escravidão.

Em vários estados estarão acontecendo manifestações semelhantes neste 13 de maio, organizadas pela Comissão Nacional de Funcionários do Econômico. No Rio, o ato público organizado pelo Sindicato dos Bancários tem o apoio da Comissão Pastoral da Terra-RJ, Comissão Estadual de Assentados Rurais-RJ e CUT-RJ.

Secretaria de Imprensa

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO

- Itabuna
- F. de Santana
- Vit. da Conquista
- Irecê (BA).

- Salvador
- Recife.
- Fortaleza
- Maceio
- Aracajo.
- B.H.
- Rio
- S.P.
- Porto Alegre
- Brasilia.

" Grande ~~Ato~~ Show pela Abolição do Trabalho escravo no Brasil!"



CPT
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ

PROPOSTA

Art. 5º - São membros da CPT/RJ todas as pessoas que trabalham ativa e diretamente na Pastoral do meio rural e na Educação Libertadora com todas as categorias de trabalhadores no campo, visando fortalecer e colaborar na construção de suas organizações; que desejam ligar-se à entidade, sejam aceitas pelo Colegiado Regional ou pelo Conselho Diretor Nacional e sejam participantes, devidamente constituídos dos encontros oficiais nas diversas instâncias da Entidade.

Parágrafo 1º - A presença devidamente credenciada e reconhecida pelo Colegiado em encontros locais, regionais ou nacionais, qualifica os membros como integrantes da CPT local, regional ou nacional.

Parágrafo 2º - A expressão dos direitos de membros será realizada através da participação e do direito de voz e voto nas diversas reuniões, encontros e Assenbléias da Entidade,

Art. 9º - A Assembléia Geral Regional, convocada pelo Presidente, pelo Colegiado, ou petição da maioria simples das áreas, reunir-se-á, em sessão ordinária, de dois em dois anos e em sessão extradordinária por deliberação do Colegiado Regional.

Art.18º - O Bispo Acompanhante, o Presidente e coordenação da CPT, terão direito a voto, independente das áreas a que pertencem.

Art.20º -
Parágrafo único - Cada área escolherá, a seu critério, dois representantes para fazer parte do Colegiado.

Art. 20º
letra e) Um representante da assessoria

Parágrafo único - Os assessores participarão do Colegiado apenas com direito a voz.

Art. 22º

letra d) - Dar as diretrizes e acompanhar os trabalhos do secretariado Regional, das áreas e equipes locais.

Art. 23º

letra b) participar e dirigir a Assembléia Regional, do Colegiado, e dos encontros de avaliação e planejamento.

Art.24º- O Regional Rio de Janeiro em Assembléia Geral, elegerá um Presidente Regional por um período de dois anos, podendo ser reconduzido. O Presidente Regional será um membro da hierarquia de uma das Igrejas Cristãs que apoiam a Comissão Pastoral da Terra.

Art.28º -

letra f) - Presidir quando designado a sessões do colegiado e as da Assembléia Geral, bem como dos encontros maiores.

Art. 29º-

Parágrafo único - Os funcionários do escritório, quando convidados, poderão participar do Colegiado, apenas com direito a voz.

Art.30º - .... elegerá os seus representantes...

Art. 33º - Cada área, de acordo com objetivos da CPT/RJ, poderá criar e organizar equipes locais segundo as sua necessidades.

Parágrafo único - O nº de integrantes de no mínimo dois, bem como seus limites territoriais será estabelecido pelas áreas.

Parágrafo 2º - Somente serão consideradas, aqueles que forem reconhecidas pelo Colegiado ou pela Assembléia Regional.

CEDIM

ARTIGO 4o. - A CPT tem como finalidades:

a) interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham pastoralmente e na educação popular em favor dos trabalhadores rurais;

b) promover a formação e acompanhamento de agentes de pastoral e educadores para atuarem no meio rural;

c) elaborar e divulgar materiais pedagógicos destinados à formação dos trabalhadores rurais.

d) organizar assessorias aos trabalhadores.

e) estabelecer ligação com organismos que, como ela, busquem a concretização dos interesses do conjunto dos trabalhadores rurais;

f) promover campanhas de conscientização e outras formas de ação em favor dos direitos dos trabalhadores rurais e na defesa do meio ambiente.

g) representar os interesses dos Regionais da CPT junto aos órgãos oficiais;

h) encaminhar levantamentos científicos visando a análise e correta interpretação da questão agrária nacional.

ARTIGO 5º. - São membros da CPT todas as pessoas que trabalham ativa e diretamente na pastoral, e na educação popular em favor dos trabalhadores rurais, que desejam ligar-se à Entidade, sejam aceitos pelas Coordenações Regionais ou pelo Conselho Diretor Nacional

ARTIGO 6o. - São órgãos da CPT:

a) a Assembléia Geral.
b) o Conselho Nacional.
c) o Conselho Diretor
d) Grande Regional
e) os Regionais

Parágrafo 1oº - A Assembléia Geral definirá e aprovará as relações e obrigações estabelecidas entre CPT e CNBB, firmadas entre as partes, por Instrumento próprio, através de seus representantes legais.

Parágrafo 2oº - Caberá também à Assembléia definir e aprovar os critérios para as relações com outras Igrejas e entidades.

ARTIGO 11 - O Conselho Nacional reunir-se-á em sessão ordinária duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou por iniciativa própria, ou a pedido de, pelo menos, quatro membros com direito a voto.

Parágrafo 1o. - Para validade das resoluções do Conselho Nacional requer-se a presença de, pelo menos, a metade dos seus membros com direito a voto, incluindo o Presidente ou, em sua ausência, o Vice-Presidente.

ARTIGO 12 - Compete ao Conselho Nacional:

a) ouvidos os interessados, reconhecer ou suprimir o Grande Regional, os Regionais da CPT bem como fixar os seus limites territoriais ou alterá-los;

b) aceitar e reconhecer os Coordenadores Regionais eleitos nas respectivas Assembléias;

c) escolher o Secretário Executivo e demais membros do Secretariado.

d) fixar critérios para a consecução e aplicação de verbas;

e) encaminhar as decisões da Assembléia Geral.

ARTIGO 17 - O Conselho Diretor, reunir-se-á cinco vezes ao ano e a ele compete:

a) fiscalizar e referendar os projetos e aplicações de verbas no âmbito da CPT;

b) agilizar as decisões tomadas pelo Conselho Nacional.

ARTIGO 18 - Os Coordenadores Regionais, eleitos pelas respectivas Assembléias Regionais para um período de dois anos, e a ele compete:

a) interessarem-se pelos objetivos e ações do órgão na respectiva região.

Capítulo V - DA GRANDE REGIÃO

ARTIGO 19 - Os regionais se agrupam em grandes regiões definidos na forma do art. 12 - letra a, com as seguintes atribuições:

a) organizar e promover a formação em sua respectiva área;

b) articular as atividades criando condições ao intercâmbio e troca de experiências entre os regionais;

c) eleger o Coordenador da grande região;

d) encaminhar as decisões da assembléia no seu âmbito.

Protocolado sob nº. 84806
Goiânia, 14 DEZ 1990

Capítulo VIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 23 - A CPT terá duração indeterminada e a sua dissolução só poderá ser decidida por maioria de dois terços (2/3) dos integrantes da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Parágrafo único - decidida a disssolução, o seu patrimônio reverterá para uma ou mais entidades afins, em natureza e objetivos, à CPT, de acordo com decisão de sua Assembléia Geral.

ARTIGO 24 - Os membros da CPT não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais e financeiras assumidas pela entidade.

ARTIGO 25 - As dúvidas na interpretação destes Estatutos, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo Conselho Nacional da CPT ou, por motivos de urgência, pelo Conselho Diretor, "ad referendum" do mesmo Conselho Nacional.

ARTIGO 26 - Os presentes Estatutos aprovados no dia trinta (30) de julho de mil novecentos e setenta e sete (1977) e reformados no dia vinte e cinco (25) de setembro de mil novecentos e oitenta e um (1981) e no dia cinco (5) de agosto de mil novecentos e oitenta e três (1983), só poderão ser modificados pela Assembléia Geral, por maioria de dois terços (2/3) dos presentes.

ARTIGO 27 - A Assembléia Geral reconhece no acordo firmado no dia 26 de outubro de 1.989, pelos representantes legais, o cumprimento das determinações constantes nestes Estatutos no que se refere às relações entre CPT e CNBB.

ARTIGO 28 - Estes Estatutos entram imediatamente em vigor nesta data.

Goiânia, Estado de Goiás, aos 05 de agosto de 1983.

Dom Augusto Alves da Rocha
Presidente da CPT

Hermeto Mengarda

Sec Executivo Interino da CPT
Ivo Poletto

Paulo Balduíno de Souza Décio
(Dom Tomás Balduíno)
Vice-Presidente da CPT

Inhalicento Cândido da Oliveira
CARTÓRIO DO 5.º CÍVIL
Goiânia — Goiás
Reconheço, por semelhança

05.11.90

Milton Teixeira
OAB-GO. nº 9.577

Relatório Colegiado - 19 e 20\05

Local Shangrilá - Belfort Roxo

Participantes: CPT/Nac Írio, Paula, Marluce
CPT/RJ Valdecir, Neusa, Joana D'Arc, Rosângela, Elza, Maurizio, Antônio César, Joana Lúcia, Vânia, Marcos André, Generosa, Jorge, Amélia, Geraldo, Galdino, Sônia. Policarpo, Luís Carlos

Cantos

Pauta: Compreensão CPT hoje
Avaliação CPT

Após a discussão e aprovação da pauta, foi feita pelo Irio uma retrospectiva do surgimento da CPT.
CPT/1975 nasce da preocupação da terra na Amazônia legal, mas abrindo para os problemas do Norte e Nordeste. Surge com um caráter mais forte da igreja Católica, mas é também preocupação das demais igrejas, visão Ecumênica, tendo se desenvolvido mais em alguns lugares, outros menos, dependendo da abertura.
Caráter de voluntariado não se tinha liberados, era um grupinho que viajava toda região, correspondia ao contexto da época. Aos poucos foi se desenvolvendo, Serviço Pastoral, Evangélico aos Pobres do Campo, isso é comum dentro da diversidade que é a CPT.
Num segundo momento foi se constituindo como secretariados, em alguns locais se distanciou das bases. Volta as bases, ouvir, ser presença, apoio pastoral juntos.
A estrutura até que ponto está voltada para o trabalho bem próximo ao trabalhador? A mudança do secretariado está também colocado como enxugamento da assessoria. Cada assessor acompanhava uma grande Região, o assessor se misturou com a direção. Papel da assessoria pouco eficaz.
Cada assessor hoje, vai ser do âmbito nacional, ajudar a pensar o nacional como um todo, principalmente na formação.
O assessor será para temas específicos à nível formativo, não para fazer articulação. o diretor deve fazer articulação. Temas gerais: jurídico, pastoral, vão ser ajudados pelo assessor nacional.
Funcionamento Grande Região: cada regional será responsável por uma área.
A rearticulação - os diretores faziam o papel de bonecos, os representantes não iam como representantes da grande região, mas de seu regional.
A assessoria que dava a direção, a assessoria não correspondia.
O Conselho Diretor assumiu que não foi a melhor forma a demissão coletiva.
Hoje - assessoria jurídica, teológica, sociológica e de imprensa. Assessoria mais pontual.
Formação entrou numa crise. Toda grande região está fazendo pelo menos um encontro por mês.

Após as colocações do Irio, as áreas deram uma visão geral do trabalho desenvolvido junto aos trabalhadores, e suas organizações.
Dentro das exposições das áreas, foram levantados alguns questionamentos:
- Pouco apoio da CPT/Nacional à CPT/RJ, durante os acontecimentos de Janeiro do corrente ano
- Sobre o número de trabalhadores participantes na assembléia regional da CPT.

Se discutiu a importância da participação dos trabalhadores nas assembléias, mas que não seja só quantitativa essa presença, mas que seja uma participação efetiva e afetiva, e que para isso se pressupõe a preparação em seus locais.
Essas questões nos remeteram a participação ou não de trabalhadores nas equipes/CPT, sobre o que o Irio se manifestou dizendo ser a CPT/RJ "sui generis", por não haver na grande maioria da composição de suas equipes a participação de trabalhadores.
O Colegiado vai se colocando
- Havia distanciamento nas relações do secretariado e áreas, hoje se reviu, e está com os pés mais no chão.
- Dificuldade financeira atrapalha a presença do secretariado nas áreas

- Nossas casas servem também para ajudar a CPT, a casa da Generosa serviu de sede depois dos furtos, foi o secretariado. Este atual secretariado tem-se feito mais presente nas áreas.
- A gente está se descobrindo como CPT, vamos apanhar muito ainda para moldar o rosto da CPT/RJ, estamos buscando um novo rosto. Estamos nos descobrindo como agentes, discutindo e dividindo tudo, tentando construir juntos.
- Impressão que tivemos que o regional era uma ilha, desestruturamento emocional, contato frio do nacional;
- CPT existe porque temos uma ideologia;
- Houve avaliação no colegiado passado, senti a falta de uma pauta antecipada, para este colegiado;
- Trabalho assessores nas áreas, levando material, troca de experiências;
- Demos passos, começamos a nos descobrir como CPT, assessores entraram no ritmo, temos uma proposta de trabalho;
- À nível de CPT/RJ há uma busca, vontade de acertar, articulação das áreas;
- Autonomia das equipes, precisa valorizar a pessoa e a equipe;
- Nós não temos vindo ao Colegiado;
- CPT/RJ precisa diminuir a cabeça, aumentar as bases;
- Assembléia regional assessoria fraca;
- Qual a ideologia política da CPT/RJ? Será que a CPT não está restrita a um determinado parlamentar?
- MST "nova ocupação", nossa identidade, postura da CPT tem sido mais para dentro e precisa ser mais de serviço, se estrutura muito dentro dela mesmo;
- CPT/RJ intervêm muito, deveria só quando fosse solicitada;
- Forum de agrônomos, abrir precedentes;
- Julgamento Jorge Garcia, advogada não atendeu;
- CPT/RJ muito burocrática, secretariado precisa ser mais ágil;
- Projeto passou pelo Colegiado?
- Luís Fernando queria transformar CPT numa ONG;
- CPT antes tinha uma visão, hoje tem outra, saí da CPT, voltei encontrei a assembléia esvaziada;
- Isolamento das áreas, melhoramos bastante, mas a articulação ainda é fraca;
- O trabalho vai continuar se deixar de ter a sede no Rio de Janeiro;
- Não temos claro o papel do agrônomo da CPT;
- O pessoal que está, a relação é bem melhor, os Colegiados eram fechados, hoje são mais leves;
- CPT/Nac. recebemos vários telefonemas, às vezes até três por dia, trabalhamos por fé não por ideologia.

Dado o adiantado da hora, o Irio levanta alguns desafios a serem aprofundados:
- Continuar refletindo a questão da mística, pastoral, espiritualidade;
- A CPT agentes ou agentes e trabalhadores;
- Colegiado assumir o compromisso político, tem responsabilidade política na condução da CPT. Nomear os participantes do Colegiado.

Marluce coloca que o Conselho de Projetos é constituído em 1993 por solicitação da CEBEMO, englobando a fusão de 17 projetos .

Foi confirmado pelo Colegiado a continuação das discussões no dia seguinte, aproveitando a permanência da Marluce e do Írio.
Foram encerrados os trabalhos do dia, com uma oração.

MANHÃ - 20/05

Cantos

Tendo como perspectiva o aprofundamento dos desafios elencados, foram retomadas as discussões.

CPT assessoria X direção, esta questão está ligada à concepção de CPT ontem e hoje. No contexto em que surge a CPT (ditadura militar) foi necessário que a CPT assumisse a direção do

movimento, ou fazia isso ou a coisa não acontecia, era como toda a igreja, a voz dos que não tinham voz.
A conjuntura foi mudando, os trabalhadores conquistando seus espaços e a CPT tendo que repensar sua prática, considerando nesse repensar, a estruturação de suas equipes, dentro da visão do trabalhador SUJEITO, ATOR, e portanto quem deve dar a direção ao movimento, portanto como fica a posição dos trabalhadores que compõem as equipes CPT, quando ser direção, quando ser assessoria das próprias organizações que pertencem?

Uma outra questão é nessa busca de identidade como CPT, das diferenças de níveis existentes, principalmente entre agentes e trabalhadores, onde a própria expressão de fé são diferenciadas, poderíamos correr o risco de sermos hipócritas e estar desrespeitando ou aos trabalhadores ou a nós mesmos.
Aproveitando da experiência da Marluce e do Irio gostaria que colocassem para a gente, como os outros regionais vivenciam essas questões; queria colocar também que o Rio não tem nada de "sui generis", uma vez que falando do que conheço, o Tocantins funciona com um equipe de agentes liberados no norte e outra no sul do estado, trabalhando ainda com um grupo de técnicos agrícolas e advogados com projetos administrados pela CPT, onde não participam nem voluntários e nem trabalhadores.

A Marluce coloca o seguinte:
A CPT tem vários rostos. Há uma grande mudança da concepção da CPT. No nacional, a assessoria tem visões diferentes sobre qual o novo rosto da CPT.
Repensar a CPT vai depender muito da realidade. Por volta de 83-87 período maior de articulação dos movimentos a CPT se misturava e levava o germe dos movimentos (mulheres, MST, CUT) esses movimentos se firmaram e pediram autonomia.
A CPT é entidade de apoio às lutas populares e não de direção. A CPT reconhece o espaço de autonomia dos movimentos, embora ainda hoje existam estados em que a CPT se confunde com os movimentos, devido à fragilidade dos próprios movimentos, ex.: quebradeiras de côco do Bico do Papagaio.
Pelas experiências que conheço, as equipes compostas por trabalhadores sempre tiveram problemas, os trabalhadores ficam confusos, perdem um pouco sua identidade.

O Irio complementa:
A CPT tem diversas concepções, três principais:
1) CPT organismo pastoral de presença junto aos trabalhadores rurais (ser presença profética, testemunhal junto aos trabalhadores, em sintonia com as igrejas)
2) CPT como movimento, visão ONG, grupo menor com clareza maior de sua intervenção, com um projeto político de reforma agrária.
3) CPT ONG, articula de modo mais amplo, contribui com as organizações dos trabalhadores para a construção de uma proposta política de reforma agrária. Fio condutor, autonomia dos trabalhadores.

Palavra mágica "serviço", as concepções se dizem serviço.
Critério geral, conviver com as tendências, se acentua mais hoje o aspecto pastoral originário da CPT.
CPT serviço pastoral de comunhão com as igrejas, sem manter submissão à igreja. CPT aquela que vai subsidiar os trabalhadores e os movimentos.
A "luta pela terra e na terra" é a linha mor de nossa atuação, que vai ser aprofundada no seminário de outubro.
Queremos resgatar o nosso caráter pastoral sem nada tirar de nosso engajamento político. O agrônomo é um técnico, mas o técnico da CPT tem um espírito diferente do técnico da EMATER e da Cooperativa. Busca a CPT hoje no espírito organizacional das origens da CPT, mesmo fazendo trabalhos mais técnicos.
Se faz necessário que o Colegiado assuma ser a instância diretiva da CPT Regional. Que o Conselho Nacional assuma ser a instância diretiva da CPT Nacional.

Passamos em seguida para a discussão das relações CPT/MST

O MST é filho da CPT, a causa deles é justa e nós colocamos sempre como linha a TERRA. Apostar nesta luta, não quer dizer que aceitamos como eles são.

O MST no Rio Grande do Sul tem uma vinculação profunda com a religião e a igreja. No centro do país e no nordeste não tem a mesma ligação.
Hoje o que mais se questiona são os princípios metodológicos, a estratégia da luta pela terra.
O uso que o MST faz da CPT e entidades mostram as falhas no processo. No nordeste luta de resistência na terra e não de ocupação de terra, que os sulistas que estão lá tentam fazer, ex.: um sulista diz a um camponês "eu sou um sem terra" "e por que não compra?" pergunta o camponês local.
MST do nordeste, briga dos trabalhadores rurais locais com os sem terra. Fazem muitas ocupações e não acompanham.
"Escola Laboratório" de alto nível, escola militar, que produz bonecos; Escola Nacional de Caçador - SC. Não percebem as variantes culturais e regionais, fazem alianças com quem quer que seja e cria-se muitas dificuldades.
MST historicamente é aliado importante, mas não podemos deixar os nossos princípios.
Temos como CPT dificuldades com as direções, mas não com os trabalhadores assentados e com eles dá para trabalhar. (fala de Marluce e Irio).

Foram feitas perguntas com relação ao projeto da CPT/RJ, mas foi colocado pelo nacional a impossibilidade de quaiquer mudança no projeto, tendo de nos adequarmos dentro do limite previsto.

Avaliação

- Foi positivo, CPT nacional lá em cima, quebramos essa visão, estamos íntimos;
- Foi bom conhecer o Irio;
- Fiquei preocupada com a provocação do Irio, que visão tem de nós, profissionais? Pena não podermos aprofundar melhor;
- Encontro momento crítico, tivemos um momento de troca, mandamos nossos relatórios, estamos devolvendo;
- Gostei do encontro, raros momentos que tivemos de aprofundar a cara da CPT;
- Ótimo encontro, os desafios foram colocados;
- Momento em que se pôde confrontar as concepções, embora de forma rápida;
- Gostei já era para termos sentado, é nessa linha que vamos construindo uma CPT/Nac, é no falar aberto que vamos caminhando, temos objetivos comuns;
- Estamos dando um passo, sacudiu a poeira, não estamos por "poder", mas por uma relação de transparência;
- Perdemos a mesquinharia do passado, podemos discutir de forma aberta;
- As dificuldades ajudam a gente a ser coordenadora dentro esta entidade;
- Ausência de Itaguaí no processo, precisamos pensar com carinho;
- Gostei de conhecer vocês, peço desculpas pelas provocações;
- Não podemos perder gente, aceitar Itaguaí, os questionamentos;
- Encontro foi bom, pela primeira vez a presença do nacional no regional;
- Começa a conhecer um pouco a gente, estava preocupado com a forma como tratava a CPT/RJ, mas não é por aí;
- Foi positivo quando discutimos a forma de vida, hoje que estamos conhecendo, não apostamos em quem não conhecemos;
- Que a CPT/RJ seja a CPT do Estado, e que a CPT/Nacional seja realmente Nacional.

Propostas:

- Outro momento para aprofundamento com o Nacional
- Encontros para troca de experiências.

O "relatório" está sujeito a complementações e esclarecimentos de falas, uma vez que não foi tirado ninguém para secretariar, fizemos à partir das anotações que tínhamos.

ADITEPP
Dr. Murici, 542
80000 Curitiba

VISÕES DE REALIDADE

	ESTÁTICA	ESTÁTICO - DINÂMICA	DINÂMICA
NATUREZA	- Conhecida - Organizada - Acabada - A terra é o centro ao redor da qual tudo gira - Maravilhosa - Com alguns problemas - De pouco valor para a vida	- A ser conhecida - A ser pensada - A ser trabalhada - A terra é um pequeno ponto no espaço e não é o centro de tudo - De pouco valor para a vida	- A ser conhecida - Não acabada - Não perfeita - A ser pensada - A ser trabalhada - De valor para a vida - Desafiadora
SOCIEDADE	- De classes - Pensada - Organizada, Estruturada - Acabada - Algumas mudanças e problemas - De pouco valor para a vida	- De classes - Em parte perfeita - A ser pensada dentro dos modelos - A ser reformada - A ser melhorada	- Não é a ideal - É nela que os homens vivem - A ser conhecida - A ser pensada - A ser transformada
HOMEM	- Formado de duas partes: Corpo-Alma - A Alma tem valor - O corpo quase não tem valor	- Formado de duas partes: Corpo- Alma - O corpo quase não tem valor - Objeto	- É um todo - Há unidade - É pessoa - O homem todo e todos os homens tem valor - Ser de relações e história
DEUS	- Distante - Misterioso - Todo poderoso - A se temer - Dele tudo depende - Responsável direto ou indereto por tudo aquilo que acontece	- Distante - Misterioso - Todo poderoso - A se temer - Nem tudo depende dele, mas também dos estudados... - Responsável direto ou indireto por tudo que há e acontece.	- Perto da gente quando estamos perto dos outros - Na vida da gente quando estamos na vida do irmão - Presente em nossa caminhada - Não é o responsável por tudo o que há e acontece.

VISÕES DE EDUCAÇÃO			
	ESTÁTICA	ESTÁTICO - DINÂMICA	DINÂMICA
IDÉIA DE EDUCAÇÃO	- Educar é levar a criança e o jovem a conhecer aquilo que os adultos conhecem, pensar como eles, fazer o que eles fazem, viver como eles vivem.	- Educar é levar o homem (criança, jovem, adulto) a vencer na vida, através de uma especialização (profissionalização) dentro dos modelos traçados.	- Educar é criar condições, é possibilitar ao educando que se desenvolva integralmente. - Educar é ajudar o educando a despertar suas capacidades de criar uma realidade nova, original.
MÉTODO DE EDUCAÇÃO	- Ensinar é tranmitir às crianças e aos jovens a visão estática de realidade. É transmitir os conhecimentos que se possui da realidade, suas leis, normas e costumes. - Aprender é decorar os ensinamentos dos antepassados e dos adultos, é memorizar os conhecimentos que se possui da realidade. - ASSISTENCIAL	- Ensinar é transmitir conhecimentos do passado de maneira dinâmica, isto é, levando o educando a redescobrir o que já se conhece da realidade e descobrir dados novos segundo os modelos. - Aprender é redescobrir através de técnicas tudo aquilo que deve ser transmitido dentro do que foi pré-estabelecido.	- Ensinar é criar condições para que os conhecimentos, as idéias, os costumes, sejam postos em comum, à disposição de todos: quando todos se servem segundo suas capacidades e espirações. - Aprender é um ato vital da mente. Não tem só o sentido de aprender, mas também de assimilar, por transformação, como ocorre com o corpo quando se alimenta. Comemos quando temos apetite(necessidade interna) É decobrir as próprias capacidades. - DINAMIZADOR (Promoção Comunitária.
RELAÇÃO EDUCADOR EDUCANDO	- Aquele que sabe - Aquele que transmite - Recebe (passivo), aceita, (não interroga). - Submete-se, resigna-se - Conforma-se, adapta-se	- Aquele que orienta dentro do que se quer. - Aquele que controla diretamente o conhecimento e a contribuição dos educandos. - Pode e deve conhecer mais e contribuir com novas invenções dentro dos modelos. - No mais, aceita, resigna-se, submete-se.	- Aquele que propõe, que coordena, sistematiza. Ao educador cabe mais despertar o apetite do educando. - JUNTOS: Planejar, Conecer Executar, Avaliar - Participa, reflete, cria busca. - Procura com os demais o alimento para a vida, enfrenta os problemas, desafios.
CONSEQUENCIAS	- O trabalho é um castigo - O homem não pode refletir, sem ser criativo.	- O trabalho é um castigo (maioria). O trabalho não é um castigo (minoria) - Valorização desigual dos homens. - Planejar, executar e avaliar segundo os modelos.	- O trabalho é um valor. O homem todo e todos os homens são valorizados pelo que são. Todos se educam e assumem a vida juntos. - Planejar, Executar e Avaliar juntos.

A melhor tarifa todos os dias
De São Paulo
(Congonhas)
Para Campo Grande
iG Backup - Guarde seus arquivos num lugar seguro!
Telusuri Pesan
« Kembali ke Kotak Masuk
Arsipkan Laporkan Spam Hapus Pindahkan
Kotak Masuk (1731)

Re: reunião pra organizar o 1 de maio da baixada!

Kotak Masuk

ke flavio, eleanorlla1 19 Apr (1 hari yang l

Companheiros e Companheiras da CPT,

1)

Estivemos (Bia,Cosme e Caio) numa reunião no SEPE de NI convocada pe
para organizar um seminário sobre as questões do campo da baixada flumir
das leis da Merenda escolar, educação do campo e etc...
-Socializamos nossa análise de conjuntura (MST).
Essa articulação vai continuar e me parece que os SEPE´s da baixada vão e
questão para nos ajudar a organizar a agricultura na baixada. Estava preser
Caxias, Belford Roxo e Japeri... **Ficou agendada uma reunião para dia 06/**
sexta em NI para organizarmos isso.
Para nós ficou de convidarmos vocês da CPT e Sindicato dos Trabalhadores
construir o seminário ... Trata-se de uma tentativa de articulação com as org
agricultores da baixada.

2)

Fomos convidados para uma segunda reunião convocada pelo PCB de NI
organização do 1º de maio na baixada...
Nesta reunião teve a presença do PSTU, SEPE de NI e SEPE de Japeri, PC
de NI.

Objetivo construir o 1º de Maio.
- Discutimos data e ficou para dia **29 de abril.**
Roteiro do Ato:
13:30 concentração na Rodoviária de NI - Faremos uma parada com os Roc
as 14:15.
Após este momento sairemos em passeata pela amaral peixoto com parada
panfletagem, música e intervenção teatral ... Saiu a idéia de um perna de pa
capetalista (isso mesmo) capetalista e uns 3 a 4 compas como Trabalhadore
categorias em conflito com o Patrão.
Essa seria uma cena constante no ato!
O ato termina na Nilo Pessanha por volta das 16 horas. Terá um lanche no f

Encaminhamentos:
Próxima reunião amanhã (quarta feira 20/04). Será as 16 h no SEPE de NI.
Teremos panfleto unitário e faixa.
Esse panfleto unitário já começou a ser elaborado e terá contribuições na re
20/04 e no dia 25/04 ás 17 h e também será no SEPE de NI.
Na reunião do dia 25 será para as entidades que assinarão a organização d
presente, pois será rodado 3.000 para divulgação.
Teremos uma faixa com o dizer: **E ai Trabalhador, você comemora o que**
que assinam o ato.

INFRA
- Apresentar quantidade de pessoas e se precisarão de deslocamento de passagem.
- Água, vai ser rachado com os sindicatos e organizações que tenham recurso.
- Panfleto, idem
- Lanche, idem.
- Faixa,idem.
- Robocoop (Som), será o dos comerciários.

Aguardo retorno sobre a participação,se não der pra ir amanhã,vejam a possibilidade de ir um representante da CPT ir na próxima e se vão assinar pelo ato.

Obs: Qual contato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu,falaremos com quem?

Um grande abraço,
Aguardo retorno

99353588

« Kembali ke Kotak Masuk Arsipkan Laporkan Spam Hapus Pindahkan ke Label Tindakan lainn

©2011 Google - - -

Didukung oleh

PASTORAL DA TERRA

PEDIDO - APOIO AT TRABALHADOR RURAL COM CANCER

O Senhor Luis Fernando de Jesus é sitiante do Mutirão do ~~Rangel~~ Marapicu em Campo Alegre. Desde 1985 milita no Movimento Rural, conscientizando, organizando os companheiros na conquista do direito à terra e às politica publicas para a Agricultura Familiar.
Agora está fragilizado e impedido de militar e solicita seu apoio.
~~Se~~ Sua Ajuda pode ser depositado no Banco - AGÊNCIA.
Numero.
Crato - Padre Geraldo Lima.

Porque neste momento ~~precisamos~~ nós do Movimento Popular precisamos ajudar Luis Fernando?
- Ele é lavrador, sitiante do Mutirão Marapicú da ocupação de Campo Alegre e é o Presidente da Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu. Luis Fernando está sofrendo com um cancer num estado já avançado. Porisso esta impossibilitando de ~~de~~ trabalhar no seu sitio e continuar como costuma de atuar nos seus diversos engajamento

~~M~~ Membro ativo da Associação dos Produtores Rurais de Nova Iguaçu, participa do Sindicato Rural desta cidade e do Conselho de Desenvolvimento Rural e ~~e~~ no município a referência da FETAG. Participou da Ocupação de Campo Alegre e da formação do MST na Baixada junto com a CPT. Foi Dirigente da Cooperativa de Produtores de Campo Alegre. Em todos as Mobilizações dos Trabalhadores rurais na Baixada Luis Tem sido uma apresença ativa e pensante.

A sua atuação na Feira da Roça foi decisiva para que pudesse estar hoje com o grau de organização, desenvolvimento e atuação que tem hoje. Tem muito contribuido para a Educação do Campo, sobretudo no nascimento e avanço da Licenciatura do Campo. Para formar professores(as) que entendam e se engajem na luta dos trabalhadores Rurais. Luiz hoje com seus quase 70 anos já está aposentado. Mas a ~~a~~ esta contribuição não está suficiente para arcar com suas despesa

6ª ROMARIA DAS ÁGUAS E DA TERRA

TERRA E ÁGUA! CLAMOR DE VIDA!

POVO DE DEUS EM CAMINHADA NA LUTA POR TERRA E ÁGUA



Salinas, 19 de agosto de 2001

PROMOÇÃO:

ARQUIDIOCESE DE MONTES CLAROS - MG / PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO - SALINAS
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE MINAS GERAIS
CASA DE PASTORAL COMUNITÁRIA - MONTES CLAROS
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DA MICRO-REGIÃO RIO PARDO

LIVRO DE CANTOS

1. A bandeira do Divino

Os devotos do Divino
Vão abri sua morada
Pra bandeira do Menino
Ser bem-vinda, ser louvada

Deus vos salve esse devoto
Pela esmola em vosso nome
Dando água a quem tem sede
Dando pão a quem tem fome

A bandeira acredita
Que a semente seja tanta
Que essa mesa seja farta
Que essa casa seja santa

Que o perdão seja sagrado
Que a fé seja infinita
Que o homem seja livre
Que a justiça sobreviva

Assim como os três Reis Magos
Que seguiram a estrela-guia
A bandeira segue em frente
Atrás de melhores dias

No estandarte está escrito
Que ele voltará de novo
E o rei será bendito
Ele nascerá do povo

Este Rei é Jesus Cristo
Que nasceu lá em Belém
E que luta e caminha
Na nossa vida também

Festejamos a vitória
Que Jesus nos trouxe um dia
Pra que a fé mantenha firme
A justiça e alegria

Pois a nossa fé ensina
Que ele voltará de novo
E a comunidade grita:
Ele nascerá do povo

2. A glória de Deus

Olha a glória de Deus brilhando,
Aleluia! (bis)

Nosso Deus é o artista do universo
É a fonte da luz, do ar, da cor.
É o som, é a música, é a dança.
É o mar jangadeiro e pescador.
/É o seio materno sempre fértil,
É beleza, é pureza e é calor!. (bis)
Aleluia! Aleluia! Vamos criar
Que é pra glória de Deus brilhar!

Nosso Deus é caminho e caminhada,
Do seu povo para a libertação.
Onde quer que esteja um oprimido,
É Javé que promove a redenção.
/Ele quebra a força do tirano
E garante a vitória da união. (bis)
Aleluia! Aleluia! Vamos lutar
Que é pra glória de Deus brilhar!

Nosso Deus é a voz que se levanta,
É o canto, o gemido e o clamor
É o braço erguido para a luta
é o abraço em nome do amor.
/É o pé conquistando novo espaço,
é a terra, é o fruto, é flor. (bis)
Aleluia! Aleluia! Vamos amar
que á pra glória de Deus brilhar!

Nosso Deus está brilhando noite e dia
Pelos campos e praças do país
É presença na voz da meninada
Que convoca um futuro mais feliz.
/É a infinita razão de plena vida.
Todo o povo cantando hoje bendiz./
Aleluia! Aleluia! Vamos cantar
que é pra glória de Deus brilhar!

3. Água de chuva

Colher a água/ Reter a água
Guardar a água/ Quando a chuva cai
do céu/ Guardar em casa
Também no chão/ E ter a água
Se vier a precisão

No pé da casa você faz sua cisterna
E guarda a água que o céu lhe enviou / É dom de Deus, é água limpa, é coisa linda / Todo idoso, o menino e a menina/ Podem beber que é água pura e cristalina

Você ainda vai lembrar dos passarinhos / E dos bichinhos que precisam de beber
São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos / Fazendo isso honrará a São Francisco,
A Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero

Você ainda vai lembrar que a seca volta
E vai lembrar do velho dito popular "É bem melhor se prevenir que remediar" / Zele os barreiros, os açudes e as aguadas / Não desperdice sequer uma gota d'água!

4. Animados pela fé

O teu povo, Senhor, está sofrendo
Caminhando de um lado para outro
Uma vida mais justa está querendo
Pois senão vai migrar até estar morto.

Animados pela fé
E bem certos da vitória
Vamos fincar nosso pé
E fazer a nossa história
E fazer a nossa história
Animados pela fé.

Desse jeito que a coisa está andando
O sistema escraviza e nos domina
Ele é o mal que está nos desviando
Da verdade que Cristo hoje ensina.

A estrutura da nossa sociedade
Força o povo para a migração
Os da roça vão para a cidade
Sempre em busca de melhor situação.

Nas indústrias os que são operários
Demitidos também têm que migrar
Quando tentam melhorar o salário
Outra fábrica têm que procurar.

Mas quem lucra com esse vai e vem
São os grandes enquanto sofre o povo / Já é hora de os pobres se unir bem / Para juntos construir um mundo novo.

É verdade que nós neste mundo
Somos sempre um povo a caminho
Mas Deus nunca se afasta um segundo
Acompanha e ajuda com carinho.

5. Assim já ninguém chora mais

Sabemos que o capitalista
Diz não ser preciso
Ter Reforma Agrária
Seu projeto traz miséria
Milhões de sem terra/ Jogados na estrada/ Com medo de ir pra cidade
Enfrentar favela
Fome e desemprego
Saída nessa situação/ É segurar as mãos / De outros companheiros

E assim já ninguém chora mais
Ninguém tira o pão de ninguém
O chão onde pisava o boi
É feijão e arroz, capim já não convém

Compadre junte ao Movimento
Convide a comadre e a criançada
Porque a terra só pertence
A quem traz nas mãos
Os calos da enxada
Se somos contra o latifúndio
Da Mãe Natureza somos aliados
E viva a vitória no chão
Sem a concentração dos latifundiários

Seguimos ocupando terra
Derrubando cercas, conquistando o chão/ Que chore o latifundiário
Pra sorrir os filhos de quem colhe o pão/ E a luta por Reforma Agrária
A gente até pára se tiver, enfim,
Coragem a burguesia agrária
De ensinar seus filhos a comer capim

6. Ave, cheia de graça

Ave, cheia de graça,
Ave, cheia de amor
Salve, ó mãe de Jesus
A ti nosso canto e nosso louvor!

Mãe do Criador – Rogai
Mãe do Salvador – Rogai
Do libertador – Rogai por nós
Mãe dos oprimidos – Rogai
Mãe dos esquecidos – Rogai
Dos desvalidos – Rogai por nós

Mãe do bóia-fria – Rogai
Causa da alegria – Rogai
Mãe das mães Maria – Rogai por nós/ Mãe dos humilhados – Rogai
Dos martirizados – Rogai
Dos marginalizados – Rogai por nós

Mãe dos despejados – Rogai
Dos abandonados – Rogai
Dos desempregados – Rogai por nós
Mãe dos pecadores – Rogai
Dos agricultores – Rogai
Santos e doutores – Rogai por nós

Mãe do céu clemente – Rogai
Mãe dos doentes – Rogai
Do menor carente – Rogai por nós
Mãe dos operários – Rogai
Dos presidiários – Rogai
Dos sem-salário – Rogai por nós

Mãe imaculada – Rogai
Mãe santificada – Rogai
Para Deus doada – Rogai por nós
Mãe dos consagrados – Rogai
Dos vocacionados – Rogai
Para Deus doados – Rogai por nós

7. Axé

Irá chegar um novo dia
Um novo céu, uma nova terra, um novo mar/ E neste dia os oprimidos
Numa só voz a liberdade irão cantar

Na nova terra o negro não vai ter correntes / E o nosso índio vai ser visto como gente
Na nova terra o negro, o índio e o mulato / O branco e todos vão comer no mesmo prato

Na nova terra a mulher terá direitos
Não sofrerá humilhação nem preconceito
O seu trabalho todos vão valorizar
Nas decisões ela irá participar

8. Baião das comunidades

Somos gente nova vivendo a união
Somos povo semente da nova nação êê./ Somos gente nova vivendo o amor / Somos comunidade, povo do Senhor êê.

Vou convidar os meus irmãos trabalhadores, / Operários, lavradores, / Biscateiros e outros mais... / E juntos vamos celebrar a confiança / Nossa luta na esperança
De ter terra, pão e paz, êê.

Vamos chamar os índios que ainda resistem / As tribos que ainda insistem / No direito de viver.
E juntos vamos, reunidos na memória, / Celebrar uma vitória / Que vai ter que acontecer êê.

Convido os negros, irmãos no sangue e na sina / Seu gingado nos ensina / A dança da redenção.
De braços dados no terreiro da irmandade
Vamos sambar na verdade
Enquanto chega a razão êê.

Vamos chamar Oneida, Rosa, Ana e
Maria, / A mulher que noite e dia
Luta e faz nascer o amor.
E reunidos no altar da liberdade
Vamos cantar a verdade
Vamos pisar sobre a dor êê.

Vou convidar a criançada e a
juventude/ Tocadores nos ajudem
Vamos cantar por aí.
O nosso canto vai encher todo o país
/ Velho vai dançar feliz
Quem chorou vai ter que rir êê.

Desempregados, pescadores,
desprezados / E os marginalizados
Venham todos se juntar
À nossa marcha pra nova sociedade
Quem nos ama de verdade
Pode vir, tem um lugar êê.

9. Baião do peregrino sofredor

Bendita seja esta marcha,
Dos pobres, dos sofredores
Romeiros de São Francisco
De Jesus os seguidores

Já chegou a hora,/ Tempo de alegria
Festa dos pequenos
Nesta grande Romaria

Das favelas e dos becos
Do abandono nós chegamos
E a ti nosso Deus clemente
Reunidos nós clamamos

Da terra somos expulsos
Pela força da ambição
vem, Senhor, fazer justiça
Aos pobres desta nação

No corpo trazemos as marcas
Do sofrimento e da dor
Na alma trazemos a força
De Cristo Nosso Senhor

De ladrões e preguiçosos
Somos sempre acusados
Da riqueza que criamos
Não somos recompensados

Nas cadeias torturados
Nos tribunais sem defesa
Deus dá vida e liberdade
Vem saber nossa pobreza

Menores, negros, mulheres,
Deficientes e pisados
Reunidos na irmandade
Nós seremos libertados

Com Jesus, servo bendito
Com Maria Mãe das Dores
Com os mártires, nossos santos
Seremos libertadores

Nossa festa toma conta
Da cidade e do sertão
A força nova da vida
Brota em cada coração

10. Bendito dos romeiros da terra

Bendita e louvada seja
Esta santa romaria.
Bendito o povo que marcha
Bendito o povo que marcha
Tendo Cristo como guia. (bis)

Sou, sou teu, Senhor,
Sou povo novo, retirante, lutador!
Deus dos peregrinos,
Dos pequeninos, Jesus Cristo
Redentor!

No Egito, antigamente,
Do meio da escravidão.
Deus libertou o seu povo,
Hoje ele passa de novo
Gritando a libertação. (bis)

Para a terra prometida
O povo de Deus marchou
Moisés andava na frente
Hoje Moisés é a gente
Quando enfrenta o opressor. (bis)

Caminheiros na estrada
Muita cerca prende o chão.
Todo arame e porteira
Merece corte e fogueira
São frutos da maldição. (bis)

Quem é fraco, Deus dá força
Quem tem medo sofre mais.
Quem se une ao companheiro
Vence todo cativeiro
É feliz e tem a paz! (bis)

Mãos ao alto, voz unida
Nosso canto se ouvirá.
Nos caminhos do sertão
Clamando por terra e pão
Ninguém mais nos calará. (bis)

Meu São Francisco das Chagas
Da matriz de Canindé.
Seja nossa companhia
Nesta grande romaria
Pra terra que a gente quer. (bis)

11. Cântico das criaturas

Onipotente e bom Senhor
A Ti a honra, glória e louvor
Todas as bênçãos de Ti nos vêm
E todo o povo te diz amém!

Louvado sejas nas criaturas
Primeiro o sol, lá nas alturas
Clareia o dia, grande esplendor
Radiante imagem de ti, Senhor

Louvado sejas, pela irmã lua
No céu criaste, é obra tua
Pelas estrelas, claras e belas
Tu és a fonte do brilho delas

Louvado sejas pelo irmãos vento
E pelas nuvens, o ar e o tempo
E pela chuva que cai no chão
Nos dá sustento, Deus da criação

Louvado sejas, meu bom Senhor,
Pela irmã água e seu valor
Preciosa e casta, humilde e boa,
Se corre um canto a ti entoa

Louvado sejas, pela irmã morte
Que vem a todos, ao fraco e ao forte
Feliz aquele que em ti amar
A morte eterna não o matará

Bem aventurado quem guarda a paz
Pois o Altíssimo o satisfaz
Vamos louvar e agradecer
Com humildade ao Senhor bendizer

12. Ciranda da Comunhão

Partir o pão na mesa
Partilhando em mutirão
Acabando com a fome
Fazendo comunhão.

O Pão e o vinho, frutos da terra
São alimentos na caminhada!
As nossas mãos, os nossos sonhos
São alimentos na caminhada!

Meu irmão índio, sobrevivente
É resistência na caminhada!
Meu irmão negro, Axé pra gente
É resistência na caminhada!

Criança e jovem, mulher e homem
Nossos irmãos na caminhada!
Desempregados e abandonados
Nossos irmãos na caminhada!

Os nossos mártires, irmãos de
sangue
São as sementes na caminhada!
Os perseguidos, fiéis na luta
São as sementes na caminhada!

O povo unido em favor da vida
De mãos unidas na caminhada!
As pastorais e comunidades
De mãos unidas na caminhada!

Jesus amigo, Ressuscitado
É companheiro na caminhada!
Nossa senhora, Mãe da Esperança
É companheira na caminhada!

13. Descobrimos lá na base

Descobrimos lá na base que a
Reforma Agrária/ Do papel não vai
sair / Pelo pedaço de chão para
colher o nosso pão
Vamos ter que nos unir
Companheiro e companheira
Vitória vai ser ligeira se todos se
organizarem / A gente faz
acampamento, tira pão o sustento
E Reforma Agrária é pra já.

E vamos entrar naquela terra e não
vamos sair / Nosso lema é ocupar,
resistir e produzir

A gente faz caravana
Arrisca entrar em cana mas tem que
ser por aí
Sindicatos combativos
Isto tudo é preciso
Para a luta prosseguir
A classe trabalhadora
Que é a mais sofredora
Já começa a perceber
Que nós somos maioria
E que vai chegar o dia
Com um novo amanhecer

Pelo fim do latifúndio
Chega João, chega Raimundo
Isso vai ter que mudar
Nessa América Latina
Será que a nossa sina
Vai ser sofrer sem parar
Mas eu nisso não acredito
Por isso eu tenho dito
Vamos todos dar as mãos
É a força popular levantando essa
bandeira
Reforma Agrária é no chão

Se for dura essa parada
A gente pega na marra
Não dá pra ser diferente
Pois os homens têm dinheiro
Compram armas no estrangeiro
Pra poder matar a gente
Contra esse capitalismo
Vamos firmes, decididos
Não deixar pra outra hora
É a classe organizada
Passo a passo nessa estrada
Construindo a sua história

14. Deus nos abençoe

Deus nos abençoe, Deus nos dê a
paz! / A paz que só o amor é que nos
traz! (bis)

A paz na nossa vida, no nosso
coração
E a benção para toda criação!

A paz na nossa casa, nas ruas, no
país
E a benção da justiça que Deus quis!

A paz pra quem viaja, a paz pra
quem ficou / E a benção do conforto
a quem chorou!

A paz entre as igrejas e nas religiões
E a benção da irmandade entre as
nações!

A paz pra toda a terra e a terra ao
lavrador
E a benção da fartura e ao louvor!

15. Deus seja louvado no pão partilhado

Deus seja louvado, no pão partilhado
No pão partilhado, Deus seja
louvado!

Bendito e louvado seja/ Este santo
sacramento / Deus no céu nos dê a
glória/ Cá na terra o alimento!

Bendita e louvada seja/ Esta santa
Eucaristia! / Corpo e sangue de
Jesus/ Filho da Virgem Maria!

Bendita seja esta ceia/ Entre irmãos
compartilhada / Onde está o cálice
bento/ E a hóstia consagrada!

Bendita fruta ligeira/ Vinda da terra
sagrada! / Bendita a mão
companheira/ Seja sempre
abençoada!

Glória ao Pai e glória ao Filho/ Glória
ao Espírito também! / Pelo amor e
pelo tempo/ Agora e sem fim, amém!

16. Floriô

Arroz deu cacho e o feijão floriô
Milho na palha, coração cheio de
amor.

Povo sem terra fez a guerra por
justiça / Visto que não tem preguiça
esse povo de pegar
Cabo de foice, também cabo de
enxada / Pra poder fazer roçado e o
Brasil se alimentar

Com sacrifício debaixo da lona preta
Inimigo fez careta mas o povo
atravessou / Romperam cercas que
cercam a filosofia / De ter paz e
harmonia para quem plantar amor

Erguendo a fala gritando Reforma
Agrária / Porque a luta não pára
quando se conquista o chão
Fazendo estudo, juntando a
companheirada / Criando cooperativa
pra avançar a produção

17. Força de paz

O pão sofrido da terra
Na mesa da refeição
O pão partido na mesa
Se torna certeza
E se faz comunhão.
O corpo do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

Vinho de festa e alegria
É vida no coração
Vinho bebido na luta
Se torna conduta
De libertação.
O sangue do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

Palavra vindo do Reino
Na boca de cada irmão
Palavra que fortalece,
Anima, esclarece
A nossa união.
Palavra do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

Flores dos jardins dos campos
Sorriso exposto no altar
Flores molhadas no pranto
De quem deu a vida
Pra vida mudar.
A vida de quem tombou
É força viva de paz! (bis)

Água trazida da fonte
Matando a sede que mata
Água da chuva no chão
Traz vida e traz pão
Pra gente e pra mata.
Água da vida, Jesus,
É força viva de paz! (bis)

Ceia, sagrada aliança
Ato supremo do amor
Ceia, encontro e esperança
De Jesus com a gente,
Transformando a dor.
A ceia do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

Louvor que nasce da história
Do dia-a-dia do povo
Louvor ao Deus verdadeiro
Fiel justiceiro
Pai do mundo novo.
O nome do meu Senhor
É força viva de paz! (bis)

18. Javé, o Deus dos pobres

Javé, o Deus dos pobres, do povo sofredor / Aqui nos reuniu pra cantar o seu louvor
Pra nos dar esperança e contar com sua mão / Na construção do Reino, Reino novo, povo irmão.

Sua mão sustenta o pobre
Ninguém fica ao desabrigo
Dá sustento a quem tem fome
Com a fina flor do trigo

Alimenta os nossos sonhos
Mesmo dentro da prisão
Ouve o grito do oprimido
Que lhe toca o coração

Cura os corações feridos
Mostra ao forte o seu poder
Dos pequenos é a defesa
Deixa a vida florescer

19. Jubileu da terra

Jubileu da terra
É repartir o chão
É pôr os pés na terra
É pôr as mãos no chão
É resgatar a terra
Que é de cada irmão
Porque a Terra é do Senhor.

Nação dos Pataxós
Xukurus e Cariris
Tupis, Yanomamis
Hã-Hã-Hães e Guaranis
Depois de tanto sangue
Depois de tanta guerra
Que a terra seja índia
E que os índios tenha terra

E aos remanescentes
De negros quilombolas
Enfim "Terra Brasilis"
Seja nossa e seja vossa
Depois de tanto sangue
Depois de tanta guerra
Que a terra seja negra
E que os negros tenham terra

Pequenos lavradores
Os posseiros e sem-terra
Enfim, alcancem o sonho
De justiça e paz na terra
Depois de tanto sangue
Depois de tanta guerra
Que a terra volte ao povo
E que todos tenham terra

20. Lamento do povo

Clamando pela posse da terra
No campo milhares estão
Esse grito está incomodando
A quem sempre viveu da exploração

O que posso fazer? / O que tenho a dizer, meu Pai? / Que se faça justiça, repartam as terras
Partilhem o pão entre nós, filhos teus

Não posso mais enumerar
Os mártires deste país
Na roça e também na cidade
Só tem crueldade correm rios de sangue

A quem servem a lei e o poder?
A polícia e a constituição?
Assassinam sem piedade,
permanecem impunes
Criminosos desta nação

Passo a passo, fazemos caminho
Sempre em busca de organização
De mãos dadas, sigamos em frente
Formando a corrente pra libertação

21. Liberdade

Liberdade, vem e canta e saúda este novo sol que vem / Canta com alegria o escondido amor que no peito tem. / Mira o céu azul, espaço aberto pra te acolher! (bis)

Liberdade, vem e pisa este firme chão de verdes ramagens
Canta louvando as flores que ao bailar do vento trazem sua mensagem. / Mira essas flores, abraço aberto pra te acolher! (bis)

Liberdade, vem e pousa nesta dura América triste e vendida / Canta com os seus gritos nossos filhos mortos e a paz ferida. / Mira este lugar, desejo aberto pra te acolher! (bis)

Liberdade, liberdade, és o desejo que nos faz viver / És o grande sentido de uma vida pronta para morrer. / Mira o nosso chão banhado em sangue pra reviver
Mira a nossa América banhada em morte pra renascer.

22. Missão de todos nós

O Deus que me criou
Me quis, me consagrou
Para anunciar o seu amor! (bis)

Eu sou como a chuva em terra seca
Pra saciar, fazer brotar
Eu vivo pra amar e pra servir!

É missão de todos nós
Deus chama
Eu quero ouvir a sua voz!

Eu sou como flor por sobre o muro
Eu tenho mel, sabor do céu
Eu vivo pra amar e pra servir!

Eu sou como estrela em noite escura
Eu levo a luz, sigo a Jesus
Eu vivo pra amar e pra servir!

Eu sou como abelha na colméia
Eu vou voar, vou trabalhar
Eu vivo pra amar e pra servir!

Eu sou, sou profeta da verdade
Canto a justiça e a liberdade
Eu vivo pra amar e pra servir!

23. Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Pai, Filho, Espírito Santo
Luz de Deus em todo canto
Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Que o bem nos favoreça
Que o mal não aconteça
Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Que o coração do meu povo
De amor se torne novo
Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Que a colheita seja boa
Que ninguém mais vague à toa
Nas horas de Deus, amém!

Nas horas de Deus, amém!
Deus abençoe os artistas
As crianças e as catequistas
Nas horas de Deus, amém!

24. Nova luz

A Palavra de Deus já chegou
Nova luz clareou para o povo. (bis)
Quando a Bíblia Sagrada se abriu
Todo pobre já viu mundo novo. (bis)

Quem andava espalhado se ajuntou
Quem vivia como cego enxergou.
Por todo canto já nasceu comunidade / E no caminho da verdade/ Muita gente já entrou.

Quem vivia explorado, protestou.
Quem calava só por medo já gritou.
Por todo canto os pequenos vão se unindo / A liberdade vai surgindo
E todo velho renovou.

A semente da Palavra se espalhou
Caiu no campo-coração-de-lavrador.
Pela favela a semente germinou/ E na colheita vai ter festa, meu senhor.

25. Ofertório do povo

Quem disse que não somos nada
Que não temos nada para oferecer
Repare nossas mãos abertas
Trazendo as ofertas do nosso viver

A fé do homem nordestino
Que busca um destino, um pedaço de chão/ A luta do povo oprimido que abre caminho, transforma a nação

ÔÔÔÔ Recebe, Senhor (bis)

Retalhos de nossa história, bonitas vitórias que meu povo tem
Palmares, Caldeirão, Canudos, são lutas de ontem e de hoje também

Aqui trazemos as sementes, sangue dessa gente que fecunda o chão
Do gringo e tantos lavradores, santos e operários em libertação

Coragem de quem dá a vida seja oferecida neste vinho e pão
É força que destrói a morte e muda nossa sorte, é ressurreição

26. O Povo de Deus

O povo de Deus no deserto andava
Mas à sua frente alguém caminhava.
O povo de Deus era rico de nada
Só tinha a esperança e o pó da estrada.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada/ Somente a tua graça / Me basta e mais nada.

O povo de Deus também vacilava
Ás vezes custava a crer no amor.
O povo de Deus chorando rezava
Pedia perdão e recomeçava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada / Perdoa se às vezes não creio em mais nada.

O povo de Deus também teve fome
E Tu lhe mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus cantando deu graças / Provou teu amor, amor que não passa./ *Também sou teu povo, Senhor, / E estou nesta estrada*
Tu és o alimento na longa jornada.

O povo de Deus ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou.
O povo de Deus sorria e cantava
E, nos seus louvores, teu amor proclamava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada/ Cada dia mais perto da terra esperada.

27. Ordem e progresso

Esse é o nosso país,
Essa é a nossa bandeira.
É por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira. (bis)

Queremos mais felicidade
No céu desse olhar cor de anil
No verde, esperança sem fogo,
Bandeira que o povo assumiu. (bis)

Amarelo, seus campos floridos,
As faces agora rosadas.
Se o branco da paz se irradia,
Vitória das mãos calejadas. (bis)

Queremos que abrace esta terra
Por ela quem sente paixão.
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação. (bis)

A ordem é ninguém passar fome,
Progresso é o povo feliz.
A reforma agrária é a volta
Do agricultor à raiz. (bis)

28. O Senhor é Santo

O Senhor é Santo,
Santo é nosso Deus.
O Senhor é Santo, o Senhor é Pai,
O Senhor é Deus! (bis)

Bendito o que vem
Em nome de Deus chegou
E nas alturas se ouve um hino:
Hosana ao Senhor!

Todo o céu e toda a terra
Estão cantando o amor
Bendito seja, bendito seja
Nosso Senhor!

Hosana nas alturas,
Hosana ao nosso Deus.
Todo o povo canta o seu amor,
O Senhor é Deus!

29. Pai Nosso dos Mártires

Pai Nosso dos pobres marginalizados!
Pai Nosso, dos mártires, dos torturados!

Teu nome é santificado
Naqueles que morrem defendendo a vida / Teu nome é glorificado
Quando a justiça é nossa medida
Teu reino é de liberdade,
De fraternidade, paz e comunhão
Maldita toda violência
Que devora a vida pela repressão.

Queremos fazer tua vontade
És o verdadeiro Deus libertador
Não vamos seguir as doutrinas
Corrompidas pelo poder opressor
Pedimos-te o Pão da Vida
O pão da segurança, o pão das multidões / O pão que traz humanidade / Que constrói o homem em vez de canhões

Perdoa-nos quando por medo
Ficamos calados diante da morte
Perdoa e destrói os reinos
Em que a corrupção é a lei mais forte
Protege-nos da crueldade,
Do esquadrão da morte, dos prevalecidos / Pai Nosso revolucionário / Parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos

30. Povo novo

Quando o Espírito de Deus soprou
O mundo inteiro se iluminou
A esperança na terra brotou
E um povo novo deu-se as mãos e caminhou

Lutar e crer, vencer a dor,
Louvar ao Criador
Justiça e Paz hão de reinar
E viva o amor!

Quando Jesus a terra visitou
A boa nova da justiça anunciou
O cego viu, o surdo escutou
E os oprimidos das correntes libertou

Nosso poder está na união
O mundo novo vem de Deus e dos irmãos
Vamos lutando contra a divisão
E preparando a festa da libertação

Cidade e campo se transformarão
Jovens unidos na esperança gritarão
A força nova é o poder do amor
Nossa fraqueza é força em Deus Libertador

31. Presença de Deus

Eu sinto a presença de Deus,
É na luta, é na luta, é na luta.:

Jesus cristo, o irmão, companheiro,
Seu exemplo deixou para nós,
Vamos todos olhar pra frente
E ajudar muita gente sem vez e sem voz.

CEDIM

Quando o povo encara de frente
As pessoas que estão no poder,
É o espírito santo que age e vai
dando coragem pra luta vencer.

Quando o povo está reunido,
Exigindo os direitos que tem,
Vai formando a comunidade
Na grande irmandade, na busca do bem.

Quando o povo esta refletindo
Os problemas da sociedade,
O Espírito Santo ilumina
E a todos ensina a vencer a maldade.

Quando o povo sai pelas ruas,
Protestando e reivindicando
Vai chamando a atenção do individuo
que não dá ouvido ao que está se passando.

32. Procissão da Palavra

A comunidade dança alegre e canta
Acolhendo agora a Palavra Santa

A Palavra vem, fala ao coração
Chega como a chuva
fecundando o chão

Bem-aventurado povo feliz
Quem vive a Palavra
E a Deus bendiz

Vamos caminhar, irmãs e irmãos,
Já chegou a hora da nossa missão

33. Religião libertadora

É por causa do meu povo
machucado
Que acredito em religião libertadora.
É por causa de Jesus Ressuscitado
Que acredito em religião libertadora.

È por causa dos profetas que
anunciam, / Que batizam, que
organizam, denunciam.
É por causa de quem sofre a dor do
povo / É por causa de quem morre
sem matar.

É por causa dos pequenos e
oprimidos, / Dos seus sonhos, dos
seus ais, dos seus gemidos.
É por causa do meu povo injustiçado,
/ Das ovelhas sem rebanho e sem
pastor.

È por causa do profeta que se cala,
Mas até com seu silêncio grita e fala.
É por causa de Jesus que anunciava
Mas também gritava aos grandes: Ai
de vós!

É por causa do que fez João Batista
Que arriscou mas preparou a sua
vinda. / É por causa de milhões de
testemunhas
Que apostaram suas vidas no amor.

34. Romaria da Terra

Romaria da Terra
Faz o povo reunir
Numa luta sem guerra
Nós lutaremos por ti! (bis)

A terra é sagrada
Feita por Nosso Senhor
Ele fez e deu ao homem
E também nos ensinou
Que é nela que vivemos
E ela abençoou
É tão linda a natureza
É obra do Criador
Deus deu a inspiração
O homem fez a plantação
Foi assim que começou

Mas no passar do tempo
Que o povo aumentou
Começou a ambição

E a terra negociou
Uns compraram e outros não
E à força eles tomou
Fazendeiros e jagunços
Matando o trabalhador
As famílias que eram donas
Hoje vivem no abandono
Sem suas terras ficou

Amigo trabalhador
Veja a nossa situação
Nós queremos trabalhar
E não temos condição
E a terra que era nossa
Hoje é toda do patrão
Desemprego na cidade
Virou maldição
Precisamos resistir
E nós vamos conseguir
Pôr a terra em nossas mãos

35. Salve a Romaria

Irmãos, esta é a mãe terra
Nosso Deus assim deixou
Hoje somos peregrinos
Pelos caminhos que Cristo andou

Meu povo é um povo romeiro
Desde os tempos de Abraão
Vamos nesta marcha santa
Esta terra é tanta em tão poucas
mãos

Salve, salve a caminhada
Salve, salve a Romaria
Em busca da nova aurora
De um novo dia!

Em nome de tantos povos
Que habitam este imenso chão
Dos índios tão massacrados
Um clamor sagrado de conversão

Ninguém é dono da terra
Pois a terra é mais que mãe
Disse o mestre, disse o rio:
Não quebre esse fio de inspiração

Bendita escrava Anastácia
Salve o negro rei Zumbi
Das terras da liberdade
Novos quilombos façam surgir

Quem vem nesta romaria
Da promessa é seguidor
Será sempre abençoado
E acompanhado na luz do amor

Bendita seja esta marcha
Dos romeiros da esperança
Quem tem Deus na companhia
Luta noite e dia mas não se cansa

Bendita a história sagrada
Do Beato Conselheiro
Salve a luta dos sem terra
E dos sem teto do mundo inteiro

36. Santa Mãe Maria

Santa Mãe Maria, nesta travessia,
Cubra-nos teu manto cor de anil.
Guarda nossa vida, mãe Aparecida,
Santa padroeira do Brasil.

Ave, Maria! Ave, Maria!

Mulher peregrina, força feminina,
A mais importante que existiu.
Com justiça queres que nossas
mulheres,
Sejam construtoras do Brasil.

Com amor divino, guarda os
peregrinos,
Nesta caminhada para o além.
Dá-lhes companhia, pois também um
dia / Foste peregrina de Belém.

CEDIM

37. Se calarem a voz dos profetas

Se calarem a voz dos profetas
As pedras falarão
Se fecharem uns poucos caminhos
Mil trilhas nascerão

Muito tempo não dura a verdade
Nestas margens estreitas demais
Deus criou o infinito pra a vida ser sempre mais

É Jesus este pão de igualdade
Viemos pra comungar
com a luta sofrida do povo que quer
Ter voz, ter vez, lugar
Comungar é tornar-se um perigo
Viemos pra incomodar
Com a fé e a união nossos passos
um dia vão chegar

O Espírito é vento incessante
Que nada há de prender
Ele sopra até o absurdo
que a gente não quer ver

No banquete da festa de uns poucos
Só rico se sentou
Nosso Deus fica ao lado dos pobres
Colhendo o que sobrou

O poder tem raízes na areia
O tempo o faz cair/ A união é a rocha
que o povo Usou para construir

38. Sem medo de ser mulher

Pra mudar a sociedade
Do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher

Porque a luta não é só dos companheiros / Participando sem medo ser mulher / Pisando firme sem pedir nenhum segredo
Participando sem medo ser mulher

Pois sem mulher a luta vai pela metade/ Participando sem medo ser mulher / Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo ser mulher

Na aliança operário-camponesa
Participando sem medo ser mulher
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participando sem medo ser mulher

39. Sobradinho

O homem chega, já desfaz a natureza/ Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia / Diz que dia menos dia
vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia / Do beato que dizia que o sertão ia alagar

O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão (bis)

Adeus Remanso, Casanova, Santo Zé / Adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir / Debaixo d'água lá se vai a vida inteira / Por cima da cachoeira a gaiola vai subir / Vai ter barragem no salto do Sobradinho / E o povo vai-se embora com medo de se afogar

Remanso, Casanova, Santo Zé, Pilão Arcado, / Sobradinho
Adeus, adeus, adeus

40. Somos todos roceiros

Somos todos roceiros da casa do pai,/ E posseiros das terras deixadas pra nós. / Vamos todos fazer a partilha, irmão, / Entre todas famílias sem terra e sem pão.

Vamos plantar mais um pouco
De amor de caboclo e fazer mutirão.
Pra começar nós já temos
Semente que é cristo, é Jesus comunhão.

Se um dia a tarefa pesar como a cruz, / Ou nos ombros da gente, ou nos ombros do irmão, / Vamos todos pedir um reforço a Jesus, / Que Ele vem ajudar, se houver união.

Mas se grande alegria, igual brilho reluz, / Ou no peito da gente, ou no peito do irmão, / Vamos todos mostrar gratidão a Jesus, / Que Ele vai se alegrar, Ele vê o coração.

Mas chegando a tristeza que ofusca a luz, / Ou nos olhos da gente, ou nos olhos do irmão, / Vamos todos mostrar nosso pranto a Jesus, / Que Ele vem consolar quem tiver aflição.

Mas chegando a riqueza que cega e seduz, / Ou a alma da gente, ou na alma do irmão, / Vamos todos doar uma parte a Jesus, / Que Ele vai demonstrar o que é gratidão.

Se andamos na estrada que não mais conduz, / ou os passos da gente, ou nos passos do irmão, Vamos todos voltar para o Cristo Jesus, / Que Ele faz caminhar, Ele é direção.

Se as coisas são caras e o pão se reduz, / Ou na mesa da gente, ou na mesa do irmão, / Vamos todos pedir para o Cristo Jesus / Que Ele mostre ao governo esses homens sem pão.

41. Terra, pão e lar

A terra Deus deixou, Deus deixou
Pra gente trabalhar, trabalhar
Agindo neste chão, pra não faltar o pão / Na mesa de ninguém.
A terra Deus deixou, Deus deixou
Pra gente habitar, habitar
Plantar e produzir, colher e repartir
E ao Pai erguer as mãos.

E ao Pai erguer as mãos – pra agradecer / Trabalho, chuva e pão – e bendizer / Rogar do seu amor: acrescentar justiça
Entre nós, saúde e paz

E ao Pai erguer as mãos – pra alertar / Há gente aos milhões – sem pão, sem lar / Rogar do seu amor: a união / Pra gente restaurar a criação

42. Teu nome, ó Maria

Como é bonito teu nome, ó Maria
Cantando a vida, quanta alegria!
No teu nome o nome de cada mulher
Que na vida busca sempre o que Deus quer.

Como é bonito teu rosto, ó Maria
Paz e ternura, luz irradia!
Nos teus olhos todo jovem pode ver
A certeza do futuro renascer.

Como são lindas tuas mãos, ó Maria/ Porta-estandarte da estrela-guia! // *Uma mão pra consolar quem está chorando / E a outra encorajar quem está lutando.*

Como são belos teus pés, ó Maria
Descendo os montes, paz anuncias!
// Companheira mais fiel deste meu povo / Nos caminhos do amanhã, do mundo novo.

Como é bendito teu ventre, ó Maria
Trazendo o fruto da profecia!
Quem na vida ao amor se faz fiel
É profeta do Divino Emanuel.

Como é bonito te ver, ó Maria

43. Utopia

Quando o dia da paz renascer
Quando o sol da esperança brilhar
– Eu vou cantar!
Quando o povo nas ruas sorrir
E a roseira de novo florir – Eu vou cantar!
Quando as cercas caírem no chão
Quando as mesas se encherem de pão – Eu vou cantar!
Quando os muros que cercam os jardins / Destruídos, então os jasmins vão perfumar!

Vai ser tão bonito se ouvir a canção,
Cantada, de novo
No olhar da gente a certeza de
irmãos, Reinado do povo!

Quando as armas da destruição
Destruídas em cada nação – eu vou cantar!
E o decreto que encerra a opressão
Assinado só no coração, vai triunfar.
Quando a voz da verdade se ouvir
E a mentira não mais existir, será enfim/ Tempo novo de eterna justiça,
Sem mais ódio, sem sangue ou cobiça – Vai ser assim!

44. Vence a tristeza

Vence a tristeza, enxuga o pranto,
ó meu povo,
Vem cantar um canto novo.
O Deus da vida aqui está!

Quem ama a Deus e está unido ao seu irmão / Não há porque ficar com me~o e sem saber
O que vai ser do mundo amanhã
Quem da fome vai sobreviver
Está em nós a luz do amor que vai vencer (bis)

O pobre grita e o seu grito não é em vão / E cada esforço em nome dele vai valer / É por isso que vou a cantar, / Deus amigo me escuta e me vê / Semente boa está na terra e vai nascer.(bis)

Como é bonito, ó meu Deus, a terra, o mar, / A flor, o pássaro e uma mão plantando a paz
Tudo é nosso e nós somos irmãos.
O futuro é a gente quem faz
Deus é amor e quem ama sempre é capaz. (bis)

45. Xote da certeza

Se algum dia perguntarem pra você
Não tenha medo, diga com muita certeza / Quem espera e não se cansa com a peleja / Vai ver um dia tempo novo amanhecer.

Afirme alto, grite forte e sem demora
A luta é dura mas jamais será em vão/ E só quem traz a cor do sangue em suas mãos
Verá um dia a alegria da vitória!

Eu sei que vai acontecer
Um dia novo tempo bom de se viver
Eu sei que vai, vai ser agora
O dia em que seremos donos da história!

Nesta manhã a alegria vai reinar
E todo será visto como irmão
Fazendo festa na chegada da vitória
Vamos pra frente caminhando mão na mão.

CEDIM

CEDIM

Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra

PREÂMBULO
Nós, os povos do Mundo:

Reconhecendo com gratidão que a Mãe Terra nos dá vida, nos alimenta e nos ensina e provê de tudo o que necessitamos para viver bem;

Reconhecendo que a Mãe Terra é uma comunidade indivisível de seres diversos e interdependentes com os que compartilhamos um destino comum e com os que devemos nos relacionar de formas que beneficiem à Mãe Terra;

Reconhecendo que ao dominar e explorar a Mãe Terra e outros seres, os seres humanos causaram grande destruição, degradação e alteração das comunidades, dos processos e dos equilíbrios que sustentam a vida da Mãe Terra, que agora são uma ameaça para o bem estar e a existência de mùitos seres;

Conscientes de que essa destruição é também prejudicial a nosso bem estar interno e é ofensiva para muitas crenças, tradições e sabedorias das culturas indígenas para quem a Mãe Terra é sagrada;

Profundamente conscientes da importância fundamental de adotar com urgência decisiva a ação coletiva para evitar que os seres humanos causem as mudanças climáticas e outros impactos sobre a Mãe Terra que ameaçam o bem estar e a sobrevivência dos seres humanos e outros seres;

Aceitando nossa responsabilidade uns sobre os outros, as gerações futuras e a Mãe Terra para curar os danos causados pelos seres humanos e transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem o florescimento da Mãe Terra;

Convencidos de que para que as comunidades de seres humanos e outros seres floresçam há que estabelecer sistemas para regular a conduta humana, que reconheçam os direitos inalienáveis da Mãe Terra e de todos os seres que são parte dela;

Convencidos de que as liberdades e direitos fundamentais da Mãe Terra e de todos os seres devem ser protegidos pelo princípio de legalidade e que os deveres correspondentes dos seres humanos para respeitar e defender esses direitos e liberdades devem ser impostos por lei;

Proclamamos a presente Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra para complementar a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a fim de que sirva como um fundamento comum mediante o qual a conduta de todos os seres humanos, organizações e culturas podem se guiar e avaliar e

Nos comprometemos a cooperar com outras comunidades humanas, as organizações públicas e privadas, os governos e as Nações Unidas para garantir o reconhecimento universal e eficaz e a observância das liberdades fundamentais, os direitos e deveres consagrados nesta Declaração, entre todos os povos, as culturas e os estados da Terra.

Artigo 1. Direitos, liberdade e obrigações fundamentais
(1) A Mãe Terra é indivisível, a autorregulação da comunidade dos seres entre si, cada um dos quais se define por suas relações dentro desta comunidade e com o Universo como um todo. Aspectos fundamentais destas relações se expressam na presente Declaração como direitos

(a) promovam o reconhecimento, a aplicação e a execução das liberdades, direitos e obrigações estabelecidos nesta Declaração;
(b) assegurem que a busca do bem estar humano contribui ao bem estar da Mãe Terra agora e no futuro;
(c) evitem que os seres humanos causem interrupções prejudiciais para os ciclos, processos e equilíbrios ecológicos vitais, e comprometam a viabilidade genética e sobrevivência contínua de outras espécies;
(d) garantam que os danos causados por violações humanas das liberdades, direitos e deveres na presente Declaração sejam retificados assim que possível e que os responsáveis prestem contas para restaurar a integridade e o funcionamento saudável das comunidades afetadas e
(e) permitam às pessoas defender os direitos da Mãe Terra e todos os outros seres.

Artigo 7. Proteção da lei
Cada ser tem:
a) o direito de ser reconhecido em todo lugar como sujeito perante a lei;
b) o direito à proteção da lei e uma compensação justa em relação às violações ou ataques humanos a seus direitos e liberdades reconhecidos nesta Declaração;
c) o direito à proteção igualitária pela lei e
d) o direito à proteção igualitária contra qualquer discriminação por humanos em violação desta Declaração e contra qualquer provocação por sorte de discriminação.

Artigo 8. Educação humana
(1) Todo ser humano tem direito a ser educado em relação à Mãe Terra e como viver de acordo com esta Declaração;

(2) A educação humana deve desenvolver o pleno potencial dos seres humanos de modo a promover o amor pela Mãe Terra, compaixão, compreensão, tolerância e afeto entre todos os humanos e entre humanos e outros seres, e a observação das liberdades, direitos e obrigações fundamentais nesta Declaração.

Artigo 9. Interpretação
(1) O termo "ser" se refere a seres naturais que existem como parte da Mãe Terra e inclui uma comunidade de outros seres e todos os seres humanos sem importar que atuem ou não como um corpo, estado ou outra pessoa jurídica corporativa.

(2) Nada nesta Declaração poderá ser interpretado de tal modo que implique que um Estado, grupo ou pessoa tenha o direito de envolver-se em atividades ou levar a cabo atos que apontem para a destruição dos direitos e liberdades contidas.

(3) Nada nesta Declaração poderá ser interpretado de modo que se restrinja o reconhecimento de outros direitos, liberdades e obrigações fundamentais de todos os seres ou de qualquer ser em particular.

Aporte elaborado por Cormac Cullinan, condutor dos Direitos da Mãe Terra.

EMATER-RIO

Ano VI - Nº 24 - Dezembro de 2002 em revista

TERRA PARA PLANTAR, TERRA PARA COLHER, TERRA PARA VIVER!



O apoio da extensão rural aos assentados

CENTERJ
Centro de Treinamento de Italva

**Motivo de orgulho para toda a EMATER-RIO!
Um espaço rural adequado para o
treinamento de sua Empresa.
Venha conhecer!**



**Alojamento para 48 treinandos
com ar condicionado, refeitório para 150 pessoas,
salão de convenções para 80 pessoas, com
recursos audiovisuais e ar,
sala de TV/lazer, laboratório de informática,
estrutura para treinamentos em agroindústria,
unidades didáticas em agricultura irrigada,
hidroponia e produção animal,
oficina de artesanato, campo
de futebol e heliporto**



Informações:
(0xx22) 2783-1284
e-mail: centerj@emater.rj.gov.br



Índice

Pág. 1	Índice
Pág. 2	Começo de Conversa - Editorial da Diretoria Executiva
Pág. 3/4/5/6	Especial/Artigo - Leonilde Servolo de Medeiros- CPDA/UFRRJ
Pág. 7/8/9	Especial/ Relato Histórico
Pág. 10/11/12/13	Entrevista /Maria Conceição Rosa
Pág. 14/15	Acampamento Terra Livre
Pág. 16/17	Assentamento São José da Boa Morte
Pág. 18/19	Assentamento Novo Horizonte
Pág. 20/21	Assentamento Marapicu
Pág. 22/23	Assentamento Alvejamento
Pág. 24/25	Acampamento Sebastião Lan II
Pág. 26/27	Depoimentos/Experiências de Vida
Pág. 28	Reportagem com o Presidente do ITERJ

Expediente

GOVERNO DO ESTADO RJ Povo do

Governadora
Benedita da Silva
Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior
José Marcos Castilho

EMATER-RIO em revista
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

Diretor Presidente
Mario Lucio Melo
Diretor Técnico
Ernani Jardim
Diretora de Administração e Finanças
Mônica Sobreira

Redação
Cláudia Queiroga
Programação Visual
Vanda Castilho
Acompanhamento Gráfico
Claudio Ramos
Impressão
Genildo dos Santos
Acabamento
Sérgio Barbosa e Virgílio dos Santos
Colaboração
Paulo Sérgio Chaid e Vera Dantas
Foto de Capa
Maria Conceição Rosa

Escritório Central - Palácio Euclides da Cunha
Alameda São Boaventura, 770 - Horto Botânico, Fonseca
CEP 24120-19, Niterói - RJ - Tel.: (21) 2625-6060
Site: www.emater.rj.gov.br
Tiragem: 5.000 exemplares - Circulação nacional dirigida

Por que Reforma Agrária?

Ao reeditar a "EMATER-RIO *em revista*", nos vimos na difícil tarefa de definir os temas a serem abordados nos números que pretendíamos publicar. Decidimos que a revista nº 23 (em julho) teria como tema a **Agroecologia**, já que, por indicação da Diretoria Executiva, esse conceito de entender a agricultura passou a ser, formalmente, referência no comportamento dos extensionistas em seu trabalho cotidiano.

O segundo assunto temático, não menos relevante, é a abordagem sobre como a **reforma agrária** se desenvolveu e se desenvolve no Estado do Rio de Janeiro, bem como sobre como a ação extensionista se inseriu e se insere nesta realidade específica.

Alguns podem se mostrar críticos a esta abordagem. Certamente dirão que outros temas são mais importantes, como a fruticultura, a floricultura, a horticultura ou, mesmo, o turismo rural, por gerarem muitos empregos e maior circulação de dinheiro. Não tiramos a razão de nossos críticos, apenas achamos que esses assuntos já são fartamente abordados na imprensa especializada e comercial do setor agrícola.

Nossa pretensão é, realmente, quebrar o gelo que encobre um assunto que a elite brasileira, principalmente a ruralista, resolveu tornar proibido, maldito, um tabu, escondendo a pobreza, a miséria e a fome por trás dos outdoors que se reproduzem na periferia de nossas cidades e mostrar que os defensores da reforma agrária são homens de bem, por mais que rotineiramente sejam rotulados com impublicáveis adjetivos.

Queremos combater aqueles que se posicionam contra a **reforma agrária** pessoas que elaboram discursos passionais nos quais a proposta honesta é distorcida no conceito e na forma. Queremos combater os agentes irresponsáveis que adoram incitar reações violentas, estimulando assassinatos e obscurecendo uma relação em que o algoz (contratado) e sua vítima são faces de uma mesma moeda, cidadãos brasileiros excluídos dos processos e das facilidades decorrentes do desenvolvimento econômico e social do país. Pessoas que ainda, de forma conservadora, relutam em admitir que a **reforma agrária** faz parte da solução e não dos problemas que afligem tanto a cidade como o campo.

A primeira participação concreta da EMATER-RIO no processo de **reforma agrária** ocorreu no período de 1987 a 1989, quando profissionais sérios, com afinidade política e ideológica, ocuparam postos-chave na condução das políticas públicas governamentais, na esteira de um movimento social organizado e participativo que emergiu da luta pelas **"Diretas, Já!"**. O segundo momento é o atual, após a posse da governadora Benedita da Silva e do secretário Marcos Castilho, que nos confiaram o redirecionamento das prioridades da Empresa para as áreas de acompanhamento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais. Neste intervalo de tempo, apenas alguns extensionistas deram continuidade ao trabalho, porém sem o apoio político dos governos sucessivos que atuaram nesse período.

Assim, adotamos algumas diretrizes de trabalho para este fim: regime de plantão de técnicos nas comunidades; mutirão para ações emergenciais; direcionamento das máquinas do Setor de Engenharia da EMATER-RIO para atuarem nos assentamentos; promoção de seminários envolvendo técnicos, agricultores familiares, assentados e pesquisadores; intermediação e participação em ações interinstitucionais, com a parceria de inúmeros órgãos: INCRA-RJ, UFF, UFRRJ, UENF, UERJ, ITERJ, FEEMA, IEF, PESAGRO, EMBRAPA, MST, FETAG, TRANSPETRO (subsidiária da PETROBRAS) etc. Enfim, foram oito meses de muito trabalho, tentando realizar ações que possibilitassem desdobramentos futuros em benefício da agricultura familiar fluminense.

E a **reforma agrária** é mesmo um tema relevante para a nossa Revista e prioritário na nossa intervenção. Porque ela redistribui renda e os meios de produzir, gera alimentos para o mercado interno e muda o eixo do processo migratório. Trata-se de um programa que busca o ecodesenvolvimento do ser humano no contexto de sua família, politizando-os, esse é o foco do processo, o que há de mais importante. Outros projetos (fruta, verdura, flor, crédito, estradas...) são apenas o meio de se atingir este fim, apesar de serem também importantes.

Certamente, o que chamamos de **reforma agrária** não é o que foi feito até agora, ou seja, uma ação cartorial de compra e venda de terras (sim, porque a maioria das pessoas leigas no assunto acreditam que o INCRA dá e não vende terras), bem como ações discriminatórias de terras públicas, processos de colonização em regiões longínquas (sem estradas, luz, meios de transporte) etc. O processo novo precisa ser sistêmico, participativo, construtivista, obtido por consenso e com bom resultado para todos os agentes participantes, incluindo aí o respeito às leis de conservação ambiental e a capacidade da natureza reequilibrar o que lhe foi tirado como produção. Acreditamos, inclusive, que a **reforma agrária** deve passar pela recuperação da auto-estima do nosso povo, viabilizando a educação e incentivando a cultura e a ciência dessas pessoas.

Aproveitando a oportunidade, queremos prestar uma homenagem aos valorosos companheiros de diversos órgãos públicos (especialmente os do INCRA e da extinta EMBRATER), que se insurgiram contra essa falsa **reforma agrária** e pagaram alto preço por isso.

Nós, atuais diretores da EMATER-RIO, funcionários de carreira com mais de 10 anos de experiência e ex-dirigentes da Associação dos Funcionários da Empresa, que sempre defendemos abertamente o ideário aqui explicitado, acreditamos que traduzimos, nesse editorial, o pensamento predominante dos extensionistas em atividade no meio rural.

No mais, saudações extensionistas.

Engº Agrº Mario Lucio Melo
Assist. Social Mônica Sobreira
Engº Agrº Ernani Jardim

Conflitos fundiários e assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro

* *Leonilde Servolo de Medeiros*


Clamor Popular Explode na Câmara e Governo se Defende: "Custo de Vida Subiu só 10 %"

CAXIAS: ORDEM É MORRER LUTANDO

LAVRADORES EM ARMAS DEFENDEM SUAS TERRAS

Ultima Hora

Ultima Hora (Ed. Fluminense) 19/8/61

A existência de um grande número de assentamentos (hoje são 57 e mais 9 acampamentos) no Estado do Rio de Janeiro é resultado de processos conflitivos em torno do acesso e uso da terra, que vêm de longa data: pelo menos desde meados dos anos 40.
Neste artigo pretendemos fazer uma breve síntese dessa trajetória de disputas e indicar algumas das características dos assentamentos no Estado.

Desde a década de 40, passou a ocorrer uma grande valorização das terras da Baixada da Guanabara. Essas terras, que haviam sido abandonadas no início do século pela grande lavoura, passaram a ficar sujeitas a freqüentes inundações e endemias, principalmente de malária e febre amarela, mas foram recuperadas através de obras de saneamento conduzidas pelo governo getulista. A expansão da malha urbana em direção a essas áreas resultou em forte pressão para que famílias, que nelas trabalhavam e viviam, as abandonassem. Essas pressões, muitas vezes, resultaram em despejos violentos.

No final dessa década, surgiram as primeiras resistências organizadas às tentativas de despejo e foram constituídas as primeiras "associações de lavradores", com o apoio do Partido Comunista que, nesse momento, iniciava alguns esforços de organização dos trabalhadores do campo em diversos pontos do Brasil.

Recorrendo inicialmente ao usucapião, os que viviam nas terras reivindicavam-se "posseiros" e acusavam os que os coagiam de serem "grileiros", ou seja, proprietários ilegítimos.

No final dos anos 50, começaram a se suceder as pressões sobre o Governo Estadual, atos públicos e reocupações das terras de onde os "posseiros" estavam sendo expulsos. Em diversas situações verificaram-se, inclusive, ações armadas. A proliferação das "associações" na Baixada resultou na formação da Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro (Falerj), ainda no final da década de 50, articulando-as em torno de demandas comuns.

Nesse momento, a principal reivindicação era a desapropriação das terras em litígio e não mais o usucapião, que dependia de uma longa tramitação jurídica. A partir da eleição para o Governo do Estado de Roberto Silveira (1958/1961), ligado ao PTB, configurou-se uma nova forma de tratar os conflitos: se, até então a marca das ações governamentais havia sido a repressão, o novo governo propôs um Plano Piloto de Ação Agrária, transformado, por pressão do legislativo estadual, em Plano de Colonização de Terras Devolutas. Diversas áreas foram desapropriadas através do Plano, permitindo a permanência dos "posseiros" nas terras que reivindicavam.

Nos anos seguintes, da mesma forma que em outros estados brasileiros, novas forças e lideranças políticas voltaram-se para a mobilização dos "lavradores" e passaram a disputar a direção das ações na luta por terra. É o caso dos Círculos Operários Cristãos, organizando sindicatos de trabalhadores rurais e de Tenório Cavalcanti que, através de seu jornal (*Luta Democrática*), passou a assumir uma postura explicitamente favorável às organizações de lavradores e a incentivar ocupações de terra.



Foto: M.C.Rosa

Assembléia em Campo Alegre - março de 1985

Os anos 1962 e 1963 foram marcados pelo acirramento dessas disputas, tanto no quadro nacional quanto no local. O seu ponto alto foi uma ocupação de terras na zona canavieira de Campos (região do Imbé), coordenada pela Falerj e liderada por José Pureza, e a resistência armada de "posseiros" em Duque de Caxias. Esses fatos colocaram o Estado do Rio de Janeiro num lugar de destaque no panorama nacional, em especial pelo fato de que conflitos intensos se davam no cinturão que cercava a cidade que, até pouco tempo, havia sido capital federal e mantinha seu lugar como pólo dos debates políticos nacionais.

O golpe militar de 1964 interrompeu esse ciclo ascendente de mobilização. A forte repressão que se abateu sobre as lideranças, tanto urbanas como rurais em todo o país, também atingiu as fluminenses. As áreas desapropriadas, localizadas em regiões de intensa especulação fundiária, frente ao rápido crescimento das cidades, começaram a ser devolvidas aos antigos donos ou pretensos donos, sob alegação de que se tratava de áreas de "vocação urbana".

No entanto, a luta por terra permaneceu, embora atomizada e apesar da intensa repressão, muitos desses conflitos chegavam aos sindicatos e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Medeiros, 1983). Em Magé, ainda nos anos 70, chegou a ocorrer uma das poucas desapropriações de terra feitas nos governos militares (fazendas Cachoeira Grande e Conceição do Suruí), em antiga área de ocupação de posseiros, disputada à América Fabril, indústria têxtil situada na região e com grande controle sobre as terras ao redor das suas unidades fabris.

Ao mesmo tempo em que, de forma surda, continuavam as disputas por terra na Baixada e os despejos se sucediam, surgiram outros focos de conflitos. Um dos mais significativos ocorreu na faixa litorânea sul do Estado, em razão da construção da Rio-Santos. O simples anúncio da implementação da rodovia transformou áreas, há muito tempo ocupadas por "posseiros", em objetos de acirrada disputa por interesses ligados aos empreendimentos turísticos que passaram a se expandir na região.

A ação da CPT e dos sindicatos locais conseguiu impedir alguns despejos e levar a que algumas áreas, já na década de 80, no contexto da Nova República, fossem objeto de ações de regularização fundiária e outras de desapropriação, resultando na criação de assentamentos rurais.

Ainda no final dos anos 70, período em que se fortalecia o debate sobre a redemocratização do país, alimentado pelas greves do ABC paulista e pelas lutas por terra em diversos pontos do país, começaram a surgir algumas das ações mais organizadas de resistência na Baixada da Guanabara, nos mesmos locais que foram objeto de intensa disputa nos anos 60. Em muitos deles, estavam à frente antigas lideranças de conflitos de terra no Estado. É o caso, por exemplo, do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), com ação nas áreas rurais remanescentes do município de Duque de Caxias.

(1) Em 1962, com a regulamentação do sindicalismo rural, as associações existentes foram transformadas em sindicatos que, por sua vez, se agruparam, no plano estadual, em Federações de Trabalhadores na Agricultura e, em nível nacional, na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

No início dos 80, ocorreu, em Cachoeiras de Macacu, a ocupação da fazenda São José da Boa Morte, também palco de conflitos nos anos 60. Dela participaram moradores das vizinhanças, na sua maior parte "parceiros" nas fazendas vizinhas.

Num contexto em que a questão da terra crescia em importância nacional, alimentado pelas resistências de foreiros e posseiros e pelas primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro se tornou palco desse tipo de ação. Aproveitando-se do contexto político favorável, pela eleição em 1982 de um governo de oposição ao regime militar (Leonel Brizola), ocorreu a ocupação de Campo Alegre, em Nova Iguaçu.

Essa iniciativa revestiu-se de grande importância por sinalizar, de um lado, uma mudança de postura do Executivo Estadual em relação à questão fundiária e, por outro, por indicar a emergência de um novo público para as lutas por terra: os ocupantes (cerca de 600 famílias) eram trabalhadores expulsos de outras áreas agrícolas do Estado, mas também moradores da periferia, ligados ao mercado de trabalho informal urbano, aposentados etc. Dadas as suas condições precárias de vida, agarraram-se à oportunidade de acesso à terra, buscando alternativas de sobrevivência mais estáveis, conjugando o trabalho agrícola com outras atividades ou rendas.



Foto: M.C.Rosa

Mutirão em Marapicu - Nova Iguaçu - 1986

Não por acaso, num contexto de crescente urbanização e dificuldade de emprego para trabalhadores pouco qualificados, nos anos 80, a maior parte das ocupações de terra concentraram-se na Baixada, em áreas pouco distantes dos centros metropolitanos, servidas por meios de transporte e alguma infra-estrutura (Novicki, 1994).

A desapropriação de Campo Alegre pelo Governo do Estado, por meio do mecanismo da utilidade pública e a constituição do assentamento, provocou um forte afluxo de novos demandantes de terra, que, a partir de Campo Alegre, organizaram-se para ocupar outras áreas, também na Baixada.

Algumas delas acabaram sendo desapropriadas pelo Governo Estadual, outras pelo Federal. Embora nesse processo antigas lideranças tivessem desempenhado um papel importante, não havia respaldo de uma organização de caráter mais amplo: o sindicalismo de trabalhadores rurais do Estado não participou dessas ocupações, não as aprovava e não era considerado seu interlocutor.

O MST, que estava dando seus primeiros passos quando elas ocorreram, buscou uma aproximação com as lideranças, mas encontrou bastante resistência às suas teses e abandonou o Rio de Janeiro, por considerar que os assentamentos eram compostos por *lumpens*. A CPT esteve presente em algumas delas, mas também teve dificuldades em reconhecer a especificidade da trajetória dos ocupantes de terra.

Nessas áreas, um mesmo padrão se reproduziu: lotes pequenos, muitas vezes delimitados pelos próprios trabalhadores, sem considerar condições do solo e topografia. Esse fato, aliado à corriqueira falta de experiência no trabalho agrícola, à descontinuidade de políticas públicas (demora na regularização, precariedade de assistência técnica, créditos irregulares) e a uma certa orfandade política implicou em fragilidade organizativa.

Entre a segunda metade da década de 80 e o início dos anos 90, ensaiou-se a constituição de uma Comissão de Assentados no Estado do Rio de Janeiro, voltada para o tratamento de questões que os afetavam de forma imediata, como é o caso da comercialização da produção, mas não conseguiu se consolidar.

No início dos anos 90, o MST fez novo ensaio de volta ao Estado, desta vez trazendo a tese de interiorização das ocupações. Após algumas iniciativas bem sucedidas na Região dos Lagos, passou a liderar ocupações sistemáticas numa nova frente: dada a crise do setor canavieiro, muitas usinas foram reduzindo suas atividades e desempregando uma enorme quantidade de trabalhadores que, se já viviam em situação precária, viram fechar uma das poucas alternativas que restavam. Foram essas terras que se tornaram palco da nova onda de ocupações e acampamentos no norte fluminense.

Essa rápida síntese dos conflitos de terra no Estado traz alguns pontos que precisam ser destacados quando se consideram os assentamentos do Rio de

Janeiro. O primeiro aspecto relevante é que esses assentamentos, de origem bastante diversificada, mantêm pouca articulação entre si. Por seu lado, a Fetag-RJ não tem uma política específica voltada para eles, mas sim para a agricultura familiar como um todo, nas suas diferentes formas. Quanto ao MST, parece encontrar dificuldades em implementar suas propostas organizativas no Estado e em lidar com a especificidade do público dos assentamentos fluminenses.

O segundo ponto a ser destacado refere-se ao perfil desse público. Grande parte dos assentados têm uma trajetória de migrações, de vivência nas periferias das cidades, de inserção precária no mercado de trabalho urbano. Em função disso, a sua "volta ao campo" não se configura como uma opção de construção de um modo "camponês" de vida, mas uma possibilidade de buscar formas de reprodução da família com base na combinação de múltiplas atividades, uma delas configurando-se como o trabalho agrícola no lote.

Se esse não é um fenômeno estritamente fluminense, nem generalizável para todos os assentamentos do Estado, sem dúvida adquire grande importância, em especial pela proximidade de muitos dos assentamentos em relação à região metropolitana. De alguma forma, os assentados estão "inventando" seu modo de inserção econômica e social, à revelia da imagem criada para eles, quer pelas entidades de representação e apoio, quer pelos técnicos do Estado.

Dados de pesquisas que realizamos indicam, todavia, que os assentados efetivamente se dedicam à produção agrícola e criação de animais nos lotes e, com sua produção, contribuem para o abastecimento de mercados locais.[2] Trata-se, em alguns casos, de uma produção difícil de contabilizar, que é vendida para vizinhos, vilarejos próximos, "fregueses" consolidados através de laços de confiança, camelôs etc. Ou seja, uma produção que, pelo menos em parte, não passa pelos mecanismos formais de comercialização, como a Ceasa.

Essa produção vem provocando também uma diversificação local, substituindo monoculturas, diferenciando paisagens. Embora pouco visível, ela tem se revelado significativa para o abastecimento das próprias famílias assentadas, melhorando suas condições de alimentação e garantindo uma maior estabilidade. Em outros casos, os assentamentos têm se revelado significativos produtores, em especial de olerícolas, contribuindo para o abastecimento da Ceasa e de redes locais de supermercados.

Essas rápidas considerações mostram a necessidade de aprofundar o conhecimento dessa realidade peculiar, de forma a lidar com ela não a partir de modelos pré-concebidos, mas sim tentando captar a dinâmica que lhe é própria e enfrentar os desafios que ela coloca para as políticas públicas.

Bibliografia citada

Gryszpan, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1987. (Dissertação de mestrado)

Medeiros, Leonilde Servolo de. *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: CEDEC/CPDA, 1983 (Relatório de pesquisa)

Medeiros, Leonilde Servolo de e Leite, Sérgio. *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002, relatório de pesquisa, 7 volumes.

Medeiros, Leonilde S. de et allii. "Luta por terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro". In Medeiros, Leonilde S. de e Leite, Sérgio (orgs). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade federal do Rio Grande do Sul, 1998.

Novicki, Victor. "Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)". In: Medeiros, Leonilde et al. (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.

(2) Referimo-nos à pesquisa *Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep e coordenada, em nível nacional, pelos professores Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite, ambos do CPDA/UFRRJ, que teve o Estado do Rio como uma das áreas de estudo e cujo relatório final foi entregue à entidade financiadora em junho de 2002 e à pesquisa *Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, política e ambiental*, coordenada por Afrânio Gracia Jr. (CRBC/EHESS), Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Mário Grynszpan (CPDOC/FGV e UFF) e Sérgio Leite (CPDA/UFRRJ).

* Leonilde Servolo de Medeiros é professora e pesquisadora do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

Reforma agrária e a extensão rural fluminense

Pequeno relato histórico

Os ares da Nova República brasileira trouxeram importantes diretrizes para os movimentos dos sem-terra, sendo então criado o Plano Nacional de Reforma Agrária. Dentro deste contexto, a EMATER-RIO assumiu, no Estado do Rio de Janeiro, um grande papel no implemento das metas estabelecidas.

Apesar de indireta, a eleição de Tancredo Neves, em 1985, foi recebida com entusiasmo pela maioria dos brasileiros. No entanto, problemas de saúde impediram Tancredo de assumir a presidência, sendo substituído interinamente pelo vice José Sarney.

Após a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, Sarney foi investido oficialmente no cargo de Presidente da República, onde permaneceu até 1990.

A expressão "Nova República", criada por Ulysses Guimarães para designar o plano de governo da Aliança Democrática, foi assumida por Sarney como sinônimo de sua administração.

No contexto da Nova República, foi criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, no qual destacavam-se as políticas de apoio à produção e organização de assentamentos rurais. O estabelecimento de um programa especial de crédito rural que atendesse às especificidades dos assentamentos estava previsto no PNRA e, na prática, tornou-se o principal instrumento de viabilização econômica dos beneficiários da reforma agrária.

No Estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 1988, não foi diferente. Os recursos do Procera - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária tornaram-se uma importante ferramenta para o desenvolvimento da maioria dos projetos de assentamentos, dando início à capitalização das famílias beneficiárias, permitindo sua permanência nas terras, favorecendo a organização interna dos assentamentos através da discussão do uso dos recursos, da administração de bens adquiridos em conjunto e da compra de insumos agrícolas para a comunidade.

Os resultados deste trabalho mostraram a viabilidade econômica dos assentamentos, com grande potencial a ser desenvolvido. Ficou evidente, ainda, a importância do apoio das instituições governamentais para os projetos de reforma agrária e, em consequência, para toda a sociedade.

Reprodução - site do MST



O PNRA trouxe políticas de apoio à produção e organização de assentados rurais

O Procera caracterizava-se por oferecer um crédito educativo, subsidiado, e de operacionalização mais simples que o Sistema Nacional de Crédito Rural. O caráter educativo do Programa era viabilizado através do acompanhamento de extensionistas rurais vinculados ao antigo SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, coordenado pela EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural..

A operacionalização do Procera acontecia por meio de CECs - Comissões Estaduais de Coordenação, Compostas por representantes dos órgãos executores da reforma agrária, da extensão rural, agentes financeiros e representantes dos trabalhadores rurais.

No caso do Rio de Janeiro, faziam parte da CEC o Incra, a EMATER-RIO, a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, a Secretaria de Estado de Agricultura, o Banerj e a Fetag.

Segundo registros, em 1987, o Estado do Rio de Janeiro era a unidade da Federação que apresentava o maior índice de êxodo rural no País: 95% de sua população vivia nas cidades.

A ausência de uma política agrícola e a omissão em relação ao estabelecimento de uma política fundiária por parte de governos estaduais fez com que a expulsão das famílias se agravasse. Assim, a partir de 1984 pioraram os conflitos no campo, iniciando-se uma etapa na história do Estado onde os trabalhadores rurais sem-terra efetuaram diversas ocupações organizadas de terras ociosas. Este fenômeno gerou, na época, 13 assentamentos ruais no Estado, com cerca de 1.651 famílias.

O Programa de Apoio à Reforma Agrária da EMATER-RIO teve início efetivamente em 20 de janeiro de 1988, com a contratação de 23 técnicos (três engenheiros agrônomos, 10 técnicos agrícolas, três extensionistas sociais de nível superior e sete extensionistas sociais de nível médio) para trabalharem exclusivamente nos projetos de assentamentos rurais desapropriados pelo INCRA.

Assentamentos Rurais no RJ em 1984

Município	Assentamento	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias
Nova Iguaçu	Campo Alegre		530
	Marapicu		100
	Normandia		24
	Pedra Lisa		40
		04	
Paracambi	Vitória da União (Mutirão de Paracambi)		61
		01	
Magé	Santa Rosa (parte)		22
	Cachoeira Grande (Alvejamento)		110
		02	
Pirai (Pinheiral)	Murirão da Paz		98
		01	
Valença	Mutirão da Conquista		34
		01	
Niterói	Engenho do Mato		60
		01	
Conceição de Macabu	Fazenda São Domingos		62
		01	
Italva	Fazenda da SIAGRO-RIO		210
		01	
Cachoeiras de Macacu	São José da Boa Morte		300
		01	
TOTAL	//////////////	13	1.651

Com o aumento dos conflitos no campo, surgiram, no Estado do Rio de Janeiro, 13 assentamentos rurais, onde viviam quase 1.700 famílias. Tinha início uma etapa histórica no Estado, onde os trabalhadores rurais sem-terra efetuaram diversas ocupações organizadas em propriedades ociosas.

Assentamentos assistidos pelo Programa de Apoio à Reforma Agrária da EMATER-RIO
(janeiro de 1988 a junho de 1989)

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	EQUIPE
Nova Iguaçu*	Boa Esperança	49	278	1 técnico agrícola
Paracambi	Sabugo	106	1.386	1 técnico agrícola 1 técnico social
Magé	Santa Rosa	70	400	1 técnico agrícola 1 técnico social
Cabo frio	Campos Novos	270	3.203	1 técnico agrícola 1 engº agrônomo 1 assistente social 1 técnico social
Casimiro de Abreu**	Cantagalo	120	1.749	1 técnico agrícola 1 técnico social
Macaé	Imburo	90	1.206	1 técnico agrícola
Paraty	Taquari Barra Grande São Roque	180	958 595 750	1 técnico agrícola 1 engº agrônomo 1 sociólogo
Trajano de Moraes	Santo Inácio	50	705	1 técnico agrícola
Teresópolis	Alpina	100	1.108	1 técnico agrícola 1 técnico social
Campos	Novo Horizonte	400	4.335	1 técnico agrícola 1 engº agrônomo 2 técnicos sociais 1 assistente social
10	12	1.435	16.673	23 profissionais

* O município de Japeri, onde está localizado o assentamento, ainda não havia se emancipado de Nova Iguaçu.
** O município de Rio das Ostras, onde está localizado o assentamento, ainda não havia se emancipado de Casimiro de Abreu.

Naquele ano, a EMATER-RIO atuou diretamente em 12 projetos de assentamento, abrangendo 1.435 famílias rurais e ocupando cerca de 16.700 ha. Ao final de 1988, quase 13% da área daqueles assentamentos já encontravam-se cultivados.

O trabalho dos técnicos envolvidos no Programa atendeu às diretrizes da Diretoria da EMATER-RIO, composta por Aluizio Fantini (Presidente), Mario Lucio Melo (Diretor Técnico) e Willy Martin Goossen (Diretor de Administração).



Foto: M.C.Rosa

A prioridade era o trabalho do extensionista em comunidades rurais. Os assentamentos eram comuidades rurais em formação, nas quais faziam-se necessárias as atividades de extensão rural.

O custeio das ações do Programa, garantido pela EMBRATER, assegurou intensidade e assiduidade ao trabalho de acompanhamento e assessoramento técnico daquelas novas comunidades. Dentre as diversas atividades executadas pela EMATER-RIO dentro do Programa de Apoio à Reforma Agrária podem ser destacados:

- Capacitação inicial dos técnicos recém-contratados;
- Iniciação e desenvolvimento de ações de organização rural, envolvendo o assessoramento às entidades representativas e aos grupos informais, a utilização de créditos especiais e outros recursos financeiros de apoio à produção;
- Acompanhamento da execução de financiamentos do Procera;
- Programa de capacitação dos assentados, em parceria com o INCRA, MIRAD e a EMBRATER.

Em 1988, a EMATER-RIO contratou 23 novos técnicos para as áreas de reforma agrária, os quais receberam capacitação especial para o trabalho com os assentados pela reforma agrária.

"A reforma agrária transforma trabalhadores sem-terra em agricultores familiares".

Maria Conceição Rosa - Engenheira Agrônoma

Maria Conceição Rosa é engenheira agrônoma e trabalha como extensionista desde a década de 80. Mariella, como é conhecida pelos colegas, tem sua vida profissional voltada para trabalhos sociais, sempre em defesa de melhores condições de vida para as populações carentes.
Abaixo, Mariella fala um pouco sobre sua experiência em assentamentos rurais, bem como da importância da EMATER-RIO junto a esse público.



Foto: Mario Lucio Melo

EMATER-RIO em revista - **Antes de 1988, quando foi instituído oficialmente o Programa de Apoio à Reforma Agrária na EMATER-RIO, você já trabalhava em assentamentos rurais. Por que?**

Mariella: *Eu comecei a trabalhar na EMATER-RIO em 1982, no município de Conceição de Macabu. Lá, trabalhei basicamente com bananicultores e pequenos produtores de cana de açúcar, além de algumas ações de defesa do meio ambiente. Em janeiro de 1984, deu-se a primeira grande ocupação de terras do Estado do Rio de Janeiro, a de Campo Alegre, em Nova Iguaçu, que representou uma retomada dos movimentos de luta pela terra, interrompidos pelo golpe de 1964. No começo de sua história, Campo Alegre tinha um alto grau de organização interna. O fato de Campo Alegre ter acontecido neste período de "abertura democrática", um ano antes do início da Nova República, deu-lhe uma enorme visibilidade, ganhando inclusive um razoável destaque na imprensa. Ao contrário, por exemplo, de São José da Boa Morte, anos mais antiga, mas que foi tratada pelo Governo Militar como projeto de colonização, onde não eram permitidas organizações autônomas e todas as decisões dependiam de um administrador do INCRA.*
Com base na organização de Campo Alegre, começou-se a pressionar o Governo do Estado para dar apoio aos ocupantes. Como fruto dessa pressão, arrancaram do Estado um decreto de utilidade pública para fins de desapropriação e a promessa de elaboração de um projeto emergencial de fomento. Isto foi em agosto de 1984.



Foto: Arquivo

Mariella recebe os extensionistas recém-contratados. Na mesa, Mario Lucio Melo, ao centro, então Diretor Técnico.

Na época, não existia o ITERJ. Havia apenas uma pequena Comissão de Assuntos Fundiários dentro da Secretaria de Justiça. Daí que resolveu-se formar um Grupo Executivo de Trabalho para elaborar e executar este projeto emergencial. O Grupo era formado por um representante da Secretaria de Agricultura e de cada empresa vinculada. A Diretoria da EMATER-RIO resolveu me chamar para representá-la no Grupo por considerar que eu tinha perfil para este tipo de trabalho.

Foi um período muito rico. A experiência de organização rural, de lidar com as relações internas, de apoiar a construção de uma comunidade nova, além do intercâmbio que os assentados de Campo Alegre tinham com assentamentos do sul do Brasil, São Paulo e Espírito Santo, que me levou a conhecer muitas experiências interessantes e outros técnicos que trabalhavam em assentamentos, de outras EMATERs e de ONGs. Tudo isto me fez crescer como profissional e como pessoa.

Infelizmente, por problemas internos, Campo Alegre perdeu muito do brilho dos primeiros tempos, mas sempre será um marco na história agrária do Estado.

EMATER-RIO em revista - **Na sua opinião, qual é a importância das ações da extensão rural junto aos assentamentos rurais?**

Mariella: *A agricultura familiar é determinante da dinâmica das economias locais. Cerca de 80% dos municípios brasileiros dependem diretamente do sucesso da agricultura familiar. A diversidade e a flexibilidade, características inerentes à agricultura familiar, diferentemente da especialização e homogeneidade do agronegócio, proporcionam condições para que surja uma grande multiplicidade de serviços e pequenas indústrias em nível local e regional. Sendo assim, a agricultura familiar é mola mestra das economias locais, é a base que sustenta os outros setores da economia. Fica claro porque apoiar um modelo de desenvolvimento tendo por base a agricultura familiar como estratégia adequada para dinamizar o interior. E também que este segmento deve ser compreendido como alvo de fortes políticas econômicas e não ser tratado como "problema social".*

Mas, por que iniciar esta resposta sobre assentamentos e extensão rural falando sobre agricultura familiar? Porque uma boa política de reforma agrária é um dos mais importantes instrumentos de ampliação do número de agricultores familiares. Transforma trabalhadores sem-terra em futuros agricultores familiares, cuja importância já citei.

Portanto, cabe aqui a mesma observação do parágrafo anterior: reforma agrária não pode ser vista como um programa meramente social; deve ser tratada como um programa de grande importância econômica, e todas as ações pertinentes (seleção de público, seleção e parcelamento de área, capacitação e ATER) devem ter este objetivo.

Logicamente incluem-se ações de caráter social, porém com enfoque de complementaridade às ações de caráter econômico. O que não se pode aceitar é que os assentamentos sejam tratados como alvos de caridade institucional, com benevolência e a displicência de quem não acredita em seu futuro.

O mesmo deverá ocorrer na seleção e avaliação dos beneficiários durante os primeiros anos de assentamento, assim como na agilidade e oportunidade dos créditos concedidos.

A ATER, como última componente a entrar no projeto de assentamento, se ressente das conseqüências das etapas anteriores. Seu sucesso fica limitado pelo bom ou mau planejamento e execução das mesmas.

"O que não se pode aceitar é que os assentamentos sejam tratados como alvos de caridade institucional, com benevolência e a displicicência de quem não acredita em seu futuro"

Se nós, extensionistas, entramos num assentamento onde o parcelamento foi mal feito ou a seleção dos beneficiários foi ruim, temos que fazer das tripas coração para contornar estas dificuldades, o que não é nada fácil.

No caso dos assentamentos, o trabalho de ATER nada mais é do que um trabalho de desenvolvimento comunitário, devendo ser mais intensificado por se tratar de uma comunidade em construção. Relações sociais e econômicas, produção, infra-estrutura, organização interna, relações de mercado, gerenciamento do estabelecimento individual e/ou coletivo, gerenciamento de bens comuns, tudo começa do zero, porém avança rapidamente e com urgência de resultados. Esta peculiaridade exige mais presença do extensionista e, por isso, o extinto SIBRATER trabalhava com o parâmetro de equipes exclusivas para estas áreas.

No entanto, mesmo com equipes exclusivas, e sendo um trabalho de desenvolvimento comunitário, isto não pode significar que deva ser um trabalho à parte; a exclusividade visa apenas e tão somente a intensificação dos serviços, não sua segregação. Aí cabe a inter-relação de todos os segmentos e gerências técnicas da Empresa, porque, em sua essência, o trabalho em assentamentos não difere do trabalho em comunidades, ou por exemplo, em microbacias.

Foto: Arquivo



Excursão de agricultores do Mutirão da Fé ao Assentamento Boa Esperança

Para o extensionista, é o desafio de colocar em prática toda sua experiência técnica e metodológica com mais intensidade. Buscar alternativas tecnológicas, a adoção de uma prática construtivista, o assessoramento contínuo, sem no entanto cair na armadilha de tornar-se (ou pretender tornar-se) o centro das decisões, sem demarcações de territórios. Ser um dos elementos de promoção de desenvolvimento, facilitador e catalisador, sem esquecer de que o sujeito ativo da construção da comunidade sempre deve ser a própria comunidade.

EMATER-RIO em revista - Com o início do Programa na Empresa, que novas atribuições você passou a ter? Quais as principais dificuldades que você encontrou para realizá-las?

Foto: Arquivo



Capacitação de Lideranças Rurais para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Mariella: *O Programa começou em 1988, com a contratação de novos extensionistas com atuação exclusiva em assentamentos, e eu fui convidada para ser Gerente do Programa (na época, o nome usado era "Orientador Técnico Estadual"). Assumi o cargo, em junho de 1987, porque tínhamos que fazer toda a preparação, "costurar" todo o projeto com a EMBRATER - que financiava o programa - e ajudar a organizar o concurso público, que foi realizado em fins desse mesmo ano. Este concurso público, o primeiro da história da EMATER-RIO , visava formar a equipe para o Programa de Apoio à Reforma Agrária, mas também selecionou profissionais para os demais Programas da Empresa.*

A partir da contratação da nova equipe, que era composta de 23 extensionistas para atendimento em 11 assentamentos, passei a acompanhar e orientar a atuação das equipes de campo, procurando manter o intercâmbio entre elas, de forma que o grupo se mantivesse coeso. Isto foi muito interessante, porque cada técnico tinha noção do que estava acontecendo nos 11 assentamentos trabalhados, e a troca de experiências era muito positiva.

A equipe era nova, recém-contratada, e cheia de energia. Foi fácil e bom trabalhar com um grupo assim. Havia às vezes alguns probleminhas, mas nada que não pudesse ser considerado normal. O grupo produziu muito dedicou-se bastante, e deixou muitos registros interessantes de seu trabalho, tanto na memória dos assentados como também em relatórios. A principal dificuldade enfrentada foi, na verdade, o preconceito. Reforma agrária ainda era um termo "tabu", que causava medo. Acho que muitos colegas não compreenderam o Programa, a maioria queria manter-se longe e alguns eram declaradamente contra o trabalho exclusivo.

"O extensionista tem um importante papel de não impor um modelo, mas sim de ajudar a comunidade a encontrar e optar por um modelo mínimo que lhe dê alguma coesão".



Foto: Arquivo

Entrega das primeiras carteiras de produtor rural na SEAAPI

EMATER-RIO em revista - De acordo com os registros da época, em 1988, era diretriz da EMATER-RIO o trabalho dos extensionistas por comunidade. Esse fato facilitou a atuação da Empresa nos assentamentos rurais? Por que?

Mariella - *No caso dos assentamentos, não só era diretriz da EMATER-RIO como também era exigência da EMBRATER. Cada assentamento com 120 famílias tinha que contar com uma equipe de pelo menos um profissional da área agrícola e outro da área social. A exclusividade foi pensada para garantir presença constante do extensionista na área. E nos assentamentos, a presença constante do técnico é muito importante, porque é uma comunidade em construção - relações sociais, organização interna, opções no campo da produção, tudo tem uma dinâmica mais intensa, tudo está em fase de consolidação e é influenciado pelos valores que cada assentado trouxe de seu lugar de origem - na realidade fluminense. Os assentados têm origem extremamente diversificada e, por isso, o extensionista tem um importante papel não de impor um modelo, mas sim de ajudar a comunidade a encontrar e optar por um modelo mínimo que lhe dê alguma coesão, e ao mesmo tempo preservando a diversidade de saberes que esta multiplicidade de origens proporciona. Isto só se consegue quando há uma grande interação entre o extensionista e a comunidade.*

EMATER-RIO em revista - Naquela época, a EMATER-RIO foi autorizada a realizar um concurso público para suprir as necessidades de pessoal para trabalhar no Programa de Apoio à Reforma Agrária. Como você vê a importância do apoio governamental para o sucesso das ações junto aos assentamentos rurais?

Mariella: *Na época, se não houvesse o apoio financeiro da EMBRATER, dificilmente a EMATER-RIO teria montado um programa como este. Veja que não se trata de gastar rios de dinheiro, mas apenas de canalizar os recursos que normalmente seriam dispersos em um monte de pequenas coisas para um objetivo claro e definido, cobrando os resultados. Acho que esta fórmula vale não só para os assentamentos, mas para qualquer política pública. Já que o orçamento não é um poço sem fundo, é preciso definir prioridades e, uma vez definidas, fazer questão que elas aconteçam. A definição de prioridades na época foi extremamente favorecida por uma certa comunhão de conceitos entre dirigentes da EMATER-RIO, Incra-RJ, EMBRATER e MIRAD. O grande salto de qualidade se dará quando esta definição não depender somente da coincidência de visões de dirigentes, mas da construção de planos de ação vindos da base.*

O Programa na época durou dois anos. Com a mudança de dirigentes e a extinção da EMBRATER pelo Governo Collor, toda a estrutura montada foi absorvida pelos demais trabalhos da Empresa e os assentamentos perderam o atendimento de equipes exclusivas.

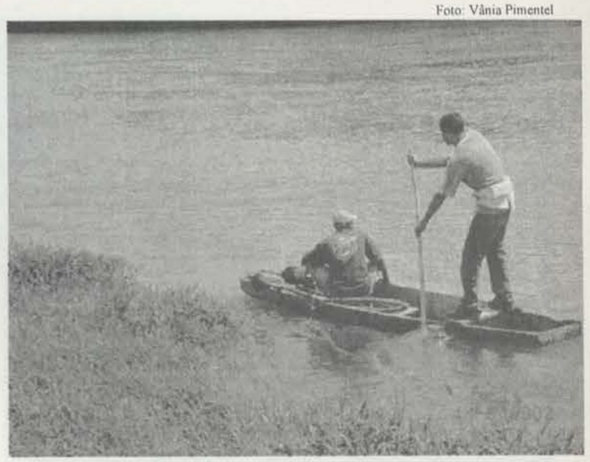
Foto: Arquivo



Dezembro de 1985 - Excursão de assentados de Campo Alegre (Nova Iguaçu) a Magé.

Terra Livre: pronto para ser regularizado

Foto: Vânia Pimentel



Os moradores da Comunidade usam canoas para chegar a Itatiaia

As 35 famílias da **Comunidade Terra Livre,** em Resende, têm lutado arduamente pela sua permanência no local. Elas têm na EMATER-RIO uma importante aliada nesta difícil tarefa. Na comunidade, já são cultivados vários produtos para subsistência e para a comercialização.

A Comunidade Terra Livre é composta por 35 famílias que ocupam os 426 ha da antiga fazenda da Ponte ou Sobrado. Está localizada no município de Resende, a aproximadamente 23 Km da sede do município, na estrada RJ 161, também chamada Resende-Riachuelo, à margem direita do Rio Paraíba do Sul. Está a 174 Km da capital do Estado do Rio de Janeiro. O centro comercial mais próximo é a cidade de Itatiaia, onde a maior parte da produção agrícola da Comunidade Terra Livre é escoada. Porém, é necessário atravessar o Rio Paraíba do Sul em uma extensão de aproximadamente 50 metros em canoas (embarcações).

A formação da comunidade foi fruto da intervenção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma antiga fazenda que explorava a avicultura de corte intensiva que, após a falência, ficou abandonada. Também houve diversas reclamações judiciais dos empregados e fornecedores que não receberam a remuneração pelos serviços prestados.

Assim, as famílias ocuparam a área no dia 6 de março de 1999 e alguns antigos empregados que viviam na área se juntaram ao movimento.

A comunicade Terra Livre está organizada em três núcleos de moradia e com uma área coletiva. A associação de produtores do Terra Livre se reúne todas as quartas-feiras para realizar os trabalhos coletivos da comunidade, onde são desenvolvidas as atividades de produção de mudas, práticas agroecológicas, embelezamento da comunidade, almoço comunitário, etc.

A escola é mantida pelo município para alunos de 1ª a 4ª série e alfabetização de jovens e adultos com professor voluntário do MST. As 27 crianças da escola são da própria comunidade e estão divididas em apenas duas turmas: uma de 1ª e 2ª e outra de 3ª e 4ª série. As aulas para jovens e adultos são lecionadas no período noturno e têm em média 14 alunos.

A comunidade possui grande potencial de produção devido a várias características favoráveis como a proximidade ao mercado consumidor, potencial agrícola da área e, principalmente, por resgatar a dignidade do agricultor que agora tem um pedaço de chão para cultivar.

No entanto, esta comunidade não recebeu até o momento nenhum tipo de incentivo financeiro para o desenvolvimento das atividades sociais e produtivas. E isso vem trazendo sérios riscos de manutenção desses agricultores na terra. A resistência da comunidade na terra vem pressionando o Governo a fazer a reforma agrária.

As áreas de produção ainda não foram demarcadas, somente as áreas para moradia. Estas situam-se, em sua maioria, nas áreas de baixada que, segundo estudos, são as mais férteis da comunidade correspondendo a 15% do total. Nessas áreas são cultivados produtos para subsistência e para comercialização como aipim, jiló, quiabo, pimentão, abóbora, milho, amendoim, folhosas, e também criação de pequenos animais (galinha caipira, suínos e caprinos).

A maior parte da fazenda é composta por relevo com declividade suave ondulada a ondulada, contendo uma vegetação rasteira com capim brachiária e gordura, onde já são criados 90 bovinos e 30 caprinos. Alguns locais encontram-se com erosão. Também possui áreas de platô com fertilidade média onde são cultivados milho e feijão no período chuvoso, porém em menor intensidade de uso agrícola.

A área possui várias nascentes e pequenos córregos de onde é retirada água para uso doméstico e com potencial para desenvolvimento da irrigação. Os assentados estão empenhados na produção de mudas para reflorestar as nascentes e áreas de preservação ambiental.



Foto: Vânia Pimentel

Hortaliças e milharal com cobertura morta. Aplicação dos conhecimentos de agroecologia aprendidos nos cursos ministrados pela EMATER-RIO.



Foto: Vânia Pimentel

As áreas ao redor da escola são totalmente cultivadas

A EMATER-RIO acompanha a comunidade desde o princípio buscando melhorar as suas condições de vida e ajudando na resistência das famílias na terra. Fornecendo, a princípio, assistência técnica para a construção de um viveiro de mudas para hortaliças, frutíferas e florestais. Uma vez por semana um técnico acompanha o trabalho do espaço coletivo.

Segundo Vânia Costa Pimentel, engenheira agrônoma e chefe do Escritorio de Irrigação e Drenagem de Resende, no convênio assinado com a Prefeitura, a EMATER-RIO está atendendo a comunidade na construção de uma barragem para abastecimento de água de irrigação e para criação de peixes em tanque rede. Também todas as famílias foram atendidas na aração das terras.

Foram ministrados, para os acampados, cursos de fabricação de doces, laticínios, entre outros.

Foto: Vânia Pimentel



Barragem para armazenar água para irrigação

A EMATER-RIO, através do ERID-Resende, construiu uma barragem para o abastecimento de água para irrigação e criação de peixes em tanque-rede.

O sustento está na terra

Responsável por 40% da produção total de Cachoeiras de Macacu, o **Assentamento São José da Boa Morte** tem demonstrado a viabilidade dos projetos de reforma agrária.



Foto: Sérgio Siciliano

Os assentados vivem do comércio da sua produção. Pilha de caixas tipo "K", próprias para frutas e raízes.

Em 1979, ocorreram os primeiros movimentos para a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, localizada às margens da Rodovia Rio-Friburgo (RJ-122), no 3° Distrito de Cachoeiras de Macacu (Subaio), com uma área total de 3.568,3 hectares.

Em 22 de janeiro de 1981, a Fazenda foi declarada de interesse social para fins de desapropriação. Atualmente, vivem no Assentamento São José da Boa Morte 472 famílias, equivalente a cerca de 4.300 pessoas. O estado de conservação das estradas, principalmente no verão, dificulta o escoamento da produção.

De acordo com levantamento realizado por técnicos da EMATER-RIO, os produtores assentados são, em sua maioria, imigrantes do Estado do Espírito Santo e do Norte Fluminense, que atuavam na pecuária de leite, lavoura canavieira ou cafeeira e que desenvolviam, para seu próprio consumo, as culturas de mandioca, feijão, arroz, quiabo, entre outras.

Nas áreas planas há a predominância de bom nível de fertilidade, onde os assentados exploram o plantio de olerícolas entre os meses de abril e novembro, pois no período restante é grande o risco de perda devido às cheias dos rios Macacu e Guapiaçu, que chegam a transpor os diques construídos às suas margens.

No início da década de 90, foi implantada a rede elétrica no Assentamento São José da Boa Morte com 4.700 metros de extensão para atender ao posto médico e às duas escolas de 1° grau, além de beneficiar seis colonos. Na Gleba F, outros 27 assentados foram beneficiados Pelo Programa Comunidade Rural da CERJ. Outros 37 produtores estão pagando a implantação da rede.

A princípio, os produtores do assentamento organizavam-se em diversas associações. A Associação Nova Esperança dos Assentados de São José da Boa Morte é a única que encontra-se em atividade desde o mês de junho passado, quando foi reativada.

A referida Associação possui galpão próprio, caminhão e trator. O caminhão tem sido utilizado para o transporte da produção local para a Ceasa e para as feiras, além de servir para serviços generalizados.

De acordo com seu atual presidente, o produtor Gilberto de Azevedo, existem diversos projetos para melhorar a situação dos assentados. Um deles é a casa de formação de mudas de olerícolas e um galpão de venda destas mudas. Outra idéia é montar uma caixotaria para reformar e consertar as caixas utilizadas e revendê-las aos produtores para embalar a produção. "Poderemos



Alguns produtores de leite são cadastrados no SIM e fabricam os seus próprios laticínios. A alimentação do gado é feita à base de cana, capineira e cevada.

vender as caixas ao preço de R$ 0,30 cada uma. Na Ceasa, a mesma caixa sai a R$ 0,80", explica Gilberto.

A EMATER-RIO está presente no assentamento há muito tempo. Técnicos dos escritórios locais de Papucaia e de Cachoeiras de Macacu prestam atendimento às famílias assentadas, de modo a apoiar o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Segundo o extensionista Jaci Souza da Silva, atualmente uma retroescavadeira e duas escavadeiras hidráulicas da EMATER-RIO estão realizando a drenagem em quatro canais da Gleba G do assentamento para que, no período das águas, não haja o risco de transbordarem e prejudicarem a plantação do local.

Cerca de 65 produtores de quiabo, berinjela, aipim, jiló, coco, maracujá e limão estão sendo beneficiados com o trabalho das máquinas. A drenagem vem sendo executada em convênio com a Prefeitura e contou com o total apoio do Secretário de Estado de Agricultura, José Marcos Castilho. Outras áreas do Assentamento São José da Boa Morte também já receberam os serviços dessas máquinas.

Levantamentos da EMATER-RIO indicam uma produção agrícola total de 7.890 toneladas/ano no assentamento. A maior delas é a de aipim, com 2.250 toneladas, seguida da batata doce (1.500 toneladas), do quiabo (1.000 toneladas), do inhame (750 toneladas), do limão (500 toneladas), do feijão mauá (450 toneladas) e do milho verde (400 toneladas).

São José da Boa Morte é responsável por 40% da produção total do município de Cachoeiras de Macacu, sendo sua maioria comercializada na Ceasa.

Existem, ainda, no assentamento cerca de 30 produtores de leite, com um total de 300 litros por dia. Parte deles, são vendidos para vários laticínios da região. Alguns produtores são cadastrados no SIM - Serviço de Inspeção Municipal e têm permissão para fabricar seus próprios laticínios e vendê-los diretamente para o consumidor.

Fotos: Sérgio Siciliano



Custódio de Souza Passos vive no assentamento desde 1986. A princípio, sua opção foi pela lavoura. No entanto, nos últimos 10 anos, Custódio passou a criar gado e investir no comércio do leite. Ele possui 20 vacas em seu sítio de 18,5 hectares, sendo que apenas 10 vêm produzindo 75 litros por dia.

Ele também faz uso da inseminação artificial, um trabalho desenvolvido pela EMATER-RIO entre os criadores de São José da Boa Morte para melhorar a qualidade do rebanho e criar um gado mais adaptado às condições do local, ou seja, com melhor fertilidade e mais resistente às mudanças de tempo e clima.

Outro projeto que vai beneficiar os moradores do assentamento é o da casa das máquinas para confecção de vários tipos de roupas e vestuários, que visa a geração de emprego e renda das mulheres do local. O projeto prevê a instalação de máquinas de costura industriais e domésticas na sede da Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de São José da Boa Morte - Cooper'Art.

Foto: Sérgio Siciliano



Máquinas da EMATER-RIO fazem a drenagem dos rios no Assentamento São José da Boa Morte

A descoberta de um novo caminho

Há 16 anos, trabalhadores demitidos de uma usina de cana-de-açúcar encontraram na terra uma nova fonte de sobrevivência. Hoje, o **Assentamento Novo Horizonte** surpreende pela infra-estrutura e pela organização de seus moradores.



Foto: Arquivo

Uma ação pioneira de reforma agrária vem apresentando ótimos resultados. É o assentamento rural instalado nas terras da extinta Usina Novo Horizonte, localizado em Novo Horizonte, 9º distrito de Campos dos Goytacazes, na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro.

Com a falência da Usina, há 16 anos, os trabalhadores dispensados não sabiam que rumo tomar e como resolver o problema do desemprego. Procuravam um meio para sobreviver.

Graças ao apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os empregados conseguiram que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriasse as seis fazendas onde funcionava a Usina.

Eles viram aí a possibilidade de usarem aquelas terras para continuar tirando dela o seu sustento e de suas famílias. A luta foi difícil, mas deu certo. Atualmente o Assentamento Novo Horizonte pode ser considerado um modelo para tantos outros que surgiram dentro do território nacional.

Em uma área de 4.335 hectares, cerca de 250 famílias vivem hoje exclusivamente da agropecuária, produzindo mensalmente 65 toneladas de mandioca, 57 toneladas de milho, 9 toneladas de feijão, 36 toneladas de banana, 1.250 toneladas de cana de açúcar, 12 toneladas de abóbora, além de 6.300 unidades de coco e 320 dúzias de ovos. No local também são produzidos 84 mil litros de leite/mês.

A produção é comercializada às terças e sextas-feiras na Feira da Roça, programa criado pela Prefeitura de Campos, que também fornece o transporte dos produtos. Além disso, alguns produtores vendem cerca de 60 toneladas por mês de alimentos em barracas padronizadas, organizados pela Associação dos Produtores Rurais da Feira da Roça (Aprofer).



Foto: Arquivo

Os assentados vendem seus produtos na Feira da Roça



Foto: Arquivo

Máquinas da EMATER-RIO ajudam os agricultores em suas

Parte do leite dos produtores do assentamento é vendido para a Cooperleite e o resto transformado em queijo, para ser comercializado na Feira da Roça. Quanto à cana de açúcar, 60% da produção é vendida para a Usina Santa Cruz e 40%, como semente para produtores da região.

O agricultor Fernando Fortunato abre um largo sorriso para falar de sua vida no assentamento. Sua produção semanal de 120 quilos de farinha, 25 unidades de coco, seis dúzias de ovos, 12 quilos de queijo, 20 dúzias de milho verde e 25 quilos de feijão lhe proprocionam uma renda de R$ 650,00 por mês com a venda na Feira da Roça. Desde 1990, o agricultor comercializa seus produtos naquele local: "A Feira da Roça foi uma grande idéia para os produtores de Novo Horizonte. Cada um trabalha para si mesmo e retira um bom lucro", garante Fernando.

Quem vai conhecer o assentamento hoje fica impressionado com a infra-estrutura e com a organização dos trabalhadores rurais. Graças ao esforço conjunto, os assentados desfrutam de estradas asfaltadas até o núcleo urbano de Novo Horizonte e luz elétrica implantada em todas as fazendas ocupadas.

São cinco escolas atendendo a mais de 200 crianças, dois postos de saúde para serviços de ambulatório e de primeiros socorros, além de uma creche com capacidade para atender a 100 crianças. O assentamento conta, ainda, com três associações de trabalhadores.

Desde que o projeto de assentamento teve início, as famílias vêm recebendo o total apoio da EMATER-RIO. Os próprios assentados são unânimes em afirmar a importância da extensão rural para o desenvolvimento do assentamento nesses 16 anos: "Os técnicos da EMATER-RIO nos ajudaram muito. Eles estão sempre presentes quando temos alguma dúvida ou dificuldade nas nossas terras", ressaltam os produtores.

De acordo com Jairo Martins da Silva, atual Supervisor Local da EMATER-RIO, a extensão rural tem estado presente em todas as etapas de desenvolvimento do assentamento. Suas principais ações têm sido dentro na organização de cursos e assessoramento às entidades organizativas, acompanhamento da comercialização na Feira da Roça, na orientação técnica da produção e campanhas de hortas domésticas, na elaboração de projetos de crédito rural e na orientação e supervisão de atividades como construção de açudes e tanques, na execução de drenagens e na elaboração de cursos de avicultura, corte e costura, etc.



Foto: Arquivo

A extensão rural tem auxiliado o Assentamento Novo Horizonte na organização de cursos profissionalizantes

Jairo Martins explica que um dos pontos que mais beneficiou o assentamento foi o fato de que a maioria dos moradores são originários da antiga usina que faliu. "Foi uma opção deles mesmos ficar e trabalhar na terra. Eles passaram de empregados a donos do próprio negócio", esclarece o extensionista.

A organização dos moradores também é essencial para que o projeto esteja dando certo. Inúmeros benefícios vêm sendo conquistados graças ao empenho de toda a comunidade. Ao lado deles, tem papel de destaque a EMATER-RIO, instituição do Governo Estadual que vem dando todo o apoio necessário para a solução dos problemas do assentamento, evitando, assim, o êxodo dessas pessoas para as grandes cidades, o que certamente elevaria os níveis de miséria, pobreza e violência, já tão altos.



Foto: Sérgio Siciliano

Campo Alegre: um marco na luta pela terra

A vida das famílias do **Assentamento de Marapicu** tem sido de muitos desafios. No entanto, a esperança ainda está presente na fisionomia dos seus moradores. A Comunidade de Marapicu deseja ser reconhecida e valorizada.

Uma das ocupações de terra que mais marcou a década de 80 no Estado do Rio de Janeiro aconteceu em Campo Alegre, em Nova Iguaçu. Naquele local, foram surgindo várias comunidades a partir de janeiro de 1984, inclusive a de Marapicu.

Ela surgiu em fevereiro de 1985, quando cerca de 95 famílias oriundas da Baixada Fluminense, Mesquita e Miguel Couto ocuparam terras pertencentes ao Governo Federal e formaram a comunidade.

Até hoje, os moradores não conseguiram a posse das terras e o assentamento não foi regularizado. No entanto, o Incra já entrou nas negociações e espera-se para breve uma solução legal para as famílias que vivem e produzem no local.

Maria Auxiliadora Vieira dos Santos, presidente da Associação dos Camponeses do Marapicu, explica que a UAMCA - União das Associações dos Mutirões de Campo Alegre engloba cada uma das entidades da região e tenta, em conjunto, resolver os problemas comuns dos associados. "A Prefeitura de Nova Iguaçu e a EMATER-RIO têm ajudado muito os moradores de Marapicu, mas falta mais apoio dos Governos Federal e Estadual", reivindica Auxiliadora.

Em Marapicu a produção é diversificada. Planta-se principalmente aipim, quiabo, cana-de-açúcar, coco, laranja e demais citrus. A venda é feita no centro de Nova Iguaçu, para feirantes e camelôs. A cana-de-açúcar é comercializada na rede de lanchonetes do município para caldo de cana. A produção de aipim da comunidade chega a 500 toneladas.

De acordo com Maria Auxiliadora, no início do assentamento o Governo Federal, como resultado da intervenção da EMATER-RIO, estimulou o processo de produção, quando foram cedidos equipamentos para preparo do solo e transporte de produtos. Com o tempo, a falta de políticas públicas de apoio à reforma agrária, somadas a fatores limitantes, como regime de chuvas, baixa fertilidade do solo, dentre outros, acarretaram a queda da produtividade e a sazonalidade da produção.

Do ponto de vista ambiental, os agricultores sofrem com a poluição dos rios Cabuçu e Ipiranga, que, após percorrerem áreas industriais e de alto índice de contaminação, tornam suas águas impróprias para irrigação das lavouras.

A comunidade de Marapicu está contemplada no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas RIO RURAL - desde 1990, quando o seu diagnóstico e planejamento começaram a ser realizados com base no sistema da microbacia hidrográfica do Rio Ipiranga.

O Programa de Microbacias, coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura e executado pela EMATER-RIO, após as ações de diagnóstico e de planejamento, viabilizou demais ações tais como: correção de solo com aplicação de calcário e adubo mineral, implantação de uma rede de drenagem, realização de metodologias de apoio ao associativismo/cooperativismo, contratação de agente comunitário de saúde para formação de agentes multiplicadores de ações de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS e demais ações de prevenção e de apoio à promoção de saúde; conservação de estradas, construção de poços para armazenamento de água para consumo humano, criação de peixes e para irrigação; e implantação de fruticultura tropical, principalmente coco e citrus.



Foto: Sérgio Siciliano

O coco é uma das importantes culturas de Marapicu

Ainda com base no diagnóstico e planejamento comunitário, outras demandas foram apontadas e incluídas no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas RIO RURAL que originaram a elaboração e aprovação de projetos com recursos do Fundo Estadual de Controle Ambiental FECAM, que prevê ações de reflorestamento, instalação de poços tubulares profundos para a captação de águas subterrâneas com apoio do Departamento de Recursos Mineirais - DRM; instalação de telefonia rural; implantação de centro comunitário e unidades didáticas de jovens rurais; capacitação de produtores; recuperação de estradas vicinais; e implantação de estufas para produção de mudas.

Na área da educação, Marapicu também está carente. Não existem escolas e as cerca de 43 crianças têm que se deslocar para o centro de Campo Alegre ou para o Bairro Aliança para poderem freqüentar as aulas.

Mesmo sem a legalização do assentamento, a EMATER-RIO tem estado ao lado dos produtores, buscando atender suas demandas e projetos com o estabelecimento de parcerias para a otimização de recursos humanos e financeiros.

A presidente da Associação dos Camponeses de Marapicu não se cansa de elogiar o empenho de extensionistas como Mariella, Maria Conceição Luz, Luiz Carlos, Márcio e Rudá, todos do escritório de Nova Iguaçu.

Maria Auxiliadora destaca que o aumento da violência urbana tem refletido no dia-a-dia das famílias de Marapicu. No início foram pequenos furtos de animais e de produtos agrícolas. Depois vieram as ameaças e agressões físicas a moradores. Na opinião de muitos, essa situação é fruto de interesses maiores, que não desejam o crescimento e o desenvolvimento econômico e social de Marapicu.



Maria Auxiliadora espera, ansiosa, alguma ajuda das autoridades para os problemas do Assentamento Marapicu.

Foto: Sérgio Siciliano



Foto: Sérgio Siciliano

Muitas são as demandas de Marapicu. Uma delas é a melhoria das estradas.

Trabalho e apoio: os resultados aparecem

Os agricultores José e Elias moram no **Assentamento Alvejamento**, em Magé. Ambos recebem apoio da EMATER-RIO e estão vendo a história de suas vidas ser modificada. Hoje, esses agricultores conseguem tirar de suas pequenas propriedades o sustento de toda a família.



Foto: Sérgio Siciliano

Localizada no município de Magé, no Estado do Rio de Janeiro, a área onde se situa hoje o Assentamento Alvejamento, em Cachoeira Grande, pertencia à fábrica América Fabril que, após sua falência, deixou abandonadas suas terras. Teve início, então, a ocupação por posseiros e antigos funcionários, que passaram a cultivar olerícolas para seu sustento e posterior comercialização.

Após a regularização da posse das terras, ficou decidida a permanência de 110 famílias que provaram a necessidade de ocupação da terra para sua sobrevivência. Era o ano de 1984 e a EMATER-RIO já estava presente junto àqueles produtores, trabalhando pelo aumento da produção e produtividade, pela introdução de tecnologias que não agredissem o meio ambiente, melhorando a produtividade da terra, a quantidade e a qualidade da água.

A presença da extensão rural na área do Assentamento de Alvejamento tem contribuído, ao longo dos anos, para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, introduzindo conhecimentos e habilidades para a melhoria da alimentação, do saneamento básico e da saúde da população. Além disso, técnicos da Empresa têm trabalhos específicos para a juventude rural e incentivam o aprimoramento das diversas formas associativas locais.

O Escritório Local de Magé é o responsável pela assistência àqueles assentados. Os engenheiros agrônomos José Alberto Cotrim e Edison Rodrigues Cruz têm atuado na introdução da agricultura agroecológica (caldas e biofertilizantes), na ampliação da fruticultura, com o cultivo do coco, e da olericultura.

Os assentados também contam com três entidades representativas: a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Cachoeira Grande, a Cooperativa dos Produtores Rurais Mageense Ltda. e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

De acordo com dados da EMATER-RIO, o Assentamento Alvejamento conta com 62 agricultores, responsáveis pela produção de 1.405 toneladas de aipim, quiabo, pimentão, jiló, batata-doce, banana, cana de açúcar, maracujá e milho verde. A comercialização é feita através do Pavilhão 21 da Ceasa, em Piabetá e, nas propriedades, para feirantes locais.

José Neves de Araújo, um dos assentados em Alvejamento, trabalha os seus 2,8 ha de terra com a ajuda da mulher, dos filhos e de um amigo.

As melhorias vieram aos poucos, através de empréstimo do Procera e de muita luta e perseverança. Com o dinheiro do crédito, foram plantadas as primeiras mudas de coco e feitos os serviços para a drenagem do



Foto: Sérgio Siciliano

José trabalha a terra com a ajuda de seu filho

brejo, de forma a possibilitar o crescimento das lavouras de quiabo, jiló, feijão de corda, abobrinha, banana e cana de açúcar.

Na propriedade, o trabalho é bem dividido: enquanto José cuida da lavoura, o filho Norivaldo dedica-se a outras atividades do sítio. O amigo Elias Costa também contribui com a fabricação de cestos de bambu, os quais são vendidos nas redondezas.

A energia elétrica chegou há pouco ao local, mas já vem permitindo um incremento nas atividades da propriedade. No entanto, a grande queixa da família



Foto: Sérgio Siciliano



Foto: Sérgio Siciliano

Técnicos da EMATER-RIO estimulam o uso de fertilizantes naturais

Neves de Araújo é a falta de crédito para custeio, de forma a proporcionar o aumento da produção e da produtividade das culturas.

Elias Moreira de Lima possui um sítio de 3,7 hectares em Alvejamento, onde se casou, teve duas filhas, plantou olerícolas e tornou-se um agricultor próspero.

Auxiliado por um microtrator, adquirido graças aos recursos do Procera, Elias tem conseguido atingir uma produção média de 2.000 caixas de olerícolas por ano. Entre as culturas mais importantes estão a do aipim, jiló, milho, feijão de corda, pimentão, quiabo e abóbora.

Orientado pelos técnicos da EMATER-RIO, Elias vem usando com regularidade produtos pouco agressivos ao meio ambiente, como o supermagro, fertilizante natural à base de esterco fermentado. Neste sentido, os técnicos o consideram um exemplo a ser seguido pelos demais agricultores. Elias sempre procura manter-se informado e, por isso, participa dos eventos e reuniões promovidos pela EMATER-RIO, dos quais é assíduo freqüentador.

Elias constituiu família no assentamento e hoje já consegue viver da venda de sua produção agrícola

Foto: Sérgio Siciliano





Foto: Arquivo

Troca de experiências entre trabalhadores rurais

Esperança. Este é o sentimento que resume a vida dos moradores do **Acampamento Sebastião Lan II**. O sonho da regularização da área e, com isso, a possibilidade de receber incentivos governamentais, é o que motiva o dia-a-dia daquelas famílias. Enquanto isso, instituições como a EMATER-RIO, o IEF e o MST trabalham em conjunto para desenvolver no local uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia.

Regularização: o sonho que ainda não veio

Em Silva Jardim, município da Região Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas, encontra-se instalado, há cerca de cinco anos, o Acampamento Sebastião Lan II.

Com uma área de, aproximadamente, 1.044 hectares, divididos em lotes de 12 ha, o acampamento abriga 87 famílias que moram e trabalham a terra, produzindo frutas e olerícolas, além de pequenas criações.

Técnicos da EMATER-RIO dos escritórios de Regional Litorânea, Silva Jardim e Casimiro de Abreu realizaram levantamento do que é produzido no acampamento, a pedido do Grupo de Trabalho Ecossocial da Universidade Federal Fluminense.

A maior produção do local ficou com o aipim (955 toneladas), cultivado por 59 produtores, seguido da banana (170,2 toneladas), com 30 agricultores e da cana-de-açúcar (99,9 toneladas), produzida por 11 assentados.

Além disso, no Acampamento Sebastião Lan II são produzidas, anualmente, cerca de 8.000 dúzias de ovos, 52.000 litros de leite, 320 arrobas de carne suína, 75 arrobas de carne bovina e 540 quilos de aves.



Foto: Arquivo

Técnicos da EMATER-RIO estiveram no acampamento fazendo o levantamento da produção local

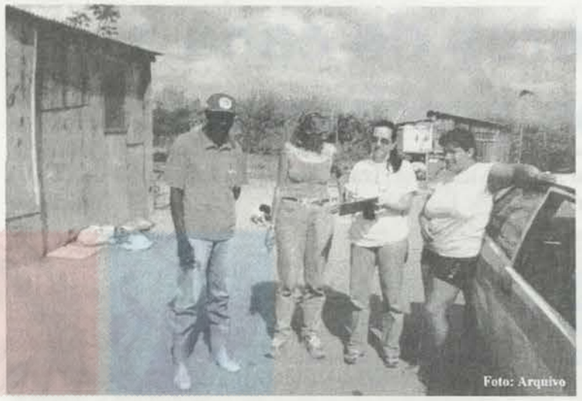


Foto: Arquivo

As necessidades dos acampados foram discutidas durante a visita dos técnicos

A EMATER-RIO, após o estabelecimento da atual diretoria, tem prestado assistência ao Acampamento, inclusive com presença semanal de técnicos do Escritório Local de Casimiro de Abreu.

Além disso, com o objetivo de promover uma reforma agrária baseada nos princípios da agroecologia, a Empresa promoveu, no mês de outubro e em parceria com o Instituto Estadual de Florestas - IEF e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, uma troca de experiências entre agricultores familiares de Parati e os acampados de Sebastião Lan.

Na ocasião, os produtores de Parati, com o apoio do Escritório Local de Angra dos Reis e do Idaco, puderam apresentar seus desafios e conquistas, em uma troca de vivências sobre agroflorestas e princípios agroecológicos, de modo a colaborar para o desenvolvimento econômico e social daquele Acampamento.

Outra importante atividade da comunidade é a realização de mutirões para promover a recomposição das matas ciliares. Inicialmente foram plantadas 7 mil mudas doadas pelo IEF para a recuperação das matas do Canal Aldeia Velha.

Uma notícia aguardada ansiosamente pelos moradores do Acampamento é o desfecho, positivo, do impasse entre o Incra e o IBAMA, no sentido de regularizar o acampamento como assentamento legalmente constituído. Desta forma, aquela comunidade poderá ter acesso a benefícios governamentais como o PRONAF.

De acordo com o Grupo de Trabalho Ecossocial da Universidade Federal Fluminense, devem ser obervados os seguintes pontos:

- Implantar, nos assentamentos já existentes, a prática da agroecologia;
- Estabelecer prioritariamente a recuperação das matas ciliares ao longo dos canais Aldeia Velha e São João;
- Transformar a área do Brejão em espaço modelo para a prática da agroecologia consorciada à agrofloresta;
- Capacitar os trabalhadores rurais às necessidades oriundas da agroecologia combinadas com a agrofloresta;
- Efetivar a assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre o Incra e o Ministério Público Federal, para terminar com a demanda jurídica e permitir a imediata implantação dos projetos ambientais e agrários.

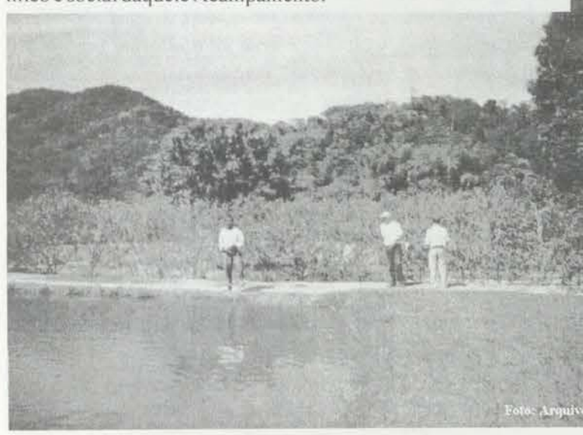


Foto: Arquivo



Foto: Arquivo

A EMATER-RIO, o IEF e o MST têm realizado atividades com os acampados de Sebastião Lan II, de modo a prepará-los para a adoção de uma agricultura basicamente agroecológica.

De cortadores de cana a pequenos produtores

[1]Cristianne Pereira Mendonça, [2]Ivana Arquejada Faes e [3]Solimar Oliveira de Faria Verra

"Está terminando o tempo da inocência e começando o tempo da política. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História." (Martins, 1989, p. 12 - 13)

As relações de trabalho imbricadas na vida social não evoluem no mesmo ritmo em toda parte. Nas diferenças postas, estão situadas disparidades regionais importantes que pontuam características peculiares. Ocorre que, nas relações sociais experimentadas entre os homens, os alicerces constituintes de identidade devem ser considerados.

Movimentando nossos pensamentos, resgatamos de nossas memórias lembranças de um passado não muito distante: as vivências extensionistas interiorizadas em equipe multidisciplinar, situadas num ambiente de reforma agrária, localizadas em um assentamento no município de Campos dos Goytacazes no período compreendido entre o final da década de 80 e início da década de 90.

Nosso assentamento de "destino" carregava (e carrega) sugestiva denominação Novo Horizonte, composto por sete grandes fazendas, passíveis de "abrigar 400 famílias. A proposta de "abrigo", certamente, era externa, pois aquelas terras já "abrigavam" seus donos. Era habitada por famílias de ex-trabalhadores rurais de usina falida, falência esta que vem se apresentando como "lugar comum" dentre as muitas empresas usineiras existentes na região até a atualidade.

É Novo Horizonte, "assentamento espaço" de terras férteis, circundadas pela Área de Proteção Ambiental Desengano (APA Desengano). Lugar de rara beleza, que deslumbrava até observadores mais desatentos. Além da presença da mata, cachoeiras desenhavam de forma peculiar, contornos de vida qualificada por saudável ambiente de ar puro e águas límpidas.

Contudo, diante de tamanho deslumbramento, olhares mais atentos visualizavam contrastes no encontro do ambiente com o humano lá instalado: estávamos nesse contexto, exercendo cargos de extensionistas sociais com a comunidade, que foi "contemplada com a terra" pelo INCRA. Várias instituições enviaram para o local profissionais de agronomia e de serviço social. Sociólogos e antropólogos se interessaram pelo estudo daquela área, por ser constituída de trabalhadores que tinham "identidade com a terra", pois eram os então pequenos produtores, ex-trabalhadores rurais de usina. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também se fez presente e reforçava uma orientação técnica comum: não era permitido plantar cana-de-açúcar, tinha que plantar "comida"; quem "ganhou" a terra não podia trabalhar em outras usinas, tinha que trabalhar na pequena propriedade.

Era uma pequena propriedade da qual não se era dono ainda, pois o documento era a "Autorização Provisória de Ocupação", não tinha divisas, não tinha recursos: somente fome e pobreza. Uma fome que havia matado muitas crianças quando o açúcar encontrado no depósito da usina acabou, pois este produto misturado à água foi o alimento familiar e o conteúdo de "mamadeiras", acrescido de ensopado de mamão verde e outros vegetais.

Nas visitas às famílias como desenvolvimento do trabalho de extensão comunitária, as mulheres sempre eram encontradas; quanto aos homens, em sua maioria, estavam fora. Estavam na verdade cortando cana de outra usina, haviam se tornado trabalhadores temporários do corte da cana escondidos dos técnicos e do sindicato. Pelos cantos dos quintais das precárias casas, sempre "escondidas", estavam pequenas moitas de cana-de-açúcar. Se as avistássemos, não precisávamos perguntar, pois a justificativa chegava de imediato: "é preciso de uma caninha para adoçar o café".

Aquela comunidade era constituída por famílias com histórias de perdas, fome e esperança por dias melhores. Perspectivas aguçadas, expectativas de assistência e recursos aflorados, surge na vida daquelas pessoas uma "tempestade de instituições". Dúvidas e incertezas invadiram aqueles ex-cortadores de cana que, eram, naquele momento, repentinamente, chamados pelos técnicos de pequenos produtores.

Apesar da "tempestade de instituições", alguns recursos foram surgindo, algumas instituições foram se afastando e algumas lá permanecem até a atualidade. Dentre as que persistiram estão a EMATER-RIO e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tem hoje como seu presidente, um "assentado", ou melhor, um "pequeno produtor"... ora, mas ocupando a presidência de um Sindicato de Trabalhadores Rurais um "pequeno produtor"?

Muitas são as nossas dúvidas, mas também há uma certeza: naquela comunidade houve aprendizagem a partir da luta e resistência para manter a vida e a terra. Com produção diversificada diante do "pouco produzido", semanalmente estão presentes no comércio urbano campista, "produtos de Novo Horizonte".

Fruto da identidade de um grupo que demarcou espaço, reconstruiu possibilidades, reelaborou saberes e ensinou às instituições e respectivos técnicos que, na relação com a terra, há uma organização interna de "comum unidade" entre os seus. Demonstraram com seu trabalho e perseverança, que aceitaram a proposta de reforma agrária dos "de fora", mas é preciso que estes "de fora" aceitem também, que essa reforma da terra promova mudanças possíveis, reais, concretas, que estão validadas no "passo a passo do como as coisas acontecem para quem as vivencia...", pois...

> **A experiência humana (...), expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos, construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constróem a história. São as pessoas carregadas de experiência (...)" (Bezerra, 1995, p. 125)**

Titulação dos Autores
1 - Assistente Social e Gerente Estadual de Projetos Sociais da EMATER-RIO
2 - Assistente Social, Docente da Universidade Federal Fluminense e ex-Extensionista Social da EMATER-RIO
3 - Profissional de Ciências Agrícolas e Gerente Regional de Projetos Sociais da EMATER-RIO

A verba era de faminto

* Rosani Ferraz de Araújo Staneck Torres

*No ano de 1988, participei da equipe do Programa de Reforma Agrária do Estado do Rio de Janeiro no Assentamento Santa Rosa, no município de Magé. Durante aproximadamente quatro anos, a tônica de nosso trabalho esteve na questão da **organização comunitária** do assentamento, tendo como viés o **Planejamento Participativo.** Dessa forma, fugiu-se da metodologia tradicional até então instituída, a do paternalismo assistencialista através da implantação dos tradicionais "pacotes", "pacote do crédito rural", "pacote do uso de fertilizantes" e etc.*

A minha experiência foi muito interessante, principalmente na fase de planejamento. Tornar-se um "agente externo" àquele contexto, com perspectivas participativas, foi muito difícil!

Aos poucos visualizamos que a prática associativa, apesar de não parecer, encontrava-se inserida informalmente nas relações sociais estabelecidas pelo grupo através dos mutirões, das campanhas e etc. O nosso objetivo era de buscar uma metodologia onde pudéssemos limitar a participação do Estado e incluir representantes da população beneficiária no interior do processo de execução dos planos, através da criação de canais institucionalizados exigidos pelo programa. Assim, estruturamos a Associação de Pequenos Produtores do Assentamento de Santa Rosa.

*O debate substituiu a neutralidade e a omissão de quase todos. Fato interessante ocorreu com um dos agricultores mais difíceis de participar, imagine de verbalizar suas idéias! Certa vez, começamos a esclarecer para o grupo que todos os assentamentos na fase de sua implantação deveriam receber verbas subsidiárias emergenciais e, dentre estas, as verbas de habitação e a de fomento para a produção agrícola. O Senhor Geraldinho, assim conhecido na comunidade, questionou: - "De quanto é esta tal verba de "**fomento**"? Explicamos o valor. Ele retrucou: -"Ah, minha filha, esta verba é de "**faminto**"!*

*Construímos a história do Assentamento através de entrevistas de relato de vida com as pessoas idosas da comunidade, fizemos trabalhos de grupo com debates e técnicas de desenvolvimento participativo, registramos em fotografias, recolhemos fotografias antigas, fizemos diário de campo e etc. Produzimos **juntos** conhecimentos necessários para podermos planejar (diagnóstico), elaborar projetos (planejamento), até a execução e avaliação dos mesmos.*

* *Assistente Social e Extensionista Social da EMATER-RIO*

ITERJ: um trabalho a ser mantido e estimulado

*Reportagem com o Presidente do ITERJ, realizada por Patrícia Rivoredo**

De acordo com o presidente do ITERJ, José Repoles Teixeira, são inúmeros os projetos e programas que este Instituto desenvolve e põe em prática. Suas ações são diretamente ligadas às comunidades cadastradas ao ITERJ que, em conjunto com órgãos públicos, federais, estaduais e municipais buscam soluções para a má distribuição da terra no Estado do Rio de Janeiro, garantindo a cidadania a que todos têm direito.

O ITERJ é o órgão técnico e executor da política fundiária e agrária do Rio de Janeiro. "Se conseguirmos solucionar o problema de terra neste Estado, quem sabe algum dia faremos a tão sonhada reforma agrária no Brasil!", costuma afirmar o presidente do Instituto.

Só no mês de setembro de 2002, mais de 500 títulos de Concessão de Uso de Terra foram entregues a algumas comunidades rurais e urbanas do Rio de Janeiro, como Paes Leme, Vila Esperança, Novo Campinho e Fazendas São Pedro, São Domingos e Vitória da União. Até dezembro deste ano serão mais de 1500 famílias sendo beneficiadas.

A Comunidade de Tiradentes também receberá o título. Formada por, aproximadamente, 700 famílias, já possui mais de 300 títulos assinados pelo Secretário de Agricultura, José Marcos Castilho.

O representante desta comunidade, Celso Luiz Maciel, explicou a importância desta terra para as pessoas. "Aqui moram trabalhadores, que, sem esta terra, seriam sem teto para morar, piorando a situação. Estes títulos vêm para nos assegurar que durante 99 anos ninguém poderá nos tirar daqui". Ele também se diz muito satisfeito com o trabalho da equipe do ITERJ. "Uma luta justa, feita por pessoas competentes, que estão sempre dispostas a nos ouvir e tentar solucionar os problemas das comunidades carentes", declarou.

Para o representante da Comunidade de Mont Serrat, Luis Otávio Falcão, o Título de Concessão de Uso da Terra proporciona uma tranqüilidade de se saber possuidor de um pedaço de chão, o que garante uma vida melhor, de cidadão.

Ainda existe muito caminho pela frente e muita luta a ser vencida. No entanto, a satisfação das pessoas está servindo para aumentar a vontade dos representantes políticos responsáveis em fazer a reforma agrária.

Tendo como exemplo o trabalho que o ITERJ vem desenvolvendo, fica claro que a reforma agrária não é nenhum bicho de sete cabeças e, com força de vontade e competência, aos poucos ela será feita.

* Patrícia Rivoredo é Assessora de Imprensa do ITERJ



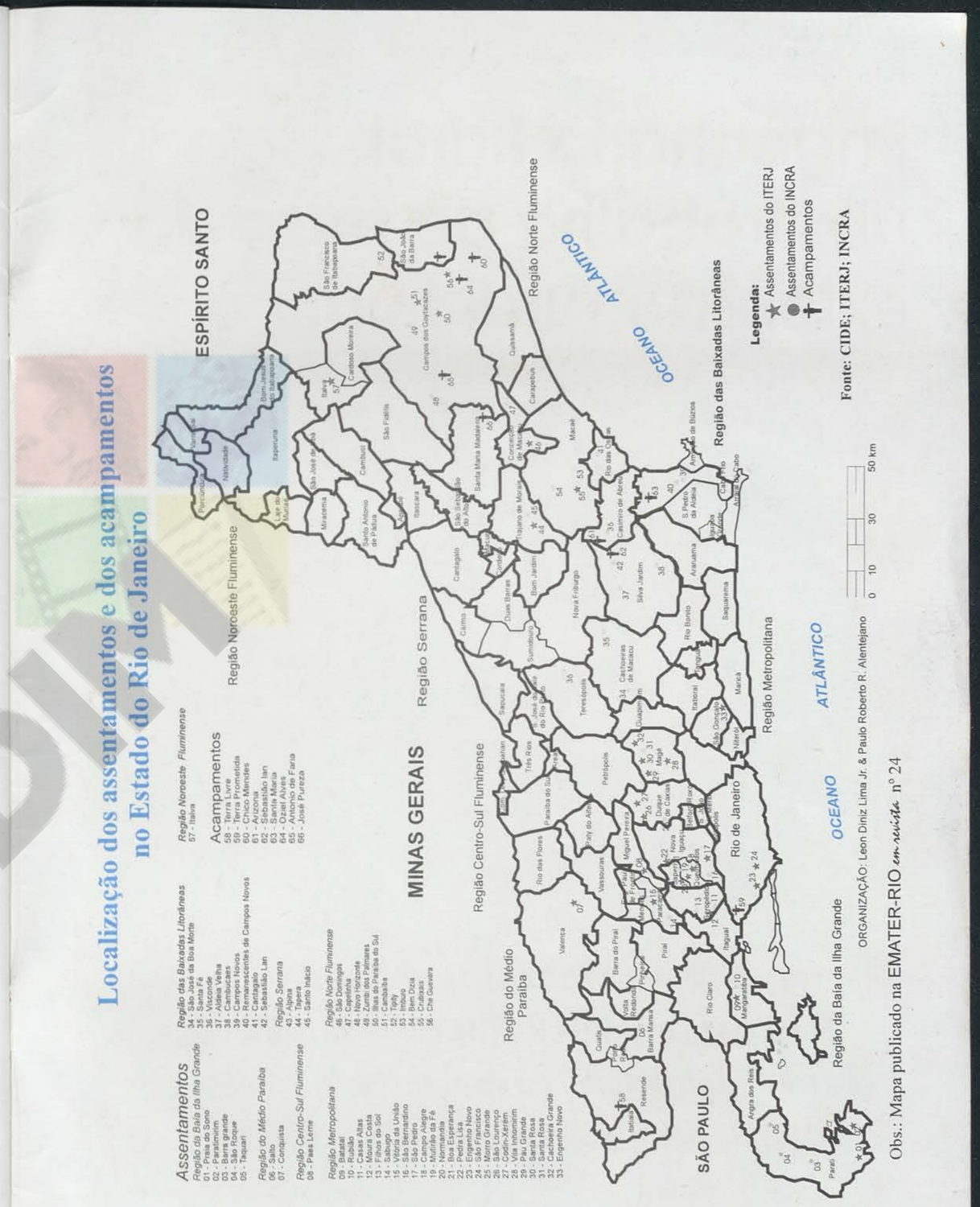
Foto: Francinete Fróes



Foto: Francinete Fróes

Em dia de festa, o Presidente do ITERJ, José Repoles Teixeira, e o Secretário de Agricultura, José Marcos Castilho, entregam títulos de Concessão de Uso de Terra aos assentados. Um sonho antigo de homens e mulheres que vivem do cultivo da terra.

Localização dos assentamentos e dos acampamentos no Estado do Rio de Janeiro



Assentamentos

Região da Baía da Ilha Grande
01 - Praia do Sono
02 - Paraimirim
03 - Bracuí/Cunhambebe
04 - São Roque
05 - Taquari

Região do Médio Paraíba
06 - Salto
07 - Conquista

Região Centro-Sul Fluminense
08 - Paes Lerne

Região Metropolitana
09 - Batatal
10 - Rubião
11 - Campo Alto
12 - Moura Costa
13 - Filhos do Sol
14 - Sabugo
15 - Vitória da União
16 - Santo Antônio
17 - São Pedro
18 - Campo Alegre
19 - Mutirão da Fé
20 - Normandia
21 - Boa Esperança
22 - Pedra Lisa
23 - Engenho Novo
24 - São Francisco
25 - Morro Grande
26 - São Domingos
27 - Chico Mendes
28 - Vila Inhomirim
29 - Pau Grande
30 - Santa Rosa
31 - Santa Rita do Zarur
32 - Cabuçu
33 - Engenho Novo

Região das Baixadas Litorâneas
34 - Santa Fé
35 - Visconde
36 - Aldeia Velha
37 - Cambucaes
38 - Campos Novos
39 - Remanescentes de Campos Novos
40 - Remanescentes de Campos Novos
41 - Cantagalo
42 - Sebastião Lan

Região Serrana
43 - Alpina
44 - Tapera
45 - Santo Inácio

Região Norte Fluminense
46 - São Domingos
47 - Colônia
48 - Novo Horizonte
49 - Zumbi dos Palmares
50 - Ilhas do Paraíba do Sul
51 - Cambaíba
52 - Ipoema
53 - Ilhoa
54 - Bem Dizia
55 - Cruzadas
56 - Che Guevara

Região Noroeste Fluminense
57 - Itaíva

Acampamentos

Região Serrana
58 - Terra Livre
59 - Terra Conquistada
60 - Chico Mendes
61 - Arizona
62 - Sebastião Ian
63 - Santa Maria
64 - Ozeil Alves
65 - Antônio Faria
66 - José Pureza

Obs.: Mapa publicado na EMATER-RIO *em revista* nº 24
ORGANIZAÇÃO: Leon Diniz Lima Jr. & Paulo Roberto R. Alentejano

Engenharia Rural: um trabalho de peso da extensão rural fluminense



Retroescavadeira, escavadeira, perfuratriz, tratores ...
Máquinas da EMATER-RIO que realizam o sonho
de muitos produtores rurais, prestando serviços para
Prefeituras, Associações, Cooperativas, Sindicatos, etc.

ENCARTE ESPECIAL

A OMISSÃO DO ESTADO DIANTE DAS CAUSAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

LUTA CONTRA ATERRO SANITÁRIO EM SEROPÉDICA

Relato sobre visita técnica ao CTR/ Santa Rosa denuncia gravidade do empreendimento para a região

LEIA NO VERSO



FOTOS DA EDIÇÃO: Márcia Marques

Participem da Audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ

Dia 27 de maio (sexta-feira), às 10h.

PAUTA: aterro sanitário em Seropédica

TEREMOS ÔNIBUS SAINDO DA PRAÇA DE SEROPÉDICA E DA RODOVIÁRIA DA RURAL (AO LADO DO HOTEL), ÀS 7 HORAS

Relato sobre visita técnica ao CTR Santa Rosa

Escrito por *Márcia Marques* *

No dia 6/05/2011, equipe multidisciplinar, composta pelo Fórum de Mobilização contra o lixo em Seropédica, Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores de Seropédica, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Seropédica e Câmara Técnica do Aquífero Piranema, visitou as instalações do Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) Santa Rosa – Seropédica para avaliar as condições de instalação do empreendimento e os possíveis impactos para o Aquifero Piranema, importante manancial de águas subterrâneas que abastece a comunidade local do assentamento rural e também constitui alternativa de abastecimento para a população dos municípios de Itaguaí, Seropédica e adjacências.



Durante esta visita, como era de se esperar, visto insistência do governo do Estado do Rio de Janeiro em colocar o seu lixo nessa localidade inadequada, foram constatadas diversas irregularidades tais como:

*Uma lagoa de chorume construída provisoriamente a céu aberto, devido a falta de uma estação de tratamento de chorume, como previa o projeto **(vide foto acima)**;



*Deposição do lixo sem a devida cobertura de camadas de barro (saibro);

*Obra inacabada de fase 1 do aterro, sem o fechamento adequado da célula, onde as mantas de proteção se encontram expostas e solapadas **(vide foto ao lado)**;

*O sistema de monitoramento eletrônico, dito por eles importado dos Estados Unidos, não estava funcionando – caracterizando total descaso com o monitoramento do vazamento de chorume;

*Abastecimento irregular de carros pipas em lagoa perene, localizada no empreendimento para a umidificação do solo;

Diante destes fatos gravíssimos, um resumo destes indícios de má operação foi apresentado no dia 12/5/11 no Comitê Guandu, órgão gestor da Bacia, havendo por parte dos representantes do Estado (INEA) que lá estavam presentes, uma tentativa indecente de invalidação de todo este trabalho técnico, causando grande indignação do plenário.

*Márcia Marques é Secretária Executiva do Instituto Ambiental Conservacionista 5º Elemento

Endereco dos componentes da Equipe CPT/NI.

Nome: Sonia Ferreira Martins
Endereco: Av. Olimpia Silva No. 45
Bairro: Quimado - Nova Iguacu
Cep: 26.300
Data de nascimento: 07/01/64

Nome: Claudio Amaro Carlos da Silva
Endereco: Rua Pedro Rebelo No. 381 Apt: 101
Bairro: Rocha Miranda
Cep: 21.510
Telefone: 220.7177 (trabalho)
Data de nascimento: 18/03/61

Nome: Lucia Ines C. da Silva
Endereco: Rua Livia Maria Guido No. 1.163
Bairro: Miguel Couto - Nova Iguacu
Cep: 26.145
Telefone: 768.2762
Data de nascimento: 30/04/60

Nome: Cristiane Tamburrano
Endereco: Rua Maria Silva No. 186
Bairro: Nova Iguacu
Cep: 26.000
Telefone: 767.0969
Data de nascimento: 11/03/60

Nome: Generosa de Oliveira Silva
Endereco: Av. Brasil,996 - Parque Estoril
Bairro: Nova Iguacu
Telefone: 767.0960 (Recado)
Data de nascimento: 07/08/61

Nome: Lodovica Peirotti
Endereco: Rua Maria Custodia No. 436
Bairro: Vila de Cava - Nova Iguacu
Cep: 226.055
Data de nascimento: 10/01

Nome: Marcia Baptista Marinho
Endereco: Rua Turmalina No. 30
Bairro: Engelho Pequeno - Nova Iguacu
Cep: 26.015
Telefone: 767.2322 (Casa com Delcia - pedir para chamar)
Data de nascimento: 30/11/65

Nome: Jose Paulo Carralas Grelo
Endereco: Rua Cimbres No. 40/b
Bairro: Coelho Neto
Cep: 21.540
Telefone: 372.1541
Data de nascimento: 17/04/67

Nome: Francisco Jose Gomes Montalvao
Endereco: Av. dos Italianos No. 1.029 Apt: 101
Bairro: Rocha Miranda
Telefone: 281.0597 (Trabalho)
Data de nascimento: 25/06/62

Nome: Rosangela Martins Lage
Endereco: Av. Automovel Clube No. 9.555
Bairro: Colegio
Cep: 21.530
Telefone: 293 .1717 Ramal 224
Data de nascimento: 31/12/55

Nome: Francisco Carlos Rodrigues da Silva
Endereco: Rua Parecis No. 390
Bairro: Vila Sao Luiz - Belfort Roxo
Cep: 26.140
Telefone: 761-2558
Data de nascimento: 01/10/57

Nome: Pe. Geraldo Lima
Endereco: Rua Sao Lazaro No. 115
Bairro: Santo Expedito - Nova Iguacu
Cep: 26.300
Data de nascimento: 16/10

Nome: Edileuza Cabral dos Santos
Endereco: Rua Beraldo Sacch No. 441
Bairro: Sabugo - Paracambi
Cep: 26.000
Telefone: 783.2265 - casa
783.2265 - trabalho
Data de nascimento: 01/02

Nome: Pastora Maria
Endereco: Rua Dominique Vevel No. 295
Bairro: Sabugo - Paracambi
Cep: 26.000
Telefone: 783.2837
Data de nascimento:12/03

Nome: Marco Antonio Santos
Endereco: Rua Guiraba No. 58
Bairro: Iraja
Cep: 21.371
Telefone: 292.0011 Ramal 131
Data de nascimento: 04/12

Tabulação dos nós críticos
Falta de avaliação e auto-avaliação.

Atividade: Criar um processo de avaliação da CPT-RJ

Ações = Elaboração dos roteiros de avaliação

A = Trabalhar a identidade da CPT

B = Aplicar roteiros

= Tabulação, análise final (debate)

- Responsáveis: Assessoria, áreas interessadas.

Quadro IV

NÓS CRÍTICOS	ATIVIDADES	AÇÕES	RESPONSÁV.	APOIOS	TEMPO EXECUC.	TEMPO AVAL.	CUSTO	RESULTADOS
AVALIAÇÃO AUTO-AVAL.	CRIAR UM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CPT-RJ COMO SUBSÍDIO À ASSEM. ESTADUAL.	*ELABORAÇÃO DOS ROTEIROS DE AVALIAÇÃO - TRABALH - INDIVID. - GRUPOS.	ASSESSORIA	ASS. + MATERIAL AS. NAC E EST.	25/26-02		—	*TER MAIS CLAREZA SOBRE OS RUMOS DO ATOR E DEFINIÇÃO DOS SEUS OBJET.
					15/03		—	*SE CAPACITAR NUM PROCESSO DE AVALIAÇÃO.
		*APLICAÇÃO	ÁREAS/INST	LIVRES	15/04		—	
		*TABULAÇÃO	ASSESSORIA		ATÉ 26/04		—	
		*PLENÁRIA	COLEGIADO		27/04		—	
CONHECIMENTO DAS REALIDADES.	*ENCONTRO SOBRE SINDICALISMO		GRUPO INTERESSADO	MAURÍCIO	6/3			CONHECER MELHOR O LADO SUBJETIVO E A REALIDADE DOS TRABALHADORES — ANSEIOS — MANEIRA DE VIVER
	PASTORAL		PE GERALDO	ISER	19/21-03			
PROJETO DE FORMAÇÃO	CONHECIMENTO DAS ÁREAS E EQUIPES POR PARTE DOS ASSESSORES.	*VISITAS ÀS ÁREAS	ASSESSORES E EQUIPES DA ÁREA	SECRETARIADO	MAR/MAIO	ABRIL		PRIMEIROS PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO.
		*REUNIÃO DOS ASSESSORES	ASSESSORES	SECRETARIADO				Quadro V
		*ENCONTRO ÁREAS	ASSGS. E EQ DAS ÁREAS	MATERIAL DA AVALIAÇÃO E RESULTADOS DAS VISITAS				
		*RELATÓRIO	COLEGIADO					
		*DEBATE SOBRE CRIAÇÃO EQUIPE FORMAÇÃO						

Descoberta real dos nós

1) falta avaliação e auto - avaliação
2) falta conhecimento da realidade
3) falta projeto de formação - métodologica

ESTUDO DAS TÁTICAS E EXTRATÉGICAS

O que são as táticas?

As formas, atividades e pessoas que formam a estratégica para chegar ao objetivo.

- De fato a estratégica não é o ponto de chegada que tem haver como o objetivo.
- A tática são os passos, instumenots agrupados que também levam ao objetivo.

OBJETIVO FIANL
A médio prazo
A curto prazo

Estudo da apostila (Escola sindical 7 de outubro)

Princípios básicos de estratégica.

Obs.: Seria importante fazer um estudo das ocupações que a CPT acompanha os passos que foram dados.

DIA: 18.02.93

Por grupo escolher as atividade e ações dos nós críticos.

Atividades ou operações } representam o compromisso de fazer algo para alternar a situação, em vista da solução do problema principal.

Ações } são os pequenos passos dentro de uma operação que garante o sucesso dela

Avaliação e auto-avaliação

Obs_1: As avaliações devem ser pessoal na área

Obs_2: Criar um processo de avaliação

- Como?
- Elaboração de roteiro
- Aplicação do roteiro
- Análise do roteiro

AVALIAÇÃO (parcial)

- Processo acelerado por conta do tempo
- Falta de tempo para reflexão de cada produção
- Não está suficientemente claro os nós críticos
- Método bom mas ainda não permite fazer um planejamento tradicional
- Os conceitos: Desejo, verdade, poder e vontade foram poucos trabalhados.
- O espaço permite discutir o que não se discute no colegiado ordinário.
- O restante da coordenação ausente é negativo.

Obs.: Luisella = O encontro de planejamento se propunha fazer um planejamento.
- Não estava claro para alguns que se tratava de fazer um planejamento.

RETOMADA:

Realidade
- Agrária / Agrícola
- Estadual / Nacional
- Política
- Dos trabalhadores
  - Sindical
  - Organização
  - Cultural

conhecimento da realidade =
- conjuntura
- social/política/econômica
- CPT/entidades

- Falta um projeto de formação com um infoque métodologico
- Falta uma avaliação e uma auto-aval

PRIORIDADES:

1) Debate dos objetivos
2) Sistematização teórica
3) Métodologia
4) Ter uma elaboração do processo

- Debater os objetivos = onde queremos chegar
- Sistematização = Experiências. Quais?
- Métodologia = como vamos fazer?
- Elaboração do processo = execução

Nos críticos

1. Conhecimento da realidade dos trabalhadores
   . Conhecer a realidade específica agrária e agrícola para saber que tipo de atividade eu vou desmembrar.

Obs.: Atacando os nós críticos nem sempre quer dizer que atacamos a causa principal.

2. Tirando alguns nós críticos surgiram três pontos polêmicos para aprofundamento:
   - critérios metodologicos
   - prioridades
   - clareza dos objetivos

2_1) Critérios metodologicos
Existe uma difernça entre: formação de critérios metodologicos e metodologia.

Área
Secretariado
Coordenação

→ Trabalho → Processo de conhecimento

↓

classe para ser transformada.

Processo de formação

SEJA

Educação = EX - DUCERE = trazer de dentro para fora

O Colegiado a áerea, secretariado e coordenação. Todos são educadores.
O trabalho da CPT é um Trabalho de Educação e de Metodologia.

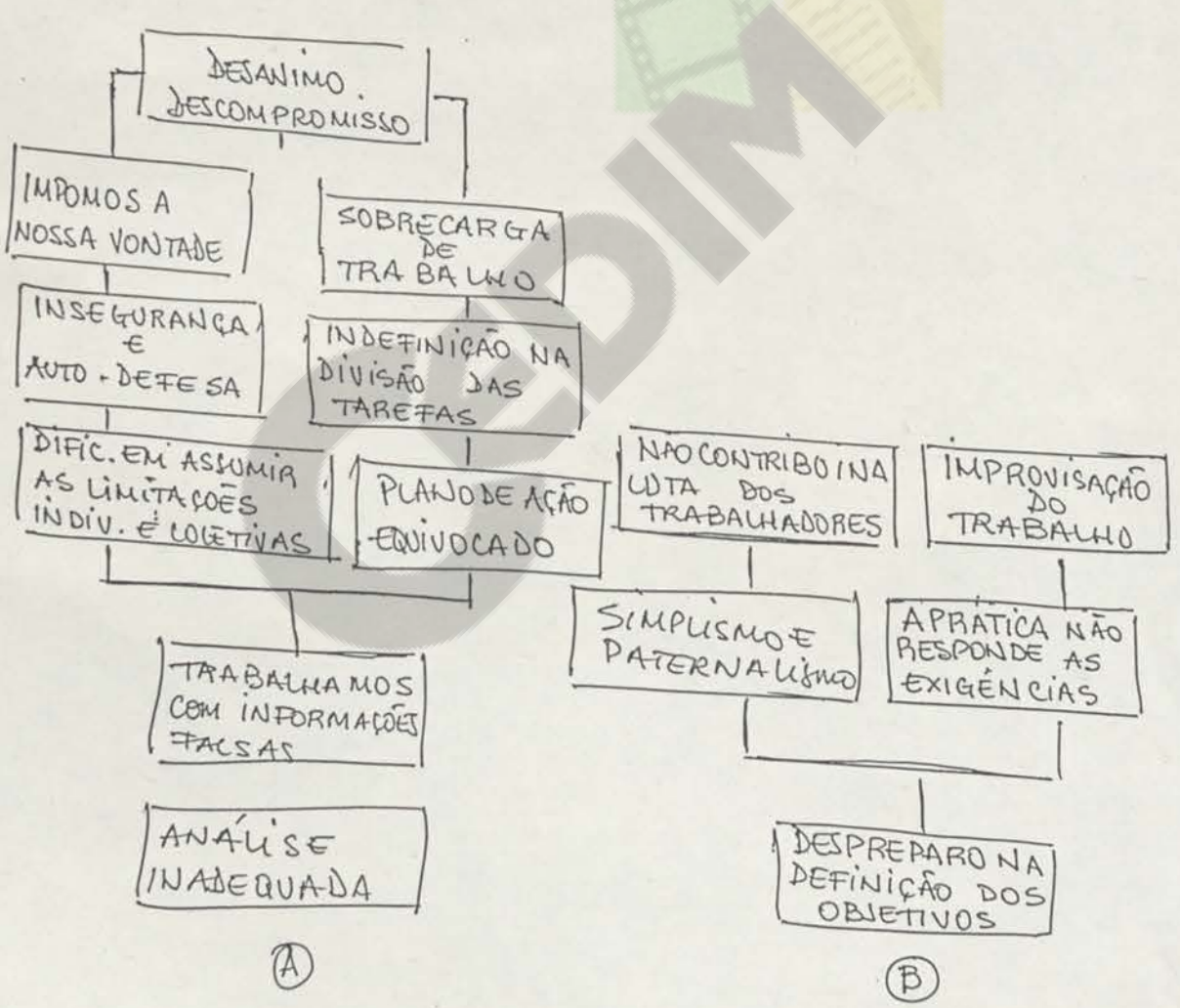
a_1) A análise inadequada da realidade leva a trabalhar com informações falsas, assim dificulta em assumir as limitações individuais do grupo, que leva a insegurança e a auto-defesa e aí impomos nossa visão.

a_2) Essa consequência leva também a organização de um plano de ação equivocado e um desânimo com descompromisso no colegiado.

b) Se fizermos uma análise adequada da realidade teremos condições de levar em conta os objetivos subjetivos da realidade do trabalho no colegiado.

Quadro IV

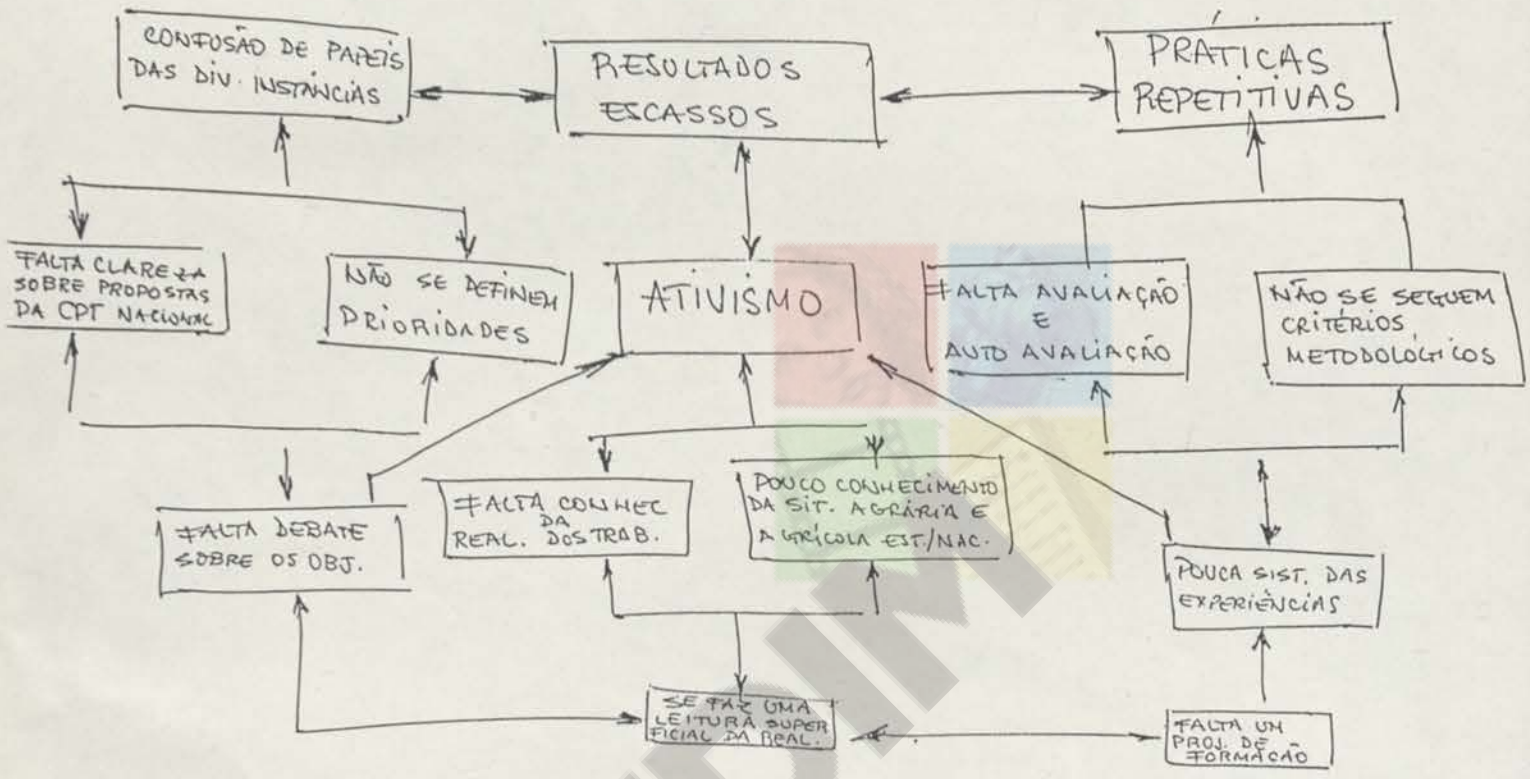
Consequência



ATOR: COLEGIADO DA CPT-RJ

PROBLEMA: POUCA CLAREZA POLÍTICA DOS OBJETIVOS.

CAUSAS DO PROBLEMA



DIA: 17.02.93

Consequências

Divididos em duas bancadas

- Pensar duas ou três consequência das causas de forma individual

a) a dificuldade de receber críticas por parte dos membros do colegiado gera uma auto-defesa.

- pastoral
- ocupações
- assalariados
- sindicalismo
- associações/comercialização/leis governamentais/política agrícola

. Tem que se juntar o saber aprender com o saber ensinar - repassar para os outros.
. Tem que se saber fazer uma leitura política das situações
. O profissionalismo da CPT tem que ser com pessoas que se especialize em cada setor de desafio da CPT.
. A formação tem que ser um processo de auto-crítica.
. Cabe ao regional criar uma oportunidade para reflexão da formação (priorizar)

Formação com objetivos

Processo planejado por etapas
Auto formação - Estudo individual

- Pensar no repasse dessa formação
- Não se pode esperar para absolver o que os formadores tem pronto, para que se possa questionar e melhorar a discussão enriquecer o processo de formação.
- Não podemos ficar absorvidos somente no trabalho.
- O processo de formação é educativo com uma parte de responsabilidade do coletivo e outra de cada membro do coletivo.
- Todos querem chegar a uma ação - se a entidade tem pessoas mas, não tem plano não pode realizar uma ação. Se tem um plano mas, não tem pessoas também estará imobilizada a ação.

- Processo - competência - resultados positivos
- Temos que levar em conta a ingovernabilidade produzida pelo Estado.

Quadro III - Ator colegiado CPT

Causas sintomáticas

II - leitura superficial da realidade
- confusão: direções e assessoria
- não ajuda mútua
- não cumprimento da pauta
- complexo de culpa e paternalismo
- pouca sistematização teorica
- falta de articulação das equipes para maior participação efetiva dos debates
- não há unificação dos objetivos

Quadro identificação dos problemas (A)

Nos críticos II

1 - Leitura da realidade —— conhecimento da realidade dos trabalhadores

2 - Definição da Prioridades < trabalho eficiente / tempo melhor distribuido

3 - críticos metodológicos < sitematização / projeto de formação

Quadro seleção de um problema realidade (B)

- Cochicho para descobrir qual a raiz de fundo no colegiado

Resultados

- A falta de uma formação atualizada é ou não uma raíz princcipal?

Formação

Processo planejado por etapas

Processo x cursos

(5º momento) grupos de confronto com o Eu

Eu e o desejo
Eu e a verdade
Eu diante do poder
Eu e a verdade

O que entendemos por esses pontos em nosso dia a dia

Desejo
José Ricardo
Valdecir
Adolfo

A mola prazerosa da ação com gostinho para buscarmos solução

Verdade
Lodovica
Jorge
Atelisa

A transferência na busca a nossa situação

Poder
Generosa
Geraldo
Maurizio

- serviço
- responsabilidade
- o que todos buscam
- como exercê-lo? Como articular a questão da democracia com a necessidade da direção para ajudar no exercício da democracia?

VONTADE
Maria Amélia
Aparecida

Desejo de transformar em ação as reflexões

Quais os sintomas?

I - Pouca clareza definições nos objetivos
- descompaço dom a conjuntura popular.
- confusão de papéis: assessoria - direção

Identificação dos problemas (Raiz)

- Não cumprimento da deliberações
- falta de sinceridade
- disputa de grupo
- pouca clareza dos papéis
- pouca clareza dos objetivos
- falta metodologia (prática repetitiva)
- falta democracia
- falta crescimento de fé
- auto-defesa

DIA: 16.02.93

(4º momneto) seleção dos problemas

Quadro I

Sistematização

Quadro II

- Seleção dos Problemas I

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
Deliberação	1	A	M	M	M	M	A	B	M	M	B	2			
Fal. Sincer.	2	M	B	A	M	A	A	B	A	A	A	6		3	
Disputa G.	3	M	B	B	M	M	B	B	B	M	B				
Não comunic.	4	A	M	A	M	M	A	B	M	M	A	4		5	
Pouca Clar. Pal.	5	A	M	M	A	A	M	A	M	M	A	5		4	
objetivo	6	M	A	M	A	A	A	A	M	A	A	7		2	
Metodo	7	A	A	A	A	A	M	A	M	A	A	8		1	
Fal. de Democ.	8	M	B	B	M	B	A	B	M	M	A	2			
" Agil. Exec.	9	M	M	B	M	B	B	B	M	M	B				
Se deixa Domin.	10	M	B	B	M	M	M	B	M	M	B				

Sistemazização II

Met-1	20	21	25	25	20	20	30	25	35	15	136	5
Obj.-2	40	19	30	25	30	35	30	25	20	25	229	1
Sinc 3	30	22	10	20	15	5	25	15	15	15	175	2
Papel 4	5	18	30	15	25	35	15	15	10	5	173	3
Ñ Comun	5	20	5	15	10	5	10	20	20	40	150	4

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001-970 . RJ
TEL(021) 232-0495 FAX(021) 221-4109

ENCONTRO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
NOS DIAS: 15 a 18 de fevereiro
LOCAL: Colégio Assunção

DIA: 15/02

MAPP - Método - Altadir - Planejamento popular.

1º momento: apresentação e exposição do curso

1º descobrir o ator principal da CPT.

Ator
Problemas
Causas - consequências /articulados
Resultados
Nós críticos (causas, estrangulamento)
(detalhamento do plano da atividade)

Quem é o ator?

Ator é aquele que executa a ação concreta do plano

2º momneto: identificar o ator mais problematico - chamado planejamento situacional.

Lenvantamento em grupo
- Identificação do ator
- Levantar os recursos possivéis do ator
- Levantar os negativos do ator
- Qual a área de interesse desse ator
- Maior e menor

Resultado dos grupos
. Colegiado e área
. feito o levantamento foi discutido se entre os personagem qual dos dois tinha mais condições de se tornar o ator principal.

(3º momento) processo de crescimento
- Existe um espaço a ser ocupado (disputado)
- O grupo pequeno se entende
- não sabemos lidar com o diferente
- não sabemos lidar com o planejamento
- não sabemos lidar com as atividades
- não sabemos lidar com a ação

RELATÓRIO DO ENCONTRO DE PLANEJAMENTO REGIONAL

Data: 09 À 12 de dezembro de 1993

Local: Colégio Assunção

Dia 09

Manhã

- Reflexão da palavra
Leitura: Lucas 14,28-32
Canto Projeto de Deus

- Apresentação e aprovação da pauta

Informes das áreas e regional:

. Macaé/Conceição

- Dia 10/12 - Secretario nacional do INCRA fará vistoria em Santa Rita Severina;
- Dia 20/12 - Caravana dos assentados de Eldorado e Sol da manhã de apoio aos acampados de Santa Rita Severina;
- Dia 7/12 - Ocorreu uma reunião em Carapebús com 22 trabalhadores;
- Dia 5/12 - Ocorreu a assembléia do STR de Conceição;
- Dia 17/12 - Haverá reunião do STR de Conceição.

. Nova Iguaçu

- Dia 8 e 9/01 - Será realizada a festa de Campo Alegre; Preparação e lançamento da 8@ Romaria da terra;
- Dia 15/01 - Reunião geral de preparação para a Romaria da terra para o planejamento e divisão de tarefas.

. Itaguaí

- A equipe estará de férias em janeiro;
- Foi realizada a demarcação da terras indígenas em Angra do Reis, porém existem posseiros que estão ameaçados de serem retirados da área;
- Os assentados do Litoral Sul Fluminense estão se reunindo na perspectiva da criação de uma comissão que

facilite a articulação e o encaminhamento de suas questões comuns;

- Dia 1/12 - Ocorreu o julgamento de Jorge Garcia em Itaguaí; este foi condenado a 10 anos, 6 meses e 20 dias de prisão, por tentativa de homicídio contra os trabalhadores de Eldorado e Fernando Moura;

- Pe. Galdino é o novo coordenador da equipe da CPT de Itaguaí; os representantes da equipe no colegiado serão Isa e Elza.

. Volta Redonda

- A situação dos posseiros de Pinheiral com a Universidade Rural foi contornada; a Universidade ficará com 50 Ha ao redor do laboratório, abrindo mão da área restante; falta o INCRA fazer a regularização;

- Foi feita uma blitz no mês de novembro em uma das fazendas do grupo Barbará, que mantém, segundo denúncia de dois trabalhadores que foram mandados embora, um regime de semi-escravidão - foram identificadas várias irregularidades tais como: jornada de trabalho de até 11 horas; salário por vezes inferior ao mínimo, embora com carteira assinada; comida estragada; falta de assistência médica; etc.. Participaram da blitz a CPT, deputados estaduais, vereadores locais, jornalistas e policiais. O STR de Caeté-MG (de onde vêm a maioria dos trabalhadores e o sindicato dos metalúrgicos foram comunicados para averiguação das denúncias; também foi marcada uma reunião com o Ministério do Trabalho.

CPT-Rio

- Vai ocorrer o congresso estadual da CUT em abril; o departamento rural tirou como prioridades de luta os seguintes pontos: A luta pela terra (como ponto especifico a imediata desapropriação da Fazenda Santa Rita Severina); a regularização fundiária dos assentamentos; definição de uma política agrícola e a reestruturação do movimento sindical no estado. A CUT juntamente com a Comissão de Organização dos Assentados do Rio de Janeiro, elaborou um documento com as principais reivindicações dos assentados a ser entregue no INCRA, SEAF e Secretaria de Agricultura no dia 15/12, estabelecendo como prazo de respostas concretas o dia 1/03/1994; se até esta data nada ocorrer a proposta é aumentar a pressão.

Tarde

Retomada das discussões sobre os nós críticos do trabalho da CPT levantados na reunião de planejamento realizada em fevereiro de 1993, onde foram apontados como sendo nós críticos: A falta de avaliação e auto-avaliação; o

pouco conhecimento da realidade; e a falta de um projeto de formação.

Trabalho de grupo:

Avaliação dos nós críticos em função da situação objetiva, tendo em vista sua validade atualmente (os problemas fundamentais são realmente estes? Como foram trabalhados durante o ano? Os nós críticos mudaram?).

Plenária:

Avaliação e Auto Avaliação

- Não houve tanto bombeirismo, o planejamento ajudou bastante
- Processo educativo, não se reduziu à um calendário de atividades
- Contribuiu com processo de preparação da assembléia
- Faltou espaço específico para troca
- Não conseguimos avançar no processo de avaliação

Conhecimento da Realidade

- Dificuldade de priorizar devido a diversidade da demanda apresentada
- Faltam dados, informações, arquivos organizados
- Necessidade de um estudo mais científico e orientado
- Conhecimento restrito à área
- Trabalho inicial sem continuidade e sem conjunto
- Conhecimento tem que ser permanente, realidade dinâmica
- Necessidade de conhecimento da conjuntura agrícola e agrária (nacional, estadual)
- Existência de temas diferenciados entre áreas e regional
- Falta trabalho conjunto
- Pesquisa não houve devolução

Projeto de Formação

- Falta clareza para os agentes com relação ao programa(o que estudar, a metodologia, quais atividades?)
- Encontros muito espaçados
- Precisa clareza dos desafios para que haja especialização
- Má utilização dos subsídios enviados
- Projeto vem sendo construido, deu grande passo na assembléia
- Houve formação local
- Necessidade de continuar priorizando

Desafios

Intercâmbio entre equipes

Avanços

- Comunicação/informação
- Processo de construção das linhas da CPT
- Avaliação como elemento de preparação da assembléia
- Encontros de formação

Foi avaliado que os nós críticos levantados no planejamento de fevereiro/93 continuam válidos e devem continuar a serem considerados no planejamento de 94

10/12

MANHÀ

Foram montados os vários cenários da conjuntura nacional e estadual de 1994;

- Eleições
- CPI
- Revisão Constitucional
- Copa do Mundo
- Congresso da CUT
- Plano Econômico

O plenário foi dividido em dois grupos, um trabalhando os cenários à partir da ótica dos atores da direita e o outro à partir da ótica dos atores da esquerda.

Apresentação dos Grupos

Esquerda

- Militância na rua
- Movimento popular pela ética
- Contra a revisão
- Eleição do Lula
- Luta pela reforma agrária

Direita

O grupo tentou mostrar os bastidores, os conchavos, onde participavam lideranças partidárias, igrejas, FEBRABAN, FIESP, ação social, MCS

- Necessidade de discutir as estratégias, as alianças a serem feitas para se ganhar as eleições
- Uso da imprensa, discurso convincente
- Boicotar informações que beneficiem a esquerda
- Luta contra aborto, garantindo as tradições, a moral
- Apoio à obras assistencialistas
- Aproveitar o espaço da copa do mundo (camisetas, etc..)
- Usar CPI contra a CUT para derrubar o PT
- Defender o Neo liberalismo

Num segundo momento mostrou para o público via mídia, o que o "povo" gosta de ouvir e ver;

- uma direita unida e forte
- Resolução dos problemas que afligem os brasileiros

- Modernidade

Foram levantados alguns questionamentos com relação as apresentações dos grupos:

- Só a eleição do Lula adianta? Como incentivar a participação popular de forma a dar sustentação a um governo que precisará fazer mudanças que atrairá contra si todos os donos do capital?
- Esquerda não tem proposta? Ou não conhecemos porque não estamos participando das discussões?
- Ação da cidadania contra miséria e a fome está nas mãos da direita
- A direita sabe fazer muita propaganda, usa a midia para se promover, convencer de suas propostas
- Preocupação da direita com a CPI
- Dificuldades com a revisão constitucional
- A esquerda usa demais a tática do não, falta uma proposta
- Necessidade da esquerda ter uma proposta clara e positiva, não trabalhar só o descrédito
- Risco de se eleger uma pessoa, baseado só no critério da honestidade
- A direita está sempre agindo, a esquerda fica a reboque
- PT não está completamente convencido da necessidade de fazer a reforma agrárCâ de fazer a reforma agrária
- Intelectuais colocam que a reforma agrária não vai ser solução para problema econômico, é mais resposta social.

TARDE

Tendo como referência os pontos levantados, o Jerônimo fez uma análise tentando ligar os fatos.

Estado - Empresas Estatais como infra-estrutura para servir às Empresas Privadas.
A dívida externa para financiar estradas de ferro, energia, telefone, incentivos fiscais, tudo à serviço do capital, conclusão o Estado foi a falência.
Se o Lula for eleito vai herdar um Estado falido.

AQUI ENTRA O DESENHO DA ASA DELTA E AIPIM (LEMBRAR QUE FOI U PARAQUEDAS)

Questão da religiosidade - Pentecostais X Carismáticos

Valorização da MULHER, contra o autoritarismo do para quedas.

Cada vez se torna mais dificil viver o ecumenismo, porque as religiões estão se institucionalizando, as que mais crescem são as pentecostais, as carismáticas.

A inculturação, o evangelho nas culturas, pode ser a saída.

Desafios

- *Articulação com outras forças do movimento social*
- *Incentivar pequenas iniciativas*
- *Descobrir novas lideranças*
- *Investir na organização das mulheres*
- *Trabalho com pequenos proprietários*
- *Ser mais criativo, como forma de barrar o avanço do capital (desemprego, fome)*
- *Como fica a questão dos sem terra que estão nas cidades*
- *Igreja calada, como fazer a igreja se pronunciar*
- *Como contribuir no fortalecimento do partido, para que seja realmente participativo, representando de fato os interesses das bases*
- *Como contribuir no resgate e sustentação dos valores vivenciados pelos trabalhadores contra o avanço do capital.*

NOITE

Informes CPT nacional.

Discussão sobre curso de contabilidade de Goiânia (Valdecir e Rosângela).

DIA 11/12

MANHÀ

Retomada dos desafios apontados pela avaliação da prática e conjuntura. Levantamento de prioridades para o planejamento/94:

- *Intercâmbio entre áreas*
- *Formação à nivel pastoral e politico (agentes e trabalhadores)*
- *Afetividade*
- *Apoio à novas iniciativas (agentes e trabalhadores)*
- *Questão sindical*
- *Regularização das posses*

CEDIM

Aprofundando melhor os desafios se chegou as seguintes prioridades:

- Intercâmbio entre áreas à partir do coâ - Int mesmas
- Formação a nível pastoral, político, afetivo
- Trabalhar a afetividade, a mística

Levantadas as prioridades a serem trabalhadas nesse ano de 94 a nível regional, passou-se a socialização dos planejamentos das áreas:

PLANEJAMENTO DAS ÁREAS

. MACAÉ/ CONCEIÇÃO (planejamento para o 1@ semestre)

- 26 e 27/02 - Histórico da concentração de terras no Brasil - Encontro dos agentes da área (formação de agentes); Papel da CPT dentro deste contexto (aspecto pastoral, político e social);
- 22/04 - Celebração de 7 anos do assentamento São Domingos;
- 01/05 - movimento dos trabalhadores rurais e urbanos;
- Curso de formação sindical - Para lideranças sindicais de Macaé, Carapebús, Casemiro de Abreu, Conceição e Quissamã (data a confirmar);
- Trabalho com mulheres.

. ITAGUAÍ

Objetivos (baseado nas linhas da CPT Nacional)

- Apoiar a luta pela terra;
- Apoiar organizações dos trabalhadores (grupo de mulheres, sindicatos associação de trabalhadores, etc.);
- Formação espiritual;
- Trabalho com jovens e crianças;
- Acompanhamento das reuniões da Comissão dos Assentados do Sul Fluminense;
- Promover encontro de diferentes temas;

Metodologia

- Visitas locais;
- Encontros semestrais;
- Subsídios de reflexão (fé e vida);
- Animação para a romaria da terra;
- Acompanhamento de grupos organizados;
- Celebrações litúrgicas/lazer e confraternizações;

- Articulações com outras entidades;
- Acompanhamento de grupos de alfabetização de adultos;
- Encontros da Diocese;
- Encontros semestrais.

Encontros da equipe

- 5 e 6/02 - Estudo do sindicalismo;
- 5 e 6/03 - Conjuntura;
- 16 e 17/04 - Espiritualidade;
- 7 e 8/05 - Cultura;
- 4 e 5/06 - PROCERA;
- 2 e 3/07 - Contabilidade;
- 6 e 7/08 - Biblia;
- 10 e 11/09 - Teologia;
- 1 e 2/10 - Neoliberalismo, Mercosul, NAFTA;
- 5 e 6/11 - Reforma Agrária;
- 3 e 4/12 - Avaliação e confraternização.

Encontros com trabalhadores

- 25/04 - Itaguaí
- 1/05 - Mangaratiba;
- 29/05 - Angra;
- 19/06 - Encontro dos advogados do sul fluminense;
- 19/06 - Parati;
- 24/07 - Romaria da terra;
- 22 à 24/09 - Encontro diocesano dos Trabalhadores rurais
- 27/11 - Encontro de mulheres de Itaguaí e Angra;

- 12/06 Encontro dos advogados do Sul Fluminense.

. VOLTA REDONDA (calendário à definir)

Prioridades

- Pastoral (encontros)
- Posseiros (regularização fundiária);
- Sindicatos (formação da diretoria, romper com o assistencialismo);
- Mulheres (remédios caseiros, produtos de limpeza, etc.)
- Formação da equipe.

. NOVA IGUAÇÚ

Prioridades

- Romaria da terra;

- Apoio a pequenas iniciativas dos trabalhadores rurais (cooperativismo, artesanato, grupos de produção, etc.);
- Estudo da conjuntura.

Encontros da equipe

- 19 e 20/03
- 28 e 29/05
- 24 e 25/09
- 26 e 27/11 - Avaliação e planejamento;
- 13/12 - Confraternização;

Reunião dos liberados - 1 vez por mês
Reunião da equipe - 1@ quinta feira do mês
Participação no Conselho Pastoral

Formação

- 26/02 - Romaria da terra e bíblia;
- 21/04 - Medicina popular
- 4/06 - Conjuntura/ eleições;
- 23/10 - Mulheres/saúde (medicina popular);

Proposta conjunta

- Comercialização, conjuntura agrícola e alternativas de produção (1 para produtores e 1 para agentes)
- Grupos de produção;
- Luta pela terra e religiosidade popular;
- Encontro pastoral - Espiritualidade dos agentes comprometidos com o caminho da libertação;
- Seminário jurídico - Processo de desapropriação no Estado.

. VALENÇA

- 22/12 - Reunião no assentamento para tirada de propostas e confecção das atividades do ano.

. TRAJANO DE MORAES

Prioridades

- Trabalho com mulheres;
- Trabalho com jovens;
- Ecumenismo;
- Trabalho com grupo de produtores;
- Sindicato (curso de capacitação);
- Área de barragem - Titulação de posse;
- Orientação sobre leis florestais;

- Desapropriação da Fazenda Boavista - Apoio a formação de sindicato em Madalena.

TARDE

Na divisão dos grupos para fazer o planejamento, partindo das prioridades elencadas, se sentiu a necessidade de aprofundar melhor a questão da mística e afetividade, se rediscutindo assim a formação, entendida então como um processo integral, abrangente do ser humano em sua totalidade.

Os grupos elaboraram propostas para o planejamento trabalhando cada um, uma prioridade.
Em seguida a discussão passou para o plenário, onde ao final ficou amarrado o seguinte planejamento:

Eventos da CPT Nacional

- 15 à 18/03- Encontro de formação de agentes sobre assalariados em Belo Horizonte(3 representantes por Estado);
- 1 à 6/08 - Encontro entre coordenadores em Goiânia;
- 2@ quinzena de março - Encontro de formação sobre trabalho escravo.

Encontros da grande região para coordenadores em Belo Horizonte

- 21/02
- 22/04
- 5/08
- 10/09

Reuniões do Colegiado

- 19 e 20/02
- 9 e 10/04
- 11 e 12/06
- 20 e 21/08
- 8 e 9/10
- 7 à 11/12 - avaliação e planejamento para 1995.

Nº crí	Ativi	Ações	Resp	Ap	ResuLT	T	C
INTER-CÂMBIO E CONHECIMENTO DA REALIDADE	MINI ENC. DE ASSENT.	mobiliz. - agentes e lideranças	ÁREAS ENVOLVIDAS E CPT/RJ	CPTr e outr	MAIOR CONHECIMENTO E INTEGRAÇÃO ENT TRABALHADORES	14 DE MAR	M
	BOLETIM	CONTRIBUIÇÃO: ÁREAS E CTP/RJ	ÁREAS E REGIONAIS	ÁREAS CPTrj	TROCA DE INFORMAÇOES	BIMENSAL	num de cóp
	TROCA DE EXPERIÊNCIAS TRAB/AGEN	VISITAS À ASSENTAMENTOS	ÁREAS: NI X VR NI X ITAGUAI NI X MACAÉ	ÁREAS CPTrj	INCENTIVAR NOVAS EXPERIÊNCIAS; TIRAR OS ASSENTAMENTOS DO ISOLAMENTO; POSSIBILITAR ALTERNATIVAS P IMPASSES TRAB. ES/AS	23 DE OUT. E OUTROS	M
FORMAÇÃO	CONTIN. D ESTUDOS S LÓGICA DO CAPITAL	ESTUDO E ELABOARÇÃO DE TEXTOS NAS ÁREAS E ENC. REG	EQUIPE E ASSESSOR DE FORMAÇÃO	CPTrj		25 E 26 DE MAR 24 E 25 DE JUNH 17 E 18/SET	
	LEVANTAM. DA SITUA. SINDICAL	FORM COMIS LEVANT CENSO E ANALI DADOS	1 DE CADA ÁREA E ASSES JURIDICO	CUT FETAG	CONHECER A REALIDADE	7 DE FEV.	
	ROMARIA	REUNIOES ENC. TERRA E BÍBLIA	ASSESSOR PASTORAL E EXECUTIVA AM PLA	CPTrj Diose igrej ass. exter		22 DE JAN. 20 E 21 DE AGOS	
	EVANGELIZAÇÃO A PARTIR DAS CULT. OPRIMID.	ENCONTRO DE APROFUNDAMENTO	GERALDO E ELSA	CPTrj	ESTUDO DO EVANGÉLIO NA CULTURA CAMPONESA	22 E 23 DE OUTUB	
	MÍSTICA E AFETIVIDADE		JOANA, CIDA, NEUZA	CPTrj e OUTRA Geraldo - Medow	-RECUPERAR AS MOTIVAÇOES E MEDITAR SOBRE OBJETIVOS DA CPT - REFLETIR NOSSA ESPIRITUALIDADE PARA ENCONTRARMOS A FRATERNIDADE -APROFUNDAR A AFETIVIDADE -ACREDITAR QUE HUMILDADE E A SINCERIDADE CONSTROEM A AFETIVIDADE	20 E 21 DE MAIO	M

LEMBRETE: DEVE SER INCENTIVADA A PARTICIPAÇÃO NOS FORUNS EXISTENTES SOBRE COMERCIALIZAÇÃO, ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONJUNTURA AGRÍCOLA;

C A L E N D Á R I O

A T I V I D A D E	DATA	LOCAL
REUNIÃO/ROMARIA	21/01	CPT/RJ
REUNIÃO DA COMISSÃO P/ ESTUDO DOS SINDICATOS	07/02	CPT/RJ
COLEGIADO	19 E 20/02	CPT/RJ
ENC.GDE.REGIÃO	21/02	BELO HORIZONTE
ENC.ASSENTADOS	14/03	
ENC.FORMAÇÃO DE AGENTES SOBRE ASSALARIADOS	15 A 18/03	BELO HORIZONTE
ESTUDO-LÓGICA DO CAPITAL	25 E 26/03	CPT/RJ
ENC.FORMAÇÃO SOBRE TRABALHO ESCRAVO	2.QUINZ/03	
COLEGIADO	09 E 10/04	CPT/RJ
ENC.GDE.REGIÃO	22/04	BELO HORIZONTE
ENC.AFETIVIDADE/MÍSTICA	20 E 21/05	
COLEGIADO	11 E 12/06	CPT/RJ
ESTUDO-LÓGICA DO CAPITAL	24 E 25/06	
ROMARIA	24/07	NOVA IGUAÇU/ Campo Alegre
ENC.ENTRE COORDENADORES	01 A 06/08	GOIANIA
ENC.GDE.REGIÃO	05/08	BELO HORIZONTE
COLEGIADO	20 E 21/08	CPT/RJ
CURSO TERRA E BÍBLIA(TRAB)	20 E 21/08	CPT/RJ
ENC.GDE.REGIÃO	10/09	BELO HORIZONTE
ENC.FORMAÇÃO	17 E 18/09	
COLEGIADO	08 E 09/10	CPT/RJ
ENC.SOBRE INCULTURAÇÃO	22 E 23/10	
COLEGIADO/AVALIAÇÃO PLANEJAMENTO	07 A 11/12	

CEDIM

PARTICIPANTES DO
COLEGIADO 9 a 12 de dez. de 1993

GENEROSA
MARIA AMELIA
JOANA D'ARC
ROSANGELA
ELZA MARIA
DANIELE GUEIROS
ANTONIO CESAR
MAURIZIO ORTU
WANDERLEIA
LUIZ CARLOS
JOANA LUCIA
MARIA NEUSA
JORGE HENRIQUE
AUGUSTO
VANIA
JERONIMO
VALDECI
GERALDO
APARECIDA
POLICARPO

CEDIM

Federação das Associações de Bairro da Cidade de Nova Iguaçu

ALTERAÇÃO ESTATUÁRIA

21/01/03

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 3º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

TÍTULO I
DA FINALIDADE

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E SEUS FINS

Art. 1º - A Federação das Associações de Bairros da Cidade de Nova Iguaçu, é uma sociedade Civil sem fins lucrativos, sem caráter político partidário, nem religioso, fundada em 06 de Dezembro de 1981, com sede e foro na Cidade de Nova Iguaçu.

§ Único – A Federação das Associações de Bairros da Cidade de Nova Iguaçu, adotará a sigla MAB.

Art. 2º - O MAB tem as seguintes finalidades:

a) Lutar permanentemente na defesa dos interesses e carências da população Iguaçuana no que se refere à Saúde, Educação, Transporte, Habitação, Justiça Social, Meio Ambiente, Cidadania e a qualidade de vida em geral;
b) Propor políticas consonantes com os interesses e carências da população Iguaçuana, como também fiscalizar e denunciar as ações governamentais através dos Conselhos Municipais e Fórum Popular;
c) Coordenar, integrar e dirigir as ações, reivindicatórias ou propositivas, das Associações de Bairros;
d) Apoiar e estimular as lutas e atividades específicas ou localizadas de suas associadas;
e) Viabilizar a criação de políticas alternativas sob a gestão das suas associadas, integrando outros seguimentos e organizações de caráter popular;
f) Desenvolver e coordenar atividades culturais, recreativas e esportivas, assim como outras ações que tenham conteúdo solidário, vinculadas a "vida de bairro" e ao conjunto da municipalidade;
g) Organizar e instrumentalizar serviços as suas associadas, tais como assistência jurídica, orientação técnica e outros;
h) Apoiar, estimular e auxiliar na criação de novas Associações de Bairro, assim como outras organizações de caráter popular;
i) Manter contato permanente e relacionamento fraternal com empenho na luta por melhores condições de vida para o povo, zelando pelo espírito de unidade e solidariedade;
j) Fomentar qualquer tipo de articulação institucional consonante com as finalidades citadas nas alíneas acima.

OAB 66548 NILTON FARIA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
8.º OFÍCIO
Nova Iguaçu RJ

CAPÍTULO II
DAS ASSOCIAÇÕES, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 3º - Pode associar-se ao MAB as Associações de Moradores circunscritas como representação de loteamento de bairros, assentamentos populares e conjuntos habitacionais existentes na cidade de Nova Iguaçu, como também, centros comunitários quando não existir Associações de Moradores.

§ Único – Só poderá se filiar uma Associação ou Centro Comunitário por cada bairro, assentamento popular e conjunto habitacional.

Art. 4º - O MAB considerará como delimitação de loteamentos de bairros, assentamentos populares e conjuntos habitacionais:

a) Os limites dos loteamentos de bairros considerados pelo Poder Público Municipal ou os parcelamentos consagrados pela população local como bairros, quando não existir limites oficiais;
b) As delimitações historicamente constituídas pela população residente nos assentamentos populares;
c) O parcelamento original que define a área correspondente do limite dos conjuntos habitacionais,

§ Único – No caso do bairro, assentamento popular e conjunto habitacional apresentarem em seus limites dinâmicas e identidades próprias, poderá se filiar ao MAB outras Associações ou Centros Comunitários, quando comprovadamente representarem parcela expressiva destas circunscrições. Cabendo a avaliação para a filiação à Assembléia Regional correspondente a localização da Associação pretendente que deverá encaminhar à Diretoria Executiva do MAB, sancionada pelo Conselho de Representantes, nos termos do presente estatuto.

Art. 5º - A admissão da associada é feita mediante apresentação da documentação devidamente registrada em cartório, contendo:

a) Cópia do estatuto da associada, mediante apresentação à Diretoria Executiva do MAB e com aval da Assembléia Regional, na reforma do presente estatuto, onde a mesma se localiza após apresentação de toda documentação;
b) Relação dos membros da diretoria, acompanhada das atas de início e término do mandato.

Art. 6º - São direitos dos associados:

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
8.º OFÍCIO
Nova Iguaçu RJ

a) Requerer convocação extraordinária do Conselho de Representantes;
b) Participar com voz e voto no Conselho de Representantes, na forma do presente estatuto;
c) Participar com voz e voto na Diretoria Ampliada, na forma do presente estatuto;
d) Participar com voz e voto nas Assembléias Regionais, na forma do presente estatuto;
e) Requerer convocação extraordinária das Assembléias Regionais;
f) Participar com voz e voto na Coordenação Regional, na forma do presente estatuto;
g) Representar o MAB, quando indicado pela Diretoria Executiva ou Conselho de Representantes;
h) Ter acesso a todas informações referentes às ações e projetos desenvolvidos pelos órgãos do MAB;
i) Ter prioridade na participação de atividades, convênios e ações desenvolvidas pela Direção do MAB;
j) Ter descontos nos eventos e expedientes que pressupõem ingresso monetário.

Art. 7º - São deveres das Associadas:

a) Contribuir com mensalidades de no mínimo dois e no máximo cinco por cento do valor do salário mínimo vigente;
b) Estimular a filiação de novas Associações;
c) Promover e desenvolver ações e atividades consonantes com o espírito solidário, nos termos definidos pelo Art. 2º deste estatuto;
d) Estimular nas Regionais, onde as Associações se localizam, a criação de Fóruns Populares locais;
e) Divulgar e prestigiar o MAB;
f) Respeitar e cumprir o presente estatuto.

Art. 8º - As Associações estarão sujeitas a penalidades nos seguintes casos:

a) Faltar duas reuniões consecutivas do Conselho de Representantes, sem justificativa;
b) Faltar três Assembléias Regionais consecutivas, sem justificativa;
c) Comprometer com atos e palavras o bom nome do MAB;
d) Descumprimento de qualquer item do presente estatuto;
e) Ter práticas comprovadas que ferem os princípios éticos do MAB, definidos neste estatuto.

§ Único – As associadas terão direito de defesa, as acusações não poderão ser baseadas em boatos, suspeitas ou divergências políticas, todas as associadas que levantarem acusações não provadas sofrerão as sanções previstas neste estatuto.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 3.º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

Art. 9º - As penalidades poderão ser advertência, suspensão e desfiliação.

§1º - A advertência corresponde aos atos previstos nas alíneas a), b) e d) do Art. 8º deste estatuto;

§2º - A suspensão corresponde aos atos previstos nas alíneas c) do Art. 8º deste estatuto;

§3º - A desfiliação corresponde aos atos previstos na alínea e) do Art. 8º deste estatuto.

Art. 10 – A penalidade será proposta pela Diretoria Executiva do MAB e o Conselho de Representantes sancionará ou não.

§1º - Nas advertências, a decisão do Conselho de Representantes será tomada por maioria de 50% (cinqüenta por cento) mais um;

§2º - Nos casos de suspensão e desfiliação, a decisão do Conselho de Representantes será tomada por maioria de 2/3 (dois terços);

§3º - A desfiliação se manterá enquanto o representante legal desta, objeto de desfiliação, pertencer ao quadro de sócios da Associação em questão.

Art. 11 – O MAB poderá aceitar contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, bem como firmas, convênios ou parceiras com Organizações Governamentais ou Não-Governamentais, desde que não firam os princípios e objetivos da entidade.

§ Único – Os sócios referenciados neste artigo, são classificados como sócios contribuintes, onde a sua filiação se efetivará através de:

a) Da documentação correspondente a identificação da pessoa física do pretendente a filiação;
b) Do pagamento da taxa de 20% (vinte por cento) do valor salário mínimo regional vigente e mensalidade correspondente ao mesmo valor.

TÍTULO II
DA ESTRUTURA REPRESENTATIVA E DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS AÇÕES

CAPITULO I
DA DENOMINAÇÃO

Art. 12 – A Estrutura Representativa do MAB se define pelas seguintes instâncias com seus respectivos órgãos:

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
8.º OFÍCIO
Nova Iguaçu RJ

I – Instâncias e Diretrizes Gerais:

a) Congresso;
b) Conselho de Representantes;
c) Diretoria Executiva;
d) Conselho Fiscal;
e) Diretoria Ampliada;
f) Comissões Temáticas.

II – Regionais:

a) Assembléia Regional;
b) Coordenação Regional;
c) Fóruns Populares Locais.

Art. 13 – O expediente da execução das ações do MAB é instrumentalizado através:

I – Do Núcleo de Assessoria Técnica;
II – Do Núcleo Operacional de Apoio;
III – Das Ações de Exigência Constante.

CAPÍTULO II
DA INSTÂNCIA DE DIRETRIZES GERAIS

SEÇÃO I
DO CONGRESSO

Art. 14 – O Congresso é o órgão especial de superior deliberação, a quem compete fixar, aprimorar ou modificar os princípios e linhas programáticas do MAB.

Art. 15 – O Congresso será realizado ordinariamente a cada três anos, podendo ser convocado a qualquer tempo pela Diretoria e por 2/3 (dois terços) do Conselho de Representantes.

§1º - Cabe ao Congresso Ordinário:

a) Eleger a Diretoria Executiva do MAB;
b) Redefinir a estrutura orgânica e representativa do MAB;

§2º - Poderão participar com direito a voz e voto as Associações de Bairro filiadas até 180 (cento e oitenta) dias antes do pleito, estiverem quites com as mensalidades até 10 (dez) dias antes do pleito, estejam atualizadas com as documentações perante o MAB, tenham no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de presença nos Conselhos de Representantes e 20% (vinte por

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 3.º Ofício Nova Iguaçu RJ

cento) de presença nas Assembléias Regionais, na qual a Associação se localiza, entre um Congresso e outro.

§3º - Poderão participar com direito a voz os sócios contribuintes, as entidades de representação civil e popular e qualquer cidadão, devidamente credenciado.

Art. 16 – Cada Congresso será regido por um Regimento Interno, que deverá fixar os objetivos temário da dinâmica da participação dos filiados e os mecanismos deliberativos do Congresso.

§ Único – Tal Regimento Interno deverá ser aprovado pelo Conselho de Representantes com pelo menos três meses de antecedência da data do Congresso.

SEÇÃO II
DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art. 17 – O Conselho de Representantes é o órgão deliberativo ordinário do MAB, sendo constituído por três representantes de cada Associação, por ela indicados, sendo um nato e dois eleitos, tendo direito ambos a voz e voto.

§1º - O representante nato será o Presidente da Associação, podendo ser substituído, em caso justificado, respectivamente, pelo Vice-Presidente e Secretário Geral ou cargo similar;

§2º - Os eleitos devem ser escolhidos em Assembléias dos associados especialmente convocada para esse fim, não podendo responder por cargo de direção da Associação;

§3º - O mandato do representante nato extingue-se junto com o mandato da Diretoria da Associação;

§4º - Os mandatos dos representantes eleitos será de um ano, podendo se reeleger consecutivamente por mais uma vez.

Art. 18 – Compete ao Conselho de Representantes:

a) Definir as principais diretrizes políticas de ação e organização do MAB;
b) Fiscalizar as ações políticas da Diretoria Executiva, assim como das Comissões Temáticas;
c) Examinar, aprovar e rejeitar propostas e relatórios da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal a serem submetidos a cada reunião ordinária;
d) Avaliar as lutas e a atuação da Diretoria de seis em seis meses, os diretores que não estiverem atuando serão substituídos, através de eleição, nessa reunião;

e) Deliberar a respeito de criação de Comissões Temáticas, indicadas pela Diretoria, Assembléias Regionais e o próprio Conselho de Representantes, aprovando a sua criação ou extinguindo;
f) Deliberar a respeito da indicação, por parte da Diretoria Executiva, do Núcleo Técnico, aprovando ou rejeitando;
g) Examinar, aprovar ou rejeitar os relatórios do Núcleo Técnico, a cada reunião ordinária;
h) Deliberar ou indicar as penalidades a serem efetivadas;
i) Deliberar sobre o patrimônio do MAB.

Art. 19 – O Conselho de Representantes reúne-se ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente sempre que convocado pela Diretoria Ampliada ou 1/3 (um terço) dos conselheiros.

§1º - As reuniões serão dirigidas pelo Presidente do Conselho de Representantes;

§2º - O quorum para deliberação é de 50% (cinqüenta por cento) mais um em primeira convocação e 30% (trinta por cento) mais um em segunda e última convocação, uma hora mais tarde, baseando-se esse quorum no número de Associações de Moradores em dia com suas obrigações estatutárias;

§3º - As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos contados, salvo nos casos já previamente definidos por este estatuto.

Art. 20 – É de atribuição do Presidente do Conselho de Representantes:

a) Dirigir e coordenar todos os trabalhos do Conselho de Representantes, em suas convocatórias ou outros que derivem destas;
b) Mobilizar para as convocatórias ordinárias ou extraordinárias;
c) Representar o Conselho em qualquer instância deliberativa e executiva do MAB;
d) Representar o Conselho em outras instâncias e organismos da sociedade civil.

§1º - O mandato do Presidente do C.R. é de um ano, podendo ser reeleito consecutivamente por mais uma vez;

§2º - O Presidente do C.R. tem assento na Diretoria Ampliada do MAB com direito a voz e voto.

SEÇÃO III
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 21 – A Diretoria Executiva é o órgão Executivo do MAB, sendo composto por:

a) Presidente;

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS 8º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

§2º - Compete ao Vice-Presidente:

a) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
b) Exercer as tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria Executiva.

§3º - Compete ao 1º Secretário:

a) Supervisionar os serviços administrativos da secretaria;
b) Guardar livros sociais e neles lavrar os termos de posse dos membros da Diretoria;
c) Assinar a correspondência de rotina;
d) Exercer as demais atribuições inerentes ao cargo.

§4º - Compete ao 2º Secretário:

a) Substituir o 1º Secretário em suas ausências ou impedimentos, bem como executar tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria;

§5º - Compete ao 1º Tesoureiro:

a) Assinar com o Presidente os cheques emitidos e bem como movimentar contas bancárias e contratos firmados pela Federação;
b) Superintender os serviços de caixa e contabilidade;
c) Preparar e apresentar os balanços anuais a serem apreciados pelo Conselho Fiscal e Conselho de Representantes
d) Apresentar a Diretoria balancetes e prestação de contas mensais, e ao Conselho de Representantes trimestral.

§6º - Compete ao 2º Tesoureiro:

a) Substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos, bem como executar tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

§7º - Compete ao Diretor de Patrimônio:

a) Zelar pelo patrimônio do MAB;
b) Coordenar e dirigir todas as ações que envolvam o uso do acervo patrimonial do MAB;
c) Manter a Diretoria Executiva e o Conselho de Representantes informados sobre o controle, uso e destino do patrimônio do MAB.

§8º - Compete ao Diretor Cultural:

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 6.º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

a) Estimular em conjunto com as instâncias e órgãos do MAB, ações e atividades culturais, desportivas, lúdicas e de lazer;
b) Definir, em conjunto com a Diretoria Executiva, e coordenar a política cultural do MAB;
c) Fomentar ações e atividades de caráter articulador e mobilizador ligadas à proposição da política cultural do MAB.

§9º - Compete ao Diretor de Políticas Urbanas e Meio Ambiente:

a) Definir, em conjunto com a Diretoria Executiva e o Conselho de Representantes, as diretrizes do MAB relativas às políticas públicas voltadas à temática urbana e do meio ambiente, assim como as proposições de políticas alternativas a serem desenvolvidas pelo conjunto da Federação;
b) Coordenar e dirigir todas as estratégias e ações vinculadas às diretrizes e proposições da temática urbana e do meio ambiente;
c) Articular e acompanhar as Comissões Temáticas cujo objeto de ação esteja vinculado à temática

§10 – Compete ao Diretor de Políticas Sociais:

a) Definir, em conjunto com a Diretoria Executiva e o Conselho de Representantes, as diretrizes do MAB relativas às políticas públicas voltadas à temática social, assim como a proposição de políticas alternativas a serem desenvolvidas pelo conjunto de Federação;
b) Coordenar e dirigir todos as estratégias e ações vinculadas às diretrizes e proposições da temática social;
c) Articular a acompanhar as Comissões Temáticas cujo objeto de ação esteja vinculado à temática.

§11 – Compete ao Diretor de Assuntos Institucionais:

a) Definir, em conjunto com a Diretoria Executiva, as ações e expedientes voltados à política institucional do MAB;
b) *Avaliar e prestar assessoria a todas as formas de representação* institucional do MAB sejam estas próprias da Federação ou de caráter externo.

Art. 24 – A Diretoria Executiva será eleita pelos Congressos Ordinários do MAB.

§1º - O mandato da Diretoria Executiva será de três anos;

§2º - Poderá participar da chapa, qualquer associado de Associações filiadas ao MAB, exceto aqueles exercerem cargos de representação legislativa ou de confiança do Poder Executivo;

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 8º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

§3º - A votação será feita em plenária mediante Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Representantes;

§4º - A Diretoria eleita será composta pelos membros das chapas que obtiverem o mínimo de 20% do total dos votos válidos do Congresso, sob o critério da proporcionalidade das chapas e estando composta segundo o Artigo 21 e seu Parágrafo Único.

SEÇÃO IV
DO CONSELHO FISCAL

Art. 25 – O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador do MAB, tendo as seguintes atribuições:

a) Emitir parecer sobre as contas da Diretoria Executiva, após exame na escrita e demais livros;
b) Apresentar relatórios de suas atividades ao Conselho de Representantes;
c) Fazer avaliação das contas da Diretoria Executiva e encaminhar às Associações de seis em seis meses.

Art. 26 – O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes eleitos simultaneamente com a Diretoria Executiva do MAB, tendo o mesmo período de mandato e seguindo os procedimentos previstos no Art. 21 deste estatuto.

SEÇÃO V
DA DIRETORIA AMPLIADA

Art. 27 – A Diretoria Ampliada é o órgão, que em conjunto com a Diretoria Executiva, define e coordena a política de articulação e mobilização do MAB, nos termos conforme consta as alíneas d), e), h), i) e k) do Art. 22 do presente estatuto.

Art. 28 – A Diretoria Ampliada é composta pelos membros da Diretoria Executiva mais as seguintes delegações:

a) Do Presidente do Conselho de Representantes, nos termos já definidos;
b) De um delegado de cada Coordenação Regional definido sob regimento próprio;
c) Do Coordenador de cada Comissão Temática, quando esta existir, eleito no Conselho de Representantes.

§1º - Os delegados para a Diretoria Ampliada terão *"status"* de Diretor com direito a voz e voto no que compete as suas atribuições e seus parâmetros definidos no § Único do Art. 21 deste estatuto.

§2º - As reuniões da Diretoria Ampliada se efetivará mensalmente.

DILTON FARIA COSTA

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS 3º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

SEÇÃO VI
DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 29 – As Comissões Temáticas são órgãos de execução e deliberação específica com o qual serão instituídas pelo Conselho de Representantes quando determinado tema for relevante e que exija ações de caráter reivindicativo e propositivo por parte do MAB e do conjunto do movimento popular.

§ Único – A criação das Comissões Temáticas poderão ser indicadas pela Diretoria Executiva, Diretoria Ampliada, Assembléia Regional ou pelo próprio Conselho de Representantes, sendo sua formação deliberada pelo Conselho de Representantes por maioria simples dos votos contados.

Art. 30 – A Comissão Temática será composta por um número mínimo de três membros e máximo de sete.

§1º - A composição da Comissão Temática só poderá ser feita pelos membros pertencentes ao quadro de sócios das Associações filiadas;

§2º - Não poderá compor a Comissão Temática:

a) Membros da Diretoria Executiva do MAB;
b) Membros que já são delegados da Diretoria Ampliada;
c) Membros que compõem qualquer Coordenação Regional;
d) Membros que compõem outra Comissão Temática.

§3º - As Comissões Temáticas poderão ser extintas quando o Conselho de Representantes considerar necessário

Art. 31 – Compete as Comissões Temáticas:

a) Definir formas e mecanismos de atuação referente ao tema objeto;
b) Organizar e coordenar plenárias, encontros e seminários relativos ao tema objeto;
c) Propor diretrizes e políticas voltadas ao tema;
d) Representar, em conjunto com o Diretor de políticas relacionadas ao tema, MAB em fóruns específicos.

§ Único – As Comissões Temáticas terão um coordenador, indicado pela própria Comissão, eleito no Conselho de Representantes, no qual terá assento na Diretoria Ampliada nos termos definidos pelo Art. 28 deste estatuto.

CAPÍTULO III
DAS REGIONAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
8.º OFÍCIO
Nova Iguaçu RJ

SEÇÃO I
DOS CRITÉRIOS E FINALIDADES

Art. 32 – As Regionais constituem-se com a instância de deliberação, execução e mobilização que congrega o conjunto de Associações de Bairro, e outras organizações populares, identificadas por características sócio econômicas, geográficas e político administrativas, definindo um sentido de unidade territorial através dos problemas, carências e potencialidades.

§ Único – As Regionais têm como finalidade instrumentalizar e articular ações de caráter reivindicativo e propositivo que se definem através das características locais próprias.

Art. 33 – A criação, divisão e extinção das Regionais é de competência do Conselho de Representantes, sob indicação da Diretoria Executiva.

§1º - A indicação da Diretoria Executiva se efetivará através da caracterização da área a ser definida como Regional, por parte do Núcleo Técnico de Assessoria do MAB, na forma do presente estatuto.

§2º - As deliberações do Conselho de Representantes para a criação, divisão ou extinção das Regionais se efetivará através de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes:

§3º - O período mínimo para a existência das Regionais é de dois anos, não podendo, neste período ser subdividida;

§4º - As Regionais só poderão ser criadas quando esta tiver um número mínimo de sete Associações filiadas ao MAB.

Art. 34 – As Regionais são compostas por:

a) Assembléia Regional;
b) Coordenação Regional;
c) Fórum Popular Local.

SEÇÃO II
DA ASSEMBLÉIA REGIONAL

Art. 35 – A Assembléia Regional é o órgão de deliberação próprio das Regionais, a quem compete definir diretrizes específicas de articulação e mobilização as Associações que comportam a Regional, em consonância com as finalidades do MAB, nos termos do Art. 2º deste estatuto.

b) Vice-Presidente;
c) 1º Secretário;
d) 2º Secretário;
e) 1º Tesoureiro;
f) 2º Tesoureiro;
g) Diretor de Patrimônio;
h) Diretor Cultural;
i) Diretor de Políticas Urbanas;
j) Diretor de Políticas Sociais;
k) Diretor de Assuntos Institucionais.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 8.º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

§ Único – As Diretoria Executiva funcionará como órgão colegiado, cabendo a todos os seus membros o direito a voz e voto nas eleições.

Art. 22 – É atribuição da Diretoria Executiva:

a) Coordenar e dirigir o MAB dentro das diretrizes fixadas pelo Conselho de Representantes;
b) Acatar e executar as decisões tomadas pelo Conselho de Representantes;
c) Definir diretrizes de ação institucional correspondentes as políticas elaboradas no Conselho de Representantes;
d) Definir, coordenar e articular em conjunto com a Diretoria Ampliada, as ações e estratégias de caráter mobilizador e articulador;
e) Coordenar e fomentar, em conjunto com a Diretoria Ampliada, ações e projetos de gestão de políticas alternativas;
f) Prestar assistência e acompanhar o trabalho das Associações filiadas;
g) Representar o MAB junto aos poderes públicos, órgãos de representação institucional, instituições privadas, fóruns e articulações de caráter popular e onde mais se faça necessário;
h) Dirigir e manter em funcionamento, em conjunto com a Diretoria Ampliada, as Regionais;
i) Fomentar, em conjunto com a Diretoria Ampliada, política de criação e articulação dos fóruns populares;
j) Dirigir e manter em funcionamento as Comissões Temáticas e outros grupos de trabalho, em conjunto com a Diretoria Ampliada;
k) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Art. 23 – Da competência da Diretoria Executiva:

§1º - Compete ao Presidente:

a) Representar a Federação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
b) Assinar com o Tesoureiro cheques emitidos e bem como movimentar contas bancárias e contratos firmados pela Federação;
c) Coordenar os trabalhos da Diretoria Executiva e Ampliada;

§ Único – A Assembléia Regional é composta pelo quadro de sócios das Associações filiadas ao MAB.

Art. 36 – Cabe as Assembléias Regionais:

a) Eleger a Coordenação Regional, na forma do presente estatuto;
b) Definir ações de caráter reivindicativo e mobilizador, assim como estratégias de articulação com organizações populares que existam na área circunscrita da Regional;
c) Propor diretrizes, estratégias e políticas a serem encaminhadas ao Conselho de Representantes e Diretoria Ampliada;
d) Subsidiar, fiscalizar e colaborar com a Coordenação Regional, na execução dos trabalhos da Regional;
e) Encaminhar a Diretoria Executiva do MAB, através da Diretoria Ampliada, demandas de caráter institucional, operacional e de assessoramento técnico;
f) Definir Regimento próprio, quando este couber.

Art. 37 – As Assembléias Regionais se reunirão, ordinariamente, a cada dois meses e extraordinariamente sempre que convocada pela Coordenação Regional a 1/3 (um terço) do quadro de sócios das Associações filiadas ao MAB que compõem a Regional.

§1º - As Assembléias Regionais serão dirigidas por mesa composta de dois membros da Coordenação Regional, dois membros do quadro de sócios, escolhidos na Assembléia, e um membro representante da Diretoria Executiva do MAB;

§2º - O quorum para deliberação é de 30% (trinta por cento) mais um em primeira convocação e 20% (vinte por cento) mais um, uma hora mais tarde, baseando esse quorum no número de Associados das Associações filiadas ao MAB que compõem a Regional;

§3º - As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos contados;

§4º - As Diretorias de Associações que não enviarem representantes em 20% (vinte por cento) do número de Assembléias Regionais Ordinárias, entre um Congresso e outro do MAB, terão a participação da Associação no Congresso inviabilizada, conforme reza o §2º do Art. 15 do presente estatuto;

§5º - As Diretorias das Associações que compõem a Regional, acatarão as deliberações das Assembléias Regionais.

SEÇÃO III
DA COORDENAÇÃO REGIONAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 8.º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

Art. 38 – A Coordenação Regional é o órgão de execução das diretrizes definidas pela Assembléia Regional.

§1º - A Coordenação Regional é composta por um número mínimo de três e máximo de sete membros, eleitos em Assembléia Regional, sendo um delegado à Diretoria Ampliada do MAB;

§2º - Só poderão pertencer a Coordenação Regional, sócios das Associações filiadas ao MAB que compõem a Regional, tendo, ou não, cargo executivo na Associação no qual está filiado;

§3º - Só poderá compor a Coordenação Regional um membro do quadro de sócios de cada Associação;

§4º - O delegado à Diretoria Ampliada do MAB não poderá ter cargo de direção da Associação qual é filiado;

§5º - O número total de membros da Coordenação Regional será definido em Regimento próprio, aprovado em Assembléia.

Art. 39 – A Coordenação Regional será eleita em Assembléia Regional.

§1º - O mandato da Coordenação Regional será de um ano em regime colegiado.

§2º - A eleição da Coordenação Regional se dará através de candidaturas individuais, por indicação ou auto-indicação, composta pelos candidatos que estiverem o maior número de votos.

Art. 40 – Compete a Coordenação Regional:

a) Operacionalizar as deliberações e diretrizes definidas pelas Assembléia Regional;
b) Coordenar ações de caráter mobilizador e reivindicativo;
c) Monitorar os projetos e atividades desenvolvidas pela direção do MAB na Regional;
d) Fomentar políticas de articulação entre as Associações que compõem a Regional e outras organizações populares que existam ou atuem na área circunscrita da Regional;
e) Acompanhar as Associações no tocante a suas ações institucionais e reivindicativas;

§ Único – A Coordenação Regional se reunirá quinzenalmente.

SEÇÃO IV
DOS FÓRUNS POPULARES LOCAIS

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS 3.º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

Art. 41 – Os Fóruns Populares Locais constituem-se como instância especial de caráter articulador, formados pelas Associações de Bairro que compõem a Regional e outras organizações populares cuja atuação e representação esteja circunscrita na área da Regional.

§ Único – Por Organização Popular, entende-se aqueles que associam em seu quadro regimentar, ou estatutário, indivíduos que se identificam com as carências próprias, específicas ou não, das camadas populares, comportando, assim, em suas finalidades a ética solidária.

Art. 42 – Os Fóruns Populares Locais têm como objetivo definir diretrizes propositivas e reivindicativas que se expressem à necessidade de um maior campo de participação e mobilização popular, não restrito ao quadro de sócios das Associações que compõem a Regional.

§ Único – As Organizações Populares que venham a participar dos Fóruns Populares Locais não terão vinculação estatutária ao MAB, mas sim se constituindo como parceiras de finalidades, atribuindo-lhe um "status" consultivo de relevância, tendo direito a voz nos órgãos deliberativos do MAB e de participar dos projetos e ações desenvolvidos pela Federação.

Art. 43 – Os Fóruns Populares Locais poderão ser de caráter temático ou global, sendo as suas finalidades próprias, assim como sua organização definida em regimento.

§1º - No caso das reuniões do Fórum coincidirem com as Assembléias Regionais, a sua pauta e deliberações próprias terão tratamento diferenciado do procedimento estatutário das Assembléias;

§2º - O Fórum Popular poderá solicitar a Diretoria Executiva do MAB, apoio operacional e assessoramento do Núcleo Técnico.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44 – As Associações de Bairro não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo MAB.

Art. 45 – O patrimônio do MAB é constituído por:

a) Contribuições das Associações filiadas;
b) Doações e rendas eventuais;
c) Bens móveis e imóveis, assim como as rendas delas provenientes.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 8.º OFÍCIO Nova Iguaçu RJ

§ Único – Os bens móveis e imóveis só poderão ser alienados mediante aprovação do Conselho de Representantes em reunião com presença de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 46 – Os membros da Direção do MAB que forem lançados candidatos por partidos políticos se afastarão dos seus cargos sete meses antes da eleição.

§ 1º - Seus cargos no MAB serão garantidos ao fim da campanha eleitoral, caso não sejam eleitos;

§ 2º - Caso sejam eleitos, cabe ao Conselho de Representantes definir sua situação frente à Direção do MAB.

Art. 47 – Os casos omissos no presente Estatuto serão examinados pela Diretoria Executiva e encaminhados à deliberação do Conselho de Representantes.

Art. 48 – O MAB continuará responsável pelo novo Município de Mesquita até que as Associações de Moradores do mesmo decidam criar uma Federação própria.

Art. 49 – O presente Estatuto substitui o anterior e só poderá ser alterado mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Representantes ou em Congresso do MAB.

Bartíria P. Lima da Costa
Presidente

Dulcemary da Silva Serra
Secretária

Rodinei Costa da Silva
Vice-Presidente

Flávio Médici da Silva
Tesoureiro

NILTON FARIA
OAB/RJ. 66548

SECRETARIA DA CAMPANHA PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL
Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Brasília-DF, 04 de julho de 2002

Estimados Párocos, Vigários e Conselhos Pastorais,

É com muita alegria e fé, que nos do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo dirigimo-nos a vocês, por meio dessa carta, para externar nossas preocupações e pedir apoio a uma grande missão que estamos construindo, que é a Campanha pela Emenda Constitucional que Limita o Tamanho da Propriedade da Terra no Brasil.

A questão da terra no Brasil sempre foi um dos problemas que priva milhões de pessoas dos seus mais sagrados direitos elementares que é a alimentação, o trabalho, cidadania e a dignidade.

Na 40ª Assembléia Geral da CNBB deste ano foi aprovado, junto ao programa *Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome*, o Mutirão Nacional, que cita explicitamente essa Campanha (Cfr. Documentos da CNBB 69, nº 63).

Diz ainda o documento que "a solução dos problemas supera medidas compensatórias. Exige nova mentalidade e políticas públicas que reconheçam a alimentação adequada como direito inalienável do ser humano. Animados pela solidariedade e pela esperança, queremos somar forças com todos os que se empenham nesta causa". Nem precisa lembrar que o latifúndio, no Brasil, há muito vem escondendo o pão de milhões de famílias, condenando-as a um êxodo sem fim pelas estradas do país.

O papa João Paulo II também tem se manifestado seguidamente sobre o tema, alertando que "o direito à propriedade privada está subordinado ao direito do uso comum, à destinação universal dos bens (*Laborem Exercens, nº 14*). E o Santo Padre pergunta: "Como é possível que, no nosso tempo, ainda haja quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem vive privado de cuidados médicos elementares, quem não tenha casa onde se abrigar? (NMI, 10 e 14).

As inquietações e perguntas do papa têm sido as mesmas da CNBB. Em seu jubileu de ouro, ela renova a "opção pelos pobres" em atitudes e campanhas como esta pelo Limite da Propriedade da Terra.

Nesse Sentido, pedimos aos nossos irmãos das paróquias e comunidades que nos ajudem a debater o tema com todos os setores da opinião publica, e por outro lado, divulgar e contribuir para a coleta das assinaturas em favor da Campanha.

SDS- Bloco P-36 – Ed. Venâncio III – Sala 204 – 70.393.900 – Brasília-DF – Fone (61) 323-1770 Fax (61) 321-4130
e-mail: forumrefagraria@yawl.com.br

Nossa meta neste ano é fazer todo um processo de discussão e conscientização da população sobre o tema. Para isso esse segundo semestre de 2002 é determinante para a campanha, por que estamos num ano eleitoral e aproveitaremos todas as datas comemorativas da sociedade para difundirmos a campanha realizando atividades que proporcione o maior numero de pessoas na discussão do tema.

Após todo esse processo de mobilizações com a sociedade continuaremos construindo a campanha pelo limite da propriedade e pela reforma agrária com a perspectiva de entrega das mais de um milhão de assinaturas ao Congresso Nacional e ao Presidente da Republica em abril de 2003.

Sem mais para o momento e disponíveis para qualquer esclarecimento nos colocamos à disposição.

Fraternalmente,

Gilberto Portes de Oliveira
Pp/ Secretaria do Fórum Nacional pela
Reforma agrária e Justiça no Campo

"Repartir a Terra para Multiplicar o Pão".



Como adquirir produtos orgânicos?

Cestas Orgânicas

Em breve estaremos comercializando cestas orgânicas para entrega em locais de sua preferência. Mande um e-mail para ***cestasorganicas@gmail.com*** *ou ligue para: informando seus dados e aguarde contato.*

Feiras Locais

Geneciano Luz - ***quartas e domingos.***
Amapá - ***sábados.***
Johrei Center Nova Iguaçu - ***sábados e 2° domingo do mês.***
Johrei Center de Mesquita - ***4° sábado e 2° domingo do mês .***
Johrei Center Belford Roxo- ***2° domingo do mês.***
Assembléia de Deus de Vila de Cava - ***4° domingo do mês.***
Assembléia de Deus de Nova Iguaçu - ***2°domingo do mês.***

Feiras Corporativas

Transpetro (Campos Elíseos) - ***sextas-feiras.***

UMA INICIATIVA DE:

Cooperativa de Agricultores Familiares de Produtos Orgânicos
UNIVERDE

APOIO:

BR PETROBRAS

BR TRANSPETRO



AGRICULTURA FAMILIAR EM FAIXA DE DUTOS

AGRICULTURA FAMILIAR
EM FAIXA DE DUTOS

Alimento Orgânico com Responsabilidade Social

O que é?

Trata-se de uma iniciativa inovadora, construída a partir de metodologias participativas e que une empresas e comunidade em um trabalho que visa a geração de trabalho e renda por meio da produção orgânica de alimentos.

Com o projeto, as famílias que residem no entorno das faixas de dutos administradas pela Transpetro, nos trechos localizados nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, passam a cultivar hortas orgânicas sobre estas faixas, recebendo assistência técnica, apoio para a produção e comercialização.

Tudo com a maior segurança e respeito ao meio ambiente!

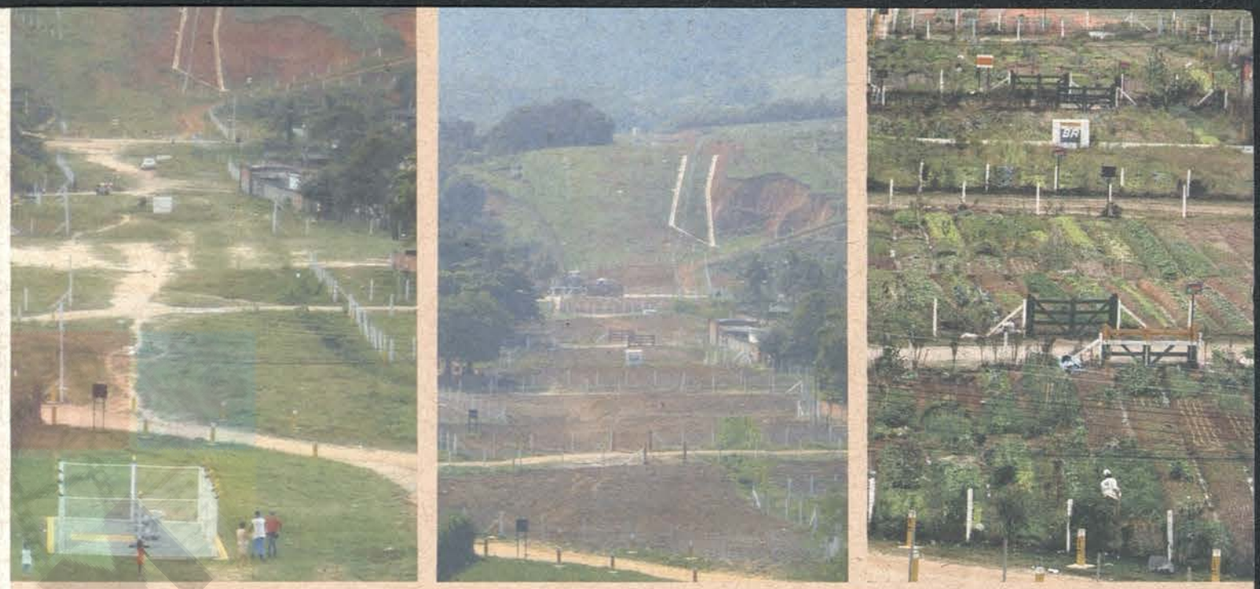
As próprias famílias tratam o solo, plantam, colhem e vendem seus produtos orgânicos em feiras locais ou diretamente para o consumidor através das cestas orgânicas. Em parceria com as prefeituras municipais de Nova Iguaçu e Duque de Caxias os alimentos são fornecidos para a merenda escolar.

Assim todo mundo sai ganhando, a Petrobras e Transpetro garantem a segurança das faixas de dutos, as comunidades tiram o seu sustento das hortas e os consumidores adquirem alimentos mais saudáveis.

AGRICULTURA FAMILIAR
EM FAIXA DE DUTOS



Comunidade do Amapá, Duque de Caxias - RJ



Comunidade do Geneciano (antes e depois), Nova Iguaçú - RJ

Por quê?

Em todo Brasil existem cerca de 15 mil quilômetros de dutos instalados. Muitos deles estão localizados em áreas de alta densidade populacional, e as comunidades na maior parte destas regiões encontram-se em situação de pobreza.

A segurança destas comunidades é uma prioridade para a Petrobras e para a Transpetro que é responsável pela manutenção dos dutos.

Hoje a situação mudou. Implantado em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, na baixada fluminense do Rio de Janeiro, o projeto Agricultura Familiar em Faixa de Dutos mudou a realidade das comunidades do entorno, transformando a terra em fonte de renda.

É DIREITO E DEVER DA PESSOA TER SEUS DOCUMENTOS:

-Certidão de Nascimento;
-Carteira de Identidade;
-CTPS – Carteira de Trabalho;
-Título de Eleitor.
-CPF – Cadastro de Pessoa Física;
-Alistamento Militar – Certificado de Reservista.
-Inscrição no INSS.

É PRECISO QUE O TRABALHADOR SE PREOCUPE COM A LEGALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPRIEDADE OU DE SEU TRABALHO!

PROPRIETÁRIO:

-Escritura da terra registrada;
-Cadastro no INCRA (CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural);
-Cadastro na Receita Federal – ITR – Imposto Territorial Rural;
-Cadastro na Receita Estadual (Cartão de Produtor Rural);
-Cadastro no IMA (Cartão de vacina para animais, março e setembro);
-Cartão de Vacina dos filhos menores de 14 anos;
-Inscrição de Segurado Especial no INSS.

OBS.: É necessário fazer anualmente a declaração do ITR (geralmente em setembro), a declaração do produtor rural (julho) e acertar o cartão de vacina. Todo produto comprado ou vendido pelo agricultor ou agricultora é importante tirar nota fiscal.

PARCEIROS/ ARRENDATÁRIOS OU COMODATÁRIOS:

-Contrato Agrícola Registrado;
-Cadastro na Receita Estadual/Cartão de Produtor.
-Cartão de Vacina dos filhos menores de 14 anos;
-Inscrição de Segurado Especial no INSS;

OBS.: No contrato de parceria agrícola, arrendamento ou comodato, é necessário incluir o nome do homem, da mulher e dos filhos e filhas acima de 16 anos de idade, que trabalham no conjunto da agricultura familiar. Quando cadastrado na Receita Estadual (Cartão de Produtor) é necessário fazer anualmente Declaração de produtor rural.

EMPREGADO.

-Carteira assinada pelo o empregador;
-Cartão de vacina dos filhos menores de 14 anos;
-Assinar os recibos de salário preenchidos mensalmente.

Organização e Digitação: Juvenal José da Rocha e Werinton Luis R. Miranda

CAMPANHA DE DOCUMENTAÇÃO E ORIENTAÇÃO SOBRE OS DIREITOS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHADOR(A) RURAL



CPT 35 ANOS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
NÚCLEO DE CAMPOS –RJ

CEDIM

A cartilha que organizamos e estamos colocando a disposição da sociedade tem como objetivo primeiro contribuir na formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para que esses bravos companheiros e companheiras possam cada dia conquistarem melhores condições de vida, serem mais organizados e conscientes: conhecedores dos seus direitos e deveres. Pois só conseguiremos soluções concretas para nossos problemas quando lutamos juntos.

Esta Cartilha é apenas um incentivo. Precisamos continuar cobrando dos órgãos públicos que façam sua parte, principalmente no que diz respeito a documentação das pessoas sejam os órgãos Municipais, Estaduais e Federais.São custeados com nossos impostos portanto, podemos exigir respeito e mais precisão quanto ao fornecimento dos documentos necessários para a população.

Aproveitem bem estas orientações e divulgue-as para outras pessoas!

Ínes Fátima Polidoro Rocha - **Comissão Pastoral da Terra** - Núcleo de Campos – RJ

A IMPORTÂNCIA DAS ENTIDADES QUE DE FATO REPRESENTAM OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Todas as pessoas por natureza devem se despertar e construir, dentro de si um dos princípios mais significativos para a vida humana, que é : viver em Grupo, principalmente em Grupos organizados. Pois, é o caminho mais seguro para conquistar os direitos básicos e construir melhor qualidade de vida para o coletivo.

ENTIDADES QUE DE FATO REPRESENTAM OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS.

- Associação de Pequenos Produtores.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR.
- Central Única dos Trabalhadores – CUT.
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

AUTONOMIA DAS ENTIDADES.

Toda Entidade tem que ser por princípio fundada, coordenada e mantida por iniciativa dos membros que por direito são parte da mesma.Como é o caso de uma Associação de Pequenos Agricultores: a Diretoria e os demais membros têm que ser os pequenos agricultores.Qualquer participação externa deve ser discutida, avaliada e aprovada pelo conjunto. Principalmente as fontes de recursos financeiros que irão manter a entidade. Só assim se constrói e mantêm uma organização independente e livre para defender os direitos dos associados.

Portanto, o segredo para uma Entidade ser forte e atuante está na participação ativa dos seus membros.

PRINCIPAIS MOBILIZAÇÕES E LUTAS DE UMA ORGANIZAÇÃO

REFORMA AGRÁRIA.

- Que o latifúndio improdutivo seja desapropriado para fins da Reforma Agrária.
- Que nas terras do Estado e da União seja feita a Reforma Agrária, pois já está mais do que provado a Reforma Agrária muda a realidade de fome e miséria para uma realidade de produção famílias felizes e livres e o meio ambiente é infinitamente mais preservado.

POLÍTICAS AGRÍCOLAS.

- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- Assistência Técnica assistida por órgãos públicos, gratuita para os pequenos agricultores.
- Leis que facilitam as associações: diminuam as taxas de impostos e a burocracia para que os produtos produzidos pelos pequenos agricultores possam ter mais acesso ao mercado.
- Pesquisa feita na agricultura incluindo na realidade dos pequenos produtores.
- Agricultura Sustentável.

DIREITOS A SAÚDE.

É direito do trabalhador e da trabalhadora rural ser assistido pelo SUS – Sistema Único de Saúde. Antes de 1988 o trabalhador rural não tinha direito a mesma assistência de saúde pública e gratuita de um trabalhador urbano..Como também é direito de toda sociedade conhecer os recursos naturais que contribuem para a prevenção de doenças e o equilíbrio do corpo: as ervas medicinais, os produtos naturais, a alimentação alternativa e as Terapias Alternativas, como: a Geoterapia, a Urinoterapia, a Aromoterapia, os Florais e a Homeopatia.

DIREITOS TRABALHISTAS.

- Carteira de Trabalho Assinada.
- FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço;)
- Seguro Desemprego;
- 13º Salário, inclusive para os aposentados;
- Férias Anuais, com 1/3 a mais do salário;
- Aviso prévio, quando o trabalhador é demitido;
- Horas Extras;
- Feriados e domingos remunerados;
- Realizar acordos e convenções coletivas.

DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS.

- Aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.
- Acidente Trabalho;
- Auxílio Doença;
- Salário Maternidade;
- Pensão Por Morte;
- Auxílio Reclusão.

D.O. DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio de Janeiro

Poder Legislativo

RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA
5 DE MAIO DE 1993
ANO XIX • N.º 82 • PARTE II

PROJETO DE LEI Nº 1378/93

CRIA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESCRAVA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

AUTOR: DEPUTADO PAULO BANANA DE AMORIM

Despacho: A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça, de Orçamento, Finanças e de Tributação; de Economia, Indústria, Comércio e Turismo; e de Saúde, Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social.

Em 03.05.93.

DEPUTADO JOSÉ NADER - PRESIDENTE

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, resolve:

Art.1º- Comprovada a utilização de mão-de-obra escrava em qualquer Empresa ou estabelecimento rural do Estado do Rio de Janeiro, o titular desta fica sujeito, além das previstas em Lei Federal, as seguintes sanções:

I- Suspensão de empréstimos, subsídios ou quaisquer outros benefícios por órgãos do Estado ou Empresas de economia mista, com controle acionário do Estado.

II- O Governo do Estado executará as dívidas da Empresa ou estabelecimento rural.

Art.2º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1993.
Deputado Paulo Banana de Amorim.

CHEGA DE ESCRAVIDÃO



PELA DIGNIDADE DO TRABALHADOR!

PUNIÇÃO AOS RESPONSÁVEIS PELA ESCRAVIDÃO

Cento e cinco anos após a abolição oficial da escravidão em nosso país vimos a público denunciar a crescente utilização de trabalho escravo. Relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos no campo em 1992 mostra que os casos conhecidos de escravidão triplicaram e já somam 16442 pessoas. Número este subdimensionado uma vez que o trabalho escravo só é registrado quando os trabalhadores conseguem fugir e denunciam a sua condição. Estas situações se localizam não apenas longe das grandes capitais nas regiões Norte ou Centro-Oeste mas se estendem para a região Centro-Sul e para o Estado do Rio de Janeiro. Onde num dos casos mais graves registrados este ano a Usina Victor Sense, Município de Conceição de Macabu, vem submetendo 700 (setecentos) trabalhadores rurais a uma situação próxima à da escravidão. Não apenas descumpre totalmente a legislação trabalhista como não paga regularmente os salários. O pagamento se dá em vales só possíveis de serem descontados num único armazém a preços aviltantes. Este modo de pagamento imobiliza o trabalhador e o impede de deixar o emprego.

O mais escandaloso é que são grupos empresariais dos "modernos" ligados à agroindustria do açúcar, ao capital industrial (Wolkswagen) e ao capital financeiro como o Banco Econômico que estão recriando no campo as relações de trabalho mais degradantes e desumanas. Como a maior parte destas Empresas recebem subsídios governamentais e o Poder Público, (Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Policias Federal, Militar e Civil), vem se revelando inoperante e desaparelhado para apurar e punir estes crimes nós elaboramos o Projeto de Lei nº 01377/93 que cria maiores sanções, tais como: O proprietário de Empresa ou estabelecimento rural que utilizar trabalho escravo não receberá mais subsídios, empréstimos, ou quaisquer outros benefícios concedidos pelo Poder Público. O Governo do Estado deverá executar todas as dividas dos inadimplentes.

Vamos lutar para que estes crimes não continuem impunes, obrigando o Estado a apurar e punir os responsáveis. Vamos lutar para modificar a realidade de miséria e da fome que leva o trabalhador a se submeter à situação degradante de trabalho forçado. Vamos lutar pela realização de uma Reforma Agrária ampla que democratize a renda, a propriedade da terra e estabeleça relações de trabalho mais justas em nossa sociedade.

PAULO BANANA DE AMORIM
DEPUTADO ESTADUAL-PT

CEDIM

CONVITE

2º SEMINARIO

"Da Terra Ferida Brota Um Clamor Da Justiça"

Agrária e Agrícola na Vida do Povo e Planeta Terra

PAUTA:

1. Contextualização da agrária e agrícola da Baixada Fluminense.
2. Debate: O desafio de construir a plataforma agrária e agrícola nos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Japeri , Paracambi, Belford Roxo, Queimados, Nilópolis,

QUANDO: 25 de Agosto 2012 / Às 08:30h Á 12:30 h
LOCAL: Centro de Formação da Diocese de Nova Iguaçu – CENFOR (ao lado da SESC) Rua Dom Adriano Hipolito, 8 – Moqueta, Nova Iguaçu,RJ

"Se o campo não planta, a cidade não janta"

Venham ajudar a construir a plataforma agrária e agrícola na Baixada Fluminense!

REALIZAÇÃO: Comissão Pastoral da Terra
PARCEIRAS: Diocese de Nova Iguaçu, Escolinha da Agroecologia, AS-PTA, MST, Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI), Licenciatura da Educação do Campo (LEC)

...Que possamos escutar
os gemidos da terra...

MULHERES SEM TERRA NA LUTA PELA VIDA

MST ocupa o BNDES por investimentos nos assentamentos da Reforma Agrária e na agricultura familiar!

Nós, Mulheres da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, queremos defender a vida. Exigimos, além da terra, o respeito ao meio ambiente, à biodiversidade, à educação, à saúde e à alimentação. Nessa luta, enfrentamos um poderoso inimigo: o modelo de exploração baseado no agronegócio financiado por bancos públicos, em especial o Banco do Brasil e o BNDES. Por isso, ocupamos este prédio para que este banco se volte para a agricultura familiar.

Associadas ao capital financeiro, as empresas multinacionais se aliam a grandes produtores rurais para trazer fome, devastação e desemprego. Enquanto isso, o presidente dos EUA vem ao Brasil negociar um acordo comercial para garantir fornecimento de álcool combustível a baixos custos para seu país, o que vai ampliar os investimentos que já vem sendo feitos pelo BNDES no setor sucroalcoleiro. Isso aumentará a área plantada com cana, ocupando terras que se destinariam à produção de alimentos pela agricultura familiar

Em 2005 e 2006, o BNDES desembolsou R$ 3,3 bilhões para projetos de plantio de cana e construção de usinas. Até 2012, o banco pretende liberar R$ 10 bilhões para o setor. Para comparar, no ano passado, o governo federal aplicou o mesmo valor na agricultura familiar. Já o agronegócio recebeu R$ 50 bilhões. Cinco vezes mais!

Estas empresas arrasam imensas extensões de terra para plantar uma só cultura, expulsam a população do campo para as cidades já inchadas, geram desemprego ao adotar tecnologia excludente nas plantações em grande escala e aumentam a exploração dos trabalhadores, inclusive por meio do trabalho escravo.

Sem falar nos danos irrecuperáveis aos recursos naturais seja pela utilização indiscriminada de agrotóxicos, seja pelas queimadas pré-colheita. já que a poluição nessa época atinge níveis maiores do que no centro de São Paulo, com graves riscos à saúde da população, já que liberam os principais gases causadores do efeito estufa.

O modelo agropecuário exportador baseado na destruição da natureza e subsidiado pelo Estado é uma agressão contra nossa população, mas vem sendo financiado por nosso dinheiro.

A agricultura familiar e os assentamentos da Reforma Agrária, por outro lado, detém apenas 27% das terras e respondem por 38% da produção e comercialização de alimentos em nosso país e empregam 80% da força de trabalho no meio rural.

Nós, Mulheres Sem Terra, denunciamos a expansão deste modelo agrícola baseado na monocultura concentradora de terra e renda, destruidora do meio ambiente, responsável pelo trabalho escravo e pela superexploração de mão de obra.

A superação do atual modelo passa pela realização da Reforma Agrária ampla que elimine o latifúndio. Queremos construir um novo modelo baseado na agricultura camponesa e na agroecologia, com produção diversificada priorizando o mercado interno.

Estamos lutando por crédito subsidiado voltado para a produção de alimentos. Nosso principal objetivo é garantir a soberania alimentar, pois a expansão do agronegócio e da produção de etanol só vai agravar a situação de fome.

Não podemos manter os tanques cheios e as barrigas vazias!

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Via Campesina

Pequenos proprietários, posseiros e comunidades tradicionais, o que fazer?

Apesar das grandes perdas que a nova lei proporcionará à nação é preciso que os pequenos proprietários, posseiros e comunidades tradicionais se organizem de forma a garantir a regularização de suas posses, antes que o rolo compressor dos grandes proprietarios e especuladores tente tomar todas as terras da região.

Para isso, é necessário que os pequenos se organizem, preferencialmente com a ajuda dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), das Pastorais e Igrejas existentes na sua região e que acompanhem o povo do campo e, através dos Fóruns Regionais pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, regularizar suas terras tradicionalmente ocupadas e adquiridas por direito.

Só através da organização popular é possível combater os crimes e violências no campo, garantindo seus direitos e a conquista da sua terra.

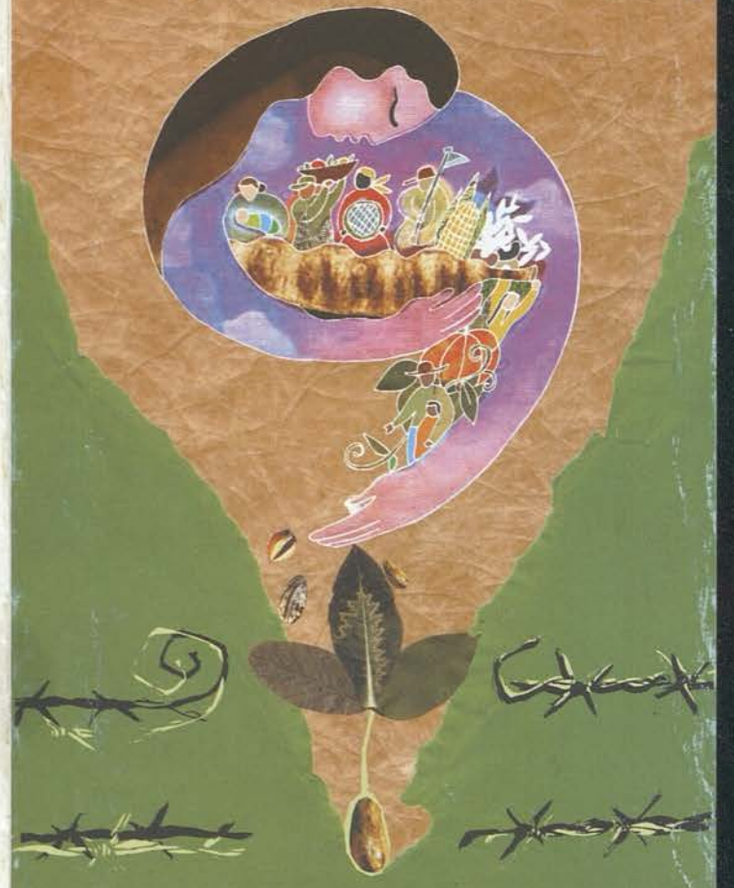
CAMPANHA NACIONAL PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA:

em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar

Secretaria Executiva do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

SDS- Ed. Venâncio III, Sala 204
CEP:70.393.900- Brasília-DF
Fone: (61) 3323-1770
Fax: (61) 3321-4130
forumcpt@caritas.org.br
www.limitedapropriedadedaterra.org.br

MP 458/2009 ou lei 11.952
A regularização da grilagem de terras



Iformações: www.limitedapropriedadedaterra.org.br

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO

ABEEF - ANDES - ABONG - ABRA - APR - ASPTA - Cáritas Brasileira - Centro de Justiça Global - CESE - CIMI - CMP - CNASI - COIABE - Comissão de justiça e PAZ - CONDSEF - CONIC - CONTAG - CPT CUT - DESER - Empório do Cerrado - ESPLAR - FASE - FASER - FEAB - FETRAF Brasil - FISENGE Grito dos Excluídos - IBASE - IBRADES - IDACO - IECLB - IFAS - Jubileu Sul/Brasil - MAB - Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome Pastorais Sociais da CNBB - MLST - MMC - MST - MPA - MNDH - MTL - PJR - Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais - Rede Social de Justiça e direitos Humanos - RENAP - SINPAF - TERRA DE DIREITOS

CEDIM

MP 458/2009 ou lei 11.952 – A regularização da grilagem de terras

Foi aprovada a lei 11.952, que trata da regularização das terras públicas na região Amazônica.

Mais uma vez, os ruralistas e fazendeiros juntamente com o Presidente Lula e o Congresso Nacional aprovaram esta lei segundo os seus interesses.

Esta lei contraria os princípios do Estatuto da Terra, bem como a função pela qual o INCRA foi criado há 45 anos e, por ineficiência, não cumpriu sua função.

Sendo assim, essa lei permitirá legalizar o crime cometido por inúmeros grileiros e especuladores que desobedecendo toda a legislação, ocuparam ilegalmente mais de 60 milhões de hectares de terras públicas que, pela constituição federal, devem ser destinadas à reforma agrária. Dessa forma, com a nova lei o governo permite legalizar até 1.500 hectares de terras públicas a esses grileiros. (art. 6).

Além disso, o governo afundou mais um pouco o Plano Nacional de Reforma Agrária, legalizando através dessa lei a prática criminosa da grilagem, afastando de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem terras e comunidades tradicionais de todo o país, o sonho buscado em anos de luta, da conquista da terra, do pedacinho de chão, para produzir e ter uma vida digna no campo brasileiro.

Quais serão as consequências dessa nova lei?

Contrariando, mais uma vez, a Constituição Federal, esta lei permite que as terras com mais de 4 módulos fiscais, podem ser revendidas, depois de três anos de tituladas (art. 15,§ 4), enquanto os pequenos continuam obrigados a respeitar o prazo de 10 anos (art. 15,§ 3).

Isso mostra que a lei continua facilitando a especulação e a concentração fundiária: basta encontrar alguns "laranjas" que, depois de três anos, revendam as terras aos interessados. É por isso que a lei prevê a "titulação parcial" nos terrenos maiores de 1500 hectares (art. 14) Quem tem 6.000 hectares e consegue achar mais três laranjas pode obter quatro títulos parciais que, depois de três anos, serão seus.

Não resta dúvida que esta lei, além de legitimar o crime, vai provocar um aumento legalizado da devastação ambiental numa região já tão ameaçada como é a Amazônia.

E o que é ainda mais vergonhoso é propagandear que esta lei vai, finalmente, garantir os direitos dos pequenos agricultores que, agora, poderão titular suas terras: um direito que há 45 anos, na Amazônia, está sendo sumariamente ignorado e espezinhado pelo poder público.

Para os pequenos posseiros, como sempre, sobram as migalhas do bolo entregue aos latifundiários.

Os terrenos com menos de um módulo fiscal (cerca de 70 ha) serão titulados e registrados em cartórios, gratuitamente (art. 11) e poderá ser dispensada a vistoria prévia, bastando a declaração do ocupante, nos terrenos de até 4 módulos fiscais (art. 13). É preciso ficar atento, pois este procedimento poderá fazer com que especuladores se declarem possuidores de terras que não ocupam, retirando direitos de posseiros antigos.

O que podemos fazer agora, uma vez que a lei já foi sancionada pelo presidente Lula?

A primeira coisa a fazer é mover uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, visto que a lei afronta diretamente a Constituição ao ignorar que as terras públicas são destinadas, exclusivamente, para a reforma agrária e que o prazo de dez anos para a transferência das terras vale para todos.

A segunda atitude a tomar é a atenta vigilância para que esta lei não seja burlada, favorecendo ainda mais a grilagem e a especulação. Devemos fiscalizar, denunciar as irregularidades e exigir providências do poder público.

É preciso saber que só pode regularizar o terreno nas seguintes condições:

- de quem é brasileiro e brasileira;

- de quem não possui outro imóvel em outra região do Brasil;

- de quem trabalha no terreno e pratica cultura efetiva;

- de quem tem posse mansa e pacífica anterior à 1º de dezembro de 2004.

Não pode regularizar nas seguintes condições
- de quem é estrangeiro;
- quem já possui terras em outra região do Brasil
- quem não trabalha diretamente na terra;
- quem entrou na terra depois de 1º de dezembro de 2004

Temos que cuidar para que estas regras sejam realmente respeitadas. Mas como vigiar?

A lei nos oferece algumas pequenas brechas que devemos aprender a usar.

O art. 34, por exemplo, obriga o governo a colocar todos os dados na internet para garantir a transparência do processo de regularização. Precisamos cobrar para que isso aconteça e acionar o Ministério Público para não permitir iniciar o processo se os dados não forem acessíveis a todos.

São terras públicas e, por isso, são nossas!

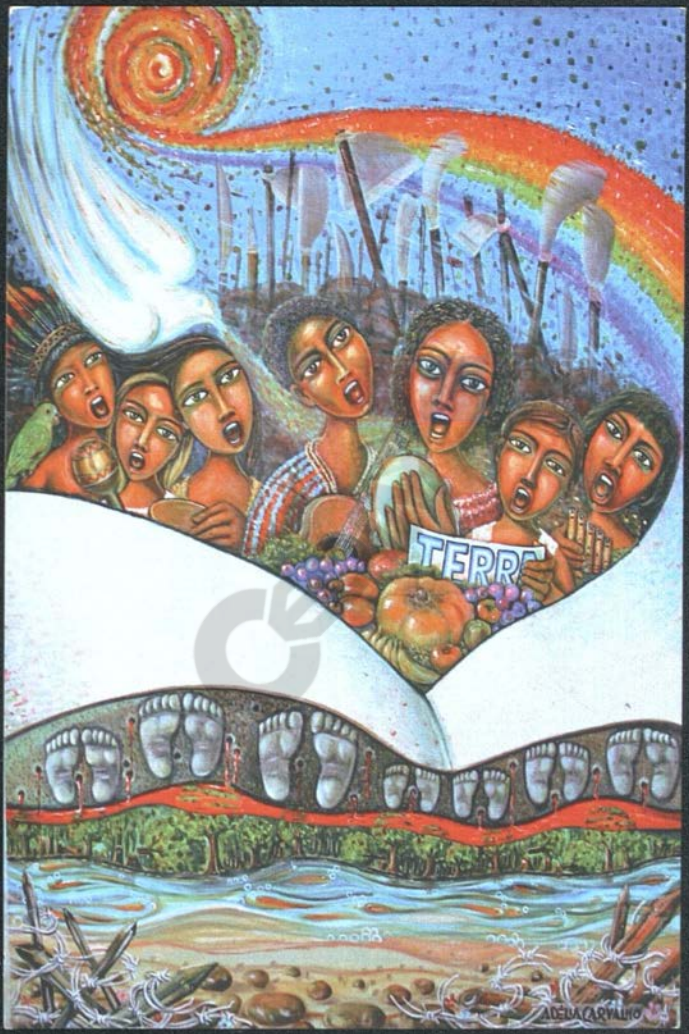
Devemos saber a quem serão destinadas.

O art. 35, por sua vez, exige a criação de um comitê para avaliar a implementação das disposições desta Lei. Neste comitê é garantida a participação da sociedade civil organizada que atue na região amazônica. Devemos impedir que os trabalhos comecem antes da criação deste comitê e da regulamentação de suas funções.

Vigiar não basta.

Precisamos dar um basta a esta situação absurda em que latifundiários possuem na Amazônia imensas extensões de terras públicas, enquanto milhares de famílias vivem acampadas em busca de um pedaço de terra para sobreviver.

Precisamos nos mobilizar para que seja definido em lei o limite máximo da propriedade, o único caminho para combater a grilagem e a consequente devastação ambiental. Além disso, continuar na luta pela tão sonhada reforma agrária se mostra mais necessário do que nunca. Lutar contra a opressão e violência da especulação fundiária será um desafio ainda maior a partir de agora. Desafio esse que continua a ser uma das prioridades das entidades participantes do Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo!


TERRE
ADELIA CARVALHO

ORAÇÃO DO III CONGRESSO DA CPT

Deus Pai da Terra Mãe.
Deus Mãe da Vida,
Manancial de todos os biomas,
Água Viva de todas as sedes
de Justiça e de Paz:
Confiamos ao vosso cuidado
o III Congresso da CPT.

Em Montes Claros,
às margens do Verde Grande,
afluente do São Francisco,
no coração de Minas Gerais,
em pleno semiárido brasileiro,
queremos acolher e ecoar
o clamor dos Povos da Terra,
em memória solidária com tanto martírio
e com tanta resistência popular,
frente a uma política capitalista neoliberal,
depredadora, homicida e ecocida,
de agronégocio, de monocultura, de latifúndio.

Queremos reacender
a nossa consciência crítica
e o nosso compromisso libertador.
Contamos com a luz, a força e a ternura
do vosso Espírito
para prosseguirmos a caminhada,
em solidariedade e ecumenismo
com todas as lutas e esperanças
dos Povos da Terra,
no Brasil, em Nossa América,
na utopia diária da Terra Sem Males
e sempre à procura do vosso Reino.

Pedro Casaldáliga

www.cptpe.org.br

ORGANOGRAMA DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS



ASSENTAMENTOS

— NÚMERO DE ASSENTAMENTOS: 81
— NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS: 2.758
— NÚMERO DE HECTARES (TERRA) CONQUISTADOS NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: 51.000 ha.

3. DADOS DE PRODUÇÃO (safra 91/92)

PRODUÇÃO	QUANTIDADE
SOJA	312 mil sacas
MILHO	395 mil sacas
TRIGO	25 mil sacas
ARROZ	30 mil sacas
FEIJÃO	15 mil sacas
SUB-TOTAL	777 mil sacas = 46.620 Toneladas
PÊSSEGO	300 Toneladas
HORTIGRANJEIROS	1.800 Toneladas
BATATA DOCE	100 Toneladas
MANDIOCA	640 Toneladas
CARNE SUÍNA	1.000 Toneladas
CARNE GALINHA	200 Toneladas
LEITE	230 mil Litros/Mês: 2.760.000 mil Litros/Ano.
TOTAL	53.420

OBS.: Estão produzindo cerca de 53.500 Toneladas de Produtos derivados do Setor Primário

ELABORAÇÃO:

COCEARGS
COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS
Rua: Francisco Leonardo Truda, 98
4.º andar Edf. Brasília - Fone (051) 221-4377
90010-050 - Porto Alegre - RS
CGC 94011111/0001-47

A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS



SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS

A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS

— Sistema Cooperativista dos Assentamentos

Apresentação

Esta publicação tem por objetivo mostrar resumidamente a maneira pela qual os Assentamentos de Reforma Agrária estão organizados no Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) destacando seu papel na organização da produção, comercialização (transformação dos produtos, mercado, transporte, etc.), também sua função no incentivo à Cooperação Agrícola.

Nos parece ainda oportuno mostrar à sociedade em geral uma parcela do resultado da luta permanente dos trabalhadores pela Reforma Agrária. Para isso, mostraremos alguns dados sobre a produção, número de assentamentos, quantidade de famílias assentadas, etc...

A construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) é fruto de um processo permanente de discussão e avaliação das experiências vividas na história de mais de 10 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O que é e para que veio o SCA

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) é uma estrutura de organização que vai desde a representação de base com o desenvolvimento de experiências de cooperação agrícola, passando por uma orgnização intercooperativas de nível estadual: a Cooperativa Central dos Assentamentos RS (COCEARGS); até a representação nacional na Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB), criada no ano passado.

Pretendemos, de forma articulada e organizada, garantir avanços relacionados com: a organização da produção para aumentar a eficiência (análise econômica dos resultados), mercado, assistência técnica, luta e organização de crédito, além da formação e qualificação dos agricultores. Ainda, estabelecer convênios e negociações com entidades da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa que também visem atingir nossos objetivos. É importante salientar que a política prioritária do SCA é a organização da produção através da Cooperação Agrícola.

Níveis de organização do SCA — Base

A) No assentamento: desenvolver a cooperação agrícola com a formação de núcleos de produção, parcerias, mutirões, associaçõos, cooperativas de produção agropecuária e, pela junção destas iniciativas, formar as Cooperativas Regionais.

A cooperação agrícola deve ser organizada para planejar a produção e juntar forças na busca de soluções dos problemas comuns como: aquisição de máquinas, escoamento da produção, venda conjunta da produção, compra conjunta de insumos, contratação de assistência técnica, etc...

Os assentados do Rio Grande do Sul estão organizados em 92 associações, 11 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e uma série de grupos informais (mutirões, núcleos de produção, parcerias, associaçõoes não legalizadas, etc.).

B) Regionalmente: Como os assentados estão organizados por regiões, temos por desafio a criação das Cooperativas Regionais. Estas, por sua vez, deverão se estruturar em função dos mercados de comercialização, do armazenamento, do transporte e se for possível, da transformação dos produtos (Agroindústrias) e da assistência técnica... Inclusive, deverão representar as organizações de Cooperação Agrícola e os assentados de sua região de abrangência.

No Rio Grande do Sul já existem duas Cooperativas Regionais: A Cooperativa Regonal dos Assentados de Bagé (COOPERAL) — Regional de Bagé com 730 s%ocios; e a Cooperativa Agrícola Novo Sarandi (CODANOL) — Regiona Sarandi — com 252 sócios.

Também é importante salienar a articulação com os pequenos agricultores, que não passaram pelo processo de Reforma Agrária, no entanto se organizam a fim de viabilizarem suas unidades de produção. No Estado contamos com quatro Cooperativas de Pequenos Agricultores, todas vinculadas ao SCA que são: COOPEMA (Três Passos), COOBAPA (Novo Barreiro), COOPAIL (Ibirubá) e COOPAC (Constantina).

Estadual

A nível estadual já estão fundadas seis Centrais: COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentados RS), localizada em Porto Alegre; CCA-SC (Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina); CCA-PR (Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná); CCA-ES (Cooperativa Central dos Assentamentos do Espírito Santo); CCA-BA (Cooperativa Central de Reforma Agrária da Bahia) e a CCA-CE (Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará).

Estas são as organizaçõos cooperativas de 2.º grau que representam e coordenam as experiências de cooperação agrícola dos estados. É papel das Cooperativas Centrais Estaduais fazer convênios com entidades e instituições, elaborar e negociar projetos, criar programas de formação e capacitação, assessorar os assentamentos e as experiências de cooperação agrícola para que estas avancem na administração e organização da produção.

Nacional

A Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB), é a organização cooperativa de terceiro grau, com sede em São Paulo, que aglutina e representa as Cooperativas Centrais Estaduais a nível nacional. A CONCRAB tem como função coordenar e articular as políticas gerais para o desenvolvimento agropecuário dos assentamentos. Além de assessorar o trabalho nos estados com maiores dificuldades para que estes avancem na organização da produção e da cooperação agrícola.

1964 – 2014: 50 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL

No início da década de 1960, os movimentos sociais estavam bem organizados e exigiam mudanças de base: reformas: agrária, educacional, tributária, administrativa e urbana. A pressão era grande e o poder economico juntou forças com os militares, com apoio internacional (leia EUA – que enviou navios de guerra para as costas marinhas brasileiras) e em 31 de março de 1964 efetuaram um golpe, derrubando o atual presidente João Gouarlt, também conhecido como Jango, e empossando Castelo Branco.

A partir de então começaram a perseguir e destituir qualquer pessoa ou organização que fosse contra as decisões tomadas poreles. Controlavam o país pelos (AI) Atos Institucionais. Mas houve resitencias desde o inicio. Foi preciso endurecer ainda mais, usou-se o AI nº 5 em 1968. Com este os militares tiveram mais poder para continuar a perseguir, torturar, matar... Foi uma verdadeira chacina, mais de 70 mil pessoas foram presas, exiladas e perseguidas e cerca de 437 foram mortas e desaparecidas, segundo levantamento feito por familiares das vítimas da ditadura. Claro que este número pode ser ainda maior.

Porém a resistência e a luta por liberdade nunca cessaram. Podemos lembrar de pessoas e movimentos da época que resistiram e lutaram contra esta opressão. A UNE (União Nacional Estudantil), o Movimento Campesino, ojornalista Vladimir Herzog, o estudante paraense Edson Luís de Lima Souto, o Compositor Geraldo Vandré... Neste momento vamos lembrar de outras organizações e pessoas que foram perseguidas, torturadas ou mortas naquela época por causa de sua resistência ao regime ditatorial. Após este momento de lembrança vamos rezar um Pai Nosso por todos e todas que não se deixaram paralisar pela força do opressor.

Algumas perguntas que podem nos ajudar na reflexão: Que repercussão em nossas vidas hoje este golpe tem?

QUEM FOI SANTO DIAS DA SILVA

Santo Dias da Silva, nasceu em Terra Roxa, interior de São Paulo. O companheiro Santo, da oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Em 1963 participou da greve pela conquista do 13º salário. Dedicou, sua vida á Classe Operária, na luta por melhores salários e melhores condições de vida. Em 1974 dirigiu a greve na Burndy do Brasil e orientou inúmeros companheiros na grande greve de maio e junho de 1978. Concorreu como candidato a vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, pela Chapa 3, em 1979. Santo era membro da Paróquia de Vila Remo. Na comunidade refletia os problemas da classe operária à luz do Evangelho. Militava na Pastoral Operária discutindo as lutas da sua classe como sinais da libertação que Deus opera na vida de seu povo. Ele foi assassinado pela repressão policial da ditadura militar às 14 horas do dia 30 de Outubro de 1979. Mataram-no, a tiros em frente à antiga fábrica Sylvania, em SantoAmaro. Foi covardemente baleado pelas costas por policiais, no momento em que cumpria as resoluções da assembleia da categoria metalúrgica que deflagrou a greve geral, a partir das 22 horas do dia 28 de outubro. Santo, calmamente, como era o seu jeito, orientava os companheiros na porta da fábrica, mantendo-os firmes na greve e sem provocações.

Por lutar, com todos os trabalhadores, por melhores dias para o povo brasileiro, SANTO foi assassinado.

Pastoral Operária do Brasil
Rua Guarapuava, 317 - Moóca - Cep.: 03164-150 - São Paulo/SP
Fones.: (11) 2695-0404 e Fax 2618-1077
www.pastoraioperaria.org.br - E.mail.: po.nacionai@ig.com.br

SANTO DIAS, 35 ANOS MEMÓRIA QUE IMPULSIONA.

30 DE OUTUBRO DE 2014



*"**E**u dento da minha concepção do porquê viver, acho que a gente vive para transformar alguma coisa. Quer dizer, ter uma atuação num processo de transformação de vida. Eu acho que a gente não pode, dento da minha concepção de vida, não deve viver simplesmente por viver. Eu acho que tem de viver participando de alguma coisa".*

Santo Dias.

A IGREJA E O REGIME CIVIL-MILITAR DE 1964

Se a chamada ala conservadora da Igreja Católica apoiou o golpe, realizando marchas como a Marcha Para a Família Com Deus Pela Liberdade entre outras... a chamada ala progressista da Igreja esteve ao lado da classe trabalhadora com as ações católicas (JAC – Juventude Agrária Católica, JEC – Juventude Estudantil Católlica, JOC – Juventude Operária Católica e JUC – Juventude Universitária Católica) e a ACO (Ação Católica Operária), assim como muitos bispos, padres, religiosas, leigos e leigas. Estes foram brutalmente perseguidos, **SANTO DIAS** é um destes. D. Pedro Casaldaliga, D. Helder Camara (que chegou a ser considerado morto pela ditadura, com certidão de obito e tudo), Waldemar Rossi, os padres Dominicanos tiveram forte atuação contra as repressões. Podemos lembrar de outras organizações e pessoas que lutaram contra esta opressão. Após esta lembrança podemos rezar um Pai Nosso pelos que resistiram ao Estado e a aqueles que de dentro da igreja jogava contra a liberdade.

As Pastorais Sociais, entre elas a **PASTORAL OPERÁRIA** surgiu como resposta a esta perseguição. Se na sociedade como um todo a ação pela liberdade estava sufocada, em parte da Igreja Católica, através da teologia da libertação havia espaço para poder refletir e buscar ações conjuntas contra a opressão. Debaixo do guarda chuva da Igreja muito foi feito, o Espírito Santo sempre sopra onde quer e como quer.

Algumas perguntas que podem nos ajudar na reflexão:

Qual o efeito da atuação das Pastorais Sociais na reconstituição da liberdade nesses 50 anos de ditadura?

O que avançou?

O que não avançou?

Qual o papel da PO hoje?

HOJE JÁ TEMOS A LIBERDADE QUE QUEREMOS?

Hoje temos liberdade. Mas é a liberdade que queremos? Podemos sair as ruas e fazer manifestações, no período da ditadura era proibido. Podemos votar para os cargos executivos. Temos direito a greve. No artigo 5º da Constituição Federal os direitos à cidadania está garantida. Podemos lembrar de outras situações em que temos nossas liberdades garantidas.

Os movimentos e pastorais sociais trazem algumas campanhas que sinalizam a presença dos ditadores em nossa sociedade. As Pastorais das Juventudes continuam com a sua campanha de denúncia dos assassinatos dos jovens pela polícia e milícia nas periferias. A CPT apresenta anualmente um relatório de assassinatos dos lutadores e lutadoras do campo. A criminalização dos movimentos sociais é clara e agressiva na grande mídia. No período da Copa o governo se utilizou da Lei de Segurança Nacional criado no período militar (e que vale até hoje) para prender as lideranças do movimento de forma "preventiva". O direito de greve vem sendo atacado pelo poder legislativo. A Polícia Militar criada pelo regime militar continua atuando de forma violenta e repressora.



11 de jun/2013 - Manifestantes se ajoelham diante dos PMs na Avenida Paulista. O homem de preto foi atingido pela balas de borracha.

Algumas perguntas que podem nos ajudar na reflexão:

Por que ainda temos situações que violam as liberdades das pessoas?

Por que algumas campanhas importantes como a da PJ (campanha contra a violência e o Extermínio de Jovens) não são assumidas por todos?

Como relembrar e valorizar a memória dos que se foram na luta pela democracia e ao mesmo tempo ajudar aqueles que hoje sofrem pelas perseguições, torturas, difamações, assassinatos?

Na minha convivência com Santo Dias, de 1971 a 1979, eu gostaria de resgatar três lembranças que ficam gravadas. Era uma época marcada pelo silêncio operário, o silêncio das fábricas. A ditadura reprimia, prendia, torturava, assassinava. Qualquer luta sindical, qualquer manifestação dos trabalhadores, estudantes, intelectuais eram classificadas de subversão, terrorismo, crime contra a pátria."

(Depoimento sobre Santo Dias).



III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida

CARTA FINAL – Cf. www.cptnacional.org.br

Neste momento em que a humanidade toda toma consciência do grito da mãe Terra, nossa casa comum, a Comissão Pastoral da Terra – CPT - reuniu-se em seu III Congresso Nacional, em Montes Claros, MG, de 17 a 21 de Maio de 2010, com o tema: "**Biomas, Territórios e Diversidade Camponesa**". Trabalhadores e trabalhadoras, a maioria deste Congresso (376), de diversas categorias – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, assentados, acampados entre outros – tornaram palpável a diversidade camponesa deste Brasil e sua resistência diante do processo de destruição em curso. Ao todo 760 pessoas - 440 homens e 320 mulheres - fizeram ecoar no semiárido mineiro os clamores do povo da terra. 272 agentes da CPT – entre eles quatro bispos e 51 entre padres, religiosos e religiosas e seminaristas – e 112 convidados de movimentos populares e pastorais, parceiros, puderam sentir a vida que pulsa, nas comunidades camponesas, cheia de esperança, em meio a dificuldades e frustrações.

A Arquidiocese de Montes Claros, que neste ano completa seu centenário, e o Colégio São José, dos Irmãos Maristas, nos acolheram de braços abertos. O calor humano de Montes Claros contrasta com a frieza de intermináveis plantações de eucalipto e de pastagens que substituíram a rica biodiversidade do Cerrado pela monotonia do monocultivo predador na paisagem que circunda a cidade.

"Vamos lutar porque esse é o nosso lugar" (cacique Odair Borari, de Santarém – PA)

Tivemos a alegria de ouvir e conhecer muitas experiências de resistência e de luta de camponeses e camponesas de todo Brasil. Na defesa de seus territórios e de suas culturas, mostraram que é possível e necessário conviver com os diversos biomas sem destruí-los e alimentar uma relação de respeito e de fraternidade com a mãe terra e com todos os seres vivos.

Estas experiências nos fazem ver, também, a criatividade com que os camponeses e camponesas sabem responder aos desafios gerados pela crise ecológica e por um modelo de desenvolvimento que destrói os biomas de nosso País, de forma cada vez mais violenta e acelerada, concentrando terras e riquezas para poucos e matando muitas formas de vida.

"Matam até o querer" (Sabrina, 19 anos, de Montes Claros – MG)

Estas experiências, cheias de vida e de esperança, se misturam com o clamor diante do poder estarrecedor dos grandes projetos que, em nome de um equivocado crescimento, assassinam lideranças, expulsam povos tradicionais de seus territórios e degradam o meio ambiente com suas hidrelétricas, mineradoras, ferrovias, transposição de águas, irrigação intensiva, monocultivos, desmatamentos. São projetos impostos com arrogância, de cima para baixo, ludibriando a legislação agrária e ambiental. Revestem-se de um legalismo hipócrita com controle e direcionamento de audiências públicas.

"As leis nós temos que respeitar, mas as leis têm que respeitar nós" (Joaninha, 58 anos, MG)

Ouvimos a denúncia veemente de um Estado que, com uma mão dá a sua ajuda para mitigar a fome e a miséria imediatas, ou até para libertar modernos escravos, e que com a outra estimula, promove e financia este modelo perverso de crescimento que prejudica a sustentabilidade da sociedade e da própria vida.

São inúmeros os casos em que o poder judiciário se torna o braço jurídico que executa e legaliza a espoliação, despejando todo ano milhares de famílias e garantindo a impunidade de assassinos, de grileiros e de empresas que não respeitam as leis.

Ficamos indignados com a soltura, nestes mesmos dias em que realizamos nosso Congresso, de quem mandou matar Irmã Dorothy.

Veementes, também, foram as denúncias contra um legislativo inoperante e submetido aos interesses da bancada ruralista que quer mudar o código florestal para favorecer a expansão dos monocultivos, e que engaveta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe o confisco de áreas com trabalho escravo, e a PEC que reconhece o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional.

Também, com indignação, foram denunciadas as tentativas de criminalização dos movimentos do campo pelo judiciário, pelo Congresso e pelos grandes meios de comunicação. Enquanto isso o agronegócio que depreda e polui a natureza, expropria comunidades tradicionais e submete trabalhadores à escravidão, é apresentado como alavancador do progresso.

"Resistir para existir" (Zacarias, do Fundo de Pasto da Areia Grande, BA)

Ficamos entusiasmados em ouvir o testemunho corajoso da valentia de muitos companheiros e companheiras que continuam apostando na luta e na mudança. Alguns deles, ameaçados de morte, não temem continuar lutando por justiça e vida plena.

Maravilhou-nos o número de jovens presentes e a qualidade de sua participação. Eles e elas nos testemunham, com clareza, que as novas gerações acreditam que é possível vencer o individualismo mercantilista e consumista.

"Vocês precisam nos ajudar" (Augusto Justiniano de Souza, sindicalista, 55 anos, GO)

Nosso coração ficou apertado ao ouvir o grito de solidão, desamparo e abandono a que estão submetidos camponeses e camponesas em nosso País. Eles cobraram o apoio dos sindicatos, dos partidos e dos movimentos sociais que, outrora, os representavam e acompanhavam. Eles cobraram, também, o apoio firme da CNBB[1] e sua palavra profética diante da gravidade da situação do campo.

Esta realidade e o clamor das camponesas e camponeses e dos povos tradicionais são um chamado para o discipulado e a missão da CPT, no seguimento de Jesus de Nazaré, na fidelidade aos Deus dos pobres e aos pobres da terra.

Pela força desta missão, a CPT assume:

1) - a luta pela terra e pelos territórios, combatendo o latifúndio e o agronegócio e incorporando, na luta pela Reforma Agrária, as exigências atuais de convivência com os diversos biomas e as diversas culturas dos povos que ali vivem e resistem, buscando formar comunidades sustentáveis. Como sinal concreto, compromete-se com a realização do Plebiscito Popular para se colocar um limite à propriedade da terra a ser realizado em setembro, junto com o Grito dos Excluídos, durante a semana da Pátria.
2) - o enfrentamento ao modelo predador do ambiente e escravizador da vida de pessoas e comunidades. Modelo assentado em monocultivos para exportação, amparado por mega-projetos impostos a toque de caixa. Emblemáticas desta resistência são as lutas contra a transposição do Rio São Francisco, contra as hidrelétricas a exemplo da de Belo Monte e de outras, propostas para a Amazônia, e o combate incansável da CPT contra o trabalho escravo.
3) - a formação para uma espiritualidade, centrada no seguimento radical de Jesus que nos dê força para não servir a dois senhores e que testemunhe os valores do Reino.
4) - a necessidade de contribuir com a articulação e o fortalecimento das organizações populares, do campo e da cidade, para que sejam protagonistas da construção de um novo projeto político para o Brasil que queremos, em união com os outros países da América Latina e Caribe avançando em direção a uma globalização justa e fraterna.

---

[1] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Ao concluir este III Congresso Nacional, a Comissão Pastoral da Terra – CPT - renova seu compromisso profético-pastoral junto aos pobres da terra até que "o reinado sobre o mundo pertença ao nosso Senhor e ao seu Cristo e ele reinará para sempre e chegue o tempo em que serão destruídos os que destroem a terra" (Ap 11,15.18).

Montes Claros, 21 de maio de 2010.

Os participantes do III Congresso Nacional da CPT

Veja mais em: www.cptnacional.org.br

CEDIM

MASSA: FRASES CURTAS - EXPRESSIVAS - REPETIDAS

3ª ROMARIA DO TRABALHADOR

cantos cantos cantos

01. BENDITO DOS ROMEIROS
Bendita e louvada seja
Esta santa Romaria!
:Bendito o povo que marcha,
Bendito o povo que marcha
Tendo Cristo como guia.:

Sou, sou teu, Senhor,
Sou povo novo, retirante, lutador!
Deus dos peregrinos,
dos pequeninos; Jesus Cristo Redentor!

No Egito, antigamente,
Do meio da escravidão,
:Deus libertou o seu povo.
Hoje ele passa de novo
Gritando a libertação.:

Para a Terra Prometida
O povo de Deus marchou.
:Moisés andava na frente,
Hoje Moisés é a gente
Quando enfrenta a opressão!:

Caminheiros na estrada,
Muita cerca prende o chão.
:Todo arame e porteira
Merece corte e fogueira,
São frutos da maldição.:

Quem é fraco, Deus dá força;
Quem tem medo sofre mais;
:Quem se une ao companheiro
Vence todo cativeiro,
É feliz e tem a paz.:

Mãos ao alto, voz unida,
Nosso canto se ouvirá
:Nos caminhos do sertão,
Clamando por terra a pão,
Ninguém mais nos calará.:

Meu São Francisco das Chagas,
Da Matriz de Canindé,
:Seja nossa companhia
Nesta grande Romaria
Prá terra que a gente quer!:

02. CANÇÃO DE MARIA
:Virá o dia em que todos,
ao levantar a vista,
veremos nesta terra reinar a liberdade. :

Minha alma engrandece
a Deus libertador.
Se alegra meu espírito
em Deus meu Salvador,
pois Ele se lembrou
do seu povo oprimido
e fez de sua serva
a mãe dos esquecidos.
Imenso é seu amor,
sem fim sua bondade
prá todos que na terra
lhe seguem na humildade.
Bem forte é o nosso Deus,
levanta o seu braço
espalha os soberbos,
destrói todos os males.

Derruba os poderosos
dos seus tronos erguidos
com sangue e suor
do seu povo oprimido
e farta os famintos,
levanta os humilhados,
arrasa os opressores,
os ricos e os malvados.



03. UTOPIA
Quando o dia da paz renascer,
quando o sol da esperança brilhar,
eu vou cantar!
Quando o Povo nas ruas sorrir
e a roseira de novo florir, eu vou cantar!
Quando as cercas caírem no chão,
quandos as mesas se encherem de pão,
eu vou cantar!
Quando os muros que cercam os jardins,
destruídos, então os jasmins vão perfumar!

Vai ser tão bonito se ouvir a canção,
cantada de novo. No olhar do homem a
certeza do irmão: reinado do Povo.

Quando as armas da destruição,
destruídas em cada nação, eu vou sonhar!
E o decreto que encerra a opressão,
assinado só no coração vai triunfar!
Quando a voz da verdade se ouvir
e a mentira não mais existir, será enfim,
Tempo novo de eterna justiça
sem mais ódio, sem sangue ou cobiça:
vai ser assim!

04. MARIA, MÃE Dos CAMINHANTES
Maria, Mãe dos caminhantes,
ensina-nos a caminhar.
Nós somos todos viajantes,
mas é difícil sempre andar...

Fizeste longa caminhada
para servir a Isabel,
sabendo-te de Deus morada,
após teu sim a Gabriel.

Depois de dura caminhada
para a cidade de Belém
não encontraste lá pousada,
mandaram-te passar além.
Com fé fizeste a caminhada
levando ao templo teu Jesus,
mas lá ouviste a espada
da longa estrada para a cruz.

De modo foi a caminhada
que para longe te levou
para escapar à vil cilada
que um rei atroz te preparou.

Quão triste foi a caminhada
volta a Jerusalém,
sentindo-te angustiada,
na longa busca do teu bem.

Humilde foi a caminhada
em companhia de Jesus
quando pregava sem parada,
levando aos homens sua luz.

De dores foi a caminhada
no fim da vida de Jesus,
mas o seguiste, conformada,
com Ele foste até a cruz.

Vitoriosa caminhada
fez finalmente te chegar
ao céu, a meta da jornada
dos que caminham sem parar.

05. CÁLIX BENTO
:Ó Deus salve o oratório,:
onde Deus fez a morada, oiá meu Deus,
onde Deus fez a morada, oiá.

:Onde mora o cálix bento,:
e a hóstia consagrada, oiá meu Deus,
e a hóstia consagrada, oiá.

:De Jessé nasceu a vara, :
da vara nasceu a flor, oiá meu Deus, da
vara nasceu a flor, oiá.

P.O. Casa de Oração - Enc/ Miguel e Padre

VIVA (3x) A MULHER RAINHA DOR
VIVA NOSSA MÃE-RAINHA
CORREDENTORA

:E da flor nasceu Maria, :
de Maria o Salvador, oiá meu Deus,
de Maria o Salvador, oiá.

06. SENHORA D'APARECIDA

Senhora d'Aparecida,
Maria que apareceu
com rosto e mão de gente,
gesto de mãe que está presente,
acompanhando os filhos teus.

Senhora d'Aparecida,
vi tua cor se esparramar
na vida de nossa gente c
omo grito de justiça
prá teu povo libertar.

Senhora d'Aparecida,
Maria da Conceição,
sofrendo miséria e fome
não temos terra, nem salário,
como é dura a escravidão.

Senhora d'Aparecida,
Maria das romarias,
teu povo anda sem rumo,
vai sem destino procurando vida,
pão e moradia.

Senhora d'Aparecida,
Maria de Caminhada,
unindo os pequeninos,
rompendo a cerca que nos cerca,
interrompendo a nossa estrada.

Senhora d'Aparecida,
Maria Nossa Senhora,
é luta nossa História,
mas a Palavra do seu Filho
dá a certeza de Vitória.

07. NOVO DIA

Irá chegar um novo dia,
um novo céu, uma nova terra,
um novo mar.
E neste dia os oprimidos,
numa só voz a liberdade irão cantar.

Na nova terra negro não vai ter corrente,
e nosso índio vai ser visto como gente,
na nova terra, índios, negros e mulatos,
os brancos e todos vão comer
no mesmo prato.

08. A VERDADE VOS LIBERTARÁ

A verdade vos libertará, libertará!

Não temais os que matam o corpo,
Não temais os que armam ciladas,
Não temais os que vos caluniam,
Nem aqueles que portam espadas.
Não temais os que tudo deturpam,
Prá não ver a justiça vencer.
Tende medo somente do medo
De quem mente prá sobreviver.

Não temais os que vos ameaçam
Com a morte ou com difamação;
Não temais os poderes que passam,
Eles tremem de armas na mão.
Não temais os que ditam as regras,
Na certeza de nunca perder.
Tende medo somendo do medo
De quem cala ou finge não ver.

Não temais os que gritam nas praças
Que está tudo perfeito e correto.
Não temais os que afirmar de graça
Que vós nada trazeis de concreto.
Não temais o papel dos profetas,
Que o papel dos profetas é falar.
Tende medo somente do medo
De quem acha melhor não cantar.

09. POVO QUE LUTA

Povo que luta cansado da mentira,
cansado de sofrer, cansado de esperar.
Povo que luta cansado de esperar
proclama a redenção.

:Por que Ele é luz, verdade,
justiça, bem, perdão,
paz, esperança, amor e redenção.:

Povo que luta por terra onde há fartura,
por paz sem fingimento,e vida partilhada.
Povo que luta por vida partilhada,
procura a redenção.

Povo que espera colheitas mais serenas,
verdades mais profundas,
caminhos mais fraternos.
Povo que espera caminhos
mais fraternos, proclama a redenção.

10. BAIÃO DAS COMUNIDADES

Somos gente nova vivendo a união
somos povo-semente da nova nação.Ê, Ê.
Somos gente nova, vivendo o amor,
somos comunidade, povo do Senhor.Ê, Ê.

Vou convidar os meus irmãos trabalhadores, operários, lavradores, biscateiros e outros mais. E juntos vamos celebrar a confiança., nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz. Ê, Ê.

Vou convidar os índios que ainda existem, as tribos que ainda insistem no direito de viver. E juntos vamos, reunidos na memória,, celebrar nossa vitória que vai ter que acontecer. Ê, Ê.

Convido os negros, irmãos no sangue e na sina, seu gingado nos ensina a dança da redenção. De braços dados no terreiro da irmandade, vamos sambar de verdade, enquanto chega a razão. Ê, Ê.

Voi convidar Oneide, Rosa, Ana Maria, a mulher que noite e dia, luta e faz nascer o amor. E reunidos no altar da liberdade, vamos cantar a verdade, vamos pisar sobre a dor. Ê, Ê.

Vou convidar a criançada e a juventude, tocadores nos ajudem, vamos cantar por aí. O nosso canto vai encher todo país, velho vai dançar feliz, quem chorou vai ter que rir. Ê, Ê.

Desempregados, pescadores, deprezados e os marginalizados, venham todos se ajuntar. À nossa marcha prá Nova Sociedade - Quem nos ama de verdade pode vir tem um lugar. Ê, Ê.

11. EU VENHO DE LONGE

Eu venho de longe, eu sou do sertão:
sou Pedro, sou Paulo, Maria e João.
Eu sou brasileiro, mas sou estrangeiro,
lutei pela pátria e ganhei cativeiro.

Eu sou a nação, eu também sou irmão.
Sou povo de Deus e não tenho porção.
Eu venho da fome, da seca e da dor.
Eu sou do trabalho e não tenho valor.

:E agora me digam se tenho direito,
se sou cidadão
ou por Deus não fui feito?:

Eu faço a cidade e não moro, me arranjo.
Plantei e colhi, mas não como, sou anjo.
Eu venho da terra, sem distribuição.
Eu sou do cansaço, sem compensação.

Eu venho de longe, eu sou do sertão:
sou Pedro sou Paulo eu sou a nação.
Eu faço a cidade, mas sou estrangeiro.
Lutei pela pátria e ganhei cativeiro.

12. MÃE DO CÉU MORENA

Mãe do céu morena,
Senhora da América Latina,
de olhar e caridade tão divina,
de cor igual à cor de tantas raças.
Virgem tão serena,
Senhora destes povos tão sofridos,
patrona dos pequenos e oprimidos,
derrama sobre nós as tuas graças.

Derrama sobre os jovens tua luz.
Aos pobres vem mostrar o teu Jesus.
Ao mundo inteiro traz teu amor de mãe.
Ensina a quem tudo a partilhar.
Ensina quem tem pouco a não cansar,
e faz o nosso povo caminhar em paz.

Derrama a esperança sobre nós.
Ensina o povo a não calar a voz.
Despert'o coração de quem não acordou.
Ensina que a justiça é condição
de construir um mundo mais irmão
e faz o nosso povo conhecer Jesus.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

EIXOS TEMATICOS:

A) APRECIAÇÃO E DISCUÇÃO DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO FHC, (DOIS PERÍODO DE GOVERNO) DESTACANDO: OBJETIVOS, PROCESSOS ESTRATÉGICOS, PRESSUPOSTOS, REGRAS E CONSEQÜENCIAS:

Modelo de Reforma Agrária do Governo FHC e Governo Lula, Diretrizes Estratégicas, Operacionais e Agenda Executiva

Nota explicativa

Este documento foi produzido a partir da Oficina de Planejamento e Gestão, realizada em Pirenópolis-GO no período de 05 a 08/03/2003 e do Encontro Nacional dos Superintendentes Regionais realizados em Brasília no período de 19 a 20/03/2003.

Menu de navegação

Novo Mundo Rural – Governo FHC

Programa Nacional de Reforma Agrária

Diretrizes Estratégicas

Diretrizes Operacionais

Agenda Executiva (Decisões Críticas)

Novo Mundo Rural
Governo FHC

Objetivos da Reforma Agrária

Processos Estratégicos

Pressupostos Básicos

Regras

Desenho Macroorganizativo

Objetivos da Reforma Agrária
Governo FHC

DESCRIÇÃO

- Reforma Agrária como Política Compensatória para diminuir a pressão social;
- Transferência das atribuições institucionais da União relativas à Reforma Agrária para os Estados e Municípios: Feita de forma tempestiva e atabalhoada porque os Estados e Município não estavam preparados para tal fim.
- Reforma Agrária de mercado: Instituição de outros mecanismos de obtenção de terras em detrimento da desapropriação por interesse social: Banco da Terra.
- Acelerar o processo de consolidação do projeto de assentamento como forma de transferir, intempestivamente, o beneficiário de Reforma Agrária para a economia de mercado;

Objetivos da Reforma Agrária
Governo FHC

DESCRIÇÃO

- Produção quantitativa de assentamentos com fins de marketing governamental;
- Tentativa de desligitimação dos movimentos sociais.

Objetivos da Reforma Agrária
Governo FHC

CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS

- Elevado passivo (infra-estrutura, Assistência técnica e Créditos Instalação e Produção) nos assentamentos: Não implantação de obras em função da não disponibilizarão de recursos financeiros, extinção do Projeto Lumiar e retração de Créditos.

- Elevada concentração de famílias acampadas: Em função de planejamento na ação "Obtenção de Terras".

- Elevado endividamento do assentado: Em função de falta de assistência técnica, intempéries (seca), fiscalização dos créditos e no macro falta de uma Política Agrícola Nacional.

- Incremento do Êxodo rural no campo – 900 mil famílias de pequenos agricultore perderam suas pequenas propriedades em decorrência do modelo vigente (Fonte: IBGE): Em função da falta de uma Política Agrícola Nacional.

- Consolidação sem sustentabilidade e assentamentos sem qualidade;

- Criminalização dos trabalhadores rurais:Processos Policias, perseguiços, etc.

Processos Estratégicos
Governo FHC

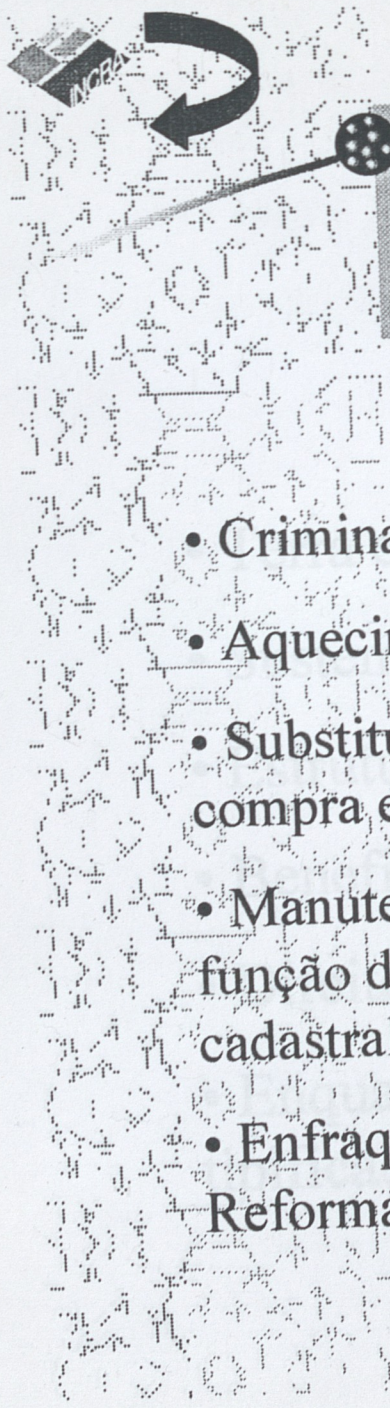
DESCRIÇÃO

- Banco da Terra: Supervalorização das áreas compradas e indiretamente tirou recursos na ação de Obtenção de Terras
- PRONAF-A (Crédito-produção para assentados de Reforma Agrária): Atende às necessidades.
- Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: Reformulação na questão de votação.
- Reestruturação do INCRA: Ineficaz, gerando ineficiência na consecução das metas. Deverá ser urgentemente modificada.
- Programa Empreendedor Social: Reformulação com capacitação.

Processos Estratégicos
Governo FHC

DESCRIÇÃO

- Agências Regionais de Comercialização-ARCOS: Não houve.
- Extinção do LUMIAR: Altamente prejudicial aos P.A.
- Projeto Casulo: Boa alternativa para pequenas áreas (Prefeituras).
- Contrato INCRA/Caixa Econômica Federal (Infra-estrutura/habitação): Boa alternativa sendo que deverá ser feita qualificação para atuação junto ao público alvo do INCRA.
- Programa de Acesso Direto à Terra: Contrato INCRA/ECT: Marketing Governamental.



Processos Estratégicos
Governo FHC

CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS

- Criminalização dos movimentos sociais;
- Aquecimento do mercado de terras: Banco da Terra
- Substituição do instrumento de desapropriação pelos instrumentos de compra e venda – Banco da Terra; Crédito Fundiário;
- Manutenção da estrutura fundiária tradicional: Houve o inverso, em função das sucessivas Vistorias(desde 1997), gerando atualização cadastral dos imóveis e conseqüentemente modificação da mesma.
- Enfraquecimento do INCRA enquanto instrumento de execução Reforma Agrária.

Pressupostos Básicos Governo FHC

DESCRIÇÃO

- Terra como Reserva de valor;
- Sustentabilidade do assentado baseada na inserção no mercado;
- Estrutura Fundiária definida pelo mercado;
- Beneficiário da Reforma Agrária como cliente;
- Direito da propriedade sobrepõe o cumprimento da função social;
- Enquadramento dos integrantes dos Movimentos Sociais em tipificações criminais.

Regras Governo FHC

DESCRIÇÃO

- **Lei 8.629 de 25/02/1993** (Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a Reforma Agrária previsto no Cap. III Título VII, da Constituição Federal);
- **Lei Complementar 76/93** (Rito sumário);
- **Lei 10.267 de 28/08/2001 - Decreto 4.449 de 11/07/2002** (Altera e regulamenta a Lei do Registro Público e institui o CNIR);

Regras Governo FHC

DESCRIÇÃO

- **Medidas Provisórias: 1.577/1997, 2.027/2000 e 2.183/2002** (Altera a Lei 8.629/93, acresce alguns artigos na Lei 8.437/92 e dá outras providências);
- **Decreto 2.250/1997** (Dispõe sobre vistorias de imóveis rurais);
- **Portaria Interministerial 325/Memorando 31 (Pres.)** (Dispõe sobre ocupação de prédios públicos);
- **Resolução CONAMA 289** (Licenciamento ambiental).

Regras Governo FHC

DESCRIÇÃO

- Normatização INCRA:
  - Instruções Normativas:
    - **IN 05** de 11/07/2002 (Acordo Judicial);
    - **IN 06** de 18/07/2002 (Crédito-instalação);
    - **IN 08** de 13/11/2002 (Atualização cadastral);
    - **IN 10** de 18/11/2002 (Fixação de módulo fiscal e estabelece procedimentos para cálculo do GUT e GEE);

Regras Governo FHC

DESCRIÇÃO

- Normas de Execução:
  - Manual de Avaliação e Perícia.
  - Obtenção de terras;
  - Seleção;
  - Criação de projetos;
  - PDA/PDS;
  - ATER;
  - Crédito-instalação:
    - Operacional;
    - Valores.
  - Titulação;
  - Consolidação;
  - Cobrança;

Regras Governo FHC

DESCRIÇÃO

- **Plano Plurianual do INCRA – Matriz Programática fragmentando e engessando as ações do INCRA**

- **Programas:**
  - Gerenciamento da Estrutura Fundiária;
  - Assentamento de Trabalhadores Rurais;
  - Consolidação de Assentamentos;
  - Emancipação de Assentamentos;
  - Gestão da Política Fundiária.

Desenho Macroorganizativo
Governo FHC

DESCRIÇÃO

- **Obtenção de Terras**:
  - INCRA; Banco da Terra; Estados e Municípios (Casulo).
- **Assentamento**:
  - INCRA; Estados e Municípios; Entidades representativas dos trabalhadores; Agências Regionais de Comercialização - ARCOS; Universidades; BID/FIDA.; Agências Regionais de Comercialização - ARCOS;



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

B) APRECIAÇÃO SITUACIONAL DO BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO NO GOVERNO FHC - ÁREA DE JURISDIÇÃO A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, CONSIDERANDO OS SEGUINTES ELEMENTOS (ITENS):

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ITENS:

1 - TERRAS INCORPORADAS AO PROCESSO DE RA;

2 - FAMÍLIAS ASSENTADAS;

3 - ACAMPAMENTOS EXISTENTES;

4 - PASSIVO DE INFRA-ESTRUTURA (FÍSICO, SOCIAL E ECONÔMICO);

5 - PARCERIAS EXISTENTES;

6 - ESTOQUE DE TERRAS (LOTE VAGOS, TERRAS ESTADUAIS E FAIXA DE FRONTEIRA, PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO, TERRAS OCUPADAS IRREGULARMENTE);

7 - CAPACIDADE OPERACIONAL (RECURSOS DISPONÍVEIS: HUMANOS E MATERIAIS);

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ITEM 1

TERRAS INCORPORADAS AO PROCESSO DE R.A

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

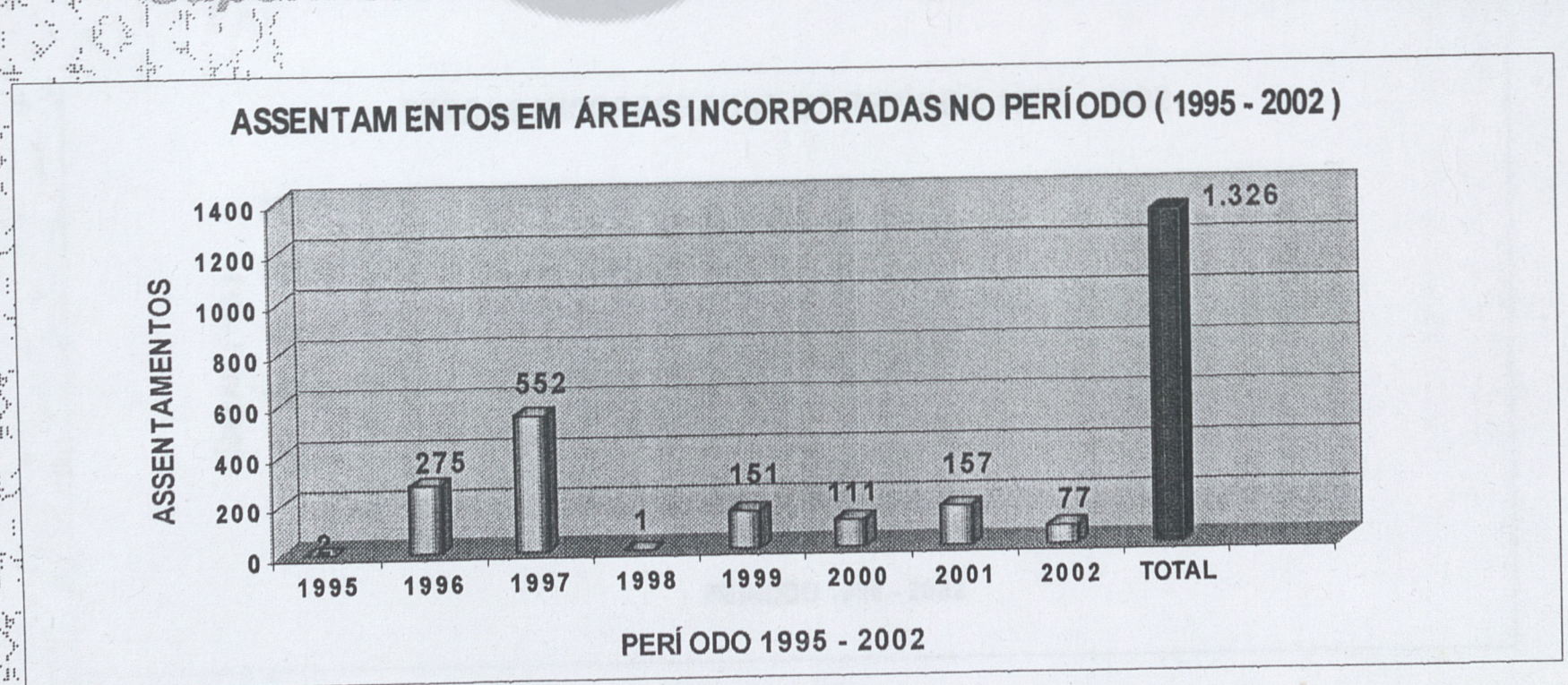
QUADRO DE ÁREAS INCORPORADAS A REFORMA AGRÁRIA 1995 à 2002

PROJETO	MUNICIPIO	AREA	CAP ASSENTAM	AREA ARRECADADA NO PERIODO 1995 - 2002 (HA)								TOTAL
				1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
ANTONIO DE FARIAS	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1221,2	93	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1221,2	0,0	1221,2
BARRA GRANDE	PARATI	595,4	60	595,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	595,4
BEM DIZIA	MACAE	1465,5	54	0,0	0,0	0,0	0,0	1465,5	0,0	0,0	0,0	1465,5
CAMBUCAES	SILVA JARDIM	1588,4	106	1588,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1588,4
CAPELINHA	CONCEIÇÃO DE MACABU	1416,5	139	0,0	0,0	1416,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1416,5
CHE GUEVERA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1244,7	74	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1244,7	0,0	0,0	1244,7
ILHA GRANDE	MUNICIPIO	822,7	58	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	822,4	0,0	822,4
SALTO	BARRA MANSA	886,4	60	0,0	0,0	886,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	886,4
SÃO FIDELIS	S. FIDELIS	626,0	22	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	626,0	626
SEBASTIÃO LAN	MACAE	520,6	33	0,0	0,0	0,0	0,0	520,6	0,0	0,0	0,0	520,6
TAQUARI	PARATI	958,7	70	958,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	958,7
VISCONDE	CASIMIRO ABREU	1284,7	87	0,0	0,0	0,0	0,0	1284,7	0,0	0,0	0,0	1284,7
ZUMBI DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES	8005,3	507	0,0	0,0	8005,3	0,0	0,0	0,0	0,0	425,0	8005,3
BETEL	CAMPOS DOS GOYTACAZES	425,0	30	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	425
CONQUISTA	VALENÇA	618,8	62	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	618,8	0,0	3,0	621,8
SÃO DOMINGOS	CONCEIÇÃO DE MACABU	768,0	130	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	768,0	0,0	0,0	768,01
VITÓRIA DA UNIÃO	PARACAMBI	527,1	70	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	527,1	527,1
PEDRA LISA	JAPERI	77,5	26	0,0	0,0	0,0	77,5	0,0	0,0	0,0	0,0	77,5
PAES LEME	MIGUEL PEREIRA	154,3	51	0,0	0,0	0,0	154,3	0,0	0,0	0,0	0,0	154,3
		23.206,9	1732	3142,5	0,0	10308,2	231,8	3270,8	2631,5	2043,6	1581,1	23209,5

INCRA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ITEM 2

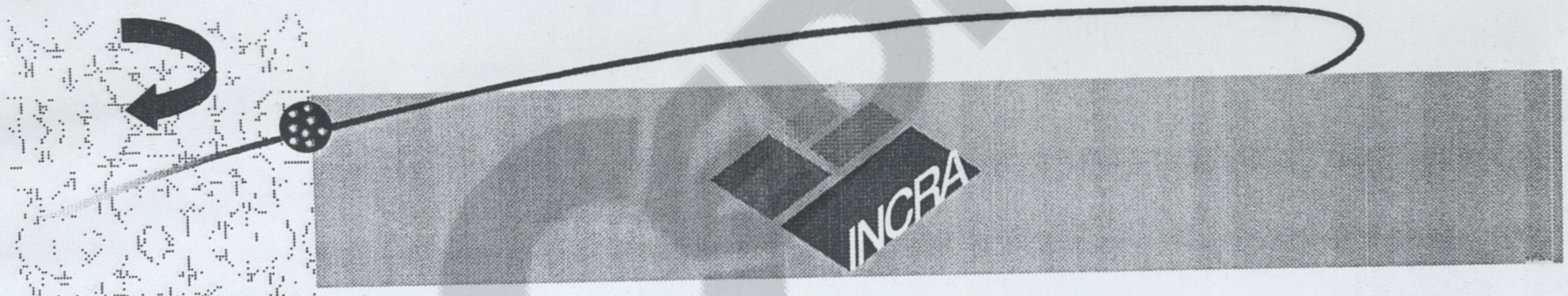
FAMÍLIAS ASSENTADAS

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

MAPA GERAL DOS ASSENTAMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO (1995 - 2002)

PROJETO	MUNICIPIO	AREA	CAPACIDADE ASSENTAMENTO	ANO								TOTAL
				1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
ANTONIO DE FARIAS	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1221,2	93	0	0	0	0	0	0	79	0	79
BARRA GRANDE	PARATI	595,4	60	0	0	57	0	0	0	0	1	58
BEM DIZIA	MACAE	1465,5	54	0	0	0	0	52	0	0	3	55
CAMBUCAES	SILVA JARDIM	1588,4	106	2	72	0	1	0	0	0	15	90
CAPELINHA	CONCEIÇÃO DE MACABU	1416,5	139	0	139	0	0	0	0	0	0	139
CHE GUEVERA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1244,7	74	0	0	0	0	0	62	5	0	67
ILHA GRANDE	MUNICIPIO	822,7	58	0	0	0	0	0	0	55	0	55
SALTO	BARRA MANSA	886,4	60	0	0	0	0	0	47	0	13	60
SÃO FIDELIS	S. FIDELIS	626,0	22	0	0	0	0	0	0	0	22	22
SEBASTIÃO LAN	MACAE	520,6	33	0	0	0	0	29	0	4	0	33
TAQUARI	PARATI	958,7	70	0	64	1	0	0	0	2	3	70
VISCONDE	CASIMIRO ABREU	1284,7	87	0	0	0	0	70	2	12	3	87
ZUMBI	CAMPOS DOS GOYTACAZES	8005,3	507	0	0	495	0	0	0	0	17	512
CONQUISTA	VALENÇA	618,8	62	0	0	0	0	0	0	0	3	3
SÃO DOMINGOS	CONCEIÇÃO DE MACABU	768,0	130	0	0	0	0	0	0	0	65	65
VITÓRIA DA UNIÃO	PARACAMBI	527,1	70	0	0	0	0	0	0	0	70	70
PEDRA LISA	JAPERI	77,5	26	0	0	0	0	0	0	0	18	18
PAES LEME	MIGUEL PEREIRA	154,3	51	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALDEIA VELHA	SILVA JARDIM	362,6	41	0	0	0	0	0	0	0	1	1
CAMPOS NOVOS	CABO FRIO	3203,64	202	21	3	1	0	0	0	2	40	67
CAMPOS NOVOS REMANES	CABO FRIO	1828,8	178	0	0	0	0	0	0	9	25	34
CANTAGALO	RIO DAS OSTRAS	1744,7	175	0	0	0	13	0	0	8	65	86
CASAS ALTAS	SEROPÉDICA	586,9	73	0	0	0	0	0	0	2	10	12
IMBURO	MACAÉ	1214,1	141	0	0	0	0	0	0	7	4	11
MORRO GRANDE	DUQUE DE CAXIAS	282,5	34	0	0	0	0	0	0	2	3	5
MOURA COSTA	SEROPÉDICA	271,5	52	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NOVO HORIZONTE	CAMPOS DOS GOYTACAZE	4335,0	285	0	0	0	0	0	0	1	0	1
PIC MACAÉ	MACAÉ			0	0	0	0	0	0	0	3	3
SÃO ROQUE	PARATY	735,6	35	0	0	0	0	0	0	0	2	2
SÃO JOSE BOA MORTE	CACHOEIRA MACACU	3903,0	326	0	0	0	0	0	0	16	4	20
BANCO DA TERRA	VÁRIOS		533	0	0	0	0	0	0	533	4	537
		41.250,3	3777	23	278	554	14	151	111	737	395	2.263



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

FAMÍLIAS ACAMPADAS

ANO IMPLANTAÇÃO	NOME	LOCAL ACAMPAMENTO	FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ENTIDADES	FAMÍLIAS PERMANECEM ACAMPADAS
1998	CHE GUEVARA	CAMPOS	155	132	MST	23
	SEBASTIÃO LAN	SILVA JARDIM	82	33	FETAG	49
	CHICO MENDES	SÃO JOÃO DA BARRA	96	0	MST	96
	AZEITONA	SÃO JOÃO DA BARRA	20	0	MST	20
1999	TERRA LIVRE	RESENDE	35	0	MST ESTADUAL	35
2000	CHICO MENDES 2	CASIMIRO DE ABREU	8	6	FETAG	2
	ADEMAR MOREIRA	CABOFRIO	30	30	STR CABO FRIO	0
	OZIEL ALVES	CAMPOS	270	5	MST	265
	JOSÉ PUREZA	SANTA MARIA MADALENA	130	0	MST	130
	ANTONIO DE FARIAS	CAMPOS	105	105	MST	0
	TERRA PROMETIDA	ITAGUAI	84	0	MST / STR QUEIMADOS	84
2001	DANDARA	CAMPOS	48	28	MST	20
TOTAIS			1063	339		724



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

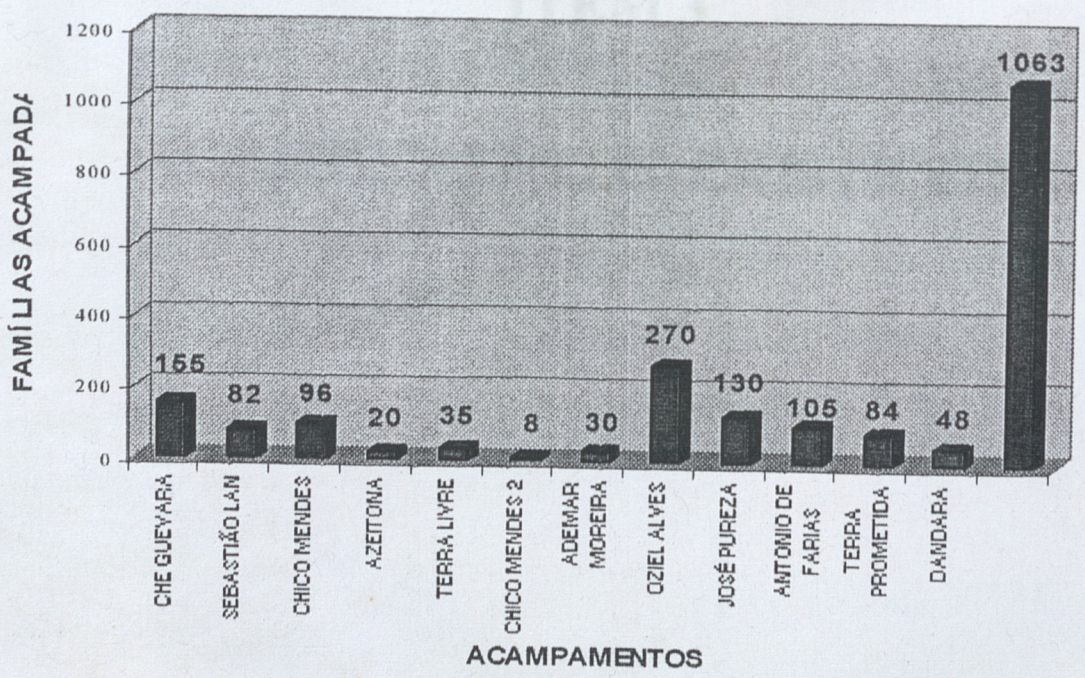
NOME	ASSENTAMENTOS
SILVA JARDIM	33
CASIMIRO DE ABREU	6
CABOFRIO	30
CAMPOS	280
TOTAL	349

FAMÍLIAS ACAMPADAS	1063
FAMÍLIAS APROVEITADAS	339
FAMÍLIAS EM ACAMPAMENT	724

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ACAMPAMENTO NO PERÍODO 1995 - 2002



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ITEM 3

ACAMPAMENTOS EXISTENTES

INCRA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

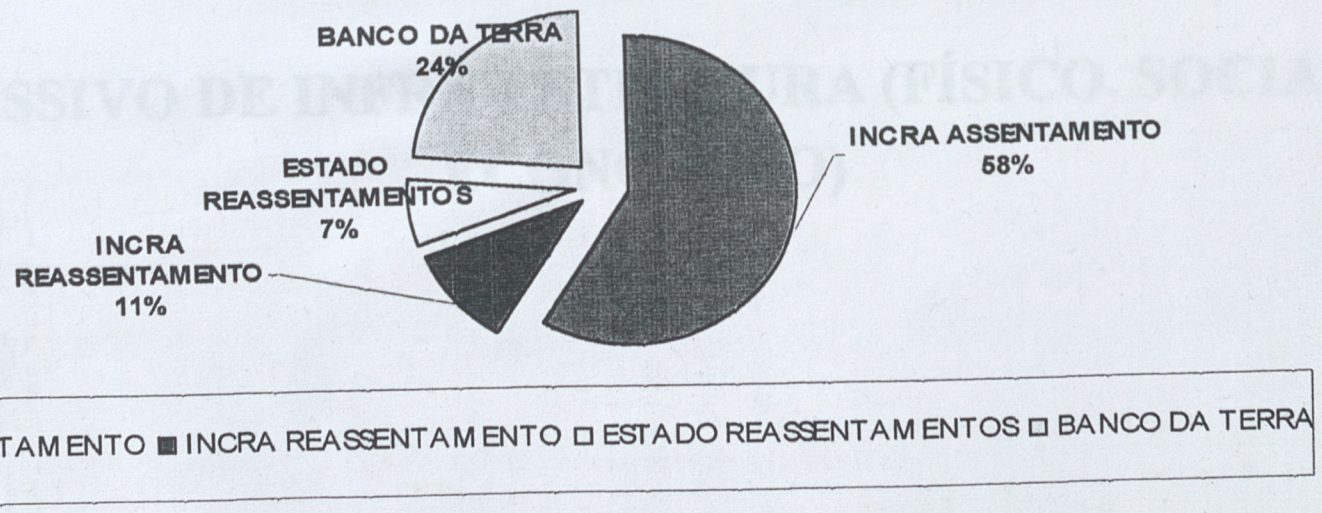
MODALIDADES ASSENTAMENTOS (1995 - 2002)

ÓRGÃO	MODALIDADE	ÁREA	CAP.	ASSENTAMETO / ANO								TOTAL
				1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
INCRA	ASSENTAMENTO	20636,2	1363	2	275	553	1	151	111	157	77	1327
	REASSENTAMENTOS	18468,4	1542	21	3	1	13	0	0	47	158	243
BANCO DA TERRA	ASSENTAMENTOS		533	0	0	0	0	0	0	533	4	537
ESTADO	REASSENTAMENTOS	2145,7	339	0	0	0	0	0	0	0	156	156
TOTAL FAMÍLIAS ASSENTADAS		41250,3	3777	23	278	554	14	151	111	737	395	2.263

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

MODALIDADES DE ASSSENTAMENTOS

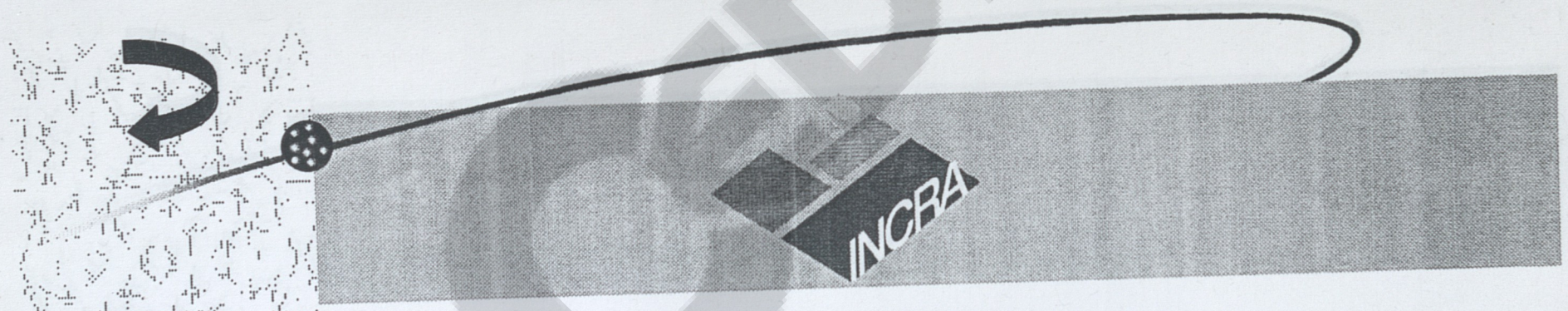


Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ITEM 4

PASSIVO DE INFRA-ESTRUTURA (FÍSICO, SOCIAL ECONÔMICO)



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

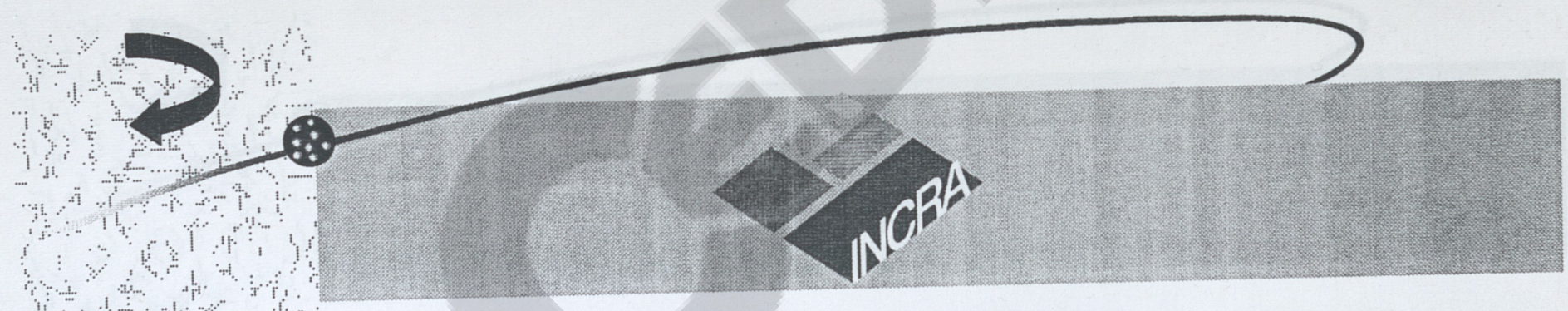
Passivo de Obras de infra-estrutura em Assentamento Rurais

Município	P. A.	Tipo de Obra	Unid	Quant	Observação
Campos dos Goytacazes	Zumbi dos Palmares 1 à 4	Poços Artesianos	un	4,00	Obras programadas e canceladas por problemas da Prefeitura no CADIN, de acordo com informações da CEF
	Che Guevara	Poços Artesianos	un	2,00	
	Che Guevara	Constr de Estrada	km	5,00	
	Ilha Grande	Poços Artesianos	un	3,00	
São Francisco de Itabapoana	Zumbi dos Palmares 5	Poço Artesiano	un	1,00	Cancelado pelo Decreto Nº 4049/02, de 12/12/02, que dispõe sobre incrição em Restos a Pagar no exercício de 2002
Macaé	Bem Dizia	Sist de Abast de Água	un	1,00	Cancelamento do Restos a Pagar de 2002, pelo Decreto 4594/03 de 13/02/03
		Constr de Estrada componte de concreto	km	9,50	Será incluída na Programação operacional de 2003
Casimiro de Abreu	Visconde	Poços Artesianos	un	2,00	Cancelado por Problemas administrativos da Prefeitura, junto ao CADIN, deixados pela gestão anterior
Silva Jardim	Sebastião Lan	Poços Artesianos	un	1,00	Cancelamento do Restos a Pagar de 2002, pelo Decreto 4594/03 de 13/02/03
Cachoeiras de Macacu	São José da Boa Morte	Poços Artesianos	un	5,00	Obras programadas e retiradas da por falta de recursos na programação operacional de 2002
		Constr de Estrada	km	6,00	

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

CONTRATO INCRA-CEF

Em 1999, o **INCRA** , celebrou com a **Caixa Econômica Federal - CEF**, contrato de prestação de serviços para operacionalização da Linha de Ação "Financiamento de Infra-Estrutura e Serviços", representada pela construção de estradas, rede de transmissão de energia elétrica e sistemas de abastecimento de água nos termos da Programação Operacional do contratante, em Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

Aspectos Positivos:

1 – A não participação do INCRA no processo licitatório das obras de infra-estrutura nos Projetos de Assentamentos, devido a carência de pessoal técnico.

2 – As parcerias firmadas com os Estados, Municípios, Distrito Federal e Entidades sem fins lucrativos, ampliando a participação no processo de Reforma Agrária.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ITEM 5

PARCERIAS EXISTENTES

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

PARCERIAS NA REFORMA AGRÁRIA RJ

ENTIDADE	OBJETO	TIPO OBRA	PROJETO	TIPO DE PARCERIA
PM BARRA MANSA	OBRAS INFRA-ESTRUT	ABAST. AGUA	SALTO	CONVÊNIO
PM CACHOEIRA DE MACACU	OBRAS INFRA-ESTRUT	DRENAGEM	SJ DA BOA MORTE	CONVÊNIO
PM CAMPOS	OBRAS INFRA-ESTRUT	ENERGIA ELÉTR.	ZUMBI	CONVÊNIO
PM CAMPOS	OBRAS INFRA-ESTRUT	ABAST. AGUA	ANTONIO DE FARIAS	CONVÊNIO
PM CASIMIRO DE ABREU	OBRAS INFRA-ESTRUT		VISCONDE	CONVÊNIO
PM CONCEIÇÃO MACABU	OBRAS INFRA-ESTRUT	ABAST. AGUA	CAPELINHA	CONVÊNIO
PM MACAÉ	OBRAS INFRA-ESTRUT		BEM DIZIA	CONVÊNIO
PM PARACAMBI	REGUL. FUNDIÁRIA	REGULARIZAÇÃO	P F STA CRUZ	TC
PM RIO DAS OSTRAS		COZINHA INDUST.	CANTAGALO	CO
PM SÃO FRANCISCO	OBRAS INFRA-ESTRUT	ENERGIA ELÉTR.	TIPITY ZUMBI5	CONVÊNIO
PM SILVA JARDIM				
PM PARATY	OBRAS INFRA-ESTRUT	ABAST. AGUA	B.GRANDE / TAQUARI	CONVÊNIO
BANCO DO BRASIL	CRÉDDITO	PRONAF "a" / Habitação / Fomento	VÁRIOS	
EMATER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	VÁRIOS	CONVÊNIO
FAPUR	PDA / TOPOGRAFIA	PDA / TOPOGRAFIA / SENSO RA	VÁRIOS	CONVÊNIO
CEF	OBRAS INFRA-ESTRUT	VÁRIOS	VÁRIOS	CONVÊNIO
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO		TELECURSO	VÁRIOS	
FUNDAÇÃO D. ANDRÉ ARCOVERDE	ASSISTÊNCIA MÉDICA	ODONTO / CLÍNICA GERAL	VÁRIOS	TC
ITERJ	PROJETO	ORGANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO	ANTÔNIO DE FARIAS	TC

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ITEM 6

ESTOQUE DE TERRAS (LOTES VAGOS, TERRAS ESTADUAIS E FAIXAS DE FRONTEIRA, PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO, TERRAS OCUPADAS IRREGULARMENTE)

CDM



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ESTOQUE DE TERRAS

LOTES VAGOS, TERRAS OCUPADAS IRREGULARMENTE, PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO E TERRAS C/ PENDÊNCIAS JUDICIAL

ANO	NOME	LOCAL	ÁREA	PARCELAS	SITUAÇÃO
1985	POÇO DAS ANTAS	SILVA JARDIM	1200,0	200	REINTEGRAÇÃO DE POSSE
1985	AROEIRA	CABO FRIO	160,0	12	REINTEGRAÇÃO DE POSSE
1997	FAZ. DO SOL	CARDOSO MOREIRA	953,0	75	PENDÊNCIA JUDICIAL
1998	CONJ. CABIÚNAS I & II	CARAPEBUS	2849,4	200	PENDÊNCIA JUDICIAL
1998	FAZ. STO ANTÔNIO	CARAPEBUS	945,0	80	PENDÊNCIA JUDICIAL
1998	FAZ. BOA SORTE	CARAPEBUS	1213,0	80	PENDÊNCIA JUDICIAL
1998	FAZ. SANTA VITÓRIA	SÃO FIDELIS	533,4	30	PENDÊNCIA JUDICIAL
2000	FAZ. STO. AMARO	CAMPOS	585,0	40	AJUIZAMENTO
2001	FAZ. SÃO DOMINGOS	ITAPERUNA	1697,8	90	PENDÊNCIA JUDICIAL
2001	FAZ. FLORESTA DE BELEM	ITAPERUNA	646,8	35	PENDÊNCIA JUDICIAL
2001	DESEJO AZURARA	CAMPOS	507,0	35	PENDÊNCIA JUDICIAL
2001	FAZ. BETEL	CAMPOS	425,0	30	IMISSÃO DE POSSE
2001	CNEN	ITAGUAÍ	950,0	80	ANALISE PROCESSUAL
2002	FAZ. VERMELHA	CAMPOS	1052,0	80	AVALIAÇÃO
2002	FAZ. ALMADA MARUI	CAMPOS	215,0	15	AJUIZAMENTO
2002	PA. ZUMBI DOS PALMARES	CAMPOS	210,0	30	REINTEGRAÇÃO DE POSSE
2002	MARAPICU	N. IGUAÇU	320,0	80	ANALISE PROCESSUAL
2002	PA. VISCONDE	CASIMIRO DE ABREU	170,0	16	REINTEGRAÇÃO DE POSSE
			14632,3	1208	

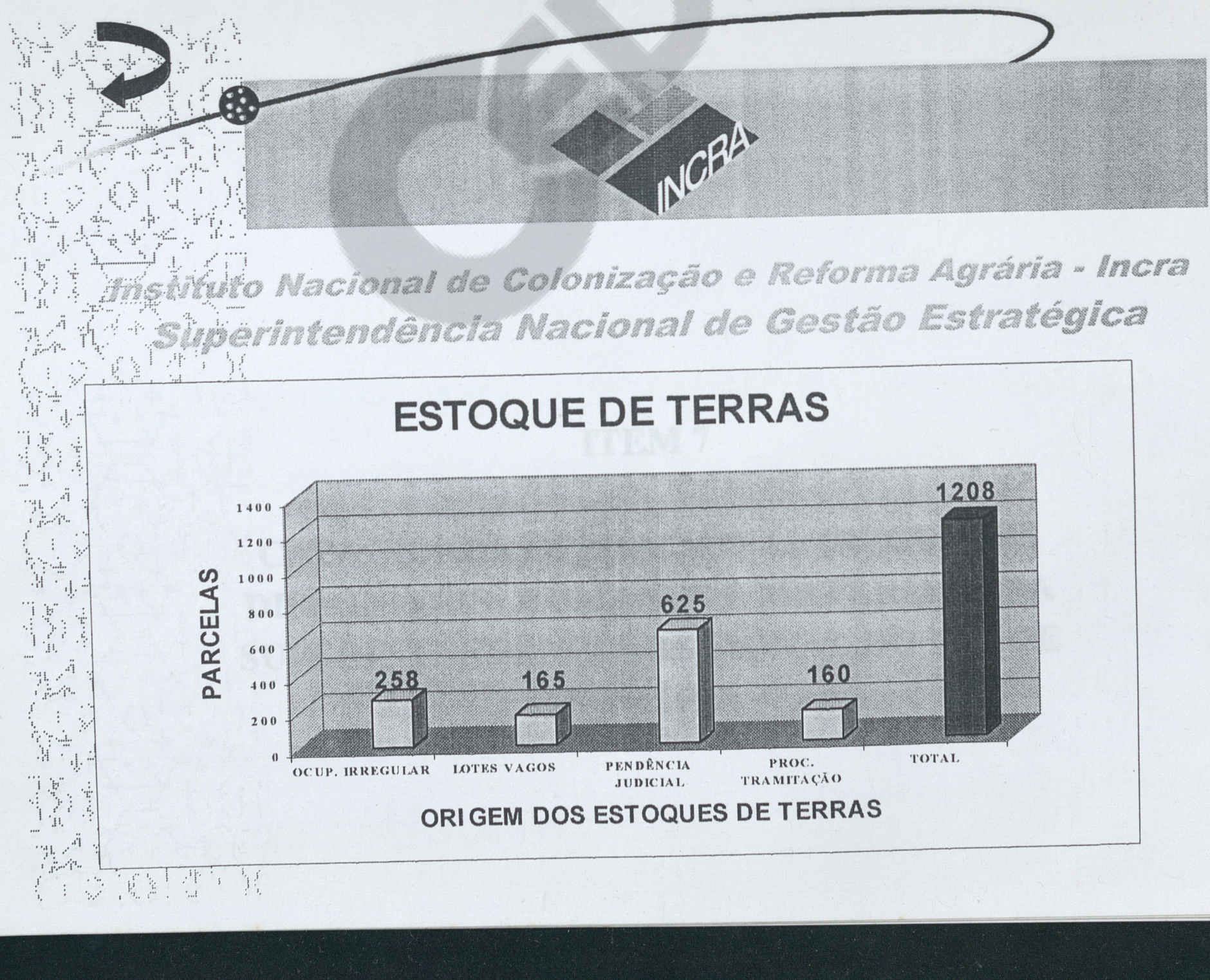
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ESTOQUE DE TERRAS

(LOTES VAGOS, TERRAS OCUPADAS IRREGULARMENTE, PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO E TERRAS C/ PENDÊNCIAS JUDICIAIS)

ORIGEM	EXECUTOR	ÁREA	PARCELAS	REGIÃO
OCUP. IRREGULAR	INCRA	1740,0	258	NORTE NOROESTE / LITORANEA
LOTES VAGOS	INCRA	2277,0	165	NORTE NOROESTE
PENDÊNCIA JUDICIAL	INCRA	9345,3	625	NORTE NOROESTE
PROC. TRAMITAÇÃO	INCRA / CEF / CNEN	1270,0	160	METROPOLITANA
TOTAL		14632,3	1208	

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

ITEM 7

CAPACIDADE OPERACIONAL (RECURSOS DISPONÍVEIS: HUMANOS E MATERIAIS) NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO:



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

- ✓RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA SUPERINTENDENCIA
- ✓PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES
- ✓ CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES
- ✓REAPARELHAMENTO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, TÉCNICO (EQUIPAMENTOS) E OPERACIONAL (VIATURAS)
- ✓READEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SUPERINTENDENCIA
- ✓REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

Capacidade Operacional da SR-07/RJ

Em função dos eixos temáticos apresentados, considerando a Apreciação Situacional do Balanço da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro – no governo FHC, na superintendência do Rio de Janeiro e revendo em conta o item Capacidade Operacional (Recursos Humanos e materiais), temos a dizer o seguinte:

- Quanto aos recursos humanos no órgão, analisamos os aspectos de faixa etária, atividades exercidas pelas Divisões Técnica, Operacional e Administração e Recursos Humanos, servidores empregados nestas atividades e expectativa de aposentadoria dos mesmos.

Chegamos a conclusão, que deverá ser completada a capacidade operacional na área de Recursos Humanos através de contratações feitas em concursos públicos nas diversas funções exercidas pelos servidores, para recompor aproximadamente de 50% a 70% da força de trabalho da superintendência, tendo em vista os parâmetros supra mencionados.

É claro, que quantitativos para cada função desempenhada, perfil do servidor e tipo de concurso só poderão ser avaliados por um profissional da área de Recursos Humanos.

-Houve no período FHC, uma política de Recursos Humanos extremamente nociva à Administração Direta, que resultou em desmotivação, aposentadorias precoces em função da política salarial adotada (prestígio para alguns categorias e arrocho salarial para os demais) e sucateamento da "Máquina Administrativa".

-A adoção de uma estrutura organizacional equivocada, inoperante e voltada para a diferenciação entre superintendências , um dos motivos de insatisfação entre servidores e falta real de capacitação profissional, inclusive atingindo diretamente esta superintendência no seu desempenho.

Quanto aos recursos materiais, deverão ser feitos esforços urgentes para os seguintes itens, sob pena de não se realizar a totalidade das atividades a serem programados para este exercício:

INCRA
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

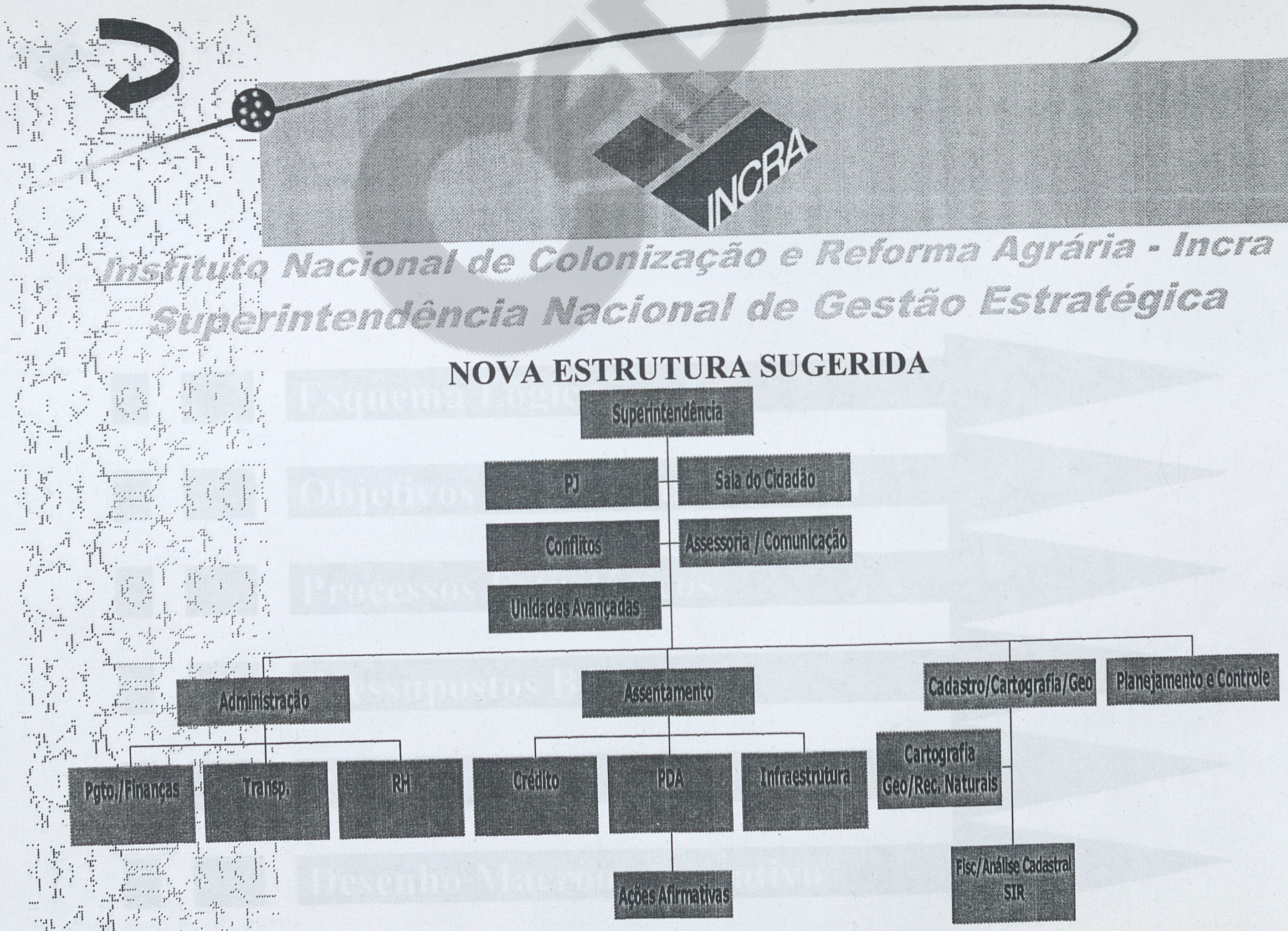
1. Readequação do espaço físico na superintendência, colocação de "divisórias" levando em conta as diversas atividades exercidas.
2. Reaparelhamento do material de informática e redistribuição dos mesmos, em função do tipo de atividade.
3. Compra de equipamentos específicos de trabalho, por exemplo, na área de cartografia, teodolitos eletrônicos, links de rádios (serve para as diversas atividades realizadas pela superintendência)
4. Compra de material de consumo (vários) para o desenrolar da atividades do exercício, sem entrave das mesmas.
5. Recompor urgentemente a frota de viaturas (idade média de 8 anos a vida útil considerada ultrapassada, porque sem a recomposição não há como se realizar os trabalhos de campo.

Como sugestão de organograma para uma nova estrutura organizacional, segue em anexo desenho ilustrativo, pois a atual é consumo, é inepta, inoperante e concebida por técnicos com total desconhecimento das dificuldades e objetivos da Reforma Agrária.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

Superintendência Nacional de Gestão Estratégica

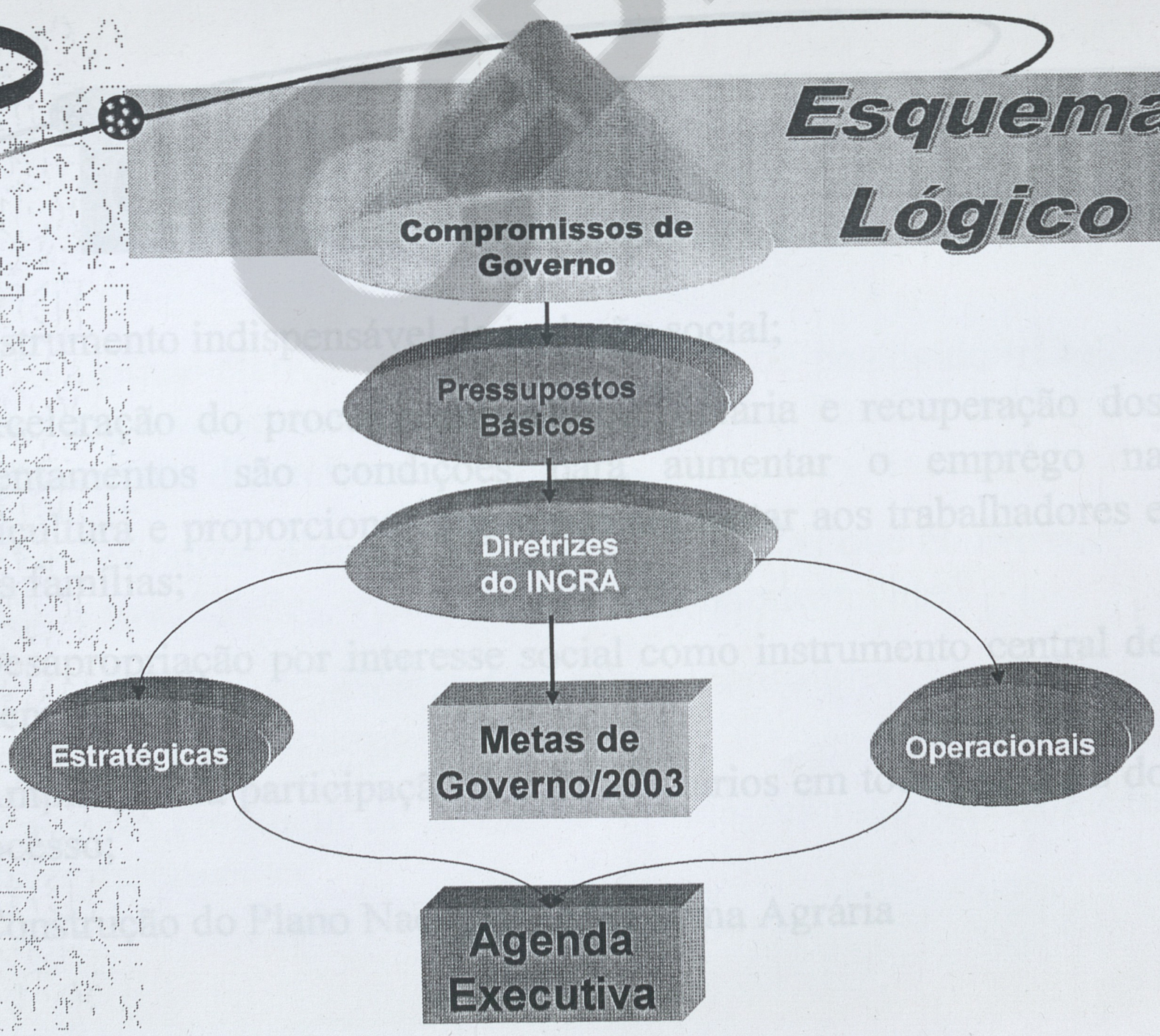
NOVA ESTRUTURA SUGERIDA



Programa Nacional de Reforma Agrária

- Esquema Lógico
- Objetivos da Reforma Agrária
- Processos Estratégicos
- Pressupostos Básicos
- Regras
- Desenho Macroorganizativo

Esquema Lógico



Compromissos de Governo

- Instrumento indispensável de inclusão social;
- Aceleração do processo de reforma agrária e recuperação dos assentamentos são condições para aumentar o emprego na agricultura e proporcionar segurança alimentar aos trabalhadores e suas famílias;
- Desapropriação por interesse social como instrumento central de obtenção de terras;
- Ampliação da participação dos beneficiários em todas as fases do processo;
- Construção do Plano Nacional de Reforma Agrária

Pressupostos Básicos

- Contribuir efetivamente para a geração de postos de trabalho no campo, favorecendo as ações vinculadas à Política de Segurança Alimentar e dinamizar as economias locais e regionais;

- Democratizar o acesso à terra com medidas que contemplem aos atuais minifúndios, viabilizando-os economicamente;

- A política de Reforma Agrária constituirá uma prioridade estratégica do Governo;

- Amplo Programa de Reforma Agrária centrado na definição de áreas reformadas;

Metas Emergenciais

- Assentar famílias acampadas;

- Recuperar famílias assentadas.

Processos Estratégicos

DESCRIÇÃO

- Programa de Reforma Agrária centrado na definição de áreas reformadas;
- Desapropriação por interesse social como instrumento central de obtenção de terras;
- Garantia dos recursos orçamentários, materiais e humanos;
- Reforma Agrária como programa transversal de governo (presente em todos os Ministérios e Órgãos Públicos);
- Inserção e participação dos trabalhadores e suas representações no processo de Reforma Agrária.

Objetivos da Reforma Agrária

DESCRIÇÃO

- **Político**
  - Enfrentamento democrático dos conflitos sociais.
- **Econômico**
  - Desconcentrar a Terra, gerar emprego e produzir para o mercado consumidor.
  - Consolidar as pequenas unidades de produção familiar.
  - Democratizar o acesso à terra com medidas que contemplem aos atuais minifúndios, viabilizando-os economicamente.

Objetivos da Reforma Agrária

DESCRIÇÃO

- **Social**
  - Garantir o acesso à educação, saúde, lazer, transporte...
  - Valorizar as culturas locais;
  - Resgatar a cidadania e promover vida digna no campo para homens e mulheres.
- **Gestão Ambiental e Territorial**
  - Promover a sustentabilidade ambiental e a ocupação democrática do território;
  - Combater a grilagem de terras;
  - Gerenciar a malha fundiária do país.

Pressupostos Básicos

DESCRIÇÃO

- Reforma Agrária como instrumento de inclusão social;
- Cumprimento da função social da terra;
- Participação dos beneficiários em todas as fases do processo;
- Prevalência do direito coletivo sobre o direito individual.

Regras

DESCRIÇÃO

- Propostas de alteração de instrumentos jurídicos, normativos e marcos legais que dão sustentação ao modelo vigente, com vistas ao novo modelo de Reforma Agrária;

Desenho Macroorganizativo

DESCRIÇÃO

- Definição do aparato institucional para atuação nos processos de:
  - Obtenção de terras;
  - Assentamento de Famílias;
  - Recuperação das Famílias Assentadas;
  - Ordenamento Territorial.

Desenho Macroorganizativo

Necessidades do INCRA para atuar nesse modelo

- Fortalecimento institucional do INCRA:
  - principal executor da Política de Reforma Agrária;
  - reestruturação e desenvolvimento organizacional;
  - Plano de Carreira específico para as atividades de Reforma Agrária;
  - recomposição e adequação da Força de Trabalho;
- Modelo de planejamento e gestão participativo e democrático;
- Interação técnico-política INCRA-MDA;
- Interação interinstitucional das ações governamentais para a Reforma Agrária;
- Fortalecer a autonomia das Superintendências Regionais;
- Desenvolvimento de um sistema de gerenciamento unificado e de gestão da informação.

Desenho Macroorganizativo

Necessidades do INCRA para atuar nesse modelo

REESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL;

Apesar da mudança e modelagem organizacional que o INCRA implementou em 2000, muitas anomalias na estrutura não foram sanadas.

A atual estrutura é funcional, onde caracteriza-se pela divisão do trabalho e delegação e responsabilidade. Esse tipo é muito eficiente quando aproveita as capacidades técnicas do pessoal qualificado, e integra todos os segmentos da organização : a estrutura, disseminação da informação, pessoas, tarefas, sistemas de recompensas, poder decisório. Dessa forma incrementar a atual estrutura, de mecanismos de compartilhamento de tarefas, disseminação do conhecimento, inovação tecnológica, é de suma importância para o alcance de nossos objetivos institucionais.

Desenho Macroorganizativo

Necessidades do INCRA para atuar nesse modelo

Plano de Carreira específico para as atividades de Reforma Agrária

Implementar o Plano de Carreira elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INCRA/P/Nº 549 de Julho2000. Que cria a carreira : Reforma e Desenvolvimento Agrário, com os cargos de Analista em Reforma Agrária e Técnico em Reforma Agrária, com as seguintes áreas de atuação : organizacional, obtenção de terras e destinação de terras.A necessidade dessa implementação surge em decorrência da inovação tecnológica, reorganizações estruturais e mudanças no foco de atuação do INCRA, a estrutura atual não atende às necessidades dos nossos clientes e nem ao modelo organizacional que deve ser implementado, bem como às atribuições inerentes as estratégias do Governo Lula, para alcançar a cidadania no campo.

Desenho Macroorganizativo

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - SR(07)

QUANTITATIVO DE SERVIDORES, POR CARGO, POR UNIDADE, NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	GABINETE	PLANEJA-MENTO	PROCURA-DORIA	CADASTRO RURAL	RECURSOS FUNDIÁRIOS	ASSENTA-MENTO	ADMINIS-TRAÇÃO	FINANÇAS	RECURSOS HUMANOS	UA'S	TOTAL
ADMINISTRADOR	1					2				1	4
ASSISTENTE SOCIAL									1		1
CONTADOR			1		1			1			3
ECONOMISTA					1	1	1	1	1		5
ENGENHEIRO				4	1		1				6
ENGENHEIRO AGRONOMO				1	4	6				1	12
FISCAL DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO RURAL				3		1					4
GEÓGRAFO				1					1		2
MÉDICO VETERINÁRIO				1							1
ORIENTADOR DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO				1		1					2
PROCURADOR/PROCURADOR AUTÁRQUICO			19								19
PSICÓLOGO										1	1
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	1			1	1	1			1		5
OUTROS											0
TOTAL	2	0	20	12	8	12	2	2	4	3	65
CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO											
TÉCNICO AGRÍCOLA/AGENTE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS				1	1	3				5	10
TÉCNICO EM CADASTRO RURAL			1	10		3				2	16
TOPÓGRAFO/AGENTE SERVIÇOS ENGENHARIA				2							2
TÉCNICO EM COLONIZAÇÃO				1	1				1		3
DESENHISTA				1			1			1	3
RADIOTELEGRAFISTA/AGENTE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE							3				3
ASSISTENTE TÉCNICO				2		1	1				4
TÉCNICO EM CONTABILIDADE								1	1		2
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO/AGENTE ADMINISTRATIVO.	4		2	1	2	2	5	3	5	6	30
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO/DATILÓGRAFO								1			1
MOTORISTA							9			2	11
AUXILIAR TÉCNICO/AUXILIAR OPERACIONAL EM AGROPECUÁRIA										2	2
ARTÍFICE							1			3	4
VIGILANTE							3			2	5
AGENTE DE PORTARIA/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS							1		1		2
OUTROS											0
TOTAL	4	0	3	18	4	9	24	5	8	23	98
TOTAL GERAL											**163**

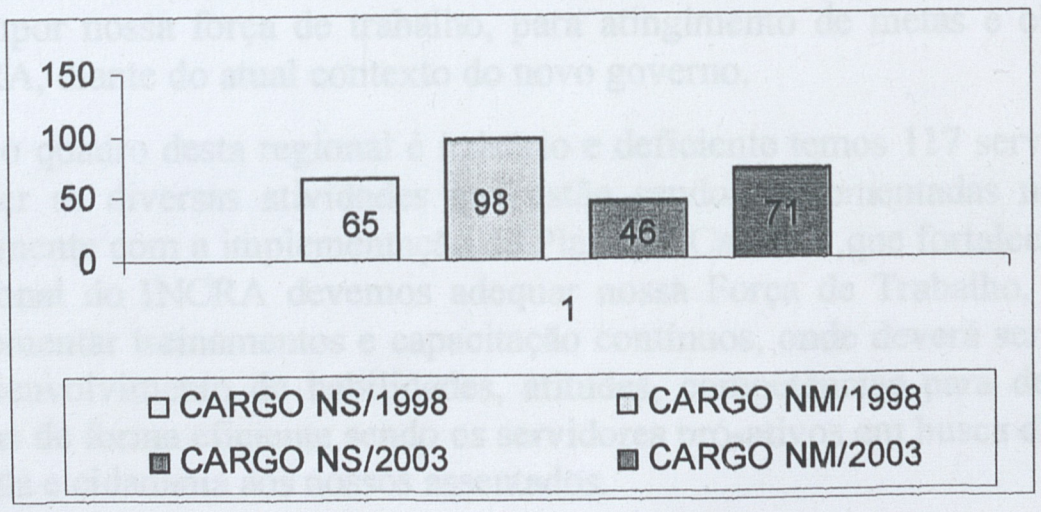
Desenho Macroorganizativo

QUANTITATIVO DE SERVIDORES, POR CARGO, POR UNIDADE DE LOTAÇÃO							
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	GABINETE	PROCURADORIA	ADMINISTRAÇÃO	TÉCNICA	OPERACIONAL	UA	TOTAL
ADMINISTRADOR		1		2	2		5
ANALISTA DE SISTEMAS			1				1
CONTADOR			1		1		2
ECONOMISTA			1	2	1		4
ENGENHEIRO	1		1	2	1		5
ENGENHEIRO AGRONOMO				10	1		11
FISCAL DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO RURAL				3	1		4
MÉDICO VETERINÁRIO					1		1
ORIENTADOR DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO				2	1		3
PROCURADOR/PROCURADOR AUTÁRQUICO		6					6
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	4						4
TOTAL	5	7	4	21	9		46
CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO							
AGENTE DE PORTARIA			2				2
ARTÍFICE						1	1
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	3	1	11	1	4	1	21
ASSISTENTE TÉCNICO				2			2
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO			1				1
AUXILIAR TÉCNICO						2	2
EMPREENDEDOR SOCIAL	4						4
MOTORISTA			6	1		1	
RADIOTELEGRAFISTA			1				1
TÉCNICO AGRÍCOLA	1			3	1	2	7
TÉCNICO EM CADASTRO RURAL	3			2	8		13
TÉCNICO EM COLONIZAÇÃO			1	2			3
TÉCNICO EM CONTABILIDADE			2				2
TOPÓGRAFO				1			1
VIGILANTE			3				3
TOTAL	11	1	27	12	13	7	71
TOTAL GERAL	16	8	31	33	22	7	117
Existem 07 servidores cedidos a outros órgãos							

Desenho Macroorganizativo

Necessidades do INCRA para atuar nesse modelo

Recomposição e adequação da Força de Trabalho



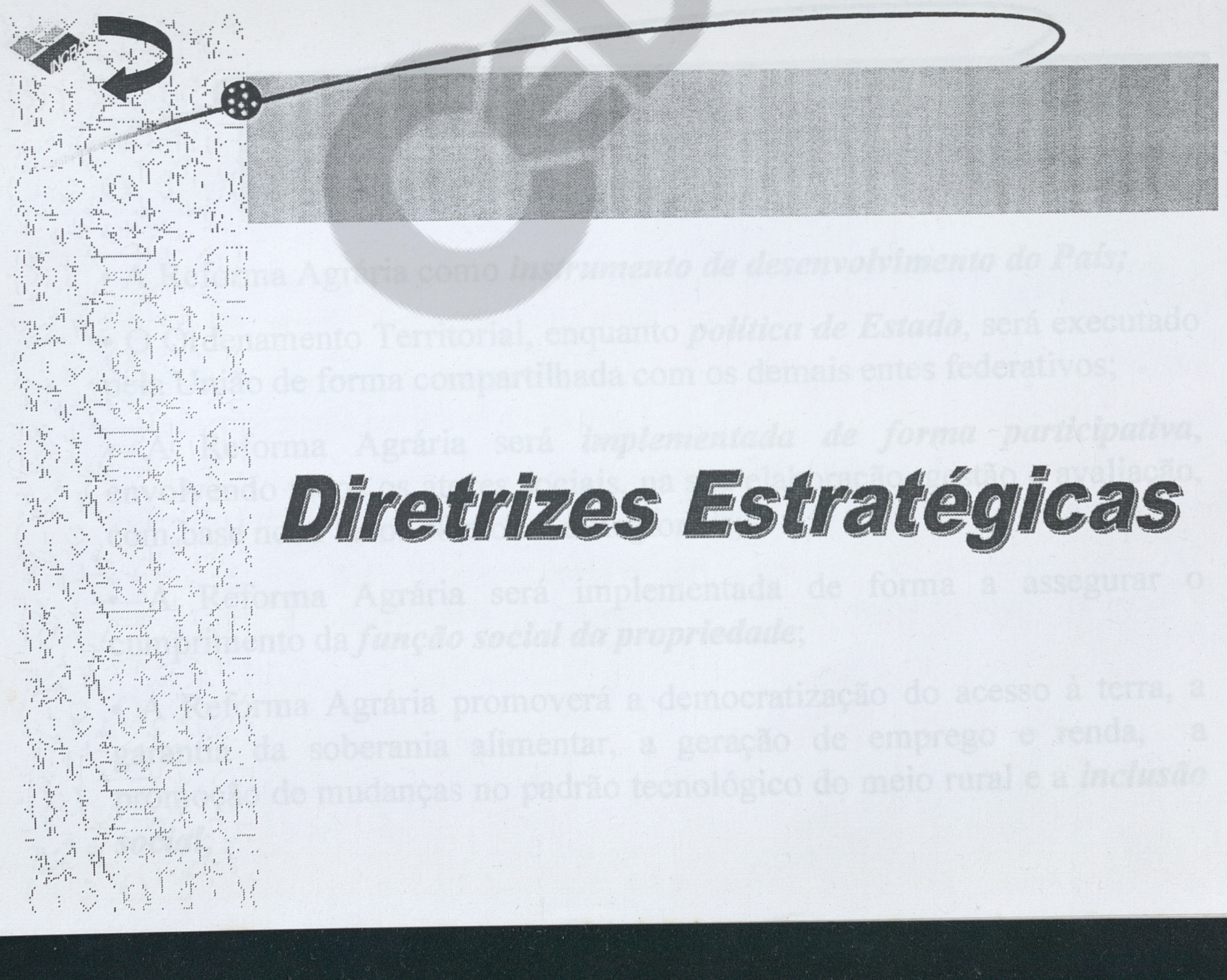
Desenho Macroorganizativo

Necessidades do INCRA para atuar nesse modelo

Recomposição e adequação da Força de Trabalho

Conforme demonstrado no gráfico anterior observamos a necessidade de recompor nossa força de trabalho, para atingimento de metas e objetivos do INCRA, diante do atual contexto do novo governo.

Hoje o quadro desta regional é irrisório e deficiente temos 117 servidores para atender as diversas atividades que estão sendo implementadas neste örgão. Juntamente com a implementação do Plano de Carreira ,que fortalecerá o corpo funcional do INCRA devemos adequar nossa Força de Trabalho, bem como implementar treinamentos e capacitação contínuos, onde deverá ser trabalhado o desenvolvimento de habilidades, atitudes, competências para desempenhar tarefas de forma eficiente sendo os servidores pró-ativos em busca da qualidade de vida e cidadania aos nossos assentados.



Diretrizes Estratégicas

Diretrizes Estratégicas

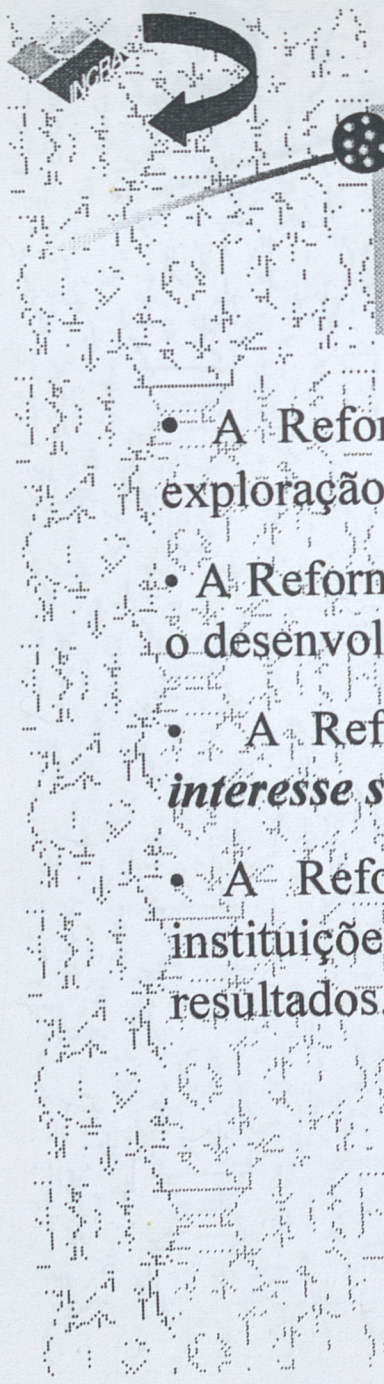
- A Reforma Agrária como ***instrumento de desenvolvimento do País;***

- O Ordenamento Territorial, enquanto ***política de Estado***, será executado pela União de forma compartilhada com os demais entes federativos;

- A Reforma Agrária será ***implementada de forma participativa***, envolvendo todos os atores sociais, na sua elaboração, gestão e avaliação, com base nos Planos Nacional e Regionais;

- A Reforma Agrária será implementada de forma a assegurar o cumprimento da ***função social da propriedade***;

- A Reforma Agrária promoverá a democratização do acesso à terra, a garantia da soberania alimentar, a geração de emprego e renda, a promoção de mudanças no padrão tecnológico do meio rural e a ***inclusão social***;



Diretrizes Estratégicas

- A Reforma Agrária, respeitando as ***diversidades ambientais***, promoverá a exploração racional e sustentável da terra;
- A Reforma Agrária será centrada na definição de ***áreas reformadas*** objetivando o desenvolvimento territorial do país;
- A Reforma Agrária será implementada utilizando a ***desapropriação por interesse social*** como instrumento principal de obtenção de terras;
- A Reforma Agrária promoverá o fortalecimento de ***parcerias*** entre as instituições governamentais e não-governamentais, maximizando recursos e resultados.

Diretrizes Operacionais

Diretrizes Operacionais

- **Ordenamento Territorial**

  - Efetivar o cadastramento e o georreferenciamento da malha fundiária nacional priorizando acampamentos, assentamentos e terras públicas;

  - Identificar grilagem de terras e proceder a desconstituição dos registros imobiliários através dos instrumentos legais competentes.

- **Obtenção de Terras**

  - Identificar a situação política e sócio-econômica regionais, prioritariamente, em áreas de concentração dos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra;

Diretrizes Operacionais

• Obtenção de Terras

- Priorizar a obtenção de terras em áreas reformadas e que apresentem concentração de acampamentos e assentamentos, instituindo, quando necessário, bases operacionais avançadas;

- Promover a retomada das áreas ocupadas irregularmente nas terras da União e com destaque para aqueles que não se enquadram no perfil de beneficiários da Reforma Agrária ou de regularização fundiária;

- Garantir o planejamento e execução das ações inerentes ao desenvolvimento do Projeto de Assentamento, com a efetiva participação da comunidade assentada;

Diretrizes Operacionais

- **Obtenção de Terras**

  - Assegurar tratamento especial às áreas pertencentes as regiões amazônica, semi-árido **e cerrado;**

  - Adequar os procedimentos técnicos, jurídicos e administrativos ao modelo de Reforma Agrária de Governo, dotando-os de maior agilidade.

  - Identificar e disponibilizar terras públicas para a Reforma Agrária.

- **Assentamento de trabalhadores rurais**

  - Prover as necessidades básicas das famílias acampadas até o assentamento definitivo, acrescido dos serviços de assistência jurídica, social e técnica;

Diretrizes Operacionais

- **Assentamento de trabalhadores rurais**

• Transferir e prover o auto-sustento das famílias assentadas para locais previamente definido, na fase inicial do projeto de assentamento;

• Planejar e executar ações relativas ao desenvolvimento do Projeto de Assentamento, com a efetiva participação da comunidade assentada;

• Aportar os recursos necessários às ações de desenvolvimento do Projeto de Assentamento, de forma não fragmentada;

• Desenvolver o projeto de assentamento mediante a implementação de ações associativistas e de cooperativistas;

Diretrizes Operacionais

- **Assentamento de trabalhadores rurais**

  - Disponibilizar Assistência Técnica desde o início da implantação do Projeto de Assentamento, de forma a definir Plano Emergencial de autossustento e no decorrer do processo construir um modelo de exploração agropecuária, extrativista, organização espacial, moradia, infra-estrutura básica, licenciamento ambiental e serviços sociais;

  - Organizar a produção dos assentados, estimulando e apoiando programas voltados à agroindústria e comercialização e integração da comunidade no processo cooperativo;

  - Capacitar os assentados na gestão dos recursos públicos.

Diretrizes Operacionais

- **Assentamento de trabalhadores rurais**

  - Fortalecer o processo de constituição da capacidade organizativa dos trabalhadores rurais;

  - Integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, meio-ambiente, dentre outras, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento.

Diretrizes Operacionais

- **Recuperação de famílias assentadas**

  - Elaborar e implantar os Planos de Recuperação dos Assentamentos, de forma participativa, com base na definição de novas matrizes produtivas que garantam a sustentabilidade dessas áreas de intervenção;
  - Prover assistência social, jurídica e técnica aos projetos de assentamento a serem recuperados, mediante uma proposta participativa e adequada às necessidades das comunidades assentadas;
  - Identificar a realidade sócio-econômica dos projetos de assentamento e demandas necessárias à sustentabilidade;

Diretrizes Operacionais

- **Recuperação de famílias assentadas**

  - Implementar ações de infra-estrutura relativas ao beneficiamento, armazenagem e escoamento da produção dos projetos de assentamento;

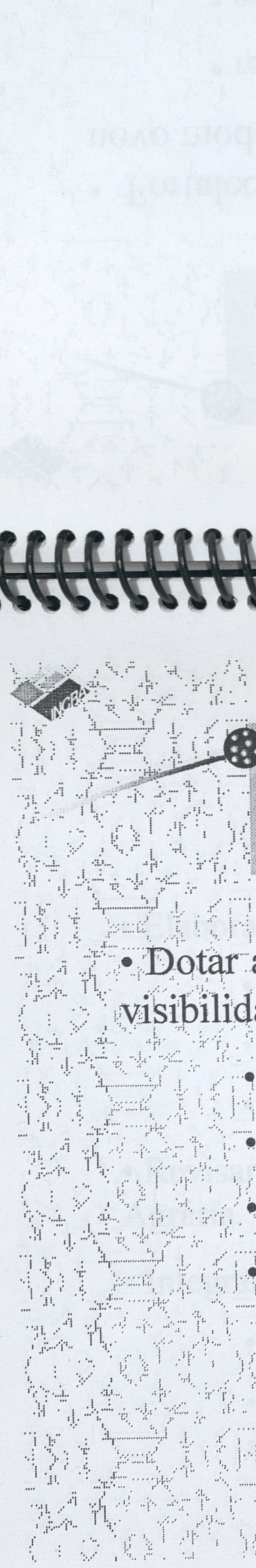
  - Direcionar as ações de recuperação em projetos de assentamento localizados em áreas reformadas ou em processo de reforma, bem como em projetos de assentamento localizados fora dessas áreas, possíveis de atingir sustentabilidade.

Agenda Executiva (Decisões Críticas)

- Definir modelo de Reforma Agrária a ser executada pelo INCRA;
  - definição de objetivos, pressupostos e diretrizes;
  - estratégias de implantação e operacionalização.
- Institucionalizar a participação dos movimentos sociais, demais órgãos governamentais e sociedade civil.
- Revisar os macro-processos da organização referente à execução do Programa de Reforma Agrária.
  - adequar instruções e normas internas;
  - ajustar os fluxos e rotinas de trabalho;
  - mudar as estruturas mentais e as práticas de trabalho.

Agenda Executiva (Decisões Críticas)

- Fortalecer institucionalmente o INCRA, para adequação ao novo modelo de Reforma Agrária:
  - reforma macroorganizativa do INCRA;
  - adequação qualitativa e quantitativa da força de trabalho;
  - elaboração de Plano Nacional de Capacitação;
  - instituição do Plano de Carreira;
  - modernização tecnológica.



Agenda Executiva (Decisões Críticas)

- Dotar a Autarquia de sistemas coorporativos que possibilitem a visibilidade e transparência das ações:
  - sistema de planejamento e gestão;
  - sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação;
  - prevenção e manejo de crises;
  - orçamento por programas.

Agenda Executiva (Decisões Críticas)

- Elaborar os Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária:
  - definição de metodologia de elaboração;
  - definição de metodologia para consolidação dos Planos Regionais;
  - estratégia de implantação e operacionalização.
- Revisar e adequar as normas e legislação ao novo modelo de Reforma Agrária.
- Integrar as Políticas de Reforma Agrária e Ambiental.
  - indicar representante do INCRA/MDA no CONAMA;
  - rever os critérios para o licenciamento ambiental em projetos de assentamentos;

Agenda Executiva (Decisões Críticas)

- Cadastrar e georreferenciar a malha fundiária:
  - priorizar os acampamentos, assentamentos e áreas públicas;
  - definição de projeto técnico-operativo para implementação.
- Definir áreas reformadas:
  - definição de conceitos, critérios;
  - identificação de áreas reformadas;
  - elaboração de plano de atuação.
- Retomar as áreas públicas ocupadas irregularmente:
  - identificar áreas passíveis de serem retomadas;
  - estabelecer critérios e estratégias de atuação.

Agenda Executiva
(Decisões Críticas)

- Implantar o modelo de assentamento para a Reforma Agrária:
  - estabelecer modelo de gestão;
  - definir estratégias de ação;
  - metodologia de aplicação de recursos;
  - adequação de normas e rotinas;
  - definir ações diferenciadas para os assentamentos localizados nas regiões Amazônica e Semi-árido.

Agenda Executiva (Decisões Críticas)

- Recuperação de famílias assentadas:
  - definir conceito;
  - formular indicadores e critérios;
  - estabelecer metodologia;
  - priorizar projetos de assentamento para ação imediata;
  - operacionalizar plano de trabalho.

Aspectos Negativos:

1 – Total desconhecimento da CEF do Clientela do INCRA;
2 - Falta de controle da CEF do início das obras contratadas;
3 – Falta de encaminhamento trimestral dos relatórios gerenciais de acompanhamento e de avaliação da execução dos empreendimentos, para Superintendências Regionais;
4 – Falta de pressão da CEF, junto as Prefeituras, Estados, etc, para que as obras fossem realizadas dentro dos prazos estabelecidos pelo cronograma de execução;
5 – Excesso de prorrogação de prazos para conclusão das obras;
6 – Não apresentação ao INCRA (Superintendências Regionais), no final do contrato, do relatório final do cumprimento do objeto pactuado.
7 – Demora na análise dos Projetos Básicos referentes às obras e os documentos jurídicos e institucionais.
8 - Limitar as obras de infra-estrutura a rede de transmissão de energia elétrica, construção de estradas e sistemas de abastecimentos de água



ZÉ GERALDO

INFORMATIVO DO DEPUTADO ESTADUAL PT

EDIÇÃO DE JANEIRO/98 -

Editorial

Neste informativo, que marca o final do terceiro ano de mandato do Deputado Zé Geraldo – PT, apresentamos uma retrospectiva e prestação de contas do trabalho desenvolvido na Assembléia Legislativa e no acompanhamento das lutas do povo em nosso Estado.

Você, como a maioria do povo brasileiro, deve estar insatisfeito com a situação de nosso país e com este governo que aí está. Faltam estradas, energia, água e crédito para os pequenos produtores. As taxas de juros cobradas pelos bancos e pelo comércio são altíssimas, a produção agrícola além de pequena, está defasada. Falta segurança pública e a violência está aumentando. O salário do funcionalismo público não sofre reajuste há mais de 1.000 dias. Falta investimento em educação. A saúde pública é uma calamidade. As tarifas públicas como água, luz e telefone, aumentaram assustadoramente. O mesmo aconteceu com os impostos. Enfim, a situação não poderia ser diferente em um país que de 94 a 97 não aumentou os investimentos em nenhum setor, sendo que em alguns casos, ainda houve corte de verbas, como em Saúde e em Segurança.

Certamente não era isso que esperava a maioria do povo, ao final das eleições de 1994, quando foram eleitos o presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador Almir Gabriel. Mas a realidade esta aí e não há como fugir dela. Como Deputado Estadual de um partido que quer governar este Estado e este País a partir de 99, o Deputado Zé Geraldo tem se mantido firme, lútando pelos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, setores mais sacrificados pela ausência de políticas públicas.

Essa postura do Deputado Zé Geraldo tem se manifestado na constante defesa da necessidade de que haja uma inversão total de prioridades nas políticas governamentais, ao mesmo tempo em que junto com os sindicatos, com o Partido dos Trabalhadores – PT e demais partidos de esquerda, com as diversas associações e entidades populares, tem participado das lutas pela construção de um Pará e Brasil melhores para todos.

É fundamental ressaltar que os ganhos desses três anos, como por exemplo, os financiamentos para micros e pequenos produtores rurais, a renegociação de suas dívidas, a energia elétrica para as regiões da Transamazônica e parte do Baixo-Amazonas, a restauração de rodovias e estradas vicinais, o projeto de Macrodrenagem em Belém, todos foram conseqüência da luta do povo, que não se calou e foi às ruas para reivindicar. Mas, apesar de algumas conquistas, é correto dizer que nestes últimos anos o nosso Estado ficou ainda mais pobre.

A luta por desenvolvimento com cidadania, deve ser o grande desafio de todos os políticos de nosso Estado que são verdadeiramente comprometidos com as causas populares.

Neste Informativo, em diversos tópicos, serão apresentadas algumas das intervenções do Deputado Zé Geraldo que consideramos terem sido as mais importantes. Além disso, serão tratados outros assuntos relacionados à situação nacional.

FOTO: PAULA SAMPAIO

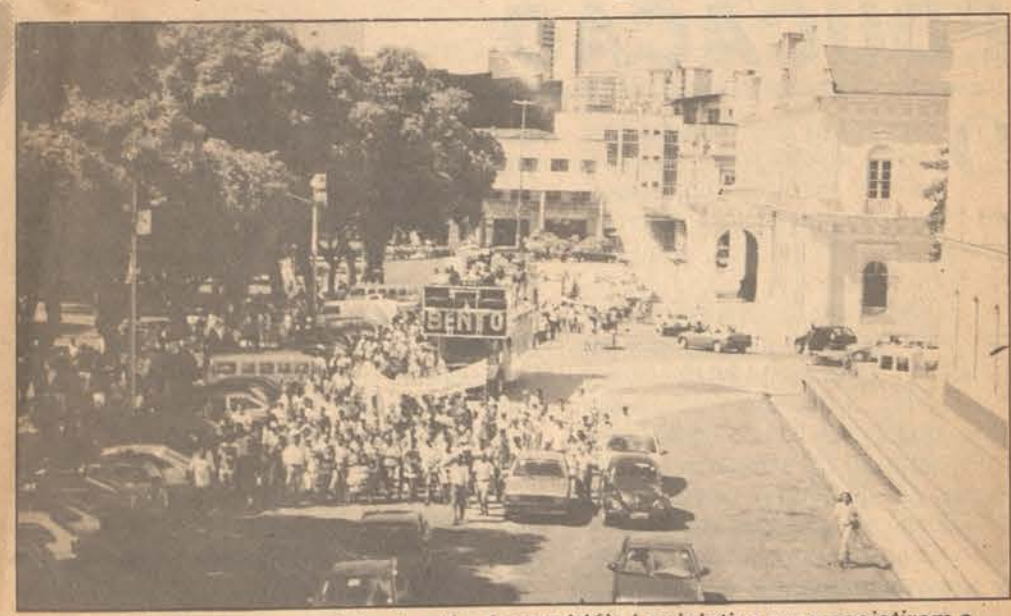


Terra e agricultura

O mandato do Deputado Zé Geraldo tem dado todo o apoio possível à luta pela terra no Estado do Pará. Com isto e em conjunto com a luta de vários segmentos sociais, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais, FETAGRI, CUT e Movimentos dos Sem Terra, já chegam a 10 mil famílias que não tinham terra e que hoje estão em seu lote produzindo.

O Deputado Zé Geraldo esteve presente na luta por crédito agrícola para os micros e pequenos produtores rurais, participando de todas as mobilizações em Belém e Brasília, visando conquistar recursos para o PRONAF, PROCERA e FNO. Participou ainda da luta em defesa do Banco da Amazônia – BASA, da EMATER e da CEPLAC, para que o maior número possível de agricultores, pequenos empresários e pescadores pudessem ter acesso ao credito. Lutou pela estruturação do ITERPA e do INCRA, para assegurar a regularização fundiária e documentação das terras, a partir que isso é uma situação grave e que tem causado muitos conflitos no Pará.

O Deputado tem ainda proposto para o Governo do Estado que seja assegurado um apoio maior para a Agricultura Familiar e à Pesca artesanal, considerando que 85% do que é consumido em nosso Estado vem de outras regiões do Brasil.



Trabalhadores em caminhada até a Assembléia Legislativa para assistirem a Sessão Especial de discussão da agricultura familiar.

PUBLICAÇÃO DO GABINETE DO DEPUTADO ZÉ GERALDO-PT
PRAÇA D. PEDRO II, 130 - 241-2344 - RAMAL 101 - CEP: 66020-230 - BELÉM - PARÁ -
GABINETE 206 (ANEXO) - TELEFAX: 212-0915

FOTO: PAULA SAMPAIO



A recuperação da Transamazônica significa incrementar o desenvolvimento da região.

ESTRADAS

O Pará, devido a sua extensão territorial, é um Estado que possui muitas estradas. A maioria está em péssimas condições de conservação e algumas, no inverno, ficam intransitáveis. Outra situação grave são as estradas vicinais.

O Deputado Zé Geraldo tem permanentemente provocado esse debate na Assembléia Legislativa, participado de mobilizações e outras atividades em conjunto com os movimentos sociais, mas considera que até agora os investimentos governamentais neste setor foram insignificantes. No caso da Rodovia Cuiabá – Santarém, o governo federal pretende asfaltá-la até o final de 98, apenas no trecho Santarém – Ruropólis. A Rodovia Transamazônica sobrevive de pequenos fundos e convênios do Ministério dos Transportes com as Prefeituras, que não passam de esmolas. As estradas estaduais estão muito lentamente sendo recuperadas, na maioria das vezes com trabalho de péssima qualidade o que faz prever que em curto espaço de tempo estarão totalmente esburacadas. A população dos municípios sofre pagando pelos altos fretes em decorrência dessa situação das estradas.

Nas estradas vicinais a situação não é diferente. O Deputado Zé Geraldo tem lutado para que o governo repasse recursos para compra de patrulha mecanizada para os municípios, mas os recursos liberados são poucos. Em 97 cerca de 60 prefeituras devem receber uma média de R$ 250.000,00 para ajudar na compra desse maquinário.

Os projetos de assentamento muito lentamente estão recebendo dinheiro para construção e reforma de estradas.

EDUCAÇÃO

O Pará é um dos Estados que menos investe neste setor. Os salários pagos aos professores são baixos, faltam escolas, merenda escolar, material didático, qualificação profissional, etc.

O Deputado Zé Geraldo tem lutado pela expansão da educação no Estado do Pará, defendendo o projeto Gavião, a não extinção do sistema modular de ensino de 2º Grau, a implantação de programas de alfabetização de adultos, maior apoio da SEDUC às unidades regionais e às escolas sede com a implantação de estrutura básica para o seu funcionamento e supervisão escolar, a democratização na escolha de diretores com eleição direta.

O Combate a prática ditatorial imposta por diretores, a denúncia do desvio de verbas do Fundo Nacional da Educação – FNDE, a luta junto com os movimentos sociais contra o sucateamento da Universidade Federal do Pará, a defesa dos Campus no interior como forma de democratizar o 3º Grau, tanto da UFPa – Universidade Federal do Pará. quanto da UEPA – Universidade Estadual do Pará -, foram prioridades nesses três anos de mandato.

O posicionamento contrário ao projeto do governo do Estado, infelizmente aprovado, que implantou a municipalização do ensino a toque de caixa, foi a postura adotada pelo Deputado Zé Geraldo por entender que essa pressa e a forma como está sendo feita não melhorará em nada a educação nos Municípios. O governo apenas está socializando a miséria, a partir de que não existiu um aumento global de recursos para a educação.

ENERGIA PARA O ESTADO

A maioria dos municípios do Estado só tem energia na sede e apenas por algumas horas durante o dia em decorrência de equipamentos ultrapassados ou de racionamento. A energia rural ainda é um sonho difícil de virar realidade. A segunda maior hidrelétrica do Brasil (Tucuruí) até agora tem fornecido energia para a capital e municípios próximos, para os grandes projetos mineradores e para Estados da Região Nordeste do país, deixando de atender a maioria da população do Estado. O Deputado Zé Geraldo acompanhou todas as lutas por energia elétrica, sendo a maior delas o acampamento em Tucurui, em julho de 95, onde cerca de 2 mil pessoas, no Grito da Terra Brasil, cobraram definitivamente o linhão do Tramoeste para as regiões Tocantina e Oeste do Pará (Transamazônica e Baixo - Amazonas). A luta continua para que até 99 a energia de Tucurui já esteja sendo consumida em Altamira, Itaituba, Santarém e nos demais municípios da região Oeste do Pará.

Os recursos para essa obra, vital para o desenvolvimento daquelas regiões já estão na sua maioria garantidos, a nível federal através da Eletronorte. A nível estadual, constam no orçamento da CELPA cerca de 53 milhões de reais para a rede de baixa tensão. Já existe um início de discussão nos diversos municípios para que essa energia seja expandida, o mais rápido possível, para os moradores da zona rural, através de financiamentos bancários a serem conseguidos através das associações de pequenos produtores.

Não se pode esquecer também que o Pará, possui uma das taxas de energia mais caras do mundo. Com a privatização da CELPA, pelo Governo do Estado, a energia de Tucuruí pode chegar as residências em preço proibitivo para a maioria do povo. Da mesma forma, pode tornar mais cara a produção das indústrias. O comércio também terá que encarecer o preço dos seus produtos, como forma de fazer frente ao custo da energia elétrica.

A luta contra a privatização da CELPA merece a atenção de toda a população, em especial das organizações populares, dos movimentos e entidades representativas dos setores produtivos do Estado. Uma empresa privada, tem como interesse primeiro o lucro. Os Municípios menores, onde o número de consumidores for pequeno, correm o risco de ficar sem energia após a privatização.

SAÚDE

O governo do Estado investe muito pouco em saúde, o que fica claramente demonstrado quando se verifica a remuneração paga pela Secretaria de Estado de Saúde -SESPA. Naquela Secretaria um médico ganha R$ 480,00 e os enfermeiros menos ainda. O programa de Agentes Comunitários de Saúde nunca foi levado a sério. Faltam medicamentos, hospitais e postos médicos em todos os Municípios do Estado.



O Deputado Zé Geraldo propôs ao governo a regionalização do atendimento à saúde. Se aceita a proposta, em cada município considerado como polo de desenvolvimento, como Altamira, Tucuruí, Itaituba, Marabá, Santarém e outros, existiria uma estrutura médico – hospitalar suficiente para atender a maioria dos casos graves, evitando assim os grandes transtornos de doentes que hoje têm que se deslocar para a capital.

O Deputado tem ainda lutado para que o Governo do Estado e as Prefeituras do interior tenham assistentes sociais e Casas de Apoio para atender quem precisa se deslocar para Belém.

Ele tem criticado duramente o governo pelos baixos salários pagos ao funcionários da SESPA e por não ter um programa de gratificação, como forma de estímulo, para os profissionais que se deslocam da capital para o interior.

A defesa da Fundação Nacional de Saúde - FNS, pelo grande serviço que tem prestado onde atua e da restruturação da SUCAM neste Estado têm recebido especial atenção na atuação do Deputado Zé Geraldo.

FUNCIONALISMO PÚBLICO

O funcionalismo público nunca perdeu tanto como neste Governo. Há uma insatisfação geral porque embora tenha existido inflação, não foi concedido reajuste para repor o poder de compra do vencimento. Embora alguns itens não tenham sofrido alteração significativa em seus preços, no caso de outros, como energia, telefone, educação, saúde, lazer, verificou-se um aumento bastante grande. O Deputado Zé Geraldo, desde o início de seu mandato, vem defendendo uma melhor utilização dos recursos públicos para que se possa melhorar principalmente os salários mais baixos do funcionalismo. Exemplo disto, é o grande número de assessores o Governador do Estado mantém em seu gabinete. São mais de 500 assessores com altos salários. Além disso, tem se posicionado também contra as enormes distorções salariais existentes dentro do serviço público. Enquanto um Procurador do Instituto de Terras do Pará – ITERPA ganha R$ 253,00, um Procurador do Estado, ganha mais de R$ 3.500,00. Disparidade maior ainda é o fato de milhares de servidores ainda ganharem apenas 1 Salário Mínimo.



Zé Geraldo presente na interiorização da Assembléia Legislativa.

É também vergonhoso, sob todos os aspectos, o fato de o gabinete do vice-governador ter previstos no Orçamento do Estado para o ano 1998 mais de 2 milhões de reais, quase que integralmente para pagar os vencimentos dos seus mais de 70 assessores, a maioria com altos salários. Enquanto isso um técnico da EMATER ganha R$ 280,00. O Deputado Zé Geraldo tem feito reiteradas denúncias desses casos escabrosos e defendido o funcionalismo em nosso Estado.

SEGURANÇA PÚBLICA

O Deputado Zé Geraldo tem tratado esse tema de forma global. Ao se eleger iniciou este debate na Assembléia, convocando inclusive sessões especiais para aprofundar o assunto.

A maioria dos municípios não conta com a atuação permanente de Delegados de Polícia, Promotores, Juizes e Defensores Públicos. Se isso não bastasse, as Polícias Militar e Civil ainda enfrentam muitos problemas, como a falta de salários decentes e de formação profissional. O Deputado Zé Geraldo tem valorizado a atuação do Ministério Público, do Judiciário e das Policias Militar e Civil, e da Defensória Pública. No caso da Defensoria Pública chegou inclusive a apresentar um Projeto de Emenda Constitucional para assegurar a sua autonomia financeira e administrativa do Poder Executivo. Mas tem feito também muitas críticas à atuação de membros de todos aqueles órgãos, que cometem desvios de conduta, sempre levando tais fatos ao conhecimento da sociedade e também requerido providências por parte de seus superiores.

. O Deputado tem ainda proposto políticas diferentes para o sistema penitenciário do Estado. Novos nomes para as penitenciárias e presídios, que passariam a chamar-se de Centro de Recuperação; já é lei a proposta do Deputado que impede que os presos sejam forçados a participar de programas sensacionalistas, de rádio e TV.

A proposta de autonomia para a Defensoria Pública visa assegurar que os Defensores sejam melhor remunerados e para que todos os municípios possam ter no mínimo um desses profissionais do direito e melhor preparados para a defesa dos mais necessitados. O pobre não possui recursos para contratar advogado para defendê-lo na justiça, piorando sua situação nos casos em que esteja respondendo algum processo criminal. Enquanto isso, os que tem maiores posses podem contratar os melhores advogados.

Enfim, tem também o Deputado Zé Geraldo lutado pela estruturação e uma nova mentalidade da policia militar e civil, que assegure que a população volte a confiar nessas instituições tão vitais.

SANEAMENTO BÁSICO

A maioria da população que reside nos municípios do interior não tem acesso a saneamento básico. Falta água tratada, esgoto, drenagem das ruas, coleta de lixo. Enfim, esta é uma área que deveria ser priorizada, mas não é. Os governos ao invés de assegurar a prevenção de doenças, preferem gastar milhões com iniciativas meramente curativas, ou seja pagam milhões para os hospitais conveniados para tratar de doenças que seriam evitadas tivesse o povo acesso a saneamento básico. Além disso gastam outros milhões de reais em obras eleitoreiras, muitas delas descartáveis, e com propaganda no rádio e na televisão, e não tem dinheiro, segundo alegam, para construir poços artesianos nas comunidades rurais que dariam água para milhares de famílias, por vários anos.

O Deputado Zé Geraldo tem apresentado na Assembléia Legislativa inúmeras moções dirigidas ao Governo do Estado, emendas ao orçamento e audiências com autoridades estaduais visando a instalação de poços artesianos nas comunidades interioranas. No Projeto de Orçamento para o ano de 1998, enviado pelo governo, a maioria das emendas que apresentou se destinam a canalizar recursos para a construção de poços artesianos e para a pavimentação de vias públicas nos Municípios. A bancada governista, sem considerar a importância social das emendas, às rejeitou seguindo orientação do governador do Estado.

No entender do Deputado Zé Geraldo prevenir fica mais barato de que curar. Isso se dá, fundamentalmente com saneamento básico e com água tratada. Neste sentido, defende que a luta por esses dois itens fundamentais deve ser uma bandeira prioritária para os movimentos sociais deste Estado.

Nas grandes, médias e pequenas cidades, e nos vilarejos, muitas vezes um Prefeito gasta R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em uma festa e não resolve o problema da água em uma vila onde residem 200 famílias.

EMPREGO E OCUPAÇÕES

Os posicionamentos, propostas e atuação do Deputado Zé Geraldo têm se pautado também para a necessidade de que sejam gerados mais empregos e ocupações no Estado. O apoio e a defesa da luta dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra, do MST ou coordenados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pela FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura, contribuiu para que hoje existam milhares de famílias assentadas e produzindo. A luta por financiamentos para a agricultura, através dos diversos Gritos das Terra, tiveram como conseqüência a fixação do homem à terra e melhores condições de produção.

Além disso, a partir da luta do povo das periferias de Belém, que sempre contou com o apoio do Deputado Zé Geraldo, o Governo do Estado investe no Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, gerando diversos empregos no setor da Construção Civil.

A luta por maiores investimentos em saúde, em educação, em lazer, em segurança pública, no apoio às pequenas empresas, na pesca artesanal, tudo isso também tem como conseqüência a geração de novos empregos e ocupações.

No ano de 97, milhões e milhões de reais que serviriam para financiar a geração de empregos vão ficar nas instituições financeiras, principalmente no Banco do Brasil e no Banco da Amazônia, somente pela falta de parecer técnico nos projetos elaborados pelas associações de pequenos produtores, que antes eram feito pela EMATER, que no governo Almir Gabriel faliu e encontra-se na eminência de fechar.

O Deputado Zé Geraldo tem defendido a necessidade de investimentos na área da produção e industrialização, mas esse governo que está aí faz justamente ao contrário. Ao invés de financiar uma pequena movelaria para um marceneiro, gasta milhões de reais em propaganda e, quando financiam, o recurso disponível é quase que totalmente apropriado pelos grandes empresários, para obras e indústrias que necessitam de poucos empregados. Além disso, entregam grandes faixas da floresta Amazônica nas mãos de grandes empresas madeireiras americanas e asiáticas, que indiscriminadamente destroem a natureza, sem gerar empregos e ocupações em número sequer satisfatório.

Energia de Tucuruí para a região oeste do Pará: um sonho, um direito, uma conquista do povo

Desde quando a hidrelétrica de Tucurui foi construída, criou-se a expectativa que as regiões da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém seriam beneficiadas com a energia, principalmente porque se tratam de regiões em franco desenvolvimento, com 3 cidades colocadas dentre as mais importantes do Estado, como Altamira, Santarém e Itaituba. Mas o que o povo não sabia é que Tucurui foi pensada e construída para fornecer energia principalmente para os grandes projetos, como Carajás, Albrás, Alunorte e Alumar, dentre outros. Esses projetos consomem uma quantidade imensa de energia, e o que é mais grave, fornecida a um preço muito abaixo do valor real. Enquanto isso o povo paga uma das taxas mais altas do mundo para uma tarifa residencial ou para seus pequenos negócios.



Acampamento em Tucuruí - 1995

Somente a Albrás e a Alumar deixaram de pagar o equivalente a R$ 150 milhões em 1992 referente a energia que consumiram. Esse montante é quase o mesmo valor do custo total do linhão com rebaixamento, que levará a energia de Tucurui para a região Oeste.

Foi a partir dessa descoberta que os movimentos sociais começaram a cobrar de forma mais incisiva do governo federal a energia para a região, usando para isso a pressão política e popular, que culminou com um grande acampamento em 1995 na barragem de Tucurui, com mais de 2.000 pessoas, representando as regiões Oeste e Tocantina.

A luta dos movimentos sociais, as pressões políticas e da sociedade civil organizada, e no caso da região da Transamazônica, a previsão de construção da Barragem de Volta Grande, com licitação prevista para o final de 1999, fez com que o governo federal antecipasse o investimento no Projeto Tramoeste, que levará a energia de Tucuruí até a região.

O Deputado Estadual Zé Geraldo, que desde 1990, tem participado ativamente desta luta, antes como um dos dirigentes do Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica, espera ver a energia estruturada nas regiões Tocantina e Oeste do Pará até o final de 98. O Deputado conclama que todos se engajem na luta para que a energia não fique apenas na beira das rodovias ou nas cidades, mas que também seja estendida para os interiores, vicinais e lugarejos mais distantes, para que dessa forma possa beneficiar a todos e alavancar o desenvolvimento daquelas regiões.

Vitória do Xingu terá estrada asfaltada





FOTO: PAULA SAMPAIO

Há mais de 10 anos, em época de eleições, promete-se o asfaltamento dos 49 quilômetros da rodovia que liga Altamira ao porto do município de Vitória do Xingu. Sempre ficou apenas na promessa. O Deputado Zé Geraldo cobrou insistentemente a construção do cais daquele porto e a pavimentação da rodovia, meio de escoamento de toda produção da Transamazônica para Macapá, Belém e Manaus. O porto de Vitória do Xingu é também um dos únicos meios de entrada de produtos na região, considerando que a situação da rodovia Transamazônica desestimula o transporte rodoviário de cargas. Desta vez espera-se que de fato o asfaltamento aconteça e que a obra a ser realizada seja de qualidade.

Notícias Rápidas

O governo do PT em Belém já tem 70% de aprovação popular, conforme pesquisa do IBOPE, publicada do Jornal O Liberal.

Os partidos de oposição: PT, PSB, PCdoB, PCB e PV, estão trabalhando uma aliança para as eleições de 1998. A Vice - Prefeita de Belém, Ana Júlia do PT e o Senador Ademir Andrade, do PSB, são os nomes até agora indicados para o Governo do Estado. No último Encontro Estadual do PT, o nome indicado para o Senado foi o do Deputado Federal Geraldo Pastana, do PT.

A Assembléia Legislativa do Estado têm 41 Deputados e todos são candidatos novamente em 98, a maioria a Deputado Estadual e os demais a Deputado Federal.

O companheiro Valdir Ganzer, atual Secretário de Economia e Abastecimento da Prefeitura de Belém será candidato a Deputado Federal, contando com o apoio do Deputado Estadual Zé Geraldo e de lideranças da maioria dos municípios do Estado.

Nas últimas eleições municipais a população de Gurupá deixou de eleger novamente um Prefeito do PT por uma diferença de apenas 100 votos. Diante do descalabro administrativo e do abandono a que está relegado o município, o povo quer o PT novamente à frente do Executivo Municipal.

O Prefeito do Município de Anapú alugou uma KOMBI pela astronômica quantia de R$ 40.000,00. A população do Município está revoltada porque o valor daria para comprar dois desses veículos e ainda sobraria dinheiro.

IPALEP: uma vergonha e uma imoralidade pública

Os Deputados estaduais, por mais incrível que possa parecer, têm direito à aposentadoria após oito anos de exercício de mandato. Basta, portanto, que o Deputado cumpra dois mandatos para que faça jus a esse direito, recebendo valores mensais proporcionais ao que recebem os Deputados da ativa, dependendo do número de anos de mandato que teve. Enquanto isso, a maioria dos trabalhadores têm de trabalhar 30 anos para ter direito à sua aposentadoria integral. Isso, até a mudança da Constituição Federal, encaminhada pelo Governo FHC. Agora, além dos anos trabalhados, haverá a necessidade também de que o trabalhador tenha uma idade mínima para se aposentar.

O Deputado Zé Geraldo considera que esse privilégio concedido aos Deputados Estaduais é uma vergonha e uma imoralidade sobre todos os aspectos. Pior ainda quando o seu Instituto de Previdência, o IPALEP, é custeado em sua maior parte com recursos públicos. No ano de 1997 menos de 10% dos recursos do Instituto (R$ 2.793.944,00) eram provenientes de contribuições dos Deputados. Todo o restante era constituído de recursos repassados pelo Poder Público (Governo do Estado e Assembléia Legislativa).

Além de pagar essas vergonhosas aposentadorias, o Deputado Zé Geraldo denunciou o fato de o IPALEP ainda emprestar dinheiro para seus associados, a juros infinitamente menores do que os cobrados pelos bancos. Essa denúncia foi confirmada quando foi amplamente divulgado pela imprensa que o ex-deputado Gervásio Bandeira, então presidente do IPALEP e atual prefeito de Breves, havia concedido vários empréstimos a deputados, que depois lhe repassaram o dinheiro para que fosse utilizado em sua campanha eleitoral.

Na proposta de orçamento para 98, encaminhada pelo governador Almir Gabriel, consta uma verba de cerca de R$ 2.457.200,00 para o IPALEP, quase que integralmente repassada pelo Poder Público. Portanto, contrário a todo o clamor popular por sua extinção, o IPALEP vai sobrevivendo. Isso, inclusive desconsiderando o fato de bem recentemente ter sido aprovada uma lei que extingue o IPC, que era o instituto que assegurava o mesmo direito aos Deputados Federais e Senadores.

Na Assembléia Legislativa ainda tramita desde a legislatura passada Projeto de Lei da Bancada do PT que visa extinguir esse Instituto. Em legislaturas anteriores, outros projetos do PT no mesmo sentido foram rejeitados. O Deputado Zé Geraldo, em conjunto com os demais membros da bancada do PT, continuará na luta pela extinção deste IPALEP que além de vergonhoso e imoral, ainda suga recursos públicos que poderiam estar sendo investidos em educação, saúde e tantas outras necessidades da população do Estado.

IPASEP: ANTES E HOJE

No ano de 1995, quando o Deputado Estadual Zé Geraldo assumiu o seu mandato, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará estava falido. Essa situação se deveu ao fato de o governo do Estado não proceder os repasses que o órgão fazia jus. O Instituto, pelo que está estabelecido na Lei Estadual nº 5.011/81, deve receber 8% sobre a remuneração de todos os servidores do Estado. A esse valor, deve ser somado ainda a contribuição conhecida como patronal, que no caso do IPASEP, deve ser de 5% sobre a remuneração dos servidores. A lei ainda estabelece, em seu art. 3º,§3º, que no caso dos inativos cabe ainda ao governo pagar as suas contribuições. Em novembro de 95, O Deputado Zé Geraldo denunciou que a dívida do governo do Estado com o IPASEP, pela falta de repasse dessas contribuições perfazia um total de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

Com isso, o IPASEP estava falido em todos os sentidos. O atendimento aos servidores e a seus dependentes era péssimo, especialmente no interior do Estado. Isso, porque o Instituto possuía uma dívida de cerca de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com hospitais e laboratórios conveniados. Estava em risco também o pagamento das pensões aos dependentes de servidores falecidos.

Essa situação, de falta de repasse do governo ao IPASEP aconteceu principalmente no governo Carlos Santos. Mas também no início do governo Almir Gabriel, que além de não repassar a contribuição descontada dos servidores, teimava em não reconhecer a responsabilidade de repasse da contribuição patronal e dos inativos. Infelizmente, depois das denúncias feitas, não foi mais possível ter informações de a quantas estão os repasses e se a dívida de R$ 40 milhões já foi paga.

O certo é que fruto dessas denúncias e da luta dos servidores públicos estaduais, através de seus diversos sindicatos e associações, a situação do IPASEP melhorou bastante. Em diversos municípios do interior foram estruturadas representações, possibilitando um atendimento mais próximo e condigno aos segurados. Cabe destacar, dentro dessa nova realidade do órgão, a representação no município de Altamira, que encontra-se totalmente reformada e ampliada.

Ciretran vai mudar em Altamira

O Deputado Zé Geraldo tem lutado ativamente por um Departamento de Trânsito - DETRAN mais eficiente e sem maracutaias. Em 97 foi relator de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI que apurou irregularidades cometidas por uma equipe volante do CIRETRAN de Santarém que atuou em diversos municípios das regiões da Transamazônica e do Baixo-Amazonas e que recebeu dinheiro de forma fraudulenta.

A equipe emitia uma ressalva para dirigir para as pessoas que tinham sido aprovadas nos testes de habilitação mas ainda não haviam recebido suas carteiras. Além dessa ilegalidade, ficou também comprovado que o dinheiro arrecadado com as ressalvas não foram repassados ao DETRAN. O relatório da CPI, que dá nome aos responsáveis e pede a punição de cada um deles, na forma da lei, já foi encaminhado ao DETRAN e ao Ministério Público Estadual.

O município de Altamira tem tiragem de carteiras de habilitação apenas uma vez por ano. Existem ainda mais de 2.500 veículos irregulares. Os serviços de emplacamento são realizados a partir de despachantes, que demoram muito tempo para regularizar um veículo. Com a informatização do CIRETRAN do município essa situação vai mudar. O dono poderá pessoalmente e em poucos minutos legalizar o seu veículo.

O diretor superintendente do DETRAN garantiu ao Deputado Zé Geraldo que em 98, os serviços de emissão de carteiras de habilitação e emplacamento de veículos serão permanentes em Altamira. Essa medida vai beneficiar aos donos de veículos de todos os municípios da região.

Zé Geraldo

Ordenamento da ocupação do espaço público e programas de emprego e renda no Governo do Povo em Belém

A Prefeitura Municipal de Belém, através da Secretaria de Economia – SECON, sob a administração do Secretário Valdir Ganzer, está desenvolvendo uma série de ações no sentido de ordenar a ocupação do espaço público pela atividade comercial dos trabalhadores do mercado informal em vias e logradouros públicos e nas feiras e mercados, bem como uma série de programas visando a geração de emprego e renda na cidade.

No primeiro ano à frente da SECON, o Secretário Valdir Ganzer priorizou o resgate do espaço público, no sentido de preparar a cidade para a sua expressão de potencialidades culturais e econômicas, principalmente a atração turística.

Neste sentido, promoveu a desocupação das ruas João Alfredo e Santo Antônio, no Centro Comercial de Belém, remanejando cerca de 500 trabalhadores do mercado informal para as transversais, através do diálogo e a negociação com os representantes da categoria, até que seja implantada uma solução definitiva para o mercado informal. Da mesma forma, 78 trabalhadores instalados na Praça do Operário e Rotary, muitos dos quais de cidades do interior do Estado, também foram remanejados para as laterais do Terminal Rodoviário, para que as obras de recuperação destas praças sejam desenvolvidas. No Centro Comercial de Belém, está em curso uma ação de ordenamento e disciplinamento do mercado informal, que foi iniciado na Avenida Presidente Vargas e se estenderá por mais 15 ruas do Centro.



Vandir Ganzer: Secretário Municipal de Economia de Belém

Nas 30 feiras e 20 mercados de Belém o trabalho do Secretário está sendo desenvolvido no sentido de retirar os feirantes da via pública o que geralmente implica na recuperação das estruturas dos mercados e na regularização dos feirantes. Para tanto, o Secretário determinou um estudo da situação, o qual acusou a existência de mais de 6 mil feirantes comercializando nas feiras de Belém. Está previsto para 1998 a recuperação dos mercados da Pedreira e da Bandeira Branca. Neste último os trabalhadores rurais comercializam seus produtos nos finais de semana.

Na área do emprego e renda, o Programa Banco do Povo, que visa conceder empréstimos para pequenos empreendimentos econômicos está previsto para ser implantado no final do mês de janeiro de 1998, após a regulamentação das normas e critérios que deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, que está sendo estruturado com a participação de empregados e empregadores.

A Central dos Trabalhadores Autônomos (CTA) é um programa de emprego e renda que a SECON está implantando e visa garantir mercado de trabalho para trabalhadores e profissionais desempregados. Pequenas obras e serviços domésticos e até microempresariais poderão ser contactados através da CTA.

O Projeto Pato Regional, inicialmente envolvendo 20 famílias de criadores nas ilhas de Cotijuba e Caratateua, tem por objetivo promover o aumento da produção de pato para abastecer a demanda da cidade de Belém. Somente no período do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, são consumidos cerca de 12º toneladas de carne da ave. Para 1998, está previsto a produção de 7 mil aves e o envolvimento de mais de 40 famílias de criadores no projeto.

Além destas ações, o Secretário Valdir Ganzer pretende desenvolver, em 1998, outros projetos como a Feira da Economia Popular, o projeto Volta ao Campo, a política de abastecimento e segurança alimentar, bem como a continuidade do processo de ordenamento da ocupação do espaço público pelos trabalhadores do mercado informal, do projeto de Apoio e Defesa do Consumidor, todos no âmbito de um projeto maior de Desenvolvimento Econômico para o Município de Belém.

PACOTÃO DE FHC TRAZ MAIS SACRIFÍCIOS AO BRASILEIRO

No mês de novembro de 97, o governo FHC editou seu primeiro pacote econômico. A causa, segundo alegaram os Ministros da Fazenda, do Planejamento e o próprio Presidente da República, foi para salvar o real das consequências da crise das bolsas de valores no continente asiático, especialmente de Hong Kong, Japão e Coréia. E também para enfrentar o descontrole das contas do governo, sendo necessário economizar e arrecadar algo em torno de U$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de dólares). Isso logo após repassar aproximadamente U$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de dólares) das reservas nacionais para os especuladores, como forma evitar a fuga de capitais internacionais das bolsas brasileiras. Paga o povo brasileiro, portanto, pela política entreguista do governo FHC de incentivar a entrada de recursos especulativos através do estímulo dos juros altos e da paridade fantasiosa do real com o dólar. No primeiro sinal de crise, o grande capital internacional, com recursos aqui investidos, ameaçou retirá-los abruptamente, demonstrando assim a fragilidade dessa política frente a crescente globalização da economia mundial.

Medidas como: o aumento do preço dos combustíveis; demissão de cerca de 33.000 servidores públicos federais; aumento do imposto de renda da pessoa física; corte de verbas de vários Ministérios; aumento dos juros; dentre outras, acarretarão um aumento da recessão em nosso país, tendo como conseqüência direta o aumento maior ainda do desemprego, dos preços do produtos consumidos pelas camadas mais pobres da população e a queda do nível de vida da maioria do povo brasileiro. No caso dos rurais, as consequências serão desastrosas. O pacote estabelece também o corte de verbas de recursos do FNO e FNE – Fundos Constitucionais do Norte e do Nordeste e de diversas outras fontes de financiamento destinadas aos micros e pequenos produtores rurais. Curioso, que com toda a crise, mesmo assim o governo FHC não previu cortes nas verbas destinadas à propaganda governamental, com gastos estimados, no ano de 97, de aproximadamente um bilhão de dólares.

Essas medidas vieram se somar a um conjunto de outras que já estavam em andamento como: a quebra da estabilidade do servidor público; o aumento do tempo de serviço para a aposentadoria; a retirada de recursos de Estados e Municípios através do FEF – Fundo de Estabilização Fiscal; a política de juros altos que desestimula a aplicação de recursos na produção; a venda de estatais lucrativas, como a Vale do Rio Doce e outras, a preço de banana; etc.

No processo de privatização, empresta bilhões de reais aos grandes conglomerados econômicos que estão comprando as estatais, que assim entram apenas com uma parte do valor pago na venda das empresas.

O conjunto das medidas do pacotaço, portanto, mantém sintonia com a lógica do governo neoliberal de FHC, de entrega total da economia brasileira ao grande capital, nacional e estrangeiro.

Primeira Página

14 4 a 10 DE JULHO DE 1992



A Comissão Pastoral da Terra organizou passeata dos "sem terra e sem teto", reivindicando uma política justa para a distribuição da terra, além de moradia para quem vive nos centros urbanos. Página 9

CPT faz passeata pedindo moradia

Fotos: Carlos Alberto Caldeira



Os trabalhadores terminaram a passeata na praça Juarez Antunes

Cerca de 400 trabalhadores do campo e da cidade, fizeram uma caminhada entre a praça da Matriz em Barra Mansa até a praça Juarez antunes em Volta Redonda, na segunda-feira, 29. A caminhada "Pela terra, pelo teto e pela vida", contou com a presença de trabalhadores que simbolizavam as suas realidades através de instrumentos de trabalho como a foice, a enxada e a cavadeira. Os trabalhadores sem teto, confeccionaram uma casa de papelão simbolizando a luta pela moradia na cidade.

Segundo o coordenador da CPT, Luiz Fernando Moreira, essa é a primeira manifestação dos trabalhadores da terra que têm o intuito de chamar a atenção da população para os problemas do homem do campo e problemas de habitação que começam a surgir no Sul do Estado do Rio de Janeiro. Além dessa realidade, apresentada pela CPT, durante a caminhada os trabalhadores denunciavam o crescimento desordenado da cidade. Nos índices apresentados pelos representantes da Comissão de Posseiros Urbanos (CPU), atualmente em Volta Redonda, existem cerca de 40 mil pessoas que vivem em área de posse. Nas áreas rurais chegam a 15 mil o número de trabalhadores que vivem como arrendatários em terras das cidades de Barra Mansa, Volta Redonda e Piraí.

Para o futuro, os representantes da CPT, pretendem organizar novos encontros com representantes políticos da região e tentar traçar propostas concretas para as reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo. No final da caminhada, que foi encerrada com um culto ecumênico, vários trabalhadores relembraram a importância da Reforma Agrária, tanto no campo como na cidade.

RECESSÃO

PIB per capita terá queda de 3,5% em 92

Previsão é dos técnicos do Planejamento; crise provocada pelo Collorgate é apontada como principal fator recessivo

Editoria de Arte/Folha Imagem

EVOLUÇÃO DO PIB DO BRASIL
Variação em uma década



	PIB em milhões de US$	% de variação anual	% de variação do PIB per capita
1982	250.397	0,6	-1,7
1983	251.429	-3,4	-5,5
1984	274.436	5,3	3,0
1985	305.626	7,9	5,6
1986	337.832	7,5	5,3
1987	360.810	3,6	1,5
1988	371.999	-0,1	-2,1
1989	399.647	3,3	1,2
1990	398.747	-4,0	-5,9
1991	418.270	0,9	-1,1
1992	430.535	-1,5	-3,5

Fonte: Banco Central e Ministério do Planejamento. Dados de 92 estimados

País tem maior renda da AL

Das agências internacionais

O Banco Mundial (Bird) aponta o Brasil como o país com a maior renda per capita da América Latina, o equivalente a US$ 2.920. Os dados se referem a 1991.

Na região, o Brasil é seguido pelo México (US$ 2.870), Uruguai (US$ 2.870) e Argentina (US$ 2.780). Em seu relatório anual, o Bird coloca a Suíça no 1º lugar do ranking global (US$ 33.510). Os EUA só aparecem em 10º lugar, com US$ 22.560, superados por Luxemburgo, Japão, Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca, Alemanha e Islândia.

ELVIRA LOBATO
Da Reportagem Local

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita no Brasil cairá cerca de 3,5% neste ano frente a 91, segundo previsão do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) do Ministério do Planejamento. O cálculo toma por base uma estimativa de crescimento de 1,94% da população em 92 e uma queda de 1,5% do PIB.

Apesar da queda, o PIB, em dólar, vai aumentar de US$ 418,37 bilhões para cerca de US$ 430,53 bilhões, o que dá um valor per capita de US$ 2.889,78 considerando uma população de 148,98 milhões de brasileiros. Segundo o Ipea, o crescimento em dólar se explica pelo fato de que a redução real do PIB em 92 (1,5%) será menor do que a desvalorização real da moeda norte-americana (cerca de 4,5%) no exterior.

O coodenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural do Ipea, Cláudio Considera, diz que a crise política desencadeada pelo Collorgate foi o principal fator para o agravamento da recessão econômica no segundo semestre. Até julho, segundo ele, as previsões apontavam para crescimento zero do PIB, o que daria uma redução do produto per capita bem menor (1,9%).

A queda do PIB per capita, segundo Considera, só não será maior porque o ritmo de crescimento da população brasileira caiu de 2,5% ao ano para 1,94% ao ano na década de 80, em função, sobretudo, do aumento da esterilização das mulheres. A redução do crescimento demográfico, constatado no censo de 91, surpreendeu o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que teve de refazer suas estimativas para a década.

O Banco Central, que calcula o PIB em dólares para o governo, ainda não incorporou em seus cálculos oficias as informações recentes de redução do crescimento populacional. O relatório do BC de 91 calcula o PIB per capita em US$ 2.726,80 tomando por base uma população de 153,4 milhões de brasileiros. Como a população apurada pelo Censo Demográfico foi menor do que o esperado —146,15 milhões de habitantes em 91— o dado oficial será modificado para US$ 2.861,91.

O economista Cláudio Considera afirma que a crise institucinal vivida pelo país em função do Collorgate gerou um fato inédito para o IBGE: pela primeira vez, desde que ele acompanha a produção industrial, o desempenho da indústria em agosto foi inferior ao de julho. O impacto da crise política pode ser medido pela taxa de variação da produção industrial acumulada no ano ano: -4,5% (julho), -5,8% (agosto), -5,9% (setembro) e previsão de -5,9% de janeiro a dezembro.

Pelas estimativas do Ministério do Planejamento, o desempenho do setor agropecuário será uma exceção dentro do quadro recessivo: é esperado um aumento de 5,6% na produção animal e de 6,6% nas lavouras.

SAÚDE

AMBIENTE

Mercúrio não ameaça rio Tapajós, diz pesquisa

'Governo não se preocupa'

Da Agência **Folha**, em Belém

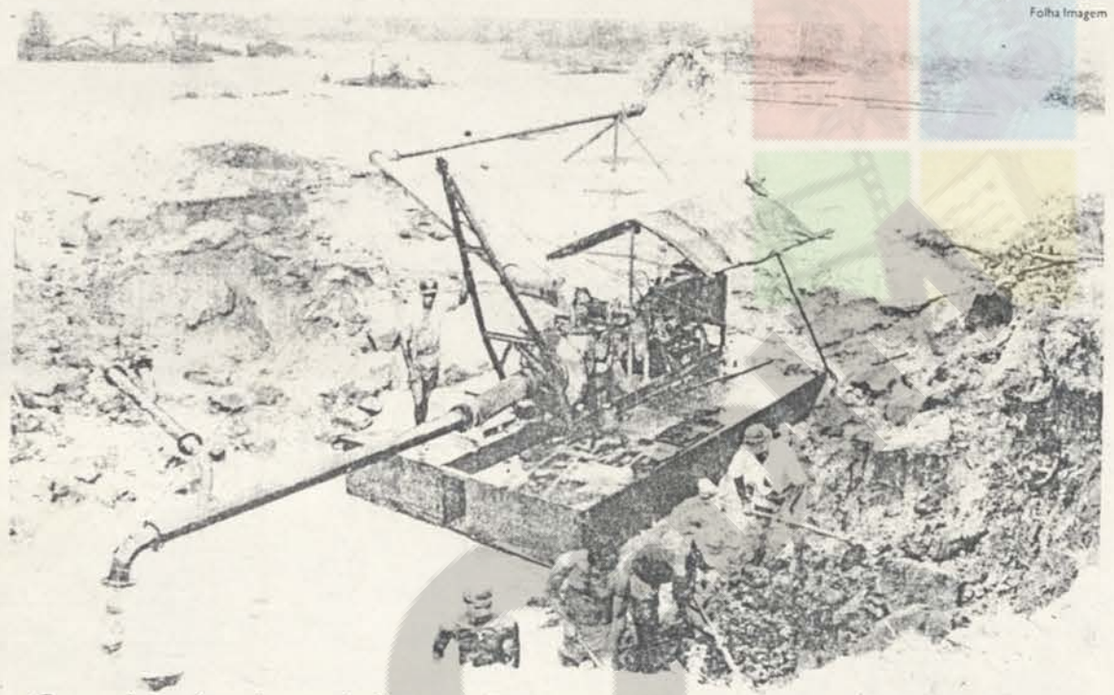
O médico Fernando Branches, 41, que é ligado a entidades ambientalistas de defesa do rio Tapajós, disse ontem estar "preocupado com a despreocupação do governo em divulgar as pesquisas".

De acordo com Fernando Branches, "a Seicom parece que quis dizer: podem continuar contaminando com mercúrio que está tudo muito bem".

Mas ele afirmou que ainda não existe nenhum caso semelhante ao "Mal de Minamata" na Amazônia.

"Ninguém ainda teve esse mal comprovado em exames médicos", afirmou Branches.

O médico afirmou, porém, que pesquisas feitas em Jacareacanga mostraram que mais de 50 pessoas já têm níveis de contaminação capazes de provocar mutações genéticas nos filhos.



Folha Imagem

Grupo de garimpeiros trabalha na região cortada pelo rio Tapajós, no sudoeste do Pará

Substância causa lesões graves no organismo

Da Agência **Folha**, em Belém

O "Mal de Minamata" se diferencia da contaminação mercurial por inalação nos garimpos da Amazônia por causa do processo de transformação do mercúrio metálico em mercúrio orgânico. O segundo é mais séria por provocar lesões cerebrais graves e irreversíveis nos fetos dos filhos dos contaminados.

A diferença entre os processos foi ressaltado, em Belém, em maio passado, pelo Movimento das Vítimas e Advogados de Minamata, durante simpósio realizado com o tema "Minamata Nunca Mais". Segundo o médico Tadashi Fujino, do Instituto Nacional da Doença de Minamata, mais de 5.000 pessoas foram contaminadas no Japão, gerando crianças defeituosas.

ABNOR GONDIM
Da Agência **Folha**, em Belém

Foi uma bomba antiambientalista na Amazônia. A Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom) divulgou ontem pesquisa sobre os níveis de mercúrio encontrados em águas e peixes na região dos garimpos do Tapajós (sudoeste do Pará). A conclusão é de que os índices obedecem aos níveis tolerados pela legislação brasileira.

A pesquisa põe por terra o temor dos ambientalistas, difundido na Eco-92, de que o mercúrio usado nos garimpos da Amazônia já estaria provocando o conhecido "Mal de Minamata".

Uma doença descoberta no Japão na década de 50 que provocou deformações genéticas em filhas de pescadores que se alimentavam de peixes da baía de Minamata, contaminada por uma fábrica de mercúrio.

Realizada durante dois anos com a coleta de 334 amostras de peixes e 54 de água, a conclusão da pesquisa foi endossada por Susanne Padberg, do Institut Fur Angewandte Physikalische Chemie, da Alemanha.

Segundo Susanne, os níveis de mercúrio no rio Tapajós são muito baixos quando comparados com os níveis descobertos nos lagos da Alemanha.

A pesquisa diz que o professor Kanantizis, do Southampson Hospital School, da Inglaterra, manifestou-se preocupado apenas com os peixes de Jacareacanga (área de maior concentração de garimpos na região).

Lá, 11% das amostras apresentaram níveis acima dos tolerados. Segundo Kanantizis, os peixes dessa região devem ser "prováveis fontes de valores anormais de mercúrio encontrados em amostras de sangue de pessoas".

Apesar dessa análise, a conclusão da pesquisa observa que Jacareacanga representa "um grupo de alto risco" e os dados destacados pelo professor foram referentes a coletas feitas em período de seca.

"Os dados da pesquisa, levado-se em conta os dois períodos sazonais, corroboram a expectativa de baixos teores", afirma o documento.

A pesquisa foi realizada pela Seicom, Instituto Evandro Chagas e Departamento Nacional de Produção Mineral.

As análises de mercúrio foram feitas pelo Laboratório de Absorção Atômica do Departamento de Química da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ) e interpretadas pela empresa Oikos, Consultoria Aplicada e Ltda.

Comunidades de Base não fogem da luta

A estratégia mudou mas a fé é a mesma de vinte anos atrás. O bem-estar do povo é o que interessa

▼ JOÃO ANTÔNIO BARROS

APESAR da linha dura imposta pelo Vaticano, as igrejas católicas da Baixada Fluminense se mantêm como berços das Comunidades Eclesiais de Base do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo sem a febre revolucionária do final da década de 70 e início da década de 80 – ápice das CEBs no Brasil –, mas com igual apetite evangelizador, as comunidades se multiplicaram nos dois últimos anos. Passaram de 350 para 506 este ano e superaram as brigas entre as correntes ideológicas na Igreja, causada pela conduta mais ortodoxa na linha pastoral das paróquias.

Braço direito da ala progressista no trabalho de conscientização da população, as Comunidades Eclesiais mudaram a forma de atuar para crescer. Trocaram o enganjamento político na resolução dos problemas agrários e sociais pelos ensinamentos religiosos e o atendimento às necessidades básicas das comunidades. Dinamizaram a pregação dos cultos, construíram postos de saúde, ergueram cooperativas e casas de ensino profissionalizante. "Não estamos virando conservadores, apenas atendendo ao anseio do povo", prega o padre Mateus Vivalda, da comunidade de Heliópolis, Belford Roxo.

E a mudança deu certo. Os dados das Cúrias Diocesanas indicam que no final da década de 80 o catolicismo agregava cerca de 240 mil pessoas e hoje os fiéis ultrapassam os 260 mil. Parece pouco, mas a Igreja comemora. O crescimento se deu por causa das CEBs, que de tanto pregarem nas regiões periféricas resgataram parte dos cristãos no rebanho do vizinho – as igrejas pentecostais. "Fazemos a leitura da Bíblia em todas as casas. Só não entramos na área da Igreja Universal. Acreditamos que ela é uma onda e que vai acabar em pouco tempo", profetiza Maria Brasilina, da Coordenação Nacional da Comunidade de Base.

Mas, nem só de vitórias vivem as CEBs na região. O futuro não promete grandes conquistas, principalmente pela imposição feita pelo Vaticano, no encontro de bispos da América Latina, em Santo Domingos. Segundo a carta apresentada pelo papa João Paulo II, só serão reconhecidas como católicas e cristãs as Comunidades de Base que estiverem em comunhão com os padres e bispos. Na opinião do ex-frade Leonardo Boff, o pai da Teologia da Libertação, como não existem padres em número suficiente para cobrir as comunidades – até então entregues ao trabalho dos leigos – elas não crescerão mais ou, quem sabe, reduzidas.



Todos os dias, 60 bisnagas para venda: é o pão de Cristo

FOTOS DE ANTONIO DUARTE



Os preços da Cooperativa de Roupas Íntimas são sempre 40% a baixo do merca

REFORMA AGRÁRIA

Prefeitura dá apoio à XI Caminhada da Terra

Por decisão do prefeito Arnaldo Vianna, foi formada uma comissão executiva de apoio à XI Caminhada da Terra, que este ano será realizada em Campos com o apoio da prefeitura de Campos e sob organização da Pastoral da Terra e Movimento dos Sem Terra (MST). A caminhada vai acontecer no dia 2 de julho, entre o assentamento Zumbi III e IV, concentrando-se ao final do evento no Zumbi IV.

Compõem a comissão secretários e representantes de órgãos públicos que atenderão aos pedidos dos assentados para realização da caminhada, que antes era chamada de romaria. No local, será feito pela Campos Luz todo o trabalho de iluminação, além de terraplanagem da área, colocação de banheiros químicos e limpeza.

A expectativa da coordenação da caminhada é que cerca de 10 mil pessoas participem do encontro, que contará com a presença de trabalhadores rurais de várias partes do país. Outras reuniões serão realizadas pela comissão até o dia do evento, algumas contando também com a presença do prefeito.

TEATRO

"Terra à Vista" vai ser apresentada no Trianon

O Teatro Municipal Trianon anuncia: "Terra à Vista". Este é o nome do espetáculo que vai estar sendo encenado nos dias 15 e 16 de maio, em duas sessões - às 10h e às 15h. "Terra à Vista" é um musical que conta de uma forma bem humorada importantes fatos que marcaram os 500 anos do Brasil. Vários contadores de histórias cantam, dançam e propõem uma verdadeira viagem pela história do [illegible] alunos da alfabetização à sétima série passa a mensagem para crianças e para jovens brasileiros de que é deles a responsabilidade de continuar a saga de um país que, mesmo depois do Grito do Ipiranga, continua escravizado à margem de sua própria história.

O espetáculo, que já foi apresentado no Rio de Janeiro com sucesso, não tem o propósito de ser uma aula de história, e sim [illegible]

JORNAL DO BRASIL quarta-feira, 13/1/93 • 9

Brasília — Gilberto Alves



Lázaro (E) a d.Luciano: demora na reforma é culpa do Congresso

D. Luciano pede plano ágil de reforma agrária

BRASÍLIA — O ministro da Agricultura, Lázaro Barbosa, admitiu ontem, em encontro com o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, que o governo está de mãos atadas para realizar desapropriações de terras para fins de reforma agrária enquanto o Congresso não regulamentar os artigos da Constituição que tratam da função social da terra e da propriedade produtiva.

Barbosa informou que o governo dispõe de CR$ 3,5 trilhões de recursos do crédito rural para pequenos e microagricultores no orçamento deste ano. Dom Luciano defendeu maior agilidade na criação de um plano nacional de reforma agrária, argumentando com dados do Censo de 90 que apontam: dos 150 milhões de brasileiros, aproximadamente 120 milhões moram em grandes cidades. Para dom Luciano, é fundamental que o governo dê condições para que os agricultores permaneçam no campo. Segundo ele, a falta de educação e saúde no campo é a causa do êxodo para a periferia das grandes capitais.

O ministro reconheceu que há 20 mil famílias acampadas às margens de rodovias "vivendo em condições degradantes" e 720 assentamentos que precisam de assistência para se firmarem.

JORNAL DO BRASIL

• segunda-feira, 1º/2/93

Advogada de ruralistas é assassinada

RECIFE — A advogada de trabalhadores rurais em Pernambuco Márcia Maria Eugênio de Carvalho, 37 anos, foi assassinada a tiros de espingarda 12 e de revólver, no município de Bonito (a 135 quilômetros de Recife) agreste do estado. A emboscada, em que também morreu a cliente da advogada, Odete Medeiros Cavalcanti (65 anos), aconteceu no final da tarde de sexta-feira, quando as vítimas passavam de carro na rodovia PE-85. A polícia está investigando o caso e há suspeita de que o crime tenha sido praticado por vingança.

Com Márcia e Odete viajava o oficial de Justiça John Kennedy de Menezes Melo, 27 anos. Ele contou à polícia que um Gol verde ultrapassou o carro da advogada e um dos dois homens que ocupavam o veículo fez os disparos.

8 Sábado, 23 de janeiro de 1993 FOLHA DE S. PAULO

CNBB pede apoio a movimentos e organizações dos sem-terra

Da Agência **Folha**, em Manaus

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está propondo que a Igreja Católica marque "presença eclesial junto aos acampamentos" dos sem-terra e apóie as organizações, movimentos e pastorais da Igreja "que lutam a favor do homem no campo". Essas orientações estão no texto-base da CNBB para a Campanha da Fraternidade de 93, que tem como tema a moradia.

A entidade recomenda o lobby junto aos secretários de habitação, deputados e senadores para aprovação da projeto-lei que prevê criação do Fundo Nacional para Moradia Popular.

O projeto é o primeiro apresentado no Congresso por iniciativa popular e quer que os grupos populares passem a gerir e controlar os programas habitacionais, com a utilização dos recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e parte das loterias em casas populares.

O secretário geral da CNBB, d. Antonio Celso Queiroz, diz que a campanha de 93 é "uma denúncia profética e evangelicamente questionadora do sistema social vigente e da qualidade de vida do povo, sobretudo nas cidades".

Para animar a campanha, a CNBB decidiu também cair no samba. A entidade editou no livro do texto-base e do disco da campanha clássicos do samba e MPB dedicados à questão da moradia.

Entre as composições estão as de Adoniran Barbosa ("Saudosa Maloca"), Tom Jobim e Vinicius de Moraes ("O Morro Não Tem Vez") e Dorival Caymmi ("Eu Não Tenho Onde Morar"). Há ainda a carnavalesca "Sei Lá, Mangueira".

Domingo, 17 de janeiro de 1993 FOLHA DE S. PAULO

VÍCIOS DO CONGRESSO - 3

Câmara gasta Cr$ 1 bi a mais com licitação

Manutenção de ar condicionado gera prejuízo

Da Sucursal de Brasília

A empresa Maqlar foi contratada pela Câmara para a manutenção de aparelhos de ar condicionado, durante os dois últimos anos, por Cr$ 100 milhões mensais (preço de novembro/92). Em licitação aberta pela própria Câmara para o mesmo serviço, em novembro, a Maqlar apresentou proposta de preço de Cr$ 14 milhões por mês —um valor sete vezes menor.

A nova licitação foi cancelada pela Câmara, que resolveu agora fazer o serviço por conta própria. A denúncia foi encaminhada na sexta-feira para o deputado Chico Vigilante (PT-DF).

A Maqlar ganhou a concorrência para fazer o serviço em 1991. O contrato foi renovado para 1992. O valor inicial sofreu os reajustes previstos no contrato, acompanhando a inflação. Atingiu os Cr$ 100 milhões em novembro. O contrato não poderia mais ser renovado: a Câmara abriu nova licitação e descobriu que a Maqlar se dispunha a continuar o trabalho por apenas Cr$ 14 milhões por mês. Projetada para 12 meses, essa diferença de preço resulta num gasto indevido de Cr$ 1 bilhão.

A empresa explica a diferença de preço argumentando que o estado dos aparelhos está agora muito melhor do que há dois anos. Segundo a empresa, houve muito gasto no início do primeiro contrato com troca de peças, o que explicaria o valor mais alto cobrado na época.

A argumentação da empresa deixa claro que a Câmara jogou dinheiro fora pelo menos durante o segundo ano de validade do contrato. Com o trabalho inicial de troca de peças realizado em 91, os custos caíram em 92. Essa queda de custos não foi abatida no contrato então em vigência.

Fazendo as contas com base nos valores de novembro, a Câmara amargou em 1992 um gasto indevido de Cr$ 1 bilhão.

(Gustavo Krieger e Elvis Cesar Bonassa)

OUTRO LADO

Diretor culpa a inflação

Da Sucursal de Brasília

O diretor da Câmara, Adelmar Sabino, disse que não tinha como se defender do preço abusivo cobrado para a manutenção do ar condicionado: "A Maqlar ganhou a concorrência há dois anos com o menor preço. O valor foi reajustado pelos índices de inflação".

Durante a vigência do contrato a Câmara não fez pesquisa de preço para aferir os valores. Agora vai começar a elaborar planilhas trimestrais de custo para acompanhar a evolução dos preços de todas empresas que prestam serviço.

Roberto Jayme/Folha Imagem



Sala do Instituto de Pesquisa, Estudos e Assessoria do Congresso, que prepara discursos

Câmara paga empresa particular para produzir discursos e projetos

Da Sucursal de Brasília

A Câmara financia uma estrutura paralela para produção de projetos de lei, estudos e discursos. Apesar de manter uma Assessoria Legislativa com 115 especialistas divididos em 20 áreas de atuação, a Câmara paga mensalmente cerca de Cr$ 300 milhões ao Ipeac (Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso), uma empresa particular presidida pelo ex-deputado Daso Coimbra.

O Ipeac tem exatamente a mesma função da Assessoria Legislativa. Seus "consultores" fazem projetos e discursos, atendendo encomenda dos deputados. A Câmara informou que paga ao Ipeac Cr$ 60 mil por um discurso curto e até Cr$ 500 mil por um projeto.

A Assessoria Legislativa produz cerca de mil trabalhos por mês. O Ipeac pode atender até 15 solicitações de cada um dos 503 deputados no mesmo período, o que significa uma demanda de até 7.500 mil trabalhos mensais.

O deputado não paga nada por usar o Ipeac. A Câmara assume a despesa. O Ipeac costuma entregar minutas de projetos em um ou dois dias. Na Assessoria Legislativa o mesmo trabalho pode demorar mais de um mês. A Assessoria oficial recebe orientação da Mesa Diretora da Câmara para privilegiar as comissões técnicas, deixando para o Ipeac as solicitações individuais dos deputados.

O diretor da Câmara, Adelmar Sabino, afirma que o Ipeac apenas faz pequenos trabalhos, como discursos e comunicações. Os projetos de maior fôlego, segundo Sabino, ficam com a assessoria legislativa. Sabino afirma que os custos do Ipeac são "pequenos".

(GK e ECB)

Parlamentares têm privilégios com dinheiro do contribuinte

Da Sucursal de Brasília

A Câmara paga cerca de 4.000 assessores parlamentares, que são contratados livremente pelos deputados. Cerca de 2.500 deles não moram em Brasília. Eles ficam nos Estados, onde trabalham como cabos eleitorais. O deputado Ivan Burity (PRN-PB) tem 11 assessores pagos pela Câmara. Ele mesmo conta que apenas três trabalham em seu gabinete. Os outros "têm tarefas políticas" na Paraíba. "Dei um empreguinho para todo mundo que trabalhou na minha campanha", revela o deputado do PRN.

O deputado José Genoino (PT-SP) concorda com ele pelo menos no empreguismo. Dos cinco assessores que contratou com dinheiro da Câmara, três ficam em Brasília e dois em São Paulo.

Esses são apenas dois exemplos. A Câmara facilita a existência desses funcionários: ela dá a verba (Cr$ 80 milhões em janeiro) para ser empregada pelo deputado na contratação de funcionários na forma que quiser, sem controle de frequência.

Outro exemplo dos descaminhos das verbas públicas é a Gráfica do Senado. O senador Amir Lando (PMDB-RO), por exemplo, foi um dos beneficiados por ela. A gráfica imprimiu cadernos escolares com a foto do senador, ao lado do slogan "criança, o futuro do Brasil".

(GK e ECB)

Marcio Arruda/Folha Imagem



Cadernos impressos pelo Senado com propaganda política

OUTRO LADO

Políticos acham gastos 'justos'

Da Sucursal de Brasília

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que usou parte da cota destinada à "divulgação da atividade parlamentar" para imprimir os cadernos com sua foto. "Alguns imprimem a Constituição. Eu imprimi cadernos", afirmou.

A **Folha** *procurou o senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC) em seu gabinete na quarta, quinta e sexta-feira desta semana. O senador não atendeu a reportagem nem em seu gabinete nem em sua residência.*

O deputado Ivan Burity (PRN-PB) disse que acha "justo" o pagamento de assessores pela Câmara para trabalhar em seu escritório na Paraíba. "O mandato do deputado se divide entre Brasília e o Estado", afirmou. O mesmo foi dito por José Genoino (PT-SP).

VÍCIOS DO CONGRESSO - I

Práticas viciadas marcam Congresso Nacional

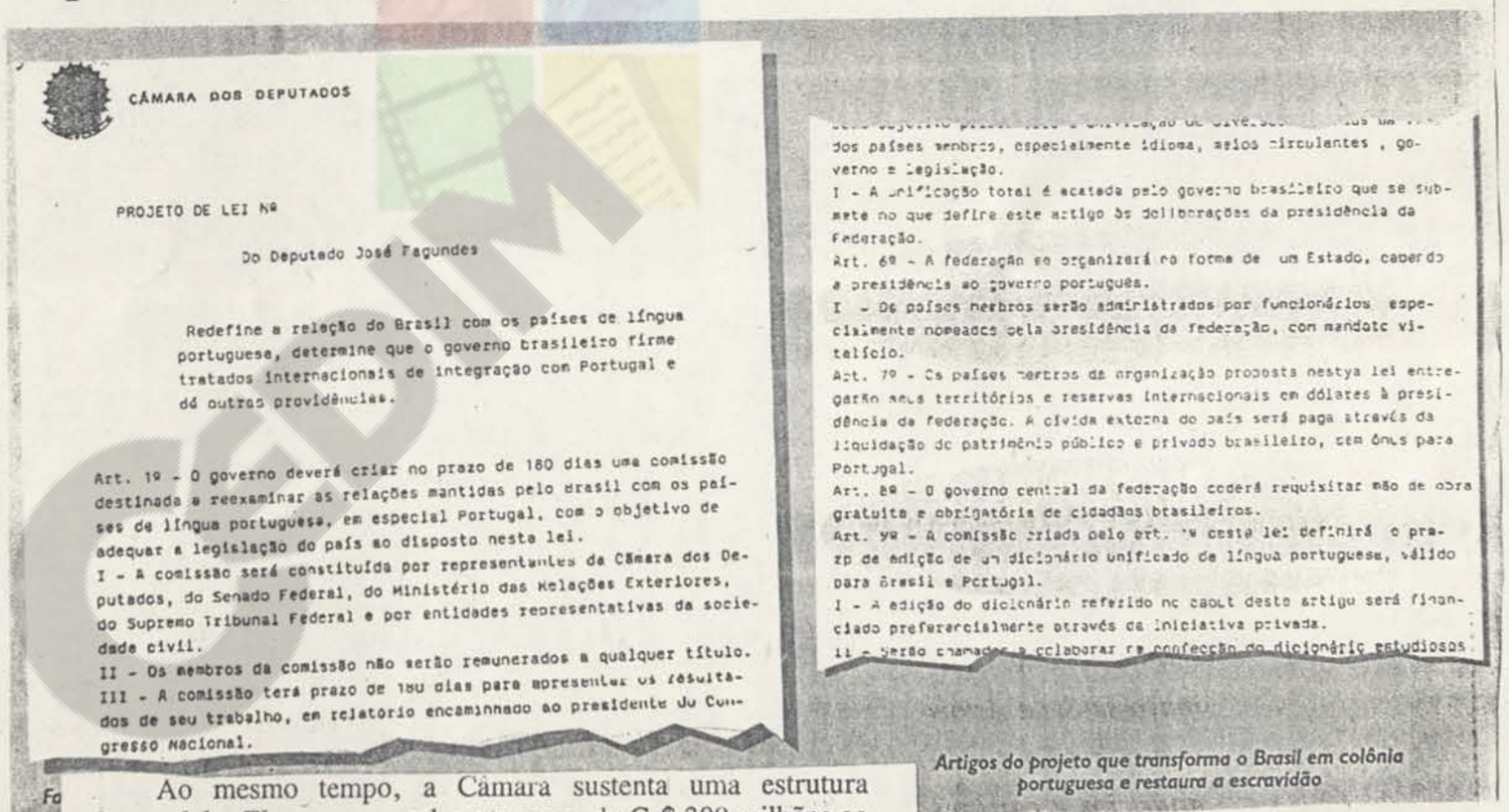
Parlamentares utilizam dinheiro público para fazer propaganda pessoal e assinam projetos sem conhecer o teor

GUSTAVO KRIEGER
ELVIS CESAR BONASSA
Da Sucursal de Brasília

A três meses do plebiscito que pode definir a adoção do parlamentarismo, o Congresso Nacional continua apresentando vícios políticos e administrativos. Em menos de oito horas, 54 deputados (cerca de 10% da Câmara) assinaram um projeto simulado, preparado pela **Folha**, que fazia o Brasil retornar à condição de colônia de Portugal e reestabelecia a escravidão no país.

Os parlamentares admitem que assinaram a proposição sem ler. A contratação de profissionais para coletar assinaturas é comum no Congresso. A assinatura dos deputados não significa necessariamente apoio ao mérito do projeto, mas apenas à sua tramitação. O Congresso também continua permitindo a utilização de dinheiro público para beneficiar politicamente os parlamentares. A Gráfica do Senado imprime cadernos escolares com fotos, nomes e propaganda dos Senadores. O expediente foi vetado ao Executivo pela Constituição aprovada pelo Congresso em 1988.

Dos 4.000 assessores parlamentares pagos pela Câmara, pelo menos 2.500 não estão em Brasília. Eles ficam nos Estados, atuando como cabos eleitorais, pagos com dinheiro do Congresso Nacional. A Câmara possui uma Assessoria Legislativa com 115 técnicos contratados. Eles produzem cerca de mil trabalhos mensais, entre minutas de projetos e discursos, pareceres e pesquisas encomendadas pelos deputados ou pelas comissões técnicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº

Do Deputado José Fagundes

Redefine a relação do Brasil com os países de língua portuguesa, determine que o governo brasileiro firme tratados internacionais de integração com Portugal e dá outras providências.

Art. 1º - O governo deverá criar no prazo de 180 dias uma comissão destinada a reexaminar as relações mantidas pelo Brasil com os países de língua portuguesa, em especial Portugal, com o objetivo de adequar a legislação do país ao disposto nesta lei.
I - A comissão será constituída por representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores, do Supremo Tribunal Federal e por entidades representativas da sociedade civil.
II - Os membros da comissão não serão remunerados a qualquer título.
III - A comissão terá prazo de 180 dias para apresentar os resultados de seu trabalho, em relatório encaminhado ao presidente do Congresso Nacional.

dos países membros, especialmente idioma, meios circulantes, governo e legislação.
I - A unificação total é acatada pelo governo brasileiro que se submete no que difere este artigo às deliberações da presidência da federação.
Art. 6º - A federação se organizará na forma de um Estado, cabendo a presidência ao governo português.
I - Os países membros serão administrados por funcionários especialmente nomeados pela presidência da federação, com mandato vitalício.
Art. 7º - Os países membros da organização proposta nesta lei entregarão seus territórios e reservas internacionais em dólares à presidência da federação. A dívida externa do país será paga através da liquidação do patrimônio público e privado brasileiro, sem ônus para Portugal.
Art. 8º - O governo central da federação poderá requisitar mão de obra gratuita e obrigatória de cidadãos brasileiros.
Art. 9º - A comissão criada pelo art. 1º desta lei definirá o prazo de edição de um dicionário unificado de língua portuguesa, válido para Brasil e Portugal.
I - A edição do dicionário referido no caput deste artigo será financiado preferencialmente através da iniciativa privada.
II - Serão chamados a colaborar na confecção do dicionário estudiosos

Artigos do projeto que transforma o Brasil em colônia portuguesa e restaura a escravidão

Ao mesmo tempo, a Câmara sustenta uma estrutura paralela. Ela paga mensalmente cerca de Cr$ 300 milhões ao Ipeac (Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso), uma empresa particular, dirigida pelo ex-deputado Daso Coimbra. O Ipeac faz exatamente o mesmo trabalho da Assessoria Legislativa, mas diz ter condições de realizar até 7,5 mil trabalhos mensais.

PENA DE MORTE

Marinho quer fazer novos programas

Estilo do 'Globo Repórter' deve ser mantido

Reprodução/Folha Imagem



Cena do programa 'Globo Repórter' da última sexta-feira

AZIZ FILHO
Da Sucursal do Rio

O empresário Roberto Marinho disse ontem à Folha que a Rede Globo vai continuar consultando a população sobre a adoção da pena de morte no Brasil. A idéia de Marinho é repetir o estilo do programa "Você Decide" na maioria dos Estados, adotado pelo "Globo Repórter" de sexta-feira.

Marinho disse que a forma dos programas ainda não foi definida: "Na segunda-feira (amanhã), vou combinar com os chefes do jornalismo". Marinho disse que não interferiu no último "Globo Repórter", mas que encomendara à Globo uma consulta sobre o tema.

No "Globo Repórter" exibido na sexta-feira, 77.220 (84%) ligações foram a favor da pena e 18.702 (16%), contra. A montagem do programa favoreceu a tese pró-pena de morte. O programa foi aberto com uma reportagem sobre Míriam Brandão, morta em Belo Horizonte. O pai de Míriam defendeu a pena de morte.

O segundo bloco foi sobre os índices de criminalidade no país. No terceiro, houve reportagem sobre Marli Pereira Soares, que teve parentes assassinados. Ela defendeu a pena. No quarto bloco, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) foi o destaque.

Segundo Roberto Marinho, "a Rede Globo não toma partido, reflete". Ele disse que tomará uma "atitude" sobre o tema ainda este mês, quando pretende consultar juristas e intelectuais.

Marinho disse que o que mais pesa em sua tendência favorável à adoção da pena de morte no Brasil é a onda de sequestros no país. Segundo ele, vários amigos seus que foram sequestrados deixaram o cativeiro "liquidados".

Campanha recebe críticas

Da Reportagem Local e
da Agência **Folha** em Recife

Políticos e um religioso criticaram ontem o programa "Globo Repórter", exibido na véspera pela Rede Globo, e a defesa da pena de morte. Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, afirmou que "sou contra a pena de morte, porque acho que só Deus tem o poder de tirar a vida de um ser humano. A campanha que a Rede Globo vem fazendo é um desrespeito para com toda a imprensa e a sociedade em geral".

Para o ministro dos Transportes, Alberto Goldman, a "campanha usa traumas causados na sociedade nos últimos dias. Usar mortes que abalaram a população é oportunismo". Goldman acha que a discussão sobre a pena de morte "é despropositada".

O deputado José Dirceu (PT-SP), disse que o programa refletiu uma "posição tendenciosa. O Brasil precisa é de campanhas contra a fome e pela educação e não de uma que tenta trazer ao país uma coisa que já é descartada em países civilizados".

Geraldo Alckmin, deputado pelo PSDB de São Paulo, considerou "absurda" a enquete veiculada durante o programa. "Mais grave é que setores da mídia induzem a população a pensar que a violência deve ser combatida com mais violência", disse.

Famílias de lavradores invadem fazenda em Queimados

Cerca de 300 famílias de lavradores invadiram e estão ocupando há 10 dias a Fazenda Campo Alegre, em Queimados, Nova Iguaçu, que acreditam estar abandonada, e afirmam que não sairão enquanto o Governo do Estado não legitimar a situação ou cumprir a promessa de colocá-los em Italva, no Norte fluminense. Eles haviam sido expulsos de Xerém, há seis meses, e depois de um terreno da América Fabril, na Rio—Petrópolis. O Governo chegou a cadastrá-los e a demarcar 80 glebas em Italva.

Vivendo sob toldos e sob tensão provocada por ameaças de pessoas que se dizem proprietárias, mas não comprovam a posse da terra — "são grileiros e jagunços", dizem os lavradores — e pela presença constante da polícia, eles ontem chegaram a receber um comando da PM com certa hostilidade, mas tiveram uma surpresa: o Major Évio, o Capitão Marques e o Tenente Tiamerote foram fazer "uma averiguação da situação para informar às autoridades" e garantiram que eles não seriam molestados.

Os lavradores chegaram a fazer roçados em trechos da fazenda e fizeram também uma divisão preliminar das terras que caberiam a cada família, que receberia de 20 a 30 mil metros quadrados. Ocuparam a sede da antiga fazenda, uma casa em ruínas, como centro do que chamam Mutirão do Campo Alegre, instalando nela as crianças e as mulheres. Os homens dormem sob toldos e lonas (usados para cobrir carga de caminhão) esticadas entre árvores, formando um improvisado e rudimentar acampamento. Cavaram poços de água e sumidouro para esgotos. Sem poder trabalhar e sem recursos, eles estão se alimentando de doações obtidas pela Pastoral da Terra e pela Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu, que também está dando assistência jurídica.

Os lavradores reconhecem que estão em situação irregular, ocupando terra alheia, mas repelem os supostos proprietários, que estariam fazendo ameaças, mandando derrubar os marcos e rondando o acampamento com armas à mostra. "Não queremos a posse da terra nem títulos de propriedade. Queremos apenas trabalhar, plantar e tirar nosso sustento", explica João da Silva Bastos, um dos mais velhos, tido como líder. Segundo ele, se os lavradores não procurarem a roça, vão ter que engrossar a multidão de camelôs nas cidades ou aumentar a população das favelas.

Ontem, depois de um dia inteiro de tensão, na expectativa de uma investida de "jagunços armados", no final da tarde uma patrulha da PM (2ª Companhia) chegou a assustá-los quando surgiu na estrada poeirenta de 11 quilômetros que leva à Via Dutra. Os lavradores se concentraram no caminho e cercaram o carro quando parou. Mas o Major Évio os tranqüilizou. Desceu, reuniu-se com eles sob um toldo, riu, ouviu histórias e garantiu-lhes que não seriam molestados, prometendo manter uma patrulha no local dia e noite. Mas exigiu que não construíssem nada e proibiu a entrada de material de construção e de novos ocupantes até que as Secretarias de Agricultura e de Habitação tomem providências.

Os moradores da Vila Kennedy já estão providenciando a escritura definitiva de suas casas. A hipoteca que separava 3 mil 845 famílias da propriedade foi suspensa pelo Banco Nacional da Habitação, após o Governo do Estado assumir a dívida, estimada em 32 mil UPCs (cerca de Cr$ 240 milhões), dos financiamentos para a compra das casas.

A Companhia Estadual de Habitação (Cehab) obteve a legalização das casas junto a todos os órgãos responsáveis por esta burocracia. Cada proprietário gastará Cr$ 16 mil relativos à certidão de ônus reais e à escritura definitiva, sem qualquer despesa adicional, segundo o diretor de operações imobiliárias da Cehab, Jorge França.

A Vila Kennedy completa 20 anos nesta sexta-feira. Inaugurada em 20 de janeiro de 1964, tinha por objetivo abrigar os moradores das favelas do Pasmado, Esqueleto e Humaitá. A primeira gleba, com 1 mil 300 casas, foi financiada com recursos da USAID (Aliança para o Progresso), em 10 anos.

A segunda e terceira glebas, com 3 mil 845 casas, foram financiadas pelo Plano A do BNH, com prazo de 15 anos. Como não havia o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o saldo devedor dos financiamentos ao final do prazo continuou sendo cobrado dos moradores, que, em sua maioria, se recusaram a pagar prestações adicionais.

Este saldo devedor das 3 mil 845 casas está em torno de 32 mil UPCs e um protocolo de intenções entre o BNH e o Governo do Estado, através da Cehab, permitiu que fosse suspensa a hipoteca.

(...)

BARBÁRIE OU CIVILIZAÇÃO

"Debate sobre pena desvia a discussão principal"

RAQUEL ULHÔA
Da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, afirma que a pena de morte "seria uma vingança da sociedade", que não dá condições de o criminoso se recuperar. Na sua opinião, o debate em torno do assunto, estimulado pelo governo, desvia a preocupação do principal problema, que são as más condições de vida da população, principal causa da criminalidade.

D. Luciano condena a idéia de realização de um plebiscito, para que a sociedade opte pela adoção ou não da pena de morte. Para ele, a população, acuada e insegura, vai votar em clima emotivo.

O presidente da CNBB liderou na semana passada a reação à campanha do deputado Amaral Netto pela adoção da pena de morte e criticou os meios de comunicação. Em entrevista à Folha, d. Luciano reafirmou sua opinião de que a TV "induz a população a um comportamento violento".

★

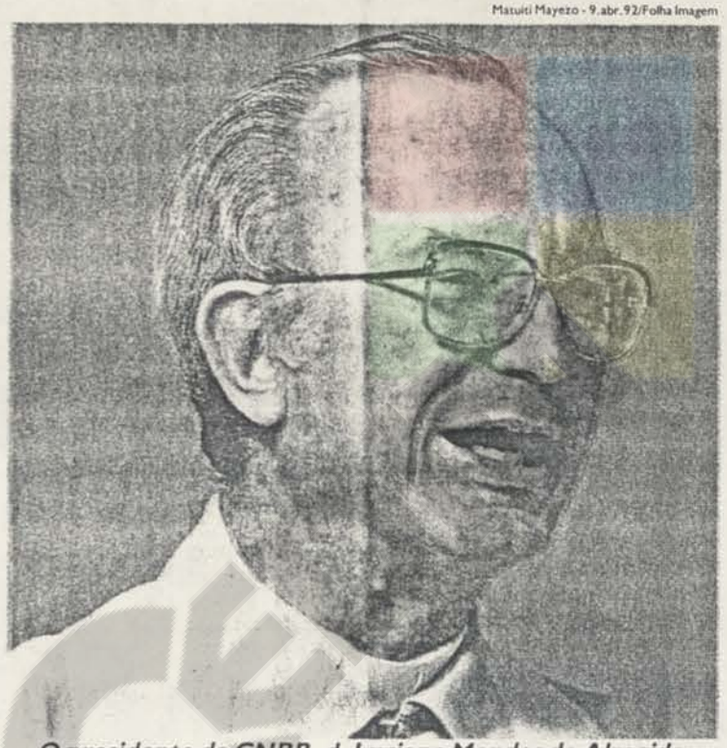
Folha- Quais os principais argumentos da Igreja contra a pena de morte?

D. Luciano — Todos nós estamos estarrecidos com fatos hediondos divulgados nos últimos dias. Infelizmente, há outros ainda, inclusive assassinatos de crianças e eliminação da vida inocente, indefesa, que é o aborto. Mas violência nunca corrigiu violência. O que nos move a ser favoráveis à vida é a certeza de que fomos feitos para existir e nos desenvolver plenamente. Mas há dois outros aspectos indispensáveis a um debate. Primeiro é a grande dificuldade de administrar a pena de morte. Até onde se tem certeza do crime cometido? Até onde se pode provar que a pessoa esteve consciente do que fez? E como estabelecer uma justiça na administração de pena, de modo que pessoas que têm a mesma culpabilidade possam sofrer a mesma pena? Infelizmente, isso nem sempre acontece na nossa sociedade. Por outro lado, sabemos que a recuperação da vida humana exige grande confiança na vida. O sistema carcerário estaria praticamente destinado à falência se não houvesse a possibilidade de recuperação através da educação. E mais, a pena de morte daria a impressão de que matar é bom. Ao passo que o importante é viver. É preciso encontrar o caminho certo para aquilo que todos nós queremos, que é uma vida de respeito às leis, de exclusão da violência. E a pena de morte não contribui para isso.

Folha- A pena de morte significaria a institucionalização da violência?

D. Luciano — Seria um aspecto que auxilia para essa institucionalização. Seria como se disséssemos que diante de uma falta só há uma resposta: acabar com aquele que errou. Isso não é pedagógico. Temos que ter uma confiança ilimitada na capacidade de recuperação da pessoa. A pena de morte seria uma grande vingança da sociedade, sem ter aberto condições para a pessoa se recuperar.

Matuiti Mayezo - 9.abr.92/Folha Imagem



O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida

Folha- Porque o sr. é contra a realização de um plebiscito?

D. Luciano — Uma população que está agredida, que é vítima de assaltos, de sequestros, quer segurança e se ver livre do perigo. Há algo mais importante, que é contribuir para que não aconteça esse perigo. Não só reprimi-lo, castigá-lo, mas eliminá-lo pela raiz.

Folha — O sr. acha então que a população, hoje tão amedrontada, diria sim à pena de morte?

D. Luciano — É difícil prever resultado de um plebiscito numa situação emotiva, mas o certo é que esse plebiscito não conduz à verdade, porque a verdade não depende da maioria, depende da evidência. Se fôssemos fazer uma eleição, alguns séculos atrás sados, para saber se a terra gira em volta do sol ou o sol em volta da terra, provavelmente venceria a segunda tese. Isso deu verdade ou deu erro?

Folha — Esse debate em torno da adoção ou não da pena de morte no país, incentivado pelo governo e meios de comunicação, não contribui para uma reflexão em torno do assunto?

D. Luciano — Matar ou não matar o criminoso é secundário. O importante seria discutir como melhorar as condições de vida da sociedade, para que a violência seja eliminada. A pena de morte não ajuda. Atrapalha. Primeiro porque dá a impressão que matar é bom. Segundo, aumenta o grau da violência e terceiro, como a história indica, faz com que as pessoas que passam pelo crime se radicalizem, sabendo que não têm saída. A sociedade tem que reeducar para mostrar que há saída, reeducar e educar para imunizar contra a violência e tem que vencer o sofisma de que violência se vence pela violência.

Folha — A violência, como o assassinato de uma atriz de TV, é incentivada pela própria TV?

D. Luciano — A apresentação de crimes na TV e no noticiário faz dessas pessoas verdadeiros heróis ou pelo menos pessoas importantes. O crime não deve ser incentivado. E não raro há filmes e enredo de televisão em que a pessoa que age mal tem vantagens, lucro, audiência, importância. Aí está um grande erro, porque deseduca a criança e a sociedade. Isso é uma sociedade de bárbaros, que vem sendo alimentada pela dimensão econômica que a violência gera. Os meios de comunicação estão influindo de dois modos. Primeiro, eles induziram a sociedade a um comportamento violento desde a infância, com a multiplicação de filmes de altíssima violência, de dissolução do vínculo conjugal, da vida familiar, e até de valorização do próprio crime. Isso solapa, destrói, enfraquece os fundamentos da sociedade. Não podemos nos esquecer que essa é uma campanha de anos e anos. A segunda coisa é que foi justamente a TV que colocou mais em evidência nas suas novelas aquele roteiro que levou depois a esse desfecho (assassinato da atriz Daniella Perez) e ainda que não tivesse havido tudo o que se seguiu, há já na consciência do nosso povo uma percepção de tudo o que é a separação conjugal, a falta de cumprimento dos próprios deveres, a infidelidade no seio da família e da sociedade.

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

O crime do atraso

Enquanto as "elites" que conduzem o Brasil se empenham em pô-lo cada vez mais distante dos países desenvolvidos, os autores da criminalidade urbana é que o elevam ao nível do Primeiro Mundo, pelo menos no que lhes compete. Nos desenvolvidos da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá a criminalidade urbana vem crescendo, em movimento ininterrupto iniciado nos anos 70, à média de 5% ao ano (em vista deste dado, percebe-se uma conexão lógica entre as atividades da quadrilha PC/Collor e a promessa do segundo deles de elevar o Brasil, com sua ação na Presidência, ao nível de Primeiro Mundo).

O aumento da criminalidade não é, portanto, um fenômeno brasileiro. Brasileiro é o fenômeno que leva as elites daqui a se manterem tão impertubavelmente fiéis à sua sedução pelo atraso. Aqui, diante do aumento da criminalidade urbana a direita levanta a bandeira da pena de morte e, no governo, constitui-se uma comissão para rever o Código Penal, agravando-lhe as penas. Lá, a Segunda Conferência Européia e Norte-Americana (EUA e Canadá) sobre a Prevenção da Delinquência nos Grandes Centros Urbanos, realizada em Paris de 18 a 23 de novembro de 91, chegou a conclusões e difundiu aos países-membros orientação exatamente oposta ao que direita e governo procuram adotar no Brasil.

Quase dois mil juízes, criminalistas, chefes policiais e governantes incumbidos de segurança pública constataram na conferência, para começar, que em seus países o número de policiais nas ruas é o dobro do existente ao começar o aumento da criminalidade, o de vigilantes privados é, no mínimo, quatro vezes maior —e, no entanto, a criminalidade, ao invés de ceder, só fez crescer. Uma das conclusões. "Reverter a prioridade normalmente dada ao emprego absurdo da força policial e ao aumento das penas de prisão". Isto porque, além da forte repressão policial ter-se mostrado ineficaz, o acelerado crescimento do número de encarcerados só serviu para mostrar que as penitenciárias são universidades de crime em todo lugar. Entre 80 e 90, os países da Europa desenvolvida passaram a ter, em média, um encarcerado para cada mil habitantes. Os Estados Unidos, quatro. Com a consequência criminal exposta na estatística de que 50% a 70% dos ex-encarcerados estarão presos, outra vez, dentro de três anos. E o índice de retorno ao cárcere está diretamente relacionado com a extensão da pena.

Se a maior repressão da força policial e o aumento das penas não solucionam, então inexiste solução? a conferência concluiu que há: "A ÚNICA solução é a política preventiva". Os estudos e estatísticas deixaram provado que o aumento da criminalidade e decorrrência direta de dois fatores: o empobrecimento sempre maior, em número de pobres e em densidade da pobreza, e o consumo crescente de drogas. Nos Estados Unidos, o empobrecimento está disseminado. Na Europa, é localizado em bolsões. Vice-presidente do Congresso de Prefeitos dos EUA, William Althaus mostrou o paralelismo do aumento da criminalidade e dos cortes de verbas, feitos por seu correligionário Bush, nos programas sociais. No caso europeu, o empobrecimento é agravado por não disporem os imigrantes dos mesmos salários e da mesma assistência social proporcionada aos naturais de cada país.

Nos dois casos, EUA e Europa, a principal causa da pressão do empobrecimento para a criminalidade é a mesma: o desemprego. As estatísticas evidenciaram que só um país, dentre os desenvolvidos, não teve aumento da criminalidade, e não por acaso. foi o Japão, que, nos dez anos estudados, não teve aumento do desemprego. Lá, a demissão é o último ato de um empresário em dificuldades. No Brasil, é o primeiro, e à simples hipótese de que talvez, quem sabe, pode ser que o lucro fique menos fácil, como prevê aquele econmomista alí da esquina.

Constatados, de uma parte, a ineficácia da força policial e do aumento das penas, e, de outra, a relação entre criminalidade urbana, desemprego e empobrecimento, a conferência concluiu pela ÚNICA solução para revertê-la: "uma política preventiva, com aumento dos investimentos em setores básicos, saúde, educação e habitação, atacando prioritariamente as causas da criminalidade e do consumo de tóxicos, que são a pobreza, o desemprego e a desintegração da família nas sociedades modernas".

No Brasil isso não pode ser bem visto. Exige distribuição da renda. Aqui, as "elites" que conduzem o país só admitem distribuir recessão, que é uma de pena de morte lenta. A criminalidade aqui tem mão dupla.

TFP assume campanha pela monarquia

São Bernardo do Campo, SP — Luiz C. dos Santos



Dom Luiz fez campanha no ABC com apoio de militantes da TFP

SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP — Os militantes da conservadora Tradição, Família e Propriedade (TFP) se uniram, no fim de semana, ao príncipe Dom Luiz de Orleans e Bragança para discutir, no Park Hotel, o plebiscito de 21 de abril. No encerramento do encontro, promovido pelo Conselho Pró-Brasil Monárquico, o presidente vitalício da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira, 84 anos, exaltou "os bons frutos" colhidos durante o Império e criticou o "catastrófico" regime republicano.

Fundador da TFP na década de 60, Oliveira não costuma participar de conferências que não sejam para os próprios militantes. Sua atividade principal é receber pessoas ligadas aos 20 escritórios internacionais da organização nos cinco continentes. Venerado pelos 29 mil militantes, Oliveira provocou a interrupção da conferência, ao chegar ao auditório. Ele entrou escoltado por Dom Bertrand Orleans e Bragança e rapazes encarregados da segurança. Foi recebido de pé com uma demorada salva de palmas. Na TFP, a devoção ao fundador é tão grande que os militantes acreditam que sua mãe era santa e rezam no seu túmulo, no cemitério da Consolação, em São Paulo.

Oliveira culpa a imprensa pela imagem radical da TFP. Explica que *radical* vem do latim e significa "aquilo que tem raiz, que é autêntico". E ataca: "Radicais são os dirigentes de esquerda, que, apesar de terem conhecimento da situação de tirania, desordem e miséria atrás da Cortina de Ferro, quiseram impor o regime comunista no Brasil".

Oliveira considera o plebiscito o momento mais importante da história do Brasil, desde a independência. Por isso, a TFP participa ativamente da campanha de rua pela restauração da monarquia. No sábado, munidos de bandeiras e faixas, eles fizeram uma panfletagem na Praça da Matriz, em São Bernardo do Campo, palco das greves dos metalúrgicos e berço do PT.

Simonsen e a realeza

■ Ex-ministro diz que eleição é um desastre

Márcia Kranz — 17/3/90



Simonsen acha que só generais foram bons presidentes

VIOLÊNCIA NO CAMPO

OS PISTOLEIROS ESTÃO DE VOLTA

* Domingos Dutra

Dia 03 de dezembro, três pistoleiros, ocupando dois carros tentaram matar o companheiro VALDINAR PEREIRA BARROS, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz e vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Na emboscada foi assassinado o sindicalista FRANCISCO GERÔNIMO, morador na ocupação da Criminosa. VALDINAR saiu gravemente ferido.

No dia 05, o presidente e o secretário geral do PT, Domingos Dutra e Robison Pereira, estiveram em Imperatriz para acompanhar as investigações. A partir dos levantamentos realizados, concluimos o seguinte:

a) Os pistoleiros atuam com a certeza da impunidade, já que agiram em local público e iluminado. Isto significa que a pistolagem tem a liberdade e a garantia de proteção segura;

b) As autoridades policiais não haviam tomado nenhuma providência necessária à identificação e prisão dos pistoleiros e mandantes;

c) Há evidências do envolvimento de policiais civis e militares na emboscada, o que pode comprometer o governo Lobão, tanto por ação quanto por omissão;

d) O governo do Estado não tomou nenhuma providência para garantir a vida de VALDINAR. Desde o ano passado foi solicitado proteção especial para VALDINAR.

e) Os principais acusados, além da omissão do governador Lobão, o Coronel VENTURA, que afirmou ser o VALDINAR uma pessoa nociva à sociedade; os familiares do latifundiário ZEQUINHA ROCHA, que disputam a posse da fazenda São Jorge com vários posseiros, o fazendeiro HOMERO GARCIA, que afirmou que em Imperatriz não há lugar para ele eVALDINAR e o grileiro HITLER, acusado da morte de PARAÍBA EM IMPERATRIZ.

Se não houver uma forte e urgente, mobilização da opinião pública, a impunidade será inevitável. A única forma do governo Lobão provar que não está envolvido será através da prisão dos pistoleiros e mandantes.

■ **Domingos Dutra, deputado estadual e presidente do PT**

TRABALHADORES RURAIS ASSASSINADOS NO BRASIL EM 1992

Nº ... UF .... NOME DA VÍTIMA/IDADE	DATA	CIDADE
01 ... AL ... MANOEL TRIBUTINO (M. MAGO)	25/07	IBATEGUARA
02 ... BA ... ETELVINO CAMPOS (TETÊ)	24/08	VITÓRIA DA CONQUISTA
03 ... MA .. JOSÉ J.ANDRADE (PARAÍBA)	22/02	IMPERATRIZ
04 ... MA .. PEDRO ARAÚJO TEIXEIRA	13/04	SÃO MATEUS
05 ... MA .. SEVERO DA SILVA	19/05	SANTA LUZIA
06 ... MA .. JUVENAL FERREIRA LIMA	31/10	SANTA LUZIA
07 ... MA .. FRANCISCO GERÔNIMO	03/12	IMPERATRIZ
08 ... MG .. SÔNIA, 17	/03	ANTÔNIO DIAS
09 ... MG .. SECUNDINO SOARES COSTA, 73 ..	13/04	RIO POMBA
09 ... MS ... JOSÉ ALVES VASCONCELOS	11/06	AMAMBAÍ
10 ... MS ... MANOEL GOMES (MANEZÃO)	12/11	AMAMBAÍ
11 ... MT ... (NÃO IDENTIFICADO)	/08	VERA
12 ... PA ... ANTONIO SIMÃO	/03	REPARTIMENTO
13 ... PA ... DOMINGOS MENDES CARDOSO .	04/01	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
14 ... PA ... JOÃO DE TAL (JOÃO DOIDO)	04/01	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
15 ... PA ... JÚLIO MARINHO LOPES,32	29/09	MÃE DO RIO
16 ... PA ... LOURIVAL C. RODRIGUES,57	03/05	BARCARENA
17 ... PA ... LUIZ	29/08	REPARTIMENTO
18 ... PA ... LÚZIO DE SOUSA SERTÃO	16/05	XINGUARA
19 ... PA ... PEÃO	/04	REPARTIMENTO
20 ... PB .... EDUARDO ALVES DA COSTA,63 ..	30/01	LAGOA
21 ... PB .... SEVERINO ADELINO DE SOUSA ..	05/06	ALAGOA GRANDE
22 ... PE .... JOSENILSON JOSÉ DA SILVA	06/09	IPOJUCA
23 ... PE .... JOSÉ FRANCISCO LINS,48	21/09	BARREIROS
24 ... PI ..... LUIS ARAÚJO (LUISÃO),70	08/03	JOSÉ DE FREITAS
25 ... PR .... JOSÉ LEMOS DE SOUZA,47	24/11	RIBEIRÃO DO PINHAL
26 ... RS .... ANTÔNIO JOCELI CORREIA,21	20/11	SÃO MIGUEL AS DAS MISSÕES
27 ... SE .... JOSÉ RENILSON DOS SANTOS,32 .	27/07	MONTE ALEGRE DE SERGIPE
28 ... TO ... RAIMUNDO FEREIRA SOUZA,40 ..	10/02	ARAGUATINS

FONTE: CPT\SETOR DE DOCUMENTAÇÃO.



Júri do caso Fontelles vai se reunir amanhã

RONALDO BRASILIENSE

BRASÍLIA — O tribunal do júri do município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, se reúne amanhã sob a presidência da juíza Maria Soares Palheta para julgar o ex-capitão do Exército James Vita Lopes, apontado como agenciador do assassinato do ex-deputado estadual e advogado de posseiros Paulo Fontelles. Principal liderança do PC do B no Pará, Fontelles foi morto com três tiros na cabeça a 11 de junho de 1985.

James Vita Lopes trabalhava como chefe de segurança de grandes empresas paraenses, inclusive para o madeireiro e armador Joaquim Fonseca, apontado pela família de Fontelles como mandante do crime. O julgamento será realizado no ginásio de esportes do distrito de Marituba, com o Movimento dos Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras entidades ligadas à defesa dos direitos humanos promovendo grande mobilização popular para garantir punição para o agenciador do assassinato de Fontelles.

Os advogados Márcio Thomas Bastos e Luis Eduardo Greenhalgh vão atuar na acusação contra Vita Lopes que, desde o assassinato de Fontelles, fugiu do Pará, refugiando-se em Campinas (SP). Várias entidades internacionais de defesa dos direitos humanos, incluindo a Anistia Internacional, estarão no julgamento e há mais de um mês vêm remetendo cartas e telegramas à juíza Maria Palheta e ao Tribunal de Justiça do Pará, pedindo que seja feita justiça. Paulo Fontelles, por muitos anos, foi advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no sul do Pará, palco de conflitos pela posse da terra.

Poucos são julgados

O julgamento de James Vita Lopes é uma raridade no Brasil. De janeiro de 1964 a 31 de janeiro de 1992, levantamentos feitos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que foram assassinados 1.684 trabalhadores rurais, índios, advogados e religiosos em conflitos pela posse da terra, mas somente 29 casos foram a julgamento.

"A morosidade da Justiça depõe contra a nação a nível internacional", pondera o presidente da CPT, dom Augusto Rocha, bispo de Picos (PI). "Temos que colocar o Brasil nos trilhos da Justiça", acrescenta. Nos últimos 28 anos, nos julgamentos realizados em crimes cometidos no campo, houve apenas 17 condenações: 10 casos de morte de camponeses, três de advogados, dois de índios e dois de sacerdotes. Nos outros 12 julgamentos houve absolvição total.

Dom Augusto lembra que em outubro do ano passado participou de um seminário sobre violência no campo em Manaus, com a presença dos secretários de Segurança Pública e pôde comprovar que a morosidade da Justiça brasileira decorre, principalmente, da falta de recursos. "Em alguns estados, as diligências deixam de ser efetuadas por causa da falta de viaturas e combustível e não existe vontade política para dar solução aos assassinatos em conflitos pela posse da terra."

"Nos 29 casos julgados estavam envolvidas 53 vítimas. Portanto, a Justiça apenas se pronunciou sobre 2,8% dos assassinatos publicamente conhecidos", atesta o secretariado nacional da CPT em documento enviado ao presidente Itamar Franco, ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e ao procurador geral da República, Aristides Junqueira.

Dos 14 latifundiários julgados como mandantes de crimes, sete foram condenados. Dos 34 pistoleiros levados a julgamento, 23 foram condenados. Dos 23 policiais militares julgados sob a acusação de assassinato, todos foram absolvidos.

Júri condena o matador de deputado

BRASÍLIA — O tribunal do júri de Ananindeua (PA) condenou ontem o ex-capitão do Exército James Vita Lopes a 21 anos de cadeia, como agenciador do assassinato de Paulo Fontelles. Fontelles, morto com três tiros na cabeça em junho de 85, era principal liderança do PC do B no estado, deputado estadual e advogado de posseiros. Sua família acusa o madeireiro e armador Joaquim Fonseca como mandante. James era segurança da empresa de navegação Jonasa, de Joaquim Fonseca.

O GLOBO

Terça-feira, 19 de janeiro de 1993

Juíza condena madeireiras que invadiram área indígena

BRASÍLIA — A juíza Selene Maria de Almeida, da 4ª Vara Federal do Distrito Federal, acolheu o pedido de liminar ao Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) determinando a imediata interdição das estradas clandestinas abertas pelas madeireiras Perachi, Maginco e Impar em áreas indígenas no Sul do Pará.

Selene deu dez dias de prazo para as madeireiras retirarem os seus acampamentos e empregados das reservas dos índios Araweté, Apyterewa e Trincheira Bacajá. A juíza decidiu aplicar uma multa de Cr$ 10 milhões por dia, a cada madeireira, se não sairem das reservas dentro do prazo estipulado.

Selene concedeu também dez dias de prazo para a Funai e o Ibama instalarem barreiras de vigilância nos pontos das estradas abertas pelas madeireiras para impedir o trânsito de caminhões e a retirada de toras das reservas indígenas.

Na ação judicial, além do pedido de medida liminar, o NDI solicitou que as três madeireiras fossem condenadas ao pagamento de todos os custos de elaboração e execução do plano de recomposição ambiental das áreas indígenas devastadas.

admite que o governo está, de fato, interessado no apoio dos tucanos — mas faz questão de deixar claro que, por enquanto, não existem ministérios disponíveis. O mesmo ministro revela, no entanto, que Collor gosta de elogiar boa parte dos quadros do PSDB — e como quadro, nesses encontros, não é aquilo que se vê em parede de museu mas políticos capazes de assumir postos de responsabilidade, fica no ar a sugestão de um convite ministerial.

Nesse bailado, existe um dançarino muito procurado, o senador Fernando Henrique, e muitas personalidades querendo acompanhar seus passos. Na virada do ano, por exemplo, o governador eleito do Rio Janeiro, Leonel Brizola, tomou a iniciativa de alertar Fernando Henrique, durante um jantar, sobre os riscos de o governo ficar sem sustentação política. Em determinado momento do encontro, Brizola chegou a descrever um horizonte muito pessimista para o governo Collor, dizendo que a crise poderia atingir um ponto tal que o Congresso seria capaz de votar o impeachment do presidente. Há dez dias, o deputado brizolista Miro Teixeira, em outro jantar com Fernando Henrique, foi direto ao assunto e disse que o PSDB deveria tomar iniciativas mais claras para forçar o entendimento. A ênfase foi tamanha que o senador se irritou. "E por que o PDT não toma essa iniciativa?", perguntou Fernando Henrique. Na semana passada, o deputado Aloizio Mercadante, a nova estrela do PT no Congresso, encarregou um assessor de parabenizar o senador por seus pronunciamentos e transmitir-lhe um recado: "Vocês precisam ir para o governo".

A principal incógnita dessa operação diz respeito ao grande interessado em assuntos de governo, Fernando Collor. A dúvida é saber se, para reforçar as estruturas de seu edifício político, o presidente está interessado em repartir efetivamente as tarefas de governo, o que implica socializar perdas e também repartir possíveis benefícios. Esse mistério permanece, e as conversas, até agora, não foram capazes de resolvê-lo. No início desta semana, quando embarca para a Antártida em uma viagem ecológica, Collor leva, no Boeing presidencial, um aliado de outra ramificação. É o empresário Alcides Diniz e sua mulher, Renata Scarpa, que foram anfitriões de seu réveillon a bordo do iate *Brisa II* e agora serão hóspedes do presidente na excursão ao Pólo Sul. ■



CLAUDIO VERSIANI

Dom Luciano: "O governo não se preocupa com a pobreza"

A pregação

Com 140 páginas, o documento da CNBB contém observações e recomendações de diversos tipos. Veja alguns exemplos:

"O Evangelho nos chama para transformar as relações de trabalho, para acabar com a exploração e a dominação..."

"O conflito entre capital e trabalho não se resolve pela eliminação da propriedade privada dos meios de produção. Não basta passá-los ao Estado... Nesse caso, o trabalhador continua separado ou alienado do verdadeiro sentido do fruto de seu trabalho."

IGREJA

Socialismo de batina

CNBB defende invasões de terras e diz que Moisés foi salvo por greve de parteiras

Na Quarta-Feira de Cinzas, quando milhões de foliões voltavam ao trabalho no país inteiro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, promoveu sua reaparição no cenário político nacional. Foi um estrondo. Primeiro, as emissoras de TV exibiram, no horário nobre, a imagem do papa João Paulo II fazendo um moderado pronunciamento no Vaticano, no qual, citando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sua santidade disse que todo homem tem direito a um trabalho digno e a um ordenado capaz de garantir um padrão mínimo de conforto. Em seguida, dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, convocou as paróquias a se inserir na Campanha da Fraternidade de 1991, que leva o título de "Solidários na dignidade do trabalho". Simultaneamente, começava a distribuição de um documento de 140 páginas em que os bispos brasileiros traçam suas diretrizes básicas para mobilizar o rebanho católico do país.

Nas questões do dia-a-dia, a CNBB informa que a Igreja Católica deve apoiar não apenas greves de trabalhadores, mas também invasões e ocupações de terras. Também sugere que padres e bispos prestem atenção aos "valores de rebeldia" de jovens que formam quadrilhas, usam drogas e picham os muros das grandes cidades para "incorporá-los numa ação pastoral". Num antológico exame das passagens do *Velho Testamento*, a CNBB explica que um dos maiores personagens dos textos sagrados pode servir de exemplo às lutas sindicais nas fábricas brasileiras. "Moisés deveu sua sobrevivência, ainda no berço, a uma verdadeira greve das parteiras israelitas, que se negaram a cumprir as ordens do faraó", assegura o documento. Um ano e meio após a queda do Muro de Berlim, descobre-se, ainda, que, para a entidade que congrega a maioria dos bispos do país, a saída para os grandes problemas nacionais encontra-se no fim do regime de propriedade privada *(veja quadro acima)*.

dos bispos

"Tal conflito [entre capital e trabalho] se originou porque os empresários, guiados pelo princípio do maior lucro, procuravam manter os salários o mais baixo possível. Além disso, há que se acrescentar outros elementos de exploração, ligados à falta de segurança e à ausência de garantia das condições de saúde e de vida."

"[Deve-se] apoiar e ser solidário com as lutas dos trabalhadores que se desenvolvem em nossas igrejas locais. Assumir o conflito e estar presente junto aos trabalhadores (como ocupações, greves, mutirões etc.)."



NICO ESTEVES

Dom Kloppenburg: "Sinto-me muito mal quando vejo documentos como esses"

Vocabulário Esquerdista — Mantida em estado de reclusão desde que João Paulo II impôs o silêncio obsequioso a frei Leonardo Boff, esquartejou a arquidiocese de dom Paulo Evaristo Arns e nomeou um punhado de bispos conservadores em pontos estratégicos do país, a CNBB retornou em grande forma. O documento da CNBB é bastante recheado. É um calhamaço ilustrado por dezenas de gráficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, e animado por um vocabulário esquerdista fora de moda até mesmo nos manifestos mais recentes da CUT e do PT.

"Nosso objetivo é levar o governo e as autoridades a refletirem sobre o que está acontecendo no país", explica dom Luciano. "Este governo está dando seqüência às administrações anteriores, que nunca se preocuparam com a pobreza, que não pára de aumentar." Dom Luciano acredita que não há nada demais em a CNBB dar seu apoio a ações como invasão de terra — ainda que elas sejam ilegais. "O que apoiamos são invasões pacíficas de terras desocupadas", afirma dom Luciano. O manifesto da CNBB escora-se no cotidiano de um país onde a economia encontra-se despedaçada e as camadas mais carentes da população enfrentam um processo contínuo de empobrecimento que atravessou a década de 80 por inteiro. O drama é real e costuma tocar de perto a grande maioria dos brasileiros — como testemunham inclusive padres e bispos da Igreja Católica.

Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, conta que, na semana passada, ao fim de uma missa, um operário metalúrgico aproximou-se e lhe pediu que abençoasse sua carteira de trabalho, pois estava há três meses procurando emprego, sem sucesso. "O abismo que separa os ricos dos pobres acabou se transformando em verdadeira catástrofe para a maioria do povo", afirma dom Paulo. Dentro e fora da Igreja, o documento abriu uma polêmica pesada. "Não vejo isso como Campanha da Fraternidade, pois não se pode conclamar as pessoas à fraternidade incentivando o ódio", afirma dom Boaventura Kloppenburg, bispo de Novo Hamburgo. Existem outras interpretações. Dom Estevão Bittencourt, teólogo e professor do Instituto Diocesano do Rio de Janeiro, por exemplo, acha que, por trás de um palavreado explosivo, a CNBB lançou a idéia de uma proposta bastante convencional. "Não é uma postura para agredir, mas para reunir os homens em torno de um projeto que atenda às várias camadas da sociedade. Com outras palavras, é a proposta de um pacto social que o Brasil tanto deseja."

Rebanho Concorrente — A retórica da CNBB esbarra em outra questão. Naquele país que costuma ser considerado a maior concentração de católicos do planeta, a Igreja Católica enfrenta a concorrência devastadora dos pastores pentecostais. Há quarenta anos, os seguidores das religiões evangélicas eram apenas 3% da população e hoje já chegam aos 10%, com cerca de 16 milhões de adeptos. Para muitos estudiosos existe uma correlação direta entre os dois fenômenos. Há quatro décadas, a maioria da Igreja Católica dedicava-se aos assuntos espirituais e poucos eram os prelados que se envolviam em questões pedestres da política. De lá para cá, surgiu a Teologia da Libertação, nasceram as comunidades de base e a ação pastoral da Igreja tornou-se uma espécie de ante-sala de movimentos sindicais e associações de bairro.

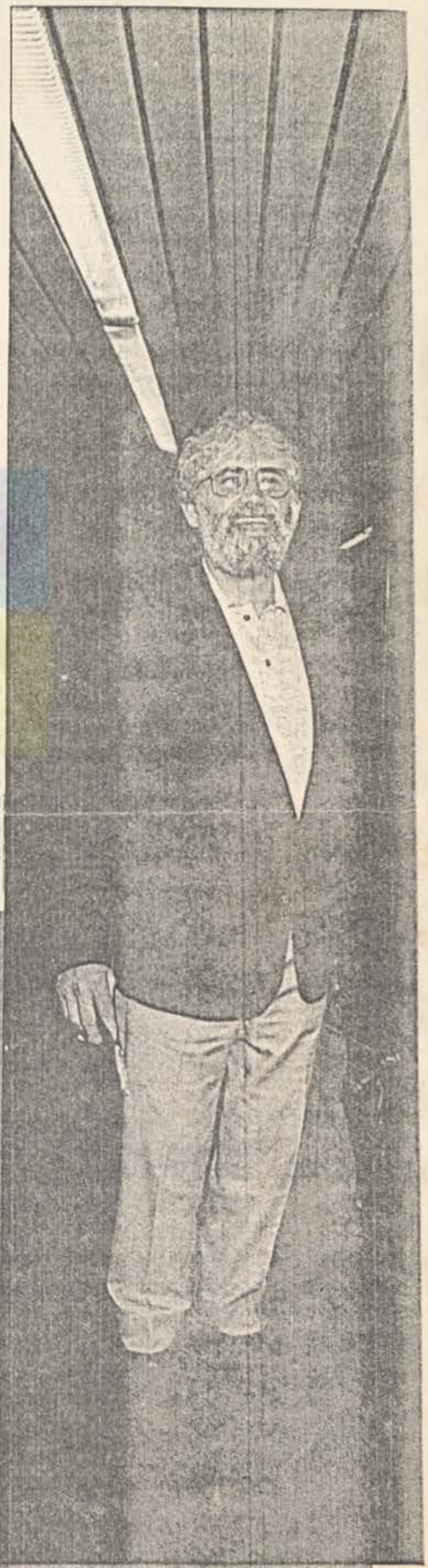
É justamente porque está preocupado com o crescimento dos pentecostais que o papa João Paulo II convocou, para o mês de abril, um conclave de cardeais de todo o mundo. Em pauta, a proteção do rebanho. Para o governo, a reaparição da CNBB significa uma dor de cabeça inesperada. A fatia esquerdista da Igreja mantinha-se silenciosa a respeito de assuntos governamentais desde que, em 1986, acertou com o presidente José Sarney a proibição do filme *Je Vous Salue, Marie*. Com o documento dos bispos, esse silêncio terminou, mas, em Brasília, existe a suspeita de que haja muita fumaça para pouco fogo. O núncio apostólico dom Carlo Furno esteve na sexta-feira com o ministro Francisco Rezek, das Relações Exteriores. Furno lamentou com Rezek o tom da campanha. "Isso tem dado trabalho à Santa Sé", disse ao chanceler. Rezek respondeu: "Todos sabem que aquele texto representa apenas um setor do episcopado". ■

Ocaso de uma ideologia

A Teologia da Libertação sofre mais um golpe com a punição dada pelo Vaticano a frei Leonardo Boff

Mais uma vez a espada do Senhor desce sobre a cabeça do teólogo franciscano Leonardo Boff, 53 anos, um dos principais expoentes da Teologia da Libertação – a corrente da Igreja Católica que, no Brasil e em toda a América Latina, ao declinar sua "opção preferencial pelos pobres", desencadeou já há alguns anos a ira, e as conseqüentes represálias, dos setores mais conservadores do clero. Agora, por ordem do Vaticano, Boff deve deixar o cargo de redator-chefe da revista Vozes, que ocupava desde 1986 e à qual imprimia uma orientação nitidamente progressista. A punição veio à luz justo no momento em que a divulgação da encíclica *Centesimmus Annus*, do Papa João Paulo II, há três semanas, pareceu aproximar a cúpula da Igreja do pensamento liberal dos teólogos da libertação. Nela, a certa altura, o Papa chega a usar literalmente a expressão "opção preferencial pelos pobres". Em todo caso, a pena imposta a Boff, longe de despertar os protestos e até a mobilização maciça dos progressistas, como se deu em outras ocasiões, foi recebida com resignação, quando não silêncio, sugerindo que a força da esquerda religiosa está em franco declínio.

"Não foi surpresa a atitude da Igreja", declarou Boff na noite de terça-feira, 14, pouco antes de embarcar no Rio de Janeiro para um ciclo de palestras que dará em países da Europa. "Até achei a punição branda", arrematou. E, adiantando que não queria dar entrevistas sobre o assunto, acrescentou apenas que "a maior prejudicada foi a Vozes e não eu". Referia-se ao que interpretou como uma intervenção clara na editora – a mais antiga empresa editorial católica do Brasil, fundada em 1901, em Petrópolis, no Estado do Rio, e que, colocada entre as oito maiores editoras do País, produz não só obras religiosas mas mantém em catálogo livros de Carl Jung, Michel Foucault, Ivan Illich e até do brizolista Darcy Ribeiro. Acompanhando a ordem de afastamento de Boff, que por enquanto é verbal e por isso não está sendo acatada, veio também de Roma um pedido para que "haja um cuidado maior com as publicações". "É uma censura que se pré-anuncia", define frei Neilor José Tonin, diretor editorial da Vozes.



AMÉRICO VERMELHO

Terça, 14: punido, Boff viaja

CRONOLOGIA DA DESAVENÇA

1972 Boff é advertido por carta pelo Vaticano, após a publicação do livro "Jesus Cristo Libertador", por escrever que Jesus se frustrou na esperança de que Deus não iria deixá-lo morrer na cruz.

1985 O Vaticano condena-o a 11 meses de silêncio obsequioso por duvidar, no livro "Igreja: Carisma e Poder", da origem divina da hierarquia católica.

1986 Ratzinger abre processo contra Boff porque o livro "E a Igreja se fez Povo" prega a opção preferencial pelos pobres.

1989 O processo caminha para a cassação do título de teólogo católico de Boff, agravado pelo livro "A Trindade e a Sociedade", em que diz que Maria poderia ser adorada como Jesus.



PEDRO AGUILAR

Ratzinger: velha perseguição a progressistas



JUAREZ CAVALCANTI/LUME

Dom Neilor: censura pré-anunciada

A decisão do Vaticano, ordenada pelo cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (nome moderno do Santo Ofício, responsável pelos famosos tribunais da Inquisição na Idade Média), significou não só mais um golpe na ala à esquerda como uma dura provação para o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, que esteve há um mês em Roma e não foi informado dos planos de Ratzinger. Dom Paulo foi professor de Teologia de Boff quando, ainda frei, lecionava no Instituto Franciscano de Petrópolis. É responsável por várias inovações pastorais na Igreja latino-americana. Mas seu cacife junto à Cúria Romana é pequeno e ele ocupa poucas funções para a natureza de seu título de cardeal. "O senhor tem algum recado para o Brasil?", perguntou dom Paulo ao colega da Congregação. Ficou sem resposta. Nesse momento, no entanto, Ratzinger já havia determinado, através de canais secretos, que Leonardo Boff fosse submetido a sua sexta punição em 19 anos. De volta ao Brasil, dom Paulo ficou sabendo pelo próprio Boff, durante a assembléia anual dos bispos em Itaici, interior paulista, do novo castigo.

Na verdade, por trás do castigo imposto a Boff esconde-se uma briga ideológica antiga e cujas proporções só se acirraram com fatos como a queda do Muro de Berlim, a débâcle dos países comunistas e, no plano brasileiro, a eleição presidencial. Perseguido duramente por Ratzinger desde que publicou em 1981, pela Vozes, o polêmico livro *Igreja: Carisma e Poder*, no qual defendia controvertidas teses teológicas e questionava a hierarquia e autoridade da Igreja, Boff passou a sofrer marcação cerrada de Roma. O livro lhe custou em 1985 a condenação a um ano de "silêncio obsequioso", abreviada para 11 meses.

Fontes religiosas que acompanham de perto a divergência entre progressistas e conservadores dizem que Boff cometeu grave erro tático. Ao declarar seu apoio à candidatura do petista Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, à Presidência da República, ele não só abandonou a isenção exigida pela Santa Sé como, ainda, deu o azar de se alinhar do lado perdedor. Se essa tese for verdadeira, Boff pode acabar servindo de bode expiatório para a Santa Sé, dado que vários outros representantes do grupo progressista, como o bispo de Duque de Caxias, Mauro Morelli, e o próprio cardeal Arns – ambos muito acima na hierarquia e, portanto, mais difíceis de atingir – o fizeram no segundo turno da eleição presidencial. Impossível imaginar que uma pessoa, ou grupo, de projeção entre em uma briga política séria sem consequências.

A ala conservadora do clero brasileiro, apontada pelo *The Tablet* como autora do pedido de punição a Boff, nega qualquer participação no episódio. O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio de Araújo Salles, declarou por seu assessor de imprensa que "não há qualquer fundamento em atribuir a recente punição de frei Leonardo Boff à intervenção do arcebispo do Rio de Janeiro". Mas aproveitou para alfinetar com um adendo: "Contudo, acho a atitude da Santa Sé absolutamente correta e oportuna." A única reação mais concreta do grupo progressista foi a de frei Tonin, que pediu a seu superior geral, John Vaughn, que leve ao Vaticano seu pedido pela revisão da pena.

O castigo vindo do antigo Santo Ofício mostra mais uma vez a meia-trava que a Igreja vem dando em relação aos progressistas, e não é a primeira manifestação nesse sentido saída de Roma. A mais significativa delas talvez seja a de janeiro deste ano, quando João Paulo II destituiu a diretoria da Confederação Latino-Americana de Religiosos e nomeou um bispo colombiano, monsenhor Hector Lopes Hurtado, como seu delegado pessoal junto à entidade. A Confederação agrega os religiosos de todas as congregações, cerca de 160 mil pessoas, em todo o continente. Para o presidente da Conferência Nacional dos Religiosos (CNR), padre Edênio do Valle, adepto da Teologia da Libertação, com essa atitude do Papa "a Confederação perdeu parte de sua autonomia provisoriamente, e essa medida é prova evidente de uma situação de tensão na Igreja Católica no âmbito sul-americano".

Está em jogo o problema resumido na expressão "opção preferencial pelos pobres", como admite o padre Valle. Embora nada aponte ainda para um racha dentro da Igreja – foi precisamente por se defender uma Igreja que falasse de forma diferente a seus rebanhos que surgiu o grande cisma da Igreja Protestante –, alguns sinais são preocupantes. A Teologia da Libertação, a despeito de buscar a aproximação com as classes mais baixas do estrato social, ficou longe de ganhar as ruas e popularizar-se. Ao invés disso, o catolicismo tem perdido a cada dia mais e mais fiéis para religiões emergentes como a evangélica, que já dispõe até de uma bancada no Congresso. E, no plano filosófico, cresce o Movimento de Renovação Carismática, que prega uma volta às origens espirituais da religião e o desprezo às teses sociológicas de esquerda. De todo modo, frei Neilor Tonin sugere que muitas espadas ainda cruzarão o ar: "Como pregar ou anunciar Deus a um mundo crucificado, entristecido e oprimido? Tanto quanto levantar os braços para o céu, louvando a Deus, devemos abrir Seu coração para os pobres." ●

O GLOBO

A guerra invisível

ELÁ vai a inflação. Bateu em 28.62% o Índice de Preços ao Consumidor do Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas (Minas Gerais) que o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, classificou recentemente como "sério".

ESTAMOS mudando de patamar? Divergem os entendidos (quando convergem?). Para alguns, os índices mais altos dos dois últimos meses refletem uma instabilidade institucional já ultrapassada, e tendem a decair. Para outros, a inflação, que andou em torno de 22% em 1992, estaria agora em busca de uma estabilidade — se essa pode ser a palavra certa — em torno de 25% para o ano que apenas começa.

NÃO é de estranhar que a aflição se introduza na cabeça das pessoas. Toda família brasileira precisa saber o quanto gasta a cada mês. É o que está se tornando cada vez mais difícil. Reportagem recente do GLOBO aborda a dança dos índices: não apenas são muitos, como cada um utiliza a sua própria metodologia, este ou aquele produto variando de peso de acordo com o índice. Por falta de dinheiro, os institutos de pesquisa também não renovam as suas pesquisas sobre o perfil de renda e de consumo das famílias; o que quer dizer que podem dar a um determinado produto um peso que ele já não tem (às vezes o produto nem mais existe).

A FAMÍLIA de classe média entra, assim, no jogo da inflação. Gasta cada vez mais tempo estudando o que fazer com o dinheiro e considera-se feliz porque pode fazer a sua pequena especulação em dólar, poupança ou "fundão".

PARA a família de baixa renda, não há jogo a ser feito. E é por isso que a inflação é o mais cruel de todos os impostos. No fundo, o pobre é o único que continua a viver do esvaziado cruzeiro. Para os outros, o que vige é uma moeda abstrata, que pode ter diversos nomes.

MAS isso também não é solução — talvez seja a própria doença. No que parecia uma medida provisória para compensar a inflação, o brasileiro inventou a correção monetária. Como de hábito, achou que estava sendo esperto. Mas a correção plantou a idéia de que a inflação, afinal, não importava tanto, já que a moeda ia ser "corrigida".

DE correção em correção, ela se tornou um fantasma; e no rastro dessa catástrofe veio todo o resto. Por exemplo, a teoria do calote circular, que faz com que todos devam a todos — as estatais ao Governo, o Governo às estatais, os estados e municípios à Previdência, as empresas idem. Pois se o dinheiro virou uma abstração, onde está a urgência de acertar as contas?

E ASSIM chegamos à situação de agora: o Brasil como um caso quase único no mundo em matéria de inflação. Por que a singularidade? No fundo, por uma razão bem brasileira: sempre foi possível, aqui, empurrar com a barriga. Não tivemos uma experiência de hiperinflação tão grave quanto a da Argentina, ou a da Bolívia; nunca atravessamos uma guerra para que o país inteiro soubesse (e não só os pobres) o que vale um pedaço de pão.

E ASSIM vamos empurrando, entre explicações de que se trata de uma "síndrome cultural". É, mesmo, uma síndrome, sugerindo que o dinheiro nasce em árvore, que o orçamento da República pode contemplar a gregos e troianos, que um estado pequeno como o Acre pode dever mais de US$ 200 milhões ao Governo federal.

POR esse caminho não se chega nunca a um país sério. Consegue-se apenas que os pobres fiquem cada vez mais pobres, e a sociedade mais atolada em seus desequilíbrios.

O GLOBO
EMPRESA JORNALÍSTICA BRASILEIRA LTDA.

A volta da pena de morte

JOSÉ DIRCEU

Depois de um longo período de ostracismo, retorna à vida brasileira e ao debate público a proposta de implantar a pena de morte no Brasil.

Crimes hediondos, seqüestros e assassinatos comoveram a sociedade nos últimos meses e vozes isoladas, num primeiro momento, voltaram a defender a pena de morte.

Declarações do presidente Itamar Franco e de seu ministro da Justiça, de que o Governo aceita, em tese, discutir a questão, deram à discussão um caráter nacional.

O debate reacendeu-se na imprensa, no Congresso Nacional e na sociedade. Amaral Netto retomou sua cantilena a favor do plebiscito. Ele sabe que, no Parlamento, a proposta de pena de morte não passa. O governador de São Paulo defende a proposta, filosoficamente (sic), mas recomenda a discussão, num outro momento, sem o clima emocional dessas últimas semanas. A maioria da imprensa se posicionou contra. E essa é, também, a posição de entidades como OAB, UNE, CNBB. Maluf diz que é contra, mas apóia o plebiscito; Quércia e Lula são contra o plebiscito e a pena de morte.

Em primeiro lugar é preciso, sem medos e mistificações, dizer, em alto e bom som, que sem resolver, em nosso país, o problema da miséria e das desigualdades sociais crescente e avassalador, toda discussão sobre violência e criminalidade é inútil, falsa e enganadora. Todos são vítimas da violência, hoje: ricos e pobres, mas os pobres, além de não terem nenhuma proteção policial ou judicial, são vítimas da pena de morte ilegal, vergonhosa e covarde aplicada por policiais militares, grupos paramilitares, pistoleiros urbanos e rurais, que a serviço de interesses, também criminosos, impõem sua "justiça".

De 1985 a 1990, 552 trabalhadores rurais, padres, dirigentes sindicais, foram brutalmente assassinados no campo. E nas cidades, somente em São Paulo, a polícia matou, em 1990, 585 pessoas. Em 91 e 92, o número escabroso de pessoas mortas pela polícia chegou a dois mil.

Segundo dados da Anistia Internacional, em 1984 teriam sido executados 1.513 pessoas em todo o mundo, ou seja, a discussão e o debate sobre a pena de morte no Brasil guarda um grau inacreditável de hipocrisia e falsidade.

É preciso, não só pôr fim a esta matança ilegal e indiscriminada por forças policiais e paramilitares, como também devemos repudiar qualquer idéia de implantar legalmente a pena de morte no Brasil. O que precisamos, e isto não é fugir do problema, é de um amplo mutirão nacional para atacar e liquidar a miséria e a fome, particularmente da criança e do jovem. Esta é a questão principal, a retomada do desenvolvimento nacional, econômico, social e cultural. Vamos encarar de frente a questão da fome e da educação e criar empregos. Numa sociedade solidária e fraterna, teremos o início do fim da atual onda de crimes e da violência.

Isto não significa que não seja preciso, urgentemente e como prioridade, reformar o sistema policial, penitenciário e judicial brasileiro para o combate ao crime e à violência. No Congresso Nacional há um intenso debate e diversos projetos de leis neste sentido e no próprio Governo instalou-se uma comissão para rever a legislação penal brasileira.

Os indicadores sociais e dados estatísticos, em todo o mundo, demonstram que a pena de morte não diminuiu os índices de criminalidade, logo tudo prova que a aplicação ou mesmo a ameaça de pena de morte, seja nos EUA, Grã-Bretanha, Irã, África do Sul ou China, não intimida, não é eficaz na prevenção do crime de homicídio.

Há uma farta doutrina consolidada na Itália, França, Grã-Bretanha, Alemanha e mesmo nos EUA que comprova esta tese e demonstra a inutilidade da pena de morte. Além disso, com exceção dos Estados Unidos, todos aqueles países aboliram a pena de morte. Trata-se de uma inutilidade e imoralidade num país como o Brasil, onde o aparelho policial e judicial não está preparado sequer para aplicar as penas de prisão, e onde os índices de criminalidade atingem o grau de uma verdadeira guerra civil, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro.

Nossa Constituição é clara e direta. O seu artigo 5º diz que "Todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida..." O artigo 60, parágrafo 4º, proíbe expressamente proposta de emenda constitucional que vise a abolir os direitos e garantias individuais estabelecidos no seu artigo 5º. É líquido e certo a inconstitucionalidade de qualquer proposta que vise implantar a pena de morte no Brasil.

É lamentável que depois de firmar acordos e tratados internacionais e assumir compromissos políticos e éticos perante a comunidade das nações contra a pena de morte, nosso país volta a cogitar oficialmente a possibilidade de implantar a pena de morte, repudiada nas Nações Unidas.

José Dirceu é deputado pelo PT de São Paulo.

DPF conclui que PC faturou US$ 1 bilhão

■ Delegado inclui empresário na lista dos cinco mais ricos do Brasil, mas comprova que fortuna foi mandada para o exterior

BRASÍLIA — O delegado Paulo Lacerda, presidente do inquérito do caso PC Farias na Polícia Federal, revelou ontem ao **JORNAL DO BRASIL** que o esquema de corrupção montado pelo ex-tesoureiro de campanha de Fernando Collor faturou algo em torno de US$ 1 bilhão, o que incluiria PC na relação dos cinco empresários mais ricos do Brasil. "O faturamento do esquema PC já chega perto de US$ 1 bilhão", anunciou Lacerda.

Segundo o delegado, PC Farias poderá ser enquadrado em um novo artigo do Código Penal — evasão de divisas, pois a PF comprovou que ele tem contas bancárias nos Estados Unidos, França e, quase que certamente, na Suíça. "O grosso do faturamento do esquema PC está no exterior", afirmou.

Paulo Lacerda revelou ainda que no *winchester* do computador da Empresa de Participações e Construções (EPC), de PC Farias, apreendido pela Polícia Federal, descobriu três contas de PC no exterior. Lacerda acredita que além de Ironildes Teixeira, testa-de-ferro de PC nos Estados Unidos, e Guy dos Longchamps, que atua em nome de PC Farias na França, outras pessoas podem estar envolvidas com o esquema PC a nível internacional.

A súbita viagem de PC Farias à Espanha, para tratamento de saúde, não surpreendeu Paulo Lacerda, que apenas mostrou preocupação com a segurança do chefe da maior quadrilha de corrupção já descoberta em território brasileiro. "Acho que ele (PC) viajando para o exterior corre risco pessoal", ponderou Lacerda. "Há muitos empresários preocupados com ele e acredito que ele está mais seguro em Maceió do que no exterior", alertou.

Com bom humor, após mostrar os 234 volumes do inquérito do caso PC, com sete mil páginas de depoimentos de 300 pessoas, das quais 32 já indiciadas, Paulo Lacerda afirmou que PC Farias não resistiria a uma semana na cadeia. "Ele iria entregar todo mundo", previu. "PC acumulou muito dinheiro e está com a aposentadoria garantida", acrescentou, deixando claro que seu anseio, como de toda a sociedade brasileira, é ver PC Farias e sua quadrilha na cadeia. "O Judiciário é que determina. Nós não somos juízes", ponderou.

Para Paulo Lacerda, não resta a mínima dúvida que foram "os grandes e médios empresários" os responsáveis pela sustentação do esquema PC. "Vamos ter que ouvir em janeiro muitos empresários", adiantou Paulo Lacerda. "No início, eles (os empresários) adotaram uma postura cínica", apontou. "Hoje, adotam a postura de que foram vítimas de extorsão. No futuro, podemos avançar", disse. Conforme Paulo Lacerda, muitos empresários se beneficiaram do tráfico de influência exercido por PC Farias junto aos altos escalões do governo federal adotando um negócio do tipo "você me ajuda que eu te pago".

O presidente do inquérito do caso PC revelou também que pretende encerrar as investigações no dia 4 de fevereiro, prazo concedido pela Justiça, mas não mostrou pressa. "Quanto mais rápido concluirmos o inquérito é melhor para algumas pessoas que ainda não foram identificadas como participantes de ilícitos", argumentou. "Hoje, já conseguimos reunir bastante elementos para ouvir essas pessoas."

Brasília — Jamil Bittar



Amaury Galdino, diretor do DPF: inquérito PC tem 234 volumes

Lafaiete pode ser indiciado em inquérito

BRASÍLIA — Lafaiete Coutinho, presidente da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil no governo Collor, poderá ser indiciado no inquérito da Polícia Federal sobre o caso PC Farias. O delegado Paulo Lacerda, responsável pela investigação, informou aos advogados de Lafaiete, que está em viagem pelo exterior, que ele deverá apresentar-se para depor logo após regressar ao Brasil,

O nome de Lafaiete Coutinho apareceu nas investigações sobre o tráfico de influência de PC no governo a partir do depoimento do dono a empresa de cartão de crédito Credicard, Ernesto Barbanti. Ele revelou que, durante a gestão de Lafaiete Coutinho, foi obrigado a contratar quatro empresas indicadas pelo esquema PC para renovar o contrato com a Caixa. "Quando voltar ao Brasil, ele (Lafaiete) poderá ser indiciado", disse o delegado Lacerda.

A Igreja e a televisão

A. GOMES DA COSTA

Os artigos e as cartas de Lucas Moreira Neves, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, sempre nos agradaram pelo conhecimento da doutrina, pelo esmero da pastoral e pela elegância do vernáculo.

Num desses artigos, publicado recentemente, Sua Eminência, preocupado com os rumos tomados pela televisão brasileira, apontou os efeitos nocivos de certos programas e as conseqüências perversas que advêm, para a família e para a sociedade, de um meio de comunicação com tanto poder se não for bem utilizado e conduzido. E d. Lucas acusa: a TV promove a violência e a pornografia; corrompe com as cenas e o palavreado; dissolve os valores morais, éticos e religiosos; atenta contra a vida, ao fazer a propaganda e a defesa do aborto; desconsidera o trabalho pela apologia dos golpes de esperteza e de ganhos fáceis; enfim, deseduca e submete faixas inteiras da população, todos os dias, a um processo de "imbecilização".

O próprio título do artigo, que o prelado foi buscar à célebre carta do velho Emile Zola, dirigida ao presidente da República da França, Félix Faure, a propósito da "Questão Dreyfus" — "Eu acuso", não deixa dúvidas de que o arcebispo de Salvador, ao escrevê-lo, não pretendia tratar do problema com paliativos e metáfora, que às vezes são timbre das epístolas e sermões dos príncipes da Igreja. Sua Eminência assumiu, desde logo, o papel de promotor, a indicar mazelas e defeitos da televisão e a exigir o expurgo dos programas que causam o amolecimento moral da grei, influenciam negativamente a formação da criança e do jovem e alteram para pior, pelo recurso ao erotismo, à violência ou à canalhice, o comportamento da sociedade brasileira.

É bem verdade que o primaz não generalizou o libelo e abriu exceção para aqueles "programas que nos diferentes canais contribuem para o crescimento e a elevação cultural e humana" dos telespectadores. Pois seria injusto que abrangesse na mesma abjurgatória a "Santa Missa pela TV" e as aulas do telecurso, com as pornochanchadas do "Cinema Nacional" e a nudez feminina dos "videoclips".

Entretanto, gostaríamos de fazer em torno das palavras de d. Lucas algumas considerações de leigo. De um lado, porque embora reconhecendo o direito de como bom pastor alertar o rebanho para os perigos e os desvios de algumas produções da televisão, que se utilizam de todos os meios para conquistar o público e garantir a audiência, apelando para os instintos mais baixos do ser humano, achamos que o tenha feito de forma incompleta e epidérmica. A análise ficou na legenda e no figurativo da "telinha" sem buscar as verdadeiras causas que levam, por exemplo, um adolescente a pensar que não adianta o estudo, nem o trabalho; que não vale a pena o ideal, porque o que predomina é o dinheiro; que se glorifica a mediocridade e despreza-se a inteligência; que se prefere o demagogo, pelo esguicho da oratória, ao político honesto, pela folha de serviços.

As cenas da TV, ou melhor, muitas delas, ao apelarem para a fantasia e para o sexo, não estarão por acaso a refletir o desejo, os vícios e as paixões da sociedade que aí está? E até não poderia partir do simulacro ou da catarse a inspiração para começarmos a restaurar os valores que foram demolidos dentro de casa, nas escolas, nos parlamentos, na administração pública? Foi essa, aliás, a resposta de Zola, o mesmo que d. Lucas lembra no título do artigo, quando, depois de publicar "A taberna", a "Nanã" e o "Germinal" o acusaram de cultivar o obsceno em seus romances. E as críticas maiores, depois de ter abjurado da fé romântica, vinham precisamente da Igreja. Ao que o escritor replicava: sou apenas um bom burguês que pinta a vida e que mostra o que vê e sabe, com o intuito de melhorar a sociedade.

Por outro lado, o segundo reparo ao artigo de d. Lucas tem a ver com as próprias omissões da Igreja. Não que a queiramos responsabilizar pela "descristianização" e pela perda da substância religiosa. Ou que pretendamos atribuir a ausência de Deus na vida moderna aos erros da hierarquia, ou à preferência que uma grande parte dos pastores passou a dar às questões terrenas, ao invés de cumprir o múnus evangelizador. Mas o fato é que se a televisão, pela indecência do humor ou pela estupidez da violência, pode contribuir para o desgaste dos "patterns" culturais do povo de Deus, muito antes da escatologia da "escolinha" do professor Raimundo ou dos filmes do faroeste americano, das telenovelas do Dias Gomes e do cinema de Ana Carolina, já os nossos clérigos — nem todos, é claro — se descuidavam da educação religiosa, trocavam a leitura do catecismo de Trento pelo "Capital" de Karl Marx, desprezavam os "Atos dos Apóstolos" para discutirem, nas homilias ao pé do altar, os sistemas econômicos e as virtudes do socialismo, faziam incursões pela "teologia da libertação" sem ao menos se lembrarem dos artigos da Fé e reduziam a missão transcendental da Igreja a uma simples proposta social, como se ela fosse agora um partido político.

Decerto que o antístite da Bahia vai concordar conosco de que a regeneração dos costumes e o resgate dos valores formativos da nossa identidade cristã não se conseguirão pela via da mudança nos programas da televisão. Estes podem e devem ajudar, mas o começo de tudo tem de ser nos lares e nas escolas, pela educação e pelo conhecimento, com a Família, o Estado e a Igreja.

"O prazer de cheirar mal", para usarmos a frase de Nietzche a respeito da obra de Zola, já é uma decorrência da putrefação de valores que não foram cuidados, como deveriam ter sido, e que estão depositados na alma humana e na consciência da pátria. Comecemos pelo berço, que tudo o mais virá atrás.

'Projeto' pela escravidão tem 54 assinaturas

Da Sucursal de Brasília

Em menos de oito horas, 54 deputados federais assinaram um projeto-de-lei simulado, elaborado pela **Folha** e atribuído a um deputado "fantasma", batizado de José Fagundes. O projeto determina que o governo brasileiro abra mão da soberania nacional e volte a ser, na prática, uma colônia portuguesa. As 54 assinaturas seriam suficientes, em plenário, para determinar a prioridade do projeto.

A coleta de assinaturas para projetos é uma prática usual no Congresso. Foi para testar a seriedade com que os parlamentares lêem os projetos antes de assiná-los que a **Folha** contratou uma pessoa especializada em conseguir assinaturas de deputados. Durante a tarde de quarta-feira e a manhã de quinta, ela obteve as 54 assinaturas. Ninguém se preocupou em ler o texto. Os deputados sequer notaram que não existe nenhum colega com o nome de José Fagundes.

O projeto "fantasma" obteve uma adesão rápida, sem distinção ideológica. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, José Luiz Clerot (PMDB-PB), por exemplo, apoiou o projeto. O petista José Dirceu (SP) assinou na mesma página do pedessista Aécio de Borba (CE). Aldo Rebelo (PC do B-SP) assinou quatro linhas abaixo do tucano Paulo Silva (PI).

Em três laudas datilografadas, o projeto determina que o Brasil se integre a Portugal. A administração do país passa para as mãos de um funcionário nomeado pelo governo português, com mandato vitalício. Para não onerar Portugal, o projeto manda liquidar a dívida externa brasileira, através da venda de bens públicos e privados do país.

O artigo 7º do projeto fantasma entrega todo o território nacional e as reservas em dólares para o governo português. O artigo seguinte chancela a submissão: autoriza Portugal a requisitar mão-de-obra gratuita e obrigatória de cidadãos brasileiros. Em outras palavras, reinstitui a escravidão.

O recolhimento de assinaturas de parlamentares pelos corredores da Câmara é um hábito surgido na época na Constituinte. Para modificar o regimento dos trabalhos, o Centrão —grupo conservador da Constituinte— contratou algumas moças para recolher assinaturas de apoio. O hábito se firmou.

Por um salário mínimo e meio, conseguem-se as 163 assinaturas necessárias para apresentar uma emenda constitucional ou propor a criação de uma CPI. Podem-se conseguir também assinaturas de apoio para projetos.

No caso do fantasma Fagundes, a recolhedora de assinaturas não sabia que se tratava de um projeto falso. Ela foi contratada, com desconto, por Cr$ 1 milhão, sem o compromisso de obter um número mínimo de assinaturas. Os repórteres se identifcaram como assessores de um deputado suplente que assumiria uma vaga nos próximos dias.

A recolhedora de assinaturas, ao entregar o trabalho pronto, disse que a tarefa tinha sido "fácil". Segundo ela, os deputados liam apenas o cabeçalho do texto —que resume o projeto como "Integração do Brasil com Portugal".

(ECB/GKr)

Leia abaixo íntegra do projeto simulado

Abaixo, segue íntegra do projeto simulado, preparado pela **Folha**, que obteve a assinatura de 54 deputados federais.

"PROJETO DE LEI Nº

Do Deputado José Fagundes

Redefine a relação do Brasil com os países de língua portuguesa, determina que o governo brasileiro firme tratados internacionais de integração com Portugal e dá outras providências.

Art. 1º — O governo deverá criar, no prazo de 180 dias, uma comissão destinada a reexaminar as relações mantidas pelo Brasil com os países de língua portuguesa, em especial Portugal, com o objetivo de adequar a legislação do país ao disposto nesta lei.

I — A comissão será constituída por representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores, do Supremo Tribunal Federal e por entidades representativas da sociedade civil.

II — Os membros da comissão não serão remunerados a qualquer título.

III — A comissão terá prazo de 180 dias para apresentar os resultados de seu trabalho, em relatório encaminhado ao presidente do Congresso Nacional.

Art. 2º — O relatório de que trata o item III do artigo anterior será apreciado em encontro bilateral de delegações do Brasil e de Portugal, especialmente designadas para esse fim.

I — Fica o Ministério das Relações Exteriores encarregado de marcar o encontro bilateral em prazo não superior a 10 dias após a entrega do relatório de que trata o item III do artigo 1º desta lei.

II — O encontro bilateral definido no caput deste artigo se dará em território neutro, com delegações compostas de igual número de representantes das duas partes.

Art. 3º — A unificação vernacular entre os países de língua portuguesa, que vem sendo objeto de negociações e acordos, passa a vigorar em prazo não superior a 180 dias após a promulgação desta lei, como passo inicial aos objetivos superiores de integração de que trata esta lei.

Art. 4º — A delegação brasileira deverá solicitar no encontro definido no art. 2º desta lei a integração dos países de língua portuguesa, em especial Brasil e Portugal, através de um tratado multilateral.

I — A integração, uma vez acatada, deverá se consolidar no prazo máximo de 18 meses.

II — Essa consolidação se dará após a reformulação legal e constitucional preparada pela comissão especial de que trata o artigo 1º desta lei e seus incisos.

Art. 5º — Os países unificados constituirão uma federação que terá como objetivo prioritário a unificação de diversos aspectos da vida dos países membros, especialmente idioma, meios circulantes, governo e legislação.

I — A unificação total é acatada pelo governo brasileiro, que se submete no que define este artigo às deliberações da presidência da federação.

Art. 6º — A federação se organizará na forma de um Estado, cabendo a presidência ao governo português.

I — Os países membros serão administrados por funcionários especialmente nomeados pela presidência da federação, com mandato vitalício.

Art. 7º — Os países membros da organização proposta nesta lei entregarão seus territórios e reservas internacionais em dólares à presidência da federação. A dívida externa do país será paga através da liquidação do patrimônio público e privado brasileiro, sem ônus para Portugal.

Art. 8º — O governo central da federação poderá requisitar mão-de-obra gratuita e obrigatória de cidadãos brasileiros.

Art. 9º — A comissão criada pelo art. 1º desta lei definirá o prazo de edição de um dicionário unificado de língua portuguesa, válido para Brasil e Portugal.

I — A edição do dicionário referido no caput deste artigo será financiada preferencialmente através da iniciativa privada.

II — Serão chamados a colaborar na confecção do dicionário estudiosos e filólogos dos dois países.

III — A remuneração dos estudiosos e filólogos citados neste artigo será definida pela comissão criada no artigo 1º desta lei.

Art. 10º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões, de 1993

Parlamentarismo amplia poder do Congresso

Da Sucursal de Brasília

A eventual adoção do parlamentarismo transformará a Câmara dos Deputados no principal centro de decisões do país. Um dos deputados será escolhido primeiro-ministro e deterá os poderes que hoje estão nas mãos do presidente da República.

Esse primeiro-ministro formará um gabinete, com ministros indicados pelos partidos que formarem a maioria na Câmara. No parlamentarismo, o governo é formado pelo partido ou coalizão de partidos que atingirem a maioria absoluta —50% mais um dos deputados.

O primeiro-ministro terá, então, condições de aprovar os projetos que julgar fundamentais para governar. Ou seja, fica diminuída a distinção entre poderes Legislativo e Executivo, já que o primeiro-ministro só continua no governo enquanto contar com a maioria absoluta dos votos da Câmara.

No projeto de parlamentarismo que será levado a plebiscito em abril, estão previstas duas hipóteses para a dissolução da Câmara e convocação de novas eleições a qualquer tempo: se o primeiro-ministro perder o apoio dos partidos que formaram a coalizão majoritária. Então, ele pode solicitar ao presidente da República a convocação de novas eleições. No segundo caso, se houver impasse para a escolha do nome do primeiro—ministro —isto é, na hipótese de não se formar nenhum bloco majoritário capaz de obter a maioria absoluta. Essa dissolução ocorre se a Câmara não aprovar nenhum nome após três tentativas.

Nesse quadro, todos os partidos que formarem a coalizaçao majoritária terão cargos de ministros.

Se implantado com a atual Câmara, o parlamentarismo sofreria distorções. A representação regional na Câmara é hoje fictícia: os Estados menos populosos, somados, detêm as maioria absoluta dos votos —ou seja, as chances de um primeiro-ministro das regiões Norte ou Nordeste seriam, de cara, maiores do que de um representante das regiões Sul ou Sudeste.

Além disso, o grande número de partidos dificultaria a formação de coalizões "enxutas", com apenas dois ou três partidos. Para evitar coalizões deformadas, está em discussão a adoção de cláusula mínima para entrar no Congresso —apenas partidos que obtiverem um percentual determinado de votos teriam direito a representação.

A cláusula mínima baixaria os atuais 19 partidos da Câmara para cinco ou seis. Nesse cenário reduzido, uma coalizão majoritária necessitaria de dois ou três partidos, garantindo uniformidade programática e estabilidade.

(ECB/GK)

'Marajás de pijama' custam bilhões

■ Desde 69, cerca de mil juízes classistas se aposentaram após trabalhar cinco anos

ROMERITO AQUINO

BRASÍLIA — O contribuinte não sabe mas desde 1969 vem pagando para alguns privilegiados aposentadorias milionárias de mais de Cr$ 50 milhões por apenas cinco anos de trabalho. Em número de 1.169, esses *marajás de pijama* são os juízes e ministros classistas da Justiça do Trabalho, que este ano vão custar aos cofres da União cerca de Cr$ 760 bilhões, equivalente a mais de um terço de todo o orçamento que a justiça trabalhista vai dispor. Recursos desta ordem, segundo o MEC, dariam para construir mais de três mil escolas no Nordeste.

Antes de ingressarem nas juntas de conciliação e julgamento, nos tribunais regionais do trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde participam das discussões e soluções para os conflitos da relação entre o capital e o trabalho, muitos desses juízes e ministros viviam das pequenas aposentadorias pagas pelo INSS até serem nomeados, com o apoio de políticos, como representantes dos trabalhadores e dos patrões na justiça trabalhista. Ali, após completarem o primeiro mandato de três anos e chegarem ao segundo ano do segundo mandato, também de três anos, passam a ter direito de se aposentarem com os mesmos salários pagos aos juízes togados vitalícios. Os juízes classistas do TRT recebem menos 10% que os ministros do TST e os ministros vogais da juntas de conciliação e julgamento, 20% menos.

Exemplo — Isso aconteceu com o atual presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Antônio Alves de Almeida, irmão do deputado federal João Alves (PFL-BA), que depois de dois mandatos consecutivos de ministro do TST, aposentou-se com o salário de ministro togado do tribunal, que neste mês passa a receber mais de Cr$ 60 milhões líquidos. Além desse salário, o *aposentado* Antônio Alves de Almeida continua dispondo das verbas de representação, carro e motorista, cotas de combustível e outras mordomias pagas pelos baixos salários dos comerciários.

O sonho da aposentadoria de cinco anos não se limita apenas a presidentes de confederações e federações de trabalhadores. Ele também chega aos sindicatos. É o que persegue há anos o bancário e advogado Jairo Soares dos Santos, que antes de ser eleito no ano passado diretor jurídico do Sindicato dos Bancários de Brasília, foi reconduzido ao cargo de juiz classista do Tribunal Regional do Trabalho. Na época, segundo revelou um ex-diretor do Sindicato, a antiga diretoria do Sindicato protestou oficialmente junto ao TRT contra a recondução de Jairo dos Santos, que chegou a votar contra os bancários numa ação movida por eles contra a CEF.

Essa aposentadoria privilegiada, criada em 1969 no auge da ditadura militar através da Lei Ari Campista, ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, pode ter seus dias contados até a futura revisão da Constituição. É o que promete o presidente do TRT de Pernambuco, juiz Clóvis Corrêa Filho.

Proposta — Como coordenador do colégio de presidentes de todos os TRTs do país, Clóvis Corrêa pretende mobilizar juízes e ministros de carreira, além de entidades civis como a OAB, para acabar com essas aposentadorias na próxima revisão da Constituição. "É preciso fechar essa torneira, que fica mal aos olhos da sociedade", afirma o juiz, ao falar da peregrinação que começou a desenvolver junto aos colegados e aos políticos para pôr um freio no privilégio. Por temer a força do lobby dos classistas e das confederações e federações, Clóvis Corrêa defende o direito adquirido pelos atuais aposentados.



Brasília — Jamil Bittar

Clóvis Corrêa Filho quer mudar a situação na revisão constitucional

JORNAL DO BRASIL 27

25/01/93

Agricultores jejuam em protesto no Sul

PORTO ALEGRE — A partir de hoje, 200 agricultores em cem localidades do Estado iniciam quatro dias de jejum, como protesto contra a demora na implantação da reforma agrária. Há 1.433 famílias acampadas no Rio Grande do Sul a espera de assentamento e outras 3.100 já assentadas mas precisando de ajuda para sobreviver e produzir.

Nos acampamentos dos sem terra e em boa parte dos 86 assentamentos a situação é muito precária. As pessoas vivem em barracas de lona esfarrapada, quentes no verão e frias no inverno. Faltam alimentos, remédios e condições de higiene. A água para beber é pouca e há muitas as doenças, principalmente em crianças.

"Este jejum é a expressão da fome de nossas famílias sem terra e é um grito para sensibilizar a consciência das autoridades governamentais. É mais um sacrifício que estamos fazendo em 10 regiões, já que a fome e a falta de vida digna estão nos acompanhando há muito tempo sem resposta concreta por parte dos governantes", diz nota distribuída pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

Na capital, o jejum começará às 16h na "Esquina Democrática", de Rua dos Andradas com Avenida Borges de Medeiros. Depois, o grupo de 30 jejuadores ficará diante da sede do Governo, o Palácio Piratini, onde permanecerá até o fim do protesto. O jejum começa ao mesmo tempo também em Caxias do Sul, Bagé, Pelotas, Santo Angelo, Erechim, Santa Maria, Rio Grande, Cruz Alta e Passo Fundo.

Representantes do movimento terão audiência com o governador e na sua lista de reivindicações pedem também um encontro com o presidente Itamar Franco. Além de 21 mil hectares para assentamento de todos os acampados no Estado, eles pedem ainda recursos subsidiados para investimentos em infra-estrutura nos assentamentos de pequenos agricultores, e votação da Lei Agrária.

— A fome só existe no país porque não há reforma agrária — disse Antoninho Mattes, da direção do MST.

Terça-feira, 26 de janeiro de 1993 O GLOBO

Agricultores iniciam jejum de quatro dias

Luiz Abreu



Colonos do Sul acampam na Praça da Matriz em jejum pela reforma agrária

PORTO ALEGRE — Camisa surrada, chinelos de borracha e um cobertor, o colono Alvino José Bittencourt, de 34 anos, iniciou ontem, junto com mais 200 agricultores distribuídos por dez municípios gaúchos, um jejum de quatro dias em protesto pela demora na implantação da reforma agrária e na legalização das terras dos 3.100 colonos já assentados no Rio Grande do Sul.

Em Porto Alegre, Alvino e mais 29 agricultores, além de dois padres da Congregação Franciscana, instalaram-se na Praça da Matriz para o jejum, com o apoio de 14 organizações de trabalhadores.

O grupo pretende sair do local pelo menos com a confirmação de uma audiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Semterra (MST) com o presidente Itamar Franco.

Os agricultores reivindicam 2,5 milhões de hectares de terras para assentar 140 mil famílias. O MST afirma que o Incra já tem um levantamento mostrando que existem 2,5 milhões de hectares de terras mal aproveitadas no estado, mas nada faz para desapropriá-las.

A organização reclama também que foram enviados relatórios ao ministro da Agricultura, Lázaro Barbosa, mas não houve retorno.

— Ele sabe de tudo e não faz nada — disse Antoninho Mattes, da Executiva do MST.

Os colonos querem a oficialização dos acampamentos, assentamento das 1.433 famílias acampadas e recursos subsidiados para plantar. Ontem, antes de iniciar o jejum, eles fizeram um ato público na Esquina Democrática, ponto de maior circulação da capital gaúcha. A Brigada Militar deixou um carro na Praça da Matriz para atender os colonos que se sentirem mal.

AGRICULTURA FAMILIAR



O café é uma das culturas das 92 famílias assentadas

Donos da terra de Marapicu

Camponeses que ocupam há 21 anos antiga fazenda em Nova Iguaçu vão receber escritura

Helvio Lessa
hlessa@odianet.com.br

■ A busca pela titularidade da terra, que se arrasta há 21 anos, está perto de um final feliz para 92 famílias de agricultores de Marapicu, em Nova Iguaçu. A prefeitura está em fase final de negociação com a Caixa Econômica Federal, na qual as terras devem ser trocadas pela dívida com o IPTU e repassadas para os agricultores.

A presidente da Associação dos Camponeses de Marapicu (ACM), Maria Auxiliadora Vieira dos Santos, 60 anos, acredita que a medida poderá mudar a vida dos ex-sem terra, que hoje sobrevivem no cultivo de café, aipim, banana, cítricos, cana-de-açúcar, além de outras frutas de época.

"Estamos perto de receber um título que é mais que merecido. Os trabalhadores rurais sempre se viraram por conta própria e agora terão direito a benefícios", disse. A subsecretária de Agricultura, Danielle de Souza, disse que o projeto foi aprovado pela Câmara. "Será o primeiro assentamento municipal do Brasil". ■

CONTINUA NA PÁG. 11 ■

AGRICULTURA FAMILIAR

Verbas junto com escritura

Homens do campo terão direito a recursos do governo federal após legalização

CONTINUAÇÃO ■

■ O direito às terras permite que os agricultores participem de alguns programas do governo federal. "Todo agricultor familiar reconhecido em assentamento rural tem o crédito do Programa Nacional da Agricultura Familiar", explicou a subsecretária de Agricultura, Danielle de Souza.

Rita Trindade da Silva, 65 anos, e a filha Roselane Cristina da Silva, 23, acreditam que os recursos poderão impulsionar o plantio de banana, acerola, café e aipim. "Com recursos, podemos investir melhor na plantação e ter condições de vender melhor nossos produtos", disse Rita, que costuma abastecer pequenos feirantes e alguns ambulantes.

A agricultora Maria Betânia dos Santos, 23, que encontrou na plantação de pimenta uma forma de driblar a escassez de água, também investirá na ampliação do plantio. Mizael Alves Cabral, 46, pretende diversificar produtos. "Produzo queijo, planto coco, limão, quiabo, aipim. Com o dinheiro, investiria um pouco em cada uma dessas produções. Com a terra sendo nossa, só temos a lucrar", disse. ■



Roselane e a mãe Rita Trindade pretendem investir na produção e venda de bananas

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

REFORMA AGRÁRIA

Ruralistas querem derrubar seis emendas

Editoria de Arte/Folha Imagem

O PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA

Os pontos polêmicos

PROJETO DA CÂMARA	COMO FICOU NO SENADO
PRIORIDADES	
• A reforma começa pelas terras com menor grau de utilização, independentemente de região	• A reforma começa pelas terras menos aproveitadas em cada região
PROCESSO	
• O expropriado ficará na posse da terra até que o processo termine	• Dispositivo suprimido. O expropriado poderá recorrer à Justiça apenas para discutir o valor da indenização
PASTAGENS	
• Áreas de pastagens nativas podem ser contadas como terra produtiva	• Apenas serão consideradas as pastagens plantadas
FUNÇÃO SOCIAL	
• A função social é requisito do direito de propriedade	• A propriedade rural que não cumprir sua função social estará sujeita à desapropriação
ASSENTAMENTOS	
• O expropriado terá preferência para ser assentado e poderá escolher para si a gleba onde esteja a sede da fazenda	• Dispositivo foi suprimido.



Da Sucursal de Brasília

A Câmara deve votar esta semana o projeto que regulamenta a reforma agrária. Mais de cinco anos depois de promulgada a Constituição, os deputados ainda não se entenderam sobre a definição de propriedade produtiva e o significado de sua função social.

A regulamentação dos artigos da Constituição sobre reforma agrária havia sido aprovada pela Câmara em junho do ano passado. O projeto foi então para o Senado, onde recebeu 22 emendas. Agora, está de volta à Câmara para que esta decida se aceita ou não as modificações. Outro projeto, que estabelece o rito judicial sumário para a reforma agrária, está em tramitação no Senado.

A maior parte das emendas do Senado foi produto de um eficiente lobby da esquerda. A Confederação Nacional da Agricultura enviou carta aos gabinetes dos deputados defendendo o texto original da Câmara. Segundo o presidente da entidade, Antônio Ernesto, seis emendas são inaceitáveis para os proprietários rurais. "Vamos instruir nossas bancadas para fazer um acordo, aceitando 16 emendas em troca da rejeição de meia dúzia", afirmou.

Uma das principais polêmicas continua sendo a função social da terra, definida pelo aproveitamento racional e adequado, pelo respeito ao meio ambiente e aos direitos trabalhistas e pela promoção do bem-estar de proprietários e empregados.

Segundo Antônio Ernesto, o Senado embaralhou conceitos ao dizer que só é produtiva a propriedade que cumpre sua função social. "A Constituição não diz isso. Propriedade produtiva tem que ser produtiva e só", disse.

Os deputados Valdir Ganzer (PT-PA) e Pedro Tonelli (PT-PR), dois dos autores da primeira versão do projeto, apresentada em fevereiro de 1991, acreditam que dificilmente haverá acordo sobre alguns pontos, que terão que ser disputados no voto. Um deles é o critério de prioridade para as desapropriações.

Pelo texto aprovado na Câmara, seriam desapropriadas prioritariamente as fazendas com menor grau de utilização da terra em todo o país. "Isso inviabiliza a reforma agrária, porque teria de começar pela Amazônia, onde há mais terras ociosas mas não existem grandes contingentes de sem-terras", disse Pedro Tonelli.

A emenda do Senado determinou que o critério do grau de utilização seja aplicado por microrregiões. Assim, fica possível uma desapropriação no Sul do país ainda que na Amazônia existam propriedades com taxa de ociosidade maior. Caso consiga aprovar a emenda na Câmara, a esquerda terá mantido a possibilidade de desapropriações em áreas de conflito.

Comissão rejeita adoção da pena de morte

■ Presidido por Evandro, grupo da reforma do Código Penal conclui: só nova Constituinte pode impor punição que tire a vida

BRASÍLIA — A comissão encarregada da reforma do Código Penal descartou ontem a possibilidade de instituir a pena de morte no Brasil. Apesar das pressões de alguns segmentos da sociedade, o presidente do grupo de trabalho, criminalista Evandro Lins e Silva, entende que a medida é totalmente inconstitucional porque contraria o capítulo dos Direitos e Garantias Individuais da Constituição. "Esta parte da Carta não pode ser alterada por simples emenda, pois trata-se de cláusula pétrea, que só pode ser modificada por nova Constituinte", disse Lins e Silva. Como medida emergencial para conter a criminalidade, o presidente da comissão sugeriu a volta do policiamento ostensivo e o desarmamento da população.

Lins e Silva recordou que cabe ao Estado garantir a segurança da população e criticou a facilidade para aquisição e porte de armas de fogo. Essa prática, comentou o criminalista, estimula a criminalidade e deveria ser coibida. Uma das sugestões em análise pela comissão é a inclusão do porte ilegal de armas na relação das contravenções ou mesmo crimes inafiançáveis. O deputado e jurista Hélio Bicudo (PT-SP), outro integrante da comissão, acrescentou que o agravamento da pena deve desestimular o uso indevido de armas, que hoje só é coibido por penas que variam de 15 a 180 dias de prisão — e raramente são cumpridas — e multas irrisórias.

O presidente da comissão descartou ainda a idéia de instituir a pena de prisão perpétua, argumentando que até mesmo o sistema penitenciário vem sendo questionado. "As cadeias são universidades às avessas, são jaulas reprodutoras de delinqüentes", afirmou Lins e Silva, lembrando que, além de tudo, o Estado não tem recursos sequer para cumprir os mandatos de prisão já decretados. Por isso, serão estudadas também as propostas de penas alternativas, tais como trabalhos comunitários, para crimes menores ou pequenas contravenções penais.

"O Código Penal não será a panacéia que vai acabar com a criminalidade", destacou Lins e Silva. Além das medidas tópicas enumeradas inicialmente, o jurista acredita que o governo deve concentrar sua atuação no sentido de prevenir o crime, melhorando a distribuição de renda e investindo em projetos que facilitem a reinserção social e econômica das populações marginalizadas.

Brasília — Jamil Bittar



Evandro e os integrantes da comissão do Código Penal reuniram-se com o ministro Maurício Corrêa

Armas sob controle

O desarmamento da população pode ser iniciado com uma simples medida administrativa, que não exige alteração do Código Penal. De acordo com o presidente da comissão encarregada da reformulação da matéria, criminalista Evandro Lins e Silva, o governo poderia emitir, imediatamente, uma portaria suspendendo todas as autorizações para porte de arma e solicitando aos interessados que procurem as autoridades para renovar a licença. A partir de então, as autoridades restringiriam as concessões e teriam maior controle sobre os portadores de armas. Neste caso, o cidadão preso com arma de fogo poderia ser enquadrado na legislação existente.

Lins e Silva sugeriu também que o governo proíba a fabricação e a venda indiscriminada de armas. Na reformulação do Código Penal, há também a possibilidade de tranformar a contravenção em crime inafiançável. Mas mesmo que o porte ilegal de armas seja mantido no rol das contravenções penais, Lins e Silva considera "recomendável" que os indiciados não sejam beneficiados pela fiança.

Aborto 'despenalizado'

O texto do novo Código Penal, em estudo, deverá prever a "despenalização" do aborto e a "descriminalização" do adultério. Os crimes de sedução também devem ser revistos de forma a adaptar a legislação aos novos hábitos sociais e costumes. Foi o que revelou, ontem, o presidente da comissão que elabora a reformulação do Código Penal, jurista Evandro Lins e Silva.

A idéia é descriminalizar as condutas que perderam sentido de *crime*, como o adultério, e impor penas alternativas para os casos de práticas que ainda encontram resistência social, tais como o aborto, cuja descriminalização total seria complicada. Entre as sanções aplicadas no caso de aborto, por exemplo, poderiam estar incluídos os serviços comunitários gratuítos. Já para os crimes contra o patrimônio poderiam ser adotadas penas de multa ou seqüestro de bens.

A comissão dividiu ontem os trabalhos em três subgrupos: um que analisará os seis primeiros títulos da parte especial do Código, que engloba os crimes contra a vida, os costumes em geral e os conflitos com a Constituição; o segundo grupo, que vai rever os crimes contra a família e contra a administração pública e, finalmente, a terceira subcomissão, que estudará a legislação especial, tais como os crimes ecológicos, aqueles contra a ordem econômica, a lei de imprensa e as contravenções penais, como o jogo do bicho e o porte de armas.

As subcomissões terão 45 dias para preparar suas sugestões e apresentá-las na próxima reunião geral que será convocada pelo presidente. A reforma do Código Penal, segundos Lins e Silva, será muito abrangente e poderá invadir a parte geral da lei, principalmente no que diz respeito às aplicações das penas e aos benefícios como a primariedade dos réus.

O último executado era inocente

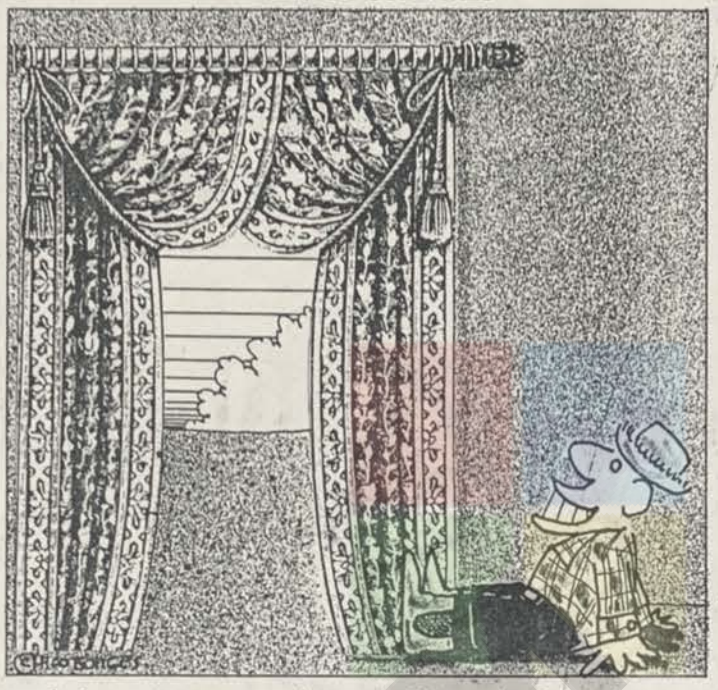
Na última vez em que a pena de morte foi aplicada no Brasil, o condenado era inocente. Isso ainda nos tempos do Império, em 1855. O fazendeiro Manuel Mota Coqueiro foi acusado de assassinato e morreu na forca, em Macaé. Algum tempo mais tarde, os verdadeiros assassinos confessaram o crime. A descoberta tardia da inocência de Mota Coqueiro fez com que a pena capital nunca mais fosse utilizada no país.

Na época, a comoção popular foi tão grande que o imperador D. Pedro II comutou todas as penas de morte. Aboliu uma prática que tinha sido legitimada em 1808, com a criação, por D.João VI, do Conselho Supremo Militar e de Justiça. Contudo, antes da oficialização da medida, muitos já haviam sido executados no Brasil Colônia. A vítima mais célebre foi Tiradentes, enforcado e esquartejado em 1790. A pena capital foi abolida apenas em 1890 por um decreto, e pelo Código Penal elaborado no mesmo ano.

PAINEL RURAL

A revolução silenciosa

ALCEU COLLARES



No Rio Grande do Sul encontra-se hoje em pleno curso uma revolução silenciosa, que, mediante soluções inovadoras e ousadas, vem resgatando a importância econômica da pequena propriedade, abrindo aos agricultores de menores posses perspectivas concretas de melhoria da qualidade de vida, acesso a serviços essenciais como ensino e saúde e fortalecendo-lhes a consciência dos direitos e deveres de cidadania.

Trata-se do Programa de Condomínios Rurais, iniciativa inédita no Brasil, que busca, através do sistema associativo, a reversão do processo de estagnação, pobreza e marginalização das pequenas propriedades rurais.

Foi esse um objetivo prioritário que estabeleci para o meu governo, conferindo-lhe grau de alta primazia já a partir da elaboração de minha plataforma de campanha. Inspirou minha ação em tal sentido a constatação de que o progresso tecnológico vem beneficiando as propriedades de médio e grande porte, dotadas de estrutura empresarial e ligadas a produtos orientados para o mercado nacional e internacional.

Em contrapartida, o segmento da agropecuária colonial, desvinculado do mercado e não organizado de forma empresarial, permanecia relativamente estagnado, constituindo o principal ponto de estrangulamento do setor primário gaúcho. Embora participando com 70% da produção de alimentos básicos, a pequena propriedade não vinha conseguindo apropriar-se, satisfatoriamente, da renda gerada na produção comercializada.

O esgotamento e a degradação do solo, a redução da produtividade, a falta de capacitação profissional, gerencial e empresarial, acabaram alentando o êxodo de milhares de agricultores para os centros urbanos, para outros Estados do país e até mesmo para países limítrofes.

A gradativa reversão desse quadro vem sendo obtida, já com resultados extremamente animadores, com o Programa de Condomínios Rurais. Basicamente, é essa uma forma de organização associativa, pela qual proprietários vizinhos —como igualmente meeiros e parceiros— somam força de trabalho, áreas de terra e outros recursos naturais.

Com isso, racionaliza-se o uso dos fatores de produção, aí incluídos maquinaria, instalações e armazéns, e se abre margem à incorporação de tecnologias que aumentem a produtividade, diminuindo os custos de produção.

Lançado em julho de 1991, o programa tem hoje já implantadas atividades condominiais de armazenagem, avicultura, irrigação, construções, mecanização, suinocultura, correção e conservação do solo, telefonia e eletrificação rural, gado de leite e agroindústria. O Feaper (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais), órgão do poder público destinado a prover os recursos indispensáveis ao programa, já financiou um total de 214 condomínios rurais, tendo como agente o Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Cabe aqui enfatizar duas características básicas do programa. A imprescindível parceria entre os agentes oficiais e os agentes econômicos da iniciativa privada, para a organização de toda a cadeia produtiva, tem uma peculiaridade essencial: os pequenos produtores não perdem a titularidade dominial de suas glebas, mas pela soma de trabalho e esforços, o emprego compartilhado de técnicas e equipamentos e a fixação de metas em comum, multiplicam suas possibilidades de ganhos.

Isso se torna possível pela integração das pequenas propriedades à economia de escala, com todas as vantagens daí decorrentes em termos de eficiência e competitividade. De outra parte, os créditos propiciados pelo Feaper, destinados a proprietários de áreas de até 50 hectares, residentes no imóvel e que tenham na sua exploração a única atividade, contam com prazo de carência de até dois anos, prazo de amortização de até cinco anos, a juros de 3,5% ao ano.

O mais relevante é que os beneficiários, para saldar seus compromissos, não lançam mão de dinheiro vivo. A sistemática de ressarcimento se dá pela equivalência de produto, mais especificamente das sacas de milho, a moeda eleita para as transações.

Importa ainda assinalar que são os próprios condôminos que discutem seus problemas e reivindicações e encaminham ao Feaper seus projetos compartilhados. Prevalecem, assim, as ações voltadas ao interesse coletivo, evitando-se o paralelismo e a superposição de iniciativas, bem como sua ineficácia e consequente ineficiência de resultados.

Esse trabalho harmônico, de alto conteúdo democrático, vem assegurando notáveis ganhos em produtividade, área em que os condomínios já registram índices que representam o dobro da média estadual.

As conquistas até aqui obtidas pelo Programa de Condomínios Rurais, em termos de organização global das unidades de produção, difusão e adoção de novas tecnologias, aumento da renda familiar, ampliação da capacidade individual de investimento e capacitação profissional e gerencial, espelham o acerto de uma política governamental inovadora.

Mais do que isso, recomendam sua progressiva disseminação, para que um número crescente de pequenos agricultores possa usufruir das alentadoras perspectivas da iniciativa pioneira.

Numa época marcada por avassaladora crise econômica e social, em que não são poucos os que descrêem das possibilidades da pequena propriedade rural, o Rio Grande, em esforço vanguardeiro, dá uma resposta pioneira a tais desafios, combinando trabalho e ousadia, único modo de superar conjunturas adversas. Mais do que isso, dá ao Brasil um testemunho de inquebrantável crença no futuro e nos destinos de grandeza e de desenvolvimento da nossa pátria.

ALCEU COLLARES é governador do Rio Grande do Sul.

JORNAL DO BRASIL domingo, 27/12/92 • 7

Lampião não enfrentou a Coluna

Telegrama evitou que o bando de Lampião (E) e o comando da Coluna Prestes se enfrentassem no sertão nordestino em março de 19.

Manchete/Arquivo





FORTALEZA — Uma prova de como se cruzaram os destinos de três heróis populares da história do Brasil — Virgulino Ferreira, o Lampião, o padre Cícero Romão Batista e o capitão Luiz Carlos Prestes — foi obtida pelas historiadoras cearenses Fátima Menezes e Generosa Alencar. As duas guardam em Juazeiro do Norte um telegrama do estrategista político do padre Cícero, Floro Bartolomeu, de janeiro de 1926, dispensando a convocação do bando de cangaceiros liderado por Lampião para o combate à Coluna Prestes, que percorreu o país entre 1924 e 1926 em oposição ao governo Artur Bernardes.

"Comunico nosso amigo, que não é preciso mais Lampião. Povo já seguiu perseguição revoltosos", diz o telegrama, mandado a Juazeiro do Norte para o advogado de Floro Bartolomeu, José Ferreira, emitido de Campos Sales. O município, no Ceará, era sede dos Batalhões Patrióticos, força paramilitar patrocinada pelo governo federal para combater a Coluna Prestes.

Floro chegou a reunir 2 mil sertanejos armados, distribuídos em 11 companhias, e quis aproveitar os conhecimentos da geografia local e estratégia de Lampião para combater a Coluna Prestes. O comandante de uma das companhias, Francisco Chagas Azevedo, defendia a entrada de Lampião para os Batalhões Patrióticos, embora outros comandantes não aceitassem o engajamento do cangaceiro.

Fátima Menezes relata no livro "Lampião e o Padre Cícero" que o tenente Francisco Chagas Azevedo fez o convite ao chefe dos cangaceiros numa fazenda próxima a Cipó do Gato, em Pernambuco, onde dias antes duas companhias dos Batalhões Patrióticos combateram a Coluna Prestes. Na ocasião, ele ofereceu a Lampião a patente de Capitão, entregue pelo padre Cícero, em Juazeiro do Norte, em março de 1926.

Antes disso, em fevereiro de 1926, Padre Cícero enviou uma carta a Prestes, propondo a rendição da Coluna. "Venho vos convidar à rendição. Faço-o firmado na convicção de que prestei serviço à Pátria, por cuja grandeza acredito também palpitam os vossos corações de patriota. Acredito que já não nutris esperanças na vitória da causa pela qual há tanto pelejas com excepcional bravura. Deixais portanto a luta, e voltai à paz que será abençoado por Deus, bendito pela Pátria e aclamado pelos nossos concidadãos", diz a carta.

Hoje com 85 anos, Vicente Ribeiro Sobrinho recorda quando Lampião entrou em Juazeiro do Norte com 50 cangaceiros, no dia 6 de março de 1926. O bando ficou hospedado no Palacete do Poeta, onde Benjamin Abraão, secretário de padre Cícero, organizou a solenidade de entrega da patente de capitão. O documento foi assinado pela maior autoridade federal no município, Pedro Albuquerque Uchoa, funcionário do Ministério da Agricultura.

Lampião saudou o povo com moedas de prata jogadas da sacada do prédio, na Rua Boa Vista, 49, hoje uma oficina de ferro-velho. Após a cerimônia cívico-militar, ao som do violonista Lêra, do cego Cícero na flauta e do repentista Cícero Vila Nova, padre Cícero recebeu Lampião e seu bando, liquidado 12 anos depois em Alagoas. No dia seguinte, em sua casa, distribuiu bênçãos e rosários a cada um dos cangaceiros, para só serem usados quando saíssem da vida de crimes.

FOLHA DE S. PAULO Domingo, 27 de dezembro de 1992

MATADORES DE ALUGUEL

Lula Marques/ Folha Imagem



"Zé Goelinha" ou "Zezinho Pistoleiro", suspeito de participar de mais de cem assassinatos

Apelidos viram arma de marketing

Mercado da morte valoriza a agressividade

Do enviado especial

O paraense José Rodrigues Vianna deixou há muito tempo de ser conhecido pelo nome de batismo. É com o apelido de "Zezinho Pistoleiro" que ele ganhou fama, acusado de ter um "currículo" capaz de causar inveja a qualquer matador. Ele é suspeito de participação em mais de 100 assassinatos no sul do Pará, norte de Tocantins e Maranhão. A polícia diz ter convicção de sua culpa em 58 casos, seis dos quais em julgamento.

Preso em Araguaína (TO), Vianna ganhou um novo apelido. Passou a ser conhecido como "Zé Goelinha", depois de ter levado um tiro no pescoço que o deixou quase sem poder falar. O tiro foi disparado quando ele assistia a um velório. A lenda diz que o velório era de uma de suas vítimas e o autor do disparo, um parente indignado.

Vianna conta outra história. Afirma que é inocente e que só está preso porque foi confundido com o verdadeiro matador. Diz que a confusão se deve ao fato de os dois terem o mesmo apelido: "Zezinho Pistoleiro". Só não explica como ganhou a alcunha com a vida pacata que jurava levar.

O uso de apelidos é comum entre os pistoleiros. Normalmente, estes "nomes de guerra" funcionam como uma "marca registrada", reforçando o marketing da agressividade dos matadores.

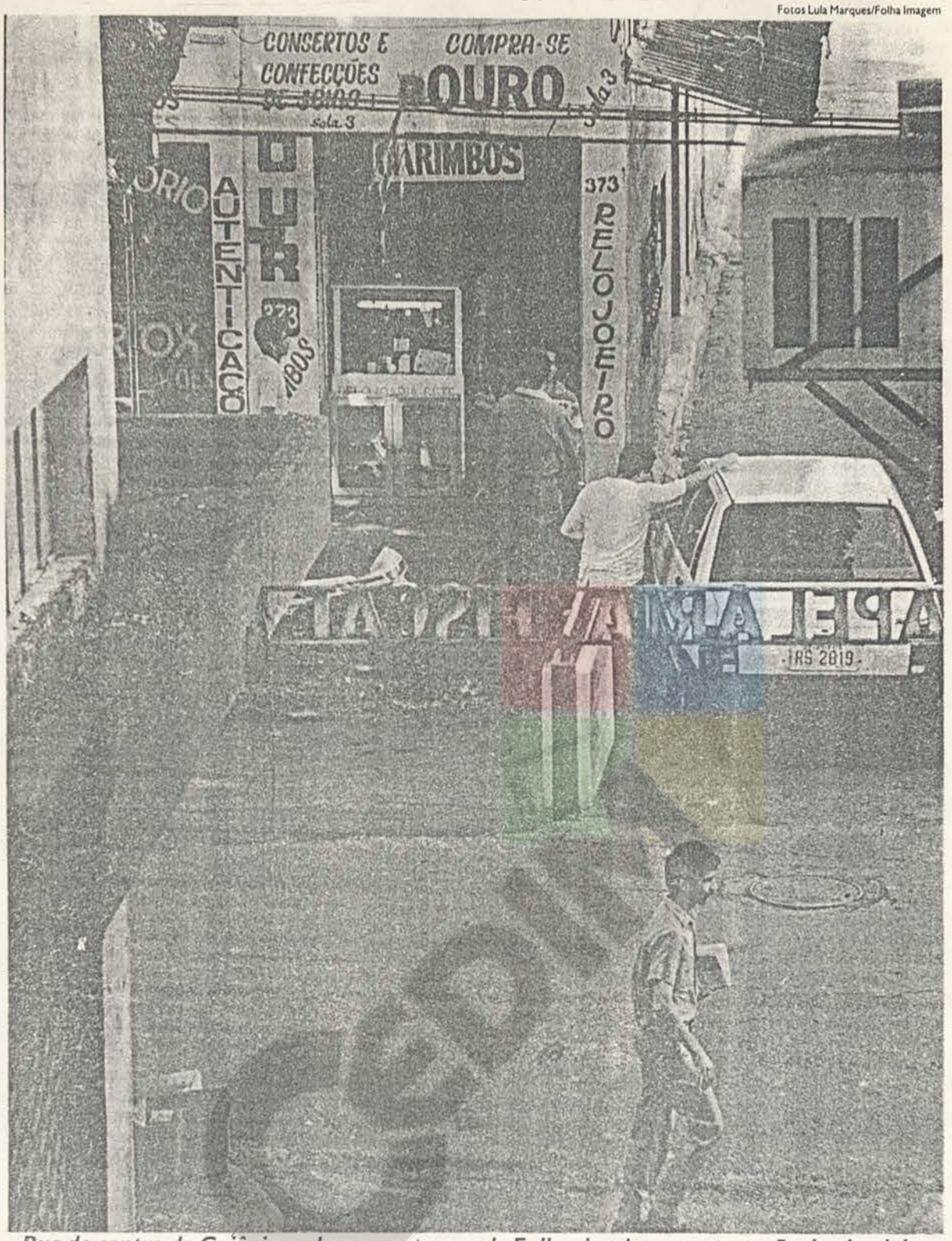
Não há segredos entre "colegas", e crimes são confessados em mesas de bares. Em Tocantins, a polícia chegou a prender por engano um pistoleiro que dizia ser o autor dos disparos que deixaram paraplégico o deputado Edmundo Galdino (PSDB-TO).

No interrogatório, descobriram que se tratava do irmão mais novo do pistoleiro João Rosa Filho, verdadeiro autor do atentado. Iniciando na profissão, o novo assassino tentava ganhar fama reivindicando um crime do irmão mais velho.

Mesmo preso, o pistoleiro mantém o ar arrogante e independente. Constantino Galdino dos Reis, 29, o "Índio", está preso em Araguaína (TO) por um assassinato, que já confessou. Recapturado no início do mês, depois de uma fuga na qual arrebentou com as próprias mãos parte do teto de sua cela, ele foi entrevistado pela **Folha** na frente da delegada Celina de Bonis, que administra a cadeia. Mesmo assim, anunciou que já marcou nova fuga. "Se o juiz não me soltar em três meses, eu fujo de novo", diz.

(GK)

Fotos Lula Marques/Folha Imagem



Rua do centro de Goiânia onde a reportagem da Folha simulou a contratação de pistoleiro



Gercinair está decepcionada com a Justiça



O deputado Edmundo Galdino (PSDB-TO)

MATADORES DE ALUGUEL

Pistoleiros cobram Cr$ 10 mi por assassinato

Folha simula a contratação de matadores no centro de Goiânia; negociação dura menos de 5 minutos

GUSTAVO KRIEGER e
LULA MARQUES
Enviados especiais a Goiânia

Contratar um assassino no Brasil pode ser uma tarefa mais simples que fazer compras ou engraxar os sapatos. Em menos de três horas, no centro de Goiânia (GO), a reportagem da **Folha** simulou a contratação de dois pistoleiros para cometer supostos assassinatos. A negociação de cada "contrato" durou menos de cinco minutos.

Os dois matadores se identificaram como policiais e se apresentaram pelos apelidos de "Rubão" e "Cabo". O preço cobrado não apresentou grande variação. Enquanto "Rubão" pediu Cr$ 11 milhões para cometer o crime em Brasília, "Cabo" fixou o serviço em Cr$ 10 milhões.

Este é o preço dos pistoleiros de Goiânia para assassinar uma "pessoa comum", segundo revelaram os dois matadores abordados pela reportagem. "Rubão" deixou claro que se o alvo fosse uma "pessoa importante, como um político, padre ou milionário", o preço subiria para Cr$ 30 milhões ou Cr$ 40 milhões "dependendo da dificuldade".

Na região do "Bico do Papagaio", que compreende o norte do Estado de Tocantins, sul do Pará e sudoeste do Maranhão, o preço da vida humana é ainda menor. A **Folha** apurou junto à polícia e a pistoleiros locais que a "tabela" dos matadores varia de Cr$ 2 milhões a Cr$ 3 milhões por uma vítima "comum" até Cr$ 20 milhões por um político "importante". A corretagem da morte é feita ao ar livre, em pontos centrais das cidades. Em Goiânia, os dois pistoleiros estavam a poucos metros da av. Anhanguera, uma das mais importantes da cidade.

Eram 12h40 quando a equipe da **Folha** chegou pela primeira vez ao ponto de reunião dos pistoleiros. Sem equipamentos ou qualquer identificação, o repórter e o fotógrafo pararam em um ponto de engraxates. O repórter disse ao engraxate que estava procurando alguém que lhe vendesse uma arma sem registro ou que fosse pistoleiro de aluguel.

Lustrando os sapatos

O engraxate indicou um homem moreno, de camisa azul, sentado sobre uma moto, a cerca de cinco metros de distância. Disse que era um policial chamado "Rubão" e que "topava qualquer negócio". Enquanto o repórter seguiu em direção da pessoa indicada, o fotógrafo pediu ao engraxate para lustrar os seus sapatos.

O repórter aproximou-se de "Rubão", que confirmou o apelido e a condição de policial. Disse que poderia vender um revólver calibre 38 "sem registro" por Cr$ 2,5 milhões. A seguir passou a sondar o suposto "cliente". Perguntou se usaria a arma e se teria "coragem" para isto.

O repórter respondeu que a arma seria para uma morte e demonstrou pouca vontade de fazer isto pessoalmente. "Rubão" disse que faria o serviço. Perguntou onde seria o crime e se o alvo era alguém "comum". Ao ser informado de que seria um trabalho "simples", mas em Brasília, pediu Cr$ 10 milhões pela morte e Cr$ 1 milhão "pela viagem".

"Rubão" pediu apenas duas coisas: a foto, com o nome e endereço da vítima e parte do pagamento adiantado. Quando o repórter perguntou que garantias teria que o serviço seria feito, o pistoleiro respondeu: "Este é um negócio de confiança. A garantia é a nossa vida. Se eu ou o senhor furar (sic), acaba aparecendo morto". A conversa durou pouco mais de três minutos e o suposto pagamento combinado para o dia seguinte. O "assassinato" foi acertado antes que o engraxate terminasse de lustrar os sapatos do fotógrafo.

Sem taxa extra

Às 15h10, a equipe da **Folha** voltou ao local. "Rubão" não estava, mas o mesmo engraxate indicou outro "pistoleiro grande da polícia", identificado como "Cabo". A conversa foi semelhante e o preço não mudou. Cabo queria Cr$ 10 milhões, mas não cobrava nenhuma taxa extra pelo serviço fora de Goiânia.

Mais desconfiado, Cabo preferiu conversar com o repórter em um beco na mesma rua. Nos primeiros dois ou três minutos de conversa apontou a arma para o peito do suposto "cliente". Depois, mais confiante, chegou a colocar a arma na mão do repórter, antes de guardá-la no cinto. O que seria o segundo contrato foi fechado em cinco minutos.

LEIA MAIS
Sobre pistoleiros às páginas 1-11 e 1-12

MERCADO

Campo concentra 10% dos crimes

Do enviado especial

O relator da CPI da Câmara dos Deputados que investiga os crimes de pistolagem, Edmundo Galdino (PSDB-TO), tem indícios de que os assassinatos de aluguel representam mais de um terço dos "crimes insolúveis" no país. O deputado afirma que "os matadores evoluíram para uma indústria do crime, altamente profissional e muito à frente da polícia".

Segundo Galdino, a morte hoje é uma indústria urbana. "Os assassinatos no campo, aos quais está ligada a imagem dos pistoleiros, não representam mais que 10% dos crimes de aluguel."

Galdino diz que a pistolagem hoje está ligada especialmente ao narcotráfico e contrabando de ouro. Um dos casos que está sendo investigado pela CPI é o assassinato do senador Olavo Pires, candidato ao governo de Rondônia, em 1990. Há indícios de que o crime seja ligado a traficantes.

A presença de pistoleiros como "seguranças" de garimpos também será investigada pela comissão de inquérito. O disfarce como "seguranças" encobriria a atuação destes pistoleiros como matadores a mando da chefia dos garimpos. Para o deputado, há uma rede de comunicação entre agenciadores de pistoleiros de diversas cidades. Isto permite que matadores atuem em outros Estados, aumentando sua segurança.

(GK)

'ÉTICA'

Pistoleiro pode matar pistoleiro

Do enviado especial

Há um "código de ética" limitando a concorrência entre os pistoleiros. Uma das regras é que pistoleiro pode matar pistoleiro, mas jamais entregar um "colega" para a polícia. Assim que alguém sofre um atentado feito por pistoleiros, sua família passa a ser procurada por outros matadores que se oferecem para justiçá-lo.

O deputado Edmundo Galdino (PSDB-TO) conheceu de perto o assédio. Em 85, levou quatro tiros do pistoleiro João Rosa Filho e ficou paraplégico.

Ainda no hospital, Galdino foi procurado por matadores que se ofereciam para assassinar o pistoleiro. Galdino se dispôs a pagar o preço exigido se, em vez de matar Rosa, os pistoleiros auxiliassem a polícia. Nenhum aceitou e um deles definiu a opinião geral: "Não vou fazer sacanagem com alguém e deixar vivo. Se é para matar eu mato. Se não é para matar, deixo em paz."

A amizade com um pistoleiro pode proteger uma possível vítima. Durante anos, nenhum pistoleiro ameaçou o sindicalista rural João Canuto, de Rio Maria (PA). O motivo era o temor do pistoleiro Neto, amigo da família. Neto foi morto aos 18 anos, quando contabilizava 26 assassinatos. Meses depois, foi a vez de Canuto ser morto. A família de Neto ainda guarda seu retrato empunhando uma carabina. Abaixo, a legenda: pistoleiro. (GK)

JUSTIÇA

Há 5 anos filha espera decisão

Do enviado especial

Gercinair Nunes Silvério, 31, dona de um pequeno salão de beleza em Goiânia, vive há cinco anos uma obsessão. Ver na cadeia os pistoleiros que assassinaram seu pai, Gerci Nunes da Silva. O crime aconteceu em 7 de julho de 1987 em Uiraçu (GO) e até agora o inquérito não foi concluído. Para ela, "mexer com a Justiça é tão decepcionante quanto mexer com pistoleiro".

O inquérito apontou como pistoleiros o cabo da PM (Polícia Militar) de Goiás, José Pereira Guedes, o soldado PM José Barbosa Macedo e o civil José Oliveira de Souza. Eles disseram ter recebido o equivalente a US$ 2,5 mil e um revólver 38. Como mandante, apontaram o comerciante Xavier Simões, de Uiraçu, para quem Gerci devia dinheiro.

Segundo Gercinair, Souza e Simões ainda não foram nem julgados. Os dois PMs foram condenados a 9 e 17 anos de prisão, mas estão em liberdade. Ela diz que houve proteção e mostra um documento do comando-geral da PM goiana que aponta o envolvimento de Macedo no crime mas diz que ele conta com "superproteção" de autoridades da polícia e que isto deve ser levado em conta no seu julgamento.

Gercinair se sente prisioneira. Com medo de um novo atentado, nunca sai de casa com as duas filhas e carrega sempre um revólver 38. (GK)

MORTE DE POLÍTICO PODE CUSTAR

40

milhões de cruzeiros, dependendo da "dificuldade", segundo pistoleiros de Goiânia (GO)

NA "TABELA" DO "BICO DO PAPAGAIO"

20

milhões de cruzeiros é o preço para se "encomendar" a morte de um político "importante"

OS MATADORES COBRAM ATÉ

3

milhões de cruzeiros por uma vítima "comum" na região do "Bico do Papagaio"

JB - Quinto 27/01/94



Os ladrões levaram máquinas de escrever, disquetes e reviraram papéis

Pastoral da Terra sofre novo assalto

A sede da Comissão Pastoral da Terra, na Glória, foi invadida na noite de ontem por um grupo que roubou duas máquinas de escrever e disquetes de computador. Os assaltantes picharam as paredes com ameaças de morte aos integrantes da comissão se eles denunciassem o roubo. Esta é a segunda vez em menos de um mês que a Pastoral é assaltada. Generosa de Oliveira, uma das coordenadoras do projeto, diz que prefere não acreditar em crime político: "Para mim, é um simples assalto".

Na semana passada, o padre Geraldo Lima, integrante da Pastoral, foi ameaçado de morte por um fazendeiro de Nova Iguaçu que mantinha em cárcere algumas crianças. Assustados e com medo de que os assaltantes voltem para levar os documentos e arquivos que sobraram, a comissão decidiu mudar de endereço. "Já estamos procurando outra casa para nossa sede", disse Generosa.

Enquanto isso, todo o material que sobrou está sendo guardado na garagem da casa de um dos empregados. O primeiro assalto foi no dia 7 de janeiro.

☐ **Cinco homens de 15 a 30 anos foram assassinados na madrugada de ontem, perto do bairro de Vila Velha, em São João de Meriti. Até o fim da tarde, os corpos não tinham sido identificados. Todos apresentavam marcas de tiro na cabeça e tronco e estavam perto de um aterro de lixo. O delegado da 64ª DP (São João de Meriti), Almir Fernandes Alonso, acredita que o crime esteja ligado ao tráfico de drogas.**

Reforma agrária: Câmara aprova projeto

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por voto simbólico dos líderes partidários, o projeto de lei complementar que regulamenta a reforma agrária no país. O projeto, que vai agora à sanção do presidente Itamar Franco, prevê que a União poderá desapropriar os imóveis rurais com baixo nível de produtividade, ou aqueles em que a terra não seja plenamente utilizada na produção agropecuária.

O texto estabelece que o imóvel rural tem de cumprir uma função social, definida como a exploração racional do solo, a preservação do meio ambiente e a aplicação da legislação trabalhista. Do contrário, poderá ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária. O pagamento do imóvel será feito com Títulos da Dívida Agrária (TDA), que terão prazo de resgate de até 20 anos, mas as benfeitorias realizadas na terra deverão ser pagas em dinheiro.

Os pequenos e médios imóveis rurais, com até 15 módulos fiscais, não poderão ser desapropriados se seu dono não tiver outra propriedade rural. Também estão de fora da reforma os imóveis que tenham sido adquiridos por via judicial em pagamento de dívidas e que estejam temporariamente na mão do credor, e aqueles onde estiverem sendo implantados projetos técnicos especiais.

O projeto estabelece que quem tiver sua terra expropriada permanecerá na posse do imóvel até que tenha sido julgado em última instância o recurso judicial impetrado pelo proprietário. Os partidos de esquerda tentaram eliminar o artigo, mas foram vencidos pela articulação da bancada ruralista, comandada pelos deputados Ronaldo Caiado (PFL-GO) e Fábio Meireles (PDS-SP). Se o presidente não vetar este artigo, o PT entrará com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), argumentando que ele fere a Constituição.

— O artigo 14 inviabiliza a realização da reforma agrária, pois a Justiça brasileira é extremamente lenta — argumenta o deputado Aluísio Mercadante (PT-SP).

O acordo fechado entre os líderes prevê que os partidos vão elaborar um projeto de lei, que tramitará em regime de urgência urgentíssima, para corrigir alguns pontos do texto aprovado ontem.

Quinta-Feira, 28 de janeiro de 1993 FOLHA DE S. PAULO

REFORMA AGRÁRIA

Ruralistas derrotam esquerda na votação

Da Sucursal de Brasília

A Câmara aprovou ontem o projeto que regulamenta os artigos da Constituição sobre reforma agrária. Na questão mais polêmica, relativa aos critérios de prioridade para as desapropriações, a bancada ruralista conseguiu derrotar a esquerda. O líder do governo, Roberto Freire (PPS-PE), admitiu que o presidente Itamar Franco poderá vetar esse trecho.

Segundo o texto, terão que ser desapropriadas em primeiro lugar as fazendas que apresentarem menor taxa de utilização da terra, critério a ser aplicado em nível nacional. O governo não poderá desapropriar uma fazenda que tenha, por exemplo, 50% de suas terras ociosas, enquanto houver propriedades com grau de ociosidade maior.

O Senado havia aprovado uma emenda ao projeto exigindo que o critério fosse aplicado por microrregiões definidas pelo IBGE. Apoiada pelos partidos de esquerda, essa emenda daria maior liberdade ao governo na execução dos planos de reforma agrária.

Os líderes dos partidos —exceto os do PT e do PSB— concordaram em rejeitar a emenda do Senado, fazendo prevalecer o texto original votado pela Câmara no ano passado.

JB 28/1/93

Sem-terra em greve de fome

Mais de 200 sem-terra gaúchos iniciaram ontem uma greve de fome de quatro dias em protesto pela demora dos governos federal e estadual no assentamento das 1.433 famílias acampadas no Rio Grande do Sul, além da falta de financiamento e apoio das autoridades para outros 3.300 assentados, que não podem preparar a terra e começar a plantar. Em Pelotas, 30 deles, entre os quais três mulheres, montaram duas barracas em frente à prefeitura, e tomam apenas água. O mesmo ocorre em outras nove cidades.

JORNAL DO BRASIL

8 • sexta-feira, 22/1/93

Sem-terra de 10 cidades fazem jejum

PORTO ALEGRE — Mais de 200 colonos sem-terra realizarão um jejum de quatro dias, na Capital e em outras nove cidades do interior gaúcho, em protesto à morosidade das ações dos governos federal e estadual nos assentamentos no estado. Eles vão reivindicar uma audiência com o presidente Itamar Franco, a quem pedirão uma solução urgente para as 1.433 famílias de agricultores acampadas, além da falta de crédito para outras 3.100 famílias assentadas.

Além do jejum estão prevista para este ano outras mobilizações, que incluam até novas invasões de terras, segundo seus líderes, que querem pressionar o governo federal pela implantação definitiva da reforma agrária.

O jejum será iniciado às 16h30 do dia 25 na Avenida Borges de Medeiros, no Centro da Capital. Na Praça da Matriz, os 30 participantes permanecerão deitados por quatro dias. Outros 170 colonos farão o jejum em Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santo Ângelo, Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo e Erechim.

Câmara fecha acordo da reforma agrária

BRASÍLIA — Depois de muita conversa e três reuniões, os líderes na Câmara dos Deputados fecharam um acordo para aprovação do projeto que regulamenta a reforma agrária, aceitando algumas das emendas do Senado. Contra todas as emendas estavam os deputados Ronaldo Caiado (PFL-GO) e Fábio Meireles (PDS-SP). PT e PSB não ficaram satisfeitos com o texto aprovado.

Das 22 emendas aprovadas no Senado, 11 foram aprovadas. Projeto de lei complementar, aprimorando o texto aprovado, também entrou no acordo. As pastagens nativas, por exemplo, terão um grau de utilização definido para serem consideradas produtivas. Esse projeto também baixará de três para dois anos o prazo para que as propriedades adquiridas por via judicial fiquem insuscetíveis.

O líder do governo, Roberto Freire (PPS-PE), alertou os deputados que Itamar Franco poderá vetar artigos que considerar restritivos à ação do Executivo.

O que foi aprovado

Emenda nº 1 — Logo no segundo artigo do texto estará explícito que "a propriedade rural que não cumprir a função social é passível de desapropriação", o que abrange terras produtivas. Isso significa que mesmo produzindo, o fazendeiro poderá ter suas terras desapropriadas se descumprir a legislação trabalhista e ambiental ou mesmo se não favorecer "o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores".

Emenda nº 9 — Entre as terras "efetivamente utilizadas" estão incluídas as pastagens nativas e plantadas com o acréscimo de que será "observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo". Esse índice é uma garantia de que pastagens vazias não serão consideradas produtivas. Contudo, o acordo entre os líderes partidários incluiu um projeto de lei que deverá excluir desse artigo as pastagens plantadas, partindo do pressuposto de que não se planta capim à toa.

O que foi rejeitado

Emenda nº 18 — Suprimia o artigo 15 do projeto, que torna "insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária" as propriedades adquiridas por via judicial e ainda considera de "domínio temporário o imóvel adquirido para posterior venda e realização de capital para ressarcimento de crédito junto ao devedor, em um prazo de 3 anos". O artigo ficou mantido, beneficiando, sobretudo, bancos de crédito rural.

Emenda nº 19 — Derrubava o dispositivo que determina que a desapropriação de imóveis rurais obedeça a uma ordem de prioridade de acordo com o grau de utilização em todo o território nacional. Esse dispositivo foi mantido contra a vontade do PT e PSB, que defendiam que o grau de utilização fosse definido regionalmente. Segundo esses partidos, o nível de utilização nos confins da região Norte, por exemplo, é bem mais baixo do que no Sul, o que resulta em reforma agrária apenas no Norte. Para o PT, o dispositivo mantido praticamente inviabiliza a reforma agrária.

Estados contra IPMF

O governo federal vai travar uma guerra hoje, durante o segundo turno de votação do ajuste fiscal na Câmara, contra os governadores que querem mudar cinco pontos do projeto. Eles querem que estados e municípios fiquem isentos do pagamento do IPMF, a manutenção do Adicional de Imposto de Renda e do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis (IVVC) — com extinção prevista para 1995. Também pretendem suprimir a proibição para que estados e municípios emitam títulos para aumentar sua dívida de 1º de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1999 e querem continuar recebendo uma parcela do Imposto de Renda pago por servidores federais.

"O governo não tem mais no que fazer acordo. A votação começa amanhã (hoje)", disse o líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE). Apesar da disposição de Freire, os parlamentares que apóiam a versão aprovada no primeiro turno acreditam que o projeto só deverá ser apreciado se houver mais de 400 deputados em plenário, para evitar surpresas. "A imunidade para estados e municípios está ganhando força. Mas o PSDB está contra qualquer mudança, porque significa mais gastos", afirmou o líder José Serra (SP). A única alternativa para que estados e municípios fiquem isentos do pagamento do IPMF é abrir exceção também para templos e partidos políticos. O fim da imunidade para estes setores está previsto no mesmo inciso do projeto já aprovado, que, no segundo turno, poderá ser apenas suprimido e não, alterado.

Duelo chega à Sudene

■ ACM e Jutahy vão se encontrar amanhã em Recife

RECIFE — Envolvidos nos últimos dias num duelo verbal de alto calibre, o ministro do Bem Estar Social, Jutahy Júnior, e o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, vão estar lado a lado pela primeira vez, desde o início das animosidades mútuas. O encontro se dará amanhã, durante reunião do conselho deliberativo da Sudene, cujo superintendente, Cássio Cunha Lima, confirmou a presença do ministro. A assessoria do governador assegurou que ele também vai participar.

Outros ministros que estão sendo esperados são o da Integração Regional, Alexandre Costa, e o da Saúde, Jamil Haddad. O senador Beni Veras (PSDB-CE), relator da Comissão das Disparidades Regionais, teve sua presença anunciada pela Sudene, mas não comparecerá. Se viesse, o clima da reunião ficaria ainda mais nervoso. Veras despertou iradas reações em Pernambuco, depois que propôs a transferência do Finor (hoje gerido pela Sudene) para o BNB. "É uma posição cearense", afirmou ao **JORNAL DO BRASIL** o governador Joaquim Francisco. A sede do BNB fica em Fortaleza.

"A Sudene enfrenta escassez de recursos, mas não de ressonância política", disse Cássio Lima. No encontro serão apreciados seis projetos.

JORNAL DO BRASIL • OPINIÃO • sexta-feira, 29/1/93 • 11

Dom Lucas, O.P.

ANTONIO CARLOS VILLAÇA *

Certa noite, em 1951, o padre-mestre frei Estêvão Cardoso de Avelar (hoje, bispo-emérito de Uberlândia) me convidou para ir com ele esperar na rodoviária de São Paulo um jovem frade dominicano , que chegava da França. Tinha 26 anos. Chamava-se frei Lucas Moreira Neves. Era mineiro de São João del Rei.

Ele desembarcou de um ônibus da Pássaro Marrom e trazia duas malas. Ordenara-se presbítero a 9 de julho de 1950. Sim, era um rapaz, um padre novo. Mas trazia muitas notícias, informações, leituras, contatos, e nos foi contando tudo isso, naquela noite, entre a rodoviária e o Convento de Santo Alberto Magno, dos Dominicanos, na rua Caiubi, 126, no Alto das Perdizes.

Muitas idéias e um senso poético, que nunca o abandona. Porque frei Lucas é um poeta e ama tanto os poetas, de Saint-John Perse a Marie Noel, de Péguy a Claudel, de Drummond a Murilo. O mineiro, que se parece muito com Mário de Andrade e Fábio Lucas, logo se revelou um escritor vivaz e um orador extremamente comunicativo. Havia em São Paulo nesse tempo, entre os Dominicanos, dois grandes oradores, excepcionais, inolvidáveis. Frei Benevenuto Santa Cruz, muito amigo da poesia de João Cabral, um orador fora do comum, impetuoso, cortante, que dizia palavras realmente originais. E frei Reginaldo Alves de Sá, que pertencia e pertence à ordem das naturezas geniais, dos grandes solitários, algo trágicos, orador de uma força impressionante, mas conciso a mais não poder.

O jovem frei Lucas logo se incorporou a essa dupla, como um dos grandes oradores da casa, uma das estrelas dessa oratória sacra diferente, vigorosa, provocante. O.P., isto é, Ordem dos Pregadores.

Quantas vezes conversamos nas alamedas da velha chácara do convento. Frei Lucas, o conversador inesgotável, infatigável. Frei Reginaldo mora, hoje, no Convento de Santo Tomás de Aquino, aqui no Leme. É um arabista. E qualquer dia desses falarei da volta do arabista, que morou no Cairo por 30 anos quase.

O hoje cardeal-primaz estudou (para sorte dele) com os dominicanos de Saint-Maximin, o célebre convento de estudos, em que ensinou o exegeta Lagrange. Mas nosso frei Lucas não pegou mais ali o sábio hermeneuta, que morreu em 1938.

Mas foi, sim, aluno de um Michel Labourdette, que escreveu para Pio XII a enciclica *Humani Generis*, de 1950, exatamente o tempo ali de irmão Lucas. *Frère Luc*. Mas o seu verdadeiro nome não é Lucas. É Luís. Lucas é o seu nome de religioso, que recebeu ao entrar para o noviciado, vindo dos seus estudos severos de humanidades em Mariana. Que belo eixo — Mariana e Saint Maximin...

Sua formação doutrinal é excelente. Estudou com os dois irmãos Nicolas, Joseph e Jean Hervé, um voltado mais para a literatura, para Bernanos ou Bloy, outro mais entregue à teologia moral, em que se tornou mestre de nome internacional. Foi também aluno do rubicundo Philipon, que conheci aqui no Rio, em 1954, autor de dois livros clássicos sobre as místicas Teresa de Lisieux e Isabel da Trindade.

Saint-Maximin era tudo isso. Era a sede da *Revue Thomiste*, fundada em 1893 por Mandonnet e Sertillanges. Como Jacques Maritain gostava do grupo de Saint-Maximin. Eis um verdadeiro núcleo tomista, dizia ele, com fervor. E ali pertinho a gruta da Sainte-Baume, onde frei Lucas se deve ter recolhido tantas vezes, no silêncio, na solidão, para meditar, para rezar, para ouvir o indizível, o inefável.

O nosso dom Lucas me lembra muito o dominicano Sertillanges, que era membro do Instituto de França, da Academia de Ciências Morais e Políticas, exatamente como o nosso Alceu Amoroso Lima, ali proposto por um filósofo como Gabriel Marcel. Sertillanges era simultaneamente rigor e abertura, passado e futuro, fidelidade doutrinal e diálogo com o mundo. Baste dizer que era um evolucionista.

Dom Lucas recebeu no Pontifício Instituto Angélico de Roma o título de doutor *honoris causa*. Sim, o Angélico em que lecionou por tantos decênios o famoso teólogo Garrigou-Lagrange, que al foi professor de um jovem polonês, em 1948, Carol, que seria o nosso João Paulo II. A tese de doutorado do futuro papa teve como orientador o padre Garrigou e era sobre São João da Cruz.

O dominicano dom Lucas pregou o retiro quaresmal do papa e dos cardeais da Cúria, em fevereiro de 1980. Suprema distinção. Durante 13 anos, morou em Roma. Foi secretário da Congregação dos Bispos e do Colégio dos Cardeais. E vice-presidente do Conselho dos Leigos. A Cúria Romana não tem segredos para ele.

Um grande leitor. Leu com volúpia o estudo de Allo sobre o Apocalipse. Leu a extraordinária *Meditação sobre a Cruz*, de Chardon. E as cartas do cardea' de Bérulle, que eram o livro de cabeceira de Paulo VI. Sua igreja titular em Roma é a do Aventino, que já fora a igreja do cardeal Arcoverde, em 1905, a de dom Sebastião Leme, em 1930, e de dom Jaime Câmara, em 1946.

* Escritor, membro do IHGB, do Pen Clube do Brasil e da Academia Brasileira de Filosofia

Porto Alegre — Objetiva Press



☐ *Enquanto os sem-terra (foto) encerravam ontem à tarde um jejum de quatro dias conseguindo marcar audiência com o presidente Itamar Franco, no próximo dia 2, o dono da Agropecuária Kist, Rudio Kist, de Nonoai, pedia nas rádios a devolução de sua propriedade, invadida no ano passado e até agora ocupada por colonos, apesar de a Justiça ter concedido reintegração de posse. "Minha fazenda produzia soja, arroz, milho e tinha gado. Agora não posso trabalhar porque roubaram minha propriedade e nenhuma autoridade me ajuda", desabafou Kist.*

Sem-terra pedirão veto de 3 artigos da reforma agrária

BRASÍLIA — O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vai solicitar ao presidente Itamar Franco, em audiência confirmada para o dia 2 de fevereiro, que vete três artigos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados regulamentando a reforma agrária no Brasil. "Esses artigos inviabilizam a reforma agrária", acusa Egidio Brunetto, da direção nacional do MST. "O presidente tem uma grande oportunidade para mostrar à opinião pública que pretende fazer reforma agrária e, para isso, precisa vetar os artigos que inviabilizam a reforma", emendou.

Para Egidio Brunetto, o MST vai se bater para que Itamar Franco vete o artigo 14º do texto, que estabelece que o latifundiário que tiver sua fazenda desapropriada poderá permanecer no imóvel até o fim do julgamento na última instância da Justiça. "Temos desapropriações que estão há mais de 10 anos rolando na Justiça, como o caso da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul", justificou Brunetto, atacando também o artigo 15º, que proíbe o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de desapropriar fazenda que tenha sido recebida por bancos como pagamento de dívidas num prazo menor do que três anos. "Esse artigo foi feito apenas para defender os bancos", critica o dirigente do MST.

Mas, para o MST, o principal entrave à reforma agrária consta de um parágrafo do artigo 17º: "A ordem de desapropriação será por prioridade de imóveis mais mal utilizados a nível nacional." "A UDR deve estar fazendo festa com a aprovação desse parágrafo", presume Egidio Brunetto. "A aprovação desse texto vai dar margem para que os fazendeiros que tenham suas terras desapropriadas recorram sempre à justiça com a seguinte alegação: há uma fazenda lá nos cafundós, no Acre, mais mal utilizada que a minha."

Ministro acelera processos

Sem comemoração, foi aprovado esta semana no Congresso Nacional uma reivindicação de décadas da esquerda brasileira: o projeto que regulamenta a reforma agrária no país. O ministro da Agricultura Lázaro Barbosa, disse ontem que estava "muito feliz" e que a aprovação do projeto evidencia "o grau de maturidade e inteligência dos parlamentares".

Assim que o presidente Itamar Franco sancionar a lei, o ministro pretende dar andamento a 100 processos de desapropriacão de cerca de um milhão de hectares, que estavam parados por falta de legislação específica. Ele também já determinou que Incra acelere o reassentamento de 600 famílias em área desapropriada correspondente a 7 milhões de hectares.

Para que a reforma agrária aconteça de fato serão necessárias ainda algumas leis complementares. A aprovação dessas leis faz parte do acordo feito entre os deputados na noite de quarta-feira. Uma delas deve definir o índice médio de rendimento de cada produto, em cada microrregião homogênea, para que se possa avaliar o Grau de Eficiência de Exploração (GEE) na propriedade. Isso determinará se a terra é ou não passível de desapropriação.

Na noite de quarta-feira, os deputados negociaram ainda outras modificações no texto final, que dependerão de veto do presidente e de novos pequenos projetos. O prazo para que terras adquiridas por via judicial estarem insuscetíveis de desapropriação deve baixar de 3 anos (como está no projeto aprovado) para dois. Há também um outro dispositivo que determina que as terras serão desapropriadas de acordo com seu GUT, seguindo porém uma prioridade que abrange todo o território nacional. "Isso beneficiaria terras improdutivas no sul do país — por terem maior grau de utilização — e prejudicaria terras que têm produtividade mais baixa", explicou o deputado Amaury Muller (PDT-RS).

JB. 25/01/93

31

Deputados pedem que Itamar revogue expulsão de padre

RECIFE — Os deputados Fernando Lyra (PDT-PE) e Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) encaminharam ao presidente Itamar Franco um pedido de revogação do decreto de expulsão do padre italiano Vito Miracapillo, pivô do maior atrito entre a corrente dita progressista da Igreja Católica, e os governos militares. O padre foi expulso do Brasil em 1980, após se recusar a celebrar missa de ação de graças no dia 7 de Setembro, por considerar que o Brasil não conquistara ainda sua efetiva independência. A atitude deu causa a inquérito policial, prisão domiciliar e decreto de expulsão do país assinado pelo presidente João Figueredo.

Os menos de dois meses que decorreram entre a recusa do padre e sua expulsão do país foram marcados por protestos e tumultos. Um grupo de 30 usineiros, com mais de 60 capangas armados, chegou a invadir uma igreja quando mais de três mil fiéis participavam de uma missa de solidariedade a Miracapillo.

Hoje pároco em uma província de Bari, na Itália, o padre disse a amigos brasileiros que gostaria de ter autorização para visitar o país.

JB. 21/1/93

Freire pede por padre expulso em 80

RECIFE — O líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS/PE), defendeu ontem a revogação da expulsão do padre italiano Vito Miracapillo, determinada no governo do general Figueiredo. Segundo Freire, a medida seria coerente com o governo Itamar Franco e representaria "um desagravo a uma injustiça".

O pedido de revogação foi encaminhado na sexta-feira ao ministro Maurício Correia, da Justiça, pelos deputados Fernando Lyra (PDT/PE) e Sigmaringa Seixas (PSDB/DF). Os dois atenderam a sugestão do bispo Acácio Rodrigues Alves, ao qual o padre era subordinado. Ao ministro — que na época da expulsão, outubro de 80, era presidente da OAB-DF e impetrou habeas-corpus requerendo a suspensão da medida — caberá elaborar parecer sobre o caso.

Hoje com 45 anos e morando na Itália, padre Vito foi expulso com base no então recém-criado Estatuto dos Estrangeiros, por ter-se recusado a celebrar missa de ação de graças no 7 de setembro.

FOLHA DE S. PAULO Quinta-Feira, 21 de janeiro de 1993

Alcide Filho/Divulgação



Área de mangue no rio Parnaíba na divisa com o Piauí

Projeto vai preservar delta do rio Parnaíba

Da Agência **Folha**, em São Luís

Os governos do Maranhão e do Piauí e o Ibama executarão um projeto de preservação do meio ambiente e desenvolvimento do turismo na região do delta do rio Parnaíba, uma área de 2.700 km2 na divisa dos dois Estados. Serão investidos na área Cr$ 42 bilhões, divididos entre os dois governos e o Ibama.

Com mais de 80 ilhas, dunas e manguezais, o delta do Parnaíba vem sofrendo constantes agressões com a retirada de madeira, destruição dos mangues e pesca predatória, principalmente de caranguejos.

Reforma fiscal para quem?

*José Fortunati**

Sob o impacto do agravamento da crise econômica e social, a discussão sobre a necessidade de uma urgente reforma fiscal vem ganhando cada vez mais espaço junto à população brasileira.

Com o afastamento do presidente Fernando Collor, o país se defrontou com a falta de recursos para que o Estado possa contemplar, minimamente, as demandas originárias das áreas sociais, principalmente no que diz respeito à Saúde, à Educação e à Previdência.

Infelizmente, sempre que problemas desta natureza são levantados – falta de recursos por parte do Tesouro da União –, soluções simplistas são buscadas, todas elas visando colocar a mão no bolso do contribuinte assalariado. Poucos são os que se preocupam em formular um diagnóstico mais profundo sobre o tema. Entendo que a reforma tributária não pode ser vendida como um santo remédio capaz de curar todos os males que se abatem sobre o país, mas é inequívoca a sua importância para o restabelecimento de um mínimo de justiça social para os mais de 100 milhões de brasileiros, que hoje são tratados como cidadãos de segunda categoria.

Dentro desta ótica, é fundamental que se pense uma nova ordem tributária balizada por alguns pontos fundamentais:

1) recuperação da credibilidade dos que administram as finanças pública:

2) imediata simplificação da parafernália burocrática existente na administração tributária;

3) reaparelhamento da máquina arrecadadora estatal;

4) garantia de um mínimo de recursos que torne viável o cumprimento das funções de Estado.

O presidente Itamar Franco, ao remeter sua proposta de reforma tributária ao Congresso Nacional procurou, ao menos em parte, atender a estes pressupostos. Mas, ao contrário do que se tem comentado, o ônus da reforma vai mais uma vez atingir o assalariado, seja ele de baixa ou média renda, através do chamado Imposto Seletivo e do redesenhado IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (o popularmente chamado Imposto sobre Cheques).

Apesar de partir para a ofensiva contra os sonegadores mediante o instrumento da quebra do sigilo bancário, o gôverno continua tímido no que diz respeito à reestruturação da Receita Federal. Antes de mais nada, o Poder



Executivo deve[illegible]instrumentalizar para cobrar com [illegible] os sonegadores.

Alguns dados são esclarecedores. O tamanho do PIB nacional gira em torno dos US$ 400 bilhões. O setor público recolhe hoje, através do sistema tributário, em torno de US$ 96 bilhões, cerca de 24% do PIB, quantia insuficiente para tocar a máquina pública. A própria R[illegible]ita Federal admite que o nível de sonegação ultrapassa, hoje, a casa dos 50%. Ou seja, para cada dois cruzeiros devidos ao fisco, um é sonegado.

Não podemos esquecer que o assalariado é obrigado ao pagamento religioso dos impostos, seja de forma direta, através do Imposto de Renda, seja indiretamente, através da aquisição de qualquer produto de consumo. Ocorre que, ao pagar o imposto que incide sobre um quilo de feijão adquirido no supermercado, por exemplo, o trabalhador não tem qualquer garantia de que o empresário que recolhe o tributo associado ao preço vai repassá-lo aos cofres do Poder Público.

Reforma Emergencial

O PT, procurando dar sua contribuição ao debate sobre as reformas em pauta, apresentou as seguintes propostas de cunho emergencial para a área fiscal. Estas propostas, além de cumprir a finalidade arrecadatória, buscam também a retomada do crescimento econômico.

1) aprimoramento da ação dos órgãos de administração e recolhimento de tributos, com vistas à redução da sonegação e maior agilidade na cobrança da dívida ativa;

2) ampliação da base tributária, buscando atingir os segmentos que pouco ou nada contribuem;

3) desoneração dos investimentos produtivos;

4) elevação das alíquotas do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas nas fatias de maior poder aquisitivo;

5) redução da incidência de tributos indiretos sobre os setores da economia detentores de maior elasticidade sobre o preço da demanda;

6) redução seletiva de impostos indiretos, vinculada a metas de preços, investimentos e produtividade;

7) revisão de alguns instrumentos legais, como a Lei 8.200, que tem provocado a erosão da base tributária nacional.

Finalizando, é necessário destacar que não adianta buscar fórmulas mágicas, que terminam implicando em maior penalização do assalariado. Historicamente, os impostos são pagos, em sua maior parte, pelos cidadãos. As empresas têm sido meras recolhedoras de tributos, sendo notório que grande parte delas se apropria destes valores para elevar criminosamente suas margens de lucro. Enquanto esta lógica perversa não for modificada, qualquer tentativa de ajuste fiscal ou reforma tributária terminará onerando ainda mais o bolso do assalariado.

---

* Deputado federal do PT/RS.

JORNAL DA
Cidadania

AÇÃO CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA
BASE

Ano 1 – Nº18 – 16 a 30 de junho de 1995

Meio ambiente: um espaço público

Mural

● Fórum define novos rumos da Ação 11



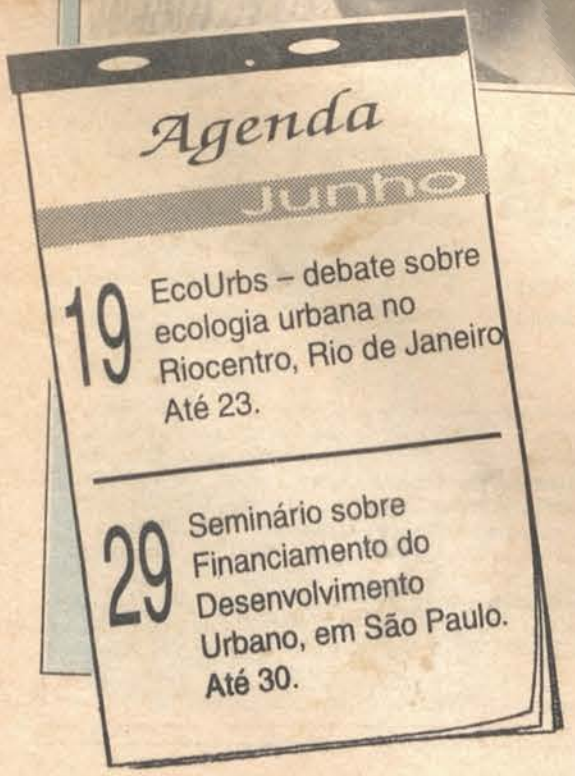
EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA/ OCUPAÇÃO DA FAZENDA CASA ALTAS, ITAGUAÍ/RJ

CEDIM

Ruralistas & Governo

Uma aliança perigosa

Trabalhadores sem terra e entidades de apoio cobram compromissos do governo 3



Brasil AFORA

Habitat II

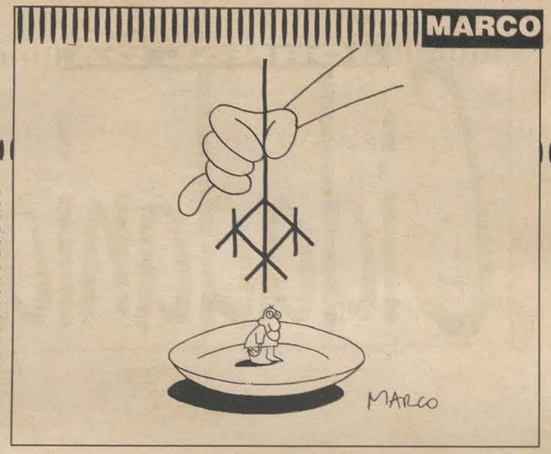
Representantes de prefeituras de todo o Brasil estiveram reunidos nos dias 30 e 31 de maio, no Rio de Janeiro, juntamente com organizações não-governamentais, lideranças comunitárias e instituições da área de construção civil para o Seminário Nacional sobre Habitação e Questão Fundiária Urbana. O encontro, organizado pela prefeitura do Rio de Janeiro, fez parte das comemorações da Rio 95 e é preparatório para a Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), que será realizada em junho de 96, em Istambul.

O Rio de Janeiro é a segunda etapa de uma série de encontros promovidos pelo Comitê Nacional Habitat II, que deverá reunir em um único relatório todas as reflexões apontadas nos seminários, a partir de documentos técnicos preparados por consultores especializados nas questões habitacionais e discutidos em conjunto com a sociedade civil.



Outra parte importante da Rio 95 foi o Encontro Latino-Americano de Preparação para o Habitat II, do qual participaram associações latino-americanas e os prefeitos de Montividéu, Quito, Santiago do Chile, Córdoba, Assunção e Medellin, entre outros.

Os quatro grupos de trabalho, formados por representantes de várias cidades latino-americanas, conduziram os debates em torno dos seguintes pontos-chave: pobreza urbana e políticas locais; papel econômico e produtivo das cidades; o meio ambiente urbano; e a governabilidade e participação das cidades.



Ação ampliada

O programa semanal "Cidadania", veiculado desde abril deste ano pela TV-E, no Rio de Janeiro, às terças-feiras, às 22h30, ganhou novo espaço. Apresentado pelo articulador nacional da Ação, Betinho, o programa pode agora ser assistido pelos moradores de São Paulo, através da TV Cultura. A transmissão acontece sempre às quartas-feiras, às 23h30, com reprises às 11h de sábado. Além dos debates, o público assiste a depoimentos pré-gravados e casos ilustrativos do tema em questão.

CPI do desperdício

O deputado Carlos Cardinal (PDT-RS) já conseguiu as assinaturas de 200 congressistas para garantir a realização da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – do Desperdício (conforme noticiou esta coluna na edição número 17). De acordo com o levantamento organizado pelo deputado, perdem-se, em toneladas, cerca de 2 milhões de grãos de arroz, 1 milhão de trigo, 198 mil de farinha de mandioca e 54 mil de fécula de mandioca. Ao todo, são quase 12 milhões de toneladas de grãos perdidos que poderiam beneficiar até 40 milhões de pessoas durante um ano.

O Rio Grande do Sul é o estado em que os números do desperdício são maiores: 3 milhões de toneladas de grãos estão se estragando e boa parte já perdeu seu valor comercial. Esses grãos fazem parte do estoque do governo, utilizado como regulador de preços ou no caso de calamidades. O objetivo da comissão é descobrir onde há comida armazenada e obrigar o governo a distribuí-la à população pobre.



Geração de renda

Foi lançado no final de maio o livro "Trabalho e Renda: Ações institucionais de fomento no Brasil", uma publicação que tem como objetivo difundir o sistema informatizado de dados sobre trabalho e renda: o sistema Geração. Dividido em cinco capítulos e três anexos, o livro descreve a metodologia utilizada no levantamento do banco de dados e analisa características e tendências das experiências levantadas e modalidades de apoio fornecidas pelos órgãos de fomento, além de trazer a relação de entidades que constam no sistema (atualizadas até 31 de janeiro de 95).

A Fase está constantemente atualizando essas informações e qualquer contribuição poderá ser feita diretamente à entidade. O banco de dados está disponível em disquetes para instalação em microcomputador ou através de consulta direta na Fase.

Para mais informações, procurar a Fase: Rua Bento Lisboa, 58 - Catete – Rio de Janeiro -RJ CEP: 22221-011 Tel: (021) 285-2998.

Telecurso 2000

Levar o ensino profissionalizante a distância para as 96 escolas da rede oficial de escolas técnicas federais de todo o Brasil. Esse é o desafio do novo programa Telecurso 2000 que, além das aulas de Primeiro e Segundo Graus, passará a oferecer, já no próximo semestre, cursos de mecânica. O projeto é uma parceria do governo federal com a Fundação Roberto Marinho e a iniciativa privada, através do Senai e da Fiesp.

O Ministério da Educação lançará também o programa TV Escola, que pretende levar o curso básico de ensino a distância, utilizando a rede de TVs Educativas do país. Na primeira etapa, 30 mil escolas localizadas em pontos mais distantes deverão ser beneficiadas.

JORNAL DA Cidadania

Ano I — Nº 18 ■ 16 a 30 de junho de 1995
Uma publicação do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – para a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida
Apoio
União Européia, Embaixada Britânica

Conselho Editorial: Herbert de Souza/ Betinho (Presidente); Ana Maria Machado, Barbosa Lima Sobrinho, Celso Japiassu, Emerson Kapaz, José Domingos Cardoso/ Ferreirinha, Jurandir Freire Costa, Luís Fernando Ferreira Levy, Muniz Sodré **Diretor Responsável:** Cândido Grzybowski **Diretora Executiva:** Ilda Santiago **Diretor de Operações:** Manoel Lapa e Silva **Diretor Financeiro:** John Schlanger **Editora:** Sonia Aguiar (MTb 12.720) **Editora Interina:** Márcia Lisboa (MTb 17.615) **Redação:** Ana Bittencourt (redatora), Ana Redig (repórter) e Robson Almeida (estagiário) **Colaboradores:** Carla Rodrigues, Catherine Vieira, Fernanda Carvalho **Serviços de Informação:** AlterNex e InterPress Service (IPS) **Projeto Gráfico/ Editoração Eletrônica:** Rama Artes Gráficas **Fotolito e Impressão:** Tipológica Comunicação Integrada - Rio de Janeiro **Tiragem:** 200 mil exemplares - distribuição gratuita - circulação quinzenal **Promoção e Circulação:** Achiles Roque e Laires Carvalho **Endereço para Correspondência:** Rua Vicente de Souza, casa 34/ 2ºandar - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP22251-070 - Tel. (021) 286-9873 ou 286-6161 ramal 217 - Fax: (021) 286-6464 (com secretária eletrônica) – **Correio Eletrônico:** jcidadania@ax.ibase.org.br

● As opiniões de colaboradores externos não traduzem necessariamente a posição do IBASE e da Ação da Cidadania

JORNAL DA
Cidadania

Ano 1 – Nº20 – 16 a 31 de julho de 1995

AÇÃO CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA
IBASE

● Aumenta a pobreza na América Latina 3



ORLANDO VALENÇUELA/NICARÁGUA

País perde 1 bilhão de litros de leite humano 8

Europa faz campanha contra o racismo 5



AGROVANDO OLIVEIRA/FAVELA DO VIADUTO/NATAL-RN

Somente 3,2% dos domicílios rurais têm condições adequadas de moradia

Um lugar para morar

Brasil se prepara para a conferência mundial sobre habitação

Mural

Empregos em pauta

Criar uma rede institucional que gere debates e oriente para a definição de políticas públicas, além de dar suporte para projetos de geração de trabalho e renda. Com este objetivo, organizações governamentais e não-governamentais, fundações, universidades, Comunidade Solidária, Ministério do Trabalho e Ação da Cidadania se reuniram, entre os dias 20 e 22 de junho, em Brasília, no Seminário de Geração de Renda, Trabalho e Cidadania. Foram apresentados relatos de diversos projetos que estão sendo realizados em todo o país, o que trouxe a confirmação de que a falta de integração é um ponto-chave a ser trabalhado.



O Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (Napp), um dos organizadores do evento, está elaborando um documento-síntese do seminário e uma agenda para as próximas discussões. Na pauta estão temas como crédito, capacitação profissional, legislação e circulação de informações. A este respeito, a ONG Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) já está colaborando: coloca à disposição de qualquer interessado a primeira versão de um cadastro de experiências de emprego e renda. O kit Sistema Geração é composto por três disquetes e um manual impresso e custa R$ 30. Quem quiser adquiri-lo basta ligar ou escrever para a Fase Distribuições, que fica na Rua da Palmeiras 90 – Botafogo – Rio de Janeiro – CEP: 22270-070. O telefone é (021)286-1598 e o fax (021)286-1209.



Saindo do anonimato

Quantos são os moradores das ruas cariocas ? De onde vêm? Quem são? Por que se encontram nas ruas? Como sobrevivem? O que desejam? Estas são algumas perguntas que os pesquisadores Jaerson Lucas Bezerra e Ciro Torres, do IBASE, pretendem responder com a pesquisa "Moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro: a visibilidade dos anônimos". O projeto foi concluído no final de maio e está sendo apresentado a parceiros que possam financiá-lo. Na sua justificativa, os pesquisadores lembram que só existem algumas estimativas sobre essa população, que nunca foi estudada e qualificada, e sobre a qual também não há quase bibliografia disponível.

"Pode-se induzir que 'morar na rua' com as alarmantes características atuais é fato relativamente novo. Temos conhecimento apenas de estudos realizados sobre moradores de ruas nas cidades de São Paulo e Porto Alegre. No Rio, tentamos buscar informações nas secretarias municipais, ONGs e órgãos que se ocupam da assistência social, mas o esforço resultou em nada", afirmam Jaerson e Ciro. Para eles, as causas mais importantes do aumento do número de desabrigados é a redução de investimentos nos setores que empregam muita mão-de-obra e a falta de uma política habitacional para as classes mais pobres.



"Morar na ruas da cidade do Rio de Janeiro significa ocupar espaços públicos: calçadas, praças, praias, marquises de edifícios; ou áreas de risco tais como viadutos, terrenos situados em encostas ou na beira dos rios. A segregação social destes moradores é acompanhada por medo, solidão, doença e violência.

Estes moradores estão expostos à indiferença das pessoas, às intempéries, à sujeira e à violência" – diagnosticaram os pesquisadores do IBASE. Eles defendem a necessidade urgente desse tipo de investigação para que os moradores de rua possam ser reintegrados à sociedade, garantindo seus direitos básicos. Por isso, não pretendem se limitar a contar e a qualificar essa população. Entre os objetivos do projeto está a proposição de medidas para uma ação pública capaz de enfrentar o problema.

Municípios na Ação

Em meados de junho, entrou na sua segunda fase a pesquisa sobre a participação das prefeituras brasileiras na Ação da Cidadania, promovida pelo IBASE, em parceria com o Ibam – Instituto Brasileiro de Administração Municipal – e o Sebrae – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas. Dos 4.974 questionários enviados, 638 (12,8%) retornaram preenchidos – um índice considerado bom, dada a grande quantidade de municípios no país. Dos que responderam, 40% revelaram já ter participado da Ação da Cidadania, a maioria nas regiões Sudeste (14,4%) e Sul (13,3%).

Agora a equipe da pesquisa está criando categorias para classificar as respostas enviadas pelas prefeituras sobre os tipos de iniciativas que tiveram na Ação e das parcerias que fizeram. Esses dados deverão estar tabulados até o final deste mês e sua análise será publicada em livro, previsto para agosto. Durante a primeira fase da pesquisa, a equipe do IBASE contou com o apoio técnico do consultor Marco Antônio Aguiar.

Disque esperança

A campanha "0900-Disque Esperança", promovida pela Visão Nacional de Evangelização (Vinde), está arrecadando fundos para os projetos da Fábrica de Esperança, que fica no bairro pobre de Acari, no Rio de Janeiro. São programas de profissionalização de adolescentes, creche e outros, que precisam de financiamento para continuar a existir. A campanha começou no dia 24 de junho e vai durar seis meses. Qualquer pessoa pode contribuir. Basta telefonar para os números 0900-78-5005 (para doar até R$ 5); 0900-78-5010 (R$ 10) e 0900-78-5020 (R$ 20).

Quem contribuir poderá concorrer a prêmios. Basta enviar uma cópia da conta telefônica paga para Caixa Postal 100.084, CEP.: 24001-970, Niterói, RJ.

JORNAL DA Cidadania

Ano I — Nº 20 ■ 16 a 31 de julho de 1995
Uma publicação do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – para a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida
Apoio
União Européia, Embaixada Britânica

Conselho Editorial: Herbert de Souza/ Betinho (Presidente); Ana Maria Machado, Barbosa Lima Sobrinho, Celso Japiassu, Emerson Kapaz, José Domingos Cardoso/ Ferreirinha, Jurandir Freire Costa, Luís Fernando Ferreira Levy, Muniz Sodré **Diretor Responsável:** Cândido Grzybowski **Diretora Executiva:** Ilda Santiago **Diretor de Operações:** Manoel Lapa e Silva **Diretor Financeiro:** John Schlanger **Editora:** Márcia Lisboa (MTb 17.615) **Redação:** Ana Bittencourt, Aria Redig e Robson Almeida **Assistente de produção:** Márcia Vales **Serviços de Informação:** AlterNex e InterPress Service (IPS) **Projeto Gráfico/Editoração Eletrônica:** Rama Artes Gráficas **Fotolito e Impressão:** Tipológica Comunicação Integrada - Rio de Janeiro **Tiragem:** 200 mil exemplares - distribuição gratuita - circulação quinzenal **Promoção e Circulação:** Achiles Roque **Endereço para Correspondência:** Rua Vicente de Souza, casa 34/ 2ºandar - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP22251-070 - Tel. (021) 286-9873 ou 286-6161 ramal 217 - Fax: (021) 286-6464 (com secretária eletrônica) – **Correio Eletrônico:** jcidadania@ax.ibase.org.br

• As opiniões de colaboradores externos não traduzem necessariamente a posição do IBASE e da Ação da Cidadania



Abrahamo Claro/Natal-RN

Pobreza cresce na América Latina

A América Latina e o Caribe apresentam um quadro de pobreza generalizada: um terço de seus 427 milhões de habitantes encontra-se nessas condições, assinalam informes apresentados na I Conferência anual para o desenvolvimento na região, organizada pelo Banco Mundial (no Rio de Janeiro, entre os dias 12 e 13 de junho).

De acordo com um estudo elaborado pelo economista colombiano Juan Luis Londono, responsável pela área de Recursos Humanos do Banco, estão em codições de pobreza 165,6 milhões de latino-americanos, considerando pobres aqueles que dispõem de menos de dois dólares por dia. Em estado de miséria absoluta, que afeta aquelas pessoas que só dispõem de um dólar ou menos por dia, se encontram 18% dos latino-americanos, umas 86,3 milhões de pessoas.

"Apesar do ajuste dos últimos anos, o ritmo de crescimento econômico do continente previsto para os próximos 10 anos poderia ser insuficiente, pois o número de pobres no lugar de retroceder, continuaria crescendo a um ritmo de duas pessoas por minuto, afirma Londono em seu estudo.

A distribuição da pobreza por sub-regiões não é homogênea, pois varia de 10% da população no Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai) a 60% na América Central. Na média estão México, com 26% de pobres; Brasil, com 35%; Caribe, com 38% e os países andinos com 44%.

Quando se trata da miséria absoluta, as disparidades são ainda mais agudas. Nessa situação se encontra 5% da população do Cone Sul, 17% dos méxicanos, 19% de brasileiros e caribenhos, 25% dos andinos e 36% dos da América Central.

México tem mais miseráveis

A relação entre os miseráveis e os pobres também mostra diferenças que não coincidem com as linhas gerais anteriores. Enquanto no Cone Sul e no Caribe os miseráveis são a metade dos pobres, no Brasil representam 54%, nos países andinos, 56,8%, na América Central, 60%, no México, nada menos que 65,4%.

"É interesante destacar que a usual associação da pobreza latino-americana com o Brasil, a América Central e o Haiti não é confirmada pelos dados. O México teria mais miseráveis que a América Central e o Caribe juntos", assinala o estudo.

Do mesmo modo, "os países andinos teriam o dobro de miseráveis que a América Central e quase tantos quanto o Brasil. A importância da pobreza na região andina se confirma com o fato de que mais de um terço dos 10% mais pobres da América Latina se encontra nessa sub-região", acrescenta.

O estudo do Banco Mundial inclui uma evolução histórica da pobreza desde 1950, quando a média do continente era de 60% de pobres, até 1995, quando essa proporção se reduz a 35%. Essa aparente melhoria, contudo, não conseguiu evitar que o número absoluto de pobres aumentasse dos 82 milhões de 1950 aos atuais 165,6 milhões de pessoas, com tendência a seguir crescendo apesar do desenvolvimento econômico previsível.

Entre 1950 e 1965, apesar de ter havido uma redução da proporção de pobres (de 60% a 50%), o número destes aumentou de 82 a 108 milhões de pessoas. Entre 1965 e 1980, a diminuição na proporção de pobres se acelerou e, se houvesse mantido as características do período, o número absoluto de pobres poderia ter começado a reduzir-se, já que entre 1975 e 1980 praticamente se estabilizou em 120 milhões de pessoas.

Durante esses 15 anos, a proporção de pobres sobre o total da população caiu de 50% a 35%. Mas a partir de 1980 essas taxas voltaram a subir, a 37%, em 1985, e 38%, em 1990, para voltar a baixar este ano, quando novamente chegaram a 35%. Em cifras absolutas, os últimos 15 anos fizeram que o número de pessoas que dispunham de dois dólares ou menos por dia saltasse dos 120 milhões de 1980 aos 165 milhões atuais.

"Ante a ausência de câmbios distributivos, o crescimento econômico médio de 1,8% ao ano apenas permitiu reduzir a incidência da pobreza, mas não diminuir o número de pobres, que hoje é duas vezes maior que em 1950", sublinha Londono.

A isso se acrescenta que, ao longo desse período, "a crescente demanda de recursos para investir na modernização das economias urbano-industriais foi financiada pela inflação, que tende a deteriorar os ingressos dos trabalhadores urbanos e camponeses".

InterPress Service (IPS) – Agência de Notícias do Terceiro Mundo

Na luta pela terra dos quilombos

Lúcia Andrade *

OS herdeiros de Zumbi de Palmares e de muitos outros heróis quilombolas desconhecidos da historiografia oficial esperam que as atividades do tricentenário não sejam apenas referência ao passado, mas que tenham reflexos no presente e no futuro das inúmeras comunidades negras rurais existentes no Brasil.

Assim, foi instituída, em abril de 1995, em São Luís, a Articulação Nacional frente aos 300 anos da Morte de Zumbi dos Palmares, que congrega 47 comunidades remanescentes de quilombos, organizações do movimento negro e entidades de apoio de nove estados, com o objetivo de difundir a luta dos remanescentes de quilombos e pressionar o governo a agilizar o processo de regularização de suas terras.

Distribuídos pelas mais diversas regiões do país, os remanescentes de quilombos lutam para fazer valer o seu direito ao livre acesso e à propriedade de suas terras. Apesar deste direito ter sido reconhecido pela Constituição de 1988 (no artigo 68 das Disposições Transitórias), até hoje, nenhuma comunidade remanescente de quilombo obteve a titulação de suas terras.


ARQUIVO/IBASE

A organização dos quilombolas já suscitou intervenções de órgãos governamentais (como o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – e o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis); iniciativas do Ministério Público Federal; o apoio de parlamentares – inclusive, com a proposição de dois projetos de lei regulamentando o processo de titulação desta categoria de terras, pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e pelo deputado Alcides Modesto (PT-BA), em abril e junho de 1995 respectivamente – e, ainda, a solidariedade da sociedade civil.

Em sua luta, as comunidades têm optado por diferentes caminhos. Dentre eles, por exemplo, a pressão junto ao Poder Executivo Federal para a implementação do dispositivo constitucional pela via administrativa. Este é o caso das comunidades remanescentes de quilombos de Oriximiná (PA), da Comunidade de Mocambo (SE) e da Comunidade de Rio das Rãs (BA), cujos processos de regularização fundiária encontram-se em tramitação no Incra.

Tem-se recorrido também ao Poder Judiciário Federal, através de ações requerendo a emissão do título de propriedade pela União. Assim, registram-se as ações relativas às comunidades de Rio das Rãs (BA) e Ivapurunduva (SP).

Embora diversas, as iniciativas vêm se pautando por alguns denominadores comuns:

1) o artigo 68 do ADCT é auto-aplicável;

2) é competência da União a emissão dos títulos de propriedade aos remanescentes de quilombos;

3) o título deve ser coletivo e emitido em nome de associações dos remanescentes de quilombos criadas especialmente para este fim;

4) é competência da Justiça Federal a resolução de demandas resultantes desta matéria;

5) a definição de comunidades remanescentes de quilombo corresponde a de grupo étnico, onde a auto-identificação constitui o elemento definidor essencial;

6) a área ocupada pela comunidade, que deverá ser titulada, corresponde àquela utilizada pelos remanescentes de quilombos para a reprodução de seu modo de vida específico, não podendo ser definida a partir dos critérios tradicionais de assentamento do Incra, baseados em módulos rurais agrícolas.

Graças aos inúmeros esforços empreendidos nestes anos, está-se na iminência de alcançar a primeira titulação coletiva de terras ocupadas por uma comunidade remanescente de quilombo. Trata-se de Boa Vista, uma das 21 comunidades localizadas na região da bacia do Rio Trombetas, no município de Oriximiná, no estado do Pará, que deverá ter suas terras tituladas pelo Incra em nome de uma associação criada especificamente para este fim. Segundo declaração recente de diretor do Incra à imprensa, o título deverá ser emitido num prazo de dois meses (FSP, 4/6/95).

Os herdeiros de Zumbi esperam que a decisão governamental de garantir os direitos da comunidade de Boa Vista favoreça a titulação das terras das demais comunidades remanescentes de quilombos. Se isso ocorrer, teremos, de fato, algo a festejar neste tricentenário de Zumbi dos Palmares.

** Antropóloga, integrante da Comissão Pró-Índio de São Paulo.*

Sem problemas no paraíso

Eduardo HP de Oliveira*

VIVEMOS no Brasil mergulhados no mito de que estamos numa democracia racial, onde a inexistência de ódio racial se justificaria pela cordialidade de nosso povo. Faz parte desse mito ainda a idéia de que somos o único lugar do mundo onde haveria mistura de raças e culturas diferentes. Nada é mais falso.

Mesmo numa sociedade profundamente marcada pela segregação racial, como a sul-africana, a miscigenação acontece como resultado do encontro e convivência entre diferentes. O problema é que aqui esse fenômeno serviu para justificar uma despreocupação com a discriminação e a segregação de boa parte dos brasileiros. O racismo no Brasil virou um mero problema econômico, acrescido da histeria dos militantes mais radicais.

Em qualquer lugar do mundo, se pudéssemos perceber uma concentração de negros em algumas atividades profissionais ou classe social, poderíamos deduzir que existe algum tipo de relação entre raça e estratificação social. Mas no Brasil essa associação está interditada. Portanto, passa a ser apenas uma enorme coincidência o fato de que a maioria dos seguranças é composta de negros e de porteiros nordestinos na região sudeste do país.

Transformar o racismo em algo irrelevante tem ajudado a deixar o Estado fora deste debate, sem que ele se atribua responsabilidades e atue no processo de desenvolvimento social. Em 1988, com a aprovação da Constituição Federal, ficou estipulado que o Estado iria demarcar e reconhecer as áreas onde vivem comunidades descendentes de quilombos. Sete anos após a aprovação da Constituição nada foi feito, por quê?

Mesmo nos Estados Unidos, nosso recorrente exemplo de injustiças e preconceitos, o Estado foi capaz de perceber que, para além dos preconceitos, a reversão da exclusão de grupos minoritários deveria ser alvo de políticas formuladas e implantadas por ele.

Hoje, metade dos negros americanos – que representa 12% da população total, cerca de 31 milhões de pessoas – possui casa própria; 73% possuem o 2º grau completo. Isso mostra que, no mínimo, a atuação do Estado mudou a posição social de parte considerável desta população.

No Brasil cerca de 40% das crianças de 10 a 14 anos que trabalham são "não-brancas", mas não possuímos nenhum problema.

Dados: The Black Population in the United States: March 1994 and 1993. Current Population Survey (CPS) Census Bureau, Washington DC, 1995.

** Sociólogo, pesquisador do IBASE.*

todos diferentes todos iguais

Isis Alves da Silva *

QUANDO dezembro chegar, com aquelas inevitáveis retrospectivas, 1995, por certo, será lembrado na Europa como o ano em que se comemorou meio século do fim da Segunda Guerra Mundial; em que a direita francesa, com Jacques Chirac, finalmente conquistou o direito de sentar-se em Matignon (Palácio de Governo francês); em que os sérvios bósnios humilharam as Nações Unidas, transformando os capacetes azuis em escudos humanos, para garantir o seu direito à bárbarie...

Alguém se lembrará também de que foi o Ano Europeu contra o Racismo, a Xenofobia, a Intolerância e o Anti-Semitismo?

Pois foi. Aliás, é. Por iniciativa do Conselho da Europa, diversas atividades têm sido financiadas para que a campanha, voltada prioritariamente para a juventude, vá além do slogan: "todos diferentes, todos iguais".

E por que se tornou necessária uma campanha com este objetivo?

A resposta é simples: porque a rapidez com que a intolerância se espalha pela Europa é assustadora. É um mal que está por toda parte, afirmou recentemente o Nobel de Literatura Woyle Soyinka, ele mesmo uma vítima da intolerância em seu país, a Nigéria.

A frase, em si mesma, pode não ter impacto, mas os exemplos que lhe dão substância são aterradores.

A queima de turcos na Alemanha já entrou para os anais dos horrores provocados pela xenofobia – e a complacência de alguns juízes para com os agressores, igualmente.

Na França, sucedem-se os casos que também despertam a indignação mundial. Em janeiro último, por exemplo, sete jovens, com idades entre 15 e 20 anos, confessaram ter matado um malinês. A razão: divertimento.

Em maio, um jovem marroquino foi atirado ao rio Sena por *skinheads* (integrantes de grupos radicais que defendem a superioridade de uma raça ou etnia), provocando uma onda de protestos que levou as associações francesas de defesa dos direitos humanos a convocarem uma grande manifestação anti-racista em Paris.

Situações semelhantes já ocorrem até mesmo em Portugal, um país que se orgulha dos seus "brandos costumes" e que tem perto de 5 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo. Na noite do dia 10 de junho, um feriado, por ser o Dia de Portugal, cerca de 50 *skinheads* promoveram, literalmente, uma caça aos negros no Bairro Alto, um dos mais tradicionais e movimentados de Lisboa. Durante duas horas, o grupo espalhou o terror, sem que a polícia aparecesse. O saldo foi trágico: um jovem negro cabo-verdiano morto e vários outros feridos.

Tal como aconteceu em Paris, uma grande manifestação foi convocada, e milhares de pessoas que dela participaram deixaram claro que o anti-racismo também possui suas legiões. Mesmo em Lisboa, que, segundo um relatório da Unesco publicado no ano passado, é a cidade da União Européia (UE) onde os cidadãos são mais "hostis" para com os imigrantes. Dublin e Paris ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares.

Imperdoável delito

Se o vírus da intolerância nem sempre se desenvolve a ponto de provocar ataques físicos, nem por isso é inofensivo. O estrangeiro é hoje a "grande besta" que a Europa Central se empenha em combater. Cada país aponta o dedo para os seus. A França para os magrebinos (argelinos, tunisianos e marroquinos), a Inglaterra para os indianos, a Alemanha para os turcos, Portugal para os brasileiros e africanos das ex-colônias, e todo mundo para os ciganos, esses bodes expiatórios de todos os tempos. Ser diferente é, mais e mais, um imperdoável delito.

Tão dolorosas quanto os ferimentos provocados por uma arma são as pequenas agressões que a maioria dos imigrantes sofre no cotidiano. Elas nem sempre chegam à mídia. Não provocam escândalos, apenas cicatrizes, e, além disso, revelam que não têm caído no vazio as campanhas, explícitas ou dissimuladas, que apontam os estrangeiros como responsáveis pelos males europeus. Uma prova disso é o crescimento eleitoral de partidos que têm os imigrantes como principal alvo. É o caso da Frente Nacional, na França, do FPOE, na Áustria, e do Vlaams Block, na Bélgica, entre outros.

A estes dados, podem ser acrescentados outros, igualmente preocupantes. Um estudo financiado pela União Européia (UE), em 1993, revelou que os gregos consideram "antipáticos" os turcos (89%), os albaneses (76%), os judeus (57%) e os ciganos (55%). Para 84% dos inquiridos, "o fato de muitos estrangeiros viverem na Grécia constitui um perigo público", enquanto 90% reclamaram de os estrangeiros "ocuparem empregos que devem ser para os gregos".

Assustada com resultados tão negativos, a fundação que encomendou o estudo decidiu deixá-lo na gaveta, mas a investigação acabou por chegar a um jornal, o Avghi, que o publicou no fim do ano passado.

A Dinamarca também não vê com bons olhos os estrangeiros. Pesquisa do Instituto de Psicologia Aarhus divulgada em dezembro de 1994 mostrou que a maioria dos dinamarqueses opõe-se a que imigrantes se casem com seus compatriotas e também são contra o ensino gratuito da língua nacional aos estrangeiros.

É verdade que os atos racistas sempre merecem condenações enfáticas dos governos dos países onde ocorrem. O que não impede esses mesmos governos de se empenharem na criação de instrumentos que lhes permitam fazer legalmente, mas também sem muita delicadeza, o que os *skinheads* e neonazistas fazem com brutalidade: desestimular a imigração.

Mudanças nas leis

Nos últimos anos, praticamente todos os países-membros da UE alteraram as leis que regulam a entrada e permanência de pessoas dos países terceiros (não-comunitários). E as mudanças foram sempre para introduzir obstáculos.

Além disso, criou-se o Espaço Schengen. Para os que têm passaportes emitidos pelos países signatários do acordo (Portugal, Espanha, França, Holanda, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo; outros países da UE estão em processo de adesão), a circulação foi facilitada, devido à ausência de *controles nos aeroportos*. Para os que vêm de países não-comunitários – e sobretudo pobres –, o Espaço Schengen tem a amplitude do buraco de uma agulha.

Mesmo os países que não pertencem à UE, como Suíça, sofrem da síndrome *"ces gens-lá"* (qualquer coisa como "aquela gente") que se alastra pela Europa. Por uma maioria de 72,8 os suíços aprovaram em dezembro passado, através de referendo, uma lei de estrangeiros que os grupos de defesa dos direitos humanos consideram o estatuto anti-imigrante mais draconiano do mundo. A vitória no referendo foi comemorada sobretudo na parte alemã do país, onde, há muitos anos já, é comum ouvir-se que um grupo de jovens reuniu-se no fim de semana para "caçar um estrangeiro".

Essa luta para não se tornar um cidadão menor, quando longe do próprio país, pode parecer estranha ao Brasil, tradicionalmente receptivo aos que chegam de outros mares. Que o país é racista, já não se pode esconder, mas a xenofobia jamais foi cultivada seriamente em terras tupiniquins. Afinal, foi com dois terços de sangue do além-mar que nasceu o povo brasileiro, o que talvez nos dê a dose de melancolia necessária para compreender as palavras de Mihaï Eminescu, o grande poeta romeno: "Nem sempre pertencemos ao país que nos viu nascer, e então, através de tudo, procuramos a nossa verdadeira pátria. Os que assim são feitos sentem-se exilados nas suas cidades, estrangeiros nas suas casas e atormentados... Seria fácil assinalar não somente o país mas também o século no qual se deveria ter passado a sua verdadeira existência".

Mas numa Europa que, cada vez mais, parece desejar apenas olhar-se no espelho, quem quer saber de poetas? E ainda por cima, estrangeiros!

** Jornalista e membro da direção da Casa do Brasil de Lisboa.*

AÇÃO CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA

Mural

Suplemento do **Jornal da Cidadania**,
ano 1 - nº 20 - 16 a 31 de julho de 1995
Uma publicação do **IBASE**
Rua Vicente de Souza, 34/2º andar - Botafogo

MORADIA

CONTER a deterioração dos assentamentos humanos e criar condições para melhorias na qualidade de vida. Esses são alguns dos objetivos da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), que será realizada em junho de 96, em Instambul, Turquia. Os temas centrais do encontro serão "Os assentamentos humanos em um mundo em urbanização" e "Habitação adequada para todos".

O Brasil participará da conferência, juntamente com outros 117 países filiados às Nações Unidas, apresentando propostas e relatórios sobre temas como infra-estrutura e meio ambiente urbano, habitação e questão fundiária, gestão e financiamento do desenvolvimento urbano. Para isso, foi criado o Comitê Brasileiro do Habitat II, que integra vários ministérios, a Câmara Brasileira da Construção Civil, entidades da sociedade civil e do meio acadêmico.

O governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores, organizou um ciclo de quatro seminários preparatórios, realizados nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. As conclusões dos debates, que tiveram a participação de representantes de entidades ligadas ao Fórum Nacional pela Reforma Urbana, serão sintetizadas em um único documento, que será a contribuição do Brasil para o evento.

O Habitat I aconteceu há 28 anos, em Montreal, Canadá. Desde então, as diferenças entre o desenvolvimento de países ricos e pobres têm aumentado. Apesar disso, os problemas habitacionais enfrentados são os mesmos. Estima-se que 70% da população mundial vive em aglomerados urbanos, responsáveis por 85% de tudo o que se produz no planeta.

A conferência de Instambul será uma verdadeira "Cúpula das Cidades" e encerrará uma série de eventos preparados pela ONU nesta década, como meio ambiente e desenvolvimento (Rio de Janeiro, 92); direitos humanos (Cairo,93); desenvolvimento social (Copenhague, 94); conferência sobre mulheres (Pequim, 95).



ADROVANDO CLARO/FAVELA DO VIADUTO/NATAL-RN

Precariedade

POUCOS recursos destinados ao saneamento básico e a falta de políticas habitacionais adequadas agravam o processo de exclusão e desigualdade nas regiões menos desenvolvidas, localizadas na periferia das cidades.

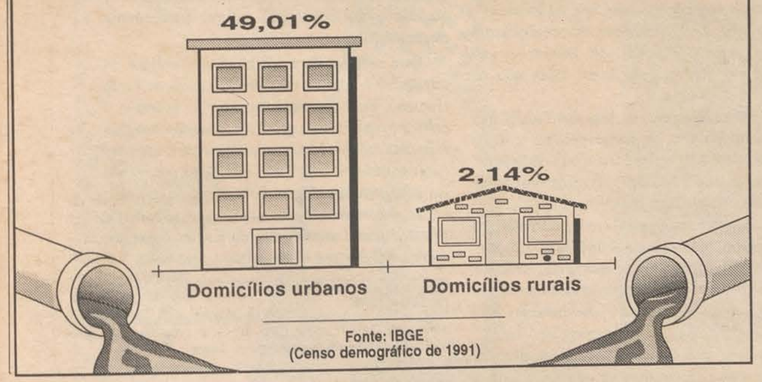
Outro questionamento começa a ser feito em relação ao número de moradias necessárias para resolver o problema habitacional no Brasil. Entidades empresariais ou ligadas a movimentos de moradia calculam que haveria um déficit de 10 a 15 milhões de casas. Em muitos casos, esse número poderia representar melhoria nas condições de saneamento e infra-estrutura urbana, pois não se trata de novas moradias mas de um novo conceito, conhecido por habitabilidade.

Dados do último Censo de 1991 indicam que houve melhorias nas condições de habitação entre 1981 e 1990. Serviços domiciliares, como abastecimento de água, coleta de lixo e energia elétrica ampliaram seu atendimento, o que pode parecer uma contradição se considerarmos o crescimento da miséria urbana, principalmente a partir da década de 80.

O município de São Paulo, por exemplo, teve sua população favelada aumentada de 5% em 87 para 19,8% em 93. No mesmo período, o Rio de Janeiro apresentou um crescimento de sua população total em 17,7%, enquanto que o número de pessoas residentes nas favelas cresceu 32%.

Esse contraste ocorre porque o levantamento feito pelo IBGE não considera a qualidade de vida urbana mas algumas características do domicílio. A diminuição das "moradias rústicas" apontadas na pesquisa provavelmente se dá devido à substituição de barracos de madeira ou outro tipo de material por construções de alvenaria nas favelas, a maioria delas em condições extremamente precárias e inadequadas ao convívio humano.

REDE PÚBLICA DE COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO EM DOMICÍLIOS URBANOS E DOMICÍLIOS RURAIS NO BRASIL



Proposta do governo

NO início de junho, o governo federal apresentou a primeira versão da minuta de um projeto de lei que traça as diretrizes de uma política nacional de desenvolvimento urbano. Elaborada pela Secretaria de Política Urbana, vinculada ao Ministério do Planejamento, a proposta governamental formula os princípios sobre política urbana e políticas setoriais de habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes, estabelecendo a divisão de competências entre a União, estados e municípios.

O projeto prevê a cooperação da iniciativa privada nos processos de urbanização, assim como a "participação da sociedade no acompanhamento e na avaliação de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano". Com esta finalidade, propõe a criação do Conselho Nacional de Política Urbana, que vai acompanhar e avaliar a execução da política nacional de desenvolvimento, estabelecendo os critérios da captação de recursos para o financiamento dos projetos.

Para discutir essa primeira proposta do Executivo, empresários da construção civil, parlamentares e representantes de movimentos ligados ao Fórum Nacional pela Reforma Urbana estiveram reunidos, no último dia 22 de junho, em Brasília. Na ocasião, foram feitas diversas críticas à iniciativa do governo, como o fato de que o projeto seria muito genérico e deveria ter tomado como base outros já existentes, como a Lei das Diretrizes Urbanas, em tramitação no Congresso Nacional desde 1990.

Outra crítica feita por entidades da área de saneamento foi a não citação do saneamento rural na proposta, o que representa um retrocesso em relação ao projeto de lei 199/93, sobre o saneamento, vetado por Fernando Henrique, em janeiro. Apesar de considerada aquém de todas as discussões anteriores promovidas pelo movimento pela reforma urbana, um ponto positivo destacado por alguns parlamentares foi a existência de um projeto unificado de saneamento, transporte e habitação.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana procura ampliar e aprofundar os debates sobre o projeto. Para conseguir cópias da proposta ou enviar qualquer contribuição, escreva para:

ANSUR - Rua Gabriel Piza, 464 - São Paulo - SP CEP 020036-011 -Tel.: (011) 267-2664

Bebê saudável



mama no peito

"O Ministério da Saúde adverte: mamar no peito é fundamental para a vida do bebê." Infelizmente, a recomendação não é uma norma imposta para regular a propaganda patrocinada pelas empresas que industrializam leite.

Para limitar abusos na comercialização de alimentos infantis e mamadeiras, o Conselho Nacional de Saúde regulamentou, em 1992, a Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes que proíbe, por exemplo, a promoção comercial de leites em pó e complementos alimentares, apresentados como substitutos do leite de peito, e a utilização de fotos ou imagens de bebês nas embalagens dos produtos. Do mesmo modo, a norma obriga que os rótulos dos produtos apresentem mensagens, em local de destaque, como: "o aleitamento materno evita infecções e alergias e fortalece o vínculo mãe-filho".

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que 30% da mortalidade infantil é reduzida com o aleitamento. Uma pesquisa nacional realizada em 89 pelo IBGE e pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) comprova que 97% das crianças brasileiras mamam no peito logo após o nascimento. No entanto, a duração média da amamentação exclusiva não ultrapassa 70 dias; 43% são desmamadas após o terceiro mês.

Segundo o Dr. João Aprígio Guerra de Almeida, diretor-chefe do Banco de Leite Humano do Instituto Fernandes Figueira, no Rio, os números atestam a gravidade do desmame precoce, responsável pelo aumento de infecções e doenças alérgicas, freqüentes nos primeiros meses de vida. "No Brasil há um desperdício de 1 bilhão de litros de leite humano por ano", contabiliza o Dr. João Aprígio.

Despreparo

A desinformação e as dificuldades surgidas durante o período de amamentação são fatores que levam muitas mães a trocar o peito pelo uso do leite animal ou complementos alimentares antes do sexto mês de vida, tempo mínimo de aleitamento exclusivo, defendido pelas organizações de saúde.

A começar no próprio hospital, o despreparo entre o pessoal de saúde e a adoção de práticas inadequadas como o uso de mamadeiras ou bicos, ainda no berçário, podem acarretar o fracasso da amamentação. "Ainda na faculdade, somos ensinados a preparar leite artificial quando deveríamos aprender a fisiologia da lactação", lamenta a pediatra Elvira Menezes, coordenadora do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, do Inan, vinculado ao Ministério da Saúde.

Para Elvira Menezes, na lista dos fatores que contribuem para o desmame precoce entram também velhos mitos (leite fraco ou insuficiente, ausência de leite e flacidez nos seios provocada pela amamentação) em grande parte, produzidos pela influência da propaganda indiscriminada das indústrias fabricantes de substitutos do leite materno e de mamadeiras, que usam recursos persuasivos para fazer com que as mães acreditem na possível substituição do leite materno pelo artificial sem prejuízos para a saúde da criança.

Apesar da existência da legislação, não são raros os casos de seu descumprimento, o que é facilmente comprovado quando, por exemplo, bebês saudáveis são vistos em comerciais de TV, associados aos leites industrializados ou mamadeiras.

Uma polêmica para os grupos que trabalham com o incentivo à amamentação são os programas emergenciais de distribuição de leite do governo. "Se é para distribuir alimentos, nunca deveria ser escolhido o leite", argumenta Denise Arcoverde, coordenadora do Grupo Origem de incentivo à amamentação, em Recife. Segundo ela, nenhum outro tipo de leite deveria ser dado à criança senão o da própria mãe. "Na impossibilidade, é preferível utilizar alimentos regionais e saudáveis, como papinha de inhame", sugere. [Segundo Elvira Menezes, caberá ao Ministério da Saúde a definição dos critérios de distribuição de leite para bebês, que será feita pelo Programa Comunidade Solidária.]

Amigos da criança

A atuação do Inan tem sido resgatar a prática do aleitamento materno, por meio de campanhas, e o incentivo à criação de hospitais "amigos da criança". O que vai credenciar o hospital é o cumprimento dos dez passos para o sucesso da amamentação, referentes à melhoria do treinamento da equipe de saúde e das rotinas hospitalares, que devem ser voltadas para a promoção do aleitamento. Não separar mãe e bebê, não oferecer alimentos artificiais à criança e só dar alta à mãe e ao bebê quando a amamentação estiver plenamente estabelecida.

Outra característica dos hospitais "amigos da criança" é o fato de possuírem Bancos de Leite Humano, cuja principal função é o estímulo à prática do aleitamento, principalmente em situações especiais em que a mãe não apresente condições para amamentar. Nos Bancos de Leite, como o do Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, são realizadas reuniões com grupos de gestantes com objetivo de reforçar os conceitos aprendidos durante as consultas de pré-natal.

Banco de Leite Humano /IFF
Tel: (021) 553-9662
Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno/ Inan
Tel: (061) 273-1517
Foto cedida pelo Projeto São Carlos/Rio de Janeiro

Robson Almeida

Quando não amamentar

NÃO há nada melhor que uma mãe possa fazer por seu filho do que amamentá-lo. Nesses momentos, além de alimento, a mãe passa carinho e anticorpos (substâncias de defesa contra doenças) que os bebês ainda não são capazes de produzir. Mas quando a mãe está contaminada com o vírus da Aids ao invés de proteger ela poderá estar contaminando o próprio filho.

É que quando o bebê mama é muito freqüente ocorrerem rachaduras nos bicos dos seios, fazendo com que a criança beba leite misturado ao sangue contaminado da mãe. Segundo Dayse Agra, coordenadora do grupo de mulheres da ONG Pela Vidda-RJ, existem 70% de chances das crianças nascidas de mães portadoras do vírus serem saudáveis. É um índice bastante alto para arriscar uma contaminação pelo aleitamento.

Como saber

Os médicos ainda não sabem por que algumas crianças herdam o vírus e outras não. Como os testes que verificam a presença do HIV são muito caros, normalmente faz-se a testagem pela presença dos anticorpos que tentam defender o corpo do vírus. Quando o bebê nasce, ele carrega o sangue da mãe que contém o anti-HIV. Isto não significa que a criança está infectada. Significa que ela carrega no seu sangue os anticorpos de defesa que a mãe possui (e partilhava com ele) enquanto estava grávida.

Se a criança não possuir o vírus, seu corpo não fabricará os anticorpos, já que não precisa se defender dele. Assim, uma criança que nasceu com os anticorpos do vírus da Aids pode, depois de um ano e meio ou dois, estar completamente saudável. Mas se os anticorpos continuam presentes é sinal de que ela é portadora e deve começar a se tratar imediatamente.

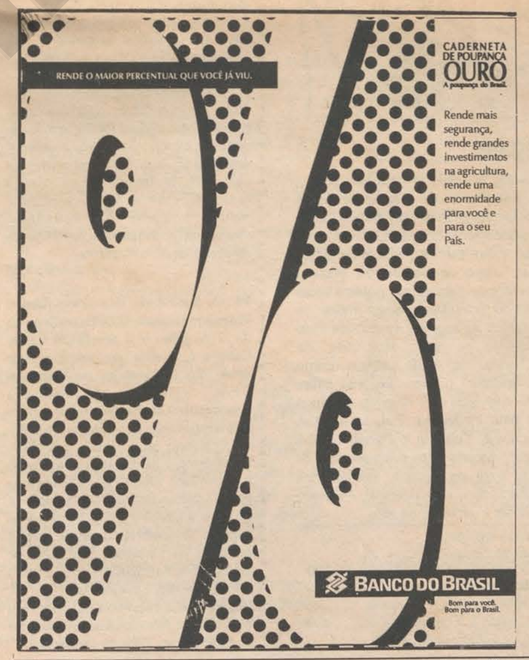
Grupo Pela Vidda
Tel: (021) 252-3993

Ana Redig

É importante lembrar que...

- Amamentar gratifica e fortalece o vínculo afetivo entre mãe e filho. Através do peito, o bebê adquire saúde, segurança e equilíbrio emocional necessários como base para toda a vida.
- Durante a gravidez, prepare seu peito para amamentar. Massageie suavemente os seios, em especial os bicos, utilizando uma toalha seca para fortalecer a pele. Puxe os mamilos para fora, girando-os de um lado para outro. Isso ajudará o bebê a pegar no peito, quando começar a mamar. Tomar sol nos mamilos, diariamente, antes das 10h ou depois das 16h, também é importante para prevenir dores e rachaduras depois que o neném nascer.
- A produção de leite não depende da forma nem do tamanho dos seios, mas da sucção do bebê. Por isso, quanto mais ele mama, mais leite a mulher tem. Para ter bastante leite, basta deixar que seu filho mame à vontade. Pouco a pouco, ele mesmo vai acertando os intervalos entre as mamadas.
- A descida do leite ocorre entre o segundo e o sétimo dia após o parto. No início, ele pode parecer aguado, mas qualquer que seja sua aparência ou cor, é produzido especialmente para as necessidades de seu filho.
- Depois do aparecimento do leite, os seios podem ficar duros, cheios demais, às vezes empedrar, predispondo o aparecimento de rachaduras nos mamilos. Até a produção do leite se equilibrar, extraia o excesso com as mãos antes de o bebê mamar. A aplicação de compressas de água morna nos seios ajudam a aumentar a circulação e a produção de leite

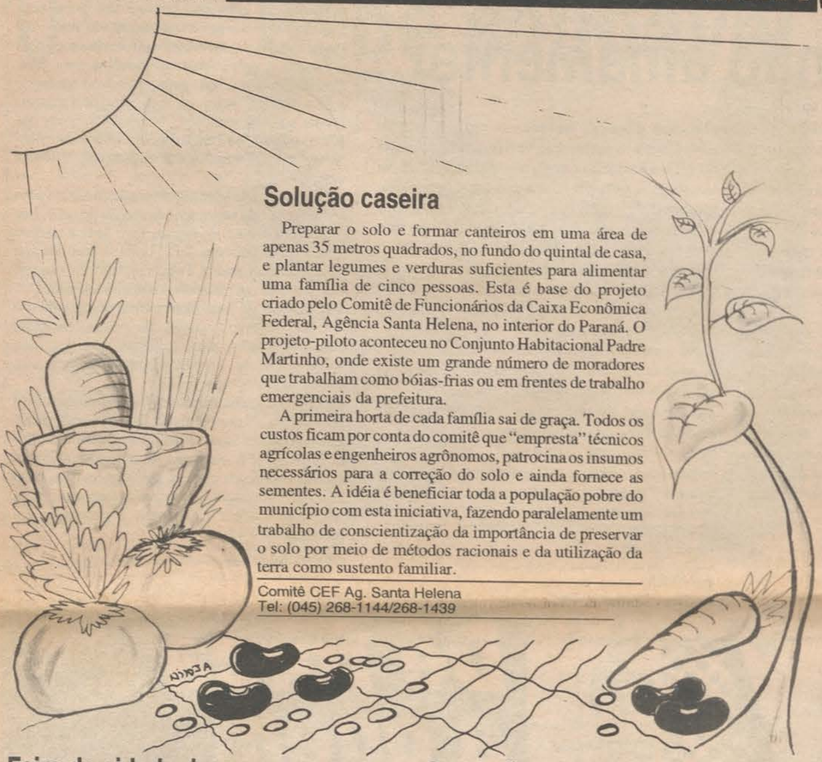
Fonte: Cartilha do grupo de mães Amigas do Peito





ação da

O MAPA DA CIDADANIA



Solução caseira

Preparar o solo e formar canteiros em uma área de apenas 35 metros quadrados, no fundo do quintal de casa, e plantar legumes e verduras suficientes para alimentar uma família de cinco pessoas. Esta é base do projeto criado pelo Comitê de Funcionários da Caixa Econômica Federal, Agência Santa Helena, no interior do Paraná. O projeto-piloto aconteceu no Conjunto Habitacional Padre Martinho, onde existe um grande número de moradores que trabalham como bóias-frias ou em frentes de trabalho emergenciais da prefeitura.

A primeira horta de cada família sai de graça. Todos os custos ficam por conta do comitê que "empresta" técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, patrocina os insumos necessários para a correção do solo e ainda fornece as sementes. A idéia é beneficiar toda a população pobre do município com esta iniciativa, fazendo paralelamente um trabalho de conscientização da importância de preservar o solo por meio de métodos racionais e da utilização da terra como sustento familiar.

Comitê CEF Ag. Santa Helena
Tel: (045) 268-1144/268-1439

Feira da cidadania

Arrecadar 1,5 tonelada de alimentos, entre frutas, verduras e legumes para oferecer um sopão a comunidades pobres. Esta é a nova meta do feirante Rubens Pacheco, que, com a ajuda do colega Álvaro José, vem conseguindo doações nas feiras livres cariocas desde o início do ano. O trabalho, feito quinzenalmente, aos domingos, começou na feira da Glória, seguindo para a da Ilha do Governador, a da Praça da Bandeira, Feira do Lido e do Leblon. Cada feirante doa um quilo de alimento. Os produtos são recolhidos por uma kombi (cedida pelo Comitê da Ação do bairro do Flamengo) e transformados em um sopão para servir à comunidade de Tavares Bastos, no Catete. Cerca de 70 pessoas vêm sendo beneficiadas, entre elas 40 crianças de 3 a 6 anos.

Rubens Pacheco de 65 anos, 55 vividos nesse trabalho, conseguiu mobilizar os colegas com a distribuição de panfletos e muita conversa. No texto, ele ressalta que não aceita doações em dinheiro, só comida. Na feira da Glória arrecadou 225 quilos de alimentos. E agora espera receber de 50 feirantes, como lhe foi prometido, 30 quilos de alimentos por semana para que possa ajudar outras comunidades. A idéia é fazer essa maratona diariamente, percorrendo todas as feiras livres. Mas para levar em frente a tarefa, ele está precisando de colaboradores.

Rubens Pacheco
Tel: (021)265-9003

Operação resgate

No dia 5 de junho foi assinado o convênio para a criação da Central Telefônica de Atendimento às Urgências do Cidadão (Cetauc), em Betim, Minas Gerais. O objetivo é agilizar a prestação de determinados serviços essenciais à população. Com isso, os pedidos de rádio-patrulha, ambulâncias, corpo de bombeiros, perícia, rabecão e socorro em casos de calamidade pública serão centralizados, acionando simultaneamente todos os departamentos necessários. O mesmo acontecerá com denúncias de agressões ao meio ambiente, de descumprimento às normas de saúde pública (como depósitos de lixo irregulares) e reivindicações sobre transporte coletivo. O convênio terá duração de cinco anos e foi assinado pela Prefeitura, Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil, Telemig e Transbetim. A população não terá que "decorar" um novo número de telefone, basta ligar para os ramais, conhecidos nacionalmente, que estará acionando a Central. A Cetauc deverá funcionar 24 horas a partir de agosto.

Informações Cetauc (031) 539-2538
Ramais de atendimento da Cetauc
Rádio Patrulha, Polícia Rodoviária, Polícia Florestal 190
Central de Ambulâncias 192
Corpo de Bombeiros 193
Polícia Civil 194
Defesa Civil 199
Trânsito e Transporte 1517

Aqui e ali

☞ O Comitê Cristo Redentor, de João Pessoa, Paraíba, inaugurou em junho um ateliê de costura com quatro máquinas. O projeto foi feito em parceria com a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, com apoio de moradores da cidade alemã de Nottuln. Cerca de 30 mulheres de comunidades pobres estão recebendo aulas na oficina e para ampliar esse número o comitê precisa de ajuda.
End.: R. Horácio T. de Oliveira, 450, Cristo, João Pessoa, Paraíba, CEP: 58.070-450

☞ Desde o dia 13 de junho está funcionando na Ammara, grande loja de departamentos de São Paulo, uma lojinha com venda e exposição de produtos de comitês de São Paulo. O espaço foi cedido por tempo indeterminado e funciona de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h e aos sábados, das 10h às 14h. Além das peças de artesanato e brinquedos educativos de madeira, estão em exposição os trabalhos do artista plástico Luiz Antonio Cesário. Parte da venda dos quadros será revertida para os comitês. A loja fica na Rua Augusta, 2.975.
Tel: (011) 881-2109

☞ Cerca de 300 quilos de alimentos não-perecíveis e centenas de peças de vestuário, entre calçados, roupas e agasalhos, foram arrecados em Contagem, Minas Gerais, este mês. É o "Julho sem fome", evento organizado por moradores do bairro Eldorado, com apoio da prefeitura, para ajudar as comunidades pobres locais. No dia 8, perto da estação do metrô, aconteceu uma grande festa, com diversas atrações culturais: teatro, aeróbica, dança espanhola, show de forró, quadrilha e muitas barracas. Os moradores continuam recebendo doações. Maiores informações com Waldemar.
Tel: (031)395-3133

☞ A Sociedade Brasileira para o Progresso Humano (SBPH) realizou no dia 3 de julho o II Seminário Fome, Ciência e Miséria, em Brasília, com apoio dos funcionários da Embrapa/CPAC – Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados. Como parte do evento aconteceu no Teatro Nacional o "Concerto pela Vida", um show beneficente, cuja entrada era a doação de agasalhos, cobertores e lencóis para serem doados a instituições de amparo a crianças e idosos e a dois hospitais da capital. O concerto contou com a presença da Orquestra Sinfônica do Agreste (os "Meninos de São Caetano") e do compositor e pianista Ivan Lins. D. Hélder Câmara abriu o seminário com uma palestra sobre o tema da campanha da fraternidade 1995, os excluídos.

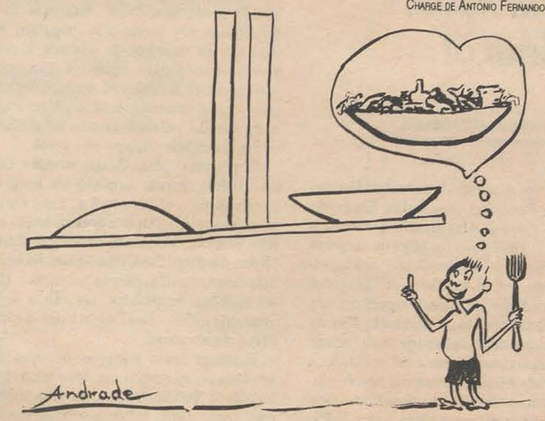
Depoimento de vida

Mais um dia começa. Levanto antes de amanhecer e já começo a me preparar para um novo dia. Se eu estou indo para a escola? Não, estou indo trabalhar para ajudar na renda de minha família que é muito baixa, só a dos meus pais não dá. Chego ao serviço onde as condições são insalubres e o ritmo de trabalho é puxado, se eu não estiver atento posso me machucar em alguma máquina ou qualquer coisa pesada que carregue. Não sou registrado, trabalho além das horas normais e ganho menos que qualquer outro trabalhador ganharia se fosse maior do que eu. Quando chego em casa, a única vontade que tenho é de comer alguma coisa e ir direto pra cama, não dando disposição para ainda estudar à noite. Fico pensando como seria acordar de manhã, por um uniforme e ir para a escola estudar. Depois chegar em casa, me alimentar, fazer a lição de casa e brincar. Fico imaginando o que é ter uma infância?!

Ricardo da Silva
Grupo de Jovens da Pastoral da Juventude
Araraquara/SP

PALAVRA DE
Cidadão

Charge de Antonio Fernando de Andrade/Recife/PE



Esforço roubado

(...) Sou professora aposentada e há dez anos montei uma creche beneficente. Cuido de minha mãe com 78 anos e cega e de 50 crianças carentes, dando alimentação e instrução. Mensalmente atendo 1.500 crianças com os mais diversos problemas, desde drogas até Aids. Para completar, a associação atende 5 mil mães carentes. (...) O maior e mais triste problema é a fome. Não recebo ajuda de ninguém, do governo, somente de pessoas da comunidade.(...) Com meus esforços e de meu sobrinho, montamos uma oficina de costura e uma lojinha. Aí tiramos 30 adolescentes e mães da rua. Ia tudo bem até que fomos assaltados. E nos levaram tudo o que tínhamos em estoque para vendas.(...) Fiquei desesperada porque ficamos com dívidas na praça e com as crianças e mães para alimentar. Gostaria de contar com a sua atenção e ajuda.

Aidil Leal Sanches (Tia Dadá)
Clube de Mães da Tia Dadá
R. Tsutomu Henri, 260
Vila Jacuí São Miguel Paulista SP CEP: 08060-360

SOS Ceará



(...) A pobreza, a fome, as doenças só têm aumentado aqui na comunidade e na região, no município, no estado. Nada tem melhorado para os pobres certo? De abril para cá tem chovido um pouco, os açudes estão cheios, mas veio chover tarde, depois que os pobres tinham perdido de duas a três plantações por falta de chuva. Certo do espírito fraterno e justo de voçês, escrevo para lhes agradecer o **Jornal da Cidadania** como também para renovar meu pedido de ajuda. Podem ser roupas, calçados, mesmo usados, para que possa ajudar os mais pobres (...).

José Antônio Neto
Rua Padre Leopoldo Rubim nº 121 Acopiara CE
CEP: 63.560-000

Abertura de comitê

Consegui no diretório regional do PT (Partido dos Trabalhadores) em Porto Alegre o nº 2 do **Jornal da Cidadania**. E afirmo sem medo de errar: é o melhor jornal que encontrei nos últimos anos. Aqui na minha cidade milito na esquerda e individualmente faço o que posso pelos que estão em situação pior do que a minha. E a minha situação hoje é a de quem vive aposentado por invalidez (problemas cardíacos) com um salário mínimo e recebo mais meio salário de ajuda de uma irmã. (...) Há aqui um comitê da Ação da Cidadania, mas alguns jovens do meu grupo e eu queremos criar outro que além do assistencialismo busque organizar os excluídos em associações que lutam pelas transformações sociais, sem as quais sabe-se que teremos um agravamento da exclusão. Gostaria de receber periodicamente o jornal, por isso estou lhe enviando meus dados pessoais.

Jayme Rodrigues
Santa Vitória do Palmar/RS

Resposta: *não existe qualquer burocracia para abrir um comitê, basta ter um grupo, uma sede (a casa de um integrante) e a decisão de qual comunidade se vai beneficiar. Mas o comitê estadual pode dar orientações e dicas para agilizar o trabalho. O endereço é Trav. Francisco L. Truda, nº 40, 7º andar Ed. Formac Porto Alegre. O telefone para contato é (051)228-3044 ramal 2090 e o fax é (051) 225-0787. O Mural do* ***Jornal da Cidadania*** *nº 19 (págs. 6 e 7) dá outros esclarecimentos sobre o assunto. Segue pelo correio uma ficha cadastral para que você se torne assinante.*

O que significa terra?

Terra é mais que um pedaço de chão, é um lugar onde a vida gira em torno da cidadania, da justiça e da liberdade. É o planeta que Deus escolheu para semear a fraternidade, o amor e a vida!

Luciano Jatobá
Diretor da Casa do Estudante Universitário/RJ
Resposta à pesquisa feita pelo ***Jornal da Cidadania*** *nº 14.*

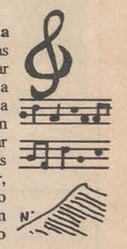
Cidadania

Sou estudante do curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e tendo em vista a realização, por minha parte e de outros colegas, de um trabalho sobre cidadania, ainda este mês, solicito, a quem puder me atender, um material adequado para o meu auxílio na realização deste trabalho. Aguardo resposta em breve.

Alexandre Barbosa da Fonseca
Maceió/AL

Resposta: *segue pelo correio uma ficha cadastral do* ***Jornal da Cidadania****, caso você deseje recebê-lo regularmente. A assinatura é gratuita. O Comitê Estadual de Alagoas deve ter outros materiais para fornecer, fica na Av. Fernandes Lima, 651/ 6º andar Maceió. O IBASE dispõe de livros, vídeos e revista sobre o tema que também podem ser enviados pelo correio, mediante envio de cheque nominal. Maiores informações com o Setor de Promoção: (021) 286-0348.*

Fazendo arte



Sou um leitor do **Jornal da Cidadania** e gosto muito dos temas publicados, eu gostaria de entrar para o cadastro para que possa recebê-lo se possível. Gostaria também de saber se o IBASE tem algum folheto que possa explicar como fazer para passar algumas letras de músicas para algum cantor, pois tenho 25 letras e não sei como fazê-lo. Que vocês continuem desempenhando esse trabalho maravilhoso.

Claudiomiro Nascimento
Nova Glória/GO

Resposta: *o IBASE não dispõe deste material. Procure o Sindicato dos Músicos do seu estado para conseguir tais informações. O telefone do sindicato no Rio de Janeiro é (021) 532-1219. Segue pelo correio a ficha cadastral para que você se torne assinante.*

– Action
– Action nada!
Olha aqui,ó!

Aydano André Motta *

ATÉ a infinita criatividade do badaladérrimo Quentin Tarantino (autor dos filmes de sucesso *Cães de Aluguel* e *Pulp Fiction – Tempo de Violência*) foi pega de surpresa naquele desfecho das gravações da primeira superprodução do diretor. É verdade que ninguém mandou fazer o filme no Brasil, especialmente nesse complicadíssimo lugar chamado Rio de Janeiro. Deu no que deu – após pagar uma fortuna à prefeitura carioca para fechar ruas da cidade, a produção de *Pulp Fiction II – on the beach* viu-se paralisada como um vilão na penúltima cena. Com todo o circo armado em plena Avenida Rio Branco, naquele efervescente sábado de janeiro, uma liminar repentina impedia as gravações.

O ingênuo Quentin pensou que o Rio fosse Nova Iorque e adaptou para os trópicos a idéia de *Duro de Matar – a Vingança*, a explosiva terceira aventura do policial John McClane, vivido por Bruce Willis nas ruas da cidade americana. Os produtores pagaram algumas dezenas de milhões de dólares à prefeitura novaiorquina para aporrinhar a rotina da metrópole, fechando ruas, quarteirões e parques para cenas super-autênticas. Um transtorno, compensado pela enxurrada de dinheiro nos cofres da cidade. *Happy end* geral.

O prefeito César Maia, sempre farejando novidades, fechou negócio na hora com os produtores. O contrato era simples e megalomaníaco: durante dois meses, as avenidas Rio Branco, Visconde de Pirajá, Atlântica e Nossa Senhora de Copacabana fechariam em dias determinados, para as gravações. Em troca, 40 milhões de dólares. Os olhos do alcaide viraram cifrões e sua língua estalou um som de caixa registradora.

Fizeram festa para os *buanas* atores e produtores, enquanto a cidade parava num nó insolúvel. Tudo pela arte de ganhar dinheiro. Só que, como numa história de Hitchcock, surgiu um vilão inesperado – a liminar arrumada por aquele advogado do tamanho do ator Danny de Vito, que interrompeu as filmagens. "Táqui, seu Quentin. *Stop and go*, até o processo ser julgado", explicou o baixote, num idioma de outro planeta, dizendo-se representante da *Municipal Association of Street Commerce* – ou, em bom português, Associação dos Camelôs. "Leva só *three months*. Se vocês ganharem, eu nem recorro".

Confusão armada, os ambulantes invadiram o *set*, vendendo bonés do filme *made in* Saracuruna (na Baixada Fluminense). Após viver o acompanhante do ator Al Pacino no filme *Perfume de Mulher* e o Robin de *Batman Eternamente*, Chris O'Donnel, astro da fita, quase foi retalhado pelas fãs, sempre histéricas. "Sávio, Sávio", urravam as moças, enlouquecidas, confundindo-o com o jogador do Flamengo. Se Chris não fosse veloz na corrida, ia ficar pedaço de galã na avenida.

No meio do caos, cenários destruídos, seguranças atirando para o alto e atores em fuga desabalada, o prefeito chegou para oferecer a chave da cidade e sua jaqueta ao desesperado Quentin. Tarde demais – os americanos resgataram o dinheiro e se mandaram, provavelmente para a África, onde a concentração de malucos, quem sabe, fosse menor.

The end.

** Repórter da Editoria Rio do jornal O Globo.*



Aos ruralistas, tudo?

As negociações entre o governo e a bancada ruralista no Congresso – estimada em 140 parlamentares – têm provocado indignação de diversos setores da sociedade. O confronto entre as metas estabelecidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e as ações do ministro da Agricultura, José Andrade Vieira, é outra fonte de dúvidas quanto à execução de uma política de reforma agrária.



EM troca de apoio na votação da emenda constitucional que acaba com o monopólio estatal das telecomunicações, o governo concordou em cobrar nos financiamentos rurais juros de 18% ao ano, bem abaixo do mercado, quaisquer que sejam a inflação e a taxa de juros no período de contrato. No dia 25 de maio, o presidente Fernando Henrique fez novas concessões aos ruralistas: determinou que na safra de 95/96 houvesse juros prefixados a 16%.

A dívida acumulada dos agricultores com o Banco do Brasil soma R$ 3,3 bilhões – destes, mais de R$ 800 milhões são devidos por apenas 100 grandes produtores rurais. Os empréstimos foram tomados por 18 mil produtores rurais.

Os grandes produtores rurais deixaram de pagar os empréstimos ao Banco do Brasil desde que o presidente Itamar Franco derrubou, em maio do ano passado, o artigo que acabava com a TR – Taxa de Referência de Juros – (artigo 16 da Lei 8.880). As dívidas passariam a ser corrigidas pela variação dos preços dos produtos agrícolas. O veto de Itamar Franco foi derrubado pelo Congresso no dia 5 de abril deste ano.

A proposta do ministro da Agricultura à bancada ruralista no Congresso de usar parte dos recursos arrecadados com o restabelecimento do IPMF para o pagamento da dívida dos grandes proprietários, em troca da aprovação de projetos governamentais, foi considerada lamentável por Betinho e mais nove integrantes do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária que assinaram uma carta enviada ao presidente.

A demissão de Marcos Correia Lins da presidência do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – e a nomeação de um fazendeiro para o cargo, o economista Brazílio Araújo Neto, são outros fatores de preocupação para entidades de apoio aos trabalhadores rurais.

"Houve um retrocesso, mas o governo tem de cumprir seus compromissos", destaca o presidente da Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Francisco Urbano.

Contradição

Um artigo do ministro Andrade Vieira, publicado em dois jornais nacionais, reforçou a apreensão quanto ao cumprimento das propostas do governo no setor agrário. No texto, o ministro aponta para uma retomada dos projetos de colonização, o que ele considera "uma nova visão do problema da reforma agrária".

"O artigo mostra que ele tem a cabeça nos anos 30, nas experiências de colonização no Paraná. Ele imagina que ainda existem muitas terras públicas no Brasil. A maioria já foi tomada por grileiros. No mínimo, está mal informado", diz Francisco Urbano.

A proposta do ministro de retomar o modelo de colonização causou também estranheza a Osvaldo Russo de Azevedo, presidente do Incra no governo Itamar Franco e coordenador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) no Distrito Federal. Em artigo publicado no Jornal do Brasil (em 22 de maio), ele mostra a contradição entre a proposta de Andrade Vieira – "justamente o mesmo modelo de colonização implementado pelos fracassados governos autoritários" – e os compromissos assumidos por Fernando Henrique Cardoso.

Osvaldo Russo lembra que durante o governo Médici, na década de 70, a colonização privada fora adotada no lugar da reforma agrária, "a pretexto de solucionar o já crônico problema da miséria no campo" e resultou em fracasso: altos investimentos e baixas taxas de retorno; reprodução, nas áreas de fronteira, dos problemas fundiários e sociais das regiões tradicionais; o comprometimento do meio ambiente e o desperdício dos recursos públicos.

"Num país cuja prioridade expressa pelo governo é encontrar o rumo que permita ao Brasil erradicar a fome e a miséria que atingem 32 milhões de indigentes, desenterrar o fantasma da colonização não ajuda a construir um projeto de geração de emprego e redistribuição de renda", destaca Osvaldo Russo. Para ele, a reforma agrária com base na desapropriação por interesse social – selecionando áreas férteis de acordo com a demanda social e assentando os trabalhadores preferencialmente em suas próprias regiões de origem – ainda é a única alternativa capaz de produzir a cidadania.

Quanto à justificativa que o ministro Andrade Vieira usa em seu artigo de que "reforma agrária sem extensão rural e sem distribuição de sementes não passa de demagogia", Francisco Urbano rebate: "Sempre discutimos a reforma agrária dentro de um processo global de desenvolvimento, como instrumento de distribuição de renda e política de emprego. A direita reproduz esse discurso de que não adianta distribuir terra sem dar condições de vida aos trabalhadores como se a gente não tivesse sempre defendido isto, para dizer que temos um discurso antigo".

Márcia Lisboa

Grito da terra

Pelo segundo ano consecutivo organizações ligadas aos trabalhadores rurais lançaram o "grito da terra", um movimento nacional de mobilização para a questão agrária. Dentre os pontos que as entidades pretentem negociar com o governo e o Congresso, estão:

quanto à reforma agrária – o atendimento de emergência a todas as famílias acampadas; resolução prioritária das situações de conflitos fundiários; regularização dos assentamentos provisórios e indefinidos; liberação de R$ 250 milhões para o Procera – um fundo para assentamentos rurais–; distribuição de sementes, ferramentas e recuperação do solo (calcário) no início do assentamento.

quanto à política agrícola – continuação do programa de valorização da pequena propriedade (Provape); revisão das alíquotas de importação dos produtos rurais de origem familiar; implementação do Programa de Reconversão Produtiva do Mercosul; assistência técnica ao pequeno produtor rural; permanência dos trabalhadores rurais no regime geral da Previdência Social.

Além da pauta nacional, haverá pautas estaduais, a serem negociadas com os governos estaduais, através das federações de trabalhadores rurais e entidades regionais. (Ver também página 5)

Dados de Edélcio Oliveira, assessor para Questão Agrária e Agrícola do Inesc – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos.

Crianças e adolescentes



NANDO NEVES/IMAGENS DA TERRA

Fim da impunidade depende de investigação e reformas

Rosana Heringer *

ESTAMOS presenciando o início do quarto governo civil brasileiro desde 1985. Há dez anos não somos mais governados por regimes de exceção. Passamos por um processo de amadurecimento democrático que trouxe diversos avanços para a sociedade, no que diz respeito à conquista de direitos formais.

Neste mesmo período, os brasileiros assistiram ao recrudescimento da violência em todo o país, particularmente nas áreas metropolitanas. Dentro deste aumento de crimes violentos, ganhou visibilidade uma modalidade específica de crimes que passou a ser conhecida como "extermínio de menores". Divulgou-se pelo mundo, já no início dos anos 90, a fama de que no Brasil se resolvia o problema dos meninos de rua matando-os.

O que mudou efetivamente nestes dez anos? A sociedade realmente ficou mais violenta em relação às crianças e adolescentes? Por que o assunto ganhou tal espaço na mídia? Que papel tiveram as organizações de defesa dos direitos humanos? O que o Estado – nos âmbitos federal, estadual e municipal – fez? Qual é a situação hoje?

Uma reflexão sobre estas questões parece-nos oportuna por dois motivos. Primeiro porque estão se iniciando novos governos federal e estaduais, o que sempre favorece algum debate de idéias com vistas à implementação de propostas de reforma em diversas áreas. Segundo porque tomando como parâmetros os casos da Grande São Paulo e do Grande Rio, encontramo-nos numa encruzilhada com relação aos debates sobre as chamadas soluções para a criminalidade violenta e a violência urbana em geral. Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Franco da Rocha, Osasco etc, para citar apenas casos mais famosos, revelaram-se como momentos de indignação, mas não de suficiente debate e implementação de políticas destinadas a dar novos rumos à justiça e à segurança pública no país. A Operação Rio mostrou que não é o momento para apresentar soluções simplistas nem aparentemente salvadoras. O Exército na rua não trouxe segurança. Apenas complexificou o crime.

Despertar social

Ao longo dos últimos dez anos houve uma melhor qualificação das ocorrências e dos envolvidos em homicídios dolosos de crianças e adolescentes no Brasil. Das denúncias genéricas divulgadas por entidades sociais em meados da década de 80 passamos ao acúmulo de informações fundamentais para o entendimento destes crimes. Ao mesmo tempo, a sociedade, ao tomar conhecimento deste fenômeno, tratou de ensaiar reações, seja de conivência ou legitimação por parte de alguns setores, seja de indignação. O fato é que a existência de centenas de crianças e adolescentes mortos de forma violenta nas principais cidades do país deixou de ser ignorado, tornando-se tema permanente da agenda de discussão de políticos e diversas lideranças.

É difícil avaliar se este impacto da denúncia, do confronto da sociedade com uma de suas mais inaceitáveis mazelas, trouxe consequências decisivas para uma mudança no tratamento dos fatos. Parece relevante que, em 1993, quando ocorreram as mortes de oito jovens na Candelária, a divulgação do ocorrido e as reações foram imediatas e mais energéticas do que teriam sido alguns anos antes. No entanto, no que diz respeito à apuração e punição de crimes como estes, o sistema de administração da justiça no Brasil ainda tem longo caminho a percorrer.

No primeiro trimestre deste ano, a imprensa divulgou duas pesquisas semelhantes sobre o tema, feitas no Rio de Janeiro, pelo IBASE e em São Paulo, pelo ex-diretor da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), Nuzih Meserani. A primeira pesquisa investigou inquéritos instaurados em 1991 e a segunda, processos criminais referentes a uma amostragem de crimes ocorridos entre 1986 e 1987. Ambos os trabalhos apontam para o fato de que as crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, vítimas de homicídios dolosos, na sua maioria não tinham passagem pela polícia nem por órgãos como a Febem ou a Fundação Estadual de Educação ao Menor (Feem), nem estavam envolvidos em crimes. Também não eram meninos/as de rua, a maior parte tinha endereço fixo e referência da família. As pesquisas apontam também que o número de inquéritos que se converteram em ações penais, bem como o número de indiciados por estes crimes, foi bastante baixo: algo em torno de 10% em São Paulo e no Rio, principalmente por negligência da polícia e do Ministério Público com relação a estes casos.

O que estas informações trazem de útil para uma reflexão em 1995? Temos condições de caracterizar as vítimas e em algumas medidas as circunstâncias em que as mortes violentas de crianças e adolescentes ocorrem. Há uma diversidade de causas e agentes aí envolvidos e é preciso traçar estratégias específicas para cada uma delas. Os casos que merecem maior atenção são aqueles que envolvem violência familiar e outros conflitos interpessoais, as mortes associadas ao tráfico de drogas e os casos de execução sumária feita por justiceiros, por "desconhecidos", com o envolvimento de policiais ou não.

Estes crimes demandam investigação. É o primeiro passo para que haja a possibilidade de punição dos responsáveis. É fundamental que os delitos não se convertam em mais um número das estatísticas macabras da violência urbana, em mais um caso notificado como "sem informação". A etapa investigatória, a cargo da Polícia Civil, sob a fiscalização do Ministério Público, deve ser objeto de cobrança permanente da sociedade, dos familiares das vítimas, das entidades de defesa dos direitos humanos.

Em algum nível governamental, possivelmente sob iniciativa do Ministério da Justiça, deveria iniciar-se um monitoramento das ações penais resultantes de inquéritos envolvendo homicídios dolosos de crianças e adolescentes. Esta seria uma ação concreta que o governo federal poderia patrocinar para que estes crimes chegue m a julgamento no menor prazo possível.

O poder público tem, entretanto, missão de mais longo prazo. No âmbito da política de justiça e segurança pública, reformas no código penal, na justiça militar e nos procedimentos de investigação policial são mudanças urgentes. Torna-se necessário discutir e aprovar reformas que se traduzam numa maior eficácia da administração da justiça, não apenas para os que podem pagar, mas para toda a sociedade.

** Professora de Sociologia (Univesidade Federal de Viçosa/MG) e doutoranda em Sociologia (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Iuperj).*

Democracia na terra



EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA/OCUPAÇÃO DA FAZENDA SANTA RITA SEVERINA, EM MACAÉ/RJ

Violência no campo muda de alvo

QUE a violência na cidade grande é crescente e assustadora ninguém duvida. O que a maioria ignora ou esquece é que os conflitos no campo aumentam a cada ano e são regados por assassinatos macabros, comparados a filmes de terror. De 1991 a 94, 199 pessoas – a maioria lavradores – foram mortas em 1.916 conflitos, numa média de 50 por ano. Isso sem contar o aumento das tentativas de homicídio, ameaças de morte, destruições de casas e roças.

Os dados são do relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que coloca o Nordeste em primeiro lugar dentre as regiões mais conflitivas, seguido do Norte. Os estados recordistas em violência foram: em número de assassinatos, Pará (12), Maranhão (8), Amapá e Mato Grosso (5 cada); de tentativas, Pará (27) e Maranhão (18); e de ameaças, Maranhão (58), Pará (42), Paraíba (23) e Piauí (22).

Pior do que as estatísticas é a constatação de que a violência no campo mudou e vem aprimorando suas formas, tornando-se cada vez mais "explícita, intensa, brutal e medonha", como afirma o relatório.

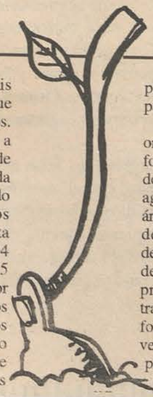
As vítimas da violência também mudaram: lideranças de movimentos populares continuam na mira de fogo, mas são as famílias, os lavradores, o alvo principal, como uma maneira de intimidar os demais. Os números embasam a afirmação da CPT: de 93 para 94 a quantidade de posseiros ameaçados de morte mais que dobrou e a de vítimas de tentativas de assassinatos quintuplicou.

A concentração de terras aumentou, o que intensifica ainda mais os conflitos. Esta é a conclusão do relatório, levando em conta a queda vertiginosa do número de hectares em comparação à diminuição não tão grande do número de pessoas envolvidas nos conflitos – da média de 12,6 hectares por pessoa em 91 para a média de 5,8 em 94. Cada vez há menos terra em disputa, por proporcionalmente mais pessoas. Consequentemente, vêm subindo as ocupacões de terra (119,30 a mais que em 93), uma forma de pressionar o governo a fazer a reforma agrária.

A CPT registrou uma mudança de comportamento das famílias ocupantes que para fugir à repressão ficam na terra somente durante o dia, trabalhando, e dormem em acampamentos próximos. Constatou também que o critério de escolha dos locais a ocupar obedece à lei da maior oferta de terras improdutivas ou de maior contingente de lavradores sem terra. Diferente do que é normalmente difundido pela imprensa de que essa escolha recai nas terras mais valorizadas. Em 94 o maior número de ocupações aconteceu no Nordeste, seguido do Sudeste.

Ana Bittencourt

Cidadãos da terra



APESAR da cota de sacrifícios dos lavradores por um pedaço de chão, muitas vezes paga com a própria morte, a CPT também registrou alguns casos positivos, em que o conflito resultou na conquista da cidadania. Em abril do ano passado, 404 famílias de posseiros estavam sendo ameaçadas de expulsão da Fazenda Engenho Novo, município paraibano de São Miguel do Taipu. No conflito, 408 toneladas de mandioca e 8 mil sacas de milho prontas para a colheita foram destruídas. Cerca de 800 trabalhadores rurais de regiões vizinhas resolveram ajudar e organizaram em junho um enorme "mutirão de solidariedade" para replantar as lavouras. O fato se repetiu em outubro, quando 400 trabalhadores rurais fizeram outro mutirão para reconstruir o que tinha sido destroçado por capangas de usineiros.

No Paraná, um convênio entre a CPT e a Secretaria de Estado de Educação pretende resgatar a cidadania do bóia-fria através da educação. O Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (Peart) começou nos municípios de Tamarana (1991) e Bela Vista do Paraíso (1992) com 110 turmas. Em 1994 já contava com 173 turmas, atendendo a 3.585 pessoas. No Jardim União da Vitória, maior assentamento de bóias-frias em Londrina, os monitores ensinam como reciclar lixo, fora os cursos de medicina caseira, planejamento familiar, cozinha alternativa e prevenção de incêndio. A idéia do projeto é ampliar as possibilidades do trabalhador e buscar soluções para as misérias da comunidade.

Em 1994 trabalhadores e entidades rurais organizaram o Grito da Terra Brasil: contra a fome e a miséria – pelo emprego. De norte a sul do país ocorreram manifestações pela reforma agrária, reivindicando desapropriações das áreas de conflito, regularizações fundiárias, demarcações e titulações de posse, desburocratização do crédito rural, construção de estradas, escolas e postos de saúde, preservação do meio ambiente, direitos trabalhistas entre outras reivindicações. Esta foi, segundo o relatório da CPT, "uma verdadeira demonstração de cidadania, de participação popular e de democracia", com a presença de mais de 20 mil pessoas.

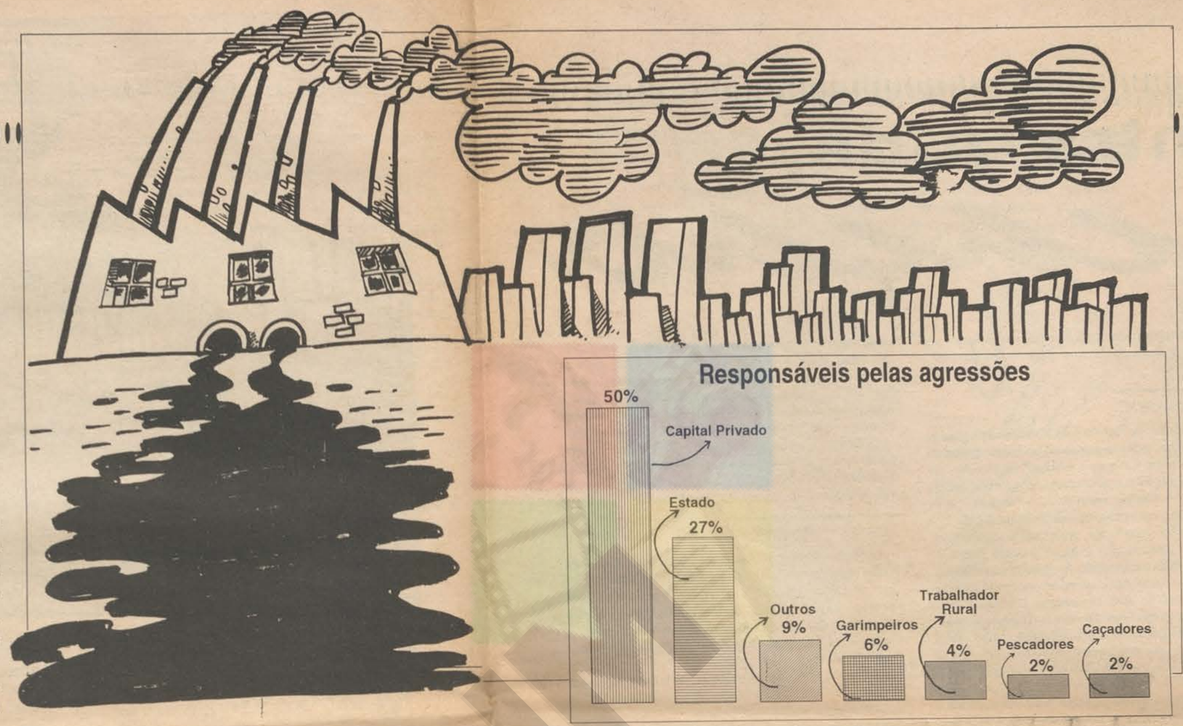
AÇÃO CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA

Mural

Suplemento do **Jornal da Cidadania**,
ano 1 - nº 18 - i: a 30 de junho de 1995
Uma publicação do **IBASE**
Rua Vicente de Souza, 34/2º andar - Botafogo

Meio ambiente: um espaço público

Gabriela Scotto*



AINDA permanece de forma bastante generalizada uma visão do meio ambiente como sendo a soma dos recursos naturais. Nesta perspectiva, os problemas ambientais seriam aqueles que dizem somente respeito aos elementos da natureza, como pássaros, baleias e plantas. Assim, de um lado estaria a Natureza e do outro, a Humanidade, a cultura, as relações sociais. A partir desta visão do meio ambiente coloca-se muitas vezes uma falsa opção entre solucionar os problemas sociais ou solucionar os problemas ambientais. Frases tais como "bem-vinda a poluição porque atenua os problemas da miséria, gerando empregos e riqueza" ou "é preferível a poluição do progresso à poluição da pobreza" ilustram esta perspectiva.

Mas como pensar nessas coisas e propor soluções para esses problemas sem separá-los? Uma saída é pensar as questões ambientais como sendo também questões que envolvem relações entre pessoas, grupos e comunidades, quer dizer, relações sociais.

Falar de meio ambiente é mais do que falar de Natureza, é pensar nela no que ela tem de público, de espaço coletivo. O meio ambiente constitui-se daqueles recursos da natureza que não seriam passíveis de apropriação privada, já que deles dependem, direta ou indiretamente, a vida dos diversos grupos sociais. Por isso podemos compreendê-los como "públicos", como "bens coletivos", de cujo acesso ninguém pode ser privado. Ocorre, contudo, que dados os múltiplos interesses presentes na sociedade, estes bens são objeto de modos de uso diversos e de interesses muitas vezes conflitantes.

Uma primeira oposição nesse sentido pode ser feita entre interesses privados e públicos. A extração de mogno por madeireiras, extração de areia para comercialização, venda de algumas espécies animais etc são exemplos dos primeiros, quando os recursos naturais são transformados em mercadorias e comercializados em benefício de agentes particulares.

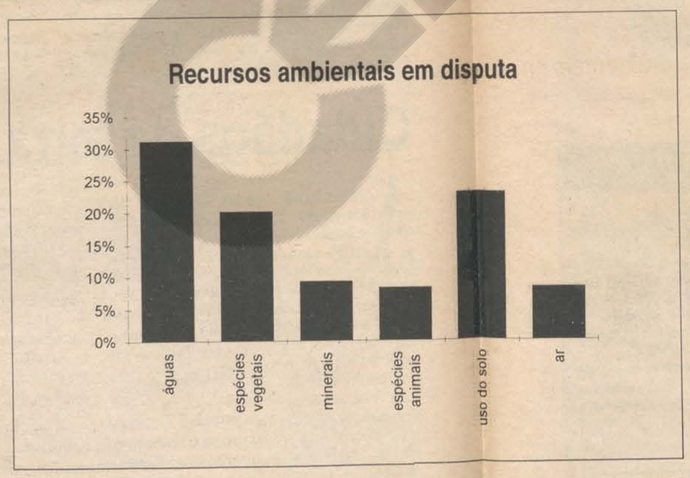
Em outros casos, o uso privado do meio ambiente ocorre por via indireta. Quando uma indústria libera resíduos tóxicos no ar está afetando um espaço comum. Isto traz conseqüências não apenas para os que trabalham nessa indústria, mas também às pessoas que moram ou circulam nas imediações. Caso essa indústria libere dejetos num rio, estará afetando as condições ambientais de todos os que utilizarem aquela água. Essas atividades nas quais prevalecem os interesses privados caracterizam-se pelo fato de acarretarem danos ao bem ambiental (degradação), afetando sua disponibilidade para outros segmentos da população e incorrendo em prejuízo ao uso comum do bem ambiental em questão.

Por outro lado, existem interesses que defendem o caráter público do meio ambiente e a permanência e disponibilidade dos bens ambientais coletivos. Os interesses públicos são aqueles que visam a permanência e disponibilidade desses recursos para a garantia da sobrevivência e qualidade de vida do coletivo.

Assim, travam-se, em torno dos bens ambientais, lutas entre pessoas que disputam diferentes formas de acesso e/ou gestão desses bens. Este enfrentamento entre interesses opostos configura o que denominamos conflitos sócio-ambientais.

Em 1993 apareceram noticiados na imprensa nacional 247 casos de situações de denúncias, mobilizações e disputas envolvendo o meio ambiente (dados extraídos da pesquisa "O meio ambiente em disputa. Um ano de conflitos ambientais na imprensa"; ver quadro "Na imprensa").

* Pesquisadora do IBASE



Agressores

O capital privado aparece associado com mais freqüência a desmatamento, extração de areia, mineração, despejo de efluentes e poluição (do ar, sonora e hospitalar). Já o Estado é agressor ao fazer obras públicas e construções irregulares, no tratamento inadequado e/ou ausência de esgotamento sanitário, construção de barragens para hidrelétricas e radiação nuclear.

Quem se mobiliza contra ações "privatizadoras" do meio ambiente? A lista é extensa e diversa, assim como são diversas as formas. Os mais citados nos casos levantados na imprensa foram as entidades ambientalistas (60 casos), moradores (52 casos), e Ministério Público (36 casos). Seguindo-se a eles os parlamentares (20 casos), as populações tradicionais (19 casos), associações de classe (18 casos) e ONGs (15 casos).

Neste sentido, podemos pensar as lutas sociais pela "desprivatização" do meio ambiente como sendo também lutas pela ampliação da cidadania. São ações coletivas destinadas a garantir o caráter público e social da Natureza e a democratizar o gerenciamento e as condições de acesso aos recursos naturais.

Privatizando a natureza

As águas (interiores e litorâneas), o solo (urbano e rural), espécies animais, vegetais e minerais são objeto de conflitos, embora não todos nas mesmas proporções. Mais da terça parte dos 247 casos (37%) é constituída principalmente pela apropriação privada das espécies animais, vegetais e minerais. É o caso, por exemplo, da extração de mogno para comercialização, caça ilegal ou extração de minérios. O restante dos casos (63%) diz respeito principalmente a lutas em torno da poluição do ar, das águas e degradação dos solos.

Quem são os responsáveis pelas agressões ambientais? De um total de 273 agressores mencionados na imprensa, destaca-se em 50% dos casos o capital privado e em 27% o Estado (empresas, 12%; e órgãos da administração pública, 15%). Assim, o Estado e o capital privado juntos são responsáveis por 76% dos casos de agressão ambiental.

NA IMPRENSA

O levantamento "Um ano de lutas ambientais na imprensa brasileira", feito pela equipe do Projeto Meio Ambiente e Democracia do IBASE, teve como objetivo gerar uma primeira aproximação das lutas ambientais e traçar um quadro inicial das lutas, atores, demandas e dinâmicas de organização da sociedade civil frente aos problemas ambientais. Não se pretende apresentar esses dados como se fossem o retrato de todas as lutas ambientais no Brasil, já que foram analisados apenas as lutas que alcançaram repercussão na imprensa (nacional, regional e local), no período pesquisado (1993). No total, contamos com a cobertura de 40 periódicos publicados em todos os estados, sendo alguns de circulação nacional, e de seis revistas de âmbito nacional. **(G.S.)**

Qualidade DE VIDA

Contra Aids, Educação.

NO Brasil existem 62.314 casos de Aids notificados ao Ministério da Saúde (80-95). Os especialistas, no entanto, acreditam que este número seja oito vezes maior – entre casos não comunicados e não conhecidos pela própria pessoa infectada. As mulheres representam um quinto deste total. E o pior da história: elas se contaminam pelo afeto.

Esclarecendo: a maior parte das transmissões se dá por via sexual e grande parte das mulheres não usa camisinha com parceiros com os quais têm laços afetivos ou algum tipo de relacionamento fixo. Isto as coloca em grande risco. Mesmo entre prostitutas, que procuram usar preservativos com seus clientes, muitas cedem à pressão de um programa mais bem pago sem camisinha e ignoram o perigo de contaminação quando estão com seus maridos ou namorados.

Historicamente, as mulheres sempre foram as maiores responsáveis pela contenção de epidemias. São elas que percebem a importância de vacinar as crianças e que cuidam da saúde da família. É como se isso fosse parte da sua tarefa de ser mulher. No Rio de Janeiro, um dos projetos do Grupo Pela Vidda – Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids – tem procurado esclarecer as mulheres que vão à clínica de ginecologia do Posto de Saúde do Catete (sobre as formas de evitar doenças como a Aids).

O público do Posto é composto basicamente de donas-de-casa que vão fazer exames preventivos de câncer ginecológico e de mama. "Aproveitamos para informá-las sobre a Aids porque as pessoas sabem muito pouco sobre o assunto. Os homens ainda acham que Aids é coisa de homossexual e quando as mulheres pedem para usar camisinha eles acham que elas estão desconfiando da sua masculinidade", explica Dayse Agra, coordenadora do grupo de mulheres do Pela Vidda - RJ.

Dayse diz que as mulheres de mais de 30 anos têm muita resistência à prevenção porque estão acostumadas a uma vida sexual sem maiores preocupações. "Como está aumentando o número de mulheres contaminadas que se relacionam com um homem só é importante que elas se informem", defende Dayse.

Futuro responsável

A ONG Gestus, de Recife, está começando a plantar um futuro sexual mais responsável no bairro pobre de Nova Descoberta. O grupo Mulher Maravilha, de capacitação profissional, já oferecia cursos e oficinas na comunidade. A Gestus aproveitou o "embalo" e se propôs a discutir com um grupo de 20 meninas, de 11 a 14 anos, assuntos como sexo, Aids, saúde reprodutiva, contracepção, preconceito e até o próprio corpo da mulher. "Elas têm curiosidade, medo e muitas dúvidas. Em casa não se sentem à vontade para perguntar às mães, que também não se sentem à vontade para responder. Fica tudo muito proibido, muito obscuro", explica a coordenadora do projeto Silvia Marques Dantas.

Silvia conta que o primeiro passo foi consultar as mães das meninas, que acharam muito importante que alguém dê às filhas a orientação que não tiveram, sem ter que falar sobre temas difíceis para elas próprias. Com as meninas, a primeira dificuldade foi criar o sentimento de grupo. Afinal, falar de coisas tão íntimas e pessoais requer cumplicidade, solidariedade e respeito às diferenças individuais.

Nas conversas, as moças são estimuladas a perceber seus corpos, falam a respeito de curiosidades sobre sexo, carinhos e são alertadas para seus direitos e deveres. "Se você quer ter direito de exercer sua sexualidade tem o dever de tomar conta de coisas como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids", defende Silvia.

Com essas moças pobres, há uma agravante: se o pai ou a mãe encontrarem uma camisinha na bolsa elas podem até ser expulsas de casa. A valorização da virgindade é ainda muito importante e pode pôr em risco a vida das meninas.

Mas, com o conhecimento que estão adquirindo, isto pode mudar. "Outro dia uma delas me disse, orgulhosa, que tinha assistido a uma palestra sobre DST/Aids na escola e que sabia tudo o que a palestrante havia dito. Elas estão começando a sentir que detêm um poder importante: a informação. Assim elas ajudam também as amigas e se sentem mais valorizadas", avalia Silvia.

A Gestus, que faz esse trabalho sem qualquer ajuda financeira, aguarda a chegada de verba já aprovada pelo Ministério da Saúde para este e para outro projeto que visa atender adolescentes de 15 a 19 anos.

Agentes multiplicadores

O Gapa – Grupo de Apoio e Prevenção à Aids – da Bahia começou em março o projeto Aids/Prostituição, que pretende educar e esclarecer as chamadas "profissionais do sexo". Depois de avaliar o grau de informação que essas mulheres têm sobre o assunto, o Gapa prepara algumas delas para se tornarem agentes multiplicadores em seu grupo.

O projeto não se resume a distribuir material educativo e camisinhas. "Aqui as prostitutas não estão organizadas como categoria e ficam muito desorientadas e com medo. Procuramos fazer com que elas trabalhem a auto-estima, a cidadania, a importância de se reconhecerem como um grupo que tem os mesmos interesses e dificuldades", explica a coordenadora Mônica Benfica.

Segundo Mônica, a falta de informação é tanta que muitas têm medo de contrair o vírus HIV através de picadas de mosquito e pelo uso de utensílios. "No discurso elas dizem que usam camisinha, mas na prática é aquela história: quando gostam confiam cegamente que nada vai lhes acontecer".

Pela Vidda (RJ) - (021)252-3993
Gestus - (081)321-4561
Gapa (Ba) - (071)245-1741

Ana Redig

Seus direitos legais

● Ninguém pode ser forçado a fazer o teste para saber se tem o vírus HIV. A lei só obriga o teste quando você vai doar sangue, esperma ou órgãos. Mesmo assim, o profissional de saúde vai alertá-lo de que o teste será feito.

● Se exigirem o teste para admissão ou permanência em emprego você deve denunciar o fato ao Conselho Regional de Medicina e à Delegacia Regional do Trabalho. Se o emprego for público procure um advogado para entrar com um mandato de segurança e garantir sua classificação.

● Se você aceitar fazer o teste e o resultado for positivo não poderá ser excluído da seleção ou demitido do emprego. O artigo 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal "proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência". Um advogado poderá ajudá-lo em caso de desrespeito à lei.

● Se você estiver doente, sem condições de trabalhar, a empresa deve encaminhá-lo ao INSS para que você receba o auxílio-doença. Durante este período você não pode ser demitido. Lembre-se: o médico é obrigado a manter sigilo da sua doença. Se ele disser a alguém, sem a sua autorização, denuncie ao Conselho Regional de Medicina.

● O portador do vírus HIV que não apresenta qualquer doença só pode ser demitido por "justa causa", mas este ainda é um assunto polêmico nos tribunais. Portanto, se você for demitido por ser portador do vírus procure um advogado para tentar reintegração no emprego.

● Se você não tem carteira assinada ou é autônomo, poderá se tornar segurado do INSS. É só levar um documento de identidade e um carnê de contribuição (compra-se em qualquer papelaria) e fazer uma inscrição nos Postos de Benefícios do INSS ou nas agências dos Correios. Assim, após o pagamento da primeira contribuição, você se torna um segurado, com os mesmos direitos de um trabalhador.

● O portador do vírus HIV ou o doente de Aids pode requerer o saque do FGTS e PIS/PASEP a qualquer momento. É só um médico de uma instituição pública atestar sua condição de portador.

FONTE: CARTILHA DO GRUPO PELA VIDDA/RJ

Fique atento

● Não confie nas aparências. Uma pessoa legal, de bom caráter, divertida, honesta e saudável pode estar contaminada com o vírus da Aids e nem saber disso. Assim ela poderá estar contaminando outras pessoas através do esperma ou secreção vaginal. USE SEMPRE CAMISINHA!

Como Usar



● Ponha com ele duro. Aperte a ponta pra sair o ar. Desenrole até embaixo e não use lubrificante.

● Tire com ele duro, segurando. Use uma vez só e jogue no lixo.

Padrinhos da vida

O Grupo Pela Vidda de Niterói, Rio de Janeiro, está promovendo desde outubro o projeto Criança = Vida, que busca "padrinhos" para crianças portadoras do vírus da Aids. Quem aceita participar se compromete a doar mensalmente R$ 100 para ajudar nas necessidades materiais, podendo ou não conhecer o "afilhado". Até agora o Criança = Vida tem oito crianças apadrinhadas, 63 na "fila"e nenhum financiamento.

Segundo a doutora Silvia Guasti, as doenças oportunistas que afetam as crianças portadoras do HIV são parecidas com as doenças sociais do Terceiro Mundo como diarréias, desnutrição e pneumonias de repetição. "Para se ter certeza de que a criança está realmente infectada é necessário fazer exames como o PCR, Cultura Viral e Antígeno P-24, que localizam a existência do vírus e não dos anticorpos como os aplicados para adultos. E esses exames são muito caros", esclarece.

Confirmar este diagnóstico antes da criança completar um ano é importante não só para iniciar aplicação de gama-globulina (anticorpos prontos só aceitos pelo organismo infantil) e outros remédios, como para dar estabilidade emocional à família. "Qualquer gripe provoca uma enorme insegurança nos pais. Ficar sem saber é muito pior", garante a médica.

Quem quiser ser mais um "padrinho" basta entrar em contato com a coordenadora do projeto, Martha Reis, no Grupo Pela Vidda/ Niterói pelo número (021) 719 5683.





ação da

O MAPA DA CIDADANIA

ESPECIAL



Fome e cidadania

Dom Mauro Morelli *

O debate da modernidade sobre as dimensões do Estado esbarra em parodoxal escândalo. O Brasil colocado entre as dez maiores potências econômicas do mundo e o povo brasileiro situado no 70º lugar em termos de condições de vida. Um dos maiores produtores e exportadores de alimento e 8 milhões de famílias famintas ou subnutridas.

Essa perversão levou o Movimento pela Ética na Política, principal articulador do combate à corrupção na administração pública, a identificar a fome e a miséria como as mais graves e iníquas formas de corrupção. Como expressão de indignação e compromisso surgiu, então, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Tendo acompanhado passo a passo a formação e o desempenho do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), de 18 de março de 1993 até sua extinção em 12 de janeiro de 1995, e viajado por 23 estados incentivando a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, sinto-me angustiado pelo agravamento do quadro de fome e de miséria no país, atingindo de forma irreparável milhões de crianças.

Espero que o governo Fernando Henrique Cardoso queira e consiga iniciar um processo de reversão deste quadro degradante que ameaça a estabilidade social e transforma nossa república em uma democracia caricata.

Em parceria com a sociedade, o Programa Comunidade Solidária poderá minorar as consequências de tanta injustiça e sofrimento.

Mas, será através de um novo modelo de desenvolvimento que o governo fará justiça e reconhecerá a cidadania dos pobres e famintos de nosso país. Este sim é o verdadeiro desafio para a Revisão Constitucional. Segurança alimentar como exigência de cidadania do povo brasileiro, ou seja: ampliação das oportunidades de trabalho e redistribuição da renda através de política salarial que possibilite efetivamente condições de vida; e, produção regionalizada, abastecimento e acesso aos alimentos, através de consequente redistribuição da terra e adequada política agrícola.

Por outro lado, enquanto a sociedade colabora e pressiona o governo a percorrer o caminho da justiça social, urge retomar o espírito, os objetivos e a prática das primeiras horas da guerra contra a fome, com atenção prioritária para as crianças brasileiras.

Não mais podemos sofrer e tolerar a paralisia ou a desmobilização provocadas pelas constantes propostas de mudanças de objetivos e de alvos. Em um ano, não resolvemos o problema do desemprego e nem atingiremos a democratização da terra. A fome não será vencida com discursos e "marketing", assim como a miséria não será erradicada apenas pela solidariedade da sociedade ou de programas governamentais.

Mobilizemo-nos para socorrer e resgatar a vida de crianças hoje! Nenhum faminto pode esperar pelo amanhã. "O pão nosso de cada dia, dai-nos hoje" é súplica que sobe aos céus, perturba a quem não passa fome e repercute nos corações solidários. Se quisermos, poderemos derrotar a fome até o ano 2000!

Será através de um novo modelo de desenvolvimento que o governo fará justiça e reconhecerá a cidadania dos pobres e famintos de nosso país

Urge implantar um Programa Brasileiro de Alimentos que venha fortalecer e complementar as iniciativas locais e privadas, com três objetivos básicos: combater a desnutrição, fortalecer a organização social e promover o desenvolvimento econômico da comunidade. Face ao volume das últimas safras e ao desperdício constante, estimo que 5 a 10 milhões de toneladas de grãos dos estoques públicos poderiam ser anualmente destinadas a um programa com tais objetivos.

O conceito de Alimento para o Desenvolvimento tem sido a mola propulsora de bons projetos realizados pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU) em várias partes do mundo.

O Programa de Alimentação Escolar deve ser ampliado e efetivamente descentralizado. Recursos devem ser garantidos para que educação e alimento se transformem em bases reais do verdadeiro progresso e desenvolvimento do Brasil.

Além de programas especiais nas regiões urbanas e metropolitanas, faz-se inadiável um programa que rompa o círculo fechado de miséria em que sobrevivem milhões de seres humanos na região do semi-árido. Creio que o Brasil dispõe de tecnologia (Embrapa) e de recursos para resgatar a dignidade e promover a cidadania daqueles irmãos brasileiros.

Necessária e urgente, também, a autoconvocação e realização de encontro nacional do "Fórum" da Ação da Cidadania. Sou favorável a um fortalecimento da secretaria-executiva, na capital federal. As parcerias dentro da sociedade e do povo com os vários níveis de governo exigem incentivo e articulação. Sem parcerias não será revertido o quadro vergonhoso e blasfemo de indigência e miséria que inviabiliza o futuro da nação brasileira.

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida é um caminho aberto de verdadeira democracia. Respeito e valorização do pluralismo e busca permanente de espaço e oportunidade para todos e por todos.

Sem ídolos e mitos, anjos e demônios, poderemos fazer os milagres da fraternidade. Com as grandezas e limitações próprias da condição humana, amanhecerá o dia iluminado pela alegria das crianças brincando em nossas praças.

** 1º bispo da Igreja Católica Apostólica Romana em Duque de Caxias e São João de Meriti e presidente da Ágora – Associação para Projetos de Combate à Fome.*



Novos rumos da Ação

A produção de um Censo da Solidariedade foi uma das principais propostas aprovadas no Fórum Nacional da Ação da Cidadania, realizado nos dias 27 e 28 de maio, no Rio de Janeiro. Os representantes de 26 comitês estaduais de todo o país e de algumas organizações não-governamentais fizeram um balanço dos trabalhos que vêm sendo realizados, das dificuldades enfrentadas e, ao final, todos propuseram soluções. O enfoque no combate à fome emergencial e a retomada das questões relativas à segurança alimentar foram definidos como rumos fundamentais a serem enfatizados pela Ação.

O Censo da Solidariedade servirá de base para gerar o primeiro Mapa da Solidariedade do mundo. "Isto nunca foi feito antes. É preciso lembrar aos brasileiros que a fome não acabou e que ninguém pode ficar fora deste Mapa", alertou Augusto de Franco, da Secretaria Nacional. O Censo não pretende contar quantas pessoas – integrantes de comitês ou não – colaboram ou já colaboraram com a Ação da Cidadania, mas mostrar as diferentes alternativas encontradas para diminuir a fome no Brasil – seja distribuindo alimentos, gerando empregos e renda ou trabalhando a democratização da terra. A idéia é reunir as diversas formas de participação para que a população veja que é possível fazer muito mais do que já foi feito.

Para organizar a execução do censo foi criado um grupo de trabalho que, a princípio, deverá ser apresentado ao público no dia 23 de junho, aniversário de dois anos da Ação da Cidadania. Neste dia será explicado de que maneira cada um poderá contribuir para a construção deste Mapa. Se os prazos estipulados puderem ser cumpridos, os resultados do Censo da Solidariedade deverão ser divulgados no dia 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação.

Em relação à segurança alimentar, formaram-se grupos para estudar mecanismos de fiscalização e controle da merenda escolar municipalizada; para fazer pressão no Congresso, assembléias estaduais, câmaras municipais e poder executivo de todas as instâncias, entre outros. O objetivo é envolver o Legislativo, o Executivo e o Judiciário nessas questões e conseguir deles o compromisso de que trabalharão pela melhoria da qualidade de alimentação no país.

Comunidade Solidária

O programa social do governo, Comunidade Solidária, foi outro assunto debatido no Fórum. A inquietação dos comitês com a presença de Betinho no Conselho Consultivo do Programa (composto por ministros e figuras reconhecidas pela sociedade) foi esclarecida pelo próprio articulador nacional da Ação da Cidadania. "A Ação não precisa do governo para existir e o Comunidade Solidária está tentando superar isso. Eu não tinha nenhuma razão concreta para me recusar a participar do Conselho, já que a proposta é melhorar a situação em que os brasileiros se encontram. Mas se houver qualquer atitude antiética, arbitrária ou que venha de encontro aos nossos princípios não exitarei em deixar o Conselho", esclareceu.

O representante do comitê estadual do Rio Grande do Norte, Roberto Marinho, participou das discussões de formação do Conselho Estadual do Comunidade Solidária junto ao governo e considerou a experiência importante. "Nós discordamos de quase tudo e a maioria das nossas sugestões não foi aceita, mas ficamos com a certeza de que não dá pra ficar de fora", afirmou. De qualquer forma houve um lado positivo: dos sete representantes da sociedade civil que fazem parte do Conselho Estadual, seis foram indicados pelo comitê (a exceção é o representante dos empresários).

Em relação às parcerias com o governo, ficou acertado que em nada se alteram as características da Ação da Cidadania: solidariedade, parceria e descentralização. Desta forma, cada comitê local fará parcerias com o governo, através de programas ou não. Cada caso será analisado em separado, pelas pessoas que serão diretamente afetadas pelos projetos e farão a parceria se isto for o melhor para a comunidade. Com ou sem Comunidade Solidária, a Ação da Cidadania continua como sempre esteve: independente.

Ana Redig

Fome, segurança alimentar e ética

A Ação da Cidadania é uma ação da sociedade civil que tem como eixo o combate à fome, a construção da segurança alimentar e a ética.

O combate à fome é ação imediata e instrumento fundamental na luta pela superação dos mecanismos que produzem a miséria.

A construção de segurança alimentar sintetiza um conjunto de medidas voltadas para a erradicação da miséria, o que engloba a geração de emprego e renda, a democratização da terra e todas as demais condições de cidadania.

A erradicação da fome e o estabelecimento da segurança alimentar são interativos éticos. Movida por princípios éticos, a Ação da Cidadania participa da construção de novas relações pautadas em valores como a solidariedade, a honestidade, a transparência, a eqüidade e a pluralidade. A Ação da Cidadania entende que a ética no comportamento público é uma exigência de edificação de uma sociedade justa e fraterna.

Texto introdutório do documento final da 2ª reunião do Fórum

Sociedade e participação

Ruth Cardoso *

A Comunidade Solidária é uma nova proposta para enfrentar os desafios da questão social no Brasil. O Programa que vem sendo articulado, nos três níveis de governo, pela Secretaria Executiva, e apoiado na ação mobilizadora do Conselho Consultivo, busca vencer estes desafios, aproveitando a oportunidade de termos, no país, uma sociedade civil organizada e participativa, forjada na experiência da Campanha da Cidadania contra a Fome e pela Vida.

Tenho visto, nas regiões que visitei, experiências extraordinárias e exemplares, tanto do ponto de vista da mobilização de que se originam quanto do resultado que obtêm na diminuição do impacto da pobreza nas comunidades carentes. Estive no Acre, em Pernambuco, no Paraná e em São Paulo. Nestes lugares conheci projetos que foram elaborados a partir do debate da comunidade, realizados com a participação de instituições governamentais e que estão permitindo um salto qualitativo na vida das comunidades. Certamente estas são ações que vão se multiplicar em outras cidades brasileiras.

Já obtivemos vitórias na ação social do governo. Nos seus primeiros meses de atuação, a Comunidade Solidária conseguiu melhorar a performance de programas sociais já existentes. Levamos a ação integrada do governo a localidades que a conheciam de modo apenas eventual e descontínuo. Não podemos mais admitir que recursos cheguem desarticuladamente a seu destino. Mudar a longa história de políticas sociais malplanejadas, ineficientes e raramente executadas, repito, é o nosso desafio.

Nas próximas reuniões do Conselho do Comunidade Solidária vamos prosseguir no nosso trabalho. Definiremos novas frentes de atuação, avaliaremos o que até aqui foi realizado. Nossa atuação cresce diante das demandas sociais que o governo, sozinho, não poderá atender.

Temos ainda muitas redes comunitárias a acionar. Precisamos da mobilização que o país já é capaz de gerar para que a Comunidade Solidária possa cumprir suas metas. Temos contatos programados com universidades e associações profissionais. A articulação com organizações não-governamentais tem se revelado mais um promissor caminho a trilhar, além de um diálogo aberto e contínuo com os movimentos sociais.

A Secretaria Executiva está, agora, trabalhando no detalhamento das ações que já foram definidas em 156 municípios, em 14 estados do país. Os municípios dos outros estados deverão ser selecionados ainda no primeiro semestre. Estes são avanços expressivos, considerando que este processo é precedido de uma avaliação séria, que procura as verdadeiras necessidades sociais das comunidades.

A Secretaria Executiva zela ainda para que não mais ocorram os cortes orçamentários nas áreas vitais para as populações carentes, assegurando o cumprimento dos cronogramas de desembolso, não só nas áreas selecionadas nesta primeira fase, mas em todos os municípios cobertos pela ação do Programa.

Creio que a Comunidade Solidária tem tido sucesso. A consciência de que não é possível solucionar, em curto espaço de tempo, as questões que são originárias de antigas desigualdades, antes de desmotivar os que têm trabalhado no Programa, reafirma a determinação de irmos em frente. Permaneço confiante que, continuando com a estratégia que foi traçada para a diminuição dos efeitos da injustiça social, estaremos colaborando para construir um país melhor.

** Antropóloga e presidente do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária.*



Jornal da CMP

Órgão informativo da
Central de Movimentos Populares.
dezembro/1993 - nº 00

Central de Movimentos Populares

Apresentação

O Movimento Popular vem reconquistando o seu espaço de mobilização junto à sociedade brasileira. Num processo difícil e de muito trabalho, contribuiu para a construção da democracia brasileira e abriu espaço para a participação popular na elaboração de políticas públicas.

Hoje, a realidade brasileira impele a sociedade para a organização em torno de propostas alternativas para os problemas graves que estão sacudindo o país. Os movimentos populares, e a sociedade como um todo, precisam, então, articular-se para constituírem uma força capaz de provocar mudanças radicais no país.

A proposta de um jornal para a Central de Movimentos Populares surge num momento de muita riqueza e maturidade política para o Brasil. Em meio ao caos instalado no país com as descobertas reveladas pela máfia do Orçamento, que mostraram a sangria de recursos públicos, os movimentos populares conseguem articular-se e fundam a CMP. A Central traz em sua concepção a proposta da renovação dos rumos políticos do Brasil. E é a prova contundente de que, organizada, a sociedade consegue mudar a história desse país.

A edição zero do Jornal da CMP (temporariamente sem um nome definido), reflete o caráter combativo e de luta do movimento popular. Entretanto, mais que um mero instrumento de comunicação, o Jornal da Central de Movimentos Populares pretende ser um canal que possibilite a interrelação entre os diversos movimentos populares. Portanto, o jornal nasce com a proposta do novo, do inusitado e promete ser mais um meio para "sacudir" a sociedade brasileira.

Central unifica as lutas populares



O entusiasmo foi a tônica dos 4 dias do I Congresso Nacional dos Movimentos Populares

Iº CNMP funda a Central de Movimentos Populares pág. 2

A construção da CMP cria um novo sujeito político no país págs. 4 e 5

Confira as bandeiras e eixos de luta definidos no Iº Congresso pág. 8

Editorial

CARTA AOS DELEGADOS E MOVIMENTOS PRESENTES AO PRIMEIRO CONGRESSO DE MOVIMENTOS POPULARES

"A VIDA DEVIA SER BEM MELHOR... E SERÁ"

Na trajetória política da construção da Central de Movimentos Populares, podemos notar várias divergências políticas mas, num olhar mais apurado e crítico, iremos encontrar um elemento que, talvez, simbolize e traduza tudo que vem sendo realizado durante os vários anos da proposta: a VIDA.

A luta cotidiana, materializada em várias reuniões, assembléias, encontros, seminários e congressos foi sempre norteada pelo firme propósito e crença de que, um dia, podíamos alcançar a felicidade.

Para algumas pessoas, os movimentos pela vida são vistos como pura utopia. Outros vêem como pura falta do que fazer. Mas, para nós, verdadeiros artistas da vida, unidos numa só voz, num só coração, num único riso e num só amor, todo fôlego e disposição desprendidos resultam de um comportamento humilde e sempre aprendiz.

E, ser humilde e aprendiz numa sociedade que incute em nossas mentes a competição permanente, não é nada fácil. Porém, após vários anos discutindo pelo Brasil, temos plena convicção de que os frutos dessa nossa postura começam a surgir.

Os passos dados até o momento demonstram uma possibilidade real de invertermos a lógica de produção capitalista, onde os valores morais, éticos e políticos são deturpados em função de interesses de uma minoria dominante. A construção do homem novo é uma tarefa urgente e exige de todos uma compreensão muito clara do papel que exercemos na conjuntura nacional.

A nossa função não será apenas de propormos soluções paliativas. É imprescindível aprofundarmos politicamente os caminhos pelos quais os movimentos populares irão construir a plena CIDADANIA. Afirmar que o jogo está apenas começando é pouco. Todos sabem que entramos nessa luta com muita fragilidade portanto, para nós, o momento é de discutir, apresentar propostas políticas e, sobretudo, conquistar um espaço na sociedade civil.

Precisamos conciliar o trabalho de base com as ações mais gerais dos movimentos. Voltar na história não é nada ruim, principalmente quando temos por objetivo encontrar parceiros para a luta do dia-a-dia.

As formiguinhas, símbolo de trabalho e união são, para nós, a experiência dos milhares de militantes e movimentos que, nesses anos, têm lutado para garantir a dignidade e o respeito ao nosso povo e para construir a sua cidadania. E é assim que a Central de Movimentos Populares confia que chegaremos em 1994, porque acreditamos que a vida devia ser bem melhor, e será.

Executiva Nacional

I Congresso Nacional

Congresso mostra força dos movimentos populares

Os movimentos populares articularam-se, ganharam força e vieram reivindicar o seu espaço no cenário político brasileiro. A realização do Iº Congresso Nacional de Movimentos Populares veio refutar o conceito de que a sociedade brasileira está passiva diante dos acontecimentos emergentes no país.

O Congresso aconteceu em Belo Horizonte, no estádio do Mineirinho, no período de 28 a 31 de outubro. Novecentos e cinquenta delegados e 50 observadores, representando 25 movimentos populares, de 22 estados brasileiros, estiveram presentes ao encontro, que também teve a presença de 200 convidados.

Para os participantes, o esforço de chegar a Belo Horizonte foi grande, significando horas e horas de viagem. Mesmo assim, o entusiasmo e a disposição não diminuíram com o cansaço. Mesmo com o acirramento de algumas discussões durante o Congresso, o clima de euforia e descontração sempre tomou conta de todos os participantes.



Representantes dos Movimentos Populares festejam a fundação da Central

Os debates entre os 16 grupos de trabalho formados entraram madrugada a dentro. As discussões foram em torno de propostas que seriam apresentadas para definir a estrutura da Central.

Após as discussões, as propostas apresentadas pelos grupos foram votadas pela plenária. Em vários momentos da solenidade de abertura, a emoção e o entusiasmo tomaram conta das arquibancadas.

Os discursos exaltavam a grande importância da realização do Congresso e o caráter inovador da Central que estava nascendo. Presentes à solenidade estavam, dentre outros, o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, o teólogo Frei Betto, Devanir Ribeiro, um dos fundadores da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), Avelino Ganzer, secretário-geral da CUT/Nacional, a deputada federal Maria Luiza Fontenelle e o prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias.

Em seu discurso, Lula ressaltou a importância da realização do Congresso como o primeiro passo para a consolidação da Central. Ele afirmou que "a Central de Movimentos Populares nasce forte, nasce de forma plural e precisa ser construída no dia-a-dia do movimento popular". Alguns discursos, como o de Aparecida Gonçalves, membro da Coordenação Nacional da Pró-Central, enfatizaram a longa história de lutas do movimento popular.

Maria Luiza Fontenelle, afirmando a importância da combatividade dos movimentos populares lembrou que "o momento é de luta e resistência e também denunciador de um sistema capitalista que está caindo de podre diante da corrupção".

Reunindo movimentos das mais diversas diretrizes políticas e de diversas regiões do país, o Iº Congresso Nacional de Movimentos Populares significou uma conquista mui to importante que vai de encontro ao resgate da cidadania do povo brasileiro. O Congresso marcou o ponto de partida para o crescimento e fortalecimento da Central de Movimentos Populares.

As discussões trouxeram em seu bojo a vontade dos diversos movimentos populares de se colocarem enquanto representantes legítimos da sociedade e, portanto, com direito ao seu espaço.

Sobretudo, o Congresso evidenciou que o Movimento Popular não está disposto a abrir mão de atuar nas frentes representativas do cenário político do país, pois tem consciência de sua força e sua importância enquanto um instrumento de transformação da sociedade.

Movimentos Populares

Clima de entusiasmo marca debates do I Congresso de Movimentos Populares

Novecentos e cinquenta delegados e 50 observadores, representando 25 movimentos populares participaram do Iº Congresso Nacional de Movimentos Populares. As delegações vieram de todas as regiões do país e marcaram a presença de 22 estados.

Os números falam de um evento grandioso que marca uma nova fase de articulação e organização da sociedade civil. O estádio do Mineirinho, em Belo Horizonte, foi palco de uma grande demonstração da disposição dos movimentos populares para o debate político e a discussão em torno de propostas para traçar o perfil e lançar as bases da estrutura da Central de Movimentos Populares.



No intervalo das discussões, alguns participantes faziam apresentações para os companheiros

MOVIMENTOS PRESENTES AO CONGRESSO

- Movimento Comunitário
- Movimento de Saúde
- Movimento de Mulheres
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- Movimento de Moradia
- Movimento de Reintegração dos Hansenianos
- Movimento em Defesa da Vida
- Movimento de Portadores de Deficiência
- Movimento Ecológico
- Movimento Estudantil e Juventude
- Movimento Indígena
- Movimento de Mutuários
- Movimento de Transporte
- Movimento dos Sem Terra
- Movimento de Educação
- Movimento de Cultura
- Movimento de Homossexuais e Lésbicas
- Movimento de Prostitutas
- Movimento de Direitos Humanos
- Movimento Negro
- Movimento dos Pescadores
- Movimento dos Favelados
- Movimento dos Pequenos Produtores
- *Movimento de Solidariedade*
- Movimento dos Recicladores de Papel

CONVIDADOS PRESENTES AO Iº CNMP

Além dos delegados e observadores representantes dos movimentos, o Congresso Nacional também contou com a presença de vários convidados. Todos eles ressaltaram a importância do evento e o caráter de luta da Central.

O Movimento Sindical marcou presença com Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista e Avelino Ganzer, secretário-geral da CUT/Nacional. Vicentinho, presente à sessão de abertura do Congresso, ressaltou que "a Central é uma das coisas mais importantes que aconteceram na história desse país".

Alguns convidados não puderam participar dos quatro dias de Congresso e estiveram presentes na abertura.

Compondo a mesa estavam Frei Betto, Vicentinho, Luís Inácio Lula da Silva, Avelino Ganzer, a deputada federal Maria Luiza Fontenelle, Devanir Ribeiro, um dois fundadores da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), Rafael Hidalgo, cônsul de Cuba, o prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias e Luís Roberto, membro do Partido Socialista do Trabalhador Unificado (PSTU).

Uma presença que também mereceu destaque foi a de Nancho Gonzáles, membro da Frente Continental de Organizações Comunales (FCOC). A Frente atua junto a organizaçes populares em países da América Latina, como México e Caribe. Para Nancho Gonzales, é de fundamental importância manter uma unidade entre os países da América Latina, para enfrentar a situação bastante precária que o continente vive.

Os atores Letícia Sabatella e Ângelo Antônio estiveram presentes para lançar o vídeo feito pela TVT (TV dos Trabalhadores).

Os teólogos Leonardo Boff e Márcia Miranda acompanharam os quatro dias de debates no Congresso. Boff reafirmou a força das organizações populares para alavancar uma mudança efetiva no país com as próximas eleições, "essa Central constitui um lugar onde o povo se habitua a refletir, a confrontar-se com a realidade, a formar uma consciência de mudança e, não só de escolher os principais caminhos dessa mudança, como também os principais representantes ligados a essa mudança".

Mário Volpi, coordenador do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua foi um dos convidados que também esteve acompanhando as discussões do Congresso. Ele ressaltou a importância da Central afirmando que "é preciso criar uma força que nasça do povo, que seja significativa para mobilizar a população no processo de ampliação da democracia".

PRÓXIMO CONGRESSO

De acordo com a deliberação da plenária presente ao Iº Congresso, a realização dos congressos nacionais da Central de Movimentos Populares será feita de dois em dois anos. O primeiro Congresso da CMP já está marcado para o segundo semestre de 95.

Central reafirma a combatividade dos movimentos populares

A CMP traz, em sua concepção, o entendimento de que a articulação é o ponto principal para o fortalecimento dos movimentos populares

A semente da mudança começa a produzir frutos na sociedade brasileira. A criação da Central de Movimentos Populares marca o surgimento de uma nova fase no cenário político do país. Os movimentos populares têm, agora, um espaço de articulação e um instrumento para potencializar as suas forças.

O I° Congresso Nacional de Movimentos Populares, realizado em Belo Horizonte entre 28 e 31 de outubro, marcou o início da história de atuação da CMP. A Central nasce num momento conturbado da vida política nacional, com a descoberta do envolvimento de parlamentares em esquemas de corrupção. Mas é também o momento em que a sociedade está fortalecendo sua participação na definição dos rumos do Brasil.

A Central de Movimentos Populares é a resposta a todos que vêm exercendo a dominação do país por achar que a sociedade brasileira não é capaz de se posicionar e alterar a conjuntura nacional.

PÓLO AGLUTINADOR

A CMP nasce como a primeira Central de Movimentos Populares do mundo e reúne, em sua formação, a diversidade dos movimentos populares, com suas especificidades e seus problemas. E é a partir desse caráter aglutinador que a Central vai atuar de forma a garantir o desenvolvimento de lutas conjuntas. A proposta da Central não passa, no entanto, pela idéia de unificar os movimentos e, sim, de estabelecer uma articulação entre eles.

A proposta de um instrumento para promover a articulação entre os movimentos populares surgiu da própria realidade do movimento popular, com o grande número de movimentos que existem no país, com diferentes estratégias de luta e com enormes dificuldades de se fazerem ouvir.

> Isolados, os movimentos não se constituem numa força capaz de estabelecer um projeto para a sociedade e encontram grandes dificuldades para reivindicar suas questões

Isolados, os movimentos não se constituem numa força capaz de estabelecer um projeto para a sociedade e encontram grandes dificuldades para reivindicar suas questões específicas.

Portanto, a Central vem constituir-se num pólo que irá aglutinar os movimentos populares - garantindo as peculiaridades de cada um - tornando-os sujeitos políticos que possam desempenhar o papel de agentes mobilizadores junto aos setores públicos, que possam se constituir numa força capaz de enfrentar os setores reacionários da sociedade.

A CMP será o instrumento que vai possibilitar uma participação efetiva dos movimentos no desenvolvimento de propostas políticas para a construção de uma sociedade democrática. E para se constituírem em sujeitos políticos de fato, os movimentos devem buscar a fundamentação em princípios básicos, que são:

- Autonomia: os movimentos populares devem ter, sempre, o poder de decidir sobre os diversos assuntos que se apresentam. Portanto, não devem estar submetidos a qualquer setor da sociedade, seja ele partido político, Igrejas, órgãos públicos ou privados



Os convidados presentes ao Congresso ressaltaram a importância da criação da CMP

- Democracia: cada movimento deve assegurar o todos os membros acesso às informações, aos debates e à participação em decisões. Deve ser garantido também o respeito às decisões internas, à pluralidade cultural e à forma de organização de cada movimento
- Representatividade: as entidades devem ser as representantes de fato dos reais interesses dos movimentos. As direções eleitas devem representar as bases do movimento
- Ser de base: o movimento deve ter um trabalho organizado capaz de qualificar sua participação na luta coletiva e evitar o distanciamento entre direção e base
- Ser de massa: com o intuito de fortalecer a sua atuação, os movimentos populares devem buscar envolver o maior número possível de pessoas
- Ser classista: os movimentos devem lutar pelos direitos e as demandas das classes populares, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade sem opressão econômica, política e cultural
- Ser combativo: lutar pelos interesses populares sem se deixar levar pelo clientelismo
- Solidariedade e fraternidade: os movimentos devem apoiar-se mutuamente para contribuir para as conquistas coletivas

Um Pouco De História

O projeto de criação de uma central para aglutinar os movimentos populares começou a tomar corpo a partir de 1980, com a criação da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais). A Articulação Nacional foi criada em João Monlevade, Minas Gerais, a partir da discussão de um grupo de militantes de movimentos populares e sindicais sobre a necessidade de um instrumento para articular os diversos movimentos existentes.

Num primeiro momento, a ANAMPOS dedicou-se à construção de uma central sindical que viesse estabelecer uma estrutura para o movimento sindical. Realizada em 1981, a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras decide formar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que inicia a atuação como representante dos trabalhadores em 1983.

Após a formação da CUT, a ANAMPOS dedica-se, mais especificamente, à questão dos movimentos populares. Já em 1982 é criada a Confederação Nacional de Moradores (CONAM). Entretanto, os Movimentos Populares enfrentam vários problemas, como a dificuldade em se definir uma política de atuação, em decorrência de sua fragmentação. Em virtude dessa realidade, a ANAMPOS dedicou-se ao fortalecimento de um pólo que aglutinasse as forças dos movimentos populares e os tornasse combativos.

Um outro problema que também dificultava a atuação eficaz dos movimentos populares era a identificação de alguns grupos com setores reacionários da sociedade. Durante o período da ditadura militar e num momento posterior, grupos políticos representantes dos partidos atuavam nos movimentos populares e acabavam favorecendo pequenos grupos, sem a preocupação com uma ação realmente abrangente e popular.

> A Central de Movimentos Populares é a resposta a todos que acreditam que a sociedade brasileira não é capaz de definir os rumos do país.

Em contrapartida, nesse mesmo período da ditadura, vários movimentos populares conquistam maior espaço em virtude de sua combatividade. Exemplos não faltam: Movimento do Custo de Vida, Movimento de Mulheres, Movimento de Mães e vários outros.

Apesar da atuação combativa, esses movimentos estavam isolados e não havia uma articulação entre eles. A partir da compreensão de que somente articulados entre si e organizados os movimentos populares teriam uma força capaz de mobilizar a opinião pública em torno de suas reivindicações e questões sobre o país, é formada uma proposta, em 89, para a criação de um Central de Movimentos Populares. A proposta foi discutida durante o Encontro Nacional de Lideranças e Assessores de Movimentos Populares, realizado em Belo Horizonte.

No Encontro, foi eleita uma comissão encarregada de convocar a I ª Plenária Nacional de Movimentos Populares. O evento ocorreu em Brasília, em 1990. Na ocasião, foi definido que a Central seria construída a partir das próprias bases dos movimentos populares. A formação da Pró-Central deu impulso à idéia e agilizou o processo de criação da CMP.

Em 91, foi realizada a III ª Plenária Nacional dos Movimentos Populares, em São Bernardo do Campo, São Paulo.

Para fortalecer o processo de construção da Central, foi definida uma proposta de estruturação da CMP. Nessa plenária foram aprovados também, como eixos de luta, as reivindicações pela Cidadania e pela Reforma Urbana. E, finalmente, ficou aprovada, para 1993, a realização do Congresso de fundação da Central de Movimentos Populares.



Vinte e cinco movimentos populares discutiram as bases de fundação da Central

OBJETIVOS DA CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES

- Articular os diversos movimentos e unificar suas lutas
- Estimular o trabalho de base na organização e o fortalecimento das organizações locais na perspectiva da construção do poder popular, combinando a construção de conselhos populares com a participação em canais institucionais
- Qualificar o movimento para que seja capaz de elaborar e propor políticas públicas, superando o estágio meramente reivindicatório
- Incrementar a formação de militantes e lideranças dos movimentos populares colaborando no fortalecimento, construção e consolidação dos movimentos que aderirem aos princípios da Central
- Qualificar o movimento para fortalecer suas formas de mobilização e organização
- Contribuir para erradicar a dominação cultural (machismo, racismo e todas as formas de discriminação)
- Dar ao movimento um caráter de luta nacional e internacional lutando contra a exploração dos povos, sendo solidário com as lutas específicas, atuando com uma referência e como organizador dessas lutas
- Qualificar os movimentos para que avancem na concepção estratégica e classista do movimento popular

A vida devia ser bem melhor... e será!

Eleita a primeira Coordenação Nacional

Um dos momentos muito importantes do Congresso foi a eleição da Coordenação Nacional e da Executiva da Central de Movimentos Populares. A nova Coordenação - a primeira eleita a partir da formação da nova Central - vai representar a CMP encaminhando as diretrizes aprovadas no congresso, as resoluções das plenárias e deliberando sobre temas conjunturais. A eleição da Coordenação avançou num ponto muito importante, pois referendou uma Coordenação colegiada.

Ficou definido que a Coordenação terá um representante por estado brasileiro e um indicado por movimento *representantes de estados. Com relação* ao Acre, será realizada outra plenária estadual em decorrência das irregularidades que aconteceram na primeira.



A Coordenação será colegiada e vai representar todas as regiões do país

COORDENAÇÃO

Ceará: Gilberto Américo Fialho, Lilia da Silva Costa Bernardo (suplente)
Mato Grosso: Dulce M. Dias Santos, Maria Paula Freitas Vanuci (suplente)
Minas Gerais: Carlos Alberto Pinto, Osvaldina Souza Silva (suplente)
Distrito Federal: Maria Elizabeth Barros do Valle, Cristiomário de Souza Medeiros (suplente)
São Paulo: José Romão Cruz, Luiz João de Souza (suplente)
Paraná: Anselmo Schwertner, Joaquim José Pereira (suplente)
Pará: Carlos Alberto Pereira, Rita de Cássia Souza Viana (suplente)
Santa Catarina: João Paulo Teixeira, Ozair da Silva (suplente)
Alagoas: Benedito Adelmo Teotônio Lins, Genivaldo Vieira da Silva (suplente)
Espírito Santo: Dilcea Dias, Lauriceia Alves Alves Aparecida (suplente)
Rio Grande do Sul: Severino Ramos de Moura, Mauro Augusto Pasquali (suplente)
Mato Grosso do Sul: Aparecida Gonçalves, João Roberto Talavera (su- plente)
Paraíba: Luciano Bezerra Vieira, Isaura M. de Andrade da Silva (suplente)
Piauí: Maria do Amparo Vieira de Souza, Francisca das Chagas Trindade (suplente)
Rio de Janeiro: Sérgio Bonato, Luiz Paulo do Carmo Silva (suplente)
[illegible] Aparecida Conceição Amorim, Maria José Gomes de Souza (suplente)
Bahia: João Benedito dos Santos, Jailton Pereira Oliveira (suplente)
Pernambuco: José Rogério Patrício Barbosa
Goiânia: Válter Monteiro, Deuslene Lúcia Pereira (suplente)
Sergipe: Maria Isabel Lima Cangirana, Rosineide Messias Santos (suplente)

EXECUTIVA NACIONAL

Cinco chapas disputaram a eleição da Executiva Nacional. A proposta de eleição foi aprovada pelo plenário do Congresso. Ficou definido que a Executiva contará com sete membros e cada região do país deve estar representada. A Coordenação Nacional fará uma avaliação anual e poderá substituir os membros da Executiva, caso eles não desempenhem a contento suas funções.

A composição da Executiva Nacional é a seguinte:

- José Albino de Melo (Sudeste)
- Aparecida Gonçalves (Centro Oeste)
- João Paulo Teixeira (Sul)
- Onildo José Romão (Nordeste)
- Raimundo Vieira Bonfim (Sudeste)
- Severino Ramos de Moura (Sul)
- Paulo Cohen (Norte)

AGRADECIMENTO

A realização do Iº Congresso Nacional de Movimentos Populares só foi possível porque centenas de militantes, dirigentes, entidades e assessores, durante várias semanas, acreditaram, sonharam e deram horas de muito trabalho e dedicação para realizar esse evento grandioso.

Queremos agradecer a todos e, em especial, à equipe de Minas Gerais que, no anonimato, passou dias garantindo alimentação, hospedagem e infra-estrutura para a realização do Congresso.

Sabemos que a luta é árdua e difícil mas, foi lindo e valeu a pena. Nosso axé.

Executiva Nacional

O jornal da CMP já é uma realidade.
Agora, ele precisa de um nome. Por isso, precisamos de muitas sugestões.
Participe e envie sua idéia até o dia 15 de fevereiro. O endereço é o seguinte:
Rua Prof. Sebastião Soares de Faria, 27 - 8º andar/sala 805
B Bela Vista - São Paulo - SP CEP 01317-010
Maiores informações pelo faxe: (011) 288-1694

Depoimentos confirmam a importância da Central

"Hoje nasce uma nova central no país. E uma Central de Movimentos Populares é uma coisa extraordinária porque isso significa a possibilidade de você unificar os mais diferentes movimentos populares que existem nesse país. E a Central vai ter como fator importante propiciar a ligação entre esses diversos movimentos. Eu acho que a Central pode, e deve, cumprir esse papel extraordinário que é o de unir os diversos movimentos".

Luís Inácio Lula da Silva,
presidente do Partido dos Trabalhadores

A criação de uma Central de Movimentos Populares fala da luta e da coragem dos que, nos mais diversos cantos deste país, enfrentando dificuldade e até miséria e desemprego, hastearam a bandeira da resistência, desafiaram o capital e estão aí para dizer que isso é o novo nesse Brasil podre que está caindo diante da corrupção, da miséria, da fome e do desgoverno. Esse momento é denunciador de um sistema capitalista que joga no desemprego milhões de trabalhadores."

Maria Luiza Fontenelle,
deputada federal (PSB/CE)

"Precisamos criar uma força que nasça do povo, que seja significativa para mobilizar a população no processo de ampliação de democracia. E a Central representa essa força."

Mário Volpi,
Coordenador do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua



Representantes do Movimento Popular e os convidados ao I Congresso saudaram a Central de Movimentos Populares e ressaltaram a sua importância

"Esse Iº Congresso Nacional de Movimentos Populares está sendo realizado num momento muito rico em termos políticos. E agora não é hora de lamentações. É hora de a gente se levantr e dizer em voz limpa: vamos aprofundar esse processo da CPI e botar deputado, senador, empresário na cadeia e fazer desse país um país de mãos limpas."

"Esse momento é de grande maturidade para os movimentos populares, que estão aqui reunidos para construir a Central de Moviementos Populares. Estamos satisfeitos com esse Iº Congresso Nacional e, em especial, porque vemos a questão da demarcação de nossas terras como uma bandeira de luta específica a ser discutida."

Carta dos Povos Indígenas
presentes ao Iº CNMP

"A criação da Central de Movimentos é uma das coisas mais importantes que aconteceram na história da democracia e da organização do povo brasileiro. O movimento sindical não pode ter uma visão corporativista e estreita e deve dar as mãos junto com aqueles que lutam pela vida. O movimento sindical e o movimento popular devem andar juntos. Nós vamos ver o quanto a fundação da Central é importante quando estivermos juntos construindo um novo Brasil.

Vicente Paulo da Silva (Vicentinho),
presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista

"Eu tenho certeza que a Central é um grande instrumento para a unificação dos movimentos populares em nível nacional. A questão da Central é que ela tem que andar irmanada com a CUT e com todas as centrais que estiverem do nosso lado. Porém, não pode ser simplesmente uma linha auxiliar, o movimento popular não pode servir apenas em alguns momentos. O movimento popular tem um papel tão importante quanto o da CUT e deve trabalhar para que possamos ter um país mais humano e solidário".

Devanir Ribeiro,
um dos fundadores da ANAMPOS

"A criação da Central cria um novo sujeito político e social no Brasil. Desperta a consciência de que o povo é o sujeito principal de nossa história e nosso desenvolvimento. Para que isso pudesse ter efeito sobre a política partidária, sobre o Congresso, sobre a definição dos rumos do Brasil era preciso criar um órgão que acompanhasse, articulasse e mostrasse um caminho que fosse cada vez mais coletivo."

Leonardo Boff,
teólogo um dos idealizadores
da Teologia da Libertação no Brasil

Bandeiras e eixos de luta

O Plano de Lutas da Central de Movimentos Populares gerou muitas discussões entre os delegados presentes ao I° Congresso. Em virtude da dimensão do Congresso, com a participação de inúmeros movimentos populares e o debate em torno de questões importantes e bastante polêmicas - como a escolha de quais temas seriam prioritários para encampar as bandeiras de luta - a discussão para definir o plano de lutas da CMP ficou marcada para o segundo semestre de 94.

Foram aprovadas algumas bandeiras gerais, de consenso, e houve um indicativo para as discussões em cada estado. Alguns pontos das bandeiras específicas (referentes a cada movimento) também foram definidos, mas a discussão continuará. Foram referendados no Congresso, como eixos de luta, a Reforma Urbana e a Luta pela Cidadania.

EIXOS DE LUTA

(a serem discutidos nos estados)

- **Reforma Agrária:** definição da reforma agrária como eixo de luta e apoio incisivo à questão
- **Fora Itamar:** dissolução do Congresso, eleições gerais
- **Contra a Revisão Constitucional:** por uma Assembléia Constitucional democrática, soberana, convocada por um gover[illegible]

BANDEIRAS DE LUTAS

(a serem discutidas nos estados)

- **Revisão Constitucional:** contra a revisão e pela regulamentação da Constituição
- **Posicionamento contra todo e qualquer tipo de discriminação:** a Central se posiciona contra o racismo e a dominação cultural do 1° Mundo, imposta pela mídia. A CMP pretende lutar também pela implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher.
- **Democratização dos meios de comunicação**
- **Apoio às experiências de autogestão** construídas a partir do Movimento Popular e incentivo para fortalecer as experiências de autogestão dos trabalhadores
- **Participação da Central** na elaboração e definição de políticas públicas
- **Combate sistemático à corrupção,** contra a dilapidação e sucateamento do patrimônio público. A Central exige a punição de todos os envolvidos nos escândalos de corrupção
- **Posicionamento contrário ao Neo-Liberalismo,** à conciliação com o FMI e ao Governo Itamar Franco
- **Luta em favor** de uma sociedade profundamente democrática

Algumas bandeiras específicas também foram definidas. As discussões serão posteriormente ampliadas nos movimentos.

- **Moradia:** delibera, dentre outros pontos, a luta pela aprovação do Fundo Nacional de Moradia Popular e a regulamentação das terras ocupadas
- [illegible] saúde pública, contra a esterilização massiva das mulheres
- Educação: defesa da escola pública, acréscimo do ítem "educação sexual não sexista" no currículo escolar, contra o aumento abusivo das mensalidades escolares
- **Terra:** pela demarcação das terras indígenas, reforma agrária
- **Contra a fome e a miséria:** criação de empregos, denúncia e apuração de responsabilidades em relação ao desvio, estrago e desaparecimento de alimentos
- **Luta contra as discriminações:** assumir as bandeiras de luta dos negros, das mulheres, hansenianos, portadores de deficiência, homossexuais e prostitutas, defesa dos direitos das crianças e adolescentes
- **Participação popular:** empenho na luta pela implantação imediata dos conselhos estaduais, municiapis e nacionais, contribuir com a elaboração e proposição de projetos de políticas sociais para serem apresentados aos candidatos à presidência da República, na eleição de 94, através da Caravana dos Movimentos Populares. Lutar para garantir um espaço na elaboração dos orçamentos municipais, estaduais e nacionais
- **Cultura:** garantir que a cultura seja perspectiva de construção do poder popular resgatando as essências culturais das diversas etnias. Luta pela defesa e auto-determinação das minorias culturais
- **Negros:** mobilização e articulação em torno da manutenção das conquistas obtidas na Constituição. Punição para os culpados e indenização das vítimas dos crimes raciais
- **Mulher:** defesa de políticas específicas de saúde da mulher, luta por creche, educação e aposentadoria, discriminação do aborto
- **Transporte:** pelo transporte público de qualidade e com tarifa justa
- **Homossexuais e Lésbicas:** repúdio à discriminação garantindo a livre orientação sexual.

0591 7248 3 CNMP

Os números do Congresso

950 delegados

25 movimentos populares estiveram representados

50 observadores presentes

22 estados representados

7 membros compõem a Executiva Nacional

5 regiões brasileiras representadas na Coordenação Nacional

4 dias de debates

Jornal da CMP
Órgão Informativo da Central de Movimentos Populares
dezembro/1993 - nº 00

EXPEDIENTE

Órgão informativo da
Central de Movimentos Populares
Rua. Prof. Sebastião Soares de Faria, 27
8º andar / Sala 805
Bairro Bela Vista - São Paulo/SP
CEP: 01317 - 010

Jornalista Responsável:
Eliara Santana (Reg. Prof. 5.317/MG)
Edição e Redação:
Eliara Santana
Fotos:
Eliara Santana e José Ivan de Palma
Projeto gráfico, diagramação e arte:
Hélder Narde
Composição
APCEF/MG
Tiragem:
50.000

21 OFERTÓRIO DO POVO

QUEM DISSE QUE NÃO SOMO NADA
QUE NÃO TEMOS NADA PARA OFERECER
REPARE AS NOSSAS MÃOS ABERTAS
TRAZENDO AS OFERTAS DO NOSSO VIVER

A FÉ DO HOMEM NORDESTINO
QUE BUSCA O DESTINO, UM PEDAÇO DE CHÃO
A LUTA DO POVO OPRIMIDO
QUE ABRE CAMINHO
TRANSFORMA NAÇÃO
ÔÔÔ', RECEBE SENHOR (bis)

RETALHOS DE NOSSA HISTÓRIA
BONITAS VITÓRIAS QUE MEU POVO TEM
PALMARES, CANUDOS, CABANAS,
SÃO LUTAS DE ONTEM E DE HOJE TAMBEM
ÔÔÔ, RECEBE SENHOR (bis)

AQUI TRAZEMOS A SEMENTE
SANGUE DESTA GENTE QUE FECUNDA O CHÃO
DO GRINGO E TANTOS LAVRADORES
SANTO E OPERÁRIOS EM LIBERTAÇÃO
ÔÔÔ RECEBE SENHOR (bis)

CORAGEM DE QUEM DÁ A VIDA
SEJA OFERECIDA NESTE VINHO E PÃO
É FORÇA QUE DESTÓI A MORTE
E MUDA NOSSA SORTE, É RESSURREIÇÃO
ÔÔÔ RECEBE SENHOR (bis)

22 CANÇÃO DE MARIA

VIRÁ O DIA EM QUE TODOS
AO LEVANTAR A VISTA
VEREMOS NESTA TERRA
REINAR A LIBERDADE (bis)

MINHA ALMA ENGRANDECE
O DEUS LIBERTADOR
SE ALEGRA MEU ESPÍRITO
EM DEUS MEU SALVADOR
POIS ELE SE LEMBROU
DE SEU POVO OPRIMIDO
E FEZ DA SUA SERVA
A MÃE DOS ESQUECIDOS

DERRUBA OS PODEROSOS
DOS SEUS TRONOS ERGUIDOS
COM O SANGUE E O SUOR
DO SEU POVO OPRIMIDO
E FARTA OS FAMINTOS
LEVANTA OS HUMILHADOS
ARRASA OS OPRESSORES
OS RICOS E OS MAL VADOS



23 CANTO DE ENTRADA DA CF 93

O SENHOR CHEGANDO VAMOS
COM ALEGRE CORAÇÃO
MAS IRMÃOS ESTÃO AUSENTES
A SOFRER SEM LAR, NEM PÃO
DESEJAMOS CONFIANTES
EXPRESSAR O SEU CLAMOR
"NOSSO DEUS, ESCUTA A PRECE
DO TEU POVO SOFREDOR"

ONDE MORAS? É O GRITO
QUE A NÓS TODOS DESAFIA
VEM E VÊ, SENHOR A LUTA
PRA TER PÃO E MORADIA

DEUS AMIGO, BEM CONHECES
A DUREZA DO PENSAR PENAR
DE QUEM VIVE PROCURANDO
UMA CASA PRA MORAR
SORTE IGUAL TEVE O TEU FILHO
SEM PODER NASCER NUM LAR
SÓ A GRUTA, ESCURA E FRIA
ENCONTROU ENFIM LUGAR

24 A GRANDE ESPERANÇA

A CLASSE ROCEIRA E A CLASSE OPERÁRIA
ANCIOSA ESPERA A REFORMA AGRÁRIA
SABENDO QUE ELA DARÁ SOLUÇÃO
PARA A SITUAÇÃO QUE ESTÁ PRECÁRIA
SAINDO O PROJETO DO CHÃO BRASILEIRO
DE CADA POSSEIRO PLANTAR SUA ÁREA
SEI QUE NA MISÉRIA NINGÚEM VIVERIA
E A PRODUÇÃO JÁ AUMENTARIA
QUINHENTOS POR CENTO ATÉ NA PECUÁRIA

ESTA GRANDE CRISE QUE HÁ TEMPOS SURGIU
MALTRATA O CABOCLO FERINDO O SEU BRIO
DENTRO DE UM PAÍS RICO E ALTANEIRO
MORREM BRASILEIROS DE FOME E DE FRIO
EM NOSSAS MANCHETES DE RICOS IMÓVEIS
MILHÕES DE AUTOMÓVEIS JÁ SE PRODUZIU
ENQUANTO O COITADO DO POBRE OPERÁRIO
VIVE APERTADO GANHANDO SALÁRIO
QUE SOBE DEPOIS QUE TUDO SUBIU

MAS GRANDE ESPERANÇA O POVO CONDUZ
PEDINDO A JESUS PELA ORAÇÃO
PRA GUIAR O POBRE POR ONDE ELE TRILHA
E PARA A FAMÍLIA NÃO FALTAR O PÃO
QUE ELE NÃO DEIXE O CAPITALISMO
LEVAR AO ABISMO A TODA NAÇÃO

A DESIGUALDADE QUE EXISTE É TAMANHA
ENQUANTO O RICAÇO NÃO SABE O QUE GANHA
O POBRE DO POBRE VIVE DE TOSTÃO

25 IRÁ CHEGAR

IRÁ CHEGAR UM NOVO DIA
UM NOVO CÉU, UMA NOVA TERRA UM NOVO MAR
E NESTE DIA OS OPRIMIDOS
NUMA SÓ VOZ A LIBERDADE IRÃO CANTAR

NA NOVA TERRA MULHER SERÁ RESPEITADA
NÃO VAI TER MAIS A SUA VIDA VIOLENTADA
NA NOSSA TERRA CANTAMOS LIBERTAÇÃO
MULHER E HOMEM SERÃO DE VERDADE IRMÃOS

ENTREM NA TERRA E TOMEM POSSE DELA
NÃO TENHAM MEDO DE JUNTOS CONQUISTÁ-LA
A TERRA QUE DEUS ENTREGOU PARA VOCÊS
SERÁ A TERRA ONDE CORRE LEITE E MEL

NA NOVA TERRA O NEGRO NÃO VAI TER CORRENTE
E O NOSSO ÍNDIO VAI SER VISTO COMO GENTE
NA NOVA TERRA, O NEGRO, O ÍNDIO E O MULATO
O BRANCO E TODOS VÃO COMER NO MESMO PRATO

CANAVIEIRO EU SOU E LUTO CADA DIA
A MINHA VIDA NÃO PODE MAIS FICAR ASSIM
EU SÓ QUERO QUE VOCÊS ME AJUDEM
A TRANSFORMAR ISTO QUE ESTÁ AÍ

NA NOVA TERRA O BÓIA FRIA É SEM CORRENTE
E SEU SALÁRIO SERÁ SALÁRIO DECENTE
NA NOVA TERRA TODOS CANTARÃO DE ALEGRIA
E NINGUÉM MAIS APAGARÁ A LUZ DESSE DIA.

26 NOVA GERAÇÃO



EU VENHO DO SUL E DO NORTE
DO LESTE E DO OESTE
DE TODO O LUGAR
ESTRADAS DA VIDA PECORRO
LEVANDO SOCORRO
A QUEM PRECISAR
ASSUNTO DE PAZ É MEU FORTE
EU SUBO MONTANHAS
EU VOU APRENDER
O MUNDO NÃO ME SATISFAZ
O QUE EU QUERO É A PAZ
O QUE EU QUERO É VIER

NO PEITO EU LEVO UMA CRUZ
NO MEU CORAÇÃO O QUE DISSE JESUS



27 CONVITE DO LAVRADOR

ENCOSTEI MINHA FOICE EM UM CANTO
MINHA ENXADA TAMBÉM PENDUREI
MEU MACHADO QUE JÁ CORTOU TANTO
ENCRAVADO EM MEU TRONCO DEIXEI
CONVIDEI MUITA GENTE PRA FESTA
PARA A MESA QUE FOI PREPARADA
ALEGRIA NO CÉU JÁ COMEÇA
TODA GENTE JÁ FOI CONVIDADA

CONVIDEI BÓIAS FRIAS COM FOME
MIL PÕES NA MISÉRIA CAMPEANDO
JUVENTUDE SEM RUMO E SEM NOME
CRIANCINHAS SEM PÃO MENDIGANDO
NESTA MESA JESUS FEITO PÃO
FEITO VINHO QUE É SANGUE VERO
ALIMENTO DE LIBERTAÇÃO
PLENITUDE DA GRAÇA QUE ESPERO

CONVIDEI OS DA PONTE DORMINDO
OPERÁRIOS SEM VOZ, SEM FUTURO
OS SEM TETO JOGADOS NOS BECOS
COM O SUSTENTO QUE SAI DO MONTURO
JÁ CHEGANDO
JÁ CHEGADOS AO BANQUETE DO PAI
COMO AMIGO NOS CONVIDA A VIVER
E O SERMÃO DA MONTANHA RELEMBRAR
POIS DOS POBRES É O REINO DO CÉU

RECEBEMOS DA MESA DO ALTAR
ESSE PÃO QUE JESUS NOS DÁ FEITO
ELE É FORÇA CAPAZ DE MUDAR
O QUE A GENTE TEM DENTRO DO PEITO
O EXEMPLO DE CRISTO IMITAI
COM OS BRAÇOS ABERTOS DO AMOR
DAI AS MÃOS PARA O CÉU CAMINHAR
COM O OPRIMIDO E O IRMÃO SOFREDOR.

PROGRAMA

A 7a. CAMINHADA SERÁ NO DIA 25 DE JULHO. DOMINGO COM A CONCENTRAÇÃO EM FRENTE A MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CARAPEBUS AS 8.00hs

9.00hs - Início da Caminhada para a Igreja da Cachanga
11.00 hs - Almoço, partilha
11.00hs. - Início da Tribuna Livre para denúncias e parte cultural
14.00hs. - Celebração de Encerramento



folha de CANTOS

7ª Romaria da Terra

Carapebus-Macaé
25 de Julho de 1993



1 BENDITO DOS ROMEIROS DA TERRA

BENDITA E LOVADA SEJA
ESTA SANTA ROMARIA
BENDITO O POVO QUE MARCHA
BENDITO O POVO QUE MARCHA
TENDO CRISTO COMO GUIA

SOU, SOU TEU SENHOR
SOU POVO NOVO RETIRANTE
LUTADOR
DEUS DOS PEREGRINOS
DOS PEQUENINOS
JESUS CRISTO REDENTOR

NO EGITO ANTIGAMENTE
DO MEIO DA ESCRAVIDÃO
DEUS LIBERTOU O SEU POVO
HOJE ELE PASSA DE NOVO
GRITANDO A LIBERTAÇÃO

PARA A TERRA PROMETIDA
O POVO DE DEUS MARCHOU
MOISÉS ANDAVA NA FRENTE
HOJE MOISÉS É A GENTE
QUANDO ENFRENTA O OPRESSOR

CAMINHEIROS NA ESTRADA
MUITA CERCA PRENDE O CHÃO
TODO ARAME E PORTEIRA
MERECEM CORTE E FOGUEIRA
SÃO FRUTOS DA MALDIÇÃO

MÃOS AO ALTO, VOZ UNIDA
NOSSO CANTO SE OUVIRÁ
NOS CAMINHOS DO SERTÃO
CLAMANDO POR TERRA E PÃO
NINGUÉM MAIS SE CALARÁ

2 MEU IRMÃO OCUPE A TERRA

MEU AMIGO, MEU IRMÃO OCUPE A TERRA
QUEM FEZ A TERRA FOI DEUS PAI O CRIADOR
DEUS FEZ O CÉU, FEZ O MAR E FEZ A TERRA
E FEZ O HOMEM E O ENTREGOU COM MUITO AMOR

EU DISSE OA HOMEM ESTA É A MINHA TERRA
E EU LHE DOU PARA VOCÊ TRABALHAR
PARA DA TERRA TIRAR O SEU ALIMENTO
A TERRA É MINHA, NÃO É PRA NEGOCIAR

VIVO SOFRENDO DISTANTE DA MINHA TERRA
MEU PÉ DE SERRA, EU NÃO POSSO MAIS PLANTAR
MINHA ESPERANÇA É EM DEUS LIBERTADOR
O SEU AMOR NOS ENSINA A PARTILHAR

PROCURE AMIGO SE TIVER SUA TERRINHA
POR CARIDADE POR FAVOR NÃO VENDA NÃO
VIVO SOFRENDO NOS BARRACOS DA CIDADE
PORQUE NÃO TENHO NENHUM PEDAÇO DE CHÃO

3 ROMARIA DA TERRA

ROMARIA DA TERRA/FAZ O POVO ARREUNIR/
NUMA LUTA SEM TREGUA/ NÓS LUTAREMOS
POR TI

A TERRA É SAGRADA, FEITA POR NOSSO SENHOR/
ELE FEZ E DEU AO HOMEM/ E TAMBÉM LHE ENSINOU
QUE É NELA QUE VIVEMOS / E A ELA ABENÇOOU.
E TÃO LINDA A NATUREZA / É OBRA DO CRIADOR.
E DEUS DEU A INSPIRAÇÃO/ O HOMEM FEZ A PLANTAÇÃO
FOI ASSIM QUE COMEÇOU.

MAS NO PASSAR DO TEMPO / QUE O POVO AUMENTOU/
COMEÇOU A AMBIÇÃO/ E A TERRA NEGOCIOU / UNS
COMPRAVA OUTROS NÃO/ E A FORÇA ELES TOMOU
FAZENDEIROS E JAGUNÇOS/ MATANDO OS TRABALHADOR/
E AS FAMÍLIAS, QUE ERA DONO/ HOJE VIVE NO ABANDONO
SEM SUAS TERRAS FICOU.

AMIGO TRABALHADOR / VEJA A NOSSA SITUAÇÃO NOS
QUEREMOS TRABALHAR / E NÃO TEMOS CONDIÇÃO/ A
TERRA, QUE ERA NOSSA/ HOJE É TODA DO PATRÃO /
DESEMPREGO NA CIDADE/ VIROU UMA MALDIÇÃO /
PRECISAMOS NOS UNIR/ E NÓS VAMOS RESISTIR/
POR A TERRA EM NOSSAS MÃOS.



4 BÓIA FRIA

EM CIMA DE UM CAMINHÃO
BEM CEDINHO ELE VAI
SEM NENHUMA GARANTIA
O SEU PÃO DE CADA DIA
ELE VAI TENTAR GANHAR

O SEU PATRÃO COMPROU TRATOR E CAMINHÃO
TAMBÉM GRADE E ARRASTÃO, DEIXANDO
ELE NA MÃO/ POIS LÁ NA ROÇA PERDEU
SUA SERVENTIA/ PROCURANDO PRATO CHEIO
HOJE ELE É UM BOIA FRIA

ELE JÁ DEU AO SEU PAÍS GLÓRIA E FAMA
MAS SUA TERRA QUE TANTO AMA
NÃO PODE MAIS CULTIVAR.
PERGUNTO AGORA A QUEM OUVE A MINHA VOZ
PRA QUEM DEUS CRIOU O MUNDO?
FOI PRA ALGUNS OU FOI PRA NÓS?

5 CANTO DOS MÁRTIRES DA TERRA

VENHAM TODOS, CANTEMOS UM CANTO
QUE NASCE DA TERRA/ CANTO NOVO
DE PAZ E ESPERANÇA EM TEMPO DE
GUERRA/ NESTE INSTANTE HA INOCENTES
TOMBANDO NAS MÃOS DE TIRANOS.
TOMAR TERRA, TER LUCRO MATANDO
SÃO ESSES SEUS PLANOS

EIS O TEMPO DE GRAÇA
EIS O DIA DA LIBERTAÇÃO
DE CABEÇAS ERGUIDAS
DE BRAÇOS UNIDOS, IRMÃOS
NÓS HAVEMOS DE VER, QUALQUER DIA,
CHEGANDO A VITÓRIA
O POVO NA RUA, FAZENDO A HISTÓRIA,
CRIANÇAS SORRINDO, EM TODA A NAÇÃO

LAVRADORES RAIMUNDO, JOSÉ , MARGARIDA,
NATIVO ...! ASSUMIR SUA LUTA E SEU SONHO,
POR NÓS É PRECISO / NÓS HAVEMOS DE HONRAR
TODO AQUELE QUE CAIU LUTANDO / CONTRA OS
MUROS E CERCAS DA MORTE JAMAIS RECUANDO.



6 QUANDO VEJO TANTA TERRA

QUANDO VEJO TANTA TERRA
ESPALHADA POR AÍ
EU ME PERGUNTO COM QUE DIREITO
QUEREM TIRAR A GENTE DAQUI

TODA GENTE TEM DIREITO
DE TER TERRA PRA MORAR
PORQUE AQUILO QUE É DE TODOS
É MAIS QUE ROUBO ACUMULAR

A MANEIRA DE TER TERRA
JÁ É MUITO CONHECIDA
EXPULSA O POBRE DE SUA GLEBA
IMPÕE A FORÇA SUA SAÍDA

QUEM ME DERA QUE CHEGASSE
O ANO DA LIBERTAÇÃO
ONDE A LUTA FOSSE DE TODOS
E OS BENS DA TERRA DE CADA IRMÃO

REFRÕES

1

PÕE A SEMENTE NA TERRA
NÃO SERÁ EM VÃO
NÃO TE PREOCUPES A COLHEITA
PLANTAS PARA O IRMÃO (bis)

2

VIVA, VIVA A MULHER DESTA NAÇÃO
QUE VAI GERANDO NO VENTRE
A NOVA SEMENTE DA LIBERTAÇÃO
E VEM TRAZENDO NO SANGUE
A SEMENTE NOVA DA REVOLUÇÃO

3

NOSSOS DIREITOS VEM
NOSSOS DIREITOS VEM
SE NÃO VIR NOSSOS DIREITOS
O BRASIL PERDE TAMBÉM (bis)

7 GLÓRIA DOS POBRES

GLÓRIA A DEUS NAS ALTURAS
É O CANTO DAS CRIATURAS
RIOS E MATAS SE ALEGRAM
TEUS POBRES POR TI ESPERAM (bis)

PAZ PARA O POVO SOFRIDO
É O GRITO DOS OPRIMIDOS (bis)
A TERRA MAL REPARTIDA
CLAMA POR TUA JUSTIÇA (bis)

GLÓRIA GLÓRIA
GLÓRIA TE DAMOS SENHOR
GLÓRIA GLÓRIA
VENHA TEU REINO DE AMOR

GLÓRIA A JESUS, NOSSO GUIA
FILHO DA VIRGEM MARIA
VEIO PRO MEIO DOS POBRES
PRA CARREGAR NOSSAS DORES
FILHO DO ALTISSIMO DEUS
POR NÓS NA CRUZ PADECEU
VENCEU A MORTE E A DOR
PRA NOS DÁ FORÇA E VALOR

GLÓRIA AO ESPÍRITO SANTO
QUE NOS CONSOLA NO PRANTO
QUE ORIENTA A IGREJA
PARA QUE DO POBRE ELA SEJA
QUE DEU CORAGEM A PEDRO
E AOS SANTOS SEUS COMPANHEIROS
QUE HOJE JUNTA ESSE POVO
A BUSCAR UM MUNDO NOVO



8 PAI NOSSO DOS MÁRTIRES

PAI NOSSO,
DOS POBRES MARGINALIZADOS
PAI NOSSO
DOS MÁRTIRES, DOS TORTURADOS

TEU NOME E SANTIFICADO
NAQUELES QUE MORREM DEFENDENDO A VIDA
TEU NOME É GLORIFICADO
QUANDO A JUSTIÇA É NOSSA MEDIDA
TEU REINO É DE LIBERDADE
DE FRATERNIDADE, PAZ E COMUNHÃO
MALDITA TODA A VIOLÊNCIA
QUE DEVORA A VIDA PELA REPRESSÃO

QUEREMOS FAZER TUA VONTADE
ÉS O VERDADEIRO DEUS LIBERTADOR
NÃO VAMOS SEGUIR AS DOUTRINAS
CORROMPIDAS PELO PODER OPRESSOR
PEDIMOS–TE O PÃO DA VIDA
O PÃO DA SEGURANÇA, O PÃO DAS MULTIDÕES
O PÃO QUE TRAZ HUMANIDADE
QUE CONSTRÓI O HOMEM EM VEZ DE CANHÕES

PERDOA–NOS QUANDO POR MEDO
FICAMOS CALADOS DIANTE DA MORTE
PERDOA E DESTRÓI OS REINOS
EM QUE A CORRUPÇÃO É A LEI MAIS FORTE
PROTEGE–NOS DA CRUELDADE
DO ESQUADRÃO DA MORTE, DOS PREVALECIDOS
PAI NOSSO, REVOLUCIONÁRIO,
PARCEIROS DOS POBRES, DEUS DOS OPRIMIDOS.

9 O POVO DE DEUS



O POVO DE DEUS NO DESERTO ANDAVA
MAS A SUA FRENTE ALGUÉM CAMINHAVA
O POVO DE DEUS ERA RICO DE NADA
SÓ TINHA ESPERANÇA E O PÓ DA ESTRADA
TAMBÉM SOU TEU POVO SENHOR, ESTOU NESTA
ESTRADA SOMENTE A TUA GRAÇA ME BASTA
E MAIS NADA (bis)

O POVO DE DEUS TAMBÉM VACILAVA
AS VEZES CUSTAVA A CRER NO AMOR
O POVO DE DEUS, CHORANDO REZAVA
PEDIA PERDÃO E RECOMEÇAVA
TAMBÉM SOU TEU POVO SENHOR
E ESTOU NESTA ESTRADA
PERDOA SE AS VEZES NÃO CREIO
EM MAIS NADA (bis)

O POVO DE DEUS TAMBÉM TEVE FOME
E TU LHE MANDASTE O PÃO LÁ DO CÉU
O POVO DE DEUS CANTANDO DEU GRAÇAS
PROVOU TEU AMOR TEU AMOR QUE NÃO PASSA
TAMBÉM SOU TEU POVO SENHOR
E ESTOU NESTA ESTRADA
TU ÉS ALIMENTO NA LONGA CAMINHADA (bis)

O POVO DE DEUS AO LONGE AVISTOU
A TERRA QUERIDA QUE O AMOR PREPAROU
O POVO DE DEUS CORRIA E CANTAVA
E NOS SEUS LOUVORES TEU AMOR PROCLAMAVA
TAMBÉM SOU TEU POVO SENHOR
E ESTOU NESTA ESTRADA
CADA DIA MAIS PERTO DA TERRA ESPERADA

10 ACORDA AMÉRICA

ACORDA AMÉRICA, CHEGOU A HORA DE LEVANTAR
O SANGUE DOS MÁRTIRES FEZ A SEMENTE SE ESPALHAR (bis)

NESTES CAMPOS NESTAS PLANÍCIES NESTES VALES E CAATINGAS
NESTAS RAÍZES ENTRELAÇADAS DE ETNIAS TÃO MISTURADAS,
É ASSIM MEU POVO, A NOSSA AMÉRICA LATINA

MEU IRMÃO INDIO, MEU IRMÃO AFRO, MEUS LATINOS COMPANHEIROS
NÓS SOMOS VÍTIMAS DAS DEPENDÊNCIAS DE UM IMPÉRIO ESTRANGEIROS
É ASSIM MEU POVO, A NOSSA AMÉRICA LATINA

EU ME PERGUNTO E A NÓS TODOS, ATÉ QUE DIA NÓS AGUENTAMOS
ESSA VIOLÊNCIA TÃO ASSASSINA, NOS TOMAM AS TERRAS
MATAM OS ÍNDIOS NOS DEIXAM RESTOS DE NOSSA AMÉRICA LATINA



11 LIBERDADE

LIBERDADE VEM CANTAR
E SAÚDA ESTE NOVO SOL QUE VEM
CANTA COM ALEGRIA O ESCONDIDO AMOR QUE NO PEITO TEM
MIRA O CEU AZUL, ESPAÇO ABERTO PRA TE ACOLHER

LIBERDADE VEM E CANTA
E SAÚDA ESTE NOVO SOL QUE VEM
CANTA COM ALEGRIA O ESCONDIDO AMOR
QUE NO PEITO TEM
/MIRA O CÉU, AZUL ESPAÇO ABERTO PRA TE ACOLHER /

LIBERDADE VEM E PISA, ESTE FIRME CHÃO DE VERDE RAMAGEM
CANTA LOUVANDO AS FLORES / QUE AO BAILAR DO VENTO
FAZEM SUA MENSAGEM
/ MIRA ESSAS FLORES A BRAÇO ABERTO PRA TE ACOLHER /

LIBERDADE VEM E POUSA NESTA DURA AMÉRICA
TRISTE E VENDIDA
CANTA COM OS SEUS GRITOS NOSSOS FILHOS MORTOS
E A PAZ FERIDA
/ MIRA ESTE LUGAR, DESEJO ABERTO PRA TE ACOLHER

LIBERDADE, LIBERDADE, ÉS O DESEJO QUE NOS FAZ VIVER
ÉS O GRANDE SENTIDO DE UMA VIDA PRONTA PARA MORRER

MIRA O NOSSO CHÃO BANHADO EM SANGUE PRA REVIVER
/ MIRA A NOSSA AMÉRICA BANHADA EM MORTE PRA RENASCE

12 XOTE ECOLÓGICO

NÃO POSSO RESPIRAR
NÃO POSSO MAIS NADAR
A TERRA ESTÁ MORRENDO
NÃO DÁ MAIS PRA PLANTAR

E SE PLANTAR NÃO NASCE
E SE NASCER NÃO DÁ
ATÉ PINGA DA BOA
TÁ DIFICIL DE ENCONTRAR (bis)

CADÊ A FLOR DAQUI
POLUIÇÃO COMEU
O PEIXE LÁ DO MAR?
POLUIÇÃO COMEU
O VERDE LÁ DA MATA?
POLUIÇÃO COMEU
NEM O CHICO MENDES SOBREVIVEU



A LUTA NO CAMPO

13 CANÇÃO DA CHEGADA

ESTAMOS AQUI, SENHOR / VIEMOS DE TODO LUGAR
TRAZENDO UM POUCO DE QUE SOMOS / PRA NOSSA FÉ PARTILHAR
TRAZENDO O NOSSO LOUVOR / UM CANTO DE ALEGRIA
TRAZENDO A NOSSA VONTADE / DE VER RAIAR UM NOVO DIA

ESTAMOS AQUI SENHOR / CERCANDO ESTA MESA COMUM
TRAZENDO IDÉIAS DIFERENTES, / MAS EM CRISTO SOMOS UM
E QUANDO SAIRMOS DAQUI / NÓS VAMOS PARA VOLTAR
NA FORÇA DA ESPERANÇA / E NA CORAGEM DE LUTAR

14 LOUVEMOS TODOS JUNTOS

LOUVEMOS TODOS JUNTOS O NOME DO SENHOR
POR NÓS FEZ MARAVILHAS ETERNO É O SEU AMOR (bis)

LOUVEMOS PELO CRISTO QUE VEIO SALVAR
POR NÓS DEU O SEU SANGUE, SEM FIM QUIS NOS AMAR (bis)

LOUVEMOS PELA TERRA QUE NOS DÁ DE COMER
SE A TERRA É DE TODOS NÓS, PRA TODOS DEVE SER 9 (bis)

LOUVEMOS BEM UNIDOS IRMÃOS TRABALHADORES
NA GRAÇA DO ESPÍRITO, NÓS SOMOS CRIADORES (bis)

LOUVEMOS COM PANDEIROS, SANFONAS, VIOLÕES ...
LOUVEMOS COM OS ANJOS, OS SANTOS, TODO O POVO
CANTEMOS TODOS JUNTOS A DEUS UM CANTO NOVO

SANTO, SANTO, SANTO (3x). É JAVE, NOSSO DEUS CRIADOR

SANTO, SANTO, SANTO (3x). É JESUS, NOSSO LIBERTADOR
SANTO, SANTO, SANTO (3x). É O ESPÍRITO SANTO DE AMOR

15 UTOPIA

QUANDO O DIA DA PAZ RENASCER
QUANDO O SOL DA ESPERANÇA BRILHAR
EU VOU CANTAR.
QUANDO O POVO NAS RUAS SORRIR
E A ROSEIRA DE NOVO FLORIR,
EU VOU CANTAR
QUANDO AS CERCAS CAÍREM NO CHÃO,
QUANDO AS MESAS SE ENCHEREM DE PÃO
EU VOU CANTAR.
QUANDO OS MUROS QUE CERCAM OS JARDINS,
DESTRUÍDOS, ENTÃO OS JASMINS
VÃO PERFUMAR

16 O MIGRANTE

PEREGRINO NAS ESTRADAS DE UM MUNDO DESIGUAL
ESPOLIADOS PELO LUCRO E AMBIÇÃO DO CAPITAL
DO PODER DO LATIFÚNDIO ENXOTADO E SEM LUGAR,
JÁ NÃO SEI POR ONDE ANDAR ...
NA ESPERANÇA EU ME APEGO AO MUTIRÃO

QUERO ENTOAR UM CANTO NOVO DE ALEGRIA
AO RAIAR DAQUELE DIA
DE CHEGADA AO NOSSO CHÃO
COM O MEU POVO CELEBRAR A ALVORADA
MINHA GENTE LIBERTADA
LUTAR NÃO FOI EM VÃO

SEI QUE DEUS NUNCA ESQUECEU DOS OPRIMIDOS O CLAMOR
E JESUS SE FEZ DOS POBRES, COMPANHEIRO E SERVIDOR
OS PROFETAS NÃO SE CALAM DENUNCIANDO A OPRESSÃO
POIS A TERRA É DOS IRMÃOS...
E NA MESA IGUAL PARTILHA TEM QUE HAVER

PELA FORÇA DO AMOR O UNIVERSO TEM CARINHO
E O CLARÃO DE SUAS ESTRELAS ILUMINAM O MEU CAMINHO
NAS TORRENTES DA JUSTIÇA MEU TRABALHO É COMUNHÃO
ARROZAIS FLORESCERÃO...
DE SEUS FRUTOS LIBERDADE COLHEREI

17 CIO DA TERRA

DEBULHAR O TRIGO
RECOLHER CADA BAGO DO TRIGO
FORJAR DO TRIGO O MILAGRE DO PÃO
E SE FARTAR DE PÃO ...

DECEPAR A CANA
RECOLHER A GARAPA DA CANA
ROUBAR DA CANA A DOÇURA DO MEL
SE LAMBUZAR DE MEL ...

AFAGAR A TERRA
CONHECER OS DESEJOS DA TERRA
CIO DA TERRA PROPÍCIA ESTAÇÃO
E FECUNDAR O CHÃO.

18

QUERO ENTOAR UM CANTO NOVO DE ALEGRIA
AO RAIAR AQUELE DIA
DE CHEGADA AO NOSSO CHÃO
COM O MEU POVO CELEBRAR A ALVORADA
MINHA GENTE LIBERTADA
LUTAR NÃO FOI EM VÃO

Pai, ouvi o clamor

19

PÕE A SEMENTE NA TERRA
NÃO SERÁ EM VÃO
NÃO TE PREOCUPES A COLHEITA
PLANTAS PARA O IRMÃO



20 ACLAMAÇÃO AO EVANGELHO

FICAREMOS EM PÉ AGORA
PARA OUVIR SANTA MENSAGEM

PEDIMOS GRAÇAS NESTA HORA
PARA CRER, TER FÉ E CORAGEM (bis)

É JESUS QUE AGORA FALA
E NOS ENSINA A CAMINHAR

QUEM O OUVE JAMAIS SE CALA
BUSCA ESTE MUNDO TRANSFORMAR (bis)

A CPT E A SUA MISSÃO



Pela fé na palavra de Jesus e pelo batismo, a CPT é a Igreja presente no meio rural. Por força da sua esperança e coragem na luta, denuncia profeticamente as injustiças. Querendo dar provas da justiça de Deus a CPT se propõe a.

1. Apoiar e defender todos aqueles que, comprometidos com a luta pela terra, sofrem perseguições, presos. A luz do Evangelho a CPT se coloca ao lado de todos aqueles que defendem a vida e a libertação dos oprimidos.
2. Aprofundar cada vez mais a fé, a capacidade de amar, valorizar as celebrações populares, seus cânticos, rezas e romarias.
3. Não ser uma forma de organização dos sem terra, mas quer criar formas de organização onde estejam unidos nos mesmos interesses de classe.
4. De acordo com Puebla a CPT quer respeitar a fé do Povo e ajudá-lo a desabrochar em sua dimensão social e política, para que todos aquele que se abrir a vida de Cristo faça da sua própria vida um dom de libertação
5. Aprofundar sempre mais a Teologia da Terra, istoé, os fundamentos de nossos direitos a terra que se encontram na Palavra de Deus e nos documentos da Igreja.

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
AnoXXI

Abril 97
Nº 141

CAMINHAR COM FÉ

A Marcha dos Sem Terra reuniu mais de 30 mil pessoas em Brasília. - Págs. 4 a 7

FOTO: FRANCISCA P. MONTEJO



Uma imensa bandeira do MST é carregada pela Marcha na entrada da capital

■ Seminário da CPT debate trabalho escravo

Nos dias 7 e 8 de abril a CPT realizou Seminário Nacional para debater a questão - Págs. 14 e 15

■ Assembléia da CNBB

Os bispos se reunem em Itaici na 35ª Assembléia Geral - Págs. 10 e 11

EDITORIAL

Brava Gente

"Está terminado o tempo da inocência e começando o tempo da política. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História."

José de Souza Martins
"Caminhada no Chão da Noite"

Chegou a hora da solução, o tempo da política. A epopéia dos sem-terra escancarou definitivamente para o país a injusta situação em que vivem milhões de brasileiros do campo. A marcha dos sem-terra foi não apenas uma caminhada para Brasília, mas uma lição de cidadania. Na verdade, ela foi uma marcha a cada lar brasileiro, um cara a cara com cada cidadão. Os meios de comunicação bem que tentaram, mas como ignorar duas mil pessoas marchando mais de mil quilômetros? Ninguém faz isto, e com tanta determinação, sem um bom motivo. A marcha e a luta dos sem-terra ganharam as ruas e as casas, ajudaram a fazer a conversa cidadã com o povo brasileiro, fizeram o Brasil se olhar no olho, se descobrir. Desta conversa tem nascido um profundo amor e respeito da sociedade para com os sem-terra, que vai além da consciência política. Os sem-terra tocaram no coração do brasileiro. O povo tomou uma posição. Quer solução. Não quer mais ver varridos para a escuridão das senzalas e dos porões da história seus concidadãos pobres. Olho no olho, quer solução para o problema da injusta distribuição das terras, raiz de tantos outros problemas que atingem a cidadania e a própria democracia brasileira.

Porém, nesta marcha pela cidadania, há um descompasso flagrante. Enquanto a grande maioria dos cidadãos marcha com os sem-terra, o Estado com seus poderes marcha com as elites que sempre barraram qualquer tentativa de reforma agrária. O governo e a mídia, por mais que tentem, não têm conseguido lidar com esta opção da sociedade. Todas as tentativas de deslegitimar a luta dos sem-terra têm caído no vazio. Frente às luzes dos holofotes de Brasília não era possível tratar os sem-terra como se fez no passado com os moradores de Canudos, nem como se faz nos "eldorados" nossos de cada dia... Como não consegue reverter a opinião pública, o governo prefere ignorá-la como sempre faz diante de posições contrárias. O mal-estar e a hipocrisia do governo e de boa parcela da imprensa nacional, entremearam elogios com busca desesperada de pontos fracos no MST, e na luta pela reforma agrária. A fria e inóqua resposta do presidente da República mostra claramente tal opção. O governo prefere continuar fazendo assentamentos localizados, e não uma reforma no agrobrasileiro.

Mas o recado para as elites e o Estado está dado. A marcha trouxe para o centro do cenário político nacional, o que este mesmo centro, durante séculos, quis manter na periferia. Os milhões de famintos estão aí. Eles existem como existiam há muito tempo. Porém, não são mais os mesmos. Eles agora têm nome, rosto, voz própria e história. Organizaram-se (e como!). Estão dispostos a lutar, ocupar terras se preciso. Não se satisfazem com migalhas, não querem ser tratados como coitados, nem como mendigos. Exigem direitos. Sua presença maltrapilha expõe para a sociedade nacional e internacional a nefasta concentração de terra e riqueza do país, contraface da miséria e da exclusão de milhões de brasileiros. E a ainda mais nefasta e indesculpável omissão (leia-se opção) do Estado brasileiro...

A marcha foi e é um passo significativo. Porém, não nos iludamos. A caminhada ainda é longa. Lembremo-nos de outras grandes mobilizações democráticas nacionais, que foram absorvidas e transformadas em "suco" pela engenharia política das elites nacionais. O objetivo maior da marcha, que era o diálogo com a sociedade, foi atingido. Uma derrota humilhante foi imposta ao "governinho" do FHC. Porém, mesmo derrotado nesta batalha, ele está longe de considerar a guerra por perdida. Arquiteta e monta seus ardis. Ficou claro mais uma vez que as soluções não saem de Brasília pela negociação: isto os sem-terra já sabiam de antemão. É preciso continuar mexendo lá no coração do sistema, na propriedade da terra. Aos movimentos sociais e políticos cabe avançar a luta pelas reformas há séculos necessárias ao país. E esta não terá seu palco privilegiado nos gabinetes governamentais em Brasília, mas nas ruas e estradas por entre latifúndios país afora. Ou seja, todo apoio as mobilizações de pressão sobre o governo e à massificação das ocupações de terras.

O **Pastoral da Terra** deste mês destaca ainda os documentos produzidos pela Assembléia dos Bispos do Brasil, realizada em Itaici (SP). Os contundentes posicionamentos sobre a privatização da Vale e a conjuntura, atual merecem nossa leitura e reflexão pela atualidade e espírito profético.

PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT
C.P. 749 - CEP 74030-090 - Goiânia - Goiás
Fone: (062) 224-4436 - Fax: (062) 225-4967

A COMISSÃO DE PASTORAL DA TERRA é um organismo à linha 6 da CNBB, filiado à Right Livelihood e à Pax Christi Internacional.

Tem como objetivos:
I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos povos da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Jornalista responsável:
Malu Maranhão - Reg. Prof. 526/08/63 - SP
Editoração Eletrônica e Impressão: Gráfica e Editora Redentorista Ltda.
Telefax: (062) 271-1822

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____ Exemplares: _____

Assinatura anual (12 expls.)

☐ Normal ..... R$ 10,00
☐ Para lavrador ..... R$ 5,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

O pagamento de assinatura pode ser feito através de Vale Postal ou Cheque Visado pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

CIMI 25 anos

Sem bolo nem vela

No dia 23 de abril de 1972, chegavam à Brasília um pouco mais de duas dezenas de missionários, que trabalhavam junto aos povos indígenas. Não tencionavam incendiar a cidade ou botar fogo em alguém. Queriam apenas encontrar um caminho que transformasse a insatisfação de seu trabalho, num instrumental novo e melhor de presença e compromisso com esses povos. As discussões e debates resultaram na criação de um Conselho, que unisse, articulasse e animasse a todos os missionários indigenistas que atuassem, pela Igreja Católica, junto aos povos indígenas. Nasceu aí, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Galdino Pataxó acaba de ser enterrado. Brasília ainda queima, em tocha humana. Vergonha nacional. Em Porto Seguro, os Pataxó receberam os primeiros portugueses, há quase 500 anos. De lá pra cá não mais experimentaram a paz. De luta em luta, escreveram uma das belas histórias de resistência e afirmação étnica no Brasil. Porém continuam cercados e suas terras invadidas. O jeito foi ir descobrindo Brasília, onde são tomadas as decisões que influem diretamente na sua sobrevivência. Na Capital Federal uma comissão de lideranças Pataxó marcou presença na luta e Marcha dos Sem-Terra, lutando por terra, emprego e justiça. Foi na mesma cidade que cinco criminosos botaram fogo em Galdino. É a memoria viva de uma história de violência e apagamento dos povos indígenas do cenário brasileiro.

É neste contexto que o Cimi celebra seus 25 anos. Marcada por forte simbolismo realista do momento, essa data quer apenas lembrar que há 25 anos algo de novo surgia na sociedade brasileira, no indigenismo e no espírito missionário. Um grupo decidiu assumir seu compromisso com os povos indígenas se organizando em forma de Conselho, com o objetivo claro de trabalhar pela autonomia e pelo reconhecimento dos mesmos no presente e futuro do país. Isto significou enfrentar poderosos interesses articulados na ditadura militar e nas elites dominantes em nosso país. Vários de seus membros foram assassinados, junto com lideranças indígenas que lutaram, especialmente pelo seu direito à terra. Os inimigos dos índios passaram a ver no Cimi, um obstáculo às suas pretensões gananciosas de acumulação de riquezas às custas das vidas, trabalho e riquezas desses povos, e da grande maioria da população brasileira. Por isso, moveram calúnias e campanhas contra a entidade e seus membros, buscaram dividir as forças articuladas a favor dos povos indígenas, e procuraram desacreditar o trabalho do Cimi junto aos índios.

Porém, o compromisso com a vida dos povos indígenas fez crescer a esperança entre os missionários indigenistas, entre as igrejas, na sociedade e entre os próprios índios. Eles foram se organizando, articulando, conquistando seus direitos e seu espaço. É neste processo que o Cimi percebe sua contribuição. É tambem neste contexto que busca avaliar suas ações e estratégias para redimensionar e afirmar seu trabalho.

Por acreditarmos que só haverá justiça e democracia quando todos os povos indígenas tiverem suas terras e seus direitos respeitados e garantidos, numa sociedade pluricultural e multiétnica, é que o Cimi reafirma seu compromisso junto aos povos indígenas e todos os que lutam pela transformação neste país.

Assim, lembramos a memória e compromisso desses 25 anos. Foi um tempo em que muito aprendemos em termos de convivência e solidariedade humana, organização igualitária da sociedade, vida de liberdade em harmonia com a natureza, amor à terra mãe e à vida. Enfim, aprendemos um pouco da sabedoria acumulada por esses povos em milênios de vivência nesta terra. Isso nos possibilitou valorizar o sentido da pluralidade, do diálogo e da interação entre sociedades e culturas. A convivência e partilha de lutas e esperanças com os povos indígenas, têm ajudado a alimentar nossos sonhos, sem arredar o pé do chão, ou embarcar nas ondas fáceis e enganosas do projeto neoliberal.

Brasília-DF, 23 de abril de 1997.

Conselho Indigenista
Missionário - Cimi

PROARI

O Projeto de Assessoria aos Povos Indígenas do Parque Aripuanã (PROARI), vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (ICLEB), desenvolve ações juntos aos povos indígenas de Rondônia desde 1993, assessorando-os nas áreas de **saúde, educação e jurídica.**

O PROARI comunica que estão abertas as inscrições para a **seleção de candidatos** interessados em ingressar no trabalho de assessoria a grupos indígenas de Rondônia. Poderão participar pessoas habilitadas nas áreas de **Direito e Pedagogia** (curso superior), que tenham compromisso e afinidade com a causa indígena. A seleção dos candidatos constará da análise do curriculum vitae e experiência anterior com trabalhos desta natureza e/ou afins.

Os interessados podem enviar seus currículos até junho de 97 para o seguinte endereço:

PROARI A/C
MARTA DUARTE
CAIXA POSTAL 128
CACOAL-RO - CEP 78975-000
TELEFAX (069) 441-2069



FOTO: ARQUIVO DO CIMI

Família Cinta Larga

EM DEFESA DA TERRA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA

Isidoro Revers
CPT/GO

Promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) a I Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, realizada de 2 a 4 de abril, em Brasília, reuniu cinco partidos de oposição e dezenas de entidades representativas do movimento popular e sindical, além de várias ONGs.

O encontro anunciava grandes discussões na sua abertura, principalmente na perspectiva da unidade das lutas populares e na análise conjuntural. Isso não foi possível por duas razões: a desorganização do evento, onde todos os horários foram descumpridos, e a displicência de muitos participantes - um mal que ronda nossa militância dirigente, principalmente da cúpula das entidades.

O eixo central do debate foi efetivamente a unidade das oposições partidárias e das diversas entidades do movimento. De certa forma, essa unidade foi expressa na manifestação que ocorreu no dia 17 de abril, em Brasília, com a chegada da Marcha pela Reforma Agrária do Movimento Sem-Terra.

MARCHA

Caminhante não há caminho, se faz o caminho andando

Malu Maranhão

Qual é o caminho para realizar a reforma agrária? No Brasil, ele nunca existiu. Foi o Movimento Sem Terra que o traçou com as acupações e com os pés, percorrendo 1.000 quilômetros, saindo de três pontos diferentes do país e chegando à Brasília depois de dois meses de marcha, no dia 17 de abril, data que marca um ano do massacre de Eldorado dos Carajás. Usando as palavras do poeta espanhol Antonio Machado, "caminante, no hay camino, se hace el camino al andar".

Vários jornais insistem em chamar de "pegar carona no MST", a marcha organizada pela Cut que saiu do centro de Brasília para encontrar os sem-terra, composta por metalúrgicos, desempregados, funcionários públicos, aposentados, estudantes. Não foi isso de modo algum. Foi a solidariedade, de um lado, e a necessidade de expressar sua revolta com o que está acontecendo no Brasil neoliberal, de outro. Os pés cansados de dois mil sem-terra, tiveram o poder de canalizar a insatisfação no povo que se uniu a eles em um protesto poucas vezes visto. Além de fazer o caminho para a reforma agrária, os sem-terra apontaram a esperança - "uma poeirinha lá longe", como dizia a personagem Graúna, do cartunista Henfil - de que com organização e luta, é possível chegar lá.

Porém, como observou João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST, cada um na sua. "Apreciamos a solidariedade nos acampamentos e ocupações, mas vocês ajudam mais se ficarem na cidade e lutarem, cada um no seu campo contra esse projeto excludente que está aí, através de manifestações, greves, mobilizações ".

Às 10 horas um momento emocionante no encontro das duas marchas. Do alto de caminhões de som, Vicentinho, da Cut, e José Rainha, do MST, conversaram, disseram palavras de ordem. Depois, as marchas unidas foram para o centro de Brasília.

FOTO: FRANCISCA P. MONTEIRO



Frades e punks

Nas marchas unidas diversidade era a palavra de ordem. Punks com a bandeira anarquista carregando caixões, para lembrar os 19 trabalhadores rurais assassinados em Eldorado dos Carajás, caminhavam ao som da música de Chico Science. Cerca de 30 frades franciscanos, frei Anastácio Ribeiro, coordenador da CPT/PB entre eles, acompanharam a marcha dos sem-terra, que trazia uma imensa bandeira do Brasil, tão grande quanto a bandeira do movimento que depois enfeitou o palco na Esplanada dos Ministérios.

Os sem-terra, com a camisa do movimento, bonés e bandeiras, marcharam na mais estrita ordem, ao som da música de José Pinto que animou toda a caminhada. Brasília parou, como era de se esperar. Talvez, o que o próprio MST não esperasse, foi a proporção que atingiu a manifestação. Enquanto José Rainha comemorava do alto do caminhão de som - "aí Fernando Henrique e Raul Jungmann, vocês não acreditavam que a gente conseguisse colocar tanta gente na rua" - a contagem do número de pessoas variava. A polícia fechou em 30 mil, mas antes que a chuva caisse com certeza havia mais pessoas.

A caminhada que mobilizou o Brasil durante 60 dias, e colocou o MST nas manchetes nacionais e internacionais, teve o tom de uma epopéia, que fez Maria Prestes, viúva de Luiz Carlos Prestes, recordar inúmeras vezes, da marcha histórica da "Coluna Prestes". Como lembrou João Pedro Stédile, foi muito importante percorrer os caminhos do Brasil, para conhecer "o Brasil real, não o Brasil do Real". Em cada cidade, vila ou povoado onde passava a marcha, os sem-terra recebiam solidariedade, mas também viam de perto os problemas de todo um país: desemprego, fome, pobreza. Problemas que segundo o MST, serão resolvidos em grande parte com a reforma agrária.

Chuva e ecumenismo

A chuva caiu justamente no início da celebração ecumênica, o que atrapalhou, mas não muito. No chão, em frente ao palco, um mapa do Brasil feito com saquinhos de terra, trazida de diversas partes do país, marcava a reforma agrária que se quer. A celebração foi oficiada pelos membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) que reúne católicos, católicos ortodoxos, luteranos, anglicanos, metodistas, presbiterianos, batistas, e por D. Demétrio Valentini, bispo de Jales e coordenador do Setor Pastoral Social da CNBB.

Um dos momentos mais emocionantes da celebração foi quando 30 integrantes do MST, inclusive sobreviventes de Eldorado dos Carajás, colocaram 30 cruzes de madeira no centro do mapa, enquanto eram ditos os nomes dos mortos de Eldorado e Corumbiara. Foram também lembrados outros "mártires da terra", como o índio Marçal Tupã-Y, Chico Mendes, Margarida Maria Alves. Uma última cruz simbolizava todas as vítimas de massacres, como Carandiru e Candelária. Tinta vermelha derramada sobre as cruzes lembrava o sangue dos mártires. Em seguida, veio o ato político e, para terminar, um show.

Momento histórico

Esta marcha desacreditada pelo governo e por parte da imprensa que procurava, em vão, encontrar nela pontos negativos, se constituiu em um momento histórico, em uma lição de cidadania. Que se tornou mais importante pelo seu caráter único. Os sem-terra caminharam até Brasília não para pedir, reivindicar alguma coisa ao governo. Eles foram propor maneiras da reforma agrária ser realizada na sua integralidade.

O poder para realizá-la é o governo que tem, não o MST. Porém, a marcha foi, sobretudo, um momento especial do encontro dos sem-terra com a sociedade que reconhece a justiça do que eles propõem. Com o grupo de velhinhos aposentados, que caminhou quilômetros para encontrar com a marcha. Com a mãe classe média que empurrava o carrinho de bebê, com um boné do MST na cabeça. Dos estudantes que corriam carregando uma enorme bandeira da UNE.

FOTO: DOUGLAS MANSUR



Maria Prestes fala na passagem da Marcha por Goiânia

O caráter de festa desse encontro, não tirou a seriedade e compreensão que todas aquelas milhares de pessoas estavam vivendo um momento muito especial, para ser contado para filhos e netos. A visão dos trabalhadores rurais, sandálias havaianas nos pés machucados, foices e enxadas nas costas, os rostos cansados pelos quilômetros sem fim caminhados, foi como um soco na consciência da sociedade.

Os sem-terra permanecerão em Brasília até 1º de Maio para se somar, mais uma vez, com os urbanos da Cut numa grande manifestação. E prosseguirão com as ocupações, que é sua forma de lutar e de empurrar goela abaixo do governo, a tão desejada reforma agrária, agora com o apoio da maioria da sociedade.



Terra

Um excelente fotógrafo, Sebastião Salgado, um escritor excepcional, José Saramago, e um compositor de primeira, Chico Buarque, se juntaram para prestar a melhor das homenagens ao Movimento Sem Terra. Um livro, "Terra", com fotos de Sebastião Salgado que durante vários meses percorreu os caminhos dos sem-terra, e texto de José Saramago, o escritor português que tem suas raízes ligadas ao campo - basta ler o seu livro admirável "Levantado do Chão". Junto com o livro, um CD de Chico Buarque com músicas como "Cio da Terra", e outras, feitas para os sem-terra. O kit - livro e CD - vendido ao preço de R$ 55,00, esgotou rapidamente. Já foram esgotadass duas edições, e uma terceira que ainda nem saiu, já está antecipadamente vendida. Atualmente, "Terra"está em primeiro lugar entre os livros de não ficção mais vendidos, segundo o Jornal do Brasil.

Todo o dinheiro obtido com a venda de "Terra", será destinado ao MST. Sebastião Salgado é um fotógrafo mundialmente famoso, que mora em Paris e vem fotografando ao longo dos anos, a triste violência no mundo: guerras, campos de refugiados, trabalho infantil. Partiu dele a idéia de acompanhar o MST nos acampamentos e ocupações. Para Salgado "este é o movimento mais importante que já surgiu no Brasil". Dele também foi a idéia de convidar José Saramago para fazer o texto. A Companhia das Letras encampou a proposta, e Chico Buarque entrou com a sua música para completar.

Saramago esteve no final do ano passado no Brasil, participando do júri do "Tribunal Internacional Contra os Massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara", realizado em Brasília. Na ocasião, ele lembrou a sua origem rural e a luta pela reforma agrária também em Portugal. De Chico Buarque não é preciso falar. O talento notável ele sempre esteve a serviço de todos os movimentos em favor da democracia e da cidadania, e há muito tempo defende a reforma agrária. É um fato marcante que essas pessoas, cada uma delas um expoente em seu campo de trabalho, tenham se reunido para homenagear e ajudar o MST.

Terra de Livres

A exposição das fotos de Sebastião Salgado e o kit livro e CD, estão percorrendo o país. Juntamente com eles, também está sendo lançado o livro "Terra de Livres", do poeta Jelson Oliveira, da CPT/PR, ao preço de R$ 8,00, editado com apoio da Comissão Pastoral da Terra e do MST. Com foto de Sebastião Salgado na capa, ele apresenta as imagens da luta pela terra em todo o país.

Como diz o prefácio escrito por Rogério Mauro, do MST e Darci Frigo, da CPT: "No rastro destas lutas infelizmente os fatos nos obrigam a falar também das crueldades, violência, mortes, impunidade e injustiça que marcam a luta pela terra em nosso país. Fatos que a poesia tomou da história, memória proibida que a consciência e a vontade do povo perpetuam no sangue e na alegria das colheitas. A CPT - Comissão Pastoral da Terra e o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no seu compromisso com a Reforma Agrária e com as lutas do povo da terra, entregam aos leitores, ainda úmidas, estas palavras de terra".

Jelson Oliveira, atualmente secretário executivo da CPT/PR e estudante de Filosofia na Universidade Federal do Paraná, nasceu em Giruá (RS). Ele já ganhou vários prêmios em concursos de poesia, e é coautor dos livros "Versos em Conversa" (1991), e "Frei Tito, Resistência e Utopia" (1994). Sobre o trabalho de Jelson, escreve o Frei João Xerri: "São realmente poesias engajadas, poesias militantes, que bem merecem trazer na capa a imagem do grande Sebastião Salgado, que nos ensina a ver a realidade com olhos cheios de compaixão. O jovem Jelson, sem dúvida, deve ser lido: mostra-nos o valor da arte a serviço da luta pela cidadania e evidencia o fato de que a jovem geração não é indiferente e desligada como nos querem fazer crer. Parabéns, Jelson!" (M.M.)

MARCHA

Bastante discurso e poucas propostas

Irio Luiz Conti
Secretário Executivo

No dia 18 de abril ocorreu a terceira audiência do Movimento Sem Terra (MST) com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Participaram 26 pessoas, entre elas representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (Cut), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Articulação Nacional do Movimento de Trabalhadoras Rurais (ANMTR), artistas e dirigentes do MST. A audiência transcorreu num clima de cordialidade e dureza. Inicialmente, a cantora Beth Carvalho leu o manifesto dos artistas e intelectuais e o MST entregou um pacote, envolto da bandeira do Brasil, contendo aproximadamente 20 mil assinaturas contra a privatização da Vale do Rio Doce. Na seqüência, os dirigentes do MST leram um documento elaborado pelos caminhantes da Marcha Nacional e o documento principal, que transcrevemos ao lado.

Depois da leitura, o presidente, num tom didático, fez questão de frisar que iria se ater ao foco da audiência: a reforma agrária, e não a política econômica em geral. Falou de modo genérico, sem a preocupação de responder às fortes indagações e reivindicações do MST. Sua tese básica foi que ele herdou um governo com uma enorme dívida social, mas que está fazendo muito para melhorar a situação - já desapropriou 3,4 milhões de hectares, área equivalente ao país da Bélgica-, e quer contar com a ajuda e não a crítica para fazer mais.

Ao finalizar, acenou com duas tímidas propostas. A primeira, editar Medidas Provisórias para respaldar legalmente a aceleração da reforma agrária; depois, constituir uma comissão de técnicos do governo e representantes de entidades para analisar as propostas oferecidas pelo MST e ver sua viabilidade. Aconselhou também o MST, em lugar de propor manifestos (de intelectuais) internacionais, a desenvolver campanhas para que a Europa baixe as tarifas de importação dos produtos agrícolas brasileiros, a fim de que os europeus possam consumir os produtos dos assentamentos brasileiros.

E concluiu: "Nós vamos melhorar de vida se houver mais compreensão entre nós em vista do bem do povo. Estou disposto a ajudar, me ajudem." Certamente, uma boa forma de ajudar o governo é continuar as ocupações e mobilizações massivas em todo país, acelerando a reforma agrária.



FOTO: FRANCISCA P. MONTEJO

O dirigente do MST, João Pedro Stédile, na reunião com o presidente FHC

Ma

Senhor Presidente,

Estamos aqui, representantes de nosso Movimento, depois dessa longa marcha, por mais de mil quilômetros. Estão também representantes de entidades que atuam na reforma agrária, organizações da sociedade e personalidades envolvidas com os problemas do campo. Vimos denunciar à sociedade a gravidade da crise social que existe no campo. Denunciar a responsabilidade política do governo, que tem provocado o aumento desses problemas. E propor mudanças.

Não necessitamos historiar a estrutura injusta da propriedade da terra no Brasil, e as seculares relações de exploração impostas aos trabalhadores. Nem precisamos

nifesto dos caminhantes

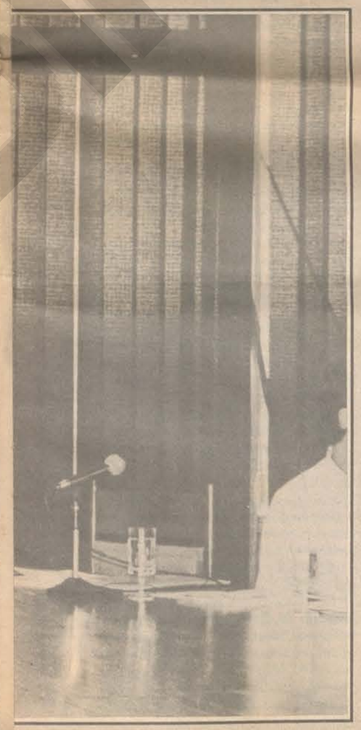
descrever as formas como a oligarquia rural tem manipulado, explorado, humilhado nosso povo. Essa mesma oligarquia que sempre esteve no poder, inclusive no seu governo. O Senhor conhece muito bem as raízes estruturais dos problemas do meio rural brasileiro. As razões da miséria e da falta de desenvolvimento.

Vimos, ao contrário, dizer-lhe que não concordamos com os rumos de sua política econômica. Que, ao contrário de sua opinião, e da propaganda de seu governo, é a principal causadora do aumento do desemprego e do agravamento das de saúde e de educação do nosso povo. Vimos dizer-lhe que a política agrícola de seu governo está diminuindo a renda dos pequenos e médios agricultores, e está aumentando o êxodo rural. Está diminuindo as oportunidades de trabalho no campo. E está gerando um desânimo generalizado entre os trabalhadores rurais. Dizer e colocar, como meta da política agrícola, o modelo da agricultura norte-americana para o Brasil, como afirmaram seus ministros da área econômica é, no mínimo falta de criatividade e, sobretudo, de responsabilidade.

O programa de reforma agrária de seu governo não é um programa de reforma agrária. É apenas a realização mal feita de alguns assentamentos para resolver alguns casos de tensão social. E de regularização de áreas de posseiros, nas regiões norte e centro-oeste, o que é positivo, mas insuficiente. O uso do Imposto Territorial Rural, em nenhum país do mundo se revelou instrumento de distribuição de terras. E não adianta apenas melhorar a legislação. Além do que, o seu governo tem provado que não tem vontade política de realmente cobrar dos latifundiários. Pois a legislação anterior permitia uma cobrança significativa e não foi feita. Aliás, seu ministro revelou à bancada ruralista que a legislação anterior era mais punitiva ao latifúndio que a nova proposta do governo. Dessa forma conseguiu o apoio da bancada.

Não basta dizer que custa caro fazer assentamentos. O senhor sabe que a agricultura é ainda a forma mais barata de resolver o problema de emprego e de trabalho para milhões de brasileiros. Não é problema de recursos. É, sim, uma questão de prioridade, do governo decidir onde vai gastar. Não vemos essa mesma preocupação com os altos gastos do governo, com os juros da dívida interna e externa. Para os gastos com a publicidade e com os bancos falidos não faltam recursos financeiros. Tampouco se resolve a questão dos recursos para a reforma agrária, exigindo que a sociedade pague mais impostos.

Para resolver os problemas sociais que existem no campo, é preciso querer enfrentá-los. E não se apegar a metas simplistas, prometidas em campanha eleitoral. Metas não resolvem problemas. Por isso, não nos interessa discutir números. Queremos discutir decisões políticas e de prioridades para solucionarmos os problemas sociais do campo e da cidade. O ministro da Reforma Agrária tem se revelado um especialista em marketing político. A cada semana cria um programa "fantástico" que irá resolver a questão da reforma agrária. Mas, de concreto, que problema social resolveu a criação do **LUMIAR** (ainda só no papel)? A cédula da terra? O Censo dos assentados? O Atlas Fundiário? O levantamento dos acampados? O Projeto Casulo? As propostas de descentralização? A fiscalização do ITR? A campanha de desarmamento? As terras do Exército? E outras iniciativas que costumamos chamar de "perfumarias" e que não alteram a essência da sujeira do problema. E agora já se está falando até em colonização. Que nunca foi reforma agrária.



Vimos aqui dizer-lhe que é preciso o governo priorizar uma política ampla e massiva de reforma agrária, que leve em conta as seguintes linhas políticas.

1. A terra deve ter acima de tudo uma função social, de servir ao bem comum.

2. Desapropriar massivamente para combater a concentração da propriedade da terrra e a existência do latifúndio em nosso país.

3. Reorganizar a produção agropecuária, priorizando o mercado interno e o abastecimento da população, de acordo com suas necessidades básicas, buscando eliminar a fome.

4. Vincular a reforma agrária com programas de implantação de agroindústrias, cooperativas nos assentamentos, que visem a melhoria da renda e criação de novas oportunidades de emprego, em especial para a juventude.

5. Democratizar e garantir o acesso dos serviços públicos para a população do meio rural, em especial a questão da educação.

6. Combater o êxodo rural, gerando condições de desenvolvimento no campo, proporcionando condições para que as famílias permaneçam em seus locais de origem.

7. Mudar sua política agrícola, utilizando os instrumentos de preços, créditos e seguro agrícola, para realmente viabilizar as atividades da agricultura familiar.

8. Mudar a política econômica em busca, em primeiro lugar, do aumento de emprego, da distribuição de renda e do bem-estar da população brasileira.

9. Mobilizar sua base parlamentar para aprovar imediatamente os projetos de lei que agilizariam a reforma agrária, como o projeto que impede liminar de despejo - que é fonte da violência policial (Dep. Dutra). O projeto que impede o pagamento de juros compensatórios (Senador Roberto Freire e Dep. Luís Eduardo Greenhalgh); o projeto que aperfeiçoa o processo de desapropriações (Senador Flaviano de Mello).

As organizações de trabalhadores e da sociedade, reunidas no **FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA**, têm discutido e apresentado, ao longo desses anos, muitas sugestões aos governos, que representam uma proposta de reforma agrária. O Governo não só as aproveita se não quiser.

Essas propostas não são genéricas. Essas propostas representam a redefinição da política fundiária do governo. A responsabilidade de aplicação de política fundiária é do governo. Não do MST. E o ritmo e o volume das ações que o governo fará nessa direção é que irão revelar qual o grau de verdadeira disposição que o governo terá para resolver os graves problemas do campo.

Por isso, não vimos aqui para ouvir apenas que o Senhor está disposto a fazer isso ou aquilo. E a pedir nossa colaboração para o diálogo. Ou a pedir mais impostos para a sociedade. Vimos aqui para entregar-lhe uma mensagem.

A resposta não queremos em forma de discurso. Queremos na forma de ações práticas, que esperamos que aconteça, e estaremos atentos para cobrá-las.

Senhor presidente, gostaríamos de lembrar que o pior governo que um povo pode ter é aquele que não resolve os problemas sociais e ainda exige que o povo não se organize para lutar por solução.

MARCHA

Massacre de Eldorado: Um ano de impunidade

Comissão Pastoral da Terra Nacional / Regional Pará / Equipe de Marabá

Na tarde do dia 17 de abril de 1996, a Polícia Militar do Estado do Pará, assassinou a tiros 19 trabalhadores rurais sem-terra e mais de setenta saíram feridos. Cerca de 1.200 trabalhadores entre homens, mulheres e crianças,foram cercados por dois batalhões da Polícia Militar, comandados pelo major Oliveira e pelo coronel Pantoja. Mandados pelo governador do estado, Almir Gabriel, pelo secretário de Segurança Pública com ordens de desobstruírem a PA-150 a qualquer custo, pois encontrava-se interditada pelos trabalhadores rurais com o objetivo de pressionarem o governo a atender suas justas reivindicações: a desapropriação da fazenda Macaxeira, um latifúndio improdutivo. Armados de fuzis e metralhadoras, por mais de duas horas, os policiais massacraram os sem-terra. Testemunhas afirmam terem visto mulheres e crianças mortas, mas seus corpos nunca foram encontrados.

O massacre foi um crime premeditado. Prova disso é que os policiais foram para o local sem as tarjas de identificação nos uniformes. Além disso não foi feito o documento, chamado de cautela, que possibilita a correlação entre o projétil produtor do ferimento, a arma utilizada para o disparo e o soldado que portava a respectiva arma.

Dois inquéritos, que hoje estão na fase processual, foram abertos para apurar a responsabilidade pelos crimes: um denominado **Inquérito Policial Militar** e um **Inquérito Policial Civil**. Desde as primeiras investigações, ficou clara a indisposição em apurar verdadeiramente os fatos. Não foram feitos os testes de balística, os exames químicos nos uniformes dos policiais, o levantamento do local dos fatos. Depoimentos de muitos sobreviventes do massacre não foram colhidos e nem foram ouvidos os depoimentos do governador, do secretário de Segurança Pública e do comandante do Polícia Civil, principais responsáveis pelo massacre de 17 de abril.

Também não é por acaso que o Ministério Público Militar ofereceu denúncia de crimes de homicídio e lesões corporais de natureza leve contra todos os 155 PMs que participaram do massacre. A denúncia coletiva dificultará a condenação dos principais responsáveis pelos crimes, pois na legislação brasileira, é preciso individualizar a conduta dos acusados para que possam de fato ser punidos. O Ministério Público Militar nunca demonstrou interesse na efetiva individualização das condutas criminosas praticadas pelos policiais. Ao denunciar todos os 155 policiais, o Ministério Público Militar, tornou ainda mais remota a condenação dos acusados, pois cada policial tem o direito de arrolar até oito testemunhas em sua defesa, totalizando 1.240 testemunhas. Levando em conta a morosidade do Poder Judiciário, o julgamento somente deve acontecer após o ano 2000!



FOTO: DOUGLAS MANSUR

Dr. Orlando Dotti, presidente da CPT fala no ato público quando a Marcha chegou em Goiânia

Na esfera civil, o Ministério Público denunciou três trabalhadores sem-terra pela prática de lesões corporais, porte ilegal de armas e resistência de cumprimento de ordem legal. A pena para estes crimes pode atingir vários anos de prisão. Já os policiais foram denunciados pela prática de abuso de autoridade, cuja pena varia de 10 dias a seis meses de detenção. Percebe-se claramente pela tática adotada que quando se trata de prender e processar trabalhadores, a Justiça brasileira é rápida e eficiente, mas quando os acusados são policiais, pistoleiros ou fazendeiros a Justiça é morosa e ineficiente.

Um ano depois do massacre, nenhum responsável foi punido e todos os policiais militares envolvidos no crime, continuam em liberdade e exercendo tranqüilamente suas atividades nas ruas das cidades das regiões sul e sudeste do Pará.

Passado um ano do massacre, a situação das famílias sem-terra não mudou muito. Somente após muita pressão é que o governo desapropriou parte da fazenda Macaxeira. De igual forma, a pensão para as famílias dos trabalhadores assassinados só foi liberada pelo governo do estado quase um ano depois do massacre.

O massacre dos 19 sem-terra em Eldorado de Carajás, infelizmente, é mais um entre outras centenas de assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças sindicais no sudeste e sul do Pará, praticados por pistoleiros e policiais a mando de latifundiários. Somente nos últimos dez anos foram 622 assassinatos em todo o Estado. Nem mesmo as pressões feitas em decorrência do massacre diminuiram o uso da violência. Após o massacre, já são 11 os trabalhadores assassinados nesta região.

A violência e a impunidade, presente com maior gravidade no estado do Pará, manifesta-se em todo o país. O banco de dados da CPT, que registra a memória da luta e da resistência dos camponeses pela terra, mostra que **nos últimos 12 anos - período da Nova República - foram assassinados 979 trabalhadores rurais e lideranças, entre eles 45 mulheres. No mesmo período foram realizados 57 julgamentos, sendo que 15 deles foram de mandantes. De 1985 a 1996, foram contabilizadas 29 chacinas com 186 mortes. Entre 1986 e 1996 houve envolvimento direto das Polícias Militar e Civil em 39 conflitos que resultaram em mortes, sendo que em alguns casos foram mais de uma vítima. Os dados dos anos 90 apontam para o aumento da participação de policiais nas mortes de trabalhadores rurais e lideranças. Só nos dois últimos anos, 35 trabalhadores rurais foram assassinados por policiais. Segundo dados parciais da CPT, em 96 aconteceram 58 assassinatos de trabalhadores rurais. Em 97 foram mortos 12 trabalhadores rurais e lideranças sindicais.**

Nas centenas de assassinatos cometidos contra trabalhadores rurais e lideranças sindicais do sul e sudeste do Pará, é inequívoca a relação entre o crime organizado, a atividade policial e a ação do Poder Judiciário. Inquéritos e processos ficam engavetados nas delegacias e fóruns, mandantes e assassinos de inúmeras chacinas não são julgados e circulam impunemente pela região. A conivência e a impunidade promovida pelos Poderes públicos contribui decisivamente no incentivo à prática da violência.

A ausência de uma política de Reforma Agrária por parte do governo agrava ainda mais os conflitos pela posse da terra. A atuação do INCRA tem sido ineficaz para responder e amenizar a situação. Na maioria das vezes o governo só intervém nos conflitos quando há mortes. Das dezenas de áreas atualmente ocupadas, poucas foram desapropriadas e na maioria dos projetos de assentamentos já criados, os lavradores padecem sem infra-estrutura necessária para produzirem e permanecerem na terra.

O fim da violência no campo passa pelo combate à impunidade e pela realização de uma justa Reforma Agrária. A CPT propõe a soma de esforços da sociedade civil brasileira em torno de uma campanha pela **imediata extinção dos inquéritos policiais** - *fator de impunidade e instrumento de poder e usurpação das atribuições e competências constitucionais do Ministério Público e do Poder Judiciário pelas corporações policiais* - **e pela criação de Procuradorias e Promotorias de Instrução.** Também nos somamos à sociedade na luta pela realização de uma ampla reforma agrária no país, condição para a realização da justiça e para a construção da cidadania.

Goiânia, 17 de abril de 1997

EXPERIÊNCIA INOVADORA

Luta pela água no Nordeste

Maria Salete Pereira
CPT Juazeiro/BA
Curso Nacional de Formação da CPT - 1995/96

Campo Alegre de Lourdes, no sertão baiano, 800 km de Salvador, divisa com o Piauí, é um típico município do semi-árido brasileiro. Tem 28 mil habitantes, sendo 21 mil na zona rural. Toda a água vem das chuvas irregulares, possíveis apenas de outubro a março. Falta água quase sempre, tornando inviáveis a produção agropecuária e a subsistência das famílias de agricultores, causando forte migração nos períodos de seca. Mas tem um povo lutador, já com longa trajetória de lutas.

A questão da água é seu ponto fraco e para resolvê-la há muito se discute. Há cinco anos, as comunidades resolveram partir para ações concretas. A partir de cursos sobre a vida e a produção no semi-árido, promovidos pela Paróquia e pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, de Juazeiro-BA, resgatando a própria experiência do povo, aprenderam a dimensionar o problema e as soluções. Descobriram poder captar as águas das chuvas que caem nos telhados das casas, suficientes para o consumo da família. As outras águas - os barreiros comunitários, de uso cotidiano de toda a comunidade, e as barragens e poços, de uso público nas grandes secas - são de responsabilidade das comunidades e do poder público, respectivamente. Para a conquista destas, é preciso muita organização e pressão. Mas para a água de consumo doméstico, são as próprias famílias que devem providenciar. É o que estão fazendo.

A construção coletiva das **cisternas familiares** é uma experiência demonstrativa de que é possível resolver o problema da água no município, que tanto se presta à dominação política, às promessas eleitorais, à troca de votos, à perseguição negando o famigerado *carro-pipa*... Ao mesmo tempo, é uma forma de mobilizar a população para, a partir da experiência local, formular e exigir uma política pública definitiva de abastecimento de água para o município, forçando os órgãos públicos a assumirem seu papel.

O primeiro passo, em 1992, foi a elaboração de um projeto de construção de 100 cisternas familiares. Enviado à Oxfam (Inglaterra), entidade de cooperação internacional, foi obtido o financiamento necessário. Os recursos, a princípio a fundo perdido, foram transformados em fundo rotativo e multiplicados pelos próprios trabalhadores, organizados pelo sindicato e pela paróquia. Devolvendo metade do que receberam, construíam as próprias cisternas e possibilitavam que outros também fossem beneficiados. O projeto entrava com parte do material e assistência técnica especializada. As famílias entravam com os tijolos, areia, brita e mão-de-obra. Localizadas em diversos pontos do município, as primeiras 100 cisternas provocaram a consciência e a vontade das comunidades, que se uniam e se mobilizavam, na espera de que todos pudessem ter suas cisternas, até então "coisa de rico"...

No mesmo período, iniciou-se uma pesquisa, feita pelas próprias comunidades, para levantar as necessidades e as possibilidades de recursos hídricos, para consumo humano, animal e de emergência. O objetivo era elaborar um Projeto de Lei Municipal, fundamentado na realidade e em dados técnicos, provisionando no orçamento uma porcentagem das verbas para as obras necessárias.

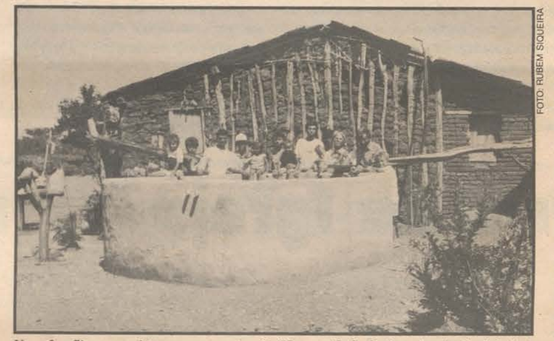


FOTO: RUBEM SIQUEIRA

Uma família e sua cisterna em construção (Comunidade de Barreiro do Espinheiro)

Os resultados desta primeira etapa comprovaram a intuição original. As cisternas não só armazenaram água suficiente para as famílias diretamente beneficiárias, como supriram os vizinhos de água de beber. O retorno, porém, de metade do investimento ficou prejudicado pela péssima safra daquele ano (94/95). As chuvas foram numerosas e "fizeram água", mas para as lavouras não prestaram, porque muito irregulares. Em assembléia do sindicato, os trabalhadores decidiram reduzir o retorno para 30%. Com isto, ficara comprometida a multiplicação da experiência para mais 50 famílias. Ajuda de amigos da Alemanha, sensibilizados com esta luta, possibilitou dar prosseguimento ao plano inicial.

A LUTA VIRA PROPOSTA DE LEI

Em 1994, fruto de dois anos deste processo de mobilização popular, foi apresentado um primeiro **projeto de emenda orçamentária**, para a construção de 400 cisternas familiares, no mesmo esquema. Os poderes públicos locais não se digniaram a apreciar a proposta, apesar de todos os esforços das comunidades, lideranças e entidades de apoio. Não houve desânimo, porém; a reação dos políticos não era novidade...

Em 1995, foi concluída a pesquisa sobre os recursos hídricos no município. Foram atingidas 3.500 famílias, de 126 comunidades. De posse dos resultados, realizou-se um seminário com ampla participação das comunidades no conhecimento e discussão dos dados e encaminhamentos possíveis. Duas importantes conclusões foram tiradas: a pesquisa continha imprecisões que exigiam revisão de alguns dados; o Projeto de Lei para ser respeitado teria que ter uma elaboração técnica, com dados detalhados e precisos, o que demandava o suporte de profissionais competentes na área. Decidiu-se que as comunidades implicadas fariam a revisão dos seus dados e que contatos seriam feitos com órgãos estaduais e federais que atuam na região (Embrapa, Codevasf, Cerb, etc.), propondo-lhes dar assistência técnica na elaboração do Projeto.

As duas decisões do seminário foram concretizadas. Com os novos dados das comunidades e os órgãos públicos oferecendo planilhas de custos, orçamentos e orientações técnicas com base em vistorias nos locais onde seria possível construir barragens, tanques, poços e barreiros, os trabalhadores elaboraram o **Plano de Água** para o Município de Campo Alegre de Lourdes, solução inédita e definitiva para o velho problema.

O passo seguinte foi a elaboração de um **Projeto de Lei de Iniciativa Popular** visando dotar o município de uma lei que garantisse a execução do Plano, com apenas 10 % da verba municipal, e, assim, tornasse as comunidades autônomas no abastecimento de água. Desencadeou-se ampla mobilização para coleta das assinaturas dos eleitores (mais de 8%) que subescrevessem o Projeto. Foi um intenso período de educação popular.

Apresentado ao Legislativo Municipal, em setembro de 1996, o Projeto de Lei **não foi aprovado pelos vereadores**, temerosos de perder para sempre seus "currais eleitorais"... Mas, a luta continua; discute-se como re-apresentar, com ainda mais pressão popular.

A EXPERIÊNCIA SE ALASTRA

Enquanto se desenrolava todo este processo, a construção das cisternas familiares não parou. Hoje, já são mais de 800 em todo o município, inclusive na periferia da cidade. A experiência expandiu-se para municípios vizinhos - Pilão Arcado (76 famílias) e Remanso (106 famílias) já estão com seus Planos prontos e os Projetos de Lei nas Câmaras esperando ser votados. Em Curaçá, elabora-se o Plano.

Além do *Irpaa* e da *Paróquia*, outras entidades têm contribuído bastante para o avanço desta luta. O *Sindicato dos Trabalhadores Rurais*, na mão dos trabalhadores deste 1985, tomou a iniciativa e coordenou todo o processo. A *Articulação Sindical de Sobradinho*, que reúne seis sindicatos de trabalhadores rurais, na região em volta do Lago de Sobradinho, provocou a ampliação da experiência para a região. O *Sasop* (Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais - Salvador), que atua na assessoria técnica à produção familiar, acompanhou o "Diagnóstico Rápido e Participativo" na zona rural do município e deu apoio técnico e pedagógico. O *Fórum de Entidades* - embrião de um "fórum de desenvolvimento regional" - que articula entidades representativas dos trabalhadores rurais e instituições de apoio, deu apoio político e favoreceu o alastramento da experiência. A *CPT* diocesana, há 20 anos atuando na região, participou, junto com a Paróquia, de todas as fases do processo, sustentando-o com o trabalho de base e apoio logístico, pastoral e pedagógico.

As dificuldades não foram poucas, suplantadas, porém, pela justeza da proposta, e com elas também se aprendeu. Entre elas destacaram-se as seguintes: tendência à delegação de poderes para as lideranças; algumas tentativas de escapar ou minimizar o retorno que beneficiaria outros; corporativismo sindical (para entrar era preciso pagar as mensalidades do Sindicato); divergências internas no Sindicato levaram a disputas quanto aos encaminhamentos; ausência dos jovens; a experiência "não se transformou em votos nas eleições" ... (a política ainda não vista como forma de luta por este e outros projetos populares); como avançar depois da recusa da Câmara; a diferença entre a lógica da luta popular e a lógica política institucional...

ONDE ESTÁ A INOVAÇÃO?

Os cursistas-pesquisadores, no Seminário da Pesquisa "Experiências Inovadoras no Meio Rural", em novembro de 1995, Trindade-GO, apontaram como aspectos inovadores desta experiência:

- conseguiu avançar num difícil desafio, o de tornar política pública uma demanda familiar e localizada;
- a passagem da postura dependente de espera à reivindicação propositiva (propor - decidir - executar);
- a aprendizagem da política pública como espaço de disputa e de exercício da democracia direta;
- desvelou os mecanismos de sujeição do sertanejo pela manipulação da carência de água e apresentou uma alternativa concreta de libertação;
- a maneira de lidar com a verba, numa perspectiva solidária, coletivizando os esforços de resolução do problema da água, que sendo premente e comum desperta a solidariedade dos sertanejos (o que conseguiu a cisterna quer que outros também a tenham);
- a democratização do saber, o prático e o técnico ligados;
- relações de dominação se modificando: homem - mulher (a água de beber era preocupação só das mulheres...), campo - cidade (mais respeito pelo pessoal do campo, este mais altivo - o problema da água existe também na cidade), políticos - eleitores ("decepção" com os vereadores...), trabalhadores - assessoria (trabalhadores conduziram processo, assessores contribuíram no seu específico).

ASSEMBLÉIA

35ª Assembléia Geral da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizou sua 35ª Assembléia Geral, em Itaici, Indaiatuba-SP, de 09 a 18 de abril de 1997. Ela contou com cerca de 450 participantes, entre os quais cinco cardeais, 282 bispos e arcebispos, 21 bispos eméritos, subsecretários regionais, coordenadores das pastorais nacionais, organismos da igreja, assessores e convidados. O tema central foi "A Igreja e a Comunicação Rumo ao Novo Milênio". Diversos outros temas também foram tratados, entre os quais destacaram-se os relatórios da CPT e do Cimi. A atenção da Assembléia ficou voltada aos acontecimentos mais amplos da conjuntura. Divulgamos, na íntegra, os documentos da Assembléia: "Declaração Sobre a Vale do Rio Doce", "Vida com Dignidade" e o informativo sobre as "Terras da Igreja". Sobre este último tema voltaremos a falar em outras edições do Pastoral da Terra.

Terras da Igreja

Os 287 bispos reunidos em Itaici, receberam o Relatório sobre as Terras da Igreja Católica no Brasil. Ele foi elaborado pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), a partir de uma pesquisa realizada em 1996 em todas as dioceses, institutos e congregações religiosas. O diretor executivo do Ceris, Padre Evandro Ruiz Alves Costa, informou que 90% dos questionários enviados a essas instituições foram respondidos, o que é um percentual bastante expressivo.

Verificou-se que a Igreja possui 9.475 imóveis rurais, com uma extensão total de 253.794 hectares. Destes, 8.657 imóveis, que somam 158.214 hectares, pertencem às Circunscrições Eclesiásticas, e 818 imóveis, que perfazem 95.580 hectares, pertencem aos Institutos. Segundo o Padre Evandro, toda essa área das terras da Igreja é 95 vezes menor do que os 75 maiores imóveis rurais do Brasil. As terras da Igreja também são inferiores a um milésimo da área total dos imóveis rurais do País, que totalizam 331.364.012 hectares.

Situação atual

Dos 9.475 imóveis da Igreja, 8.205, que somam 17.357 hectares, não são aproveitáveis para exploração agropecuária ou afins, por estarem sendo utilizados para finalidades religiosas e comunitárias de povoações rurais (capelas, cemitérios, centros comunitários, escolas, campos esportivos). Mesmo não computados os imóveis com finalidade estritamente religiosa ou sócio-comunitária das povoações rurais, observou-se que 90% das propriedades rurais da Igreja estão hoje sendo aproveitadas, plena (70%) ou parcialmente (19%), estando apenas 7% sem qualquer utilização.

Um total de 96,1% dos imóveis rurais da Igreja no Brasil possuem área inferior a 100 hectares, apropriando juntas apenas 14,2% da área total. No outro extremo, os imóveis com área individual de 1.000 hectares e mais apropriam 54,4% da área total pertencente à Igreja, apesar de constituírem apenas 0,6% do total de imóveis. Em termos regionais, a importância relativa dos imóveis da Igreja com área igual ou superior a 1.000 hectares é de 87,3% no Norte, 61,2% no Centro-Oeste, 56,3% no Nordeste, 32,9% no Sudeste e 7,4% no Sul.

A produção para comercialização foi pouco mencionada. No caso da necessidade de exploração dos imóveis para auferir renda para a manutenção das atividades pastorais, é mais comum a prática do arrendamento das propriedades, no todo ou em parte.



FOTO: FRANCISCA P. MONTEIRO

Exploração

De acordo com a pesquisa, a principal finalidade das terras da Igreja é para produção e consumo próprio - por exemplo, para alimentação dos membros de comunidades religiosas, de seminaristas e formandos, de participantes de encontros pastorais e de cursos ou retiros, de beneficiários de obras sociais e assistenciais. Isso foi citado por metade dos responsáveis dos imóveis pesquisados e dirigido, prevalentemente, para produtos básicos e hortifrutigranjeiros e para a criação de animais de pequeno e médio portes. É muito comum a utilização de mão-de-obra dos próprios membros das comunidades.

Cessão gratuita

Ao redor de 5,5 mil famílias moram e trabalham nas propriedades rurais da Igreja, que também propiciam oportunidade de trabalho para mais de 4 mil famílias não residentes nos imóveis. Em ambos os casos, majoritariamente em propriedades de 100 a menos de 1.000 hectares. A exploração gratuita da terra é individualmente o título mais freqüente, seja no caso de famílias residentes (62%) ou no caso de trabalhadores não-residentes (44%). A contratação de trabalho assalariado é prática pouco comum, ocorrendo em apenas 29% dos casos de trabalhadores não-residentes e 13% das famílias que residem nos imóveis.



FOTO: FRANCISCA P. MONTEIRO

Grandes extensões

A Igreja possui hoje, pelo menos, 157.574 hectares de terras concentradas em 80 imóveis com extensão contínua, cada qual , de 500 hectares ou mais. Algumas medidas, contudo, já começaram a ser tomadas para que, segundo D. Demétrio Valentini, bispo responsável pelo Setor Social da CNBB, a Igreja possa "estar mais livre para postular que toda propriedade cumpra sua função social". O Ceris informou que dos 157.574 hectares, 21.086 hectares foram declarados como passíveis de alienação via desapropriação, 5.766 hectares dos quais já em negociação com o Incra; pelo menos 24.070 foram informados como passíveis de venda e outros 9.748 de venda ou desapropriação; e 21.178 hectares já estão, na prática, cedidos gratuitamente pela Igreja a lavradores e com processo de regularização dos respectivos títulos e de doação formal em andamento. Isso totaliza mais de 76 mil hectares, isto é, quase a metade do total da área dos imóveis de médio e grande portes que hoje ainda lhe restam.

Foi informado que de 1960 para cá, a Igreja já se desfez da propriedade de pelo menos 293.823 hectares, que é uma área superior ao que possui hoje. Desse total, 87.098 foram transferidos mediante cessão gratuita a lavradores ou para outras finalidades sociais, além de mediante desapropriações para fins de reforma agrária. A pesquisa verificou ainda a maneira como a Igreja conseguiu boa parte de suas terras: através de doações. Foi apurado que mais de um quinto (23%) dos imóveis informados como aproveitáveis para exploração agropecuária - correspondendo a mais de 89.311 hectares ou a mais de um terço (38%) da área total, passaram à propriedade da Igreja mediante doações. Esta também foi a via pela qual foram adquiridos 47% da área total dos imóveis de 1.000 ou mais hectares.

Ação das Dioceses

A Diocese que possui a maior extensão de terras é a Prelazia de Marajó. São duas áreas, uma de 8 mil hectares e outras de 6 mil hectares. O bispo da Prelazia, D. José Ascona, explicou que essas terras estão em plena selva amazônica, no município de Bagre. A Prelazia está procurando uma destinação adequada, sendo que no município não há nenhum interesse por elas.

A Diocese de Tefé (AM) possui duas áreas, uma de 680 hectares e outra de 2,6 mil hectares. Esta última foi oferecida ao Incra, que não a aceitou e prefere continuar cobrando os impostos da Diocese. A Diocese de Balsas (MA) possui três propriedades, cedidas gratuitamente aos agricultores.

Vida com Dignidade

A caminho do novo milênio, somos desafiados a renovar e dinamizar a ação evangelizadora da Igreja comprometida com a transformação de nosso País e o surgimento de uma nova civilização que, cultivando a sobriedade e a partilha, respeite e valorize a vida, a grandeza e os limites da natureza.

Em cada geração, cabe à Igreja, fiéis e pastores, o dever de estar a serviço da vida em todas as dimensões de sua dignidade e etapas de seu desenvolvimento. Não podemos ficar indiferentes à marginalização de milhões de pessoas e a tantos crimes cometidos contra a vida, no Brasil e em outros recantos da Terra. Sem garantia da vida para os nascituros, condições básicas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, valorização do trabalho humano e respeito aos idosos, nosso País não conhecerá a paz social.

Como Bispos e Pastores, reunidos em Assembléia Geral de nossa Conferência Episcopal, decidimos trazer de volta ao cenário político e à consciência da Nação os massacres ocorridos em Eldorado dos Carajás e Corumbiara. Não podem cair no esquecimento e seus autores permanecer acobertados ou beneficiados pela impunidade.

Mais uma vez clamamos em favor do reconhecimento, respeito e atendimento dos direitos e reivindicações dos Povos Indígenas. Da mesma forma, esperamos providências enérgicas e urgentes contra o trabalho escravo, em constante aumento em vários Estados brasileiros. Preocupa-nos, outrossim, a proposta de legalização do trabalho aos domingos, pois, ocasionará maiores dificuldades e transtornos para a vida familiar, religiosa e comunitária e o justo lazer.

A aplicação de medidas previstas nas leis que regem o País fará cessar a atuação ilegal e criminosa de policiais, como foi demonstrado recentemente pelos Meios de Comunicação Social. Advertimos, porém, que a violência ultrapassa os limites das corporações policiais ou do comportamento da polícia. Discutindo a situação dos encarcerados, a Campanha da Fraternidade deste ano, entre outras coisas, ajudou-nos a perceber a difícil e urgente tarefa de buscar caminhos de superação da violência e de práticas e métodos de combate ao crime que brutalizam tanto os agentes da lei quanto aqueles que possam tê-la infringido. A Defensoria Pública deve oferecer aos presos serviços especiais que garantam seus direitos. Da mesma forma, não podem faltar programas de educação profissionalizante.

A violência que perpassa toda a organização social é, também, conseqüência da política econômica geradora de uma das maiores concentrações de renda do mundo. Enquanto milhões de famílias de trabalhadores são condenadas a sobreviver com um salário aviltante e injusto, governantes e outros altos servidores públicos decretam, em seu próprio favor, um teto salarial que é uma afronta à maioria do povo trabalhador.

Enraizado, profundamente, em nossa história, o quadro crônico de exclusão e de miséria em que tentam sobreviver milhões de brasileiros, especialmente crianças, é hoje conseqüência direta da ordem econômica neoliberal que sobrepõe o lucro e o capital à pessoa humana, ao trabalho e ao bem comum. Descartando de forma impiedosa os mais fracos ou com menor capacidade de competição, impede o exercício da cidadania a milhões de indivíduos, provocando novas ondas migratórias dentro do próprio país e para o exterior, e o acesso ao desenvolvimento a povos que jamais conheceram a emancipação econômica. Por isso, nossa consciência ética e cristã não pode aceitar a interpretação e os rumos dados pela economia neoliberal à globalização. O empobrecimento do povo não deve ser aceito como custo inevitável do desenvolvimento econômico.

Em países do Primeiro Mundo, os danos causados a grandes contingentes de trabalhadores pela nova ordem econômica internacional são atenuados pelas conquistas e garantias dos direitos sociais, como salário-desemprego e seguro social. Nem sempre, porém, os imigrantes estrangeiros gozam desses benefícios. Entre nós, além de insuficientes e precárias, as políticas sociais compensatórias têm sido afetadas pelos cortes orçamentários e outras medidas impostas pelo processo de saneamento da economia e estabilização da moeda.

Sem negar a importância e os benefícios de uma economia que não seja corroída pela inflação, não se percebem decisões políticas e planos de ação governamental destinados a reverter o quadro de exclusão. Enquanto mais da metade da população, economicamente ativa, foi empurrada para a economia paralela ou sofre as amarguras do desemprego, assistimos a uma apropriação privada improdutiva e indevida de bens sociais, protegida pela imunidade ou impunidade, através de encaminhamentos escusos na aplicação das finanças públicas e no trato da dívida pública e de protecionismo ao setor financeiro com recursos dos fundos públicos.

É urgente a definição de novos modelos de desenvolvimento econômico. Contando com a adesão da opinião pública e o respaldo das novas leis do Imposto Territorial Rural e do Rito Sumário, um processo firme e amplo de democratização da terra através de Reforma Agrária e de Política Agrícola adequada, resultará em novas oportunidades de trabalho e de distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida e efetivo combate à fome e à indigência.

A caminho de um novo milênio, reafirmamos a importância e a urgência de iniciativas e programas que resgatem a imensa dívida social de nosso País para com a maioria de nosso povo, visando à conquista da cidadania e à construção da democracia.

Cabe-nos a todos empreender uma ação sócio-transformadora direcionada a toda a sociedade, mas com atenção prioritária aos mais pobres. Para tanto, será necessário definir uma agenda social com prioridades e metas concretas, de comum acordo estabelecida e assumida pelos Governos, em seus vários níveis e ramos, pelas diversas instituições e organizações sociais, famílias e indivíduos. A título de sugestão, apresentamos três prioridades colhidas nas últimas Mensagens Quaresmais do Papa João Paulo II dirigidas à Igreja e a todas as pessoas de boa vontade: erradicação do analfabetismo, combate à fome e garantia de moradia. Exigências da justiça e da fraternidade, são graves problemas de nossa realidade.

Com fundamentos éticos, parcerias, ações descentralizadas e solidariedade, é possível uma transformação e reversão do quadro inaceitável de legiões de brasileiros sem teto, sem escola, sem saúde, sem alimento, sem trabalho e sem terra. A cidadania almejada se concretiza na conquista dos direitos civis, sociais, econômicos e políticos. Urgimos, pois, a implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos como preparação da celebração dos 500 anos da Descoberta do Brasil, a comemoração do cinqüentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 2000 anos do nascimento de Jesus. Pois, o jubileu bíblico tem como objetivo o perdão das dívidas, a restituição da liberdade e a restauração do projeto inicial de um país onde todos possam viver com dignidade.

Comprometemo-nos a animar e articular melhor as Pastorais Sociais e outras iniciativas da ação social da Igreja em suas Comunidades em todo o território nacional. Estamos abertos a acolher e a promover parcerias com outras Igrejas, Religiões, instituições e organizações da sociedade civil e com os vários níveis de Governo.

Finalmente, reconhecemos que a participação nos Conselhos paritários e nos processos de elaboração e fiscalização das políticas públicas, especialmente através de orçamento participativo, tem se revelado caminho de cidadania e de democracia em vários municípios brasileiros.

Caminhemos, pois, para um novo milênio de cidadania e democracia, de vida com dignidade, participação e co-responsabilidade de todos. Queremos um Brasil sem fome e sem violência, parceiro da construção de um mundo justo e solidário. Um olhar sobre a história revela que nosso povo caminha na esperança. Com prática constante e nova de acolhimento e solidariedade, dá testemunho de sua grande Fé no Deus Vivo.

A exemplo dos Apóstolos e com igual fervor, queremos proclamar que em Cristo Jesus fomos arrancados de toda a servidão e pecado (cf. Rm 5,1-11) e enriquecidos com toda sorte de bênçãos (cf. Ef 1,3).

Itaici, Indaiatuba, SP,
16 de abril de 1997

ASSEMBLÉIA

Declaração sobre a Vale do Rio Doce

Por um discernimento democrático

Anuncia-se, com data marcada para 29 de abril de 1997, o maior leilão de privatização de empresas estatais no Brasil. Trata-se da Companhia Vale do Rio Doce.

Argumentos pró e contra a privatização revelam a necessidade de um debate amplo e democrático.

Pela urgência e importância que a proposta governamental de privatizar a CVRD implica, nós, Bispos católicos do Brasil, reunidos em Assembléia Geral, à luz de graves exigências éticas, sentimo-nos interpelados, na consciência de pastores, a manifestar nossas preocupações frente a medidas que hão de afetar, gravemente e sem retorno, o futuro do País. Unimos nossa voz aos membros de muitas instituições, setores da sociedade e aos pronunciamentos de brasileiros de notório devotamento patriótico. Solicitamos, por isso, com respeito e confiança, à Presidência da República a suspensão do edital de privatização da Vale, a fim de que a Nação disponha de tempo suficiente e de condições indispensáveis para analisar adequadamente a questão e decidir de acordo com o bem comum.

Com efeito, a CVRD constitui enorme patrimônio econômico, científico e cultural que pertence ao povo, honra o Brasil, e merece, portanto, tratamento diferenciado.

Elencamos as principais exigências éticas com referência à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, bem como alguns argumentos que demonstram, com evidência, a necessidade de excluí-la do atual programa governamental de privatização.

1º - Pertence ao Legislativo, com a participação da sociedade organizada, e não ao Executivo, determinar a natureza e o chamado "tamanho" do Estado e conseqüentemente, o âmbito das privatizações a serem realizadas.

2º - A decisão sobre a concessão de lavra do solo e subsolo nacional, pela importância que tem para a economia, soberania e potencial estratégico do País, não pode deixar de ser colocada em discussão nos meios técnicos e científicos e apreciada e explicitamente aprovada pelo Congresso Nacional. Na verdade, o setor de extração e exploração de minérios no Brasil representa, hoje, comparado com os outros setores econômicos, o preponderante esteio do desenvolvimento nacional. A CVRD é a instituição que melhor conhece o potencial da Amazônia. As reservas minerais são esgotáveis e devem ser exploradas de modo a não causar detrimento para o futuro científico, econômico, ecológico e estratégico do País. A privatização, uma vez aberta ao capital e às ingerências de grupos estrangeiros, terá como conseqüência a perda de decisão nacional sobre nossas riquezas minerais e, portanto, as inevitáveis restrições à nossa soberania, impedindo que as opções para o desenvolvimento do País sejam feitas pelos próprios brasileiros.

3º - A terceira exigência ética é a de que sejam asseguradas a exatidão e a transparência de informação. Os dados, largamente divulgados, hão de permitir o amplo debate e a participação da sociedade nas decisões que obrigatoriamente lhe dizem respeito. Não tem havido, até o momento, divulgação completa e acertada do potencial das jazidas cuja lavra é concedida à CVRD. Além disso, as recentes descobertas não foram avaliadas. Torna-se, assim, quase impossível calcular, com objetividade, o valor dos minérios, do sistema operacional, das possibilidades de pesquisas científicas e dos rendimentos futuros da CVRD. Diante desta situação, não é justo manter em vigor o edital publicado pelo Governo.

4º - Pertence ainda às exigências éticas garantir as condições de participação que a lei faculta à sociedade em relação a medidas governamentais. Como explicar a recente medida provisória impedindo os tribunais locais de acolher pedidos de liminar argüindo a inconstitucionalidade da privatização da CVRD?

Verifica-se o contraste entre estas exigências éticas e a firme posição governamental que restringe a participação do Congresso e da sociedade organizada, prejudicando e precipitando, assim, a decisão sobre a privatização da CVRD. Uma ampla discussão permitirá ponderar, com serenidade, as razões aduzidas a favor ou contra a privatização e dará ocasião para analisar as falhas da CVRD. Os aperfeiçoamentos a serem introduzidos na CVRD, poderão ser igualmente alcançados conservando sua condição de empresa estatal e apoiando-se na atitude co-responsável que caracteriza seus funcionários.

Além dos questionamentos feitos, não podemos deixar de acrescentar as sérias dúvidas levantadas em relação ao processo de avaliação da CVRD.

O juízo global sobre esta questão deve considerar também que a política indiscriminada de privatizações agrava os efeitos negativos do modelo neoliberal: o aumento do desemprego, a disparidade maior entre ricos e pobres, a miséria dos excluídos, a conseqüente violência que assola a sociedade. O mercado e o lucro não podem ser o principal critério das decisões de política econômica e, sim, a dignidade da pessoa humana e a promoção dos direitos civis, políticos e sociais que daí derivam.

Renovamos, portanto, o apelo aos nossos governantes a fim de que atendam as expectativas de notável parte de nossa sociedade, incluindo cientistas, juristas, políticos e lideranças populares, empresários e sindicatos, aos quais associamos a nossa voz. Solicitamos aos responsáveis pelos Meios de Comunicação que, conscientes de sua missão de informar com isenção à opinião pública, divulguem os diversos posicionamentos sobre a CVRD.

Peçamos a Deus que nos ajude, Governo e povo de nosso País, a encontrar os melhores caminhos para a construção de uma sociedade justa e solidária.

Itaici, Indaiatuba-SP, 16 de Abril de 1997

Solidariedade Internacional à Moda Camponesa

Vicente de Azevedo Marques
Revista Interação, nº 21, março 97
TIE - Centro de Troca de Informações Transnacionais



ILUSTRAÇÃO: CALENDÁRIO CONTAG

A partir de 1996, o dia 17 de abril será lembrado em todo mundo como o Dia Internacional de Luta Camponesa, em memória do massacre dos trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás. Esta iniciativa partiu de representantes de 69 organizações camponesas de 37 países que realizavam, naquela data, a II Conferência da Via Campesina. Entre as organizações brasileiras estavam o Movimento dos Sem-Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A Via Campesina se define como um movimento de organizações camponesas cujo o objetivo principal é "desenvolver a solidariedade e a unidade na diversidade entre as organizações do campo" para promover novas relações econômicas e sociais. Foi formada oficialmente em 1993, na Bélgica, junto com diferentes articulações regionais.

O movimento pretende expressar em nível internacional, o pensamento e os interesses de diversos segmentos rurais. As palavras "campesina" ou "camponesa" são utilizadas aqui em sentido amplo, para identificar "Pessoas que trabalham e vivem da terra", e que também poderiam ser chamadas de trabalhadores do campo, sem-terra, agricultores familiares, pequenos agricultores, povos indígenas e tantos outros nomes.

Para a Via Campesina, esta identidade em sentido amplo significa o reconhecimento, a afirmação e o respeito à enorme diversidade política, social, cultural, religiosa e racial de seus membros.

Diálogo global

Para a Via campesina, a maior solidariedade é uma necessidade de "diálogo global" a ser estabelecido entre os camponeses em oposição ao neoliberalismo. Além da solidariedade, fazem parte dos valores humanitários e das novas regras éticas que devem ser estabelecidas entre homens, mulheres, povos, sociedade e governos, a justiça social, os direitos igualitários, a dignidade e o direito à participação.

Assim como alguns movimentos locais, este se define como uma articulação autônoma em relação ao Estado, aos partidos políticos e às centrais sindicais mundiais. Em seus documentos, a "autonomia" está fortemente associada à busca do direito de participação ativa na definição e realização de políticas, em níveis nacional e internacional.

Para a Via Campesina, a solidariedade camponesa deve ter duas orientações principais: "globalizar a resistência" e fortalecer as organizações regionais. Para isso, ela tem dado prioridade ao encaminhamento de propostas dirigidas aos fóruns internacionais como a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), entre outros.

Já a ação organizativa busca dar prioridade à África e à Ásia, onde no final de 1996, foi realizada a conferência internacional. Na América Latina, as organizações camponesas que formam uma coordenação, a CLOC, realizarão seu II Congresso este ano, no Brasil, ocasião em que será discutida sua relação com a Via Campesina.

A plataforma de ação, definida pelo consenso de seus membros, é ampla. Entre as principais propostas está a obtenção da soberania alimentar, entendida como o direito de cada nação manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir alimentos, respeitando a diversidade produtiva e cultural de seus povos.

Esta idéia de soberania procura sintetizar um conjunto de políticas alternativas no atual modo de desenvolvimento: reforma agrária, reorientação do comércio internacional de alimentos, mudança nas relações de gênero e controle democrático a ser exercido pela sociedade, entre outros.

A Via Campesina e os outros chamados "novos movimentos camponeses" estão enraizados na luta do campo, mas não estão desvinculados da vida urbana. Eles procuram representar uma força política com consciência e práticas internacionalistas e de solidariedade próprias.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE TRABALHO ESCRAVO

CPT debate a questão e redefine critérios

Malu Maranhão

Nos dias 7 e 8 de abril, em Goiânia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com apoio da Coordenadoria de Serviços Ecumênicos (Ceres), realizou o **"Seminário Nacional sobre Trabalho Escravo"**, reunindo pessoas e entidades que trabalham com está questão: agentes de pastoral, Contag, Cut, Ministério Público e Secretaria de Fiscalização do Ministério do Trabalho. Com assessoria do professor José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo - recentemente nomeado para o Conselho Voluntário de Curadores das Nações Unidas para o Combate às Formas Contemporâneas de Escravidão - o Seminário procurou definir melhor, ou redefinir, o que é trabalho escravo e trabalho degradante ou subumano. Além de uma troca de experiências sobre os métodos de combater este crime. No dia 8, à noite, foi realizada na Câmara Municipal, juntamente com a Universidade Católica de Goiás e a Sociedade Goiana de Cultura, uma palestra seguida de debate, reunindo o professor José de Souza Martins e a trabalhadora rural do maranhão, dona Pureza Lopes Loyola, vencedora do prêmia Anti-Slavery International, de 1997.



FOTO: ANTONIETA DE SANT'ANA

José de Souza Martins faz palestra na Câmara

Como resultado do seminário - constituído por grupos de trabalho e plenárias - foram apontadas várias recomendações de ações a serem seguidas pelas entidades e órgão federais que trabalham tentando resolver o problema. Não houve uma conclusão final, porque o Seminário não se propunha a isso, mas listadas uma série de ações que podem contribuir para a prevenção e combate ao trabalho escravo. Como parte da realização do seminário, será editado um livro pela CPT, com apoio da Anti-Slavery International e Universidade Católica de Goiás.

Ações

A criação de Comissões Permanentes de Fiscalização e Investigação, a exemplo da já existente em Mato Grosso do Sul (ver matéria ao lado), e/ou Fóruns Permanentes, como se está tentando manter no Maranhão, foi uma das recomendações. Criar mecanismos de segurança para as vítimas do trabalho escravo, seja através da criação de um fundo para suprir suas necessidades básicas, bem como exigir do governo que as vítimas listadas pelo Grupo Executivo de Erradicação do Trabalho Forçado (Gertraf), sejam beneficiadas pelo seguro desemprego, além de serem beneficiadas para assentamento, pelo Incra.

Outra recomendação foi mobilizar e articular a opinião nacional e internacional para aprovar o projeto de lei 932 que já está no Congresso, que tipifica e pune o trabalho escravo, bem como o projeto de Emenda Constitucional 232/95 que trata do confisco de terras onde há trabalho escravo.

A atuação da Polícia Federal (PF) dentro do grupo móvel da Secretaria de Fiscalização do Ministério do Trabalho, foi criticada. A sugestão é que seja criada uma equipe especializada da PF, que além de acompanhar a fiscalização instaure o inquérito defendendo a competência da área federal.

Além disso, foram várias recomendações no sentido de divulgar cada vez mais, inclusive via Internet, a questão do trabalho escravo, criando uma rede de informação sobre o assunto. Dentro disso, foi sugerido que a CPT priorize alguns casos de trabalho escravo para o acompanhamento até a conclusão final e publicar os resultados.

Foram feitas cobranças à Secretaria de Fiscalização quanto à punição de casos comprovados, que geralmente se resumem apenas em multas que acabam não sendo pagas. Outra questão debatida foi a caracterização da diferença entre trabalho escravo e condições degradantes ou subumanas de trabalho. Segundo o professor José de Souza Martins, é preciso tomar muito cuidado para evitar a banalização da palavra "trabalho escravo", que só deve ser usada em casos concretos e comprovados.

No final, o Seminário foi considerado extremamente proveitoso. Foi a primeira vez que entidades e órgãos do governo federal, que se dedicam a combater o trabalho escravo, se reuniram trocando experiências e debatendo o assunto.

Dona Pureza ganha prêmio internacional

A trabalhadora rural Pureza Lopes Loyola, 54 anos, acaba de ganhar o prêmio Anti-Slavery International, dado anualmente pela entidade do mesmo nome a pessoas ou organizações que se destacam no combate à escravidão contemporânea, no mundo. Ela estará recebendo o prêmio no dia 2 de outubro, em Londres.

A Anti-Slavery, criada em 1939, na Inglaterra, premiou em 1995, um antigo prisioneiro político da China, Harry Wu, que hoje é diretor de um centro de pesquisas nos Estados Unidos, sobre trabalho forçado nos campos de detenção chineses. No ano passado, o prêmio coube à Organização Indígena Regional de Atalaya (Peru), que conseguiu libertar o povo Ashaninka do sistema de escravidão por dívidas.

Em 1992, o Padre Ricardo Rezende, da CPT de Rio Maria (PA), foi o vencedor pela sua atuação denunciando o trabalho escravo no sul do estado. Este ano, por indicação da CPT, o prêmio veio novamente para o Brasil, com dona Pureza Loyola - o Brasil é o único país que já recebeu duas vezes este prêmio, ambos por indicação da CPT.



FOTO: ANTONIETA DE SANT'ANA

Dona Pureza vencedora do Prêmio Anti-Slavery International

A história de dona Pureza já foi contada no **Pastoral da Terra** - No. 130, junho de 1995 - na matéria que tem como título "Mãe Coragem". Em 1993, o seu filho, Antônio Abel, desapareceu, como outros parentes anteriormente, levado para as fazendas do Pará em regime de trabalho escravo. Dona Pureza, depois de ter procurado ajuda até em Brasília, e não encontrado, largou tudo o que tinha e começou sozinha a percorrer as fazendas em busca do filho

"Armada" com pequeno gravador e uma máquina fotográfica, ela foi registrando tudo o que via e ouvia, tornando-se um arquivo vivo sobre o trabalho escravo. Com o apoio da CPT/MA, dona Pureza denunciou e foi comprovado, um caso de trabalho escravo na fazenda Agronunes, em 1995. Em maio de 1996, ela conseguiu achar o filho, mas não abandonou o combate ao trabalho escravo.

Com base na fé em Deus, que a ajudou durante todos esses anos, dona Pureza continua a dar seu testemunho e está engajada na Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, desenvolvida atualmente pela CPT. "Eu não concordo com as mães que perdem seus filhos e ficam em casa chorando. Se todas se unissem e fizessem como eu, saindo em busca dos filhos, seria uma grande ajuda para combater o trabalho escravo", afirma.



FOTO: ANTONIETA DE SANT'ANA

Seminário Nacional sobre Trabalho Escravo realizado pela CPT

Trabalho Escravo ou degradante

O professor José de Souza Martins, se preocupa muito com a definição e caracterização do trabalho escravo. "Nós, brasileiros - afirma - temos uma péssima compreensão do assunto escravidão. Os escritores hoje, inlusive negros, não têm memória correta do que seja escravidão. Há barbaridades escritas, muita ignorância sobre a escravidão negra no Brasil, estamos dominados pela concepção de escravidão do século passado".

Sempre polêmico, o sociólogo dispara: "Não se pode falar de escravidão, hoje, como se fosse no século XIX, já que ela é completamente diferente. É necessário ampliar a consciência histórica do problema, para depois se chegar a um conceito instrumental". Voltando atrás na história, José de Souza Martins lembra uma diferença fundamental nos dois tipos de escravidão no Brasil Colônia. O índio que a pretexto de serem convertidos eram caçados, escravizados, mas não vendidos, e o negro que era caçado na África e vendido no Brasil. O índio pagava com o trabalho o favor do batismo, era considerado "administrado". O negro era comprado diretamente do governo português, que às vezes até subsidiava esta compra.

"Em 1755 - diz o sociólogo -os índios administrados foram libertados formalmente e a condição de escravo só era permitida na guerra justa (ataques). O Estatuto que igualava juridicamente o índio passou ao resto do país, mas não funcionava na prática e o índio continuava tutelado". Era o ventre da mãe que definia a condição de trabalho. Filho de pai branco e mãe negra era escravo; filho de pai negro e mãe branca era homem livre.

Em 1850 foi estabelecida a Lei de Terras, e a escravidão negra coexistia com a indígena. A diferença é que o escravo negro era uma mercadoria, um objeto comprado e vendido, e o trabalho e a pessoa não se separavam. "No Quilombo de Palmares havia escravos, eram os que se recusavam a aderir ao movimento", diz Martins

Decadência

A decadência da escravidão negra tem início quando fica claro que sai mais barato importar trabalhadores estrangeiros - camponeses expulsos da terra na Europa formavam o estoque - do que comprar escravos. Quando o parlamento brasileiro resolveu acabar com o tráfico negro e o preço explodiu, já havia a mão-de-obra imigrante para substituir, que podia ser livre ou subvencionado para o trabalho nas fazendas.

Para manter o trabalhador preso à propriedade, não se aceitava imigrantes solteiros. Os preferidos eram os casados e com família grande. A família era o instrumento para manter o vínculo. "A peonagem - afirma Martins - e a escravidão por dívida são o mesmo fenômeno que vem desde o século XIX. A escravidão por dívida foi realimentada e sobreviveu junto com a escravidão. Não é coisa nova, vem do século XVIII".

Os diferentes níveis históricos do capitalismo, segundo Martins,criam situações diferentes e levam ao surgimento de fatos de diversas naturezas, como o trabalho escravo. Com o dinheiro na mão, os fazendeiros se utilizam do trabalho escravo para reduzir os custos: capital variável-capital constante. O recrutamente compulsório se deu no Nordeste, de onde vem 80% da mão-de-obra escrava, sendo o principal fornecedor para estados com maior incidência.

Escravidão contemporânea

Nas áreas de economia familiar, em que certas épocas do ano as famílias não têm o que fazer, aparecem os "gatos" que oferecem vantagens aos trabalhadores. São levados para fazendas sem nenhuma infra-estrutura, e a escravidão começa na chegada.

"Há uma lógica regular na reprodução desse sistema, com um grande número de pessoas que vivem do tráfico, constituindo-se um parasitismo em torno das vítimas. Ao redor do tráfico foi criado um mundo e profissões que fazem parte de uma economia paralela: o dono de pensão e bordel ("A puta e o pão são da mesma classe"), a polícia, o pistoleiro que mata, todos fazem parte da mediação do sistema de escravidão. O sistema tem que ser denunciado", afirma Martins.

Para o sociólogo, a caracterização do trabalho escravo fica clara quando se leva em conta que no século XVIII criou-se um conceito de trabalho livre, isto é, o trabalho do homem que vende exclusivamente sua força de trabalho mediante salário. A violação desta concepção implica na escravidão. Tudo o que impede a liberdade é trabalho escravo. " Na escravidão, o corpo não está separado do trabalho. O cerceamento não se dá necessariamente por coerção física, pode ser ideológico ou cultural. O fato é que o escravo tem seu corpo e seu trabalho priosineiros de uma situação", segundo o sociólogo.

Para Martins, o trabalho dos carvoeiros e canavieiros é superexploração de mão-de-obra, que não deve ser confundida com trabalho escravo. "Neste caso, o trabalhador é explorado além de suas forças físicas", diz. Segundo ele, a escravidão contemporânea é pior que a escravidão negra do século XIX. "O escravo negro era propriedade do senhor que tinha interesse na defesa de sua sobrevivência porque era capital investido. Hoje não, pois só se investe basicamente na sua alimentação. Não se compra uma pessoa por R$10 milhões. A escravidão contemporânea envolve a tortura, a má alimentação, o assassinato. Não existe mais o vínculo patriarcal, não é uma relação sujeito e objeto. É uma relação abjeta. As duas formas têm que ser combatidas com conceitos diferentes e possivelmente, em muitos casos, até com procedimentos diferentes ", conclui.

Comissão fiscaliza condições de trabalho em Mato Grosso do Sul

CPT / MS

Desde o final dos anos 80, a Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso do Sul (CPT/MS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, vinham fazendo denúncias sobre a situação dos trabalhadores e suas família nas carvoarias. Localizadas numa vasta região chamada maciço florestal de eucalipto, elas são o resultado de um projeto falido do regime militar para a implantação de uma fábrica de celulose. As siderúrgicas de Minas Gerais descobriram esta reserva florestal e passaram a contratar empreiteiras para transformar o eucalipto em carvão e transportá-lo. Aliciavam em Minas, principalmente no Vale do Jequitinhonha, os trabalhadores e suas famílias. Em Mato Grosso do Sul, longe de suas raízes, familiares e amigos, eles ficavam à completa mercê desses agenciadores. Devido à baixa remuneração pela produção do carvão e o alto preço estabelecido pela alimentação, ferramentas, etc, um grande número de trabalhadores ficava devendo ao "gato", e não podia voltar para Minas enquanto não pagasse essa dívida.

Juntamente com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi/MS) e Fetagri, a CPT/MS enfrentava também no final dos anos 80, a situação dos cortadores de cana nas dez usinas de álcool no estado. As duas fontes de mão-de-obra eram - e em grande parte ainda são - as aldeias indígenas, através de contratos coletivos sem benefícios sociais, e os cortadores de cana do Nordeste, principalmente do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia, porque os períodos de safra no Nordeste e Mato Grosso do Sul não coincidem. Havia um grande número de adolescentes e crianças de ambos os sexos. Os alojamentos eram parecidos com um campo de concentração e muitos deles eram apenas barracos de lona preta, com péssima alimentação e transporte precário, além da baixíssima remuneração.

Trabalho escravo

Em 1992, o relatório "Conflitos no Campo", por iniciativa do Secretariado Nacional da CPT, publicou estatísticas segundo as quais 50% do número de trabalhadores escravos no país estavam concentrados nas carvoarias de Mato Grosso do Sul. Os dados causaram um grande impacto e despertaram reações locais, propiciando condições para a formação, em 1993, de um fórum amplo para combater esta situação: a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias de Mato Grosso do Sul. Embora, oficialmente a legitimação desta comissão tenha sido feita pela participação de três órgãos governamentais (Delegacia Regional do Trabalho, INSS e Secretaria Estadual da Justiça e Trabalho), os seus pilares sempre foram a CPT, Cimi e Fetagri.

Desde o início, a comissão tem a mesma metodologia de trabalho. Reunião ordinária uma vez por mês com os 38 membros - 19 ONGs e 19 Governamentais - e extraordinária sempre que necessária; uma secretaria executiva composta por três ONGs e três governamentais. Duas a três vezes ao mês são feitas visitas de inspeção. Cada membro da Comissão faz um relatório seguindo este roteiro: identificação da empresa/local; identicação dos trabalhadores/ origem; remuneração sistema; lojamentos; saúde; educação; transporte e outras anotações que considere importante. Dentro de uma semana os dados são entregues à secretaria que elabora um relatório-síntese que se torna o documento oficial, e é entregue aos orgãos competentes para que tomem providências. Além disso, também é enviado a 55 entidades locais, nacionais e internacionais. Desde a criação da Comissão, foram feitas 72 visitas de inspeção, além de 15 visitas da Subcomissão de Três lagoas, formada em 1995.

É importante destacar que a Comissão e Subcomissão têm como objetivo investigar e fiscalizar as condições de trabalho e divulgar seus relatórios. As ações para corrigir e transformar a realidade dos trabalhadores, é obrigação dos orgãos competentes.

Prêmio

Este trabalho foi reconhecido pela Fundação Getúlio Vargas que, em agosto de 1996, conferiu um prêmio à Comissão, colocando-a entre as cinco primeiras de um total de 630 organizações examinadas. A *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), também reconheceu a atuação, convidando um representante da Comissão para participar do Seminário Africano sobre Trabalho Infantil realizado em julho de 1996, em Dar-es-Salaan, Tanzânia, para partilhar sua metodologia de trabalho.

As denúncias no âmbito nacional e internacional (especialmente um documentário da BBC, de Londres, e uma matéria no jornal The New York Times), causaram grande repercussão local, quando empréstimos para o Projeto do Pantanal foram condicionados à solução desses problemas. O governo estadual decidiu então, ativar várias secretarias (educação, saúde..) em conjunto com orgãos federais como a Secretaria de Assistência Social (SAS), e internacionais, como Unicef e OIT, para implementar mudanças nas carvoarias - mais para "limpar sua imagem", é verdade. O resultado são 54 ações, destacando-se o Vale-Cidadania - R$50,00 para cada filho de carvoeiro que esteja na escola e não trabalhe nos fornos - saúde, profissionalização, alternativas de trabalho.

A Comissão não participa dessa ações. Apenas visita os locais onde elas são efetuada e elabora relatórios periódicos. No geral, a Comissão entende que essas ações são compensatórias e assistencialistas, não focando na relação trabalho/capital, trabalhador/ patrão. Pelo contrário, essas relações estão se deteriorando através da formação, pelos patrões, da "cooperativa de trabalhadores nas carvoarias". Além disso, as ações implementadas pelo governo são de obrigação dos patrões.

Atualmente, não é possível mais classificar como escravos os trabalhadores das carvoarias e destilarias do Mato Grosso do Sul, o que é um avanço. Porém, existem ainda condições degradantes e subumanas de trabalho. Em 1996, para ampliar seu raio de ação, a Comissão/Subcomissão, alterou o nome tirando as palavras "carvoarias e destilarias", para poder atuar nas colheitas de algodão e semente de brachiária. A estrutura também mudou, saindo do sistema presidencialista para um colegiado de seis entidades - três ONGs e três Governamentais . Atualmente, compõem o colegiado a CPT, Cimi, Fetagri e as Governamentais INSS, Secretaria Estadual da Cidadania, Justiça e Trabalho (SECJT) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades). Existe ainda uma área intocada, representada pelas grandes fazendas, os latifúndios, onde possivelmente existe trabalho escravo ou, pelo menos, condições degradantes de trabalho.

CULTURA

A CPT vinte anos depois

Ruben Siqueira
Assessor / CPT Nacional

Saiu, finalmente, o "livro dos 20 anos", com pelo menos um ano e meio de atraso... Com o título ***A luta pela terra - a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*** (Ed. Paulus, 273 páginas, R$ 16,50 nas livrarias), o livro reúne artigos de autores reconhecidos, próximos à CPT, as falas na sessão de aniversário, na Câmara Municipal de Goiânia, e um apanhado geral da CPT atual, nos quatro cantos do país. Seu objetivo era comemorar a data, aproveitando o rico material do Seminário Nacional de 94 (***A questão da terra e a CPT nos anos 90***). Acrescido de outros artigos especialmente elaborados, visa resgatar a contribuição histórica e atual da CPT aos lavradores e suas lutas e movimentos, e influenciar no debate atual sobre a reforma agrária.

Abre o livro a dedicatória a Josimo, o mártir, e nele a todos os agentes que, anônimos, na



CPT, doam sua vida aos lavradores e lavradoras. Pedro Casaldáliga, fundador e mestre, escreve bela carta-poema à "querida filha, mãe e companheira", "no seu jubileu de orvalho e de sangue". Betinho, o Herbert de Souza, faz o prefácio apontando importantes contribuições da CPT à sociedade, aos movimentos, à Igreja e, principalmente, aos trabalhadores do campo, na presença e acompanhamento cotidiano de suas lutas concretas.

Dividido em três partes, a primeira traz uma retrospectiva histórica e conta com artigos de Ivo Poletto (***A terra e a vida em tempos neoliberais - uma releitura da história da CPT***) recuperando a caminhada destes anos como luz para os desafios de hoje; de José de Souza Martins (***O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil***) esclarecendo o contexto sócio-político da origem e a importância da CPT; e de D. Pedro Casaldáliga sobre o contexto eclesial.

A segunda parte trata dos temas-desafios para a CPT hoje (e não só para ela), e reproduz as intervenções dos assessores no Seminário de 94 sobre: modelos de desenvolvimento (Jean P. Leroy); modelos de agricultura (Maurício Aroucha); diversidade dos atores sociais no campo frente à globalização dos mercados (Alfredo Wagner); crise do Estado e espaço público (Rudá Ricci); (im)possibilidades da reforma agrária no Brasil (Horácio Martins); cultura, ética e mística do agente da CPT (Marcelo Barros).

A terceira e última parte consta de um longo apanhado feito pelo Secretariado Nacional sobre a CPT "na base", a partir da fala dos agentes. Utilizando de relatórios dos Regionais e da avaliação nacional de 95 (***Se Deus quiser amanhã chegaremos lá - uma avaliação da Comisão Pastoral da Terra nos anos 90***), o texto traça um perfil da CPT atual - *seus vários rostos e sua cara única...* -, como ela está presente e atuante em todas as regiões do país, com suas características, diversidades, intuições, limites e questinamentos. Traz um esclarecedor quadro estatístico sobre quem são os agentes da CPT.

Apesar de todo o atraso, o livro vem a público em hora bastante oportuna e deve contribuir para aprofundar e qualificar o debate atual sobre a reforma agrária e suas implicações. Para os interessados no tema e agentes de pastoral em geral é leitura mais que recomendável. Para os agentes da Pastoral da Terra, em particular, é leitura obrigatória e um valioso instrumento de formação.

A palavra que conclui o livro é também a conclusão desta breve resenha: ***"se a CPT ainda tem uma contribuição específica e valiosa a dar aos trabalhadores rurais e a toda a sociedade brasileira - e tudo indica que tem -, esta contribuição é ser fiel a si mesma, a seu carisma e missão pastoral de servir aos pobres do campo, sem sucumbir à tentação do poder, em nome deles e, pior, sobre eles".***

CARTA ABERTA À CPT

NO SEU JUBILEU DE ORVALHO E DE SANGUE

Pedro Casaldáliga
agosto de 1995

Querida filha,
querida mãe,
querida companheira
20 anos de vida militante
e de mortes matadas
são muitos anos.
Mas 20 anos são apenas
uma adolescência
na caminhada...
Haja vida pela frente!
E parabéns para você nesta data,
querida!

Você nasceu um pouco maldita,
quase clandestinamente,
filha da paixão pelos pobres da Terra,
filha do Reino dos Céus que é Reino
da Terra também.

Malvista em casa,
odiada fora.

Pastoral da água do Batismo
ou do azeite da Crisma
ou do Trigo e do Vinho da ceia,
a Igreja as vive tradicionalmente.
Mas Pastoral da Terra?
Como se a água e o azeite
e o trigo e o vinho
não fossem leite e sangue
e ternura e pranto
da Terra Mãe...
Você é a Pastoral matriz
do pão nosso de cada dia,
da economia histórica da salvação,
depois que o Verbo se fez carne
na terra do ventre de Maria.

Fora, odiada:
pelo latifúndio e suas UDRs,
pela ditadura militar e seus carrascos,
por todas as arcaícas oligarquias e
coronelatos prepotentes
e pelo novíssimo
devastador neoliberalismo
- latifúndio de mercado,
ditadura econômica,
oligarquia da exclusão.

Pastoral fecunda
você já semeou muita semente
agitadora
nas mitras sonolentas de alguns bispos.
E já fez nascer ou renascer
muitos sindicatos de
trabalhadores rurais.
E propiciou utopia e surto
para muita juventude.
E suscitou no país e na Pátria Grande
toda e além-mar
muita consciência e muita
solidariedade.

Irmã gêmea do Cimi,
irmã mais velha e mais curtida
de muitas outras pastorais
específicas.

Mãe, filha, companheira
de muitos agentes de pastoral.
Ecumênica nem sempre
compreendida.
Macroecumênica como a
terra e a chuva
e o sol do Deus da Vida.

Ara de tantos mártires - eles e elas,
que em você passaram pela
grande tribulação
e em você lavaram seus corpos
e seus sonhos
com o sangue do cordeiro,
bendita CPT,
pastoral de fronteira,
evangelho de risco,
profecia pé no chão e enxada
na mão e cantiga na boca
dos Novos Céus e da Nova Terra.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
C.P. 749 - CEP 74030-090 - Goiânia - Goiás

P. GERALDO
RUA TENENTE SANTOS, 6
26365-160 QUEIMADOS RJ
BRASIL

IMPRESSO VIA AÉREA

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVIII

agosto 93
nº 114

Luta pela Terra e na Terra

"Estamos aqui para todos olharem na nossa face e reconhecerem que somos pessoas. Temos direitos pela história. Nossa terra foi reconhecida como remanescente de quilombos. Tenho 12 filhos, graças a Deus. E por isso me acho honrado a lutar contra um famoso grileiro."

Estas palavras de Mário Lúcio Nagô, de Rio das Rãs, proferidas no início da 9a. Assembléia da CPT são um símbolo da dignidade humana, cabeça levantada, transparente honradez de negros, índios, sem terra, pequenos agricultores, ribeirinhos e trabalhadores rurais do Brasil em defesa de seu patrimônio e na luta por um lugar ao sol para sua comunidade e seus filhos.

A imagem alegre e as palavras fortes dos lavradores nesta 9a. Assembléia se contrapõem claramente a outras imagens de um Brasil degradado, violento, que esbanja luxo na cara do povo feito molambo, e nega o direito à existência a crianças, índios, lavradores e sem terra , sejam nordestinos ou paranaenses. O povo que mora na rua, os acampados da beira das estradas, os que tentam sobreviver e crescer nos nichos do mercado, até os escravos do carvão e da cana têm dignidade. Quando convidados para a festa são capazes de dar show. E o fazem no momento da maior exclusão e massacre, nos dias de hoje.

> " Vão às encruzilhadas
> e convidem para a festa
> todos
> os que encontrarem.
> MT. 22,9 "



Foto: Ana Paula Campos

Ressurgem as raças e a luta pela terra. Criam-se novas maneiras de se relacionar com a natureza, terra, água, plantas e animais, desenvolver esses recursos naturais e neles se reproduzir. Reaparecem culturas oprimidas e suas religiões, recuperação de identidades escondidas.

Este é o chão fértil da CPT, das pastorais da terra, das organizações e entidades que não querem fazer do trabalhador "o pano de fundo" de seus projetos, mas o objetivo maior de seu serviço e o companheiro de seus trabalhos.

Luta pela terra e na terra. Juntas. Uma fermentando a outra. Quebrando, a cada dia, a lógica do capital que transforma tudo em mercadoria para o lucro de uns poucos. Revelando novos rostos de camponeses, autônomos, solidários, criativos e cheios de fé. Envergonhando a sociedade do desperdício e da exclusão, transformando-a numa sociedade mais igualitária, capaz de olhar a face dos diferentes. Redescobrindo no meio dos excluídos da história os rostos brilhantes (como o de Moisés?) que fazem história.

Pé no chão, coração de esperança, a CPT aprofunda, nesta nona assembléia, seu compromisso com os excluídos da terra, a terra de todos, a terra mãe da vida.

Análise do "Programa de Política Agrícola"

(Safra 1993/94)

Medidas previstas:
Lançado no dia 20 de julho deste ano, pelo presidente Itamar Franco, o Programa de Política Agrícola para a safra 93/94, prevê o seguinte:

- Adoção da *equivalência-produto* no sistema de crédito rural para as culturas de *arroz, feijão, milho, mandioca, trigo e algodão*. Pequenos e mini produtores de *soja* poderão obter financiamento pelo sistema de crédito rural, mas fora do esquema de equivalência; os médios e grandes terão que recorrer ao mercado.

- Destinação de *7 bilhões de dólares para financiamento* (US$ 5,6 bilhões para custeio e US$ 1,4 bilhão para investimento); o saldo devedor será corrigido mensalmente, pela TR.

- Garantia de *preços mínimos* corrigidos pela TR, mensalmente.

Sistema de equivalência-produto:

- A dívida do produtor será calculada, em quantidade de produto, isto é, o produtor saberá quantas sacas ou arrobas serão necessárias para resgatar seu financiamento.

- o *sistema pode ser utilizado até o limite de 960 mil Uref's* (Unidades de Referência de Financiamento Rural e Agroindustrial), por cultura; em *julho/93, este valor equivale a Cr$ 12,2 bilhões* (200 mil dólares);

- em vez da TR, a correção monetária dos contratos será feita pelos preços mínimos, que permanecerão indexados à TR mensal;

- de acordo com FHC, o prazo para o pagamento será prorrogado, se o valor a ser pago for superior à quantidade de produto.

Recursos previstos:

Os 7 bilhões de dólares oferecidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) terão as seguintes taxas de juros:

* *Mini produtores:* 6,0% ao ano; * *Pequenos Produtores:* 9,0% ao ano; * *Demais Produtores (médios e grandes):* 12,5% ao ano.

- ***Para crédito de custeio:*** 5,6 bilhões de dólares - 40% superior em relação à safra anterior (foi de 3,8 bilhões de dólares).

- ***Para crédito de investimento:*** 1,4 bilhão de dólares - pelo sistema de equivalência-produto, atenderá (numa primeira etapa) apenas aos *mini e pequenos produtores*; neste caso o Índice de Preços Recebidos (IPR) pelos produtores, será utilizado como referencial para a correção da dívida; poderá ser usada a TR, se a sua variação for menor que a do IPR.

A novidade é que *mini e pequenos produtores* poderão obter créditos pelo sistema de equivalência para *projetos de melhoria integrada da propriedade*; por enquanto, estão estimados recursos equivalentes a US$ 70 milhões para esses créditos.

- *Pequenos e mini produtores* poderão liquidar o financiamento de custeio, depois da colheita, diretamente pela venda da produção à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), na chamada operação de AGF (Aquisição do Governo Federal).

- *Médios e grandes produtores* poderão converter o débito de custeio em financiamento de comercialização, mediante operação de EGF (Empréstimo do Governo Federal).

- Para máquinas e equipamentos, o produtor continua podendo recorrer ao programa Finame Rural, do BNDES. De US$ 600 milhões previstos, foram liberados US$ 200 milhões.

Garantia de preços mínimos:

O governo adquirirá a produção (através de AGF), quando as cotações de mercado ficarem abaixo dos preços mínimos; o plano prevê o gasto de US$ 1 bilhão com compras oficiais.

Os preços mínimos serão diferenciados para arroz e milho. No Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, os preços mínimos ficarão 5% abaixo dos demais estados, para estimular a venda para os grandes centros consumidores.

Dívidas junto ao Banco do Brasil:

Segundo Barros Munhoz, o Banco do Brasil vai renegociar, caso a caso, as dívidas de crédito rural pendentes de safras anteriores, mediante adoção também da equivalência-produto, com resíduo. Calculado o valor da dívida, se fixará um prazo para liquidação, com pagamento anual de certo número de sacas. Se o cliente continuar devedor, novo prazo será determinado para o pagamento do resíduo; na renegociação poderão ser expurgadas as multas e taxas de inadimplência embutidas no saldo devedor atual. Com isso abre a perspectiva de alívio para quase 250 mil produtores ora às voltas com processos, que totalizam dívidas vencidas, junto ao Banco do Brasil da ordem de US$ 1,5 bilhão. Deste montante, US$ 1 bilhão é composto por débitos de grandes produtores de arroz.

Importações:

Como estímulo ao plantio, o governo aumentará a tarifa de importação do arroz de 10%, para 15% e a do trigo de 5%, para 10%. As novas alíquotas deverão valer até que o Mercosul adote a tarifa externa comum.

Reforma Agrária:

"No combate a fome, Barros Munhoz considera 'importante' a reforma agrária e os assentamentos, esperando um melhor dimensionamento do projeto." (Cf. "Correio Braziliense", 20/07/93.)

"Municipalização das obras de infra-estrutura nos projetos fundiários e assentamentos; este ano visa atingir 20 mil famílias no Programa de Reforma Agrária." (Cf. "Correio Braziliense", 22/07/93.)

Em resumo: o governo mantém, para 1993, a meta anunciada de assentar 20 mil novas famílias de trabalhadores rurais e o apoio a 100 mil famílias já assentadas. Em 1994, o plano prevê o assentamento de 100 mil novas famílias. Para isso estão previstos recursos no valor de 2,5 trilhões de cruzeiros. Para o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), prevê 2,7 trilhões de cruzeiros, com crédito para produção e investimento.

Previsão de safra:

O governo prevê para esse ano maior área de plantio, em relação ao ano anterior. Os preços agrícolas nesse ano têm evoluído satisfatoriamente e os produtores (médios e grandes) estão capitalizados. Além disso, a provável quebra da safra norte-americana, devido às enchentes em grandes áreas agrícolas, tem jogado os preços para cima.

Críticas ao pacote:

A principal crítica das entidades dos trabalhadores rurais, refere-se à manutenção dos mesmos critérios de classificação dos produtores utilizados na implementação da política agrícola à época do governo Collor; por essa classificação, pequenos e mini produtores são os que têm uma renda bruta anual de US$ 6 mil a US$ 18 mil (em valores de hoje, aproximadamente Cr$ 450.000.000,00 a Cr$ 1.350.000.000,00); isso permite que grande parte dos recursos destinados a essas categorias, vá para as mãos dos médios produtores. Mais uma vez os verdadeiros mini e pequenos produtores estão impedidos de ser beneficiados pelo pacote agrícola.

Com relação à promessa de corrigir preços mínimos e débitos de custeio pelo mesmo fator - a Taxa Referencial de Juros (TR) - através da equivalência-produto (compromisso do governo de comprar de pequenos e mini produtores, pelo preço de garantia atualizado, o produto necessário à quitação da conta do banco): essa cláusula, embora antiga, nem sempre é respeitada, com a justificativa de falta de dinheiro ou por atraso. Os produtores de feijão, primeiros a colher a safra de verão, frequentemente se vêem diante de um mercado desfavorável e sem o apoio oficial.

Já a diferenciação regional dos preços do arroz e do milho foi considerada justificável, em função do custo de transporte. Segundo as entidades patronais, a questão da distância perderá importância com a instalação de agroindústrias em regiões de fronteira.

Ainda do ponto de vista das entidades patronais, estas reclamam da manutenção das taxas de juros - entre 6% e 12,5%, dependendo do produtor. Para os dirigentes dessas entidades, na correção dos empréstimos os produtores terão a vantagem de pagar pelo mesmo número de sacos ou arrobas iniciais, mas os juros são muito altos.

(Vera Lucia Lunardi)
Secretariado Nacional da CPT

Viver a fé e as práticas religiosas do povo da terra - VI

O messianismo dos Muckers - 1872 a 1898

(Marcos Rodrigues da Silva - CPT/SC)

A fé rústica dos pobres imigrantes no sul do Brasil

"Começavam cantando hinos protestantes e rezando várias orações. Em seguida começava a soar uma caixa de música e Jacobina aparecia vestida de longas roupagens brancas com uma coroa sobre os cabelos soltos. Ficava em êxtase e abençoava todos os presentes. Então, ela interpretava os textos sagrados, como afirmava, 'seu verddeiro sentido'(...). Depois caía de costas, contorcia-se e jazia por fim em completa imobilidade, absolutamente insensível a qualquer dor." (1) (grifo do autor)

O movimento messiânico dos Muckers - traduzido por "santarrões", "beato hipócrita", na língua alemã -, à primeira vista nos remete a uma comparação com os movimentos pentecostais e carismáticos atuais nas Igrejas históricas. Principalmente aqueles praticados nas periferias de nossas cidades ou nas comunidades rurais mais humildes. A euforia e a crença deste povo simples reforça um grande movimento de esperança e fé no ritual e na palavra anunciada. Talvez por essas características é que o movimento dos Muckers, liderado por **Jacobina**, mulher determinada em suas reflexões e interpretações da Bíblia, teve profunda repercussão na segunda metade do século XIX, na região do Vale dos Sinos, Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Características dos seguidores dos "santarrões"

É importante lembrar que na segunda metade do século XIX aconteceu no Sul do Brasil um movimento imigratório de grande intensiade. Os governantes da época, através de propagandas sedutoras e com interesses econômicos em jogo, atraiu estrangeiros, principalmente alemães e seus descendentes, para colonizar este grande Vale dos Sinos, que beirava o Rio dos Sinos. Estamos em meados de 1872, no Rio grande do Sul. As condições são as mais miseráveis possíveis e, no campo da religiosidade encontramos um povo desprovido de pastores protestantes e de qualquer sacerdote católico para orientá-lo na prática e celebração cristã. A sua auto-afirmação acontece, por iniciativas próprias, através da escolha de membros da comunidade com maior capacidade de reflexão para o ministério do pastorado protestante. Já os leigos católicos, desprovidos da condição dos ministérios ordenados, conseguem dois sacerdotes jesuítas para funções religiosas esporádicas e limitadas. É um ambiente favorável ao surgimento de vozes "proféticas" que, com "carisma e pertinência" respondem a essa fraqueza no alimento da fé e da esperança popular.

A família João Jorge e Jacobina Mauer

Essa família possui características particulares na sua formação e relação: com cinco filhos, João Jorge é lavrador e carpinteiro, enquanto Jacobina exerce os afazeres de casa. O pai, além das funções que exercia, também era reconhecido na comunidade por suas ações como curandeiro na região, o que lhe remetia muita seriedade e respeito. Jacobina, por sua vez, tinha alguns problemas de saúde, por exemplo, ataques de apilepsia e tendências ao sonambulismo que se acresciam de momentos de visões e profetismos futuristas. Ambos, apesar de serem analfabetos, tinham na Bíblia o princípio gerador de suas reflexões. Jacobina, com maior rigidez, conseguiu progredir na interpretação e leitura. Isto lhe possibilitou maior capacidade de elaborar e aprimorar suas visões. Com a criação de um espaço para atendimento aos seus seguidores - um templo, e a organização de uma comunidade de fiéis, o casal parte para o estilo missionário e messiânico de viver, o que fez difundir suas palavras e curas. Estava iniciando o movimento messiânico dos Muckers, no Sul do Brasil.

Morro do Ferrabraz - Dia de Pentecostes

Nas imediações de Sapiranga, 1872, o casal João Jorge e Jacobina afirmam-se como mediadores de uma palavra oficial de Cristo. Jacobina assume que "são palavras do espírito de Cristo; eu sofro e sofrerei, mas também terei a minha ressurreição. Quem acreditar nessas verdades e algumas outras mais, esse terá a vida eterna"; assim, organiza seu grupo religioso a partir do modelo apostólico adotado na primeira comunidade de Jesus. Isto é, a comunidade estava estruturada do seguinte modo: Jacobina era profetisa, abaixo dela havia um conselho secreto com quatro adeptos mais fervorosos; em seguida os doze apóstolos e a comunidade de seguidores da mensagem proclamada.

As razões comuns não podem fundamentar o desenvolvimento rápido deste grupo de "fanáticos e visionários". Todavia é importante observarmos que neste mesmo ambiente e nas regiões da redondeza começa a se destacar uma diferença de classe e de poder, muito forte e discriminadora. Aos ricos, cabiam as funções sociais da representação política e de controle dos poderes civis que detinham o comando das relações econômicas e sociais. Já, aos pobres, restavam os espaços de exploração da mão de obra que estavam reduzidos ao trabalho no campo, como agricultores ou empregados destes. Cabe também destacar que este confronto tinha uma mediação problemática que era a situação de parentesco entre as famílias de imigrantes que aqui se instalaram neste período.

A crise na comunidade dos Muckers

A prática de proselitismo adotada pela comunidade dos Muckers resultou num crescimento de seu grupo de seguidores. Todavia, Jacobina torna-se agressiva em suas normas e diretrizes junto aos seguidores. Entre as suas orientações visionárias, está a troca de casais e a eliminação de casamentos tradicionais. Essas orientações dão origem a uma crise entre os membros da comunidade. Neste contexto de crise é que resultou um grande genocídio entre os Muckers. Aproveitando-se desta circunstância de violência na comunidade messiânica, é que as cavalarias e infantarias de Porto Alegre, com ataques sistemáticos, conseguem vencer a defesa dos messiânicos e a eliminação completa da comunidade dos Muckers. Jacobina é assassinada pelo Exército. Um grupo é preso e depois os integrantes são absolvidos de qualquer acusação.

Outras tentativas de ressuscitar a proposta messiânica de Jacobina foram feitas sem, contudo, obter adeptos e com alguma resistência das comunidades mais próximas a este movimento.

Reflexões finais

Como todo movimento messiânico, o dos **Muckers** tem características que são importantes na luta pela terra, ontem e hoje: **primeiro**, é a forte luta destes fiéis messiânicos na sobrevivência e na garantia de viver com dignidade numa região desprovid[a] recurso e ajuda dos Esta[dos]; **segundo**, a resistência da per[da] sob condições miseráveis, aga[rra]na fé e na mensagem de uma mul[her] e aprisionada a visões messiânicas; [a] força carismática da família crente e, [par]larmente, da mulher Jacobina; à parte limites pessoais e patológicos, temos que reconhecer uma liderança capaz de resistir e persistir na luta por direitos junto às oligarquias que vão se estabelecendo nos meios agrários e hierárquicos do sistema social e político brasileiro, já neste período de implementação da colonização no Sul do Brasil; **quarto**, é o movimento que, socialmente, apresenta um corpo étnico tipicamente exemplar: são colonos alemães e não caboclos, índios e negros. Não é a dita **cultura rústica**. São os ditos **detentores de uma cultura erudita** que marcam uma parte da história do messianismo rural brasileiro.

(1) Queiroz, Maria Isaura Pereira de, "O Messianismo no Brasil e no Mundo", Editora Alfa-Omega, 2a. edi., São Paulo, 1977, p. 245.
(Para uma leitura de aprofundamento sobre esse tema é importante ler a obra da profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz)



fotos: Sérgio Sauer

D. Orlando Dotti, presidente eleito da CPT

Dom Orlando Dotti

Aproveitar os Comitês contra a fome para levantar suas causas

Apresentação

Nasci em Antônio Prado, Rio Grande do Sul. Sempre foi minha intenção ser capuchinho. Fiz meus estudos de filosofia e teologia com os capuchinhos; fiz um curso de especialização de educação nos Estados Unidos. Depois, trabalhando em Universidade na Unijuí, fui escolhido bispo de Caçador, Santa Catarina, onde permaneci por sete anos. Daí, até um pouco por iniciativa minha, pois desejava ser um bispo missionário, foi-me oferecida a Diocese de Barra, na Bahia, onde fiquei sete anos. De lá, a pedido do bispo de Vacaria, que era o nosso pároco de Antônio Prado naquele tempo, eu fui para a Diocese de Vacaria, onde estou há dez anos.

Meu trabalho ligado à CPT deve-se muito à minha presença na Bahia. Percebi que aquele povo era extremamente sofrido. Além de trabalhar muito, pouco colhia. E desse pouco, muito lhe era roubado pelo arrendamento. Vendo aquela multidão sofredora, me aproximei dos trabalhadores e fiquei bastante indignado com a situação. Surgindo a CPT, logo me liguei a ela, trabalhando na Bahia. Na Diocese de Vacaria não tinha CPT. Já no primeiro ano conseguimos fundá-la e relacionei-me sempre à CPT Regional.

Quase todos os documentos que tratam de temas relativos à reforma agrária, política agrícola do RS, tiveram a minha autoria ou participação.

Também fui o bispo coordenador do tema "Igreja e Problema da Terra", documento que considero base de uma posição tomada por toda a Igreja do Brasil em relação à terra e principalmente uma posição firme em favor da reforma agrária.

P: Como é o trabalho da CPT em sua Diocese?



D. Dotti: Há um trabalho de conscientização defendendo claramente a reforma agrária. Há poucos dias fizemos um grande levantamento na Diocese para elaborar nossas diretrizes. Talvez porque a maioria dos questionários tenha sido respondida na zona rural, notou-se como o problema maior é a pequena propriedade, principalmente porque ela se torna inviável sozinha. Daí toda essa mobilização que existe dentro das comunidades para o associativismo, para não ser apenas uma pequena propriedade, mas uma pequena produção associativada ou em forma de organizações.

No RS, a CPT está presente junto aos acampamentos, aos assentamentos e na linha da formação. Trabalhamos também com a chamada alfabetização nos assentamentos. É um trabalho conjunto de várias entidades, como a CPT, Cáritas, o próprio MST, e creio que o projeto é consistente e está dando resultado.

A CPT no RS presente em muitas organizações, mobilizações. O que é específico da CPT é a Romaria da Terra, realizada quase sempre em união com a Diocese, não necessariamente, pois a Romaria lá passa de Diocese para Diocese. Trabalhamos bastante na assessoria, no apoio e não muito na vanguarda das ações que mobilizam gente junto ao governo. Há grandes caravanas de muitos lugares que vão ao governo e fazem com que as coisas aconteçam ou que, pelo menos, haja tomada de posição. Aí a CPT está presente, mas não é a equipe inteira que puxa.

P: No seu ponto de vista, qual é o compromisso do governo Itamar Franco com a reforma agrária?



D. Dotti: Olhando o que temos de leis, - a Constituição, a Lei Agrária, o Rito Sumário para desapropriação -, tenho a impressão que se o governo quiser realizar a reforma agrária por estas leis, conseguirá muito pouco. Todos sentem necessidade de reforma agrária, mas há forças que a inviabilizam. Não estou convencido de que o governo apresente imediatamente terras disponíveis pelos processos institucionais. Há outros assuntos que para ele são mais prementes, como os tributos, ligações internacionais. De maneira que, para o governo, quanto mais à sombra ficar o problema da reforma agrária, melhor. Temos que ser um alerta para que esse assunto venha sempre à tona.

P: Numa intervenção que fez em plenário, nesta Assembléia, o senhor disse que os assentamentos deveriam ser um fator provocativo para fazer reforma agrária nos latifúndios, e que a CPT quer dar prioridade à luta pela terra e na terra. O que significa isso em termos de Brasil?



D. Dotti: Penso a reforma agrária como uma mudança de estrutura fundiária. O Brasil é o país de maior concentração fundiária do mundo. Todos os países que fizeram a reforma agrária avançaram muito na produção agrícola. Ela deveria provocar uma mudança radical para se criar uma outra estrutura fundiária brasileira, até da média e da pequena empresa rural e da

➲➲

empresa familiar. Sabemos que uns poucos 2% possuem 48% das terras do Brasil. Porém acredito que os assentamentos sejam provocativos para que alguma coisa se faça, por duas razões: há provas de que eles realmente produzem e dados concretos de que os assentamentos do RS têm uma renda familiar de 5,6 salários, quando o normal está abaixo disto.

Isso prova que os assentamentos são viáveis e uma forma de dizer que deve se fazer reforma agrária. Por isso, acho que os assentamentos são uma luz diante dos olhos de todo mundo. Além disso, tem muitas formas associativas de produção, coisa que muitas vezes a pequena propriedade não tem. São realmente provocativos e acredito que vão aumentar daqui para frente, dada à inviabilidade de uma reforma agrária institucional. Acho que os acampamentos vão acontecer com mais intensidade, e depois deles os assentamentos. Mas, sempre de uma forma precária, pois não há assistência técnica, nem financiamento. É uma compra que o governo faz de uma terra, não é uma verdadeira reforma agrária dentro do rito sumário.

P: Como o sr. está vendo esta questão da Revisão Constitucional?



D. Dotti: Acho que só deveria haver uma Revisão Constitucional naquilo em que a Constituição não corresponde ao atual regime presidencialista. Não uma revisão total. O que se deveria propor era regulamentar tudo o que ainda não foi regulamentado. Uma revisão de fundo seria um verdadeiro golpe branco que se aplica à sociedade brasileira. Atinge diretamente os pequenos, principalmente aqueles que tiveram alguns avanços na atual Constituição. Seria um retrocesso, por isso não podemos aceitar.

Os avanços sociais Obtidos na Constituição bateram sobre aqueles que estão acostumados a ter todos os direitos, todas as possibilidades e que agora foram limitados. Essas forcas, representadas pelos grandes empresários e hoje, de modo especial, pelos meios de comunicação social e pelos latifundiários, e que comandam o Congresso, vão tentar mudar a Constituição em favor dos seus interesses e não dos interesses populares.

P: Como fica a CPT nesta Campanha pela Cidadania contra a Fome e a Miséria? Não é um movimento assistencialista?



D. Dotti: A campanha tem um grande mérito: acordar o Brasil para um fato muito concreto que é a fome. A fome existe há muito tempo, mas a campanha conseguiu mobilizar o País para este aspecto bem prático e evidente há muito tempo. Gente que não tinha lá grande interesse e que minimizava este aspecto ficou agora sensibilizada. Esta sensibilização nacional é importante, é o mérito da campanha. Quanto ao que venha a acontecer, é claro que por parte de muita gente vai haver realmente um trabalho assistencialista, sem a preocupação de buscar as causas da fome. Então, nós como CPT, aceitamos as ações, os sopões, este trabalho que, de certo modo é assistencialista, mas necessário para quem tem fome. Mas vamos sempre tentar levantar o problema das causas. Levantando-as, aproveitamos a campanha e os comitês para ao mesmo tempo conscientizar. Se o pessoal se conscientizar das causas da fome será um ganho muito grande.

P: O que achou desta Assembléia?



D. Dotti: Achei que houve uma boa participação. Foi providencial separar, em determinados momentos, os lavradores dos agentes, técnicos. Porque os lavradores têm problemas muito concretos, e nós, muitas vezes, ficamos muito na teoria. Acredito porém que demoramos na avaliação e talvez se pudesse ter parado um pouco mais na programação das linhas de trabalho. Elas estão bem elaboradas, mas não foram estudadas depois de escritas. Tendo essas linhas nas mãos, devíamos ter pelo menos um meio dia para discutí-las entre nós, não para acrescentar, diminuir, quiçá até eliminar alguma. Trata-se de apropriar-se dessas linhas para que, voltando ao nosso trabalho nas bases, possamos ir já cientes e conscientes dele e retomar as linhas para fazer um bom trabalho.

Acredito que também a renovação do Conselho Diretor será um impulso para uma retomada de ânimo e ao mesmo tempo de uma orientação mais firme e decidida da própria CPT.

P: O título do livro dos Conflitos/92 é "Luta e Sonho na Terra". Agora a CPT atravessa um período difícil, de mudanças, etc. O que o novo presidente está sonhando para a CPT como entidade?



D. Dotti: A CPT tem que ter, em primeiro lugar, olhos para ver a realidade. Não adianta a gente se engolfar demais nos livros e relatórios. Os que trabalhamos na CPT vamos ter mística para o nosso trabalho se olharmos a realidade do nosso homem trabalhador do campo. Se não virmos a exploração que se dá sobre ele, a dominação, a miséria e não conseguimos perceber até certo desespero dessa gente, não teremos muita garra. Mas se olharmos de perto, nos aproximarmos, sairmos de nossos gabinetes e formos olhar um lavrador na sua roça, ver o que e como ele está produzindo, qual o resultado do seu trabalho, acredito que todos teremos sensibilidade suficiente para atacarmos com valentia e paixão nosso trabalho. Longe da realidade, perdemos todo "elan". Em segundo lugar, perceberemos a necessidade de anunciar a reforma agrária como o único caminho para o pequeno agricultor sair da crise e para a verdadeira cidadania do nosso trabalhador. Se perdermos de vista o objetivo central, o sujeito, o protagonista de nosso trabalho, o lavrador, estaremos perdendo tempo.



Violência e poder judiciário no Paraná

(Darci Frigo - CPT-PR)

O Paraná tem apresentado um grande índice de violência nos últimos tempos. Essa violência atinge, inclusive crianças. Uma menina foi baleada dentro da escola, outra na porta de casa: foram assassinados vários posseiros: O último caso foi o de José Alves, morto a pauladas em dezembro.

No campo, a violência é consequência da não realização da reforma agrária. Os trabalhadores sem terra ocupam fazendas e os latifundiários já vêm, há dois ou três anos, dando os limites do processo de reforma agrária, dizendo que se os agricultores ocuparem terras e o Estado não intervir, eles iriam fazer o trabalho. Em 1992 os agricultores de uma ocupação no oeste do Paraná a ocupação de outra área com possibilidade de negociação com o Estado por problemas de dívidas.

Neste ano, na ocupação da fazenda Santana, em campo Bonito, ocorreu a morte dos três policiais que estavam a serviço do fazendeiro. Com isso, os latifundiários tiveram nas mãos um prato cheio contra os que há muito tempo tentam conquistar um pedaço de terra.

UDR, Polícia e pistoleiros

O conflito de Campo Bonito (onde cia dreram três policiais e o "Teixeirinha") mostrou que os latifundiários queriam retirar uma possibilidade de aliança que existia e que na verdade não era aliança. Era o governo do Estado dizendo que a polícia não entraria mais em conflito social, que teria de ser resolvido de uma outra forma. Os latifundiários ficaram cada vez mais apreensivos e se armaram. Contraditoriamente o Estado, numas circunstâncias manda a polícia massacrar trabalhadores e noutras mantém a polícia fora. O presidente da Sociedade Rural de Cascavel declarou num documento especial do SBT que realmente os fazendeiros estavam se armando e se os sem terra tentassem ocupar qualquer área poderia até haver chacina. No norte do Paraná, 15 homens encapuzados queimaram um acampamento há cerca de três meses, em Conselheiro Mairinck e mataram José Benedito, 63 anos, mutilado, que sonhava passar os últimos dias de vida sobre um pedaço de chão.

Na execução extra oficial de Diniz Bento Teixeira, o "Teixeirinha", no conflito de Campo Bonito, as articulações nacionais e internacionais, o envolvimento da Procuradoria Geral da República, forçaram o governo do Estado a se justificar ou mostrar que ainda tinha boa vontade na questão da luta pela terra. Então, ocorreu uma coisa inédita no Paraná: além do pistoleiro que matou José Benedito, foi preso o fazendeiro. Ficou preso cinco dias. Inicialmente assumiu que contratara pistoleiros que tinham feito "um serviço bem feito". Solto e pressionado por fazendeiros, suicidou-se.

Dias atrás, membros da UDR declararam que os fazendeiros estão armados, inclusive com granadas, armamentos pesados. Foram declarações do presidente da UDR de Santo Antônio da Platina e Bandeirantes, região de terras férteis e latifúndios enormes. Ali se organiza um movimento de trabalhadores sem terra que não não faz parte do MST. É uma federação de associações e assentamentos de trabalhadores rurais que eram ligados ao PC do B, uma dissidência que foi coptada pelos próprios latifundiários.

Posseiros de Barracão, fronteira com a Argentina, foram presos por 40 dias, acusados de desobediência à autoridade. Não acataram uma ordem judicial de desocupar uma área da União, desapropriada em 74. Isso porque havia greve do Judiciário do Paraná. O próprio promotor de Justiça se prestou a prendê-los para que cedessem às pressões dos fazendeiros.

Nesse panorama, vê-se que a ação do Judiciário contribui para a marginalização dos trabalhadores. Contra eles é muito ágil. O inquérito que apurou a morte dos policiais em Campo Bonito durou nove dias e, em dois ou três, a denúncia estava formalizada e o processo em andamento, com provas colhidas e testemunhas. Para instaurar o inquérito da morte do "Teixeirinha", onde há um resquício da ditadura, essa legislação especial militar que permite à polícia apurar e punir seus próprios crimes, o que fizeram? Não foram colher nenhuma prova. Se não fosse a ida da comissão federal até o Paraná, o inquérito demoraria ainda muito tempo para ser instaurado. Só foi instaurado três dias depois; as marcas de sangue, os cartuchos que sobraram dos tiros, aquilo que se chama de prova material do crime, já tinha praticamente se perdido. É uma forma de os auxiliares da Justiça impedirem que se possa condenar os verdadeiros responsáveis.

Em Barracão, o promotor e os oficiais de Justiça agiam junto com os fazendeiros, apesar de que no Paraná já exista um grande grupo de promotores públicos, uma ala do Ministério Público preocupada com essas questões. Por outro lado há promotores que agem colaborando com a manutenção da impunidade. No caso do Teixeirinha, as polícias todas foram utilizadas para reprimir os trabalhadores. Havia cerca de cinco a seis divisões diferentes das polícias civil e militar e, além disso, o COPE - Comando de Operações Policiais Especiais, grupo criado para combater sequestro; um grupo formado por policiais que faz parte do serviço de informações e inteligência do Estado e das polícias; não notamos a presença do grupo Tigre, mas ele foi utilizado numa ação em que foi acusado também de tortura. Foram esses grupos que se encarregaram de torturar os trabalhadores para assumirem o que não fizeram. Por outro lado, o Juiz decretou a prisão de todos os agricultores maiores de 18 anos do acampamento de Campo Bonito, sendo que o nome de muitos agricultores foram tirados de uma lista de distribuição de alimentos, que o próprio Incra entregou, mostrando a sua conivência, além da omissão.

Ação articulada

Há uma ação articulada entre setores do Poder Judiciário e do Poder Executivo comprometidos com o latifúndio. O superintendente do Incra do Paraná foi indicada pelo Bamerindus, pela bancada federal do Paraná que é conservadora; por um parlamentar interessado em inviabilizar as ações pela reforma agrária. Essa ação conjunta ficou muito clara; a greve dos juízes teve como uma de suas origens o fato de o governador do Estado não ordenar mais os despejos dos agricultores sem terra o que para eles, é "não estar mais garantindo o estado de direito". Esses juízes só conseguem ver a letra da lei, não conseguem interpretar e seguir o espírito da Constituição, que tem dispositivos que garantem também a vida dos que estão lutando por direitos fundamentais. Estão sempre prontos a dar liminares, inclusive à noite para garantir a propriedade dos latifundiários. Quando é para garantir os direitos dos que sofrem a violência dos pistoleiros, a ação do Judiciário é lenta.

Na greve havia também motivação salarial e tornou-se uma briga entre dois setores da elite paranaense em que não nos envolvemos porque é uma disputa que tem como questão de fundo hegemonia do poder no Estado e não a solução dos probelmas sociais. Os juízes queriam aplicar a lei a ferro e fogo e realizar despejos. O governo, por outro lado, usou toda uma questão que era também uma luta política contra o Judiciário. Quem perde com isso tudo são as camadas populares porque as ações governamentais ficaram paralisadas; o governo, em vez de continuar desenvolvendo trabalhos de apoio, de sustentação na agricultura, não faz quase nada, apenas algumas ações menores nos assentamentos e acampamentos. Foi uma greve que ajudou a questionar um poder que pode ser tão corrupto quanto os outros. Só que no Executivo e Legislativo a sociedade conseguiu disputar espaços. Nas câmaras municipais, nas assembléias legislativas, no Congresso Nacional temos parlamentares oriundos das classes populares e começa-se a abrir espaços para que a sociedade possa saber o nível de corrupção ali instalado. No Executivo há hoje formas de se penetrar e discutir as próprias prioridades. Já o Judiciário é distante da sociedade que tem acesso somente através dos procuradores, já que a Constituição exige que para você defender ou requerer um direito você tenha que ter um procurador. A sociedade não tem mecanismos de cobrar a ação do Judiciário, por isso é fundamental que ela possa fiscalizá-lo, avaliar a ação dos juízes.

Processo por calúnia

Vivi a experiência de ter sido processado por ter feito uma denúncia que tinha como fundamento a ineficácia e a omissão do poder Judiciário: o caso do trabalho escravo dos meninos, de 1984, na fazenda Guatambu, teve um processo que apurou apenas a questão do transporte ilegal desses trabalhadores, do aliciamento, mas não realmente a prática do trabalho escravo. Como ele foi arquivado, na medida em que a gente fez a denúncia, não havia uma prova do Judiciário contra os capatazes, contra Luciano Pizzatto que era o deputado, dono da Compet Florestal S/A, que utilizou mão de obra escrava. O Judiciário age justamente para condenar quem denunciou. Fui condenado por duas vezes. Por último, a sentença foi confirmada por seis meses, mas alcançou a prescrição e estou com os meus direitos legais restabelecidos, mas politicamente condenado por ter denunciado um crime amplamente denunciado. O deputado Luciano teve que pegar alguém como bode expiatório para ter a sua honra lavada. Este processo, iniciado em 86, deixa claro que o Judiciário está comprometido com as elites políticas, econômicas, para as quais ele garante com eficácia os seus direitos. Na sentença contra mim, o juiz reconhecia a primariedade, os bons antecedentes e teve a coragem de dar uma pena média porque precisava mostrar que tinha poder para dar uma sentença exemplar, punitiva. Se tivesse dado uma pena mínima, teria que decretar a prescrição e o deputado não poderia usar a sentença em sua campanha política.

Porém, há brechas que estão se abrindo, mas no Paraná ainda são poucos os juízes que estão sensibilizados com questões sociais, em aplicar a justiça e não apenas a lei.

A culpa do massacre dos Yanomami

O Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT - une-se à indignação dos que ainda são capazes de indignar-se, perante o massacre de sete crianças, cinco mulheres e dois homens Yanomami da aldeia Homoxi/Itu, em Roraima.

Fazemos nossa a interpretação dada pelo Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, de que os Yanomami estão sendo vítimas de "genocídio: a multiplicidade de homicídios de uma determinada etnia é, sem dúvida, genocídio."

Como destaca o Conselho Indigenista Missionário - Cimi, em sua nota de 19 de agosto, "o massacre ocorre no momento em que é movida no Brasil campanha contra o direito dos povos indígenas à terra. Com o pretexto de defender a soberania brasileira, empresários e parlamentares de Roraima, Estado onde se localiza a área Yanomami, vêm se pronunciando contra a demarcação das terras deste povo. No Congresso, o deputado Nícias Ribeiro, do Estado do Pará, chegou a propor uma emenda à Constituição, que proíbe a demarcação das terras indígenas localizadas na fronteira" (Nota do Cimi, 10/08/93).

Por este crime, responsabilizamos estes e outros que negam aos povos indígenas a liberdade de existir como povos numa sociedade multi-étnica.

Responsabilizamos também os que se omitem ou que, mesmo não tendo interesses específicos contrários a esses povos, também respaldam tais ações, defendendo o equivocado lugar comum de que "os índios não precisam de muita terra."

Responsabilizamos sobretudo o modelo político-econômico neoliberal cuja propalada modernidade tem produzido frutos como, além do cotidiano massacre da maioria pela fome e marginalização, as chacinas recentes do Carandiru e da Candelária, e agora a dos Yanomami.

Esta nossa solidariedade aos Yanomami expressa o nosso desejo e a nossa proposta de que a segurança nacional não seja fruto de projetos como o Calha Norte e de uso da força militar, mas da participação consequente de todos os brasileiros, e de uma relação de amizade e diálogo intercultural com os povos indígenas.

A amizade com estes povos somente será possível quando as autoridades brasileiras, regionais e nacionais, promoverem as transformações necessária para que a população do País, especialmente os garimpeiros pobres, tenham alternativas de sobrevivência, sem necessidade de invadir as áreas indígenas.

Goiânia, 20 de agosto de 1993
Comissão Pastoral da Terra

PS: A Polícia Federal afirmou, no final e aosto, que o massacre ocorreu na Venezuela, a 15 km da fronteira, e que foram assassinados 16 yanomami.

Alagoas: Acampados precisam viver

No dia 16 de agosto, cerca de 300 famílias de sem terra ocuparam a fazenda Conceição, de 2.200 ha, no município de Porto Calvo, litoral Norte do Estado de Alagoas.

As negociações com o Incra local foram imediatamente iniciadas e após vistoria de técnicos do órgão na área, constatou-se que a propriedade caracterizava-se improdutiva e portanto, passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Na madrugada do dia 24 de agosto, 40 pistoleiros fortemente armados, atentaram, durante uma hora seguida, com tiros contra os acampados. Os trabalhadores, por sua vez, resistiram à ação dos pistoleiros, atirando pau e pedra, evitando assim um massacre e a expulsão.

No dia 26 os pistoleiros feriram alguns acampados, sendo que um deles teve que ser levado às pressas para Maceió a fim de ser operado.

A CPT/AL, CUT/AL, Central Estadual das Associações de Assentados e Pequenos Agricultores de Alagoas, Comissão de Formação Sindical, Movimento dos Trabalhadores Sem teto, Visão Mundial, preocupados em garantir a integridade física dos acampados, em virtude das violências que os trabalhadores rurais do Estado estão historicamente submetidos, divulgaram uma nota solicitando apoio das entidades no sentido de pressionar as autoridades competentes para que exijam empenho dos órgãos de Segurança Pública "em apurar os atuais desmandos e acabar com a impunidade muito comum no Estado e os crimes de pistolagem que em Alagoas têm o franco apoio de forças políticas locais que controlam o governo estadual e que até há pouco tempo estiveram expressas no cenário nacional.

CARTAS

"Aos amigos todos da CPT Nacional, saudações e votos de uma caminhada feliz no serviço ao Povo mais odiado pelos dominadores: o povo trabalhador rural - ele reivindica o que é seu e desautoriza qualquer ambicioso e usurento que se atreva a criticá-lo ou desenraizá-lo da grande Mãe, a Terra."

(Maria Dotta, Itabela/ Bahia)

"Gostei bastante de "Pastoral da Terra"; entre as matérias abordadas, a seção "Religião/Ecumenismo" tem uma reflexão sobre a teologia da terra que me f[illegible] esclarecedora.

Marcos Rod[illegible] Silva, na matéria "A T[illegible] Palavra, a Esperança" nos m[illegible]tra a causa da fome, febres, pestes, guerras e mortes. Estamos convivendo num processo de ausência de Deus e da própria experiência de fé."

(José Ribamar Ribeiro Filho, Fortaleza/Ceará)

Canto do Trabalhador

(Canto apresentado por Epaminondas Araújo, de Sergipe, durante a 9a. Assembléia Nacional da CPT)

A luta da CPT
Com a ajuda dos agentes
Faz nossos trabalhadores
Ver o mundo diferente

Com os nossos trabalhadores
Com muita dedicação
Já tem banco de semente
Juntos vendema produção

Nós viemos da terra seca
Muita fé no coração
Tanta criatividade
Ainda tem religião

Para o pobre ter mais vida
Tem que se organizar
Para conquistar a terra
E o mundo mudar

Vimos as dificuldades
Que gera grande clamor
Por causa dos governantes
também de muito pastor

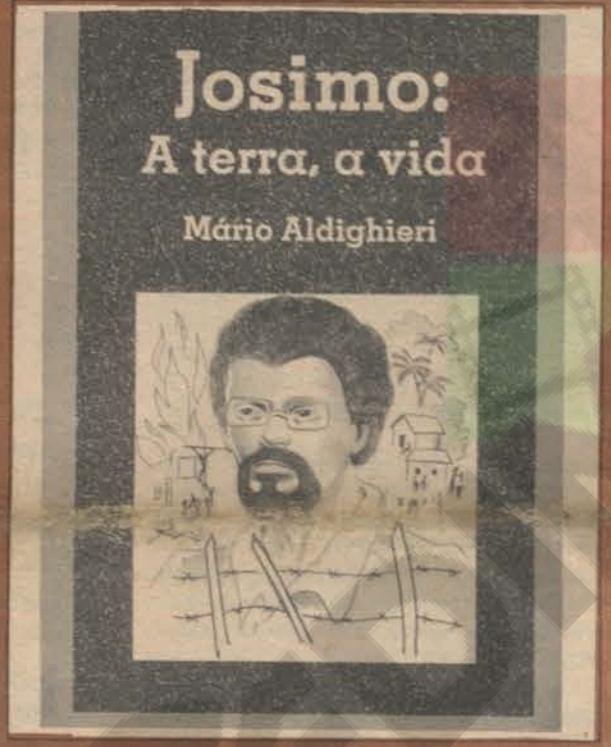
Não devemos esquecer
A nossa velha memória
Nós vemos os trabalhadores
Cantando as suas vitórias

LEIA

"JOSIMO, A TERRA, A VIDA"

- Pe. Mário Aldighiéri
- Edições Loyola

O livro é uma dissertação de Mestrado da História das Sociedades Agrárias, da Universidade Federal de Goiás, em 1992. Faz uma tentativa de relacionar o indivíduo (Pe. Josimo Tavares, assassinado em 1986, em Imperatriz/MA) e estruturas sociais, analisando a relação dialética entre a vida do indivíduo e o contexto global em que se desenvolve.



CAMPANHA NACIONAL

Em favor do tratamento da companheira **Marlene Furtado da Silva**, sindicalista de Goiás, atual secretária de Formação do DNTR/CUT, que tem uma otite média crônica.

Doações poderão ser feitas em nome de Marlene Furtado da Silva, na Caixa Econômica Federal (CEF) de Mineiros/GO, agência n. 0871, operação 013, conta n. 684.209/5.

Obs: o tratamento (com cirurgias) é considerado de urgência!

CURTAS

*** No dia 16 de agosto passado o STR de Jataí,** GO, denunciou à CPT - Regional GO, que várias famílias de trabalhadores sem terra foram detidas pela polícia naquele município. Foram apreendidos veículos que as transportavam. Para a Delegacia de Polícia local foram levados 23 trabalhadores, dois deles torturados para que dissessem que fazenda iriam ocupar e quem liderava o movimento.

*** Em Piracanjuba, GO, 80 famílias que** ocupam a faz. Boa Esperança desde sofrem pressões de fiscais do Ibama que agem com a polícia, para que abandonem a área. O STR de Piracanjuba informou à CPT-GO que fazendeiros estariam articulando pressões sobre a juíza local para que ela tome providências contra os trabalhadores e que caso ela não o faça, agirão por conta própria. A Superintendente interina do Incra-GO disse que a área não está registrada como reserva ecológica. Portanto.

*** O Comitê de Ação pela Cidadania contra a Fome** e a Miséria de São João do Piauí (PI) foi saqueado por aproximadamente 500 trabalhadores rurais flagelados da seca. Levaram quatro toneladas de alimento arrecadados por funcionários do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O governo federal destruirá 224 toneladas de alimentos que apodreceram por má administração. Esses alimentos estavam estocados em Tocantins, Goiás, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.000 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224 4436 - FAX (062) 225 4967. Assinatura anual (12 exps.) O pagamento de assinatura pode ser feito através de Vale Postal ou Cheque Visado pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

☐ Normal..... CR$250,00 ☐ Para lavrador..... CR$100,00 ☐ Para o exterior..... US$15,00

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB, filiado à Right Livelihood e à Pax Christi International. Tem como objetivos:

I -Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II -Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III -Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Assine ou renove sua assinatura.

Nome:.....

Endereço:..... Exemplares:.....

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVIII

fev 93
nº 108

Reforma Agrária é solução

A nomeação de uma direção do INCRA afinada com os que querem transformações agrárias em favor dos sem terra encheu de esperança algumas pessoas. Delfim Neto, porém, absolutamente conhecedor da burocracia e da política brasileira, afirmou: "enquanto existir INCRA não haverá reforma agrária." Quem está com a razão?

O otimismo tem fundamentos:

- O povo está lutando. Há 20.000 famílias acampadas na beira das estradas. Diante das atuais promessas, a pressão vai aumentar. As ocupações de terra (em si ilegais, forma de luta para mudar a lei), foram proibidas no tempo de Collor, mas aconteceram e vão continuar acontecendo enquanto os pobres precisarem forçar a barra para conquistar seu direito à vida.

- A fome que assola o país está tão grave que deveria envergo-nhar as elites, obrigar o estado a intervir, a buscar caminhos de vida para o povo.

- A Campanha da Fraternidade sobre a moradia está despertando tanto interesse, até em governos municipais, que surge a esperança de alguma reforma. Moradia e trabalho digno são as exigências do povo.

- O esforço da nação para impor ética aos governantes deveria gerar resultados positivos em todos os níveis de governo.



No entanto, os obstáculos à reforma agrária são bem maiores que a burocracia de que fala Delfim Neto. Podemos enumerar alguns:

- São raros os economistas brasileiros convencidos, como os da FAO, de que, para acabar a fome no Brasil, é preciso fazer reforma agrária. Os interesses impedem os empresários e muito mais os latifundiários brasileiros de ver como sua obstinada defesa da concentração da propriedade da terra é um obstáculo absoluto à cidadania das maiorias pobres.

- Defendendo esses mesmos interesses, a Câmara Federal acaba de votar uma Lei Agrária que torpedeia, dificulta, impede a reforma agrária. Envergonhados da lei que votaram, os próprios líderes dos partidos se comprometeram a corrigir seus erros com outras leis. E, de lei em lei, a falta de mudanças reais faz aumentar a descrença popular em relação aos políticos.

- O INCRA não tem só burocracia, tem corrupção. Dizem-nos que 80% de seu orçamento está comprometido com as empreiteiras. As entidades dos trabalhadores já fizeram suas denúncias. É preciso apurar, punir, refazer planos. É preciso dar apoio às 100.000 famílias assentadas e é preciso multiplicar esse número por dez. Dentro de pouco tempo.

Até agora, a elite brasileira tem conseguido abafar os anseios por reforma agrária. Mas, hoje, não consegue abafar a violência, a morte, a crise generalizada. Diante dessas questões maiores, reforma agrária deixou de ser problema, é uma solução.

Experiências alternativas no Ceará

Durante a 12ª Assembléia da CPT do Ceará, que debateu a situação dos trabalhadores rurais no semiárido, entre o levantamento da situação local, avaliação das dificuldades, desafios e perspectivas, foram apresentadas várias experiências de produção alternativa que estão sendo concretizadas pelos trabalhadores:

Plano de Desenvolvimento Agroecológico em Tauá

O plano abrange 5 regiões, no semiárido, com climas diferentes. Partiram de um diagnóstico dos principais probemas como: migração, produção, criação, etc.

- A comissão está trabalhando a questão dos caprinos e uma pesquisa sobre o algodão herbáceo.
- Estão tentando identificar pastagens de acordo com o solo e a possibiliade de criatório de ovelhas e bodes.

a) Com o levantamento descobriram que:

- há perda e produção de caprinos, ovelhas e gado;
- é uma região semiárida, mas existe muita reserva de água improdutiva;
- houve queda na produção de algodão, mamona, etc;
- os jovens estão saindo do município;
- 50% das terras estão nas mãos de pequenos proprietários;
- no perímetro irrigado há excesso de investimento de veneno, e a terra está ficando salinizada.

b) Mas descobriram também que esta região semiárida tem jeito:

- lutando por recursos na prefeitura: conseguiram incluir na Lei Orgânica Municipal que 5% do orçamento seja para a agricultura;
- estão debatendo o plano de desenvolvimento com os trabalhadores da região, refletindo problemas e saídas;
- começaram um trabalho com os colonos para discutir os desafios da irrigação e as possíveis saídas.

Tendo os participantes da Assembléia colocado em grupos as experiências alternativas existentes na região, constataram as experiências comuns às dioceses presentes: hortas, pomares; plantio de arroz, mandioca e caju; piladora de arroz, casa de farinha; unidade de raspa; desenvolvimento do artesanato com redes, crochés, confecções, barro; criatórios de bode, ovelhas, porcos, galinhas, abelhas e peixes; fábricas de doces de goiaba, caju e cajuína; pastagens com leucena, jurema preta; produção de venenos orgânicos contra as pragas; produção de adubos orgânicos; farmácia viva.

Como experiências mais significativas os grupos escolheram as seguintes:

1. Horta de Santa Fé - Senador Pompeu - (Diocese de Iguatu)

Nove famílias assumem a experiência plantando beterraba, repolho e cheiro verde. Cada uma cuida do seu lote. Não usam agrotóxico.

Do resultado da venda dos produtos deixam uma reserva comum para as despesas de energia e da cerca. Pensam em organizar uma barraca na feira com uma venda comum e aumentar o fundo de reserva. O objetivo é melhorar suas condições de vida.

2. Farmácia Viva - Ipueira da Vaca - (Canindé)

Plantam as ervas medicinais para fazer remédios como: lambedores, pomada, "mertiolate", gotas amargas... Têm uma pequena sala. Um grupo com mais de 10 mulheres que trabalham juntas, vende o produto na comunidade e na região. Têm remédios naturais e não precisam comprar caro nas farmácias,

Mas há um desafio: como ampliar esta experiência?

3. Banco de Semente - Palmácia

São 25 famílias que trabalham na produção de arroz e têm um pequeno armazém onde guardam cada ano um ou dois sacos de arroz para o plantio do próximo ano. Para defendê-lo das pragas aplicam pimenta malagueta. É um trabalho comunitário.

4. Criatório de Caprinos e Manejo de Pastagens - Tauá

São 10 hectares destinados à criação desses animais acessíveis à região. Começaram com 4 cabeças. Agora, em 1992, já são 27 bodes e 50 ovelhas: a criação de bode é muito mais resistente ao semiárido.

O manejo da pastagen é feito aproveitando o que já existe: mofumbo, jurema, e procurando abrir espaços para outras espécies. Fazem o plantio da leucena.

Há também o Banco de Proteína - um complemento alimentar que ajuda o desenvolvimento mais rápido do animal. É o plantio da leucena, para o animal se alimentar 2 horas por dia. A leucena pode ser cortada de 40 em 40 dias no inverno, e de 80 em 80 dias no verão. É preciso podar para renovar as folhas e não crescer muito. As folhas podadas ajudam a adubar a terra.

Foi citado também um projeto de iniciativa governamental, instalado em Itatira, Diocese de Quixadá, a "Unidade de Raspa da Mandioca". é uma experiência vivida por três comunidades, com 150 famílias. Plantam mandioca para vender a raspa, com preço melhor do que a farinha e sem os custos da farinhada.

Porém, levantaram-se algumas questões em relação a este projeto:

- é mais um projeto de beneficiamento de ração mais barata para o gado dos grandes; diminuirá a produção de farinha para a alimentação do povo;
- por que o governo não oferece a opção de um projeto para os trabalhadores criar e fazer rações para seus próprios animais?

A respeito dessas experiências os trabalhadores concluiram: "Primeiro temos que dar importância à produção para o nosso sustento, depois para vender, valorizando nossa mão de obra - Recriar a Vida. Precisamos lutar por uma política agrícola e agrária adequadas à nossa região e aos trabalhadores e também uma política das águas, e articular nossos projetos alternativos.



foto: CPT-GO

Viver a fé e as práticas religiosas do povo da terra - III

(Marcos Rodrigues da Silva - CPT-SC e PR)

No envolvimento dos agentes de pastoral, religiosas (as), sacerdotes e lideranças populares do campo junto às práticas religiosas do mundo rural, podemos perceber o quanto de riqueza se encontra neste ambiente. A fé do homem e da mulher do campo é forte e carismática. Entre as diversas características encontramos a expressão messiânica de assumir a luta pela terra. Sabemos pela história das lutas agrárias brasileiras que a presença do "messianismo rural" sempre foi um elemento motivador de grandes mobilizações religiosas, políticas, reivindicativas, guerreiras e de instrumento para alienar grandes massas envolvidas pela fé na figura de um "Messias".

FUNDAMENTOS DO MESSIANISMO

Como parte integrante da história popular brasileira a fé messiânica tem sua fundamentação justificada desde a Bíblia. Ao ler o texto de 1Sam 2.10 já deparamos com uma imagem do "Messias" como o "julgador", "guerreiro", "poderoso". No versículo 35 acrescentam-se outras características - "suscitarei para mim um sacerdote fiel, que procederá segundo o meu coração e minha vontade. Edificar-lhe-ei uma casa durável, e ele andará sempre diante do meu ungido".

Já no livro do profeta Isaías, 9.2-6, encontramos a explicação mais popular nos textos bíblicos sobre o Messias. No texto podemos perceber que o "Ungido" possui todas as qualidades de Deus, porque é um mensageiro e executor de um mandato divino.

Assim, podemos concluir que "o Messias é o personagem concebido como um guia divino que deve levar o povo eleito ao desenlace natural do desenrolar da história, isto é, a humilhação dos inimigo e do restabelecimento de um reino "terreno" e glorioso para Israel. A vinda deste reino coincidirá com o "fim dos tempos" e significará o restabelecimento do paraíso na terra".[1]

PRÁTICAS MESSIÂNICAS NAS LUTAS PELA TERRA

A. O SANTO DO JUAZEIRO - Padre Cícero Romão Batista (1844-1934)

"O padre do Juazeiro
sacerdote verdeiro
ministro de Deus, bondoso,
levando a cruz no calvário
neste afã do seu fadário
é radiante, é virtuoso...

Assim pois, calmo e sereno
semelhante a um Deus pequeno,
lá no seu posto a pregar,
estimula o povo em massa
concitando que na graça
de Deus, vive a venerar...

(Albertino de Macedo - poeta de Açú)

O começo das atividades deste capelão de uma pequena vila, no sertão, rodeada de pequenas casas empobrecidas, tornou-se a base de sua luta pelas terras secas e injustiçadas nordestinas. A realidade era de fome, miséria e ingenuidade do sertanejo. O "coronel de batina", como chamavam o padre Cícero, proporcionou à população do Juazeiro, a partir do Vale do Cariri e a todas as regiões vizinhas, a esperança de mudança. Também fortaleceu a fé popular que "melhores dias vão ocorrer e que a terra e a liberdade aconteceriam.

O "padim Cícero tem "nitidamente a função de catalisar a população sertaneja em prol dos interesses dos coronéis agropastoris e de utilizá-la contra as tentativas de tomada de espaço do poder pela classe média urbana, que trazia na sua composição a burguesia comercial, desejosa de aumentar o mercado interno, estrangulado pelo latifúndio e pela condição servil do trabalho rural".[2]

Todavia, a fé popular conta mais que as manipulações das classes sociais que lutam pelo controle da produção e do mercado. O padim Cícero é parte integrante do **nascer, viver e morrer** do homem e da mulher sertaneja. Hoje, nas práticas das romarias, nas promessas cotidianas e no amor à terra do sertão é a imagem messiânica do padre Cícero Romão Batista que marca esta relação de fé e vida.

Mas, permanece a luta resistente pela posse definitiva da terra. É uma luta messiânica porque é uma prática de fé no sertão do jeito de ser do seu santo padroeiro do Juazeiro.

"Não tenho mais nada a dizer
sou João Mendes de Oliveira,
nesta língua brasileira
eu nada pude aprender.
Porém posso conhecer
de tudo quanto é verdade!
Não tenho capacidade,
mas sei que não digo à toa
padre Ciço é uma pessoa
da Santíssima Trindade![3]

Bibliografia citada:

(1) Queiroz, Maria Isaura Pereira de, O Messianismo no Brasil e no Mundo, Dominus Editora/Editora USP, São Paulo, 1965.
(2) Medeiros, Daniel H. de, Padre Cícero - O Santo do Povo?, Coleção Lutas do Nosso Povo, Editora do Brasil S/A, 1989.

(3) Cascudo, Luís da Câmara, Vaqueiros e Cantadores, Coleção Reconquista do Brasil, Dir. Mário Guimarães Ferri, vol 81, Editora Itatiaia, 1984.



Mulheres de Sergipe na luta

Para comemorar o dia **8 de Março, Dia Internacional da Mulher**, a Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sergipe e o a CPT-SE, promoveram três encontros sob o tema "Mulher na luta buscando a libertação", celebrados em Propriá, no dia 7 de março deste ano.

O material de reflexão se desdobra em três temas: 1 - "Mulher, seu trabalho tem valor"; 2 - "Mulher na caminhada contra a discriminação"; 3 - "Mulher, s compromisso transforma a sociedade". Este último relembra a história do 8 de Março e o publicamos aqui em homenagem às mulheres sergipanas e a todas as nossas leitoras.

Mulher, seu compromisso transforma a sociedade

Canto: **Sem medo de ser mulher**

Animadora - Vamos contar nossa história. Vamos ver como nasceu a história do dia 8 de março - **Dia Internacional da Mulher**. Por isso, como um gesto simbólico, vamos tirar nossas sandálias e colocar em várias direções para ver que nossa história tem um passado, um presente e um futuro.

Fato da vida:

Animadora - Olhando para o nosso chão, vamos ouvir a nossa história.

No dia 8 de março de 1857, em Nova York, nos Estados Unidos, as operárias das indústrias têxteis, reagindo às péssimas condições de trabalho, entram em greve Reivindicando igualdade salarial e redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas. As manifestações organizadas nas fábricas são fortemente reprimidas e 129 operárias foram queimadas vivas dentro das fábricas. Em 1945 foi institucionalizado o **Dia Internacional da Mulher**. Passaram 133 anos. A luta da mulher não pára mais. A exploração do trabalho, sobretudo, da mulher e da criança, leva a uma tomada de consciência e faz a mulher exigir mudanças. No Brasil, a mulher entra na luta pela anistia, abertura política, eleições diretas para presidente da República, etc.

Animadora - Vamos ouvir a palavra de Deus. Livro de Ester, 7.

Narrador - O rei e Amã foram ao banquete da rainha Ester. Enquanto bebiam vinho, o rei disse a Ester:

Rei - Peça-me o que quiser e eu lhe concederei. Qual é o seu pedido? Darei a você até a metade do meu Reino.

Rainha Ester - Se o senhor quiser fazer-me um favor, se lhe parecer bem o meu pedido, é que me conceda a vida, e o meu desejo é a vida do meu povo. Porque eu e meu povo fomos vendidos para sermos exterminados, mortos e aniquilados.

Narrador - Ester, ainda de joelhos aos pés do rei, pediu:

Ester - Se lhe parecer justo, se estiver contente, revogue por escrito o decreto que Amã fez para acabar com o meu povo.

Rei - Agora, em nome do rei, escrevam o que vocês acharem melhor para o povo judeu e lacrem o escrito com o anel do rei, que será irrevogável.

Narrador - O documento foi escrito e mandado para diversos países, também aos judeus. Nessa carta, o rei dava direito aos judeus de se reunir e se defender de todos os que quisessem acabar com eles. Dava direito, principalmente, para as mulheres e crianças que eram perseguidas.

Vamos conversar:

1. O que neste "fato da vida" me chamou a atenção? Esse fato é conhecido por todas nós?
2. E na história da Bíblia, o que achei importante?
3. O que podemos tirar como exemplo dessas duas histórias para a nossa vida?

Animadora - Agora, bem animadas, vamos fazer um cordão, cantar e dançar com a história das mulheres.

Canto - "Miriam puxou o cordão..." (Mulher Revolução)

Na bíblia, vamos rezar a oração que Ester rezou para libertar o seu povo (Ester, capítulo 4,17 até o fim).

Gesto concreto - combinar a marcar a hora e local da saída para a festa das mulheres.

MATO GROSSO DO SUL

Educação alternativa nos assentamentos

1. Um pouco de história

Em 1985 a CPT da região de Dourados/MS começou a dar apoio na formação de monitores voluntários, no trabalho com crianças dos acampamentos. Quando o governo, em 1987, juntou os 13 acampamentos do estado na "favela rural" de Marcos Freire, as CPTs de Dourados e Jardim começaram a discutir com estes monitores uma proposta de educação alternativa para as escolas dos assentamentos, tendo como pano de fundo, que não basta a luta pela conquista da terra, mas que é necessária uma educação diferente para os filhos dos assentados, onde entram como fatores importantes a luta por uma melhor educação, melhor saúde, política agrária e agrícola, etc. Nos vários encontros de formação destes monitores optou-se por trabalhar a educação seguindo a proposta pedagógica de Paulo Freire.

Houve três encontros históricos de todos os educadores dos assentamentos do MS, sendo a quase totalidade filhos de assentados. Num método participativo, foram levantando as dificuldades para se avançar rumo a uma escola libertadora; foram traçadas as linhas de ação; e foi montada uma organização básica e participativa.

A organização está montada em dois níveis: a coordenação é composta de um(a) representante de cada região, mais alguns agentes liberados para este trabalho (Olga, Valdevino, Elza...). A coordenação ampliada é composta de um(a) educador(a) eleito(a) em cada assentamento. Esta organização já se tornou respeitada e tem conquistado várias vitórias diante da Secretaria Estadual de Educação.

Entre as dificuldades constatadas, uma se destacou como muito séria e que deveria ser enfrentada imediatamente: 80% dos educadores nos assentamentos do MS são leigos e como tal são discriminados nos salários. Ficam sujeitos a instabilidades pelas manobras dos políticos lo-cais, não podem prestar concursos e, devido à municipalização do ensino, podem ser substituídos por ato dos prefeitos, especialmente se não fizerem campanha para eles. Por isso, resolvemos implantar o Curso de Magistério de Férias para os educadores dos assentamentos.

2. Curso de habilitação para educadores leigos

A equipe ampliada saiu à procura de entidades governamentais e não governamentais que aceitassem assumir esse curso. Depois de dois anos, a AEC (Associação de Escolas Católicas) juntamente com a CPT Regional/MS assumiu o desafio, tendo sempre clareza de que isto deveria ser obrigação do poder público. A AEC e a CPT/MS conseguiram apoio fi-nanceiro parcial da Misereor. Também conse-guimos que a Secretaria Estadual de Educação remunere os professores deste curso e que o re-conhecesse em termos de diploma.

Num esforço conjunto, a primeira etapa do curso direto se realizou dos dias 4 de janeiro a 13 de fevereiro de 1993, com a participação de 57 educadores leigos de 14 assentamentos. As etapas seguintes serão em julho/93, janeiro/94 e julho/94. Entre essas etapas de curso direto haverá os períodos de ensino à distância, durante os semestres. O educador-aluno continua aprofundando os conteúdos e revendo sua práti-ca através de encontros locais e atendimento individualizado, contando com o apoio dos coordenadores pedagógicos.

Apesar das dificuldades e problemas enfrentados, está sendo uma experiência muito rica em se tentar formar educadores que assumam uma proposta de educação libertadora. Há um empenho para que o educador-aluno seja melhor capacitado para que possa colaborar na formação de sujeitos sociais, que ajudem na organização do assentamento, que proporcionem às crianças dos assentamentos experiências concretas de transformação da realidade, partindo dos desafios específicos de cada assentamento e que sejam críticos e criativamente construtores da história.

Juntos buscamos assumir que "ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo" (Paulo Freire).

Plebiscito: Parlamentarismo e democratização

1. Ponto de partida

Nenhuma forma e nenhum sistema de governo garantem, por si, que uma localidade, região ou nação tenha um bom governo. Se fosse possível encontrar um rei realmente santo, tão humilde que inventasse maneiras de ouvir os cidadãos, capaz de animar a participação alegre e esperançosa de todos ou da maioria, até a Monarquia podia ser uma forma de governo melhor que a nossa República. Em outras palavras, talvez a gente deva preferir a República por ser uma forma de governo que nos livra de reis despreparados, amantes da autoridade pessoal e dos amigos, em prejuízo da quase totalidade dos "súditos". Na República a gente pode, em princípio, trocar de governantes, elegendo, por um tempo determinado, quem a gente considera melhor para cuidar do bem e do direito de todos.

2. Sistemas de governo

Se preferimos a República por ser mais democrática, nela nós podemos escolher entre dois sistemas de governo: o presidencialismo ou o parlamentarismo. Bem, essas são os dois sistemas de governo inventados e experimentos nas diferentes nações do mundo. Poderíamos descobrir algum outro, quem sabe mais próximo da chamada "democracia direta", isto é: formas de a população participar mais diretamente na organização da vida social, econômica, cultural, ambiental...

3. Nossa experiência

Pensando em nossa experiência, a República começou em 1889, e foi mais um golpe militar do que uma experiência de participação democrática que exigisse algo melhor que o nosso Império. Bem dizia o Conselheiro de Canudos: "é uma república de coronéis". E dentro dela, vivemos quase mais tempo de Ditaduras do que de governos democraticamente eleitos. E quando eleitos, foram governos liberais-conservadores, oligárquicos, promotores dos privilégios dos proprietários. De Parlamentarismo, só tivemos pouco mais de um ano, no início dos anos 60, e não passou de uma negociata para controlar João Goulart, o mal visto Vice-Presidente que substituiu ao populista e autoritário Jânio Quadros. Fora disso, nosso sistema de governo tem sido o Presidencialismo.

4. A democratização

Nossa preocupação tem de ser o **crescimento da democracia**. Isto é: que a política e a prática de governo representem, da forma mais direta, a vontade da maioria dos cidadãos. E que, assim, se faça democracia em tudo que atinge a vida da nação, desde a oportunidade de trabalhar a terra, de participar da riqueza produzida com o trabalho de todos, de cultivar as diferentes visões de cultura popular, de cuidar com carinho e promover o meio ambiente...

5. A escolha

Colocado esse critério fundamental, qual **escolha** deveríamos fazer em 21 de abril: Presidencialismo ou Parlamentarismo?

Já sofremos muito com o nosso Presidencialismo. Ele nos parece um sistema de governo muito próximo do "poder de um só", mesmo se eleito pela maioria. Afinal, se ele resolve fazer o contrário do que prometeu na campanha, não se tem meios de retirá-lo do cargo. A não ser na próxima eleição, ou num "impeachment" quando ele é pilhado em práticas de corrupção. E por estar mais para "rei" do que para "governante por delegação popular", nossas crises institucionais desaguaram, quase sempre, em Ditaduras, em tempos de negação e de deseducação em relação à democracia.

Além disso, como nos mostra muito bem o livro "O que é o Vereador", de Francisco Witheker, é difícil encontrarmos parlamentos - Câmaras de Vereadores, Assembléias Estaduais e Congresso Nacional - mais acomodados e irresponsáveis do que os brasileiros. Afinal, os "legisladores" não têm nenhum compromisso em relação à prática das normas e leis, sendo esse um peso exclusivo do "executivo". Pode-se, até, tentar impedir a realização daquilo que seria fundamental para os cidadãos e para a nação como forma de garantir a eleição da "oposição" no próximo período de governo!

Assim sendo, sem nenhuma ilusão, sem ver aqui nada de "salvador", e sabendo que o importante é aprofundar um caminho em que vivamos mais e melhor relações políticas realmente democráticas, penso que a escolha do Parlamentarismo poderia significar um avanço em nossa sociedade.

6. Parlamentarismo e democratização

O Parlamentarismo nos permitirá **responsabilizar** os legislativos com a realização do que for decidido. Obrigará os Partidos a definirem seu Programa e sua Proposta de Plano de governo, pois sem isso não participarão das alianças para constituir um governo com apoio da maioria do Parlamento. O Governo será aprovado com base num Programa de ação concreta, em torno do qual estará comprometida a aliança majoritária. O trabalho de Executivo será **de equipe**, coordenado pelo Chefe de Governo, o "primeiro" entre os Ministros, cabendo responsabilidade igual a todos os seus integrantes. Na hora que o Governo não realizar o programa aprovado, **pode ser substituído imediatamente** pelo Parlamento, começando novas rodadas de discussão em torno de outra proposta que mereça o apoio da maioria.

Para a população, cresce a responsabilidade na hora de votar no Partido e no Candidato que escolher para fazer parte do Parlamento. O Plano de Governo não estará mais na mão de uma única pessoa, o Presidente, mas nas mãos de muitos representantes da população que constituirão a maioria necessária para sustentar um governo. E se os Parlamentares não assumirem bem suas responsabilidades e quiserem brincar de política, poderão perder seu mandato antes do tempo previsto, sendo convocadas, pelo Presidente, novas eleições.

O Presidente pode fazer isso por ser ele o Chefe de Estado, encarregado de zelar pelo bom funcionamento do sistema político e de representar a Nação no mundo, ficando livre da tarefa de governo, que caberá aos Parlamentares constituir. Mas será o Presidente o encarregado de ouvir os políticos, indicando o Candidato capaz de organizar a equipe e o plano de governo merecedores da confiança e apoio da maioria parlamentar. Para ser verdadeiro Chefe de Estado, penso que o Presidente deve ser eleito diretamente pela população, e com dois turnos, se necessário.

Sendo o governo responsabilidade conjunta dos parlamentares, a população tem aumentadas as chances de fiscalizar e influir nos encaminhamentos dos encarregados pelo governo. Um amplo movimento social pode, com relativa facilidade, desencadear mudanças no Gabinete de Ministros, ou em outras instâncias de governo, coisa impossível em relação a um Presidente.

7. Democratização e Plebiscito

Finalmente, gostaria de insistir sobre a importância do próprio Plebiscito, independente de seu resultado. Numa sociedade em processo permanente de democratização, deveria ser algo "**normal**" consultar a população em relação a decisões que influirão na vida de todos os cidadãos. É terrível que a maioria da população nem saiba da importância de um Plebiscito, indicando o baixo grau de nossa democratização. Mais terrível ainda é a cantilena repetida, por políticos de todas as cores e posições ideológicas, no sentido de que não faz sentido consultar a população ou de que a população não está preparada para decidir... Quando estará, se continuarmos apenas brincando de "democracia" entre as elites, utilizando a população apenas para legitimar o jogo? Talvez houvesse mais verdade se muitos políticos apresentassem uma outra proposta em favor da volta da "democracia à grega", a ➲

aristocracia. Nela, a participação política e a prática de governo era privilégio dos "bons". Os que eram capazes apenas de trabalhar deviam apenas produzir, ficando de fora das decisões tomadas nas "cidades", o lugar dos "bons".

(Ivo Poletto)

Um novo Presidencialismo para o Brasil

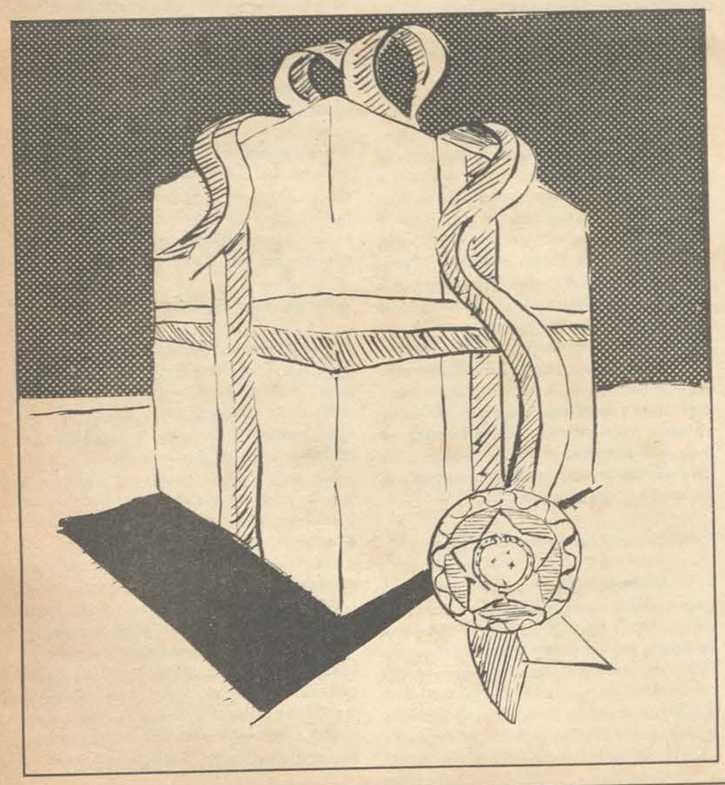
"É frequente associar-se o presidencialismo ao despotismo e ao arbítrio, o que podendo efetivamente ocorrer, precisa ser denunciado. Em muitas ocasiões, chefes de Estado tornaram-se tiranos, mas isso não decorre do exercício do seu mandato presidencial e sim da degradação dele."

(Cf. Manifesto Presidencialista, in. Quinzena nº 153, 15 jan 93)

As discussões em torno da questão do sistema de governo que melhor se aplicaria aos interesses do Brasil, ainda não ganharam o grande público. Talvez nem se consiga um grau aceitável de informação do povo em geral, para tão grave decisão em tão exíguo tempo. Contudo, a questão que parece ser a fundamental nos argumentos de ambos os lados (Presidencialistas e Parlamentaristas) é a que discute qual dos dois sistemas é mais democrático para a nação brasileira. Este texto quer argumentar em favor de um novo presidencialismo democrático, dinâmico, moderno e participativo sem, porém, centrar-se na comparação entre os dois sistemas.

Em princípio é preciso dizer que o debate é saudável, mas o sistema de governo, seja ele qual for, não será uma panacéia, isto é, os problemas do Brasil não terminarão como num passe de mágica, só porque escolheremos em 21 de abril entre um ou outro sistema.

No presidencialismo como sistema de governo, o poder emana do povo de modo absoluto, ou seja, a fonte primeira e última do poder é a vontade popular, manifestada através do voto universal, secreto e direto. Este aspecto é importante na medida em que não é nenhum colegiado de minorias o fórum institucionalizado para o exercício do poder, mas sim a vontade soberana do povo. A alternância periódica no poder fica garantida no presidencialismo, pois o presidente tem mandato determinado e fixado em lei.



De outra parte, a argumentação em favor do presidencialismo não quer perder-se no aspecto jurídico-formal da questão. Busca-se, isto sim, analisar qual dos dois sistemas, parlamentarismo ou presidencialismo, potencializa a conjuntura brasileira atual e este momento histórico, para a emergência e consolidação de instrumentos institucionais que dêem conta da inauguração de uma sociedade futura mais democrática, igualitária e fraterna.

Um novo presidencialismo, onde os poderes do presidente estejam efetivamente sob controle da população e onde a independência e a harmonia entre os três poderes do Estado permitam o fortalecimento do estado de direito e a democracia, é o sistema de governo mais adequado ao atual momento histórico brasileiro, bem como a melhor prospectiva para uma sociedade de cidadãos conscientes. Presidencialismo e autoritarismo, pois, não formariam uma mistura possível no novo sistema que está sendo pensado no Congresso Nacional e em setores da sociedade que estão participando do debate em torno do plebiscito de 21 de abril deste ano. Aliás, estamos depois da ditadura militar, trilhando um caminho sem volta rumo a uma sociedade mais madura politicamente.

A tradição democrática no mundo inteiro, desde os gregos, tem consagrado a participação direta dos cidadãos nos destinos da nação. Em sociedades complexas como as atuais, onde as relações entre os cidadãos são cada vez mais impessoais, é fundamental um sistema de governo que garanta a maior participação possível no poder. Vale dizer, o presidencialismo, sob novas bases, ampliará a participação popular e congressual no poder. Neste sistema, o exercício do poder está diretamente relacionado com sua legitimidade popular e não com o aval político do Congresso Nacional que por sua vez é apenas uma instância da representação do poder popular; neste caso, haveria uma representação da representação do poder originário do povo, o que sem dúvida estaria muito mais distante da legitimidade exercida através do voto direto.

Por fim, um outro aspecto importante do plebiscito brasileiro deve ser considerado: Não se pode, sob pena de se cometer um grande erro, responsabilizar o sistema presidencialista por toda sorte de males que sofremos. Boa parte dos problemas do país devem ser atribuídos aos modelos econômicos que se sucederam ao longo da nossa história, bem como ao caráter de nossas elites que submeteram-nos à exploração e dominação interna e externa. Vale lembrar ainda que toda vez, até aqui, que falou-se em parlamentarismo no Brasil, significou a produção de um rearranjo político para a manutenção das velhas elites no poder.

(João Batista Valverde)

Entidades avaliam Lei Agrária

Representantes da CUT, Contag, MST e CPT Nacional estiveram reunidas no dia 2 de fevereiro último em Brasília para avaliar a Lei Agrária, recentemente aprovada pela Câmara Federal. Na avaliação, as entidades foram unânimes em apontar os artigos dessa Lei que devem ser vetados pelo presidente Itamar Franco, no sentido de viabilizar, minimamente que seja, alguma reforma agrária neste país.

Foi elaborado, portanto, um documento que apresenta ao chefe do Executivo Nacional, argumentação técnico-jurídica em favor dos vetos. Entendemos que fica inviabilizada a reforma agrária se não forem vetados os artigos a seguir: Artigo 14 e seu parágrafo único; Art. 17 e seus incisos; Art. 15 e seu parágrafo único; inciso I do Art. 19; inciso V do parágrafo 3º do Art. 6; parágrafo 7º do Art. 6.

Por sua vez, o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, o vice-presidente e o secretário geral da entidade, respectivamente Dom Serafim Fernandes de Araújo e Dom Antônio Celso Queiroz, enviaram um fax ao presidente Itamar Franco com o seguinte teor:

"No momento em que o presidente da República recebe o Projeto de Lei que regulamenta a reforma agrária, expressamos os votos de que o povo brasileiro possa ter, enfim, uma lei justa, possibilitando a distribuição equitativa da terra que assegure trabalho e vida digna a maior número de brasileiros.

Deus ilumine Vossa Excelência"

Fórum Nacional das jornadas de luta

Realizou-se no dia 22 de fevereiro, em Brasília a primeira reunião de 1993 do Fórum Nacional das Jornadas de Luta, tendo como pauta: 1) avaliação das jornadas de 1992; 2) discussão e programação das atividades conjuntas para 1993.

Nesta reunião as entidades levaram em conta as propostas de uma única e concentrada mobilização das jornadas de luta para este ano.

Pe. Vito de volta ao Brasil

Finalmente, depois de 12 anos de ausência, o Pe. Vito Miracapillo pode voltar ao Brasil. Ele foi expulso em 1980 pelo então presidente de República, general Figueiredo, por ter se recusado a celebrar missa na Paróquia de Santana do Ribeirão, em Pernambuco, comemorando a semana da Pátria.

Italiano, ele chegou ao Brasil em 1975, e o verdadeiro motivo de sua expulsão foi o trabalho que fazia de apoio aos trabalhadores, entrando em conflito com os usineiros.

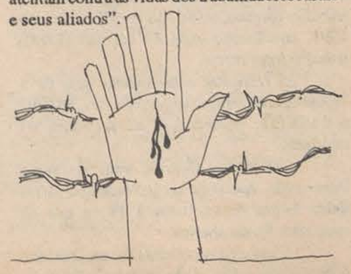
No dia 2 de fevereiro passado, o presidente Itamar Franco assinou decreto revogando a expulsão de Pe. Vito.

Ele ficou muito contente e emociado quando o bispo de Palmares-Pe, Dom Acácio Rodrigues comunicou-lhe a notícia por telefone. Marcaram encontrar-se na Itália ainda neste mês para tratar da data de seu retorno.

Advogada e amiga assassinadas

A advogada Márcia Maria Eugênio de Carvalho e sua amiga, Odete Medeiros Cavalcante foram assassinadas no dia 29 de janeiro último, no município de Barra do Guabiraba, Pernambuco. Odete acompanhava Márcia que estava a serviço de trabalhadores da Usina Pedrosa, situada no município de Cortês. Estava também no veículo o Oficial de Justiça John Kennedy de Menezes Melo, que nada sofreu. O crime foi de emboscada e os pistoleiros usaram uma espingarda calibre 12 (JC, 31/01/93).

Os e participantes do 1. Encontro Nacional de advogados e estudantes de direito da CPT e do MNDH, em Belo Horizonte, enviaram uma carta ao governador do estado, Joaquim Francisco, exigindo: "medidas concretas para agilizar e dar as necessárias atenções ao inquérito policial"; que seja designada uma autoridade policial especialmente para presidir as investigações; que as investigações apontem não apenas os executores, mas também os mandantes e que os sumetam à justiça; e finalmente, "que o Estado ponha fim à impunidade imperante em relação aos que atentam contra as vidas dos trabalhadores rurais e seus aliados".



CURTAS

. Fugiram da Penitenciária Estadual do Acre, no dia 15/02/93, o fazendeiro Darli Alves da Silva e seu filho Darci Alves Pereira, condenados pelo assassinato do sindicalista Chico Mendes. Eles gozavam de grande regalias na prisão e já tinham fugido antes. O Ministro da Justiça, Maurício Correia, determinou à Polícia Federal que intensifique a vigilância sobre fronteiras, portos e aeroportos para impedir que saiam do país. Darli seria transferido no próximo dia 23 de março para Umuarama, PR, para ser julgado pelo assassinato do corretor de imóveis Acir Urizzi.

. De 25 a 28 de março de 1993 se realizará em Goiânia, o II Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. As teses que serão debatidas no Congresso sob o título "Democracia, Organização, Descentralização" foram preparadas pela direção do Departamento com a colaboração de todas as forças políticas e já estão sendo distribuídas nas bases. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Fetaeg), o Instituto de Formação e assessoria Sindical (IFAS) e a CPT-GO estão empenhados na organização da infraestrutura deste Congresso.



. O Juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) do Estado de Goiás acolheu, no dia 08/11/92, o pedido de livramento condicional com transferência de Comarca do pistoleiro, Marcelino Antônio, que deixou cego o padre italiano Francisco Cavazutti. No pedido, feito pelo seu advogado, constava que o pistoleiro iria para Cacoal, no Estado de Rondônia, onde um primo seu possui uma fazenda, na qual trabalharia. Marcelino foi condenado a 12 anos de reclusão em 13/12/88 e cumpria a pena no Cepaigo, desde sua condenação. Portanto, com pouco mais de um terço da pena cumprida, já foi agraciado com o livramento condicional e, ainda, a transferência para Cacoal. Por outro lado, a Justiça italiana está promovendo o julgamento dos responsáveis pelo atentado à vida do padre Chicão, não só do executor direto, como dos três mandantes.

O trabalho escravo no Brasil

Pronunciamento feito pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcelo Lavenère Machado, denunciando a ocorrência de de casos de trabalho escravo no Brasil, dia 12 de fevereiro passado, na 49a. Sessão Comissão dos Direitos do Homem na ONU.

Senhor Presidente

Prosseguindo uma ação que se iniciou ainda na sessão da Comissão, a Federação Internacional dos Direitos do Homem (FIDH) deseja chamar a atenção da Comissão para as violações de uma disposição essencial da Declaração sobre o direito ao desenvolvimento, Artigo 6, alínea 3, que cito aqui:

"Os Estados devem tomar medidas para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento, resultantes do não respeito aos direitos civis e políticos, assim como os direitos econômicos, sociais e culturais".

O trabalho escravo (redução à condição análoga à de escravo) no campo brasileiro não é uma prática recente. Vem se tornando rotina, desde 64, quando os militares, através da política de incentivos fiscais, atraíram, para a Amazônia e Amazônia Legal, grandes grupos empresariais.

Nos últimos anos, mesmo soprando ventos democráticos, esta prática continua e se estende pelos desenvolvidos estados do Sul do país.

A situação de trabalho escravo ou forçado no Brasil já foi denunciada várias vezes nas instâncias da ONU: na Comissão de Direitos Humanos, em 05/02/92, pela FIDH; na Subcomissão dos Direitos Humanos, pela Anti-Slavery, em agosto de 1992; e na OIT, em todas as seções, desde 1986.

Na qualidade de Presidente do Conselho Federal da OAB, promovi, em março de 1991, junto com a Procuradoria Geral da República e outras entidades, a criação do Fórum Nacional Contra a Violência, que vem se reunindo, há dois anos, na Procuradoria Geral da República e participando intensamente da luta contra a violência e impunidade na área rural. Constatando a extrema gravidade do trabalho forçado no Brasil, o Fórum escolheu em 92, como prioridade, a luta contra esta prática criminal.

Também, a OAB, junto com outras três entidades não governamentais, integra uma comissão que, junto ao CDDPH, órgão do Ministério da Justiça, vem trabalhando em questões de violência no campo e prioriza os casos de trabalho escravo. Porém, esta atuação junto a organismos do Estado tem sido válida unicamente para se levar a situação ao conhecimento das mais altas instâncias oficiais e constatar a morosidade e ineficiência do Poder Público na apuração dos casos.

Esta forma de escravidão moderna se realiza da seguinte maneira: os fazendeiros ou as empresas mandam contratar, através de "gatos" (pequenos empreiteiros), milhares de trabalhadores rurais sem terra, frequentemente de um estado para outro, com promessas de bons salários e boas condições de trabalho que, todavia, não passam de isca. No interior das fazendas, ou empresas, estes trabalhadores são submetidos às mais diversas formas de violência: o combinado à época do "contrato" muda. Recebem como alimentação uma comida que serve apenas para mantê-los de pé; as condições de trabalho são desumanas, alojamentos precários (às vezes, com os porcos); ficam à mercê de doenças, ameaças, humilhações, castigos... Os grupos de trabalhadores são separados para que não se comuniquem; não raro, são trancados em galpões, na hora da dormida, com pistoleiros armados como vigias; são submetidos a um sistema de dívida constante, que faz com que nunca tenham salário a receber. Na tentativa de fugir, alguns são assassinados, outros presos e castigados.

Segundo as denúncias das organizações de lavradores ou daqueles que as apóiam, como também segundo a AGITRA (Associação dos Inspetores do Trabalho), o número de trabalhadores submetidos ao trabalho forçado não parou de aumentar nesses últimos anos, e os casos denunciados envolvem, quase sempre, menores. Inclusive, o próprio Governo não está desmentindo isso.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Igreja, tem documentado e denunciado o aumento do número de pessoas, vítimas deste delito, nos últimos anos: em 1988 - 2.189 pessoas envolvidas; em 1989 - 507; em 1990 - 1.599; em 1991 - 4.883; e em 1992 - 13.976 pessoas envolvidas.

E só através dos que conseguem fugir e têm coragem de denunciar estas estruturas, que estes casos de trabalho escravo vêm a público. Portanto, conhecemos, somente, a ponta do iceberg, a realidade é infinitamente mais grave.

O mais preocupante nesta situação é a omissão do Governo Federal na apuração dos casos denunciados e na tomada das medidas preventivas.

Uma prova muito significativa é a solicitação que a CPT fez à Procuradoria da República e à Superintendência da Polícia Federal (PF) do Estado do Pará, através de vários ofícios, em 1992, pedindo informações acerca das apurações de 32 casos coletivos de trabalho forçado, no Sul do Pará, de 1983 até 1991, envolvendo mais de um mil (1.000) trabalhadores rurais.

As respostas comunicadas pela PF à Procuradoria Geral da República, em 14/07/92 e 03/08/92, ofereceram as informações seguintes:

- 18 casos ficaram sem nenhuma informação, apesar de ser provado que vários deles foram denunciados à PF, e que os inquéritos foram abertos.

- 9 inquéritos policiais foram abertos e 6 destes não estão, ainda, concluídos, apesar das denúncias de 4 desses casos terem sido feitas entre 1987 e 1990. Enquanto isso, a lei brasileira prevê que o inquérito policial deve ser concluído em 30 dias.

- Em 2 dos 3 casos com inquéritos concluídos e processos em trâmites na Justiça Federal, não foram ouvidos pela PF e, consequentemente, nem indiciados, os gerentes, os proprietários e mesmo os "gatos" (empreiteiros) principais, apesar de terem sido apontados nas declarações das vítimas-testemunhas como cúmplices.

Queremos destacar 4 casos que mostram, claramente, a omissão e a responsabilidade do Governo brasileiro.

1. Em 23/10/1989, o Secretário Executivo Nacional da CPT informou ao Ministério da Justiça o caso da Fazenda Espírito Santo, município de Xinguara (Pará), onde ficaram, em regime de escravidão, 60 trabalhadores e onde houve mortos e feridos. A PF foi à fazenda, constatou a veracidade dos fatos e instaurou inquérito (No IPL 004/90). No entanto, o Coordenador Regional da PF informou, em 13/08/92, o Procurador da República de que o inquérito estava ainda em fase de instrução. Portanto, há 39 meses que ele está na fase instrutória, enquanto deveria estar concluído em 30 dias.

2. No caso da Fazenda São Luiz, no município de Conceição do Araguaia (Pará), onde 72 trabalhadores rurais estavam em regime de trabalho escravo, a PF foi solicitada 4 vezes para tomar providências, em 06/04/90, 18/05/90, 25/05/90 e 03/06/90. O Procurador da República determinou a abertura do inquérito em 25/04/90. O Juiz de Direito de Conceição do Araguaia informou ao Superintendente da Polícia Federal, em 03/06/90, e pediu providências. Apesar disso, em 01/10/90, a PF informou à CPT, por telex, que não foi possível desencadear uma operação policial, por falta de recursos. Em 14/07/92, respondendo às solicitações da Procuradoria Geral da República sobre o andamento das investigações dos 32 casos de trabalho escravo, a PF não deu nenhuma informação sobre o da Fazenda São Luiz.

3. No caso da Fazenda do Silva, município de Curionópolis (Pará), onde 20 trabalhadores estavam em regime de escravidão, o Delegado da Polícia Federal de Marabá solicitou, por duas vezes, ao Superintendente da PF, em Belém, recursos para concluir as investigações e recebeu como resposta a alegação de falta dos mesmos. Em ofício de 22/08/91, ao referido Superintendente, o Delegado Sidney José Seixas lamentou a falta de meios para atender à grande área de sua região e concluiu com estas elucidativas palavras: "*Não conseguimos afastar o profundo mal-estar e o sentimento de impotência na realização de nossa missão*".

4. Caso da Fazenda Guatambu, município de Bocaiúva do Sul (Paraná). No dia 13 de setembro de 1984, 10 menores foram contratados para o serviço de reflorestamento, limpeza e roçado para plantação de pinus, em Ponta Grossa. Enganados, foram levados para Bocaiúva do Sul, onde ficaram durante 15 dias, submetidos ao trabalho escravo. O inquérito policial instaurado, em 17 de janeiro de 1985, indiciou dois dos empreiteiros, enquadrando-os, equivocadamente, nos artigos 146 e 197, do Código Penal Brasileiro (CPB), e se prolongou até 31/07/1989 para, em 1990, ser arquivado, sob a alegação de prescrição. Nenhum responsável foi punido.

Os processos criminais, quando existem, denunciam apenas os pistoleiros e pequenos empreiteiros. Os latifundiários e os donos das empresas que se beneficiam com essas práticas ilegais, entre as quais bancos e outras grandes corporações, nunca sentem a força da lei. Um raríssimo caso de um fazendeiro preso por empregar "trabalho escravo", ocorreu no Paraná, em abril de 1992, na Fazenda Gralha Azul, em Laranjeiras do Sul, onde as famílias estavam alojadas junto com os porcos.

Embora o Código Penal Brasileiro estabeleça que reduzir alguém à condição análoga à de um escravo "é um crime", um dos principais incentivos ao reiterado uso dessa prática é a impunidade persistente.

O Brasil ratificou, em 1966, a Convenção Complementar sobre a Abolição da Escravatura, o tráfico de escravos e as Instituições e Práticas Semelhantes à Escravidão. Mas, a Escravidão continua por causa da omissão e, portanto, da responsabilidade do Governo brasileiro. Instrumentos legais existem, contudo, falta vontade política!

A existência do trabalho escravo no Brasil é um fenômeno revelador da formidável concentração fundiária em meu país, uma das maiores do mundo.

Seis milhões de camponeses sem terra esperam que a reforma agrária seja posta em prática ou, pelo menos, iniciada.

Os grandes proprietários que deixam inexploradas enormes superfícies de terra cultivável constituem uma força política a ponto de impedir a realização de uma reforma agrária.

De outro lado, os 60 milhões brasileiros que vivem em pobreza absoluta, são a consequência natural da política imposta ao Brasil por organismos financeiros internacionais. A dívida contraída pelo Brasil com estas instituições e a política econômica de recessão que impõem ao país são a principal causa deste autêntico apartheid social brasileiro.

A FIDH apela à Comissão dos Direitos do Homem para que leve em consideração, à luz da situação dos trabalhadores escravizados no Brasil, as consequências destas políticas econômicas sobre o respeito aos direitos do homem.

Seminário sobre a violência

A CPT Nacional, o Ifas (Instituto de Formação e Assessoria Sindical) e o Ibrace (Instituto Brasil Central) promoveram nos dias 21 e 22 de janeiro, em Goiânia, um seminário sobre a violência. Além das entidades promotoras participaram representantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), DNTR (Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT), Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás), DNDH (Departamento Nacional de Direitos Humanos - Centro Oeste) e UFG (Universidade Federal de Goiás), num total de 29 pessoas.

O encontro foi assessorado pelo professor e sociólogo José Vicente Tavares dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E como texto base para a reflexão foi utilizado "A cidadania dilacerada", de sua autoria. Teve como objetivo desenvolver uma reflexão sobre a violência, considerando suas causas e consequências, seus diferentes tipos, suas vítimas e reprodutores, seus aspectos sociais, políticos, econômicos e psicopessoais entre outros.

O prof. José Vicente apresentou como proposta de trabalho dois momentos básicos: 1 - reflexão sobre a violência numa perspectiva teórica e conceitual; 2 - análise da violência a partir de uma classificação preliminar que ordena os seguintes aspectos: violência do Estado, violência contra o Estado e violência difusa.

-**Violência do Estado**. Entre os diversos Estados-Nação (massacre no presídio Carandiru-SP) e a exercida internamente no âmbito ESTADO - NAÇÃO. O Estado mata, as prisões não regeneram os criminosos. Pelo contrario, elas fabricam o criminoso. Nas cidades, há a população excludente, tudo é feito para uma minoria. Nos grandes projetos de colonização, o povo fala no abandono do Estado. A ausência de Reforma Agrária; na educação também o Estado não cumpre o seu papel; em relação à questão ecológica, o Estado financiou por 20 anos a devastação da Amazônia

- **Violência contra o Estado**: saques, motins, depredação de trens, luta pela terra. Lutas sociais, movimentos sociais.

- **Violência Difusa:** É a violência que está em toda a sociedade, nas relações cotidianas de poder entre pessoas e grupos, na família, entre os sexos, etc.. É a sociedade contra ela mesma (o cidadão comum mata mais que o crime organizado).

O crime contra a vida é tratado de forma flexível, mas contra a propriedade não há perdão.

Foram classificadas 5 formas de violência difusa: A Violência Criminal, a Política, a Social, a Ecológica, a Simbólica.

É a violência entendida como um ato de excesso de poder exercido nas relações sociais em grupos e classes sociais. Este excesso vai depender das normas sociais vigentes.

Pode-se concluir que existe uma luta social contra a violência e a favor da cidadania, contra a exclusão numa sociedade marcada pela dominação e desigualdade econômica. E uma sociedade que utiliza socialmente a produção desta exclusão.

No final do encontro os representantes das entidades presentes discutiram as estratégias para lidar com a violência e assumiram um compromisso de estabelecer ações conjuntas para combatê-la, listando algumas pistas de ação:

Pistas de ação

Meios para o Trabalho Político: O público atua basicamente a partir da informação que recebe. Daí a importância da comunicação - TV Globo, mas não só. O Rádio, por exemplo, alcança até 90% da população. Através da informação alcança-se um nível distinto de compreensão da realidade. É preciso utilizar, de maneira inteligente, os meios de comunicação de massa.

Por outro lado, a violência deve ser explicitada nos seus mínimos detalhes. A aparente brutalidade serve como forma de evitar a sua banalização. Levar a violência do fenômeno privado para o público. Publicizar a violência.

Não basta denunciar a violência. Faz-se necessário, em nosso tempo, conseguir barrar, romper com os ciclos de violência:

- nas relações sociais sempre há relações de poder, que se expressam em múltiplas formas;

- nestas relações de poder existe o conflito, e nele pode haver ou não a violência. A violência é sempre um ato de excesso nas relações de poder;

- nestas relações, o conflito pode ser negociado, porém a violência é inegociável e insustentável a longo prazo, pois ela atinge o direito à vida;

- é necessária a democratização da comunicação, utilizando todos os meios de divulgação para a denúncia;

- discutir, nos bairros e povoados, a questão da violência existente na realidade local;

- retomar as conclusões do Encontro Mundial de Vitória "Terra, Ecologia e Direitos Humanos";

- ampliar o Fórum pela Ética na Política com o tema violência;

- na reforma constitucional, assegurar e avançar com relação aos direitos e garantias sociais e individuais, revertendo-os em luta contra a violência.

LEIA

Juruá - O rio que chora



TRECHO DO LIVRO

"Chorando, dona Irene me dá um abraço. Há um mês, que seu filho de 12 anos morreu picado por uma cobra. Era o filho mais velho. Já ajudava bastante, pois garantia o peixe de cada dia. Em silêncio, andamos pelo mato até o túmulo: uma cruz de paus, uma mãe muito aflita colocando umas velas acesas na terra. De minha parte: água benta, um coração e um nó na garganta".

- De João Derickx e José Antônio Trasferetti
- Editora Vozes

João Derickx, sacerdote nascido na Holanda, trabalha há 25 anos na região Amazônica.

José Antônio Trasferetti, também sacerdote, trabalha desde 1976 com movimentos populares e leciona na PUC -SP.

"O extraordinário do livro reside no seu aspecto global e integral. Nele há poesia ao lado deluta, há encantamento pela natureza junto de conflitos de terra, há jogo combinado com trabalho. É um livro ecológico, pois ecologia, no seu sentido mais eminente, é uma atitude de combinação de tudo com tudo em todos os pontos.

Vale a pena ler o livro. Apresenta um outro Brasil, sofredor, lutador e vicejante como a floresta amazônica e as pessoas que aí constroem uma nova aliança, integradora e fraternal com a natureza."
(Leonardo Boff)

Extraímos do livro, um texto que nos dá muito bem a idéia da precariedade das condições em que vivem as populações à beira do rio Juruá, na Amazônia e a sua luta pela vida e pela esperança.

O seringueiro nos anos 80. Seus encontros

"Hoje em dia entrando e qualquer baraca de seringueiro a gente encontra ainda o retrato da pobreza: rede e mosquiteiro, os utensílios do trabalho e da cozinha e nos rostos sofridos a expressão de cansaço.

Enfrentando o isolamento, a solidão, os perigos da floresta, as pragas de insetos, a malária e outros tipos de doença, abandonado pelo serviço público no que se refere à escola, saúde e transporte, o seringueiro traz consigo um germe de esperança. A grande fé em Deus e a coragem de enfrentar o dia a dia me dão a certeza disso.

(...) Em dezembro de 1981 os seringueiros dos rios Juruá e Jutaí reuniram-se pela primeira vez. Os últimos viajaram durante uma semana para chegar a Carauari.

(...) Cantamos e analisamos a música **"Paneiro"**, feita por um dos seringueiros (Paneiro é uma espécie de balaio/cesto muito usado no Amazonas.

"Paneiro é coisa comum / que todo barraco tem

não custa muito dinheiro / nem custa fazer também.

Mas quero levar comigo / pra sempre no coração,

a lição que o paneiro ensina: / como é bela a união.

as talas viviam à toa / na mata sem serventia

mas agora de mãos dadas / todas têm força e valia.

Mas quero levar comigo / pra sempre no coração,

a lição que o paneiro ensina: / - como é bela a união!

(...)Assim analisamos também letras de outras músicas feitas pelos próprios seringueiros. Sempre admirei a capacidade de alguns em saber compor suas músicas com tanta facilidade e sem usar papel."

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.000 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224-4436 - Fax (062) 225- 4967

Assinatura anual (12 exemplares) de janeiro a dezembro

Normal.....Cr$50.000,00
Para lavrador.....Cr$25.000,00
Para o exterior.....US$15,00

O pagamento de assinatura pode ser feito através de VALE POSTAL ou CHEQUE VISADO pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB. Tem como objetivos:

I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.

II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.

III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Assine ou renove sua assinatura

Nome.....

Endereço.....Exemplares.....

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVIV

fevereiro 94
nº 119

Sol e sombra no rosto do Brasil

"Brasil, mostra a tua cara,
Quero ver quem paga pra gente ficar assim"
(Cazuza)

Neste País da gente, vivemos apreensivos, angustiados, inseguros, torcendo por alguma coisa e apostando numa esperança, qualquer que seja. Mesmo franzina, de repente ela cresce, ganha corpo, quem sabe até se torne uma possibilidade?

A gente olha para uma fotografia de algum trabalhador que, provavelmente, estará acabrunhado, porque a conjuntura, a soma de conjunturas não deixam por menos. Pode ser, por exemplo, a fotografia de uma mulher lavando roupa, o rosto escondido pelo chapéu.. Porque haveriam de estar escondidos os rostos das mulheres, dos homens, das crianças de nosso País? O chapéu protege do sol, mas não esconde e nem desfaz o mal que nos agride, como a mentira do neoliberalismo e da chamada "modernidade" que carimbam de "anacronismo" tudo o que não é a máscara deles e toda luta pela melhoria de vida dos pobres e excluídos.

De repente, adivinhamos que a mulher vai levantar o chapéu. E vai olhar o Brasil, o sol. Veremos o rosto contrariado, triste, veremos o rosto luminoso do Brasil. Nas rugas ensombreadas desse rosto, a Revisão Constitucional, as elites manejando o seu poder para anular as poucas conquistas obtidas pelos trabalhadores na Constituinte de 88. O pacote de FHC com suas ameaças de mais arrocho, mais fome, mais frio, mais analfabetismo. As desilusões de quem queria apenas "tirar da terra o que a terra dá", desilusões definidas nos despejos, nos processos e ameaças contra trabalhadores rurais e seus amigos; na iminência de um extermínio "branco" contra indígenas e remanescentes de quilombos; Na irresponsabilidade de empresas que matam bóias-frias em acidentes; nos assassinatos; na indecência de submeter gente a trabalho escravo.

Porém, subitamente a mulher da foto, o homem, a criança, o adolescente, ausentes da mídia e das fotos, levantam o chapéu, olham um sol conflitivo e propõem jornadas de luta. Como por exemplo, um ***Grito da Terra Brasil****, para manter e alcançar conquistas fundamentais para a sobrevivência digna dos trabalhadores do campo. Para impedir despejos que multiplicam a fome e a violência. Para impedir execuções num tempo que não teria mais que ser de repressão militar. Para não deixar que dívidas agrícolas condenem os pequenos produtores à miséria e privilegiem os grandes produtores com anistia de créditos. Para que cidadãos, que todo o tempo de suas vidas lutaram para fazer saltar o sorriso na cara deste País, não sejam condenados. Para que os meninos de todas as* ***Getulinas*** *não tenham mais medo.*



Gianne Carvalho/Imagens da Terra

Sob as sombras, vamos levantar os olhos, que nossa gente está tentando fazer os seus dias e noites "tão iluminados de sim". E querendo desenterrar o chapéu, revelando nesse sol rugas e sorrisos de sonhos frustrados e reconstruídos. A cara de um Brasil que sofre, geme e morde, mas não espera sentado.

Sobre o perdão total das Dívidas Agrícolas

No dia 02 de fevereiro do corrente, a Câmara dos Deputados decretou ilegal a cobrança da correção monetária, juros, encargos e multas sobre os empréstimos agrícolas contratados junto ao sistema bancário nacional. Este Decreto Legislativo teve como base o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Endividamento Rural, concluída em dezembro de 1993. A decisão prevê a anistia às dívidas e a devolução aos produtores do valor das cobranças indevidas, desde dezembro de 1979.



J. Roberto Ripper/Imagens da Terra

Esta decisão causou fortes reações nos diversos setores da economia nacional, com a queda vertiginosa, no dia seguinte, das ações do Banco do Brasil (responsável por 75% dos recursos liberados para a agricultura) e a suspensão temporária de todas as operações de crédito rural, inclusive dos contratos em andamento, também os EGF's.

Apesar das constatações e argumentos do relatório da CPI serem importantes, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), o Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz" (IFAS) e a Comissão Pastoral da Terra- Regional de Goiás (CPT) entendem que a anistia total, aprovada na Câmara é insustentável, porque os pequenos produtores perdem duplamente com esta medida.

Independente da viabilidade econômica do Decreto Legislativo e de suas consequências para o sistema financeiro, entendem que os pequenos produtores perdem duas vezes com a anistia às dívidas rurais, porque:

1) Historicamente, no processo de implantação da modernização agrícola, os pequenos produtores tiveram acesso a poucos recursos. De acordo com dados do IBGE, em 1989, os pequenos agricultores realizaram 80% do total dos contratos, mas foram beneficiados com apenas 17% dos financiamentos concedidos. Dentro da categoria dos pequenos produtores, a maioria foi excluída por não ter os pré-requisitos necessários para o acesso ao crédito agrícola oficial e/ou não ter condições de arcar com o pagamento, conforme as regras vigentes.

As políticas agrícolas sempre estiveram voltadas para a produção em escala e exportação. Os subsídios e créditos oferecidos nunca tomaram em consideração qualquer critério senão o econômico e o produtivo. A importância social da pequena produção foi ignorada e a modernização empurrou enormes contingentes populacionais em direção às periferias das cidades, através da concentração da propriedade da terra.

2) Os pequenos produtores, além dos parcos recursos obtidos, já pagaram as suas dívidas. De acordo com o Banco do Brasil apenas 8% dos inadimplentes são pequenos e 1% são míni produtores rurais.

O critério social, portanto, afirmando que a agricultura não pode ser penalizada com as regras do mercado financeiro, está sendo aplicado tardia e indevidamente, no discurso dos que defendem a anistia. Depois de ter beneficiado quase exclusivamente os grandes produtores, agora propõe beneficiá-los novamente com a isenção de suas dívidas. Não se pode agora considerar a agricultura como um bloco monolítico, sem distinções e privilégios, quando convêm quase exclusivamente aos grandes produtores rurais.

A decisão da Câmara, articulada pela bancada ruralista, por outro lado, não pode ser apoiada porque, de acordo com os dados do Banco do Brasil, 85% dos inadimplentes são grandes produtores. Estes foram os maiores beneficiários das políticas agrícolas dos governos das três últimas décadas. É importante lembrar também que 65% dos inadimplentes estão ligados à produção de soja e cana - símbolos da modernização e responsáveis pelos índices de aumento da produtividade agrícola brasileira.

Além disso, a anistia, proposta pela Câmara, favorece aqueles produtores que não saldaram as suas dívidas. Serão beneficiados justamente aqueles que não perderam as suas terras nem ficaram completamente descapitalizados, o que ocorreu com muitos pequenos como única forma de cumprirem com as suas obrigações. Obviamente, os defensores da anistia propõem a devolução do dinheiro para aqueles que já pagaram. Mesmo que isto fosse incluído na proposta, as experiências com os empréstimos compulsórios do Governo apontam na direção de grandes prejuízos para estes. Geralmente, os compulsórios não são devolvidos ou o Governo estabelece longos prazos e condições que desvalorizam o montante arrecadado.

Diante da realidade do endividamento e da necessidade de rever a política de créditos, a FETAEG, IFAS e CPT defendem a abertura de Auditoria para investigar e fiscalizar a aplicação dos recursos dos cinquenta e um mil devedores. Esta auditoria deve ser composta das seguintes medidas:

a. Quebrar o sigilo bancário dos devedores para verificar se houve a aplicação dos recursos, adquiridos com subsídios, na ciranda financeira.

b. Investigar a relação entre a produção, recursos alocados e patrimônio, para verificar se houve a aplicação dos créditos na compra de terras e/ou outros imóveis.

c. Investigar e estudar a relação entre os recursos alocados, sua aplicação e a produção agrícola nacional. Investigar qual a causa do endividamento destes produtores em relação ao aumento da produção nacional em determinados produtos como, por exemplo, a soja e a cana.

Além da auditoria, a FETAEG, IFAS e CPT defendem a criação de uma política agrícola com critérios sociais que beneficiem a pequena produção e permitam mudanças estruturais no atual modelo de desenvolvimento agrícola. Para tanto, é preciso implementar, entre outras medidas:

a. mudanças no FCO:

- possibilitando uma maior participação dos míni e pequenos produtores através de mudanças nos critérios de acesso ao crédito; - aumentando de 10 para 20% os recursos para os assentamentos do Centro Oeste.

b. linhas de créditos diferenciados para os míni, pequenos e médios produtores, com mudanças nos atuais critérios de classificação e aquisição dos recursos.

c. implementação de uma equivalência-produto real para os financiamentos dos mínis, pequenos e médios produtores.

d. abertura de créditos para comercialização e capital de giro para associações de pequenos produtores.

e. mudanças no sistema de seguro agrícola (PROAGRO), permitindo assegurar os investimentos do produtor e não apenas do sistema financeiro.

O sistema financeiro lucra com taxas de juros e inflação altas, penalizando o sistema produtivo e a população em geral. A própria CPI do Endividamento Rural constatou que a política de créditos do governo favorece a transferência de recursos dos setores produtivos para o sistema financeiro. Por outro lado, o atual modelo agrícola e agrário brasileiro é socialmente injusto, economicamente inviável e ecologicamente insustentável. Porém, medidas paliativas, escabrosas e até mesmo de dúbia constitucionalidade como o Decreto Legislativo beneficiam mais uma vez, uma minoria e contribuem para o aumento da miséria e da fome do povo brasileiro. Diante disso, é necessário mudanças estruturais profundas que realmente permitam o desenvolvimento de uma agricultura condizente com as necessidades da maioria da população rural e urbana e com o meio ambiente.

Goiânia/GO, 18 de Fevereiro de 1994.

Alair Luis dos Santos - Vice-presidente da FETAEG
Luiz Antônio Ório - Coordenador da CPT/ Goiás
Sérgio Antônio de Paula - Diretor Executivo do IFAS

Mística e espiritualidade na luta pela terra (I)

No livro dos Atos dos apóstolos, no capítulo 16, temos o testemunho do apóstolo Paulo e do seu discípulo Silas que podem ser uma ilustração significativa ao tema que queremos iniciar nossa conversa neste ano de 1994.

Estes companheiros são reconhecidos nas práticas dos agentes de pastoral, missionários populares, evangelizadores, homens e mulheres de fé, crentes, pelo compromisso junto aos empobrecidos da cidade de Filipos, ou no cotidiano de nossas comunidades. Nesse contexto, Paulo e Silas são acusados e identificados como "homens que semeiam perturbação na cidade (v. 20). São homens que respeitam e reconhecem os valores e a dignidade da mulher. Neste sentido eles rompem um processo de exploração da mulher, atitude muito comum - ontem e hoje. Ao expulsar o espírito do mal", renasce uma nova mulher, com liberdade para viver suas opções. Os dois seguidores do Evangelho pagam o preço de um gesto considerado abusivo a uma sociedade machista (v. 16-20), onde as relações já estão estabelecidas e organizadas para algumas pessoas (a minoria) e negadas para as demais (a maioria).



Douglas Mansur

As práticas pastorais vividas na CPT possuem muitas semelhanças com a s atitudes de Paulo e Silas. Os agentes de pastoral no cotidiano da luta pela terra tornaram-se, mulheres e homens, dignificados pela teimosia evangélica e pelo testemunho da fé na força dos pobres do campo.

São taxados, muitas vezes, de "desordeiros da ordem estabelecida". São provocadores da ira dos grandes latifundiários, dos empresários das agroindústrias e dos grileiros que violentam e expulsam os pobres do campo. Os agentes de pastoral da CPT exercem uma atitude de solidariedade, afirmação da dignidade e a valorização da fé dos filhos da terra.

A partir deste contexto de resistência, denúncia e martírio é que nasce uma história de mística e espiritualidade da terra e da própria CPT. Podemos, observando a história, reconhecer as "fases" que comportam uma prática ilustrativa de viver este estado de oração e de fé no Deus da Vida.

Como Paulo e Silas, a sustentação da mística e da espiritualidade na luta pela terra e na terra acontece na hora derradeira da noite. "A meia noite, Paulo e Silas estavam rezando e cantando hinos a Deus" (v. 25). Não são poucos os agentes de pastoral, na CPT, que, no limite das atividades cotidianas, necessitam do silêncio das madrugadas para o fortalecimento de sua prática evangélica. Na CPT reconhecemos "fases" importantes deste processo. Nelas conseguimos detectar um valioso conteúdo de atos, gestos, sinais e símbolos que enriquecem a identidade de Deus nas ações dos seus agentes de pastoral.

A primeira fase acontece quando a CPT vive sua apresentação às mulheres e homens do campo (1975 a 1981). É um encontro que produz nos agentes de pastoral um movimento de encontro com as "novidades" que estão em evidência nas tradições do mundo religioso no campo. Neste contexto, os agentes de pastoral procuram elaborar sua espiritualidade a partir de palavras geradoras mais pertinentes ao ser da CPT.

O agente de pastoral destaca a **Terra, a Organização e a Reforma Agrária** como alimento de sua mística; busca nos símbolos da terra para apontar novos elementos que afirmam um estado de encontro com o mistério da luta pela terra, do compromisso com o cotidiano de luta no dia a dia na roça dos assalariados, agregados, posseiros, acampados e pequenos agricultores. No alimento da espiritualidade

acontece o encontro com a Palavra de Deus - a Bíblia. Um universo de textos é apropriado para legitimar esta nova dimensão do ser e agir como agente de pastoral na perspectiva evangélica de libertação no campo. Os livros do Êxodo, Josué, Rute e Deuteronômio junto com os dos profetas Amós, Oséias e Jeremias propiciam elementos substanciais para uma espiritualidade na luta pela terra. Esta fase encontrará nos agentes de pastoral bases firmes para sua evolução e aplicação através de ritos celebrativos (plantio, colheita, 25 de julho) e reflexões nos grupos de base. No mesmo processo associaram-se lideranças camponesas que, num caminho de adaptação litúrgica e celebrativa, iniciam um novo processo de compreender sua prática de fé e vida. Este é um novo jeito de viver a esperança e a resistência pela posse da terra.

A segunda fase (1981 a 1987) revela que a CPT é apropriada pelo contexto do campo como uma proposta libertadora de mulheres e homens. Essa prática se confirma com o crescimento de um movimento pastoral no meio da roça. Agentes de pastoral, lideranças camponesas e intelectuais ligados às ciências humanas e agrícolas apresentam uma pauta de palavras geradoras que motivam a mística e a espiritualidade da luta pela terra. **Terra, Assentamentos, Pequenos Agricultores, Reflexão Política e da Fé** formam uma lista de palavras que propiciam luzes para as práticas celebrativas e de interiorização da vivência da fé. Nesse contexto continua sendo a Bíblia o grande sinal de unidade e fortalecimento dessa vivência da fé. A celebração da santa ceia torna-se enriquecida pela prática das Romarias da Terra. É a somatória de um longo testemunho de orações, atos de piedade, promessas e crenças populares que finalizam na partilha dos frutos da terra e do pão que alimenta e dá vida.

A terceira fase (1987 em diante), a que estamos vivendo, está exigindo dos agentes de pastoral uma reflexão a partir do **Ser**, do **Viver**, da **Fé** e da **Religiosidade** na prática da CPT e das mulheres e homens do campo. Permanecem as palavras geradoras: terra, acampamentos, assentamentos, pequenos agricultores, assalariados. Mas são agregadas novas palavras que enriquecem o conteúdo da luta pela terra e na terra. No cotidiano das reflexões emergem as "culturas camponesas", as "religiões do povo', as "práticas de associativismo/coletivo e parceria". Estes novos elementos da fé e da experiência religiosa no campo desembocam nos momentos mais fortes da CPT. No destaque apontam-se as Romarias da Terra, onde os agentes de pastoral se deparam com elementos teológicos e pastorais valiosos para sua identidade de fé e ação evangélica. Estas novas ações e dimensões emergem e passam a ser fontes para o debate no seio das Igrejas. As práticas ecumênicas passam por uma leitura crítica de suas ações e eficácia. A religiosidade e a religião do povo despertam uma fonte de riquezas (sinais, símbolo e conteúdo teológico), que deve ser reconhecida, ter discernimento e ser assimilada dentro de um conjunto de valores na nova evangelização. É o momento de fazer silêncio, mas também de encontro das mulheres e homens na fé viva do evangelho. É seguir o testemunho de Paulo e Silas frente às realidades das comunidades e suas realidades específicas: "encontraram os irmãos, os encorajaram e depois partiram." (v. 40)



São muitos os agentes de pastoral da CPT que, atingidos por esses desafios, crescem na experiência de viver a sua fé e fortalecer a mística na luta pela terra e na terra. São estes agentes de pastoral, juntamente com as lideranças camponesas, os intelectuais aliados, os caboclos, as etnias ítalo-germânicas, os negros (remanescentes de quilombos) e as mulheres trabalhadoras rurais, que fomentam uma nova maneira de viver e celebrar a fé num projeto de libertação integral da pessoa, na plena dignidade e cidadania.

Neste universo de criatividade e de sementeira de novos valores místicos e espirituais, a **Terra** torna-se um terreno fértil para germinar novas práticas de ser e viver como Povo de Deus, na história da luta pela terra. Eis o desafio atual!

Aprofundar a compreensão dos rostos da CPT

Apresentamos aqui uma entrevista com o irmão Irio Luiz Conti que, em novembro de 1993, assumiu o cargo de secretário executivo da CPT, substituindo o padre Jerônimo Nunes que exerceu essa função por quatro anos.

Irio nasceu em Horizontina, Rio Grande do Sul em 1961, filho de pequenos agricultores. Gostava da lavoura, mas foi incentivado pelos pais a estudar, porque a família não tinha condições de comprar terra para que todos os filhos permanecessem na roça. Ingressou aos 14 anos no Seminário dos Missionários da Sagrada Família e foi, desde cedo, incentivado pelos orientadores a se engajar em pastorais e movimentos populares. Sobre esse engajamento diz Irio: "O trabalho sistemático de acompanhamento ao acampamento e, posteriormente, assentamento de colonos, ajudou fundamentalmente no meu processo de discernimento vocacional".

Desde 1984 passou a assumir a mística e espiritualidade da CPT, da qual foi agente e coordenador na Diocese de Santo Ângelo. Ao ser indicado para a secretaria executiva da CPT Nacional, era secretário executivo da CPT-RS.

Pastoral - A CPT tem vivido nos últimos meses, momentos difíceis, uma conjuntura de crise que teve seu ponto culminante, no final do ano, com a demissão da assessoria. Em fevereiro reuniram-se o Conselho Nacional e o Conselho Diretor para avaliar e tomar decisões. Para onde apontaram essas decisões?

Irio - As decisões, decorrentes de um processo avaliativo desde 1991, evidenciam a coragem de revermos nossa prática e exigirmos de nós mesmos uma estrutura organizativa coerente com o espírito e os valores originais da CPT, bem como com os desafios atuais da realidade que vivem nossos irmãos trabalhadores do campo.

Além do estudo sobre as concepções políticas de nosso trabalho, foi definida a seguinte estrutura organizativa: secretaria executiva e adjunta e assessorias: Teológica, jurídica, sociológica e de imprensa; secretaria do Conselho de Projetos e administração. Todos esses serviços são cargos de confiança do Conselho Diretor. Os demais serviços do Secretariado continuam, mas serão submetidos à avaliação para responderem às mudanças da nova estruturação.

Essas definições clareiam as funções e responsabilidades de cada instância, sob o critério geral de trabalho em equipe. Também ficou definido que precisamos de assessoria para as questões de âmbito nacional da CPT, cabendo aos regionais buscarem assessorias de acordo com as especificidades de suas realidades.

Pastoral - A partir daí, quais as perspectivas que você enxerga para a continuidade do trabalho da CPT?

Creio que as perpectivas de nosso trabalho estão bem definidas e explicitadas nas diretrizes e linhas de ação tiradas o ano passado na Assembléia Nacional. E todo esse processo avaliativo contribuiu para revermos e reassumirmos o compromisso efetivo e afetivo com a luta pela terra e na terra, a partir de sua complexidade e de suas contradições. As perspectivas apontam para a necessidade de aprofundarmos a compreensão dos rostos da CPT junto aos trabalhadores, sua natureza específica, sua dimensão eclesial, sua vocação ecumênica e sua metodologia de trabalho. Diante das mudanças no Brasil e no mundo, e em meio a essa diversidade sócio-política-religiosa e cultural dos sujeitos concretos de nossa ação pastoral, somos desafiados a manter um profundo diálogo, com respeito e muita criatividade em nosso serviço, para evitar exclusões e imposições. Para mim, este é um momento novo e profético que vivemos na CPT, caracterizado pelo diálogo fraterno, o respeito às diferenças e o assumir conjunto de nossos valores originários, rumo à concretização do sonho comum de uma sociedade justa para todos.

Pastoral - O país vive um momento confuso, onde sinais de alarme convivem com sinais de esperança. Como se situa aí a CPT com essa nova cara que começa a assumir?

A CPT também tem suas crises e instabilidades. Eu, particularmente, estou esperançoso e otimista. Acredito que esta nova fase da CPT nos anos 90, vai se constituindo a partir do conjunto dos agentes de pastoral e dos trabalhadores rurais, que vão lhe dando a cara de acordo com as diversidades regionais, mas no mesmo espírito.

A CPT, pela sua própria identidade, é uma pastoral de fronteira. No entanto, está diretamente envolvida na conflitividade social do conjunto da sociedade. Onde há conflitos há possibilidades do surgimento do novo.

Contra toda onda de pessimismo e indiferença social que se estende por longos anos, ainda mais agravada com esse novo pacote econômico, a corrupção generalizada, o descrédito dos políticos e a Revisão Constitucional conservadora, a CPT, em todo Brasil, mantém-se fiel nas denúncias das injustiças contra os trabalhadores e no anúncio profético da esperança. Essa se concretiza em todas as pessoas e grupos que se organizam e teimosamente levam adiante o sonho e a certeza de termos pão todos os meses.

A CPT, em parceria com os outros agentes de transformação social, tem uma contribuição peculiar a dar no fortalecimento da mística e da esperança dos trabalhadores que lutam por mudanças estruturais, entre as quais a implantação de um projeto político popular e democrático e sem exclusão social.

O momento atual coloca um desafio à CPT e às demais pastorais e movimentos populares e sindicais: trata-se de situar nosso lugar social diante do desmonte do Estado, patrocinado pelo neoliberalismo internacional. Isso implica uma constante autocrítica para respondermos com eficácia aos novos desafios.



Ana Paula

Por um Projeto Democrático Popular

O momento político nacional está determinado pela sucessão presidencial. Todos os movimentos dos setores econômicos, sociais e políticos envolvidos na disputa decorrem dela ou se voltam para ela.

Vivemos um quadro de crise que se exprime por:

a) Altas taxas de inflação, insegurança para os investidores, queda brutal do poder aquisitivo dos assalariados, desemprego, subemprego, informalização da economia, convivendo com altas taxas de lucro do setor financeiro e industrial.

b) Desmoralização das instituições políticas: impeachment de Collor, CPI do Orçamento, que não foi capaz de traduzir em medidas punitivas concretas o exaustivo trabalho de investigação; o camarote do Itamar durante o carnaval; o Judiciário descolado da realidade social do País, ineficiente, arrogante, corrupto e acima de qualquer controle da sociedade. Forças armadas sem identidade e sem projeto com o fim da bi-polarização; monopólio dos meios de comunicação gerando amplas possibilidades de manipulação da opinião pública.

c) Crise ética, rompimento dos laços de solidariedade social, violência como forma corriqueira de resolver conflitos sociais na cidade e no campo (Carandiru, Candelária, Vigário Geral, exploração do trabalho escravo, assassinato de trabalhadores rurais, etc). Não se define mais onde termina o aparelho policial, onde começa o crime organizado, ceticismo, vale-tudo nas relações cotidianas.

Revisão Constitucional

Uma operação política contestada pela sociedade organizada, conduzida até agora com muitas dificuldades pelos setores conservadores dentro do Congresso Nacional, apoiados pelo grande empresariado de olho na reforma do Estado sob a ótica neoliberal (quebra dos monopólios, conceito de empresa nacional, recursos minerais, patentes, etc). Sob o ponto de vista dos setores conservadores a Revisão Constitucional deve sr realizada para alcançar dois objetivos alternativos:

a) Dar à Constituinte de 88 um perfil neoliberal, limpando-a de toda a intervenção do Estado na economia para viabilizar o processo iniciado por Sarney/Collor e em marcha (com algumas inflexões) no governo Itamar/Fernando Henrique - para a hipótese da vitória conservadora nas eleições presidenciais.

b) Dar à Constituição de 88 um perfil neoliberal para inviabilizar de antemão o programa de reformas estruturais proposto por Lula na hipótese de vitória deste (enfoque defendido pelo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, em recentes declarações à imprensa).

Plano FHC

A sua aprovação significa a aceleração do processo de dolarização branca via URV, permitindo maior competividade aos produtos importados no mercado brasileiro; expropriação salarial como nos planos anteriores (Cruzado, Bresser, Collor 1, Collor 2), caso se confirme a adoção da conversão salarial pela média dos últimos 4 meses.

Para concluir, é necessário compreender que as eleições presidenciais de 1994, a disputa em torno da Revisão Constitucional significam o coroamento de um processo de disputas na sociedade brasileira em que estão em jogo o aprofundamento do projeto neoliberal vigente e a alternativa democrático-popular apresentada pelo conjunto das forças sociais e políticas que emergiram nos últimos 15 anos no Brasil. É evidente que tal projeto democrático-popular não pode ser visto apenas como um projeto partidário (considerando-se que nenhuma instituição política do país está imune à crise de legitimidade que vivemos), mas como a convergência de uma vontade política transformadora que veio crescendo no País neste período e não se consumará sem o concurso de um amplo arco de forças partidárias e não partidárias unificadas em torno de um projeto nacional de longo prazo.

(Hamilton Pereira)

A luta camponesa na América Latina

O I Congresso Latino-americano de Organizações do Campo foi um marco importante no processo de integração latino-americana. Desta vez, não mais por parte das elites burguesas que buscam uma mera integração de suas empresas sediadas nos vários países da América, mas dos trabalhadores camponeses e indígenas que sentem na própria pele os mesmos efeitos de um modelo neoliberal, gerador de pobreza, miséria e endividamento dos países latino-americanos.

Conscientes desta dura realidade, os camponeses organizados se reuniram em Lima, Perú, de 21 a 25 de fevereiro deste ano, com o objetivo de unificar suas lutas, traçar políticas comuns de enfrentamento ao neoliberalismo e criar solidariedade entre os pobres.

Não se pode esquecer do caráter de denúncia que teve esse Congresso: denúncia do imperialismo norte-americano que se faz presente na América Latina, gerador de repressão, violação dos direitos humanos, ditaduras e extermínio de muitos irmãos camponeses e indígenas; denúncia da presença, nos países andinos produtores de coca, de bases militares dos EUA que, em nome do combate ao narcotráfico, impõem dura repressão aos camponeses e indígenas que nada têm a ver com as drogas e o consumo de cocaína nos Estados Unidos e no resto do mundo; denúncia das políticas modernizantes geradoras de dívidas impagáveis que colocam nossos países na dependência do FMI, do Banco Mundial e do Mercado Comum Europeu. Outra denúncia forte foi contra o desleal bloqueio econômico e político contra Cuba, colocando milhares de pessoas em condição de miséria, impedindo a comercialização do leite e do petróleo. O I Congresso de Organizações do Campo repudiou esse bloqueio e exigiu o seu fim.

Rigoberta e Chiapas

Descrever a grandeza desse evento seria impossível, mas sua grande riqueza, posso garantir, foi a troca de experiências entre as delegações dos 21 países ali presentes. Experiências de suas lutas e de culturas diversas. Foi uma oportunidade de conhecimento mútuo. "Só seremos solidários se conhecermos realmente o que se passa com cada país".

A presença de Rigoberta Menchú na abertura do Congresso foi uma expressão de vitória dos camponeses e indígenas que vêem naquela mulher, o reconhecimento por parte do mundo, das justas bandeiras de lutas dos povos da terra latino-americana.

A luta pela terra e pelos direitos humanos na América Latina sempre foi e continuará sendo de resistência, coragem e esperança. Essa constatação está estampada no rosto dos indígenas camponeses revoltosos de Chiapas que de forma destemida, levantam a voz num grito de guerra pela paz, contra a grande farsa da política entreguista neoliberal que só favorece os interesses das elites, como o NAFTA, o Mercosul e tantos outros. Chiapas é a expressão do que sentem todos os trabalhadores indígenas e camponeses pobres do México e da América Latina. "Se Chiapas significa o túmulo do neoliberalismo, será esta a idéia a se espalhar por toda a América Latina".

Os camponeses e indígenas têm claro que nem o imperialismo norte-americano nem a ditadura de Fujimori no Perú e nem o golpe militar contra Aristtid e as organizações populares do Haiti, poderão barrar a luta e o sonho de liberdade e dignidade gestados no decorrer dos 500 anos de resistência Indígena, Negra e Popular. Esta verdade está expressa nas conclusões debatidas nos dez grupos temáticos do Congresso e nos depoimentos.

Uma liderança da Federação de Mulheres Peruanas disse: "Somos conseientes de que os ricos são contra nós, e nós pobres lutamos pela justiça...Não podemos ter medo! É preciso continuar de onde ancoramos".

(Antônio Baiano - CPT-GO)

Brasil /1993

Continuam a exploração e a violência no campo

Nos conflitos do campo no Brasil, as denúncias de trabalho forçado, as ocupações de terras e a impunidade de crimes contra trabalhadores rurais, foram os itens mais destacados no ano de 1993.

Nos meses de janeiro e fevereiro, o Dr. Marcelo Lavenère, representando a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, esteve na Europa, levando dados sobre a escravidão no campo brasileiro à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Pouco tempo depois, a OIT citava o Brasil como um dos países do mundo onde ainda existe trabalho escravo. O Parlamento Europeu aprovou um voto de repúdio à impunidade dos assassinatos no campo e dos que utilizam mão-de-obra escrava em suas empresas ou fazendas, além de exigir que a CE - Comunidade Econômica Européia - considere essas questões em suas relações diplomáticas e comerciais com nosso País. A CPT teve preponderante papel nesses acontecimentos, seja fornecendo subsídios, seja fazendo articulações e organizando atividades.

Ainda, por iniciativa da CPT, a Americas Watch (EUA) visitou algumas áreas, onde pôde constatar as terríveis condições em que vivem inúmeros trabalhadores rurais. No fim do ano essa organização publicou um relatório entitulado "Forced Labour in Brasil re-visited", traduzido e divulgado no Brasil por Sérgio Sauer. No âmbito institucional, o Ministério do Trabalho criou uma subcomissão para estudar o assunto, com a participação da assessora jurídica da CPT, Maria José de Souza Moraes, representando a CNBB. No segundo semestre de 93, essa subcomissão trabalhou na elaboração de propostas a fim de formular normas internas para melhorar a atuação do Ministério do Trabalho na fiscalização, inclusive atribuindo punições maiores para os crimes nas relações de trabalho no campo. A subcomissão prossegue o estudo e já elaborou uma propostas de normas específicas para o trabalho escravo. A Dra. Maria José atuou também na Comissão de Trabalho da Câmara Federal, com esse mesmo objetivo de formular leis mais claras para combater a continuidade dessas formas desumanas de trabalho.

No ano de 1993 foram registrados pela equipe de documentação da CPT, 21 casos de trabalho escravo no País, com um total de 19.360 vítimas. O Estado do Mato Grosso do Sul se destaca com um total de 9.366 vítimas. É seguido por Minas Gerais, com 4.316 pessoas envolvidas e pelo Espírito Santo, com 1.500 pessoas submetidas a essa exploração. É importante observar, como assinala o relatório de atividades da CPT, no ano de 1993, que "Hoje percebemos que o trabalho escravo é um fenômeno que atinge todo o país, sem distinções. Ocorre no Norte, no Sul, Sudeste, Oeste. Além

Relação dos Assassinatos no campo - Brasil 1993

Setor de documentação do Secretariado Nacional da CPT (Dados preliminares)

No.	Data	UF	Nome	Profissão	Município	Indícios de autoria/Categoria
01	10/04	BA	José Nascimento Amaral	Trab. Rural	Medeiros Neto	Policiais Militares
01	28/04	ES	Paulo César Vinhas,36	Ecologista	Vila Velha	José Barbosa Queiroz e Ailton
03	14/05	MA	José Miguel Pinto	Presidente STR	Grajaú	Floriano Bandeira de Souza e outros
04	29/06	MA	Raimundo Reis	Dir. STR	Turiaçu	2 pist. Agrotec. Ceres S/A
05	02/07	MA	Antônio Alves Cruz, 18	Líder comunit.	Lima Campos	
06	02/07	MA	Antônio Camilo Lima	Posseiro	Lima Campos	
07	28/10	MA	Chico Panasqueiro	Lavrador	Bom Jardim	Pistoleiro
08	25/02	MT	Dorival Carlos Oliveira	Peão	Pontes e Lacerda	Pist. da Fazenda Rancho Grande
09	25/02	MT	Romildo Conceição Barbosa	Peão	Pontes e Lacerda	Pist. da Fazenda Rancho Grande
10	28/06	MT	Márcio Antônio do Nascimento,25	Posseiro	S. Félix do Araguaia	José Inácio da Silva, Zé Lito e Celso
11	28/06	MT	Sebastião Francisco de Oliveira,35	Posseiro	S. Félix do araguaia	José Inácio da Silva,Zé Lito e Celso
12	12/04	PA	José Pereira da Silva	Posseiro	Tailândia	Pist. da fazenda Esmeralda
13	01/05	PA	Arnaldo Delcídio Ferreira	Pres.STR	Eldorado	Pistoleiros
14	/06	PA	Francisco Coelho da Costa	Trab. rural	Paragominas	Parazinho e Natanael
15	13/06	PA	Alfin Alves Fagundes	Posseiro	Rondon do Pará	Fazendeiro José Hilário
16	17/06	PA	Alcebíades Anjos dos Santos	Posseiro	Tailândia	Pist. da Fazenda Esmeralda
17	17/06	PA	Aparício Vites Farrapos	Posseiro	Tailândia	Pist. da Fazenda Esmeralda
18	17/06	PA	Inácio Batista da Silva	Posseiro	Tailândia	Pist. da Fazenda Esmeralda
19	17/06	PA	João Maria Costa	Posseiro	Tailândia	Pist. da Fazenda Esmeralda
20	28/07	PA	Aldair de Jesus	Posseiro	São Félix do Xingu	Pistoleiros
26	/08	PA	6 não identificados	Posseiros	São Félix do Xingu	Pist. Fazenda Ivanir e Romualdo
27	12/09	PA	Baixinho	Posseiro	Tucumã	16 pist. da Faz. São Sebastião
28	12/09	PA	Chico Moreno	Posseiro	Tucumã	16 pist. da Faz. São Sebastião
29	12/09	PA	Chico Preto	Posseiro	Tucumã	16 pist. da Faz. São Sebastião
30	12/09	PA	João Pedro	Posseiro	Tucumã	16 pist. da Faz. São Sebastião
31	/01	PE	Artur Rufino dos Santos	Trab. rural	Cortês	Pistoleiro da Usina Pedrosa
32	29/01	PE	Marcia Maria Eugênia de Carvalho	Advogada	Barra de Guabiraba	Pistoleiros
33	29/01	PE	Odete Medeiros Cavalcante		Barra de Guarabira	Pistoleiros
34	15/06	PE	Amâncio Francisco Dias	Pres. STR	Belém de Maria	
35	21/09	PE	Manoel Augusto da Silva Filho, 20	Trab. rural	Ipojuca	Vigia da Usina Ipojuca
36	10/03	PI	Gilson	Trab. rural	Barras	Fazend. Carlos Montes e 4 PMs
37	08/03	PR	Diniz Bento(teixeirinha)	Líder MST	Campo Limpo	60º BPM-Cascavel/Grupo de Op. Esp.
38	10/05	PR	José Benedito	Sem-Terra	Cons. Mairink	Pist. da Fazenda Cristo Rei
39	25/06	PR	Valdomiro Olegário da Silva	Trab. rural	Gen. Carneiro	PM Ahad Ali Sati e Adilson Loss
40	23/02	RJ	Amauri	Policial florestal	Maricá	
41	24/04	RJ	Ademar Moreira da Silva,57	Dir. sindical	Cabo Frio	
42	08/05	RJ	José dos Santos,52	Ecologista	Maricá	
43	14/08	RJ	Joaci Rodrigues da Silva	Dir. Cooperativa	RJ	
44	16/09	RN	Raimundo Fernandes de Oliveira	Trab. rural	Canguaretama	Fisc./IBAMA (João Dantas de Brito)
45	18/10	RO	Luis Augusto de Castro,40	Sem-terra	Montenegro	Faz. Dilson Caldato/pist.Cecílio Basílio e Nelson Alves
46	27/10	SC	Juventino Oliveira Santos	Trab. rural	Abelardo Luz	Pistoleiros
47	16/01	TO	José Alves de Souza	Posseiro	Maurilândia	Pist. do Faz. Gedeon
48	08/03	TO	Mazarniel P. P. Silva, 46	Dir. Sindical	Araguaína	Pistoleiros
49	23/08	TO	Bispo Rodrigues Neto	Trab. rural	Natividade	Policiais
50	19/10	TO	Henrique Castro	Posseiro	Piraquê	Pistoleirps
51	18/-04	AL	José Cícero dos Santos	Trab. rural	Ipióca	José Manoel de Souza/administr. do Sítio Rego

Casos de Trabalho Escravo - Brasil 1993(Dados preliminares)

N.	Nome do Imóvel/Empresa	Município	UF	N.Pessoas
01	Fazenda Nelima	Presidente Figueiredo	AM	40
02	Fazenda Viqs	Barreiras	BA	450
03	Carvoarias/Cemco/Semprel	Conceição da Barra/S. Mateus/P. Canário /Linhares/Pinheiros	ES	1500
04	Agropecuária Primavera	Maurilândia	GO	1000
05	Destilaria Nova União	Indiara	GO	*
06	Fazenda Santa Helena	Morada Nova	MG	400
07	Fazenda Brasil e Cavalhares	Araguari	MG	180
08	61 fazendas	Carmo do Paranaiba/ Patrocínio	MG	4316
09	Carvoarias**	Ribas do Rio Pardo/ Águas Claras	MS	8000
10	Destilaria Debrasa	Brasilândia	MS	1366
11	Usina Jaciara	Jaciara	MT	1087
12	Destilaria Gameleira	Porto Alegre do Norte/ Confresa	MT	321
13	Fazenda Rio Verde	Bom Jesus do Pará	PA	7
14	Fazenda Mata Azul ou Serra Azul	Santa Maria das Barreiras	PA	9
15	Fazendas União e Olinda	Água Azul do Norte	PA	6
16	Fazenda Santa Ana	Cumaru	PA	3
17	Destilaria de álcool Ibaiti	Ibaiti	PR	420
18	Empresa Rural Forte	Rio de Janeiro	RJ	75
19	Fazenda Cabriúva	Vilhena	RO	5
20	Resiflora Extração de Resinas Ltda	Cidreira	RS	250
21	Fazenda de Ivo Dalbem	Sertão de Santana	RS	60
22	Usina Santa Bárbara	Limeira	SP	51
23	Fazenda Cacique	Pirapora do Bom Jesus	SP	32
		TOTAL		19578

Legenda: *número não revelado
**adotado o mesmo número de 1992

disso, tais injustiças são cometidas pelas ditas "modernas" empresas rurais, como as destilarias de álcool e açúcar, assim como em carvoarias, reflorestamento e extrativismo vegetal."

Em relação aos crimes de violência contra camponeses não houve mudanças na situação. Até agora foram registrados 51 assassinatos, incluindo dez lideranças e uma advogada. Ou seja: houve um aumento do número de mortos em relação ao ano anterior (46). Os atentados contra pessoas no campo e as ameaças de morte ainda não estão computadas, mas é significativo que diversos membros da CPT, ou pessoas a ela ligadas, sofreram perseguições. Por exemplo, Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, foi ameaçado de morte; Frei Henri des Rosiers, de Rio Maria, sul do Pará, contra quem a própria polícia faz acusações absurdas; Irmã Cecília, que foi vítima de um atentado em Itiuba, Bahia; houve ainda ameaças contra os sacerdotes Adriano Cella, em São Félix do Xingú, Pará, e padre "Preguinho", em Arinos, Minas Gerais. No Estado de Alagoas toda a equipe da CPT teve que se mudar devido a ameaças que vinha sofrendo por denunciar uma situação de violência que chega a uma intensidade tal, que as vítimas e testemunhas evitam falar, temendo represálias.

Um ponto destacado pelo relatório de 93 do Secretariado Nacional da CPT, foi a retomada das ocupações de terra. O governo federal não cumpriu sequer metade das metas estabelecidas de desapropriação de terras, o que fez com que muitas famílias, movidas pela necessidade, ocupassem terras não utilizadas por seus proprietários. Isso aconteceu mais freqüentemente nos Estados do Tocantins, Goiás e São Paulo. Apesar de o presidente da República ter decretado desapropriações em 52 latifúndios, no final do ano passado havia mais famílias acampadas que no início do ano.

O relatório da CPT conclui que "essa situação colocou em pauta a necessidade de se discutir a destinação dada, no Brasil, das terras ociosas. O Movimento pela Cidadania contra a Fome e a Miséria vem contribuindo para ampliar a consciência social em relação à urgência de uma reforma agrária ampla, como pressuposto fundamental para o resgate da democracia e da cidadania".

Justiça para Cascão

No próximo 25 de março serão ouvidas em audiência as testemunhas de defesa do processo movido, desde 1985, contra Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, injustamente acusado da morte de dois pistoleiros e tentativa de homicídio de cinco pessoas. Essas mortes ocorreram num confronto entre pistoleiros e posseiros na fazenda Tatuiubi, município de Canabrava, Mato Grosso, no dia 31 de maio de 1984. Na ocasião, Cascão encontrava-se a 400 km do local, assessorando a Prefeitura do município de Canarana.

Cascão e Fernanda, sua mulher, chegaram à região do Vale do Araguaia em 1977 e passaram a trabalhar como agentes de pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 1984, o casal sofreu intensas perseguições políticas. Sua casa foi totalmente queimada, sendo que quando iniciou-se o incêndio, estavam dentro de casa dormindo, juntamente com uma filha, então com um ano e meio de idade. Felizmente Fernanda, que estava grávida, acordou a tempo de perceber o fogo e salvar a família. Nesse mesmo ano Cascão foi envolvido no processo de homicídio no conflito da fazenda Tatuiubi. De 1987 a 1989 exerceu o cargo de prefeito da Administração Popular de Porto Alegre do Norte, MT. Além de processos judiciais de cunho político, e do atentado acima referido, sofreu um atentado à bala em 1988. No ano seguinte saiu da região, passando a ser coordenador do Projeto Cultural "Araguaia, Pão e Circo".

Solidariedade

O Comitê Rio Maria de Belo Horizonte, onde Cascão atualmente reside, está divulgando um folder, em que propõe dois gestos de solidariedade:

1. Uma campanha de arrecadação de fundos para ajudar nas despesas judiciais e especialmente custear as passagens de oito testemunhas de defesa que atualmente residem em São Paulo, Belo Horizonte, Cuiabá, Rondonópolis e três municípios da região de São Félix do Araguaia.
Conta: Banco Nacional - Agência 0590 - BH
Conta n. 02857-1 - Comitê Rio Maria-BH

2. Manifestações de solidariedade
- podem ser endereçadas à Comissão de Direitos Humanos de São Félix do Araguaia, que dará ciência ao Judiciário local.

Modelo:

Cremos na idoneidade de Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, pelo seu passado coerente e confiamos na isenção que a Justiça conduzirá o seu processo.

Comissão de Direitos Humanos de S. F. A.
Cx. Postal 05
78670-000 - São Félix do Araguaia - MT
Fone (065) 522 11 33 - Fax (065) 522 12 97

Reproduzimos aqui um texto de apoio a Cascão, assinado por Dom Pedro Casaldáliga, Betinho, Márcio Tomás Bastos, Patrus Ananias e Dante de Oliveira, publicado no folder sob o título *Pedro que conhece Dante que conhece Betinho que conhece Patrus que conhece Márcio que conhece Cascão.*

Nós, abaixo-assinados, conhecemos o senhor Rodolfo Alexandre Cascão Inácio e podemos dar testemunho desinteressado com que se vem dedicando às causas do nosso povo, no campo e na cidade. Conhecemos também os interesses escusos que forjaram as acusações e o processo em que está sendo envolvido.

Confiamos agora na palavra final da Justiça, que certamente virá reparar essa injustiça manifesta.

DOM PEDRO CASALDÁLIGA - Bispo de São Félix do Araguaia - MT
HERBERT DE SOUZA (BETINHO) - Coordenador Nacional da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida - RJ
DANTE DE OLIVEIRA - Prefeito de Cuiabá - MT
PATRUS ANANIAS - Prefeito de Belo Horizonte - MG
MÁRCIO TOMÁS BASTOS - Ex-Presidente nacional da OAB.

Grito da Terra Brasil

Grito da Terra Brasil - contra a fome,a miséria, pelo emprego. Foi esse o nome escolhido para a **Ação Unificada dos Trabalhadores Rurais**, promovida pela CUT/DNTR, Contag, MST, CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Monape (Movimento Nacional dos Pescadores) e Capoib (Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), com o apoio da CPT, entre outras entidades.


Arquivo CPT

A proposta surgiu de reuniões ocorridas durante o ano de 93, que apontaram para a necessidade de realizar-se uma grande Ação Unificada, envolvendo entidades que atuam no campo, com o apoio de outros setores, na busca de conquistas para as reivindicações comuns dos trabalhadores rurais. São os seguintes os objetivos da ação, tirados no encontro realizado na sede da Contag, no dia 19 de janeiro último:

a) construir a confiabilidade entre as entidades, buscando a unidade de ação dos trabalhadores rurais, somando forças para as transformações necessárias;

b) não ter caráter apenas de proptesto, buscando a negociação de pontos concretos, procurando obter conquistas para os trabalhadores rurais;

c) contribuir para a discussão do processo eleitoral, que estará em curso, debatendo nossas propostas, sem partidarizar o movimento;

d) construir elementos para um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo.

Constituem os eixos centrais da ação, que se realizará em Brasília, nos dias 9 a 13 de maio: reforma agrária; política agrícola; previdência social e saúde; política ambiental; direitos trabalhistas. Estão previstas grandes mobilizações em todas as regiões do País.

Nos dias 24 e 25 de fevereiro houve outra reunião para discutir uma proposta de pauta. Foi marcada para o dia 29 de março uma reunião geral para o fechamento da pauta.

Suspensão de despejo em Tremembé-SP

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de São Paulo está divulgando circular comunicando a suspensão do despejo de 100 famílias que no dia 19 de fevereiro passado ocuparam a fazenda da Petrobrás, em Tremembé, na região do Vale do Paraíba, em São Paulo. No dia 22 de fevereiro a juíza Lídia Regina Rodrigues Monteiro assinou a liminar de despejo. Dois dias depois houve uma audiência com a juíza, que determinou a suspensão da liminar até o dia 4 de abril próximo, dando prazo ao Incra para realizar a vistoria na área e encaminhar o processo de desapropriação por interesse social.

A fazenda da Petrobrás, com 1.132 hectares, foi desapropriada em 1950 para industrialização do xisto betuminoso no Vale do Paraíba. O projeto foi transferido para o Paraná e a Petrobrás plantou eucalipto na área, plantação agora reduzida em menos de 50%.

Os ocupantes da fazenda trabalhavam como bóias-frias, meeiros, eram subempregados ou desempregados, vindos da região de Sorocaba e Vale do Paraíba. Eles reivindicam que o governo garanta o assentamento imediato das famílias na área.

Solicitam o apoio de todos, com mensagens que reforcem suas principais reivindicações.

Endereços:

Ministro Sinval Guazelli
Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
Esplanada dos Ministérios
70043-900 - Brasília - DF
Fax: 061 226 93 85

Osvaldo Russo
Presidente do Incra
SBN - Palácio do Desenvolvimento
70570-900 - Brasília - DF
Fax: 061 226 38 55

Itamar Franco
Presidente da República
Palácio do Planalto
70150-900 - Brasília - DF
Fax: 061 226 75 66

Ministro José Israel Vargas
Ministério das Minas e Energia
Esplanada dos Ministérios - Bloco U
70065-900 - Brasília - DF
Fax: 061 225 54 07

Governador Luiz Antônio Fleury
Palácio Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500
05698 - São Paulo - SP
Fax: 011 826 09 59

Assembléia do GTME

O Grupo de Trabalho Missionário Evangélico - GTME, que atua junto aos povos indígenas, realizou nos dias 7 e 8 de dezembro, na Chapada dos Guimarães, MT, a sua XII Assembléia, com cerca de 100 participantes. O secretário executivo do Núcleo de Direitos Indígenas - NDI, Márcio Santili, que assessorou o encontro, suscitou na Assembléia o desafio de "pensar a sustentabilidade das demarcações das terras indígenas e a imagem do índio". Entre os participantes havia metodistas, presbiterianos, anglicanos, luteranos, católicos, batistas e de tradições religiosas indígenas. Participaram também representantes de outras entidades e enviados das Igrejas de diferentes confissões.

A Assembléia aprovou algumas mudanças no Estatuto e elaborou a programação básica para 94, com as seguintes propostas: encontros de iniciação à questão indígena em diferentes regiões do Brasil; confirmação do Curso de Demografia, seguido de outro sobre a situação da política indigenista; cursos de etnolingüística e de legislação; encontros de indígenas para o diálogo entre espiritualidade indígena e fé cristã.

A Assembléia indicou também os nomes para compor a nova diretoria no biênio 94/95, que ficou assim constituída:

Presidente: Bispo Almir dos Santos (Igreja Episcopal Anglicana);

Vice-pres : Prof. Lourivaldo Abich (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB)

1. Secretário: Rev. Jonas Furtado do Nascimento (Igreja Presbiteriana Independente);

2. Secretária: Profa. Ingret Kaminski (IECLB);

1. Tesoureira: Dra. Lúcia Helena B. Martins (Igreja Metodista);

2. Tesoureiro: Rev. Paulo da Silva Costa (Igreja Metodista).

Para a Coordenação foi eleito o antropólogo Levi Marques de Oliveira, metodista que durante 12 anos atuou junto aos índios Guarani-Kaiowá.

Trabalhadores de Getulina esclarecem

Carta Aberta

Nós, as 2.300 famílias, acampadas à beira da Rodovia Lins-Tupã, vimos a público para:

1 - Esclarecer que o despejo efetuado na Fazenda em 10/02/94 foi ilegal, pois a área estava "sub judice", ou seja sob tutela do Supremo Tribunal Federal. Portanto, foi arbitrária a decisão do Juiz da Comarca de Getulina em reintegrar a posse à família Ribas.

2. Explicamos que a morte ocorrida no dia 09/02/94 é de inteira responsabilidade da UDR, que no intuito de preservar a qualquer custo propriedades improdutivas, não hesita em sacrificar os seus próprios parceiros.

3 - Lamentamos que entre os parceiros do latifúndio estejam profissionais de imprensa, com raras exceções. Isso talvez porque tais profissionais nunca tenham exercido o controle da própria vida e se assustam, assim como a burguesia, quando os trabalhadores o fazem.

4. Reafirmamos mais uma vez nosso compromisso com a reforma agrária como forma de garantir o direito à vida e eliminar de vez a fome e miséria. Isso significa que pretendemos fazer com que os 1.859 hectares de terras improdutivas do Estado de São Paulo, entre elas a fazenda Jangada, exerçam sua função social: produzir alimentos e gerar empregos.

5. Assumimos mais uma vez que o nosso acampamento é de responsabilidade do Movimento Sem Terra e que cada um de nós que lá está é um líder em potencial, pois ousamos construir com as nossas próprias mãos a reforma agrária.

6. Responsabilizamos o governo do estado de São Paulo e da União por todos os riscos que corremos na beira da pista, bem como qualquer dano físico que venha a ocorrer. O papel do Estado é garantir o bem estar de todos os seus cidadãos, e não garantir privilégios para alguns.

7. Exigimos que o governo federal tome providências urgentes para nosso assentamento definitivo, pois a situação do acampamento é de muitas dificuldades.

8. Enfim, esclarecer a todos os companheiros do campo e da cidade que nossa disposição de luta está firmada na crença de que o amanhã pertence a nós, trabalhadores.

Fevereiro/94



J. Roberto Ripper/Imagens da Terra

Celebração por Teixeirinha

Há um ano, no dia 8 de março de 1993, ocorreu na fazenda Santa na, município de Campo Bonito, a execução extrajudical de Diniz Bento da Silva, o Teixeirinha, num caso sem precedentes envolvendo abuso de autoridade, violação dos direitos humanos e terrorismo do Estado. Além da execução de Texeirinha, seu filho Marcos, de 13 anos, foi torturado por policiais militares. Sete lavradores sem terra acusados da morte de três policiais militares foram barbaramente torturados e a violência policial também esteve presente na invasão do acampamento, destruição de barracos e pertences, ameaças e agressões contra homens, mulheres e crianças.

A tragédia teve um segundo ato quando, no dia 30 de maio, os lavradores detidos no mini-presídio de Cascavel foram violentamente espancados por um grupo de soldados comandados pelo aspirante Rubens Garcês da Luz. Para marcar um ano da execução de Teixeirinha, o Movimento Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra e várias outras entidades realizam, no dia 13 de março, um Ato Público e Celebração no assentamento da fazenda Santana, em Campo Bonito.

Foram convidadas todas as comunidades cristãs do Paraná para participar deste Ato e Celebração, a fim reunir uma grande massa popular, para expressar com muita força a solidariedade em favor daqueles que sofreram torturas e até deram sua própria vida, na luta por uma vida digna de trabalhador rural.

No local onde Teixeirinha foi executado decidiu-se colocar uma cruz de pedra. O assentamento passará a ser chamado "Assentamento 8 de Março".

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Comissão Pastoral da Terra
Comitê 8 de Março - Solidariedade a Teixeirinha



Ameaças de morte no Pará

Nos dias 17 e 18 de fevereiro duas ameaças idênticas foram feitas a dois padres do sul do Pará. No dia 17, quando o pe. Mike Ferris, de Conceição do Araguaia foi atender a uma chamada telefônica, escutou uma voz masculina dizer: "- Padreco, vamos te colocar dentro do caixão. Aguarda filho da puta". E desligou.

No dia seguinte, em Rio Maria, o soldado José Cardoso de Sousa, segurança do pe. Ricardo Rezende, ao atender o telefone da casa paroquial, ouviu palavras semelhantes ditas por uma voz feminina que acrescentava: "_ Porque você desligou o telefone..."

Não tinha acontecido nenhum episódio em que o telefone fosse desligado abruptamente por parte de alguém da casa. Lá, além do pe. Ricardo, mora ainda o Frei Henri des Rosiers, que, como advogado acompanha os vários processos de crimes impunes contra sindicalistas no sul do Pará. Portanto a ameaça poderia ter sido dirigida a qualquer um dos dois sacerdotes.

Pouco antes do primeiro telefonema, o prefeito de Conceição do Araguaia, Carlos Cavalcante, utilizara o espaço que tem a Prefeitura Municipal no noticiário da retransmissora local da TV Globo para atacar a Comissão Pastoral da Terra e o padre Mike Ferris. Acusou-o de, junto com um "grupo político", inclusive a CPT, querer ensinar a prefeitura a fazer o carnaval. Também acusou a CPT de ser responsável por "invasão de terras alheias, cujo resultado é deixar muitas viúvas", e de ter barracas na feira da cidade, onde "até armas se anda vendendo".

Esses fatos foram antecedidos de um conflito entre a Prefeitura municipal e feirantes, e o pe. Mike Ferris tinha ficado ao lado dos feirantes, que haviam sofrido forte repressão.

LEIA LEIA LEIA LEIA LEIA LEIA LEIA

Reforma, Agrária, Produção, Emprego e Renda

- de Adhemar Romeiro, Carlos Guanzioli, Moacir Palmeira e Sérgio Leite.
- Editora Vozes

É o resultado de um seminário preparado pela FAO/ONU, com participação do Ibase, para debater as questões relativas à reforma agrária no Brasil, analisando especialmente o que vem ocorrendo no país desde 1965. Os artigos aqui reunidos dão uma visão geral e profunda sobre os assentamentos de trabalhadores rurais, a questão agrária, os programas de colonização, as terras improdutivas, os conflitos agrários, a luta dos sem terra, e a participação destes trabalhadores no processo de desapropriação. Oferecem uma referência nova no estudo de como vem sendo processada a caminhada nacional dos assentamentos rurais.

A obra pode ser encontrada na loja da Editora Vozes de sua capital ou podem fazer pedidos à sede:

Cx. Postal 90025
25689-900 - Petrópolis - RJ
Tel: (0242) 43 51 12
Fax: (0242) 42 06 92

É disso que o povo gosta

Tem que comer
Tem que beber,
Tem que poder acreditar
Que um dia Vai mudar.
É disso que o povo gosta
É isso que o povo quer:
Poder jogar futebol
E sempre fazer amor
E nunca ter que assaltar
E nunca ter que implorar
E um dia poder chegar a ser feliz
É disso que o povo gosta
É isso que o povo quer
É isso que o povo sempre quis.

(música e letra de Carlinhos Vergueiro-RJ)





O Verbo se encarna

Senhor do Universo
Autor da vida
Que cria
e recria
A humanidade
encarnando-se
No corpo da mulher.
Pai que se faz ternura
Mística sensual
na relação
Homem-mulher.
Pai simples,
humilde,
Que se deixa envolver
No corpo de uma mulher - sendo, também, mãe
Pai que se faz vida minúscula
Na barriga
da camponesa,
Lutando contra os códigos
Da morte,
a ordem-machismo
Construída à imagem
E semelhança
do grande capital
Pai-mãe
que se faz gravidez
No ventre materno: rosto materno,
Criança-inquietante-rebeldia
Contra as ordens dos machos
Ação perigosa
aos olhos dos poderes constituídos.
Pai-mãe: nova criatura
*nova **eucaristia**,*
nova humanidade.

(Derli Casali- Espírito Santo)

PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.000 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224 4436 - FAX (062) 225 4967. Assinatura anual (12 exps.) O pagamento de assinatura pode ser feito através de Vale Postal ou Cheque Visado pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

☐ Normal..... US$ 5,00 ☐ Para lavrador..... CR$2.000,00 ☐ Para o exterior..... US$15,00

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB, filiado à Right Livelihood e à Pax Christi International. Tem como objetivos:

I -Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II -Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III -Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Assine ou renove sua assinatura.

Nome:.....

Endereço:..... Exemplares:.....

Composição, Arte final e Impressão: Oficina de Comunicação, Goiânia - GO (062) 241-9626

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVIII

jan 93
nº 107

Erradicar a miséria

A mudança de ano apresentou um espetáculo contraditório. Voltou para Alagoas o Presidente que abusou da confiança de 35 milhões de eleitores. Poucos pobres acreditavam que um "rico" desse calibre sofresse castigo por seus crimes. O Brasil começou a se orgulhar de sua ética, de sua capacidade de resolver, dentro das normas democráticas, um grave problema institucional. Foi um alívio, não a solução de toda falta de ética.

Antes de entregar a chave da casa aos sucessores, muitos prefeitos, fizeram cenas escabrosas. Foram ao banco transferir o saldo da conta da prefeitura para a conta pessoal, enquanto seus amigos saqueavam móveis públicos. Como se o município fosse propriedade pessoal do coronel. O povo festejou a derrota deles. Falta obrigá-los a devolver o roubo aos cofres públicos.

Neste final de ano, vários políticos, comovidos com a morte da atriz Daniela e da criança Myriam, ressuscitaram a idéia do plebiscito sobre a pena de morte. A rede Globo que passa as noites provocando violências, amanheceu defendendo a pena de morte. Saltaram de alegria Amaral Neto, os policiais que matam crianças, os médicos que fazem abortos, os donos de escravos brancos e os reis da propriedade absoluta. Para eles, a impunidade está garantida. Para os pobres a morte, legalizada.

Apesar da esperança ressurgindo, o ano de 92 foi ainda um ano de morte no campo: 20.000 famílias acampadas em beiras de estrada, 44 assassinatos de lavradores por questões de terra, 14.000 (isso mesmo, quase quatorze mil) escravos no campo. Para todos esses crimes, só houve 3 (isso mesmo, três) condenações. Enquanto muitos se solidarizaram com a Somália, alguns descobriram que a Somália é aqui também: o povo do Nordeste enfrentando a seca sem ajuda do governo, fome e desemprego fazendo o povo mais miserável.

Frente a essa realidade, Dom Luciano qualificou de hipócrita a discussão sobre pena de morte. Ele e o movimento pela ética na política propõem 5 pontos fundamentais para a nação enfrentar:

- combater a miséria que hoje coloca 50 milhões de brasileiros em estado de pobreza absoluta;
- refoma agrária com democratização do acesso à terra;
- revisão do processo de privatização;
- rediscussão do papel do setor portuário;
- revisão do projeto de patentes.

A fome, a doença e falta de perspectivas para crianças e jovens são a violência maior a ser erradicada do país.

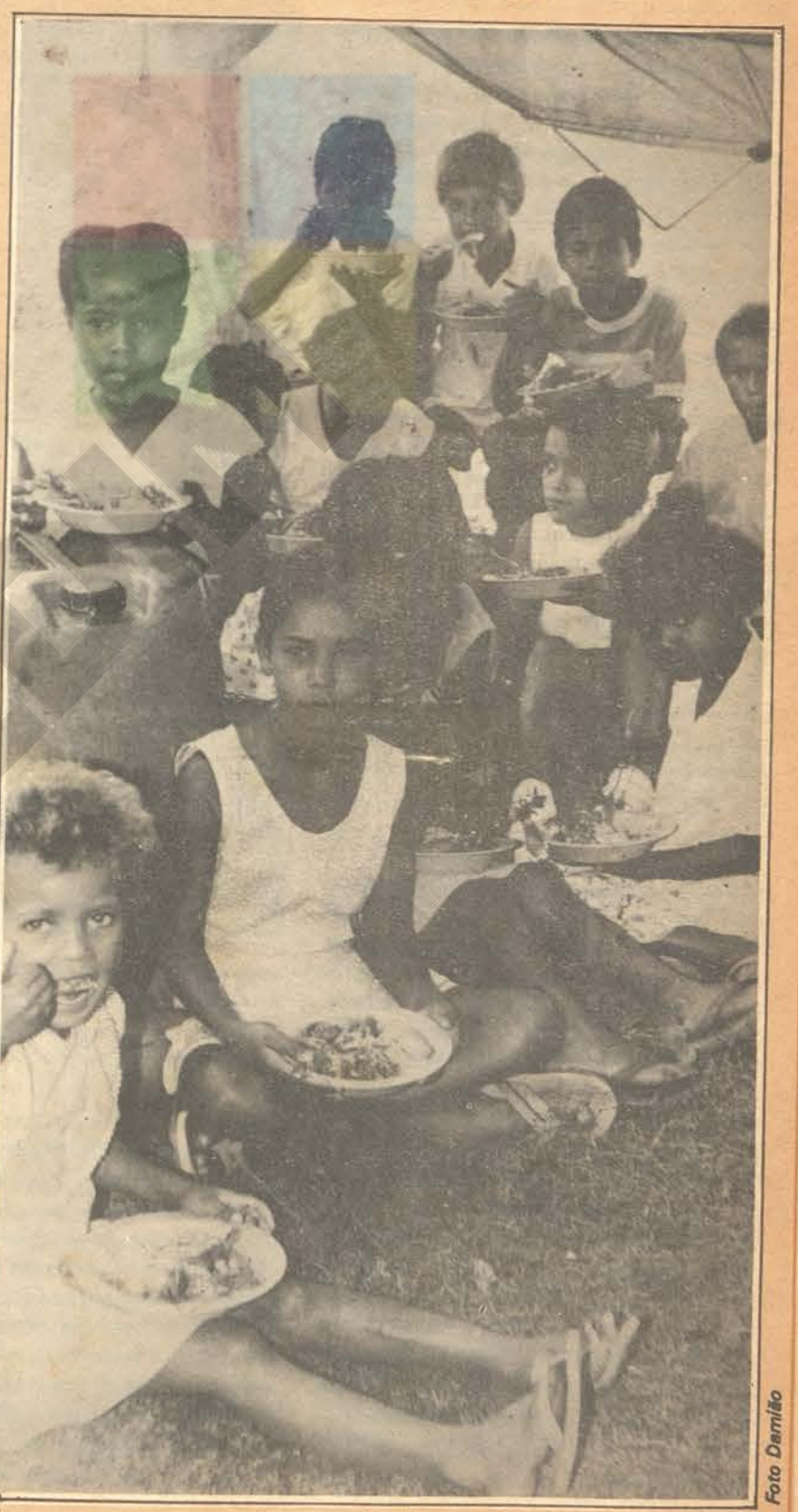


Foto Damião

Justino - o padre da terra sagrada

Os pequenos proprietários que vão ser atingidos por uma barragem estão reunidos. Os bichos entram pela janela. O pastor tenta passar o pé em cima de um bicho mas ele escapa, voando. Justino caça-o no ar e guarda-o até final da reunião: vocês conhecem o rola-bosta? Vejam estes bichinhos que vivem aqui por baixo dele. Estes bichinhos alimentam-se de ovos de mosca. O rola-bosta ajuda a limpar a sujeira do esterco.

Quando era professor no Colégio D. Cabral, Justino chegava, às vezes, atrasado na primeira aula. Os alunos diziam: "P. Justino, você chega atrasado e ainda vem fedendo". Olhando para as calças cheias de restos de capim, Justino respondia: "isso não é fedor, é cheiro de terra."

Ouvi falar em Justino quando o Bispo de Oliveira-MG, o nomeou para a CPT. Como coordenador Regional, fui tentar descobrir quem era o homem. Me falaram que participava de encontros de CEBs, mas dava cursos para fazendeiros. Fiquei sem entender nada. Mas, um dia, Justino veio ao secretariado. Contou sua história. Holandês, da Ordem de Santa Cruz, veio para o Brasil em 1954. No Pará, se encantou com as borboletas do leprosário. Começou a coleção, mas logo o mandaram ser professor em Campo Belo-MG. Exigiu que lhe dessem tempo para estudar. Foi para a Universidade Federal de Belo Horizonte e estudou Física, Química e Biologia. Nomearam-no Diretor do Colégio e ele se tornou protetor dos alunos pobres e dos rebeldes que não aguentavam aula - visitava a família e encaminhava-os para a vida.

Comprou um sítio para os professores e alunos do colégio. Começou a plantar na várzea, mas a represa de Furnas tomou toda a área que ele e os produtores da região plantavam. Só sobraram as partes altas, o cerrado. Comprou motores, colheu feijão irrigado. Mas nunca pagava a despesa. Largou a irrigação e começou a plantar feijão, milho e lab-lab, tudo junto. O lab-lab fez sombra, a terra ficou fresca, o feijão produziu sem despesa. Desmatar toda a área? que nada, melhor deixar algumas árvores para fazer sombra. Nas áreas de capim, tirar, no máximo, um terço da vegetação e deixar o gado na sombra. Usar calcário para corrigir a acidez? Quem pode pagar isso? Melhor plantar leguminosas de raízes diferentes, cobrir o solo com suas folhas e, em dois anos, o cerrado se enriquece e produz. As experiências do Justino se estenderam a toda a comunidade do Capucho, depois aos fazendeiros que queriam respeitar a natureza. Nasceu a cooperativa dos cafeicultores. Justino começou a ser chamado para discutir nas Universidades. Ecologia ainda não era moda. Paulinelli, secretário e depois ministro da agricultura dos militares propunha seu método de arrasar o cerrado para plantar soja para o Japão. Justino tinha outra proposta e muitos estudantes souberam ver a diferença.



Foto Arquivo/CPT

A comunidade do Capucho era um laboratório de experiências e estágios para estudantes, agrônomos, agentes de pastoral. Vinham de vários cantos do país, da África e da Europa. Ficavam semanas ou meses, aprendendo e ensinando. Mestre era Justino, mas era também a comunidade com sua cultura tradicional que ele ajudara a preservar e desenvolver. Mestre era cada um que ali passava e deixava uma nova experiência. Mestre era a convivência fraterna numa terra viva cheia de bichos e plantas do cerrado, produzindo abundância e vida.

Na CPT, Justino questionou, muitas vezes, por que nos dedicávamos tanto à conquista da terra e tão pouco a discutir com os lavradores a sobrevivência na terra. Ele sabia fazer isso e a CPT lhe abriu espaço pra discutir nas comunidades, nos sindicatos, na sociedade. Ele escreveu as propostas de plantio no cerrado do caderno "Para onde vão nossos alimentos?" que pretendia contrapôr-se ao JICA. Em várias lugares, os grandes projetos encontraram pela frente os trabalhadores com uma proposta diferente, porque ele era incansável em viajar, escutar e discutir com os lavradores.

Participou do nascimento de vários centros de tecnologia alternativa. Combateu monoculturas, sobretudo eucalipto. Mandou traduzir o livro de Vandana Shiva sobre eucalipto, editado pela CPT-MG em papel reciclado. Participou na luta contra barragens no semiárido do Norte de Minas.

As Escolas-Família onde estudam os filhos dos pequenos produtores eram seu entusiasmo nos últimos anos. Ajudou a criar várias. Deu inúmeras palestras para eles.

Falava muito, escrevia pouco, distribuía sementes tradicionais dos agricultores, tirava fotos de terras em desertificação, apresentava propostas para torná-las vivas de novo. Sempre encontrava espaço para falar das minhocas e da vida da terra.

Justino morreu, repentinamente, no dia 31 de Dezembro de 1992, ano da ECO. Com 64 anos, morreu em plena vitalidade, quando cada minuto de sua agenda estava sendo disputado por lavradores, ecologistas, entidades, universidades.

Neste ano participou da Conferência de Vitória e ficou o tempo inteiro no Fórum Global do Rio: discutindo formas alternativas de vida, produção, defesa das águas, aproveitamento do cerrado, reforma agrária condição para a vida e ecologia.

Três coisas nos deixa Justino:

- sua biblioteca, em inglês, alemão, holandês, potuguês. Justino era um cientista, na pele de um lavrador;

- a comunidade e a fazenda do Capucho, seu espaço de vida, pesquisa, escola, reza e divertimento;

- seu testemunho de vida simples e profunda, ecológica. Pode ser sintetizado por suas palavras na Rádio de Muriaé, dia 29.11.92: "Eu quero despedir de todos os trabalhadores rurais e deixar uma mensagem em nome da Comissão Pastoral da Terra. A nossa luta não é apenas pela terra, a nossa luta é pela terra sagrada. Todos nós devemos lembrar que o ar é de todos nós, a água é de todos nós, a terra é de todos nós. E quem é proprietário ou quer ser proprietário tem que lembrar: a terra tem uma função social. Não é só para produzir e ganhar dinheiro. É para servir a todos que nós queremos lutar por uma reforma que é mais justa, para que todo mundo tenha uma vida melhor."

(Jerónimo Nunes)

Assassinato no sul

Recebemos da CPT do Paraná a comunicação da morte do posseiro José Alves Machado, conhecido como "Juca Padre", ocorrida no último dia 23 de dezembro, no município de Pinhão (PR), em consequência dos ferimentos sofridos durante ataque dos pistoleiros Alcides de Melo Marinho ("Bigode"), José Altair de Melo, Alceni de Melo (menor) Jeferson Osnilno Medeiros e Amazonas de Matos. Juca Padre, que participava dos movimentos dos posseiros de Pinhão, foi espancado com paus e pedras no dia 19/12 e desde então, estava internado na UTI do Hospital de Guarapuava.

No dia 8 de agosto de 1992, Juca dera queixa à delegacia de polícia, relatando a queima de seu rancho e as ameaças de morte que vinha sofrendo por parte de pistoleiros do fazendeiro Enio Kaminsk e da Madeireira Zattar. Apresentou uma representação contra os supeitos ao promotor de Justiça, e este não a recebeu, dizendo que ia tomar medidas práticas, o que não ocorreu.

Mais morte no Pará

A CPT e o STR de Conceição do Araguaia (PA) enviaram, no dia 30 de dezembro passado, um ofício ao Ministro da Justiça, Dr. Maurício Correia, comunicando o assassinato do posseiro Vilmar Barbosa de Lima, e pedindo apuração do crime.

Vilmar foi encontrado morto, no dia 23/12/92, na estrada localizada na área do conflito das fazendas Marreca/Prata, com a mão direita decepada e um profundo corte no pescoço. Há indícios de que o crime foi encomendado pois, segundo o documento da CPT e do STR de Conceição do Araguaia, havia rumores de que o fazendeiro João Bernardes Alves teria contratado pistoleiros para "limpar a área".

Há mais de dois anos os posseiros vêm tornando produtiva a área que se encontrava totalmente abandonada. Em fevereiro de 1992 houve despejo de várias famílias com a queima de 11 casas. Os lavradores entraram na justiça com várias ações, até hoje não julgadas. O fazendeiro não permitiu vistoria pelo Incra e contratou pistoleiros.

Os posseiros reivindicam a desapropriação da área e a apuração rápida da morte de Vilmar e punição dos culpados.

Carta da CPT-NE às entidades de apoio aos trabalhadores

Caros amigos

Preocupados com a situação de duas mil famílias em (seis) municípios do agreste de Pernambuco que serão atingidas com a possível construção da Barragem de Jucazinho, no município de Surubim, no trecho médio do rio Capiberibe a cerca de 100 km de Recife, refletimos:

- o projeto da barragem de Jucazinho encerra por si mesmo uma série de contradições desde a forma política de negociar o projeto até a maneira como foi realizado o levantamento de impactos ambientais. Onde a população local não tem outra escolha, senão aceitar a construção da barragem;

- quais os custos sociais e ambientais? Quais os benefícios que a obra irá trazer para a população, quando a água será de má qualidade? Quando as melhores terras serão inundadas desestruturando a forma de vida dos camponeses na região? E a qualidade de vida? Exemplos de outros empreendimentos parecidos nos mostram os custos sociais e ambientais...

Foi refletindo essa realidade, a partir de dados fornecidos pela Cia de Saneamento de Pernambuco - Compesa, e, ouvindo as comunidades atingidas, que chegamos às conclusões contidas no documento enviado à Cotec (empresa contratada pelo DNOCS para elaborar a EIA/RIMA.

Para evitar que mais uma obra seja construída gerando consequências desastrosas para a população, é que pedimos o seu apoio no sentido de uma posição contrária ao projeto, visto que não temos conhecimento de que estudos foram feitos para esgotar as possibilidades de alternativa de abastecimento de água para a região, pois sabemos que há indicativos para a resolução do problema, sem que seja necessária a construção de barragem.

Desejando-lhes votos de feliz 1993, agradecemos a sua compreensão e o seu apoio".

Hermínio Canova - CPT Nordeste

Pistoleiro morto

Nas fazendas Araras, Marupiara e Zebulândia, município de Mara Rosa, Goiás, desde 1991 estão acampadas centenas de famílias de trabalhadores rurais sem terra. O grupo, que inicialmente era de 180 famílias, já sofreu despejo, mas pela necessidade da terra voltou a ocupar a área. A ele incorporaram-se muitas outras famílias, dentre as quais as que, em maio de 92, haviam sido despejadas da Fazenda União, em Novo Mundo e as que acamparam vários meses na frente da sede do Incra-GO, totalizando hoje cerca de 400 famílias que estão aguardando negociações entre o Incra e o fazendeiro Amadeu Bragheto.

Há uma demanda judicial entre os fazendeiros Amadeu Bragheto e Luís de Tal, sendo que este último mantém na área pistoleiros fortemente armados com atitudes hostis em relação aos posseiros. Por isso a Fetaeg recorreu às Polícias Federal, Militar e Civil, denunciando esse quadro de violências e ameaças e pedindo garantia de segurança às famílias dos trabalhadores rurais.

No último dia 7 de janeiro, Valdete Ferreira da Silva, Juvenil Rufinoo de Sousa e Adenil Rufinno de Sousa, trabalhadores rurais acampados nas áreas, retornavam de suas lavouras, transitando por uma estrada que dá acesso ao acampamento, estrada que corta a área pretendida pelo fazendeiro Luís, quando foram inteceptados por dois pistoleiros armados de metralhadorass e revóveres, proibindo que eles usassem a estrada. Depois de longa discussão e ameaças dos pistoleiros, um destes sacou de seu revólver e começou a atirar. Um dos trabalhadores, que portava uma espingarda de caça, para não ser morto, disparou um tiro atingindo um dos pistoleiros, que morreu logo em seguida.

Na noite de 9 de janeiro os três trabalhadores foram presos em Mundo Novo. Dois dias depois foram levados para Porongatú, interrogados e transferidos para a Delegacia de Mara Rosa.

(Fonte: Fetaeg - e CPT-GO)

CPT da Paraíba

Avaliação de 1992 e propostas para 1993

A CPT da Paraíba divulgou seu relatório da avaliação que fez de suas atividades no ano de 1992 e as propostas para 1993.

Sendo o relatório muito volumoso, destacamos dele três partes para publicar aqui: Introdução, propostas e avaliação do trabalho junto aos assalariados e canavieiros.

INTRODUÇÃO

A CPT desenvolveu seu trabalho em 1992 dando continuidade ao seu Plano Trienal.

O trabalho realizado priorizou os pequenos produtores, os assalariados rurais, os sindicalistas e as áreas de conflito. Representantes desses setores se reuniram periodicamente para reflexão sobre a realidade e a conjuntura, e estudo das perspectivas políticas e econômicas para o setor. A partir disso foram discutidas ações, formas de pressão, lutas, reivindicações e encaminhamentos da ação, tudo com o acompanhamento da CPT, procurando envolver também as comunidades.

Para dinamizar todo esse trabalho, a CPT paraibana contou com uma equipe reduzida, composta por sete pessoas e por uma equipe ampliada, integrada pelas equipes das zonais, totalizando 25 pessoas. Essas equipes se reuniram periodicamente para articulação e encaminhamento das atividades. Também as zonais realizaram mensalmente reuniões da CPT com os mesmos objetivos.

A participação da CPT em encontros, cursos, seminários e assembléias em nível local, regional e até nacional, tem sido importante espaço para troca de experiências, informações, articulação com outras pastorais e movimentos, e, sobretudo, para a formação permanente de seus membros.

O trabalho da CPT é sustentado por uma mística que vai impregnando seus membros e tem sido alimentada nos diversos encontros e reuniões, através de momentos de oração, de reflexões bíblicas e de outras expressões de fé, culminando com a Romaria da Terra que vai se tornando um marco para a vida das comunidades de toda a Diocese. Nesse ano, a 4a. Romaria da Terra foi realizada em terras indígenas e teve como tema os 500 anos de evangelização da América Latina.

ASSALARIADOS RURAIS E CANAVIEIROS

As atividades desenvolvidas neste ano tiveram o objetivo de ajudar os assalariados a se organizarem enquanto classe - assalariados do campo - para que, através de sua organização, possam lutar por melhores condições de trabalho, pela aplicação de leis trabalhistas, por uma direção sindical verdadeiramente voltada para os interesses da classe.

Sempre que os assalariados vieram à Delegacia Regional do Trabalho ou ao Tribunal Regional, exigir o atendimento de suas reivindicações, a CPT os apoiou e se fez presente.

Denunciamos as violências praticadas pela classe patronal contra as lideranças sindicais dos assalariados, especialmente no caso do Sindicato do Sapé, onde o seu presidente e o advogado dos trabalhadores têm sofrido todo tipo de violência: emboscada, residência alvejada à bala, ameaças de morte, a sede do sindicato incendiada, etc.

Também incentivamos os assalariados, sobretudo os da Usina Santa Helena, a utilizarem mais a terra da usina como forma de produzir alimentos para complementar a economia familiar e como forma de resistência na luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Em Zumbi de Alagoa Grande um grupo de assalariados muito atuante na defesa dos direitos de seus companheiros, não consegue mais trabalho nas usinas da região. A CPT está ajudando-os a enfrentar o problema da sobrevivência, orientando o grupo num pequeno projeto de criação de abelhas. É um projeto comunitário.

Durante o ano foram realizadas 6 reuniões com representantes dos assalariados e canavieiros.

Como o trabalho com os assalaridos do campo, especialmente os canavieiros, representa um grande desafio à ação pastoral, a CPT procurou realizar encontros com agentes de pastoral que atuam diretamente nesse setor. A situação de exploração vivida pelos canavieiros dificulta as iniciativas de organização e defesa de seus direitos. Daí a necessidade de buscarmos juntos pistas de ação e encaminhamentos para o trabalho. Houve três reuniões com agentes de áreas canavieiras.

No final do ano, a equipe ampliada da CPT fez a avaliação dos encontros com os assalariados. Constatamos que, neste ano, foram realizados todos os encontros programados. Mesmo com poucas pessoas houve encaminhamentos, troca de experiência e aprofundamento, com assessoria do Regional. Para os trabalhadores esses encontros foram uma oportunidade de colocar em comum sua realidade e refletir sobre sua situação.

Como negativo vimos que:

- o domingo é o único dia livre para os assalariados, sobretudo no período da safra da cana;
- o aspecto financeiro é um desafio: os assalariados não têm condições de assumir suas viagens para os encontros, uma vez que ganham tão pouco;
- falta articulação: não se conseguiu articular Sapé para participar dos encontros;
- houve falha na elaboração dos relatórios dos encontros.

Para a continuidade do trabalho junto aos assalariados do campo e canavieiros houve diversas propostas:

- constituir uma equipe integrada por pessoas de cada zonal. Todos os meses a equipe de representantes dos zonais se reúne e com isso deve reforçar o trabalho nos zonais;
- realizar o encontro dos agentes a cada dois meses;
- realizar dois encontros gerais por ano, além da participação nos encontros diocesanos;
- O Regional NE da CPT ajudará na formação da equipe, agentes e trabalhadores.

Com a continuidade do trabalho, esperamos dar novos passos, procurando vencer os desafios e atingir mais efetivamente o mundo dos canavieiros.

PROPOSTAS PARA 1993

Como resultado das avaliações finais, surgiram diversas propostas:

- continuar investindo na formação da equipe ampliada;
- elaborar propostas e alternativas de saídas sócio-econômicas para os agricultores, dando especial atenção aos assentamentos;
- continuar o acompanhamento às áreas de conflito;
- incentivar mais o trabalho com os assalariados, facilitando a sua articulação;
- procurar sistematizar as experiências dos pequenos produtores das áreas desapropriadas;
- valorizar as pequenas experiências com assalariados e sindicalistas da zona canavieira;
- ajudar o Zonal Brejo na organização e articulação do seu trabalho;
- ajudar o Zonal Várzea na constituição de uma equipe de CPT em nível de zonal, uma vez que a equipe existente passou a integrar o novo zonal - Vale do Mamanguape - que foi desmembrado do Zonal Várzea.
- registrar e denunciar os casos de violência ocorridos no campo e na cidade, através de cartas, recortes de jornais, etc;
- intensificar o debate que vem sendo feito sobre a questão de saúde e educação do trabalhador rural.

Finalizamos o ano com grande disposição de continuar o trabalho fazendo acontecer, passo a passo com os agricultores, o sonho da Terra Prometida!

(CPT-Paraíba)

Caminho de Emaús na América e Caribe

Todos conhecemos a tradicional carta circular que, de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga envia aos amigos de várias partes deste país e de outros, dando notícias, comentando, ajudando a refletir.

Na última, de final de ano, ele faz umas reflexões sobre os principais acontecimentos da Igreja latino-americana no ano de 1992. Não sendo possível reproduzí-la na íntegra (são 12 páginas bem ocupadas!) mostramos aos leitores alguns dos principais tópicos.

Conferência de Santo Domingo

Talvez **Santo Domingo** aconteceu com menos garra profética do que precisa nossa conjuntura continental - e mundial - tendo em vista a crescente depauperação de nossos povos, e com menos liberdade apostólica do que está pedindo a nossa Igreja, tendo em vista a involução e o centralismo que dominam a própria Igreja e a sociedade. Mas, ao final de contas e com o espírito para a frente, alguém tem podido qualificar, com humor, Santo Domingo como partida de futebol terminando em empate e que se seguirá jogando... Eu, que em Santo Domingo não andei- apesar de que me viram lá certas publicações obsessivas -, imaginava antes, e vejo depois, Santo Domingo como um supermercado: tem de tudo! DIAL, em seu número 1728, emoldura Santo Domingo dentro do "duplo signo" de "uma grande fraternidade entre os bispos delegados" e uma "tensão permanente, devida às imposições". E um bispo participante, pondo uma pitadinha de pimenta no assunto, concluía que Santo Domingo "não foi uma Conferência dos bispos, mas para os bispos".

O doutrinarismo e o poder entrecruzaram-se, de fato, com frequência, com a pastoralidade e o serviço. "A Igreja e eu somos assim, senhora", poderia dizer o dramaturgo.

Ninguém pode negar que houve controle e imposição, na metodologia principalmente; que se desaproveitaram o Documento de Trabalho e as valiosas contribuições de alguns episcopados, como Bolívia, Equador, Guatemala, Brasil; e que o Documento Final, depois de tanto vai-e-vem, adoece de ambiguidade e de contradições. Há nele, no mais, tantas opções e/ou prioridades, que corre-se o risco de não se assumir nenhuma para valer..

Verdade é que Santo Domingo não poderia ser aquela revelação que foi Medellín, abrindo a nova era da Igreja latino-americana. O contexto político de hoje também não propiciava as repercussões públicas que Medellín e Puebla provocaram, dentro de outros contextos, de repressão e de revolução no continente. E ainda deve-se reconhcer que a expectativa publicitária que se criou em torno de Santo Domingo mais se devia à polêmica do V Centenário do que ao interesse que na opinião pública pudesse suscitar uma conferência eclesial.

Entre o vento incontrolável do Espírito, porém, a honestidade eclesial de tantos participantes na Conferência e a oração de tantos pobres em toda a nossa América, não se pode minimizar as saudáveis complementações que Santo Domimgo nos oferece para seguirmos caminhando em Igreja e em Latinoamericanidade.

Muitos achamos que **o pedido de perdão aos Povos Indígenas e Negros** - isso propuseram também 33 bispos brasileiros, sugerindo inclusive uma celebração penitencial pública na catedral dominicana - deveria ter sido mais explícito, mais oficial, mais comprometido. Perdeu-se uma ocasião histórica!

Pátria Grande

O Documento incorpora - para reflexão e para a tarefa de nossas Igrejas - temas atualíssimos, como os Direitos Humanos, a Ecologia, os Meios de Comunicação. Confronta a modernidade e suas ambivalências e dedica uma justíssima preocupação à **Cidade**, ao múltiplo crescente desafio da vida e da pastoral urbanas, porque sabe que este continente - o mais agricultável do mundo - está se urbanizando a marchas forçadas: três de cada latino-americanos (mal) vivem na cidade.

Um detalhe de latinoamericanidade, que devemos agradecer e fazer produzir, é que num documento eclesiástico desse vulto se assuma "o ideal da unidade de nossos antepassados sobre a **Pátria Grande**.

É significativo também que o tríptico oficial de temas, que o próprio papa propusera para Santo Domingo, na página síntese final do Documento se anuncie assim agora: "Uma nova Evangelização...", "Uma promoção integral..." e "Uma Evangelização inculturada" (não mais a cultura cristã, que certamente é uma expressão propícia a muitas ambiguidades).

A Mensagem termina oferecendo "aos Povos da América Latina e do Caribe" um patrimônio social e espiritual contido nestas quatro palavras-chave: **Reconciliação, Solidariedade, Integração e Comunhão"**. Sem perdão posível, a Mensagem esqueceu outras duas palavras-chaves (que fazem a Bíblia e terão que fazer a nova América): a **Justiça** e a **Libertação**.

3º Encontro Continental de 500 Anos de Resistência

O 3º Encontro Continental da Campanha de 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular celebrou-se em Manágua - daquela Nicarágua de sempre - "num 12 de outubro que se transforma em grito e protesto, que se reveste de dignidade e se enche de memória", ao abrigo de tantos "mortos, heróis e mártires que nutrem nossas vidas com suas utopias". Participaram dele 668 representantes vindos de 26 países das Américas. E foi **uma afirmação das respectivas identidades dentro da pluralidade**, uma contestação aberta à invasão e à conquista e a toda celebração triunfalista das mesmas, a denúncia explícita das agressões atuais cometidas "pelos novos cruzados da civilização neoliberal" e o rechaço do "capitalismo que não possui as soluções para garantir um mundo de paz e de justiça social". Ao mesmo tempo o Encontro abraçava o compromisso de dinamizar o Movimento, na personagem de "uma nova era" e com os cinco objetivos seguintes:

- A **autonomia** dos Povos Indígenas e o **direito aos próprios territórios**.
- **A defesa das populações negras** contra todo racismo ou discriminação e **a retomada consciente e promovida da própria negritude**.
- O respeito **à mulher** com a sua integração plena nos diversos espaços sociais, econômicos, políticos e culturais.
- A luta pelo estabelecimento de um modelo econômico alternativo de "economia social", frente à ofensiva do modelo neoliberal e com estas cinco direções fundamentais: o trabalho, a natureza, a mulher, a identidade e a soberania.
- A consolidação do **processo de solidariedade, de coordenação e de unidade** sobre a base do reconhecimento e do respeito à diversidade.

O Encontro, como é lógico, definiu também suas estratégias para o **ano 93**, declarado pela ONU **"Ano Internacional dos Povos Indígenas"**.

Com tensões, que vão se superando, a Campanha ultrapassa o incidente do V Centenário e se afirma como um **"Movimento Indígena, Negro e Popular"** e já convocou seu próximo encontro para a Bolívia, em 1994. Eu penso que este movimento há de ser atendido,

com muita sensibilidade, pelas Igrejas, pelos governos e por toda a sociedade civil do continente , porque se trata de uma "avalancha" com todas as credenciais para se fazer respeitar.

E quero também chamar a atenção de nossas Igrejas para a **Declaração dos líderes espirituais dos Povos de Abya Yala**, reunidos em La Paz, Bolívia, de 19 a 23 de junho de 1992. Essa Declaração é um documento forte e questionador que nos obriga ao discernimento e à profecia no diálogo religioso e na evangelização inculturada.

VIII Encontro Intereclesial das CEBs

O VIII Encontro Intereclesial das CEBs, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, elegera como tema **"O Povo de Deus Renascendo das Culturas Oprimidas"**. E o tema fez "explosão" - no bom sentido da palavra - como reconhece o próprio boletim do Encontro. Com estridências, inclusive, nem tão inoportunas, afinal de contas, para nos sacudir a todos perante a tarefa da inculturação.

As Comunidades Eclesiais de Base demonstraram estar bem vivas, mesmo passando sua novidade publicitária e numa fase de amadurecimento que vem justificando aquele sonho de ser "um novo jeito de ser Igreja" para ajudar a toda a Igreja a "ser de um jeito novo".

É evidente, sim, que a reivindicação dos direitos eclesiais - sobretudo para a mulher, a inculturação de fato, o próprio caráter e finalidade dos Encontros intereclesiais e a dialética comunidade/massa na pastoral continuam de pé como desafios. Para o IX Intereclesil de 1996, em São Luís do Maranhão.

Este estilo próprio de caminhar na fé e de ser Igreja "popular" - com toda a água benta que se queira jogar em cima desta bendita palavra - expressa-se muito graficamente nas denominações dos blocos temáticos: "Pai Abraão" (migrantes); "São Sepé" (índios); "Comadre Aparecida" (negros); "Companheira Rose"(mulheres); "Chico Mendes" (trabalhadores do campo e da cidade).

Povo de Deus da América Latina e do Caribe

Em Quito, a muita altura de geografia e emoções, como abeirando-nos do Sinai, tivemos o Primeiro Encontro da Assembléia do Povo de Deus da América Latina e do Caribe. Um encontro que "nos surpreendeu a todos e (que) se desbordou a si mesmo", como reza o Manifesto final.

O **macro-ecumenismo** definiu a vivência religiosa daqueles dias; e o Continente e suas ilhas tornaram-se para nós definitivamente **Abya Yala**: uma América muito mais nossa, mais una e plural, mais dolorosamente sentida e mais utopicamente sonhada.

Em cinco enunciados o Manifesto resume a riqueza espiritual daqueles dias:

- "Deus é maior";
- "Deus tem um sonho";
- "o Povo de Deus são muitos povos";
- "o verdadeiro ecumenismo é maior que o ecumenismo";
- "Deus e seu Povo fazemos a História".

O Manifesto termina afirmando que "a Assembléia do Povo de Deus prossegue a marcha". É, pode ser, uma complementação - mais livre por ser macro-ecumênica" - dos encontros intereclesiais das CEBs e de outros encontros não especificamente crentes; e um processo de diálogo intercultural muito rico em compreeensão e comprometimento solidário em torno à vida do Continente. O próximo encontro já tem data marcada, 1996 e tem lugar, a Colômbia, violentada e acolhedora.

O patriarca Leonidas Proaño esteve presente, entre nós, com uma bênção familiar e, terminado o encontro, o visitamos em seu sepulcro, sob a luz do Imbabura e lá celebramos uma Eucaristia comovedora. Eu visitei ainda sua Igreja de Riobamba, em peregrinação fraterna; e devo confessar agradecido que este encontro e o Equador - pela hora, pelas pessoas e também pelos lugares - deixaram-me na alma um selo imarcescível.

América Central e Rigoberta

De Centroamérica, tão golpeada e tão querida, chega-nos uma verdadeira boa nova. Para toda nossa Ameríndia. E precisamente neste ano do conflitivo V Centenário: **O Prêmio Nobel da Paz a Rigoberta Menchú**. Todos os quetzales da Guatemala, quando souberam a notícia, alçaram vôo. E todos nós, com Rosalina Texúe, cantamos em Rigoberta, além de qualquer prêmio, a promessa "de um novo amanhecer". Nenhum outro Nobel foi outorgado mais oportunamente do que este, ao longo da história do Prêmio. Nenhum aparece mais plural, porque em Rigoberta premiada se fez justiça a todo um continente, como disse Pérez Esquivel. Rigoberta Menchú sintetiza todos os nossos sofrimentos, lutas e esperanças; como indígena, mulher, guatemalteca, filha e irmã de mártires, perseguida, militante. As palavras dessa imensa bandeira nossa, tão coloridamente maia, tão mundialmente passeada a todos os ventos, cobram novo vigor de profecia e de programa. Este prêmio não vai ficar simplesmente em discursos, homenagens e dólares: tanto nos alegra como nos compromete; a todos.

Em sua mensagem aos países europeus, Rigoberta os convocava "a realizar juntos o verdadeiro encontro dos mundos, respeitando as diferenças" e "a construir a unidade no meio da diversidade". "Um povo com fome é um povo sem paz", exclamava se referindo a nosso continente. "Para mim, a paz não chegou à América". E acerca de sua própria pátria precisava: "O problema da Guatemala é que não há solução ao tema dos direitos humanos; é a militarização, a injusta distribuição da riqueza, a intolerância frente aos indígenas, a discriminação, marginalização". Acrescentava ainda, com voz de profeta: "A cultura da morte a impõem os interesses econômicos e políticos, a arrogância do poder, a corrupção. Eu dou a culpa ao Primeiro Mundo que por tantos anos vem saqueando nossas riquezas: falo das superpotências que dominam a vida do mundo; mais concretamente, o Banco Mundial e o FMI; os que têm gerado e tolerado a morte de nossos povos..." "O silêncio - advertia além do mais - é também uma parte da repressão".

Rigoberta é indígena da Guatemala. Bem logo tem que fazer valer o prêmio! Nos primeiros dias de janeiro, centenas de famílias de refugiados guatemaltecos, no México, cruzam a fronteira de sua pátria maia. E seguirão milhares de irmãos e irmãs que vêm suportando o exílio e o refúgio há dez sofridos anos. Esses refugiados pedem, mais uma vez, o apoio a a companhia da solidariedade internacional para regressarem à sua pátria "de uma maneira segura e digna". Rigoberta estará com eles; todos nós, a nosso modo, haveremos de estar também.

Deus mediando e mediante a ajuda dos amigos enfeitores, faço, em fevereiro, nova viagem de solidariedade à América Central; com uma semana no México, na homenagem nacional que vai se tributar ao patriarca Sérgio Méndez Arceo, no dia 6, e para participar da Assembléia do Comitê Cristão de Solidariedade com a América Latina "Oscar Arnulfo Romero". Nessa assembléia pretendemos atualizar os objetivos e as estratégias do Comitê, herança do sangue de Romero e da solidariedade de Sergio.

Viver a fé e as práticas religiosas do povo da terra II

Um axé na luta pela terra

A luta pela terra é fruto da consciência, como sujeitos históricos, dos pequenos agricultores, os assentados, os povos indígenas e os trabalhadores(as) assalariados(as). Nestes últimos, queremos destacar a luta de resistência e a fé do povo afro-brasileiro.

A história do povo negro é um sinal visível na luta permanente pelo direito à cidadania, pelo direito da posse da terra (campo/cidade) e pela superação de todas as práticas de preconceito, discriminação e racismo, que continuam sendo práticas comuns nas relações da sociedade.

Na sequência de lutas que o povo negro acumula na história popular brasileira, podemos destacar a luta pela terra e pela reforma agrária como sinais de resistência afro-brasileira. São os quilombos, as ocupações, as "terras de pretos", que afirmam essa luta permanente pela cidadania e a dignidade de ser negro, na diáspora africana.

Também observamos o envolvimento do homem e da mulher negra na luta pela terra, moradia e cidadania. Percebemos que sua maneira de ser e participar são frutos de uma relação íntima entre a luta pelos seus direitos e a fé afro-brasileira. É uma "energia" transmitida a todos através do envolvimento de todo o corpo, que estabelece uma harmonia em todas as relações. Esta mística do povo afro-brasileiro indica um jeito novo de ser e conviver em comunidade. O importante é que tudo esteja acontecendo no meio das lutas concretas, e vai fortalecendo novas relações humanas e novos projetos de organizações populares.



Foto Damião

ÁFRICA - TERRA MÃE!

Quando recorremos às origens do povo afro-brasileiro podemos afirmar que, além de serem filhos da grande Mãe-África, possuem tradições genealógicas enraizadas em grandes povos e nações da história africana. Entre eles, destacamos os povos Nagô (na região da Nigéria), os Sudaneses (na região do Golfo do Benin) e os Bantos (na região da África Austral que compreende o sul e sudeste do continente africano).

O retorno às origens africanas proporciona à luta pela terra novos elementos de resistência e mística. Há uma identidade que o povo africano e seus herdeiros na diáspora brasileira possuem na fé do criador de todas as coisas - Deus; na intimidade que o negro se afirma com a terra e sua ancestralidade, através do plantio e da colheita, visto que é dádiva do criador e herança dos ante-passados; na família como centro e ápice de seus relacionamentos e depósitos de suas tradições de fé, e no sentido de organização comunitária que perpassa os passos de luta do povo afro-brasileiro.

BANTO - SEMENTE DA NEGRITUDE NA DIÁSPORA

Uma parcela significativa da população afro-brasileira tem suas raízes etmológicas na nação **Banto**. Um povo que possui uma dimensão muito ampla de seus descendentes e várias línguas (dialetos) para a comunicação nesta região da África Austral.

O teólogo africano Vicent Mulago afirma que o povo Banto tem na sua origem uma identidade comum: "Para o banto é a existência da comunidade; é a participação na vida sagrada (e toda vida é sagrada) dos ancestrais; é uma extensão da vida dos antepassados e uma preparação de sua própria vida pa-ra que ele se perpetue nos seus descen-dentes."

A reflexão deste teólogo nos ajuda a compreender que o povo negro de origem banto - uma grande parcela dos afro-brasileiros-, tem uma concepção de vida que pode ser vista de duas formas: primeiro, como uma comunidade de sangue; segundo, como uma comunidade de propriedade (pertença humana e garantia da terra).



Foto Damião

Tendo a CPT assumido o compromisso de estar refletindo sua ação política e a prática da fé desde uma perspectiva da religião do povo, tem pela frente um desafio profético e libertador. Este desafio junto às religiões afro-brasileiras exige do agente de pastoral a prática de vivenciar o jeito e o modo de ser afro-brasileiro. Significa "misturar-se" dentro deste jeito negro/a de ser e celebrar a manifestação do mistério criador. É estar enegrecendo nossas relações com Deus e nossas celebrações populares. Isto é, estar abertos para a mística afro-brasileira na sua integral relação com as divindades e o criador. Estabelecer uma nova relação de comunhão que deixa transparecer o corpo como a totalidade da revelação e da integração com o universo da comunidade.

Podemos concluir afirmando que para aprender e compreender o "jeito e o ser afro-brasileiro" é preciso que aconteça, em todos nós, uma ruptura profunda dos preconceitos, discriminações e atitudes de racismo, Isto é, que possamos conviver com as diferenças étnicas e do testemunho da fé que identificam as relações de nosso cotidiano popular, no campo e na cidade.

O testemunho maior está na prática que estamos exercitando junto aos empobrecidos da terra (campo e cidade) com suas diferenças na compreensão explícita da fé. Estes se encontram numa mística libertadora que torna a luta uma prática solidária e um compromisso com a justiça para todos. Eis o nosso desafio como agentes de pastoral no processo de inculturação e libertação de homens e mulheres!

(Marcos Rodrigues da Silva - CPT-SC)

Escravidão e morte, as marcas da violência no campo em 92

Para os assíduos leitores do "Pastoral da Terra" ou dos documentos da CPT, a violência no campo não é mais novidade, mesmo assim, não deixa de causar impactos.

O Setor de Documentação da CPT vem registrando, há 13 anos, de forma mais sistemática, a violência que permeia os conflitos no campo. As lutas pela terra e por melhores condições de trabalho no campo brasileiro são marcadas por ataques brutais contra a vida humana e em defesa da propriedade rural.

Os dados do levantamento feito em 1992 apontam para além da mera estatística. Os números apresentados querem conduzir à gravidade da violência que é cometida contra cada pessoa, criança, mulher, homem; contra o direito à posse e uso da terra; contra o direito ao trabalho com dignidade. E, depois de impactar com a denúncia, provoque a solidariedade e que seja não só no sentido de remediar, mas que possa ter o caráter da prevenção contra novos ataques, visando sempre o resgate da cidadania no campo. Conquistada a cidadania, a Paz chegará.

No campo em 1992, 44 pessoas foram assassinadas. São 44 pessoas que foram tiradas de suas famílias, de seu mundo. A maioria delas é que sustentava estas famílias, que liderava comunidades, sindicatos, associações. Com o objetivo de matar a luta, a resistência, a organização, matam o pai, a mãe, o filho. Interessante frisar que desse total, 16 assassinatos ocorreram após as eleições municipais. Isto representa 36% do conjunto. Taticamente, os que detém a terra e disputam o poder político local - através do voto - arrefecem, pelo período que lhes convêm, o uso das armas.

Há outra forma de violência, cuja prática nos dias de hoje é ignorada por muitos. A escravidão, que teve sua extinção legal a partir de uma imposição interesseira, continua sendo adotada. A CPT passou a registrar ocorrências desta prática criminosa a partir de 1988 (exatamente no centenário de sua abolição áurea!). E o número de pessoas submetidas ao trabalho forçado vem crescendo ostensivamente. Inclusive, a ponto de, no ano de 1992, haver um registro de 13.976 pessoas envolvidas, o que é superior aos quatro anos anteriores (88 a 91), que juntos somam 9.268. Sem dúvida que há várias maneiras de explicar a existência da tal violência, porém nenhuma nos leva a admití-la.

RELAÇÃO DOS ASSASSINATOS NO CAMPO - BRASIL 1992
CPT/Setor de Documentação

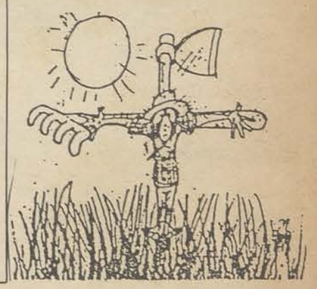
No.	UF	TIPO	NOME DA VÍTIMA/IDADE	DATA	PROFISSÃO	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA/ CATEGORIA
01	AL	TR	MANOEL TRIBUTINO(M. MAGO)	25/07	TRAB.RURAL	IBATEGUARA	EUDÉSIO LAMENHA,FAZ
02	BA	TE	ETELVINO CAMPOS (TETÉ)	24/08	POSSEIRO	VIT. DA CONQ.	ERALDO LACERDA
03	MA	TE	JOSÉ J. ANDRADE(PARAÍBA)	22/02	POSSEIRO	IMPERATRIZ	DOIS PISTOLEIROS
04	MA	TE	PEDRO ARAÚJO TEIXEIRA	13/04	DIR SINDICAL	SÃO MATEUS	PISTOLEIROS
05	MA	TE	SEVERO DA SILVA	19/05	LAVRADOR	SANTA LUZIA	FAZ ANTÔNIO BORGES E PISTOLEIROS
06	MA	TE	JUVENAL FERREIRA LIMA	31/10	POSSEIRO	SANTA LUZIA	2 PISTOLEIROS DO FAZ. FÁBIO A BORGES
07	MA	TE	AUGUSTO P. GUAJAJARA,20	01/11	ÍNDIO	GRAJAÚ	"NEGÃO", EDMILSON E OUTRO - PIST
08	MA	TE	DOMINGOS MENDES MARTINS	02/11	POSSEIRO	GRAJAÚ	
09	MA	TE	FRANCISCO G. DA SILVA	03/12	DIRIGENTE STR	IMPERATRIZ	PISTOLEIROS
10	MG	TE	SÔNIA,17	/03	POSSEIRA	ANTÔNIO DIAS	
11	MG	TE	SECUNDINO SOARES COSTA,73	13/04	PEQ. PROP.	RIO POMBA	SATURNINO SALVINO, PEQ. PROP.
12	MG	TE	TEREZINHA C. DE OLIVEIRA	27/11	POSSEIRRA	CONC. DO MATO DENTRO	EDSON VIANA DIAS - PREFEITO;JOSÉ PEREIRA FILHO - VEREADOR
13	MS	TE	JOSÉ ALVES VASCONCELOS,39	11/06	MOTORISTA	AMAMBAI	PISTOLEIROS
14	MS	TE	MANOEL GOMES (MANEZÃO),36	12/11	LÍDER RURAL	AMAMBAI	PISTOLEIRO
15	MT	TE	OÉLIO LOPES DE OLIVEIRA	15/08	COLONO	VERA	PISTOLEIROS DA FAM. SACKMANN
16	PA	TE	DOMINGOS MENDES CARDOSO	04/01	POSSEIRO	S. J. DO ARAGUAIA	
17	PA	TE	JOÃO DE TAL (JOÃO DOIDO)	04/01	POSSEIRO	S. J. DO ARAGUAIA	
18	PA	TE	RAIMUNDO CRENTE	/02	POSSEIRO	S. G. DO ARAGUAIA	PAISSANDU E FERREIRINHA PIST.
19	PA	TE	ANTÔNIO SIMÃO	/03	POSSEIRO	REPARTIMENTO	FAZ. JONAS PAULINO PIST. MANOEL E ZÉ CAPIXABA
20	PA	TR	PEÃO	/04	PEÃO	REPARTIMENTO	FAZ. DA PACAJAZINHO
21	PA	TE	LOURIVAL C. RODRIGUES,57	03/05	POSSEIRO	BARCARENA	FAZ SEBASTIÃO RAMOS DIAS
22	PA	TR	LÁZIO DE SOUZA SERTÃO	16/05	POSSEIRO	XINGUARA	SD-PM EDSON E GERENTE MILTON
23	PA	TE	LUIZ	29/08	TRAB.RURAL	REPARTIMENTO	PISTOLEIROS
24	PA	TR	CARLOS A. REGO DE SOUZA	/09	PEÃO	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	

No.	UF	TIPO	NOME DA VÍTIMA/IDADE	DATA	PROFISSÃO	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA/ CATEGORIA
25	PA	TE	JÚLIO MARINHO LOPES,32	29/09	DIR SINDICAL	MÃE DO RIO	PISTOLEIRO DO FAZ. "ZÉ MARRETA"
26	PA	TE	AGEU SOERO GOMES	/11	DIR SINDICAL	CURIONÓPOLIS	ANTÔNIO DO BALTAZAR, MANELÃO, JORGE,PELE PACA, ANTÔNIO PRESA DE ONÇA - PIST.
27	PA	TE	JULIETA P.SURIANO	11/12	GARIMPEIRA	RIO MARIA	2 PISTOLEIROS E 1 VAQUEIRO
28	PA	TE	VILMAR BARBOSA LIMA,21	23/12	POSSEIRO	CONC. DO ARAGUAIA	PISTOLEIROS E FAZ JOÃO BERNARDES
29	PB	TE	EDUARDO ALVES DA COSTA,63	30/01	POSSEIRO	LAGOA	JOSÉ FRANCISCO F. LIMA
30	PB	TR	SEVERINO ADELINO DE SOUSA	05/06	CANAVIEIRO	ALAGOA GRANDE	JOSÉ ROSENO, VIGIA
31	PB	TR	ANTÔNIO CALIXTO DA SILVA,57	23/10	TRAB RURAL	CAAPORÃ	ANÍSIO FREIRE DE MENDONÇA - FAZ
32	PB	TE	JOSÉ RÔMULO	06/12	TRAB RURAL	ARARUNA	PISTOLEIRO
33	PE	TE	JOSÉ EVERALDO R. BISPO	04/09	NDIO XUCURU	PESQUEIRA	EGIVALDO FARIAS DA SILVA
34	PE	TR	JOSENILSON JOSÉ DA SILVA	06/09	CANAVIEIRO	IPOJUCA	JOSÉ FÉLIX (CAPATAZ)
35	PE	TR	JOSÉ FRANCISCO LINS,48	21/09	CANAVIEIRO	BARREIROS	VALDOMIRO, CAPATAZ
36	PE	TR	ANTÔNIO PESSOA,45	30/10	CANAVIEIRO	GOIANA	JOSÉ FABRÍCIO - VIGIA
37	PE	TR	JOSÉ DE ANDRADE,40	31/10	PEQ PROPR.	GOIANA	PEDRÃO (CHEFE DE CAMPO)
38	PI	TE	LUIS ARAÚJO (LUISÃO),70	08/03	POSSEIRO	JOSÉ DE FREITAS	VALTER FOLORINDO, FAZ.
39	PR	TE	AMÉRICO D. M. DE DEUS	16/08	PEQ PROPR.	ALMIRANTE	OLEVES GONÇALVES TAMANDARE LOURENÇO(LEBRE) PIST; FAZ. ARNALDO (NALDO)
40	PR	TE	JOSÉ LEMES DE SOUZA,47	24/11	DIRIGENTE STR	NOVA FÁTIMA	PISTOLEIRO JOÃO VELOSO FAZENDEIRO HEITOR P PEIXOTO
41	PR	TE	JOSÉ A. MACHADO (JUCA PADRE)	23/12	POSSEIRO	PINHÃO	ALCIDES MARINHO DE MELO (BIGODE) JOSÉ ALTAIR DE MELO, ALCENI MELO (MENOR), GEFERSON MEDEIRO AMAZONAS DE MATOS - PIST.
42	RS	TE	ANTÔNIO JOCELI CORREIA,21	20/11	SEM TERRA	SÃO MIGUEL	MISSÕES BRIGADA MILITAR
43	SE	TE	JOSÉ R. DOS SANTOS,32	27/07	LÍDER POSS.	MONTE ALEGRE	PISTOLEIROS DE SERGIPE
44	TO	TE	RAIMUNDO FERREIRA SOUZA,40	10/02	POSSEIRO	ARAGUATINS	SEBASTIÃO (EMPREGADO DO DECA)

TRABALHO ESCRAVO - BRASIL/1992

No.	NOME IMÓVEL/EMPRESA	MUNICÍPIO	UF	No.PESSOAS
1.	Destilaria Medasa	Medeiros Neto	BA	160
2.	Industrial Malvina Açucareira	Bocaiuva	MG	2.000
3.	Destilaria Cachoeira	Rio Brilhante	MS	235
4.	Carvoarias Ribas R.Pardo/	Águas Claras	MS	8.000
5.	Fazenda Continental	Castanheira e Juína	MT	80
6.	Fazenda Lagoa Azul	Xinguara	PA	1
7.	Fazenda Gralha Azul	Laranjeiras do Sul	PR	50
8.	Fazenda Mangueira de Pedra	Arroio dos Ratos	RS	250
9.	Serraria São Simão	Palmares do Sul	RS	200
10	Fazenda Ouro Verde	São Leopoldo	RS	3.000
		TOTAL No. DE PESSOAS.....		13.976

Fonte: CPT-Nacional/Setor de Documentação
(Dados parciais - dezembro de 1992)



DESPEJO

(Josias Dias da Costa
Mineiros - GO)

Um sopro de vida,
esperança perdida
de tanto sofrer.
Um não sei o quê
de ajuntar os trapos
e ver seus barracos
caindo no chão.
Os pequeninos então
não entendem o rolo,
destampam no choro
por causa da fome.
Um homem suplica,
a sorte é maldita,
nada consegue
e espera que chegue
o novo amanhã.
O choro da criança
dá uma nova esperança
e segue em frente
e encontra mais gente
no mesmo barco.
Distante do charco
levanta o barraco:
é nova ocupação.



LEIA



ESTAMOS DESAPARECENDO DA TERRA
- De Washington Araújo
- Editora Bahá'í

A visão Bahá'í sobre o destino glorioso dos povos indígenas na América - 1492/1992

"Este livro é um resgate. Resgate da história dos primeiros habitantes da América. História de sofrimentos, lutas e mortes: povos tentando preservar sua identidade, cultura, sabedoria e lendas.

É um grito desesperado de povos esquecidos e humilhados, perpassando gerações e mentes."

PARTICIPE DA CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

DEMARCAÇÃO URGENTE



500 ANOS DE RESISTÊNCIA

- 254 ÁREAS INDÍGENAS FALTAM SER DEMARCADAS
- 57 ESTÃO SEM QUALQUER PROVIDÊNCIA
- O PRAZO PARA A DEMARCAÇÃO DE TODAS AS TERRAS INDÍGENAS TERMINA EM OUTUBRO/93

TERRA DEMARCADA
VIDA PRESERVADA

CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO
DAS TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

PARTICIPE!

CONTATOS:

COIAB - Coord. das Org. Ind. da Amazônia Brasileira.
Av. Joaquim Nabuco 1572 - Centro
Manaus - AM - 69003
Fone: (092) 233-0548/233-0937

FORAM
Forum Permanante da Amazônia
Rua Tapajós, 54 - Centro
69010 - Manaus-AM
Fone: (092) 233-5020 - Fax: (092) 232-7347

IMPRESSO

PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.000 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224-4436 - Fax (062) 225- 4967
Assinatura anual (12 exemplares) de janeiro a dezembro
Normal.....Cr$50.000,00
Para lavrador.....Cr$25.000,0
Para o exterior.....US$15,00
O pagamento de assinatura pode ser feito através de VALE POSTAL ou CHEQUE VISADO pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.
A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB. Tem como objetivos:
I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.
Assine ou renove sua assinatura

Nome:.....

Endereço.....Exemplares.....

CPT

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra | Janeiro a Março de 2013 | Ano 38 – Nº 211



Foto: Divulgação

VIOLÊNCIA SE EXPANDE: assassinatos, perseguições a militantes e violências em todo o país

pág.: 8, 9 e 10



Foto: CPT Nacional

Seminário promovido pelas Pastorais do Campo discute Comunidades Tradicionais, território e Estado

pág.: 5

EDITORIAL

Habemus Papam

Esta edição do Pastoral da Terra foi sendo construída em meio a ruídos ensurdecedores da renúncia de Bento XVI e a escolha do novo Papa, Francisco, e da morte do presidente Hugo Chavez.

A renúncia de Bento XVI, além da debilidade física e cansaço mental, apresentados como razões, deixaram entrever outros motivos mais graves: A impossibilidade de fazer frente, como queria, aos escândalos sexuais da hierarquia, os desmandos financeiros do Instituto das Obras da Religião, IOR, o Banco do Vaticano e uma surda e intensa luta interna pelo poder.

A eleição do novo papa, o argentino Jorge Mario Bergoglio, de certa forma foi uma surpresa. Não europeu, jesuíta. Destaca-se seu modo de vida simples, a preocupação com os pobres. Incômodas são as acusações de conivência com a ditadura militar na Argentina. Mas como bem diz Pedro Casaldáliga, bastante antes do conclave: "Sai Papa, entra Papa e a estrutura continua. O Papa entra na Cúria, fica refém da estrutura." O que está em jogo são duas leituras de Igreja e do concílio Vaticano II, assinala o Pe. Flávio Lazzarin, da coordenação nacional da CPT: "a dialética da identidade católica entre libertação e restauração."

Já o que tem mais chamado a atenção do mundo na morte do presidente Hugo Chavez foi o mar humano que enfrentou por longas horas, filas intermináveis para saudar essa figura humana, carismática e polêmica. Uma figura que, se queira ou não, marcou a história de nossa América, pela audácia no combate à pobreza, à desigualdade, ao analfabetismo, e pelo confronto aberto com o império estadunidense.

Em meio a estes ruídos continua a vida. No final de janeiro foi concluído o traumático processo de desintrusão dos não indígenas da Terra Indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso. E a violência faz vítimas em todas as partes. É no Acre, onde a própria CPT está no centro do furacão das agressões e ameaças, é no Maranhão e em outros estados contra os quilombolas, no Mato Grosso do Sul contra os indígenas, no rio de Janeiro contra as lideranças dos sem terra. Sobre isso as comunidades tradicionais puderam fazer ouvir sua voz no seminário organizado pela Articulação das Pastorais do Campo.

2013, a Juventude é tema da Campanha da Fraternidade, mas pela análise do texto-base, ela não é a protagonista, mas a destinatária das ações da Igreja. Ironia do destino, no ano em que a Juventude é o foco, a Casa da Juventude Pe. Burnier, de Goiânia, extingue as ações de formação pastoral que a tornaram referência nacional e internacional. Por outro lado, a juventude rural do Ceará merece uma atenção formativa especial por parte da CPT regional.

A perda de duas pessoas especiais trouxe profunda consternação à CPT. Frei Jean Raguènès, figura emblemática de movimentos na França e agente da CPT no Pará, e João Zinclar, fotógrafo amigo e solidário.

"Façam Justiça" é a bandeira dos profetas, é o que Sandro nos lembra. Essa justiça continua sendo exigência da Ressurreição do Senhor que rompe cadeias e grilhões, até da própria morte, para que seus filhos e filhas vivam vida plena.

Feliz Páscoa!

PUBLICAÇÕES

Catequese Comunitária em Mutirão



Foi editada pela CPT do Rio Grande do Sul, no final de 2012, a segunda edição (revista e ampliada) de Catequese Comunitária em Mutirão. São roteiros para 43 encontros de Iniciação à vida cristã e comunitária – especial para primeira comunhão. Um material a ser utilizado, sobretudo, em assentamentos e acampamentos. A primeira edição saiu em 2002 e foi elaborada de forma coletiva pelos agentes de pastoral dos assentamentos e acampamentos. A segunda edição foi revista e ampliada pelos agentes da CPT, Frei Wilson Dallagnol e Irmã Adilina Benetti. Cada encontro traz uma ilustração feita pela Irmã Teresinha Cardoso.

A Catequese em Mutirão quer ser uma catequese com os "pés no chão", com o "olhar na utopia" do Reino de Deus e com as "mãos na ação" e nas lutas do povo. Além dos encontros, encontra-se no livro "Orações e ensinamentos fundamentais da fé cristã", três parábolas atuais e 37 cânticos da fé e da luta em comunidade. Esse é um material que busca unir intimamente a fé e a vida. Os encontros partem da observação e diálogo sobre a ilustração, e do que diz a "história" e nossa vida, para em seguida passar para a Palavra de Deus. A reflexão leva a relacionar a Palavra da Bíblia e a vida de hoje. Uma riqueza que deveria ser bem conhecida.

Direitos Humanos no Brasil 2012



A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos publicou, pelo 13º ano consecutivo, o relatório Direitos Humanos no Brasil 2012. São ao todo 27 textos que abordam as mais diversas situações de violação dos Direitos Humanos, de diferentes categorias de pessoas do povo brasileiro. Os temas abordam "a questão agrária, o trabalho escravo, direitos dos povos indígenas e quilombolas, agrotóxicos, remoções e especulação imobiliária entre outros.", diz a introdução. Antônio Canuto, da secretaria nacional, assina o texto *"O árduo e longo caminho para o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais"*.

Dom Tomás Balduino prefacia esta edição. Nela diz: "Nossa história está pontilhada de silêncios impostos aos fracos e oprimidos que, a partir de sua situação de sofrimento, buscaram organizadamente uma vida digna, humana e boa. É o caso de Palmares de Zumbi, de Canudos de Antônio Conselheiro, de Trombas e Formoso de José Porfírio de Souza, etc. É o caso não só da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito, mas de todo povo Guarani-Kaiowá. É o caso dos povos indígenas, dos quilombolas e dos camponeses. É a partir dessa perspectiva que devemos tomar conhecimento e assumir, como ação prática, a dramaticidade do conteúdo todo da publicação Direitos Humanos no Brasil 2012".

CPT TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Jane Silva

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
MZF Missionzentrale der Franziskaner
CCFD

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

Fique Informado

Audiência Pública discute regularização fundiária em Campos Lindos (TO)

Uma audiência pública em Campos Lindos (TO) debateu no dia 5 de fevereiro, os conflitos que envolvem o Projeto de Soja de Campos Lindos. A audiência foi uma solicitação de camponeses e posseiros do município, atendida pelo Ministério Público Federal. A disputa envolvendo a área do projeto teve início em 1996, quando o então governador Siqueira Campos decretou como de "utilidade pública" uma área de 105 mil hectares, onde viviam e produziam posseiros e camponeses, há mais de 50 anos. O governo dividiu a terra em várias parcelas que foram distribuídas a um grupo de pessoas escolhidas pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, então presidida pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO). Além da senadora, que na época era deputada federal, outros políticos também foram beneficiados na distribuição de parcelas da área. O caso já foi denunciado pela CPT e pelos próprios posseiros, que registraram denúncia na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em 2005, entretanto nenhuma providência foi tomada. Ficou acordada na audiência a composição de uma comissão mista, composta por antropólogos, defensoria pública, entre outros, para produzir um relatório histórico ocupacional, com a finalidade de, enfim, regularizar a área.

INCRA assenta mandante do assassinato de extrativistas em Nova Ipixuna

José Rodrigues Moreira, mandante do assassinato do casal de extrativistas (José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva) foi assentado pela Superintendência do INCRA de Marabá no mesmo lote, pelo qual, ele mandou matar o casal. A decisão do INCRA beneficiando o mandante dos crimes se deu em 14 de dezembro último. Rodrigues comprou ilegalmente 144 hectares de terra, pelo valor de 100 mil reais, no interior do Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranheira, em 2010. Uma área de floresta primária com grande incidência de castanheiras, cupuaçus e açaís, usada para atividade extrativista. Em metade da área que ele comprou, existiam três famílias que passaram a ser ameaçadas de expulsão. José Cláudio e Maria deram apoio às famílias e impediram que José Rodrigues as expulsasse e se apropriasse da área. Por essa razão, Rodrigues decidiu mandar matar o casal. O crime ocorreu no interior do Projeto de Assentamento no dia 24 de maio de 2011. A CPT e outros movimentos sociais e sindicais da região estão entrando com um requerimento junto ao Ministério Público, pedindo a instauração de um inquérito que investigue a atuação do INCRA nessa ação ilegal.

Setor de Documentação da CPT recebe o nome de Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Entre as comemorações dos 90 anos de Dom Tomás Balduino, recém completados em dezembro último, a CPT o homenageou dando o seu nome ao Setor de Documentação, que passou a se chamar de Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Nos dias 8 e 9 de dezembro, em evento realizado na cidade de Goiás, Dom Tomás havia recebido da CPT Nacional, a placa que daria o seu nome ao Setor. No último dia 8 de fevereiro, durante reunião da Coordenação Nacional, em cerimônia singela, foi afixada no setor a placa que diz:

Foto: CPT Nacional



"CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO:

A Comissão Pastoral da Terra homenageia Dom Tomás Balduino, no marco de seus 90 anos, por sua fidelidade ao Deus dos pobres a serviço dos pobres da terra.

31 de dezembro de 2012.".

Na cerimônia foi lembrado o exemplo de resistência e de luta de Dom Tomás, durante anos a fio, para garantir os direitos dos trabalhadores do campo.

Juiz concede liminar de despejo contra o quilombo Brejo dos Crioulos

Foto: Racismo Ambiental



Apesar do quilombo de Brejo dos Crioulos, no norte de Minas Gerais, ter tido suas terras reconhecidas por decreto assinado pela presidenta Dilma Rousseff, em 29 de setembro de 2011, o juiz federal da 2ª Vara de Montes Claros (MG) deu mandado de despejo contra a comunidade quilombola e a favor da Fazenda São Miguel, de propriedade de Miguel Véo Filho. Esta fazenda é uma das que o INCRA ficou de entregar aos quilombolas em dezembro de 2012, conforme reunião realizada em Brasília, no INCRA e na Casa Civil, em setembro do ano passado, em que a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) esteve presente. O fazendeiro resgatou uma ação de 2009, antes da assinatura do decreto, e o juiz emitiu o despejo. O advogado dos quilombolas, depois da decisão do Juiz, entrou com recurso, que foi negado no final de fevereiro. A CPT em Minas Gerais encaminhou à SEPPIR solicitação de apoio, pedindo para que o órgão interfira no caso, junto ao Ministério Público Federal. A Articulação das Pastorais do Campo que reúne a CPT, CIMI, PJR, SPM, CPP e Cáritas divulgou, no dia 6 de março, Nota Pública em que repudia a decisão do juiz federal da 2ª Vara de Montes Claros (MG). As Pastorais "exigem que o Incra execute imediatamente a desapropriação da área do Brejo dos Crioulos, assinada pela presidenta da República, retirando todos os que ilegalmente a ocupam".

Ocupações de terra, prédios públicos e marchas marcam Jornada das Mulheres

Foto: MST



Teve início no dia 4 de março, a Jornada de Luta das Mulheres da Via Campesina, que realiza uma série de atividades em todo o Brasil que relembram o 8 de março. Este ano, a jornada teve como lema "Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela soberania dos povos", e como objetivo de cobrar a Reforma Agrária, o assentamento das mais de 150 mil famílias acampadas em todo o país, e denunciar o modelo destrutivo do agronegócio. Foram ocupadas terras, empresas de agrotóxicos, prédios públicos e realizadas marchas, atos e trancamento de rodovias em diversos estados do Brasil. Em Brasília, no dia 7, os cerca de mil sem terras que estavam acampados no acampamento batizado de Hugo Chávez, ocuparam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No Tocantins, no município de Aliança, cerca de 500 mulheres do MST ocuparam a fazenda Aliança, de propriedade da família da ruralista Kátia Abreu (PSD-TO), para denunciar os passivos ambientais da área. Em Pernambuco, cerca de 400 trabalhadoras rurais do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ocuparam a Usina Maravilha, no município de Condado. A usina, pertencente ao Grupo Andrade Queiroz, um dos maiores concentradores de terras do estado, está sem operar desde a década de 1990. Ela cedia as terras à Cruangi que tinha outra propriedade. Outras ações ocorreram, também, em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Pará, Espírito Santo e Mato Grosso.

ANÁLISE

A renúncia do Papa e o futuro da Igreja

No momento histórico de renúncia do papa Bento XVI e às vésperas da realização de um novo Conclave, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e o Pe. Flávio Lazzarin, da coordenação nacional da CPT, refletiram sobre este fato e sobre o futuro da Igreja.



Foto: Agência Reuters

PEDRO CASALDÁLIGA: "Devemos agir em rebelde fidelidade"

"Muitos comentários tem aparecido, depois da renúncia do Papa, que apontam para várias causas dessa renúncia. Mais do que o Papa doente, quem está doente é a cúria romana. Essa estrutura de poder e centralidade não responde em nada à verdadeira colegialidade. Esse pecado de ser o Vaticano um Estado e o Papa chefe de Estado é um absurdo, e muitos o definem como tal. Sai Papa, entra Papa e continua a estrutura.O que pode acontecer com o novo Papa? Se somos realistas, as expectativas não são muito alentadoras. O Papa entra na Cúria, fica refém da estrutura. Falando do futuro da Igreja, aí nossa esperança é contra toda esperança. Somos o povo da Páscoa, entre a Cruz e a Ressurreição. Sair da Igreja não é solução. As verdadeiras revoluções se fizeram de dentro, no dia a dia, o que não significa que devemos obedecer com os olhos infantilmente fechados. Devemos viver e agir em rebelde fidelidade.

O papado como é hoje, é um impossível ecumênico.".

DOM TOMÁS BALDUINO: "Precisamos de um papa de diálogo e escuta com o episcopado"

"Achei positiva a atitude do Papa em renunciar, pelo fato dele ter rompido a continuidade com o papado anterior de João Paulo II. Sem esta renúncia o continuísmo iria durar ainda vários anos, gerando a estagnação na vida da Igreja e o agravamento das atuais crises. Mas o que estaria por trás dessa renúncia? O próprio Bento XVI, corajosamente, o foi expressando com mais clareza depois do seu anúncio escrito: perda da energia pessoal exigida pelo cumprimento do seu pesado encargo; escândalos morais de caráter sexual no corpo eclesiástico em várias partes do mundo; a Cúria romana, palco de escândalos morais. financeiros, de quebra de confiança e de corrida ao poder. Bento XVI confessou seu sofrimento e angústia dizendo que 'Dio sembrava dormire', Deus parecia estar dormindo enquanto ele orava. Não transparece, entretanto, nestes motivos a responsabilidade pela missão da Igreja: Papa, Bispos e Povo de Deus diante dos desafios do mundo de hoje.

Depois do Vaticano II ficou muito claro que o que impede a Igreja de exercer sua missão no mundo, segundo o Evangelho de Jesus, é o próprio papado. Uma das perspectivas em face desta doença histórica do papado seria uma reforma profunda do mesmo. Outras perspectivas seriam: abrir o espaço para a mulher na Igreja; a revisão da lei do celibato; do sistema de nomeação dos bispos; o reforço da colegialidade; a liberdade da reflexão teológica e a retomada do ecumenismo e do macro-ecumenismo. Um novo pontífice deveria ser um papa que reconheça, com humildade, a doença da Igreja acumulada ao logo da História e aceite colaborar na sua cura. Papa pastor, amigo e irmão, não administrador, nem soberano, nem tirano. Um papa de diálogo e escuta com o episcopado, e não mestre infalível do mesmo. Um homem de diálogo com o mundo, respeitoso de suas diferenças e de suas conquistas científicas, políticas e sociais.".

Pe. Flávio Lazzarin: Vaticano II: dois Concílios?

O pontificado de Bento XVI, que termina com uma surpreendente renúncia, continua fortemente marcado por um debate duro e polêmico sobre a interpretação e a herança do Concílio. A renúncia teve, para além das motivações pessoais do Papa e dos contextos curiais e bancários, um impacto mediático inevitável e se caracteriza quase como um golpe político, que preanuncia cenários de continuidade com relação ao modelo de Igreja institucional vigente. A não ser que o Espírito Santo consiga atropelar as prudências e os oportunismos diplomáticos do Conclave e intervir também nos destinos do Papado, como fez, de forma única e inesperada, com a escolha de João XXIII.

É o Concílio que continua em discussão e prova disto são as recentes afirmações de Bento XVI, no seu último encontro com os padres de Roma, em 14 de fevereiro: "A mídia oferece uma imagem distorcida do Concílio. Agora, é necessária uma leitura do espírito do Vaticano II". O Papa defende a tese de que o dilema na interpretação do Concílio seria a oposição entre o evento – e os documentos – fruto de uma espiritual unanimidade – e uniformidade – dos Padres conciliares e a cobertura jornalística, que o teria desfigurado reduzindo-o a mero acontecimento político, propiciando assim equívocos, arbitrariedades e traições.

Esta abordagem parece reduzir as inegáveis tensões e conflitos intra-eclesiais, a rupturas da fraternidade causadas pelos pecados e vícios pessoais dos homens de Igreja, excluindo sistematicamente as diferenças teológicas e ideológicas. Parecem assim escamoteadas dialéticas que marcaram a teologia européia destes últimos cinquenta anos, e condenadas ao silêncio póstumo as vozes de muitos teólogos que não pouparam críticas fraternas à condução da estação pós-conciliar. Como disse o Cardeal Carlo Maria Martini: "A Igreja ficou 200 anos para trás. Como é possível que ela não se sacuda? Temos medo? Medo ao invés de coragem? No entanto, a fé é o fundamento da Igreja. A fé, a confiança, a coragem".

É na América Latina, porém, que a tese da unanimidade e uniformidade da interpretação do Concílio é definitivamente desmentida. Aqui, a guerra contra Medellín, fruto maduro do Vaticano II, não foi meramente ideológica, porque não foram vitimadas somente as teologias, mas, junto com elas teólogos, teólogas, bispos, padres, religiosas e religiosos e, sobretudo, as comunidades dos pobres, que enfrentaram e enfrentam a injustiça, com o poder pobre e crucificado de Jesus de Nazaré e de seu Evangelho. Em suma, não é possível negar na leitura da atual conjuntura eclesiástica, a dialética da identidade católica entre libertação e restauração.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

"Território não se negocia, não se vende, não se troca"

CRISTIANE PASSOS*

Entre os dias 25 e 28 de fevereiro foi realizado no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, Goiás, o Seminário ***Os territórios das comunidades tradicionais e o Estado brasileiro.***

Organizado pela articulação das Pastorais Sociais do Campo, integrada por Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Seminário reuniu cerca de 120 pessoas de comunidades tradicionais e agentes de pastoral, de todo o país.

O evento teve início com cantos, orações e canções tradicionais de quilombolas, indígenas, comunidades de fundos de pasto e pescadores. Em seguida, os participantes se dividiram em grupos de trabalho para partilhar as histórias de violência, de resistência, e a presença do Estado nessas situações. Também deviam ser compartilhadas estórias de esperança e experiências bem sucedidas. Conflitos territoriais, ameaças e violências, foram elementos comuns nas falas apresentadas no Seminário.

Entretanto, comum também é o desejo de fortalecimento da luta e das articulações. Em todos os depoimentos ficou clara a necessidade de unificação dos movimentos e organizações sociais, bem como o fortalecimento das parcerias, em prol do sucesso de suas reivindicações.

Segundo indígenas presentes no Seminário, os conflitos pelo território tem prejudicado, até mesmo, sua cultura e tradições. Quilombolas do Rio dos Macacos, na Bahia, denunciaram a ação da Marinha e a violência contra a comunidade. Eles são proibidos, inclusive, de cultivar a terra. Os que resistem acabam apanhando. 360 famílias de fundo de pasto, da Bahia, tentam resistir à expulsão, mesmo em um cenário de omissão total por parte do governo.



Foto: CPT Nacional

Direito à terra e ao território

"Nós não precisamos de bolsa família... precisamos ter nosso território livre". Dessa forma os participantes do Seminário ressaltaram que sua principal luta comum, atualmente, é a luta pelo território. O evento contou com a assessoria do advogado do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Adelar Cupsinski, na discussão sobre a Constituição Federal e os direitos das comunidades tradicionais. Entre eles, a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que discorre sobre povos indígenas e tribais.

De acordo com informações do advogado, a Constituição precisa ser analisada como um todo. Os direitos das comunidades já estão implícitos na Carta Magna, mas precisam ser melhor definidos. Entretanto, as comunidades garantem que pouco dos direitos assegurados pela Constituição são praticados. De acordo com o Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), dos 1.838 territórios quilombolas mapeados, até o dia de hoje somente 121 possuem título. Segundo Adelar, o Estado brasileiro sempre restringiu os direitos dos povos e comunidades tradicionais, mesmo após a promulgação da constituição de 1988.

O advogado destacou, ainda, os elementos que compõem a questão dos territórios tradicionais. A conquista do território não se limita à posse da terra. Ao estar nos territórios em liberdade tem que existir, também, dignidade e identidade. "Dignidade é tudo aquilo que não tem preço: não se vende e nem se compra", completou ele, que também destacou que a Constituição Federal assegura os direitos dos camponeses e camponesas, e a própria realização da reforma agrária. Os artigos 184 e 186, respectivamente, que garantem a desapropriação de terras para reforma agrária das terras que não cumprem sua função social, são um exemplo disso.

Além disso, os artigos 231 e 232 reconhecem o direito aos povos indígenas a suas organizações e formas de vida e cultura. E dentro desse contexto, está o território. A condição de território a uma comunidade tradicional vai muito além da terra como modo de produção. Há vários elementos que permeiam a cultura desses povos e os relacionam, de formas diferentes, ao território que ocupam.

Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais

Os participantes do Seminário divulgaram, no dia 28, Carta Final do Encontro, onde reafirmam seus processos de luta, de resistência e o intuito de fortalecer a articulação dos povos e comunidades orgináras. De acordo com o documento, "Vivemos o encontro como um momento histórico, que confirma a realidade indiscutível de uma articulação e aliança entre povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e camponeses. O diálogo entre povos e comunidades que expressam culturas e tradições diferentes, frequentemente marcadas por preconceitos e rejeição, volta-se para a defesa e reconquista dos nossos territórios. Este é o processo que unifica sonhos e estratégias na construção de um País diferente que se opõe à doença capitalista do agro e hidronegócio, mineração, hidroelétricas, incentivada e financiada pelo Estado, em nome do chamado desenvolvimento e crescimento do Brasil".

Ainda segundo a Carta, "Não nos deixaremos curvar pelo avanço insaciável do capitalismo com o seu cortejo de políticas governamentais nefastas e genocidas. Território não se negocia não se vende não se troca. É o espaço sagrado onde fazemos crescer a vida, nossa cultura e jeito de viver, nos organizar, ser livres e felizes. 'Territórios livres, já!!!'".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

Ano da Juventude?

CARMEM LÚCIA TEIXEIRA*

O ano de 2013 está sendo chamado, por alguns, de "ano da juventude". Se for pela Campanha da Fraternidade, temos que nos perguntar muito sobre o contexto social em que está sendo desenvolvida. Se for pela Jornada Mundial da Juventude, uma pergunta, que permeia este evento refere-se à intencionalidade política da sua realização no Brasil. Além de outros fatos, também podemos referir-nos às Conferências de Juventude que geram processos muito bons de encontros e diálogos entre jovens, porém, em sua efetivação, se deparam com um caminho lento quando chegam ao Senado e Câmara Federal. O que não podemos ignorar, contudo, é que a juventude está em pauta.

Se considerarmos os 52 milhões de jovens entre 15 e 29 anos neste país, segundo o IBGE, retomamos a ideia da "onda jovem" presente em nossa realidade brasileira até 2015. Depois, a pirâmide etária começará a decair. Porém, hoje estamos falando de um campo de disputa sobre e de sujeitos jovens. Também pode-se falar em possibilidades de ação de atenção, uma vez que há um clamor por vida, onde está também o maior índice de mortalidade por causas externas (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito), segundo o Mapa da Violência 2012.

Lendo o texto da Campanha da Fraternidade, podemos fazer várias perguntas. O texto centra seu foco nas redes sociais, apresentando este lugar como espaço de evangelização. Porém, os verbos mais utilizados no documento, também na ação sugerida, se referem ao mundo adulto, ou seja, aos sujeitos que escrevem o documento. Se as redes sociais, os espaços, são construídos, em sua maioria, pelos jovens, e estes tem o controle, são eles/elas que permitem, ou não, a entrada dos adultos em seus perfis, como, então, este mundo adulto vai "auxiliar" ou "ajudar" no processo de evangelização da juventude? Se ele está fora, ou se entra, é porque tem a permissão dos jovens. Ao ler o texto tem-se a impressão que estamos nos propondo, como Igreja, como adultos, evangelizar como se estivéssemos na década de 60, onde estes recursos tecnológicos faziam parte de uma imaginação.



Foto: Caju

Por isto, se torna um discurso sobre jovens, como afirmou Hilário Dick, em sua crítica ao texto base. O texto trata como margem ou como nota de rodapé o tema da Campanha contra o Extermínio de Juventude, de modo especial da juventude negra. Não se preocupa com estes dados. Não traz nenhuma informação sobre a população carcerária, maioria jovem empobrecida, sem escolaridade e negra. Não fala do contexto da globalização neoliberal que exclui, mata, elimina tudo que não dá lucro, conforme reflete Pedro Ribeiro, no texto base em preparação ao 13º Intereclesial. Então para que esta Campanha da Fraternidade? Apenas uma estratégia para preparar a vinda do Papa ao Brasil? Ela nos convoca a ser fraternos com a juventude, em um tempo que os jovens são tratados como inimigos ou responsáveis por muitas das mazelas produzidas por este sistema?

No modelo de Igreja que está sendo reforçado por várias mobilizações, que tipo de jovens cabe? Os jovens subservientes que reforçam o modelo da concentração da riqueza em mãos de poucos e ainda, com pouco ou nada de cuidado com o planeta? Uma religião que alimenta o sistema? Não é a proposta amorosa de Jesus que toca nas estruturas. Esse modelo é contrário ao proposto por Jesus que é livre e formava pessoas autônomas por onde passava anunciando "Boas Notícias". E este anúncio de Jesus mudou a vida toda, por isto, nossas práticas exigem que se mude a vida toda da juventude – educação, saúde, lazer, trabalho, vida segura...

Apesar disso podemos afirmar que em tempo de quaresma, chamado à conversão, exercitar a fraternidade e juventude é deixar-se converter por um caminho que provoca o fortalecimento da comunidade e de pessoas com um compromisso e cuidado com a vida, portanto, sujeitos da história. A fraternidade irá exigir o mesmo olhar de Jesus para com a juventude. Ver em cada jovem, a diversidade com que ele/ela se apresenta ao mundo, reconhecer e dar oportunidades para que cada um e cada uma se revele como ser único, possuidor de uma palavra a ser dita ao mundo. Conectar-se com uma visão de mundo onde a vida simples, o bem viver, as relações afetivas, o cuidado com a outra pessoa, a formação de grupo, a construção e projetos de vida estejam muito presentes. Estas respostas serão contrárias àquelas oferecidas pelo sistema neoliberal. Por isto, a Campanha da Fraternidade clama que o tema da Juventude seja assumido pela Igreja e pela sociedade com ações que defendam a vida desde a vida do planeta, a vida comunitária e a vida da juventude. Por isto, engajar-se na Campanha contra o extermínio de jovens, contra a redução da maioridade penal e pela implantação de políticas públicas que garantam direitos são algumas das ações a serem assumidas neste ano. Poderia se dizer que assim ele será um ano da juventude, porque se viveu a fraternidade e se defendeu a vida.

*mestre em Ciências da Religião, especialista em psicopedagogia e graduada em Ciências Sociais. Pesquisadora em juventude, membro do Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude, autora de livros sobre o tema juventude.

Caju, suspensão inexplicável

Neste ano em que a Igreja tem como temática principal a Juventude - ironia do destino - foram suspensos os projetos de formação desenvolvidos pela Casa da Juventude Padre Burnier, CAJU, de Goiânia. Seus educadores foram demitidos, por ordem da Província Centro-Leste dos jesuítas. A Caju, com 29 anos de atuação, era reconhecida nacional e internacionalmente por sua participação qualificada em todos os eventos para os quais era convocada. A CNBB contou com a assessoria de Carmen Lúcia Teixeira, da equipe da Caju, para seu Setor da Juventude, de 1998 a 2003. Os Regionais da CNBB e mesmo o CELAM, Conselho Episcopal Latinoamericano, buscavam a assessoria e o apoio da Caju para o trabalho com jovens.

Os demitidos, apaixonados pelo trabalho que faziam, constituíram a CAJU Assessoria, entidade que vai continuar prestando os mesmos serviços, antes vinculados à Casa da Juventude.

CONFLITOS

Marãiwatsèdè: o fim de uma longa novela?

ANTÔNIO CANUTO*

A desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsèdè, no Mato Grosso, foi oficialmente concluída em 28 de janeiro. A operação de retomada e devolução da área de 165 mil hectares para o povo Xavante foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal, em outubro de 2012. O processo teve início em 7 de novembro e os invasores começaram a ser gradualmente retirados pela Força Nacional em 9 de dezembro.

Um processo traumático

O processo dessa desintrusão foi traumático. Foi desenvolvida ampla campanha midiática contra os índios, inflou-se o número de pessoas a serem retiradas; foram organizadas manifestações na área com a presença de políticos dos municípios da região e deputados estaduais e federais; foram bloqueadas estradas, tanto na região, como em quase todo o estado e montadas armadilhas contra a Força Nacional. Pontes de acesso à aldeia foram queimadas, e com um carro da Força Nacional e com um caminhão da Funasa com cestas básicas para os indígenas, aconteceu o mesmo. A aldeia foi borrifada com agrotóxicos. Foi atribuída a Dom Pedro Casaldáliga a responsabilidade pela definição da área e pelo menos duas ameaças de morte contra ele foram registradas.

50 anos de esbulho e espoliação

A presença dos Xavante em Marãiwatsèdè é atestada por pesquisadores. O próprio governo do estado, em 1950, pelo Decreto 903 reconheceu haver terras ocupadas pelos Xavante na região, e deu o prazo de dois anos para que o Serviço de Proteção ao Índio as demarcasse. Logo o estado passou a vender todas as terras. Assim, Ariosto da Riva chegou a ter na região mais de um milhão de hectares, incluindo aldeias Xavante. Parte da área, 696.000 hectares, foi vendida à família Ometto, que formou a Fazenda Suiá Missu.

Em junho de 1965, o banqueiro Armando Conde, do Banco de Crédito Nacional (BCN), esteve na Suiá Missu e registrou: "A sede da Suiá ainda estava instalada no lugar de uma antiga aldeia xavante. ... Ficamos um dia na sede da Suiá, onde me distraí com uns indiozinhos xavante" . Em 1966, depois de negociações com Funai e padres Salesianos, os índios foram transferidos para a aldeia de São Marcos, em aviões da FAB. Nunca esqueceram Marãiwatsèdè.

Em 1980, a Suiá-Missu foi vendida para a empresa italiana Agip Petroli que, em 1989, foi denunciada pela Campanha Norte-Sul, criada por parlamentares e ativistas italianos, por ocupar terras indígenas Xavante. Com o mal estar internacional criado, a Funai criou um Grupo de Trabalho – GT - para a identificação da área. Este GT, em abril de 1992, entregou à Funai o relatório que propunha uma área em torno a 200 mil hectares como Território Xavante. Incluía a área ainda não desmatada e outras áreas de antigas aldeias onde havia a presença de posseiros. Para o processo ser mais rápido, a Funai achou por bem demarcar apenas a área das terras ocupadas pela Suiá Missu, (165.000 hectares), hoje desintrusadas, onde não havia ninguém. Durante a Rio 92, o presidente da AGIP, Gabriele Cagliari, se comprometeu publicamente a devolver a área aos Xavante.

Este anúncio desagradou executivos da subsidiária brasileira, bem como políticos e fazendeiros da região, que promoveram rápida ocupação da área. Em 20 de junho, políticos de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista, MT, fizeram reunião com os invasores. As falas, gravadas, deixam claro que a invasão era para impedir a volta dos Xavante, como bem o expressou o prefeito de São Félix do Araguaia, José Antonio de Almeida, Bau: *"Se a população achou por bem tomar conta dessa terra em vez de dá-la para os índios, nós temos que dar esse respaldo para o povo"*.

Em 1993, foi assinada Portaria declarando a área como Terra Indígena Marãiwatsèdè, que foi demarcada em 1995 e homologada em 1998. Em 2000, decisão da Justiça Federal garantiu o retorno dos Xavante, decisão cassada posteriormente. Em 2004, cansados de esperar, os indígenas acamparam as margens da BR 158, em condições desumanas. Depois de onze meses decidiram entrar na área.



Foto: Greempeace

Em 2005, a antropóloga Inês Rosa Bueno foi nomeada perita judicial deste processo. Elaborou alentado estudo, respondendo aos quesitos da Justiça. Demonstrou através de dados históricos, geográficos e antropológicos tratar-se de território Xavante. Esse trabalho, porém, nunca foi levado em consideração, e a autora diz sofrer ameaças e retaliações até hoje por isso.

E se sucederam medidas judiciais, ora determinando a desintrusão dos que invadiram, ora a suspensão da sentença. Tentaram-se, ainda, medidas como a do não reconhecimento do laudo antropológico, a da ilegalidade da demarcação pela Funai, e chegou-se, em junho de 2011, à aprovação de uma lei estadual que autorizava o governo do estado a oferecer à União permuta da área do Parque Estadual do Araguaia, em troca da área invadida. Xavantes de outras aldeias foram cooptados para dizerem que a área não lhes interessava.

Em 2012, ante a não aceitação da permuta pelos índios, o Tribunal Regional Federal cassou a liminar que suspendia a desintrusão. Funai e MPF apresentaram então o plano de desintrusão, a ser iniciado em outubro. Mas, em 13 de setembro, sob a alegação "de exaltação dos ânimos", outra sentença suspendeu a ação. Por fim, em outubro, o STF determinou a desintrusão. 20 anos de um festival de agressões aos direitos indígenas. Quem vai ser responsabilizado?

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

DENÚNCIA

Invasões e ameaças contra agentes da CPT: o coronelismo voltou?

DARLENE BRAGA*

O modelo capitalista de desenvolvimento, baseado no uso privado dos recursos naturais até seu esgotamento, está se impondo cada vez mais, também, na Amazônia. As políticas públicas dos governos, os financiamentos, os interesses econômicos dos empreendimentos nacionais e transnacionais, junto com o bombardeio constante dos meios de comunicação, estão modificando o mundo cultural dos povos da Amazônia. Estes são considerados de cultura primitiva, com uma agricultura de subsistência.

A CPT sempre questionando o latifúndio e as novas formas de apropriação dos meios naturais coletivos para transformá-los apenas em capital de acúmulo para alguns, vem sofrendo ameaças e intimidação ao serviço desenvolvido em apoio à causa dos trabalhadores e das comunidades tradicionais. Após a grande articulação das CPT's que atuam na Amazônia, e a intensificação da atuação da CPT Acre em conflitos no estado e no sul do Amazonas, ameaças, invasões e arrombamentos na sede da Comissão passaram a ser constantes.

As ameaças

As ameaças foram direcionadas ao agente pastoral que atua em Boca do Acre, Cosme Capistano da Silva e à coordenadora da CPT Acre, Maria Darlene Braga Martins.

1 - Telefonema 01 – 3 de junho de 2012, às 21 horas. Um homem, disfarçando a voz, ligou para o celular do agente Cosme e disse: "Estou ligando pra você avisar pros seus amigos da CPT que morreu gente no Pará, Rondônia e agora vai ser no Amazonas e no Acre... daí por diante".

2 - Telefone 02 – 8 de junho de 2012, às 10h35. Um homem de voz grossa ligou para a sede do regional no Acre. Perguntou se era da Comissão Pastoral da Terra. Ao receber resposta positiva disse: "Você diga àquele seu amiguinho Cosme lá de Boca do Acre e aquela sua amiguinha Darlene que eles estão na lista", e em seguida desligou.

Em uma oportunidade em que a equipe da CPT visitava as comunidades da bacia hidrográfica do riozinho do Rola (comunidade atingida pelo manejo madeireiro), o veículo em que estava o Sr. Mozar Marcondes Filho, que se diz proprietário do seringal que era visitado, parou em frente ao veículo da CPT e passou a fotografá-lo.

Foto: CPT Acre



Arrombamentos

Em 30 de novembro de 2011, a sede da CPT em Rio Branco foi arrombada, mas nada foi levado. No dia 15 de agosto de 2012, mais uma vez a sede da CPT foi arrombada e, novamente, nada foi levado. Dez dias depois, 25 de agosto, nova invasão da sede. Todas as portas foram arrombadas. Os invasores entraram também na sala da coordenação. Nas salas havia cheques assinados, dinheiro em espécie, equipamentos (data show, notebooks, computadores, máquinas fotográficas...) e nada foi levado. E ainda deixaram o dinheiro e cheques que estavam na gaveta em cima da mesa, de forma bem visível, comprovando assim não se tratar de roubo.

Mas em janeiro de 2013 é que a situações se agravou. Na madrugada do dia 20 para o dia 21, a sede foi novamente invadida. O local foi destelhado e o forro destruído, para permitir o acesso às dependências. Foram roubados computadores, data show, impressoras, máquinas fotográficas, além de muitos documentos. A CPT registrou boletim de ocorrência na polícia e fez os demais encaminhamentos legais. Solicitou perícia da Polícia Civil. Esta informou que não foi encontrada nenhuma impressão digital que pudesse levar aos suspeitos de tal violência. Tudo leva a crer que a ação criminosa tenha sido executada por um profissional bem orientado do que deveria retirar do local, e capaz de dificultar a investigação policial, não se tratando, portanto, de um furto comum. Isso fica ainda mais evidente uma vez que, na madrugada do dia 21 para o dia 22, a mesma sede foi mais uma vez invadida e as únicas coisas levadas foram documentos.

Foto: CPT Acre



Preocupada com a segurança dos seus agentes e voluntários, a CPT promoveu uma reunião com os movimentos sociais, a diocese de Rio Branco, o Movimento de Direitos Humanos, a CPT Nacional, o RECID, a Secretaria de Segurança Pública, o MPE, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e voluntários, para socializar os fatos e discutir encaminhamentos possíveis. Entre outros encaminhamentos, concordou-se em realizar no dia 30 de janeiro um ato público na sede da CPT, para dar visibilidade à situação e para cobrar do Estado medidas de proteção para os agentes pastorais, e agilidade e transparência nas investigações.

No dia 29 de janeiro, a equipe havia deixado tudo arrumado para receber as pessoas no dia seguinte. Para surpresa de todos, nesta noite a sede da CPT foi mais uma vez arrombada. E a destruição foi maior. Portas foram arrombadas, materiais rasgados, fotos cortadas com faca, uma forma requintada de intimidação aos agentes pastorais que ali desenvolvem sua missão, e uma demonstração de que os que praticam tais atos têm respaldo e de que são acobertados pela impunidade. Escrito em uma parede: "Vocês vão me pagar, merdinhas!", revelava as ameaças.

Com esses três últimos episódios, computam-se, desde novembro de 2011, seis casos de invasão à sede da CPT. Segundo os agentes da CPT Acre essas invasões se intensificaram após a Pastoral ter denunciado irregularidades em planos de manejo florestal, e a ação de fazendeiros e madeireiros no estado do Acre e sul do Amazonas. Mesmo com todas as denúncias feitas junto ao Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF) e Secretarias de Direitos Humanos, com a abertura de três inquéritos, nada se resolveu até o momento.

Contexto de crimes ambientais

Os seringais estão sendo atingidos pelos planos de manejo florestal emitidos a favor de grandes empresas da região. Denúncias já foram feitas pelos próprios seringueiros da bacia hidrográfica do riozinho do Rola, ao MPE e ao MPF. "Um ramal foi aberto pela madeireira, em minhas terras e sem minha autorização", diz João Manoel de Lima, posseiro no Seringal São Bernardo. Em outro caso, a denúncia foi de aterramento de um igarapé no seringal Cachoeira, o que acabou ocasionando a morte de peixes e deixou os animais criados no local sem água para beber. No Seringal São Bernardo, segundo o posseiro Claudino dos Santos, o problema foi o mesmo. "Os aterros prejudicaram a nascente, de onde retiramos água para beber. Ela agora está poluída. E ainda destruíram as estradas de seringa e os piques de castanha", completou ele quando da denúncia.

A agonia da bacia do riozinho do Rola

No documento intitulado pelos seringueiros de "Agonia da Bacia do Riozinho do Rola", a comunidade denuncia as irregularidades do Plano de Manejo Florestal. Essa denúncia levou o MPF a acionar o Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC), para suspender a licença do plano de manejo da empresa Laminados Triunfo, conforme consta no DOE nº 10.698 de 19 de dezembro de 2012. A empresa continua explorando a área e a ela foi aplicada a irrisória multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), confirmada pela Sra. Marcela (representante do IMAC) em reunião com entidades e órgãos governamentais na Diocese de Rio Branco.

Foto: CPT Acre



"É vergonhoso ver que uma madeireira explora a área sem critério algum, está fazendo um dano ambiental enorme, é autuada e depois liberada para continuar o manejo florestal, e é apenas multada em mil reais", comentou o senhor Sulino, do seringal São Bernardo. Alguns seringais do sul do Amazonas também são alvo de ameaças, expropriação e descaso do poder público.

Manejo Florestal foi uma proposta defendida por Chico Mendes, nos anos 80, e assumida pelos seringueiros e comunidades ribeirinhas que, desde então, defendem a criação das reservas extrativistas, como forma de garantir os direitos das populações tradicionais e a defesa da floresta. No entanto, muitas empresas vêm mascarando suas ações sob o conceito de projetos de manejo florestal comunitário, para driblar a legislação. Usam do discurso de manejo sustentável dos produtos madeireiros e não madeireiros das florestas, mas, não só destroem a floresta nativa, como colocam em risco a vida e a cultura de comunidades tradicionais, como ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e indígenas. A ação da CPT prejudica diretamente o interesse econômico de alguns madeireiros, fazendeiros e grileiros de terra que, em nome do "desenvolvimento", saqueiam a Amazônia, destroem famílias, interrompem o sonho das populações e de uma Amazônia onde o bem viver é o único modo de vida para as famílias.

*coordenação da CPT Acre.

VIOLÊNCIAS

A cerca dá fome. Não tem nada "pra cumê"?

Breve balanço dos conflitos agrários do Maranhão no primeiro bimestre de 2013.

DIOGO CABRAL*

A negação do direito de comer, de trabalhar e de morar sob um teto são consequências imediatas de centenas de conflitos pela terra e território, que transformam o Maranhão numa terra árida de justiça e equidade.

Na comunidade Vilela, situada entre os municípios de Junco do Maranhão, Boa Vista do Gurupi e Amapá do Maranhão, mais de 100 famílias não podem realizar plantio de alimentos saudáveis, pois o grileiro de terras Nestor Osvaldo Finger, com a presença de homens armados, cercou parte da área de plantio das centenas de famílias, impedindo o acesso das mesmas às áreas agricultáveis. Na mesma região, na comunidade São João, uma senhora teve sua casa incendiada criminosamente por grileiros. No quilombo de Santa Maria dos Moreiras, zona rural de Codó, animais do deputado estadual Cesar Pires (DEM), líder do governo Roseana Sarney na Assembleia, causaram prejuízos robustos aos quilombolas. Ademais, na localidade, em 3 de fevereiro, duas casas foram incendiadas. Ainda em Codó, na comunidade Vergel, a capela foi incendiada, várias espécies vegetais derrubadas para venda clandestina e 12 famílias ameaçadas de morte.

No território de Campestre, zona rural de Timbiras, a liderança Brechó sofreu tentativa de homicídio, quando três tiros foram disparados contra sua pessoa por desconhecidos, no dia 16 de fevereiro. No quilombo Depósito, município de Brejo, a partir do dia 26 de janeiro, tratores começaram a realizar o desmatamento em território pertencente à comunidade, além de realizarem o gradeamento da área. Segundo informações obtidas junto aos



Foto: CPT Maranhão

funcionários da fazenda, a área está sendo preparada para plantio de cana de açúcar. É bom assinalar que a área teria sido arrendada pela proprietária Maria Vitória Fortes Lages Cavalcante a gaúchos (como são conhecidos todos os latifundiários do Centro-Sul do país que vêm se instalando na região), para a realização desse plantio. No quilombo Aldeia Velha, Pirapemas, caprinos do fazendeiro Ivanilson Pontes de Araújo destruíram, por quatro vezes, a roça do quilombola José da Cruz. Na quinta vez, em 31 de janeiro, por ter abatido um dos animais do fazendeiro, que destruía mais uma vez toda sua roça, Zé da Cruz foi preso, humilhado e torturado por policiais militares do Maranhão, lotados em Pirapemas.

Estas graves violações têm como ancoradouro a morosidade dos governos federal e estadual em desapropriar áreas para a Reforma Agrária, o descaso em agilizar o processo de identificação, demarcação e homologação de terras quilombolas, bem como o estímulo desenfreado ao avanço do agronegócio. A face hedionda do agronegócio não se restringe aos assassinatos, tentativas de homicídios, incêndio de casas e capelas e torturas contra trabalhadores rurais. A fome no mundo é percebida pelas instituições multilaterais, pelos governos e pelas empresas privadas transnacionais mais como um negócio do que como uma questão de humanidade e desigualdade social. Eis o caso do Maranhão. Nossa fome, hoje, não é apenas a fome de farinha!

*advogado da CPT Maranhão.

Violência se expande

No dia 25 de janeiro, foi assassinado o militante do MST, Cícero Guedes, nas proximidades da Usina Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes (RJ). Cícero foi cortador de cana e coordenava a ocupação do MST na usina, que é um complexo de sete fazendas com 3.500 hectares. Cícero Guedes era uma referência na construção do conhecimento agroecológico.

10 dias após seu assassinato, no dia 4 de fevereiro, foi encontrado no assentamento Zumbi dos Palmares 4, o corpo da assentada Regina dos Santos Pinho, de 56 anos. Ela fazia parte da coordenação estadual do MST e era líder do acampamento Luiz Maranhão, no parque industrial da Usina Cambahyba. A morte destas lideranças é resultado da violência do latifúndio, da impunidade e da lentidão do Incra em assentar as famílias. As fazendas da Usina Cambahyba acumulam dívidas de milhões com a União e seu processo de desapropriação está paralisado há 14 anos. Porém, a dívida maior é a que foi revelada no mês de maio de 2012: os fornos da Cambahyba foram usados para incinerar corpos de 10 militantes políticos durante a ditadura civil-militar brasileira.

Já em Rio Pardo, Minas Gerais, no início de fevereiro, uma trabalhadora rural chamada Eva passou mal após policiais invadirem sua casa e de seu marido, Valmir, ameaçando o casal e exigindo o endereço de Isaias Dias de Oliveira, liderança do MST no município. No momento da invasão, Eva, grávida de quatro meses, perdeu os sentidos e teve hemorragia. Os policiais deixaram-na em frente a um hospital da cidade, onde posteriormente constatou-se que Eva havia sofrido aborto.

No dia 17 de fevereiro, o Kaiowá Denilson Barbosa, de 15 anos, da aldeia Tey'ikue, foi encontrado morto no município de Caarapó (MS), em uma estrada vicinal a sete quilômetros do perímetro urbano da cidade, com um tiro na cabeça. Segundo relatos de testemunhas, Denilson e outros dois indígenas estavam indo pescar no sábado, 16, quando foram abordados por três pistoleiros ligados ao proprietário e arrendatário de uma fazenda vizinha à Reserva de Caarapó. Os indígenas correram dos homens armados, mas Denilson acabou apreendido pelos pistoleiros e assassinado – segundo as testemunhas, além do tiro confirmado pela perícia criminal da Polícia Civil de Caarapó, o jovem Kaiowá levou mais um tiro na cabeça e outro no pescoço.

*Informações da CPT Nacional.

MEMÓRIA

Figuras ímpares de nossa história

Neste começo de 2013, a CPT chorou a morte de duas grandes figuras que estiveram muito presentes em sua história. São eles, Frei Jean Raguènès, da CPT Pará, e o amigo e colaborador, o fotógrafo João Zinclar, cujas fotos ilustram muitos números do Pastoral da Terra e o Conflitos no Campo Brasil. Sobre Frei Jean, os freis Henri dês Roziers e Mateus Domingues divulgaram um comovente depoimento, do qual extraímos alguns tópicos. Sobre João Zinclar, Ruben Siqueira, que representou a CPT e a Articulação Popular São Francisco Vivo no seu enterro, nos traça um perfil desta grande figura humana.

Frei Jean Raguènès, radicalmente humano

FREI HENRI E FREI MATEUS



Foto: CPT Xinguara

De infância pobre e assolada pela 2ª guerra mundial, Jean Raguènès ainda criança perdeu seu pai, vítima de um câncer na garganta. Nessa época desenvolveu o desejo de se tornar educador. Após concluir o liceu, foi trabalhar com jovens delinquentes na periferia de Le Mans. Um "insucesso", segundo ele. Em 1957, entrou para Ordem Carmelita onde fez seu noviciado e seus estudos de filosofia. Mas, concluída a filosofia, Jean deixou a Ordem, para, "refletir melhor sobre sua existência e sua missão no mundo". Logo se aproximou da Ordem dos dominicanos.

As aulas e, sobretudo, o Concílio Vaticano II lhe abriram a mente. Após sua ordenação presbiterial, decidiu procurar um trabalho apostólico, e acabou sendo destinado a atuar junto aos estudantes católicos da Faculdade de Direito da Universidade de Paris, juntamente com aquele que se tornou seu grande amigo, frei Henri des Roziers. Jean aderiu com grande entusiasmo aos movimentos estudantis de 1968, que passaram para a história como "maio de 68". A coragem de Jean e Henri fez com que ambos se tornassem ícones entre os movimentos esquerdistas católicos franceses.

Em 1971 foi trabalhar na fábrica de relógios LIP. Em 1973, participou ativamente da greve que se tornou, para a França e a Europa dos anos 1970, emblemática. Face à ameaça de fechamento da fábrica, os operários – entre os quais Jean – decidiram assumir o funcionamento da mesma, recusando-se a fechá-la, e continuaram, eles mesmos, a produzir, vender os relógios e a se pagar, sob o lema "ocupamos, produzimos e vendemos".

Voltando à vida do convento, em 1985, aprofundou-se no estudo da teologia e teve contato com a teologia da libertação que se desenvolvia na América Latina. Neste tempo ordenou por anos uma rede francesa de Solidariedade terceiro-mundista. Já aposentado, Jean propôs a seus superiores se tornar missionário além fronteiras. Entre várias alternativas, em 1994, frei Jean veio para o Brasil, por aqui estar o bispo dominicano Dom Tomás Balduíno e, há vários anos, seu companheiro Frei Henri. Ao chegar viveu no acampamento São Carlos, em Goiás (GO) e depois foi para a Amazônia, cinco anos em Altamira e mais de dez em Tucumã, onde fundou a CPT, e depois em São Félix do Xingu. Aos 75 anos, após perder a visão por um glaucoma, foi para São Paulo, no convento do Jardim da Saúde, onde foi eleito prior e iniciou um trabalho com o povo em situação de rua.

No último dia 31 de janeiro de 2013, frei Jean, o eterno revolucionário, entregou sua vida Àquele que ressuscitou Jesus Cristo entre os mortos. Jean foi radicalmente dominicano, radicalmente presbítero, radicalmente cristão, radicalmente ser humano. É em sua humanidade que choramos, é em sua humanidade que aprendemos, é em sua humanidade que nos alegramos".

Adeus a João Zinclar, o fotógrafo do Rio São Francisco

RUBEN SIQUEIRA



Foto: Flávio Sant'anna

Fotógrafo, ex-hippie, comunista, operário, sindicalista, sócio-ambientalista mais recentemente – as diversas faces do João foram se somando numa vida breve e intensa de 56 anos, interrompida por trágico acidente rodoviário, no dia 20 de janeiro. Como não poderia deixar de ser, estava a serviço, vindo de ônibus de Ipatinga (MG) onde cobrira as eleições sindicais dos metalúrgicos. No seu velório, de repente, a propalada e difícil unidade da esquerda social e política parecia tão simples... A razão eram as qualidades humanas e políticas do velado: humilde, fiel à causa, generoso suficientemente para iluminar e agregar tanta diversidade. O contrário do tipo político relacionado com todos à base de concessões e conveniências... O testemunho de toda a trajetória de coerência, até o momento final, faz de João Zinclar daqueles raros imprescindíveis de que falava Brecht, que lutam toda a vida! Ah, se mais fôssemos assim!

A luta em defesa do São Francisco deve muito a João. Desde 2005, não há um só momento importante desta luta – contra a transposição de águas, pela revitalização da bacia hidrográfica, da resistência nos territórios dos povos tradicionais, nos encontros da Articulação São Francisco Vivo, nos mutirões de formação e mobilização, nas visitas às comunidades, nas greves de fome de frei Luiz Cappio – que ele não estivesse presente, com o seu olhar único que valorizava a luta popular, que mostrava a beleza das pessoas, do povo em marcha nas ruas ou no cotidiano sofrido, mas cheio de esperanças.

Ao nos aproximar da cova na qual devolveríamos João à terra-mãe, em Campinas (SP), uma gaita, que João também no seu próprio dizer "arriscava" tocar, soprou "A Internacional". E aí Victória, filha sua e de Silvia Ferraro, fez a síntese perfeita da vida do pai, de sua estreita relação com ele. Antes que sob aplausos e balançar das bandeiras, João Zinclar fosse coberto pela terra, joguei sobre ele, misturada às lágrimas, água do Rio São Francisco, que colhemos juntos na nascente, na Serra da Canastra, em 12 de outubro de 2012, no início das comemorações dos 20 anos da Peregrinação do São Francisco da Nascente à Foz, feita por frei Cappio e mais três companheiros. Na foz do rio chovera depois de muito tempo seco, na madrugada do desaguar da vida de João Zinclar no Infinito... Vai em paz, companheiro! Seguimos na luta, também por você!

DIA NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Trabalho Escravo: O lucro ou as pessoas?

ELIZABETE FLORES E CRISTIANO APOLUCENA CABRAL*



Foto: João Ripper

O dia 28 de janeiro foi oficializado em 2009 como o dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, data esta escolhida para homenagear os três auditores fiscais do trabalho: Erastóstenes, João e Nelson, e o motorista Ailton, que foram assassinados durante fiscalização de denúncia de trabalho escravo na zona rural de Unaí (MG), em 2004.

Entretanto, nove anos depois, o crime, que ficou conhecido como 'Chacina de Unaí', continua impune e, mais uma vez, teve seu julgamento, previsto para fevereiro, adiado, depois que a juíza da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte declinou a competência para a Vara Federal de Unaí, sendo este um local onde os acusados possuem prestígio econômico e político, numa nítida sinalização de manter a impunidade.

Esta realidade, que permeia a existência do trabalho escravo, da impunidade, desvalorização do trabalho e valorização da propriedade acima de tudo, já é antiga. Perpassando pela nossa história, o trabalho nunca foi valorizado, ou somente foi e é valorizado como criador de riquezas àqueles que não trabalham. Nesta história, a escravidão e a maximização da exploração foram o 'normal' e os direitos trabalhistas e humanização do trabalhador uma anomalia.

Após a escravidão do índio e durante a do negro, já havia o que hoje chamamos de trabalho escravo contemporâneo, que existia e existe, não mais pela cor ou etnia, mas pela classe em que o indivíduo está inserido. Em 13 de setembro de 1830, com a lei que "Regula o contrato por escrito sobre prestação de serviços", o trabalho escravo 'moderno' se legaliza. O capitalismo brasileiro já surgiu escravizando.

Ao deixar de ser lei, décadas depois - endividar, aprisionar, agredir e até matar o/a trabalhador/a - transformou-se em norma comportamental aos que escravizam e, muitas vezes, aos escravizados. Por isto a necessidade de instituições repressivas estatais e privadas para que ajam de forma a acabar com a morosidade do sistema judicial. Exemplo atual é o citado caso de Unaí, pois em uma sociedade em que a propriedade privada de produção é sacralizada e central, nada e ninguém poderá ir contra ela.

Juntamente com a intensificação da exploração do trabalhador em busca de mais lucros está a flexibilização das leis trabalhistas e a precarização das relações de trabalho, que se refletem no ambiente do trabalho, alimentação, transporte, saúde, dormitórios, entre outros, como são os exemplos espalhados pelo país de trabalhadores em canaviais, que sob fuligem, fumaça e poeira trabalham até 12 horas no corte e transporte da cana ao caminhão, chegando ao ápice de exploração até a morte.

O que ainda facilita esta culturalização e prática do trabalho escravo, são: os empregos temporários e sazonais, onde a intensificação e precarização são mais comuns; a migração, deslocando o indivíduo de seu meio social sentindo-se psiquicamente frágil e desorientado; a existência da miséria, que está diretamente ligada à concentração da propriedade privada de produção no campo e na cidade, que excluem uma massa enorme de homens e mulheres.

Ainda tem-se a "fábrica do medo", produzida por este sistema estruturalmente desigual, cuja função é manter o status quo relatado acima, que manipula trabalhadores/as sob diversas circunstâncias de escassez de bens materiais e simbólicos, do desemprego, da fome, da exclusão social e os obrigam, mesmo que inconscientemente, a se adequarem à necessidade do sistema. Assim, a falta de esperança de um emprego que lhes proporcione o mínimo de condições de vida digna, facilita o aliciamento por parte dos escravagistas em todo o Brasil, tanto no campo quanto na cidade.

O trabalho escravo no campo brasileiro, que é determinado pela clara política governamental de expansão das fronteiras agrícolas e pelo moderno e tecnológico agronegócio voltado para a exportação, possui dados alarmantes: somente em 2012 houve a libertação de 2.723 trabalhadores/as, totalizando desde 2003 mais de 40 mil libertos.

Em combate profético à realidade acima apresentada está a ação da CPT que se desenvolve a partir dos eixos da LUTA PELA TERRA, que busca a autonomia dos trabalhadores explorados e expropriados sem terra; LUTA NA TERRA, para a permanência dos camponeses em seu processo de autonomia; e DIREITOS, que visa a conscientização de homens e mulheres de sua condição humana nesta realidade bárbara. Percebendo essa realidade histórica do trabalho escravo no Brasil, criou em 1997 a Campanha "De Olho Aberto Para Não Virar Escravo", que visa combater a condição desumana imposta pelo capitalismo.

Além das diversas atividades realizadas cotidianamente pela campanha, aconteceram em vários Estados durante a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (27/2 à 2/3), eventos como atos públicos, debates, blitz educativas e seminários, realizados não só pela CPT, mas por outras entidades. Entre elas destacamos o seminário de São Felix do Araguaia, realizado pela CPT, que contou com presença e homenagem pelo Ministério Público do Trabalho, àquele que foi "a voz que clamou no deserto"- Pedro Casaldáliga – que denunciou, já na década de 1970, a existência do trabalho escravo no Brasil.

Diante esta realidade, devemos todos nos unir para acabar de vez com esta vergonha!

* agentes da CPT Mato Grosso.

Nuestra América

América Latina: nossas lutas, o bem viver e a Igreja

O padre e sociólogo François Houtart concedeu entrevista ao Pastoral da Terra em que analisa a conjuntura latinoamericana, a ação social da Igreja, os 50 anos do Concílio Vaticano II e os ensinamentos dos indígenas a toda a sociedade. Confira:

CRISTIANE PASSOS*



Foto: Joka Madruga

Pastoral da Terra – *Gostaríamos que você fizesse uma avaliação da organização dos camponeses na América Latina e de suas lutas, no atual contexto político.*

François Houtart - As formas de luta são muito diferentes, porque as situações são diferentes. Mas me parece que o movimento camponês é o mais importante no contexto de América Latina. Especialmente se incluirmos os movimentos indígenas. Mas às muitas ações dos movimentos correspondem reações e repressão. Esta repressão se dá em toda a América Latina. Uma luta muito importante hoje é a luta contra as minas a céu aberto, que se desenvolve em toda a região, e também na África e na Ásia, em especial nas Filipinas. A exploração mineral expulsa camponeses e camponesas de suas terras, bem como indígenas, além de contaminar a água e o solo. Em toda a América Latina, desde o México ate a Patagônia, há processos de resistência contra esse modelo, e ao mesmo tempo, há criminalização das resistências, mesmo nos governos ditos mais progressistas.

Mais importante para os camponeses é a concentração das terras que existe em todo mundo nas mãos de multinacionais, e a expansão dos monocultivos. Os movimentos camponeses reagem contra isso, e essa resistência é fundamental, não somente para salvar socialmente os próprios movimentos, mas também para salvar o planeta. Os movimentos camponeses e indígenas têm um protagonismo fundamental para alertar a opinião pública mundial sobre o que está acontecendo. Além disso, eles têm outra tarefa, que é o desenvolvimento de uma agricultura camponesa. Não basta protestar e resistir, é preciso também propor alternativas. E a alternativa é a agricultura camponesa. Evidentemente uma agricultura mais eficaz e modernizada, com educação dos camponeses, para o uso da água, das sementes etc. Isso parece contraditório, pois protestar significa ser marginalizado ou condenado, e a construção de outro modelo exige tempo, instituições, e também educação.

É verdade que a marginalização e a criminalização têm efeito sobre os camponeses e, indiretamente, as políticas assitenciais contra a pobreza vêm debilitando os movimentos. Mas é preciso reconstruir seu poder de organização. E exatamente por isso articulações em escala mundial como a CLOC (Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo) ou a Via Campesina são tão importantes. É uma maneira de expressar solidariedade entre todos os movimentos. Quando um passa por uma crise, os outros podem ajudar e animar.

P.T. – *Como deve ser a relação dos movimentos com o Estado, já que mesmo nos governos chamados progressistas, há repressão e criminalização?*

F. H. - Evidentemente é uma relação conflituosa. Inevitável. E exige várias estratégias. Os movimentos devem continuar protestando e mobilizando a opinião pública contra a repressão. Mas, nos governos há pessoas ou grupos aliados e é preciso guardar o contato com eles, para promover outros tipos de política. Os movimentos devem trabalhar e pensar a política a médio e longo prazo, não a curto prazo. A pergunta a se fazer seria como preparar um pós-Correa, pós-Chavez, pós-Morales, e que elementos propor para um projeto político. Evidentemente os movimentos sociais não são partidos políticos, mas são políticos no sentido de que influem na política, são atores diretos da política.

P.T. – *Estamos no marco dos 50 anos do Concilio Vaticano II, gostaria que você falasse um pouco do papel da Igreja no contexto das lutas sociais.*

F. H. - A Igreja na América Latina conheceu um período extraordinário, marcado pela Conferência de Medellín, em 1968, na Colômbia, com bispos que afirmaram e assumiram a importância das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. Houve um comprometimento da Igreja com os movimentos sociais, em particular com o movimento camponês. Aqui no Brasil ficou muito conhecida a atuação da Comissão Pastoral da Terra e o acompanhamento da Igreja na defesa dos camponeses e militantes durante o período da ditadura, e depois, também, no apoio ao desenvolvimento de movimentos camponeses, em particular do MST. Mas nos últimos 30 anos, mais ou menos, houve uma política de restauração da igreja antiga, autoritária, hierárquica, concentrada sobre si mesma, não mais de compromisso social. Excluiu-se a Teologia da Libertação, destruíram-se as Comunidades Eclesiais de Base, e isso é claramente um desastre. Um desastre eclesiástico, um desastre humano também. Hoje alguns bispos e grupos de sacerdotes apoiam as lutas sociais, de uma forma mais individual. Não se pode mais dizer que a Igreja como corpo está apoiando estes movimentos. É uma Igreja que se marginaliza totalmente das forças dinâmicas da sociedade, que se identifica cada vez mais com as forças reacionárias de direita, e com os interesses das classes sociais, que não são as classes populares. Não devemos colocar nossa energia em combater a Igreja, mas nas lutas sociais, em função da fé cristã, do compromisso cristão.

P.T. – *Qual a importância da luta indígena baseada nos princípios do "Bem Viver", na luta social na América Latina?*

F. H. - Esta referência aos conceitos dos povos indígenas é extremamente importante, como a referência ao Bem Viver, como inspiração, e contradiz a lógica toda do sistema capitalista. É um princípio de reencontro da visão holística, da visão de conjunto da realidade. A modernidade, especialmente a promovida pelo capitalismo, nos leva a conhecer segmentações da realidade. Essa visão indígena, seus conceitos, ajuda a redescobrir uma visão global do mundo, completa, em que se conjugam a relação com a natureza, a maneira de produzir, a organização coletiva e a cultura. Não significa que temos que adotar a cosmovisão indígena, mas historicamente situá-la, ao lado de outras culturas como a urbana. O mais importante é uma luta comum em defesa da Terra.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

PÁGINA BÍBLICA

O caminho da justiça

SANDRO GALLAZZI*

Nas últimas edições fomos refletindo sobre a resistência dos profetas à opressão da monarquia. Os caminhos para sair dela são a solidariedade, a mística e a justiça. Na edição passada viu-se que os profetas alimentam a mística buscando no deserto a memória da luta pela libertação, e ajudando o pobre a descobrir que Deus deu só a ele a responsabilidade e a capacidde de construir "o direito e a justiça na terra." Acompanhemos a reflexão de Sandro.

A pedra que os construtores rejeitaram foi a mais importante

Os profetas quando contam a história de Abraão e Moisés, mostram que os instrumentos que Deus escolhe para construir seu projeto são aqueles que os homens costumam descartar: Abraão e Sara, um casal velho e estéril, para serem pai e mãe do povo ... Moisés, um menino jogado ao rio, um fugitivo cheio de medo... e muitos outros como Gedeão, o menorzinho de todos os irmãos, ... Davi, o pastorzinho que enfrenta Golias... e mais: Agar, Rebeca, Débora... as mães do povo.

É a nova lógica da história profética. Mas não pode ser só Deus quem crê e aposta no pobre. O pobre tem que crer em si mesmo e no outro pobre. Não é suficiente que Abraão creia em Deus para ser o pai do povo, precisa crer também em Sara e ela crer em si mesma.

O grande trabalho profético não será só questionar o sistema opressor com coragem. O profeta vai fazer que o pobre se veja a si mesmo com os olhos de Javé e não com os olhos do patrão. "Você é importante para mim". Essa é a boa notícia anunciada aos pobres. Dizer aos pobres: "Assim diz Javé: você é importante para mim, você é precioso aos meus olhos, eu gosto de você, eu o amo, eu o escolhi para implantar na terra o direito e a justiça; e se você não o fizer, ninguém vai fazê-lo".

Essa é a novidade, é o centro da mensagem profética. Jesus irá no mesmo sentido: "Eu te agradeço, ó Pai, porque revelaste o mistério de teu reino aos pequenos, aos pobres e o escondeste aos sábios. Esta foi tua vontade." Os pobres não necessitam ser salvos, libertados por nós. A boa notícia diz que os pobres são os sujeitos históricos da libertação, não objetos de nossa ação. Devolver ao pobre esta certeza é o caminho decisivo que permite a ele vencer o medo de assumir o projeto e de enfrentar a perseguição até a morte. Porque ele tem consciência de que é Servo de Javé.



O terceiro caminho para sair da opressão: o caminho da justiça

Depois de um longo caminho, o profeta Elias está preparado para o conflito com o rei. Um rei que ficou com a vinha do camponês Nabot, manipulando os juízes, acusando-o de ser inimigo de Deus e do rei. Incentivado por Jezabel, Acab se considera o único que manda em Israel. O rei crê que é Deus e faz o que quer com a vida do povo e com a terra. Sobre esta mesma terra que bebeu o sangue de Nabot, Elias encontra o rei. "Ladrão e assassino!": é a denuncia profética que enfrenta o poderoso, desmistificando-o. Ele não é Deus, deve ser destruído. Este é o caminho da justiça. Se existe uma estrutura social opressora, o profeta sabe que o lugar de Javé é onde está o oprimido. O opressor está em cima, num lugar onde Javé nunca vai estar.

É mais que uma questão emocional, que uma questão psicológica de intenções. O profeta não olha as intenções do opressor. O profeta não pergunta se é rico, porque é ladrão, ou porque herdou de seu pai, ou da esmola do templo. O profeta olha os pés. O rico está num lugar errado, onde Javé nunca vai estar. A única alternativa de salvação é estar onde Deus está. O rico deve renunciar a ser rico para ajudar a construir uma sociedade diferente. É um problema político, não só ético. O problema é entender que uma sociedade dominadora é uma sociedade injusta em si mesma. É necessário destruir a dominação.

Quantas vezes nas palavras proféticas, escutamos Deus dizendo "meus pobres"... Mas nunca diz, "meus ricos", isso não existe. Por isso o profeta denuncia todos os responsáveis pela injustiça:

- São os pesos errados das balanças dos comerciantes;
- São os juízes corruptos que se deixam comprar para julgar;
- São os reis, são os sacerdotes, são os falsos profetas.

O profeta não tem medo de falar e apontar dando o nome dos responsáveis pela situação. O profeta oferece ao opressor um só caminho: deixar de ser opressor. Não pede ao rico um copo de leite para o pobre, exige que devolva a vaca que roubou. É necessário que o opressor devolva o que está roubando. Se não o fizer, não há salvação. É o caminho inevitável da justiça. Sobretudo quando o opressor usa o nome de Deus para justificar-se a si mesmo.

Sempre vai haver conflito entre o profeta e o templo.: "Eu não pedi oferendas, nem holocaustos, o que eu quero é a justiça, o que quero é o bem. Afasta de mim teus sacrifícios, tuas orações, tuas mãos, porque elas estão cheias do sangue de meus pobres. Eu não quero festa, nem celebração, nem missão, nem hinos, nem sábados, nem luas novas. Eu quero que a justiça corra como um rio caudaloso. Eu quero o bem: que se ampare o órfão, o pobre, o oprimido e a viúva". Nisso todos os profetas coincidem. A memória antiga diz: "No deserto eu nunca lhes pedi oferendas, nem sacrifícios. Quero o bem. Não quero o jejum. Isso não basta para romper a opressão. Quero que se dê ao pobre o que é seu direito". "Estão vendendo os pobres por um par de sandálias!".

A maior bandeira dos profetas é: "Façam justiça!" Fazer justiça é servir a Javé. A Javé do deserto, a Javé da conquista da terra, a Javé libertador. Servir a Javé significa, para o profeta, fazer um ensaio de uma nova sociedade igualitária.

*agente da CPT Amapá.

EXPERIÊNCIA

Escolas camponesas no Ceará: um espaço de formação para jovens do semiárido

THIAGO VALENTIN*

Segundo dados oficiais, o Semiárido brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km² e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil, onde vivem 22 milhões de pessoas, ou seja, 11,8% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maior parte do território do semiárido é coberta pela caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro.

Até pouco tempo atrás predominava, no semiárido, a ideia de enfrentar a seca, fugir da região, ir em busca de novas oportunidades em outros lugares. A CPT tem sido um ator importante para a mudança dessa visão e para o surgimento e consolidação de um novo paradigma, o da CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. O que antes era combater a seca, agora é conviver e bem viver na região conforme a realidade se apresente.

A fim de materializar este modo de vida, resgatando e fortalecendo saberes e práticas dos povos do semiárido, várias entidades, entre elas a CPT, implementaram alternativas de convivência com o clima da região: cisternas de placa, cisternas calçadão, quintais produtivos, mandalas, pequenas barragens, casas de sementes crioulas, projetos de criação de pequenos animais... A rede de parceiros e parceiras foi aumentando e, hoje, várias entidades, congregadas ainda em articulações maiores, como a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), desenvolvem este trabalho com capacidade técnica e sensibilidade para o protagonismo dos camponeses e camponesas.

A CPT sempre apostou na formação como meio de possibilitar o protagonismo camponês. Diante da alta migração dos jovens rurais para as cidades, as alternativas de convivência, aliadas à formação, têm criado as condições para uma maior fixação da juventude no campo, pois além do resgate dos saberes tradicionais, têm possibilitado a eles uma ocupação diária, produção para o consumo familiar e comercialização do excedente, gerando emprego e renda.

Pensando em potencializar a inserção da juventude nestes projetos, a CPT criou um espaço de formação chamado de Escolas Camponesas. Realizadas em comunidades camponesas que possibilitem o estudo teórico das temáticas, mas também o contato com experiências concretas, turmas de cerca de 30 jovens rurais se reúnem para aprofundar seus conhecimentos sobre a convivência com o semiárido, em vista de implantarem, em suas próprias comunidades, experiências que sejam viáveis, baratas e de fácil manejo.

As Escolas Camponesas tem a duração de 180hs, divididas em três módulos de três dias cada, entre teoria e prática. São coordenadas pelas equipes da CPT e assessoradas por agentes da CPT e técnicos pertencentes a entidades parceiras. Uma parceria muito importante na assessoria se dá com alunos da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, de Independência (CE). Vários destes alunos inicialmente participaram das Escolas Camponesas, por este ser um espaço de motivação e formação em vista de uma qualificação técnica de base agroecológica.

Uma das dificuldades é a pouca existência de espaços com este tipo de formação, dado que as escolas agrotécnicas do Estado preparam profissionais para a atuação no agronegócio.

O conteúdo dos três módulos das Escolas Camponesas são os seguintes:

1º Módulo - INTRODUÇÃO À AGROECOLOGIA: apresentação geral do programa da Escola Camponesa e introdução aos princípios da Agroecologia.

2º Módulo - MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLO E MANEJO DE CULTURAS: estuda-se o que é solo, quais os tipos de solo, a importância do solo para a manutenção da vida e o que fazer para manejá-lo de forma sustentável.

3º Módulo - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS, MANEJO DE PASTAGEM E ALIMENTAÇÃO ANIMAL: discute-se a importância da criação de pequenos animais, enfocando de forma mais precisa os caprinos, ovinos e galinhas, e de como fazer um manejo correto da pastagem para alimentação destes animais.

Foto: Thiago Valentim



A partir dessas temáticas, é feita a escolha das comunidades que vão acolher os participantes a partir das experiências necessárias para o estudo em cada módulo. Além de um espaço de estudo, as Escolas Camponesas são também espaços de convivência fraterna dos alunos, destes com as comunidades, com os assessores e assessoras, e agentes da CPT. Outros momentos são proporcionados, como celebrações, visitas as famílias, noites culturais, trocas de experiências. As comunidades colaboram na hospedagem dos alunos, na doação de alimentos e na infraestrutura necessária. Compra-se o que for necessário na própria comunidade e prima-se por consumir somente produtos da agricultura familiar camponesa.

Na avaliação dos alunos e da própria CPT, as Escolas Camponesas tem sido positivas para vida dos jovens, para o fortalecimento comunitário e de um projeto maior de convivência com o semiárido. Os resultados são inúmeros, desde o fortalecimento de um projeto pessoal de cada aluno das Escolas Camponesas, como também as mudanças que podem ocorrer em níveis maiores, comunitário, municipal, regional. Alguns alunos se tornam, posteriormente, agentes da CPT.

Por tudo que as Escolas Camponesas tem significado para a juventude rural do Ceará e para a CPT, reafirmamos nossa opção pela juventude e nosso empenho em manter vivo e atuante este espaço tão importante para a formação dos jovens rurais do semiárido cearense.

*da coordenação da CPT Ceará

CULTURA



Ilustração: Cerezo Barredo

Páscoa

Na sua morte o véu do Templo se rasgou de alto a baixo.
E a canga da subserviência e da imobilidade foram derrubadas;
as mordaças do medo que retinham o grito dos pobres foram arrancadas
E os grilhões da escravidão, das cercas e da morte foram rompidos

Ele Ressuscitou

E nós o encontramos,
não mais no Templo ou
nos palácios, mas no irmão
e na irmã que buscam viver
a vida plena na liberdade
dos filhos e filhas de Deus
e na alegria da construção
do Reino.

Feliz Páscoa.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

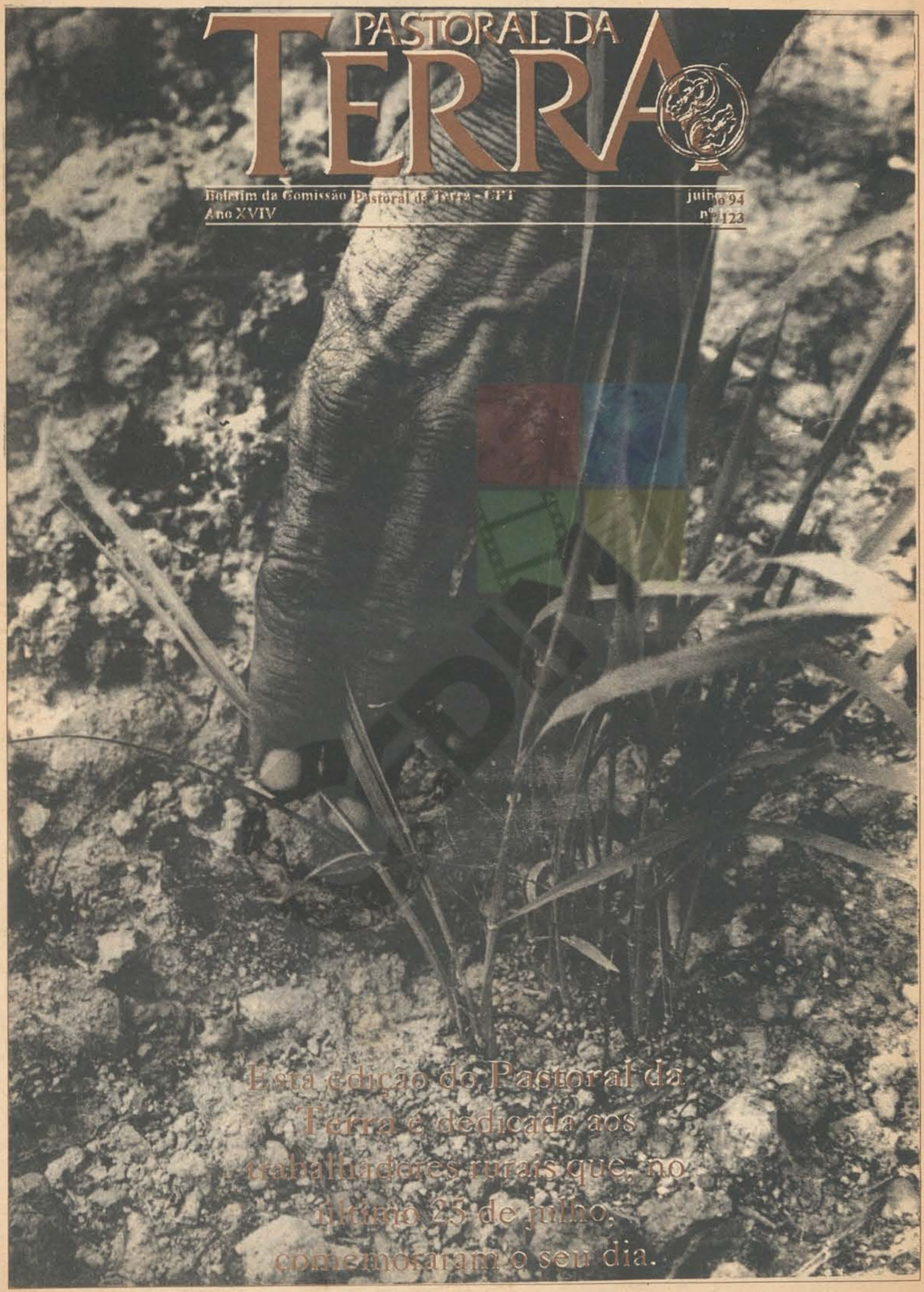
CORREIOS
Mala Direta Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVIV

julho'94
nº 123



Esta edição do Pastoral da Terra é dedicada aos trabalhadores rurais que, no último 25 de julho, comemoraram o seu dia.



Marco Aurélio Costa

O canto dos trabalhadores rurais

Cremos que a melhor palavra sobre as dores, as lutas e os anseios dos trabalhadores do campo é a aquela dita por eles. Portanto, trazemos aqui Dona Raimunda Gomes, valente trabalhadora rural do Tocantins que compôs música e letra de *Poema*, que ela cantou para uma platéia emocionada, no Rio de Janeiro, no lançamento de *Conflitos no Campo - Brasil/1993*, no último dia 18 de maio. Falando da experiência de seu povo, ela apresenta o que é comum na vida dos trabalhadores rurais das diferentes regiões brasileiras. Na homenagem à memória do padre Josimo, está a celebração de todos os homens e mulheres que morreram para trazer mais alegria e justiça ao campo.

Poema

Eu vou escrever um poema que é da minha inspiração
Do sofrimento do povo que é da nossa região
Povo pobre e abatido, mas resiste à opressão

Lá, até setenta e quatro tinha grande alegria
Pobre era dono das terras e trabalhava onde queria
Tirava alimentação para sustentar a família

Quando fizeram a estrada, assim falam os companheiros
Que foram perdendo a terra por causa dos grileiros
E os pobres estão sofrendo no maldito cativeiro

Ninguém tem mais alegria, ninguém tem felicidade
Sofre pobre lá no campo e sofre pobre na cidade
inda querem que a gente diga que tem liberdade

Dizem que o pobre é vagabundo, que não tem educação
Mas isso não é verdade, nós temos compreensão
De ver toda mentira em rádio e televisão

A mentira que eu falo, os companheiros me diz agora
Trinta e cinco milhões de crianças abandonadas
Sem pão, sem saúde e sem escola
Se isso for democracia é porque me fugiu da memória

Se nós cremos no Evangelho tem que falar a verdade
Não existe democracia nem no campo nem na cidade
Se não houver reforma agrária não teremos liberdade

Foi por causa da verdade que houve uma grande ruína
Que no dia 10 de maio mataram padre Josimo
Homem forte e corajoso, soldado da Lei Divina

Sua voz era mansinha e muito amor
Conversava com os pobres, esse era o bom pastor
E por causa da verdade apareceram os traidor

Tiraram a sua vida pra não ter libertação
Mas ele está no trono de Deus
E nós estamos aqui no chão
Se não houver reforma agrária não se cala a multidão

Quadro comparativo entre associação, cooperativa, sindicato e micro-empresa

Apresentamos agora a conclusão do quadro comparativo entre associação, sindicato e micro-empresa, preparado por Daniel Rech, coordenador do Deas-Ceris (Departamento de Estudos e Atuação Social - Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais).

ORGANIZAÇÃO CARACTERÍSTICAS	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA	SINDICATO	MICRO-EMPRESA
16 - Obrigações fiscais e tributarias	- Não paga Imposto de renda (recolhe IR na fonte) devendo fazer a declaração de isenção todo a ano. - Não está imune, podendo ser isentada, dos demais impostos e taxas. - Se realizar operações de comércio, deverá recolher ICMS. (9)	- Não paga imposto de renda sobre as suas operações com os associados. No entanto, deve recolher, sempre que couber imposto de renda na fonte e o imposto de renda sobre operações com terceiros. - Está teoricamente imune (não deveria pagar) do ICMS nas operações com os associados (ato cooperativo), mas os estados têm assim mesmo cobrado aquele imposto. - Paga as demais taxas e impostos.	- Igual à associação.	- É isenta de Imposto de Renda, do Imposto sobre Operações Financeiras e do PIS. - Tem redução de alíquotas do IPI e é isenta do ICMS (Estados) e ISS (Municípios) desde que esta isenção não acarrete perda de receita (ao Estado ou ao Município) superior à 5% da arrecadação-total do respectivo imposto.
17 - Fiscalização	- Poderá ser fiscalizada pela Prefeitura (Alvará/ISS/IPTU), Fazenda Estadual (nas operações de comércio), INSS, Ministério do Trabalho e Receita Federal (Imposto de Renda)	- Igual à associação.	- Igual à associação.	- Igual à associação
18 - Estruturas de representação	- Pode constituir órgãos de representação e defesa, não havendo atualmente nenhuma estrutura que faça isso em nível nacional.	- Pode constituir órgãos de representação e defesa dos seus interesses e direitos, havendo atualmente um órgão oficial de representação imposto por lei (sistema OCB), ao qual as cooperativas não são mais obrigadas a se filiar.	- Conta com órgãos de defesa e representação bem estruturados (Federações e Confederações). - Conta também com as Centrais Sindicais (CUT) as quais, porém, não são reconhecidas institucionalmente.	- Existem estruturas de representação (da Micro e Média Empresa) às quais podem se filiar. - Em nível federal, com o objetivo de apoio, existe o Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresas e o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresas (CEBRAE) ao qual as Microempresas não se filiam mas podem recorrer para assessoria e suporte de suas atividades.
19 - Dissolução e liquidação da entidade	- A dissolução é definida pela Assembléia Geral. - Pode ocorrer também a liquidação, mediante intervenção judicial realizada por representante do Ministério Público.	- A dissolução é definida pela Assembléia. - Pode ocorrer também a liquidação da entidade por processo judicial. Neste caso, o juiz nomeia uma pessoa como liquidante.	- A dissolução é definida pela Assembléia. - Pode ocorrer intervenção judicial, mas neste caso não poderá ser proposta a liquidação.	- Pode ser cancelada, distratada ou dissolvida (pedido de baixa) por decisão dos seus sócios. - Pode ter o cancelamento do seu registro por perda de condição de Microempresa (neste caso, continua como qualquer outra sociedade comercial). - Pode ter decretada falência por decisão judicial.
20 - Destino do Patrimônio, caso haja o fim da entidade	- Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão de Assembléia a entidades afins.	- Os bens remanescente, cobertas as dívidas e os montantes correspondentes às quotas-parte dos associados, deverão ser destinados a entidades afins. - Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente (conforme os estatutos) pelas dívidas.	- Os bens remanescentes deverão ser destinados por decisão de assembléia a entidades afins ou ao órgão de representação superior.	- Supridas as obrigações, os bens remanescentes são distribuídos aos sócios de acordo com a sua respectiva participação no capital.
21 - Possibilidade de controle	- Na associação, é um voto por pessoa. O controle pode ocorrer por força política de um grupo.	- Na cooperativa, é um voto por pessoa mas a possibilidade de acumular muitas quotas-parte por parte de algumas pessoas que tem mais operações com a mesma, faz com que um grupo ou uma pessoa passem a ter muito mais poder (econômico) que os demais. - Quando os associados estão em igualdade do ponto de vista econômico, o controle pode ocorrer pela força política de um grupo.	- Igual à associação.	- Aqui quem manda é o capital. Quem tem mais capital ou faz alianças de capital entre sócios, formando percentuais majoritários, manda na empresa.



Mística e espiritualidade na luta pela terra e na terra (V)

É amargo o dia de Javé (Sof 1.14)

A realidade vivida pelo profeta Sofonias é marcada por características peculiares às que, atualmente, vivemos no contexto da realidade brasileira. "Somos tetracampeões no futebol e movidos pela propaganda" dos efeitos positivos da moeda Real, recentemente implantada no mercado econômico nacional.

Sofonias profetiza no Reino do Sul onde reinou Josias (640-609). Suas origens familiares estão enraizadas em famílias ricas deste período. O contexto social é conturbado e violento: um golpe militar mata o rei Amon. Todavia, o povo não sustenta a proposta golpista e acontece o fracasso. Os promotores do golpe sofrem castigos severos. Josias, filho de Amon, com apenas oito anos de idade, é levado ao reinado. Os senhores da Corte aproveitam esse momento de transição e juventude para implantar um estado de opressão ao povo e a instituição de uma prática religiosa marcada por vários deuses concebidos junto aos povos circunvizinhos. É o caos social, religioso e moral, onde culmina com o grito do profeta Sofonias:

Reúna-se e recolha-se, nação sem vergonha, antes que vocês se espalhem como palha que desaparece num dia, antes que caia sobre vocês o fogo da ira de Javé, antes que caia sobre vocês o dia da ira de Javé (Sof 2.1-2).

Aos pobres da terra o profeta recomenda:

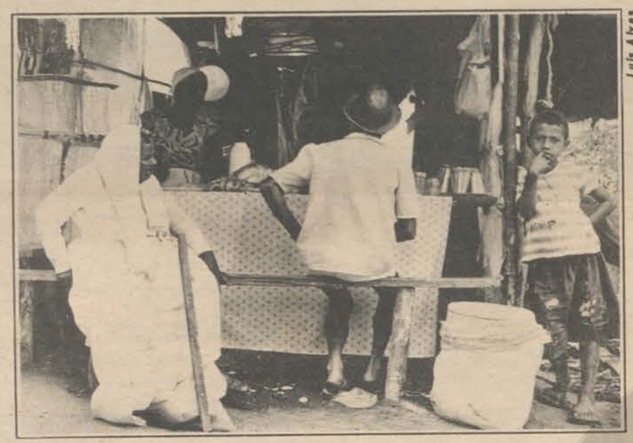
Procurem a Javé, todos os pobres da terra; vocês que obedecem seus mandamentos, procurem a justiça, procurem a pobreza. Quem sabe, assim, vocês acharão um refúgio no dia da ira de Javé (Sof. 2-3).

Pastoral da Terra: da diversidade à unidade

A atuação dos agentes de pastoral à luz do Evangelho e das diretrizes das Igrejas que estão nos trabalhos da Comissão Pastoral da Terra levou a uma conclusão comum: toda a realidade vivida no campo "indica a permanência das causas geradoras da violência crônica estabelecida no interior do País", no ano de 1993. Esta violência crônica está manifestada no rosto de 32 milhões de famintos, no prolongamento da indústria da seca, e na aceleração do processo de mecanização e produtividade do campo, colocando o País como o 3º exportador de alimentos do mundo.

Diante deste quadro de miséria e frente a uma realidade política marcada pela concentração das riquezas, temos que recorrer às palavras do profeta Sofonias. Ele nos motiva, como agentes de pastoral, a termos atitudes e práticas de profetas e profetizas, na luta pela terra e na terra.

A denúncia deve ser dita "às pessoas certas"


Luis Alves

O profeta é categórico na sua denúncia:

Construíram casas, mas não habitarão nelas; plantaram videiras, mas não beberão seu vinho (Sof. 1.1.3)

Dados colhidos nas estatísticas oficiais que, em 1980, 0,8% dos proprietários rurais, com área de 1000 ou mais hectares controlavam 45,8% das terras do País. 75% dessa área estavam totalmente ociosa. No outro extremo, 37% das propriedades com menos de 5 hectares ocupavam 1,1% de toda a terra (CNBB, 1994 - 37).

Sabemos que esses dados não são produzidos pelos pobres da terra e da cidade, mas refletem uma ação política e econômica, com a conivência de uma prática religiosa *morna* (cfr Ap 3.15). Aos homens e mulheres do campo, sem terra, sem moradia, sob o jugo das dívidas bancárias, juros altos, próximos da miséria humana, o profeta tem uma palavra de esperança:

Procurai Javé, vós todos os humildes do país, que cumpris os seus preceitos. Procurai a justiça, procurai a humildade; talvez sejais protegidos no dia da cólera de Javé (Sof. 2.3).

O agente de pastoral é sinal de uma atitude profética

A *cólera de Javé* atinge a todos, na medida que não encontramos saídas concretas para superar a *apartação social*, a anomalia e a violência institucionalizada, a concentração política e a concentração de renda. A *cólera de Javé* começa a ser extinta quando a sua maior novidade afirmada pelo profeta (Sof. 2.3) começa a acontecer: *o povo humilde e pobre, que procura refúgio apenas em Deus* .

Por outro lado, a luta pela terra e na terra "é condição indispensável para a democratização da sociedade brasileira. Como tal, é de interesse de toda a população, e não apenas dos trabalhadores do campo. Democratizar a propriedade do solo é criar oportunidades de vida, repartindo, ao mesmo tempo, renda e poder. Mais do que econômico, seu signi-ficado é político e social, pois sua realização será parte e fonte de uma transformação mais profunda e global das estruturas sociais do Brasil." (CNBB, 1994 - 39)

Fica para os agentes de pastoral na luta pela terra e na terra a certeza/esperança que proclama o profeta:

Não tenhas medo, Sião! Não se acovarde! Javé, o seu Deus, o valente libertador, está no meio de você. Por causa de você, ele está contente e alegre, e renova o seu amor por você: está dançando de alegria por sua causa, como em dias de festa. (Sof 3.16-18)

Marcos Rodrigues da Silva - CPT-SC

Notas Bibliográficas:

CNBB, Brasil: alternativas e protagonistas - instrumento de trabalho, 2a. Semana Social Brasileira, 1994)

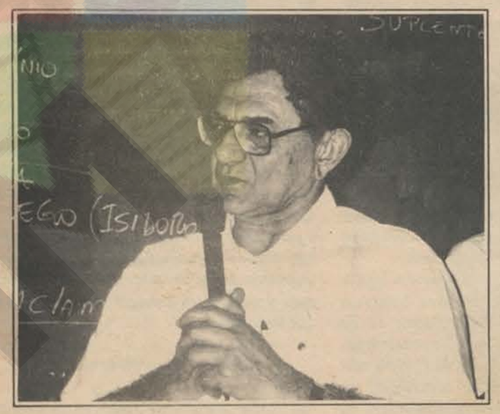
Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no Campo - Brasil/1993, 1994

Bíblia Sagrada, Edição Pastoral - EP, 1990

Dom Orlando Dotti 25 anos de pastoreio

O Povo de Deus da Diocese de Vacaria, do Rio Grande do Sul e do Brasil está em festa. O ano de 1994 marca os 25 anos de episcopado de nosso irmão e amigo, Frei Dom Orlando Dotti. São 25 anos de testemunho e compromisso de um autêntico pastor, inteiramente dedicados aos pobres. Sua história se cruza com a história dos camponeses e operários que, incansavelmente, lutam pela vida e a dignidade. História essa que atravessou o duro período da ditadura militar. A voz profética de Dom Orlando não se cansou e nem se calou na denúncia das injustiças e no anúncio dos valores evangélicos que fundamentam uma sociedade democrática e fraterna.

As Igrejas particulares das Dioceses de Caçador (SC), Barra (BA) e Vacaria (RS) foram agraciadas pela presença amiga, o convívio e o testemunho desses 25 anos de pastoreio dedicados às causas dos pobres. Este amor pastoral extrapolou os limites geográficos das dioceses locais onde Dom Orlando trabalhou. Sua fervorosa contribuição estendeu-se para toda a Igreja do Rio Grande do Sul, seja, através das pregações em Romarias da Terra, cursos e estudos, ou por meio de publicações de sua autoria ou co-autoria. Citamos, entre outros, os documentos ***Igreja e problemas de terra*** e a coleção ***Ensino Social da Igreja*** que fundamentam a ação da Igreja em relação à terra e, principalmente, uma posição firme em favor da reforma agrária.



Dom Orlando Dotti é, historicamente, identificado com o serviço da Comissão Pastoral da Terra. Segundo ele, este compromisso se consolidou ainda mais quando era pastor na Bahia. "Percebi que aquele povo era extremamente sofrido. Vendo aquela multidão sofredora, me aproximei dos trabalhadores e fiquei bastante indignado com aquela situação. Surgindo a CPT, logo me liguei a ela", explica Dom Orlando.

Este compromisso, afetivo e efetivo, com os pobres da terra, o conduziu à presidência da CPT Nacional. Ao assumir este serviço, ele manifestou seus anseios e expectativas em relação à CPT e sua missão: "Os que trabalhamos na CPT teremos uma mística para o nosso trabalho se olharmos a realidade do nosso homem trabalhador do campo. Se não virmos a exploração da qual ele é vítima, a dominação e a miséria, e não conseguirmos perceber até um certo desespero dessa gente, não teremos muita garra. Porém, se olharmos de perto, nos aproximarmos, sairmos de nossos gabinetes e formos olhar um trabalhador na roça, ver o que e como ele está produzindo, qual o resultado do seu trabalho, acredito que teremos sensibilidade suficiente para atacarmos com valentia e paixão o nosso trabalho."

É com este espírito que Dom Orlando realiza a sua missão. E, particularamente, as pastorais sociais, procurando ajudar a Igreja toda a se comprometer e manter viva a esperança dos pobres. Além dessa doação total ao trabalho de pastor, Dom Orlando é o amigo e irmão, sempre disponível para dialogar com todos.

Dom Orlando, que o Deus da Vida lhe dê toda a proteção para continuar sendo essa presença profética em nosso meio.

Secretariado Nacional da CPT

Aos que foram e aos que ficam

"Uma árvore tem esperança: mesmo cortada ela volta a brotar e seus ramos continuam a crescer.
Embora suas raízes envelheçam na terra
e seu tronco esteja amortecido no chão,
ao cheiro da água ela solta brotos
e produz folhagem como planta nova" (do livro de Jó)

À luz desta mensagem bíblica, nós que guardamos no coração a paixão pelo Reino e pela nossa Mãe-Terra e comungamos o sonho de vê-la tornar-se morada de irmãos, queremos lembrar duas pessoas queridas:

Apparecida Rodrigues da Silva, a mãe do nosso amigo e companheiro Marcos (assessor teológico-pastoral do Secretariado). Dona Apparecida, 58 anos, era viúva e morava sozinha. A sua vida, porém, bastante comprometida: ela era ministra extraordinária da Eucaristia, agente de pastoral da saúde e coordenadora do curso de noivos e casais na paróquia onde morava. Uma verdadeira mulher engajada na comunidade, daquelas que ninguém percebe, mas que fazem tanta falta porque são "verdadeiras mães da comunidade". Faleceu de repente, dia 27 de junho, logo após cirurgia no coração.

Jandira Bettoni, Irmã Franciscana do Apostolado Paroquial, de 44 anos, atropelada por um carro na manhã fria do mesmo dia, 27 de junho. Ir. Jandira, que tinha sido Coordenadora Geral da sua congregação, Secretária Executiva da CRB de Santa Catarina e Coordenadora da Catequese de Lages, atualmente trabalhava no centro Vianney de Educação Popular e era membro da equipe da CPT/SC. A CPT perdeu uma companheira estimada; Ir. Jandira vai fazer falta para nós todos; mas sua paixão pelo Reino fica conosco; o sonho dela é nosso também.

Infelizmente temos que acrescentar mais esta notícia triste: dia 28 de julho recebemos um telefonema rápido do amigo **Xavier Plassat**, da CPT Araguaia-Tocantins, comunicando-nos a morte da mãe, doente há alguns meses na França. A solidariedade não tem confins; nem sabemos o nome dela. Mas conhecemos o filho, Xavier, nosso companheiro. Assim, também ela nos pertence, quase fosse alguém da família da gente.

São estes os sentimentos de solidariedade do Secretariado Nacional aos nossos amigos Marcos e Xavier, às suas famílias; à família de Ir. Jandira, à sua Congregação e à equipe da CPT de Santa Catarina.

Entrevista: Frei Anastácio Ribeiro

Na Paraíba, parceria do Judiciário e proprietários

Em visita à sede do Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra, frei Anastácio Ribeiro, um dos coordenadores da CPT-Nordeste, deu uma entrevista ao ***Pastoral da Terra****, sobre a situação no campo da Paraíba - conflitos, ação do Judiciário, trabalho da CPT, etc. Com a palavra, frei Anastácio:*

Áreas de conflito

No momento, temos três áreas de conflito com despejos decretados desde de janeiro deste ano. A fazenda Pazza, de 2.500 hectares, no município de Pitimbu. Aí 133 famílias foram despejadas, com muita violência, no dia 18 de março. Casas foram destruídas e queimadas. As famílias ficaram acampadas na área de Corvoada, sede velha do Abiaí, desapropriada no dia 7 de julho de 1993. Continuam cuidando da lavoura, com mais de 200 ha plantados (mandioca, milho, feijão, batata, etc). No dia 1° de julho o juiz deu oito dias para desocupação do acampamento e destruição das lavouras.

Outra é a fazenda Retirada, de 1510 ha, Sítio Capim de Cheiro, município de Caaporã. Lá nasceram e se criaram 153 famílias que têm 515 ha de lavoura. O juiz Aloísio Bezerra Filho (da Comarca da Alhandra), no dia 27 de junho deu um prazo de 10 dias para desocupação da área.

E, ainda, a fazenda Engenho Novo, em São Miguel do Taipu, uma área de 3160 ha, onde vivem 404 famílias, todas nascidas no local. Com o recente falecimento do pretenso proprietário, João Crisóstomo Ribeiro Coutinho, os três filhos e genros passaram a pressionar os trabalhadores para diminuir a roça e plantarem cana.

Atuação dos trabalhadores

Os trabalhadores começaram a fazer mutirões para refazer a plantação destruída por tratores. Houve um grande mutirão no dia 13 de abril e, no final do dia, 60 policiais prenderam sete trabalhadores. No dia seguinte eles se mobilizaram e conseguiram a soltura dos presos.

Mais de 500 pessoas participaram do grande mutirão do dia 21 de abril, mas no final, chegaram proprietários, capangas e policiais, atirando e ferindo cinco trabalhadores: Jivanete, Francisco de Assis, Manoel Luiz do Nascimento, Maria da Penha Maciel Soares e José Carlos da Silva.

No dia 22 acamparam no palácio do governo exigindo providências contra a violência dos proprietários e capangas e da própria polícia. O governo se comprometeu de pedir, junto ao Tribunal de Justiça, um prazo para que o Incra possa agilizar o processo com vistas à desapropriação da área.

No dia 27 de abril, o vigário da Paróquia, membro da CPT, pe. João Maria Cauchi foi vítima de emboscada de um dos herdeiros, Artur Meira Lins, com seis capangas. O arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, no dia 29 de abril convocou uma missa em solidariedade aos posseiros e ao padre João Maria.

Audiência

Em cima desses três casos, não havendo mais saída e temendo-se a destruição das lavouras, Dom José e o vigário geral, pe. Carlos Avanzini visitaram as três áreas, no dia 11 de julho. Visita da qual participei representando a CPT. Vimos a produção, a situação das moradias, e foi adotada a seguinte posição: pedir audiência com o governador e o presidente do Tribunal de Justiça para dar entre 45 e 60 dias para o Incra concluir a desapropriação. Caso contrário, seria feita campanha nacional e internacional para denunciar o Judiciário paraibano diante da questão da fome.

Dom José conseguiu audiência, no dia 12, com o presidente do Tribunal de Justiça e o governador do Estado. O presidente do TJ garantiu que não haveria despejo nessas áreas até o final de julho. E o Incra da Paraíba está com técnicos de Brasília, concluindo os processos para remetê-los ao Ministério da Agricultura.

Atuação do Judiciário

Na Paraíba sentimos que o Judiciário está em parceria com os proprietários. É de uma insensibilidade tremenda. Exemplo disso: entramos com mandato de segurança em favor dos trabalhadores de Engenho Novo, em junho. Passou pelas mãos de cinco desembargadores do TJ, todos se declarando incompetentes para julgá-lo. O sexto julgou em favor dos fazendeiros.

Por que isso? Todo esse grupo Ribeiro Coutinho (Várzea da Paraíba) detém o poder econômico, político e social na região. Um dos herdeiros desta terra é um procurador federal (Luciano Maia). Outro é procurador do Estado (Henrique Rangel).

Atuação da CPT

A CPT da Paraíba está constituída em quatro equipes de agentes e trabalhadores: uma no sertão, uma na Diocese de Campina Grande, outra na Diocese de Guarabira e outra na de João Pessoa, além das várias equipes de base. Há reflexão conjunta de todas as equipes e estudo da realidade (conflitos, pequena produção, assalariados, semiárido...).

O trabalho se dá no acompanhamento do dia a dia das comunidades. Nos conflitos, o apoio na comunidade local - reflexão, organização em mutirões, resistência na terra.

Em João Pessoa, no Secretariado, criam-se para os trabalhadores espaços de análise, infra-estrutura e meios para ajudá-los a encaminhar as denúncias e reivindicações aos órgãos competentes e aos meios de comunicação. Há ainda uma estrutura montada para utensílios em acampamentos e apoio no que for necessário.

Mutirões da solidariedade

Os mutirões, como os já citados anteriormente, são uma prática comum dos trabalhadores, existindo há mais de 20 anos. Quando um grupo está pressionado, outros companheiros fretam carros e vão ajudar a plantar, a vigiar para que não se destruam as plantações. É uma forma de reforçar a luta e garantir a sobrevivência.



Osvaldo Nascimento

D. José Pires com trabalhadores despejados da Fazenda Pazza

O Plano Real

Todos sabemos que o plano econômico elaborado pela equipe do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), está entrando na sua terceira fase. A primeira foi a de aumentar a arrecadação de dinheiro e cortar profundamente os gastos do governo. Para tanto reintroduziu o imposto provisório sobre movimentações financeiras (IPMF), criou o Fundo Social de Emergência (FSE) e outras reformulações nos impostos. No lado dos gastos, o governo já vem cortando o máximo possível. Como se percebe, estas medidas seguem os manuais neoliberais do FMI - de controle monetário e fiscal, privatização, etc.

A segunda fase foi a de instituir um novo indexador da economia (índice de correção monetária), a URV - Unidade Real de Valor. Na prática, só os salários acompanharam a evolução da URV, enquanto que os preços tiveram aumentos bem acima, ocasionando já uma inflação em URV, com muitos produtos sendo aumentados em 80%, em URV.

A terceira fase iniciou em 1° de julho com a entrada em circulação da nova moeda, o **Real**. A partir desta data um Real gira em torno de um dólar, que é igual ao valor de uma URV, por tempo indeterminado. A URV acabou, mas a TR (Taxa Referencial de Juros) continuará existindo, embora o governo ainda não definiu como ela será calculada. O governo possui hoje dois grandes instrumentos de monitoramento da política econômica para pilotar o dia-a-dia: o controle da taxa de juros e a fixação da taxa de câmbio (quantos reais serão necessários para comprar um dólar).

No início o governo manterá a taxa de juros mais elevada para atrair os aplicadores e inibir o consumo (como o plano é recessivo, podem faltar mercadorias diante de um eventual aumento do consumo, o que tenderia a elevar os preços). A taxa de câmbio será fixa por tempo indeterminado, ou seja, um Real será equivalente a um dólar norte-americano. Por isso que este plano FHC está promovendo uma dolarização disfarçada da economia brasileira. Ou seja, na prática, estaremos dependentes diretamente do que acontecer com a valorização do dólar na economia mundial, da nossa participação (peso econômico) no mercado internacional, e do volume das reservas cambiais do País (dólares em poder do Banco Central do Brasil).

Resumidamente, é preciso afirmar que esse é um plano essencialmente monetarista (controle da quantidade de moedas em poder da população), que vai controlar a demanda (procura por mercadorias) através da elevação da taxa de juros e do arrocho salarial. A partir de 1° de julho os salários não estão mais subindo de acordo com a URV (como era antes); o salário mínimo só será revisto em maio de 1995; e os demais salários só poderão ser reajustados nas datas dos respectivos dissídios, apesar da inflação não ser igual a zero. Portanto, é um plano recessivo, não gera emprego, não estimula os investimentos. Tudo para chegarmos a uma inflação em torno de 6% no final de julho, e uma TR de 8% (esta é uma mera estimativa).



O governo manterá a taxa de câmbio fixa por um tempo indeterminado, com inflação, e os exportadores tenderão a perder dinheiro, na medida em que as suas receitas na venda das mercadorias no exterior terão uma relação fixa de um Real para um dólar, e os seus custos (muitas vezes equivalentes em dólar) crescerão, até porque os preços são formados por oligopólios (grandes grupos econômicos). Para alguns setores o governo tentará compensar estas perdas com a redução de impostos, como o IPI, incentivos às exportações, etc.

Outro mecanismo a ser utilizado pelo governo é o estabelecimento de alíquotas baixas para a importação de alguns produtos agropecuários. Neste caso, apesar de ser um instrumento correto de política econômica, pode ocorrer um resultado perverso, na medida em que nada garante que os preços ao consumidor cairão e, pior, tende, a desestruturar alguns setores da produção agropecuária. Também é verdade que setores da produção nacional controlam a oferta e pouco estão preocupados com o barateamento dos alimentos, muito menos com o combate à fome.

Portanto, a principal contradição existente no plano diz respeito ao setor agrícola, na medida em que a oferta de alimentos - fundamental para o monitoramento de preços e contenção da inflação - está diretamente vinculada à oferta de crédito, que o governo manterá restrita em função da política monetária e fiscal restritiva.

(Rolf Hackbart - economista)

Pastorais denunciam violência no campo

As Pastorais Sociais ligadas à Linha VI da CNBB vêm a público denunciar o crescimento, nestes últimos dias, da violência contra os trabalhadores rurais. Os fatos que seguem são uma amostra do grau de barbárie e violência a que o campo está submetido no Brasil.

1. Em 16.07.94, 60 trabalhadores rurais, posseiros da Fazenda Alagoinha, município de Jacobina-BA foram presos por ordem do Juiz da Comarca, no momento em que estava sendo cumprido mandato de manutenção de posse contra três posseiros apenas. Os posseiros perderam as ferramentas e os barracos foram queimados.

2. Em 22.07.94, mais de 100 agricultores sem terra, no município de Laranjal-PR, foram despejados por jagunços armados com a cobertura da Polícia Militar. Os trabalhadores, além de terem seus barracos derrubados, sofreram violência sexual por parte dos jagunços.

3. Em 17.06.94, 12 famílias de posseiros com mais de 20 anos de posse, numa terra de propriedade da União, no município de Barracão-PR, foram despejadas em cumprimento a um liminar de reintegração de posse contra 4 posseiros apenas. Realizaram o despejo além do Delegado de Polícia, mais de 25 PMs e 30 jagunços armados, dentre eles o grileiro e seu filho. Os posseiros tiveram suas moradias queimadas, seus animais mortos e a perda de mais de 2 mil sacos de milho e feijão, além de 5 deles presos.

4. 153 famílias de posseiros antigos que ocupam uma área de 1516 ha, desapropriada pelo INCRA em 1986, no município de Caaporã-PB, receberam uma ordem de despejo do Juiz da Comarca com prazo para desocupação até 30.07.94. O proprietário expropriado por não cumprir a função social da terra, obteve a liminar graças à omissão do INCRA que até hoje não se imitiu na posse.

5. Em 23.07.94, 150 famílias de agricultores sem terra, foram despejadas pela PM, no município de Faina-GO, em cumprimento a uma liminar de manutenção de posse concedida a uma suposta proprietária.

6. Em 26.07.94, 90 famílias, ocupantes do Engenho Cavalcanti, no município de Buenos Aires-PE, foram despejadas pelo Batalhão de Choque da PM, que prendeu 8 trabalhadores. A área do Engenho tinha sido declarada improdutiva e passível de desapropriação. Neste último mês, só no Estado do PE, mais de 580 famílias foram desalojadas em 4 despejos.

7. A Fazenda Cupins - Redenção, área de "fundo de pasto", município de Buritirama-BA, de propriedade do Estado, é ocupada por posseiros há mais de 40 anos, O Juiz Jeferson Alves de Assis, da Vara Crime Distrital de Amaralina, em Salvador, fazendeiro da região, destruiu as cercas e roças dos posseiros e coagiu 3 deles a assinarem um acordo cedendo-lhe as posses, caso contrário o restante da área seria destruída. A Juíza da Comarca da Barra-Ba concedeu uma liminar, sem procuração do advogado nos autos, à irmã do Juiz, que a pedido deste, entrou na Justiça.

8. Além dos despejos com violências, já citados acima, diversas lideranças de trabalhadores e agentes de pastoral estão sendo ameaçados de morte, nestes e em outros conflitos nos Estados do PA, SP, PR, BA e PE. No último dia 26.07.94, o trabalhador rural e delegado sindical Ivaldo Severino da Silva, do Engenho Trapiche, do município de Ipojuca-PE, ameaçado de morte 6 vezes e 3 vezes emboscado, acabou sendo executado numa sétima e fatal emboscada, no dia 26.07.94. Ivaldo havia requerido da justiça garantias de vida. O Juiz decretou a prisão preventiva dos acusados, mas não a fez cumprir.

Os fatos aqui relatados levam-nos a algumas conclusões:

* Os trabalhadores do campo vivem na carne a violência e a miséria agravadas pelas ações e omissões do Estado, cuja conivência com o latifúndio aprofunda a desigualdade real que existe no campo;
* O INCRA, que deveria agilizar as ações de Reforma Agrária em favor dos trabalhadores, age com grande morosidade nos processos de desapropriação e, em muitos casos, favorecendo o latifúndio;
* Os Governos Federal e Estaduais não coibem as milícias armadas dos latifundiários. Com isto, acabam por, tacitamente, reconhecê-las. Em muitos casos, acontece a ação conjunta de polícias e milícias particulares;
* No relato dos fatos, fica evidente que a decisões do Judiciário têm sido, com raras exceções, favoráveis ao latifúndio, produzindo uma "indústria de liminares" para supostos proprietários. Quando se trata, porém, de proteger a vida dos trabalhadores e reconhecer direitos adquiridos de posseiros, o Judiciário quase sempre tem sido omisso e/ou moroso. E, o que é mais grave, ao desconhecer ou descumprir o preceito constitucional no que tange à função social da propriedade, suas decisões e omissões para o crescimento da violência e da impunidade.

Como já aconteceu outras vezes em nossa história recente, o recrudescimento da violência por parte do latifúndio, em "parceria" com o Estado, se dá num momento, como este pré-eleitoral e de Campanha contra a Fome, em que se acena para a possibilidade de ser implantado no país um programa de Reforma Agrária.

Frente a este quadro dramático, e impedidos pelas exigências do Evangelho, que coloca o valor da vida acima de qualquer outro valor, inclusive o da propriedade, conclamamos a sociedade a cobrar das autoridades competentes justiça e medidas urgentes para coibir a violência, apurar as responsabilidades e punir os culpados.

Este quadro de agravamento da violência e de violações dos direitos humanos no campo brasileiro, particularmente nos despejos forçados, obriga a CPT a encaminhar denúncias formais, acompanhadas de provas, à Comissão dos Direitos Humanos da ONU contra o Governo Brasileiro.

A democratização do Estado e da sociedade brasileira só será possível com a democratização da terra.

Luziânia-GO, 29 de julho de 1994
2ª Semana Social Brasileira

Comissão Pastoral da Terra - CPT
Conselho Indigenista Missionário
CIMI
CARITAS Brasileira
Comissão Pastoral Operária - CPO
Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM
Pastoral Carcerária
Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP
Pastoral do Menor
Pastoral da Criança
Pastoral da Mulher Marginalizadas
Pastoral dos Nômades



Nando Neves/Imagens da Terra

25 de julho
Dia do Trabalhador Rural

Histórico

Durante muitos séculos em que o Brasil e os outros países da América Latina foram explorados pelos países europeus, só vinham para cá, até o início do século passado, as pessoas, grupos ou caravanas que visavam buscar riquezas.

Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, especialmente na Europa, no século passado, intensifica-se a corrida desenfreada na busca de terra e riquezas. A Europa possuía um alto contingente populacional e a pobreza aumentava aceleradamente, a ponto de causar inúmeros problemas de toda ordem. Havia excesso de mão de obra. O que fazer com esse contingente de empobrecidos? Lá, eles ficavam na ociosidade porque, tanto na Alemanha quanto na Itália, a implantação do capitalismo liberal acabou com a estrutura agrícola arcaica, deixando-os sem trabalho. A indústria e o comércio ocuparam com as máquinas o espaço dos trabalhadores.

Como ocorria em toda a América Latina, no Brasil do início do século passado, adotou-se a implantação da política de colonização, uma vez que existiam enormes extensões de terras agricultáveis, necessidade de muita mão de obra e um pequeno contingente populacional. Visava-se também povoar as fronteiras para guarnecê-las de invasões.

Nesse contexto de pobreza e miséria na Europa, e, no Brasil de necessidade de desbravamento e de fazer a terra produzir, ocorreram as imigrações.

No dia 25 de julho de 1824 chegou ao Brasil a primeira leva de imigrantes alemães, instalando-se no Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul. Eram 200 mil pessoas.

Em 1875, a 20 de maio, chegaram os primeiros italianos, instalando-se em Caxias do Sul, depois em Santa Maria, Garibaldi e Bento Gonçalves.

Em torno de 1870 chegaram os poloneses no Paraná e em 1891 no Rio Grande do Sul. Segundo Maria Thereza Schorer Petrone, em "O imigrante e a pequena propriedade", depois de 1880, os imigrantes tinham como principal destino as fazendas de café de São Paulo. Outras correntes importantes foram a portuguesa, a espanhola, a japonesa. A autora destaca outras nacionalidades: a russa, a austríaca, a romena. Todas elas "davam preferência aos estados onde se privilegiou a pequena propriedade". Em 1914, com a 1a. Guerra Mundial encerrou-se o processo imigratório de massas no Brasil.

Objetivo da imigração

1. Por parte dos imigrantes

Eles vieram para o Brasil para alcançar o *sonho* de possuir um pedaço de terra para plantar e alimentar suas famílias. Implicitamente, tinham o objetivo de enriquecer, pois na Europa eram pobres e sem futuro. Também buscavam liberdade.

2. Por parte dos promotores da imigração

Na Europa, procurava-se evitar uma revolução social, escoar parte de seu contingente populacional e intensificar o comércio.

No Brasil, pretendia-se aumentar o contingente de mão de obra para trabalhar na indústria e agricultura emergentes, já que a luta abolicionista estava diminuindo a mão de obra escrava no País.

O modo de vida dos imigrantes

Na Europa, eram trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Eram religiosos e organizados. Trouxeram consigo uma vasta experiência de organização, religião e cultura, que tentaram salvar se organizando em comunidades. Trouxeram um modo próprio de viver, fortemente embasado na religião e na escola, que se tornou fator de união e resistência. Trouxeram também a experiência organizacional de forma cooperativada, com vistas à comercialização de seus produtos, implantação da política de crédito rural e da obtenção de condições dignas de sobrevivência.

Vieram profundamente motivados pelos valores evangélicos, porque buscavam terra e liberdade. Isso mostra que seus interesses foram diferentes - buscavam a vida - enquanto os *descobridores* portugueses e espanhóis buscavam riquezas - exploração. Cultivavam a fé, a esperança, a caridade. As visitas, reuniões, celebrações, escola e mutirões expressavam fundamentalmente seu modo de vida

Hoje, como está a situação dos descendentes dos imigrantes e agricultores em geral?

Alguns, certamente, não dão mais valor aos motivos que os trouxeram para cá. Muitos, talvez até já tenham esquecido ou nem tenham aprendido suas origens. Mas, muitos outros continuam firmes, com o mesmo vigor dos antepassados, na luta. O que defendem? Terra para todos, pois é dom de Deus.

Recordando o dia cheio de esperanças dos antepassados de uma grande parte dos agricultores brasileiros, vamos analisar e refletir sobre o que sobrou desses sonhos, do sacrifício e do trabalho incansável:

- êxodo rural;
- empobrecimento dia a dia do colono, encurralado por uma política agrícola contrária a seus interesses;
- preços baixos para seus produtos;
- política de liquidação da pequena propriedade;
- discriminação e mau atendimento na política de previdência e assistência social;
- educação - quando há - desvinculada da realidade;
- repressão às lutas pela sobrevivência na terra ou pela sua conquista.

25 de julho é compromisso

No dia 25 de julho não temos muitos motivos para fazer festa. Temos, sim, motivos para realizar encontros de trabalhadores, para refletir, unir, conscientizar, denunciar e anunciar. É o dia de se unir toda classe trabalhadora e continuar defendendo a causa dos pequenos agricultores e sem terra que estão sendo esmagados pelo capitalismo neoliberal.

Lutemos pela terra e a liberdade!

(Irio Luiz Conti)

Menina de quatro anos explorada em fazenda



O **Correio Braziliense** (DF) trouxe em sua edição de 19 de julho uma reportagem mostrando a exploração de crianças numa fazenda de café, de propriedade de Deca Miranda, em Três Pontas, Minas Gerais. Dessas crianças, a mais velha tem 12 anos de idade e há uma menina de quatro, Patrícia. Patrícia levanta-se de madrugada para peneirar 14 quilos de café. trabalhando 10 horas por dia.

Entrevistado pelo jornal, o chefe da Delegacia Regional do Trabalho de Minas, Marilton Velasco, lembrou que "isto é totalmente irregular, pois somente menores a partir de 14 anos podem trabalhar e seus empregadores devem registrá-los e conceder a eles período livre para a complementação de seus estudos". Disse ainda: o que ocorre com estas crianças é desumano. Os empregadores e as prefeituras deveriam se unir e conceder creches a todos, como acontece em empresas do setor urbano".

No dia seguinte, o mesmo jornal noticiou que a Delegacia regional do Trabalho de Minas Gerais realizará *blitz* por todo o sul do Estado para detectar ocorrências de exploração de mão de obra infantil nas fazendas de café. "Crianças de quatro anos devem ficar em creches ou em escolas especializadas e não na roça, trabalhando como adultos e sem salário", disse o delegado da DRT.

A Delegacia moverá ação de responsabilidade criminal e multará os fazendeiros que utilizam trabalho de meninos pequenos na colheita de café.

Causa indignação as palavras do presidente do Sindicato Patronal de Guaxupé, Luís Antônio Ribeiro Gabriel. Para ele, crianças deveriam trabalhar pois "se os meninos não ficarem na lavoura, aprendendo, vão acabar se distraindo, criando fantasias, além de quebrar bens da fazenda".

De outro lado, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - Fetaemg, Sebastião Neves, demonstrou ao **Correio** suas preocupações: "Existem 600 mil trabalhadores rurais que colhem o café no sul de Minas, e estimo que há um número incalculável de menores de doze anos atuando nos campos em condições desumanas".

Desmandos em Jacobina-BA

A Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Bonfim denuncia as arbitrariedades praticadas contra os trabalhadores rurais sem terra que ocupavam a fazenda Alagoinhas, em Jacobina-BA, onde cerca de 60 pessoas foram detidas por quase três dias.

Mais de 75 famílias , no dia 16 de julho, sofreram a ação violenta dos fazendeiros Marco Antônio Jacobina Santos, Marlídio Jacobina Filho, Justino Farias (juiz de Direito de Conceição de Feira) e Ionê Marques Jacobina Santos, membros de uma mesma família, a 25 km de Jacobina, na fazenda Alagoinhas, Lages do Batata.

Situação da terra

São 2892 hectares de terra que os trabalhadores ocupam há um ano e três meses. Os técnicos do Inter-BA efetuaram a medição da área e o órgão instaurou o processo de reconhecimento da dominialidade dos fazendeiros. Após o levantamento cartorial verificaram que a família Marques Jacobina só tem documento de 492 ha. Inexplicavelmente, apesar de a área estar *sub judici*, a medição inclui, na planta, terras devolutas para completar a área pretendida pelos Marques Jacobina, estendendo até ela o domínio também da caatinga virgem.

A prisão

Cumprindo o mandato de prisão expedido pelo juiz de Direito, Dr. Oracindo Rodrigues dos Santos, as oficiais de justiça Elizabete Carneiro de Oliveira e Maria Olímpia Cerqueira, acompanhadas pelos fazendeiros, 12 policiais e dois capangas, prenderam aproximadamente 60 pessoas. Na ocasião, recolheram ferramentas de trabalho e demais pertences dos trabalhadores, atearam fogo aos barracos, indiferentes às crianças que neles dormiam.

Os trabalhadores foram conduzidos ao Complexo Policial de Jacobina, em recinto descoberto. Mulheres e crianças foram transportadas para a periferia do povoado de Lages, num despejo desumano e cruel.

Com a intervenção da CPT Diocesana através da ação da advogada Cecília Petrina de Carvalho, os posseiros foram soltos após três dias e duas noites. O delegado de polícia instaurou um inquérito para apurar a "desobediência à ordem judicial", porque existe uma medida liminar de posse em favor da família Marques. Porém, a medida é contra apenas três trabalhadores e a polícia prendeu 60, e as famílias não ocupam a área protegida pela liminar.

A justiça

Na madrugada de 19 de julho, os posseiros, famintos e revoltados, resolveram juntar as famílias e acampar na Praça Castro Alves, em frente à Igreja Matriz de Jacobina, com o objetivo de denunciar essa injustiça para toda a sociedade e exigir das autoridades uma solução para o problema, devolvendo-lhes a terra onde vêm plantando há mais de um ano.

O que eles reivindicam, no momento, é que as autoridades competentes determinem os limites da gleba de propriedade dos Marques e libere imediatamente a parte pública para que as famílias tenham o direito de viver com dignidade.

Uma comissão, acompanhada dos membros da CPT e da CUT está se movimentando para, junto ao Inter-BA, Incra, Cora e Secretaria de Segurança Pública tratar a questão dentro das normas regulares que o caso requer.

IV Romaria homenageia *Benezinho*

Para celebrar a memória do líder sindical Benedito Alves Bandeira, "***Benezinho***", no décimo aniversário de seu assassinato, realizou-se em Tomé-Açu, na Diocese de Abaetuba-PA, a 4a. Romaria da Terra, sob o lema **Sem trabalho, terra e pão não sou cidadão**. Entre os cerca de três mil participantes, quase 900 vinham de outros municípios do Pará, inclusive de Belém.

Um momento forte da Romaria foi a descoberta da placa no local onde Benezinho foi assassinado. Atendendo pedidos do Conselho Paroquial de Tomé-Açu e da CPT Diocesana, a Prefeitura mudou o nome da avenida que, a partir daquela data, passou a chamar-se Avenida Benedito Alves Bandeira, Mártir da Terra.

Finalizando a celebração da Eucaristia, a filha de Benezinho, Beth, falou em nome da família, homenageando com saudade e orgulho a memória do pai.

Audiência em Imperatriz

No dia 12 de julho último ocorreu, no Fórum de Imperatriz-MA, a audiência para a inquisição das testemunhas de acusação contra os fazendeiros acusados de mandar assassinar o padre Josimo Morais Tavares, em 10 de maio de 1986.

Foi uma sessão tensa, onde os advogados de defesa procuraram tumultuar o depoimento das testemunhas Lourdes Gói e Domingos Furlan, além de tentar denegrir a memória de Josimo. Outras duas testemunhas, os lavradores Hermílio Ferreira e Francisco Moura, não foram ouvidas, devendo prestar seu depoimento no Tribunal do Júri, caso os réus sejam pronunciados.

Por determinação do juiz, as testemunhas de defesa têm um prazo de 30 dias - a partir de 01 de agosto de 1994 - para serem inquiridas por meio de carta precatória. Isto porque os advogados do réu indicaram testemunhas em diversas localidades. O pistoleiro Geraldo Rodrigues Costa e sua esposa serão ouvidos em Goiânia.

A CPT Araguaia Tocantins avalia que a audiência foi positiva, uma vez que os depoimentos das testemunhas foram bastante esclarecedores.

Trabalhadores cercados em Goiás

No dia 15 de julho deste ano, 150 famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam as "fazendas de Cima - Capim Puba, Campo Limpo e São Lourenço", situadas na região denominada Caveira, município de Faina, Goiás, a aproximadamente 220 km de Goiânia. Essas fazendas, totalmente abandonadas e improdutivas, têm como pretensa proprietária a sra. Waldéia Costa Curado.

Após a ocupação os trabalhadores, apoiados pela Fetaeg e outras entidades, solicitaram ao Incra a vistoria nas áreas para que sejam desapropriadas para fins de reforma agrária. Porém, foram surpreendidos por ações totalmente adversas: cerco ostensivo da Polícia Militar que proibia a locomoção de pessoas, impedindo a entrada e saída dos trabalhadores do acampamento; presença de jagunços na área; apreensão ilegal de um caminhão de propriedade do sr. Manoel Rodrigues da Silva; impedimento de diretores da Fetaeg de chegarem até o acampamento.

No dia 21 de julho foi feito o pedido de reintegração de posse junto ao juiz de Direito de Mossâmedes e o seu deferimento, logo no dia seguinte. A liminar foi executada com rapidez e, no dia 23 de julho, foi realizado o despejo daquelas famílias. Foram jogadas à beira da rodovia que liga Goiás a Faina, e estão acampadas em condições precárias.

A nota da Fetaeg, CPT-GO e Instituto de Formação e Assessoria Sindical-Ifas, dando conta dessas informações, mostra a sua estranheza com relação a esse dinamismo:

"Chama-se a atenção para a agilidade da Polícia Militar e do Judiciário no sentido de defender e preservar o latifúndio improdutivo e abandonado. Lamentamos o fato de que essa mesma rapidez jamais acontece no sentido de atender os interesses dos trabalhadores rurais sem terra, que sofrem uma verdadeira *via crucis* face à morosidade e ao descaso da Justiça.

Apesar das violências e ameaças, os trabalhadores rurais sem terra continuam unidos e determinados a conquistarem terra para produzir e sobreviver com suas famílias."

Dom Orlando responde ao Jornal do Brasil

Vacaria, 7 de julho de 1994

Para: Ronaldo Brasiliense
Editoria Brasil
Jornal do Brasil

Caro Ronaldo,

O artigo "Pastoral da Terra estimula as invasões" de sua autoria, publicado no Jornal do Brasil no dia 01/07/94, não corresponde à minha entrevista, nem quanto ao título nem quanto ao conteúdo, como se depreende das citações constantes do texto.

Resumindo a entrevista, afirmei que nunca houve um Plano de Reforma Agrária e de Política Agrícola eficiente, e que a quase totalidade das desapropriações para fins de Reforma Agrária somente se deram após as ocupações. Afirmei ainda que a impunidade estimula a escalada de violência no campo, e que o governo vem ludibriando os acampados com falsas promessas de assentamento.

De acordo com os objetivos e a prática da CPT, em momento algum afirmei que a "Pastoral da Terra estimula as invasões".

No intuito de recompor a verdade, e para que não pairem dúvidas sobre as atividades da CPT, espero merecer a publicação da presente.

Atenciosamente,

Dom Orlando Octacílio Dotti
Bispo de Vacaria e Presidente da CPT



Brejo da Cruz

A novidade
Que tem no brejo da Cruz
É a criançada
Se alimentar de luz

Alucinados
meninos ficando azuis
E desencarnando
Lá no Brejo da Cruz

Eletrizados
Cruzam os céus do Brasil
Na rodoviária
Assumem formas mil

Uns vendem fumo
Têm uns que viram Jesus
Muito sanfoneiro
Cego tocando blues

Uns têm saudades
E dançam maracatus
Uns atiram pedra
Outros passeiam nus

Mas há milhões desses seres
Que se disfarçam tão bem
Que ninguém pergunta
De onde essa gente vem

São jardineiros
Guardas noturnos, casais
São passageiros
Bombeiros e babás

Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz
São faxineiros
Balançam nas construções
São bilheteiros
Baleiros e garçons

Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz

(Música e letra de Chico Buarque de Holanda)

Terra de ninguém



Segue nessa marcha triste
Seu caminho aflito
Leva só saudade
E a injustiça
Que só lhe foi feita
Desde que nasceu
Pelo mundo inteiro
Que nada lhe deu

Anda seu caminho é longo
Cheio de incerteza
Tudo é só pobreza,
Tudo é só tristeza
Tudo é terra morta
Onde a terra é boa
O senhor é dono
Não deixa passar

Pára no final da tarde,
Tomba já cansado
Cai o nordestino
Reza uma oração
Pra voltar um dia
E criar coragem
Pra poder lutar
Pelo que é seu
Pelo que é seu

Vai, um dia vai chegar
E o mundo vai saber
Não se vive sem se dar

Quem trabalha é que tem
Direito de viver
Pois a terra é de ninguém

(Música e letra de Marcos e Paulo Sérgio Valle)

PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.000 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224 4436 - FAX (062) 225 4967. Assinatura anual (12 exps.) O pagamento de assinatura pode ser feito através de Vale Postal ou Cheque Visado pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

☐ Normal..... R$ 5,00 ☐ Para lavrador..... R$2,00 ☐ Para o exterior..... US$15,00

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB, filiado à Right Livelihood e à Pax Christi International. Tem como objetivos:

I -Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II -Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III -Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Assine ou renove sua assinatura.

Nome:.....

Endereço:..... Exemplares:.....

Composição, Arte final e Impressão: Oficina de Comunicação, Goiânia - GO (062) 241-9626

PASTORAL DA
TERRA

Comissão Pastoral da Terra | Julho a Setembro de 2012 | Ano 37 – Nº 209



Em Romarias e na luta o povo do campo mantém a esperança!

Págs.: 8 e 9

Turma Evandro Lins: os advogados e advogadas da terra

Pág.: 11



EDITORIAL

Os caminhos do povo

O povo está em caminhada. Aí estão as Romarias da Terra e das Águas seguindo as pegadas dos homens e mulheres do campo, fazendo ecoar os gritos abafados dos que sofrem cotidianamente a injustiça, dos que são marginalizados e discriminados, das centenas de pessoas ameaçadas. Este caminho, porém, não é só de pedras, há muita esperança semeada, há muitas flores brotando, alegrando a vida de quem caminha e contempla.

Uma das flores que desabrochou viçosa à beira do caminho foi a Cúpula dos Povos proclamando, em alto e bom som, que a salvação do planeta não vêm dos que sempre exploraram e depredaram suas riquezas, mas daqueles que propõem uma nova convivência entre os humanos e com a natureza. No dizer de Marcelo Barros, os movimentos sociais lá presentes "representavam a profecia, um grito novo pela vida".

Outra flor desabrochada à beira do caminho foi o Encontro Unitário dos Movimentos do Campo, 51 anos depois do primeiro Congresso Camponês. Os Movimentos marcharam juntos, levantando a bandeira da Reforma Agrária que os detentores do poder pretendem ver arriada, e a bandeira da valorização da agricultura saudável e a de quem, com seu suor, diariamente cultiva a terra. Uma lufada de vento novo a arejar movimentos e consciências.

Mais. A formatura da Turma Especial de Graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares, mais parece uma flor brotada no meio do asfalto, tantos foram os ataques que sofreu, tal a oposição que teve que enfrentar. A apropriação do conhecimento do direito por camponeses e camponesas soou como um alarme para os que sempre viram no direito uma atividade da elite.

No caminho do povo está também o processo da 5ª Semana Social Brasileira, levando a refletir sobre o modelo atual de Estado em que vivemos e a quem ele serve, e projetando um Estado que realmente esteja a serviço da Nação e de seu povo.

Mas, o caminho está cheio de pedras, muitas delas difíceis de remover.

A Advocacia Geral da União publicou Portaria que, se aplicada, barra o direito dos indígenas de lutarem por seus territórios e pelo que eles contêm. A forte reação desencadeada em diversos pontos do país surpreendeu os menos avisados. Ainda o índio é visto como alguém alheio e distante do que acontece em nível nacional.

A bancada ruralista quer, a todo custo, contra todas as evidências, contra todos os sinais de alerta, impor sua vontade ditatorial nas discussões sobre o já tão aviltado Código Florestal. Sua vontade é soberana e não importa o que a sociedade pense.

E nosso país-irmão, o Paraguai, sofreu um golpe de Estado, afastando num processo relâmpago seu presidente eleito pelo povo. Os interesses dos grandes proprietários de terra e dos meios de produção falaram mais alto que a vontade popular.

E se aproximam as eleições que acontecem num clima conturbado pelo julgamento do chamado "mensalão", ao qual a imprensa nacional tem dado o maior destaque e já condenado antecipadamente os envolvidos, e pela CPMI do "Cachoeira". A atividade política sofre um desgaste cada vez maior, pelas evidências diárias do envolvimento de políticos proeminentes no cenário nacional com a corrupção e o mundo da contravenção e do crime.

Este é o caminho que o povo trilha. Em meio a muitas pedras, ainda brotam flores e a esperança sustenta a caminhada.

PUBLICAÇÕES

As Almas da Terra: A violência no campo mojuense - Elias Diniz Sacramento



Os impactos da implantação da agroindústria no território amazônico e a consequente movimentação social dos pequenos agricultores são o foco de discussão deste livro. O autor, filho do sindicalista Virgilio Serrão Sacramento, assassinado em Moju a mando de grileiros em 1987, analisa como o conflito entre a concentração de terra e a produção familiar das comunidades amazônidas levou a um histórico de violência contra os trabalhadores rurais de Moju. Sendo seu pai uma das vítimas. Sua abordagem também discute a atuação da Igreja Católica junto aos pequenos produtores e o processo de organização sindical no campo. Elias Diniz Sacramento é mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará e atua como colaborador da CPT Guajarina. É também autor de "A Luta pela Terra numa parte da Amazônia".

O Direito do campo no campo do Direito: Universidade de elite versus universidade de massas (org.)



Com a organização de Aton Fon, José do Carmo Alves Siqueira e Juvelino Strozake, o livro reúne textos dos alunos da primeira turma de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares da Universidade Federal de Goiás (UFG). Agora já bacharéis em Direito, eles foram convidados a exporem suas trajetórias de formação acadêmica, desde a preparação para o vestibular até a conclusão do curso. Trata-se de um registro deste momento histórico e também de toda a luta empreendida pelos estudantes, pelos movimentos sociais, pelo Incra e pela UFG para a manutenção do curso. O livro conta ainda com pareceres dos professores Fábio Konder Comparato e Sérgio Sérvulo da Cunha, e com o relato do neto de Evandro Lins e Silva, renomado advogado que dá nome à turma, o também advogado Tiago Lins e Silva.

PASTORAL DA TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Jane Silva

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Marilia Almeida
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
01.536.754/0001-23

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V. CCFD

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

Fique Informado

Sede da CPT no Acre é alvo de arrombamentos

O escritório da CPT Acre, localizado em Rio Branco, foi invadido duas vezes em um intervalo de 10 dias no mês de agosto. Após a primeira ocorrência, no dia 15, a sede foi novamente invadida no dia 25, quando todas as suas portas foram arrombadas. Nada foi levado em nenhuma das vezes, nem mesmo os cheques assinados, dinheiro em espécie ou os equipamentos eletrônicos que se encontravam no local. Pelo contrário, os cheques e o dinheiro foram retirados da gaveta onde estavam guardados e colocados em cima da mesa, uma clara afirmação de que não se tratava de um roubo. Em nota, a CPT e o Cimi denunciam a situação de extrema insegurança vivida por quem contraria os interesses de alguns madeireiros e fazendeiros da região. Segundo a nota, as ameaças acontecem desde que a CPT intensificou sua ação contra áreas de manejo florestal madeireiro e seringais em áreas griladas do estado e sul do Amazonas, em 2010. No ano seguinte, após inúmeras denúncias, o Ministério Público do Acre cancelou o maior plano de manejo do Estado. Desde então, agentes pastorais têm sofrido ameaças por telefone e até pessoalmente. "Estou ligando para você avisar aos seus amigos da CPT que morreu gente no Pará, em Rondônia e que agora vai ser no Amazonas e no Acre. E é daí por diante", afirmava uma das ligações.

Uma em cada quatro cidades registra área rural maior que seu território

Dados obtidos pelo jornal Folha de São Paulo apontam que 1.355 cidades brasileiras (24,3% do total) possuem área rural declarada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) maior que seu próprio território. Em Rondônia, Mato Grosso do Sul e Goiás, a soma das propriedades rurais chega a ultrapassar o tamanho dos Estados. Em Ladário (MS), cidade de 34 mil hectares, os registros de terra somam 397 mil hectares, número onze vezes maior. O aparente erro de cadastro declarado pelo Incra para explicar a discrepância, indica, entretanto, que o país ainda é tomado por grileiros. Existe também a possibilidade de fraude no sistema do órgão, uma espécie de grilagem virtual. De acordo com a publicação Conflitos no Campo Brasil, da CPT, dos 144 assassinatos por conflitos agrários ocorridos nos últimos cinco anos, 45 foram em cidades onde a área rural ultrapassa seu território total.

Monsanto é condenada por propaganda enganosa



O Tribunal Regional Federal da 4ª Região condenou a multinacional Monsanto por propaganda enganosa veiculada em 2004, na qual vincula o plantio da semente de soja transgênica e o uso de herbicidas à preservação do meio ambiente. A empresa foi condenada a pagar R$ 500 mil por danos morais aos consumidores e deve também divulgar uma contra-propaganda na qual deve esclarecer os prejuízos da utilização de qualquer agrotóxico à saúde humana e animal. Para o Ministério Público Federal, que ajuizou a ação civil pública contra a Monsanto, a empresa agiu de forma oportunista, já que ao contrário do afirmado no comercial ainda não existem comprovações científicas que confirmem que a soja transgênica da empresa necessite menos herbicida. Além disso, quando a propaganda foi veiculada, a soja geneticamente modificada ainda não estava legalizada no país e seria fruto de contrabando.

Índio Kaxarari é assassinado por invasores de terra indígena na região da Ponta doAbunã

Mais uma vez a invasão de terras indígenas está provocando tensão e mortes em Rondônia. Desta vez, o alvo foi um indígena da etnia Kaxarari, que ocupam uma área na região da tríplice fronteira entre Rondônia, Acre e Amazonas. João Oliveira da Silva Kaxarari foi assassinado na noite do dia 26 de agosto no ramal da Mendes Junior, estrada que dá acesso ao sul do Amazonas, município de Lábrea. Segundo relato dos líderes indígenas, Ari e Zezinho Kaxarari, o índio assassinado já a tinha procurado para comunicar ameaças de morte que vinha sofrendo de invasores de terra e teria afirmado que se o matassem, seria "fulano", pessoa que já está sendo procurada pela Polícia. As constantes invasões de terras indígenas para extração ilegal de madeira, furto de minério e criação de gado já envolvem as Etnias Paiter Surui na região de Cacoal, os Cinta Larga em Espigão do Oeste e agora, os Kaxararis na Ponta do Abunã.

Trajetória de Dom Pedro Casaldáliga é inspiração para minissérie de televisão


Foto: CPT Nordeste II

Uma co-produção entre Brasil e Espanha irá contar a história de Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Araguaia (MT), e de sua luta contra o latifúndio e em defesa dos povos do campo. Baseada no livro "Descalço sobre a terra vermelha", do jornalista Francesco Escribano, a minissérie terá como ponto de partida o diálogo entre Dom Pedro e o então cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, em Roma, no ano de 1988. O interrogatório aconteceu após o bispo se negar a fazer a obrigatória visita quinquenal ao Vaticano e girou em torno da Teologia da Libertação, da Missa dos Quilombos, de sua visita à Nicarágua para apoiar a greve de fome do chanceler e sacerdote Miguel d'Escotto, dentre outros assuntos. A produção da minissérie contou com uma equipe de 100 pessoas em São Félix do Araguaia e com a reconstrução de cenários importantes da trajetória de Dom Pedro desde sua chegada ao local, há 44 anos. Segundo reportagem da agência de notícias francesa AFP, quando soube do filme sobre sua história, o bispo disse a Escribano que não fizessem um filme sobre ele, mas sobre "as verdadeiras causas desta luta: a vida, a terra, a liberdade e a dignidade".

2ª Semana Teológica Pe. José Comblin e Congresso Continental de Teologia marcam comemorações dos 50 anos do Concílio Vaticano II

Os 50 anos da abertura do Concílio Vaticano II e os 40 anos da publicação do livro "Teologia da Libertação, Perspectivas" serão lembrados em dois importantes eventos no Nordeste e Sul do país. Entre os dias 12 e 14 de setembro de 2012, foi realizada em João Pessoa (PB) a 2ª Semana Teológica Pe. José Comblin. Com o tema "O legado da Teologia da Libertação e a contribuição de José Comblin", o Encontro contou com conferências e oficinas que discutiram a teologia testemunhal no Nordeste diante de novos sujeitos, como os camponeses e indígenas, a contribuição da Teologia da Enxada na perspectiva da missão e libertação, a Teologia da Libertação numa perspectiva ameríndia, os novos desafios para o Cristianismo, dentre outros temas. Já no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, será realizado entre os dias 7 e 11 de outubro, o Congresso Continental de Teologia. O objetivo do encontro é discutir a realidade atual, em especial na América Latina e Caribe, e o papel da Igreja no enfrentamento dos problemas sociais. A temática das conferências e oficinas tem como foco a teologia sob vários aspectos, como a renovação eclesial, a ecologia, a cultura, a questão de gênero, a economia. 11 entidades e instituições organizam o Congresso.

Padre Chicão lembra 25 anos de atentado no interior de Goiás

Aos 78 anos de idade e há cinco de volta à sua cidade natal, Carpi, na Itália, o padre Francesco Cavazzuti desembarcou em Goiânia (GO) no mês de agosto para participar das celebrações que lembram os 25 anos do atentado que o deixou cego dos dois olhos. O crime, ocorrido na noite do dia 27 de agosto de 1987, no município de Mossâmedes, a 150 quilômetros de Goiânia, na região do Mato Grosso Goiano, entrou para a história do estado como um dos marcos da luta pela reforma agrária. Muito lúcido e com as marcas da violência no rosto, o padre Chicão, como ficou conhecido nas paróquias por onde passou, é um brincalhão, mas ainda se emociona ao falar da experiência que viveu. Após o atentado ele se recuperou em São Paulo (SP) e na Itália, mas voltou para Mossâmedes, onde continuou como pároco até 2002. Durante sua visita a Goiás, padre Chicão também participou, no dia 13 de setembro, do lançamento do Livro-Agenda Latinoamericana Mundial 2013, publicação que reúne textos de diversos autores e que nesta edição aborda o tema "A Outra Economia".

ENCONTRO DAS CPT'S DO CERRADO

CPT em defesa dos povos do cerrado

PAULO CESAR MOREIRA SANTOS*

Convocados pelo grito da Terra e do Cerrado e pelo compromisso na defesa dos seus povos, diversos agentes da Comissão Pastoral da Terra dos nove estados brasileiros onde esse bioma compõe a sua natureza, estiveram reunidos em Goiânia durante os dias 29 a 31 de junho para aprofundarem o olhar sobre a realidade do Cerrado, partilhar as resistências e estratégias e buscarem uma efetiva articulação. A situação de degradação do bioma que coloca em risco sua sobrevivência, provoca e interpela para o engajamento e união de forças em sua defesa.

Nas aguerridas comunidades tradicionais e grupos indígenas e na ampla diversidade da fauna e flora que formam o Cerrado, muitos já em extinção, buscamos a poesia e a inspiração para abrir o Encontro e nos confrontarmos com a realidade cruel que ameaça e assassina a nossa diversidade biológica.

A partir de uma memória coletiva revivemos os desafios e encaminhamentos assumidos nos encontros passados sobre o Cerrado e partilhamos as experiências e trabalhos realizados pelas regiões presentes. Dentre esses, foi unânime a necessidade de fortalecer a luta pela aprovação da PEC 115, que objetiva tornar o bioma Patrimônio Nacional e assim, garantir preservado o que ainda resta dele, contra todo o avanço do modelo mono-agro-exportador (soja, cana, eucalipto, gado).

O aprofundamento da temática contou com a contribuição imprescindível do professor da PUC Goiás, Altair Sales, que com propriedade iniciou expondo o Cerrado como "um conjunto de elementos interligados e cuja modificação influencia no todo, ou seja, um sistema biogeográfico." Apresentou-nos, a partir dos seus estudos, a riqueza e complexidade que compõe esse bioma, como também a indiferença histórica das políticas dos governos brasileiros, submetidos aos ditames da economia, que esconde a face real da degradação ambiental no nosso território, exposto claramente nas palavras atuais da ministra do Meio Ambiente (http://amazonia.org.br/tag/izabella-teixeira/, 01 de agosto de 2012), quando afirma estar impressionada com os dados do desmatamento na Amazônia. No entanto, afirmou Altair, ela não diz que o Cerrado aumentou em 80% a sua área desmatada. Pelas características dos solos do Cerrado, regiões planas, sem grandes obstáculos ao desenvolvimento da agricultura aliado às novas tecnologias, em praticamente todos os governos ele foi objeto de expansão da fronteira econômica, acrescentou o professor.



Foto: CPT Nacional

Afirmou ainda que dentro do Sistema Biogeográfico brasileiro, o Cerrado se apresenta como a mais antiga formação ambiental da história recente do planeta Terra, com 65 milhões de anos. São milhares de anos a mais, se comparado ao surgimento do ser humano (dois milhões de anos), a Mata Atlântica (sete mil anos de formação) e a Floresta Amazônica (três mil anos de formação).

Dessa forma, as pesquisas científicas afirmam que o Cerrado já atingiu o seu clímax evolutivo, ou seja, uma vez degradado o sistema já não se recupera mais, ao mesmo tempo, significa também que ele precisa, a partir da teia de complexidade adquirida na história, de condições especiais para se manter e reproduzir, como: solo específico, quebra de dormência, ambiente específico e outras características. Um exemplo dessa situação é o fenômeno típico do retorcimento das plantas, provocado pelos solos frágeis e carentes de nutrientes, chamado de Escleromorfismo Oligotrópico.

O professor Altair salientou a gravidade do modelo agroexportador baseado na utilização de agrotóxicos, uma vez que cada planta do Cerrado precisa de um inseto específico para ser polinizada e os produtos químicos eliminam esses insetos, causando sérias anomalias, como plantas que não dão frutos.

Com bastante ênfase expôs também a importância do Cerrado como o "Berço das águas", característica atribuída ao fato de 1/3 das plantas ficarem fora da terra e 2/3 ficarem debaixo da terra servindo, assim, como uma esponja d'água. Esse fenômeno de retenção é a base formadora dos lençóis d'água e dos aquíferos, tendo três grandes no Cerrado: Bambuí, Urucaia e o Guarani. Com essas características, afirma o professor, "as águas que brotam do Cerrado são as responsáveis pela alimentação e configuração das grandes bacias hidrográficas da América do Sul".

Desse profundo diálogo deixamos emergir as nossas experiências coletivas de luta e resistência em prol do bioma e junto aos povos tradicionais, na busca de compreender os modos de vida, de convivência, como também as estratégias utilizadas no enfrentamento.

A partir das interpelações surgidas, sintetizamos as nossas reflexões em três compromissos principais, são eles: conhecer melhor a realidade do cerrado; defender os territórios das comunidades tradicionais do cerrado e articular-se com outras entidades e movimentos em defesa do cerrado. Nesse espírito buscaremos enquanto Pastoral da Terra, ampliar o nosso processo de ação e articulação frente a todo processo massivo de exploração ambiental, que põe o Cerrado e as suas populações no foco da ganância e do desrespeito à vida.

*Coordenador da CPT Mato Grosso

CONCÍLIO VATCANOII

Pobres, profetas e mulheres no Concílio

FLÁVIO LAZZARIN*

Neste segundo artigo dedicado à memória do Concílio Ecumênico Vaticano II, gostaria lembrar alguns eventos e documentos, que, sem dúvida, influenciaram a caminhada profética e martirial dos pobres e da Igreja da nossa Pátria Grande.

O Pacto das Catacumbas "da Igreja serva e pobre"

No dia 16 de novembro de 1965, quando o debate conciliar estava se encerrando, quarenta bispos que participavam do Concílio se reuniram nas Catacumbas de Santa Domitila para concelebrar a Eucaristia e no fim da celebração assinaram um documento que é conhecido como o Pacto das Catacumbas. O principal animador deste pequeno gesto profético foi Dom Helder Câmara. Os bispos brasileiros que o assinaram foram Dom Antônio Fragoso, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Pe. Luiz Gonzaga Fernandes sagrado bispo auxiliar de Vitória, dias depois, Dom Jorge Marcos de Oliveira, Dom Henrique Golland Trindade, Dom José Maria Pires. O grupo quis fazer um encontro reservado, longe dos holofotes da mídia, tanto é que a imprensa divulgou o evento somente três semanas depois. Porém, o impacto desta profecia sobre a Igreja serva e pobre se dá até hoje, apesar do refluxo conservador e da nossa infidelidade, nas Teologias da Libertação, na Conferência de Medellín e, sobretudo, no testemunho de leigas, leigos, religiosas, religiosos, padres e bispos da América Latina e do Caribe, que continuam, neste inverno eclesial, fiéis aos pobres de Deus e a Jesus de Nazaré, o Ressuscitado, fonte da nossa invencível esperança.

No documento de 13 pontos, os firmatários se comprometem a iniciar um processo de conversão, despojando-se de todos os símbolos e privilégios do poder eclesiástico, para viver na pobreza e pôr os pobres ao centro do serviço pastoral. O compromisso é também com uma Igreja sinodal e colegial: o Povo de Deus fraterno e aberto ao mundo e à sua história. "Aqui já se encontra - escreve Comblin - todo o espírito de Medellín".

Este documento não ficou em palavras: Dom Helder, Dom Fragoso, Dom Leonidas Proaño, Dom Oscar Romero, Dom Henrique Angelelli, entre muitos outros, traduziram as intenções do Pacto em suas vidas, marcadas pela fidelidade ao Deus dos pobres e pelo testemunho da pobreza evangélica e do martírio.

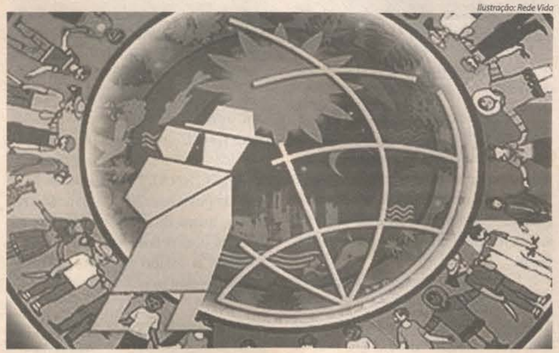


Ilustração: Rede Vida

Mulheres no Concílio

Em 1964, Paulo VI anunciou que o Concílio abria as portas para a participação de 23 mulheres, como ouvintes. Dez religiosas e treze leigas, escolhidas pelos critérios de representação e competência. Os Padres conciliares interpretaram esta participação como algo meramente simbólico, mas se tornou extremamente significativa apesar de periférica e ocultada. Elas deixaram suas marcas nos documentos do Concílio.

A desocultação é o tema de um livro da teóloga italiana Adriana Valerio, publicado neste ano, que conta a história destas mulheres. Elas influenciaram, sobretudo, a *Lumen Gentium*, que se opõe a qualquer discriminação sexual, e a *Gaudium et Spes*, que apresenta uma antropologia unitária do ser humano, homem-mulher, e a igualdade dos dois. Conseguiram, na disputa dos discursos, que a afirmação da dignidade da pessoa humana não comportasse considerações específicas sobre o papel feminino, porque o Batismo destina mulheres e homens, pelo sacerdócio profético e régio dos fiéis, à mesma responsabilidade humana e pastoral. A intervenção delas mudou radicalmente a ideologia dos padres com relação à sexualidade conjugal, não mais considerada como "antídoto à concupiscência", mas sim como expressão de amor. E as religiosas insistiram na necessidade das congregações se abrirem para responder aos desafios da justiça, da paz e da liberdade, reforçando a centralidade teológica e pastoral dos pobres.

Foi, com certeza, o começo da primavera. Mas, já no Concílio e no imediato pós-concílio, apareceram as reticências, omissões e censuras. Existem temas que a Igreja Católica tem medo de enfrentar e sobre os quais pairam proibições e inquisições. A questão de gênero, por exemplo, continua marcada por assimetrias e discriminações.

E para apontar sonhos e caminhos nestes tempos de invernos e Esperança, deixo a conclusão com Nancy Cardoso:

"Nos recusamos a continuar pensando o sagrado a partir dos parâmetros patriarcais e mais que isso, denunciamos a teologia feita até aqui como idolátrica uma vez que incorpora o macho e seus atributos como extensão do divino.

A Teologia da Libertação ainda não denunciou o que nela mesma é patriarcalismo e fetichismo do macho: nem em nível metodológico nem nos desdobramentos eclesiológicos que ainda asseguram o privilégio masculino ao saber e administração do sagrado. Nossas teologias têm cheiro de corpo ... As teologias feministas insistem que a mediação sócio-analítica não pode se esgotar no "pobre" como generalidade e insiste em apontar o corpo como ponto de mediação hermenêutica.

O corpo cheira, é contextualizado, datado, situado. Mais que isto, o corpo é sexuado. Raça e gênero não são portanto mero apetrecho decorativo da reflexão mas, na interação com o corte socioeconômico circunscrevem as condições objetivas e subjetivas aonde a interpretação e a formulação do discurso e prática do sagrado acontecem".

*Coordenação Nacional da CPT

ARTIGO

Entre a excrescência jurídica e a ditadura ruralista

ANTÔNIO CANUTO*

As eleições municipais deste ano transcorrem dentro da moldura do julgamento do chamado "mensalão" e da CPMI do Cachoeira. Em relação ao "mensalão" duas grandes evidências jorram deste caso.

A primeira é de que a elite brasileira e seus portavozes, os grandes meios de comunicação, já condenaram os envolvidos neste "escândalo". Já fizeram seu prejulgamento condenatório e usam de todo o seu poder para que o veredito dos ministros do STF se conforme ao seu. O escândalo é apresentado como o maior de todos os tempos. Isso até pode ter aparência de verdade porque outros escândalos, tão ou mais escabrosos do que esse, quando envolvem pessoas e grupos que se afinam com seus interesses não merecem o mesmo destaque.

A segunda evidência é a de que o PT, para assumir o poder, abandonou os princípios que nortearam seu nascimento. Em nome da chamada "governabilidade" jogou no lixo a ética tão fortemente desfraldada como sua bandeira, e a defesa intransigente dos interesses populares.

Outro elemento da moldura das eleições municipais deste ano é a CPMI do Cachoeira. Cada vez ficam mais evidentes o enlace de políticos proeminentes e de setores dos meios de comunicação, em especial a revista Veja, com o contraventor. A grande imprensa que controla um bloco parlamentar impressionante está conseguindo impor blindagens para que diretor e jornalista envolvidos no caso não sejam convocados. Com o discurso de "liberdade de imprensa", o que defendem são seus próprios interesses e os do capital. Ao mesmo tempo, continuam ocultando históricas reivindicações populares. Aliás, estas sempre apresentadas como ameaças à ordem vigente e às instituições do país.

Ilustração: Latuff



Excrescência Jurídica

Enquanto a mídia entretinha a atenção dos brasileiros com as matérias acima, a Advocacia Geral da União, (AGU) publicava, no dia 17 de julho, a Portaria 303, regulamentando a atuação de advogados e procuradores em processos judiciais que envolvem áreas indígenas em todo o país.

A portaria, na prática, coloca em vigor as 19 condicionantes explicitadas pelo falecido ministro Menezes Direito no julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O Advogado Geral da União, Luiz Inácio Adams, que a assinou, certamente, não imaginava que desencadearia reações tão grandes, em todos os cantos do Brasil, que partem, sobretudo, dos indígenas e de seus aliados. Foram inúmeras notas de protesto, bloqueio de estradas e outras manifestações. Não se atreveu enfrentar um grupo de indígenas do Tocantins e de Goiás que queriam se encontrar cara a cara com ele.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no mesmo dia da publicação da portaria, emitiu Nota de Repúdio em que a qualifica como "excrescência jurídica". Dizia a nota: "O Governo Federal manipula, escandalosamente, a decisão do Supremo Tribunal Federal... mais uma vez, 'dobra os joelhos' e, rezando a cartilha do capital ditada pelo agronegócio, tenta pôr uma 'pá de cal' sobre o artigo 231 da Carta Magna de nosso país. Trata-se de mais um ato de profundo desrespeito e afronta aos povos indígenas e seus direitos constitucionalmente garantidos".

A ditadura ruralista

Em meio aos ruídos do mensalão e da CPMI, outra barbaridade. A comissão especial do Congresso que analisa a medida provisória do Código Florestal aprovou, em 8 de agosto, uma emenda que retira a área de proteção ambiental das margens de rios intermitentes.

Sobre essa decisão, nosso companheiro Roberto Malvezzi, o Gogó, escreveu o artigo "Ditadura ruralista e os rios intermitentes". Ele lembra que nas épocas de seca no Nordeste, quando se avista "um conjunto de árvores verdes, é porque elas devem estar à beira de um riacho intermitente. No cerrado essa vegetação também é chamada de mata de galeria". E continua: "O próprio povo do sertão aprendeu a fazer cacimbas - pontos de coleta de água de minação - no leito dos riachos temporários. Eles só 'botam água', como diz o povo, quando chove. Mas, mesmo intermitentes, é em seus subsolos que muitas vezes se busca água em tempos de seca". Ele diz que foi representar a sociedade civil numa oficina do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a questão da outorga da água nos rios intermitentes. "Decidimos o óbvio: 'outorga só para coleta de água, jamais para lançamento de dejetos'. É que nesses rios estão importantes mananciais de abastecimento das populações do semiárido. Pois bem, a ditadura ruralista imposta ao povo brasileiro pela Câmara dos Deputados, quer eliminar qualquer proteção aos rios intermitentes. A proposta é defendida pela senadora Kátia Abreu que afirmou, em toda sua ignorância, que 'se precisasse dessa matas, na Europa não haveria mais rios'... O senador do Acre, Jorge Viana, reagiu dizendo que isso é prejudicar 50% dos rios brasileiros. O senador deveria saber que no Nordeste 99,99% dos nossos rios são intermitentes à exceção do São Francisco, Parnaíba e alguns outros rios menores. Assim, sem interferência do mundo científico, desprezando as seguidas advertências dos técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA), contra a vontade de 80% do povo brasileiro, a bancada ruralista, numa ditadura via Congresso, fulmina nossas florestas, nossos rios e promove o solapo das bases naturais que sustentam nossas riquezas."

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

CONFLITOS

CPT publica diagnóstico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará

CRISTIANE PASSOS*

Na segunda semana de agosto, a Comissão Pastoral da Terra do Pará tornou público um diagnóstico sobre a situação de lideranças e trabalhadores (as) rurais ameaçados (as) de morte na região sul e sudeste do estado. O levantamento foi realizado durante o período de janeiro a junho de 2012 e constatou a existência de 38 pessoas ameaçadas nas duas regiões. Já foram protocaladas cópias do diagnóstico no Ministério Público Federal, Delegacia de Conflitos Agrários, IBAMA, Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho entre outras instituições.

No documento, a CPT além de refletir sobre alguns elementos da conjuntura atual da reforma agrária, fez, em cada caso de ameaça, uma breve descrição do conflito e das medidas que estão sendo tomadas ou não pelas autoridades competentes. Além disso, o relatório aponta a situação em que se encontra cada pessoa ameaçada.

O desmonte da reforma agrária, impunidade, ineficiência na defesa do meio ambiente são algumas das questões apresentadas no documento, como sendo as causas estruturais das ameaças. No final, a CPT elenca uma série de recomendações às principais instituições públicas envolvidas direta e indiretamente na proteção dos trabalhadores (as), do meio ambiente e da garantia do estado de direito, como DECA, INCRA, MPF, MPT, JT, MPE, IBAMA, entre outros.

Entre as lideranças que aparecem no diagnóstico estão trabalhadores (as) rurais, lideranças comunitárias, assentados, extrativistas e acampados, ligados ao MST, FETRAF e FETAGRI, como é o caso de Laísa e Zé Rondon (Nova Ipixuna), Joacir Fran (Conceição do Araguaia), José Rodrigues de Souza (São Félix do Xingu) e Domingos Alves da Silva (Breu Branco).

A dura realidade do sul e sudeste do Pará

Nessa parte da Amazônia, diversas ameaças de morte feitas por grandes proprietários de terras, madeireiros e carvoeiros foram cumpridas. O documento cita algumas das mortes anunciadas, como as de José Dutra da Costa, o Dezinho, Pedro Laurindo, José Pinheiro Lima, José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva. Todos já haviam informado às autoridades as ameaças que sofriam.

Só no estado do Pará, entre 1996 e 2010, segundo os dados da CPT, 799 trabalhadores rurais foram presos, 809 foram ameaçados de morte e 231 assassinados. Nesse mesmo período um total de 31.519 famílias foram despejadas ou expulsas de 459 áreas que eram reivindicadas para assentamentos da reforma agrária. Em 2011, 39 trabalhadores rurais foram presos nesse estado, 133 foram agredidos, 78 foram ameaçados de morte e 06 sofreram tentativas de assassinato. Nesse mesmo ano, 12 trabalhadores rurais foram assassinados, sendo que 10 destes moravam e desenvolviam as suas atividades agrícolas e sociais no sul e sudeste paraense.

Hoje, nessa região do estado, existem cerca de 130 fazendas ocupadas por, aproximadamente, 25 mil famílias de trabalhadores rurais sem terras, abrangendo uma área superior a um milhão de hectares. Estas famílias esperam, desde meados dos anos de 1990, para serem assentadas em

Foto: João Zinclar



lotes da reforma agrária. Nos últimos anos, milhares de migrantes continuam chegando à região em busca de trabalho e de melhores condições de vida, atraídos pelas propagandas governamentais e do setor de mineração. Na medida em que não conseguem ser absorvidos pelo mercado de trabalho, estes são "empurrados" para novas ocupações urbanas ou rurais, submetidos a situações de grande exclusão e violência. Assim, na medida em que os conflitos pela terra persistirem, a tendência é a continuidade da violência contra os trabalhadores rurais. Onde os conflitos não são resolvidos pelos poderes públicos e a impunidade permanece, os trabalhadores rurais e lideranças de áreas de ocupações e de acampamentos continuam vivendo em situação de vulnerabilidade e correndo sérios riscos.

Segundo José Batista Afonso, advogado da CPT em Marabá, "sobre a realidades dos(as) ameaçados(as), os representantes do poder público, não poderão mais alegar que 'não sabiam', 'não foram informados' e serão cobrados se adotaram ou não as medidas necessárias para o enfrentamento das causas da ameaças, indicadas a cada instituição no final do relatório".

As informações apresentadas no documento são resultado do levantamento que as equipes da CPT do sul e sudeste do Pará conseguiram reunir a partir de seu trabalho junto aos trabalhadores rurais e suas lideranças ameaçadas de morte ou em situação de risco, de diversos acampamentos de famílias sem terra e de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

A soltura do fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão no mês de agosto último, condenado por ter ordenado o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é mais um exemplo da impunidade que acaba por impulsionar mais e mais crimes e violência no campo brasileiro.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT, com informações da CPT Pará.

ROMARIAS DA TERRA E DAS ÁGUAS

Movidos pela fé e esperança em uma sociedade mais justa, camponeses realizam Romarias por diversas cidades do país

MARÍLIA ALMEIDA*

Aumento nos índices de desmatamento da Amazônia Legal, usinas hidrelétricas suprimindo a natureza e os direitos dos povos, um novo Código Florestal que atende aos interesses do agronegócio e de sua bancada ruralista, assassinatos de camponeses, trabalho escravo, violação dos direitos humanos de indígenas e quilombolas, ameaças e intimidações. De fato, a caminhada ainda é longa e a luta dos povos da terra não pode parar. É por isso que em 2012 as Romarias continuaram fortes, agregando milhares de trabalhadores e trabalhadoras por diversas cidades do país clamando por justiça social.

No **Rio Grande do Sul**, em 21 de fevereiro deste ano, mais de 15 mil pessoas marcharam pelas ruas do município de Santo Cristo, diocese de Santo Ângelo, em sua **35ª Romaria da Terra. Conduzidos pelo lema "Agricultura Familiar Camponesa: Vida com saúde"**, eles defenderam a produção familiar e a urgência de políticas públicas que auxiliem os pequenos produtores. Denunciaram também os prejuízos causados pelo uso de agrotóxicos tanto à vida humana quanto à natureza, e questionaram a construção de barragens hidrelétricas.

A Romaria teve a presença de bispos, padres e fiéis de diferentes igrejas cristãs e também do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Dom Guilherme Werlang, bispo da Diocese de Ipameri (GO) e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi o pregador da Romaria e em sua fala condenou o latifúndio, que expulsa o trabalhador do campo e destroi a natureza.



Foto: CPT Paraná

No dia 21 de abril, o município de Quixeré (CE), na Chapada do Apodi, recebeu a **2ª Romaria do Tomé**, uma celebração à vida de Zé Maria, líder comunitário e defensor do meio ambiente assassinado com 20 tiros de pistola no ano de 2010. Percorrendo o trajeto entre o local de sua execução e a capela da comunidade de Tomé, onde foi realizada a Eucaristia, os participantes procuraram também dar continuidade às denúncias de Zé Maria, que nunca se conformou com as condições indignas de trabalho e o uso abusivo de agrotóxico, realidade ainda presente na comunidade de Tomé. A Romaria foi organizada pelo Movimento 21, articulação criada após o martírio de Zé Maria que reúne vários movimentos, pastorais sociais, universidades, sindicatos, dentre outras instituições.

Já em Minas Gerais, cerca de dez mil romeiros e romeiras de todo o Estado se encontraram em Governador Valadares, no dia 10 de junho, às margens do rio Doce e aos pés do pico da Ibituruna, para a **16ª Romaria das Águas e da Terra e 2ª Romaria Diocesana.** "Das montanhas e vales férteis, brote o compromisso com a vida e a saúde de seus povos", com esse lema eles caminharam e refletiram sobre a mercantilização da natureza e suas consequências, como a existência de latifúndios totalmente dedicados à monocultura enquanto a agricultura familiar não encontra solo para plantar, a invasão dos territórios das comunidades tradicionais e a escassez de água de qualidade para a população, enquanto não falta água para a irrigação de grandes plantações.

Os romeiros seguiram em uma marcha de quatro quilômetros pelas margens do rio Doce e assistiram o encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida, trazida de barco pelas mãos dos pescadores, com a imagem de São Francisco de Assis. Após a celebração eucarística presidida pelo bispo de Governador Valadares, Dom Werner Siebenbrock, com a presença de Dom Aloísio Vitral, de Teófilo Otoni (MG), foram distribuídos brotos de mandioca para simbolizar a resistência do camponês.

Foto: CPT São Paulo



Foto: CPT São Paulo



No município baiano de Bom Jesus da Lapa, "Terra saudável, vida saudável" foi a temática central da **35ª Romaria da Terra e das Águas**, realizada entre os dias 6 e 8 de julho. Unidas à CPT, as dioceses de Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Irecê, além da arquidiocese de Vitória da Conquista e do Santuário do Bom Jesus, caminharam pelas ruas da cidade e debateram a realidade da política agrária brasileira, que privilegia o agronegócio e assiste calada a grilagem de terras, a invasão de territórios tradicionais, o trabalho escravo, a destruição do solo nacional com a expansão das monoculturas e a poluição causada pelo uso de agrotóxicos.

No estado do Pará, a vida da Irmã Dorothy Stang foi novamente celebrada durante a **Romaria da Floresta**, que neste ano alcançou sua sétima edição. Realizada entre os dias 19 e 22 de julho, a Romaria teve início no local onde a missionária foi sepultada e mais uma vez percorreu os 55 quilômetros até o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, terra que simboliza a realização de seu sonho e o fim de sua vida, onde foi brutalmente assassinada em 2005.

No dia 19 de agosto, o município de Mandirituba (PR) também recebeu a manifestação de força e esperança dos povos da terra e do campo durante a **26ª Romaria da Terra do Paraná**. O tema "Diversidade camponesa cuida da terra, promove a vida" é um convite à reflexão sobre o papel da agricultura familiar na preservação de matas e rios, no uso sustentável da terra e na segurança alimentar de todos. No momento da mística, uma cruz foi plantada em frente à Igreja de Mandirituba. A Cruz da Contradição era formada por um tronco de cedro, que representava a vida, e por um tronco de eucalipto e pinus, que representava a violência do latifúndio contra os pequenos agricultores, a morte. A lembrança da missão profética de Dom Ladislau, presidente da CPT falecido em fevereiro deste ano, acompanhou os fiéis durante a Romaria.

O mês de agosto trouxe outra romaria à Bahia, desta vez na diocese de Itabuna, na Aldeia Serra do Padeiro, em Buerarema (BA), no dia 26. Além da marcha e dos momentos eucarísticos, a **7ª Romaria da Terra e das Águas sem Males** trouxe em sua programação seis oficinas que discutiram os temas "Juventude: Ecologia e Vida", "Mulher e Natureza: fontes de saúde e vida", "Projetos desenvolvimentistas que agridem as comunidades", "Tribunal Popular do Judiciário: uma experiência exitosa", "Justiça e profecia a serviço da vida" e "Campanha da Fraternidade 2012: fontes de saúde". Com o tema "Terra e água sem males, fontes de saúde estão sendo agredidas", os romeiros debateram sobre o futuro do planeta diante dos impactos causados pelo crescimento econômico desenfreado, ganância que passa por cima de tudo e todos.

Também no dia 26 de agosto, no município paulista de Bauru, acontecia a **14ª Romaria da Terra e das Águas do estado de São Paulo**. O palco da celebração foi o Assentamento do Horto Aymorés (Gleba 1), terra grilada pela qual trabalhadores e trabalhadoras rurais batalharam durante oito anos. A propriedade de 11 mil hectares pertencia ao Estado brasileiro e encontrava-se arrendada de forma ilegal a um latifundiário produtor de celulose. O tema da Romaria, "Direito, Dignidade e Vida, em busca da sociedade do Bem Viver" é também um alerta de que a luta não acaba com a conquista da terra. Hoje, cinco anos após o recebimento dos primeiros lotes, muitas das 373 famílias que lá vivem ainda sofrem com a escassez de água e não têm acesso aos serviços públicos disponíveis somente na cidade, que fica muito distante porque a ponte que atravessaria o rio Bauru nunca foi construída.

São as vozes das Romarias denunciando ao mundo as injustiças vivenciadas diariamente pelos camponeses, a desigualdade que se faz cada vez mais presente e a violência física e simbólica que os tenta calar. São os passos destes milhares de trabalhadores e trabalhadoras, jovens e crianças, que carregam as terras, as águas, os sonhos e a luta dos acampados, dos assentados, do pequeno produtor, das comunidades tradicionais, dos atingidos pelas barragens, dos ameaçados de morte e de tantos outros, e mostram que a batalha travada por aqueles que já tombaram não foi em vão e que a marcha não vai parar.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CÚPULA DOS POVOS

Cúpula dos Povos destaca ação da Vale no mundo

CRISTIANE PASSOS*



Foto: João Zinclar

No dia 19 de junho, dentre as diversas atividades da Cúpula dos Povos, realizada no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, de 15 a 23 de junho, em paralelo às atividades oficiais da Rio + 20, uma marcha estava programada no centro da capital fluminense para marcar o final do Encontro Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale.

Coincidência ou não, essa foi a única marcha, das cinco que foram realizadas ao longo da Cúpula, que quase não aconteceu por causa da ação da polícia, que tentou impedi-la. Depois de um processo de negociação os manifestantes conseguiram dar continuidade ao ato. Participaram dele por volta de três mil pessoas dos movimentos sociais da Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, entre outros. A ação foi coordenada pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. A Vale foi escolhida como alvo simbólico representando as grandes corporações internacionais, cujas práticas desrespeitam os trabalhadores, degradam o meio ambiente e roubam dos povos o controle sobre seus territórios.

"A Vale usa a mesma estratégia em todos os países do mundo. Em Moçambique, são 1365 famílias sofrendo repressão desde 2004, a Vale viola os direitos dos trabalhadores, não dando condições de segurança e higiene e já controla todo o território centro-norte de Moçambique, através da construção de uma linha férrea", denunciou Jeremias Vunjanhe, militante da ONG Justiça Ambiental, que havia sido impedido de entrar no Brasil, na semana anterior, para participar do Encontro.

Além dos problemas sociais, os manifestantes focaram os impactos ambientais da empresa. "Estamos aqui, também, com um relatório de insustentabilidade, fruto de um ano de pesquisa e trabalho de aprofundamento, para desmontar as declarações que a própria empresa faz no relatório de sustentabilidade dela", afirmou o padre Dário Bossi, missionário comboniano, da coordenação da campanha "Justiça nos Trilhos. Bossi citou como exemplos desse impacto a construção da usina siderúrgica TKCSA, cuja poluição foi demonstrada por estudos, e que está sob intervenção do Ministério Público, e a duplicação da ferrovia de Carajás, no norte do país, que ameaça dobrar os impactos já existentes da mineração na Amazônia.

Adelaide, do Movimento Xingu Vivo para Sempre, relatou o processo de privatização da Amazônia impulsionada pela construção da usina de Belo Monte, cujo consórcio construtor conta com a presença da Vale. Já Moisés, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), denunciou o processo de criminalização do povo que luta contra as grandes empresas.

Durante o ato, foi projetado um vídeo na parede do prédio da empresa, com imagens de denúncia dos problemas causados pelas transnacionais. Os manifestantes também atiraram tinta vermelha contra o prédio, para simbolizar o rastro de sangue deixado pela Vale, e por todas as grandes corporações, nos territórios que atingem. A Vale, que está presente em 38 países na América, África e Ásia, foi eleita a pior empresa do mundo, por voto popular, no prêmio Public Eye Award.

A Cúpula dos Povos e a Igreja

A Cúpula dos Povos, reuniu mais de 20 mil pessoas dos mais diferentes movimentos sociais e igrejas vindas de várias partes do mundo e Pastoral da Terra entrevistou o monge Marcelo Barros sobre a importância da participação dos movimentos sociais nesta Cúpula e sobre a contribuição que as igrejas podem dar neste espaço.

Pastoral da Terra – Marcelo, gostaríamos que você falasse um pouco o que representa a organização dos movimentos sociais nesse espaço da Cúpula dos Povos, para se contrapor à realização da Rio + 20.

Marcelo Barros - Eu acredito que a Rio + 20 tem um vício fundamental de querer resolver o problema da Terra e da vida no planeta, todos os problemas da sustentabilidade, a partir do capitalismo e da conveniência das grandes empresas multinacionais que dominam os governos. Quando o presidente Lula ia ser eleito em 2006, o grande investidor mundial grego, George Soros, afirmou que pouco importava quem seria o presidente do Brasil, porque para eles, os ricos, o que importa é quem viria a ser o presidente do Banco Central. Quer dizer que é a economia que manda no governo, isso faz com que eles fiquem isolados no seu mundinho. Não seríamos nós que deveríamos ir lá no Rio Centro, onde está havendo a Rio + 20, eles é que deveriam estar aqui. Os povos que deveriam organizar essa reunião e eles, os presidentes, deveriam vir até aqui. Nesse sentido, a Via Campesina e todos os movimentos sociais que aqui estão na Cúpula dos Povos, representam uma profecia, um grito novo pela vida, e mostram que estão priorizando as bases para essa mudança no mundo. Eles que vão fazer as verdadeiras mudanças para o mundo.

P. T – E o que você acha que as igrejas podem fazer para contribuir nessa proposta que está saindo daqui do espaço da Cúpula, por uma verdadeira preservação e convivência com o meio ambiente e contra a chamada economia verde?

M. B. - Infelizmente as igrejas cristãs não expressam ainda fortemente uma consciência ecológica e militante. É preciso que pouco a pouco, a partir das bases, portanto, não a partir das cúpulas das igrejas, mas das comunidades eclesiais de base, das pastorais sociais, como a CPT, o CIMI, a Pastoral Operária, e, enfim, de todas elas, consigamos, essa articulação... como faz a semana social brasileira, que vai discutir o papel do Estado e um Brasil mais sustentável, dessa forma as Igrejas conseguirão contribuir para a construção de um país mais sustentável.

Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. (Com informações do coletivo de comunicação da Cúpula dos Povos)

ARTIGO

A conquista do direito no dia do direito:

A Formatura da turma Evandro Lins e Silva

JOSÉ DO CARMO ALVES SIQUEIRA*


Foto: CPT Nacional

Desde 11 de agosto de 2012, é preciso proclamar que se tornou mais justo e legítimo comemorar o Dia do Direito nesta data. Nesta data, a Universidade Federal de Goiás – UFG, por seu reitor, o Prof. Edward Madureira Brasil, outorgou o grau de Bacharel em Direito a 54 estudantes oriundos do campo, vinculados a assentamentos da reforma agrária e à agricultura familiar do Brasil. É uma vitória da luta pela conquista da efetividade do direito à Educação. A emoção dominou as pessoas naquele dia, à margem esquerda do Rio Vermelho, sob um céu com vontade de chover e em meio a um vento persistente, que soprava forte, como que a levar a notícia ao mundo: estavam nascendo bacharéis e bacharelas novos!

De várias partes do Brasil chegaram os estudantes com seus familiares e amigos, dirigentes dos Movimentos Sociais do Campo e de entidades de apoio, além de religiosos e de autoridades da República. Servidores e Professores da UFG, de modo muito carinhoso, participaram daquele momento. Era dia de se comemorar, numa solenidade acadêmica e popular, para ficar registrada na memória dos Povos. Era uma luta vitoriosa começada sete anos atrás. A Turma homenageou o bispo Dom Tomás Balduino, como seu Patrono, e como Paraninfo o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, representado na solenidade por Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Este foi um projeto pioneiro, inserido na Política de Educação do País, vinculado, parcialmente, ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A criação dessa Turma Especial de Graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais entrou na UFG pela porta da Faculdade de Direito, a partir de demanda dos Movimentos Sociais do Campo, especialmente da Via Campesina e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. A Faculdade de Direito considerou a proposta um grande e necessário desafio, o de atender uma categoria social que demanda educação, como direito garantido pela Constituição Federal, nos seus artigos 6° e 206. O curso contou com a fundamental participação do Ministério da Educação – MEC, por sua Secretaria de Educação Superior – SESU.

Mais de 630 (seiscentas e trinta) pessoas se inscreveram no vestibular para disputar as apenas 60 vagas (mesmo número de vagas dos Cursos regulares de Direito da UFG, em Goiânia, Cidade de Goiás e Jataí). Durante o período houve somente quatro desistências. Esta Turma de Direito foi oferecida pela UFG, no Campus Cidade de Goiás (CCG), onde nasceu o sexto Curso de Direito criado no Brasil, e reuniu estudantes oriundos de 19 estados do país. Os estudantes vinham dos seus assentamentos ou de suas pequenas propriedades rurais e, durante três meses, permaneciam na Cidade de Goiás durante cada um dos dez semestres em que se desenvolveu o processo de formação acadêmica. O curso foi em regime integral, com aulas nos turnos matutino e noturno e, em certas ocasiões, à tarde.

A experiência desta Turma foi muito visada e atacada, inclusive, por integrantes do Ministério Público Federal e pelo juiz de primeiro grau da Justiça Federal que sentenciou pelo encerramento do curso. A continuidade das atividades foi assegurada por uma decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, que determinou a Suspensão de Execução da Sentença, o que possibilitou a conclusão do curso. No dia 24 de agosto de 2012, 13 dias após a Colação de Grau, ocorreu o julgamento do mérito das Apelações da UFG, INCRA e de dois estudantes. A Turma julgadora, por unanimidade, deu ganho de causa aos que apelaram.

A UFG, desde seu Conselho Universitário e demais colegiados decisórios, sua Reitoria, até sua Equipe de Servidores e Professores do CCG esteve imbuída da vontade de concluir esta experiência pioneira, acreditando que este projeto deve se tornar permanente. O processo de avaliação dos cursistas tem sido contínuo, porém só será completo quando, os bacharéis e bacharelas ingressarem no mundo do trabalho ou em programas de pós-graduação. Mas, já há um indicador interessante que revela o grande potencial desta Turma. Ainda antes de concluírem o curso, 12 estudantes foram aprovados no Exame de Ordem (uma prova realizada em duas etapas e unificada nacionalmente), uma amostra clara de que esse Curso de Direito proporcionou um processo de formação de qualidade. No dia 21 de agosto, Ivo Lourenço da Silva Oliveira e João Denes Ferraz tornaram-se os dois primeiros Advogados da Turma, ao receberem a Carteira Profissional da Ordem dos Advogados do Brasil.

O compromisso pedagógico e de luta político-acadêmica com esta Turma exigiu muita clareza política do que ela efetivamente representa, inclusive, para que a formação em outras áreas do conhecimento, não apenas em Direito, possam ser conquistadas no Brasil.

** coordenou a Turma Especial de Graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultores Familiares Tradicionais – Turma Evandro Lins e Silva.*

AÇÕES DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

União dos movimentos na luta pela Reforma Agrária

Mais de sete mil pessoas de todo o país se encontraram em Brasília (DF) de 20 a 22 de agosto para o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Além de reforçar a importância da união dos diferentes movimentos e entidades na discussão da propriedade da terra no Brasil, o Encontro também teve o objetivo de pressionar o governo federal pela retomada da Reforma Agrária e pelo fim de sua evidente aliança com o agronegócio. Os três dias de integração entre os povos foram marcados por celebrações, apresentações artísticas e vários debates, sempre tendo como foco a cultura camponesa e a urgência da mudança do modelo de desenvolvimento do país. Em carta enviada aos participantes do Encontro, Dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás e conselheiro permanente da CPT, lamentou não poder estar presente e destacou a importância desta mobilização "visto que o adversário instalado no empresariado rural e na bancada ruralista do Congresso quer, a todo custo, enfraquecer vocês pela desunião e pelo isolamento".

O Encontro se remete ao I Congresso Nacional Camponês, organizado em 1961, no auge da atuação das Ligas Camponesas. Naquela ocasião, também se reuniram, em Belo Horizonte (MG), as principais organizações que atuavam no campo. Na avaliação dos movimentos, apesar do fortalecimento do agronegócio na última década, somente agora foi possível reunir forças para uma ação conjunta entre diferentes entidades. "O dito projeto popular do último governo deixou encantados muitos companheiros e agora esse encantamento está sendo quebrado. Está muito claro que esse governo tem lado", disse Rosângela, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).


Foto: Ruy Sposati

Manifestação reúne milhares de trabalhadores no Palácio do Planalto

No dia 21, milhares de participantes marcharam do Parque da Cidade, onde foi realizado o Encontro Unitário, até o Palácio do Planalto contra a concentração de terra nas mãos de poucos proprietários e por um modelo de atividade que privilegie a produção agroecológica e a agricultura familiar. Um grupo com 15 trabalhadoras representantes dos movimentos sociais presentes no Encontro, foi recebido pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para o qual foi entregue a Declaração Final do Encontro Unitário.

O documento não poupa críticas ao atual modelo de desenvolvimento do meio rural, centrado no agronegócio. "Nós estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como nos anos 60, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em consequência da especialização primária da economia", diz um trecho da Declaração Final. Em outra parte, o texto sintetiza as principais contradições do setor: "este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza".

**com informações do blog do Encontro Unitário e da agência Brasil de Fato.*

Seminário prepara a 5ª Semana Social Brasileira

"Estado para quê e para quem?". A resposta a esta pergunta é a busca dos envolvidos na 5ª Semana Social Brasileira (SSB), promovida pela CNBB e movimentos sociais. O evento celebrativo nacional será em 2013, mas o debate da SSB já está acontecendo em muitas dioceses e paróquias de todo o país.

ALEXÂNIA ROSSATO*

Entre os dias 21 e 23 de agosto, a coordenação das pastorais sociais, organismos e movimentos sociais, realizaram um seminário sobre a temática da 5ª SSB, em Brasília (DF). Além de um estudo mais aprofundado do tema, foram realizados encaminhamentos quanto à continuidade das atividades nacionais.

"Foi muito importante para perceber quais os ganhos até aqui, avaliar e encaminhar os próximos passos, como também começar a coletar as sistematizações que devem chegar dos regionais, das dioceses, das pastorais sociais e dos movimentos sociais do Brasil", disse dom Guilherme Werlang, presidente da Comissão 8 da CNBB.

O evento também serviu para apontar os desafios e fortalecer a articulação entre as pastorais sociais e organismos da CNBB, em vista da visibilidade das ações realizadas. "Este momento de reflexão é importante porque historicamente as pastorais sociais e movimentos sociais no Brasil fazem uma caminhada unida pautando lutas e desafios comuns para uma melhoria das condições de vida do povo, por isso é importante retomar esse processo", afirmou padre Ari dos Reis, coordenador das Pastorais Sociais.

Durante o Seminário, os participantes analisaram os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que mostram o Brasil como o quarto país mais desigual da América Latina. Na pesquisa, o Brasil perde apenas para Guatemala, Honduras e Colômbia, e revela também que um quarto dos pobres do continente vivem em terras brasileiras. Na avaliação, dom Guilherme provocou uma questão aos presentes: "Este é o Estado que queremos?".

Iniciadas em 1991, as Semanas Sociais já fazem parte da agenda de discussões sociais do Brasil. Reunindo religiões, pastorais e movimentos sociais, a Semana é promovida em vários países no mundo com diferentes dinâmicas. Desta vez será realizada com o objetivo de fazer pensar e sugerir mudanças em um processo de trabalho que pretende, em longo prazo, educar para os direitos da sociedade democrática.

**do Setor de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)*

Paraguai: um golpe sulamericano

CLAUDIA KOROL*

No dia 22 de junho, depois de um processo de impeachment relâmpago, o parlamento paraguaio destituiu o presidente Fernando Lugo, dez meses antes de acabar seu mandato e, coincidentemente, alguns dias antes de se completarem três anos do golpe de estado em Honduras. O senado paraguaio deu menos de um dia ao presidente Lugo para exercer seu direito de defesa quando, segundo a legislação do país, em casos como esse qualquer cidadão tem direito a cinco dias para apresentar sua defesa. Tomaram a decisão e nem mesmo deram ouvidos aos chanceleres da Unasul, que foram até o Paraguai na tentativa de evitar um novo golpe de Estado na América Latina.

Este novo momento vivido pelo Paraguai é um sinal da contraofensiva que as forças de direita vêm desenvolvendo no continente. Há que se recordar que na última década do século XXI, houve várias tentativas de golpes de Estado na América Latina, com diferentes consequências: Venezuela (2002), Haiti (2004), Bolívia (2008), Honduras (2009), Equador (2010) e agora Paraguai.

É necessário então analisar o Paraguai como peça-chave no continente. Dizia o coordenador geral da Frente Guasú, Ricardo Canese, em entrevista para o Punto Final (Chile): "Atrás do golpe estão as cúpulas partidárias e estruturas parlamentares unidas ao latifúndio, às terras devolutas. Porque em nosso país temos ainda – que vem da ditadura de Stroessner - mais de oito milhões de hectares roubados, em mãos de grileiros. Há uma máfia unida ao narcotráfico, ao agronegócio, e, óbvio, às multinacionais que querem roubar nossa energia elétrica. Este é o caso da empresa Rio Tinto Alcan (empresa mineira canadense), que pleiteava um subsídio enorme, que conseguimos impedir que lhe fosse oferecido. Justamente um ministro liberal, que está com este governo golpista, tentava que a esta empresa se subsidiasse a energia elétrica. Era uma quantidade absurda de quatorze bilhões de dólares. Também Monsanto e outras multinacionais tiveram duros embates com o nosso governo, pois ele tentou fazer cumprir legislações de proteção das pessoas e do meio ambiente. Se não pudemos fazer cumprir mais, é porque o Poder Judiciário está nas mãos destas multinacionais, fiéis a elas. E claro, os EUA queriam desestabilizar o Mercosul, romper a integração dos povos no Mercosul e na Unasul. Nós já tínhamos denunciado que isto poderia acontecer, que o Paraguai era a 'ponta' mais frágil onde os EUA e as multinacionais viam um lugar por onde romper o processo de integração da América Latina. Alertávamos que era necessária a solidariedade dos povos de América Latina, porque caso contrário se ia produzir isto o que se produziu, que é um golpe de Estado da ultra direita mafiosa de nosso país, em coordenação com os EUA e as multinacionais".


Foto: João Zinclar

A resistência e a integração latinoamericanas

Desde as primeiras horas do golpe, as organizações camponesas e populares do Paraguai foram reordenando suas forças para encarar uma resistência civil, não reconhecendo o governo golpista e reconhecendo como legítimo mandatário o presidente Lugo. Também os movimentos populares de toda a América Latina se mantiveram mobilizados em solidariedade à resistência paraguaia. A posição dos governos latinoamericanos ainda se mostra dividida. Fatos esses não evidenciados pela grande mídia. A experiência de Honduras deveria ter funcionado como aprendizagem. Depois da legitimação do governo de Porfírio Lobo pela OEA, não só não se avançou na luta pelos direitos humanos, como aumentou a impunidade e cresceram sistematicamente no país os crimes contra o povo.

Enquanto invisibilizada pelos grandes meios de comunicação, a resistência camponesa e popular continua nos diferentes rincões do Paraguai. Para além da debilidade nas posições assumidas por Fernando Lugo, o povo paraguaio tem uma longa experiência de coragem e rebeldia, e está cortando caminho, mobilizando-se, exigindo a expulsão dos golpistas. O desafio é que essa resistência conte com a solidariedade do continente. Trata-se de assumir que a batalha que se está travando no Paraguai é estratégica. Se a "República Unida da Soja" impõe seu presidente através de golpe de Estado, o que está ameaçado é o projeto progressista e libertário da América Latina. Não é uma tarefa de solidariedade, somente. Hoje todas somos Paraguai, todos somos Honduras… e precisamos levantar um muro ao golpismo, ao fascismo, à reação conservadora multinacional. É hora de globalizar a esperança, com muita luta.

Nuestra América

O contexto do golpe

O pretexto para acelerar o golpe foi a matança de Curuguaty sucedida uma semana antes, no despejo de uma fazenda, onde morreram 11 camponeses e 6 policiais, fato, ao que tudo indica, orquestrado para detonar o golpe contra o presidente Lugo. O terreno estava em disputa com o ex senador Blas Riquelme, que foi presidente do Partido Colorado por muitos anos, dono de vários supermercados e fazendas de gado, e que tinha se apropriado de 2.000 hectares que pertencem ao estado paraguaio. Essa parcela foi ocupada por camponeses sem terra. Um juiz e uma fiscal ordenaram o despejo dos camponeses, que se realizou através de ação do Grupo Especial de Operações (GEO). Durante o despejo, um grupo paramilitar, infiltrado, matou seis policiais. Em "represália", o GEO - cujos integrantes foram treinados em luta contrainsurgente pelo Comando Sul dos EUA no período do Plano Colômbia - assassinaram 11 camponeses. Este fato irritou fortemente o movimento camponês, e criou um nível de isolamento do presidente Lugo, que acabou culminando no golpe.

**Claudia Korol é integrante do Centro de Pesquisa e Formação dos Movimentos Sociais Latino (CIFMSL) e da Equipe de Educação Popular Pañuelos em Rebeldía.*

REFLEXÕES BÍBLICAS

Os caminhos para sair da opressão

SANDRO GALLAZZI*

Continuamos, nesta edição, com as reflexões bíblicas com que Sandro nos brinda.

Na edição passada, começamos a falar sobre os profetas, que são não só portavozes de Deus, mas também portavozes dos pobres. Da boca do profeta sai a palavra de Deus e também o grito dos oprimidos.

Para entender bem isso vamos acompanhar os passos de Elias, o pai da profecia camponesa. Um camponês pobre de Galaad, uma região periférica. Seu nome é um programa claro: Elias quer dizer "meu Deus é Javé". Do outro lado, Acab, o rei, poderoso, aliado a outros reis, conquista um momento de esplendor para o Reino de Israel. E quando há esplendor deve haver muita gente que o sustenta. Acab está casado com Jezabel, filha do rei do Líbano, que traz consigo quatrocentos e cinquenta profetas de Baal, um Deus acostumado a legitimar o poder de alguns poucos.

Javé, o Deus dos pobres e do pão para todos, deve ser apagado da memória do povo e substituído por Baal, o Deus da chuva e do orvalho, mas, sobretudo, o deus do armazém cheio. O conflito é: de um lado, o Estado com seu Deus, Baal; do outro, um camponês, Elias: meu Deus é Jave. Apesar de Baal ser o deus da chuva, quem ameaça com anos de seca é Elias, em nome de Javé. Baal não sabe nada de chuva! Uma seca estranha, porque no capítulo 18 se fala que no campo há água e pasto, mas o rei deve sair com seu ministro para buscar alimento para os cavalos (que são do exército) e as mulas (utilizadas para o comércio).



Quando o pobre crê no pobre: O caminho da solidariedade

Mas vamos voltar uma página atrás. Diante do problema da fome, da seca, a primeira saída, memória do antigo caminho pelo deserto e do maná, é confiar na proteção de Deus, que do céu manda o alimento e da rocha retira a água. Mas isso não basta.

Agora, quem vai alimentar o profeta será uma pobre viúva, estrangeira. Não sei se é mais fácil crer na ajuda do céu, ou na de uma mulher pobre. Mas este é o passo que Elias deve fazer. Não basta que creia no Deus dos pobres, precisa crer também nos pobres de Deus, apostar neles, confiar neles como sujeitos capazes de solucionar os problemas e não só como vítimas do sistema.

Ao chegar a Sarepta, no Líbano, a terra natal de Baal, Elias encontra a mesma seca que em Israel. Na porta da cidade, uma viúva está apanhando lenha. Elias lhe pede um copo de água. A mulher se apressa para atender ao profeta. Mas ele pede mais: um pão. Isso é difícil. A mulher tem só um pouco de farinha e azeite, para fazer o último pão e depois morrer. Elias insiste: primeiro faz um pão para mim. É uma exigência que pode parecer mal educada, mas não o é. É a unica possibilidade da saída real da opressão. O pobre, até o mais pobre, até o que tem o último pãozinho, tem que descobrir a dignidade do partilhar. Não precisa de esmola, mas precisa de coragem para colocar o outro em primeiro lugar, sempre. Esta é a solidariedade que só os pobres sabem viver, mesmo os que não conhecem a Javé. Na casa de Baal há uma mulher capaz de partilhar: a farinha e o azeite não vão faltar. A casa da mulher será lugar de vida. Esta é a mensagem do profeta ao povo: a mensagem da solidariedade

Não podemos esperar que os poderosos mudem as estruturas sociais para que se faça justiça. Os poderosos nunca vão fazer isso. Não obedecem os profetas, antes os matam. Por isso, Elias, o profeta, começa a reconstruir o tecido da solidariedade popular com uma mensagem profundamente exigente. É a solidariedade. O caminho da libertação passa por nós quando sejamos capazes de crer em nós mesmos e na fraternidade.

Por que? Porque o profeta sabe o que o poderoso faz, além de roubar-lhe o trabalho, o produto, rouba-lhe a solidariedade do povo. O modelo que propõe é o modelo da divisão. É necessário recuperar a cabeça do pobre para uma proposta radicalmente alternativa. O bem do outro está em primeiro lugar.

Não se trata de dar segundo nossas possibilidades, o Deuteronômio diz: "Abre tua mão ao pobre segundo sua necessidade." A necessidade do pobre é o critério último de minha solidariedade: até que não seja mais pobre. Os profetas sabem que esta atitude vai produzir mudanças irreversíveis, e que se não conseguirmos fazê-lo, vai prevalecer a sociedade opressora.

Eu tenho a responsabilidade de crer no pequeno, de apostar nele. Tenho que lutar para que nada, nem ninguém consiga quebrar a cadeia da solidariedade entre os pobres. Isto é um projeto do pobre. O pobre não pode ficar tranquilo, simplesmente rezando a Deus para que destrua a cidade, que destrua o opressor, ou que lhe mude o coração. Tem que dizer ao povo que não há saída da opressão se não construir a solidariedade.

*agente da CPT Amapá.

EXPERIÊNCIA

Brasileiros, Brasivianos e Bolivianos

DARLENE BRAGA*

O estado do Acre faz divisa com os estados do Amazonas e Rondônia e fronteira com dois países, Peru e Bolívia, e é ligado ao litoral sul do Peru pela estrada do Pacífico. A fronteira acreana e pandina é um espaço socialmente compartilhado por migrantes brasileiros e comunidades bolivianas, definido pela necessidade de terra e trabalho.

Na década de 70, com a vinda dos sulistas e devido a grandes conflitos agrários no estado, aconteceu o processo de ocupação dos "brasivianos" - denominação dada aos brasileiros que foram morar na Bolívia. "Os anos caracterizados pelos maiores deslocamentos de brasileiros para a província de Pando, são marcados por intensos conflitos de terra no estado do Acre, período caracterizado pelo avanço da frente pecuarista", diz a pesquisadora Benedita Maria Gomes Esteves, em seu trabalho "Amazônia: um espaço compartilhado - estudo de caso sobre os "brasivianos". Na busca por progresso econômico, esses novos ocupantes da região norte foram em busca de atividades que trouxessem retorno financeiro, e viram na ocupação das terras de fronteiras e, até mesmo, terras já dentro da Bolívia, a possibilidade de se assentarem facilmente, produzirem e aproveitarem as riquezas locais. Entretanto, esse processo que foi até tranquilo no início, acabou desencadeando uma série de conflitos ao longo dos anos.

Tensões

Entre 1980 e 1990, o aumento do preço da borracha e a grande quantidade de castanha fez com que seringueiros bolivianos se manifestassem pela saída dos brasileiros. O episódio causou certa tensão entre o Acre e Pando. Após a posse de Evo Morales, em 2006, novamente o clima hostil se instalou na região. Desta vez, foi o próprio Morales que prometeu expulsar as famílias que residem na Bolívia, sob a alegação de garantir a soberania do seu país, e de assentar duas mil famílias de camponeses oriundos de La Paz e Cochabamba, em 200 mil hectares de terras localizadas na região fronteiriça.

Os anos foram passando, e a tensão na região só foi aumentando, de forma que em abril de 2012, 10 soldados do exército boliviano invadiram casas, ameaçaram as famílias, atearam fogo e mataram o gado de brasivianos que já estavam na cidade de Capixaba (AC), que é localizada na fronteira entre os dois países. Os militares realizaram inúmeras atrocidades, assustando as famílias. Segundo Nilson Mourão, Secretário de Direitos Humanos, foi firmado uma acordo entre os dois países, durante o governo Lula, que estabelecia um prazo para que as famílias que vivem na fronteira fossem deslocadas para outras terras, já que a legislação boliviana não permite estrangeiros viverem a menos de 50 quilômetros de sua fronteira.

Em 2010, a OIM, Organização Internacional para as Migrações, dentro de um projeto firmado com o governo brasileiro, catalogou as famílias brasileiras que viviam na Bolívia ou na área de fronteira, para agilizar o processo de reinserção dessas famílias no Brasil. Entretanto, como as próprias famílias denunciam, o processo está lento e as promessas ainda não foram cumpridas.

Conflitos

O sr. Francisco de Assis Batista de Souza, brasileiro, presidente da associação dos Ganaderos, mora no Ramal Campinas, após a Vila Evo Morales, está na Bolívia desde 2001 e diz que foi para o país porque o acesso à terra era muito fácil. Francisco fala que a convivência com os criadores de gado e os bolivianos sempre foi harmônica, o problema, segundo ele, é com os extrativistas. Comenta também, que os bolivianos não querem morar nas terras, "os bolivianos não moram aqui e nem pretendem morar, só vem no final de abril, período da castanha... os brasileiros são coagidos nos meses da castanha, depois eles vão embora...". A castanha é um bom negócio para brasileiros e bolivianos, então, o interesse dos bolivianos é na extração da castanha para comercialização.

Foto: CPT Acre



Sr. Francisco em sua casa na ocupação da fazenda Campo Alegre

Foto: CPT Acre



Brasiviamos durante a reunião com CPT e Ministério Público

Retorno ao Brasil

Segundo dados e informações do INCRA, já foram assentadas 131 famílias, com previsão de mais 203 nas fazendas Nova Promissão e Campo Alegre, em Capixaba (AC). Ao serem assentadas no lado brasileiro, os trabalhadores receberam lotes que variam de 10 a 25 hectares, com casa no valor de R$ 15 mil, e uma cesta básica até começarem a produzir. Receberiam todo apoio necessário para viverem dignamente. Mas, não foi o que vimos quando visitamos as famílias. O que vimos foi um depósito de gente. O Incra assentou as famílias em uma área que tem escassez de recursos hídricos e inapropriada para plantio. O sr. Francisco Pereira Sobrinho se expressa assim: "temos segurança por estarmos no Brasil. O INCRA não deu assistência, mas agora está começando. Quando entramos aqui o INCRA disse que nos daria: 31 ha gradeado, luz em 20 dias, açude, dois anos de cesta básica (período de colher o que se plantou). Só que o INCRA só nos deu três hectares gradeados, não tem água, não tem luz, e a cesta básica só veio duas vezes. Essa área é muito ruim de água".

Além disso, na área também já existem conflitos por causa da demora do INCRA em assentar os brasivianos na terra. Em setembro de 2011, famílias de pequenos agricultores do estado ocuparam a fazenda Campo Alegre. A CPT Acre constatou que é possível o INCRA assentar todas essas famílias, de brasivianos e as que ocuparam, já que a área da fazenda é grande. Mas esse entendimento por parte do órgão não é tão simples assim, o que acaba atrasando o processo. A situação dos acreanos que vivem na Bolívia é complexa e muito delicada. Cada família tem uma situação, uma história e uma expectativa. O que é comum é o sentimento de insegurança, medo e pavor na maioria das famílias.

*Coordenadora da CPT Acre.

CULTURA

Cerrado


Foto: João Zinclar

JANE SILVA*

Deus em sua lida incansável
De criar o mundo
Comigo conversou
Sobre o que pensava para o futuro

Disse-me que pensava
Em algumas árvores plantar
Talvez chamasse mata atlântica ou amazônica
Mas que seria em outro lugar

Comentei que a ideia era boa
Mas os tempos eram difíceis
Como fazer uma floresta
Depois do meteorito?

Aí ele sorriu e disse;
Não será fácil, pois estou cansado
Mas conto contigo
E pra te dar a glória te chamarei de Cerrado

Vais parecer fraco
Com aparência de tristeza
Mas em tuas entranhas terás água
Para gerar essa nova natureza.

Água será teu sangue
Que em muitas terras irão brotar
Terás lagos e rios
Para a vida se multiplicar

Para essa tarefa
Alguns milhares de séculos te dou
E mesmo quando fores uma anciã
Despertarás muito amor

Esse amor te defenderá
Pois mandarei teu presente
Um povo pra te habitar
E mesmo com toda destruição
nunca deixará de por ti lutar.

*Coordenação Nacional da CPT.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Impresso Especial
0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO VIA AÉREA

Fique Informado

João Laet



Comissão aprova PL do Babaçu Livre

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou, no dia 8 de agosto, por unanimidade, o Projeto de Lei 231/2007, Lei do Babaçu Livre. Para entrar em vigor, o texto ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Câmara e, em seguida, votado e aprovado no Senado. Só depois, então, é que será encaminhado à sanção presidencial. No dia 11 de julho, cerca de 300 quebradeiras de coco babaçu do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins participaram de audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos e Minorias, na Câmara dos Deputados, em Brasília, para debater e exigir a aprovação desse Projeto de Lei. O PL 231/2007 proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu nos estados de Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins e Goiás, e também garante o livre acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais. Elas participaram, ainda, de diversas audiências com dirigentes do governo federal, inclusive com as ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de marcarem presença na Câmara e no Senado.

Marcha das Margaridas

foto: César Ramos - arquivo Contag



Entre os dias 21 e 22 de agosto foi realizada em Brasília a Marcha das Margaridas. Trabalhadoras rurais de vários estados se mobilizaram desde o início do ano para a Marcha. Além de um ato político de reivindicação, ela é considerada um importante marco na trajetória das lutas sindical e feminista, traduzindo o amadurecimento político da organização das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil. A primeira Marcha das Margaridas foi realizada no ano 2000. Com o lema "Duas mil e sete razões para marchar", a manifestação desse ano reuniu cerca de 35 mil mulheres e teve como temas centrais a soberania alimentar e nutricional; terra, água e agroecologia; trabalho, renda e economia solidária; garantia de empregos e melhores condições de vida para as assalariadas rurais; política de valorização do salário mínimo; defesa da saúde pública e educação no campo; e combate à violência sexista. A Marcha contou com a parceria da CUT, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento de Mulheres da Amazônia, Marcha Mundial das Mulheres e da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe.

Agronegócio ameaça bispo de Chapecó

foto: arquivo da CNBB



Dom Manoel João Francisco

De acordo com denúncia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidades ligadas ao agronegócio de Santa Catarina estariam por trás das ameaças ao bispo de Chapecó (SC), Dom Manoel João Francisco. Desde abril o bispo já foi ameaçado duas vezes e em uma delas um boneco representando Dom Manoel foi enforcado durante um protesto contra a demarcação de terras indígenas. A causa dessas ameaças seria a demarcação das terras dos Guaranis e Kaingang feita pelo governo em 19 de abril. Desde então os fazendeiros se negam a deixar as áreas demarcadas e estariam usando seu poder e influência para convencer os pequenos agricultores a fazerem o mesmo. Dom Manoel lutou a favor da demarcação das terras e da indenização aos pequenos agricultores e por isso passou a ser alvo dos fazendeiros. De acordo com denúncia encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF), o grupo de agricultores que resiste em sair da área recebe o apoio das entidades ruralistas do Estado, como a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAESC) e uma organização chamada Defesa, Propriedade e Dignidade (DPD).

CURTAS

- **Encontro Nacional de Formação da CPT** será realizado entre os dias 26 e 31 de outubro, no Centro Pastoral Dom Fernando (Avenida Manchester, km 6, Jardim das Aroeiras), em Goiânia, Goiás, e terá como tema "Territorialidade e Quilombolas".

- **Dom Ladislau Biernarski**, bispo de São José dos Pinhais, foi homenageado no dia 11 de julho na Assembléia Legislativa do Paraná, com o título de Cidadão Benemérito do Paraná. Dom Ladislau foi vice-presidente da CPT entre os anos de 1997 e 2003 e é reconhecido e admirado pelos movimentos sociais paranaenses por sua postura firme na defesa dos direitos dos mais pobres. Além da CPT, o bispo sempre acompanhou as pastorais sociais no Paraná, como a Pastoral Operária e a Pastoral Carcerária.

- **Dados interessantes sobre o agronegócio e suas dívidas:** Valor bruto do PIB agrícola total no Brasil, em 2006, 113,78 bilhões de reais – ao redor de 9% do PIB total (dados do IBGE). Grau de endividamento do setor patronal ou agronegócio com os Bancos – 54,8% do valor total do PIB agrícola. Se forem consideradas todas as dívidas do setor, o endividamento representa 80% do valor de produção (dados do professor da USP, Guilherme Dias). Dívidas vencidas esse ano, da renegociação feita desde 1990, e que não serão pagas: 14,4 bilhões de reais (dados da CNA). O Ministério da Agricultura estima que as dívidas que vencem agora e que não serão pagas devem chegar a oito bilhões de reais, sendo que destes, o Ministério estaria propenso a re-prorrogar o prazo de quatro bilhões. (fonte: jornal Valor Econômico)

- **No início de junho, 25 mil cortadores de cana pararam** durante seis dias em dez usinas no estado de Goiás. Os trabalhadores retornaram ao trabalho após a assinatura de um acordo coletivo de trabalho garantindo um reajuste de 7% no salário base dos cortadores.

- **O Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil**, 12 de junho, foi dedicado esse ano à eliminação do trabalho das crianças na agricultura. O Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima que mais de 100 milhões de crianças trabalhem em campos e plantações de todo o mundo.

- **O V Congresso Brasileiro de Agroecologia** será realizado de 1º a 4 de outubro, no Sesc Guarapari, no Espírito Santo. O evento terá como tema "Agroecologia e territórios sustentáveis".

CAMPANHA

As bandeiras da Campanha pelo Limite da Propriedade de Terra

LORENA MARIA

Entre os dia 1 e 4 de outubro, 45 entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo estarão reunidas em Brasília para o Acampamento Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar. Como atividade principal do acampamento, além dos vários painéis, debates e atos culturais está o lançamento da Campanha pelo Limite da Propriedade, que terá caráter permanente. O lançamento dessa Campanha e a mobilização que ela proporcionará, visa atingir pontos importantes da situação fundiária e social do país, como a questão da soberania territorial brasileira, a realização da reforma agrária, as conseqüências do êxodo rural, a expansão do agronegócio, a questão da soberania alimentar, a concentração de terras, o inchaço das grandes cidades e o agravamento da desigualdade social. Por isso, ela quer atingir outros movimentos, sindicatos, entidades urbanas e o cidadão comum, alertando para a relação existente entre a estrutura agrária vigente no país e o quadro atual de violência urbana e rural, de disparidade social profunda, de subordinação ao capital externo, de degradação do meio ambiente, entre outros problemas.

Em torno da soberania territorial, por exemplo, há muito que ser discutido. Embora o investimento de capital externo no mercado fundiário brasileiro não signifique necessariamente compra de propriedades rurais, é perceptível uma movimentação dos investidores para o arrendamento de terras, de modo que os empresários estrangeiros acabam subordinando os pequenos produtores à sua lógica capitalista de desenvolvimento. O agricultor aceita estas condições e as ações do capital externo no Brasil ganham espaço. Além disso, a venda de terras de fronteira e a manutenção da monocultura por parte de multinacionais requer um maior acompanhamento e fiscalização. A questão da soberania alimentar é outra discussão pertinente, pois se contrapõe à internacionalização e a subordinação da produção alimentícia às grandes empresas. No entanto, só seria possível mediante uma realidade diversa desta em que o Brasil está inserido, de concentração de terras e de um desenvolvimento acelerado do agronegócio.

Qual o limite para a desigualdade fundiária no Brasil?

Dentro do atual contexto e da necessidade de mudanças no quadro fundiário do país, a Campanha vem em boa hora. Segundo o Atlas Fundiário do Incra de 2003 existem 4.238.421 imóveis rurais cadastrados no Brasil ocupando uma área total de 420.345.382 ha. Deste total, 91,9% corresponde às pequenas propriedades que ocupam 29,2% da área total, enquanto a média e grande propriedades corresponde a 8,2% dos imóveis rurais e ocupam 70,8% da área total. Esta discrepância levou o país à segunda maior concentração de terra em todo o planeta. Em decorrência dessa concentração, o fluxo migratório do meio rural para o meio urbano aumenta, levando a conseqüências desastrosas. Segundo o Censo Demográfico do IBGE em 2000, 15.315.242 pessoas deixaram o campo rumo à cidade. Para o professor e pesquisador de Geografia Agrária da USP, Ariovaldo Umbelino, existem dois modos de viabilizar a desconcentração de terras no Brasil. O modo comum, que seria o da fragmentação por herança, e a reforma agrária, que requer uma intervenção e uma vontade política do Estado brasileiro. Somente com conscientização e mobilização da sociedade é possível mudar o quadro da concentração fundiária, que tantas conseqüências desastrosas vêm trazendo para o país.

O que a Campanha pelo Limite da Propriedade de Terra no Brasil pretende, é justamente chamar a atenção da população e pressionar as autoridades para a urgência de medidas que transformem essa realidade vigente há mais de 500 anos. Uma das medidas proposta pela Campanha é redefinir o valor máximo do módulo fiscal.(ver box) por região, respeitando as particularidades das reservas indígenas, das unidades de preservação ambiental, das áreas que pertencem aos afro-descendentes, das áreas produtivas, improdutivas e devolutas. Outra medida é inserir um inciso no art. 186 da Constituição a fim de diminuir o tamanho do latifúndio para uma área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais. As propriedades que ultrapassassem esse valor teriam suas terras incorporadas ao patrimônio público, liberando assim mais de 200 milhões de hectares de terras para assentar famílias.

João Zinclar



Estrada Anel da Soja, oeste baiano

O módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município e que tem as seguintes características:

1) é uma medida de área;
2) é a área fixada para a propriedade familiar;
3) visa assegurar ao agricultor e a sua família não somente a subsistência, porém deve propiciar o progresso social e econômico;

Varia de acordo com:
4) o tipo de exploração;
5) a região do país em que se acha localizado o imóvel rural;
6) a renda obtida com a exploração predominante;
7) o relevo e solo de cada região.

Fonte: Jornal da Fetape: www.fetape.org.br/documentos/pol_publicas_sociais/Modulo_Rural.pdf

** Assessoria de Comunicação do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.*

SEMANA DA PÁTRIA

"Queremos participação no destino da nação"

ANTÔNIO CANUTO*

Na semana da Pátria, junto com a celebração do Grito dos Excluídos, mais uma vez fomos conclamados a nos manifestar em um plebiscito popular. Agora para opinar sobre se queremos ou não que a Companhia Vale do Rio Doce, patrimônio construído pelo povo brasileiro, e privatizado em 1997, continue nas mãos do capital privado. Nos dois plebiscitos anteriores nos manifestamos sobre o pagamento da Dívida Externa e sobre a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas. Os 10 milhões de pessoas que votaram neste segundo plebiscito ajudaram a travar o processo de criação da ALCA.



Temas desta importância deveriam ser submetidos a uma consulta oficial. Mas, infelizmente, este é um caminho ainda pouco transitado em nosso País. Os movimentos sociais, as pastorais sociais e outros setores da sociedade, empenhados na construção de um novo Brasil, assumem a tarefa de propiciar este espaço de expressão, que, em última análise, é espaço de formação para a cidadania. Como bem diz o lema deste terceiro plebiscito "queremos participação no destino da nação".

Em 1997, quando o governo acabou levando a leilão a Vale do Rio Doce, foram muitas as manifestações contrárias. Ações foram movidas na justiça. Não faltou quem pedisse a realização de um plebiscito. A Igreja Católica também se posicionou. Dom Luciano Mendes de Almeida, ex-secretário geral e ex-presidente da CNBB, em audiência pública pouco antes do leilão de 1997, dizia que "ninguém pode vender uma empresa como a Vale do Rio Doce sem ter informado o povo do seu valor real, do seu significado histórico, cultural, político...". Nada disso, porém, conseguiu conter a sanha privatista do governo FHC, que, como um rolo compressor esmagou todas as formas de oposição e protesto. E o patrimônio de mais de 92 bilhões de reais, foi entregue ao capital privado por meros 3,3 bilhões. Os lucros da Vale, só em 2006, foram de mais de 12 bilhões, e no primeiro trimestre deste ano somaram mais de 5,1 bilhões. Uma grave irregularidade que macula todo o processo é que o Bradesco, que fez parte do comitê de avaliação do valor da Vale, se tornou um dos seus principais acionistas, o que é proibido pela lei de licitações.

Um ato não tão tranqüilo

A privatização da Vale encontra forte oposição. Correm, em diferentes espaços da Justiça, 107 processos que pedem que o leilão seja anulado. Um juiz do Pará considerou o ato da privatização fato consumado e arquivou os processos. Mas, em outubro de 2005, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou que 69 dessas ações tinham fundamentação e, portanto, seriam retomadas. Isso reacendeu a esperança deste ato ser considerado viciado e, consequentemente, sem valor. A opinião pública brasileira é contra esta privatização. Foi o que constatou pesquisa realizada entre os dias 19 e 22 de maio deste ano pelo Instituto Planejamento e Pesquisa (GPP), encomendada justamente por um dos principais agentes da política de privatizações, o DEM (Democratas), antigo PFL. 50,3% dos entrevistados se declararam a favor da reestatização da Vale. 28,2% contra e 21,5% disseram não saber responder. A pesquisa ouviu duas mil pessoas em 17 estados.

A Vale não se abala?

A realização do Plebiscito Popular, mesmo não sendo um ato oficial, e sem a cobertura da mídia, (os grandes meios de comunicação não divulgam nenhum debate sobre a questão, por ser a Vale um dos grandes anunciantes institucionais), incomoda a Vale. Para evitar maiores riscos a Companhia adotou uma postura agressiva. Sabendo que as Pastorais Sociais são um dos carros-chefe do Plebiscito, procurou envolver a Igreja patrocinando o ato de lançamento da Campanha da Fraternidade, em Belém, no começo do ano. Já na reta final deflagrou grande campanha publicitária, nos principais meios de comunicação, contrapondo-se ao "Isto não Vale", com uma afirmação sobre o "Brasil que Vale".

Em 22 de agosto, os participantes da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública ocuparam, em Belo Horizonte, um prédio da Companhia com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para o Plebiscito. A empresa taxou a manifestação como criminosa, o ato terminou com a prisão de 126 manifestantes, para assim influenciar a opinião pública.

Desta forma trava-se uma guerra para conquistar mentes e corações. A importância da participação neste Plebiscito, além do debate sobre o roubo que foi a privatização da Vale, está em dar suporte às decisões que porventura o judiciário venha tomar no sentido de recuperar para o povo, o que é do povo.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT*

COMUNIDADES TRADICIONAIS

Empresários e latifundiários usam a mídia contra comunidades tradicionais

MARIA JOSÉ HONORATO E MARTA ANJOS*

"É estarrecedor!" Com esta exclamação, Willian Bonner, editor chefe do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, chamou a atenção de milhares de ouvintes de todo o Brasil para uma suposta fraude na certificação de auto-reconhecimento da comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu, localizada na cidade de Cachoeira, Bahia. A reportagem produzida pela rede Globo mostrava edição e montagem grosseiras com falas, fatos e alguns poucos depoimentos de empregados e pessoas apadrinhadas por fazendeiros da região. A matéria tentava demonstrar que a comunidade teria sido ludibriada por lideranças inescrupulosas que teriam se aproveitado de um abaixo-assinado, reivindicando cestas básicas para os pescadores, para requerer a certidão de auto-reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares. Mostrava, ainda, um suposto crime ambiental de retirada de madeira da Mata Atlântica para a comercialização e a ameaça de extinção do pássaro "olho de fogo rendado", caso os quilombolas conseguissem a titulação de seu território.

No entanto, a verdade é bem outra. São Francisco do Paraguaçu é uma comunidade negra rural tradicional que guarda a memória de seus ancestrais africanos com seu modo de ser e fazer próprios, com sua rica cultura e um processo histórico de resistência. A comunidade vive da pesca artesanal, da extração da piaçava e de frutas silvestres, do artesanato e da agricultura de subsistência. A preservação da floresta e manguezal é condição essencial para sua sobrevivência, por isso ninguém mais do que esta comunidade é responsável pela manutenção do resto da Mata Atlântica existente naquela localidade. A extração de madeira, apresentada pela referida reportagem, não é do território de São Francisco. Assim como o abaixo assinado apresentado nada tem a ver com o requerimento de certidão de auto – reconhecimento da comunidade. Este foi construído dentro de um processo coletivo e de luta dos quilombolas, ameaçados por interesses do latifúndio e de outros oportunistas que dizem defender causas ambientais.



arquivo CPT Bahia

Mulheres da Comunidade do Mangal - Barro Vermelho, no município de Sítio do Mato, Bahia, dançam a tradicional dança do Boi Virá.

Esta agressão à comunidade de São Francisco não é um caso isolado. Outras comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, pesqueiras, sofrem a mesma agressão. Trata-se de uma estratégia articulada por latifundiários e empresários, com a colaboração dos meios de comunicação social, que se sentem ameaçados com a perspectiva dessas comunidades conquistarem os territórios que de direito lhes pertencem. O objetivo imediato desses setores é impedir a demarcação dessas terras.

Para tanto, no caso quilombola, pretendem derrubar o decreto 4887/03 que regulamenta os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios. Agem em quatro frentes: nos meios de comunicação social, deflagrando uma campanha contra o processo de auto-reconhecimento das comunidades, visando criar uma opinião pública contrária a elas e acuando os órgãos públicos responsáveis; no Parlamento, através do projeto de decreto legislativo já em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Valdir Colatto, do PMDB do Paraná, que visa sustar a aplicação do decreto 4887/03; no Judiciário, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pelo antigo PFL, hoje Democratas, perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de que este declare inconstitucional o referido decreto e no Executivo, onde se estuda na Casa Civil da Presidência um novo decreto que modifica o 4887/03. Além do mais, pretendem que o Congresso Nacional não aprove o Estatuto da Igualdade Racial que regulamenta de forma mais permanente a questão.

Por outro lado, a política do governo Lula é mais de fachada, pois edita o decreto 4887/03, mas não dá as condições para operacionalização da política de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios nele prevista. Os processos se arrastam lentamente por falta de verbas orçamentárias e técnicos especializados em quantidade necessária para implementação dessa política. Restam apenas três anos para a conclusão desse governo e muito pouco foi feito. Como agravante temos que a regulamentação é através de decreto que, a qualquer momento, neste ou no próximo governo, poderá ser revogado.

Resta às comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais a perspectiva do fortalecimento de sua articulação e organização para que avance a luta pela conquista de seus direitos culturais e territoriais. A comunidade de São Francisco do Paraguaçu, apesar de se sentir agredida, humilhada e atingida na sua dignidade, sente-se mais fortalecida e unida para enfrentar seus agressores, pois cresceu a solidariedade de outras comunidades, movimentos e organizações populares à sua causa.

Maria José Honorato Pacheco, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e Marta Anjos, CPT Bahia.

CPT 35 anos

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra | Julho a Setembro de 2010 | Ano 35 – Nº 201

Romarias proclamam o direito da Terra e dos pobres

Págs.: 8 e 9

Foto: CPT Minas Gerais



Dados parciais divulgados pela CPT mostram aumento dos conflitos pela água

Pág.: 5

IV Fórum Social das Américas: uma outra América é possível!

Págs.: 10 e 11

Foto: Minga Informativa



EDITORIAL

Num ano em que a atenção do povo esteve centrada em torno a grandes momentos esportivos ou políticos – Copa do Mundo e eleições – as comunidades do campo continuaram sua trajetória, alimentando sua vida e sua luta na fé com a celebração das Romarias da Terra. Estas, à luz da Palavra de Deus, proclamam os direitos dos pobres.

Os direitos dos quilombolas foram afirmados nas Romarias do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde também se levantou um clamor contra as tentativas de cercear as poucas conquistas destas comunidades duramente alcançadas. O protagonismo das mulheres foi celebrado na Romaria da diocese de Presidente Prudente, SP: "Mulheres do campo na luta pela terra em defesa da vida", foi o lema. Na comunidade Margarida Alves onde se realizou a Romaria, a maioria das lideranças é de mulheres.

O cuidado com a "Mãe-Terra" marcou as Romarias de 2010. Goiás denunciou as práticas de destruição do Cerrado e a violência contra os povos que vivem nele. A Bahia celebrou sua Romaria com a interpelação "Terra Mãe, para onde vamos?". Minas Gerais proclamou que "Terra e água partilhadas são a herança de Deus resgatada". As Romarias de São Paulo e do Rio de Janeiro deixaram claro que a "Terra é Dom de Deus e Direito do Povo". O Tocantins e o Pará celebraram a resistência do povo, amparado pelas figuras emblemáticas do Pe. Josimo e da Irmã Dorothy, mártires da luta pelo direito do povo à terra de todos.

Caminhando em meio a muitos percalços, sofrendo a pressão do avanço do agro e hidronegócios, aturdido em meio a um processo eleitoral em que as promessas se multiplicam, os homens e mulheres do campo encontram nas Romarias o espaço em que podem respirar ares de esperança.

Mas os conflitos continuam e em muitas regiões crescem, conforme divulgou a CPT, ao lançar os dados relativos a 1 de janeiro a 31 de julho de 2010. Não podemos, porém, nos deixar abater. Há muitas luzes se acendendo. A CNBB publica um documento sobre a "Igreja e Questão Agrária no início do século XXI" quando se completam 30 anos do Documento "Igreja e Problemas da Terra" e 60 anos do primeiro documento sobre a realidade do campo escrito por um bispo, o de Campanha, MG, em 1950. Um diálogo promissor se inicia entre a igreja brasileira e a da África do Sul.

O IV Fórum Social das Américas, em Assunção, no Paraguai, mostra que "Nuestra America está en camino", na busca de um outro modelo de desenvolvimento, pois "ao Capitalismo não interessa a vida". O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo realiza o Plebiscito para o povo dizer se concorda que se estabeleça um limite para a propriedade da terra.

Diante de tudo isto, a reflexão bíblica nos provoca a conhecer a Javé, para nos conhecermos a nós mesmos, pois "conhecer quem é o nosso Deus é descobrir nossa própria identidade".

Nesta edição vamos encontrar ainda a lembrança de três companheiras que partiram para a casa do Pai, nos últimos meses a memória dos 15 anos do Massacre de Corumbiara, RO, dos 25 anos do martírio do Pe. Ezequiel Ramin e dos 27 anos da morte de Margarida Maria Alves. Ela e eles regaram com seu sangue as sementes de um projeto que quer justiça e fraternidade.

Boa leitura!

PUBLICAÇÕES

Nosso Chão e Nossa Missão



A Comissão Pastoral da Terra tem como missão cuidar da terra e de todas as formas de vida que dela dependem, e essa é uma tarefa difícil nesses tempos em que os bens universais, terra e a água foram mercantilizados. Tendo presente este contexto, a CPT de Santa Catarina lançou o caderno de formação "Nosso Chão e Nossa Missão". O caderno traz dez encontros de formação que permeiam temas como a missão e história da CPT, agricultura camponesa, desenvolvimento solidário e sustentável, políticas públicas, relações de gênero, água e direitos. O caderno traz textos para estudo, questões para debate, indicações bíblicas e orações. A cartilha é um instrumento para realizar a missão que compete à Pastoral de fortalecer os movimentos e organizações que defendem a vida; anunciadora da presença de Deus Pai Mãe, que caminha com os camponeses e camponesas, fortalecendo a fé e a luta.

O Direito de Propriedade e a Zona da Mata Pernambucana



Publicado neste ano de 2010 pela Editora Liceu, o livro é resultado da monografia final do curso de graduação em direito da Universidade Federal de Pernambuco, apresentada em janeiro de 2004. A pesquisa de Daniel Viegas nos conduz pela linha evolutiva do direito de propriedade no Brasil e a relação dos homens com seus bens, relação esta, que é historicamente responsável por conflitos, injustiças, concentração de riqueza e poder, além de ser um fator gerador de pobreza e excludente da cidadania, com invariável constância ao longo do tempo. O texto faz uma análise sobre o percurso da legislação imperial e republicana trazendo à tona uma evidência inquestionável: A de que os senhores da terra no Brasil e no Pernambuco açucareiro, em razão direta de possuir a terra, possuíram também o Estado, seus governantes, parlamentares e juízes e com isso construíram um ordenamento jurídico à imagem do seu ânimo individualista e pouco solidário.

PASTORAL DA TERRA
É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichinieski
Padre Hermínio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Hugo Paiva - estagiário
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

www.graficaeditoraamerica.com.br

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst
Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo
Fundação Eugen Luther
MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.
Informações canuto@cptnacional.org.br

Fique Informado

Organizações articulam oposição unificada a hidrelétricas na Amazônia

De 25 a 27 de agosto, cerca de 600 lideranças sociais e indígenas dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará promoveram no município paraense de Itaituba (PA), o I Encontro dos Povos e Comunidades Atingidas e Ameaçadas por grandes projetos de infra-estrutura, para articular estratégias conjuntas de resistência aos projetos de construção de hidrelétricas no bioma amazônico. O foco principal foram as obras em andamento no rio Madeira (RO) e as usinas planejadas nos rios Teles Pires (MT), Tapajós (PA) e Xingu (PA). O evento contou com a presença do Ministério Público Federal e de várias ONG's socioambientais e de pesquisadores do Painel de Especialistas que avaliaram os impactos da usina de Belo Monte.

Acampamento Terra Livre

Foto: Maira Heinen/CIMI



Entre os dias 16 e 19 de agosto, aconteceu, no Mato Grosso do Sul, o VII Acampamento Terra Livre. Cerca de 800 indígenas de todo o país se reuniram para analisar a atual situação de seus direitos, e formular propostas comuns para uma nova política indigenista no país. Os temas discutidos foram o impacto em terras indígenas de grandes empreendimentos, e o direito à terra, entre outros. Ao final, houve uma marcha denunciando as violações os direitos indígenas, em especial as graves violências que se abatem sobre os povos do Mato Grosso do Sul.

Movimentos sociais marcham pelos direitos dos atingidos pela UHE de Estreito

Os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, que está sendo construída no rio Tocantins, entre o estado de Tocantins e Maranhão, marcharam por mais de 125 km, cobrando das empresas responsáveis pela obra, seus direitos e o atendimento às reivindicações feitas há mais de um ano, tempo em que estão acampados próximo à área de construção da Usina. A marcha teve início no dia 23 de agosto, e saiu da cidade de Araguaína (TO) em direção ao município de Estreito (MA), onde chegou no dia 1º de setembro. Durante toda a marcha foram realizados momentos de formação com os militantes e, também, uma preparação para o Plebiscito pelo Limite da Propriedade da Terra, realizado em todo o país entre os dias 1 e 7 de setembro. Cerca de mil pessoas fizeram parte da marcha, entre ribeirinhos, indígenas, pescadores, membros do Movimento por Atingidos por Barragem (MAB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e famílias acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Foto: CPT Araguaia - Tocantins



19ª Assembleia Estadual da CPT Minas Gerais

Foto: CPT Minas Gerais



A CPT Minas Gerais realizou entre os dias 13 e 15 de agosto, a sua 19ª Assembleia Estadual, na cidade de Turmalina, Vale do Jequitinhonha. Esta Assembleia com a participação de cerca de 50 pessoas, entre agentes e trabalhadores contou com a assessoria de Ruben Siqueira, da Articulação São Francisco Vivo e de Dirceu Fumagalli, da coordenação nacional da CPT. Os três dias foram de muita discussão sobre temas como mineração, barragens, comunidades tradicionais e Reforma Agrária. Foram definidas as linhas de ação e os desafios para o trabalho da CPT Minas Gerais no triênio, de 2010 a 2013. Entre eles estão a continuidade da luta pela reforma agrária, o apoio às comunidades tradicionais e às comunidades atingidas por grandes projetos, como barragens e mineração. O regional mineiro destacou como positiva a participação dos trabalhadores vindos das diversas regiões do Estado, dentre eles quilombolas, assentados, acampados, pequenos produtores, atingidos pelos projetos de barragens e pelos de mineração. Nesta Assembleia foi definido o novo regimento interno da CPT e eleita uma nova coordenação estadual, composta por dois agentes: Paulo André Alves de Amaral e Maria do Carmo Silva, e um conselho composto por 15 membros.

II Encontro Regional Mulheres Indígenas

Durante três dias, 13 a 15 de agosto, cerca de 250 mulheres de diversas comunidades indígenas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, reunidas na Aldeia Caramuru, em Pau Brasil (BA), discutiram suas angústias, esperanças e exigências, a perseguição sistemática e histórica contra seus povos e o intenso processo de discriminação e criminalização de suas lutas. O encontro teve por objetivo principal contribuir com o processo de participação das mulheres indígenas e suas organizações, visando o fortalecimento das lutas pela recuperação dos seus territórios, possibilitando momentos de formação, informação, de troca de saberes entre os grupos e rearticulação da Comissão de Organização das Mulheres Indígenas no Leste (Comil).

Impactos da Mineração são debatidos no semiárido mineiro

Nos dias 3 e 4 de agosto, foi realizado no município de Porteirinha (MG), o Encontro sobre Impactos da Mineração. Participaram deste, representantes da Cáritas, da CPT, de organizações populares e sindicatos do norte de Minas Gerais. O objetivo da reunião foi fortalecer a sociedade civil e unir forças para defender o projeto popular de convivência com o semiárido e em defesa da vida. O encontro aconteceu em meio a uma conjuntura de frequentes investidas de grandes projetos de mineração sobre a região. Um momento muito importante do Encontro foi a partilha de experiências, momento em que cada participante trouxe para a plenária a triste situação da sua região e dos moradores, a partir da implantação de mineradoras. Foi possível perceber a grande vulnerabilidade social e fragilidade econômica dos atingidos, sobretudo no que diz respeito aos graves casos de saúde pública e violência que têm acontecido desde a instalação da mineradora.

ARTIGO

Documentos históricos sobre Igreja e Terra

ANTÔNIO CANUTO*

Arquivo: CPT Nacional



A CNBB acaba de lançar o título 99 de sua coleção Estudos da CNBB: "Igreja e Questão Agrária no Início do Século XXI". A primeira versão deste documento, apresentada à Assembleia da CNBB, em maio deste ano, em Brasília, recebeu críticas e contribuições para seu enriquecimento. O texto reformulado foi aprovado pelo Conselho Permanente. A CPT participou da elaboração do mesmo com contribuições de Alessandro Gallazzi, Antônio Canuto e Roberto Malvezzi, o Gogó. O presidente da CPT, Dom Ladislau Biernaski, fez parte da equipe responsável pela elaboração do mesmo.

Três momentos diferentes

O documento de estudos é publicado ao se completarem 30 anos do pronunciamento oficial da CNBB "Igreja e problemas da Terra" e 60 anos da primeira manifestação pública da hierarquia católica sobre a questão agrária, a Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha (MG), publicada no dia 10 de setembro de 1950: "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural". (A diocese durante Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro, fez memória desta Carta). Estes documentos surgem em contextos diferentes da igreja. A carta de Dom Inocêncio foi publicada após a realização da Primeira Semana Ruralista da qual participaram fazendeiros, padres e professores rurais. A grande preocupação da igreja, naquele momento, centrava-se no avanço do comunismo.

Já o documento "Igreja e Problemas da Terra", aprovado pela quase unanimidade dos bispos participantes da 18ª Assembleia Geral da CNBB, em 1980, (somente quatro votos contrários) foi produzido em plena ditadura militar. A Igreja se renovava depois do Concílio Vaticano II e da Conferência dos Bispos Latinoamericanos, em Medellín, Colômbia. Agora os tempos são outros. A questão da terra está muito longe de conseguir a quase unanimidade do episcopado brasileiro. A simples apresentação de um documento de estudos provocou fortes reações de bispos cujo discurso se alinha com o dos ruralistas. Para alguns, o documento expressa uma leitura ideológica de esquerda. Um pronunciamento oficial da CNBB é de se desejar. Mas certamente hoje não terá a contundência que a realidade do campo exige.

60 anos da Carta Pastoral do bispo de Campanha (MG)

A pastoral de Dom Inocêncio partia da constatação de Pio XI, de que a Igreja tinha perdido a massa operária: "Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural", dizia. Após descrever a situação em que viviam os trabalhadores do campo, afirmava que algo deveria ser feito urgentemente porque "os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais". Convocava então os fazendeiros católicos: "Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja.".

A melhora das condições de vida dos trabalhadores do campo, segundo o bispo, era um imperativo tanto para o governo, quanto para a Igreja e os proprietários. Para enfrentar a realidade, propôs a criação de "um grande movimento de "Ação Católica Rural" que, a exemplo da Ação Católica Operária, "vá trabalhando junto às massas já seriamente atingidas pelo desespero e pela revolta e profundamente trabalhada pela demagogia revolucionária!".

30 anos do documento Igreja e Problemas da Terra

A 18ª Assembleia Geral da CNBB teve como tema central a problemática da terra e aprovou o documento "Igreja e Problemas da Terra". O documento parte da constatação da concentração da propriedade da terra no Brasil, analisa o modelo de desenvolvimento adotado e aponta as consequências deste modelo: migrações e violência. Denuncia "um amplo processo de expropriação dos lavradores, por grupos econômicos". Critica a política de incentivos fiscais, responsável pela especulação fundiária e pela expulsão de milhares de famílias e a transformação de posseiros, colonos, parceiros e arrendatários em proletários muitas vezes submetidos a condições análogas a escravidão.

A grande novidade deste documento é a distinção entre "terra de exploração e terra de trabalho", assim expressa: "Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros". "Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros, nem para especular". Os bispos se comprometem a "estimular a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações para que sejam realmente organismos autônomos e livres" e a apoiar "os esforços para uma autêntica reforma agrária".

Este documento se tornou um marco na história da igreja do Brasil.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

CONFLITOS NO CAMPO – DADOS PARCIAIS

Conflitos pela água crescem 32%

ANTONIO CANUTO*

A CPT divulgou no dia 1º de setembro, os dados parciais dos Conflitos no Campo Brasil, relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2010.

Nesses dados, três elementos chamam a atenção. O primeiro é o aumento de Conflitos pela Água em 2010. O segundo é que mais da metade dos conflitos por terra, 54%, ocorreram no Nordeste, onde cresceu o número de conflitos. E o terceiro, muito preocupante, é que contrariamente ao restante do Brasil, no Sudeste e no Sul do país cresceram e de forma expressiva, alguns índices de conflitos e violência.

No Sul e Sudeste as duas regiões, "mais ricas e desenvolvidas do país", cresceu o número de trabalhadores presos e o de agredidos. No Sudeste o número de trabalhadores presos passou de 3, em 2009, para 11 em 2010, aumento de 276% e o número de agredidos passou de 4 para 15, mais 275%. Na região Sul, o número de presos passou de 12 em 2009, para 18, em 2010 (mais 50%) e o número de agredidos de 2, em 2009, para 20, em 2010, (mais 900%). Além disso, cresceu o número de ações de despejo. Nas duas regiões, tanto em 2009, quanto em 2010, todos os estados, registraram ocorrências de trabalho escravo. O que anos atrás era atribuído ao atraso das regiões Norte e Nordeste, agora se constata com persistência e crescimento nas regiões onde o "progresso" já se instalou definitivamente.

Conflitos pela água

De janeiro a julho de 2010 foram registrados pela CPT, 29 conflitos pela água envolvendo 25.255 famílias. Número 32% maior a igual período de 2009, quando se registraram 22 conflitos envolvendo 20.458 famílias. Em todas as regiões, menos no Norte, os conflitos pela água cresceram: 50%, passando de 2 para 3 no Centro-Oeste; 18,5%, indo de 7 para 9, no Nordeste; 175%, crescendo de 4 para 11 no Sudeste; e 50% de 2 para 3 no Sul. No Norte foram registrados 7 conflitos em 2009, e 3 em 2010, mas cresceu em 395% o número de famílias envolvidas nestes conflitos. Passaram de 2.250 famílias em 2009, para 11.150, em 2010. Os 29 conflitos pela água, ocorreram em 14 estados da Federação, em 2010, quando em 2009, atingiram 13 estados e 11 deles, ou 38%, estão relacionados com a construção de barragens.

Sudeste e Sul destacam-se pelos números de violência

Os dados da CPT apresentam declínio nos números absolutos da violência contra a pessoa, no período de janeiro a julho, de 2009 para 2010. Mesmo com essa queda, na região Nordeste houve aumento no número de assassinatos, passando de 3, em 2009, para 4 em 2010.

O Nordeste concentra 54% dos conflitos por terra

O Nordeste registra 54% dos conflitos por terra de todo o Brasil. Diferentemente do restante do país, o número de conflitos por terra no Nordeste passou de 158, em 2009, para 194, em 2010. As ocorrências de conflitos por terra passaram de 95 para 126 e o de ocupações de 57, para 65. Já o número de acampamentos se reduziu de 6, para 3.

Nas demais regiões do Brasil, os conflitos por terra, ocupações e acampamentos sofreram redução, em 2010, em relação ao mesmo período de 2009. São 365 ocorrências de conflitos em 2010, envolvendo 33.413 famílias, contra 547 ocorrências em 2009, envolvendo 47.739 famílias. Mas, em contrapartida, os dados mostram que o número médio de famílias envolvidas em conflitos por terra, em 2010, aumentou, chegando a 94, enquanto que em 2009 a média era de 87 famílias envolvidas.

Foto: João Zinclar



Manifestações

No período cresceu o número de manifestações, mais 18%. Passaram de 323 envolvendo 104.262 pessoas, em 2009, para 385, em 2010, com a participação de 165.530 pessoas.

Trabalho Escravo

Os números relativos ao trabalho escravo são menores no período de janeiro a julho de 2010. Em 2009, foram registradas 134 ocorrências de trabalho escravo, envolvendo 4.241 trabalhadores, com a libertação de 2.819. Em 2010, foram registradas 107 ocorrências envolvendo 1.963 trabalhadores, dos quais 1.668 foram libertados. O que mais chama a atenção é o aumento de ocorrências no Centro-Oeste. Passaram de 16 ocorrências, em 2009, com 259 trabalhadores envolvidos e libertados, para 21 ocorrências em 2010, com a libertação de 526 trabalhadores. Sobressai neste quadro o estado de Goiás, que passou de 6 para 13 ocorrências, passando de 259 para 490 o número de trabalhadores libertados.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional– da CPT.*

ÁFRICA

Brasil-África: um diálogo urgente e necessário

ISOLETE WICHINIESKI*

A dívida histórica e social com os negros africanos remonta ao século XVI, quando milhares foram escravizados no Brasil. Além das políticas governamentais que assegurem aos seus descendentes restituição de seus direitos, é necessário que os povos mantenham ações de solidariedade. Este é o propósito da Comissão Pastoral da Terra com a África do Sul.

Em 2008, a Conferência Episcopal Sul Africana iniciou um diálogo com a Conferência Brasileira através da visita de um grupo à Bahia, Goiás e São Paulo. As relações ficaram estreitas e a experiência da CPT motivou o grupo a despertar na Conferência um jeito diferente de trabalhar as questões da terra. No ano passado, dois membros da Coordenação Nacional da CPT visitaram as experiências na África do Sul, em preparação para a participação, este ano, de dois representantes da CNBB na Assembleia da Conferência Episcopal Sul Africana, onde foram debatidas as preocupações da Igreja Católica com os pobres da terra.

A Lei do Apartheid, de 1948, deixou marcas profundas na população, e com a segregação os povos perderam a terra e o direito. Com a liberdade decretada em 1996, o governo vem tentando devolver o direito a estas populações. Mas, assim como no Brasil, há vários empecilhos, tanto do ponto de vista da Legislação como na disputa das elites pelo modelo de desenvolvimento do país. Outra questão que dificulta é a organização e a lentidão dos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Além disso, os programas foram impostos pelo governo sem uma discussão com a sociedade. As Igrejas, detentoras de terras, estão repassando as fazendas às comunidades. Foi com esta motivação que foi criado pela Conferencia dos Bispos Sul Africanos, o programa de terras.

A segregação trouxe consequências sérias e a população do campo sofre até hoje. Primeiro porque grande parte foi isolada em determinadas regiões, as mais altas, no momento inicial da Lei do Apartheid, mais tarde por volta dos anos 60 e 70 foram juntadas em vilas. Perderam as terras e a base econômica e cultural. O Apartheid criou o conceito de território de brancos e negros. No sistema de tribos, as comunidades se organizam em associações ou sob a tutela de um chefe tradicional. Da população de 48 milhões de habitantes, 21 milhões vivem no campo. 70% vive abaixo da linha da pobreza, localizados principalmente no campo e nas periferias das cidades, que ostentam uma ótima infraestrutura, que acaba maquiando a realidade.

O país tem recursos naturais abundantes, comunicações, energia e transportes bem desenvolvidos. A economia cresce acima de 5% ao ano, e vive o desemprego como um dos maiores desafios ao crescimento econômico do país, juntamente com as disparidades de pobreza extrema e enorme riqueza, e a elevada incidência de HIV/AIDS. Suas principais atividades estão relacionadas à agricultura, mineração e turismo. As atividades agrícolas variam desde a produção de safras e agricultura mista, nas chuvas de Inverno e no pico do Verão, passando por criação de gado bovino e de ovinos nas regiões mais áridas. A criação de gado é o maior setor agrícola do país, com cerca de 13,8 milhões de cabeças de gado e 28,8 milhões de carneiros. A África do Sul é o 10º maior produtor de vinho do mundo. O fator de longe mais limitativo é a disponibilidade de água, ou a falta dela. A época das chuvas não sucede uniformemente por todo o país, daí que algumas regiões têm grandes períodos de seca. Praticamente 50% da água são utilizadas para a agricultura, com cerca de 1,3 milhões de hectares a serem irrigados. Quem tem acesso à irrigação são as fazendas comerciais que se localizam nas regiões mais planas.



Foto: Isolete Wichinieski

O problema da terra é a questão das posses. A maioria dos pequenos agricultores é posseira e está nas fazendas dos brancos, principalmente de criação de animais (leões, girafas, zebras) para atividades turísticas, e não tem título de propriedade. A legislação não prevê a desapropriação das fazendas, sendo assim o governo depende da boa vontade dos fazendeiros em dispor das terras para a venda. Por causa disso, os preços das terras são altos. Há muitas famílias expulsas de suas áreas, conflitos, mortes por parte dos fazendeiros, mas isso não é visível, poucos tomam conhecimento desta situação. Há resistências, mas são isoladas.

O diálogo proporcionou entrarmos em contato com esta realidade, e partilhar com os Bispos as experiências da ação da Igreja no Brasil. Como resultado desta experiência, a Conferência Sul Africana despertou a consciência para as consequências de todo o processo de colonização e segregação dos negros. O trabalho se inicia com a elaboração de um documento sobre as questões da terra, através do método Ver-Julgar-Agir. Além disso, há uma preocupação com a formação de lideranças para um trabalho de base nas comunidades, e a realização de campanhas que despertem a sociedade e pressionem o governo a realizar as políticas necessárias para a erradicação da pobreza e a garantia dos direitos de toda a população. Outra questão importante apontada pelos Bispos é a solidariedade no Continente Africano e a proposta de diálogo entre o Brasil, África e Índia.

** Coordenação Nacional da CPT.*

PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA

Plebiscito Popular mobiliza sociedade brasileira

THAYS PUZZI*

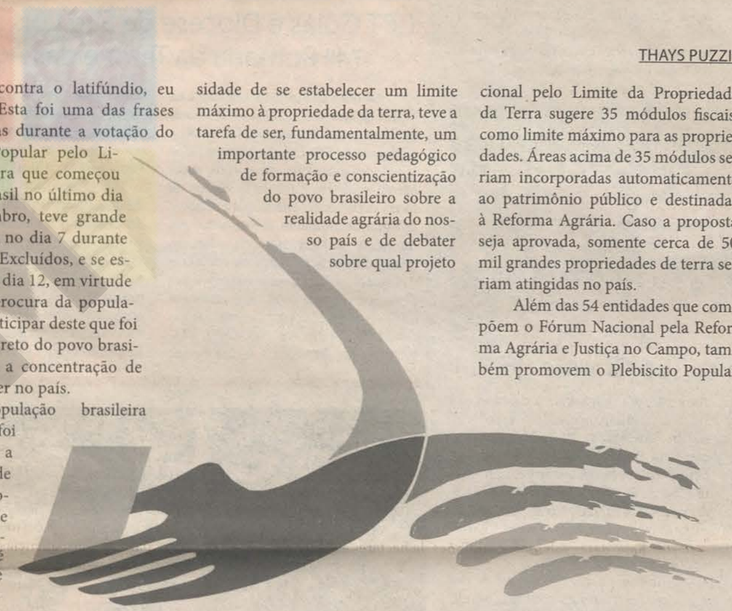
"Se é contra o latifúndio, eu voto sim!" Esta foi uma das frases mais ouvidas durante a votação do Plebiscito Popular pelo Limite de Terra que começou em todo Brasil no último dia 1º de setembro, teve grande mobilização no dia 7 durante o Grito dos Excluídos, e se estendeu até o dia 12, em virtude da grande procura da população para participar deste que foi o gesto concreto do povo brasileiro contra a concentração de terras e poder no país.

A população brasileira também foi convidada a participar de um abaixo-assinado que continua circulando até o final deste ano. O objetivo desta coleta de assinaturas é pressionar o Congresso Nacional para que apresente um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) para que seja inserido um novo inciso no artigo 186 da Constituição Federal que se refere ao cumprimento da função social da propriedade rural.

Já o plebiscito popular, além de consultar a população sobre a necessidade de se estabelecer um limite máximo à propriedade da terra, teve a tarefa de ser, fundamentalmente, um importante processo pedagógico de formação e conscientização do povo brasileiro sobre a realidade agrária do nosso país e de debater sobre qual projeto defendemos para o povo brasileiro. Além disso, o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade de Terra veio como um instrumento para pautar a sociedade brasileira, sobre a importância e a urgência de se realizar uma Reforma Agrária justa em nosso país.

A proposta da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra sugere 35 módulos fiscais, como limite máximo para as propriedades. Áreas acima de 35 módulos seriam incorporadas automaticamente ao patrimônio público e destinadas à Reforma Agrária. Caso a proposta seja aprovada, somente cerca de 50 mil grandes propriedades de terra seriam atingidas no país.

Além das 54 entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, também promovem o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, a Assembléia Popular (AP) e o Grito dos Excluídos. O ato ainda conta com o apoio oficial das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).



Dez respostas para uma pergunta:

Por que as propriedades rurais de terra no Brasil precisam ter um limite máximo de tamanho?

1- Porque a concentração de terra é a grande responsável pela miséria e fome em nosso país.

2 - Porque no Brasil, se uma pessoa quiser comprar todas as terras privadas do país, pode! Pois não existe uma lei que limite o tamanho da propriedade de terra.

3 - Porque o latifúndio e o agronegócio, no último século, expulsaram mais de 50 milhões de pessoas do campo, provocando o surgimento de milhares de favelas em todo o País, onde vivem mais de 80 milhões de brasileiros e brasileiras em condições desumanas.

4 - Porque muitas famílias sem terra poderiam ter acesso à terra e com isso aumentaria a produção de alimentos, pois a agricultura familiar e camponesa é a responsável pela produção dos alimentos da mesa dos brasileiros.

5 - Porque são as pequenas propriedades que produzem alimentos orgânicos, livre dos agrotóxicos, assegurando o direito das populações de ter uma alimentação saudável.

6 - Porque a agricultura familiar e camponesa cria muito mais empregos. Emprega 15 pessoas a cada 100 hectares, enquanto que o agronegócio emprega apenas duas.

7 - Porque o latifúndio e o agronegócio são os grandes responsáveis pela violência no campo e pela exploração do trabalho escravo.

8 - Porque banqueiros, grandes empresários e corporações internacionais são donos de grande parte dos latifúndios. Muitos nunca plantaram um pé de cebola.

9 - Porque 1% dos estabelecimentos rurais, com área de mais 1 mil hectares, ocupa 44% de todas as terras, enquanto praticamente 50% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares, ocupam somente, 2,36% da área.

10 - Porque no século passado pelo menos 20 países estabeleceram um limite para propriedade rural, entre eles países desenvolvidos como Itália, Japão, Coréia do Sul. Agora é a nossa vez!

** Jornalista do Fórum Nacional pela Reforma Agrária*

ROMARIAS

Manifestação de fé e esperança se multiplica por todo o país

CRISTIANE PASSOS*

As romarias das Águas e da Terra, que acontecem por todo o Brasil, clamam por justiça e fraternidade, e anunciam a organização do povo que com fé e luta busca a transformação da sociedade.

Nessas caminhadas, todos os anos, milhares de romeiros denunciam a violação dos direitos dos homens e mulheres do campo e o avanço do agro-hidronegócio. Romaria, além de um espaço de oração é também onde se renovam as forças para a luta. Este é um importante momento de manifestação de fé, resistência, celebração e esperança na vida de milhares de pessoas todos os anos.

Foto: Leandro da Silva



33ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul

"Quilombos: Terra, Trabalho e Inclusão". Com esse lema, a Romaria da Terra no Rio Grande do Sul, realizada no dia 16 de fevereiro no Santuário da Medianeira, no município de Santa Maria (RS), lançou o Movimento Nacional em defesa da titulação e desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas. Com o Movimento foi lançada, também, a agenda de mobilização pela titulação dos territórios quilombolas.

Os representantes das comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul estavam presentes na romaria para denunciar o descaso nas esferas municipal, estadual e federal, na implementação de políticas públicas e na titulação de seus territórios, bem como para protestar pela proposta ação direta de inconstitucionalidade do decreto 4487/2003 por partidos da direita, com visão contrária aos direitos adquiridos. Das 184 comunidades existentes no RS, somente seis estão em processo de regularização. A demora tem acirrado os conflitos, sendo que muitas lideranças quilombolas são ameaçadas de morte, presas, perseguidas e assassinadas.

Xambioá recebeu a 12ª Romaria da Terra e das Águas Padre Josimo

A 12ª Romaria da Terra e das Águas Padre Josimo foi realizada nos dias 8 e 9 de maio, em Xambioá (TO). A Romaria contou com oficinas, como as "Ciranda das Crianças", "Me conta essa história", "Que preconceito é esse?", "A ética do Reino: o que é?", "Justiça e Paz" e o "O reino do progresso". A Romaria contou, ainda, com caminhada dos romeiros pelas ruas de Xambioá, passando pelas margens do Rio Araguaia. Padre Josimo atuava como coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na região do Bico do Papagaio, Tocantins. E foi morto no dia 10 de maio de 1986, a tiros, enquanto subia a escadaria do prédio onde funcionava o escritório da CPT, em Imperatriz (MA). Para os lavradores da região, o "padre preto de sandálias surradas" é símbolo de resistência contra a opressão, um mártir da luta pela terra.

CPT Goiás e Diocese de São Luís realizam 14ª Romaria da Terra e das Águas

No dia 5 de junho foi realizada, na cidade de Anicuns (GO), a 14ª Romaria da Terra e das Águas. A CPT Goiás e a Diocese de São Luís de Montes Belos (GO), organizadores do evento, receberam romeiros e romeiras vindos de todas as partes do estado, para celebrar este grande momento. A Romaria é um momento de fazer memória e luta do povo pela terra, os mártires, mulheres e homens, camponeses, negros e índios, que doaram suas vidas na busca da tão sonhada reforma agrária e na garantia de seus direitos. Nesse ano, a 14ª Romaria da Terra e das Águas trouxe como tema "Povos do Cerrado, Soberania em defesa da Vida" e como lema "Tomou, pois, o Senhor Deus o homem e a mulher e os colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar". (Gn 2, 15). O propósito da Romaria foi o de denunciar as práticas de destruição do Cerrado e a violência contra os povos que vivem nele, como os sem-terra, sem água, sem moradia, sem saúde, sem educação, sem trabalho, sem oportunidade de vida digna, e anunciar um outro caminho, de comunhão com o meio ambiente, de justiça no campo, de Reforma Agrária e de Liberdade.

Foto: CPT Bahia



33ª Romaria da Terra e das Águas da Bahia

Cerca de 7 mil romeiros caminharam nos dias 2, 3 e 4 de julho em Bom Jesus da Lapa, Bahia, tradicional lugar de peregrinação, localizado a 796 km de Salvador, à margem do rio São Francisco, para a 33ª Romaria da Terra e das Águas. Sob o lema "Terra Mãe, para onde vamos?", o evento reuniu trabalhadores e trabalhadoras rurais, comunidades tradicionais e movimentos sociais para expor as suas dificuldades, mas também buscar forças e partilhar experiências e conquistas na luta por terra, água e justiça. O destaque da 33ª edição da Romaria da Terra e das Águas na Bahia, foi a Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra.

14° Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais

"Nas terras e águas dos Gerais, a memória da resistência de nossos ancestrais", com esse lema Januária (MG) recebeu a 14ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais. No dia 18 de julho, a cidade acolheu cerca de 5 mil romeiros de todo o estado e do país. Esse ano, a Romaria teve como tema "Terra e água partilhada, herança de Deus resgatada" e teve como objetivo ser um momento de anúncio da vitória da vida, da organização do povo e denúncia frente à violência do sistema capitalista neoliberal. O município de Januária e sua região são marcados pela presença de várias comunidades tradicionais, como os indígenas Xakriabá; os quilombolas, pescadores, vazanteiros, ribeirinhos, geraizeiros e outras, que lutam para garantir e preservar seus territórios. A resistência dessas comunidades é um forte exemplo de profecia e poesia. Durante a Romaria foram recolhidas assinaturas para duas campanhas: a do Limite da Propriedade da Terra e a Campanha Opará.

Foto: CPT Minas Gerais



5ª Romaria da Floresta

"Se quiser a Paz, faça a Justiça.". Com esse lema, foi realizada de 22 a 25 de julho, em Anapu (PA), a 5ª Romaria da Floresta. Os romeiros e as romeiras caminharam do túmulo da Irmã Dorothy, no centro de São Rafael, em Anapu, até a Cruz marcando o lugar onde Irmã Dorothy foi assassinada, no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, em 12 de fevereiro de 2005. É uma caminhada de fé, de resistência, de celebração e esperança. Com a memória de irmã Dorothy, o povo organizado caminha em defesa da vida, do povo e da floresta. Caminha, também, para declarar e mostrar que continua resistindo. Como dizia irmã Dorohty,"Terra tem que ser para sempre, temos que pensar naqueles e naquelas que vêm depois de nós.".

14ª Romaria da Terra e das Águas no Rio de Janeiro

Com o Lema: "Terra e água, Dom de Deus, Direito do povo", a Comunidade de Paracambi (RJ), realizou no dia 25 de julho, a 14ª Romaria da Terra e das Águas, que fez parte das Celebrações do Jubileu da Diocese de Nova Iguaçu e da criação do Município de Paracambi. No dia 25 de Julho, dia do Trabalhador e Trabalhadora Rural, a Diocese de Nova Iguaçu foi a Casa da Mãe Terra, da Irmã Água e de todos os componentes da Natureza. As comunidades do Estado do Rio de Janeiro foram acolhidas em um grande clima de confraternização. Os romeiros e romeiras somaram forças com outras entidades no enfrentamento ao agro-hidronegócio, contra a monocultura, a prática do trabalho escravo, as privatizações, a poluição das águas, os transgênicos e os agrotóxicos.

12ª Romaria da Terra e das Águas de São Paulo

2.500 pessoas participaram, em Iaras, São Paulo, próximo ao local onde os trabalhadores e trabalhadoras do MST ocuparam, no ano passado, parte da área grilada pela Cutrale, da 12ª Romaria da Terra do estado de São Paulo. A Romaria aconteceu no dia 25 de julho. O arcebispo de Botucatu, Dom Maurício Grotto de Camargo, e diversos padres e religiosas do estado se juntaram aos assentados e acampados e a outros trabalhadores da região, que proclamaram a "Terra Dom de Deus e Direito do Povo", para reafirmar que "lutar pela terra não é crime, é bem aventurança", como diz o lema da Romaria.

CPT Paraná realiza Romaria no Vale do Ribeira

A CPT Paraná realizou, no dia 15 de agosto, sua 25ª Romaria da Terra. Esse ano o evento foi realizado no município de Adrianópolis (PR) que também comemorou seu jubileu de prata, com o tema "Quilombo: resistência de um povo, território de vida". Um dos objetivos da Romaria foi evidenciar as dificuldades e os anseios das comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira, considerada uma das regiões mais carentes de serviços públicos do Estado. Para a CPT Paraná, a Romaria procurou ouvir o clamour dos povos do campo e destacou a situação dos municípios do Vale do Ribeira, em especial das comunidades quilombolas.

6ª Romaria Diocesana da Terra e das Águas de Presidente Prudente (SP)

A CPT Pontal realizou, no dia 19 de setembro, a 6ª edição da Romaria da Terra e das Águas de Presidente Prudente, no assentamento Margarida Alves, município de Mirante do Paranapanema, São Paulo. O assentamento escolhido possui um histórico de seis anos de luta e quatro de assentamento. A comunidade Margarida Alves possui 90 famílias assentadas e a maioria de suas lideranças são mulheres. O tema esse ano foi "Mulheres do campo na luta pela terra em defesa da vida". A Romaria teve como objetivo, além da luta pela Reforma Agrária, destacar o protagonismo das mulheres no campo.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

IV FÓRUM SOCIAL DAS AMÉRICAS

"Ao capitalismo não interessa a vida!"

CRISTIANE PASSOS*

Com essa frase, proferida pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, se encerrou o IV Fórum Social das Américas, em Assunção, Paraguai. O evento, realizado de 11 a 15 de agosto, reuniu cerca de seis mil pessoas de vários países das Américas.

Com o lema "uma outra América é possível" ou "ambue Amérika ikatu jajapo!", em guarani, o Fórum reuniu, também, militantes da Via Campesina, de todo o continente.

As armadilhas do capital e suas consequências foram discutidas no IV Fórum Social das Américas, em Assunção, Paraguai. Nos quatro dias de atividades houve debates em torno ao falso ambientalismo de mercado, aos impactos das monoculturas, ao avanço da soja na América Latina, ao aumento da militarização no nosso continente, à luta das mulheres contra a violência, às mudanças climáticas, entre outros.

Resistência contra o avanço dos monocultivos de soja no Cone Sul

Um panorama da produção de soja no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Segundo Sérgio Schlesinger, da FASE Brasil, Brasil, Argentina e Paraguai, estão entre os maiores exportadores do grão no mundo. 26% das exportações agrícolas do Brasil são de soja. Mais de 90% dessa produção é destinada à alimentação de animais. Além disso, a soja utiliza mais de 45% de todo o agrotóxico consumido no Brasil. Na América Latina, o consumo de agrotóxicos representa quase 20% do consumido no mundo. Segundo Sérgio, pesquisas demonstram que o uso seguido de aditivos químicos aliado às mudanças climáticas na região sul do Brasil, impossibilitará, em 30 anos, a produção de qualquer grão na região.

Carlos Vicente, da Argentina, apresentou o panorama da produção transgênica. Segundo ele, há uma concentração de soja e milho na cadeia de produção de alimentos e as transnacionais detentoras da tecnologia transgênica, passam a controlar a produção dos alimentos. "O único objetivo dos transgênicos é controlar a alimentação e o agronegócio no mundo, nada tem a ver com a produção de alimentos para a população", enfatizou. Na produção são utilizados 200 milhões de litros de glifosato. Está-se instalando uma indústria que extrai nutrientes do solo, água dos lençóis freáticos, envenena o solo para exportar um produto que leva junto as riquezas naturais da região. "45 bilhões de litros de água por ano são gastos na produção de soja na Argentina", completou Vicente. A Argentina está perdendo por ano cerca de 250 mil hectares por causa do avanço da fronteira agrícola no país.

Segundo David Cardoso, do Paraguai, 2.750.000 hectares são destinados à soja em seu país. O Paraguai é o país com maior cultivo de soja transgênica na América Latina. Nele e na Argentina, a soja cultivada corresponde a mais de 50% do território nacional. Fato recorrente em toda a América Latina, a apropriação de terras por estrangeiros também é uma amarga realidade no Uruguai. Segundo Martin Drago, da organização Amigos da Terra, um terço da área agrícola do país está nas mãos de estrangeiros, o que atenta contra a soberania nacional e a segurança do país e tem elevado o valor das terras e do arrendamento delas no Uruguai.



foto: Cristiane Passos-CPT Nacional

Saberes camponeses contra as mudanças climáticas

No acampamento da Via Campesina discutiram-se os rumos da agricultura e produção de alimentos diante do novo cenário climático. "Se o clima mudar completamente, será muito difícil manter uma agricultura no mundo. Precisamos reverter os efeitos das mudanças climáticas", enfatizou Camila Montecinos, da organização GRAIN, do Chile. Segundo ela, a Via Campesina encara como protagonistas nessa tarefa de barrar as mudanças climáticas, os camponeses e camponesas de todo o mundo, "A defesa da agricultura camponesa e indígena não é apenas um direito, mas uma necessidade para o futuro da humanidade", finalizou. Diego Montón, do Movimento Nacional Campesino e Indígena da Argentina (MNCI), chamou a atenção para o fato de que a atual matriz de consumo, utiliza mais energia do que o planeta consegue produzir ou reciclar. Na liderança deste modelo, os Estados Unidos. Já os camponeses possuem uma sabedoria ancestral: "Temos todo um antecedente de gerações e gerações de produção de alimentos em conformidade com a natureza", ressaltou Diego.

Os povos latinoamericanos e o bem viver

A Assembleia dos Movimentos Sociais, realizada no último dia do Fórum, reforçou as ideias debatidas nos quatro dias do evento e uniu vozes em sua declaração final ao considerar que nossa América está caminhando apesar das tentativas do imperialismo de barrar os governos populares da América Latina. A assembleia reforçou a idéia do bem viver e da preservação da Mãe Terra e de suas riquezas naturais. "Temos que viver bem! E viver bem não é ter dinheiro. É garantir a soberania alimentar e assegurar a sobrevivência dos povos", disse um camponês boliviano sobre a luta pela preservação da Pachamama, que vai na contramão dos projetos do capital.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

"Nuestra América está em camino"

HERMÍNIO CANOVA*



Foto: Minga Informativa

Com aproximadamente 6.000 participantes, 550 atividades, centenas de organizações, entidades e movimentos sociais, o 4º Fórum Social das Américas aconteceu em Assunção (Paraguai), de 11 a 15 de agosto último. O Brasil ficou praticamente ausente deste Fórum. Poucos também foram os delegados da América Central. Chamou a atenção, a numerosa e colorida delegação dos bolivianos, todos orgulhosos do processo de mudança política e institucional que estão vivendo. Outro destaque foi a forte presença do Movimento Camponês latino-americano, com suas diferentes organizações e com suas propostas originais e radicais de Reforma Agrária, de controle dos territórios, da água e dos bosques. O Movimento fez fortes denúncias contra o agronegócio e os agrovenenos, e contra a ausência de políticas adequadas para as comunidades da terra.

1 **"LA MADRE TIERRA".** Logo na abertura do Fórum, a líder indígena guatemalteca Rigoberta Menchú deu o pontapé inicial ao tema com sua característica fala: "a salvação da humanidade é a salvação da Terra, por que é ela que nos dá a vida, o ar e a água". O novo conceito do "buen vivir/vivir bien" na terra, comporta uma nova ética baseada na vida comunitária, na solidariedade, na economia do essencial e do que é digno, no saber ancestral e na produção diversificada dos alimentos, afinal numa vida "em plenitude".

2 Terra, Territórios e Reforma Agrária. Os camponeses organizados exigem uma Reforma Agrária radical para recompor e proteger seus territórios. Presenciei uma tentativa, fracassada, de diálogo entre o governo do Paraguai e os movimentos campesinos mais organizados do país. É o impasse da Reforma Agrária, num país onde o narcotráfico e a máfia de grupos poderosos, como o dos plantadores de soja e o dos pecuaristas, controlam a maior parte das terras e determinam a política agrícola do país. A Pastoral Social e a Pastoral de la Tierra da Igreja do Paraguai, numa atividade com muitos participantes, apresentaram um documento sobre a Reforma Agrária, elaborado com a participação de várias comunidades campesinas, indígenas e chaquenhas (grupos de peões do Chaco).

3 Os temas e as intenções do Fórum. Os debates foram de alto nível. Analisou-se a situação do continente e os desafios que nascem dos processos de mudança que estão ocorrendo em vários países. Há ganhos, ameaças e esperanças. A integração regional dos povos latino-americanos já é um fato. A integração está caminhando, sobretudo, entre os países andinos, Na América Latina estão em curso mudanças civilizatórias e institucionais. Foi discutido amplamente, também, a disputa hegemônica entre o poder das ideias e dos conhecimentos diante da força dos grandes meios de comunicação. Preocupa a todos a militarização do continente; o Império está sempre atento ao Continente latino-americano *e impõe novas bases militares, tendo* como objetivo a dominação na região e o controle dos recursos naturais estratégicos.

4 Ameaças, alternativas e oportunidades nos processos de mudança que estão acontecendo na América Latina. Foi duramente criticado o golpe político de Honduras, como um grande perigo para os processos democráticos populares em curso em outros países do continente. A concentração do poder político-militar-agrário, as crises ambiental e energética, o saque por parte das empresas transnacionais dos recursos naturais, o acelerado processo de transformação tecnológica, o papel do conhecimento como instrumento de poder e de propriedade intelectual, são estas as grandes ameaças para os lentos processos de participação popular e de construção da soberania dos diferentes países.

5 Os Presidentes. Começou José Mujica, do Uruguai, favorável ao Mercosul: "De agora em diante, o mundo vai se dividir em blocos. Querendo-se ou não, esta é a globalização". Afirmou a possibilidade de cada país fazer seu próprio processo de mudança, porque não se tem um só modelo: "A liberdade não briga com a diversidade". Evo Morales, da Bolívia, destacou a importância de defender os direitos da Mãe Terra diante do capitalismo, e de recuperar a soberania: "Nunca tivemos superávit fiscal, sempre déficit; hoje temos crescimento econômico, reservas internacionais e estamos recuperando os recursos naturais. Os pobres no poder têm mudado a política". Foi Fernando Lugo, do Paraguai, que encerrou o Fórum: "A América Latina está caminhando rumo a um sonho, à soberania e à integração". Falou de novos tempos e de novos ventos, mas também de novos perigos, dentro e fora, para os novos processos democráticos de mudança no continente.

O continente latinoamericano vislumbra um horizonte de esperanças e de mudanças irreversíveis, em termos de soberania, integração e liberdade. "América Latina sempre de pé, nunca mais de joelhos!".

** Coordenação Nacional da CPT.*

MÁRTIRES

15 anos do Massacre de Corumbiara

CRISTIANE PASSOS*

Impunidade e violência ainda marcam o cenário agrário brasileiro. As vidas ceifadas no leito da terra mantêm forte a semente da luta por justiça, igualdade e dignidade.

Arquivo: CPT Nacional



Foto: combonianos



No dia 9 de agosto completaram-se 15 anos do massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995 na fazenda Santa Elina, município de Corumbiara, Rondônia. Nove sem terras tiveram suas vidas interrompidas pela ganância daqueles que, em detrimento ao direito à vida, querem apenas garantir o que consideram "seu sagrado direito" à propriedade. Um dos 440 conflitos ocorridos no ano de 1995, o caso da fazenda Santa Elina teve início no dia 14 de julho daquele ano, quando centenas de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra ocuparam uma pequena parte dos 20 mil hectares da fazenda. Rápida apenas nesses casos, a Justiça no dia 19 de julho expediu a liminar determinando a reintegração de posse. Um grupo de policiais chegou ao acampamento no mesmo dia, e acabou ferindo à bala um posseiro. Diante do iminente conflito, foi montada uma comissão de intermediação. Na madrugada do dia 9 de agosto, 194 policiais e um outro tanto de jagunços fortemente armados cercaram o acampamento e deram início ao massacre.

Naquele local, homens foram executados, mulheres foram usadas como escudo por polícias e jagunços, 355 pessoas foram presas e torturadas por mais de vinte e quatro horas, e o acampamento e os barracos foram incendiados com todos os pertences das famílias. Nove mortos. Entre eles a pequena Vanessa, de apenas sete anos. Cinquenta e cinco sem terras foram gravemente feridos. Há provas de que corpos foram queimados no local. Existem pessoas desaparecidas até hoje. Ninguém foi punido ou condenado por esse massacre. Ninguém foi punido ou condenado pela tortura, pelos ferimentos e pelas agressões.

25 anos do martírio de padre Ezequiel Ramin

Uma das figuras que mais marcaram o grupo comboniano no Brasil foi a do Pe. Ezequiel Ramin. Italiano de origem, veio ao Brasil em 1984. Depois de uma rápida introdução à língua e aos costumes do país, foi para Rondônia. A situação era explosiva na região naquela época. Nova frente de colonização, as pessoas chegavam aos milhares. O que padre Ezequiel encontrou foi um mundo em plena agitação e empolgação. Em 1984, mais de 200 mil pessoas entraram no Estado.

Rondônia era uma imensa fronteira em desenvolvimento, onde grandes ambições e interesses estavam em jogo. Na luta pela terra, grupos poderosos disputavam cada palmo de chão, com a conivência do estado e de seus representantes. Falava-se, na época, de 16 mil famílias em fila de espera nas listas do Incra. Havia pelo menos 50 mil famílias sem-terra. Os conflitos aumentavam a cada dia em quase todos os municípios. Como no caso da fazenda Catuva, uma terra grilada a cerca de 100 quilômetros de Cacoal, a cidade onde Ezequiel morava. Diante das pressões e ameaças dos fazendeiros e jagunços, ele tomou posição. No dia 24 de julho de 1985 saiu de casa bem cedo, em companhia do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, para conversar com os colonos ameaçados de despejo. No caminho de volta, foi crivado de balas. Foi o fim trágico de um idealista. Tinha só 33 anos e pouco mais de um ano de Brasil.

"É melhor morrer na luta do que morrer de fome"

Com esta frase, Margarida Maria Alves fez seu último discurso antes de ser morta. Paraibana, de Alagoa Grande, foi eleita presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de sua cidade, em 1973. Foi a primeira mulher a ocupar um cargo destes no Estado. Durante 12 anos à frente do sindicato, foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região da Paraíba.

Margarida lutava pela defesa dos direitos do homem do campo. Com o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, os latifundiários intensificaram a violência. No dia 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, e na frente do filho e do marido, Margarida foi assassinada na porta



de sua casa com um tiro de espingarda calibre 12 no rosto. O tiro foi disparado por um homem encapuzado que fugiu. Na época de sua morte, Margarida movia 72 ações trabalhistas contra fazendeiros. Os mandantes faziam parte do "Grupo da Várzea", composto por 60 fazendeiros, 3 deputados e 50 prefeitos. Ninguém foi preso. A sua luta continua sendo referência, e o dia 12 de agosto se tornou o "Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária".

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

REFLEXÕES BÍBLICAS

Conhecer quem é nosso Deus é descobrir nossa própria identidade

ALESSANDRO GALLAZZI*

No número anterior vimos que é no conflito que Deus revela seu nome. Abraão o conhecia como Deus, nome comum a todos os deuses, mas no conflito com o Faraó, na luta pela liberdade é que vai ser revelado o nome Javé. E o lugar do encontro com Deus, não é mais a árvore, o poço, mas a terra. "Não te aproximes. A terra que pisas é terra santa", falou Javé a Moisés. Acompanhemos aqui as reflexões de Sandro que nos mostram quem é este nosso Deus.

A . O Deus dos hebreus

"Eu sou o Deus de Abraão, de Isaac, de Jacó". É a primeira coisa que Deus diz a Moisés. Só que agora a compreensão é muito maior. Deus não se contenta mais em acompanhar os passos de uma só família, de um só clã: Ele escuta, vê e conhece tudo o que passa com os que gritam sob a escravidão. O Deus de Abraão passa a ser compreendido como Deus dos pobres, dos oprimidos, dos que choram, dos hebreus, dos marginalizados e excluídos.

B. O Deus que desce

"Desci para libertar". Javé em hebraico que dizer "o que está aqui", "o que desceu". É que nosso Deus é o Deus dos escravos, não o Deus dos escravizadores; o Deus dos oprimidos, não o Deus dos opressores; o Deus dos que gritam e não o Deus dos que fazem gritar. E não é somente o Deus dos oprimidos, mas o Deus que quer libertar. Então, necessariamente, é o Deus que entra em conflito ao lado dos oprimidos, dos escravizados, dos que gritam sob a escravidão.

Ainda agora, quando o conflito se dá com um sistema que gera milhões de excluídos e famintos, nós temos a certeza de que nosso Deus é o Deus do campo, o Deus do produtor, o Deus do trabalhador que busca justiça e vida. A partir desta certeza os profetas que foram os guardiães mais fiéis desta memória, vão dizer que cada vez que o palácio, o quartel, o templo ou o armazém intentam trazer Deus para seu lado vai ser idolatria. Idolatria não é tanto a atitude do pagão que não conhece a nosso Deus e o chama com outro nome, mas sim é o pecado dos que dizem que Deus está legitimando o sistema. Isso é idolatria.



Ilustração: Cerezo Barredo

Podemos usar o nome de On ou o nome de Baal e até o nome de Javé, como o fizeram Salomão e outros reis. Os profetas não vão permitir que se diga que Deus legitima o poderoso que oprime. "Não tomarás meu nome para coisas vãs. Eu não vou deixar sem castigo quem use meu nome em vão". Para os profetas, idolatria é usar a Deus para legitimar a situação de opressão.

C. O Deus que envia

O Deus de Javé é um Deus que envia: "Vai tu ao Faraó e diz a ele que deixe sair meu povo". Dizer que Deus não desceu, mas que ficou no alto justificando a opressão é idolatria. Mas, não acreditar que Deus nos envia, é magia. Magia é o pecado do povo. Magia é esperar que Deus resolva nossos problemas de maneira milagrosa, agindo em troca de ritos que possamos fazer. O mesmo Deus que desce é o que envia. Podemos dizer que o Deus que desce é Moisés que vai. Somente esta união misteriosa possibilita o processo de libertação. Esta é a novidade profética que condensa a memória histórica de quatrocentos anos de luta popular. Eles não deixam que os poderosos usem e manipulem a Deus para sua legitimação. Eles anunciam com clareza que nosso Deus é o Deus da vida, é o Deus que desce ao lado dos pobres para libertá-los, mas não o faz de maneira mágica, milagrosamente, mas dizendo: "Vai, eu te envio".

A partir deste momento, as palavras bíblicas que mais se vão escutar são: "Eu estou contigo", "não tenhas medo": são as duas palavras que necessitam escutar os que enfrentam o conflito.

Jesus, mais tarde, dará três nomes a estas três ações de Deus:

Ao Deus dos pobres, Jesus o chama Pai nosso.

Ao Deus que desce para libertar, o chama Filho muito amado.

Ao Deus que envia, Jesus o chama Espírito Santo. "Como o Pai me enviou, eu os envio a vocês, recebam o Espírito Santo".

E, se a Bíblia promete castigo a quem toma em vão, idolatricamente, o nome de Deus, Jesus diz que todos os pecados serão perdoados, menos um: o pecado contra o Espírito Santo. Esse nunca terá perdão. O pecado contra o Espírito Santo é dizer: "Eu não vou".

Conhecer o rosto de Deus é descobrir nossa própria identidade. Nós somos os enviados a nossos faraós com a missão de libertar nosso povo.

* Agente da CPT Amapá

MEMÓRIA

Na Casa do Pai

ANTONIO CANUTO*

Em poucos meses a CPT perde três companheiras de luta, agentes da CPT de longa data.

Inez

Arquivo: CPT Nacional



Primeiro foi Inez. Inez Ethne Gontijo Neiva. Desde 1987 na Secretaria Nacional da CPT, primeiro na comunicação e depois na documentação. No dia 27 de março seu corpo não resistiu ao câncer detectado em julho do ano passado. Sempre fiel, com seu jeito simples, calado e discreto, ajudou a construir a história da CPT. Indignava-se diante da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo e vibrava com suas conquistas.

Marilene

No dia 01 de agosto foi Marilene de Jesus Cardoso Matos quem partiu. Agente desde a primeira hora da CPT na Diocese da Lapa, BA, há 35 anos atrás. Ruben Siqueira nos brindou um belo texto sobre ela.

Foto: CPT Bahia



"Na celebração de despedida de Marilene, além dos familiares, gente de longe e gente de perto, de todas as cores, vários credos, graus de instrução, a diversidade dos movimentos sociais, organizações populares do campo e da cidade eram expressão de 53 anos de vida e uns 35 de militância popular, pastoral, eclesial. Marilene marcou com amor feito firmeza e carinho a vida de muita gente, dos camponeses em especial, do movimento popular, da Igreja, da CPT.

Os últimos tempos de Marilene foram de uma intensidade reveladora: de um espírito inquebrantável, ela não teve um corpo que, ainda sendo forte, sustentasse tanto destemor – a revolta das células de um câncer tão violento quanto inadmissível a matou em três meses. As agruras familiares, o assassinato do esposo Afonso, a prisão arbitrária, as dificuldades em conciliar o estudo e o trabalho, as incertezas da luta popular na atual quadra... tudo isso junto e em pouco tempo, foi um coquetel da vida duro de engolir até para uma Marilene.

Mulher, negra, pobre, urbana, filha de pais lavradores de terra alheia, acostumou-se a dar de graça o suor e desde cedo, nas CEB's, na PJMP, na CPT, pôs-se a suar na luta do povo, no caminho do Reino, na Romaria para a Terra Prometida. Forjada na adversidade, aprendeu na contracorrente a ser libertária. Jamais se dobrou ou contemporizou com os poderes, nem os opressores, nem os falsamente libertadores."

Trindade

Com 50 anos de idade, advogada, ligada à Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - Renap, agente da CPT do Regional Araguaia-Tocantins desde 1982 - primeiro na Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e desde 1999 em Araguaína (TO) – Maria Trindade Gomes Ferreira nos deixou no dia 25 de agosto, também fulminada por um câncer. Nos últimos anos Trindade estava se

Foto: CPT Araguaia-Tocantins



dedicando à luta das comunidades atingidas pela Barragem de Estreito, como também na defesa de várias famílias de posseiros, ameaçadas de despejo pelos grileiros de terras e produtores de soja no norte do Tocantins. "Mesmo doente não se deixou abater, sempre sorridente nos animava e queria saber como andavam os grupos acompanhados pela CPT", nos informou o regional. Dela, disse Noaldo Meireles, da RENAP e advogado da CPT Paraíba: "Vamos plantar a Trindade no solo do Tocantins, palco de suas lutas! E vamos plantá-la também em nossas mentes e corações para que nunca a esqueçamos". Roberto Rainha, da Renap São Paulo, disse que Trindade, "Foi escolhida, nomeada e convocada para compor a bancada de cima, onde se soma a tantos outros ilustres e inesquecíveis colegas que para lá se foram."

Ana Maria, da CPT Amapá, junta a lembrança de Trindade e Marilene, à do pequeno Kauã, filho de Maria dos Anjos, até recentemente da coordenação do regional Araguaia-Tocantins, que faleceu com menos de um mês de idade. diz ela. "Silêncio e oração".

Mesmo no tumulto dos dias que antecedem o Grito e o Plebiscito.

Militância e afeto

Saudade que faz renovar os compromissos...

O coração ainda a meditar sobre a Páscoa de Marilene,

chega a notícia de mais duas Páscoas.

Dolorosas e duras, como pedras.

E nós aqui a empurrar, como as mulheres, na madrugada de domingo, estas pedras.

Conscientes da Luz, certos da Vida, embaçados de lágrimas e dobrados de dor..."

Luciano Bernardi, da CPT Bahia, qualifica Marilene e Trindade como "autênticas missionárias da CPT, a serviço dos pobres e de suas causas, frutos de uma temporada de igreja e de sociedade onde elas firmaram, 'no sangue, na raça com fidelidade', a fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra."

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

EXPERIÊNCIA

A CPT da Prelazia de Lábrea: 26 anos de luta e compromisso

PADRE FERNANDO REDONDO PAVÓN*

"Respondendo ao clamor que vêm dos rios, campos e florestas".

Foto: CPT Amazonas



Desde que a CPT foi criada na Prelazia de Lábrea por decisão de uma Assembleia diocesana no ano de 1984, não parou de defender a vida ameaçada nesta região sul do estado do Amazonas, estando sempre ao lado dos ribeirinhos, agricultores, pescadores e outras populações tradicionais que povoam a região.

Atualmente a CPT da Prelazia de Lábrea está formada por quatro equipes, uma em cada um dos quatro municípios que formam a Prelazia (Tapauá, Canutama, Lábrea e Pauini), com um total de seis agentes liberados e quatorze voluntários, e mais um coordenador da área.

Os desafios que enfrentamos são muitos. Lábrea se encontra no Sul do Estado do Amazonas, no chamado arco de fogo da grilagem e do desmatamento. Muito do trabalho realizado pelas nossas equipes nos últimos anos foi precisamente lutar junto a outras entidades da região para impedir o avanço da grilagem, do desmatamento e do agronegócio, que ameaça a sobrevivência das populações tradicionais da região (ribeirinhos, indígenas, extrativistas, pescadores). Uma das bandeiras de luta para tentar frear toda esta invasão depredadora, foi o apoio incondicional às comunidades ribeirinhas do Médio Purus e do rio Ituxi, para que o Governo Federal decretasse a criação de duas Reservas Extrativistas.

Foram muitos os dias passados pelos agentes da CPT navegando pelo rio Purus e Ituxi, de barco e de "voadeira", enfrentando o calor e a chuva, indo ao encontro das comunidades ribeirinhas, levando formação e informação aos membros das comunidades, sobre os benefícios que a criação das Resex traria para toda a população. Também dedicamos muito tempo na organização e articulação social das comunidades, ajudando-as a criar associações comunitárias. Não foi fácil este trabalho, pois ao mesmo tempo em que nós levávamos essa formação e conscientização às comunidades, os políticos locais junto aos descendentes dos velhos "coronéis de barranco", antigos proprietários de seringais e castanhais, que sempre exploraram estas populações, vendo ameaçado seu poder econômico com a criação das Resex, faziam suas visitas às mesmas comunidades desacreditando o nosso trabalho, comprando o povo e fazendo a cabeça deles para que desistissem da luta em favor da criação das Resex.

Pelo fato de serem enormes as distâncias na nossa região, só em Lábrea para chegar até a última comunidade do município temos que navegar quatro dias de barco sem parar, cada visita das equipes às comunidades varia entre dez a quinze dias navegando pelos rios, sem voltar para casa.

Além de todo este trabalho em favor da criação das Resex, a CPT de Lábrea está fazendo um trabalho na área de preservação de lagos e tabuleiros, impedindo a pesca predatória e a caça indiscriminada de quelônios (tracajá, tartaruga, entre outros) por parte de pescadores vindos de fora do município. Para a realização deste trabalho de preservação, a CPT, em parceria com o IBAMA, formou e acompanha mais de 50 Agentes Ambientais Voluntários, que em suas respectivas comunidades realizam um trabalho de monitoramento das áreas preservadas. A preservação de lagos e tabuleiros (praia de rio onde os quelônios se criam) é fundamental para garantir a alimentação destas populações ribeirinhas, pois a mata, os lagos e rios são o "supermercado" natural destas comunidades.

Na época do verão, em todas as comunidades ribeirinhas se cultiva o chamado feijão de praia, quando os rios baixam e deixam nas suas margens grandes praias adubadas de maneira natural com os nutrientes que deixam as águas durante o inverno. Este feijão além de ser, junto com a farinha de mandioca, alimento básico da população, é também uma fonte de renda para a precária economia destas comunidades. Normalmente quem compra este feijão são os atravessadores (comerciantes fluviais ou regatões, como se costumam chamar por estas terras). Estes comerciantes compram o feijão através do sistema de troca com mercadorias que trazem da cidade. Normalmente compram a um preço muito baixo, que não compensa o trabalho dos agricultores. Por isso, uma das iniciativas da CPT foi entrar em contato com a CONAB, para que estas comunidades se pudessem beneficiar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e assim vender o feijão a um preço mais justo.

Todo os anos, em cada um dos quatro municípios, se celebra a Romaria da Terra e das Águas, onde, em um ambiente de oração, festa e amizade, agradecemos a Deus pelo dom desta maravilhosa natureza que nos rodeia, celebramos as conquistas que vamos conseguindo em favor de uma vida mais digna e reivindicamos das autoridades competentes, maior respeito e atenção aos direitos das comunidades na área das políticas publicas, saúde, educação e outras. No ano de 2008, quando as Resex foram decretadas, celebramos esta vitória em nossa Romaria, com o lema "Resex Médio Purus e Ituxi, uma escolha pela vida". Neste mesmo ano de 2008, no município de Canutama, foi celebrada a Romaria com o lema: "Terra e Água fonte de vida, direito de todos".

Já no ano passado, quando celebramos em toda a Prelazia os 25 anos de criação da CPT, o tema comum das romarias foi: "CPT Lábrea, 25 anos de luta e compromisso: respondendo ao clamor que vêm dos rios, campos e florestas".

** Coordenador da CPT na Prelazia de Lábrea (AM)*

CULTURA

Foto: João Zinclar



AMAZÔNIA

Amazônia pede socorro
Contra as investidas dos tubarões
As nossas terras não estão à venda
Nem a floresta foi a leilão.

Ninguém se iluda com as promessas
Que o progresso só vai melhor
Diga à soja, não queremos ela
Nem madeireiras pra nos explorar.

Nós defendemos o peixe-boi
As cachoeiras e os animais
O verde que na Amazônia nós vemos
Lá no sul não se vê mais

Vivemos bem sem suas ganâncias
Respeite a vida e nossa tradição
Com a ajuda de nossas organizações
Essas grilagens acabarão

ÝXÉ INDE ANDEPÁ PURACY
TEM A SASA ARAMEM TUPANA

(Vamos lutar esse é o nosso lugar
Junto ao nosso Deus Tupã)

Cacique Odair Borari
(durante o III Congresso Nacional da CPT)

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Impresso Especial
0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO VIA AÉREA

CPT 30 anos

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra | julho a setembro de 2008 | Ano 33 – Nº 193

Romarias: do clamor divino ao grito por Justiça

pág. 08 e 09

Foto: CPT Bahia



CPT realiza primeira etapa de Curso de Formação.

pág. 7

Avança criminalização de movimentos sociais e suas lideranças

pág. 15

EDITORIAL

Olhos no horizonte, pés no chão

Vivemos tempo de Romaria. Com passos firmes, olhar fixo no horizonte, multidões caminham decididamente. O caminho que trilham é cheio de perigos e de emboscadas. Porém, nada impede a caminhada, porque há uma certeza de que o Senhor, o Deus dos pobres, as acompanha. Com os Ra e um novo Céu. O seu testemunho sustenta e anima os caminhantes.

O que buscam estas Romarias? Afirmar que a terra e a água são presentes de Deus. Por isso devem ser respeitadas, protegidas, amadas. Mas como acabaram aprisionadas e privatizadas, como o que era de todos se tornou direito e propriedade de poucos, as romarias buscam resgatar o valor original da Criação e o direito de todos ao acesso aos bens criados.

É este o panorama desta edição do Pastoral da Terra. O povo em Romaria celebra a vida, a terra, a água, a floresta, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas, como as emboscadas são muitas, os que têm a coragem profética de proclamar a supremacia da pessoa humana acabam proibidos, ameaçados, silenciados. As mineradoras e o agronegócio estão alertas, o que se opõe aos seus interesses tem que ser afastado. O MST deve ser dissolvido. Trabalhadores e os que os apóiam são condenados. Os interesses do grande capital, porém, são preservados e garantidos. E, como o capital tem o controle dos meios de comunicação, estes acabam fazendo a cabeça do povo, como mostra a pesquisa do Ibope sobre os movimentos.

Por outra parte, os homens e as mulheres do campo também estão atentos e atuantes. É só ver a Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina, as comemorações do dia da Trabalhadora Rural e da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, a realização da reunião de Cúpula dos Povos, "Cumbre de los Pueblos" de Nuestra América, paralela à Reunião de Cúpula dos Presidentes, em Lima, no Peru, e a Conferência "Terra Preta", paralela à Conferência da FAO, sobre a crise alimentar, as mudanças climáticas e a soberania alimentar, em Roma.

A atuação do povo do campo não para aí. Busca alternativas e a produção ecológica, como acontece no Projeto Terra Sem Males, em Rondônia. E celebra as conquistas como na Festa da Cultura Popular Camponesa, no Espírito Santo. Tudo isto fez a Igreja da África do Sul vir buscar inspiração aqui no trabalho que a CPT realiza.

Quando fechávamos esta edição recebemos a notícia da morte do Pe. **Cláudio Perani, presente na fundação** e consolidação da CPT. Uma vida consagrada à luta por justiça e direitos. Como disse Dom Tomás Balduino, a CPT e CIMI são o que são hoje graças "à luminosa contribuição intelectual, moral e espiritual deste Irmão".

Boa Leitura.

PUBLICAÇÕES

Livro aborda migração de trabalhadores para canaviais paulistas

Foto: Migrações no Maranhão Contemporâneo



A CPT Maranhão em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) lança a publicação "Migrações no Maranhão Contemporâneo – Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo" (São Luis, 2008). A obra, organizada por Marcelo Sampaio Carneiro e Flávia de Almeida Moura, busca revelar de forma didática e clara as dificuldades enfrentadas por trabalhadores que deixam uma vida oportunidades nos canaviais paulistas. A primeira parte da pesquisa foi desenvolvida no ano de 2005, nos municípios maranhenses de Timbiras e Codó. No primeiro, somente no período da safra de 2005/2006, 6 mil trabalhadores migraram para o Sudeste do país.

Agente da CPT lança livro de poesias

Foto: Terra&Flor



Inspirado pelas belezas da natureza, pela amizade, o amor e pela incessante luta do camponês, o agente da CPT Airton dos Reis Pereira lançou o livro de poesias "Terra & Flor" (Marabá, 2008). Dividida em quatro partes, a obra relata as lembranças do autor sobre sua infância, seus amigos e amores. Os poemas falam ainda sobre as dificuldades da vida do trabalhador do campo que, apesar de tudo, não perde a esperança de realizar seus sonhos. O autor, um camponês goiano que migrou para o Pará, tem uma ligação forte com a natureza e, por isso, faz das terras, águas e matas seu enfoque principal.

ERRATA:

A foto que ilustra o artigo "As mulheres e a soberania alimentar", na página 3 da edição de abril a junho do Pastoral da Terra, não é de autoria do Frei Gilvander como foi colocado, e sim de Marília Gaia, do MST de Minas Gerais.

PASTORAL DA CPT 30 TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Xavier Gilles
Vice-presidente
Dom Roque Paloschi
Coordenadores Nacionais
José Batista Afonso
Juvenal José da Rocha
Lutimere Leão
Ir. Maria Madalena dos Santos
Padre Hermínio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Marília Almeida - estagiária
Rede de comunicadores da CPT
Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)
Diagramação
Vivaldo 9672-9302 e Causiran 8134-2801
Impressão
Gráfica América (62) 3253-1307

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst
Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo
Fundação Eugen Lutter
MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.
Informações canuto@cptnacional.org.br

ARTIGO

Dia do trabalhador rural e da mulher negra latino-americana e caribenha

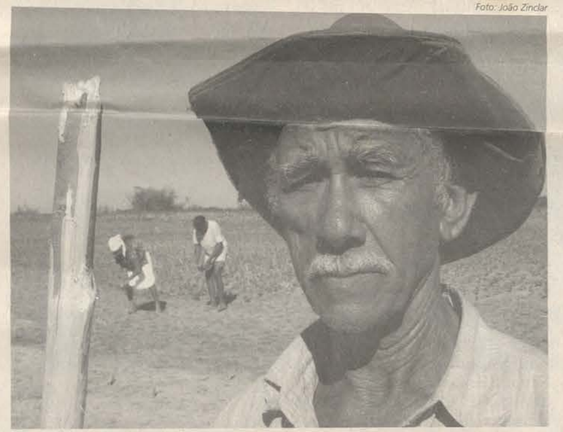
CRISTIANE PASSOS*

No dia 25 de julho, os movimentos e entidades sociais comemoram duas datas importantes para o campo e para as mulheres da nossa América Latina. É o dia Nacional do Trabalhador e da Trabalhadora Rural e o dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Datas importantes essas para se festejar, mas, mais ainda, para se refletir sobre as derrotas e as violências praticadas contra esses dois segmentos sociais.

O Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural é resultado de uma discussão entre os movimentos e organizações sociais populares do campo. Houve a tentativa de impor uma data, o 25 de maio, para homenagear um grande fazendeiro e deputado gaúcho. Os trabalhadores (as) não aceitaram, pois este deputado não tinha nenhuma importância para a luta dos trabalhadores (as). Já era de costume no Sul do Brasil os lavradores celebrarem, no dia 25 de julho, a chegada dos primeiros colonos que vieram da Europa no século XIX. A partir de 1975, já se vê festejado o 25 de julho em Goiás e em outros estados, como o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural. Esta data tem sentido por incorporar a luta dos sem terra, a luta na terra e pela terra. É uma data para lembrar as conquistas, mas, sobretudo para refletir sobre os desafios e os sonhos, na busca da construção de um mundo melhor.

Já o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha foi instituído em julho de 1992, quando mulheres negras de vários países participaram do 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, em Santo Domingo, na República Dominicana. O último dia do evento, 25 de julho, foi escolhido para marcar o "Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe". Nesta se celebra e se reflete sobre o papel das mulheres negras nestes continentes.

Foto: João Zinclar



As comemorações de hoje dão lugar à reflexão e ao questionamento do que foi feito até o momento com os trabalhadores e trabalhadoras rurais e com as mulheres negras latino-americanas? Ações públicas e gestões administrativas foram construídas pensando em sanar as dívidas históricas que tanto o Brasil quanto a América Latina tem com eles? A sociedade conseguiu romper o fosso histórico do racismo e do sexismo?

O que vemos é que a violência no campo contra os trabalhadores e trabalhadoras se mantém pela impunidade. As mulheres negras além do racismo, ainda enfrentam o sexismo presente em inúmeras situações cotidianas que, comumente, se desdobram em diversas moda- defensores dos direitos humanos e sociais, são constantemente ligados à imagem de bandidos e terroristas. Mas por acreditar que "na luta do povo ninguém se cansa", os trabalhadores e trabalhadoras do campo e as mulheres negras se mantêm firmes na luta para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Festejar as conquistas e a resistência é também propor ações que ajudem a superar o racismo, o sexismo, a exploração dos trabalhadores e tantas outras mazelas que ainda atingem o povo latino-americano.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

Foto: João Zinclar



Indígenas divulgam campanha na Europa

Foto: CIMI



Os indígenas Jacir José de Souza Macuxi e Pierlangela Nascimento da Cunha Wapichana, em nome dos indígenas da terra Raposa Serra do Sol (RR), foram à Europa no mês de junho [illegible] viagem eles foram recebidos por autoridades políticas, organizações civis e entidades que defendem os direitos humanos na Espanha, Inglaterra, Bélgica, França, Itália, Portugal e o Vaticano, onde receberam o apoio do Papa Bento XVI. Segundo Jacir e Pierlangela, foi possível sentir que a comunidade internacional se solidariza com a causa indígena e repudia os atos violentos cometidos contra os índios de Raposa Serra do Sol.

Senado aprova MP que favorece grilagem na Amazônia

O Senado aprovou, no dia 9 de julho, a Medida Provisória 422, que aumenta a área da Amazônia Legal que pode ser concedida pela União para uso rural, dispensando a necessidade de licitação. O limite, que antes era de 500 hectares, agora passou para 1.500. Para a ex-ministra do Meio Ambiente e atual senadora, Marina Silva (PT-AC), "essa medida vai significar um processo de privatização de terras, de legalização de áreas que foram ilegalmente griladas e com graves prejuízos para o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia". A MP 422 foi assinada pelo presidente Lula em março deste ano, a pedido do líder do governo no Senado e principal defensor da medida, Romero Jucá (PMDB-RR). Em maio, poucas horas após o pedido de demissão de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente, a medida foi aprovada pela Câmara de Deputados. O governo alega que a mudança irá beneficiar pequenos proprietários. "Era só o que faltava: a grilagem de terras na Amazônia agora virou lei", afirmou Paulo Adario, diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace.

Fique Informado

Balanço mostra o número de trabalhadores libertados do trabalho escravo no primeiro semestre

Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio de fiscalização do governo federal libertou 2.269 trabalhadores de condições análogas à escravidão nos seis primeiros meses deste ano. Com isso, o número de trabalhadores libertados desde 1995 chegou a 30.036. De acordo com o balanço da pasta, 96 fazendas foram fiscalizadas em 54 operações de janeiro a junho de 2008. As equipes de fiscalização vasculharam propriedades rurais distribuídas em 14 estados do País. Segundo Frei Plassat, coordenador da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da CPT a fiscalização ainda não alcança a quantidade de denúncias recebidas. "Houve 47 fazendas denunciadas no Pará e apenas 26 foram fiscalizadas", salientou ele. Xavier denuncia ainda que "gatos" (aliciadores de mão-de-obra) e fazendeiros têm utilizado "operações relâmpago" - sem melhorias significativas de condições de trabalho, mas com menos gente e sem causar muito alarde - para tentar burlar a fiscalização.

Dom Cappio receberá prêmio da Pax Christi International

Foto: João Zinclar



Dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA), foi escolhido para receber o Prêmio pela Paz da Pax Christi Internacional 2008 (2008 Pax Christi International Peace Award). A homenagem se deve ao seu trabalho corajoso e profético para salvar o rio São Francisco e defender as comunidades que dependem dele. A entrega do prêmio acontecerá no Brasil a pedido da Pax Christi com o objetivo de facilitar a presença dos que lutaram ao lado de Dom Cristi e um movimento católico internacional formado por diversas organizações e entidades, entre elas a CPT.

Assentados inauguram fábrica de derivados da cana

As famílias do Assentamento Che Guevara, em Campos do Goytacazes (RJ), organizadas em cooperativa, inauguraram, no dia 19 de julho, sua Fábrica de Derivados da Cana. Ela irá produzir açúcar mascavo, melado, cachaça artesanal, rapadura e álcool para uso comunitário. As 22 famílias do assentamento tiveram o apoio da CPT ES/RJ, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e da Cese – Bahia. A inauguração da fábrica fez parte das comemorações do dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural, celebrado no dia 25 de julho.

Ação contra trabalho escravo é premiada

A CPT e a Repórter Brasil receberão o prêmio Harriet Tubman Community Award, edição de 2008 da premiação "The Freedom Awards", que homenageia esforços realizados contra o trabalho escravo. A CPT, com seu trabalho junto às comunidades no meio rural, e a Repórter Brasil, que realiza um jornalismo investigativo e social, há anos trabalham para que os próprios prejudicados pela escravidão se conscientizem e se tornem parte da solução deste problema. Um exemplo da ação conjunta da entidade e da organização é a campanha "Escravo, nem pensar!" que treinou mais de 1700 professores para discutir em sala de aula a questão do trabalho escravo. A premiação será realizada no dia 15 de setembro, em Los Angeles, Estados Unidos. O trabalho da CPT também será premiado pela organização internacional de direitos humanos Witness devido ao vídeo "Aprisionados por Promessas". O filme, que é uma co-produção da Witness, da CPT e do Centro pela Justiça e Lei Internacional, conta a história de trabalhadores escravizados no interior do Brasil. A premiação acontecerá em novembro deste ano.

Pe. Cláudio Perani falece aos 75 anos

Foto: Arquivo Pessoal



Faleceu, na madrugada do dia 8 de agosto, em Manaus (AM), o padre Cláudio Perani, vítima de um tumor. Ele estava prestes a completar 76 anos de idade. Sua vida consagrada à luta por justiça e direitos abriu fronteiras importantes na luta social. Participou do nascimento e consolidação da CPT, fundou e coordenou o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em Salvador (BA), e mais recentemente coordenou o Serviço de Ação e Reflexão Social (Sares), em Manaus (AM). Com o sociólogo José de Souza Martins, escreveu o livro "Sonhos e Desejos de Lavrados: Desafios para a CPT". Segundo Dom Tomás Balduíno, conselheiro permanente da CPT, a Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) "são hoje o que são em grande parte devido à luminosa contribuição intelectual, moral e espiritual deste Irmão".

INTERCÂMBIO

Delegação da África do Sul visita CPT

Delegação sul africana veio ao Brasil para se inteirar do trabalho da Comissão Pastoral da Terra, com o objetivo de conhecer a luta pela reforma agrária, apoiada pelas entidades ligadas à Igreja Católica no Brasil.

CRISTIANE PASSOS*

Foto: Cristiane Passos



A Comissão Pastoral da Terra recebeu em Goiânia (GO), no dia 22 de julho, uma delegação da África do Sul, composta de cinco pessoas: o bispo presidente da Comissão Justiça e Paz da Conferência Sul-Africana, dom Barry Wooal; Dacon Linder, da Secretaria de Gênero e Justiça Ambiental; Philani Mlchize, coordenador da iniciativa de Reforma Agrária; a representante dos jovens da diocese de Maniannhim, Phindile Mqwambi e o representante da ONG Chard Land, Graham Philpott. O grupo foi acompanhado pelo consultor de Misereor para o Desenvolvimento Agrário Internacional, Erwin Geuder-Jilg.

O grupo pôde conhecer a história e os trabalhos da CPT, em reunião com integrantes da coordenação nacional na visita à sua sede e outros contatos com trabalhos de base nas Dioceses de Rui Barbosa e Bom Jesus da Lapa, onde visitaram áreas de quilombolas. Eles puderam, também, conversar com agentes da CPT de vários Estados do país, que estavam reunidos em Goiânia participando do Curso de Especialização em Educação e Diversidade Camponesa, promovido pela Pastoral da Terra em parceria com a Universidade Federal de Goiás. No dia 24 de julho, a delegação foi até a cidade de Goiás visitar alguns acampamentos e assentamentos assistidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela CPT. No dia 25 retornaram para a África.

A visita da delegação, que passou também por São Paulo e Brasília, teve por objetivo conhecer as experiências das organizações ligadas à Igreja Católica no Brasil, no acompanhamento de famílias que lutam pelo acesso à terra. Neste momento, 14 anos após o fim do apartheid, o processo da reforma agrária na África do Sul não está avançando e onde avança não tem impactos positivos no sentido de reduzir a pobreza e progredir para uma sociedade mais justa. Ao mesmo tempo, os trabalhadores em fazendas comerciais seguem em situações precárias e sofrem expulsões violentas. Sendo assim, com essa visita o grupo quis entender o marco pastoral e a prática da CPT no Brasil, analisar o papel da CPT na história do MST e discutir as bases teológicas da Pastoral da Terra, para, com isso, organizar melhor o trabalho da igreja sul-africana no seu contexto atual.

Delegação se reúne com secretário geral da CNBB

O secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Dimas Lara Barbosa, recebeu no dia 21 de julho a delegação sul-africana. Na reunião, que durou cerca de duas horas, dom Barry, expôs a realidade da África do Sul e da Igreja Católica naquele país. A delegação quis ouvir a experiência da CNBB em relação à CPT e à atuação da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP). Além de dom Dimas, participaram da reunião o bispo de São José dos Pinhais (PR), dom Ladislau Biernaski, ex vice-presidente da CPT; o secretário executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), Carlos Moura; o assessor da CBJP, Gilberto Cardoso Sousa, e a assessora da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Irmã Delci Franzen.

O secretário da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa, explicou como nasceu o apoio da Igreja às causas sociais. "Durante a ditadura militar, a Igreja foi a principal voz dos que não tinham voz no Brasil. Nesse tempo, vários movimentos sociais nasceram com o apoio e, às vezes, com a iniciativa da Igreja", disse. Ele lembrou, por exemplo, o Movimento de Educação de Base (MEB) e destacou o papel importante das CEBs nesse período.

O secretário executivo da CBJP, Carlos Moura, recordou que a Igreja incentivou muito, antes mesmo do Golpe Militar, a organização dos camponeses. "Antes do Golpe de 1964, a Igreja já trabalhava no meio rural. Além do MEB, existiu o Serviço de Assistência Rural, liderado pelo cardeal Eugênio Sales, em Natal, no Nordeste", esclareceu. "Nesse tempo, os camponeses não estavam organizados. Por força do trabalho da Igreja, através da Juventude Agrária Católica (JAC), é que se ajudou a organização dos camponeses", destacou.

A Irmã Delci Franzen lembrou que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu nos anos de 1970 "como um serviço da Igreja, especialmente na região da Amazônia, para ajudar a resolver conflitos de terra entre posseiros, população indígena e os grandes proprietários de terra". "A base teológica da luta pela terra é que a terra é dom de Deus para todos e não para alguns", observou dom Ladislau Biernaski.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. Matéria feita, também, com informações da Assessoria de Imprensa da CNBB.*

NUESTRA AMÉRICA

CLOC e Via Campesina na "Cumbre de los Pueblos"

De 13 a 16 de maio, movimentos sociais se reuniram em Lima, no Perú, para discutir a crise dos alimentos e a soberania alimentar

NATÁLIA PAULINO* E ROCIO ALORDA**

A capital do Peru, Lima, foi palco de grandes encontros. De um lado, Reunião de Cúpula ou "la Cumbre" dos Presidentes negociava uma maior abertura do comércio, fundada principalmente nos pilares da agroexportação de países reconhecidos como potenciais para tal atividade. Do outro lado, na mesma capital, outra "Cumbre": a "Cúpula Social dos Povos/ Articulando Alternativas III" (Cumbre de los Pueblos / Enlazando Alternativas III), espaço de articulação de propostas para a mudança política, econômica, cultural e social, em que as comunidades camponesas, indígenas, afrodescendentes e de trabalhadores assalariados foram os verdadeiros protagonistas.

Foto: Wilwer Vilca Q. / Conacami / Minga Informativa



Foi no espírito de mudanças para nosso povo que mais uma vez a Via Campesina e a Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) estiveram presentes nesse espaço, onde houve uma grande participação de movimentos camponeses e indígenas da Via Campesina da América Latina, que colocaram todos os seus esforços para debater temas como a Soberania Alimentar e a posição das mulheres frente a temas como os acordos de livre comércio que afetam diretamente os povos.

De fato, a destacada participação da CLOC e da Via Campesina se manifestou na realização dos seminários sobre a Soberania Alimentar e a Crise Alimentar que invadem alguns de nossos países. A sala foi pequena para tantos participantes das mais variadas organizações e nacionalidades que circulavam pela Cumbre. Nas mesas, participaram destacados pesquisadores da América Latina, como representantes de organizações e movimentos sociais, que demonstraram como homens e mulheres estão resistindo aos danos causados pelo sistema de produção moderno, que vem devastando os mercados internos e que hoje é um dos grandes culpados pela crise alimentar em que vivem os povos.

Durante a Cumbre, aproveitou-se também o espaço em Lima para fortalecer e unificar os movimentos da Via Campesina e da CLOC a partir de reuniões. A avaliação desta experiência foi de que apesar de não se ter mobilizado um bom número de companheiras e companheiros, desfrutamos uma boa inserção com as nossas mesas e nossa presença; principalmente no "Tenda das Mulheres" (Carpa de las Mujeres), debatendo, provocando idéias e chamando à unidade permanente dos povos.

Tribunal dos Povos

Nessa "Cumbre de los Pueblos" aconteceu também o Tribunal Permanente dos Povos que, em três dias, acompanhou diferentes casos sobre empresas transnacionais européias que afetam os povos da América Latina.

O Tribunal conheceu um total de 24 casos de empresas transnacionais pertecentes a 12 setores (mineração, petróleo, complexo florestal/madeireiro, sementes transgênicas) que operam nos países da América Latina e que têm, aparentemente, padrões de conduta similares quanto à forma de manejo, causando impresionantes efeitos negativos em diferentes áreas.

Diante dos casos expostos, o Tribunal resolveu "condenar moral e eticamente, e denunciar em nível mundial as condutas e práticas políticas, econômicas, financeiras, produtivas e jurídicas do modelo neoliberal, implementadas e permitidas pelos Estados e instituições da União Européia, com a mentira de promover o crescimento e desenvolvimento econômico para combater a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável; condenar moral e eticamente e denunciar no foro internacional as corporações multinacionais com capitais privados e estatais de origem européia, por graves, claras e persistentes violações aos princípios, normas, convênios e pactos internacionais que protegem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das comunidades, nações, famílias e pessoas dos povos latino-americanos e caribenhos". As decisões do Tribunal estão amplamente expostas no documento final publicado na pagina www.movimientos.org.

O ato final

O encerramento da "Cumbre de los Pueblos", em Lima, foi realizado com um ato político cultural no qual milhares de pessoas celebravam o ponto máximo deste encontro multicultural. Com músicas, gritos e muita alegria as delegações internacionais se despediram da Cumbre, atendendo ao chamado do Presidente da Bolívia, Evo Morales, de expandir as lutas e defender a soberania dos povos.

* Secretária Operativa da CLOC
** Jornalista da Asociacion Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)

CURSO

CPT realiza primeira etapa de seu curso de Formação

MARÍLIA ALMEIDA*

De 7 a 27 de julho, em Goiânia (GO), foi realizada a etapa inicial do Curso de Especialização em Educação e Diversidade Camponesa, que tem a chancela da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Durante 20 dias, 33 alunos – de nível superior e médio – estudaram temas relacionados à luta do homem do campo. As aulas – divididas nas temáticas História, Antropologia e Sociologia das Lutas Camponesas, além de Medotologia de Pesquisa – foram ministradas por Jadir Pessoa, Ruben Siqueira, Isidoro Revers, Davi Maciel, Cláudio Maia, Carolina Teles, Sérgio Sauer e José Adelso da Cruz. Segundo Jadir Pessoa, professor da Faculdade de Educação da UFG e coordenador do Curso, a especialização foi uma resposta à demanda dos próprios agentes da CPT que queriam utilizar os cursos oferecidos pela Pastoral. Ele foi o responsável por intermediar junto à Universidade para que o antigo Curso de Formação de Agentes da CPT se tornasse uma pós-graduação.

A aula inaugural da Especialização, realizada no dia 7 de julho, foi ministrada por Miguel Carter, doutor em Ciências Políticas, professor da American University of Washington D.C e um grande pesquisador da temática agrária no Brasil, sobretudo dos Sem-Terra. O professor abordou a importância da atuação dos camponeses na luta por direitos humanos e democracia no Brasil. Segundo ele, a reforma agrária é um instrumento de combate à desigualdade e foram os movimentos sociais os responsáveis por trazer essa preocupação para o debate público. A partir do que Carter denomina de ativismo público, o povo do campo realiza uma forma de conflito social pacífica, autônoma, periódica e não armada. Ele acredita que esse tipo de mobilização é mais que um enfrentamento, é um meio de provocar questionamentos e transformar frustrações em ações construtivas. "A negociação acontece quando existe um processo de pressão, uma movimentação dos meios acessíveis aos movimentos sociais. O ativismo público possibilita, de certa forma, o diálogo entre o trabalhador e a autoridade", afirmou. Segundo Carter, assim como o conhecimento teórico, a vivência em acampamentos e participação em ocupações são também importantes formas de aprendizado. Um momento que possui valor pedagógico.

Maria das Graças Penha Santos, de Manaus (AM), graduada em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB) e aluna do Curso de Especialização, acredita que a união entre o saber acadêmico e o popular fortalece o trabalho de base já realizado pelos agentes. "O curso, com certeza, irá contribuir muito para nós, a partir da mudança da nossa mentalidade. Seremos educadores que vão trabalhar com a luta, consciência e resistência, mas com o fundamento do processo educativo. É justamente, como a CPT fala, uma troca de saberes".

Ademir Profídio de Souza, de Ji-Paraná (RO), que estuda Teologia nas Faculdades Claretianas e é aluno da Especialização, também acredita no caráter aglutinador de conhecimentos do Curso. "Ele me ensina um novo jeito de trabalhar, de ser Igreja no meio do povo, ser educador nas comunidades de base. Você educa não só com a sua fala, mas com a sua visão e seu trabalho junto às comunidades. Esse curso vem se somar a tudo aquilo que eu vejo na faculdade, vem fazer com que eu amadureça a experiência desde já", afirmou. Segundo ele, a reunião de pessoas vindas de tantos estados brasileiros não só nas aulas, mas nas horas de descanso e lazer, é mais uma forma de aprendizado já que possibilita a troca de experiências. "Os bastidores animam, nos fazem ver que as nossas lutas são iguais, nos dão confiança e a certeza de que a gente vai trabalhando, um trabalho cheio de vitórias, cansaço, mas que não pode parar".

Foto: Cristiane Passos



Durante as aulas, os alunos aproveitaram para relatar as experiências e dificuldades que vivem em seus cotidianos. Deste modo, conseguiram relacionar os textos e filmes apresentados com sua vivência prática junto às comunidades. Uma das preocupações dos professores foi justamente fazer essa ligação para que o que é aprendido tenha uma real importância na vida dos alunos e para que o Curso não seja apenas uma transmissão de conhecimento e, sim uma real troca entre os saberes práticos e teóricos. Ainda como parte desta primeira etapa, no dia 26 de julho, os alunos participaram da 13ª Romaria da Terra e das Águas de Goiás, realizada no município goiano de Planaltina, que teve como tema "Terra e Água: fonte de vida, direitos de todos". A Romaria proporcionou aos alunos a oportunidade de viver a experiência prática do que foi aprendido nestes 20 dias de aulas. A mobilização camponesa, em todas as suas formas de manifestação, é essencial para a mudança social e a construção da agenda pública, já que garante voz e visibilidade a um povo marginalizado da sociedade.

* Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ROMARIAS DA TERRA E DA ÁGUA

Romarias: do clamor divino ao grito por justiça

CRISTIANE PASSOS*

Em busca de algo novo, o povo de Deus caminha, celebrando a vida, denunciando a morte e anunciando a esperança de um povo organizado que luta pela terra partilhada e pela água para a vida. Vejam algumas das Romarias realizadas até agora.

31ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul

Sob o tema "Juventude – Luta e Resistência em defesa da Vida", mais de 15 mil romeiros e romeiras reuniram-se em Três Passos (RS) para celebrar a 31ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, no dia 5 de fevereiro. Neste ano, o tema da Romaria teve como objetivo trazer à reflexão a realidade e as perspectivas da juventude, celebrando, também, os 25 anos da Pastoral da Juventude Rural. Durante a caminhada, cenários retrataram a realidade da juventude e a memória da luta dos mártires da terra, dentre outros, Chico Mendes, Roseli Nunes e Irmã Dorothy. No momento da celebração, Frei Sérgio Görgen, assessor do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e pregador da Romaria, enfatizou a importância da juventude permanecer na roça, articulada em suas organizações e movimentos sociais. Os participantes da 31ª Romaria da Terra reassumiram o compromisso com a transformação da sociedade, lutando junto com as pastorais da juventude, os movimentos sociais do campo e da cidade para promover um modelo de desenvolvimento com Reforma Agrária e agroecologia.

21ª Romaria da Terra Padre Josimo

Nos dias 9 e 10 de maio foi realizada em Buriti do Tocantins (TO), a 21ª Romaria da Terra Padre Josimo. A Romaria, realizada no dia em que se completavam 22 anos da morte de Padre Josimo, reuniu diversas pessoas de várias regiões do Estado e abriu o Festival da Abolição, realizado de 9 a 16 de maio em Araguaína e região. Padre Josimo foi assassinado no dia 10 de maio de 1986 enquanto subia as escadas do prédio da Mitra Diocesana de Imperatriz (MA), onde funcionava o escritório da CPT Araguaia-Tocantins. Ele era coordenador da CPT no Bico do Papagaio e fervoroso defensor dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região.

31ª Romaria da Terra e das Águas de Bom de Jesus da Lapa

Foi realizada de 4 a 6 de julho, a 31ª Romaria da Terra e das Águas, em Bom Jesus da Lapa, oeste baiano. Cerca de seis mil pessoas participaram do evento que contou com missas, confissões e via sacra, além de plenárias e debates sobre os eixos: terra, água, quilombolas, política e juventude. O Patrono desse ano foi Dom Pedro Casaldáliga e o tema foi "Terra e Água Partilhadas, Vida Preservada!". Um dos principais momentos da romaria foi a Via Sacra. Baseada na Paixão de Cristo, ela aconteceu com três paradas. A primeira, a condenação, foi caracterizada pelo projeto de transposição de águas do rio São Francisco e a situação das águas. A segunda simbolizou o sofrimento e a morte, demonstrado pelo trabalho degradante e escravo, as carvoarias e mineradoras, grandes projetos de irrigação, entre outros. A terceira e última parada aconteceu nas margens do São Francisco, simbolizando os sinais de esperança, expressos pela revitalização e pelos projetos populares que resistem e dão certo. Houve, ainda, uma celebração com a presença do Dom Frei Luiz Cappio, o bispo da Diocese de Barra (BA). Os resultados das Plenárias e o patrono desse ano, Dom Pedro Casaldáliga, foram apresentados na Grande Plenária, que aconteceu na manhã do terceiro dia, logo após a Missa da Ressurreição.

3ª Romaria da Floresta

"Floresta Preservada, Vida respeitada!", sob esse tema foi realizada em Anapu, Pará, entre os dias 16 e 19 de julho, a 3ª Romaria da Floresta. Durante três dias, os participantes caminharam do túmulo da irmã Dorothy, assassinada em fevereiro de 2005, até o lugar onde ela tombou diante de um pistoleiro a mando de fazendeiros da região. A Romaria lembrou o respeito à vida, ao sonho, à paz, à palavra, e a persistência e a resistência que todos os agentes e defensores dos direitos do povo do campo vivem. Além disso, a caminhada enfatizou a defesa da floresta e de todos seus habitantes.

Foto: Luiz Antonio Pasinato - CPT/RS



XIII Romaria da Terra e das Águas de Goiás

"Terra e água, fonte de vida e direito de todos", com esse tema a CPT Goiás e a diocese de Formosa realizaram no dia 26 de julho, na cidade de Planaltina, a XIII Romaria da Terra e das Águas do estado de Goiás. Sob o lema "E Deus viu que tudo era muito bom", pessoas de todas as partes do estado participaram da celebração que contou com a presença de Dom Tomás Balduíno, bispo emérito da cidade de Goiás e conselheiro permanente da CPT e dos bispos de Ipameri, São Luis de Montes Belos, Cidade de Goiás e Formosa. Participaram da Romaria, também, os 33 alunos do curso de Especialização em Educação e Diversidade Camponesa da CPT. Uma das Leituras da celebração final foi o Anti-Gêneses, mostrando em sete passos, o processo de destruição da Criação.

Foto: CPT Bahia



Romeiros em Bom Jesus da Lapa (BA)

Romaria das Comunidades da Diocese de Viana (MA)

Nos dias 2 e 3 de agosto foi realizada, em Bom Jesus das Selvas (MA), ao longo do corredor da ferrovia de Carajás, a Romaria das Comunidades da diocese de Viana, no Maranhão. A caminhada contou com a participação de vários peregrinos que foram acolhidos pela palavra profética de Dom frei Luiz Flávio Cappio e do padre Flávio Lazzarin. Além disso, a Romaria contou com a participação do Movimento Justiça nos Trilhos, uma iniciativa dos padres combonianos do Nordeste, que visa a organização das comunidades ao longo da ferrovia Carajás para enfrentar os impactos sócio-ambientais dos empreendimentos da VALE. Um dos objetivos da Romaria foi fortalecer o compromisso de organização, articulação e ação das comunidades. O município de Bom Jesus das Selvas, que recebeu a Romaria esse ano, é uma região que, nos últimos três anos, tem sido extensivamente ocupada pelo chamado "reflorestamento" através da plantação de eucaliptos pelas siderúrgicas de Açailândia (MA). A região tem sido severamente afetada pelo agro e hidronegócio, causando impactos sobre o meio ambiente e na vida dos camponeses. A Romaria das comunidades reuniu cerca de três mil pessoas, onde se pôde destacar a presença da juventude.

Foto: Maria Madalena dos Santos



XIII Romaria da Terra e das Águas de Goiás

10ª Romaria da Terra e da Água de São Paulo

A 10ª Romaria da Terra e da Água de São Paulo, realizada no dia 3 de agosto, serviu como instrumento para pressionar as autoridades públicas do estado a destinarem para assentamento da reforma agrária uma área de 120 hectares no km 27 da rodovia Anhangüera (zona oeste) ocupada, desde julho de 2002, por 40 famílias sem terra. Com o tema "Trabalhadores, Trabalhadoras! Terra Livre, Água de Todos e Povo Soberano!", a Romaria saiu da Região da Brasilândia com destino à Comuna Irmã Alberta, no quilômetro 25,5 da rodovia Anhangüera. Foi promovida pela Comissão Pastoral da Terra, com o apoio de entidades sociais. Para Dom José Maria Libório Camino Saracho, bispo de Presidente Prudente (SP) e responsável pela CPT no Estado de São Paulo, as romarias têm grande significado para a questão da terra, pois elas mantêm o espírito de luta em favor dos que lutam pela terra. Além disso, segundo ele, as romarias se tornam um dos momentos de apoio e de ânimo, em que a Igreja participa e aproveita para cumprir a sua missão.

12ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais

Já no dia 17 de agosto, foi realizada em Coronel Fabriciano (MG), a 12ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais. "Terra e água, clamor de vida" foi o tema dessa Romaria, organizada pela CPT Minas Gerais e a Diocese de Coronel Fabriciano em Cachoeira Escura, Distrito de Belo Oriente. Sob o lema "Lutar pela terra e pela água é preservar a vida", os participantes da Romaria contribuíram para manter acesa a chama da opção preferencial pelos pobres e excluídos da sociedade.

23ª Romaria da Terra do Paraná

Também no dia 17 de agosto, foi realizada em Querência do Norte (PR) a 23ª Romaria da Terra do Paraná. Com o tema "Rompendo as cercas da opressão, por justiça, terra e pão!", a Romaria desse ano lembrou a dor das famílias vítimas da violência no campo no Estado, e convocou toda a sociedade a exigir que a justiça seja feita e que os mandantes e executores desses crimes sejam julgados e punidos. A Romaria lembrou, ainda, o caso Teixeirinha. O líder sem terra Diniz Bento da Silva, o Teixeirinha, foi assassinado em março de 1993, em Campo Bonito (PR) e, após 15 anos do assassinato, nenhum mandante ou executor foi punido. Os participantes cobraram um limite para a propriedade da terra e medidas concretas para que se efetive uma ampla e integral reforma agrária.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ARTIGO

"Terra Preta"

Fórum sobre a Crise Alimentar, Mudança Climática e Soberania Alimentar - Roma, 1º a 5 de junho 2008

TIAGO THORLBY*

Às vezes a gente acerta mesmo sem querer. Às vezes a gente acerta, mesmo errando! A sigla "FAO" é um exemplo. Antigamente, pensava que as letras significavam algo como Fome – Ajuda – Organização... como Organização de Ajuda aos Famintos. Ledo engano da minha parte! Engano que me levou a acertar em cheio! FAO é uma entidade de primeira linha da ONU e se reuniu nos primeiros dias de junho em sua sede, em Roma, para debater a crise de alimentos, a crise energética e a de mudanças climáticas. Durante uma semana, delegações de representantes de governos eleitos democraticamente pelo povo no tal "estado de direito" se reuniram. Reuniram-se, bem protegidos pelas forças de segurança do povo, protegidos do próprio povo! Até fecharam o metrô para garantir-lhes a segurança, e o povo tentando se locomover debaixo da terra no metrô. E os representantes: se deslocando pela cidade com facilidade, acompanhados por baterias de seguranças motorizados (Ai! Quanto CO2 para agravar a crise do clima!), comendo do bom e do melhor (Ai! A crise dos alimentos!), hospedados em hotéis 5 estrelas (Ai! A crise de energia!). Crise? Que crise?!

"Crise": eu gosto da palavra. Crise = krisis = julgamento... Julgamento sobre alimentos, julgamento sobre energia, julgamento sobre a mudança climática. Quem esperava da FAO uma sentença condenando a causa das crises esperaria até o inferno congelar. A conclusão dos governos que representam o povo para enfrentar as crises: mais monocultivo, mais agroquímicos, mais concentração de terra (de poder, de riqueza, de segurança... enfim, mais colonialismo para o mundo injustiçado que o "primeiro" chama cosmeticamente de "terceiro"... "terceiro": quem foi o "terceiro" na última Copa do Mundo?). Em tempo: a Conferência da FAO estava localizada ao lado do antigo "Circo Máximo", local onde outro império massacrava e martirizava os cristãos.

Nos mesmos dias, no "ex-mattatoio" – onde funcionava o matadouro romano antigamente – uns 150 participantes da Conferência "Terra Preta" se reuniram para debater as mesmas crises já citadas anteriormente. Pois é, uma conferência paralela à da FAO - com direito a ser detido ao tentar apresentar uma colaboração à conferência convocada pela ONU. (Com certeza, não haveria nenhuma possibilidade destas "paralelas" se encontrarem, pelo menos neste lado da eternidade, como tanto desejava Dom Helder Câmara).

Foto: João Zinclar



Os participantes da "Terra Preta" vieram dos quatro cantos do mundo camponês. Não vieram para concorrer com a luz, o luxo e o brilho do evento do Circo Máximo.Vieram para fazer a diferença porque "nós somos a diferença". Vieram na certeza de que "nós somos o povo por quem esperávamos". Em "ex-mattatoio", os participantes apresentaram pistas de ação (e não uma "declaração final") ao terminar a conferência. São pistas baseadas nos três grupos que surgiram para tratar das "crises": alimentos, energia e o modelo de produção; mudanças de climas e soberania alimentar. Três crises interligadas e que exigem – por mais dolorido que seja – um sério questionamento do modelo de consumo do tal "primeiro" mundo. A declaração de pistas de ação está disponível nos endereços: http://www.foodsovereignty.org ou http://www.viacampesina.org.

Os movimentos sociais do campo precisam manter atenção constante sobre os debates que se realizam em nível nacional e internacional sobre os temas da energia, da fome e outros para se aprofundarem no conhecimento dos mesmos e assim poderem denunciar soluções que só servem para agravar a situação e apresentar alternativas que atendam o interesse do conjunto da população.

* Agente da CPT Nordeste II

EXPERIÊNCIAS

Projeto Terra Sem Males

Produzindo alimentos e preservando a natureza!

RAFAEL AMARAL*

A Comissão Pastoral da Terra de Rondônia tem sido presença marcante na vida dos agricultores e agricultoras desde 1979, período da grande migração do povo de várias regiões do Brasil para Rondônia. Neste tempo a CPT/RO contribuiu muito na formação de organizações de trabalhadores rurais. Desde então atua em prol dos trabalhadores rurais e do meio ambiente amazônico. No sentido de fortalecer a permanência destes agricultores no campo e combater o sistema fundiário vigente, no ano de 2003 a CPT criou o Projeto Terra Sem Males, um conjunto de iniciativas direcionadas a fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica no estado de Rondônia.

O Projeto procura conscientizar os agricultores de que é possível produzir sem derrubar a floresta e sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos. A partir da agroecologia, os trabalhadores rurais da região estão aprendendo que é possível produzir cereais de boa qualidade em terras já desgastadas e consideradas impróprias para a agricultura. A agroecologia torna viável o trabalho no campo sem que seja necessária a destruição da natureza, preservando não somente as matas e o solo, mas também a vida humana. Uma das estratégias utilizadas é a técnica da adubação verde, que consiste na utilização de plantas da família das leguminosas, como a mucuna preta, o feijão de porco e guandu, para ajudar na reabilitação dos solos. Ela favorece o desenvolvimento da micro-fauna e flora, a ciclagem de nutrientes, o equilíbrio da temperatura e a descompactação do solo.

As famílias envolvidas no Projeto Terra Sem Males são incentivadas a buscar sempre novas formas de cultivar suas plantações, adaptando-as à sua realidade. Os chamados "agricultores-experimentadores" constantemente buscam formas alternativas de solucionar dificuldades que antigamente seriam resolvidas com o uso de agrotóxicos, um meio de resolver problemas comuns, mas que causam prejuízos ao agricultor. Um exemplo: entre os meses de fevereiro e março, as lavouras de feijão são tomadas pela "mela" (Thanetephorus cucumeris), um fungo que provoca uma considerável redução na colheita. Os agricultores encontraram a solução para este problema na rotação de culturas, que consiste em alternar as plantações e, deste modo, não enfraquecer a terra, e na adubação verde que evita o acúmulo de água superficial e também a proliferação excessiva da "mela".

Homeopatia

As famílias ligadas ao Projeto têm como hábito utilizar a homeopatia em suas atividades agrícolas, tanto para o tratamento de animais quanto de plantas. Essas soluções homeopáticas, como o Bórax e o Súlfur, também auxiliam na recuperação dos solos e atuam no equilíbrio de energia entre solo e planta.

Atualmente o Projeto Terra Sem Males atua junto a grupos de famílias de nove municípios de Rondônia, que desenvolvem os conceitos da agroecologia. Assim, ele incentiva também a participação de mulheres e jovens na condução da propriedade, a preservação das sementes básicas da alimentação da população, a diversificação da produção e, sobretudo, a produção de alimentos saudáveis isentos de agrotóxicos. Esta ação da CPT/RO trabalha em parceria com o Projeto Padre Ezequiel Ramim, que é vinculado à Diocese de Ji-Paraná, e tem o apoio da Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD), sediada em Londres, Inglaterra. Entretanto nossa caminhada não terminou, continuamos trabalhando para que esta idéia siga adiante, transformando, para melhor, a realidade de outros agricultores e da Amazônia. Avante agroecologia! Produzir sem matar, para comer sem morrer!

* Projeto Terra Sem Males, CPT Rondônia

Foto: Arquivo CPT Nacional



Sementes de Mucuna, utilizada na adubação verde

JORNADA DE LUTAS

Jornada de Lutas da Via Campesina movimenta o país

MARÍLIA ALMEIDA*

No último mês de junho, as mais diferentes localidades do país foram palco para mais um momento de luta das entidades ligadas à Via Campesina e de outros atores sociais. Com o objetivo de denunciar a atuação de transnacionais no Brasil, as reais conseqüências da transposição do rio São Francisco e o alto preço da energia elétrica paga pelos brasileiros, milhares de camponeses e camponesas realizaram ações de Norte ao Sul do país na Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina. Sob o lema "Queremos produzir alimentos: contra o agronegócio e em defesa da agricultura camponesa", trabalhadores do campo ligados aos movimentos que compõem a Via, participaram de marchas e ocupações em mais de 15 estados, do dia 10 a 13 de junho. Rodovias federais foram bloqueadas nos estados de Pernambuco e Goiás e manifestantes ocuparam a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, também em Pernambuco; a Companhia Energética de Goiás; a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia; e a de Xingó, em Alagoas. No Ceará, o porto de Pecém teve suas áreas de carga e descarga fechadas em protesto contra a instalação de cinco usinas termoelétricas, uma refinaria e uma siderúrgica na região.

A Vale, mineradora responsável por crimes ecológicos e sociais, foi alvo de manifestações em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Tocantins. No município mineiro de Governador Valadares e em Darcinópolis (TO), camponeses ocuparam a ferrovia da empresa, e no Rio de Janeiro, trabalhadores do campo fizeram um ato em frente à sua sede nacional. Um protesto também foi realizado em frente à Ultrafértil/Fosfértil, na região metropolitana de Curitiba (PR), reivindicando a reestatização da empresa, privatizada há 15 anos, e que atualmente pertence à transnacional Bunge. Outra empresa estrangeira, a

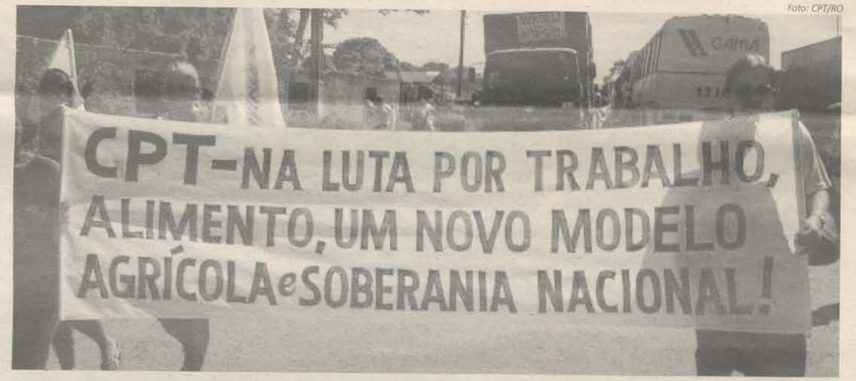


Foto: CPT/RO

Stora Enso, serviu de local para protestos no município de Rosário do Sul (RS). Manifestantes participaram de uma marcha em direção à fazenda Tarumã, propriedade da empresa, para denunciar as ações ilegais praticadas por ela na região.

Já em Santa Catarina, cerca de 700 camponeses ocuparam a frente da empresa Klabin, de papel e celulose. Os manifestantes distribuíram 500 mudas de árvores nativas e 15 toneladas em cestas de alimentos para a população do município de Otacílio Costa. O prédio do grupo Votorantin, em São Paulo, também foi ocupado por trabalhadores ligados à Via Campesina e à Assembléia Popular. O objetivo da ação era denunciar os impactos ambientais causados pela barragem de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguapé, que corta os estados de São Paulo e Paraná. Na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, trabalhadores rurais ocuparam as instalações da Usina Hidrelétrica de Itá. Ela pertence à transnacional franco-belga Suez-Tractebel, maior empresa estrangeira de geração de energia no Brasil. No Paraná, manifestantes ocuparam a hidrelétrica de Salto do Santiago, também pertencente a Suez-Tractebel.

Diversificação da agricultura

O incentivo do governo à produção de agrocombustíveis tem levado à expansão desenfreada da monocultura da cana-de-açúcar e à diminuição de plantações voltadas para a produção de alimentos. Esse foi o motivo do protesto de cerca de 500 trabalhadores no município de Montanha, no Espírito Santo. Na Bahia, famílias ocuparam a área de desenvolvimento do projeto de irrigação Ponto Novo, na cidade de Senhor do Bonfim. Grande parte da área de mais de 2.500 hectares seria destinada a pequenos e médios agricultores, mas empresários estariam tomando as terras para expandir a monocultura da banana na região. Em Pernambuco, trabalhadores ocuparam a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EECAC), na Zona da Mata Norte do Estado. Na Paraíba, o latifúndio Nossa Senhora de Lourdes, que possui 1.100 hectares voltados para a monocultura da cana, foi ocupado. Trabalhadores também protestaram contra a Odebrecht, que utiliza terras públicas de forma ilegal para o plantio da cana-de-açúcar e a instalação de usinas.

Polícia tenta calar manifestantes

A tentativa de criminalizar e reprimir manifestações populares se fez evidente nas ações da Jornada. No Rio Grande do Sul, manifestantes que se reuniam em frente ao Supermercado Nacional, pertencente ao grupo norte-americano Wal-Mart, foram presos de forma violenta pela Brigada Militar gaúcha. Em Passo Fundo, ainda no Rio Grande do Sul, policiais feriram trabalhadores rurais que permaneciam acampados em frente a transnacional de alimentos Bunge. A Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina teve o objetivo de apresentar à sociedade um projeto que evidencie como a agricultura familiar pode contribuir de forma positiva para o país. Através da Jornada, homens e mulheres do campo mostram que não se cansam de lutar para que o desenvolvimento do nosso país seja responsável, transparente e acessível a todos os brasileiros.

** Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

PESQUISA

Movimentos incomodam a Vale

ANTÔNIO CANUTO*

No dia 15 de junho, o jornal O Globo divulgou os resultados de uma pesquisa realizada pelo Ibope sobre os movimentos sociais. Esta pesquisa, encomendada pela VALE, teve por objetivo mapear a imagem que a população brasileira tem dos movimentos sociais de nível nacional, sobre os seus propósitos, interesses, formas de ação e conseqüências para o país.

A pesquisa foi realizada entre 26 de abril e 6 de maio. Foram ouvidas 2.100 pessoas, maiores de 16 anos: 1.204 em nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Distrito Federal, Salvador e Fortaleza) e as demais em Vitória (ES), São Luís (MA), Imperatriz (MA), Belém (PA), Marabá (PA), interior de Minas Gerais, Vale do Ribeira (SP), Cariré (CE) e Dourados (MS).

A VALE e o Ibope selecionaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Quilombola e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para a pesquisa. A escolha, parece claro, recaiu sobre quem de alguma forma mais incomoda a empresa: O MAB por sua luta contra as barragens (a VALE é uma das responsáveis pela construção da barragem de Estreito, na divisa do Tocantins e Maranhão); os quilombolas, sobretudo de Jambuaçu, no Pará, que conseguiram significativas vitórias pela sua resistência contra a prepotência da companhia; a CPT por apoiar as lutas destes grupos, mas também por ter encaminhado denúncias ao judiciário contra a ocupação indevida pela mineradora de áreas de assentamentos destinados à Reforma Agrária; e a Via Campesina pela postura adotada de enfrentamento do modelo de desenvolvimento. O foco principal da pesquisa, porém, é o MST, responsabilizado pelas ocupações das estradas de ferro da Vale. O MST é o único na lista das instituições, grupos e personalidades, sobre as quais o pesquisado deveria dizer se confia ou não. Fica em antepenúltimo lugar na confiança dos brasileiros, mas na frente do Congresso Nacional e dos Partidos Políticos.

Movimentos e Criminalidade

No entanto, é na última parte da pesquisa, denominada de "teste de argumentos", que se vê o real interesse da pesquisa. A primeira questão deste "teste" é se os movimentos ajudam ou atrapalham a economia do país; a segunda, se os movimentos ajudam a organização e a conscientização dos trabalhadores, ou se os manipulam, fazendo como que uma "lavagem cerebral" (sic); a terceira, se os movimentos são naturais ou plantados, com isto querendo saber se os movimentos surgem da necessidade dos trabalhadores ou se nascem de interesses de terceiros como partidos políticos, ONGs, igrejas, etc. O que mais chama a atenção é a última questão sobre a aproximação da criminalidade. A pergunta feita ao entrevistado era a seguinte: *"Algumas pessoas dizem que esses Movimentos Agrários/Sociais estão adotando métodos de ação ilegais e, por isso, acabam se relacionando com o crime organizado e até o narcotráfico. Outras pessoas acreditam que esses Movimentos Agrários/Sociais precisam ser radicais nas suas ações mas nunca vão querer nem permitir aproximação com a criminalidade. De qual destas duas posições você pessoalmente se aproxima mais?"* Em torno a 60% das opiniões são negativas para os movimentos. A relação com o crime organizado e o narcotráfico apareceria se não tivesse sido explicitada na pergunta?



Esse resultado é previsível quando se conhece a fonte de informação sobre os movimentos e suas ações. Para mais de 90%, a fonte é a televisão. Os jornais ficam com pouco mais de 30%, o Rádio com 24% e a Internet com 18%. Isto revela como é feita a cobertura pela imprensa das ações dos movimentos, mesmo que quase metade dos entrevistados acredite que é neutra.

Para o professor Carlos Walter Porto Gonçalves, em texto inédito, a pesquisa "deve ser entendida no contexto político em que foi feita ... faz parte das lutas sociais em que está inserida e tem o objetivo de fornecer informações para que o setor empresarial, no caso representado pela Vale, estabeleça estratégias políticas em face do crescimento dos movimentos sociais no país". Um dos itens mostra que a opinião de 81% é de que os movimentos sociais estão se espalhando no país, e ganham força, 69%.

Foto: Brasil de Fato



MST ocupa trilhos da VALE em Minas Gerais, em junho deste ano.

MST uma das "instituições" nacionais

Apesar disso, a pesquisa traz algumas informações preciosas. Em torno a 97% da população brasileira conhece o MST. Este dado levou o Ibope a reconhecer em suas considerações finais que *"o MST é um movimento já incorporado pela sociedade como uma das "instituições" brasileiras."* Já o MAB, a CPT e os quilombolas são conhecidos por praticamente um terço da população. Ainda segundo a pesquisa, 46% dos entrevistados se mostram favoráveis ao MST. Para o MAB, a CPT e os quilombolas o percentual ultrapassa os 50% entre os que os conhecem. Já o índice de afinidade – concordância com o objetivo dos movimentos, apesar de muitos acreditarem que eles estão se desviando dos mesmos - chega praticamente a dois terços da população. Isto mostra um nível elevado de aceitação, sobretudo se forem levadas em consideração as dificuldades enfrentadas pelos movimentos para serem realmente conhecidos.

Estas são só algumas anotações iniciais. O conjunto da pesquisa mereceria um estudo mais aprofundado, sobretudo, ao se ver que na percepção de 54% dos entrevistados os pobres são os mais prejudicados pela ação dos movimentos.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT*

ARTIGO

O MST e a colheita do trigo em dia de sábado

JACQUES TÁVORA ALFONSIN*

Foto: João Ripper



Dois promotores de justiça do Rio Grande do Sul, que participaram de um inquérito secreto (!), iniciado em meados de 2007, visando apurar crimes que teriam sido praticados por integrantes do MST, apresentaram relatório ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado, em dezembro do mesmo ano, sugerindo a tomada de providências legais para reconhecer-se a ilegalidade daquele Movimento. Objetivava sua "dissolução" por, entre outras coisas, reunir um grupo de pessoas "esquerdista e anti-capitalista", ameaçar a segurança nacional por manter ligações com as Farcs, desequilibrar as eleições dos municípios onde acampa, para lá transferindo os títulos eleitorais dos seus integrantes, doutrinarem ideologicamente as crianças que freqüentam suas escolas no sentido de deseducá-las.

Aprovado o tal relatório pelo Conselho Superior do MP, alguém desconfiou de que o absurdo estava indo longe demais. Aí, nova reunião do tal Conselho. Esse decide apoiar toda a iniciativa contrária ao Movimento, com exceção daquela de "dissolvê-lo", em abril passado. Quatro ações civis públicas foram propostas, então, contra o MST, baseadas no tal relatório, em Canoas, Carazinho, São Gabriel e Pedro Osório, no Rio Grande do Sul. Todas obtiveram imediata acolhida dos juízes locais que determinaram em despachos liminares, entre outras coisas, proibição de ingresso das lideranças do Movimento em acampamentos, violenta reintegração de posse em um dos imóveis cedidos para os sem-terra acamparem, proibição de marchas e deslocamentos dos acampados.

Do Brasil e do mundo, a cúpula do MP gaúcho já recebeu mais de novecentos e-mails das mais variadas organizações de povo, protestando contra essa arbitrariedade e o repetido abuso de autoridade praticado pela polícia militar na execução das ordens judiciais expedidas contra as famílias acampadas. Uma Comissão de senadores esteve no Estado, participou de Audiência Pública na Assembléia Legislativa, ouviu as chefias tanto da polícia militar quanto do Ministério Público. A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo ofereceu representação contrária às tais ações junto ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana questionando veementemente a conduta daquelas autoridades riograndenses.

> "Todo esse povo é prejulgado como criminoso, pelo fato de sua pobreza, dignidade e cidadania estarem confinados em acampamentos organizados pelo MST."

Constrangida por essa pressão popular, o Procurador Geral do Ministério Público gaúcho, em visita a um dos acampamentos, confessa aos acampados, que as ações propostas tinham fundamento "equivocado", mas que, por respeito à autonomia funcional de cada um, o máximo que podia fazer era "manter um canal aberto de negociação". A gravidade das violações de direito contidas nessas ações judiciais e em suas truculentas execuções, reside no fato de que elas estendem a abrangência dos seus efeitos a todo um grupo de pessoas, integrado por todo o tipo de gente, incluindo crianças, jovens, idosas/os, doentes, desempregadas/os. Todo esse povo é prejulgado como criminoso, pelo fato de sua pobreza, dignidade e cidadania estarem confinados em acampamentos organizados pelo MST.

Toda a raiva que as ações revelam contra o MST, é baseada predominantemente em opiniões de pessoas críticas do movimento, com livre trânsito na mídia gaúcha e brasileira, especialmente aquela mais subserviente aos latifundiários. Estas ações desrespeitam a liberdade de locomoção e reunião, garantida pela Constituição Federal. Ainda são desrespeitados o art. 109, Inciso I, que reserva competência à Justiça Federal e não à Estadual, para o julgamento das causas em que a União, suas autarquias ou empresas públicas estejam interessadas; o art. 5º, inciso LIV que não admite ser alguém privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; o inciso LV que garante o direito a ampla defesa, e o inciso XLVI, que trata de individualização das penas a serem aplicadas. O que as ações propõem é um contra-senso, pois abriria possibilidade para uma pena "grupal" sem discriminação de culpados e inocentes, pessoas capazes e incapazes, inclusive crianças.

Mesmo aceitando que as ações dos sem.terra tivessem sido ilegais, elas ganham legalidade no artigo 188 do Código Civil que, embora sob restrições, atesta não constituírem atos ilícitos aqueles que destroem, deterioram coisa alheia, ou até lesionam pessoas "a fim de remover perigo iminente". Não há como desconsiderar a fome e a imposição do silêncio como perigos iminentes. No próprio Evangelho diante das críticas dos fariseus aos apóstolos por terem colhido e comido trigo no dia de sábado, o que era proibido pela lei, Jesus recordou que Davi, com seus homens, coagidos pela fome, comeram pães que a lei reservava somente aos sacerdotes (Mt. 12, 1-6).

"Se os sem-terra tivessem acreditado na "morte da história", da utopia, do sonho; no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia dos testemunhos de amor à liberdade; se tivessem acreditado na despolitização, embutida nos discursos que falam de que o que vale hoje é "pouca conversa, menos política e só resultados", e se, acreditando nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado não para as suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a reforma agrária seria arquivada. A eles e elas, sem-terra, e seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar." *(FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação. São Paulo, Unesp, p. 60/61.)*

** Advogado do MST, procurador aposentado do Estado Do Rio Grande do Sul , Coordenador da ONG Acesso Cidadania e Direitos Humanos*

DENÚNCIA

Judiciário a serviço do poder econômico

CRISTIANE PASSOS E ANTÔNIO CANUTO*

Não é de hoje que organismos políticos, empresários, ruralistas e a mídia nacional tentam, de todas as formas, criminalizar as ações de movimentos e entidades sociais no Brasil e suas bandeiras de luta. Nos últimos meses, essa prática tem adquirido dimensões preocupantes. É cada vez mais freqüente, violenta e opressiva. Além da tentativa de dissolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (veja texto do jurista Jacques Alfonsin na página anterior), dezenas de trabalhadores e trabalhadoras do campo, suas lideranças e defensores dos direitos humanos estão submetidos a processos judiciais.

Neste contexto de tentativa de frear os movimentos sociais, criminalizando-os, é que o juiz Federal de Marabá, Carlos Henrique Haddad, no dia 12 de junho de 2008, condenou a dois anos e cinco meses de prisão José Batista Gonçalves Afonso, advogado e membro da coordenação nacional da CPT, e Raimundo Nonato Santos da Silva, ex-coordenador regional da Fetragri. Esta decisão é política. Incrimina as lideranças dos movimentos sociais da região, que há décadas vêm enfrentado a violência de latifundiários e madeireiros locais.

O processo no qual os dois foram condenados é relativo à ocupação da Superintendência do Incra em Marabá, em abril de 1999, por mais de 10 mil trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos da Fetagri e do MST. Quando, 20 dias depois de iniciado o acampamento, o governo decidiu negociar com os trabalhadores, estes, cansados de esperar por alguma resposta, à noite, entraram nas dependências do Incra, impedindo a saída da equipe oficial de negociação do prédio durante o resto da noite e início da manhã do dia seguinte. José Batista, que cumpria apenas o papel de assessor do MST e da Fetagri e tentava intermediar as negociações, e Raimundo Nonato foram responsabilizados por este ato. Em 2002, o Ministério Público Federal (MPF) havia proposto a suspensão do processo mediante pagamento de cestas básicas e do comparecimento mensal diante da Justiça. A proposta foi aceita. Quando as condições impostas já estavam cumpridas e o MPF ia requerer a extinção do processo, outro juiz assumiu a vara federal de Marabá e, sem nenhum fato novo, sem ouvir o MPF, anulou as decisões do seu antecessor e determinou o seguimento do processo. A parcialidade do juiz ficou evidente não só no fato da condenação, mas também na definição da pena, pois negou aos condenados o direito a pena alternativa, prevista no Código Penal para penas até quatro anos.

> Nada pode parar a VALE, ninguém pode contrariar seus interesses!

O mesmo juiz, em decisão publicada em 21 de julho de 2008, condenou três lideranças do MST e do Movimento dos Trabalhadores em Mineradoras, Eurival Martins Carvalho, Raimundo Benigno e Luiz Salomé, ao pagamento de uma multa de R$ 5.200.000 (cinco milhões e duzentos mil reais), pela ocupação da Estrada de Ferro Carajás nos meses de abril e maio. A intenção foi a de condenar os trabalhadores justamente por serem lideranças. A multa deveria ser imposta a cada um dos trabalhadores participantes da ação. O juiz, porém, diz: "os réus lideraram diversas pessoas na invasão da estrada de ferro e, por esta razão, devem responder pela totalidade dos danos causados, como também arcar com a multa imposta caso a turbação ocorresse". Nem os advogados da VALE ousaram fazer esse pedido! "Além de contrariar o bom senso, a decisão é flagrantemente ilegal e imoral. Atribuir crime a pessoas em razão de elas serem lideranças é um absurdo jurídico e fere de morte a democracia.", diz uma nota assinada por diversas entidades da região de Marabá.

Foto: CPT Marabá/PA



José Batista ouve trabalhador rural preso na Fazenda Bandeirantes, em Marabá (PA), em 2005

Dias depois, em 24 de julho de *2008, o mesmo juiz, Carlos Henrique* Haddad, não acatou a denúncia da Procuradoria Nacional do Incra contra a VALE, pelos abusos cometidos contra as famílias assentadas em Projetos de Assentamentos para a instalação do projeto de Mineração Onça Puma (veja matéria na edição anterior do Pastoral). O juiz determinou o seguimento do processo, excluindo a VALE, mesmo sabendo que a Mineração Onça Puma lhe pertence, e que ela administra o projeto. Argumentações usadas pelo juiz: há grande desarticulação dos projetos de assentamento implantados; os investimentos já feitos pela Mineração Onça Puma superam 1 bilhão de dólares.

A decisão reconhece que a mineradora agiu de forma irregular, mas não acatou nenhum dos pedidos feitos pela Procuradoria do INCRA para reparação imediata dos danos causados ao patrimônio público e à vida dos assentados. Fica claro pela decisão judicial que o que determina *a legalidade ou a ilegalidade do em*preendimento é o valor investido.

A Coordenação Nacional da CPT, na nota que divulgou após a condenação de José Batista diz: "Tudo o que cheire a oposição ao 'progresso e desenvolvimento' que as atividades ligadas ao agronegócio e à mineração dizem trazer, tem que ser rechaçado com veemência, pois a economia é mais valorizada do que os direitos humanos e a defesa do meio ambiente." O poder econômico é que determina os rumos do país. O poder político, o judiciário lhes são subalternos e servidores.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT*

CULTURA

VII Festa da Cultura Popular Camponesa

ANA MIRANDA COSTA*



Foto: Gleison Nirner CPT Espírito Santo/ Rio de Janeiro)

No dia 28 de junho aconteceu no Assentamento Treze de Maio, no município de Nova Venécia, Espírito Santo, a VII Festa da Cultura Popular Camponesa. O evento teve a participação de cerca de 500 pessoas vindas de vários Assentamentos e Comunidades vizinhas. A Festa da Cultura Popular Camponesa foi realizada pela primeira vez em 2002, quando contou com a participação de cerca de 800 pessoas, 42 variedades de comidas da roça e 17 apresentações culturais. A partir daí, esse trabalho se fortaleceu e a Festa virou tradição no Assentamento e na região, sendo um dos eventos mais esperados do ano. Uma festa sem fins lucrativos e de caráter sócio-cultural.

O Assentamento Treze de Maio é fruto de uma das inúmeras ações de luta pela posse da terra desenvolvida no estado do Espírito Santo. Uma bonita história que começou nos municípios do norte do Estado, fortaleceu-se em setembro de 1988, com 550 famílias na ocupação da área da Acesita Energética em Conceição da Barra e marcou mais uma conquista do MST em sua principiante trajetória. Treze de Maio, o nome escolhido para este Assentamento, é a data em que as 45 famílias que aqui estão, chegaram para se instalar, conviver, trabalhar a terra e seguir a trilha da construção de sua própria história. O tempo, a realidade, trouxe à tona as saudades de uma época em que se cantava a vida, se cantava a terra, a água, o amor e a beleza, que foram anestesiadas pelo calejante processo de exclusão e modernização nada cultural.

Em 2000, a Comissão Pastoral da Terra aparece como parceira no estímulo e desenvolvimento da formação política, religiosa e cultural, partilhando das mesmas saudades e dos mesmos sonhos com este povo. Num encontro em comemoração ao São João, motivados pelas famílias, fomos desafiados a despertar histórias, valores e vivências que não podiam mais ficar na saudade e sim no presente estágio de vida de mulheres, homens, crianças e jovens que não compram, mas fazem a sua cultura e consequentemente são feitos por ela. A partir das referências culturais importantes para as famílias - uma mistura de naturalidade mineira e capixaba - se confirmou a possibilidade de construir coletivamente espaços de resgate, apresentação, celebração e integração cultural. E dessa forma surgiu a Festa da Cultura Popular Camponesa do Assentamento Treze de Maio.

Esta já é a 7ª edição dessa Festa e cada uma tem se tornado uma experiência única de vida, criatividade, de emoção, lazer, partilha e orgulho de culturalmente ser desse povo. Aqui, os saberes e sabores se completam, nas mais diferentes faixas etárias que partilham dessa grande roda cultural. As histórias e vivências se fortalecem como alternativas de resistência no campo. E é com esse espírito que reafirmamos:

Um povo que sonha grande,
semeia a terra,
preserva seus valores,
defende seus princípios
e celebra sua cultura.

* Coordenadora da CPT Espírito Santo / Rio de Janeiro

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS
Impresso Especial
0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO VIA AÉREA

1
PE. GERALDO JOÃO LIMA
RUA MAURICIO LACERDA, 32
VILA NOVA
NOVA IGUAÇU RJ BRASIL

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVIV

junho 94
nº 122

"Acende a fogueira..."

"O balão vai subindo/vai caindo a garoa
O céu é tão lindo/a noite é tão boa
São João, São João
Acende a fogueira/ do meu coração"
(Lamartine Babo)

É bola, é balão. É São João, é Copa. É foguete para os santos nos campos e para os craques nos gramados. Que um povo que sofre tanto, precisa também de umas alegrias! Todos os anos, em junho, não falta: grande parte das pessoas comparece com as fogueiras, as simpatias para resgatar esperanças e socializar desejos. Roupas típicas (ou que julgam ser), produtos realmente genuínos de nossa cultura, dança que, vinda de outro país, aqui se tornou muito brasileira. É moça pondo água na bacia para ver se casa no ano próximo e, de quebra, pede ainda que, junto com o noivo, venha também uma terrinha, a que os pais perderam e a que ela e o futuro marido vão precisar para criar a família.

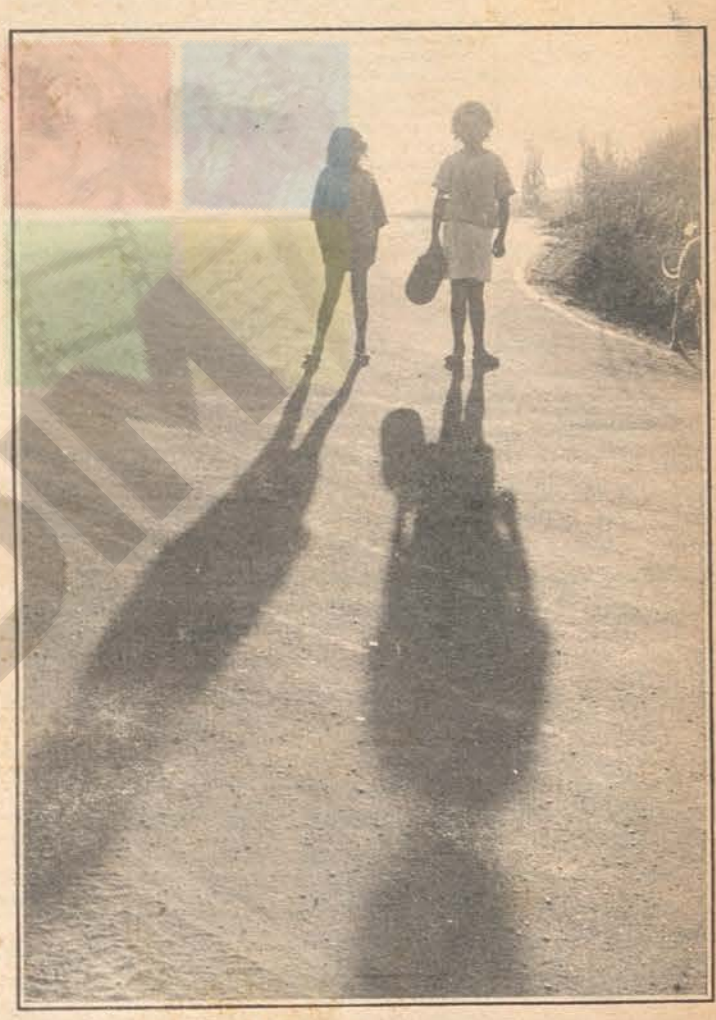
E de quatro em quatro anos, a folia de torcer para o Brasil na Copa do Mundo. A festa para cada jogo ganho. Festa legítima e boa. Já foi, n'outros tempos, biombo enfeitado para esconder feias realidades e som ampliado para abafar gritos e gemidos de despejados, despedidos, censurados, torturados, assassinados.

Ninguém duvida que é gostoso ver a nossa seleção ganhar, trazer a taça. Porém, dando uma olhada geral nas coisas, cresce uma preocupação: e depois que acabar, bandeirolas e papéis picados, sujos no chão, nossas caras verde-amarelas de "fim de festa", heim? E quando a gente - como se diz por aí - **cair no real?** O futebol, que poderia ser uma vibração em si mesmo, torna-se, de certa forma, um jeito de disfarçar a insegurança e terror diante do absurdo aumento dos preços e do fechamento de nossas já escassas portas.

Mal se percebeu, nas últimas semanas, a violência dos últimos despejos no campo. Isto geralmente é pouco percebido, mesmo porque, pouco divulgado. Mas nos jornais escritos e televisivos, vários foram até publicados, ainda que descontando a má fé com que trataram alguns casos, engrossando uma campanha de difamação contra os sem terra. Só que no colorido das imagens e dos sons entusiastas, quem tinha paciência de saber notícias tão incômodas?

Tanto clamor se fez pela punição dos "anões" do orçamento! Como explicar que praticamente não se deu bola para a absolvição de mais três desses corruptos? Pudéssemos ter um olho na rede e outro nos acontecimentos que carimbam nossa vida atual e futura...

E olhem o que faz a imprensa: se o Brasil ganhar a Copa, prolonga este gozo, pondo vendas com luzes do paraíso em nossos olhos. Se a perder, transforma isso numa tragédia nacional, maior que toda a fome e injustiça, entornando no mesmo canal as emoções e as dores - as mais antigas e as urgentes - anulando até alegrias de conquistas que possamos obter.



J. R. Ripper/Imagens da Terra

Conquistas que às vezes ocorrem. Em meados de maio, o **Grito da Terra** movimentou trabalhadores rurais em todos os estados, concentrou quase dois mil em Brasília, acendeu uma fogueira nos corações. Foi um plantio que precisa ser bem tratado. Em algumas de nossas regiões, estamos em tempo de colheita. N'outras, de preparar o novo plantio. Acender a fogueira.

Na última página desta edição temos, entre os versos da menina para o pai assassinado e os do poeta para as mãos dos trabalhadores, uma letra de música. Que tem tudo a ver com este tempo de misturar tristezas e sonhos com São Joões e Copas, plantios e colheitas. Que falam do que mais precisamos e gostamos e pelo que lutamos: "festa, trabalho e pão".

Quadro comparativo entre associação, cooperativa, sindicato e microempresa

Dando prosseguimento ao que iniciamos na edição anterior, apresentamos a segunda parte do quadro comparativo entre associação, cooperativa, sindicato e microempresa, preparado pelo advogado Daniel Rech, coordenador do Deas-Ceris (Departamento de Estudos e Atuação Social - Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais).

Por questão de espaço, como já explicamos, a conclusão deste quadro será mostrada na próxima edição.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE ASSOCIAÇÃO-COOPERATIVA-SINDICATO-MICROEMPRESA

ORGANIZAÇÃO/ CARACTERÍSTICAS	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA	SINDICATO	MICROEMPRESA
6 - Pontos essenciais nos estatutos	1 - Nome da Entidade 2 - Sede e a respectiva comarca (Foro) 3 - Finalidades 4 - Se os associados respondem pelas obrigações da entidade 5 - Quem responde pela entidade 6 - Tempo de Duração 7 - Como são modificados os estatutos 8 - Como é dissolvida a entidade 9 - Em caso de dissolução, para quem vai o patrimônio.	1 - Nome, tipo de entidade, sede e foro 2 - Área de atuação 3 - Definição do exercício social e do balanço geral 4 - Objetivos sociais 5 - Entrada e saída dos associados 6 - Responsabilidade limitada ou ilimitada dos associados 7 - Formação, distribuição e condições de retirada do capital social 8 - Estrutura diretiva e quem responde juridicamente 9 - Prazo do mandato dos dirigentes, do conselho fiscal e processo de substituição 10 - Convocação e funcionamento da assembléia geral 11 - Distribuição das sobras e rateio dos prejuízos 12 - Casos e formas de dissolução 13 - Processo de liquidação 14 - Modo e processo de alienação ou oneração de bens imóveis 15 - Reforma dos estatutos 16 - Destino do patrimônio na dissolução ou liquidação	1 - Nome do sindicato 2 - Definição da entidade 3 - Sede e foro 4 - Base territorial 5 - Finalidades 6 - Se os associados respondem pelas obrigações da entidade 7 - Como é convocada a assembléia geral 8 - Mandato da diretoria 9 - Quem responde pela entidade 10 - Convocação e divulgação das eleições 11 - Quem decide sobre os locais de votação 12 - Tempo de duração da entidade 13 - Forma e possibilidade de remuneração dos dirigentes 14 - Como é dissolvida a entidade e, neste caso, o destino do patrimônio 15 - Como são modificados os estatutos	Não possue estatutos. O seu registro é feito através de formulário padrão para firma individual ou de contrato social quando há mais de uma pessoa na sociedade. O contrato social deverá obrigatoriamente conter: 1 - Nome e identificação da empresa e dos seus sócios (ao final do nome da microempresa, acrescentar ME) 2 - Participação financeira na constituição do capital social 3 - A sede e foro da empresa 4 - Objetivos 5 - Duração 6 - Entrada e saída de sócios 7 - Responsabilidades dos sócios e modo de administrar 8 - Distribuição dos lucros 9 - Forma de dissolução
7 - Formação de Patrimônio	- Não possui capital social. Seu patrimônio é formado por doações, fundos e reservas. A inexistência de capital social constituído dificulta a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.	- Possui capital social, o qual, somado ao imobilizado (fundos, bens móveis e imóveis) facilita a obtenção de crédito junto às instituições financeiras - O capital social é constituído por aportes dos associados (quotas-parte) ou, em parte, como o restante do patrimônio, pode ser constituído por doações, empréstimos e processos de capitalização	- Não possui capital social. Seu patrimônio é formado através de recursos arrecadados com mensalidades, contribuição sindical, taxs confederativa, prestação de serviços e doações diversas.	- É constituído pela participação financeira, mobiliária e imobiliária dos sócios, doações, empréstimos e financiamentos, além da capitalização nas operações mercantis.
8 - Representação legal	- Pode representar os associados em ações coletivas de interesse dos mesmos	- Pode representar os associados em ações coletivas de interesse dos mesmos.	- Pode representar toda a respectiva categoria, mesmo os não sócios em questões trabalhistas. Nas demais ações, sejam coletivas ou individuais, pode representar todos ou qualquer um dos associados.	- O detentor do maior capital ou o eleito entre os seus integrantes representa a sociedade mas não os demais sócios individualmente, a não ser que instrumento legal o autorize.
9 - Área de ação	- A sua área de ação é apenas limitada pelos seus objetivos.	- A sua área de ação é apenas limitada pelos seus objetivos	- A sua área de ação é ilimitada, mas não pode haver mais de um sindicato com a mesma base de representação no mesmo território.	- A área da atuação é apenas limitada pelo âmbito de suas atividades.
10 - Atividades mercantis	- Pode ou não comercializar (7)	- Realiza atividades de comércio diretamente	- A CLT proíbe a atividade econômica (8)	- Tem como finalidade realizar atividades mercantis.
11 - Operações financeiras	- Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais, mas não tem como finalidade e nem realiza operações de empréstimos ou aquisições com o governo federal. - Não é beneficiária de crédito rural	- Realiza operações financeiras e bancárias usuais e pode realizar operações de EGF (empréstimos do governo federal) e AGF (aquisições do governo federal), as quais facilitam as suas operações de aquisições de produtos do quadro social. - As cooperativas de produtores rurais são beneficiárias do crédito rural	- Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais, mas não possue autorização para realizar operações de EGF e AGF, e nem é beneficiário do crédito rural.	- Realiza operações financeiras e bancárias usuais.
12 - Responsabilidade dos sócios	- Os administradores podem ser responsabilizados por seus atos que comprometam a vida da entidade. - Os sócios não respondem pelas obrigações assumidas pela entidade.	- A responsabilidade dos sócios está limitada ao montante de suas respectivas quota-parte, a não ser que os estatutos determinem diferentemente. Quando os estatutos determinam a responsabilidade "ilimitada" os sócios podem responder com o seu patrimônio pessoal.	- Igual à Associação.	- Os sócios respondem no limite de sua participação no capital da microempresa, a não ser que o contrato determine diferentemente ou nos casos de fraude ou dolo.
13 - Remuneração dos dirigentes	- Os dirigentes não são remunerados pelo exercício de suas funções, recebendo apenas reembolso de suas despesas realizadas no desempenho do seu cargo.	- Os dirigentes são remunerados através de retiradas mensais "pro-labora", definidas pela assembléia.	- Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais "pro-labore", quando deixarem de se dedicar à sua atividade produtiva usual, correspondentes à importância da remuneração na profissão respectiva.	- Os sócios integrantes da direção da microempresa realizam retiradas mensais "pro-labore" pelo exercício do cargo
14 - Destino do resultado financeiro	- Não há rateio de sobras das operações financeiras entre os sócios. Qualquer superavit financeiro deve ser aplicado em suas finalidades	- Há rateio das sobras obtidas no exercício financeiro, devendo antes a assembléia destinar parte aos fundos de reserva e educacional (retenção obrigatória de 10% e 5% respectivamente). As demais sobras podem ser destinadas a outros fundos de capitalização ou diretamente aos associados de acordo com a quantidade de operações que cada um deles teve com a cooperativa.	- O saldo de caixa é utilizado para as atividades do sindicato. Não é permitido o rateio entre os associados.	- A instância de decisão da microempresa, formada pelos sócios, define a destinação do resultado financeiro. - O montante destinado aos sócios é distribuído de acordo com os percentual de participação de cada um na constituição do capital da empresa.
15 - Escrituração contábil	- Escrituração contábil simplificada e objetiva	- A escrituração contábil é específica e mais complicada pela exigência de controle de cada conta-capital dos associados e devido a características especiais para operações com não-sócios.	- Igual à associação.	- A escrituração contábil é muito simplificada, o mesmo ocorrendo quanto às obrigações previdenciárias e trabalhistas.

Mística e espiritualidade na luta pela terra e na terra (IV)

Acabou a paciência de Javé? (Miq. 2.7)

A caminhada da trabalhadora e do trabalhador rural está sendo assolada por momentos de desarmonia, desgostos e desesperanças constantes. Nestes últimos tempos esta situação tem se agravado e ameaçado a paciência deste povo lutador e cheio de fé.

As estatísticas são terríveis naquilo que revelam das situações provocadas pelas políticas públicas ou a falta delas para o campo: são 32 milhões de famintos brasileiros no campo; dos 5 milhões de proprietários rurais, apenas 46 mil são donos de 162 milhões de hectares, quase metade das terras agricultáveis do país.

O temor aumenta quando, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), a população rural brasileira - 38 milhões de pessoas - é a sexta mais miserável do mundo e o Brasil é o segundo maior concentrador de terra do mundo.

Diante destes resultados, os agentes de pastoral (AP) que atuam na luta do campo sentem, muitas vezes, um sintoma de apatia e temor do que possa ser a "política de solidariedade", junto aos sujeitos da luta no campo. Esta reflexão quer buscar no testemunho do profeta Miquéias luzes para permanecer nesta luta, aprofundando uma mística da resistência a partir da experiência do povo escolhido por Javé, no Antigo Testamento (AT).

Sua promessa não é de bênção para quem vive com retidão? (Miq. 2.7)

Os testemunhos de fé e as manifestações de seguimento da Palavra de Deus expressam a mística que motiva este povo do campo. É sinal da resistência que promove mulheres e homens a serem sujeitos da luta pela terra e na terra.

Neste mesmo caminho temos que associar o testemunho de uma fé viva e a religiosidade própria do jeito de ser no campo. É este o espaço de reconhecimento, por parte dos AP, os elementos observáveis no cotidiano rural que podem ser alimento fecundo de uma caminhada de fé no Deus da vida . Porém, é, sem dúvida, manifestação e presença, hoje, do mesmo Deus que ontem, no AT, fortalecia a caminhada de luta do povo escolhido.

Assim, podemos reconhecer as características que aproximam este povos, de ontem e de hoje, "santo de Deus":

* Ontem a espiritualidade marcada pela certeza de trilhar caminhos concretos rumo À utopia do paraíso, vivendo a realidade do campo (cfr. Gn. 1). Hoje, estas expectativas se fazem presente e estão na busca da implementação de uma justa política agrícola e agrária , na esperança de todos terem um "pedacinho de terra", com condições de dele tirar o digno sustento.

* Outra, a espiritualidade no conflito diante da ganância do TER sobre o SER, pólos determinantes do comportamento diante "da terra dada por Deus" (Ex. 3.7-10). Hoje, permanece este estado de pecado, mas cresce a consciência de trabalhadoras e trabalhadores rurais na partilha da terra e dos frutos produzidos como sinal da libertação e do Reino da Justiça e do Direito.


Douglas Mansur

* Ontem, havia o risco de negar a unidade da fé no Deus da vida, quando o povo era exposto à tentação de criar novos ritos e cultos voltados a "deuses" temporários e manipuláveis (Lev. 20.1-7). Hoje, percebe-se que é no resgate da identidade religiosa, cultural e política do povo rural, respeitando suas diversidades de etnias, que estaremos construindo o verdadeiro rosto de Deus na luta pela terra.

A terra é de todos (Miq. 2)

A ação, e o testemunho profético dos AP da CPT que exige a presença do Deus da vida, está em promover, no dia-a-dia, o valor em que consiste a luta pela terra e na terra. Esta compreensão se alimenta na certeza dos profetas bíblicos e dos mártires da terra no Brasil e na América Latina. Todos agiram e fortalecem o agir do AP, hoje porque há uma certeza - a fé de que o Deus da Justiça e do Direito caminha com o seu povo escolhido.

O profeta Miquéias não se intimida a fazer a denúncia clara: "Ai daqueles que deitados na cama, ficam planejando a injustiça e tramando o mal."(Miq. 2.1). É uma ação-denúncia que hoje se repete em muitos AP que, no cotidiano das lutas do campo, se deparam com as "gulas" do latifundiário, das grandes empresas agroindustriais, dos banqueiros (nacionais e internacionais), dos faraônicos projetos de governo, onde as mesmas intenções estão presentes.

As saídas ditadas pelo Deus da vida são reconhecidas como práticas de violência, por que impõem aos seus seguidores uma atitude que determina uma "opção" de classe e a escolha de um parcela do povo. Entre os seguidores esta "escolha" não é passiva e os profetas mais temerosos advertem: "Não profetizem, não profetizem essas coisas!"(Miq. 2.6a) Porém, nos tempos atuais, o AP ainda tem que interferir nos ambientes acomodados e bem estabilizados, em que se procura justificar esses atos de pecado a partir da interpretação "cínica" de que "Deus" também deseja estes benefícios e os oferece a todos.

Sem dúvida, este não é o Deus da vida, o Deus do profeta Miquéias que afirma: "Assim diz Javé: Vejam! Estou planejando contra essa gente uma desgraça, da qual não poderão esconder o pescoço, nem poderão andar de cabeça erguida. Será um tempo de desgraça!" (Miq. 2.3)

Tanto nos relatos bíblicos do povo de Israel, como nas realidades de empobrecimento e miséria do povo no campo de hoje, temos que reconhecer que o resto dos crentes na esperança e na justiça serão reconhecidos na hora da partilha (Miq. 5.6ss)

Hoje, brota no meio do povo rural, com uma profunda energia, uma fé que alimenta os sonhos de novos dias na luta pela terra e na terra. As práticas da justiça, da auto-estima, da valorização da cidadania, são sinais de que o povo do campo vai assimilando uma identidade de "povo escolhido pelo Deus da vida" (Miq. 6).

Os AP da CPT têm o mandato irrevogável de serem promotores de uma concepção clara de Deus como o Deus da vida. O papa João Paulo II assim propunha: "Na fidelidade a Deus, assentam as bases do Reino e a nossa credibilidade de o estarmos a anunciar e a buscar primeiramente a sua justiça. Os pobres querem as certezas da esperança que não desilude. Nunca se lhes pode deixar a perplexidade quanto ao fato de que Deus é o único bem absoluto. Está aqui o alicerce da solidariedade que os pobres esperam de nós e, ao mesmo tempo, da dessemelhança com o mundo que eles esperam ver em nós. (Alocução aos Bispos do NE I e IV, 16.09.85, CNBB/ Loyola, 1986, p. 36)

Na prática pastoral libertadora desenvolvida pela CPT, os AP são aqueles que confirmam, com seu testemunho e ação esse propósitos ditados pelo Deus da vida e assumidos nos ensinamentos das Igrejas. É reconhecer, hoje, o rosto do "resto de Jacó". (Miq. 2,12-13). Deste modo, estaremos alimentando nossa "caridade política", promovendo homens e mulheres do campo, aliados aos demais rostos excluídos da sociedade, a resgatar e assumir sua cidadania e sua auto-estima, na construção efetiva de novos relacionamentos entre homens e mulheres, entre campo e cidade, entre povo e autoridades.

Lançamento de Conflitos no Campo - Brasil 1993

Cerca de 300 pessoas lotaram o auditório da Associação Brasileira de Imprensa - ABI -, onde se deu o lançamento de "Conflitos no Campo - Brasil 1993", da Comissão Pastoral da Terra. Estavam presentes Dona Olinda Tavares, mãe do pe. Josimo Tavares, assassinado em 1986, no Bico do Papagaio; Dona Isabel Ribeiro, irmã do sindicalista Expedito Ribeiro, assassinado em 1991, no Sul do Pará; Dona Lúcia da Silva e seu filho Marcos Antônio, respectivamente viúva e filho do líder sem terra "Teixeirinha", assassinado pela PM em 1993, em Campo Bonito, Paraná; Dona Aquiles, viúva do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, assassinado em 1988; Dona Raimunda Gomes da Silva, vice-presidente da Fetaet (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins), e coordenadora da Associação Regional das Mulheres Trabalhadores Rurais; Carlos Cabral, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, PA; Irio Luiz Conti, secretário executivo da CPT; Maria das Graças Paula, diretora da Grande Região Centro, da CPT; padre Ricardo Rezende, vigário de Rio Maria, Pará; trabalhadores de vários assentamentos do Estado do Rio, como o de Campo Alegre, Casas Altas, São Bernardino, Sol da Manhã, Trabalhadores da Granja Rocha Klotz, de Rezende; representantes da FAO (Food and Agriculture Organization), Ceris (Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais), Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Radialistas, PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), MNDDH (Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, AJUP (Apoio Jurídico Popular), Idaco (Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária), Asur, GTO, ASPTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), políticos, artistas, religiosos e estudantes.


Nando Neves/Imagens da Terra

Na abertura da sessão, Irio Luiz Conti apresentou aos participantes a forma como o Secretariado Nacional da CPT documenta, processa os dados e elabora os relatórios anuais de conflito. Generosa de Oliveira Silva, coordenadora da CPT-RJ, fez um balanço dos conflitos do ano passado no Estado; uma trabalhadora de Itaguaí, Morena, falou sobre a violência que sofreram durante um despejo. Também houve depoimento de um trabalhador rural sobre condições de trabalho escravo na fazenda Rocha Klotz, em Rezende, RJ. Os dados gerais do País foram apresentados e comentados pelo pe. Ricardo Rezende: 29 casos de trabalho escravo, envolvendo 19.940; 52 assassinatos, 154 ameaças de morte, 37 atentados, 12.469 famílias despejadas judicialmente; 1.369 famílias expulsas, envolvendo 3.221.252 hectares e 146.603 pessoas.

Pe. Ricardo destacou a ocorrência de trabalho escravo, exemplificando com várias denúncias levantadas no Brasil e no exterior, inclusive na ONU.

Um dos momentos mais emocionantes do lançamento foi a intervenção de Dona Raimunda Gomes da Silva, com um depoimento contundente sobre a situação dos trabalhadores do campo, fazendo a relação de causa e efeito entre essa situação e o aumento de miseráveis e crianças abandonadas nas cidades. Todos ouviram num silêncio atento Dona Raimunda cantar o "Poema", música e letra que ela compôs para a 9a. Romaria do pe. Josimo Tavares.



Nando Neves/Imagens da Terra

Dois poemas do poeta Pedro Tierra foram lidos por artistas presentes: Paulo Betti declamou a "Fala da Terra" e Ângelo Antônio, "As mãos". E Marcos André, agente da CPT de Nova Iguaçu leu o poema "Pai" escrito por Luciene Rodrigues de Oliveira, com apenas 12 anos na ocasião do assassinato de seu pai, em 1985, o sindicalista Nativo da Natividade, em Carmo do Rio Verde, Goiás (Ver última página, "Cultura").

Maria das Graças Paula, do Conselho Diretor da CPT e coordenadora do Regional de Minas Gerais falou sobre a ação do Judiciário nos conflitos no campo no Brasil que, com raríssimas exceções, tem sido de omissão, quando não de conivência. Duas dessas raras exceções estavam presentes no auditório: Dr. Erivaldo, que foi juiz em Conceição do Araguaia e sua esposa, Dra. Santana, anunciados pelo pe. Ricardo como profissionais que fizeram um trabalho sério e honesto.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria falou sobre as frustrantes experiências dos trabalhadores rurais com o Judiciário do Norte do País, acenando agora, a partir da condenação de um dos assassinos dos irmãos Canuto, com uma esperança de recuperar o tempo perdido e fazer justiça.

Apesar de toda a tristeza e indignação que desfilaram pelos microfones no ato do lançamento, este foi encerrado com uma das mais fortes expressões de beleza e esperança da literatura brasileira sobre a realidade do campo: o grupo de teatro do Rio, "Revivendo", dirigido pela atriz Cristina Pereira, apresentou três atos da peça "Morte e Vida Severina", escrita por João Cabral de Melo Neto e musicada por Chico Buarque. Na cena final, os camponeses cantam e dançam saudando a nova "vida severina" que nascia, num alegre baião. Para encerrar, os atores convidaram todos os presentes para subir no palco e darem-se as mãos, dançando e cantando juntos a esperança de superação da realidade de morte e miséria nos campos brasileiros.

Euclides: sintonia com a CPT

Publicamos neste espaço a carta que recebemos do padre Euclides Benedetti, provincial no Sul do Brasil dos Missionários da Sagrada Família. Com palavras de simpatia e incentivo, comenta o seu modo de ver a CPT:

"Prezados amigos da CPT Nacional

Não posso furtar-me de escrever-lhes e de comentar um sentimento muito positivo que tenho em relação à CPT.

Nos últimos dias tenho recebido o Boletim "Pastoral da Terra", que tem chegado regularmente; tenho recebido também cartas e farto material de Ir. Írio, produção própria e de encontros que tem participado em nome da CPT; e tenho recebido ainda o novo "Conflitos no Campo - 93", com uma pequena carta da Equipe de Documentação da CPT, assinada por Franciney C. de França. Confesso-me privilegiado por estar recebendo toda esta atenção e tanto material estatístico e de reflexão, que não deixa de ser uma manifestação profunda de todo um trabalho de dedicação e libertação dos homens e das mulheres do campo. Manifesto minha admiração pelo trabalho que vem sendo realizado pela direção da CPT, tanto no sentido de animação interna da Organização, como de todo o trabalho feito junto às bases, tanto com os líderes, como com os agricultores com ou sem terra.

A presença do Ir. Írio, que é da nossa Congregação, e que foi liberado pela nossa Província para a função de secretário executivo, tem sido muito significativa para nós, Missionários da Sagrada Família, pois ele se tornou a mediação entre a CPT, organismo que nós admiramos muito e a nossa Província. Indiscutivelmente a sua liberação foi um grande ganho tanto para a Província como para a CPT. Com a mediação dele nos tornamos mais participantes e mais comprometidos com a causa dos homens e das mulheres do campo. Sabemos que nem todos os pastores da Igreja e quem sabe, nem todos os colegas, têm a mesma admiração e dão o mesmo apoio à CPT. Mas independente disso, vejo esta entidade fazendo o seu trabalho com muita competência, convicção e seriedade. O que lhe angaria, cada vez mais, reconhecimento, simpatia e credibilidade. Por isto, me parece ser esta a melhor política que a CPT poderá adotar diante daqueles que ainda não lhe dão um voto total de confiança.

Aquilo que o teólogo Marcos Rodrigues da Silva escreveu nos artigos: "Ação Pastoral da Terra" e "Mística e Espiritualidade na Luta pela Terra e na Terra" deve ter dizimado muita dúvida e nos deu a certeza que a CPT é, de fato, "marcante sinal profético", possui verdadeiro espírito evangélico e tem uma mística cristã séria no seu trabalho pastoral.

Concluo dizendo que sintonizo com o anseio da CPT e me solidarizo na busca de seus objetivos.

Pe. Euclides Benedetti MSF

CONJUNTURA

Voto consciente é dever de cidadão

Nas eleições deste ano haverá muita votação de uma só vez: deputado estadual, federal, senador, governador, presidente da República. Se depender de voto, no fim do ano o País será outro.

Só que o povo está cansado de votar e ficar tudo na mesma. E tem razão. As elites políticas brasileiras são que nem camaleão. A maior parte dos políticos que estão aí mandando são os mesmos do tempo da ditadura. Vestiram a camisa da democracia para continuar a defender seus interesses nas regiões ou em todo o Brasil. Eles não se preocupam com o País. Preocupam-se com os interesses de seus amigos. Oligarquia é isso: governo de poucos para o bem de poucos.

Muita gente vota na pessoa e não no partido. Na pessoa que fez um favor, que vem na sua casa, que escreve uma carta no dia do aniversário. É assim que os políticos velhos fabricam o seu curral eleitoral: com dinheiro e pele macia de ovelha. Compram o voto com tapinhas nas costas e propaganda mentirosa. Depois, quando estão no governo, fazem leis que prejudicam os eleitores.

Olhar a pessoa é importante. A CPI do orçamento mostrou que o Congresso e o governo estão cheio de corruptos. Indicou alguns para serem cassados, mas há indícios de que mais de 50% dos deputados são corruptos. Esses não podem ser eleitos.

Cabe a cada eleitor pesquisar a vida de cada caçador de votos que chegar na sua região, sobretudo se for um amigo.

Por isso é importante votar num partido. Olhar seu programa, sua história, em que propostas votou na Constituinte, como trata os seus colegas corruptos, que solução apresenta para o problema das crianças, dos desempregados...

A maior dificuldade para o eleitor conhecer os candidatos e os partidos vai ser esta: todos falam o que o povo quer ouvir. Foi assim que Collor ganhou eleição. Encomendou à sua empresa uma pesquisa entre os mais pobres para saber que presidente eles queriam. Antes de mandar um programa para a TV, fazia um teste numa favela. Foi assim que ele conseguiu enganar muita gente. Os políticos do interior sempre fizeram coisa parecida, sem esses meios sofisticados. Mas, hoje, o maior cabo eleitoral é a TV. Ela faz a cabeça de todo mundo.

Como resolver este problema? As comunidades, os sindicatos, os movimentos populares, as Igrejas devem fazer um grande mutirão: levar aos eleitores informações de confiança. Não quer dizer que eles devam fazer opção partidária. O importante é oferecer ao povo informação verdadeira, dar elementos para o eleitor decidir livremente, sem manipulação. Isso não se aprende apenas em tempo de eleição, aprende-se mais participando dia a dia nos movimentos populares, nas lutas pelos direitos, enfrentando os políticos que estão aí para obrigá-los a administrar honestamente, a executar planos que resolvam os problemas que a maioria do povo enfrenta. Política nova se aprende no dia a dia, exigindo os direitos do cidadão.

Um debate interessante para preparar as eleições deste ano deveria responder a estas perguntas:

1. Como o candidato e seu partido pensam resolver os problemas da fome, dos meninos de rua, da educação, da saúde? Com revólver ou com um plano de prioridades claras?

2. falar em desemprego, reforma agrária e urbana causa-lhe raiva ou aceita pelo menos discutir esses problemas? Estaria disposto a colaborar para enfrentar esses desafios?

3. Para ele, economia é modernizar as grandes empresas das metrópoles ou estaria disposto a pesquisar os recursos naturais de sua região e ajudar o povo a aproveitá-los e comerciá-los?

4. Você votaria num compadre que, de dia, toma seu café e, de noite, rouba seu salário e sua produção e às escondidas vai tirando suas possibilidades de viver?

(Jerônimo Nunes - publicado em "Pelejando" n. 116, maio/94)

Julgamento de Paulo César Pereira

Finalmente foi foi julgado e condenado, no dia 23 de junho, Paulo César Pereira, que atentou contra a vida do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Carlos Cabral, no dia 4 de março de 1991. Carlos Cabral é o sucessor, na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, de Expedito Ribeiro, assassinado um mês antes (02/02/91), genro de João Canuto (morto em 18/12/85), e cunhado de José e Paulo Canuto (mortos em 22/04/91) e Orlando (sobrevivente do mesmo massacre).

Morando atualmente em Goiânia, Paulo César Pereira, antigo "bate- pau" da Polícia e, segundo a imprensa, envolvido em tráfico de armas, confessou que havia tentado contratar três homens para matar Cabral. Não tendo conseguido, atirou ele mesmo, e disse que teria sido só para "amedrontar".

Sobre o julgamento diz a nota emitida pelo Comitê Rio Maria:

"Como advogado de Paulão atuou dr. Flávio Guimarães que usou e abusou de argumentos emocionais e afetivos para conquistar os membros do júri; falhou contra a verdade, fez acusações improcedentes para conseguir os resultados almejados. Na acusação atuou o promotor Dr. Cláudio Henrique Lopes Rendeiro e como auxiliares frei Henri Burin de Roziers, de Rio Maria, Dr. Egídio Sales Filho, de Belém, e Dr. Thomas Bastos, de São Paulo, ex-presidente do Con- selho Federal da Ordem dos Advogados do Bra- sil.

E agora?

Apesar disso a condenação é muito importante por ser o primeiro júri realizado no sul do Pará por crime ligado a problema de terra. Os advogados decidiram recorrer da sentença na esperança de uma pena mais rigorosa.

Mas este julgamento revelou claramente que o clima de medo persiste em Rio Maria!

Continuamos con tando com o apoio de vocês nesta empreita dura."

Rio Maria, 25 de junho de 1994
André Luiz Monteiro Mayer
Presidente do Comitê Rio Maria



Carlos Cabraal (à esquerda), presidente do STR de Rio Maria/PA

Violência em Doverlândia, Goiás

Na cidade de Doverlândia, Goiás, o mês de maio foi marcado por violências e ameaças contra as 138 famílias que ocuparam, em abril, a fazenda Asa Verde do Araguaia, área que se encontrava abandonada.

Logo após a ocupação, policiais iniciaram as pressões, levando objetos, alimentos e até dinheiro dos trabalhadores. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doverlândia, José Alves Nogueira foi ameaçado de prisão pelo próprio delegado de polícia, cabo Moura.

O pretenso proprietário, José Francisco Petrônio, residente em São José do Rio Preto, SP, chegou à área, no dia 16 de maio, acompanhado de vários pistoleiros. Interditaram a estrada que liga Doverlândia a Ribeirãozinho (MT). No dia 26 invadiram o acampamento, queimando barracos, destruindo mantimentos, ferramentas, pertences pessoais. Espancaram e levaram amarrados à Delegacia de Polícia oito trabalhadores. Estranhamente, o delegado os manteve presos, enquanto os pistoleiros transitavam armados pela cidade.

No dia seguinte foi encaminhada uma denúncia ao diretor da Polícia Civil de Goiás, Dr. Antônio Martins França, por uma comissão composta pela Fetaeg, CUT-GO, CPT-GO, Ifas (Instituto de Formação e Assessoria Sindical), que também pediu providências à promotora da Comarca de Caiapônia. Essa comissão visitou a área no dia 28 junto com o tenente Joviano, comandante do Pelotão da PM de Caiapônia, um soldado e o delegado. Na fazenda encontraram o proprietário e os pistoleiros armados, que fugiram no ato. Foram constatadas as destruições provocadas pelos pistoleiros e apesar disso, cinco deles que chegaram a ser presos, foram liberados, enquanto 14 trabalhadores ficavam detidos.

No início de junho uma equipe do Incra fez vistoria na área e, embora ainda não tenha saído o laudo definitivo, há indicativos que apontam para a conclusão de que o imóvel é improdutivo.



Grito da Terra Brasil

Os trabalhadores rurais brasileiros movimentaram todo o País, do dia 9 a 12 de maio com o **"Grito da Terra Brasil"**, coordenado pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT - DNTR/CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, e apoiado por várias entidades, inclusive a CPT.

O objetivo era fazer o governo negociar uma pauta de reivindicações relativas à demanda por terra, crédito agrícola, além de outras questões de interesse dos agricultores.

Por quase uma semana concentraram-se em Brasília mais de mil trabalhadores vindos dos diversos pontos do Brasil, enquanto, simultaneamente eram realizadas em todos os Estados ações variadas, correspondentes às reivindicações: ocupações de sedes do Incra, de áreas improdutivas, de prédios da Receita Federal, caminhadas, concentrações.

No dia 10 fizeram uma caminhada pela esplanada dos Ministérios, pressionando para que uma comissão fosse recebida no Palácio do Planalto, o que ocorreu no início da tarde.

No dia 11, servidores federais, professores e outras categorias em greve uniram-se aos rurais numa passeata que percorreu os Ministérios da Agricultura, Fazenda, Justiça, Secretaria da Administração Federal, Congresso Nacional e Palácio do Planalto. Totalizavam cerca de 5 mil trabalhadores reivindicando atendimento da pauta de reivindicações do **Grito**, protestando contra o Plano FHC, exigindo punição para os envolvidos na máfia do orçamento e abertura de negociações com os servidores públicos.

Graças à concentração de uma massa de agricultores em Brasília, o movimento conseguiu reverter a postura do governo federal que, no dia 10, iniciou o processo de negociações, com o aval do presidente Itamar Franco junto aos ministérios.

Resultados

* No **Ministério da Previdência Social** definiu-se em audiência a criação de uma comissão técnica composta por membros do governo e do **Grito**, para estudar a pauta.

No **Ministério da Agricultura** discutiu-se a necessidade de uma política diferenciada de crédito para a pequena produção. Foi organizada uma reunião conjunta com o Banco do Brasil, Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura e representantes do **Grito** para definir uma proposta comum no sentido de elaborar voto no Conselho Monetário Nacional para as questões que possam ser resolvidas ainda nessa safra. Para os demais assuntos foram marcadas reuniões específicas com o BNDES para tratar do Finame rural e com o Ibama para tratar sobre pesca, borracha e babaçu.

1. Com relação à política agrícola foram acordados, para encaminhamento ao Conselho Monetário nacional, os seguintes pontos, além de outros mais específicos de alguns estados:

* Ampliação dos recursos destinados ao crédito para pequenos agricultores;

*. modificação nos critérios de enquadramento dos pequenos agricultores para fins de crédito;

*. redução da taxa de juros para pequenos agricultores, em valor a ser definido;

*. garantia de exclusividade no uso dos recursos do Tesouro Nacional para os pequenos agricultores;

*. incentivo ao crédito associativo para pequenos agricultores.

2. Foi dada garantia de AGF (Aquisição do Governo Federal) e/ou EGF/COV (Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda) para os contratos de produtos básicos firmados por pequenos agricultores, desde que o produto seja depositado em armazém credenciado pelo Conab.

3. O Banco do Brasil ficou de apresentar uma proposta de simplificação dos procedimentos para obtenção de créditos para os pequenos produtores.

Política Agrária

Os representantes do **Grito** e do governo firmaram um Termo de Compromisso relativo aos Títulos de Dívida Agrária - TDAs e indenização de benfeitorias de áreas decretadas como de interesse social:

TDAs:

Liberação pela Secretaria do Governo Federal do montante de Títulos de Dívida Agrária - TDAs, referentes a 62 áreas de terras decretadas de interesse social para reforma agrária em 1993.

Indenização de benfeitorias:

a) O tesouro Nacional estudará a liberação imediata de recursos estimados em US$ 5 milhões para pagamento das benfeitorias das 62 áreas já decretadas de interesse social, em 1993;

b) gestão, junto ao Congresso Nacional para aprovação de emendas à proposta de Orçamento da União, visando alocar recursos para a Reforma Agrária, de acordo com a decisão do Consea (Conselho de Segurança Alimentar), na ordem de US$ 613 milhões para implantação e consolidação de assentamentos e US$ 452 milhões para o Procera.

Recursos para o Procera:

a) O tesouro Nacional estudará formas de liberar US$ 200 milhões, durante os meses de junho e julho para o Procera.

Frentes de emergência do Nordeste:

Viabilização da liberação dos recursos referentes aos meses de março, abril e maio para as frentes de emergência do Nordeste.

Seminário de Associações de Serra do Ramalho

Os participantes do "Seminário das Associações dos Moradores e Pequenos Produtores de Serra do Ramalho", ocorrido em 21 e 22 de maio de 1994, em Serra do Ramalho, Bahia, assinaram um documento denunciando a situação em que se encontra o **Projeto Especial de Colonização - PEC**:

"Nós, participantes do **Seminário das Associações de Moradores e Pequenos Produtores de Serra do Ramalho**, ocorrido nos dias 21 e 22 de maio de 1994, em Serra do Ramalho, com participação de representantes das Agrovilas, das áreas periféricas do PEC (Projeto Especial de Colonização) Serra do Ramalho e de entidades de apoio, vimos através desta expor a atual situação em que o mesmo se encontra:

- O projeto, iniciado em 1976, com o deslocamento de atingidos pela barragem de Sobradinho, está passando as mais elementares necessidades de sobrevivência, tais como: falta de água e falta de comida. Segundo o censo de 1991, somente no município de Serra do Ramalho existem 33.124 habitantes.

- Por falta de uma política agrícola específica para essa área, as Agrovilas vêm se transformando em verdadeiras favelas rurais, onde as famílias, sem condições de sobreviverem da terra, são obrigadas a se transformar em bóias frias nas empresas instaladas na região.

- Os canais de irrigação do Projeto Formoso A, que inicialmente foram projetados para irrigar, também parte do Projeto PEC, não cumpriram esses objetivos por falta de vontade política do governo.

- A especulação fundiária é escandalosa dentro do Projeto. Devido aos 18 anos de abandono e sem perspectiva de futuro garantido na terra, a área vem sendo alvo constante de grileiros e de especuladores, que compram os lotes por preços irrisórios.

- Segundo o relatório do Consórcio Noronha TAMS, 63% dos lotes das Agrovilas se encontram em situação fundiária irregular, sem falar das áreas ditas periféricas, às margens do Rio São Francisco, da Reserva e da Serra, que vivem permanentemente uma situação de insegurança e conflito. Levantamentos indicam que nessas áreas estão vivendo cerca de 1200 famílias.

- A emancipação de Serra do Ramalho, ocorrida em 1989 é, no mínimo, questionável, uma vez que a situação fundiária ainda não estava regularizada. Além do mais, esta aconteceu de forma arbitrária e foi forjada para atender, unicamente, interesses de políticos locais.

Por esses motivos, denunciamos a decisão do Incra em abandonar o Projeto PEC, previsto para 30 de junho de 1994, sem cumprir os seguintes compromissos:

- regularizar as áreas periféricas;
- regularizar e titular todos os lotes;
- consolidar a infra-estrutura necessária para acomodar dignamente as milhares de famílias lá assentadas;
- não sair antes que a comunidade esteja social e economicamente apta a desenvolver sua vida administrativa própria.

A decisão coloca em risco a vida das famílias que, ao longo desses 18 anos resistiram e permaneceram na terra, não obstante todas as dificuldades e abandono por parte dos órgãos responsáveis pela administração do Projeto.

Não aceitamos essa decisão enquanto todas as pendências e irregularidades não forem resolvidas.

Serra do Ramalho, 22 de maio de 1994

Arquivo/CPT



Rebujo do Remanso do Boto

Os agricultores de Rebujo do Remanso, residentes nas margens do Lago Puraquequara, a 18 km de Manaus, AM, estão vivendo num clima de grande tensão, ameaçados de perder as terras que ocupam há mais de 25 anos, e até sofrendo violências físicas,

Os fatos foram relatados à CPT do Amazonas, no dia 8 de junho, por um grupo de cinco agricultores. Membros da CPT-AM e uma equipe da TV Cultura estiveram no local e constataram os fatos.

O proprietário de um hotel de luxo "Remanso do Boto", pretende ampliar seu império hoteleiro, invadindo a terra dos posseiros. A mesma área é pretendida também por Pedro Sampaio, que vem impedindo o livre tráfego dos agricultores pelos igarapés, que são vias de comunicação com o Lago Puraquequara.

Os moradores responsabilizam o proprietário por comprometer o meio ambiente, pois, represando o lago, este tornou-se propício à concentração de mosquitos transmissores de malária, aumentando o número de casos da doença.

O agricultor Raimundo denunciou à TV Cultura a perda de 9 ha de roça e a destruição de uma de suas casas de farinha. Outro, Manoel, contou ter sido espancado a mando de Pedro Sampaio, para impedi-lo de brocar o terreno.

Segundo a CPT-AM, a imprensa local está boicotando a divulgação das denúncias, pois é ligada aos interesses dos empresários do setor hoteleiro.

Comissão de investigação de Trabalho escravo no MS

No dia 18 de junho de 1993, pela resolução conjunta da Secretaria de Justiça e Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e INSS, foi constituída no Mato Grosso do Sul, a **Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho Escravo nas Carvoarias e Destilarias do Mato Grosso do Sul**. Além dos órgãos acima citados, compõem a Comissão as seguintes entidades e pastorais: Comissão Pastoral da Terra, Cimi, Pastoral dos Migrantes, Instituto Nacional de Seguridade Social, Ministério Público Federal, Procuradoria Regional do Trabalho, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Fundacentro, STR de Três Lagoas, STR de Ribas do Rio Pardo, CDDH Marçal de Souza, Grupo TEZ, Funai, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Conselho Estadual dos Direitos do Índio, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Estadual dos Direitos do Negro, Fetagri/MS, FTI/MS, DETR/CUT. Ao todo, formam um total de 27 pessoas.

No final de 1993, através dos contatos da Comissão, o Dr. Luiz Camargo, Procurador Geral do Trabalho, voluntariou vir do Rio de Janeiro para estabelecer em Campo Grande o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e participou ativamente da Comissão.

A Comissão realiza constantes visitas às carvoarias e destilarias. Existem no MS 09 destilarias, sendo quase todas de propriedade de empresários nordestinos, e que trazem cortadores de cana do Nordeste. Quanto às carvoarias, é quase impossível determinar exatamente o número, porque estão espalhadas por aproximadamente 400 mil hectares entre Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas. A partir das visitas são feitos relatórios, aplicadas multas, convocadas as empreiteiras (no caso das carvoarias) e empresários (no caso de destilarias). As multas se comprovaram ineficientes. No entanto, alguns avanços foram conquistados, sendo o principal, um acordo com os usineiros para registrarem em carteira os índios, embora houvesse resistência dos cabeçantes e da Funai, porque esta recebia 3% e aqueles 12% dos salários dos índios. Os usineiros, depois de constantes pressões por parte da Comissão, concordaram em começar com grupos indígenas experimentais, o que já vem acontecendo. Trata-se de um fato novo, pois registrar os indígenas, respeitando suas peculiaridades culturais e permanência em aldeias, implica criar uma série de precedentes legais, sendo possível através do acordo aprovado pelo Ministério do Trabalho.



J. R. Ripper/Imagens da Terra

Principalmente nas carvoarias, as empreiteiras que são quase a totalidade de Minas Gerais, como a Semco, Roma, Alterosa, usam de artifícios para driblar a fiscalização e assim não mudar o sistema de exploração. Um exemplo é o trabalho de menores diante das pressões da Comissão tiraram os menores dos trabalhos dos fornos, porque ficavam muito à vista e os colocaram para cortar árvores de eucalipto, usando moto-serra, o que torna o trabalho de menores ainda mais perigoso.

A Comissão já recebeu apoio e reconhecimento do SBT, que produziu um documentário (Documento Especial) mostrado em rede nacional no dia 7 de outubro de 1993. A "Trocaire", da Irlanda, convidou o padre Alfeo para a Programação de Quaresma entre os dias 27 de fevereiro e 8 de março de 1994. A TV francesa colheu muitas informações através de fax, e mais recentemente, a TV suíça esteve nos locais das baterias de carvão, colhendo material para um documentário, inclusive com uma longa entrevista com o pe. Alfeo.

Além de continuar as visitas de inspeção, a Comissão chegou à conclusão de que precisava estabelecer uma estrutura e um mecanismo que independam de indivíduos que hoje, com boa vontade ocupam cargos decisivos, e amanhã podem ser tirados. Por isso está em processo uma articulação conjunta e entrelaçada entre órgãos que têm a competência. O Ibama baixará portaria determinando que só autorizará o corte de árvores para fazer carvão, se primeiro passar pelo crivo da DRT. A DRT só dará o aval se a empreiteira cumprir todos os requisitos que serão estabelecidos por portaria que será baixada. Estamos confiantes que por este mecanismo, estaremos dando um avanço significativo para eliminar o trabalho escravo nas carvoarias do Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, 6 de junho de 1994
Pe. Alfeo Prandel CPT/MS

Projeto de Patentes

Está tramitando pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal o Projeto de Lei de Patentes, de n. PL 115. Se este projeto não for votado ainda no 1 semestre provavelmente não será apreciado pelo atual Congresso.

Este projeto surgiu de compromisso assumido pelo ex-presidente Collor com o governo dos Estados Unidos, em 1990.

Eis alguns pontos que demonstram como aprovação de tal projeto seria prejudicial à sociedade brasileira:

- patenteamento das biotecnologias, dos seres vivos e produtos farmacêuticos;
- permitir que a importação satisfaça o requisito de exploração de patentes;
- proibir a importação competitiva de produtos patenteados;
- permitir que produtos que hoje são de uso livre voltem a ser patenteáveis.

Além disso, segundo Davi Hathaway, da AS-PTA, há outros pontos "altamente nocivos, mas menos noticiados, já aprovados na Câmara dos Deputados, e que gozam da bênção do governo Itamar, como o de presumir a culpa (e não a inocência) dos acusados em processos sobre "pirataria" e outro que retira ao governo federal qualquer poder para orientar a escolha de tecnologias importadas."

São fortes as pressões nacionais e internacionais para a aprovação do projeto. Para Davi Hathaway "é de extrema urgência que a presença contrária da sociedade civil também se faça sentir neste ano eleitoral, para que os senadores possam afinar seu olfato político a ponto de entenderem, ao menos, que um projeto tão polêmico não deve ser aprovado a toque de caixa."

Pai

Pai
Tu queria tudo pra teu povo -
liberdade para quem não tem,
pão e trabalho para todos.
Tu queria justiça.
E lutou contra a violência.
Tu queria um mundo sem patrões
um mundo sem explorados.
Tu, pai, queria um mundo de justiça e liberdade.
Mas seu sangue foi derramado
antes que você visse
raiar o sol da liberdade.
Mataram você, pai,
porém, você está mais vivo ainda,
pois continuamos a luta
pela qual você deu a vida.
Pai, um dia conseguiremos
a liberdade e a justiça,
enfim o mundo que você tanto queria,
mesmo que para isso morremos também.

(Luciene Rodrigues de Oliveira - extraído do livro "Águas do Céu, Barro da Terra, de Frances O'Gorman e lavradoras da Bahia e Goiás)

Viramundo

Sou viramundo virado
na ronda das maravilhas
cortando a faca e facão
os desatinos da vida
gritando para assustar
a coragem da inimiga
pulando pra não ser preso
pelas cadeias da intriga
prefiro ter toda a vida
a vida como inimiga
a ter na morte da vida
minha sorte decidida

Sou viramundo virado
pelo mundo do sertão
mas inda viro esse mundo
em festa, trabalho e pão
virado será o mundo
e viramundo verão
o virador desse mundo
astuto, mau e ladrão
ser virado pelo mundo
que virou por certidão
mas inda viro esse mundo
em festa, trabalho e pão
em festa, trabalho e pão

(Música de Gilberto Gil e Capinam)



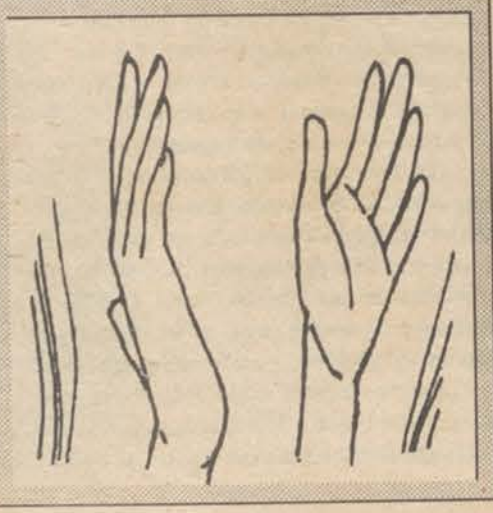
As mãos

A mão do povo estendida.
O grão colhido
e saqueado.
Não apenas o grão,
a própria mão saqueada,
rota,
despojada
até a última gota de fúria.

É a mão de um trabalhador,
mão que trabalha a dor.

Mão que o ferro desenhou
sulcos
e lavrou caminhos de fogo,
caminhos de esperança,
caminhos de dignidade.
Não tarda que a mão se cerre
em punho
e grite: até onde vai o território
da dor?

(Pedro Tierra - Goiânia - Goiás)



PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.000 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224 4436 - FAX (062) 225 4967. Assinatura anual (12 exps.) O pagamento de assinatura pode ser feito através de Vale Postal ou Cheque Visado pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

☐ Normal..... US$ 5,00 ☐ Para lavrador..... CR$3.000,00 ☐ Para o exterior..... US$15,00

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB, filiado à Right Livelihood e à Pax Christi International. Tem como objetivos:

I -Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II -Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III -Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Assine ou renove sua assinatura.

Nome:.....

Endereço:..... Exemplares:.....

Composição, Arte final e Impressão: Oficina de Comunicação, Goiânia - GO (062) 241-9626

CPT 20 anos

PASTORAL DA TERRA

THE RIGHT LIVELIHOOD AWARD

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
AnoXX

Junho 97
Nº 143

ESPECIAL

CONFLITOS NO CAMPO - BRASIL/96



FOTO: SEBASTIÃO SALGADO

EDITORIAL

A face rural de Cristo

D. José Elias Chaves[1]

Levar a "face rural de Cristo" ao campo foi sempre o objetivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no seu trabalho pastoral junto e em favor do pequeno lavrador em sua luta e sua permanência condigna na terra conquistada.

Para isso a CPT se tem empenhado, há mais de 20 anos, em estimular, apoiar e ajudar a organizar os trabalhadores rurais em suas lutas, suas reivindicações e em suas organizações, por todo o Brasil. De modo que a CPT é hoje, um interlocutor necessário e respeitado por todas as organizações que lutam pela terra, e é até levada seriamente em conta pelas próprias esferas governamentais.

Neste momento, em que a consciência nacional desperta simpaticamente para a urgência e necessidade da Reforma Agrária, que é a grande bandeira da CPT; neste momento em que o Movimento Sem Terra sensibiliza a nação, e sua marcha sobre Brasília atrai a atenção e simpatia até do exterior, é o momento para a CPT lançar a público esta edição especial do Pastoral da Terra, acompanhando o relatório "Conflitos no Campo/Brasil 96", que sintetiza a história dessa luta heróica, ilustrando-a com fatos e números a fim de que a opinião pública possa compreender melhor as razões profundas destas lições, e possa apoiá-las mais eficazmente em suas reivindicações junto às diversas esferas governamentais.



FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ

Acampamento Boa Vista / Conceição da Barra - ES

Assim, não terão tombado em vão tantos pobres defensores desta causa, sintetizados no massacre de Eldorado dos Carajás... A violência continua e a falta da implementação de uma reforma agrária de verdade que mude a estrutura fundiária atual, é mostrada no aumento expressivo do número de conflitos de terra: em 1995 foram 441, e em 1996 passaram para 653. Igualmente, o aumento do número total de conflitos foi significativo, passando de 554 em 1995, para 750 em 1996. Da mesma forma, o número de assassinatos cresceu passando de 41 em 1995, para 54 em 1996 - o maior dos anos 90. As tentativas de assassinato que foram 43 em 1995, chegaram a 71 em 1996.

No entanto, sinais encorajadores de esperança no êxito desta luta brotam em todo o Brasil, principalmente através do "Grito dos Excluídos" e "Grito da Terra Brasil"!

Esperamos firmemente que o Deus dos Pequeninos repetirá para o nosso povo a intervenção que fez para seu povo escravizado no Egito: "Eu ouvi o clamor de meu povo e desci para libertá-lo..."

[1] Bispo de Cametá (PA), e vice-presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra

PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT
C.P. 749 - CEP 74030-090 - Goiânia - Goiás
Fone: (062) 224-4436 - Fax: (062) 225-4967

A COMISSÃO DE PASTORAL DA TERRA é um organismo à linha 6 da CNBB, filiado à Right Livelihood e à Pax Christi Internacional.

Tem como objetivos:
I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos povos da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Jornalista responsável:
Malu Maranhão - Reg. Prof. 526/08/63 - SP
Editoração Eletrônica e Impressão: Gráfica e Editora Redentorista Ltda.
Telefax: (062) 271-1822

Assine ou renove sua assinatura
Nome: _____
Endereço: _____ Exemplares: _____
Assinatura anual (12 expls.)
☐ Normal ..... R$ 10,00
☐ Para lavrador ..... R$ 5,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00
O pagamento de assinatura pode ser feito através de Vale Postal ou Cheque Visado pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

Com quantos mortos não se faz a reforma agrária no Brasil[1]

Ruben Siqueira[2]

Eram, realmente, fragílimos aqueles pobres rebelados...
Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta.
Entretanto enviamo-lhes o legislador Comblain;
e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador - a bala.
(Euclides da Cunha, *Os sertões*)

O ano de 1996 ficará para sempre marcado pelo massacre de sem-terra em Eldorado dos Carajás - nome de terrível ironia. Dezenove mortos e dezenas de feridos, metralhados pela Polícia Militar, ali a representar o Estado brasileiro, chefiado pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e o Estado do Pará, governado por Almir Gabriel. Ambos expoentes diletos da Social Democracia Brasileira, que chegou ao poder com a retórica do novo, para fazer a coisa mais arcaica deste país, que é a violência rural. Havia apenas oito meses, acontecera o massacre de Corumbiara - 12 sem-terra mortos pela Polícia Militar de Rondônia (nove no dia, três depois em conseqüência). Chacinas e massacres não são novidade na história dos camponeses, dos trabalhadores rurais no Brasil, mas se continuam acontecendo é porque, a despeito dos avanços modernizadores e até mesmo por causa deles, persistem as condições de concentração da propriedade da terra, da renda e do poder político real mais que formal e o impedimento sistemático do direito aos pobres do campo.

A história da luta pela terra no Brasil não é mais a mesma depois daquele fatídico 17 de abril de 1996. A data virou Dia Internacional da Luta Camponesa. As imagens transmitidas pelas TVs causaram indignação e repulsa na sociedade brasileira e na opinião pública internacional. A cidade, atordoada por seus próprios massacres e cansada de seus próprios problemas, começando a perceber as estreitas ligações que existem entre eles e o que acontece ou deixa de acontecer no campo, passou a se preocupar com a luta pela terra. Os conflitos rurais, até então coisa de um país antigo e ultrapassado que se preferia escamotear, a partir de então freqüentam diariamente a mídia. O Movimento dos Sem Terra tornou-se amplamente apoiado e se viu transformado em canal de expressão do descontentamento e do protesto social e até da oposição ao governo. Cresceu como nunca o clamor, a pressão social pela reforma agrária e a justiça no campo e por políticas sociais urgentes.



FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ

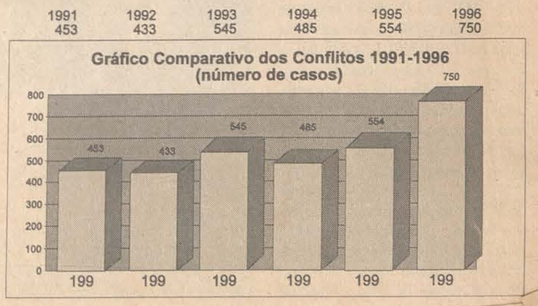
Passeata do MST no dia do julgamento de Zé Rainha - 10/06/97

A verdade, porém, é que, às vésperas do terceiro milênio, em plena consolidação da democracia política no Brasil, a histórica violência rural - como também a urbana - está atingindo níveis e formas inimagináveis. Apenas porque, na esteira da globalização subordinada, comandada pelas recicladas elites proprietárias de sempre, resiste-se à realização da reforma agrária.

O contexto sóciopolítico, que possibilita estes Eldorados, além do mito da falsa cordialidade que encobre a brutalidade, mistura razões de Estado com *globalitarismo*[3] e ambições de poder. O clima de desintegração social e política que toma conta do Brasil não é possível mais ignorar. A violência nossa de cada dia, antiga companheira dos pobres e subalternos, e a corrupção, sócia não menos antiga do poder neste patrimoniado chamado Brasil, recriaram-se em formas e atingiram níveis que fazem pensar estarem se institucionalizando na vida pública. A corrupção como moeda corrente nas transações de privilégios privados por apoios públicos, à custa do erário. A violência, como *técnica de poder* e resposta permissiva às demandas sociais agravadas com o desemprego e o desmonte do aparato social do Estado, estaria tornando-se fator de segurança dos planos econômicos de ajuste neoliberal e dos planos políticos de continuidade da aliança liberal-conservadora no poder.

Assim é que a violência, a morte e a impunidade continuaram e continuam sendo a principal forma de resposta das "eternas" elites proprietárias, recicladas na ideologia dos *com tudo* contra os *sem nada* (de novo, enquanto preparamos o relatório dos conflitos do ano anterior, chegam notícias de nova chacina: dois lavradores mortos e seis feridos no ataque de pistoleiros aos sem-terra acampados no engenho Camarazal, Nazaré da Mata - PE, em 08/06/97. Presságio sinistro da continuidade...). Incrédulos, admitimos que o aumento da violência rural, até níveis que se diriam insuportáveis, se mobiliza a opinião pública, não é capaz de mudar o padrão de atitude das autoridades estatais frente à demanda por terra e cidadania no campo. O que mais precisa ainda suceder, para que um programa de reforma agrária digno do nome seja empreendido para cessar a insidiosa concentração da terra no Brasil? Quantos assassinatos, chacinas e massacres de trabalhadores e lideranças rurais ainda virão acontecer para que se ponha fim à impunidade e se faça justiça aos pobres do campo?

É neste contexto e sob o peso absurdo destas questões, que a CPT, cumprindo sua missão profética de denunciar os conflitos no campo, oferece à consciência das autoridades e dos cidadãos os dados sobre as ocorrências de 1996. E o faz há exatos três meses dos cem anos do massacre de Canudos (05 de outubro de 1897). O maior envolvimento bélico do Estado brasileiro foi contra seu próprio povo: 12 mil soldados, mais da metade do efetivo do exército à epoca, massacraram mais de 25 mil camponeses sem terra. Cem anos e tantos séculos mais da mesma vergonha.



1. Tipos e estatísticas dos conflitos

1.1. *Os conflitos rurais tiveram em 96 o maior número já registrado pela CPT em 11 anos de documentação*: foram **750** - 196 a mais que os 554 de 1995, um crescimento de 26%, e 256 acima da média anual de 494 (91/95), um crescimento de 34%. Foram 653 conflitos de terra, 19 casos de trabalho escravo e 78 *outros* (trabalhistas, sindicais, de política agrícola e de garimpo), numa média de 2 conflitos por dia.

1.2. *Os conflitos cresceram em todas as regiões do país e em quase todos os estados*. De novo, os conflitos foram mais numerosos no Nordeste (256 - 58 a mais que em 95), seguido do Centro-Oeste (153 - 53 a mais), do Sudeste (142 - 21 a mais), do Norte (114 - 31 a mais) e do Sul (85 - 33 a mais). Os estados mais conflitivos foram um de cada região: Pará (72 - 27 a mais que em 95), Minas Gerais (70 - 20 a mais), Goiás (67 - 33 a mais), Bahia (60 - 27 a mais) e Paraná (53 - 23 a mais). Os conflitos só não aumentaram em cinco estados: Acre e Ceará (menos 5), Alagoas (menos 3), Rio de Janeiro (menos 2) e Amapá (mesmo número - 2). Em número de conflitos, ainda que o Nordeste, como sempre, persista em primeiro lugar, o Centro-Oeste e o Sudeste pela segunda vez consecutiva ultrapassam o Norte. Consolida-se, portanto, a tendência iniciada em 95 de certo deslocamento dos conflitos para as áreas mais modernizadas, sem arrefecer nas áreas de expansão amazônicas. Aconteceram nestas os massacres de Corumbiara e Eldorado e o Pará continua sendo o Estado campeão em boa parte das modalidades de conflito e violência rural (ver à frente artigo de Alfredo Wagner). São as ocupações de terra que têm aumentado nos modernos Centro-Oeste - cuja agricultura é, no mundo, das que mais absorvem tecnologia - e Sudeste.

1.3. *O grande aumento se deveu aos conflitos de terra, também um recorde*: **653** - 213 (32,6%) a mais que em 95 e 268 (41%) acima da média anual de 385 (91/95). E isto se deveu às *ocupações* dos sem-terra: 398, sendo 252 a mais que as 146 do ano anterior, num aumento de 63,3%. Confrontando os dados de 96 com os de 95, constata-se que o número de pessoas envolvidas nos conflitos de terra (481.490 contra 318.458) teve aumento de 33,8 %, muito maior que o de 4,2% dos hectares conflitivos (3.395.657 contra 3.250.731). Mais pessoas estiveram disputando menos hectares, numa proporção de 7 ha por pessoa, sendo que era 10 ha por pessoa em 95*.

FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ



Manifestante do MST em Pedro Canário / ES

1.4. *As ocupações registraram o maior número desde 85 (**398**), aconteceram em todas as regiões e estados do país e aumentaram em todos eles* (menos no Distrito Federal, onde caiu de 3 para 2, de 95 para 96). Pela ordem de quantidade e de crescimento em relação a 95, foram: 157 no Nordeste (40%), 100 a mais que em 95; 68 no Centro-Oeste (17%), 42 a mais; também 68 no Sudeste (17%), 31 a mais; 53 no Norte (13,3%), 42 a mais; e 52 no Sul (13%), 37 a mais. Os estados onde mais ocorreram foram: Pernambuco (40), São Paulo (38), Paraná (37), Bahia (35) e Pará (33). Os maiores aumentos foram 26 a mais em cada um dos estados do Pará, Paraná e Rio Grande do Norte (de 3 para 29). Em número de famílias ocupantes também houve recorde: **63.080**, mais que o dobro de 95. Os maiores envolvimentos de famílias foram no Paraná (6.959), São Paulo (6.326) e Bahia (6.135). Algumas áreas, como o Pontal do Paranapanema (SP), o Sul do Pará e a Zona da Mata no Nordeste, aparecem na mídia como maiores focos de ocupações. Os dados, porém, indicam que elas se generalizaram por todas as regiões, inclusive pelas regiões de um mesmo Estado.

1.5. *Houve significativo aumento do número de pessoas envolvidas** nos conflitos (**935.134**), 67 % acima da média anual de 91/95, duas vezes e meia o número do ano anterior. Um número que só não é maior que o de 87 (984.583). A média de pessoas por conflito foi 1.247, bem maior que a de 737 em 91/95. O aumento se deu em todas as regiões e estados, menos Acre e São Paulo. A grande elevação do número de pessoas envolvidas nos conflitos se deveu, sobretudo, aos conflitos chamados *outros*: saltaram de 36.581 pessoas em 95 para **451.157** em 96, o maior já registrado pela CPT desde 85. É que 96 marcou a retomada das grandes mobilizações conjuntas de trabalhadores rurais, mas principalmente as dos agricultores familiares do Sul, sobretudo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, contra as medidas de política agrícola e abertura comercial que desmantelam o setor.

FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ



1.6. *Os conflitos outros (93) e os casos de trabalho escravo (21) tiveram uma pequena diminuição do número* em relação a 95 e à média de 91/95 (85 e 25, respectivamente). Extraordinária foi, porém, a *queda do contingente de pessoas vítimas de trabalho escravo* - de 26.047 em 95 para **2.478** em 96. Acontece que as carvoarias de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul - maiores responsáveis pelas ocorrências em 95 (estimativas de 10.000 e 9.200, respectivamente, mais as de 4.000 numa fazenda em Iaras-SP) e nos anos anteriores - não figuram na lista dos casos documentados em 96 (ver à frente artigo de Malu Maranhão).

2. Violências contra a pessoa, a posse e a propriedade dos pequenos

2.1. *Foram assassinados 54 lavradores, 13 a mais que em 95, seis acima da média de 48 em 91/95*. Foram 46 em conflitos de terra. Desta vez, primeira em muitos anos, o número de sem-terra mortos (28 - 13 a mais que 95), devido ao massacre de Eldorado, ultrapassou o de posseiros (13 - 6 a menos). Cinco dos assassinados eram peões de fazenda. Quatro eram vítimas de trabalho escravo, o que antes só se registrara em 94 com uma vítima. Os principais autores das mortes foram a PM do Pará, no caso dos 19 de Eldorado, e reconhecidamente pistoleiros em 13 outros casos. Não muito diferente dos anos anteriores (a não ser pelo número de ocorrências), os estados onde mais se matou foram Pará (33), Amazonas (5) e Maranhão, Mato Grosso e Bahia (4 em cada um).

2.2. *Afora os assassinatos e as tentativas de assassinato, os demais tipos de violência contra a pessoa* tiveram significativas reduções em 96* frente aos dados de 95: 88 ameaçados de morte (67 a menos), 12 torturados (60 a menos), 198 presos (635 a menos), 124 agredidos fisicamente (1.886 a menos) e 220 vítimas de lesões corporais (308 a menos). Os ameaçados foram sobretudo posseiros (21), seguidos de sem-terra (19), sindicalistas (17) e agentes de pastoral (11), sendo seis padres (3 da CPT), um bispo, um religioso e três leigos da CPT, e os estados onde mais ocorreram as ameaças foram: Pará (24), Maranhão (12), Rondônia (11) e Bahia (10). Os torturados eram sobretudo do Pernambuco (6) e do Pará (4); os presos, do Pará (72), da Paraíba (27) e de Minas Gerais (26); os agredidos fisicamente, da Paraíba (35) e de Minas Gerais (24) e as vítimas de lesões, do Pará (50) e do Rio Grande do Sul (45). As tentativas de assassinato aumentaram de 43 em 95 para 71 em 96 e atingiram mais os sem-terra (29) e os posseiros (12), dos estados do Pará (30), do Paraná (7) e São Paulo (4).

FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ



Acampamento Água Preta / Município de Pedro Canário - ES

2.3. *A violência contra a posse e a propriedade cresceu em todas as modalidades*, menos no caso das famílias* vítimas de expulsão, exatamente a única modalidade que crescera de 94 para 95. Vítimas de despejo judicial foram 17.595 famílias (4.763 a mais em relação a 95), principalmente em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Pernambuco; ameaçadas de despejo judicial, 19.896 (6.596 a mais), sobretudo no Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul; ameaçadas de expulsão, 2.913 famílias (799 a mais), em especial no Pará e no Paraná; vítimas de destruição de casa, 1.337 (225 a mais), mais no Nordeste (Pernambuco, Bahia e Paraíba), com 1.153 famílias; de destruição de roça, 3.677 (2.091 a mais), com destaque para São Paulo, Paraíba e Pernambuco; e de destruição de pertences 1.146 famílias (376 a mais), especialmente no Pernambuco e na Bahia. A redução do número de famílias expulsas foi de 876, de 1.146 para 270, sendo 170 no Paraná e 100 no Pernambuco.

2.4. A queda em geral - bastante significativa em alguns casos - do número de violências contra a pessoa e, ao contrário, o crescimento em geral das ocorrências contra a posse e a propriedade, com suas importantes exceções, faz supor a existência de uma relação entre estes fenômenos, que o aumento de uma modalidade pode ocasionar a diminuição de outra e vice-versa. Se verdade, no presente caso, poder-se-ia concluir que se volta menos contra as pessoas quando se atenta mais contra a posse ou a propriedade, o que não está comprovado pela experiência. Mais certo, porque comprovado, é que com o avanço da democratização o recurso maior ao aparato do Estado reduz o uso de certas modalidades de violência. Assim, o número de vítimas de despejo e principalmente o de ameaçados de despejo judicial tiveram os maiores aumentos, enquanto caiu drasticamente o de vítimas de expulsão, confirmando a tendência dos últimos anos de utilizar menos este recurso quando o Judiciário, através das liminares de despejo, cumpre o papel de defender o latifúndio. Os dados de 96 indicam que, aumentando o número de assassinados e de vítimas de atentados, caiu o de ameaçados, quer dizer, recorreu-se mais *às vias de fato*.

2.5. *De 85 a 96 aconteceram 976 assassinatos, 891 tentativas e 2.500 pessoas foram ameaçadas de morte* em conflitos rurais no Brasil. Foram em média 81,3 assassinatos por ano, um a cada 4,5 dias. No entanto, ocorreram apenas *56 julgamentos*, nos quais somente *14 mandantes* sentaram no banco dos réus, havendo *sete condenações*, mas apenas cinco continuam presos, dois fugiram. Diante de tamanha impunidade, sem dúvida principal fator de perpetuação da violência contra os trabalhadores rurais, não há como eximir Estado e governos, em especial o sistema judiciário, das maiores responsabilidades.

Novos Canudos?

Os números não mentem: a "era FHC", nestes dois primeiros anos, já somou 1.304 conflitos rurais, envolvendo 1.316.220 pessoas, com 95 lavradores mortos, quase um por semana. A continuar neste ritmo, poderá rivalizar-se com os anos 80, mais conflitivos, "era de ouro da UDR". E de nada adiantará a retórica do presidente de que "nunca foi feito tanto pela reforma agrária como neste governo"... As metas de assentar 280 mil famílias em quatro anos, cujo cumprimento é mais propagandeado que comprovado pelos trabalhadores e pela sociedade, estão a milhões de famílias e hectares distantes da necessidade e da urgência. O critério da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) para um programa de reforma agrária é que atinja, a cada exercício anual, 5% do público potencial. A própria FAO estima o público *preferencial* da reforma agrária no Brasil em 2,5 milhões de famílias e os movimentos sociais calculam os sem-terra em 4,8 milhões de famílias. Na verdade, os sem-terra não cabem nos planos de modernização de FHC. Como nem os planos, nem FHC, nem os sem-terra estão para mudanças de posição, espera-se pela repetição do pior da história...

Em 1950, Dom Inocêncio Engelke, numa histórica manifestação da Igreja Católica, prenunciava que "conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural". Quase 50 anos depois, estamos aprendendo com que custos não se faz, apesar de tantas e inéditas adesões à causa. Os dados dos conflitos no campo no Brasil em 96, somados aos de 95, fazem crer que o atual governo está se encarregando de mostrar com quantos mortos não se faz a reforma agrária. Mas o país precisa, os trabalhadores exigem e a nação quer. Ela está madura, portanto, para que se colham os frutos que matam a fome de pão e de direitos e não outros de outras mortes.

Indiretamente - pelos descaminhos da repressão -, os dados de 96 também levam à conclusão de que os trabalhadores rurais, baseados numa utopia irrenunciável de justiça e solidariedade, tão desdenhada hoje em dia, têm conseguido mostrar que o Brasil *de baixo* existe, resiste e insiste (como outrora, também num momento de transição histórica, o demonstraram os camponeses de Canudos). Para além da estigmatização do Movimento Sem Terra, este é o sentido mais profundo dos conflitos de terra e das ocupações - seu aumento em casos e famílias e proliferação pelas regiões do país -, e das ocorrências cada vez mais numerosas dos despejos. São sinais às avessas do protagonismo destemido e desafiador dos "deserdados do neoliberalismo", da descoberta e consciência crescente destas lutas como expressão e reivindicação dos *direitos humanos econômicos* (à alimentação e moradia e ao trabalho em condições dignas). E, hoje, como no tempo de Antônio Conselheiro, talvez só possam mesmo ser impedidos à bala ou, como evoca FHC, com a volta das "baionetas"... Ou - única alternativa decente -, seja empreendido para valer um amplo e massivo programa de reforma agrária e agrícola que democratize a propriedade da terra e as oportunidades de vida no campo, como princípio de um novo projeto de desenvolvimento para o país, integrado à globalização dos mercados, mas voltado para a dignidade de seu próprio povo.

---

[1] Artigo analítico dos dados de conflitos rurais de 1996 documentados pela CPT. A publicação **Conflitos no Campo Brasil 1996**, que a CPT lança em conjunto com este número especial do **Pastoral da Terra**, traz o relatório completo dos dados aqui referidos.

[2] Assessor sociológico da CPT Nacional, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Agradeço as sugestões oportunas do Luciano Wolff (CPT/FIAN).

[3] Segundo o jornal francês **Le Monde Diplomatique** (janeiro de 1997), "'os regimes globalitários' repousam sobre o dogma da globalização e do pensamento único e não admitem nenhuma outra política econômica, subordinam os direitos sociais do cidadão à razão competitiva, e abandonam aos mercados financeiros a direção total das atividades da sociedade dominada". Cit. por **CEPAT Informa**, n. 26 (25/02/97), Curitiba, Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, p. 9.

* Considere-se a precariedade dos dados sobre pessoas e famílias envolvidas e hectares conflitivos, por conta da imprecisão das fontes deste tipo de informação

MOVIMENTOS SOCIAIS

As vozes roucas (e não ouvidas) dos grotões

Rudá Ricci[1]

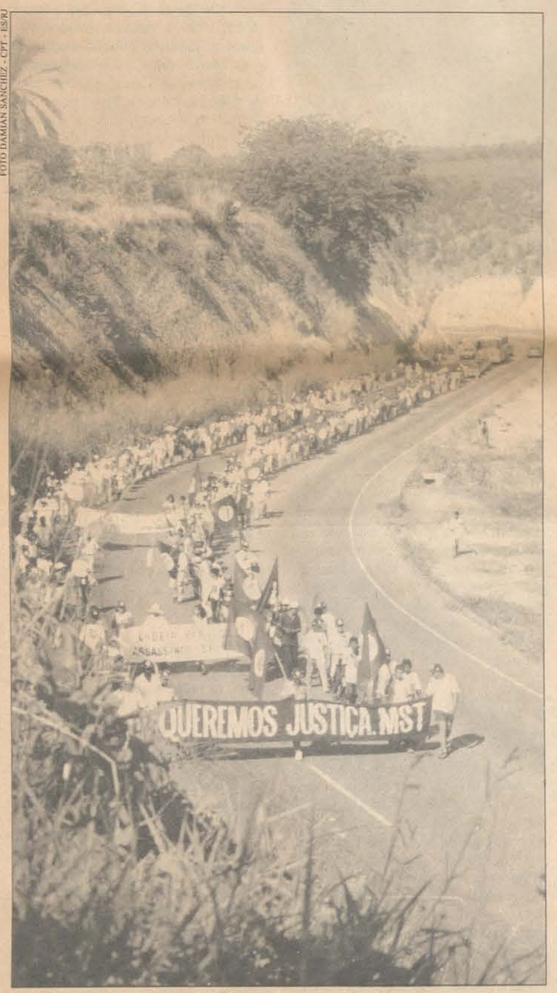


FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ

Chegada dos sem-terra em Pedro Canário

Imagine se um militante sindical ou de um partido de esquerda fosse surpreendido, há dez anos atrás, por um panfleto que começasse assim:

Recordo-me da poesia que Do-re-mi (ou seria Mi-re-do?) recitou a Alice em "O outro lado do espelho". A poesia (...) começa assim:
Brilha o sol sobre o mar
com toda sua força
para que suaves e brilhantes,
as ondas aparecessem.
Coisa rara era esta,
pois noite cerrada era.

(...) É um pretexto para lembrar (...) o quão iguais na diferença que somos... Mas, bem, não é este (contudo) o objeto desta carta. Qual é, então? Bom, rigorosamente falando, o objeto desta carta é o papel, a tinta e o coração para tratar de uma larga ponte que libere idiomas, cores, culturas, fronteiras, exércitos, polícias, e uma quantidade nada desprezível de quilômetros por armar-terra, e que chegue até esse outro coração que vocês (e nós) levamos do lado esquerdo.

Não tenhamos dúvidas: o militante teria certeza de estar lendo um texto sem nexo, uma brincadeira de alguém alienado. Pois este é o início da última carta redigida pelo subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), redigida em março de 1997, e publicada na *home page* do movimento zapatista. O preâmbulo deste documento é tão surpreendente, para um velho militante, quanto o seu conteúdo político. Trata-se da divulgação das demandas dos povos indígenas mexicanos, desprezadas nas recentes negociações de San Andrés. Os povos indígenas exigem o direito a autodeterminação e autonomia frente ao Estado, definição de formas internas de convivência e organização social, sistemas normativos próprios de regulação e solução de conflitos internos, administração de seus próprios meios de comunicação, e assim por diante. Em suma, lutam não propriamente pelo poder, mas para serem compreendidos na sua diferença. Consideram-se mexicanos, mas exigem que sejam resguardadas suas formas específicas de determinação política. No velho jargão: seriam, então, reformistas ou revolucionários?

O que está ocorrendo no México, que já supera as fronteiras de Chiapas, não é uma novidade em um único país. Movimentos que inovam na forma e no seu conteúdo, quase que exclusivamente rurais, parecem emergir em vários continentes. São movimentos sociais não ouvidos pela imprensa, tampouco pela quase totalidade dos estudos acadêmicos. O Brasil não é exceção. São cada vez mais freqüentes os relatos, em encontros de trabalhadores rurais ou de agentes pastorais e assessores de movimentos sociais rurais, de novas formas organizativas, extremamente ousadas no trato com as agências estatais e ricas na elaboração de programas de desenvolvimento regionais.

Abandonadas à sua própria sorte, populações rurais que se autodefinem como marginalizadas, ou excluídas, parecem alargar seu espaço de atuação política. Em encontro realizado no final do ano passado com agentes de pastoral, diagnosticava-se que a ausência de uma política de reforma agrária consistente, o processo acelerado de concentração tecnológica no meio rural e, principalmente, o afastamento gradativo do Estado enquanto regulador das relações sociais, criavam um vácuo político que impelia a agricultura familiar, em especial, ao desmantelamento econômico e social. Em outras palavras, estaríamos vivenciando um processo de redução dos espaços públicos, aqueles espaços onde todos negociam seus desejos e regras coletivas são impostas para nortear a convivência social. A globalização econômica teria aumentado o poder privado sobre os espaços públicos. Daí o surgimento de um movimento intuitivo de ocupação desses vácuos políticos. As populações excluídas estariam, pouco a pouco, buscando formas inovadoras de recriação de espaços públicos e de gestão desses espaços.

A novidade parece ter início com o aumento significativo da **participação política das mulheres**. Este é um dos traços comuns. Começa a aparecer um jeito feminino de se fazer política e que tem na persistência, no respeito às formas coletivas de tomada de decisão e no desprezo às formas organizativas burocratizadas, o seu eixo. Deve-se levar em consideração que a pauperização crescente da agricultura familiar vem obrigando o êxodo, ainda que sazonal, de chefes de família (na maioria homens) e filhos mais velhos, na busca de complementação da renda familiar. Esta ausência é recomposta rapidamente por uma nova divisão de trabalho no interior da família e aí sobressai o papel da mulher, como produtora e administradora do negócio familiar. São inúmeros os relatos da ascensão política e econômica das mulheres: da reviravolta na dinâmica das associações de pequenos produtores de Marabá[2], passando pela organização na região mineira de Governador Valadares, chegando aos dados recentemente publicados pelo DESER em que se constata que as mulheres chegam a ser responsáveis por 70% das atividades de criação de gado leiteiro na região Sul do país. Na maioria das vezes, esta participação feminina altera a linguagem do movimento social, introduz um processo de negociação mais lento e não visível, reforça a descentralização organizativa.

Outra característica destes novos movimentos sociais é **uma redefinição da noção de autonomia**, tão cara aos movimentos sociais surgidos nos anos 80. No final dos anos 70 e início dos 80, surgiram inúmeros movimentos sociais que negavam qualquer forma de representação política e valorizavam as formas de democracia direta, como assembléias, plenários. Havia casos em que se recusava a criação de comissões de representação, já que todos deveriam decidir sobre tudo, em outros momentos, quando lideranças eram convidadas a participar de fóruns institucionais afirmava-se que o convite era uma tática de cooptação. Muitas vezes, esse discurso aproximava-se de um tipo de corporativismo puro e simples. Era como se afirmassem: não acreditamos em representação, ninguém representa ninguém. Nos anos 90, este discurso parece mudar. Excluídas das benesses das políticas públicas e acantonadas pelo aumento de competitividade no setor agrícola, as populações rurais parecem esboçar algumas formas novas de gerenciamento do desenvolvimento regional. Surgem fóruns de desenvolvimento regional do norte do país, programas de elaboração de políticas educacionais e de desenvolvimento de áreas de reassentamento no Paraná, programas de desenvolvimento do semi-árido nordestino, e assim por diante. A grande característica é a superação do corporativismo, esta doença que paralisa o movimento sindical. As populações que se sentem excluídas articulam-se territorialmente e não mais por uma única demanda específica. Não se luta apenas por uma estrada ou um silo, mas por toda uma concepção nova, negociada, de investimento e desenvolvimento de uma região. É como se essas comunidades sentissem que o abandono por parte do Estado devesse ser revertido a partir de sua própria organização, discutindo o que antes era tema exclusivo das administrações públicas.

Um terceiro elemento novo é **a relação com o Estado**. Se nos anos 80 havia uma recusa quase absoluta de participação em fóruns convocados pelo Estado, nestes anos 90, os movimentos sociais parecem reverter os sinais. São eles, agora, que exigem a participação do Estado, não como simples provedor, mas como mais um ator no processo de negociação dos desejos das populações excluídas. Em alguns momentos, são agentes e trabalhadores que se articulam com o Ministério Público para coibir o trabalho de menores no corte de cana, em outros, é a negociação para se estabelecer uma parceria para alfabetização de bóias-frias, ou então, a definição de repasse de recursos públicos para organismos de trabalhadores que decidem administrar um serviço público.

Este é o novo não noticiado pela imprensa e que ocupa os vazios sociais criados pela reestruturação produtiva, pela oligopolização dos mercados, pelo aumento do padrão tecnológico, de consumo e de competitividade. Num esforço de síntese, poderíamos destacar, como características: a) a luta pela sobrevivência; b) a autodefesa social contra a burocratização e a mercantilização da existência; c) a descrença numa concepção moderna de progresso; d) a estrutura organizativa descentralizada e antierárquica; e) a organização territorial e socialmente heterogênea; f) o aumento da participação da mulher e a conseqüente introdução e valorização de códigos femininos de relacionamento político; g) a consolidação de um novo discurso, marcado por uma ética religiosa e étnica em detrimento da valorização da eficácia econômica.



FOTO DAMIAN SANCHEZ - CPT - ES/RJ

Manifestantes chegando em Pedro Canário / ES para o julgamento de Zé Rainha

A carta do subcomandante Marcos cita, no seu final, um outro trecho de Lewis Carroll:

"- Bah! É inútil que fale em despertá-lo - disse Do-re-mi -, sendo, como é, uma das coisas de seu sonho. Sabe perfeitamente que não é real.

Sou real! - disse Alice, e começou a chorar."

A sociedade pós-moderna, marcada pelo espetáculo político, está desaprendendo a perceber o novo que, como sabemos, nasce às margens das regras, desarticuladamente, a partir de pequenos conflitos. Mas ele existe, cristalizado em inúmeros movimentos sociais. A imprensa, o grande veículo da valorização dos espetáculos políticos, inibe nossa sensibilidade para apreender e aprender o novo. Acreditamos, no Brasil, que o principal movimento social contemporâneo é aquele dirigido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Mas ele não é o único. E, talvez, ele não anuncie com tanta clareza o novo, como fazem tantos movimentos que se articulam no meio rural, ao longo do país.

[1] Sociólogo, professor da PUC-MG e Faculdades Integradas Newton Paiva.

[2] Veja excelente estudo sobre a Associação de Pequenos Agricultores da Consulta, Marabá, elaborado por Maria Conceição D'Incao, intitulado *Clienteslismo e Democracia nas Organizações dos Agricultores Familiares da região de Marabá: a Associação dos Pequenos Agricultores da Consulta.*

As lutas sociais no campo brasileiro: há esperanças?

Zander Navarro[1]

No futuro, a história política brasileira provavelmente registrará que a década de 1990 foi caracterizada por dois períodos distintos, em relação às lutas sociais e as disputas políticas em áreas rurais. A primeira metade foi marcada por um forte sentimento de desencanto e desmobilização, fruto de vários fatores, talvez o principal sendo o impacto da "vaga conservadora" que se abateu sobre os movimentos sociais e suas organizações, já no final dos anos 80, enfraquecendo o imaginário da "nova sociedade" e as esperanças de profundas transformações sociais, antes idéias-forças que motivaram, na década passada, o engajamento e motivação das ações realizadas. Também contribuiu expressivamente, por certo, o desempenho melancólico dos governantes civis que assumiram após o ciclo dos generais, o primeiro deles não cumprindo com o generalizado anseio de reformas sociais e democratização da sociedade, que o autoritarismo militar não mais continha, e o segundo a partir de 1990, igualmente fracassando como o primeiro mandatário civil eleito diretamente em três décadas, cujo governo, sem dúvida, será inscrito como um dos mais bizarros em nossa crônica política. Nestes anos, a primeira metade da atual década, os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores pouco obtiveram em suas lutas e, assim, suas organizações experimentaram uma inédita crise de representação, com os sindicatos sofrendo significativo esvaziamento e as outras organizações e movimentos observando suas bandeiras e formas de luta perderam atratividade. Já nos anos mais recentes, a orientação macroeconômica neoliberal, o plano de estabilização de preços e a abertura comercial, penalizando a agricultura e produzindo uma forte descapitalização, bem como a última eleição, fundada em uma extensa base conservadora, também geraram efeitos desmobilizadores que, inicialmente, apenas contribuíram para manter o quadro antes referido.

Talvez tenha sido a partir de 1996 que os sinais começaram a indicar com maior nitidez a lenta superação da crise antes indicada, existindo fundadas razões para supor que nesta segunda metade da década, quem sabe estendendo-se para a entrada do próximo milênio, as formas de mobilização e de organização social dos trabalhadores rurais e, em especial, dos agricultores familiares, venham a apresentar uma força revigorada, com os mais pobres do campo conseguindo exercer maior presença política. E por que seria assim?

Primeiramente, e quem sabe seja esta a razão do maior impacto, de difícil percepção



FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ

Festa da reforma agrária em São Mateus /ES - maio/1995

(e concordância), a crise dos anos passados forçou uma mudança nos padrões discursivos, reduzindo sua intensa - muitas vezes mistificadora - carga ideológica, que marcou a transição do regime militar aos governos civis. Houve um ajustamento a um discurso mais "real", mais propositivo e aos poucos capaz de confrontar-se com a própria agenda das elites e do Estado - inclusive a partir das propostas construídas pelos trabalhadores e pequenos agricultores, através de suas organizações, que se moldaram, penosamente, nesta passagem de uma retórica típica dos anos 80 aos desafiadores tempos da presente década. O resultado tem sido uma lenta e gradativa recuperação das bases sociais dos movimentos e das organizações rurais, agora atraídas por ações mais concretas e próximas aos seus interesses e demandas. Outra razão, mais sensível no sul do Brasil, tem sido os efeitos da abertura e da intensificação do comércio com os países-membros do Mercosul, pois os resultados negativos para as regiões de pequena propriedade nesta região, são cada vez mais claros, incentivando não apenas a reação dos agricultores familiares, mas também de outros setores afetados.



FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ

Romaria dos mártires/94 - São Mateus /ES

Por fim, três outros motivos podem introduzir um cauteloso otimismo em relação aos anos vindouros, quando avaliamos a capacidade dos mais pobres do campo de apresentarem-se politicamente à sociedade: (i) a convergência entre Contag e CUT, em abril de 1995, representou um marco notável, sedimentando uma unificação que tem impulsionado a representação dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores; (ii) a institucionalização da noção de "políticas diferenciadas" para agricultores, o que finalmente permitiu quebrar com a falsa unidade de interesses da noção antes dominante (a de "produtores rurais") e, em conseqüência, abriu caminho para reunir esforços, demandas e propostas em torno da noção de "agricultura familiar", provavelmente a mais relevante mudança do período. Finalmente, (iii) a crescente presença pública do MST na cena nacional. Este último, impulsionado por suas ações em São Paulo (e, portanto, próximo às elites que formam a opinião pública no país), entre outras circunstâncias favoráveis conquistou uma posição social e política que o credencia a participar de qualquer debate nacional sobre os destinos do meio rural brasileiro.

Estariam tais mudanças indicando a gradual construção de um novo padrão de desenvolvimento rural, fundamentado na agricultura familiar e, talvez, até mesmo calçado em outro formato tecnológico? É possível, mas pelo menos dois requisitos indispensáveis não podem ser abandonados. De um lado, a aceitação da vital necessidade de formar uma abrangente "coalização de interesses" (quebrando com a limitada visão política ainda predominante), capaz de reunir forças sociais e organizações interessadas no rejuvenescimento do mundo rural. De outro, é preciso insistir em ações que materializem um ambiente social no campo que seja, cada vez mais, realmente democrático - e não o arremedo hoje existente. A democracia, se entendida de forma ampla, garantindo tanto a irrestrita autonomia das organizações dos mais pobres, como consagrando o conflito como a forma essencial da política, tornando as lutas sociais em sociedades desiguais legítimas (e legais), interessa a todos aqueles que pretendem transformar o mundo agrário e, por extensão, a própria sociedade brasileira.

[1] Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reação popular

João Pedro Stedile[1]

O Brasil vive uma grave crise econômica e social. Segundo o professor Celso Furtado, nos últimos dez anos o setor industrial não criou nenhum novo emprego. O Dr. Roberto Rodrigues (Organização das Cooperativas do Brasil) baseia-se nos dados da Fundação Getúlio Vargas para afirmar que nos últimos 16 anos a área plantada aumentou apenas 2%. O volume da produção agrícola de 1989 a 1996 aumentou apenas 4%, enquanto a renda dos agricultores caiu 49%. Segundo o secretário executivo do Ministério da Agricultura, Dr. Guilherme Dias, nos últimos dois anos 400 mil pequenas propriedades desapareceram e certamente essas famílias tiveram que migrar para as cidades. No ano passado, batemos o *record* histórico de importações agrícolas: gastamos US$6 bilhões em produtos que poderiam ser produzidos aqui. O resultado dessa crise é óbvio. Nas contas do presidente da Federação do Comércio de São Paulo, temos 18 milhões de desempregados. Há um déficit habitacional de 10 milhões de moradias dignas, 4 milhões de famílias sem terra e a situação dos serviços públicos de saúde e educação são calamitosos. Temos estabilidade da moeda mas preços que transformam o Brasil no país mais caro do mundo, onde os 50% mais pobres têm apenas 10% da renda.

Evidentemente, essa situação tem raízes em uma herança histórica de exploração e em um verdadeiro apartheid social imposto pelas elites. Mas tem também uma causa recente que é o modelo de crescimento econômico adotado pelo governo federal. A vitória de FHC nas últimas eleições representa a implantação de um novo pacto entre as elites, aglutinando os interesses do grande capital financeiro e das multinacionais que esperam retomar o crescimento econômico com a abertura total de nossa economia ao capital estrangeiro já remunerado com as mais altas taxas de juros do mundo. O processo de privatização é uma verdadeira doação aos capitalistas privados, transformando o monopólio estatal em oligopólio privado.

Diante desse modelo que até poderá trazer crescimento, mas que traz na sua essência excluídos e que ao contrário do que se diz continua concentrando renda, qual é a saída para os pobres? O discurso do Presidente repetindo velhas lições reacionárias?

Não. Nós achamos que há dois outros caminhos possíveis. Primeiro, é preciso que a sociedade brasileira faça uma profunda reflexão sobre a natureza dos graves problemas sociais e discuta um novo modelo de desenvolvimento para nossa economia. Precisamos reorganizar a produção para atender as necessidades básicas da população, garantindo terra, trabalho, alimentação, moradia e educação para todos. Para todos mesmo e não apenas para uma minoria cada vez menor.

O segundo caminho é a organização dos pobres do campo e da cidade. Os excluídos, os sem terra, os desempregados, os famintos, os mal empregados, a classe média empobrecida, a imensa maioria da população brasileira precisa se organizar para manifestar-se, protestar e criar a necessidade de mudar o rumo do nosso modelo econômico.

E não há nada de novo nisso. Sempre foi assim na história da humanidade. Os excluídos e os marginalizados somente tiveram seus direitos reconhecidos quando se organizaram e lutaram contra os interesses das elites, dos que detêm o poder. Onde a organização era forte, maior foram as conquistas. Em outros casos, os avanços sociais, econômicos e políticos conquistados pela classe trabalhadora não foram tão significativos.

Por isso que, a necessidade de pensarmos um novo projeto de desenvolvimento econômico para o nosso país, deve vir acompanhada da necessidade de fortalecermos as lutas populares e sindicais. É essa organização que irá garantir as verdadeiras mudanças em nosso país, com maior justiça social, igualdade e democracia para todo povo brasileiro.

É claro que os atuais beneficiados desse sistema - centrado na exclusão e na concentração de renda, riqueza e poder - irão reagir a qualquer tentativa de modificar esta realidade. Farão uso de todos os meios institucionais, ideológicos e repressivos para impedir que seus interesses sejam afetados.

Esta constatação é mais uma evidência da necessidade da organização popular. Caso contrário, as mudanças necessárias não virão. E continuarão perpetrando as injustiças sociais. A luta pela reforma é claro exemplo disso. Se não fosse a reação, a luta e a organização dos trabalhadores rurais sem terra, as elites teriam escondido esse grave problema social, dizendo que o assunto já é ultrapassado.

Os problemas sociais não serão resolvidos com ameaças nem com repressão e, muito menos, escondendo-os ou afirmando que são criações artificiais de baderneiros ou de grupos interessados na desordem do país. Devem ser resolvidos, atacando suas causas. E, quem poderá fazer isso é exatamente os que estão hoje excluídos, marginalizados, ou seja, a classe trabalhadora.

[1] Economista e integrante da Direção Nacional do Movimento Sem-Terra - MST

Retomada da mobilização

Francisco Urbano[1]

"Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente...". Os termos do parágrafo único do primeiro artigo da Constituição brasileira retratam com fidelidade o que a história tem comprovado ao longo dos séculos. Em todos os períodos em que o Estado, a quem cabe exercer o poder e garantir a cidadania, legitimado pelo voto, falha em sua tarefa, a própria sociedade assume o eixo da tomada de decisão e promove as articulações necessárias para formar as bases de uma nova ordem institucional. Assim tem sido no Brasil desde a sua descoberta, a cada momento em que a sociedade toma consciência de que, para transformar a realidade cruel da injustiça social, é necessário reagir, se mobilizar e se organizar, tomando para si o comando de seu próprio futuro. Assim está sendo no governo atual: mais uma vez o povo se contrapondo, pela via da mobilização social, à ação do Estado que se especializa em não promover a eqüidade social.

E a articulação popular se dá com vitalidade ainda maior pelas características muito peculiares do processo ocorrido em relação ao governo FHC. Os movimentos sociais sofreram as conseqüências da desmobilização, provocada inicialmente pela esperança do povo em reaver as condições para viver dignamente, com a eleição de um novo presidente, com ampla maioria dos votos já no primeiro turno, e com a proposta de controlar efetivamente a inflação. Mas o tempo foi, mais uma vez, o senhor da razão, e mostrou que a política do atual governo não representava uma mudança estrutural para o país, promovendo a geração de emprego e renda. A ausência de alterações significativas do quadro de miséria social e a falta de atendimento às necessidades básicas do povo, reergueu os movimentos sociais que já retornaram as ruas, com um novo mote para se manterem organizados. Exemplo disso foram as manifestações do Movimento Sem Terra, em Brasília, no dia 17 de abril, o 1º de Maio em todo o país, e o IV Grito da Terra Brasil, promovido em Brasília e em vários Estados, em que as ruas foram reocupadas por representantes dos mais diversos segmentos da sociedade, dispostos a demonstrar sua insatisfação e a reivindicar mudanças para o Brasil.

Ao lado dos que se manifestam por todo o Brasil, estão os trabalhadores rurais, que, há mais de um século, lutam para cumprir o dever que o Estado se nega a assumir: distribuir terra com equilíbrio para atender a todos e promover o desenvolvimento do país pautado em uma política de fortalecimento da agricultura familiar. Desde o período do domínio do latifúndio, os camponeses se organizaram pela via das ligas camponesas, para dizer não aos desmandos dos coronéis e para fazer valer os direitos que, mesmo garantidos constitucionalmente, não eram cumpridos pelo Estado. Mesmo a repressão, promovida para colocar fim à pressão exercida pelos movimentos sociais, não foi o suficiente para imobilizar os que acreditam na própria força para transformar a sociedade. A mobilização garantiu resistência diante da força policial ou mesmo daquela imposta pelas barreiras sociais como a falta de acesso aos direitos básicos, como alimentação, saúde, educação e uma fonte digna de sobrevivência.

E os trabalhadores rurais permanecem mobilizados na busca de alternativas para garantir o desenvolvimento que o governo não tem promovido, nos últimos anos realizando o Grito da Terra Brasil, uma ampla negociação com os governos federal e estaduais. As poucas desapropriações ocorridas ao longo das últimas décadas foram conseqüência da mobilização das entidades que representam os agricultores. Nada teria sido feito até agora não fossem as ocupações de terra coordenadas pelos movimentos sociais, sendo estas as verdadeiras responsáveis pelas primeiras mudanças no quadro de absoluta desigualdade, em que mais de 35 mil latifúndios improdutivos se mantêm intactos em todos os cantos do Brasil, somando mais de 166 milhões de hectares, enquanto quatro milhões de pessoas, que não tiveram garantido seu direito à terra, permanecem marginalizadas e miseráveis no campo ou nas periferias urbanas. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), promoveu somente em 1996, 256 ocupações em 16 diferentes estados, envolvendo 43.900 famílias. Deste total, 42% foram desapropriadas pelo governo, também no ano passado, deixando claro que a reação dos trabalhadores é a mola propulsora da ação estatal.

Todas as manifestações promovidas pelos trabalhadores rurais, tanto vinculados ao MSTR quanto a outros segmentos, como o Movimento dos Sem Terra, índios, seringueiros, pescadores e atingidos por barragens são apenas a reação ao processo excludente, promovido pela política mantida pelo atual governo.

E é essencial que essa reação seja percebida pelo Estado em sua real contextualização no Brasil. Os movimentos sociais que se contrapõem aos fatos atuais, evoluirão para o questionamento de toda a lógica do projeto neoliberal, que reduz a ação do Estado, visando a globalização da economia, a superação das fronteiras comerciais e a reestruturação produtiva. Isso irá ocorrer pelas características do processo num país de terceiro mundo que até hoje não atingiu um patamar satisfatório de atendimento das necessidades da população. Se as ações do Estado levarem o país nesta direção, será possível ao Brasil tomar um rumo determinado pelo poder oficial. Caso contrário, mais uma vez os movimentos sociais serão forçados a assumir o comando das transformações pelas quais nosso país ainda necessita passar para chegar ao pleno desenvolvimento econômico, político e social pautado na busca da justiça e da eqüidade social e não nas mazelas da maioria para garantir os privilégios da minoria.

[1] Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Massacre, rito de passagem ao genocídio

Alfredo Wagner Berno de Almeida[1]

Considerando-se os dados do Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), produzidos em junho de 1996, bem como informações coligidas por diferentes entidades de trabalhadores rurais - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento Sem Terra (MST) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) -, por instituições de apoio e pesquisadores científicos tem-se um total de 36 ocorrências de chacinas na Amazônia nos últimos dez anos.

Designa-se, inicialmente, como massacre ou chacina aquelas situações de conflitos agrários em que se registram pelo menos três assassinatos numa mesma ocorrência, ou seja, num só local e numa mesma data. Diferentes ocorrências, em datas distintas, porém concernentes a um mesmo imóvel rural ou a uma mesma área indígena, também podem estar referidas a uma única situação de conflito, evidenciando aspectos de inegociabilidade, de intolerância continuada e de confrontos prolongados, e sem perspectiva imediata de resolução por parte das autoridades competentes. Nestes casos, contabilizou-se uma só chacina, ainda que nas diferentes ocorrências possam ter sido registradas mais de três mortes em cada uma delas. Trata-se de situações de conflitos constantes.

Veja-se o caso das áreas indígenas intrusadas permanentemente por mineradoras e garimpeiros (Yanomami), por madeireiras (Tembé, Urubu-Kaapor, Guajá...), por empresas de pesca (Tikuna), por hidrelétricas e por agropecuárias. Veja-se o caso de áreas de dominialidade indefinida e de incidência de posseiros no sul do Pará e no oeste do Maranhão, cujos antagonismos sociais perduram por mais de três décadas. Nestas situações, periodicamente são anunciados entreveros com registro de homicídios. A força bruta e a violência sugerem ser uma característica essencial da estrutura agrária, reveladora da persistência dos mecanismos coercitivos.

Deprende-se desse levantamento de ocorrências de conflito que pelo menos 21 massacres foram registrados na área oficialmente designada como corresponde ao Programa Grande Carajás - 90 milhões de hectares abrangendo o oeste do Maranhão, sul do Pará e norte do Tocantins -, isto é, no âmbito da região em que se localizam os municípios de Curionópolis e Eldorado dos Carajás e, por conseguinte, a Fazenda macaxeira, principal cenário do massacre perpretado por tropas da Polícia Militar do Pará, sob o comando do coronel Mário Pantoja, em abril de 1996, na chamada "Curva do S" da rodovia PA-150.

As chacinas registradas referem-se, sobretudo, ao período inicial da chamada Nova República (março de 1985-agosto de 1986) no período de transição democrática, quando havia condições políticas para o desencadeamento de uma intensa ação de reforma agrária, embora os grandes proprietários de terras tivessem respondido com a União Democrática Ruralista (UDR) e incentivos à ação de milícias privadas e vigilantes armados. Neste período, foram resgistrados 12 massacres na região enfocada. Outro período de maior incidência de chacinas vai de junho de 1993 a fins de 1996, quando fatores econômicos, sobretudo o desemprego estrutural, forçam uma maior demanda social por terras - a despeito do Congresso nacional, dispensando inclusive a existência militante da UDR -, e os aparatos insistem em responder às ocupações com uma dura intervenção de policiais militares em detrimento de uma reforma agrária ampla e massiva.

Este período não se encontra encerrado, haja vista o número de homicídios dolosos registrados na região - em Eldorado, em Ourilândia - após o massacre da Macaxeira. A partir de 1993, os massacres apresentam uma tendência ascencional, verificando-se, além disto, uma atuação regular de policiais militares nas situações sociais de antagonismo. Há uma intensificação da violência coestensiva às medidas de modernização.

O mercado de terras na região de Carajás, ao contrário de outras regiões do país, acha-se aquecido face às demandas industriais de mineradoras (ferro, ouro, cobre), madeireiras, indústrias de papel e celulose - que registraram em fevereiro de 1997, uma greve de 21 dias de mais de 700 trabalhadores rurais da Celmar - usinas de ferro-gusa, indústrias de refinamento de óleo de dendê, de alumínio e agroindústria (soja). Conglomerados econômicos transnacionalizados passam a adquirir imensas extensões territoriais visando ampliar seus projetos numa conjuntura favorável, em que as matérias-primas (commodities) têm preços ascendentes, enquanto acham-se depreciados os produtos da agricultura familiar (arroz, farinha, babaçu).

Ritos

Do meu ponto de vista, os massacres hoje se apresentam como ritos de passagem, como se fossem uma transição, uma passagem da chacina para o genocídio. Consigo identificar alguns elementos de genocídio mediante uma ação continuada, uma certa freqüência e regularidade nos atos de violência e força bruta contra povos indígenas e camponeses.

Em segundo lugar, não vejo indícios de que a concentração da terra esteja sendo eficazmente contida, porque o governo federal não tem vontade política para realizar um plano emergencial de Reforma Agrária ampla e massiva. Além disto, em quase todas as situações atuais de conflito não se registra a presença ostensiva de jagunços e pistoleiros. Há sim, uma presença destacada de policiais militares. São os aparatos repressivos do Estado que estão num primeiro plano, promovendo execuções e arbitrariedades.

Isto é um pouco diferente dos fatos ocorridos no período inicial do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, em que a ação das Polícias Militares era complementar àquela dos pistoleiros. Portanto, hoje há uma certa inversão de papéis. O Estado está mais diretamente comprometido com os massacres. O que bem ilustra isto é que a UDR tem estado sempre acenando que vai reativar sua ação belicista. A complementariedade tática é, pois, evidente.

Em terceiro lugar, considero que mais que a quantidade de mortes para se caracterizar o genocídio, importa o tipo de violência praticada. As execuções atingem grupos inteiros, não se restringem a uma seletividade das vítimas - lideranças, por exemplo. Prevalecem execuções sumárias e uma violência generalizada - mutilação de cadáveres, torturas, tiros de misericórdia.

Genocídio

Há outro componente mais de fundo: aquele da ideologia de dominação pelo controle da terra, que estigmatiza os oponentes potenciais. Consigo identificar elementos de genocídio quando constato que diferentes segmentos sociais, nos locais onde ocorrem os massacres, são incentivados a ver os trabalhadores sem-terra como "estrangeiros", como "gente de fora", como "população nômade". Ora, quando criam o estigma de "estrangeiro" as autoridades buscam legitimar seus atos e suas omissões, porque é sempre ao "estrangeiro" que se atribui toda a culpa: o "de fora" é o eterno suspeito a quem se atribui toda a sorte de roubos e usurpações. Então, é como se os trabalhadores sem-terra tivessem sobre eles a força do estigma, sustentando a idéia de genocídio como sentença.

O Brasil continua sendo uma sociedade escravista, sobretudo na área rural, só que antes matavam e torturavam quando tentavam escapar das grandes propriedades, depois matavam e proferiam ameaças para expulsá-los destas mesmas fazendas e hoje, massacram quando os trabalhadores sem-terra tentam ocupar várias extensões improdutivas controladas pela mesma camada de latifundiários.

Este tipo de extermínio, em sua dimensão genocida, reflete uma outra dificuldade desta transição democrática: os atos de violência são co-estensivos a formas de dominação, tal como nos períodos de arbítrio colonialistas ou ditatoriais. Não existe possibilidade de governar de outro modo, de mudar e de sair de seu estado original. Os compromissos de poder passam pela coonestação daqueles mescanismos repressores. Por outro lado, sugere uma ideologia "de casta" em que todos têm que ficar imobilizados na sua circunstância ou na condição que lhes teria sido designada historicamente. Quem buscar a mobilidade social pelo movimento poderá ser punido com a morte.

Ante o exposto, consigo identificar os elementos de genocídio a partir dessas características sublinhadas. E é neste sentido que, a despeito das disposições da ONU, de 1948, de reconhecer o genocídio como um elemento de intencionalidade ou somente quando os governos proclamam quem vai ser eliminado, que tento chamar a atenção para a necessidade de relativizar tal conceito. No caso brasileiro, em que se detém o Tribunal Internacional para julgar os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, mesmo que os governos passados e o atual não tenham se pronunciado explicitamente a favor do extermínio tem-se uma recorrência desta prática, há uma continuidade. Não é necessário declarar quem é que vai ser eliminado. Já há um sinal verde ideologicamente desenhado na representação dos magistrados e nas "ordens de serviço", na medida em que o comandante militar ou a autoridade de repressão direta funciona como árbitro execução da tarefa e na resolução daquela situação social conflitiva.

Segundo esta característica é que gostaria de reforçar aqui a idéia de que hoje não estamos apenas diante de uma situação de massacre ou chacina, mas certamente diante de um conjunto de práticas repressivas e violentas, cristalizadas e adstritas ao exercício do poder, que conduz ao genocídio.

"Bósnios"

Neste sentido, é como se eles fossem uma das facções ou etnias entre os chamados "bósnios", que são pré-julgados e condenados falaciosamente ao extermínio para que os demais possam existir. Eles constituem uma etnia no sentido político-organizacional e com atos simbólicos próprios, que está sendo punida, dizimada. No fundo, está-se eliminando, não apenas individual e isoladamente, os que são de forma compulsória dispostos à margem do mercado de trabalho.

Em certa medida, enquanto produto do desemprego estrutural, tem-se uma categoria social heterogênea em crescimento continuado e com considerável potencial de ampliação. Os seus componentes autodefinem-se e são cognominados de "sem-terra". São tangidos e compelidos a viver em habitações temporárias chamadas "barracas" confeccionadas em plástico ou lona, em locais de acesso controlado que respondem pela designação de acampamento. São estimados em quase 100 mil pessoas vivendo em circunstâncias de imobilidade da qual eles não podem sair para afirmar uma existência coletiva. É como se fossem uma sorte de "casta" vivendo imobilizada num acampamento, como refugiados em seu próprio país.

Ora, tal condição pode ser aproximada de outros exemplos históricos: na África do Sul havia a figura, até cinco anos atrás, do **"bantustan"** que era um modelo de engenharia social do século XIX, um tipo de confinamento de povos étnicos nos moldes colonialistas. Na Alemanha nazista o que fizeram com ciganos e judeus? Eram confinados em campos de concentração e compelidos a ficar neste lugar. O direito de ir e vir suprimido.

Hoje, no Brasil, quando os trabalhadores sem-terra saem dos acampamentos, enquanto grupo, em marchas, caminhadas ou passeatas sempre têm ocorrido colisões inevitáveis com os aparatos da chamada "Ordem". O massacre significaria também, sob este prisma, um ato que constrange o movimento, seja a caminhada - caso Eldorado dos Carajás -, seja a ocupação - Corumbiara. E, para tanto, a lógica repressora sempre alude a uma infração: seja a de obstruir uma via pública; seja a de "invadir" uma propriedade privada. O que serve de pretexto à justificação do extermínio. Para os aparatos repressivos, trata-se de "limpar" a rodovia e a grande propriedade fundiária. Esta seria a forma concreta que aqui acaba assumindo a denominada "limpeza étnica". Também, neste sentido, os trabalhadores sem-terra poderiam ser interpretados como "bósnios", para bem refletir a idéia de genocídio e o peso e a força que ela vem ganhando nas práticas sociais cotidianas dos aparatos de poder. Assim, tem-se uma banalidade do massacre, inclusive em áreas urbanas.

De igual modo, como última característica, há o elemento invariante da sociedade escravista e seus mecanismos repressores da força de trabalho. O escravo é "coisa", não é "pessoa". Negam-lhe a identidade. Podem dispor dele como bem quiserem. Quando os escravos tentavam a fuga, havia degolas ou lhes eram inflingidas cicatrizes distintivas da punição; no Pelourinho deixavam-lhe mutilações permanentes no corpo. Não podiam, pois, sair jamais dos limites das grandes plantações.

[1] Antropólogo e pesquisador de conflitos no campo e da questão negra

CHACINAS 1985 - 1996

Nº	DATA	IDENTIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	UF	Nº DE MORTOS
01	28/03/88	MASSACRE ÍNDIOS TIKUNA	BENJAMIN CONSTANT	AM	14
02	03/02/94	FAMÍLIA MAGAVE	AMAPÁ	AP	05
03	02/07/85	TERRA FIRME	CANAVIEIRAS	BA	04
04	09/06/86	FAZENDA JANDAÍRA	TRAIRI	CE	03
05	11/02/87	ALDEIA SAPÉ	ITACARAMBI	MG	03
06	/01/87	FAZENDA PENA VERDE	RIBAS DO RIO PARDO	MS	05
07	17/01/87	FAZENDA SANTA MARIA	ALTA FLORESTA	MT	03
08	/ /89	FAZENDA REUNIDAS	ARIPUANÃ	MT	05
09	15/10/90	UNIÃO E PINGO D'ÁGUA	TERRA NOVA DO NORTE	MT	04
10	22/12/86	GLEBA MIRASSOLZINHO	JAURU	MT	05
11	11/06/96	FAZENDA FORQUILHA DO RIO MANSO	ROSÁRIO DO OESTE	MT	03
12	13/08/87	CASTANHAL DOS MUTRAN	MARABÁ	PA	03
13	13/06/85	CASTANHAL UBÁ	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	PA	05
14	18/06/85	CASTANHAL UBÁ	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	PA	03
15	/06/85	CASTANHAL FORTALEZA	MARABÁ	PA	04
16	27/09/85	FAZENDA PRINCESA	MARABÁ	PA	05
17	03/09/87	FAZENDA BARREIRO PRETO / MARAJOARA	XINGUARA	PA	03
18	24/10/87	CHACINA DE GOIANÉSIA	RONDON DO PARÁ	PA	03
19	29/12/87	CHACINA DE SERRA PELADA	PARAUAPEBAS	PA	* 30
20	17/06/93	FAZENDA ESMERALDA	TAILÂNDIA	PA	04
21	12/09/93	FAZENDA SÃO SEBASTIÃO	TUCUMÃ	PA	04
22	06/08/95	FAZENDA AGROPASTORIL E EXTRATIVA DO BRASIL S.A.	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	PA	04
23	17/04/96	FAZENDA MACAXEIRA	CURIONÓPOLIS	PA	19
24	/08/96	AGROPECUÁRIA UMUARAMA	PARAUAPEBAS	PA	03
25	21/08/96	FAZENDA SÃO FRANCISCO	ELDORADO DOS CARAJÁS	PA	03
26	03/06/87	FAZENDA SÃO FELIPE	PIMENTA BUENO	RO	06
27	27/06/87	FAZENDA BELO HORIZONTE	JARU	RO	03
28	09/08/95	FAZENDA SANTA ELINA	CORUMBIARA	RO	** 09
29	14/08/95	FAZENDA SANTA ELINA	CORUMBIARA	RO	*** 02
30	31/03/87	PROTESTO DE AGRICULTORES	SARANDI	RS	**** 03
31	/02/89	FAZENDA SANTA ELMIRA	SALTO DO JACUÍ	RS	***** 06
32	/08/93	CHACINA DOS YANOMAMI	ALDEIA HAXIMU	RR	16
33	07/03/86	FAZENDA VALE DO JUARI	COLMÉIA	TO	03
				TOTAL	195

Obs.: Consideramos como chacina, três ou mais assassinatos numa mesma data e conflito.

Legenda:
* - Número indeterminado, podendo chegar a 30 mortos e 133 desaparecidos.
** - Inclusive menores.
*** - Mortos em conseqüência dos ferimentos provocados no dia 09/08/95.
**** - Mortos num acidente criminoso.
***** - Avião pulveriza, propositalmente, agrotóxico sobre o acampamento, provocando a morte de seis crianças.

Fonte: Setor de Documentação da CPT

As igrejas e a questão da terra

Irio Luiz Conti[1]

Reconhecemos como evangélica e teimosa a luta dos muitos sem terra em nosso país...
(Carta ao Povo Brasileiro - Cese/Conic).

Em 1996 as igrejas cristãs reafirmaram com um novo elã seu compromisso histórico com a luta pela terra e contra a impunidade. O massacre de Corumbiara, em agosto de 1995, chamou a atenção da sociedade para a luta dos trabalhadores rurais sem terra pela reforma agrária. Em abril de 1996, o massacre de Eldorado dos Carajás horrorizou o Brasil e o mundo, reafirmando a urgência da realização da reforma agrária. Pesquisas de opinião pública evidenciaram o crescente apoio de diferentes segmentos da sociedade às lutas dos sem terra. O governo foi questionado e pressionado nacional e internacionalmente. Procurou responder à questão agrária e sua raiz estrutural com ações centradas na amenização de conflitos, que ficaram muito aquém das reais necessidades e demandas dos trabalhadores. As igrejas não se calaram. Levantaram-se e se pronunciaram enfaticamente em defesa e apoio às inúmeras ações das organizações de luta pela terra.


FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ

Celebração de encerramento da marcha estadual - MST - 17/05/97 - Vitória-ES

O Conselho Mundial de Igrejas realizou seu Congresso na Bahia, de 24 de novembro a 3 de dezembro, e em sua análise da realidade mundial destacou a crescente concentração da terra e da renda como causa do empobrecimento de amplas camadas da população mundial. Em seu relatório afirmou a necessidade de uma distribuição mais eqüitativa da terra e da renda como condição indispensável para a vida digna de milhares de pobres excluídos do acesso aos direitos básicos. Logo após o massacre de Eldorado dos Carajás, este Conselho constituiu uma equipe de representantes de diversas igrejas que realizou uma missão a Eldorado dos Carajás e região para visitar os trabalhadores sem terra, organizações populares e autoridades no sentido de levar a solidariedade internacional das igrejas aos trabalhadores, denunciar a violência e exigir agilização na apuração do processo e punição exemplar dos culpados.

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) composto pelas igrejas Episcopal Anglicana, Metodista, Presbiteriana Independente, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Católica Romana e Católica Ortodoxa Siriana se expressou através de documentos e ações como cultos ecumênicos e visitas de solidariedade e apoio aos trabalhadores em suas mobilizações. Foi marcante o culto ecumênico de trigésimo dia em memória aos mortos do Pará, realizado em frente ao Ministério da Justiça, coordenado pelo Conic e as pastorais sociais. O Conic e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) realizaram em agosto, em Brasília, o seminário "As Igrejas Cristãs e a Questão da Terra", que se constituiu numa oportunidade privilegiada para representantes das igrejas, de movimentos sociais, entidades de trabalhadores e de assessoria debaterem profundamente os rumos da questão agrária e agrícola no país. Representantes das igrejas, além de se atualizarem sobre o tema, realizaram um debate com o ministro da Política Fundiária e tiveram uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso cobrando medidas eficazes para resolver os graves problemas sociais. Também renovaram seu compromisso de esclarecer e animar as bases das respectivas igrejas a participar ativamente nos diversos processos de mobilização e reivindicação de direitos fundamentais dos trabalhadores, como o do acesso à terra e crédito. Ao final do seminário as igrejas lançaram a ***Carta ao Povo Brasileiro*** na qual chamam atenção para o que vem acontecendo no campo, denunciam a violência, a impunidade, a morosidade do governo, cobram medidas governamentais imediatas, reconhecem como evangélica a luta dos sem terra e propõem a união do povo do país na busca urgente de soluções ao campo brasileiro. Afirmam que "a democratização da propriedade e do uso da terra é o caminho indispensável para superar a fome".

A Igreja Católica se pronunciou praticamente todos os meses em documentos produzidos por Assembléias Gerais, pelo Conselho Permanente e pela Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, pela Presidência, por Conferências Regionais, pastorais sociais, igrejas diocesanas e paroquiais, enfatizando a "urgência da realização da reforma agrária acompanhada de uma justa política agrícola". Entre os comunicados e pronunciamentos, merecem destaque o comunicado número 495 inteiramente dedicado à questão agrária no Brasil e o número 500 que é uma nota da Assembléia Geral sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, na qual ela chama atenção e responsabiliza os governos estadual e federal pelo episódio ocorrido.

As posições públicas das igrejas, expressas em pronunciamentos e documentos em relação à questão agrária e agrícolas, encontram-se amplamente fundamentadas na Palavra de Deus, nos ensinamentos dos Santos Padres da Igreja, nos documentos conciliares, na Doutrina Social das Igrejas e nos documentos das direções das igrejas. O princípio da destinação universal dos bens e a hipoteca social que pesa sobre toda propriedade privada norteiam a posição das igrejas sobre o uso e a posse da terra. A doutrina cristã respalda a efetivação da reforma agrária como imperativo fundamental para a democracia, a paz e a justiça social.

Em 1996, a ação das igrejas não se restringiu aos contundentes documentos e pronunciamentos. Estes foram acompanhados de solidariedade afetiva e efetiva. No entanto, a ação das igrejas também foi marcada por tensões internas. As igrejas aprimoraram sua inserção ativa nas diferentes lutas dos trabalhadores, inclusive com a revitalização de algumas pastorais sociais, grupos e comunidades de base. A presença imediata de representantes da hierarquia e das bases das igrejas e pastorais em Eldorado dos Carajás por ocasião do conflito, e a intensificação de ações daí decorrentes oxigenaram opções eclesiais pelos pobres. O Grito dos Excluídos com o tema "Trabalho e Terra para Viver", realizado em todo país, as Romarias da Terra e do Trabalhador realizadas em quase todos os estados e os cultos ecumênicos, constituíram-se em momentos de explicitação da crescente unidade dos cristãos de diversas pastorais e igrejas em torno da causa maior que é a reforma agrária. São incalculáveis as ações das igrejas locais que, somadas às ações regionais e nacionais, contribuíram para o avanço da luta pela terra no Brasil. Diversos fóruns regionais e nacionais pela reforma agrária e pela justiça no campo, além da própria articulação de igrejas e pastorais, receberam novos impulsos e motivações para ações conjuntas no sentido de se avançar no combate à violência e à impunidade e conquistar mais justiça social.

Na sociedade brasileira e internacional, vem crescendo uma mentalidade favorável à reforma agrária de tal forma que ela é aceita, apoiada e reivindicada por ampla maioria da população. As igrejas têm sua contribuição histórica no cotidiano dessa mudança. Para D. Orlando Dotti, presidente da CPT, "gradualmente as igrejas vêm conseguindo desmistificar o termo reforma agrária dando um cunho religioso à luta pela terra." Para elas, os sujeitos propulsores e beneficiários dos processos de reforma agrária são os próprios trabalhadores, em sua diversidade político-cultural. Elas compreendem que a luta pela terra é uma luta por um espaço de sobrevivência com vida digna para todos os trabalhadores. Portanto, além do acesso à terra os trabalhadores precisam ter o acesso ao crédito e a tecnologias para poderem produzir, transformar, armazenar e comercializar seus produtos como cidadãos da terra.

O compromisso evangélico de solidariedade aos excluídos da terra e o serviço à vida é próprio à vocação cristã. Uma boa forma das igrejas vivenciarem sua vocação é fortalecer o protagonismo dos trabalhadores e de suas organizações, para que continuem se mobilizando, ocupando espaços públicos, exigindo direitos e construindo a cidadania.

[1] Teólogo e Secretário Executivo da Comissão Pastoral da Terra


FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/RJ

Romaria dos Mártires/94 São Mateus - ES

Carta ao Povo Brasileiro

No final do Seminário "As Igrejas Cristãs e a Questão da Terra", no dia 26 de agosto, foi divulgada a Carta ao Povo Brasileiro, da qual publicamos alguns trechos.

"Somos discípulos e discípulas de Jesus de Nazaré que resumiu sua missão neste mundo dizendo: "Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância" (Jo10,10). Por isso, em nome de Jesus, queremos chamar a atenção de vocês para o que está acontecendo no campo brasileiro e propor que nos unamos na busca urgente de uma solução adequada. Confessamos que nossas Igrejas e nós mesmos, não temos sido suficientemente críticos frente à "injustiça institucionalizada" que domina nossa política econômica, frente à violência cotidiana que acontece no campo brasileiro, quase sempre sem a punição dos responsáveis. Os massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) são, no momento, os casos mais tristemente notórios, que carecem até da designação de juízes especiais.

Reconhecemos como evangélica e teimosa a luta dos muitos sem terra existentes em nosso país, ao lado de posseiros, índios, remanescentes de quilombos, extrativistas e tantos outros grupos que lutam pelo direito do uso diferenciado da terra. Eles nos revelam que a terra deve ser patrimônio, lugar e fonte de vida para todos os seres vivos. Quebrar os grilhões, legais ou não, que mantêm cativa a terra, é ato evangélico, pois torna possível a realização da esperança de vida para milhares de excluídos. A democratização da propriedade e do uso da terra é o caminho indispensável para superar a fome, para dar valor a todo o trabalho, para libertar a população do domínio dos que assentam seu poder no controle dos meios mais elementares da vida.

Convictos de que vivemos um momento favorável, queremos conclamar a todos os cristãos e as pessoas famintas de justiça para nos organizarmos e exigirmos da sociedade e dos governantes brasileiros a realização urgente de uma reforma agrária ampla, justa e integral. Junto com outras medidas que ampliem oportunidades de vida e trabalho, ela concretiza para nós a utopia da Paz, Justiça e Integridade da Criação".

A memória no altar

Durante a 34ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaici, aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás. De imediato, foi constituída uma equipe de bispos que, em nome da Assembléia, foi a Eldorado levar a solidariedade e acompanhar o enterro dos sem-terra. Ainda na Assembléia, foi celebrada a missa de sétimo dia pelos mortos de Eldorado dos Carajás. D. Demétrio Valentini, coordenador do Setor de Pastoral Social da CNBB, que esteve junto com D. José Vieira no local, fez a homilia. O **Pastoral da Terra** reproduziu um trecho que fala dos sentimentos vividos diante da tragédia:

"Sábado eu estive lá, em Curionópolis, junto com D. José Vieira de Lima, no enterro dos sem-terra mortos em Eldorado dos Carajás. Fui em nome de todos os bispos. Agora, estamos todos aqui, colocando sobre o altar a memória de nossos irmãos falecidos. Já fiz um relato por escrito da realidade e dos fatos que pude testemunhar. Com simplicidade quero partilhar com os irmãos, como vivi interiormente, alguns momentos dessa missão.

Quando chegamos em Marabá, nossa ansiedade era conversar logo com os padres da cidade para saber como estava o ambiente. Um deles veio nos esperar no aeroporto. D. José perguntou logo se o Pe. Luiz Muraro estava em casa. Era o padre da CPT. Ele já tinha ido no acampamento, no dia anterior e estava providenciando comida e algumas roupas para levar. Foi junto com ele que depois fomos ao acampamento.

Olhando para o Pe. Luiz Muraro, fiquei pensando como é precioso o trabalho dos agentes de pastoral que abrem caminho para a igreja se aproximar dos pobres, mesmo que tragam para dentro da igreja algumas tensões dos problemas sociais. Eles ajudam a igreja a ficar na estrada certa.

Mas quero, especialmente, partilhar os sentimentos vividos quando chegamos ao acampamento, no lugar do massacre. Aos poucos, o povo ia se reagrupando. Parecia que era lá que podiam entender melhor a tragédia que tinha se abatido sobre eles.

O Pe. Muraro ia à frente com o carro de mantimentos. Ao chegar, todos rodearam o carro, e foram olhando com ansiedade os alimentos. Descarregaram tudo, e guardaram debaixo da lona, com a certeza estampada no rosto de que depois iria ser tudo bem repartido e aproveitado.

Fomos nos aproximando do povo, D. José e eu, entrando na conversa iniciada pelo Pe. Muraro. A confiança foi aumentando. E foram desabafando, contando os fatos, dando sempre mais detalhes. E quero dizer a vocês como tive uma impressão muito forte de me encontrar como Cristo, em tantos de seus momentos junto com o povo.

Famintos, desnutridos, simples, ingênuos, sofridos, com feições marcadas por andanças e procuras, com seus olhares vagos parecendo buscar rumos que pernaneciam na incerteza e na dura decepção dos caminhos fechados pela frente. Mas assim mesmo, corações bons, almas abertas, espíritos sequiosos de bondade e amor.

Foi então que compreendi melhor do que nunca: Jesus só podia ter começado assim suas bem-aventuranças:

"Felizes vocês, os pobres, porque o Reino de Deus é de vocês", como nos conta São Lucas.

O Reino tão precioso, que Jesus anunciava, resolveu entregá-lo, logo, por inteiro, para aquela gente simples e pobre.

Tive a certeza que é assim que Deus olha hoje para o povo sofrido do Brasil. E é assim que nós o devemos olhar. Senti como devemos nos imbuir da mesma convicção, da mesma força, da mesma certeza. Senti também a grande necessidade de ter o mesmo espírito de Cristo, para proclamar e fazer acontecer as bem-aventuranças, para o povo que Deus continua olhando com o mesmo amor.

"Felizes vocês que agora estão com fome, porque serão saciados".

"Felizes vocês que agora choram, porque serão consolados".

"Felizes vocês, quando os homens os odeiam, os rejeitam, os insultam e os amaldiçoam. Alegrem-se e exultem, porque será grande a recompensa de vocês" (Lc 6, 21-23).

Hoje nós estamos aqui rezando, especialmente pelos que foram mortos em Eldorado dos Carajás. Cremos, com toda certeza, que Deus tem para eles uma grande recompensa, e para nós um consolo e uma força. Como os discípulos de Emaús, que aos poucos foram se refazendo do drama vivido com a morte de Cristo, e tiveram a certeza que Ele continuava vivo, este acontecimento que atingiu tão profundamente todo o Brasil, deve agora nos colocar a caminho, apressados. Temos uma longa estrada a percorrer.

Por respeito aos mortos de Eldorado dos Carajás, vamos superar as resistências contra a Reforma Agrária! Que se faça logo o assentamento de todos os acampados. Que se deixe de lado a violência. Que neste país de tanta miséria se envergonhem os que gozam de privilégios escandalosos. Que termine a impunidade que incentiva novos crimes. E que todos colaboremos para a construção de um Brasil justo e fraterno. Para que de fato, a justiça e a paz se abracem verdadeiramente."

Servidão humana

"Ninguém será mantido em escravidão ou servidão. (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Malu Maranhão[1]

Segundo os dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de casos de trabalho escravo registrado em 1996, foram um pouco inferiores aos de 1995: 19 casos contra 22 casos no ano anterior. O que caiu, queda vertiginosa, foi o número de vitimas: 26.047 em 1995, e 2.487 em 1996. Este número ainda é alto, altíssimo, e provoca nossa indignação se levarmos em conta que o trabalho escravo - a forma mais degradante de trabalho - já deveria ter sido erradicado e contudo, permanece no Brasil.

A pergunta é se devemos comemorar esta queda como uma batalha vencida e que acena com o possível fim da guerra? Em termos sim, e a CPT se sente feliz porque contribuiu com isso, já que foi a primeira a denunciar e a contabilizar as vítimas do trabalho escravo. No caso das carvoarias de Mato Grosso do Sul, em 1996 não foram registrados casos de trabalho escravo. Isto se deve às denúncias feitas nacional e internacionalmente, através da mídia, e as campanhas realizadas no Brasil e exterior. Em Mato Grosso do Sul foi criada a Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho composta por organizações governamentais e não-governamentais, que está atuando em carvoarias, destilarias e fazendas de produção de sementes de *brachiaria*.

Entretanto, o fato de não terem sido registradas vítimas do trabalho escravo, não significa que as condições de trabalho são minimamente decentes. Segundo o padre Alfeo Prandel, da CPT/MS , as condições de trabalho nas carvoarias continuam degradantes e desumanas, apenas não atravessaram a tênue linha que as separa do trabalho escravo. Foi apenas eliminada a dívida, e quando esta existe, o patrão diz que fica por conta do acerto, saindo o trabalhador sem nada.

Nas carvoarias de Minas Gerais também não foram registrados casos de trabalho escravo. Como em Mato Grosso do Sul, em Minas há razões para isso: foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o trabalho escravo, e suas conclusões, divulgadas, denunciadas amplamente, causaram impacto obrigando as autoridades a reagirem.

Se é possível comemorar a ausência do trabalho escravo nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, e Minas Gerais, em Mato Grosso a situação é diferente: em 1995 havia 89 pessoas submetidas ao trabalho escravo, e em 1996 este número aumentou para 690. No Espírito Santo, em 1995 não foi registrado nenhum um caso de trabalho escravo; já em 1996, foram 172 vítimas. No Pará, em 1995, a CPT registrou 821 vítimas do trabalho escravo, e em 1996, este número baixou para 690.

Na verdade, a CPT sempre acreditou que os números apurados ao longo desses anos, não passavam da ponta do iceberg, e que a realidade era ainda mais terrível. O desafio, agora, é aprimorar os mecanismos de fiscalização e repressão, esperando que finalmente, o Congresso vote o Projeto de Lei que tipifica e pune o trabalho escravo - e que há dois anos está parado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara -, para que tenha um instrumento mais eficaz para o combate a este crime que envergonha o Brasil.

Mortes na derrubada

Sempre se soube que nas fazendas do Pará, para onde são levados os peões do Maranhão e Tocantins para trabalhar como escravos nas derrubadas, muitos eram assassinados pelos pistoleiros que formam as "guardas" - uma maneira de evitar a fuga e a denúncia, além de desestimular quem pretende fazer isso. Em 1996, houve uma comprovação concreta, no caso da Agropecuária Umuarama, em Parauapebas.

Após a passagem da equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho, coisas aconteceram na fazenda. Segundo o depoimento do trabalhador José de Souza Lopes, o gerente Charles obrigou cerca de 150 peões a se esconderem no mato quando chegou a fiscalização. Os trabalhadores que tiveram sua carteira assinada, por pressão dos fiscais, foram demitidos; e Raimundo Nonato, conhecido por Barrudo, foi assassinado 10 dias depois. Barrudo estava com pneumonia e tinha a receber um saldo de R$ 800,00. O peão teria sido assassinado por Roberto, segurança de Luís Pires, gerente da fazenda, com três tiros de revólver calibre 30. Depois da morte, o pistoleiro foi retirado da fazenda e levado para uma chácara de Luís Pires, em Araguaia (TO). José Souza Lopes também denunciou que foram encontrados três corpos carbonizados numa área de derrubada.

Fuga impossível

Trabalhadores rurais escondidos no meio do mato, amarrados, numa região onde a topografia torna a fuga impossível. Foi esse o quadro que a equipe da Secretaria de Fiscalização do Ministério do Trabalho encontrou na fazenda Maringá, no município de Comodoro (MT). A fazenda pertence a Antenor Duarte, tido como um dos responsáveis pelo massacre de Corumbiara, ocorrido em agosto de 1995, na fazenda Santa Elina (RO).

Segundo a equipe apurou, levando em conta os depoimentos dos 188 peões que foram encontrados - alguns haviam fugido -, dois homens morreram em acidente de trabalho, e um terceiro de hepatite. A maioria dos trabalhadores era de Porto Alegre do Norte (MT) e Vilhena (RO). Eles foram para a fazenda Maringá atraídos pelas promessas do "gato" Antônio Donizete Nogueira Marques. Ele prometia R$120,00 por alqueire desmatado sem informar que se tratava do "alqueirão" - o dobro do tamanho. Também "esqueceu" de informar que teriam que comprar todas as ferramentas e material (inclusive combustível para as motosserras), além da comida.

Foram encontrados vários menores - o número não foi especificado. A escravidão por dívida é agravada pela relação de amizade com o aliciador. "Geralmente esta situação de falsa amizade é usada para manter o regime escravo", observou um dos fiscais. O proprietário Antenor Duarte se encontra foragido.

Paranaenses em Minas Gerais

Trabalhadores das regiões mais pobres do Paraná são levados com regularidade para trabalhar em fazendas, principalmente de café, em Minas Gerais. Tanto em 1995 como em 1996, estes casos ocorreran. Um dos exemplos, é a fazenda Conquista, em Alfenas. Um grupo de 300 trabalhadores de Engenheiro Beltrão (PR) foi recrutado por um "gato" da empresa Ipanema Agroindústria S/A para trabalhar na colheita do café com a promessa de receber R$ 25,00 por dia.

Um grupo de 11 trabalhadores que conseguiram fugir da fazenda denunciou a situação à polícia em Alfenas. Depois de 14 horas de viagem, quando chegaram na fazenda Conquista o "gato" tomou suas carteiras de trabalho advertindo que não deveriam sair do alojamento pois havia seguranças. Apenas no dia seguinte tomaram café, a primeira refeição que fizeram desde que saíram de Engenheiro Beltrão.

No almoço, descobriram que a comida estava estragada. Desesperados, alguns trabalhadores foram a Alfenas denunciar o caso, e ao retornar um deles, o menor Reginaldo Aparecido da Silva foi agredido por um dos 15 seguranças que faziam a guarda, todos fortemente armados com escopetas e revólveres e portando algemas.

Algumas horas depois, os seguranças ordenaram que os trabalhadores deixassem o alojamento. Inseguros, sem saber para onde irem eles quiseram ficar, mas foram agredidos. Quando os policiais chegaram na fazenda os seguranças haviam pegado as armas e fugido.

Campanha de prevenção

Além de documentar, divulgar e denunciar o trabalho escravo, a CPT está dando início à campanha ***"De olho aberto para não virar escravo"***, envolvendo os Regionais de Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins, com o apoio da Secretaria de Fiscalização do Ministério do Trabalho. É uma campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo.

Através de spots nas rádios, cartazes e orientações, sempre trabalhando em parceria com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Igrejas, a CPT age na prevenção e combate alertando para o perigo dos trabalhadores se tornarem escravos e, caso isso aconteça, a quem recorrer.

Entre as informações para evitar entrar em "boca quente", estão:

1 - Antes de sair para o novo trabalho informe-se sobre o nome do fazendeiro e do "gato", nome da fazenda, duração do trabalho e data de retorno.
2 - Deixe as informações com amigos, familiares, Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
3 - Não pegue empreita dependurado em dívida de pensão, viagem e barracão.
4 - Mesmo se estiver devendo, ninguém - fazendeiro, "gato" ou polícia - pode impedir que você saia da fazenda quando quiser.
5 - Exija do "gato" um contrato de trabalho por escrito e carteira assinada. Se o empregador não fizer o contrato, insista com ele para irem juntos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Além dessas "dicas", a campanha está divulgando números de telefone, para denúncias e para recorrer em casos de trabalho escravo.

TRABALHO ESCRAVO - BRASIL 1996

No.	NOME DO IMÓVEL / EMPRESA	MUNICÍPIO	UF	No. PESSOAS
01	Carvoarias	São Mateus / Pedro Canário / Linhares	ES	172
02	Fazenda Conquista	Alfenas	MG	300
03	Fazenda São Pedro	Divino	MG	2
04	Fazenda São Tomé	Ibiraci	MG	70
05	Fazenda Sucuri	Patrocínio e outros	MG	*278
06	Fazenda Santo Antônio	Perdizes	MG	80
07	Fazenda do Ouro	Perdizes	MG	60
08	Fazenda Kathyara	Serra do Salitre	MG	**
09	Fazenda Maringá	Comodoro	MT	188
10	Fazenda Marcélia V	São Félix do Araguaia	MT	22
11	Fazenda Agropol	Vila Rica	MT	300
12	Fazenda Boca Quente	Banápolis	PA	16
13	Fazenda Primavera	Curionópolis	PA	135
14	Fazenda Santa Lúcia	Curionópolis	PA	133
15	Agropecuária Umuarama	Parauapebas	PA	328
16	Fazenda Brasil Verde	Xinguara	PA	78
17	Fazenda São Judas Tadeu	Vilhena	RO	5
18	Usina Santa Rita	Ibitiuba	SP	45
19	Usina Santa Rita	Pirassununga	SP	275
	TOTAL			2.487

Legenda :

* Presença de criança
** Número não revelado

Fonte: Setor de Documentação da CPT

[1] Jornalista e Assessora de Comunicação da Comissão Pastoral da Terra

Crianças do Campo

(Trabalho Infantil e Violência)

Maria Eunice Araujo de Castro[1]

" É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária ". (Art.4º, Estatuto da Criança e do Adolescente).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco em nossa história social. Ele coloca a criança e o adolescente como sujeitos, possuidores de direitos que protegem a vida, a saúde, através de políticas sociais e públicas que permitem o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária; à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização e a proteção no trabalho.

A existência de normatização legal que garanta essas condições básicas para a existência da cidadania, não tem impedido que o contrário aconteça. O trabalho infantil está presente em diferentes setores econômicos de nossa sociedade, na prostituição infanto-juvenil e nas mais variadas formas de violência que nos envergonham. Há um abismo entre a lei e a realidade. A legislação só é cumprida quando serve aos interesses das elites, quando aumenta seu poder e riqueza. Por isso o trabalho infantil no campo é uma rotina que se insere no contexto da degradada relação de exploração do capital sobre o trabalho. Os pais, diante da necessidade de extrair recurso suficiente para manter a família, ou de cumprir as cotas de produção mínima exigida pelos empresários obrigam-se a levar os filhos para a roça, e utilizá-los como mão-de-obra.

A realidade de trabalho infantil e violência em nosso país é do conhecimento da sociedade. Há inclusive aqueles que justificam com convicção a importância desse trabalho precoce, dizendo que é "melhor trabalhar que virar marginal". A solução para a marginalidade não está no trabalho infantil, mas numa educação de qualidade, emprego e salário digno para as famílias brasileiras.

A constatação da gravidade do assunto requer estudo, levantamento, pesquisa e ações concretas de solução. Muitos dados são apresentados de maneira geral e percebemos a carência de informações quantitativas concretas a respeito do trabalho infanto-juvenil.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1995 e divulgada em 1996, dá conta de 522.185 crianças no mercado de trabalho brasileiro, todas situadas na faixa entre cinco e nove anos de idade. Desse total, 423.679 trabalham em atividades agrícolas. Essas atividades, já conhecidas como área de trabalho infantil, são a cana, o sisal, o carvão, a colheita de frutas e outras, numa relação de trabalho familiar ou assalariado, que prejudicam gravemente o desenvolvimento normal de crianças e adolescentes.

Levantamento feito pelo Ministério do Trabalho, através das Comissões Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) e agentes da Inspeção do Trabalho, datado de outubro de1996, revela as inúmeras atividades exercidas por crianças no mercado de trabalho brasileiro, discriminadas por regiões do país, locais onde o trabalho é realizado, características e condições da atividade e o que é mais grave, os riscos à segurança e à saúde da criança. Esses riscos no trabalho em atividade rural são causados por postura inadequada, picadas de animais peçonhentos, uso inadequado de ferramentas, esforço ao carregar peso excessivo, exposição à intempéries, a temperaturas elevadas, poeira, gases, radiações solares, intoxicação por agrotóxicos, produtos químicos, poeira, lesões por esforços repetitivos (LER), acidentes com instrumentos de trabalho, transporte inadequado, queimaduras, mutilações. Além desses riscos, o trabalho infantil é prejudicial à freqüência escolar e ao aprendizado, com o agravante da péssima remuneração paga, a ausência do sonho, do lazer, do esporte na vida das crianças e adolescentes.



FOTO: EUNICE CASTRO

Mun. Campo Formoso - Com. Morrinhos - BA
Menino de 13 anos retira o sisal batido para secar

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação divulgada em 1997, analisou as condições de trabalho e de educação de crianças de sete a 14 anos, em seis capitais brasileiras e chegou, entre outros, aos seguintes resultados: as crianças fazem trabalho de adulto, cumprindo longas jornadas; de 55% a 70% dos entrevistados ganham menos de um salário mínimo; uma grande parte das crianças trabalha cinco, seis ou sete dias na semana; um terço das crianças começou a trabalhar antes dos dez anos; os índices de repetência alcançam de 60% a 70%; muitas crianças não têm tempo para brincar ou praticar esportes; a maior parte acha que criança deve trabalhar antes dos quatorze anos; a grande maioria sonha com profissões universitárias. Não temos esses dados no âmbito nacional referentes às crianças do campo, mas a realidade com certeza não é diferente, levando-se em conta a inexistência de políticas governamentais eficientes voltadas para o meio rural.

A vida das crianças e adolescentes contada por elas mesmas:

"Minha mãe e meu pai estão doentes, não podem trabalhar, eu e meu irmão é que precisamos sustentar a casa com o dinheiro que apuramos no corte do sisal, R$ 0,02 pagos por KG de palha colhida". (Valdomiro, 13 anos, Povoado de Belas, Campo Formoso - BA, em depoimento pessoal a CPT Nacional).[2]

"Enquanto tiver fibra de sisal para esticar, o patrão não deixa a gente ir na escola. Por isso, ainda estou na 2ª série. Minha professora diz que eu já poderia estar na 7ª, mas falto muito." (Girlene, 13 anos, Retirolândia - BA. Fonte: Folha de S. Paulo- especial 01/05/97, pg.5).

"Trabalho aqui desde que eu tinha 7 anos para ajudar meu pai". (Marilei, 13); (Garimpo de Bom Futuro, Ariquemes - RO. Fonte: Folha de S. Paulo - especial 01/05/97, pg.8)

" - O que você quer ser quando crescer? - Vou trabalhar. - Em quê? - Vou catar lixo. Leandro, 10 (Garimpo de Bom Futuro, Ariquemes - RO. Fonte: Folha de S. Paulo - especial 01/05/97, pg.8).

A situação de violência e trabalho infanto-juvenil no campo é grave. Os casos documentados ainda são poucos em relação ao vasto universo do trabalho infantil.

No período 90/96 a Comissão Pastoral da Terra documentou a existência de 3.321 crianças e adolescentes **vítimas de trabalho escravo**. A maioria dessas, nos estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, realizando o penoso trabalho nas carvoarias.

Desrespeito

O **desrespeito aos direitos trabalhistas**, no mesmo período alcança o número de 62.353 crianças e adolescentes. Desses, o número maior é registrado em Alagoas, nas lavouras de cana, no Mato Grosso do Sul em carvoarias e no Rio de Janeiro também na cana. É a dupla violência, explora-se o trabalho de menores e não remunera minimamente seus direitos trabalhistas. Há casos extremos de superexploração e degradação dos trabalhadores, com falsas promessas de salário, e boas condições de trabalho, faltando pouco para caracterizar-se como trabalho escravo.

Em 1996, só em Minas Gerais, 15 crianças foram vítimas de desrespeito dos direitos trabalhistas. São menores de 14 anos, peões de fazenda. Um deles, Renato, de nove anos, ao fim de um mês de trabalho recebeu R$ 1,00 e sua mãe R$ 31,00. No pagamento descontam-se taxas que não são passadas aos órgãos arrecadadores, além de descontos em alimentação e equipamentos de proteção. A jornada de trabalho é de 15 horas diárias (Doc. STR Perdizes, 30/07/96). Também em Minas Gerais, os menores de 14 anos, Jairo Souza Pereira e Luis Manoel da Silva, tiveram seus documentos retidos na fazenda onde colhiam café, como forma de obrigá-los a permanecerem trabalhando na propriedade. Ao mesmo tempo que colhiam o café, havia máquinas pulverizando as plantas com defensivos agrícolas e várias pessoas adoeceram, sem receber assistência médica (Declarações, São Gabriel-BA, 17/09/96). No Rio de Janeiro, em Quissamã, dois trabalhadores menores nos canaviais tiveram seus direitos desrespeitados. Em São Paulo, Guapiaçu/Onda Verde, nove crianças foram encontradas no trabalho da colheita da laranja (Fonte: Folha de São Paulo 18/10/96). No Mato Grosso do Sul, entre trabalhadores vindos do Paraná, estavam dois menores em condições péssimas de trabalho, dormindo em sacos de adubo e estrados de madeira, num barracão destinado a guardar equipamentos agrícolas, com o telhado aberto. A contratação de mão-de-obra para limpeza de lavouras de soja é comum na região, nesta época do ano (Fonte: Correio do Estado 28/02/96).

No período 1990/96, um total de 37 crianças foram vítimas de acidentes. Em 1996, em Tamarana (PR), ocorreu a **morte,** em acidente de carroça, de Stefane Sanches Ferreira de um ano e meio. A menina era filha de acampados e estava com a mãe que ficou em coma, mas se recuperou (Folha de Londrina 08/11/96).

No Paraná, em Londrina e Prudentópolis/Imbituva, dois menores foram vítimas de **ferimento por acidente.** Em Mi-

nas Gerais foram quatro casos, e na Paraíba, um. Os acidentes de trabalho são ocasionados pela inadequação do meio de transporte de trabalhadores volantes, incêndio dos veículos de transporte, pelos instrumentos de trabalho impróprios ao manejo de crianças. Por utilização de defensivos agrícolas, agrotóxicos que são usados sem controle e cuidados necessários. O uso de venenos na agricultura tem ocasionado sérios problemas. Na região de plantio de hortifrutigranjeiros, no Vale do São Francisco, próximo a Juazeiro (BA), encontramos crianças com problemas de visão e a suspeita de que a causa é o uso indevido de venenos nas plantações.

Sisal

Em 1996, denúncias apontam que na Bahia, 25% da mão-de-obra utilizada no sisal são de crianças, que a partir de quatro anos começam a ajudar seus pais. Esses 25% correspondem a 11 mil crianças. Em Salvador, uma criança sem terra foi **vítima de mutilação** em 1996. Visitando a região sisaleira na Bahia é comum encontrar inúmeras pessoas mutiladas na realização das tarefas dessa atividade. São mutilações provocadas pelos espinhos, que causam furos na pele, ou em caso já conhecido perfuram o olho, cegando a vítima. A máquina que transforma a palha de sisal em fibra faz também inúmeras vítimas. É um instrumento arcaico que tem ocasionado a perda de dedos, mãos ou parte do braço dos trabalhadores na atividade, inclusive crianças. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Retirolândia (BA), calcula que só nesta cidade existam mais de 100 pessoas inválidas entre 1.600 mutilados da lavoura sisaleira baiana (Fonte: Tribuna da Bahia 18.07.96).

Desnutrição

No Paraná, só em Rio Bonito do Iguaçu, na Fazenda Pinhal Ralo/Giacometi, no ano de 1996, sete crianças morreram devido à desidratação e pneumonia como consqüência da desnutrição, a maioria menor de dois anos (Fonte: Folha de Londrina 14/06/96). No Rio Grande do Sul, em Júlio de Castilhos, morreram duas crianças, uma de cinco e outra de oito anos, e em Palmeira das Missões um bebê de 41 dias. Em Passos Maia (SC), quatro crianças; no Amazonas, em Humaitá, uma criança de dois anos. Esses casos de morte por desnutrição acontecem em áreas de ocupação, acampamento ou assentamento, onde as condições de sobrevivência são precárias. As mortes na Fazenda Ameixeira, em Passos Maia (SC) por desnutrição chegam a cinco, desde o início do acampamento. Relatório dos médicos da Prefeitura contabiliza 600 crianças subnutridas na Ameixeira (Fonte: Diário Catarinense 07/02/96).

Violência

No levantamento feito no Sistema de Controle de Conflitos no Campo da CPT, aparecem no período 1990/96 o registro da violência mais brutal cometida contra crianças e adolescentes. **Assassinatos** - 10. **Tentativa de assassinato** - 28. **Ameaças de morte** -26. **Torturados** -22. **Agredidos fisicamente** - 251; **Presos** - 41. Além de outras formas de violência como ferimentos, roubo, morte por desnutrição, omissão de socorro, humilhações, intimidação, invasão de casa, terrorismo, crime contra a honra, desaparecimento de pessoa - total de 691. Essas violências estão presentes em situações de trabalho infanto juvenil assalariado, de conflitos pela posse da terra, em ocupações, acampamentos e assentamentos. Ao lado dos pais, a infância é vítima da pobreza, da má distribuição de renda, do desemprego e subemprego, da não realização da reforma agrária, da educação precária ou inexistência dela, enfim da falta de cumprimento dos preceitos constitucionais e da valorização da vida.

[1] Advogada e Assessora Jurídica do convênio CPT/OIT

[2] Uma criança que trabalha 5 dias por semana e em média corta 40 KG de sisal por dia, ao final de um mês, irá receber R$ 16,00.

A luta pela terra e o Estado de direito

Vilmar Schneider[1]



FOTO: DOUGLAS MANSUR

Sem-terra "queimam" simbolicamente o Ministro da Justiça, Nelson Jobim - Marcha do MST em Goiânia

A solução para os problemas sociais brasileiros não passa pela criminalização das lideranças ou pelo uso de força policial contra os trabalhadores. O uso de tais expedientes, no decorrer de nossa história, tem sido o sinal mais visível da intransigência das elites, e do Estado por elas capturado, em reconhecer as maiorias populares como dignas de direitos e partícipes da cidadania. A mediocre mentalidade política incrustrada no Estado, e que é absorvida pelos governos que ali se revezam, sempre reservou um lugar bem determinado para as classes populares: a senzala, o cortiço, a favela, a prisão.

A criminalização e repressão militar dos movimentos sociais não é uma novidade em nosso país. A infeliz alusão do Presidente da República ao possível "uso das baionetas" contra as manifestações populares, acontece no ano do centenário do massacre de Canudos, onde elas foram utilizadas para assassinar mais de 20.000 camponeses pobres, tudo em nome do Estado de Direito e contra a "baderna". A repressão policial às manifestações populares tem adiado soluções e mantido o país com insuportáveis injustiças e contradições internas. O Estado de Direito, no decurso da história nacional, tem sido instrumento de manutenção dos privilégios das elites possuidoras e da miséria dos despossuídos, ou seja, da perpetuação de uma realidade eticamente indefensável: a apartação social. O Estado, infelizmente, é Estado dos proprietários, e não dos cidadãos. O aparato estatal privilegia um conjunto de leis de cunho patrimonialista, em que a propriedade está colocada acima da vida das pessoas. Neste modelo a acumulação desmensurada de riquezas é mais defensável do que o uso destas para promover a vida de pessoas. Ou seja, as vacas dos fazendeiros estão mais protegidas pelo aparato estatal do que a vida dos cidadãos pobres. Este modelo reduz sensivelmente o espaço social, econômico e político dos pobres, empurrando-os para a ilegalidade e a exclusão. Penaliza-os, premiando os ricos. Não é novidade que a maioria dos presos no país é pobre e que rico ou político que rouba, no máximo, recebe uma advertência por ter deixado que o crime fosse descoberto. Afinal, que crimes de colarinho branco já foram apurados e seus responsáveis condenados e punidos?

O atual governo infelizmente se move dentro desta lógica. Não é por acaso que evoca o uso da força contra os pobres, no atual contexto, com a finalidade de desviar a atenção da acusação de corrupção que possivelmente envolve um de seus ministros. Além disso, fica extremamente indignado quando trabalhadores ocupam um prédio público. Porém não tem a mesma postura quando estes trabalhadores morrem de fome ou à bala pelo país afora. É enérgico em recriminar e ameaçar com processos falas dentro da lei de líderes dos trabalhadores, e conivente quando fazendeiros ostentam armas pesadas e incitam ao assassinato de trabalhadores. Esta lógica chega ao ponto do Ministro da Justiça, Íris Rezende, declarar que "certos crimes são inevitáveis", carimbando com o selo da repressão a autorização para a continuidade das barbáries praticadas por policiais e civis em nome do Estado de Direito e da ordem constitucional. Mais do que um deslize de um Ministro, a frase é reveladora de um pensamento da elite nacional, que institucionaliza o crime organizado e reforça a idéia de que os "crimes perfeitos são aqueles feitos dentro da lei". Trilhando por esta pantanosa sabedoria governamental, chega-se bem perto da justificação de muitos princípios que regem práticas do fascismo e do nazismo: "a eliminação do pobres e dos opositores é um crime inevitável". Colocado nestes termos até parece uma frase exagerada e injusta. Porém, na prática, o que vemos é isso. Nos últimos 12 anos, período que compreende a Nova República, foram assassinados 976 trabalhadores rurais e lideranças. Ocorreram apenas sete condenações de mandantes neste período. A prática sistemática da impunidade confirma a "lógica" da barbárie defendida pelo ministro.

As recentes mobilizações populares têm trazido para o centro do cenário político nacional, o que este mesmo centro, durante séculos, quis manter na periferia. As demandas colocadas pelos movimentos de luta pela cidadania não têm o objetivo de atentar contra o Estado de Direito, nem desestabilizar o regime democrático. Pelo contrário, os movimento sociais têm buscado qualificar a democracia e o Estado de Direito, dando conteúdo a palavras como cidadania, direito, liberdade, lutando para que os segmentos sociais atualmente excluídos e à margem da sociedade, tenham espaço de participação. O Estado de Direito é acima de tudo a garantia legal e institucional de um conjunto de deveres e direitos extensiva a todos os cidadãos de uma nação. Isto inclui direitos como liberdade, terra, trabalho, moradia, saúde, educação, segurança. A Constituição Federal contempla estes princípios. Obriga as autoridades a realizar a reforma agrária, a demarcar as terras indígenas, a demarcar as áreas de remanescentes de quilombos, a garantir salário digno, saúde, etc. Certamente, a atitude das autoridades governamentais, de não cumprir um conjunto de preceitos da Constituição, em especial os que atenderiam a reclamos históricos do povo, esta sim é atentatória ao Estado de Direito e desestabilizadora da ordem e não a de protestar colocando um simpático peru, de gravata, no Ministério do Planejamento, como fez o movimento Grito da Terra Brasil ou de chamar o povo a se organizar e se mobilizar por seus direitos, como fez o líder dos sem terra João Pedro Stédile. Não prestar conta dos atos, impedir a apuração de denúncias de corrupção, reprimir com violência movimentos sociais são atitudes inversamente proporcionais à democracia e ao Estado de Direito - o que aponta para um governo na rota do autoritarismo...

[1] Vilmar Schneider - Secretário Adjunto da Comissão Pastoral da Terra

Alternativas à violência policial

Álvaro Augusto Ribeiro Costa[1]

A violência policial tem raízes profundas na História do Brasil (estruturais, econômicas, políticas, sociais, culturais). Não é, portanto, apenas manifestação episódica de condutas singulares. Os indivíduos e grupos que a praticam situam-se historicamente em um contexto em que sua conduta - desde que seja exercida contra as classes socialmente mais desfavorecidas - é vista como natural e até mesmo necessária.

A visão ampla da realidade da violência policial - de suas causas e do quadro normativo a ela pertinente - revela tratar-se de fenômeno que não pode ser enfrentado com medidas isoladas e superficiais. Exige políticas de segurança pública.

Vários aspectos podem ser considerados no tocante a este tema: a) os princípios fundamentais e direitos individuais, coletivos e difusos que constituem o objeto e a substância da cidadania; b) os poderes públicos e os serviços de relevância pública, em geral e, especialmente, os órgãos e instituições incumbidos da segurança pública; c) os indivíduos, grupos e coletividades indeterminadas e/ou determinadas, que são os titulares da cidadania - em geral - e do direito à segurança pública, em especial.

Do ponto de vista objetivo, observa-se que a violência policial não atinge apenas as pessoas ou grupos que dela são vítimas efetivas ou potenciais. Afronta a própria ordem jurídica, especialmente. As vítimas são, portanto, os titulares de direitos individuais, sociais, coletivos e difusos.

A segurança pública

Sob qualquer ótica, entretanto, é importante destacar o quadro constitucional em que se insere a segurança pública e os órgãos e agentes dela incumbidos. É relevante, também, suscitar aspectos que não têm sido considerados ou que vêm sendo negligenciados na discussão pertinente à violência policial. Vejamos, a propósito, alguns deles:

O princípio geral pertinente à segurança pública está assim escrito na Constituição federal, no art. 144: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:.." Esse artigo também relaciona os órgãos incumbidos da segurança pública (polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares), e enumera as atribuições dos mesmos. Além disso, define duas funções básicas: de um lado, as da polícia judiciária e de apuração de infrações penais; de outro, as de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. As primeiras, atribuídas à polícia federal e às polícias civis. As últimas às polícias militares.

Os fundamentos constitucionais da segurança pública, no entanto, não têm sido suficientemente considerados na discussão de que se cogita. Merecem destaque, a propósito, os aspectos a seguir considerados.

A segurança pública não diz respeito somente aos órgãos dela incumbidos. Sendo dever do Estado para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, tem como direito do cidadão, a este se relacionar diretamente. Disso resulta que as políticas de segurança pública devem ser definidas com a participação dos cidadãos e orientadas pelo interesse da coletividade.

Isso exige uma substancial mudança de filosofia: o cidadão e a sociedade são os titulares do direito à segurança pública. Os órgãos dela incumbidos, portanto, são deles servidores; não seus inimigos.

Por outro lado, a investigação criminal para fim de ação penal tem natureza instrumental. Logo, deve ser o adequado instrumento da persecução penal contra todos os que cometam crimes[2].

Daí, a indispensável alteração do art. 144 da Constituição Federal, excluindo-se dele as referências aos órgãos incumbidos da segurança pública e às suas atribuições.[3] Além disso, impõe-se ali incluir os princípios da participação social na formulação das políticas de segurança pública e no controle e avaliação da execução das mesmas; bem assim, o da subordinação da investigação criminal ao Ministério Público.



FOTO: ANTONIETA DE SANTANA

Manifestação contra massacre sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA)

A responsabilidade civil do Estado

Diz o § 6º do art. 37 da Constituição Federal que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa". Portanto, a responsabilidade civil do Estado se distingue da de seus agentes por ser de natureza objetiva - vale dizer, decorre de uma relação de causalidade entre a conduta do agente estatal e o dano sofrido por outrem. A do agente estatal, porém, é de natureza subjetiva - ele somente é responsável se a sua conduta, além de haver causado dano a terceiro, é culpável.

Sendo distintas as responsabilidades do Estado e de seus agentes, daí resulta que as pessoas que tenham sofrido dano causado por agentes estatais devem obter reparação desse dano mediante ação proposta contra o Estado. Este, por sua vez, se vier a ser condenado a indenizar a vítima do dano causado por seus agentes, deve propor ação contra estes para obter reparação do que teve que pagar ao autor da ação em que foi condenado.

Contudo, as autoridades policiais não se preocupam quanto aos efeitos civis de seus atos, porque as ações de indenização, quando são propostas pelas vítimas, são dirigidas contra o Estado. Este, porém, somente poderá propor ação contra seus agentes, após transitar em julgado a decisão em que tiver sido condenado a indenizar a vítima.

Isso faz com que sejam raras e demoradas as ações do Estado contra seus agentes. Essa situação contribui para a violência policial, na medida em que os agentes policiais não temem responder pelas indenizações devidas às vítimas.

Há necessidade, por isso, de alterações constitucionais, para que as vítimas das condutas dos agentes estatais possam propor ação diretamente contra o Estado e seus agentes, resolvendo-se no mesmo processo a responsabilidade do primeiro em face dos particulares e a daqueles em relação ao Estado. Assim, as autoridades policiais poderão ser responsabilizadas civilmente logo após a prática da violência.

O inquérito policial

O processo penal é iniciado por denúncia do Ministério Público. Para denunciar alguém, todavia, o Ministério Público precisa ter as informações necessárias a respeito do fato delituoso, dos seus autores e circunstâncias.

Essas informações são geralmente colhidas mediante inquérito policial

pela polícia civil (inquérito policial comum) ou a polícia militar (inquérito policial militar).[4]

No entanto, muitas vezes os inquéritos não são instaurados; mesmo quando o são, vêm a ser ilegalmente arquivados; quando instaurados e concluídos, costumeiramente demoram muito além do prazo legal; ou, se concluídos e enviados à Justiça, mostram-se deficientemente instruídos, o que obriga o Ministério público a solicitar a devolução dos mesmos à polícia, para novas diligências, ou pedir ao juiz o seu arquivamento. Por fim, mesmo nos casos em que são instaurados, concluídos e bem instruídos, isso não adianta muito, porque toda a prova tem que ser feita novamente perante o juiz, por exigência do princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

Além disso, na medida em que as autoridades policiais detêm, na prática, o poder de instaurar o inquérito, de arquivá-lo ou de orientá-lo como bem queiram, assumem - individual ou corporativamente - poder de pressão que a lei não lhes confere.[5] Aliás, é justamente antes ou durante o inquérito policial que ocorrem as mais diversas formas de violência policial.[6] Tal violência - vale lembrar - em nada aproveita à punição dos criminosos. Pelo contrário, constitui fator de impunidade porque as provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo (art. 5º, LVI, da CF).

Por outro lado, inquéritos não instaurados ou retardados - "engavetados" ou "acautelados" (segundo o jargão policial) - dão lugar, por vezes, a outras práticas ilícitas.[7] Não menos grave é a "preparação" de inquéritos - especialmente quando se cuida de delitos atribuídos a policiais - em que as vítimas viram agressoras e os agressores vítimas. Em outros casos, conclusões são precipitadas, negligenciadas cautelas elementares da boa investigação, perdem-se as pistas e são destruídos os vestígios do crime.

Quando os inquéritos policiais não são instaurados, os fatos delituosos são subtraídos à apreciação da autoridade policial competente. Quando se prolongam no tempo, retardam o início do processo judicial e o regular exercício das competências do Ministério Público e do Juiz. Enquanto isso, os autores dos delitos permanecem alheios à ação do Poder Judiciário e muitas vezes são beneficiados pelo esquecimento e prescrição.[8]

A previdência necessária à mudança nesse estado de coisas é a subordinação da investigação criminal ao Ministério Público, a exemplo do que é feito em inúmeros países. Isso poderia ser feito mediante a criação das **procuradorias e/ou promotorias de instrução.** A investigação dos eventos criminosos seria imediatamente feita sob a direção de órgãos do Ministério Público e o resultado delas de logo submetidos ao Poder Judiciário, onde o juízo acerca da admissibilidade das provas e da acusação seria feito, observando o contraditório e a ampla defesa.

As considerações acima enunciadas têm por objetivo provocar a inserção, nas discussões a respeito da violência policial, de questões concernentes a aspectos essenciais da compreensão do tema, que não têm sido abordados ou suficientemente examinados.

É preciso ir além dos aspectos superficiais dessa realidade execrável, para que sejam definidas e implementadas providências que atinjam as raízes dos problemas nela envolvidos. Ademais, convém fugir das soluções fáceis e/ou milagrosas. É necessário ampliar e aprofundar o exame das questões aqui salientadas - bem como de outras não menos relevantes -, sobretudo mediante a contribuição de pessoas e entidades que têm o conhecimento e a experiência que lhes permitem apresentar a ótica dos que vivem, presenciam e sofrem a realidade da violência policial e seus efeitos.

[1] Advogado, Sub-Procurador Geral da República e fundador do Fórum Contra a Violência no Campo.
[2] Especialmente àqueles de maior repercussão social - os crimes do "colarinho branco", econômicos, ambientais, contra o patrimônio público e social, etc.
[3] Seriam transferidas à lei complementar que melhor poderia adequar a regulamentação do tema às novas realidades e diversidade regionais.
[4] No entanto, vem se tornando cada dia mais comum - e com bons resultados - a dispensa do inquérito policial pelo Ministério público, promovendo ele memo as investigações e a coleta dos elementos probatórios necessários à ação penal. Em outros casos, a própria lei prevê que o inquérito se faça em outras instâncias (como é o caso dos que têm curso perante os tribunais, tendo em vista as ações penais de sua competência); ou ainda, nas hipóteses em que a investigação tenha sido feita no âmbito administrativo (como ocorre em relação aos inquéritos administrativos em geral e aos realizados na órbita do Banco Central, da Receita Federal, da Previdência Social, etc).
[5] Isso pode propiciar chantagens, corrupção e violências, do que são exemplos os inúmeros episódios registrados pela imprensa.
[6] Outras vezes, tornam-se vítimas dos achaques eventuais ou sistemáticos de agentes das corporações policiais. São privados da liberdade e dos bens, sem o devido processo legal, até que muitas vezes desaparecem nas "queimas de arquivos" e viram "presuntos" - segundo a gíria da crônica policial.
[7] São exemplos disso: prisão sem flagrante delito nem ordem judicial, sem comunicação ao juiz competente ou a família do preso, e sem informação de seus direitos; o cerceamento da comunicação do preso com a família e seu advogado; a falta de identificação dos responsáveis pela prisão ou pelo interrogatório do preso; a coação ilegal, a tortura, o tratamento desumano e degradante; os constrangimentos à liberdade de locomoção e de manifestação; as ofensas à integridade física e moral; a intimidade, à honra e à imagem; o desrespeito à presunção constitucional da inocência (art. 5º LVII); a violação ilegal e abusiva de domicílio e das comunicações telefônicas; o cerceamento à liberdade de reunião, etc. Dificulta-se, além disso, por falta de devidas comunicações, o relaxamento da prisão ilegal, a liberdade provisória ou a concessão de fiança, pelo juiz competente.
[8] Exemplos: "cobranças" e "conciliações" , "acordos de dívidas", "retiradas de queixas" etc, em que autoridades policiais - mediante tais condutas ilícitas - transmudam-se em promotores e juízes, usurpando não apenas a jurisdição penal, mas também a civil assim "exercitada" mediante ameaças de "prisão por dívida".



FOTO DAMIÁN SANCHEZ - CPT - ES/ PI

Mutirão no acampamento "Rancho Alegre" ocupado em 16/04/97
São João do Sobrado (Pinheiros) - ES

Entraves jurídicos à reforma agrária

Milton Inácio Heinen(*)

Os limites ou entraves jurídicos num processo de reforma agrária não podem ser considerados isoladamente. Faz-se necessário considerar a lei, sua elaboração e aplicação, dentro do contexto social, político e econômico e da correlação de forças em meio à qual foi gerada.

Além disso, é necessário ter presente que a influência política condiciona e interfere diretamente na aplicabilidade prática da lei, restringindo ainda mais os restritos espaços legais que têm sido dados para a realização da reforma agrária.

Cabe lembrar, igualmente, que a reforma agrária não pode ser concebida como um simples processo de intervenção tópica, resultando na desapropriação de algumas áreas isoladas, sem uma mudança mais efetiva na estrutura fundiária e na política fundiária como um todo. Neste sentido, a reforma agrária é o ingrediente básico de um projeto amplo de política agrária, o qual supõe a mudança e democratização da atual estrutura fundiária historicamente concentrada nas mãos de uma elite latifundiária; além de um conjunto de medidas de reordenamento e planejamento, de acordo com as realidades regionais específicas, de modo que a terra passe verdadeiramente a desempenhar a sua função social.

É dentro deste contexto que cabe analisar alguns aspectos da legislação que disciplina o processo de reforma agrária, tendo como referência básica os dispositivos específicos da Constituição Federal, a Lei Agrária (Lei nº 8.629/93), incluindo-se as modificações que acabam de ser baixadas pelo governo, através da Medida Provisória nº 1.577, de 12/06/97, do decreto nº 2.250, da mesma data, e a Lei Complementar nº 76, com as alterações que já sofreu.

A lei anterior, revogada em alguns pontos específicos, como tem ocorrido com o Estatuto da Terra, falava em estabelecimento de áreas prioritárias para a realização da reforma agrária, o que, por dispositivo da própria Constituição Federal (art. 184), ficou mais restrito ao imóvel. Com esta alteração, o que antes permitia a decretação de áreas maiores como sendo de interesse social para fins de reforma agrária - possibilitando intervenção regional e reordenamento de terras, estradas e demais aspectos da infra-estrutura necessários à produção - ficou, agora, limitado à intervenção tópica, localizada, onde os decretos recaem sobre imóveis considerados isoladamente. A legislação que regulamenta os dispositivos constitucionais segue esta mesma lógica, razão porque a reforma agrária deixa de ter qualquer conotação de efetiva mudança na estrutura fundiária.

A Constituição Federal e, na seqüência, a legislação que a regulamentou, introduziu nova denominação acerca dos diversos tipos de propriedade rural, com alteração de conceitos, de modo a restringir significativamente as áreas passíveis de desapropriação para a reforma agrária, sobretudo, tendo-se em vista a posição que tem sido adotada pelo Executivo e pelo Judiciário, quando da aplicação da nova legislação. Assim, o que antes, pelo Estatuto da Terra, era denominado de Empresa Rural, tendo claro que se tratava daquele imóvel rural cumpridor de todos os requisitos relativos à função social da terra, recebeu nova roupagem para ser chamada de Propriedade Produtiva.

A interpretação imediata, sobretudo de alguns legisladores, doutrinadores e representantes dos movimentos sociais, preocupados em ampliar os espaços a permitirem a democratização da terra, era no sentido de que se tratava da mesma empresa rural, devendo, portanto, cumprir todos os requisitos da função social da terra para ser classificada como tal. No entanto, com o advento da Lei Agrária nº 8.629/93, ficou confirmada a posição dos terratenentes, esquecendo-se os aspectos sociais, de que a propriedade produtiva é aquela que cumpre os requisitos econômicos de utilização e produtividade, conforme índices estabelecidos pela própria lei.

Esta lei objetiva claramente a defesa da propriedade e, além dos novos conceitos, estabelece uma série de subterfúgios dos quais os proprietários podem se servir para impedir qualquer processo de desapropriação de suas terras, ainda na fase administrativa.

Outro problema que cabe levantar é o fato de que a desapropriação de terras para reforma agrária deixou de ter caráter punitivo. Do ponto de vista doutrinário e no sentido do interesse público e social, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública e mesmo a desapropriação por interesse social, sempre tiveram um caráter diferenciado em relação à reforma agrária, exatamente em função do objetivo a ser alcançado. Nesta última modalidade, o que se visa é corrigir as distorções resultantes da prática de proprietários que descumprem a lei e deixam de dar à terra a sua função ou, porque não, obrigação social. É o motivo pelo qual a legislação anterior, notadamente o Decreto-Lei 554/69 permitia o pagamento da terra expropriada tomando por base o valor declarado pelo proprietário para fins de pagamento de Imposto Territorial Rural.

Agora, contudo, a determinação contida na Constituição Federal e regulamentada pela Lei 8.629/93, redefiniram a justa indenização como sendo a preservação do valor comercial do bem e a reposição em seu patrimônio, do valor do bem que perdeu por interesse social.

Desta forma, a desapropriação, além de não significar mais uma sanção contra o descumprimento da obrigação do proprietário perante a sociedade, passou a ser um benefício, principalmente propiciado pela corrupção, pelas super-avaliações, pela avaliação em separado da cobertura florística das terras, significando dupla indenização, além dos juros exorbitantes, concedidos pelo Judiciário, sobre os valores a serem pagos a título de indenização das terras.

Em relação a esta questão, o Governo Federal, através da Medida Provisória nº 1.577, de 12/06/97, alterando o Art. 12 da Lei nº 8.629/93, estabeleceu que a indenização deve refletir ***"o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, aí incluídas as terras e acessões naturais, matas florestas e as benfeitorias indenizáveis..."***, o que não deixa de ser um avanço em relação à regulamentação anterior. No entanto, o caráter punitivo da desapropriação para fins de reforma agrária ficou esquecida e, mesmo que fosse adotada pelo Executivo, teria a reprovação e veto do Judiciário, em função da visão de defesa da propriedade e do patrimônio individual que tem externado em suas decisões.

É necessário considerar, igualmente, que a Constituição Federal é contraditória em seu texto, na medida que as regras gerais apresentam conteúdo social importante, ao passo que as questões mais específicas, e onde as questões gerais deveriam ser viabilizadas, lhes negam vigência ou efetivação. Assim, o Título I da nossa Carta Magna estabelece entre seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação a pobreza. Ao anunciar os princípios gerais da ordem econômica, anuncia que esta ***"tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social"***, além de anunciar entre seus princípios a função social da propriedade (Art. 170). A mesma linha de raciocínio tem sido adotada pelos artigos 184 e 186 da Constituição Federal. No entanto, o artigo 185 diverge desta linha de entendimento ao isentar a propriedade produtiva do cumprimento dos requisitos relativos à função social da terra.

Aqui cabe fazer referência ao grande empecilho representado pelo **Judiciário, no** sentido de impedir que se faça algo mais amplo em termos de reforma agrária. A posição predominante tem sido no sentido de reforçar a visão civilista sobre os conflitos agrários, dando a estes um caráter interindividual e esquecendo o problema social mais amplo que envolvem. Com base neste raciocínio, esqueceram a legislação anterior, a partir da CF/88, alegando inexistência de lei sobre as desapropriações, apesar do Decreto-Lei 554/69 ter sido revogado apenas em 1993, pela Lei Complementar nº 76.

Referida Lei Complementar, apesar de possibilitar certa agilidade nos processos, sobretudo com as alterações sofridas pela Lei Complementar nº 78, em geral, tem sido interpretada em favor do proprietário. Em relação aos prazos, estes acabam por não ser cumpridos. Por outro lado, o Judiciário, ao acatar as alegações de proprietários acerca das indenizações, no sentido de não reembolsarem ao proprietário o valor exato do seu patrimônio, tem contribuído efetivamente com as negociatas e superavaliações. Neste sentido, os fins sociais da lei, tão preconizados, sempre ficam em segundo plano.

Diante deste quadro, é evidente que os espaços legais para a realização da reforma agrária têm sido significativamente reduzidos. O poder público, encarregado de responder aos anseios e necessidades da sociedade, utilizando os espaços legais para avançar no sentido da democratização da terra, por sua vez, tem sido moroso diante das exigências populares, conivente com as iniciativas que levam à corrupção. Por outro lado, tem utilizado a bandeira da reforma agrária mais com objetivo de demonstrar números à sociedade do que para enfrentar a estrutura do latifúndio e garantir terra e condições de trabalho aos trabalhadores rurais.

Os trabalhadores rurais, juntamente com seus órgãos de representação e de apoio, não têm estado passivos em relação a esta realidade. Desta forma, buscaram combinar duas iniciativas importantes, quais sejam, a luta direta para a conquista e permanência na terra e a busca de mudanças pela via institucional, apresentando projetos de leis, para que algo mais possa ser feito em termos de reforma agrária.

Assim, a alteração do Código de Processo Civil, nos aspectos relacionados à posse e os conflitos que ela envolve, foi buscada através de várias iniciativas de lei, de modo a dificultar os despejos de trabalhadores, além de garantir a participação do Ministério Público nos processos que envolvem conflitos possessórios de natureza coletiva.

Outra alternativa que pode contribuir no encaminhamento das lutas é a intervenção do Incra nas ações possessórias, habilitando-se como assistente dos trabalhadores, antes mesmo de declaração do imóvel como sendo de interesse social para fins de reforma agrária. Desta forma, tenta deslocar a competência para a Justiça Federal, o que também pode dificultar os despejos e permitir a permanência dos trabalhadores na terra enquanto se encaminha o processo de desapropriação.

Neste processo, os trabalhadores têm tido uma clareza, aliás confirmada pelos números do próprio governo ou do Incra. As desapropriações de terras para fins de reforma agrária, tímidas em relação às históricas promessas e às necessidades dos trabalhadores, em sua quase totalidade, têm sido efetivadas em resposta às pressões dos trabalhadores, representadas por ocupações, acampamentos, marchas e outras iniciativas. Portanto, não foi por vontade política do governo que as desapropriações de terras ocorreram.

Diante do quadro, convivíamos com projetos antagônicos tramitando no Congresso Nacional: uns buscando reforçar as iniciativas dos trabalhadores e dificultar os despejos, enquanto que outros, atendendo aos interesses dos latifundiários, visavam impedir e criminalizar as iniciativas de ocupação de terras, única medida que foi capaz, até o momento, de garantir que se fizesse algo em termos de reforma agrária.

No entanto, o Governo Federal, através do Decreto nº 2.250, de 12/06/97, divulgado junto com a Medida Provisória nº 1.577, com a qual pretende dar maior celeridade nos procedimentos administrativos que antecedem ao processo judicial de desapropriação de terras para a reforma agrária, além de evitar as superavaliações, acabou por dar um duro golpe nas lutas diretas dos trabalhadores.

Através do artigo 4º do referido Decreto, o governo atendeu a uma antiga reivindicação dos latifundiários, tema de projeto de Lei em tramitação no Congresso, e proibiu a vistoria prévia em terras ocupadas pelos trabalhadores enquanto não cessar a ocupação.

Esta iniciativa demonstra que, às dificuldades já enfrentadas, aos limites impostos pela lei e à falta de ação do governo por sua própria iniciativa, foi acrescentado mais um empecilho na reforma agrária, na medida em que busca impedir a ação dos trabalhadores. Cabe a estes reavaliar suas estratégias, na certeza de que o avanço no processo de democratização da estrutura fundiária vai depender das lutas e organizações dos trabalhadores.

Milton Inácio Heinen é Assessor Jurídico da FETAEG e Professor Convidado da Universidade Católica de Goiás.

STJ reconhece direito de lutar pela terra

Ruben Siqueira

O *habeas corpus* concedido, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), no dia 12 de março de 1996, não permitiu apenas a libertação dos líderes dos sem-terra presos no Pontal do Paranapanema (SP), entre os quais Diolinda Alves e seu marido José Rainha, que se encontrava foragido. Mais do que isso, foi uma decisão histórica que reconheceu o direito constitucional dos sem-terra de lutar pela reforma agrária e praticamente legitimou o Movimento Sem Terra.

O ministro-presidente da 6ª Turma, Ademar Maciel, ao dar seu voto, fez uma análise da questão fundiária no Brasil e questionou: *Pergunto se não seria uma "reforma agrária de baixo para cima", uma pressão social, já que o governo está "tranqüilo" há não sei quantos anos - quando todas as nossas Cartas e as nossas Constituições estão apregoando a reforma agrária.* Evocou então o "uso do direito de resistência": *Têm os súditos o direito de se rebelar contra o soberano que não está agindo a favor do povo?*

O ministro Vicente Cernicchiaro, num dos votos mais contundentes, referidos depois pelos demais ministros, afirmou que não se pode confundir o "clamor público", alegado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo ao negar o *habeas corpus*, com "reação organizada dos proprietários de terra". E que a conduta dos sem-terra não se enquadrava como "formação de quadrilha", nem se destinaria a perturbar uma propriedade ou a ordem pública, mas reclamar o direito à reforma agrária, prevista na Constituição mas descumprida pelo governo. Esta situação legitimaria a ação dos sem-terra, por seu *interesse* num direito constitucional. O clamor existente, segundo o ministro, é o "clamor popular pela reforma agrária".

A jurisprudência foi criada; agora resta que cada vez mais juízes, principalmente os das Comarcas do interior, façam uso dela.

FOTO: ARQUIVO CPT/MG



Romarias das Águas e da Terra - Manga - MG / 26-10-96

Romarias da terra, das águas, do trabalho, do martírio...

Ivo Poletto[1]

Em 1996 e 1997, foram e estão sendo celebradas, como já é costume, muitas Romarias da Terra em todo o país. Foram caminhadas, rezas, denúncias e festas que lembraram diferentes dimensões da realidade da vida dos filhos da terra. Vale a pena destacar algumas:

- a dignidade da terra e da água, na ***Romaria da Terra e das Águas***, no Rio São Francisco de Manga, Minas Gerais;
- a lembrança do testemunho esperançoso dos que deram a vida em favor da vida, na ***Romaria dos Mártires***, nos 20 anos da Prelazia de São Félix;
- a teimosia dos Bóias Frias, na ***Romaria dos Trabalhadores***, em Juniópolis, norte do Paraná;
- a terra como lugar de vida e de trabalho, nas Romarias de Governador Valadares, Minas Gerais, e de Andradina, São Paulo
- os valores e desafios das comunidades de pequenos produtores familiares, nas Romarias de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, e de Fraiburgo, Santa Catarina;

Os que lutam pelo fim do cativeiro da terra e pela liberdade verdadeira dos filhos e filhas da terra, lembram sempre das Palavras e das Promessas do Deus dos pobres. Reúnem-se, por isso, caminham juntos, celebram os avanços conquistados, pedem perdão e forças para continuar. As Romarias são momentos fortes de espiritualidade e de unidade do trabalho. Renovam esperanças, reforçam trabalhos. Cada região realiza suas Romarias em torno de dimensões importantes da realidade da vida do povo e dos trabalhos da Pastoral da Terra e da luta pela terra.

Ao lembrar a vida, as necessidades, os desejos e as esperanças dos filhos de Deus, as Romarias levantam a Deus os gritos dos excluídos, e pedem, com confiança, que Ele caminhe junto com o povo, e que apresse o dia da libertação da terra e dos deserdados da terra. A Romaria das Águas lembrou, de modo muito direto, que a terra e as águas são fontes de vida, são vivas, **têm direitos**. Foram criadas por Deus, *e Deus viu que tudo era bom*. Se é bom, é belo, digno. E merece continuar bom e belo. Às pessoas cabe a missão de contemplar, manter e aumentar esta bondade e esta beleza. Para que a terra e a água continuem mães da vida, mães dos filhos da terra e de Deus.

Esta foi, por isso, a Romaria mais surpreendente de 1996. Foi um clamor a Deus dos que sofrem por ver a terra e a água sendo estragadas e ameaçadas de morte. E um grito, dado em nome de Deus, para que todos despertemos, enquanto é tempo, para amar de verdade a terra e água, nossa fonte de vida feliz. É urgente aumentar a união e a luta para que isso aconteça.

A Romaria de São Félix, por outro lado, foi a retomada do sentido da morte de tantas irmãs e irmãos por causa da luta pela terra e pela vida. A lembrança do sangue derramado tem, pelo menos, dois significados fundamentais:

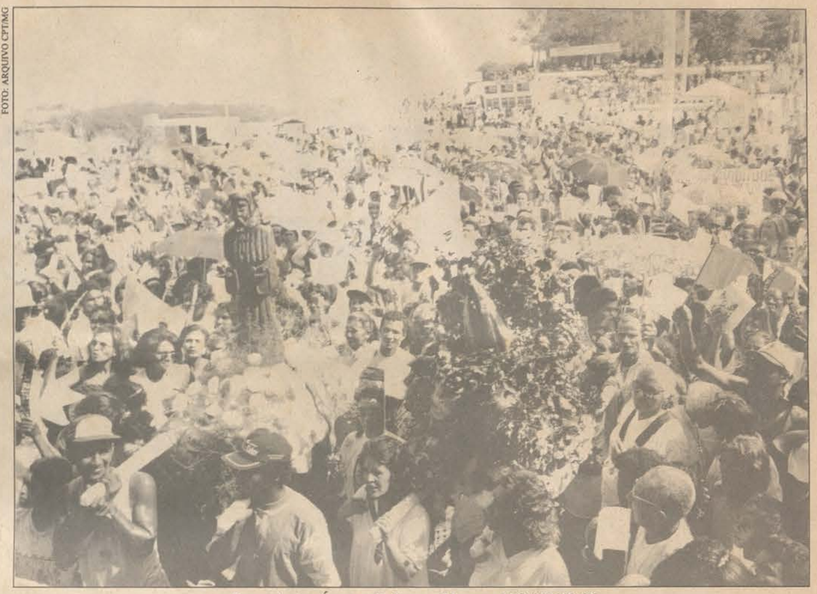
a) **a denúncia de tudo e de todos que causaram estas mortes, que provocaram a partida desses amigos nossos antes da hora, e que continuam um grito a Deus e à humanidade para que sejam feitas as transformações sociais em favor das quais este sangue foi derramado;**

b) **a lembrança, especialmente para nós, cristãos, que a *melhor prova de amor é a doação da própria vida em favor da vida dos irmãos e irmãs, especialmente dos mais fracos e excluídos*.** É isto que nos revela, ensina e demonstra o Evangelho da Palavra e da Vida de Jesus: Ele deu a sua vida, antes do que nós.

A Romaria de São Félix, junto com todas as outras, foram um clamor a Deus e à humanidade para que não continuem acontecendo massacres como os de Corumbiara e Eldorado de Carajás. Foram também mais uma pressão sobre os governantes e os juízes brasileiros para que se faça justiça verdadeira em favor dos pobres do Brasil. Os que lutam por terra e trabalho são pessoas [illegible] dem aceitar passivamente sua condenação à morte por falta de terra, de trabalho e de renda para viver. Buscam o que existe com maior abundância no território brasileiro: terra não cultiva-[illegible] boi. Sua luta é legal: é luta de cidadãos que desejam que todos os brasileiros tenham direito igual de viver com dignidade, como estabelece, desde o início e solenemente, a Constituição Fe-[illegible]

[1] *Teólogo, filósofo e assessor nacional da Cáritas*

FOTO: ARQUIVO CPT/MG



Romaria das Águas e da Terra - Manga - MG / 26-10-96

Romarias da Terra - 1996

No.	Data	Local/Diocese	Lema/Tema	No. de participantes
1	08/05/96	Governador Valadares/Minas Gerais	Terra para plantar, terra para morar, luta do povo de Deus, para libertar.	3000
2	01/09/96	Janiópolis / Paraná	Terra e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais. Nos Campos do Senhor, gritam por Direito e por valor.	10.000
3	08/09/96	Fraiburgo / Santa Catarina	• Justiça e paz para a nação: com terra, trabalho e pão	15.000
4	26/10/96	Manga / Minas Gerais	Terra e água se unirão	8000
5	25/06/96	Ji-Paraná /RO		
6	26-28/07/96	Ribeirão Cascalheira/MT	2ª Romaria dos Mártires.	1.200
7	18/08/96	Andradina - SP	Na terra dividida , vida para todos.	4.000
8	26/05/96	Londrina /PR	6ª Romaria do Trabalhador/Trabalho e justiça construindo cidadania.	2.000
9	20/02/96	Santa Rosa /Santo Angelo - RS	Povo organizado constrói um Novo Estado	30.000

PASTORAL DA
TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVIII

março 93
nº 109



foto: Everaldo Rocha

Despejo de famílias em Campo Grande

Brasil favela

Um dos desafios que mais facilmente o Brasil pode enfrentar é esse que a CF-93 nos coloca: a moradia. Faltam 12 milhões de casas, diz o Ministério da Ação Social. Investimento caríssimo mas do qual pode participar toda a população, mesmo a mais pobre. Quem não se dispõe a fazer o possível e o impossível para ter uma casa para a família?

Experiências de mutirão, de autoconstrução, de mil formas de ajuda mútua se multiplicam pelo país. Os governos bem poderiam apoiar e multiplicar essa capacidade criativa. O maior problema é o lote. Até esse o povo vem tentando resolver, ocupando terra.

Enquanto assistimos, estarrecidos, à denúncia de desvios do FGTS, dinheiro do trabalhador destinado à moradia, o IBGE publica o retrato da favelização do Brasil. Mais de um milhão de famílias, habitam em "terreno de propriedade alheia, de forma desordenada e carente dos serviços essenciais como água, luz e esgoto" - definição do IBGE para favela. Esse tipo de moradia precária se espalha agora também pelas médias e pequenas cidades e os números do IBGE não levam em conta os sem casa que moram na rua, nem as "favelas" com menos de 51 famílias (Cfr. Istoé, no. 1226, 31.3.93).

O capitalismo já resolveu problemas de recessão com investimentos estatais na construção. Tendo as empreiteiras, comprovadamente, se envolvido na corrupção do governo anterior, seria preciso apelar para a fiscalização popular e para a solidariedade dos pobres. O problema não é salvar o capitalismo, é salvar as pessoas. Para elas, morar é essencial, sair do desemprego é condição para isso.

Não podemos é dormir tranquilos na poltrona, diante da TV que anuncia os dados do IPEA: o Brasil tem 65 milhões de miseráveis, entre eles, 32 milhões de indigentes (que vivem com menos de metade do salário mínimo). Sabendo que o Brasil é tão grande, com tantas possibilidades de dar condições de vida para todos. Esses dados cortam o coração.

O Brasil tem jeito! A FAO diz que as famílias assentadas por Sarney, apesar da pouca ajuda governamental, produzem, em média, o equivalente a 2,8 salários mínimos. A maior parte tem casa, escola para os filhos, está lutando por um futuro, com esperança. Estão saindo da miséria.

O combate à miséria não pode ser só distribuir cesta básica, mesmo com fiscalização popular para evitar corrupção. É preciso encaminhar reformas estruturais como: tornar públicos os açudes construídos com dinheiro público no Nordeste, destinar áreas irrigáveis para produção de alimentos (o Nordeste da seca produz sobremesa de exportação), dar acesso à terra.

Apesar de a minoria privilegiada dizer que estas são propostas ideológicas, nós insistimos em dizer que são alternativas de vida.

A riqueza mais abundante no Brasil é a terra. Ela é caminho de vida para o campo e a cidade.



foto: Arquivo CPT

Participantes do I Curso de reciclagem e II ENTA/CPT

Curso de reciclagem e II ENTA/CPT

De 07 a 13 de fevereiro último aconteceu, em Goiânia/GO, o I° Curso de Reciclagem e o II Encontro Nacional dos Técnicos Agrícolas e Agrônomos da CPT (II ENTA/CPT). Na oportunidade, estiveram reunidas 29 pessoas, sendo 24 técnicos da área, representando 16 Regionais da CPT.

O Curso tinha como objetivo geral proporcionar a reciclagem técnico-sociológica aos participantes, uma vez que dentro da formação geral proporcionada pela CPT este aspecto não vinha sendo contemplado. Ainda pretendia contribuir para uma formação técnica mais adequada aos objetivos do trabalho da CPT e para um intercâmbio de experiências de trabalho nas áreas de organização de trabalhadores rurais e técnicas de produção e comercialização, discutindo e aprofundando teoricamente os desafios surgidos a partir da prática.

Para contemplar todos esses objetivos, o Curso foi dividido em três temáticas principais, contando com a contribuição de três assessores.

A primeira etapa tratou dos aspectos técnico-agrícolas (desenvolvimento sustentável, agroecologia, sistemas de produção), do trabalho do técnico, e contou com a assessoria do Engº. Agrº. Eli Lino de Jesus, da AS-PTA Nacional (Rio de Janeiro). Eli apresentou aspectos da agricultura alternativa, num entendimento de que este conceito se refere a um sistema agrícola integrado, baseado na análise do agroecossistema, sendo que o mais importante não é o nome que recebe. Dessa forma, apresentou as diversas correntes filosóficas da agricultura alternativa (agricultura biodinânica, orgânica, biológica, ecológica, tecnologia apropriada, permacultura). Foi bastante frisada a abordagem holística da agricultura alternativa, isto é, a preocupação com a inter-relação entre todos os fenômenos da natureza. Ao contrário do que é praticado pela agricultura convencional, que procura dominar a natureza, a filosofia da agricultura alternativa procura mais trabalhar com a natureza do que dominá-la, vendo as relações entre os fatores dentro da propriedade, sua interação com a região, o município, o estado, etc.

Eli também apresentou aspectos referentes à Lei de Patentes e à Biotecnologia. Ao final, abriu-se um debate com relação ao que a agroecologia pode fazer pelo pequeno produtor.

Na segunda etapa, o Engº. Agrº. Walter Bianchini, do Deser, de Curitiba, abordou os aspectos econômico-organizativos (saídas organizativas para a pequena produção - associativismo/cooperativismo e perspectivas econômicas - conjuntura econômica internacional e Mercosul). Inicialmente, Bianchini apresentou de que forma é feita hoje a agricultura, através da Cadeia de Produção, que nada mais é do que o caminho percorrido pelo produto desde a aquisição dos insumos (sementes, adubos, etc.), passando pela comercialização, até a agroindústria e, desta, ao consumidor final. Salientou que é exatamente no setor de transformação (agroindústria) que se dá a concentração de poder. Ainda falou das diferentes formas de Integração (vertical, horizontal e circular) a que os pequenos produtores estão subordinados na sua relação com a agroindústria. Bianchini também apresentou a atual divisão mundial em grandes blocos econômicos (o bloco Norte-Americano-NAFTA, o bloco Europeu-CEE e o bloco Asiático) e sub-blocos regionais, entre os quais o Mercosul. Com relação ao Mercosul, fez uma análise da situação da agropecuária brasileira, principalmente a pequena produção, diante dos outros 3 países (Argentina, Uruguai e Paraguai). Dentro do enfoque às saídas organizativas para a pequena produção, fez-se um debate a partir da apresentação de três experiências: Acaram (Articulação Central das Associações Rondonienses para Ajuda Mútua), de Rondônia, uma experiência de comercialização, do Espírito Santo e a experiência da Coomap (Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Produtores Rurais da Região de Picos), do Piauí.

Na terceira etapa, João Bosco Pinto, educador e pesquisador da UFRPE, de Recife, aprofundou os aspectos sócio-culturais do trabalho dos técnicos, abordando a questão do relacionamento técnico x produtor, os elementos da cultura camponesa e da cultura acadêmica. João Bosco enfatizou que a relação técnico e agricultores se dá entre duas categorias sociais diferentes, mas que cada categoria tem sua importância na sociedade. Esta relação (ou interação) entre técnicos e agricultores precisa levar em conta três aspectos: o cultural, a posição de classe e a linguagem. A partir disso, João Bosco definiu o que é cultura, ideologia, representações sociais, comunidade, para abordar a interferência do assessor na comunidade. A respeito desse tema, disse: "toda vez que você faz o que a própria comunidade pode fazer por ela mesma, você está prestando um péssimo serviço à comunidade". João Bosco ainda abordou aspectos da Pesquisa-Ação, dizendo que as ciências sociais estudam processos objetivos, enquanto a Pesquisa-Ação estuda a objetividade e a subjetividade, ou seja, como as pessoas vêem e sentem a objetividade.

Fundamentando a necessidade que os técnicos educadores tem de sistematizar suas experiências - pois registrar os acontecimentos é o protocolo da ciência, apresentou os instrumentos de pesquisa necessários para esse registro: diário de campo (fazer observação participante), guia de observação (roteiro de questões - o que observar), círculo de pesquisa (discussão coletiva) e código de pesquisa (representações da realidade - "causos", desenhos, etc.). Para finalizar, João Bosco trabalhou a questão do conceito de "pequena produção. O termo, segundo ele, é equivocado, pois não contempla a grande heterogeneidade que existe no campo.

Com relação ao II ENTA/CPT, este realizou-se no dia 13 de fevereiro e teve dois eixos principais: avaliação do Curso de Reciclagem e discussão do trabalho do técnico agrícola e do agrônomo na CPT.

Quanto ao Curso, a avaliação geral apontou como tendo sido muito positivo, tanto por ter cumprido com o objetivo de reciclagem, quanto por fornecer subsídios que poderão contribuir com o dia-a-dia do trabalho. Como limitação, o tempo foi considerado curto para a diversidade de temáticas propostas e a abrangência dos assuntos. Outro fator positivo apontado, foi a troca de experiências ocorrida. Como proposta, ficou a realização de mais cursos, mas por Grandes Regiões, nas quais seja possível aprofundar teoricamente as demandas regionais do trabalho.

Na discussão do papel dos técnicos da área agrícola numa entidade como a CPT, foram apontadas contribuições muito importantes, de certa forma consensual, por exemplo, a auto-definição como Técnicos-Educadores, pela forte dimensão humana que envolve o trabalho. Como a discussão dessa temática não tinha o objetivo de ser esgotada nesse encontro (aliás, já havia sido iniciada no encontro anterior, em 1990), os técnicos elaboraram uma carta, dirigida aos regionais para que as equipes possam contribuir numa melhor definição. Ao final, ficou o indicativo de realização do III ENTA/CPT, em fevereiro de 1994 e foram escolhidos os técnicos responsáveis pela articulação dos encaminhamentos a nível de Grandes Regiões.

(Vera Lúcia Lunardi)

Nota à imprensa

A CPT do Rio Grande do Sul vem publicamente manifestar a sua posição referente aos conflitos que vêm ocorrendo na questão agrária em nosso estado.

Baseados nos princípios evangélicos, a CPT é a favor de todas as iniciativas de organizações populares que visem a defesa e a promoção da vida; denuncia todas as formas de violência que ferem a dignidade dos trabalhadores, em particular dos agricultores sem terra que organizados buscam forjar a implantação do processo de reforma agrária; frente ao fato da ocupação da fazenda Bom Retiro, pelas 520 famílias de agricultores sem terra , em Júlio de Castilho, na madrugada do dia 8 de março, responsabiliza as autoridades governamentais do estado e do país pela sua morosidade e falta de vontade política na implantação da reforma agrária.

Repudia a forma violenta pela qual os trabalhadores vêm sendo submetidos por latifundiários da região, aumentando ainda mais o clima de tensão na área e dificultando na busca de soluções pacíficas.

Finalmente, a CPT conclama a todos os segmentos da sociedade à solidariedade aos trabalhadores, somando forças no combate às injustiças e na implantação de uma autêntica e urgente reforma agrária.

Comissão Pastoral Da Terra - RS

CPT/Alagoas apoia ação da OAB

Os participantes da 5ª Assembléia da CPT de Alagoas divulgaram uma nota reiterando a posição da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) "em apurar e denunciar o crime de violência e terror promovido pelo Sindicato do crime no Estado". Após a introdução, diz a nota: "Indignados com a impunidade dos criminosos e a conivência de setores do poder do Estado, assumimos as dores de um povo amedrontado e perplexo".

A CPT, dando continuidade às denúncias já feitas, se associa a essa frente ampla, articulada pela OAB, no sentido de fortalecer a luta da sociedade civil, que tem como objetivo, defender os direitos fundamentais do cidadão, essencialmente o Direito à Vida, que é o maior dom de Deus e o único patrimônio que o pobre tem.

Ao mesmo tempo em que denunciamos, exigimos a punição para todos os responsáveis envolvidos direta ou indiretamente com o crime organizado."

STJ confirma condenação de Darli

A 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça confirmou, no dia 23 de março passado, a decisão do Tribunal do Júri que condenou, em dezembro de 1990, o fazendeiro Darli Alves e Darci Alves Pereira (ainda foragido) a 19 anos de prisão pelo assassinato do sindicalista Chico Mendes.

O Tribunal de Justiça do Acre havia anulado a condenação de Darli, no dia 28 de fevereiro de 1992, alegando irregularidades no julgamento, tais como: a decisão dos jurados teria sido contrária às provas nos autos; houve quebra de sigilo de uma dos jurados; pressões nacionais e internacionais para que os acusados fossem condenados.



Atentado contra lavrador

O lavrador Paulo Antônio Luiz foi baleado no dia 24 de fevereiro passado quando viajava de moto de Sanclerlândia para São Luís de Montes Belos. Ele foi pego de tocaia com um tiro de cartucheira 20 supostamente, sendo atingido no tórax. O atentado aconteceu um dia antes de uma audiência para acerto de contas com o fazendeiro Antônio Macedo e Silva em São Luís. Este fazendeiro é conhecido em sua região como violento.

A denúncia foi feita no dia 1 de março p elo presidente do STR de Sanclerlândia, Adão Donizete Borges.

curtas

O MST informa que sessenta famílias de trabalhadores rurais dos municípios de Barreiros e Serinhaem ocuparam no dia 28 de fevereiro o engenho Flor de Maria, com 520 hectares, no município de Água Preta, Zona da Mata canavieira. Essa área foi negociada com o governo para ser feito o assentamento das referidas famílias.



A CPT-ES denuncia que no dia 8 de março, quatro ônibus que levavam 200 pessoas para promover manifestações perante o Incra e o INSS foram apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar, em diferentes localidades. A Polícia Rodoviária que atua no trecho da BR 101, na altura de Linhares alegou para a apreensão "documentação irregular".

A CPT Araguaia/Tocantins informa que o sindicalista Mozarniel Patrício Pessoa, 46 anos, desaparecido desde o dia 08.03.93, foi encontrado no dia 16 de março pela Polícia do Estado, às margens de um córrego com o crânio esfacelado. Ele era vice-presidente do STR de Araguaína, TO e presidente do PC do B daquele município.

Até agora a Polícia não prendeu nenhum suspeito.

No município de Júlio Castilhos, RS, membros da União Democrática Ruralista vaiaram, no dia 19 de março último, D. Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria, RS. D. Ivo tinha ido ao Fórum da cidade para conversar com a juíza Maria Lúcia Ramos sobre a reintegração de posse da fazenda Bom Retiro.



foto:Gianne Carvalho - Imagens da Terra

Liderança de brasiguaios presos - Amambaí-MS

Inquérito policial: instrumento de coação

Muitas pessoas têm sido constrangidas, perseguidas por autoridades policiais, quando estas as intimam às delegacias ou mesmo fora delas. Temido mesmo é o inquérito policial. Instala-se um verdadeiro pavor quando alguém é intimado pela polícia para responder ao inquérito policial.

O inquérito policial é um procedimento administrativo para investigar sobre um fato ou sobre uma pessoa. A pessoa sujeita ao inquérito é chamada indiciado. A própria palavra é cristalina: a pessoa se encontra sob suspeita de alguma prática que a lei estabelece como delituosa. Há indícios de que a pessoa praticou um crime ou uma contravenção. Veja bem, é preciso que a lei, previamente, defina a possível conduta da pessoa como delito. Assim sendo, a pessoa ou o fato passa a ser alvo de investigações.

A polícia não pode sair por aí, indiciando todo mundo. Não pode indiciar uma pessoa, simplesmente, porque não "vai com a cara dela".

Há duas ocasiões que dão causa à abertura do inquérito policial. Primeiro, com o flagrante. Neste caso, a autoridade policial o faz de ofício, quer dizer, sem necessidade de requerimento. A segunda maneira é mediante pedido da autoridade competente. A Constituição Federal brasileira, artigo 129, VIII, determina como uma das atribuições do Ministério Público (Promotoria de Justiça), o poder de requerer à autoridade policial (o delegado) a abertura de inquérito contra determinada pessoa ou para apurar um acontecimento. Na lei ordinária, o inquérito está disposto nos artigos 4º ao 23 do Código de Processo Penal.

O inquérito, uma vez instaurado, tem a finalidade de produzir provas que possam servir de fundamento ao oferecimento ou não de uma denúncia ou queixa em Juízo, ou mesmo concluir pela insuficiência de provas para tanto. O Promotor necessita da qualificação da pessoa e esclarecimentos sobre o fato que pedirá ou não a manifestação do Juízo. É importante ressaltar que pode se dar a formação do processo sem o inquérito policial. Este é um instrumento acessório, funciona como colaborador.

Indiciado não é uma qualidade, mas um estado em que a pessoa pode encontrar-se. Neste sentido, ela *não é*, mas *está indiciada*. E, portanto, o fato de estar indiciada não traz nenhuma consequência à pessoa que, por estar nesta situação, não perde nenhum de seus direitos (salvo o caso do flagrante). Encontrar-se indiciado não significa estar processado. É com base nesta compreensão que os legisladores não adotaram o princípio do contraditório no inquérito policial. Ou seja, a oposição entre o inquirido e o delegado. Porém, reside aí a causa do abuso de poder da autoridade policial. O fato de não ser contrariado, tem levado a desmandos absurdos. E como disse o Sub-Procurador Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, "é preciso que a autoridade pública se sinta insegura; a democracia é incompatível com autoridade pública segura, isto leva à ditadura". O termo seguro não está relacionado à capacitação da autoridade, mas sim à sua forma de conduzir-se no desempenho de sua função, seja esta qual for.

Na realidade, de modo particular no interior e no campo, há um senso comum de que a autoridade policial (de soldado raso a delegado "calça-curta") é aquela que já acusa, condena e mesmo aplica, sumariamente, penas que nem a lei permite. É o caso da tortura. Todos sabem que é prática corriqueira nas delegacias. É diante destas circunstâncias que, coletivamente, são necessárias algumas providências. Medidas que apontem na direção da mudança não apenas da legislação, mas na conduta, na prática cotidiana das autoridades policiais, cuja base, em geral, é a arbitrariedade. Se a norma penal incriminadora, por si só, fosse suficiente, o abuso de autoridade não mais ocorreria em detrimento da lei 4.898 (Esta é a lei que prevê punições contra o abuso de autoridade). Mas, dialeticamente, co-existem a conduta e a sua proibição legal, cuja função é prevenir contra o crime, a contravenção. A proibição existe porque o fato é praticado.

Como agir frente aos desmandos no inquérito policial em concreto? Base legal é o que não falta. Porém, não devemos persistir acreditando que o direito está na lei que nasce do Estado.

Algumas possibilidades para criar uma nova concepção de conduta da autoridade policial podem ser:

1ª) exigir o acompanhamento por parte de um advogado ou, não sendo viável, a presença de um companheiro do sindicato, da associação, enfim não comparecer sozinho à delegacia;

2ª) protestar contra a versão que o delegado (em muitas casos, o escrivão de polícia) manda escrever no ato do depoimento;

3ª) pode, ainda, ser o caso de não assinar o que foi tomado a termo, o que foi escrito no papel como sendo palavras do interrogado.

Estas condutas devem forçar o nascer do novo direito que prime pela sintonia entre a lei e a conduta.

A polícia tem que se conscientizar de que ela não é obrigada a conseguir todas as informações, sobretudo, ela está desautorizada a forçar "confissões". O inquérito é para apurar o que for possível e, sabemos todos, que basta querer para apurar os fatos sem usar métodos violentos. Assim, pelo seu modo novo de proceder, a polícia poderá até conseguir confiança por parte da população .

(José do Carmo Alves Siqueira)



A LEI AGRÁRIA - OU DE COMO TORPEDEAR A REFORMA AGRÁRIA

Só depois de passados mais de quatro anos da Promulgação da Constituição é que, no dia 27 de janeiro de 1.993, o Congresso Nacional regulamentou os dispositivos concernentes à Reforma Agrária na forma do Projeto de lei no.11-G de 1.991.

O Projeto aprovado: Com as emendas apresentadas pelo Senado Federal, o Projeto retorna à Câmara para nova apreciação e votação. O que foi aprovado em muito pouco se difere daquele projeto votado em 26.06. de 92.

Aspectos novos:

Artigo 2o.: "A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no Artigo 9o é passível de desapropriação, nos termos desta Lei, respeitados os dispositivos constitucionais.

A redação anterior: "O cumprimento da função social é requisito do Direito de propriedade rural, sendo passível de desapropriação o imóvel rural que não cumpra essa função, obedecido o artigo 185 da Constituição Federal."

Parágrafo 8o. do artigo 6o. (este dispositivo é novo): São garantidos os incentivos fiscais referentes ao imposto territorial rural relacionados com os graus de utilização e de eficiência na exploração, conforme o disposto no Artigo 49 da Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964."

Parágrafo 6o. do artigo 9o: "A constatação nos termos e condições previstos em Lei, do emprego de trabalho escravo importará em confisco do imóvel."

Redação anterior: "A constatação inequivoca do emprego de trabalho escravo importará em confisco do imóvel, nos termos e condições da lei."

Parágrafo 1o. do artigo 25.: "Os recursos destinados à execução do Plano Nacional de Reforma Agrária deverão constar do orçamento do Ministério responsável por sua implementação e do órgão executor da política de colonização e reforma agrária, salvo aqueles que, por sua natureza, exijam instituições especializadas para a sua apreciação." "

A redação anterior: "Os Ministérios e órgãos vinculados consignarão detalhadamente em seus orçamentos as dotações necessárias à execução da Reforma Agrária, em suas respectivas áreas de atuação."

A única alteração digna de nota é a que sofreu o dispositivo que trata do confisco do imóvel que empregue o trabalho escravo. Como estava formulada, a redação no projeto de 92 ensejava uma Lei que regulamentasse o confisco do imóvel. Já na formulação atual, fica evidente que a constatação da prática de trabalho escravo é que deve ser nos termos e condições previstas em lei, ou seja, de acordo com o Código Penal Brasileiro, art.149.

Aliás, este é o único dispositivo que, mesmo com as dificuldades a serem enfrentadas, insere algo de novo e interessante no projeto aprovado. No restante, está tal e qual o projeto votado em 92, isto é, ruim.

Isto posto, passaremos a comentar os dispositivos que ao nosso ver torpedeam a Reforma Agrária.

Artigo 6o. (definição de propriedade produtiva).

Desde o processo constituinte que a questão da Reforma Agrária, tem esbarrado na figura (criada pelo latifúndio) da propriedade produtiva e nos requisitos relativos ao cumprimento da sua função social.

A definição constante do artigo 6o. não diz que aquela propriedade deve cumprir a função social. Muito embora o artigo 2o. e seu parágrafo 1o. digam que a propriedade rural que não cumprir a função social é passível de desapropriação, podendo a União desapropriá-la por interesse social, isto não fica claro em relação à propriedade produtiva, já que o parágrafo único do artigo 185 determina que a lei garantirá tratamento especial para aquela propriedade e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social. Tal não aconteceu. Apesar da redação ter melhorado em relação ao primeiro projeto, que deixava claro a exclusão da propriedade produtiva da desapropriação quando não cumprisse a função social, ainda assim o dispositivo não prima pela clareza. Para incluir a Propriedade produtiva no rol daquelas que poderão ser desapropriadas, será preciso lançar mão de outros dispositivos constitucionais, tais como: Artigo 5o,XXIII, que condiciona o Direito de propriedade ao atendimento da sua função social; Artigo 170, III, que estabelece como um dos princípios gerais da atividade econômica, a função social da propriedade; e o próprio artigo 184 que diz ser passível de desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social. Só a interpretação conjunta destes dispositivos levará à conclusão de que a propriedade produtiva poderá ser desapropriada quando não cumprir a sua função social.

O Projeto cria outras categorias de propriedades que serão insuscetíveis de desapropriação além das que já estão contempladas na Lei Maior, cria privilégios e possibilita artifícios que impossibilitam a Reforma Agrária. As determinações contidas no Artigo 7 não só possibilitam as fraudes, a criação de projetos fantasmas, privilegiam os bancos, como ferem a própria Constituição que foi taxativa ao dizer quais as categorias de propriedades são excluídas da desapropriação.



Foto:Gianne Carvalho - Imagens da Terra

Assentamento Novo Horizonte do Sul - MS

Parágrafo 7o., do artigo 6o.: Estabelece que não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que por razões de força maior, caso fortuito ou renovação de pastagens tecnicamente conduzida, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie. Aqui também, o projeto incursionou por terreno alheio. A matéria é objeto de regulamento do Poder Executivo. O Decreto 84.685/ 80, já prevê os casos de força maior e caso fortuito aplicáveis à agricultura. (art. 13). Além disso, também dá larga margem a artifícios e alegações para justificar o baixo grau de eficiência na exploração.



Foto: Gianne Carvalho - Imagens da Terra

Acampamento Brasiguaios- Amambaí-MS

Artigo 17, parágrafo único: Aqui há duas questões: 1o. o dispositivo estabelece ordem de prioridade entre as propriedades passíveis de desapropriação em escala crescente de GUT (grau de utilização da terra); 2o. estabelece que tal prioridade se dê em nível nacional. A matéria é de competência do Poder Executivo. A escala e os critérios de prioridades na desapropriação de imóveis rurais deverão ser fixados quando da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária e dos Planos Regionais. O dispositivo torpedea mortalmente a Reforma Agrária. Ele possiblita a contestação de ações desapropriatórias sob a alegação de existência de outra área com menor grau de utilização da terra. N'outras palavras: "As desapropriações começarão pelas fronteiras brasileiras com a Venezuela, Colômbia, Peru... , desvirtuando os objetivos da Reforma Agrária ou da intervenção localizada do Executivo para resolver conflitos de terra." Por último, há uma contradição entre o "caput" do artigo e seu parágrafo único. Como fazer o assentamento de trabalhadores rurais na região por eles habitada se a escala de prioridades abrange todo o território nacional ?

Artigo 14 e parágrafo único: A Constituiçao, no parágrafo 3o. do artigo 184, estabelece: "Cabe à lei complementar estabelecer o procedimento contraditório especial de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação." Ora, o conteúdo do dispositivo trata de matéria de processualística (os passos do processo) portanto, de Direito Formal. E sendo a lei agrária de Direito Material, não pode incursionar em terreno processual. Mormente, quando a própria Constituição determina que tal matéria seja tratada em Lei complementar, que exige "'Quorum" especial para aprovação, diferente da lei ordinária (o caso da lei agrária) e não pode ser deliberada por acordo de líderes. Incursionando por este terreno o Congresso laborou em flagrante inconstitucionalidade. Além deste aspecto, o dispositivo possibilita o "enriquecimento indevido" do expropriado, que já tem o depósito do valor da indenização (podendo, inclusive, levantá-lo) e ainda permanece usufruindo do bem até não haver mais possiblídade de Recurso do expropriado.

Artigo 19, I: Este dispositivo permite ao expropriado continuar com parte do imóvel desapropriado, podendo escolher a sede, local onde geralmente se encontram a maior parte das benfeitorias. Tal disposição atenta contra o interesse público e consagra o uso indevido do dinheiro público. Um proprietário que já foi indenizado ainda tem o privilégio de poder escolher a melhor parcela do imóvel. Este dispositivo, somado ao anterior, ao artigo 12; e ao artigo 5o. privilegiam sobre maneira ao proprietário desapropriado. Partindo do princípio de que o imóvel desapropriado é o que não está cumprindo sua função social, o ato desapropriatório deveria constituir-se em forma de punição ao proprietário faltoso. Entretanto não é este o espírito dos dispositivos mencionados. Por eles, ter terra ociosa e descumprir a Lei maior são ações premiadas.

O texto é tendencioso quando diz no parágrafo único do artigo 4o., que a pequena e média propriedades só serão insusceptíveis de desapropriação quando os proprietários não possuirem outra propriedade rural. Como fica a questão, se o pequeno ou médio proprietários possuirem duas propriedades e ambas estiverem cumprindo com os requisitos da função social ? Mesmo assim uma será passível de desapropriação ?

Por último, os artigos 3o. e 13 não deixam dúvidas de que a Reforma Agrária (leia-se mera distribuição de terras públicas) será feita apenas em terras públicas e, mais uma vez, a questão crucial da concentração da propriedade no país não será enfrentada. O texto, portanto, tal qual se encontra é mais do que uma defesa da propriedade. Constitui-se na defesa do latifúndio.

Maria José Souza Moraes

(Maria José Souza Moraes - assessora jurídica do Secretariado Nacional da CPT)

Obs: No próximo nº, análise dos pontos vetados pelo pres. Itamar Franco



Viver a fé e as práticas religiosas do povo da terra-IV

Belo Monte/Canudos: Terra para todos

O século XIX é uma época de profundas transformações sociais e políticas na história brasileira. Já neste período, as transformações culturais e étnicas são profundas. O processo de miscigenação (portugueses, indígenas e negros) acontece com muita rapidez, o que gera a pessoa do mestiço. Na verdade, deste processo nasce o nosso caboclo que, até hoje, está localizado em todo o território nacional.(1)

Neste contexto complexo é que Antônio Vicente Mendes Maciel, filho de tradicional família cearense, os Maciel que, por longa data, lutavam com os Araújo nos sertões nordestinos, torna-se um representante messiânico importante para os "fanáticos verdadeiros que o consideravam enviado de Deus; fanáticos interesseiros, na esperança de que viesse a dividir depois as fazendas de gado e lavouras; desertores do exército e da polícia; asssassinos e malfeitores da Bahia e dos estados de Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Ceará, Pernambuco e Piauí; e uma grande presença das mulheres, desde o início de sua caminhada messiânica." (2)

No início de suas atividades "Irmão Antônio", como era chamado, não deixava transparecer sua identidade de "chefe" ou "líder religioso/político". Já quando instalados numa fazenda de gado abandonada, onde se organiza a proposta da "Nova Jerusalém" é que o projeto de Canudos torna-se uma realidade.



OPOSIÇÃO E LUTA - A QUEM? -

De fato, o contexto dos sertões nordestinos nada mudou com as transformações políticas que o Brasil viveu neste século XIX. A abolição da escravatura e a proclamação da República nada modificou no cenário de miséria e desleixo que já estava acontecendo ao povo residente nas regiões nordestinas. Ao contrário, a coisa ficou mais dramática e violenta. Os latifundiários e a ganância política ficaram mais fortalecidos e vaidosos por adquirir mais poderes de domínio enquanto o empobrecimento, as epidemias, a varíola e o trabalho semi-escravo evoluem com muita eficácia na destruição dos empobrecidos.

"Nosso Pai", "Meu Pai", "Bom Jesus Conselheiro" ou simplesmente "O Conselheiro" se afirmava como combatente ao momento político - a República - e se afirmava na acusação messiânica de que este governo era o Anticristo, o "partido do demônio". Na prática, o Conselheiro" ordenou a prática da rebeldia às leis da República e a manutenção das tradições da monarquia (por exemplo, a proibição de circular em Canudos o "dinheiro republicano" e a manutenção da circulação do "dinheiro do Rei" como moeda forte)



A LUTA PELA TERRA E O AMOR AO POVO

Podemos sintetizar a luta pela terra e a dignidade da pessoa humana em Canudos como um sinal para os dias atuais. É um sinal de persistência e teimosia contra as práticas viciadas das oligarquias sentadas nos poderes de governo (municipais, estaduais e nos poderes da Nação); contra os latifundiários, proprietários da terra e controladores do poder político e econômico. Tudo isto, tanto ontem como hoje manipula grandes massas dos trabalhadores e trabalhadoras no campo e na cidade. Muitas vezes, encontramos aliadas a essas práticas demoníacas as Igrejas, como foi a prática de uma grande parte da Igreja no período histórico



de Conselheiro que o identificou como "fanático, milagreiro, comunista".

Todavia, temos que destacar que Antônio Conselheiro e a proposta de sociedade de Canudos é uma possibilidade concreta de apontar aos assalariados rurais, sem terra, pequenos agricultores, meeiros, atingidos pelas barragens, trabalhadores rurais, migrantes rurais e as periferias das cidades que a terra e a moradia é um direito possível de ser conquistado. O Conselheiro é uma marca viva na memória do sertanejo e retirante deste projeto de libertação religiosa e política. Assim se confirma na repetição da história do santo:

"Quem quiser remédio santo
Lenitivo para tudo
Procure o Conselheiro
Que ele está lá nos Canudos.

Santo Antônio Conselheiro
Era um velho endiabrado;
Fez trincheira na Igreja
Sem ser visto nem notado.

Marcos Rodrigues da Silva

Notas bibliográficas

(1) Cfr. DURHAN, Eunice, A caminho da cidade, Editora Perspectiva (SP), 1973. A autora resgata toda a identidade do emigrante com detalhes do seu processo de caboclagem e o identifica no resgate da identidade nacional.

(2) cfr. Cunha, Euclides da, Os Sertões, Livraria Francisco Alves, 13a. edição, 1936, pg. 183.



História da CPT Regional de Goiás

Na perspectiva de resgatar a história da CPT Regional de Goiás, aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de março, um encontro "histórico" para reunir as pessoas que contribuiram, em algum período para a criação, estruturação e solidificação da CPT.

Para facilitar a discussão e a compreensão, os participantes foram organizados de acordo com o seu período de atuação na CPT, tendo em vista o resgate, a partir dos depoimentos, da história oral, que busca na memória do povo a ordenação dos fatos e do processo histórico.

A periodização foi feita em três fases, obedecendo as seguintes etapas: 1o. 1975-1981 - fase do surgimento e consolidação da CPT; 2o. 1981-1987 - ruptura com a Contag, nova postura da CNBB em relação à terra, novos movimentos, aliados e estratégias, e intensificação da violência ano campo; 3o. 1987-1992 - rediscussão das alianças políticas, desafios e novos caminhos.

A CPT em Goiás (CPT Centro Sul, criada em 76) teve uma acaracterística peculiar. Pemsou-se não numa Comissão Pastoral da Terra, mas numa Equipe da Terra, onde os trabalhadaores ligados à Diocese de Goiás pudessem se organizar politicamente.

Com o surgimento da CPT, surge a possibilidade de organizar um sindicato aliado ao trabalhador, também com a perspectiva de derrubar o presidente da Federação, Antônio Bueno, um pelego atrelado ao Estado e aos latifundiários. Surge a Oposição Sindical, que será um instrumento de luta do trabalhador rural.

A década de 80 em Goiás é marcada, principalmente no tangente à luta no campo, pela volta de Iris Rezende Machado, do PMDB, ao governo de Goiás. Populista, ele tenta açambarcar as lideranças sindicais com projetos para a questão agrária, como projeto de assentamentos, persuadindo os trabalhadores a deixar suas posses e buscar terras que deveriam ser definitivas, mas sem condições de produzir devido ao tipo de solo e falta de recursos.

A CPT, nesta época, se mobiliza pela campanha da reforma agrária, orientando e organizando os trabalhadores rurais em torno da necessidade de pressionar o Congresso Nacional a discutir e aprovar a reforma agrária. Com esta mobilização surge como entidade do grande proprietário a União Democrática Ruralista (UDR), que além do poder econômico detém também o poder político, lembrando aqui a oligarquia dos Caiado, que na tentativa de desestruturar a luta dos sem terra matam diversas lideranças, fazendo despontar na luta do povo mártires como: Tarcísio (1983), Tião da Paz (1984), Nativo da Natividade (1985), Josimo e Vilmar (1986).

Neste período começam em Goiás as Romarias da Terra, experiência iniciada no Sul do País, alimentando a fé e o ânimo dos trabalhadores rurais. Houve ainda o fortalecimento das CEBs com o 6o. Encontro, em Trindade; estudos de fé e política e a Teologia da Libertação.

Na estruturação política e sindical criam-se a CUT, o PT, o MST, e com eles, influências de diversas tendências que levam a "rachas", sendo que não se fundamentou a causa que levou a isso, provocando também uma desarticulação da base.

No terceiro período a luta pela terra é marcada por várias ocupações: doze entre 1987 e 1992.

Nesta fase ocorrem algumas alianças: CPT/GO - CUT, Fetaeg, MST,, Ifas, Ibrace e Igreja rediscutindo a política sindical dentro da nova realidade.

Percebemos também algumas perdas no movimento sindical, como em 1988, quando os cutistas perdem as eleições na Fetaeg. Em contrapartida, surge, em 1989, a Secretaria Rural da CUT e mais tarde, em 1990, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais - DNTR/CUT e, em 1991, o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais - DETR/CUT.

Com o apoio de D. Carlos (Bispo de Rubiataba) cresceu o envolvimento do Regional Centro-Oeste da CNBB na solidariedade às lutas do campo na década de 90. A CPT/GO co-edita o boletim informativo "O Plantador", organiza as Romarias da Terra, apoia a luta pela conquista e permanência na terra.

Este Encontro de História da CPT/GO fez com que os trabalhadores, assessores, religiosos e leigos pensassem e repensassem o processo histórico da caminhada da CPT, objetivando, pelo resgate desta história, criar possibilidades de novas abordagens e ações.

(Márcia Dias)





As origens da CPT

A CPT foi fundada no meio da década de 70, considerada a década mais fecunda para o continente latino-americano no plano social, político, econômico e religioso. Em 1989 aconteceu a grande Assembléia Episcopal de Medellín, com o objetivo de encaminhar a transformação do Continente à luz do Vaticano II. Sucedeu, então, um verdadeiro Pentecostes em nossa Igreja que, mantendo a comunhão com a Igreja Universal assumiu, de forma irreversível, o rosto latino-americano. A partir da opção preferencial pelos pobres, os novos sujeitos da Evangelização passaram a ser aqueles que tinham sido vítimas da multissecular dominação: os índios, os negros, os camponeses, os operários.

Despontou na reflexão e na ação pastoral o compromisso de solidariedade com estes pobres como um elemento essencial da Evangelização, com respeito pelas diferentes culturas e com a consciência de que a libertação só vem com a passagem dos oprimidos à condição de sujeitos, autores e destinatários de sua própria caminhada.

Convém destacar ainda outros detalhes para a CPT, além deste marco geral de entusiasmo e de renovação: no Brasil é tempo da ditadura militar que impunha, com toda a crueldade da repressão, o modelo capitalista, concentracionista, classista e excludente. Isto mexeu diretamente com o mundo rural, expulsando de lá os lavradores com vistas à implantação da pecuária, de exportações de carne e modernização da agricultura pelas máquinas e tecnologia. Toda oposição a este modelo era violentamente isolada e sufocada.

A CPT, ajudando os camponeses no aprofundamento da fé através da Bíblia e apontando para suas dimensões políticas, sociais e culturais, ficou envolvida com o novo modo de ser Igreja no campo, na igualdade, na fraternidade, na abertura para o outro, na participação e engajamento na luta de libertação. Notou-se que esta pastoral, sobretudo na Diocese de Goiás, coerente em não se substituir as organizações dos trabalhadores, vivenciou todas as consequências de conquista da terra, com autonomia mesmo em relação à Igreja, na oposição sindical, na criatividade poética na viola e no canto, bem como nos rachas e divisões advindas com a entrada em cena de novas tendências políticas.

A autocrítica assinalou, na primeira fase da CPT, a preocupação quase exclusiva com o político, o ideológico e o jurídico, com ausência dos aspectos econômicos fundamentais à própria luta pela reforma agrária. Foi preciso a ameaça da UDR arrebanhando os pequenos proprietários para que se começasse a perceber estas lacunas.

Aqui são apenas as origens. A história continua rica e sofrida, nas ocupações da terra, no martírio, no florecimento das organizações populares no campo, na entrada do Movimento dos Sem Terra, no aparecimento de novas assessorias e novos aliados.

Nunca imaginaríamos um seminário tão oportuno como esse, depois que desencadeou o processo de participação dos antigos da CPT, carinhosamente apelidados "dinossauros", com os mais novos e os novíssimos, todos acreditando neste processo libertador que continua. Que a escuta daquilo que "nossos pais nos contaram" permita uma maior fidelidade e eficácia no serviço aos verdadeiros sujeitos da conquista da terra, os trabalhadores rurais.

(Dom Tomás Balduíno)



CADERNOS DE ESTUDOS-CPT Nº 6

INSERÇÃO E PRATICA PASTORAL DAS IGREJAS NAS OCUPAÇÕES, ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS
- Pastor Sérgio Sauer

(...)"É fruto do trabalho de um grupo de pessoas, marcadas pela teimosia, compromisso e muita fé na organização de nosso povo camponês.
(...)Que este serviço, árduo e responsável, elaborado por esta equipe da Grande Região Sul, nos anime a implementar
uma ação pastoral transformadora e libertadora e nos ajude a aprofundar o nosso compromisso com aquelas pessoas que lutam pelo acesso à terra e pela defesa de seus direitos mais fundamentais."

(Marcos Rodrigues da Silva - CPT-SC)

LEIA



PADRE JUSTINO

Justo no nome, na vida, no trabalho
Todos os dias do seu viver,
Assim viveu padre Justino
Até na hora de morrer.

Ligado à terra, ligado aos pobres,
Ligado a Deus era seu viver
Para que a vida pudesse reinar
E ninguém de fome viesse a morrer.

Parei um pouco e pensei, quando a notícia
recebi, que meu grande amigo havia morrido.
Confesso que mesmo aceitando, fiquei muito sentido.

Mas ele não morreu, pois Jesus Cristo falou,
Ele dorme no seio da nossa mãe Terra,
A que ele tanto amou,
Aguardando a Ressurreição prometida pelo Senhor.

Descanse em paz, meu irmão, nós aqui vamos lutando
para que o mundo seja melhor.
Pois já está melhorando e contamos com sua bênção.
Até lá. Seu amigo,

Serafim Silva Cardoso (Poté - MG)

CARTAS

Estimados amigos

Recebam um abraço carinhoso em meu próprio nome e dos integrantes do Centro Vasco de Quiroga.

Queremos manifestar-lhes que recebemos com regularidade o "Pastoral da Terra", que "socializamos", pondo-o ao serviço da comunidade, nas estantes da Biblioteca Popular. Posteriormente estendemos a dita publicação aos sacerdotes da Bacia da Lagoa de Patzcuaro, sacerdotes muito comprometidos, mas um tanto abandonados e que têm um trabalho muito claro com os indígenas daquela zona.

Despedimo-nos de vocês, agradecendo seus envios e esperando continuar contando com eles.

Atenciosamente,
Ing. Luís Sereno Coló
(Pela equipe coordenadora)

(...) Gostei muito da notícia sobre o encontro de lavradores de 5 dioceses , escrita pelo Ermanno Allegri, da CPT-CE, no n. 105. Achei muito interessante e importante esse comentário. De propósito, evitamos a palavra "seca" , porque nos traz à memória uma sequência de fatos que favorecem determinados, por um fatalismo cruel contra o qual nada há para se fazer a não ser esperar pela "emergência do governo" ou migrar.

Mas o Ceará e o Nordeste - foi dito que não são terras ingratas com seus filhos. Afinal, chove em média 750 mm por ano, enquanto em Israel a chuva não chega a 100 mm por ano. Ingratos são os mesmos políticos tradicionais que fizeram da seca mais um meio para dominar.

Um abraço amigo,
Mirene de Jesus
(Da comunidade das Irmãzinhas de Jesus do Jardim Iracema, Fortaleza - CE)

PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.000 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224 4436 - FAX (062) 225 4967. Assinatura anual (12 exps.) de janeiro a dezembro. O pagamento de assinatura pode ser feito através de Vale Postal ou Cheque Visado pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

☐ Normal..... Cr$50.000,00 ☐ Para lavrador..... Cr$25.000,00 ☐ Para o exterior..... US$15,00

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB, filiado à Light Livelihood e à Pax Christi International. Tem como objetivos:
I -Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II -Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III -Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Assine ou renove sua assinatura.

Nome:.....

Endereço:.....Exemplares:.....

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVIII

novembro/dezembro 93
nº 117

Natal ! Apelo à solidariedade

O sonho de todos os brasileiros é o de ter um Natal sem fome. Nada melhor que celebrar a chegada do Menino com a famílias e/ou com os amigos, em torno de uma mesa farta, com saúde e felicidade. Após longos dias de espera, estreitando as relações e endIreitando os caminhos para a vinda do Salvador, é justo e gratificante festejar sua chegada, por mais simples que seja a festa. Para muitos, no entanto, o Natal não será assim, porque são excluídos do direito de usufruir dos frutos do trabalho humano.



foto: Adriano Santana

Neste ano vimos crescer a organização e articulação dos trabalhadores rurais, expressas nas jornadas de lutas desencadeadas em todo o País, com greves de fome, bloqueios de rodovia e canteiros de obras de barragens no sul, ocupações de latifúndios improdutivos e prédios de órgãos públicos em várias partes do País; grito da Amazônia e outras formas de pressão para conquistar seus direitos. Também se multiplicaram às formas organizativas em grupos comunitários, associações e cooperações agrícolas, na busca de alternativas criativas para sobreviver no campo. O presidente da República cedeu às pressões populares e, mesmo contra a vontade da ciranda de ministros da reforma agrária que se sucederam, assinou decretos de desapropriação de 52 latifúndios para fins de reforma agrária. A promessa de assentar 20 mil novas famílias foi quase totalmente descumprida. Pois os decretos beneficiaram 8 mil famílias já ocupantes de terra.

Por outro lado presenciamos a corrupção generalizada, descrédito das instituições governamentais, despejos violentos e assassinatos de trabalhadores em vários estados, identificação de trabalho escravo em muitas fazendas, inflação galopante e diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores. O povo nordestino, pelo terceiro ano consecutivo enfrenta a dura realidade da seca que lhe impede de plantar a terra para produzir alimentos, ao mesmo tempo que políticos e fazendeiros se beneficiam com os recursos destinados aos flagelados da seca e às frentes de trabalho.

Vivemos no país das contradições, muito próximos e também muito distantes. Pois, há um muro que separa alguns poucos privilegiados pelas benesses do capital, da maioria da população e impede que esta tenha as condições mínimas de vida digna.

Para que o Natal do Menino Jesus seja a festa de todos é preciso haver um grande mutirão de solidariedade. É necessário deixar-nos envolver por um profundo sentimento de humanidade, reconhecendo que somos todos irmãos e temos o direito de viver e conviver como cidadãos. Tratà-se de solidariedade que se traduza em gestos concretos e práticos de justiça entre todos. Assim, o Menino poderá nascer nos corações, reacendendo as chamas de esperança e o ânimo de lutas por uma sociedade que possibilite vida digna para todos.

O coletivo na produção familiar

É comum se falar do Rio Grande do Sul como se ali se verificasse o puro e simples translado da cultura européia para terras brasileiras. Não queremos negar o óbvio, o que seria absurdo: a cultura que se desenvolveu no extremo sul do país, de fato, descende particularmente da Itália, da Alemanha, da Polônia e de Portugal. O que interessa, entretanto, é saber se do universo observado é possível produzir, a partir de uma teoria, uma análise que dê conta de elencar tarefas conjunturais e históricas que desafiem o fazer pastoral da CPT.

Não é de agora que se experimentam a



cooperação e a associação de agricultores para enfrentar crises e construir saídas históricas possíveis para a reprodução da unidade de produção camponesa, numa palavra, para a viabilização da pequena agricultura familiar. Não é sem tempo, por isso, que a CPT busque na análise da realidade camponesa do sul do País, elementos para sua própria reinvenção.

Nossas anotações são limitadas, mas algo poderá ser dito. Apontamos, desde logo, uma particularidade explicitada pelos entrevistados: o difícil caminho da construção da coletivização. Parece que a proposta de criação de um sujeito coletivo (sindicatos, associações, cooperativas) tem começado equivocadamente pela instalação de estruturas físicas e tentando envolver o maior número possível de associados.

Em geral, a instalação de estruturas físicas é tida como fator prioritário para a criação de uma organização, negligenciando, muitas vezes, fatores mais simples que já possibilitariam um avanço rumo à melhoria das condições de vida no campo. Há uma ilusão de que dispondo de grandes estruturas, o resto (produção coletiva, melhora tecnológica do processo produtivo e qualidade da produção, etc.) vem automaticamente por acréscimo. Aqui se pode dizer que há uma "cultura do grande", da competitividade, da eficiência. Talvez a relativa facilidade de se montar estas estruturas se deva a uma relação de dependência com parceiros internacionais de países desenvolvidos, cuja perspectiva é a da obtenção de resultados econômicos a partir dos investimentos feitos. O desenvolvimento levado por esse prisma, reproduz o modelo economicista de pensar tudo pela ótica de mercado, onde o que conta é o produto e não produtor.

O mesmo - pensar do ponto de vista grande - acontece com relação à participação do maior número de associados possível numa organização. Por exemplo, num assentamento, as lideranças idealizam que todas - ou quase todas - as famílias assentadas devam participar da organização emergente. A prática tem demonstrado que nem sempre isso é possível. Dificuldades, em função da origem diversa dos agricultores, trazem à tona problemas de difícil solução: questões culturais, técnicas de produção agrícola diferenciadas, formas de organização do trabalho, da produção e da propriedade, etc. Como exemplo, podemos citar o Assentamento Novo Sarandi, cuja associação passa por um momento de reflexão com a saída de seis das 23 famílias de associados.

Percebe-se, através de conversas com lideranças e demais agricultores de base, que há um descompasso entre o que uns e outros - pensam e assimilam sobre a passagem do processo individual para o processo coletivo de produção. O que não dizer quando o idealizado é a total coletivização!

Em muitos casos, a coletivização tem sido entendida como algo simples e que exige apenas a decisão de aderir a ela. No entanto, a criação de uma associação ou cooperativa de produção é algo complexo. A compreensão da interferência coletiva na realidade é processo lento. Os agricultores devem emergir de uma cultura baseada no desempenho individual e na autonomia absoluta do indivíduo para, aos poucos, estabelecerem relações onde o esforço do trabalho coletivo vai produzindo um novo ser humano, qualitativamente melhor. Não se trata, é claro, da perda da individualidade que caracteriza cada um de nós, mas da produção da dimensão coletiva em cada homem e mulher.

Sob este prisma, fala-se aqui de uma nova cultura e uma consequente nova sociedade. Não basta, portanto, que os pequenos agricultores se apropriem de uma maior fatia da renda da terra ou mesmo dos resultados do seu trabalho. Mais que tudo é importante que os agricultores se reapropriem do próprio corpo, da própria condição humana, enfim, da própria vida, entendida de modo pleno. Aqui reside o corte entre o que as lideranças pensam - fruto de um relativo tempo de preparação - e o que as bases estão preparadas para vivenciar.

Em contraposição ao processo vivido pela Associação de Novo Sarandi, a Coopail, do Assentamento Itaíba, em Ibirubá, encontra-se em pleno desenvolvimento de sua organização com base num processo de coletivização total, desde a colocação em comum de toda a terra das 11 famílias cooperadas, até a total coletivização do processo de trabalho, com o envolvimento das famílias como um todo e a divisão de tarefas por setores. Parece-nos que um dos fatores que contribui para este avanço, é o tempo relativamente longo (mais de 20 anos) de convivência do grupo como um todo em um mesmo assentamento. Neste tempo, inúmeras foram as tentativas de formação de uma organização mais ampla, mas a convivência e a prática cotidianas foram clareando quais famílias estavam em condições semelhantes, capazes de assumir essa proposta conjuntamente. Finalmente, em 1990, surge então a cooperativa que, parece-nos, está bastante consolidada.

(João Batista Valverde Oliveira
Vera Lúcia Lunardi)

(Considerações a partir de anotações feitas durante visitas à organizações dos trabalhadores e de assessoria, no Estado do Rio Grande do Sul)

CPT-Especial

Convidamos todos os Regionais da CPT a ocuparem este espaço, escrevendo sobre a experiência que mereceu mais destaque em cada Regional neste ano de 1993. Metade enviou seu material. Outra metade não teve possibilidade de fazê-lo e esperamos sua presença nas próximas edições.
E que todos continuem enriquecendo este boletim, marcando presença permanentemente.

Amazonas

A luta dos ribeirinhos do Amazonas pela preservação de lagos

O Estado do Amazonas foi, durante muito tempo, e até a década de 70, uma região bastante farta de peixe. Essa situação era sentida tanto no interior como nos centros urbanos, inclusive em Manaus.

Até a década de 70 os agricultores interioranos (ribeirinhos), trabalhavam em suas roças sem qualquer preocupação com relação à alimentação. Havia grande facilidade de se conseguir o peixe através dos sistemas primitivos e artesanais, sendo possível até escolher a qualidade e o tamanho do peixe que quisesse.

Em algumas cidades interioranas, em épocas de piracema e durante o período do verão (nos meses de outubro a dezembro), havia dias em que a fartura de peixe era tanta que os pescadores distribuíam gratuitamente canoadas de peixes à população. Infelizmente, a situação atual não é a mesma. A fartura foi se transformando em progressiva escassez, atingindo diretamente os ribeirinhos, prejudicando-os na obtenção do seu principal alimento e, conseqüentemente, no cultivo de suas lavouras.

O modelo de Zona Franca, implantada na região desde o final da década de 60, trouxe como uma de suas conseqüências o êxodo rural e a grande concentração urbana, principalmente em Manaus. Isso provocou, também, uma aceleração no processo de desenvolvimento da pesca comercial que passou a ser vista como excelente saída para quem estava em busca de lucros fáceis. Nesse sentido, o número de barcos pesqueiros cresceu assustadoramente, passando a se registrar mais de mil unidades, só na capital, no final da década de 80.

Essa atividade foi sempre praticada pelos pescadores profissionais sem o menor controle e respeito ao meio ambiente. Isto tem provocado estragos e depredações das espécies e das áreas, causando uma sensível redução dos cardumes, escassez e fome nas comunidades ribeirinhas.

Após alguns anos de luta, os comunitários começaram a resistência às invasões e depredações praticadas pelos barcos pesqueiros. Nenhuma providência concreta tem sido tomada pelos órgãos e autoridades responsáveis por esse setor. Foi então que, em 1984, algumas comunidades da Prelazia de Tefé-AM, se reuniram e resolveram iniciar essa luta pela preservação. Ela consiste em selecionar lagos para procriação ou santuários e lagos de manutenção ou subsistência. Os comunitários assumiram de forma organizada também o trabalho de fiscalização para impedir as invasões por parte de barcos pesqueiros e dos próprios comunitários nessas áreas reservadas.

Comissão Pastoral da Terra
Amazonas



foto: arquivo CPT-AM/RR

Encontro de preservação em Itacoatiara-AM/abril/93



foto: arquivo CPT-AM/RR

A pesca de lances de arrasto nos lagos do Amazonas

Mato Grosso do Sul

Comissão de investigação de trabalho escravo nas carvoarias e destilarias do Mato Grosso do Sul

A partir das denúncias de trabalho escravo, publicadas no "Livro de Conflitos/92", onde as estatísticas mostraram que aproximadamente 50% ocorrem no MS, foi formada em 1993 esta comissão. Entidades não governamentais, a CPT/MS e alguns órgãos do governo formam esta comissão, num total de 27 pessoas. Foram feitas sete visitas de investigação, sendo quatro em destilarias e três em carvoarias.

Após cada visita, a comissão se reúne para montar o relatório e em data pré-estabelecida, chama os responsáveis pela destilaria ou carvoaria investigadas, e com a presença da imprensa apresenta o relatório, as multas e as notificações de irregularidades com prazos para providências. A imprensa tem dado uma boa cobertura e a SBT montou um documento especial, transmitido em rede nacional no dia 7 de outubro de 1993.

Estão acontecendo pressões dos empresários, mas também se conquistaram alguns avanços. Talvez o mais significativo tenha sido o acordo inédito firmado com os usineiros em registrar os 7.000 índios a partir da próxima safra de cana, que começa em fevereiro de 1994. Com isso, se eliminam os descontos intermediários da FUNAI, cabeçantes e capitães e os trabalhos de menores além de conseguirem os benefícios sociais. A argumentação está na constituição que diz ser o índio, um cidadão brasileiro.

Outro avanço considerável é o envolvimento do judiciário não só estadual, mas também o federal com a presença permanente do Dr. Jeferson Luiz P. Coelho, Procurador Geral do Trabalho de Brasília, que está encaminhando processos judiciários contra algumas carvoarias já visitadas.

Ainda resta muito trabalho pela frente, como a questão do aliciamento de trabalhadores do nordeste, que atinge o número de 5.000, vindos da Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas. Resta ainda um dos problemas mais sérios que são as carvoarias no MS, cujos empreiteiros são de Minas Gerais e de lá trazem os carvoeiros.

A comissão continuará seus trabalhos em 1994, após uma avaliação da atuação em 93 e planejamento de novas estratégias para o próximo ano. O respaldo legal da comissão está nos órgãos oficiais que participam, mas o dinamismo e o incentivo permanente vêm das entidades não-governamentais como CPT, CIMI e CDDH.

Comissão Pastoral da Terra
Mato Grosso do Sul



foto: CPT-MS

Carvoaria Japecanga-MS



Forno de produção de carvão vegetal - MS

Entrevista

A respeito da questão de trabalho escravo no MS, em julho de 1993 a Irmã Rosa Maria Zanchin, da Coordenação da Pastoral das Migrações do Regional Oeste 1 - CNBB, foi entrevistada pelo Pe. Jerônimo Nunes, então secretário executivo do Secretariado Nacional da CPT. Achamos oportuno incluir esta entrevista neste espaço. Ei-la:

Pe. Jerônimo - Classifique a realidade do trabalho no Maciço Florestal e das denúncias da CPT em relação ao trabalho escravo.

Ir. Rosa - Com a finalidade de industrializar a região e destinar as Madeiras do Maciço Florestal do MS, na produção de carvão para o País e para o exterior, grande parte das terras que compõem os municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas, foram ocupadas por reflorestadoras. Há de 5 a 8 mil trabalhadores, oriundos das migrações de outros estados (MG, GO e PR). São mais de 2 mil fornos, de produção manual de carvão vegetal, espalhados em cerca de 500 mil hectares de eucaliptos.

Houve, com denúncias dos sindicatos de trabalhadores, apoiados por alguns parlamentares e jornalistas, a explicitação pública e testemunhos, numa seção da Assembléia Legislativa do Estado, em 1992. Daí surgiu uma comissão para fiscalizar e responsabilizar os segmentos públicos ou privados (usinas e carvoarias).

Pe. Jer. - Você visitou as carvoarias. Como vivem os trabalhadores?

Ir. Ros. - Visitei em junho de 93, duas reflorestadoras (Pântano e Japecanga) e quatro baterias de carvão vegetal. As baterias de porte médio e outras maiores, com 30 a 368 fornos, com a venda das madeiras para empresas de São Paulo e Minas Gerais, assumem a produção industrial do carvão e o controle do trabalho, através de arrendatários e empreiteiros ou sub-empreiteiros, denominados "gatos" - atravessadores entre o trabalhador, a empresa e o dono da terra. O rendimento é dividido e 20% do lucro é destinado ao dono da terra e da reflorestadora.

Os trabalhadores não têm nenhum amparo legal, não são registrados, não têm assistência médica...Os migrantes vivem em "barracos" de lona preta, junto aos fornos de carvão, sem panelas, camas, colchões, cobertores e sem água. Esta lhes é fornecida por caminhões-pipa em tonéis de latões que eles pagam.

Pe. Jer. - Quais as causas desta situação? E como é avaliado o trabalho do migrante?

Ir. Ros. - Muitos problemas afligem a vida destas pessoas, famílias, na sua maioria: saúde precária sem postos de saúde próximos; não há escolas, há um crescente analfabetismo, as crianças e mulheres têm que ajudar no serviço de cuidar dos fornos.

O preço do metro de carvão produzido é considerado no valor de um dólar para o trabalhador que, em abril, ganhava Cr$ 18.600,00; em maio o seu valor foi de Cr$ 30.000,00 (no controle de notas dos trabalhadores). O dono vendia em maio o metro a 6 dólares e meio, e o metro de carvão produzido custa entre 12 e 14 dólares.

Pe. Jer. - O STR de Ribas do Rio Pardo é dirigido por uma mulher. Como você vê a sua atuação?

Ir. Ros - Iracema do Valle é uma profeta de nossos dias. Exemplo de coragem e eficácia na prática das denúncias e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Ela disse à Delegacia Regional do Trabalho sobre as carvoarias: "Preferem trazer peões de fora, porque os daqui sabem reclamar seus direitos. Por isso prometem muitas coisas, para que as pessoas venham trabalhar aqui."

Pe. Jer. - Você é religiosa carlista e trabalha no SPM - Serviço Pastoral aos Migrantes. Quais os desafios e as perspectivas?

Ir. Ros - Milhões de migrantes, que buscam melhoria de vida, são iludidos por promessas e explorados, confirmando o poder de dominação econômica, permanecendo a submissão do trabalho escravo.

Outro desafio é resgatar a valorização da pessoa e de sua coletividade, em vista que, desesperançado, o migrante afoga sua dor embriagando-se.

Há um sonho de que o migrante descubra o valor da união e "reunião" de sua categoria e, coletivamente, reivindique justiça.

Que aconteçam a curto prazo as melhorias das condições de vida - na moradia, saneamento básico e saúde. Que se assumam as leis trabalhistas, quer seja na orientação, documentação, e apoio à estabilidade dos direitos e deveres da relação trabalhador e empresa.



foto: Ripper - Imagens da Terra

Alojamento da Usina Passatempo em Rio Brilhante-MS

Espírito Santo

Reforma agrária e reforma urbana - O desafio da integração

No ano de 1993, o fato mais relevante para a CPT-ES foi a realização do 1º Seminário Campo X Cidade que reuniu em Vitória, nos dias 16, 17 e 18 de junho, as principais lideranças dos movimentos existentes no Estado do Espírito Santo.

Os objetivos do Seminário eram:

- Promover a discussão e aprofundamento de temas de interesse do campo e da cidade nas lutas pela cidadania, reforma agrária e reforma urbana e na afirmação dos direitos humanos.

- Levantar formas de articulação e de lutas conjuntas entre os movimentos sociais rurais e urbanos que permitam melhor eficácia de suas ações.

- Socializar e intercambiar experiências de lutas populares em prol da cidadania.

- Produzir um documento que ofereça um diagnóstico das condições de vida e trabalho na cidade e no campo, bem como apresente alternativas ao quadro atual.

Nesses três dias de discussão, análises e encaminhamentos, as entidades representativas dos trabalhadores do campo e da cidade do Espírito Santo tiveram a oportunidade de trocar experiências e, sobretudo, ficar sabendo o que se passa nas diferentes esferas em que o trabalhador está presente.

Se a angústia do trabalhador rural é algo concreto que valeria a pena discutir durante vários dias, pois ela está ligada à dificuldade para obter financiamentos, à escassez de orientações e apoios que o ajudem a ficar na terra e a lutar por ela, à falta de incentivo do próprio governo do Estado que não o contempla nas suas políticas agrárias e agrícolas... Junte-se a isso a falta de perspectiva do trabalhador da cidade que tem um horizonte muito mais estreito do que o trabalhador da roça. A educação tornou-se um problema gritante e de difícil solução, a saúde está em maus lençóis e os trocados que ele recebe como assalariado do grande capital, não conseguem repor a sua força de trabalho.



foto: Damián Sanchez

1º Seminário de Reforma Agrária e Reforma Urbana

Como resultado de todas essas análises, o Seminário conseguiu reunir as entidades e articular um fórum onde elas continuariam discutindo permanentemente a violência do campo e da cidade.

Este fórum já está funcionando e, recentemente, conseguiu organizar a **Caravana contra a Fome, pela Cidadania e pela Reforma Agrária**. Diversos deputados estaduais e entidades representativas do campo e da cidade percorreram durante seis dias (de 21 a 26 de setembro) diversas cidades do norte do Estado e dez assentamentos de trabalhadores rurais.

O que ficou de tudo isso foi, também, a articulação e o lançamento da **Campanha Nacional Contra a Impunidade e a Violência**, com sede em Vitória e que hoje já conseguiu estruturar uma Comissão Processante que está investigando uns 20 processos de assassinato, todos eles caracterizados como crime de mando, que estão na Justiça capixaba. Entre esses processos estão os assassinatos de 5 líderes rurais do Estado do Espírito Santo.

A CPT-ES contribuiu e prossegue contribuindo para que este tipo de iniciativa continuem ocorrendo em nosso Estado e fora dele. Acreditamos que a impunidade vem da falta de informação e da falta de organismos que se prontifiquem a dar ajuda e apoio às pessoas que denunciem os crimes que acontecem, envolvendo o Estado em geral.

Comissão Pastoral da Terra
Espírito Santo

Ceará

Novo compromisso no semi-árido

A seca é um fato periódico que não constitui novidade nem para a população que vive no Nordeste e menos ainda para as autoridades e para os técnicos desta região. Os políticos, de fato (e a CPI mostra os escândalos) sabem prever as secas dentro do esquema da "indústria da seca" para dela tirar todo o proveito possível. Para isso estes "grandes cínicos" sabem muito bem aproveitar-se do povo e se apropriar até da linguagem das organizações populares e dos grupos de oposição. As "grandes obras" contra a seca nada mais são que iniciativas para mostrar um rosto que, sabemos, é bem maquiado, mas encobre os horrores que o povo sofre.

Mas o panorama político não é sempre o mesmo. A realidade do Nordeste não é algo de cristalizado que se repete através dos séculos. Os "grandes cínicos" começam a ter suas dores de cabeça e a seca destes anos mostra que a realidade popular não é mais a mesma de 10 ou 20 anos atrás.

Certamente o sofrimento e, muitas vezes, o desespero são realidade de todos os dias, mas fatos novos estão acontecendo. As reivindicações deste último ano, por exemplo, alcançaram um nível político novo. Olhando as exigências que os grupos organizados e os sindicatos apresentam nas prefeituras, notamos que os trabalhadores rurais pedem, com uma certa frequência, que a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores façam uma revisão do orçamento do município: frente à emergência da seca o orçamento deve procurar dar preferência à vida dos que correm perigo de morrer de fome e de sede. As ocupações das sedes municipais (mais de 150, neste ano, no Ceará) e os saques (mais de 100) como atos legítimos e de afirmação de cidadania, colocaram no aperto os prefeitos que estavam acostumados a resolver sempre o problema com uma promessa ou uma sacola de alimentos.

No Estado do Ceará, dois fatos marcaram o panorama político na iniciativa e organização sindical e popular. No fim de maio uma grande manifestação de lavradores reuniu em frente ao Palácio do Governo mais de 1.200 lavradores, vindos dos municípios do interior. No fim de julho, 1.200 lavradores ocuparam uma das avenidas principais de Fortaleza e, por dez dias, ficaram acampados, exigindo do governo o cumprimento das promessas feitas e não cumpridas. O fato teve uma repercussão muito grande na capital e, em nível eclesial, produziu um congelamento nas relações de hierarquia com o governo do Estado. Também para manter um acampamento para dez dias, foi necessária uma mobilização muito grande dos sindicatos, entidades e da mesma população da cidade. Os alimentos não faltaram nos dez dias de acampamento. Até que alguém disse: "Nós aqui passamos bem; quem ficou lá em casa, não sei o que vai comer"

Esses fatos ajudam a desmascarar a propaganda oficial que sempre apresenta o Ceará como uma "Ilha de Prosperidade" no meio do miserável panorama do País. O que o governo do Estado gasta em propaganda, daria, sem dúvida, para construir muitos açudes.

Um último fato político queremos lembrar: o projeto da sociedade civil do Nordeste que, em maio deste ano, apresentou à **Sudene** e ao governo suas propostas elaboradas para enfrentar mesmo a realidade do semi-árido e encaminhar uma solução que não seja, simplesmente, mais um paliativo. É o texto "Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semi-árido Brasileiro".

Os trabalhadores mostram, com essa proposta, que sabem olhar a realidade, conhecem sua terra e enxergam saídas à sua situação. Colocando este texto na mesa do governo, obriga-o a se expor para responder e a resposta foi, no papel, quase na linha do que o povo queria.

Por isto o capítulo ainda não está terminado. Haverá outras lutas, outras exigências, outras propostas e, esperamos, outros políticos e outros técnicos. Os protagonistas dos acontecimentos vão mudando até que as alternativas, propostas pelo povo sofrido, se tornem proposta política forte e sustentada pela maioria da sociedade e ganhem dos interesses da minoria dos "grandes cínicos".

Comissão Pastoral da Terra
Ceará

Mato Grosso

Sindicalismo Rural: novos ventos em MT

O movimento sindical rural em Mato Grosso conseguiu dar um importante passo em direção a uma nova forma de representar e defender os interesses dos trabalhadores rurais, pois, após um trabalho longo e articulado das organizações sindicais combativas e das entidades de assessoria, estruturou-se a **Oposição** à diretoria pelega da Fetagri-MT.

As marcas do sindicalismo presentes na Fetagri-MT sempre foram a tentativa de conciliação e a completa subordinação aos poderes oligárquicos e aos órgãos oficiais, fato que dificulta ainda mais a luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária e por condições dignas de produção.

Esta descaracterização da função de representar os trabalhadores rurais do Estado fez com que os sindicatos de trabalhadores rurais se enfraquecessem e se subordinassem a uma política fisiológica e de completo abandono dos interesses daqueles que deveriam representar.

Esta descaracterização obrigou os STRs combativos, a CPT, Fase, CUT e outras entidades a buscar novas alternativas para o sindicalismo rural no Estado que, fundamentalmente, resgatassem as organizações representativas dos trabalhadores, mas que também apontassem novas políticas para os reais problemas no campo matogrossense.

Nesse sentido, a partir da articulação e de um trabalho planejado, formou-se a chapa das oposições que disputou a eleição para a diretoria da Fetagri-MT, no dia 28 de agosto e que, mesmo perdendo, conseguiu colocar um novo marco na luta dos trabalhadores contra o atrelamento e traição de suas entidades representativas.



A chapa **"Novos Rumos para a Fetagri-MT"** mobilizou os trabalhadores rurais para a discussão de um sindicalismo combativo e representativo, apontou um referencial político para as lutas históricas por reforma agrária e também para a luta cotidiana de permanência na terra e, principalmente, questionou profundamente o modelo de organização sindical atrelada, pelega, pouca representativa e despolitizante.

A chapa de oposição perdeu por uma diferença de 20 votos apenas, pois o poder econômico mostrou novamente a sua face, mas as lições e desafios desta eleição apontaram que novos ventos sopram por estas bandas do País, trazendo os ares de um sindicalismo combativo e que encampe as lutas dos trabalhadores de forma autêntica.

Os ventos sopram, e as entidades como CPT, Fase, CUT devem aproveitá-los no sentido de intensificar o trabalho articulado e com conseqüências positivas para os trabalhadores rurais. Eis o desafio!

Comissão Pastoral da Terra
Mato Grosso

Piauí

Uma experiência de cooperativismo

É conhecido o fato de que o sindicalismo rural no Brasil passa por uma profunda crise, pois não consegue dar uma resposta concreta aos problemas dos trabalhadores rurais. No Estado do Piauí a situação não é diferente. Ultimamente têm surgido muitas associações de pequenos produtores no Estado, como forma de responder aos vazios deixados pelos STRs. Essas associações foram sendo formadas e inicialmente passaram a desenvolver experiências de comercialização da produção dos sócios. A associação adquiria financiamento de uma entidade (ONG), comprava a produção a preço de mercado e estocava-a, vendendo-a na entressafra. A diferença entre os preços era dividida entre os sócios e a associação. O dinheiro que ficava para a associação não dava para comprar a safra do ano seguinte, tendo que recorrer novamente a uma entidade financiadora, criando uma permanente dependência, além de não encarar os outros problemas como produção, beneficiamento, crédito para repasse aos sócios, assistência técnica, etc.

Na micro-região de Picos, as associações de pequenos produtores rurais começaram a se articular para ver se em conjunto conseguiam resolver os seus problemas. Como fruto de uma profunda discussão entre elas, surgiu a idéia de se criar uma cooperativa regional, que articulasse as associações na micro-região.

Depois de um seminário e vários cursinhos municipais sobre cooperativismo, em março de 1992 foi fundada a **Coomap**: Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Produtores Rurais da Micro-Região de Picos.

A **Coomap** tem como objetivo organizar a produção, beneficiamento, comercialização, armazenagem e financiamento para os pequenos produtores a ela associados. Como a região de Picos é marcada pela seca, a cooperativa vem trabalhando as possibilidades de produção adaptada ao semi-árido. Daí foi definido como uma das prioridades o trabalho com o caju, que já vem sendo cultivado na região, por ser resistente às estiagens.

A **Coomap** iniciou imediatamente contatos com uma cooperativa na Itália, no sentido de abrir um canal de exportação. Hoje a cooperativa já conseguiu exportar um primeiro lote de quatro toneladas de castanhas de caju beneficiadas para essa cooperativa italiana, com perspectiva de continuar esse intercâmbio.

A nossa cooperativa está agora buscando recursos para montar a sua própria indústria beneficiadora de caju, não só a castanha, mas também a polpa (cajuína, doces, sucos, etc).

Além dessa experiência com exportação, a **Coomap** vem desenvolvendo uma outra, no campo do financiamento. Foi feito um projeto para o FNE (Fundo Constitucional do Nordeste), via Banco do Nordeste. Recursos tanto para a própria cooperativa, como também repasse aos sócios. O projeto foi aprovado.

Por fim, ressaltamos ainda a importância da articulação que começa a se efetuar entre as cooperativas de pequenos produtores rurais do Piauí. A **Coomap**, por exemplo, está comprando milho de uma outra cooperativa de pequenos produtores em Floriana-PI, e repassando para os pequenos produtores na região de Picos que, devido à seca, não conseguiu produzir milho.

Comissão Pastoral da Terra
Piauí

Goiás

Luta e Romaria da Terra

Este ano de 1993, dois aspectos do trabalho da CPT-GO foram marcantes: a **luta pela terra e a 6ª Romaria da Terra**.

Na luta pela terra, vários fatos positivos e negativos marcaram este ano de 1993. Além das lutas que vêm desde o ano passado, como por exemplo dos acampamentos da fazenda São João da Lavrinha e São Carlos (município de Goiás). fazendas Araras, Marupiara e Zebulândia (município de Mara Rosa), fazenda Piratininga (município de Formosa), ocorreram neste ano as ocupações da fazenda Boa Esperança (município de Piracanjuba), e fazenda Cambauvinha (município de Jataí). Destas duas fazendas os trabalhadores sem terra foram despejados com forte pressão policial. Os despejados da fazenda Boa Esperança estão, desde agosto, na porta do INCRA; os despejados da fazenda Cambauvinha estão acampados na cidade de Jataí. No caso da fazenda São Carlos (município de Goiás) as famílias foram despejadas da área, tendo ficado na beira do rio por várias semanas. Depois plantaram roça nas terras de um pequeno proprietário, mas perderam toda a plantação. Em maio deste ano ocuparam novamente a fazenda.

Os acampados do município de Mara Rosa têm enfrentado muitas dificuldades, visto que nesse ano, o deputado federal José Gomes da Rocha (PRN-GO) fez várias tentativas de tirar as famílias das fazendas Arara, Marupiara e Zebulândia, desde as tentativas judiciais, a violência aberta com a ajuda da polícia Militar, Ibama e pistoleiros, até a tentativa de barrar o processo de desapropriação em Brasília.

No dia 2 de junho, 250 lavradores, de todas estas áreas ocuparam a Assembléia Legislativa de Goiás, para pressionar as autoridades estaduais e federais para que agilizem os processos de desapropriações. No dia seguinte foram retiradas de lá, pressionadas pela tropa da PM que parecia equipada para uma guerra. Foram para a Praça Cívica, sede do governo estadual. Mas também de lá foram expulsos pela tropa de choque da PM, tendo que passar a noite na feira coberta do **Cepal** pertencente à Prefeitura.

Como fruto desta luta organizada, houve neste ano a assinatura de decretos de desapropriação, por parte do presidente Itamar Franco, das fazendas Araras, Marupiara, Zebulândia (Mara Rosa), fazenda São Carlos (município de Goiás) e fazenda Riachão (município de Sítio da Abadia).

Todas estas lutas dos trabalha-



Foto: acervo CPT-GO

6ª Romaria da Tera - Cidade de Goiás

dores rurais sem terra, dos assalariados, dos pequenos produtores, dos trabalhadores da cidade, juntamente com as comunidades cristãs, foi profundamente celebrada, partilhada, revificada e reassumida na 6a. Romaria da Terra, realizada na noite de 28 de agosto deste ano, na cidade de Goiás, com o tema **Terra, Vida e Moradia Juntam o Povo em Romaria.**

Com a participação de aproximadamente dez mil pessoas a 6ª Romaria da Terra foi preparada em várias comunidades de diversas Dioceses de Goiás, em encontros celebrativos. Também foi marcante a realização do **Festiterra**, onde foram escolhidas músicas para a Romaria da Terra.

No trevo da cidade de Goiás, trabalhadores e trabalhadoras sem terra, assalariados, diaristas, bóias-frias, pequenos produtores, agentes de pastoral, padres, bispos, adultos, jovens e crianças da cidade e do campo, chegaram de ônibus, caminhões, carros e a pé, trazendo a alegria, a coragem e o compromisso com a luta pela terra, vida e moradia. Depois da recepção e da abertura oficial da Romaria, os romeiros caminharam pelas ruas da cidade,, parando alguns momentos para a louvação, os depoimentos, as lamentações, as denúncias e os pedidos de perdão.

Na Praça do Chafariz houve a partilha do lanche, dos alimentos que as comunidades trouxeram como sinal de solidariedade aos acampados, o momento cultural, a fala das entidades participantes e a grande celebração final.

A 6ª Romaria encerrou-se com o compromisso dos participantes de continuar a luta para que todos tenham **terra, vida e moradia**, com o anúncio de que a 7ª Romaria será na Diocese de Rubiataba e com a distribuição das sementes que serão plantadas e a colheita levada para a 7ª Romaria.

Comissão Pastoral da Terra
Goiás



foto: arquivo CPT-GO

Paraná

O caso Teixeirinha

Em março deste ano ocorreu na fazenda Santana, município de Campo Bonito, no Paraná, um dos casos mais terríveis de violência do Estado, abuso de autoridade e violação dos direitos humanos. A execução extrajudicial de Diniz Bento da Silva, o "Teixeirinha", a prisão e a tortura de sete lavradores sem terra, além da violação policial presente na invasão do acampamento, destruição de barracas e pertences, nas ameaças e agressões contra os sem terra, incluindo mulheres e crianças. A tragédia teve um segundo ato quando os trabalhadores acusados da morte de três policiais militares foram barbaramente espancados no presídio de Cascavel. Apesar da intensidade da violência, a mídia, com raras exceções, mostrou apenas a versão do governo do Estado e da Polícia Militar. Para restabelecer a verdade, a CPT do Paraná editou a publicação "O Caso Teixeirinha", com tiragem de 100 mil exemplares.

O drama de Campo Bonito teve início no dia 3 de março. No dia anterior, devido ao descumprimento de um compromisso firmado pelo INCRA com o Movimento Sem Terra, de assentar 150 famílias excedentes do acampamento da fazenda Santana, elas ocuparam outra parte improdutiva da área, cerca de cinco mil hectares. A ocupação ocorreu às 5 horas e às 11 chegou no acampamento o delegado de Campo Bonito, acompanhado de um policial fardado e foi recebido sem problemas. Às 14 horas, apareceu o madeireiro Aldecir Cassol, seguido por um chevette com três homens à paisana que identificaram-se apenas como "amigos do Beledelli", o proprietário da fazenda.

Suspeitando tratar-se de pistoleiros, os sem terra pediram que os homens saíssem do carro para serem revistados. Eles reagiram sacando as armas e houve uma troca de tiros, resultando na morte dos três homens. Agnaldo dos Santos, Lourival Castilhos Pimentel, Dorival Melo, Sebastião Silvano, José Custódio Meira e Diniz Bento da Silva (Teixeirinha) voltaram para o acampamento e lá ficaram. Somente à noite, quando a notícia foi divulgada pelo rádio, os sem terra descobriram que em lugar de pistoleiros haviam matado, em legítima defesa, o sargento Vicente de Freitas, o cabo Algacir Bebber e o soldado Adelino Arconti, do Serviço Secreto da Polícia Militar.

A partir daí, desenvolveu-se uma verdadeira caçada aos sem terra pela PM, GOE - Grupo de Operações Especiais, e COPE - Comando de Operações Policiais Especiais, com o incentivo direto do governador Roberto Requião. Cercaram o acampamento, destruíram os barracos e pertences dos lavradores, prenderam e torturaram. Dos sete lavradores envolvidos no confronto, apenas Teixeirinha conseguiu fugir. No dia 5 ele resolveu se entregar e avisou o capitão Novais, do Serviço secreto da PM. Ficou até às 23 horas no barraco esperando os policiais. Como não vieram, saiu da área. No dia 8 os policiais voltaram ao acampamento e prenderam o filho de Teixeirinha, Marcos Antônio, de 13 anos. Ameaçado de morte e espancado, o garoto foi obrigado a percorrer a área com os policiais, procurando o pai. Cerca de 18:30 min. outro grupo de policiais encontrou Teixeirinha que vinha da roça em companhia da mulher, Lúcia.

Desarmado, se entregou e foi algemado. Os soldados obrigaram-no a percorrer o acampamento e no percurso era espancado e torturado. Os policiais levaram Teixeirinha e a mulher ao topo de um morro a 800 metros do acampamento, onde se encontravam os outros PMs com Marcos Antônio. Ordenaram que D. Lúcia e o menino voltassem ao acampamento. Por volta das 19:30 min. os sem terra escutaram vários disparos. Teixeirinha foi executado com cinco tiros.

No dia 12 chegou ao Paraná uma Comissão Nacional formada pelo subprocurador Geral da República, Álvaro Augusto Ribeiro, representante da ABI, Associação Brasileira de Imprensa, Clóvis Souza, e da OAB, Marcelo Lavenère. Eles vieram ouvir a versão dos sem terra, pois o caso envolvia violação dos direitos humanos. No Paraná, formou-se uma comissão composta pelo procurador da República no Estado, Dilson Carlos França; pelo representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, Yves Consentino Cordeiro e pelo promotor público Arion Rolim Pereira, para ajudar na investigação.

Os seis lavradores detidos no mini-presídio de Cascavel receberam ameaças de morte e no dia 30 de maio, a pretexto de revistar a cela, o aspirante Rubens Garcez da Luz comandou um grupo de soldados no espancamento dos seis. Foram obrigados a passar por um corredor polonês e, enquanto eram espancados, o aspirante Garcez disse: "Pena que vocês não estavam junto ao Teixeirinha, pois teriam morrido com ele". Garcez é acusado de ter comandado a execução de Teixeirinha.

Após o espancamento, o advogados dos lavradores, Adelino Marcon, conseguiu que eles fossem soltos para responder o processo em liberdade. Foi instaurado um IPM - Inquérito Policial Militar e o aspirante Garcez, segundo a PM, foi preso. O Coronel Walter Wittemburg Pontes, comandante do 6º Batalhão de polícia de Cascavel, foi afastado do cargo. Mas isso não representou uma punição, pelo contrário: hoje, ele comanda o Batalhão da Polícia Florestal do Paraná. Foi promovido.

Existem dois IPMs correndo na Auditoria Militar - um para apurar a execução de Teixeirinha e outro para apurar o espancamento. São inquéritos sigilosos onde os policiais são investigados e julgados por seus pares. O relatório da Comissão Nacional deverá ficar pronto no início do próximo ano e será entregue ao ministro da Justiça. Não foi possível terminá-lo ainda porque várias provas precisaram ser anexadas. Como por exemplo, a programação da TV Tarobá, de Cascavel, onde o jornalista Paulo Martins incita a população a linchar os sem terra. O processo contra os lavradores, segundo o advogado Adelino Marcon, terá continuidade no próximo ano, quando serão ouvidas as testemunhas.

O interessante neste caso é que as Polícias Civil e Militar levaram um tempo recorde - nove dias - para levantar as provas e armar o inquérito contra os sem terra. Já os IPMs estão se arrastando sem que até o momento o promotor tenha oferecido denúncia. Bem diferente, na verdade, do promotor que ofereceu denúncia em menos de uma semana contra os sem terra. O caso Teixeirinha é emblemático. Antes dele, somente no ano passado no Paraná, dois agricultores e um dirigente sindical rural foram assassinados, sem que os culpados, como sempre acontece, fossem punidos. O que torna o conflito de Campo Bonito diferente dos demais, aos olhos das autoridades, é que desta vez foram mortos três policiais. O "normal" é que os sem terra, posseiros, pequenos agricultores e dirigentes sindicais sejam assassinados.

No dia 8 de março de 1994, para marcar um ano da execução de Teixeirinha, será realizada uma celebração em campo Bonito. Será um ato de repúdio contra a violência institucional e contra a violação dos direitos humanos.

Comissão Pastoral da Terra
Paraná

Rio Grande do Sul

Formas alternativas de produção agrícola no RS

Introdução

Para situar o espaço social agrário onde estão surgindo formas alternativas de produção agrícola, é necessário falar, embora de forma bastante genérica, de como se deu o processo de colonização do território riograndense.

Processo de ocupação e formação do espaço agrário da Região Sul

Até o início do séc. XIX, antes da chegada dos colonos europeus, a ocupação do território esteve vinculada à defesa e expansão da fronteira meridional, caracterizada pela ocupação pastoril-militar. É a ocupação da área da fronteira, conhecida como Zona da Campanha, no sul do Estado, que lançou as bases do latifúndio e da economia agropastoril. Desta formação é que surge o peão, o tropeiro, de origem lusa ou indígena, mistificada na figura do gaúcho.

A Região Noroeste do Estado é marcada pela presença dos povos indígenas. A resistência desses povos não impediu sua destruição durante as guerras guaraníticas e, em seu lugar, para assegurar a posse dos territórios contra os espanhóis, os açorianos foram se estabelecendo, principalmente na Zona Litorânea e ao longo dos principais vias navegáveis (bacia do Rio Jacuí e Lagoa dos Patos).

No séc. XIX dá-se a chegada progressiva dos colonos europeus, ocupando os territórios da Serra Gaúcha e, sucessivamente, Planalto, Alto Uruguai e Altiplano Missioneiro, com o objetivo de diversificar a economia, criando pólos agrícolas de abastecimento mediante a exploração familiar. Esta ocupação não se deu em territórios totalmente desocupados. Os colonos europeus (italianos, alemães e poloneses) "disputaram" este território com os caboclos de origem lusa, descendentes dos colonizadores paulistas e do litoral catarinense; ou mestiços em razão do contato dos lusos com os negros e índios. A economia destes agricultores apoiava-se na erva-mate e na roça de subsistência. Os colonos tiveram o apoio oficial e os nativos, gradativamente, foram sendo desapropriados de suas terras. É desta região que as formas alternativas de produção começaram a surgir e das quais falaremos aqui com mais detalhes.

UNACA



UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES
DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

A Trajetória de ocupação pelos colonos europeus

Ao contrário da Zona de Fronteira, caracterizada pela economia agropastoril formada por grandes latifúndios, a região da Serra, Planalto e Alto Uruguai se caracteriza pela agricultura com base na exploração familiar de pequena propriedade. Inicialmente estes colonos prosperaram criando pólos econômicos de destaque no plano regional. A diversificação de culturas deu certa autonomia e estabilidade a estes agricultores.

Com o avanço do Capitalismo no Campo, especialmente pela difusão do chamado "pacote tecnológico da revolução verde" e com sua lógica de progressiva seleção e exclusão, a estrutura agrícola nestas regiões foi desestabilizada, impedindo o acesso à terra e limitando as possibilidades de sobrevivência dos pequenos agricultores na terra.

Primeiros sinais de resistência

Fruto do trabalho da CPT e entidades como a FAG e outras, através de um processo de conscientização dos pequenos agricultores, formas alternativas de organização começam a surgir. Surgem para contrapor-se ao avanço da agroindústria e dos interesses novos criados com a modernização agrícola.

O sindicalismo autêntico começa a tomar seu espaço, passando do plano assistencialista para uma perspectiva mais de luta, organização e reivindicação dos direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo novos movimentos populares e entidades começam a surgir com uma força reivindicatória bastante expressiva. Como exemplo, citam-se o Movimento Sem Terra - MST, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR, a Pastoral da Juventude Rural - PJR, etc. É deste contexto que nascem as formas alternativas de organização garantindo condições de permanência na terra.

Formas Alternativas de produção, industrialização e comercialização da produção

Inicialmente, a organização se deu em vista de um novo modelo de produção, saindo de um plano individual para um processo mais

coletivo. Este novo modelo teve influência muito grande do MST com seus assentamentos. Contudo, esta experiência se alastrou para além da esfera de abrangência do MST. A base das novas formas alternativas assenta-se no associativismo e na cooperação agrícola.

Como exemplo destas novas alternativas, de forma sucinta, apresentamos duas organizações: a UNACA e o ACE:

* **A União das Associações de Cooperação Agrícola** (UNACA), foi fundada em 18/09/1989, no município de Ronda Alta-RS. Congrega hoje 28 associações de pequenos agricultores, totalizando 235 famílias. A finalidade da cooperação agrícola é a união e potencialização de investimentos entre pequenos agricultores, assegurando a sustentabilidade do processo produtivo, maior fortalecimento econômico e capacidade de resistência na terra.

A entidade possui duas unidades para armazenamento de grãos com capacidade para 2.400 toneladas, unidade de beneficiamento da produção (moinho colonial, embalagem de produtos como feijão, arroz, etc.). Está em fase final de discussão a proposta de implantação de geração de energias alternativas de motores movidos à óleo vegetal e aproveitamento de energia solar para aparelhos de refrigeração.

* **O Centro de Agricultura Ecológica** (ACE) localiza-se no município de Ipê, na região da Serra. O Centro realiza um trabalho de acompanhamento técnico aos produtores da região, desenvolvendo uma agricultura completamente natural, sem utilizar produtos agroquímicos de espécie alguma. Frente aos sinais de esgotamento do solo e da descapitalização dos pequenos agricultores impossibilitados de adquirir insumos devido aos altos custos; frente à necessidade de melhorar a qualidade e a produtividade para acompanhar o mercado; frente à necessidade e a consciência de produzir sem afetar o meio ambiente é que surge esta organização, tendo como motivação principal a preocupação com a vida, tanto do ser humano quanto do próprio meio ambiente.

Este Centro reúne em torno de nove associações e mais três em processo de formação, num total de aproximadamente 100 famílias, abrangendo seis municípios. Além dos técnicos do ACE há um incentivo muito grande da Igreja através da Pastoral Rural. Além de produzir de forma natural o processo de industrialização também é totalmente natural. Todo produto é repassado ao consumidor através da Comercialização Direta, sendo a **Coolméia** a principal cooperativa encarregada da comercialização, com vendas em Porto Alegre e proposta de aumento da potencialidade de vendas para atender o mercado do Rio de Janeiro e São Paulo.

Através destas iniciativas se consegue competir com o mercado em termos de qualidade e produtividade, restituindo ao pequeno produtor o poder aquisitivo e melhoria na qualidade de vida. Melhora também a relação do agricultor com a terra, viabilizando seu trabalho dando-lhe condições de permanecer na terra.

Comissão Pastoral da Terra
Rio Grande do Sul

Pernambuco

Direitos trabalhistas pagos em Terra

Na Zona da Mata de Pernambuco, trabalhadores descobriram uma forma nova de enfrentar a deterioração das condições de sobrevivência na região, causada pela mudança de eixo dos interesses empresariais dos produtores de cana. Elaboraram propostas concretas, onde se destaca o pagamento em terra de direitos trabalhistas.

Mostramos aqui, após breve panorama da situação, um acordo feito entre trabalhadores e empresários, já introduzindo esta nona proposta.

Zona da Mata

Os 52 municípios da Zona da Mata de Pernambuco contam com mais de um milhão e meio de habitantes, cerca de um terço dos quais compõe-se de crianças e adolescentes.

Segundo o IBGE (censo/85) a cana de açúcar ocupa 81,47% da área cultivada, caracterizando um alto grau de concentração fundiária. Eis alguns indicativos das condições de vida dos trabalhadores no corte de cana: é de 6,94% o número de pessoas por domicílio; a renda per capita corresponde a um terço do salário mínimo; 91,27% das crianças começam a trabalhar entre os sete e treze anos; é de 56,10% o índice de analfabetos na região.

Zona da Mata Sul

Esta região vem mostrando sinais de falência de seu modelo de desenvolvimento em conseqüência das políticas aplicadas pelo empresariado e oligarquias dominantes.

Este esgotamento desloca o eixo de prioridades do empresariado sucroalcooleiro para outros setores da economia, como a pecuária, que exclui mão de obra, concentra riquezas e realoca capital em detrimento da situação social da região. Essas mudanças são apoiadas pelo governo.

Efeitos da estratégia empresarial sucroalcooleira

Essa estratégia empresarial provoca a falta de serviço para um grande número de trabalhadores; inchaço das periferias de pequenas cidades; fome crescente das famílias dos trabalhadores.

O número de reclamações trabalhistas cresceu entre 1987 e 1993, de 1.007 para 10.235 processos contra usinas e destilaria.

Não se vislumbra um espaço de sobrevivência para as famílias rurais e trabalhadores da agro-indústria sucroalcooleira nessa reestruturação econômica e social na região.

Frente a este desafio, que não é conjuntural, embora venha se revelando à sociedade a partir do agravamento da seca, o movimento sindical dos trabalhadores se esforça para pensar ações que respondam a questões de interesse de toda a sociedade civil.

As primeiras idéias

No contexto da região, a questão fundamental é a concentração das terras e seu uso enquanto instrumento social de trabalho, de produção e reprodução de vida da população. Este entendimento impõe ações emergenciais e ações estratégicas propostas de forma articulada e complementar:

1 - Ações de caráter emergencial: atividades voltadas exclusivamente aos trabalhadores atingidos pela estiagem prolongada e pelo desemprego em massa, decorrente da



foto: arquivo CPT-PE

diminuição da atividade agro-industrial canavieira. Tais ações devem ser garantidas pelo governo e a sociedade civil cooperada para impedir que significativa parcela de famílias de trabalhadores morra de fome.

Instando os governos municipais a criarem mecanismos para superar o quadro social posto, sugerimos:

a - Rediscussão do quadro de prioridades dos investimentos públicos municipais;

b - frentes de trabalho emergenciais, tendo como objeto obras públicas de melhoramento de condições de sobrevivência da população;

c - garantia e ampliação da distribuição de cesta básica a todos os atingidos pela fome;

d - implantação de vacas mecânicas para suprir a alimentação dos atingidos pelo desemprego, entre outras iniciativas.

2 - Questão agrária: é de responsabilidade de todos, sobretudo da sociedade política e civil organizada:

- Formular e lutar para que a problemática da miséria seja enfrentada a partir de propostas de desenvolvimento que assegurem acesso do trabalhador rural à terra, um mercado de trabalho estável e incrementem uma produção agrícola e industrial voltada para o sustento da família, o abastecimento do mercado interno e geração de riquezas sociais revertidas em serviços para toda a população.

Para isto caberá aos trabalhadores:

- Lutar pela permanência no campo por meio da garantia do *sítio*;

- reforçar ações trabalhistas para que os valores das indenizações sejam transformados em valores relativos à posse da terra;

- em conjunto com a sociedade local, criar mecanismos de pressão e luta junto aos governos estadual e federal para fomento à produção agrícola dos trabalhadores da região;

- fazer um levantamento das terras improdutivas em cada município para identificar as que são passíveis de serem negociadas e desenvolvidas experiências produtivas para possíveis alternativas de desenvolvimento e trabalho na região.

Acordo na Usina Catende

O segundo ponto desta proposta começou a ser colocado em prática no mês de novembro, quando representantes dos trabalhadores de vários municípios e da Usina Catende assinaram um acordo na presença de várias entidades e autoridades públicas. Nele foram pactuados os seguintes pontos:

1 - Reivindicação de recursos da Usina Catende, retidos pelo governo federal, com a finalidade exclusiva de pagar os direitos trabalhistas ajuizados em Catende e Palmares, diferenças salariais e demais direitos trabalhistas, bem como as verbas rescisórias dos dois mil trabalhadores demitidos. O acordo fica condicionado à transferência direta dos recursos, pela Justiça do Trabalho, para as contas bancárias de cada um dos trabalhadores.

2 - prazo de 10 dias para levantamento e liquidação dos direitos trabalhistas, findo o qual o levantamento seria encaminhado à presidência do Tribunal Regional do Trabalho para as providências cabíveis.

3 - Cada trabalhador demitido poderia optar por receber a sua indenização em dinheiro ou em terra, ou parte em dinheiro e parte em terra, conforme a sua escolha.


foto: Arnaldo

4 - No caso de indenização em terra, garantia de terras livres de qualquer ônus e no município onde mora o trabalhador.

5 - Avaliação das terras para indenização, feita por técnicos do Incra e do governo do Estado, facultado o acompanhamento de profissionais designados pelas partes.

6 - Consideração de critérios técnicos e legais, de modo a possibilitar captação de recursos para a produção e comercialização.

7 - No cálculo das indenizações, considerar os valores relativos à exploração dos sítios, benfeitorias, bens de raiz do trabalhador, de acordo com a tabela da Fetape.

8 - A Usina Catende se compromete a remunerar os trabalhadores demitidos, no prazo de 45 dias, enquanto se fazem gestões para implantar o acordo. Findo este prazo, as partes se reuniriam para decidir o que fazer, na hipótese de não haver liberação de recursos por parte do TRT.

RELIGIÃO E ECUMENISMO

Nossa atitude ecumênica de ser CPT no meio rural

As práticas desenvolvidas pelos agentes de pastoral ligados à Comissão Pastoral da Terra - CPT, têm, nos últimos anos, sido objeto de muitos questionamentos. Estes surgem de diversas variantes que movem as ações destes mesmos agentes nas suas atividades junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Neste, destacamos as seguintes frentes deste questionamento:

* o campo da ação evangelizadora;

* o campo dos métodos de organização dos trabalhos e desafios conjunturais;

* a perspectiva de resgatar a história e tradições populares;

* O acompanhamento dos novos processos de migração e integração nas comunidades urbanas e os novos caminhos que estão sendo afirmados pela prática de fé que move o jeito de ser e viver das mulheres e homens do meio rural.

O momento vivido nas práticas pastorais e litúrgicas exige que a CPT assuma seu papel de evangelizadora. Ela deve ser anunciadora de uma mensagem capaz de avançar a luta do campo por caminhos nem sempre apropriados ao jeito costumeiro dos ritos e práticas das Igrejas históricas e tradicionais.

Este papel de assumir novas práticas pastorais e litúrgicas no meio do povo rural possibilita aos agentes o contato imediato com o jeito próprio de celebrar a fé, ritos e mitos religiosos populares. É uma escola popular que sempre foi movida pela tradição oral e simbólica no encontro com o Deus da Vida.

Neste contexto desafiador, a proposta cristã passa a ser uma caminho a mais entre caminhos construídos por mulheres e homens. As vezes, caminhos distantes das mediações, dogmas e estruturas eclesiásticas e teológicas. Teremos, portanto, que agir com profunda prudência e respeito à sabedoria que dignifica

os humildes. Devemos aplicar o método da escuta e do olhar atento e apreendedor destas novidades que o povo do campo possui nos seus sonhos cotidianos.

Que fazer: Ecumenismo ou Macroecumenismo ?

No sentido de compreender essas ações gratificantes de fé do povo rural, os agentes de pastoral, sacerdotes e pastores/as e teólogos/as expressam suas preocupações com reflexões firmadas nas suas práticas experimentadas em momentos fortes da luta pela terra.

Neste anseio de buscar definições e respostas objetivas há um consenso de que, na América Latina, já estamos superando o processo de diálogo e partindo para a *inserção da fé cristã na cultura do nosso povo.* Chamam este processo de **macroecumenismo**! Este termo foi criado na Assembléia do Povo de Deus, realizada nos dias 12 e 14 de setembro de 1992, em Quito, Equador.

Oikoumene é uma palavra grega (de onde provém as palavras "ecumênico" e "ecumenismo"). Ela significa "todo o mundo habitado". É uma palavra que, na sua origem, foi utilizada como um termo exclusivamente político e voltado aos problemas da expansão da sociedade e suas unificações no projeto de expansão do Império Grego.

Pois bem, quando as Igrejas perceberam a necessidade de criar um movimento de fé e prática cristã a serviço do povo de Deus, se apropriaram do termo ecumenismo. Este movimento buscava e busca a unificação e uma proposta comum de missão evangelizadora. Porém, continuam desunidas.

Será que precisamos chamar a fé da mulher e homem do campo de macroecumenismo? O que parece ser um espaço de encontro com a Boa Nova do Evangelho - a religião do povo -, toma um sentido de "descoberta", ou ainda, "de ambiente para inserir a fé cristã". Se não esquecemos as histórias das missões cristãs nos primórdios do anúncio do cristianismo na América Latina e, particularmente no Brasil, parece que este discurso já estava aplicado numa cristandade agressiva e desrespeitosa ao modo que têm os humildes de celebrar a existência de Deus no seu cotidiano.

Quando as Igrejas não conseguem aplicar passos seguros de um "diálogo" entre seus representantes, fica muito mais abstrato, estas mesmas Igrejas arrogarem-se o direito de ser portadoras de uma "mensagem cristã", aquelas que propagam e proliferam uma experiência de fé viva e alegre. Elementos estes que estão cada vez mais distantes dos espaços sagrados, dos templos e catedrais das Igrejas históricas.

Ecumenismo ou o assim chamado macroecumenismo ficam para os agentes de pastoral da CPT um compromisso de libertação e de uma verdadeira inserção junto ao povo da terra. Portanto estes devem estar atentos e utilizar de um discernimento evangélico que possibilite o verdadeiro encontro e a conveniência de ações e práticas de fé que respeitem as diferenças e as manifestações do Deus da Vida no meio rural.

Acreditamos que deste modo estaremos sendo aquilo que fortalece a CPT a ser um organismo pastoral e político capaz de profetizar novas formas de ser e viver como mulheres e homens na terra habitada, e celebrando com todos os diferentes - na fé, nos ritos e nos mitos.

(Marcos Rodrigues da Silva - CPT/SC)

CONJUNTURA

Conjuntura Política - Brasil, 1993

O Brasil mostra a sua cara

É sempre útil lembrar que nós precisamos captar o movimento das contradições sociais que acontecem num tempo e num espaço. Não basta pendurar os acontecimentos em cabides separados. Isso poderia dar num belo ou horroroso espetáculo, mas não teríamos compreendido nada. A conjuntura é formada pelas lutas, conflitos, relações dos mais variados tipos, conquistas ou perdas de cada grupo social que constitui a sociedade.

Para começar, enfrentemos os "números" de um recente levantamento de opinião pública feito pelo Ibope, publicados no "Jornal do Brasil" no dia 11 de novembro. Temos aqui um espelho, talvez um pouco desfocado e meio torto, de como a população brasileira está vendo o presente e como imagina os caminhos para superar o desastre moral, ético, político, econômico e social em que se encontra o País feito pelas elites, pequenas em número, mas fortes em poder e privilégios.

Antes de enfrentar os dados, vale questionar a quase costumeira desculpa para os que praticam corrupções afirmando que a maioria dos brasileiros faria a mesma coisa, se tivesse oportunidade. Menos de 30% dos entrevistados manifestaram essa opinião. Trata-se de um preconceito, e afirmado com insistência por membros das elites. Será que eles estão querendo dizer que foram "educados" pelas maiorias que sobrevivem a relações de terrível exclusão social?! Em outras horas, e com outros objetivos igualmente discriminatórios, as mesmas elites costumam dizer que a maioria dos brasileiros é "analfabeta", "atrasada", "inconsciente", "pacífica". Quais as razões verdadeiras desses julgamentos preconceituosos?

O povo julga as instituições

82% da população não confia mais nos políticos; 78% também não confia nos partidos políticos; 60% não confia mais no Congresso Nacional. É assim que os brasileiros estão se manifestando em relação aos seus "representantes", eleitos para cuidar do bem de todos os cidadãos. É fruto, claro, da onda, vergonhosa e cada vez maior, de roubos dos recursos públicos por parte dos políticos e dos "técnicos" a eles ligados. Repete-se, cada dia mais: "a gente tinha ouvido falar que sempre houve corrupção, mas agora a coisa está clara, e o tamanho é bem maior do que a gente imaginava".

Depois de muitas denúncias, nunca levadas a sério por causa da prática corporativa do Congresso - são os próprios deputados e senadores que decidem se julgam a si mesmos! -, a CPI do Orçamento abriu as portas do verdadeiro Congresso, e dele saíram odores nada agradáveis. Resta ver se terão coragem de chegar até o fundo do lamaçal, punindo, e bem, a todos os envolvidos. Tem muita gente que não acredita nisso. E nem acredita que a Justiça faça isso, pois 56% dos entrevistados declararam que "políticos corruptos existem porque a Justiça brasileira não pune ninguém". Quer dizer, não pune os membros das elites. Já os pobres, os negros, os menores de rua e outros "bandidos em potencial" pagam por todos.

Segundo o Ibope, porém, foi julgada também outra "instituição" desse país: 65% da população não confia nos **empresários**. É claro que esta não é uma instituição pública. Mas parece que a população se deu conta, e muito claramente, que os empresários acham que o Estado deve ser "público" só para eles! Para os pobres, os aposentados, os doentes, as crianças, analfabetos, não há recursos públicos: "É preciso enxugar a máquina e o orçamento do governo"! Mas para os empresários, se o governo não dá numa boa, eles "compram" os recursos, distribuindo "favores" em milhares e milhões de dólares. O Estado, condenado quando gasta em favor dos pobres, é bom quando gasta, e muito, com eles!

A posição dos cidadãos, revelada pelo Ibope, indica que eles não são ingênuos, nem bobos. Sacaram muito bem: não existem corrompidos sem corruptores; a corrupção é uma relação social: tem pelo menos dois participantes, os dois tirando vantagens através de algum tipo de roubo dos recursos públicos, que deveriam favorecer a vida e direitos sociais de todos os cidadãos. Por isso, não adianta os empresários continuarem cantando orgulhosos, a não ser que admitam que alguns deles são corruptos e outros não; neste caso, deveriam exigir algum tipo de "inquérito" para separar o que pode ser considerado correto.

Em quem confiar?

O mesmo levantamento do Ibope indica que a população está sem otimismos para pensar o futuro. Meio desnorteada, procurando um "norte", e com urgência. Daí imaginar que só um "presidente forte, que governe sozinho sem interferência do Congresso," poderia ser a solução. É o que pensa 67% da população. Ao mesmo tempo, pouco mais da metade dela confia nos militares, havendo contudo 43% que não confia neles. Vale a mesma coisa em relação ao Judiciário. A confiança cresce um pouco mais nos Sindicatos dos Trabalhadores e nos meios de comunicação: 61 e 62% confiam neles. Finalmente, parece que os brasileiros confiam mais mesmo é em Deus, ou pelo menos na Igreja Católica: 77% declararam que confiam nela.

Mesmo considerando uma injustiça contra os honestos e sérios dizer que todos os congressistas estão envolvidos na corrupção - 62% -, mais da metade declara que a política brasileira é mais corrupta que a de outros países, e a maioria acha que os políticos atrapalham o governo. Quase a metade pensa que não adianta recorrer à Justiça e aos militares.

O caminho indicado

Ao afirmar que confia mais nos Sindicatos dos Trabalhadores e na Igreja Católica, afirmando também reconhecer a existência de alguns congressistas "honestos e sérios", a população está indicando um caminho político possível para sair do lamaçal da corrupção e para enfrentar os problemas que fazem sofrer a maioria dos brasileiros. Isso para não cair no arriscado caminho do "presidente forte", que governa sozinho. E se ele governar só para a minoria privilegiada, de novo? Como é que poderemos retirar-lhe o poder? Por algum *impeachment direto,* sem participação de nenhum Congresso? Isso seria muito difícil. Mais fácil será cair, de novo, numa ditadura, num governo que fará o que quiser, reprimindo e perseguindo os opositores.

O outro caminho, mais democrático, seria a maioria da população aumentar o número de congressistas honestos e sérios, votando, na eleição quase geral de 1994, em candidatos que mereçam verdadeira confiança dos eleitores. O Congresso está ruim porque os cidadãos elegeram pessoas que não prestam, são corruptas, roubam. Se tantos confiam mais nos trabalhadores, por que não aumentar o número deles no Congresso? Com maioria de congressistas honestos e sérios será possível apoiar e fiscalizar o governo, forçando-o a governar em favor do povo todo.

Junto com isso, temos outra oportunidade de eleger um presidente honesto e sério, não caindo mais na ratoeira das campanhas do tipo Collor. Com um presidente com vontade e programa de governo voltado para o bem de toda a população, talvez não sejam necessários nem "pacotes" para ir resolvendo os problemas.

Mas agora, com os estragos gerais provocados pelos desgovernos Sarney, Collor e Itamar, a metade da população tem razão de exigir um "pacote", nem que seja para corrigir um pouquinho o terrível empobrecimento que abate quase todos os trabalhadores e todos os subempregados e desempregados.

E o campo em 1993?

Não foi nada diferente disso que apareceu agora, com a CPI do Orçamento. Quantos ministros da agricultura tivemos?! Foram vários, e saíram por causa de corrupções ou violências praticadas por eles antes de entrar. Os grandes proprietários e empresários agrícolas estão na mesma situação do Congresso: têm dificuldade de provar que existem entre eles algum honesto e sério, livre de corrupção e de prática de violências. E num governo como o de Itamar, que segue à risca o projeto neoliberal de Collor, nem se pensa em convidar um trabalhador ou um amigo de trabalhador.

Na verdade, é provável que o Ministério tenha ficado mais dias sem ministro ou com substituto do que com titular. Assim mesmo, porém, o Ministério funcionou, pelo menos nos favorecimentos aos grandes proprietários e empresários. Como de costume, não funcionou para fazer reforma agrária e nem para apoiar os pequenos agricultores. Isso mostra, uma vez mais, que o Ministério da Agricultura, com ou sem ministro, é o reduto da oligarquia rural.

Assim mesmo, contra a vontade dos grandes do campo, passou no Congresso a chamada Lei Agrária, regulamentando o que a Constituição de 1988 marcou em relação à reforma agrária. É uma lei ruim, mas é mais do que nada. Cria dificuldades, mas reconhece que a reforma agrár...

De todos os caminhos... o mais significativo foi continu... produzindo alimentos. Especialmente n... deste, uma região semi-árida tratada pelas elite... como região seca. Na luta para sobreviver, eles cavaram do governo a possibilidade de apresentar uma proposta de políticas permanentes para salvar e recuperar o Semi-Árido para os Nordestinos e para o Brasil, tirando-o das mãos da elite oligárquica que se enriquece com a "indústria da seca". Sua proposta não foi ainda assumida como política de governo, mas a luta continua para que assim seja. Afinal, numa democracia, o governo não deveria fazer a vontade das maiorias e governar com a participação e fiscalização delas?

A fome como vergonha e luta pela cidadania

O ano de 1991 foi o da descoberta e começo de combate à corrupção no governo federal. 1993 está sendo o ano da revelação da face e da contraface da realidade brasileira: a manipulação e corrupção em relação aos recursos do orçamento do governo, por um lado, e a terrível miséria que cresce e atinge perto da metade da população do país. A gente vai vendo e entendendo melhor porque só alguns enriquecem e vivem no luxo, e também porque "não existem" recursos para melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros.

O bom das revelações é que elas indicam um começo, uma possibilidade de que as coisas mudem. Sem abrir a ferida não dá para curar o enfermo. Para que o tratamento, mesmo se amargo e feito com muitas operações, continue até que a saúde volte é preciso que a maioria dos cidadãos assuma o comando da empreitada. Do mesmo jeito que estamos demonstrando que a solidariedade é possível e pode socorrer e abrir algumas oportunidades de vida para os que foram jogados na miséria, do mesmo jeito precisamos dar mais força ao Movimento pela Ética na Política, construindo outra cara, outro coração, outros pulmões, outra cabeça para o Brasil.

(Ivo Poletto)

Algumas considerações sobre a Lei de Rito Sumário

Lei complementar nº 76 de 7 de julho de 1993, que estabelece o Contraditório Especial de Rito Sumário para os processos de desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária.

Algumas Considerações

Depois de quase cinco anos da promulgação da Constituinte Federal de 1988, várias discussões acadêmicas sobre a possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária, juízes "lavarem as mãos e determinarem extinção de Feitos e arquivamento de autos sob a alegação de inexistência de instrumento processual adequado, milhares de famílias serem despejadas, trabalhadores assassinados, finalmente o Congresso Nacional votou e aprovou a regulamentação do parágrafo 3º da Constituição Federal. Ou seja, o procedimento contraditório especial, de rito sumário para o processo judicial de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e que foi sancionado pelo presidente Itamar Franco a 6 de julho de 1993.

Se considerar os fatos acima mencionados, a regulamentação pode ser vista como uma vitória, porém uma "Vitória de Pirro", já que no seu conteúdo deixou de atender às reivindicações dos trabalhadores, ficou aquém do que estabelecia o Decreto-Lei n. 554 de 25 de abril de 1969 e até dificulta a efetivação da desapropriação. Necessário dizer que estas considerações são feitas a partir da visão de quem trabalha com as famílias camponesas e a partir da perspectiva da conquista de seus direitos.

Alguns aspectos positivos

1 - Um aspecto interessante é o que consta do parágrafo primeiro do artigo 2º, ou seja, a determinação de que mesmo nas férias forenses, as ações de desapropriação para fins de reforma agrária não sofrerão paralisação no seu andamento.

A determinação pode contribuir para a agilização do processo.

2 - A intervenção obrigatória do Ministério Público Federal em todos os atos do processo e em qualquer instância (parágrafo 2o, artigo 18).

O Ministério Público Federal, desde a promulgação da Constituição, a partir das atribuições que lhe foram conferidas, tem se constituído num verdadeiro defensor das garantias constitucionais e um vigilante fiscal da aplicação da lei. A sua participação nos atos de processo desapropriatório pode significar maior cuidado das partes durante o curso do processo.

Aspectos negativos

1 - No tocante à competência para desapropriar, a lei não mudou em nada o que o decreto-lei nº 554/69 já dispunha. Continua de competência privativa da União o ato de desapropriar para fins de reforma agrária (art. 2º, caput.) Quer dizer: nem o Estado nem o Muni-

cípio podem desapropriar terrenos para fins de reforma agrária, o que, aliás, era uma reivindicação das organizações de trabalhadores.

2 - Com relação à contestação, o decreto-lei 554/69 dispunha que somente o valor da indenização ou algum vício processual é que seriam objeto de contestação (art. 9º.). Na lei em vigência, só se exclui da contestação a questão do interesse social declarado. O mais, tudo é matéria de contestação (art. 9º.).

Tanto esta lei quanto a lei nº 8.629 de 26/02/93 (Lei Agrária) tiram da desapropriação para reforma agrária o caráter de penalidade. É o Estado abrindo mão do seu poder de império.

3 - No tocante à indenização, a lei traz dispositivos que são verdadeiros prêmios aos desapropriandos. Neste aspecto, o prêmio começa na própria Constituição, artigo 184, que institui a figura da indenização prévia.

O parágrafo 2º da art. 6º da lei complementar determina que no curso do processo o expropriando poderá requerer o levantamento de 80% da indenização depositada.

O parágrafo 1º do art. 12 estabelece que ao fixar o valor da indenização, o juiz considerará, além dos laudos periciais, outros meios objetivos de convencimento, inclusive a pesquisa de mercado. Com tais dispositivos, a exemplo do que também estabelece a Lei Agrária, consagra-se a terra como objeto de especulação. Neste particular, o decreto-lei nº 554/69 era muito mais severo e rigoroso quando determinava que quando não houvesse acordo ente as partes sobre o valor da indenização a ser paga, para a fixação da mesma seria observado o valor declarado pelo expropriando para fins de pagamento do imposto territorial rural, se aceito pelo expropriante, ou o valor apurado em avaliação levada a efeito pelo expropriante quando este não aceitasse o valor declarado pelo proprietário, ou quando não existisse tal declaração. O decreto lei dispunha ainda que a avaliação seria feita com base no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola anterior. E mais, que na revisão do valor da indenização, deveria ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento de imposto territorial rural (incisos II, III e parágrafo 2º do art. 3º e art. 11).

4 - Ainda no que diz respeito à indenização, a lei em seu art. 14, a estabelece em dinheiro, incluindo aí as culturas e pastagens artificiais. Há um grave equívoco nesta determinação, já que a Constituição diz que o pagamento em dinheiro se dará apenas para as benfeitorias úteis e necessárias. Culturas e pastagens não são benfeitorias, mas bens por acessão industrial.

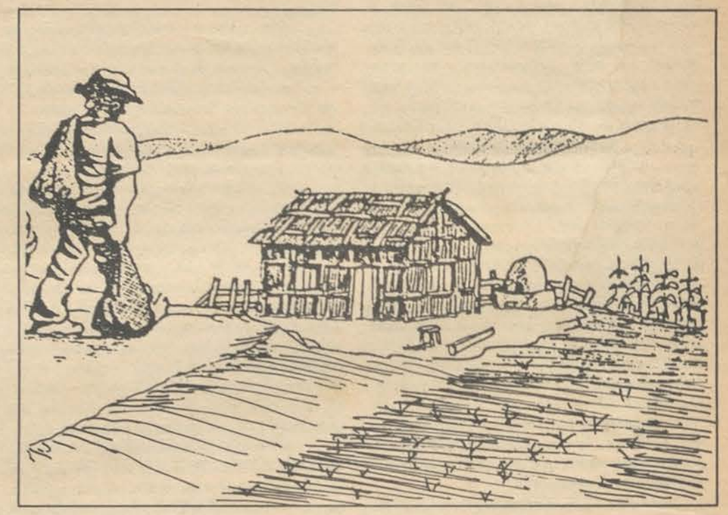
5 - O art. 5º., em seus incisos e alíneas, contém disposições que dificultam o processo de desapropriação.

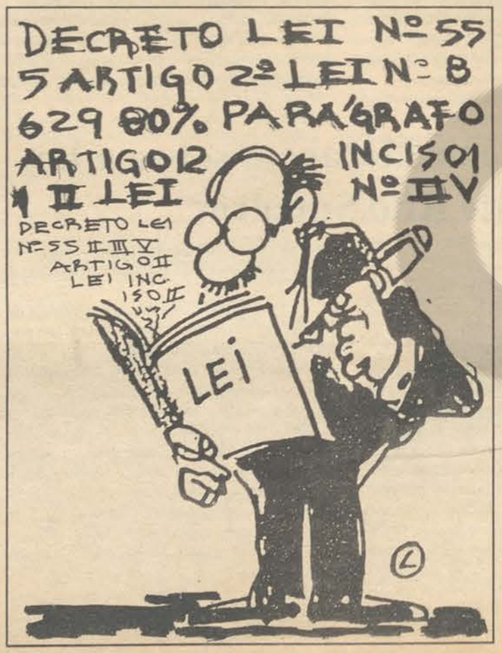
O inciso II exige a apresentação de certidões atualizadas de domínio e de ônus reais do imóvel, sem estabelecer um prazo para que tais certidões sejam tidas como atualizadas. Esta lacuna permite ao expropriado alegar que a certidão não é atualizada, argüir a inépcia da inicial e solicitar o arquivamento do processo.

Na Alínea "a" do inciso IV estabelece a exigência de plantas gerais, de situação e memorial descritivo para instruir o processo. Trata-se de tarefa burocrática imensa e dificulta um processo mais rápido.

6 - Outro absurdo é a previsão do arbitramento de valor para desmonte e transporte de móveis e semoventes da área em desapropriação, a ser suportado, ao final, pelo expropriante (art. 20). Trata-se de mais uma forma de pagamento ao expropriando, além da indenização estabelecida e, ademais, poderá constituir-se em medida protelatória, já que o valor arbitrado poderá ser contestado pelo expropriando.

Ainda com relação ao decreto-lei nº 554/69, entendo haver retrocesso da lei complementar, quando esta deixou de contemplar, em seu bojo, o disposto no art. 15 e seu parágrafo único da citada legislação ou seja, estabelecer punições ao juiz, serventuário da Justiça e oficial de Justiça que deixarem de cumprir os prazos estabelecidos.





Considerando a morosidade reinante nos serviços prestados pelo Poder Judiciário, uma disposição naqueles moldes asseguraria o cumprimento dos prazos do Rito Sumário.

Conclusão

É um equívoco pensar que é a Lei que faz o Direito. É justamente o contrário. O Direito é anterior à Lei, e é a luta para o reconhecimento do Direito que faz a existência da Lei, que acaba sendo o reflexo da correlação de forças existente na sociedade no momento de sua elaboração.

O Rito Sumário, assim como a Lei Agrária refletem um momento de crise vivido pelos movimentos sociais do campo e pelas mediações que se perderam nas discussões de cúpula não articulando-as com as mobilizações dos trabalhadores rurais.

(Maria José Souza Moraes)

Nota da Presidência da CNBB

A impunidade desintegra a sociedade

"...Progridem a demagogia, o populismo, a mentira política nas promessas eleitorais; burla-se a justiça, generaliza-se se a impunidade e a comunidade se sente impotente e indefesa diante do delito". (Conf. Santo Domingo, nº 233)

Estas palavras do Documento de Santo Domingo aplicam-se de um modo todo particular à situação atual do nosso Brasil. Nosso querido povo brasileiro, habitualmente alegre e jovial, mesmo em situação de pobreza e abandono, está sendo invadido por um espírito de desalento e de desesperança diante da impunidade generalizada que vem se instalando na sociedade.

Delitos e crimes praticados por pessoas da mais alta posição social e política não recebem prontamente o corretivo das punições exigidas pela consciência ética da sociedade, enquanto só os pobres e miseráveis enchem as prisões. A permanência desse espírito corrói inexoravelmente as resistências do corpo social. É todo o tecido social que se vai desgastando, abrindo rasgões que deixam a nu as chagas morais que já deixam estar sendo medicadas pelas ataduras de uma correção exemplar. Deixar essas chagas abertas e purulentas terá como conseqüência a contaminação dos membros sadios e a dissolução de todo o corpo.

Pensemos, principalmente, na contaminação das novas gerações. Crianças e jovens, que deveriam receber dos adultos os exemplos e os incentivos para a formação das suas consciências segundo as normas da honestidade e da justiça, sentir-se-ão estimulados a imitar todos os descaminhos preferidos pelos maus cidadãos na prática da corrupção e do crime. As normas do direito, que a sociedade inscreveu na sua Carta Magna e nas leis, não podem ser apenas conceitos acadêmicos da ciência jurídica, mas devem ser consideradas como normas do comportamento social que garantam a prevalência dos valores morais, sustentáculos da vida de criaturas humanas, feitas "à imagem e semelhança de Deus".

Como pastores que fomos constituídos do Povo de Deus, conclamamos todos os que exercem funções dirigentes na sociedade a que assumam prontamente suas responsabilidades, exercendo a justiça de modo a restituir a saúde moral à nossa sociedade combatida. Lembremo-nos da advertência do Cristo: "O Filho do homem virá em sua glória e retribuirá a cada um segundo as suas obras" (MT. 16, 27).

Brasília-DF, 15 de dezembro de 1993.

Presidente da CNBB - Dom Luciano Mendes de Almeida
Vice Presidente - Dom Serafim F. de Araújo
Secretário Geral - Dom Antônio Celso de Queiroz

"Eu também tive vergonha"

Diante da violência policial empregada para despejar as famílias de sem terra das fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres, no município paulista de Getulina, em 19 de novembro de 1993, a CPT divulgou, no dia seguinte, uma nota repudiando o fato e pedindo solidariedade aos despejados e ao bispo de Lins-SP, Dom Irineu Danelon. A esta nota anexamos o contundente depoimento de D. Irineu, que por seu vigor e intensidade merece ser reproduzido aqui:

"Ponderações e testemunhos do Bispo Diocesano sobre as ocupações de terra

Sinto-me no dever de partilhar alguns aspectos da experiência vivida em torno do acontecimento das ocupações de terras em Getulina.

Escuto ainda o eco de 1.600 crianças gritando: não queremos guerra, queremos terra!

E a sociedade deu a elas bombas de gás lacrimogêneo, cachorros, policiais, cavalos, brutalidade. Aos poucos não gritavam mais.

E assim, a voz de uma geração será abafada, traumatizada e olharão para a terra como algo perigoso. Nem eles, nem seus pais poderão ter.

Será muito difícil para essas crianças rezarem o Pai Nosso, Pão Nosso, Terra Nossa. Elas não ousarão mais gritar: queremos terra!

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 18, proíbe que elas sejam expostas a cenas terrificantes, agressivas e perigosas.

Como Pastor, atento às 1.600 crianças, recorri ao Conselho Municipal da Criança e a Delegacia do Menor e procurei o Curador de Menores; recorri ao Fórum de Lins, fizemos por escrito nossa petição ao Juiz de Getulina, insisti ao Secretário da Justiça, da Segurança Pública, escrevemos e telefonamos ao Governador, ao Presidente Itamar, à Comissão de Justiça e Paz, ao Procurador Geral da República, o Sr. Aristides Junqueira, ousei apelar para a Cruz Vermelha.

Tudo em vão. Temos que cumprir uma liminar.

E as bombas de lacrimogêneo explodiam no meio das crianças, não só na hora da desocupação, mas até na praça da Igreja de Macucos, depois que as crianças tinham andado 17 km a pé, rejeitando com muita dignidade os ônibus oferecidos pela polícia.

As instituições que gastam rios de dinheiro para tratar dos problemas das crianças, escrevem belos estatutos, multiplicam as reuniões e depois, na hora da necessidade do aconchego, lhes oferecem os dentes dos cachorros, o estampido dos tiros, o sobressalto traumatizante de



2.000 soldados vestidos de guerra.

Um dos adolescentes no desespero chorava e dizia: tenho vergonha de ser brasileiro!

Eu também tive naquele momento!

Estava ali vendo, gritava com o comandante, não acreditava que seriam capazes de fazer isso em nome da liminar de despejo, do estado de direito.

As crianças não querem nem ouvir mais falar em estado de direito.

Seriam os pais os responsáveis?

Mas com quem deixariam seus filhos?

Era a família que estava ali a procura de um pouco de dignidade, não obstante foi enchotada pela sociedade.

Não puderam voltar atrás para pegar seus míseros pertences, um pouco de comida, seus documentos, a enxada...

Andaram 17 km a pé, não puderam tomar banho, não puderam levar suas tendas.

Os carros velhos de seus pais estavam todos com os pneus furados.

Viram homens fortes subirem nos caminhões, vestidos de verde, acolheram os cachorros, os cavalos, mas as crianças ficaram pelos pastos quais animaizinhos abandonados pela sociedade. Tinham cumprido o dever. A liminar de despejo havia sido executada. O ideal das crianças também.

E aquele adolescente continuava soluçando, tendo vergonha de ser brasileiro!!!

Eu também tive naquele momento!

Na verdade, a nossa região se transforma aos poucos num grande pasto. Boi gordo e crianças magras.

Em nome do bom senso, havia eu pedido o mínimo: oito alqueires, onde estavam acampados, até que o trabalho do INCRA pudesse indicar uma terra para aqueles que haviam aprendido a gritar: não queremos guerra, queremos terra!

Mas a sociedade preferiu lhes oferecer um espetáculo de guerra.

Com certeza o espetáculo custou mais caro do que a terra desejada.

Afinal, quanto não terá custado aos cofres públicos todo aquele aparato, composto de cavalaria transportada em caminhões; cachorros transportados em canis; 2.000 soldados transportados em caminhões e viaturas. Dois helicópteros, polícia feminina com seus escudos, as bombas de gás lacrimogêneo, as ambulâncias, os ônibus.

Para essas coisas o dinheiro existe.

Eu ouvi, diretamente do Michel Temer, o Secretário da Segurança, que o aparato era apenas para amedrontar, impressionar.

Amedrontar 1.600 crianças, para sempre.

E depois todos puderam perceber que não foi apenas para amedrontar, foi mesmo para usar.

Não sai dos meus ouvidos o choro daquele adolescente: tenho vergonha de ser brasileiro!!!

Naquele momento eu também tive!

E a culpa era dos líderes do Movimento Sem Terra? Diziam os comandantes: então vamos prendê-los.

E vários foram presos.

Eu vi, seis soldados levando um jovenzinho sem camisa, depois que havia andado a pé 17 km. Foi para a delegacia de Getulina.

Eu ousei aproximar do camburão e perguntar pelo nome do preso. Será identificado lá. Quais foram os tratos recebidos? Não sei! O que afirmo é que isso será apurado.

Gente sem nome. O P.C. está solto. Collor também.

Mas aquele moço havia ofendido gravemente os soldados.

De fato, eles foram gravemente ofendidos, quando se prestaram para fazer uma tal operação.

Sei que eles são gente como nós.

Mas naquele momento não podiam ser reconhecidos.

Hoje estão os 6.000 Sem Terra, no distrito de Macucos. ***As crianças não gritam mais: Queremos Terra ! Pode ser perigoso."***

Dom Irineu Danelon
Bispo de Lins-SP

Dia Mundial de Solidariedade pelos Direitos Humanos no Brasil

Por ocasião da celebração do Dia Mundial dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (dia 10 de dezembro), o CLIMATE ALLIANCE ACTION DAYS 93 promoveu manifestações em defesa dos direitos humanos e reforma agrária no Brasil.

O grupo de coordenação internacional é liderado por Jaana Matinkainen e Risto Isom"aki, ambos da Finlândia. A idéia básica desta iniciativa é a necessidade de vincular a preservação das florestas tropicais ao respeito aos direitos humanos e à realização da reforma agrária nos países do Terceiro Mundo.



Na tentativa de sensibilizar a opinião pública mundial e pressionar as autoridades brasileiras para que solucionem os graves problemas sociais e preservem as florestas, o grupo de coordenação internacional do Climate Alliance mobilizou organizações, grupos e ativistas em todo o mundo, envolvendo mais de 150 organizações de 33 países, grupos e movimentos de outros 12 países.

Entre as mobilizações estava prevista pela coordenação internacional a plantação, pelo "Green Belt Movement" do Kenia (África) de 1800 árvores em memória do mesmo número de mortos na luta pela terra no Brasil nos últimos 10 anos. Na Finlândia, grupos de direitos humanos e ambientalistas promoveram mobilizações em 19 cidades, acenderam velas em memória dos lavradores assassinados. Também, foram organizadas reuniões com a juventude em vários estados da Índia e no Zimbabwe (África), assim como outras formas de manifestações em diversos países.

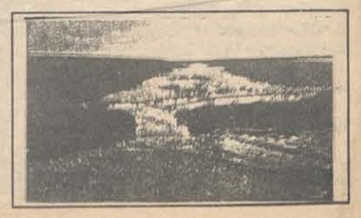


O primeiro dia de mobilizações, promovido pelo Climate Alliance, realizado no dia 15 de maio, contou com a participação de 51 países. Organizações de defesa dos direitos humanos e ambientalistas realizaram manifestações em defesa do meio ambiente e preservação das florestas tropicais.

Esta iniciativa abre a perspectiva de colocar na agenda política mundial a discussão sobre a necessidade da reforma agrária como uma reforma social e ambiental no Terceiro Mundo.

A CPT apóia integralmente a iniciativa, participando ativamente da sua realização, e torcendo pelo sucesso destes sinais de solidariedade mundial em favor do povo brasileiro.

(Sérgio Sauer)



Prêmio Francês para Rio Maria

Foi outorgado ao Comitê Rio Maria o Prêmio **"Liberdade - Igualdade - Fraternidade"**, dos Direitos Humanos da República Francesa, organizado pela Comissão Nacional Consultiva dos Direitos Humanos da França, para 1993.

Segundo a Embaixada Francesa o prêmio deste ano foi concedido a outras quatro entidades do mundo inteiro.

A entrega do prêmio ao presidente do Comitê Rio Maria, André Lu[illegible]ro Mayer se deu no dia 10 de dezembro, pelas mãos da ministra da Ação Humanitária e Direitos Humanos, Lucette Michaux-Chevry, no Quai d'Orsay, Ministério francês das Relações Exteriores.

Interrogados acusados da morte do Pe. Josimo

No último dia 20/12 no Fórum da cidade de Imperatriz-MA, deu-se interrogatório de dois dos seis fazendeiros acusados de mandantes do assassinato do Pe. Josimo Morais Tavares, assassinado em 10 de maio de 1986. Os réus interrogados foram Nazaré Teodoro da Silva, vulgo "Deca", residente em Buriti do Tocantins e Osvaldino Teodoro da Silva, vulgo "Mundico", residente em Augustinópolis-TO, ambos no Bico do Papagaio. Guiomar Teodoro Filho, "Tentem", Geraldo Paulo Vieira, "Nô", Adailson Vieira estão foragidos e João Teodoro da Silva, falecido.

O juiz mandou citar por edital os réus que não compareceram e marcou para 28.01.94 o interrogatório destes, para em seguida poder ouvir as testemunhas de acusação.

Esta audiência é fruto de uma pressão pública que vem se desenvolvendo nos últimos meses. Em novembro p.p. uma comitiva integrada pelo bispo de Tocantinópolis, Dom Alosísio Hilário de Pinho, encontrou-se com o corregedor geral da Justiça do Estado do Maranhão, ocasião em que solicitou agilidade no processo e fez a entrega de um abaixo-assinado com cerca de 9.000 assinaturas. Nesta mesma época, a Sra. Olinda Morais Tavares, mãe do Pe. Josimo, escreveu ao ministro da Justiça, Dr. Maurício Correa, denunciando a [illegible]osidade.

Em maio/94, completam [illegible] anos da morte do Pe. Josimo, e até a presente data, somente o pistoleiro foi condenado. Nesta mesma época (14/15 de maio) ocorrerá a IV Romaria da Terra Pe. Josimo, ocasião em que serão trasladados seus restos mortais para a paróquia onde ele atuava, Buriti do Tocantins.



O Sentir do Sentidor

"Um sentir é do sentente e outro é do sentidor"
(Guimarães Rosa)

Já escreveu há bastante tempo o velho Milan Kundera que viver a vida é como subir num palco pela primeira vez sem nunca ter ensaiado antes. Quem tem qualquer experiência de representar num palco sabe a força desta comparação.

Infelizmente a gente tem uma visão distorcida do que seja o teatro e arte de representar. Construímos a idéia a partir, inclusive, de uma visão equivocada do que seja a verdade, que representar é sinônimo de mentir. Teatro seria para nós então a explicitação da não-verdade. Os gregos inventaram o teatro como uma forma de comunicação que expressa a vida, especialmente como drama ou tragédia. Esta arte foi criada justamente com a intenção fundamental de lançar luzes sobre a realidade da vida, mesmo quando esta é representada de forma estereotipada.

Mas talvez não seja de drama ou de tragédia que se compõem os nossos dias. Lancei mão da comparação de Kundera, na verdade, apenas para explicitar o "frio no estômago" que os últimos acontecimentos nos fazem vivenciar. A imprevisibilidade da estréia nos assusta, inclusive porque não somos os únicos atores. As palavras de Guimarães Rosa, no seu imortal "Grande Sertão, Veredas", talvez nos confortem diante desta insegurança, quando ele insistentemente afirma que "viver é perigoso!"

Mais do que expressar sentimentos ou poetizar a história, busco na mitologia grega o sentido do momento presente. Minha análise da crise de identidade e institucional pela qual passa a CPT, oscila entre a imagem dos seres mitológicos Sísifo e Fênix. Explico: Sísifo foi condenado a rolar eternamente, morro acima, uma grande pedra. A única recompensa de seu eterno esforço era o prazer de ver a pedra rolar morro abaixo. Por sua vez, Fênix, um grande pássaro, fazia sempre o seu ninho no pico mais alto do mundo. Mas, devido à proximidade, o sol sempre incendiava o mesmo. Como um eterno recomeço, Fênix ressurgia das cinzas para dar continuidade à sua missão.

As imagens destes dois seres da mitologia grega explicitam, um, a inutilidade da fadiga humana e o outro, a esperança do eterno recomeço. Diante da realidade de construção e fadiga, sonhamos que a CPT tenha o destino de Fênix, ressurgindo das cinzas para a esperança do novo. Novo que não se constrói sobre si mesma, mas junto com os sonhos e esperanças das lavradoras e lavradores e suas organizações e projetos.

Neste processo de recomeçar que nos ajude a certeza das palavras do poeta Quintana: "São os passos, são os passos que fazem os caminhos!" Caminhar é preciso, mas viver é perigoso!

(Sérgio Sauer)

LEIA

passarinhar

de Pedro Tierra
- Editado pela
Oficina de Comunicação/Go

"(...) Quero transparecer carinho por minha gente e seus delírios. Sem eles, o que sobra é uma vasta tristeza...

A indignação de algumas linhas denuncia que permaneço vivo e me consola.

(...) Pra consolar você pelo desatino de se achar com este livro em suas mãos, não desespere, pode até ser que dessas páginas lhe salte nos vazios do peito alguma imagem, lembrança, música, assombração que gratifique ou lhe roube o sono..."

(Pedro Tierra)

Pedidos:
Diretamente ao autor - fone: (062) 251 52 59
Oficina de Comunicação - fone/fax: (062) 241 96 26
Secretariado Nac. da CPT - fone: (062) 224 44 36 /Fax: (062) 225 49 67



PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.000 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224 4436 - FAX (062) 225 4967. Assinatura anual (12 exps.) O pagamento de assinatura pode ser feito através de Vale Postal ou Cheque Visado pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

☐ Normal..... CR$1.000,00 ☐ Para lavrador..... CR$500,00 ☐ Para o exterior..... US$15,00

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB, filiado à Right Livelihood e à Pax Christi International. Tem como objetivos:
I -Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II -Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
III -Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

Assine ou renove sua assinatura.

Nome:.....

Endereço:..... Exemplares:.....

Composição, Arte final e Impressão: Oficina de Comunicação, Goiânia - GO (062) 241-9626

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVII

setembro 1992
nº 104

Escravo tem um dono que se beneficia e uma sociedade que é conivente

No dia 23 de setembro de 1992, Pe. Ricardo Rezende entregou à Comissão de Direitos Humanos da OEA uma série de documentos que incriminam o governo brasileiro por sua responsabilidade no crescimento da escravidão no Brasil. Além de responsável pelo modelo econômico do superlucro de uns e a miséria da maioria sub-jugada, o governo pode ser criminalmente responsabilizado por não fiscalizar as relações de trabalho como estabelece a Constituição e os acordos internacionais que assinou e não cumpre.

Este dossier visa despertar a sociedade para que dê respaldo a essas denúncias internacionais e obrigue o governo a cumprir sua missão.

As definições jurídicas estão claras. Escravo não é só aquele que vive cercado de jagunços, sujeito a torturas físicas, como acontece mais no Norte do país. Escravo **é aquele que vive na sujeição.** A maior parte das vezes por causa de dívidas impagáveis que obrigam a um trabalho interminável e não remunerado. **Sujeição** é o elemento essencial para caracterizar o crime. A responsabilidade é da Polícia e da Justiça Federais, além do Ministério do Trabalho.

Para sindicatos, jornalistas, sociólogos e agentes de pastoral, está claro que a escravidão está crescendo no Brasil, em todas as regiões.

O governo está sendo obrigado a reconhecê-lo também. Mas quer tirar proveito. Mendiga dinheiro nos países ricos, com o argumento de que "precisamos de investimentos para poder modernizar as relações de trabalho". Os fatos mostram que, na situação brasileira, dinheiro não resolve: empresas modernas e até multinacionais se utilizam do trabalho escravo. As fazendas do Sul do Pará, as destilarias de álcool, as reflorestadoras e fabricantes de carvão são empresas modernas, subsidiadas, mas usam escravos para aumentar o lucro.

Outra desculpa é o conflito de competência entre Governo Federal e governos estaduais. Totalmente esfarrapada porque a lei é clara: casos de trabalho escravo são de competência federal, até porque envolvem, normalmente, a migração de trabalhadores entre vários estados.

O Presidente da República acaba de criar o Perfor, Grupo Interministerial para a Erradicação do Trabalho Forçado. **Tememos que seja uma manobra para responder às cobranças internacionais, adiando as soluções.** O que precisamos não é de grupos de estudo e reuniões em Brasília. O Forum de ONGs que se reúne com a Procuradoria da República e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana está cansado de reunir, fazer denúncias que depois não são apuradas. O que falta é a vontade política de levar as questões até o fim: **condenar os responsáveis e retirar-lhes a fonte da dominação - a terra escravizada aos privilegiados escravagistas.**

Até agora, o que os trabalhadores conseguiram foram alguns inquéritos policiais, poucas ações penais, algumas indenizações trabalhistas, nunca uma condenação por utilização de trabalho escravo. As parcas prisões de pistoleiros foram logo relaxadas. Há casos, como o da Destilaria Cachoeira, anualmente denunciada, onde o representante do Ministério do Trabalho descreve a situação, com todas as características



de trabalho escravo, mas conclui que ele não existe.

Para libertar os escravos: Não avise a imprensa logo, exija que a Polícia Federal faça o flagrante. Leve a imprensa junto. Se não conseguir isso, documente os fatos com depoimentos em cartório. Leve a denúncia ao Ministério Público. Exija que eles funcionem. Mantenha contato com as pessoas libertadas para que acompanhem os processos judiciais até o fim. Lute pela reforma agrária...

Goiânia, 23 de Setembro de 1992
Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra.

PASTORAL DA TERRA

Boletim da Comissão Pastoral da Terra - CPT
Ano XVII

setembro 1992
nº 104

Escravo tem um dono que se beneficia e uma sociedade que é conivente

No dia 23 de setembro de 1992, Pe. Ricardo Rezende entregou à Comissão de Direitos Humanos da OEA uma série de documentos que incriminam o governo brasileiro por sua responsabilidade no crescimento da escravidão no Brasil. Além de responsável pelo modelo econômico do superlucro de uns e a miséria da maioria sub-jugada, o governo pode ser criminalmente responsabilizado por não fiscalizar as relações de trabalho como estabelece a Constituição e os acordos internacionais que assinou e não cumpre.

Este dossier visa despertar a sociedade para que dê respaldo a essas denúncias internacionais e obrigue o governo a cumprir sua missão.

As definições jurídicas estão claras. Escravo não é só aquele que vive cercado de jagunços, sujeito a torturas físicas, como acontece mais no Norte do país. Escravo **é aquele que vive na sujeição.** A maior parte das vezes por causa de dívidas impagáveis que obrigam a um trabalho interminável e não remunerado. **Sujeição** é o elemento essencial para caracterizar o crime. A responsabilidade é da Polícia e da Justiça Federais, além do Ministério do Trabalho.

Para sindicatos, jornalistas, sociólogos e agentes de pastoral, está claro que a escravidão está crescendo no Brasil, em todas as regiões.

O governo está sendo obrigado a reconhecê-lo também. Mas quer tirar proveito. Mendiga dinheiro nos países ricos, com o argumento de que "precisamos de investimentos para poder modernizar as relações de trabalho". Os fatos mostram que, na situação brasileira, dinheiro não resolve: empresas modernas e até multinacionais se utilizam do trabalho escravo. As fazendas do Sul do Pará, as destilarias de álcool, as reflorestadoras e fabricantes de carvão são empresas modernas, subsidiadas, mas usam escravos para aumentar o lucro.

Outra desculpa é o conflito de competência entre Governo Federal e governos estaduais. Totalmente esfarrapada porque a lei é clara: casos de trabalho escravo são de competência federal, até porque envolvem, normalmente, a migração de trabalhadores entre vários estados.

O Presidente da República acaba de criar o Perfor, Grupo Interministerial para a Erradicação do Trabalho Forçado. **Tememos que seja uma manobra para responder às cobranças internacionais, adiando as soluções.** O que precisamos não é de grupos de estudo e reuniões em Brasília. O Forum de ONGs que se reúne com a Procuradoria da República e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana está cansado de reunir, fazer denúncias que depois não são apuradas. O que falta é a vontade política de levar as questões até o fim: **condenar os responsáveis e retirar-lhes a fonte da dominação - a terra escravizada aos privilegiados escravagistas.**

Até agora, o que os trabalhadores conseguiram foram alguns inquéritos policiais, poucas ações penais, algumas indenizações trabalhistas, nunca uma condenação por utilização de trabalho escravo. As parcas prisões de pistoleiros foram logo relaxadas. Há casos, como o da Destilaria Cachoeira, anualmente denunciada, onde o representante do Ministério do Trabalho descreve a situação, com todas as características



de trabalho escravo, mas conclui que ele não existe.

Para libertar os escravos: Não avise a imprensa logo, exija que a Polícia Federal faça o flagrante. Leve a imprensa junto. Se não conseguir isso, documente os fatos com depoimentos em cartório. Leve a denúncia ao Ministério Público. Exija que eles funcionem. Mantenha contato com as pessoas libertadas para que acompanhem os processos judiciais até o fim. Lute pela reforma agrária...

Goiânia, 23 de Setembro de 1992
Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra.

Prêmio da Áustria para CPT de Itabuna

A CPT de Itabuna, na Bahia, foi indicada para o Prêmio "Dom Oscar Romero", concedido anualmente pelo Movimento de Homens Católicos da Arquidiocese de Salzburg, Áustria, para pessoas ou grupos que se destacaram no trabalho pelos direitos humanos e solidariedade aos pobres.

Para receber o Prêmio, no valor de aproximadamente 9 mil dólares, a CPT de Itabuna indicou o Pe. João Schmith e a agente de pastoral Janira Jesus Sousa. Eles levam consigo farto material de denúncia sobre a situação dos trabalhadores rurais do Brasil. José Luís, membro da CPT declarou que este prêmio "vem reconhecer todo o trabalho da CPT no Brasil, que não é isolado, é articulado".

Anistia apela contra ameaça

A Anistia Internacional está divulgando um apelo urgente pela segurança de Luiz Francisco Fartas Moura ("Didi"), amigo do Pe. Josimo Tavares e que está sendo ameaçado de morte no Bico do Papagaio, onde reside. Sendo liderança naquela região encontra-se ameaçado "porque anda na mesma caminhada que Josimo andou antes de ser assassinado".



CARTAS

"(...) Queremos continuar assinando o **'Pastoral da Terra'**, por ser um meio de comunicação, ou melhor, de informação muito bom sobre a situação dos trabalhadores do campo: sem terra, posseiros, peões, pequenos proprietários, etc. E também por solidariedade e apoio a todo esse trabalho da CPT junto a esse povo, trabalho que achamos muito importante."

Mirene de Jesus - Com. das Irmãzinhas de Jesus de Fortaleza-CE

"(...) Estou enviando um cheque nominal para renovar minha assinatura. Nós, no nosso município estamos lutando para que, nas próximas eleições, possamos eleger pessoas comprometidas com os agricultores e os sem terra."

José Sebastião Cocharski - Bom Sossego, Irinópolis-SC

"(...) Esta publicação me é de muita valia. Utilizo-a, inclusive, nas aulas na PUC (...)"

Fábio Alves dos Santos - Belo Horizonte-MG

"Vimos por meio desta renovar a assinatura deste importantíssimo veículo de informação popular (...), pois a mesma é de muita utilidade em nosso trabalho pastoral."

Raimundo Nonato Rocha - Setor de Catequese, Coroatá-MA

RELAÇÃO DOS ASSASSINATOS NO CAMPO - BRASIL 1992

CPT/Setor de Documentação

N.	UF	Tipo	Nome davítima/idade	Data	Profissão	Cidade	Indícios de autoria/categ.
01	AL	TR	Manoel Tributino (M. Mago)	25/07	Tr. Rural	Ibateguara	Eudésio Lamenha, Fazend.
02	BA	TE	Etelvino Campos (Teté)	24/08	Posseiro	Vitória da Conq.	Eraldo Lacerda
03	MA	TE	José Jorge Andrade(Paraíba)	22/02	Posseiro	Imperatriz	Dois Pistoleiros
04	MA	TE	Pedro Araújo Teixeira	13/04	Dir. Sind.	São Mateus	Pistoleiros
05	MA	TE	Severo da Silva	19/05	Lavrador	Santa Luzia	Faz. Antônio Borges e pist.
06	MG	TE	Sônia,17	00/03	Posseira	Antônio Dias	
07	MG	TE	Secundino Soares Costa, 73	13/04	Peq. Prop.	Rio Pomba	Saturnino Salvino, peq. propr.
08	MS	TE	José Alves Vasconcelos, 39	11/06	Motorista	Amambai	Pistoleiros
09	PA	TE	Domingos Mendes Cardoso	04/01	Posseiro	S. João do Arag.	
10	PA	TE	João de Tal (João Doido)	04/01	Posseiro	S João do Arag.	
11	PA	TE	José Pereira da Silva	06/01	Posseiro	S. João do Arag.	
12	PA	TE	Francisco de Tal	19/01	Peão	S. João do Arag.	
13	PA	TE	Lourival C. Rodrigues,57	03/05	Posseiro	Barcarena	Faz. Sebastião Ramos Dias
14	PA	TR	Lízio de Souza Sertão	16/05	Posseiro	Xinguara	SD-PM Edson e ger. Milton
15	PB	TE	Eduardo Alves da Costa,63	30/01	Posseiro	Lagoa	José Francisco F. Lima
16	PB	TR	Severino Adelino de Sousa	05/06	Canavieiro	Alagoa Grande	José Roseno, vigia
17	PI	TE	Luis Araújo (Luisão),70	08/03	Posseiro	José de Freitas	Faz. Valter Folorindo
18	SE	TE	José Renilson dos Santos,32	27/07	Líder Pos.		Pistoleiros
19	TO	TE	Raimundo Ferreira Souza,40	10/02	Posseiro	Araguatins	Sebastião (empr. do Deca)

Organização e compromisso podem melhorar a vida do povo

Um dos grandes desafios que a pequena produção enfrenta hoje é a necessidade de se organizar para criar condições de sobrevivência diante das políticas agrícolas continuamente implantadas no Brasil, que privilegiam de forma nítida a grande produção para exportação. A história recente do país tem demonstrado que a pequena produção só encontrará saída se seus atores se organizarem e buscarem implementar ações conjuntas tanto ao nível da produção quanto da comercialização. Nesta edição do **"Pastoral da Terra"** estamos apresentando duas experiências concretas nas quais a organização e o compromisso de pequenos produtores têm levado a melhorias significativas em suas vidas.

Casa de farinha de Ladeirinhas

Há dez anos, o Incra assentou cerca de 60 famílias em uma região de terras bastante pobre do município de Jopoatã no estado do Sergipe. Esta iniciativa recebeu o nome de Projeto de Colonização Ladeirinhas A e tem sua história de luta pela sobrevivência e de permanência na terra. A despeito das dificuldades iniciais devido à falta de assistência dos órgãos governamentais, dificuldades de financiamento, falta de água boa até mesmo para beber, os trabalhadores da região conseguiram se organizar e criar alternativas que garantissem sua manutenção na terra.

A mandioca é um dos produtos básicos da agricultura no Sergipe e a produção de farinha de mandioca é uma das poucas possibilidades de gerar um excedente que possa se constituir em renda para os trabalhadores da região. Normalmente o trabalho de processamento da mandioca é feito contratando serviços de casas de farinha particulares e pagando-se uma taxa de 25% da farinha produzida.

No entanto, graças a um projeto governamental, 42 famílias de Ladeirinhas A formaram uma associação e conseguiram verba para construir e equipar sua própria Casa de Farinha. Existe uma diretoria, eleita pelos próprios associados, que administra a Casa, cobrando apenas 10% da produção de farinha em caso de sócios e 15% de não sócios. Quando foi montada, a Casa de Farinha estava equipada com um forno elétrico para torrar a farinha (na região há eletrificação rural), uma mesa manual de moagem da mandioca, uma prensa para escorrer a massa, além de cochos e outros vasilhames necessários a esta atividade. Graças ao nível de organização dos agricultores e ao bom trabalho administrativo que vem sendo realizado, a associação, com dois anos de trabalho, conseguiu dobrar a capacidade produtiva da Casa de Farinha adquirindo, com recursos próprios, mais um forno elétrico, mais uma prensa, uma mesa de moagem elétrica que substituiu a mesa manual e um triturador elétrico que permite aproveitar a parte da farinha que não passa pela peneira e que ficava desperdiçada anteriormente, além de ter aumentado a varanda que é utilizada para descascar a mandioca.

Hoje a Casa de Farinha de Ladeirinhas funciona praticamente a semana toda, dando emprego a dois funcionários permanentes, habitantes do Projeto, que organizam a utilização do maquinário segundo solicitação dos sócios. A associação consegue manter um fundo de caixa no banco que serve para a conservação do maquinário e da casa, bem como para novas aquisições. Os sócios se revesam na limpesa do local, sempre aos domingos com equipes previamente formadas. Além disso, a Casa de Farinha ainda é fonte de serviço para pessoas que recebem para descascar a mandioca, reforçando o orçamento familiar.

A primeira é a da "Casa de farinha de Ladeirinhas, a seguir; e à página 9, "o assentamento Pip-Nuk.





CPT - Amazonas-Roraima

O Amazonas e Roraima não são conhecidos como estados de conflitos de terra tipo grileiro versus posseiros. O grande desafio que a CPT - AM/RR está enfrentando é a implantação de grandes projetos. Basta lembrar os projetos de mineração instalados no município de Presidente Figueiredo através da Mineração Taboca e os garimpos na região de São Gabriel da Cachoeira, Maués e Roraima que desrespeitam o direito dos povos indígenas e provocam violentas consequências ecológicas e sociais. Ecológicas porque destroem a natureza e poluem os rios. Sociais, porque desestruturam sindicatos, associações e comunidades. Além disso queremos lembrar as barragens para hidrelétricas que inundaram milhares de quilômetros quadrados de floresta arrastando consigo a tragédia ecológica e social. É o caso da Hidrelétrica de Balbina, instalada no município de Presidente Figueiredo a cerca de 180 km de Manaus, que inundou em torno de 2.500 km² de floresta e grande parte do território indígena dos Waimiri-Atroari. As consequências dessa hidrelétrica à jusante foram de total poluição do rio Uatumã e a morte total dos peixes numa distância de aproximadamente 300 km. A Hidrelétrica de Balbina entrou em operação no mês de fevereiro. Passados 9 meses, a população que vive às margens do rio Uatumã não recebe nenhuma assistência por parte a Eletronorte e sequer do governo do Estado. São aproximadamente 300 famílias que estão vivendo numa situação de veradeira miséria, pois não existe o peixe que era fonte principal de sua alimentação, e não pode utilizar a água do rio para as necessiades domésticas básicas.

Diante desse problema somos impelidos a dar uma resposta. Exige de nós o investimento de recursos para mobilização desses trabalhadores a fim de que reivindiquem seus direitos e se articulem com outros trabalhadores para impedir a construção de futuras hidrelétricas projetadas para a região. Segundo o Plano Energético 2010 da Eletrobrás, estavam previstas em torno de 70 hidrelétricas para a Amazônia. Posteriormente se divulgou que seriam construídas apenas 35. Atualmente se fala que serão apenas





18 hirelétricas na Amazônia. Ninguém sabe de verdade o que está ocorrendo de fato para que haja estas mudanças no plano.

Outro desafio que tem nos ocupado sempre mais com presença e acompanhamento refere-se à questão da preservação do pescado. O Amazonas é riquíssimo em peixe. E o peixe se transformou em mercaoria que produz enormes lucros. Se no passado o peixe foi fonte de alimento dos ribeirinhos, hoje é mercadoria que desperta ganância de empresários e armadores. É o que vem ocorrendo nas Prelazias de Itacoatiara, Parintins, Tefé, Coari e São Paulo de Olivença. São os grandes armadores, dotados de imensos frigoríficos que invadem lagos e rios depredando a natureza com o fim único de usufruir fantásticos lucros, exportando o peixe para outras regiões do país. São, também, demasiadamente conhecidos os fatos em que os armadores chegaram a jogar fora no rio Amazonas, 20, 30 e 50 toneladas de peixe anualmente, só porque o preço do mercado não os satisfaz ou porque encontraram peixe de melhor qualidade e de melhor preço. É um veradeiro crime ecológico que ocorre todos os anos.

Os ribeirinhos amazonenses que são agricultores têm os rios e lagos a sua reserva de alimentos. De uns anos para cá esta reserva stá diminuindo ou desaparecendo em várias regiões, prejudicando profundamente os agricultores que dela dependem para o cultivo de suas lavouras. E af está o grande desafio que enfrentamos e consiste em unir o ribeirinho (agricultor) e o pescador artesanal na mesma proposta de luta que é a preservação das reservas pesqueiras. É bom esclarecer que o ribeirinho precisa do peixe como fonte de sua alimentação. O lago e o rio são sua dispensa. Já o pescador artesanal vê na pesca a fonte de renda familiar e também fonte de sua alimentação. O pescador profissional vive dessa profissão. Para o agricultor o peixe é apenas seu alimento. A tarefa nossa é unir as duas categorias para empunharem a bandeira da preservação. E nesse sentido já foram realizados seis encontros que pretendem levar estas categorias exploradas a se tornarem companheiros de luta e de preservação. Estes encontros estão tomando um rumo que ultrapassam as nossas previsões. A partir de uma proposta vinda das organizações indígenas do Amazonas estes encontros estão se tornando "Encontros dos Povos da Floresta" que devem congregar agricultores (ribeirinhos), indígenas, pescadores e seringueiros, a fim de que todas estas categorias assumam a preservação do pescado e a defesa da ecologia.

Vivemos diante de mais um desafio que é a depredação das florestas, praticadas pelas empresas madeireiras que exportam madeira beneficiada em forma de laminados ou madeira branca (madeira bruta do jeito que é extraída da floresta). São empresas que acumulam enormes lucros à custa dos agricultores que lhes vendem a madeira bruta e de mão de obra extremamente barata e violentada nas indústrias. Basta lembrar que nestas empresas a violência chega ao absurdo de não se indenizar acidentes de trabalho, por exemplo: gestantes que abortam por causa do trabalho pesado e as péssimas condições de trabalho; trabalhadores que perdem dedos, mãos, braços, ou ficam inutilizados para o resto da vida.

É importante lembrar que em muitas dessas empresas os trabalhadores que vivem na floresta cortando árvores são submetidos a um regime de escravidão, ficando totalmente dependentes dos patrões através do aviamento de mercadorias para subsistência. E af está uma questão que deve ser trabalhada em conjunta pela CPT e pela Comissão Pastoral Operária (CPO). Pois o trabalhador que está na floresta derrubando árvores e transportando para a indústria é considerado operário da empresa. E neste sentido a CPT está buscando uma articulação com a CPO para enfrentar a violência do Capital. Esta experiência se dá principalmente na Prelazia de Itacoatiara que dista 270 km de Manaus e na Prelazia de São Paulo de Olivença que fica na divisa do Brasil com a Colômbia.

A situação de vida dos agricultores do Amazonas e Roraima tem se deteriorado de maneira extrema nos últimos anos. Se, em 1985, um agricultor conseguia comprar um quilo de açúcar com um quilo de juta (fibra extraída de uma planta), hoje ele necessita em torno de 3 quilos de juta para comprar um quilo de açúcar. Isto significa que este gricultor terá que



trabalhar 3 vezes mais para conseguir suprir as mesmas necessiades familiares que tinha em 1985.

Por este exemplo podemos entender a que nível chegou a deterioração do poder aquisitivo do trabalhador rural amazonense. Esta é a inflação que o trabalhador sente na sua própria pele. Precisa trabalhar sempre mais horas a cada dia que passa para poder sobreviver. E aí vem a pergunta: Como exigir deste trabalhador que assuma despesas de cursos, encontros e assembléias, se ele não está conseguindo sobreviver através do seu trabalho? E mais. Os preços dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade, no interior, chegam a custar o dobro, o triplo ou mais do que na cidade de Manaus.

Diante desta situação somos forçados a depender de recursos externos que nos possibilitem reunir os agricultores para refletirem sua situação de extrema miséria a que são empurrados por força de uma política governamental desumana. Embora o governador do estado do Amazonas propague aos quatro ventos que está realizando uma das reformas agrárias mais eficientes do Brasil, através da distribuição de implementos agrícolas (enxadas, terçados, motoserras, casa de farinha, etc), na verdade está levando os agricultores amazonenses à falência pelo fato de não lhes garantir mercado e preço justo dos produtos, impedindo-lhes de terem uma vida digna e de permanecerem na terra.

A situação de concentração de terras se agrava cada vez mais. Os maiores latifúndios do Brasil estão instalados no Amazonas. A título de exemplo, citamos: MANASA (Madeireira Nacional S/A), que detém 4.202.109 hectares; A APLUB (Associação dos Profissionais Liberais da Universidade do Brasil), que detém 2.194.874 hectares na região do rio Juruá. Pelas informações que temos estas áreas de terra estão desativadas. São extraídas apenas madeiras para exportação. Semelhantes a estes latifúndios existem dezenas de outros que visam somente a retirada de madeira para exportação, ou a especulação.

Diante deste absurdo nos deparamos com milhares de agricultores que vivem em várzeas alagadiças, tendo anualmente destruídas as benfeitorias pela enchente, ou agricultores que não possuem sequer um palmo de terra própria para agasalhar suas famílias e produzir. Esta situação continua exigindo dos agricultores uma articulação sempre mais decisiva em vista da reforma agrária patrocinada por eles mesmos, a fim de que a terra seja lugar de trabalho, fonte de sustento e moradia.

A CPT-AM/RR, como serviço da Igreja Católica aos trabalhadores rurais é uma das organizações a quem eles têm recorrido permanentemente na busca de uma esperança para suas angústias e sofrimento. Atualmente o estado do Amazonas compreende 60 municípios. O Estado de Roraima é formado por 5 municípios. No Amazonas existem 40 sindicatos de trabalhadores rurais e em Roraima são 3 sindicatos. Embora existam as organizações próprias de trabalhadores rurais, são elas precárias quanto a lideranças preparadas, quanto a uma infra-estrutura para funcionamento e quanto a recursos financeiros.

Muitas lideranças sindicais estão despreparadas para a imensa tarefa que lhes é confiada. A maioria dos sindicatos não dispõe de recursos financeiros para subsidiar assessorias jurídicas e de manter pessoas liberadas para se dedicarem a tempo integral na formação sindical. No entanto, estão se realizando algumas experiências animadoras em que sindicalistas se dedicam à formação dos seus companheiros à medida que seus roçados são assumidos pelos companheiros da comunidade ou delegacia sindical.

Esta experiência não passa de uma fase embrionária. A grande maioria dos sindicatos, ou estão com as portas fechadas ou mantêm apenas um secretário executivo que dá plantão na sede. Os diretores do sindicato se dedicam às tarefas do roçado para poder sobreviver, e assim fica paralisada a luta sindical.

SINOPSE

CONJUNTURA POLÍTICA

Aprendendo democracia

1. <u>. Caminhos de traição política</u>

Por muitas razões, que não interessam agora, a maioria dos eleitores, depois de trinta anos sem eleição presidencial, elegeu Collor, vendo nele alguém que merecia a confiança para ser o presidente do país.

A prática de Color, desde suas viagens logo depois da eleição até os violentos e inconstitucionais programas de política econômica, foi despertando crescente desconfiança da população. E seus eleitores foram se sentindo cada dia mais em desconforto, cada vez mais envergonhados.

Foram muitas as denúncias de corrupção contra colaboradores, familiares e amigos do presidente. A dificuldade estava na produção de provas e no discurso populista e moralista do presidente que sempre garantia à opinião pública que estava atento e combatendo a corrupção e punindo todos os corruptos.

A coisa mudou de rumo com dois informantes privilegiados: Pedro, o irmão caçula do presidente, e Eriberto, o motorista da secretária do presidente. O primeiro abriu a porta, fez as acusações, deu as pistas dos crimes e dos criminosos. O segundo indicou os personagens concretos, suas ligações e os meios utilizados. Com isso, a CPI do Congresso nacional tomou fôlego e chegou a um relatório em que acusa o presidente de crimes de responsabilidade - crimes que atingem a condição de Collor ser presidente da República - e de crimes comuns, junto com uma série de crimes de amigos e colaboradores.

O país viveu, agora, o suspense do processo político do "impeachment" e espera o processo judicial contra Collor.

Como a população se comporta diante desta experiência política?

<u>2. Aprendendo democracia</u>

A primeira experiência foi a de espanto: será verdade tudo isso? Mesmo os que não tinham votado em Collor, e nele não confiavam, viveram um susto frente a realidade. E os que haviam sido iludidos, experimentaram uma profunda decepção, um começo de revolta. Nasceram iniciativas e decisões.

Primeira decisão: apoiar a CPI. Para que ela chegasse a revelar a verdade, indicar os responsáveis.

Segunda decisão: exigir diretamente, como cidadãos de um país democrata, a saída do presidente que traiu a confiança da maioria dos eleitores e usou o poder político em seu benefício e em favor de alguns amigos. Ele deve sair porque, em vez de presidente dos brasileiros, tornou-se presidente da "República de Alagoas" (não dos alagoanos!).

As mobilizações de rua, e especialmente as

dos jovens, são um fato político muito importante. Elas revelam de quem é o poder numa sociedade democrática: da sociedade. Todos os demais são "poderes constituídos", devendo funcionar dentro das normas aprovadas pela população. O Legislativo deve fazer leis que correspondam aos direitos da população, evitando privilégios e abusos de grupos. O Judiciário deve zelar pela aplicação justa das leis, garantindo democraticamente os direitos dos cidadãos. E o Executivo deve realizar o plano de governo apresentado e aprovado pela maioria da população, melhorando as condições de vida de todos os cidadãos.

Quando um desses poderes não age conforme seu dever, deve ser fiscalizado, corrigido ou trocado. No caso extremo do impedimento político - o "impeachment" - cabe aos poderes Legislativo e Judiciário realizar a tarefa, aplicando a vontade da população. As mobilizações de rua servem para demonstrar qual é a vontade da população e para garantir que ela seja respeitada.

Vivemos um momento muito rico de nossa história. Junto com a vergonha de ter governantes tão corruptos e falsos, estamos tendo a primeira possibilidade de sair democraticamente de uma crise institucional séria. Nossa tradição, em situações semelhantes, tem sido o golpe ou a tentativa de golpe, instituindo ou ditaduras ou governos dependentes das forças militares. Agora, em 1992, encontramos uma solução institucional. Mesmo sem grandes alternativas políticas pela frente, podemos fazer uma experiência importante. E a experiência poderá provocar reflexões que marcarão nosso futuro, fazendo-nos levar mais a sério as eleições de deputados e senadores; fazendo-nos pensar melhor na hora de escolher governantes; levando-nos a examinar com mais seriedade a experiência de partidos políticos; examinando com nova responsabilidade o poder judiciário.



Em resumo, poderemos repensar nossa responsabilidade política de cidadãos, baseando nossa democracia mais na sociedade do que no Estado, apostando no crescimento da democracia nas relações concretas da vida e na capacidade permanente de mobilização popular. E renovando-nos nas formas de manifestar nossa vontade, usando toda a criatividade que a conjuntura e a nossa cultura nos permitem. Esta foi a mensagem e a contribuição particular dos jovens que voltaram às ruas, não aceitaram manipulações e se constituíram, com sua alegria e irreverência, em novo componente de nossa experiência democrática.

CONJUNTURA ECLESIAL

América Latina - Igreja em revisão

Os Bispos Brasileiros que vão participar da Assembléia de Santo Domingo reuniram-se em Brasília no final de Agosto e propuseram como tema central: vida e esperança.

Desde a Assembléia realizada em Itaici, no mês de Maio, que os Bispos tinham um esboço de documento com propostas sobre 10 temas considerados mais importantes. Mas esperaram a publicação do "Documento de Trabalho" (ed. Loyola) para fazerem a síntese que servirá de guia para suas contribuições. Estão agora publicadas em "Das Diretrizes a Santo Domingo", no.48 da Coleção Documentos da CNBB, Edições Paulinas.

Além de discutir textos, os Bispos se preocuparam em discutir as atitudes que poderão levar a uma boa integração com todo o episcopado latinoamericano. Sendo o grupo brasileiro o mais numeroso, com língua e tradições diferentes, é importante que prevaleçam as atitudes de escuta, de diálogo, de acolher as contribuições dos outros.

Prevaleceu a idéia de que Santo Domingo deveria produzir, não uma grande síntese teológica, como poderia transparecer nos documentos preparatórios publicados pelo CELAM, mas um documento sintético, de linha e linguagem pastoral que possa animar a Igreja nos próximos anos.

Na situação atual do continente, **Vida e Esperança** poderiam ser as duas palavras chaves, como em Puebla foram comunhão e participação. Para a alimentar a esperança, de forma concreta, a campanha de D. Hélder - **Erradicar a Miséria** - poderia transformar-se numa convocatória firme a todo o continente, ao mundo.

Ao mesmo tempo em que critica e denuncia o sistema de morte, a Igreja deve promover a solidariedade em defesa da vida e dos pobres e apoiar alternativas sociais que partam deles e de seus movimentos.

Testemunhar Jesus Cristo na realidade de hoje exige destacar:

1. a urgência da dimensão missionária, indo ao encontro dos não praticantes, dos ambientes urbanos, do mundo das comunicações, com novos agentes

2. é preciso valorizar novos agentes - esta é a hora do leigo, da mulher e das comunidades.

3. Nova espiritualidade, sustento místico para as novas urgências do testemunho.

Inculturar a fé é o desafio proposto pelo tema da Assembléia. Abre caminho para a afirmação da diversidade das Igrejas locais e do rosto latinoamericano da Igreja. Desafio que apareceu muito forte e urgente no 8o. Intereclesial em Santa Maria, onde negros e índios tiveram presença marcante. Essa inculturação no diálogo com as culturas e as religiões deveria marcar uma ruptura forte com as atitudes de conquista.

Participantes brasileiros

Nove Bispos participam em virtude dos cargos que ocupam, trinta e nove foram eleitos e dois foram nomeados pelo Papa: Dom Bonifácio Piccinini e Dom Karl J. Romer. Entre os Bispos eleitos, um não foi aprovado pelo Santo Padre: Dom Cândido Padin, Bispo Emérito de Bauru, membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, responsável pelo acompanhamento dos leigos.

O Conselho Nacional de Leigos redigiu uma nota lamentando que o fato de ser emérito (a lei) tenha prevalescido sobre o valor pessoal de Dom Cândido, que tem longa experiência acumulada no acompanhamento de leigos. Por isso o CNL pergunta: "Como vamos ter a certeza que os leigos vão ser prioridade?".

Apelo por Brasiguaios

O Secretariado Nacional da CPT enviou aos juízes do Mato Grosso do Sul um veemente apelo visando sensibilizá-los para a dramática situação dos brasileiros que ti nham ido para o Paraguai em busca de condições de sobrevivência e agora voltam, encontrando aqui no país a fome, falta de terra, doenças, omissão e perseguição das autoridades. Eis a carta na íntegra:

CARTA ABERTA AOS SENHORES JUÍZES DE MATO GROSSO DO SUL

Senhores Juízes,

O Estado de Mato Grosso do Sul está nas manchetes dos jornais, por se revelar incapaz de resolver os problemas de terra. Há lavradores acampados há três anos, passando fome, querendo trabalhar, sustentar dignamente sua família. Há brasileiros fugindo do Paraguai, buscando refúgio em sua pátria, querem ser tratados como cidadãos, buscam um espaço para viver, mas não conseguem ser escutados. Há lavradores presos por, no desespero da fome, buscarem comida para seus filhos. Há muitas ordens de prisão para lavradores. Famílias que querem plantar estão sendo mandadas para a Amazônia, área de preservação ambiental, para a beira da Transamazônica, estrada da morte para milhares de pessoas arrancadas do sul há 20 anos atrás.

O INCRA diz que não "existe possibilidade legal de desapropriar terras em Mato Grosso do Sul". No entanto, esse Estado se caracteriza por uma vergonhosa concentração de terras, acima da média do Brasil, classificado mundialmente como um dos países com pior distribuição de renda e terra.

Senhores Juízes, quem foi o Juiz que impediu a única desapropriação de terra feita pelo Presidente da República? Um juiz de Mato Grosso do Sul, felizmente já afastado do cargo pelos ilícitos cometidos. Será que a interpretação desse juiz injusto vai fazer lei para o Brasil? Será que o exemplo dele deve ser seguido pelo estado, pelo executivo, pela polícia, pelo judiciário? Perseguir trabalhadores pobres é a missão dos poderes públicos?

Os senhores têm poderes que não usam para fazer justiça aos pobres. Podem libertar os presos. Podem olhar as crianças pobres dos acampamentos e obrigar o estado a alimentá-las. Podem desapropriar terras, se o executivo não o fizer, para atender o enorme problema social dos lavradores que estão sendo vítimas de um apartheid que não é legal neste país.

Não é este o momento de citar as leis que lhes dão esses poderes. Preferimos apelar para suas consciências. Não queremos aplicar aos senhores as palavras de Jesus Cristo: "Por fora pareceis justos, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e iniquidade... Dizeis: se estivéssemos vivos nos dias de nossos pais, não teríamos sido cúmplices no derramar o sangue dos profetas" (Mateus 23,28 e 30). Queremos lembrar que o povo do Brasil está nas ruas exigindo ética. E para impôr moral neste país, exige-se do poder judiciário um atitude altiva, soberana, capaz de olhar as necessidades do povo e interpretar a lei para a solução de seus problemas.

Esperamos que, no dia do Julgamento, o Senhor poderá dizer-lhes: "Tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me recolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visistastes, preso e viestes ver-me".

Goiânia, 16 de Setembro de 1992
Secretariado Nacional da CPT

NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

Centenário de Canudos

"Canudos não se rendeu! Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, caiu no dia 5 de Outubro de 1897, ao entardecer quando caíram todos os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram 4 apenas: um velho, dois homens e uma criança, na frente dos quais rugiam, raivosamente, cinco mil soldados".

(Euclides da Cunha, em "Os Sertões")

Antônio Vicente Mendes Maciel, cearense, peregrinou 20 anos pelo nordeste. Construiu barragens, açudes, capelas, cemitérios, conheceu o sofrimento do povo, rezou com ele diante da Imagem Sagrada do Bom Jesus, lançou as sementes da liberdade, tornou-se o Antônio Conselheiro do sertão.

Por volta de 1893 encontrou na região do Raso da Catarina, junto ao Rio Vasa-Barris, uma terra devoluta onde pouco a pouco se juntaram milhares de pobres, sem terra e sem futuro. Nasceu a comunidade de Belo Monte - Canudos. A grande construção era a Igreja. O resto eram simples barracas, onde o povo podia viver em liberdade, longe do chicote dos coronéis e da fome. A terra seca produziu. O povo se organizou, tendo por norma a sua necessidade e a lei de Deus, a exemplo das primeiras comunidades. Todos trabalhavam, decidiam o que fazer, repartiam, se sentiam gente.

Os coronéis não aguentaram essa felicidade dos pobres que desafiava seu poder. Inventaram mentiras, mobilizaram a polícia do Estado e o exército federal. Três expedições foram derrotadas. A última campanha durou um ano. Isolou a cidade, cortou todas as possibilidades de abastecimento, até que o povo morreu de esgotamento.

Antônio Conselheiro vive ainda no coração do povo sertanejo. Sua capacidade de criar vida numa região árida e pobre, continua alimentando a esperança de que um dia pobre terá vez no Nordeste.

Em 93 Canudos faz 100 anos. Uma data a comemorar. Diz Cláudio Perani: "O exemplo de Canudos serve para alimentar a coragem e a esperança. Pode sugerir caminhos concretos. Não se trata porém, de querer aplicá-lo à situação atual, muito diferente, complexa.

O maior ensinamento de Canudos é o da novidade. Canudos inovou: novas leis, novo poder, nova organização, nova distribuição de recursos... Aqui está o maior desafio para o povo do sertão: como encontrar caminhos novos, caminhos do povo, caminhos de libertação que respondam às exigências de hoje?"



Seminário com o alto comando da Polícia Militar

No dia 18 de Agosto passado estiveram reunidos em Curitiba, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra com o Alto Comando da Polícia Militar do Paraná para discutir a violência no campo e a urgência da Reforma Agrária. O Governador Roberto Requião, o qual tornou o seminário possível, abriu o encontro salientando a importância do diálogo aberto e sem preconceitos para viabilizar saídas não-violentas para as ocupações de terras no Estado e defendeu a necessidade de realização de Reforma Agrária.

O seminário contou, entre outras pessoas da CPT e MST do Estado, com a presença de João Pedro Stedile pelo MST, que falou sobre a urgência da Reforma Agrária e do papel do MST; Sérgio Sauer falou pela CPT sobre a violência no campo e os direitos humanos e Luiz Eduardo Greenhalg, vice prefeito de São Paulo, que falou sobre os aspectos jurídicos das ordens de despejos e possíveis saídas para a PM evitar os despejos e a violência.

O encontro se tornou possível e necessário diante do decreto de intervenção federal no Estado pelo Supremo Tribunal Federal - STF e da situação tensa provocada pelas reações violentas dos fazendeiros do Estado face àsúltimas ocupações. A intervenção federal é resuitado da postura do Governo do Paraná de não executar as ordens de despejo para reintegração de posse de áreas improdutivas, ocupadas por trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra (são 35 pedidos de intervenção federal no Estado, sendo que um já foi aprovado pelo STF).

A postura do governador do Paraná, Roberto Requião, de apoio à luta pela terra se deve, em primeiro lugar, ao desgaste político causado pela execução violenta de uma ordem de despejo, ano passado, na região de Londrina. O despejo resultou em 77 pessoas feridas. Em segundo lugar, é consequência da necessidade evidente, segundo o próprio governador, da realização da Reforma Agrária no país para amenizar os conflitos sociais decorrentes da concentração da terra. "Não queremos invasão de terra, mas queremos Reforma Agrária para solucionar os problemas que afligem os trabalhadores do campo". As palavras do próprio governador resumem a sua atual posição e justificam a sua atitude denão despejar as famílias de sem-terras que ocuparam áreas no Estado.



Limites de Requião

Os limites do posicionamento de Roberto Requião, apesar,de defender uma solução política para o problema social, estão no seu entendimento puramente econômico da Reforma Agrária e na recusa de executar as ordens de despejo apenas em áreas improdutivas. Afirmou categoricamente que não permitirá a anarquia no Estado que as ocupações em áreas produtivas, segundo ele, irão provocar. Apesar disso, a iniciativa do seminário com o Alto Comando da PM representa um marco histórico e terá repercussões na continuidade da luta pela terra e nas negociações com o Estado.

O seminário, que reuniu mais de 200 pessoas da PMPR e alguns comandantes de PMs de outros Estados, foi um espaço para discutir as reivindicações do MST e denunciar a realidade de violência do campo.

Saídas

O diálogo foi marcado pela preocupação da própria Polícia Militar para encontrar soluções não violentas e negociadas para as ordens judiciais de reintegração de posse. Os militares manifestaram o seu desejo de não usar a força e a violência, mas manifestaram também a sua impotência diante das decisões arbitrárias e conservadoras do Judiciário. Sentindo-se pressionados entre as ordens judiciais e a realidade de miséria que vive o povo do campo, os militares fizeram solicitações veementes para que Greenhalg indicasse possíveis "saídas" para o problema. Greenhalg demonstrou que muitas ordens de despejos são executadas através de liminares completamente irregulares. Estas irregularidades tornam-se saídas para a não execução das mesmas, evitando assim a expulsão da terra daquelas pessoas que dependem dela para sobreviver.

Tanto os representantes da luta pela terra como a PM constataram que o Judiciário precisa ser responsabilizado. Este tem favorecido o privilégio de poucos em detrimento do direito da maioria através de liminares e ordens de despejo completamente irregulares, ilegais e injustas, mas tem ficado "impune". O Judiciário não tem sido responsabilizado pela violência no campo, para a qual contribui diretamente com



liminares de despejo ilegais e injustas e pela situação de impunidade, na qual vivem os responsáveis pelos assassinatos e ameaças de morte de lavradores.

Além da preocupação em torno das ordens judiciais, a PM demonstrou preocupação pelo aumento assustador das milícias privadas e as ameaças públicas dos fazendeiros em todo o Estado, afirmando que derramarão sangue para defenderem suas propriedades. Apesar de constatar esta situação, a PM afirmou que tem dificuldades em combater esta prática, amparada pela lei. Constituir milícias privadas para proteger a propriedade é amparada pela lei a partir da concepção da intocabilidade da propriedade privada, mas o uso de milícias privadas para despejar famílias, segundo Greenhalg, é completamente ilegal.

O seminário com a PMPR ocorreu em preparação ao encontro dos comandantes da PM nacional, realizado em Curitiba, no dia seguinte. O diálogo subsidiou aelaboração de um documento com a posição da PMPR sobre a questão, apresentado no referido encontro. A postura da Polícia Militar do Paraná, inclusive reafirmando no final do encontro a necessidade de Reforma Agrária, teve uma boa repercussão nacional. Mas é preciso ter claro, em primeiro lugar, que uma mudança na direção política do Governo Estadual significará a volta da PM às suas diretrizes. Em segundo lugar, apesar da importância da iniciativa, esta postura política não é suficiente para resolver a questão da violência contra as trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Sérgio Sauer
Secretariado Nacional da CPT



7ª Romaria da Terra - SC

Aproximadamente 50 mil pessoas participaram da 7a. Romaria da Terra de Santa Catarina que aconteceu no dia 13 de setembro próximo passado, no município de Forquilhinha - Sul do estado (Diocese de Tubarão).

As Romarias da Terra acontecem em Santa Catarina desde 1986, quando foi realizada a primeira em Taquaruçu (Cidade Santa do Contestado), município de Friburgo.

A Romaria deste ano teve como tema "Ecologia e Libertação da Terra". O lema foi "Quem rouba e fere a terra, rouba e fere os filhos da terra", extraído da Carta do Cacique Seattle ao então presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce, em 1855.

O início da Romaria foi no centro da cidade, por volta das 8 horas da manhã. Após a abertura, os romeiros seguiram em caminhada para o local da concentração, que fica a cercca de dois quilômetros da cidade e que é conhecido na região como "Hípica".

Uma peça de teatro, preparada por artistas populares de Criciúma (SC) mostrou a questão da Ecologia e dos 500 Anos de Evangelizaçãao. Foram apresentadas ainda as situações de exploraçãao e marginalização dos índios, negros, mineiros, etc.

À tarde, no Show Popular, váraios artistas do povo se expressaram através do canto, poesia e teatro.

Após o Show Popular foi celebrada a Missa de Encerramento, com a participação de vários bispos - entre eles Dom José Gomes; Dom Oneres Marchiori; Dom Luís Colussi; o Arcebispo Dom Eusébio Scheid e como convidado especial Dom Orlando Dotti, de Vacaria (RS), que proferiu a homilia.

Grande parte dos romeiros portavam fitas de protesto contra o governo Collor.

PRODUÇÃO E MEIO AMBIENTE

O assentamento Pip-Nuk

Em julho de 1987, após 9 meses de acampamento, 50 famílias de sem terra foram assentadas em uma área de 775 ha, no município de Nova Venécia - ES. Os assentados, em homenagem a um povo indígena que há muito tempo habitou a região, resolveram chamar o assentamento de Pip-Nuk.

Segundo o editorial de 24/07/92 de "A Gazeta", um dos principais jornais do Espírito Santo, nos cinco anos de existência de Pip-Nuk, o assentamento transformou uma terra que antes era praticamente toda improdutiva, "numa grande fazenda produtiva. Nele as lonas de plástico foram substituídas por habitações de alvenaria, há escolas, energia elétrica, armazém comunitário, máquinas agrícolas e um caminhão para o transporte de produtos cultivados pelos moradores".

Atualmente, em Pip-Nuk, estão plantados 30 ha. de milho, 20ha. de arroz, 5.000 pés de pimenta-do-reino, 15 ha. de feijão, 40 ha. de mandioca, 5.000 árvores frutíferas e 120.000 pés de café, com uma produção estimada em 8.000 sacas de café. Além disso, os assentados possuem 120 cabeças de gado bovino, 500 porcos e 3.000 galinhas. Para garantir o trabalho na agricultura e o beneficiamento da produção, os assentados mantém um caminhão, dois tratores, uma máquina de pilar arroz, uma farinheira, um triturador de fubá, um conjunto de irrigação, cinco represas. O projeto é servido por rede de energia elétrica, rede de estradás vicinais em todo o assentamento, escola de primeira fase, uma mercearia administrada pelos próprios moradores e dois armazéns de cilagem.



Toda esta estrutura e produção foi conseguida graças a uma política de organização caracterizada pelo respeito às características pessoais de cada assentado. Desta forma, Pip-Nuk consegue combinar o trabalho coletivo e individual, sendo que quinze famílias preferiram se dedicar somente ao trabalho individual e são respeitadas em sua decisão e as demais formam uma associação na qual cada família detém 5 ha. de terra para o trabalho individual (realizado nas segunda e terça feiras e sábado) e a outra parte da terra é trabalhada coletivamente (nas quarta, quinta e sexta feiras). No trabalho coletivo, os jovens também recebem pelo que produzem, decisão que foi tomada pelos moradores para garantir a permanência dos jovens na terra com certa autonomia financeira.

Mais recentemente, devido às exigências do processo de comercialização e para que possam também alugar o maquinário existente no assentamento, quando não estiverem sendo utilizados pelos moradores, aumentando as fontes de recursos, os assentados resolveram criar uma cooperativa, dando um passo a mais em sua organização. A cooperativa substituirá à associação e seus limites institucionais.

É importante ressaltar ainda que a população de Nova Venécia e os pequenos e médios produtores locais, que a princípio viam o assentamento com certa desconfiança, hoje passaram a respeitar profundamente seus habitantes, pois estes conseguiram demonstrar sua capacidade de organização e conseguiram abrir espaço para atuações conjuntas com a população da região em função de interesses maiores da coletividade. Tudo isto, sem abrir mão da combatividade e do engajamento na luta pela transformação geral da sociedade.

Estas experiências comprovam que a organização dos trabalhadores e o compromisso com relação à coletividade, podem ser fonte de melhorias para a vida de todos, além de sinalizar para alternativas concretas no campo da produção, onde se combina o trabalho individual e o coletivo.

500 Anos, recomeço e invenção

Xerente, xavante
Povos da Amazônia
Cultura e resistência
Revolta, que seja!
Silêncio em grito de dor
Torrentes de sangue nativo.

500 anos
Na terra Ameríndia
Sopro e genocídio
Na cruz e na espada
Fundidas na invasão
Do continente liberdade.





E o rio impossível do tempo
Recolhe cavacos e folhas
Corpos varados a fogo
Brilho fusco de estrelas
Na noite escura
Que forja lenda e sol...



Cinza de aldeias
No meio da mata
Vida e desafio
Mistério suspenso
No chiar do vento
Sobre as cercas caídas.

Recomeço e invenção
O resto é brasa incandescente
E visão esplêndida
De minúsculos rastros
Entre os passos largos
Na areia da história...

Jelson de Oliveira - Uberaba - MG

Canção do exílio às avessas

Minha Dinda tem cascatas
Onde canta o curió
Não permita Deus que eu tenha
De voltar pra Maceió.
Minha Dinda tem coqueiros
Da Ilha de Marajó
As aves que aqui gorjeiam,
Não fazem cocoricó.

O meu céu tem mais estrelas
Minha várzea tem mais cores.
Este bosque reduzido
Deve ter custado horrores.
E depois de tanta planta,
Orquídea, fruta e cipó,
Não permita Deus que eu tenha
De voltar pra Maceió.

Minha Dinda tem piscina.
Heliporto e um jardim
Feito pela Brasil Gardem:
Não foram pagos por mim.
Em cismar sozinho à noite
sem gravata e paletó
Olho aquelas cataratas
Onde canta o curió.

No meio daquelas plantas
Eu jamais me sinto só.
Não permita Deus que eu tenha
De voltar pra Maceió.
Pois no meu Jardim tem lagos
Onde canta o curió.
As aves que lá gorjeiam
São tão pobres que dão dó.

Minha Dinda tem primores
De floresta tropical.
Tudo ali foi transplantado,
Nem parece natural.
Olha a jabuticabeira
Dos tempos de minha avó.
Não permita Deus que eu tenha
De voltar pra Maceió.

Até os lagos das carpas
São de água mineral.
Da janela do meu quarto
Redescubro o Pantanal.
Também adoro as palmeiras
Onde canta o curió.
Não permita Deus que eu tenha
De voltar pra Maceió.



Finalmente, aqui na Dinda,
Sou tratado a pão de ló.
Só faltava envolver tudo
Numa nuvem de ouro em pó.
E depois de ser cuidado
Pelo PC, com xodó,
Não permita Deus que eu tenha
De acabar no xilindró.

Transcrito de *Jô Soares*, Revista "Veja", 16/09/92

IMPRESSO

PASTORAL DA TERRA

Uma publicação do Secretariado da CPT, Caixa Postal 749 - CEP 74.001-970 - Goiânia - Goiás - Fone (062) 224-4436 - Fax (062) 225-6749
Assinatura anual de janeiro a dezembro
Normal. . . . . Cr$ 15.000,00
Para Lavrador. . . . . Cr$ 10.000,00
Para o exterior. . . . . US$ 15,00

O pagamento de assinatura pode ser feito através de VALE POSTAL ou CHEQUE VISADO pagável em Goiânia em nome da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.
A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 da CNBB, filiado a Righ Livelihood e a Pax Christi Internacional. Tem como objetivos:
I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimentos do seu direito à diferença.
III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.
Assine ou renove sua assinatura
Nome: . . . . .
Endereço. . . . . Exemplares . . . . .

COLUNA DO LEITOR

Oração dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Leda Ulysséa

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil,
aqui estamos nós, teus filhos
esquecidos pelos outros, mas não por ti, Mãe Santíssima!
Ouve o nosso pedido e atende com a sabedoria
que te transmite o Espírito Santo,
pois é diferente a justiça de Deus
da que é ditada pelos interesses particulares de cada um!
O que desejamos, e a ti pedimos que nos ajude,
é simplesmente podermos trabalhar
naquilo que sabemos, e estamos habituados a fazer!
Queremos terra, queremos fazer
nascer a vida e o nosso alimento,
no bem que Deus destinou a toda a Criação,
a todos os homens, mulheres e crianças!
Só ocupamos o espaço que já nos pertence,
como membros da grande coleção de homens,
os teus filhos, pobres ou ricos!
Ele nos pertence pela lei de Deus,
que, quando criou a Terra, os rios e os oceanos,
criou também a mulher e o homem,
e nos nomeou senhores da natureza,
para delas tirarmos o sustento
e a própriaa continuidade da vida!
Arrefece a raiva e o ressentimento
dos que conservam a terra para outras intenções,
o lucro, o poder, a transmissão da riqueza,
em prejuízo dos que verdadeiramente trabalham,
entram em comunhão com o solo
e dão à natureza o significado de produção humana,
como mandou o Criador!
Nossa Senhora Aparecida, mãe de todos os brasileiros,
propicia-nos a Terra, tem pena de nós,
teus filhos pobres e sem outra profissão,
que seríamos sem esperança não fosse a tua misericórdia,
na qual confiamos, nossa divina intercessora!
Socorre-nos, Mãe dos Brasileiros, cuida das nossas vidas, Amém!



A PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM TODOS OS MOMENTOS DA LUTA É SINAL DE FORÇA, CORAGEM, COMPANHEIRISMO, GARANTIA DE HUMANIZAÇÃO DA CAMINHADA. NA ROMARIA EXIBE SUA CRIATIVIDADE E BELEZA ATRAVÉS DA DANÇA.



CAÇA-PALAVRAS

Descubra os locais onde ocorreram as oito Romarias da Terra.

P	C	M	M	U	T	I	R	A	O	D	A
E	A	A	E	C	L	S	P	D	S	L	C
D	R	B	M	A	O	O	E	E	I	R	O
R	A	C	W	P	S	L	D	X	F	Q	N
A	P	O	M	I	O	D	R	J	J	X	Q
F	E	X	V	V	U	A	A	K	B	I	U
U	B	G	H	A	K	M	L	T	T	B	I
R	U	W	Z	R	X	A	I	E	I	T	S
A	S	Q	S	I	O	N	Z	A	G	U	T
D	R	Z	Q	P	W	H	A	N	J	R	A
A	M	U	T	I	R	A	O	P	A	Z	E

ANO II - MAR / ABR / 1996

GRITO da TERRA!!!

CPT

ÓRGÃO INFORMATIVO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - RJ

EDIÇÃO ESPECIAL DA ROMARIA DA TERRA



O SONHO DA TERRA LIBERTADA!
REALIDADE JÁ CONQUISTADA
POR MUITOS!

História das Romarias da Terra anteriores
Pág. 02

Local e Data da 9ª Romaria da Terra
Pág. 03

EDITORIAL

A Reforma Agrária vem sendo objetivo perseguido pela sociedade brasileira desde o século passado, a fim de que se faça justiça no campo, concedendo terra aos camponeses, e proporcionando uma nova redistribuição de renda. Ela, tão fundamental que é, foi e será sempre ponto de pauta de todas as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade. Foi também ponto de pauta de vários governos, porém nunca foi implementada, por razões políticas e corporativas das classes dominantes que sempre estiveram no poder.

Embora destaque em vários setores da sociedade, a conquista da terra só tem acontecido de fato pela união e luta dos trabalhadores que reforçados pela fé reivindicam o direito de cidadania e dignidade humana. Nesse contexto, a Romaria da Terra tem sido um espaço celebrativo onde o povo expressa suas vitórias, denunciam as injustiças, reafirmam suas esperanças. Campo e cidade articulam novas saídas organizativas e de debates sobre temas desafiadores do momento.

Neste ano vamos realizar a nossa 9ª Romaria da Terra, que vai ser na fazenda Casas Atlas (Eldorado), em Seropédica, um lugar onde os trabalhadores rurais sem terra ocuparam, enfrentaram a fúria e a impunidade dos grileiros, mas conquistaram o direito de morar e plantar na terra. A vitória dessas famílias é também a vitória de todos aqueles que acreditam na realização do Projeto de Deus.

A ROMARIA DA TERRA NO ESTADO

Vivemos numa continua Romaria em busca de uma vida melhor, mais digna, e nessa caminhada temos a certeza que Deus caminha com a gente, o que faz com que criemos novas forças para continuar nossa vida sem desanimar.

A Romaria da Terra é um momento forte de celebração dentro dessa caminhada, onde participam trabalhadores(as) do campo e da cidade, e de todos os credos.



A Romaria da Terra é um espaço motivador, onde se produzem novos elementos que enriquecem a espiritualidade e omístico da luta pela terra. É uma ação profética na medida em que neste ambiente celebrativo, podemos ouvir as denúncia e as vitórias do povo sofredor.

A 1ª Romaria da Terra aconteceu no ano de 1986, em Pedra Lisa, município de Nova Iguaçu. Teve como lema "Terra é Vida". Em Pedra Lisa começaram as lutas coletivas pela conquista da terra no estado, mais de 100 famílias despejadas. Enfrentaram porém o despejo e conquistaram o seu chão, onde moram e produzem.

A 2ª Romaria da Terra foi em 1987, no Mutirão da Paz – Pinheiral, município de Pirai. Teve como lema "Terra: Direito do Trabalhador, Lei de Deus". Área de ocupação reclamada pelo Ministério da Agricultura e por um grileiro. Ocorreram ameaças de morte, gado invadindo as lavouras e outros tipos de violência. As 40 famílias resistiram, moram na área e tornaram a terra produtiva.

A 3ª Romaria da Terra aconteceu em 1988, no Mutirão Sol da Manhã – Jardim Maracanã, município de Itaguaí. O lema foi "Da Terra Escrava Brota um Clamor de Justiça", área pertencente à União, vendidas irregularmente por uma imobiliária, posteriormente desapropriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 500 hectares continuaram abandonados e não houve assentamento, até que 72 famílias sem terra decidiram ocupar esse latifúndio improdutivo, e a transformaram numa área cultivada; construíram estradas, escola e centro comunitário.

A 4ª Romaria da Terra se deu m 1989, em Pedra Furada – Pirapetinga, no estado de Minas Gerais. Teve como lema "Barragens sem Justiça: Deus não Quer, a Gente Barra!". Pedra Furada é uma das comunidades diretamente atingida pelas barragens. Sua população em processo de organização foi o local escolhido para denunciar a ação da empresa do governo federal FURNAS, responsável pelas obras que ameaçam mais de 5.000 pessoas, na maioria agricultores ameaçados de perderem sua terras e a moradia, em conseqüência da construção de três barragens projetadas para o rio Paraíba do Sul: Sapucaia, Simplício e Itaocara. Essas barragens inundariam 112 quilômetros quadrados.

A 5ª Romaria da Terra foi em 1991, no Mutirão da Conquista, município de Valença. O lema era "Terra Repartida, Justiça no Trabalho". Área totalmente improdutiva foi ocupada por 85 famílias que, após passarem pela aflição da tentativa de despejo pela polícia, que tentou retirá-lo a força, resistiram e permaneceram, e com o apoio das comunidades, conquistaram a terra. Organizados em associação, cultivam suas terras, homens, mulheres e crianças que enfrentaram com muita força e muita fé a luta contra o latifúndio improdutivo.

A 6ª Romaria da Terra ocorreu em 1992, em Capivari – Xerém, município d Duque de Caxias. O lema escolhido foi "Terra Viva: Produzir para Ficar". A fazenda Capivari foi desapropriada pelo governo, após a expulsão por divera vezes das famílias que ocupavam a área, mesmo desapropriada as famílias ocupantes passaram por várias tentativas de despejos, todas porém sem sucesso, graças a resistência e coragem de enfrentar a polícia, oficiais de justiça e fazendeiros. Por inúmeras vezes se recusaram a abandonar a terra que viviam e que dela se alimentavam, conquistaram finalmente o direito de permancer e produzir com tranqüilidade.

a 7ª Romaria da Terra foi no ano de 1993. O local foi Carapebus, então município de Macaé. O lema era "Pai, Ouvi o Clamor dos Assalariados do Campo". Região com grande número de assalariados no campo, principalmente no trabalho das usinas de produção de açúcar e álcool, responsáveis pela trágica situação de semi-escravidão e escravidão em que são submetidos homens, mulheres e crianças. Infelizmente essa situação não ocorre apenas na região norte do estado, é a realidade do assalariado de todo o estado do Rio de Janeiro, são vários os casos de denúncias confirmadas.

A 8ª Romaria da Terra aconteceu em 1994, e foi em Campo Alegre, município de Queimados. O lema "Terra é Vida e Amor, Justiça para o Povo Lutador". A ocupação de Campo Alegre se deu em 1984, portanto no ano da Romaria completavam 10 anos de luta e resistência, conquistaram o direito de permanecer e cultivar a terra, antes entregues ao abandono e ganância de uns poucos. Hoje lutam como a maioria dos assentamentos pela regularização das terras conquistadas, financiamento para poderem produzir, infra-estrutura e outros direitos.

A 9ª Romaria da Terra aconteceu em 1996. Aconteceu? Ah, sim, tem razão... ainda vai acontecer no dia 28 de julho próximo, mas isso é outra história cujo capítulo se encontra na próxima página. Confira!

expediente

CPT - Comissão Pastoral da Terra
Regional Rio de Janeiro
Cx. Postal 1.243 - CEP 20001
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 221-4109

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Sérgio Lima - DRT/RJ 17668
EDITORA CHEFE
Vanderléa Tavares (Estagiária)
COMPOSIÇÃO: Stand Art (242-7570 - 232-3061)
TIRAGEM: 1.000 exemplares
IMPRESSÃO: Tipológica Comunicação

Começam os preparativos para a 9ª ROMARIA DA TERRA

Imagens da Terra



Local onde acontecerá a 9ª Romaria da Terra, início da ocupação pelas famílias que lá hoje vivem e trabalham

Imagens da Terra



Primeira colheita do Mutirão Eldorado – Local que vai receber a Romaria deste ano

A 9ª Romaria da Terra vai ser realizada no assentamento Eldorado em Seropédica – Itaguaí, no dia 28 de julho (próximo ao Dia do Trabalhador Rural).

Com o objetivo de animar e celebrar a luta pela terra, a realização da Romaria pretende ser um momento marcante na vida do trabalhador, quando a questão da terra está em evidência nos Meios de Comunicação. Para os agricultores não basta falar da terra, mas sim pôr em prática um projeto de Reforma Agrária que garanta uma vida com dignidade.

O assentamento que vai receber a Romaria este ano foi ocupado em 91. No final do mesmo ano os posseiros sofreram um atentado, ferindo várias pessoas. O autor do atentado foi preso, mas absolvido pela Justiça.

As 68 famílias do assentamento plantam feijão, batata, aipim, entre outros, que são comercializado no CEASA e na feira da UFRJ

A Preparação

Foi criado um Fórum Estadual com representantes das comissões (liturgia, infra-estrutura, divulgação, saúde, subsídio, finanças), onde participam trabalhadores, entidades e representantes das comunidades. Esse fórum se reúne uma vez por mês para encaminhar as discussões feitas nas diversas comunidades. Os representantes colherão sugestões de tema, lema e desenho para serem escolhidos na próxima reunião no dia 15 de março. A equipe de divulgação espera que até 15 de abril os cartazes estejam prontos para a distribuição.

As datas

O fórum se reúne no IBRADES, em Botafogo, situado à Rua Bambina, 112, Rio de Janeiro, nos dias 15 de março, 19 de abril, 14 de maio e 12 de julho.

"A liberdade da Terra não é assunto de lavradores. A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos se alimentam dos frutos da Terra."

DIVULGUE A ROMARIA! DÊ SUGESTÕES, SE COMUNIQUE, PROCURE O REPRESENTANTE DA ROMARIA NA SUA COMUNIDADE!

ANO XVI - Nº 193
AGOSTO - 2001

IMPRESSO

Pelejando

JORNAL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT / MG

6ª Romaria das Àguas e da Terra



19 de Agosto de 2001
Salinas-Norte de Minas

Documento Água
I Congresso Nacional da CPT
Pág. 06

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais celebram o seu dia com muita luta
Pág. 04

Encontro da Rede de Advogados Populares 04 à 05 de agosto
Pág. 04

"...O sertão é o nervo e o osso do Brasil. Não podemos nos esquecer que do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do rio da unidade nacional, o São Francisco. È a esse eixo o Brasil tem que voltar de vez em quando se não quiser se esquecer de que é Brasil..."

Ariano Suassuna

Minas por um outro mundo
29, 30 e 31 de agosto de 2001
Preparação para o Fórum Social Mundial 2002



Pág. 03



Foto: Comunidades do vale do Mucuri discutem sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Rural

OPINIÃO

Porque Salinas

A região Norte de Minas Gerais é uma das mais pobres do estado.Compreende a chamada área mineira da SUDENE, com 120.701 Km², e está incluída no Polígono das Secas, região marcada pela escassez de chuvas. Nos últimos 30 anos a região vem sendo alvo de um processo de transformação estrutural caracterizada pela concentração da terra e degradação ambiental que acarreta a seca de nascentes de córregos e o comprometimento de várias safras agrícolas.Os grandes projetos agropecuários implantados na região não responderam às necessidades dos pequenos agricultores; ao invés disso, têm provocado a expulsão do homem do campo, a desestabilização econômica dos pequenos produtores e, conseqüentemente, a migração de adultos e jovens e o inchamento das cidades maiores.

Na região do Alto Jequitinhonha, onde está Salinas, a realidade não é diferente. A implantação de barragens, a monocultura de eucalipto e os projetos de irrigação trouxeram o desmatamento desordenado, a devastação do meio ambiente, a utilização intensiva de agrotóxico, a extinção de alguns rios e a poluição de outros, como o Rio Salinas, que hoje é um esgoto.

Todos estes fatores agravam a situação dos homens e das mulheres que sempre viveram do trabalho na terra, além de beneficiarem empresas, bancos e grandes fazendeiros. Os exemplos mais recentes desta realidade são a Barragem de Irapé, no Rio Jequitinhonha, e a Barragem de Berizal, no Rio Pardo, que devem expulsar cerca de 7.000 trabalhadores e trabalhadoras de suas propriedades.

Felizmente, em meio a esta problemática também florescem sinais de esperança. Pessoas se organizam em partidos populares, sindicatos, movimentos, associações e comunidades. Lideranças lutam por igualdade, reforma agrária, moradia digna, emprego, saúde, educação, justiça... Cidadãos e cidadãs se empenham na preservação e no resgate da cultura dos índios Maxacalis e Xacriabás, em Itacarambi e Teófilo Otoni, e dos remanescentes de quilombos, em São João da Ponte. Cristãos e cristãs, à luz da Palavra de Deus, abraçam a missão por Jesus Cristo. Enfim, muita gente se assume Povo de Deus e defende a vida, a plena realização dos direitos humanos e a vivência da fraternidade.

Pelejando

Publicação da Pastoral da Terra de Minas Gerais - CPT/MG

Redação, Secretaria e Administração:
Rua Minduri, 285
Bairro Santa Inês
Belo Horizonte / MG
CEP 31080-270
Fone: (031) 3486-3705
Fax: (031) 3486-0939
cptmg@inet.com.br

Conselho Editorial:
Marcilene Aparecida Ferreira (CPT - MG)
José Romário Rodrigues (CPT - Vale do Mucuri)
José Jamir Chaves (CPT - Centro-Oeste)
Apoio: Lair Mattar (CPT-BH)

Edição:
marcicpt@mail.inet.com.br

Impressão:
Gráfica Fumarc
Tiragem: 2.000 exemplares

Romaria das Águas e da Terra

19 de agosto de 2001

Salinas-Norte de Minas



Momentos importantes

05:00-Alvorada e chegada dos romeiros
07:00 - Animação dos Romeiros
08:00 - Abertura da Romaria
08:30 - Início da caminhada com a Cruz e o São Francisco
09:15 - 1ª parada - Terra
10:15 - 2ª parada - Água (Barragens e privatização)
10:45 - Fincamento da Cruz da Romaria
- Trabalho Escravo e Grandes Projetos
11:30 - 3ª Parada - Agricultura Familiar
12:00 - Concentração na Pça. João Cardoso e Almoço/partilha
13:30 - Grito da Romaria
15:00 - Continuidade da Celebração
17:00 - Encerramento

Missões: 12 a 18 de agosto

Os missionários da 6º Romaria irão para as comunidades rurais e cidades vizinhas, levantar a situação local e discutir com a sociedade os temas do Tríduo: 1º A vida brotou das águas; 2º Sem a terra não há vida; 3º Povo de Deus em caminhada por terra e água.

Serão fonte de inspiração desta jornada os Documentos Terra, Água e Direito aprovados no I Congresso da CPT.

Denunciarão:

-A brutal desigualdade social, que se agrava no país enquanto o governo se submete aos grandes grupos do capital e às exigências do FMI e Banco Mundial;
- A crescente e inaceitável proteção ao latifúndio, garantida por medidas do Governo FHC, que governa de costas para o povo e nega , na prática, fazer a Reforma Agrária; hipocritamente o governo federal se auto promove, através de medidas compensatórias ilusórias, como Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário, " terra pelo correio" e se torna insuportável quando reprime e criminaliza as organizações dos trabalhadores e suas lideranças. E impede , de forma autoritária e inconstitucional, a desapropriação de áreas ocupadas, mesmo griladas, improdutivas e agressivamente imensas.
-Privatização das águas, os trasngênicos e outros.

PROSA BOA

com o leitor

CEDEFES

Caros amigos da CPT-MG

Estamos cumprimentando os companheiros pelo dia de hoje, 25 de julho, Dia do Trabalhador Rural e pela sua permanente luta e incansável luta em defesa dos direitos desta categoria social das mais sofridas do Brasil.

Na oportunidade, nós, do CEDEFES, reafirmamos nosso apoio, solidariedade, divulgação e mobilização a favor das causas da reforma agrária, da agricultura familiar, do desenvolvimento rural sustentável, da educação do campo e de todas as lutas dos homens, das mulheres e dos jovens do campo, no Brasil e neste nosso estado de Minas Gerais.

Recebam o abraço de todos nós.

Equipe Executiva Diretoria e Sócios do CEDEFES

Urgente

Marilene, mãe de três filhos, acampada na Fazenda Sacramento, Pingo D'Água- MG, há mais de dois anos, está enternada no hospital Vital Brasil em Timóteo-MG, com anemia profunda e infecção na medula óssea,o que lhe causou paralisia parcial. Solicitamos a solidariedade de todos para ajudá-la a pagar os exames e remédios necessários. Liguem para CPT Vale do Aço - (31) 3861-2436 ou para CPT/MG.

Editorial

Os assuntos nesta edição, do Jornal Pelejando, estão voltados para a ação dos missionários na preparação da 6º Romaria das águas e da Terra.

Em contraposição à impunidade no campo, que continua a fazer novas vítimas (assassinatos de uma família de agricultores em Marabá no Pará), reforçamos os espaços para se fazer ouvir o Grito dos Excluídos e discutir alternativas como no Fórum Social Mineiro.

E ainda parabenizamos o esforço contínuodos homens e mulheres do campo que em seu dia, 25 de julho, ocuparam terras em todo o país.

É momento de globalizar a solidariedade.

7º Grito dos Excluídos

"POR AMOR A ESSA PÁTRIA, BRASIL."

Na construção do 7º Grito dos Excluídos, conforme a 2ª Semana Social Brasileira nos ensinou, precisamos construir juntos um novo projeto de sociedade, no qual nosso país seja economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e culturalmente plural. É evidente que neste processo o protagonismo deve ser sempre dos Excluídos.

O Grito posiciona-se contra a implantação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. Submeter-se incondicionalmente à ALCA é o mesmo que abdicarmos da capacidade e do direito, que como povo temos, de organizar nossa sociedade e de defender nossos interesses na esfera internacional; enfim, é abrir mão do direito de termos uma política comercial própria em relação ao nosso maior competidor; é nos tornarmos quintal dos Estados Unidos.

Nosso Grito clama também contra a atual política econômica que, objetivando a antender os interesses dos especuladores internos, gasta 38% do PIB, o que equivale a mais de 110 bilhões de dólares, para os serviços, juros e amortizações da dívida interna. Isso explica porque não há recursos para investir em educação, saúde, moradia, transporte, reforma agrária, geração de energia...

Nosso grito ergue-se também contra o atual fenômeno da globalização, que não admite fronteiras para o capital financeiro, se, por um lado, para este, não há fronteiras, de outro, erguem-se muros para os trabalhadores. Gritamos para globalizar a solidariedade, os direitos, a comunicação, enfim pelo direito de ir e vir das pessoas. Gritamos contra todas as atitudes e intituições que favorecem a xenofobia e a discriminação com relação ao imigrantes. O Grito apóia a campanha nacional pela modificação da lei dos Estrangeiros, afim de que todos possamos viver e trabalhar, em paz, no lugar onde estivermos. Enfim, o Grito soma-se a toda mobilização em preparação ao Fórum Social Mundial.

O 7º Grito traz como símbolo uma semente. É necessário plantarmos essa semente de uma nova sociedade e nos comprometermos com seu crescimento, para que possa produzir bons frutos. Nossa luta é por um mundo onde a vida esteja em primeiro lugar.

Minas por um outro Mundo

Produção da Riqueza e Reprodução Social

O Fórum Social Mundial (FSM) é um novo espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e constroem alternativas visando priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. Será realizado anualmente, a partir de 2001, sempre no final de janeiro, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça.

Minas se prepara para o Forum Social Mundial 2002, participe:

PROGRAMAÇÃO:

Dia 29/08/2001

19:00 horas - ***Abertura Solene.*** *Componentes da Mesa: Dr. Itamar Franco - Governador do Estado, Dr. Célio de Castro – Prefeito de Belo Horizonte, Dep. Antônio Júlio - Presidente da ALMG Comissão Nacional do FSM. Coord. FSMMG: Dirlene*

20:00horas - Debate: ***"O endividamento Brasileiro e as Eleições de 2002"*** *- Convidados representantes dos partidos políticos Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, Garotinho. Coord. Dep. Antônio Júlio e Dirlene Marques*

Dia 30/08/2001 *-*

8:30 horas – ***"Globalização, neoliberalismo e financeirização do capital"***
Conferencistas: César Benjamim, Samuel Pinheiro*, Fiori, João Pedro Stédile*, João Antonio de Paula. Coordenação do FSMMG e ALMG*

14:30 as 18:30horas – ***Oficinas***

19:00 horas – **Espaço Cultural Livre** : (poesia, teatro, música)

Dia 31/08/2001

8:30 horas – ***"As Dívidas e os Orçamentos Públicos*** *- Conferencistas: Marcos Arruda*, Misabel Derzi*, Reinaldo Gonçalves*, Fernando Pimentel, Dalmo Dalari*. Coordenação: FSMMG*

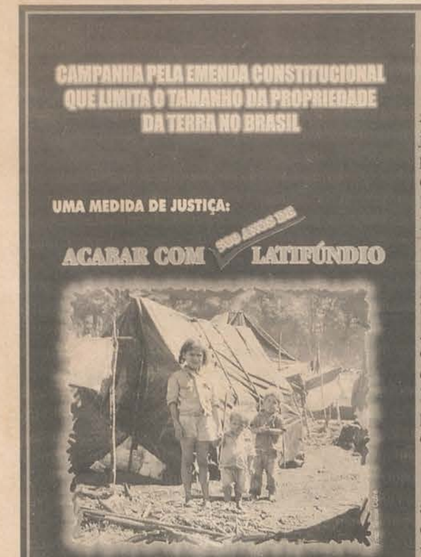
11:30 horas – ***Plenária do Comitê Mineiro do Fórum - ampliação e organização dos comites no interior de Minas Gerais***

15:00 às 17:00 horas - ***Oficinas***

17,30 horas – ***Marcha Cívica contra a Corrupção*** *(Saída: Praça Afonso Arinos*

18:00 horas - ***Tribunal das Dívidas*** *- Local: Escadaria da Igreja São José. Juiz: Hélio Bicudo/Aristides Junqueira. Advogado de acusação: Luiz Eduardo Greenhalgs*. Advogado de defesa: Será representado por um ator. Testemunhas: Entidades e pessoas representando os excluídos: (sem terra, sem casa, mulheres, negros, criança e adolescentes, profissionais das áreas sociais etc.)Corpo de Jurados: Todos os presentes 21:00horas -* ***Grande Festa de encerramento.***

Um outro mundo é possível !



Participe desta Campanha

√ O que é a campanha

A Campanha é uma ação de conscientização da sociedade brasileira a respeito da injusta realidade agrária do País e uma ação de pressão sobre os nossos políticos para que introduzam na Constituição Federal mecanismos que limitem o tamanho da propriedade da terra no Brasil, eliminando os latifúndios.

A Campanha entende que o Estado brasileiro tem a obrigação de garantir o direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela precisam para trabalhar e ganhar o pão para si e para sua família. Esta campanha é um instrumento de resgate da cidadania e não se prende a razões de cunho ideológico. Ela visa superar o latifúndio, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão da cidadania de milhões de brasileiros.

√ O que se quer alterar

No artigo 186, em que a Constituição define a função social da propriedade, queremos introduzir um quinto inciso, limitando o tamanho de todo latifúndio no Brasil a uma área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais.

Terras acima de 35 módulos fiscais seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público. O módulo fiscal é uma referência estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais. Ele varia de região para região, e é definido para cada Município a partir de vários fatores, como a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. Nos Estados do sul, cujo módulo fiscal gira em torno de 20 ha, este limite seria cerca de 700 ha. Nos Estados do Norte, onde o tamanho do módulo é cerca de 100 ha, este limite giraria em torno de 3.500 ha.

A introdução desta medida resultaria numa disponibilização imediata de grandes extensões de terras para as famílias acampadas, sem que tenham de ser dispendidos recursos públicos para indenização. Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios poderiam ser empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e a assistência técnica visando a viabilização dos assentamentos.

ABRA-APR-CAPOIB-CÁRITAS-CESE-CIMI-CNASI-CONIC-CONTAG-CPT-FASE-IBASE-IBRADES-IFAS-INESC-MAB-MLST-MNDH-MPA-MST-PJR-REDE BRASIL-ANMTR-CNBB-Pastorais Sociais.

REGIONAIS

Dia do(da) Trabalhador (a) Rural
Dia de Luta

Aconteceram mobilizações em todo o País e ocorreram inúmeras ocupações de latifúndios improdutivos. Em Minas Gerais, foram ocupados 15 latifúndios improdutivos, conforme relação encaminhada pela FETAEMG, envolvendo 1257 famílias de sem terra.

Município	Fazenda	Nº de famílias
1- Ibirité/Brumadinho	Fazenda Maria Pastorina	230
2- Pirapora	Fazenda Prata (reocupada)	80
3- Tumiritinga	Fazenda Natal	35
4- Araxá	Fazenda São Mateus	70
5- Brasilândia	Fazenda Cachoeira Extrema	45
6- Lagoa Grande	Fazenda Gameleira	45
7- Montes Claros	Fazenda Canoas	33
8- Brasília de Minas	Fazenda Carrancas	30
9- Unaí	Fazenda Saco Grande II	70
10- Bonfinópolis	Fazenda do Aeroporto	63
11- São Romão/Icaraí	Fazenda Rodeio	300
12- Jequitinhonha	Fazenda Transval	50
13- Montes Claros	Fazenda da Produção	43
14- Montalvânia	Fazenda do Espírito	100
15- Dom Bosco	FazendaTapera (reocupada)	63

Vale do Aço

Sindicatos dos trabalhadores rurais do Vale do Aço, Médio Rio Piracicaba e Vale do Rio Doce, cutistas, realizaram um seminário em João Monlevade nos dias 27 a 29 de julho de 2001, assessorados pela Comissão Pastoral da Terra, pela CUT regional e estadual e mandato do Dep. Federal João Magno. Analisaram as conjunturas nacionais, estaduais e regionais.

O objetivo do seminário foi repensar a organização dos sindicatos na região para melhor enfrentarem os desafios do projeto neoliberal do governo FHC; incentivar alternativas como a agricultura familiar sustentável e agroecológica, a reforma agrária, a luta em defesa das águas (Gênero e Jovens); e planejamento em curto prazo para criação do Pólo Sindical da FETAEMG do Vale do Aço/Médio Rio Piracicaba. ***Lucimere***

Jequitinhonha

Jequitinhonha

O Dia do (a) trabalhador (a) Rural em Turmalina foi comemorado no dia 31 de julho na área de experimentação do CAV(Centro de Agricultura Alternativa Vicente Mica), com a participação de 38 comunidades rurais do município. As entidades parceiras (STR, PT, paróquia, EFA- Escola Família Agrícola de Turmalina, APLANT, Secretaria de Agricultura E CAV) através de uma mesa redonda, fizeram uma exposição dos trabalhos realizados nas comunidades. Além de uma bonita celebração os organizadores proporcionaram uma tarde cultural com muita música sertaneja e contos de causos interessantes. ***Gilmar***

Noroeste

Em Arinos, o evento organizado pelos trabalhadores rurais e com o apoio da CPT, MST, PT, para celebrar o dia 25 de julho, representou um marco na história de luta contra o latifúndio improdutivo. Os (as) trabalhadores (as) rurais nesses últimos 20 anos quebram com a reforma agrária a resistência do poder político exercido pelos coronéis da região, colocando em prática o projeto de Deus, onde reina a justiça, liberdade e igualdade para homens e mulheres.

Chico

Vale do Mucuri

Manifestação em Águas Formosas

No dia 26 de julho, mais de 3000 Trabalhadores Rurais, em passeata pelas ruas, protestaram em frente da Prefeitura de Águas Formosas, contra o Banco da Terra e as falsas promessas do prefeito de assentar 300 famílias e acabar com o desemprego. Depois os trabalhadores protestaram contra o fechamento do posto do INSS na cidade e abraçaram o hospital simbolizando o descaso com a saúde do povo. Protestaram contra o Apagão nas comunidades rurais (Roseira) o Apagão de FHC e contra a Corrupção Municipal e Nacional.

A manifestação se encerrou com grande ato público e forró, comemorando o dia do Trabalhador Rural.

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Formosas. Participação: MST, CPT, PT, PDT, Sindicato dos Servidores Públicos e Associações Comunitárias.

Comunidades Rurais reativam o Conselho Municipal de Desenvimento Rural

Mais de 60 lideranças de 18 comunidades debateram as propostas aprovadas no 1º Congresso de Desenvolvimento Rural e reativaram o Conselho com o objetivo de cobrar do atual Prefeito a continuidade do projeto de eletrificação das comunidades, a implantação do Projeto Escola Família Agrícola e cobrar também as promessas de campanha feitas pelo Prefeito.

Protesto em Pavão

Durante todo o dia 26 de julho o "Apagão", a "Reforma Agrária" e o "Desemprego"foram debatidos em Pavão. Encerrando com passeata e ato público, assim mais de duas mil pessoas participaram das manifestações do dia do trabalhador e trabalhadora rural na cidade, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com total apoio do Prefeito Leodônio e da Equipe da CPT Mucuri.

Centro Oeste

Celebraram uma missa no dia dos trabalhadores rurais, no dia 22 de julho, na Matriz de São Vicente Ferrer. Denunciaram a situação das famílias dos trabalhadores(as) rurais no município de Formiga, na sua luta pela permanência na terra. Trecho da abertura da celebração: "*... Aproveitamos também este momento para denunciar... tantas injustiças ocorridas contra trabalhadores(as) rurais no Brasil. A injustiça contra tantos sem-terras, e os encurralados em pequenas faixas de terra, estes que, privados de até poderem ser chamados de trabalhadores rurais, são humilhados por este Brasil afora. Queremos denunciar hoje, as injustiças sofridas pelos trabalhadores(as) rurais pertencentes aos povos indígenas que são privados de expressarem a sua cultura que se materializa também na sua forma de produzir. E ainda queremos denunciar as injustiças sofridas pelos agricultores familiares desta nação que são privados de incentivos de crédito, infra-estrutura e oportunidades de mercado...*"

Mª Vitória Ramos

Norte

Brejo dos Crioulos é remanescente de quilombo

Aconteceu uma celebração reforçando a luta dos(as) trabalhadores(as) rurais na comunidade Brejo dos Crioulos, município de São João da Ponte. Participaram 2.000 trabalhadores de 50 municípios do Norte de Minas e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas (CPT, CAA, Movimento Sindical). O Objetivo foi levar ao conhecimento de outros municípios e apresentar a Tese do Professor João Batista, que constata que a comunidade Brejo dos Crioulos é "Remanescente de Quilombo". A seguir as entidades presentes assinaram um documento exigindo, da Fundação Palmares, a demarcação das terras que se encontram nas mãos dos fazendeiros da Região. Todos foram aclamados com fogos de artifícios, muito batuque e dança afro. ***Alvimar***

Jovens da Arquidiocese de Montes Claros discutem a questão da "Terra e Água para todos"

Reuniram os coordenadores de grupos de jovens do Norte de Minas, em Salinas-MG e levantaram o cenário da região. A realidade atual das Águas, o desrespeito à terra, à saúde, à educação e ao desemprego estão dentre a situações que mais preocupam os Jovens.

"Nós discutimos que a água da nossa região está acabando, pois, nossos córregos e rios estão secando. Sabemos que a nossa região pode sofrer um grande impacto ambiental, pois nossos cerrados foram desmatados e no lugar dos pequizeiros, eles plantaram eucaliptos..

O principal problema enfrentado pela população desta região é o desemprego...muitos perderam parte das terras, ou devido à seca, tiveram que abandonar o trabalho na terra. Hoje, são obrigados a migrar para o corte da cana ou colheita de café em outras regiões do país. **Estamos gritando por novas alternativas**!"

Grasiele

LUTA PELA TERRA E NA TERRA

Vamos Salvar o Velho Chico

Nascido na Serra Canastra, sudoeste de Minas Gerais, ele percorre 2.700Km,em direção Norte, passando por mais quatro estados (Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas). Do seu trajeto, 58% cortam o sertão nordestino, constituindo o único Rio perene a atravessar a região semi-árida. Sua bacia se estende por uma área de 640 mil quilômetros quadrados, onde estão 503 municípios, nos quais vivem 14 milhões de pessoas. Para elas o "Rio das Barbas Brancas" é como um pai, o "Velho Chico".

Para curar estas "doenças" e salvar o corpo ainda vivo do Velho Rio, não há outra saída senão parar com todas as agressões. E ao invés de avançar sobre ele como se fosse fonte inesgotável, cooperar com ele, a serviço da vida de todos. Neste sentido propomos, também, quatro medidas urgentes e complementares:

1- Não construir, na área da Bacia Hidrográfica do São Francisco, nenhum novo grande projeto, seja de barragem, irrigação, monoculturas, pastagens ou transposição de águas, que implique em desmatamento, erosão de solos e poluição ou perda de águas.

Apesar dos inúmeros questionamentos e falhas apontadas, o Governo Federal ainda pretende realizar o bilionário **Projeto da Transposição.** Pode-se afirmar com certeza que, além de desconsiderar a situação do rio, tal projeto é uma grande mentira. Vai atingir menos de 5% da área castigada pela seca nos Estados "beneficiados" e mais do que isso atingirá uma região que já tem muita água: é a segunda do mundo em número de açudes (70 mil). E será o consumidor doméstico, inclusive o não beneficiado, a arcar com os altos custos da água, usada majoritariamente para irrigação de grandes empresas – este o verdadeiro objetivo.

2- Proceder a estudos multidisciplinares com vistas a um amplo e profundo Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

3- Elaborar, com base no Diagnóstico, um Plano de Revitalização da Bacia, que desenvolva programas tais como de recomposição das matas ciliares, de saneamento básico e tratamento do esgoto e de educação em todos níveis e setores da população, com ênfase na educação ambiental.

4- Construir e por em prática um Plano de Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica do São Francisco, com participação da sociedade civil organizada. Este programa deve controlar e harmonizar os múltiplos usos dos recursos hídricos, com base num "orçamento das águas": quanta água para consumo humano e animal, quanta para energia, quanta para irrigação, quanta deve ficar de reserva, etc.



Foto:

O Rio São Francisco, o Velho Chico da fala afetiva do povo ribeirinho, é hoje um doente em fase terminal. A seca de suas águas neste ano de 2001 assustou a opinião pública nacional. Mas assustou menos do que deveria, levando em conta a previsão da NASA, a agência espacial dos Estados Unidos, feita com base em observações via satélite: a continuar assim, em 60 anos, ou menos, o Rio estará morto, com água correndo só no período das chuvas.

É esse o futuro que legaremos ao Rio da Unidade Nacional, aceitando passivamente o desenrolar de uma morte anunciada?

Na alvorada deste novo milênio, é o próprio Rio que nos interpela. O clamor do Rio, de nervos e ossos expostos, é para que não nos esqueçamos de nós mesmos, de nossa história, de nossa riqueza e de nossa humanidade. Para que não esqueçamos do Brasil que somos.

Exatamente no ano em que se completam 500 anos de seu "descobrimento" pelo navegador português Américo Vespúcio, o São Francisco nos lança seu trágico grito. Clama por vida. Vida para suas águas, seu povo, seus peixes, suas matas, seus bichos, suas lagoas. Vida para seus tambores, suas violas, suas carrancas, seus poetas e suas folias. Vida para a fé de seu povo. Vida para pescadores, varzanteiros, caatingueiros, lavadeiras, artesãos, bóias-frias e rezadeiras. Vida para suas tribos, seus assentados e seus quilombolas. O Rio clama pela vida que sempre generosamente distribuiu pelo sertão.

Vivemos agora um momento limite. O tempo urge. Proteger e revitalizar o São Francisco talvez seja o maior dever cívico do momento presente. O socorro prestado ao Rio São Francisco será a medida do amor e do respeito que temos ao Brasil.



Banco da Terra

Projeto proposto pelo Banco Mundial, em 1996, baseado na compra de terras no mercado, diretamente por Associações Comunitárias, legalmente constituídas, mediante financiamento reembolsável e com recursos a fundo perdido, para implantação de apoio.Dois anos após a implantação do projeto, o programa tem mudado de nome gradativamente: Banco da Terra, Cédula da Terra, ParaTerra e atualmente "Novo Mundo Rural", que veio com mudanças, tendo agora 20 anos para pagar a dívida; agora com extensão para todos os Estados do país. Minas Gerais foi o 15º Estado a assinar o Convênio.

Segundo documentos oficiais, o Programa contará com recursos da ordem de US$ 150 milhões (US$ 30 milhões para Minas Gerais). De onde o Governo Federal vai retirar esta verba? Do recurso para desapropriação de terras? Do montante que restou para as ações de reforma agrária, após os cortes de mais de 60% que fez no orçamento de 1999? Como dizer, então, que o PARA-TERRA é ação complementar de Reforma Agrária?

O prazo previsto de implantação é de 3 anos, a contar de outubro de 1997. O prazo para os beneficiários pagarem a terra, que inicialmente era de 10 anos, com 3 anos de carência, hoje é proposto 20 anos. Encargos financeiros: TJLP. Garantias: o imóvel adquirido é o aval solidário dos beneficiários, ou seja, o pagamento é feito pela Associação Comunitária. Os beneficiários terão direito aos créditos do PRONAF.

O PARA-TERRA EM MINAS GERAIS - segundo dados do INCRA, foram criados 14 projetos de assentamentos, com um total de 591 famílias assentadas, ocupando uma área de 15.685,77ha no Norte de Minas,

Os trabalhadores têm três visões quanto ao PARA-TERRA: a primeira de resistência das famílias e não pagamento das dívidas; a segunda, de abandono dos lotes e automaticamente das dívidas e a terceira, de esperança de receber financiamentos para as culturas, benfeitorias nos lotes e para começar a pagar as parcelas da dívida.

PRINCIPAIS CRÍTICAS LEVANTADAS:

- Adistribuição de terras passou a ser controlada pelo latifúndio, que decide se vende ou não a terra, quando quer e pelo preço que pedir, com isso tem elevado o preço da terra na região;
- Considerando os recursos hídricos, a terra e o clima da região fica claro que o critério de dimensão dos lotes inviabiliza o programa, que não dá condições para as famílias sobreviverem. As famílias buscam empréstimos nos bancos para plantar e beneficiar os lotes, sem nenhuma perspectiva de pagamento;
- As associações não foram constituídas a partir da iniciativa dos trabalhadores e sim de políticos, o que reforça, mais uma vez, o controle das decisões e o atendimento dos interesses do poder político local;
- O grande beneficiário do Programa é o fazendeiro, que deixou de ser punido pela desapropriação e foi premiado com a venda de terras degradadas, à vista, com preços bem além do mercado da região, mesmo quando a terra não cumpria função social. As terras transformaram-se em verdadeiros ativos financeiros;
- A compra de terras é feita sem a participação e discussão profunda com os trabalhadores sem terra, e sem uma visão técnica do perfil do solo e a viabilidade do mesmo.

Não está claro no programa, a possibilidade de prorrogação da dívida, como está previsto no Projeto "Novo Mundo Rural", a forma que se dará o parcelamento dos lotes, a negociação de outras terras sem conclusão dos projetos já implantados, a determinação do prazo, a emancipação do programa, o acompanhamento pela SUDENOR e por fim quais serão as atribuições do INCRA nessas áreas.

BÍBLIA E VIDA

Documento Água

"Então me mostrou o rio da água viva, brilhante como cristal, que sai do trono de Deus e do Cordeiro" (Ap. 22,1)

A - Água, origem da vida A vida brotou das águas. Nosso Planeta tem 70% de sua superfície coberta por água. Desconhece-se qualquer forma de vida que dispense a água. Na criação "o Espírito de Deus pairava sobre as águas". O próprio ser humano é "terra e água", animado pelo "sopro do Espírito de Deus" e feito à sua imagem e semelhança.

B - Água, um direito natural e inalienável Sendo a água constitutiva do ser humano, da vida como um todo e do meio ambiente da vida, ela é um direito natural, patrimônio da humanidade, dádiva divina e não obra humana. Por isso, ela não pode ser reduzida a uma mercadoria e a um bem particular. E nenhum ser humano pode arrogar a si o poder de negar a qualquer semelhante ou ser vivo este bem essencial à vida.



C - Terra e água são bens indissociáveis A humanidade toma consciência de que terra e água são indissociáveis. A Terra é o "Planeta Água" e só se conhece água na terra. Daí a necessidade de manejar com consciência e responsabilidade esses bens entregues por Deus à humanidade para que deles cuidasse com carinho. Por isso é um imperativo bíblico e vital respeitar e cuidar da terra e da água, missão especialmente confiada aos agricultores(as), unidos em suas comunidades de resistência.

D - Em defesa da sustentabilidade A chamada revolução verde e a atual agricultura que incorpora os últimos avanços da tecnologia têm sido devastadoras: transformam a terra em mero objeto de produção; tratam a água como simples insumo; destroem as florestas e devastam os solos; contaminam as águas, com a disseminação de produtos químicos; produzem alimentos envenenados; consomem 70% da água doce do planeta com irrigações, extinguindo córregos, rios e mananciais; incrementam a monocultura em grandes extensões, fragilizando as defesas naturais. As grandes empresas, com a cumplicidade dos governos, controlam a produção mundial de sementes, colocando em risco a segurança alimentar, provocando a expansão da miséria, agredindo o meio ambiente e atentando contra a saúde humana. Hoje, pretendem impor o uso de sementes transgênicas.

E - O compromisso da CPT por uma agricultura saudável Por princípio ético, a CPT quer romper com esse modelo sócio-econômico-globalizado, predador e excludente que promove e se beneficia da privatização e mercantilização da água. Junto com a mulher e o homem do campo, a CPT reafirma seu compromisso com uma agricultura saudável, socialmente justa, economicamente adequada e ecologicamente equilibrada, que respeite a terra, as águas e o ser humano. A democratização da água e da terra é condição necessária para este tipo de agricultura.

Em vista disso, a CPT assume como ações prioritárias para o próximo período:

1. Estimular os(as) trabalhadores(as) a lutar pela preservação da água e dos mananciais;
- recuperação e reflorestamento das matas ciliares, com espécies nativas;
- tratamento e reciclagem do lixo e esgotos domésticos, industriais e agroindustriais.

2. Investir na formação e informação de agentes e de trabalhadores(as):
- Aprofundar o sentido da água para a agricultura familiar;
- Descobrir formas de captação, armazenamento e uso da água;
- Estudar: a legislação ambiental, lei de recursos hídricos, as atribuições da Agência Nacional da Água, o direito do uso e da apropriação da água;
- Produzir subsídios em linguagem popular em vista de promover uma educação ambiental;
- Divulgar experiências agroecológicas e de preservação do meio ambiente;
- Incentivar programas de formação de agentes ambientais das comunidades.

3.Incentivar a participação dos(as) trabalhadores(as) e de suas organizações:
- nos conselhos municipais;
- nos comitês de bacias hidrográficas;
- nos fóruns de defesa dos direitos à água.

4. Estimular a criação de uma grande rede de entidades pastorais, grupos e organizações para conquista e defesa da água.
- Elaborar com participação de todas as regiões propostasde políticas públicas de recursos hídricos
- Campanha nacional urgente de informação sobre o direito do acesso à água e de combate à sua privatização e mercantilização.

5. Propor à CNBB que a água seja tema de uma futura Campanha da Fraternidade;

6. Reforçar a luta pela conquista de políti cas públicas de recursos hídricos:
- pressionar para que os orçamentos públi cos contemplem os recursos hídricos;
- trabalhar estratégias de enfrentamento das políticas oficiais;
- criar mecanismos de controle popular na aplicação das verbas destinadas aos recursos hídricos.

7. Apoiar e participar de lutas concretas:
- combate à transposição do Rio São Francisco;
- combate à privatização e à mercantilização das águas;
- combate aos grandes projetos: de barragens, de irrigação, de hidrovias, de hidroelétricas, de gasodutos na Amazônia, devastadores da natureza e da vida.
- combate ao uso de produtos químicos na agricultura;
- combate ao uso indiscriminado da água na irrigação;
- propostas de convivência com o semi árido
- captação de água de chuva através das cister nas
- campanha de " Um Milhão de Cisternas"
- técnicas de captação já existentes (cacimba ...);
- ocupações dos açudes públicos;
- ocupações nas áreas onde haja concentração de água;
- discussão em nível nacional das questões do semi árido;
- criação de reservas extrativistas;
- agricultura familiar sustentável desenvolvida na Amazônia por índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos;
- movimento dos ribeirinhos pela preservação dos lagos, rios, igarapés da Amazônia.

Documento elaborado e aprovado no I Congresso Nacional da CPT Bom Jesus da Lapa - BA / 2001

POLÍTICA

O Bom samaritano: Justiça, Solidariedade e Mística

Globulizar a solidariedade e a luta pela Justiça, de mãos dadas (cf. Sl 85,11). É hora de articular bem a luta por Justiça, com Solidariedade e com Mística libertadora. Pois luta por Justiça sem solidariedade e sem mística pode recair em "mera ação política": transforma algumas estruturas, mas não recria as pessoas. Solidariedade sem Justiça e sem mística pode recair em "mero assistencialismo ou paternalismo", o que gera dependência e não liberta as pessoas. Mística sem Justiça e sem solidariedade pode recair em "mero pietismo alienante".

O "episódio-parábola" do bom samaritano (cf. Lc 10,25-37) pode ser um paradigma excelente para nos ajudar a articular de maneira crítica e criativa o tripé LUTA PELA JUSTIÇA, SOLIDARIEDADE E MÍSTICA LIBERTADORA. O samaritano entrou para a História como o Pai dos Voluntários autênticos.

Em Lc 10,33-35, o samaritano percorre os passos da Compaixão que deságua na Misericórdia:

"Certo samaritano..." Um anônimo, herege segundo a religião judaica, um impuro segundo a raça, um pagão segundo a cultura. Estando **viajando, aproxima**-se da realidade do caído e semi-morto. Não passa adiante. Não teoriza nem tenta justificar esta realidade para aliviar a consciência. Interrompe seus planos e deixa-se guiar pelo inesperado. Quem ama verdadeiramente "Faz das tripas coração", isto é, produz o tempo necessário para estar com o outro.

Vê o excluído semi-morto. Entrega seu olhar ao outro que sofre, olha-o com benevolência e ternura, deixa-se absorver pela dor do outro. Diz a sabedoria popular que o que os olhos não vêem o coração não sente. Diz um provérbio indiano que os olhos vêm mil vezes mais do que os ouvidos escutam.

Se move de Compaixão frente à dor do excluído. A **Dor** sentida pelo excluído foi suavizada pelo **Odor** da companhia do samaritano. Segundo Dallai Lama, compaixão é admitir que a vida do outro é mais importante do que a minha própria vida; é orientar a vida a partir do outro que sofre. O outro se torna um absoluto na minha vida. Quem vai decidir se o meu trabalho vai continuar é a situação do outro.

Aproxima ainda mais da pessoa sofrida, entrega-se gradativamente ao outro. É na proximidade que se dá o encontro face-a-face, o encontro do EU-TU. Esse encontro com Deus se dá no encontro face-a-face com o outro, principalmente com o outro que está excluído, semi-morto.

Cuida do outro no imediato e no mediato (fez curativos, derramando óleo e vinho nas feridas. O samaritano vive na espiritualidade do CUIDADO com o outro e consigo mesmo. O óleo serve para curar feridas. O vinho, além de curar, dá alegria; ajuda para retomar a vida. Hoje, no Brasil, milhares de boas samaritanas e samaritanos estão curando muita gente com medicina alternativa: cura pelo método bio-energético, chás das folhas, raízes e cascas de plantas, barroterapia, urinoterapia, aromoterapia, relaxamento, etc.

Faz-se solidário também no mediato (E colocando-o sobre o seu próprio animal, o levou a uma pensão, onde cuidou dele). Além de dar os primeiros socorros, encaminha o semi-morto para o restabelecimento completo da vida. O samaritano procura não só assistir alguém em perigo, mas também dar seu tempo, seu dinheiro e o seu ser, sem fazer conta de nada. Desinstalou-se e cedeu o seu próprio animal para carregar o outro. O que nos faz recordar que o povo pobre recebe com alegria as visitas, indo dormir no chão para lhes dar a própria cama.

Deixa o assaltado encaminhado; Foi embora, mas além de ter deixado marcas de bondade, saiu marcado positivamente para o resto da vida.

O samaritano soube a hora exata de entrar e soube o momento oportuno de sair da vida do outro. Foi embora, sem deixar nome nem endereço. Agindo, assim o samaritano evitou que se criasse vínculo de dependência entre ele e a pessoa semi-morta. Ou seja, foi solidário de modo gratuito e libertador.

Frei Gilvander Moreira

Conscientizar para Mudar

Eu não consigo entender,
Achar a clara razão
De quem só vive pra ter
E ainda se diz bom cristão
Cezar Gonçalves e Pedro Munhoz

Estamos quase às vésperas da eleição para Presidente da República, Governadores de Estado, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. É tempo de se perguntar o que eles fizeram, de fato, de verdade, para mudar a situação agrária.É hora de trabalhar para que nas próximas eleições a bancada ruralista dos deputados federais e senadores latifundiários cedam lugar à bancada dos trabalhadores rurais.É hora de pensar em votar em Presidente que governe a serviço do Povo pobre e do camponês.

Está mais do que na hora de dar um basta à impunidade e violência no campo.Só este ano, até maio, os conflitos no campo no Brasil foram de 163, envolvendo 438.362 hectares e 29.600 famílias.Líderes dos sem terra continuam a serem mortos.E pasmem! Crianças e adolescentes são ameaçados de 1.990 a 2.000 foram 41.

E ainda transgênicos se tornam ameaças à saúde e à política agrícola dos sem terra.Sem falar dos inúmeros entraves burocráticos para vistorias em terras improdutivas e liberação de créditos.

Nos 6 anos de FHC continuou a concentração de terras e o êxodo rural.De 1995 a 1997 400.000 pequenos produtores rurais perderam suas terras.4,2milhões de pessoas abandonaram o campo (cerca de 840.000 famílias); 1% dos proprietários possuem 44% das terras.E dos 400 milhões de hectares considerados agrícolas 60 milhões são utilizados na cultura de grãos; o restante estão improdutivos.

O judiciário nem sempre leva em conta a situação social mas só a letra da lei, o que emperra o avanço da luta dos sem terra ou permite que a impunidade no campo continue condenando trabalhadores e livrando latifundiários e seus capangas de julgamentos e prisões.

Para reverter essa situação é necessária a união, de todas as forças conscientes e dos movimentos organizados da cidade e do campo. Assim se entende a justeza do lema: Reforma Agrária é uma luta de todos.

A luta continua até que as espadas e lanças cedam lugar às foices.

Pe Henrique de Moura Faria.

Manifestante é morto em Gênova

Um jovem, 20 anos, morreu depois de receber um tiro na cabeça e ser atropelado por um jipe que fazia segurança durante protestos da cúpula do G8 e, Gênova 9Itália). Um fotógrafo da agência Reuters viu o manifestante levar doi tiros.

Reuters



IV ENCONTRO DA REDE DE ADVOGADAS E ADVOGADOS POPULARES DE MG (RENAP)

O IV Encontro Estadual da RENAP, em Ibirité, foi um momento importe para a organização e for-mação dos advogados que atuam junto aos movi-mentos populares.

Dia 04 de agosto aconteceram debates com os seguintes temas:

1º Conjuntura Agrária em MG - Assesoria do Dr. Marcelo Resende – Superintendente do ITER/MG e do Dr. Marcos Helênio – Assessor Jurídico do ITER/MG)

2º Ações de Desapropriação - Asses. Dr. Ivan, ex-procurador do INCRA/MG.

Apresentação da Renap - avaliação dasua atuação em Minas, partilha de experiência.Levantamento das demandas Jurídicas pontuadas pelos advogados(as) e entidades(CPT, MST,MDC);planejamento, discussão sobre organização, funcionamento e parcerias da Renap

Dia 05 De Agosto –Domingo Passeio cultural em Ouro Preto/MG

Minas irá sediar o 8º Encontro Nacional da RENAP em dezembro de 2001.

Fonte: www.correiocidadania.com.br

Impunidade Aumenta a Violência no Campo

06 de Julho - Eurival Carvalho foi preso, torturado e levado para Marabá.

09 de julho - pistoleiros de Marabá assassinaram o agricultor José Pinheiro Lima, sua esposa e seu filho. Segundo informação da Polícia Federal à Secretaria de Defesa Social do Pará, o crime foi encomendado por fazendeiros da região.

Nos últimos cinco anos, mais de cinquenta trabalhadores rurais foram assassinados no Pará. Dos madantes, só dois foram "presos": o fazendeiro Carlos Antônio Costa, acusado de mandar matar Onalício Barros e Valentin Serra, do MST, em Paraopebas (PA), em março de 1998; e o fazendeiro Décio José Barroso Nunes, acusado de mandar assassinar José Dutra da Costa, dirigente sindical de Rondon do Pará,em novembro de 2000. O primeiro ficou preso 22 dias. O segundo 13.

CULTURA POPULAR

Indicamos



"Paixão e Dor", novo Livro de poemas de José Prates.

Prates é mineiro de Salinas, cidade que ele considera não apenas a capital da cachaça, mas a capital do mundo, fonte inesgotável de sua melhor inspiração.

Foi líder estudantil na UnB de onde teve que partir para um exílio de 10 anos, período que é relatado com excelente humor em seu libro de memórias "o Pirata Escarlate".

É Presidente da Academia de Letras do Distrito Federal e membro da Academia de Letras de Salinas, da qual é um dos fundadores.

"*A palavra é a alma do espírito*" afirma Prates para justificar sua crença profunda no poder mágico e revolucionário do discurso e da obra literária, na luta pela construção de um mundo inteiramente digno e feliz. Vale a pena!



CD - "Em Canto Pela Terra"

Antônio Baiano é agente da CPT/ Goiás e canta a luta do povo da terra. No sábado, dia 18 de agosto, ele participará da noite cultural da 6ª Romaria, em Salinas-MG.

"Que se faça justiça, Repartam as terras, Partilhem o pão entre nós filhos teus."

Folia do Boi-de-Janeiro

Homenagem ao folião de Salinas popular e democrático



Alguém andou dizendo
Que janeiro não saía
Janeiro está na rua
Com prazer e alegria.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Beija esta menina
Que tem medo de careta.

Vem de muito distante
a folia deste boi
Chegou no seu rompante
Foliou e já se foi.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Pega o coronel
Que ele quer fazer mutreta

O povo de Salinas
Gosta mesmo é de folia
Juntar com as meninas
P´ra fazer a cantoria.

Boi, boi,boi
Boi da cara preta
Puxa o meu povo
P´ra alegria da retreta

O Boi só quer brincar
Com os velhos e as crianças
Veio trazer a paz
Alegria e a esperança.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Toca o chocalho
O zabumba e a carrapeta.

O bom Jesus-menino
Nasceu numa manjedoura
Pregou a humildade
Para ser duradoura.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Pega o coronel
Que é zuado da veneta.

Jesus nos ensinou
A ter solidariedade
Amar a quem precisa
E agir com caridade.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Leva o egoísmo
Que é coisa do Capeta.

Vivemos numa luta
Entre puros e sabidos
Mas Deus que fez o mundo
Não nos quer tão divididos.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Leva para longe
O cacife e a roleta.

Salinas terra boa
De gente hospitaleira
O povo de Salinas
É assim a vida inteira.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Pega o coronel
E põe ele de muleta.

O Boi aconteceu
Lá na Gruta de Belém
Saudou o Deus-Menino
E brincou de vai-e-vem.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Lembra essa gente
Que Jesus não foi careta

José Prates

Faça agora sua assinatura do Pelejando

Assinaturas: Recorte o quadro abaixo, preencha e envie para a Comissão Pastoral da Terra: Rua Minduri, 285 - Bairro Santa Inês - CEP: 31080-270 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Assinatura anual: Individual R$4,50. Coletiva (acima de 10 assinaturas para o mesmo endereço) R$3,50. Apoiador R$10,00. Enviar o pagamento através de cheque nominal cruzado em nome da Comissão Pastoral da Terra, ou comprar a quantidade de selos novos correspondente ao valor da assinatura, colocá-los em um envelope, e nos enviar.

Nome: .....

Rua: ..... Nº: .....

Bairro: ..... Fone: .....

Diocese: .....

Cidade: ..... CEP:..... Estado:.....

Estou enviando: **Selos** ☐ **Cheque** ☐ **Dinheiro** ☐

Assinatura ☐ **Quantidade** ☐ **Renovar assinatura** ☐

1° Quinzena de Julho

CONSTRUINDO A MAIOR IDADE

Maio 2002
N° 10

No dia 04 de agosto (Domingo) acontecerá a 7ª Romaria das Águas e da Terra.
Local: Águas Formosas
A equipe de recepção estará recebendo os Romeiros a partir das 6:00h (manhã)
Como foi anunciado, o boletim "Construindo a Maior Idade" vai reservar três números (09-10 e 11) a este assunto, tratando especificamente os temas:
*- da **água** (n° 09)*
*- da **terra** (n° 10)*
*- dos **recursos financeiros** (n° 11)*

A MÃE TERRA

Uma vez, há muitos anos, tantos que nem se sabe quantos, uma mãe, carinhosa e fecunda como poucas, deu à luz, na generosidade de quem só tem vida para dar, a uma chuva de filhos: centenas, milhares. A mãe chamava-se Terra e os filhos Homens e Mulheres.

Antes que eles nascessem, a mãe preparou-lhes um berço, com sol e estrelas para os aquecer, noites e água para os refrescar, árvores e sombras para os acolher. Um berço que levou tempo a preparar, pois tudo foi confeccionado a mão, com a paciência e o carinho de quem prepara o enxoval do primeiro bebê.

Depois os filhos nasceram e nada lhes faltou: água para beberem, frutas suculentas para comerem, relva macia para jogarem às escondidas, montanhas e colinas para subirem e ver o sol nascer.

Enquanto eram pequenos, os Filhos da Terra amavam a mãe de todo o coração e se sentiam felizes. Sem ela não sabiam viver. E inventaram mimos de ternura que só as crianças sabem inventar: faziam-lhe festas no início das estações, no tempo das sementeiras e das colheitas, no princípio e no fim das chuvas, na primavera (quando as andorinhas chegavam) e no outono (quando elas partiam).

Foi nesse tempo que aprenderam a erguer as mãos e rezar e fizeram dos campos e das vinhas e dos serões ao luar, casas de oração e de louvor. Mas os filhos da Terra crescer e, como acontece às crianças crescidas, foram para a escola. E aí começaram a trocar os lírios do campo e as borboletas dos vales pela gramática das letras e dos números, dos cálculos e dos interesses dos grandes e foram-se esquecendo do sorriso e da ternura da Terra Mãe. Pouco a pouco deixaram de ter gosto pelas festas dos campos e dos caminhos e acabaram por esquecer as orações que gostavam de rezar nas noites de lua cheia. E a mãe da infância foi ficando cada vez mais longe, esquecida na poeira de uma infância perdida.

Na escola eles descobriram que a devoção à Mãe Terra era não só uma infantilidade ridícula, mas uma imensa riqueza de vida. Um outro tipo de escola os levou a ver nela uma grande fonte de tesouros que poderiam lhes enriquecer. Foram então explorar a terra, violentá-la, despojá-la dos seus tesouros e dos seus mistérios, cada qual a roubar-lhe o mais que podia.

Afinal, a Terra era somente vista como uma fonte de lucro.

Amar a terra não passava de obscurantismo e superstição medieval, sem sentido nestes tempos de letras e de doutores.

E as árvores da floresta começaram a murchar, a água a regressar às fontes. A Terra Mãe tornou-se um deserto. Deixou de ter jardins para as crianças brincarem, céu azul virou cinzento e cheio de fumaça, os peixes deixaram os rios e os lagos, os frutos da terra foram confiscados e vendidos a leilão na praça pública.

E então os homens recolheram-se em campos de concentração, a que chamaram cidades, fecharam-se em gaiolas de cimento, fecharam as janelas e as portas, puseram, grades de ferro em volta e um cão a guardar e começaram a viver de armas na mão.

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS?

1- O êxodo rural. Os que tinham bastante dinheiro foram comprando sempre mais terra (sem contar as terras roubadas ou griladas). Os lavradores, na quase totalidade, foram embora caçando serviço migrando de cidade em cidade.

2- A cabeça dos jovens mudou: muitos chegaram a se convencer de que para ter um bom futuro na vida é preciso mudar pra cidade. Enquanto alguns realmente melhoram, a grande maioria continua sofrendo nas cidades.

3- A terra com poucas pessoas trabalhando nela, se sente abandonada. Vira estéril: enfraquece, doenças e pragas tomam conta, a produção diminui.

Por sua vez os poucos moradores que sobraram recorrem aos meios violentos: botam fogo, usam venenos (agrotóxicos), adubos químicos, sementes transgênicas, etc... Assim o homem mata a natureza e a natureza envenena o homem...

4- Para fazer a terra produzir é necessário investir dinheiro. Mas cadê? Os grandes proprietários até que conseguem bons financiamentos. E os pequenos proprietários? Quem garante por eles? Quantas terras foram leiloadas por causa de financiamentos onde os pequenos proprietários nem conseguiam pagar os juros!

5- Violência no campo. Apesar de tantos inimigos, a Mãe Terra conta ainda com muitas pessoas amigas que



Foto: Inauguração da Escola do Acampamento Padre Gino

lutam por uma justa distribuição da terra, por uma política de Reforma Agrária, por cooperativas, etc... Os inimigos por sua vez continuam vendo na terra uma fonte de lucro e de exploração. Daí o conflito e as violências.

TEM SOLUÇÃO?

Solução tem! Claro que as coisas não vão mudar de um dia para o outro, mas o caminho já está aberto. Indicamos algumas pistas:

1- O MST (Movimento Sem Terra). Enquanto tem gente saindo, outros querem entrar na roça. Sem dinheiro, sem terra, sem recurso... Não resta outra solução a não ser OCUPAR. Onde isso aconteceu, a terra voltou produzir. No município de Novo Cruzeiro, por exemplo, no assentamento de Aruega, a produção abastece o mercado local (e ainda tem gente dizendo que os Sem Terra são preguiçosos!!!)

2- As ESCOLAS FAMÍLIA-AGRÍCOLAS (EFA) estão trabalhando a cabeça das novas gerações. Não é fácil, mas os resultados já estão aparecendo. Na Limeira (Município de Pavão) o número dos estudantes está aumentando, a evasão escolar está desaparecendo, rapazes e moças se sentem orgulhosos de trabalhar no campo.

3- Pastoral de Juventude Rural (PJR) faz um trabalho com os jovens de várias comunidades, sobretudo entre assentados e áreas de resistência. Vocês sabiam que o nosso boletim Construindo a Maior Idade está ligado à PJR?

4- Associações e Microcooperativas gerando renda. Estão se multiplicando apesar das dificuldades. Os resultados são garantidos por funcionários da EMATER, engenheiros agrônomos, líderes de comunidade,...

5- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Organização que une os trabalhadores do campo na defesa de seus direitos, em apoio às lutas de permanecer na terra (resistência), de produzir e comercializar.

COM A BÍBLIA NA MÃO MEDITEMOS SOBRE A TERRA

Josué 24,1-28: Josué reuniu todas as tribos para celebrar a longa caminhada que os levou a conquistar a terra dos cananeus onde muitos deles já trabalhavam. Todo este movimento de conquista da terra culminou em uma aliança que aconteceu em Siquém.

Êxodo, cap. 3: O Senhor se revelou a Moisés para fazer o seu povo tomar posse da terra prometida.

Gênesis 12,1-9: Deus chama Abraão a deixar sua terra onde o povo sempre mais numeroso já não cabia mais e procurar outras. Abraão obedeceu e foi andando até que encontrou muita terra boa de ser aproveitada. Deus disse a Abraão: *"Eu darei esta terra à sua descendência"* (Gen. 12,7).

A aliança que Deus fez com os homens está ligada à posse da terra. *"Foi Deus que vos tirou do Egito e vos introduziu na terra que jurou a seus antepassados..."* (Deut. 6,10-13). Confronta também Dt. 4,1-3 e 8,6-11.

Como não pensar na Reforma Agrária lendo *"A terra será distribuída em herança para todos, de acordo com o número certo..."* (Neem 26,52-56) Confronta: Deut. 31,7; Jos. 13,7; Ezeq. 47,21-23

"Deus abençou o homem e disse: *Eu entrego a vocês todas as ervas e todos animais..."* (Gen. 1,28-30) confira: Ex 19,5; Isaías 40,21-26; Ezeq. 33,22...

Deus ensina que a Terra não deve servir para fazer negócios, mas utilizada em favor da VIDA:

"A Terra não será vendida para sempre, pois a Terra é minha. *Vocês são simples migrantes e moradores na minha propriedade"* (Levit. 25,23-28). Veja também: Num 36; Deut. 27,17; I Reis 21,3; Jer. 32,6-10; Rut 4,1 e seg.

O Senhor Deus condena os injustos que tomam a terra dos pobres;

- A vinha de Nabat roubada pelo rei Acab: I Reis 1-22
- Neemias 5,1-9: Diante do povo pobre que reclamava por tanta corrupção e violência no campo Neemias reage dizendo "A cólera tomou conta de mim ao ouvir aquela queixa. *Tomei a decisão de repreender os magistrados e os notáveis e falei: É um fardo que vocês fazem pesar sobre os outros... O que estão fazendo é incorreto... Restitui hoje mesmo seus campos, suas vinhas, suas casas e seus bens!* Eles prometeram que iriam fazer tudo isso... A assembléia inteira disse: Amém. E louvou o Senhor. E o povo fez o que fora combinado".

A Terra é mãe e é sinal da bênção de Deus. Vai chegar o dia em que nós *"vamos voltar para a mãe de todos"*. (Ex. 40,1)

A Terra é espaço sagrado de vida: por isso se for respeitada ela retribuirá em abundância, como diz Isaías 55,12-13.

Jesus em suas palavras, ensinamentos, comparação sempre faz referência à Terra e aos lavradores:

- a parábola da semente: Mt. 13,3-9
- os lavradores infiéis: Mt. 21,33-43
- "Eu sou a videira, e o meu Pai é o agricultor: João 15,1-5".
- Bem aventurados os mansos por que herdarão a terra" (Mt. 5,5)
- Jesus afirma o poder de cura da terra: cuspiu na terra, fez barro com a saliva, e curou o cego: João 9,1-7

No Apocalipse aparece a Terra como aliada da Mulher (a humanidade) em defesa da VIDA contra o dragão que quer destrui-la: Apoc. 12,1-18.

A Terra é renovada na nova criação onde campo e cidade se harmonizarão. Apoc. 22,1-3.

Finalmente. Em toda esta grande transformação que envolve a força de Deus e a riqueza da Terra, o Apocalipse afirma com pleno vigor: *"Vi então um novo Céu e uma nova Terra"* (Apoc. 21,1)

PERGUNTE E RESPONDEREMOS

Pergunta: *Um meu tio entrou em depressão e se matou. É verdade que suicidar-se é pecado?*

Resposta: A vida é um Dom de Deus e pertence a Ele. Nós temos o dever de protegê-la e de defendê-la.

Quem mata os outros (homicídio) ou a si mesmo (suicídio) vai contra a vida e portanto contra Deus. Se isso acontece consciente e livremente, é pecado.

A depressão é uma doença que toma conta da pessoa a tal ponto que pode tirar a consciência e a liberdade de agir: neste caso não há pecado.

É bom lembrar porém que existem pessoas que em plena consciência e liberdade fazem coisas que matam a si mesmo e aos outros. Por exemplo:

- Quem se acostuma com álcool, cigarro ou com outras drogas e vira dependente.
- Quem não respeita a dieta que lhe é indicada.
- Quem não tem disciplina na alimentação (come toda hora, vai na onda dos pasteis, cachorros quentes, etc).
- Quem não sabe dirigir e por isso não respeita as leis do trânsito provocando acidentes.
- Quem só pratica o sexo, mas não sabe amar e com isso pega doenças e sobretudo destrói o equilíbrio psicológico de si mesmo e dos outros: coisa que é a maior causa da depressão.

Estes são só alguns exemplos! A lista das coisas que matam é infinita.

ÁGUA – PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE.

A importância da Água:

Nós somos água. O corpo de um bebê é 90% água, o Corpo de um adulto é 70% água.

Nós nascemos de uma bolha de água. Na barriga de nossa mãe passamos nove meses dentro de uma bolsa com um líquido chamado amniótico. Ele contém todas as substâncias necessárias para crescermos até saltarmos para o mundo.

Todas as formas de vida depende da água e não existe vida onde não há água. Por isso não se pode separar água e vida.

A saúde depende da água. A maioria das doenças do planeta vem das águas impróprias para o consumo humano. Segundo a ONU, atualmente, 11,2 bilhão de pessoas não têm água de qualidade para beber e 2,4 bilhões não tem serviços adequados.

Cada ano morrem dois milhões de crianças por doenças causadas por água contaminada. Nos países mais pobres, uma em cada cinco crianças morre antes dos cinco anos de idade por causa de doenças relacionadas á água. A metade das camas dos hospitais do mundo está ocupada por pacientes afetados por enfermidades relacionadas á água.

A ONU afirma que a situação vai piorar e vê um futuro assustador: até 2005 cerca de 40% das pessoas do mundo terão algum tipo de problema relacionado com água.

Poluir as águas, danificar os rios, os lençóis subterrâneos, destruir as nascentes significa atentar contra as formas de vida. Nesse sentido, a água tem uma dimensão sagrada que não podemos permitir que se perca.

Por isso não podemos permitir a privatização dos nossos rios. Para nós, a água não tem valor econômico ela é o elemento principal para que existam todas as vidas!

VALORIZAR A ÁGUA LIMPA PARA TODOS É VALORIZAR A VIDA.

Vamos recordar e conhecer os diversos usos da água para valoriza-la ainda mais!

.Consumo humano, isto é, matar a sede das pessoas, participar da sua higiene, fazer comida etc.

. Matar a sede dos animais.

. Prover todas as formas de vida.

. Uso para agricultura, sendo que 70% da água usada pela humanidade é aplicada na irrigação.

. Uso para geração de energia elétrica.

. Uso industrial.

.Uso para navegação.

.Uso no lazer e no turismo.

Além destes usos, a água tem dimensões, significados que são importantes para muitas pessoas, povos e culturas. Vamos lembrar algumas dessas dimensões:

- Religiosa: a água tem um forte valor simbólico e religioso para muitos povos(batismo, purificação, aspersão..)
- Poética e artística: água é elemento presente na poesia e na música.
- Paisagística: a água compõe as mais belas paisagens do mundo.
- política : muita gente constrói seu poder a partir da água, dominando aqueles que dependem dela. É assim em todos os países em que predomina o latifúndio e naqueles em que a água está sendo privatizada

. Gênero e geração: de acordo com dados da ONU, o serviço pesado de buscar água é trabalho de mulher e criança em todo o planeta. É o que ocorre no Semi-Árido brasileiro.

. Saúde: água é fundamental á saúde, necessidade primária, direito humano e direito de todos os seres vivos.

Por isso precisamos sempre renovar nossos princípios como defesa da vida, das pessoas, dos pobres, da natureza, da justiça. São paixões da alma, as razões do coração alimentando nossa Mística Cósmico-ecológica de comunhão com a terra e com a água:

Ter uma visão nova e mais respeitosa com a própria natureza;

Aprofundar nossa comunhão com a caminhada e a causa dos povos indígenas e grupos de cultura ancestral (negros e índios);

Desenvolver uma sensibilidade eco-feminista;

Participar das campanhas para a democratização da água no mundo.

CELEBRAÇÃO DE PREPARAÇÃO PARA A 12ª CAMINHADA DA TERRA E DAS ÁGUAS.

– Preparação do ambiente (sugerimos que se faça uma celebração ecumênica. No altar deve haver: água, terra, sementes, frutos e outros símbolos que a Comunidade quiser colocar .

01 – Acolhida: deve ser feita por uma pessoa da família ou da Comunidade.

02 – (Todos e Todas) = Bendita Terra, Bendita Água, Benditas Sementes.

03 – Canto : (escolher na folha de músicas)

04 – Animador (a) – Venha, povo de Deus: mulheres, homens, jovens e crianças. Venha, povo de longe e de perto, povo da roça e da cidade , de rios e de mares aqueles que semeiam e aqueles que se fartam do resultado da fertilidade do chão livre ou ainda escrava que mesmo com todo mau trato gera vida para sustentar outras vidas.Venham todos e todas para celebrar o Deus da vida, que é fonte de todas as vidas.

05 – Dirigente = O Deus que é Pai e Mãe que criou todas as vidas estejam conosco.

Todos (as) = Nosso coração está aberto para receber a divindade.

06 – Música: (escolher na folha de canto.)

07 – Solidários com a Memória do sofrimento, vamos colocar a mão no ombro do nosso companheiro ou companheira que está do nosso lado, fazer um momento de silêncio lembrando de todos os males que procuram destruir a terra.

08 – Comprometidos com a Memória da alegria e da Festa vamos lembrar de pessoas que foram libertadas, nascentes que foram recuperadas, sementes que foram resgatadas e terras que foram ocupadas pela luta dos movimentos sociais . Por tudo isso, Louvemos a Deus Criador.

09 – cantar: Onipotente e Bom Senhor (na folha de canto)

10 - Agora vamos preparar para escutar a palavra de Deus. Quem quer terra livre, água pura e sementes sadias, quer um Mundo Novo, um Mundo de Paz sem Fome.

Leitura do Livro de Isaías 65, 17-25.

11 – Momento de reflexão.

Qual a condição da terra em meio: ela é livre ou escrava?

Como anda a situação dos nossos rios, nascentes e lagoas?

Nossa Comunidade ainda preserva alguma semente natural?

12 – Cantemos : Romaria da Terra na folhas de música.

13 – Neste Momento vamos fazer nossas preces Comunitárias.



Espontaneamente vamos pedir a Deus que com a soma das forças possamos construir uma terra sem males e realizarmos uma Caminhada muito proveitosa para alimentar nossa mística pela terra e pela preservação das águas e fortalecer a luta dos companheiros e companheiras que estão na luta por terra.

14 – Peçamos a Deus a Paz, o pão. Com as mãos erguidas digamos ao PAI NOSSO.

15– Avisos finais para o dia da Caminhada e canto Final

GRÁFICA DRUMOND
Tel/Fax: (24) 3323-4956
e-mail: graficadrumond@uol.com.br

12ª Caminhada pela Terra e pelas Águas

"É na Terra Regada que se planta justiça para colher Liberdade!"

Aqui nos reunimos para proclamar que a água e a terra devem ser livres e distribuídas para que todos e todas tenham vida!

Você e sua comunidade estão convidados para essa jornada de luta e de fé, para celebrar a presença de Deus na luta do povo, ao mesmo tempo em que realizamos um ato popular pela Reforma Agrária e pela Vida!

Não fique de fora

Organize sua caravana:

Alúgue ônibus, traga a sua alimentação, cartazes, faixas, chapéu, guarda-chuva e muita animação.

Como chegar:

Acesso para Resende Km 304 da Rod. Pres. Dutra sentido Rio São Paulo. O ponto de concentração será na EXAPICOR, ***a partir das 8h30min.*** Depois seguiremos para a Comunidade Terra Livre. Ela fica na estrada Resende Riachuelo que estará sinalizada!

A caminhada terá um percursso de 4,8Km e durará em torno de 2h30min.

Organização: *MST, CPT,* Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Mansa e Comunidade Luterana de Resende.

Contatos: *(24) 3322-4574 /* (24) 9816-5509

PREPARANDO PARA A CAMINHADA DA TERRA

História de uma Conquista da Terra Livre

A história da Comunidade Terra Livre começou em 1997, no município de Barra Mansa. É assim como um povo nômade, um povo sem terra que se organiza e vai à luta. Nesse ano após a ocupação e a conquista da terra na Fazenda do Salto vários trabalhadores procuraram o MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na esperança de se livrarem dos patrões.

No início de 1998 o MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Mansa organizaram a ocupação da Fazenda Primavera. Durante oito meses de ocupação aconteceram várias tentativas de negociação com o Incra para a desapropriação da área, entretanto não houve interesse no assentamento das famílias.

Durante este tempo houve várias coações para que os trabalhadores e as trabalhadoras saíssem da terra. Em uma dessas situações uma horta organizada pelos acampados, com uma grande plantação de alho, virou alimento para burros e vacas do fazendeiro que impediu as famílias de colherem o que plantaram.

Sem resposta positiva do Incra e para evitar maiores conflitos as famílias Sem Tera se deslocaram para a Rodovia Municipal que liga a Rodovia Presidente Dutra à Fazenda do Salto.

Nesse local o acampamento ficou mais de cinco meses. Foram tempos difíceis: as cestas básicas prometidas pelo Governo só chegaram no fim do ano o que deixou os acampados desprovidos de alimentos. Muitos desistiram, mas os que persistiram, se organizaram ainda mais e somaram forças com outras famílias que vieram da Baixada Fluminense.

Em março de 1999 essas famílias ocuparam a Fazenda da Ponte, pertencente a um latifundiário que possui outras fazendas e já havia sido denunciado pelo uso de trabalho escravo. Assim não conseguiram fazer com que a justiça mandasse as famílias desocupar a terra.

A comunidade começou a se organizar, mas tinha um arrendatário que usava uma parte da fazenda e que tentou coagir as famílias acampadas. Abria a cerca, colocava o gado para comer a horta e intimidava os membros do MST. Foi uma luta para que o arrendatário aceitasse as regras do acampamento ou saísse da área, o que acabou acontecendo.



Comunidade Terra Livre: Escola Chico Mendes Baixada Plantada e no fundo Itatiaia

Nesse tempo, a comunidade foi se organizando e pressionando o Incra pela desapropriação, o que nunca aconteceu. O Incra alegava que a terra não viabilizaria as famílias porque o mercado consumidor era muito longe (para chegar em Itatiaia é só atravessar o Rio Paraíba do Sul, Resende fica pertinho); depois alegaram que na terra não tinha água (a Fazenda é toda cortada pelo Rio Paraíba e tem vários açudes internos). Até hoje o Instituto não desapropriou a área e as famílias plantam sem nenhuma ajuda do Governo Federal.

Com o tempo, a organização do povo, com apoio de aliados da Reforma Agrária as famílias acampadas foram formando a comunidade. Hoje, 34 famílias moram, produzem e vivem de seu trabalho no Acampamento.

A terra que era praticamente improdutiva abastece os municípios de Resende e Itatiaia com maracujá, acerola, aipim, quiabo, jiló, verduras etc. produzidos de forma orgânica, sem uso de agrotóxicos ou outros produtos químicos. A comunidade faz seus próprios defensivos agrícolas e fertilizantes naturais.

As famílias acampadas que se reúnem toda semana para conversar o seu futuro, tem feito um trabalho de reflorestamento, recuperando áreas degradadas e nascentes. Para isso o acampamento conta com um viveiro de produção de mudas.

É notável como apesar do desprezo dos Governos com a Reforma Agrária, o simples fato dos trabalhadores rurais terem acesso à terra já significa uma melhora nas condições de vida Esse acampamento é uma prova.

Não se trata apenas da vida material onde a maioria já conseguiu progressos, mas também, quanto a conquista de cidadania. Hoje, as pessoas do Acampamento têm direito de participar e decidir o seu futuro.

Uma dessas conquistas é a Escola da comunidade, que atende todas as crianças até a quarta série, que nela aprendem a lutar pelos direitos, a preservar e recuperar o ambiente entendendo que o futuro é uma construção a partir do hoje. Na Terra Livre os Sem Terrinha já podem sonhar com um futuro melhor onde todos e todas tenham espaço para viver com dignidade sem precisar ser escravos.

É como disse uma participante do Mutirão contra a Fome e a Miséria, "O Terra Livre é uma área de pobreza. Mas lá, graças a Deus, ninguém passa fome mais. O que eles precisam é de ajuda para produzir mais e melhor. Precisam é de crédito, assistência técnica, condições de transporte".

A história da Comunidade Terra Livre é uma prova que Brasil sem fome, só com o fim do latifúndio. Reforma Agrária Já!

HISTÓRICO DAS CAMINHADAS

1ª. Pedra Lisa – 1986 – Terra é Vida.

2ª. Pinheiral – 1987 – Terra, justiça no trabalho é lei de Deus.

3ª. Sol da manhã – 1988 – Da terra escrava, brota um clamor de justiça.

4ª. Pedra Furada , Pirapetinga – 1989 – Barragens, sem justiça, Deus não quer. A gente barra.

5ª. Mutirão da Conquista – 1991 – Terra repartida, justiça no trabalho.

6ª. Capivari – 1992 – Terra Viva, produzir para ficar.

7ª. Carapebus – 1993 – Pai , ouvi o clamor dos assalariados do campo.

8ª. Campo Alegre – 1994 – Terra é vida e Amor. Justiça para o povo lutador.

9ª. Seropédica – 1996 – Semear a justiça e conquistar a Terra.

10ª. Campos Novos - 1998 - Na terra regada com sangue , renasce o compromisso de lutar pela vida.

11ª. Assentamento Zumbi dos Palmares – 2000 – Terra conquistada, esperança de vida Nova.

A Terra Concentrada Esconde o Pão

A terra no Brasil é muito concentrada?

Sim. O Brasil está em primeiro lugar no mundo quanto ao número e tamanho dos latifúndios. Aqui está a maior concentração de terras do Planeta. Apenas 1% dos latifundiários são donos de 47% das melhores terras agricultáveis, ao passo que existe 4,6 milhões de famílias sem terra e que querem trabalhar na terra. A desapropriação das 28 mil maiores propriedades de terras resolveria o problema.

Como começou a concentração de terras no Brasil?

Até 1500 a terra era um bem natural de uso de toda a população de mais de cinco milhões de indígenas que aqui habitavam. O latifúndio começou no Brasil desde sua colonização. Os amigos dos reis de Portugal ganhavam Capitanias e Sesmarias e o povo ficava fora disto. Depois veio a grilagem e a pistolagem que faz com que existam mais de 100 milhões de hectares nas mãos de latifundiários, tudo em conivência com as autoridades. Hoje, depois de 500 anos, o Brasil ainda não se libertou da sua herança colonial e escravista. Esse modelo conservador e autoritário - concentrador de riqueza, renda e poder – é o grande responsável pela pobreza e pela injustiça social. Precisamos adotar um novo tipo de desenvolvimento – democrático, justo e sustentável

Por que é importante acabar com o latifúndio no Brasil?

Desde sua origem o latifúndio vem sendo mantido e ao mesmo tempo mantendo quatro grandes flagelos sociais:

1° a violência no campo – as primeiras vítimas do latifúndio foram as populações indígenas, expulsas de suas terras a base de pólvora; depois os negros trazidos da África; em seguida posseiros, meeiros, trabalhadores rurais assalariados, lideranças sindicais, populares e religiosas. Foram várias as chacinas contra trabalhadores rurais. A defesa do latifúndio já deixou muitos órfãos e órfãs no Brasil.

2° o desrespeito a natureza – a característica do latifúndio é explorar a terra, sem se preocupar com ela. Além dos grandes desmatamentos para extrair o pau-brasil foram realizadas grandes queimadas, produção de monoculturas que desgasta o solo e depois da 2° guerra mundial é crescente o uso de agrotóxicos que polui a terra, a água e o ar.

3° o uso do trabalho escravo – primeiro foram os povos indígenas, depois os negros e até hoje o latifúndio escraviza, desrespeita as leis trabalhistas, prende os trabalhadores. Mesmo os pequenos proprietários e arrendatários se tornaram escravos das grandes agro-industrias, aqui em nossa região os agropecuaristas integrados a Nestlé têm o modelo e o preço ditado pela empresa a eles resta só o risco.

4° a falta com a produção de alimentos para povo brasileiro – o latifúndio sempre se preocupou muito mais com a exportação do que com o mercado interno. No inicio era a cana-de-açucar, depois o café... agora é a soja, o algodão etc. Sempre produzidos para exportar e enquanto isso cerca de 50 milhões de brasileiros passam fome.



A organização e a luta popular é a única forma de garantir a verdadeira reforma agrária

O que é uma verdadeira reforma agrária ?

Só existirá reforma agrária no Brasil se houver a destruição do latifúndio. Ou seja, é preciso democratizar a propriedade da terra no Brasil, estabelecer limites de tamanhos de fazendas e garantir que todas as famílias que queiram trabalhar na terra tenham essa oportunidade. Precisamos ter uma estrutura de propriedade da terra democrática e o mais bem distribuída possível. Esse é o papel de uma verdadeira reforma agrária.

O que podemos fazer para efetivar uma verdadeira Reforma Agrária no Brasil?

Só o povo, a sociedade organizada, as pessoas dignas e que amam essa nação é que entendem a necessidade da Reforma Agrária. São esses setores, junto com os Sem Terra que tem se mobilizado e lutado pela implementação de uma verdadeira Reforma Agrária em nosso país. É preciso estabelecer um tamanho máximo por região de 35 vezes o módulo rural regional. Todas as propriedades acima disto devem ficar passíveis para a Reforma Agrária.

A terra não é capital: é um bem natural ao qual todos têm direito ao qual todos deveriam ter acesso. Portanto tem que haver uma legislação que garanta isso e que limite o máximo que um cidadão possa ter. Para isto, está sendo feito um abaixo assinado para recolher milhões de assinaturas que acompanharão um projeto que vai ao Congresso Nacional defendendo o limite máximo por região da propriedade da terra. E uma campanha nacional, de fundamental importância para o avanço da Reforma Agrária e uma nação de fato justa e progressista.

A verdadeira reforma agrária só vai acontecer com a pressão do povo organizado. Por isso é importante ocupar terras, fazer mobilizações populares e pressionar os políticos de tudo quanto é forma. Participe dessa campanha, recolha assinaturas.

Além de assentar os trabalhadores rurais sem terra, o que mais o governo deveria fazer para garantir a fixação do homem no campo?

Uma reforma agrária não é apenas distribuir as terras. Ela é o primeiro passo. Uma reforma agrária hoje no Brasil envolve necessariamente muitos outros aspectos complementares, mas fundamentais para que os beneficiários dessa reforma possam sair da pobreza, progredir e produzir para a sociedade, além de poder consumir produtos da indústria. Basicamente diria, resumindo, que são necessários uma política de agroindústrias casada com os assentamentos, um novo modelo tecnológico que oriente os agricultores a produzir com técnicas mais adequadas ao meio ambiente e uma política agrícola que garanta crédito e preços justos aos produtos. E também uma política de soberania alimentar que oriente a produção agrícola para alimentos e para o mercado interno.

Só acabar com o latifúndio e realizar a reforma agrária é suficiente para mudar o Brasil?

Não! É preciso um Projeto Popular para o Brasil. As bases desse projeto estão fincadas em cinco compromissos:

O compromisso com a **soberania**, ou seja, com a conquista, pelo povo brasileiro, da capacidade de definir seus próprios objetivos e os caminhos que deseja trilhar para atingi-los,

O compromisso com a **solidariedade** ou seja, com a mobilização de todos os recursos e de toda a capacidade produtiva, técnica e cultural do Brasil para erradicar a miséria e a pobreza, garantindo a todos os brasileiros um patamar comum de dignidade e cidadania,

O compromisso com o **desenvolvimento**, ou seja, com o uso pleno das nossas terras, recursos, instalações produtivas e capacidade de trabalho em um mutirão comum que nos retire da condição de país periférico;

O compromisso com a **sustentabilidade**, Ou seja, com um desenvolvimento em que o ser humano esteja no centro das preocupações e o ambiente natural não se degrade;

O compromisso com a **democracia avançada**, ou seja, com uma profunda reforma das instituições de poder, bem como dos meios de comunicação de massas, para coloca-los sob controle do povo.

Assumidos com firmeza saberemos traduzi-los nas políticas necessárias para concretizá-los. Chega de Exploração! Chega de meia dúzia de ricos ficando cada vez mais ricos e o povo cada vez mais ficando na miséria.

Mas dessa forma parece que é necessário uma mudança profunda para o Brasil. Vocês defendem o socialismo?

O socialismo, enquanto projeto de uma nova humanidade, prevê a supremacia dos seres humanos sobre o capital. Em nossa sociedade o dinheiro deixou de ser um meio para se tornar o fim. Existe até um tal de mercado que está acima de tudo e de todos. Isso não é possível continuar. O capitalismo dá claros sinais de esgotamento e a humanidade se vê cada vez mais próxima de um dilema: socialismo ou barbárie. Nós não queremos a barbárie e por isso lutamos pelo socialismo, pelo governo da maioria onde quem produz as riquezas defina como ela será usada para o benefício da humanidade e da natureza e que a maioria trabalhadora não fique a reboque de uma burguesia que só sabe explorar.

Qual é a posição dos organizadores da caminhada em relação aos transgênicos?

Somos totalmente contra. Consideramos que o Governo brasileiro deve decretar o Brasil como área livre de transgênicos, com uma moratória de no mínimo 20 anos.

Os transgênicos são resultado de manipulação genética que permite produzir, alterar e transferir genes entre os seres vivos, rompendo a barreira do cruzamento natural entre as espécies, criando, alterando e transferindo material genético entre vegetais, animais, bactérias, vírus e humanos.

Em todo o mundo e aqui no Brasil muitos estudiosos e também lideres sociais têm levantado, mui oportunamente, sérias preocupações em relação a este assunto. Estas preocupações giram em torno dos seguintes riscos:

1° Com relação à **saúde humana**, a ingestão dos grãos geneticamente modificados podem provocar aumento de alergias, resistência a antibióticos e elevação do índice de substâncias tóxicas nos alimentos.

2° No **meio ambiente** há o risco da erosão genética, afetando irreversivelmente a biodiversidade, pela contaminação dos bancos naturais de sementes (bancos de germoplasma). Acresce a isto o aumento assustador da monocultura e a conseqüente perda da riquíssima variedade e qualidade das sementes.

3° É também uma **ameaça à soberania alimentar** do nosso país, em razão da perda do controle das sementes e dos seres vivos pelo patenteamento dos mesmos, tornados propriedade exclusiva e legal de grupos transnacionais que só visam fins comerciais.

4° O risco maior, entretanto, a nosso ver, está na **total dependência, na destruição e, finalmente, no desaparecimento da pequena e até da média agricultura** por causa do inexorável monopólio mundial da produção e comercialização das sementes, que passam para o domínio de um pequeno grupo de gigantescas e poderosas empresas transnacionais.

Não se trata de travar a ciência ou a pesquisa, nem de provocar medo paranóico perante o novo. Pelo contrário, defende-se o mais amplo espaço para a ciência e a pesquisa, orientadas, porém, para o bem comum. As aplicações tecnológicas que impliquem riscos potenciais de grande envergadura, sejam decididas, aprovadas, negadas ou aperfeiçoadas a partir de decisões democráticas e sob controle do povo.

As sementes são patrimônio da humanidade não devem ser privatizadas!

Enquanto houver latifúndio, haverá fome!

Resposta baseada em texto doPe Bernardo Lestienne SJ

A principal causa da fome é a concentração da riqueza. Tem abundancia de alimentos no mundo, mas uma em cada sete pessoas não tem o que comer e dois bilhões sofrem de carências alimentícias. Milhares de crianças morrem cada dia das conseqüências diretas ou indiretas de sub-alimentação permanente. As riquezas do mundo permitiriam uma outra situação.

O maior problema é que os alimentos, que deveriam ser direito, foram transformados em mercadorias. É um escândalo que o acesso ao alimento dependa do poder de compra. Quem tem dinheiro, come; quem não tem, morre lentamente de fome. Afirmar a autonomia da economia em relação à fome é absurdo ou, pior ainda, é um crime. A fome é a negação do direito humano o mais elementar, que é o direito de viver; deve ser combatida com todas forças. O alimento é um "dom de Deus para todos", então "um direito para todos".

A principal causa da fome é a pobreza, resultado da profunda desigualdade na distribuição das riquezas do nosso planeta. A situação vai piorando: os ricos são mais ricos e os pobres mais pobres. O neoliberalismo, longe de reabsorver as desigualdades, as aumenta. A concentração avança em grande velocidade.

Uma oligarquia decide o destino da multidão. As Dívidas Externa e Interna e as Áreas de Livre Comércio reforçam acentuam a ruptura entre incluídos e excluídos. Com o Tratado de Livre Comércio das Américas do Norte, o México perdeu 800.000 pequenos produtores de milho incapazes de competir com o milho subvencionado dos EUA.

Além de representar um instrumento de controle e dominação, a dívida externa, é um dos principais instrumentos de transferência de recursos dos países do Sul para o Norte. A dívida externa se tornou eterna, impagável.

Aos poucos uma dúzia de empresas transnacionais da alimentação (Nestlé, Kellog's, Yoplait, Bung-Borne, Ashton-Clayton, Kraft), uma meia dúzia de empresas transnacionais da biodiversidade e das sementes (Monsanto, Cargill, Vivendi) e de grandes empresas da água estão tomando conta do conjunto da cadeia produtiva e de distribuição dos produtos agrícolas. Essa concentração vai eliminando mais e mais pequenos produtores locais que, com uma ajuda apropriada, poderiam responder em grande parte aos desafios alimentícios.

Os pobres não conseguem sua chance por falta de ter a liberdade de se desenvolver. Estão barrados no processo de libertação. Trata-se, pois, de criar as condições de um processo de 'empoderamento'. Trata-se claramente de uma luta política, de uma imensa obra de educação e organização popular.

São duas as prioridades na luta contra a fome: criar o trabalho para os próprios famintos e redistribuir as riquezas nacionais e mundiais. Hoje, três quartos dos que têm fome são pequenos agricultores extremamente pobres. A estratégia comum de redução da pobreza e de criar o acesso a uma alimentação adequada passa pelo reforço da agricultura nos países do Sul. A agricultura é uma prioridade. A maioria dos mal-nutridos depende dela. Os excluídos das grandes cidades vêm do campo onde não conseguiram assegurar sua subsistência. O fato que muitas famílias do campo produzem sua alimentação, mesmo que insuficiente, evita as transferências massivas para as grandes cidades. O Brasil tem 82% da sua população urbanizada e os campos estão vazios. Muitos alimentos poderiam ser produzidos pelas 5 milhões de famílias sem terra.

Sem reforma agrária, o projeto Fome Zero ficará inacabado.

Tudo pelo social é para valer

É tudo pelo social mesmo. O velho slogan do governo Sarney continua atual para as Comunidades de Base ligada à Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti. O caminho das pedras agora é investir nas construções de postos de saúde, de creche e de escolas profissionalizantes. A missão está a cargo da Ação Social Paulo VI (Aspas) – entidade filantrópica da Igreja local. Graças ao novo rumo, as Cebs já contam com 15 obras sociais nos dois municípios.

Em convênio com o Inamps, a Aspas mantém em funcionamento uma rede de cinco minipostos de saúde na região. Por falta de recursos, porém, fechou há três anos o ambulatório existente na paróquia de Nossa Senhora da Glória, no Jardim Meriti, em São João de Meriti. A entidade possui também três escolas, três oficinas profissionalizantes e quatro centros sociais.

Para dar novo impulso à expansão das Cebs, a Mitra Diocesana – organização encarregada de administrar os bens da Igreja – lançou há três anos o Projeto Esperança, destinado à compra de terrenos e construção de sedes para os centros comunitários. Um dos coordenadores da iniacitiva, padre João Munari, considerou positivo o projeto, bancado por entidades católicas alemãs, em sua fase final. ''Conseguimos fortalecer as comunidades'', comemora o religioso, que ainda não dispõe dos números finais do projeto.



As CEBs adotaram a arma dos pentecostais: a bíblia



As CEBs da Diocese de Nova Iguaçu mantêm 17 ambulatórios

Nordeste foi o berço das CEBs

As comunidades de Base começaram a ser formadas no Nordeste, paralelamente ao Concílio Vaticano II, realizado em 1962 a 1965 para rever os rumos da Igreja. Sem padres suficientes na região, os leigos passaram a se reunir para difundir o catolicismo. A idéia deu certo. Logo, as comunidades se espalharam pelo país. Foram oficialmente reconhecidas em 1968 durante o Encontro de Medellín, na Colômbia, onde bispos discutiram as propostas do Vaticano II na visão da América Latina.

Onze anos depois, em novo encontro dos bispos latinos em Puebla, no México, as Cebs – então distribuídas por toda a região – foram assumidas em definitivo como forma alternativa de evangelização. Chegam ao auge no início dos anos 80, já consolidadas. Mas conhecem a crise nos últimos anos. A causa: o esgotamento da capacidade do discurso político-social de atrir mais fiéis.

As CEBs são formadas, em geral, por grupos de aproximadamente 30 pessoas, residentes no mesmo bairro. Os participantes são divididos em equipes, de acordo com suas vocações. Entre os grupos estão o de Movimento de Catequese, o de Pastoral do Batismo, o da Legião de Marias (incubida de visitar doentes e pessoas com carência afetiva), o do Círculo Bíblico (estudo da Bíblia) e a da Pastoral do Menor.

Falta de padres ameaça o futuro

A origem das Comunidades Eclesiais de Bases se deveu à falta de padres. Mas por ironia do destino, a principal ameaça ao futuro das Cebs é justamente o pequeno número de sacerdotes. ''Estamos nos desdobrando. Somos poucos para atender tantas comunidades'', afirma o padre João Munari, 42 anos, membro do Secretariado Diocesano de Pastoral. Para ele, a igreja tem que tomar uma decisão o mais rápido possível para pelo menos atenuar o problema.

Ocorre que a Igreja não tem prestado atenção às reclamações do clero. ''Estamos ficando doentes e tensos com a situação'', alerta Munari, para quem o papel do padre é fundamental no desenvolvimento das comunidades.

Em Nova Iguaçu, melhor estrutura

Organizadas como empresas, as Comunidades de Base da Diocese de Nova Iguaçu são as mais bem estruturadas da Baixada Fluminense. Mantêm salões de reuniões e conseguem verbas de entidades estrangeiras para os seus programas sociais. Ao todo são 310 espalhadas nas 47 paróquias de Nova Iguaçu, Nilópolis e Paracambi, cada uma com 30 leigos na coordenadação e, na soma, um império social: 17 ambulatórios, 15 escolas e oficinas profissionalizantes, 13 creches, cinco centros sociais, quatro postos de saúde, duas casas para menor carente e uma farmácia, além de dar assistência a nove cooperativas de trabalho.

Um grande contraste com a ofensiva desencadeada no passado, quando seus militantes eram enviados a ajudar os sem-terra, a desenvolver os partidos políticos e a assessorar sindicatos e associações de moradores. "Hoje, nosso trabalho está voltado para o sentido prático do social e ganhar a confiança do povo. O passado deixou lições, pois os instrumentos nos quais apostamos para mudar a vida do oprimido faliram. A reivindicação de nossas comunidades foi manipulada e desapareceu ou caiu na politicagem", desabafa o padre Bruno Luigi, desde o início da década de 80 à frente da Comunidade de Lote XV.

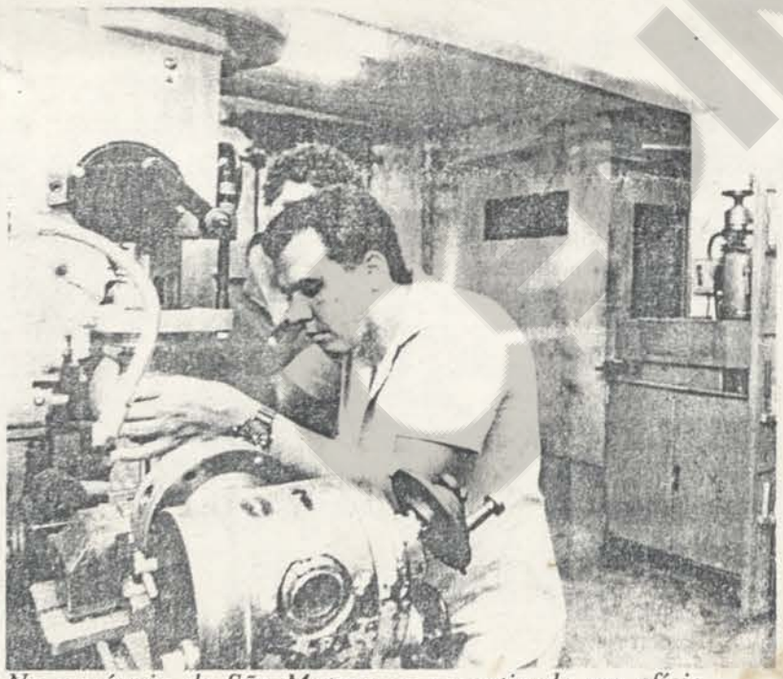
É com o trabalho social e a evangelização – grupos de catequese, círculos bíblicos, clube de mães, preparação de batismo e cursos sobre a bíblia – que a Diocese de Nova Iguaçu espera continuar a crescer e enfrentar os evangélicos nos próximos anos. É a fé de que no trabalho dos leigos esteja a solução para a crise do sacerdócio. Só na Diocese o déficit de padres é de 50%. Atualmente existem 66, embora apenas 49 estejam trabalhando nas paróquias.

Cooperativas criam empregos

As cooperativas de trabalho são a grande vitória desta fase menos revolucionária das Comunidades Eclesiais de Base. Com elas a Igreja Católica não só manteve os fiéis ligados ao espírito religioso, mas também resolveu um grave problema da Baixada Fluminense: o desemprego. Nas nove cooperativas espalhadas em Belford Roxo e Mesquita, o investimento deu certo. O lucro em nenhuma delas é grande, mas as pessoas envolvidas no trabalho ganham acima do salário mínimo.

"É uma questão de paciência. Quando a recessão terminar, tenho certeza de que os bons lucros virão", acredita Edna Pereira de Oliveira, 35 anos, que junto com outras seis mulheres do bairro Sangrilá Rosa, em Belford Roxo, toca há quatro anos a Cooperativa de Roupas Íntimas. A fábrica fica na paróquia do bairro e, além das vendas em reuniões comunitárias, o grupo abriu uma loja no Centro de Nova Iguaçu. Vendem desde calcinhas e sungas de praias até camisas e conjuntos de malha, com o preço sempre 40% abaixo do mercado. A produção é de 220 peças por dia.

Outra cooperativa que segue o mesmo caminho é a do bairro Santo Elias, em Mesquita. Sete mulheres fabricam diariamente 60 bisnasgas para revendê-las nas comunidades próximas. A fábrica funciona numa casa comprada por intermédio da Comunidade de Base da região e, por isso, os moradores batizaram a produção com um singelo nome: o pão de Cristo.



Na paróquia de São Mateus, a garantia de um ofício

Liberdade de religião é real

Para se inscrever no Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Social (Cadts), na paróquia de São Mateus, em São João de Meriti, não é preciso ser católico. Religião, aliás, não faz parte do currículo do Centro, que oferece cursos profissionalizantes de tornearia, serralheria, bobinagem, fresagem, eletricidade e reparo de aparelhos eletrodomésticos. "Apenas no intervalo das aulas, os estudantes são liberados para se dedicar à religião que escolheram", assinala Paulo César Nunes, um dos coordenadores do Cadts. Mesmo assim, 80% dos alunos são católicos.

O centro é mantido com recurso de entidades internacionais ligadas à igreja. Atualmente, existem 250 alunos. O número só não é maior, segundo Gilson Gonçalves Barbosa, outro coordenador, devido à decisão de limitar as vagas para garantir a qualidade do ensino. "Na última prova, mais de 700 jovens se inscreveram", diz Gilson.

A divisão de cada núcleo

Diocese de Santo Antônio de Jacutinga (Nova Iguaçu, Belford Roxo, Japeri, Queimados, Nilópolis e Paracambi)

▶ Região I (Centro Nova Iguaçu, Mesquita e Caonze) – 10 paróquias, 42 CEBs, duas creches, três ambulatórios, uma escola comunitária e uma cooperativa.

▶ Região II (Belford Roxo, Lote XV e Cruzeiro) – Nove paróquias, 85 CEBs, oito creches, nove ambulatórios, dois postos de saúde, três escolas/oficinas comunitárias, uma casa de menor, dois centros sociais e quatro cooperativas.

▶ Região III (Paracambi, Japeri, Engenheiro Pedreira) - Quatro paróquias, 31 CEBs, e um centro social de estudos e duas escolas/oficinas.

▶ Região IV (Nilópolis, Olinda e Edson Passos) – Seis paróquias e 22 CEBs.

▶ Região V (Queimados, Austin e Comendador Soares) – Sete paróquias, 40 CEBs, dois ambulatórios e uma escola/oficina e uma farmácia.

▶ Região VI (Cabuçu, Rosa dos Ventos e Luz) – Cinco paróquias, 32 CEBs, um ambulatório, quatro escolas/oficinas e um centro social.

▶ Região VII (Miguel Couto, Posse e Vila de Cava – Seis paróquias, 58 CEBs, três creches, dois ambulatórios, dois postos de saúde, um centro social, uma casa de menor, cinco escolas/oficinas e quatro cooperativas.

Diocese de Santo Antônio (Duque de Caxias e São João de Meriti)

▶ Região São João de Meriti – 10 paróquias, 75 comunidades, dois centros sociais e uma escola profissionalizante.

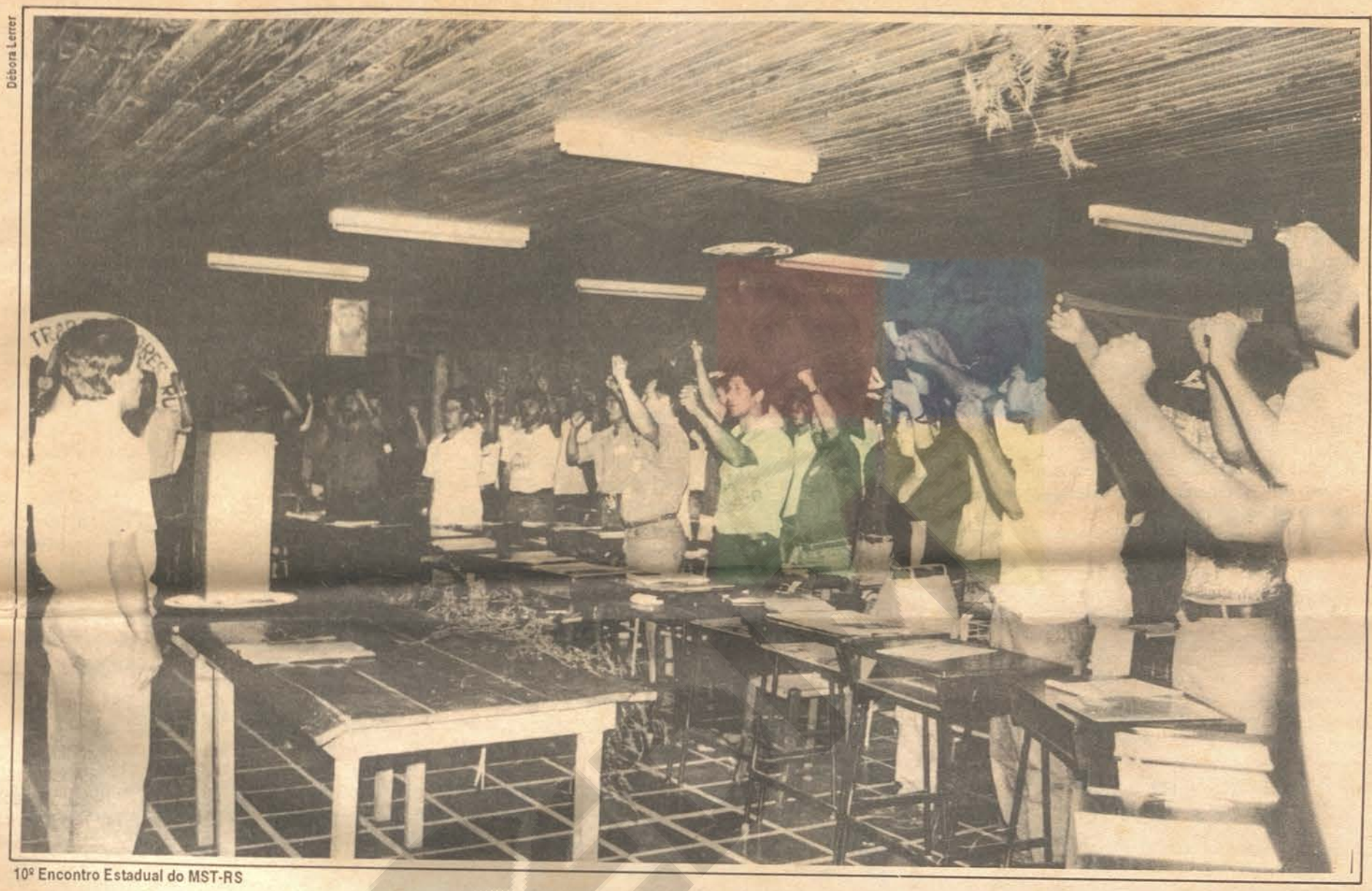
▶ Região Centro de Caxias – 5 paróquias, 55 comunidades, 3 mini-postos de saúde, 2 escolas, duas oficinas profissionalizantes e dois centros sociais.

▶ Região Rural de Caxias – 3 paróquias, 87 comunidades, 2 mini-postos de saúde e 1 escola.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS

SEM TERRA

Débora Lerrer



10º Encontro Estadual do MST-RS

ENCONTROS ESTADUAIS REAFIRMAM A LUTA

ESTUDO
Parlamentarismo ou Presidencialismo
Págs. 4 e 5

AMÉRICA LATINA
Reação contra a Lei Torricelli
Pág. 15

JUDICIÁRIO
Os juízes e a questão da terra
Pág. 6

ENTREVISTA
A luta pela terra no Maranhão
Pág. 6

25 ANIVERSARIO da morte do Che na Bolivia

JORNALISTAS GANHAM PRÊMIO DIREITOS HUMANOS

O Prêmio Direitos Humanos concedido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul busca destacar o trabalho sério de jornalistas comprometidos com a busca por uma justiça social e respeito aos direitos humanos neste país.

Este ano o primeiro lugar foi concedido ao jornalista Carlos Wagner da Zero Hora por sua reportagem sobre os Brasiguaios; ao fotógrafo Genaro Joner por suas fotos "Peregrianação de um Aidético" e uma menção especial ao fotógrafo Luiz Abreu da sucursal gaúcha do jornal "O GLOBO" pela foto do pai de Otávio Amaral com o rosto angustiado durante o julgamento de seu filho. Esta foto foi batizada de "Eu também estava na Praça" .

Na categoria de radiojornalismo o repórter da Rádio Gaúcha, Roberto Villar, ficou com o primeiro lugar pelo trabalho "Ex-presidiário ou Eterno Prisioneiro" e na categoria de telejornalismo o repórter da RBS TV, Alexandre Kieling ficou com o primeiro e segundo lugares pelos trabalhos "Caso Diógenes" e a série "Violência Contra o Menor".

O chargista "Santiago" tirou o primeiro lugar com "Carandiru".

Também foi homenageado o jornalista Caco Barcellos que ganhou o prêmio Personalidade Gaúcha em Direitos Humanos em referência a sua carreira de repórter investigativo e seu livro recém publicado, o "Rota 66" que narra os assassinatos impunes da polícia militar de São Paulo.

O MST cumprimenta estes jornalistas que são comprometidos com a verdade dos que não tem voz neste país e que com seu trabalho ajudam a informar e a conscientizar o povo dos problemas sociais e da imperiosa necessidade de mudanças na sociedade brasileira.

JORNAL DO BRASIL PREMIA ARTIGO SOBRE REFORMA AGRÁRIA

O Jornal do Brasil organizou um concurso "Os Líderes do Amanhã" em que as pessoas deveriam escrever artigos para o jornal sobre qualquer tema. O premiado teve seu artigo publicado dia 27.12.92. Foi o arquiteto Manoel Siqueira Marques, 64 anos, que escreveu um artigo propondo e defendendo que a única saída para resolver os problemas das grandes cidades é a realização da reforma agrária, organizando os assentamentos ao redor das cidades para a produção de alimentos.

Parabéns Manoel

MST RECEBE CERTIFICADO PERSONALIDADE 92

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Jornalísticas e de Radiofusão de Imperatriz entregou ao MST o certificado de Personalidade 92 Amigos da Imprensa, em reconhecimento à participação MST em sua luta sindical. Para o Movimento esse prêmio é a abertura dos meios de comunicação do Maranhão para a divulgação da reforma agrária como uma luta não só dos sem terra, mas de toda sociedade civil organizada. (Conceição Amorim)

Editorial

Enfim, afasta-se Collor. E agora, Itamar?

A Fuga de Collor

Finalmente Collor foi afastado do cargo de Presidente da República, no último dia 29 de dezembro. Ele renunciou e o Senado Federal, atendendo a vontade popular, condenou-o mesmo assim, inpedindo-o de concorrer a qualquer cargo político nos próximos 8 anos.

No último instante, Fernandinho ainda tentou fugir do julgamento, apresentando seu pedido de renúncia. Para quem afirmava que não renunciava porque isso seria admitir a culpa, nada ficou mais evidente. Mas a renúncia não foi só um ato de covardia de enfrentar o julgamento. Foi malandragem para não perder seu direito político de concorrer a cargos públicos, com o objetivo de (se eleito) garantir sua impunidade contra todos os crimes de que está sendo acusado.

Enquanto isso, Paulo César Farias "descansa" na Europa. Afinal, em apenas dois anos (de governo Collor), o PC conseguiu juntar uma fortuna de mais de um bilhão de dólares. Não se tem notícias de que outra pessoa, de qualquer parte do mundo, tenha conseguido reunir uma fortuna tão grande, num espaço de tempo tão curto. Ele merece um descanso bastante prolongado, mas não na Europa e sim, em um presídio brasileiro.

E os empresários que deram o dinheiro para que o governo os privilegiassem? Esses não vão acertar contas com a justiça? As construtoras Odebrecht e Andrade-Gutierrez, Grupo Sharp, Mercedes-Benz, empresas de ônibus Itapemirim e São Geraldo, são apenas algumas das empresas que enriqueceram ilicitamente Collor e sua quadrilha.

Esperamos que o trabalho da justiça vá até o final, punindo todos os responsáveis por essa roubalheira. A não punição reforçaria a idéia de que só vai para os tribunais da justiça os "ladrões-de-galinha" e os menores de rua. Para os grandes roubos... descanso na Europa.

Chega de impunidade a esses engravatados que sempre aparecem nos meios de comunicação dizendo-se defensores dos interesses do país e do nosso desenvolvimento. Mas que, por debaixo do pano, fazem maracutaias e saqueiam os cofres públicos

Mudanças Urgentes

Nosso país necessita urgentes mudanças na política econômica que não podem mais ser adiadas. A violência urbana nada mais é do que o resultado do agravamento das condições sociais da população, que tem sido provocado por esta política.

A burguesia, que não permite uma melhor distribuição de renda e que é contrária à reforma agrária, apresenta como única saída para a crescente onda de violência, a utilização do exército nas ruas e a pena de morte.

Medidas repressivas nunca resolveram problemas sociais. Se a burguesia teimar em se opor às mudanças estruturais que combatem esta enorme disparidade social, certamente terão que se preocupar cada vez mais com sua segurança pessoal e erguer muros cada vez mais altos ao redor de suas casas.

Diante deste quadro social a reforma agrária é cada vez mais urgente. Há 5 milhões de famílias sem terra no campo. Se não tiverem condições de viver no meio rural, essas famílias virão inchar as periferias das grandes cidades.

Em contrapartida, continuam existindo enormes latifúndios improdutivos simplesmente por causa da inoperância do governo e por existir um grande número de parlamentares vinculados aos coronéis do campo.

Os INCRAs estaduais estão praticamente sucateados, servindo de exemplo do descaso com que o governo trata a questão agrária. Aqueles superintendentes interessados em fazer algo se vêem impedidos por falta de recursos humanos e financeiros. E os que estão no cargo unicamente por apadrinhamento político, preferem que continue como está, uma vez que trabalham pouco e, pelo menos, o salário de superintendente está garantido.

Esperamos que, passado o governo Collor, o governo Itamar torne-se mais ágil e atuante. Que inicie o mais rápido possível as mudanças necessárias no Ministério da Agricultura e no INCRA. Esses cargos devem ser ocupados por pessoas que estejam realmente comprometidas com a luta pela reforma agrária, com uma política agrícola voltada para o aumento da produção e para a manutenção do homem no campo.

A Luta pela Terra

Nossos Encontros Estaduais realizados em Dezembro e Janeiro reafirmaram nossa disposição de fazer crescer a luta pela Reforma Agrária em nosso país.

Durante todo o ano de 92, alguns membros do poder judiciário assumiram a tarefa de combater a luta pela terra, acusando os trabalhadores rurais de estarem formando bandos ou quadrilhas. Vários de nossos militantes permaneceram presos por causa desses juízes, conchavados com os latifundiários.

Daí nossa necessidade cada vez maior de trazer toda a sociedade para a luta pela reforma agrária. A aliança campo e cidade deverá se fortalecer neste ano.

Envolvendo toda a sociedade nessa luta, estaremos quebrando o bloqueio de informações que os meios de comunicação nos impõem e faremos frente na ofensiva dos latifundiários que agem em conjunto com as forças repressivas e com alguns juízes. Quando estes juízes perceberem que a luta pela reforma agrária não pertence somente ao MST, que não é só do interesse do homem do campo, aí certamente será mais difícil reprimir e prender os que se organizam e se mobilizam para que a reforma agrária seja efetivamente implantada em nosso país.

Direção Nacional

Balaio de notícias

POLICIAIS APOIAM REFORMA AGRÁRIA

Recentemente realizou-se um encontro nacional reunindo representantes das Polícias Civis, Militar e Federal de todos os estados do Brasil, para analisar os problemas de violência no campo e na cidade.

Ao final do encontro, foi divulgado um documento com suas conclusões, entre as quais sobre a violência no campo:

"somente a implementação da reforma agrária poderá solucionar e prevenir os problemas de violência no meio rural."

Se até os dirigentes das Polícia Civil, Militar e Federal concluíram que a reforma agrária é uma questão social, econômica e política, esperamos que agora, pelo menos, os governadores que ordenam essas polícias entendam que os problemas da terra não se resolvem com repressão, ou seja, com o uso da polícia, mas sim com reforma agrária.

Débora Lerrer



Trabalhadores explorados se enfrentam por causa da omissão governamental

ROMBO OU ROUBO DO PC

O delegado da Polícia Federal,Paulo Lacerda , que preside o inquérito policial que investiga a corrupção da dupla Collor-PC divulgou ao Jornal do Brasil:

- Suas investigações já completarm 234 volumes de depoimentos e dados.
- A dupla Collor-PC, pelas suas investigações conseguiu obter dos empresários mais de um bilhão de dólares.
- Ele conclui que mais de 300 empresários "doaram" dinheiro em troca de favores, praticamente 90% do grande empresariado.
- Pretente indiciar como corruptos passivos, pelo menos 32 empresários.
- A maior parte dos recursos estão depositados nos Estados Unidos, através de Ironildes Teixeira e na França/Suíça, através do contrabandista e banqueiro de narcotráfico Guy des Longchamps.
- No Brasil, a dupla pretendia montar um grande império econômico que ia desde o controle da VASP, rede de televisão Manchete e OM, até a compra de estatais privatizadas.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Você sabia que o crédito rural colocado à disposição dos agricultores na safra 1991/92 representou apenas 30% do valor do crédito colocado à disposição na safra de 1980?

E ainda, que a maior parte do crédito rural se destina a comercialização da produção agrícola e que os agricultores recebem cada vez menos?

Isso é resultado da política econômica voltada apenas para os interesses dos grandes monopólios e da exportação.

INDÚSTRIA DE TRATORES

Você sabia que a indústria de tratores vendeu em 1992 apenas 13 mil tratores, somados todos os tipos? Em 1980 foram vendidos 51 mil tratores.

Isso é o resultado da recessão econômica que fez os trabalhadores do Brasil trabalharem 10 anos de graça acorrentados pela dívida externa ao grande capital internacional.

FUMO AO INVÉS DE ALIMENTOS

Num país de famintos, é impressionante constatar que a cultura do fumo é a que mais cresce. Em 1991 foram exportadas 179 mil toneladas, entrando 658 milhões de dólares. Em 1992 o cultivo aumentou 29% passando para 220 mil toneladas que arrecadaram 850 milhões de dólares.

Graças à política que estimula a exportação, os preços sobem de acordo com o dolar e o fumo passa a ser um cultivo muito rentável. Milhares de pequenos agricultores do sul se dedicam a seu cultivo, já que não há uma política agrícola que estimule a produção de leite, milho, suínos e outros alimentos para o povo brasileiro.

Vejam quantos pequenos agricultores se dedicam ao cultivo do fumo, embora o Ministério da Saúde faça campanha para combater o cigarro.

ÊXODO RURAL NO PARANÁ

Por falta de uma política agrícola e agrária de proteção ao pequeno e médio agricultor, de 70 a 80, 100 mil minifúndios desapareceram no Paraná.

Isto revela que a agricultura e a agroindústria foram se ligando progressivamente ao latifúndio.

Nos anos 70, 2 milhões e 700 mil pequenos agricultores saíram de suas terras e, nos anos 80, 1 milhão e 500 mil.

O resultado de tudo isso é uma urbanização de 73%, ou seja, 6 milhões e 200 mil pessoas estão nas cidades e dois milhões no campo.



O PROCERA E O BANCO DO BRASIL

Em resposta à consulta realizada pela Direção Nacional do MST, a diretoria de crédito rural do Banco do Brasil, que cuida das verbas do PROCERA, reconheceu e informou:

Recursos previstos para o PROCERA em 1992:

- do INCRA: ..... 12 milhões de dólares
- do Tesouro: ..... 63 milhões de dólares
- **Total: ..... 75 milhões de dólares**

Recursos efetivamente liberados

- em setembro/92: ..... 2,69 milhões de dólares
- em outubro/92: ..... 0,52 milhões de dólares
- em novembro/92: ..... 0,01 milhões de dólares
- **Total liberado: ..... 3,22 milhões de dólares**

Com isso os assentamentos possuem um crédito do orçamento de 1992, de nada menos do que 72 milhões de dólares que já estavam previstos. E agora, a quem reclamar?

Essa é a prioridade social do atual governo?

Esperamos que o governo Itamar libere imediatamente esses recursos atrasados para que os assentamentos possam desenvolver a produção e assim, contribuir para o combate à fome.

MULTINACIONAIS PRESSIONAM APROVAÇÃO DA LEI DE PATENTES

O Congresso brasileiro vem sofrendo pressões de grupos famacêuticos internacionais para aprovar a lei de propriedade industrial o mais rápido possível. O ministro da indústria do comércio e do turismo, José Eduardo de Andrade Vieira quer buscar consenso no governo em torno deste projeto de lei. O Brasil tem até março de 1993 para se definir sobre o assunto, do contrário poderá sofrer sanções comerciais das multinacionais farmacêuticas.

O ministro das relações exteriores, Fernando Henrique Cardoso propõe um prazo de dez anos para a proteção das patentes para que os países em desenvolvimento possam se adaptar e capacitar-se tecnologicamente à nova lei. As empresas farmacêuticas estrangeiras já declararam que um prazo de carência é inaceitável.

Representantes da comunidade científica brasileira estão exigindo a retirada do congresso deste projeto de lei de propriedade industrial, pois depois da ECO-92 esta lei não tem mais valor nenhum, já que está pautada em um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico que foi ultrapassado.

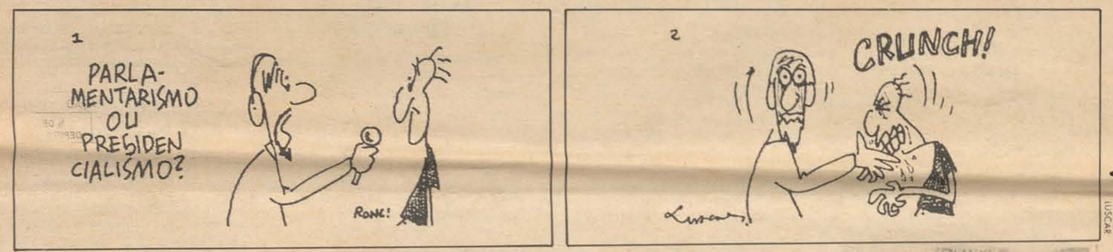
NOVA DIRETORIA DO SINTAG/BA

O MST cumprimenta a nova direção do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado da Bahia eleitos para a gestão de 92 a 95.Desejamos que o novo presidente, Ailton Florêncio dos Santos, e todos seus companheiros de chapa tenham sucesso na condução deste importante sindicato.

Plebiscito para definir o sistema de governo:

PARLAMENTARISMO OU PRESIDENCIALISMO?

No dia 21 de abril, o povo brasileiro volta às urnas em todo país para decidir qual o sistema de governo que prefere: PRESIDENCIALISMO ou PARLAMENTARISMO.
Deverá escolher se deseja que o Brasil continue como REPÚBLICA ou se quer a volta da MONARQUIA.
Na verdade a maior polêmica está relacionada com o sistema de governo, pois 90% da população é favorável à república. Logo, o debate maior está em torno do Presidencialismo ou do Parlamentarismo. O primeiro problema é que 66% da população (segundo pesquisa da Datafolha) ainda não sabe o que são e quais as diferenças entre os dois sistemas de governo.
Certamente, de fevereiro a abril e, sobretudo, a partir do programa gratuito de TV que será em março, a população brasileira terá elementos para discutir este que será o principal tema dos debates políticos do país.
Para contribuir com este debate o Jornal Sem Terra traz comentários sobre esses dois sistemas de governo.



PARLAMENTARISMO

É um sistema de governo em que o poder executivo é exercido por um Primeiro-Ministro escolhido por um colégio eleitoral formado pelos deputados federais. Como o próprio nome diz, é um governo de parlamentares.

Se mantém a figura de um Presidente da República, mas apenas para uma espécie de equilíbrio entre os poderes e como relações públicas do governo. Quem governa de fato e escolhe o ministério é o Primeiro Ministro.

A proposta de parlamentarismo no Brasil ainda não está bem definida em suas carcterísticas, mas a tradição do parlamentarismo indica que quando a maioria dos deputados retira o apoio ao Primeiro Ministro, ele é automaticamente mudado por outro que é escolhido pelos deputados.

PRESIDENCIALISMO

É o sistema atual de governo. O poder executivo é exercido pelo Presidente da República que é eleito pelo voto direto de todo povo. É o Presidente que escolhe seu ministério. Para tirá-lo do poder somente diante de casos de falta grave, aplicando-se o Impeachment, como aconteceu com Collor de Mello.

ARGUMENTOS A FAVOR DO PRESIDENCIALISMO:

1.Mais democrático porque representa a eleição direta, por todo povo, para Presidente da República que é o chefe de governo.

2. Defender o Parlamentarismo seria uma traição a toda luta do povo brasileiro por eleições diretas, reativando um novo tipo de colégio eleitoral.

3. Possibilita uma maior separação dos três poderes como executivo, legislativo e judiciário. No Parlamentarismo o legislativo passa a centralizar todo poder.

4. Fortalece também o legislativo, pois a maioria das leis são feitas pela Câmara dos Deputados.

5. Assegura que haja rotatividade de poder e de políticas, pois o povo se manifesta claramente nas eleições contra o governo atual ou não.

No sistema parlamentarista há uma tendência à manutenção no poder de um grupo por longo período, devido às manobras entre deputados.

6. Permite ao povo eleger e também derrubar o presidente, sem que isto signifique perigo para a democracia (ex.impeachment de Collor)..

7. São as disputas para presidente e governadores que possibilitam maior mobilização popular e maior avanço na consciência política (exemplo de grandes mobilizações no Brasil: "Diretas-já","Lula na Presidência", "Fora Collor").

DEFEITOS DO PARLAMENTARISMO PARA O PRESIDENCIALISTA:

8. O Parlamentarismo vira eleição indireta e transfere aos deputados todo o poder que deve ficar com o povo.

9. Tradicionalmente a Câmara dos Deputados sempre foi mais conservadora do que os presidentes e governadores estaduais. Logo, um primeiro-ministro sempre vai ser mais conservador do que a possibilidade de eleição direta. (ex. Se em 1989, nós estivéssemos em Parlamentarismo, os deputados teriam escolhido Ulysses Guimarães, pois o PMDB tinha maioria na Câmara, mas o povo lhe deu menos de 5% dos votos).

10. O atual sistema de eleição dos deputados é anti-democrático. O peso dos votos dos eleitores é diferente em cada estado. Em São Paulo é preciso 300 mil votos, enquanto no Acre bastam 15 mil. Portanto o Primeiro-Ministro será eleito por um colégio não representativo da sociedade.

11. O Parlamentarismo só funciona com partidos fortes e com ideologia. Isso não existe no Brasil. Existe muito fisiologismo entre os deputados que, em troca de favores e cargos, fazem qualquer acordo para escolher o Primeiro Ministro.

12. O Parlamentarismo vai acabar com os pequenos partidos que não terão mais chance de apresentarem candidatos para o povo (o melhor exemplo é o caso do PT, que possui 6% dos deputados federais e que foi no 2º turno nas diretas).

13. O Parlamentarismo trará junto a implementação do sistema de voto distrital, simples ou misto, que será o sepultamento dos pequenos partidos e o fortalecimento dos grandes partidos.

14. O poder legislativo fica sem iniciativa, amarrado ao executivo, pois foi ele que escolheu o Primeiro Ministro, o governo.

15. Transforma-se num sistema corporativo, onde os deputados vão lutar por interesses pessoais e regionais, vão ser mais clientelistas (deputados trocando apoio ao Primeiro Ministro por favores), eliminando a participação popular e obscurecendo as questões nacionais e de classe..

16. A estabilidade que as elites querem com o Parlamentarismo não deve ser o objetivo a ser buscado por quem quer transformar a sociedade.

17. No Parlamentarismo é comum mudar o Primeiro-Ministro e seu ministério para manter a aliança dos partidos que governam e que assim, se perpetuam no poder. Ele só é substituído quando interessa ao partido dominante.

18. As eleições para deputados não politizam. Os votos são clientelistas, regionais, fisiológicos e, em geral, de quem possui mais dinheiro para gastar.

19. A implementação do Parlamentarismo a nível dos governos estaduais aumentará ainda mais a distância do poder do povo, em relação aos seus problemas concretos e garantirá cada vez mais governadores conservadores, resultados apenas de alianças entre interesses de deputados(a frente parlamentarista já aprovou a proposta de parlamentarismo também nos estados).

ARGUMENTOS A FAVOR DO PARLAMENTARISMO:

1. É mais democrático, porque seria negociada a eleição do primeiro-ministro entre os deputados e partidos que tem uma representatividade maior da sociedade brasileira.

2. O Primeiro-Ministro pode governar com maior facilidade, pois é representante de uma maioria parlamentar. Esses parlamentares aprovarão com mais facilidade suas propostas de lei.

3. É um governo do conjunto dos deputados e partidos(que representam a sociedade) e não apenas de uma pessoa.

4. A implantação do Parlamentarismo trará benefícios a toda sociedade, pois como todas organizações sociais são presidencialistas (sindicatos, associações, etc.) forçará a que todos implementem sistemas colegiados.

5. Será um governo forte e, ao mesmo tempo, permitirá sua mudança mais facilmente pelo próprio Congresso, afastando os fantasmas de golpes militares, muito comuns na América Latina.

6. O deslocamento do centro institucional de poder para a Câmara dos Deputados alarga a democracia e favorece o papel dos partidos especialmente os que tem base organico-ideológica.

12. No Presidencialismo não há mecanismos para a solução dos impasses ou das crises, levando quase sempre a golpes de estado ou à violação da democracia.

13 O parlamento no regime presidencialista perde sua representatividade social, pois a figura do presidente é que hegemoniza a disputa política.

14. Em períodos agudos da luta de classe, a crise de hegemonia não leva a um fortalecimento da representatividade social ou popular, mas a uma crise de autoridade e, portanto, se resolve com um estado "forte".

15 A faculdade do presidente, com seu poder de distribuir verbas, orçamento, nomear e demitir não é um procedimento democrático.

16. No presidencialismo, os ministros são resultado da vontade pessoal do presidente, enquanto no parlamentarismo é resultado dos acordos entre os partidos.

17. Mesmo ganhando um candidato presidencial progressita, mudanças vão depender dos acordos com o poder legislativo.

18. No Brasil, a hipercentralização do poder executivo é um dos pilares da política.

19. Os imensos poderes do presidente somente se efetivam quando são tomados para manter os status quo da elite, pois. governos como o de Goulart, no Brasil e Allende, no Chile, caíram quando tentaram fazer mudanças sociais).

OS PARTIDOS ESTÃO DIVIDOS

Apenas o PSDB defende por estatuto o Parlamentarismo. Mesmo assim, sua base eleitoral está dividida. Todos os demais partidos estão divididos, ou seja, possuem lideranças que apoiam o Parlamentarismo e outras que apoiam o Presidencialismo. Não há nenhum partido que feche integralmente com um ou outro sistema de governo.


Douglas Mansur

Parlamentarismo ou Presidencialismo? Qual dos dois garantirá uma verdadeira democracia para os brasileiros?

OS DEFEITOS DO PRESIDENCIALISMO PARA O PARLAMENTARISTA

7. O Presidencialismo tem uma vocação autoritária, pois depende sempre da decisão de uma pessoa. Não pode ser considerado como democracia direta do povo, porque depois de eleito o presidente faz o que quer.

8. Centraliza o poder executivo nas mãos de quem ganhar as eleições e marginaliza o poder legislativo e a própria sociedade.

9. O Presidencialismo leva a um populismo fazendo com que o presidente se relacione direto com as massas, gerando nelas um sentimento de messianismo; a espera por um salvador com soluções milagrosas.

10. Inibe o fortalecimento dos partidos políticos, transferindo o poder para pessoas, isto é, para os políticos e não para a organização partidária.

11. Corre o risco de produzir um Presidente do executivo sem uma maioria legislativa e com isso inviabiliza o seu governo, transformado em crise permantente.

PT FARA O PLEBICITO

O PT ainda não se definiu. Segundo os comentários políticos, sua decisão vai influenciar o plebicito, pois hoje ele é o "fiel" da balança: para onde o PT decidir, define-se a eleição.

O PT fará um plebicito entre seus 500 mil filiados no dia14

Em cada município os diretórios colocarão urnas e os filiados poderão votar pelo Presidencialismo ou pelo Parlamentarismo. Qaulquer pessoa poderá filiar-se ao partido até dia 5 de fevereiro para efeito dessa eleição.

Os dirigentes partidários esperam que pelo menos 80 mil filiados do PT compareçam às urnas. A partir do resultado todas as intâncias e dirigentes passarão a defender o que ganhar, inclusive o Lula.

REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS NO POVO E NA CÂMARA

Um dos principais argumentos pró-presidencialismo é que a representação na Câmara dos Deputados não é democrática. Veja o exemplo na tabela abaixo, onde aparecem o número de votos obtidos para deputados, o porcentual dos votos diretos e o porcentual de deputados que o partido possui.

Pelo quadro pode-se ver que o PMDB e o PFL são os principais beneficiados. O PMDB fez apenas 17% dos votos dos eleitores, mas possui 22% dos deputados. O PFL fez somente 13% dos votos, mas possui 17% dos deputados. Já o PT, que fez 10,3% dos votos dos eleitores, elegeu apenas 6,9% dos deputados. (veja tabela abaixo)

A VOTAÇÃO DOS PARTIDOS EM 1990

Legendas com menos de 5% dos votos ficaram sem representação

PARTIDOS QUE TERIAM REPRESENTAÇÃO NO CONGRESSO				
PARTIDOS	VOTAÇÃO EM 90	% VOTOS	Nº DE DEPUTADOS	% DE DEPUTADOS
PMDB	5.432.048	17,6	108	21,5
PFL	4.099.213	13,2	83	16,5
PT	3.186.317	10,3	35	6,9
PDT	3.073.759	9,9	46	9,1
PSDB	2.946.203	9,5	38	7,5
PDS	2.628.421	8,5	44	8,7
PRN	2.283.346	7,4	38	7,5
PTB	1.836.561	5,9	38	7,5

PARTIDOS QUE FICARIAM SEM REPRESENTAÇÃO				
PARTIDOS	VOTAÇÃO EM 90	% DE VOTOS	Nº DE DEPUTADOS	% DE DEPUTADOS
PL	1.494.814	4,80	16	3,1
PDC	901.377	2,90	22	4,4
PSB	713.100	2,30	11	2,2
PCB (PPS)	305.521	0,99	3	0,6
PTR	303.870	0,98	2	0,4
PCdoB	284.914	0,92	5	1,0
PRS	243.231	0,79	4	0,8
PMN	237.176	0,77	1	0,2
PST	230.637	0,75	2	0,4
PSC	125.084	0,41	6	1,2
PSD	103.201	0,33	1	0,2
PRONA	11.219	0,04	-	-
PSU	3.824	0,01	-	-
PTN	999	0,00	-	-

NENHUM PAÍS TEM SISTEMA DE GOVERNO IGUAL

Entre 170 países que compoem o cenário das nações do mundo, a rigor, nenhum deles possui um sistema de governo exatamente igual ao outro. Sempre tem alguma pequena modificação. Tanto em países presidencialistas (ex. EUA, México, Brasil), quanto em países parlamentaristas(ex. Inglaterra, Alemanha, Portugal).

Há também os que possuem um sistema misto presidencialista-parlamentarista, como é o caso da França.

VOTO DISTRITAL

Uma das maiores críticas que os presidencialistas fazem do Parlamentarismo no Brasil é de que ele virá com voto distrital. Mas o que é mesmo o voto distrital?

Vamos supor que para eleger um deputado federal, em média se precise de 200 mil votos. Assim, o Brasil seria dividido em distritos eleitorais por cidades ou regiões, completando 200 mil eleitores. Em cada distrito eleitoral, cada partido poderá apresentar somente um candidato a deputado federal. Este deputado pode apenas fazer votos neste distrito. No final da eleição se elege apenas um deputado em cada distrito. Este sistema fortaleceria apenas os grandes partidos e transformaria a eleição para deputados em uma eleição para uma prefeitura. O que contaria seriam os assuntos locais e assim, este deputado viraria um vereador da região na Câmara dos Deputados.

Alguns deputados estão defendendo um sistema misto: metade dos deputados eleitos como agora e outra metade pelo voto distrital.

A TERRA E A LEI

OS JUÍZES E A QUESTÃO DA TERRA

Chegou ao seu final a desocupação pacífica da Fazenda da Mata, no município de Nova Fátima. A compreensão dos ocupantes, superando o sangue derramado pelo lavrador e sindicalista José Lemos de Souza, tornou realidade o fato desejado. Como governador do Estado, tenho declarado minha solidariedade a todos quantos carregam o estandarte da democratização de terra. Mas, igualmente, tenho afirmado que não permitirei a ocupação de terras produtivas, que propiciam alimento e trabalho ao nosso povo.

Cabe ressaltar, no entanto, um aspecto que foi decisivo para a solução pacífica de um episódio que, se tivesse tomado rumo diverso, poderia desaguar, como tantas vezes tem acontecido em nosso país, num violento e sangrento conflito.

Esse aspecto foi a intervenção direta nos acontecimentos, do Meritíssimo Juiz Mário Seto Takeguma. Este magistrado, ao invés de despachar uma liminar encerrado entre as quatro paredes de seu gabinete, mirando uma fria folha de papel denominada "Transcrição Imobiliária", assumiu atitude coerente com sua consciência social. Foi ao encontro da realidade. Reuniu-se com os ocupantes e solicitou a vistoria prévia da fazenda.

A Contituição Federal, ao estabelecer a garantia do direito à propriedade ao mesmo nível que o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança, teve o cuidado de condicioná-la ao atendimento de sua função social. Não se trata, pois, de um puro direito individual, mas de uma instituição visando o fim produtivo, de preservação dos recursos e de manutenção de relações de trabalho em acordo com a lei.

Ao solicitar a vistoria prévia, o Magistrado preocupou-se em verificar o cumprimento da função social da terra ocupada, antes de decidir sobre a liminar de reintegração.

Ficou patente, ainda que não sem razão o parágrafo único do artigo 126 da Constituição Federal estabelece que sempre que se fizer necessário à prestação do serviço jurisdicional, deve o magistrado fazer-se presente no local do litígio. A proximidade com a realidade traz luz às decisões, especialmente conflitos fundiários.

Tenho criticado a lentidão das decisões que faz os conflitos se arrastarem por décadas. Mas devo confessar minha emoção quando, no ano passado, no município de Adrianópolis, cumpri uma das metas do meu programa de usucapião especial ditados pelo juiz Alexandre Salatiel. Naquela ocasião, elogiei publicamente o advogado e, especialmente, o magistrado, que possibilitaram uma aceleração do processo para que se chegasse a uma sentença de tão grande alcance social.

Os exemplos do juiz Alexandre Salatiel e do juiz Mário Seto Takeguma engrandecem e enobrecem o nosso poder judiciário, elevando nosso estado a um nível civilizatório mais alto e deixando claro que, aqui, o direito à propriedade não nos permite ignorar a miséria.

Roberto Requião, jornalista e Governador do Paraná

Entrevista

A luta pela terra no Maranhão

Entrevista com Elias Araújo, da Direção Nacional do MST



JST - O que foi o ano de 92 para o MST do Maranhão?

Elias - A luta em 92 foi um enfrentamento à conjuntura estadual, com um governo arbitrário que nada tem feito em favor do homem do campo e que trata os conflitos agrários como caso de polícia. Para ele lavrador deve receber tratamento de invasor. Diante desse procedimento do governo Lobo, lutar por Reforma Agrária é muito difícil. Os fazendeiros têm suas milícias armadas e implantam ofensivas fortes sobre os trabalhadores, tentando inibir as ações pela terra. Essa conjuntura tem de um lado a UDR e o Governo Estadual e do outro, os lavradores que permanecem mobilizados enfrentando essa luta.

JST - Quais foram as dificuldades enfrentadas em 92?

Elias - A ilegalidade das áreas, onde estamos assentados. O que dificulta, atrasa e às vezes impede o recebimento dos recursos dos governo para desenvolvermos os assentamentos. A decisão política do governo em não fazer a RA e não negociar com os sem terras. A violência organizada por uma burguesia agrária agarrada às milícias armadas, com a conivência do governo estadual e do poder judiciário, que objetivam defender o latifúndio e destruir os movimentos que lutam por RA. Só neste ano ocorreram 22 prisões ilegais de lavradores e lideranças do MST, sem contar as prisões de sindicalistas.

JST - Que lutas foram realizadas este ano?

Elias - Este ano muito se lutou em busca dos créditos para os assentamentos, porém por inoperância do INCRA, nem o fomento agrícola se conseguiu. Ocupamos a prefeitura de Imperatriz e de Vitória do Mearim reinvidicando infra-estrutura, escolas e postos de saúde que favoreçam os assentados e posseiros da região. Em Vitória do Mearim, apesar de ter sido uma ação pacífica, a polícia reprimiu os manifestantes e a população reagiu apedrejando a prefeitura. Em nível organizativo, realizamos encontros com professores dos assentamentos, curso de formação integrada e curso prolongado que tiveram um bom êxito. Realizamos ações conjuntas com o movimento sindical urbano que se desenvolveram nas jornadas nacionais: 1º de maio, 25 de julho, a luta pelo impeachment e os 500 anos de resistência indígena negra e popular. Ocupamos com 200 famílias a Fazenda Bela Vista em Zé Doca. Uma área abandonada que tem 3 mil ha., pertencente à Colone que é proprietária de 1 milhão de ha. na região, mas que estava nas mãos do grileiro Valdir Jorge que cadastrou-se como posseiro da área, mas manteve-a improdutiva. Hove também a ocupação da Fazenda Tatajuba por 300 famílias. Uma área também abandonada, de propriedade da Cia. Agropecuária Santa Inês, onde deveria ser implantado um projeto de plantação de cacau.

JST - Atualmente qual é a situação dessas ocupações?

Elias - Os trabalhadores sofreram vários despejos sempre feitos arbitrariamente e sob muita violência, espancamento, prisões ilegais, destruição de roças, barracos, etc. Os ocupantes da Fazenda Boa Vista foram despejados pela última vez no dia 25/11. Entretanto houve um acordo entre o grileiro da área, Valdir Jorge, no INCRA. Foi acertado que os sem terra ficarão com metade da área em questão e que o grileiro seria indenizado, ficando com o restante da área. Os lavradores já retornaram à terra. Os ocupantes da Fazenda Boa Esperança foram despejados no dia 2/12 e agora estão acampados à margem da BR 222, visto que a área está ocupada por pistoleiros. No entanto, o fazendeiro já disse estar disposto a negociadr, desde que o INCRA indenize as benfeitorias que ele já fez na terra.

JST - Qual tem sido a atuação do INCRA no estado?

Elias - Assim como em todo país, ele não passa de um mediador das forças envolvidas nos problemas agrários. Ele se agarra na não regulamentação da RA para justificar sua inoperância, quando poderia se apoiar no Estatuto da Terra. Suas sedes estão lotadas de funcionários que não executam vistorias, tão pouco as emissões de posse das áreas já resolvidas. E, em termos de benfeitorias, sempre alega não ter verbas.

JST - Muitas entidades e personalidades avaliam que o MST não conseguiu se implantar no Nordeste. Você concorda com esse posicionamento? Por que?

Elias - Não. A realidade do Nordeste é completamente diferente da realidade do sul. É necessário que se analise melhor a história da luta pela terra na região, levando em conta os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos desse povo que difere de estado para estado. O nordestino herdou de gerações passadas várias formas organizativas de conquistar a terra. Na região litorânea, Alagoas/Sergipe, se vê a herança do cangaço e isto está enraizado na luta pela terra daquele povo. Se analisarmos a realidade cearense e estados vizinhos, veremos claramente a existência do movimento religioso, herdado dos tempos do Pe. Cícero. Já nas regiões, onde houveram as organizações das Ligas Camponesas, a luta pela terra teve ações semelhantes às de hoje, diferentes das citadas anteriormente. Aqui em nossa região, a luta pela terra dava-se através de ações massivas de posseiros, o que predomina até hoje. Também não podemos esquecer que, na maioria dos estados do nordeste, impera o coronelismo. Nesse contexto todo é que o MST chega no NE, com o propósito de unificar todas essas experiências e contruir um movimento forte, com base nessas diferenças. Estamos nos firmando em todos os estados através das ocupações e assentamentos já existentes. Quebramos, de certa forma, o discurso de que não é viável reforma agrária no nordeste; de que ela é uma luta específica do sul e de que aqui não seria possível se construir um movimento forte, capaz de faze-la acontecer.

JST - Quais são as perspectivas para 93?

Elias - Como o governo estadual e federal não tem feito nada para implantar a RA, ela continuará acontecendo através dos movimentos organizados ou de forma isolada. O povo está cheio de dificuldades: o problema da fome e do desemprego continua crescendo e para o camponês a única saída é voltar para a terra, ocupando-a. Em 93, as ações serão massivas.

No campo da produção, a perspectiva não é grande, mas continuaremos a luta de massa por créditos para desenvolver a produção nas áreas assentadas e nos propomos a trabalhar a produção através do sistema cooperativista.

Já no campo da formação, daremos continuidade aos cursos de formação, investindo na alfabetização, nas técnicas de produção e na organização política dos assentamentos.

Estados

RIO GRANDE DO SUL

ENCONTRO ESTADUAL ANTÔNIO JOCELI CORREA

10º Encontro Estadual do MST-RS ocorreu entre os dia 15 e 18 de dezembro com a participação de 130 participantes, entre delegados e convidados. Ele foi batizado de Antônio Joceli Correa, em memória a este trabalhador rural e músico popular, que foi covardemente assassinado, em novembro, na ocupação da Fazenda Santa Bárbara.

1992 foi um ano difícil para o MST - RS. Às voltas com o populismo do Governo Collares e com a inoperância do Governo Federal, os sem-terra obtiveram muito pouca conquista no campo econômico: acabaram o ano com 5 acampamentos encalhados e com diversos desafios na área da produção.

Por outro lado, estava claro para todos participantes que o MST-RS é hoje em dia uma estrutura complexa, com diversos setores organizados e, portanto, enfrenta desafios próprios, cujas soluções devem ser pensadas tendo em vista o conjunto da organização.

Todos os setores foram avaliados de forma lúcida e após discussões nas brigadas e plenárias, foram tiradas as linhas para 93. A organização demonstrou que tem claro suas deficiências e seus avanços e que está disposta a superá-los. Por outro lado o MST-RS foi cauteloso em não definir grandes passos, por reconhecer que é um tempo de se firmar em cima do que já foi conseguido e esperar para agir em um momento propício, quando se tiver certeza do avanço.

Na parte de estudos, os companheiros assistiram uma palestra sobre Parlamentarismo e Presidencialismo, leram e discutiram textos na brigada e no plenário, tomando posição: por unanimidade, o MST-RS apoia o presidencialismo, tirando um documento para justificar sua posição.

Foram definidos os 48 participantes da Coordenacão Estadual e eleitos os 13 integrantes da Direção Estadual. Darci Maschio que fez parte da Direção Estadual por 10 anos, foi eleito, mas defendeu sua necessidade particular de dar uma parada, voltar para a roça para olhar e participar do MST por um outro ângulo.



Nina comemora sua liberdade no Encontro Estadual do MS.

SEM TERRA SÍMBOLO DE RESITÊNCIA

No encerramento o companheiro Darci Maschio participou da mesa. Ele confessou que há 10 anos atrás ele não sonhava que o MST seria essa organização sólida como é hoje. Na época ele achava que se eles conseguissem organizar 200 famílias para acampar, já estava muito bom. No início, os jovens tinham vergonha de se considerar sem terra e hoje ser um sem terra é motivo de orgulho: "Sem terra é aquele que não se rebaixa diante da opressão, é aquele que levanta a cabeça com dignidade. O colono não é mais aquele que tira o chapéu para qualquer pessoa que ande de terno. Colono é hoje símbolo de resistência e foi o MST e sua história que construiu essa imagem. Se por um lado somos reprimidos, por outro, somos respeitados por nossa luta e dignidade".

ENCERRAMENTO EMOCIONADO

Desde o início do ato, os animadores avisaram que haveria uma surpresa no final. Os participantes da mesa foram usando da palavra reassaltando a importância e as marcas da luta pela terra no Brasil. O companheiro Ênio Bonenberg, da direção nacional, falou daqueles momentos difíceis em que o acampamento fazia de tudo, parecia que não tinha jeito de avançar, então, de repente, se "enxergava aquela luzinha, a situação clareava e a gente encontrava a saída". Foi então que veio a grande surpresa: NINA FOI LIBERTADA. A emoção tomou conta da companheirada e a festa de encerramento foi completa.

VI ENCONTRO ESTADUAL DO MST DE MS

O Encontro foi realizado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, nos dias 16 a 19 de novembro e contou com a presença de 131 delegados dos acampamentos de Bataipor, Taicuru, Amambai, Rio Brilhante, Tacuaralzinho e dos assentamentos Nova Esperança, Itaçu, São Manoel e São João.

Participaram também, como convidados, organizações populares, sindicais, pastorais, partidárias, vereadores eleitos e o deputado estadual, Zeca do PT.

O encontro teve como objetivo fazer um balanço das atividades de 92 e uma análise da situação fundiária e das forças políticas do estado, avaliando a situação e as propostas das principais organizações do estado.

Além da avaliação, foi discutido e aprovado o plano de lutas para 93, bem como os principais desafios a serem enfrentados. O Encontro também elegeu a nova coordenação estadual, composta por 39 companheiros, e a nova direção estadual, composta por 13 dirigentes. Os eleitos tomaram posse no encerramento.

Dois fatos importantes marcaram o encontro. Primeiro foi a premiação dos destaques do MST no estado: o acampamento de Baitapor foi premiado pela resistência, já está acampado há 3 anos; o grupo coletivo Nova Esperança foi premiado pela produção e o acampamento de Rio Brilhante foi premiado por ter sido o que mais se mobilizou em 92. Dos militantes, os que mais se destacaram foram Valdir Correa, Leonice Tuburcio (Niee) e Joel de Oliveira (Beto). Sete companheiros de várias organizações foram homenageados por sua dedicação ao MST e à luta por reforma agrária.

O segundo acontecimento importante do encontro foi a conquista da liberdade da companheira Nina, no dia 17. Foi emocionado o ato de sua chegada no encontro, quando a companheira foi homenageada por sua contribuição ao estado do MS e foi feita uma grande festa para comemorar sua liberdade.

SANTA CATARINA

OFICINA DE EDUCAÇÃO EM SC

No período de 1 a 8 de dezembro, realizou-se a 1ª oficina de educação em Santa Catarina, na escola agrícola 30 de Outubro, no assentamento de Lebom Regis. Esta oficina foi elaborada pelo Fórum de Educação Básica, juntamente com a Direção do MST. Na oficina trabalhamos com matemática, ciências, geografia, história, artes e alfabetização com a assessoria de professoras da Universidade Federal de SC (UFSC). Participaram mais de 40 professores de todo estado.

A oficina teve como princípio formar e informar professores dentro de uma nova proposta de educação popular. No final da oficina se trabalhou com vídeo e teatro de bonecos, vários grupos encenaram um pouco do que estava sendo o encontro. Tanto no aspecto da alegria, quanto no aspecto do conteúdo, apareceu em clareza que tipo de educador devemos ser e que criança devemos formar.

O sucesso deste trabalho depende do entendimento e da dedicação de cada assentamento na construção dessa escola que queremos.

(Margarete e Solange)

RECADASTRAMENTO NO ACAMPAMENTO EM FRAIBURGO

O INCRA vem prometendo há um ano o cadastramento e o assentamento das 90 famílias acampadas em Fraiburgo. Nos dias 9 e 10 de dezembro começou este recadastramento.

Estas famílias estão acampadas há 3 anos e já realizaram várias ocupações. Agora elas esperam que o INCRA solucione seu problema imediatamente.

(Dirceu e Dilson)

ASSENTADOS DE DIONÍSIO CERQUEIRA CELEBRAM COLHEITA DE TRIGO

Uma grande celebração em comemoração à colheita de mais uma safra de trigo foi realizada no dia 26 de novembro, no assentamento Conquista da Fronteira-Dionísio Cerqueira.

A celebração foi realizada no final da colheita, na própria lavoura, com participação de todas as pessoas do assentamento e colaboração do Padre Roque.

Foram apresentados os instrumentos de trabalho utilizados na produção e o próprio fruto da colheita dessa terra conquistada há mais de 4 anos. **(Milico e Nilton)**

RESISTÊNCIA NO ACAMPAMENTO DE ABELARDO LUZ

No dia 2 de novembro, os acampados da Fazenda Santa Rosa III realizaram uma importante assembléia para o início do plantio na fazenda, visando solucionar os problemas de alimentação do grupo.

Apesar da violência de pistoleiros da UDR que ainda ameaçam o local, as 100 famílias não desistem da luta e permanecem firmes no compromisso de uma Reforma Agrária justa e com igualdade.

(José Evacir)

CRIAÇÃO DE COOPERATIVA EM DEBATE

No último dia 12 de novembro ocorreu uma reunião na Regional Oeste I para discutir a comercialização direta dos produtos dos assentados, evitando os atravessadores. Uma das propostas para a viabilização disto é a criação de uma cooperativa de produção agrícola, com um representante de cada assentamento na direção da mesma, o que representa um passo fundamental para a organização do movimento.

(Itacir Afuino)

A LUTA PELA VIDA CONTRA A VIOLÊNCIA

Na segunda semana de dezembro, o Centro de Direitos Humanos de Joinville (CDH), juntamente com o Movimento Sem Terra (MST), representado pelo acampamento de Garuva (SC), promoveram a Semana dos Direitos Humanos, destacando os 500 anos de resistência negra, indígena e popular na América Latina.

Houve representações de grupos teatrais enfocando a cultura negra e indígena, exposição de fotos e exibição de vídeos.

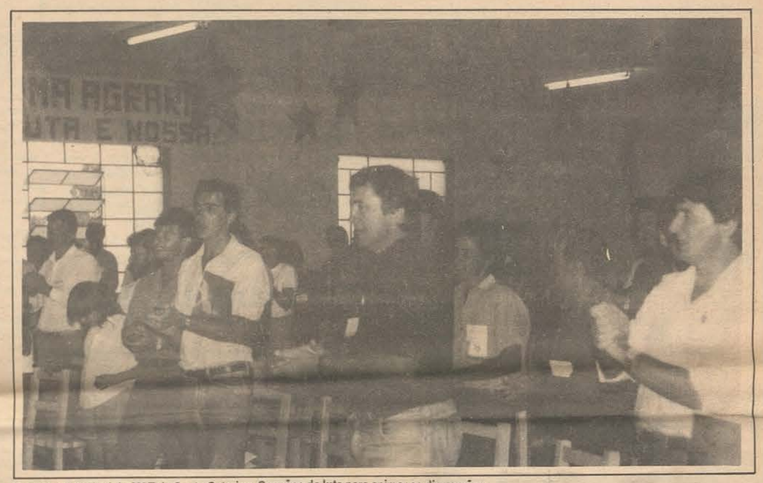
No dia 9 de dezembro, dia nacional dos Direitos Humanos, ocorreu um debate entre representantes indígenas, negros e sem terra. **(Dirceu P. Vieira)**

ENCONTROS ESTADUAIS: A HORA DO MOVIMENTO SEM TERRA REAFIRMAR SUA LUTA PARA 93

Em todos os estados em que o MST está organizado, são realizados os encontros estaduais. Delegados dos acampamentos, dos assentamentos e de setores do MST de cada estado se reúnem para, em conjunto, levantando os problemas e desafios, avaliar o ano que passou, discutir as linhas para a luta do ano que virá e eleger as direções estaduais.



Encontro Estadual do MST do Maranhão. Companheiros de mãos dadas com a luta pela terra.



Encontro Estadual do MST de Santa Catarina. Canções da luta para animar as discussões.



Cássia Cortês

Encontro Estadual do MST do Mato Grosso do Sul. Representantes de entidades de apoio são convidados a confraternizar e discutir com o MST.



Encontro Estadual do MST do Ceará. União em torno de nossa bandeira.



Débora Lerer

Encontro Estadual do MST do Rio Grande do Sul. Posse da coordenação e da direção estadual no ato de encerramento.

Estados

MARANHÃO

TUMULTO NA ELEIÇÃO SINDICAL

Desrespeitando o processo legal de sucessão, a atual diretoria do STR de Açailândia (também candidata ao pleito) acionou a polícia que agrediu gratuitamente 5 sócios, causando-lhes ferimentos na cabeça, e prendeu 4 (inclusive dois feridos)lavradores ilegalmente, além de baterem em mulheres e ameaçá-las de prisão.

No dia 20 de setembro/92 houve a eleição sucessória, mas diante das gritantes fraudes ocorridas, o presidente, pressionado, pediu a anulação. Foi então formada uma comissão eleitoral que, desconhecendo o presidente da mesma, encaminhou o processo, manipulada pela atual diretoria e não permitindo que os integrantes da chapa



Conceição Amorim

Lavradores feridos no Sindicato de Açailândia

oposita tivessem acesso aos fichários.

No dia 11 de dezembro, 100 sócios insatisfeitos ocuparam a sede do sindicato e lacraram com cadeado o escritório, tentando evitar mais fraudes.

No dia seguinte, a atual diretoria, acompanhada com seu advogado, chegou ao sindicato com 5 policiais fortemente armados que já chegaram atirando. Em seguida chegaram mais viaturas para forçarem a abertura do escritório. Diante da resistência dos sócios, a polícia atacou-os com cacetetes, cabos de revólveres e metralhadoras. Fizeram vários feridos entre homens e mulheres, além de prisões ilegais.

Segundo os trabalhadores a polícia já veio com os nomes indicados pelo presidente do sindicato que tinha esse costume de agredir e ameaçar os lavradores. Desta vez a arbitrariedade e a violência foi praticada também por autoridades que têm uma função pública e que agiram ilegalmente em nome de interesses particulares.

No dia 27 de. dezembro, após esse conturbado processo eleitoral, a chapa 2, a oposição acabou vencendo a eleição do Sindicato de Açailândia.

O MST parabeniza essa chapa, com votos de muitas conquistas nessa nova gestão.(Conceição Amorim)

ATENTADO A TIROS

No dia 3 de dezembro, por vota das 21:30, o vereador do PT e líder sindical, Valdinar Barros, foi vítima de emboscada e alvejado por uma bala que lhe perfurou o pulmão e o braço direito. O recém-eleito verador é proveniente das CEBs, tornando-se uma liderança sindical desde 1981. No momento estava no segundo mandato como presidente do STR de Imperatriz.

Valdinar e mais três companheiros voltavam de uma quermesse da padroeira do bairro de Vila Cafeteira. Depararam-se com um carro atravessado na pista e seu motorista solicitando ajuda. Valdinar, Francisco Gerônimo e Wilson foram prontamente prestar socorro. Logo em seguida surgiu um Saveiro com 3 homens armados que começou a disparar atingindo o vereador e matando o trabalhador rural e militante do PT, Francisco Gerônimo, com dez tiros.

Os quatro homens não identificados fugiram. Valdinar foi socorrido e levado par o Hospital São Rafael, onde foi operado, recuperando-se do atentado.

Até agora a polícia não tem nenhum paradeiro dos assassinos. (C.A.)

PIAUÍ

CURSO DESPERTA ASSENTADOS

Cerca de 60 trabalhadores assentados na Marrecas participaram ativamente do curso integração de produção que se realizou no período de 10/11 a 8/12 no município de São João do Piauí.

Durante todo este período do curso, os assentados desenvolveram suas atividades de forma empresarial. Na área da produção foram desenvolvidas atividades como plantio de feijão, milho, mandioca, algodão, horta medicinal, construção de casas, cercas, etc. Com relação aos conteúdos, os mais importantes foram cooperativismo, associativismo, educação, contabilidade e teoria da organização.

De acordo com os assentados, o curso foi bastante positivo, "porque levantou o ânimo dos trabalhadores assentados e despertou ainda mais a consciência política e organizativa."

Durante o encerramento do curso, várias autoridades municipais marcaram presença, dentre eles o vereador José do Patrocínio que se comprometeu a ajudar os assentados e o MST na câmara de vereadores do município.(Dimas Pereira)

ALAGOAS

Na manhã do dia 30 de novembro, 200 famílias, que ocuparam a Fazenda Caldeiro em 1991, e 180 famílias do município de União dos Palmares realizaram uma CAMINHADA DE PROTESTO pelos 2 anos de miséria das famílias acampadas e pela falta de compromisso das autoridades com os trabalhadores rurais.

Na caminhada,os trabalhadores reinvidicaram área para o assentamento das 380 famílias, garantias de cestas básicas, assitência médica e remédios de primeiros socorros.

As famílias obtiveram a promessa de que a primeira área adquirida pelo governo assentará estas famílias e de que serão liberadas 380 cestas básicas.

PERNAMBUCO

USINEIROS SE ARTICULAM PARA IMPEDIR OCUPAÇÕES DE TERRAS

Dia 23 de novembro 92 famílias sem terra ocuparam o Engenho Mearim de 708 ha., localizado no município de Bonito.

Este engenho foi prometido pelo INCRA durante uma negociação em outubro com o governo do estado que se comprometera a assentar 90 famílias acampadas no prazo de um mês.

Antes mesmo das famílias montarem o acampamento, o proprietário do engenho esteve no local ameaçando usar forças para realizar o despejo. Ainda naquele dia à noite, o acampamento foi cercado por pistoleiros contratados pelo proprietário e pela polícia que dizia, mais uma vez, ter vindo ao local para evitar o confronto. Foram feitas negociações que evitaram o despejo naquele momento, mas o proprietário recorreu à justiça pedindo reintegração de posse.

Proprietários de engenhos e usinas de Pernambuco estão agora se articulando. Eles ameaçam utilizar suas próprias forças, isto é, pistoleiros contratados, caso o juiz não conceda a liminar e o governador Joaquim Francisco não tome providências para evitar ocupações de terra no estado.

O processo de desapropriação desta área está tramitando em Brasília. O proprietário já deu o aval de venda, o INCRA fez o cadastramento das 20 famílias que são moradoras do Engenho, fez a avaliação das benfeitorias e das plantações. Falta só pagar o proprietário para a liberação da área.

Essas famílias são parte das 240 que ocuparam o Engenho Camaçari, no município de Rio Formoso em abril de 92. Depois ocuparam o Engenho Frescudinho, no município de Gameleira, onde foram despejadas e agora aguardam, em cima do Engenho Mearin, que o INCRA cumpra suas promessas. (Reginaldo Pacheco)

ENGENHO PANORAMA

Os trabalhadores rurais da Mata Norte de Pernambuco estão acampados provisoriamente, há dois meses, no município de Carpina, após o violento despejo do Engenho Panorama. Dia 14 os trabalhadores ocuparam a Secretaria da Agricultura com a finalidade de obter o assentamento imediato das 180 famílias, como também conseguir a devolução das ferramentas apreendidas pelo IIº batalhão da Polícia Militar de Nazaré da Mata e reinvidicar cestas básicas para as famílias, principalmente leite para as cerca de 120 crianças.

Os trabalhadores conseguiram arrancar do secretário a devolução das ferramentas, o leite e o envio do processo à Procuradoria Geral da República, para a legalização da posse do Engenho Panorama .

Dia 20 de dezembro foi realizada uma caminhada com cerca de 500 pessoas, com a participação das CEBs de Carpina, no município de Feira Nova. A caminhada terminou com um ato público, onde foi destacado a importância da luta pela terra.

ENCONTRO ESTADUAL

O IIº Encontro Estadual do MST foi realizado nos dias 7,8 e 9 de dezembro de 1992,no STR de Nazaré da Mata. Os 60 delegados e convidados o avaliaram como um grande avanço político e organizativo, reafirmando a reforma agrária como luta concreta e séria em prol de toda classe trabalhadora.

O clima do encontro era de companheirismo e confiança no MST.

Ficou aprovada a criação das regionais Agreste Sertão, Mata Norte e Mata Sul do estado. Foram escolhidas as coordenações regionais, estaduais e a nova direção. O encerramento teve clima de festa e satisfação.

Estados

CEARÁ

COPAGLAM COMEMORA UM ANO DE FUNDAÇÃO

As 153 famílias de trabalhadores rurais assentados na Lagoa do Mineiro, no município de Itarena, participaram dos festejos de comemoração de um ano de existência da COPAGLAN (Cooperativa Agrícola de Lagoa do Minciro), no dia 20 de novembro. Desta festa participaram diversas autoridades estaduais: técnicos, gerentes do Banco do Nordeste do Brasil, deputados e dirigentes do MST.

Na ocasião foram realizadas visitas aos núcleos de produção desta cooperativa que tem 5796 ha. e que já conta com uma infra-estrutura de produção que já é uma espécie de referencial para esta região. A COPAGLAN se dedica a agricultura e pecuária. Possui cerca de 80 ha. irrigados para plantação de côco, 350 ha. plantados de caju, 350 ha. de mandioca, milho e feijão, 450 cabeças de gado, sendo que 129 gado de leite, 108 caprinos e 40 ovinos.

A comemoração transcorreu durante todo o dia com almoço especial para assentados e convidados, apresentação de peça teatral por um grupo de jovens do próprio assentamento, ato público e muito forró.

Durante o ato, o deputado Eudoro Santana (PSB-CE) fez duras críticas ao INCRA, acusando a direção do órgão de "criar empecilhos para que os assentamentos não recebam recursos do FNE". O deputado e demais autoridades presentes parabenizaram os assentados e dirigentes da COPAGLAM pelo desenvolvimento da área.

Fátima Ribeiro, da Direção Nacional do MST, aproveitou a ocasião para passar às mãos do Presidente da Cooperativa, Francisco Diassis, o Prêmio Nobel Alternativo outorgado ao MST, destacando o cooperatismo, como "uma continuidade da luta pela terra".

SEM TERRA E ASSENTADOS JUNTOS OUTRA VEZ

Mais uma vez, trabalhadores rurais dão exemplo de solidariedade e união que pôde ser visto por sindicalistas, entidades e parlamentares durante nova ocupação do INCRA.

90 trabalhadores rurais representando várias áreas de assentamento e conflito de terra do Ceará ocuparam novamente a sede do INCRA no dia 30 de novembro, permanecendo lá acampados por 4 dias. Os trabalhadores rurais assentados e acampados juntaram suas forças para reinvidicar a desapropriação com emissão de posse das áreas de conflito para as famílias acampadas, liberação das cartas de anuência para famílias assentadas, assistência técnica e frente de trabalho em virtude da seca que assola o nordeste.

CONQUISTAS

Apesar de não terem sido recebidos pelo governador, que estava fora do país, representantes das famílias ocupantes tiveram audiência com o Secretário da Agricultura e Superintendente do INCRA, Dr. Airton Bezerra. Também mantiveram audiência com o Procurador Geral da República, Dr. Oscar Filho para tratar dos sérios conflitos ocorridos na área de Salgado Coinprido, uma área desapropriada em 1989 e onde vem ocorrendo sérios atentados aos trabalhadores, com 3 mortes. Os trabalhadores exigiram a saída dos pistoleiros do local e a apuração dos mandantes, tendo em vista ser o Padre Aristides, que é proprietário da área, o principal suspeito.

O Procurador se comprometeu junto com o superintendente da Polícia Federal do estado a se deslocar para a área de Salgado Comprido com o objetivo de esclarecer o fato e averiguar a permanência dos pistoleiros indicados pelos trabalhadores na área.

NOVAS OCUPAÇÕES

No mesma madrugada da ocupação do INCRA, 80 famílias ocuparam a Fazenda Recreio em Quixeramobim de aproximadamente 3 500 ha , propriedade de Valdir Monteiro que não reside na região. A área está completamente abandonada há anos. (Vera Villar)

SÃO PAULO



Emanuel Araújo

Cooperativismo: uma alternativa para os assentamentos

O MST está se integrando cada vez mais na região de Itapeva. Nos dias 21 e 22 de novembro foi realizado o 3º encontro regional, onde foi discutido a setorização do MST, formação, educação, cooperativismo, núcleos e foi feita uma análise de conjuntura.

Esse encontro foi muito importante e constituiu-se até em uma façanha, já que se conseguiu reunir mais de 100 assentados das área 1,2,3,4 e 5, além de Itapetininga, Avaré, sindicatos da região, pequenos produtores e duas comunidades de São Paulo.

Se aproveitou o encontro para entregar o Prêmio Nobel Alternativo para os companheiros que mais se destacaram para ajudar os sem terras. São eles: Macedo, Israel, Chico Feitosa, STR de Itabera, Dito e Dom Alano.

O encontro foi muito aproveitado. Quem não sabia da proposta do MST, aprendeu; e quem sabia aprendeu mais.

NOVA LEI DO COOPERATIVISMO
ATRASO E SUBORDINAÇÃO

Está sendo discutido, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei que dispõe sobre as Sociedades Cooperativas. O projeto é de autoria do deputado federal Ivo Vanderlinde (PMDB - SC), mas é, na prática, a proposta da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). O projeto é marcado pelo autoritarismo, pela burocratizaçe e pelo atraso.

O projeto, que mais parece um estatuto do que um Projeto de Lei simples e prático, deveria regular o sistema cooperativista nacional. Entretanto, por suas características, ele impede, cerceia e restringe a participação efetiva, autônoma e direta dos cooperativistas, tornando-se um instrumento da OCB para impor sua representação e controle pela Lei.

O Deputado Pedro Tonelli (PT-PR) apresentou um substitutivo a este projeto, através de voto em separado, questionando seus pontos mais críticos. Com esta medida ganhou tempo para novas discussões e articulações.

Para aprofundar este assunto, diversas entidades que atuam nesta área realizaram um seminário em Curitiba, nos dias 22 e 23 de outubro, contando com a presença de 45 pessoas vindas de 11 estados.

Durante o seminário foram levantados os vários pontos negativos no projeto que, se forem aprovados, trarão prejuízos para as pequenas cooperativas ou outras formas de organização. Destacamos:

a - Princípio da "neutralidade" política das cooperativas.

b - Exclusividade de controle territorial pelas atuais cooperativas, mantendo privilégios para as maiores.

c - Filiação obrigatória de todas as cooperativas à OCB, tornando-a única representante do setor, com poderes para intervir, liquidar, bloquear ou esmagar as cooperativas singulares, centrais ou federações. Na prática, trata-se de dar à OCB um exclusividade de representação, substituindo o estado. Esta medida fere a Constituição Federal que dá plena liberdade de associação para pessoas físicas e jurídicas.

d - Além de tornar obrigatória a filiação, aumenta a contribuição para a OCB. De 0,2% para 0,5% do patrimônio líquido.

e - Permite a filiação de empresas comerciais, concorrentes às atividades de cooperativas.

Embora o seminário não tivesse caráter deliberativo, tirou-se como encaminhamento a necessidade de envolver as associações de agricultores e cooperativas nesta discussão.

Não podemos deixar essa discussão de lado porque, se o projeto for aprovado, experiências como a do Sistema Cooperativista dos Assentados e as associações de pequenos agricultores poderão ser prejudicadas.

O que o país precisa é de uma legislação democrática que estimule o cooperativismo e o associativismo e que dê às Associações de Produtores as mesmas possibilidades de acesso a crédito rural e outros tipos de apoio governamental, como já acontece com as cooperativas. Uma legislação que incentive e promova a organização econômica dos agricultores, com democracia e justiça social.

(DESER, Curitiba, Dez/92)

Pesquisa

O QUE PENSAM OS PEQUENOS AGRICULTORES DO PARANÁ

João Brischz



Por iniciativa da ASSESSOAR, DESER e UNIJUÍ e participação da CUT regional e associação de pequenos agricultores, se desenvolveu na região sudoeste do Paraná uma pesquisa de campo para conhecer a opinião dos pequenos agricultores e assim compreender melhor a realidade da pequena agricultura da região.

Foram aplicados 599 questionários em pequenos agricultores moradores dos 27 municípios da região. Ele representa um importante esforço de pesquisa para que as organizações que atuam no campo estudem mais, conheçam a realidade e, com essa base científica, possam propor de maneira mais correta e planejar melhor suas atividades. Pela importância da iniciativa e porque esta região é representativa das regiões típicas de minifúndio da região sul, o JST está publicando uma síntese.

Caracteristicas dos entrevistados:

Dos 599 pequenos agricultores que responderam os questionários, 93% eram homens.

83% não estudou, ou sabem apenas ler e escrever.

49% possuem entre 46 e 60 anos de idade e 33% estão entre 36 e 45 anos.

83% eram proprietários de áreas menores de 1 a 50 ha., 8% eram sem terra e apenas 5% possuiam mais de 50 ha de terra. Cerca de 21% possuem trator, 67% usam junta de bois e 45% dos agricultores já estão integrados com a agroindústria.

O que pensam os pequenos agricultores sobre diversos temas:

Apenas 35% dos agricultores usam crédito rural do Banco.

Cerca de 72% acham que deveria haver seguro agrícola e que este deveria ser obrigatório para todas as culturas.

53% dos agricultores acham que o nível de vida de um pequeno agricultor integrado à agroindústria é melhor do que dos demais agricultores. Apenas 20% acha que é pior.

44% acham que a vida no meio rural é pior do que na cidade, apenas 9,5% acham que é melhor.

Nivel de informação e participação:

Menos de 7% dos agricultores lêem regularmente jornais ou revistas. Mas 82% ouve regularmente o rádio e 61% assiste a televisão.

59% costumam ir regularmente às reuniões convocadas na comunidade.

Cerca de 28% acha que não adianta nada votar, mas 31% são filiados a partidos políticos, 48% em cooperativas e 65% no sindicato dos trabalhadores.

Avaliação das organizações de trabalhadores:

Perguntados sobre quais entidades ajudavam mais o agricultor, 59% acha que o sindicato ajuda muito, 45% acha que são as associações, 41% a CPT e igrejas, 38% o MST, 24% as cooperativas, 35% CUT e apenas 16% acham que as organizações governamentais ajudam o agricultor.

O que acham de mais importante para mudar e melhorar a vida dos agricultores:

Cerca de 54% acham que basta ter preços justos. 32% acha que precisa melhorar a saúde. 32% que é preciso uma reforma agrária e 26% , uma política agrícola diferente.

A PRODUÇÃO DE GRÃOS ANDA DE MAL A PIOR

Estamos acostumados a ver as propagandas do governo anunciando as supersafras, a pujância da agricultura brasileira, o sucesso do capitalismo na agricultura.

Pura propaganda. Os técnicos do Ministério da Agricultura acabaram de realizar um estudo. As conclusões podem ser vistas no quadro ao lado.

1- Na safra de 1981/82 foram plantados 39 milhões de ha. com lavoura de grãos (soja, milho, trigo, feijão, arroz, centeio, etc.). Dez anos depois, na última safra, foram plantados apenas 38 milhões de ha.

Para quem gosta de comparações:

O Brasil possui 300 milhões de hectares que poderiam ser cultivados. Mas a concentração da terra e a falta de reforma agrária faz com que apenas 38 milhões de ha. sejam trabalhados.

Na China, por problemas topográficos e de solo, são cultivados 90 milhões de ha. e destes, segundo a FAO são colhidos o suficiente para alimentar em condições satisfatórias 1,2 bilhões de pessoas. Aqui no Brasil 50% da população passa fome ou necessidades nutricionais.

2 - O valor bruto total produzido pela agricultura diminuiu 53% em relação à safra de 1985 e. 23% em relação à safra de 1981/92. Os 24 bilhões produzidos na safra 1991/92 representam apenas 10% de tudo o que se produz no Brasil, em comparação com os demais setores da Indústria e Comércio e o Setor de Serviços.

3 - O valor da produção por hectare também vem diminuindo. Os agricultores tiveram uma produção por hectare 44% menor em 1992, em comparação com 1985 e 22% menor do que em 1982. Além disso, o valor da produção por hectare desta lavoura é menor do que o valor da produção de qualquer outro produto produzido pelos pequenos agricultores. Isto demonstra que se a terra fosse dividida com a reforma agrária, os pequenos agricultores e assentados poderiam produzir por hectare muito mais valor, muito mais riqueza e muito mais alimentos ao cultivar outros produtos como: hortifrutigranjeiros, frutas, criação de animais,etc.

Mais uma vez os dados demonstram o que para nós é óbvio: terra concentrada nas mãos de poucos e destinada apenas a produtos de exportação traz prejuízos para toda produção nacional e para a renda de toda a população.



OS NÚMEROS DA CRISE ECONÔMICA NO BRASIL

Com o final do ano começam a ser divulgados os índices econômicos que revelam de maneira clara a crise do capitalismo brasileiro e suas sombrias perspectivas:

** Inflação - A taxa da inflação subiu para 26,46% em outubro, a maior desde março de 1990. Segundo cáculo da FGV, a taxa de inflação acumulada até novembro de 92 chega a 1142%*

Remédios - Os remédios lideraram os aumentos de preços. Do início de novembro de 1991 ao final de outubro último, a alta foi de 2038%, com um ganho real de 72% sobre a inflação;

** Produto Interno Bruto - O PIB deve encerrar o ano com uma queda de 1,5% em relação a 91, conforme projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sendo que a produção industrial deverá cair 3,3% até dezembro. De janeiro a agosto a produção da agroindústria caiu 2,6% de acordo com o IBGE.*

Ao fazer uma comparação destes dados com os de alguns anos, o IPEA chega às seguintes conclusões:

1- No final de 1992, o PIB brasileiro terá crescido apenas 19% em relação a 1980, enquanto a população aumentou 25%, ou seja, o PIB per capita encolheu nos últimos doze anos 5%;

2- O setor industrial tem hoje um nível de atividade idêntico ao de 1980, ou seja, houve uma queda de 20% na produção per capita;

3- A indústria de transformação tem seu nível de produção 7% inferior ao de 1980 e sua produção per capita informa queda de 26%;

4- O consumo privado per capita no Brasil é atualmente o mesmo de 1976 e, nos últimos doze anos, o salário mínimo caiu 50% em termos reais.

O que há de novo na crise do capitalismo dependente brasileiro é que de alguns anos pra cá se observa o fenômeno conhecido como estagflação, termo que significa a existência simultânea de recessão e de altas taxas de inflação. Como regra do capitalismo, tempos atrás, os preços baixavam nas condições de crise. Agora os preços sobem, mesmo quando baixa a produção.Em parte isso se explica, no nosso caso, pela ação dos setores oligopolizados da economia, remédios e automóveis por exemplo, que geralmente estão nas mãos do capital estrangeiro que defende ardorosamente a "liberalização" da economia para fixar livremente os preços de seus produtos.

É diante de uma situação como essa que as classes dominantes brasileiras se mostram incapazes de formular um modelo de desenvolvimento que aproveite as grandes potencialidades do país em benefício do povo. Ao contrário disso, tentam combater a inflação,penalizando os trabalhadores, não se cansam de falar sobre os "efeitos positivos do capital estrangeiro" e entregam o patrimônio público, privatizando as empresas estatais.

Com isso só se pode esperar um agravamento ainda maior da crise.

Opinião

AS ELEIÇÕES E OS TRABALHADORES

APRENDIZADO E DESAFIOS

Qual é o significado do resultado das eleições de 1992 para nossa luta e nossos movimentos?

De um lado a vitória de Maluf em São Paulo e de coalizações conservadoras no interior do país parecem trazer um novo fôlego para projetos de direita no Brasil, prevendo um duro embate nas eleições de 94.

Por outro lado, o PT e partidos à esquerda se firmam num elenco de importantes capitais e cidades médias constituindo uma base sólida para o estabelecimento de um novo padrão de governo e administração pública.

O PT elegeu 55 prefeitos,38 vice-prefeitos (coligados a prefeitos de outros partidos), além de participar de coligações vitoriosas em 17 cidades. No entanto perdeu em 13 das 24 cidades em que era governo.Em destaque as derrotas em Santo André, São Bernardo e Vitória, onde o processo de sucessão foi de tal modo turbulento e viciado que se torna difícil calcular se o prejuízo maior é a própria derrota eleitoral ou a violação de princípios éticos tão importantes para o partido.

O interior

Nossa mais desagradável surpresa foi colhida no interior do país. Os resultados nos deixaram decepcionados e atônitos, particularmente no que diz respeito ao baixíssimo número de vereadores eleitos. Em geral, o desempenho eleitoral do PT no que se refere às câmaras municipais foi decepcionante. Em 88 foram eleitos 1.102 vereadores em todo Brasil. Em 92 esperava-se eleger 2000 e nós elegemos somente 1.172.

É verdade que o poder econômico derramou muito dinheiro,um pai de família desempregado e sem perspectivas, ao receber uma oferta significativa de dinheiro, dificilmente resiste a comprometer seu voto. Até porque, em geral, os resultados anunciados pelos partidos de esquerda, ou mesmo experimentado em gestões populares, dizem pouco a seu estado de desespero e angústia.

Também é preciso refletir que de certo modo superestimamos a influência que o processo pelo impedimento do presidente Collor exerceria sobre a opção de voto dos cidadãos. Se esta influência foi palpável nas grandes e médias cidades, o mesmo não aconteceu no eleitorado das pequenas cidades. Nestes municípios as questões locais foram mais importantes que as nacionais. Nosso discurso foi mais politizado, mas também menos concreto, não encontrando ressonância na população.

Também ficou evidente nosso despreparo para este combate eleitoral no interior. Nossas campanhas, além de contarem com poucos recursos financeiros, foram pobres em criatividade, em profissionalismo e mesmo, em muitos casos, em garra e dedicação. Em muitos municípios, pensou-se em substituir estes ingredientes com alianças cada vez mais à direita que, aparentemente, nos assegurariam a conquista de governos municipais, ou pelo menos de postos nas câmaras... Deu no que deu!

O abandono

Na realidade, estes fatos escancaram o abandono de nossos diretórios municipais do interior do país. As direções estaduais conseguiram realizar muito pouco em termos de apoio contínuo para a capacitação técnica e política de nossos militantes e dirigentes. A organização partidária tem afrouxado cada vez mais, desaparecendo os núcleos e outras formas de organização democrática de base. Nossos diretórios municipais não conseguem manter a necessária vinculação com os movimentos e organizações populares.

De outro lado, millitantes petistas de movimentos sociais investem quase que exclusivamente em suas organizações, deixando a condução do partido a meia dúzia de abnegados que ainda são chamados de burocratas e outros " elogios". Quando chega a campanha eleitoral, tais militantes dos movimentos sociais são lançados como candidatos, na expectativa de uma transferência automática de apoio sindical ou social para a esfera do político...Estas eleições mostraram que não é bem assim. Se a construção não é feita coletivamente e não é "costurada" permanentemente, o resultado não vem.

Luta simbólica

Eleição não se ganha somente com obras ou com transparência política.Nem apenas combatendo os inimigos e debatendo planos de governo. Precisamos estudar melhor o fenômeno e a linguagem eleitoral. *Eleição é luta política* no terreno do simbólico, da utopia, da esperança de vida melhor. A direita, por isso, promete o mundo e, se for preciso, o céu também. Nós não podemos cair nessa falsidade. Mas não podemos prometer só luta e boas intenções. Destas duas coisas o povo está cansado. Precisamos trabalhar o sinal da utopia, da esperança; criar fatos políticos e símbolos que mostrem nosso projeto alternativo amarrado às necessidades imediatas das pessoas. Nossas campanhas vitoriosas mostraram claramente isso.

De todo modo, estas eleições nos ensinam que uma vitória eleitoral sólida não se constroi nem com eleitoralismo e nem com amadorismo improvisado. Pode parecer contraditório, mas a vitória efetiva (e não apenas passageira), no campo institucional, depende de uma sólida inserção nos movimentos sociais e de uma adequada relação entre a militância nestes movimentos e na construção partidária. Uma lição antiga que os novos fatos só parecem confirmar e alertar. Está na hora de a gente aprender!

Gilberto Carvalho
Secretário Nacional Formaço Política/PT
Diretor Técnico Geral INCA



O GOVERNO ITAMAR FRANCO: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

Para onde aponta o governo que, seguindo-se a um intenso movimento social e a uma bem sucedida articulação política, substituiu Fernando Collor?

O agora empossado presidente, Itamar Franco, é um político de fraca tradição, não tendo se destacado em nenhum momento de sua vida pública. Não sendo portador de um diagnóstico preciso da crise econômica e dos caminhos possíveis a trilhar, seu governo muito provavelmente seguirá rumos disparatados e erráticos, como aliás o período de interinidade já indicou.

Ao escolher como ministros políticos, no geral, medíocres e de quase todos os matizes partidários, deixa claro que não sabe para onde dirigir este imenso navio chamado Brasil.

Como exemplo de sua incoerência, seu líder na Câmara Federal, onde os projetos do governo deverão ser aprovados, é a maior expressão de um partido que abriga os remanecentes do antigo PCB e teoricamente está disposto a imprimir uma política "social" e progressista. Por outro lado, na economia o principal cargo está ocupado por um tradicional quadro do PFL, o partido responsável por todos os desastres econômicos e políticos do país nas últimas décadas (às vezes sob o nome de Arena ou PDS). Como conciliar tal disparate?

Itamar nos apresentará um projeto que vigorará no restante de seu mandato? É improvável que o faça. Como dito, sua trajetória é a de um político temperamental, intelectualmente muito fraco, incapaz de articulações políticas e de galvanizar em torno de si o ideário mínimo de mudanças que atraísse uma base política de sustentação. Não nos iludemos, portanto. Os anos do Governo Itamar não serão melhores do que a tragédia de Sarney ou de Collor, o que é lamentável, pois aos poucos nosso povo acabará alimentando sonhos autoritários, convencido de que governos civis são condenados ao fracasso.

O que fazer, nesta situação? Parece-me que há apenas um caminho nesta conjuntura: reforçar os mecanismos de representação da sociedade (associações, movimentos, sindicatos), as instituições e até mesmo os desacreditados partidos. Assim, qualquer definição de políticas terá que passar pelo crivo da sociedade organizada e medidas arbitrárias e socialmente perversas talvez não possam ser implementadas, obrigando o governo a negociar com a sociedade.

Sobrevivendo a este período, aí sim teremos, em 1994, alternativas mais claras no horizonte, pois dificilmente deixaremos de ter pela frente a polarização entre as propostas de Lula e Maluf, provavelmente os candidatos que teremos que escolher no 2º turno das eleições presidenciais. Será então o momento de optarmos entre projetos coerentes, mas com objetivos inteiramente diferentes.

Quem sabe, o povo brasileiro estará então preparado para ser feliz e escolha um governante que tenha vontade política de alterar os padrões de distribuição da riqueza, orientar recursos públicos em favor das maiorias e ampliar a cidadania. Se assim for, entraremos no próximo século em uma sólida e promissora democracia e o Brasil terá novamente esperança.

(Zander Navarro)

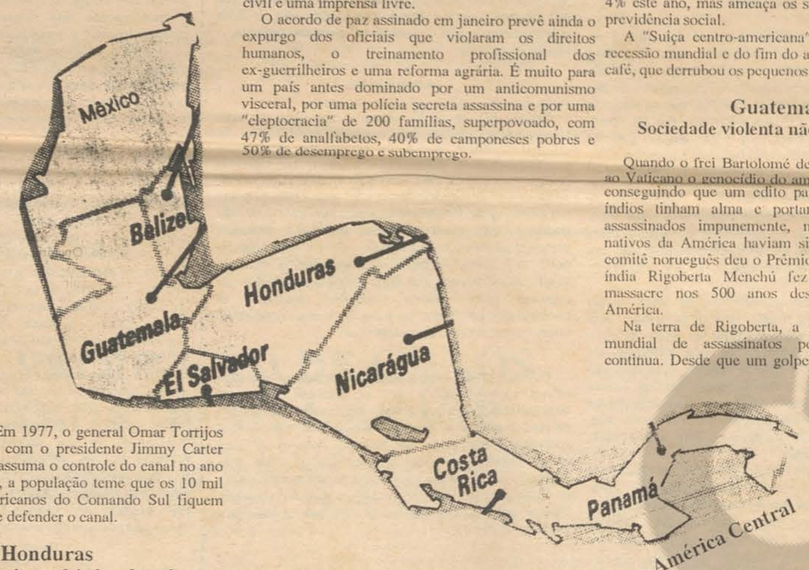
América Latina

Panamá
Em busca da legitimidade

O presidente Guillermo Endara tomou posse numa base do Comando Sul dos Estados Unidos na Zona do Canal, após a invasão norte-americana de 20 de dezembro de 1989. Sem legitimidade política, seu governo parece provisório.

A prisão e a destituição de Noriega acabaram com a estrutura administrativa, mas não com o tráfico de drogas, como se constata com o aumento da apreensão de cocaína no Panamá no primeiro trimestre de 1991. Os empresários panamenhos se uniram contra a quebra pelos americanos do sigilo bancário que faz do país um paraíso fiscal e centro de "lavagem" de dinheiro. O elevado custo de vida e a livre circulação do dólar dificultam sua integração econômica na América Central.

Em novembro, Endara , seguindo o exemplo da vizinha Costa Rica, tentou eliminar as Forças Armadas. Sua proposta e seu governo foram derrotados num plebicito por 63%. O país se tornou independente da Colômbia em 1903, com apoio militar dos EUA que estava interessado em dominar o Canal do Panamá. Em 1977, o general Omar Torrijos assinou um acordo com o presidente Jimmy Carter para que o Panamá assuma o controle do canal no ano 2000. Sem exército, a população teme que os 10 mil soldados norte-americanos do Comando Sul fiquem no país a pretexto de defender o canal.



Honduras
"Base" americana foi abandonada

Na Era Reagan, os Estados Unidos mandaram milhares de soldados para Honduras e deram mais de 1 bilhão de dólares para compra de aviões de caça, helicópteros de combate, tanques, fuzis de assalto e outras armas. Fizeram do país uma "base" para pressionar a Nicarágua sandinista. O homem-forte da época, general Gregório Alvarez, fez uma "santa aliança" com os exércitos salvadorenho e guatemalteco contra a "ameaça comunista".

Agora, com o ex-inimigo derrotado por Violeta Chamorro, Honduras vive uma ressaca. A ajuda econômica de 86 milhões de dólares este ano foi a menor de uma década e a ajuda militar não passou de US$ 6,2 milhões. Os militares hondurenhos perderam o poder de fogo, mas seus negócios incluem imóveis, seguros, funerárias, indústria têxtil, escolar, rádios, arame farpado e um time de futebol. O Exército controla a polícia, a companhia telefônica, as fronteiras, aeroportos e a marinha mercante.

Quando assumiu, há dois anos, o presidente Rafael Callejas cortou o orçamento em 10% e impôs um programa de austeridade. Ao cortar os subsídios fez os preços subirem, o desemprego e o subemprego passarem de 50% e os precários serviços de saúde e educação ficaram ainda piores.

El Salvador
Reformas tentam criar novo país

O chefe da missão das Nações Unidas em El Salvador acredita que o processo de paz estará concluído com a destruição das armas da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional. Mas o Ministro da Defesa, general René Emílio Ponce, duvida que a guerrilha cumpra a promessa. Por sua vez, a FMLN só concorda com sua total desmobilização se o exército extinguir seus seis batalhões de contra- insurgência e reduzir seu efeito à metade.

Depois de 75 mil mortes num conflito de 12 anos, agora é a primeira vez que El Salvador experimenta o pluripartidarismo real, eleições limpas, um governo civil e uma imprensa livre.

O acordo de paz assinado em janeiro prevê ainda o expurgo dos oficiais que violaram os direitos humanos, o treinamento profissional dos ex-guerrilheiros e uma reforma agrária. É muito para um país antes dominado por um anticomunismo visceral, por uma polícia secreta assassina e por uma "cleptocracia" de 200 famílias, superpovoado, com 47% de analfabetos, 40% de camponeses pobres e 50% de desemprego e subemprego.

Seus principais produtos são café e açucar, mas os salvadorenhos exilados nos EUA mandam mais dinheiro para o país, US$ 700 milhões, do que o total das exportações que é US$ 600 milhões.

Nicarágua
Pobreza produz mais conflitos

Duas décadas de guerras civis transformaram a Nicarágua no país mais pobre da região depois do Haiti; partilhando com a Guiana do recorde de queda no nível de vida desde 1980: 33,1%. Com essa miséria, agravada por uma seca que reduziu à metade a colheita de milho, 80% dos nicaraguenses sofrem de desnutrição.

O governo de Violeta Chamorro, que derrotou os sandinistas em 1990 com apoio americano, não tem como integrar à sociedade os" contras" e ex-soldados do Exército Sandinista reduzido em 77%. Os 300 milhões de dólares prometidos pelos EUA não chegaram; este ano serão só US$ 54 milhões. A ex-União Soviética, os EUA e o Clube de Paris perdoaram a maior parte da dívida nicaraguense, mas não basta.

Os trabalhadores dos setores de saúde, energia, fronteira, outros serviços públicos e da indústria açucareira fizeram diversas greves. A Frente Nacional dos Trabalhadores, central sindical Sandinista convocou manifestações para exigir aumentos de até 100%, estabilidade no emprego, revogação do imposto de 15% sobre o consumo e participação na privatização das empresas estatais.

Costa Rica
Crise ameaça a democracia social

Apesar de não passar por guerras civis desde 1949, quando aboliu as Forças Armadas, a Costa Rica viu seu nível de vida baixar 60% nos últimos 20 anos. Com uma das maiores dívidas externas por habitante no mundo, a economia afundou na crise nos anos 80. A rígida política econômica acertada pelo presidente conservador Rafael Angel Calderón com o Fundo Monetário Internacional levou a um crescimento de 4% este ano, mas ameaça os sistemas de educação e previdência social.

A "Suiça centro-americana" também é vítima da recessão mundial e do fim do acordo internacional do café, que derrubou os pequenos e médios produtores.

Guatemala
Sociedade violenta não encontra paz

Quando o frei Bartolomé de Las Casas denunciou ao Vaticano o genocídio do ameríndios no século 16, conseguindo que um edito papal declarasse que os índios tinham alma e portanto, não podiam ser assassinados impunemente, mais da metade dos nativos da América haviam sido mortos. Quando o comitê norueguês deu o Prêmio Nobel da Paz 1992 à índia Rigoberta Menchú fez um desagravo pelo massacre nos 500 anos desde a descoberta da América.

Na terra de Rigoberta, a Guatemala, recordista mundial de assassinatos políticos, o massacre continua. Desde que um golpe militar apoiado pelos EUA e a multinacional United Fruit derrubou o governo reformista de Jacob Arbenz em 1954, 175 mil pessoas foram mortas, 45 "desapareceram" e 1 milhão fugiram.

A Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca atua em 22 dos 23 departamentos do país desde os anos 80, mas nunca conquistou um base territorial como a guerrilha salvadorenha. Depois de 30 anos, a mais longa guerra civil centro-americana continua. O Exército considera-se vencedor e não quer fazer concessões na questão dos direitos humanos, nem desmantelar as" patrulhas de autodefesa civis".

Por Nelson Franco Jobim (JB)

América Latina

A REAÇÃO MUNDIAL CONTRA A LEI TORRICELLI


Manifestação popular em Cuba

A Lei Torricelli, que é a mais recente demonstração da prepotência norte-americana, tem provocado fortes reações contrárias em vários países da Europa e da América que a consideram uma violação da soberania de países independentes.

A lei, que os norte-americanos tiveram o topete de chamá-la de "lei pela democratização cubana", consiste em ampliar o embargo comercial contra Cuba para sufocar ainda mais esta economia e assim obrigar os cubanos a adotar o que os norte-americanos chamam por "democracia". A ironia fica por conta do fato de que a lei Torricelli é em si anti-democrática, na medida em que demonstra a intolerância norte-americana frente a outra proposta política e a sua incapacidade em respeitar a soberania dos países latino-americanos.

Entretanto, com essa lei não é só a soberania cubana que é ameaçada. Desta vez o governo norte-americano perdeu os pudores: além de proibir que subsidiárias de empresas norte-americanas instaladas no exterior comercializem com Cuba, a Lei Torricelli impõe sanções econômicas a quaisquer outros países que continuarem mantendo relações comerciais ou mesmo assistenciais com o povo cubano.

Como se não bastasse, a tal lei prevê também a proibição da entrada em portos norte-americanos de barcos que se dirijam, ou tenham passado em território cubano. Isso viola uma prática das leis marítimas que remonta a época da pirataria, além de significar uma contravenção às normas de livre-comércio que, ironicamente, são ardentemente defendidas pelos mesmos norte-americanos quando isto lhes interessa.

REPÚDIOS

Os 12 países da Comunidade Europeia advertiram os Estados Unidos em um comunicado, onde declararam que qualquer iniciativa de Washington que afete o comércio realizado [illegible] norte-americano viola os princípios do direito internacional. Eles não aceitam que os norte-americanos pretendam restringir a economia da Comunidade Européia e suas relações com qualquer nação estrangeira que não tenha sido considerada coletivamente uma ameaça à paz e à ordem.

O embaixador da Venezuela em Cuba, Gonzalo Garcia, classificou a Lei Torricelli como crime contra a humanidade porque ela é uma iniciativa de condenar um povo à falta de alimentos e medicamentos por uma simplas razão ideológica.

O Canadá protestou contra a lei norte-americana considerando-a uma interferência na sua soberania e ordenou que as companhias canadenses simplesmente a ignorem.

O Congresso do México, país com o qual os Estados Unidos negociou um tratado de livre-comércio, repudiou por unanimidade a Lei Torricelli exigindo respeito aos princípios de auto-determinação dos povos, à cooperação internacional e ao pluralismo ideológico.

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE I



A Família Franciscana na ONU - Coordenação Latinoamericana e a Rede Internacional de Direitos Humanos estão promovendo uma campanha para a libertação de Frei Antônio Puigjane que está condenado a 20 anos de prisão, acusado de ter preparado, decidido e executado a ocupação do quartel do Regimento de Infantaria Mecanizada III de La Tablada, província de Buenos Aires.

A condenação não tem provas e se baseia em meros indícios e presunções. A campanha pede que todos escrevam ao Presidente da Argentina, Dr. Carlos Saul Menem, pedindo a liberdade de Frei Antônio e uma atenção especial a causa dos presos políticos.

O endereço é:

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente
da Nação Argentina
Dr. Carlos Saúl Menem
Casa de Gobierno
Calle Balcarce 50
(1054) Buenos Aires - Argentina
FAX:54-331-63-76

NOTA INFORMATIVA SOBRE O 27 DE NOVEMBRO NA VENEZUELA

A situação venezuelana tem se deteriorado em todos os níveis, como resultado da aplicação de medidas neo-liberais impulsionadas pelo FMI.

No dia 27 de novembro de 92, a Venezuela se viu convulsionada por uma nova tentativa de golpe militar, levado por personalidades do exército, com o vínculo de alguns setores civis, supostamente provenientes da ultra-esquerda.

Essa tentativa de golpe resultou em mais de 200 mortos, entre civis e militares. Suspensão das garantias constitucionais. Massacre de presos no Cárcere Modelo, um dos mais populosos da Venezuela. 1800 militares e mais de 150 civis detidos.

Muitos desses presos se encontram incomunicáveis e fala-se que eles serão submetidos a um Julgamento Militar Extraordinário, isto é, eles não terão defesa. Teme-se pela vida de alguns civis, porque seus nomes não tem sido publicados nos meios de comunicação e nem se lhes foi feito reconhecimento médico. Também há a possibilidade de que os presos políticos sejam colocados junto aos presos comuns.

Há um clima de insegurança generalizado, já que não estão normalizadas as garantias e estão suspendidas as atividades organizativas, embora estivessem permitidas as atividades referentes às eleições do dia 6 de dezembro.

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE II

A Juventude Operária Católica da Venezuela está promovendo uma campanha de solidariedade com o objetivo de conseguir a libertação de Vitor Martinez Niño, 18 anos, militante da JOC. Ele foi detido no dia 28 de novembro, como resultado dos acontecimentos do dia anterior. Ele foi torturado junto com outros detidos e acusado de estar vinculado a movimentos subversivos. A JOC Venezuelana divulgou que Vitor não tem nenhuma vinculação com a tentativa de golpe do dia 27 de novembro.

Envie cartas aos seguintes endereços, exigindo a garantia de integridade física e liberdade de Vitor e dos outros que estão detidos na cidade de Barquisimeto:

Sr. Carlos Andrés Pérez
Presidente de Venezuela
Palacio de Miraflores
Caracas
Venezuela

Sr.Luis Piñerúa Ordaz
Ministro de Relaciones Interiores
Ministerio de Relaciones Interiores
Esquina de Carmelitas
Caracas
Venezuela

Sr. Mariano Navarro
Gobernador del Estado Lara
Casa de Gobierno
Calle 25 entre carreras 18 y 19
Barquisimeto - Estado Lara
Venezuela

Doctor Ramon Escobar Salom
Fiscal General de la República
Manduca a Ferrequin
Caracas
Venezuela
FAX:(58)(2)562 45 54.

CARTAS

NOTA DO DANV IMPRENSA

O Diretório Acadêmico Nunes Vieira, orgão que congrega e representa todos os estudantes de agronomia da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas-RS, convocou uma Assembléia Geral de Estudantes, no dia 15 de outubro de 1992, com uma grande participação para apreciação e deliberação sobre o assentamento de 26 famílias de agricultores sem terra, em forma de comodato em uma área de 442 ha. da Fazenda da Palma.

Na assembléia foi apresentado e discutido com profundidade o Projeto Preliminar para Acompanhamento de Implantação de Assentamento na área da Universidade, que foi aprovado por unanimidade pelos estudantes de agronomia.

Acreditamos que os pequenos e médios agricultores da região devem ser atendidos, pois existem duas universidades (UCPEL e UFPEL) e vários centros de pesquisa da EMBRAPA. Estes atendimentos através de pesquisas devem ser feitos de uma forma que traga respostas concretas aos agricultores e para o desenvolvimento regional.

Estas respostas poderão ser dadas através deste assentamento que visa uma integração universitária de maneira integral e integrada com as famílias de agricultores assentados. Participarão do projeto as áreas agrárias, educação, saúde, arquitetura e urbanismo, devendo ser ampliada para toda a universidade.

Colocamos ainda que o INCRA/RS, através do processo 02471/92 BR, coloca-se favorável ao projeto, pois um dos objetivos específicos, contribuir para a criação e qualificação de um espaço de trabalho e produção das famílias de agricultores, integrando-as ao mercado e favorecendo a afirmação social e política das mesmas na região.

TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA

PARABÉNS

Queria parabenizar ao Jornal Sem Terra pelo esclarecimento sobre o problema da terra e a luta do MST no Brasil.

Eu sou de Riversul-SP e o problema da terra aqui é gritante, os pequenos produtores vendem suas terras para os fazendeiros, o latifúndio aumenta assustadoramente e o êxodo rural é muito grande.

Eu sempre achei justa a reforma agrária e tenho apoiado as ocupações na Fazenda Pirituba.

Tenho procurado passar o valor desse jornal para minha família e pra comunidade, esclarecendo a opinião pública sobre a reforma agrária. Nós temos dificuldade em formar pessoas para ocupações, aqui nós não temos apoio da igreja que é muito conservadora.

Desejo que vocês continuem firmes, prestando esse grande trabalho para quem acredita no Brasil mais justo, onde todos tenham direito à vida.

abraços e cristo
Jamil Aparecido Fauro

TRECHO DE CARTA
LOGO SERÃO QUINHENTOS ANOS

Há muito tempo atrás, quando a terra me era alimento sagrado, a lua um grande teto e a noite santo santuário,

Não havia indivíduos e nem sequer a tal [illegible] grandes alegrias.

É o tempo todo arquiteto e todo pior foi e vai andando. Matam e prendem nativos como porcos. De milhões, os que restam estão à beira da extinção. Será que a justiça não sai da boca, ou nem sequer respira?

Cruéis, logo a sengrenta pilhagem insaciável.

Seus dias estão contados e a natureza trará punição para eles que construiram esse capitalismo malvado.

Logo para este povo que sofreu tanto será quinhentos anos de tristeza e destruição.

Não dez, nem vinte.

Quinhentos anos.

Moisés Anghinoni

O Movimento Sem Terra recebeu uma carta coletiva, feita com amor, análise e fraternidade de D. Pedro Casaldáglia. A carta trás uma mensagem aos sem terra que queremos transmitir a todos os leitores:

"A todos-todas do sem terra, na paixão da Pátria Grande e do Reino de Deus, um grande abraço de comuno!"

Pedro Casaldaglia

POEMA

Companheiros brasileiros,
Vamos levantar a voz
Contra o autoritarismo
E o momentos atroz
Que a liberdade de Nina,
Está dependendo de nós.
Meu apelo em versos,
Queremos a libertação
Dessa mulher heroína,
Nossa companheira Nina,
A vítima da repressão,
Liberdade de expressão,
Pra quem está trancafiada,
Se esta elite desgraçada,
Dela não tem compaixão
Nossa Constituição,
Não está valendo nada
Eu sou um sindicalista,
Odiado e perseguido,
Levo nome de bandido,
Agitador comunista,
Ladro, covarde, anarquista,
Mau fasejô, agitador,
Mau conselheiro, infrator,
Mentiroso, fuxiqueiro,
Mas honro ser brasileiro,
E defendo o trabalhador,
O pastor José Inácio,
Cleuza Coelho, uma heroína,
Chico Mendes, Margarida,
Padre Josimo, a mesma sina,
Estão na priso eterna
Muito pior que Nina

João da Cruz
Pedra Lavrada 15-12-92

Caros Companheiros

Já faz tempo que recebo, leio e admiro seu jornal que é um meio de comunicação necessário para todos que defendem a causa dos trabalhadores rurais.

Também aqui, nas terras longínquas da Amazônia, procura-se apoiar a causa dos agricultores, seringueiros, índios, ribeirinhos, ou seja, a causa dos povos da floresta.

A Editora Vozes acaba de publicar meu livro. O ano do V Centenário está findando e as vozes do povo amazônico devem ser ouvidas.

Por isto, peço sua colaboração no sentido de propagar o livro através de seu jornal, citando trechos do mesmo, onde se fala da luta dos agricultores e seringueiros.

Desde já, meu muito obrigado.

Desejo-lhes um FELIZ NATAL e um *1993 abençoado por Deus*

Um abraço do companheiro
João Derickx

expediente

Reportagem

Verinha Vilar - [illegible] Alves - BA; Gilson Rodrigues - MG; Damárci Oliveira - MS; Reginaldo Pacheco - PE; José Ivan - PI; José [illegible] RO; Claudemir Bitencourt - RS; Laudir Boiani e [illegible] Vieira - SC; Cristina Villar - SE; Deise Alves - SP; Cássia Cortez - MS. Conceição Amorin - MA

Conselho Editorial: DN/MST
Diagramação e arte:
Paulo Rogério Barbosa da Silva

Editora/Jornalista responsável:
Débora Lerrer - RP 7399/33/24V

Secretária: Romilda Paula

Composição:
DIGITAR Prods. Gráficas - Tel. (011) 63-2259
Fotolito e Impressão: Gráfica dos Bancários
Tiragem: 30 mil exemplares - **Periodicidade**: Mensal.
Associação Nacional de Cooperação Agrícola
Rua Ministro Godoy, 1484 - CEP 05015-001 - SP
Tel. (011) 864-8977 - Telex 82153MSTB -

Assine o SEM TERRA

participe da luta pela REFORMA AGRÁRIA

Desejo fazer assinatura do Jornal Sem Terra, para isso estou enviando cheque nominal em favor da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, endereço: R. Ministro Godoy, 1484 - Perdizes, São Paulo - SP - Brasil, CEP 05015-001, fone: (011) 864-8977

Quero assinar o Jornal dos Trabalhadores rurais Sem Terra
por um ano (12 exemplares) e recebê-lo no seguinte endereço:

Nome.....

Endereço:.....

Cidade..... CEP ..... Estado .....

Profissão ..... Telefone .....

Valor da assinatura: lavradores Cr$ 17.500; outros Cr$ 35.000

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS

SEM TERRA

Rua Ministro Godoy, 1484
05015-001 - São Paulo - SP

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP - 5783/90

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
DR/SP
PRT/SP-5784/90

15 - CANÇÃO DE MARIA

VIRÁ O DIA EM QUE TODOS
AO LEVANTAR A VISTA
VEREMOS NESTA TERRA
REINAR A LIBERDADE

Minha alma engrandece
O Deus libertador.
Se alegra o meu espírito
Em Deus meu salvador.
pois ele se lembrou
de seu povo oprimido
E fez de sua serva
A mãe dos esquecidos.

Imenso é seu amor
Sem fim sua bondade
pra todos que na terra
Lhe seguem na humildade
Bem forte é nosso Deus
levanta o seu braço
Espalha os soberbos,
destrói todos os laços.

Derruba os poderosos
Dos seus tronos erguidos
Com o sangue e o suor
Do seu povo oprimido
E farta os famintos.
Levanta os humilhados,
Arrasa os opressores
Os ricos e os malvados.

Protege o seu povo
Com todo o carinho
Fiel é seu amor
Em todo o caminho
Assim é o Deus vivo
que marcha na história
Bem junto do seu povo
Em busca da vitória.

Louvemos nosso Pai
Deus da libertação.
Que acaba a injustiça
Miséria e opressão.
Louvemos nosso irmão
que luta com valia
Fermentando a história
Prá vir o grande dia.

16 - IRÁ CHEGAR

Irá chegar um novo dia/
um novo céu, uma nova terra,
e um novo mar/
E nesse dia, os oprimidos/
numa só voz a liberdade
irão cantar.

Na nova terra o negro não vai ter corrente
E o nosso índio vai ser visto como gente/
Na nova terra, o negro, o índio e o mulato/
o branco e todos vão comer num mesmo prato.

REFRÕES:

1 - A BÍBLIA É A PALAVRA DE DEUS
SEMEADA NO MEIO DO POVO,
QUE CRESCEU,CRESCEU E NOS TRANSFORMOU
ENSINANDO-NOS VIVER UM MUNDO NOVO



2 - ANIMADOS PELA FÉ
E BEM CERTOS DA VITÓRIA
VAMOS FINCAR NOSSO PÉ
E FAZER A NOSSA HISTÓRIA
E FAZER A NOSSA HISTÓRIA
ANIMADOS PELA FÉ.



3 - NOSSOS DIREITOS ,VEM!
NOSSOS DIREITOS, VEM!
SE NÃO VIR NOSSOS DIREITOS
O BRASIL PERDE TAMBÉM. (Bis)

4 -DE REPENTE NOSSA VISTA CLAREOU
CLAREOU, CLAREOU.
E DESCOBRIMOS QUE O POBRE TEM VALOR,
TEM VALOR, TEM VALOR!

5 - VIVA, VIVA A MULHER DESTA NAÇÃO,
QUE VAI GERANDO NO VENTRE
A NOVA SEMENTE DA LIBERTAÇÃO.
E VEM TRAZENDO NO SANGUE,
A SEMENTE NOVA DA REVOLUÇÃO!





6 - UM CLAMOR DE JUSTIÇA ESTÁ NO AR
UM CLAMOR DE JUSTIÇA ESTÁ NO AR

7. PÕE A SEMENTE NA TERRA/
NÃO SERÁ EM VÃO :
NÃO TE PREOCUPES A COLHEITA,
PLANTAS PARA O IRMÃO (bis)

5ª ROMARIA - CAMINHADA DA TERRA:

8:00 h - CHEGADA - APRESENTAÇÃO
9:00 h - ABERTURA:
D.ELZA - PRES. MUTIRÃO DA CONQUISTA
D. ELIAS - BISPO DE VALENÇA
ELIAS - EVANGÉLICO

1ª PARADA - SOLIDARIEDADE CAMPO X CIDADE
2ª PARADA - JUSTIÇA NO TRABALHO
3ª PARADA - TERRA REPARTIDA

13:30 h - ESPAÇO CULTURAL
15:00 h - CELEBRAÇÃO
16:00 h - ENCERRAMENTO.

5ª CAMINHADA DA TERRA/RJ
MUTIRÃO DA CONQUISTA - VALENÇA - RJ.
18 - 08 - 91
"TERRA REPARTIDA - JUSTIÇA NO TRABALHO"



C A N T O S

1 - BENDITO DOS ROMEIROS DA TERRA

1 -Bendita e louvada seja
Esta santa romaria
Bendito o povo que marcha
Bendito o povo que marcha
Tendo Cristo como guia.

Refrão
Sou, sou teu Senhor,
Sou povo novo, retirante e lutador.
Deus dos peregrinos,
Dos pequeninos ,Jesus Cristo Redentor

2 -No Egito antigamente
Do meio da escravidão,
Deus libertou o seu povo.
Hoje ele passa de novo
Gritando a libertação

3- Para a terra prometida
O povo de Deus marchou.
Moisés andava na frente.
Hoje Moisés é a gente.
Quando enfrenta o opressor.

4- Caminheiros na estrada
Muita cerca prende o chão.
Todo arame e porteira
Merecem corte e fogueira,
São frutos da maldição.

5 -Quem é fraco Deus dá força
Quem tem medo sofre mais,
Quem se une ao companheiro
Vence todo o cativeiro,
É feliz e tem a paz.

6 -Mãos ao alto, voz unida,
Nosso canto se ouvirá
Nos caminhos do sertão.
Clamando por terra e pão
Ninguém mais se calará.

2 - POVO DE DEUS

O povo de Deus no deserto andava
Mas à sua frente alguém caminhava
O povo de Deus era rico de nada
Só tinha esperança e o pó da estrada.
Também sou teu povo, Senhor, estou nesta estrada somente a tua graça me basta
e mais nada. (bis)

O povo de Deus também vacilava.
Às vezes custava a crer no amor.
O povo de Deus, chorando, rezava,
Pedia perdão e recomeçava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada:
Perdoa se às vezes não creio
em mais nada (bis)

O povo de Deus também teve fome
E tu lhe mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus cantando deu graças,
Provou teu amor, teu amor que não passa.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada.
Tu és alimento, na longa caminhada. (bis)

O povo de Deus, ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou
O povo de Deus, corria e cantava
E nos seus louvores teu poder proclamava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada,
Cada dia mais perto da terra esperada. (bis)



3 - UTOPIA (Mi Maior)

Quando o dia da paz renascer
quando o sol da esperança brilhar,
eu vou cantar!
Quando o Povo nas ruas sorrir
e a roseira de novo florir,
eu vou cantar!
Quando as cercas caírem no chão,
quando as mesas se encherem de pão
eu vou cantar!
Quando os muros que cercam os jardins,
destruídos, então os jasmins
vão perfumar!
Vai ser tão bonito se ouvir a canção,
cantada de novo.
No olhar do homem a certeza do irmão:
Reinado do Povo.

Quando as armas da destruição,
destruídas em cada Nação.
eu vou sonhar!
E o decreto que encerra a opressão,
assinado só no coração
vai triunfar!
Quando a voz da verdade se ouvir
e a mentira não mais existir,
será, enfim,
tempo novo de eterna justiça,
sem mais ódio, sem sangue ou cobiça:
vai ser assim!

4 - GLÓRIA DOS POBRES

Glória a Deus nas alturas!
É o canto das criaturas. (Bis)
Rios e matas se alegram
teus pobres por ti esperam. (Bis)
Paz para o povo sofrido:
é o grito do oprimido. (Bis)
A terra mal repartida
clama por tua justiça (bis)

GLÓRIA, GLÓRIA,
GLÓRIA, TE DAMOS SENHOR !
GLÓRIA, GLÓRIA,
VENHA TEU REINO DE AMOR!

Glória a Jesus, nosso guia!
Filho da Virgem Maria,
veio pro meio dos pobres
pra carregar nossas dores!
Filho do AltíssimoDeus,
por nós na cruz padeceu!
Venceu a morte e a dor
Pra nos dar força e valor!

Glória ao Espírito Santo,
Que nos consola no pranto.
Que orienta a Igreja,
Para que pobre ela seja,
Que deu coragem a Pedro,
e aos santos, seus companheiros:
que hoje junta esse povo
a buscar um mundo novo!

CEDIM

5 - CANTO DOS MÁRTIRES DA TERRA
(Ré Menor)

Venham todos, cantemos um canto que nasce da terra,
canto novo de paz e esperança em tempos de guerra.
Neste instante há inocentes tombando nas mãos de tiranos.
Tomar terra, ter lucro matando: são esses seus planos.

Eis o tempo de graça!
Eis o dia da libertação!
De cabeças erguidas,
de braços unidos, irmãos!
Nós havemos de ver, qualquer dia,
chegando a vitória:
o povo nas ruas, fazendo a história,
crianças sorrindo, em toda a nação

Lavradores: Raimundo, José, Margarida, Nativo...
Assumir sua luta e seu sonho, por nós é preciso.
Nós havemos de honrar todo aquele que caiu lutando
contra os muros e cercas de morte, jamais recuando!

Companheiros, no chão desta Pátria é grande a peleja!
No altar da Igreja o seu sangue bem vivo lateja!
Sobre as mesas de cada família há frutos marcados
e há flores vermelhas gritando por sobre os roçados!

Ó Senhor, Deus da vida,, escuta esse nosso cantar
pois contigo o povo oprimido há de sempre contar!
Para além da injúria e da morte, conduz nossa gente!
Que teu Reino triunfe na terra deste Continente!

6 - QUEM DISSE QUE NÃO SOMOS NADA

REFRÃO

Quem disse que não somos nada
Que não temos nada para oferecer
Repare as nossas mãos abertas
Trazendo as ofertas do nosso viver.

1 - A fé do homem nordestino
Que busca um destino, um pedaço
de chão.
A luta do povo oprimido
Que abre caminho, transforma a nação.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

2 - Retalhos de nossa história
Bonitas vitórias que meu povo tem
Palmares , Canudos, Cabanos
São lutas de ontem e de hoje também.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

3 - Aqui trazemos a semente
Sangue desta gente que fecunda o chão.
Do gringo e tantos lavradores,
Santo e operários em libertação.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

4 - Coragem de quem dá a vida
Seja oferecida neste vinho e pão.
É força que destrói a morte
E muda nossa sorte, é Ressurreição.
ô,ô,ô, recebe Senhor.

7 - BAIÃO DAS COMUNIDADES (Sol)

SOMOS GENTE NOVA, VIVENDO A UNIÃO
SOMOS POVO-SEMENTE DA NOVA NAÇÃO, Ê,Ê
SOMOS GENTE NOVA VIVENDO O AMOR
SOMOS COMUNIDADE, POVO DO SENHOR, Ê,Ê

1. Vou convidar os meus irmãos trabalhadores/
operários, lavradores, biscateiros e outros mais;
E juntos vamos celebrar a confiança,
nossa luta na esperança de ter terra,pão e paz, ê,ê

2. Vou convidar os índios que ainda existem,
as tribos que ainda insistem no direito de viver.
E juntos vamos, reunidos na memória,
celebrar uma vitória que vai ter que acontecer, ê, ê.

3. Convido os negros, irmãos no sangue e na sina,
seu gingado nos ensina a dança da redenção;
de braços dados, no terreiro da irmandade,
vamos sambar de verdade enquanto chega a razão,ê,ê.

4. Vou convidar Oneide, Rosa, Ana Maria
a mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor./
E reunidos no altar da liberdade,
vamos cantar de verdade, vamos pisar sobre a dor.

5. Vou convidar a criançada e a juventude/
tocadores me ajudem, vamos cantar por aí/
O nosso canto vai encher todo o país/
velho vai dançar feliz
quem chorou vai ter que rir.

6. Desempregados, pescadores desprezados
e os marginalizados venham todos se ajuntar/
à nossa marcha para a nova sociedade,
quem nos ama de verdade, pode vir, tem um lugar,ê,ê...

8 - O MIGRANTE
(Ré menor)

Peregrino nas estradas de um mundo desigual,
espoliado pelo lucro e ambição do capital,
do poder do latifúndio enxotado e sem lugar,
já não sei pra onde andar...
Na esperança, eu me apego ao mutirão.

Quero entoar um canto novo de alegria (Ré Maior)
ao raiar aquele dia
de chegada ao nosso chão.
Com meu povo celebrar a alvorada,
minha gente libertada:
lutar não foi em vão.

Sei que Deus nunca esqueceu dos oprimidos o clamor
e Jesus se fez do pobre, companheiro e servidor.
Os profetas não se calam, denunciando a opressão,
pois a terra é dos irmãos...
e na mesa igual partilha tem que haver.

Pela força do amor o universo tem carinho
e o clarão de suas estrelas ilumina o meu caminho.
Nas torrentes de justiça meu trabalho é comunhão.
Arrozais florescerão...
De seus frutos liberdade colherei.

9 - PAI NOSSO DOS MÁRTIRES

Pai nosso,
dos pobres marginalizados!
Pai nosso,
dos mártires, dos torturados!

Teu nome é santificado,
naqueles que morrem defendendo a vida.
Teu nome é glorificado
quando a justiça é nossa medida.
Teu Reino é de liberdade
de fraternidade, paz e comunhão.
Maldita toda violência,
que devora a vida pela repressão.

Queremos fazer tua vontade.
És o verdadeiro Deus libertador.
Não vamos seguir as doutrinas
corrompidas pelo poder opressor.
Pedimos-te o Pão da vida,
o pão da segurança, o pão das multidões,
o pão que traz humanidade,
que constrói o homem em vez de canhões.

Perdoa-nos quando, por medo,
ficamos calados diante da morte!
Perdoa e destrói os reinos
em que a corrupção é a lei mais forte
protege-nos da crueldade
do Esquadrão da Morte, dos prevalecidos.
Pai nosso, revolucionário,
parceiros dos pobres, Deus dos oprimidos!

10 - ROMARIA DA TERRA

Romaria da terra / faz o povo arreunir
numa luta sem guerra, / Nós lutaremos por ti!

A terra é sagrada,/ feita por Nosso Senhor
Ele fez e deu ao homem/ e também lhe ensinou
que é nela que vivemos/ e a ela abençoou.
É tão linda a natureza,/ é obra do Criador.
E Deus deu a inspiração,/ o homem fez a plantação!
foi assim que começou. (Gen.1,26-31)

Mas no passar do tempo,/ que o povo aumentou,
começou a ambição / e a terra negociou.
Uns comprava e outros não, / e a força eles tomou:
fazendeiros e jagunços/ matando os trabalhador.
E as famílias, que era dono,/ hoje vive no abandono,
sem suas terras ficou.

Amigo trabalhador,/ veja a nossa situação:
nós queremos trabalhar / e não temo condição.
A terra, que era nossa,/ hoje é toda do patrão;
desemprego na cidade/ virou uma maldição.
Precisamos nos unir / e nós vamos resistir,
pôr a terra em nossas mãos.

11 - MOMENTO NOVO

Deus chama a gente pra um momento novo
de caminhar junto com seu povo
É hora de transformar o que não dá mais,
sozinho isolado ninguém é capaz.

POR ISSO VEM,
ENTRA NA RODA
COM A GENTE TAMBÉM
VOCÊ É MUITO IMPORTANTE.

Não é possível crer que tudo é fácil,
há muita força que produz a morte,
gerando dor,tristeza e desolação
é necessário unir o cordão.
Na força que hoje faz brotar a vida,
atua em nós pela sua graça,
é Deus que nos convida prá trabalhar
o amor repartir e força juntar.

12 - BRASIL DOS EXPLORADOS

Refrão
No meu coração, já não cabe mais,
colocar tristeza, pois já é demais.

Quando a gente pintou por aqui
Nos disseram que tudo era bom
E crescemos com sêde de ver
Esse mundo de gente feliz.

Quando a gente entrou para a escola
Nos falaram de riquezas mil
Com o povo deitado em berço
Com a gente prá frente Brasil.

Quando a gente pintou no trabalho
O patrão prometeu melhorar
Dê o duro, seu moço, que um dia
Sua vida também mudará.

Quando a gente passou a votar
Prometeram fazer desse chão
Um Brasil, com um povo contente
Sem sofrer, sem ter fome de pão.

13 - A GRANDE ESPERANÇA

- A classe roceira e a classe operária,
Ansiosa espera a reforma agrária.
Sabendo que ela será a solução,
Para a situação que está tão precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área,
Sei que na miséria ninguém viveria,
E a produção já aumentaria,
Quinhentos por cento só na pecuária.

- Esta grande crise que há tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo o seu brio.
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morre brasileiro de fome e de frio.
Em nossas Manchetes rica em imóveis.
Milhões de automóveis já se produziu.
Enquanto o coitado do pobre operário.
Vive apertado, ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.

- Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção.
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão.
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução.
Porque o ricaço que vive folgado,
Acha que o projeto, se for assinado,
Estará ferindo a Constituição.

- Mas, a grande esperança o povo conduz,
Pedindo a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha.
E para a família não faltar o pão.
Que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação.
A desigualdade que existe é tamanha.
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha,
o pobre do pobre vive de tostão

14 - Ó QUE COISA BONITA



Ó que coisa bonita (bis) / Deus Pai
Libertador / criar negra cor, ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / Jesus é nosso
Irmão sem separação / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / O Espírito a fé
a força o axé / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / Mãe por Deus escolhida,
Negra-aparecida / Ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / celebrar Deus da
vida com festa, comida / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / essa reza, esta
missa, Clamor de Justiça / ó que coisa bonita

CEDI

Vida celebrada!

Fotos: Hamilton Reis



Memória da luta da Formosa Urupuca





Memória dos Mártires



Juntos na mesma caminhada

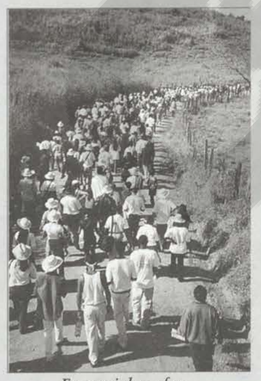


Crianças também são romeiras



Momento de celebração





E o caminho se faz...

5ª Romaria das Águas e da Terra

6 de agosto de 2000 - Assentamento Formosa
Urupuca - São José da Safira – Diocese de Guanhães

Fotos: Hamilton Reis



Terra e água conquistadas,

Vida resgatada!

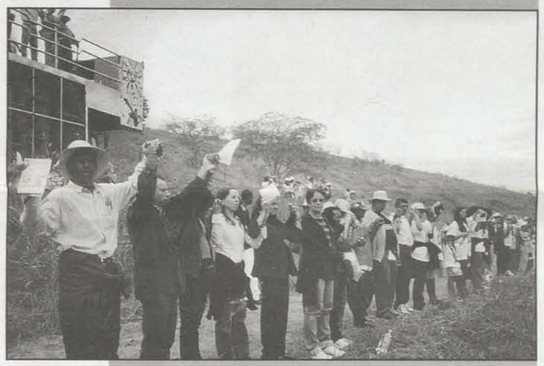
Mensagem – Compromisso para o povo de Deus das Comunidades

No Assentamento Formosa Urupuca, no município de São José de Safira, aconteceu a 5ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais. Participaram milhares de pessoas, vindas das mais diversas partes de Minas e de outros lugares; entusiasmadas reforçaram o clamor: Terra e Água conquistadas, Vida resgatada! A Terra é o "nosso corpo" e as águas são o "nosso sangue". Terra e água não se mendigam, conquistam-se. Terra e água seqüestradas clamam para serem libertadas, resgatadas. (continua nas páginas 6 e 7)

Fotos: Hamilton Reis



O abraço da lagoa foi um momento emocionante...



de compromisso contra a poluição e a ganância...



que ameaça privatizar as águas

O assentamento Formosa Urupuca, com área de 2.600 hectares de terra, banhada pelos rios Suassui e Urupuca, está situado no município de São José de Safira, Minas Gerais. Este assentamento é hoje o palco de vida de 65 famílias que conquistaram a terra **e** se transformaram em uma imensa estrela humana que irradia luz e aquece com esperança os corações de milhares de comunidades de Sem Terras de Minas e do Brasil que estão na luta por uma Reforma Agrária autêntica. O dia 29 de março de 1996 é um dia inesquecível para o corajoso povo de Formosa Urupuca, pois foi o dia em que o Governo Federal, pressionado por eles, desapropriou aquelas terras do "rio sem dono" para fins de Reforma Agrária.

Manoel, um membro do povo indígena Xacriabá, nos recorda: "*a nossa Mãe Terra está seqüestrada nas mãos de poucas pessoas e/ou empresas, está clamando para ser libertada.*" Sussurrando nos nossos ouvidos, nossa Mãe Terra, com lágrimas nos olhos desabafa: "*Somente no Brasil eu tenho mais de 100 milhões de filhos/as passando fome. Liberte-me para que eu possa alimentar meus filhos que são todos vocês.*" Núbia, uma indígena Tupinambás, no 10° INTERECLESIAL das CEBs em Ilhéus, emocionada nos interpelava a contemplar os rios dizendo: "*Olhe com os olhos do coração os rios, que são as veias e artérias da nossa Mãe Terra; estão correndo risco de vida, porque as águas estão cada vez mais poluídas e diminuindo. O corpo da Mãe Terra está intoxicado, porque capitalistas inescrupulosos desmatam as nascentes dos rios e insistem na estupidez da monocultura do eucalipto, que resseca a terra, expulsa os Pequenos da Terra para as periferias urbanas e os pássaros e animais são extintos dia-a-dia*". Como se não bastasse as empresas mineradoras com sua fúria por lucro destroem a terra, desencadeiam processos erosivos, etc. Quantas indústrias jogam quotidianamente nas águas (= "sangue da mãe terra") lixo, esgotos, produtos químicos, óleo, etc asfixiando até a morte a vida da Mãe Terra e a vida de tantos filhos/as dela?! "No seio da Mãe Terra o sangue de milhares de mártires lateja e clama por Justiça" (cf. Gen 4,10). Como bons/boas mineiros/as desconfiamos que a nossa Mãe Terra, nos interpela com ternura e nos questiona: "*Escute o clamor dos meus filhos atingidos por barragens, que assombrados com as inundações dos lagos artificiais têm que sair correndo para não serem afogados; são transplantados para longe das suas raízes e forçados a deixarem seus sonhos, não têm nem o direito de serem enterrados próximo dos seus antepassados*". Infelizmente acontece como nos diz dona Marta desabafando: "*Nossa casinha, herança do nosso pai, nosso quintal, o cemitério aonde estão nossos avós e etc, tudo está inundado.*"

É tempo de recordarmos que NÓS SOMOS ÁGUA. Nosso corpo, como o planeta terra, é 70% água. 8% da água doce do mundo está em território brasileiro. A população mundial está crescendo, enquanto os mananciais de água estão sendo destruídos e contaminados. Faltará água potável no próximo milênio para 40% da humanidade. Vão acontecer guerras pela água e a água será um bem mais precioso que pedras raras (ou o petróleo). O Planeta Terra é **um** (talvez **o**) grande "Empobrecido" hoje. O futuro da terra e da humanidade está seriamente ameaçado. Portanto, toda defesa das águas e da Mãe Terra é uma luta sábia, justa e santa. A luta por uma Reforma Agrária autêntica é parte necessária do processo de salvação da Mãe Terra e dos seus filhos deserdados, os Sem Terra.

Estamos celebrando o **Jubileu da Terra** nos 25 anos da CPT (Comissão Pastoral da Terra), dentro do Grande Jubileu dos 2000 anos do nascimento de Jesus Cristo. O berrante do Jubileu e os atabaques dos últimos 500 anos de Brasil nos convocam a refazer a História e a Evangelização renovando a Sociedade e as Igrejas na vivência de uma Eucaristia de partilha da Fé, da Terra, do Pão e da Vida.

No Primeiro Testamento com o toque do berrante se anunciava o jubileu, **tempo de**: a) Re-estruturação geral da sociedade; b) Conversão pessoal e social; c) Perdoar as dívidas internas e e(x)ternas; d) Resgate ecológico da Comunidade de Vida; e) Realizar Reforma Agrária autêntica; f) Re-criar a Vida, etc.

Da Bíblia continua ecoando que ***Deus criou a Terra e as águas*** (Gen 1,9-10) e viu que tudo era "uma beleza", muito bom, um paraíso terrestre (Gen 1, 31). Com o passar do tempo os profetas tiveram que re-cor-dar que "***a terra pertence a Deus***" (Lev 25,23) e que nós pertencemos à Terra. Logo, ninguém tem o direito de considerar-se dono da terra. Somos apenas arrendatários da terra. A Terra é de todos/as como herança, não pode ser considerada mercadoria, não deve ser vendida. O Planeta Terra é a **única** casa onde todos nós devemos viver como irmãos/ãs, filhos/as de Deus nosso Pai, terno e misericordioso. A terra é um bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é um bem social e não privado, como também um patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. A Terra é para produzir, gerar alimentos, empregos, fazer viver; enfim ela é um bem de todos para todos. É esse o único destino possível para a terra. Que continue ressoando em nossos corações e mentes a sábia música JUBILEU DA TERRA do cantor Gogó: "*Jubileu da Terra/ é repartir o chão/ é pôr os pés no chão/ é resgatar a terra/ que é de cada irmão/ porque a Terra é do Senhor...*"

Nesta 5ª Romaria da Terra e das Águas "*trouxemos a vida vivida na terra, tão dura parece um pedaço de pedra; trouxemos na lágrima um resto de água, também a esperança guardada dentro de nós.*" Mais que restaurar, queremos recriar a nossa Mãe Terra para que se realize a profecia de Amós 9,15: "*Eu vou plantá-los na sua própria terra e jamais serão novamente arrancados dessa terra.*" Que da Mãe Terra brote o pão pelo trabalho humano, que sustenta a dignidade do povo com cidadania! É hora de resgatar os valores humanos no humano.

No rastro devastador dos últimos 500 anos do Brasil, nós, os filhos da Mãe Terra, queremos gritar com nossos irmãos guaranis: "***Queremos uma Terra Sem Males, e não os males na terra!***" É tempo de ecoarmos o primeiro grito de resistência dado no sul do Brasil pelos nossos irmãos indígenas, na voz de Sepé Tiaraju: "***Alto-lá! Esta terra tem dono!***" Queremos denunciar o atual Governo Federal, que submisso ao FMI (Fundo Monetário("de morte") Internacional) e à elite opressora expulsou nos últimos 5 anos cerca de 4,2 milhões de pessoas do campo. A estrutura diabólica do latifúndio não foi minimamente arranhada ainda.

Neste ano de eleições queremos recordar que **é hora de**: a) Distinguir claramente candidatos e partidos ligados à base de sustentação do atual governo, que estão precipitando o País ladeira a baixo; b) Formar os Comitês 9840 para denunciarmos os candidatos que compram votos e fazer cumprir a Lei 9840; c) Saber que **voto** não tem preço, tem conseqüências. Quem vende o voto vende também a própria vida.

De 2 a 7 de setembro, na Semana da Pátria e no Grito dos Excluídos, acontecerá o Plebiscito da Dívida E(x)terna. É hora de gritar: "***Já pagamos demais, queremos dignidade e paz!***" Em nome do pagamento da Dívida E(x)terna, o sangue, criminosamente tirado das veias do nosso corpo, o dinheiro produzido pelo esforço dos brasileiros, sobretudo dos trabalhadores, está saindo da Nação e deixa de ser aplicado em obras e programas sociais que são direito do povo e obrigação dos governos. É hora de dizer um basta a esta injustiça que clama aos céus (cf. Tg 5,4).

Com a esperança de nos re-encontrarmos (e com mais irmãos/ãs) na ***6ª Romaria da Terra e das Águas em 2001*** em Salinas, no Norte de Minas, diocese de Montes Claros, nos despedimos pedindo a Bênção da Santíssima Trindade, a melhor comunidade, Pai que tem coração de mãe, Filho que nos salva e liberta na sua memória perigosa e o Espírito Santo que nos dá força e coragem para a resistência e entusiasmo e liberdade para sermos verdadeiros/as filhos/as da nossa Mãe Terra, Pachamama (= dom de Deus).

São José de Safira, Diocese de Guanhães, 6 de agosto de 2000
Participantes da 5ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais



A alegria da chegada



A pausa para o almoço comunitário



Todos somos uma só cruz

Jornal
10 Anos
Voz das Comunidades
A serviço das comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, operárias e populares
Ano 10 - Nº 29 | Brasil, novembro de 2016 a feveireiro de 2017 | R$ 3,00

Catadores se fortalecem com o apoio da Diocese de Nazaré - Pernambuco

"A Terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo. Em muitos lugares do planeta, os idosos recordam com saudade as paisagens de outrora, que agora veem submersas de lixo".

Essas palavras do papa Francisco, na sua Carta Encíclica, aponta as chagas que devoram a nossa *casa comum*. Estudiosos concluem que a natureza não aguenta mais essa situação por muito tempo. "O planeta não precisa de nós. Somos nós que precisamos do planeta", lembra o missionário Raminho. Muitas espécies sobreviveriam sem o ser humano, e a Terra descansaria. Certamente, se não fossem os catadores de materiais recicláveis (resíduos sólidos), que são verdadeiros profetas, missionários enviados por Deus, a tragédia seria bem maior, pois, são toneladas de lixo despejadas por dia no planeta, fruto do consumismo desenfreado, imposto pelo capitalismo. **Página 12**



Diretoria da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Limoeiro (PE) – ACAMAREL

África: Viajando no ventre da pátria-mãe


Flávio e Auxiliadora

Tudo começou com um sonho que foi sonhado a dois - Auxiliadora Martins e Flávio Valdez. A África sempre foi um desejo em nossa existência, mais ainda pela relação amorosa e existencial que sentimos com aquele continente. Para nós, não é apenas um território, mas é um campo de nossa vida. É um espaço de origem, de ancestralidade e de nossa história. **Página 10**

Assentamento Barra da Onça em Poço Redondo (SE) celebra 30 anos da conquista da terra com Semana Missionária para avaliar a caminhada e reacender a organização e a luta. Página 20

Nesta Edição

- **Editorial** - Como garantir a continuidade do JVC? – **Página 3**
– **Conjuntura** - Por que houve o golpe contra o PT? - **Página 4**
-Eleições Municipais – **Página 5**
- I Encontro de Jovens Quilombolas – **Página 6**
- Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAI – **Página 7**
- Movimento Indígena – **Página 8**
- Movimento Camponês – **Página 9**
- Do Campo para a Cidade – História do Movimento – **Página 11**
- Meio Ambiente – **Página 13**
- 30 anos da Escola Municipal Leonardo Boff – **Página 14**
- Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila – **Página 15**
- A Voz e as Vozes das Comunidades – **Página 16**
- Diocese de Cajazeiras recebe novo bispo – **Página 17**
- Movimento Popular - **Página 18**
- 1ª Festa do Arroz – **Página 19**
- Notícias das Comunidades **Página 21**
- Zé Vicente – Cantar a Esperança **Página 22**
- Dois exemplos de Revolucionários – **Página 23**
- Juntos Por um Mundo Melhor **Página 24**

Encarte Especial

Padre João partiu. Deixou seu exemplo de verdadeiro cristão para todos nós!



Companheiro João Genésio
Sertanejo, paraibano, um bravo lutador do povo!

Em 06 de novembro de 2016, faleceu aos 75 anos de idade o companheiro João Genésio. Nascido em Sousa, sertão paraibano, filho de pequenos produtores rurais, inicia sua militância ainda muito jovem na Juventude Agrária Católica (JAC). Participou da luta pela terra. Ajudou na construção do Movimento de Evangelização Rural. Na década de 70, foi transferido pelo Movimento para atuar em Petrolina (PE) e região contribuindo principalmente com o trabalho de base. Esteve presente na luta da previdência. Com a abertura política, é transferido pelo Movimento para Goiana para atuar junto aos canavieiros na Zona da Mata de Pernambuco.

Na Zona da Mata, foi um dos responsáveis pelo avanço da Corrente dos Trabalhadores Independente (CTI). Como membro da coordenação da Corrente, ajudou a criar e articular diversos grupos de base em Goiana, Itambé, Igarassu, Itapissuma, Araçoiaba e Itamaracá. Participou ativamente da luta contra o pagamento da divida externa, das greves e paradeiros dos canavieiros.

Entre o período de 1985 a 1992, marcou o avanço na luta da classe trabalhadora naquela região conquistando diversos direitos.

A partir de 1993, retornou ao sertão, Ouricuri, onde se mantém integrado à luta. Nunca deixou de fazer trabalho de base, grande mobilizador, estimulou e participou de diversas ações/lutas fortes com objetivo de conseguir melhoria de vida para os pequenos agricultores. Manteve-se sempre ligado ao Movimento Sindical, como sócio, delegado de base, diretor. Perdemos um grande lutador, que dedicou toda sua vida à causa da classe trabalhadora. Um grande homem, bom filho e um bom pai. Me sinto orgulhoso por



João Genésio, à direita, com seu afilhado Ronaldo Santos

ter convivido com esse lutador do povo. Aprendi muito!

Nos deixa um legado de luta, coerência e resistência!

João Genésio

Presente, Presente, Presente!

Até quando? Sempre, sempre, sempre!

Ronaldo Santos
militante do MCP

* * *

Queridos irmãos e irmãs!



Irmão Marcelo Barros é monge beneditino, escritor e teólogo

Acabei de voltar do sertão da Bahia (Rui Barbosa). Fica no começo da Chapada Diamantina, uns 450 km de Salvador (cinco horas de carro).

Cheguei no centro de encontro da diocese de Rui Barbosa na segunda-feira no final da tarde e já estavam 75 pessoas me esperando.

Fiquei impressionado com os depoimentos, as histórias que o povo contava de perseguições dos coronéis, de ameaças e riscos de vida e ao mesmo tempo me fez muito bem ouvir principalmente do pessoal mais de base como ligam a luta pela terra, pela água e pelos direitos dos trabalhadores à fé. Um companheiro do MST ainda jovem que recentemente saiu da prisão. Seu Zequinha, um homem de quase 80 anos, quase analfabeto que desde jovem está na luta e ao mesmo tempo um homem de profunda fé e espiritualidade.

Nesse momento em que, no Brasil, atravessamos um tempo tão duro, como presente de aniversário de ordenação (na próxima 2a feira, 24, celebro 47 anos de ordenação presbiteral), Deus quis me dar esse privilégio imenso e maravilhoso de poder ouvir e ver esse testemunho de resistência, coragem e disposição de tantas pessoas de base a retomar a luta. E, de alguma forma, me senti participando dessa caminhada deles.

Fiquei tão agradecido que tinha vontade de beijar uma por uma daquelas mãos calejadas e abraçar carinhosamente aquelas pessoas muito sofridas, mas todos iluminados com o olhar de vitória. E me lembrou a Carta aos Hebreus: Pela fé, Abraão partiu, sem saber para onde ia... Pela fé, Moisés conduziu seu povo para a libertação, como se visse o invisível. .... Pela fé, os profetas e mártires deram a sua vida.... Pela fé.... nós continuamos essa mesma caminhada (releitura minha do cap 11 da carta).

E renovei profundamente a fé e a esperança de que é verdade: vamos mesmo retomar a caminhada e a espiritualidade libertadora em nossas comunidades. "Retomar o primeiro amor", como diz o livro do Apocalipse à Igreja de Éfeso (Ap 2, 5). É claro que aquelas pessoas, de base e agentes de pastoral de uma pequena diocese do interior da Bahia são como dizia Dom Helder, "minorias abraâmicas", mas com muita disposição. Volto com a palavra de Dom Pedro Casaldáliga: 'Ninguém vai conseguir matar nossos sonhos'.

Obrigado, vocês, por partilharem comigo dessa caminhada. Vamos pra frente."

Um abraço amigo
do irmão Marcelo Barros

* * *

Forte abraço e parabéns pelo trabalho!

Companheiros e companheiras do **Jornal Voz das Comunidades** gostaria de fazer aqui um reconhecimento da belíssima qualidade da edição nº 28, de julho a outubro de 2016. Vocês souberam reunir em um só exemplar muitas matérias interessantes: 1- Análise coerente da conjuntura; 2- Boa articulação entre questões gerais e específicas; 3- Linguagem simples que não compromete a profundidade das reflexões; 4- Apontamento para questões prático-políticas relevantes e concretas. Não me contive de alegria e por isso quero enviar um forte abraço e parabenizá-los pelo trabalho.

Thales Leitão – Fortaleza (CE)

* * *

Poeta e cantor popular fala sobre os 10 anos do JVC

Beleza! Sempre aquela crítica amorosa que fiz a vocês. Ele precisava ser mais enxuto pra ser mais popular. Não tantas matérias muito longas. Como fazer uma coisa mais jovial, mas não só os jovens e as pessoas que estão ligadas às comunidades, são mais estudadas, tenham o domínio, se apropriem dele. Podia ter também uma coisa mais para reflexões dos agentes, dos militantes mais aprofundados. Mas tem que seguir adiante. É muito importante esse canal. Estamos juntos. Temos que seguir juntos!

Zé Vicente

Um Momento Para Não Esquecer

Caros companheiros do MCP,

Muito obrigado, uma vez mais, pelo que nos proporcionaram.

A emoção foi grande diante do relato daqueles ex-alunos e/ou ex-jogadores do "Tiradentes".

Um momento para não esquecer, e que demonstra o imenso valor do trabalho que a Comunidade Chico Mendes já desenvolveu.

Num ambiente de tamanha opressão, a garra desses meninos renova a esperança que vocês semeiam e nos faz refortalecer a luta.

Um grande abraço!

Rogério Haesbaert

[Nota da Redação: Rogério é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e colaborador da Rede de Amigos da Escola Jardim da Comunidade (EJC) – Chico Mendes/RJ. Ele escreveu esta carta após participar do Almoço Coletivo de outubro de 2016. Na ocasião, jovens que participaram do time *Tiradentes Esporte Clube*, na década de 1990, início do trabalho do MCL no Morro Chico Mendes, deram seus depoimentos. Segundo eles, o esporte foi fundamental em sua formação como pais de família e trabalhadores honestos. Influenciou também na atuação social que eles têm hoje, através do projeto *Juntos Somos Fortes*. Este grupo está participando da organização da próxima *Feira de Economias Coletivas*, que será no dia 10 de dezembro, juntamente com a AGA (Articulação de Grupos Autônomos) e o MCP (Movimento das Comunidades Populares).]

Jornal Voz das Comunidades
jvc.jvj@gmail.com

Os leitores que puderem colaborar com o JVC, depositem sua contribuição na conta-poupança nº 100.7768-0, agência 0236-4, Bradesco. Titular – ANACOP. Informem, por email, data e valor do depósito. O JVC agradece.

BAHIA - Rua. Medeiros Neto, 295 – Sítio Matias – Tomba-Feira de Santana - CEP 44091-004
PERNAMBUCO - Rua Vidal de Negreiros, 26 – Capibaribe - São Lourenço da Mata - CEP 54740-540

Como garantir a continuidade do JVC?

O **Jornal Voz das Comunidades** nasceu em 2006 com o objetivo de construir uma frente popular. Tínhamos conhecimento de que em todo o Brasil havia outras experiências comunitárias até melhores do que nossas Comunidades Populares.

A diferença entre nós e as outras estava na estratégia. Os outros Movimentos em sua maioria organizaram suas comunidades dependentes de apoio financeiro do governo. E seus dirigentes participavam ou defendiam o governo do PT. Mesmo que às vezes criticando. Muitos dos seus militantes eram profissionais mantidos pelos órgãos do governo ou por empresas estatais e até privadas.

Nós propúnhamos que as comunidades fossem **autônomas**. Ou seja, se autofinanciassem, criando bancos comunitários e uma economia coletiva em vários ramos: produção, comércio, serviços, etc. O apoio financeiro externo não pode dificultar a autonomia nem tirar a independência política ideológica das Comunidades populares. Caso isso aconteça, quando os projetos financeiros acabarem, o Movimento se acaba também. Até os militantes desanimam e muitos acabam indo trabalhar para os capitalistas.

Portanto, um dos princípios da nossa estratégia é a autonomia econômico-financeira. Sem autonomia econômica não há independência política. Ou seja, se não criarmos nossa própria economia para nos autofinanciarmos, sempre ficaremos dependentes politicamente das prefeituras, governos estaduais, governo federal ou de governos do exterior. Com isso não conseguiremos pôr em prática o segundo princípio de nossa estratégia que é a **independência política.**

O terceiro princípio de nossa estratégia é a **Democracia Participativa**. Para nós, esse princípio não depende do reconhecimento legal. Claro que podemos aproveitar as brechas existentes na Constituição como os Conselhos, Conferências, Projetos de Lei de Iniciativa Popular, etc. para mobilizar a população. Mas o principal para nós é a prática da Democracia Participativa dentro das Comunidades, das Entidades e dos Movimentos populares.



Banca do JVC na festa dos 25 anos do CEDAPP em Pesqueira (PE)

A frente popular que o **JVC** quer construir, além de ser autônoma, independente e democrática (participativa), terá como objetivo a longo prazo construir uma sociedade comunitária (Reino do Povo / Reino de Deus). A médio prazo, o objetivo da frente popular pela base é construir o Poder Popular nos territórios indígenas, quilombolas, camponeses, operários (fábricas/empresas) e nas periferias urbanas (vilas, favelas e bairros). Nesses territórios, organizar a economia coletiva, a religião libertadora, a saúde comunitária, a cultura popular e a nova família comunitária (da gestante ao idoso) e a defesa do meio ambiente.

O **JVC** procura investir na construção de uma articulação das Comunidades Populares de Base, para criar uma rede de solidariedade entre as Comunidades para juntos se defenderem dos ataques das forças do mal.

O objetivo a curto prazo da frente popular, proposto pelo JVC, é começar a governar de baixo para cima. Ou seja, as Comunidades populares passar a influenciar os serviços públicos de seus territórios para melhorar o atendimento à população e exigir do poder público melhorias que a Comunidade sozinha não consegue realizar.

Portanto, o primeiro objetivo da frente popular que o **JVC** está propondo é resolver os problemas mais sentidos pelo povo de cada território. As formas de luta são a ação coletiva (solidária) e a luta reivindicatória, exigindo do poder público.

Para construir a frente popular pela base é preciso que o **JVC** seja assumido por todas as comunidades de base e não apenas as do MCP.

O **JVC,** para poder cumprir sua missão de construir a frente popular, a partir das Comunidades de base, precisa primeiro resolver seus problemas.

Primeiro, ampliar as vendas. Hoje só conseguimos vender 2 mil exemplares, a maioria nas Comunidades do MCP. Outros 1.500 são distribuídos de graça. Temos apenas em torno de 50 assinantes no valor de R$ 30,00 por ano. Com isso, não conseguimos aumentar as edições que são apenas três por ano. Nem podemos aumentar o número de exemplares por edição. Os editores permanentes e o diagramador recebem uma contribuição menor que o salário mínimo. Os aposentados trabalham totalmente voluntários.

Estamos discutindo a possibilidade de montar uma gráfica para diminuir os custos com a impressão do jornal. Porém, precisa de gente para assumir essa tarefa também.

Nosso plano é organizar equipes de colaboradores nos Estados e Regiões para serem correspondentes e distribuidores do **JVC** em suas áreas.

Porém, a previsão de entradas de recursos financeiros que temos, com base nas vendas, campanhas e apoios dos dez anos, só daria para fazer mais duas edições. Só poderemos continuar se conseguirmos aumentar as vendas do **Jornal Voz das Comunidades**. Se não conseguirmos, encerra-se mais uma experiência de imprensa comunitária que resistiu 10 anos.

Você gostaria de colaborar para manter o JVC? Como?

Comunicadores Populares Comemoram os 10 Anos do JVC no Rio de Janeiro

No dia 28 de agosto de 2016, comemoramos os 10 anos do **Jornal Voz das Comunidades (JVC)** com uma atividade realizada no Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro (Sindipetro – RJ). Participaram entre 50 e 60 leitores/simpatizantes do JVC e representantes de experiências de Comunicação Popular.

No local foram montadas duas bancas em benefício do **JVC**. Uma de lanches e outra de jornais, cordéis, cartilhas e camisetas. Havia dois varais com jornais em exposição. Um mural com quase todas as edições do **JVC**. O outro com alguns jornais populares. O local também estava ornamentado com o banner e a faixa do **JVC** e a bandeira do **Movimento das Comunidades Populares (MCP)**.

A programação teve início com o canto *Pelos Caminhos da América*. Em seguida, houve a apresentação das experiências. Foram exibidos slides produzidos a partir do editorial dos 10 anos do **JVC**. Após as perguntas e comentários dos participantes, outros grupos de comunicação popular. colocaram suas experiências.

Contamos com a participação do *Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)*; do *Centro de Mídia Independente (CMI – Rio)*; do *Jornal da FIST*; do *Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá*; do *Jornal Voz Ativa (UJC – Petrópolis)* e do *Jornal Vanguarda Operária (Liga Quarta-Internacionalista do Brasil)*. Tivemos uma roda de conversa sobre Comunicação Popular e como esses grupos podem se articular mais para se fortalecerem.


Participantes celebraram os 10 anos do JVC com debate sobre comunicação popular

O grupo de rap *Us Neguin Q Ñ C Cala* marcou presença com uma leitura do cordel dos 10 anos do **JVC** e uma apresentação de rap.

Por que houve o golpe contra o PT?

O golpe contra o PT não foi por causa dos corruptos.

A corrupção no Brasil existe desde que os portugueses chegaram aqui no ano de 1500. Os europeus presenteavam alguns caciques para levar daqui o Pau-brasil. Vários índios foram levados para a Europa para serem exibidos nos palácios. Alguns portugueses "casaram" com índias, como João Ramalho, fundador do município de Santo André – SP. Durante as guerras os invasores portugueses, franceses, holandeses, cooptaram índios para serem usados ao lado dos invasores. Os povos indígenas que não se deixaram corromper e resistiram à invasão colonial, foram massacrados. Seus descendentes até hoje resistem.

Durante mais de 300 anos de escravidão negra no Brasil, a corrupção continuou. Muitos negros foram corrompidos e se tornaram capitães do mato para caçar negros fugidos e combater os quilombolas.

Na República Velha – 1889 a 1930 – a corrupção continuou existindo, apesar das críticas e das lutas dos tenentes e da Coluna Prestes. Getúlio Vargas, após quase duas décadas de governo, foi "suicidado" sob a acusação de corrupção. Jânio Quadros foi eleito Presidente da República, em 1960, tendo como símbolo uma vassoura para varrer a corrupção. Sete meses depois, Jânio Quadros foi pressionado a renunciar. O presidente João Goulart (vice de Jânio) foi derrubado antes de terminar o mandato, pelo golpe militar de 1964. Uma das acusações contra ele era a prática de corrupção no seu governo.

Durante os 20 anos da Ditadura Militar houve muita corrupção. Como havia censura na imprensa, não havia denúncia. Só foi divulgado depois que acabou a Ditadura. Mas ninguém foi punido.

Na primeira eleição para presidente da República, depois da Ditadura Militar, o povo elegeu Fernando Collor que se apresentava como caçador de corruptos (Marajás). Dois anos depois, foi caçado por corrupção.

O PT chegou à Presidência da República em 2003. Em 2005, estourou o Mensalão, que acabou derrubando o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, acusado de usar a sobra da campanha (dinheiro do Caixa 2) para comprar deputados. Zé Dirceu está preso, condenado a 23 anos e 3 meses de prisão. Junto com ele, caiu a cúpula do PT: tesoureiro, secretário e presidente, entre outros.

Depois do Mensalão, veio a operação Lava Jato para investigar os desvios de dinheiro da Petrobras. Já chegou no ex-presidente Lula e sua família. O objetivo da Lava Jato não é acabar com a corrupção, que existe no Brasil desde 1500. Se fosse, todos os corruptos seriam investigados e condenados. Como disse Bresser Pereira, ex-ministro do Governo FHC: "Nunca se roubou tão pouco no Brasil como no Governo do PT!".

E nós dissemos: a corrupção vai continuar de cima até em baixo, enquanto o sistema for capitalista, a nossa ideologia for individualista e a nossa cultura for consumista (na qual o ter vale mais do que o ser).

O objetivo da Lava Jato é destruir o Partido dos Trabalhadores e todos os seus aliados. Isso porque o PT, apesar de sua falta de ética na política, tinha posições que não agradavam o capitalismo internacional, liderado pelos EUA e pela burguesia brasileira, associada a eles.

"Durante os 20 anos da Ditadura Militar houve muita corrupção. Como havia censura na imprensa, não havia denúncia"

Por que o PT não conseguiu evitar o golpe?

O PT acreditou na Democracia Burguesa. Achou que os capitalistas iriam respeitar a Constituição e as leis. Ou seja, acreditou na Cidadania, no Estado de Direito e em tantos outros conceitos bonitos. Acreditou que existe burguesia nacional no Brasil. Não entendeu que a burguesia brasileira nunca teve, não tem e nunca terá um projeto de nação (Burguesia Nacional). O PT acreditou que há contradição antagônica entre capital produtivo e capital financeiro.

O PT não conseguiu evitar o golpe porque acreditou que o voto teria força suficiente para segurar o governo no poder. Acreditou que, sendo para fazer o "bem", se pode praticar corrupção. Achou que era mais importante se aliar ao PP do Maluf, ao PTB do deputado Roberto Jefferson (que denunciou o Mensalão) e ao PMDB do golpista Michel Temer do que aos partidos de esquerda como PSTU, PSOL, PCB, PCR, PCO, etc.

O PT não conseguiu evitar o golpe porque acreditou que as hidrelétricas, a extração de minérios, a produção de soja, são mais necessários do que os territórios indígenas. Acreditou que o apoio dos ativistas negros era suficiente e não priorizou a organização dos quilombolas. Acreditou que o agronegócio era mais importante do que a Reforma Agrária, a Agricultura Familiar e a Agroecologia. Que a Kátia Abreu tinha mais força para defender o Governo do que o João Pedro Stédile.



O PT não conseguiu evitar o golpe porque apoiou a economia capitalista como estratégia e a economia solidária como tática. Deveria ter feito o contrário.

O PT não conseguiu evitar o golpe porque acreditou que bastava ter os líderes sindicais no governo e dinheiro nos sindicatos para ter o apoio ativo dos operários e assalariados ao seu governo. O mesmo aconteceu com os Movimentos Populares.

O PT preferiu o Bolsa Família, que dá mais votos, ao Fome Zero que daria mais consciência.

O PT não conseguiu evitar o golpe porque cedeu à pressão da Globo e deu pouco apoio às TVEs e às Rádios Comunitárias.

O PT acreditou mais nos votos "evangélicos" do que no trabalho das pastorais.

O PT priorizou a distribuição de renda individual para o povo consumir os produtos e serviços das empresas capitalistas (privadas) e investiu pouco e administrou mal os serviços públicos.

A partir de 2013, começaram as mobilizações espontâneas nas ruas para reivindicar melhoria dos serviços públicos. Sem direção política (vanguarda) e sem organização na base (retaguarda), as mobilizações foram sendo manipuladas para atacar apenas o governo federal. Deixou de reivindicar serviços públicos e passou a exigir o fim da corrupção, como se esse fosse a única causa dos problemas e o PT fosse o criador da corrupção no Brasil. Começou a exigir o impedimento de Dilma. A partir daí, o PT e seus aliados começaram a se mobilizar para defendê-la. Porém, não conseguiram convencer os indígenas, quilombolas, camponeses, a classe operária e as massas populares a paralisar o país em defesa da presidente. Além da falta de organização na base, que foi esvaziada durante os 13 anos de governo do PT, Dilma já vinha tomando medidas (ajuste fiscal) que prejudicavam os trabalhadores.

"Acreditou que o agronegócio era mais importante do que a Reforma Agrária, a Agricultura Familiar e a Agroecologia"

"O objetivo da Lava Jato não é acabar com a corrupção, que existe no Brasil desde 1500"

A bandeira da democracia burguesa nunca motivou a mobilização dos trabalhadores brasileiros. O povo se mobiliza por necessidades econômicas e sociais. Através da Democracia Participativa, como existia nas aldeias indígenas, nos quilombos, nas comunidades camponesas e nas periferias urbanas. Isso o povo defende até com sua própria vida.

Como vamos recuperar nossos direitos que os golpistas estão tirando?

1. Em primeiro lugar, quem participou ou apoiou o Governo do PT precisa fazer autocrítica para descobrir onde foi que o PT errou e, assim, não repetir o erro.

2. Quem não participou e nem apoiou o Governo do PT, por considerar que aquele governo não era dos trabalhadores, também tem que fazer autocrítica para descobrir porque seu Partido ou Movimento não conseguiu se tornar uma alternativa de esquerda para substituir o PT no Governo.

3. Todos os militantes que têm como objetivo a construção do Poder Popular e não a busca de cargos no Governo devem se ligar ao povo para recomeçar ou fortalecer o trabalho de base como prioridade.

4. Todos devemos estudar a história do povo brasileiro: índios, negros, camponeses, operários e as massas populares para aprender com eles.

5. O Poder Popular deve ser construído no interior dos pequenos municípios e nas periferias das grandes cidades.

6. Construir o Poder Popular não é apenas chamar os moradores para participar de manifestações (protestos) no centro da cidade. Ou apenas ocupar um prédio público por alguns dias. Construir o Poder Popular é mobilizar, organizar e desenvolver a consciência do povo em seus locais de moradia (territórios), organizar a produção, a saúde, a educação e a cultura em suas comunidades.

7. Construir uma Frente Popular a partir da base. Realizar Encontros Municipais com os ativistas do Poder Popular para troca de experiências e formação de militantes.

8. Fazer uma pesquisa junto ao povo com as seguintes perguntas:

a) Quais são os problemas mais sentidos pelo povo (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) dessa localidade?

b) Esses problemas já existiam ou começaram depois da saída da Dilma?

c) Por que existem esses problemas?

d) O que já fizemos para resolver esses problemas?

e) O que podemos fazer a curto, médio e longo prazo para resolver esses problemas?

f) Quais os problemas que nós mesmos podemos resolver (ação solidária) e quais precisamos reivindicar? Como?

9. Para fazer essa pesquisa, devemos realizar reuniões unitárias com os representantes de comunidades e entidades de base que queiram construir uma Frente Popular a partir da base.

O objetivo dessa Frente não é derrubar o governo (Fora Temer), nem eleger um novo presidente na próxima eleição. O objetivo dessa Frente é resolver os problemas mais sentidos pelo povo, defender os direitos conquistados e construir o Poder Popular para conquistar um Governo Popular de baixo para cima.

- Como entendemos essas propostas?

- É possível encaminhar essa proposta em nossa Comunidade ou Entidade? Como?

Eleições Municipais

O MCP, desde sua origem, vê as eleições, no sistema capitalista, como tática. A estratégia é construir o poder popular através da mobilização e organização do povo a partir da base.

Na época do MER, por meio da Igreja. No tempo da CTI, através das entidades sindicais. Com a criação do MCL, por meio das Comissões de Lutas autônomas. E agora, no MCP, através das Comunidades Populares.

As táticas vão mudando conforme a Conjuntura nacional ou local, no caso das eleições municipais.

No tempo da Ditadura Militar, em alguns municípios os militantes do Movimento participavam das eleições municipais. Geralmente apoiando candidatos progressistas do MDB, partido que fazia oposição à Ditadura.

A partir da abertura política iniciada em 1979, principalmente das eleições para governador em 1982, mudamos nossa tática eleitoral. Passamos a defender o voto nulo. Aproveitávamos o processo eleitoral para discutir com o povo a farsa eleitoral. Sempre ligando com os problemas mais sentidos pelo povo. Na véspera, e no dia das eleições, fazíamos campanha do voto nulo, panfletagem, pichações, boca de urna. Nosso candidato era Tiradentes.

Após as eleições de 1990, quando o número de votos nulos, brancos e abstenções foram os maiores de nossa história, a campanha do voto nulo se esvaziou.

A partir de 1996, elaboramos uma nova tática eleitoral. Ao invés de campanha do voto nulo, fazer Congressos ou Assembleias Populares para entregar Pauta de Reivindicações aos candidatos. Essa pauta era elaborada a partir de pesquisa feita de casa em casa e em reuniões com o povo.

A partir das eleições de Hugo Chavez, na Venezuela, em 1998, e Evo Morales, na Bolívia, em 2006, começamos a pensar a possibilidade de apoiar e até lançar candidato nas eleições. Como nunca chegávamos a um consenso, cada militante agia nas eleições conforme à sua consciência.

Nas eleições deste ano, por exemplo, no Rio de Janeiro, os companheiros fizeram campanha do voto nulo. Na Bahia, os companheiros de Ichu realizaram Assembleia Popular com os candidatos. Em Iaçu, os companheiros do MCP apoiaram a candidatura do presidente do sindicato para vereador. Em Pernambuco, os companheiros do MCP de Igarassu apoiaram um agricultor para vereador e a reeleição do atual prefeito.

Com a derrota da experiência dos governos do PT, muitos companheiros estão decepcionados com as eleições. Alguns, inclusive, começam a simpatizar com a política anarquista.

E nós do MCP, como avaliamos a experiência eleitoral? Qual vai ser nossa tática daqui para frente?

Assembleia com Candidatos a Prefeito Debate Pauta de Reivindicações

O Movimento das Comunidades Populares (MCP) de Ichu (BA) realizou sua 5ª Assembleia Popular, em 10 de setembro de 2016.

A primeira foi feita em setembro de 2008. Após uma ampla pesquisa por escrito, na cidade e na roça, a Assembleia reuniu 70 pessoas para entregar e debater com os candidatos cada reivindicação do povo.

Desde aquela primeira Assembleia, quase todas as entidades da sociedade civil ichuense têm participado do processo. A Rádio Comunitária Independente transmite ao vivo os debates desde a primeira edição. Assim, toda a população pode acompanhar as discussões.

Nas eleições municipais de 2012, os companheiros de Ichu também realizaram uma Assembleia Popular com os candidatos a prefeito do Município. Na ocasião, entregaram outra Pauta de Reivindicações. A forma de realizar a Assembleia foi igual à primeira. Participaram 80 pessoas.

Em 2013 e 2014, o MCP realizou mais duas Assembleias Populares com o prefeito eleito em 2012 e seus secretários. O objetivo era cobrar os compromissos assumidos.

Em 2016, na 5ª Assembleia Popular, participaram 110 pessoas dentro do salão. Para entrar, tinha que apresentar o convite. Do lado de fora, mais 600 pessoas acompanharam a atividade pelo serviço de som. A Rádio Comunitária Independente transmitiu todo o debate ao vivo para a população do município.

O objetivo dessas Assembleias, segundo o MCP, é buscar solução para os problemas mais sentidos da população. O povo aprender a governar de baixo para cima, por meio da Democracia Participativa. Construir uma Frente Popular pela base. Para o futuro, o MCP propõe organizar um Congresso Municipal a cada quatro anos para elaborar um Programa de Governo e uma Assembleia anual para cobrar a realização do Programa do Congresso Popular.



Assembleia Popular em Ichu (BA)

Para isso, o Movimento precisa ter independência política e autonomia econômica. Desta forma, é possível conquistar um Governo Popular de baixo para cima.

Eleições e Desigualdade foram Temas de Reflexão no Rio de Janeiro

Nos meses de agosto e setembro deste ano, o Movimento das Comunidades Populares (MCP) organizou quatro debates sobre as eleições no Rio de Janeiro. Eles ocorreram na Comunidade Chico Mendes (Pavuna), na Comunidade do Contorno (Petrópolis), no Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro/RJ) e na Comunidade de Manguinhos. Cerca de 80 pessoas participaram. O objetivo foi refletir sobre os reais objetivos dos processos eleitorais e definir uma posição tática em relação às eleições municipais de 2016.

Todas as reuniões seguiam o mesmo esquema. Partia-se da pergunta "Por que existem ricos e pobres?" Para iniciar a discussão, muitos apontaram a má distribuição de renda como causa da desigualdade social. Outros destacaram a falta de articulação entre as iniciativas de luta e resistência.

Observando melhor a história da humanidade, os participantes associaram a desigualdade à ganância dos que se apropriavam das sobras produzidas nas comunidades primitivas. A partir daí nasceram a escravidão e a exploração.

O texto debatido em seguida, "*Eleição de novo? Qual a vantagem para o povo*?", explicava de forma simples a origem da desigualdade e das eleições.

Nas comunidades primitivas, funcionava a democracia participativa. A partir do surgimento da propriedade privada, os pobres começaram a se revoltar. Em sua defesa, os ricos organizaram um governo para controlar a situação.

As normas de convivência, antes feitas em assembleias, passaram a ser elaboradas pelos donos da riqueza ou por seus representantes. Neste processo tiveram origem os Poderes Legislativo e Executivo. Para obrigar o povo a aceitar essas leis e punir quem não as cumprisse surgiu o Poder Judiciário. Aos poucos, os ricos perceberam que eles não eram suficientes para forçar os pobres a aceitarem as leis. Então, criaram a ideologia para convencê-los de que o mundo sempre foi assim e justificar a desigualdade.



Debate sobre as eleições no Sindicato dos Petroleiros - Sindipetro/RJ

Apesar da força policial e da dominação ideológica, o povo pobre continuava a querer participar da riqueza que ajudou a construir. Chegou uma época em que até setores da classe média ficaram descontentes com o governo dos ricos porque não deixava eles ficarem ricos também. Então, houve as chamadas Revoluções Burguesas.

Mas logo os pobres perceberam que haviam sido enganados. As riquezas continuaram apenas nas mãos dos ricos. Começaram, então, a lutar novamente. Os novos ricos aceitavam atender algumas reivindicações dos trabalhadores, mas não coletivizar os meios de produção. Para evitar a libertação do povo, os ricos criaram as eleições. Assim os pobres poderiam se organizar em partidos para tentar eleger seus candidatos e chegar ao governo.

A eleição serviu e serve para o povo pobre abandonar a luta pela coletivização das riquezas e se contentar com migalhas (assistencialismo). Por outro lado, os ricos estão tranquilos porque ninguém toca nas riquezas que acumularam durante séculos (propriedade privada). Por isso, financiam as campanhas dos candidatos que têm chance de ganhar. É por isso também que os eleitos têm que governar de acordo com os seus interesses. Se não for assim, são derrubados como aconteceu e continua acontecendo em vários países.

I Encontro de Jovens Quilombolas de Alagoas

O Estado de Alagoas abriga 69 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e oito em processo de certificação. A quantidade de quilombolas ainda é duvidosa. Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio, são 4.543 famílias. Já o Instituto de Terras de Alagoas apresenta o quantitativo de 6.889 famílias. No campo da educação, há 43 escolas situadas em comunidades quilombolas e apenas numa funciona a educação básica completa. Em 42, funciona até o quinto ano do ensino fundamental. O restante do curso é feito nas cidades próximas.

O *Estudo sobre as Comunidades Quilombolas de Alagoas*, publicado pela citada Secretaria de Estado, traz os seguintes dados: 75% dos quilombolas alagoanos vivem com renda mensal de 77 reais; 75% vivem em pobreza extrema; 13,1% moram em casas de taipa, sem água encanada, esgoto e condições básicas de higiene; 26% não possuem banheiro; 34% dessa população é analfabeta.

Diante desta situação, surgiu a preocupação com o futuro dos jovens quilombolas e a iniciativa de criar o *Instituto Vozes Quilombolas (IVQ)*. A entidade nasce a partir da prática do professor José Bezerra Silva em parceria com o *MCP (Movimento das Comunidades Populares)*. Foram realizadas muitas palestras, estudos e debates com quilombolas das mais diversas comunidades, além do lançamento do livro *Educação Escolar Quilombola: Limites e Perspectivas*, de autoria de José Bezerra (ver **JVC** nº 27). Uma das principais ações foi o curso preparatório para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para jovens da comunidade Paus Pretos e extensivo para as comunidades circunvizinhas Santo Antônio, Santa Filomena, Poço do Sal e Chifre de Bode.



Participantes do Encontro da Juventude Quilombola em Paus Preto, Monteirópolis (AL)



Momento cultural durante o Encontro em Paus Preto

O futuro dos jovens quilombolas é no Quilombo

Com os objetivos de articular os jovens quilombolas, valorizar sua permanência nas comunidades e incentivar sua participação nas lutas por direitos humanos, realizou-se, entre os dias 11 e 13 de novembro de 2016, o 1º Encontro de Jovens Quilombolas de Alagoas. A atividade ocorreu na comunidade Paus Pretos, Município de Monteirópolis (AL), e envolveu, em média, 300 pessoas de 13 comunidades quilombolas.

Durante a programação, representantes dos quilombos falaram sobre a realidade de suas áreas. Em geral, várias comunidades possuem associações, igrejas e promovem eventos culturais. Algumas têm pequenos postos de saúde e projetos para agricultura e cisternas. Porém, as falas confirmaram os problemas mostrados pelas pesquisas. A população quilombola sofre com a falta de água, calçamento, saneamento básico. Faltam também alternativas de sobrevivência, o que faz com que a juventude saia das comunidades para procurar emprego fora. Muitos acabam se tornando vítimas do trabalho escravo. Porém, vários jovens não querem assumir as formas de sobrevivência que o quilombo oferece como a pesca, a agricultura e o artesanato. Mesmo a questão cultural preocupa, já que muitos grupos de arte popular estão morrendo junto com os idosos.

Em relação à educação, faltam professores, merenda escolar, cursos. É muito difícil para os jovens quilombolas prosseguirem em seus estudos. Há uma grande preocupação em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, em tramitação no Senado, com objetivo de congelar os gastos públicos por 20 anos. As cestas básicas que os quilombolas recebiam do governo do Estado deixaram de ser entregues.

Lutas e Direitos da Juventude Quilombola

O Encontro também contou com palestras do Dr. Clébio Correia de Araújo, vice-reitor da UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas), da Dra. Edna Bertoldo, professora da UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e do professor David Rodrigues Santos. Os palestrantes discorreram sobre desigualdade, lutas e direitos da juventude quilombola. As ocupações de escolas foram citadas como exemplos de resistência. Outro tema destacado foi a desigualdade social entre a juventude. Enquanto alguns poucos jovens como artistas e jogadores de futebol ganham milhões de reais, o restante da juventude ganha salário mínimo ou está desempregada. "Nesse momento difícil que o Brasil está vivendo, só a luta de classes vai mudar a sociedade", afirmou a professora Edna Bertoldo.

Segundo o Professor David, muitos jovens negros têm preconceito contra o termo quilombola e as religiões de matrizes africanas. Não sabem quem é Zumbi dos Palmares. A falta de conhecimento torna difícil a defesa dos direitos.

Em vários momentos, músicas e apresentações culturais animavam os participantes. Houve até o desfile da *Pérola Negra* e do *Diamante Negro* que envolveu crianças, jovens e adultos. A narradora, a partir de uma pesquisa, revelou o sonho de cada participante. Uma comissão de jurados elaborou a pontuação.

Perspectivas

Um dos momentos marcantes do Encontro foi a posse da diretoria do IVQ (Instituto Vozes Quilombolas) coordenada por representantes do MCP. Cada diretor foi apresentado, destacando sua tarefa e a comunidade que representava. Na ocasião, José Bezerra destacou a importância do MCP na criação do Instituto e realização deste encontro como exemplo de trabalho organizado.

Para que a atividade se realizasse, 19 mulheres assumiram a tarefa da cozinha. Toda a alimentação foi doada. Apesar da seca que castiga o local, não faltou água. O povo fez uma reivindicação à prefeitura e conseguiu alguns carros-pipa. 22 famílias acolheram os participantes para dormirem em suas casas. As refeições foram servidas no prédio do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), próximo ao local do Encontro.

Um ônibus, conseguido através da UNEAL, transportou os quilombolas de Taquarana até o local. A lista dos doadores para a realização do evento contou com 26 nomes entre pessoas, entidades, movimentos, associações, comunidades quilombolas, comerciantes, Secretaria de Assistência Social e Igreja. A juventude encaminhou uma rifa que foi sorteada durante o Encontro.

No encerramento, José Bezerra foi homenageado pelos jovens. Eles agradeceram por Bezerra ser o amigo que confia, apoia a comunidade de coração e faz o trabalho com dedicação. Criou o grupo de estudo onde aprenderam muito e lutou para que o encontro acontecesse.

Como plano foi criado o *Coletivo Quilombolas*, uma espécie de coordenação no estado com representantes de várias comunidades quilombolas. O objetivo é avaliar o encontro, articular e encaminhar as lutas e atividades, a partir dos problemas e sugestões levantados.



Trabalho de grupo no Encontro em Alagoas

Comunidade Quilombola Jaqueira em Anadia - Alagoas

Com o objetivo de participar do Curso de Culinária Empreendedora (gastronomia), quatro professores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) visitaram a Comunidade Quilombola da Jaqueira, município de Anadia (AL). Participaram 29 adolescentes e jovens, um grupo de adultos da Associação e as professoras da escola da Comunidade. A visita ocorreu no dia 19 de novembro de 2016.

A iniciativa nasceu a partir do Encontro de Jovens Quilombolas da Comunidade de Paus Pretos, Monteirópolis (ver página 6 desta edição). Participamos do encontro representando o MCP (Movimento das Comunidades Populares) e o IVQ (Instituto Vozes Quilombolas). A companheira Cícera, presidente da Associação da Jaqueira e integrante do Conselho Municipal de Saúde de Anadia, foi quem convidou o grupo para participar do curso em sua comunidade.

A atividade teve início com um almoço feito pela comunidade. Na abertura, foi explicado que o objetivo era realizar um curso de culinária (gastronomia) em vista de gerar trabalho e renda para a comunidade e tornar a região empreendedora. Foi reforçada a importância da higiene no preparo dos alimentos. De forma criativa e dinâmica, foram ensinadas algumas receitas como geleia de banana, bolo de macaxeira, cocada baiana, caruru, vatapá e acarajé. Enquanto um grupo trabalhava, os outros observavam e depois trocavam as receitas.

As mulheres adultas trabalharam na arrumação e na cozinha, animadas com os novos rumos que a Comunidade está tomando. A retomada da escola com duas professoras, a reivindicação da cesta quilombola que está em andamento. A vinda do médico, mesmo sendo poucos dias. Apesar das dificuldades, havia um clima de esperança e união. Querem a colaboração do MCP e do IVQ nesta caminhada para retomar a cultura e o lazer na comunidade. Pensam também em encaminhar o plano tirado no encontro de Paus Pretos incentivando o curso pró-ENEM.



Participantes do Curso de Culinária no Quilombo Jaqueira

No dia 20 de novembro, em nossa Comunidade Chã do Brejinho, Município de Anadia, aproveitamos o almoço coletivo para fazer uma boa discussão sobre o Dia da Consciência Negra. Partindo da história de dominação dos índios e escravização dos negros, discutimos sobre a exploração sofrida pelo povo brasileiro. Conversamos também sobre a luta dos escravos através das comunidades quilombolas que resistem até hoje.

Movimento Indígena

Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAI
38 Anos junto aos indígenas

Quando a ANAI foi criada, em 1979, existiam no Nordeste 15 povos indígenas, que viviam em 15 territórios, com aproximadamente 15 mil indígenas. Trinta e oito anos depois, a região tem quase 80 povos, em mais de 100 territórios, com quase 300 mil pessoas. Por si só, esses números mostram o rico resgate de identidade e a busca de direitos e reconquista de territórios. Oficialmente, costuma-se divulgar que os índios estão acabando, que logo vão deixar de existir, que o processo histórico de miscigenação é irreversível. Em entrevista ao **JVC**, um dos fundadores da ANAI, o antropólogo e militante Jose Augusto Laranjeiras Sampaio, o Guga, baiano de Salvador, do Porto da Barra, traz outra versão.



Técnicos da ANAÍ junto com indígenas fazendo estudo geográfico e territorial

"Esse processo vai na contramão da história oficial - pensam também, que os índios que existem, estão em regiões muito remotas, na Amazônia. Mas, não, o Nordeste é que é a região brasileira de colonização mais antiga. O Nordeste tem hoje, mais ou menos 30% dos índios do Brasil. Os índios não estão somente nos lugares remotos e nem estão acabando. É uma população crescente também na luta pela formação da identidade e de direitos. O momento político, hoje, é extremamente desfavorável aos povos indígenas, porque o "Brasil" escolheu um modelo econômico excludente, que privilegia os grandes empreendimentos agroindustriais, minérios industriais, que são uma economia baseada nas pulsações dessas commodities, tipo açúcar, álcool, soja, celulose, minério de ferro, de alumínio, que é um modelo altamente concentrador de renda e, pior do que isso, um modelo que devasta e devora cada vez mais territórios. Precisa de mais água, mais energia elétrica; altamente predatório e que não prevê lugar para os chamados povos das Comunidades Tradicionais, que ainda vivem dos recursos naturais dos seus próprios ambientes e territórios. Esses povos, hoje, são vistos como entraves ao desenvolvimento.

O Brasil, hoje, tem uma quantidade imensa de povos indígenas, quilombolas, pescadores, seringueiros, geraizeiros, pequenos camponeses, castanheiros, ribeirinhos, que não estão a fim de emprego. Estão a fim de viver em paz com seus territórios, com a natureza, com seus recursos próprios. Esses povos estão aí, estão vivos, estão lutando, estão com alto nível de estima própria de valorização, sobretudo a juventude que a gente está vendo aí hoje. Esse sucesso é sobretudo do trabalho dos povos indígenas. Mas é claro que tudo isso é feito numa articulação com parceiros, com aliados da sociedade nacional.

Os principais problemas de hoje são os mesmos de sempre. Garantia do território, terra. Quando os indígenas conseguem ter acesso ao seu território, no caso do Nordeste, encontram esse território devastado, degradado. Precisam fazer um esforço muito grande para recuperar esse território, para tornar ele novamente produtivo. Os problemas cresceram, mas a capacidade de enfrentar eles também cresceram. Essa ainda é a luta fundamental, a mais difícil, de supressão de direitos, com um Congresso Nacional avesso a isso. O resto que vem junto para a luta dos povos é a educação, a saúde... Cada vez tem mais índios na universidade, cada vez tem mais índios se qualificando para se desempenhar com mais competência diante do mundo opressor, do capital, do mundo dos brancos, como eles falam.

Como perspectiva, eu confio fundamentalmente, acima de tudo, na ação dessas Comunidades, das pessoas. O que faz me manter confiante nessas lutas é o processo de organização e de conscientização das Comunidades, que é um processo que não para, que é sempre crescente. Os adversários cada vez mais poderosos, o capital cada vez mais intransigente com aquilo que se opõe à sua expansão. Mas também as Comunidades, as organizações comunitárias, as organizações indígenas, suas lideranças, estão mais organizadas, mais capacitadas, mais qualificadas. Eu confio basicamente nisso, na organização delas para a luta, que não vai retroceder".



Guga, fundador da ANAÍ

Povo Tupinambá realiza troca de saberes entre pesquisadores indígenas e não indígenas

Por Daniela Alarcon, Haroldo Heleno e Nathalie Pavelic



Participantes do Seminário, na Serra do Padeiro – Buerarema (BA)

Entre os dias 25 e 27 de novembro, teve lugar na aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença (sul da Bahia), o encontro "Luta pela terra e educação na Terra Indígena Tupinambá de Olivença: troca de saberes entre pesquisadores, professores e comunidade". Na ocasião, foram apresentados e debatidos trabalhos de 20 pesquisadores indígenas e não indígenas que vêm atuando junto ao povo Tupinambá das diferentes comunidades que compõem a TI. Amparados em seus trabalhos, todos os pesquisadores enfatizaram a necessidade de se concluir com urgência o processo de demarcação da TI, que já se arrasta há doze anos, de modo a pôr fim às violações dos direitos de indígenas e não indígenas.

O encontro teve como objetivo propiciar um espaço de trocas entre pesquisadores de distintas áreas e filiações acadêmicas; contribuir para o fortalecimento dos grupos de jovens da TI, assim como para a formação continuada dos professores do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro (CEITSP) e para o fortalecimento da escola; e, finalmente, oferecer subsídios para o registro e sistematização da memória tupinambá. Além dos pesquisadores, as atividades envolveram lideranças, membros do grupo jovem da aldeia Serra do Padeiro e de outras comunidades, a coordenação de Mulheres da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro (AITSP), professores do CEITSP e representantes de outras escolas Tupinambá e de entidades de apoio, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR/BA) e o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes). O encontro contou com o apoio da Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio (Funai/Itabuna).

Os debates orientaram-se em torno de dois eixos principais: luta pela terra, e educação e cultura. Discutiu-se, entre outros temas, a caracterização estereotipada dos indígenas no período imperial e nos dias de hoje, os mecanismos de expropriação territorial empregados historicamente contra os Tupinambá, os impactos negativos de políticas ambientais conservacionistas na territorialidade indígena, a criminalização de lideranças ao longo dos séculos 20 e 21 e a repressão contra os Tupinambá. Foram abordadas também as possibilidades de uma escrita indígena da história, a resistência Tupinambá e o papel dos troncos velhos, a importância dos festejos religiosos na territorialidade indígena, as articulações políticas engendradas pelos Tupinambá contemporaneamente, a participação das mulheres na luta pela terra, os caminhos para o desenvolvimento de uma antropologia colaborativa e as potenciais contribuições da luta Tupinambá para outros processos de resistência. Além disso, foram debatidos os avanços e limites da implementação da educação escolar indígena no contexto Tupinambá, a construção de um projeto educativo formal como modo de organização sociopolítica, propostas de adequação de material didático, experiências em sala de aula e formação de professores indígenas.

Um dos destaques da programação foi a mesa redonda "Relatos sobre a luta pela terra", realizada no dia 25, na qual dona Maria da Glória de Jesus e dona Maria José da Silva (Maria Cabocla) puderam narrar episódios de suas trajetórias de vida e de seu envolvimento no processo de retomada. Na noite do dia 26, a conferência de encerramento reuniu o cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva) e João Pacheco de Oliveira (professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro). Em suas exposições, ambos enfatizaram que, no Brasil, a ação direta por parte dos povos indígenas – com a realização de retomadas de terras e autodemarcações – tem sido central na garantia dos direitos territoriais indígenas. O encontro concluiu-se na manhã do dia 27, com a visita a algumas áreas retomadas, sítios que permaneceram em posse dos indígenas a despeito da expropriação e outros pontos importantes do território Tupinambá.

Retratos de alguns dos troncos velhos da Serra do Padeiro foram reunidos na mostra fotográfica concebida por Glicéria Jesus da Silva e montada pelo grupo jovem. Além disso, a exposição recuperou, a partir de reproduções de imagens de arquivos pessoais de indígenas da Serra do Padeiro, a trajetória de resistência de Rosemiro Ferreira da Silva (seu Lírio), pajé da aldeia, e dona Maria da Glória de Jesus ao longo de quatro décadas. Foram realizadas também exibições de filmes que abordam a história indígena e chamam a atenção para a urgência da demarcação da TI: *Tupinambá – O Retorno da Terra* (dirigido por Daniela Alarcon), *Retomada* (dirigido por Leon Sampaio), *Areal* (realizado por Atiati Tupinambá, Daniela Alarcon, Fernanda Ligabue e Aléxis Góis) e *Caboclo Marcellino* (dirigido por Nildson Veloso). Foi apresentado ainda o documentário *Voz das Mulheres Indígenas* (dirigido por Glicéria Tupinambá e Cristiane Pankararu), que retrata as trajetórias de luta de mulheres indígenas do Nordeste.



Mesa de encontro de pesquisadores e indígenas discutindo sobre os Tupinambá

Presente no encontro, Ivonete Gonçalves, do Cepedes, divulgou a "Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida", disponibilizando livros e outros materiais impressos sobre o problema. Na ocasião, ela denunciou o avanço da monocultura na Bahia e alertou para o uso indiscriminado de agrotóxicos, que provoca impactos negativos nos territórios tradicionalmente ocupados e danos à saúde. Além disso, chamou a atenção mais particularmente para o caso da produção de eucalipto em grande escala no extremo sul do estado, que se iniciou nos anos 80.

Ainda no encontro, teve lugar o lançamento do relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2015*, publicado pelo Cimi. O documento registra os assassinatos de três indígenas Tupinambá, ocorridos em maio e setembro do ano passado. Tragicamente, o evento terminou marcado por mais um episódio de violência contra os indígenas. Na manhã do dia 26, na estrada que liga a cidade de Buerarema à aldeia, Luiz Viana Lima (Luizão), 54 anos, foi morto a tiros em uma emboscada. Luizão vivia na aldeia e participava do processo de recuperação territorial que os Tupinambá vêm levando a cabo desde 2004, quando teve início o processo de demarcação da TI.

Como resultado do encontro, os pesquisadores e representantes das entidades de apoio elaboraram uma agenda de ações conjuntas, determinados a se manter articulados para contribuir com a luta Tupinambá. Em breve, os debates ocorridos no encontro serão compartilhados amplamente.

CEDAPP comemora 25 anos

São 25 anos de aprendizado na convivência com a seca, realidade do semiárido, orientando os pequenos agricultores e suas famílias – os agricultores familiares – a se organizarem em associações, promovendo encontros, seminários, oficinas de capacitação e intercâmbios com outras experiências.

Estamos falando do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP – de Pesqueira (PE), que comemorou um quarto de século nos dias 09 e 10 de setembro último, com atividades culturais, desfile de moda popular produzida pelas camponesas, exposição e comercialização de produtos dos agricultores de 12 municípios que compõem a Diocese e são acompanhados pelo CEDAPP por intermédio de suas associações.

Entre as atrações culturais, esteve o nosso amigo e parceiro Zé Vicente, o poeta-profeta, compositor e cantor das comunidades, cuja conversa conosco está sintetizada na página da juventude.

A missa de Ação de Graças foi concelebrada por dom José Luís, bispo da Diocese de Pesqueira, por dom Dino, bispo da Diocese de Caruaru, transferido de Pesqueira, padre Bartolmeo, Coordenador Geral do CEDAPP, além de outros sacerdotes.



Membros e amigos do CEDAPP na feira da festa dos 25 anos da entidade

Experiências Exitosas

Anualmente, o CEDAPP destaca experiências exitosas, como forma de incentivar as associações e os/as agricultores/as a buscarem avançar sempre, seja no campo produtivo seja no associativo. Este ano, nove foram selecionadas e o primeiro lugar ficou para a Associação do Serrote Preto, Município de Buíque. A experiência apresentada pela presidente da Associação, Maria Zenaide Siqueira dos Santos, foi a do Fundo Solidário, com o qual a comunidade está construindo sua autonomia "sem precisar do poder público", como destaca ela no seu relato. Com o Fundo Solidário, foi construída a sede da Associação e vêm se desenvolvendo projetos de geração de renda para os/as agricultores/as.



Celebrantes na missa de ação de graças no aniversário do CEDAPP

As experiências selecionadas receberam lembranças simbólicas. Seis cestas básicas e três ventiladores, mais um fogão para a primeira. Mas o prêmio maior é a divulgação e socialização das experiências, que têm servido de estímulo para o crescimento do trabalho nas demais associações.

Não existe luta sem festa

Agricultores e agricultoras ouvidos pela reportagem do JVC demonstraram a importância do apoio que lhes é dado pelo CEDAPP e contaram como têm evoluído e construído sua autonomia no decorrer desses anos. O espírito da festividade foi assim resumido por dom José Luís: *"Uma graça, uma alegria, eu acho isso uma festa maravilhosa, foi muito bonita, eu não pude participar. Mas de tudo tenho acompanhado alguns momentos. Sei que foi muito trabalho, muito sacrifício, mas muita alegria. É aquela história: não existe luta sem festa, já dizia Carlos Mesters. A luta nos leva também a festejar. Que bom que eles possam festejar 25 anos de luta, de trabalho e de missão".*

Projeto aproveita água usada para irrigação em assentamentos rurais da Paraíba

Em tempos de crise hídrica, projetos de reaproveitamento de água se tornam cada vez mais relevantes, principalmente no semiárido brasileiro. No Alto Sertão Paraibano, o Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS) vem auxiliando camponeses na construção de Canteiros Econômicos acoplados ao reuso da água.

Esta ação contemplou 29 assentamentos rurais em sete municípios através do financiamento do Projeto de Fortalecimento de Redes ECOFORTE/FBB/BNDS e do Programa de Pequenos Projetos Eco Sociais/ISPN.

O canteiro funciona da seguinte maneira: a água domiciliar sai por um tubo e segue por gravidade até o filtro. Depois de filtrado, o liquido vai até um reservatório de onde é aproveitado para irrigar as plantações. Essa tecnologia social facilita o cultivo de diversos tipos de hortaliças, pois reduz em mais de 50% o uso de água na produção.

O assentamento Floresta, localizado em Sousa-PB, foi um dos beneficiários do projeto. A propriedade foi desapropriada em 2013 e assenta 13 famílias. Lá reside a família dos agricultores Aureni e Doriete Lopes, que dependem exclusivamente da agricultura para sobreviverem.

"Esse sistema tem ajudado bastante a aguar as plantas. Apesar de ser muito recente, é sempre bom ter um desse, principalmente, nesse tempo quente," disse Aureni.

Outro casal residente no Assentamento são os camponeses Luzinete Thomas e José Lopes. Eles sofreram as consequências do último inverno que rendeu apenas um saco de milho. Porém, o Canteiro Econômico reanimou o casal para o plantio.

"Nós vamos plantar de novo esse ano. Vamos plantar hortaliça, frutas e plantas medicinais. Moro aqui há três anos e não me arrependo de ter vindo pra cá não," disse José.

A construção de canteiros econômicos para reutilização de água em Assentamento Rurais do Alto Sertão Paraibano é uma ação do IFBDS em parceria com a Rede de Cultivos Agroecológicos, Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDETs/Vale do Piranhas e Alto Sertão), Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano(NAESP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT/Sertão-PB).

Veja no quadro abaixo quais são as etapas necessárias para a construção do Canteiro Econômico acoplado ao reuso de água:

1ª Etapa: Escolhido no terreno um local que tenha pouca ou nenhuma declividade.

2ª Etapa: Cava-se um buraco de 1m de largura com 20 cm de profundidade e 5m de comprimento tendo o cuidado de separar o solo dos primeiros 20 cm, pois é nessa camada que se encontra concentrada a maioria dos nutrientes, que será enriquecido com 03 carros de mão de esterco.

3ª Etapa: Após a escavação é realizado o nivelamento do solo. Para tanto, utiliza-se um nível de bolha e um cano de PVC de 40 mm que é posto no comprimento do canteiro, onde o nível foi colocado sobre o cano para verificar o nivelamento.

4ª Etapa: O próximo procedimento é a colocação da lona de 100 micas onde for forrado o canteiro. É preciso ter cuidado de acompanhar o nivelamento do solo, sem deixar dobras para evitar o surgimento de poças no interior.

5ª Etapa: Com uma vara de cano PVC de 40 mm medindo 6 metros, procede-se com corte de um metro desse cano. Depois o tubo é dividido em duas partes de 50 cm. Após essa operação fura-se o cano alternadamente de 30 em 30 cm, de um lado para outro para facilitar a distribuição e/ou escoamento da água de maneira uniforme. Em seguida com dois joelhos de 40 mm, é realizado o encaixe nos canos de 50cm, sendo os mesmos acoplados ao cano principal.

6ª Etapa: Coloca-se de volta no canteiro, a terra escavada dos primeiros 20 cm. Em seguida são colocados os três carros de esterco sobre o solo, procedendo com a incorporação do mesmo.

7ª Etapa: O próximo passo é colocar a água no canteiro, através dos dois canos localizados nas extremidades. É preciso ter cuidado de distribuir a água de maneira uniforme, ou seja, colocando um balde de cada lado até a umidade atingir a superfície do canteiro. Isso acontece após a colocação de 20 a 25 baldes de água. Para facilitar a irrigação, é usada uma garrafa pet como funil. As hortaliças devem ser plantadas assim que o esterco estiver curtido; isso acontece de 8 a 10 dias de sua incorporação ao solo.

Enio Marx – Sousa (PB)

África

Viajando no ventre da pátria-mãe

Tudo começou por um sonho que foi sonhado a dois - Auxiliadora Martins e Flávio Valdez. A África sempre foi um desejo em nossa existência, mais ainda pela relação amorosa e existencial que sentimos com aquele continente. Para nós, não é apenas um território, mas é um campo da nossa vida. É um espaço de origem, de ancestralidade e de nossa história.

No ano em que completamos 35 anos de casamento, resolvemos passar nossas férias num lugar que tivesse um significado especial para nossa história e nossa visão de mundo. Acreditamos, e pesquisas científicas mostram, que a vida humana surgiu na África e que a história e a formação do nosso povo têm muito mais a ver com os africanos e os índios do que com os europeus.



Flávio e Auxiliadora com crianças na África

Ilha bela e explorada por estrangeiros

Primeiramente, chegamos à Ilha do Sal em Cabo Verde, que é um país africano formado por um arquipélago composto por dez Ilhas que ficam na costa africana, próximas da Guiné Bissau. Observamos que Cabo Verde é um lugar onde as pessoas fazem turismo, tem uma beleza natural extraordinária e atrai muitos turistas; porém, percebemos que a maior parte das propriedades pertencem a pessoas da Europa e os cabo-verdianos se ocupam com vendas de frutas e verduras, artesanato e prestam serviços nos hotéis e como motoristas de táxi, guias turísticos e pescadores (homens e mulheres) ocupando posições subalternas na sociedade; isso, talvez , tenha sido provocado pela condição histórica de , após a revolução liderada por Amilcar Cabral, terem os líderes de Cabo Verde aberto a economia para o mercado. No entanto, o lugar é muito bonito, as pessoas são amorosas e educadas e gostam dos brasileiros, nos chamam de irmãos. São muito trabalhadoras, amanhecem logo cedo nas ruas envolvidas nas suas atividades e parecem com o nosso povo - são alegres, muitas atitudes são semelhantes às nossas. Realmente nos sentimos em casa.

História e emoção em Guiné Bissau

Em seguida fomos para a Guiné Bissau. País lindo. Riquíssimo em reservas naturais, minerais e tem mais de oitenta ilhas, algumas não habitáveis. Fomos recebidos e acolhidos como família pelos nossos anfitriões. A Guiné Bissau ainda vive um momento de forte tensão política e existem divisões políticas muito fortes. Depois da morte do Amilcar Cabral, o país passa por uma crise de lideranças, mais, ainda, conseguem manter a liberdade do povo e as autoridades são desconfiadas com pessoas brancas porque os brancos europeus fizeram muitas atrocidades com o povo guineense. Ficamos hospedados na casa de uma família cujos ancestrais tiveram participação ativa na revolução de 1972 e eles nos contaram episódios sobre o domínio português, quando muitas pessoas eram presas e torturadas em verdadeiros campos de concentração. O povo não tinha liberdade, dentro do seu próprio país, durante, aproximadamente 400 anos. Os grupos étnicos foram removidos de suas regiões de origens e isso causa divisões entre os povos, tornando-se um grande desafio para o processo revolucionário. Ficamos na capital na cidade de Bissau. É uma cidade simples que não tem prédios altos onde predominam casas em que normalmente, moram grupos familiares. A cidade é cheia de Baobás (calabaceiras) que são arvores enormes e centenárias. Delas podemos extrair frutos que são bastante nutritivos e sadios e que têm sentidos místicos e são consideradas sagradas. Durante nossa estada lá, conhecemos também o porto de Cacheu de onde saíram as primeiras pessoas escravizadas para o Brasil; ficamos emocionados porque sabemos que daquele local saíram nossos ancestrais e que parte da nossa família ainda se encontra lá. Também conhecemos o mercado de Bandim, principal centro comercial de Bissau, onde milhares de pessoas comercializam seus produtos e são todos ambulantes que estão instalados na estrutura do mercado ou no entorno formando uma grande aglomeração de pessoas que falam, sorriem, cantam e demonstram muita alegria no trabalho, falando em crioulo, português, francês e em suas línguas locais. Suas roupas são bastante coloridas, e lembram as cores das nossas tradições populares. As mulheres amanhecem o dia vendendo frutas e comidas e anoitecem no local com seus filhos acomodados por panos amarrados em suas costas. Elas, também, comercializam na feira central do porto, onde há abundância de peixes, legumes, frutas e frutos do mar. Muitas crianças acompanham suas mães nas atividades que realizam. No entanto, observamos a maioria das crianças e jovens indo para as escolas públicas e também pequenas escolas populares particulares de bairros, onde as crianças fazem reforço escolar.



Casal de companheiros realizando um sonho

O povo é muito parecido conosco; são hospitaleiros, prestativos e demonstram honestidade quando estão negociando seus produtos. Atualmente muitos jovens estão saindo do país para estudar fora e depois retornam para o país, que, ainda não oferece muitas oportunidades, pois é um país pobre enfraquecido pelo processo histórico de exploração europeia. Porém, diferentemente do que mostra nossa televisão, não vimos pessoas passando fome, apesar da pobreza, não vimos mendigos nem pessoas ou crianças desamparadas na rua. A vida das pessoas é simples e, ainda, mantém muitas tradições na produção e no consumo, na religião e festas para os mortos. As crianças são lindas e brincalhonas,, me chamavam de branco, talvez pela minha barba e cabelo serem brancos, e corriam ao meu encontro para tirar fotografias, Auxiliadora era vista como guineense e só quando ela falava as pessoas ficavam sabendo que ela era de outro país e perguntavam: você é de Angola? E ela dizia: não, sou brasileira.

Um pouco mais sobre Guiné Bissau

Guiné Bissau é um país da África ocidental, que pertence ao **PALOP** (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e fica do outro lado do Brasil. Tem em torno de um milhão e quinhentos mil habitantes e no século XIII fazia parte do reino do Gabu e do império do Mali, que foi uma grande região próspera e que tinha uma economia forte e independente, mas sofreu as interferências do comércio escravista europeu em torno do ano de 1500, embora tenha sido colonizada, efetivamente, por Portugal no século XIX. Na Guiné, no porto de Cacheu, foi criado o primeiro ponto de exportação de escravos para as Américas e servia como ponto de saída dos primeiros homens e mulheres escravizadas pelos países europeus, principalmente Portugal para as lavouras do Brasil e de outros países da América em meados do séc.XV.

Em 1956, o líder africano da Guiné Bissau, Amilcar Cabral, insatisfeito com a exploração histórica, liderou a criação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo verde (PAIGC) e iniciou a luta contra a colonização portuguesa na Guiné e em Cabo Verde, vitoriosa em 1972. No entanto, Amilcar Cabral foi assassinado por traidores em 1973. Amilcar Cabral lutava com a proposta de libertar todo o continente africano e ainda hoje vemos as marcas da luta pela libertação e suas ideias ainda estão vivas e influentes e foram fundamentais para as lutas de libertação de Angola, Moçambique e Africa do Sul.

Guiné Bissau tem sido marcada por muitas disputas políticas desde a sua libertação e, segundo, informações de pessoas de lá, as brigas políticas, ocorrem, principalmente, pelas reservas de riquezas naturais e minerais existentes, que são cobiçadas pelas multinacionais.

O povo guineense é formado por diversas etnias (fulas, mandingas, balantas, mandjacos e outros) que falam línguas diferentes e têm tradições diversas. A língua oficial é a portuguesa, no entanto só 15% da população fala português; a maioria fala a língua criada na região, que é o crioulo, e também as línguas pertencentes a cada etnia, encontramos muita gente que fala com facilidade inglês e francês. Tem cidades grandes e povoadas como Bissau, Bafafá, Gabú, Bissorã, Bolama, Cacheu, onde existe grande fluxo migratório de países vizinhos como Senegal, Guiné Conakry, Cabo Verde, etc. A presença de pessoas mulçumanas é muito forte. E o comércio é intensamente popular composto por feiras livres e ambulantes. Sua principal fonte de renda é a produção de caju, mas também é grande produtora de peixe e arroz.

Olhando o mundo do colo da mãe

Conhecer a África foi um retorno na história, um encontro com nossas naturezas e com nossa primeira família. Uma viagem cheia de significados e uma busca de respostas inquietantes. Olhar o Brasil a partir da África é como olhar o mundo no colo da nossa mãe...Axé.

"Homenagem a Padre Jean Geisen"
- É para avançar, diga ao povo que
AVANCE!!!

Flávio Valdez Martins da Silva e Auxiliadora Maria Martins da Silva. Olinda, PE.

Do Campo para a Cidade

Experiência de uma militante que começou na JAC em 1965

Nascida no Município de Teofilândia (BA), Isabel Mendonça Bazzo tem 68 anos de idade e mais de 50 anos de militância junto à classe trabalhadora. "Comecei minha militância com 17 anos", diz Bela, apelido pelo qual ficou conhecida no Movimento. Nossa conversa foi na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Isabel começa a entrevista dizendo que o primeiro movimento em que participou foi a JAC (Juventude Agrária Católica), no final da década de 1960. A JAC trabalhava com jovens rurais, mas começou a perceber a importância de organizar os camponeses de um modo geral. "Começamos a pensar num trabalho de transformação social. A JAC se transformou num movimento político mesmo, embora não fosse um partido. Ali começou a base da minha formação política e ideológica. Isso me levou a nunca mais deixar a luta. É um compromisso que assumi com a classe trabalhadora", diz Isabel.

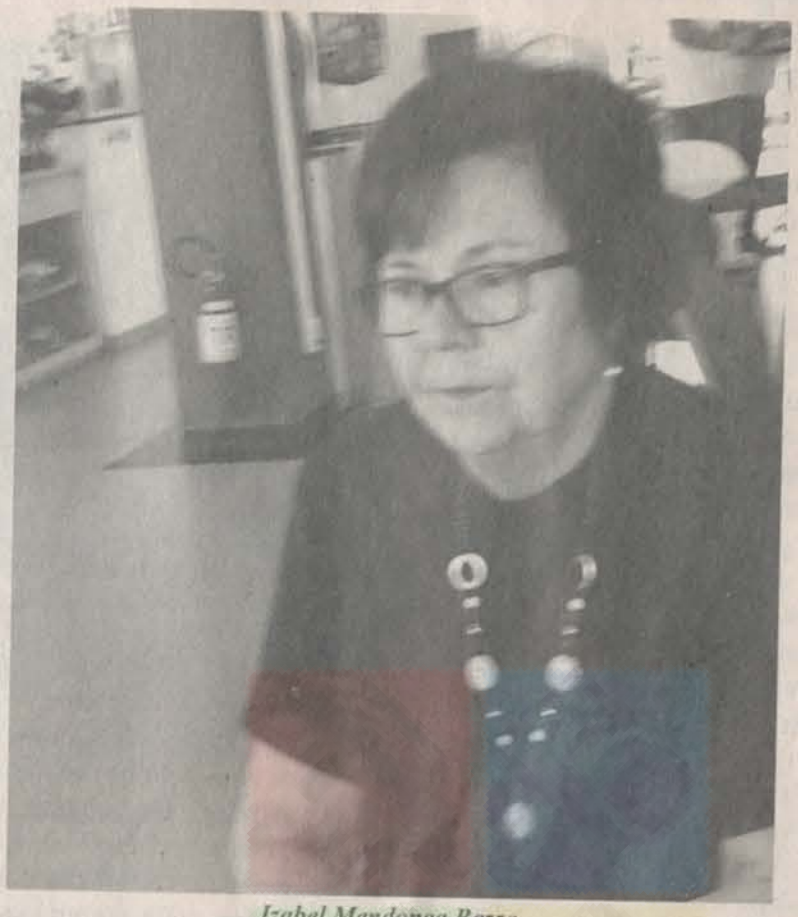
A JAC, criada no final da década de 1940, estava espalhada por vários estados do Brasil e tinha sua sede nacional no Rio de Janeiro, onde também ficava a Coordenação Nacional. Nos estados havia as coordenações estaduais e diocesanas. Isabel lembra que o trabalho estava muito concentrado nas direções. Em 1968, após uma análise de conjuntura e um debate sobre a importância do trabalho de base, a conclusão foi que todos deveriam voltar para as suas bases. Alguns tiveram dificuldade de fazer o trabalho com o povo. "Foi aí que tivemos a influência do educador Paulo Freire, orientando como nos introduzir no meio do povo, como partir de sua cultura, valores e costumes. Muitos não se adaptaram e foram atuar em outros movimentos.", conta.

Bela lembra que, nessa época, passou a coordenar o trabalho, não só em Teofilândia, mas no vizinho Município de Serrinha e, em seguida, fez parte da Coordenação Diocesana, em Feira de Santana. Além de acompanhar o trabalho da Diocese, participou do trabalho na região do sisal com os padres Aldo, Luiz e Luciano, e também com o trabalhador rural Gervásio, agente de Pastoral, ligado ao MER. "Nossa atuação aberta na Bahia sempre foi em nome da Pastoral Rural. A identificação como Movimento de Evangelização Rural era mais interna. Em cada estado, os militantes do MER atuavam em nome do Movimento ou Pastoral que existisse ali. A ditadura estava a pleno vapor; dessa forma, se nos pegassem, não teriam como descobrir que éramos do Movimento.".

Bela foi ampliando seu campo de atuação, até chegar à Coordenação Nacional do MER. "Comecei, inclusive, a representar o Movimento em outros países, como o Panamá, onde fui para uma atividade acompanhada do Moreira. Fiquei um mês por lá, no meio do povo. Fui também à Argentina, junto com outros companheiros do Brasil.".

No final da década de 1970, uma das discussões internas do Movimento era como ampliar o trabalho para o setor urbano. "Queríamos contribuir para a transformação da sociedade. Precisávamos atuar no movimento sindical, nas fábricas, nos bairros. Foi quando Luiz Bazzo, Nelson Araújo, Carmil Vieira e outros padres decidiram deixar o sacerdócio e atuar como operários e agricultores.", recorda Bela.

"Luiz, que atuava no Maranhão, decide ser operário em São Paulo. Resolvemos nos casar. Ele foi para a fábrica e eu, inicialmente, para o meio popular, em São Miguel Paulista. Chegamos a São Paulo em 1981. O desemprego estava grande na década de 1980, mas fiz um curso de corte e costura e consegui emprego, primeiro em São Paulo, depois em Santo André. A atuação no ABC paulista foi um plano tirado no Movimento, que agora atuava como Corrente Trabalhadores Independentes. Em 1987, me introduzo numa fábrica em Santo André e, no ano seguinte, criamos uma Associação de Trabalhadores, que logo se transforma em sindicato, graças à Constituição de 1988. Foi difícil: sem infraestrutura, recursos e entendimento. Fomos aprendendo na prática. Todo o trabalho de fundação do sindicato foi encaminhado por mim e pela companheira Gerusa, sob a orientação da Corrente. Tivemos a assessoria jurídica da advogada Zenita, que era ligada à CTI.".



Izabel Mendonça Bazzo

Bela lembra que, logo após a fundação do sindicato das costureiras do ABC, a Corrente Trabalhadores Independentes (CTI) rachou. "A maioria dos militantes da Corrente em São Paulo se afastou e se ligou à CUT e ao PT. Ainda tentamos nos manter como grupo, mas não deu certo", afirma Bela. "Fiz parte da CUT regional e estadual. Acompanhei 17 subsedes da CUT na grande São Paulo, fazendo trabalho de formação política.".

Isabel ficou à frente do sindicato, como presidente, durante 12 anos. Preparou uma pessoa para substituí-la no cargo e ficou mais um mandato como secretária da entidade. Considera que foi traída pela pessoa que assumiu a presidência do sindicato no seu lugar. Passou a ser perseguida politicamente, o que considera como assédio moral. "Passei a não poder circular dentro do sindicato e nem visitar as bases.".



Sala de aula do MOVA no ABC Paulista

Saiu da entidade em 2004 e, em 2005, foi trabalhar na Prefeitura de Santo André, administrada pelo PT. Inicialmente, na secretaria da Saúde. Depois, foi transferida para o MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), criado pelo educador Paulo Freire, quando esteve à frente da Prefeitura de São Paulo (Governo Luíza Erundina). "Foi legal porque meu trabalho era ligado diretamente à base. O MOVA trabalha com a sociedade civil; as salas de aula são nas igrejas, sindicatos, associações de bairro. Meu trabalho era com entidades, além do trabalho político na sala de aula, com educadores e educandos. No final de 2008, estávamos com 120 salas de aula na periferia de Santo André.".

Naquele ano, o PT perde a prefeitura de Santo André. Porém, Luiz Marinho, sindicalista do ABC, ex-presidente da CUT, se elege prefeito de São Bernardo do Campo pelo PT. Em 2010, Bela é convidada a participar do MOVA em São Bernardo. "Considero esse trabalho do MOVA igual ao que a gente fazia no MER. Naquela época, a gente atuava com base nas diretrizes de Paulo Freire, mas não com tanta clareza como tenho agora, baseado nos princípios da educação libertadora.".

Nas eleições deste ano, o PT perdeu a prefeitura de São Bernardo e Bela acredita que esse trabalho não terá continuidade. Houve também o afastamento da presidente Dilma. Segundo Bela, em seus 13 anos de governo, o PT fez pelos trabalhadores o que nenhum outro governo havia feito: distribuição de renda, luz para todos, bolsa família. Mas, na sua opinião, o PT errou na falta de formação política e ideológica do povo. "Sem essa formação, não vai ter transformação. A gente precisa organizar a classe trabalhadora para fazer as coisas acontecerem. Paulo Freire dizia que a gente ajuda a mudar as pessoas e as pessoas mudam o mundo. A grande falha do PT foi ficar nas cúpulas. Temos que retomar o trabalho de base nessa ditadura parlamentar que estamos vivendo. Procurar os espaços como fizemos na ditadura militar.".

Planos para o futuro

Bela esteve na Bahia em janeiro deste ano e pretende voltar com mais tempo em janeiro de 2017. "Quero ir para a roça, onde nasci e me criei e, quem sabe, voltar a morar na Bahia. Se ficar, vou me introduzir em algum movimento social. Quero visitar velhos companheiros como Zé Arsênio, Dodora, Inês, Concinha, Luciano.".

Fruto do casamento com Luiz Bazzo, Bela tem um filho (Danilo, 33 anos). Ele já tem sua autonomia, trabalha, mora sozinho e participa das lutas e movimentos sociais. "Fomos juntos muitas vezes à Avenida Paulista para participar de manifestações nesses últimos meses", diz. Ao falar de Luiz Bazzo, que faleceu em 2012, Bela ainda se emociona. "A morte de Luiz foi e continua sendo uma perda muito dura; parece que foi um pedaço de mim. Ele era muito companheiro, amoroso, honesto, amigo de todos. Hoje, estou mais tranquila, mas, mesmo assim, é muito forte a falta que ele me faz".

Incentivada por vários amigos, Isabel resolveu escrever suas memórias. O livro já está quase pronto e será lançado em breve. "Não pretendo ganhar dinheiro com isso, mas deixar registrada a minha história para as próximas gerações", finaliza.

Catadores da Mata Norte de Pernambuco se fortalecem apoiados pela Diocese

Buscando apoiar, aprender e divulgar esse trabalho dos catadores, o **JVC** visitou uma experiência que vem se destacando pela organização de grupos que não só fazem a catação. Além disso, eles realizam atividades culturais, sociais, religiosas, lutas reivindicatórias e trabalho coletivo. Reaproveitam alguns materiais, como é o caso da transformação de garrafas pet em vassouras. **Essa boa notícia** vem da brilhante iniciativa da Pastoral dos Catadores da Diocese de Nazaré (da Mata), em Pernambuco. Tivemos o privilégio de conversar com o grupo de catadores no lixão da cidade de Limoeiro (PE). Esse grupo é organizado numa associação de 35 pessoas. Severino Figueiredo Ramos (Raminho) identifica-se como "militante da causa ambiental e um missionário católico no meio dos catadores". Ele nos revelou que tem aprendido muito com os catadores, que são "grandes professores da vida, com simplicidade e solidariedade entre eles".



Encontro de formação com os catadores na Diocese de Nazaré

A Diocese começou a apoiar os catadores há oito anos. Primeiro, os missionários/as foram conviver com os catadores/as, por meio de visitas aos lixões; misturando-se para conquistar a confiança desses trabalhadores/as. No início, não faziam reunião e nem davam opinião. Simplesmente ouviam e conviviam. Depois disso, começaram a construir pautas junto com os catadores. "E, nessa construção de pautas, a gente vai buscando perceber pessoas que se projetam como lideranças, na própria dinâmica", afirma Raminho.

Padre Limacêdo Antônio da Silva, de Paudalho, e dom Severino Batista, à época bispo da diocese, foram os grandes motivadores e apoiadores desse trabalho. As irmãs Franciscanas se destacam como aliadas. Padre Luís Cechin (em memória) teve uma presença marcante junto ao povo pobre e aos catadores. No caminhar, outros se somaram voluntariamente, como Pedro Lapa, de Recife. A Diocese articula encontros anuais, seminários, com prefeitos, debatendo a importância do trabalho dos catadores; iniciando diálogo com o BNB, BNDES e outras entidades de crédito, em busca de financiamento. Raminho lembra que a Lei 12.305, de 2010, que prevê que todo município feche o lixão e construa um aterro sanitário ou aterro controlado, com coleta seletiva e a inclusão social do catador, não foi colocada em prática até hoje.

A Lei 12.305/2010 foi fruto da articulação dos catadores e das conferências municipais, estaduais e nacionais sobre meio ambiente. Foi sancionada por Lula, no último dia do seu governo, em 2010. Segundo o missionário, estudos revelam que as cidades com mais de 100 mil habitantes produzem algo em torno de meio quilo de lixo por habitante-dia. Plástico, metal... Há estatísticas que apontam que nós caminhamos para a produção de um quilo de lixo por habitante-dia.

Aproximadamente dez missionários/as atuam com catadores em Paudalho, Carpina, Limoeiro, Goiana e Feira Nova. São cinco grupos em cinco municípios. Atingem 144 famílias. Durante o ano, são realizados entre três e quatro encontros com as lideranças dos grupos. Nessas atividades fazem oração e troca de experiências.

Realizam atividades sociais, como o Natal dos Catadores; que passou a ser chamado Natal dos Excluídos, porque envolve catadores, pescadores e deficientes. Em 2015, Esse evento mobilizou em torno de 250 pessoas. Entre outros trabalhos de reaproveitamento, já fizeram experiência de fabricar sabão.

No Município de Carpina, existe um grupo coletivo com 12 pessoas, que fabrica vassouras com garrafas pet. Conseguiram um motorzinho para juntar as partes da vassoura, em reivindicação junto à prefeitura. Falta uma ferramenta para fazer o encaixe. Cabos e encaixes são comprados fora. O grupo divide o rendimento do trabalho, que é pouco, mas serve como complemento para a sobrevivência.

O Grupo de Limoeiro, que trabalha no lixão, está ali há aproximadamente 13 anos. Socorro, Rosângela e Ana destacam-se como mobilizadoras e lideranças naturais da comunidade. Começam a existir enquanto grupo, a partir da chegada dos missionários/as da diocese, *com presença entre eles*. Antes, ninguém os enxergava. Quando muito, se enxergava como alvo da caridade assistencial, para lhes darem uma roupa usada ou uma cesta básica. Por trás de cada catador/a, existe um agricultor, um servente de pedreiro; existem outras profissões que não estão sendo exercidas. E que acabam obtendo nos lixões a manutenção de uma família, como adicional de renda.

Hoje, o grupo de Limoeiro se organiza numa associação. Seus membros moram na comunidade Coqueiros, que fica nas proximidades do lixão. Esse grupo é muito ativo e respeitado pelos moradores e pelas autoridades do município na luta da sua comunidade. Como tática de luta, fecham os lixões, formam comissões para negociar com as prefeituras, com independência partidária e eleitoral. Estão buscando formas de conseguir um galpão e uma saída para o problema das crianças.

Outro avanço é que hoje os catadores são livres para vender seu material a quem quiser. Antes, cada lixão era controlado por atravessadores.

Participam das manifestações e atividades dos movimentos sociais.

Dificuldades. Uma das dificuldades maiores é a falta de um galpão com equipamentos; porque não têm como segurar o material por mais tempo, para vender por um preço melhor. Não têm como proteger o material do fogo e da chuva. Têm que coletar e vender logo, sendo refém do primeiro comprador que chega. Depois vem a falta de transporte, que impossibilita recolher materiais doados por instituições públicas, empresas... A falta de equipamentos de proteção individual é outro problema que pede solução urgente. Não têm luvas, botas, proteção para o sol, o que afeta a saúde, principalmente das mulheres, que são numerosas na catação. Moscas, mosquitos e incêndios causados pelo gás natural que o lixo produz são outros problemas sérios. Outra questão é a presença das crianças no lixão de Limoeiro. Algumas deixam de frequentar a escola.

Soluções. Caso houvesse sido aplicada a Lei 12.305, a realidade seria outra totalmente diferente. Os governos empurraram com a barriga e poucos fizeram. Interesses partidários, eleitorais também atrapalharam. Na história, o povo sempre encontra caminhos, como o gás natural produzido pela decomposição da matéria orgânica, encontra brechas entre uma camada e outra de lixo. Os catadores na Mata Norte, junto com os missionários, continuam lutando para que a Lei seja cumprida. Apontam duas propostas claras e de baixo custo para amenizar grandes problemas dos lixões: - construção de cercas-vivas com plantação de nim, que é um repelente natural para diminuir a produção de moscas e mosquitos. A cerca traria mais segurança a esses espaços, possibilitando maior controle no ingresso de pessoas alheias ao trabalho, como é o caso das crianças. Para os riscos de incêndios e explosões provocados pelo gás natural, uma alternativa seria a colocação de manilhas de construção civil, como válvulas de saída para o gás. Então, os catadores, como qualquer trabalhador, precisam de apoio e animação, para que possam pensar e se organizar para construir a sua própria história. É o que a Diocese tem procurado fazer.

Que lições podemos tirar dessa experiência dos catadores e missionários da Mata Norte de Pernambuco, e de que forma podemos contribuir em nossa região?

"Os catadores são grandes professores da vida com simplicidade. A solidariedade entre eles motiva a gente"



Missionários e catadores entrevistados no lixão de Limoeiro (PE)



Raminho, durante conversa com o JVC

IV Encontro Nacional pela Terra e o Território Ocorre no Vale do Guapiaçu (RJ)

Ocorreu no Vale do Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu (RJ), entre os dias 14 e 17 de setembro de 2016, o IV Encontro Internacional pela Terra e Território. Reuniram-se faxinalenses, vazanteiros, pescadores, ilhéus do Rio Paraná, indígenas Kaigang, Suruí Aikewara e Xavante A'uwê Uptabi Marãiwatséde, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, camponeses, trabalhadores da cidade, agentes de pastoral, educandos e educadores universitários vindos de todas as regiões do Brasil, da Bolívia, Colômbia e Chile. Essas pessoas narraram suas lutas e as formas como habitam, convivem e cuidam de seus territórios. Trocaram experiências de vida, produção e organização política.



O encontro ocorreu no Vale do Guapiaçu-RJ, região ameaçada pelo projeto de construção de uma barragem

Articulado pelo *Movimento Regional pela Terra e o Território*, o encontro teve como principal objetivo estabelecer um espaço de diálogo e articulação em torno do acesso à terra e a consolidação de territórios.

Participaram representantes de 26 Grupos, Comunidades, Movimentos Sociais e Instituições. Dois militantes do Rio de Janeiro, José Beserra e Márcio Santos, representaram o *Movimento das Comunidades Populares (MCP)*. Sobre o Encontro, Beserra afirmou: "*Aprendemos muito com as experiências de vida e luta colocadas pelos grupos. Povos que lutam por seus territórios e pelo direito de viver sem explorados nem exploradores. Agradeço aos moradores do Vale do Guapiaçu que nos receberam com muita cordialidade e carinho.*", conclui.

Compartilhando Experiências, Construindo Novos Horizontes

Desde os anos 1990, transformações geoeconômicas e geopolíticas têm atingido a América Latina (AL). Isso gera um novo impulso na exportação de matérias-primas nas economias dos países da região. Na AL, esse processo tem resultado em uma nova estratégia de intervenção nos territórios através de grandes projetos de energia, transporte e de produção de ferro, soja, etanol, celulose, petróleo, etc.

Como consequência disso, a região tem sofrido um aumento da exploração dos bens comuns naturais com graves consequências sociais e ambientais. Principalmente em territórios habitados por comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. Em grande parte do continente, estas atividades são acompanhadas por ações repressivas do Estado e de milícias paramilitares e empresas privadas a serviço de grupos empresariais. Esse avanço da exploração não tem sido recebido de forma passiva pela maioria dos grupos atingidos. Pelo contrário, em muitos lugares é possível observar ações de organização e defesa da terra e do território.

Neste contexto, surgiu, em 2013, o *Encontro Internacional pela Terra e o Território*. Uma articulação entre diferentes organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de pesquisa de universidades. No Brasil, vive-se um aumento dos conflitos pela terra, o aprofundamento das políticas neoliberais e a repressão às populações tradicionais e aos movimentos sociais. Porém, existem diversas experiências locais de convivência com a comunidade e a natureza. Alternativas ao desenvolvimento (Bem Viver). O objetivo de contribuir no debate sobre essas questões levou à realização da quarta versão do Encontro, agora no Brasil. Não por acaso, o local escolhido foi o Vale do Guapiaçu (RJ). Uma região fértil que vem tendo sua população ameaçada pelo projeto de construção de uma barragem.

Vale do Guapiaçu - Pelo Rio, pela Vida e pela Dignidade

[...] Fomos muito bem recebidos pela comunidade do Vale do Guapiaçu e pudemos também conhecer algumas das histórias dos homens e mulheres que aqui vivem. São histórias marcadas por diferentes processos de exploração do trabalho e de expulsão que fizeram com que essas famílias viessem para essa região nos anos 1960 e 1970 e passassem a lutar para conquistar essa terra em que vivem hoje. Foi a partir da terra conquistada e reconhecida pelo Estado na forma de assentamentos de reforma agrária que puderam construir uma vida com dignidade, criando suas formas de convivência e auto-organização, produzindo alimentos e água para si e para o abastecimento da cidade, cuidando de sua cultura e da sua memória.

Infelizmente, também soubemos que essa vida se encontra mais uma vez ameaçada pela expulsão, em função de um projeto que desrespeita a comunidade e quer impor a construção de uma barragem no Rio Guapiaçu, a cerca de 100 Km do Rio de Janeiro. Esse projeto, proposto pela Secretaria do Ambiente desse estado, insere-se no conjunto de condicionantes do licenciamento ambiental do Complexo Petroquímico (COMPERJ) e no cenário de "estresse" hídrico do leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse projeto mente à população do Rio de Janeiro ao afirmar-se como necessário para o abastecimento de parte da cidade, ignorando outras possibilidades alternativas. O projeto esconde que esta barragem teria um curto prazo de validade, pois estudos mostram que em 2035 ela já não seria mais capaz de abastecer a população da cidade, o que reforça sua inviabilidade.

O projeto [...] ameaça mais de 1.000 famílias em 12 comunidades, oprimindo-as ao trazer-lhes insegurança e constantes ameaças, dificultando que elas continuem com sua vida e sua produção. [...] A barragem, se concretizada, inundará 2.100 ha e impedirá a produção de milhares de toneladas de alimentos [...] que saem mensalmente do Vale do Guapiaçu para o CEASA do Rio de Janeiro (o que representa 40% do total ali comercializado) e para mais de 70 escolas estaduais como merenda escolar [...]. Além disso, seriam mais de 15 mil empregos diretos e indiretos destruídos.

O projeto de barragem, na verdade, só atende um único interesse: o do grande capital e seus representantes no governo, eles próprios responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental que tem se mostrado inconsistente quando confrontado tanto pelo conhecimento local, como por estudos científicos independentes. Os moradores, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) não se negam a compartilhar a água e apresentaram projetos alternativos para aumentar o volume de água que já é captado pelo sistema Imunana-Laranjal na Bacia Guapiaçu-Macacu para abastecimento do Leste Metropolitano, através de recuperação das nascentes e das matas ciliares e manutenção do rio vivo para garantir água e alimentos para sempre. Estes projetos sequer têm sido considerados pelo governo.

Por todos esses motivos, [...] denunciamos que essa barragem é mais uma violência que tem se reproduzido em todo o território nacional e nos solidarizamos e apoiamos a luta das companheiras e companheiros do Vale do Guapiaçu contra ela. Afirmamos que todos os rios devem ser livres e precisam continuar vivos para garantir águas para a vida e não para a morte. Terra e Água não são mercadorias!

Carta assinada pelos participantes do IV Encontro Nacional pela Terra e o Território



O encontro buscou estabelecer uma articulação em torno do acesso à terra e aos territórios

Escola Municipal Leonardo Boff comemora 30 anos de Luta e Resistência

Da Redação – RJ

Aconteceu entre os dias 10 a 14 de outubro a semana de comemoração dos 30 anos de existência da escola pública e comunitária Leonardo Boff, na periferia de Petrópolis, região serrana fluminense. O objetivo desta comemoração foi dar maior visibilidade aos trabalhos pedagógicos, às conquistas sociais e divulgação da escola nestas três décadas em beneficio dos alunos e das famílias assentadas na comunidade.



A EMLB celebrou 30 anos buscando divulgar suas conquistas pedagógicas e sociais

Programação

A semana teve intensa programação com rodas de conversas com palestrantes, famílias, alunos, ex-alunos e professores. Teve apresentação de teatros, de cordéis, galerias de fotos históricas e reportagens antigas retratando que a luta é árdua e vem de longe. Também teve missa em ação de graças celebrada pelo frade capuchinho Fr. Carlos e benção das instalações pelo Pe. Wylliam da Paróquia Santa Rita. Abrilhantaram com suas presenças as instituições parceiras: Ong - Anima a Vida, Fundação Lygia Bojunga "Paiol de História", Aldeia da Criança, União da Juventude Comunista e o Movimento das Comunidades Populares – MCP, representado pelos educadores da Escola Jardim da Comunidade - EJC, da Comunidade Chico Mendes – Pavuna, zona norte do Rio. Teve ainda a montagem da FEIRA DE CONHECIMENTO pelos alunos e explicada por eles mesmos. No encerramento, contou com um bolo e com o coral do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), finalizando com três músicas de origem africana.

Histórico

A escola, que nasceu das entranhas das Comunidades Eclesiais de Base – CEB´S, na década de 80, construída em regime de mutirão em finais de semana por crianças, mulheres, jovens e adultos, continua resistindo às intempéries da política e que aos trancos e barrancos, como dizia Darcy Ribeiro, vai atravessando o século 21, consolidando suas conquistas.

Conquistas Pedagógicas

Com a criação da associação de pais e professores em 1992, como articuladora social, a escola ganha reforço em defesa da instituição escolar, que na época se chamava Escola Municipal Centro Comunitário do Contorno. Com isto, vieram as primeiras oficinas pedagógicas – "Datilografia e Marcenaria" - e depois tantas outras. É bom ressaltar que no princípio a escola contou com o apoio financeiro de uma escola pública (gesamtschule) da cidade de Bonn, na Alemanha, para construção do prédio anexo e abrigo das oficinas. Com o funcionamento destas oficinas, dá-se o início do tempo integral. Mas a escola teve que esperar ainda vinte anos para ser reconhecida pelo governo municipal como escola de educação integral em tempo integral por meio da resolução 007 de 09/02/2011 publicada no Diário Oficial 3.677. E a conquista mais recente é a do professor regente, que passou a permanecer na escola em tempo integral, cuja missão é acompanhar a vida dos alunos diariamente. A escola funciona de segunda a sexta-feira das 8h às 16h.



A Feira de Conhecimento foi uma das atividades da programação

Conquistas Sociais

Uma referência desta escola integral é que ela não se limita ao ensino intramuros, tornando-se uma articuladora social do bairro. Por isso, desde sua criação sempre procurou interação com a comunidade formando uma frente de luta dentro e fora da escola. As preocupações com a regularização fundiária e com a vida na rodovia federal BR 040 são algumas delas. "*Sempre procuramos encaminhar ofícios às autoridades cobrando mais segurança na rodovia, alertando sobre os perigos que esta traz aos alunos, moradores e aos motoristas. Alguns se tornaram realidade, como placas de sinalização, faixa de travessia e tachões nos acostamentos. No entanto vamos continuar cobrando das autoridades os radares como limite de velocidade e as melhorias para a entrada do micro*-ônibus na servidão que dá acesso à *escola municipal. Não podemos penalizar os pais com pagamentos de vans para trazerem seus filhos até a U.E.*" destacou Angélica Domingas, diretora da escola.

Feira de Conhecimento

Um dos pontos altos da comemoração foi a apresentação da Feira de Conhecimento dos alunos desde a educação infantil até ao 5º ano do Ensino Fundamental. Houve a exibição da produção dos trabalhos realizados pelos próprios alunos durante o bimestre com o Projeto: "Se Esta Rua Fosse Minha" e que teve como objetivo incentivar e promover suas habilidades; tanto de produção, como de comunicação e interação. Para a coordenadora pedagógica da escola, Naara de Castro, a Feira do Conhecimento ao lado do Grito dos Excluídos – tema também trabalhado pelos alunos - representou a culminância da semana, "*Os alunos tiveram oportunidade de mostrarem seus conhecimentos exibindo suas produções interagindo com a comunidade escolar. Isto é fundamental para as crianças que buscam a firmação do caráter, respeito e interesse pelas pesquisas*", completou a orientadora.

Escolas Ocupadas em Sergipe

O Movimento das Escolas Ocupadas em Sergipe está atuando em vários municípios. Em Poço Redondo, duas escolas estaduais onde estudam 1.200 alunos, estão ocupadas há várias semanas. O JVC visitou uma delas e conversou com quinze alunos/as. Esses alunos, em sua maioria, são de famílias assentadas. Estão firmes com o apoio de familiares, movimentos e amigos da luta que contribuem com alimentação. Chamou a atenção da nossa reportagem a limpeza e a organização deles no interior do estabelecimento.

As principais reivindicações são os problemas das escolas, pela democratização da discussão sobre educação no Brasil, e contra a PEC 241/55. Estão posicionados também contra a reforma da Previdência.

Estão dispostos a não ceder e nem se deixar vencer pelo cansaço. Disseram que em conversa com o secretário de educação, houve a promessa de começar a resolver os problemas das escolas no início do ano que vem.

Criado para ser modelo, o Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, em Manguinhos, sofre em meio ao caos e ao abandono

O Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, localizado na divisa entre Manguinhos e Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro, vem sofrendo constantes invasões com furtos e depredações ao longo dos últimos anos. Já foram furtados computadores, toda a fiação do prédio anexo, panelas, liquidificador. Quebraram grades da escola, roubaram equipamentos de ar condicionado, lâmpadas e muitos outros itens. Até as janelas foram levadas.



Os jovens reivindicavam melhores condições de estudo e solução para a falta de segurança

Em 2009, na inauguração do colégio, o Governo do Estado prometeu que esta escola seria um modelo para o Rio de Janeiro. Os moradores comemoraram. No início, a escola funcionava bem. O "Compositor", como é chamado popularmente o colégio, oferecia cursos extras e projetos que mantinham a escola aberta às noites e nos finais de semana. O espaço é impressionante. A unidade tem 19 salas de aula, incluindo laboratórios de informática e de ciências, sala multimídia, auditório e biblioteca. Há ainda piscinas semiolímpica e infantil, ginásio coberto com quadra poliesportiva, seis vestiários e arquibancada coberta com capacidade para 300 espectadores, além da sala administrativa. Seria perfeito se toda essa infraestrutura não estivesse abandonada e depredada. O cenário é desolador. As piscinas servem de reservatórios para água podre e criadouros de mosquitos da dengue.

Professores, estudantes, moradores e representantes de diversas entidades da região têm se mobilizado para pressionar o Governo do Estado a tomar providências. Eles exigem que o colégio conte com porteiros e vigias e que os responsáveis pela Segurança Pública do local façam rondas na escola nos horários em que esta não estiver em funcionamento.

#OcupaCompositor

O CE Compositor Luiz Carlos da Vila permaneceu ocupado do dia 8 de abril ao dia 8 de junho de 2016. Os jovens reivindicavam melhores condições de estudo e solução para a falta de segurança na escola. O movimento não aconteceu somente nesta escola, sendo um processo amplo ocorrido em diversas unidades da rede estadual. Os estudantes geriram a escola durante dois meses, fazendo comida, limpeza, organizando palestras, atividades e os chamados "aulões".

Um dos pontos da pauta de reivindicações deles foi o afastamento do antigo diretor. Conseguiram afastá-lo e conquistaram o direito de indicar um novo nome de forma provisória. O professor Douglas Thomaz assumiu como diretor geral por quarenta dias, até que fosse eleita uma nova direção. Seu apoio à ocupação, bem como o bom relacionamento com os alunos foram importantes nesta decisão.

Além dos estudantes, Douglas tinha apoio de parte dos professores que estavam na luta. A intenção era iniciar alguns processos que poderiam render resultados políticos positivos e de mudança no futuro. Transparência, diálogo, gestão aberta e colegiada, politização pedagógica, horizontalidade, integração com a comunidade, construção de um Projeto Político Pedagógico à esquerda. Vários projetos em vista da construção de uma educação popular transformadora. Douglas não pretendia se candidatar, mas contribuir na construção de uma chapa para aprofundar essas propostas.

Porém, as coisas ficaram mais difíceis do que se imaginava. Os 40 dias se estenderam por três meses e ainda não havia por parte da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) uma data oficial para o processo eleitoral. No início do mês de agosto, Douglas deixou a direção do "Compositor". Sobre a experiência, ele afirma: "Infelizmente para mim não foi mais possível, dado a dedicação e comprometimento integral que a função exige, quando a intenção é fazer um trabalho comprometido com a mudança. A meu ver foi uma experiência importante de auto-organização. Não havia na escola nenhuma movimentação política por parte dos alunos e neste sentido eu apoiei, já que havia sinceridade nos propósitos da luta. Ao final, acho que se perderam um pouco na organização, muita gente foi desistindo e foi ficando mais vazia a ocupação", revela.

Segundo Douglas, tratar o estudante de forma mais horizontal pressupõe colocar-se em outro lugar de poder e isso quase sempre gera reação conservadora. Em alguns momentos, ele teve problemas com os professores e funcionários que acusavam sua direção de ser muito permissiva e estimular a indisciplina.

Em relação à aproximação com a comunidade de Manguinhos, Douglas acredita ter havido avanços. A ocupação dos estudantes despertou o interesse da comunidade em aproximar-se da escola, criar redes de solidariedade comunitária para enfrentar os problemas. Mas, considera que ainda falta organização para assumir o desafio de construir uma escola mais democrática e transformadora, o que pressupõe disciplina e militância revolucionária. Sentiu-se incomodado com a falta de compromisso de muitos professores. "O descaso histórico com a educação pública explica essa condição trágica; no entanto as estratégias de alívio criadas para contornar esse problema são extremamente nocivas a qualquer tentativa de mudança. A crise econômica é a desculpa para a falta de verbas e o abandono. O desafio é grande, mas a realidade não se esgota nas formas já conhecidas; é preciso encontrar outras veredas", conclui.



Os estudantes geriram a escola durante dois meses, dividindo tarefas e organizando atividades

Projeto Político-Pedagógico

Durante a ocupação do CE Compositor Luiz Carlos da Vila, foi elaborado um Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir de diálogos realizados entre estudantes e professores. A seguir, alguns trechos do documento:

Marco Referencial do PPP: Gostaria de [...] morar em um lugar de harmonia e respeito entre as pessoas e cumplicidade, saber trabalhar e conviver em coletivo. [...] Ter uma escola [...] estruturada. [...] Com direito de dialogar com a diretoria, ser ouvido e ter melhorias, ter aulas extras. [...]

Marco Operatório do PPP: [...] Dar o exemplo de como cuidar do que é nosso, lutar pelos direitos, pela justiça e igualdade. Estudar para mudar o mundo e o mundo mudar junto. Preservar a natureza, dar boa condição de vida a todos, para que ninguém precise praticar atos violentos para sobreviver; o governo tem que ser mudado com o pobre no poder, pois ele sabe as necessidades da maioria.

Propostas para o plano de ação para concretizar o PPP: Necessidade das turmas elegerem seus representantes e sobre a importância de criar associações de ex-alunos e de moradores [...] As avaliações poderiam ser diversificadas, não se restringindo aos testes e provas escritas. [...] projetos que os estudantes gostariam que fossem desenvolvidos: Jornal da Escola, Banda de Música, Rádio Escolar. [...] A importância de reativar a piscina e tornar as aulas mais divertidas e com mais torneios esportivos.



Formatura da Turma 2016 do Curso de Comunicação Popular


Reunião de pauta do Jornal Vozes das Comunidades

A Voz e as Vozes das Comunidades

Minha experiência no Curso Vito Giannotti de Comunicação Popular do NPC

Inessa Lopes

Cheguei ao Curso Vito Giannotti de Comunicação Popular do **Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)** com um ano de atraso. Me preparei para fazer parte da turma de 2015, mas a doce correria de ter uma filha de um ano em casa me fez adiar essa participação.

2016 também não foi fácil. Quase que não vou. Me inscrevi depois do prazo. Comecei atrasada, mas fui. O apoio da equipe do **Jornal Voz das Comunidades (JVC)** e, principalmente, o incentivo do companheiro e ex-aluno do curso, Douglas Heliodoro, foram fundamentais para me dar o "empurrãozinho" que faltava.

E que satisfação em não ter deixado que as dificuldades me fizessem desistir antes ou durante o curso! Foi uma experiência riquíssima! Durante sete meses, tive a oportunidade de conhecer e conviver com pessoas muito especiais. Estudantes, comunicadores, militantes, ativistas... Jovens com vontade de aprender e de construir comunicação popular/comunitária como instrumento de transformação social. De alguns, eu me aproximei mais, de outros menos. Mas, cada um/a me marcou de forma diferente e vai ficar para sempre na minha memória e no meu coração. Rúbia, Antonieta, Jonas, Kellen, Nice, Wellington, Léo, Rosana (minha parceira de matéria!), Carlos (nosso Batman pobre!), André, Ana Claudino, Ana Santos, Gabriella, Mylena, Jaqueline, Thor, Bárbara Tovar, Bárbara Aires, Amanda, Cacau, Clara, Diana, Gustavo, Laura, Lanna, Lucas, Natacha, Bruna, Eliane, Thayane. Não poderia esquecer o nosso bloco chileno: Alex, Paulina, Victor e Gilda.

Recebida de braços abertos

Já tínhamos contato com o NPC, mas a convivência durante o curso nos aproximou ainda mais. Tive a imensa alegria de conhecer a Cláudia Santiago Giannotti, jornalista dedicada que vem mantendo as atividades do Núcleo mesmo após a partida do saudoso Vito Giannotti. Cláudia foi a nossa "mãezona". Aquela que nos recebe de braços abertos, procura ajudar, compreender e valorizar o que cada pessoa tem de melhor.



Comunicadores populares em atividade no Conjunto de Favelas da Maré

Conhecer o Eric Fenelon também foi ótimo! Um jovem superdinâmico, solidário e amigo. Com a Sheila Jacob, a convivência foi menor, mas não menos importante. Uma moça de muita doçura e firmeza ao mesmo tempo. A "piveta" do Vito!

Aos/às professores/as, meu agradecimento mais do que especial. Eles que se dedicaram de forma voluntária para nos transmitir conhecimentos importantes. Alguns vindos até de outros estados. Obrigada, Ana Lúcia Vaz, Anne Enne, Arthur William, Camilla Lobino, Daniel Climaco, Guilherme Soninho, Gustavo Barreto, Gustavo Gindre, Isabel Loureiro, Josué Medeiros, Kleber Mendonça, Leon Diniz, Márcio Castilho, Naldinho Lourenço, Pablo Mattos, Reginaldo Moraes, Renata Souza, Rodolfo Vieira, Rodrigo Castello, Tatiana Lima e Verena Glass.

Aprendemos sobre a história das lutas dos trabalhadores, a história e a geografia da cidade do Rio de Janeiro, o papel dos meios de comunicação, globalização e o pensamento de Antônio Gramsci. Além da formação política, tivemos aulas sobre redação e linguagem, vídeo, fotografia, uso da internet, reportagem e entrevista. Recebemos livros e apostilas relacionados aos temas estudados. Assistimos a diversos vídeos. Participamos de lançamentos de livros. Conhecemos experiências de comunicação popular do passado e do presente. Fizemos algumas visitas, entre as quais destaco a subida ao Morro São José Operário onde pudemos conhecer a comunidade e participar do lançamento do filme "Irmão do Morro" feito por alunos da turma de 2014 com o apoio do NPC.

Toda essa bagagem política, cultural, técnica e emocional nos ajudou a produzir o jornal *Vozes das Comunidades*. A pauta foi discutida e aprovada coletivamente. As matérias foram divididas entre os alunos/as e, como todos os anos, o jornal foi lançado no Grito dos Excluídos. Sendo entregue também em algumas comunidades e estações de metrô.

Ao concluir esse curso de comunicação popular/comunitária, a vontade que fica é não parar. Seguir reproduzindo esses conhecimentos e aprendendo cada vez mais. Manter as alianças e parcerias em vista de vencermos os desafios de construir e fortalecer a NOSSA comunicação de forma independente e autônoma. Só assim, ela servirá de instrumento para ajudar a organização do povo e a construção do poder popular.

Núcleo Piratininga de Comunicação – NPC

O NPC é constituído por um grupo de comunicadores, jornalistas, professores universitários, artistas gráficos, ilustradores e fotógrafos que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos. Realizam esta tarefa de forma ininterrupta há mais de quatorze anos, principalmente através de cursos, palestras e seminários e produção de materiais de formação e informação.

Acreditam que os trabalhadores e os setores populares precisam aperfeiçoar-se constantemente em sua comunicação para alcançar seu objetivo de construção de uma nova sociedade. Apresentam a esses grupos sociais nossos conhecimentos adquiridos por meio da sua formação específica e prática social.

As atividades do NPC remontam a 1992 e o acúmulo destas culminou na sua formalização jurídica em 1997, tornando-se uma organização civil sem fins lucrativos, legalmente constituída, com sede no Rio de Janeiro e atuação nacional. Tem uma estrutura jurídica formada por uma Diretoria e um Conselho de Membros do NPC em vários estados do País (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Ceará).

A estrutura do NPC possui uma equipe técnica responsável pelo trabalho administrativo. Contam, também, com uma rede de mais de dez mil parceiros (na maior parte ex-alunos dos cursos) com quem trabalham ao longo de sua trajetória e com os quais estão em constante contato, inclusive por meio de um boletim quinzenal especializado em comunicação sindical e popular. Colaboram, também, estreitamente com várias entidades e movimentos coirmãos, seja realizando ações conjuntas, seja solicitando ou oferecendo apoios pontuais.

Diocese de Cajazeiras recebe novo bispo e gera esperança nos Movimentos Sociais

Dom Francisco de Sales Alencar Batista, 48, natural de Araripina (PE), foi empossado bispo diocesano em Cajazeiras (PB), no dia 04 de setembro deste ano. Filho de camponeses trabalhou na roça para ajudar nas tarefas de casa até os 18 anos, quando saiu para estudar na cidade. Francisco começou cedo nas atividades da Igreja na comunidade rural onde morava, acompanhando sua família. Assim despertou a vocação. Apesar de jovem, tem uma experiência considerável. Ordenou-se padre em 1995. Esteve à frente da reitoria da Basílica do Carmo em Recife; foi administrador paroquial... No ano 2011 foi transferido para Roma. Passou a ser secretário geral da Ordem do Carmo em 2014. Foi nomeado bispo de Cajazeiras, pelo Papa Francisco, em junho deste ano.



Oficina de enxertamento de plantas frutíferas no Assentamento Pe. Domingos Cleide



Dom Francisco de Sales no dia da sua posse em Cajazeiras

Sua chegada a Cajazeiras mobilizou milhares de fiéis, autoridades civis, religiosas, das 61 paróquias, dos 54 municípios pertencentes ao território de atuação da diocese, cuja área é de 14. 867 km quadrados, com uma população de aproximadamente 600 mil habitantes. Foi um dia intenso para o reverendo. Na parte da manhã, a acolhida inicial foi em Cachoeira dos Índios, na divisa da Paraíba com o Ceará, por onde ele chegou, seguindo a tradição dos bispos anteriores.

Na cidade de Cajazeiras, na Paróquia São João Bosco, a multidão entusiasmada o esperava na bela igreja, muito bem cuidada pelo padre Janilson Rolim e fiéis. Ali, dom Francisco recebeu simbolicamente as chaves da cidade das mãos da prefeita Denise; as boas-vindas das autoridades, do clero e dos fiéis. Seguiu em carreata até o Palácio Episcopal, onde falou ao público de uma das janelas do prédio. Prestou entrevista coletiva para uma rede de rádios e veículos de comunicação, entre eles, o JVC.

À tarde, na Catedral, iniciou-se o cerimonial que adentrou a noite. O interior da Catedral de Nossa Senhora da Piedade estava lotado. Na parte externa, avenida e praça tomada por uma multidão sentada nas cadeiras, com telões espalhados para o acompanhamento do momento histórico da Igreja local. Na sua primeira Homilia, dom Francisco deu Graças a Deus por ter sido nomeado bispo de Cajazeiras no Ano da Misericórdia e no aniversário de 50 anos do Concílio Vaticano II; evento especial para ele e renovador para toda a Igreja. E que este fato lhe confere uma grande responsabilidade em sua missão de Pastor. Mas que deve entrar na diocese no ritmo da caminhada, com a consciência de um aprendiz, através da escuta, do diálogo e da habilidade de cadenciar o seu ritmo com o compasso daqueles que já percorrem o caminho e que são responsáveis pelo dinamismo pastoral e pela vitalidade da diocese. Ressaltou que, mesmo assim, existem obstáculos e resistências a serem vencidas, e que é necessário conhecer e ter consciência do significado do Concílio na história da Igreja. Que é preciso conhecê-lo em profundidade e atualiza-lo na nossa vida e na comunidade.

História da Igreja. A Diocese de Cajazeiras foi fundada em fevereiro de 1914. Seus bispos: Moisés Coelho; João da Mata; Henrique Gelain (na década de 1970, apoiou muito o Movimento em Vacaria - RS); Luis Mousinho; Zacarias Rolim; Matias Patrício; José González e Francisco de Sales. Monsenhor Agripino Ferreira assumiu esse posto no período entre a aposentadoria de dom José e a nomeação de dom Francisco, de 2015 a 2016. *Vale lembrar o contexto da sua criação.*

A separação da Igreja do Estado aconteceu no Governo Provisório da República em 1890. Entre 1500 e 1890, foram criadas somente 12 dioceses. Após o afastamento legal do Estado, a Igreja procurou fortalecer-se econômica e financeiramente como instituição autônoma. A construção de novas dioceses fez parte central do projeto de reestruturação da instituição na etapa pós-padroado. Entre 1889 e 1930, foram fundadas 56 dioceses em todas as regiões do Brasil; sendo 16 situadas no Nordeste. Apenas o Maranhão não teve diocese até 1930.

Outros motivos significativos que influenciaram na escolha das cidades-sedes, foram os espaços "contaminados" pelo surgimento de movimentos coletivos, considerados prejudiciais à expansão da Igreja, como por exemplo: Canudos, Juazeiro do Norte e Contestado, que mobilizavam grandes massas atraídas pela religiosidade popular. A tese do professor Sérgio Miceli, reproduzida no livro *guerra ao fanatismo - a diocese de Cajazeiras no cerco ao Padre Cícero* (Cartaxo, Francisco - 2016), deixa claro que, entre 1910 e 1923, quando foram criadas as dioceses de Crato, Sobral (CE), Cajazeiras (PB), Garanhuns, Pesqueira, Nazaré, Petrolina (PE) e Penedo (AL); o principal objetivo era neutralizar Padre Cícero, que vinha há tempos reivindicando de Roma a Diocese do Cariri, com sede em Juazeiro do Norte e um território que contemplaria Alagoas, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Experiências comunitárias e lutas animadas e apoiadas pela Diocese de Cajazeiras

A Centenária Diocese de Cajazeiras acumulou trabalhos sociais e comunitários relevantes. Na área da educação e da cultura, poderíamos citar a FAFIC, o Carmelo e outros; mas o seu forte, há pelo menos 50 anos, é a animação e o apoio dado ao homem e à mulher do campo, na sua luta por terra, água e direitos, através da Pastoral Rural, MER, CPT, PASPP, CAAASP, IFBDS, entre outros que existem nos 54 municípios.

Atuação do Movimento na Diocese. Em 1964, um sertanejo da cidade de São José da Lagoa Tapada, Nelson Araújo, ordena-se padre e vai trabalhar na paróquia de Boqueirão dos Cochos, hoje, Igaraci. Nelson era ligado à Juventude Agrária Católica - JAC.

Começou ali um trabalho com os camponeses e a criação do STR. Com a transformação da JAC em MER, em 1969, esse trabalho nos STRs se expandiu para Aguiar, São José de Caiana, Serra Grande, Santa Cruz, Santa Helena, Cachoeira dos Índios, Piancó, Santana dos Garrotes, Coremas... Em 1969, o MER atuava na Diocese e foi reforçado pela chegada dos padres italianos. Primeiro Mauro Carli, pároco de Cachoeira dos Índios. Depois vieram outros. Em Santa Cruz, tinha o padre Carmil Vieira. Em nome da Igreja, eram realizadas reuniões nos sítios para discutir os problemas dos trabalhadores. Desse trabalho, surgiram várias lideranças, algumas transferidas e outras atuando até hoje na região.

Atividades. Estudavam o *estatuto da terra* à luz do Evangelho. Eram realizados encontros diocesanos. Criavam-se sindicato, associação, cooperativa... Havia curso de alfabetização nos sítios e treinamento para os professores; programa na Rádio Alto Piranhas, que pertencia à diocese. Em Cachoeira dos Índios, entre os resultados econômicos de melhoria na qualidade de vida do povo, houve a conquista da terra pela reforma agrária, com o assentamento de várias famílias.

Esse trabalho tinha o apoio de alguns padres, religiosas e bispos.. O Movimento atuava através da Pastoral Rural. Dela nasce a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Esse trabalho continuou e deu tantos frutos que a colheita até hoje é farta, do ponto de vista político e econômico.

A CPT Sertão passou a ser um celeiro na formação de outras organizações e militantes. Conquistou dezenas de assentamentos rurais na luta pela reforma agrária. Centenas de famílias passaram a viver com mais dignidade. Produzem seus alimentos sem agrotóxicos, recuperam a terra, desenvolvendo formas agroecológicas para conviver no semiárido sem fome e sem sede. Água continua a ser uma das maiores dificuldades, mas, há muito tempo que essas comunidades conseguem enfrentar a seca com alternativas construídas a partir da organização de suas práticas antigas e de conquistas de programas como o P1MC, P1+2, etc.

Cisternas de placa, quintais produtivos, canteiro econômico, manejo da caatinga, sistema de reaproveitamento de águas, biodigestores, apicultura, feiras agroecológicas, etc.

A mobilização é permanente. Reuniões, encontros, oficinas; buscando geração de renda, segurança alimentar e organização. A Rede de Cultivos Agroecológicos é uma articulação que reúne essas entidades para troca de experiência e planejamento conjunto. O NAESP, IFBDS e a CAAASP estão entre as entidades mais atuantes. Uma grande dificuldade no momento é em decorrência do afastamento do MDA e INCRA do apoio a ATES, que aconteceu na saída do governo Dilma. Por outro lado, essa conjuntura, que é desfavorável, exige uma reflexão maior em relação à dependência dos projetos governamentais e à necessidade das comunidades e entidades construírem sua autonomia econômica e política.

Remoção e Abandono no Rio de Janeiro

Manguinhos, Alemão, Jacarezinho e Caju sofrem as consequências desastrosas do PAC

Durante a tarde do dia 31 de agosto de 2016, ocorreu a Audiência Pública "*PAC Manguinhos, Alemão e Jacarezinho: questões habitacionais não resolvidas... Qual a solução?*". Realizada no auditório do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH), contou com a presença de moradores das favelas do Complexo do Alemão, Jacarezinho, Manguinhos, Caju, Indiana e Sapo.



A Audiência Pública cobrou respostas sobre o direito à moradia, prejudicado pela paralisação das obras do PAC

O objetivo era cobrar respostas das autoridades sobre a construção de unidades habitacionais nessas comunidades. Ela foi prejudicada pela paralisação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, seriam debatidas questões que afetam o direito à moradia daqueles que não foram removidos.

Estiveram presentes representantes das secretarias estaduais de governo (Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH e Secretaria Estadual de Obras – SEOBRAS), da Caixa Econômica Federal e da Câmara de Vereadores.

Essa audiência foi resultado de encontros anteriores entre moradores, pesquisadores do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) e do Conselho Gestor Intersetorial (CGI) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Raízes em Movimento, Defensoria Pública do Estado e o pessoal da engenharia da UNISUAM. Essa mobilização começou há dois anos, quando um militante do Movimento das Comunidades Populares (MCP), morador de Manguinhos há mais de 40 anos, encaminhou um abaixo assinado junto ao Ministério Público reivindicando providências para a desordem causada pelo PAC.

PAC – Crescimento Para Quem?

No auditório lotado, cerca de 600 moradores se amontoavam em meio ao calor intenso. Várias crianças pequenas. A maioria era de pessoas que foram removidas de suas áreas seis anos atrás com a promessa de que um ano depois estariam de volta ao seu local de moradia em novas casas construídas pela prefeitura. Até hoje essas famílias estão recebendo aluguel social. Problema agravado pelo atraso no recebimento, além da defasagem no valor que continua de 400 reais desde o início das remoções. São mais de quatro mil famílias nesta situação. No Alemão, são mais de 1.700 famílias; no Jacarezinho, mais de 1.900 famílias; e em Manguinhos, 1.090 famílias.

Mesmo os moradores que não foram removidos enfrentam problemas graves, alguns não resolvidos, outros agravados e, ainda, outros criados pelo próprio PAC. Em Manguinhos, por exemplo, há casas em risco de desabamento, problemas de saneamento básico e coleta de lixo, precariedades no fornecimento de água e energia, ruas esburacadas e enchentes.

A Rua São José, no Parque João Goulart, ficou esquecida com mais de 100 famílias vivendo em meio aos escombros das remoções. Um verdadeiro cenário de guerra. O local não recebeu sequer uma pá de cimento do PAC enquanto milhões de reais foram gastos num moderno viaduto para a elevação da via férrea, obra que beneficiou apenas a SuperVia (empresa de trens urbanos). Como se isso não bastasse, construíram uma ponte sobre o Rio Faria Timbó, que atravessa Manguinhos, com apenas um metro de altura. Qualquer pequena chuva é suficiente para que o esgoto invada as casas dos moradores.


Ponte sobre o Rio Faria Timbó, em Manguinhos. Qualquer chuva é suficiente para que o esgoto invada as casas dos moradores

Durante a audiência pública, os representantes das Comunidades demonstraram profundo descontentamento com as falsas promessas do governo. Cobraram respostas sobre o reajuste do aluguel social e o prazo para a entrega das moradias. Tornaram públicas as consequências negativas que intervenções como as do PAC geraram a centenas de famílias pobres.

Ao final, tornou-se difícil dar prosseguimento à dinâmica da audiência. O povo estava bastante revoltado. Muitos, já cansados, começavam a deixar o plenário. Um cansaço, além de físico, emocional. Quando teriam seus problemas resolvidos?

De qualquer forma, foram marcadas duas reuniões. Uma entre o secretário estadual de assistência social e direitos humanos e dois representantes de cada favela para discutir sobre o aluguel social. Outra com a secretaria de obras para definir o prazo para início das obras dos novos conjuntos habitacionais. Nesta última, a única conclusão foi de que, se houver qualquer projeto de moradia, esses casos de dependência do PAC terão prioridade.

O subsecretário de obras informou que para Manguinhos está em curso o ajuste de um projeto para construção de 164 unidades habitacionais. Para o Complexo do Alemão e Jacarezinho, estão aguardando um posicionamento do Ministério das Cidades (MCIDADES) para encaminharem as pessoas para o "Minha Casa, Minha Vida 3". A dificuldade está em desapropriar um terreno para a construção dos apartamentos. Para o Caju, não há qualquer previsão.

Os moradores continuam mobilizados e se reunindo com a Defensoria Pública com o objetivo de encaminhar uma Ação Civil Pública contra as consequências do PAC.


Mais de quatro mil famílias continuam na dependência do aluguel social

Depoimento de Camila Santos, antiga moradora da Favela da Skol (Complexo do Alemão), comunidade removida em 2010 pelo PAC-Favelas:

"Estamos cansados de falsas promessas! Ninguém escolhe morar em área de risco, mas é o que temos e, muito guerreiramente, sobrevivemos e resistimos! O Complexo do Alemão foi abandonado pelo governo por mais de quatro décadas. Quando resolveram lembrar da gente foi em favorecimento das Olimpíadas. Removeram o pessoal das Palmeiras para construir teleférico. Aproveitaram chuva e deslizamento para enganar o pessoal da Pedra do Sapo. Aproveitaram enchente para remover o pessoal das Casinhas. Altas obras para remover o pessoal do Areal. Usaram uma desculpa esfarrapada para remover a minha comunidade onde moramos por 12 anos sem saneamento básico nem assistência nenhuma por parte de Estado ou prefeitura. Vocês não estão lidando com gente rica. Nos removeram para a vergonha e o desespero. Nos empurraram para o Minha Casa, Minha Vida 3. A prefeitura diz que não pode se responsabilizar porque foi o governo do estado que removeu. O governo do estado diz que está em crise. No governo federal, o caos está instalado. A gente precisa de reajuste no aluguel social e que ele seja pago em dia. A gente precisa de data para o início das obras das nossas moradias. A gente quer um documento assinado com o compromisso de que essa situação humilhante vai acabar".



Participantes da Celebração Religiosa na Festa do Arroz



Apresentação de Coral das crianças na Noite Cultural

1ª Festa do Arroz é realizada em Coroatá – Maranhão

No dia 17 de setembro, cerca de 300 Trabalhadores de Coroatá, Codó, Timbiras, São Luiz Gonzaga, Buriticupu e Imperatriz participaram da Festa do Arroz. A atividade foi articulada pelo MCP e organizada no Centro de Cultura Popular de Coroatá.

Em preparação à festa, foi elaborado um roteiro de perguntas para levantar a situação da produção de arroz hoje no Maranhão. Em Coroatá, o roteiro foi discutido em dez Comunidades Rurais.

Os três momentos da festa

Pela manhã, houve missa celebrada pelo padre João Evangelista, da Diocese de Coroatá. Ele aproveitou o Evangelho de São Lucas, que fala da semente e fez uma bela ligação com o tema da Festa do Arroz. Durante o ofertório, as crianças ofereceram uma cesta com cachos de arroz e coco babaçu.

À tarde, houve uma palestra do professor Elis Carlos sobre a origem e os vários tipos de arroz. Por meio de slides, ele fez a seguinte colocação:

Arroz – Uma importante cultura em decadência

O surgimento do arroz: Historiadores e cientistas relatam que o arroz já era cultivado por volta do ano 3.000 antes de Cristo, tendo como origem o sudeste da Ásia. A versão comumente aceita é que o arroz foi cultivado primeiramente na região do vale do Rio Yangtzé na China.

A importância do arroz: O arroz é considerado pela Organização Mundial de Alimentação e Agricultura (FAO) como um dos alimentos mais importantes para a nutrição humana. Ele tem um papel fundamental, não apenas na luta contra a fome, mas também para a geração de emprego e renda para milhões de pessoas.

2004 foi considerado pela FAO como o Ano Internacional do Arroz.

Espécies de arroz

Arroz negro ou selvagem: Apesar de ainda não ser muito popular (o sabor e a cor acastanhada do arroz negro podem ser novidades por aqui), já é conhecido na China há milhares de anos.

Este tipo de arroz contém 20% a mais de proteínas e 30% a mais de fibras em relação ao arroz integral.

Arroz vermelho: O arroz vermelho é rico em monacolina, substância que pode auxiliar na redução do nível de LDL (colesterol ruim) no sangue, aquele que pode causar infartos e derrames cerebrais. Segundo os nutricionistas, o extrato desse tipo de arroz pode auxiliar na circulação sanguínea, na digestão e nas funções intestinais. Apresenta também três vezes mais ferro e duas vezes mais zinco que o arroz branco.

Arroz parboilizado: Esse tipo de arroz está caindo cada vez mais no gosto dos brasileiros. Ao passar por um tratamento hidrotérmico (água fervente), consiste em cozinhar parcialmente os grãos com casca, parte das vitaminas e minerais passa da casca para o interior do arroz, aumentando o valor nutritivo e concentrando uma maior quantidade de vitaminas do complexo B.

Arroz integral: Por não passar pelo processo normal de industrialização, o arroz integral mantém a camada externa do grão, conservando as suas principais qualidades. Contém três vezes mais fibras do que o industrializado, cinco vezes mais vitaminas e quatro vezes mais magnésio. Além de ter vitaminas A, B1, B2, B6, B12 e minerais, é rico em fibras.

A origem do arroz no Brasil

Segundo estudos de autores brasileiros, o desenvolvimento do arroz no Brasil teria ocorrido de forma espontânea. Logo após o descobrimento do Brasil, Pedro Álvares Cabral teria retornado a Portugal com feixes de



Tambor de Crioula na Noite Cultural



Apresentação dos Catadores de Imperatriz na noite Cultural

arroz colhidos no território brasileiro, chamados na época pelos tupis de "abatituaupé" ou "milho d'água".

Em meados do século XVI, os colonizadores portugueses passaram a cultivar arroz em terras secas brasileiras, ocupando áreas no Maranhão (1745), em Pernambuco (1750), no Pará (1772) e na Bahia (1857).

A República Popular da China está em 1º lugar na produção mundial de arroz com 177,2 milhões de toneladas anuais. O Brasil encontra-se em 9º lugar com 11,3.

Após a palestra, abriu-se o debate em relação às dificuldades para continuar produzindo o arroz maranhense. O principal problema, além do clima seco e as pragas, é a falta de incentivo dos governos. Com isso, os jovens e aposentados vão saindo do campo. A produção do arroz além de pouca, não tem valor. O povo está consumindo mais o arroz do agronegócio que vem do sul. É mais bonito, mesmo tendo agrotóxicos. E assim a cultura do arroz maranhense vai morrendo.

O que fazer?

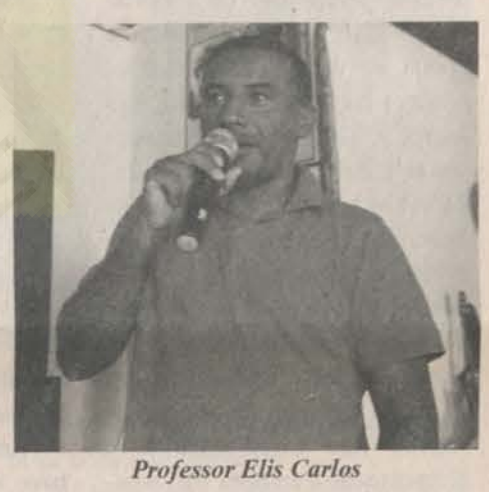
Surgiram algumas propostas concretas como, por exemplo, fazer roças coletivas de arroz começando onde as terras ainda são coletivas. "É preciso fazer um plano político e depois correr atrás de apoios financeiros", resumiu Luiz Vila Nova.

Ficou marcada uma reunião geral com representantes das Comunidades para o dia 17 de dezembro, quando será retomado o plano. Será elaborado um Boletim para discutir nas Comunidades.

Noite Cultural

À noite, vários grupos culturais se apresentaram. Todos, desde as crianças até os idosos, deram um show de arte popular. Encenações, cantos, danças, Tambor de Crioula... Tudo com muita qualidade. As músicas de Luiz Vila Nova, tocadas pela banda *Forrozão Mará*, mexeram com os (espíritos) encantados.

Em breve, será lançado o primeiro CD do *Forrozão Mará*, com as músicas de Luiz Vila Nova.



Professor Elis Carlos

Canto do Arroz do Maranhão

(Alzer Ferreira)

Vamos juntos companheiros
Todos com o chapéu na mão
Para a festa do arroz / É fruto do Maranhão! / É gostoso e saboroso / Pra nossa alimentação.

Do arroz se faz o bolo / Se faz o cuscuz também / O mingau para as crianças / Para os pintos o xerém! / Arroz tem carboidrato / Não faz mal pra ninguém.

Neste estado do Brasil / Lavrador na plantação / Contando sua história / Pra toda população! / O arroz é o principal / Da Terra do Maranhão.

Obrigado criador / Pelo arroz e pelo chão / A cada ano que passa / Aumenta a produção! / Em nossas comunidades / Pra nunca faltar o pão.

Viva, viva o arroz! / Viva nossa união! / Na colheita todos juntos. / Trabalho e mutirão! / Arroz se planta na Terra / E o amor no coração.

30 Anos do Assentamento Barra da Onça - Poço Redondo

Para comemorar as três décadas da grande vitória na terra, os assentados de Barra da Onça e seus amigos e aliados organizaram uma Semana Missionária (SM), com atividades religiosas, sociais, culturais, que tiveram como objetivos avaliar os 30 anos da luta; vendo as conquistas, acertos e erros; como está hoje a vida dessas famílias na terra, sua organização; quais são seus sonhos daqui pra frente, perspectivas, cuidados com a Mãe Terra (casa comum); o futuro para a permanência dos jovens na terra... Fez-se também a memória dos *45 anos da chegada dos frades na Diocese de Propriá (SE): Frei Roberto, frei Juvenal (em memória), frei Enoque... q*ue participaram desse processo de luta por terra na região, que hoje conta com 35 assentamentos, representando 10% da população do Município. *Dom José Brandão*, bispo à época, foi um fortíssimo apoio, a quem também a SM fez memória. Esse trabalho dos frades ajuda também na luta dos índios Xokó, dos quilombolas da Serra da Guia e outros.

Preparação. A SM foi preparada pelos assentados durante o ano. Fizeram campanhas de base para arrecadar finanças para ajudar nas passagens dos missionários. A alimentação também foi assumida pelos assentados. Cada setor acolheu seus missionários com muito carinho, oferecendo ótima hospedagem nas suas residências, criando todas as condições favoráveis ao bom funcionamento do trabalho. O entrosamento foi rápido. O povo de Barra da Onça é muito hospitaleiro e afetuoso.

O Assentamento Barra da Onça, em Poço Redondo (SE), no Alto Sertão, é formado por três glebas, que têm os nomes das localidades de origem das famílias que para lá se dirigiram em busca da *terra prometida por Deus*. Cada um dos grupos tem sua história, por que foram articulados e organizados para entrar na terra a partir dos municípios de Poço Redondo, Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória, onde viviam antes. São 211 famílias que vivem hoje numa área de 26 mil tarefas de terras.

Economia. Praticamente todos os agricultores vivem da pecuária, de leite, e do trabalho agrícola, na plantação de milho, feijão, sorgo, abóbora. Todos têm um transporte para levar seus produtos pra vender. A economia familiar é o forte. Existem filhos de assentados que são pedreiro, carpinteiro, mecânico, dentista, médica, encanador, agente de saúde, encarregado, mestre de obra, vendedor, professor, vereador, prefeito, presidente de sindicato, etc. O maior problema é a falta de água, apesar de estar a nove quilômetros do Rio São Francisco, em linha reta. Há seis anos não tem inverno regular. Pagam entre 80 e 250 reais por uma pipa d'água. Foi a primeira terra conquistada na região.

Entre 16 e 22 de novembro, os missionários fizeram visitas de casa em casa, nos três setores: Poço, Glória e Porto. Primeiro, houve a abertura para dividir os grupos, e uma celebração para apresentar e enviar os missionários que vieram de Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Ceará, Alagoas e Sergipe para se juntar com os missionários locais. Entre esses estavam Vila Nova e família, e Domingos, do Maranhão, e Chico, da Paraíba, que participaram pelo Movimento das Comunidades Populares (MCP) e pelo Jornal Voz das Comunidades (JVC) como convidados e gostaram muito da experiência.

Além das visitas e celebrações diárias nos setores, aconteceram três encontros para discutir: 1- Dificuldades e problemas no assentamento; 2- Caatinga e a convivência no semiárido (memória a Manoel Dionísio da Cruz, grande defensor deste bioma e filho de Poço); 3- Memória dos 45 anos da presença dos frades no meio do povo. O encontro homenageou Zumbi dos Palmares, no dia 20, Dia da Consciência Negra.

A principal bandeira de luta que foi definida no encontro é a luta por água em abundância.



Debate sobre a Caatinga na Semana Missionária em Barra da Onça

Como organização, ficaram de criar comissões de luta em cada setor. Ficou marcada reunião com essas comissões no dia 17 de dezembro. Haveria uma reunião antes, com um grupo menor para preparar.

Encerramento. A SM se encerrou com uma grande celebração de missa campal, tendo a participação de aproximadamente 700 pessoas. Alegria da *Palavra de Deus na Vida* e mística forte contagiaram os camponeses. Cantos, poesias, símbolos e esperança unem camponeses, quilombolas e indígenas. Existem três quilombos e um povo indígena. Poço Redondo tem uma cultura de raízes fortes com marca do cangaço. Uma das marcas é a *Gruta do Angico*, onde Lampião foi assassinado.

Nasce uma esperança em Igaracy

Na edição nº 28 do JVC, utilizei desse espaço para sugerir aos leitores e simpatizantes que lessem a tese de doutorado da professora Mariana Affonso Penna sobre o Movimento das Comunidades Populares (MCP). Nela, muito se comenta sobre a cidade de Igaracy (PB), minha terra natal. Esse foi um dos lugares que deu origem ao nosso Movimento, na época chamado Movimento de Evangelização Rural (MER), coordenado pelo Padre Nelson e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Em visita à cidade, consultei a população e vi nascer uma grande esperança. Num município dominado pela política tradicional, onde prevalecem apenas os interesses de uma pequena elite, acaba de ser eleita uma pessoa do meio popular. Acredito não ser mera coincidência. Um pequeno agricultor, filho de um simpatizante engajado naquele movimento dos anos 1970, representa, no mínimo, uma continuidade da luta por justiça e transformação social.

Conversei com o prefeito eleito, Lídio Carneiro, e percebi que ele está consciente do desafio de fazer as mudanças necessárias para o progresso de Igaracy. Falamos sobre seus vários projetos para viabilizar a gestão pública a serviço dos mais pobres. O diálogo girou em torno de saúde, educação, segurança, trabalho, cultura, turismo e, principalmente, a questão hídrica, um dos maiores problemas do Nordeste.

Outro fato marcante é a existência de um Sindicato dos Servidores Públicos com uma atuação muito consequente. Sindicato esse conduzido por Valci Lourenço, filho de outro militante do Movimento dos anos 1970. Portanto, parabenizo essa nova geração de lutadores que desponta em Igaracy. Ao mesmo tempo, torço para que o novo prefeito não se perca em tendências assistencialistas, mas faça uma administração diferente do modelo atual. Um governo que ouça o povo e priorize o desenvolvimento social, humano e cultural para criar sustentação na base. Do contrário, poderá não ter sucesso.

Gelson Alexandrino, militante do MCP - RJ

Experiência da Comunidade São José Operário (RJ) é refletida durante Almoço Coletivo

No Almoço Coletivo do mês de setembro, a Comunidade Popular Chico Mendes – Chapadão (RJ) recebeu os companheiros da *Comunidade São José Operário* – Praça Seca (zona oeste do Rio) e do *Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)*.

Após a oração e o almoço, houve uma apresentação, por meio de slides, do trabalho que o MCP desenvolve na CP Chico Mendes. Em seguida, foi exibido o filme *Irmão do Morro*. O documentário mostra a importância do trabalho desenvolvido pelo Padre Frank no Morro São José Operário. O filme foi produzido com o apoio do NPC.

Irmão do Morro chamou a atenção por mostrar o início da Comunidade São José Operário. A maioria dos presentes está no Chico Mendes desde a ocupação. O pessoal se identificou com as dificuldades sentidas por aquele povo (falta de água, luz, coleta de lixo, escola, etc.). Ficou a preocupação de resgatar essas memórias.

A atuação do Padre Frank chamou a atenção. Viveu no meio do povo como peixe dentro d'água. Desenvolveu um trabalho social de mobilização e organização do povo para resolver seus problemas. Infelizmente, o tempo curto não permitiu que o debate se alongasse. Haveria muitas questões para aprofundar. Como dar prosseguimento a um trabalho tão bom como esse?



Legenda

Após o debate, foi feita uma homenagem por ocasião do Dia dos Idosos (27 de setembro). Cada um dos 11 idosos presentes ganhou uma caneca onde se lia *Homenagem a FelizIdade – CP Chico Mendes*. O cântico "*Quem disse que não somos nada?*" marcou o encerramento. Participaram em torno de 40 pessoas.

Parabéns à Cáritas

O MCP deseja longa vida para a Cáritas Brasileira. No dia 12 de novembro de 2016, ela completou 60 anos. A festa foi no seu 5º Congresso, realizado em Aparecida do Norte – SP. Sede da Padroeira do Brasil.

O MCP trabalha junto com a Cáritas do Maranhão, Diocese de Imperatriz, desde 2009. Construímos juntos a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz (ASCAMARI). A partir dessa Associação, construímos um trabalho com adolescentes por meio do esporte em vários bairros. Com as mulheres, através de grupos de produção de sabão caseiro. Realizamos várias oficinas em conjunto.



5º Congresso da Cáritas em Aparecida do Norte (SP) comemorando 60 anos

O Hino da ASCAMARI em sua primeira estrofe diz: *"Perdi minha terra, perdi meu arroz, virei catador na cidade depois. Nossa mãe é a Cáritas. Nosso pai é o MCP, ASCAMARI é nossa filha, só falta chegar você."*

Em Feira de Santana na Bahia, com o apoio da Ir. Ceverina da Cáritas, o MCP construiu a ARTEMARIS, que hoje recolhe mais de 100 toneladas de material reciclável por mês, gerando renda para cerca de 30 pessoas que trabalham na Associação.

Esperamos continuar essa parceria em outras Comunidades também.

Margaridas realizam Encontro no STTR de Igarassu

No dia 12 de agosto de 2016, por ocasião do aniversário de morte da líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, realizou-se, em Pernambuco, o Encontro das Margaridas. A atividade foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá. Muita gente se concentrou no espaço bem ornamentado.

Maria Bernadete, militante do MCP, coordenou toda a atividade. No início, a mesa foi composta por Adilson (atual presidente do STR), Elcione Ramos Barbosa (Vice-prefeita de Igarassu), Dra. Eduarda (Grupo Frida de Gênero e Diversidade), Marinete (Movimento das Comunidades Populares - MCP), Maria Aparecida (Secretária de Formação e Política para Mulheres do STR), Dona Maria de Ouricuri (esposa do militante João Genésio), Maíra Rodrigues (MCP), Charlote (jovem luxemburguesa) e Erian Santiago (MCP).

Dona Maria de Ouricuri demonstrou, em poucas palavras, sua experiência de vida e luta. Dra. Eduarda destacou a distinção que a sociedade faz entre homens e mulheres. Falou ainda sobre as leis de proteção às mulheres como a Maria da Penha.

Cida, secretária do STR, falou sobre as atividades que o sindicato vem realizando desde que a nova diretoria tomou posse. O presidente Adilson complementou essas informações, destacando a Feira de Agricultura Familiar que haviam realizado recentemente.

As jovens da UJP, Maíra Rodrigues, paraibana, e Erian Santiago, baiana, ressaltaram a importância de seguir em frente com a luta de Margarida Alves; ela que foi uma defensora dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ronaldo Santos, militante do MCP, explicou um pouco sobre a organização do Movimento na região e a retomada do STR. Falou ainda sobre a crise do Estado brasileiro e os ataques aos direitos dos trabalhadores que estão acontecendo em vários cantos do país, mas que não são fatos isolados.



Encontro das Margaridas no STTR de Igarassu (PE)

Dando continuidade à programação, foi apresentada a atual comissão de mulheres e eleitas mais algumas representantes das comunidades.

No final, teve música, distribuição de lanches e lembrancinhas artesanais (panelinha de barro e pilão).

Erian Santiago
Colaboradora do JVC (BA)

Notícias da Comunidade de Sítio Matias
Bairro de Feira de Santana (BA)

Cesta Coletiva e **Consórcio** com cerca de 20 pessoas que se reúnem a cada 15 dias onde se planeja e avalia o setor social da Comunidade. O grupo tem 17 anos.

O **GIC (Banco Comunitário)** completou 18 anos. No dia 31 de outubro desse ano, foi realizada uma festa com 70 pessoas. O GIC tem 106 investidores e 290 clientes.

PALIMP (Produtos Amigo da Limpeza) comemorou 10 anos no dia 9 de outubro. Começou com 25 reais, emprestados pelo GIC. Vendia em um carro de mão e depois em uma bicicleta cargueira. Hoje possui uma camionete financiada pelo GIC. Vende para 450 famílias de porta em porta. Tem uma loja na Casa da Comunidade. No grupo, trabalham oito pessoas.

Lavanderia Comunitária criada há 13 anos, atende 85 clientes. **GPC – Bolsa** de viagem e escolar, criada há 15 anos. Produz sob encomenda. São quatro pessoas trabalhando.

Reciclagem - Em 2013, fundamos junto com a Cáritas, uma Associação Regional de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (ARTEMARES). Nela, estão trabalhando 20 pessoas, com uma renda mensal média em torno de mil reais cada uma. São reciclados 100 toneladas de material por mês.



18º aniversário do GIC de Sítio Matias – Feira de Santana (BA)

Feira Comunitária. Sua 9ª edição foi realizada no dia 13 de novembro deste ano. É realizada em frente à Casa da Comunidade, onde são feitas vendas de produtos rurais e artesanato e atividade cultural à tarde.

Bazar Comunitário. Completou nove anos. Acontece todos os domingos pela manhã. A partir de 2016, na 5ª-feira também. São quatro pessoas que trabalham de forma voluntária. A renda é em média R$ 100,00 por mês. O dinheiro é investido nas despesas da Comunidade.

Saúde – O grupo de ginástica já completou oito anos. Faz exercícios duas vezes por semana. Realiza atividades de integração do grupo, por exemplo, uma vez por mês realiza lanche natural comunitário. Participam entre 10 e 15 pessoas.

Multimistura. A cada três meses, um grupo de 12 pessoas faz essa complementação alimentar. Cada uma traz parte dos ingredientes e depois dividem o resultado por igual. O material é triturado no moinho comprado pelo grupo, que já tem nove anos de existência. Esse grupo também faz sabão caseiro para aproveitar o óleo de cozinha. Isso vem sendo feito há cinco anos.

Consórcio da Moradia – Formado por 17 pessoas. Reúnem-se mensalmente há 10 anos para sortear o dinheiro do consórcio para melhorar suas casas.

Religião – Há nove anos cerca de 30 pessoas da Comunidade se reúnem mensalmente em um Jantar Coletivo no qual se reza, canta, lê a Bíblia. Canta parabéns para os aniversariantes do mês. É um momento de celebração ecumênica. Também discute acontecimentos sociais mais marcantes e celebra as datas comemorativas. Todos os anos no mês de dezembro se faz a celebração do Natal da Comunidade para encerrar o ano.

Na Semana Santa se faz a Páscoa, muitas vezes baseada nos temas da Campanha da Fraternidade.

Família – Nesse mês de outubro, houve o Dia das Crianças. Enquanto os jovens brincavam com as crianças, as mães refletiam sobre o problema da formação dos filhos. No mesmo mês houve um Chá de Bebê Comunitário para duas mães grávidas. Teve presentes e reflexões. Neste ano foi retomada a creche, que funcionou no início da Comunidade, mas não prosperou.

ZÉ VICENTE – 2016
Insistindo em Cantar a Esperança

Encontramos Zé Vicente, o poeta e cantor das comunidades, na festa dos 20 anos do CEDAPP e o reencontramos na festa dos 25 anos. "*Eu estou vindo pela quarta vez. Vim nos 10, nos 15, nos 20 e nos 25. O CEDAPP faz a diferença aqui. Tem várias experiências que nasceram nesse âmbito. Merece nosso carinho, nosso apoio, porque como outras experiências no Nordeste, o CEDAPP está deixando sua marca positiva.*"



Zé Vicente e Rafa Moreira na festa do CEDAPP, ladeado por Betinha e artistas da região

Qual a sua avaliação dos últimos cinco anos, tanto da realidade do nosso país, como do seu trabalho de animação das comunidades? "*Estamos vivendo no Nordeste um problema climático sério, que já vai pra cinco ou seis anos e nós não sabemos aonde vai dar. Também não sabemos ainda aonde vai dar essa ressaca política, essa encruzilhada em que o Brasil foi jogado. O que temos feito é continuar insistindo em cantar a esperança. Agora, a esperança sempre baseada naquilo que a gente pode provar a cada dia na microexperiência da comunidade em que a gente vive, da família, dos parentes, dos amigos, daqueles que são aliados. Então, cantar isso, pontuar isso na arte, na cultura, na mística, na espiritualidade e nos pequenos atos concretos de cada dia, eis a minha missão*".

Como é que está o Sertão Vivo? "*Está muito vivo e resistente como o Sertão. Nunca foi ONG, nunca teve grandes pretensões, grandes projetos. Ele é feito de pequenos atos que já é do calendário nosso tradicional. O nosso ano é assim: no dia 6 de janeiro, a gente sempre encontra no café da manhã um grupo de velhos amigos que vão lá pra tomar café e contar o que guarda de experiência de chuva, também de sementes nativas pra plantar. Está nascendo uma experiência com alguns amigos do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que tem no Icó, pra exatamente ver o que é que nós guardamos de agricultura tradicional, do cultivo da mandioca naquelas serras, que era quem abastecia os celeiros. A gente tem um terceiro momento no ano, relativo à questão do cultivo de sementes, um momento mais do estudo político, o que significam hoje essas experiências no âmbito macro, no âmbito das políticas do governo. Isso em janeiro. Em março,* nós continuamos fazendo uma atividade, não mais como Jornadas de Artes, quando vocês foram lá; mas a gente faz alguma coisa pequena. Nós fizemos dois anos *a homeopatia popular comunitária*".

Em relação à música, como é que se consegue manter esse trabalho, despertar os jovens pra não se deixar engolir por essa ofensiva do lixo musical? "*Isso aí é um desafio grandioso. Porque a maioria do pessoal tem 24 horas a* mídia jogando dentro da cabeça em si, jogando esse lixo musical que a gente tem aí a torto e a direito, tudo *ligado a financiamento, a lavagem de dinheiro, muitas coisas dessas. Mas a sociedade e as escolas, os setores de igreja não têm encarado essa questão como um desafio. Se você não discute as coisas, apenas engole isso vai dar indigestão cultural com certeza. Nós vivemos um festival de indigestão cultural e isso é suporte pra esse tipo de governos que nós estamos tendo, de prefeito que desvia o dinheiro público pra trazer as grandes bandas de forró, porque diz que a juventude está pedindo, que o povo quer. Então essa é uma coisa que realmente nós estamos frágeis, um ponto fraco nosso, porque até dentro de casa, até com as pessoas mais próximas, a minha música mesmo cada vez mais encontra pouco espaço dentro da nossa comunidade*".

> *"Temos que alimentar a nossa esperança rebelde, a nossa utopia profética, que deve julgar o que não presta e anunciar o sonho de Deus; o sonho da vida"*

E a formação de novos artistas nessa perspectiva de arte para a vida? "*Uma arte que não seja de estrelismo, uma arte que não seja de economicismo, só pra ganhar dinheiro. O artista que entrar pensando que vai fazer sucesso ou vai ganhar dinheiro com arte, já está na contramão da arte essencialmente popular e da arte libertadora que nós queremos e sonhamos. O ser artista não é diferente do ser cidadão, do ser liderança, animador de uma comunidade, do ser comunitário. Então eu penso que é preciso gerar sempre jovens*".

Encontros de Artistas conhecidos, dessa linha de resistência, pode ajudar? "*Eu sonho, por exemplo, a gente conseguir se reunir em Catolé do Rocha com o Chico César, que nós somos da origem de Catolé do Rocha, o papai é família do Chico. Reunir artistas daquela região numa conversa sobre qual é o nosso papel nessa transição. Eu fiquei encantado com o Chico César agora no meio da rua de São Paulo, nas passeatas, vestido com a camisa da Seleção Brasileira e dizer: "Esta camisa aqui é nossa, do povo brasileiro. Não é dos coxinhas, não". Isso é muito importante. Aquela música que ele fez sobre os senhores do agronegócio, ir lá no programa de Fátima Bernardes e cantar essa música. Eu acho Chico César um dos profetas mais interessantes, instigantes que nós temos, de representação, vinda do fundo da terra do Brasil, do Nordeste brasileiro. Para mim, seria uma grande possibilidade o desafio de reunir lá no colégio das irmãs onde ele estudou, onde teve o projeto de música, a gente fazer um momento, um dia, um fórum aberto e chamar quem quiser pra vir discutir o papel dos artistas. Chamar a Socorro Lira, que é uma pesquisadora que circula por muitos lugares; que é dali também e está realizando pequenas ações de arte em Brejo do Cruz, levando gente pra fazer oficina lá. Poderíamos chamar os violeiros dali. O Chico tem a perspectiva ampla, política macro. Eu tenho a perspectiva ligada aos campos, comunidades, a mística*".

Sobre essa conjuntura política atual, qual deve ser a nossa tarefa? *Eu me lembro de uma música que eu fiz, antiga, Sopra Vento. Dizia assim: "Sopra, sopra depressa esse corte, que a faca da morte feriu o povão. Ó meu povo, afaga essa flor, e cura essa dor que corta o Sertão". Então eu penso como artista, a gente sente muito mais angustiante porque o coração do poeta, do artista, do místico, ele é na linha dos profetas – é enxergar pra frente. Chegaram nesse buraco porque dormiram com o inimigo, comeram com o inimigo e ficaram; caíram na mão do inimigo. Então, essa lição serve pra esse governo, pra qualquer agente místico, político, social que queira fazer a diferença. A retomada vai ser lenta, dura. É possível fazer. Não sei se nós vamos ver. O rio corre para o mar. Então, nós seguiremos como o rio, mesmo nas quedas, nas cachoeiras, sabemos que podemos produzir nova luz, nova caminhada de unidade popular nas bases. Nada virá de cima e nada virá de conchavo político e nem dessas políticas públicas que repetem nos municípios os mesmos erros, as mesmas práticas que deu no que deu. Eu penso que é por aí que temos que alimentar a nossa esperança rebelde, a nossa utopia profética que deve julgar o que não presta e anunciar o sonho de Deus, o sonho da vida, vencendo sempre nas pequenas coisas do nosso povo. E eu estou dentro.*



Zé Vicente com jovens animadores do CEDAPP em Pesqueira



Entrevista do cantor, poeta e compositor Zé Vicente ao JVC

SÃO FRANCISCO e CHE GUEVARA

Dois exemplos de Revolucionários

No dia 4 de outubro, celebramos o dia do nascimento do jovem italiano, Francisco de Assis, ou São Francisco. No dia 8 de outubro, lembramos a morte do argentino Ernesto Che Guevara.

Ambos, filhos da classe média alta, pelo mesmo motivo (amor aos pobres), abandonaram suas vidas favorecidas para viver junto aos pobres, para ajudá-los a sair da pobreza.

São Francisco se despiu e devolveu toda a riqueza ao pai. Foi morar no meio dos pobres e organizou uma Congregação com jovens que estivessem dispostos a viver como ele na pobreza, para servir aos pobres.

Conquistou Clara, jovem bonita da classe média, não para ser sua esposa (Francisco havia casado com a pobreza), mas para ser companheira nessa grande missão de tirar os pobres da pobreza.

Sua mística era o Evangelho de Jesus Cristo. Lutou para que a igreja oficial reconhecesse sua Congregação, que existe até hoje.

Che Guevara nasceu doente (asma). Formou-se médico com o objetivo de tratar os doentes como ele.

Formado, ao invés de realizar a festa de formatura para fazer inveja aos colegas e conquistar a admiração das meninas, preferiu viajar. Junto com [illegible] verdadeiro amado, percorrer, por Deus, a trabalhar a pobreza do povo. Foram oito meses cruzando estradas de norte a sul do continente até que a motocicleta os deixa na mão. A partir de então, os amigos continuam a aventura viajando de carona e até mesmo a pé. A história é contada no filme *Diários de Motocicleta*. O enredo não é ficção, mas baseado em fatos reais. O roteiro foi feito a partir das anotações de





Guevara em seu diário e num livro publicado por seu amigo relatando a viagem. Granado, aliás, acompanhou as gravações do filme.

Ao chegar a um leprosário no Peru, Che presta serviços voluntários; pega na mão dos doentes. Foi até censurado pela freira por não usar luva. Joga bola com os pacientes e participa de mutirões.

Na noite do seu aniversário, após receber as homenagens dos seus colegas na residência dos funcionários, Che atravessa o rio nadando e vai comemorar seu aniversário com os leprosos.

O dinheiro que sua namorada lhe deu para que ele lhe comprasse um presente, acabou doando para um casal de desempregados que encontrou na estrada.

Para a mulher que quis transar com ele por dinheiro, deu o dinheiro, mas não transou.

Para o amigo que pediu sua opinião sobre os originais de um livro que pretendia publicar, disse que o livro não tinha futuro. O amigo intelectual ficou chocado com sua sinceridade.

Che acabou sua viagem na Guatemala (América Central) onde o governo progressista lhe deu emprego em uma clínica popular para atender os pobres. Quando esse governo foi derrubado por um golpe tramado pelos EUA, teve que se exilar no México. Lá encontrou Fidel Castro que também estava exilado de Cuba.

Fidel convida Che para ser médico do Movimento 26 de Julho, que estava organizando um exército de guerrilheiros para derrubar o ditador Fulgêncio Batista, que estava oprimindo os pobres de Cuba. Che aceita o convite.

Em Cuba, o médico argentino se transforma em um exemplar comandante guerrilheiro do Exército de Fidel Castro. Junto com os pobres do campo, derrubam a Ditadura e começam a implantar o Socialismo. Che assume altos cargos (Ministérios) no novo governo. Aproveita as horas de folga para fazer trabalhos voluntários na construção civil e no corte de cana.

Renuncia aos cargos no governo e vai para a África ajudar seus companheiros a se libertarem da dominação. De lá, vem para a Bolívia para ajudar os camponeses a se libertarem do capitalismo.

No dia 8 de outubro de 1967, cai nas mãos dos inimigos do povo. Com os pés em carne viva, com fome e sede é levado para uma escola de um povoado rural e no dia seguinte é assassinado friamente a mando da CIA (Polícia Secreta dos EUA).

Apesar de não pertencer à igreja, o povo daquele povoado até hoje o chama de Santo Ernesto.

Desde sua morte, que completa 50 anos em 2017, assim como São Francisco, Che se tornou um exemplo de revolucionário para milhares de jovens no mundo inteiro.

Aqui no Brasil, em 2007, um grupo de jovens definiu os dias entre 4 e 8 de outubro como a Semana da Solidariedade, para homenagear esses dois Santos Revolucionários. O lema desse grupo era: **Humildade, Coerência e Fé.**

O objetivo estratégico desse Movimento era transformar os jovens do meio popular em um exército de guerrilheiros desarmados. A tarefa principal desse exército era lutar contra o individualismo e o consumismo capitalista. A solidariedade seria a principal arma. O esporte, arte, lazer, trabalho coletivo, o estudo e a família, os espaços onde os militantes atuariam no meio da massa da juventude popular. São as seis estrelas da sua bandeira.

- Como avaliamos nossas vidas comparando com os exemplos de São Francisco de Assis e Che Guevara?

- O que fazer, a partir do próximo ano, para retomar a luta contra o individualismo e o consumismo no meio da juventude popular?

Grupo Arte Popular – UJP
15 anos de cultura

No dia 23 de outubro de 2016, na cidade de Santa Rita (PB), foi realizada uma confraternização para celebrar os 15 anos do grupo Arte Popular UJP. Além de antigos e atuais participantes, marcaram presença alguns amigos da Capoeira Raízes Africanas; das comunidades Milagres, São Lourenço e Itambé e do Assentamento Ubu, em Pernambuco; totalizando aproximadamente 40 pessoas.

Assim que chegavam, os convidados se dirigiam à sala das "Recordações". Nesse local, havia varais com fotos, exibição de slides na TV e um mural onde os participantes eram convidados a deixar suas mensagens. Durante a atividade, foram relembradas as danças populares que marcaram a trajetória do grupo. A emoção ficou por conta dos vídeos com depoimentos de antigos participantes e depoimentos de companheiros de outros estados. Mestre Traíra, de Itambé, abriu uma roda de capoeira. O encerramento contou com a valsa dos debutantes, a partilha do lanche e a entrega das lembrancinhas.



Grupo de Arte Popular de Santa Rita

Trecho do poema "Grupo Arte Popular - 15 anos" (Tiago Silva)

Na terra dos canaviais onde os engenhos fizeram moradia
Existe um cantinho que ao contar, encho o peito de alegria.
Trata-se de um grupo de arte bem simplezinho
Que já fez muita gente feliz, construído com coragem, fé e carinho!
[...]
Hoje nos resta continuar na nossa peleja em prol da cultura
Espelhando-se no passado, às vezes endurecendo sem perder a ternura.
O trabalho continua, Agora buscamos sempre estar no meio das massas
Caras novas, o palco mudou, hoje estamos ocupando as praças!
[...]



Os participantes do Mutirão em Itambé (PE)



Momento de Mística no Mutirão

Juntos Por um Mundo Melhor

Jovens do Brasil e de Luxemburgo se Reúnem pela Segunda Vez em Mutirão

O segundo mutirão entre jovens da UJP (União da Juventude Popular) e da Guias e Escoteiros de Luxemburgo (Lëtzeburger Guiden a Scouten) foi realizado em Itambé (PE), entre 11 e 27 de agosto de 2016. O primeiro ocorreu em Coroatá (MA), em 2013. Além da UJP, participaram também um jovem da Pastoral da Juventude, um indígena do Povo Xukuru do Ororubá (Pesqueira, Agreste Pernambucano) e uma quilombola do Engenho Siqueira (Rio Formoso, Mata Sul de Pernambuco).

O objetivo do Mutirão Odisseia 2016 é construir um Centro de Formação que irá dispor também de assessoria jurídica para os trabalhadores da região.

Os mutirantes foram divididos em seis equipes. A programação contou com meditação, trabalho na construção, oficinas de capoeira, dança, bordado, pintura indígena, artesanato, percussão, áudio visual e agricultura. Havia também as tarefas de limpeza e cozinha.

Diariamente, uma das equipes realizava a Boa Ação do dia. Como ajudar as professoras da Escola Jardim da Comunidade, construir o monumento em homenagem a Jeremias, buscar lenha pra fogueira, etc.

Durante as noites, havia programação com filmes, celebrações e festas. Nos finais de semana, a turma visitou lugares como a feira da cidade, o Engenho Uruaé, os Acampamentos Manoel Matos e Jeremias e o Assentamento Ubú. Essas visitas ajudaram os participantes, principalmente os luxemburgueses, a conhecer e compreender melhor a história e a realidade da região.

A mística foi um dos pontos fortes da atividade. A partir de encenações e dinâmicas, os jovens refletiam sobre os princípios das duas organizações (UJP e LGS). Bandeiras e outros símbolos eram expostos. Hinos, lemas, gritos de guerra e palavras de ordem encorajavam os mutirantes a cumprirem suas tarefas, reforçavam a amizade e uniam a juventude de culturas e nações tão distantes. Durante todo o mutirão, foram feitas orações direcionadas ao grande amigo dos dois países, Padre João. Ele se encontrava com graves problemas de saúde e, infelizmente, não resistiu, vindo a falecer no dia 09 de novembro.

O Mutirão Odisseia 2016 terminou com muito choro e trocas de lembranças. Os jovens saíram levando na mala mais uma experiência de vida, trabalho, amizade e luta. Para os brasileiros que ficam, a responsabilidade é ainda maior. Terminar a construção material e política do Centro de Formação. Fazer com que ele exista na prática e cumpra seus objetivos. Levar para as outras bases do MCP e grupos da UJP a experiência do Mutirão a fim de fortalecer a organização do povo.

Erian, Maíra, Yara e Nilton Junior (colaboradores do JVC)



Construção do Centro de Formação

Trechos de depoimentos de dois jovens do LGS

Obrigado pelo tempo inesquecível

"Sempre pensei ter duas famílias. Uma no Luxemburgo e uma na Coreia. Agora, depois destas três semanas, sei que tenho mais uma família e essa são vocês. Vocês nos demonstraram o que significa a amizade, o amor e o compartilhamento e por isso lhes quero agradecer."

Juntos por um Mundo mais Justo

"Em primeiro lugar tenho que realçar a presteza dos brasileiros. Ainda me lembro bem do nosso primeiro dia na construção e nós pensando Como... onde... o quê? Foi com uma paciência de jó e uma persistência notável que os brasileiros tomaram tempo para nos mostrar tudo, para nos ajudar e – se necessário – nos corrigir."

"Não tão bonito foi experienciar a pobreza na qual as pessoas vivem. Envergonhei-me muito quando visitamos as barracas feitas de ramos de árvores e de lona preta no Acampamento Manoel Matos e Acampamento Jeremias. Mas o que aconteceu em seguida nos surpreendeu. As pessoas que vivem lá de uma maneira que para nós é inimaginável, nos acolheram como amigos e ficaram verdadeiramente contentes."

Marnie Ecker

MUTIRÃO - Um Instrumento de Formação

No mês de agosto desse ano, realizou-se, em Itambé (PE), o 2º Mutirão Internacional da UJP (União da Juventude Popular). O primeiro foi em 2013, no Maranhão. Muitos dos que participaram talvez não conheçam a história dos mutirões do Movimento.

No início, os mutirões incentivados pelo Movimento eram nas áreas onde os militantes moravam e atuavam. Construir a casa de um trabalhador. Fazer um açude comunitário. Construir uma igreja, uma escola. Limpar o roçado do vizinho que estava doente. Havia um canto feito por Seu Isaque, companheiro de Mogeiro (PB), que dizia "*Quando o roçado do irmão cria mato, não* há enfado, *todos já vêm ajudar. Tá, tá, tá, tá ficando bom, a união do Encontro de Irmãos*".

A partir dessas experiências do povo, os militantes trouxeram a prática dos mutirões para dentro do Movimento e este, por sua vez, a levou para as áreas urbanas. Além de incentivar os mutirões entre vizinhos, o Movimento passou a realizar mutirões internos para construir suas sedes (casas, salões, prédios). Isso a partir da etapa da CTI (Corrente Trabalhadores Independentes), quando ficamos independentes da igreja institucional.

Mas foi a partir do MCL que os mutirões internos passaram a ser considerados instrumentos de formação de militantes, principalmente para a juventude. Durante a época do Setor Jovem do MCL (1996 a 2006), foi quando mais se fez mutirões internos: Estaduais, Interestaduais e Nacionais.

Alguns mutirões chegavam a demorar mais de um mês. Havia um grupo de adultos mais experientes que, junto com os jovens mais maduros, conduziam a obra e a política.

Nos mutirões havia trabalho, estudo, esporte, arte e lazer. A disciplina era quase militar. Tinha hora para dormir, hora para levantar, hora para trabalhar, hora para estudar, hora para praticar arte e lazer e até para namorar. Os estudos eram feitos a partir de conteúdos revolucionários.

As avaliações eram permanentes. Avaliavam-se as tarefas assumidas e a disciplina. Criava-se um espírito de camaradagem entre os mutirantes. Isso por meio do respeito, valorização e cooperação entre os companheiros.

Os resultados dos mutirões não eram medidos pela animação, mas pela firmeza dos participantes ao voltarem para as suas bases. Lá deveriam aplicar o que aprenderam.

Um dos objetivos dos mutirões era incentivar os "mutirantes" a criar grupos de trabalho coletivo em suas comunidades. Realizar mutirões na comunidade onde morassem. Aprender a profissão na construção civil. Naquela época, o Movimento defendia que a profissão de pedreiro era mais importante que a universitária. "É mais fácil um pedreiro morrer de cachaça do que de fome".

É importante lembrar que naquela época não havia celular. Mas havia a bebida alcoólica que fazia o mesmo efeito (vício). Mutirão sem bebida alcoólica parecia uma loucura da direção. Conseguimos vencer a partir do exemplo dos mais velhos.

No período do Setor Jovem do MCL, foi quando houve mais jovens em nosso Movimento. Muitos se tornaram militantes até hoje.

A partir desta experiência surgiu a palavra de ordem: **Mutirão como instrumento de formação!**

Nos últimos três anos, ocorreram dois mutirões internacionais e um nacional da UJP. Precisamos avaliar como está o resultado da formação. Após voltarem para a base os mutirantes estão assumindo mais o Movimento? Estão reproduzindo as experiências que aprenderam nos mutirões? Estão superando os vícios da internet, do consumismo, do individualismo e das fofocas?

Precisamos debater essas questões para planejar novos mutirões; mutirão não é só animação, é formação.

"É preciso endurecer, mas sem jamais perder a ternura."
(Che Guevara)

Jornal
Voz das Comunidades

A serviço das comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, operárias e populares

Ano 10 - N° 26 | Brasil, novembro a fevereiro de 2016 | R$ 3,00

Defesa da Terra, do Rio São Francisco e do Bem Viver
Aprendendo com a luta da NAÇÃO Truká

Antes, colonizadores, bandeirantes, família Garcia D'Ávila.... Hoje, ruralistas do agronegócio, hidronegócio, mineração, governos, poder econômico-financeiro, que os financia em nome do "progresso" e do "desenvolvimento". Mas o Povo Truká não se rende. Reorganizou-se com apoio do CIMI, participou ativamente da Constituinte de 1988 e permanece na luta pela realização dos direitos conquistados. Pela terra, pela afirmação de sua cultura, para não deixar o Rio São Francisco morrer, pelo Bem Viver. **Páginas 4 e 5**



Blog do Didi Galvão

Ritual na Semana do Povo Indígena Truká, reafirmando a força de uma Nação

Vila Soma
Somando Forças e Reconstruindo a Vida



Soma Equipamentos Industriais é o nome de uma fábrica falida em Sumaré, município do Estado de São Paulo. As famílias sem casa foram ocupando o terreno; hoje são 10 mil, que reorganizam suas vidas e resistem às tentativas de reintegração de posse. **Página 12**

Governar para todos, só é possível na Sociedade Comunitária

O Capitalismo é uma sociedade dividida em classes. A dominante, que tem o controle da Economia e da Política, e enriquece sempre à custa do trabalho dos pobres, o povo explorado, que compõe a classe dominada. Sem poder popular, o PT fez alianças com setores da classe dominante para poder governar. Por isso, não conseguiu resolver os problemas que atingem os trabalhadores. **Editorial, página 3**

Nesta Edição

- Comunidade Quilombola da Tapera em Petrópolis luta pela legalização de suas terras – **Página 6**
- Camponeses - É no Semiárido que a vida pulsa! – **Página 7**
- Saúde - O Centro Nordestino de Medicina Popular – **Páginas 8 e 9**
- Por que a sociedade deve apoiar a greve dos petroleiros – **Página 10**
- Ichu realiza a IV Assembleia **Página 11**
- Aprendendo com as Experiências do Povo Brasileiro – **Página 13**
- IV Congresso da CPT - **Página 14**
- Camponeses e camponesas do Alto Sertão paraibano – **Página 14**
- CCP é inaugurado em Coroatá **Página 16**
- A Lama do Rio Doce é consequência do Capitalismo – **Página 17**
- VI Jornada de Agroecologia da Teia dos Povos da Bahia **Página 17**
- Encontro Regional dos Povos do Cerrado – **Página 17**
- Notícias das Comunidades – **Páginas 18 e 19**
- Dia das Crianças – 2015 – **Página 20**
- Grupo Avanço Novo comemora 10 anos →**Página 21**
- Jovens Indígenas de Pernambuco **Página 22**
- Juventude do Polo da Borborema e do Sertão - **Página 23**
- Continuando os passos de Zumbi **Página 24**

Grupo Mulher Maravilha
40 anos de luta por direitos!
Página 15

Feliz Natal e próspero Ano Novo, vivendo e defendendo a vida comunitária, protegendo a Mãe Terra e o ser humano!



Luiz Vila Nova visita região de Coroatá

Entre os dias 13 a 18 de novembro de 2015, o companheiro Vila Nova, ex-deputado estadual pelo PT e líder das ocupações de terra em Buriticupu (MA) na década de 1990, visitou a região de Coroatá (MA).

Juntamente com sua esposa Laura e os companheiros do MCP de Coroatá visitaram o Quilombo Monte Alegre, no Município de São Luiz Gonzaga; o Assentamento Macaúba, em Coroatá; o Quilombo Pequi da Rampa, em Vargem Grande; Alegria, área de resistência camponesa em Timbiras; Boqueirão do Salazar (quilombo não reconhecido) no Município de Codó, e, finalmente, o Assentamento Santana I (Maranhenses), em Coroatá.

Em cada visita, participaram em torno de 25 a 30 pessoas. O pessoal colocava como foi a luta da comunidade para conquistar a terra, e como está a situação hoje, enquanto Vila Nova colocava sua experiência de luta pela terra e sua atuação como parlamentar por dois mandatos (1990 a 1998). Sempre animando com suas canções de luta, acompanhado pelo pandeirista Paulo Ferro e o violonista Sidonio, ambos da Banda Mará.

Essas visitas serviram para convidar os companheiros para o Seminário do MCP, que se realizará nos dias 5 e 6 de dezembro, em Coroatá. Vila Nova e sua esposa ficaram hospedados no CCP – Centro de Cultura Popular de Coroatá.



Luiz Vila Nova, ao centro, de chapéu, na Comunidade Alto do Cedro - Assentamento Santana I

De lá, se deslocavam cada dia para uma área. Aproveitamos para preparar a pauta do Seminário do MCP. Vila Nova avaliou que foram muito positivas as visitas, destacando as experiências coletivas de produção, comércio, etc. Os camponeses ficaram impressionados com sua simplicidade e coerência. Como vamos continuar essa ligação?

Alan Carlos Brandão – Equipe JVC – Coroatá (MA)

* * *

Prezados Companheiros do JVC

Vimos através da presente, informar que nos dias 17 e 18 de outubro de 2015, ocorreu a segunda etapa do II Curso de Realidade Brasileira (CRB), um curso que é voltado para os militantes de vários segmentos sociais como estudantes, mulheres, juventude, professores, sindicalistas e trabalhadores. O referido evento realizou-se em Cajazeiras-PB, no campus da UFCG e contou com a participação de 60 (sessenta) pessoas, contando inclusive com uma comitiva de dez pessoas da cidade de Coremas-PB.

O Curso de Realidade Brasileira acima citado teve como tema "Conceitos Fundamentais do Marxismo" e contou com a colaboração das seguintes instituições: CUT (Central Única dos Trabalhadores), SINFUMC (Sindicato dos Funcionários Municipais de Cajazeiras), Comitê do Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político e SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba), Marcha Mundial das Mulheres, Levante Popular da Juventude e MST. Na ocasião, foram oferecidas refeições e alojamento para os seus participantes. Vale destacar que o CRB é realizado em diversas estados do Brasil e que aqui na Paraíba também são organizados cursos de CRB em João Pessoa e Campina Grande.



A próxima etapa do CRB a ser realizada em Cajazeiras deverá ocorrer em dezembro e abordará o tema "A Formação Econômica do Brasil nas visões de Celso Furtado e Caio Prado Júnior".

Sem mais para o momento envio um forte abraço a todos os que fazem este importante Jornal do povo brasileiro.

Eugênio Rodovalho de Alencar - professor e militante social – Cajazeiras (PB)

* * *

Olá, pessoal do JVC

Gostei muito do último jornal. Adorei o artigo sobre a Celiane. Puxa, já virou uma mulher. E que exemplo! Parabéns, para ela e para Concinha. Beijos em todos aí.

Pieca Levy - Luxemburgo

* * *

Companheiros

Eu gostei muito do nosso jornal de nº 25. Todos são muito bons, mas esse parece que tá melhor. Já li bastante várias matérias e também lemos com as pessoas e em reunião e todos estão gostando muito.

Sobre a matéria de saúde, a história de Érica, tem emocionado muito. Inclusive, ela e Valmir se emocionaram muito e se sentem agradecidos pela qualidade da matéria. Érica comentou que as palavras, o conteúdo, despertam o interesse da grande massa e se sente acariciada pelo JVC.

A história de Sivaldo, da mãe e família também eu gostei muito, não dos problemas, mas da maneira como o JVC coloca a história. Acho que esse jeito de colocar as notícias se bem refletidas ajudam a fortalecer mais as pessoas e a comunidade.

Ducarmo da CP do Pantanal (Recife-PE)

Estimados/as da equipe do Jornal Voz das Comunidades

Meu nome é Lorena Melo de Freitas. Tenho 17 anos e estou completando o terceiro ano do ensino médio. Tive a oportunidade de conhecer o **JVC**, por minha tia, Viviane Melo, que um tanto empolgada exibiu aos meus olhos curiosos não apenas um jornal, mas também um conjunto de projetos, de ideologia, pensamentos com o grandioso intuito de humanização. Com uma sociedade cada vez mais gananciosa, egoísta, e com os índices de casos de depressão, gradualmente mais altos, me encanto ao relembrar a existência de grupos que pregam a solidariedade. Sendo uma das formas esta, no meio jornalístico: argumentando, informando e comovendo os leitores para as causas mais nobres, para histórias de cidadãos injustiçados por conta de um capitalismo deficiente. Com a realização da Feira Comunitária, de debates sobre a cultura popular, a oficina de jornalismo comunitário, do apoio da FUNDARPE e do CIMI à formação da juventude indígena, venho através deste e-mail parabenizar a equipe do **JVC**. Desta forma, venho candidatar-me, se possível, para colaborar e trabalhar na sede em Feira de Santana, redigindo alguns textos. Sempre gostei muito da arte de escrever e me interesso pela área de jornalismo. Aguardo resposta. Abraços!

Lorena Melo de Freitas
Salvador (BA)

CESEP | CENTRO SUBURBANO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CNPJ 04.528.427/0001-18

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Centro Suburbano de Educação Profissional, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca todos os associados da entidade para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se na quarta feira dia 02 de dezembro de 2015, em sua Sede localizada na Rua Almeida Brandão Nº 13 – bairro ESCADA Salvador, Bahia, às 9 horas, em primeira chamada, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e às 10 horas em segunda e última chamada com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Apresentação do Relatório das Atividades dos anos 2012 e 2015
2. Apresentação do Relatório Financeiro dos anos 2012 e 2015
3. Eleição e Posse da Nova Diretoria
4. O que ocorrer.

Salvador, Bahia, 04 de novembro de 2015.

Jorgivaldo Santana Lopes
Presidente

Rua Almeida Branda, 13, Escada - Salvador, Ba - CEP: 40710-110.
Fone: 3218-3503 - E-mail: cesepba@uol.com.br

Jornal Voz das Comunidades
jvc.jvj@gmail.com

Os leitores que puderem colaborar com o JVC, depositem sua contribuição na conta-poupança nº 100.7768-0, agência 0236-4, Bradesco. Titular – ANACOP. Informem, por email, data e valor do depósito. O JVC agradece.

BAHIA - Rua. Medeiros Neto, 295 – Sítio Matias – Tomba-Feira de Santana - CEP 44091-004
PERNAMBUCO - Rua Vidal de Negreiros, 26 – Capibaribe - São Lourenço da Mata - CEP 54740-540

Por que Lula e o PT não conseguiram resolver os problemas dos trabalhadores?

Esta é a pergunta que devemos nos fazer porque esse é o sentimento do povo (explorados e oprimidos) sobre conjuntura.

Muita gente que não tem consciência de classe acredita que se o Lula voltar em 2018 fará o que fez e muito mais ainda. Portanto, é só esperar e votar nele. Essas pessoas pensam que a solução dos problemas sociais depende apenas da "vontade" de um homem ou de uma mulher. Isso é o que chamamos de ***consciência populista,*** muito forte no meio do povo. Vem desde o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945 e 1950 a 1954). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio e herdado por João Goulart (Jango) e por Leonel Brizola, foi a expressão maior do populismo de esquerda no Brasil. Em Pernambuco, Miguel Arraes.

A característica política do populismo é ser um movimento de massas conduzido por um líder carismático sem consciência de classe. O método de luta é a mobilização nas ruas e praças para ouvir seus lideres. Não prioriza a organização de base nos locais de trabalho e moradia, onde vive o povo trabalhador.

O populismo, como não tem consciência de classe, quer unir todas as classes para governar para todos. Isso é impossível. Só existem duas formas de governar: a capitalista e a popular-socialista. Não existe a terceira via.

A terceira via é a ilusão da pequena burguesia, que acredita que é possível existir democracia para todos no capitalismo. Isso só é possível em uma sociedade comunitária, no espírito do Bem-Viver. No sistema capitalista, o tipo de democracia é a democracia burguesa. Nela, teoricamente todos têm os mesmos direitos. Na prática, só tem direitos quem tem o poder econômico. Quem não tem o poder econômico só tem deveres.

As leis que beneficiam o povo



Collor, Sarney, Lula, Dilma e Fernando Henrique

são conquistas táticas e passageiras. A verdadeira conquista política é a organização popular: organizações econômicas, políticas e ideológicas do povo. É o que chamamos de Poder Popular.

O Lula e a maioria do PT, para chegar ao governo, tiveram que fazer acordos com os principais inimigos dos trabalhadores. Primeiro, com os empresários brasileiros (representados por José de Alencar, vice de Lula). Depois, com os banqueiros (Carta aos brasileiros na qual assume o compromisso de continuar pagando a "dívida" aos bancos. Terceiro, suspendendo a Reforma Agrária e a titulação de terra indígena e quilombola. Transformou o agronegócio em prioridade. As massas populares, como não têm consciência de classe, ficaram felizes com o Governo Lula. Conseguiram melhorar sua condição de vida: Bolsa Família, crédito, aumento do salário mínimo, mais emprego. Tudo isso foi feito sem mudar o modelo econômico e sem organizar as massas populares na base.

As melhorias econômicas foram graças à conjuntura internacional, principalmente com as importações da China que valorizava as exportações de commodities do Brasil.

Do ponto de vista político, o PT usou o mesmo método que os outros partidos usaram: cooptação de lideranças populares, que trocaram a militância na base por cargos no governo e o dinheiro legal ou ilegal como meio de conquistar companheiros e aliados.

Enquanto o PT e o Lula serviram para administrar o capitalismo, desarticulando o movimento popular, a burguesia os manteve no governo. Agora, que não serve mais, descarta o PT como papel higiênico usado.

E agora, José?

Na esquerda, basicamente existem três visões. Uma, que vem denunciando o governo do PT desde que Lula era presidente: PSTU, PSOL, PCO, PCB, Anarquistas e outros agrupamentos que atuam nos movimentos sociais. Outros apoiaram o governo do PT de cabo a rabo. Uns porque realmente acreditaram na terceira via, outros porque ganharam cargos e verbas para as suas organizações. Outros mantiveram um apoio crítico ao governo do PT.

Todas essas tendências querem mobilizar o povo. Ninguém está conseguindo. As mobilizações de rua se esvaziaram. A direita reúne o que há de mais ridículo na sociedade, o lúmpen da burguesia, que acha que até a Globo é comunista. Já a esquerda só mobiliza sua militância. Não consegue trazer para a rua nem suas bases para os protestos políticos. Constrói várias frentes políticas com as mesmas pessoas e entidades, mas essas frentes logo se esvaziam.

A esquerda está mais perdida do que cachorro em procissão. O povo não adere aos protestos de ruas e frentes políticas por vários motivos. Um dos principais é a falta de uma bandeira de luta que expresse as necessidades econômicas, sociais e políticas do povo.

A dificuldade das lideranças elaborarem essa bandeira de mobilização e organização do povo é o fato de as lideranças populares, desde que começou o governo do PT, estarem desligadas ideologicamente do povo. Com isso, aprenderam a administrar políticas públicas (acessar) e desaprenderam o método Paulo Freire de educação popular ou o Método Linha de Massas para a formação revolucionária. Esse Método diz que "antes de ensinar ao povo devemos aprender com ele" e que o militante deve viver no meio da massa como peixe dentro d'água. Se sair, morre.

Portanto, se queremos elaborar uma bandeira de luta que mobilize o povo (explorados e oprimidos) precisamos ***viver no meio do povo para aprender com ele.*** Quem é o povo? São os indígenas, os quilombolas, os camponeses e os trabalhadores urbanos que junto com suas famílias formam as massas populares.

- Nós estamos vivendo no meio do povo? Como?

- Nós estamos aprendendo com o povo? Dê exemplos.



NAÇÃO Truká

Exemplo de resistência e amor à terra e ao Rio São Francisco


Foto: Gazeta do Sertão

Povo Truká participando da Conferência Nacional de Saúde Indígena em Brasília

Os primeiros ocupantes e maiores zeladores deste vasto território brasileiro são os povos indígenas. Contudo, são os mais prejudicados e massacrados violentamente até os dias de hoje. Basta ver a malvadeza empregada contra os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. A estupidez é a mesma, com todos os povos, de canto a canto do país, mudando apenas os atores. Antes, colonizadores, bandeirantes, família Garcia D'Ávila.... Hoje, ruralistas do agronegócio, hidronegócio, mineração, governos, poder econômico-financeiro, que os financia em nome do "progresso" e do "desenvolvimento". Em 2014, aconteceram 138 casos de homicídio de indígenas. Aumento alarmante de assassinatos, segundo relatório anual do Conselho indigenista Missionário (CIMI). Dom Erwin Krautler, presidente do CIMI frisa no documento que "... apesar de parâmetros constitucionais favoráveis aos povos originários, os indígenas são condenados a conviver com a violência cotidiana e continuam vítimas de setores econômicos que, se opõem à Carta Magna do Brasil e planejam a sua desregulamentação". A PEC 215 é uma vergonha nacional.

Verdadeiros heróis nacionais

De escravos dos fazendeiros no seu próprio território, o povo Truká retoma o posto de Nação. Segundo os missionários do CIMI, Saulo Ferreira Feitosa e Ângelo Bueno, que acompanham o povo Truká desde a década de 80, a luta desse povo, na verdade, é uma luta que permanece desde o início da colonização daquelas terras, muito férteis e cobiçadas, por sinal. Há relatos históricos dessa resistência, mas, infelizmente, esses relatos não foram feitos por indígenas, mas pelos próprios colonizadores.


Cacique e vereador Neguinho Truká

Uma referência importante nos relatos das Missões no século XVIII é o frei Martinho de Nantes. Ele mostra o confronto evidente entre os povos que ocupavam esse conglomerado de ilhas, arquipélago fluvial, no rio São Francisco e os detentores da Casa da Torre, a família Garcia D'Ávila, muito poderosa, responsável por todo processo de expropriação das terras indígenas. Quando o CIMI chega na região Nordeste, no começo de 1980, em plena ditadura militar, encontra a Ilha de Assunção, Ilha de ocupação tradicional do povo Truká, toda invadida por fazendeiros. A Funai era totalmente controlada pelos militares, que orientaram para que os funcionários não permitissem a entrada de pessoas do CIMI, a quem acusavam de comunistas.

O trabalho dos missionários naquele momento foi dar visibilidade à situação de violência. No começo dos anos 90, o CIMI publica um livro divulgando a violência contra o povo Truká e leva para a Anistia Internacional. Um dado novo é o desenvolvimento do polígono da maconha na região. Além da violência do Estado, tinha a violência do latifúndio, e a violência dos traficantes. Uma das primeiras ações de Fabião, Ir Alzira... quando chegaram à Ilha para fazer o trabalho do CIMI, foi realizar uma procissão com a santa Nossa Senhora Rainha dos Anjos, muito querida pelos Truká. Essa procissão ajudou a juntar o povo e fortaleceu a sua organização. Religiosidade, criatividade, toré e confiança nos encantados, a fortaleza Truká. Em 93/94 partem para a retomada mesmo. Uma ação arrojada foi botar para fora da Ilha o gado dos fazendeiros. Juntaram todo o rebanho e tangeram pela única saída que é a ponte sobre o rio. Essa ação, além do peso simbólico, sinalizou sua determinação. Participaram ativamente do processo Constituinte de 1988.

"A gente cansou de ficar só na história de que a terra era nossa"

O cacique Aurivan dos Santos Barros - Neguinho Truká é presença forte no movimento indígena nacional e liderança desde jovem junto ao seu povo. Está no 2º mandato como vereador do Município de Cabrobó. Tem conseguido o reconhecimento do seu trabalho por índios e não índios. Seus projetos e obras são direcionados a toda população cabroboense. Um dos marcos da sua atuação como parlamentar foi reconquistar o respeito e a autoestima do seu povo. Sua candidatura foi lançada para substituir o Truká Mozenir Araújo de Sá, que era o candidato escolhido por seu povo, após mais de 10 anos de discussão, mas, lamentavelmente, foi assassinado em 2008, próximo do pleito. Ele lembra em entrevista ao **JVC**, que o seu povo habita o Sertão do São Francisco, desde 1625. "Somos descendentes diretos da família Kariri. Somos a parte da família que é tratada como índios canoeiros. Somos quatro nações: Truká, tumbalalá, tuxá e os extintos tuxi. A gente sempre viveu da caça, da pesca e do plantio de vazantes. Até 1979, a gente ainda conseguia conviver da forma dos antepassados. Quando começou a exploração no rio São Francisco, alterou a nossa forma de vida. A gente conviveu em paz aqui até antes da chegada dos portugueses e da capitania hereditária da Casa da Torre. De lá para cá, a gente vem sempre na luta, reformulando as estratégias para buscar garantir a existência do nosso povo. Passamos por quatro retomadas no nosso território. Mesmo com a presença dos portugueses aqui e do criatório de gado, a gente conseguiu conviver nas ilhas do sub-médio. As ilhas maiores a gente desocupou e viveu nas pequenas ilhotas. Mas nunca deixamos de frequentar as ilhas grandes, principalmente a Ilha de Assunção. Isso durou até 1910".

Doação do território para a Igreja que o vendeu aos invasores

Em 1910, o bispo de Pesqueira, diocese da qual essa região fazia parte, chamou os índios Truká e pediu que doassem o território para Nossa Senhora dos Anjos, que a Igreja garantia que acabava as invasões, e que os Truká voltariam a ter um território livre. Os índios acreditaram no bispo e fizeram a doação. Uma semana depois, o bispo vendeu toda a terra da Ilha de Assunção para os invasores. A partir de 1940, Antonio Cirilo, avô de Neguinho, e Mestre Acilon, começaram a reagrupar seu povo. Essa luta durou até 1972, quando são reconhecidos como povo indígena do Nordeste. A partir daí recuperaram a Ilha de Assunção e as Ilhotas. Depois veio a época mais recente e mais violenta, com assassinatos de indígenas, sequestros, torturas, prisões.... Passaram fome, sofreram perseguições,


Cacique Bertinho Truká

sem direito a políticas públicas como saúde, educação, etc. Neguinho mesmo ia para a escola tendo que andar a pé 18 km por dia, para pegar um carro que vinha buscá-los. Esse carro era o mesmo carro que transportava o lixo da cidade.

Movimento Nacional de Saúde Indígena

Os Truká participaram ativamente na luta do Movimento Nacional de Saúde Indígena. Ocuparam o senado federal em Brasília e forçaram a aprovação da Lei Arouca, no ano 2000. Esta lei garante o atendimento específico e diferenciado que ainda hoje o SUS desrespeita. "As práticas feitas aqui na Aldeia, pelo Pajé e os mestres que conhecem muitas ervas e utilizam isso no dia a dia, praticando suas rezas sagradas para ajudar na recuperação do doente, o SUS não respeita isso. Essa é uma luta que a gente ainda busca melhorar na saúde indígena. Conseguimos construir Conselhos locais, Conselho Distrital e o Conselho Nacional de Saúde Indígena, nos 34 distritos. Aqui, nas 25 aldeias, nós temos dois médicos, dentista e duas equipes multidisciplinares de saúde indígena. Temos apenas oito postos de saúde. Em algumas aldeias, os índios emprestam suas casas para o atendimento, ou ele é feito embaixo de árvores. Falta estrutura mínima, ainda. Ambulâncias, lanchas para atender as 84 pequenas ilhotas no meio do rio. Cada aldeia tem um/a índio/a que é agente de saúde. Esses agentes fazem a ligação com a equipe multidisciplinar na Ilha Grande.

Economia e Cultura: "tirar da natureza só o que precisamos para o bem-viver"

Falando da história do seu povo, o cacique Bertinho Truká lembra que "fizemos um trabalho de resgate da nossa cultura para tirar a acusação de traficantes e a discriminação na cidade, onde a gente era tratado de marginal, sem civilização, gente do mato(...) Ganhamos esse respeito e esse espaço, trabalhando". Os Truká chegaram a ser os maiores produtores de arroz do estado, entre 1999 e 2005. Mas era uma monocultura implantada na Ilha, que também degradava a terra, como foi o caso, ainda, da cebola. Fizeram uma discussão de


Fotos: Gazeta do Sertão

Índios Truká na ocupação da Câmara em Brasília, pelo fim da PEC 215

três anos, para diversificar e criar novas alternativas. Sua produção hoje é de feijão, milho, banana, cebola, melancia, macaxeira, batata, coco, tomate, maracujá, mamão, acerola, uva, manga, abóbora, goiaba, hortaliças, e apenas 10% dos 4 mil hectares de arroz que plantavam. Devagar, os resultados foram aparecendo. Um foi dando exemplo para o outro. Foram introduzindo criatórios de peixes, galinhas caipiras.... Criam ovinos, caprinos, bovinos, porcos, patos.... Alimentam o peixe com frutas e não com ração. Alguns vivem só do artesanato. Lutam há vários anos para terem uma ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena, - que possibilite ampliar a prática agroecológica e orgânica, para trabalhar com mais segurança e não mexer com agrotóxicos, não consumir e nem vender para ninguém. O sistema econômico funciona familiarmente. A venda também. Uma grande dificuldade é com o escoamento da produção. Cada família trabalha os plantios com seu próprio recurso e têm suas práticas coletivas entre pai, filho, sobrinho, neto.... Abastecem várias cidades da região e de outros estados. Tradicionalmente praticam seus rituais, louvando a natureza sagrada, sabendo tirar dela só o que eles precisam para o bem-viver.

Política e relação do governo com os povos

Bertinho acha que os ataques dos governantes aos povos indígenas é porque eles são "donos" de grandes terras que pertencem às comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. "O governo é muito ruralista e capitalista. Criam leis até passando por cima das que foram criadas por eles, como é a questão da PEC 215, que fere os direitos constitucionais", sentencia. Uma grande preocupação no território é em relação aos mananciais. Os índios falam e mostram que o rio São Francisco está morrendo. Muitos lugares onde passava água e que tomavam banho, pescavam, hoje é só terra. A poluição escancarada do velho Chico, que recebe dejetos de cidades como Cabrobó, Juazeiro, Petrolina.... "Outra questão séria é que comunidades que ficam a três, quatro quilômetros da margem do rio, estão sendo abastecidas por carros pipa, tendo que pagar por essa água. São os casos de Bananeiras, Riacho Fundo e outras. É uma obra que, se for concluída, vai servir mais para o agronegócio no sertão, criação de gado, plantações de milho e outras coisas", conclui.

Educação específica e diferenciada

"Apesar de toda sabedoria dada pela natureza aos nossos antigos, eles não tinham conhecimento da escrita e muitas vezes eram lesados por conta disso", salienta Aurivan. Assim, o povo Truká percebeu que a educação tinha que ser um investimento permanente dentro do seu território. Em 1994 começou a discussão e a articulação que levou o governo do Estado de Pernambuco a assumir a educação indígena em 1999. Outra batalha foi ter professores indígenas. O apoio de amigos guerreiros foi fundamental. Hoje são 11 escolas e dois anexos oferecendo ensinos fundamental e médio, com mais de cem professores, sendo que, os que não são índios, são casados com índios e sempre estiveram no meio deles. O número de alunos é aproximado de dois mil. A maioria estuda nas escolas indígenas. Outra parte estuda na cidade de Cabrobó. Claudinha Truká, da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco – COPIPE, diz que um dos desafios é a formação de professores indígenas. Hoje nós temos o curso de Licenciatura Intercultural no Centro Acadêmico do Agreste (CAA) na UFPE, campus de Caruaru. A graduação busca formar professores nas áreas de arte e linguagem, ciência da terra e natureza e ciências humanas. Estamos na segunda turma, com 180 professores. Para ela, o professor indígena também é um militante na preparação de guerreiros que defendam seu território. Outro pensamento é lutar para construir faculdades indígenas, quilombolas, camponesas....

População e Organização interna

A população do Município de Cabrobó, hoje é de 33 mil habitantes, sendo que 6.500 são índios Truká, que estão organizados da seguinte forma: - dois caciques, - Conselho de Lideranças, - Conselho de Pajelança, - Organização dos Professores Indígenas Truká – OPIT, - Organização da Juventude Indígena Truká, - OJIT, - Conselhos de Saúde. Realizam vários e vários eventos no decorrer do ano; fazem encontros específicos, planejam o ano e no ano seguinte avaliam. Os custos da articulação estadual e nacional são assumidos coletivamente. A COPIPE tem seu caixa alimentado por contribuições dos professores, sendo um exemplo de autonomia econômica.

Situação da Terra Indígena Truká

A TI Truká tem pouco mais de 20 mil hectares: 6.200 na Ilha de Assunção; 2.850 em 82 Ilhotas; 11.052 no Continente. Desde 1999, controlam grande parte do seu território, mas somente 2 mil hectares estão demarcados e homologados. "A responsabilidade do nosso povo é que cada geração tem por obrigação preparar um mundo melhor para aqueles que serão seus sucessores", conclui o cacique e parlamentar Aurivan dos Santos Barros, Neguinho Truká.

Essa experiência rica do povo Truká, merece ser publicada na íntegra, num livro para estudo nas nossas comunidades, para que possamos tirar lições e aprender com ela.



Blog do Didi Galvão

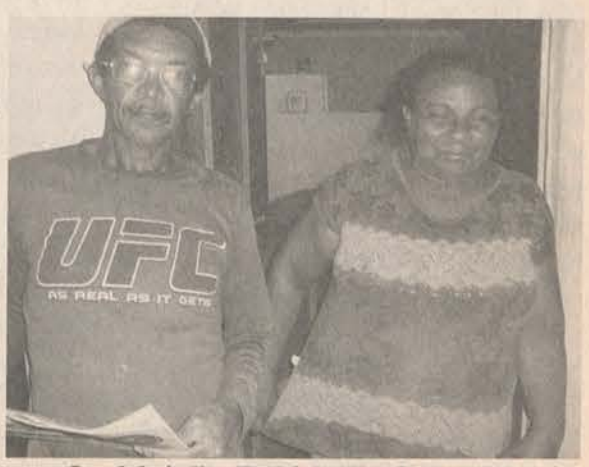
Povo Truká homenageia Dena e Jorge



Claudinha Truká com sua filha



Saulo Feitosa do CIMI



Casal de índios Truká da Ilha de Assunção

Comunidade Quilombola da Tapera em Petrópolis luta pela legalização de suas terras

Da Redação – RJ.
Fotos: Paulo Proença



Membros do Quilombo Tapera no Centro Comunitário, após reunião

HISTÓRIA

A Comunidade Quilombola da Tapera, situada no alto do Vale do Cuiabá, em Petrópolis, segundo registros públicos é reconhecidamente o único quilombo existente na região serrana fluminense, formado por ascendentes de africanos e ex- escravos. As outras comunidades de quilombolas do Estado, pelo menos 15, estão assentadas na região litorânea e região do Vale do Paraíba. De acordo com a documentação assentada no Ministério Público da 2ª Região, as 13 famílias que restam são descendentes de ex- escravos da Fazenda Santo Antonio e que já residem na localidade, na parte alta do Vale do Cuiabá, Sítio Tapera, divisa com o Município de Teresópolis, desde 1849 (século XIX).

Segundo relatório processual, Agostinho Goulão, morto em 1847, proprietário da Fazenda Santo Antonio deixou em testamento que os escravos não só deveriam ser alforriados como também deixava como herança uma parte da fazenda, no alto do Vale do Cuiabá. Cumpridas as disposições testamentárias, os escravos foram transferidos para lá em 1849 e só saindo em 2011, quando tiveram que deixar a localidade por causa da tragédia das chuvas. "Pelo tempo de moradia no local, aliada ao processo de usucapião, todas as famílias têm o direito pela propriedade da terra", garantem os Procuradores da República.

TRAGÉDIA

Em 12 de janeiro de 2011, as fortes chuvas que atingiram as regiões serranas, os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, a Comunidade Quilombola também fora atingida, sendo pega de surpresa.

"Estávamos todos em casa, escutamos um enorme barulho. Olhei pela janela e vi enorme quantidade de água que vinha arrastando tudo: pedras, paus, galhos de árvores, além de raios e trovões. Gritei e decidimos pela debandada, porque se ficássemos, certamente morreríamos" frisou emocionado, Jorge Casciano (64). Todas as casas de pau a pique, nada restou no local.

O RETORNO

Depois de passarem quase três anos desalojados, inclusive morando em cocheiras de cavalos para manter as 13 famílias unidas, retornam para o local de origem, depois que a Prefeitura, sob a proteção da justiça, construiu as casas de PVC revestidas com concreto e deu um mínimo de infraestrutura. Mas ainda continuam obscuros os limites de suas terras, o que se torna uma preocupação constante. Ainda mais, para seus membros chegarem às suas moradias no alto do Vale deverão ter a permissão do Condomínio Boa Esperança, cujo proprietário disputa na justiça o direito à terra ocupada pelos quilombolas.

PREOCUPAÇÃO

"Para chegar neste ponto, só Deus sabe do nosso sufoco. Apesar de muitas obras conquistadas, ainda restam muitas outras prometidas pelos gestores públicos e que estão sendo deixadas de lado ou sendo realizadas de forma lenta, quase parando. A falta de manutenção da estrada, a construção do centro comunitário, a documentação necessária para registro de nossa associação, entre outros. Sabemos que ainda temos um longo caminho a percorrer, mas com a unidade do grupo, iremos vencer, inclusive ter nossa titulação da terra, cuja batalha já se iniciou com o INCRA", destacou Adão Casciano (34), líder presidente da Comunidade. Sabe-se que entre as comunidades quilombolas existentes no estado fluminense, somente duas conseguiram sua titulação até o momento, o que reforça suas preocupações com agilidade do título.

REFORÇO

A Comunidade pretende solicitar também ajuda do Governo do Estado, por intermédio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), como um reforço a mais na busca da Titulação da Terra. Nenhum membro da Comunidade soube responder quantos alqueires de terras estão garantidos pela lei e nem os reais limites das terras. Sabe-se no entanto que estão dentro da Área de Preservação Ambiental (APA) e no entorno do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Por isso, daqui pra frente deverão redobrar a vigilância para que não haja invasões por especuladores, embora, in loco já se observa ocupação de terras quilombolas.

LUTA JURÍDICA

A empresa Jacarehi Empreendimentos Imobiliários e Agropecuários Ltda, última proprietária da cadeia sucessória de parte da Fazenda Santo Antonio, entrou com uma ação civil pedindo a reintegração de posse do território. A Jacarehi se aproveitou de que em 1935 foi assinada escritura pública pela Cia. Industrial, Agrícola e Pecuária Itaipava, sua antecessora, que concedeu usufruto da terra à Comunidade do Quilombo, pois entendia que todas as terras da fazenda eram suas, cedendo o direito de uso. A Jacarehi pensando somente nos interesses imobiliários e não nas ações humanitárias e nem na preservação étnica dos afrodescendentes, acabou perdendo na Justiça de 1ª instância em Petrópolis. Não se conformando, recorre ao Tribunal Regional Federal – 2ª Região, saindo vitoriosa por uma liminar. O MPF de Petrópolis, também não se conformando, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça – STJ. Por questões constitucionais, o processo foi enviado ao Supremo Tribunal Federal - STF, onde o ministro Joaquim Barbosa, decidiu o caso; bateu o martelo em 16 de agosto de 2013, dando ganho de causa aos quilombolas.

RECONHECIMENTO OFICIAL

A Fundação Cultural Palmares, órgão oficial do governo federal que defende os interesses dos remanescentes dos quilombos, desde maio de 2013 reconheceu a Comunidade da Tapera, outorgando o Certificado de Autodefinição como comunidade remanescente de escravos. A partir daqui, a Comunidade deverá buscar seus melhoramentos como de direito.

PARCERIA COM A FIOCRUZ

A Comunidade vem recebendo um incentivo da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, que consiste na construção de uma estufa e doação de mudas de plantas medicinais. A ideia é voltar às raízes de seus ancestrais e não depender tanto de remédios farmacêuticos. Um dos problemas enfrentados é ter alguém disponível para cuidar e levar o projeto adiante. Isto porque parte dos seus membros trabalham fora da Comunidade. "Aqui temos plantações de arnica, trançagem, erva cidreira, carqueja doce, alcachofra, assa peixe, entre tantas que ainda virão. Esperamos ser agraciados com algum projeto que nos dê condições de tocar este projeto todos os dias", opinou Amarildo André (51), líder comunitário.

VII Feira Comunitária na Bahia



Barracas na Feira do Sitio Matias

Aconteceu em 08 de novembro a 7ª Feira Comunitária do MCP no Sítio Matias, Feira de Santana (BA). Nesta edição, homenageamos a Consciência Negra. A Feira ofereceu uma diversidade de produtos. Na parte de alimentos, teve beijus, bolos, lanches, frutas e verduras produzidas sem agrotóxicos, galinhas caipiras, direto das comunidades rurais e da Agricultura Familiar de Iaçu. O Grupo de Produção Coletiva – GPC local, com produtos de limpeza, bolsas de estilos variados, trouxe várias opções aos que passaram pela Feira, além de artesanatos do Grupo Mãos da Periferia; perfumes, roupas intimas... Uma novidade foi a barraca da pescaria, que atraiu várias pessoas para a diversão. Um restaurante foi montado para o evento, servindo excelente almoço natural e deliciosa feijoada, acompanhado de sucos de frutas. O GIC – Grupo de Investimento Coletivo fez plantão e atendeu seus clientes durante a atividade econômica e cultural. O JVC colocou sua banca com as últimas publicações.

Entre o público presente, estiveram Albertino, fundador do MOC na Bahia, Adriano, da Feira Produtiva; o radialista e assessor da Secretaria de Meio Ambiente, frei Cal, acompanhado dos criadores do site "Vida Sustentável", Paulo e Consuelo. A comunidade do CASEB esteve bem representada. A Tarde Cultural da Consciência Negra apresentou várias revelações. O vocalista e compositor Rik Moreira cantou músicas da sua autoria, com ótimo conteúdo culturalmente negro. A Artemares se fez presente com sua diretoria, que trouxe o cantor Raimundo e o tocador Veloso, sócios da entidade dos catadores. Nilton e Raiza fizeram um show acústico. O grupo de adolescentes do Mais Educação, da Escola Municipal Valdomira Alves de Brito, ensaiado pelas jovens da UJP (Erian e Raiza) dançaram Pérola Negra. A UJP apresentou duas danças. O Grupo de Jovens Resthauros, coordenado por Celiane, deu seu show de circo e dança. No final do dia, a 7ª Feira terminou com o tão aguardado leilão, o bingo e seus vários prêmios. As vendas foram consideradas satisfatórias e o objetivo de unir mais a comunidade e seus aliados, em parte, alcançado.

É no Semiárido que a vida pulsa!
É no Semiárido que o povo resiste!

A 6ª Festa Estadual das Sementes da Paixão na Paraíba aconteceu no **Santuário Padre Ibiapina**, em Santa Fé, no município de Arara e em Campina Grande (PB), entre 14 e 16 de outubro deste ano; com muita mística, a começar pelo próprio espaço, que é um Santuário, que hoje abriga também outro missionário do campo; além do eterno padre Ibiapina, o inesquecível padre **José Comblin, criador da Teologia da Enxada**.

Para dar mais simbolismo, o evento realizou-se na **Semana Mundial da Alimentação**. Entre os objetivos da Festa: valorizar o papel das famílias agricultoras guardiãs das sementes da paixão; refletir sobre os **Bancos de Sementes Comunitários** (BSC) na produção de alimentos e enfrentamento dos períodos de estiagens prolongados; promover a troca de experiências agroecológicas; fortalecer a rede de sementes da ASA- PB, como estratégia de luta e resistência pela conservação da agrobiodiversidade, o livre uso das sementes e o combate às ameaças; e construir mecanismos para as políticas públicas agroecológicas de sementes no semiárido.

Centenas de agricultores/as familiares vieram das microrregiões da Paraíba, trazendo na bagagem suas sementes culturais, de grãos, de sabedorias... Participaram também companheiros/as de outros estados do semiárido, representando entidades ligadas à ASA Brasil. Anteriormente, diversos encontros foram realizados nos territórios em preparação a mais uma festa das sementes da paixão na Paraíba.

A mística de abertura teve a participação de **toré do povo xukuru,** "vamos unir as forças do ororubá..." com representantes do **Grupo Jupago Kreká**, trazendo sua experiência de produção agroecológica e conhecimentos ancestrais da Serra do Ororubá, Pesqueira – PE. Iran Xukuru, agrônomo e coordenador do grupo, falou ao plenário sobre a experiência Indígena, e desses "saberes acumulados em milhares de anos dos nossos ancestrais. Fazemos um apelo pela construção de uma rede de povos que são sementes orgânicas". Iran também chamou a atenção para a causa dos guarani-kaiowá, para a questão da terra e da necessidade de os movimentos sociais darem visibilidade aos parentes sofridos do Mato Grosso do Sul.

Cada região se apresentou ao som de belas canções de luta e caminhada, poesias na voz e no toque dos artistas camponeses, em memória das cinco festas anteriores. A mística de abertura trouxe representações simbólicas dos dois modelos de agricultura: - agronegócio, com transgênicos e agrotóxicos, bancada ruralista e a pesquisa a serviço deste modelo, sendo expulsos pelos camponeses; e o modelo de Convivência com o Semiárido, que defende a agricultura familiar agroecológica e a soberania dos povos tradicionais, sendo reforçado. A Festa foi muito dinâmica e objetiva.



Apresentação do Polo da Borborema na 6ª Festa das Sementes

Na avaliação dos 20 anos de trabalho na preservação e fortalecimento das sementes na Paraíba e no Semiárido, muitas falas trouxeram informações preciosas das experiências dos guardiões/ãs de sementes crioulas, da paixão, da fartura, da resistência, nativas, espalhados pelo Semiárido, **mobilizados e articulados pela guardiã mãe, que é a ASA, tendo a direção na Paraíba do Polo da Borborema e da ASPTA**. Foi visto também a conjuntura atual das políticas públicas para as sementes, suas ameaças e desafios. Uma agricultora de Remígio lembrou que se não existisse quem guardasse sementes, o povo não teria o que comer, e que as sementes representam a autonomia das famílias e a garantia da saúde delas.

Francisco de Assis, da Serra do Teixeira, que é guardião das sementes desde seus mais velhos (ancestrais), revelou que no começo do inverno não vai atrás de semente transgênica do governo. No BSC tem para ele e para os amigos. Dona Maria, de Solânea, que há 25 anos é guardiã de Banco de Sementes, disse que tem paixão pelo feijão cacho, porque ele é muito resistente. E o gandu preto também, pois serve para diabetes, o caldo; três folhinhas, faz o chá e vai tomando, é bom para gastrite. Zé Pequeno lembrou que chegaram a ficar fracassados com o desaparecimento das sementes, mas que tiveram a solidária ajuda dos franciscanos para a recuperação.

Não faltou quem defendesse as sementes crioulas, descrevendo suas variedades, seus títulos e importância na vida da população do semiárido; a cultura de guardar é fundamental para a segurança alimentar, um serviço que precisa ser valorizado e abraçado com muito carinho. Teve quem lembrasse que as sementes eram trocadas por voto, antigamente. Hoje, considerada a semente da independência, da garantia e da autonomia. E não são só os grãos, têm as sementes de animais, abelhas, plantas..., a própria água precisa ser guardada, prova disso é o sucesso das milhares de cisternas de placa que colorem os sertões e aliviam a dor deste povo sofrido.

Destacou-se a diversidade genética que temos no semiárido, que se ajusta a um conjunto de ecossistemas, que os agricultores sabem muito bem controlar essa diversidade com o tempo e suas variações (clima, solo, vegetação, tamanho da terra...). Enquanto isso, o governo compra sementes de fora e distribui para quebrar a agricultura familiar e a mística da semente da paixão. Manoel lembrou que há quatro anos a seca se estabeleceu no semiárido, e que agora é preciso ousar e guardar nossa semente nesse período, e não permitir a contaminação pela invasão dos transgênicos. **Na Paraíba, são 226 Bancos de Sementes Comunitários – BSC, que têm o acompanhamento da ASA-PB**. Fruto de uma luta histórica dos movimentos sociais e entidades que construíram a ASA, **a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) apontou pela 1ª vez a agroecologia e a agricultura familiar como um caminho viável para o desenvolvimento do país,** mas que só funciona na pressão. Numa das noites, houve um debate sobre a democratização da comunicação, com a exibição do vídeo "Levante sua Voz", do Coletivo de Comunicação Social Intervozes, que coletou assinaturas para o Projeto de Lei da mídia democrática. **As oficinas de formação trataram dos seguintes temas: - gestão, organização e armazenamento das sementes nos BSC; - integrando as sementes florestais e frutíferas nos BSC; - sementes dos animais; - produção, seleção de sementes; - produção de sementes de hortaliças; - beneficiamento de frutas nativas e adaptadas; e - bancos de Germoplasma**.

Cada oficina apresentou uma experiência, a exemplo dos jovens coletores das sementes florestais da região do Polo da Borborema e o grupo do povo xukuru de Pesqueira (PE). Estiveram presentes numa das mesas de diálogo os representantes do MDA, CONSEA, EMBRAPA, entre eles, o secretário da Agricultura Familiar da Paraíba, Lenildo Morais, que anunciou o atendimento do governo a algumas reivindicações da ASA, Polo, AS-PTA e demais organizações representativas dos camponeses. Entre essas, **a cessão do espaço do Banco Mãe de Sementes de Lagoa Seca ao Polo da Borborema, onde deverá funcionar uma minifábrica de cuscuz orgânico, livre de transgênicos; a implantação de duas mil barragens subterrâneas no Cariri paraibano; o PAA voltado para sementes em 2016, para fortalecer os BSC do Estado, com sementes de fava, feijão, milho, arroz vermelho, entre outras**. O secretário revelou que um desejo do governo é não comprar mais sementes transgênicas. A ASA vai acompanhar esse processo. **Tudo isso tem permitido ao povo viver bem no semiárido nos momentos difíceis**. O encontro fez uma carta política com as principais reivindicações e conquistas ao longo do processo. No Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, a 6ª Festa das Sementes da Paixão se encerrou com protestos e denúncias contra transgênicos e agrotóxicos e com a sensacional feira realizada em Campina Grande com a participação de centenas de agricultores vendendo, trocando, comprando e compartilhando experiências de sementes e produtos que fazem a comida de verdade no campo e na cidade.



Grupo Jupago Kreká do Povo Xukuru do Ororubá



Momento de descontração no intervalo do Curso no Centro Nordestino



Dr. Celerino ministrando capacitação para lideranças comunitárias

O Centro Nordestino de Medicina Popular e a reeducação alimentar

Da redação - Equipe JVC

O Centro Nordestino de Medicina Popular (CNMP) em Olinda, Estado de Pernambuco, é um exemplo de luta e persistência por uma alimentação adequada e por saúde para todo o povo nordestino. Desde sua fundação em 1980, o Centro vem se direcionando para atividades educacionais e de capacitação de inúmeros grupos de saúde popular, associações de mulheres, agricultores, professores, lideranças comunitárias e jovens sobre segurança alimentar. Mantém uma parceria com o Movimento das Comunidades Populares – MCP, junto com alguns grupos de saúde espalhados pela Região Metropolitana do Recife.

Tem como objetivo o fortalecimento das políticas públicas por uma medicina integral, preventiva, com o uso de plantas medicinais e outras terapias complementares; o que provoca reação de grandes grupos econômicos farmacêuticos. Segundo o diretor geral do CNMP, Celerino Carriconde, especialista em medicina integral "há muita dificuldade do Estado em aprovar planta medicinal como remédio. A pressão das multinacionais em cima da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é muito grande. Exige-se muita coisa pra poder usar planta medicinal", disse em entrevista à nossa reportagem.

"A Medicina é usada para ganhar dinheiro, não para promover a saúde. O povo não aguenta mais a Medicina que está aí"



Diana Mores e Celerino Carriconde

Território de atuação

Sua atuação não se resume somente no Estado de Pernambuco, mas inclui também os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Atualmente, no Estado do Rio Grande do Norte, o CNMP vem desenvolvendo projetos com a qualificação de jovens de maioria afrodescendente na parte de gastronomia, para eles trabalharem em restaurante, bar ou de forma particular. Já no polo do Ouricuri, sertão pernambucano, o Centro desenvolve projeto relacionado à saúde da mulher.

O poder das mulheres

A Segurança Alimentar é fundamental para a saúde e trabalho com mulheres. Segundo Carriconde, a mulher é motor do processo. "Perdão que nós somos homens, mas a mulher trabalha oito vezes mais do que o homem. A mulher hoje é muito mais ativa no processo político do que os homens. Os homens ficam muito preocupados com o partido e a mulher está na militância do dia a dia" opina o médico. Por isso, o CNMP direciona grande parte de seu trabalho com as mulheres para a prevenção de inúmeras doenças, como por exemplo, câncer de mama, problemas do parto e cuidados com a criança.

Sistema Agroalimentar

É uma atividade direcionada aos pequenos agricultores e pessoas em geral da sociedade civil sobre o que significa o sistema agroalimentar. Consiste em mostrar o caminho percorrido pelo alimento desde o que é produzido, como é produzido, o processamento, a distribuição e o desperdício até chegar ao consumo pelo ser humano ou pelos animais.

"Queremos mostrar o forte impacto que o sistema agroalimentar tem na saúde das pessoas, pelo alto índice de agrotóxicos e transgênicos que estão sendo usados. Isto ocorre desde a derrubada da floresta, destruição do solo, do lençol freático, matando uma série de espécies que são importantes no elo do meio ambiente. A população em geral, não tem a noção clara de como o alimento que ela está comendo foi produzido."; afirma o médico Celerino Carriconde.

A cura pelas plantas

Segundo a direção do CNMP, no meio do povo há cada vez mais gente que não aguenta mais comprar remédio em farmácia. Não aguenta mais esse tipo de medicina que não trata a causa; trata somente o sintoma. Por isso o povo quer aprender a usar planta, usar uma alimentação adequada para poder ter mais saúde.

"O povo não aguenta mais essa medicina que está aí. A propaganda da linha correta da alimentação está crescendo muito. Ex: transgênicos, o pessoal está adquirindo consciência de que não presta. Um paciente disse: "doutor; fui comprar o cuscuz e é transgênico". Mas vão tirar esse "T" porque eles querem que você coma, a exemplo do óleo de canola, milho e soja, que também são transgênicos".

Medicina mercenária

De acordo com Carriconde, não é de hoje que a medicina é mercenária. A medicina existe para ganhar dinheiro, não para promover a saúde. Há um incentivo da medicina para as pessoas ficarem mais doentes e tomarem mais remédios.

"Desde que chegamos aqui nos anos 80, vamos para a rádio, embora ameaçado pelo colégio médico, que tentou cassar meu diploma. Vê se algum médico fala que leite é proibido tomar! Vê se algum médico fala sobre obesidade! É só tirar o trigo você vai perder cinco quilos em duas semanas. Essas coisas que o povo está ávido de conhecer, a gente passa pela rádio. Mas só repetimos a verdade uma vez e eles repetem mil vezes a mentira. É o Davi contra o Golias, mas a verdade sempre vence", pondera Carriconde.

Máfia das farmácias

Segundo estatísticas, no Brasil existem hoje mais de 80 mil farmácias. "Tem muita farmácia pra encher de dinheiro as grandes empresas que produzem medicamentos e remédios que são proibidos. Sinvastatina leva até ao enfarte do miocárdio. Omeprazol, que não cura gastrite, leva à demência e até ao câncer de estômago. Por que consome"? Questiona o fundador do CNMP e responsabiliza a classe médica por tudo isso: "A classe médica é responsável por isso. Ela é o soldado da grande empresa que faz o medicamento, porque são os médicos que prescrevem as drogas. Eles são comprados pelas empresas, portanto, não têm consciência moral. O deus deles é o consumo e o Shopping Center é o templo que eles têm. Infelizmente estão na contramão da vida", questiona.

"A Essência do Cristianismo é a vida repartida. Estamos com o povo. Não podemos perder a fé e a esperança"

Principais doenças do povo

De acordo com os dirigentes do CNMP, as principais doenças do povo são a obesidade, hipertensão, diabetes, câncer, alergia, depressão e outras. As causas são a má alimentação, falta de conhecimento do próprio corpo, o consumo de produtos refinados, que têm alto índice calórico, mas faltam os nutrientes. E são exatamente esses alimentos que a população gosta de consumir.

"Qualquer dor que a pessoa sente, logo vai tomar a porcaria de dipirona pra passar a dor. Ela não conhece outra forma de terapia como o caso do barro, por exemplo,", afirma a coordenadora, Diana Mores, formada pela Universidade do Chile e dirigente do CNMP.

Voltar às raízes

Comer arroz e feijão é um hábito salutar brasileiro. Mas é necessário cuidado. É preciso também ter legumes. Para a trofoterapeuta Mores, "o arroz branco perdeu todos os seus nutrientes. O arroz parboilizado conserva alguma coisa. O ideal é utilizar o arroz integral e o feijão verde e feijão branco que são menos tóxicos. Com relação às verduras, no Nordeste existe uma série de verduras que se pode utilizar. Só falando dos matos que existem aqui, temos a bertalha, beldroega, oraipronobis, seriguela, taioba, língua de sapo, couve, bredo caruru, são todas folhas naturais praticamente daqui", completa a profissional. As verduras tradicionais como repolho, brócolis, couve-flor, cultivadas organicamente, são uma excelente fonte de vitaminas e sais minerais. Tudo que é folha verde e quanto mais verde é mais rica em nutrientes, especialmente vitamina C e vitamina A. "Quando não há consumo de folhas numa região certamente haverá alto índice de bico de papagaio por falta de magnésio" opina a diretora do CNMP.

Produto orgânico

O alimento orgânico é o mais indicado. Mas ainda é um tabu para maioria dos brasileiros por diversas razões. Sua produção ainda é pouca por falta de incentivo e quando encontra é mais cara do que a convencional. Para Carriconde e Diana Mores, o problema é educacional, principalmente com a classe C, que cresceu em economia, porém em educação está muito distante. Isto porque são cabeça da TV. A mídia faz a cabeça deles. Por outro lado, a escola não está formando pra vida. A escola capacita



Consulta coletiva dos companheiros do MCP no Centro Nordestino



Ducarmo e Marise expõem suas experiências, enquanto Celerino observa atentamente

para o trabalho e para o consumo. É um treinamento para o mercado.

Educação pela vida

Hoje as crianças perderam a noção das coisas simples da vida. Não sabem o que é uma manga, uma maçã, uma fruta. Perderam a relação do concreto, do sentir as coisas. Hoje é apertar o botão. O mundo hoje é um mundo virtual, subjetivo, é um mundo das coisas da televisão. As crianças não reconhecem fruta porque é tudo em caixa, como se pode perceber no filme "Além do peso" (Youtube). As escolas devem começar a se preocupar com a alimentação distribuída aos seus alunos, suas crianças. Deve partir para uma educação que brote da vida. "É urgente mudar esse paradigma da educação de uma visão mecanicista pra uma visão sistêmica do universo, a integração de tudo", destacou Dr. Celerino.

Mudar de hábito a partir das creches

Devemos seguir os exemplos de outros países sobre hábitos alimentares. Cuba, por exemplo, mudou o hábito alimentar da população, que não comia um só peixe antes da revolução cubana em 1959. Fidel, ao assumir o poder, começou a partir das crianças das creches, dos berçários, depois das escolas e finalmente mudando o hábito alimentar da população em geral. Na China, foi a mesma coisa.

> ***"Para uma vida com Saúde, o povo precisa usar as plantas e ter uma alimentação adequada"***

"O hábito se forma justamente no período infantil. Infelizmente não existe muita aceitação das escolas para fazer esse trabalho. Embora exista um programa de saúde nas escolas, não se coloca em prática nada que tem a ver com educação nutricional" completou a especialista em alimentos, Diana Mores.

Quando a pessoa tem consciência de seu corpo e que sua vida está ameaçada ou ela muda ou morre. "Você é capaz de mudar, como eu mudei também meu hábito gaúcho de comer carne três vezes por dia. Meu tumor benigno de próstata desapareceu e me reeducou. Eu tive que mudar. Mas você tem que ter uma consciência e ter uma atitude positiva perante a vida", disse Carriconde.

A esperança

Sobre as considerações finais, Celerino Carriconde e Diana Mores falaram que tudo que fazem é apenas uma gota no oceano. É preciso não perder a fé e assim ir dando visibilidade ao seu trabalho de forma silenciosa. Junto com os grupos de saúde, com as consultas coletivas iniciadas pelo MCP, a exemplo dos médicos dos pés descalços, com os grupos de doenças, observa-se a mudança, fruto do trabalho iniciado na década de 80.

"Porque quando um médico trata os pacientes numa relação não vertical, mas horizontal, você cria a comunicação, que vai permitindo que a pessoa exercite a palavra, exercite o poder delas. Quem não tem palavra, não tem poder. E esse poder é o processo da cura. Quando você sente o drama do outro, você sente menos peso da tua doença. Assim foi com Cristo, Buda e os Profetas. Todos esses grandes pensadores surgiram na mesma época da humanidade. Não aguentavam mais guerra e violência e começam a pensar num novo mundo. A essência do cristianismo é a vida, não é ideia, não é ritualismo, não é misticismo. É vida repartida. Essas coisas te alimentam. O que mantém a gente viva é a missão. A nossa missão transcende o momento histórico. Nós estamos com o povo, nós sabemos quem é o povo. Mas não podemos perder a fé e a esperança", finalizaram Celerino e Diana, diretores fundadores do CNMP.

Endereço do CNMP: *Rua Cleto Campelo, 255 – Bairro Novo – Olinda – PE. Email: cele2438@yahoo.com.br Fone: (81) 3449.5215 ou (81) 9714-3098.*



Importância da cura pelo Barro

Dr. Celerino Carriconde

O barro até pra tomar você pode usar. É o mesmo. Quando tem ferida aberta tem que ser um barro esterilizado, pois o barro tem umas bactérias e pode dar infecção generalizada. Tem ferida aberta, pega um barro esterilizado até no fogão. Tem diversos tipos de barro e maneiras de como usar.

Pra uso interno, por exemplo, pode usar também. A ação dele, essencialmente, ele é anti-inflamatório. O barro é uma solução hipotônica: o corpo dele está cheio de moléculas, substâncias lá dentro que dão uma solução hipertônica. Está com uma fratura, está com os ossinhos lá e você não consegue tirar, se você aplicar o barro, ele puxa pra fora até o osso.

Osteomielite não tem cura; o barro cura. Uma apendicite aguda, aplicou o barro, acabou o processo inflamatório. Coisa fabulosa o barro. O Cristo já usava isso há muitos anos. Os índios na Amazônia, quando a cobra morde, eles abrem o buraco, botam a perna dentro, o barro puxa todo o veneno pra fora. Voltar às raízes, não só da planta, mas da medicina. Porque começamos esse trabalho aqui, para empoderar as pessoas, pra desmistificar o poder médico e criar o poder popular. Para o povo ser o próprio protagonista da sua cura e dos recursos que ele conhece.

Você sabe o que é o nosso corpo: a nossa saliva cura até conjuntivite, cura infecção. A nossa cera do ouvido cura vários males. A nossa urina cura um montão de doença. A nossa caminhada libera neurotransmissor e ajuda a combater doença mental. A nossa caminhada libera endorfina, que passa tuas dores, que é o calmante interno. O nosso corpo tem tudo. Por que o pessoal não orienta isso? Não interessa. É para criar dependência. Medicina popular é isso aí.

Leite é veneno

Dr. Celerino Carriconde

Antigamente a vaca comia capim; hoje ela come cevada transgênica. Esse leite é à base de hormônio, o resíduo acaba ficando no leite. O leite é tirado manualmente. A vaca está com mastite, está com corticoide e tira o leite para você tomar. Aí vai para a pasteurização a 150 graus, acaba com duas enzimas: uma delas começa a tirar o teu cálcio em vez de botar cálcio. A outra começa e entupir as artérias porque acabou aquela enzima e aí começa a fazer efeito contrário. Finalmente aumenta o câncer. A incidência de câncer na China, que não toma leite, em cada 10 mil mulheres, uma tem. Aqui no Brasil em cada 12 mulheres, uma tem, porque há consumo de leite. Leite hoje é veneno. E leite em pó pior ainda, tem soda cáustica para virar pó. Incide também no câncer de próstata, porque altera o PH, da mama e da próstata.

A Universidade mais destacada dos EUA – Harvard - mandou retirar o leite da lista de alimentos saudáveis.

Por que a sociedade deve apoiar a greve dos petroleiros

Os petroleiros estão em greve, não apenas por reivindicações da categoria, mas em defesa da Petrobras, altamente ameaçada pelas multinacionais que querem controlar o petróleo brasileiro. Esta luta não é nova. Primeiro, diziam que o Brasil não tinha petróleo; o maior escritor brasileiro de literatura infantil, Monteiro Lobato, chegou a ser preso em 1940 porque denunciou a omissão do governo Vargas em não incentivar as pesquisas em busca do chamado "ouro negro". Somente em 1953, no segundo governo Vargas, foi criada a Petrobras, após uma forte mobilização nacional, com a campanha "O Petróleo é Nosso"! Agora, se aproveitando do enfraquecimento da empresa, graças às denúncias de corrupção, o capital internacional volta a atacar com o apoio dos seus sócios e aliados internos. Por isso, o JVC vem também manifestar sua solidariedade aos petroleiros e publica carta de apoio assinada por dezenas de entidades sindicais e movimentos sociais.

São Paulo, 06 de novembro de 2015.



Momento de manifestação da greve dos Petroleiros

Os petroleiros e as petroleiras do Brasil decidiram entrar em greve, após amplo processo de negociação com a Diretoria da Petrobras sem terem atendidas as reivindicações da categoria.

Conclamamos todo o povo brasileiro para apoiar a greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Petrobras pelos seguintes motivos:

1. Os petroleiros (as) entraram em greve porque não aceitam que a Petrobras e o petróleo do Brasil sejam privatizados. A luta é contra a privatização, em defesa da vida e da soberania. A maior empresa dos brasileiros sofre graves ataques que vêm do capital financeiro, dos cartéis empresariais, da mídia, do judiciário e de todos que querem a sua privatização. A estratégia do capital é impor uma reorganização para a privatização. Com um plano de desinvestimento, a atual diretoria da Petrobras quer privatizar partes da empresa, entregando o que é do povo brasileiro para as empresas privadas internacionais e nacionais, o que causará perda de soberania e a entrega de um setor estratégico para o desenvolvimento nacional, além de causar grandes aumentos nos preços do gás de cozinha, combustíveis e demissões de trabalhadores e trabalhadoras.

2. A greve dos petroleiros (as) exige o fim do ajuste fiscal do atual governo. Este ajuste fiscal só aumenta as dificuldades econômicas do Brasil, retira os ganhos que o povo brasileiro teve nos últimos anos e não resolve o problema da crise. Os petroleiros (as) exigem que a Petrobras volte a realizar todos os investimentos necessários à exploração, refino e distribuição de petróleo e com estes investimentos se retomem a industrialização e a geração de postos de trabalho no petróleo, como, por exemplo, a produção de todos os equipamentos necessários – navios, sondas, plataformas- para reaquecer a indústria naval nacional gerando mais empregos para nosso povo em nosso território.

3. A greve dos petroleiros (as) quer a manutenção dos empregos e dos ganhos que a população teve nos últimos anos e exige que os recursos provindos da produção do petróleo sejam usados para as áreas sociais em nosso país. Em especial, para que os recursos do pré-sal sejam para educação, saúde, emprego e direitos do povo brasileiro. Por isso, a greve luta para não haver retrocessos nas leis do petróleo.

4. A greve deve ser apoiada, pois esta categoria profissional é muito importante para o Brasil. São os trabalhadores e as trabalhadoras petroleiros/as que sempre e em qualquer condição produzem, a partir do petróleo, inúmeros produtos necessários e fundamentais para o desenvolvimento do nosso país. Esta categoria profissional sempre esteve a favor do desenvolvimento nacional e da geração de empregos em nosso país, e com seu trabalho produzem riquezas para todo o povo brasileiro.



5. Porque é absolutamente justo que a categoria dos petroleiros tenha, sim, seus direitos reconhecidos tanto pela Petrobras quanto pelo governo, recebendo seus salários com os reajustes necessários e tendo boas condições para sua vida e seu trabalho. E por fim, porque os trabalhadores em greve não compactuam com nenhuma prática de desvios dos gestores e dos cartéis empresariais que tentam se aproveitar desta importante empresa do povo brasileiro.

A Greve dos (as) Petroleiros (as) é justa e necessária; é para o bem do Brasil e do povo brasileiro que devemos apoiar a greve. Todo apoio à greve.

O petróleo é nosso. Defender a Petrobras é defender o Brasil. Privatização não é a solução.

Movimento dos Pescadores(as)

Grito da Pesca Artesanal

Por assessoria de comunicação do CPP Nacional

No período em que a Revolta da Chibata completa 105 anos, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) lançou nacionalmente manifesto contra as sucessivas quedas de seus direitos orquestradas pelo governo federal, especialmente depois da ida da pesca artesanal para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O 22 de novembro é conhecido como o Dia do Grito da Pesca Artesanal em justa referência à revolta liderada por João Cândido. As chibatadas hoje aparecem em forma de suspensão de benefícios trabalhistas e sociais, da negação da identidade da pescadora e do pescador artesanal e do ataque às demandas dessa categoria.

O MPP também se posiciona e repudia o desastra promovido pela SAMARCO (Vale) em Mariana/MG e que vem trazendo consequências graves para os pescadores e as pescadoras da região.

Desde o início do ano, as comunidades tradicionais pesqueiras se depararam com situações de perda de direitos. O decreto 8.425, publicado em abril pela presidência, surgiu e impôs regras para a definição da identidade de pescadores e pescadoras artesanais, indo de encontro ao modo de ser e viver das comunidades pesqueiras. O decreto retirou de milhares de pescadores e, especialmente, pescadoras, o direito ao Registro Geral da Pesca (RGP), documento que garante o acesso a políticas públicas e sociais, principalmente direitos trabalhistas e previdenciários.

Em outubro, cai o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e a pesca artesanal é colocada no MAPA, conhecido pela intensa parceria com os setores do agronegócio e que tem no comando a pecuarista Kátia Abreu, uma das principais agentes do governo contrária aos direitos das comunidades tradicionais. Já na fase de transição, a Ministra ordenou a suspensão do pagamento do seguro defeso em 13 estados, editando a portaria 192, o que deixou cerca de 700 mil pescadores e pescadoras sem poder acessar o benefício.



Nessa conjuntura, através de manifesto pelo Grito da Pesca Artesanal, inspirado na luta do Almirante Negro, pescadores e pescadoras de todo Brasil se manifestam e exigem, dentre outras pautas, a revisão do decreto 8.425, a revogação da portaria 192, a transferência da pesca artesanal para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a proteção dos seus territórios tradicionais e a punição dos envolvidos no desastre na cidade de Mariana, que já ganhou repercussão internacional.

Ichu realiza a IV Assembleia com o prefeito



Plenária da Assembleia da MCP com o prefeito de Ichu

Conforme decisão do 1º Encontro Nacional do MCP, realizado em agosto de 2011, nossa participação nas eleições municipais de 2012 não seria tomando partido a favor desse ou daquele candidato. Tomar partido poderia dividir o povo, e nosso objetivo é unir as massas populares. Individualmente, cada um votaria com a sua consciência. Porém, o MCP deveria se unir com outras organizações populares e realizar um Congresso ou Assembleia Popular no município para, a partir de uma pesquisa, elaborar uma Pauta de Reivindicações a ser entregue a todos os candidatos. Isso seria a prática da Democracia Participativa para o povo aprender a governar de baixo para cima.

Com base nessa orientação, se realizou a IV Assembleia com o prefeito Antônio George da cidade de Ichú (BA), para cobrar dele as reivindicações entregues em 2012. Participaram mais de 80 pessoas da sociedade civil organizada - membros das associações: ABCR (Associação Beneficente de Capoeira do Rio), ASCOMUM (Associação Comunitária de Mumbuca), SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ichú), SINTRAP (Sindicato dos Servidores Publicos), MCP (Movimento das Comunidades Populares), e outros, além da rádio comunitária, Site AL Noticias, MOC (Movimento de Organização Comunitária), APAEB (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira) e representantes do poder público - Secretário de Saúde, Secretário de Assistência Social, Secretário do Meio Ambiente, vereadora Geovana, Deputado Estadual Alex e o prefeito Antônio George.

A abertura foi com a composição da mesa pelos representantes de entidades civis, o prefeito e o secretário de saúde. Em seguida cantaram o Hino do Município e a música Ciranda dos Bairros.

A assembleia continuou com a leitura do texto que recordava as duas assembleias realizadas em 2013 e 2014 também para levantar os problemas, discutir com o poder público e ver como resolver. As questões abordadas foram: educação, saúde, segurança pública, saneamento, básico, emprego, esporte, cultura e lazer. O prefeito tinha direito de falar cinco minutos dentro de cada assunto e o público poderia fazer mais duas perguntas, tendo ele dois minutos para responder cada uma.

O diálogo seguiu com o relato dos problemas que já estiveram em uma situação mais grave, a exemplo da falta de segurança pública na cidade, que melhorou muito desde a última assembleia para cá, pois a população estava amedrontada com os casos de assaltos e roubos que vinham acontecendo. Dentre outros problemas que ainda não foram solucionados, existe a questão da saúde, que não melhorou; ainda não há médico atendendo no hospital municipal; as pessoas vão buscar atendimento em outra cidade.

O prefeito tentou justificar as dificuldades em atender as reivindicações da população, apontando como causa a crise econômica, que está afetando a diminuição do repasse de verbas, como o Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

No final da assembleia, foi colocado que essa iniciativa é do povo: "Não somos remunerados pra fazer isso, a assembleia é um espaço de entre a sociedade e o poder público em busca de melhorias para o município", disse um participante. No encerramento, o prefeito e o deputado também falaram, elogiando muito o MCP pela iniciativa.

O próximo ano será eleitoral e o MCP está discutindo com suas bases qual será nossa posição nesse processo, que possa vir fortalecer a construção do Poder Popular.

Erian Santiago - UJP (BA)



Gestores do Município de Ichu na Assembleia

Moradores paralisam a BR 040 em Petrópolis

Da redação - RJ
Fotos: Paulo Proença

No dia 13 de setembro de 2015 (domingo) os moradores da BR 040, Município de Petrópolis, região serrana do Estado Fluminense, paralisaram por meia hora a rodovia no Km 73, pista sentido Rio, na altura da Fazenda Inglesa. O motivo desta paralisação é um repúdio contra a Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio (Concer) pelo processo demolitório de mais de 300 casas que estão situadas em comunidades no entorno da rodovia e que estão na lista para serem derrubadas.

No ato, estavam presentes famílias de várias comunidades ao longo da BR (Vila de Casas, Sumidouro, Bambuzal, Contorno e Fazenda Inglesa), que exibiram cartazes pedindo justiça e suspensão de todos os processos de derrubada das casas: "Nenhuma casa a menos", este é o lema que os manifestantes adotaram como grito de guerra.


Moradores protestam contra a demolição de moradias

Segundo os moradores, a empresa que administra a rodovia (Concer) vem exercendo forte pressão psicológica junto aos moradores para assinarem documentos para saírem de suas residências sem nenhuma indenização, sem terem chances de se defender. Outro fator é que a Concer afirma na Justiça que os moradores da BR 040 estão na faixa de domínio da rodovia, mas não mostra qual a metragem da faixa. E com respaldo da "justiça", vão conseguindo tudo o que querem. Sabemos que para alguns a faixa de domínio, principalmente para empresas, é de 5 a 10 metros, enquanto que para os mais pobres, a faixa é de 50, 100, até 500 metros do eixo da rodovia.

Na construção da nova subida da serra, incluindo o túnel de quase 5 km, a Concer vem violando os direitos adquiridos ao longo do tempo por muitos moradores, que ali residem por mais de 30 anos. Por isso, no mínimo, se exige respeito por parte da "Justiça", que na maioria das vezes, compactua com o grande capital.

"A empresa privada concessionária da rodovia, Concer, ao continuar ingressando com as ações para derrubada das casas também desrespeita os órgãos públicos municipais e estaduais, já que existe um processo de regularização fundiária em andamento pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) visando assegurar o direito à moradia digna das famílias", completaram os manifestantes.

Tamanho o ímpeto de violação de direitos das famílias do entorno da BR que a Concer vem, inclusive, movendo processo criminal contra os advogados que atuam na defesa destas famílias, entendendo enquanto criminosos todos os que lutam em defesa do direito à moradia e por justiça social.

REINTEGRAÇÃO AQUI, NÃO!

Vila Soma não pode se transformar num novo Pinheirinho



Manifestantes em defesa da moradia em Vila Soma - Sumaré - São Paulo

"Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro" Com esse grito de guerra ecoando ao som de mais de cinco mil vozes, e por diversas vezes, realizou-se dentro da Vila Soma, em Sumaré (SP) um ato público em apoio aos moradores daquela ocupação.

O ato aconteceu dia 7 de novembro na quadra da ocupação e contou com a participação de representantes de vários movimentos de moradia de Sumaré, de militantes das Brigadas Populares, Movimento Rua, Pula Catraca, Psol, SUP, sindicatos, fábrica Flaskô, Esquerda Marxista, MTST, MCP, além de outros. Um grupo de samba animou o ato no momento da abertura. Um cantor de Funk se apresentou no final; a letra do funk fala do sofrimento, da luta e da esperança do povo de Vila Soma em conseguir moradias definitivas.

A companheira do MCP (Movimento das Comunidades Populares), Consuelo Alves Santos, em sua saudação aos moradores da Vila Soma, comparou aquela ocupação com a que ela mora, no Jardim Pantanal, Zona Leste de São Paulo. A posição dos governantes e do judiciário era de retirar todo mundo. Resistimos. Saíram 857 famílias, mas com moradias garantidas, casas e apartamentos. E a luta continua para que o governo regularize o restante da área. Hoje somos mais de dez mil famílias. Consuelo saudou os moradores da Vila Soma, dizendo: lutem sempre, só com união e luta é que o povo faz valer seus direitos.

Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), em sua fala, se comprometeu em fazer da reivindicação da Vila Soma uma causa do MTST. Guilherme disse: vocês falaram que, se vierem fazer reintegração aqui na Vila Soma, vocês vão fechar a rodovia Anhanguera, não foi? Pois se vierem fazer reintegração de posse na Vila Soma, o MTST vai colocar dez mil pessoas ou mais no Palácio dos Bandeirantes, na mesma hora, para pressionar o governo do Estado a tomar uma solução em favor de vocês. Contem com o apoio do MTST!

A saudação de todos os demais oradores foram palavras de apoio e solidariedade **aos** milhares de famílias da Vila Soma, que vivem momentos de tensão por causa da determinação judicial de desocupar a área dia 14 de dezembro de 2015.

O advogado da Vila Soma, Alexandre Mandl, explicou os passos dados até agora nessa batalha jurídica para defender os moradores da Vila Soma. Disse que o momento é decisivo e precisamos atuar em duas frentes: uma é a mobilização e outra é a parte jurídica, para reverter essa reintegração de posse que está marcada para o mês de dezembro. Não podemos deixar que Vila Soma se transforme num novo Pinheirinho.

Pinheirinho era uma ocupação em São José dos Campos (SP), que foi desocupada à força, uma verdadeira tragédia.

O Jornal Voz das Comunidades (**JVC**) esteve presente no ato e conversou com vários moradores. Conversou também com a coordenação da ocupação.

Um dos coordenadores da Vila Soma é o professor Ricardo Mendes Tomaz. Ele está na ocupação desde o início e ajuda a organizar a comunidade. Abriram 36 ruas e em cada uma delas há um ou dois líderes que formam a coordenação. Montaram uma biblioteca, uma quadra de futebol. Um dos galpões da antiga fábrica se transformou em sala de reuniões, de reforço escolar para as crianças, cozinha coletiva, etc.

Ricardo disse que "os poderes públicos se negaram até agora a trazer qualquer benefício para nós. Aqui dentro, apesar de já morarmos nessa ocupação há mais de três anos, não tem escola, nem posto de saúde, nem transporte, nem nada. Temos água e energia improvisadas pelos próprios moradores", afirmou o professor.

Ricardo concluiu dizendo que os moradores da Vila Soma estão preparados e dispostos a resistir a uma reintegração de posse. Ele repetiu um dos gritos de guerra falado vários vezes durante o ato público: "Reintegração aqui, não".

A união é mais forte que a soma

Soma Equipamentos Industriais é o nome de uma fábrica que se instalou no Município de Sumaré (SP), região de Campinas, empregou muitos operários, explorou muita gente, enriqueceu os patrões e depois virou massa falida. Massa falida de uma empresa se dá no momento da decretação de sua falência. Um síndico passa a administrar as dívidas da empresa (passivo) e o patrimônio que ela ainda tem – prédios, máquinas, produtos, etc., ou seja, seu ativo.

Com a fábrica Soma desativada, o terreno de mais de 500 mil metros quadrados (mais de 200 campos de futebol) ficou abandonado por mais de 20 anos. Sem função social. virou local para o crime fazer o tráfico e para depósito de cadáveres.

Em 30 de junho de 2012, 50 famílias iniciam a ocupação da área para fins de moradia. Ocupação espontânea, que chama a atenção de outras famílias sem casa; dois meses depois, já eram 300 famílias.

A batalha jurídica começou desde o primeiro dia da ocupação. O representante legal da massa falida consegue liminar de reintegração de posse na Justiça. Setores da classe dominante de Sumaré fazem campanha na mídia contra a ocupação. Tiram proveito do fato de que os dirigentes da ocupação estavam praticando ações negativas, como foi o caso da venda de terrenos.

Em setembro de 2013, numa ação civil pública, a justiça determinou a reintegração de posse da área, mas a empresa não tinha como arcar com os custos da ocupação, estimados em 300 mil reais na época. No mês seguinte, os ocupantes da agora chamada Vila Soma constituem nova coordenação, acampam seis dias em frente à prefeitura de Sumaré e dão novo rumo à luta. Passam a ter a orientação jurídica do advogado Alexandre T. Mandl.

Somando as lutas dos moradores com a ação jurídica pelo Dr. Alexandre e outros advogados que também colaboram na ação, os moradores permanecem na área até agora. Já são mais de 2.500 famílias. Mesmo sem infraestrutura nenhuma, pois os poderes públicos negam os direitos básicos, como escola, saúde, saneamento, etc., eles não aceitam sair do terreno sem ter para onde irem.

A reintegração de posse está marcada para 14 de dezembro. Representantes da Vila Soma tiveram reuniões durante o mês de novembro com o Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, com a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, com a Superintendência da Caixa Econômica Federal, em Campinas, e com representantes do governo do Estado de São Paulo, buscando uma saída para o conflito.

Ficou prometida a construção de 1.400 casas através do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, que serão destinadas aos ocupantes da Vila Soma. Mas a vila tem hoje 2,500 famílias. Falta garantia do direito à moradia para as outras 1.100 famílias.


Ato público na Vila Soma fortalece a luta por moradia e permanência na área



Foto oficial no final do 1º Seminário Interestadual em São Lourenço da Mata - PE



Participantes do Seminário Quilombola em Feira de Santana - BA

Aprendendo com as Experiências do Povo Brasileiro

O Movimento das Comunidades Populares (MCP) realizará seu 5º Seminário Nacional com o objetivo de formar militantes a partir do estudo e reflexão da história de resistência dos quatro setores do povo brasileiro: indígenas, quilombolas, camponeses e operários.

O Seminário nacional acontecerá no período de 05 a 10 de fevereiro de 2016, antecedido por encontros de preparação nas bases, seminários estaduais e interestaduais. Já se realizaram seminários estaduais em Alagoas, Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro, e os interestaduais do Nordeste, reunindo representantes de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, e do Sudeste, com participantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

INDÍGENAS
História de Massacre, Resistência e Compromisso com o Bem Viver

A temática do Nordeste foram as experiências indígenas na História do Brasil, inclusive na atualidade, a partir dos contatos que o MCP mantém com os Xukuru de Ororubá em Pernambuco, com os Potiguara, na Paraíba, e com os Xukuru-Kariri em Alagoas.

O Seminário Interestadual reuniu militantes de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, nos dias 31 de outubro a primeiro de novembro em São Lourenço da Mata (PE), mais o Grupo de Mulheres Vamo Simbora, de Jardim Monte Verde (Recife), que vem dialogando com o MCP, e duas representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) –Alcilene e Ângela.

O Seminário procurou tirar lições com as experiências indígenas do passado (principalmente com a República Popular Guarani) e do presente; refletiu também sobre o capitalismo como nosso inimigo número um e a estratégia que devemos adotar para construir o Bem Viver.

Concluiu que precisamos fortalecer nossa ligação com os indígenas brasileiros e apoiar suas lutas. Foi visto, na exposição feita por Ângela, advogada do CIMI Nordeste, que em nível nacional os indígenas estão lutando pela não aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC-215), que passa para o Congresso a competência de homologar a demarcação de terras indígenas, inviabilizando essa medida, que deveria ter sido concluída em cinco anos, segundo a Constituição de 88. Por isso, o Seminário aprovou moção de apoio à luta contra a PEC-215.

No final, foi lida uma frase de autor não identificado, que resume bem a realidade em que vivemos: *"As pessoas foram criadas para serem amadas e as coisas para serem usadas. A situação hoje está um caos porque as coisas estão sendo amadas e as pessoas estão sendo usadas"*.

QUILOMBOLAS
Inclusão X Libertação

Na Bahia, foram pensados dois seminários. Um interno, com militantes, que ocorreu nos dias 17 e 18 de outubro, e um com a participação de um número maior de pessoas das bases onde os militantes atuam e pessoas convidadas, programado para o dia 6 de dezembro.

O tema do Seminário da Bahia foram as experiências quilombolas, considerando as lutas de libertação, representadas pelo Quilombo dos Palmares (AL), e as de inclusão social, pelo Quilombo de Jabaquara–Santos (SP). A Experiência atual do Quilombo Dandá (BA), presente no Seminário, contribuiu para as reflexões, assim como as informações transmitidas na palestra do convidado João Rodrigo, da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), da Bahia, órgão responsável pela articulação das Comunidades Quilombolas.

Analisando essas experiências e os fatos atuais, a conclusão é de que a inclusão social é uma jogada da burguesia e é ilusória, visto que o capitalismo não tem lugar para todos. Agora, o problema é que as políticas públicas de inclusão como ações de assistência social, projetos econômicos para as comunidades e quotas atendem a algumas necessidades imediatas do povo e nós não temos alternativa nessa conjuntura. Por isso, não podemos ser contrários à sua aplicação.

CAMPONESES
Trabalho Coletivo e Mística Libertadora

O Tema dos camponeses ficou com os companheiros do Maranhão, Pará e Goiás. Aconteceu o Seminário do Pará, no PDS Esperança, em Anapu. Eles compararam a sua experiência com a do Caldeirão (CE), que se deu entre os anos 1926 e 1937. A conclusão é de que têm em comum a propriedade coletiva da terra, precisando avançar no trabalho coletivo e na mística, que foi fundamental para os camponeses resistirem às pressões dos latifundiários e do governo.

O Seminário refletiu também que o tipo de reforma agrária que pretende construir é a que se identifica com o Bem Viver. Além da propriedade comum e do trabalho coletivo, deve incluir no seu programa a defesa das águas, da floresta, da cultura camponesa.

Estão programados os seminários do Maranhão, em Coroatá, e de Goiás, em Acreúna.

OPERÁRIOS
Inspiração nas lutas do passado, formação contínua e trabalho de base

No Rio de Janeiro, se realizaram dois seminários – um com militantes e aliados e um com as pessoas da base das comunidades, bem como o Seminário Interestadual Sudeste. As lições extraídas das experiências da classe operária foram: os sindicatos devem se inspirar nas lutas do passado, que eram mais autênticas; organizar a base e proporcionar formação contínua, unir as lutas operárias com a dos indígenas, quilombolas e camponeses.

Quanto ao capitalismo, a análise é de que o inimigo está enraizado e se reproduzindo na família, na escola, na religião, etc. Para superá-lo, é preciso trabalho de base em todos esses setores e construir o poder popular. A derrota do inimigo exige a união das forças que não concordam com ele e em vista de alcançar essa união, devemos focar naquilo que nos é comum, e não dar mais importância às divergências.

Rumo ao Seminário Nacional

Nos seminários estaduais e interestaduais, estão sendo definidos os participantes do Seminário Nacional. O **JVC** dará cobertura completa ao Seminário Nacional e a todo o processo dos seminários em sua próxima edição.

"ANTES DE ENSINAR AO POVO, DEVEMOS APRENDER COM ELE"



Seminário no Clima Bom, em Maceió - AL



Seminário Regional do MCP no STR de Alagoa Nova - Paraíba

IV CONGRESSO DA CPT DECIDE PRIORIZAR TRABALHO DE BASE

Depoimento

Entre os dias 12 e 17 de julho de 2015, realizou-se em Porto Velho, capital de Rondônia, o IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O local do Encontro foi o campus da Universidade Federal de Rondônia. O IV Congresso aconteceu na região amazônica, berço da CPT; serviu também para comemorar os 40 anos desse serviço de Pastoral. A CPT surgiu em 1975, fruto da indignação de pessoas ligadas à Igreja diante da violação dos direitos de povos indígenas e de comunidades de posseiros que tinham seus territórios invadidos por grandes empresas que se estabeleciam na Amazônia com apoio e estímulo dos governos militares.

Cerca de mil pessoas, entre trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, agentes de pastoral, colaboradores da CPT, padres e bispos, participaram do Congresso. Um desses participantes foi o companheiro Grimauro Gomes de Freitas, membro do MCP de Itambé (PE). Grimauro trabalhou durante muitos anos como cortador de cana e hoje está ligado ao assentamento Gongo, mais conhecido como Terra de Jeremias. Foi a partir da luta pela terra, que teve início uma ligação com a CPT daquela região. O convite para participar do Congresso partiu do padre Tiago e de Marluce.



Plenário do IV Congresso da CPT em Porto Velho (RO)

O lema do Congresso era: "Faz escuro, mas eu canto! Memória, rebeldia e esperança dos pobres da terra".

O **Jornal Voz das Comunidades (JVC)** conversou com Grimauro sobre sua participação no Congresso da CPT. Ele começou destacando a abertura do evento, com muita mística e oração, clima que se manteve do começo ao fim; um momento forte foi a celebração dos mártires, que aconteceu na desativada estrada Madeira Mamoré, de onde é possível avistar a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, onde indígenas e trabalhadores foram mortos no passado e onde os conflitos por conta dos direitos trabalhistas continuam.

O plenário foi dividido em tendas, com nomes que homenageavam os rios de Rondônia. Nos debates em torno da "memória" era para a gente contar as lutas de que participamos. Uma experiência foi destacada para ser colocada em plenário em forma de teatro. No segundo dia, os debates foram em torno da rebeldia, que leva à luta por um mundo melhor. No debate em torno da esperança surgiram as propostas de trabalho para os próximos quatro anos.

Os jovens debateram os anseios e clamores da juventude nas comunidades acompanhadas pela CPT no país inteiro. Discutiram sua articulação nacional. A participação dos jovens reanimou a esperança na caminhada.

Grimauro comentou a análise de conjuntura feita durante o Congresso da CPT, destacando a conclusão: "Nos últimos anos, deixamos de priorizar a base; priorizamos votar no PT. O plano esperança é dar prioridade ao trabalho de base. Criar a soberania do povo".

Por fim, Grimauro destacou a alimentação feita por cozinheiras vindas de várias regiões do país. Comidas regionais e receitas caseiras de comunidades. As cozinhas do Nordeste fizeram baião de dois e churrasco de bode.

O Congresso foi um momento importante para a CPT ouvir os trabalhadores e tirar propostas que irão orientar as ações da Pastoral para os próximos quatro anos. O próximo congresso está previsto para acontecer em 2020.

Camponeses e camponesas do Alto Sertão paraibano participam de intercâmbio no INSA-PB

Cerca de 36 agricultores e agricultoras do Alto Sertão paraibano participaram de visita de intercâmbio em Campina Grande/PB. O Intercâmbio foi promovido pela Comissão Pastoral da Terra/Sertão-PB, em parceria com o Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS) e com o Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano (NAESP/IFPB – Campus Sousa) apoiado pelo Projeto PPP Eco (Programa de Pequenos Projetos Ecossociais) – Fundação ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza).

O objetivo foi demonstrar aos produtores/as familiares agrícolas, experiências exitosas de manejo florestal adptadas à realidade das famílias do semiárido nordestino. O intercâmbio aconteceu na sede do INSA(Instituto Nacional do Semiárido), onde foi visitada uma Unidade de Pesquisa integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com enfoque no Semiárido brasileiro.

Inicialmente, os camponeses e camponesas conheceram a área experimental do instituto por meio de uma visita guiada pelo agrônomo João Macedo. O ponto de partida foi a barragem de base zero, uma construção feita com pedras no leito do rio, que ajuda com que a água se infiltre no subsolo livre da salinização e da evaporação.


Mutirão constrói Barragem Base-Zero em Aparecida (PB)

Os agricultores(as) também tiveram a oportunidade de conhecer a área de manejo florestal, que possui cerca de 300 hectares. O manejo sustentável dos recursos florestais é um conjunto de ações promovidas em uma extensão florestal, com o objetivo de obter produtos e serviços da natureza, preservando sua capacidade produtiva. Esta intervenção deve estar pautada no potencial existente na flora, de forma a extrair-se a maior produção sustentável nas perspectivas econômica, social e ambiental.

Em seguida, os sertanejos(as) foram levados/as para conhecer o biodigestor e o viveiro de mudas do INSA, onde visitaram seis espécies utilizadas em pesquisas sobre germinação e multiplicação de mudas empregadas no reflorestamento de áreas degradadas. Neste momento, João Macedo falou sobre os beneficios que o manejo traz para preservação do solo ante a forte luz solar e a erosão.

Durante a visita, os agricultores foram guiados para o sistema simples de captação de água servida. Nesse aparelho, a água utilizada na copa, no banheiro ou em outro cômodo do INSA é reutilizada na irrigação de alguns experimentos. Para finalizar a experiência, os camponeses/as visitaram o setor de mudas onde receberam algumas espécies que foram divididas entre eles/as.



Camponeses/as do Alto Sertão paraibano em visita ao INSA, em Campina Grande (PB)

VI Festa Estadual das Sementes da Paixão

Após terem conhecido as instalações do INSA, os/as agricultores/as se deslocaram para a cidade de Arara-PB, onde estava ocorrendo a VI Festa Estadual da Semente da Paixão, sob o tema: "Agricultura Familiar guardiã da Sociobiodiversidade, pela soberania alimentar, livre de transgênicos e agrotóxicos". As "Sementes da Paixão" como ficaram conhecidas as sementes crioulas na Paraíba, são aquelas conservadas e manejadas por agricultores/as familiares camponeses, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais.

A programação teve continuidade em Campina Grande-PB, onde foi realizado um ato público na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Uma das solicitações dos/as manifestantes foi a de que os grãos, sobretudo o milho, que estão sendo distribuídos pela empresa, estejam devidamente identificados como transgênicos. As sementes transgênicas devem ser entregues de forma triturada, evitando assim que elas se misturem às sementes crioulas, e estas últimas desapareçam após o cruzamento entre ambas.

A Festa foi encerrada na Praça Clementino Procópio, no Centro de Campina Grande, onde foi aberta a Feira Estadual das Sementes da Paixão, que contou com a participação de mais de mil pessoas vindas de todas as regiões do estado.

Ênio Marx – Jornalista

Grupo Mulher Maravilha

Que venham mais quarenta anos!



Lourdes Luna, fundadora e estimuladora do GMM

Luiz Alves*

No ano de 1975, a principal rede de televisão brasileira exibia uma série infantil feita nos Estados Unidos, chamada MULHER MARAVILHA, cuja protagonista era uma mulher dotada de superpoderes, com o propósito de ir introduzindo a ideologia capitalista na cabeça das crianças. Foi então que um grupo de mulheres do bairro de Nova Descoberta, em Recife, que se reunia para refletir e buscar saídas para os problemas que afetavam o bairro e suas vidas, comentando o tal seriado, chegou à seguinte conclusão: "supermulheres somos nós, que conseguimos sobreviver em condições precárias, criar filhos, sem trabalho, dependendo de maridos, muitas vezes incompreensivos e até violentos, e ainda temos tempo de nos organizar pra lutar". Diante dessa constatação, resolveram se denominar Grupo Mulher Maravilha (GMM).

O povo brasileiro já sofria onze anos de ditadura militar. Esta se instalara em 1964 para impedir as reformas propostas pelo governo de João Goulart, que favoreciam o povo brasileiro, mas contrariavam os interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros. Em favor dessas mudanças, cresciam as mobilizações dos trabalhadores no campo, conduzidas pelas Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais e na cidade, com os sindicatos, movimentos, conselhos e associações de moradores.

Entre os bairros populares onde a repressão aconteceu de forma mais intensa, estava Nova Descoberta, um dos maiores do Recife (34 mil pessoas, segundo o Censo do IBGE/2000). Assim como os outros grandes aglomerados da periferia, o bairro se formou a partir da retirada dos mocambos do centro da cidade no início do século vinte para atender aos interesses da especulação imobiliária. Outro fator de atração de moradores, inclusive vindos do interior, foi à instalação de fábricas têxteis.

No período de 1969 a 1973, o país viveu o chamado "Milagre Econômico", que, de milagre, não tinha nada. Com a remessa de lucros livre e incentivos públicos, o capital estrangeiro aumentou seus investimentos no país e emprestou muito dinheiro para que o governo desenvolvesse grandes projetos, gerando pleno emprego.

Em 1974, o capitalismo entra em crise. Vem a cobrança da dívida externa brasileira, que na época era de 17 bilhões de dólares (hoje, chega perto dos 400 bilhões). Com isso, começa a insatisfação do povo. Para tentar absorver essa insatisfação, os Estados Unidos, cabeça do Sistema, começa a falar em defesa dos direitos humanos, em democracia.

A classe dominante decide pela redemocratização, cabendo à cúpula das Forças Armadas, embora sem consenso, traçar uma estratégia de transição negociada, de modo a evitar punições pelos crimes cometidos. Foi a "Abertura Lenta, Gradual e Segura", comandada pelos generais Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Fazia parte dessa estratégia, a "limpeza" do caminho. A esquerda armada já havia sido derrotada; tratava-se, então, de eliminar os pacifistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). É por isso que são eliminados no DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, o jornalista Vladimir Herzog (1975) e o operário Manoel Fiel Filho (1976).

Gerando Renda e Direitos

A ideia de criar o GMM surgiu a partir de reflexões de Lourdes Luna com uma freira norte-americana, Ir. Jeanne Gallo, que trazia informações das lutas das mulheres no mundo. A partir dai, formou-se uma equipe de militantes revolucionárias para acompanhar o grupo. Duas viviam na clandestinidade. Eram Maria Aparecida e Selma Bandeira. Aparecida, operária têxtil, potiguar, que viera para o Recife fugindo da repressão. Selma, médica, mudara de Maceió para a capital pernambucana, pelo mesmo motivo. A terceira, Lourdes Luna, tinha vida legal; era ex-freira, concluinte de Serviço Social, e moradora do bairro. Ela é que fazia o trabalho de mobilização e organização daquelas mulheres sofridas, foi fundadora e tem presença ativa no Grupo até os dias de hoje, articulando e estimulando a organização e a luta.

O Grupo resolveu se legalizar em 1986, na forma de Associação, e definiu como sua Missão Lutar pela promoção dos Direitos Humanos numa perspectiva de gênero raça e etnia, pelo acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e empoderamento das mulheres para a construção de uma nova sociedade. Os primeiros momentos de formação do grupo foram marcadas por discussões sobre a situação das mulheres, no lar e na comunidade e sobre os problemas do país. Buscavam na discussão entender as raízes dos problemas, questionando as relações de poder, as formas de opressão e de exploração e a ensaiar uma luta pela conquista dos direitos humanos. Logo perceberam a necessidade da autonomia das mulheres e começaram a desenvolver atividades como costura, pintura, confeitaria, e artesanato, a fim de gerar alguma renda própria para as mulheres, pois como poderiam falar em igualdade dentro de casa, se dependiam economicamente dos seus maridos? Esta atividade coletiva seria, duas décadas a seguir, chamada de Economia Solidária.



Angela Deolinda, atual Coordenadora Geral

De viúvas da seca a Mulheres do Benvirá

Tendo assumido emprego na Emater (empresa estadual de assistência técnica e extensão rural), Lourdes Luna foi transferida para Afogados da Ingazeira, no Sertão Central de Pernambuco. Encontrou terreno fértil, pois naquele município se realizava intenso trabalho de conscientização e organização, especialmente na área rural, apoiado pelo bispo dom Francisco Austregésilo, da mesma linha progressista de dom Helder Câmara, e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Anos de seca, com as famílias lutando pela sobrevivência, uma mobilização se destaca: as mulheres, chamadas viúvas da seca, pois grande parte dos maridos migrava para São Paulo, reivindicavam o direito a serem contratadas para as frentes de trabalho. Fruto dessa luta vitoriosa, nasce o Grupo de Mulheres de Benvirá (1983), e em 1985 a ONG Grupo Benvirá, que se incorpora no ano 2.000 ao GMM, fortalecendo a luta das mulheres do povo no litoral e no sertão.

O Grupo Mulher Maravilha conseguiu com mutirões e apoio de entidades internacionais de Direitos Humanos, construir sedes em Recife (Nova Descoberta) e Afogados da Ingazeira, estimulou a organização de grupos e associações de mulheres e quilombolas nas periferias das duas cidades e na Zona Rural de Afogados da Ingazeira e municípios vizinhos, atuou também com crianças e adolescentes e participou das lutas por democracia, pela aprovação de direitos das mulheres e das crianças na Constituição Federal, e depois, se dedicou às lutas pela efetivação desses direitos.

Na Caminhada como ONG

Nos anos seguintes à Constituição Federal de 88, o GMM se definiu como Organização Não Governamental (ONG), pautando sua ação nos eixos político e educativo, sem esquecer a Economia Solidária. No campo político, mediante a participação em articulações de Direitos Humanos, de Mulheres, e nos Conselhos, espaços criados na Constituição para possibilitarem a participação popular na gestão pública. No aspecto educativo, foram dezenas de cursos destinados à capacitação em Direitos Humanos, com recorte de gênero, raça e etnia e à formação de Promotoras Legais Populares, mulheres do povo capazes de orientar como as pessoas acessarem o poder judiciário e instâncias administrativas em vista da reivindicação dos seus direitos, e a enfrentar a violência de gênero. Outro importante trabalho vem acontecendo junto a comunidades negras rurais quilombolas, na perspectiva de sua autonomia. Atualmente, no Recife, está acontecendo o curso *As Mulheres e os Direitos Humanos – Democratizando Saberes*. Em Afogados da Ingazeira, atividades de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST-AIDS) e o projeto de atualização dos estatutos e capacitação em gestão democrática das associações quilombolas do Pajeú. Essas atividades são viabilizadas mediante projetos apresentados a entidades afins públicas ou privadas. Deve-se ressaltar que o GMM não se deixou cooptar pelos denominados "governos populares" e enquanto entidade nunca assumiu compromissos político-partidários em troca da aprovação de projetos.

40 Anos – Momento de Festa e Reflexão

O GMM tem comemorado seus quarenta anos em 2015 com eventos e homenagens. Em Afogados da Ingazeira, Lourdes Luna e Narciso Cechinel, seu marido e educador popular, acabam de receber o título de Cidadã e Cidadão, num reconhecimento à atividade do Grupo. Mas o momento não é apenas de festa. É também de avaliação, reflexão e busca de caminhos não muito fáceis de serem encontrados. Os projetos estão cada vez mais escassos. As organizações internacionais não priorizam mais o Brasil, considerando que nosso país estaria em nível avançado de desenvolvimento, podendo contar com recursos internos, e voltam suas atenções para a África. Internamente, a relação das ONGs com o Estado brasileiro está cada vez mais complicada. As denúncias de desvios levaram a uma grande redução da disponibilização de recursos públicos para o chamado Terceiro Setor.

As dificuldades têm provocado a evasão de quadros. Jovens formadas no GMM e com todas as condições de darem continuidade à sua Missão têm saído para atuar como gestoras públicas e até em outras ONGs. É uma necessidade de sobrevivência pessoal e de suas famílias. O que fazer diante disso? Algumas ideias têm sido postas, como esquecer grandes projetos, buscando os mais simples, abrir as sedes para as comunidades, construindo com elas as formas de utilização e manutenção.

Apesar das dificuldades, há um núcleo que tem fé na continuidade, e nele estão mulheres da antiga e da nova geração, representadas, respectivamente, pela fundadora, inspiradora e dirigente Lourdes Luna, e pela jovem Maria Angela Deolinda Franco, eleita por unanimidade como atual Coordenadora Geral. É comum ouvir de ambas que os problemas que motivaram o nascimento do Grupo Mulher Maravilha ainda permanecem, e alguns até se agravaram como a violência contra as mulheres e os descaminhos dos (as) adolescentes e jovens. Por isso, o GMM não pode morrer; encontrará, com certeza, o caminho capaz de garantir a sua existência, quem sabe, por outros quarenta anos. Que assim seja!

***Integrante da equipe do JVC-PE e assessor do GMM**

A Lama do Rio Doce é consequência do Capitalismo

Enquanto a globo derrama lagrimas de crocodilo pelas vítimas dos atentados em Paris, milhares de brasileiros estão perdendo tudo com a tragédia do rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais. As famílias diretamente atingidas perderam tudo. Muitos, inclusive, perderam familiares. As vítimas indiretas são milhares de moradores de Minas Gerais e Espírito Santo.

A água do Rio Doce (leite da nossa mãe terra) está envenenada pelo Dragão da Maldade (capitalismo). Os peixes que alimentavam tantas famílias morreram. Falta água para beber, tomar banho, lavar roupa, louças, panelas... Agora tudo depende dos carros pipa, como nas regiões da seca. Roças foram destruídas. Este é o resultado do desenvolvimento do capitalismo, com ou sem distribuição de renda. Se a região do Rio Doce tivesse ficado com seus verdadeiros donos (povos indígenas), mais seus aliados quilombolas, camponeses, trabalhadores urbanos e todos os povos de bem (não capitalistas), tenho certeza de que não teria acontecido essa tragédia.



Representantes da Diocese de Mariana na Romaria da Floresta em Anapu (PA)

Quando vi a notícia da tragédia de Mariana, lembrei muito das companheiras e companheiros daquela diocese, que encontrei em Anapu-PA: Tatiane, Rosilene, Bruna, Sandra, Maria Francisca, Dona Fátima, e outras de quem não lembro o nome, durante a **Romaria da Floresta**, em julho de 2015. Tanta amizade, tanta fé, tanta alegria naquela Romaria. Sem saber que cinco meses depois, essas companheiras estariam no olho dessa tragédia.

Mas a esperança não pode morrer. Vamos rezar e pedir a Deus que ajude esse povo a sair dessa situação. E nós, vamos fazer a nossa parte. Denunciar para a opinião pública e fazer alguma coisa para nos solidarizar com nossos irmãos e irmãs, vítimas dessa tragédia provocada pelo capitalismo.

Iris Salazar
Feira de Santana-BA

O que é uma barragem de rejeitos?

Uma barragem de rejeito é uma estrutura de terra construída para armazenar resíduos de mineração, os quais são definidos como a fração estéril produzida pelo beneficiamento de minérios, em um processo mecânico e/ou químico que divide o mineral bruto em concentrado e rejeito. O rejeito é um material que não possui maior valor econômico, mas para salvaguardas ambientais deve ser devidamente armazenado. As características dos rejeitos variam de acordo com o tipo de mineral e de seu tratamento em planta (beneficiamento). As consequências do rompimento de uma barragem de rejeitos não precisam ser explicadas. Todos estamos vendo: um rastro de morte e destruição por onde passa.

VI Jornada de Agroecologia da Teia dos Povos da Bahia

A VI Jornada de Agroecologia da Teia dos Povos da Bahia foi realizada entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro no Assentamento Terra Vista, Município de Arataca (BA). O tema *Terra, Território e Poder* norteou as discussões acerca da defesa dos territórios dos povos originários (indígenas, quilombolas e camponeses) e também a troca de experiências sobre técnicas de plantio livre de agrotóxicos e voltadas à agricultura familiar (coletiva). Na abertura, foi realizada a mística da árvore humana e um toré celebrado pelos indígenas presentes, Tupinambás de Olivença, Tupinambás do extremo sul e Pataxós Hã-hã-hãe. Na mesa, havia representantes de movimentos sociais, etnias indígenas, povos quilombolas, universidades e representações governamentais. Após as saudações, Joelson, liderança do assentamento, relatou como surgiu a ideia da Jornada e os temas anteriores. A noite cultural contou com apresentação afro do grupo "Irepó" formado por estudantes do curso de dança da Uneb (Universidade do Estado da Bahia) e apresentações musicais.

No dia seguinte, a Análise de Conjuntura ficou por conta de Ademar Bogo e Felipe, representante da AATR (Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais). À tarde, Haroldo, do CIMI, e Joelson ressaltaram a força do tema no que diz respeito à construção do poder popular para a resistência do povo na defesa do seu território e na conquista dos seus direitos. Deixaram bem claro que não podemos nos iludir com as "políticas reparatórias" do governo, e nos deixar incluir no sistema capitalista, ao invés de lutar para transformá-lo. Durante a noite, foi exibido o filme *Umbigo* sobre a parteira tupinambá Dona Val. Em seguida, houve conversa sobre parto e aborto e apresentação teatral do MNU (Movimento Negro Unificado) da cidade de Pau-Brasil.



Indígenas, quilombolas e camponeses no Assentamento Terra Vista

No sábado, participei da roda de diálogo cujo tema era *Juventude, Esporte e Lazer*. A discussão se deu a partir do por que da roda estar esvaziada se a maioria dos participantes era jovem? Foram apontadas causas como a influência midiática, a falta de consciência política e o desinteresse cultural. À tarde, participei da oficina de Grafite - Arte Urbana. O ministrante Leonardo ressaltou que Grafite não é pichação e que um muro pintado perdura por muito tempo, então é importante que a arte seja coerente com o ambiente para que possa agradar o maior número de pessoas possível. Na noite do sábado, houve a formatura da primeira turma de técnicos em Agroecologia do local pelo CEEP (Centro Estadual de Educação Profissional) Milton Santos e, no domingo, a Jornada foi encerrada com um imenso toré do qual participou a maioria dos participantes.

Nilton Junior, militante da UJP - Sítio Matias, Feira de Santana (BA)

Encontro Regional dos Povos do Cerrado

De 23 a 25 de novembro, povos e comunidades do Cerrado estiveram reunidos em Araguaína (TO) - indígenas, quilombolas, camponeses, geraizeiros (populações tradicionais do Cerrado), pescadores, fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco - para debater e refletir sobre as experiências de vida e resistência no Cerrado, tendo como tema "PDA Matopiba e as consequências para os povos do Cerrado".

Participaram do encontro trabalhadores do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, que serão atingidos pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba-PDA. O referido plano não contempla a grande maioria das comunidades. "A gente vive um momento muito crítico no País, onde percebemos claramente uma investida devastadora sobre a terra e territórios de muitos povos e comunidades. E tudo isso baseado numa ânsia capitalista das grandes empresas, da bancada ruralista, e lamentavelmente do próprio governo, que tem apoiado totalmente tudo isso", falou à imprensa, Paulo César Moreira, da CPT Nacional.



Plenário do Encontro em Araguaína (TO)

O objetivo do encontro foi fortalecer as articulações, clarear a questão para as comunidades e planejar ações que barrem o PDA em defesa da vida e do território dessas comunidades. Barra do Ouro (TO) é uma das regiões mais afetadas por esses conflitos, que destroem o bioma, com desmatamentos e despejos de famílias que estão ali há pelo menos 50 anos, por meio de grilagem da terra feita por grandes fazendeiros.

O Encontro foi organizado pela Articulação CPTs do Cerrado – projeto da Comissão Pastoral da Terrra (CPT) -, Agência 10 envolvimento, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Rede Cerrados e outros. No final do Encontro, foi publicada "Carta Aberta à Sociedade Brasileira, e à Presidência da República, e ao Congresso Nacional Sobre A Destruição do Cerrado Pelo Matopiba". A Carta foi assinada por 48 entidades do **Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.**

Acessar carta: ***territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com***

Almoço Coletivo na Comunidade Chã de Brejinho – Anadia (AL)

A partir da avaliação do Natal de 2013 e das experiências do MCP em outras comunidades, discutimos na reunião dos mais interessados o objetivo de firmar e ampliar a união e praticar a Religião Libertadora e ecumênica na comunidade. Assim, surgiu o almoço coletivo, que acontece mensalmente no terceiro domingo. Quando as igrejas evangélicas, católicas e outras têm uma atividade forte no mesmo dia, o grupo discute e muda a data do almoço coletivo, para facilitar a participação dos membros que são de várias religiões e de outras crenças.

Além do almoço, fazemos outras atividades ligadas à refeição coletiva. Comemoramos as datas, os aniversários dos companheiros, etc. Para o almoço, cada pessoa ou família traz comidas prontas, sucos...; dessa forma, a cada realização desse momento sagrado na nossa comunidade, contemplamos uma mesa colorida e farta. O almoço começa com orações espontâneas, hinos, pai-nosso, benção dos alimentos, agradecimentos pela vida, pelo pão.

Na hora de servir, são formadas filas por faixa de idade: idosos, crianças, jovens, adultos. Todos respeitam. Uma comissão reparte a mistura. Quando terminamos de compartilhar o maravilhoso almoço, um grupo assume a limpeza, arrumando a mesa, lavando os pratos.

No intervalo, ficamos conversando ao redor da casa. Depois desse intervalo, retornamos para a sala da casa, onde cantamos músicas religiosas, lemos textos da Bíblia, ligando a Fé com as Obras. Fazemos perguntas sobre o que entendemos do texto, que ligação tem com a vida. O entendimento da Palavra é sempre na direção do interesse pelo seu semelhante, de que temos que nos preocupar conosco e com a comunidade, ajudando os necessitados. Quem participa gosta e diz que esse tipo de ação é uma obra missionária, que isso é o Evangelho.... Assim, vamos aprendendo com o povo a construir a união e a organizar a comunidade para resolver nossos problemas e ajudar o mundo a ser melhor.



Membros da Comunidade Chã de Brejinho

Fabricação de sabão caseiro

Outra experiência que surgiu na comunidade foi o grupo de produção de sabão caseiro, reciclando óleo de cozinha e outros materiais. O Grupo de Produção Coletiva – GPC Sabão começou suas atividades em 2014, a partir da discussão sobre saúde e meio ambiente, com os mais interessados dacomunidade. Com o objetivo de não poluir, não destruir a natureza, reciclando óleo saturado (resto de óleo usado nas frituras), além de servir para ajudar na Economia Familiar e preservar a saúde, usando menos o óleo na fritura, que é cancerígeno.

O grupo começou com 10 mulheres, reunindo, planejando, estudando matérias do **JVC**, avaliando cada passo e produzindo uma vez por mês. O óleo é recolhido nas residências das famílias da comunidade e em restaurante na cidade. Foi decidido em reunião que para cada litro doado, a pessoa teria direito a uma barra de sabão, como incentivo para juntar o óleo em sua casa. Cada membro do grupo contribui com cinco reais para comprar soda cáustica, essência, farinha de trigo, glicerina, detergente neutro, água sanitária, sabão em pó, etc. Esse trabalho tem ajudado a unir a comunidade e a organizar o MCP na área. A experiência envolve diretamente 20 pessoas nas tarefas. A reunião do grupo acontece na segunda terça-feira de cada mês, com cântico, oração, comemoração de aniversários do mês, divisão do sabão e o encerramento festivo com suco, café e conversa-desabafo.

Estamos fabricando 130 barras de sabão na forma que é o vasilhame da margarina de 250 ml. São cinco fabricações numa tarde alegre de trabalho, usando 30 litros de óleo. A receita básica: - seis litros de óleo, - 1 kg de soda cáustica, - 50 ml de essência, - 250 ml de farinha de trigo, - 150 ml de glicerina, - 150 ml de detergente neutro, - 75 ml de água sanitária, - duas colheres de sopa de sabão em pó, - meio litro de água para misturar com os materiais. A soda é desmanchada separada num balde plástico com um litro de água. Após mexer bem os produtos e a soda separada, junta tudo e mexe por alguns minutos para não endurecer, coloca numa forma e no outro dia estará pronto o sabão caseiro.

"Onde há cooperação, não existe exploração"

Chico Mendes está de volta ao Chapadão

Adultos e crianças moradoras da Pavuna, na Zona Norte do Rio, fizeram, nesta terça-feira (29), um resgate simbólico fundamental para a autoestima comunitária. Ao se apresentarem, cerca de 40 pessoas presentes na reunião do Colegiado Gestor, na Clínica da Família (CF) Manoel Fernandes de Araújo (Seu Neco), disseram com orgulho morar "na comunidade Chico Mendes" ignorando o apelido "Chapadão", que atualmente ofusca o nome original da localidade.

"Aqui era lindo, maravilhoso. Não tinha água nem luz, queríamos que fosse transformado em um parque; o problema era a falta de um programa de urbanização. Quando cada um começava a fazer sua laje, todos ajudavam e, então, virava um mutirão. Foi uma ocupação com planejamento", lembra, emocionado, Antonio Roberto Neto, o Beto, 59 anos, que chegou ali antes mesmo de a comunidade existir como tal.

A Chico Mendes, portanto, só tem uma história oral, fruto das memórias dos moradores mais antigos, como *Seu Antonio* e a educadora Denilza Maria Emerenciano, 45 anos. "O nome foi escolhido para homenagear a luta de Chico Mendes, a sua batalha para defender a natureza. Só que a violência aumentou, e o nome Chapadão, não oficial, cresceu. Não podemos deixar que ele continue a abafar o nome original", propôs ela.



Integrantes do Colegiado Gestor da Clínica da Família

Chapadão era uma referência à configuração geográfica da comunidade, que acabou se expandindo e mantendo em comum a violência acirrada, que a aproximou mais da ideia de 'chapa quente'. "Nós somos a comunidade Chico Mendes, não podemos nos abater pelo medo e temos de procurar melhorias", completou Denilza.

As reuniões comunitárias na CF 'Seu Neco', que sempre ocorrem na última terça-feira do mês, têm se tornado um espaço para a construção da cidadania consciente. Desta vez, porém, a emoção dos participantes veio à tona, sob os efeitos da apresentação de crianças da Escola Jardim da Comunidade e das maquetes e quadros feitos por elas. Entre outras músicas, os pequenos cantaram o refrão: *"Se a natureza grita/ Me dê a* mão, vem, vamos para lá/ fazer florir uma missão na Amazônia/ Pra Chico Mendes ressuscitar/Nossa canção virou ação na Amazônia", de autor desconhecido.

Márcio Rogério Cavalcante, Inessa Barbosa Lopes, do Movimento das Comunidades Populares, e Maria Luzia Ribeiro, coordenadora da igreja católica, alternaram a leitura de uma curta biografia sobre Chico Mendes, nascido em 15 de dezembro de 1944 e assassinado em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Seringueiro, sindicalista, ativista político e ambiental brasileiro, Mendes lutou pelos seringueiros da Bacia Amazônica que dependiam da preservação da floresta e das seringueiras nativas para sobreviver. Seu ativismo lhe trouxe reconhecimento internacional, ao mesmo tempo em que provocou a ira dos grandes fazendeiros locais, que terminaram por eliminá-lo.

A gerente da Clínica da Família 'Seu Chico', Camila Coelho, apesar de estar cumprindo licença-maternidade, também participou do encontro. A enfermeira Elaine Kotani Shimizu, coordenadora substituta, propôs que o Colegiado Gestor passe a se chamar Chico Mendes. Os presentes simpatizaram com a ideia, no entanto o nome definitivo só será escolhido na próxima reunião.

Fonte: ***vivario.org.br***

Formatura do ABC no Pantanal

Realizamos a formatura do ABC "Alfabetizando com Cristo", dirigido por Petró e Marise, baseado no método Paulo Freire. Foram contadas as horas de aulas, sendo uma hora por dia, três vezes na semana. No final, deu um total de três meses de aula. Uma grande vitória, conseguir alfabetizar em três meses. Considerando que no Brasil ainda existem 14 milhões de analfabetos, essa experiência é muito importante, porque iniciamos já uma luta contra o analfabetismo.



Comunidade reunida e atenta na entrega do diploma da Formatura do ABC

Durante as falas das autoridades, nossa companheira Marise, Agente Comunitária de Saúde, que é do MCP no Pantanal, bairro do Recife, apresentou para todos a Carta-Programa do MCP, na parte sobre educação, que diz que o governo deveria criar uma bolsa para os estudantes de alfabetização.

O acontecimento foi marcante na vida da Comunidade, dos formandos, das professoras e de todo povo. Neide leu uma mensagem "Avance Sempre". Ducarmo apresentou o trabalho de saúde publica e comunitária colocando como exemplo irmã Zezé e Érica. Érica deu um testemunho e apresentou Ana Beatriz à Comunidade, falando sobre a força do coletivo e o amor cristão verdadeiro. Só construímos quando ajudamos uns aos outros. É o 1º mandamento da lei de Deus.

O irmão Reginaldo, que é uma pessoa muito simples e foi abandonado aos dois anos pela mãe e conviveu com o pai alcoólatra, também se viciou e sofreu muito. Nunca estudou. Trabalhou nas Docas por muito tempo, ficou com problemas graves de coluna e por isso conseguiu se aposentar, se libertou dos vícios e há 9 meses se converteu ao Evangelho. Tem 46 anos, é casado e tem três filhos. Quando chegou à comunidade, veio estudar. Tem uma disciplina invejável. Sempre chegou mais cedo. É de uma conduta exemplar, simples, como é a nossa classe trabalhadora. Solidário, sincero, verdadeiro, sensível, não aceita hipocrisia. Eu o vi chorar várias vezes emocionado porque aprendeu a ler. A casa da comunidade, que é um lugar sagrado, tem sido para todos que passam e aceitam, um exemplo de fé e amor de Deus aqui na terra.

Isso nos deixa feliz, porque a cada dia vem mostrando que a estratégia do Movimento é correta.

O avanço da parceria entre a saúde pública e comunitária tem nos dado acesso a muitas coisas boas, pessoas sérias e áreas novas como Jardim Monte Verde e Areias.

Estiveram presentes na formatura o grupo do IESA, PROAT (Programa de Atenção ao Idoso) da Igreja Assembleia de Deus, representantes da área médica, do distrito e do posto; e do MCP. Irmã Zezé foi a oradora da turma.

Estiveram presentes também o grupo de Monte Verde, e Josefa, do grupo de Areias.

O lanche foi todo saudável: arroz tropeiro natural, sucos diversos, Fanta natural, bolo de dieta e muitas frutas, café e água. Tudo foi doado pelos participantes. Teve também lembrancinhas que foi um lencinho com três letras: ABC, feito pelo GPC. No final, uma equipe fez a limpeza geral.

Quando a escola resolveu fazer a formatura, nós discutimos no GPC e vimos que era muito importante dar todo apoio e deixar a casa bem bonita. Com mão de obra voluntária, fizemos uma reforma na casa com recursos do caixa da casa, que conseguimos juntar de dezembro até julho, mais de 300 reais. Essa atividade teve uma grande repercussão. Foi muito emocionante, muito forte. Participaram dessa atividade, entre 60 e 70 pessoas. Documentamos esse momento e estamos muito felizes com os avanços da comunidade.

Grupo de Colaboradores do JVC CP Pantanal (PE)



Petró dirigiu o curso junto com Marise

5º Torneio Aberto de Xadrez em Petrópolis homenageia a Luta e Resistência dos Quilombos

Paulo Proença
Da redação – RJ

Aconteceu no dia 20 de novembro de 2015 na Escola M. Leonardo Boff, em Petrópolis, região serrana fluminense, o 5º Torneio Aberto de Xadrez Darmstädt. O evento teve 30 participantes ao todo, entre as seguintes instituições: Aldeia da Criança, Grupo Independente, União da Juventude Comunista (UJC) e Escola M. Leonardo Boff, em três subcategorias: 7-10; 11-14 e 15-18 anos. O evento é uma iniciativa da Associação de Pais e Professores e Aldeia da Criança; cujo objetivo principal é estimular esta prática esportiva, arte e ciência num grande dia cultural entre as comunidades periféricas, instituições e escolas.

Este ano além de comemoração do dia internacional do enxadrista, também foi homenageado o dia nacional da Consciência Negra.



Participantes em frente da Escola Municipal L. Boff exibem alegria e os troféus conquistados

No ato foi lido um texto destacando a importância das comunidades quilombolas como forma de resistência em defesa da terra e de seus valores culturais, priorizando a trajetória do líder africano, Manoel Congo, que foi perseguido pelas tropas de Duque de Caxias, capturado e enforcado na cidade de Vassouras, Vale do Paraíba, em 06/09/1839.

O encontro foi aberto pela diretora da Escola M. Leonardo Boff, Angélica Proença, que destacou a importância deste torneio enxadrístico como uma ferramenta pedagógica na aglutinação de crianças, adolescentes, jovens e famílias, na busca de uma inserção e participação política de todos na sociedade através do tabuleiro da vida. Entre uma rodada e outra foram realizadas algumas reflexões em torno de temas que permeiam pelo tabuleiro, como o respeito, ética, humildade, justiça, prudência, perseverança, coragem e defesa da vida. Ainda teve apresentação musical, exibição de um filme sobre ética no xadrez, além de desafios táticos.

Os organizadores distribuíram vários prêmios, entre violões, jogos de xadrez, flautas, medalhas e bombons, adquiridos com recursos levantados durante o ano, além de generosas doações. Como contrapartida os alunos colaboraram com um quilo de alimentos não perecível e que servirão para montagem de uma cesta básica que será entregue no natal para uma família carente da região.

Este ano a organização do torneio, além de premiar os seis primeiros colocados com violões e flautas profissionais; também premiou os participantes mais jovens com jogos de xadrez: Os corajosos foram Erick, Harison e Ludmila, com apenas sete anos de idade.



Comunidade Morro Redondo festeja com entusiasmo o Dia da Criança



Semana da Criança com tema indígena na EJC de Maceió

Dia das Crianças – 2015

Comunidade se une pelas crianças

Em **São Lourenço da Mata (PE)**, o Dia das Crianças este ano foi comemorado em três momentos. Na **Escola Jardim da Comunidade (EJC),** a festa teve sorteio, guloseimas e brincadeiras. No **Grupo de Crianças,** cada pessoa contribuiu com três reais para o lanche. Além disso, o grupo organizou dois festivais de sorvete, em agosto e setembro, para arrecadar dinheiro para os presentes. Teve banho de chuveiro e piscina, entre outras brincadeiras. Três crianças ajudaram a fazer a salada de frutas e encher os saquinhos de confeitos. As mães ajudaram a servir o lanche e a arrumar o local no final.

A data também foi comemorada, pelo quarto ano, na **Rua Vitória**. A iniciativa de realizar a festa nasceu de um jovem da Comunidade. Este ano ele se mudou para outro estado, mas os moradores resolveram dar continuidade ao evento e formaram uma comissão de 18 pessoas para se reunir e dividir as tarefas. Foram feitas arrecadações na vizinhança e no comércio local. 67 pessoas doaram doces, pula-pula, pipoqueira, presentes e dinheiro. Em setembro, foi realizado um bingo para comprar os presentes das crianças e ajudar nas despesas da festa. Os prêmios também foram doados (cesta básica, sanduicheira, ventilador, liquidificador, ferro de passar e um prêmio surpresa, um jantar em um restaurante, doado pelo dono do estabelecimento). O lucro do bingo foi de 744 reais e da venda de lanches (também doados) foi de 129 reais. A divulgação do evento também aconteceu por meio de doações. Além do carro de som, foram feitas camisetas para os integrantes da comissão organizadora. Cada um adquiriu a sua no valor de 12 reais. Foi doada uma faixa pela mesma pessoa que estampou voluntariamente as camisetas. No dia, a festa teve muito som, lanches, brincadeiras e distribuição de brinquedos. No final, os integrantes da comissão limparam o local. Participaram 500 pessoas, sendo 300 crianças.

Dia das Crianças também é Dia dos Índios

A **Semana da Criança** na **EJC** de **Maceió (AL)** teve diversas atividades ligadas ao tema indígena. A escola foi decorada com banner e cartazes sobre a vida dos índios: alimentação, artesanato, moradia, etc. Durante os dias, houve atividades como exibição de filmes, brincadeiras educativas, músicas, trabalhos artesanais, lanches e festa. O destaque foi a Feira de Ciências. Todos os alunos estavam com as camisetas, feitas especialmente pelo Grupo de Produção Coletiva (GPC – Costura), para o tema da Semana da Criança. Havia uma grande mesa com maquetes e comidas típicas indígenas como mandioca, batata doce, inhame, peixe e frutas. As crianças ficavam ao lado dando informações aos visitantes. Além das camisetas, uma professora confeccionou bolsas artesanais que ficaram como lembrancinhas da atividade.

Em **Anadia**, município localizado a 94 km de Maceió, o grupo de adolescentes organizou a atividade com as crianças. Houve brincadeiras e prêmios doados pela Pastoral da Criança. Outros participantes doaram bolas, pipocas, pirulitos e balas. O público aplaudiu a apresentação de valsa feita por um grupo de crianças ensaiadas por uma jovem e uma agente de saúde. O figurino, feito de TNT, foi reciclado por uma mãe. No final, cantaram parabéns para os aniversariantes do mês.

Aprendendo a brincar e a poupar

Em **Lagoa Salgada (São José/BA)**, no início da atividade foi lembrada a importância de comemorar o Dia das Crianças e de Nossa Senhora Aparecida. Após a fala, foi feita uma leitura bíblica e o sorteio da cesta coletiva. Durante a programação, houve desfile com adolescentes da comunidade fantasiados de super-heróis, apresentação do *Grupo Dance*, formado por meninas da área, músicas infantis, distribuição de guloseimas e arroz doce. A diversão ficou por conta dos palhaços Bolinha e Pipoca (também moradores da comunidade) que fizeram a alegria da criançada. A festa, que envolveu aproximadamente 100 pessoas, terminou com uma grande roda de samba.

No município de **Ichu,** o Dia das Crianças foi festejado em dois momentos. Na Comunidade de **Morro Redondo,** a comemoração teve início com um culto ecumênico. Além das orações, houve cantos, leitura bíblica e brincadeiras. Foi falado sobre a importância das crianças pouparem no **GIC (Grupo de Investimento Coletivo)**. Duas crianças presentes já tinham conta aberta pelos pais. O Fundo de Despesas do GIC contribuiu com 98 reais para comprar brinquedos. Os doces, bolos e refrigerantes foram assumidos pela comunidade. O outro evento foi mais voltado para a questão cultural. Foi um dia inteiro de atividades com celebração religiosa, distribuição de brinquedos, brincadeiras, palhaços, capoeira, maculelê e samba de roda.

Amigo Doce

Venho contar para vocês a importância de, muitas vezes, sair ou mudar de ambiente por algumas horas, dias ou momentos. No começo do mês de outubro de 2015, durante a Semana da Criança, nós da **Escola Jardim da Comunidade (EJC) – Comunidade Chico Mendes/ RJ**, fomos conhecer a **Escola Municipal Leonardo Boff** em **Petrópolis**. Fomos 28 crianças, sete professoras e 13 responsáveis.

Em meio a tantas atividades, tivemos instantes gostosos nos quais o professor Dedé, ao violão, e um grupo de alunos da EM Leonardo Boff com flautas cantaram a *Canção da Terra*, a *Oração de São Francisco* e a música *Aquarela* (Toquinho). Todos juntos cantamos a música *Reencontro* (Zé Martins). Esta canção foi ensaiada pelas crianças das duas escolas conforme combinação feita entre as professoras. Os pequenos gostaram das oficinas de desenho livre, dança, leitura, dobradura, sapinho, quebra-vento e bichinhos de bola de gás. Gostamos da acolhida da diretora Angélica, das professoras e de todos os funcionários. Não podemos esquecer a integração entre as crianças das duas escolas nas atividades, brincadeiras, refeições e, principalmente, no amigo oculto de bombons e mensagens de amizade. Quem me fez recordar este momento especial foi o meu neto Luiz Otávio, de quatro anos, que, em meio a uma conversa, se lembrou do amigo doce. Agradecemos ao MCP e pedimos a Deus que nossas crianças tenham sempre doces momentos para serem lembrados. Amém.

Texto feito por Dona Dagmar, 74 anos, avó de Luiz Otávio que estuda na Escola Jardim da Comunidade.

OBS: *As Escolas Jardim da Comunidade e Leonardo Boff agradecem o apoio dos companheiros do* ***Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (Sindscope)****, de extrema importância para a realização desta atividade.*



Atividade das crianças na Rua Vitória, em São Lourenço da Mata (PE)



Crianças da CP Chico Mendes e da Escola Leonardo Boff fazem grande festa

Grupo Avanço Novo comemora 10 anos

No último dia 19 de setembro, o grupo de arte Avanço Novo da comunidade de Lagoa Grande Retirolândia (BA), comemorou seu 1º aniversário. O evento foi composto de apresentações artísticas como danças, literatura de cordel, teatro, vídeos, etc., que trouxeram aos participantes e ao público recordações de grandes momentos do grupo.

"O grupo de arte surgiu há muito tempo, em função de uma necessidade, que a gente viu muitos jovens estavam à solta e assim conseguimos juntá-los. Houve uma grande iniciativa do pessoal do Movimento (grupo de jovens lá do Sítio Matias, em Feira de Santana que até então, não era UJP). Fomos criando algumas ideias juntos e formamos um grupo aqui em Lagoa Grande e realmente deu muitos frutos". Disse José Roberto, em entrevista ao **JVC**.

A noite foi cultural mesmo, tinha apresentações diversas; este ano o evento não teve um tema específico; cada um dos sete grupos se expressou de forma diferente e muito criativa, valorizando o que realmente chamamos de cultura popular, que vem do conhecimento adquirido pela prática de nossos ancestrais, sabedoria que se passa de geração em geração, resistindo à invasão cultural ou cultura erudita, implantada pelo sistema capitalista para desvalorizar aquilo que o povo sabe fazer.

Foi preciso muito empenho para essa atividade acontecer, explicam Antônio Jorge e Breno: a preparação se deu bem antes, se reuniram com todo o grupo e discutiram como seria o evento, a data, convites e outras coisas. O grupo escolheu as apresentações que mais fizeram sucesso em sua trajetória, dentre elas a peça teatral ***"O Álcool me matou"***, O espetáculo ***Balé Folclórico*** e a ***dança do coco de roda.*** E assim os ensaios e a confecção de figurinos começaram com mais de três meses antes.



Mística de encerramento do aniversário de 10 anos do grupo

"Esse evento significa **Jovens no caminho certo",** porque através desses eventos, a gente mostra para todos, e principalmente a comunidade, o trabalho que está sendo feito com esses jovens e adolescentes. Nós passamos meses ensaiando, assim ocupando um pouco do tempo deles que poderiam estar na rua consumindo álcool e outras coisas ruins.

E as homenagens durante toda a festa! O próprio grupo fez uma camisa para os primeiros participantes do grupo, com a seguinte frase: ***"Tudo começou por mim".*** O grupo de Retirolândia dedicou uma poesia ao Avanço Novo; foi lido também um cordel contando sua trajetória.

"É importante também lembrar que o nascimento do nosso grupo foi dentro do Movimento, passamos por várias etapas e vamos levar pra sempre com o grupo tudo aquilo que aprendemos com a UJP (União da Juventude Popular), sua ideologia e critérios de organização. Disse Antônio Jorge (popular Café)".

O grupo de Arte agora não é mais só de Lagoa Grande, já ganhou o município e até a região. É famoso pela dança do coco e diversos outros tipos de arte que apresenta. Nesses dez anos se apresentou em muitos eventos ligados a igrejas, movimentos sociais e outras entidades. E para esse aniversário, o grupo contou com o apoio da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer. "Até então em outros eventos a prefeitura tinha contribuído com o som e palco; mas só isso. Dessa vez, fizemos um projeto através da Secretaria e custeamos os gastos da festa. Um trabalho como esse é maravilhoso, ocupa a mente do jovem e incentiva ele a seguir um bom caminho na vida e a gente como cidadão temos que apoiar independente de estar ou não no pode público". Afirmou Silvestre Góes, atual Secretário de Cultura de Retirolândia.

O evento terminou por volta das 23 horas, com muita alegria e muita emoção, ao som da música ***"Manda teus anjos"*** e uma corrente com todos os integrantes do grupo. Agradeceram a todos pela presença de todos, mas principalmente a comunidade local que desde o início apoia e contribui, estando presente em tudo que o grupo realiza.

Estima-se que mais de 500 pessoas estiveram no evento.

Na fala de todos que entrevistamos, pudemos perceber a satisfação de ter participado ou contribuído de alguma forma para o evento, a cada palavra confirmavam que suas expectativas foram atingidas e até ultrapassadas pela qualidade do evento. "Fomos muito bem recebidos e o nosso grupo leva daqui uma grande experiência, pois sabemos que não é fácil realizar um evento de tamanha proporção que encantou a todos que vieram". Disse Sival, coordenador do grupo da UJP de Ichu, que também se apresentou em Lagoa Grande.

E pra continuar o trabalho, o grupo Avanço Novo já tem planos para realizar um encontro de jovens ainda este ano para discutir o tema "Namoro", que é uma das questões que mais tem afetado o grupo uma vez que muitos se afastam por este motivo. "Já decidimos o encontro; será num dia de domingo com jovens, não só do nosso grupo, mas também de comunidades vizinhas. Vamos pedir o apoio da Secretaria para o lanche e o almoço dos participantes. E além desse encontro, o grupo vai continuar se apresentando nas inaugurações das obras da prefeitura municipal, pois isso mantém o grupo ativo, divulga o seu trabalho e ajuda financeiramente". Disse Café.

E vamos contando a experiência de diversos grupos para incentivar as bases das comunidades a começarem a praticar a arte popular aproveitando das datas comemorativas para realizar atividades e com isso vamos criando resistência ao ***lixo cultural*** para conquistar nossa libertação cultural, base para a libertação econômica e política do povo.

Sem Cultura Popular não haverá Comunidade Popular!

5º Acampamento da UJP – NE

Nos dias 27, 28 e 29 de novembro, foi realizado o 5º Acampamento da UJP, no Assentamento João Gomes, na cidade de Alhandra, Estado da Paraíba, com o objetivo de fortalecer os quatro setores do povo (índios, negros, camponeses e operários) e reforçar o entrosamento entre a juventude popular.

A atividade contou com a participação de 45 jovens dos estados de Pernambuco, Maranhão, Bahia e Paraíba, inclusive, do próprio assentamento. Durante a programação, houve oficina de agricultura, que foi ministrado por Patrícia e Ilma que moram na comunidade.

Houve uma gincana, na qual os jovens foram distribuídos em cinco equipes. Cada uma homenageou os seguintes mártires da luta do povo: Xikão Xukuru (representando os índios), Zumbi dos Palmares (quilombolas), Antônio Conselheiro (camponeses), Santo Dias (operários) e Che Guevara (juventude popular).

Na noite de sábado (28), houve um dos melhores momentos, a integração com a comunidade por meio da arte. Foi uma noite cultural com diversas apresentações como danças, poesia, uma encenação em que os companheiros de João Gomes mostraram de forma simples como se deu o processo de desapropriação do Assentamento e, para encerrar, teve uma ciranda muito animada.

Na programação do acampamento também houve momentos de esporte (futebol) e lazer, que foi um passeio à belíssima praia de Barramares, que fica próxima ao local do acampamento. Tudo isso com muita animação, respeito, companheirismo e sem bebida alcóolica.



União da Juventude no Assentamento João Gomes

Gostaríamos de agradecer aos companheiros de João Gomes que, mais uma vez nos receberam de forma calorosa e acolhedora.

Mobilizar! Organizar! A juventude, queremos transformar!

União da Juventude Popular

Atividades da UJP Valorizam Folclore Popular

Expressão que resume um conjunto de elementos sociais e específicos, a Cultura Popular traz os saberes e fazeres do povo, que são comidas, danças, artesanatos, rezas, uso de plantas medicinais... No intuito de reavivar a cultura dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, a União da Juventude Popular – UJP afirma a importância de comemorar e reativar essa cultura. A proposta é a partir do dia do folclore, 22 de agosto, realizar atividades. Segue uma síntese do que a juventude fez este ano.

Em Cajazeiras (PB) realizou-se uma gincana cultural com duas equipes; as provas eram perguntas, trava-língua, teatro, dança; tudo ligado ao folclore. Participaram 30 pessoas.

Em São Lourenço (PE) houve uma atividade com o grupo de crianças; conversaram sobre o tema, e a diversão foram algumas brincadeiras folclóricas.

Em Santa Rita (PB), ocorreu uma noite cultural na rua com apresentações de dança do Grupo de Arte Popular da UJP, a Capoeira Raízes Africanas, Pedro Rolim – Dança Afro, e Ubiraci tocando cavaquinho; ainda houve barraca de lanche e exposição dos artesanatos do grupo de mulheres do MCP. Participaram 50 pessoas.



Nas Escolas Jardim da Comunidade (EJC's), o Dia do Folclore foi comemorado com pinturas, histórias e apresentações de dança e teatro sobre as lendas como a do Saci, Curupira e Iara.

Juventude do Polo da Borborema

Entre os meses de julho e setembro de 2015, o Núcleo de Infância e Juventude da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com a Comissão de Jovens do Polo da Borborema, uma articulação de 14 sindicatos de trabalhadores rurais da região da Borborema, na Paraíba, realizou um ciclo de Encontros Municipais da Juventude Camponesa nos municípios de Remígio, Alagoa Nova, Lagoa Seca, Massaranduba, Solânea e Queimadas. Cerca de 300 jovens participaram. O conjunto de eventos é uma ação do "Projeto Sementes do Saber" e tem como objetivos valorizar o trabalho da juventude no território; debater as ameaças à agricultura familiar, à agroecologia e à juventude do campo; permitir a troca de experiências entre os jovens agricultores e envolvê-los no debate das sementes.

Encerrando o ciclo, aconteceu no último dia 09 de setembro, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimadas, um encontro que reuniu mais de 50 jovens de 11 comunidades rurais do município. A abertura da atividade aconteceu com a apresentação de uma peça encenada por jovens do Sítio Lutador. Em seguida, a direção do sindicato deu as boas-vindas e os participantes foram convidados a falar sobre os produtos que trouxeram para o encontro, frutos do seu trabalho na agricultura. Adailma Ezequiel Pereira, 25 anos, conhecida como "Preta", liderança jovem do Sítio Lutador, falou sobre a satisfação em poder apresentar produtos que ela mesma produziu: "Eu trouxe pimentões, as primeiras hortaliças que plantei na minha cisterna calçadão. É maravilhoso, porque sei que é uma das culturas em que mais se usa veneno, então é uma felicidade não ter que comprar e sim ter os meus, ou melhor, os nossos, pois trabalho junto com a minha mãe", disse.



Atividade de jovens coordenada pela AS PTA e Polo da Borborema

Os participantes do encontro foram questionados ainda sobre o significado da agricultura familiar em suas vidas. Morgana Maria Tavares, 18 anos, do Sítio Britas, falou sobre o seu sentimento com relação ao tema: "A agricultura se resume na palavra união. Muitas vezes passamos horas no celular enquanto nossos pais batalham no roçado, então temos mais é que trabalhar junto com eles. Não tenho vergonha de dizer que sou agricultora, mas, infelizmente, alguns jovens têm", avaliou. Leonardo Mateus Candido da Costa, 21 anos, do Sítio Boa Vista, concordou: "Temos que pensar no futuro; se, hoje, a gente não se interessar pela agricultura, quem é que vai plantar futuramente?".

A agricultora Severina da Silva Pereira, conhecida como "Silvinha", do Sítio Maracajá II, falou um pouco sobre sua experiência com Bancos de Sementes: "Comecei o trabalho ainda muito jovem, assim como vocês. O Banco de Sementes Comunitário surgiu porque a comunidade estava perdendo muitas sementes. Começamos com três variedades, hoje temos mais de 40. O armazenamento é todo agroecológico, só usamos a vedação das garrafas. Estamos de portas abertas para quem quiser conhecer e trocar sementes.", explicou a liderança.

A agricultora Marcelânia Machado da Silva, 20 anos, do Sítio Serra Alta, falou como a apicultura a ensinou sobre a importância da diversidade de culturas na propriedade: "Não posso ter apenas abelhas porque elas precisam de plantas com flores e água. A diversidade ajuda no nosso sustento; o que a gente planta serve para nós e para os nossos animais. As pessoas vão onde eu moro e, às vezes, dizem que ali não tem nada, mas tem, elas é que não sabem enxergar. Para elas 'não ter nada' é não ter um bar, um restaurante, um shopping. Por que eu tenho que morar perto disso? Essas coisas, quando quero, eu encontro, prefiro estar lá, respirando ar puro, criando e plantando".

Luã Félix Pereira, 24 anos, do Sítio Maracajá, lembrou ainda que a solidariedade é uma característica marcante da agricultura familiar: "A agricultura familiar é voltada para a vivência e a alimentação das famílias. Hoje eu arranco o meu feijão, amanhã te ajudo a arrancar o seu. Se você não tem sementes, posso te emprestar. A gente se ajuda".

As falas surgiram após o trabalho em grupo no qual os jovens se dividiram para trocar experiências. "Há um mito de que a agricultura familiar não é um espaço para a juventude e que ela produz apenas milho e feijão. A fala de vocês aqui hoje desmente essa afirmação. Vocês trazem o resultado do trabalho de agricultores e agricultoras. É possível produzir uma diversidade de alimentos que pode lhe oferecer uma alimentação de qualidade e renda com a venda do excedente", afirmou Severino dos Santos Terto, assessor técnico do Núcleo de Infância e Juventude da AS-PTA.

O período da tarde foi dedicado a tratar das ameaças ao projeto de convivência com o Semiárido que se opõe ao do agronegócio. Grupos de cochicho se formaram para debater a respeito das ameaças ao fortalecimento da juventude camponesa e da agricultura familiar. Os jovens presentes listaram como ameaças o êxodo rural, os transgênicos e agrotóxicos, a figura do atravessador, o desmatamento, a monocultura, a escassez de água, a falta de políticas públicas para a juventude rural, a violência no campo, entre outras. Após a socialização entre os grupos, houve explanação e debate sobre o contexto atual das ameaças ao modelo agroecológico e foi aberto um momento para falar sobre a Festa Estadual das Sementes da Paixão, realizada em outubro pela Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA PB), rede da qual Polo e AS-PTA fazem parte. Além disso, foram listadas propostas para o enfrentamento às questões levantadas. O encontro terminou com uma grande troca de produtos, alimentos e sementes trazidos pelos jovens.

Juventude do Polo da Borborema (PB) – aspta.org.br

Juventude rural do Sertão paraibano

Com o desejo de praticar a agroecologia e defendê-la como modo de vida, cerca de 80 jovens, filhas/os de agricultores/as dos assentamentos da reforma agrária dos territórios do Alto Sertão (PB) e Vale do Piranhas (PB), participaram da segunda etapa da formação – Juventude rural, Agroecologia e Comunicação. O evento aconteceu em setembro de 2015 na sede da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em Cajazeiras (PB), realizado mediante parceria entre **IFBDS (Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social)** e **NAESP (Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano)** com apoio do projeto **ECOFORTE**.

Com o tema *Educomunicação*, o encontro teve como proposta auxiliar os jovens na compreensão da importância das várias formas e meios de comunicação e como podem ser utilizados no processo educativo e na divulgação das ações que são desenvolvidas nas comunidades. No primeiro dia, os jovens se dividiram em grupos, para discutir textos indicados pelo comunicador social Enio Marx. Em seguida, retornaram à plenária e apresentaram o conteúdo discutido de diversas formas entre as quais teatro e vídeo.



Encontro de jovens na sede da CPT em Cajazeiras (PB)

Os grupos discutiram sobre o papel dos meios de comunicação na educação e na vida cotidiana, destacando que o conteúdo exibido na televisão não condiz com a realidade da juventude rural. O sistema de comunicação é preconceituoso, marginaliza os/as beneficiários/as da reforma agrária. As grandes emissoras visam apenas o lucro e estão a serviço de empresários pouco interessados no bem-estar da população. Porém existem espaços que reconhecem a importância da agricultura familiar e os jovens devem ocupá-los, mostrando a realidade em que, de fato, vivem. A partir das discussões trazidas pelos grupos, Marx deu início à oficina. Ele auxiliou na confecção do boletim, dando dicas de formatação e estrutura do texto informativo.

Iniciando as atividades do segundo dia, o **NEDET (Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Paraibano)**, passou alguns informes sobre as Conferências Territoriais Rurais de Juventude dos Territórios do Vale do Piranhas e do Alto Sertão, com o tema *As várias formas de mudar o Brasil*. Em seguida, os jovens fizeram a apresentação dos boletins produzidos. Ao final, Enio fez uma síntese do material produzido, elogiando a originalidade dos jovens. Com espírito de serem agentes transformadores/as da realidade, os jovens retornam aos seus assentamentos com a missão de compartilhar os conhecimentos adquiridos com a comunidade. O próximo encontro terá como tema a literatura de cordel.

Homenagem a Frei Beda

A CPT Sertão fez uma homenagem a Frei Beda, frei alemão falecido recentemente, que muito contribuiu na luta pela terra no Alto Sertão Paraibano; foi um momento de comoção com depoimentos de pessoas que conviveram com ele e destacaram sua simplicidade e fé na reforma agrária.

Francisco Jocélio, Carla Rayanne, Chico Nogueira (IFPB-Campus Sousa-PB.)



Apresentação de dança em Nova Palmares



Grupo de Candomblé na VIII Festa Feira

Continuando os passos de Zumbi, invocando sua resistência

Foi realizada a VIII Festa Feira da Consciência Negra no Assentamento Novo Palmares, Conceição do Coité (BA). A abertura foi na sexta-feira à noite, dia 20, com um culto religioso. As músicas cantadas, a procissão inicial e o ofertório, tudo foi ligado ao tema.

No sábado, houve a Noite Cultural com apresentações artísticas e o grupo musical Brilho da Terra. A Banda PHD de Feira de Santana fechou a noite com um belo show. No domingo, pela manhã, tivemos uma partida de futebol entre o time de Nova Palmares e Lagoa Grande. Meio dia, venda de caruru, além de lanches e artesanatos, que foram vendidos durante toda a festa.

À tardinha, mais apresentações artísticas e manifestações culturais, como reisado e candomblé. Momento místico, que fez todos sambarem, fechando o evento com chave de ouro. Aproximadamente 400 pessoas passaram pelo evento.

A comunidade Camiranga, em Serrinha, na Bahia, comemorou pela primeira vez o dia da Consciência Negra. A atividade iniciou meio dia com a venda de caruru e feijoada. A tarde houve falações sobre a data, apresentação de capoeira, dança, música e reisado.

Participaram aproximadamente 100 pessoas e encerrou por volta das 19h30min.

Em Santa Rita (PB), foi realizada a Noite Cultural Afro, numa parceria da UJP com o grupo de Capoeira



Raízes Africanas do Mestre Quinca. Ocorreu no dia 21 de novembro, na praça pública do bairro. As atrações foram o Grupo de Arte Popular da UJP, com apresentação de Dança de raízes negras, Capoeira Raízes Africanas, Valdir Lima, recitando uma música, a Turma do bairro crew (Break), mais Ewerton Francis, com dança Afro. Além disso, houve exposição de artesanato com o grupo de mulheres artesãs. A atividade teve em torno de 100 pessoas.

Em São Lourenço da Mata (PE) o grupo de crianças da UJP organizou o 3º festival de sorvete no dia da ***Consciência Negra.*** Participaram 10 crianças de seis a 12 anos.

O grupo apresentou a dança pérola negra, e o grupo de capoeira que treina na casa da comunidade fez uma apresentação. Antes falaram um pouco da origem da capoeira e a ligação que tem com os negros. No final, mugunzá para o lanche. O local foi todo ornamentado com malhas e cartazes.

A comunidade Quilombola Lagoa Grande, Distrito de São José, Feira de Santana (BA), realizou o *Novembro Negro*, evento que aconteceu nos dias 20 e 21 de novembro, com apresentações artísticas, palestras, comidas típicas, vídeos e samba, além da feira de economia solidaria, com alimentação, chás, varal de cordel, artesanatos, etc. Três companheiros do Sito Matias visitaram o evento no dia 21. Participaram de um momento de discussão sobre a revitalização da Lagoa que deu origem ao nome da comunidade. Outra questão levantada foi como introduzir um plano pedagógico quilombola nas escolas quilombolas do campo. Esta atividade fortalece ainda mais a luta que eles estão enfrentando para serem reconhecidos como quilombolas.

No Caseb, em Feira de Santana, houve atividade no dia 28 de novembro. Iniciaram com um caruru e aproveitaram a reunião do consórcio para discutir sobre a ***Consciência Negra.*** Além das falações dos participantes, músicas, leituras bíblicas e reflexões sobre o tema. Participaram 40 pessoas.

Dia 28 de novembro, a comunidade Lagoa Salgada, área rural de Feira de Santana, comemorou o Dia da Consciência Negra, também com caruru, dança, versos, apresentações de remédios caseiros, e uma fala muito interessante, ligando a consciência negra com Nossa Senhora Aparecida, que é uma santa negra. Participaram 50 pessoas.

As áreas da Bahia estão se preparando para o 1º Seminário Quilombola estadual previsto para 06 de dezembro de 2015.

E, a cada ano, em cada atividade realizada no dia da Consciência Negra, nós não estamos celebrando a morte de **Zumbí**, mas continuando os passos dele, invocando sua resistência, porque assim como ele lutou há mais de 300 anos atrás para libertar seus irmãos da escravidão, hoje, temos que fazer a mesma coisa, pois os castigos mudaram, os senhores que nos oprimem, também, mas a chibata continua a mesma, a serviço do sistema opressor.



Encontro do Novembro Negro na Comunidade Lagoa Grande



Grupo da UJP de São Lourenço da Mata (PE)

CADERNO DE ESTUDOS

Nº 14 SETEMBRO/85



Alguns Elementos para a Compreensão da "Proposta para a Elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República"

Miguel Pressburger

A Grita dos Latifundiários Frente à Reforma Agrária

Daniel Rech

Alguns Elementos para a Compreensão da "Proposta para a Elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República"

Miguel Pressburger

Assessor Jurídico C.P.T.

Introdução

Quero deixar bem claro que DEFENDO e sou favorável ao Plano Nacional de Reforma Agrária – P.N.R.A. Só que procuro situá-lo num contexto conjuntural, onde o Plano tem grande importância. Mesmo se não for levado a cabo.

Mas, quero também deixar claro, que não o defendo como o faz a CONTAG, que "jogou para o alto" as Resoluções do IV Congresso, substituindo-as pelo P.N.R.A.

Considero absolutamente necessário um estudo sério do Plano. Durante 21 anos as opiniões sobre o Estatuto da Terra se dividiram. Foram frequentes as manifestações de que, se ele tivesse sido aplicado, mais de 80% dos latifúndios já teriam sido desapropriados. Outras manifestações surgiram negando toda e qualquer validade ao E.T. Mas quantos dirigentes sindicais, lideranças camponesas, agentes e assessores conhecem razoavelmente o E.T., e no entanto opinam a favor ou contra, unicamente por razões de "ouvir dizer", ou por postura partidária?

Que não seja essa a sorte do P.N.R.A. Afinal de contas de uma maneira ou outra irá influir no movimento camponês.

O que proponho é escapar de um tipo de discussão que já se inicia, partindo da formulação: "O P.N.R.A. irá fazer o movimento avançar, ou ele veio para cooptar o movimento e retardá-lo".

As indagações que me parecem corretas são bem outras.

Aspectos Históricos

Recentemente, em um debate, reafirmei que a História não registrou nenhuma reforma agrária que fosse decorrente de legislação. Quando a lei é produzida, tem por objetivo confirmar, direcionar ou paralizar o processo social que já está provocando mudanças na estrutura da propriedade da terra.

O dr. José Gomes da Silva, naquela ocasião objetou que pelo menos dois exemplos não confirmam a suposta regra: o Japão e a Itália.

No momento, só me ocorreu, que essas duas reformas decretadas por legislação, foram logo em seguida à Segunda Guerra, e portanto decorrentes de formidável movimento social.

Avançando um pouco mais, parece que sequer houve exceções que confirmassem a regra.

No caso japonês, a reforma agrária imposta pelo general Mac Arthur, comandante das forças de ocupação norte-americanas, foi a SEGUNDA e não a primeira e única, como atualmente se quer registrar. A primeira reforma agrária no Japão se deu em 1873, consequência da revolução burguesa ou algo parecido, que encerrou o período feudal naquele país, determinando a emancipação dos lavradores que se livraram do domínio dos senhores. Em verdade, o processo expansionista da classe dominante, que se lançou em aventuras bélicas, acabou por reconcentrar a propriedade da terra nos anos que antecederam a II Guerra. Mas, com o retorno dos soldados e com a desorganização da máquina administrativa do Estado japonês derrotado, não só ocorre um amplo movimento de reocupação de propriedades abandonadas, como os arrendatários suspendem o pagamento da renda. Portanto, a decantada lei de reforma agrária do general Mac Arthur, dentre outras coisas apenas LEGALIZOU uma situação de fato.

Na Itália, a lei de reforma agrária do governo Democrata-Cristão, não foi uma dádiva, como se quer apresentar. As lutas camponesas naquele país, especialmente no sul, são epopéias fartamente cantadas na literatura, música, teatro e cinema. Basta lembrar o famoso "1900" de Bertolucci. Mas, indo além da arte, nada como recordar os movimentos liderados pelos partidos de esquerda e que foram, por vezes, violentamente reprimidos pela Democracia-Cristã, que para tanto se aliou (ou se utilizou) da Máfia, inclusive no massacre de camponeses ocorrido na "Portella della Ginestra", em 1947 (outro filme importante: "O Bandido Giuliano"). E, se aquele partido majoritário foi obrigado a votar a lei da reforma agrária, pouco mérito lhe cabe. Cabe sobretudo às organizações camponesas e operárias em primeiro lugar, e à Frente Popular aos P.C.I. ao P.S.I., pequenos grupos da esquerda da DC, que na luta pela redemocratização da Itália, colocaram a reforma agrária como bandeira prioritária.

Portanto, reforma agrária, mudanças na correlação social, destuição de uma classe antes hegemônica (ou participante do bloco hegemônico) é um processo único e indivisível. E esse processo não pode ser substituído por uma lei.

Faço essas colocações, um pouco à margem do que se segue, não tanto para manter uma polêmica em torno de um fato histórico, mas para desde já clarear posições. O fato histórico tomado isoladamente, ou lido de forma positivista, não conduz a nada, a não ser a si próprio. Donde é totalmente inútil rebuscá-lo.

E disso, ao que parece, se deram conta os redatores do P.N.R.A., pois na versão atual retiraram um extenso parágrafo sobre a reforma agrária do general Mac Arthur. Esse parágrafo figurava na versão preliminar do Plano.

Sabe-se lá para que. Talvez para acalmar os militares, mostrando que um general – e ainda mais norte-americano – foi alguma vez favorável à reforma agrária...

Questão Agrária na Nova República

Desde o momento em que surge a Aliança Democrática, a questão agrária passa a ocupar lugar prioritário em suas promessas muito vagas, apesar de repetidas, as correntes à sua esquerda se lançam em busca de elaborações mais concretas, se bem que extremamente cautelosas. Se, Tancredo Neves fez formulações conciliações. Ameaças de ação policial contra lavradores e vista grossa para as melícias elaborações mais concretas, se bem que exatamente cautelosas. Sobre isso, já teci alguns comentários em "Agruras e Desventuras do Liberalismo" (Suplemento Especial da coleção SEMINÁRIOS, março, 1985, CPT-RJ).

Pela própria composição da Aliança, seus compromissos com o "antigo regime", suas evidentes ligações com setores militares, é inconcebível que um projeto de reforma agrária tenha sido de iniciativa própria, ou pelo menos não tenha recebido o "sinal verde" do Conselho de Segurança Nacional.

Por mais que o atual dirigente do S.N.I. afirme que o órgão já não interfere nas nomeações de servidores públicos, é surpreendente ver reformistas convictos, sinceros e competentes, na direção do INCRA e do MIRAD.

Fica uma indagação. A ditadura militar que governava o Estado, apesar de ter todas as condições para tanto, não conseguiu ou não quiz impor uma reforma agrária. Como, agora, uma democracia liberal, com todos os entraves institucionais se propõe a implantar a reforma agrária?

Uma outra série de questionamentos, talvez ajude a entender o P.N.R.A.:

- Se, a reforma agrária proposta é o exato cumprimento de lei já existente – o famoso E.T. – e o Plano em nada a altera, não a regulamenta (mesmo porque inúmeros decretos, decretos-leis, leis complementares já se incumbiram disso), qual a utilidade ou necessidade do dito P.N.R.A.? Não poderia o MIRAD/INCRA, simplesmente iniciar a execução da lei?
- Que articulações políticas precederam a elaboração e lançamento público do P.N.R.A.? Ao que parece a própria Aliança Democrática foi apanhada de surpresa, tal o mutismo daqueles que deveriam imediatamente vir em defesa do Plano, no momento em que ele passou a ser alvo de violentíssimos ataques. O próprio Ministro Nelson Ribeiro e o dr. José Gomes da Silva, a cada pronunciamento recuam cada vez mais diante da fúria dos latifundiários. A ponto da defesa do Plano acabar por recair quase inteiramente nos ombros do movimento sindical (particularmente da Contag), dos intelectuais de esquerda, de setores de Igreja e da Campanha Nacional de Reforma Agrária que paulatinamente vai se transformando em Campanha Nacional pelo Plano Nacional de Reforma Agrária.
- Se, como está expresso no capítulo 6 do P.N.R.A., sob título "Articulação de Ação do Governo": se fará necessário ampla articulação interministerial e intergovernamental em torno do programa de Reforma Agrária, porque os organismos outros do Governo da Nova República ainda não apresentaram seus planos e programas de apóio à reforma agrária? Será que não acreditam na viabilidade do P.N.R.A., ou com ele não querem se comprometer?

Os (poucos) defensores do P.N.R.A. constantemente reafirmam que se trata de uma reforma agrária capitalista, que irá incrementar a indústria, que irá produzir milhares de novos proprietários e portanto novos aliados da "sacrossanta" propriedade privada, etc, etc, etc.

Tais argumentos pautaram a maioria dos projetos de reforma agrária que tramitaram no Congresso Nacional nos anos 60. Eram aqueles projetos estribados numa concepção dualista da sociedade brasileira: um setor capitalista avançado x os restos feudais retrógrados. Para o livre desenvolvimento do capitalismo progressista, o setor retrógrado tinha de ser derrotado, e portanto a reforma agrária interessava objetivamente a burguesia nacional.

O que se viu, no entanto, jogou por terra essas concepções: o tal capitalismo progressista se aliou ao latifúndio retrógrado, e juntos deram o golpe de 64..

Hoje, caso as afirmações dos defensores do Plano fossem corretas, os setores industriais deveriam acorrer em apoio ao P.N.R.A., desmascarando os futuros anti-reformistas dos latifundiários organizados na C.N.A., na S.R.B., e nas inúmeras associações e federações, além dos "avulsos" senadores, deputados, governadores e políticos outros (nem todos malufistas, como alguns os querem caracterizar).

Talvez nem todos consigam ter a visão de que a classe dominante brasileira não se divide em nacional e multinacional. Tão pouco em burguesia industrial, financeira e "terateniente". Ou por acaso, a Volkswagen, ou o Bradesco, ou a Andrade & Gutierrez ou ainda Silvio Santos, não são proprietários de imensos territórios?

O que essa classe dominante não pode aceitar é a reforma agrária. Nenhuma reforma agrária, por mais tímida que seja. Sabe ela muito bem que iniciado o processo de forma legal (porque de forma "ilegal" já iniciou faz tempo), seus privilégios estão em risco. Ao que parece, disso já teve conhecimento, não faz muito tempo, o dr. José Gomes da Silva atual presidente do INCRA. Na C.P.I. do Sistema Fundiário, conforme consta no Diário do Congresso Nacional de 28 de setembro de 1979, disse em seu depoimento:

"Os industriais paulistas que, mesmo quando possuem terra, poderiam viver muito bem sem ela, se mostram tão firmemente contra a reforma agrária como os usineiros do Nordeste. Assim, as oligarquias, progressistas e a classe média, os industriais de São Paulo juntamente com os fazendeiros tradicionais e os modernos proprietários rurais, temem, indistintamente, uma radical redistribuição. Eles temem o próprio tema da reforma agrária, pois este representa o ideal do equalitarismo, mesmo quando esse ideal não venha a ser implantado no campo, como no caso do Brasil, ou mesmo quando ele possa vir a ser concretizado de alguma maneira, em futuro próximo, apenas no Nordeste."

Mas, a concentração da propriedade fundiária já está para além do anti-social. Já está no nível do imoral. Por isso poucas são as vozes que se colocam abertamente contra a reforma agrária. Ocultam o verdadeiro com falaciosos argumentos: antes da reforma agrária, política agrícola; reforma agrária por tributação e não por desapropriação; reforma agrária primeiro nas terras públicas e da Igreja; absurdo dar terra para quem não tem vocação agrícola; coletivização é bolchevismo; reforma agrária estimula invasão de propriedades; reforma agrária desorganiza o abastecimento; só a grande propriedade produz para exportação e geração de divisas: etc.. etc.. etc.

Contra esses argumentos, ao invés de firme e decidido posicionamento do INCRA, do MIRAD e do próprio Presidente da República, o que se vê são argumentos vacilantes e conciliações. Ameaças de ação policial contra lavradores e vista grossa para as milícias privadas e compra de armas por parte dos fazendeiros e latifundiários, que desafiadoramente fazem alarde dessas "providências".

Somente há poucos dias, o INCRA fez circular num público interno algumas cópias xerox de um trabalho do dr. José Gomes, intitulado "O Debate em Torno da Proposta do 1º PNRA da Nova República: Explicações Necessárias". Tímidos argumentos de pouco alcance contra a agressiva campanha que conta com o peso de todos os meios de comunicação social.

O P.N.R.A. desde a sua introdução e ao longo de todo o texto, afirma e reafirma, ser totalmente baseado no Estatuto da Terra. Aquela lei elaborada em um contexto histórico-social muito preciso, por vezes – e não poucas – é apresentada como uma conquista do movimento camponês, como consequência de espetaculares avanços das organizações, notadamente as Ligas Camponesas, as Associações ligadas à ULTAB, as organizações cristãs, etc.

A história de tais movimentos, induz a conceber a produção do E.T. como decorrência, quase linear, das conquistas dos trabalhadores derrotando o latifúndio e arrancando concessões do Estado.

Esquece-se que desta história também faz parte o golpe militar de 1964, que cortou aqueles movimentos e reforçou a hegemonia dos latifundiários que, muito ou pouco estava ameaçada.

Não se propondo o P.N.R.A. em alterar, inovar, avançar sobre os limites do E.T., coloca-se a questão de que sua leitura tem de ficar restrita àquela norma legal. Entretanto, não mais na conjuntura de 1964 ou até mesmo de 1984.

Quando o Estado burguês assume formas mais democráticas de governo, o fenômeno objetivo da luta de classes tende a se dar na realização de um compromisso entre as forças sociais antagônicas. Esse compromisso, necessariamente se materializa na formação do DIREITO. Direito que concretiza a estrutura jurídica sobre a qual se baseia o regime.

Para apreciar o real alcance do Direito, é necessário estabelecer com clareza: a) quem domina os limites da produção das normas e de sua execução; b) quais os instrumentos jurídicos que vão nortear essa produção e também sua execução. E, dentre esses instrumentos jurídicos, não esquecer o CONCEITO, a DEFINIÇÃO. Em outras palavras, e de forma mais fácil de entender, QUEM E COMO INTERPRETA O QUE ESTÁ DITO NA LEI.

No caso concreto do P.N.R.A., seria o caso de se examinar exatamente como foram nele introduzidas as definições e conceituações que o movimento popular, diante do E.T., elaborou a partir de suas lutas. Da mesma forma, quais as limitações que, por razões objetivas (recursos monetários, etc.) ou subjetivas (não interesse em enfrentamento com os latifundiários) passaram "para dentro" do Plano, ou já são colocadas para sua execução.

Esta é a nossa proposta de trabalho, e só assim achamos poder o movimento e as organizações montar as suas táticas de luta. Como "assessoria", não me cabe aqui apontar para as formas e desdobramentos da luta, mas fornecer as reflexões que devem estar presentes nas elaborações do movimento camponês, particularmente do camponês sem terra.

Por último, antes de entrar diretamente em observações sobre o P.N.R.A., não é de se despresar alguma análise na linha apontada por "Propostas para uma compreensão materialista do direito do trabalho" (nº 4, coleção Seminários, janeiro/abril 1985 – CPT-RJ):

"... outras vezes, a inovação resulta de iniciativas da classe dominante e do Estado, a serviço da manutenção do **statu-quo** *social, para salvaguardar o sistema de exploração da força de trabalho. Seja mantendo-o nos limites do suportável, seja acendendo contra-fogos à contestação anti-capitalista e à reivindicação sindical."*

Não sei se não seria o caso de buscar algum significado, não triunfalista, ao fato do P.N.R.A. ter sido anunciado pela cúpula do governo da "nova república", justo no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais...

O P.N.R.A., sem dúvida alguma incorpora conceitos e definições bastante diferentes daqueles que, ou nortearam o E.T. ou foram produzidos no curso de sua existência e execução. Não que alterem a essência daquela norma legal. Mas, muito mais no sentido de abrir novas perspectivas às reivindicações populares, que se não conseguiram ainda impor uma legislação que reflita seus interesses, ao menos conseguiram superar certos estágios de "dúvidas" nas interpretações, e portanto terem (ou melhor, ainda serem) as interpretações sempre sido contra esses interesses.

Apesar do Plano se definir como tendo total identidade com o E.T., não poupa em apontar seus desastrosos efeitos na concentração da propriedade, e as trágicas ocorrências de conflitos e assassinatos, mesmo quando com certa timidez confessa que decorridos 21 anos desde a promulgação do Estatuto, o mínimo que se pode dizer é que os resultados da ação são absolutamente frustrantes.

E, identificando os conflitos e mortes com o processo de concentração, não só aponta para os *efeitos* anti-sociais, do latifúndio, como posiciona o latifúndio *ele próprio* como anti-social. Em outras palavras, se poderia estender a definição: ilegal não é só o que o latifúndio pratica. O latifúndio em si é ilegal.

A própria definição de REFORMA AGRÁRIA, que vinha sendo como "... melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso" (§ 1º do art. 1º do E.T.), no Plano reconhece o que as classes trabalhadoras conceituam: MUDAR A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PAÍS.

Também, o vago e impreciso conceito de JUSTIÇA SOCIAL, subordinado ao AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, recebeu uma explicitação que não permite, de um lado maiores interpretações, e de outro fazer com que um critério exclua o outro. A justiça social e o aumento da produtividade ficam como que condicionados ao DE MODO A GARANTIR A REALIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E O DIREITO DE CIDADANIA DO TRABALHADOR RURAL.

Distinções importantes desfazem a proposital confusão lançada pela "maior reforma agrária do mundo" do governo anterior: Reforma Agrária e Política Agrícola. Reforma Agrária e Colonização. Reforma Agrária e Tributação. Reforma Agrária e Titulação.

Talvez a afirmação política que mais irrita aos latifundiários, é aquela que consta logo do Capítulo 1: A Reforma Agrária, por outro lado, será (e não "deve ser", por exemplo) realizada em áreas de domínio privado...

Ainda no terreno das conceituações, corretamente o P.N.R.A. coloca a DESAPROPRIAÇÃO como o instrumento por excelência na execução da reforma agrária. Até para não deixar margens à dúvida, esse conceito é repetido inúmeras vezes, e em algumas páginas do Plano, por várias vezes.

Formalmente garante o Plano, a participação dos trabalhadores nos diversos momentos da implementação dos assentamentos; o respeito por suas experiências e o reconhecimento de suas formas de organização. Da mesma forma, a reforma agrária não é vista como atuação somente do Estado, mas exige a participação ativa de todos os setores comprometidos com o projeto democrático.

O Ministério e o Incra, se comprometem a fazer com que as informações sobre o processo de Reforma Agrária fluam livremente para a sociedade, para que esta possa exercer o necessário controle sobre a sua implementação. E, neste capítulo o P.N.R.A., conceitua o próprio processo de forma bastante diferenciada do que usualmente o fazia o regime autoritário: a participação da sociedade civil e a dos trabalhadores rurais em especial, no processo de Reforma Agrária, não pode ser vista como uma concessão do Estado. Trata-se, na realidade, de um requisito vital, para que o processo chegue a bom termo. Sem elas, o P.N.R.A. perderia a sua identidade e tornar-se-ia apenas mais um plano entre os muitos produzidos pela tecnocracia.

Essas são, em meu entender as conceituações sobre as quais as organizações dos trabalhadores devem dedicar alguma reflexão. Naturalmente todo o Plano deve ser objeto de detalhado estudo, ponto por ponto. Buscar não só o que está prometido, mas como é explicado o que está prometido.

A seguir, vou tentar listar os limites incluídos no próprio Plano e aqueles que já estão bastante claramente explicitados pelo posicionamento político do governo da "nova república". Antes de passar adiante, chamaria atenção para o trecho onde é justificado o prazo proposto para a execução do Plano:

"sem dúvida, tal horizonte de tempo é longo quando se considera a situação atual dessas famílias. Entretanto, a redução desse prazo dependerá da própria dinâmica das transformações econômicas, políticas e sociais da sociedade brasileira e, em particular, da consolidação do processo de democratização do País."

Efetivamente, é o processo de redemocratização que poderá acelerar a concretização da reforma agrária. E esse processo é obra dos trabalhadores brasileiros. Não do P.N.R.A.

Considero a maior limitação do Plano, ele próprio. Se, como já coloquei, no regime militar onde as instituições eram apenas formalmente existentes, não se conduziu nenhum processo de Reforma Agrária, como será possível fazê-lo agora com as amarras "democráticas"? Não quero voltar a tudo que já apontei nas "Agruras e Desventuras do Liberalismo", mas chamo atenção para uma única questão. Fundamental. Aliás eu e o senador Fragelli, que já se deu conta disso e em entrevista a jornais mostrou como será fulminada ("democraticamente") a Reforma Agrária.

Trata-se do § 1º do art. 161 da Constituição vigente:

"a lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões dos títulos, suas características, taxas de juros, prazo e condições do resgate." (refere-se aos Títulos da Dívida Agrária, usados para pagamento das desapropriações).

Lei essa que terá de ser produzida pelo atual Congresso de latifundiários, ou pelo menos de anti-reformistas. E, possivelmente em nome de contenção da dívida interna,

poderosas objeções serão levantadas contra a autorização legislativa para emissão dos imprescindíveis títulos.

Em seguida, reporto-me ao Capítulo 6 do P.N.R.A., "Articulação da Ação do Governo": *"a Reforma Agrária como programa prioritário do Governo, implicará numa ação articulada a nível de todo o Governo Federal, bem como dos Governos Estaduais e Municipais. Para tanto requer-se-á um comprometimento, de todos os organismos que tenham ou venham a ter relação com os resultados esperados. Portanto, se fará necessário ampla articulação interministerial e intergovernamental em torno do programa de Reforma Agrária"*.

Absolutamente correto. Impossível se pensar em Reforma Agrária de outra maneira (nos limites do regime republicano, federativo, presidencialista, liberal). Mas quem afirma isso: por enquanto só o Ministro e o Presidente do INCRA, e nada faz supor que eles tenham força suficiente para serem os articuladores da ação do dito programa prioritário do Governo. Nem Sarney, nem os mandarins maiores se manifestaram nesse sentido. Fica pois a pergunta: quem vai articular, e como, os ministérios, governos estaduais, o congresso?

Não vou me deter naquilo que de modo geral, já foi apontado como debilidade do Plano, que é tímido, que não atende a totalidade dos sem terra, que nas Ações Imediatas (7.1, 7.2, 7.3, 7.4) fica mais em medidas do tipo fazer levantamento, analisar, revisar, selecionar, etc. Mas não posso deixar de apontar para uma total falta de realismo: "desenvolver, imediatamente, intenso trabalho de sensibilização de todas as instâncias e órgãos do Poder Público, especialmente o Poder Judiciário". Proposição essa, que talvez seja um substitutivo para o articular em nível interministerial, etc. Nesse caso não é tão irrealista assim, mas do ponto de vista do Ministério e do INCRA, que incapacitados em assumir o Plano em nome do conjunto do governo, se propõem pelo menos a sensibilizá-lo.

As duas outras grandes limitações que acho importantes destacar, para uma avaliação mais correta da essência do Plano, são:

A primeira, não exatamente em seu texto.

O P.N.R.A., aponta como "estoque de terras na ordem de 409,5 milhões de hectares, pertencentes aos latifúndios por dimensão e exploração, além de 71,7 milhões de hectares correspondentes à terras arrecadas pela União" para ser utilizado no assentamento do contingente dos sem terra. E, portanto, desapropriáveis de acordo com o próprio E.T., que só livra da desapropriação as empresas rurais e as propriedades até 3 módulos.

Nos primeiros pronunciamentos das autoridades, esse estoque foi reduzido para ± 230 milhões de hectares e já agora para 160 milhões de hectares, restringindo as possíveis futuras desapropriações aos LATIFÚNDIOS IMPRODUTIVOS. Ou seja, criando conceito novo, extremamente vago e de discutível interpretação.

A segunda restrição é do próprio texto. Sem nenhuma necessidade de comentários: *"desses beneficiários potenciais (10,640 milhões de trabalhadores sem terra ou com pouca terra) estima-se que 3,5 milhões estão ou serão retidos em seus empregos pela dinâmica da agricultura empresarial brasileira, como assalariados permanentes ou temporários"*.

Portanto, à margem da Reforma Agrária, mesmo aquela que só se completará no ano 2.000.

Como minha proposta de trabalho se restringe ao P.N.R.A., não entrarei em discussão sobre o significado da desapropriação, que é afinal de contas uma premiação ao latifúndio por ter-se tornado anti-social. Tão pouco sobre o fato, normalmente esquecido, de que os assentados PAGARÃO exatamente tudo aquilo que foi dispendido na terra que "receberem": o preço pago pela desapropriação, os custos administrativos, as despesas judiciais, o custo da infra-estrutura, etc., etc.

Porque, no fim das contas, o P.N.R.A. se refere a este tipo de Reforma Agrária. Não aquela proposta pelos trabalhadores.

A Grita dos Latifundiários Frente à Reforma Agrária

Quero dizer que não consegui resistir à sugestão, feita pelo próprio Miguel Pressburger, de anexar ao seu ótimo texto. Algumas considerações sobre a polêmica provocada pelo anúncio do encaminhamento da Reforma Agrária.

Desta maneira, na expressão do Miguel, "a dupla caipira – Daniel e Miguel – os românticos do sertão" ataca outra vez.

Daniel Rech

Assessor da C.P.T.

Polêmica sobre o Plano

Entre os setores interessados, de uma forma ou de outra, são os latifundiários, na expressão mais direta da palavra, os que estão mais mobilizados em relação ao possível encaminhamento da Reforma Agrária. Os trabalhadores rurais, de modo geral, receberam com expectativa as notícias sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, mas não houve uma alteração maior do seu comportamento do que a repercussão normal no âmbito das organizações sindicais e populares. A grande massa dos trabalhadores não repercutiu os termos do P.N.R.A. e as primeiras providências de implantação.

É bem verdade que diversos setores dos SEM-TERRA intensificaram as suas reivindicações e iniciativas quanto à conquista da terra. Mas, isso é resultado muito mais de um trabalho de base feito desde há muito tempo do que uma providencial luz verde dada pelo governo quanto a ocupações de terra pretensamente autorizadas pelo P.N.R.A.

Os setores mais conservadores do latifúndio – União Democrática Ruralista, Sociedade Rural Brasileira, etc. – colocaram a boca no trombone. Egressos dos segmentos autoritários e violentos das antigas oligarquias em decadência, descobriram os modernos meios de comunicação para babar a sua raiva e histeria.

Da mesma forma que estes senhores estiveram sempre impunes em suas atrocidades, continuam agora completamente à vontade para ameaçar e dizer em alto e bom tom que vão se armar (como se a gente não soubesse que estão armados, e muito bem, há séculos) para fazerem frente a este chamado "atentado contra a propriedade privada" que é não só a iniciativa do MIRAD/INCRA em fazer o P.N.R.A., mas principalmente a decisão dos trabalhadores de fazerem a Reforma Agrária.

Nos ativemos, neste trabalho, a alguns dos argumentos brandidos pelos latifundiários frente à Reforma Agrária. São repetitivos e já foram contestados em inúmeras vezes pelos dados de pesquisa e pela prática dos trabalhadores. Mas, ainda hoje tem muita gente acreditando neles. Por isso, não custa dar um reforço na argumentação.

O que pretende é fornecer aos trabalhadores e agentes Pastorais alguns argumentos de discussão. Esperamos que sirvam para poderem clarear as dúvidas existentes e nos incentivem a levar adiante a luta pela REforma Agrária nas mãos dos trabalhadores em todo o Brasil.

Como estudo de complementação, recomendamos o livro de

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA
– Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária – Editora Brasiliense - SP

A Autoria do Plano de Reforma Agrária

Sempre defendemos e vamos defender a mais ampla participação dos trabalhadores na execusão e implatação de qualquer plano referente à questão agrária. O que sempre tivemos neste país foi a ausência total dos mesmos e o permanente domínio total dos representantes da capital e dos latifúndios, legislando e determinando todas as linhas de atuação governamental tanto em política agrária como em política agrícola.

A grande inovação da proposta para o Plano Nacional de Reforma Agrária foi que o INCRA e o MIRAD, pela primeira vez, consultaram os trabalhadores. E mesmo que não tenham aproveitado todas as sugestões (e aproveitou apenas na parte da análise da realidade e não nas medidas de encaminhamento), não há dúvida que significou um avanço histórico a presença de representantes do Movimento dos Trabalhadores SEM-TERRA e da Articulação Sindical Rural da CUT na semana de consultas para a redação da Proposta.

Esta inovação, evidentemente, os grandes proprietários não engoliram. Acostumados a mandar e a desmandar, foram relegados a segundo plano na elaboração do texto.

Além disso, a proposta do P.N.R.A. contém em seu interior também muitas das análises da realidade feitas em congressos e encontros de trabalhadores.

Em Parecer, que passou a ser a Bíblia dos latifundiários, o Prof. Miguel Reale ("O Estado de São Paulo", 30 de junho de 1985) questiona a juridicidade do P.N.R.A., dizendo que ele deveria ter sido redigido com a participação direta dos empresários rurais.

Ficando na estrita análise da legislação em vigor, temos de concordar com a posição do professor. Tanto o Estatuto da Terra como o Decreto-Lei nº 582 de 15 de maio de 1969 determinam a necessidade da participação dos trabalhadores e empresários no encaminhamento de Plano de Reforma Agrária.

E, após determinado o Plano, também deverão se sentar os representantes dos setores envolvidos, tanto os empresários como os trabalhadores rurais (assim diz a lei!), para discutirem as formas de encaminhamento prático do plano.

Bom. Os empresários e latifundiários engrenaram por aí a sua primeira grande crítica ao P.N.R.A. e, em consequência, a todo o processo de Reforma Agrária a ser implantado no Brasil.

Em primeiro lugar, os empresários que jamais reclamaram a ausência dos trabalhadores nos encaminhamentos anteriores relativos à política agrária – e isso era exigido em lei – agora fazem a maior gritaria porque o fato de eles terem ficado de fora é uma afronta à legislação em vigor e invalida a proposta.

Ora, a questão não está no cumprimento da legislação que, além de ser absurda, jamais foi levada em conta nos anos anteriores (conf. "Estatuto da Terra, a quem interessa? CPT).

O problema se situa em definir quem são os principais interessados na Reforma Agrária e, isto definido, qual a proporcionalidade representativa na elaboração de um Plano e no encaminhamento prático do mesmo.

Como um Plano de Reforma Agrária se destina, em princípio, a dar acesso à terra aos que não tem terra, a obter um aumento de produção agrícola, a dar à terra a sua destinação social, não há dúvidas que os principais interessados são os que não têm terra, os que têm pouca terra (terra insuficiente para si e sua família) e os que necessitam de condições para fazerem a terra produzir, e nunca os latifundiários que especulam a terra ou a retêm como fonte de poder.

Mesmo admitindo-se que os latifundiários serão os mais atingidos pelo plano (em termos de propriedade física da terra pelo menos, já que do ponto de vista produtivo o Plano poderá convencê-los a começarem a trabalhar!) não há como se admitir a equidade dos

participantes (empresários e trabalhadores) na elaboração e execução do plano, porque o número de trabalhadores é muito maior que o de empresários e latifundiários e esta proporcionalidade deve ser mantida.

Um plano de Reforma Agrária deve ser um instrumento nas mãos dos necessitados da terra, nas mãos dos que não têm terra. Os latifundiários, no caso, apenas precisam começar a se perguntar porque pelo menos não cumprem o que determina o artigo 160 da Constituição Federal (uma Constituição autoritária, feita pelos militares, aliados aos latifundiários!) que determina "a função social da propriedade", e não ficar repetindo histericamente apenas a primeira frase do § 22 do artigo 153 da mesma Constituição Federal ("É assegurado o direito de propriedade") e sem lerem a constituição desta mesma frase, no mesmo parágrafo: "Salvo o caso de desapropriações por necessidades ou utilidade pública ou por interesse social". Ora, a definição do que seja "interesse social" é uma questão política e não puramente legal.

Os principais interessados na Reforma Agrária e em qualquer Plano neste sentido são os trabalhadores e eles é que devem ser consultados em sua elaboração e implantação. Os latifundiários sequer cumprem a Constituição que eles mesmo elaboraram. Não fazem produzir a terra, perseguem os trabalhadores. Então, eles não têm nada a reclamar!

O Direito de Propriedade e a Coletivização das Terras

Neste ponto, convêm inicialmente chamar a atenção para um fato surpreendente: Os latifundiários estão preocupados com a possibilidade da coletivização das terras incluídas na Reforma Agrária. Isto é: Os latifundiários, além de não quererem se desvencilhar das imensas áreas que eles não utilizam, ainda querem determinar a forma de exploração e utilização que os trabalhadores darão às terras que a Reforma Agrária puder lhes destinar. E isso em nome do "direito de propriedade"!

Em toda a história da luta pela terra – desde 1500 – jamais os grandes proprietários tiveram qualquer preocupação quanto às condições de vida dos trabalhadores. Ao contrário, sua atuação foi de perseguições, assassinatos, ameaças, ataques, destruições de casas e plantações, etc.

E agora, para surpresa de todos, os fazendeiros estão preocupadíssimos com a forma como será cultivada a terra a ser entregue aos trabalhadores. Não é de se debulhar em lágrimas de emoção?!!!

Diz a Sociedade Rural Brasileira que o P.N.R.A. "inova, e o faz demonstrando um conteúdo coletivizante que extrapola o que expressa o Estatuto da Terra" – (O Estado de São Paulo, 09 de junho de 1985).

Os trabalhadores nunca puderam dizer ou sugerir o que os fazendeiros iriam ou não fazer em suas terras. Os que ousaram fazer isso, ou foram assassinados ou tiveram de buscar outro canto para viver. No entanto, agora os inefáveis senhores de grandes propriedades, além de deterem grandes pedaços de terra intocáveis – e que deveriam estar nas mãos dos trabalhadores – ainda se preocupam com o "sentido ideológico" da ocupação das terras por parte dos trabalhadores, normalmente após serem regiamente pagos nos processos de desapropriação.

Como se pode ver, o chamado "direito de propriedade" tem justificado todo o tipo de atitudes. Primeiro, para fazer o que bem entendem dentro das próprias propriedades. Depois, para interferir no que devem fazer os outros em propriedades que não lhes pertencem.

A questão do "direito de propriedade" é invenção muito recente na história da humanidade. Se considerarmos o conjunto do tempo de permanência do homem na terra, vamos ver que o "direito de propriedade" tem duração insignificante e em absoluto foi necessidade presente para a sobrevivência da raça humana.

As pesquisas mais recentes dão conta que a vida humana iniciou-se há mais de 10 milhões de anos na terra. Ora, a história da propriedade, se tiver muito tempo, tem em torno de 5.000 anos. O "direito de propriedade" não foi criado com a raça humana, mas foi aparecendo na história como resultado da divisão do trabalho, de guerras, e com o surgimento de necessidades motivadas pelo aumento da população. Não é, portanto, sagrado. É algo completamente profano.

O direito de propriedade passa pelas necessidades do conjunto da população, além de se subordinar necessariamente aos direitos de sobrevivência coletiva dos trabalhadores e marginalizados da sociedade. E, ao contrário do que pregam os latifundiários e muitas outras gente por aí, deve estar a serviço do direito à vida e da sobrevivência das pessoas que a ele se sobrepõe.

Nem a Constituição Federal atual, autoritária e prepotente, preserva tão sacralmente o direito absoluto à propriedade: No Artigo 153, sobre o direito de propriedade, a Constituição prevê a desapropriação por interesse social, e no artigo 160 determina a "função social da propriedade". Isso significa a colocação da propriedade a serviço da população e não o contrário.

Por isso, se os trabalhadores decidirem explorar a terra de forma coletiva, eles o devem fazer. Nada há que os obrigue a explorá-la de forma exclusivamente individual, como querem os latifundiários.

Os trabalhadores precisam encontrar formas coletivas de exploração da terra, o que lhes trará entrosamento, união, força de fazerem frente aos problemas da vida, da produção e da comercialização, bem como dos ataques traiçoeiros dos latifundiários, com seus jagunços e outros meios sempre à sua disposição.

Não podemos sequer pensar que, após implantada uma Reforma Agrária, os grandes proprietários deixarão em paz os trabalhadores.

Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, diz que o P.N.R.A. ao falar em "implantação de um setor reformado de dimensão significativa está instituindo um conceito que o Estatuto da Terra não prevê na estrutura agrícola brasileira", e o P.N.R.A. "dá origem a uma inaceitável discriminação entre os atuais produtores rurais e os beneficiários da Reforma Agrária". (O Estado de São Paulo, 09 de junho de 1985 – p. 47).

Como podem ver, os latifundiários já estão esperneando contra possíveis privilégios dos beneficiários da Reforma Agrária.

O fato é que sempre foram eles – os grandes proprietários – os que foram beneficiados em todos os pontos de vista (desde o fato de terem a terra, passando pelos incentivos, investimentos e decidindo o que bem queriam na produção) e, agora estão preocupados com o fato dos trabalhadores, ao passarem a utilizar a terra, mostrarem que são muito mais capazes que eles; que os trabalhadores vão mostrar que vão produzir muito mais (é só terem as mesmas condições que os grandes proprietários têm). Então, eles começam a se apavorar, a reclamar e a dizer que a lei proíbe isso e aquilo.

É evidente que, implantada a Reforma Agrária, haverá um "setor reformado". Trata-se do setor abrangido pela Reforma Agrária. Este setor obedecerá a normas estabelecidas pelos próprios trabalhadores envolvidos, inclusive a exploração coletiva da terra, caso o queiram. Os latifundiários, evidentemente, serão excluídos deste setor, porque a sua terra não é fonte de produção, mas de especulação.

Haverá sempre os que vão dizer que não se pode excluir os latifundiários, mas esses são os que sempre defenderam a exclusão dos trabalhadores.

Haverá os que vão dizer que a exploração da terra de forma coletiva é comunismo. Mas esses são os que sempre se beneficiaram da corrupção e privilégios concedidos pelos latifundiários.

A experiência da exploração coletiva da terra vai comprovar que é muito mais eficiente em termos de produtividade e produção, vindo a beneficiar muito mais pessoas, que a exploração individualista.

Onde irão parar estes caducos donos de imensos latifúndios, aferrados à sua escritura, ao seu título, sem conseguirem fazer a terra produzir, sem contribuirem com a vida nacional, sendo parasitas da nação, sustentados pela produção dos que descobriram – como num resgate histórico, já que a história da humanidade foi construída muito mais em ações de produção coletiva que individual – que é muito melhor trabalhar em conjunto, coletivamente, que isolados e fechados num próprio mundo egoísta e individual?

Nestes 500 anos de História do Brasil, jamais os trabalhadores foram consultados sobre o que poderia ou não ocorrer dentro das grandes propriedades. Agora, os latifundiários querem continuar a ditar normas sobre o que poderá ou não ocorrer nas terras que devem ser distribuídas entre os trabalhadores.

Finalmente, a alegação da Sociedade Rural Brasileira de que, estando as terras coletivas e seus usuários impedidos de transferirem o domínio de propriedade a terceiros, conforme propõem inúmeras conclusões de reuniões de trabalhadores (e o próprio P.N.R.A.), estaria reeditando a figura do "servo da gleba, da Idade Média" (OESP, idem), não deixa de ser um grande golpe demagógico. A situação ocorre ao contrário: O que os latifundiários querem reeditar é a existência de senhores feudais, donos de tudo e de todos, que determinavam desde os casamentos e nascimentos dos trabalhadores, bem como o que iriam plantar ou colher em suas terras. Só que o tempo é outro. A história é outra. E os trabalhadores estão concientes de sua posição histórica.

Assim é que o normal para o "direito de propriedade" é o que preserva a vida digna de todos os trabalhadores. E eles saberão muito bem a melhor forma de o exercerem. Se de forma individual ou coletiva. Porque o que importa não é o conceito, mas a vida de toda uma nação.

A Questão das Desapropriações

Os latifundiários estão apavorados com esta história das desapropriações só porque o P.N.R.A. propõe que o preço das indenizações seja o referente às declarações apresentadas no Cadastro do INCRA. Como se sabe, os grandes proprietários normalmente declaram no cadastro um preço muito abaixo do real. Desse jeito, a desapropriação deixaria de ser o grande negócio da falcatrua remunerada para virar um espinho atravessado na garganta

A questão funciona da seguinte maneira:

O latifundiário conseguiu a sua grande extensão de terra através dos mais variados meios (normalmente através do poder e da prepotência) e a mantém improdutiva ou implantou alguma benfeitoria junto a uma sede, mantida mais para passar o tempo que para trabalhar. Declara ao INCRA um preço bem abaixo do real e vai pagando (quando paga!) um preço camarada. E assim vai vivendo.

A se cumprir a Lei (Constituição Federal, Estatuto da Terra e outras Leis Complementares) esse latifúndio deveria ser desapropriado. Bom, isso segundo a lei que o beneficia, porque o correto seria o confisco puro e simples e a sua distribuição aos que precisam da terra.

Então, o latifundiário fica aguardando, com a terra valorizando, sabendo que o Estado, com a sua Reforma Agrária, vai chegar um dia e vai desapropriar *"pelo preço de mercado"* e não pelo preço declarado.

Este latifundiário está sendo remunerado para manter a terra improdutiva. Isso, sem dúvida, é enriquecimento ilícito. Mas, o Estado vem e desapropria. Paga. E o favorecido latifundiário já está em condições para declarar-se proprietário de uma nova área, grilando e comprando documentação em Cartório (um dos maiores centros de corrupção do Brasil), e agora, com um novo título, aguardar mais uma desapropriação.

O Prof. Miguel Reale (OESP, idem) emprega toda a sua verve contra a proposta do P.N.R.A. de levar a uma revisão do entendimento do Poder Judiciário sobre a inconstitucionalidade dos artigos 3º e 11 do Decreto-Lei nº 554/69, segundo os quais a "justa indenização" devida aos expropriados para fins de Reforma Agrária seria obrigatoriamente correspondente ao valor do imóvel declarado pelo proprietário para efeito do Imposto Territorial Rural.

Evidentemente que defendemos a independência do Poder Judiciário, mas também entendemos que o Poder Judiciário de modo geral tem decidido contra os interesses dos trabalhadores. E o Prof. Miguel Reale jamais se rebelou contra isso. Agora, quando se trata de defender os interesses nacionais (já que estão envolvidos recursos do erário público), será tarefa de todos exigir que o Poder Judiciário passe a decidir de acordo com os interesses do Brasil e não beneficiando uma minoria que lesa os cofres públicos, declarando valores abaixo do real, e que ainda pretendem receber remuneração ilícita em processos de desapropriação.

O Poder Judiciário não pode ficar beneficiando uma minoria privilegiada, em nome de sua autonomia. Ele também deve prestar contas aos interesses de todo o povo brasileiro e punir a fraude e a corrupção evidentes nestes casos.

A respeito de quais as terras deverão ser desapropriadas, é uma outra questão.

A Constituição Federal presume que as terras que não estejam cumprindo a sua "função social" devem ser desapropriadas. É o que diz o artigo 160 e que se soma e complementa ao que está previsto no artigo 153 – § 22 – onde diz: "É assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social..."

Além disso, o § 34 do mesmo artigo 153 da CF diz que a Lei deverá estabelecer "condições, restrições, limitações e demais exigências para (...) a justa distribuição da propriedade".

Então, inicialmente, os que lêem o artigo 153 da CF deverão não só ler o início do § 22, como costumam fazer os fazendeiros da União Democrática Ruralista (ligada aos setores da direita mais extremista) e da Sociedade Rural Brasileira, mas lerem todo este parágrafo e também o parágrafo 34 e os demais parágrafos do artigo – já que ao todo são 36 –, cuja maioria não é respeitada pelos mesmos latifundiários que agora ficam brandindo a Constituição.

Partindo-se pois dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal – limitados e confusos – a desapropriação deverá se dirigir às terras abandonadas ou ociosas, em primeiro lugar. As públicas e também as terras particulares. Para determinar quais são as públicas e quais as particulares, dever-se-á desenvolver uma tarefa preliminar de conferir e confirmar os tantos títulos, documentos, escrituras, etc., suspeitos, confusos, ilegais.

Estabelecidas as áreas real e legalmente tituladas, ao mesmo tempo passar-se-á a conferir o seu aproveitamento e posse, preservando-se direitos adquiridos e efetiva necessidade da terra para viver e trabalhar.

Entendemos que os processos de desapropriação deverão se situar, prioritariamente, nas seguintes áreas:

a) *Terras em conflito* – que é onde se contrapõe, normalmente, a posse com a existência de títulos, na maioria dos casos, forjados. A desapropriação somente poderá ser encaminhada em benefício dos pretensos proprietários se eles realmente tiverem áreas de posse, e será apenas sobre essas que incidirá a desapropriação.

b) *Terras abandonadas* – apesar de, neste caso, haver instituto de reversão da propriedade ao Estado, os proprietários sempre aparecerão no momento em que alguém quiser passar a ocupá-las. Neste caso, antes da desapropriação, o Estado deverá colocar em dia a tributação atrasada. O que, no mínimo, deverá compensar o preço da desapropriação.

c) *Terras ociosas* – pertencentes aos grandes latifúndios e que poderiam ser colocadas à disposição das famílias dos SEM-TERRA. Também neste caso, antes da desapropriação será interessante uma efetiva revisão da situação dos tributos e outras obrigações do proprietário para com o país.

d) *Parcelas das propriedades que excedem o limite de 500 ha.* – este é um ponto polêmico para os latifundiários e muito pacífico para os trabalhadores. A Sociedade Rural Brasileira diz que isso contraria o Estatuto da Terra no seu art. 14: "O Poder Público

facilitará e prestigiará a criação e a expansão de empresas rurais..." (OESP, idem). O Sr. Flávio Meneses dá ênfase à palavra "expansão" com argumento de que não pode ser limitada a propriedade agrária.

No entanto, a palavra "expansão" pode ter muitos significados, como por exemplo o de que as empresas rurais se multipliquem, e não que aumentem de tamanho. Além disso, o próprio Decreto-Lei nº 582 de 15 de maio de 1969 – de origem autoritária – determina em seu artigo 2º:

"A Reforma Agrária preservará e estimulará, por todos os meios, a propriedade de extensão compatível com a exploração existente, desde que utilizada de maneira racional, assegurando a função econômica e social da terra".

Pois bem. O que o Movimento dos SEM-TERRA e o III e IV Congressos da CONTAG exigem – e que o próprio Decreto-Lei autoritário repercute – é a utilização da terra de maneira racional, assegurando a sua função econômica e social, de acordo com as decisões dos trabalhadores.

A Colonização e os Assentamentos

Não vamos discutir aqui as tragédias e as consequências desastrosas dos projetos de colonização implantados desde a invenção do Estatuto da Terra. Vamos apenas comentar a crítica dos latifundiários sobre a total resistência dos organismos de trabalhadores quanto à colonização, resistência esta incluída no P.N.R.A., e quanto à ênfase aos assentamentos nos próprios estados, reivindicação das lutas dos trabalhadores rurais de todo o Brasil.

O Prof. Miguel Reale, creio que sem querer, em seu parecer publicado no Jornal "O Estado de São Paulo" (cit), fornece as pistas relativas à separação entre os processos de colonização e Reforma Agrária. Que esta é o conteúdo e aquele é a espécie.

Miguel Reale admite que tanto o Estatuto da Terra como os Decretos nº 55.891 de 31/03/65 e nº 59.428 de 27/10/66 que o regulamentam, colocam a colonização entre os "meios" a serem utilizados pelo poder público para a execução da Reforma Agrária. Muitas vezes este teórico do governo autoritário tem de admitir que em nenhum lugar da lei ou dos decretos consta que o poder público é obrigado a aplicar necessariamente todos os meios relacionados, já que os Decretos apontam outros como a tributação, a assistência e proteção à economia rural de caráter social (aliás, pontos jamais aplicados e que o eminente professor não se lembra de reclamar) e desapropriação por interesse social...

Os governos militares anteriores jamais aceitaram qualquer sugestão ou opinião sobre a aplicação de qualquer um desses itens de implantação da Reforma Agrária.

Se agora os trabalhadores, através de seus encontros e instâncias organizadas, conseguiram que o "meio" colonização fosse deixado de lado, por ser altamente prejudicial a todos, sem dúvida trata-se de um avanço que beneficia os que seriam atingidos pelo mesmo.

Se por um lado defendemos que esses decretos (resultados do poder autoritário da ditadura militar) precisam ser colocados no devido lixo e a política agrária ser adequada às aspirações dos interessados, por outro lado temos muito claro que nem mesmo os teóricos do regime militar podem insistir que devam ser aplicadas religiosamente as normas quando a própria letra da lei sequer assim o exige.

Do ponto de vista legal, pois, têm razão os trabalhadores e suas instâncias de decisão, de recusarem o "meio" colonização para a implementação da Reforma Agrária. E se tem razão do ponto de vista legal (uma lei fruto da ditadura militar), quanto mais o terão por suas decisões e pela perspectiva da remoção total do entulho legal autoritário.

O Sr. Flávio Teles de Meneses, da Sociedade Rural Brasileira, entre as suas exigências para o Plano de Reforma Agrária coloca: "Estímulo à colonização particular e oficial, responsável pelo indesmentível sucesso na implantação de imóveis rurais produtivos em todas as fronteiras agrícolas do Brasil, desde o início deste século" (OESP, cit.).

Isso não é sequer má-vontade ou ignorância. Isso é provocação barata e cruel. Todos sabem das graves consequências dos projetos de colonização implantados no Brasil, com inúmeras mortes por assassinatos, quando não de fome ou de doenças.

Na verdade, o que mais preocupa estes senhores são os "assentamentos". Por isso é que recorrem às propostas mais disparatadas e absurdas.

Mas, por que o fantasma dos "assentamentos" está apavorando tanto os latifundiários e seus aliados?

O Prof. Miguel Reale diz que a primeira vez em que aparece o termo "assentamento", em matéria de Reforma Agrária, é no Decreto 90.697 de 12/12/84 (artigo 2º, III).

É que o Prof. Miguel Reale não lê, fechado em seu gabinete, as conclusões e decisões de inúmeros encontros e iniciativas dos trabalhadores rurais em todo o Brasil. A reivindicação dos assentamentos, por exemplo, já estava presente nas lutas dos expropriados de ITAIPU e ITAPARICA, e mereceu tratamento no III Congresso da CONTAG de 1979.

Então, não é nenhuma novidade a incorporação desta iniciativa como um dos meios de Reforma Agrária. Aliás, esta é uma das principais reivindicações dos atingidos por barragens, dos posseiros retirados das reservas indígenas e dos SEM-TERRA de modo geral.

"Adstrito às questões de ordem jurídica, abstenho-me de tecer considerações sobre os ricos político-sociais inerentes ao tipo de "estrutura comunitária" que os autores do Plano converteram em chave-mestra de Reforma Agrária proposta ao País", diz ainda Miguel Reale em seu Parecer (OESP, cit.).

Apesar de brandir leis e decretos contra os "assentamentos", o Prof. Miguel Reale, ao fazer o seu parecer em benefício dos latifundiários, tem como preocupação central o de denunciar os chamados "riscos político-sociais" dos assentamentos.

Sem dúvida, esta questão está preocupando em muito os latifundiários. É que, antes, quando havia trabalhadores sem-terra, especialmente nos estados do Sul e Nordeste, reunia-se todo o mundo num caminhão e mandava-se para o Norte ou Centro-Oeste. E isso tirava a possibilidade de que os trabalhadores reivindicassem parte das terras intocadas dos latifundiários.

No entanto, com o despertar da consciência dos lavradores, estes começaram a reivindicar terras no próprio estado de origem, não mais aceitando serem deslocados para regiões longínguas, fora de seu ambiente ao qual estão habituados e submetidos a condições de vida e trabalho às quais não têm possibilidades de se adaptar.

Com esta reivindicação, os latifundiários começaram a ver o perigo que significavam os trabalhadores SEM-TERRA exigindo terra na própria região em que sempre viveram. E é isso que os assentamentos preservam. E por isso a gritaria.

Os latifundiários querem se livrar dos "importunos" SEM-TERRA jogando-os no meio da mata para que preparem novas terras a fim de que as empresas rurais cheguem e, com tudo preparado, tomem conta e tirem bons lucros.

Isso, porém, está mudando. Resultado da decisão dos trabalhadores rurais. E nenhum Plano de Reforma Agrária pode ser apresentado de outra maneira: Assentamentos dos trabalhadores SEM-TERRA no próprio estado de origem, porque em todos os estados brasileiros tem muita terra para ser ocupada por quem quer e precisa trabalhar.

O Tamanho Máximo das Propriedades

A idéia do tamanho máximo das propriedades rurais, apesar do espalhafato dos latifundiários, não é idéia nova. O parágrafo único do Artigo 171 da atual Constituição

Federal fala do tamanho máximo de três mil hectares para os casos de alienação ou concessão de terras públicas. Já o Decreto-Lei nº 1.164 de 18/03/39 determinava que "Nenhuma concessão de terras na faixa de fronteira compreenderá mais de dois mil hectares". E a Lei nº 5.709 de 07/10/71 limita o tamanho máximo de propriedades de estrangeiros em 50 módulos rurais (art. 3º).

Assim é que se a atual Constituição, feita pelo regime militar que sempre se posicionou ao lado dos latifundiários, põem um limite às propriedades resultantes de terras públicas – e outras leis assim o fazem em relação a outros casos –, nada mais natural que, levando-se em conta as necessidades dos trabalhadores e da nação, se evolua para a determinação do tamanho máximo para todas as propriedade.

Observe-se que nós apenas damos alguns exemplos dentro da atual legislação, de origem autoritária e latifundiária, em vigor. No entato, levando-se em conta o número de trabalhadores sem-terra no Brasil atualmente e as necessidades que devem crescer no sentido de que sejam colocadas à disposição da produção novas terras, faz-se urgente e necessária a delimitação legal de um tamanho máximo para a propriedade em geral.

Nos países industrializados, como nos demais países, está mais do que demonstrado que a agricultura extensiva das grandes propriedades não apresenta maior produtividade. Exemplos como o Japão, França, Alemanha, Itália e mesmo os Estados Unidos, indicam que a maior produtividade é obtida em propriedades médias ou pequenas, onde consegue-se um maior aproveitamento da terra pelo esforço concentrado.

Então, além do fator fundamental da necessidade de terra para ser colocada à disposição de milhares de famílias de trabalhadores que dela necessitam, outro fator, o da produtividade, vem se incorporar para exigir um limite do tamanho das propriedades rurais.

Quanto à determinação de que o limite seja estabelecido em 500 hectares, isso é fruto da profunda reflexão dos trabalhadores, em seus organismos e encontros, já que são exatamente eles que tratam e cultivam a terra e, portanto, tem condições de dizer sobre as possibilidades de produção e produtividade de uma propriedade deste tamanho para o sustento das famílias, reserva para o mercado nacional e possível exportação. Entretanto, cabe aqui uma observação: Este raciocínio e constatação se situa no âmbito da propriedade individual. No que se refere à propriedade coletiva, evidentemente que dever-se-á levar em conta o número de famílias participantes do trabalho conjunto.

Finalmente, é necessário deixar muito claro que, atualmente, a maior contribuição na produção agrícola brasileira provém das pequenas e médias propriedades e não das grandes que, segundo levantamentos do Banco Mundial, se revelam completamente dispersivas e não conseguem atingir os mesmos níveis, nem quantitativos e nem qualitativos, das propriedades menores.

Os dados cadastrais da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a colheita de 1980 indicam os seguintes percentuais obtidos em áreas até 500 hectares:

Café	– Produção das propriedades de até 500 hectares – 96,3%
Milho	– Produção das propriedades de até 500 hectares – 96,6%
Cana	– Produção das propriedades de até 500 hectares – 53,8%
Arroz	– Produção das propriedades de até 500 hectares – 83,6%
Trigo	– Produção das propriedades de até 500 hectares – 87,7%
Feijão	– Produção das propriedades de até 500 hectares – 98,8%

E deve-se considerar que as propriedades com menos de 500 hectares tinham, em 1980, 43% da área total aproveitada, enquanto que os grandes proprietários, com uma participação insignificante na produção (3,7% de café – 3,4% de milho – 16,4% de arroz – 12,3% de trigo – 1,2% de feijão e um percentual um pouco maior na cana), detinham 57% da área aproveitável.

Assim é que, por uma questão de justiça social e objetivando a "função social da propriedade, a valorização do trabalho como condição de dignidade humana e o fim do abuso do poder econômico caracterizado pelo domínio de mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros" (Constituição Federal, artigo 160) é que se faz necessária e urgente a determinação da limitação das propriedades para o tamanho máximo de 500 hectares, o que viria atender as aspirações dos trabalhadores e beneficiar toda a nação brasileira.

CEDIM

Diagramação e montagem
Carlos Correia

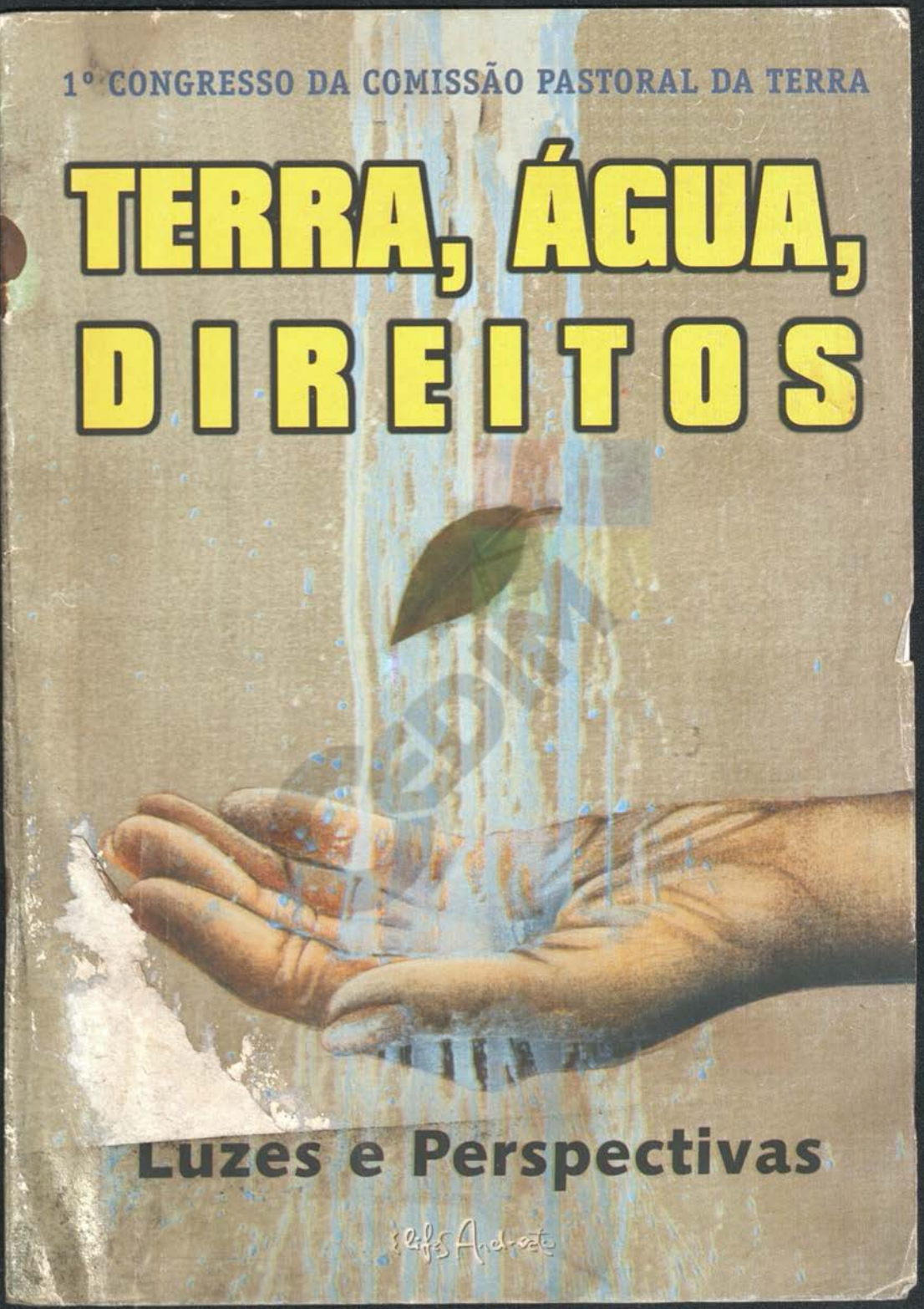
Fotolito e Impressão
SEGRAC-BH (031) 222-8800

CEDIM

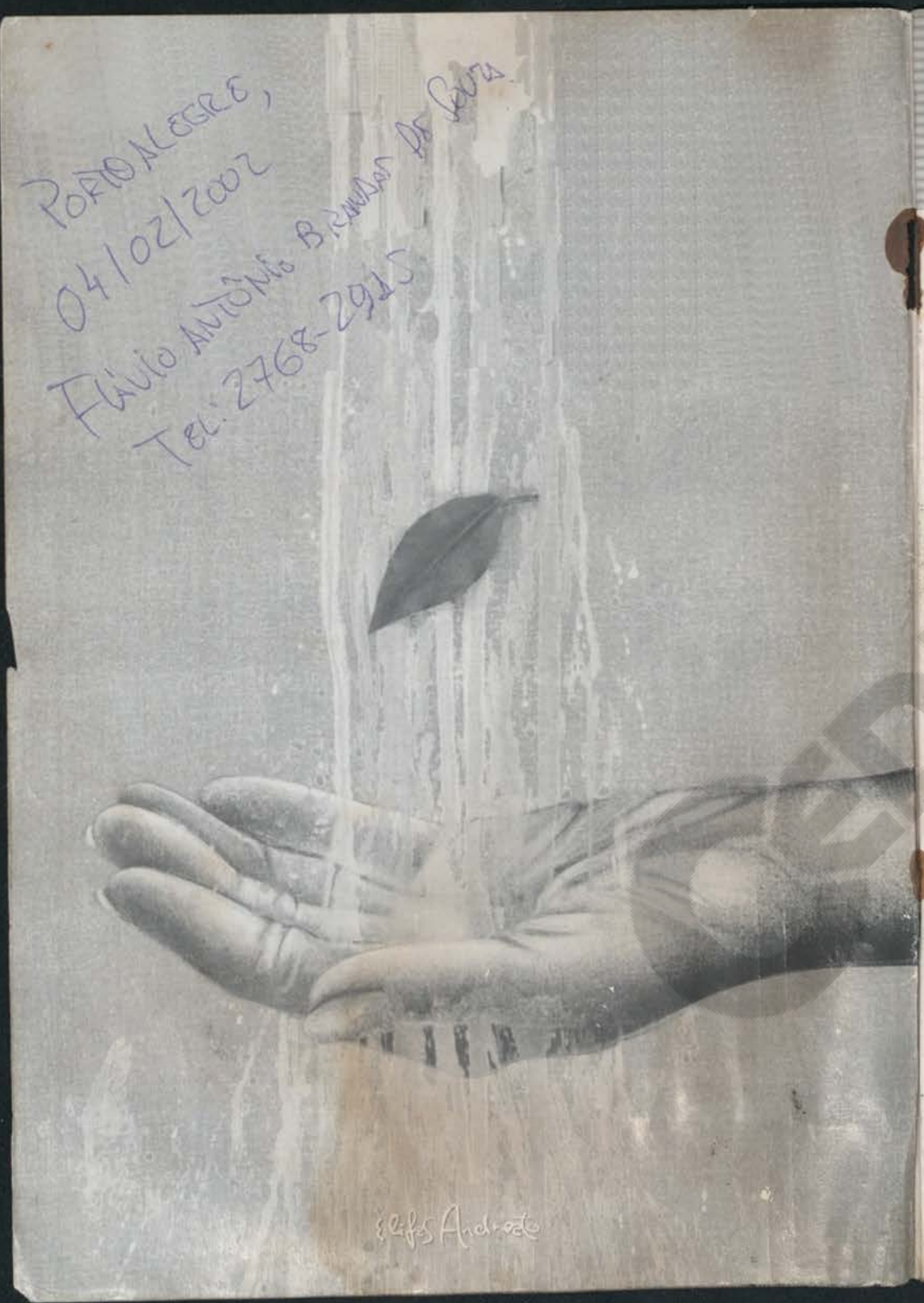

CPT

1º CONGRESSO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

TERRA, ÁGUA, DIREITOS



Luzes e Perspectivas



Porto Alegre, 04/02/2002
Flávio Antônio Brandão de Souza
Tel: 2768-2915

APRESENTAÇÃO

Um tempo de graça. Assim po-deríamos dizer que foi o I Con-gresso da CPT, como marco das comemorações dos seus25 anos de vida. Tempo de revigoramento. Refundação da CPT.

Trabalhadores, trabalhadoras e agentes reunidos no maravilhoso Santuário que a natureza criou em Bom Jesus da Lapa, alicerçados em experiências vividas, debateram os temas Terra, Água e Direitos para daí apontarem os rumos da ação da CPT para os próximos anos. Novas luzes passam agora a iluminar os passos da caminhada da CPT.

Neste caderno colocamos nas mãos de nossos agentes, colaboradores, parceiros, amigos e de todos os que procuram conhecer a ação da CPT, o fruto das reflexões e as definições do Congresso:

1. *A missão da CPT, como foi elaborada pelos agentes com mais de 10 anos de trabalho e revista pelo Congresso.*
2. *A Carta da Lapa do Bom Jesus enviada aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, às igrejas cristãs e à opinião pública em geral.*
3. *Os documentos: Terra, Água e Direitos.*
4. *As palavras do nosso irmão e companheiro, Dom José Elias Chaves, que na sua cadeira de rodas comoveu a todos com sua força de espírito, com seu compromisso renovado com a causa dos trabalhadores e trabalha-doras da terra e das águas.*
5. *Por fim, as Luzes do Congresso, que Rúben Siqueira elaborou, a partir da reunião de avaliação.*

Todos os agentes devemos ter este caderno constantemente à mão. Esperamos que provoque debates e aprofundamento. "O vento do Espírito que convoca a CPT a se abrir para novas direções e novas atitudes" continue soprando para que o antigo compromisso com os pobres da terra e das águas se concretize em respostas atuais aos desafios que a realidade apresenta.

A Coordenação Nacional

MISSÃO DA CPT

- *Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança,*
- *Fiel ao deus dos pobres, à terra de deus e aos pobres da terra,*
- *Ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas,*
- *Seguindo a prática de Jesus,*

A CPT QUER SER UMA PRESENÇA
SOLIDÁRIA, PROFÉTICA, ECUMÊNICA, FRATERNA E AFETIVA,
QUE PRESTA UM SERVIÇO
EDUCATIVO E TRANSFORMADOR
JUNTO AOS POVOS DA TERRA E DAS ÁGUAS,
PARA ESTIMULAR E REFORÇAR SEU PROTAGONISMO.

A CPT reafirma seu caráter pastoral e retoma, com novo vigor, o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria:

1. Nos seus processos coletivos:
- de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra,
- de produção sústentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais);

2. Nos seus processos de formação integral e permanente:
- a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las;
- com forte acento nas motivações e valores, na mistica e espiritualidade;

3. Na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças;
- Sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas
- E buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra;
- No rumo da "terra sem males".

Texto elaborado pelos Agentes com mais de dez anos de CPT, em novembro de 1998 e revisto e aprovado pelo I Congresso da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa de 28/05 a 01/06/01.

CEDIM

Todas as fotos desta Cartilha são de autoria de José Marcó



CARTA DA LAPA DO BOM JESUS

Dos participantes do primeiro Congresso da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais,

Às igrejas cristãs, À opinião pública em geral.

Nossa saudação fraternal chega até vocês de Bom Jesus da Lapa, sertão da Bahia, onde nos encontramos, de 28 de maio a 1º de junho de 2001, para realizar o **I Congresso da Comissão Pastoral da Terra** (CPT). Somos 460 pessoas entre trabalhadores(as) rurais, agentes de pastoral, pastores, bispos, assessores e convidados.

Mergulhar nas raízes para renovar o compromisso e definir eixos de trabalho.

O reencontro dos animadores da CPT, vindos de todos os recantos do Brasil, com suas diferenças, mas com uma história comum feita de fé, sofrimento e esperança, teve o objetivo de renovar o compromisso e definir os eixos de ação da CPT diante das questões nacionais que afetam os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Viemos aqui, aos pés do Bom Jesus, acolhidos pelas águas tão ameaçadas do rio São Francisco e abrigados nas grutas da Lapa com seus milhões de anos. Neste santuário da fé, da natureza e da história ressoaram reanimadoras para nós, na noite de abertura, as palavras do Apocalipse: "Esta é a morada de Deus com os seres humanos...Ele enxugará todas as lágrimas...Agora faço novas todas as coisas.. A quem tem sede darei de beber, de graça, da água da vida" (Ap 21, 3-6).

Neste tempo jubilar, a CPT vive a graça de seus 25 anos de presença e atuação junto aos pobres da terra e das águas. O momento nacional, carregado de angústias e esperanças, convoca a CPT a mergulhar ainda mais suas raízes na fé bíblica que aponta para os pobres de Deus e para o Deus dos pobres, os deserdados da terra que se levantam para conquistar os seus direitos e sua dignidade.

"Novo céu e nova terra..."

Na caminhada de luta por "um novo céu, uma nova terra e uma nova água", muitos companheiros e

companheiras tombaram pelas mãos criminosas do latifúndio, regando a terra com seu sangue, fazendo brotar frutos de justiça e solidariedade. Diante deles, nosso Congresso fez memória reverente, comprometida e esperançosa: esta é a raiz de nossa espiritualidade – a doação da vida por amor.

Entre os momentos mais significativos que vivemos nesses dias na Lapa do Bom Jesus, queremos partilhar com vocês os seguintes:

A CPT sentiu-se convocada pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, maioria neste Congresso, a identificar-se ainda mais corajosamente com os seus rostos e pés, suas mãos e olhares que anunciam, em todos os cantos do Brasil, suas urgências e profecias:

- a brutal desigualdade social, que se agrava no país enquanto o governo se submete aos grandes grupos do capital e às exigências do FMI e Banco Mundial;
- a crescente e inaceitável proteção ao latifúndio, garantida por medidas do Governo FHC, que governa de costas para o povo e nega o pagamento de uma das maiores dívidas sociais deste país: a distribuição da terra por meio da desapropriação para fins de reforma agrária;
- a hipocrisia do governo federal, que se omite e, ao mesmo tempo, se autopromove, através de medidas compensatórias, como Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário, "terra pelo correio" e se torna insuportável quando reprime e criminaliza as organizações dos trabalhadores e suas lideranças. E impede, de forma autoritária e inconstitucional, a desapropriação de áreas ocupadas, mesmo griladas, improdutivas e agressivamente imensas.

Sentimos também que o vento do Espírito convoca a CPT a se abrir para novas direções e novas atitudes para continuar a favorecer o protagonismo dos pobres e a defesa da vida:

- A CPT assume o compromisso de apoiar e fortalecer as lutas para conquistar a terra, inclusive com as necessárias e legítimas ocupações, e apoiar e fortalecer as iniciativas que fazem da terra conquistada uma terra não somente de produção e de negócios, mas uma terra em que se proporciona alegria de viver, semente de um Brasil novo, casa comum de todos os humanos e seres vivos, sonho de Deus.

- A CPT assume a missão de defender, junto com a terra, a água, como constitutiva do ser humano, da vida como um todo e do meio ambiente. Dádiva divina, não se pode aceitar que seja reduzida a uma mercadoria e a um bem particular. Nenhum ser humano pode arrogar a si o poder de retirar ou negar esse bem essencial a qualquer semelhante ou a qualquer outro ser vivo.
- Nesse país desumanizado, em que se nega até a liberdade das pessoas para submetê-las à escravidão, a CPT assume o compromisso de apoiar todas as formas legítimas de resistência e de luta em favor do resgate e do reconhecimento dos direitos que garantem vida e cidadania a todos.
- Assume igualmente o apoio à luta pela mudança radical deste modelo neoliberal dominante, contribuindo para a construção de um projeto popular para o nosso país.

"Venham todos, cantemos um canto que nasce da terra."

O Congresso da CPT nos conclamou a renovar nossa missão, dando atenção aos apelos da Mãe Terra e da irmã Água, e aos direitos de seus filhos e filhas que, no corpo do Universo, gemem e clamam por uma nova criação liberta.

Portanto, gostaríamos de convocar nossas Igrejas e comunidades, nossos bispos, pastores, religiosos e religiosas e a todas as pessoas de boa vontade a ouvirem o forte apelo que se levantou neste Congresso: "Sejamos, todos, aliados! Venham para o lado dos pobres, o lado dos direitos, o lado da vida! " Esse grito foi como o sopro do Espírito que, na voz do Bom Jesus, presente nas mulheres e homens do campo, permanentemente nos interpela: "Estava com fome e me deste de comer, estava com sede e me deste de beber, estava nu e me vestiste" de terra, água, direitos, dignidade.

Recebam um grande abraço fraterno,

DOS E DAS PARTICIPANTES DO I CONGRESSO DA CPT.

Bom Jesus da Lapa, Bahia, 1º de junho de 2001.



TERRA

"Os pequenos herdarão a terra e nela habitarão para sempre"
Sl 37,29

A - A terra é espaço de vida

Na convivência com os povos da floresta e do cerrado, do semi-árido e do trópico úmido, junto aos povos indígenas, aos quilombolas e aos camponeses de todas as regiões do país, a CPT aprende e assume a perspectiva de que a terra é dom de Deus e mãe da vida, não apenas um lugar de produção. Antes, é espaço de vida que inspira o sonho e a luta por uma sociedade nova, assentada nos valores das diferentes culturas e etnias.

B - Uma terra boa de viver

Na terra sonhada, da qual já existem sinais, a família e a comunidade rural constroem e experimentam uma vida feliz: mulheres, crianças, jovens e homens trazem suas contribuições para construir juntos a vida, com alegria e esperança no futuro. Tomam decisões e iniciativas na família e na comunidade, de forma igualitária, valorizando suas diferenças. Deixam de ser meros produtores e respeitam os ritmos da natureza. As famílias criam novas relações comunitárias e de gênero, que se expressam na partilha, na cooperação, no mutirão, na solidariedade, na festa, na celebração, na vivência da fé no Deus da vida.

C - Germinação de uma sociedade nova

Do cultivo da terra, realizado com conhecimentos e tecnologias apropriados, e adequado às características de cada região, nascem o alimento saudável para a família, para a comunidade e para o país, e a renda condizente com as exigências atuais de uma vida digna: moradia, saúde, educação, lazer. A comunidade promove um desenvolvimento centrado na vida das gerações presentes e futuras, base do projeto de uma sociedade nova, em ruptura com o modelo atual. Articula-se com outros grupos e comunidades que, como ela, resistem e criam alternativas de convivência e novas formas de produção. Relaciona-se livremente e de forma propositiva com o mundo urbano.

Propõe e luta por políticas públicas que consolidem esse projeto popular.

D - Camponeses construindo sua identidade

Neste processo de resistência e de construção, o povo do campo resgata e constrói sua identidade camponesa. Cresce a auto-estima, a afirmação de si, a consciência de seu valor, a clareza de seu potencial, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema dominante. Passam a ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro.

E - Entrar na terra: direito primordial

A realização histórica deste sonho e ideal de vida exige a libertação da terra, dom de Deus para todos, até hoje injustamente concentrada nas mãos da oligarquia, que também controla o Estado. Diante da negação desse direito fundamental por parte da sociedade e do Estado – comprometido com o projeto neoliberal, que reduz reforma agrária e agricultura familiar a meras políticas compensatórias – são legítimas e necessárias as várias formas de luta direta pela conquista da terra.

A CPT assume o compromisso de apoiar e fortalecer essas lutas pela terra e, também, apoiar e fortalecer as iniciativas que fazem da terra conquistada uma terra boa de viver: semente de uma nova sociedade, terra de todos os homens e todas as mulheres, sonho de Deus.

Nesta perspectiva, a CPT assume como ações prioritárias para o próximo período:

I - Lutar pelo resgate da liberdade da terra

Para isso, apoiar e reforçar:

- as ocupações de terra promovidas pelos sem-terra, seus movimentos e organizações;
- a luta dos povos negros - remanescentes dos quilombos - pelo reconhecimento de suas áreas;
- as lutas dos diferentes povos indígenas pela demarcação e garantia de suas terras;
- as lutas dos ribeirinhos, seringueiros e demais extrativistas pelo direito real de uso das terras públicas por eles ocupadas;

- as lutas dos já atingidos por barragens pelo direito à nova terra e melhores condições de vida;
- as lutas dos posseiros para conquistar o título definitivo de sua terra;
- a denúncia e o combate à grilagem de terra.

II - Produzir subsídios a serem amplamente divulgados e provocar mobilizações que contestem:

- a falsa reforma agrária do programa Banco da Terra e do cadastramento via correio;
- as políticas compensatórias aparentemente voltadas para o reforço da agricultura familiar;
- as medidas que criminalizam os movimentos sociais e suas ações de luta pela terra, e a violência do Estado e do latifúndio contra trabalhadores, lideranças, agentes;
- as medidas autoritárias que pretendem inviabilizar a estratégia da ocupação de terra como, entre outras, a MP 2027, que impede a desapropriação de área ocupada e tira dos eventuais ocupantes o direito constitucional à reforma agrária;
- o uso de agroquímicos, sementes e produtos transgênicos que agridem a vida, concentram o poder, atrelam a agricultura do Brasil a grandes empresas multinacionais, gerando mais dependência.

III - Promover o resgate da identidade camponesa:

- favorecer a consolidação de uma agricultura familiar diversificada, zelando pelo manejo da biodiversidade, garantindo a autonomia dos agricultores e das agricultoras, na produção, na comercialização e no crédito cooperado;
- incentivar a implantação de modelos diferenciados e alternativos de produção e comercialização, de cunho solidário, comunitário, ecológico, sustentável;
- proporcionar o intercâmbio entre essas experiências;
- suscitar experiências que valorizem a criatividade e participação da juventude rural e incentivar a educação voltada para a realidade rural;
- incentivar todas as iniciativas que contribuam para tornar a pequena propriedade um lugar agradável e bom de viver.

IV - Incentivar o protagonismo:

- desencadear processos de formação e informação que ajudem os trabalhadores e trabalhadoras a compreender o mundo em que vivem e a enfrentar de forma organizada e autônoma os desafios da realidade;
- favorecer alianças estratégicas entre grupos sociais para enfrentar problemas comuns e construir alternativas;
- participar e reforçar movimentos que lutam em defesa da biodiversidade, como forma de resistir e defender a vida das gerações presentes e futuras;
- incentivar e fortalecer as iniciativas de trabalhadores e trabalhadoras e das organizações camponesas que visam a conquista de políticas públicas coerentes e suscetíveis de viabilizar – a concretização de seus projetos (financiamento, assistência técnica, preços garantidos, etc.).

ÁGUA

"Então me mostrou o rio da água viva, brilhante como cristal, que sai do trono de Deus e do Cordeiro" (Ap. 22,1)

A - Água, origem da vida

A vida brotou das águas. Nosso Planeta tem 70% de sua superfície coberta por água. Desconhece-se qualquer forma de vida que dispense a água. Na criação "o Espírito de Deus pairava sobre as águas". O próprio ser humano é "terra e água", animado pelo "sopro do Espírito de Deus" e feito à sua imagem e semelhança.

B - Água, um direito natural e inalienável

Sendo a água constitutiva do ser humano, da vida como um todo e do meio ambiente da vida, ela é um direito natural, patrimônio da humanidade, dádiva divina e não obra humana. Por isso, ela não pode ser reduzida a uma mercadoria e a um bem particular. E nenhum ser humano pode arrogar a si o poder de negar a qualquer semelhante ou ser vivo este bem essencial à vida.

C - Terra e água são bens indissociáveis

A humanidade toma consciência que terra e água são indissociáveis. A Terra é o "Planeta Água" e só se conhece água na terra. Daí a necessidade de manejar com consciência e responsabilidade esses bens entregues por Deus à humanidade para que deles cuidasse com carinho. Por isso é um imperativo bíblico e vital respeitar e cuidar da terra e da água, missão especialmente confiada aos agricultores e agricultoras, unidos em suas comunidades de resistência.

D - Em defesa da sustentabilidade

A chamada revolução verde e a atual agricultura que incorpora os últimos avanços da tecnologia têm sido devastadoras: transformam a terra em mero objeto de produção; tratam a água como simples insumo; destroem as florestas e devastam os solos; contaminam as águas, com a disseminação

de produtos químicos; produzem alimentos envenenados; consomem 70% da água doce do planeta com irrigações, extinguindo córregos, rios e mananciais; incrementam a monocultura em grandes extensões, fragilizando as defesas naturais. As grandes empresas, com a cumplicidade dos governos, controlam a produção mundial de sementes, colocando em risco a segurança alimentar, provocando a expansão da miséria, agredindo o meio ambiente e atentando contra a saúde humana. Hoje, pretendem impor o uso de sementes transgênicas.

E - O compromisso da CPT por uma agricultura saudável

Por principio ético, a CPT quer romper com esse modelo sócio-econômico globalizado, predador e excludente que promove e se beneficia da privatização e mercantilização da água. Junto com a mulher e o homem do campo, a CPT reafirma seu compromisso com uma agricultura saudável, socialmente justa, economicamente adequada e ecologicamente equilibrada, que respeite a terra, as águas e o ser humano. A democratização da água e da terra é condição necessária para este tipo de agricultura.

Em vista disso, a CPT assume como ações prioritárias para o próximo período:

1. Estimular os trabalhadores e trabalhadoras a lutar pela preservação da água e dos mananciais;

- recuperação e reflorestamento das matas ciliares, com espécies nativas;
- tratamento e reciclagem do lixo e esgotos domésticos, industriais e agroindustriais

2. Investir na formação e informação de agentes e de trabalhadores e trabalhadoras:

- Aprofundar o sentido da água para a agricultura familiar;
- Descobrir formas de captação, armazenamento e uso da água;
- Estudar a legislação ambiental, a lei de recursos hídricos, as atribuições da Agência Nacional da Água, o direito do uso e da apropriação da água;
- Produzir subsídios em linguagem popular em vista de promover a educação ambiental;

- Divulgar experiências agroecológicas e de preservação do meio ambiente;
- Incentivar programas de formação de agentes ambientais das comunidades.

3. Incentivar a participação dos trabalhadores e trabalhadoras e de suas organizações:

- nos conselhos municipais,
- os comitês de bacia hidrográficas,
- nos fóruns de defesa dos direitos à água.

4. Estimular a criação de uma grande rede de entidades pastorais, grupos e organizações para conquista e defesa da água.

- Elaborar com participação de todas as regiões propostas de políticas públicas de recursos hídricos;
- Campanha nacional urgente de informação sobre o direito do acesso à água e de combate à sua privatização e mercantilização.

5. Propor à CNBB que a água seja tema de uma futura Campanha da Fraternidade;

6. Reforçar a luta pela conquista de políticas públicas de recursos hídricos:

- pressionar para que os orçamentos públicos contemplem os recursos hídricos;
- trabalhar estratégias de enfrentamento das políticas oficiais;
- criar mecanismos de controle popular na aplicação das verbas destinadas aos recursos hídricos.

7. Apoiar e participar de lutas concretas:

- combate à transposição do Rio São Francisco;
- combate à privatização e à mercantilização das águas;
- combate aos grandes projetos: de barragens, de irrigação, de hidrovias, de hidroelétricas, de gasodutos na Amazônia, devastadores da natureza e da vida;
- combate ao uso de produtos químicos na agricultura;
- combate ao uso indiscriminado da água na irrigação;
- propostas de convivência com o semi árido;
- captação de água de chuva através das cisternas;
- campanha de "Um Milhão de Cisternas";
- técnicas de captação já existentes (cacimba ...);

- ocupações dos açudes públicos;
- ocupações nas áreas onde haja concentração de água;
- discussão em nível nacional as questões do semi árido;
- criação de reservas extrativistas;
- agricultura familiar sustentável desenvolvida na Amazônia por índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos;
- movimento dos ribeirinhos pela preservação dos lagos, rios, igarapés da Amazônia.



DIREITOS

"Aprendei fazer o bem, atendei a justiça, repreendei ao opressor, defendei o direito dos órfãos, pleiteai a causa das viúvas"
(Is. 1,17)

A. A pessoa humana é sujeito de direitos

Os direitos das pessoas não nascem das leis. As pessoas têm direitos pela sua própria humanidade: já nascem com direito de viver e de conviver com os outros e com o meio ambiente, de acordo com a qualidade de vida possível em cada tempo e lugar. O direito humano se fundamenta em valores espirituais: na criação e promessa divina de vida em abundância para todas as pessoas. As leis deveriam garantir os direitos de todos, mas, na realidade, a maioria delas não passam de restrições ou até de negação de direitos, impostas pelas classes e setores dominantes. Por isso o legítimo é sempre mais que o legal, e a luta visa não apenas a defesa, e sim a conquista efetiva e a garantia em lei de novos direitos.

B. Lutar por todos os direitos

As pessoas tem um conjunto de direitos que devem garantir a vida: direitos civis, sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais. Na sociedade nova que estamos construindo, todos os direitos serão para todos e todas.

C. Direito e cidadania

O direito é relacionado ao exercício da cidadania. Numa sociedade como a brasileira, os governantes, legisladores e magistrados são, em sua maioria, comprometidos com o projeto neoliberal e, com isso, trabalham para reduzir ao mínimo os direitos sociais, agravando o colapso das expectativas do povo. A conquista e a garantia de direitos dependem portanto da prática da cidadania, que se expressa na ação individual, na participação e na ação política organizada. A ausência de canais institucionais que garantam a vigência efetiva de

direitos torna necessárias e legítimas as várias formas de luta direta, tal como a ocupação de terra.

D. Compromisso da CPT

Nessa realidade, a CPT assume o compromisso de apoiar e reforçar as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas organizações por todos os seus direitos, e denunciar e contestar todos os que negam ou agridem esses direitos.

Em vista disso, a CPT assume como ações prioritárias para o próximo período:

1. Investir na formação política e jurídica dos e das agentes e dos trabalhadores e trabalhadoras como exigência para o exercício pleno de sua cidadania e seu protagonismo, através de:

- Cursos na base para lideranças e jovens;
- Promoção de juristas leigos;
- Produção de subsídios em linguagem popular;
- Aprofundamento da questão do direito em relação à terra e à água;
- Estudo dos fundamentos bíblicos dos direitos humanos.

2. Lutar contra a violência e a impunidade:

- Denúncia no âmbito nacional, como no internacional, das agressões aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, das lideranças e agentes;
- Apoio às famílias das vítimas da violência do latifúndio e do Estado;
- Melhora da documentação da violência no campo (banco de dados, ampla divulgação);
- Retomada da pesquisa dos assassinatos no campo;
- Pressão sobre o judiciário para agilizar os processos parados na justiça;
- Denúncia das decisões injustas do poder judiciário e pressão para que sejam mudadas.

3. Promover a dignidade do trabalho rural:

- Luta pela regularização e valorização do trabalho dos assalariados e assalariadas rurais;
- Apoio às experiências de organização dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas promovendo o intercâmbio e o reforço entre as mesmas;
- Combate ao trabalho escravo, estendendo a todo o país a Campanha já iniciada pela CPT.

4. Enfocar a promoção dos seguintes direitos:

- Direitos originários dos extrativistas, seringueiros, ribeirinhos e posseiros e dos povos indígenas e afro-brasileiros;
- direitos das mulheres, incentivando a campanha pela sua documentação, lutando contra as violências que sofrem, lutando pela criação de delegacias da mulher em todas as comarcas;
- direito à alimentação saudável e à segurança alimentar (contra os transgênicos e o uso de agrotóxicos e incentivando os bancos de sementes nativas);
- direitos previdenciários;
- direito à participação política das mulheres na sociedade, nas instâncias dos movimentos sociais e na CPT.

5. Propor avanços na legislação:

- emenda constitucional pelo limite da propriedade rural;
- combate às medidas autoritárias restringindo os direitos adquiridos pelos trabalhadores e trabalhadoras (MPs e portarias);
- novas leis reforçando a repressão ao trabalho escravo (expropriação, federalização da competência).

6. Outras articulações:

- Incentivar as igrejas para que retomem seu compromisso junto ao povo;
- Apoiar a Rede Nacional de Advogados Populares;
- Estimular a criação de Centros de Direitos Humanos;
- Continuar participando no Fórum nacional contra a Violência no Campo e incentivar a criação de fóruns regionais;
- Divulgar a missão e ação da CPT nos centros urbanos para que o povo das cidades apóie as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- Intensificar parceria e articulações nacionais e internacionais na defesa e promoção do direito e luta contra a violência e a impunidade;
- Incentivar e apoiar as organizações das trabalhadoras rurais na defesa de seus direitos.



GUERRA SANTA PARA CONQUISTAR OS DIREITOS

O que refletimos sobre a terra e a água, dons de Deus para a Humanidade, nos diz que estamos sendo espoliados. Por isto com muita propriedade, neste último dia, vamos refletir sobre os direitos que temos. O direito à terra e à água, bens comuns que Deus criou e entregou à humanidade para o uso de todos e que agora querem privar, privatizando. Por isto estamos neste Congresso da CPT que tem se empenhado nestes 25 anos para defender os direitos de nossos lavradores e certamente vamos sair deste congresso ainda mais animados e entusiasmados em prosseguir nesta luta, por que como cantamos, é na luta que nós sentimos a Presença de Deus.

Nos vimos que a Reforma Agrária que dá a terra a cada um é tratada em nosso país como caso de polícia. No entanto a primeira reforma agrária foi feita pelo próprio Deus conforme está relatado no cap. 25 do livro do Êxodo. Deus tinha distribuído a terra pelas tribos de Israel e cada família tinha recebido seu pedaço de terra para sobrevivência. Mas acontece que a ganância de uns ia crescendo e tomando a terra dos outros. Então foi criada a lei do Jubileu. De 50 em 50 anos as terras deveriam voltar aos seus primitivos donos. Então a primeira Reforma Agrária que houve no mundo foi decretada por Deus. Por isto nós estamos cumprindo a vontade de Deus lutando pela Reforma Agrária.

Há poucos dias atrás, em Belém, eu fui celebrar uma missa de ação de graças pela vitória dos sem terra que na Ilha do Mosqueiro ocuparam uma fazenda abandonada e que o Incra reconheceu e oficializou o assentamento. Eu fui lá celebrar esta vitória deles. Uma coisa que me chamou a atenção, me comoveu e me deu muita esperança para o futuro é que esta luta vai passar para a próximo geração. É que as crianças, os meninos estavam entusiasmados, marchando e se chamando de sem-terrinhas. Quer dizer que eles estão seguindo o exemplo dos pais para continuar esta luta.

No início desta celebração entramos trazendo esta terra sofredora da América Latina. Esta não é a vontade de Deus, este estado de opressão e escravidão da terra aqui na América Latina. Então trazendo esta terra temos que nos comprometer por ela. Eu tive o privilégio de trazer aqui na urna um pouco da terra da Palestina, a terra de Jesus. Este pouco de terra que

pode ter escutado a voz de Jesus pregando lá a Boa Nova aos pobres a quem veio trazer a libertação. Esta terra pode ter presenciado seus milagres em benefício dos pobres. Mas hoje em dia aqui no Brasil, o direito é reconhecido para as elites, os donos do capital e do dinheiro. Quanto mais riqueza a pessoa tem, julga que tem mais direito. E quem é do povo simples, que não é das elites, não tem riqueza, não direito nenhum. Isto é uma iniquidade. Por isso temos que fazer uma guerra santa para conquistar o direito de cada um.

Hoje, na Liturgia, por uma feliz coincidência, nós estamos festejando a festa de São Justino Mártir, primeiro filósofo cristão convertido do paganismo. Ele instalou na cidade Roma, em pleno século II, uma escola de filosofia para discutir o direito dos cristãos que eram perseguidos pelo Império Romano. Ele dizia "nós somos cidadãos do Império, como vocês pagãos, cumprimos as Leis do Império, defendemos o império fazendo parte do exercito, etc. e não somos reconhecidos". O que São Justino, no século II, já protestava e reclamava para os cristãos está acontecendo hoje nos países cristãos da América Latina de modo especial aqui em nosso Brasil. Por isto é guerra santa, abençoada por Deus, que temos que empreender para conquistar a garantia dos direitos.

Hoje é o dia dos direitos. O meu comprometimento com a CPT e a com a causa dos lavradores pobres vem da minha ordenação de Bispo. Na hora do ofertório, lá na minha terra, cidade de Bambuí, MG, Mons. Henrique, que era o Administrador Apostólico da Prelazia de Cametá até então, se levantou, tirou do bolso um saquinho, o mostrou para o povo e disse: "Gente, isto aqui é terra da Prelazia de Cametá que eu trouxe aqui e mais precisamente terra da comunidade de Anilzinho onde os fazendeiros estão querendo tomar dos comunitários as suas posses, as suas terras e a Prelazia está empenhada em defender os comunitários para que eles possam conservar as suas terras. Então eu trouxe isto para pôr aqui no ofertório em cima do altar para que o nosso novo Bispo se comprometa com esta causa. Isto calou profundamente em meu coração e por isto estou aqui empenhado. Tendo renunciado a ser Bispo da Prelazia por causa da minha doença, podendo ir embora para minha terra em Minas Gerais, eu resolvi ficar. Não só para ficar na Prelazia, mas para ficar no regional para a gente poder continuar a dar uma colaboração por pequena que seja. Por isto eu concito todos aqui para nos empenharmos pela terra de nossos irmãos simbolizada nestas terras que nós trouxemos aqui em procissão para reclamar nossos direitos.

Vamos agora pedir a Deus que nos abençoe por intercessão de São Justino que já reclamava o direito dos cristãos. Ele que escreveu as primeiras obras de defesa do cristianismo, várias obras que chegaram até nós, doze apologias em defesa do cristianismo. Para defender o direito dos cristãos, direito de subsistir, de viver, e de ter seus direitos reconhecidos.

Transcrição da fala de Dom José Elias Chaves, Bispo emérito de Cametá, e acompanhante da CPT do Pará na celebração de 01 de junho, dia em que se refletia o tema Direitos.

CEDIM



LUZES DO I CONGRESSO

O que viram os olhos da CPT na Lapa do Bom Jesus?

*Ruben Siqueira**
CPT Bahia / Sergipe

In memoriam de Chico Tomé e Frei Arthur Agostini, cujas mortes nos marcaram, antes e depois do I Congresso.

Em1977, um grupo de mais ou menos 120 lavradores, de Andaraí, Redenção e Itaetê, Chapada Diamantina, Bahia, liderados pelo padre italiano Eugênio Morlini, foram até o Santuário da Lapa, pedir forças ao Bom Jesus e expor publicamente sua luta desesperada contra a grilagem de suas terras. Foi esta a origem mais remota das Romarias da Terra no Brasil. Santuário essencialmente camponês, a Lapa passaria a marcar para sempre a história da CPT. Vinte quatro anos depois, concluindo as celebrações jubilares – dos 2000 anos do nascimento de Jesus e dos 25 de sua própria criação – toda a CPT vai à Lapa em Romaria e Congresso; não "desesperada", mas com certeza em busca de "forças".

A assim chamada 1a Missão da Terra na Lapa, em 1978, trazia no folheto de preparação a frase que deu o mote para todo o processo de construção e realização do I Congresso da CPT:

"Um olhar aberto lá na Lapa do Bom Jesus vê um pedacinho do céu;

muitos olhos bem abertos vêem terra e céus inteiros."

O que viram os olhos da CPT na Lapa, no reencontro com o Bom Jesus? Que luzes passaram a dissipar sombras e iluminar seus passos?

O contexto em que se dá o I Congresso é elucidativo e pode ser definido como um tempo de incertezas, quando já não valem as leituras e posturas que até o final dos anos 80 prevaleceram na CPT frente à realidade do campo e dos camponeses. As palavras mais faladas na CPT durante os anos 90 talvez tenham sido "crise" e "avaliação". Crise de identidade, crise

do agente, crise das Igrejas, crise da reforma agrária (sem falar em outras e maiores crises: de paradigma, de civilização). De avaliação houve três processos nacionais sucessivos, patrocinados por agências de cooperação.

O Congresso, sob o tema "Terra, Água, Direitos: Eis o Tempo Jubilar", acabou tido e havido como expressão de um desejo de pôr termo a este já longo processo de muitas perguntas, várias respostas, algumas iniciativas, sem que fosse consolidado um estado geral das coisas satisfatório. Se conseguiu, só o tempo dirá, na medida que luzes encontradas sirvam efetivamente para, dissipando sombras, determinar os passos de agentes, equipes e instâncias da CPT.

1. Os trabalhadores/as salvam (o Congresso e) a CPT

Em geral, avaliou-se o Congresso - para além dos muitos problemas de preparação e realização – como muito positivo, oportuno, forte, revigorante, generoso, ousado... "Um renascimento", "refundação", "novo Pentecostes"... Chegou-se a dizer que "o Congresso salva a CPT". E até – mais realista – que "os trabalhadores salvaram o Congresso".

De fato, a primeira constatação importante, primeira experiência marcante do Congresso, foi que em geral os trabalhadores/as estavam muito mais animados que os agentes. Na Santuário, nas grutas da Lapa, sentiram-se em casa, farejaram que aquele lugar era deles e abriram o verbo, deram o recado à CPT. Mostraram-se mais dispostos e decididos, menos afetados pelas adversidades conjunturais. Cobraram uma CPT mais presente e solidária, mais de luta e menos burocrática, menos de gabinetes e salários... Exigiram agentes mais apaixonados pela CPT, sua missão, seu trabalho, muito importantes para eles.

2. A CPT é necessária

Se agentes têm hoje muitas dúvidas sobre seu papel, não é o caso dos trabalhadores/as, que deixaram patente necessitar e querer a CPT, mas uma CPT combativa, presente na luta, animadora de suas organizações, movimentos e iniciativas por vida melhor no campo. Se agentes questionam o sentido atual da CPT, os trabalhadores/as reafirmaram, alto e bom som, que ela ainda é sumamente necessária. Porque cumpre uma função fundamental: a de respaldar, sustentar e alimentar as dimensões mais profundas da vida e da luta no campo. Houve até quem achasse a CPT hoje mais necessária ainda do que quando foi criada, em vista do quadro de abandono econômico, político, social e até pastoral em que se encontram o campo e o povo do campo, seus direitos de plena cidadania ainda por conquistar. Necessária ainda diante das dificuldades de suas próprias entidades representativas no enfrentamento desta conjuntura adversa.

3. Lugar da CPT é junto dos trabalhadores/as

Talvez seja esta antiga novidade a maior contribuição do Congresso: a compreensão de que a CPT ainda tem lugar e seu lugar é junto dos trabalhadores/as pobres do campo. Lugar aqui entendido tanto no sentido teológico e místico, como no sentido metodológico, e até geográfico. Neste sentido, o Congresso foi uma volta atualizada às origens, um mergulho nas raízes para novo compromisso.

Os lavradores/as deixaram claro que querem a CPT junto deles, porque precisam dela. Se os agentes se distanciam, deixam de ouvi-los, já não sabem como ajudá-los ou, ouvindo "outras vozes", servem a interesses outros que não os reais deles.

Estar junto com os trabalhadores/as, numa solidariedade básica, significou historicamente na CPT e confirmou-se no Congresso como sendo trabalho de base, retomado com novo vigor; formação, de que se necessita sempre e cada vez mais, dada a complexidade do mundo atual e seus desafios para a gente do campo, suas lideranças à frente, carentes de renovação; e organização, que é um desafio permanente e não se esgota na formalidade das instituições representativas, sindicais, associativas ou políticas. Tudo em vista do protagonismo dos trabalhadores/as rurais, nos seus processos de libertação.

4. A força da mística e o caráter pastoral

O lugar do Congresso – o Santuário camponês da Lapa – propiciou, na identificação espontânea com o Bom Jesus e sua casa, o clima místico favorável aos debates, às rezas, às decisões, e foi responsável, conforme avaliação geral, pela grande participação dos camponeses/as e pelo êxito do próprio Congresso. Contudo, recor-

dou também à CPT que seu espaço característico junto ao povo do campo é o da cultura, da mística, da ética camponesas – da fé simples, fundamental e integradora da gente da roça. Aí, como sucedeu no Congresso, mesmo com todas as diferenças – de origem, gênero, geração, etnias e culturas -trabalhadores/as conseguem sentir-se família e com facilidade trocam experiências, falam a mesma linguagem, se entendem e se animam na luta, na caminhada. E isto é o que quer a CPT e é sua missão facilitar-lhes.

Mas a mística não é apenas um dado antropológico e força na luta ou engajamento revolucionário, o que por sinal anda fraquejando nestes tempos ultraliberais... Ela é também e antes de tudo espiritualidade cristã. E boa parte dos lavradores/as e agentes a cultiva, dela necessita e se preocupa que esteja ainda "envergonhada" na CPT, como disse Pedro Casaldàliga.

Temos aqueles, e os temos muitos – nosso mais rico patrimônio –, que viveram espiritualidade e mística na radicalidade evangélica. Os mártires da terra, cuja memória marcou o Congresso, foram reverenciados como sinais luminosos, constante lembrança do eixo espiritual da Pastoral da Terra: a doação por amor – Vidas pela Vida.

Reafirmaram-se o caráter pastoral do serviço e a pertença à Igreja, mas com a preocupação de que já não se tem dela, principalmente na base, todo o apoio para o trabalho nos moldes da Pastoral da Terra – serviço ecumênico não proselitista.

Também o profetismo da Igreja não é tão evidente e dele se carece nos tempos atuais como nunca. E é uma dimensão que a CPT não pode descuidar, inclusive para dentro da própria Igreja.

5. A CPT é uma grande e rica diversidade

O discurso reincidente da crise, nos últimos anos, deixou, nos agentes principalmente, uma visão negativa da CPT, até um tanto autofágica. O Congresso mostrou uma visão muito mais positiva da grande família que é a CPT. Foi mesmo uma autorevelação da riqueza de experiências, trabalhos, vivências junto dos camponeses/as, evidenciando um alto grau de encarnação, inculturação e dedicação, na extrema diversidade que são este país e seu campesinato. Em certo sentido, o Congresso não inventa coisa nova, senão reconhece, expressa privilegiadamente o que já existia na base.

6. Espírito novo: colegialidade e corresponsabilidade

Esta diversidade que é a CPT, na diferenciação dos lugares e dos modos de sua atuação, tem gerado, nos últimos tempos, sob pressões da conjuntura, divergências e tendência à pulverização, mais até do que unidade em torno da missão, eixos comuns de trabalho e organização interna. Os esforços recentes de nova estruturação orgânica, pautada pelos valores da colegialidade e corresponsabilidade, foram confirmados pelo Congresso, ainda que indiretamente, uma vez que não era assunto da pauta. São o modo mais coerente com o espírito que predominou nas discussões temáticas, nas críticas e sugestões para a continuidade da CPT.

7. Visão nova da realidade com ênfase na vida a construir

O Congresso todo se realizou numa perspectiva de condenação do modelo vigente de sociedade, de nação, de civilização. Numa visão integradora da conjuntura local, nacional e global, fez-se a crítica do tempo/espaço que vivemos, do modo como o estamos vivendo – "a longa noite do neoliberalismo" – que aponta inexoravelmente para a morte dos pobres, do planeta e da humanidade. Porém, mais que a pura e simples condenação, exercitou-se uma visão propositiva, que vislumbra caminhos de Vida, a se construir pelos pequenos, descartados, sobrantes – homens e mulheres, crianças e idosos, negros e índios, desempregados e camponeses, pobres de todos os jeitos e matizes e descontentes em geral com a nova (des)ordem global –, com suas lutas e iniciativas apropriadas sob os pontos de vista econômico, político, social, cultural e ecológico. Neste sentido foi uma visão positiva, menos catastrófica e desalentadora, sem deixar de ser realista.

8. Terra sob outro ângulo: espaço de vida, resistência e identidade

As dificuldades atuais da reforma agrária, em que vai-se impondo a estratégia neoliberal de entregar a questão ao mercado e aniquilar os movimentos sociais, não surgiram no

Congresso como um quadro de desânimo. Antes provocaram a compreensão da hora como de resistência e procura de novos sentidos e caminhos da luta pela terra, sem abrir mão das várias formas de "entrar na terra", inclusive as ocupações, reafirmadas como ainda oportunas e legítimas.

Mais do que meio de produção, a terra foi vista como espaço de vida e possibilidade e potencialidade de um novo modelo baseado na sustentabilidade e na solidariedade, alternativo e alterativo do modelo atual. Neste sentido, muito contribuíram as experiências diversas de ribeirinhos/as, quilombolas, atingidos/as por barragens, pequenos/as agricultores/as, além de assentados/as e acampados/as. O embate passa a ser também étnico-cultural e tecno-ecológico, não só agrário-agrícola e político-econômico. Aí valorizam-se mais do que antes as raízes afro-ameríndias de boa parte de nossos camponeses/as, com seus elementos de sacralidade e coletividade na relação com a terra, a água e toda a natureza. Bem como seus processos produtivos contrapostos aos transgênicos e demais tecnologias degradantes de recursos naturais, produtores e consumidores.

Assomam como novo ator social os agricultores/as familiares, dos mais prejudicados pela política econômica e aqueles que sabem produzir cuidando da terra, oferecendo alimentos limpos e saudáveis, propondo-se como alternativa ao desemprego e à subvida nas grandes cidades. Neste sentido, ganha novos e mais amplos contornos e efeitos o resgate da identidade camponesa, tão vilipendiada por sucessivos governos e políticas.

9. Água, eixo de trabalho consolidado

Ainda que alguns esperassem do Congresso mais força na questão da água, esta pegou na CPT e só tende a crescer. Tudo o que se viu de experiências – da captação de água de chuva no semi-árido à preservação dos rios e lagos amazônicos, passando pela luta contra a privatização dos serviços de água – e as discussões que provocaram, tratam a água com um bem natural, dádiva divina e um direito inalienável e irredutível à condição de mero negócio. A luta da água, indissociável da luta pela terra e pelo meio-ambiente, abre um novo campo para a atuação da CPT, inclusive na

relação com as Igrejas, despertas e a despertar para a questão, e na sempre difícil interlocução com os setores urbanos.

10. Direitos, eixo a ampliar

Direito se constrói, não está só no que se tornou lei – foi a idéia principal das discussões deste eixo no Congresso. Historicamente, a luta dos camponeses/as no Brasil tem sido por afirmação de direitos, resistência à antiga condição de cativeiro, mais do que pela reforma agrária em si. Além do direito à terra, luta-se pelas condições de permanência, viabilização econômica e social na propriedade. Mediar o acesso camponês aos direitos foi a tarefa de origem da CPT. Hoje, é um campo ainda a explorar o dos direitos econômicos, sociais e culturais (DESC) no campo, e urgentemente, em vista da perda de direitos e da precarização do trabalho, com os ajustes neoliberais. Cresceu o combate contra a violência, a impunidade e o trabalho escravo, o superexplorado e o infantil, mas há muito por fazer, em várias regiões.

Como luz não é para fitar e cegar, estas (e outras) luzes do I Congresso possam iluminar o caminho e o andar mais confiante da CPT daqui para frente. Para bem dos pobres do campo, a Terra Sem Males sendo construída, Reino futuro e já presente de Deus. Pondo-se decididamente na contracorrente das forças da morte, a CPT reencontra seu sentido, no caminho da Vida.

ENDEREÇOS

SECRETARIA NACIONAL
R.19 nº 35 - 1º andar - Ed. D. Abel,
Centro, Goiânia/GO
CEP 74030-090
C.P 749-CEP 74001-970
Fone: (62) 212 6466
Fax: (62) 212 0421
E-mail: cptnac@cultura.com.br
site: www.cptnac.com.br

ACRE
Travessa Amapá 261. B. Cerâmica,
Rio Branco/AC
CEP 69908-270
C.P 284-CEP 69908-970
Fone/Fax:(68) 223 2193
e-mail: cptac@mdnet.com.br

AMAZONAS
Av. Presidente Dutra 127
Bairro São Raimundo, Manaus/AM
CEP 69027-110
Cx Postal. 369
CEP 69011-970
Telefax (92) 625 2482
e-mail: cptam@argo.com.br

AMAPÁ
Av. Pe. Manoel da Nóbrega 840, B. Jesus
de Nazaré, Macapá/AP
68906-010
C.x.P. 12 CEP 68906-970
Fone: (96) 223 2539
Fax: (96) 222 3997
e-mail: cptap@nutecnet.com.br

ARAGUAIA/TOCANTINS
R.Porto Alegre, 446B. São João,
ARAGUAINA-TO
Cep. 77813-650
TELFAX: (63) 412-3200
e-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA
R. Gal Labatut, 78 Barris, Salvador/BA
CEP 40070-100
Fone: (71) 328 4672
Fax: (71) 328-4683
e-mail: cptba@zumbi.ongba.org.br

CEARÁ
R. Mons. Otávio de Castro, 150 - Fátima,
Fortaleza/CE
CEP 60050-150
C P 171-CEP 60001-970
Fone/Fax:(85) 226 1413
e-mail : cptce@fortalnet.com.br

ESPIRITO SANTO/RIO DE JANEIRO
R.Sto Antonio n.92 Carapina Serra ES
CEP.29160.060
Fone. (27) 3228.2082
e-mail: cpts@escelsanet.com.br

GOIÁS
R. 19, 35, 1º andar- Ed. Dom Abel,
Centro, Goiânia/GO
CEP 74030-090
Fone: (62) 223 5724
Fax: (62) 212 0421
e-mail: cptgo@cultura.com.br

MARANHÃO
Pça Antonio Lobo, 03, Luiz/MA
CEP 65010-450
C.P.351 CEP 65001-970
Fone: (98) 222 4243
Fax: (98) 232 8763
e-mail: cptma@elo.com.br

MATO GROSSO
R. Amambaí nº 160 - S. Alvorada,
Cuiabá/MT
CEP 78048-460
Fone: (65) 621 3068
Fax: (65) 621 2942
e-mail: cptmt@zaz.com.br

MATO GROSSO DO SUL
R. Nicolau Frageli, 71 B.Bairro Amambaí,
Campo Grande/MS
CEP 79008-570
C.P2217 CEP 79008-970
Fone/Fax:(67) 324-7729
e-mail: cptms@vip2000.net

MINAS GERAIS
R. Eurita, 516 - B. Santa Inês,
B. Horizonte/MG
CEP 31080-270
Fone: (31) 34863705 / 31-34864054
FAX: (31) 34860939
e-mail: cptmg@inet.com.br

NORDESTE
R. Esperanto, 490, Ilha do Leite, Recife/PE
CEP 50070-390
Fone: (81) 3231-4445
Fax: (81) 32222943
e-mail: cptpe@zaz.com.br

PARÁ
R. Barão do Triunfo, 3151, Bairro Marco,
Belém/PA
CEP 66093-050
C.P 1505 CEP 66017-970
Fone: (91) 226 5258
Fax: (91) 226 6491
e-mail: cptpa@amazon.com.br

PARANÁ
R. Paula Gomes. 703, 1º andar, S.
Francisco, Curitiba/PR
CEP 80510-070
Fone/Fax: (41) 224 7433
cptpr@softone.com.br

PIAUÍ
R. Desemb. Pires de Castro, 631,
Centro Norte, Teresina/PI
CEP 64000-390
C.P.458 CEP 64000-970
Fone: (86) 222 4555
e-mail: cptpi@mnnet.com.br

RIO GRANDE DO SUL
R.Eng. Walter Bohel, 230, apto. 208,
V.Ipiranga, Porto Alegre/RS
CEP 91360-090
Fone/Fax: (51) 3344-4415 / 958 0398
e-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA
R. Sen. Álvaro Maia, 1034, Bairro Olaria,
Porto Velho /RO
CEP 78902-220 - C.P.1051 CEP 78900-970
Fone: (69)224 4800
Fax: (69) 223 1135
e-mail: cpt@enter-net.com.br

SANTA CATARINA
R. Dep.Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal,
Florianópolis/SC
CEP 88040-001
Fone/Fax: (48) 234 4766
e-mail: cptsc@iaccess.com.br

RORAIMA
Rua Bento Brasil, 284 E, Centro,
Boa Vista-RR
Cep.: 69301 - 050
Cx. P. 333 - CEP.: 69301-970
Tel/fax: (95) 224 4636
e-mail: cptrr@technet.com.br

SÃO PAULO
Av: Rangel Pestana, 1421, Braz,
São Paulo/SP
Cep. 03.001-000
Fone: (11) 229-9109
e-mail: cptsp@ig.com.br

ORAÇÃO

ORAÇÃO DO I CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Senhor Deus, Pai-Mãe de tudo de bom que existe. Nós te louvamos e te agradecemos por tudo o que criaste, com amor infinito. Ouve os gemidos de toda Criação, que sofre as dores do parto de um Mundo Novo. Escuta o clamor do teu Povo, que pena e luta , nas periferias, campos e florestas por Terra, Água e Direitos.

Olha a tua CPT em Congresso e Romaria.
Ajuda-nos a re-encontrar o melhor sentido
de nossa presença e de nosso trabalho junto a este povo.

Senhor Bom Jesus, Irmão Primeiro, Nosso Redentor pela Cruz-Ressurreição. Estamos na tua Lapa em Romaria e Congresso. Viemos te buscar e seguir. Mostra-nos
o caminho da Reforma verdadeira – da Terra, da Água e dos Direitos, da Humanidade, da CPT – da Revolução Solidária. Ajuda-nos a radicalizar o Amor incansável, pelos Pobres, pela Terra, pela Água, pela Vida, contra a idolatria do indivíduo, do consumo e do mercado.

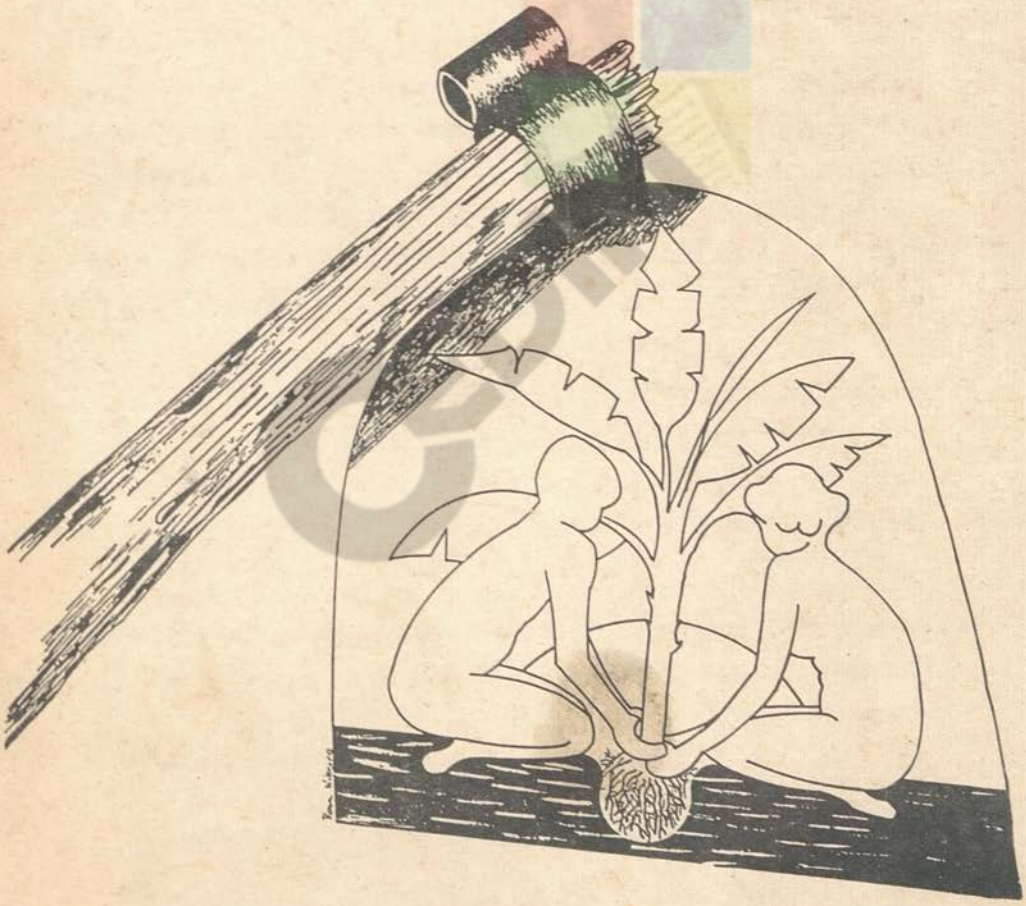
Senhor, Espírito Santo de Deus, que pairavas sobre as Águas da Criação e nos recriaste pelas Águas do Batismo, Força Viva que nos move a caminhar, reanima a tua CPT. Fortalece-nos com o testemunho dos Mártires. Dá-nos o dom da Fé e da Esperança, da certeza na Vitória Final, quando enfim Deus "será tudo em todos".

Deus do semi-árido nordestino, de tanta dor e luta, de tanta história e cultura.
Deus dos cerrados, pampas, matas e florestas.
Deus do rio São Francisco, da unidade nacional, dos currais da energia, da fome e da fartura. Deus do Amazonas, do Araguaia, do Paraná e de todos os rios.
Deus da Terra e da Água, do Fogo e do Ar – Senhor do Cosmos.
Deus de todos os Povos, Etnias e Culturas – senhor de toda e única Humanidade.
Deus de todos os Seres, Nomes e Lugares, a ti toda honra,
poder e glória, pelos séculos sem fim.

Amém! Axé! Awêre! Aleluia!

TERRA VIVA

PRODUZIR PARA FICAR



APRESENTAÇÃO

Companheiros(as)

É com satisfação e, ao mesmo tempo, preocupação que lhes apresentamos este livreto. Quer ser apenas uma proposta orientativa, para que a preparação à nossa Romaria possibilitem uma linha reflexão para facilitar a compreensão. Mas importante de que a Bíblia e, mais ainda, do que o livreto é a vida da comunidade, que deve ser expressa e celebrada nos nossos encontros. Por isso, em equipe, modifiquem o que acharem melhor. Levamos em consideração que os primeiros destinatários deste são as comunidades rurais. Isso não significa desprezar as queridas e combativas comunidades urbanas que são presença viva nas romarias. Por causa do espírito de solidariedade que as move facilmente saberão adaptar naquilo que lhes diz respeito.

O trabalho foi feito por várias mãos, se bem que atropelados pelo pouco tempo.

"O Espírito de Deus renova a face da terra" (cf Sl 104). Esta é a nossa alegria. Tal renovação passa pelas nossas mãos, pois foi a nós, homens e mulheres que ele nos deu a terra para fazer dela a nossa casa, onde construiremos a igualdade, a fraternidade e a paz, como sacramento do que nos será dado em plenitude da ressureição.

CPT/RJ
Diocese Caxias/RJ

IMPOTANTE: Prepare cada encontro com antecedência.

TERRA VIVA

(preparar: uma vasilha com terra; 01 animador(a); 03 leitores(a); 01 pessoa para convidar para o abraço Paz; 01 para convidar para rezar o Pai nosso).

ANIMADOR(A) - Nós estamos reunidos em nome do Pai + do Filho + e do Espírito Santo.

TODOS: Amém

ANIM - Somos todos benvindos a este encontro que nos prepara para a 6ª Romaria da Terra em Capivari, Caxias. A Romaria é uma caminhada feita pelo Povo de Deus, unido num só pensamento: libertar a terra de todas as opressões para os homens e mulheres viverem livres e dignamente. Para isso, não podemos caminhar desunidos, mas conscientes de que nós somos a família, cujo Pai é Deus. Assim teremos forças para vencer as dificuldades que aparecem.

(alguém convida para o abraço da paz; canto a escolha).

LEITOR(A) 1 - Nós te louvamos Senhor, porque tu cuidas da terra e a regas, enchendo-as de riquezas. Tu a preparas e a fazes fecunda, amolecendo-a com a chuva, abençoando as sementes.



T: A TERRA QUE TE PROMETO / TERÁ LEITE, TERÁ MEL / LEMBRA-TE DELA, MEU POVO,/ SE A INJUSTIÇA FOR FEL (bis)

L: As pastagens do cerrado estão cheias do orvalho da manhã, os morros parecem que estão felizes; os pastos estão cobertos de rebanhos e o plantio se enche de frutos e espigas. Tudo canta e grita de alegria!

T: A TERRA QUE TE PROMETO / TERÁ LEITE, TERÁ MEL / LEMBRA-TE DELA, MEU POVO,/ SE A INJUSTIÇA FOR FEL (bis)

A PALAVRA DE DEUS:

L: 2 - No começo de tudo, Deus criou os céus e a terra. A terra não tinha forma e era vazia: As trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus movia-se por cima das águas... Deus disse: ajuntem-se as águas que estão debaixo dos céus num lugar só, para que apareça a terra firme. E assim aconteceu. Deus chamou a parte sólida de Terra e ao ajuntamento de água chamou de mar. E Deus viu que isto era bom. Deus disse: Que a terra produza verdura, erva com semente, plantas que dão frutos sobre a terra, de acordo com a sua espécie e contendo sementes. E assim aconteceu... e Deus viu que isso era bom ... Deus disse: Que a terra produza seres vivos segundo a sua espécie, animais domésticos, répteis e animais ferozes. E assim aconteceu... e Deus viu que isso era bom. Deus, a seguir, disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança... E Deus criou o homem à sua imagem... criou-os mulher e homem. Abençoando-os, Deus disse: crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra... Eu dou todas as ervas com sementes que existem à superfície da terra, assim como todas as árvores com sementes, para que sirvam de alimentos... E a todos os seres vivos que sobre a terra existem e se movem igualmente dou por alimento e toda a erva verde que a terra produzir. E assim aconteceu. Deus, vendo toda a sua obra considerou-a muito boa - "Palavra do do Senhor" (cf Gn 1,1.11-13.24-31).

T: GRAÇAS A DEUS.

ANIM - Deus criou a terra e a entregou ao homem e à mulher para se servirem e cuidarem dela. Uma terra de agricultura sem plantio, ou sem pasto, não é uma terra viva; está morta.

L: 2 - Tem coisas acontecendo no Brasil que não deixam a terra ser viva: a cerca do latifúndio, a falta de crédito para produzir, a concentração da terra em poucas mãos, a violência contra os trabalhadores rurais, o desmatamento sem controle, a falta de terra na cidade para morar, alimento caro no comércio, baixo salário para quem é assalariado rural, etc...

ANIM. 1 - Por que estas coisas acontecem?

2 - Olhando para o nosso cartaz, (capa) o que ele quer dizer para nós?

CEDIM

2º encontro

PRODUZIR PARA FICAR

(preparar: leitura na Bíblia; uma enxada, 01 animador (a); 03 leitores(a); 1 pessoa para o Pai nosso; 1 pessoa para dar a benção).

. canto à escolha

ANIMADOR(A) - Irmãos e irmãs, foi muito difícil para o povo da Bíblia, conquistar, morar e trabalhar na Terra Prometida por Deus. Não é diferente a luta dos trabalhadores rurais para matar a nossa fome e botar para ela produzir. Certos de que o Senhor Deus está mergulhado com a gente na dificuldade, na luta e na alegria, iniciemos este encontro com a presença dele: Em nome do Pai + do Filho + e do Espírito Santo. Amém.

LEITOR(A) 1 - Todos são benvindos porque somos irmãos filhos de Deus e companheiros de luta.
(se tiver alguém que não estava no 1º encontro, deve-se dar as boas vindas).
O que ficou na nossa cabeça da oração e reflexão do encontro anterior?

(deixar o pessoal falar)

. canto à escolha

ANIM - Sabemos que para os trabalhadores rurais, a terra não pode ficar sem produzir, senão eles se vêem obrigados a abandonar a terra. Para que isso não aconteça, os sindicatos, associações, cooperativas tem que estar do lado do povo lavrador: trabalhando pela organização a fim de pressionar os governos e fazendo tudo para a gente viver unidos, solidários.

A Palavra de Deus:

L. 2 - "Jesus, ao voltar de manhã cedo para a cidade, sentiu fome. E vendo uma parreira de uva na beira do caminho, chegou perto dela, mas só encontrou folhas. Disse então: nunca mais nasçam frutos de ti. E naquele mesmo instante, a parreira de uva secou".
(Mt 21,18-19)

. - silêncio

1 - Por que Jesus amaldiçoo a parreira de uva?

2 - Quem não deixa a terra produzir, não pode receber bênção de Deus. Quem são os responsáveis que impedem a produção nas nossas terras?

3 - A produção da terra não é para a exportação, mas em 1º lugar, para matara nossa fome, e vivermos satisfeitos, como quer Jesus.
O que fazer para melhorar a nossa produção?

4 - Como estão trabalhando o sindicato e/o associação e/o cooperativas, nesse sentido?

CEDIM

(obs: se for comunidade urbana:

5 - O que fazer como apoio ao trabalhador rural, para que ele permaneça na terra?)

L: 1 - Trazemos a enxada, instrumento agrícola que ajuda a terra a produzir. Façamos nossas preces ao Deus da vida, criador da terra e da inteligência humana que é capaz de conhecer e trabalhar.

(faz-se a prece e passa a enxada)

(alguém convida para o Pai nosso); (alguém que mora há mais tempo na comunidade dá a bênção aos presentes)

canto final



3º encontro: CELEBRANDO A ESPERACA NA TERRA

(preparar: Blíblia, velas, uma muda qualquer para ser plantada, uma raiz de aipim, uma cana de açúcar, uma enxada, um tijolo, alimentos já cozidos e bebida para o lanche (é melhor que sejam frutos da terra: aipim, banana, garapa, café, frutos); um comentarista para o texto de reflexão e um para a leitura Dt 26,1-12.

canto de abertura

ANIM - A união entre nós e a presença do Espírito de Deus, animam a nossa esperança.

T: ENVIA, TEU ESPÍRITO, SENHOR
E RENOVA A FACE DA TERRA. (bis)

ANIM - Vamos fazer hoje uma pequena caminhada, com três momentos: 1º o povo do campo; 2º a terra, irmã e mãe e 3º a nossa união.

1ª parada: O Povo do Campo

L. 1 - No próximo dia ~~26~~ de julho realizaremos a Caminhada da Terra promovida pela Comissão Pastoral da Terra e pela Igreja Diocesana de ~~Caxias~~, Esta Romaria quer ser um sinal de vida e esperança nestes tempos de ~~violência e morte~~. ~~É como a plantação~~ verde depois que a chuva regou a terra seca.

T: ~~TERRA VIVA - PRODUZIR PARA FICAR~~ (bis)

L. 2 - A Romaria será em ~~Capivari~~ - Xerém - ~~Caxias~~ porque foi aí que se deu o começo da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro. Há 40 anos atrás, os lavradores se organizaram criando a Associação

dos Trabalhadores Fluminenses (ALF), que os ajudou a enfrentar a polícia, o Exército e os latifundiários. Houve expulsão e despejo, mas o pessoal organizado permaneceu firme. Em 1961, a Fazenda Capivari foi desapropriada. O pessoal sabe que a luta não parou, poque sempre houve tentativas de despejos. A última foi no ano passado, pior que as anteriores por causa das ameaças de morte e agressões físicas às lideranças. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais as associações as igrejas e outros grupos de solidariedade são forças vivas que estão juntos aos ameaçados.

T: TERRA VIVA - PRODUZIR PARA FICAR (bis)
canto à escolha

L. 1 - Nesta 1ª parada, a Palavra de Deus conta a história do lavrador chamado Nabô que tinha a sua terrinha e o rei ganancioso. Deus castiga os que maltratam o seu povo.

L. 3 - 1 Rs 21,1-19.

Palavra do Senhor.

T: GRAÇAS A DEUS

o comentarista escolhido faz uma reflexão sobre a leitura

ANIM - Este é o momento de nos lembrar-mos de todos os que precisam ter a sua terra e a sua vida defendidas. Estes são os companheiros de luta e esperança:
(quem trouxe a raiz de aipim faz a prece pelos índios)
(quem trouxe o tijolo faz a prece pelos sem casa)
(quem trouxe a cana de açúcar faz a prece pelos negros)
(quem trouxe a Bíblia faz a prece pelas igrejas)
(quem trouxe a enxada fa a prece pelos lavradores submetidos ao trabalho escravo)

(após cada prece: T: SENHOR, ESCUTAI A NOSSA PRECE)

L. 2 - Antes de começar a caminhada, queremos todos unidos neste pensamento: tem muitas e muitas pessoas, em que a sua lembrança está bem viva em nós, mas a presença é só espiritual. São os mártires da terra, mártires de Deus.

T: QUE O SANGUE DOS MÁRTIRES, AUMENTE NOSSA CORAGEM, PARA LUTAR, SENHOR ! (bis)

(espontaneamente cada um vai gritando os nomes e acende-se a vela. Após cada nome, todos dizem: PRESENTE -

+ JESUS CRISTO, 1º MÁRTIR
+ RAIMUNDO GRINGO
+ NATIVO NATIVIDADE
+ MARGARIDA MARIA
+ PE JOSIMO
+ BENEDITO
+ SEBASTIÃO LAN
+ ÍNDIO MARÇAL GUARANI
+ EZEQUIEL RAMIM
+ PAULO FONTELES
+ IRMÃ ADELAIDE
+ ROSE
+ SANTO DIAS

ANIM - As velas acesas nesta caminhada nos dizem que a vida destas pessoas são uma luz na escuridão do desânimo e da falta de esperança. Peçamos que a divina luz do Espírito Santo nos mostre de modo

claro o que fazer para que na nossa terra não seja mais derramado o sangue do povo.

T: A NÓS DESCEI, DIVINA LUZ (bis)
EM NOSSAS ALMAS ACENDEI
O AMOR, O AMOR DE JESUS (bis)

caminhada com cantos, ver final do livrinho
A Bíblia vai à frente: Atrás seguem os 4 símbolos

2ª parada: TERRA: irmã e mãe.
(apaga-se as velas)

canto - Romaria da Terra faz o povo...

L. 4 - A terra é nossa irmã e nossa mãe

T: TERRA VIVA, PRODUZIR PARA FICAR

L. 4 - A terra foi criada pela bondade de Deus, para todos vivermos alegres e felizes. A terra não pode ser agredida, desrespeitada.

T: TERRA VIVA, PRODUZIR PARA FICAR

L. 5 - Não se pode falar em ecologia e defesa da natureza se isso é um meio de esconder as desigualdades e as injustiças, criadas pela dívida externa e concentração da terra.

T: TERRA VIVA, PRODUZIR PARA FICAR

Para ler e refletir

Presidentes, governantes e cientistas do mundo inteiro se reuniram no Rio de Janeiro, agora em junho para tratar do Meio Ambiente (natureza) e Desenvolvimento. O que isso tem a ver com a gente? São os países ricos (Europa, Japão, Estados Unidos, etc..) que têm decidido o modelo de desenvolvimento do Brasil e dos outros países. O progresso e o desenvolvimento que eles obrigaram e os presidentes do Brasil aceitaram, trouxe problemas para a natureza (desmatamento, desemprego, dívida externa, etc...) Ainda mais, com a ECO sendo realizada no Rio, eles querem controlar, a nossa Amazonia (por exemplo, uma terça parte das espécies de animais e vegetais do mundo estão na Amazônia) que é uma grande fonte de riqueza na produção de boas sementes e remédios. Na ECO não se tocou como devia na concentração da terra em poucas mãos. O Brasil teve a maior safra agícola por causa do bom tempo e não porque se repartiu a terra com os que nela querem trabalhar e viver.

Pergunta: 1. E da nossa parte, como trabalhadores e trabalhadores o que fazer para defender a natureza e a terra da ganância desses grandes?

L. 2 - A criação é um presente de Deus que deve ser acolhido com respeito, louvor e ternura. Só assim a gente terá condições se criar novos laços de amizade, justiça e paz.

canto: Irmã sol com irmã luz
(ver: celebração: Terra viva: irmã e mãe - naexo)

Planta-se e rega-se a muda.

"NO ÚTERO DA MÃE TERRA
NOSSO PAI GERA A VIDA DO MUNDO"

CEDIM

L. 1 - A terra é vida. O nosso planeta é um ser vivo. É como se fosse um único e grande corpo vivo.

L. 2 - A terra sente, sofre, respira, pulsa, se alegra. Todo ser vivo sobre a terra faz parte de um único organismo vivo, a terra.

L. 3 - Também o ser humano faz parte do grande ser vivo, a mãe terra.

T: Louvado sejas meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda vida.

L. 4 - A solidez das rochas, a força dos ventos, a gelo das cordilheiras, tudo é vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda vida.

L. 5 - A energia das águas, a agitação das cachoeiras, a serenidade das planícies, tudo é vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda a vida.

L. 1 - A semente que brota, a planta que cresce, a fruta que amadurece, a folha que apodrece; tudo é vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela terra, a mãe de toda vida.

L. 2 - Os animais que respiram e se movem, os vegetais que fazem a "fotossíntese", transformando a luz do sol em energia, e tudo é vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela terra, a a mãe de toda vida.

L. 3 - Do menor e mais desconhecido inseto, até a grandeza e a força das baleias, tudo é vida, tudo está em ligação, sintonia e comunhão, em interdependência um com o outro. É a grande sintonia da vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda vida.

L. 4 - Trabalhar a terra é criar laços de amizade, ' estabelecer relações fraternas com a irmã e mãe terra e com todas as criaturas.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda vida.

L. 5 - Cultivar a terra é criar comunhão, auxiliar a própria terra a desenvolver sua fertilidade e capacidade de produção.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda a vida.

3ª parada: O ágape (refeição fraterna)

ANIM - Companheiros e companheiras, nós caminhamos ' até aqui. Isso é sinal de esperança. Quem está parado e não pode andar é comparado a um morto, sem vida.

1 - Quais são os motivos da nossa esperança? Como é possível a realização da Reforma Agrária?

2 - Neste ano de 92 vamos eleger novos prefeitos

e vereadores. Um candidato só ganha eleições com o voto do trabalhador, do pobre que é maioria. Você acha que as eleições desse ano podem ajudar a melhorar a nossa vida? Como?

3 - Como ajudar os trabalhadores que estão desanimados de luta?

L. 1 - A Bíblia nos diz que Deus se alegra quando lhe oferecemos o fruto da terra e do nosso trabalho.

canto de aclamação
A Palavra de Deus. Dt 26,1-12
Palavra do Senhor

T: GRAÇAS A DEUS

um comentarista faz uma breve reflexão

ANIM - O Senhor só quer os nossos dons porque eles constroem fraternidade. Vamos colocar na mesa o que trouxemos, cada qual fazendo uma prece de oferecimento.

após cada prece, coloca o alimento ou bebida na mesa e canta-se o refrão. Quem disse que não somos nada .

ANIM - Antes de nos servimos vamos dizer a Deus e aos irmãos como está a nossa organização para Romaria:
- a que hora os ônibus vão sair?
- os cartazes e faixas já estão prontos ?
- A 6ª Caminhada será no dia 26, domingo com a concentração na Cidade dos Meninosàs 7:00h. Às 8:00h será a Romaria seguindo pela Estrada da Volta Fria, rumo a Capivari.

ANIM - Deus é o Pai de todos. É ele quem nos dá a alegria de participarmos da amizade de todos. Por isso, rezemos.

Pai nosso....

T: POIS VOSSO É O REINO, O PODER E A GLÓRIA PARA SEMPRE!

começa a servir os alimnetos e bebida



CEDIM

IRMÃO SOL COM IRMÃ LUZ

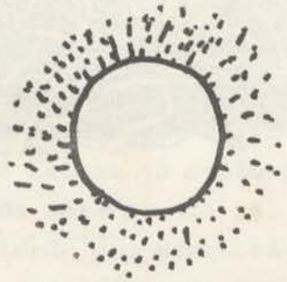
Irmão Sol com Irmã Luz
Trazendo o dia pela mão
Irmão Céu de intenso azul
A invadir o coração, Aleluia!

IRMÃOS, MINHAS IRMÃS
VAMOS CANTAR, NESTA MANHÃ
POIS RENASCEU MAIS UMA VEZ
A CRIAÇÃO DAS MÃOS DE DEUS
IRMÃOS, MINHAS IRMÃS,
VAMOS CANTAR, ALELUIA!
ALELUIA, ALELUI..ia!

Minha irmã Terra que ao pé
Dá segurança de chegar
Minha irmã planta que está
Suavemente a respirar. Aleluia!

Irmã flor que mal se abriu
Fala do amor que não tem fim
Água irmã que nos refaz
E sai do chão cantando assim:
Aleluia!

Passarinhos, meus irmãos
com mil canções a ir e vir
Homens todos meus irmãos
Que nossa voz se faça ouvir. Aleluia!



2 - POVO DE DEUS

O povo de Deus no deserto andava
Mas à sua frente alguém caminhava
O povo de Deus era rico de nada
Só tinha esperança e o pó da estrada.
Também sou teu povo, Senhor, estou nesta
estrada somente a tua graça me basta
e mais nada. (bis)

O povo de Deus também vacilava.
Às vezes custava a crer no amor.
O povo de Deus, chorando, rezava,
Pedia perdão e recomeçava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada:
Perdoa se às vezes não creio
em mais nada (bis)

O povo de Deus também teve fome
E tu lhe mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus cantando deu graças,
Provou teu amor, teu amor que não passa.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada.
Tu és alimento, na longa caminhada. (bis)

O povo de Deus, ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou
O povo de Deus, corria e cantava
E nos seus louvores teu poder proclamava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada,
Cada dia mais perto da terra esperada. (bis)

- A classe roceira e a classe operária;
Ansiosa espera a reforma agrária.
Sabendo que ela será a solução
Para a situação que está tão precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área,
Sei que na miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria,
Quinhentos por cento só na pecuária.

- Esta grande crise que há tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo o seu brio.
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morre brasileiro de fome e de frio.
Em nossas Manchetes rica em imóveis.
Milhões de automóveis já se produziu.
Enquanto o coitado do pobre operário.
Vive apertado, ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.

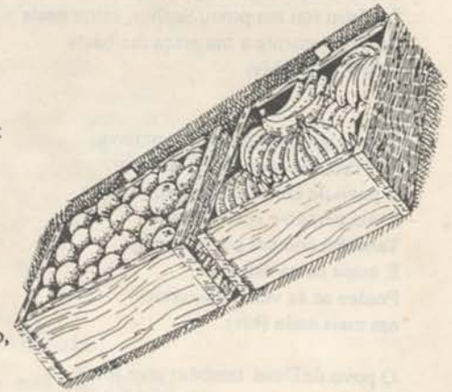
- Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção.
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão.
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução.
Porque o ricaço que vive folgado,
Acha que o projeto, se for assinado,
Estará ferindo a Constituição.

- Mas, a grande esperança o povo conduz,
Pedindo a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha.
E para a família não faltar o pão.
Que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação.
A desigualdade que existe é tamanha.
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha,
o pobre do pobre vive de tostão

ROMARIA DA TERRA

Romaria da terra / faz o povo arreunir
numa luta sem guerra, / Nós lutaremos por ti!

A terra é sagrada,/ feita por Nosso Senhor
Ele fez e deu ao homem/ e também lhe ensinou
que é nela que vivemos/ e a ela abençoou.
É tão linda a natureza,/ é obra do Criador.
E Deus deu a inspiração,/ o homem fez a plantação:
foi assim que começou. (Gen.1,26-31)



Mas no passar do tempo,/ que o povo aumentou,
começou a ambição / e a terra negociou.
Uns comprava e outros não, / e a força eles tomou:
fazendeiros e jagunços/ matando os trabalhador.
E as famílias, que era dono,/ hoje vive no abandono,
sem suas terras ficou.

Amigo trabalhador,/ veja a nossa situação:
nós queremos trabalhar / e não temo condição.
A terra, que era nossa,/ hoje é toda do patrão;
desemprego na cidade/ virou uma maldição.
Precisamos nos unir / e nós vamos resistir,
pôr a terra em nossas mãos.



- Ó QUE COISA BONITA

Ó que coisa bonita (bis) / Deus Pai
Libertador / criar negra cor, ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / Jesus é nosso
Irmão sem separação / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / O Espírito a fé
a força o axé / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / Mãe por Deus escolhida,
Negra-aparecida / Ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / celebrar Deus da
vida com festa, comida / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / essa reza, esta
missa, Clamor de Justiça / ó que coisa bonita



SOMOS GENTE NOVA VIVENDO O AMOR
SOMOS COMUNIDADE, POVO DO SENHOR, Ê,Ê

1. Vou convidar os meus irmãos trabalhadores/
operários, lavradores, biscateiros e outros mais;
E juntos vamos celebrar a confiança,
nossa luta na esperança de ter terra,pão e paz, ê,ê

2. Vou convidar os índios que ainda existem;
as tribos que ainda insistem no direito de viver.
E juntos vamos, reunidos na memória;
celebrar uma vitória que vai ter que acontecer, ê, ê.

3. Convido os negros, irmãos no sangue e na sina,
seu gingado nos ensina a dança da redenção;
de braços dados, no terreiro da irmandade,
vamos sambar de verdade enquanto chega a razão,ê,ê.

4. Vou convidar Oneide, Rosa, Ana Maria
a mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor./
E reunidos no altar da liberdade,
vamos cantar de verdade, vamos pisar sobre a dor.

5. Vou convidar a criançada e a juventude/
tocadores me ajudem, vamos cantar por aí/
O nosso canto vai encher todo o país/.
velho vai dançar feliz
quem chorou vai ter que rir.

6. Desempregados, pescadores desprezados
e os marginalizados venham todos se ajuntar/
à nossa marcha para a nova sociedade,
quem nos ama de verdade, pode vir, tem um lugar,ê,ê...

1 — ~~Vós sois meu pastor~~
2 — Cio da terra
3 — Bendita e louvada seja
4 — ~~Eu confio em Nosso Senhor~~
5 — Liberdade vem e canta —
6 — Põe a semente na terra —
7 — Glória dos Pobres
8 — Utopia
9 — Canto dos Mártires da Terra —

1ª Imaculada

O QUE É CPT?

A Comissão Pastoral da Terra é um serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil. A realidade e os anseios dos mesmos definem a missão e as tarefas da CPT.

A CPT colabora diretamente com as iniciativas das Igrejas cristãs — de modo especial a Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sendo reconhecida e apoiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, atua em conjunto com muitas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base. Assessora sindicatos, associações de produtores, movimentos sociais e outras iniciativas populares.

Enquanto comissão de serviço, anima outras entidades a assumir a caminhada do campo, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica. O ponto de partida de nossa ação é a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura, sua fé e sua capacidade de assumir sua própria história.

A CPT procura unir o conhecimento popular e a análise científica da realidade. Mantém um banco de dados sobre os conflitos que ocorrem no campo. Recorre a especialistas para atualizar a sua análise. Informa permanentemente a sociedade brasileira e no exterior sobre a situação do campo. Fortalece a solidariedade nacional e internacional na busca de justiça e fraternidade.

A CPT atua em todo o Brasil por meio de seus 20 Regionais, equipes diocesanas e locais. Atua por meio de equipes liberadas e pessoas voluntárias.

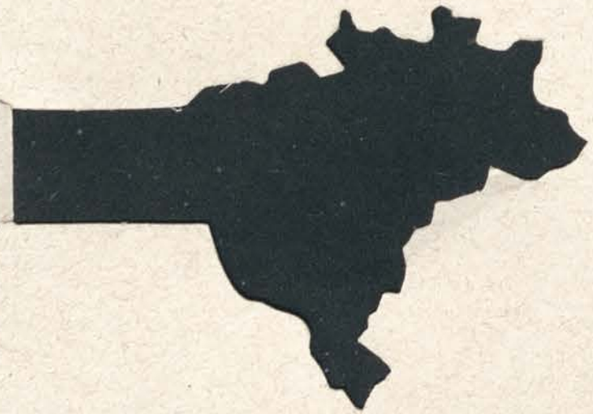
A CPT acompanha esses homens e mulheres do campo de variadas formas: ajuda em sua organização; colabora em sua formação; denuncia, com eles, a violência e a injustiça; assessora juridicamente; celebra, na fé, suas iniciativas, vitórias e fracassos.

Na Amazônia, apóia iniciativas dos Povos da Floresta (seringueiros, lavradores, ribeirinhos) e defende os direitos de posseiros e dos colonos vindos do Sul, na busca da sobrevivência diante dos grandes projetos e do descaso do governo. No Nordeste, acompanha as vítimas da seca e da violenta concentração da terra e da água. No Sul e Centro, acompanha os pequenos agricultores e os excluídos da terra. Onde a modernização produz o assalariado ou a escravidão, a CPT procura estar presente. Mesmo em condições angustiantes, sob a ameaça da violência e da morte, os membros da CPT, muitas vezes, arriscam a vida, confortando, denunciando, organizando, na busca de um processo de libertação.



TRÊS HISTÓRIAS E UMA TERRA

BRASIL





TRÊS HISTÓRIAS E UMA TERRA

BRASIL

CAMPANHA NACIONAL PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA
FÓRUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO

FICHA TÉCNICA

Expediente

Três Histórias e uma Terra - Brasil
publicação do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
www.limitedapropriedadedaterra.org.br

Coordenação Nacional do Fórum
Dirceu Fumagalli - CPT
Luiz Cláudio Mandela - Cáritas Brasileira
Paulo de Tarso Caralo - CONTAG
Marina Santos - MST
Maria da Graça Amorim - FETRAF
Ismael Costa - MLST
Rozangela Piovizani Cordeiro - MMC
José Vaz Parente - CNASI
Edélcio Vigna - INESC
Leonardo Bauer Maggi - MAB
Eber C. Dartora - PJR
Maria José da Costa - MPA

Secretário Executivo do Fórum
Gilberto Portes de Oliveira

Conselho Editorial
Dirceu Fumagalli, Gilberto Portes, Luiz Cláudio Mandela e Suzane Duraes

Texto original
Diva Braga
Patrícia Antunes

Colaboração
Ana Cristina Gomes
Beatriz Melo Franco Nery
Ricardo Piantino

Revisão de texto
Vanice Araújo

Ilustração
Diva Braga

Criação
Arte em Movimento
www.arteemmovimento.org

Coordenação
Patrícia Antunes

Impressão
Gráfica e Editora Distrital Ltda

Tiragem
10.000 unidades

SDS – nº 36 – Bloco P – Edifício Venâncio III – Sala 204
CEP 70393-902 – Brasília (DF)
Telefone: (61) 3323-1770
Fax: (61) 3321- 4130
e-mail: forumcpt@caritas.org.br

APRESENTAÇÃO

O Brasil é o segundo maior país do mundo em concentração de terras. Cerca de 3% do total de propriedades rurais do país são latifúndios e ocupam 56,7% das terras agricultáveis. Desde a colonização, há mais de 500 anos, existe uma elite agrária que baseia o seu poder no acúmulo de terras e exploram, sem limites, os recursos naturais. Eles não se preocupam em produzir alimentos e desrespeitam qualquer direito social, trabalhista, previdenciário ou político dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que são expulsos de suas terras e, muitas vezes, escravizados ou assassinados pelos latifundiários. Essa realidade compromete a soberania de nosso território, além de romper com a história, a cultura e os saberes seculares dos povos das cidades, dos campos e da floresta.

Um dos instrumentos que podem interferir na perpetuação dessa prática excludente é limitar o tamanho da propriedade da terra. A Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar é uma ação do FNRA para buscar o diálogo e a mobilização da sociedade brasileira, para incluir na Constituição Federal um novo inciso que limite o tamanho da propriedade rural em 35 módulos fiscais. Áreas acima dos 35 módulos seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público e destinadas aos programas de reforma agrária. A aprovação da emenda afetaria pouco mais que 50 mil proprietários de terras.

A Constituição Federal assegura aos cidadãos e cidadãs o "direito à propriedade". Essa disposição constitucional é interpretada, pelos movimentos sociais e organizações do campo, como garantia de um direito absoluto e ilimitado, legitimando a concentração de imensas áreas nas mãos de poucas pessoas e grupos, enquanto a maioria da população se encontra excluída.

O objetivo da Campanha é exigir do Estado a garantia do direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que tiram seu sustento da terra. Além disso, a Campanha também está engajada na luta contra o agronegócio e o hidronegócio no Brasil, que destroem o meio ambiente, a biodiversidade e expulsam milhares de trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e comunidades ribeirinhas.



A campanha é realizada no território nacional, coordenada pelo FNRA e se propõe mobilizar e debater em todos os espaços públicos: nas escolas, igrejas, sindicatos, associações, assembleias legislativas, câmaras municipais, meios de comunicação e outros espaços, com a finalidade de sensibilizar a sociedade e buscar seu apoio.

Esta cartilha é um instrumento de estudo dos principais temas desse debate, que devem ser aprofundados e discutidos amplamente. É fundamental que todos e todas que defendem o direito à vida com dignidade para o conjunto da população assumam esta campanha e ajudem a conquistar a democratização da terra e a nossa soberania territorial e alimentar.

Para saber mais sobre a Campanha, confira o *site* **www.limitedapropriedadedaterra.org.br**



ACAMPAMENTO NACIONAL PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA
ESTÁDIO MANÉ GARRINCHA - BRASÍLIA (DF)

A EXPULSÃO

AMIGOS,
EU ESTOU AQUI NESTA LUTA PORQUE TENHO MEMÓRIA. E ESSA MEMÓRIA TAMBÉM É DE VOCÊS, SÓ PRECISAM RECONHECÊ-LA COM SABEDORIA. MEU PAI CONTOU PARA MIM, E EU VOU CONTAR PARA O MEU FILHO. QUANDO EU MORRER, MEU FILHO CONTA PARA O FILHO DELE E, ASSIM, NINGUÉM ESQUECE.

MEU POVO VIVEU NESTAS TERRAS DO BRASIL POR CENTENAS DE ANOS, MESMO ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES...

Vivíamos caçando e pescando, tirando da terra só o que precisávamos pra viver. Quando aquela parte se cansava, íamos para outra parte da mãe-terra, enquanto aquela se recuperava. Nossa vida era a natureza, festejávamos e celebravámos a sua beleza e o seu esplendor.

As frutas, a pesca, a caça para comer, as folhas para curar, sementes para enfeitar, a água para beber e banhar... não era preciso guardar nada para amanhã, tudo já nasceu guardado na natureza - a água da nuvem, a planta na terra, o fruto na semente e um bicho no outro e nós em nós mesmos.

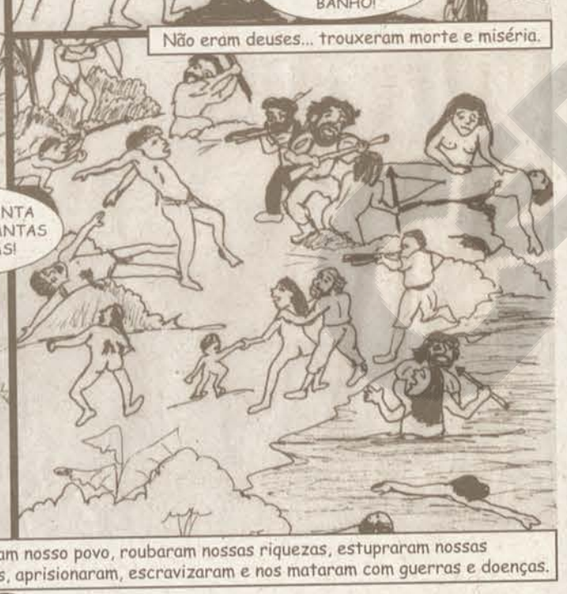
A terra para nós não tem dono. Não entendemos como alguém pode comprar ou vender aquela que está e sempre esteve ali para alimentar o nosso povo.



As gentes corriam para as margens da água para ver as gigantes borboletas que se aproximavam da ilha! Alguns achavam que era a deusa Maíra.

Não eram deuses... trouxeram morte e miséria.





Enganaram nosso povo, roubaram nossas riquezas, estupraram nossas mulheres, aprisionaram, escravizaram e nos mataram com guerras e doenças.





Os novos donos governavam em nome do rei e tinham muitos privilégios, inclusive de distribuir a posse das terras do Brasil para ampliar a riqueza da coroa portuguesa.



Começam aqui a instalação das cercas e das correntes da escravidão... O Brasil se estabelece como paraíso do **latifúndio**, da **monocultura**, gerando injustiça, expulsão, desigualdade...



O extermínio foi tão grande, tão violento, que no ano de 1500 éramos mais ou menos 5 milhões, em 1700 éramos apenas 2 milhões e hoje não passamos de 270 mil. Um **etnogenocídio** e uma luta que até hoje não acabaram...

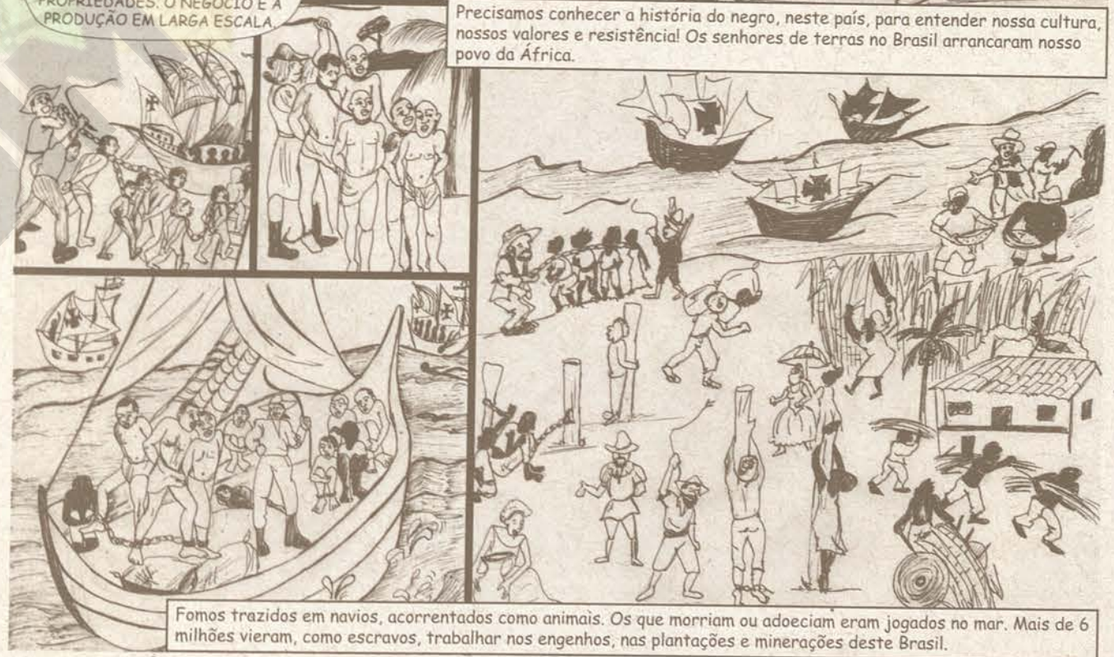
"NINGUÉM OUVIU UM SOLUÇAR DE DOR NO CANTO DO BRASIL.
UM LAMENTO TRISTE SEMPRE ECOOU,
DESDE QUE O ÍNDIO GUERREIRO FOI PRO CATIVEIRO E DE LÁ CANTOU..."



A ESCRAVIZAÇÃO



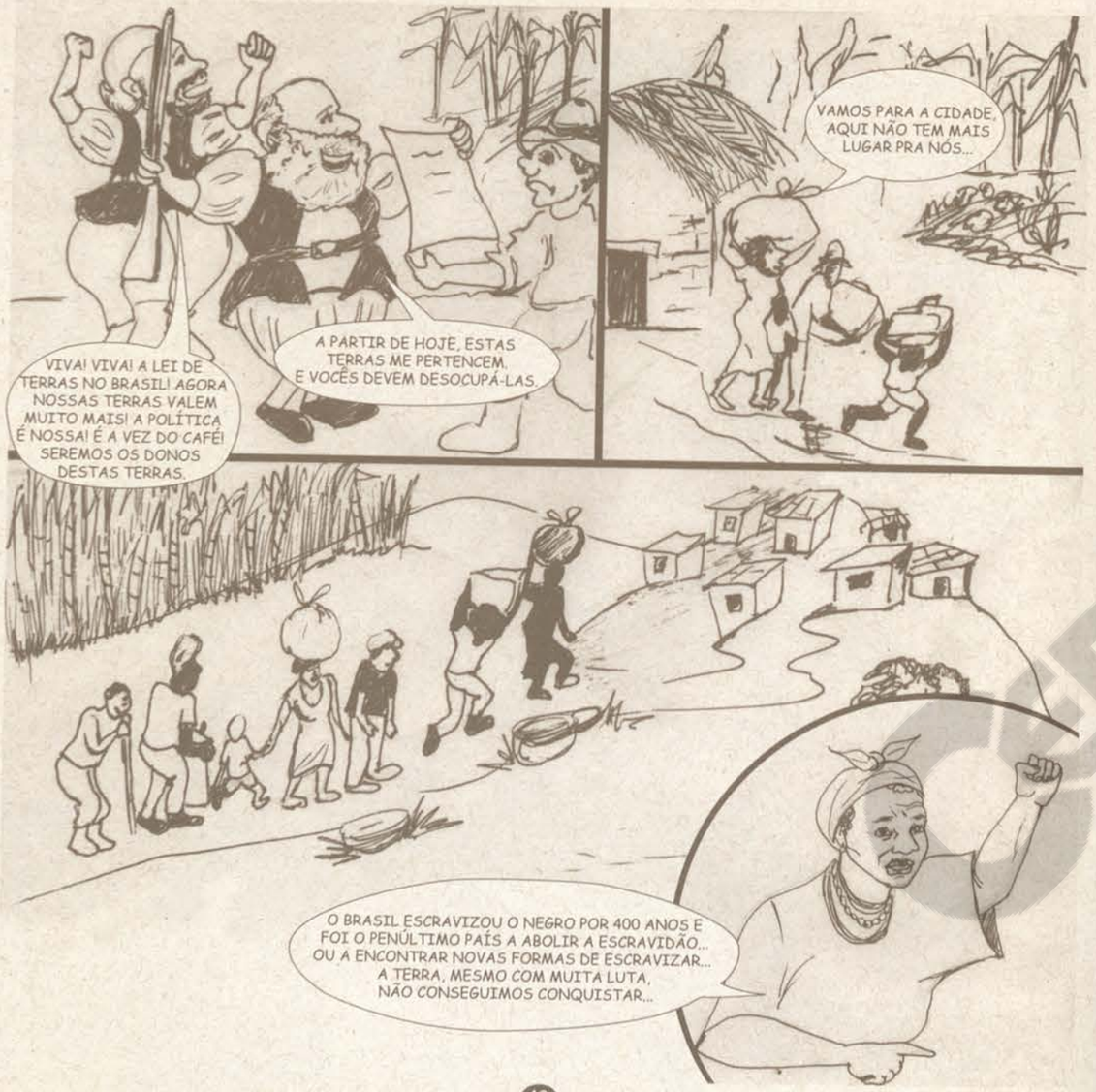
Precisamos conhecer a história do negro, neste país, para entender nossa cultura, nossos valores e resistência! Os senhores de terras no Brasil arrancaram nosso povo da África.



Fomos trazidos em navios, acorrentados como animais. Os que morriam ou adoeciam eram jogados no mar. Mais de 6 milhões vieram, como escravos, trabalhar nos engenhos, nas plantações e minerações deste Brasil.


NOS ARRANCARAM A FAMÍLIA, OS HÁBITOS E DA CULTURA, MAS NÃO A ALMA...
NOSSO POVO NUNCA ACEITOU A ESCRAVIDÃO.
TIVERAM GRANDES EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA LIBERDADE!
ENTRE ELAS ESTAVA A CONSTRUÇÃO DOS QUILOMBOS, COMUNIDADES LIVRES CONSTITUÍDAS POR ESCRAVOS FUGITIVOS.
VAMOS PARA PALMARES!


O quilombo de Palmares foi a maior representação da resistência dos negros no Brasil.
AQUI AS PALMEIRAS SÃO OS RAMOS QUE COBREM AS NOSSAS CASAS E TAMBÉM PANOS PARA NOS VESTIR...
ALÉM DO SAL, AZEITE E VINHO QUE TIRAMOS DESTA ABUNDANTE E FÉRTIL TERRA.
O QUILOMBO É UM MUNDO AFRICANO DENTRO DO BRASIL, ONDE NOSSOS FILHOS NASCEM LIVRES, RECRIAMOS NOSSA CULTURA, CULTIVAMOS O ALIMENTO, NOSSA ECONOMIA. UM MUNDO QUE É A PROMESSA DE LIBERDADE PARA O POVO NEGRO.
OS RIOS NOS DÃO PEIXES; AS MATAS A CAÇA; E OS TRONCOS, O MEL...
ATENÇÃO! ATENÇÃO! FICA O GOVERNO AUTORIZADO A VENDER AS TERRAS DEVOLUTAS, COMO E QUANDO JULGAR CONVENIENTE, FAZENDO PREVIAMENTE MEDIR, DEMARCAR E DESCREVER PORÇÃO DAS MESMAS TERRAS.
Os senhores não podiam aceitar essa terra livre, mas só conseguiram derrotá-la depois de quase 100 anos, com um exército de 7 mil soldados experimentados em guerra.
LEI DE TERRAS 1850
VIVA! VIVA! APROVADA A LEI DE TERRAS NO BRASIL! ESTAMOS A UM PASSO DA LIBERTAÇÃO!
CALMA, IRMÃO! ESSA LEI DE TERRAS SÓ PODE SER MAIS UMA ENGANAÇÃO. AGORA A TERRA É MERCADORIA. E NÓS TAMBÉM.
COMO MERCADORIA? VÃO VENDER AS TERRAS QUE NÓS VIVEMOS E TRABALHAMOS? AS TERRAS PÚBLICAS PASSAM A SER PRIVADAS, OU SEJA, MAIS DO QUE NUNCA SÓ TERÁ A TERRA QUEM PUDER PAGAR POR ELA.
SÓ OS QUE SÃO RICOS VÃO PODER COMPRAR AS TERRAS? E NÓS QUE FOMOS ESCRAVIZADOS E NUNCA TIVEMOS SALÁRIOS, COMO VAMOS COMPRAR TERRAS? PARA ONDE IREMOS? E NOSSAS PLANTAÇÕES?

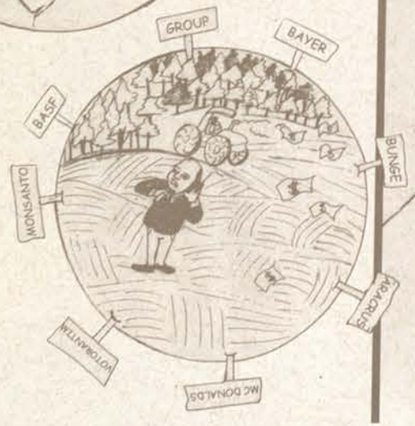


" O NEGRO ENTOOU UM CANTO DE REVOLTA PELOS ARES
NO QUILOMBO DOS PALMARES, ONDE SE REFUGIOU.
FORA A LUTA DOS INCONFIDENTES
PELA QUEBRA DAS CORRENTES, NADA ADIANTOU..."



A EXCLUSÃO









Algumas empresas transnacionais, como a MONSANTO, a BAYER e a SYNGENTA, estão querendo dominar as sementes do mundo, tornar escravos os agricultores. Mas a resistência dos pequenos agricultores existe, e experiências como as CASAS DE SEMENTES resgatam as sementes crioulas, garantindo a soberania da produção.

No Brasil, 70% da produção de alimentos para o mercado interno vêm dos assentamentos de reforma agrária e da agricultura familiar camponesa.



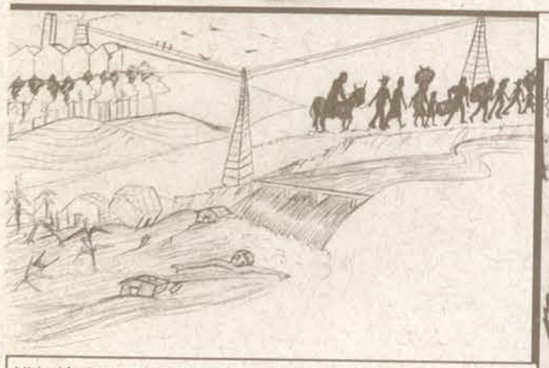


O México está passando por isso: o milho, que é a base do alimento do seu povo, está sendo usado para biocombustível e agora custa tão caro que o povo já não pode mais comer.

CEDIM

As monoculturas têm se expandido pelo Brasil, aumentando a concentração de terra e renda. Além disso, o trabalho escravo é facilmente encontrado. Nos canaviais, os trabalhadores geralmente são migrantes do Nordeste ou do Vale do Jequitinhonha, aliciados por intermediários ou "gatos" que selecionam mão-de-obra para as usinas. Todos os anos, centenas de trabalhadores são encontrados sem registro trabalhista, sem equipamentos e proteção, sem água e alimentação adequada, sem acesso a banheiro e em moradias precárias. Muitos morrem pelo excesso de trabalho.





Hidrelétricas - são mais de 2 mil barragens construídas em todo o Brasil, alagando mais de 34 mil km² de terra, expulsando 1 milhão de pessoas do campo, aumentando o número de desempregados e a exclusão. A energia vai para as empresas e é utilizada em máquinas que substituem as ações do ser humano, fazendo cair o índice de trabalhadores existentes no país.

Os conflitos na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, são prova do insuperável estranhamento que ainda temos em relação aos índios.







Continuamos a luta de Canudos e Contestado em busca da terra prometida,



das ligas camponesas, na década de 50, que se espalharam pelo Brasil,

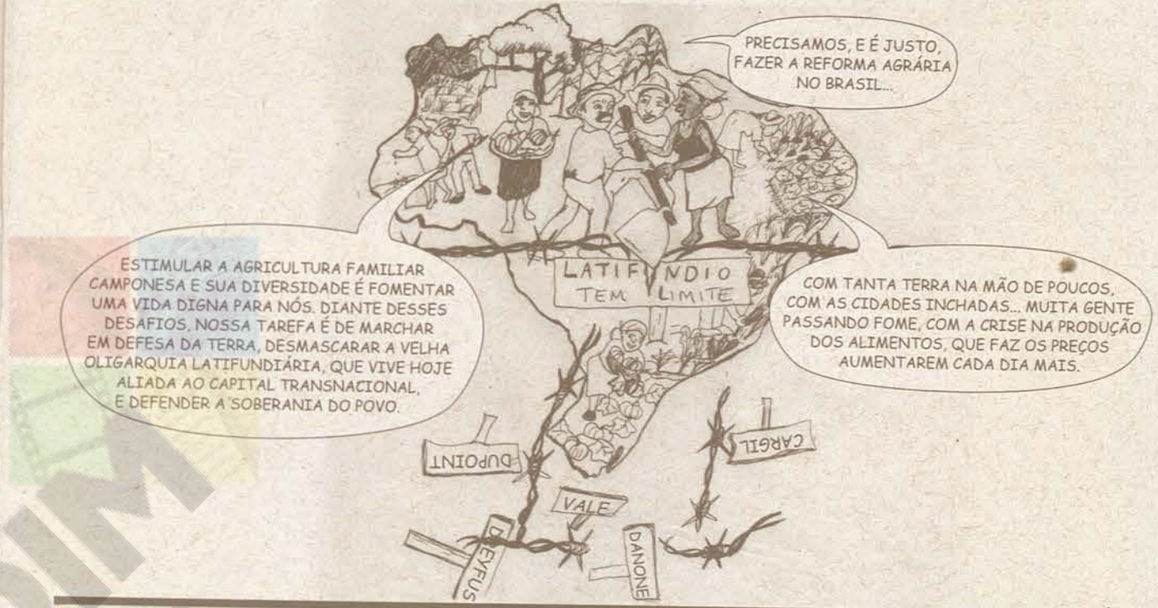


dos sindicatos rurais... que nunca tiveram o acesso à terra, que lutaram e continuam lutando pela reforma agrária.




TODO LATIFÚNDIO É INJUSTO!
NÓS MESMOS TEMOS QUE DIZER O QUE FAZER COM NOSSA TERRA. É NOSSO DIREITO O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA, ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO...


O BRASIL AINDA TEM CERCA DE 220 POVOS INDÍGENAS QUE FALAM MAIS DE 200 LÍNGUAS.
E A NOSSA BIODIVERSIDADE? PRECISAMOS PRESERVÁ-LA. NÓS TEMOS 20% DAS ESPÉCIES VIVAS DO PLANETA. OS NOSSOS RECURSOS HÍDRICOS... NÓS TEMOS 12% DA ÁGUA DOCE DISPONÍVEL, 80% DOS QUAIS NA AMAZÔNIA, COM A MAIOR FLORESTA TROPICAL E COM A MAIOR DIVERSIDADE CULTURAL DO MUNDO.
ISSO TUDO É PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO!

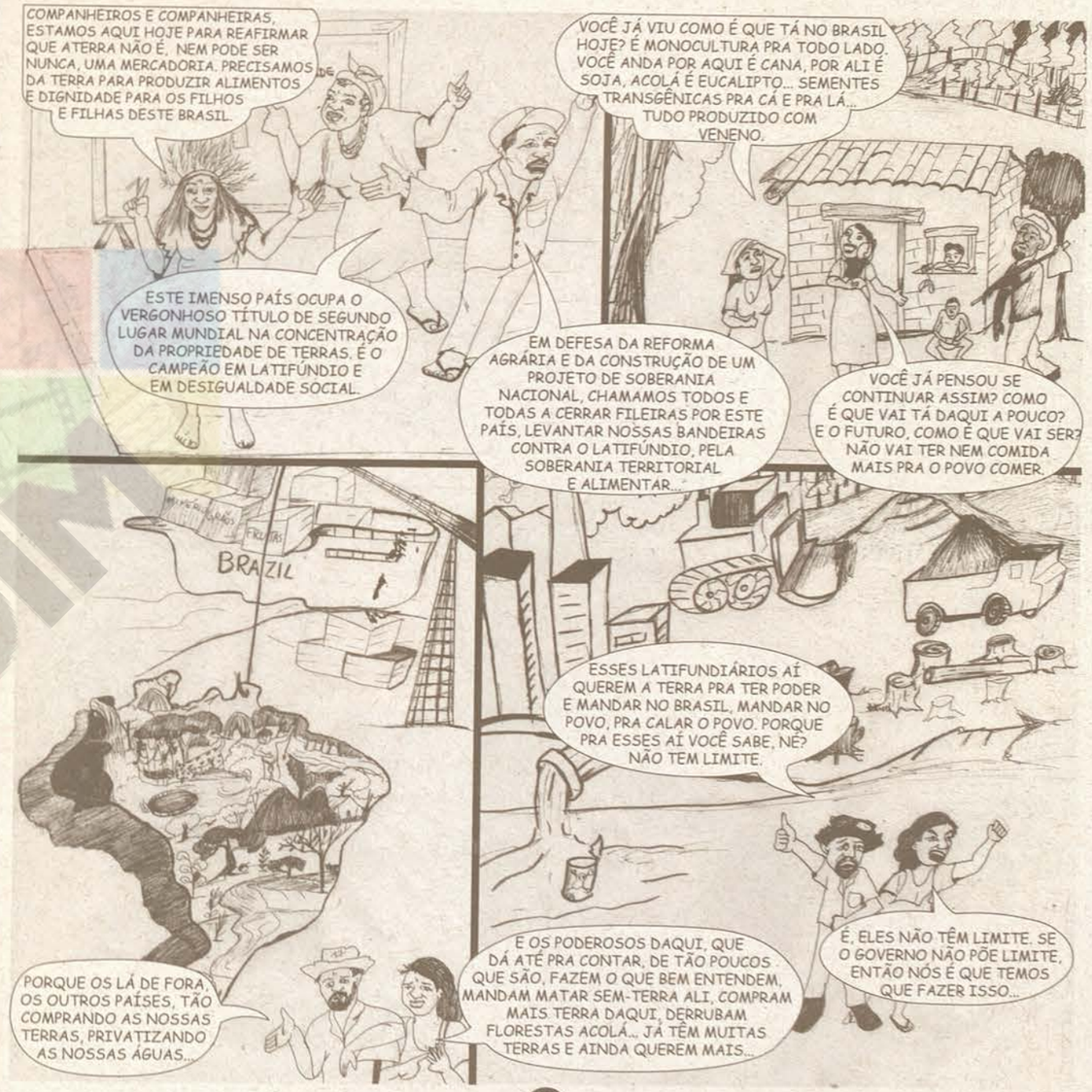

PRECISAMOS, E É JUSTO, FAZER A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL...
ESTIMULAR A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E SUA DIVERSIDADE É FOMENTAR UMA VIDA DIGNA PARA NÓS. DIANTE DESSES DESAFIOS, NOSSA TAREFA É DE MARCHAR EM DEFESA DA TERRA, DESMASCARAR A VELHA OLIGARQUIA LATIFUNDIÁRIA, QUE VIVE HOJE ALIADA AO CAPITAL TRANSNACIONAL, E DEFENDER A SOBERANIA DO POVO.
LATIFÚNDIO TEM LIMITE
COM TANTA TERRA NA MÃO DE POUCOS, COM AS CIDADES INCHADAS... MUITA GENTE PASSANDO FOME, COM A CRISE NA PRODUÇÃO DOS ALIMENTOS, QUE FAZ OS PREÇOS AUMENTAREM CADA DIA MAIS.
DUPONT
CARGILL
VALE
DANONE
DEYFUS



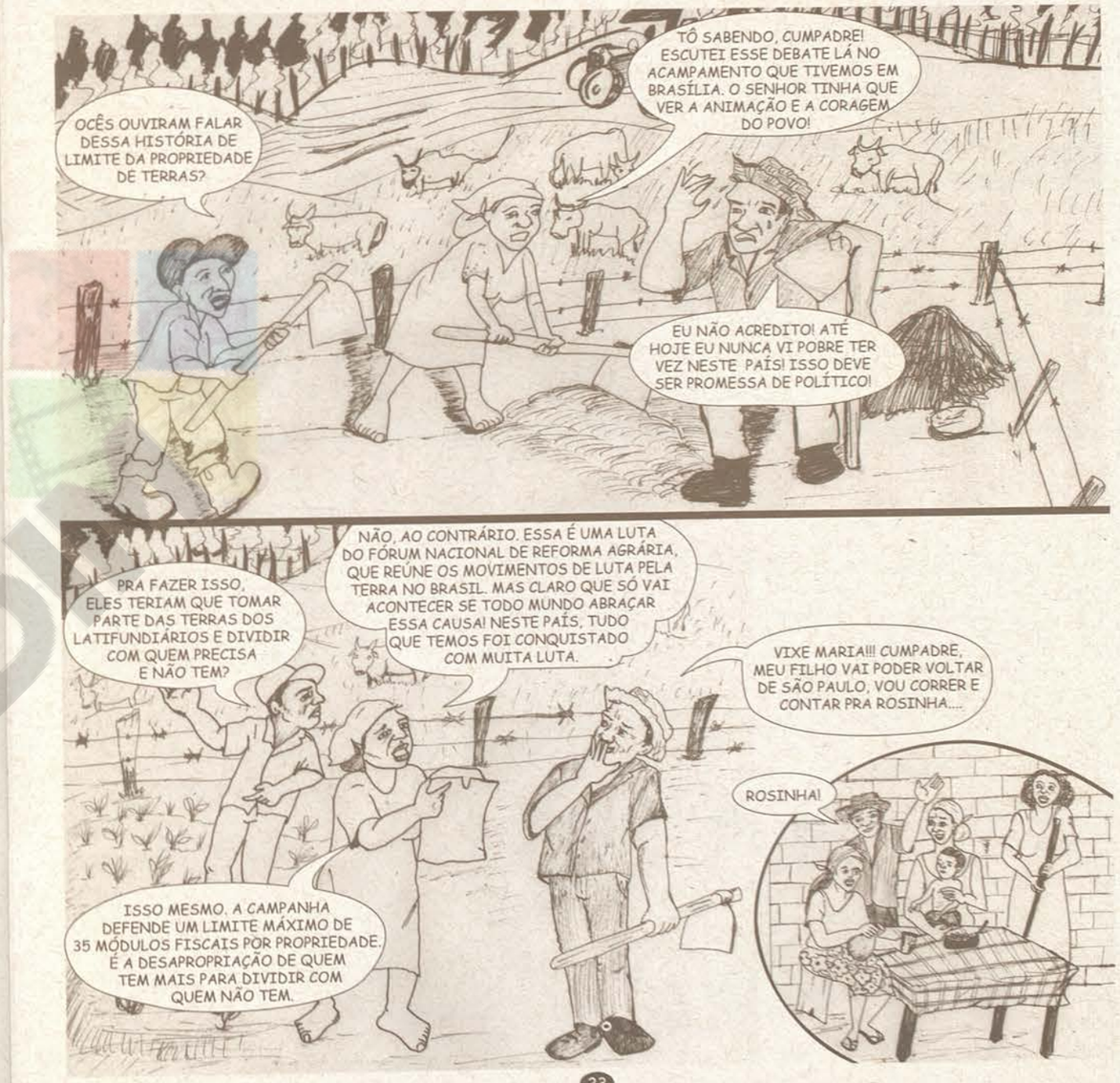
CEDIM

" E ECOA NOITE E DIA, É ENSURDECEDOR,
AI, MAS QUE AGONIA O CANTO DO TRABALHADOR...
ESSE CANTO QUE DEVIA SER UM CANTO DE ALEGRIA
SOA APENAS COMO UM SOLUÇAR DE DOR..."






A CAMPANHA DO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL BUSCA UMA TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO, CRIANDO UM NOVO MODELO PARA AGRICULTURA E, CONSEQUENTEMENTE, PARA A VIDA DE TODOS NÓS.
ACAMPAMENTO
FÓRUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
TODAS AS PALAVRAS DOS COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS NOS LEVAM A ACREDITAR QUE ESSE É O CAMINHO PARA FAZER A REFORMA AGRÁRIA E QUE ELA JÁ DEVERIA TER ACONTECIDO HÁ MUITO TEMPO.
REFORMA AGRÁRIA
FAREMOS NÓS MESMOS COM QUE A REFORMA AGRÁRIA ENFIM SE REALIZE! LUTANDO TODOS JUNTOS PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL!
EM HONRA DO SANGUE E SUOR JORRADOS NESTAS TERRAS DE HOMENS E MULHERES, TODOS(AS) NEGROS(AS), ÍNDIOS(AS) E POBRES QUE TOMBARAM NA LUTA POR TERRA, TRABALHO, COMIDA E LIBERDADE.


OCÊS OUVIRAM FALAR DESSA HISTÓRIA DE LIMITE DA PROPRIEDADE DE TERRAS?
TÔ SABENDO, CUMPADRE! ESCUTEI ESSE DEBATE LÁ NO ACAMPAMENTO QUE TIVEMOS EM BRASÍLIA. O SENHOR TINHA QUE VER A ANIMAÇÃO E A CORAGEM DO POVO!
EU NÃO ACREDITO! ATÉ HOJE EU NUNCA VI POBRE TER VEZ NESTE PAÍS! ISSO DEVE SER PROMESSA DE POLÍTICO!
PRA FAZER ISSO, ELES TERIAM QUE TOMAR PARTE DAS TERRAS DOS LATIFUNDIÁRIOS E DIVIDIR COM QUEM PRECISA E NÃO TEM?
NÃO, AO CONTRÁRIO. ESSA É UMA LUTA DO FÓRUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, QUE REÚNE OS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL. MAS CLARO QUE SÓ VAI ACONTECER SE TODO MUNDO ABRAÇAR ESSA CAUSA! NESTE PAÍS, TUDO QUE TEMOS FOI CONQUISTADO COM MUITA LUTA.
ISSO MESMO. A CAMPANHA DEFENDE UM LIMITE MÁXIMO DE 35 MÓDULOS FISCAIS POR PROPRIEDADE. É A DESAPROPRIAÇÃO DE QUEM TEM MAIS PARA DIVIDIR COM QUEM NÃO TEM.
VIXE MARIA!!! CUMPADRE, MEU FILHO VAI PODER VOLTAR DE SÃO PAULO, VOU CORRER E CONTAR PRA ROSINHA....
ROSINHA!


SE ESSA HISTÓRIA DE LIMITE DE TERRA DER CERTO, EU VOLTO PRA MINHA TERRA. MEU SONHO É PODER VOLTAR PARA ROÇA!
EU TAMBÉM. MAS VOCÊ ACHA QUE COM ESSA ALTERNATIVA DARIA PRA ATENDER TANTA GENTE QUE ESTÁ SEM TERRA NESTE BRASIL?
VAMOS FAZER A CONTA PRA VER!
COM A APROVAÇÃO DESSA EMENDA, SOMENTE 50 MIL PROPRIETÁRIOS TERIAM PARTE DE SUAS TERRAS DESAPROPRIADAS. ISSO DISPONIBILIZARIA MAIS DE 200 MILHÕES DE HECTARES PARA AS FAMÍLIAS SEM TERRA.
E ELES AINDA FICARIAM COM 35 MÓDULOS FISCAIS, QUE NÃO É POUCA COISA. 15 MÓDULOS JÁ SÃO CONSIDERADOS GRANDES PROPRIEDADES.
E ESSE NEGÓCIO DE MÓDULO FISCAL? COMO QUE SE MEDE ISSO?


O MÓDULO FISCAL É UMA REFERÊNCIA, ESTABELECIDA PELO INCRA, QUE DEFINE UMA ÁREA MÍNIMA SUFICIENTE PARA PROMOVER O SUSTENTO DE UMA FAMÍLIA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS. E ELE VARIA DE REGIÃO PRA REGIÃO, DE ACORDO COM A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA, RELEVO E ACESSO.
MÓDULO FISCAL
PARÁ → 75 ha
1M = 75 ha
75 x 35 = 2625 ha
É TERRA PRA CARAMBA!
ENTÃO VAMOS PEGAR UM EXEMPLO PRA ENTENDER MELHOR ESSA PROPOSTA. NO PARÁ, UM MÓDULO FISCAL É IGUAL A 75 HA, OU SEJA, UMA PROPRIEDADE COM 35 MÓDULOS MULTIPLICADA POR 75HA É IGUAL A 2.625HA.


E É AÍ QUE EU ENTRO. PARA PEGAR A PARTE QUE ME CABE DESTE LATIFÚNDIO! CERTO?
NOSSA! TEM RAZÃO! SE UM MÓDULO É SUFICIENTE PRA UMA FAMÍLIA VIVER E TEM TANTA GENTE COM MAIS DE 35 MÓDULOS, SIGNIFICA QUE TEM MUITA DESIGUALDADE QUE PODE SER RESOLVIDA.
O QUE PASSAR DESSA MEDIDA É INCORPORADO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.


LUTAR PELO LIMITE DA TERRA É LUTAR CONTRA A CONCENTRAÇÃO, A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, A VIOLÊNCIA NO CAMPO, A MISÉRIA E A POBREZA!
ERRADO! A GENTE ENTRA DESDE AGORA! TEMOS QUE LUTAR JUNTO COM O FÓRUM NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, DIVULGAR BASTANTE A NOTÍCIA, FAZER DEBATES, PARTICIPAR DAS REUNIÕES E TUDO QUE PRECISAR PRA DEFENDER ESSA CAUSA.
VAMOS EXIGIR DO CONGRESSO E DO JUDICIÁRIO A APROVAÇÃO DESSA EMENDA E O CUMPRIMENTO DO QUE ESTÁ PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO! TODA TERRA TEM QUE CUMPRIR SUA FUNÇÃO SOCIAL!

PARTICIPE DESTA LUTA,! CONVERSE SOBRE O ASSUNTO EM CASA, NA IGREJA, NO SEU BAIRRO, NO SEU ASSENTAMENTO....
ESTA CAMPANHA IRÁ BENEFICIAR TODOS OS BRASILEIROS E BRASILEIRAS.



GLOSSÁRIO

Capitanias Hereditárias – Em 1536, o rei de Portugal, Dom João III, instituiu o sistema de capitanias hereditárias. Foram criadas 14 capitanias, divididas em 15 lotes e distribuídas a 12 donatários, que eram representantes da nobreza portuguesa, que em troca pagavam tributos à Coroa.

Monocultura – São plantações de grande extensão de terra que produzem um único tipo de alimento ou planta. Por exemplo: eucalipto, pinus, soja e cana-de-açúcar. A maioria dos produtos obtidos nessas plantações se destinam à exportação.

Exportação – Vendas para o exterior de bens e serviços produzidos em um país.

Quilombos – Comunidades que serviam de abrigo a escravos fugitivos. Também funcionavam como núcleos habitacionais e comerciais. Nessas comunidades, os negros viviam de acordo com a cultura africana, plantando e produzindo em comunidade. O mais conhecido deles foi Palmares.

Quilombolas – São comunidades formadas por descendentes de escravos, que vivem de acordo com as tradições de seus ancestrais. Os quilombolas têm uma história de luta pela liberdade desde que os negros da África foram trazidos como escravos pelos portugueses.

Sesmarias – A partir das capitanias, foram criadas as sesmarias, que consistia na concessão de terras para particulares (sesmeiros). A sesmaria representava a exploração econômica da terra, favorecendo o latifúndio, o monocultivo e o trabalho escravo.

Terras devolutas – Trata-se de bens da União, desde que sejam indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei. (ver Constituição Brasileira de 1988 cita no seu artigo 20, II).

Latifúndio – São extensas propriedades rurais. O latifúndio é improdutivo quando as terras não são cultivadas. A concentração de terras, em posse de poucos fazendeiros, tem sido uma das principais causas das injustiças sociais no país.

Acampamentos – Espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas reivindicam assentamentos.

Módulo Fiscal – É a unidade de medida da propriedade rural, em hectares, definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que varia de região para região. Ao tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar. Por exemplo, no Amazonas, 35 módulos fiscais correspondem a 3.500 ha; no Rio Grande do Sul, 1.400 ha; na Paraíba, 2.100 ha, em Goiás, 2.800 ha e Minas Gerais, 2.450 ha.

Agronegócio – É a relação comercial e industrial que envolve a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

BIBLIOGRAFIA

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*. Editora Fundação Perseu Abramo, agosto de 1999.

GOMES, Flávio. *Palmares*. Editora Contexto, março de 2005.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Editora Nova Fronteira, 1999.

MENDONÇA, Maria Luisa; MELO, Marluce. *Colonialismo e agroenergia, América Latina em movimento*, nº 419. Quito: ALAI, abril de 2007.

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços*. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JUNIOR, Plácido. *Expansão da Cana no Brasil: Consequências e Perspectivas*. Comissão Pastoral da Terra, março de 2007.

LERRER, Débora. *Reforma agrária: os caminhos do impasse*. Editora Garçoni (coleção agenda Brasil), 2003.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. Editora Expressão Popular, 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Trabalhadores rurais: a negação dos direitos. Seminário sobre la industria de la canã de azúcar en America Latina*. São Paulo: fevereiro de 2007.

La soberania alimentaria, en peligro por el auge de los biocombustibles. La Jornada. México: 7 de fevereiro de 2007.

Agroenergia: mitos e impactos na América Latina. Comissão Pastoral da Terra, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, julho de 2007.

HELSINGER, Luís Alberto. *O tempo do ser-vil – o mercado perverso da servidão*, junho de 2004.

Estrutura Fundiária no Brasil. Agenda MST 2007.

NETO, Antonio Julio Menezes. *Além da Terra*, 2003.

Qué es Desarrollo Endógeno?. Ministério para la economia popular. Venezuela.

BOFF, Leonardo; BETO, Frei; BOGO, Ademar. *Valores de uma prática militante*. Consulta Popular – Cartilha 09, 4 edição, outubro de 2005.

SAMPAIO, Plínio de Arruda; PELOSO, Ranufo. *Trabalho de base*. Consulta Popular – Cartilha 04, 6 edição, outubro de 2001.

Encontro Nacional dos Povos do Campo: por dignidade e justiça. Editora Expressão Popular, março de 2007.

Repartir a terra para multiplicar o pão. FNRA.

Conferência Nacional da Terra e da Água: reforma agrária, democracia e desenvolvimento sustentável, FNRA. Editora Expressão Popular, março de 2007.

RIBEIRO, Darcy. *Série de documentários – O Povo Brasileiro*: Matriz Tupi; Matriz Lusa; Matriz Afro; Encontros e Desencontros; Brasil Crioulo; Brasil Caipira; Brasil Sulino; Brasil Caboclo; A Invenção do Brasil.

CEDIM

CAMPANHA NACIONAL PELO
LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA:
em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar



www.limitedapropriedadedaterra.org.br - forumcpt@caritas.org.br

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO

ABEEF - ANDES - ABONG - ABRA - APR - Cáritas Brasileira - Centro de Justiça Global - CESE - CIMI - CMP - CNASI - COIABE - Comissão de Justiça e PAZ - CONDSEF - CONIC - CONTAG - CPT - CUT - DESER - Empório do Cerrado - ESPLAR - FASE - FASER - FEAB - FETRAF Brasil - FISENGE - Grito dos Excluídos - IBASE - IBRADES - IDACO - IECLB - IFAS - Jubileu Sul/Brasil - MAB - Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome - Pastorais Sociais da CNBB - MLST - MMC - MST - MPA - MNDH - MTL - PJR - Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais - Rede Social de Justiça e Direitos Humanos - RENAP - SINPAF - TERRA DE DIREITOS

TRÍDUO
XI Romaria da Terra
Terra conquistada, esperança de Vida nova.

ORGANIZAÇÃO
Comissão Pastoral da Terra



Uma História de resistência Índia, Negra e Popular

2 de julho de 2000
Assentamento Zumbi dos Palmares
Campos dos Goytacazes - RJ

Apresentação

Queridos companheiros e companheiras, mais uma vez estamos reunidos para fortalecer nossos laços, alimentar nossas esperanças de uma terra libertada e celebrarmos a vida, vida de cada um de nós aqui presentes, vida daqueles que por nossos ideais já se foram, vida daqueles que continuarão nossa luta.

Sejam todos bem vindos para mais este momento forte da vida de nossos assentamentos e comunidades.

Proposta:

Temas dos três encontros de preparação à caminhada:

a) TERRA CONQUISTADA, ESPERANÇA DE VIDA NOVA;
b) UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA ÍNDIA, NEGRA E POPULAR; e
c) O GRANDE JUBILEU DO ANO 2000

Objetivos:

a) Buscar juntos a luz da Palavra de Deus para iluminar as dificuldades que estamos enfrentando na ocupação, manuseio e sustento da terra;

b) Fazer memória da resistência negra, índia e popular em defesa da vida;

c) Fortalecer a luta pela reforma agrária; e

d) Celebrar, na fé, as vitórias alcançadas.

Do chão da vida

A nossa história, quase sempre não contada como ela verdadeiramente é, precisa se fazer memória viva em nossas mentes, bocas, pés, braços, em nossas rezas/orações, em nossos cantos. O nosso presente é fruto do passado, da vida e luta de muitos irmãos e irmãs. O nosso futuro, da mesma maneira, se fará conforme nossos passos, nossa caminhada em busca da "Terra Prometida" que defende a vida.

A Caminhada da Terra é uma manifestação de fé e de compromisso dos trabalhadores e trabalhadoras da roça e da cidade, na luta por justiça e mais vida. É momento de fortalecer nossa esperança e animar nosso compromisso de contribuir com a transformação da sociedade.

Caminhar sempre é um desafio, nunca sabemos ao certo o que poderemos encontrar pelo caminho. Só para lembrar, os seguidores de Jesus Cristo eram conhecidos como "aqueles que estão no caminho".

Um dos conselhos que a Palavra de Deus sempre nos dá para sairmos da acomodação e retomar, com vigor, o entusiasmo é lembrar o passado, os momentos fortes de nossa luta que nos animaram a conquistar nosso pedaço de chão e a vontade de viver.

Lembremos das caminhadas já realizadas no Estado da Rio de Janeiro:

Caminhada	Local	Ano	"Tema/Lema".
1ª	Pedra Lisa	1986	"Terra é vida".
2ª	Pinheiral	1987	"Terra, justiça no trabalho. É lei de Deus".
3ª	Sol da Manhã	1988	"Da terra escrava, brota um clamor de justiça".
4ª	Pedra Furada Pirape-tinga	1989	"Barragem, sem justiça, Deus não quer. Agente barra".
5ª	Mutirão da Conquista	1991	"Terra repartida, justiça no trabalho".
6ª	Capivari	1992	"Terra viva, produzir para ficar".
7ª	Carapebus	1993	"Pai, ouvi o clamor dos assalariados do campo".
8ª	Campo Alegre	1994	"Terra é vida e amor. Justiça para o povo lutador".
9ª	Seropédica	1996	"Semear a justiça e conquistar a terra".
10ª	Campos Novos	1998	"Da terra regada com sangue, renasce o compromisso de lutar pela vida".

É importante e urgente caminhar para que:

a) a terra produza para a vida e pela vida;
b) o trabalho que gera vida seja direito de todos; e
c) os valores das culturas indígena, negra e popular sejam respeitados;

Quando estas conquistas forem realidades concretas, aí, sim, experimentaremos o verdadeiro jubileu.

Por isso, a comissão organizadora da caminhada convoca a todos a participarem desses três encontros em preparação da XI Caminhada da Terra. Que eles nos animem e fortaleçam nosso compromisso em defender a vida.

Quem acredita coloca os pés na estrada. Vamos nessa!

Em cada encontro vamos procurar estreitar e reforçar os laços que nos unem na mesma luta, partindo "*do chão da vida*" como um momento histórico forte da caminhada do povo de Deus, passando pela "*escuta da palavra de Deus*" e "*descoberta dessa palavra na nossa vida*".

Os Salmos que vamos rezar e partilhar, nos dois primeiros encontros, que fazem parte da coleção dos "Salmos de Romaria" (Sl 120 até 134) rezados pelo povo quando se dirigia à cidade de Jerusalém em Romaria, por ocasião das grandes festas (Páscoa, Pentecostes e Tabernáculos – cf. Ex. 23,14.17).

Os salmos mostram como, naquele tempo, as romarias ajudavam os romeiros a tomar consciência da sua pertença ao Povo de Deus e ao seu projeto de vida. Faziam crescer neles a identidade, o sentimento de corresponsabilidade pelo andamento das coisas e pelo futuro da nação. E, sobretudo, aprofundavam neles o sentido e o alcance da sua fé em Javé, o Deus de Israel.

Que o EMANUEL, Deus conosco, caminhe com todos nós!

Aguardamos todos.
Dia 02 de julho, em Campos
Assentamento Zumbi dos Palmares.

ORAÇÃO DA CAMINHADA PARA TODOS OS DIAS:

Deus Pai e Mãe, tu nos criaste a tua imagem e semelhança, homem e mulher, responsável defensor da vida humana e da natureza.

Nestes dois mil anos do nascimento de teu filho Jesus, te agradecemos pela luta e coragem de nossos irmãos índios, negros, imigrantes e todos os mártires que regaram este solo com sangue, na defesa da vida.

Dá-nos força, garra e coragem para continuar a luta pela conquista da terra e garantia de nossos direitos.

Que esta XI Caminhada da Terra reanime nossa esperança de viver com dignidade, respeito à nossa Mãe - Terra e fortaleça nosso compromisso de construir juntos um mundo igualitário que priorize a paz e respeite a natureza.

Isto pedimos por Jesus Cristo, teu filho e nosso irmão, na unidade do Espírito Santo. Amém!

1º ENCONTRO

TERRA CONQUISTADA, ESPERANÇA DE VIDA NOVA.

Preparar o ambiente: mesa com toalha, flores, vela, Bíblia, cruz, vasilha com terra, ...

1 -ACOLHIDA

a) ***Canto inicial:*** Momento Novo – ou escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto.

- Enquanto se canta, as pessoas colocam sobre a mesa os símbolos, objetos ou instrumentos que, normalmente, levam nas ocupações, e os alimentos que trouxeram para ser partilhado no final deste encontro.

b) ***Dar boas-vindas e apresentar brevemente o assunto.***

***Animador/a*:** Irmãos e irmãs, companheiros e companheiras de luta, sejam todos e todas bem vindos ao nosso primeiro encontro em preparação da XI Caminhada da Terra que acontecerá no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos.

Para começar, hoje, vamos conhecer um pouquinho sobre os motivos que levaram nosso povo a ocupar a àrea da antiga usina São João, os sentimentos após a ocupação e a luta para vencer as dificuldades.

c) ***Invocar a luz do Espírito Santo***

d) ***Ler a apresentação*** (para que todos saibam qual a proposta, objetivos e metodologia dos encontros)

2 - DO CHÃO DA VIDA

Animador/a: Vamos ouvir um pouco da história do assentamento onde estamos sendo convocados a celebrar a conquista da terra.

HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

Leitor/a 1: Estando a trezentos quilômetros do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, município com mais de quatrocentos mil habitantes, foi a 1ª cidade a ter energia elétrica, o 1º Sindicato de Trabalhadores Rurais, tendo uma economia mista de indústria e empresas petrolíferas (Bacia de Campos). Porém, o município esconde uma grande miséria, trabalho escravo, trabalho infantil, alto índice (21%) de analfabetos/as, e desemprego cada dia maior – grande parte desses problemas ocorre devido à falência de muitas usinas e pelo desinteresse dos órgãos públicos em melhorar a vida do povo.

Leitor/a 2: O povo não podia esperar por mais ninguém – a sua sobrevivência estava há muito ameaçada. O povo se organizou e buscou a única alternativa a seu alcance: a ocupação de terras.

A ocupação foi feita, no dia 12 de abril de 1997, numa área de 8.052 (oito mil e cinqüenta e dois) hectares da falida usina São João. A usina estava parada há cinco anos, como tantas outras na região, produzindo desemprego, fome, miséria e aumento da violência nos aglomerados das periferias da cidade (são 40 favelas).

A ocupação trouxe novo ânimo, esperança, fazendo o povo sonhar novamente: sair da miséria, poder trabalhar, possuir um lar, tirar o sustento da terra, construir uma família, fazer parte de um povo que luta juntos, enfim, conquistar nossa cidadania.

Leitor/a 3: Nesses três anos foi enfrentada muita luta e muito sofrimento debaixo da lona. Tivemos que suportar a dor de perder 4

vidas, queimadas nos barracos, entre elas 3 crianças. Mas o sofrimento nos tornou cada dia mais conscientes de que temos que nos unir e lutar, pois somente através das mobilizações, lutas e caminhadas, como esta, é que vamos conquistar nossos direitos. Hoje ainda há muitas dificuldades. Estamos lutando pelo direito ao crédito habitação, e outros créditos para produção. A luta continua!

Reforma agrária é mais do que ter um pedaço de terra. Queremos ter acesso a educação de qualidade, à saúde, moradia, lazer, poder vender nossos produtos livremente, etc.

3 – OUVIR A PALAVRA DE DEUS

a) Introdução ao texto bíblico

Animador/a: Companheiros e companheiras, essa história é a de milhões de brasileiros/as que, cansados de serem enganados, humilhados, começam a se organizar e ocupar os latifúndios. É parte da história de cada um de nós.

Diante da vida difícil perguntamos de onde virá o nosso socorro, a nossa esperança? Como vamos conseguir segurança, paz e tranqüilidade? A experiência da vida nos leva a rezar, nos leva a unirmos os corações, as vozes, as mãos, a Deus por ajuda.

Deus esteve sempre ligado aos acontecimentos da libertação do cativeiro do Egito (cf. Ex 3,15) e exprime a certeza absoluta de que Ele está sempre com seu povo. Ele é Emanuel, Deus-Conosco, o Deus do povo oprimido que ouviu do pobre o clamor e o tirou das garras do faraó. Esta é a certeza que nos faz caminhar.

b) Para começo de conversa

Perguntas:

- Todos nós passamos por momentos difíceis. Quais são, hoje, as situações que nos levam a rezar e pedir ajuda a Deus?
- Estamos fazendo alguma coisa para diminuir o sofrimento de nossos/as irmãos/ãs que estão ao nosso lado?

Canto: escolher um ***pequeno canto*** no final do livreto para preparação à leitura do Salmo

c) **Leitura do texto:** **Salmo 121 (120)**

"Ergo os olhos para os montes. Meu socorro, de onde vem?..."

Obs.: Ler, pausadamente, pelo menos, duas vezes por pessoas e, se possível, em bíblias diferentes.

d) Momento de silêncio

e) Tentar lembrar juntos o que foi lido (palavras, frases, personagens, etc)

4 – DESCOBRIR A PALAVRA DE DEUS NA VIDA

a) O/a salmista usa *imagens comuns* do seu dia-a-dia, que nós conhecemos bem, para expressar sua experiência de Deus. Quais são estas imagens?

b) O que significa para nós cada imagem usada pelo salmista?

c) *Resumir* o salmo numa frase para guardá-lo na vida.

d) Ao lado de Deus, quais são os movimentos, instituições, pessoas, que nos fazem ter esperança e nos ajudam a lutar e conquistar a vida?

e) Qual o *compromisso* que o salmo nos chama?

5 – PREPARAR O PRÓXIMO ENCONTRO

a) Anotar o texto bíblico: Salmo 123 (122)

b) Marcar data e local

c) *Trazer para o próximo encontro:* símbolos, objetos ou instrumentos que lembrem os povos indígenas e o povo negro, alimentos de milho e mandioca e outros alimentos para serem partilhados no final deste encontro.

6 – MOMENTOS FINAIS

Canto final: escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

***Animador/a*:** convida a todos a rezarem a oração da caminhada

Partilha: pequeno lanche com o que foi trazido pelos participantes.

2º ENCONTRO

UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA ÍNDIA, NEGRA E POPULAR

Preparar o ambiente: mesa com toalha, flores, vela, Bíblia, cruz, vasilha com terra, ...

1 –ACOLHIDA

a) ***Canto inicial:*** Em Romaria - ou escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto.

Enquanto se canta, as pessoas colocam sobre a mesa os símbolos, objetos ou instrumentos que lembrem os povos indígenas, negros, alimentos de milho e mandioca e o que mais trouxeram para serem partilhados no final deste encontro.

b) *Dar boas-vindas e apresentar brevemente o assunto*.

Animador/a: Queridos amigos e amigas, é com alegria que nos reunimos, mais uma vez, para partilharmos a amizade, o que somos, nossa história, origem (de onde nascemos, viemos), dificuldades, esperanças, nosso grito, nossa fé de índios, de negros, de povo de Deus.

c) *Invocar a luz do Espírito Santo*

d) ***Breve Memória do encontro anterior*** (através de perguntas, conduzir o povo a lembrar o que foi partilhado no encontro passado: tema, chão da vida, salmo ...)

2 - DO CHÃO DA VIDA

***Animador/a*:** Vamos ouvir um pouco da história dos movimentos sociais que têm contribuído muito para as conquistas dos direitos do povo.

HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

Leitor/a 1:

Leitor/a 2:

Leitor/a 3:

DISTRIBUIR ENTRE OS/AS TRÊS LEITORES/AS O CONTEÚDO DO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

***Animador/a*:** Não há e nem haverá mudanças que signifique uma real melhoria de vida dos trabalhadores/as do campo e da cidade, sem um firme processo de organização, formação e mobilização social. Os movimentos sociais populares, sindicatos, pastorais sociais e outros órgãos, vêm promovendo ações nos mais diversos lugares (municípios, estados e no país), como a Marcha dos 100 Mil, a Marcha Popular pelo Brasil, o Grito dos Excluídos, ocupações de agências bancárias, de instituições públicas, manifestações em frente aos Fóruns, ocupações de latifúndios, como forma de sensibilização da sociedade e do Estado pelas necessidades dos trabalhadores. Sem essas organizações e ações, os trabalhadores da roça e da cidade continuarão fora dos planos das políticas governamentais e do próprio "desenvolvimento".

3 – OUVIR A PALAVRA DE DEUS

a) Introdução ao texto bíblico

***Animador/a*:** O salmo 123 é bem simples, feito muito provavelmente por um trabalhador rural, totalmente dependente do seu patrão.

A economia daquele tempo era rural e muito dos camponeses viviam escravizados. Hoje em dia, tanto os trabalhadores da cidade, como do campo, continuam na escravidão.

O/a salmista começa falando de si mesmo/a, da sua total dependência do patrão. Durante a oração e, provavelmente, por causa da oração, ele deixa de falar de si e passa a falar do povo, se

unindo a todos os trabalhadores que sentem a mesma opressão, sejam índios, negros e povo em geral.

b) Para começo de conversa

Perguntas: - Hoje, quais são as situações que nos oprimem?
- A quem temos procurado ajuda para vencermos a cultura da escravidão?

Canto: escolher um ***pequeno canto*** no final do livreto para preparação à leitura do Salmo.

c) Leitura do texto: Salmo 123 (122)

"A ti sentado nos céus, levanto agora os meus olhos..."

Obs.: Ler, pausadamente, pelo menos, duas vezes por pessoas e, se possível, em bíblias diferentes.

d) Momento de silêncio

e) Tentar lembrar juntos o que foi lido (palavras, frases, personagens, etc)

4 – DESCOBRIR A PALAVRA DE DEUS NA VIDA

a) Quais as relações de dependência que o/a salmista usa?

b) Olhando o texto, qual o sentimento do escravo/a em relação ao seu patrão ou patroa?

c) No Salmo, qual era o tipo de relacionamento do povo com Deus?

d) Quais os projetos, instituições e movimentos que conhecemos, que não deixam o povo sofrer sozinho, mas estão com ele no sofrimento, na paixão, nos momentos de luta?

e) **Quais as mensagens do salmo 123?**

5 - MOMENTO PENITENCIAL

Neste momento toca-se o atabaque e o berrante.
Levantar uma cruz com elementos que lembrem os povos indígenas, negros e trabalhadores/as.

Canto: Canto das Três Raças (Ninguém ouviu um soluçar de dor no canto do Brasil!...) ou escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto.

Ato Penitencial:

Toca-se algum instrumento (flauta, ...)

AOS POVOS INDÍGENAS

***Leitor/a 1*:** Nestes quinhentos anos, lembremo-nos dos enormes sofrimentos causados aos donos deste continente, os povos indígenas. Reconhecemos com toda a verdade os abusos cometidos, devido à falta de amor das pessoas que não souberam ver nos indígenas irmãos e filhos do mesmo Deus Pai. Por isso, diante da Cruz, em nome de Jesus Cristo, como cristãos, pedimos perdão aos povos indígenas por toda dor e sofrimento causados aos seus antepassados e aos de hoje também.
Silêncio.

***Todos*: Senhor, perdoai a nossa culpa.**

Toca-se algum instrumento (atabaque, ...)

AO POVO NEGRO

***Leitor/a 2*:** De todos é conhecida a gravíssima injustiça cometida contra as populações negras do continente africano, que foram arrancados com violência das suas terras, das suas culturas e das suas tradições, e

trazidas como escravas para a América. Estes homens, mulheres, foram vítimas de um vergonhoso comércio, no qual tomaram parte pessoas batizadas, mas que não viveram a sua fé. Não se pode esquecer as vidas humanas destruídas pela escravidão. Com toda a verdade e humildade confessemos este pecado do ser humano contra o ser humano. Com a mesma humildade peçamos perdão ao povo negro por este pecado.
Silêncio.

***Todos*: Senhor, perdoai a nossa culpa.**

6 – PREPARAR O PRÓXIMO ENCONTRO

a) Anotar o texto bíblico que será refletido: Levítico 25,1-55

b) Marcar data e local

c) Trazer para o próximo encontro: símbolos, objetos ou instrumentos que significam esperança, saúde, sustento, proteção, luz, alegria, paz, vida, trabalho etc, e alimentos para serem partilhados no final do último encontro.

7 – MOMENTOS FINAIS

Canto: escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

***Animador/a*:** convida a todos a rezarem a oração da caminhada.

Partilha: pequeno lanche com o que foi trazido pelos participantes.

3º ENCONTRO

O GRANDE JUBILEU DO ANO 2000

Preparar o ambiente: mesa com toalha, flores, vela, Bíblia, cruz, bandeira branca, vasilha com terra, vasilha com água,...

1 -ACOLHIDA

a) ***Canto inicial:*** ***Javé o Deus dos Pobres*** (Javé o Deus dos pobres, do povo sofredor, aqui nos reuniu, para cantar o seu louvor...") ou escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

➢ Enquanto se canta, as pessoas colocam sobre a mesa os símbolos, objetos ou instrumentos que significam esperança, saúde, sustento, proteção, luz, alegria, paz, vida, trabalho, educação, benção e os alimentos que serão partilhados no final do encontro.

b) ***Dar boas-vindas e apresentar brevemente o assunto.***

Animador/a: Graças ao nosso bom Deus e ao esforço de cada um/a de nós, estamos novamente reunidos para nosso último encontro em preparação à nossa XI Caminhada da Terra.

Hoje, vamos refletir um pouco sobre a esperança de um grande Jubileu para as comunidades populares no ano 2000.

A fidelidade ao projeto de Deus nos leva a construir um mundo melhor para todos, onde há trabalho, sustento, filhos, benção e paz.

e) ***Breve Memória dos dois encontros anteriores*** (através de perguntas, conduzir o povo a lembrar o que foi partilhado: tema, chão da vida, salmo,...)

2 - DO CHÃO DA VIDA

Animador/a: Muitas comemorações e celebrações estão enfatizando o acontecimento do jubileu do ano 2000 como um momento de se fazer justiça aos pobres do mundo inteiro, explorados durante toda a sua vida. A XI Caminhada da Terra vem a ser mais um dos momentos fortes que nos anima nessa conquista.

Vamos conhecer um pouquinho sobre o que significa, na verdade, o jubileu.

O JUBILEU NA BÍBLIA

Leitor/a 1: Não há nada de novo ao se falar em "jubileu". Já no antigo Israel já era bem conhecido e servia para desfazer os desequilíbrios do enriquecimento exagerado de uns contra o empobrecimento extremo de outros. Segundo a lei de Moisés, de tempos em tempos, as riquezas e suas fontes eram redistribuídas, especialmente a propriedade familiar, para que houvesse chances iguais para cada família. Em outras palavras, "zeravam-se" as dívidas e tudo recomeçava, pois a terra do Senhor/Deus deveria servir a todos.

Aqueles que temiam ao Deus da justiça não poderiam jamais aceitar que alguém ficasse sempre a serviço dos outros, com dívidas intermináveis. Por isso é que todos os países pobres estão pedindo perdão de suas dívidas aos países ricos.

Leitor/a 2: Cada novo começo chamava-se, então, "jubileu" porque era anunciado ao som de uma espécie de trombeta (de chifre de carneiro), denominada *"jobel"*. E assim tinha início, a cada sete anos, um "ano de perdão" ou da restituição das terras (as terras eram devolvidas ao seu anterior proprietário), perdão das dívidas, libertação dos escravos, ano de descanso da terra (neste ano não se plantava nada), por isso era chamado "ano sabático", alusão ao dia de descanso semanal que era o sábado.

A fundamentação bíblica para o jubileu se encontra no livro do Levítivo 25,1-55.

Leitor/a 3: No evangelho de Lucas 4, 16-19, o próprio Jesus, ao iniciar sua atividade, declarou ser aquele o ano da graça, conforme lembra o texto do livro do profeta Isaías 61,1-2: *"O Espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Nova aos pobres: enviou-me para proclamar a libertação aos presos e, aos cegos, a recuperação da vista; para dar liberdade aos oprimidos e proclamar um ano de graça da parte do Senhor".*

Ano de graça do Senhor é um momento especial onde a vontade divina se concretiza na vida das pessoas, sobretudo dos pobres. Este é o verdadeiro jubileu!

Leitor/a 4: Para celebrar o ano 2000 com esse espírito de jubileu as Igrejas, os movimentos sociais populares etc, querem ver novas chances sendo dadas às vítimas de uma sociedade onde o que vale é a "lei do mais forte", ou "lei do mercado". Mas é hora de retomar o projeto da justiça social, onde todos tenham direito a uma renda que lhes garanta a sobrevivência digna, participação plena no ensino, cultura, saúde... .

3 – OUVIR A PALAVRA DE DEUS

Canto: Vamos escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

a) Introdução ao texto bíblico

Animador/a: O ideal de justiça e de liberdade foram abafados pela ganância e dominação dos mais fortes. Foi nesta situação que o grito do povo se fez ouvir e o jubileu foi instituído para preservar a vida.

b) Para começo de conversa

Perguntas - Para que servem as leis?

- Quais as leis que não saem do papel, que não acontecem na vida do povo?

4 – DESCOBRIR A PALAVRA DE DEUS NA VIDA

Animador/a: Vamos, agora, ler pequenos trechos do Levítico e procurar responder as perguntas abaixo para que compreendamos melhor o profundo significado do jubileu.

a) O que deve acontecer no ano do Jubileu, conforme o texto do Lv 25,8-17?
(Se precisar deve-se ler novamente este trecho)
b.1) Hoje, o jubileu acontece de fato na vida das pessoas?

c) O que Deus garante ao povo no ano de descanso da terra, conforme Lv 25,18-22?
(Se precisar deve-se ler novamente este trecho)
c.1) O governo garante hoje os direitos básicos da pessoa humana previstos na Constituição?

d) De que fala o trecho do Lv 25,23-24?
(Se precisar deve-se ler novamente este trecho)
d.1) A terra, hoje, é propriedade de quem? E para que serve?

e) Quais os direitos das pessoas no trecho do Lv 25,35-43?
(Se precisar deve-se ler novamente este trecho)
e.1) Temos sido solidários, temos partilhado o que temos com aqueles que têm mais necessidade e estão mais próximos de nós?

Animador/a: Precisamos fazer acontecer o espírito do JUBILEU todos os dias através da defesa da vida humana e da defesa da terra , da água, do ar, dos direitos dos pobres... .

Hoje muitos não aceitam nossa proposta. Trata-se de uma tarefa a ser realizada em favor dos que têm direito à libertação, à justiça. Cabe a nós, agentes e lideranças das comunidades, militantes, grupos, povo em geral, organizações populares e sociedade como um todo, dizer: nós não devemos nada, e não vamos pagar o que não

devemos. Só assim poderemos iniciar um novo milênio sem exclusões, fazendo acontecer de fato o jubileu.

Para isso é necessário nos colocarmos a caminho. Vamos à grande caminhada!

5 – JUBILEU DA TERRA

Toca-se o atabaque e o berrante

Canto: Terra, pão e lar (A terra Deus deixou, Deus deixou,/ Pra gente...)

(Duas pessoas pegam as vasilhas de terra e água. Durante o canto a terra e a água são misturadas).

Oração de bênção da Terra

Animador/a: Ó Deus, onipotente e bom Senhor, a luz de tua face brilha nos campos e praças desta terra. A terra sempre foi sinal do teu amor. Do Egito libertaste o teu povo e o conduziste para uma terra onde corre leite e mel. Com leis justas garantiste uso da terra para o bem de todos. Pelos profetas denunciaste a concentração da terra nas mãos de poucos e defendeste o direito dos órfãos, viúvas e estrangeiros. A terra foi obra de tuas mãos e dom aos homens e mulheres para dela zelarem com carinho. Os salmos cantavam tuas maravilhas realizadas nesta terra. Jesus, teu Filho, com barro da terra, abriu os olhos do cego e o fez ver teu projeto original: mulher e homem criados à tua imagem e semelhança. Inspirada por teu Espírito, na nova comunidade não havia necessitados, tinham tudo em comum, partilhavam entre si os bens e a terra. E nesta nossa terra, os índios, teus filhos amados, já há muito, buscavam a terra sem males. Os negros desterrados ensaiavam a tua liberdade nas terras dos quilombos. E hoje, os pobres e humilhados sem-terra se revestem com tua força e bradam aos quatro cantos: ocupar, resistir e produzir.

(pedir para todos estenderem a mão sobre a terra)

Por isso, que venha teu Espírito sobre esta terra. Abençoa este barro, terra e água misturadas, que queremos repartidas. Sela nos punhos deste povo uma aliança com a causa da justiça do Reino: tua terra, terra de irmãos, terra de irmãs. Que não tarde a Reforma Agrária.

Floresça a paz e haja fartura nestes campos abençoados, regados com o sangue dos mártires.

Por Cristo Senhor nosso. Amém!

Canto: escolher um canto que fale da terra que todos conheçam (Neste momento, algumas pessoas, colocando o barro em mais vasilhas, assinalam todo o povo nos punhos com barro)

Compromisso:

O animador/a faz o compromisso e o povo, erguendo os punhos assinalados com o barro, após cada frase, aclama dizendo:

Terra de Deus, Terra de Irmãos.

- Que sejam demarcadas as terras indígenas.
- Que seja feita a reforma agrária e agrícola em nosso país.
- Que cessem as injustiças cometidas contra os sem-terras.
- Que sejam punidos os responsáveis pelos massacres de El Dourados dos Carajás, Corumbiara e outros.
- Que a dívida externa seja perdoada.
- Que a terra produza com fartura, para alimentar todos os pobres.

6 – MOMENTOS FINAIS

Canto: escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

Animador/a: convida a todos a rezarem a oração da caminhada

Avisos:

(diversos avisos sobre a caminhada: dia, hora, deslocamento, refeições, etc)

Partilha: pequeno lanche com o que foi trazido pelos participantes.

Proposta de Celebração

- *Início da apresentação (teatro)*

A luta pela conquista da terra na Bíblia

Na última cena os atores juntamente com os pastores e padres presentes fazem a Bênção da Terra e da água misturando a terra com a água, saem do palco e marcam os punhos dos participantes com a terra, fazendo uma cruz.

Bênção da Terra e da Água

(Duas pessoas rezam, alterando as vozes)

Maria: Ó Deus Onipotente e bom Senhor, a luz de tua face brilha nos campos e praças desta terra. A terra que sempre foi um sinal do teu amor.

Célio: Do Egito libertaste o teu povo e o conduziste para uma terra onde corre leite e mel. Com leis justas garantiste o uso da terra nas mãos de poucos e defendestes o direito dos órfãos, viúvas e estrangeiros. A terra foi obra de tuas mãos e dom aos homens e mulheres, para dela zelarem com carinho. Salmodiavam os cantores tuas maravilhas realizadas nesta terra.

Maria: Jesus, teu filho, com barro da terra abriu os olhos do cego e o fez ver teu projeto original: mulher e homem criados a tua imagem e semelhança. Inspirada por teu Espírito, na nova comunidade não havia necessitados, tinha tudo em comum, partilhavam entre si os bens e a terra.

Célio: E, nesta terra, os indígenas, teus filhos amados, já há muito buscavam a terra sem males. Os negros ensaiavam a tua liberdade nas terras dos quilombos. E, hoje, os pobres e humilhados, sem terra, s revestem com tua força e bradam aos quatro cantos: ocupar, resistir, produzir.

(Agora todos estendem as mãos sobre as vasilhas com barro)

Maria: Por isso, que venha teu Espírito sobre esta terra, abençoada este barro, terra e água misturada, que queremos repartidos.

Célio: Sela nos punhos deste povo uma aliança como a causa da justiça de teu reino: tua terra, terra irmãos, terra de irmãs. Floresça a paz e fartura nestes campos abençoados, regados com o sangue dos mártires.

Por Cristo, Nosso Senhor, Amém! Axé! Sauidi! Aleluia!

(Dado um tempo todos são convocados a fazer a oração da caminhada)

Oração da Caminhada

- Que a terra produza com fartura, para saciar a fome de todos.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos!

(levantando os punhos marcados com barro)

- Que os pequenos agricultores não percam a esperança com a terra, diante e tantas dificuldades.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos!

(levantando os punhos marcados com barro)

- Que seja demarcadas as terras indígenas.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos!

(levantando os punhos marcados com barro)

- Que seja feita a Reforma Agrária.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos!

(levantando os punhos marcados com barro)

- Que cessem as injustiças contra os sem terra.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos!

(levantando os punhos marcados com barro)

- Que sejam punidos os responsáveis pelo massacre do Eldorado do Carajás e Corumbiara.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos!

(levantando os punhos marcados com barro)

- Que não sejam esquecidos os mártires da terra: Chico Mendes, Wilson, Pe. Josimo, Pe. Gabriel, Dom Oscar Romero, Sepé Tiaraju, Osiel Alves, Margarida, Sebastião Lã.

Todos: Terra de Deus, terra de irmãos!

(levantando os punhos marcados com barro)

Rezemos agora o Pai Nosso ecumênico:

Pai Nosso que estás no céu, santificado seja seu nome. Venha a nós o teu reino. Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia dai-nos hoje, perdoa-nos as nossas dividas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores. E não nos deixe cair em tentação, mas livra-nos do mal, pois teu é o Reino, o Poder e a Glória para sempre. **Amém!**

(Ofertar os frutos da terra para uma famílias da comunidade)

2ª Parte

Com a cruz na frente *(com pano branco e vermelho)* iniciamos a Caminhada da Terra cantando:

1ª Parada: Manifestação dos índios de Angra dos Reis.

2ª Parada: Manifestação dos negros.

3ª Parada: Manifestação do MST, MPA e se tiver, também o Movimento das Mulheres e Sindicatos.

CEDIM

XV Romaria Estadual da Terra e das Águas RJ

Da terra e das águas feridas brotam clamores de justiça

Subsídio de Missão

16 à 24/06/2016

Nova Iguaçu | Campos dos Goytacazes

Contatos por Região:

Sul Fluminense - Irmã Conceição (22) 99703-4017 - Operadora Vivo

Norte Fluminense - Viviane CPT (24) 99974-2358 - Operadora Vivo

Rio e Grande Rio - Maria Bethânia (21) 99754-1033 - Operadora Vivo

Região Serrana - Frei Marcelo (21) 98262-1025 - Operadora Vivo

Organização e apoio:

Pastoral da Juventude Rural

CNBB

40 anos CPT

ENCONTROS DE REFLEXÃO EM PREPARAÇÃO À XV ROMARIA DA TERRA E DAS ÁGUAS

Apresentamos este livrinho com quatro encontros para serem realizados em grupos e comunidades, a fim de refletirmos sobre as diversas realidades e seus desafios em nossas regiões do estado do Rio de Janeiro.

Este material foi produzido com a contribuição de diversas lideranças e diversas associações e entidades da região de Campos dos Goytacazes, da Região Serrana, da Região metropolitana da cidade do Rio e da Baixada Fluminense. Este subsídio pode contribuir com a reflexão pela luta e pelo anseio por vida digna, por mais justiça e paz em nosso estado do Rio de Janeiro, num contexto marcado por corrupções e a realização de grandes eventos com obras superfaturadas em prejuízo da maioria da população e dos pobres.

Desejamos que estes encontros nos aproximem das pessoas, dos jovens, das mulheres, dos afrodescendentes, dos camponeses, dos trabalhadores... enfim, de todas e todos que lutam pela terra, pelas águas, por trabalho e por seu teto. Queremos também estar unidos com o cuidado de toda a criação, obra de um Criador sempre muito bom e misericordioso, que sob o seu olhar queremos enxergar melhor a vida.

Estes encontros, assim, nos ajudarão a olhar melhor a vida, a iluminá-la com a Palavra de Deus, sempre de vida e fraternidade, e a nos comprometermos de verdade com a vida em seu todo. E em preparação à XV Romaria da Terra e das Águas, em Campos dos Goytacazes: "No clamor da terra e das águas feridas, brotam clamores de justiça"!

Comissão Pastoral da Terra – Rio de Janeiro, 2016.

1º Encontro:

Luta e resistência do povo no estado do Rio de Janeiro.

Oração inicial

Acolhida de todos (por quem dirige o encontro).

Canto.

Invocar a presença do Espírito Santo.

Recordando a vida:

Qual a nossa realidade e que desafios temos entre nós?

Quais lutas e resistências têm o nosso povo?

Olhando a vida:

Dirigente: Vamos ouvir uns trechos de uma Carta Aberta produzida por lideranças e associações da Região Serrana do Rio de Janeiro, que se reuniram em setembro de 2015 para fortalecer a mobilização e organização popular. Relata um pouco do sofrimento ainda enfrentado pelas cidades de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis e outras por causa da tragédia das chuvas de 2011, a maior tragédia climática do Brasil. Pensemos que só em Teresópolis 60 mil pessoas vivem hoje em áreas consideradas de risco, abandonadas e favelizadas.

Leitor 1: "Durante as chuvas de 2011 várias localidades da região serrana foram drasticamente afetadas, milhares de pessoas morreram (ainda que os dados oficiais não apontem isso, para o povo assim aconteceu), famílias inteiras ficaram desabrigadas e desaparecidas, muitos de seus pertences foram levados, incluindo suas casas... Junto a isso, somos acompanhados de uma tragédia política após a tragédia das chuvas de 2011. A Região Serrana foi e é

assolada por um esquema assustador de corrupção de desvios das verbas que vem para a reconstrução dos impactos das chuvas. Foram enviados à Região Serrana centenas de milhões de reais, mas foram destinados a muitas obras superfaturadas, como os parques fluviais que se tem construído nas áreas devastadas pelas chuvas, enquanto não se entregou nenhuma moradia até hoje em Teresópolis às milhares de famílias ainda hoje desabrigadas e dependentes do aluguel social, frequentemente cortado e dificultado. As milhares de famílias atingidas não tiveram praticamente assistência psicológica até hoje, pois a verba para isso foi desviada.

Leitor 2: A população da Região Serrana, assim, não é só explorada, mas é excluída e considerada descartável e apenas número para o Estado! Isto é profundo pecado diante de Deus e gravíssimo crime, por usar os pobres e lhes negarem o direito à vida digna. A Região Serrana, com os impactos das chuvas e consequente envio de verbas para remediá-los, se tornou um negócio para muitos políticos e detentores do poder econômico. Estamos cansados de sermos tratados pelo poder público como pessoas que não têm direito algum. Muitos bairros continuam abandonados, muitas famílias tiveram que se mudar para outros locais em risco por não receberem nenhum auxílio do Estado, e as que receberam uma unidade habitacional, muitas vezes carecem de serviços básicos ao seu redor, como em Nova Friburgo, e é o que parece que acontecerá em Teresópolis.

Leitor 3: Denunciamos ainda que o Estado, covardemente, suspendeu em 2013 as outras formas de auxílio às famílias atingidas em 2011, a compra assistida e a indenização, possibilidades que seriam o caminho para muitas famílias que veem inviável receber o apartamento, por exemplo, os moradores da zona rural. Por isso, somos sujeitos e sujeitas, e juntos estamos em luta! Exigimos que nossos mártires de 2011, e todos e todas deixados a morrer por ocasião das chuvas, sejam lembrados e reconhecidos pelo Estado... Exigimos moradia digna e direito à cidade. Exigimos justiça para os afetados e afetadas por desastres socioambientais da região e de todo país!"

Partilhar o que chamou a atenção neste relato (incentivar que todos falem).

Este relato de grandes dificuldades e luta na região serrana do Rio, com tanto descaso e corrupção, tem semelhança com a nossa situação, na nossa região?

Iluminando a vida:

Dirigente: Assim como em Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis, temos muitas violações da dignidade e dos direitos básicos de nosso povo, principalmente dos empobrecidos. Vemos hoje também a exploração dos pobres ser acompanhada da exploração do meio ambiente, das águas, da terra, das matas. Vemos isso, por exemplo, na construção do Porto do Açu (região de Campos) com a forçada tomada de centenas de sítios junto com o descontrole das águas na região, e na poluição da Baía de Guanabara no Rio junto com muitos pescadores e outros perdendo seus trabalhos e sustento.

Vejamos o que essa injustiça e exploração levou Jesus em seu tempo um dia dizer. E ele vivia essa mensagem que hoje anuncia para nós, também como projeto de vida e de luta contra tudo o que oprime e mata o povo.

Leitura bíblica: Mt 5,1-10

(pode-se ler o texto duas vezes)

Partilha do texto. Qual frase me chamou a atenção? Comentar.

Comprometendo com a vida:

Leitor 1: No texto que ouvimos, Jesus ao dizer que os pobres, aflitos, mansos são benditos (bem-aventurados ou felizes) não quer dizer que tenhamos que sofrer à toa. Ao contrário. No tempo de Jesus, como hoje, quem era pobre, estrangeiro, doente, fraco era excluído pela sociedade, pela elite e até pela religião. Jesus vai dizer que para Deus, Pai amoroso e sempre bom, as

pessoas nessas situações, de pobreza, sofrimento ou em alguma exclusão, são sempre acolhidas, são sempre bem vindas para Ele; enquanto muitos dizem mal delas, para Deus são sempre bem-ditas, Deus sempre diz e quer bem a elas; enquanto muitos as consideram infelizes porque estão em situação ruim, Deus as olha com misericórdia e as quer sempre felizes, com dignidade e vai lhes dar força para restaurar a vida.

Leitor 2: Mas como vimos no relato da região serrana, a tragédia das chuvas virou um negócio! Muitos do governo desviaram milhões de reais dos milhares de atingidos pelas chuvas! É muito cruel ver isso e passar por isso. E como no tempo de Jesus, querem disfarçar o crime que fazem e chegam a dizer que o povo que é culpado por fazer a moradia em área de risco, esquecendo que foram excluídos, jogados lá e só sobraram essas áreas para morarem. Dizem ainda que a tragédia é só de causa natural, outra mentira, pois são na verdade desastres "socioambientais", ou seja, são problemas ambientais sim, mas com problemas sociais juntos, provocados por governos corruptos há décadas.

Dirigente: Sabemos também que o Estado que possibilita tanto descaso, desvio de verbas e corrupção é o mesmo de todas as regiões do nosso estado do Rio. E a mesma ganância das grandes empresas está presente em todas as regiões do nosso estado. Essa ganância e corrupção provocam os vários "desastres" em nosso meio. Como podemos nos unir mais e nos organizar melhor para lutar pelos direitos dos mais pobres e sofridos que são violados em nossa região? (tempo para responder).

Leitor 3: Na região serrana, eles tem se mobilizado com frequência. Todo dia 12/1 se reúnem na praça central de Teresópolis cerca de 500 pessoas, fazendo memória do dia da tragédia de 12/1/2011, reivindicam seus direitos e se solidarizam com os afetados pelas chuvas. Também têm se organizado bastante, por exemplo, conseguiram que a Associação das Vítimas de Teresópolis possa construir moradias aos afetados pelas chuvas, no programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Por esse programa a associação e a

população que será beneficiada coordenarão o repasse da verba, coordenarão toda a obra, sem grandes construtoras que encarecem e lucram com as obras. Também serão blocos de apartamentos dentro do próprio bairro em que as pessoas viviam, ficando próximas de seus trabalhos e familiares, não sendo "jogadas" para um canto da cidade em prédios sem serviços básicos ao redor, sem creche, sem posto de saúde, como foi feito pelo governo em Nova Friburgo.

Dirigente: Conhecemos os programas e direitos que as leis nos garantem e podem melhorar a vida do povo?

Como temos de nos organizarmos para lutar por eles?

Estamos envolvidos na preparação da Romaria da Terra e das Águas, a acontecer em Campos dos Goytacazes em 24 de julho de 2016? A Romaria quer ser uma grande mobilização por todos os afetados pela corrupção e ganância no campo e na cidade, nas matas e nas águas. Como podemos participar? (tempo para responder e conversar).

Orando pela vida:

Dirigente: Peçamos a Deus pelos que são martirizados pelo descaso e ganância dos que detém o poder político e econômico. Apresentemos nossas preces (cada participante pode fazer sua prece).

Pai Nosso.

Canto.

Aprofundando a vida *(em casa)*: Ver Associação das Vítimas de Teresópolis (Avit) no facebook; ver Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis: http://www.cddh.org.br

2º Encontro:

Juventudes e educação

Oração inicial

Acolhida de todos (por quem dirige o encontro).

Canto.

Invocar a presença do Espírito Santo.

Recordando a vida:

Qual a realidade de nossas juventudes hoje?

Quais as buscas e lutas dos jovens ao nosso redor?

Olhando a vida:

Leitor 1: A Baixada Fluminense é um território em torno à cidade do Rio de Janeiro, com as cidades de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, entre outras, e uma população de cerca de três milhões de pessoas e de dois milhões de eleitores. Esta região tem um poder extraordinário, o poder do voto; porém, em contrapartida há um poder, dentre os quais a mídia, que manipula essas pessoas a elegerem aqueles que historicamente têm mantido essa região totalmente órfã dos acessos às políticas públicas, só sugando o poder para interesses próprios e de grandes empresas. Esta realidade impacta essa população que em sua maioria são negras, nordestinas... e assim vai se consolidando um processo histórico nesta Baixada que é a manutenção de mão de obra "desqualificada" e barata para atender a uma minoria que concentra toda a riqueza gerada.

Leitor 2: Isto porque a Baixada se constituiu muito a partir de índios que foram exterminados e principalmente de negros escravizados. Estes formavam

um quilombo que lutava por relações mais comunitárias, mas com o crescimento das indústrias, afastaram os afrodescendentes para as periferias das nossas cidades, expulsos de seus territórios, e os submeteram a subempregos e com pouco acesso a serviços públicos de saúde e educação.

Leitor 3: Neste contexto fica evidente a ascendência de um poder paralelo, a milícia e o tráfico, que existem com a conivência do Estado, e determinam o funcionamento desse território, crescendo a olho nu o extermínio da juventude negra, a violência doméstica, o sucateamento dos espaços onde funcionam as políticas básicas como postos de saúde, escolas, creches, transportes, entre outros. Os jovens, além de sofrerem pela má qualidade de ensino e em trabalhos mal remunerados, são o principal alvo da violência.

Dirigente: Essa realidade de grandes violências provoca permanente medo, e ao mesmo tempo gera uma maior colaboração e união entre o povo, para resistirem a esta situação extrema. Em nossas cidades, bairros e famílias também temos essas violências? Como lhe damos com elas? E as juventudes como se encontram diante da violência em nossa cidade, nosso bairro? (tempo para responder).

Iluminando a vida:

Leitor 1: Toda palavra de Deus é palavra de vida e educa a fé e a vida. Educar é fazer crescer os dons e bons propósitos presentes nas pessoas. Isso é importante e se dá em todo tempo e idade. Mas tem uma importância especial no tempo em que se desenvolve uma visão crítica da realidade, em que se aprende a absorver os valores de justiça, paz, misericórdia, solidariedade, cuidado e não aceitar a violência, a exploração, a ganância que produzem morte. Isso acontece em muito no tempo da juventude.

Dirigente: Por isso ouçamos com atenção como Deus se põe em nosso meio como "pastor" que cuida, protege e se compromete dando a sua vida por nós, para que tenhamos vida plena.

Leitura de Jo 10,7-16

(pode-se ler o texto duas vezes)

O que significa que todos "tenham vida, e a tenham em abundância"?

O que significa "ter vida em abundância" aos mais empobrecidos e aos jovens hoje?

Como agiria hoje o Bom Pastor em nossas vidas, em meio à nossa sociedade, para nos dar vida plena, para nos proteger, cuidar e resgatar?

Quem e como agem os mercenários hoje? Qual a resposta que podemos dar a eles, ouvindo a voz do Bom Pastor que traz a vida?

Comprometendo com vida:

Dirigente: Destacamos neste encontro a educação, por ser uma ferramenta importante no projeto político de reconstrução a partir da identidade própria dos jovens e da comunidade, capaz de fazer com que estes sejam sujeitos e possam intervir criticamente em suas realidades, para rejeitarem a tudo que mata, rouba e destrói.

Leitor 1: Queremos citar o enfrentamento da comunidade do assentamento de Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados) contra o fechamento da sua escola municipal, cuja luta fez retomar toda a história da ocupação desses assentados, que construíram eles mesmos esta escola numa gestão comunitária, quando foram assentados, baseados nos princípios da educação do campo.

Leitor 2: Nessa luta, se unem universidade, educadores, Igreja, sindicatos, juventude. A juventude local se envolveu ativamente nesta luta, ao revisitarem a escola a partir de um projeto de recontar a história do assentamento, chamado Observatório Camponês. Fotografaram a escola fechada e entrevistaram funcionários. Traziam esse material para grupos, analisaram o funcionamento da escola no início e como estava ameaçada de ser fechada de vez.

Leitor 3: Estes registros resultaram na elaboração de um livro e de um filme, que rearticularam o assentamento em torno de uma viva reorganização comunitária, reativaram o espaço da cooperativa como espaço de organização, formação e cultura. E isso junto do protagonismo dos jovens no assentamento.

Dirigente: Assim como esta iniciativa da juventude de Campo Alegre, quais as iniciativas da juventude que conhecemos ou que podemos apoiar e incentivar para que valorizem o protagonismo dos jovens e fortalecem os espaços coletivos na comunidade?

Orando pela vida:

Dirigente: Peçamos a Deus pelos jovens de nossa sociedade, do campo e da cidade, estudantes e trabalhadores, sem emprego e os sem oportunidade de estudos. Para que nossa sociedade se desperte em sua responsabilidade para com as juventudes e as acolha e incentive em seus anseios e iniciativas no presente, apoiando para que construam suas vidas e uma nova sociedade na justiça e paz. (tempo para preces espontâneas).

Pai Nosso.
Canto.

Aprofundando a vida: Ver quanto ao combate e a prevenção da violência: Fórum Grita Baixada: site forumgritabaixada.org.br (também no facebook).

3º Encontro:

Conflitos por Terra e Água no território fluminense

Oração inicial

Acolhida de todos (por quem dirige o encontro).

Canto.

Invocar a presença do Espírito Santo.

Recordando a vida:

Como estamos usando as terras e cuidamos das águas em nossa região?

Sabemos que a água hoje tem sido muito cobiçada pelas grandes empresas, que querem no futuro controlar as águas para vendê-las. O que ouvimos sobre isso?

Muitos lutam para ter terra, teto e trabalho, o que o Papa Francisco diz ser direito de todos, mas logo pode nos faltar também a água limpa. O que pensamos disso?

Olhando a vida:

Dirigente: De uma comunidade ribeirinha, sr. José é pescador na localidade de Goiabal, às margens do rio Paraíba do Sul, no município de Campos dos Goytacazes, região norte do estado do Rio de Janeiro. Sua família vive neste território há cerca de quatro gerações, onde a pesca era o principal meio de vida dos moradores.

Leitor 1: Atualmente, das mais de 30 famílias de pescadores que existiam na localidade apenas cinco conseguem viver da pesca. A família de José relata que nos últimos 20 anos ocorreu uma acentuada redução do pescado no rio, não só em termos quantitativos, mas em relação à diversidade de espécies. Segundo ele, isso ocorre devido à pesca predatória e aos despejos

criminosos de esgoto doméstico e químico-industrial. O problema se agravou a partir da introdução do sistema de extração de areia do leito dos rios por empresas muitas das vezes clandestinas. Este fato resultou na diminuição significativa das "ilhotas" (berçários), segundo José, ao longo do curso do rio, que servem como base da vida reprodutiva de algumas espécies de peixes e outros animais.

Leitor 2: Entretanto, apesar das inúmeras denúncias realizadas pelas associações de pescadores através dos meios de comunicação local, e ainda de pesquisas científicas promovidas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que comprovam a grave situação de degradação dos ecossistemas, o problema tem piorado devido, principalmente, à omissão e inoperância de órgãos competentes, tais como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

Leitor 3: Outro problema relatado pelo sr. José é a invisibilidade dos pescadores artesanais, seja pela fragilização de suas bases de organizações sociais, seja pela dificuldade de diálogo com o Estado, que mantém uma postura verticalizada e autoritária, através de funcionários públicos autoritários. Os pescadores artesanais vivem um dilema comum aos povos campesinos: "como podemos incentivar nossos filhos a serem pescadores nessas condições? O pescador não vive sem peixe; estão destruindo nossa forma de existência, nosso modo de vida!". Ainda de acordo com José, eles estão abandonados pelo Estado, pois além de "não conseguirmos acessar políticas públicas" (....) "querem impor projetos que não nos interessam, não atendem nossas reivindicações".

Leitor 1: E acrescenta: defendemos a natureza, "mas somos tratados como criminosos, entram em nossas casas, nos abordam constantemente com ameaças" se referindo aos agentes do IBAMA. Vinte famílias ribeirinhas de Goiabal foram removidas pelo governo municipal para habitações do Programa Morar Feliz da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, o que gerou

mais insatisfação por parte dos pescadores que reivindicam o direito de permanecerem em seu território.

Leitor 2: Mas, mesmo diante de tanta opressão, os pescadores de Goiabal resistem! Na fala de sr. José: "estamos no meio de muitas pessoas fazendo coisas erradas, mas temos que manter nossa consciência, nossos valores, pois estamos no caminho certo!" (Liderança da Comunidade Ribeirinha de Goiabal, em março de 2015).

Iluminando a vida:

Leitor 3: O rio Paraíba do Sul nasce no leste do estado de São Paulo e atravessa o estado do Rio de Janeiro. Com a introdução de atividades agrícolas e industriais ocorreu o desmatamento das suas matas ciliares (vegetação das margens do rio), fundamentais para a qualidade, vazão e volume da água do rio. Outros impactos que resultaram em danos socioambientais na bacia do rio Paraíba do Sul são: barragens[1], mineração, uso de agrotóxicos e despejos de resíduos industriais e domésticos.

Dirigente: Diante dessa agressão socioambiental em favor do lucro desmedido, a Bíblia nos aponta para a busca da harmonia e respeito entre os seres humanos, com toda a criação e com o próprio Criador.

Leitura bíblica: Gn 1,1.24-30

(pode-se ler duas vezes)

Deus criou todas as coisas e sempre viu "que era bom". O que isso diz para nós?

Deus após criar a mulher e o homem viu que "era muito bom", mostrando sua grande alegria na criação humana, maior que quando criou as outras coisas. O que isso diz para nós?

[1] Principais hidrelétricas estão na calha do Rio Paraibuna, Santa Branca em Jacareí (todas em São Paulo) Funil em Itatiaia, Ilha dos Pombos (Rio de Janeiro e Minas Gerais) e Santa Cecília (sistema Guandu em Barra do Piraí no Rio de Janeiro)

O ser humano é "à imagem e semelhança de Deus", nós vivemos assim hoje?

O que nos afasta e aproxima de sermos semelhantes a Deus?

Ao dizer ao ser humano "dominar" sobre as outras criaturas, Deus quer dizer para "cuidar" de tudo, usar, mas não destruir até acabar com a natureza e as outras pessoas. Diz "dominar" para que não sejamos escravos das coisas, como do dinheiro. Como encontrarmos o equilíbrio e harmonia com os outros, a natureza, a sociedade, e com o Deus da Vida?

Comprometendo com a vida:

Dirigente: Na contramão desse processo injusto e destruidor, várias são as iniciativas do povo para superar diferentes formas de exploração e degradação de seus territórios. Neste caminho, diversas lideranças de movimentos sociais do campo e ambientalistas vêm propondo a agroecologia, compreendida como um princípio de vida e um projeto político que visa outras formas de relação entre os homens, mais harmoniosas e sem destruição, em seus aspectos culturais, sociais e políticos; e destes com a natureza, em termos ambientais. Vamos conhecer um pouco da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

Leitor 1: A AARJ é espaço de confluência de diversos sujeitos e organizações. Com o objetivo de fortalecer experiências de produção e consumo mais justas e sustentáveis, em termos ambientais, sociais e economicamente. Entre as ferramentas políticas utilizadas pelos membros dessa rede estão os Encontros Estaduais de Agroecologia, realizados desde o ano de 2006, reunindo agricultores, técnicos, lideranças de movimentos sociais, assim como pesquisadores e estudantes ligados a instituições de ensino.

Leitor 2: Em 2015, a AARJ, em parceria com a Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia da Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ[1]), realizaram a Caravana Agroecológica, evento que reuniu mais de 200 pessoas dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo com experiências agroecológicas no âmbito do ensino, da cooperação, da produção, da comercialização, entre outras. Na região Norte Fluminense, as organizações que fazem parte dessa rede viram os impactos socioambientais provocados pela implantação do Porto do Açu (CLIPA), "construído para exportar minério de ferro transportado por dutos de Minas Gerais até o litoral Norte do Rio de Janeiro, onde estes desembocam seu fluxo contínuo de minério diluído em água, mostrou as múltiplas faces da mentalidade do negócio 'Minério', para o qual natureza e sociedade não são nada frente aos interesses do lucro" (AARJ/NIA, 2015).

Leitor 3: A resistência às desapropriações e expulsão dos pequenos agricultores do 5ª Distrito de São João da Barra é realizada pela Associação de Proprietários Rurais e de Imóveis (ASPRIM). Para a AARJ, essa organização representa "expressão de vigor inquebrantável contra as injustiças e arbitrariedades, praticadas pela junção dos interesses privados com a escória do poder público, que legaliza, investe e respalda esses empreendimentos" (Caderno do Participante, AARJ/NIA, 2015).

Leitor 1: O norte Fluminense é também espaço de luta por reforma agrária, onde várias famílias camponesas, que buscam vencer a precarização e exploração do trabalho nos latifúndios das agroindústrias açucareiras, vivem e trabalham na tentativa de avançar na construção de um território como abrigo e lar, que possibilite mais qualidade de vida, a realização de um modelo de desenvolvimento (não crescimento econômico) que seja mais justo economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Neste curso, está o assentamento Zumbi dos Palmares, criado em 1997, onde mais de 500

famílias agricultoras assentadas tiveram acesso à terra e, hoje, reivindicam acesso a bens e serviços públicos como educação e saneamento básico!

Orando pela vida:

Dirigente: Apresentemos a Deus, fonte de toda vida, nossas preces e agradecimentos. Peçamos pela criação que é explorada e destruída, junto com a exploração e maltrato de muitas mulheres e homens que deles dependem. (tempo para preces espontâneas).

Pai-Nosso.

Canto.

Aprofundando a vida *(em casa)*: Um pouco mais sobre o que acontece com o Rio Paraíba:

Nos últimos anos, o rio Paraíba do Sul foi contaminado por acidentes industriais de grande magnitude e destruição. Um destes foram os vazamentos de resíduos tóxicos, cometidos pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. O vazamento contaminou um bairro com mais de 700 famílias, inviabilizou a captação de água e o plantio no local. O acidente liberou dois mil litros de resíduos tóxicos no rio Paraíba do Sul, comprometendo o abastecimento de água para a população da baixada fluminense. Outro crime ambiental de graves consequências socioambientais foi provocado pela indústria de papel e celulose Cataguases em Minas Gerais, que liberou grande quantidade de poluentes no rio Paraíba do Sul. Em função deste acidente, houve redução do abastecimento de água para a população, e se inviabilizou as atividades pesqueiras no trecho do rio correspondente a região norte e noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro.

Sugestão para casa: Ver também o vídeo da OAB contra o assassinato de pescadores pelo avanço do Comperj na Baia de Guanabara: https://www.youtube.com/watch?v=1xH9gIxL4pg&feature=youtu.be).

4º Encontro:

Lutas e resistências nas metrópoles – Envio e partilha!

Oração Inicial:

Acolhida de todos (por quem dirige o encontro).
Canto. (Sugestão: Lamento Nativo)
Invocar a presença do Espírito Santo.

Recordando a vida:
O que se sabe sobre os transtornos causados pelos Jogos Olímpicos?
Quais os desafios trazidos pelos grandes eventos nas grandes cidades?

Olhando a vida:
Dirigente: Estamos em ano de Olimpíadas e tudo gira em torno dessa grande festa do esporte. Já há alguns anos a cidade e o Estado do Rio de Janeiro vivem em função das obras para a Copa do Mundo e agora para os Jogos Olímpicos, mas a pergunta que fica: quem ganha e quem perde com estes megaeventos?

Leitor 1: Em um primeiro olhar, pensamos nas grandes obras no transporte público, nos museus belíssimos e no embelezamento das cidades com seus parques e jardins. Com um olhar mais atento, percebemos com tristeza o caos instalado na metrópole com atraso nos pagamentos do funcionalismo público e dos aposentados, nas obras inacabadas e sem fim, na violência crescente e sem controle, no aumento da população em situação de rua, no sucateamento dos hospitais públicos, pois toda a atenção e os recursos foram destinados para esses eventos, importando pouco ou quase nada a realidade da população carioca e o sofrimento de todo povo fluminense.

Leitor 2: Essa conclusão é da ONU (Organização das Nações Unidas), que já em 2010 apresentou ao mundo um estudo completo sobre o impacto de grandes eventos esportivos sobre a vida das pessoas nas cidades que são sede, desfazendo completamente a ideia de que trazem benefícios à população. No

caso do Rio de Janeiro, o estudo nos alerta principalmente sobre a expulsão de moradores das áreas que serão usadas para os jogos ou ainda revitalizadas com objetivos turísticos.

Leitor 3: Esse levantamento de dados feito pela ONU coube a Raquel Rolnick, brasileira e relatora das Nações Unidas para o Direito à Moradia, e hoje uma das principais especialistas mundiais na questão. Raquel nos diz em seu relatório que os projetos de reurbanização adotados para esses eventos resultam em diversas violações aos direitos humanos, em especial ao direito à moradia. Expulsões, encarecimento de moradias, falta de alternativas, aumento da população em situação de rua e pressão sobre os mais pobres, que são empurrados para periferias, são consequências da realização desses megaeventos. As melhorias e os benefícios econômicos não são distribuídos à população, por isso o saldo desses grandes eventos está longe de ser positivo para os que estão à margem da sociedade.

Dirigente: A organização das Olimpíadas do Rio de Janeiro deixa um legado de remoções e desapropriações. Apenas entre 2009 e 2013, mais de 20.299 famílias, ou seja, 67.000 pessoas foram removidas de suas realidades – muitas nem indenizadas ou reassentadas – pela prefeitura por causa dessas intervenções urbanas, com a justificativa de que essas seriam áreas de risco, segundo os dados da SMH (Secretária Municipal de Habitação) apresentados no livro *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico.* Vale reafirmar que, na maioria dos casos, não se leva em consideração as realidades sociais, e tampouco os valores históricos e financeiros de suas moradias.

O que isso tem a ver com nosso dia-a-dia?

Também sofremos nas nossas vidas os desafios apresentados pelas remoções e grandes eventos? E quanto à realidade trazida pelos Jogos Olímpicos?

Iluminando a vida:

Dirigente: As organizações dos grandes eventos esportivos trazem para a população e para o país que os acolhem duras realidades. Preocupa-se com as estruturas dos eventos em prejuízo das necessidades primárias da população. Vende-se à população a ideia de uma grande e linda festa, na qual todo o sacrifício feito será ao final coroado com um excelente resultado esportivo para nação, e as obras após os jogos servirão para melhora na condição de vida dos cidadãos e cidadãs. Na verdade, esse resultado beneficiará pouco ou quase nada a população. Há o deslocamento forçado de pessoas carentes do centro para as periferias, há a mudança do uso dos recursos da educação, da saúde e da segurança, o que gera diversas situações de morte.

Iluminados pelas Palavras de Deus, vejamos como Jesus de Nazaré reagiu ao ver que seu povo era enganado e explorado pelos poderosos de seu tempo.

Leitura Bíblica – Jo 2,13-17

Jesus ao defender à casa de Deus, também defende a casa dos pobres, que eram explorados lá também. O que isso nos diz?

O que o texto nos fala sobre resistir ao que explora a vida?

Qual a relação do texto com a realidade dos despejados e removidos pelas organizações dos Jogos Olímpicos de 2016?

Comprometendo com a vida:

Leitor 1: No texto que ouvimos, Jesus de Nazaré reage, indignado e com força, contra a exploração dos humildes em prol do favorecimento de uns poucos. Não que Jesus use da força física, pois sua luta é pacífica, mas o texto bíblico bem mostra que o projeto de vida de Jesus se contrapõe fortemente aos que exploram e matam o povo e os pobres! Deixa claro que não é possível a

realização de qualquer objetivo que favoreça uma minoria em prejuízo de muitos, que sem o desejo de reação se entrega à ação abusiva dos que exercem influência sobre a população.

Leitor 2: Jesus convida a refazer esta realidade com ações corajosas em prol do povo desprotegido. Diante da convocação de Jesus de Nazaré, vamos ver o que a união popular conseguiu articular para mudar esta realidade massacrante que atinge a população das cidades.

Leitor 3: O FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA (FNRU) é uma articulação de organizações brasileiras, que reúne movimentos populares, associações de classe, organizações não governamentais e instituições de pesquisa que querem promover a Reforma Urbana, defendendo e promovendo o direito à cidade. O que isso quer dizer? Significa que é preciso lutar por políticas que garantam direitos básicos a todos, como moradia de qualidade, água e saneamento, posto de saúde, transporte acessível e eficiente.

Leitor 1: Este Fórum está se organizando em todas as regiões do Brasil. Seu trabalho consiste em mobilizar pessoas e entidades para mudar as injustiças sociais das nossas cidades. O FNRU se fundamenta a partir de três princípios essenciais. O primeiro deles é o Direito à Cidade. Todos os moradores das cidades têm direito à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, à saúde e à educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação.

Leitor 2: Para que isso tudo funcione na prática é necessário seguir o segundo princípio: a Gestão Democrática das Cidades, ou seja, os cidadãos têm que participar das decisões fundamentais para o futuro e melhoria das cidades. As prefeituras e as câmaras de vereadores devem dialogar com a sociedade antes de decidir o destino das cidades. O terceiro princípio tem a ver com os outros dois: acreditar na função social da cidade e da propriedade. O espaço das cidades tem que servir, antes de tudo, aos interesses coletivos das grandes maiorias, do povo.

Leitor 3: O FNRU existe desde 1987. Em todos esses anos, estimulou-se a participação social em conselhos, organizaram-se cursos de capacitação de lideranças sociais e discutiu-se a elaboração de planos diretores democráticos para as cidades. Uma das maiores conquistas do fórum é o Estatuto da Cidade, uma lei que ficou parada 12 anos no Congresso e foi aprovada devido à pressão popular.

Dirigente: Atualmente, o FNRU luta por recursos para Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para construção de moradias populares e com qualidade (lei aprovada a partir de iniciativa popular), pelo fim dos despejos forçados, pela aprovação do PL da Política Nacional de Saneamento, entre outros. (Fonte: FNRU)

O que representa o Fórum de Reforma Urbana para realidade da cidade?
Como podemos ajudar a apoiar e participar dessa experiência de luta popular?

Orando pela vida:

Peçamos ao Altíssimo e Bom Senhor pelos que sofrem com a expulsão de suas casas, devido ao fato de seus lares serem em áreas valorizadas, contempladas com investimentos públicos em prol dos megaeventos e não dos cidadãos. Apresentemos livremente nossas preces.

Pai Nosso.
Canto (sugestão: Oração de São Francisco).

Aprofundando a vida *(em casa)*: Um breve relato sobre a realidade na Vila Autódromo, uma pequena comunidade espremida entre o Parque olímpico (local dos principais eventos olímpicos) e a Lagoa de Jacarepaguá. Atualmente, a Vila Autódromo abriga 192 famílias (cerca de 800 pessoas), e isso representa um terço das 583 famílias (2.450 pessoas), que segundo os moradores, viviam na comunidade até fevereiro de 2014.

HISTÓRICO DE LUTA: *A Vila Autódromo nasceu como uma comunidade de pescadores nos anos 60, em uma época que a zona oeste do Rio era praticamente deserta, sem os condomínios de luxo e shoppings center de hoje. A partir dos anos 90, com o prefeito César Maia (DEM), a comunidade passou a conviver com a ameaça constante de ser removida devido a sua privilegiada posição geográfica, alvo constante do expansivo setor imobiliário. Foi nessa época, em junho de 1994, que Penha e seu marido, Luis, compraram um terreno na comunidade para criar a filha Natália, então com sete anos. "Minha sogra também estava doente, então queríamos um lugar com mais espaço para todos", conta Penha. Também buscavam um local mais seguro, longe dos becos da favela da Rocinha, onde nasceram e foram criados.*

"Vendemos nossas casas e viemos para cá. Já existia uma luta dos moradores, mas não sabíamos", explica Penha. "No início vivíamos em um lugar pequeno, mas com muito espaço em volta. Como já havia a ameaça de remoção, demoramos até construir nossa casa. Mas tudo o que tínhamos investimos aqui, né? Então fomos ficando. Construímos nossa casa aos poucos, com muita dificuldade.... Na época, eu era diarista e meu marido, gari".

Ainda nos anos 90, o Governo do Estado finalmente concedeu aos moradores o uso da área por 99 anos. Anos mais tarde, em 2005, a Câmara de Vereadores aprovou a lei complementar 74/2005, que transformou a comunidade em Área Especial de Interesse Social. Aos poucos, as vidas de Penha, Luis e Natália, assim como as dos demais vizinhos, foram se estabilizando. "Aqui é tudo diferente. O espaço é maravilhoso. Não é uma favela, é uma comunidade: tranquila, ordeira, pacífica. Temos nosso espaço, nossos pés de frutas, nossas casas são espaçosas", conta Penha, que também acolheu em seu terreno seus cunhados e sua mãe. "Éramos livres. Somos livres".

Felipe Betim
para El País / Brasil

MATERIAL DE APOIO E FONTES:

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA www.forumreformaurbana.org.br

Artigo de Interesse - Violações dos Direitos Humanos e Megaeventos: O Caso da Moradia no Rio de Janeiro

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS: www.ihu.unisinos.br

Vila Autódromo - A Favela que se Recusa a Desaparecer por causa das Olimpíadas

Fazem parte do FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA: ONGs: Action Aid do Brasil; Cáritas Brasileira; Cearah Periferia; CAAP – Centro de Assessoria à Autogestão Popular; CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social; FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional; Fundação Bento Rubião; Habitat para Humanidade Brasil; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Instituto Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais; Terra de Direitos.

Movimento Populares: CMP – Central de Movimentos Populares; CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores; MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas; MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia; UNMP – União Nacional por Moradia Popular.

Associações de Classe e de Pesquisa: ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo; AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros; ANTP – Associação nacional de Transportes Públicos; CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; FENAE – Federação nacional das Associações de Empregados da Caixa Econômica; FeNea – Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; FNA – Federação Nacional de Arquitetos; FISENGE – Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros; Observatório das Metrópoles – IPPUR/UFRJ/FASE .





FECHAR ESCOLA É CRIME

Campanha nacional contra o fechamento e pela construção de escolas no campo

COMPROMISSOS DOS MILITANTES

1. Nos comprometemos a voltar para nossa base, em todos os municípios e debater a atual política econômica e os modelos agrícolas em disputa, com toda sociedade brasileira.
2. Nos comprometemos a lutar contra a monocultura e desenvolver práticas de agroecologia e defender nossas sementes, a água, nossos rios e nossa biodiversidade.
3. Nos comprometemos a lutar contra a impunidade, para que todos os assassinos de trabalhadores e os mandantes sejam punidos e presos.
4. Nos comprometemos a lutar sempre, de forma massiva e organizada, contra o imperialismo, contra o latifúndio, o modelo do agro-negócio, os transgênicos e contra a ALCA.
5. Nos comprometemos a debater, construir e lutar por um projeto nacional de desenvolvimento, que priorize o direito ao trabalho,à terra, à água,a moradia, a distribuição de renda e o mercado interno. E desenvolva uma política alternativa de energia para todos.
6. Nos comprometemos a defender a Amazônia. E sermos sempre solidários com todos os povos indígenas, para que recuperem seus territórios, sua cultura e seus direitos.
7. Nos comprometemos a realizar cursos de formação, para preparar mais gente para a luta. E estimular, de todas as formas, o reascenso do movimento de massas.
8. Nos comprometemos a construir a unidade e articulação entre nossas organizações e movimentos, para implementar o programa agrário expresso na "Carta da terra".
9. Nos comprometemos a lutar em defesa da nossa cultura brasileira e de nossos valores.
10. Nos comprometemos a praticar diariamente, os valores socialistas, e humanistas, do companheirismo e da solidariedade, combatendo todas as formas de discriminações e preconceitos.

Brasília, 25 de novembro 2004







REPARTIR A TERRA
MULTIPLICAR O PÃO

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

SDS - Ed. Venâncio III, Sala 204 – CEP: 70.393.900 – Brasília-DF
Fone: (61) 323-1770 – Fax: (61) 321-4130
forumrefagraria@yawl.com.br

MANIFESTO
E
COMPROMISSOS DOS MILITANTES

Brasília - Novembro de 2004



REPARTIR A TERRA
MULTIPLICAR O PÃO

CONFERÊNCIA NACIONAL
TERRA E ÁGUA
Reforma Agrária, Democracia e Desenvolvimento Sustentável

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO

CNBB - CMP - CONIC - CUT - CONDSEF - Pastorais Sociais/CNBB - MNDH - MTL - ABRA - APR - ASPTA - ANDES - Centro de Justiça Global
CESE - CIMI - CNASI - DESER - ESPLAR - FASE - FASER - FEAB - FIAN-Brasil - FISENGE - IBASE - ABONG - IBRADES - IDACO - IECLB
IFAS - INESC - MLST - REDE BRASIL - Rede Social de Justiça e Direitos Humanos - RENAP - SINPAF - Terra de Direitos

MANIFESTO DA TERRA E DA ÁGUA

A Conferência Nacional da Terra e da Água, realizada em Brasília entre os dias 22 e 25 de novembro de 2004, constituiu-se em um momento de debate, celebração e fortalecimento das organizações e entidades que lutam pela terra, pela justiça e pela preservação ambiental. Os milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem terras, agricultores familiares e camponeses, quilombolas, povos indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco-babaçu, além de debater e avaliar as ações governamentais, re-afirmaram a necessidade urgente de uma reforma agrária ampla, massiva e participativa. É fundamental e urgente democratizar o acesso à terra, garantir a autonomia dos territórios das populações tradicionais, fortalecer a agricultura familiar e camponesa e garantir o direito à água, ao acesso aos recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis, a soberania alimentar e a preservação da biodiversidade.

A atual política macroeconômica prioriza altas taxas de juros, o acordo com o FMI para alcançar superávit primário, o pagamento de serviços da dívida pública e as exportações, incentivando a expansão do agronegócio. Essas políticas acabam tirando recursos das políticas sociais, aumentando a exclusão, concentrando recursos e riqueza, beneficiando bancos e empresas transnacionais.

Essa política, formulada no governo FHC e mantida no governo Lula, é a principal causa do agravamento da situação social e da degradação ambiental com a manutenção da pobreza e da desigualdade e de patamares insustentáveis nas taxas de desemprego, que atinge um quarto da população ativa nas principais regiões metropolitanas. Essa política traz como conseqüências a escalada da marginalização, da criminalidade, da impunidade e da insegurança das grandes e médias cidades brasileiras, afetando igualmente a população rural. Exemplos disso são os recentes crimes cometidos contra os sem terra em Minas Gerais e contra os povos indígenas da reserva Raposa-Serra do Sol.

É fundamental, portanto, realizar uma mudança profunda na atual política macro-econômica, reduzindo as taxas de juros e o superávit primário. Utilizar esses recursos em programas de geração de renda e empregos, na expansão de serviços públicos como reforma agrária, educação, saúde, previdência, habitação popular e em investimentos de infra-estrutura com a construção de estradas, saneamento básico, energia, entre outras políticas sociais e ambientais.

Conseqüentemente, os participantes da Conferência da Terra e da Água exigem a promoção de uma verdadeira democratização social, econômica e política através da valorização do mercado interno e de uma política de distribuição de renda e da riqueza. Para implementar um novo projeto econômico e agrário, o atual governo deve:

- realizar uma reforma agrária ampla e massiva, destinando os recursos necessários para implementar todas as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- assentar, imediata e prioritariamente, todas as famílias acampadas;
- aplicar o princípio da função social da propriedade de forma plena, enfatizando as exigências trabalhistas e ambientais como estabelece a Constituição, ao processo de desapropriação de terras por interesse social para fins de reforma agrária, e também atualizar, imediatamente, os índices de produtividade da terra;
- fortalecer a agricultura familiar e camponesa, retirando incentivos ao agronegócio, destinando recursos para criar e/ou ampliar programas públicos de crédito e comercialização, fornecendo assistência técnica gratuita e de qualidade, visando transformar esse segmento em principal setor produtivo no meio rural;
- implantar um programa de financiamento e fomento de pequenas agroindústrias associativas e cooperativadas no meio rural;
- aprovar o projeto de lei para confiscar todas as terras que praticam trabalho escravo e mantém trabalhadores e trabalhadoras em situação de escravidão;
- promover o respeito aos direitos humanos das populações rurais, especialmente no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e ribeirinhas com o reconhecimento e a demarcação das terras coletivas dessas populações;
- criar imediatamente, por decreto presidencial, a figura jurídica da reserva da terra de uso comum e regularizar as unidades de conservação, beneficiando todos os povos que vivem dessa modalidade de uso tradicional da terra, fundo de pastos, geraizeiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos;
- prevenir e combater todo tipo de violência contra os pobres do campo, especialmente através da criminalização das milícias privadas e a condenação dos autores e mandantes de assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras;
- apoiar programas de desenvolvimento agro-ecológico e de produção e controle das sementes por agricultores familiares e camponeses, inclusive criando e fortalecendo um programa público de assistência técnica e pesquisa em agro-ecologia e agrobiodiversidade;
- assegurar a adoção do princípio de precaução, adotado pelo Estado brasileiro ao ratificar o Protocolo de Cartagena, proibindo a produção comercial de transgênicos até que se tenha garantias de riscos mínimos para a saúde e o meio ambiente, e exigindo, conforme a Constituição Federal, estudos de impacto ambiental (EIA) para as pesquisas com organismos geneticamente modificados;
- garantir água e energia, dois bens estratégicos para a nossa soberania, sob controle e a serviço do povo brasileiro, acabando com a privatização e a mercantilização desses bens e assegurando o direito à água e energia a toda a população, especialmente a das regiões mais carentes;
- aplicar recursos em obras hídricas e de infra-estrutura para resolver os problemas do povo do semi-árido brasileiro. A transposição do rio São Francisco não é solução para o semi-árido, pois é uma obra cara e concentradora de terra e de água. Beneficiará exclusivamente empreiteiras, empresas de consultoria, políticos e empresários do hidro e agronegócio. Soluções simples e baratas, que desconcentram a terra e a água, já foram testadas e comprovadas e devem ser financiadas e apoiadas pelos governos;
- priorizar investimentos em pesquisa, no desenvolvimento e na implantação de fontes energéticas alternativas, respeitando critérios de economicidade e sustentabilidade ambiental, retirando os subsídios às grandes empresas eletro-intensivas;
- garantir o direito humano à alimentação saudável, assegurando a soberania alimentar do povo brasileiro;
- criar e/ou fortalecer políticas públicas e gratuitas de saúde, educação, assistência social e previdenciária para o conjunto da população brasileira, em especial garantindo o atendimento da população rural;
- garantir a preservação da biodiversidade, inclusive mantendo o controle público sobre todas as florestas do País e criando mecanismos legais para combater a biopirataria;
- reformular e fortalecer o MDA, o INCRA, a CONAB, a EMBRAPA e os demais órgãos relacionados com reforma agrária, agricultura familiar e camponesas, populações indígenas e quilombolas, ampliando recursos e contratando novos servidores públicos.

As/os participantes reafirmam as suas posições e disposição de luta contra a ALCA, a OMC e o acordo Mercosul-União Européia que visam apenas favorecer os interesses de transnacionais e países ricos. Re-afirmam suas lutas pela solidariedade entre os povos pobres e na cooperação Sul-Sul.

Lutarão pela implementação do direito constitucional de decidir em plebiscito popular todos os temas importantes da sociedade, conforme proposta da OAB/CNBB.

Os/as participantes reafirmam e conclamam toda população brasileira a se manifestar em favor da auditoria da dívida pública cumprindo o texto da Constituição Federal, da reforma agrária, da agricultura familiar e camponesa e do respeito à autonomia das populações tradicionais, inclusive suas lutas pelo domínio de seus territórios.

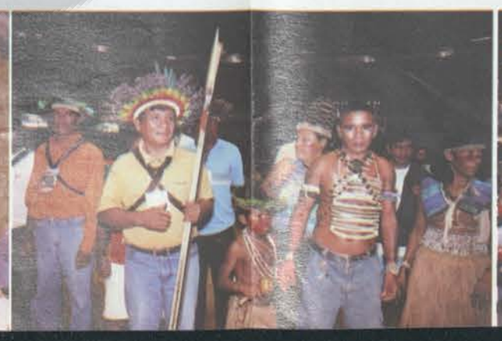
Comprometem-se a buscar uma relação diferente, respeitosa e integral, com a terra, a água e todos os seres vivos, através de uma luta por profundas mudanças na estrutura fundiária e nas relações sociais, criando a visão da terra, água e natureza como bens universais e não produtos de mercado ou simples meios de produção ou negócio.

A luta e o compromisso dos/as participantes da Conferência Nacional Terra e Água são pela construção de um projeto de sociedade justa, igualitária, solidária, democrática e sustentável.

Brasília/DF, 25 de novembro de 2004.

Fotos: Douglas





Comunidade de Sto. Expedito -



CPT

COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL. (021) 285.6840

A V I O L Ê N C I A N O C A M P O

A S S A S S I N A T O D O L A V R A D O R E C A R R O C E I R O

D E V A N I R P I N T O S O A R E S - EM PAU GRANDE - MAGÉ - RJ

AOS 05 DE FEVEREIRO DE 1990

Devanir Pinto Soares,46 anos,pai de família,dividia o seu tempo na lavoura e trabalhando com os filhos em sua carroça,quando foi vítima da ganância e truculência de BELARMINDO SILVA,proprietário de uma fábrica de papel,desmatador,grileiro e muito conhecido por sua violência contra os lavradores,populares e,inclusive,crianças.

No caso desse assassinato,o grileiro Belarmindo acompanhado por seu capanga -conhecido por Dudu- impedia que se retirasse areia do rio.Após várias ameaças,disparou covardemente dois tiros sobre a vítima.

O grileiro já tinha sido denunciado junto à Secretaria de Polícia Civil por tentativa de homicídio de posseiros.Na ocasião, a Secretaria de Polícia chegou a apreender algumas armas de Belarmindo,mas esta ocorrência não teve outras consequencias.

A impunidade e a falta de medidas efetivas por parte das autoridades policiais que protejam a vida dos trabalhadores trouxe mais violência e mais uma vítima.No dia 06 de fevereiro mais de setecentas pessoas acompanharam o sepultamento de Devanir em Raiz da Serra - Magé.Com cartazes os manifestantes exigem Justiça e Punição para o criminoso.

Cremos que o nosso Deus é a fonte da vida.Tudo o que destrói a vida e a dignidade humanas é abominável aos seus olhos.

A Comissão Pastoral da Terra(CPT/RJ) se solidariza com a família de Devanir em repúdio à violência,à grilagem e ao desrespeito à vida do povo.

pe.José Policarpo Silva
(p/Coordenação CPT/RJ)



Um grupo de moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga vem organizando os trabalhos artesanais, para ter uma renda mensal.

A maioria de nós é de pequenas artesãs que precisam gerar condições de manter a si e a seus filhos, apesar das dificuldades do mercado de trabalho.

Atualmente, participam desta atividade Rosilene, Nilza, Natá lia, Diana, Sonia, Déborah, Quitéria, Carlos e Eddy.

Só a organização da luta garante a vitória da vida.

Sonia.

Movimento Unido dos Camelôs



Hoje estou na Ocupação Chiquinha Gonzaga e sou do Movimento Unido dos Camelôs, o que ajudou muito, tanto pra mim, como para a luta pelos direitos de todos os trabalhadores desempregados que são vendedores ambulantes na rua; trabalhadores que lutam para sobreviver dentro deste sistema capitalista. Os trabalhadores resistem a todo instante a opressão do Prefeito César Maia que trata os camelôs como bandidos.

Maria de Lourdes.

E NA SELVA DE PEDRA ...

PARTE I

Tivemos chance de visitar, entre os dias 08 e 14 de março, algumas ocupações sem-teto no estado de São Paulo. Algumas delas mostraram exemplos bastante interessantes de funcionamento.

Conversamos também com algumas pessoas (os ditos militantes) que fazem parte da organização dos movimentos de luta por moradia e eles muito colaboraram com esta matéria.

Neste primeiro momento estaremos falando um pouco de dois dos movimentos que conhecemos e numa próxima edição falaremos das demais experiências que encontramos por lá.

Movimento de Moradia do Centro / SP

Moram cerca de 93 famílias na única ocupação que este movimento mantém. O prédio fica localizado bem no centro de São Paulo e já resiste há mais de sete anos.

Eles contam com uma coordenação composta por 17 pessoas, eleitas a cada três anos. As atividades da ocupação são cumpridas coletivamente. As comissões de limpeza, de portaria e de segurança são tiradas nas assembléias e o que é decidido deve ser cumprido. Aqueles que não conseguem se adaptar à base de acordo estabelecida são chamados pela coordenação para conversar e tem opção de aceitar o que o coletivo determina ou se retirar.

A ocupação conta com diversos projetos de incentivo de diferentes instancias governamentais, mas todos têm claro que devem lutar para fortalecer a autonomia do movimento, pois sabem que esses projetos podem desaparecer a qualquer momento, como é o caso do bolsa-aluguel e do locação social, projetos que já sofrem ameaças de corte.

Movimento Sem-Teto do Centro / SP

Acompanhamos uma reunião com os moradores de todas as ocupações que este movimento orienta (cerca de 6). Esta reunião permite que os ocupantes possam se encontrar e discutir problemas que atingem a todos, como por exemplo o caso da Reforma Urbana que está sendo planejada pelo governo federal e que [illegible] sabemos que não tem como objetivo favorecer a[illegible]to que realmente precisa de lugar pra morar.

O movimento reúne pessoas que necessitam de moradia em diferentes pontos da cidade de SP, nos chamados grupos de base; e conta ainda com grupos de jovens [illegible]de idosos que tem discussões especificas, como a questão das drogas e o estatuto do idoso.

O movimento faz parte de uma Frente de Luta por Moradia que conta com a participação de outras oito organizações. Hoje buscam unificar a luta, pois entendem que quanto mais unidos e organizados mais difícil será de serem derrotados na briga pelos seus direitos.

E a luta continua ...

Uma das coisas mais importantes que fizemos nesta viagem a São Paulo foi dar os primeiros passos para unificar nossas lutas nacionalmente.

Só assim poderemos mostrar as injustiças sociais que nos fazem sofrer e que, mesmo sem condições ideais, estamos nos organizando para garantir nossos direitos.

Renata.

Continua no próximo número deste jornal ...

Coletivo das Crianças

Sou Thaynã e vim morar na Ocupação Chiquinha Gonzaga um mês ou um mês e meio depois que ela aconteceu. Quando cheguei já existia o espaço das crianças que se chamava D.D.C. (Direito das Crianças), mas era muito desorganizado e tinha poucas crianças (Quênia, Alison, Iliada e Nabi). Eles se organizaram porque no prédio não tinha nada pra fazer e aí eles fizeram um manifesto gritando: Direito Das Crianças.



Assim começou a história.

Eu e meus irmãos (Thaís, Gabriel e João Paulo) chegamos e nos contaram tudo desde o começo quando as crianças começaram a se organizar. Antes era uma marcação dos adultos que não concordavam com as crianças. Um papel no corredor, era culpa das crianças / sujavam as paredes, era culpa das crianças / a salinha bagunçada, era culpa das crianças. Tudo eram as crianças, mas nós superamos. Nós saímos pelos corredores, pedimos dinheiro para nossas atividades, mas sempre faziam cara feia. Até que um dia, não tinha comida na cozinha e nem dinheiro para comprar alimentos e nós é que doamos o dinheiro que já tínhamos arrecadado. Aí, na hora de receber todo mundo faz cara boa na reunião.

Depois disso, pararam de nos perturbar, mas nos tomaram a sala e puseram coisas de pessoas de outra ocupação (que tinha sido despejada) e trancaram a sala sem nos consultar. Aí nós ficamos um bom tempo sem a sala. Quando voltamos, uma pessoa tentou nos manipular com reuniões e depois tomaram a sala de novo para botar uns livros. Aí entrou o Willame que nos disse "vamos falar com os adultos e pegar a chave de volta". Fomos a reunião falar sobre nossos direitos e conseguimos a sala de volta, agora só convidamos (adultos) Maria, João, Andréia e Julia para nos apoiar. Os outros adultos não!!! Daqui a pouco vão nos tomar a sala de novo e por isso nosso lema é: Fora os Adultos!!!

O coletivo das crianças é formado por: Thaynã, Willame, Gabriel, Thaís, Jonathan, Juliana e Jean.

Ocupação Chiquinha Gonzaga

CHEGOU!

A ORGANIZAÇÃO DOS SEM-TETO

MUTIRÃO

NÚMERO 1

SE MORAR É UM DIREITO, OCUPAR É UM DEVER!



Reuniões do Apoio do Movimento Sem-Teto
Todo domingo às 14h no salão de reuniões da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Contatos:
Renata - 91988174
Elaine - 87514502

EDITORIAL

Nós, trabalhadores urbanos sem-teto, continuamos resistindo, desde o dia 23 de julho de 2004 na Ocupação Chiquinha Gonzaga. Localizado na Rua Barão de São Félix, 110, o prédio estava abandonado há mais de 20 anos e, hoje, as melhorias no local são claras. Reformamos toda rede elétrica e hidráulica do prédio e nossos multirões de limpeza têm tornado o local habitável.

Nossa ocupação tem se organizado por comissões de trabalho que cuidam não somente da manutenção do prédio, mas que abrem canais de diálogo com outros movimentos, pensando formas de cooperação. A intenção é utilizar o prédio não só para moradia, mas também para implantar projetos culturais e sociais voltados para a comunidade em geral.

Nossas atividades são decididas por Assembléia, pois acreditamos que as decisões devem ser tomadas por todos aqueles que constróem a luta.

Entendemos o movimento sem-teto como o instrumento mais importante para a conquista do direito à moradia. Mas, nós, da Ocupação Chiquinha Gonzaga, sabemos que a luta é bem maior, e buscamos avançar na construção de ações unificadas com diferentes setores da sociedade.

Através deste jornal, pretendemos trocar experiências e fortalecer formas de resistência para o movimento. E, além disso, queremos romper com os preconceitos sociais que existem com relação aos sem-teto, mostrando que fazemos parte do povo trabalhador, e que, apesar das oportunidades não serem as mesmas para todos, estamos recriando formas de viver neste sistema injusto que não assegura ao povo o mínimo necessário para uma vida digna.

Acreditamos que um jornal popular, feito por nós e que seja a nossa voz gritando aos quatro cantos desta sociedade, nos ajudará a vencer mais essa luta por melhores condições de vida. Por isso, chamamos a todos os sem-teto interessados em se organizar junto com a gente a entrar em contato para participar de nossas atividades e ajudar a construir o próximo número deste jornal.

Vivemos em uma sociedade regida atualmente pelo sistema capitalista neoliberal. Este sistema se sustenta com a exploração da população que sofre com diversos problemas sociais como o desemprego, a falta de moradia, de acesso à saúde e a educação.

Sabemos que é preciso nos organizar para combater esse sistema. Por isso, hoje, uma parcela desta população que sofre com as injustiças sociais forma movimentos em defesa dos seus direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado. Surgem, assim, os movimentos dos sem-teto e dos sem-terra, sindicatos, movimento dos desempregados, entre outros.

A luta de cada movimento é de suma importância para a garantia dos seus direitos. Porém, acreditamos que, para melhor garantir a vitória dessas diversas lutas, devemos unir forças. Não devemos nos restringir a lutar por direitos que favoreçam apenas algumas minorias. A grande massa desta população explorada deve buscar uma luta unificada que garanta um maior comprometimento do Estado com o bem estar de todos.

Pensando nisto, a Ocupação Chiquinha Gonzaga, em seus oito meses de existência e resistência, vem procurando participar de diversas atividades junto com outros movimentos, outras ocupações, sindicatos (como o Sintrasef, SindisPrev, Sintuperj, SindisPetro e Senge). Dentre estas atividades estão: apoio à greve dos servidores técnicos administrativos da Uerj; manifestação com os petroleiros contra a privatização; participação no Encontro Estadual e na Marcha Nacional contra a Reforma Universitária; participação no Fórum Social Mundial e no Ato do Dia Internacional da Mulher; no seminário de formação sobre as reformas do governo Lula, promovido pelo Fórum Fluminense de Lutas; manifestação contra o imperialismo norte americano; campanha Contra ALCA; entre tantas outras.

Também recebemos apoio destas entidades desde o início da ocupação, através de doações de alimentos, roupas, financiamento para reformas, cursos de formação política, de informática e de reciclagem de lixo. Este apoio e a solidariedade política prestada foram fundamentais para a manutenção e o avanço do nosso movimento.



Este exemplo de apoio mútuo vem confirmar o fato de que precisamos nos unir na luta contra esse sistema injusto e em favor desta população que se encontra, em sua grande maioria, em situação de exploração.

Deinha.

NO PRÓXIMO NÚMERO: DEPOIMENTO DOS MORADORES DA CHIQUINHA GONZAGA NA LUTA SEMPRE!

LEMBRAMOS QUE O ESPAÇO PARA OUTRAS OCUPAÇÕES ESTÁ GARANTIDO. AINDA ESPERAMOS UMA RESPOSTA DA 17 MAIO; OLGA BENÁRIO; MÉM DE SÁ; VILA DA CONQUISTA; LARGO DA LAPA; ENTRE OUTRAS. ENTREM EM CONTATO!

MOVIMENTO SEM-TETO

Para que haja transformação social é preciso coragem para encarnar a luta pela libertação. Para isso, é indispensável a tomada de consciência - ela é a nossa arma, o nosso único instrumento para exigirmos nossos direitos como cidadãos - seres humanos.

A Ocupação Chiquinha Gonzaga é hoje mais que uma simples união de pessoas na luta pela moradia. Hoje somos uma célula que trabalha contra a opressão e a repressão da classe dominante. Ela se mantém no poder através da detenção dos meios de produção, tanto de conhecimento quanto dos bens e dos alimentos.

A proposta de estarmos na ocupação é que possamos contribuir para o desenvolvimento do coletivo e do movimento sem-teto.

Como a vida é uma troca, esperamos, através deste jornal, não só passar um pouco do que temos aprendido com esta experiência de ocupação, mas também queremos conhecer um pouco das vivências de outros companheiros para, a partir daí, podermos melhorar nossas formas de ação.

Moisa.

momento poético do Seu João (João Ângelo)

Vou fala para vocês
sobrê Chiquinha Gonzaga
já completamos seis meses
nesta luta tão pesada.

Se quizer nos apoiar
aceitamos de coração
e nada há de te faltar
e de Deus ganhará benção.

Lutamos, por nossos direitos
numa luta social
tentando ganhar respeito
dos que se diz maioral.

Devido a renda ser pouca
não sobra pro aluguel
se pagar, fica na forca
se amargando como fél.

Os maiorais esquecem
que os pobres estão sofrendo
ou acham que não merecem
a fartura que eles estão tendo.

Em nome deste povão
dos idosos e das criança
pedimos mais atenção
pra que a paz, eles alcança.

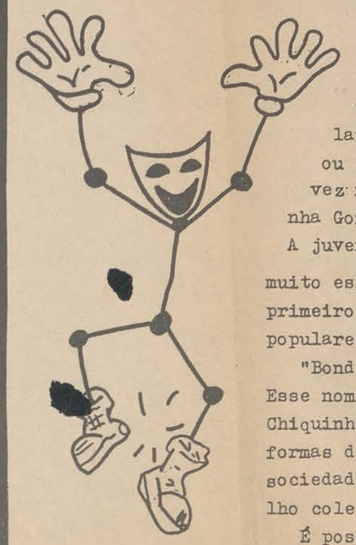
A você bravo guerreiro
pedimo que lute, com valor
por este povo oprimido
este povo sofredor.

Chiquinha Gonzaga agradece
a você bravo guerreiro
e juntando nossas forças
nós seremos o primeiro.

(Obrigado).

Bonde dos Sem Futuro

Apresenta



Numa sociedade onde a burguesia, os ricos, tomam conta de todos os meios de comunicação e arte, a esperança de construir uma arte popular, feita puramente por trabalhadores ou filhos destes, tem diminuido cada vez mais, porém não na Ocupação Chiquinha Gonzaga.

A juventude da Chiquinha conseguiu, com muito esforço e poucos recursos, montar o primeiro coletivo de teatro de movimentos populares.

"Bonde dos Sem Futuro Produções", sim. Esse nome foi dado por toda a juventude da Chiquinha Gonzaga, para denunciar todas as formas de repressão e as contradições dessa sociedade que renega qualquer tipo de trabalho coletivo.

É possível construir uma forma de canalizar a juventude sem futuro para a arte popular e o trabalho coletivo de ajuda ao próximo. É isto que o Bonde Sem Futuro vem confirmar.

"Enquanto houver burguesia
não vai haver poesia."



Entre em contato conosco:
Coletivo Bonde dos Sem Futuro
Tuchu - 88797738

Oficina: terças e quintas às 18 horas.

RECICLANDO AS IDÉIAS



"Ô ABRE ALAS QUE EU QUERO MORAR
EU SOU DA LUTA NÃO POSSO NEGAR"

VERSÃO: MACIEL
MÚSICA: CHIQUINHA GONZAGA

A idéia do coletivo de reciclagem foi impulsionada pelo fato da Ocupação Chiquinha Gonzaga possuir um bom número de pessoas que viviam nas ruas. Logo que chegamos, esta proposta de traba lho com reciclagem foi aprovada em assembléia. Um projeto que prevê o aproveitamento de materiais recicláveis, tendo como objetivo a geração de renda para viabilizar o sustento das pessoas inseridas no movimento sem-teto.

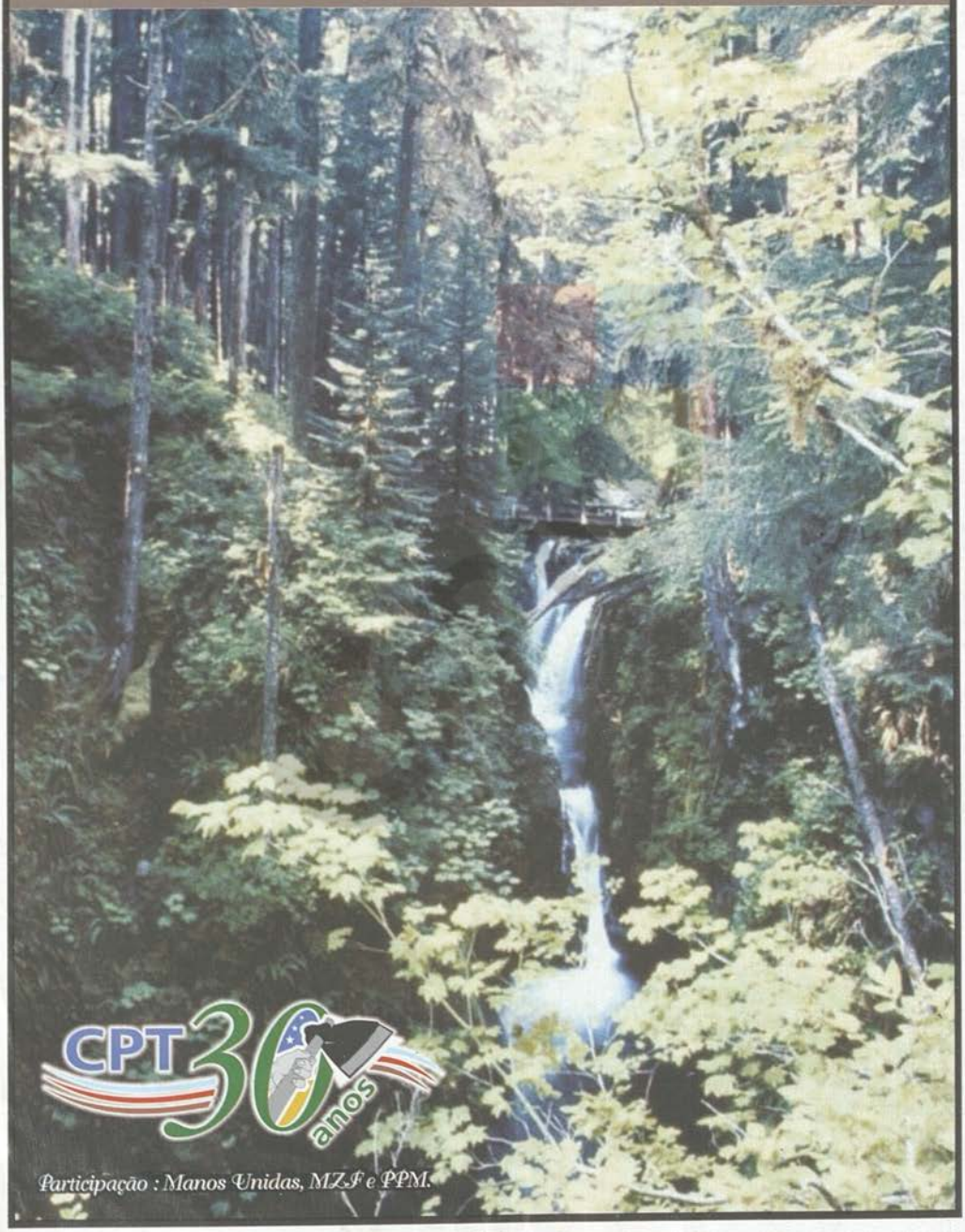
Haverá um instrutor entre nós, auxiliando na prensagem do material coletado em diversos locais.

A reciclagem é fundamental para preservação do meio ambiente. No entanto, a prefeitura dificulta o trabalho dos catadores, tornando o lixo monopólio da Comlurb. Isto gera um desperdício anual de 600.000.000, segundo o Prof. Macio Magera, do Instituto de Sociologia da Unicamp.

Aqui vai o meu grito de protesto: Aos abutres da coisa pública, destituir o teu cargo de ti, inclusive a carniça, sem a qual tu não vives.

Maciel e Sebastião.

UMA NOVA CONVIVÊNCIA COM O PLANETA



CPT 30 anos

Participação : Manos Unidas, MZF e PPM.

Uma Nova Convivência com o Planeta

Por ocasião da Semana da Árvore e da Semana Ecológica do ano de 2004.

Conhecer todos os bens naturais, principalmente os mais próximos onde você vive: água, floresta e cuidar deles com carinho.

Conhecer os alimentos que você consome e as fontes onde eles são cultivados.

Alimentar-se o quanto possível de alimentos naturais.

Praticar terapias naturais: exercícios, tomar chás, fazer meditação...

Não praticar e admitir os desmatamentos e as queimadas criminosos.

Reciclar o lixo produzido para que ele não acumule na terra e nas águas, poluindo-as.

Combater sem trégua a aplicação de produtos venenosos em alimentos, na terra e nas águas.

Promover reflorestamento com mudas nativas, frutíferas e plantas medicinais.

Lutar contra a privatização das águas, para que elas continuem livres para todos e todas; e seja garantida como um direito humano.

Ser solidário aos que lutam por uma Reforma Agrária justa contra o latifúndio e a monocultura que por sua vez destrói a terra, as águas e violam os direitos sociais.

Reconhecer os direitos dos índios e dos negros de ter suas terras inclusive a preservação de seus costumes próprios.

E por fim: defender a vida em 1º. Lugar, inclusive o direito que o ambiente tem de viver em toda sua plenitude.

CPT-ES/RJ – Equipe de Campos dos Goytacazes – RJ.



DAI
GRAÇAS
AO
SENHOR
POIS
ELE
É
BOM!

A minha alma exulta em Deus meu Salvador
porque me chamou:

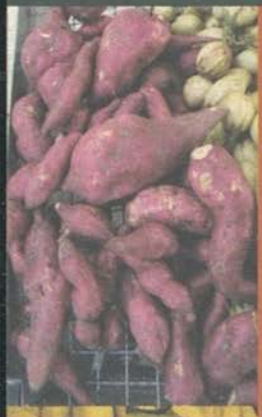
- a uma vocação de comunhão
- a ser semente de esperança no meio de seu povo
- a ser toda de Deus e do próximo.

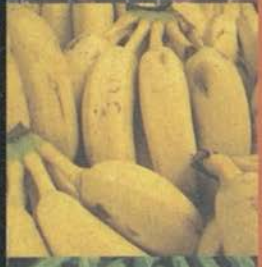
O Senhor é bom, eterno é seu amor:
sempre me acompanhou com sua força e sua ternura!

associação feira da roça
• NOVA IGUAÇU •

Feira da Roça de Nova Iguaçu

Fortalecendo a agricultura familiar do município







Tem aipim, quiabo, jiló e todo tipo de verdura. Tem banana, jaca, jenipapo e jambo. Tem sucos, bolos, tapioca e até artesanato. Tem tudo isso e muito mais. Venha prestigiar os produtos saborosos e saudáveis produzidos na própria região.

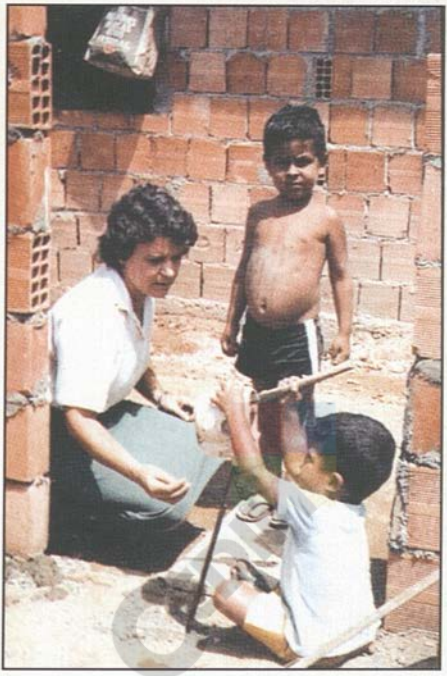
A Feira da Roça de Nova Iguaçu é a expressão da agricultura familiar do município. Todas as quartas-feiras, das 8h às 17h, agricultoras e agricultores se reúnem na Praça Rui Barbosa para vender os produtos que tiram da própria terra. A feira busca resgatar alimentos, gostos e hábitos do nosso lugar.

A Baixada Fluminense é uma das áreas mais urbanizadas do Brasil. Ainda assim, aqui possuímos áreas verdes onde mulheres e homens vêm semeando agricultura, fazendo das roças uma alternativa de geração de renda e de produção de alimentos para as famílias do campo e para a população da cidade.

Feira da Roça de Nova Iguaçu
Praça Rui Barbosa
Todas as quartas-feiras das 8h às 17h

Apoio: Semeando Agroecologia, AS-PTA, CPT, Diocese de Nova Iguaçu

Patrocínio: PETROBRAS Desenvolvimento & Cidadania, PETROBRAS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Governo Federal Brasil País Rico é País sem Pobreza



A Irmã Filomena Lopes Filha alimentou o sonho de moradia de famílias no bairro da Viga.

"Ir. Filó",
Religiosa Consagrada
na Congregação das
Irmãs Franciscanas
de Bonlanden - IESA

De todas as criaturas, o ser humano é o único que tem o privilégio de sonhar.

Alguns aliam seus pequenos sonhos ao grande sonho de Deus para com seu povo. Compartilham dos sonhos dos outros como se fossem seus.

Assim foi a Ir. Filomena que, buscando realizar sonhos, apostou tudo, até mesmo sua própria vida.

☆ 23/05/1946

✞ 07/06/1990

Tel.: (21) 2667-8043 - 2767-1705

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX· POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL· (021) 285·6840

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE PREPARAÇÃO DA ASSEMBLÉIA REGIONAL DA CPT/RJ
REALIZADA EM 21.04.89 POR Policarpo, Geraldo, Dyrce e Maria

Foi consenso do grupo em assembléia deveria ser um grande encontro das pessoas que trabalham na CPT, desta vez não vamos convidar todas entidades, apenas aquelas que tem um trabalho afim.

Fazer um convite a todos os Bispos que apoiam a CPT, inclusive o Bispo Metodista.

Existe ambiguidade na regiemento interno da CPT, quanto ao nº de participantes na Assembléia Regional, ficando assim enviar propostas sobre este artigo para o colegiado decidir.

Ficou também para o colegiado decidir quem irá para Assembléia Nacional, já que esta seria uma tarefa da Assembléia Regional.

Ficou também para este colegiado legetimar a área de barragem.

Ficou decidido que deve haver um critério para participação dos trabalhadores na Assembléia, sua presença deve ser mais de assessoria, pois são estas pessoas com quem trabalhamos.

As entidades a serem convidadas são estas:

CERIS, PET, CUT, as CPTs da região centro e um representante do MST Nacional.

Os bispos a serem contactados pelos os coordenadores a serem presidente da CPT são os seguintes pela ordem:

D. Valdir, d. Vital, d. Clemente, d. Mauro e Paulo Lockiman (metodista)

Foi recomendado que seja feita uma avaliação da coordenação e que a mesma seja extensiva as áreas.

Chegamos a conclusão que deveria haver mudanças no estatuto dos artigos que se referem a participação das áreas na Assembléia, bem como no artigo que se refere a coordenção, deve ser coordenador e vice-coordenador.

A outra proposta apresentada pelo o grupo são as seguintes:

Área que tem 1 a 2 equipes mandar 2 pessoas, que tem 3 a 4 equipes manda 4 pessoas

A outra é que devemos seguir os crítérios do Nacional, que seria 5 representantes por área.

Foi consenso que todas as áreas deveria mandar 3 lavradores dentro dos critérios adotados pelo colegiado.

A áreas são:

Itaguaí, Cachoeiras, Valença, N. Friburgo, Petrópolis, Vota Redonda, N. Iguaçu e Barragens.

Itaguaí 4 equipes: Parati, Itaguaí , Angra dos Reis e Mangaratiba

Valeça 4 equipes: Vassoras, Valença, Além Paraíba, Sapucaia
N. Iguaçu 4 equipes: Paracambi, Vila de Cava, Campo Alegre, Pedra Lisa e Paes Leme
Volta Redonda 2 equipes: Rio Claro e Piraí
Precisamos de organizar algumas equipes que vão trabalhar na Asembléia:
Liturgia - Animação - Organização - Recepção - Secretaria, já foram indicados para secretaria: Atelisa e Helena
Solicitamos das áreas que organizem um cronograma com os dados do município onde tem assentamentos e trabalho da equipe se possível um painel com fotos do trabalho e com quem trabalha.
Obs.: Art. 10 parágrafo 1º - discutir a composição dos representantes das áreas proporcional por nº de equipe por área.
a) Estão estabelecido as áreas, não está estabelecido o nº proporcional por comparação com o Nacional que tem 5 represente por Regional, o nosso regional teria 5 representantes por área.
b) Fiacaria injusto e confuso se assim não fosse, pois as áreas de equipes menores seriam sufocadas, no momento das votações, pelas maiores.
c) O que é entedido por participação?
São os convidado sem vom voz e sem voto, mesmo assim terá que ser dito por cada equipe quantos virão. Não pode ser o nº exagerado gera problema de despesa.

Foi dado a sugestão de comprar os livretos de cânticos da Diocese de V. Redonda paser usado na Assembléia.

CEDIM

ENCONTRO DE PREPARAÇÃO DO GRANDE REGIONAL CENTRO DA CPT PARA A ASSEMBLÉIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. BELO HORIZONTE: 17-19/07/90.

Iniciamos o nosso Encontro com a presença do Coordenador do Grande Regional Centro da CPT e dos companheiros dos Estados do Rio de janeiro, Minas Gerais, Goiás Centro-Sul e Espírito Santo

Na caminhada da CPT, a reflexão bíblica tem sido o fundamento e o estímulo para sua ação. Por isso mesmo foi proposto refletir sobre o trecho de Lucas 6, 46-49:

> *"Por que vocês me chamam: 'Senhor! Senhor!', e não fazem o que eu digo?. Vou mostrar a vocês com quem se parece todo aquele que ouve as minhas palavras e as põe em prática. É semelhante a um homem que construiu uma casa: cavou fundo e colocou o alicerce sobre a rocha. Veio a enchente, a enxurrada bateu contra a casa, mas não conseguiu derrubá-la, porque estava bem construída. Aquele que ouve e não põe em prática, é semelhante a um homem que construiu uma casa sobre a terra, sem alicerce. A enxurrada bateu contra a casa, e ela imediatamente desabou; e foi grande a ruína dessa casa".*

Depois das diversas colocações dos companheiros sobre o trecho acima citado, passamos a fazer a programação para os três dias que iríamos passar juntos. E combinamos que cada dia seria um regional que iria coordenar os trabalhos. O trabalho de secretaria ficou com o pessoal do Espírito Santo.

Iniciamos, pois, com um trabalho em grupos, tentando fazer uma avaliação de nossa prática de CPT nos diversos regionais que integram o Grande Regional Centro da CPT.

A riqueza do plenário estava quase que garantida, pois muita coisa está sendo realizada pelas nossas Equipes de agentes. O pessoal do Rio ficou um pouco mais restrito aos documentos que haviam chegado no regional para preparar a Assembléia Nacional Extraordinária. Eles colocaram que desde a chegada dos primeiros documentos houve uma preocupação muito séria em relação à Assembléia Nacional. Lembraram, também, que no Encontro sobre Sindicalismo ocorrido em Belo Horizonte alguns meses atrás, apareceu no finalzinho a preocupação sobre a situação da CPT. Nesse intervalo aconteceram mais dois Encontros.

E foi apartir dessas preocupações que se deram os primeiros Encontros preparatórios para a Assembléia Regional Extraordinária do Regional do Rio de janeiro.

Nos dias 14 e 15.07.90 aconteceu a Assembléia Regional do Rio de Janeiro. A conclusão a que chegou essa assembléia foi de que nos documentos não foi o suficientemente aprofundado a questão da sociedade civil.

O Rio entende que o Termo de Acordo deve ser renegociado e envia algumas sugestões para a Assembléia Nacional Extraordinária. Eles acham que o principal entrave é o Ecumenismo. O rio envia também sugestões de proposta de alteração nos Estatutos Sociais da CPT. Os companheiros frisaram que tiveram muitas dificuldades em conseguir um mínimo de informações para poderem discutir.

Goiás Centro-Sul relata a discussão no grupo e começa frisando que o entendimento para a realização da Assembléia Nacional Extraordinária era o de homologar o que já foi discutido na anterior Assembléia Nacional da CPT.

O Regional de Goiás não tem os problemas que outros regionais têm em relação ao Ecumenismo. Eles dizem, ainda, que se percebe que a CPT não consegue digerir e nem encaminhar a questão do Ecumenismo. A Assembléia Extraordinária deveria garantir um acordo com a CNBB-CPT. Nesse meio tempo surgem alguns estrangulamentos na preparação da Assembléia Nacional Extraordinária.

Em relação à prática dos companheiros de Goiás, é colocado que eles têm um papel de assessoria junto ao movimento sindical e ao Movimento Sem-Terra. Isso exige uma especialização da CPT. Precisamos saber mais de Associativismo, Cooperativismo, Política Agrícola, etc.

A Ação Pastoral dentro da Igreja também exige de nós um posicionamento. A Igreja Católica, historicamente, foi o carro-chefe da ação pastoral. Mas, como conseguir fazer que a ação da Igreja seja ou esteja voltada para o favorecimento das camadas mais pobres, dos trabalhadores? Esse é um estrangulamento (pastoral) da CPT.

Definindo-se como entidade de serviço pastoral, ela é ecumênica. Portanto não podemos esperar quebrar o vínculo com a Igreja Católica. Ela é mais Universal do que as outras Igrejas.

A convivência em nossa ação é o importante, "forçar por cima é perda de tempo" (sic).

Em termos de dioceses temos alguns problemas com os bispos. Sentimos que estamos muito perto da luta econômica e política dos trabalhadores. Precisaríamos levar mais em consideração a questão eclesial da CPT.

Os companheiros de Minas Gerais relatam o fruto do trabalho no grupo. Em princípio, MG também tinha o mesmo entendimento que GO.

Minas estava mais preocupada com a estrutura, com o rosto da CPT no Regional. A preocupação era mais "ad intra".

Colocam que existem bispos que torcem para a CPT definir-se como sociedade civil dentro ou fora da CNBB.

Minas acaba de sair de sua Assembléia Regional. A preocupação deles era descobrir o rosto da CPT. Conseguiu-se deixar de ser "secretarias" de outras entidades tipo CUT, PT, MST.

Ficaram alguns desafios para a CPT-MG:

1. Trabalho de base
2. Política Econômica (Grandes Projetos)
3. Necessidade de descentralização.

Os companheiros do Espírito Santo elencaram uma série de problemas:

1. Relação com a Igreja
2. Relação com as entidades
3. Preparação da CPT
4. Metodologia de trabalho.

A relação com o conjunto da Igreja não é das melhores. Aí surge a pergunta: como enfrentar isso apartir do Termo de Acordo?

A proposta da Igreja não é avançada. Não existe mais proposta de Pastoral de Conjunto.

Em relação a outras entidades e ao MST temos algumas restrições no que se refere ao trabalho concreto do dia-a-dia. Como desafio podemos colocar a formação dos agentes.

Depois dessa rápida passada sobre a valiação de nossa prática nos diversos regionais do Centro, passamos a trabalhar de novo nos grupos sobre a seguinte pergunta:

1º- O que estamos fazendo na prática em favor dos trabalhadores?
2º- Como melhorar essa prática?

O Espírito Santo abriu a rodada sobre a prática em favor dos trabalhadores. Os companheiros colocaram que estão trabalhando em vários níveis:

1. Acompanhamento nos Assentamentos
2. Encontros de Sindicalistas
3. Levantamento da realidade
4. Acompanhamento ao Movimento das Mulheres Trab. Rurais.

Coloca-se que o trabalho está sendo bastante limitado por causa da falta de pessoal que acompanhe mais de perto. A demanda é grande. Os agentes são muito solicitados. Constata-se a necessidade e a urgência dos trabalhos que acabam nos superando.

A própria formação dos agentes fica prejudicada por esse fato. Precisamos investir mais na área de formação. O trabalho com outras entidades é fundamental assim como com as outras Igrejas.

Faltam-nos pessoal e meios. As áreas são grandes e os agentes puocos.

O trabalho acaba sendo elitizado. Assim , a Equipe acaba distanciando-se da base. Sente-se a necessidade de ter uma maior comunicação em nível de trabalhadores rurais.

Rio de janeiro diz que nos últimos tempos houve algumas mudanças. Aumentou a sub-divisão nas pequenas propriedades. A SEAG-RJ não consegue responder às demandas. Modifica-se a própria cultura para plantar em favor da industrialização da região.

A Equipe do Rio trabalha nos assentamentos (antigas ocupações não organizadas). As áreas são muito pequenas. Trabalha-se com posseiros, pesquisam os assalariados, trabalham junto aos sindicatos e ao Partido.

No trabalho, leva-se em conta a diversidade conjuntural. As características são muito diversas. As dioceses nem sempre ajudam. Acompanha-se também o Departamento Rural da CUT, a Comissão de Assentados estadual e a formação de lideranças.

Em termos pastorais existem dois níveis: Católicos e Ecumênicos. Cria-se um novo Ecumenismo apartir do referencial que se constitue nos assentamentos.

Em termos sociais existe uma ação e uma ajuda conjunta nas diversas lutas tentando resgatar a dignidade das pessoas.

Em termos de política trabalhamos ajudando a entender os mecanismos de exploração das diversas entidades governamentais, o papel do Estado, da CPT, do Sindicato.....

Incentivamos e acompanhamos os trabalhadores para uma maior e melhor autonomia das organizações dos mesmos e assim eles construirem o seu poder.

Trabalhamos com lideranças diferenciadas. Assessoramos outros tipos de destacadas lideranças: CUT, Coordenação dos Assentados, etc.

Como melhorar? Aprimorando os nossos conhecimentos. Estudando as dificuldades ecumênicas e tentando superá-las como entidade.

Os companheiros de Minas Gerais trouxeram para o Plenário o trabalho do grupo. Em Minas as regiões variam muito. Predomina o "atoleiro" dos agentes. A discussão gira em torno do "sujeito - objeto". Os agentes de Minas Gerais estão num processo de reflexão diante de tudo o que está se fazendo.

Os agentes mineiros estão supercarregados. Assim, perde-se a dimensão de si mesmos. O agente da CPT tem paixão pela terra.

O Regional de Goiás diz que estamos sendo desafiados pelo novo modelo econômico que está se implantando no Estado. A Equipe de CPT-GO tem pessoas indicadas para cada nível e para cada trabalho.

Eles têm o boletim "O Plantador", que é quinzenal. Têm 5 (cinco) trabalhadores liberados para trabalhos específicos. Existem reuniões conjuntas com esses companheiros. Cada pessoa da Equipe acompanha 2 (duas) dioceses do interior.

A formação da-se dentro da mística dos próprios trabalhadores na base. Ela não se desliga do processo de transformação.

Depois dessas ricas colocações no plenário, fizemos algumas considerações e comentários sobre alguns fatos que revelam a submissão do povo às estruturas. De fato, quando os trabalhadores ganham o STR, perguntam à CPT: " e agora, o quê fazer?

A seguir, verificamos as mudanças que estão ocorrendo no campo. Elas estão sendo processadas muito rapidamente via Grandes Projetos e Indústrias. Cria-se, assim, um enorme contingente de assalariados. Por isso há dificuldades em adequar o discurso com os novos tempos.

A heterogeneidade do campesinato no Brasil é grande. E a CPT nem sempre leva isso em conta. A CPT especializou-se em denunciar os conflitos e as violências em nível nacional e internacional.

Preocupamo-nos com os dados e não com a prática que perpassa esses dados, essas estatísticas. Preparamos gente no passado que hoje estão na CUT, no PT, nos STRs,etc.

Trabalhar as realidades dos diversos camponeses é muito difícil. Precisamos trabalhar os dados científicos e popularizá-los, por exemplo os gastos com os Grandes Projetos que não foram colocados a serviço da Reforma Agrária e dos trabalhadores e pequenos proprietários. Continua sendo para nós, todos, um desafio o trabalho de base e o trabalho com lideranças.

O Grupo sugere, então, discutir especificamente a questão PASTORAL dentro da CPT. Colocamos a concepção e a prática de Pastoral que a Igreja e a CPT estão tendo.

O acompanhamento sindical, aos sem-terras,etc, não é perpassado pelo Pastoral? Ou o Pastoral fica restrito a ritos, reflexões bíblicas, celebrações?, prática ésta própria das Igrejas?.

Fazemos uma leitura bíblica da Terra?. A reflexão dentro da Igreja ficou estagnada. Foi a CPT que avançou nesse sentido. É a releitura bíblica apartir da terra e dos camponeses que é a inovação que a CPT traz e que incomoda as estruturas e às hierarquias eclesiais.

O termo (conceito) Pastoral é concomitante à Igreja Católica, identifica-se com ela. O conceito de Pastoral da Igreja Católica é a ação que visa implan-- tar ou difundir núcleos católicos.

A CPT não faz isso. Ela se situa e se coloca como ação cristã e não como Católica. Daí surge o embate com a Igreja Católica que estamos vivendo. Hoje, a ação da CPT vai além das reflexões e leituras bíblicas sobre os problemas da terra, que já fizemos muito no passado. No nosso trabalho (pastoral e político) devemos estar atentos à mística dos trabalhadores. O nosso trabalho é de motivação profunda, de paixão na luta pela terra.

A mística é concretizada e mediatizada através de elementos religiosos. A Pastoral é entendida como ação sacramental ou como fé motivadora que impulsiona a luta?. O problema está na prática pastoral que está imbuida de uma concepção diferente dentro da Igreja e dentro da CPT. No fundo é uma questão de controle e de poder.

A pastoral da CPT escapa aos parâmetros da hierarquia. Nesse sentido, a relação com a Igreja vai ser (será) conflitante.

Tem, também, a questão jurídica e legal presente nisso tudo (Estatutos, Regimento) que não interessa muito para o povo. Interessa nos desgastar com essas questões legais?.

A CPT tem uma ação específica: O PASTORAL. O que muda as estruturas são os gestos. Nesse sentido, a CPT é profética. Ela relê os gestos e começa a mudar e estrutura existente. E a celebração são gestos concretos.

Fé e Religião são duas coisas diferentes. Fé é crença. Religião é a expressão ritual dessa fé. A experiência de fé deve ser sistematizada e resgatada pela CPT. Mas, como sistematizar toda essa riqueza?

O segundo dia de nosso Encontro foi dedicado ao estudo e análise dos Documentos enviados pela CPT Nacional aos regionais para análise e estudo. Vitório fez um pouco de história dos documentos e daí partimos de novo para estudo nos grupos nos dividindo da seguinte maneira: dois grupos iriam ficar com os documentos enviados por leigos sobre a CPT e o terceiro grupo iria estudar os textos elaborados pela ala eclesial.

Grupo 1: José de Souza Martins e João Pedro Stédile.
Grupo 2: Cláudio Perani, José Vicente e Maria Helena
Grupo 3: Frei Beto, Eduardo Hooaernert e José Comblin

O plenário do trabalho em grupos foi o seguinte:

G R U P O I:

O Zé Martins faz uma crítica aos agentes que vão ao povo com uma determinada ideologia já formada. O texto ajuda-nos a entender os desafios e a entender o papel da CPT.

Hoje temos desafios a serem superados e não "crise". O texto nos ajuda a nos recolocar histórica e politicamente hoje. A CPT deve ser fermento dos diversos movimentos sociais.

A CPT é um grupo de mediação e, como tal, esse grupo tem um determinado projeto histórico em mente. A CPT deverá refletir sobre o seu papel histórico como grupo de mediação

O texto do João Pedro nos ajuda a levantar dois desafios que a CPT tem:
1º- O novo caráter da luta pela Terra
2º- A questão da violência.

G R U P O II:

O grupo 2 inicia se perguntando sobre quais são os critérios de petição das "colaborações".

Constata que o trabalho jornalístico da CPT é bom. O Cláudio Perani coloca alguns desafios:

1º- Trabalho direto com o quotidiano
2º- Ideologização do trabalho
3º- Qual o trabalho de "massas" da CPT?

A diversificação das categorias no campo exige respostas diversificadas. O José Vicente Tavares dá algumas dicas sobre os desafios da CPT e o trabalho a ser feito pela mesma.

G R U P O III:

O Frei Beto é superconfuso. Na Pastoral da Comissão da Terra ele levanta algumas dúvidas sobre a participação dos cristãos. Num segundo momento faz algumas considerações sobre o trabalho da CPT. No ítem 3 ele entende a CPT como "movimento" e como "instituição".

Beto parte da compreensão de que a CPT é um "movimento camponês" e daí o referencial nas questões de "direção" e "manutenção".

O Comblin levanta os desafios que aparecem uma vez que os trabalhadores rurais conquistam a terra, se faz o assentamento e ninguém os acompanha mais.

O Eduardo Hoornaert fala sobre a religião do povo e coloca duas coisas:
1ª-Autonomia Relativa
2ª- Romarias da terra.

O Milton Schwantes faz uma reflexão muito apressada e coloca alguns ítens a serem repensados:

1º- Cosmovisão Camponesa
2º- Mística da Terra
3º- Ecumenismo
4º- Terra na Bíblia.

O Pastor W. Fucks inicia fazendo uma releitura do Salmo 110: "O nobre é o Rei". É importante o espaço de poder dentro da Igreja. Não podemos deixá-lo.

A seguir, o grupo começou a fazer alguns comentários sobre as diversas exposições dos diversos grupos. Lá vão eles:

Constatamos que aparecem conflitos entre os Movimentos Sociais e a Igreja. Nós, da CPT, somos Pastoral. Isso tem que ficar muito claro. É necessário a CPT compreender a natureza dos Movimentos Sociais nas suas relações com o Estado, com o Partido. Sem isso não entenderemos e não contribuiremos no avanço da mudança das estruturas e da sociedade.

Nessas contribuições todas existem algumas provocações positivas. Constatamos que o papel do Estado está mudando rapidamente e isso traz sérias consequências para nós.

Qual o nosso papel neste momento?. Nós não podemos e nem devemos perder o nosso caráter Pastoral. E como conciliar esse caráter com a estrutura hierárquica da Igreja Católica?

A luta no Campo acontece independentemente dos grupos mediadores? Temos duas vertentes:

1ª- Qual a posição entre CPT-CNBB ("posição tática")
2ª- Quais os desafios que a CPT precisa encarar hoje?

Temos que discutir é o respaldo que a CNBB nos garante para continuar oferecendo um trabalho pastoral aos trabalhadores rurais. "*Todas as vezes que se estabelecem códigos e leis, se param ou detêm os processos históricos*" A compreensão de Deus é dinâmica e não estática.

À tarde fizemos uma recapitulação do que apareceu no dia anterior e na manhã deste dia. Colocamos que apareceram algumas idéias chaves:

1ª- Como continuar fazendo hoje a luta pela terra? E a resposta a outros movimentos sociais no campo.
2ª- Quais formas criativas a CPT deverá usar para continuar a luta pela terra?
3ª- Qual a relação com a CNBB?, o espaço eclesial, a relação com a hierarquia?.....

Surge, então, a pergunta de como iremos trabalhar à tarde. Constatamos que estas idéias que apareceram e foram colocadas vão praticamente juntas e que todas estas questões precisam de um aprofundamento maior.

Qual o entendimento do Pastoral na ação da CPT? Em primeiro lugar devemos definir e dizer que a CPT é um grupo de mediação na luta dos trabalhadores que historicamente vem não para executar um mediação que já tem um Projeto, mas que o irá construir junto aos trabalhadores (fermento na massa).

Se não temos pré-determinismos isso tem algumas consequências = ação voluntarista e amadora. Sendo a elite a nossa origem já temos um pensamento pré-determinado, e isso acontece também com os Partidos.. Isso atrapakha nossa ação.

Então, vamos privilegiar uma atenção aos movimentos sociais que aparecem no campo (centrais sindicais...) e vamos nos devincular deles, ou não?

A questão Pastoral é fundamental se descermos aos trabalhadores. Nosso futuro depende do trabalho junto aos trabalhadores rurais. A CPT é serva (Fucks). Qual a mística da ação revolucionária? Esse é um dos papéis da CPT junto aos dirigentes sindicais.

Quando falamos em voltar à base (palavra de ordem de muitos movimentos e partidos) não estamos dizendo em repetir a metodologia do passado. O movimento social não é capaz de dar respostas convincentes à massa. O problema nosso é fazer um bom trabalho de base de forma eficiente e não conseguimos atingir a massa. O agravante é que as categorias no campo estão mudando rapidamente, estão se dinamizando e se diversificando.

Nós somos Pastoral, mas qual Pastoral?,a de uma Igreja Particular?. Existem lideranças que saíram das CEBs, entraram nos movimentos sociais e políticos e hoje estão procurando uma mística. Hoje, as CEBs estão se elitizando e não estão atingindo o povo, a massa.

O militante tem a sua mística. Mas, qual a nossa?. É importante estarmos atentos às motivações que nos ajudam a levar em frente a luta. *"Voltar para as bases"*. Devemos fazê-lo de uma forma diferente:

- Assessoria específica: associações, negociações, dessídios coletivos,...

A atuação no "concreto" é esencial. É preciso o inserimento nas lutas específicas dos trabalhadores.

Quais as experiências ricas e positivas que estão acontecendo no Brasil? Esse trabalho de recolhê-las seria da CPT Nacional. Existem trabalhos e experiências muito válidos em termos de Saúde, Educação, Assentamentos,etc.

Como a CPT faz o povo se apaixonar pela Terra? Esse é um dos nossos maiores desafios.

E para finalizar o trabalho do dia, fizemos a leitura dos Documentos anexados pela CPT Nacional e que são propostas para a Assembléia os referendar ou não.

No último dia de nosso Encontro nos reunimos para fazer a leitura de João 17,1-26:

> *Depois de falar essas coisas, Jesus ergueu os olhos ao céu e disse: "Pai, chegou a hora. Glorifica o teu Filho, para que o Filho glorifique a ti, pois lhe deste poder sobre todos os homens, para que ele dê a vida eterna a todos aqueles que lhe deste. Ora, a vida eterna é esta: que eles conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e aquele que tu enviaste, Jesus Cristo.*
>
> *Eu te glorifiquei na terra, completei a obra que me deste para fazer. E agora, Pai, glorifica-me junto a ti, com a glória que eu tinha junto de ti antes que o mundo existisse!"*
>
> *Eu manifestei teu nome aos homens que me deste do meio do mundo. Eles eram teus e tu os deste a mim, e eles guardaram a tua palavra. Agora eles conhecem que tudo o que me deste provém de ti, e que as palavras que eu lhes dei são quelas que tu me deste. Eles as receberam, e conheceram verdadeiramente que eu saí de junto de ti, e acreditaram que tu me enviaste. Eu peço por eles. Não peço pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus. E tudo o que é meu é teu, e tudo o que é teu é meu, e assim sou glorificado neles. Eu já não estou no mundo. Eles permanecem no mundo, enquanto eu vou para junto de ti.*
>
> *Pai santo, guarda-os em teu nome, o nome que tu me deste, para que eles sejam um, assim como nós somos um.*
>
> *Quando eu estava com eles, eu os guardava em teu nome, o nome que tu me deste. Eu os protegi e nenhum deles se perdeu, a não ser o filho da perdição, para que se cumprisse a Escritura. Agora eu vou para junto de ti. Entretanto, continuo a dizer essas coisas neste mundo, para que eles possuam toda a minha alegria. Eu dei a eles a tua palavra, e o mundo os odiou, porque eles não pertencem ao mundo, como eu não pertenço ao mundo.*
>
> *Não peço para tirá-los do mundo, mas para guardá-los do Maligno. Eles não pertencem ao mundo, como eu não pertenço ao mundo. Consagra-os com a verdade: a verdade é a tua palavra. Assim como tu me enviaste ao mundo, eu também*

os envio ao mundo. Em favor deles eu me consagro, a fim de que também eles sejam consagrados com a verdade!

"Eu não te peço só por estes, mas também por aqueles que vão acreditar em mim por causa da palavra deles, para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste. Eu mesmo dei a eles a glória que tu me deste, para que eles sejam um, como nós somos um. Eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade, e para que o mundo reconheça que tu me enviaste e que os amaste, como amaste a mim.

Pai, aqueles que tu me deste, eu quero que eles estejam comigo onde eu estiver, para que eles contemplem a minha glória que tu me deste, pois me amaste antes da criação do mundo.

Pai justo, o mundo não te reconheceu, mas eu te reconheci. Estes também reconheceram que tu me enviaste. E eu tornei o teu nome conhecido para eles. E continuarei a torná-lo conhecido, para que o amor com que me amaste esteja neles, e eu mesmo esteja neles!"

Apartir dessa leitura, os companheiros fizeram algumas reflexões e breves comentários: o quê motiva e dá alegria dentro da CPT?

Depois disso, Vitório fez uma breve esplanação histórica do Termo de Acordo entre a CNBB-CPT

Reconhecemos que o conflito no Nordeste foi o estopim que fez acelerar o processo de revisão do acordo CNBB-CPT. Para a CPT estava tudo pacífico, não sendo assim para a CNBB.

Na Assembléia de 1989, a CNBB envia à Assembléia um Estatuto Canônico para ser aprovado. A Assembléia não o aprovou e fez algumas contra-propostas. Houve negociações entre a CPT e a CNBB e reuniões exaustivas até chegar a alguns ítens comuns. Mas, o quê separava?

1º- A desobediência da CPT aos bispos.
2º- A não ligação à estrutura da CNBB.

Definiu-se que a CPT é uma Pastoral da Igreja Católica. Fazemos alguns comentários a respeito da definição e colocamos o quadro das CPTs Regionais.

Em vez de ficarmos analisando os problemas particulares de cada CPT regional deveriamos ver e analisar os desdobramentos pastorais que tudo isso implica.

O "Termo de Acordo" da-se entre duas estâncias: a CNBB e a CPT. Por isso temos que ter bem claro em nossa cabeça que estamos nos defrontando com uma sólida estrutura medieval de Poder. E também há de ficar bem claro que a Igreja Católica não é democrática.

A alternativa, hoje, seria aceitar o Termo de Acordo ou não aceitá-lo. Se não aceitarmos, deveremos renegociar com a CNBB, o que seria altamente desgastante e pressupomos que ela não estaria disposta.

O aspecto jurídico nos sobrepassa.Então, quais os caminhos que temos a serem trilhados?

Nós vamos trabalhar em nosso regionais, mas o quê isso significa em termos reais das Dioceses?

A falta de articulação e de socialização das informações é um fato que é inquestinável. Isso ocorreu com a Diretoria e o Conselho Nacional da CPT.

Bom, depois de tanta discussão, o companheiro Luiz Fernando nos ajudou a decifrar alguns ítens do acordo. Surge, então a proposta de aprovar o Termo de Acordo na Assembléia Extraordinária Nacional e depois fazer um trabalho de base sem levar muito em conta a questão jurídica.

O importante é garantir um trabalho junto aos movimentos sociais no campo. Confere-se que a CPT sempre caminhou na marginalidade.

Nós estamos partindo da "natureza religiosa" e não da "natureza civil", contida no termo do acordo.

Concluímos, pois, que coltarmos a discutir o Termo de Acordo é tempo perdido. Melhor seria discutir uma outra forma de encaminhamento do trabalho no campo, como por exemplo a agrupação ecumênica de entidades que trabalham no meio rural.

Pensar em fazer um trabalho político não é necessário ser da CPT. Pensar em trabalho Pastoral é diferente. Cada realidade precisa ser trabalhada. O caráter e as exigências das CEBs estão mudando em todo o Brasil. As CEBs não são mais as mesmas.

Bom, uma vez aprovado o Termo de Acordo vamos discutir como garantir um mínimo de autonomia da CPT nos Estatutos Sociais.

A tarde, fizemos a leitura, com destaques, dos Estatutos Sociais e do Regimento Interno da CPT Nacional. Fizemos diversas propostas de alterações nos Estatutos e deixamos praticamente igual o Regimento Interno. Combinamos em colocar uma observação sobre a preocupação que temos a respeito do Grande Regional e da figura e o papel do Coordenador do mesmo, que segundo o nosso parecer deveria ser liberada para fazer um trabalho de articulação e assessoria nos regionais, devido a dificil presença do Nacional.

Terminamos o nosso Encontro com uma Celebração onde partilhamos o vinho e o pão, desejando-nos uns aos outros a firmeza, a coragem e a paz necessária para continuar esta luta que não é só nossa, mas sobretudo, dos milhões de trabalhadores rurais, razão de ser da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

São Mateus, ES, Julho de 1990.

Damião Sanchez

Damião Sânchez - C P T / E S

CEDI

Projeto de Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra Anteprojeto (aberto a adendos e correções)

Elaborado na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos de Pacha Mama, Cochabamba, Bolívia, abril de 2010

Preâmbulo

Nós, os povos e nações do mundo, considerando que todos e todas somos parte da Mãe Terra, uma comunidade indivisível e vital de seres independentes, interrelacionados e com um destino comum:

- Reconhecendo com gratidão que a Mãe Terra é fonte de vida, alimento e ensinamento, e provê tudo o que necessitamos para viver bem;
- Reconhecendo que os modelos econômicos atuais não estão em harmonia com a Mãe Terra, pois produzem depredação, exploração e abuso, e têm causado grande sucção, degradação e alteração da Mãe Terra, colocando em risco a vida como hoje a conhecemos, produto de fenômenos como a mudança climática;
- Convencidos de que em um sistema interdependente não é possível reconhecer direitos somente para a parte humana sem provocar um desequilíbrio de todo o sistema;
- Afirmando que para garantir os direitos humanos é necessário reconhecer e defender os direitos da Mãe Terra e todos os seres, e que há culturas que o praticam e o fazem;

Conscientes da urgência de ações coletivas para transformar as estruturas que causam o câmbio climático e outras ameaças à Mãe Terra, A ASSEMBLEIA GERAL PROCLAMA A PRESENTE DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MÃE TERRA, com propósito comum, para todos os povos e nações do mundo, a fim de que tantos os indivíduos quanto as instituições se responsabilizem por promover - mediante ensinamento, educação, conscientização e respeito a esses direitos - essa Declaração, e assegurar com medidas e mecanismos imediatos e progressivos, de caráter nacional e internacional, seu reconhecimento e aplicações universais e efetivas entre todos os povos e estados membros:

Artigo 1 – A Mãe Terra é um ser vivo

- ✓ A Mãe Terra é uma comunidade única e indivisível, autorregulada, de seres interrelacionados, que sustém, contém e produz todos os seres;
- ✓ Cada ser se define por suas próprias relações como parte integrante da Mãe Terra;
- ✓ Os direitos inerentes da Mãe Terra são inalienáveis e derivam da mesma fonte de existência;
- ✓ A Mãe Terra e todos os seres têm seus direitos reconhecidos nesta Declaração, sem distinção e nenhum tipo de discriminação entre seres orgânicos e inorgânicos, espécie, origem, uso para os seres humanos ou qualquer outro status;
- ✓ Assim como para os seres humanos existem direitos, todos os seres da Mãe Terra têm direitos que são específicos à sua condição e apropriados para sua região e função dentro da comunidade nas quais existem;
- ✓ Os direitos de cada ser estão limitados pelos direitos de outros seres e qualquer conflito entre esses direitos devem se resolver de maneira a manter a integridade, equilíbrio e a saúde da Mãe Terra.

Artigo 2 – Direitos inerentes da Mãe Terra

- ✓ A Mãe Terra e todos os seres que a compõem têm os seguintes direitos inerentes:

-Direito à vida e existência;
-Direito de ser respeitada;
- Direito à continuação de seu ciclo e processos vitais, livre das alterações humanas;
-Direito de manter sua identidade e integridade como ser diferenciado, autorregulado e interrelacionado;
-Direito à água como fonte de vida;
-Direito ao ar limpo;
-Direito à saúde integral;
-Direito a estar livre da contaminação, da poluição e de dejetos tóxicos e radiativos;
-Direito de não ser alterada geneticamente e modificada em sua estrutura, ameaçando sua integridade ou funcionamento vital e saudável;
-Direito a uma restauração plena e pronta pelas violações aos direitos reconhecidos nesta Declaração, causadas pelas atividades humanas;

- ✓ Cada ser da Mãe Terra tem direito a um lugar e a desempenhar seu papel na Mãe Terra, para seu funcionamento harmônico;
- ✓ Todos os seres têm o direito ao bem estar e a viver livre de tortura ou trato cruel pelos seres humanos.

Artigo 3 – Obrigações dos seres humanos para com a Mãe Terra

Todos os seres humanos, estados partes e todas as instituições públicas e privadas devem:

-Atuar de acordo com os direitos e obrigações reconhecidas nesta Declaração;
-Reconhecer e promover a aplicação e implementação plena dos direitos reconhecidas nesta Declaração;
-Promover e participar da aprendizagem, análises, interpretações e comunicação sobre como viver em harmonia com a Mãe Terra, de acordo com esta Declaração;
-Assegurar que a busca do bem estar humano contribua para o bem estar da Mãe Terra, agora e no futuro;
-Estabelecer e aplicar efetivamente normas e leis para a defesa, proteção e conservação dos direitos da Mãe Terra;
-Respeitar, proteger, conservar e, quando for necessário, restaurar a integridade dos ciclos, processos e equilíbrios vitais da Mãe Terra;
-Garantir que todos os danos causados por violações humanas dos direitos inerentes reconhecidos nesta Declaração sejam retificados, e que os responsáveis assumam o papel de restaurar a integridade e a saúde da Mãe Terra;
-Conceder o poder aos seres humanos e instituições para que defendam os direitos da Mãe Terra e de todos os seres;
-Estabelecer medidas de precaução e restrição para prevenir que as atividades humanas conduzam à extinção de espécies, à destruição de ecossistemas ou alteração dos ciclos ecológicos;
-Garantir a paz e eliminar as armas nucleares, químicas e biológicas;
-Promover e apoiar práticas de respeito à Mãe Terra e de todos os seres de acordo com suas próprias culturas, tradições e costumes;
-Promover sistemas econômicos em harmonia com a Mãe Terra, de acordo com os direitos reconhecidos nesta Declaração.

Artigo 4 – Definições

- ✓ O termo **ser** inclui os ecossistemas, comunidades naturais, espécies e outras identidades naturais que existem como parte da Mãe Terra;
- ✓ Nada nesta Declaração poderá restringir o reconhecimento de todos os direitos inerentes dos seres ou de qualquer ser em particular.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
Rua Dom Adriano Hipólito, 08 – Moquetá – Nova Iguaçu | RJ
Telefone: (21) 2767-0472

Proposta de Projeto de Capacitação/formação para as áreas de atendimento aos assentados e acampados na busca pela reforma agrária no território da Diocese de Nova Iguaçu.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.

1.1 Título do projeto: Capacitação/Formação de gestão administrativa básica e de incidência de política para os direitos humanos nos territórios: Acampamento Marli, cidade de Paracambi; Pequenos Produtores Rurais de Parque Ipanema em Queimados e; Associação de Produtores de Marapicu, Campo Alegre e Mato Grosso em Nova Iguaçu.

1.2 Nome da entidade: Comissão Pastoral da Terra - CPT

1.3 Coordenador do projeto: Sônia Martins

1.4 Fone: ( )_____ Fax ( )_____

2 JUSTIFICATIVA:

Missão da CPT - Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus.

A CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo.

A CPT reafirma seu caráter pastoral e retoma, com novo vigor, o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria:

1. nos seus processos coletivos: de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais);

2. nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade;

3. na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças; sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra; no rumo da "terra sem males".

Texto elaborado, em novembro de 1998, por agentes que participam da CPT há mais de dez anos e revisto e aprovado durante o I Congresso da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa, em 2001.

A luz da missão que orientam as atividades desenvolvidas pela comissão, nos sentimos compadecidos com a luta dos nossos irmãos que se encontram no Território que abrange a Diocese de Nova Iguaçu e que por muito tempo tem sua ação e incidência na sociedade por falta de capacitação muitas vezes básica de organização administrativa, mobilização e gestão.

Para além disto, queremos proporcionar não somente espaços de formação técnica mais, buscar a capacitação de agentes que serão multiplicadores deste conhecimento com olhar influenciado pelos direitos humanos para o bem comum da comunidade em que vivem e da sociedade em que se relacionam.

Os assentamentos rurais representam um fato novo e importante na história recente da luta pela democratização do acesso a terra no Brasil, a conquista da terra e a constituição dos assentamentos significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho. Da mesma forma a constituição das associações rurais, ou grupos distintos e plurais que visam a defesa de temas, a produção de ações de organização direcionadas, bem como a luta por direitos que é a própria organização da sociedade civil, também transforma indivíduos e liberta para o pensamento crítico.

Entretanto a gestão destes espaços da organização da sociedade civil, necessariamente requer técnicas de gestão. A administração destas instituições nascidas da vontade do povo e que, por muito tempo foram negligenciadas por falta de conhecimento e prática, gera por muitas das vezes conflitos de fácil resolução. A união do empirismo que se apresenta no dia-a-dia da necessidade preemente de defesa dos seus temas com técnicas específicas de gestão, culminariam em melhores práticas para uma atuação mais incisiva na sociedade como na organização financeira, na administração do dialogo institucional e na incidência social.

E é justamente nesta lacuna, que a CPT quer utilizar como ferramenta o presente documento para proporcionar de forma mais adequada a cada grupo a capacitação direcionada as melhores práticas para a gestão social e transparente das instituições do campo constituídas e sua ação mais efetiva, buscando minimizar os conflitos e a gestão equivocada.

Queremos assim, no segundo semestre de 2016 propor uma formação continuada que buscará apresentar de acordo com a realidade de cada território, suprir as necessidade de capacitação para a gestão mais efetiva dos grupos e instituições nascidas da vontade de seu coletivo, bem como incluir em seu dialogo através de Workshop e encontros de debates ações e temas de incidência política nas linhas de direitos humanos, produção de projetos e capitação e mobilização de recursos.

3. OBJETIVO(S):

GERAL

Promover ações de capacitação e fomação, vinculadas ao planejamento institucional, gestão administrativa e capitação e mobilização de recursos, potencializando o desenvolvimento das competências, individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e buscando a excelência na qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas a serem estipuladas pelos indivíduos e instituições contempladas.

ESPECÍFICOS

- Desenvolver competências individuais necessárias ao desempenho das funções, visando ao alcance das competências institucionais;

- Promover ações de qualificação para o exercício da gestão com efetividade;
- Fomentar o desenvolvimento de um perfil institucional, orientado pelos princípios e pela identidade do território, comprometido com a função social da organização;
- Desenvolver competências para os diversos níveis da gestão administrativa, com ênfase na gestão de processos e na cultura do planejamento;
- Promover ações para educação e inclusão social;
- Fomentar ações para o estímulo ao desenvolvimento da produção de projetos sociais;
- Fomentar ações de capacitação para difusão das novas tecnologias da informação e comunicação;
- Desenvolver ações de capacitação e qualificação para fomentar a geração, compartilhamento e institucionalização do conhecimento para a produção de projetos, capitação e mobilização de recursos;
- Qualificar e capacitar para as novas demandas e tecnologias organizacionais pertinentes.
- Promover e motivar a realização de eventos de incidência política para os Direitos Humanos e Sociais.

4. PÚBLICO BENEFICIADO:

Serão beneficiados com o respectivo projeto as famílias do acampamento Marli, na cidade de Paracambi; os Pequenos Produtores Rurais de Parque Ipanema em Queimados e; Associação de Produtores de Marapicu, Campo Alegre e Mato Grosso em Nova Iguaçu com suas respectivas organizações.

Desta forma serão atendidas objetivamente 3 municípios: Queimados, Nova Iguaçu e Paracambi, dentre os quais 5 territórios: Marli, Parque Ipanema, Marapicu, Campo Alegre e Mato Grosso.

5. DESCRIÇÃO DA AÇÃO OU METODOLOGIA:

As linhas de desenvolvimento da presente proposta de capacitação, pretende ser executada e completada no segundo semestre de 2016 com seu início em Agosto e término em dezembro e exprimem as linhas de desenvolvimento específicas para atender as necessidades, que são apresentadas a seguir.

Linha 1: Competências individuas e coletivas e estratégias de ação.

Visa difundir um modelo de Gestão por Competências, aliado ao processo de Capacitação, fundamental para a implantação da Gestão Estratégica com uma visão integral abrangendo as dimensões profissional, social, da valorização do indivíduo e da responsabilidade social e comprometimento que deve permear todas as ações administrativas da organização.

- A qualidade das ações nesta temática é relevante para sua legitimação e efetividade, o que exige eventos de capacitação que priorize a implantação de sistema de gestão por competências, a formação e a difusão das práticas de gestão de pessoas.

Linha 2: Gestão do Desempenho e Administração Institucional

A modernização da gestão demanda o planejamento, em seus diversos níveis, além de articular o processo de concepção, operacionalização, avaliação e controle das ações, que contribuem para o estabelecimento de diretrizes para a atuação administrativa e dos associados que atuam em cargos de gestão.

- Desenvolvimento de ações de capacitação para as praticas corriqueiras de gestão administrativa e uso das tecnologias da informação e da gestão da informação introduzindo Tecnologias da Informação e Comunicação como diretriz estratégica para a Insituição.

Linha 3: Comunicação e Divulgação Institucional

As ações de comunicação e divulgação das ações institucionais objetivam dar celeridade, agilidade e flexibilidade na difusão das informações. As ações de capacitação nesta linha de desenvolvimento podem contribuir para garantir maior transparência e clareza nos processos de disseminação de informações, fortalecendo a imagem institucional e a interação com a comunidade.

Linha 4: Incidência Política em Direitos Humanos e Sociais

Desenvolvimento de ações, por meio de eventos de capacitação que oportunizem a difusão do conhecimento de forma didática, dinâmicas e flexíveis, alinhadas ao contexto do território em questão, mediado pela utilização técnicas para a aquisição do conhecimento sobre as leis, formas de acesso ao direito e a justiça bem como à formação cidadã para o diálogo, a disseminação e a reinvindicação dos direitos humanos e sociais consolidados.

METAS

- No segundo semestre de 2016, capacitar 200 pessoas para a gestão administrativa e a comunicação institucional e impactar, por meio dos eventos de incidência de política em Direitos Humanos e Sociais, 300 cidadãos.

- Execução de 20 Encontros de Capacitação sendo objetivamente 4 (quatro) encontros de capacitação com 2 (duas) horas de duração em cada território;

- Execução de 4 (quatro) eventos de incidência política a ser definido pelos territórios de acordo com o desenrolar das atividades

Mecanismos de Avaliação:

- Avaliação de Reação (aplicada no final de cada capacitação e/ou evento por meio de questionário qualitativo)
- Avaliação de Impacto (realizada a partir da análise do ambiente organizacional no momento inicial e final por questionários de análise qualitativa e quantitativa).

6. IMPACTO:

Nossa esperança é que, os resultados deverão estar alinhados com os Objetivos e Linhas de Desenvolvimento apresentados anteriormente de forma que a realização do conjunto propiciam os meios para o alcance destes resultados:

- Alcance dos objetivos descritos a partir da introdução da gestão por competências.
- Desenvolvimento de novas competências, gerando uma melhor atuação e comprometimento com a instituição, bem como aumento na qualidade dos serviços prestados a comunidade.
- Fortalecimento da função social da organização, pela prestação de serviços a comunidade, principalmente no entorno da instituição.
- Introdução de novos padrões de comportamento institucionais, fortalecendo uma cultura organizacional com princípios éticos, de responsabilidade social, de respeito e de integridade internalizados e melhoria na comunicação interpessoal em todas as unidades administrativas.
- Transparência e acesso rápido e confiável a todas as informações/documentos necessárias ao desenvolvimento dos processos de capitação e mobilização de recursos com qualidade e dar suporte a implantação e conquistas de novos projetos.
- Inserção e melhora na incidência política dos associados, por meio dos eventos. Publicidade e realização de ações para fomentar a geração, compartilhamento e institucionalização do conhecimento.

7. PARCERIAS E INTERFACES:

Aqui buscamos identificar os apoios externos com quem será executado o projeto que, cederão suas estruturas técnicas, humanas, administrativas, financeiras e de materiais, ao projeto, bem como as parcerias que possam apoiar o projeto.

PARCERIA	INTERFACE
Comissão Pastoral da Terra	Recursos Humanos destinados a capacitação e mobilização financeira para a execução das ações destinadas a alcançar os objetivos e as linhas de desenvolvimento.
CÁRITAS DIOCESANA	Mobilização dos recursos necessários para a execução das linhas de desenvolvimento e acompanhamento crítico das metas e objetivos apresentados.

8. RECURSOS:

8.1 Materiais

O valor apresentado são projeções dos valores percebidos na sociedade até a data de criação deste documento.

MATERIAIS ORÇADOS			
Un.	**Descrição**	**Valor Un.**	**Total[1]**
800unid.	Cartilha de capacitação (Material Didático)	R$ 5,00	R$ 4.000,00
400litros	Combustível/deslocamento (média de 9km por litro)	R$ 3,97	R$ 1.588,00
1000unid	Folder/Flyer de divulgação, pastas e canetas	R$ 1,80	R$ 1.800,00
800unid	Lanche tipo Coffee-Break	R$ 6,90	R$ 5.520,00
40unid	Refeições para equipe em deslocamento	R$ 15,00	R$ 600,00
40horas	Ajuda de Custo para cada Assessor por Tema	R$ 100,00	R$ 4.000,00
16unid.	Deslocamento do Território para eventos de Incidência	R$ 600,00	R$ 9.600,00
		Total[2]	**R$ 27.108,00**

Un.= quantidade necessária do material **Descrição** = descrição do material **Valor Un.** = Preço de cada unidade do material, **Total[1]=** Un. X Valor Un **Total[2]** = soma coluna Total[1]

8.2 Financeiros:

Total do Projeto	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA	CÁRITAS DIOCESANA
R$ 27.108,00	Recursos Humanos para a execução, articulação e incidência	R$ 27.108,00

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

ETAPAS	DURAÇÃO	
	Início	Término
Montagem de Material de Divulgação	**Agosto 2016**	**Agosto 2016**
Articulação e divulgação das Ações	**Agosto 2016**	**Setembro 2016**
Linhas de Desenvolvimento e Capacitação	**Outubro 2016**	**Novembro 2016**
Evento de Incidência DHS	**Novembro 2016**	**Dezembro 2016**

Nova Iguaçu, 05 de julho de 2016.

Alcimário Soares da Costa Júnior
Responsável Técnico pela elaboração do Projeto

Sônia Martins
Responsável Legal pela Instituição

8 – Comissão para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz

- Campanha da Fraternidade – Assessor: Pe Elias
- Cáritas Diocesana – Presidente: Pe Ricardo Barbosa / Vice: Pe Márcio
- Centro de Direitos Humanos – Assessor: Ir Iolanda / Coordenador: Sonia
- Centro Sócio Político – Assessor: Pe Bruno / Coordenador/ Rosana

Pastorais Sociais:

- Sobriedade – Assessor: Pe Dimas / Coordenador: Marcelo Quirino
- Pastoral do Menor – Assessor: Pe _____
- Pastoral Carcerária – Assessores: Pe _____ / Coordenador: Diácono Jorge
- Pastoral Operaria – Assessor: / Coordenador: Flavio
- CPT – Assessor: Pe Geraldo Lima / Coordenador: _____
- Past Saúde–Ambulatório–Assessores: Pe Fernando e Pe Porfirio / Pe Josinaldo / Coordenador: Diamara
- Pastoral da Saúde – Comunitária – Assessor: Pe Clinio
- Sociedade São Vicente de Paulo – Assessor: Pe Rodrigo
- Pastoral da Criança – Assessor: Pe Daniel / Coordenador: Ana F. Rosa
- Clube de Mães – Assessor: Frei Milton / Coordenador: Itania
- Casa da Solidariedade – Assessor: Ir Madalena - Sebastião
- Pastoral da AIDS – Assessor: Pe Rafael Coordenador: Fátima

9 – Comissão para o Ecumenismo e Dialogo Inter-Religioso – Pe Marcos

10 – Comissão para a Vida e a Família

- Pastoral Familiar –Assessores: Pe Daniel Dirceu e Diácono Rosemiro / Coordenador: Sebastião e Fátima
- Encontro de Casais com Cristo – Assessor: Frei Milton / Coordenador: Sardinha e Selma
- Aliança de Casais com Cristo – Assessor: Pe Vanildo / Coordenador: Paulo e Tereza
- Equipes de Nossa Senhora – Pe Vanildo
- Movimento Familiar Cristão - Coordenador: Jorge e Angela
- Movimento Familiar Cristo em Trindade: Assessor: Frei Milton / Coordenador: Mauricio e Edinalva
- CAF (Comissão de Assistência à Família):
- Pro-Vida – Assessor: Frei José / Coordenador: Doris e José

11 – Comissões Administrativas

- Comissão Administrativa Diocesana CAD – Assessor: Pe Davenir / Coordenador: José Azevedo
- Comissão da Pastoral do Dízimo – Assessor: Diácono Daniel / Coordenador: Luciana
- Campanha Missionária e da Evangelização - Coordenação de Pastoral
- Casas Diocesanas: "Cenfor", "Casa de Oração Frei Jordão Mai", "Nosso Lar" e "Sitio Maranatá" -

12 – Comissão da Juventude

- Setor Juventude – Assessor: Pe Fabiano Sodré
- Pastoral da Juventude – Assessor: Pe Antônio Pedro / Coordenador: _____
- Oásis – Assessor: Diácono Beto / Coordenador: Calado
- Cursilho Jovem – Assessor: Pe Roberto Guedes
- Ministério Jovem – Assessor: Pe Luciano Adversi / Coordenador: Bruno Pe Ricardo
- Jufra (Juventude Franciscana) – Assessor: Frei Valter / Coordenador: Jeferson
- Juventude Mariana – Assessor: Pe Porfirio / Coordenador: Luciana
- Movimento Juvenil – Assessor: Pe Celio / Coordenador: Natália

PJ — Pe. Antonio Pedro

Rádio Catedral – Programa da Casa do Menor
Domingo 18 hs

Grande Forró

DA ROMARIA ESTADUAL DA TERRA E DAS ÁGUAS RJ



Com banda FRUTOS DA TERRA e convidados



data
25/06/16 20h

Ingressos antecipados

R$ 8,00

Sindicato dos Trabalhadores e Empregadas Domésticas
Nova Iguaçu - Rua Brasil, 412 - Metrópole
Contatos: 21 - 9 9754-1033 | Maria Bethênia

Realização:

CPT Rio de Janeiro

40 anos CPT

CEDIM

RELATÓRIO DA REUNIÃO DAS PASTORAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS DIOCESANOS - 23/04/93.

ACO - Tem 7 equipes de base e um grupo em formação. A maioria é engajada no Sindicato e na política. Um por grupo compõe a coordenação.

JOC - Depois do Congresso nasceram 8 grupos.

PO - São 12 grupos na Diocese. Um grupo de 9 pessoas coordena, e tem 1 liberado.
Todo 4º Domingo do mês, de manhã na Catedral, há a reunião aberta a todos os grupos de base que quizerem fazer contato e se integrar a uma nova PO que nasce.

CPT - Com a ocupação da Fazenda São Bernardino em 1987, nasceu alí o grupo da Terra e criou-se a CPT a nível diocesano.
12 pessoas são a coordenação, acompanha 12 ocupações.
Tem 3 liberados. Organiza as Romarias da Terra. ~~A CPT criou~~ o Projeto Comunhão. Saindo de uma semana de Evangelização onde se refletiu:
. Aonde estão os excluídos.
. Tem apoio de Visão Mundial, França Brasil, Fé e Alegria.
. Em Vila de Cava tem 2 creches
. 3 Núcleos de alfabetização
. 1 Centro profissionalizante com: marcenaria, datilografia, medicina popular, bombeiro.
São atingidas 500 crianças e tudo isso é o Projeto Comunhão que funciona em Vila de Cava, no Centro Comunitário.

CLUBE DE MÃES - É setorial e nasceu para atingir os exluídos.
Hilda acompanha 12 grupos.
Tem um grupo de Saúde
Na Diocese existem mais ou menos 100 Clubes.
Ligadas aos clubes existem mini cooperativas.
São 9 setores e cada um tem 1 liberado com vínculo empregativo da Cáritas Diocesana.

MAC - MOVIMENTO DE ADOLESCENTE E CRIANÇAS
Nasceu das crianças da 1º Comunhão.
Tem 12 grupos de 15 crianças que se reunem nas Comunidades, com o objetivo de refletir a realidade e tenta colocar o método VER, JULGAR E AGIR.
Alguns grupos tem atividade artezanal e Horta Comunitária.
Cada grupo tem de 10 a 15 crianças de 7 a 16 anos.
Tem 1 liberado a nível Nacional. O MAC é ligado ao Midade Internacional, através da Irmã Maria Calliman - RJ.

CONSELHO PASTORAL DO MENOR - Tem uma reunião mensal na Catedral.

Gostariam de ter espaço no CEPAL.

Pastoral do Menor não é assistencial, mas transformadora.

Tem a Casa do menor que existe há 3 anos e atende a meninos de rua e da Comunidade. 80 menores moram na Casa.

Mais 3 creches estão nascendo. Pretende atingir 300 crianças.

Conselho do menor - atinge crianças de 7 a 14 anos.

Conselho Jovens - atinge jovens de 15 a 18 anos.

PROJETOS: Casa das Meninas - Será a Casa-Lar - Com meninas e 1 casal, nos CIEPs.

Constituiram cooperativas de solidariedade na Alemanha e Itália.

A Paróquia de Copacabana está se integrando.

Fé e Alegria - apoio Pedagógico

1 estagiária do Mudes

Um grupo de 30 voluntários.

ASINDES RIO - BAIXADA

Tem escola de alfabetização, Várias oficinas

3 Postos de Saúde.

AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DE MIGUEL COUTO

Atendimento às famílias

Trabalho de Formação humana e trabalhos manuais

Serviço de Documentação

Colaboração das Comunidade no Mutirão da Partilha

Medicina caseira - Palestra com a colaboração CEAC.

Encontro das famílias

Caminhada pela vida

Os recursos são das próprias Comunidades: Rifas, Bazares de artesanatos, Campanha do Kilo, etc...

HELIÓPOLIS - tem com a Cáritas 2 creches e 5 ambulatórios.

2 ambulatórios com a Prefeitura.

Mutirão de Nova Aurora que possibilitou o assentamento e 20 mil famílias. A Igreja faz acompanhamento com Clube de Mães e já são 8 CIEPs que estão funcionando.

Tem 1 cooperativa de corte e costura e 1 cooperativa de Artefartos de cimento, que já faliu 3 vezes e agora com convênio da Prefeitura tem Projetos de construir 1000 manilhas e manilhar o Bairro.

Ajuda da Misereor, Céris e Fé e Alegria.

Tem 10 a 12 grupos de Clube de Mães.

LOTE XV - Tem 2 mini cooperativas. Trabalho com crianças de rua. Escolas profissionalizantes e com voluntários da Comunidade.

Nesta reunião estiveram presentes 17 pessoas. E O grupo achou que se deveria dar continuidade a este levantamento da realidade social e Padre Agostinho sugere que sem nos desligar-mos das bases. Tentarmos programar uma Semana Social com temas que abranjam todas as Pastorais Sociais e que também déssemos continuidade a CAMPANHA DA FRATERNIDADE 93 - ONDE MORAS ?
Ajudar a formar os Agentes Sociais.
O Grupo também sentiu a falta da Cáritas Diocesana e das Comissões Diocesanas.
SUGESTÃO: Convidar todas às Paróquias e entidades sociais para uma Assembléia onde todas as forças vivas da Diocese se unissem à Pastoral Social Diocesana no dia 21 de maio às 14 horas no Cepal.

CEDIM

Ref. Geraldo

A CPT E AS OCUPAÇÕES

Relatório da Reunião do dia 26/09/1986

Participantes:

O secretariado da CPT-RJ e representantes das áreas onde os trabalhadores sem terra efetuaram ocupações.

Partiu-se da premissa de que a CPT de uma forma geral tem que assumir a luta dos sem terra. O que corresponde aos principios da entidade empenhada na organização da classe camponesa.

Pode haver casos porém, em que as ocupações sejam efetuadas sem preparação prévia, com motivações pouco claras, ou que os trabalhadores sejam induzidos à ocupação.

Considerando estes casos, vimos que caberiam algumas perguntas:

1- Quais as formas de luta dos trabalhadores em busca da terra.
2- Quais as motivações dos sem terra para efetuar uma ocupação.
3- Quais os critérios para a CPT envolver-se numa ocupação específica.
4- Qual tipo de assessoria a CPT deve prestar. Ajudar no que. Com qual metodologia.

1.1-Formas de lutas

Identificamos pelo menos 2 (dois) blocos de lutas:
- indiretas
- diretas

1.2-Por lutas indiretas entendemos aquelas travadas pelos caminhos legais e parlamentares:
- através de pedidos formais da terra ao poder público com sucessivas formas de pressão: passeatas, ocupação do INCRA, do palácio do governo, das prefeituras, das lutas dentro da Constituinte, através de projetos de leis nos estados, etc.

1.3-Por lutas diretas entendemos o confronto direto com o inimigo representado por:
Estado, oligarquias fundiárias, burguesia dominante, multinacionais etc.

A ocupação de uma terra entraria nesta última forma. Não podemos esquecer que a ocupação representa um ato militar, mesmo que os trabalhadores estejam completamente desarmados. No sentido que é uma penetração em campo inimigo(este sim sempre bem armado). Isso exige uma preparação muito cuidadosa que vamos apresentar mais

adiante no item 3 (critérios). Podemos concluir que a luta direta representa o passo culminante. Ou seja, depois de ter esgotado os vários tipos de luta indireta. Poderíamos lembrar que não se tem conhecimento ' que os sem terras tenham conquistado terras, através da forma indireta de luta. Podemos salientar que em quase todas as ocupaçoẽs acontecidas neste Estado, as famílias estavam despreparadas, sem experiência de lutas anteriores, sem experiência política . A luta indireta oferece a ' possibilidade do pessoal se encontrar, se conhecer, fazer exercício político que envolve a prática e a refleção sobre esta prática. Portanto, se prepara para lutas cada vez mais aprimoradas. Nestes exercícios de ' praxis, aprendem também a superar o medo e acreditar na própria classe. Mesmo que este caminho seja mais longo, ele permite chegar aos passos ' culminantes por etapas, com uma visão mais clara e com a sabedoria de ' poder tomar a direção do processo. Além do mais é nestas etapas de luta indiretas que poderão concretizar alianças, reconhecer os amigos e os inimigos.

2.1- Motivação das famílias Sem Terra.

Nos pareceu que existe uma motivação geral comum. Ó que "empurra" as famílias a partir para a ocupação de uma terra é a grande necessidade, um certo desespero com a própria situação. Portanto, a finalidade é só uma: ter terra. Não têm uma visão coletiva, querem terra, ' de forma individual. Se mobilizam pelo imediato e não tem consciência ' clara de uma ocupação é uma forma complexa de luta. De uma forma geral nos deparamos com este dado: a ocupação é um ato político legítimo que supera porẽm a consciência que as famílias tem na hora da entrada na terra. Daí a exigência de que uma assessoria, como veremos depois, ajude a equilibrar este desnível. A CPT não pode apoiar uma forma "amadorística" de fazer ocupação.

As famílias que ocupam entendem que a acumulação da terra é uma injustiça , mas aceitam o conceito de propriedade privada. Eles querem ser proprietários, mas preferindo a idéia da pequena propriedade familiar.

3- CRITÉRIOS.

Foram vistos vários critérios gerais de luta e alguns mais específicos que as famílias sem terra deveriam observar na hora de uma ocupação.

Vimos que nestes tipos de luta seja direta ou indireta, volta o problema da massa. Como preparar a massa de antemão? Como segurar na urgência de terra para poder organizar o grupo? Nesta espera não poderia ser abafado o espírito de luta do povo? E nisso tudo o povo não acabaria sendo usado como massa de manobra? Mil perguntas que aparecem e ainda estão sem respostas; portanto não passam a ser critérios. Uma

das questões é o critério geral de escolha das famílias. É o mais necessitado que tem direito a terra? E o lupem? De onde saem os quadros dirigentes para a luta dos sem terra? Dos lupem? Ou são os mais politizados? Sem dúvida vão precisar outras reuniões para aprofundar estes pontos.

OCUPAÇÕES.

Foi visto que na maioria dos casos as lutas pela terra deste Estado não passaram pela luta indireta. Mas se expressam através de ocupações. Foram citados casos de Xerem, Vila de Cava, Casimiro de Abreu que apresentaram falhas sérias de organização onde o crescimento' político se deu depois (e muito devagar) da ocupação.

Para uma ocupação dar certo precisa que estejam presentes as condições objetivas e as condições subjetivas. Se entendendo por condições objetivas aquelas estruturais (do sistema; a exploração da classe' trabalhadora que gera as suas necessidades), aquelas conjunturais (a violência no campo provocada pela política fundiária do governo federal, as atividades da UDR e do governo etc.)

Por condições subjetivas se entendem o ponto de organização ' dos trabalhadores, o grau de consciência, a clareza política. As vezes existem só as condições objetivas, ou seja, existe o "aperto" , as dificuldades dos sem terra, mas se não estiverem presentes também as condições subjetivas uma luta pode ser destruida, pode fracassar. É verdade' que é caminhando, agindo, que se consegue o crescimento político. Uma massa em movimento se torna povo e classe. Mas precisa terem as condições para dar este salto. Portanto, como garantir que esta massa em movimento enxergue todos os objetivos da luta?

Se uma ocupação envolve muita gente e muitaterra ela deve ser organizada como um pequeno exército. É importante poder subdividir em grupos com as suas lideranças reconhecidas e aceitas, que podem transmitir as palavras de ordem decididas na coordenação central. Para que a ocupação tenha sucesso, precisa que os sem terra observem critérios que antecedem o próprio ato da ocupação. Foram identificados os seguintes:
a) escolha rigorosas das famílias segundo normas decididas, valores políticos e classistas.
b) levantar as finalidades da ocupação, ter terra é uma finalidade imediata; a transformação das estruturas sócio-político-econômicos deve deve ser a finalidade global a longo prazo previsto. A organização das classes trabalhadoras (articulação classe operária, classe campones) e a tomada do poder deve ser o objetivo último desta luta. Para que os sem terra adquiram esta clareza e passam participar da formulação de um projeto histórico, é necessário um longo preparo. Mas é necessário' deixar claro desde o começo que a ocupação é o passo de uma luta maior

sem dúvida isso representa uma contradição entre a urgência das famílias (urgência criada pela necessidade) e o tempo de preparação de uma ocupação. Um dos papeis da assessoria é de ajudar a resolver esta contradição.

c) O movimento de cada ocupação deve ter a sua direção política. O comando político da ação deve ficar com um grupinho selecionado, não com assessorias externas, nem vagamente (e anarquicamente) deixado ao grupão. Não cnfundir democracia interna (participação nas decisões gerais) com democratismo, onde todos decidem tudo, incluindo a parte mais sigilosa.

d) Cada participante sem terra da ocupação deve ser parte viva, tem o seu papel e responder por ele.

e) Deve se criar uma disciplina interna para garantir formas de segurança e sigilo.

f) Escolha da terra - Garantir na boa qualidade e localização.

g) Conhecer sua situação fundiária e juridica. Pesquisar no INCRA e nos Cartórios de Registro de imóveis.

h) Conhecer todas as entradas da área. Para tanto palmilhar a terra conhecendo-a quase que fisicamente. Saber destacar os companheiros mais observadores para esta tarefa. Podem ser enviados 6 sem terra que de 2 em 2 poderão fazer este levantamento em tempos diferentes.

i) Conhecer os confrontantes da área e as forças inimigas: Poder público, Sindicato dos Fazendeiros, UDR. Se na área tem batalhão do exercito; quantos policiais agem ali, etc.

j) Garantir o apoio de movimento populares e entidades amigas para a hora "h". Isso é necessário e no mesmo tempo arriscado, pois pode quebrar o sigilo da ação, facilitando o fracasso.

k) No dia escolher OUTROS companheiros da direção para coordenar a ação. Preparar as palavras de ordem e na hora deixar o comando apenas com os escolhidos. Isso para não criar confusão e todos ficam dando ordens na na mesma hora.

l) Nos detalhes da preparação incluir a possibilidade de um recuo e estudar como organizá-lo.

m) Se a conjuntura é completamente negativa à ocupação, não efetua-la. Deixar para outra data. Isso para evitar desgastes psicológicos, políticos e financeiros. A direção do movimento (orientada por uma assessoria deve ajudar o grupo e tomar esta decisão).

n) Neste caso, manter um lugar de encontro (que só pouquíssimos devem saber) para não dispensar o movimento. Avaliar a situação dectando rapidamente os erros cometidos.

o) Evitar ocupações pequenas. Que o tamanho não seja inferior a 13 hes a média do módulo no estado) (terras pequenas). Isso pode originar fave

las e não criar um fato político que mobilize a opinião pública.

p) Envolver na ocupação muita gente, não menos de 30 famílias. O fator numerico é importantíssimo. Isso exige uma didciplina maior, um rigor na escolha e firmeza na liderança.

q) Escolher áreas que ofereçam condições logisticas tais de tornar possível o apoio de movimentos populares, entidades civis e religiosas.

ACAMPAMENTOS - POLÍTICA DO GOVERNO DO ESTADO

Este ponto não foi aprofundado, se viu apenas que a organização dos Acampamentos ainda é fraca. As ocupaões acontecidas no Estado e que ja estão em fase de assentamento não estão servindo de experiência . Apresentam muitos erros. Diante de toda a estrutura judiciária do estado burguês não apresentam uma força organizada. Os problemas econômicos assolam os acampamentos, as caixas internas, não funcionam e muitas vezes' não conseguem se autonomizar diante do estado. Foi comprovado que em muitas ocupações o governo do estado entra cooptando as lideranças, oferecendo soluções prontas, não discutidas nem assumidas pela assembléias.

Se é verdade que o governo do estado tem limitações legais e encontra entraves, por outro lado não está interessado (como poderia se no final das contas representa o estado burguês? disse um Participante) ' na parte organizativa de um acampamento, mas em esfriar a luta e contornar o o conflito.

ASSESSORIA DA CPT

Foi visto que a CPT não tem condições de apoiar qualquer manifestação que pinta. Nem seria correto. Algumas ocupações foram mal preparada e não podemos ser populistas de achar que o povo faz tudo. Nem partir para o democratismo, pensando que uma decisão mesmo tomada em assembléa, se o povo for despreparado e não organizado ainda para fazer suas ' escolhas políticas.

A CPT deve acompanhar aquelas lutas que apresentam um potencial mĩor, que tem uma composição de classe mais acentuada, objetivos de luta mais claros e lideranças mais comprometidas. Enfim, que apresentam condições de se incorporar à uma luta mais global, de Reforma Agrária, de mudança estrutural.

Deve dar utilidade as ocupações rurais no interior do Estado , sendo que aquelas acontecidas na grande Rio são urbanas.

Nós não somos dirigentes dos sem terra e sim assessores, levando informações, preparando a consciência, esclarecendo as diversas formas de luta. Se o povo tomar decisões " aventuristas" a CPT não estaria obrigada a dar seu apoio. Neste ponto surgiram porém algumas dúvidas.

- A CPT ficaria de fora "pagando pra ver"?
- Como reconquistar a credibilidade de educadores depois desta entidade?
- Qual a melhor forma de ajudar?

- Como conseguir acompanhar as várias fases do processo e ajudar o pessoal a manter ou criar a sua independência perante a CPT, o INCRA, o Estado? Sendo que na fase do assentamento os posseiros precisam de cooperação dos poderes públicos? Enfim como evitar que a cooperação se transforme em cooptação?

- Como escapar das regras do mercado na fase da produção?

Se tentou responder, sem muito aprofundar algumas questões. Se viu que o erro faz parte do processo educativo mas precisa ser avaliado. Se comparou isso com a prática médica. Através do erro o médico apanha prática. É verdade mas acontece que o paciente pode morrer. No nosso caso precisamos avaliar a força do remédio (do erro) para não matar o paciente, ou seja para não fazer fracassar a luta.

Os sem terra acredita na CPT, confia em nós como assessores , mas isso não é suficiente para bloquear o erro, nem alertar e preparar contra a cooptação dos poderes públicos e governo populista. De qualquer forma, se a CPT participar com eles até do erro, isso assegura credibilidade para a continuação da luta? Se a CPT não participar, isso lhe confere credibilidade para continuar o trabalho educativo?

É dificil discernir quando ficar , quando se retirar. Teve casos em que a CPT ajudou mesmo sabendo que o movimento poderia fracassar. Neste caso tentar ajudar pelo menos na esfera logisticas, organizando os apoios e a segurança através de entidades e grupos.

Avaliar constantemente a nossa maneira de assessorar. Estabelecer critérios nossos de assessoria e apoio. Não entrar a reboque do movimento quando o caminho está já traçado.

A CPT pode ajudar não só na parte logistica, mas também na verifica da situação da terra (tamanho,propriedade, situação jurídica) . Previnir preparando todo o documentação que pode garantir o sucesso. Acionar os dispositivos legais.

Aquilo que nós devemos tentar fazer é o trabalho permanente de formação política, através das nossas equipes locais.

Não apoiar só as ocupações. Assessorar se for possível educar em todas as fases.

Não aceitar a assessoria quando chamados em cima da hora e quando o conjunto esta cheio de aproveitadores.

Como a partir de uma ocupação nesceu ligações com entidade afins, a CPT procura articular-se com elas. Não é apenas procurar o apoio destas entidades, mas estabelecer de antmão o seu papel na hora.

PROPOSTA

1- Manter um fôro de discução permanente com entidades tipo: CEDI, FASE, CUT. Aprofundar com elas sua participação e o tipo de apoio. Marcar um encontro.

2- Marcar um encontro com o movimento sem terra para colocar estes pontos e fixar melhor nossa ajuda.

RELATÓRIO DA 7ª ASSEMBLÉIA GERAL DA CPT/RJ

COLÉGIO ASSUNÇÃO NOS DIAS 13, 14, 15 e 16

JUNHO DE 1991

CEDIM

RELATÓRIO DA 7ª ASSEMBLÉIA GERAL DA CPT/RJ

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e um, reuniram-se os agentes da CPT/RJ para mais uma Assembléia Geral.

Deu-se início aos trabalhos com uma celebração na qual à luz do Evangelho de João 9,1-7, fizeram uma revisão da caminhada da CPT/RJ nas seguintes bandeiras de luta ;

. A defesa e resitência da posse da Terra
. As ocupações: mutirões e assentamentos
. O sindicalismo
. O Ecumenismo.

Em seguida, Fr. Clodovis Boff nos apresentou uma reflexão sobre as RAZÕES DA NOSSA ESPERANÇA.

O militante hoje deve ser idealista, mas ter um idealismo plantado na terra, no chão.

A realidade brasileira é de cansaço, desânimo e desencorajamento devido a grande crise social que tem dimensões gigantescas, exigindo dos agentes uma esperança enorme e lúcida.

O ano de 1989 é um marco histórico da realidade atual. A queda do Muro de Berlin significa a queda de um modo de organização alternativo ao capitalismo. Foi a queda do socialismo e o avanço do capitalismo. Assim, o desânimo do povo é a crise da esperança de superar o capitalismo. O 3º mundo passou então da condição de explorados à marginalizados.

A proposta papal é de enfrentar o capitalismo selvagem, marginalizando-o.

A nível nacional percebe-se que Collor tem grande capacidade de iniciativas políticas conseguindo ao mesmo tempo distrair o povo. Enquanto isso as oposições estão perdidas, sem uma política ofensiva. O movimento popular vive num momento de baixa.

No campo as mortes continuam.

Eclesialmente percebe-se pessimismo e um projeto de reenquadramento em torno de Roma e castramento dos trabalhos de frente.

esta realidade gera indignação, pois se era ruim, agora é pior. Todavia, não se pode criar política da impotência, dos vencidos,logo deve-se mudar as estratégias e projetos.

A resistência de um militante deve ser criativa e inventiva, podendo recuar se necessário for, desde que salvando sempre as principais bandeiras.

. Por que continuar lutando ?

- São três as principais causas que motivam a luta:

1º) O SOFRIMENTO DO POVO que é vítima do capitalismo triunfante.A realidade da opressão continua e é escandalosa. A fonte do capitalismo , não foi sanada.

2º) O SONHO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA Os opressores não podem nos impedir de sonhar. O sonho do militante é lúcido, comprometedor, pé no chão, não é fantasia, mas descoberta das possibilidades reais.

Jesus foi o 1º grande sonhador. O Reino de Deus é um sonho fecundíssimo, a CPT também é um sonho de Jesus. Deve-se sonhar junto com ele de olhos abertos.

3º) A FÉ NO LIBERTADOR É Deus quem chama para a luta. "A vontade de Deus é eficaz" Então, se Deus quer o povo também quer, certamente vai acontecer, ainda mais porque Ele está do lado do seu povo lutando com ele, mesmo quando so "pobres" não tem perspectivas. Então é a fé no Libertador.

O cristão não pode ceder ante o capitalismo, pois tem Palavra forte, firme e perene para combatê-lo.

É a 1ª vez que a Igreja se aproxima realmente do neo-capitalismo. A Igreja da base, do evangelho não pode ceder em favor da própria Igreja.

O Livro do Apocalípse é dos resistentes militantes, sua mensagem é que se deve continuar a profetizar e mesmo que o capitalismo pareça ser forte e a luta do povo frágil o povo tem o segredo de trazer o Libertador e essa certeza torna o futuro já presente.

A besta do Apocalípse é hoje o neo-capitalismo com todos os que o apoiam.

Todos devem realimentar as raízes da luta e esperança sem ilusões e negação da realidade.

A Assembléia reiniciou-se às 08:00h do dia 14/06, com uma breve reflexão sobre o Evangelho de João. "A videira e o agricultor", no sentido de assumir em compromisso de luta a favor da vida e contra o que faz com que a vida dos TRs não seja digna.

Foi feita a apresentação e reconhecimento dos delegados e das áreas. A área de Cachoeiras de Macacu, que não realiza mais um trabalho de CPT foi extinta.

Tendo sido aprovada a pauta, organizaram equipes de trabalho para um melhor dinamismo desta assembléia.

Dando seguimento aos trabalhos reuniram-se em grupos de interesse para analizar a conjuntura política e eclesial.

PLENÁRIO:

1) Movimentos Sociais - Greve Geral, eleições de Conceição de Macabu.

Derrota das eleições presidenciais que castrou as esperanças do povo.
1º de maio - desânimo
greve Geral - descrédito - falta de informações
- reflexo da realidade dos trabalhadores
- constatou-se que se tem capacidade de mobilizar para pequenas lutas.
- perda da criatividade.

. A nível nacional cresce a Força Sindical, com apoio dos Meios de Comunicação.
. A burguesia usando os MCS.
. Recessão
. Política Nacional - não se apresentou O NOVO - não tem rosto definido.

Rio De Janeiro - Collor e Brizola - busca mútua de interesses.
- Eleições na FAMERJ - PDT ganhou.
- Zona Rural - Sincatos enfraquecidos, isolados sem infra-estrutura - FETAG não ajudou.
- A bandeira da Reforma Agrária parece estar guardada.
- Departamento Rural da CUT - Frustou muito.
- Comissão de Assentados - também decepcionou.
- Ocupações vão voltar, mais com qual caráter ?
Por sobrevivência muitas vezes e não por produção.

2) Estado - Governo - Nunca houve uma Política Agrícola e Agrária que respondesse ao interesse dos trabalhadores rurais, falta,educação, transporte - gera evasão.

Collor é o Jânio Quadros que deu certo (visão da burguesia) promete assentar 100.000 famílias.

Ministro da Reforma Agrária propõe colonização agrícola para favorecer grandes empresários rurais sua política é para exportação.

O governo está diminuindo intervenção nas empresas rurais e urbanas.

Num processo de democratização - Collor com votos da maioria onde o governo estabelece política com ditames do FMI

- Campanha parlamentarista e monarquista
- Como se organizar num contexto de uma democracia formal ?
- As esquerdas estão desorientadas - sem análise da situação, sem propostas.
- Governo Paralelo do PT está calado.
- Partidos de centro esquerda - foram para a direita.

3) Igrejas

- CNBB tem maioria progressista. Com descrédito em relação as Cebs e pastorais Populares
- Preocupadas com centralização em nome de dogmas, cortando criatividades popular.
- A Igreja Progressista apresenta maior número de propostas
- Existem duas Igrejas - Eclesiocêntica - Antropocêntrica.
- As seitas norteiam caminhada da Igreja católica que começa investir na espiritualidade.

QUESTIONAMENTOS:

- Como trabalhar nesta Igreja ?
- Como consolidar as comunidades ?
- Como reacender a esperança ?

CONCLUSÕES:

- O importante diante das frustrações é buscar questões que impulsionem a luta orgânica. A crise do movimento popular no Rio é histórica, sendo importante qua a CPT defina projetos.

Hoje há novos horizontes. Ex.Luta pela terra - Ocupação. É relevante para a CPT a retomada destas lutas. É diante dessa conjuntura que a entidade deve pensar sua ação para os próximos dois anos .

- É importante contribuir para superar a crise do sindicalismo, associações e demais formas de organizações dos trabalhadores bem como com os assentamentos que passam por várias crises.

A seguir os participantes reuniram-se em grupos com temas específicos:

a) Identidade;
b) Objetivos
c) Metodologia
d) Estrutura.

Em plenário se chegou às seguintes conclusões:

a) IDENTIDADE-

- Falta clareza sobre o papel da CPT;
- Falta clareza sobre o caráter pastoral da CPT;
- Há agentes que desenvolvem trabalho puramente político;
- A prática não tem acompanhado a mudança dos movimentos;
- O trabalho da CPT se confunde com o de outras entidades.

CONCLUSÃO:

É preciso passar por um processo de avaliação, discussão e tomada de alguns pontos para se ter clareza de ação e definição da sua identidade.

A discussão sobre o caráter pastoral é um sinal de vitalidade . É importante criar equipes locais que desenvolvam os trabalhos básicos nas CEB's rurais ou levar as comunidades a assumirem este trabalho.

Os problemas da CPT com os bispos precisam ser solucionados, resgatar a confiança e construir uma assessoria que responda às necessidades eclesiais, sociológicas e políticas.

b) OBJETIVOS_

_ Assessorar técnicamente, pastoralmente e juridicamente.

- Dinamizar movimentos e organizações dos trabalhadores.
- Contribuir com as diversas organizações de trabalhadores.
- Interligar objetivos da CPT local com o Regional.
- Incentivar as cooperativas de produção e comercialização.
- Reafirmar a necessidade de trabalho com assalariados.
- Assessorar os trabalhadores no processo de comercialização e produção.
- CPT Regional ter acesso ao Palácio do Governo para interferir na política agrária.
- Levar os trabalhadores a uma consciência de classe com objetivo da Reforma Agrária.

CONCLUSÃO:

Deve-se estabelecer critérios em relação à intervenção no / atual processo de ocupações.

Descobrir alguém que vai se empenhar na reconstrução do movimento dos Sem-Terra.

c) METODOLOGIA-

- A sociedade rural é complexa, exige capacitação dos agentes.
- Há ativismo, é preciso refletir a prática.
- Não existe relação teoria-prática.
- Fazer um planejamento de formação com assessoria.

CONCLUSÃO:

A CPT deve estar mais articulada com o trabalho nas CEB's rurais, ser mais presente junto aos trabalhadores, só assim poderá encontrar novas lideranças. Deve-se exigir das áreas um projeto concreto neste nível, que ajudará na elaboração de um planejamento de trabalho da CPT/RJ.

Atuar diante da categoria de trabalhadores e com maior concentração e maior potencial de luta, visando melhorar qualitativamente o nosso trabalho.

É preciso trabalhar o aspecto educativo e a formação crítica.

d) ESTRUTURA-

- Falta integração áreas-secretariado.
- Sem tramitação da coordenação. // centralização da coord
- Falta entrosamento entre áreas.
- Deve haver dois coordenadores, um administrativo e outro como articulador
- É necessário definir o papel da assessoria.
- Rever o conflito da CPT com bispos progressistas.
- Amadurecer o "P" da CPT.
- Regionalizar algumas atividades.
- A CPT diocesana deve ser autônoma.
- Curso para novos agentes.
- Áreas privilegiadas pela coordenação

Relação entre pessoas da CP, + CPT e trabalhadores

CONCLUSÃO:

Não havendo tempo para aprofundar esta discussão, foi remetida para um Colegiado Ampliado, onde as áreas, até a data marcada, devem se reunir para aprofundar estas questões, ficando o Colegiado marcado para o dia 04/07/91, das 10 às 18 h, na sede da CPT/RJ.

LINHAS DE AÇÃO

PASTORAL

- A partir das lutas, ajudar os trabalhadores a refletir e celebrar a sua vida à luz da Palavra, incentivando a unidade das Igrejas e do povo de Deus.
- Conduzir o trabalho pastoral de forma a contribuir para a unidade da classe trabalhadora.
- Criar espaço para que agentes e assessores possam aprofundar, a partir da p ática, o novo modo de a Igreja ser.
- Elaborar subsídios para o trabalho pastoral.
- Incentivar o conhecimento das expressões da religião popular para um melhor desempenho pastoral.
- Promover Romarias da Terra que incentivem a fé solidária às lutas dos trabalhadores rurais e da cidade.
- Promover reuniões de formação e planejamento do grupo de agentes pastorais que compõem as equipes locais com conhecimento e convite ao acompanhante e assessoramento especializado.
- Que a elaboração da proposta de Pastoral da CPT seja considerada nos níveis áreas e regional.

LUTAS PELA TERRA

- Buscar formas de estudar e discutir as questões da luta pela terra e pela Reforma Agrária, a partir das motivações dos trabalhadores.
- Apoiar a partir de critérios definidos pela entidade, as lutas de resistência (assentados, posseiros, acampados, atingidos), exigindo a regularização fundiária.
- Combater a política paternalista do estado, ajudando os trabalhadores a encarar de maneira crítica os recursos recebidos, para que mantenham sua autonomia, e incentivar a utilização coletiva dos benefícios.
- Buscar o apoio de outras entidades para estudar discutir e mobilizar os trabalhadores.
- Incentivar a articulação das lutas pela terra no projeto político dos trabalhadores rurais.
- Promover o intercâmbio de experiências de mutirões, assentamentos atingidos e outras formas de organização.
- No desenvolvimento de nossas atividades devemos priorizar as áreas que possibilitam um trabalho permanente.

PRÁTICAS ALTERNATIVAS

- Pesquisar os projetos governamentais e do capital no campo, e ajudar os trabalhadores a combatê-los defendendo os seus direitos.
- Ajudar os trabalhadores em colaboração com outras entidades a desenvolver práticas agrícolas populares e exigir do governo uma política agrícola que os favoreça.
- Discutir com os trabalhadores a legislação federal, estadual e municipal, contribuindo com a sua mobilização.
- Incentivar a articulação de comercialização direta com as populações de baixa renda, e atuar junto ás centrais de abastecimento no sentido de melhorar o serviço do pavilhão 30, tais como:
- frigoríficos,
- câmara de climatização etc..

SINDICALISMO E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DOS TRs

-Incentivar os trabalhadores rurais a participarem dos sindicatos de Trabalhadores Rurais, visando seu fortalecimento, como órgãos de representação classista.

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX· POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL· (021) 285·6840

REUNIÃO DO COLEGIADO

12 de maio de 1986
Sede da CPT-RJ

PAUTA

1. Assassinato de Pe. Josimo
2. Projetos das Áreas
   . leitura das Resoluções da última reunião do Colegiado
   . leitura dos "Critérios" para Projeto (feitos por Hermano)
3. Problemas do trabalho em Valença
4. Assessoria
   . Proposta do Artur
   . proposta do Arsênio

1. Assassinato Pe. Josimo

. telegrama de D. Vital ao Bispo de Tocantinópolis

. Telex de D. Vital/Pe. Geraldo ao presidente José Sarney, pedindo apuração do crime e medidas efetivas para a execução da Reforma Agrária.

. Ato Ecumênico, na Catedral de Nova Iguaçu, pela passagem do 7º dia de morte de Pe. Josimo.Convite a várias entidades, Igrejas e bispos. (foi tentado, por D.Vital, através de contacto telefônico com D. Eugênio Sales, realizar este ato no município do Rio de Janeiro)

2. Projetos

ITAGUAÍ (Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itacurussá, Ilha da Madeira)

. referenciar melhor o desenvolvimento do trabalho (historicamente).
. detalhar mais como é realizado hoje o trabalho e suas respectivas áreas.

NOVA FRIBURGO (Trajano de Morais, Duas Barras, etc. e Cachoeiras de Macacu)

. definir melhor os objetivos do trabalho (necessidades dos trabalhado-

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX· POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL· (021) 285·6840

res, tarefas da equipe, etc.) que justifiquem a necessidade de projet
. distinguir as áreas de trabalho (Cachoeiras e Trajano)
. Vera ajudará na elaboração

VOLTA REDONDA

. especificar melhor as grandes áreas que o projeto abrange, quais são os problemas presentes nestas áreas e o trabalho desenvolvido.

PETRÓPOLIS

. será encaminhado pelo Centro de Defesa ~~de Petrópolis~~ dos Direitos Humanos e pelo Regional da CPT.
. tentar incluir Magé e Teresópolis.

3. Problemas do Trabalho em Valença

. da conversa telefônica entre D. Vital e D. Amaury, ficou decidido:
- ir um assessor do Regional ao Mutirão da Conquista (que tem como pessoas atuantes e da área de Valença Jorge, Norberto e Argemiro) para fazer um levantamento dos problemas e comunicar estes dados a D. Amaury.
- quanto ao curso de Sindicalismo realizado em Sapucaia, gostaria que Fernando de Brito o concluisse.

4. Assessoria

PROPOSTA DE ARTUR

Situação Atual:

1. Está localizado em Paraty.
2. Faz o trabalho em Paraty e Itacurussá; participa de encontros em Angra dos Reis e tem pouca presença nas atividades do Regional.
3. Presta assessoria jurídico-educacional ao STR de Paraty.

Proposta e Resolução

1. nivelamento salarial (8 salários), dos quais (enquanto permanecer prestando assessoria ao STR de Paraty), 5 (cinco) serão assumidos pela CPT.
2. vai manter o trabalho em toda a área de Itaguaí, trabalhando junto ao STR de Paraty apenas 2(duas) vezes por semana.
3. participará e assumirá tarefas do Regional da CPT (assessoria a ou-

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX· POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL· (021) 285·6840

tras áreas, relação com entidades, presença nas reuniões do Secretariado e Colegiado).

4. Definirá o trabalho na área de Itaguaí com o coordenador local.

PROPOSTA DE ARSÊNIO

Diante de:

1. trabalhar na CPT desde 82 (inicialmente Piratininga e Niterói), como voluntário;
2. mais tarde realizar algum trabalho em Trajano e participar das primeiras eleições de Paraty;
3. dar uma ajuda ao trabalho de Angra dos Reis;
4. em 83 passa a estagiário (com 2 salários mínimos);
5. ter realizado durante todo esse período um trabalho mais pedagógico, onde a questão jurídica foi secundária na sua atuação;
6. em 85 passa a 4 salários ,atuando como assessor jurídico, em trabalho conjunto com Artur nas áreas de Paraty e Itacurussá; participa de algumas reuniões da oposição sindical em Angra dos Reis; realiza contactos e duas reuniões com os trabalhadores da Usina Novo Horizonte, em Campos;
7. em 86 , com a saída de Miguel, aumenta o trabalho em Cachoeiras de Macacu, assumindo agora, em primeiro plano, o trabalho com a corrente sindical;
8. neste período esteve presente na Ilha da Madeira, Patrimônio (usucapião coletivo),Paracambi e Guandu (reuniões)

Proposta

- quer 6 salários mínimos e pagamento das despesas realizadas com o trabalho.

Discussão:

- assessor X estagiário
- se há necessidade de,neste Regional,haver mais advogados.
- a disparidade salarial na CPT-RJ.
- problemas de ordem mais pessoal - impaciência, agressividade, respeito aos companheiros de trabalho - são decisivos para o desenvolvimento positivo ou negativo do trabalho de assessoria e de equipe, sendo estes pontos levantados como fundamentais para a avaliação do trabalho desenvolvido pelo companheiro Arsênio.
- apenas a área de Itaguaí, através de seu representante, Abílio, trouxe uma avaliação do trabalho de Arsênio - foi negativa.

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX· POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL· (021) 285·6840

Resolução

A CPT-RJ não necessita do trabalho de Arsênio como assessor jurídico - educacional, não aceitando sua proposta de aumento salarial, dispensando, desta forma, seus serviços.

VOTAÇÃO : 8 votos a favor desta resolução
3 votos contra esta resolução
2 abstenções

Participantes da reunião:

D. Vital, Pe. Geraldo, Pastora Maria , Vera, Fernando Moura, Arsênio, Artur, Luisella, Abílio, Ir. Eulália, Goya, Genival, José Sanitária.

(o representante da área de Cachoeiras de Macacu não esteve presente(área onde Arsênio atuava mais recentemente) não sendo considerado o seu voto) Esta observação está posta por ter sido motivo de polêmica na reunião.

CEDIM

5. ASSESSORIA OCUPAÇÕES (Discussão)

- alertar os grupos para o tipo de dificuldades que enfrentarão:
  . força do proprietário
  . situação jurídica da área
  . o tamanho da área
  . o tipo da terra ...

- unindo a isso a discussão sobre a importância da organização interna dos trabalhadores, partindo do princípio de que a conquista da terra depende deles e não do governo.

- assessoria CPT é diferente do papel do MST

- trabalhar para não dividir a terra

- se é uma luta que avança o processo de Reforma Agrária

- o segredo da ocupação (P.ex. Casimiro de Abreu)

RESOLUÇÃO

a) Tentar fazer um folheto com pontos básicos para uma ocupação. (antes, durante e depois).

6. ELEIÇÕES 86

RESOLUÇÃO

A) Como existem várias questões políticas e práticas envolvidas, discutir essa questão de forma prolongada na próxima reunião do Colegiado (dias14 e15 de outubro)

7. FOLHA INFORMATIVA

Avaliação: Vem sendo útil e lida na maioria das áreas, sendo as matérias de "Revistas" mais importantes e interessantes. Como crítica foi levantado o problema da letra miúda (reduções), qualidade do xerox e atrazo das notícias.

RESOLUÇÃO

a) Avaliar publicação do CPV que a princípio cumpriria o mesmo papel da Folha Informativa, considerando que a CPT-RJ não possui infra-estrutura para sustentar com periodicidade inferior a uma semana este material .

8. ROMARIA DA TERRA

Informe sobre trajeto,ponto de encontro, horário e programação.

c) Maria
passa, como assessora pastoral, a tempo integral, com salário de 6 mínimos.
tarefa: reflexão teológica com grupos e pessoas novas, integrando sindicalismo com a questão da terra, auxiliando a reprodução dos cursos, buscando sempre encaminhar conjuntamente com D. Vital. (unanim.)

d) Artur
É assessor do CPT-RJ, trabalhando no STR de Paraty. Acumulará até o início do próximo ano para deixar a assessoria do STR ' nas mãos de outro advogado, que desde já comece a ir na área' para situar-se em relação aos problemas e conflitos.
Artur tem um prazo para providenciar mudança para o Rio de Janeiro, dessa forma frequentando mais a sede e respectivas reuniões, indo apenas duas vezes por semana ao STR de Paraty.
Cabe ao Secretariado definir as tarefas. (unanim.)

e) Dyrce
mantém o mesmo nível de prática no projeto Constituinte, compa recendo às reuniões de Secretariado da CPT e tarefas que se co loquem e também do Colegiado.

4. PROJETOS CPT/ÁREAS

☐ Questões levantadas por CERIS acerca do projeto da área de Itaguaí.
- composição equipe diocesana.
- qual remuneração e com base em que?
- quais equipes locais ?
- como é a articulação equipe diocesana e equipes locais ?
- quem participa dos encontros anuais, tem atas ?
- como se chegou à estimativa orçamentária ?
- especificar despesas encontros.
- quais são os serviços de apoio ?

RESOLUÇÕES

a) Essas são questões que seguramente serão levantadas em relação aos outros projetos e também em relação ao projeto da equipe' central da CPT-RJ: "Como se situam os projetos de área, sendo a CPT-RJ financiada em seu trabalho? E vice-versa. E o que é específico de ' cada uma ?

b) Projeto Valença
Será lido e avaliado próxima reunião Secretariado e encaminhado ao Colegiado.

☐ Leitura Projeto equipe central

Discussão das questões que poderiam ser entendidas como duplicidade entre este projeto e os de área . (assessoria jurídica, educacional...)

Como a assessoria da CPT-RJ dividirá o trabalho no sentido de ' cumprir as metas e planejamento estabelecidos no projeto?

RESOLUÇÕES

a) reunião do Colegiado dia 4 para apresentação da estimativa orçamentária do projeto 87/88 e do projeto de Valença.

REUNIÃO COLEGIADO
dias 27 E 28 AGOSTO

Colégio Assunção

Participantes: D. Vital, pe. Geraldo, Maria, Vera, Fernando Moura, Dyrce, Artur, Ir. Josefina, Eulália, Pe. Genival, Guedes, Álvaro, Márcia.

Pauta

1. INFORME

_ Encontro de Pastoral e Liturgia

O Encontro surgiu da preocupação de que as liturgias respondessem mais a realidade do povo com que se celebra.
O tema foi ampliado para uma reflexão pastoral da CPT. A programação poderia ter sido melhor e o Colegiado deveria estar presente para melhor entrosamento com os religiosos.

2. ENCONTRO DE LAVRADORES

- Preparação:
Foi falha, sem que a comissão tirada pelo Colegiado funcionasse, sem que as áreas, por falta de integração, de um relacionamento melhor com o Regional, respondessem às correspondências enviadas.

- Participação
Houve pouca participação dos lavradores na montagem da pauta e discussões que se colocaram.

- Conteúdo
Constituinte foi positivo, mas houve avanço principalmente na questão sindical.

- Coordenação
Improvisada, com muitas dificuldades. Ranulfo ajudou muito.

3. SALÁRIOS; ATRIBUIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL; TETOS MÁXIMOS; TAREFAS...

(teto máximo secretária - 6 sal. mín.)
(sal. famílias - 1/2 sal. mín. para cada filho)
(1/2 período de trabalho - salário pela metade)
(teto máximo sal. de assessoria - 9 sal. mín.)

RESOLUÇÕES

a) Márcia -
assessora em meio expediente - 1/2 salário (4,5)
tarefas: administração da CPT, Folha Informativa, Relatório de reunião, publicações. (por unanimidade)

b) Elza
secretária em tempo integral, com experiência de 2(dois)meses, com salário de 3 minimos.
tarefas: limpeza, atendimento da sede, datilografia (unanimid)

T E R R A É V I D A E A M O R.

J U S T I Ç A P A R A O P O V O L U T A D O R.

8ª R O M A R I A D A T E R R A.

C A M P O A L E G R E - Q U E I M A D O S.

Ao povo de Campo Alegre
eis a nossa saudação
na oitava Romaria
unidos em oração
buscando a fraternidade
apoiando a cada irmão.

-02-

Nesta oitava Romaria
o povo campoalegrense
é um grupo que trabalha
com a esperança vence
são os grandes lutadores
da baixada fluminense.

-03-

É um sinal de união
de um povo lutador
por trabalho e moradia
por terra vida e amor
acreditando no Cristo
Nosso Deus Libertador.

-04-

Terra é vida e amor
o refrão da oração
é o povo se unindo
buscando a libertação
a procura de justiça
de trabalho terra e pão.

-05-

Procurando intensamente
um local para viver
de terra para plantar
e assim poder obter
um rancho para morar
e o pão para comer.

-06-

É povo que quer lutar
sem ódio inveja ou rancor
prá trabalhar e viver
e construir muito amor
gente que crêr e confia
em Cristo Nosso Senhor.

-07-

Aconteceu em Pedra Lisa
foi o primeiro local
logo no segundo ano
caminhada em Pinheiral
depois o Sol da Manhã
acolheu ao pessoal.

-08-

Depois em Pedra Furada
foi a quarta Romaria
o mutirão da Conquista
a caminhada seguia
a sétima em Carapebus
um festival de alegria.

-09-

Assim queridos Romeiros
firmeza de coração
acreditando se vence
jogando a cerca no chão
só se consegue vitória
com trabalho e união.

-10-

O grupo da C.P.T.
dar incentivos a isto
todo cristão consciente
está envolvido nisto
tem esperança e confia
na graça de JESUS CRISTO.

Autor: Luiz F. Neto

Neto

8ª Romaria da terra realizada
em Campo Alegre - Queimados
Diocese de Nova Iguaçu
24 de julho de 1.994.

ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DA CPT

1- Caracterização da área de trabalho da equipe local:

- É uma área de conflitos de terra, lutas de assalariados, parceiros arrendatários, bóias frias, meeiros...?
- Quais os critérios que a equipe utiliza para desenvolver o trabalho?
- Como está a organização dessas categorias de trabalhadores?
- Quais as principais atividades econômicas no meio rural?
- Qual a atuação das forças políticas locais (prefeitura, partidos, etc.. junto aos trabalhadores(?
- Qual a estrutura fundiária da área de trabalho da equipe?

2- Qual o trabalho desenvolvido este ano pela CPT;

a)Com relação à terra:

- Qual foi a atuação da equipe local na luta pela posse da terra quanto a organização, mobilização e quanto à questão da produção?
- No caso de ter ocorrido ocupações de terra, como a Cpt agiu em relação à organização dos trabalhadores, assessoria, apoio institucional (padres e bispos); intermediação com o Estado e seus diversos órgãos; incentivos e poio à ação do Sindicato na questão.
- Que tipo de discussão e mobilização a equipe local vem fazendo com relação ao PNRA e o PRRA?

3. b)Com relação à Pastoral (Fé/Igreja):

- Que atividades foram desenvolvidas no sentido de aprofundamento da ligação FéxPolítica?
- Como vem se dando o relacionamento com outras Pastorais, Paróquias, Dioceses e outras Igrejas?

c) Com relação à Organização Sindical:

- Qual a atuação do Sindicato e da Federação na área e que relações a equipe mantem com ambos?
- No contexto acima, como a CPT desenvolve o trabalho de educação sindical na área?

d) Com relação à Constituinte:

- Qual é a participação da equipe na discussão e mobilização sobre o que é a Constituinte e a importância da participação dos trabalhadores no processo constituinte?

e) Relação com outras Entidades:

- Com grupos políticos atuantes na área
- Com outras Igrejas (religiões)
- Com agentes do Estado

f) Como é a relação da equipe local com CPT/RJ (Colegiado,Secretariado) e vice-versa?

g) Como é a relação entre os membros da equipe? Existe unidade de princípios e ação?

h) Como a equipe local desenvolveu o seu trabalho com as categorias no campo, quanto à formação e à Metodologia?

Telegrama

Exigimos garantias de vida à Francisco Lau, Manoel Barbosa e seus familiares; apuração imediata dos responsáveis e instauração do inquerito policial.

Ao Secretário de Justiça e Polícia Civil
Nilo Batista
Rua da Relação, 42,
Rio de Janeiro - R.J.
CEP 20.281

Ao INCRA

Telegrama

Exigimos imediata retirada dos grileiros da Fazenda Campos Novos, assentamento definitivo dos trabalhadores rurais e garantia de vida à Francisco Lau, ~~sua familia~~ e Manoel Barbosa e seus familiares.

Superintendente Altamir Pettersen.

Endereço INCRA
Largo São Francisco de Paula,
34 - 16º andar
Rio de Janeiro - R.J.
CEP 20 051

CEDIM

TERMO DE DEPOIMENTO

Ao 6 dia do mês de janeiro de 1994, no Gabinete da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Nova Iguaçu, compareceu o Padre GERALDO JOÃO LIMA, da Comissão da Pastoral da Terra do Rio de Janeiro, com sede na Rua Santo Amaro, 191, Glória, Rio de Janeiro, tel. 232-0495 ou 221-4109, pelo mesmo foi dito que: teve conhecimento que a Sra. Marlene, desconhecendo o sobrenome, esteve no Estado do Espírito Santo, onde entrou em contato com a Sra. Luzinete Gonçalves da Cruz, propondo trazer para o Rio de Janeiro, seus filhos, oferecendo trabalho, escola e alimentação; que foram trazidos os seguintes menores: Osiel da Cruz Pereira - 11 anos -, Josiel da Cruz Pereira, deficiente auditivo e mental - com 20 anos de idade -, Lucineia da Cruz Pereira - com 15 anos de idade-, Josimar da Cruz Pereira - com 17 anos presumíveis- e mais um menor que desconhece o nome, com 13/14anos presumíveis; que os menores foram levados para o sítio do Sr. Horácio e D. Marlene, situado na Estrada da Polícia,942, em frente ao Sítio da Saudade, de n. 80 - no limite de Nova Iguaçu e Japeri; que os menores estam em condições de trabalho inadequada; que atualmente não se encontram no sítio Josimar e o outro menor que o depoente desconhece o nome; que esses fatos ocorreram a cerca de um ano e meio; que d. Luzinete esteve no Rio de Janeiro posteriormente, e constatou que as condições de seus filhos não foram as combinadas; que seus filhos não recebem salário, não recebem assistência médica, que a alimentação é deficitária; que não estam na escola; que recebem maus-tratos, consistidos em violência, ameaças de morte, espancamentos; que o Sr. Horácio faz chantagens com os meninos no sentido de que quando de sua ausência no sítio os mesmos não devem manter contato com qualquer pessoa, prometendo dar dinheiro, vacas e outras vantagens; que as referidas promessas são feitas a Josiel, que não tem caráter de entender, face a sua deficiência; que Osiel teve um braço fraturado, acreditando o depoente ter sido por ocasião de uma tarefa, sendo que não recebeu qualquer assistência médica por parte de seus

"patrões", sendo socorrido por vizinhos; que Osiel e Josiel, inclusive, costuma ser obrigado a estender os fios metálicos das cercas sozinho; que as crianças são obrigadas a carregar fardos de capim, de grande porte, sozinhos; que geralmente as crianças trabalham inclusive embaixo da chuva; que o depoente não sabe informar sobre a duração das jornadas de trabalho; que a comissão da Pastoral recolheu vários depoimentos que retratam espancamentos em Josiel e Oziel; que Josimar trabalhou no referido sítio por um período de 3 meses; que não se adaptando fugiu e foi trabalhar com um vizinho; que o sr. Horácio ao tomar ciência, não se agradando do fato, o retirou do emprego e, apenas pagou a passagem de volta para o Espírito Santo, não pagando qualquer salário; que o retorno do menor não foi voluntário, mas sim impingido pelo Sr. Horácio, vez que o menor se agradou do trabalho desempenhado no vizinho; que Lucinéia desempenha trabalhos domésticos na residência do Sr. Horácio e D. Marlene, situada na Rua Pontal do Sul,163, Jardim Esplanada Nova Iguaçu; que Lucinéia levanta às 6:00 horas e faz todo o trabalho de casa, qual seja cozinha, lava, passa, arruma a casa e faz os trabalhos de "servente", que consiste no serviço de atendimento ao casal e seus filhos; que a casa possui 3 andares, a obrigando a subir e descer várias vezes por dia; que a jornada de trabalho se inicia às 6:00 horas e termina por volta das 19:00 horas; que não há pagamento de salários, assistência médica, não estuda; que só recebe roupas no período de 3 em 3 meses; que Lucinéia ficou revoltada porque esteve fortemente gripada e não foi levada ao médico; que Lucineia relatou que recebeu um "pescoção" do Sr. Horácio, tendo fugido para o sítio do Sr. Valdonier Francisco Xevier, que é um empregado do sítio renascer, que a acolheu; que o Sr. Horácio soube do fato e invadiu a casa do Sr. Valdonier obrigando Lucinéia a voltar para casa; que Lucinéia foi até o sítio do Sr. Horácio e não foi se avistar com sua mãe, vez que a informação lhe foi sonegada; que a denúncia chegou até a Pastoral através da Sra. Luzinete; que todos os vizinhos encontram-se amendrontados, vez que o Sr. Horácio é

pessoa violenta; que aponta como testemunhas dos fatos as seguintes pessoas: Sebastião Marques, solteiro, residente na

estrada da Polícia n.5, Jaceruba - Alexandre Castro Freire, solteiro, residente na Estrada da Polícia, em um sítio contiguo ao da primeira testemunhas e Maria Lúcia Bernardo, filha de D. Marli, que está acolhendo D. Luzinete e mais 2 filhos, uma menina menor e Josimar,que retornou do Espírito Santo, na Estrada da Jaceruba, 991, sítio Renascer. Nada mais foi dito e nem foi perguntado.

MINISTÉRIO PÚBLICO:

TESTEMUNHA:

PADRE GERALDO JOÃO LIMA

ADVOGADA :

DANIELE GABRICH GUEIROS

OAB 25.930-P

CEDIM

A DIOCESE DE NOVA IGUAÇÚ CELEBRA O SEU JUBILEU
Dia 25 de Julho de 2010 – Dia do trabalhador Rural
Romaria da Terra e das Águas, em Paracambi - RJ

Tríduo em preparação à Romaria da terra e das Águas

1º Dia:
Tema: Memória da Caminhada

1. Ambientação: Cartaz com o título "**Romaria da Terra e das Águas**"
Manta no chão, uma jarra com água e um vaso com terra, velas
2. Canto: O povo de Deus
3. Introdução: Queridos irmãos e irmãs, estamos vivendo um tempo Jubilar! Tempo de celebrar a caminhada, tempo de celebrar as conquistas! Tempo de celebrar a vida! Todas as vidas! Quem nos convoca é o Deus Pai Mãe de todas as coisas! Já fizemos neste ano várias caminhadas para celebrar o nosso jubileu diocesano. Quem se lembra de alguma dessas caminhadas?

Agora, nos preparamos para celebrar a caminhada dos Trabalhadores rurais, no dia 25 de julho. Quem já participou de alguma Romaria da Terra e das Águas? Que sentido tem para nós estas romarias? Quem se lembra da caminhada do Povo de Deus em busca da Terra Prometida?

4. Texto Bíblico: Ex 3,7-10

5. Salmo de resposta: Salmo 126 (125) – Deus transforma o sofrimento em alegria

6. Preces comunitárias: Motivar preces dentro do tema da caminhada

7. Pai Nosso e Ave Maria (de mãos dadas)

8. Canto final

.....

2º Dia:
Tema: Salvar a Criação de Deus

1. Ambientação: Cartaz com o título "**Romaria da Terra e das Águas**"
Manta no chão, uma jarra com água e um vaso com terra, velas, plantas, flores, frutas...

2. Canto: O Deus que nos criou, nos quis, nos conquistou para anunciar o seu amor!

3. Introdução: Queridos irmãos e irmãs, estamos vivendo um tempo Jubilar em nossa Diocese! Ao mesmo tempo, vivemos enormes desafios quanto à violação e destruição da natureza. Vemos por toda parte o desprezo e descuido da vida no plante Terra. Como este descuido se manifesta no ambiente em que vivemos? ~ planeta

CEDIM

4. Texto Bíblico: Oséias 4,1-3 ou Jr 4,19-25
Como fazer uma gesto concreto de recuperação e preservação do planeta..Utilizar material da campanha do Limite, (agora você ajusta ai) da propriedade da Terra. Isto é um direito do povo e um dever do Estado - (ver em baixo)
5. Salmo de resposta: Salmo 49(48) – A vida é dom e não mercadoria

6. Preces comunitárias: Motivar preces dentro do tema do **cuidado com a Mãe Natureza**

7. Pai Nosso e Ave Maria (de mãos dadas)

8. Canto final

.....

3º Dia:
Tema: Comprometermos a sermos defensores e multiplicadores das alternativas que irão salvar a Mãe Natureza

1. Ambientação: Cartaz com o título "**Romaria da Terra e das Águas**"
Manta no chão, uma jarra com água e um vaso com terra, velas, plantas, flores, frutas, sementes, Cartilhas e Cartazes de Pastorais Sociais, Movimentos Sociais e ecológicos, agroecologia, etc

2. Canto: Se calarem a voz dos profetas

3. Introdução: Queridos irmãos e irmãs, todos estamos conscientes de que a vida na Terra está ameaçada por muitos motivos, sobretudo pela ganância dos poderosos, que exploram as riquezas naturais de maneira brutal e inconseqüente. Mas, a ação libertadora e transformadora de Deus se realiza através dos pequenos, como aconteceu com Moisés, com o pequeno Davi, com Débora, Judite e tantas outras pessoas que se entregaram totalmente pela vida de todos. Queremos neste último dia do nosso tríduo, trazer muito presente Jesus de Nazaré, que disse: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10). Como enviado do Pai, Jesus não somente anunciou o Reino de Deus, mas entregou-se livremente na realização do Plano de Deus para a humanidade. Ao fazer memória da entrega de Jesus, vamos dizer bem alto os nomes das pessoas que foram fiéis ao seguimento de Jesus e se entregaram até o martírio na luta pela justiça, pela vida e dignidade de todas as pessoas.

(Tempo de silêncio – nome dos mártires da caminhada) Um diz: Irmã Filomena. Todos dizem: Irmã Filomena Você está presente. (e assim todos...)

4. Texto Bíblico: Jo 10, 7-13

5. Salmo de resposta: Salmo 23(22) – Deus hospeda o perseguido

6. Preces comunitárias: Motivar preces que expressem um compromisso com o cuidado da Mãe Natureza. A decisão de somar forças com o Mutirão de enfrentamento ao agrohidronegócio; contra os monocultivos; contra a prática do trabalho escravo; contra a privatização e poluição das águas, contra os grãos transgênicos e contra os agrotóxicos.-

A maioria dos países ~~tem~~ já criaram esta lei. O Brasil é um país no mundo que não tem limites para a propriedade da terra nas mãos de particulares e mais de estrangeiros, o que contraria a constituição federal.
Porisso estamos fazendo um abaixo assinado e um plesbicito para ver se o povo quer limitar o tamanho da terra no Brasil

Expressar outros gestos que contribuirão para salvar o planeta.

(lixo na lixeira, plante arvores, não corte e nem queime, a terra é nossa mãe, cuide dela com carinho, Você já pediu a benção a sua Mae Terra, você pode lhe fazer um carinho e lhe dar um beijo)

7. Pai Nosso e Ave Maria (de mãos dadas)

8. Canto final

CEDIM

15 - CANÇÃO DE MARIA

VIRÁ O DIA EM QUE TODOS
AO LEVANTAR A VISTA
VEREMOS NESTA TERRA
REINAR A LIBERDADE

Minha alma engrandece
O Deus libertador.
Se alegra o meu espírito
Em Deus meu salvador.
pois ele se lembrou
de seu povo oprimido
E fez de sua serva
A mãe dos esquecidos.

Imenso é seu amor
Sem fim sua bondade
pra todos que na terra
Lhe seguem na humildade
Bem forte é nosso Deus
levanta o seu braço
Espalha os soberbos,
destrói todos os laços.

Derruba os poderosos
Dos seus tronos erguidos
Com o sangue e o suor
Do seu povo oprimido
E farta os famintos.
Levanta os humilhados,
Arrasa os opressores
Os ricos e os malvados.

Protege o seu povo
Com todo o carinho
Fiel é seu amor
Em todo o caminho
Assim é o Deus vivo
que marcha na história
Bem junto do seu povo
Em busca da vitória.

Louvemos nosso Pai
Deus da libertação.
Que acaba a injustiça
Miséria e opressão.
Louvemos nosso irmão
que luta com valia
Fermentando a história
Prá vir o grande dia.

16 - IRÁ CHEGAR

Irá chegar um novo dia/
um novo céu, uma nova terra,
e um novo mar/
E nesse dia, os oprimidos/
numa só voz a liberdade
irão cantar.

Na nova terra o negro não vai ter corrente
E o nosso índio vai ser visto como gente/
Na nova terra, o negro, o índio e o mulato/
o branco e todos vão comer num mesmo prato.

REFRÕES:

1 - A BÍBLIA É A PALAVRA DE DEUS
SEMEADA NO MEIO DO POVO,
QUE CRESCEU,CRESCEU E NOS TRANSFORMOU
ENSINANDO-NOS VIVER UM MUNDO NOVO



2 - ANIMADOS PELA FÉ
E BEM CERTOS DA VITÓRIA
VAMOS FINCAR NOSSO PÉ
E FAZER A NOSSA HISTÓRIA
E FAZER A NOSSA HISTÓRIA
ANIMADOS PELA FÉ.



3 - NOSSOS DIREITOS ,VEM!
NOSSOS DIREITOS, VEM!
SE NÃO VIR NOSSOS DIREITOS
O BRASIL PERDE TAMBÉM. (Bis)

4 -DE REPENTE NOSSA VISTA CLAREOU
CLAREOU, CLAREOU.
E DESCOBRIMOS QUE O POBRE TEM VALOR,
TEM VALOR, TEM VALOR!

5 - VIVA, VIVA A MULHER DESTA NAÇÃO,
QUE VAI GERANDO NO VENTRE
A NOVA SEMENTE DA LIBERTAÇÃO.
E VEM TRAZENDO NO SANGUE,
A SEMENTE NOVA DA REVOLUÇÃO!





6 - UM CLAMOR DE JUSTIÇA ESTÁ NO AR
UM CLAMOR DE JUSTIÇA ESTÁ NO AR

7. PÕE A SEMENTE NA TERRA/
NÃO SERÁ EM VÃO :
NÃO TE PREOCUPES A COLHEITA,
PLANTAS PARA O IRMÃO (bis)

5ª ROMARIA - CAMINHADA DA TERRA:

8:00 h - CHEGADA - APRESENTAÇÃO
9:00 h - ABERTURA:
D.ELZA - PRES. MUTIRÃO DA CONQUISTA
D. ELIAS - BISPO DE VALENÇA
ELIAS - EVANGÉLICO

1ª PARADA - SOLIDARIEDADE CAMPO X CIDADE
2ª PARADA - JUSTIÇA NO TRABALHO
3ª PARADA - TERRA REPARTIDA

13:30 h - ESPAÇO CULTURAL
15:00 h - CELEBRAÇÃO
16:00 h - ENCERRAMENTO.

5ª CAMINHADA DA TERRA/RJ
MUTIRÃO DA CONQUISTA - VALENÇA - RJ.
18 - 08 - 91
"TERRA REPARTIDA - JUSTIÇA NO TRABALHO"
C A N T O S



1 - BENDITO DOS ROMEIROS DA TERRA

1 -Bendita e louvada seja
Esta santa romaria
Bendito o povo que marcha
Bendito o povo que marcha
Tendo Cristo como guia.

Refrão
Sou, sou teu Senhor,
Sou povo novo, retirante e lutador.
Deus dos peregrinos,
Dos pequeninos ,Jesus Cristo Redentor

2 -No Egito antigamente
Do meio da escravidão,
Deus libertou o seu povo.
Hoje ele passa de novo
Gritando a libertação

3- Para a terra prometida
O povo de Deus marchou.
Moisés andava na frente.
Hoje Moisés é a gente.
Quando enfrenta o opressor.

4- Caminheiros na estrada
Muita cerca prende o chão.
Todo arame e porteira
Merecem corte e fogueira,
São frutos da maldição.

5 -Quem é fraco Deus dá força
Quem tem medo sofre mais,
Quem se une ao companheiro
Vence todo o cativeiro,
É feliz e tem a paz.

6 -Mãos ao alto, voz unida,
Nosso canto se ouvirá
Nos caminhos do sertão.
Clamando por terra e pão
Ninguém mais se calará.

2 - POVO DE DEUS

O povo de Deus no deserto andava
Mas à sua frente alguém caminhava
O povo de Deus era rico de nada
Só tinha esperança e o pó da estrada.
Também sou teu povo, Senhor, estou nesta
estrada somente a tua graça me basta
e mais nada. (bis)

O povo de Deus também vacilava.
Às vezes custava a crer no amor.
O povo de Deus, chorando, rezava,
Pedia perdão e recomeçava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada:
Perdoa se às vezes não creio
em mais nada (bis)

O povo de Deus também teve fome
E tu lhe mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus cantando deu graças,
Provou teu amor, teu amor que não passa.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada.
Tu és alimento, na longa caminhada. (bis)

O povo de Deus, ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou
O povo de Deus, corria e cantava
E nos seus louvores teu poder proclamava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada,
Cada dia mais perto da terra esperada. (bis)



3 - UTOPIA (Mi Maior)

Quando o dia da paz renascer
quando o sol da esperança brilhar,
eu vou cantar!
Quando o Povo nas ruas sorrir
e a roseira de novo florir,
eu vou cantar!
Quando as cercas caírem no chão,
quando as mesas se encherem de pão
eu vou cantar!
Quando os muros que cercam os jardins,
destruídos, então os jasmins
vão perfumar!
Vai ser tão bonito se ouvir a canção,
cantada de novo.
No olhar do homem a certeza do irmão:
Reinado do Povo.

Quando as armas da destruição,
destruídas em cada Nação.
eu vou sonhar!
E o decreto que encerra a opressão,
assinado só no coração
vai triunfar!
Quando a voz da verdade se ouvir
e a mentira não mais existir,
será, enfim,
tempo novo de eterna justiça,
sem mais ódio, sem sangue ou cobiça:
vai ser assim!

4 - GLÓRIA DOS POBRES

Glória a Deus nas alturas!
É o canto das criaturas. (Bis)
Rios e matas se alegram
teus pobres por ti esperam. (Bis)
Paz para o povo sofrido:
é o grito do oprimido. (Bis)
A terra mal repartida
clama por tua justiça (bis)

GLÓRIA, GLÓRIA,
GLÓRIA, TE DAMOS SENHOR !
GLÓRIA, GLÓRIA,
VENHA TEU REINO DE AMOR!

Glória a Jesus, nosso guia!
Filho da Virgem Maria,
veio pro meio dos pobres
pra carregar nossas dores!
Filho do Altíssimo Deus,
por nós na cruz padeceu!
Venceu a morte e a dor
Pra nos dar força e valor!

Glória ao Espírito Santo,
Que nos consola no pranto.
Que orienta a Igreja,
Para que pobre ela seja,
Que deu coragem a Pedro,
e aos santos, seus companheiros:
que hoje junta esse povo
a buscar um mundo novo!

5 - CANTO DOS MÁRTIRES DA TERRA
(Ré Menor)

Venham todos, cantemos um canto que nasce da terra,
canto novo de paz e esperança em tempos de guerra.
Neste instante há inocentes tombando nas mãos de tiranos.
Tomar terra, ter lucro matando: são esses seus planos.

Eis o tempo de graça!
Eis o dia da libertação!
De cabeças erguidas,
de braços unidos, irmãos!
Nós havemos de ver, qualquer dia,
chegando a vitória:
o povo nas ruas, fazendo a história,
crianças sorrindo, em toda a nação

Lavradores: Raimundo, José, Margarida, Nativo...
Assumir sua luta e seu sonho, por nós é preciso.
Nós havemos de honrar todo aquele que caiu lutando
contra os muros e cercas de morte, jamais recuando!

Companheiros, no chão desta Pátria é grande a peleja!
No altar da Igreja o seu sangue bem vivo lateja!
Sobre as mesas de cada família há frutos marcados
e há flores vermelhas gritando por sobre os roçados!

Ó Senhor, Deus da vida,, escuta esse nosso cantar
pois contigo o povo oprimido há de sempre contar!
Para além da injúria e da morte, conduz nossa gente!
Que teu Reino triunfe na terra deste Continente!

6 - QUEM DISSE QUE NÃO SOMOS NADA

REFRÃO

Quem disse que não somos nada
Que não temos nada para oferecer
Repare as nossas mãos abertas
Trazendo as ofertas do nosso viver.

1 - A fé do homem nordestino
Que busca um destino, um pedaço
de chão.
A luta do povo oprimido
Que abre caminho, transforma a nação.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

2 - Retalhos de nossa história
Bonitas vitórias que meu povo tem
Palmares , Canudos, Cabanos
São lutas de ontem e de hoje também.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

3 - Aqui trazemos a semente
Sangue desta gente que fecunda o chão.
Do gringo e tantos lavradores,
Santo e operários em libertação.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

4 - Coragem de quem dá a vida
Seja oferecida neste vinho e pão.
É força que destrói a morte
E muda nossa sorte, é Ressurreição.
ô,ô,ô, recebe Senhor.

7 - BAIÃO DAS COMUNIDADES (Sol)

SOMOS GENTE NOVA, VIVENDO A UNIÃO
SOMOS POVO-SEMENTE DA NOVA NAÇÃO, Ê,Ê
SOMOS GENTE NOVA VIVENDO O AMOR
SOMOS COMUNIDADE, POVO DO SENHOR, Ê,Ê

1. Vou convidar os meus irmãos trabalhadores/
operários, lavradores, biscateiros e outros mais;
E juntos vamos celebrar a confiança,
nossa luta na esperança de ter terra,pão e paz, ê,ê

2. Vou convidar os índios que ainda existem,
as tribos que ainda insistem no direito de viver.
E juntos vamos, reunidos na memória,
celebrar uma vitória que vai ter que acontecer, ê, ê.

3. Convido os negros, irmãos no sangue e na sina,
seu gingado nos ensina a dança da redenção;
de braços dados, no terreiro da irmandade,
vamos sambar de verdade enquanto chega a razão,ê,ê.

4. Vou convidar Oneide, Rosa, Ana Maria
a mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor./
E reunidos no altar da liberdade,
vamos cantar de verdade, vamos pisar sobre a dor.

5. Vou convidar a criançada e a juventude/
tocadores me ajudem, vamos cantar por aí/
O nosso canto vai encher todo o país/
velho vai dançar feliz
quem chorou vai ter que rir.

6. Desempregados, pescadores desprezados
e os marginalizados venham todos se ajuntar/
à nossa marcha para a nova sociedade,
quem nos ama de verdade, pode vir, tem um lugar,ê,ê...

8 - O MIGRANTE
(Ré menor)

Peregrino nas estradas de um mundo desigual,
espoliado pelo lucro e ambição do capital,
do poder do latifúndio enxotado e sem lugar,
já não sei pra onde andar...
Na esperança, eu me apego ao mutirão.

Quero entoar um canto novo de alegria (Ré Maior)
ao raiar aquele dia
de chegada ao nosso chão.
Com meu povo celebrar a alvorada,
minha gente libertada:
lutar não foi em vão.

Sei que Deus nunca esqueceu dos oprimidos o clamor
e Jesus se fez do pobre, companheiro e servidor.
Os profetas não se calam, denunciando a opressão,
pois a terra é dos irmãos...
e na mesa igual partilha tem que haver.

Pela força do amor o universo tem carinho
e o clarão de suas estrelas ilumina o meu caminho.
Nas torrentes de justiça meu trabalho é comunhão.
Arrozais florescerão...
De seus frutos liberdade colherei.

9 - PAI NOSSO DOS MÁRTIRES

Pai nosso,
dos pobres marginalizados!
Pai nosso,
dos mártires, dos torturados!

Teu nome é santificado,
naqueles que morrem defendendo a vida.
Teu nome é glorificado
quando a justiça é nossa medida.
Teu Reino é de liberdade
de fraternidade, paz e comunhão.
Maldita toda violência,
que devora a vida pela repressão.

Queremos fazer tua vontade.
És o verdadeiro Deus libertador.
Não vamos seguir as doutrinas
corrompidas pelo poder opressor.
Pedimos-te o Pão da vida,
o pão da segurança, o pão das multidões,
o pão que traz humanidade,
que constrói o homem em vez de canhões.

Perdoa-nos quando, por medo,
ficamos calados diante da morte!
Perdoa e destrói os reinos
em que a corrupção é a lei mais forte
protege-nos da crueldade
do Esquadrão da Morte, dos prevalecidos.
Pai nosso, revolucionário,
parceiros dos pobres, Deus dos oprimidos!

10 - ROMARIA DA TERRA

Romaria da terra / faz o povo arreunir
numa luta sem guerra, / Nós lutaremos por ti!

A terra é sagrada,/ feita por Nosso Senhor
Ele fez e deu ao homem/ e também lhe ensinou
que é nela que vivemos/ e a ela abençoou.
É tão linda a natureza,/ é obra do Criador.
E Deus deu a inspiração,/ o homem fez a plantação:
foi assim que começou. (Gen.1,26-31)

Mas no passar do tempo,/ que o povo aumentou,
começou a ambição / e a terra negociou.
Uns comprava e outros não, / e a força eles tomou:
fazendeiros e jagunços/ matando os trabalhador.
E as famílias, que era dono,/ hoje vive no abandono,
sem suas terras ficou.

Amigo trabalhador,/ veja a nossa situação:
nós queremos trabalhar / e não temo condição.
A terra, que era nossa,/ hoje é toda do patrão;
desemprego na cidade/ virou uma maldição.
Precisamos nos unir / e nós vamos resistir,
pôr a terra em nossas mãos.

11 - MOMENTO NOVO

Deus chama a gente pra um momento novo
de caminhar junto com seu povo
É hora de transformar o que não dá mais,
sozinho isolado ninguém é capaz.

POR ISSO VEM,
ENTRA NA RODA
COM A GENTE TAMBÉM
VOCÊ É MUITO IMPORTANTE.

Não é possível crer que tudo é fácil,
há muita força que produz a morte,
gerando dor,tristeza e desolação
é necessário unir o cordão.
Na força que hoje faz brotar a vida,
atua em nós pela sua graça,
é Deus que nos convida prá trabalhar
o amor repartir e força juntar.

12 - BRASIL DOS EXPLORADOS

Refrão

No meu coração, já não cabe mais,
colocar tristeza, pois já é demais.

Quando a gente pintou por aqui
Nos disseram que tudo era bom
E crescemos com sêde de ver
Esse mundo de gente feliz.

Quando a gente entrou para a escola
Nos falaram de riquezas mil
Com o povo deitado em berço
Com a gente prá frente Brasil.

Quando a gente pintou no trabalho
O patrão prometeu melhorar
Dê o duro, seu moço, que um dia
Sua vida também mudará.

Quando a gente passou a votar
Prometeram fazer desse chão
Um Brasil, com um povo contente
Sem sofrer, sem ter fome de pão.



13 - A GRANDE ESPERANÇA

- A classe roceira e a classe operária,
Ansiosa espera a reforma agrária.
Sabendo que ela será a solução
Para a situação que está tão precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área,
Sei que na miséria ninguém viveria,
E a produção já aumentaria,
Quinhentos por cento só na pecuária.

- Esta grande crise que há tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo o seu brio.
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morre brasileiro de fome e de frio.
Em nossas Manchetes rica em imóveis.
Milhões de automóveis já se produziu.
Enquanto o coitado do pobre operário.
Vive apertado, ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.

- Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção.
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão.
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução.
Porque o ricaço que vive folgado,
Acha que o projeto, se for assinado,
Estará ferindo a Constituição.

- Mas, a grande esperança o povo conduz,
Pedindo a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha.
E para a família não faltar o pão.
Que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação.
A desigualdade que existe é tamanha.
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha,
o pobre do pobre vive de tostão

14 - Ó QUE COISA BONITA

Ó que coisa bonita (bis) / Deus Pai
Libertador / criar negra cor, ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / Jesus é nosso
Irmão sem separação / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / O Espírito a fé
a força o axé / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / Mãe por Deus escolhida,
Negra-aparecida / Ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / celebrar Deus da
vida com festa, comida / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / essa reza, esta
missa, Clamor de Justiça / ó que coisa bonita

10 - ROMARIA DA TERRA

Romaria da Terra/ faz o povo arreunir
numa luta sem guerra,/Nós lutaremos por ti!

A terra é sagrada,/feita por nosso Senhor
Ele fez e deu ao homem/e também lhe ensinou
que é nela que vivemos/e a ela abençoou.
É tão linda a natureza,/é obra do Criador,
E Deus deu a inspiração,/o homem fez a plantação:
foi assim que começou. (Gen. 1,26-31)

Mas no passar do tempo,/que o povo aumentou,
começou a ambição/e a terra negociou.
Uns comprava e outros não,/e a força eles tomou:
fazendeiros e jagunços/matando os trabalhador.
E as famílias, que era dono,/hoje vive no abandono,
sem suas terras ficou.

Amigo trabalhador,/veja a nossa situação:
nós queremos trabalhar/e não temos condição.
A terra, que era nossa,/hoje é toda do patrão;
desemprego na cidade/virou uma maldição.
Precisamos nos unir/e nós vamos resistir,
Pôr a terra em nossas mãos.

11 - O MIGRANTE (Ré menor)

Peregrino nas estradas de um mundo desigual,
espoliado pelo lucro e ambição do capital,
do poder do latifúndio enxotado e sem lugar,
já não sei pra onde andar...
Na esperança, eu me apego ao mutirão.

Quero entoar um canto novo de alegria (Ré maior)
ao raiar aquele dia
de chegada ao nosso chão.
Com meu povo celebrar a alvorada,
minha gente libertada:
lutar não foi em vão.

Sei que Deus nunca esqueceu dos oprimidos o clamor
e Jesus se fez do pobre, companheiro e servidor.
Os profetas não se calam, denunciando a opressão,
pois a terra é dos irmãos...
e na mesa igual partilha tem que haver.

Pela força do amor o universo tem carinho
e o clarão de suas estrelas ilumina o meu caminho.
Nas torrentes de justiça meu trabalho é comunhão.
Arrozais florescerão...
De seus frutos liberdade colherei.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/RJ
RUA SANTO AMARO Nº 191 - GLÓRIA
22211-230 - RIO DE JANEIRO - RJ
TEL. (021) 232 0495
FAX. (021) 221 4109



12 - ASA BRANCA

Quando olhei a terra ardendo/ Qual fogueira de São João/ Eu perguntei a Deus do céu, ai/ Porque tamanha judiação?

Que braseiro, que fornalha/Nem um pé de plantação/Por falta d'agua/perdi meu gado/Morreu de sede meu alazão.

Até mesmo o "Asa Branca"/bateu asa pro sertão/ Então eu disse: Adeus Rosinha/Guarda contigo meu coração.

Hoje longe muitas léguas/Numa triste solidão/ Espero a chuva cair de novo/Pra mim voltar pro meu sertão.

Quando vejo tanta terra, espalhada por aí/ eu me pergunto com que direito, querem expulsar a gente daqui.

Toda gente tem direito, de ter terra pra morar/ porque aquilo que é de todos, é mais que roubo acumular.

A maneira de ter terra já é muito conhecida,/expulsam o fraco de sua terra, impõem à força sua saída.

Porque é que expulsam o pobre, da cidade e do sertão?/ se a Amazônia tá sendo entregue, pra gente rica doutra nação?

Quem me dera que chegasse, o ano da libertação/ Onde a terra fosse de todos, e os bens da terra de cada irmão.

6ª - CAMINHADA DA TERRA

8:00 h - CHEGADA - APRESENTAÇÃO
9:00 h - ABERTURA
- CAMINHADA
- MOMENTOS DE REFLEXÃO
13:00 h - ESPAÇO CULTURAL
15:00 h - CELEBRAÇÃO
16:00 h - ENCERRAMENTO

6ª ROMARIA DA TERRA
26 de julho de 1992

Realização:
Comissão Pastoral da Terra
DIOCESE D. de Caxias

TERRA VIVA
PRODUZIR PARA FICAR

1 - BENDITO DOS ROMEIROS DA TERRA

Bendita e louvada seja
Esta santa romaria
Bendito o povo que marcha
Bendito o povo que marcha
Tendo Cristo com guia.

Refrão
Sou, sou teu Senhor,
Sou povo novo, retirante e lutador
Deus dos peregrinos,
Dos pequeninos, Jesus Cristo Redentor

No Egito antigamente
Do meio da escravidão,
Deus libertou o seu povo.
Hoje ele passa de novo
Gritando a libertação.

Para a terra prometida
O povo de Deus marchou.
Moisés andava na frente.
Hoje Moisés é a gente.
Quando enfrenta o opressor.

Caminheiros na estrada
Muita cerca prende o chão.
Todo arame e porteira
Merecem corte e fogueira,
São frutos da maldição.

Quem é fraco Deus dá força
Quem tem medo sofre mais,
Quem se une ao companheiro
Vence todo o cativeiro,
É feliz e tem paz.



2 - O POVO DE DEUS

O povo de Deus no deserto andava
Mas à sua frente alguém caminhava
O povo de Deus era rico de nada
Só tinha esperança e o pó da estrada.
Também sou teu povo, Senhor, estou nesta
estrada somente a tua graça me basta
e mais nada. (bis)

O povo de Deus também vacilava.
Às vezes custava a crer no amor.
O povo de Deus, chorando, rezava,
Pedia perdão e recomeçava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada:
Perdoa se ás vezes não creio
em mais nada (bis)

O povo de Deus também teve fome.
E tu lhe mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus cantando deu graças,
Provou teu amor, teu amor que não passa.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada.
Tu és alimento, na longa caminhada.(bis)

O povo de Deus, ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou
O povo de Deus, corria e cantava
E nos seus louvores teu poder proclamava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada,
Cada dia mais perto da terra esperada (bis)

3 - ACORDA AMÉRICA

Acorda América, chegou a hora de levantar!
O sangue dos mártires fez a semente se espalhar! (bis)

Nestes campos, nestas planícies, nestes vales e caatingas,
nestas raízes entrelaçadas de etnias tão misturadas.
É assim meu povo, a nossa América Latina.

Meu irmão índio, meu irmão afro, meus latinos companheiros,
nós somos vítimas das depedências de um império estrangeiros.
É assim meu povo, a nossa América Latina.

Eu me pergunto e a nós todos, até que dia nós aguentamos,
essa violência tão assassina, nos tomam as terras,
matam os índios, nos deixam restos de nossas A. Latina.

4 - LIBERDADE

Liberdade vem e canta/
e saúda este novo sol que vem
canta com alegria o escondido amor que no peito tem.
/: Mira o céu azul, espaço aberto pra te acolher:/

Liberdade vem e pisa, este firme chão de verde ramagem
Canta louvando as flores/ que ao bailar do vento,
fazem sua menagem.
/: Mira essas flores a braço aberto pra te acolher:/

Liberdade vem e pousa nesta dura América,
triste e vendida.
Canta com os seus gritos nossos filhos mortos
e a paz ferida.
/: Mira este lugar, desejo aberto pra te acolher:/

Liberdade, liberdade, és o desejo que nos faz viver.
És o grande sentido de uma vida pronta para morrer.
Mira o nosso chão banhado em sangue pra reviver.
/: Mira a nossa AMÉRICA banhada em morte pra renascer:/

5 - CANÇÃO DA CHEGADA

Estamos aqui, Senhor, / viemos de todo lugar,
trazendo um pouco de que somos/ pra nossa fé particular.
Trazendo o nosso louvor/ um canto de alegria.
Trazendo a nossa vontade/ de ver raiar um novo dia.

Estamos aqui, Senhor,/ cercando esta mesa comum,
trazendo idéias diferentes,/ mas em Cristo somos UM.
E quando sairmos daqui/ nós vamos para voltar,
Na força da Esperança/ e na coragem de LUTAR.



6 - CANTO DOS MARTIRES DA TERRA

Venham todos, cantemos um canto que nasce da terra,
canto novo de paz e esperança em tempos de guerra.
Neste instante há inocentes tombando nas mãos de tiranos.
Tomar terra, ter lucro matando: são esses seus planos.

Eis o tempo de graça!
Eis o dia da libertação!
De cabeças erguidas,
de braços unidos, irmãos!
Nós havemos de ver, qualquer dia,
chegando a vitória:
o povo nas ruas, fazendo a história,
crianças sorrindo, em toda a nação.

Lavradores: Raimundo, José, Margarida, Nativo...
Assumir sua luta e seu sonho, por nós é preciso.
Nós havemos de honrar todo aquele que caiu lutando
contra os muros e cercas de morte, jamais recuando!

Companheiros, no chão desta Pátria é grande a peleja!
No altar da Igreja o seu sangue bem vivo lateja!
Sobre as mesas de cada família há frutos marcados
e há flores vermelhas gritando por sobre os roçados!

Ó Senhor, Deus da vida, escuta esse nosso cantar
pois contigo o povo oprimido há de sempre contar!
Para além da injúria e da morte, conduz nossa gente!
Que teu Reino triunfe na terra deste Continente!

7 - LOUVEMOS TODOS JUNTOS

Louvemos todos juntos o nome do Senhor.
Por nós fez maravilhas eterno é o seu amor. (bis)

Louvemos pelo Cristo que veio nos salvar.
Por nós deu o seu sangue, sem fim quis nos amar. (bis)

Louvemos pela terra que nos dá de comer.
Se a terra é de todos, pra todos deve ser. (bis)

Louvemos bem unidos irmãos trabalhadores.
Na graça do Espírito, nós somos criadores. (bis)

Louvemos com pandeiros, sanfonas, violões...
Louvemos com cirandas, com sambas e baiões. (bis)

Louvemos com os anjos, os santos, todo o povo.
Cantemos todos juntos a Deus um canto novo.

Santo, Santo, Santo (3x). É Javé, nosso Deus Criador!
Santo, Santo, Santo (3x). É Jesus, nosso Libertador!
Santo, Santo, Santo (3x). É o Espírito Santo de Amor!



8 - XOTE ECOLÓGICO

Não posso respirar,
não posso mais nadar,
a terra está morrendo,
não dá mais pra plantar.

E se plantar não nasce
e se nascer não dá,
até pinga da boa
tá difícil de encontrar. (bis)

Cadê a flor daqui?
Poluição comeu.
O peixe lá do mar?
Poluição comeu.
O verde lá da mata?
Poluição comeu.
Nem o Chico Mendes sobreviveu!

9 - A GRANDE ESPERANÇA

A classe roceira e a classe operária,
Ansiosa espera a reforma agrária.
Sabendo que ela será a solução
Para a situação que está tão precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área,
Sei que na miséria ninguém viveria,
E a produção já aumentaria,
Quinhentos por cento só na pecuária.

Esta grande crise que há tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo o seu brio.
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morre brasileiro de fome e de frio.
Em nossas Manchester rica em imóveis.
Milhões de automóveis já se produziu.
Enquanto o coitado do pobre operário.
Vive apertado, ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.

Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção.
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão.
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução.
Porque o ricaço que vive folgado,
Acha que o projeto, se for assinado,
Estará ferindo a Constituição.

XI CAMINHADA DA TERRA

Data: 02 de julho de 2000

Local: Assentamento Zumbi dos Palmares - Campos - RJ

CANTOS

01) IRÁ CHEGAR UM NOVO DIA,/ um novo céu, uma nova terra, um novo mar. E nesse dia, os oprimidos, numa só voz a liberdade irão cantar.

Na nova terra, o negro não vai ter correntes/ E o nosso índio vai ser visto como gente.
Na nova terra o negro, o índio e o mulato/ O branco e todos vão comer no mesmo prato.

Na nova terra a mulher terá direitos/ Não sofrerá humilhação ou preconceito.
O seu trabalho todos vão valorizar/ Nas decisões ela irá participar.

02) CHEGOU A HORA DA ALEGRIA/ Vamos ouvir esta Palavra que nos guia. (bis).

Tua Palavra vem chegando bem veloz, por todo canto já se escuta a tua voz.
Aleluia, Aleluia

A tua lei ó meu Senhor é perfeição/ Conforta a alma e nos educa pra união.
Aleluia, Aleluia

03) ASSIM JÁ NINGUÉM CHORA MAIS

Zé Pinto

Sabemos que o capitalista/ Diz não ser preciso/Ter Reforma Agrária/ seu projeto traz miséria milhões de sem terra/ jogados na estrada/ com medo de ir pra cidade/ enfrentar favela/Fome e desemprego/ saída nessa situação/ é segurar as mãos/ de outros companheiros.

Refrão; E assim ninguém chora mais/ ninguém pega o pão de ninguém/O chão que pisava o boi/é feijão e arroz, capim já não convém.

Compadre junte ao movimento/convide a comadre/ e a criançada, porque a terra só pertence/ A quem traz nas mãos/ Os calos da enxada. Se somos contra o latifúndio/ Da Mãe- Natureza, somos aliados/ E viva a vitória no chão/ Sem a concentração dos latifundiários.

Seguimos ocupando terras/ derrubando cercas. Conquistando chão/ Que chore o latifundiário/ pra sorrir os filhos/ De quem colhe o pão/ e a luta por Reforma Agrária/ A gente até pára, se tiver, em fim/ Coragem a burguesia agrária de ensinar seus filhos a comer capim.

04) QUANDO O DIA DA PAZ RENASCER/ Quando o sol da esperança brilhar, eu vou cantar/Quando o povo nas ruas sorrir/ e a roseira de novo florir, eu vou cantar./ Quando as cercas caírem no chão/ quando as mesas se encherem de pão, eu vou cantar/ quando os muros que cercam os jardins/ destruídos então os jasmins, vão perfumar.

Refrão: Vai ser tão bonito se ouvir a canção/ Cantada de novo/ No olhar da gente a certeza do irmão/ Reinado do Povo.

Quando as armas da destruição/ destruídas em cada nação/ eu vou sonhar. E o decreto que encerra a opressão/ assinado só no coração, vai triunfar/ Quando a voz da verdade se ouvir/ e a mentira não mais existir, será em fim/ Tempo novo de eterna justiça/ Sem mais ódio, sem sangue ou cobiça/ Vai ser assim.

05)VENHAM TODOS, CANTEMOS UM CANTO, QUE NASCE DA TERRA/ canto novo de paz e esperança em tempos de guerra./ Neste instante há inocentes tombando nas mãos de tiranos./ tomar terra, ter lucro, matando, são esses seus planos.

Refrão: Eis o tempo de graça!/ Eis o dia da libertação!/ De cabeças erguidas,/ de braços unidos irmãos!/ Haveremos de ver qualquer dia ,/ chegando a vitória/ o povo nas ruas fazendo a História/ Crianças sorrindo, em toda a nação. (bis)
Lavradores, Raimundo, José, Margarida, Nativo.../ assumir sua luta e seu sonho, por nós é preciso!/ Haveremos de honrar todo aquele que caiu lutando/ Contra os muros e cercas da morte, jamais recuando!

Companheiros, no chão desta pátria é grande a peleja!/ No altar da Igreja o seu sangue bem vivo lateja!/ sobre as mesas de cada família há frutos marcados/ E há flores vermelhas gritando por sobre os roçados!

06) JAVÉ O DEUS DOS POBRES/ Do povo sofredor, aqui nos reuniu pra cantar o seu louvor/Pra nos dar esperança e contar com sua mão/ na construção do reino, reino novo, povo irmão./

Sua mão sustenta o pobre,/ ninguém fica ao desabrigo/ Dá sustento a quem tem fome, com a fina flor de trigo.

Alimenta os nossos sonhos,/ mesmo dentro da prisão; ouve o grito oprimido,/ que lhe toca o coração.

Cura os corações feridos/ Mostra ao forte o seu poder./ dos pequenos é defesa:/ Deixa a vida florescer.

07) QUANDO O ESPÍRITO DE DEUS SOPROU/ o mundo inteiro se iluminou./ a esperança na terra brotou/ E um povo novo deu-se as mãos e caminhou.

Refrão: Lutar e crer, Vencer a dor/ Louvar ao Criador./ Justiça e paz hão de reinar/ e viva o amor.

Quando Jesus a terra visitou/ a boa nova da justiça anunciou/ o cego viu, o surdo escutou / E os oprimidos das correntes libertou.

Nosso poder está na união/ O mundo novo vem de Deus e dos irmãos/ Vamos lutando contra a divisão/ e preparando a festa da libertação.

08) PAI NOSSO, DOS POBRES, MARGINALI-ZADOS/ Pai Nosso, dos mártires, dos torturados.

Teu nome é santificado/ naqueles que morrem defendendo a Vida./ Teu nome é glorificado/quando a justiça é nossa medida/ Teu Reino é de liberdade,/ de fraternidade, paz e comunhão/ Maldita toda violência/ que devora a vida pela repressão.

Queremos fazer tua vontade/ és o verdadeiro Deus libertador/ Não vamos seguir as doutrinas/ corrompidas pelo poder opressor./ Pedimos - te o pão da vida, o pão da segurança/ o pão das multidões./ O pão que traz humanidade/ que constrói o homem em vez de canhões.

Perdoa - nos quando por medo/ ficamos calados diante da morte./ Perdoa e destrói os reinos em que a corrupção é a lei mais forte./ protege - nos da crueldade, do esquadrão da morte, dos prevalecidos./ Pai - Nosso revolucionário/ parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos.

09) O TEU POVO SENHOR, está sofrendo/ caminhando de um lado para o outro./ uma vida mais justa está querendo/ pois se não vai migrar até estar morto.

Refrão: Animados pela fé /e bem certos da vitória./ Vamos fincar nosso pé e fazer a nossa história/ e fazer a nossa história/ animados pela fé.

Desse jeito que a coisa está andando/ O sistema escraviza e nos domina/ Ele é o mal que está nos desviando/ da verdade que Cristo hoje ensina.

A estrutura da nossa sociedade/força o povo para a migração./ Os da roça vão para a cidade/ Sempre em busca de melhor situação.

É verdade que nós neste mundo/ Somos sempre um povo a caminho/ Mas deus nunca se afasta um segundo/ Acompanha e ajuda com carinho.

10) EU QUERO VER/ Eu quero ver acontecer./ O sonho bom, sonho de muitos acontecer./

Nascendo da noite escura a manhã futura, trazendo amor/ No ventre da madrugada a paz tão sonhada brotando em flor./ Nos braços da estrela guia. A alegria, chegando da dor.

Na sombra verde e florida/ crianças brincando de irmãos./ no rosto da juventude, sorriso virando canção/ alegre e feliz camponês, entrando de vez na posse do chão.

Um sorriso em cada rosto/ uma flor em cada mão./ a certeza na estrada, o amor no coração./ e uma semente nova, escondida em cada palmo deste chão.

11) É BONITA DEMAIS/ é bonita demais/ a mão de quem conduz/ a bandeira da paz (bis)

É a paz verdadeira/ que vem da justiça irmão/ É a paz da esperança que nasce de dentro do coração. (bis).

É a paz da verdade/ da pura irmandade do amor./ Paz da comunidade, que busca igualdade, ô, ô,ô . (bis)

Paz é graça e presente, na vida da gente de Fé. Paz do onipotente, Deus da nossa frente, Javé.(bis Axé)

12) ESTAMOS AQUI SENHOR/Viemos de todo lugar/ Trazendo um pouco do que somos/Pra nossa fé partilhar.

Trazendo o nosso louvor/Um canto de alegria/ Trazendo a nossa vontade/ De ver raiar o novo dia.

E quando sairmos daqui/ Nós vamos para voltar/ Na força da esperança/ E na coragem de lutar/

13) OFERECEREI.

Ao Deus Pai Criador, ofereceréi/ Esta raça, esta cor, ofereceréi./ Cada negro que luta, ofereceréi/ Pelo fim do racismo, meu sangue em batismo, ofereceréi.

Pão, comida escassa, ofereceréi./ Vinho, fé e cachaça, ofereceréi./ Ao Deus de tantos nomes, ofereceréi./ Negro, branco, homem livre/ Esta fé sempre tive, ofereceréi.

Negra história negada, ofereceréi/ Toda dor suportada, ofereceréi./ Preto velho, Yayá, ofereceréi./ Negra bela raiz, este povo feliz, ofereceréi.

Leite de tanta ama, ofereceréi/ Negro filho reclama, ofereceréi/ Quilombolas guerreiros, ofereceréi/ Na cidade e na roça, esta festa que é nossa, ofereceréi.

O trabalho escravo, ofereceréi/ Alugado, mal pago, ofereceréi./ O povo desterrado, ofereceréi./ A beleza que faço, alegria que traço, ofereceréi.

14) PELOS CAMINHOS DA AMÉRICA/ Pelos caminhos da América,/ Pelos caminhos da América/ Latino - América!

Pelos caminhos da América/ há tanta dor, tanto pranto/ Nuvens, mistérios encantos,/ que

envolvem nosso caminhar./ Há cruzes beirando estrada, pedras manchadas de sangue, apontando como setas/ que a liberdade é pra lá...

pelos caminhos da América/ há monumentos sem rosto/ Heróis, pintados, mau gosto, livros de história sem cor/ Caveiras de ditadores, soldados tristes, calados, com olhos esbugalhados/ vendo avançar o amor...
Pelos caminhos da América/ há índio tocando flauta,/ recusando a velha pauta que o sistema lhe impôs./ No violão um menino, e um negro toca tambores,/ há sobre uma mesa umas flores, pra festa que vem depois...
Pelos caminhos da América/ no centro do continente/ marcham um punhado de gente,/ com a vitória nas mãos./ Nos mandam sonhos, cantigas, em nome da liberdade,/ com o fuzil da verdade combatem firme o dragão.

Pelos caminhos da América/ bandeiras de um novo tempo/ Vão semeando no vento frases teimosas de paz./ Lá mais alta montanha, há um pau d'arco florido,/ um guerrilheiro querido que foi buscar o amanhã...

15) LIBERDADE VEM E CANTA/ e saúda este novo sol que vem./ Canta com alegria/ o escondido amor que no peito tem./ **Mira o céu azul/ espaço aberto pra te acolher. (bis)**

Liberdade vem e pisa/ este triste chão de verdes ramagens/ Canta, louvando as flores/ que ao bailar do vento/ fazem sua mensagem. **Mira estas flores/ abraço aberto pra te acolher. (bis)**

liberdade vem e pousa/ nesta dura América, triste e vendida./ Canta com os seus gritos, nossos filhos mortos e a paz ferida. **Mira este lugar/ desejo aberto pra te acolher. (bis)**

Liberdade, liberdade/ és o desejo que nos faz viver/ És o grande sentido de uma vida pronta para morrer./ Mira o nosso chão/ banhado em sangue pra reviver./ **Mira a nossa América/ banhada em morte pra renascer.**

16) PEREGRINO NAS ESTRADAS/ de um mundo desigual/ Espoliado pelo lucro/ e ambição do capital./ Do poder do latifúndio, enxotado e sem lugar/ já não sei pra onde andar./ na esperança, eu me apego ao mutirão.

Refrão: Quero entoar, um canto novo de alegria/ ao raiar aquele dia /de chegada em nosso chão./ com meu povo celebrar a alvorada!/ Minha gente libertada,/ lutar não foi em vão.

Sei que deus nunca se esquece/ do oprimido o clamor/e Jesus se fez de pobre/ solidário e servidor./ os profetas não se calam/ denunciando a opressão/pois a terra é dos irmãos./ E na mesa igual partilha tem que haver.

Pela força do amor/ o universo tem carinho/ e o clarão de sua estrelas/ iluminam o meu caminho./ Nas torrentes da justiça/ meu trabalho é comunhão/ arrozais florescerão.../ E em seus frutos, liberdade colherei.

17) TODA SEMENTE É UM ANSEIO DE FRUTIFICAR/ e todo fruto é uma forma da gente se dar.

REFRÃO: Põe a semente na terra, não será em vão. Não te preocupe a colheita, plantas para o irmão. (bis)

Toda palavra é um anseio de comunicar/ e toda fala é uma forma da gente se dar.
Todo tijolo é um anseio de edificar/ e toda obra é uma forma da gente se dar.

Todo poema é uma forma de se expressar/ e todo canto é uma forma da gente se dar.

Todo serviço é um anseio de compartilhar/ e o compromisso é uma forma da gente se dar.

18) ROMARIA DA TERRA/ Faz o povo reunir/ Numa luta sem guerra/ Nós lutaremos por ti! (bis)

A terra é sagrada/ feita por nosso Senhor/ Ele fez e deu ao homem/ e também nos ensinou/ que é nela que vivemos/ e ela abençoou./ É tão linda a natureza/ é obra do Criador/ Deus deu a inspiração/ o homem fez a plantação/ foi assim que começou.

Mas no passar do tempo/ que o povo aumentou/começou a ambição/ e a terra negociou./ Uns compraram e outros não/ E à força ele tomou./ Fazendeiros e jagunços/ matando o trabalhador/ As famílias que eram donas/ hoje vivem no abandono/sem suas terras ficou.

Amigo trabalhador/ veja a nossa situação./ Nós queremos trabalhar/ e não temos condição/ e a terra que era nossa/ hoje é toda do patrão./ Desemprego na cidade/ virou uma maldição/Precisamos resistir/ e nós vamos conseguir/ pôr a terra em nossas mãos.

19) BENDITA E LOUVADA SEJA/esta santa romaria!/ Bendito povo que marcha/ Bendito povo que marcha/ tendo Cristo como guia. (bis).

REFRÃO: Sou, sou teu Senhor/ Sou povo novo retirante e lutador! Deus dos peregrinos/ dos pequeninos/ Jesus Cristo Redentor!

No Egito antigamente/ Do meio da escravidão/ Deus libertou o seu povo./ Hoje ele passa de novo,/ gritando a libertação. (bis).

Para a terra prometida/ o Povo de Deus marchou/ Moisés andava na frente,/ Hoje

Moisés é a gente / quando enfrenta o opressor. (bis).

Caminheiros na estrada/ muita cerca prende o chão./ Todo arame e porteira/ merece corte e fogueira,/ são frutos da maldição. (bis).

Quem é fraco Deus dá força/ Quem tem medo sofre mais/ Quem se une ao companheiro/ Vence todo cativeiro,/ é feliz e tem a paz. (bis).

Mãos aos alto, voz unida/ Nosso canto se ouvirá/ Nos caminhos do sertão/ clamando por terra e pão/ ninguém mais nos calará. (bis).

20) IRMÃOS, ESTA É A MÃE - TERRA/ Nosso Deus assim deixou./ Hoje somos peregrinos/ Pelos caminhos que Cristo andou. (bis).

Meu povo é um povo romeiro/ Desde os tempos de Abraão/ Vamos nesta marcha santa/ Esta terra é tanta em tão poucas mãos!.

REFRÃO: Salve, salve a caminhada!/ Salve, salve a romaria!/ Em busca da nova aurora/ De um novo dia!

Em nome de tantos povos/ que habitam este imenso chão/ Dos índios tão massacrados/ Um clamor sagrado de conversão!

Ninguém é dono da terra/ Pois a terra é mais que mãe/ Disse o mestre, disse o rio/ não quebre esse fio de inspiração!

Bendita escrava Anastácia!/ Salve o negro rei Zumbi!/ Das terras da liberdade/ novos quilombos façam surgir!/

Vem que nesta romaria/ Da promessa é seguidor/ Será abençoado/ E acompanhado na luz do amor./

Bendita seja esta marcha/ Dos romeiros da esperança./ Quem tem Deus na companhia/ luta noite e dia, mas não se cansa.

Bendita a História sagrada/ Do Beato Conselheiro!/ Salve da luta dos Sem terra/ E dos Sem Teto do mundo inteiro!

21) ACORDA AMÉRICA, chegou a hora de levantar! O sangue dos mártires fez a semente se espalhar! (bis).

Nestes campos, nestas planícies, nestes vales e caatingas/ Nestas raízes entrelaçadas de etnias tão misturadas./ É assim meu povo, a nossa América Latina!

Meu irmão índio, meu irmão afro/ meus latinos companheiros/ Nós somos vítimas das dependências de um império estrangeiro./ É assim meu povo, a nossa América Latina!

Eu me pergunto e a nós todos/ até que dia nós agüentamos/ esta violência tão assassina/ nos tomam terras, matam os índios/ Nos deixam restos de nossa América Latina.

22) NOSSOS DIREITOS VÊM,/ Nossos direitos vêm./ Se não vir nossos direitos, o Brasil perde também.

Quem negar nossos direitos será negado também/ já chega de tanta promessa sem cumprir para ninguém/ Mas com os irmãos unidos o mundo muda de sentido/ E os nossos direitos vêm.

Confiando em cristo rei/ que nasceu lá em Belém/ E morreu crucificado por que nos queria bem./ confiando em amor, se reclama até doutor/ Mas nossos direitos vêm.

Desemprego é resultado de um País desgovernado/ Onde manda o capital que é multinacional./ Mas o povo vai luta/ Ele vai se organizar e a história mudará.

23) DE REPENTE NOSSA VISTA CLAREOU/ Clareou, clareou!/ E descobrimos que o pobre tem valor, tem valor!

Nós descobrimos o valor da união/ Que é arma poderosa e derruba até dragão/ E já sabemos que a riqueza do patrão/ E o poder dos governantes passa pela nossa mão!

Nós descobrimos que a seca do Nordeste/ Que a fome e apeste, não é culpa de Deus Pai./ A grande culpa é de quem manda no País, fazendo o pobre infeliz:/ Deste jeito é que não vai!

O que nós vemos é deputado e senador, militar e jogador/ Recebendo seus milhões, enquanto isso o povo derramando seu suor/ Tem que viver de tostões!

24) SE É PRA IR PRA LUTA EU VOU/ Se é pra tá presente eu tô/ Pois na vida da gente o que vale é o Amor.

É que a gente junto vai/ reacender estrelas vai/ replantar nosso sonho em cada coração./
Enquanto não chegar o dia/ enquanto persiste a agonia a gente ensaia o baião, lauê, lauê, lauê...

É que a gente junto vai/ Vai abrindo caminhos vai/ Alargando a avenida para a festa geral./ Enquanto não chega a vitória/ a gente refaz a História pro que há de ser afinal, lauê, lauê, lauê...

Esse amor tão bonito vai/ Vai gerar nova vida vai/ Cicatrizar feridas, fecundar o chão/ Enquanto governa a maldade/ A gente canta a liberdade./ O amor não se rende jamais, lauê, lauê, lauê...

25) TU ÉS O DEUS DOS PEQUENOS/ O Deus humano e sofrido/ O Deus de mãos calejadas/ O Deus de rosto curtido/ por isso te fala eu, como te falas meu povo, por que és o Deus roceiro, o cristo trabalhador.

Tu vais de mãos dadas com minha gente/ pelas cidades e roçados/ e fazendo filas aos pés dos grandes/ para que te paguem alguns trocados.

Tu comes na feira catando lixo/ Com Zé, João, Chico ou Maria/ E reclamas contra a miséria/ que mata teu povo dia a dia.

Eu te vi brocando, fazendo cerca/ engordando gado e sem feijão/ e na rua com os companheiros, exigindo terra e ganha pão.

26) A CLASSE ROCEIRA E A CLASSE OPERÁRIA/ Ansiosa espera a reforma agrária/ sabendo que ela dará solução/ para a situação que está precária/ Saindo o projeto do chão brasileiro/ de cada roceiro plantar sua área./ sei que na miséria ninguém viveria/ e a produção já aumentaria/ quinhentos por cento até na pecuária.

Esta grande crise que há pouco surgiu/ Maltrata o caboclo ferindo o seu brio/ dentro de um País rico e altaneiro/ morrem brasileiros de fome e de frio./ Em nossas mancheis de ricos imóveis/

milhões de automóveis já se produziu./ Enquanto o coitado do pobre operário/ vive apertado ganhando um salário/ que sobe depois que tudo subiu.

Nosso lavrador que vive do chão/ Só tem a metade da sua produção/ Por que a semente que ela semeia/ Tem que ser a meia com o seu patrão./ o nosso roceiro vive num dilema/ e o seu problema não tem solução/ por que o ricaço que vive folgado/ acha que o projeto, se for assinado,/ estará ferindo a constituição.

27) EU VOU CANTAR UM BENDITO/ Um canto novo, um louvor. (bis)

Ao Deus do povo oprimido/ que ouviu do pobre o clamor/Ao Deus que livra seu povo das garras do Faraó.

Ao Deus que leva o seu povo para uma terra melhor/ Ao Deus que nos deu seu filho, dos pobres, o libertador.

Jesus por nós deu a vida, a lei maior ensinou/ Jesus revive nas lutas do povo trabalhador.

Um povo forte e unido, bendiz e louva o Senhor/ Um povo forte e unido bendiz e louva o senhor.

28) CANÇÃO DA CAMINHADA

1.Se caminhar é preciso
caminharemos unidos
e nossos pés, nossos braços
sustentarão nossos passos.
Não mais seremos a massa
sem vez, sem voz, sem história
mas uma igreja que vai em
esperança solidária.

2.Se caminhar é preciso
caminharemos unidos
e a nossa fé será tanta que
transporá as montanhas.
Vamos abrindo fronteiras onde
só havia barreiras,
Pois somos povo que vai em
esperança solidária.

3.Se caminhar é preciso
caminharemos unidos
e o reino de Deus teremos
como horizonte de vida.
Compartiremos as dores,
os sofrimentos e as penas
levando a força do amor em
esperança solidária.

4. Se caminhar é preciso,
caminharemos unidos
e nossa voz no deserto fará
brotar novas fontes.
E a nossa vida na terra
será antevista nas festas
É Deus que está entre nós em
esperança solidária.

29) XOTE DA VITÓRIA

1.Se perguntarem sobre o dia
da vitória,
tu dirás, com esperança:
tudo aqui vai melhorar.
O povo, alegre, realizará a
história
e no fim do tempo certo
A colheita se dará.

A fome haverá? Não!
a violência haverá? Não!
Se nossa força for além da
romaria
O Senhor da harmonia
afastará de nós a dor.
Lá lá lá lá...

2.É caminhando com os alhos
no futuro,
clareando onde é escuro
com a força da união,
que venceremos quem vai
contra a natureza,
pois sabemos com certeza,
que haverá ressurreição!

A fome haverá? Não!
Violência haverá? Não!
A nossa terra terá vida
Abundante
pra que a gente cante e dance
a plenitude do amor.
Lá lá lá lá...

30) CIO DA TERRA

Debulhar o trigo,
recolher cada bago do trigo.
Forjar do trigo o milagre do pão,
e se fartar de pão.

Decepar a cana,
recolher a garapa da cana.
Roubar da cana a doçura do mel,
se lambuzar de mel...

Afagar a terra,
conhecer os desejos da terra.
Cio da terra, propícia estação
de fecundar o chão...

31) CANTO DE ESPERANÇA

1.Quando se abate a esperança,
Ele se achega e nos fala:
Olha tua irmã que caminha
e luta buscando um mundo
melhor.
Vê teu irmão engajado,
que transforma a vida com
Sangue e suor.

Cantemos ao nosso Deus,
Ele é o Senhor, Deus da vida.
Vai alentando a esperança
e veio a este mundo conosco
lutar.

2.Quando se abate a
esperança,
Ele se achega e nos fala:
Vai procurar tua irmã
pra juntar-te a ela no esforço da
paz.
E a teu irmão vai unir-te
na luta da vida que o mundo
refaz.

3.Quando se abate a esperança,
Ele se achega e nos fala:
Bem junto a mim continuem.
Permaneçam firmes, que firme
estarei.
Fiquem comigo na luta,
que força e vitória lhes
concederei.

32) MOMENTO NOVO

1.Deus chama a gente
pr'um momento novo
de caminhar junto com seu
povo.
É hora de transformar o
que não dá mais,
sozinho, isolado, ninguém
é capaz.
Por isso, vem! Entra na
roda com a gente,
também!

Você é muito importante!
Vem!

2- Não é possível crer que
tudo é fácil,
há muita força que produz
a morte,
gerando dor, tristeza e
desolação.
É necessário unir o cordão.

3- A força que hoje faz
brotar a vida
atua em nós pela sua
graça.
É Deus quem nos convida
pra trabalhar,
O amor repartir e as forças
Juntar.

33) AMÉRICA LIVRE

América Latina de sangue e suor
Eu quero pra ti um dia melhor
Este povo que sofre pela mesma razão
Grita por liberdade numa nova canção

/:América, América sou teu filho e digo
Um dia quero ser livre contigo:/

América morena do velho e do novo
Construindo a história na luta do povo
Numa guerra de força
Contra o imperialismo
Que dos povos da América é o grande inimigo

América minha quero te ver um dia
Tem povo nas ruas com a mesma alegria
Gritar a vitória no campo e cidade
E empunhar a bandeira da liberdade.

34) CAUSA NOBRE

Partindo da necessidade
de ter um pedaço de chão
pra dar o sustento aos filhos
aos filhos de nossa Nação
cansado de pôr a enxada
nas terras apenas do patrão

/: e ver chegar o fim do ano
tantos desenganos sem nenhum tostão:/

Sem terra estão se organizando
de Norte a Sul deste país
pra derrubar o latifúndio
que deixa o povo sem raiz
cansado de tantas promessas
e ver tanta enganação

/:jogada dos politiqueiros
que o tempo inteiro roubam essa nação:/

O vento sempre companhia
em cima de um caminhão
no peito vai muita vontade
de ver o fruto desta ação
e vai também a mulherada
com muita participação

/:mostrando com capacidade
que tem outras lutas além do fogão:/

E a luta segue organizada
com muita determinação
derrubando as cercas da morte
e o poder do tubarão
nas mãos de quem nela trabalha
e o fim dessa concentração

/:pois ela sim é mãe dos pobres
nesta causa nobre da revolução:/

35) MANTER A ESPERANÇA

Já negaram tudo que bem pouco resta
nova teoria já dizem que tem.
Tentam iludir os que tudo fazem
pra que se acomodem e parem também.
Qualquer discurso já é uma ameaça
e se for na praça correndo já vem.
Não andamos muito mas sabemos agora.
Já disse o poeta "quem sabe faz a hora"
e não se espera por quem já não vem.

Já disse o homem que depois morreu
e ficou a memória, que existe uma coisa
na roda da história que uma camada
pra trás quer rodar.
/:Mas estes não servem pra pôr suas mãos
nesta manivela ficarão à margem
olhando da janela a luta do povo
esta roda da história:/

O que os outros fizeram já não vale nada
Já não sabem mais o que mesmo dizer
Querem construir a nova sociedade
buscando no voto o sonhado poder
A luta de classes "já não existe"
Mas quem faz resiste e procura vencer
Por mais que se queira transformar em nada
saibam que a história é como a madrugada
quem acorda cedo faz o amanhecer.

36) FLUORIÔ

/:Arroz deu caicho e o feijão fluoriô
milho na palha coração cheio de amor:/
Povo Sem -Terra fez a guerra por justiça;
visto que não tem preguiça este povo de pegar;
cabo de foice também cabo de enxada;
pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar

Com sacrifício debaixo da lona preta;
Inimigo fez careta mas o povo atravessou;
romperam cercas que cercam a filosofia;
de ter paz e harmonia para que planta o amor.

Erguendo a fala gritando Reforma Agrária;
porque a luta não pára quando se conquista chão
fazendo estudo juntando a companheirada;
criando cooperativa pra avançar produção

37) TERRA E RAIZ

A chuva cai, sobre a natureza
e a planta cresce gerando a riqueza
e o trabalhador luta com certeza
pra não faltar o pão sobre nossa mesa.

A terra guarda a raiz
da planta que gera o pão,
a madeira que dá o cabo
da enxada e do vilão.

Liberdade é pão, é vida
Terra - mãe trabalho e amor
é o grito da natureza
viola de um cantador.

É o povo em movimento
Contra as cercas da concentração
Com um sorriso de felicidade
e a História na palma da mão.

38) 500 ANOS DE RESISTÊNCIA
ÍNDIA – NEGRA – POPULAR

A invasão chegou de barco nesta América Latina
Veio riscando da Europa este plano de chacina
Vinham em nome da civilização
Empunhando a espada e uma cruz na outra mão**(bis)**

Nos pelourinhos da morte tanto sangue derramado
Pra mão-de-obra barata índio e negro escravizados
São três histórias neste grande continente
Uma bem antes dos invasores chegarem

E a segunda cinco séculos de invasão
E a resistência índia-negra-popular
E a terceira é a que vamos construindo
Pra destruirmos a raiz de todo mal
E a nova etapa vai trilhando por aqui
Quinhentos anos de Campanha Continental

Esta história de dois mundos pelo mundo se espalhou
Com uma visão colonialista não mostraram nossa dor
Mas reacende um grito de resistência
Seguindo exemplos dos verdadeiros heróis
O grito negro de Zumbi vem dos Palmares
Marçal, Proaño e tantos ergueram a voz
Estão presentes em nossa organização
Pra ter mais força é preciso unificar
Marchando firme contra toda escravidão
E o farol de Colombo vai se apagar

39) TAMBORES DE PALMARES

Os tambores dos negros de Palmares,
os tambores do povo de Zumbi!

Os clamores dos negros de Palmares,
os clamores do povo Zumbi!

Coração da terra, coração do céu,
coração da gente,
Coração deste afro-continente
batucando no peito do Brasil!
Ô, ô, ô, ô...

Um clamor da terra, um clamor do céu
um clamor da gente,
um clamor da memória comovente,
despertando a história do Brasil!
Ô, ô, ô, ô...

Uma flor na terra, uma flor no céu,
Uma flor- semente,
com as cores e axés da negra - gente
perfumando o futuro do Brasil!
Ô, ô, ô, ô...

40) SALVE A ROMARIA

Irmãos, esta é a Mãe - Terra
Nosso Deus assim deixou...
Hoje somos peregrinos
Pelos caminhos que Cristo andou.

Meu povo é um povo romeiro
Desde os tempos de Abraão
Vamos nesta marcha santa
Esta terra é tanta em tão poucas mãos!

Salve, salve a caminhada!
Salve, salve a romaria!
Em busca da nova aurora
De um novo dia!

Em nome de tantos povos
Que habitaram este imenso chão
Dos índios tão massacrados
Um clamor sagrado de conversão!

Ninguém é dono da terra
Pois a terra é mais que mãe
Disse o mestre, disse o rio:
Não quebres esse fio de inspiração!

41) DEUS NOS A ABENÇOE

Deus nos abençoe, Deus nos dê a paz!
A paz que só o amor é que nos traz!

A paz na nossa vida, no nosso coração
E a benção para toda criação!

A paz na nossa casa, nas ruas, no país
E a benção da justiça que Deus quis!

A paz pra quem viaja, a paz pra quem ficou
E a benção do conforto a quem chorou!

A paz entre as igrejas e nas religiões
E a benção da irmandade entre as nações!

A paz pra toda a Terra e a terra ao lavrador
E a benção da fartura e do louvor.

42) Sal e Luz

Vós sois o sal da terra
E a luz de Cristo também
Se o sal perde o sabor
O reino Dele não vem (bis)

O sal que vem da ternura
O sal que traz o sabor
O sal que nos faz irmãos
Que é vida na paz e amor
A luz da sabedoria
A luz que mostra o caminho
A sarça que não se consome
O fogo da libertação

O sal que traz a igualdade
O sal na mesma comida
O sal que traz o sabor
Na vida que brota mais vida

A luz da estrela guia
Mostrando-nos a direção
A luz que guia o oprimido
Pra terra que faz brotar o pão

O sal que traz esperança
No jovem desempregado
O sal da cidadania
Que vem da nova mulher
A luz das frias manhãs
Do povo trabalhador
A luz nos olhos da gente
Que sente com quem sente dor

43). Lamento do Povo

Clamando pela posse da terra
N o campo milhares estão
Esse grito esta incomodando
a quem sempre viveu da exploração

O que posso fazer?
O que tenho a dizer meu Pai?
Que se faça justiça
Repartam as terras,
Partilhem o pão
Entre nós filhos teus

Não posso mais enumerar
Os martíres desse país
Na roça e também na cidade
Só vê crueldade
Correm rios de sangue

A quem serve a lei e o poder
A polícia e a constituição
Assassinam sem piedade
Permanecem impunes nessa nação

Passo a passo fazemos caminho
Sempre em busca de organização
De mãos dadas sigamos em frente
Formamos a corrente pra libertação.

44). Companheiros de Guevara

Se não tiver o amanhã
brindaremos o ontem
e saberemos então
onde está o horizonte

Aí cantaremos segredos e todos os medos
serão alegrias veremos que o passo só cansa
quando não alcança sua rebeldia
e na sombra da verdade estará a liberdade
que a gente queria então ouviremos da história
o grito de glória da nossa utopia

E quem ficou sem chegar sem poder andar
estará presente grande será nosso espanto
de ver o encanto do bom comandante
chegar na hora certa com a voz desperta
nossa rebeldia companheiros de Guevara
trilhando a estrada por um novo dia.

Benção da terra e da àgua

Maria: Ó Deus Onipotente e bom Senhor, a luz de tua face brilha nos campos e praças desta terra. A terra que sempre foi um sinal de teu amor.
Célio: Do Egito libertaste o teu povo e o conduziste para uma terra onde corre leite e mel. Com leis justas garantiste o uso da terra para o bem de todos. Pelos profetas denunciaste a concentração da terra nas mãos de poucos e defendeste o direito dos órfãos, viúvas e estrangeiros. A terra foi obra de tuas mãos e dom aos homens e mulheres, para zelarem com carinho. Salmodiam os cantores tuas maravilhas realizadas nesta terra.
Maria: Jesus, teu Filho, com barro da terra abriu os olhos do cego e o fez ver teu projeto original: mulher e homem criados a tua imagem e semelhança. Inspirada por teu Espírito, na nova comunidade não havia necessitados, tinham tudo em comum, partilhavam entre si os bens e a terra.
Célio: E, nesta nossa terra, os indígenas, teus filhos amados, já há muito buscavam a terra sem males. Os negros, ensaiavam a tua liberdade nas terras dos quilombos. E, hoje, os pobres e humilhados, sem terra, se revestem com tua força e brandam aos quatro cantos: ocupar, resistir e produzir.
Maria: Por isso que venha teu espírito sobre esta terra, abençoa este barro, terra e água misturadas, que queremos repartidos.
Célio: Sela nos punhos deste povo uma aliança com a causa da justiça do teu reino: tua terra, terra de irmãos, terra de irmãs. Floresça a paz e fartura nestes campos abençoados, regados com o sangue dos mártires.

Por Cristo, Nosso Senhor, Amém! Axé! Sauidi! Aleluia!
(As duas pessoas assinalam o punho dos participantes com o barro, fazendo uma cruz)

Pai Nosso ecumênico

Rezemos agora o Pai Nosso ecumênico: Pai Nosso, que está no céu, santificado seja o teu nome. Venha a nós o teu Reino. Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia nos daí hoje, perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores. E não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal, pois teu é o Reino, o Poder e a Glória para sempre. Amém!

Benção das Sementes

Todos: Senhor tu fazes brotar ervas sobre os montes e plantas úteis para a vida.
Abençoa estas sementes! (3vezes) Que dêem flor e fruto! Sejam pão para a nossa mesa!
Sejam esperança em nossa luta! Confirma, Senhor, o trabalho das nossas mãos, por Cristo, nosso Senhor. Amém!

Organização:

Comissão Pastoral da Terra e Igreja Metodista

Patrocínio:

SINDIPETRO, CESE E CERIS.

Apoio:

Sindicatos de Campos, MST e Grêmios Estudantis.

Tríduo da XI Caminhada da Terra

Apresentação

Queridos companheiros e companheiras, mais uma vez estamos reunidos para fortalecer nossos laços, alimentar nossas esperanças de uma terra libertada e celebrarmos a vida, vida de cada um de nós aqui presentes, vida daqueles que por nossos ideais já se foram, vida daqueles que continuarão nossa luta.

Sejam todos bem vindos para mais este momento forte da vida de nossos assentamentos e comunidades.

Proposta:

Temas dos três encontros de preparação à caminhada:

a) TERRA CONQUISTADA, ESPERANÇA DE VIDA NOVA;
b) UMA HISTÓRIA DE RESISTENCIA ÍNDIA, NEGRA E POPULAR; e
c) O GRANDE JUBILEU DO ANO 2000

Objetivos:

a) Buscar juntos a luz da Palavra de Deus para iluminar as dificuldades que estamos enfrentando na ocupação, manuseio e sustento da terra;

b) Fazer memória da resistência negra, índia e popular em defesa da vida;

c) Fortalecer a luta pela reforma agrária; e

d) Celebrar, na fé, as vitórias alcançadas.

Do chão da vida

A nossa história, quase sempre não contada como ela verdadeiramente é, precisa se fazer memória viva em nossas mentes, bocas, pés, braços, em nossas rezas/orações, em nossos cantos. O nosso presente é fruto do passado, da vida e luta de muitos irmãos e irmãs. O nosso futuro, da mesma maneira, se fará conforme nossos passos, nossa caminhada em busca da "Terra Prometida" que defende a vida.

A Caminhada da Terra é uma manifestação de fé e de compromisso dos trabalhadores e trabalhadoras da roça e da cidade, na luta por justiça e mais vida. É momento de fortalecer nossa

CEDIM

esperança e animar nosso compromisso de contribuir com a transformação da sociedade.

Caminhar sempre é um desafio, nunca sabemos ao certo o que poderemos encontrar pelo caminho. Só para lembrar, os seguidores de Jesus Cristo eram conhecidos como "aqueles que estão no caminho".

Um dos conselhos que a Palavra de Deus sempre nos dá para sairmos da acomodação e retomar, com vigor, o entusiasmo é lembrar o passado, os momentos fortes de nossa luta que nos animaram a conquistar nosso pedaço de chão e a vontade de viver.

Lembremos das caminhadas já realizadas no Estado da Rio de Janeiro:

Caminhada	Local	Ano	"Tema/Lema"
1ª	Pedra Lisa	1986	"Terra é vida"
2ª	Pinheiral	1987	"Terra, justiça no trabalho. É lei de Deus"
3ª	Sol da Manhã	1988	"Da terra escrava, brota um clamor de justiça"
4ª	Pedra Furada Pirapetinga	1989	"Barragem, sem justiça, Deus não quer. Agente barra".
5ª	Mutirão da conquista	1991	"Terra repartida, justiça no trabalho".
6ª	Capivari	1992	"Terra viva, produzir para ficar."
7ª	Carapebus	1993	"Pai, ouvi o clamor dos assalariados do campo".
8ª	Campo Alegre	1994	"Terra é vida e amor. Justiça para o povo lutador."
9ª	Seropédica	1996	"Semear a justiça e conquistar a terra".
10ª	Campos Novos	1998	"Da terra regada com sangue, renasce o compromisso de lutar pela vida."

É importante e urgente caminhar para que:

a) a terra produza para a vida e pela vida;

b) o trabalho que gera vida seja direito de todos; e

c) os valores das culturas indígena, negra e popular sejam respeitados;

Quando estas conquistas forem realidades concretas, aí, sim, experimentaremos o verdadeiro jubileu.

Por isso, a comissão organizadora da caminhada convoca a todos a participarem desses três encontros em preparação da XI Caminhada da Terra. Que eles nos animem e fortaleçam nosso compromisso em defender a vida.

Quem acredita coloca os pés na estrada. Vamos nessa!

Em cada encontro vamos procurar estreitar e reforçar os laços que nos unem na mesma luta, partindo "*do chão da vida*" como um

momento histórico forte da caminhada do povo de Deus, passando pela "*escuta da palavra de Deus*" e "*descoberta dessa palavra na nossa vida*".

Os Salmos que vamos rezar e partilhar, nos dois primeiros encontros, que fazem parte da coleção dos "Salmos de Romaria" (Sl 120 até 134) rezados pelo povo quando se dirigia à cidade de Jerusalém em Romaria, por ocasião das grandes festas (Páscoa, Pentecostes e Tabernáculos – cf. Ex. 23,14.17).

Os salmos mostram como, naquele tempo, as romarias ajudavam os romeiros a tomar consciência da sua pertença ao Povo de Deus e ao seu projeto de vida. Faziam crescer neles a identidade, o sentimento de corresponsabilidade pelo andamento das coisas e pelo futuro da nação. E, sobretudo, aprofundavam neles o sentido e o alcance da sua fé em Javé, o Deus de Israel.

Que o EMANUEL, Deus conosco, caminhe com todos nós!

Aguardamos todos.
Dia 02 de julho, em Campos
Assentamento Zumbi dos Palmares.

ORAÇÃO DA CAMINHADA PARA TODOS OS DIAS:

Deus Pai e Mãe, tu nos criaste a tua imagem e semelhança, homem e mulher, responsável defensor da vida humana e da natureza.

Nestes dois mil anos do nascimento de teu filho Jesus, te agradecemos pela luta e coragem de nossos irmãos índios, negros, imigrantes e todos os mártires que regaram este solo com sangue, na defesa da vida.

Dá-nos força, garra e coragem para continuar a luta pela conquista da terra e garantia de nossos direitos.

Que esta XI Caminhada da Terra reanime nossa esperança de viver com dignidade, respeito à nossa Mãe - Terra e fortaleça nosso compromisso de construir juntos um mundo igualitário que priorize a paz e respeite a natureza.

Isto pedimos por Jesus Cristo, teu filho e nosso irmão, na unidade do Espírito Santo. Amém!

1º ENCONTRO

TERRA CONQUISTADA, ESPERANÇA DE VIDA NOVA.

Preparar o ambiente: mesa com toalha, flores, vela, Bíblia, cruz, vasilha com terra, ...

1 -ACOLHIDA

a) ***Canto inicial:*** Momento Novo – ou escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto.

Enquanto se canta, as pessoas colocam sobre a mesa os símbolos, objetos ou instrumentos que, normalmente, levam nas ocupações, e os alimentos que trouxeram para ser partilhado no final deste encontro.

b) ***Dar boas-vindas e apresentar brevemente o assunto.***

***Animador/a*:** Irmãos e irmãs, companheiros e companheiras de luta, sejam todos e todas bem vindos ao nosso primeiro encontro em preparação da XI Caminhada da Terra que acontecerá no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos.

Para começar, hoje, vamos conhecer um pouquinho sobre os motivos que levaram nosso povo a ocupar a àrea da antiga usina São João, os sentimentos após a ocupação e a luta para vencer as dificuldades.

c) ***Invocar a luz do Espírito Santo***

d) ***Ler a apresentação*** (para que todos saibam qual a proposta, objetivos e metodologia dos encontros)

2 - DO CHÃO DA VIDA

***Animador/a*: Vamos ouvir um pouco da história do assentamento onde estamos sendo convocados a celebrar a conquista da terra.**

HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

Leitor/a 1: Estando a trezentos quilômetros do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, município com mais de quatrocentos mil habitantes, foi a 1ª cidade a ter energia elétrica, o 1º Sindicato de Trabalhadores Rurais, tendo uma economia mista de indústria e empresas petrolíferas (Bacia de campos). Porém, o município esconde uma grande miséria, trabalho escravo, trabalho infantil, alto índice (21%) de analfabetos/as, e desemprego cada dia maior – grande parte desses problemas ocorre devido à falência de muitas usinas e pelo desinteresse dos órgãos públicos em melhorar a vida do povo.

Leitor/a 2: O povo não podia esperar por mais ninguém – a sua sobrevivência estava há muito ameaçada. O povo se organizou e buscou a única alternativa a seu alcance: a ocupação de terras.

A ocupação foi feita, no dia 12 de abril de 1997, numa área de 8.052 (oito mil e cinqüenta e dois) hectares da falida usina São João. A usina estava parada há cinco anos, como tantas outras na região, produzindo desemprego, fome, miséria e aumento da violência nos aglomerados das periferias da cidade (são 40 favelas).

A ocupação trouxe novo ânimo, esperança, fazendo o povo sonhar novamente: sair da miséria, poder trabalhar, possuir um lar, tirar o sustento da terra, construir uma família, fazer parte de um povo que luta juntos, enfim, conquistar nossa cidadania.

Leitor/a 3: Nesses três anos foi enfrentada muita luta e muito sofrimento debaixo da lona. Tivemos que suportar a dor de perder 4 vidas, queimadas nos barracos, entre elas 3 crianças. Mas o sofrimento nos tornou cada dia mais conscientes de que temos que nos unir e lutar, pois somente através das mobilizações, lutas e caminhadas, como esta, é que vamos conquistar nossos direitos. Hoje ainda há muitas dificuldades. Estamos lutando pelo direto ao crédito habitação, e outros créditos para produção. A luta continua!

Reforma agrária é mais do que ter um pedaço de terra. Queremos ter acesso a educação de qualidade, à saúde, moradia, lazer, poder vender nossos produtos livremente, etc.

3 – OUVIR A PALAVRA DE DEUS

a) Introdução ao texto bíblico

***Animador/a*: Companheiros e companheiras, essa história é a de milhões de brasileiros/as que, cansados de serem enganados, humilhados, começam a se organizar e ocupar os latifúndios. É parte da história de cada um de nós.**

Diante da vida difícil perguntamos de onde virá o nosso socorro, a nossa esperança? Como vamos conseguir segurança, paz e tranqüilidade? A experiência da vida nos leva a rezar, nos leva a unirmos os corações, as vozes, as mãos, a Deus por ajuda.

Deus esteve sempre ligado aos acontecimentos da libertação do cativeiro do Egito (cf. Ex 3,15) e exprime a certeza absoluta de que Ele está sempre com seu povo. Ele é Emanuel, Deus-Conosco, o Deus do povo oprimido que ouviu do pobre o clamor e o tirou das garras do faraó. Esta é a certeza que nos faz caminhar.

b) Para começo de conversa

Perguntas: - Todos nós passamos por momentos difíceis. Quais são, hoje, as situações que nos levam a rezar e pedir ajuda a Deus?

- Estamos fazendo alguma coisa para diminuir o sofrimento de nossos/as irmãos/ãs que estão ao nosso lado?

Canto: escolher um ***pequeno canto*** no final do livreto para preparação à leitura do Salmo

c) Leitura do texto: Salmo 121 (120)

"Ergo os olhos para os montes. Meu socorro, de onde vem?..."

Obs.: Ler, pausadamente, pelo menos, duas vezes por pessoas e, se possível, em bíblias diferentes.

d) Momento de silêncio

e) Tentar lembrar juntos o que foi lido (palavras, frases, personagens, etc)

4 – DESCOBRIR A PALAVRA DE DEUS NA VIDA

a) O/a salmista usa *imagens comuns* do seu dia-a-dia, que nós conhecemos bem, para expressar sua experiência de Deus. Quais são estas imagens?
b) O que significa para nós cada imagem usada pelo salmista?
c) *Resumir* o salmo numa frase para guardá-lo na vida.
d) Ao lado de Deus, quais são os movimentos, instituições, pessoas, que nos fazem ter esperança e nos ajudam a lutar e conquistar a vida?
e) Qual o *compromisso* que o salmo nos chama?

5 – PREPARAR O PRÓXIMO ENCONTRO

a) Anotar o texto bíblico: Salmo 123 (122)
b) Marcar data e local
c) *Trazer para o próximo encontro:* símbolos, objetos ou instrumentos que lembrem os povos indígenas e o povo negro, alimentos de milho e mandioca e outros alimentos para serem partilhados no final deste encontro.

6 – MOMENTOS FINAIS

Canto final: escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

***Animador/a*: convida a todos a rezarem a oração da caminhada**

Partilha: **pequeno lanche com o que foi trazido pelos participantes.**

CEDIM

2º ENCONTRO

UMA HISTÒRIA DE RESISTENCIA ÍNDIA, NEGRA E POPULAR

Preparar o ambiente: mesa com toalha, flores, vela, Bíblia, cruz, vasilha com terra, ...

1 -ACOLHIDA

a) ***Canto inicial:*** Em Romaria - ou escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto.

Enquanto se canta, as pessoas colocam sobre a mesa os símbolos, objetos ou instrumentos que lembrem os povos indígenas, negros, alimentos de milho e mandioca e o que mais trouxeram para serem partilhados no final deste encontro.

b) ***Dar boas-vindas e apresentar brevemente o assunto.***

Animador/a: **Queridos amigos e amigas, é com alegria que nos reunimos, mais uma vez, para partilharmos a amizade, o que somos, nossa história, origem (de onde nascemos, viemos), dificuldades, esperanças, nosso grito, nossa fé de índios, de negros, de povo de Deus.**

c) ***Invocar a luz do Espírito Santo***

d) ***Breve Memória do encontro anterior*** (através de perguntas, conduzir o povo a lembrar o que foi partilhado no encontro passado: tema, chão da vida, salmo ...)

2 - DO CHÃO DA VIDA

Animador/a: **Vamos ouvir um pouco da história dos movimentos sociais que têm contribuído muito para as conquistas dos direitos do povo.**

HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

Leitor/a 1:

Leitor/a 2:

Leitor/a 3:

DISTRIBUIR ENTRE OS/AS TRÊS LEITORES/AS O CONTEÚDO DO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Animador/a: **Não há e nem haverá mudanças que signifique uma real melhoria de vida dos trabalhadores/as do campo e da cidade, sem um firme processo de organização, formação e mobilização social. Os movimentos sociais populares, sindicatos, pastorais sociais e outros órgãos, vêm promovendo ações nos mais diversos lugares (municípios, estados e no país), como a Marcha dos 100 Mil, a Marcha Popular pelo Brasil, o Grito dos Excluídos, ocupações de agências bancárias, de instituições públicas, manifestações em frente aos Fóruns, ocupações de latifúndios, como forma de sensibilização da sociedade e do Estado pelas necessidades dos trabalhadores. Sem essas organizações e ações, os trabalhadores da roça e da cidade continuarão fora dos planos das políticas governamentais e do próprio "desenvolvimento".**

3 – OUVIR A PALAVRA DE DEUS

a) Introdução ao texto bíblico

Animador/a: **O salmo 123 é bem simples, feito muito provavelmente por um trabalhador rural, totalmente dependente do seu patrão.**

A economia daquele tempo era rural e muito dos camponeses viviam escravizados. Hoje em dia, tanto os trabalhadores da cidade, como do campo, continuam na escravidão.

O/a salmista começa falando de si mesmo/a, da sua total dependência do patrão. Durante a oração e, provavelmente, por causa da oração, ele deixa de falar de si e passa a falar do povo, se unindo a todos os trabalhadores que sentem a mesma opressão, sejam índios, negros e povo em geral.

b) <u>Para começo de conversa</u>

<u>Perguntas:</u> - Hoje, quais são as situações que nos oprimem?

- A quem temos procurado ajuda para vencermos a cultura da escravidão?

<u>Canto:</u> escolher um ***pequeno canto*** no final do livreto para preparação à leitura do Salmo.

c) <u>Leitura do texto:</u> Salmo 123 (122)

"A ti sentado nos céus, levanto agora os meus olhos..."

Obs.: Ler, pausadamente, pelo menos, duas vezes por pessoas e, se possível, em bíblias diferentes.

d) <u>Momento de silêncio</u>

e) Tentar <u>lembrar juntos</u> o que foi lido (palavras, frases, personagens, etc)

4 – DESCOBRIR A PALAVRA DE DEUS NA VIDA

a) Quais as relações de dependência que o/a salmista usa?

b) Olhando o texto, qual o sentimento do escravo/a em relação ao seu patrão ou patroa?

c) No Salmo, qual era o tipo de relacionamento do povo com Deus?

d) Quais os projetos, instituições e movimentos que conhecemos, que não deixam o povo sofrer sozinho, mas estão com ele no sofrimento, na paixão, nos momentos de luta?

e) Quais as mensagens do salmo 123?

5 - MOMENTO PENITENCIAL

Neste momento toca-se o atabaque e o berrante.
Levantar uma cruz com elementos que lembrem os povos indígenas, negros e trabalhadores/as.

Canto: Canto das Três Raças (Ninguém ouviu um soluçar de dor no canto do Brasil!...) ou escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto.

Ato Penitencial:

Toca-se algum instrumento (flauta, ...)

AOS POVOS INDÍGENAS

***Leitor/a 1*: Nestes quinhentos anos, lembremo-nos dos enormes sofrimentos causados aos donos deste continente, os povos indígenas. Reconhecemos com toda a verdade os abusos cometidos, devido à falta de amor das pessoas que não souberam ver nos indígenas irmãos e filhos do mesmo Deus Pai. Por isso, diante da Cruz, em nome de Jesus Cristo, como cristãos, pedimos perdão aos povos indígenas por toda dor e sofrimento causados aos seus antepassados e aos de hoje também.**
Silêncio.

***Todos*: Senhor, perdoai a nossa culpa.**

Toca-se algum instrumento (atabaque, ...)

AO POVO NEGRO

***Leitor/a 2*: De todos é conhecida a gravíssima injustiça cometida contra as populações negras do continente africano, que foram arrancados com violência das suas terras, das suas culturas e das suas tradições, e trazidas como escravas para a América. Estes homens, mulheres, foram vítimas de um vergonhoso comércio, no qual tomaram parte pessoas batizadas, mas que não viveram a sua fé. Não se pode esquecer as vidas humanas destruídas pela escravidão. Com toda a verdade e humildade confessemos este pecado do ser humano contra o ser humano. Com a mesma humildade peçamos perdão ao povo negro por este pecado.**
Silêncio.

***Todos*: Senhor, perdoai a nossa culpa.**

6 – PREPARAR O PRÓXIMO ENCONTRO

a) Anotar o texto bíblico que será refletido: Levítico 25,1-55

b) Marcar data e local

c) **Trazer para o próximo encontro: símbolos, objetos ou instrumentos que significam esperança, saúde, sustento, proteção, luz, alegria, paz, vida, trabalho etc, e alimentos para serem partilhados no final do último encontro.**

7 – MOMENTOS FINAIS

Canto: escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

Animador/a: **convida a todos a rezarem a oração da caminhada**

Partilha: **pequeno lanche com o que foi trazido pelos participantes.**

CEDIM

3º ENCONTRO

O GRANDE JUBILEU DO ANO 200

Preparar o ambiente: mesa com toalha, flores, vela, Bíblia, cruz, bandeira branca, vasilha com terra, vasilha com água,...

1 -ACOLHIDA

a) ***Canto inicial:*** ***Javé o Deus dos Pobres*** (Javé o Deus dos pobres, do povo sofredor, aqui nos reuniu, para cantar o seu louvor...") ou escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

Enquanto se canta, as pessoas colocam sobre a mesa os símbolos, objetos ou instrumentos que significam esperança, saúde, sustento, proteção, luz, alegria, paz, vida, trabalho, educação, benção e os alimentos que serão partilhados no final do encontro.

b) ***Dar boas-vindas e apresentar brevemente o assunto.***

Animador/a: **Graças ao nosso bom Deus e ao esforço de cada um/a de nós, estamos novamente reunidos para nosso último encontro em preparação à nossa XI Caminhada da Terra.**

Hoje, vamos refletir um pouco sobre a esperança de um grande Jubileu para as comunidades populares no ano 2000.

A fidelidade ao projeto de Deus nos leva a construir um mundo melhor para todos, onde há trabalho, sustento, filhos, benção e paz.

e) ***Breve Memória dos dois encontros anteriores*** (através de perguntas, conduzir o povo a lembrar o que foi partilhado: tema, chão da vida, salmo,...)

2 - DO CHÃO DA VIDA

Animador/a: **Muitas comemorações e celebrações estão enfatizando o acontecimento do jubileu do ano 2000 como um momento de se fazer**

justiça aos pobres do mundo inteiro, explorados durante toda a sua vida. A XI Caminhada da Terra vem a ser mais um dos momentos fortes que nos anima nessa conquista.

Vamos conhecer um pouquinho sobre o que significa, na verdade, o jubileu.

O JUBILEU NA BÍBLIA

Leitor/a 1: **Não há nada de novo ao se falar em "jubileu". Já no antigo Israel já era bem conhecido e servia para desfazer os desequilíbrios do enriquecimento exagerado de uns contra o empobrecimento extremo de outros. Segundo a lei de Moisés, de tempos em tempos, as riquezas e suas fontes eram redistribuídas, especialmente a propriedade familiar, para que houvesse chances iguais para cada família. Em outras palavras, "zeravam-se" as dívidas e tudo recomeçava, pois a terra do Senhor/Deus deveria servir a todos.**

Aqueles que temiam ao Deus da justiça não poderiam jamais aceitar que alguém ficasse sempre a serviço dos outros, com dívidas intermináveis. Por isso é que todos os países pobres estão pedindo perdão de suas dívidas aos países ricos.

Leitor/a 2: **Cada novo começo chamava-se, então, "jubileu" porque era anunciado ao som de uma espécie de trombeta (de chifre de carneiro), denominada *"jobel"*. E assim tinha início, a cada sete anos, um "ano de perdão" ou da restituição das terras (as terras eram devolvidas ao seu anterior proprietário), perdão das dívidas, libertação dos escravos, ano de descanso da terra (neste ano não se plantava nada), por isso era chamado "ano sabático", alusão ao dia de descanso semanal que era o sábado.**

A fundamentação bíblica para o jubileu se encontra no livro do Levítivo 25,1-55.

Leitor/a 3: **No evangelho de Lucas 4, 16-19, o próprio Jesus, ao iniciar sua atividade, declarou ser aquele o ano da graça, conforme lembra o texto do livro do profeta Isaías 61,1-2: *"O Espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Nova aos pobres: enviou-me para proclamar a libertação aos presos e, aos cegos, a recuperação da vista; para dar liberdade aos oprimidos e proclamar um ano de graça da parte do Senhor".***

Ano de graça do Senhor é um momento especial onde a vontade divina se concretiza na vida das pessoas, sobretudo dos pobres. Este é o verdadeiro jubileu!

Leitor/a 4: **Para celebrar o ano 2000 com esse espírito de jubileu as Igrejas, os movimentos sociais populares etc, querem ver novas chances sendo dadas às vítimas de uma sociedade onde o que vale é a "lei do mais forte", ou "lei do mercado". Mas é hora de retomar o projeto da justiça social, onde todos tenham direito a uma renda que lhes garanta a sobrevivência digna, participação plena no ensino, cultura, saúde... .**

3 – OUVIR A PALAVRA DE DEUS

Canto: Vamos escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

a) Introdução ao texto bíblico

***Animador/a*: O ideal de justiça e de liberdade foram abafados pela ganância e dominação dos mais fortes. Foi nesta situação que o grito do povo se fez ouvir e o jubileu foi instituído para preservar a vida.**

b) Para começo de conversa
Perguntas - Para que servem as leis?
- Quais as leis que não saem do papel, que não acontecem na vida do povo?

4 – DESCOBRIR A PALAVRA DE DEUS NA VIDA

Animador/a: Vamos, agora, ler pequenos trechos do Levítico e procurar responder as perguntas abaixo para que compreendamos melhor o profundo significado do jubileu.

a) O que deve acontecer no ano do Jubileu, conforme o texto do Lv 25,8-17?

(Se precisar deve-se ler novamente este trecho)

b 1) Hoje, o jubileu acontece de fato na vida das pessoas?

c) O que Deus garante ao povo no ano de descanso da terra, conforme Lv 25,18-22?

(Se precisar deve-se ler novamente este trecho)

c.1) O governo garante hoje os direitos básicos da pessoa humana previstos na Constituição?

d) De que fala o trecho do Lv 25,23-24?

(Se precisar deve-se ler novamente este trecho)

d.1) A terra, hoje, é propriedade de quem? E para que serve?

e) Quais os direitos das pessoas no trecho do Lv 25,35-43?

(Se precisar deve-se ler novamente este trecho)

e.1) Temos sido solidários, temos partilhado o que temos com aqueles que têm mais necessidade e estão mais próximos de nós?

***Animador/a*: Precisamos fazer acontecer o espírito do JUBILEU todos os dias através da defesa da vida humana e da defesa da terra , da água, do ar, dos direitos dos pobres... .**

Hoje muitos não aceitam nossa proposta. Trata-se de uma tarefa a ser realizada em favor dos que têm direito à libertação, à justiça. Cabe a nós, agentes e lideranças das comunidades, militantes, grupos, povo em geral, organizações populares e sociedade como um todo, dizer: nós não devemos nada, e não vamos pagar o que não devemos. Só assim poderemos iniciar um novo milênio sem exclusões, fazendo acontecer de fato o jubileu.

Para isso é necessário nos colocarmos a caminho. Vamos à grande caminhada!

5 – JUBILEU DA TERRA

Toca-se o atabaque e o berrante

Canto: Terra, pão e lar (A terra Deus deixou, Deus deixou,/ Pra gente...)

(Duas pessoas pegam as vasilhas de terra e água. Durante o canto a terra e a água são misturadas).

Oração de bênção da Terra

Animador/a: Ó Deus, onipotente e bom Senhor, a luz de tua face brilha nos campos e praças desta terra. A terra sempre foi sinal do teu amor. Do Egito libertaste o teu povo e o conduziste para uma terra onde corre leite e mel. Com leis justas garantiste uso da terra para o bem de todos. Pelos profetas denunciaste a concentração da terra nas mãos de poucos e defendeste o direito dos órfãos, viúvas e estrangeiros. A terra foi obra de tuas mãos e dom aos homens e mulheres para dela zelarem com carinho. Os salmos cantavam tuas maravilhas realizadas nesta terra. Jesus, teu Filho, com barro da terra, abriu os olhos do cego e o fez ver teu projeto original: mulher e homem criados à tua imagem e semelhança. Inspirada por teu Espírito, na nova comunidade não havia necessitados, tinham tudo em comum, partilhavam entre si os bens e a terra. E nesta nossa terra, os índios, teus filhos amados, já há muito, buscavam a terra sem males. Os negros desterrados ensaiavam a tua liberdade nas terras dos quilombos. E hoje, os pobres e humilhados sem-terra se revestem com tua força e bradam aos quatro cantos: ocupar, resistir e produzir.

(pedir para todos estenderem a mão sobre a terra)

Por isso, que venha teu Espírito sobre esta terra. Abençoa este barro, terra e água misturadas, que queremos repartidas. Sela nos punhos deste povo uma aliança com a causa da justiça do Reino: tua terra, terra de irmãos, terra de irmãs. Que não tarde a Reforma Agrária. Floresça a paz e haja fartura nestes campos abençoados, regados com o sangue dos mártires.

Por Cristo Senhor nosso. Amém!

Canto: escolher um canto que fale da terra que todos conheçam

(Neste momento, algumas pessoas, colocando o barro em mais vasilhas, assinalam todo o povo nos punhos com barro)

Compromisso:

O animador/a faz o compromisso e o povo, erguendo os punhos assinalados com o barro, após cada frase, aclama dizendo:

Terra de Deus, Terra de Irmãos.

- Que sejam demarcadas as terras indígenas.
- Que seja feita a reforma agrária e agrícola em nosso país.
- Que cessem as injustiças cometidas contra os sem-terras.
- Que sejam punidos os responsáveis pelos massacres de El Dourados dos Carajás, Corumbiara e outros.

- Que a dívida externa seja perdoada.
- Que a terra produza com fartura, para alimentar todos os pobres.

6 – MOMENTOS FINAIS

Canto: escolher um canto que a maioria saiba no final do livreto

***Animador/a*: convida a todos a rezarem a oração da caminhada**

Avisos: (diversos avisos sobre a caminhada: dia, hora, deslocamento, refeições, etc)

Partilha: **pequeno lanche com o que foi trazido pelos participantes.**

CEDIM

14ª ROMARIA DA TERRA E DAS ÁGUAS.

Paracambi- 25 de Julho de 2010. às 9hs na Paróquia de São Sebastião em Lage (Próximo a Estação de Trem)

CONVOCAÇÃO.

Aos caminhantes que sonham com uma Terra Sem Males.
Irmãos/irmãs, Companheiros/Companheiras de caminhada!

Estamos vivendo um Tempo Jubilar! Tempo de celebrar a caminhada! Tempo de celebrar as conquistas! Tempo de Celebrar a Vida! Todas as Vidas! Quem nos convoca é o Deus Pai Mãe de todas as coisas!

É com essas motivações e com o Lema: "Terra e água, Dom de Deus , Direito do povo", que a Comunidade de Paracambi, no dia 25 de Julho de 2010 durante todo dia se transformará no Santuário da Natureza! Será a 14ª **Romaria da Terra e das Águas** e fará parte das Celebrações do Jubileu da Diocese de Nova Iguaçu e do Município de Paracambi!

No dia 25 de Julho, dia do Trabalhador e Trabalhadora Rural, a Diocese de Nova Iguaçu será a Casa da Mãe Terá, da Irmã Água e todos os componentes da Natureza, estarão acolhendo ás Comunidades do Estado do Rio de Janeiro para um Grande Dia de confraternização, dia de fazer memória, dia de caminhar, dia de celebrar e de nos comprometermos a ser parte de um Mutirão como defensores e multiplicadores das Alternativas que irão Salvar a Mãe Natureza: a Reforma Agrária, a agroecologia, a saúde alternativa!!!

Queremos também, somar forças á outras entidades no Enfrentamento ao Agro-hidronegócios, contra os monocultivos, a prática de Trabalho Escravo, as privatizações, a poluição das águas, aos grãos transgênicos e aos agrotóxicos.
"50 Anos na Baixada Lutando por Terra, Água e Economia Solidária!"
Venham todos e todas para cantarmos juntos um Hino ao Deus dos Pequenos!

Comissão Pastoral da Terra/ES/RJ
Diocese de Nova Iguaçu/RJ
Comunidade de Paracambi.
Movimentos Sociais
Sindicatos Urbanos.

Contatos:
Pe. Geraldo (CPT) – 99749665 e Luiz Fernando (CPT) 9147 8872
CPT- Norte Fluminense: 22 2732 5612.
Sonia (Centro de Direitos Humanos) 2768 3822
Zé Maria (Responsável pela Infra e Barracas) (21) 9202 9947 e (21) 3693 1889
Contatos Eletrônicos: geraldojoaolima@ig.com.br, motumbaaxe@yahoo.com.br

Romaria da Terra em Paracambi: Por que?

Paracambi está comemorando 50 anos de emancipação. A Diocese de Nova Iguaçu esta completando 50 anos de fundação.

Nossa Diocese através de Dom Adriano Hipólito e a Pastoral da Terra criaram todos as condições necessárias para retomada da luta pela terra e por Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1984, com a ocupação de Campo Alegre deu-se início a essa luta e Paracambi foi a primeira ocupação nascida na esteira de campo Alegre,isto se deu em 07 de setembro de 1985 com a ocupação das Terras do atual Mutirão Vitória da União.O apoio e participação do Padre Matheus e do Mutirão Nova Aurora foram decisivas no desencadeamento desse processo.

Há anos atrás,trabalhadores rurais sem terra com o apoio do MST e CPT tentaram ocupar as terras da fazenda Rio Novo,em Paracambi,o que na ocasião foram impedidos pelos grileiros e a policia.Em 2009 outro grupo de trabalhadores ocuparam a mesma fazenda,que na ocasião já havia sido vistoriada pelo INCRA e dada como improdutiva,mesmo assim foram despejados, e estão acampados a beira da estrada debaixo das lonas preta.,eles aguardam que o governo federal através do INCRA,cumpram sua obrigação de destinar as terras improdutivas para Reforma Agrária.Nesta mesma região,na estrada da ponte coberta surgiram mais duas ocupações e aguardam decisão do INCRA para que seja feita a desapropriação e o assentamento das famílias.Paracambi, se uni para fortalecer as lutas dos trabalhadores rurais.

Neste país a agricultura familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos que abastece o mercado interno, e quanto o agronegócio, que recebe muito dinheiro do governo produz para exportação,explorando os trabalhadores rurais muitas vezes em regime de escravidão.Nós, os trabalhadores rurais e a sociedade civil organizada reivindicamos:

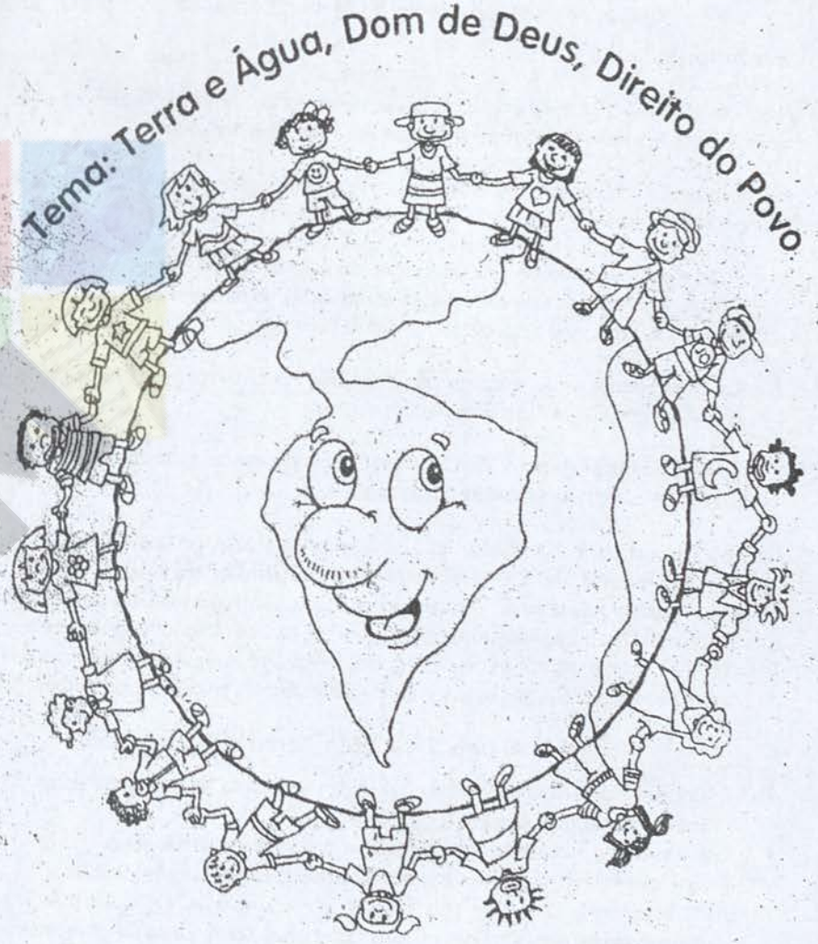
- Que o INCRA e outros órgãos governamentais acelerem o processo de desapropriação das terras ocupadas e o assentamento das famílias que estão vivendo em situação precária.
- Que promova políticas publicas (AGRICOLA e AGRARIA),contemplando a agricultura familiar como parte da Reforma Agrária buscada a mais de 50 anos em nosso imenso país.
- Assim estamos resgatando a dignidade dessa classe laboriosa que alimenta a nação desde o início da colonização.

14ª Romaria da Terra e das Águas

Jubileu dos Trabalhadores Rurais

1.

Paracambi - Diocese de Nova Iguaçu - RJ



Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra

Projeto de Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra

Anteprojeto (aberto a adendos e correções)

Elaborado na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos de Pacha Mama, Cochabamba, Bolívia, abril de 2010

Preâmbulo

Nós, os povos e nações do mundo, considerando que todos e todas somos parte da Mãe Terra, uma comunidade indivisível e vital de seres independentes, interrelacionados e com um destino comum:

- Reconhecendo com gratidão que a Mãe Terra é fonte de vida, alimento e ensinamento, e provê tudo o que necessitamos para viver bem;
- Reconhecendo que os modelos econômicos atuais não estão em harmonia com a Mãe Terra, pois produzem depredação, exploração e abuso, e têm causado grande sucção, degradação e alteração da Mãe Terra, colocando em risco a vida como hoje a conhecemos, produto de fenômenos como a mudança climática;
- Convencidos de que em um sistema interdependente não é possível reconhecer direitos somente para a parte humana sem provocar um desequilíbrio de todo o sistema;
- Afirmando que para garantir os direitos humanos é necessário reconhecer e defender os direitos da Mãe Terra e todos os seres, e que há culturas que o praticam e o fazem;

Conscientes da urgência de ações coletivas para transformar as estruturas que causam o câmbio climático e outras ameaças à Mãe Terra, A ASSEMBLEIA GERAL PROCLAMA A PRESENTE DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MÃE TERRA, com propósito comum, para todos os povos e nações do mundo, a fim de que tantos os indivíduos quanto as instituições se responsabilizem por promover - mediante ensinamento, educação, conscientização e respeito a esses direitos - essa Declaração, e assegurar com medidas e mecanismos imediatos e progressivos, de caráter nacional e internacional, seu reconhecimento e aplicações universais e efetivas entre todos os povos e estados membros.

Artigo 1 – A Mãe Terra é um ser vivo

- ✓ A Mãe Terra é uma comunidade única e indivisível, autorregulada, de seres interrelacionados, que sustém, contém e produz todos os seres;
- ✓ Cada ser se define por suas próprias relações como parte integrante da Mãe Terra;
- ✓ Os direitos inerentes da Mãe Terra são inalienáveis e derivam da mesma fonte de existência;
- ✓ A Mãe Terra e todos os seres têm seus direitos reconhecidos nesta Declaração, sem distinção e nenhum tipo de discriminação entre seres orgânicos e inorgânicos, espécie, origem, uso para os seres humanos ou qualquer outro status;
- ✓ Assim como para os seres humanos existem direitos, todos os seres da Mãe Terra têm direitos que são específicos à sua condição e apropriados para sua região e função dentro da comunidade nas quais existem;
- ✓ Os direitos de cada ser estão limitados pelos direitos de outros seres e qualquer conflito entre esses direitos devem se resolver de maneira a manter a integridade, equilíbrio e a saúde da Mãe Terra.

Artigo 2 – Direitos inerentes da Mãe Terra

- ✓ A Mãe Terra e todos os seres que a compõem têm os seguintes direitos inerentes:

-Direito à vida e existência;
-Direito de ser respeitada;
- Direito à continuação de seu ciclo e processos vitais, livre das alterações humanas;
-Direito de manter sua identidade e integridade como ser diferenciado, autorregulado e interrelacionado;
-Direito à água como fonte de vida;
-Direito ao ar limpo;
-Direito à saúde integral;
-Direito a estar livre da contaminação, da poluição e de dejetos tóxicos e radiativos;
-Direito de não ser alterada geneticamente e modificada em sua estrutura, ameaçando sua integridade ou funcionamento vital e saudável;
-Direito a uma restauração plena e pronta pelas violações aos direitos reconhecidos nesta Declaração, causadas pelas atividades humanas;

- ✓ Cada ser da Mãe Terra tem direito a um lugar e a desempenhar seu papel na Mãe Terra, para seu funcionamento harmônico;
- ✓ Todos os seres têm o direito ao bem estar e a viver livre de tortura ou trato cruel pelos seres humanos.

Artigo 3 – Obrigações dos seres humanos para com a Mãe Terra

- ✓ Todos os seres humanos, estados partes e todas as instituições públicas e privadas devem:

-Atuar de acordo com os direitos e obrigações reconhecidas nesta Declaração;
-Reconhecer e promover a aplicação e implementação plena dos direitos reconhecidas nesta Declaração;
-Promover e participar da aprendizagem, análises, interpretações e comunicação sobre como viver em harmonia com a Mãe Terra, de acordo com esta Declaração;
-Assegurar que a busca do bem estar humano contribua para o bem estar da Mãe Terra, agora e no futuro;
-Estabelecer e aplicar efetivamente normas e leis para a defesa, proteção e conservação dos direitos da Mãe Terra;
-Respeitar, proteger, conservar e, quando for necessário, restaurar a integridade dos ciclos, processos e equilíbrios vitais da Mãe Terra;
-Garantir que todos os danos causados por violações humanas dos direitos inerentes reconhecidos nesta Declaração sejam retificados, e que os responsáveis assumam o papel de restaurar a integridade e a saúde da Mãe Terra;
-Conceder o poder aos seres humanos e instituições para que defendam os direitos da Mãe Terra e de todos os seres;
-Estabelecer medidas de precaução e restrição para prevenir que as atividades humanas conduzam à extinção de espécies, à destruição de ecossistemas ou alteração dos ciclos ecológicos;
-Garantir a paz e eliminar as armas nucleares, químicas e biológicas;
-Promover e apoiar práticas de respeito à Mãe Terra e de todos os seres de acordo com suas próprias culturas, tradições e costumes;
-Promover sistemas econômicos em harmonia com a Mãe Terra, de acordo com os direitos reconhecidos nesta Declaração.

Artigo 4 – Definições

- ✓ O termo **ser** inclui os ecossistemas, comunidades naturais, espécies e outras identidades naturais que existem como parte da Mãe Terra;
- ✓ Nada nesta Declaração poderá restringir o reconhecimento de todos os direitos inerentes dos seres ou de qualquer ser em particular.

ORAÇÃO DA 14º ROMARIA DA TERRA E DAS ÁGUAS

Deus Pai e Mãe
Deus Pai e Mãe Terra
Deus Mãe da Vida chamada água
Da vida que nasce da Terra e das águas
Deus Água Viva que mata todas as sedes de justiça,de paz,de amor,de direitos.
Confiamos ao vosso cuidado a nossa 14º Romaria da Terra em Paracambi;
Na confluência da Serra e da Baixada;
No ano do jubilei dos 50 anos da Criação da Diocese de Nova Iguaçú;
No ano dos 50 anos da emancipação do Município 'Paracambi';
E nos 40 anos da criação da Paróquia São Sebastião de Lages.

Queremos acolher e ecoar o clamor dos povos da Terra que lutam pela regularização fundiária de suas terras ocupadas.
Queremos fazer ecoar neste instante o clamor dos Povos da Terra ,índios ,quilombolas, ribeirinhos - expulsos pelas barragens e plantações de hidro-agronegócio.
Queremos acolher e fazer ecoar o clamor dos homens e mulheres do campo.
Queremos levantar a memória solidária de nossos mártires: Sebastião ..., Irmã Dorot, Chico Mendes, da família nordestina sacrificada pelo furor do tráfico no bairro Amapá de Caxias.
Não podemos esquecer as famílias trucidadas em N. Iguaçu e Queimados.
Queremos lembrar Irma Filomena e a luta por moradia popular.
Queremos lembrar Pe Josimar da Pastoral da Terra do Bico do Papagaio.
Apagado por causa das denúncias contra o Latifúndio depredador.
Queremos lembrar o jovem Padre Gisley Gomes da Pastoral da Juventude eliminado por aqueles que não querem ouvir o grito: Chega de violência e extermínio de jovens.
Queremos lembrar e denunciar toda luta e suor dos sacrificados por que lutaram contra uma política não liberal, depredadora, homicida e destruidora do eco-sistema o hidro-agro-negócio com as monoculturas, exportação e trabalho escravo.
Queremos reascender a nossa consciência crítica e nosso compromisso libertador.
Contamos com a luz,a força, e a ternura de vosso Espírito para prosseguirmos a caminhada que D.Adriano nos legou,em solidariedade e ecumenismo.
Com todas as lutas e esperança da gente de nossa terra, no Estado do Rio ,no Brasil;
Em nossa Pátria grande, a América Latina.
Senhor Deus Mãe da Mãe da Terra, dá-nos manter a utopia da Terra sem males.
Dá-nos construir com a cabeça, as mãos e coração no presente a sociedade onde aconteça vosso Reino de Paz, Vida e Justiça para todos.

A TERRA É NOSSA MÃE.

Aprendemos como crianças a chamar a Deus de Pai.+
Hoje as mulheres que estudam teologia ,nos convidam a chamar Deus de Mãe.
Deus é a fonte, a sustentação e a plenitude de tudo, o carinho, ternura e cuidado que nossos pais e mães tiveram ou tem conosco, mostram como age o nosso Deus Mãe e nos mantém vivos , alegres e de bem com a vida.
Deus providenciou para você uma Mãe humana e uma Mãe Terra.
Portanto a Terra é nossa Mãe.
O ar que você respira é Deus que te dá por meio da Mãe Terra, o alimento que hoje te sustenta não vem da Mãe humana, mas da Mãe Terra.
Você precisa de segurança, chão para os teus pés, senão você cai e morre.
Quem te dá e quem te salva é a Mãe Terra.
Mas você ainda hoje não sabe o nome da vida que só a tua Mãe terra te dá.
Presta atenção... guarda e propaga... A vida que a Terra lhe dá chama-se Água.
Água é vida, você é água.
Mais da metade do seu peso é água. Você repete em seu corpo a mistura de matéria sólida e líquida que existe na terra.
Por isso eu lhes dou um conselho. Desculpe, eu não, a tua Mãe Terra. Cuida bem de tua Mãe, defenda o ar para todos , a água pura para todos, os alimentos saudáveis para todos e não se esqueça nunca de beber os dois litros de água por dia para manteres o equilíbrio do teu corpo.
Não guarde esse conselho só para ti, propague-o para os filho,netos,parentes,amigos e inimigos, sadios e doentes.
que todos saibam mamar nos seios da Mãe Terra - esta Mulher Maravilhosa, mãe,bela,forte e poderosa.
Esta Mãe é sem dúvida o presente mais precioso que o Deus Pai e Mãe nos deu
Pe Geraldo João Lima
Pastoral da Terra
N.I

+ É a maneira carinhosa como os índios se relacionam com a terra.

Poesia - Josimo.

Orientações para Romeiros

Irmãos e irmãs de caminhada, abaixo seguem orientações para todas as comunidades, assentamentos, acampamentos, sindicatos e pessoas que irão participar da 14º Romaria da Terra e das Águas

1) **Todos e todas devem chegar à concentração às 9hs na Paróquia de São Sebastião em Lage.**

2) **Sobre a Alimentação:**

   - Nossa alimentação será uma prática de solidariedade, de partilha. Todas e todos devem levar alimentação para o consumo próprio e para partilhar.
   - Teremos no local de chegada da Romaria barracas de venda de alimentação das comunidades, assentamentos e acampamentos.

3) **Sobre as Barracas de Vendas e de Exposição:**

   - Teremos barracas para venda e exposição de produtos das comunidades, assentamentos e acampamentos. Serão barracas coletivas, ou seja, para grupos de produtores e produtoras de cada comunidade, visto que o número de barracas pode não ser suficiente se for utilizado individualmente.
   - Cada grupo deve levar produtos para venda na barraca e também para partilha
   - Caso tenham barracas próprias, podem ser levadas.
   - O grupo que quiser solicitar a utilização das barracas deve se cadastrar com ligando ou enviando @mail para: Zé Maria, cel: (21) 9202 9947 ou (21) 3693 1889 e j_maria_lima@yahoo.com.br, Sonia (21) 2767 1572, CPT NF (22) 2732 5612.
   - O cadastro para solicitação de barracas deve ser feito até o dia 14 de julho.

4) **Sobre Partilhar a Resistência Semeando o Futuro:**

   - **Pedimos a todos e todas camponesas (es), agricultores (as) e trabalhadoras (es) rurais que levem suas sementes crioulas, nossas sementes sadias e livres, que são nossa resistência, nossa luta pela soberania alimentar e ao mesmo tempo as sementes de um Terra Sem Males. Iremos fazer a troca de sementes crioulas, como forma de trocar esperanças.**

5) **Sobre os Materiais de Divulgação:**

   - Temos cartazes e a carta convite (impressa e eletrônica). Através dos telefones de contato da Romaria todos e todas podem conseguir materiais e ajudar na convocação. Em Mutirão construiremos a nossa 14º Romaria da Terra e das Águas!

PROGRAMAÇÃO DA ROMARIA

08h00min - Acolhida

Musicas

Anunciar a presença das caravanas

09h00min – Mística: O que é celebrar o Jubileu dos Trabalhadores (as) rurais.

- Fala do trabalhador (a);
- Fala do Prefeito;
- Fala da Diocese;
- Fala da CPT.

Memória dos mártires da caminhada e as bandeiras de luta : (PEC 438,Campanha do Limite de Propriedade da Terra,Transgênico,Novo Código Florestal)que aponta um Brasil possível e necessário.

09h30min – Inicio da caminhada (cânticos, palavra de ordem, momentos de anuncio e denuncia).

11h00min – Chegada

Mística da Água, Semente Crioula, benção dos alimentos e a partilha dos alimentos.

12h00min Almoço

13h00min Tribuna Livre com apresentações culturais.

15h00min - Envio dos Romeiros

CEDIM


CEDIM